



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2410

Segunda-feira - 18 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Descanso .....	1208	Lindóia do Sul .....	1839
Água Doce .....	9	Dionísio Cerqueira .....	1209	Lontras .....	1844
Alfredo Wagner .....	18	Doutor Pedrinho .....	1210	Luis Alves .....	1854
Alto Bela Vista .....	19	Ermo .....	1213	Luzerna .....	1855
Anchieta .....	20	Flor do Sertão .....	1301	Macieira .....	1865
Angelina .....	23	Forquilha .....	1303	Mafra .....	1883
Antônio Carlos .....	25	Fraiburgo .....	1308	Major Vieira .....	1894
Apiuna .....	27	Frei Rogério .....	1332	Maravilha .....	1895
Arabutã .....	54	Garopaba .....	1336	Massaranduba .....	1908
Arvoredo .....	57	Gaspar .....	1340	Matos Costa .....	1916
Ascurra .....	58	Governador Celso Ramos .....	1346	Meleiro .....	1923
Atalanta .....	60	Grão Pará .....	1347	Modelo .....	1925
Aurora .....	64	Gravatal .....	1349	Mondaí .....	1926
Balneário Rincão .....	66	Guaraciaba .....	1350	Monte Carlo .....	1927
Bandeirante .....	67	Guaramirim .....	1352	Monte Castelo .....	1931
Barra Bonita .....	68	Guarujá do Sul .....	1396	Morro da Fumaca .....	1933
Barra Velha .....	78	Guatambú .....	1401	Navegantes .....	1934
Biguaçu .....	126	Herval d'Oeste .....	1404	Nova Erechim .....	1951
Blumenau .....	130	Ibiam .....	1405	Nova Itaberaba .....	1952
Bom Jardim da Serra .....	133	Ibicare .....	1408	Nova Trento .....	1958
Bom Jesus do Oeste .....	167	Ibirama .....	1409	Nova Veneza .....	1959
Bom Retiro .....	168	Ilhota .....	1604	Novo Horizonte .....	1975
Botuvera .....	169	Imarui .....	1606	Orleans .....	1976
Braço do Trombudo .....	176	Imbituba .....	1607	Ouro Verde .....	1977
Brunópolis .....	180	Indaial .....	1614	Palhoça .....	1979
Brusque .....	181	Iomerê .....	1618	Palma Sola .....	2031
Caçador .....	197	Ipira .....	1632	Papanduva .....	2032
Caibi .....	945	Iporã do Oeste .....	1633	Passos Maia .....	2033
Camboriú .....	989	Ipuacú .....	1637	Paulo Lopes .....	2036
Campo Alegre .....	1013	Ipumirim .....	1641	Penha .....	2039
Campo Erê .....	1027	Iraceminha .....	1668	Pescaria Brava .....	2085
Campos Novos .....	1028	Irani .....	1672	Petrolândia .....	2086
Canelinha .....	1076	Itá .....	1675	Pinheiro Preto .....	2087
Canoinhas .....	1077	Itaiópolis .....	1699	Piratuba .....	2092
Capinzal .....	1089	Itapema .....	1700	Pomerode .....	2097
Catanduvas .....	1091	Itapiranga .....	1701	Ponte Alta do Norte .....	2121
Caxambu do Sul .....	1099	Itapoá .....	1709	Ponte Serrada .....	2122
Chapadão do Lageado .....	1100	Ituporanga .....	1720	Porto Belo .....	2124
Chapecó .....	1104	Jaborá .....	1723	Pouso Redondo .....	2130
Cocal do Sul .....	1105	Jacinto Machado .....	1728	Presidente Castello Branco .....	2143
Concórdia .....	1106	Jaraguá do Sul .....	1732	Presidente Nereu .....	2145
Cordilheira Alta .....	1166	Joaçaba .....	1775	Princesa .....	2149
Coronel Freitas .....	1169	Jupia .....	1790	Quilombo .....	2150
Coronel Martins .....	1170	Lacerdópolis .....	1791	Rancho Queimado .....	2162
Correia Pinto .....	1177	Lages .....	1807	Rio do Campo .....	2163
Corupá .....	1178	Laguna .....	1812	Rio do Sul .....	2166
Cunha Porã .....	1188	Lauro Muller .....	1816	Rio Fortuna .....	2172
Cunhataí .....	1189	Lebon Regis .....	1818	Romelândia .....	2173
Curitibanos .....	1190	Leoberto Leal .....	1819	Santa Helena .....	2192

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2410

Segunda-feira - 18 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Santa Terezinha do Progresso .....	2193	São Pedro de Alcântara .....	2316	Trombudo Central .....	2418
Santiago do Sul .....	2194	Saudades .....	2374	Tunápolis .....	2429
São Bento do Sul .....	2229	Schroeder .....	2375	Turvo .....	2485
São Carlos .....	2237	Seara .....	2379	União do Oeste .....	2486
São Domingos .....	2239	Serra Alta .....	2381	Urubici .....	2489
São Francisco do Sul .....	2240	Siderópolis .....	2390	Urussanga .....	2490
São João Batista .....	2255	Sombrio .....	2391	Vargeão .....	2491
São João do Oeste .....	2271	Sul Brasil .....	2392	Vargem .....	2492
São João do Sul .....	2274	Tangará .....	2397	Videira .....	2497
São Joaquim .....	2275	Tigrinhos .....	2400	Vitor Meireles .....	2503
São José .....	2277	Tijucas .....	2402	Xanxerê .....	2507
São Lourenço do Oeste .....	2301	Timbé do Sul .....	2406	Xavantina .....	2512
São Miguel da Boa Vista .....	2312	Timbó .....	2407	Xaxim .....	2515
São Miguel do Oeste .....	2313	Trêze Tílias .....	2415		

## Associações

AMFRI .....	2520	AMURC .....	2521
-------------	------	-------------	------

## Consórcios

AGIR .....	2544
CIMCATARINA .....	2547
CIMVI .....	2551
CIS Nordeste .....	2571
CIS/AMARP .....	2572
CIS/AMMVI .....	2579
CISAM .....	2579
CIAPS .....	2580
CIGAMERIOS .....	2583
CIS/AMERIOS .....	2584
CIASS .....	2585



# Agrônômica

## PREFEITURA

### 4º ADITIVO AO CONTRATO 11/2016

Publicação Nº 1460911

#### 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2016

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua 7 de setembro, 215, centro em Agrônômica / SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.590/0001-90, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr Cesar Luiz Cunha, adiante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Anita Garibaldi, 373 , Bairro Centro , cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina , inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-62 , neste ato representada por seu titular, Senhor Gilberto Grabowski, a seguir denominada .CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letras "a e b", e inciso II, letra "d" parágrafo 1º, previstos no Processo Licitatório n.º 8/2016, na Modalidade Concorrência Pública 2/2016, e homologado no dia 12/05/2016.

Conforme Art 65, Inciso I e II, da Lei 8.666 de 21/06/1993.

Fica aditado o Contrato 11/2016 DE 13/05/2016, no valor de R\$ 27.201,89 (vinte sete mil duzentos um reais oitenta e nove centavos), referente justificativa e planilha orçamentária em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.026.4490.00 - 0 -66/2017 - Manutenção Geral do Departamento de Obras

#### CLÁUSULA TERCEIRO - DO FORO

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca da Contratante, para dirimir duvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agrônômica, SC, 15 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Cesar Luiz Cunha

Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA

Gilberto Grabowski

Contratada

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE

CPF: 075.489.709-51

### EDITAL MUDANÇA DE ÁREA 2018

Publicação Nº 1459052

#### EDITAL PARA MUDANÇA DE ÁREA DE ATUAÇÃO Nº 01/2017

#### CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA MUDANÇA DE ÁREA DE ATUAÇÃO

1 - Os candidatos foram classificados de acordo com os critérios, do item 1.3 do Edital para Mudança de Área de Atuação nº 01/2017.

1.1 – Classificação:

1.1.1 – ÁREA ESPECÍFICA - ARTES

CLAS.	CANDIDATOS	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TEMPO DE SERVIÇO
1º	Elizandra Cristina Wink	Nível III	12 anos, 8 meses 7 dias

## 2 – DAS VAGAS

2.1 – A escolha de vagas dar-se-á nos termos do item 5 do Edital para Mudança de Área de Atuação N° 01/2017.

Agrônoma, 14 de dezembro de 2017.

Priscila Bork

Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Desporto

## N°560/2017

Publicação N° 1459035

PORTARIA N° 560/2017 DE 18 DE DEZEMBRO 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ELIZANDRA CRISTINA WINK matrícula n.º319 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSRA , lotado no Departamento da Educação, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 28/03/2005 a 28/03/2010, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

### RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 12/2017, que referem-se ao quinquênio 28/03/2005 a 28/03/2010, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 00 (ZERO) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. ELIZANDRA CRISTINA WINK matrícula n.º319 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSRA , lotado no Departamento da Educação

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de dezembro 2017

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal



**Nº561/2017**

Publicação Nº 1459037

PORTARIA Nº 561/2017 DE 18 DE DEZEMBRO 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de prêmio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MARIA ARLETE TRIDAPALLI HARGER matrícula n.º197 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSRA, lotado no Departamento da Educação, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 09/02/2008 a 09/02/2013, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 12/2017, que referem-se ao quinquênio 09/02/2008 a 09/02/2013, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 30 (TRINTA) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. MARIA ARLETE TRIDAPALLI HARGER matrícula n.º197 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSRA, lotado no Departamento da Educação

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de dezembro 2017  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº562/2017**

Publicação Nº 1459045

PORTARIA Nº562 /2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sr. MAICON JAHN matrícula nº662 ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributos e posturas municipais, com lotação no Departamento de Administração encontra-se com as férias do período aquisitivo 19/04/2016 a 19/04/2017.

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 18/12/2017 a 22/01/2018, (CINCO) dias, que referem-se ao período aquisitivo 19/04/2016 a 19/04/2017, para o servidor municipal Sr. MAICON JAHN matrícula nº 662 ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributos e posturas municipais, com lotação no Departamento de Administração

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº563/2017**

Publicação Nº 1459117

PORTARIA Nº 563/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. HEIDI KESKE ANTUNES matrícula nº 716 ocupante do cargo de efetivo de Nutricionista 20 hs e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 08/05/2016 a 08/05/2017

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 02/01/2018 a 08/01/2018, ( SETE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 08/05/2016 a 08/05/2017, para a servidora municipal Sra. HEIDI KESKE ANTUNES matrícula nº 716 ocupante do cargo de efetivo de Nutricionista 20 hs e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº564/2017**

Publicação Nº 1459133

PORTARIA Nº 564/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. HEIDI KESKE ANTUNES matrícula nº 716 ocupante do cargo de efetivo de Nutricionista 20 hs e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 08/05/2017 a 08/05/2018, a vencer.

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 09/01/2018 a 21/01/2018, (treze) dias, que referem-se ao período aquisitivo 08/05/2017 a 08/05/2018, para a servidora municipal Sra. HEIDI KESKE ANTUNES matrícula nº 716 ocupante do cargo de efetivo de Nutricionista 20 hs e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº565/2017**

Publicação Nº 1459162

PORTARIA Nº 565/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela

Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. CRISTIANA ADRIANO BRATZ matrícula nº 807 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERNEIRA 20 hs e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 02/03/2017 a 02/03/2018, A VENCER.

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 02/03/2017 a 02/03/2018, (TRINTA) dias, que referem-se ao período aquisitivo 02/03/2017 a 02/03/2018, para a servidora municipal Sra. CRISTIANA ADRIANO BRATZ matrícula nº 807 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERNEIRA 20 hs e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº566/2017**

Publicação Nº 1460839

PORTARIA Nº 566/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. MALIZE SCHREIBER MULLER, matrícula n.º 892, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADA, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

**RESOLVE:**

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 22/12/2017, (vinte e dois de dezembro de dois mil e dezesse- te), para a servidora municipal Sra. MALIZE SCHREIBER MULLER, matrícula n.º892, ocupante do cargo de provimento PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADA, do quadro do município e lota- ção no Departamento de Educação.

2-) Revoga a portaria nº478/2017 08 dezembro de 2017

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 18 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## Nº567/2017

Publicação Nº 1460858

PORTARIA Nº567/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Com- plementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir nor- mas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da ad- ministração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. LUCIANA DOS SANTOS matrícula nº 625 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação no Depar- tamento de SAÚDE, encontra-se com as férias do período aquisitivo 16/01/2017 A 16/01/2018, a vencer.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias conce- didos na data de 27/12/2017 a 25/01/2018, (TRINTA) dias, que referem-se ao período aquisitivo 16/01/2017 A 16/01/2018, para a servidora municipal Sra. LUCIANA DOS SANTOS matrícula nº 625 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVI- ÇOS GERAIS, com lotação no Departamento de SAÚDE.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## Nº568/2017

Publicação Nº 1460875

PORTARIA Nº 568/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Com- plementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir nor- mas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da ad- ministração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de qua- renta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SANDRA ADRIANA SCHAFER matrícula nº 824 ocupante do cargo de provi- mento efetivo de MERENDEIRA 20 HS, e lotação no Departamen- to de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/09/2015 a 01/09/2016, A VENCER

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 26/01/2018 a 28/01/2018, (três) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/09/2015 a 01/09/2016, para a servidora municipal Sra. SANDRA ADRIANA SCHAFER matrícula nº 824 ocu- pante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA 20 HS, e lotação no Departamento de Educação

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2015.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## Nº569/2017

Publicação Nº 1460887

PORTARIA Nº 569/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Com- plementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir nor- mas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da ad- ministração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de qua- renta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SAN- DRA ADRIANA SCHAFER matrícula nº 824 ocupante do cargo de

provimento efetivo de MERENDEIRA 20 HS, e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/09/2016 a 01/09/2017, vencidas

RESOLVE:

- 1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 27/12/2017 a 25/01/2018, (trinta) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/09/2016 a 01/09/2017, para a servidora municipal Sra. SANDRA ADRIANA SCHAFER matrícula nº 824 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA 20 HS, e lotação no Departamento de Educação
- 2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 18 de DEZEMBRO de 2015.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal



# Água Doce

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA CI Nº 02/2017

Publicação Nº 1460656

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA CI Nº 02/2017

Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento contábil do exercício financeiro de 2017 para os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município.

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos que devem ser observados por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município em relação ao encerramento contábil do exercício de 2017.

Parágrafo único. A não observância do disposto nesta Instrução Normativa implicará na responsabilidade dos agentes que derem causa.

#### CAPÍTULO II

##### DOS INVENTÁRIOS

###### Seção I

Elementos Patrimoniais Que Devem Ser Inventariados

Art. 2º. Para encerramento do exercício devem ser realizados os inventários relativos:

- I – às contas bancárias;
- II – aos estoques de materiais e de bens móveis e imóveis;
- III – aos créditos a receber da União, Estados e entidades locais;
- IV – tributos, dívida ativa, créditos e passivos não tributários;
- V – contratos de prestação de serviços, fornecimento de produtos e bens em execução;
- VI – contratos de parcelamentos e dívidas de longo prazo em execução; e
- VII – restos a pagar de exercícios anteriores a 2017.

###### Seção II

Do inventário das contas bancárias

Art. 3º. Em até 12/12/2017 a Unidade Central de Controle Interno solicitará às agências bancárias a relação de todas as contas bancárias nos CNPJs do Município e as correlacionará com as registradas na Contabilidade.

Art. 4º. Os saldos em contas bancárias nos razões contábeis devem ser iguais aos respectivos extratos bancários e ao boletim diário de bancos em 31/12/2017 e serem entregues à Contabilidade até o dia 05 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Salvo eventuais cheques a compensar nenhuma outra operação poderá ser registrada em conciliação bancária, sendo as diferenças encontradas escrituradas na contabilidade para efeitos de transparência patrimonial até que o saldo do razão e extrato bancário estejam iguais.

###### Seção III

Dos Inventários de Estoques de Materiais e de Bens Móveis e Imóveis

Art. 5º. Os inventários serão realizados por comissão especial ou permanente, respeitando-se o princípio da segregação de funções, e serão entregues à Contabilidade para conferência até o dia 05 de janeiro de 2018.

§1º. As diferenças apuradas em inventários de materiais e patrimônio devem fazer parte da ata de encerramento de inventário e, eventuais diferenças, apuradas em processo administrativo próprio.

§2º. Os valores de estoque de materiais e de bens do patrimônio devem ser correlacionados com os valores registrados na Contabilidade.

###### Seção IV

Dos Inventários dos Créditos a Receber da União, Estados E Entidades Locais

Art. 6º. As Secretarias e unidades administrativas que possuam convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com a União, Estado ou entidades locais, em vigência até 31/12/2017, com valores a pagar ou a receber, ou, ainda, que careçam de prestações de contas, devem disponibilizar as informações à Contabilidade para registro e conferência, até 05 de janeiro de 2018.

###### Seção V

Dos Inventários Referentes aos Tributos, Dívida Ativa, Créditos e Passivos Não Tributários

Art. 7º. Todas as Secretarias e Unidades Administrativas que controlem e/ou tenham sob a sua responsabilidade créditos a pagar e a receber de natureza não tributária devem repassar à Contabilidade os saldos atualizados até 31/12/2017, até o dia 5 de janeiro de 2018.

Art. 8º. O Setor Tributário atualizará os créditos a receber de tributos e dívida ativa, parceladas ou não, conforme a expectativa de realização em curto e longo prazo, e disponibilizará as informações à Contabilidade para registro e conciliações até o dia 05 de janeiro de 2018.

Art. 9º. A Procuradoria disponibilizará à Contabilidade informações sobre os processos que o Município faz parte e que digam respeito à cobrança de tributos, créditos não tributários, passivos e obrigações, inclusive os precatórios e respectivos regimes de pagamento, e as contingências que possam representar a curto ou longo prazo desentaxa financeira para o Município até o dia 10 de janeiro de 2018.

###### Seção VI

Dos Inventários de Contratos de Prestação de Serviços e Fornecimento de Produtos e Bens em Execução

Art. 10. As Secretarias e respectivas unidades administrativas farão inventário e informarão à Contabilidade os contratos que estejam em execução em suas Pastas até 31/12/2017, ou que a execução ultrapasse a essa data, para efeito de registro contábil e conciliação, até o dia 10 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Deverão constar as seguintes informações referentes aos contratos:

- I – vigência;
- II – fornecedor;
- III - objeto
- IV – valores iniciais, atuais, executados e a executar.

###### Seção VII

Dos Inventários de Contratos de Parcelamentos e Dívidas de Longo Prazo em Execução

Art. 11. As Secretarias disponibilizarão informações à Contabilidade sobre contratos de longo prazo que estejam sob a sua gestão e em vigência em 31/12/2017, até o dia 10 de janeiro de 2018, informando:

- I – credor;
- II – objeto;
- III – valor atualizado da dívida, individualizando encargos financeiros pré-fixados e pós-fixados;
- IV – parcelas totais, parcelas amortizadas e faltantes a amortizar.

**Seção VIII****Dos Inventários de Restos a Pagar**

Art. 12. As secretarias realizarão inventário físico dos empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores e pendentes de liquidação ou pagamento até 31/12/2017 e disponibilizarão à Contabilidade para fins de conciliação contábil até o dia 05 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Os restos a pagar não processados até 31/12/2017 serão cancelados, salvo se relacionar à execução de serviço ou obra com recursos vinculados cuja disponibilidade financeira esteja disponível.

**CAPÍTULO III****PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DESPESA**

Art. 13. Todas as obrigações relativas a contratos ou produtos entregues até 31/12/2017 deverão ser empenhadas e liquidadas.

Parágrafo único. Fica vedada a autorização de compra ou serviços após 22 de dezembro de 2017.

Art. 14. As obrigações de despesas cujos valores não possam ser liquidados até o encerramento do exercício e que pertençam por sua competência a 2017 devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e empenhadas, utilizando-se o estágio da despesa em liquidação.

Art. 15. As transferências financeiras cuja competência seja o exercício de 2017 e que não foram pagas, vencidas ou não, devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e, no passivo circulante, em conta de atributo financeiro.

Art. 16. Em 15/12/2017 será apurado o déficit ou superávit de todas as fontes de recursos, sendo vedada a realização de ordem de serviço ou requisição que resulte em empenho de despesa no mês de dezembro/2017 sem que haja recurso financeiro disponível na fonte ou previsão líquida e certa de entrada de recursos até 31/12/2017.

**CAPÍTULO IV****PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTOS CONTÁBEIS****Seção I****Correlações Contábeis Obrigatórias**

Art. 17. Após os inventários de que trata o art. 3º a Contabilidade procederá às conferências e correlações em cada uma das entidades que consolidarão os balanços no Município.

§1º. São correlações contábeis mínimas e obrigatórias em cada entidade contábil:

I – todos os inventários de que trata o art. 3º com o balancete contábil de verificação em 31/12/2017;

II – balancete da receita e da despesa com o grupo 5 e 6 do balancete contábil;

III – leis e decretos de abertura de créditos adicionais com o balancete da despesa e balancete contábil de verificação;

IV – saldo da conta 82111 igual à diferença entre o ativo e passivo financeiro da entidade;

V – o saldo do grupo de contas 7211 diminuído do saldo da conta 82114 deve ser igual ao saldo do grupo de contas 111- caixa e equivalente de caixa;

VI – a soma dos saldos das contas de 82111, 82112 e 82113, somados, devem possuir saldo igual à soma do saldo do grupo Caixa e Equivalente de Caixa e os créditos financeiros no Ativo Circulante com atributo “F”.

§2º. A Contabilidade deve realizar outras correlações contábeis além das referidas no parágrafo anterior, de forma a assegurar a correção e transparência das demonstrações.

**Seção II****Das Consolidações Das Demonstrações Contábeis**

Art. 18. Realizados os inventários e as correlações contábeis, cada entidade gerará suas demonstrações e notas explicativas preliminares para efeitos de consolidação no Município.

§1º. As demonstrações contábeis preliminares serão enviadas ao Poder Executivo por todos os órgãos e entidades, inclusive o Legislativo e os consórcios públicos que o Município fizer parte, até o dia 16 de janeiro de 2018, para efeitos de consolidação.

§2º. Após a confirmação de correção das informações para efeitos de consolidação por parte da contabilidade do Poder Executivo, as entidades e órgãos poderão gerar suas demonstrações e notas explicativas definitivas.

**CAPÍTULO V****DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19. Cabe à Unidade Central de controle interno acompanhar o cumprimento desta Instrução Normativa e emitir certificado de auditoria sobre as demonstrações contábeis de cada entidade, assim como também, das demonstrações contábeis consolidadas.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 11 de dezembro de 2017

Edione Teresinha Balestrin Fioreze

Coordenadora do Sistema de Controle Interno

De acordo, homologo em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Antônio José Bissani

Prefeito Municipal.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2017**

Publicação Nº 1460511

LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 058/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 58/2009 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. Fica criada a Coordenação do Sistema de Controle Interno, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 16. A Coordenação do Sistema de Controle Interno será exercida por um Coordenador, de provimento efetivo, sendo que o coordenador deverá ter formação em ciências contábeis, administração pública, economia ou direito.

Art. 17. As atribuições do cargo de Coordenador de Controle Interno são aquelas descritas no ANEXO X desta Lei Complementar.”

Parágrafo Único. A nova redação destes artigos entra em vigor a partir do provimento do cargo efetivo.

Art. 2.º Ficam criados os Cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Almoxarifado vinculado ao Departamento Administrativo e Financeiro e cargo de Controlador Interno vinculado ao Gabinete do Prefeito, passando o quadro do GRUPO II do ANEXO I da Lei Complementar 58/2009 a ter acrescido o seguinte:

#### GRUPO II – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Cargo/CE	Código Nível	Total de vagas	Carga horária Semanal
.....			
Auxiliar de Almoxarifado	CE – 07	01	40 horas
Controlador Interno	CE – 24	01	40 horas

Parágrafo Único. Com o provimento do cargo efetivo de Controlador Interno, fica extinto o Cargo Comissionado de Coordenador do Sistema de Controle Interno previsto no ANEXO II da LC 058/2009.

Art. 3.º Ficam criados os itens 2.7 e 2.8 no ANEXO X da Lei Complementar 058/2009:

##### 2.7 - Cargo: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso - Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Ensino Médio Completo

Descrição das Atribuições:

- 1 - Realizar recebimento, estocagem, cadastramento e liberação de materiais;
- 2 - Realizar controles diversos e expedição de produto utilizados, visando assegurar o abastecimento dos setores;
- 3 - Coordenar a ordem e o mapeamento de produtos dentro do almoxarifado, visando perda zero;
- 4 - Avaliar constantemente a quantidade de produtos com o objetivo de evitar falta ou excesso de itens;
- 5 - realizar os pedidos de materiais do Almoxarifado para todos os departamentos;

6 - controlar os estoques e o software de estoque, ou controle manual de materiais;

7 - atendimento aos servidores requisitantes dos materiais do Almoxarifado;

8 - Outras atividades afins ao setor.

##### 2.8 - Cargo: CONTROLADOR INTERNO

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso - Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Ensino Superior Completo em ciências contábeis, administração pública, economia ou direito.

Descrição das Atribuições:

- 1 - Manter estudos para permanente atualização e adequação das normas de Controle Interno, mediante proposição ao Chefe do Poder Executivo;
- 2 - Auxiliar na expedição de Instruções Normativas da sua área de competência, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma do sistema de controle interno
- 3 - Acompanhar a Ouvidoria do Município observando as sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Municipal;
- 4 - Auxiliar na verificação da legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- 5 - Cumprir às recomendações do Tribunal de Contas do Estado;
- 6 - Emitir pareceres nas matérias de sua competência.

Art. 4.º Ficam criadas 02 (duas) vagas para o Cargo de Fisioterapeuta 40 (quarenta) horas semanais, vinculado ao Departamento de Saúde do Município, passando o GRUPO IV – SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS do ANEXO I da Lei Complementar 058/2009 a ser acrescido do seguinte:

#### GRUPO IV – SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Cargo/CE	Código Nível	Vagas em aberto	Vagas providas	Total de vagas	Carga horária Semanal
.....					
Fisioterapeuta	CE - 21	02	00	02	40 horas

Art. 5.º Fica criado o item 4.18 no ANEXO X da Lei Complementar 058/2009:

##### 4.18 - Cargo: FISIOTERAPEUTA

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso - Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Ensino Superior Completo em Fisioterapia e Registro em seu órgão de Classe.

Descrição das Atribuições:

1 – Aquelas previstas no Decreto-Lei nº 938, de 13 de Outubro de 1969.

Art. 6º Os dispositivos desta Lei entram em vigor na data da sua publicação, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Art. 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2017

Publicação Nº 1460515

LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 026/2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 325 da Lei Complementar n.026/2002 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 325 O montante da obrigação principal referente à Taxa de coleta, transporte e tratamento do lixo domiciliar ou não, será o produto da multiplicação entre a alíquota determinada de acordo com a Tabela Freqüencial de Coleta constante do Anexo XIII desta Lei Complementar, o valor da V.R.F. – VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL, e a área edificada do imóvel.

§ 1º.Para efeitos de pagamento de Taxa de Coleta de Lixo fica fixado o valor anual mínimo de 40% (quarenta por cento) da VRF para os contribuintes residenciais, e 50% (cinquenta por cento) da VRF para contribuintes não residenciais.

§ 2. Constituem-se instrumentos para a apuração da base de cálculo do Taxa de Coleta de Lixo:

I – A área da construção;

II – Número de coletas semanais;

III – Destinação do imóvel (residencial, comercial, agropecuária ou industrial)

Art. 2.º A Tabela XIII da Lei Complementar n. 026/2002 passa a ter a seguinte redação:

### TABELA XIII

#### TAXA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DO LIXO DOMICILIAR OU NÃO E DISPOSIÇÃO DE LIXO

|VRF x (alíquota X nº de dias por semana) x área construída residencial

|-----|

|VRF x (alíquota X nº de dias por semana) x área construída comercial

|-----|

|VRF x (alíquota X nº de dias por semana) x área construída industrial

|-----|

|VRF x (alíquota X nº de dias por semana) x área construída agropecuária

Art. 3º Os dispositivos desta Lei entram em vigor na data da sua publicação, revogada a Lei Complementar n. 100/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.556/2017

Publicação Nº 1460504

LEI Nº 2.556/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO PARA SEREM LEILOADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens que, por natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis:



Nº	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1269	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 2.20 GHZ 1.99 GB
4860	ESTABILIZADOR ENERMAX
2810	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0694	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2667	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2833	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
2697	NOBREAK NHS COMPACT PLUS III
3659	NOBREAK ENERMAX
1244	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL 2.00 GHZ 0.99 GB
3657	MONITOR LCD POSITIVO 15 POL
3662	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3658	MICROCOMPUTADOR INTEL INSIDE
3683	NOBREAK NHS COMPACT PLUS II
3691	NOBREAK RAGTECH
5030	LS 5580-000/LINUX PC EDUCACIONAL (PROJETOR MEC) REV-01 MÁQUINAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS COM PROJETOR DE VIDEO - DCR - E:2011/23524-8 SERVIDOR DE ARQUIVO (SOLUÇÃO INTEGRADA DE PROJEÇÃO DENOMINADA - PROJETOR PROINFO).
3367	FOGAO INDUSTRIAL 4 BOCAS C/ FORNO MARCA METALMA
6816	LIQUIDIFICADOR FACILIC BRANCO 220V
3587	APARELHO DE SOM MINISYSTEN LENOX SOUND
3341	MONITOR LCD POSITIVO 15 POL
3343	NOBREAK ENERMAX
4325	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON POSITIVO (TELESALA)
4336	MONITOR LCD POSITIVO 17 POL
3371	VENTILADOR DE PAREDE MARCA ARGE
3618	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3601	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3535	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3489	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3579	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3575	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3577	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3610	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3613	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3629	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3538	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3542	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3478	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3526	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3621	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
3411	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
1265	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLASTICO
3533	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
0661	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0714	MESA PRE ESCOLAR EM FORMICA COLETIVA
0887	MESA PRE ESCOLAR COLETIVA EM FORMICA
2643	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2653	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2654	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2657	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2658	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2659	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2661	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2663	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2664	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2665	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2666	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2668	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2717	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FORMICA
2718	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FORMICA
2721	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FORMICA
2731	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FORMICA
2750	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

2805	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2818	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2860	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
2960	CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
3042	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3049	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3084	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM ALUMINIO
3088	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM ALUMINIO
3090	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM MADEIRA
3092	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM MADEIRA
3126	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3175	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3229	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3242	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3244	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3293	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3256	QUADRO BRANCO ESTRUTURA EM ALUMINIO
2788	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3291	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3290	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2636	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
4366	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF BEJE
0998	ESTABILIZADOR SOL 1000/400
0999	ESTABILIZADOR PHOENIX
1000	MONITOR 15 POL LG
1049	APARELHO DE SOM MINISYSTEM TOSHIBA
0908	BALCAO EM MDF C/ TAMPA EM FORMICA 2 PORTAS 4 GAVETAS
0910	FOGAO A GAS 4 BOCAS MARCA DAKO
1341	LAVA JATO MARCA JACTO 7000
1193	REFRIGERADOR BRASTEMP MARRON
0453	MESA EM MADEIRA BRANCA COLETIVA
5019	LS 5580-000/LINUX PC EDUCACIONAL (PROJETOR MEC) REV-01 MÁQUINAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS COM PROJETOR DE VIDEO - DCR - E:2011/23524-8 SERVIDOR DE ARQUIVO (SOLUÇÃO INTEGRADA DE PROJEÇÃO DENOMINADA - PROJETOR PROINFO).
4443	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
4458	BEBEDOURO DE GARAFAO ESMALTEC CELAGUA
4511	BEBEDOURO C/ GARAFAO 2 SAIDAS MASTER FRIO
4521	CAIXA DE SOM MARCA PALMER
4522	CAIXA DE SOM MARCA PALMER
4523	CAIXA DE SOM MARCA PALMER
4524	CAIXA DE SOM MARCA PALMER
2898	MONITOR 17 POL LG
4383	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO
4384	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO
4385	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO
4388	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO
4348	IMPRESSORA SAMSUNG ML2851 ND
5028	LS 5580-000/LINUX PC EDUCACIONAL (PROJETOR MEC) VER-01 MÁQUINAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS COM PROJETOR DE VIDEO - DCR - E:2011/23524-8 SERVIDOR DE ARQUIVO (SOLUÇÃO INTEGRADA DE PROJEÇÃO DENOMINADA - PROJETOR PROINFO).
4281	TELEVISOR 20 POL PHILIPS
6946	NOBREAK SMS 600 VA
4422	ESTABILIZADOR MICROSOL MIE
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1652	BALCÃO EM FORMICA BRANCA 3 PORTAS 3 GAVETAS
2149	NOBREAK REGTECH
2188	NOBREAK REGTEC
2190	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE I3 2,66 GHZ 4.00 GB DE RAM
6435	LIQUIDIFICADOR 600W
2112	PERSIANA EM TECIDO BRANCO COM 2.05 X 2.80
2200	PERSIANA EM TECIDO BRANCA 1,88 X 0,80
1724	NOBREAK ENERMAX
1676	NOBREAK NHS
6500	NOBREAK 1200 VA RAGTECH
6502	NOBREAK 1200 VA RAGTECH

6506	NOBREAK 1200 VA RAGTECH
6498	NOBREAK 1200 VA RAGTECH
3925	NOBREAK NHS COMPACT PLUS III
1942	NOBREAK REGTECH
1818	NOBREAK NHS
3930	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 3,40 GHZ 896 MB DE RAM
1640	MICROCOMPUTADOR CELERON 2.66 GHZ 992 MB
6557	PC WORK PENTIUM G2030 4GBDDR3, 500 GB FREEDOS, COM LICENÇA DE USO WINDOWS 7 PROFISSIONAL 32/64 BITS
1604	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.66 GHZ 0.99 GB
1461	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2,66 GHZ 0,99 GB DE RAM
6437	BALANÇA PLATAFORMA PORTATIL
6440	BALANÇA PLATAFORMA PORTATIL
6439	BALANÇA PLATAFORMA PORTATIL
6579	CALCULADORA IMPRESSORA PORTATIL CASIO
3906	IMPRESSORA MATRICIAL OLIVETTI DM 209-L
1581	MONITOR 19 POL. LCD MARCA LG
1531	ASPIRADOR DE PO MARCA ARNO 1400 W
1852	SELADORA ELETRICA IMPULSE SEALER SOLID-STATE TIMER
1630	MICROCOMPUTADOR PENTIUM D 3.40 GHZ 0.99 GB
3938	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUAL 2,33 GHZ 1,93 GB DE RAM
1742	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.66 GHZ 0.99 GB
1762	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.66 GHZ 0.99 GB
1512	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2,66 GHZ 0,99 GB DE RAM
1992	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 QUAD 2,66 GHZ 2,00 GB DE RAM
1993	MONITOR 19 POL. LCD MARCA SAMSUNG
1996	IMPRESSORA HP DESKJET 1015
2004	MONITOR 19 POL. LCD MARCA SAMSUNG
2016	MONITOR 17 POL LG FLATRON
2076	VIDEO CASSETE MARCA PHILCO 7 HEAD
2098	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2176	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO PLASTICO
2042	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2045	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2046	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2096	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2097	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2100	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2101	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2102	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2103	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2144	BANCO EM MADEIRA COLETIVO AMARELO
2166	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO PLASTICO
2167	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO PLASTICO
2173	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO PLASTICO
2104	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2106	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO VERDE
2115	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2116	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2118	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2120	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2122	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2124	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2125	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM PLASTICO
2133	FOGAO INDUSTRIAL C/ 6 BOCAS E FORNO MONTE CASTELO
1795	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
1677	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO EM PLÁSTICO AZUL
1901	CADEIRA FIXA EM FERRO ASSENTO PLÁSTICO COLORIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO
1652	BALCÃO EM FÓRMICA BRANCA 3 PORTAS E 3 GAVETAS
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2228	NOBREAK ENERMAX WINPART
4715	AQUECEDOR JAMES
2308	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORVIN PRETO
2305	IMPRESSORA HP DESKJET D 2460

2306	MICROCOMPUTADOR PENTIUM DUAL CORE 2,49 GHZ 972 MB DE RAM
2226	MONITOR 15 POL. LCD MARCA SAMSUNG
2231	MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4 3,00 GHZ 496 GB DE RAM
2217	ARQUIVO EM AÇO C/ 5 GAVETAS
2220	MONITOR 15 POL. LCD POSITIVO
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
3849	FOGAO ELETRICO MARCA MARCHESONI C/ 2 BOCAS
6675	NOBREAK 1200VA NHS (C/2 BATERIAS SELADAS)
1261	NOBREAK ENERMAX
3786	NOBREAK NHS COMPACT II
4858	ESTABILIZADOR ENERMAX
3917	PERSIANA EM TECIDO BEJE 1,82 X 2,75
4168	CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
3340	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 1.80 GHZ 504 MB
0996	MICROCOMPUTADOR CELERON
4288	NOBREAK SMS
4992	MICRO CENTRAL CONECTA II 208
4147	DESFRAGMENTADOR DE PAPEL MARCA MENNO FC 260 P
6651	MONITOR 21.5 LG 22EA 53T IPS SERIAL 309SPSSL09790
2330	ARMARIO EM MDF BRANCO 2 PORTAS C/ CHAVE
2335	NOTEBOOK TOSHIBA PENTIUM 4 1,84 GHZ 448 MB DE RAM
2338	MONITOR 17 POL. LCD SAMSUNG
2339	MICROCOMPUTADOR PENTIUM R 3,40 GHZ 0,99 BG DE RAM
6396	NOBREAK 1200 VA RAGTECH
6753	PC COMPOSIÇÃO INTEL CORE I3 4GB 500GB(CPU)
	GABINETE PREFEITO
6673	NOBREAK 1200VA NHS (C/2 BATERIAS SELADAS)
4112	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LQ 2070
	SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
4057	IMPRESSORA HP DESKJET 3420
1245	NOBREAK NHS
3889	NOBREAK NHS COMPACTPLUS III
4045	MICROCOMPUTADOR PENTIUM DUAL-CORE 2,50 GHZ 1,93 GB DE RAM
8460	CPU AMD A10 7860K 4MG COM PLACA MÃE - GABINETE E FONTE- GRAVADOR DVD HD MEMORIA CRUCIAL - TECLADO USB E MOUSE USB
6367	FORNO MICRO-ONDAS ELETROLUX MEF 41 31 L
6638	ADAPTADOR USB
6680	NOBREAK 1200VA NHS (C/2 BATERIAS SELADAS)
	SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
2763	MONITOR LG 17 POL
3867	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.66 GHZ 2.00 GB DE RAM
4188	NOBREAK NHS

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.557/2017

Publicação Nº 1460507

LEI Nº 2.557/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, à remuneração, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, aos comissionados, às funções gratificadas, diárias, Conselheiros Tutelares, bem como aos subsídios do Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal, no percentual de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2018.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### COMPLEMENTAR 052/2017

Publicação Nº 1458873

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 052-2017

ACRESCE DISPOSITIVO A LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2003, NO QUE DIZ RESPEITO AO ISSQN SOBRE OS SERVIÇOS DOS REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica acrescido o § 5º (parágrafo quinto) ao Art. 12 da Lei Complementar nº 006/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º A base de cálculo dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais previstos no subitem 21.01 do Anexo I, inclusive para créditos ainda não definitivamente constituídos compreende:

I – o valor dos emolumentos cobrados pelos serviços prestados.

II – os valores recebidos pela compensação dos atos gratuitos.

III - não se inclui na base de cálculo do imposto devido os valores destinados ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Os tabeliães e escrivães quando da execução de seus serviços de registros públicos, cartorários e notariais, deverão destacar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, calculado sobre o total dos emolumentos e acrescido deles, para futuros repasses dos mesmos a Fazenda Municipal.

§ 1º O valor do imposto destacado na forma do "Caput" não integra o preço do serviço.

§ 2º Os titulares da delegação dos serviços ou serventias notariais e de registros, são responsáveis pela apuração do ISSQN na forma prevista no "caput" deste artigo, e, pelo recolhimento do mesmo, junto a prefeitura municipal até o 15 (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da emissão da nota e/ou apuração, de conformidade com o disposto no calendário de arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza da LC nº 006/2003.

Art. 3º Os créditos tributários de ISSQN sobre os serviços descritos no item 21 do anexo I da Lei LC nº 006/2003, até o exercício de 2016, inscritos ou não em dívida ativa do Município, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, poderão ser extintos nas seguintes condições:

I – à vista, com 99% (noventa e nove por cento) de desconto da multa por descumprimento da obrigação principal e/ou acessória e dos juros moratórios.

II – em até 10 (dez) parcelas, com 85% (oitenta e cinco por cento) de desconto da multa por descumprimento da obrigação principal e/ou acessória e dos juros moratórios.

III – em até 36 (trinta e seis) parcelas, com 65% (sessenta e cinco por cento) de desconto da multa por descumprimento da obrigação principal e/ou acessória e dos juros moratórios.

IV – em até 48 (quarenta e oito) parcelas, com 50% (cinquenta por cento) de desconto da multa por descumprimento da obrigação principal e/ou acessória e dos juros moratórios.

Parágrafo Único: fica instituído como parcela mínima o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 15 de dezembro de 2017.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 160, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459009

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 93, Seção V Par.1º,2º,3º,4º, e 5º, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT, matrícula n.º 131, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pelo período de 180 dias, em conformidade com o atestado expedido pelo Dr. GILMAR LUIZ ZORTÉA inscrito no CRM/SC 4.719, na data de 11 de Dezembro de 2017, dos quais, 60 (sessenta) dias, serão de responsabilidade do Município, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 023 de 19 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão reembolsadas pelo RGPS (Regime da Previdência Social), no período de 11 de Dezembro de 2017 à 09 de Abril de 2018, sendo que o restante do período compreendido de 10 de Abril à 08 de Junho de 2018, serão consignados em dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Dezembro de 2017.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 14 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO ADITIVO Nº 5º A/C 023/2014 PM

Publicação Nº 1460739

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2014

Ref: O prazo de vigência Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Sétima do contrato, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018. O valor mensal previsto na Cláusula Quinta do Contrato Nº 023/2014 será mantido em R\$: 3.000,00 (três mil reais); em conformidade também com a Cláusula Quinta do referido contrato.

VALOR TOTAL ANUAL R\$: 36.000,00

CONTRATADO: LIZETE MARIA NEITZKE GRIMM.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo

CONTRATADO: LIZETE MARIA NEITZKE GRIMM.

Anchieta, 15 dezembro de 2017.

### DECRETO Nº 185/2017

Publicação Nº 1460900

DECRETO Nº. 185, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais;

Considerando a Resolução nº 10 de 31 de outubro de 2017 do Conselho Municipal de Saúde que aprovou o Plano Municipal de Saúde – PMS do Município de Anchieta/SC para o período de 4 (quatro) anos - 2018/2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Anchieta/SC, discutido e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde para o quadriênio 2018/2021, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A íntegra do Plano ora homologado ficará disponível para consulta no sítio da Prefeitura Municipal ([www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br))

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 14 de dezembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) . Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

### PORTARIA Nº 398/2017

Publicação Nº 1460250

PORTARIA Nº. 398/2017

De, 04 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias proporcionais para o Servidor Público Municipal João Horácio Dornelles, ocupante do cargo de Gerente de Difusão Tecnológica, lotado na Secretaria da Agricultura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 04/12/2017 à 29/12/2017

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº 399/2017

Publicação Nº 1460255

PORTARIA nº. 399/2017

De 14 de Dezembro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Débora Cristina Prevedello, ocupante do cargo de Nutricionista ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde – FMS – Programa NASF, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 14 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 400/2017**

Publicação Nº 1460257

PORTARIA Nº. 400/2017  
De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adacir Luiz Canalle, ocupante do cargo de Operador II, lotado na Secretaria de Infraestrutura, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 15/12/2017 à 13/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 401/2017**

Publicação Nº 1460260

PORTARIA Nº. 401/2017  
De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Daiana Ortolan, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 15/12/2017 à 13/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 402/2017**

Publicação Nº 1460265

PORTARIA Nº. 402/2017  
De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016;  
Considerando o Atestado Médico datado em 14/12/2017;  
Considerando o estado gravídico onde a servidora se encontra gestante de 29 semanas com parto provável para o dia 28/02/2018;  
Considerando a súmula nº 244 do TST;

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 89/2017 e Portaria nº 242/2017,

Art. 1º - Ficam prorrogadas as Portarias nº 89/2017 e nº 242/2017, da senhora Elizandra Junges Chenet, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil – ACT, Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, mais 20 (vinte) horas semanais, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais trabalhadas, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - O período da prorrogação se dará do período gestacional, ou seja de 15/12/2017 até o término do gozo da Licença maternidade.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 403/2017**

Publicação Nº 1460267

PORTARIA Nº. 403/2017  
De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Atestado Médico datado em 22/11/2017;

Considerando o estado gravídico onde a servidora se encontra gestante de 06 semanas e 04 dias, com parto provável para o dia 14/07/2018;

Considerando a súmula nº 244 do TST;

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 89/2017 e Portaria nº 242/2017,

Art. 1º - Ficam prorrogadas as Portarias nº 89/2017 e nº 242/2017, da senhora Elizandra Junges Chenet, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil – ACT, Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, mais 20 (vinte) horas semanais, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais trabalhadas, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - O período da prorrogação se dará do período gestacional, ou seja de 15/12/2017 até o término do gozo da Licença Maternidade.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 404/2017**

Publicação Nº 1460268

PORTARIA N. 404/2017

De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE,**

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Rudimar Lasarotto, ocupante do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal da Educação e designado para o Corpo de Bombeiro Militar, por um período de 30 (trinta) dias a partir de 15/12/2017 ou até a data definida pela perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 405/2017**

Publicação Nº 1460269

PORTARIA Nº. 405/2017

De, 15 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Diany Lunardi, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 18/12/2017 à 06/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 15 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

# Angelina

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 104/2017

Publicação Nº 1458993

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 104/17  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

#### EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:
-----------	---

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.055-0.1.65- Aplicação Direta	100,75
Total da Suplementação	100,75

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
-----------	--

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 13 de dezembro de 2017.  
GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 105/2017

Publicação Nº 1459008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 105/17  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

#### EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO	
04.02 - ENSINO INFANTIL - CRECHES	
(37) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.008-0.1.01 - Aplicação Direta - Oper.Intra-Orçam	10.000,00

(36) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.008-0.1.01 - Aplicação Direta	43.800,00
Total Suplementação	53.800,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente..
-----------	---

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 13 de dezembro de 2017.  
GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 106/2017

Publicação Nº 1459010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 106/17  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

#### EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
-----------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(20) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.033-0.1.02 - Aplicação Direta	3.300,00
(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.041-0.1.02 - Aplicação Direta	1.040,00
Total Suplementação	4.340,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
-----------	--

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
-----------	--

Angelina, 13 de dezembro de 2017.  
GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 107/2017

Publicação Nº 1459012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 107/17  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001225 de 06 de Dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias através da verificação de Superávit Financeiro.
--------------	--

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
(143) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0.3.34 - Aplicação Direta	4.834,30

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS	
06.03 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM	
(144) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0.3.00 - Aplicação Direta	12.326,37
(119) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0.3.64 - Aplicação Direta	78,33
Total Suplementação	17.239,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.
--------------	---

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
--------------	--

Angelina, 12 de dezembro de 2017.  
GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### ERRATA DE PORTARIA N 571/2017

Publicação Nº 1460514

#### ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 571/2017, publicada no DOM no dia 15 de dezembro de 2017, Edição nº. 2409, pg.18, desconsidera-se a servidora LUANA KREMER DE SOUZA (gestante);

Antônio Carlos, 15 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 572/2017

Publicação Nº 1460495

PORTARIA nº 572, em 15 de dezembro de 2017.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00019/13-4, nos assentamentos funcionais do servidor JOSÉ WALTER MACHADO, detentor da matrícula nº 133 e do cargo de provimento efetivo Operador de Máquina – 40h, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor JOSÉ WALTER MACHADO, detentor da matrícula nº 133 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina – 40h, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00019/13-4, dos períodos de 01/08/1976 a 31/10/1977, 07/05/1979 a 22/09/1980, 01/09/1981 a 31/01/1982, 26/02/1982 a 01/08/1984 e 02/08/1984 a 31/10/1990, correspondentes a 10 anos, 11 meses e 21 dias (4.001 dias) de tempo de contribuição, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2017.  
Geraldo Pauli  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 573/2017

Publicação Nº 1460499

PORTARIA nº 573, em 15 de dezembro de 2017.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00029/15-6, nos assentamentos funcionais da servidora VALTRUDES JUNCES PRIM, detentora da matrícula nº 262 e do cargo de provimento efetivo Agente de Serviços Gerais – 20h, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora VALTRUDES JUNCES PRIM, detentora da matrícula nº 262 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais – 20h, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00029/15-6, dos períodos de 01/03/1986 a 01/11/1990 e 22/05/1992 a 30/04/1993, correspondentes a 05 anos, 07 meses e 10 dias (2.045 dias), de tempo de contribuição, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2017.  
Geraldo Pauli  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 574/2017

Publicação Nº 1460501

PORTARIA Nº 574/2017

Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 30 dias, ao servidor ILDEMAR FARIAS DINIZ, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO 20H, a partir de 02 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 16/10/2009 a 15/10/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de dezembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2017.

### PORTARIA N 575/2017

Publicação Nº 1460502

PORTARIA Nº 575/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora EDITE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS

GERAIS, a partir de 02 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 16/02/2016 a 15/02/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 16 de dezembro de 2017.



# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017

Publicação Nº 1458681

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RELÓGIO PONTO PARA AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACORDO COM A NECESSIDADE.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 136/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE RELÓGIO PONTO PARA AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACORDO COM A NECESSIDADE, conforme quantitativos e condições a seguir:

170917 - M. SCHMITT COM. DE EQUIP. E. LTDA EPP					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	RELÓGIO PONTO BIOMETRIA COM NO MINIMO TECLADO SENSÍVEL AO TOQUE, LEITOR BIOMÉTRICO/CARTÕES DE PROXIMIDADE/SENHA DE IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS ATRAVÉS DE SENHA NUMÉRICA; IMPRESSORA COM GUILHOTINA, COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE REGISTRO DE PONTO COMPATÍVEL AO SÉCULO IV) PARA NO MÍNIMO 190 FUNCIONÁRIOS E COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DOS EQUIPAMENTOS NOS LOCAIS SOLICITADOS. CAPACIDADE DE BOBINA DE NO MÍNIMO 400M (10.000 + TIKETS POR BOBINA). HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, CERTIFICADO PELO INMETRO, CERTIFICADO NCC . HOMOLOGADO PELA PORTARIA 1.510/2009. COR DO APARELHO PRETO TEXTURIZADO. ALIMENTAÇÃO 110-220V (BIVOLT) 60HZ E NO-BREAK INTERNO DE ATÉ 4 HORAS.	CONTRO-LID	25	R\$2.050,00	R\$ 51.250,00
Total Fornecedor:			R\$ 51.250,00		
Total Geral:			R\$ 51.250,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 136/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 14/12/2018.

#### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS APÓS EMISSÃO DA ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria responsável. O local da entrega em todo o território municipal, conforme a necessidade da Secretaria Responsável.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

**5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento será efetuado EM 30 (TRINTA) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 a 2018.

Dotação
107.4.1.2047.344905235000000.1010000
110.9.1.2091.344905235000000.1000000
131.7.1.2070.344905235000000.1000000
170.13.1.2131.344905235000000.1000000
221.8.1.2085.344905235000000.1000000
243.4.1.2048.344905235000000.1010000
462.4.1.2047.344905235000000.1190000
58.6.1.2060.344905235000000.1000000
8.5.1.2050.344905235000000.1020000

**6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

**7 DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

**9 DA RESCISÃO DA ATA**

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;



- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

- 11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 14 de dezembro de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
M. SCHMITT COM. DE EQUIP. E. LTDA EPP MARCUS AURELIO SCHMITT Contratada		

## ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 112/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2017

Publicação Nº 1458682

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HORAS TRABALHADAS DE MÁQUINAS ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA E RETROESCAVADEIRA, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PARA O ANO DE 2018.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 139/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM HORAS TRABALHADAS DE MÁQUINAS ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA E RETROESCAVADEIRA, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PARA O ANO DE 2018, conforme quantitativos e condições a seguir:

60488 - TERRAPLANAGEM ZIMATH LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO EM HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO MINIMO DE 20 TONE- LADAS, COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 1500 KG, OS EQUIPAMENTOS NÃO PODEM TER MAIS DE 10 ANOS DE USO E DEVEM ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO (EQUIPAMENTO + OPERADOR + COMBUSTÍVEL + TRANSPORTE)	TER- RAPLA- NAGEM ZIMATH	750	R\$190,00	R\$ 142.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 14000 KG, EQUIPAMENTO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (EQUIPAMENTO + OPERADOR + COMBUSTÍVEL + TRANSPORTE)	TER- RAPLA- NAGEM ZIMATH	750	R\$200,00	R\$ 150.000,00
Total Fornecedor:			R\$ 292.500,00		
104043 - TERRAPLANAGEM MEDIO VALE LTDA EPP					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	SERVIÇOS RETROESCAVADEIRA TRAÇADA 4X4, OS EQUIPAMENTOS DEVEM ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO (EQUIPAMENTO + OPERADOR + COMBUSTÍVEL + TRANSPORTE)		500	R\$120,00	R\$ 60.000,00
Total Fornecedor:			R\$ 60.000,00		
119466 - DALUCIO JANUARIO-ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 11000 KG, EQUIPAMENTO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (EQUIPAMENTO + OPERADOR + COMBUSTÍVEL + TRANSPORTE)		700	R\$153,00	R\$ 107.100,00
Total Fornecedor:			R\$ 107.100,00		
Total Geral:			R\$ 459.600,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 139/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará de 01/01/2018 até 31/12/2018.

## 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

4.1 A prestação do serviço será feita parceladamente, conforme a necessidade. Os serviços deverão ser prestados em todo o território municipal (Perímetros Urbano e Rural), em até (02) dois dias após emissão de Ordem de Serviço, por parte das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e/ou Transportes e Obras.

4.1.1 Se a prestação dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da prestação do serviço, a proponente deverá emitir Nota Fiscal, juntamente com os registros de horímetros, correspondente as quantias executadas, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

Obs: Todas as máquinas deverão conter diário de bordo, para aferição das horas trabalhadas.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à prestadora do serviço, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento do serviço, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

## 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado ATÉ O DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE AO SERVIÇO PRESTADO, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018.

Dotação
165.6.1.2060.333903999000000.1000000
177.7.1.2070.333903999000000.1000000
189.6.1.2060.333903999000000.1390300

## 6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1 Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;
- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

### 8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

### 9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
  - 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
  - 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
  - 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
  - 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
  - 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
  - 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
  - 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
  - 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
  - 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
  - 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
  - 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
  - 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
  - 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
  - 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
    - 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
    - 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
    - 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
    - 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
    - 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
    - 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 14 de dezembro de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
TERRAPLANAGEM ZIMATH LTDA ME ROLAND ZIMATH JUNIOR Contratada		
TERRAPLANAGEM MEDIO VALE LTDA EPP PAULO SERGIO MOSER Contratada		
DALUCIO JANUARIO-ME DALUCIO JANUARIO Contratada		



**ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017**

Publicação Nº 1458684



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 140/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1 DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O EXERCÍCIO DE 2018**, conforme quantitativos e condições a seguir:

100803 - RSUL EIRELI EPP					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>KIT ESCOLAR 01 - EDUCAÇÃO INFANTIL, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR; 01 CADERNO DE DESENHO; 02 CADERNOS BROCHURA; 01 CAIXA DE MASSA DE MODELAR; 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR; 01 CAIXA DE GIZ DE CERA; 01 CAIXA DE GUACHE; 01 RÉGUA; 01 PINCEL; 01 TESOURA ESCOLAR; 01 COLA BRANCA; 01 APONTADOR; 01 BORRACHA; 04 LÁPIS PRETO; 01 KIT DENTAL; 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT. AGENDA ESCOLAR - CAPA/CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL COUCHE 150GR; TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 180 PÁGINAS, COM DOIS DIAS POR PÁGINA, INDICANDO MÊS, DIA NUMÉRICO E DIA DA SEMANA EM SINAIS DE LIBRAS. O MES E DIA DA SEMANA COM TRADUÇÃO EM PORTUGUES, INGLES, ALEMAO E ESPANHOL. MIOLO EM 1X1 COR, EM PAPEL OFFSET 70 GR; SENDO 8 PÁGINAS INICIAIS EM PAPEL OFFSET 70 GR 1X1 CORES. ACABAMENTO ESPIRAL PLÁSTICO; COM DADOS IDENTIFICAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO VIGENTE; DATAS COMEMORATIVAS; CALENDÁRIO DO ANO ANTERIOR; ANO VIGENTE E ANO POSTERIOR; PLANEJAMENTO DE PROVAS E ATIVIDADES; SENDO 14 PÁGINAS FINAIS EM OFFSET 70G; MUDANÇAS DA NOVA ORTOGRAFIA BRASILEIRA, TABUADA, CLASSIFICAÇÃO PERIÓDICA DOS ELEMENTOS; SIMBOLOS USADOS NA MATEMATICA; CURIOSIDADES DO PLANETA; PESOS E MEDIDAS; HINO DA INDEPENDENCIA; HINO DA BANDEIRA NACIONAL; HINO DE SANTA CATARINA; ALFABETO E NUMEROS EM LIBRAS; ANIVERSARIANTES. TODA A DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRAFICA DA AGENDA SERA POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA. APRESENTAR AMOSTRA DA AGENDA PERSONALIZADA EM 3 DIAS APÓS O CERTAME, NÃO SERA ACEITO COLAGEM DE ETIQUETA.</p> <p>CADERNO DE DESENHO - COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 40 X 27,5 CM E FECHADO 20 X 27,5 CM. MIOLO COM 50 FOLHAS (100 PÁGINAS) EM OFFSET 75G SEM IMPRESSÃO. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COM 4X1 CORES EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX C2S 250G COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA. ACABAMENTO: ESPIRAL NA COR QUE MELHOR COMBINAR. CAPA COM BRASÃO, FOTOS E HINO DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NO VERSO (PARTE INTERNA), QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>CADERNO BROCHURA 1/4 - CADERNO ESCOLAR COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 20 X 28 CM E FECHADO 14 X 20 CM. MIOLO COM 96 PÁGINAS EM PAPEL OFFSET 56G COM IMPRESSÃO EM 1X1 COR, SENDO A PRIMEIRA PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM 4X1 COR, EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX C2S 250G COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA. ACABAMENTO REFILADO, DOBRADO E COM 2 GRAMPOS. CAPA (01) COM BRASÃO E FOTOS DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NO VERSO PARTE INTERNA (02) HINO DO BRASIL, E NA PARTE INTERNA (03) HINO DE SANTA CATARINA E NA PARTE EXTERNA (04) HINO DO MUNICÍPIO. PRIMEIRA PÁGINA DO MIOLO DEVERÁ SER A PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO, LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E</p>	conforme anexo	350	R\$105,00	R\$ 36.750,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

<p>CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR. MASSA DE MODELAR (12 CORES) - MASSA SOFT PARA FAZER MODELAGEM E QUE POSSA SER PINTADA COM TINTAS ACRÍLICAS, PVA E GUACHE. ESTOJO COM 12 CORES, COM PESO MÍNIMO DE 200G. PRODUZIDA A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREAIS, ÁGUA, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS. MASSA COM TEXTURA SUPERMACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE NÃO ESFARELA. PRODUTO ATÓXICO, QUE NÃO MANCHA AS MÃOS E PODE SER REAPROVEITADO. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM O NÚMERO DO LOTE DE PRODUÇÃO E A VALIDADE DO PRODUTO.</p> <p>CAIXA DE LÁPIS DE COR - CORPO TRIANGULAR PINTADO NA COR DO GRAFITE, COM A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO NO CORPO DO LÁPIS. DEVERÁ SER FABRICADO COM MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: GRAFITE, CARGAS INERTES, MATERIAL CERÂMICO E MADEIRA. COM ÓTIMA COBERTURA E QUALIDADE. ESPESSURA DO GRAFITE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 04 MM, E O COMPRIMENTO MÍNIMO DO LÁPIS DE 17,6 CM. OS LÁPIS DEVERÃO VIR ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, COM BERÇO PARA MELHOR MANUSEIO E PROTEÇÃO DOS LÁPIS. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CAIXA DEVERÁ CONTER 14 LÁPIS DE COR MAIS 01 APONTADOR, TODOS DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA. AS CORES DOS 14 LÁPIS DEVERÃO SER: AMARELO, LARANJA, BRANCO, VERMELHO, ROSA, MARROM, PRETO, DOURADO, PRATEADO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, ROXO, VERDE CLARO E VERDE ESCURO.</p> <p>CAIXA DE GIZ DE CERA - GIZÃO DE CERA NO FORMATO TRIANGULAR COM 13 CORES BIG, COM PESO MÍNIMO DE 100G, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 MM (DIÂMETRO) E 105 MM (COMPRIMENTO), A BASE DE CERAS, CARGAS, MINERAIS INERTES E PIGMENTOS. COMPONENTES TOTALMENTE ATÓXICOS, NÃO PERECÍVEL, COM FORMATO ANATÔMICO PARA CRIANÇAS, COM MATÉRIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, QUE NÃO ESFARELA, NÃO MANCHA AS MÃOS E IDEAL PARA USO ESCOLAR. CONTENDO CORES VIVAS QUE FACILITAM SUA IDENTIFICAÇÃO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.</p> <p>GUACHE ESCOLAR (6 CORES) - TÊMPERA GUACHE, CADA COR COM 30ML, SENDO 06 CORES DIFERENTES, VIVAS E MISCÍVEIS ENTRE SI. SOLÚVEL EM ÁGUA. FRASCOS CONTENDO TAMPA COM ROSCA E COM BICO ECONÔMICO ABRE E FECHA. PRODUTO COM RÓTULO INDIVIDUAL CONTENDO A DESCRIÇÃO DA COR E VALIDADE. GUACHE COM ÓTIMA COBERTURA, ATÓXICO, INDICADO PARA SER APLICADO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. PRODUZIDO A BASE DE RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTE. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA.</p> <p>RÉGUA ESCOLAR - RÉGUA DE 30 CM, TRANSPARENTE, COM ESCALA EM CENTÍMETROS. ESPESSURA MÍNIMA DE 03 MM. PERSONALIZADA EM 01 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA.</p> <p>PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 14 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25 CM). COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA CANTOS, COBERTURAS DE ÁREAS, CONTORNOS, PATINA, PREENCHIMENTO, PINTURAS EM GERAL.</p> <p>TESOURA ESCOLAR - TESOURA SEM PONTA, COM TAMANHO MÍNIMO DE 13 CM, LÂMINA EM AÇO INOX. CABO ANATÔMICO E INTEIRIÇO ATÉ O PARAFUSO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM VISOR PARA INSERIR AS INFORMAÇÕES DO ESTUDANTE E COM HASTE FLEXÍVEL (VAI E VEM). PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO QUE DEVERÁ CONTER A IMAGEM DA TESOURA.</p> <p>COLA BRANCA - CONTENDO NO MÍNIMO 100G; FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL RECICLADO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MÍNIMA DE 85 KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO; COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA. PRODUTO ATÓXICO E LAVÁVEL (OBRIGATÓRIO CONSTAR LAVÁVEL NO RÓTULO ORIGINAL DO PRODUTO). RECOMENDADO PARA COLAGENS EM PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVRÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA.</p> <p>APONTADOR COM 3 FUIROS - APONTADOR COM TAMPA CONTENDO TRÊS ORIFÍCIOS DIFERENTES PARA APONTAR, COM LAMINA INDEPENDENTE FIXADA POR PARAFUSO EM AÇO CARBONO, SENDO UMA DAS LAMINAS COM 30 MM DE COMPRIMENTO E 2 COM 22 MM DE COMPRIMENTO. DEPÓSITO NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 53 X 53 X 22 MM, COM CANTOS ARREDONDADOS. COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA E AÇO. SELO INMETRO E SELO DE SEGURANÇA INDICANDO O USO IMPRÓPRIO PARA MENORES DE 4</p>				
---	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

	<p>ANOS POR CONTER PARTES PEQUENAS QUE PODEM SER ENGOLIDAS OU ASPIRADAS. SIMILAR OU SUPERIOR A TILIBRA. BORRACHA BRANCA OVAL - TAMANHO MÍNIMO DE 50MM X 28MM, ESPESSURA 11MM E PESO APROXIMADO DE 19G. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO, COM COMPROVAÇÃO NA PROPOSTA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E ESTIRENO-BUTADIENO.</p> <p>LÁPIS PRETO RECICLADO - CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO. LÁPIS ULTRA RESISTENTE. ESCRITA NA COR GRAFITE. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 173 MM E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6 MM. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO EM 01 COR DE IMPRESSÃO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS INCLUSIVE NA AMOSTRA. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA, JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA QUE COMPROVE A COMPOSIÇÃO DO LÁPIS.</p> <p>KIT DENTAL - CONTENDO 1 GEL DENTAL DE NO MÍNIMO 50GR SEM FLÚOR E SEM CORANTES, 1 ESCOVA MÉDIA COM PROTETOR DE CERDAS E 1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 CM COM BAINHA E 2 VIRAIS, PERSONALIZADA COM 1 COR EM ESTAMPA TÉRMICA. TODOS OS ITENS INSERIDOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RÍGIDO COM ALÇA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 15X9X4CM, PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NA TAMP DO ESTOJO COM 01 COR DE IMPRESSÃO, SENDO VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS INCLUSIVE NA AMOSTRA.</p> <p>BOX PARA MONTAGEM DO KIT - CAIXA DE PAPELÃO PRODUZIDA EM PAPELÃO RECICLADO MICROONDULADO ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 390 GRAMAS. RESISTENTE E COM AS MEDIDAS APROPRIADAS PARA O DEVIDO ACONDICIONAMENTO DO KIT. ALÇA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 2 CM, COM REFORÇO PLÁSTICO INTERNO DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 4 CM. CAIXA PERSONALIZADA EM UMA COR, COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO E CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, ANO E TURMA. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>* TODOS OS ITENS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA DE PAPELÃO (BOX), PRONTOS PARA ENTREGA DO KIT ESCOLAR DIRETAMENTE AOS ALUNOS.</p> <p>* OS KITS ESCOLARES DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM UMA CAIXA MÁSTER COM NO MÁXIMO 11 KITS ESCOLARES.</p>				
2	<p>KIT ESCOLAR 02 - ANOS INICIAIS, CONTENDO:</p> <p>01 AGENDA ESCOLAR; 01 CADERNO DE DESENHO; 10 CADERNOS BROCHURA; 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR; 01 CAIXA DE GIZ DE CERA; 01 CAIXA DE GUACHE; 01 RÉGUA; 01 PINCEL; 01 TESOURA ESCOLAR; 01 COLA BRANCA; 01 CAIXA DE CANETINHAS; 01 APONTADOR; 01 BORRACHA; 04 LÁPIS PRETO; 03 CANETAS AZUL; 01 ESTOJO ESCOLAR; 01 SQUEEZE; 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT.</p> <p>AGENDA ESCOLAR - CAPA/CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL COUCHE 150GR; TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 180 PÁGINAS, COM DOIS DIAS POR PÁGINA, INDICANDO MÊS, DIA MUMERICO E DIA DA SEMANA EM SINAIS DE LIBRAS. O MES E DIA DA SEMANA COM TRADUCAO EM PORTUGUES, INGLES, ALEAMAO E ESPANHOL. MIOLO EM1X1 COR, EM PAPEL OFFSET 70 GR; SENDO 8 PÁGINAS INICIAIS EM PAPEL OFFSET 70 GR 1X1 CORES. ACABAMENTO ESPIRAL PLÁSTICO; COM DADOS IDENTIFICACAO; CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO VIGENTE; DATAS COMEMORATIVAS; CALENDÁRIO DO ANO ANTERIOR; ANO VIGENTE E ANO POSTERIOR; PLANEJAMENTO DE PROVAS E ATIVIDADES; SENDO 14 PÁGINAS FINAIS EM OFFSET 70G; MUDANCAS DA NOVA ORTOGRAFIA BRASILEIRA, TABUADA, CLASSIFICACAO PERIÓDICA DOS ELEMENTOS; SIMBOLOS USADOS NA MATEMATICA; CURIOSIDADES DO PLANETA; PESOS E MEDIDAS; HINO DA INDEPENDENCIA; HINO DA BANDEIRA NACIONAL; HINO DE SANTA CATARINA; ALFABETO E NUMEROS EM LIBRAS; ANIVERSARIANTES. TODA A DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRAFICA DA AGENDA SERA POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA. APRESENTAR AMOSTRA DA AGENDA PERSONALIZADA EM 3 DIAS APÓS O CERTAME, NÃO SERA ACEITO COLAGEM DE ETIQUETA.</p> <p>CADERNO DE DESENHO - COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 40 X 27,5 CM E FECHADO 20 X 27,5 CM. MIOLO COM 50 FOLHAS (100 PÁGINAS) EM OFFSET 75G SEM IMPRESSÃO. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COM 4X1 CORES EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX C2S 250G COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA. ACABAMENTO: ESPIRAL NA COR QUE MELHOR COMBINAR. CAPA COM BRASÃO, FOTOS E HINO DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NO VERSO (PARTE INTERNA), QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p>	conforme anexo	610	R\$124,5000	R\$ 75.945,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

<p>CADERNO BROCHURA 1/4 - CADERNO ESCOLAR COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 20 X 28 CM E FECHADO 14 X 20 CM. MIOLO COM 96 PÁGINAS EM PAPEL OFFSET 56G COM IMPRESSÃO EM 1X1 COR, SENDO A PRIMEIRA PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM 4X1 COR, EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX C2S 250G COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA. ACABAMENTO REFILADO, DOBRADO E COM 2 GRAMPOS. CAPA (01) COM BRASÃO E FOTOS DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NO VERSO PARTE INTERNA (02) HINO DO BRASIL, E NA PARTE INTERNA (03) HINO DE SANTA CATARINA E NA PARTE EXTERNA (04) HINO DO MUNICÍPIO. PRIMEIRA PÁGINA DO MIOLO DEVERÁ SER A PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO, LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR. CAIXA DE LÁPIS DE COR - CORPO TRIANGULAR PINTADO NA COR DO GRAFITE, COM A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO NO CORPO DO LÁPIS. DEVERÁ SER FABRICADO COM MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: GRAFITE, CARGAS INERTES, MATERIAL CERÂMICO E MADEIRA. COM ÓTIMA COBERTURA E QUALIDADE. ESPESSURA DO GRAFITE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 04 MM, E O COMPRIMENTO MÍNIMO DO LÁPIS DE 17,6 CM. OS LÁPIS DEVERÃO VIR ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, COM BERÇO PARA MELHOR MANUSEIO E PROTEÇÃO DOS LÁPIS. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CAIXA DEVERÁ CONTER 14 LÁPIS DE COR MAIS 01 APONTADOR, TODOS DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA. AS CORES DOS 14 LÁPIS DEVERÃO SER: AMARELO, LARANJA, BRANCO, VERMELHO, ROSA, MARROM, PRETO, DOURADO, PRATEADO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, ROXO, VERDE CLARO E VERDE ESCURO.</p> <p>CAIXA DE GIZ DE CERA - GIZÃO DE CERA NO FORMATO TRIANGULAR COM 13 CORES BIG, COM PESO MÍNIMO DE 100G, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 MM (DIÂMETRO) E 105 MM (COMPRIMENTO), A BASE DE CERAS, CARGAS, MINERAIS INERTES E PIGMENTOS. COMPONENTES TOTALMENTE ATÓXICOS, NÃO PERECÍVEL, COM FORMATO ANATÔMICO PARA CRIANÇAS, COM MATÉRIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, QUE NÃO ESFARELA, NÃO MANCHA AS MÃOS E IDEAL PARA USO ESCOLAR. CONTENDO CORES VIVAS QUE FACILITAM SUA IDENTIFICAÇÃO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.</p> <p>GUACHE ESCOLAR (6 CORES) - TÊMPERA GUACHE, CADA COR COM 30ML, SENDO 06 CORES DIFERENTES, VIVAS E MISCÍVEIS ENTRE SI. SOLÚVEL EM ÁGUA. FRASCOS CONTENDO TAMPA COM ROSCA E COM BICO ECONÔMICO ABRE E FECHA. PRODUTO COM RÓTULO INDIVIDUAL CONTENDO A DESCRIÇÃO DA COR E VALIDADE. GUACHE COM ÓTIMA COBERTURA, ATÓXICO, INDICADO PARA SER APLICADO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. PRODUZIDO A BASE DE RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTE. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA.</p> <p>RÉGUA ESCOLAR - RÉGUA DE 30 CM, TRANSPARENTE, COM ESCALA EM CENTÍMETROS. ESPESSURA MÍNIMA DE 03 MM. PERSONALIZADA EM 01 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA.</p> <p>PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 14 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25 CM). COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA CANTOS, COBERTURAS DE ÁREAS, CONTORNOS, PATINA, PREENCHIMENTO, PINTURAS EM GERAL.</p> <p>TESOURA ESCOLAR - TESOURA SEM PONTA, COM TAMANHO MÍNIMO DE 13 CM, LÂMINA EM AÇO INOX. CABO ANATÔMICO E INTEIRIÇO ATÉ O PARAFUSO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM VISOR PARA INSERIR AS INFORMAÇÕES DO ESTUDANTE E COM HASTE FLEXÍVEL (VAI E VEM). PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO QUE DEVERÁ CONTER A IMAGEM DA TESOURA.</p> <p>COLA BRANCA - CONTENDO NO MÍNIMO 100G; FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL RECICLADO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MÍNIMA DE 85 KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO; COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA. PRODUTO ATÓXICO E LAVÁVEL (OBRIGATÓRIO CONSTAR LAVÁVEL NO RÓTULO ORIGINAL DO PRODUTO). RECOMENDADO PARA COLAGENS EM PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVRÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA.</p> <p>CAIXA DE CANETINHAS HIDROGRAFICA - CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES EM CORES DIFERENTES. PONTA DE POLIÉSTER, COM CORPO OPACO OU BRILHANTE. PONTA MÉDIA E RESISTENTE, COM TINTA LAVÁVEL, COM RESPIRO. AS DIMENSÕES MÍNIMAS DEVERÃO SER DE 8 MM DE DIÂMETRO E 140 MM DE. A TAMPA E A CALDA DEVERÃO SER DA MESMA COR DA ESCRITA. A TAMPA DEVE SER VENTILADA. A BARRA INTERNA DA CANETINHA DEVERÁ POSSUIR CONSTITUIÇÃO UNIFORME, SER ISENTA DE IMPUREZAS,</p>				
---	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

	<p>APRESENTAR BOA PIGMENTAÇÃO, SER MACIA, COM ALTO PODER DE COBERTURA E SER ATÓXICA. O PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. O PRODUTO DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO RESISTENTE E COM VISOR PARA O PERFEITO ACONDICIONAMENTO DAS CANETINHAS. SÃO OBRIGATÓRIAS AS CORES: PRETO, AMARELO E VERMELHO. COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, ÁGUA, CORANTES E UMECTANTES. CADA CANETINHA DEVE TRAZER A MARCA DO FABRICANTE E A INFORMAÇÃO DE LAVÁVEL GRAVADA EM SEU CORPO, E DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ASTM D 4236.</p> <p>APONTADOR COM 3 FUROS - APONTADOR COM TAMPA CONTENDO TRÊS ORIFÍCIOS DIFERENTES PARA APONTAR, COM LAMINA INDEPENDENTE FIXADA POR PARAFUSO EM AÇO CARBONO, SENDO UMA DAS LAMINAS COM 30 MM DE COMPRIMENTO E 2 COM 22 MM DE COMPRIMENTO. DEPÓSITO NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 53 X 53 X 22 MM, COM CANTOS ARREDONDADOS. COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA E AÇO. SELO INMETRO E SELO DE SEGURANÇA INDICANDO O USO IMPRÓPRIO PARA MENORES DE 4 ANOS POR CONTER PARTES PEQUENAS QUE PODEM SER ENGOLIDAS OU ASPIRADAS. SIMILAR OU SUPERIOR A TILIBRA.</p> <p>BORRACHA BRANCA OVAL - TAMANHO MÍNIMO DE 50MM X 28MM, ESPESSURA 11MM E PESO APROXIMADO DE 19G. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO, COM COMPROVAÇÃO NA PROPOSTA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E ESTIRENO-BUTADIENO.</p> <p>LÁPIS PRETO RECICLADO - CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO. LÁPIS ULTRA RESISTENTE. ESCRITA NA COR GRAFITE. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 173 MM E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6 MM. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO EM 01 COR DE IMPRESSÃO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS INCLUSIVE NA AMOSTRA. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA, JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA QUE COMPROVE A COMPOSIÇÃO DO LÁPIS.</p> <p>CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL - ESCRITA MACIA, FINA, DE PRECISÃO E UNIFORME, NA COR AZUL. CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM FURO DE RESPIRO NA LATERAL, COM FORMATO SEXTAVADO, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR SEM ROSQUEAMENTO. ENCAIXE FIRME E PERFEITO DA TAMPA ANTIASTAXIANTE. A PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA DEVERÁ MEDIR NO MÍNIMO 10 CM. A PONTA DEVERÁ SER EM LATÃO E COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CANETA DEVERÁ SER PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 1 COR.</p> <p>ESTOJO ESCOLAR - MODELAGEM TIJOLINHO EM TECIDO POLIÉSTER PLASTIFICADO NA COR A SER DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. COMPOSIÇÃO: TECIDO 100% POLIÉSTER PLASTIFICADO EM GRAMATURA MÍNIMA DE 365 GM<sup>2</sup>, COM FECHAMENTO EM ZÍPER NA COR A ESCOLHER PELA ADMINISTRAÇÃO. MEDIDAS DO ESTOJO: 70X70X205MM. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE ESTAMPA TÉRMICA.</p> <p>VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS.</p> <p>SQUEEZE FLEXÍVEL - EM PLÁSTICO DOBRÁVEL COM MOSQUETÃO, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 480 ML. CORES SORTIDAS. MEDIDAS PARA GRAVAÇÃO, ALTURA APROXIMADA 21,5 CM E LARGURA APROXIMADA 9,6 CM. PERSONALIZADO COM GRAVAÇÃO EM 1 COR. PLÁSTICO LIVRE DE BPA, ULTRA RESISTENTE E QUE POSSA SER CONGELADO PARA MANTER A BEBIDA FRIA.</p> <p>BOX PARA MONTAGEM DO KIT - CAIXA DE PAPELÃO PRODUZIDA EM PAPELÃO RECICLADO MICROONDULADO ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 390 GRAMAS. RESISTENTE E COM AS MEDIDAS APROPRIADAS PARA O DEVIDO ACONDICIONAMENTO DO KIT. ALÇA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 2 CM, COM REFORÇO PLÁSTICO INTERNO DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 4 CM. CAIXA PERSONALIZADA EM UMA COR, COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO E CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, ANO E TURMA. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>* TODOS OS ITENS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA DE PAPELÃO (BOX), PRONTOS PARA ENTREGA DO KIT ESCOLAR DIRETAMENTE AOS ALUNOS.</p> <p>* OS KITS ESCOLARES DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM UMA CAIXA MÁSTER COM NO MÁXIMO 11 KITS ESCOLARES.</p>				
3	<p>KIT ESCOLAR 03 - ANOS FINAIS, CONTENDO: 01 AGENDA ESCOLAR; 01 CADERNO DE DESENHO; 02 CADERNOS UNIVERSITÁRIOS; 1 TABELA PERIÓDICA; 01 CAIXA DE LÁPIS DE COR; 01 CAIXA DE GIZ DE CERA; 01 CAIXA DE GUACHE; 01 RÉGUA; 01 PINCEL; 01 TESOURA ESCOLAR; 01 COLA BRANCA; 01 APONTADOR; 01 BORRACHA; 04 LÁPIS PRETO; 02 CANETAS AZUL; 01 CANETA PRETA; 01 COMPASSO; 01 ESTOJO ESCOLAR; 01 SQUEEZE; 01 ESQUADRO 45; 01 ESQUADRO 60; 01 TRANSFERIDOR 180; 01 BOX PARA MONTAGEM DO KIT.</p>	conforme anexo	530	R\$137,4000	R\$ 72.822,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

<p>AGENDA ESCOLAR - CAPA/CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL COUCHE 150GR; TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 180 PÁGINAS, COM DOIS DIAS POR PÁGINA, INDICANDO MÊS, DIA NUMÉRICO E DIA DA SEMANA EM SINAIS DE LIBRAS. O MES E DIA DA SEMANA COM TRADUÇÃO EM PORTUGUES, INGLES, ALEMAO E ESPANHOL. MIOLO EM 1X1 COR, EM PAPEL OFFSET 70 GR; SENDO 8 PÁGINAS INICIAIS EM PAPEL OFFSET 70 GR 1X1 CORES. ACABAMENTO ESPIRAL PLÁSTICO; COM DADOS IDENTIFICAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO VIGENTE; DATAS COMEMORATIVAS; CALENDÁRIO DO ANO ANTERIOR; ANO VIGENTE E ANO POSTERIOR; PLANEJAMENTO DE PROVAS E ATIVIDADES; SENDO 14 PÁGINAS FINAIS EM OFFSET 70G; MUDANÇAS DA NOVA ORTOGRAFIA BRASILEIRA, TABUADA, CLASSIFICAÇÃO PERIÓDICA DOS ELEMENTOS; SIMBOLOS USADOS NA MATEMATICA; CURIOSIDADES DO PLANETA; PESOS E MEDIDAS; HINO DA INDEPENDENCIA; HINO DA BANDEIRA NACIONAL; HINO DE SANTA CATARINA; ALFABETO E NUMEROS EM LIBRAS; ANIVERSARIANTES. TODA A DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRAFICA DA AGENDA SERA POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA. APRESENTAR AMOSTRA DA AGENDA PERSONALIZADA EM 3 DIAS APÓS O CERTAME, NÃO SERA ACEITO COLAGEM DE ETIQUETA.</p> <p>CADERNO DE DESENHO - COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 40 X 27,5 CM E FECHADO 20 X 27,5 CM. MIOLO COM 50 FOLHAS (100 PÁGINAS) EM OFFSET 75G SEM IMPRESSÃO. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COM 4X1 CORES EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX C25 250G COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA. ACABAMENTO: ESPIRAL NA COR QUE MELHOR COMBINAR. CAPA COM BRASÃO, FOTOS E HINO DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NO VERSO (PARTE INTERNA), QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>TABELA PERIÓDICA DOS ELEMENTOS - TABELA COMPLETA PARA ESTUDO, SIMPLIFICADA PARA PROVAS. CONTENDO: TABELA PARA CÁTIOS, TABELA DE SOLUBILIDADE, SUBNÍVEIS ENERGÉTICOS, NATUREZA DAS RADIAÇÕES, VARIAÇÕES DAS PROPRIEDADES, CLASSIFICAÇÕES DOS ELEMENTOS, FILA DE REATIVIDADE DOS METAIS, ELEMENTOS RADIOATIVOS E PRINCIPAIS ALÓTROPOS. TAMANHO 21 X 44 CM, PLASTIFICADA. COM REGISTO NA BIBLIOTECA NACIONAL.</p> <p>CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATERIAS (CAPA DURA) - CADERNO UNIVERSITÁRIO COM 10 MATÉRIAS (200 FOLHAS), MAIS 01 FOLHA DE APRESENTAÇÃO (PERSONALIZADA), COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 27,5 X 40 CM E FECHADO 27,5 X 20 CM. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COM 4X0 CORES EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 120GR COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA ENVOLTO EM PAPELÃO 1,5 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120G COM 1X0 CORES. ENVELOPE CANGURU DUPLA FACE (BOLSA NOS DOIS LADOS) NAS MEDIDAS 40 X 33,5 CM ABERTO E 20 X 27,5 CM FECHADO EM OFFSET 150G COM IMPRESSÃO EM 4X0 CORES E COM CORTE ESPECIAL. ACABAMENTO: ESPIRAL METÁLICO. CAPA (01) COM BRASÃO E FOTOS DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NA GUARDA (02) HINO DO BRASIL, NA GUARDA (03) HINO DE SANTA CATARINA E NA PARTE EXTERNA (04) HINO DO MUNICÍPIO. PÁGINA DE APRESENTAÇÃO DEVERÁ SER A PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO, LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR, E NO VERSO CALENDÁRIO. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>CAIXA DE LÁPIS DE COR - CORPO TRIANGULAR PINTADO NA COR DO GRAFITE, COM A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO NO CORPO DO LÁPIS. DEVERÁ SER FABRICADO COM MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: GRAFITE, CARGAS INERTES, MATERIAL CERÂMICO E MADEIRA. COM ÓTIMA COBERTURA E QUALIDADE. ESPESSURA DO GRAFITE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 04 MM, E O COMPRIMENTO MÍNIMO DO LÁPIS DE 17,6 CM. OS LÁPIS DEVERÃO VIR ACONDICIONADOS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, COM BERÇO PARA MELHOR MANUSEIO E PROTEÇÃO DOS LÁPIS. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CAIXA DEVERÁ CONTER 14 LÁPIS DE COR MAIS 01 APONTADOR, TODOS DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA. AS CORES DOS 14 LÁPIS DEVERÃO SER: AMARELO, LARANJA, BRANCO, VERMELHO, ROSA, MARROM, PRETO, DOURADO, PRATEADO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, ROXO, VERDE CLARO E VERDE ESCURO.</p> <p>CAIXA DE GIZ DE CERA - GIZÃO DE CERA NO FORMATO TRIANGULAR COM 13 CORES BIG, COM PESO MÍNIMO DE 100G, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 MM (DIÂMETRO) E 105 MM (COMPRIMENTO), A BASE DE CERAS, CARGAS, MINERAIS INERTES E PIGMENTOS. COMPONENTES TOTALMENTE ATÓXICOS, NÃO PERECÍVEL, COM FORMATO ANATÔMICO PARA CRIANÇAS, COM MATÉRIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, QUE NÃO ESFARELA, NÃO MANCHA AS MÃOS E IDEAL PARA USO ESCOLAR. CONTENDO CORES VIVAS QUE FACILITAM SUA IDENTIFICAÇÃO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.</p> <p>GUACHE ESCOLAR (12 CORES) - CAIXA COM 12 CORES DIFERENTES, VIVAS E MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM ÁGUA. FRASCOS CONTENDO TAMPA COM ROSCA E COM O</p>				
---	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

<p>NOME DO FORNECEDOR. FRASCOS COM NO MÍNIMO 15 ML. DEVERÁ TER ÓTIMA COBERTURA. PRODUTO ATÓXICO, E IDEAL PARA SER APLICADO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. PRODUZIDO A BASE DE RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTES, INDICADA PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. RÉGUA ESCOLAR - RÉGUA DE 30 CM, TRANSPARENTE, COM ESCALA EM CENTÍMETROS. ESPESSURA MÍNIMA DE 03 MM. PERSONALIZADA EM 01 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA. PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 14 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25 CM). COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA CANTOS, COBERTURAS DE ÁREAS, CONTORNOS, PATINA, PREENCHIMENTO, PINTURAS EM GERAL.</p> <p>TESOURA ESCOLAR - TESOURA SEM PONTA, COM TAMANHO MÍNIMO DE 13 CM, LÂMINA EM AÇO INOX. CABO ANATÔMICO E INTEIRIÇO ATÉ O PARAFUSO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM VISOR PARA INSERIR AS INFORMAÇÕES DO ESTUDANTE E COM HASTE FLEXÍVEL (VAI E VEM). PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO QUE DEVERÁ CONTER A IMAGEM DA TESOURA. COLA BRANCA - CONTENDO NO MÍNIMO 100G; FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL RECICLADO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MÍNIMA DE 85 KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO; COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA. PRODUTO ATÓXICO E LAVÁVEL (OBRIGATÓRIO CONSTAR LAVÁVEL NO RÓTULO ORIGINAL DO PRODUTO). RECOMENDADO PARA COLAGENS EM PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVRÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA.</p> <p>APONTADOR COM 3 FUROS - APONTADOR COM TAMPA CONTENDO TRÊS ORIFÍCIOS DIFERENTES PARA APONTAR, COM LAMINA INDEPENDENTE FIXADA POR PARAFUSO EM AÇO CARBONO, SENDO UMA DAS LAMINAS COM 30 MM DE COMPRIMENTO E 2 COM 22 MM DE COMPRIMENTO. DEPÓSITO NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 53 X 53 X 22 MM, COM CANTOS ARREDONDADOS. COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA E AÇO. SELO INMETRO E SELO DE SEGURANÇA INDICANDO O USO IMPRÓPRIO PARA MENORES DE 4 ANOS POR CONTER PARTES PEQUENAS QUE PODEM SER ENGOLIDAS OU ASPIRADAS. SIMILAR OU SUPERIOR A TILBIRA.</p> <p>BORRACHA BRANCA OVAL - TAMANHO MÍNIMO DE 50MM X 28MM, ESPESSURA 11MM E PESO APROXIMADO DE 19G. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO, COM COMPROVAÇÃO NA PROPOSTA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E ESTIRENO-BUTADIENO.</p> <p>LÁPIS PRETO RECICLADO - CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO. LÁPIS ULTRA RESISTENTE. ESCRITA NA COR GRAFITE. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 173 MM E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6 MM. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO EM 01 COR DE IMPRESSÃO, SENDO VEDADA A UTILIZAÇÃO DE ETIQUETAS INCLUSIVE NA AMOSTRA. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA, JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA QUE COMPROVE A COMPOSIÇÃO DO LÁPIS.</p> <p>CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL - ESCRITA MACIA, FINA, DE PRECISÃO E UNIFORME, NA COR AZUL. CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM FURO DE RESPIRO NA LATERAL, COM FORMATO SEXTAVADO, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR SEM ROSQUEAMENTO. ENCAIXE FIRME E PERFEITO DA TAMPA ANTIASFIXIANTE. A PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA DEVERÁ MEDIR NO MÍNIMO 10 CM. A PONTA DEVERÁ SER EM LATÃO E COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CANETA DEVERÁ SER PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 1 COR.</p> <p>CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA - ESCRITA MACIA, FINA, DE PRECISÃO E UNIFORME, NA COR PRETA. CORPO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE COM FURO DE RESPIRO NA LATERAL, COM FORMATO SEXTAVADO, QUE POSSIBILITE A RETIRADA DA CARGA PELA EXTREMIDADE INFERIOR SEM ROSQUEAMENTO. ENCAIXE FIRME E PERFEITO DA TAMPA ANTIASFIXIANTE. A PARTE VISÍVEL DA TINTA NO TUBO DE CARGA DEVERÁ MEDIR NO MÍNIMO 10 CM. A PONTA DEVERÁ SER EM LATÃO E COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA. A CANETA DEVERÁ SER PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 1 COR.</p> <p>COMPASSO - ENCARTELADO COM REFIL DE GRAFITE NA EMBALAGEM ORIGINAL; HASTES EM METAL QUE PERMITE REGULAR A DISTÂNCIA ENTRE AS PONTAS; APROPRIADO PARA DESENHAR ARCOS DE CIRCUNFERÊNCIAS E DESENHOS GEOMÉTRICOS.</p> <p>ESTOJO ESCOLAR - MODELAGEM TIJOLINHO EM TECIDO POLIÉSTER PLASTIFICADO NA COR A SER DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. COMPOSIÇÃO: TECIDO 100% POLIESTER</p>				
--	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

	<p>PLASTIFICADO EM GRAMATURA MÍNIMA DE 365 GM<sup>2</sup>, COM FECHAMENTO EM ZÍPER NA COR A ESCOLHER PELA ADMINISTRAÇÃO. MEDIDAS DO ESTOJO: 70X70X205MM. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICIPIO ATRAVÉS DE ESTAMPA TÉRMICA. VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS. SQUEEZE FLEXÍVEL - EM PLÁSTICO DOBRÁVEL COM MOSQUETÃO, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 480 ML. CORES SORTIDAS. MEDIDAS PARA GRAVAÇÃO, ALTURA APROXIMADA 21,5 CM E LARGURA APROXIMADA 9,6 CM. PERSONALIZADO COM GRAVAÇÃO EM 1 COR. PLÁSTICO LIVRE DE BPA, ULTRA RESISTENTE E QUE POSSA SER CONGELADO PARA MANTER A BEBIDA FRIA. ESQUADRO 45° - PRODUZIDO EM MATERIAL RECICLADO PET, COM TAMANHO APROXIMADO DE 21 X 14,5 CM, COM ESPESSURA DE MÍNIMA DE 2 MM. MATERIAL COM GRADUAÇÃO DE ESQUADRO 45° X 90° X 45° E COM MEDIDAS DE 0 A 14 CM. COM ACABAMENTO DE CORTE EM DECLIVE, COM REBAIXO APROXIMADO DE 0,5 MM. PERSONALIZADO COM 1 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO. VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA. ESQUADRO 60° - PRODUZIDO EM MATERIAL RECICLADO PET, COM TAMANHO APROXIMADO DE 22,5 X 11,5 CM, COM ESPESSURA DE MÍNIMA DE 2 MM. MATERIAL COM GRADUAÇÃO DE ESQUADRO 90° X 60° X 30° E COM MEDIDAS DE 0 A 17,5 CM. COM ACABAMENTO DE CORTE EM DECLIVE, COM REBAIXO APROXIMADO DE 0,5 MM. PERSONALIZADO COM 1 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO. VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA. TRANSFERIDOR 180° - PRODUZIDO EM MATERIAL RECICLADO PET, COM TAMANHO APROXIMADO DE 12 X 7 CM, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2 MM. MATERIAL COM GRADUAÇÃO DE GRAUS E CENTÍMETROS. COM ACABAMENTO DE CORTE EM DECLIVE, COM REBAIXO APROXIMADO DE 0,5 MM. PERSONALIZADO COM 1 COR DE IMPRESSÃO, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO. VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA. BOX PARA MONTAGEM DO KIT - CAIXA DE PAPELÃO PRODUZIDA EM PAPELÃO RECICLADO MICROONDULADO ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 390 GRAMAS. RESISTENTE E COM AS MEDIDAS APROPRIADAS PARA O DEVIDO ACONDICIONAMENTO DO KIT. ALÇA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 2 CM, COM REFORÇO PLÁSTICO INTERNO DE ALTA RESISTÊNCIA, PRODUZIDO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), COM MEDIDAS DE NO MÍNIMO 15,5 X 4 CM. CAIXA PERSONALIZADA EM UMA COR, COM O BRASÃO DO MUNICIPIO E CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DO NOME DO ALUNO, ANO E TURMA. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>* TODOS OS ITENS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS DENTRO DA CAIXA DE PAPELÃO (BOX), PRONTOS PARA ENTREGA DO KIT ESCOLAR DIRETAMENTE AOS ALUNOS.</p> <p>* OS KITS ESCOLARES DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM UMA CAIXA MÁSTER COM NO MÁXIMO 11 KITS ESCOLARES.</p>				
4	<p>KIT ESCOLAR 04 - PROFESSORES, CONTENDO: 01 AGENDA; 01 CADERNO DE PLANEJAMENTO; 01 CANETA 2X1; 01 PASTA PROFESSOR PARA MONTAGEM DO KIT.</p> <p>AGENDA 1 DIA - CAPA/CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PAPEL COUCHE 115G EM COR 4X4, ENVOLTO DE CARTÃO 1,7MM TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 344 PÁGINAS NO TOTAL, PAPEL OFFSET 70 GR, CONTENDO NA AGENDA PARTE INICIAL: FOLHA DE DADOS PESSOAIS; CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO VIGENTE; HORARIO DE AULA, DATAS COMEMORATIVAS; HISTORICO DO MUNICIPIO; CARACTERISTICA DO MUNICIPIO, PRINCIPAIS ACESSOS AO MUNICIPIO; CALENDÁRIO DO ANO ANTERIOR, VIGENTE E SEGUINTE; PLANEJAMENTO DE PROVAS E ATIVIDADES; SENDO O DIA DE SEMANA UM DIA POR PAGINA INICIANDO EM 1 DE JANEIRO ATÉ 31 DE DEZEMBRO. PÁGINAS FINAIS EM OFFSET 70 GR. TODA A DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRAFICA DA AGENDA SERA POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA. ACABAMENTO: PLASTIFICAÇÃO FOSCA NAS CAPAS, COM ELASTICO NA CAPA, COM 1 ENVELOPE EM PVC SARJA SOLDADO ELETRONICAMENTE E COM WIRE-O. APRESENTAR AMOSTRA DA AGENDA PERSONALIZADA EM 3 DIAS APÓS O CERTAME, NÃO SERA ACEITO COLAGEM DE ETIQUETA.</p> <p>CADERNO DE PLANEJAMENTO - CADERNO 200 FOLHAS, MAIS 01 FOLHA DE APRESENTAÇÃO (PERSONALIZADA), COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 27,5 X 40 CM E FECHADO 27,5 X 20 CM. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COM 4X0 CORES EM PAPEL COUCHÉ BRILHO 120GR COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA ENVOLTO EM PAPELÃO 1,5 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120G COM 1X0 CORES. ENVELOPE CANGURU DUPLA FACE (BOLSA NOS DOIS LADOS) NAS MEDIDAS 40 X 33,5 CM ABERTO E 20 X 27,5 CM FECHADO EM OFFSET 150G COM IMPRESSÃO EM 4X0 CORES E COM CORTE ESPECIAL. ACABAMENTO: ESPIRAL METÁLICO. CAPA (01) COM BRASÃO E FOTOS DO MUNICÍPIO NA FRENTE, NA GUARDA (02) HINO DO BRASIL, NA GUARDA (03) HINO DE SANTA CATARINA E NA PARTE EXTERNA (04) HINO DO</p>	conforme anexo	140	R\$67,8000	R\$ 9.492,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

<p>MUNICÍPIO. PÁGINA DE APRESENTAÇÃO DEVERÁ SER A PÁGINA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO CONTENDO BRASÃO DO MUNICÍPIO, LOGO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CAMPOS PARA O NOME DO ALUNO, ESCOLA, ANO / TURMA, TURNO, DISCIPLINA E PROFESSOR, E NO VERSO CALENDÁRIO. A ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT SERÃO POR CONTA DO FORNECEDOR.</p> <p>CANETA 2X1 (COM MARCA TEXTO) - CANETA PLÁSTICA PRATA COM ACIONAMENTO TWIST. CANETA ESFEROGRÁFICA EM UM LADO E MARCA TEXTO AMARELO EM OUTRO. COM PERSONALIZAÇÃO EM 1 COR, NO CORPO DA CANETA. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 145 MM. COM CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO. VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS, INCLUSIVE NA AMOSTRA.</p> <p>PASTA DO PROFESSOR - CONFECCIONADA EM PVC SARJA COLORIDO COM ZIPER DE METAL, CONTENDO DUAS DIVISÓRIAS INTERNA PARA ORGANIZAR OS MATERIAIS E COSTURA RESISTENTE. TAMANHO MÍNIMO DA PASTA EM 24,5X34,5 A PASTA DEVERÁ SER PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO INCLUSIVE NA AMOSTRA SEM COLAGEM DE ETIQUETA OU ENCARTE.</p> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>* TODOS OS ITENS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS DENTRO DA PASTA PROFESSOR, PRONTOS PARA ENTREGA DO KIT ESCOLAR DIRETAMENTE AOS PROFESSORES.</p> <p>* OS KITS ESCOLARES DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADOS EM UMA CAIXA MÁSTER COM NO MÁXIMO 11 KITS ESCOLARES.</p>					
<b>Total Fornecedor:</b>					<b>R\$ 195.009,00</b>
<b>110469 - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA</b>					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	AGENDA ESCOLAR INFANTIL PERSONALIZADA (PARA CEIS) - CAPA E CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7 MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL OFFSET 150GR. COM FITA SEPARADORA DE PÁGINA EM CETIM NA CAPA PRESA COM ILHÓS, MIOLO COM 260 PÁGINAS (130 FOLHAS), PAPEL OFFSET 63 GR, TAMANHO FECHADO 14,5X20,5CM. TODAS AS FOLHAS SERÃO PERSONALIZADAS DE ACORDO COM A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRÁFICA DA AGENDA SERÁ POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA; ACABAMENTO: COM CORDÃO DE ELÁSTICO E PONTEIRA DE METAL NA CAPA, COM ENVELOPE EM PVC SARJA 0,20 SOLDADO ELETRÔNICAMENTE E COM ESPIRAL PLÁSTICO. NÃO SERÁ ACEITO COLAGEM DE ETIQUETA INCLUSIVE NA AMOSTRA.	PRINTSUL	600	R\$14,9000	R\$ 8.940,00
<b>Total Fornecedor:</b>					<b>R\$ 8.940,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>R\$ 203.949,00</b>

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 140/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

## 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 14/12/2018.

## 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os kits deverão ser montados pela licitante vencedora e as entregas deverão ser realizadas EM ATÉ 20 (VINTE) DIAS corridos após a aprovação da amostra. Entrega em parcela única nos CEIs, unidades escolares municipais e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiuna.

4.1.2 Todos os materiais correspondentes ao kit deverão vir dentro da pasta com uma etiqueta personalizada com o brasão desta Prefeitura e os itens que compõem o kit, etiqueta na medida 138,11 (comprimento) x 212,73 (largura).





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

Local	Distancia aproximada, partindo do Prédio da Prefeitura
Escola Básica Subida Estrada Geral Subida	17 Km
Centro de Educação Infantil Sonho Encantado Estrada Geral Subida	17 Km
Escola Básica Professor Wadislau Schmidt Estrada Geral Vargem Grande	6 Km
Escola Básica Professora Albertina Kreusch Caprale Estrada Geral Santa Rosa	36 Km
Escola Básica Municipal Victoria Ceruti Petters Loteamento Helena Morro, Centro	2 Km
Escola Isolada Edegar Brandes Ribeirão Basílio	3 Km
Escola Isolada Capela São Pedro Comunidade São Pedro	10 Km
Escola Isolada Padre Agostinho Vorgerd Ribeirão Carvalho	13 Km
Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento	1 Km
Centro de Educação Infantil Doce Infância Estrada Geral Ribeirão Vinte	11 Km
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna	1 Km

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

##### **5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento será efetuado EM 02 PARCELAS SENDO A PRIMEIRA EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS E A SEGUNDA EM 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA ENTREGA DO OBJETO, mediante a aceitação do objeto e a apresentação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018.

Dotação
110.4.1.2047.333903299000000.1190000
168.4.1.2048.331713299000000.1360000
178.4.1.2047.333903299000000.1010000
220.4.1.2048.333903299000000.1010000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

230.4.1.2047.333903299000000.1360000

56.4.1.2048.333903299000000.1190000

## **6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

### **6.1.1 Reajuste de Preços:**

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

### **6.1.2 Revisão de preços:**

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## **7 DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## **8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## **9 DA RESCISÃO DA ATA**

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIÚNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

**autoridade superior competente na entrega da mercadoria.**

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 14 de dezembro de 2017.

---

JOSE GERSON GONCALVES  
MUNICÍPIO DE APIÚNA  
Prefeito de Apiúna  
CONTRATANTE

EMPRESA:

RSUL EIRELI EPP  
LEANDRO GEREMIAS  
Contratada

PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA  
FABRICIO HACKBARTH  
Contratada

**ATA REGISTRO DE PREÇO PP 141/2017**

Publicação Nº 1459690

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.**

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 141/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1 DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, conforme quantitativos e condições a seguir:

655 - SUPERMERCADO FISTAROL LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	CESTA BÁSICA CONTENDO: 1 SABÃO EM PÓ EMBALAGEM DE 1KG PACOTE LACRADO SEM UMIDADE, 5KG AÇÚCAR REFINADO, 5 KG FARINHA DE TRIGO ESPECIAL ALVA OU LEVEMENTE AMARELADA E SEM PONTOS NEGROS (RESÍDUOS DE FARELO), 2 KG FRANGO (COXA/SOBRECOXA), 5 KG ARROZ PARABOLIZADO COM GRÃOS INTEIROS E COR BRANCA, 1KG FARINHA DE MANDIOCA,1 KG CAFÉ TORRADO E MOÍDO, 1 KG FEIJÃO PRETO, 2 KG MACARRÃO DE SÊMOLA, 2 KG FUBÁ FINO, 1 UNIDADE DE MARGARINA EMBALAGEM DE 500 GR, 2 UNIDADE DE ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM DE 900 ML, 1 KG SAL IODADO, 1 PACOTE BOLACHA DOCE DE MAIZENA EMBALAGEM DE 400 GR, 2 UNIDADE DE SABONETE EM BARRA 90 GR, 5 UNIDADES SABÃO EM BARRA COM 200GR CADA, 1 DOCE DE FRUTAS (MUS) EM EMBALAGEM DE 450GR, 06 LITROS DE LEITE INTEGRAL LÍQUIDO EMBALAGEM TETRAPACK DE 01 LITRO	CONF. PROPOSTA	800	R\$136,5000	R\$ 109.200,00
Total Fornecedor:			R\$ 109.200,00		
62090 - MARILETE REZINI PETERS - EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	CESTA BÁSICA CONTENDO: 2 KG AÇÚCAR REFINADO, 3 KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL ALVA OU LEVEMENTE AMARELADA E SEM PONTOS NEGROS (RESÍDUOS DE FARELO), 5 KG ARROZ PARABOLIZADO COM GRÃOS INTEIROS E COR BRANCA, 1 KG FUBÁ, 1 KG FARINHA DE MANDIOCA, 1 KG MACARRÃO DE SÊMULA, 2 KG FRANGO (COXA/SOBRECOXA), 1 KG FEIJÃO PRETO, 500 GR CAFÉ TORRADO E MOÍDO, 1 DOCE DE FRUTAS (MUS) EM EMBALAGEM DE 450GR, 1 MARGARINA EMBALAGEM DE 500GR, 1 SABÃO EM PÓ EMBALAGEM DE 1KG PACOTE LACRADO SEM UMIDADE, 1 PACOTE DE SAL IODADO, 1 PACOTE BOLACHA DOCE DE MAIZENA EMBALAGEM DE 400GR, 1 UNIDADE DE ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM DE 900ML,1 SABONETE EMBALAGEM DE 90GR, 3 UNIDADES DE SABÃO EM BARRA COM 200GR CADA, 04 LITROS DE LEITE INTEGRAL LÍQUIDO EMBALAGEM TETRAPACK DE 01 LITRO	CONF. PROPOSTA	800	R\$101,5000	R\$ 81.200,00
Total Fornecedor:			R\$ 81.200,00		
Total Geral:			R\$ 190.400,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2 DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 141/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

**3 VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará até 15/12/2018.

**4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1 Entrega parcelada, conforme a necessidade. A entrega deverá ser realizada EM ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS após a emissão da ordem de compra por parte da Assistência Social Municipal, devendo ser entregue diretamente nas residências das famílias beneficiadas, com exceção das famílias que optarem pela retirada diretamente nas dependências da empresa vencedora. Validade do Registro de Preço 01 (um) ano.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.5 Os Produtos devem ter obrigatoriamente o prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega.

## 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (TRINTA) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 a 2018.

Dotação
156.9.1.2090.333903203000000.1000000
156.9.1.2090.333903299000000.1000000

## 6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;



- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.
- ## 11 DO FORO
- 11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma,

para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 15 de dezembro de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
SUPERMERCADO FISTAROL LTDA MOACIR ANTONIO FISTAROL Contratada		
MARILETE REZINI PETERS - EPP DELIRIO PETERS JUNIOR Contratada		

## DECRETO Nº 2876

Publicação Nº 1458746

DECRETO Nº2876/2017

De 13/12/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 289,36 (Duzentos e oitenta e nove Reais e trinta e seis centavos) da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	289,36
	TOTAL	289,36

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 289,36 (Duzentos e oitenta e nove Reais e trinta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	289,36
	TOTAL	289,36

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 13 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2877

Publicação Nº 1458750

DECRETO Nº 2877/2017

De 13/12/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de R\$ 366,98 (Trezentos e sessenta e seis Reais e noventa e oito centavos) da seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaços Esportivos	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	366,98
	TOTAL	366,98

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2878**

Publicação Nº 1459508

DECRETO Nº2878/2017

De 14/12/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna até o valor de R\$ 45.870,83(Quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta Reais e oitenta e três centavos) da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Transferência a Consórcios Públicos	
10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos Saúde	31.052,45
	Subtotal	31.052,45
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Transferência a Consórcios Públicos	
30.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos Saúde	13.379,07
	Subtotal	13.379,07
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
30000000000000	Despesas Correntes	
32000000000000	Juros e Encargos da Dívida	
32900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.439,31
	Subtotal	1.439,31
	TOTAL	45.870,83

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna até o valor de R\$ 45.870,83(Quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta Reais e oitenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos Saúde	31.052,45
	Subtotal	31.052,45
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.200	Recursos de Impostos e de Transf. Impostos Saúde	13.379,07
	Subtotal	13.379,07
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
40000000000000	Despesas de Capital	
46000000000000	Amortização da Dívida	
46900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.439,31
	Subtotal	1.439,31
	TOTAL	45.870,83

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Apiúna em, 14 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### ADENDO A LICITAÇÃO 104/2017

Publicação Nº 1459921

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 121/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2017

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representada por sua prefeita Leani Kapp Schmitt, torna público o Primeiro Adendo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2017.

Tendo em vista a Impugnação d

1. Altera a descrição dos itens descritos no Anexo "E" do Edital do Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº.104/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Item	Quant	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UN	145.000,00	Trator agrícola de Pneus. Novo, Ano 2017, Motor de 4 cilindros turbo intercooler, com potencia mínima de 110 cv, com tração nas quatro rodas, com acionamento eletro hidráulico da tração Dianteira, cambio de transmissão mecânica, com no mínimo 16 velocidades a frente e 4 a ré, reserva de torque de 48%, tomada de força independente, freios a disco em banho de óleo, válvula de controle remoto dupla, sistema hidráulico de 3 pontos categoria II, vazão de bomba hidráulica de no km minimo 49 l/min, Paralamas dianteiros, arco de segurança com toldo, painel de instrumentos e navegação com Horrímetro, indicador de temperatura , tacômetro, luzes de advertência da pressão do óleo, do alternador de acionamento de TDF, luzes direcionais, luz de ré, pneus dianteiros 14.9x28R1 e traseiro 23.1x30R1, contrapesos dianteiros e traseiros e faróis de trabalho. Peso mínimo de 5.5 toneladas.
3	1,00	UN	36.000,00	Colhedora de forragens nova, com as seguintes especificações: Plataforma de corte de um metro com sistema de dois tambor, recolhedor dois discos de corte com sistema de corte independente dos rolos para colher duas linhas de 45 à 70 cm entre linhas. Plataforma de corte recolhedora com capacidade para colher 01 linha de plantio de forrageiras, como milho, cana de açúcar, sorgo, napier e capins, com engate em três pontos no hidráulico do trator com acionamento por correias com proteção na correia. Rotor em aço carbono com 12 facas e 6 lançadores substituíveis com rotação em até 1500 RPM, equipado com quebrador de grãos ou escarificador de grãos que permite montar e desmontar na carcaça do rotor. Plataforma recolhedora para regulagens nos componentes internos, com quatro rolos alimentadores com dois discos de corte em estrela intercambiáveis entre os rolos, regulagens de corte com engrenagens em aço variando de 2 a 36 mm com pino de segurança, não podendo ter corrente para fazer essas regulagens só por engrenagens em aço. Afiador de facas na mesma extensão das facas; Dispositivos hidráulicos na bica de saída e cardam de acionamento que permita alinhamento entre os garfos internos e externos. Bica de saída. Rotação na TDP 540 RPM, Produção mínima de até 30 ton/hora. Peso aproximado 840 kg. Equipamento com certificado de atendimento à NR 12.

2. Em virtude da alteração da descrição do item, fica alterada a data do Pregão Presencial para dia 29 de dezembro de 2017, sendo recebimento dos Envelopes até às 15h45 e abertura inicial às 16h00.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã SC, 15 de dezembro de 2017  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita



**PORTARIA 375/2017**

Publicação Nº 1458656

PORTARIA Nº 375/2017

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora CRISTIANE PETRY DELALIBERA, inscrita no CPF sob nº. 037.748.609-47, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 16 de dezembro de 2017, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 376/2017**

Publicação Nº 1458655

PORTARIA Nº 376/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor PAULO FRITSCH inscrito no CPF sob nº. 023.318.529-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 11 de novembro de 2015 a 10 de novembro de 2016, concedidas pela portaria nº 033/2017 de 02 de janeiro de 2017, e suspensas pela portaria nº 093/2017 de 06 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 18 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 14 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 377/2017**

Publicação Nº 1458907

PORTARIA Nº 377/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora RENATA FABIANE PETRY MORAES LIMA, inscrita no CPF-MF sob nº 007.985.369-26, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 11 de junho de 2015 a 10 de junho de 2016, concedidas pela portaria nº 275/2017 de 28 de julho de 2017, e suspensas pela portaria nº 290/2017 de 14 de agosto de 2017, para serem gozadas no período de 18 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 378/2017**

Publicação Nº 1458908

PORTARIA Nº 378/2017

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR o servidor CLEITON JAIR LERMEN, inscrito no CPF-MF sob nº 052.939.709-92, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Saúde, para no período de 18 de dezembro 2017 a 03 de janeiro de 2018 responder como responsável pela Secretaria Municipal de Saúde em função das férias da Secretária.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 379/2017**

Publicação Nº 1458910

PORTARIA Nº 379/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora RUBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW, inscrita no CPF-MF sob nº. 022.227.659-27, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Educação, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, concedidas pela portaria nº 302/2017 de 28 de agosto de 2017, e suspensas pela portaria nº 318/2017 de 13 de setembro de 2017, para serem gozadas no período de 20 de dezembro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 380/2017**

Publicação Nº 1460038

PORTARIA Nº 380/2017  
SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º SUSPENDER, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 364/2017, de 27 de novembro de 2017, do servidor ALAN FELIPIAK, inscrito no CPF sob nº. 047.124.519-47, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, permanecendo o mesmo em férias até 15 de dezembro de 2017, retornando às suas atividades laborativas no dia 18 de dezembro 2017, sendo que os 15 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

# Arvoredo

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 046/2017

Publicação Nº 1460279

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017  
MODALIDADE: LEILAO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE ARVOREDO(SC), torna a público que realizará a venda de ativos inservíveis, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda(SUPERBID). Para os lances presenciais, o leilão será realizado no dia 30 de janeiro de 2018, com início às 10h00min, nas dependências do auditório Municipal de Educação, situado na Rua do Comércio, 77, centro de Arvoredo(SC), sendo que para lances virtuais A SUPERBID disponibilizará um Posto Avançado, situado na Alameda Lorena, nº 800, 2º andar - Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP 01424-001 (Auditório Superbid), para que os interessados possam acompanhar o leilão e ofertar seus lances através do PORTAL [www.superbid.net](http://www.superbid.net). Cópias na íntegra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 33563000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal.

Arvoredo, 18 de dezembro 2017.  
Janete Paravizi Bianchin  
Prefeita Municipal

Antonio Luiz Conte  
Leiloeiro Designado

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 89/2017

Publicação Nº 1459187

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 89/2017 ref. Dispensa de Licitação n. 75/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Par Projetos de Engenharia e Arquitetura LTDA - ME

CNPJ: 16.669.975/0001-47

Objeto: atualização do projeto arquitetônico básico com a revisão e atualização dos sistemas preventivos contra incêndio do Centro de Educação Infantil Dona Julia Bonelli e do Centro de Educação Infantil Professora Onorata Zonta Dalfovo, incluindo a elaboração de memorial descritivo do projeto preventivo e emissão de ART dos projetos.

Deverão ser executadas as seguintes atividades:

- Atualização do Projeto Arquitetônico Básico, com a revisão e atualização dos sistemas preventivos, que incluem:

- a) Sistema preventivo de extintores;
- b) Sistema de iluminação de emergência;
- c) Sistema de abandono de local;
- d) Sistema de saída de emergência;
- e) Sistema hidráulico preventivo;
- f) Sistema de alarme;
- g) Sistema de proteção contra descarga atmosférica;
- h) Sistema de gás canalizado.

- Memorial descritivo dos projetos preventivos;

- Emissão de ART dos projetos.

Valor total: R\$ 14.950,00

Vigência: 4 meses

Ascurra, 18 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 90/2017

Publicação Nº 1459192

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 90/2017 ref. Pregão Presencial n. 19/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: SDR Empreiteira LTDA - ME

CNPJ: 17.237.856/0001-88

Objeto: prestação de serviços de mão de obra para reformas e ampliações nos setores da administração e educação, compreendendo os seguintes profissionais: pedreiro e servente de pedreiro, conforme os quantitativos remanescentes da ata de registro de preços do processo licitatório de pregão n. 19/2017

Valor total: R\$ 46.530,00

Vigência: 31/12/2018

Ascurra, 18 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 91/2017

Publicação Nº 1459193

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 91/2017 ref. Pregão Presencial n. 19/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Terraplenagem Poffo LTDA

CNPJ: 03.832.009/0001-57

Objeto: prestação de serviços de mão de obra para reformas e ampliações nos setores da administração e educação, compreendendo os seguintes profissionais: pintor, conforme os quantitativos remanescentes da ata de registro de preços do processo licitatório de pregão n. 19/2017

Valor total: R\$ 35.925,00

Vigência: 31/12/2018

Ascurra, 18 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 92/2017

Publicação Nº 1459194

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 92/2017 ref. Pregão Presencial n. 19/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Lairton Cunha 89960327949

CNPJ: 15.621.795/0001-22

Objeto: prestação de serviços de mão de obra para reformas e ampliações nos setores da administração e educação, compreendendo os seguintes profissionais: eletricista com ajudante, conforme os quantitativos remanescentes da ata de registro de preços do processo licitatório de pregão n. 19/2017

Valor total: R\$ 38.500,00

Vigência: 31/12/2018

Ascurra, 18 de dezembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 93/2017

Publicação Nº 1459195

Município de Ascurra

Extrato de contrato n. 93/2017 ref. Pregão Presencial n. 7/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: GTA Prestadora de Serviços LTDA

CNPJ: 10.671.681/0001-73

Objeto: prestação de serviços de remoção e recolocação de pavimento (lajotas e pedras), a fim de corrigir imperfeições constatadas nas vias municipais, para o exercício de 2018, conforme os quantitativos remanescentes da ata de registro de preços do processo licitatório de pregão n. 7/2017

Valor total: R\$ 129.320,00

Vigência: 31/12/2018

Ascurra, 18 de dezembro de 2017.  
Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

## **PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO N. 4-2017**

Publicação Nº 1459224

### **PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 4/2017**

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.102.772/0001-61, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, no uso de suas prerrogativas e com fundamento na Lei 8.666/1993 e alterações, CONSIDERANDO:

- Que em 23/1/2017 foi publicado edital de credenciamento de n. 4-2017 visando o credenciamento de pessoas jurídicas, constituídas como mercearias, açougues, minimercados, mercados, supermercados, hipermercados e demais relacionados ao gênero, para a comercialização de gêneros alimentícios aos usuários do Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária (Alimentação), instituídos pela Lei Municipal nº 1.389 de 01 de dezembro 2014;
- Que o referido credenciamento possui vigência até 31/12/2017 e há a possibilidade de prorrogar este prazo, conforme cláusula 6.11 do edital;

- A necessidade da não interrupção do fornecimento de gêneros alimentícios aos usuários do auxílio à situação de vulnerabilidade temporária no início do exercício de 2018 bem como ao longo do mesmo, conforme requerimento do Secretário da Saúde e Assistência Social, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO a prorrogação deste edital de credenciamento até 31/12/2018.

Serão mantidos todos os demais termos e condições do Edital, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de novos interessados por mais 12 (doze) meses, oportunidade em que os atuais credenciados poderão manifestar interesse em prorrogar a vigência dos contratos até esta última data - através do setor de Compras e Licitações ([compras@ascurra.sc.gov.br](mailto:compras@ascurra.sc.gov.br)), desde que apresentem a seguinte documentação para fins de comprovação de regularidade com os órgãos competentes:

- Certidão de regularidade: união/INSS, estadual, municipal, FGTS, trabalhista;

Eventuais novos credenciados devem apresentar toda a documentação prevista no item 4 – DA HABILITAÇÃO do edital do credenciamento, que não sofreu alteração.

Ascurra, 15 de dezembro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/20175

Publicação Nº 1459545

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2017

“APROVA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA/SC, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Atalanta, nos termos do Art. 12, Inciso XV, §§ 1º, 2º e 3º, Art. 158 da Lei Orgânica Municipal, c/c disposição prevista no Art. 59 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e disposições do Art. 12, XI, Art. 50, VIII, Art. 87, XV, Art. 157, IV, Art. 205, II, Art. 238 e Art. 239, todas do Regimento Interno Desta Casa, e considerando parecer e proposição da Comissão de Finanças e Orçamento, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, relativas ao Exercício de 2015, seguindo Parecer do Tribunal de Contas e da Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 1º Recomenda-se ao Poder Executivo Municipal, que com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, adote providências com vistas a prevenir a ocorrência de nova irregularidade da mesma natureza registrada nos item 6.2.1, subitens 6.2.1.1 a 6.2.1.5, e itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.2.1 a 8.2.3 do Relatório DMU n. 1686/2016.

§ 2º Recomenda-se ao Município de Atalanta que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

Art. 2º O resultado do julgamento das presentes contas anuais, deverá ser comunicado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2017.

HELIO MOLL

Presidente da Câmara

### DECRETO Nº 061/2017

Publicação Nº 1459202

#### DECRETO Nº 061/2017

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1506 de 10 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00  
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 08 de dezembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 062/2017

Publicação Nº 1459203

#### DECRETO Nº 062/2017

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1524 de 06 de dezembro de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 23.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Os créditos abertos por este Decreto correrá por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....



..... R\$ 23.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Priv. Sem fins  
Lucr ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 11 de dezembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 063/2017

Publicação Nº 1459204

DECRETO Nº 063/2017

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1506 de 10 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 16.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
18.541.0085.2.035 – Preservação e Conservação Ambiental  
3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 12 de dezembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2017

Publicação Nº 1459561

LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2017

“ACRescenta §3º, no Artigo 4º, da Lei Complementar n.º 035/2017 e dá outras providências.

Juarez Miguel rodermel, Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado no Artigo 4º, da Lei Complementar nº. 035/2017, o §3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidirá sobre os serviços constantes do item 14.05 da lista de serviços integrante da Lei Complementar nº 157, recepcionados por esta lei, desde que os objetos, mercadorias ou quaisquer outros bens, sejam destinados ao uso ou consumo do encomendante.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 14 de dezembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2017

Publicação Nº 1459562

Lei Complementar nº 037/2017

“Altera Dispositivos da Lei Complementar nº 001 de 08 de Outubro de 2008, que institui o Plano Diretor Participativo de Atalanta e dá Outras Providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 001, de 08 de Outubro de 2008, que institui o Plano Diretor Participativo de Atalanta e dá outras providências.

Art. 2º. O artigo 62 da Lei Complementar nº 001, de 08 de Outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. A MZU, denominada de Macrozona Urbana subdivide-se em:

I – ZU1 – Zona Urbana 1: são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços, que desempenham importante papel na economia do município.

II – ZU2- Zona Urbana 2: são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços de maior porte, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis.

III – ZU3 – Zona Urbana 3: são áreas destinadas em geral a concentração do uso industrial de até grande potencial poluidor e degradador.

IV – ZU4 – Zona Urbana 4: são áreas destinadas ao uso residencial predominante e de menor densidade, complementado por usos não incômodos à habitação.

V – NUR- Núcleo Urbano Rural: são faixas ou áreas com características urbanas, inseridas na área rural.

Art. 3º. O artigo 64 da Lei Complementar nº 001, de 08 de Outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64. A MZR, denominada de Macrozona Rural subdivide-se em:

I – ZR1 – Zona Rural 1: são áreas predominantemente de produção

primária, com baixa densidade habitacional, onde deve ser incentivadas as características rurais.

II – ZR2 - Zona Rural 2: são áreas de expansão urbana.

III – ZR3 – Zona Rural 3: são áreas com restrição a ocupação por estarem inseridas nas nascentes das Bacias Hidrográficas dos Rios: Santo Antônio, Dona Luzia e São João e tem como objetivo a preservação do manancial de abastecimento do Município.

Art. 4º. Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 90 da Lei Complementar nº 001, de 08 de Outubro de 2008.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 6º. Fica alterado o Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 7º. Fica alterado o Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º. Fica alterado o Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, da referida Lei Complementar, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 11 de dezembro de 2017.  
Juarez Miguel Rodermel  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1525/2017

Publicação Nº 1459057

LEI Nº 1525/2017

“Autoriza o Poder Legislativo Municipal a formalizar pagamento de despesa de exercício anterior e dá Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Presidente do Poder Legislativo Municipal de Atalanta autorizado a realizar o pagamento de despesas do exercício anterior, devidamente liquidadas e reconhecidas através do Processo Administrativo nº 02/2017, aos servidores ANELORE KELLERMANN KLAUMANN, Matrícula nº 20 e inscrita no CPF sob o nº 928.818.239-04, MAX FRANKLIN SCHELTER, Matrícula nº 55, inscrito no CPF sob o nº 021.006.729-24 e DAYANA FERNANDES FACHINI, Matrícula nº 53, inscrita no CPF sob o nº 033.056.209-60, conforme tabelas do anexo I, cujo os cálculos constam do Processo Administrativo nº 02/2017.

Parágrafo Único - O crédito objeto do caput deste artigo corresponde aos valores não pagos e não prescritos do período aquisitivo da progressão funcional completados até 31/12/2016, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº 1.252/2012.

Art. 2º - Fica o Presidente do Poder Legislativo Municipal de Atalanta autorizado a realizar o pagamento de despesas referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho do corrente ano, devidamente liquidadas e reconhecidas através do Processo Administrativo nº

02/2017, aos servidores MAX FRANKLIN SCHELTER, Matrícula nº 55, inscrito no CPF sob o nº 021.006.729-24 e DAYANA FERNANDES FACHINI, Matrícula nº 53, inscrita no CPF sob o nº 033.056.209-60, conforme tabelas do anexo I, cujo os cálculos constam do Processo Administrativo nº 02/2017.

Parágrafo Único - O crédito objeto do caput deste artigo corresponde aos valores não pagos no período aquisitivo da progressão funcional completados e não pagos no período de 1º/01/2017 a 31/07/2017, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº 1.252/2012. Art. 3º - Fica autorizado que o pagamento das progressões funcionais descritos nos arts. 1º e 2º sejam realizados com dispensa da avaliação anual de desempenho, podendo o período aquisitivo de cada servidor completado até o mês de maio do corrente ano ser

concedido mediante as avaliações únicas já realizadas, as quais constam do Processo Administrativo nº 02/2017.

Art. 4º - As progressões que não haviam sido concedidas, foram incorporadas aos vencimentos da Servidora Anelore Kellerman Klaumann no mês de abril do ano de 2015, e aos vencimentos dos servidores Max Franklin Schelter e Dayana Fernandes Fachini a partir do mês de agosto de 2017, ocorrendo a mudança de referência de seus respectivos cargos, conforme nível e percentual descrito no anexo VII da Lei nº 1.252/2012.

Art. 5º - O pagamento de que trata o art. 1º desta Lei, dar-se-á à conta do seguinte elemento de despesa: 31.90.92.00.00.00.00.0080 - Despesa de Exercícios Anteriores.

Art. 6º - O pagamento de que trata o art. 2º desta Lei, dar-se-á à conta do seguinte elemento de despesa: 31.90.11.00.00.00.00.0080 - Folha de Pagamento.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 06 de dezembro de 2017.  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1526/2017

Publicação Nº 1459058

LEI Nº. 1526/2017

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Ceder Bens Móveis, por Termo de Cessão de Uso, a Associações de Agricultores do Município de Atalanta e dá Outras Providências.”

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de três distribuidores de calcário e um distribuidor de adubo orgânico, patrimônios números: 3481, 3482 e 3483 (distribuidores de calcário) e 3485 (distribuidor de adubo orgânico) advindos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, respectivamente, conforme os números dos patrimônios às seguintes Associações de Agricultores do Município de Atalanta:

I – Associação de Agricultores de Ribeirão das Pedras III, CNPJ: 18.218.720/0001-16;

II – Associação dos Produtores Rurais Juntos Somos Fortes, CNPJ: 20.538.981/0001-32;

III – Associação dos Agricultores de Dona Luiza, CNPJ: 04.056.450/0001-51;

IV- Associação dos Agricultores de Alto Dona Luiza, CNPJ: 02.136.619/0001-5.

Parágrafo Único - Os bens móveis descritos no caput deste artigo serão cedidos pelo prazo de 20 (vinte anos), contados a partir da assinatura do termo de cessão de uso, podendo ser prolongado por períodos seguintes.

Art. 2º - O termo de cessão de uso, que faz parte integrante da presente Lei, será firmado pelo Município de Atalanta e as Associações citadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº. 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 15 de dezembro de 2017.

Juarez Miguel rodermel

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1527/2017**

Publicação Nº 1459061

LEI N.º 1527/2017

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 15 de dezembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo nº 09/2017

Publicação Nº 1459608

Decreto Legislativo nº 09 de 14 Dezembro de 2017

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA; no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Anula as seguintes dotações orçamentárias na ordem de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais):

01.001.0001.0031.0001.1001.3449000000000000- Aplicações Diretas - ampliação sede do Poder Legislativo .....	R\$ 35.000,00
TOTAL .....	R\$ 35.000,00

Art. 2º Fica Suplementa as seguintes dotações orçamentárias na ordem de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais):

01.001.0001.0031.0001.2001.3319000000000000 - Vencimentos e Salários .....	R\$ 35.000,00
TOTAL .....	R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 14 de dezembro de 2017.

Nilo Warmling  
Presidente

### Portaria nº 039/2017

Publicação Nº 1459588

PORTARIA Nº 39 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Larissa Alane Mees – Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e de frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 05 DE DEZEMBRO 2017, devidamente comprovada por atestado médico.

Parágrafo Único. A referida ausência justifica-se devido acompanhamento com sua mãe para atendimento médico.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 06 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILO WARMLING

Presidente da Câmara de Vereadores de Aurora

### Portaria nº 040/2017

Publicação Nº 1459589

PORTARIA Nº 40 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

#### RESOLVE:

Art. 1º Concede férias para o servidor, FÁBIO LUIS RIBEIRO, Assessor Jurídico do quadro de funcionários efetivos do Poder Legislativo de Aurora.

Parágrafo Único. O período aquisitivo das férias do servidor acima mencionada é de 15 de janeiro de 2017 à 14 de janeiro de 2018.

Art. 2º O Período a ser usufruído será do dia 11 de Janeiro de 2018 à 30 de Janeiro de 2018, voltando as atividades em 31 de Janeiro de 2018.

Art. 3º Autorizo a pecúnia de 10 (dez) dias, referente às férias acima mencionadas.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 14 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILO WARMLING

Presidente da Câmara de Vereadores de Aurora

### Portaria nº 041/2017

Publicação Nº 1459592

PORTARIA Nº 041 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

#### RESOLVE:

Art. 1º Concede férias para o servidor, LUCIANO ANDRÉ TOMÉ, Contador, do quadro de funcionários efetivos do Poder Legislativo de Aurora.

Parágrafo Único. O período aquisitivo das férias do servidor acima mencionado é de 02 de janeiro de 2016 à 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º O Período a ser usufruído será do dia 11 de Janeiro de 2018 à 30 de Janeiro de 2018, voltando as atividades em 31 de Janeiro de 2018.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 14 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILO WARMLING

Presidente da Câmara de Vereadores de Aurora

**Portaria nº 042/2017**

Publicação Nº 1459600

PORTARIA Nº 042 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDORA EM COMISSÃO DO CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO: No uso de suas atribuições legais e regimentais:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Senhora a Senhora Larissa Alane Mees, brasileira, União Estável, inscrita no CPF de nº 069.564.129--85 e Rg de nº 3.820.113-5, para o Cargo de Assessora de Gabinete, de acordo com a Portaria de nomeação nº 07 de 13 de fevereiro de 2017.

Parágrafo Único. A exoneração será a partir do dia 22 de dezembro de corrente ano.

Art. 2º A servidora ocupou o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Assessora de Gabinete - CM/AG, criado pela Lei Municipal nº 1.448 de 31 de maio de 2012.

Art. 3º O valor da rescisão do contrato de trabalho será proporcional aos dias trabalhados, referente a férias e 13º salário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na de 22 de dezembro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 15 de dezembro de 2017  
NILO WARMLING  
Presidente

**Portaria nº 043/2017**

Publicação Nº 1459602

PORTARIA Nº 43 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Edinária Aucieres Gesser Kestring - Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 07 de dezembro de 2017, devidamente comprovada por atestado.

Parágrafo Único. A referida ausência justifica-se devido ao atendimento para tratamento odontológico.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 15 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILO WARMLING  
Presidente da Câmara de Vereadores de Aurora

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 097/PMBR/2017

Publicação Nº 1460765

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 097/PMBR/2017

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a contratação da empresa CIGA – Consorcio de Informática na Gestão Publica Municipal, para prestação no ano de 2018 dos seguintes serviços: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM, Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples e Gestão do Domicilio Eletrônico do Contribuinte - G-Dec, para o Município de Balneário Rincão- SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 15/12/2017, por Rafael Motta Custódio – Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 15/12/2017, por Jairo Celoy Custódio – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão, 15 de Dezembro de 2017.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitações



# Bandeirante

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 92/2017 PMB

Publicação Nº 1458857

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
CONTRATO Nº 92/2017

Processo licitatório nº 97/2017

Pregão Presencial nº 67/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Contratado: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA

Objeto: COMPRA DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS NOVA, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS AOS MUNICÍPIOS DE BANDEIRANTE EM CONVÊNIO COM O PROGRAMA "APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - PRODESA", MEDIANTE CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 851809/2017/MAPA/CAIXA.

Valor: R\$184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais).

Assinatura: 15 de dezembro de 2017.

Vigência: 31 de dezembro de 2018.

Bandeirante, SC, em 15 de dezembro de 2017

Celso Biegelmeier - PREFEITO MUNICIPAL

**Barra Bonita****PREFEITURA****CONTRATO Nº60/2017**

Publicação Nº 1459290

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 060/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONTRATADO: GV TUR TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de trator de pneu para realização de serviços de silagem, pé de pato, gobi, plantação de milho e sorgo nas propriedades rurais do Município

VALOR: R\$91.000,00((noventa e um mil reais)).

VIGÊNCIA: 15/12/2017 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 15/12/2017.

FUNDAMENTO:PROCESSO DE LICITAÇÃO N.14/2017, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 15 de dezembro 2017.

SADI PANDOLFO  
Gestora FMDR**CONTRATO Nº61/2017**

Publicação Nº 1459291

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 061/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONTRATADO: VALDEMIRO GUARAGNI ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de trator de pneu para realização de serviços de silagem, pé de pato, gobi, plantação de milho e sorgo nas propriedades rurais do Município

VALOR: R\$91.000,00((noventa e um mil reais)).

VIGÊNCIA: 15/12/2017 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 15/12/2017.

FUNDAMENTO:PROCESSO DE LICITAÇÃO N.14/2017, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 15 de dezembro 2017.

SADI PANDOLFO  
Gestora FMDR**LEI Nº808/2017**

Publicação Nº 1459569

LEI Nº. 808/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao § 2º, do artigo 165 da constituição federal, Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a seguinte lei:

Art. 1º - O orçamento do Município de Barra Bonita, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas nos anexos que compõe esta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos anexos que compõe esta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de

compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º - A Lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa da Unidade Gestora, por programa, função, sub-função, projeto ou atividade e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções,

Sub-funções, programas e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, por categoria econômica, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Parágrafo 1º - Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Parágrafo 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias n.42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial n. 163 de 04 de maio de 2001.

### III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 5º - O orçamento para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 6º - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018, excluídas as previsões de convênios e as operações de créditos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores.

Art. 7º - Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 8º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – eliminação de despesas com horas extras;

II – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III – adoção de turno único regulamentado por decreto do executivo;

IV – redução dos investimentos programados.

V – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

Art. 9º – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos anexos a esta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil, recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 10º – O orçamento para o exercício de 2018 contemplará recursos no Fundo Municipal de Defesa Civil para atender os passivos contingentes e outros riscos imprevistos conforme Art. 9º desta Lei.

Parágrafo Único – Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal.

Art. 11º – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 12º – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 13º – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

Parágrafo Único - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, através de ato próprio do Prefeito Municipal.

Art. 14º – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, são as constantes do relatório anexo a esta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15º – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural e esportivo, de cooperação técnica e voltada para associativismo municipal, e serão autorizadas através de Lei específica.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art. 16º – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17º – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18º – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 19º – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 20º – A lei orçamentária para 2018 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por ato próprio, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações e ou vínculos/fontes de recursos que o compõem, bem como proceder a criação de novas categorias econômicas.

Art. 21º – Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento

das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes nesta lei e alterações posteriores.

Parágrafo 1º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, bem como sua criação, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo 2º. O superávit financeiro do exercício de 2017 apurado

no Balanço anual, bem como os excessos de arrecadações ocorridos durante o exercício de 2018, servirão como fontes de recursos para abertura de crédito suplementar, que poderá ser feita através de Decreto do Prefeito Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2018.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22o – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 23o – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária, ou incluídas posteriormente através de crédito especial autorizadas por lei específica.

Art. 24o – A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25o – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir através de reposição salarial a remuneração dos servidores até o limite da inflação ocorrido no período de acordo com o índice oficial adotado pelo município, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 26o – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerão aos limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 27o – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração

Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28o – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação das despesas com horas extras; II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29o – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa 3.1.9.0.34.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Barra Bonita, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30o – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31o – No exercício de 2018, o Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que

pagarem seus

tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal também fica autorizado reajustar o IPTU, no percentual limite da inflação ocorrido no período de acordo com o índice oficial adotado pelo município do valor praticado, como forma de compensar os benefícios citados no caput deste artigo, devidamente regulamentado por decreto.

Art. 32o – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33o – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34o – Ocorrendo assistência pela União prevista no Art. 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para:

I - elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35o – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 30/12/2017.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder

Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 36o – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 37o – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 38o – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 39o – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração

direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 40o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 41o – Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita - SC, em 15 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA N.º393, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459593

PORTARIA N.º393, de 15 de dezembro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR JUNTO AO  
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
CONDER.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Município é integrante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme Lei Municipal n. 798 de 29 de junho de 2017;

Considerando a necessidade de otimizar e racionalizar os procedimentos de compras do Consórcio;

Considerando que o Consórcio não possui quadro funcional próprio.

RESOLVE,

Art.1º. Designar o servidor Rafael Favretto, matrícula funcional nº126908, ocupante do cargo de Assessor Jurídico para atuar, quando necessário, nos processos de compras coletivas efetuadas pelo Consórcio.

Art.2º. O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao erário público municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 15 de dezembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº001/2016**

Publicação Nº 1460348

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO, PARA Contratação de empresa para prestar serviços Médico e Hospitalar para Plantão Médico e Sobre Aviso para atendimento a população do Município de Barra Bonita/SC, para o ano de 2016, período de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pela GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Sra NILVA BAU BOSS doravante denominado CONTRATANTE, e ASSOCIACAO BENEF.HOSP.SAO LUCAS, com sede na RUA DOM PEDRO I, Bairro CENTRO, do município de GUARACIABA - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 86.245.982/0001-05, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 001/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº04012016 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº001/2016 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

NILVA BAU BOSS

P / Contratante

ASSOCIACAO BENEF.HOSP.SAO LUCAS

P/Contratada

Testemunhas:



Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

## **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº007/2014**

Publicação Nº 1459744

### **TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 07/2014**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS TAIS COMO: IPTU; ISSQN, E TAXAS DIVERSAS COM CÓDIGO DE BARRAS, PODENDO SER PAGO POR QUALQUER MODALIDADE PELA QUAL SE PROCESSE O PAGAMENTO (GUICHÊS DE CAIXA, HOME/OFFICE BANKING, INTERNET, AUTO ATENDIMENTO E/OU DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA), CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 1/2014.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COOP.CRED.DE LIVRE ADM. DE ASSOC. SAO MIGUEL DO OE, com sede na Rua AVN BUENOS AIRES, Bairro Centro, do município de BARRA BONITA - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 81607046000175, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 007/2014, com as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº07/2014 passando a vigência até 31/12/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº007/2014 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
P / Contratante

COOP.CRED.DE LIVRE ADM. DE ASSOC. SAO MIGUEL DO OE  
P/Contratada  
Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova      Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 057.352.069-07                      CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

## **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº013/2017**

Publicação Nº 1460398

### **TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 13/2017**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Link de internet 70meg download, 70 meg de upload com dez ips válidos e garantia de 100% de banda para os trabalhos da Administração Pública Municipal e do Programa Internet Comunitária e suporte a RB principal quando solicitado

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SMO INTERNET PROVIDER LTDA-ME, com sede na RUA SANTA CRUZ, 484, Bairro Centro, do município de São João do Oeste - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 08.002.122/0001-29, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 013/2017, com as seguintes cláusulas e condições:



**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº013/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº13/2017 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 13 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA

P / Contratante

SMO INTERNET PROVIDER LTDA - ME

P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova

CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo

CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_

RAFAEL FAVRETTO

OAB/SC: 24.966

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº019/2016**

Publicação Nº 1460319

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 19/2016**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de serviços médicos em consulta especializada de ginecologia, obstetria e psiquiatria.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pela GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Sra NILVA BAU BOSS doravante denominado CONTRATANTE, e MIGUEL NEME NETTO, brasileiro, médico, portado RO CPFº 245.419.740-53, residente e domiciliado na cidade de São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89900-000, , doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 019/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº019/2016 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº019/2016 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

NILVA BAU BOSS

P / Contratante

MIGUEL NEME NETO

P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova

CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo

CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_

RAFAEL FAVRETTO

OAB/SC: 24.966

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº024/2015**

Publicação Nº 1459819

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 24/2015**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa para controle e monitoramento do sistema de abastecimento de água.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL Sr SADI PANDOLFO, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, com sede na Rua Presidente Vargas, 1256, Bairro Centro, do município de Arroio do Meio - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 11301741000129, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 024/2015, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº024/2015 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº024/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

SADI PANDOLFO

P / Contratante

KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova

CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo

CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_

RAFAEL FAVRETTO

OAB/SC: 24.966

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº046/2016**

Publicação Nº 1460324

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 46/2016**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de serviços profissionais médicos para atendimento aos munícipes nos postos de saúde do município para atuar no Programa ESF, bem como realizar pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, com carga horária de 40h/semanais, no mesmo horário de expediente dos servidores municipais.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pela GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Sra NILVA BAU BOSS doravante denominado CONTRATANTE, e SOCIEDADE MEDICA GONZALLES S/C LTDA - EPP, com sede na RUA RIO PARDO, Bairro CENTRO, do município de SAO JOAO DO OESTE - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 08.497.338/0001-02, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 046/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº046/2016 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº046/2016 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

NILVA BAU BOSS  
P / Contratante

SOCIEDADE MEDICA GONZALLES S/C LTDA - EPP  
P/Contratada  
Testemunhas:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

### **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº067/2013**

Publicação Nº 1460449

6ºTERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 067/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS DOS SERVICOS DE SAUDE, ATRAVES DE SISTEMA AUTOCLAVE.

Pelo presente instrumento de contrato, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA estabelecido na Trav. Itamarati, CNPJ n. 11.873.495/0001-80, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Barra Bonita - SC, NILVA BAU BOSS, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa T.O.S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, com sede na Av. Sete de Setembro, n. 211, centro do município de Maravilha/SC, sob o CNPJ n.º 72.332.778/0001-09, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO 007/2013, TOMADA DE PREÇO 007/2013, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no artigo 57da Lei nº 8666/93, firmam o presente termo aditivo, com as seguintes cláusulas e condições com as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº068/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDO**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no contrato ASS/JUR nº067/2013 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

BARRA BONITA/SC, 15 de DEZEMBRO de 2017.

NILVA BAU BOSS  
Gestora do FMS  
Contratante

T.O.S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA  
Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

### **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº068/2013**

Publicação Nº 1460427

6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 068/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DOMICILIARES DO MUNICIPIO DE BARRA BONITA, EM ATERRO SANITARIO PORTADOR DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO LICENCIADO PELA FATMA.

Pelo presente instrumento de contrato, O MUNICIPIO DE BARRA BONITA - SC, o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito

público, estabelecido na Avenida Buenos Aires CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, com sede na Av. Sete de Setembro, n. 211, centro do município de Maravilha/SC, sob o CNPJ n.º 72.332.778/0001-09, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO 007/2013, TOMADA DE PREÇO 007/2013, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no artigo 57da Lei nº 8666/93, firmam o presente termo aditivo, com as seguintes cláusulas e condições com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº068/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no contrato ASS/JUR nº068/2013 que origina o presente termo. E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

BARRA BONITA, 15 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal  
Contratante

T.O.S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA  
Contratada

**TESTEMUNHAS :**

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº32/2017**

Publicação Nº 1459599

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 32/2017**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Prestadoras de Serviços para pessoas com deficiência intelectual, Múltipla e com Transtorno de Espectro Autista do Município de Barra Bonita/SC.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APA, com sede na R MARCILIO DIAS,3200 - , Bairro Centro, do município de SAO MIGUEL DO OESTE - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 83.691.055/0001-12, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 032/2017, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº32/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº32/2017 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
P / Contratante

ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APA  
P/Contratada

**Testemunhas:**

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº33/2017**

Publicação Nº 1459586

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 33/2017**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Prestadoras de Serviços para pessoas com deficiência intelectual, Múltipla e com Transtorno de Espectro Autista do Município de Barra Bonita/SC.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOACIR PIROCA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa APAE - ASSOC.PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS, com sede na RUA OLIMPIO DAL MAGRO, Bairro Centro, do município de ANCHIETA - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 78.483.039.0001/02, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 033/2017, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº33/2017 passando a vigência até 31/12/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº33/2017 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 15 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
P / Contratante

APAE - ASSOC.PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS  
P/Contratada

**Testemunhas:**

Nome: Leliandra Luciana Vilanova  
CPF – 057.352.069-07

Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 025.481.169-80

Visto: \_\_\_\_\_  
RAFAEL FAVRETTO  
OAB/SC: 24.966

# Barra Velha

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 231, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1459818

LEI COMPLEMENTAR Nº 231, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ALTERA o anexo III da Lei Complementar nº 122, de 11 de novembro de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município de Barra Velha que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o anexo III da Lei Complementar nº 122/2011, especialmente as atribuições do cargo de vigia, conforme nova redação abaixo:

"VIGIA: Alfabetizado. Vigiar e zelar pelos bens móveis e imóveis da Câmara de Vereadores. Realizar os fatos ocorridos, durante o período de vigilância, à chefia imediata. Pedir auxílio à autoridade policial em situações de emergência. Controlar e orientar a entrada e saída de pessoas, exigindo a necessária identificação. Vistoriar rotineiramente a parte externa da Câmara de Vereadores e o fechamento das dependências internas, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança estabelecidas. Realizar vistorias e rondas sistemáticas em todas as dependências da Câmara de Vereadores, prevenindo situações que coloquem em risco a integridade do prédio, dos equipamentos e a segurança dos servidores e usuários. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 232, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1459821

LEI COMPLEMENTAR Nº 232, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Altera o artigo 21 e 36, da Lei Complementar nº 63, de 17 de novembro de 2008, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município de Barra Velha que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 15, da Lei Complementar nº 63, de 17 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 Fica estipulado o gabarito máximo de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos, respeitados os limites individuais por zona.

Art. 2º O artigo 16, da Lei Complementar nº 63, de 17 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 Os recuos ou afastamentos laterais e de fundos mínimos para edificações com aberturas diretas são de 2,00 metros para

madeira e de 1,50 metros para alvenaria, até o final do 4º pavimento, obedecendo daí para cima até o 12º pavimento a relação H/8, onde H é a altura total da edificação.

Parágrafo único. Nas edificações que ultrapassarem 12 (doze) pavimentos deverá ser obedecida a relação H/12, contada a partir do nível do solo, considerando a altura padrão de pavimento, a que se refere o § 1º, do artigo 8º, desta lei.

Art. 3º Art. 1º Fica incluído o § 5º no art. 18 da Lei Complementar nº 63/2008, com a seguinte redação:

Art. 18 (...)

§ 5º. O recuo frontal para edificações comerciais e de usos mistos poderá ser de 4,00 metros, desde que estes estabelecimentos atendam as condições mínimas de estacionamento, destinando vagas de garagem à área comercial.

Art. 4º O Artigo 21, da Lei Complementar nº 63/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

ZONA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL - ZPR

Art. 21 - Esta Zona localiza-se por toda extensão urbana, no litoral e outras áreas do perímetro urbano. Destina-se primordialmente à função habitação permanente. Esta Zona, conforme a sua localização, além de seu uso recomendado, possibilita a implantação de outros usos como de comércio e prestação de serviços, hotéis, motéis, pensões, camping, recreações, equipamentos de lazer e esportivos, entre outros.

§ 1º ZP1 - Esta zona localiza-se à beira da praia do mar com início nas margens da Foz do Rio Itajuba seguindo em direção ao Norte entre a Avenida Itajuba e o Oceano Atlântico até a Rua Recanto da Saudade. Gabarito permitido é de térreo mais 01 (um) pavimento.

§ 2º ZP2 - Esta zona localiza-se em três polos:

I - Polo I - Localiza-se no bairro Itajuba à beira da praia do mar com início nas margens da Foz do Rio Itajuba seguindo em direção ao Sul entre a Avenida Itajuba e o Oceano Atlântico até a divisa do Município com o Balneário de Piçarras. Gabarito permitido é de térreo mais 02 (dois) pavimentos.

II - Polo II - Inicia na Rua das Adálias em direção ao Norte entre a Lagoa de Barra Velha e a Rua Lusitana até a Foz do Rio Itapocú. Gabarito permitido é de térreo mais 02 (dois) pavimentos, podendo ser autorizado, para os terrenos com áreas igual ou superior a 500 metros quadrados e testada mínima de 14 (catorze) metros, o gabarito de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos.

III - Polo III - É a área que contem dentro dela o Morro do Cristo. Mirante natural do centro da cidade. Inicia-se na Avenida Santa Catarina esquina com a Rua Sinval Moura indo por esta direção Oeste até encontrar a Rua Bernardo Aguiar, daí em direção Norte até a Av. Paraná, seguindo rumo Leste até encontrar novamente a Avenida Santa Catarina para voltar em direção Sul ao ponto inicial esquina com a Rua Sinval Moura. Gabarito permitido é de térreo mais 02 (dois) pavimentos.

a) Para os imóveis que fazem frente para a Av. Bernardo Aguiar e que possuem área igual ou superior a 500 (quinhentos) metros quadrados e testada mínima de 14 (catorze) metros, o gabarito permitido é de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos.

§ 3º ZP3 - Esta zona parte da Rua Ernesto Krause em direção ao Sul entre o Oceano Atlântico e Avenida Santa Catarina e Paralela BR-101 até a Rua Recanto da Saudade. Gabarito permitido é de térreo mais 08 pavimentos, podendo ser autorizado, para os terrenos com áreas igual ou superior a 500 metros quadrados e testada mínima de 14 metros, o gabarito de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos.



I - As alterações contidas nesta Lei não se aplicam aos terrenos situados na poligonal formada pelas ruas: Avenida Santa Catarina, Ernesto Krause, Avenida Beira Mar e Rua Sinval Moura, permanecendo o limite de térreo mais 08 (oito) pavimentos.

§ 4º ZP4 - Esta zona parte da Rua das Adálias em direção ao Sul entre a Rua Vice-Prefeito José do Patrocínio de Oliveira, Avenida Santa Catarina, Paralela BR-101, e Avenida Itajubá até os limites do perímetro urbano ao Sul e Oeste. Gabarito permitido é de térreo mais 12 pavimentos, podendo ser autorizado, para os terrenos com áreas igual ou superior a 500 (quinhentos) metros quadrados e testada mínima de 14 (catorze) metros, o gabarito de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos.

I - Esta área estende-se a uma faixa linear paralela de 1.000 (mil) metros com 200m² (duzentos metros quadrados) perpendicular para o lado sul da Estrada João Pedro de Oliveira sentido Leste Oeste.

§ 5º Para edificações que confrontam com as Avenidas a beira mar e orla marítima, incluídos nas Zonas ZP2 Polo, II, ZP3 e ZP4, os apartamentos necessariamente deverão apresentar área privativa acima de 80m² (oitenta metros quadrados) e oferecer no mínimo duas vagas de garagem, mais as vagas previstas para área comercial, se houver.

§ 6º Os índices urbanísticos (recuo, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, etc.) são os previstos na presente lei, os quais poderão sofrer alterações por leis específicas.

Art. 5º Fica incluído no artigo 36, da Lei Complementar nº 63, de 17 de novembro de 2008, no Parágrafo 2º, o Inciso VI, com a seguinte redação:

VI – Edifícios residenciais e/ou comerciais que se enquadrem em um dos quesitos abaixo:

- a) com gabarito de térreo mais 18 (dezoito) pavimentos ou maior;
- b) que ofereçam 140 (cento e quarenta) vagas de garagem ou mais; ou
- c) que possuam 72 (setenta e duas) unidades autônomas ou mais, incluindo salas comerciais e apartamentos.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 233/2017

Publicação Nº 1460616

LEI COMPLEMENTAR Nº 233/2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, INSTITUI NOVOS PADRÕES DE VENCIMENTOS, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado para duas vagas o cargo de veterinário, Nível 10.1, do quadro de efetivos do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo Municipal, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 116, de 30 de setembro de 2011.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 15 de dezembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 234/2017

Publicação Nº 1460620

LEI COMPLEMENTAR Nº 234/2017

Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa do Município de Barra Velha e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### TÍTULO I DA REFORMA ADMINISTRATIVA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Barra Velha, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial, passa a ter a sua organização e estrutura estabelecidas nesta Lei, que está baseada:

I – na responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas com pessoal, possibilitando incrementar investimentos nas diversas áreas de sua atuação;

II – na modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

III – na autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo; e

IV – na transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados.

### TÍTULO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 2º A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Barra Velha, cujos órgãos subordinam-se diretamente ao Prefeito Municipal, passa a ter a seguinte composição:

I – a Administração Direta, constituída dos seguintes órgãos integrados na sua estrutura administrativa:

- a) GABINETE DO PREFEITO - GP
- b) GABINETE DO VICE-PREFEITO - GVP
- c) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
- d) CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
- e) CONSELHOS MUNICIPAIS - CM's
- f) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
- g) SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF

h SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

i) SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - SEMEC

j) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

k) SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEPLAN

l) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES

m) SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJUBA - SEDRI

n) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO - SEMUS

o) SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA – SEMAP

II – a Administração Indireta, que compreende os serviços públicos ou de interesse público, atribuídos a pessoas jurídicas diversas do Município, dotadas de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, composta de autarquias e fundações públicas e/ou institutos.

a) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA - FUMTEC

b) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDEMA

c) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

d) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO - IPREVE

Art. 3º Os órgãos da Administração Direta integrantes da estrutura organizacional do Município de Barra Velha terão desdobramento operativo que identificará as vinculações funcionais e a hierarquia das unidades administrativas e operacionais, observado as seguintes diretrizes:

I – Secretarias Municipais e/ou Órgãos Equivalentes: são órgãos de primeiro nível hierárquico e de direção geral da estrutura administrativa, aos quais compete à integração, coordenação, supervisão e execução das ações de governo, dentro das respectivas áreas de atuação, na forma desta Lei e das normas regimentais;

II – Diretorias: correspondem às funções de direção, planejamento tático, supervisão e controle equivalente às posições dos dirigentes superiores das entidades da Administração Indireta, de unidades vinculadas diretamente ao Chefe do Executivo, a Secretário Municipal ou a Presidentes de Fundação ou Instituto, representada pelos cargos de Diretores e Subprocurador;

III – Chefias e/ou Coordenações: correspondem às funções de apoio direto ao Chefe do Executivo, aos Secretários Municipais e aos titulares de entidades de direção superior gerencial para o cumprimento de atribuições técnico-especializadas de consultoria, assessoramento e assistência associadas superiores relacionados.

VI – Assessoramento: representa uma instância administrativa inferior para auxiliar na assessoria à tomada de decisões das instâncias superiores, nas diversas áreas de atuação consultiva, deliberativas e ou executivas.

Parágrafo único: O Chefe do Executivo poderá estabelecer outras nomenclaturas para cargos em comissão, vinculando-as a grupo definido nesta Lei e tendo como referência a denominação e posição hierárquica da unidade administrativa ou operacional na estrutura básica de órgão da Administração Direta ou de entidade da Administração Indireta.

### TÍTULO III DA COMPETÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

#### CAPÍTULO I DO GABINETE DO PREFEITO - GP -

Art. 4º Compete ao Gabinete do Prefeito:

I - Prestar auxílio burocrático ao Prefeito;  
II - Pesquisar e coligar elementos necessários às informações solicitadas ao Executivo;

III - Coletar dados e informações para a tomada de decisões do Prefeito;

IV - Preparar e encaminhar o expediente do Gabinete;

V - Assistir ao Prefeito em suas relações com os Municípios, entidades de classe e com os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal.

VI - Organizar as audiências do Prefeito, selecionando os pedidos e coligar subsídios para a compreensão do histórico dos assuntos de maneira a permitir-lhe a análise e decisão final.

#### CAPÍTULO II DO GABINETE DO VICE-PREFEITO - GVP -

Art. 5º. O Gabinete do Vice-Prefeito é o órgão ao qual incumbe a assistência e assessoramento direto e imediato ao Vice-Prefeito no exercício de suas atribuições e a coordenação de suas relações políticas e administrativas, e ainda, sempre que necessário, o auxílio ao Gabinete do Prefeito, competindo-lhe, dentre outras atribuições regulamentares:

I – Assessorar o Prefeito em assuntos da Administração Pública Municipal, inclusive auxiliá-lo sempre que for convocado para missões especiais;

II – Assessorar e secretariar o Vice-Prefeito nas reuniões internas ou públicas;

III – Promover as atividades de recepção, atendimento e encaminhamento dos munícipes, autoridades e visitantes que demandem ao Gabinete do Vice-Prefeito;

IV – Elaborar e coordenar a agenda de compromissos e contatos políticos do Vice-Prefeito;

V – Transmitir e controlar as ordens emanadas pelo Vice-Prefeito, para a execução de ações;

VI – Planejar, organizar e coordenar as atividades desenvolvidas pelo Vice-Prefeito em relação aos compromissos, recepção, estudo e triagem do expediente recebido e expedido;

VII – Prover meios administrativos necessários à atuação e à execução de outros serviços determinados pelo Vice-Prefeito.

#### CAPÍTULO III

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
- PGM -

Art. 6º Compete à Procuradoria do Município:

I - Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades municipais relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades jurídicas da Administração Municipal;

II - Prestar assessoramento jurídico às demais áreas de Administração Direta e Indireta, quando solicitado, bem como elaborar pareceres sobre consultas formuladas;

III - Processar, amigável ou judicialmente, as desapropriações, bem como promover o pagamento das indenizações correspondentes;

IV - Planejar, coordenar, executar e elaborar contratos e atos preparatórios;

V - Orientar os processos de doação, venda, permuta, concessão e permissão de uso de bens;

VI - Elaborar minutas de Convênio, escrituras e editais em geral, especialmente os que se refiram às licitações;

VII - Zelar, na esfera da competência municipal, pela exata observância das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica Municipal, das demais Leis, Regulamentos e Atos normativos emanados dos Poderes Públicos.

VIII - Coordenar as atividades litigiosas do Município;

IX - Examinar os documentos anexos aos processos administrativos e os de interesse do Município e dar parecer sobre eles;

X - Minutar os projetos de lei, decretos e portarias em geral, bem como os termos de convênios e seus aditivos, contratos, escrituras, editais de concorrências em que o Município for parte interessada;

XI - Emitir parecer sobre consultas ou dúvidas suscitadas na tramitação de expedientes dos vários Setores da Administração Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município;

XII - Representar e defender o Município em qualquer juízo, ou instância, através de delegação emanada de órgão ou poder superior;

XIII - Dar parecer em processos administrativos de sindicância e disciplinares, dando orientação jurídica aos mesmos, quando solicitado;

XIV - Orientar os processos por infração de posturas e outros previstos em contratos ou leis tributárias;

XV - Executar outros serviços conexos, necessários à defesa ou interesse do município;

XVI - Elaborar expedientes relativos às concorrências públicas que se processarem perante a Procuradoria Geral do Município;

XVII - Selecionar, adquirir, classificar e catalogar o acervo bibliográfico e documental de natureza jurídica de interesse do órgão de maneira a manter sempre atualizada a Biblioteca Jurídica do Município;

XVIII - Manter devidamente arquivados os contratos, termos e convênios, leis, decretos e portarias de interesse do Órgão;

XIX - Promover a execução da Dívida Ativa, após a remessa do competente processo administrativo pela Secretaria Municipal da

Fazenda.

CAPÍTULO IV  
DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
- CGM -

Art. 7º Compete à Controladoria Geral do Município:

I - Coordenar e executar a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - Coordenar e executar a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município, bem como da aplicação dos recursos públicos municipais por entidades de direito público e privado;

III - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional;

IV - Coordenar e executar o controle interno, visando exercer a fiscalização do cumprimento das normas de administração e finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão administrativo-fiscal, instituindo, se necessário, comissões auxiliares de controle interno nos órgãos da administração indireta;

V - Tomar as contas dos responsáveis por bens e valores e instaurar e processar as tomadas de Contas Especiais na forma da legislação em vigor, bem como designar as comissões especiais;

VI - Coordenar e executar as atividades administrativas e financeiras relacionadas às suas dotações orçamentárias;

VII - Coordenar e executar a auditoria interna preventiva e de controle dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

VIII - Conciliar os dados de seus registros com os lançamentos contábeis dos balancetes mensais e balanço patrimonial de encerramento do exercício, verificando e providenciando a correção das distorções porventura encontradas;

IX - Coordenar e executar a contabilidade financeira, patrimonial e orçamentária da Administração Direta do Município e a sua consolidação com a contabilidade da Administração Indireta e do Poder Legislativo;

X - Adotar as medidas necessárias à implantação e ao funcionamento integrado do sistema de controle interno;

XI - Elaborar, apreciar e submeter ao Prefeito Municipal estudos e propostas de diretrizes, programas e ações que objetivem a racionalização da execução da despesa e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Administração Direta e Indireta e, também, que objetive a implementação da arrecadação das receitas orçadas;

XII - Emitir relatório, por ocasião do encerramento do exercício sobre as contas e balanço geral do Município;

XIII - Acompanhar, cumprir e fazer cumprir, as instruções emanadas do Tribunal de Contas do Estado;

XIV - Organizar e manter atualizado o cadastro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos, assim como dos órgãos e entidades sujeitos a auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado;

XV - Prestar assessoramento ao Prefeito nas matérias de sua competência.

**CAPÍTULO V**  
**DOS CONSELHOS MUNICIPAIS**  
- CM's -

Art. 8º A competência, a estrutura, a organização e o funcionamento dos Conselhos Municipais são as estabelecidas nas respectivas leis municipais que os criaram e nos regulamentos próprios.

**CAPÍTULO VI**  
**DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
- SEMA-

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Administração:

I - Responder pelas atividades ligadas à administração geral do Município;

II - Preparar e providenciar o registro, publicação e expedição dos atos do Prefeito;

III - Promover cursos de treinamento destinados à valorização e capacitação dos servidores públicos municipais, objetivando a preparação dos mesmos para situações que permitam novos padrões de qualidade, produtividade e economicidade;

IV - Preparar processos administrativos de admissão, exoneração, licenças, aposentadoria, pensão, etc, e toda matéria funcional relativa aos servidores;

V - Preparar, com o auxílio à Procuradoria Geral, editais de concurso público e autorizar, depois de homologado, a publicação de seu resultado;

VI - Elaborar, com auxílio da Procuradoria Geral, projetos de leis, decretos, portarias e orientações normativas;

VII - Administrar os sistemas de recrutamento, seleção, desenvolvimento organizacional e de pessoal, planos de carreira, vencimentos e salários, adequando-os às necessidades e condições da Administração Municipal, tomando todas as medidas que entender necessárias ao processamento dos mesmos;

VIII - Organizar e manter atualizados os fichários e registros relativos ao pessoal do Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, bem como dos que exercem cargos de provimento em comissão, de recrutamento amplo;

IX - Estudar, elaborar, coordenar e controlar as atividades do sistema de racionalização administrativa do Município;

X - Promover contatos com os diversos órgãos da Administração Municipal, a fim de implantar e coordenar medidas referentes à execução das atividades de desenvolvimento organizacional;

XI - Estudar, planejar e definir as melhores condições de trabalho para os órgãos da Administração Municipal, bem como promover a instituição de normas de serviço, regimento interno de funcionamento dos órgãos, reformulação e atualização dos formulários adotados na Administração Municipal;

XII - Estudar, elaborar e propor planos e programas de avaliação de desempenho e acompanhamento de pessoal, que possibilitem um melhor aproveitamento dos recursos humanos da Administração Municipal;

XIII - Manter vigilância permanente na parte interna e externa do

edifício sede da Administração Municipal, durante o expediente e fora dele, com o auxílio da Guarda Municipal;

XIV - Aplicar, orientar e fiscalizar a execução das leis referentes ao pessoal da Administração Municipal;

XV - Proceder ao assentamento da vida funcional dos servidores bem como a apuração e controle de tempo de serviço, para fim de direito;

XVI - Orientar, supervisionar, coordenar e controlar os trabalhos dos órgãos que lhe são subordinados;

XVII - Proceder a baixa, venda ou qualquer outra forma de alienação do material inaproveitável;

XVIII - Preparar os editais e processos licitatórios, bem como o expediente necessário para a abertura e julgamento das propostas recebidas para aquisição de materiais e serviços, em conjunto com a Procuradoria do Município;

XIX - Controlar, através dos meios próprios, a entrada, saída e estoque de material no Almoarifado Central da Administração Municipal;

XX - Zelar pela conservação e limpeza interna e externa do prédio sede da Administração Municipal, bem como de seus imóveis e instalações, providenciando os reparos quando necessários, em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

XXI - Executar a administração centralizada de pessoal, compreendendo a ação normativa, coordenação, implantação, execução e controle de atividades, de acordo com a política de pessoal adotada;

XXII - Planejar e organizar o arquivamento de processos administrativos;

XXIII - Identificar as necessidades de treinamento e manter registros dos programas de formação e de treinamento realizados, incluindo participantes, custos, graus obtidos e outros dados pertinentes;

XXIV - Receber, registrar e distribuir, quando for o caso, requerimentos, processos, ofícios e correspondência em geral, endereçados à Administração Municipal, fornecendo ao interessado o respectivo recibo, bem como postando às partes, informações sobre o andamento de processos e demais expedientes recebidos e registrados;

XXV - Coordenar e controlar o registro, a guarda e a publicação do expediente oficial da Administração Municipal, e também, o andamento e arquivamento definitivo dos papéis da Administração Municipal;

XXVI - Cuidar da manutenção do serviço de copa e cozinha;

XXVII - Administrar os serviços de telefonia fixa, telefonia móvel, água e energia elétrica;

XXVIII - Promover a apuração imediata, através de sindicâncias ou processo disciplinar, quando tiver ciência de irregularidade no serviço público;

XXIX - Dirigir, planejar, coordenar e supervisionar as atividades das comissões de sindicância e disciplinar;

XXX - Aplicar os conhecimentos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho ao ambiente de trabalho para preservar a saúde



e a integridade física dos servidores da Administração Municipal;

XXXI - Coordenar a implantação, manutenção e fiscalização da política de tecnologia de informação do município;

XXXII - Propor as medidas de otimização dos equipamentos de informática da Administração Municipal.

## CAPÍTULO VI

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

#### - SEMF-

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I - Promover o cadastramento dos contribuintes, o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos e demais rendas municipais;

II - Incumbir-se do recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos numerários e outros valores;

III - Promover o registro e controle contábil da administração orçamentária, financeira e patrimonial do Município, preparar os balanços, balanço e demonstrativos de prestação de contas à Câmara Municipal e aos Tribunais de Contas da União e do Estado;

IV - Elaborar e coordenar a execução da programação financeira de desembolso;

V - Prestar assessoria ao prefeito em todas as matérias de caráter econômico-financeiro de interesse do Município e de modo especial no processamento das operações de crédito e em financiamentos tomados pelo Município, e aos Órgãos Públicos da Administração local, nos assuntos fazendários, e promover gerenciamento dos recursos provenientes de convênios firmados com o Estado, a União e outras atividades;

VI - Efetuar cálculo, controle e inscrição da Dívida Ativa;

VII - Desenvolver procedimentos necessários ao controle de vendas ambulantes no Município, tendo em vista os interesses da população e do comércio local.

## CAPÍTULO VII

### SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### - SEMAS -

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal da Assistência Social:

I – Elaborar e coordenar projetos de assistência social, programas sociais e promoção social, conforme a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e as Normas Operacionais Básicas;

II – Implementar ações sócio-assistenciais de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional;

III – Desenvolver ação social junto a indivíduos e grupos visando capacitar a compreender sua condição de vida e estimulá-los a participar na solução de seus problemas;

IV – Desenvolver a política de proteção social básica para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, através de estruturação da rede e das unidades públicas de assistência social, nominadas de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, localizadas em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social, destinada a prestação de serviços sócio-assistenciais às famílias;

V – Desenvolver a política de proteção social especial, para

indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos, subdivididos conforme abaixo:

a) Média complexidade: através de unidades públicas de atendimento especializado da assistência social, nominadas de Centros Especializados de Assistência Social – CREAS e demais programas de serviços especializados, destinados a famílias cujos direitos fundamentais já se encontram violados, mas que mantêm vínculos de pertencimento, objetivando promover acesso a serviços de apoio e sobrevivência, prover atenção sócio-assistencial e incluir em serviços de atendimento e solidariedade em centros-dia, atendimento domiciliar, serviços de combate à exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, serviços de atendimento humanizado, integral e qualificado às mulheres em situação de violência;

b) Alta complexidade: através de unidade de referência regional e demais programas e serviços especializados, em estreita ligação com o sistema de garantia de direitos, destinados a famílias e indivíduos em risco pessoal e social, cujos vínculos já estejam rompidos e necessitem de acolhimento fora de seu núcleo familiar e comunitário, objetivando prestar atenção sócio-assistencial e proteção integral, em casas-lar, abrigos, albergues, unidades de longas permanências e outros;

VI – Planejar e executar ações de proteção básica no território referenciado;

VII – Estruturar e apoiar tecnicamente e administrativamente os órgãos colegiados vinculados a Secretaria;

VIII – Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e dos benefícios eventuais;

IX – Realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco social e ambiental, a partir de estudos e pesquisas realizadas;

X – Estabelecer pacto de resultados, em especial com a rede prestadora de serviços, com base em indicadores sociais comuns previamente estabelecidos, para serviços de proteção social básica e especial;

XI – Garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias;

XII – Coordenar o monitoramento e avaliação das ações da assistência social por nível de proteção básica e especial, em articulação com os sistemas estadual e federal;

XIII – Assegurar a reciprocidade das ações entre as redes de proteção básica e especial;

XIV – Inserir, alimentar e manter atualizados, no Cadastro Único, os dados das famílias de vulnerabilidade social e risco, conforme critérios do Programa Bolsa Família ou outro que vier a substituí-lo;

XV – Coordenar e executar ações complementares para as famílias beneficiárias dos programas de transferência direta de renda, promovendo inclusive o acompanhamento da gestão de condicionalidades e de benefícios;

XVI – Prestar assessoria às entidades não governamentais no que se refere a sua organização e ao desenvolvimento de seus objetivos;

XVII – Planejar, organizar e supervisionar ações de apoio a situações de risco circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências em articulação com o órgão incumbido da defesa civil no Município;

XVIII – Propor e supervisionar a implementação e execução das políticas municipais que visem proporcionar melhorias e dar novas oportunidades de trabalho e emprego, inclusive quanto à questão da mulher e das pessoas com deficiência, no sentido de melhorar a qualidade da mão de obra e propiciar condições de melhores oportunidades no mercado de trabalho; e

XIX – Gerir os recursos destinados à assistência social e à criança e ao adolescente, respectivamente, através do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, zelando pela aplicação dos seus recursos na efetivação das respectivas políticas públicas do Município.

XX – A formulação e o controle da política municipal de trabalho, de geração de emprego e renda e de capacitação de mão de obra, bem como o incentivo à instituição de organismos para integração e apoio à criação de ocupações profissionais;

XXI – O incentivo às ações de qualificação e requalificação profissional e de colocação de mão de obra habilitada às demandas resultantes do desenvolvimento e expansão das atividades econômica no Município;

XXII - Subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e planos governamentais no que se refere à habitação popular e responder pela sua implementação;

XXIII - Compatibilizar programas, projetos e atividades habitacionais municipais com os de nível federal e estadual;

XXIV - Coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas à habitação popular;

XXV - Articular-se com instituições públicas e privadas, e com as demais Secretarias Municipais que atuem no setor, visando cooperação técnica e a integração de ações que facilitem a consecução dos objetivos da secretaria;

XXVI - Articular-se, na concepção de projetos e programas, com empresas e entidades do ramo habitacional com vistas à implementação de técnicas modernas e eficientes e com o objetivo de alcançar melhor produtividade e redução de custos;

XXVII - Coordenar e supervisionar o levantamento e o cadastramento das carências habitacionais, visando à definição dos programas municipais para o setor;

XXVIII - Responder pela proposição de alternativas de unidades habitacionais e pela sua comercialização, obedecendo às normas vigentes, visando proporcionar habitação para população do Município, notadamente para a de média e baixa renda;

XXIX - Propor normas, rotinas e procedimentos de elaboração, execução, análise e avaliação de concessões e transferências de terrenos e unidades habitacionais;

XXX - Promover entendimento e negociações junto ao Governo Federal e Estadual e aos órgãos de fomento e desenvolvimento, visando a captação de recursos destinados à habitação;

XXXI - Estimular ações comunitárias que visem à inserção do indivíduo e da família no ambiente social;

XXXII - Desenvolver ações que visem ao atendimento da população

carente, em termos de habitação, quando em situação de emergência ou calamidade pública;

## CAPÍTULO VIII

### SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS - SEMEC -

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos:

I - Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades educacionais da rede escolar municipal em consonância com os objetivos da política educacional do Ministério da Educação;

II - Manter atualizada a documentação e informações educacionais através de estudos e pesquisas, objetivando o conhecimento dos problemas educacionais do Município;

III - Dinamizar o ensino fundamental, zelando pelo cumprimento de sua obrigatoriedade para os escolares em todas as suas faixas etárias, bem como e especialmente cuidar e desenvolver a educação infantil de 0(zero) a 5 (cinco) anos;

IV - Promover medidas que visem ao aproveitamento racional dos recursos humanos existentes, devidamente qualificados, incentivando treinamentos e cursos para aperfeiçoamento e habilitação do pessoal administrativo e docente;

V - promover a assistência ao educando carente, no que se refere à atendimento médico e dentário, distribuição da merenda e a assistência sócio-pedagógica;

VI - Disciplinar e coordenar a ação conjunta das unidades administrativas do órgão e fiscalizar o cumprimento de suas atribuições;

VII - Promover o aprimoramento dos métodos, processos, procedimentos didáticos e programas de ensino, procurando elevar os níveis de ensino-aprendizagem;

VIII - Melhorar e adequar à rede física escolar municipal, promover e incentivar a sua manutenção e recuperação bem como a sua expansão, se necessário;

IX - Incentivar junto a órgãos educacionais de qualquer espécie, cooperação técnica e financeira;

X - Aplicar e controlar as verbas especificamente destinadas à Educação, como também prestar contas;

XI - Promover e incentivar a assistência pré-escolar, combatendo a desnutrição e proporcionando recreação sadia à formação de bons hábitos;

XII - Superintender a aquisição, a guarda e a distribuição de material administrativo e didático, bem como controlar o seu consumo e utilização;

XIII - Manter e atualizar a Biblioteca Pública Municipal e, se necessário, criar salas de leituras, possibilitando e coordenando o seu uso pela população estudantil;

XIV - Elaborar, ouvidos os órgãos próprios, os planos municipais de educação;

XV - Coordenar ou executar programas e projetos educacionais no Município, principalmente aqueles que envolvam programas especiais, reabilitação e integração educacional de pessoas marginalizadas;



XVI - Submeter, semestralmente, ao Prefeito e ao Conselho Municipal de Educação, o relatório das atividades do órgão;

XVII - Entrosar com os demais órgãos para o adequado planejamento do ensino bem como controlar os seus resultados;

XVIII - Articular permanentemente com as Secretarias Municipais para tratar de assuntos relativos à Educação;

XIX - Executar projetos de capacitação de recursos humanos;

XX - Administrar os recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Valorização do Magistério, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO IX DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP -

Art. 13 Compete à Secretaria Municipal de Obras, Agricultura, Pesca e Serviços Públicos:

I - Executar e coordenar os projetos do sistema de trânsito, transporte coletivo, individual e carga, tráfego e sinalização em consonância com as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e com a legislação que dispõe sobre a Política Municipal do Tráfego, Trânsito e Transporte do Município.

II - Elaborar a programação e executar as atividades relativas à limpeza pública, varrição e remoção de entulho;

III - Articular com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano no sentido de atualizar as Leis Municipais relativas a serviços;

IV - Colaborar com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Secretaria Municipal do Meio Ambiente na elaboração de normas relativas à aprovação de projetos de pavimentação, drenagem e sinalização viária, à estética urbana, à preservação do meio-ambiente, aos loteamentos e zoneamentos e à expansão de área;

V - Executar os serviços de manutenção e embelezamento das vias e logradouros públicos;

VI - Manter a preservação e manutenção, assim como, a incrementação dos parques públicos, praças, jardins e áreas verdes do Município;

VII - Fiscalizar os serviços de transportes coletivos urbanos, individual e carga, e propor normas e trajetos compatíveis com as necessidades da população, à medida do crescimento da cidade;

VIII - Executar e conservar as obras municipais, assim como os próprios da municipalidade;

IX - Construir, pavimentar e conservar as vias e logradouros públicos;

X - Colaborar opinando sobre os projetos de obras elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

XI - Acompanhar, fiscalizar e receber os serviços executados diretamente ou contratados com terceiros e conforme o estabelecido nos contratos;

XII - Executar os projetos de obras da Administração Municipal, sempre a partir de diretrizes e estudos preliminares, elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

XIII - Organizar e operar o cadastro dos veículos pertencentes ao

município;

XIV - Planejar, coordenar, executar e controlar a manutenção de todos os veículos, máquinas e equipamentos da Administração Municipal;

XV - Pesquisar e propor métodos de redução de custos de manutenção de todos os veículos, máquinas e equipamentos da Administração Municipal;

XVI - Manter um sistema de apropriação de custos das obras e dos serviços urbanos;

XVII - Dar suporte nas comemorações do Calendário Anual Municipal de Eventos, sempre em consonância com a Secretaria cujas finalidades sejam afins, oferecendo apoio no trânsito e manutenção dos locais onde ocorrerem os eventos;

XVIII - Construir e/ou conservar as quadras poliesportivas e campos de esporte de maneira a permitir o seu adequado funcionamento, sob a orientação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

#### CAPÍTULO X SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEPLAN -

Art. 14 Compete à Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

I - Dimensionar demanda de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da indústria e comércio locais, intermediando junto aos demais órgãos da Administração Municipal, o equacionamento das dificuldades e a adoção de providências cabíveis;

II - Estabelecer e implantar estratégias de controle da implantação de empreendimentos no Município, promovendo a doação de equipamentos e procedimentos necessários à preservação do meio ambiente;

III - Desenvolver as etapas inerentes aos processos para autorização de instalação e funcionamento de empresas no Município;

IV - Fomentar e desenvolver a livre iniciativa;

V - Elaborar diretrizes e normas de planejamento, programação, orçamento e ação governamental;

VI - Elaborar ou coordenar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e municipal compatibilizando as políticas internas da Administração Municipal e dos outros níveis de governo no âmbito do Município;

VII - Executar ou acompanhar a execução dos planos, programas e projetos avaliando seus resultados com base nos objetivos e metas previstos;

VIII - Coordenar e elaborar o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual, inclusive o plano de Ação da Administração Municipal;

IX - Organizar a montagem, implantação e funcionamento do sistema de informação para o planejamento urbano e municipal, com especial atenção para o uso e ocupação de solo e a atualização constante do Cadastro Técnico Municipal, bem como a manutenção atualizada da Planta Cadastral do Município;

X - Coordenar as atividades relativas à reorganização administrativa do Município e à racionalização de métodos de trabalho;

XI - Elaborar projetos de leis e regulamentos necessários à execução de planos, programas e projetos, submetendo-os à apreciação do Executivo Municipal;

XII - Apreçar projetos e medidas administrativas que tenham repercussão no planejamento e desenvolvimento da cidade ou do Município;

XIII - Assessorar e coordenar os órgãos da Administração Municipal na elaboração e gerenciamento de plano, programas e projetos de caráter interprofissional ou que exijam atenção de diversos organismos municipais;

XIV - Analisar os projetos de construção em geral, submetidas à sua apreciação;

XV - Analisar os pedidos relativos a usos e ocupações, bem como expedir o competente licenciamento;

XVI - Analisar e propor, juntamente com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, as normas relativas à estética urbana, à preservação do meio-ambiente, aos loteamentos e zoneamentos e à expansão da área;

XVII - Exercer, diretamente ou em regime de coordenação com outros organismos municipais, a fiscalização do cumprimento das normas e diretrizes relativas às leis que compõem o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município;

XVIII - Fazer ou mandar fazer os serviços de topografia;

XIX - Realizar ou supervisionar estudos socioeconômicos e projetos especiais de interesse do município;

XX - Elaborar estudos e projetos relacionados com o sistema de vias urbanas e vicinais do município;

XXI - Elaborar estudos e projetos relacionados com todos os assuntos ligados a transporte, trânsito e tráfego;

XXII - Examinar e opinar sobre planos, programas e os projetos elaborados para fins de instituição de programas de pavimentação;

XXIII - Pronunciar-se sobre qualquer assunto relacionado com o interesse do Município ou da Administração, mediante solicitação do Prefeito;

XXIV - Analisar periodicamente o Plano Diretor de Desenvolvimento e promover a atualização necessária;

XXV - Articular-se com entidades e organismos públicos e/ou particulares, especialmente no tocante às diversas atividades ligas ao desenvolvimento sustentável do Município.

XXVI - Promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, proporcionando o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável;

XXVII - Priorizar a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, bem como implementação do conceito de acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade;

XXVIII - Participar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da aprovação de projetos de construção,

reforma ou ampliação dos edifícios de uso público ou comunitário, de domínio direto ou indireto da Administração Pública, ou de propriedade privada, bem como as áreas comuns e de circulação das edificações de uso multifamiliar, segundo os padrões e critérios estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais de qualquer natureza, permanentes ou temporárias.

XXIX - Apoiar intervenções que promovam a acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e pessoas portadoras de necessidades especiais, física ou sensorial, através da implantação de infraestrutura que garanta sua circulação pela cidade através da integração entre os sistemas coletivos e não motorizados com conforto e segurança;

XXX - Planejar, executar e avaliar projetos de inclusão social de pessoas com restrição de mobilidade e pessoas portadoras de necessidades especiais, física ou sensorial, em conjunto com as outras Secretarias Municipais.

XXXI - O planejamento, o controle e avaliação da política de desenvolvimento da Indústria, Comércio e empreendimentos turísticos.

XXXII - Estabelecer estratégias de direcionamento da implantação de empreendimentos no Município, induzindo à produção de materiais e serviços adequados às demandas da indústria e o comércio locais;

XXXIII - Dimensionar demanda de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da indústria e comércio locais, intermediando, junto aos demais órgãos da Administração Municipal, o equacionamento das dificuldades e a adoção de providências cabíveis;

XXXIV - Proceder às etapas inerentes ao processo de autorização de instalação e funcionamento de empresas no Município;

XXXV - Promover a construção de galpões industriais, visando o oferecimento de vantagens locacionais para as pequenas e médias empresas;

XXXVI - Operacionalizar e manter sistema de dados que permita dispor de uma estrutura formal de planejamento, documentação e acompanhamento, associando-se aos programas correlatos do Estado e da União;

XXXVII - Acompanhar a execução de projetos industriais no Município, participando de sua avaliação;

XXXVIII - Elaborar estudos de viabilidade de empreendimentos industriais;

XXXIX - A coordenação da estratégia, monitoramento e avaliação dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

XL - A normatização, monitoramento e avaliação da realização de ações de intervenção urbana;

## CAPÍTULO XI

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
- SEDES-

Art. 15 Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável:

I - desenvolver ações para cadastramento e configuração do perfil econômico do Município;

II – auxiliar no planejamento, o controle e avaliação da política de desenvolvimento da Indústria, Comércio e empreendimentos turísticos.

III – a articulação para instalação, localização, e diversificação de empreendimentos que utilizam insumos disponíveis no Município e o desenvolvimento de programas e projetos de fomento às atividades industriais, comerciais e de serviços compatíveis com a vocação da economia local;

IV – a orientação, de caráter indicativo, à iniciativa privada, de empreendimentos de interesse econômico para o Município, em especial, a implantação de projetos voltados para a expansão dos segmentos industrial e agronegócio;

V – o incentivo e o estímulo à localização e manutenção de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços e a promoção de medidas de atração de interessados em operar atividades empresariais desses segmentos no Município, em articulação com os setores econômicos locais, estaduais e nacionais;

VI – a proposição de estratégias para a implantação e a manutenção de sistema de divulgação turística do Município;

VII – a promoção de estudos e pesquisas sociais, econômicos e institucionais, ligados às potencialidades do Município, visando identificar oportunidades para instalação de empreendimentos voltados para o desenvolvimento sustentável do Município;

VIII - Estabelecer estratégias de incentivo à implantação de empresas que favoreçam o desenvolvimento do Município;

IX - promover a articulação com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada, visando ao aproveitamento de incentivos e recursos para a economia do Município;

X - fomentar e desenvolver a livre iniciativa;

XI - privilegiar a geração de empregos através da implantação de indústrias no Município;

XII - cuidar para que seja dispensado tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

XIII - estabelecer critérios, em ordem de prioridade, para alocação de recursos municipais no fomento à indústria;

## CAPÍTULO XII

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO - SEMUS -

Art. 16 - Compete à Secretaria de Saúde e Saneamento:

I - planejar, sistematizar e colocar em execução as políticas, estratégias, processos, estruturas e métodos, baseados na promoção, proteção e recuperação da saúde, a fim de dar assistência à população, no âmbito do município, compreendendo as seguintes atribuições:

a) intensificar políticas que promovam a qualidade de vida da população, através da melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações e serviços de saúde, observando os princípios doutrinários do SUS de Universalidade, Equidade e Integralidade;

b) coordenar e articular ações de promoção, prevenção e recuperação de doenças e agravos no âmbito da atenção básica, incluindo:

c) coordenar, articular e integralizar ações que compõem a atenção

secundária e terciária no Sistema Municipal de Serviços de Saúde;

d) reorientar o modelo assistencial fortalecendo a expansão da atenção básica e os Programas de Saúde da Família (PSF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

e) organizar o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais que demandem cuidados de atenção em saúde;

f) adotar ações de mobilização e educação para promoção à saúde com prioridade para violência (acidentes de trânsito), tabagismo e atividade física;

g) fornecer subsídios à capacidade de gestão dos hospitais sob administração do município, com foco na qualidade e humanização do atendimento;

h) conduzir a política de aquisição e fornecimento de medicamentos da assistência farmacêutica básica, especializada e a de medicamentos excepcionais;

i) promover, em conjunto com a sociedade, a realização da Conferência Municipal de Saúde e, elaborar o Plano Municipal de Saúde, a Agenda Municipal de Saúde, o Quadro de Metas e Relatórios de Gestão;

j) participar, sob coordenação da Secretaria de Estado da Saúde, da Programação Pactuada e Integrada - PPI Assistencial e do Pacto da Atenção Básica;

k) coordenar a Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos do setor saúde;

l) identificar mecanismos e uso de tecnologia para implementar a informação e a comunicação em saúde;

m) estabelecer diálogo permanente com o Conselho Municipal de Saúde e com a sociedade.

II - planejar e executar a Vigilância Sanitária no âmbito do Município, por meio do Setor de Vigilância Sanitária, compreendendo as seguintes atribuições:

a) observar, na execução de suas atividades, as diretrizes da Política Nacional de Saúde para as ações de vigilância sanitária;

b) participar, em conjunto com o gestor estadual para as ações de vigilância sanitária;

c) aplicar os recursos financeiros que lhe forem repassados, exclusivamente na consecução das atividades de vigilância sanitária;

d) assegurar a contrapartida de recursos financeiros próprios do Município, com o objetivo de atender satisfatoriamente à demanda verificada, conforme disposições estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

e) coordenar e implementar, no seu âmbito de atuação, o Plano Municipal de Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos em consonância com a Política de Recursos Humanos do SUS, tendo como referência os riscos sanitários, a realidade local e a demanda do Município;

f) executar as Ações de Baixa Complexidade pactuadas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS e o Estado de Santa Catarina;

g) executar as Ações de Alta Complexidade pactuadas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS e o Estado de

Santa Catarina:

h) implementar e desenvolver, quando pactuadas, ações de tóxico-vigilância, hemovigilância, farmacovigilância e tecnovigilância;

i) observar o cumprimento das metas de cobertura das ações pactuadas em função do risco sanitário e complexidade tecnológica, previstas na Programação Pactuada de Inspeções - PPI-VISA;

j) manter permanentemente atualizados todos os cadastros de interesse da vigilância sanitária;

k) elaborar e encaminhar, tempestivamente, à instância estadual os relatórios trimestrais e o relatório anual de gestão, relativos às metas pactuadas;

l) desenvolver as atividades de informação, educação e comunicação em vigilância sanitária;

m) implantar, gerir, atualizar e operar o Sistema Municipal de Informação em vigilância sanitária, com a finalidade de alimentação do SINAVISA.

III - planejar e executar a Vigilância em Saúde no âmbito do Município, por meio do Núcleo de Vigilância em Saúde, compreendendo as seguintes atribuições:

a) participar, em conjunto com os demais gestores municipais e Secretaria Estadual de Saúde, na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, na definição da Programação Pactuada Integrada da área de Vigilância em saúde - PPI-VS, em conformidade com os parâmetros definidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS;

b) gerir os estoques municipais de insumos estratégicos, inclusive com abastecimento dos executores das ações;

c) aplicar os recursos financeiros que lhe forem repassados, exclusivamente na execução das ações de vigilância em saúde;

d) participar do financiamento das ações de vigilância em saúde, conforme disposições estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

e) adquirir equipamentos de proteção individual - EPI referentes aos uniformes, demais vestimentas e equipamentos necessários para a aplicação de inseticidas e biolarvicidas, além daqueles indicados para outras atividades da rotina de controle de vetores, definidas pelo Manual de Procedimentos de Segurança, publicado pelo Ministério da Saúde;

f) capacitar recursos humanos em vigilância à saúde;

g) notificar as doenças de notificação compulsória, surtos e agravos inusitados, conforme normatização federal e estadual;

h) proceder investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por doenças específicas;

i) proceder busca ativa de casos de notificação compulsória nas unidades de saúde, inclusive laboratórios, domicílios, creches e instituições de ensino, entre outros, existentes no território municipal;

j) proceder busca ativa de Declarações de Óbito e de Nascidos Vivos nas unidades de saúde, cartórios e cemitérios existentes no território municipal;

k) prover a realização de exames laboratoriais voltados ao diagnóstico das doenças de notificação compulsória, em articulação com a Secretaria Estadual de Saúde;

l) prover a realização de exames laboratoriais para controle de doenças, como os de malária, esquistossomose, triatomíneos, entre outros a serem definidos pela PPI-VS;

m) acompanhar e avaliar os procedimentos laboratoriais realizados pelas unidades públicas e privadas componentes da rede municipal de laboratórios que realizam exames relacionados à saúde pública;

n) monitorar a qualidade da água para consumo humano, incluindo ações de coleta e provimento dos exames físico, químico e bacteriológico de amostras, em conformidade com a normatização federal;

o) exercer a captura de vetores e reservatórios, identificação e levantamento do índice de infestação;

p) exercer o registro, captura, apreensão e eliminação de animais que representem risco à saúde do homem;

q) executar ações de controle químico e biológico de vetores e de eliminação de criadouros;

r) coordenar e executar as ações de vacinação integrantes do Programa Nacional de Imunizações, incluindo a vacinação de rotina com as vacinas obrigatórias, as estratégias especiais como campanhas e vacinações de bloqueio e a notificação e investigação de eventos adversos e óbitos temporalmente associados à vacinação;

s) exercer a vigilância epidemiológica e monitoramento da mortalidade infantil e materna;

t) executar ações básicas de vigilância sanitária, em conjunto com o Serviço de Vigilância Sanitária do Município;

u) gerenciar os sistemas de informação epidemiológica, no âmbito municipal;

v) exercer a divulgação de informações e análises epidemiológicas.

IV - planejar, programar, controlar, regular e avaliar as ações e serviços assistenciais de saúde no âmbito do Município, por meio da Divisão de Controle, Regulação e Avaliação, compreendendo as seguintes atribuições:

a) exercer o controle permanente, direto e sistemático sobre a execução das ações e serviços de saúde à população, prestados por Unidades de Saúde vinculadas ao SUS, independente de sua natureza jurídica ou nível de complexidade, estabelecidas no território municipal;

b) regular a oferta das ações e serviços de saúde existentes no Município e monitorar os fluxos de referências, garantindo o acesso do usuário a melhor assistência possível;

c) avaliar a organização do Sistema Municipal de Saúde e o modelo de gestão e, os resultados e impacto sobre a saúde da população;

d) avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços de saúde públicos e privados existentes no território municipal, na garantia da qualidade da assistência e satisfação dos usuários;

e) exercer o cadastramento de serviços, a condução do processo de compras e contratualização de serviços de saúde no âmbito do Município, de acordo com as necessidades identificadas e legislação específica;

f) participar do processo de Programação Pactuada e Integrada - PPI Assistencial e do ajuste ou revisão dessa programação, conduzidos pela Secretaria Estadual de Saúde, bem como a análise



da coerência entre a programação, a produção e o faturamento apresentados;

g) efetuar previamente os procedimentos técnico-administrativos necessários à autorização, à realização e à ordenação dos respectivos pagamentos de internações hospitalares eletivas e de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e/ou alto custo;

h) relacionar e exercer o acompanhamento do faturamento e da regularidade de pagamento aos Prestadores de Serviços de Saúde vinculados ao SUS no âmbito municipal;

i) operar os Sistemas e Subsistemas de Informações Assistenciais do SUS;

j) organizar a demanda interna e ordenar o Tratamento Fora do Domicílio - TFD, desde que esgotadas todas as possibilidades de atendimento existentes no Município.

V - avaliar quantitativamente e qualitativamente as ações de saúde desenvolvidas pela rede de serviços no âmbito do Município, por meio do Núcleo Municipal de Auditoria Assistencial, compreendendo as seguintes atribuições:

a) analisar e auditar as ações e serviços estabelecidos no Plano Municipal de Saúde;

b) analisar e auditar as ações e serviços desenvolvidos pelas Unidades de Saúde vinculadas ao SUS seja elas públicas ou privadas, contratadas ou conveniadas, estabelecidas no território municipal;

c) analisar e auditar as ações e serviços desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde ao qual o município esteja associado;

d) fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros transferidos pela União, Estado e Município;

e) controlar o cumprimento das normas sobre as atividades de prestação de serviços de saúde, emanadas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado e Secretaria Municipal de Saúde;

f) acolher e apurar denúncias de usuários, prestadores, gestores ou profissionais de saúde.

VI - conduzir e executar os serviços administrativos típicos da Secretaria, incluindo as operações financeiras e contábeis do Fundo Municipal de Saúde, segundo o Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - atuar de forma articulada e integrada com os órgãos que integram o SUS no âmbito Estadual e Federal e com as demais unidades que compõem a Estrutura Administrativa do Município, no sentido de atender as suas atribuições e competências;

VIII - estimular a participação popular e instrumentar os recursos da própria comunidade, visando transformá-los em elos superlativos na consolidação do SUS no âmbito do Município;

IX - propor e manter convênios com instituições de saúde, com o Estado e a União para a execução de políticas, campanhas e programas de saúde, visando ao bom desenvolvimento dos serviços e ações de Saúde.

X - desenvolvimento dos planos estratégicos para implementação das políticas de infraestrutura nas áreas saneamento básico, drenagem, tratamento de esgoto sanitário e abastecimento d'água, estabelecendo prioridades e definindo mecanismos de implantação, acompanhamento e avaliação;

Parágrafo Único - As competências estabelecidas nos incisos I, II, III, IV e V deste artigo poderão ser executadas em caráter supletivo pelo Estado, por Consórcio de Municípios ou pela União;

### CAPÍTULO XIII

#### DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJUBA - SEDRI -

Art. 17 A Secretaria do Desenvolvimento Regional de Itajuba, órgão da Administração Direta, de direção setorial e execução descentralizada da estrutura básica do Poder Executivo, tem por objetivo o exercício da supervisão, execução, fiscalização, controle e orientação administrativa das ações de governo nas suas diversas áreas de competência, de forma descentralizada, envolvendo as mais diversas áreas da administração municipal, tendo como atribuição principal as atividades inerentes à Administração Pública Municipal nas zonas urbana, de expansão urbana e rural compreendida na respectiva área geográfica.

§ 1º - O Prefeito do Município poderá delegar ao Secretário Regional, atos de sua competência para exercer as atribuições gerais, na forma e nos limites do ato de delegação.

§ 2º - A Secretaria Regional de Itajuba rege-se por esta Lei, pelas disposições regulamentares expedidas pelo Prefeito, bem como pelo respectivo Regimento Interno que conterá as especificações de natureza técnico-administrativas, o detalhamento das atribuições e os limites da competência delegada pelo Chefe do Executivo.

### CAPÍTULO XIV

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA - SEMAP -

Art. 18 Compete à Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca:

I - estabelecer estratégias de direcionamento da implantação de empreendimentos no Município, induzindo à produção de materiais e serviços adequados às demandas da agricultura e pecuária locais;

II - dimensionar demanda de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da agricultura, pecuária e comércio locais, intermediando, junto aos demais órgãos da Administração Municipal, o equacionamento das dificuldades e a adoção de providências cabíveis;

III - promover a articulação com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada, visando ao aproveitamento de incentivos e recursos para a economia do Município;

IV - fomentar e desenvolver a livre iniciativa;

V - levantar e interpretar o desempenho da agricultura e pecuária no Município, propondo as ações que julgar necessárias para a sua melhoria;

VI - prestar apoio logístico aos agricultores e pecuaristas nos termos do que dispuser a Lei Municipal;

VII - estabelecer relacionamento interinstitucional para benefício da agricultura e pecuária, observando para tanto, os regulamentos municipais pertinentes;

VIII - operacionalizar e manter sistema de dados que permita dispor de uma estrutura formal de planejamento, documentação e acompanhamento, associando-se aos programas correlatos do Estado e da União;

IX - realizar eventos, inclusive em parceria com outros órgãos públicos, que objetivem a incrementação da agropecuária no município;

X - desenvolver e executar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção agropecuária no município;

XI - levantar e interpretar o desempenho da agropecuária no Município, nas áreas de produção, comercialização, abastecimento e afins;

XII - estabelecer critérios, em ordem de prioridade, para alocação de recursos municipais no fomento à agropecuária;

XIII - acompanhar a execução de projetos agropecuários no Município, participando de sua avaliação;

XIV - compatibilizar a execução de projetos agropecuários, conforme normas e posturas municipais;

XV - sistematizar a coleta e a divulgação de informações sobre a agropecuária municipal e da possibilidade de incrementação do agronegócio no Município;

XVI - instalar unidades experimentais, campos de demonstração e de cooperação, lavouras e hortas comunitárias, proteção ambiental e lazer;

XVII - elaborar estudos de viabilidade de empreendimentos agropecuários;

XVIII - desenvolver estratégias para a melhoria das atividades de produção vegetal e animal, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social nos vários segmentos da economia.

XIX - criar e manter patrulhas motomecanizadas com a finalidade precípua de prestação de serviços rurais, destinadas à abertura e conservação de estradas, preparo e conservação do solo e, em especial, atender ao pequeno produtor;

#### TÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS E DAS EXTINÇÕES

Art. 19 É introduzida a seguinte modificação na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo:

I – as Fundações Municipais de Cultura, de Esportes e de Turismo, são transformadas em uma única entidade, doravante denominada de FUNDAÇÃO MUNICIPAL TURISMO, ESPORTES E CULTURA - FUMTEC, cujas divisões administrativas e atribuições regulamentares será estabelecida por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único: Os cargos de provimento efetivos constantes das referidas fundações, passarão a integrar a nova entidade.

Art. 20 Ficam extintas todas as demais Secretarias não contempladas nesta Lei, e conseqüentemente, todos os cargos em Comissão aqui não referidos expressamente.

Art. 21 Os cargos de provimento efetivo existentes em órgão ou unidades eventualmente extintas por força da presente Lei, passarão a integrar a estrutura da Secretaria ou Órgão equivalente, substituto da estrutura anterior.

#### TÍTULO V DOS PRINCÍPIOS DA DELEGAÇÃO E EXERCÍCIO DE AUTORIDADE

Art. 22 O Prefeito, salvo hipóteses expressamente contempladas em lei, deverá permanecer livre de funções meramente executivas

e da prática de atos relativos à rotina administrativa, ou que indiquem simples aplicação de normas estabelecidas, cabendo tal função aos respectivos secretários municipais ou autoridades equivalentes ou ainda a quem for atribuída tal competência, por Decreto do Prefeito Municipal;

Art. 23 Ainda com o objetivo de reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, orientação, coordenação, controle e supervisão, e de acelerar a tramitação administrativa, serão observados no estabelecimento de rotina de trabalho e de exigências processuais, dentre outros princípios racionalizadores, os seguintes:

I - todo assunto será decidido no nível hierárquico mais baixo possível; para isto:

a) os cargos imediatos que se situarem na base da organização, devem receber a maior soma de poderes decisórios, principalmente em relação a assuntos rotineiros;

b) a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação, deve ser a que se encontre no ponto mais próximo àquele que a informação se complete ou em que todos os meios e formalidades requeridos por uma operação se concluem;

II - a autoridade competente não poderá excusar-se de decidir, protelando por qualquer forma seu pronunciamento, ou encaminhando o caso à consideração superior ou de outra autoridade, sem motivos justificáveis;

III - os contatos entre os órgãos da Administração Municipal, para fins de inscrição de processo, far-se-ão de Secretaria para Secretaria e destas para o Gabinete do Prefeito.

Art. 24 O Prefeito poderá baixar, por Decreto:

I - atribuições dos servidores investidos nas Funções Gratificadas e Cargos de Provimento em Comissão;

II - normas de trabalho que, por sua natureza, não devam constituir disposições em separado;

III - outras disposições julgadas necessárias.

Art. 25 O Prefeito poderá delegar competência às diversas secretarias, órgãos equivalentes ou diretorias, mediante ato regulamentar, para proferir despachos decisórios, podendo a qualquer momento, avocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada.

#### TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 As atividades de administração geral que constituem sistemas específicos, tais como material, patrimônio, pessoal, contabilidade, comunicações e as de programação e orçamento serão operadas de forma homogênea e integrada através das divisões ou chefias, subordinadas diretamente ao Secretário Municipal da respectiva área.

Art. 27 Além do disposto no artigo anterior será comum a todos os Secretários Municipais ou Autoridades equivalentes, o seguinte:

I - participar da elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município, fornecendo os subsídios necessários;

II - promover a gestão integrada dos serviços administrativos, visando a sua economicidade;

III - zelar pela obediência aos princípios da legalidade, publicidade,



impressoalidade e razoabilidade;

IV - promover junto aos órgãos auxiliares da Administração o conhecimento de todas as Leis Ordinárias e de maneira especial, as Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município, Estatutos, Códigos, Regulamentos e o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município;

V - estar atento para novas técnicas gerenciais e operacionais, visando à melhoria e racionalização do sistema;

VI - buscar literaturas e experiências comprovadamente eficientes para contribuir com a otimização do sistema;

VII - gerir bem as atividades fins, assim como as atividades meio, afetas aos órgãos auxiliares da respectiva Secretaria;

VIII - estabelecer objetivos e metas para suas respectivas áreas de responsabilidades;

IX - propor ao Prefeito Municipal a contratação de pessoal e serviços necessários e essenciais às atividades internas e externas da Secretaria e implantação dos serviços dirigidos à população;

X - zelar pelo cumprimento da legislação específica que compõe o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Barra Velha.  
Art. 28 O provimento dos Cargos em Comissão relacionados na presente Lei é de livre nomeação e/ou designação e exoneração do Prefeito.

Art. 29 Fica o Prefeito Municipal autorizado a complementar, mediante decreto, a estrutura organizacional prevista nesta Lei, podendo remanejar, transferir, adaptar, modificar-lhes a competência, modificar-lhes a competência, atribuição e denominação, sem aumento da despesa, a fim de compatibilizá-la com as necessidades da Administração Municipal.

Art. 30 As Leis, Decretos e Portarias, deverão ser assinados pelo Prefeito, conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e o Secretário Municipal da área e/ou autoridade equivalente.

Art. 31 Fica o Prefeito Municipal autorizado, em consequência, a remanejar, transpor ou transferir as dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária anual, respeitada a mesma classificação funcional-programática e mantidos os respectivos detalhamentos por Unidade Orçamentária.

Art. 32 Também mediante decreto, os órgãos setoriais poderão ser desdobrados em unidades de nível de seção e setor, de acordo com a necessidade de cada estrutura administrativa, na forma do artigo anterior.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33 Os subsídios e vencimentos dos cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, a teor do disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, previstos nesta Lei, tem seus valores monetários previstos no ANEXO I, o qual passa a fazer parte integrante desta Lei e serão reajustados nas mesmas datas e percentuais dos reajustes concedidos aos demais servidores da administração municipal.

Art. 34 Ocorrerá a transição dos cargos nomeados pela Lei Complementar nº 142, de 11 de janeiro de 2013 e Lei Complementar nº 205, de 24 de fevereiro de 2017 em conformidade com a nova Lei.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, especialmente as

Leis Complementares nºs 07/2001, 27/2003, 28/2004, 34/2004, 39/2005, 51/2006, 54/2006, 70/2009, 72/2009, 81/2009, 93/2010, 99/2010, 103/2010, 106/2011, 117/2011, 121/2011, 165/2013, 142/2017, 205/2017 e Leis Ordinárias nºs 9/1993, 299/2001, 508/2003 e 614/2005.

Barra Velha, 15 de dezembro de 2.017  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

Lei Complementar nº 234 /2017

### QUADRO GERAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	Nº VAGAS	REMUNERAÇÃO
<b>I - GABINETE DO PREFEITO</b> (Sigla GP)		
Prefeito Municipal	01	R\$ 16.301,74
Diretor de Gabinete	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Defesa Civil	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Iluminação Pública	01	R\$ 3.144,88
Coordenador do PROCON	01	R\$ 3.144,88
Assessor de Imprensa	01	R\$ 1.747,15
Assessor de Gabinete	01	R\$ 1.747,15
<b>II - GABINETE DO VICE-PREFEITO</b> (Sigla GVP)		
Vice-Prefeito	01	R\$ 8.150,87
Assessor de Gabinete	01	R\$ 1.747,15
<b>III – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b> (Sigla PGM)		
Procurador Geral	01	R\$ 7.500,00
Sub-Procurador	02	R\$ 6.000,00
Coordenador Jurídico	01	R\$ 3.144,88
Assessor de Gabinete	01	R\$ 1.747,15
<b>IV - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b> (Sigla CGM)		
Controlador Geral	01	R\$ 7.500,00
Ouvidor	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15
<b>V – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b> (Sigla SEMA)		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Licitações e Compras	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Recursos Humanos	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Patrimônio	01	R\$ 4.076,69
Coordenador Administrativo	02	R\$ 3.144,88
Coordenador de Recursos Humanos	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Licitação	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Compras	01	R\$ 3.144,88
Coordenador Controlador de Frota	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	04	R\$ 1.747,15
<b>VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> (Sigla SEMF )		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Tributos	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Finanças	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Cadastro	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Contabilidade	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Finanças	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Arrecadação Tributária	01	R\$ 3.144,88

Coordenador de Fiscalização Tributária	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	02	R\$ 1.747,15
<b>VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Sigla SEMAS)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Assistência Social	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Habitação	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Assistência Social	02	R\$ 3.144,88
Coordenador da Casa de Passagem	01	R\$ 3.144,88
Coordenador do SINE	01	R\$ 3.144,88
Coordenador do CRAS	01	R\$ 3.144,88
Coordenador do CREAS	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Assistência ao Morador de Rua	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	04	R\$ 1.747,15
<b>VIII – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (Sigla SEMEC)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Secretário Adjunto	01	R\$ 4.500,00
Coordenador Técnico	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Biblioteca	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15
<b>IX – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS (Sigla SEMOSP)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Obras e Serviços Públicos	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Obras	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Serviços Públicos	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	04	R\$ 1.747,15
<b>X – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Sigla SEPLAN)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Planejamento Urbano	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Desenvolvimento Urbano (Social)	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Transito	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Projetos, Topografia e Engenharia	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Urbanismo	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	02	R\$ 1.747,15
<b>XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (Sigla SEDES)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Desenvolvimento Econômico e Sustentável	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Sustentável	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15
<b>XII – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO (Sigla SEMUS)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Secretário Adjunto	01	R\$ 4.500,00
Diretor de Gestão em Saúde	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Atenção Básica	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Atenção Especializada	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Vigilância em Saúde	01	R\$ 4.076,69
Coordenador Técnico de Enfermagem do PA (Pronto Atendimento)	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Atenção Especializada	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Vigilância Sanitária	01	R\$ 3.144,88

Coordenador de Vigilância Epidemiológica	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Vigilância de Óbitos	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Vigilância de Saneamento	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Projetos e Programas	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de TFD (Tratamento Fora do Domicílio)	01	R\$ 3.144,88
Coordenador Operacional	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	05	R\$ 1.747,15
<b>XIII – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJUBA (Sigla SEDRI)</b>		
Diretor Regional	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Operações	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15
<b>XIV – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (SEMAP)</b>		
Secretário Municipal	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Agricultura, Pecuária e Pesca	01	R\$ 4.076,69
Coordenador Agricultura, Pecuária e Pesca	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15
<b>XV – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO, ESPORTES E CULTURA (Sigla FUMTEC)</b>		
Diretor Presidente	01	R\$ 7.500,00
Diretor de Turismo	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Cultura	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Esportes	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Eventos Turísticos	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Eventos Esportivos	01	R\$ 3.144,88
Coordenador de Eventos Culturais	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	03	R\$ 1.747,15
<b>XVI – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (Sigla FUNDEMA)</b>		
Diretor Presidente	01	R\$ 7.500,00
Procurador Jurídico	01	R\$ 6.000,00
Diretor Técnico	01	R\$ 4.076,69
Coordenador de Fiscalização Ambiental	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	02	R\$ 1.747,15
<b>XVII – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - (Sigla IPREVE)</b>		
Diretor Presidente	01	R\$ 7.500,00
Diretor Administrativo e Financeiro	01	R\$ 4.076,69
Diretor de Benefícios	01	R\$ 4.076,69
<b>XVIII - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE (Sigla FMS)</b>		
Diretor Presidente	01	R\$ 4.076,69
Coordenador Administrativo	01	R\$ 3.144,88
Assessor Administrativo	01	R\$ 1.747,15

Barra Velha, 15 de dezembro de 2.017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

## ANEXO II

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS DO QUADRO GERAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

#### 1 - GABINETE DO PREFEITO

##### CARGO: DIRETOR DE GABINETE

As atribuições dessa função se assemelham a de Chefia de Gabinete e na estrutura organizacional tendo por objetivo assistir diretamente ao Prefeito Municipal no âmbito de sua atuação, além de:

I - assessorar diretamente o Prefeito na sua representação civil, social e administrativa;

II – assessorar o Prefeito na adoção de medidas administrativas que propiciem a harmonização das iniciativas dos diferentes órgãos municipais;

III - preparar e encaminhar a correspondência oficial e preparar as minutas dos atos administrativos do gabinete;

IV - planejar, elaborar e organizar a agenda de trabalho do Prefeito Municipal, auxiliando-o no preparo dos documentos a serem submetidos aos secretários e outros;

V - encaminhar para publicação os atos do Prefeito, articulando-se, para efeito de observância a prazos, requisitos e demais formalidades legais, com a Secretaria de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização Organizacional;

VI - apoiar o Prefeito no acompanhamento das ações das demais Secretarias, em sincronia com o plano de governo municipal;

VII - coordenar, em articulação com as Secretarias de institucionais o atendimento às solicitações e convocações da Câmara Municipal de Barra Velha;

VIII - cuidar da administração geral do prédio em que funciona o Gabinete do Prefeito, zelando pelos bens imóveis e móveis, incluindo acervo de obras de arte;

IX - coordenar a elaboração de mensagens e exposições de motivos do Prefeito à Câmara Municipal, bem como assessorar na elaboração de minutas de atos normativos, em articulação com a Procuradoria Geral do Município - PGM ou secretário da área específica;

X - controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Prefeito;

XI - receber e atender com cordialidade a todos quantos o procurem para tratar, junto a si ou ao Prefeito, de assuntos de interesse do cidadão ou da comunidade, providenciando, quando for o caso, o seu encaminhamento às secretarias da área;

XII - supervisionar a organização do cerimonial das solenidades realizadas no âmbito da Administração Municipal que contem com a participação do Prefeito;

XIII - promover mecanismos de interação da população com o Gabinete do Prefeito, através de Central de Relacionamentos que possibilite a manifestação do cidadão sobre assuntos pertinentes ao governo municipal;

XIV - proceder no âmbito do órgão à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua Unidade, bem como à gestão de pessoas e dos recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Chefe do Poder Executivo;

XV - exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam delegadas pelo Prefeito Municipal;

#### CARGO: DIRETOR DE DEFESA CIVIL

Ao Diretor de Proteção e Defesa Civil, cabe auxiliar em ações gerais em circunstâncias operacionais de intempéries, desastres, situações de risco no município e atuar na articulação com entidades representativas, órgãos correspondentes na organização, implementação de comandos operacionais a serem utilizados como ferramentas para comandar, controlar e coordenar ações emergências, tais como:

I - executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade;

II - promover a integração entre todos os entes públicos, privados, organizações não governamentais e sociedades civis organizadas, a nível municipal e regional, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

III - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;

IV - estimular o desenvolvimento de comunidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;

V - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir suas ocorrências;

VI - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

VII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;

VIII - desenvolver consciência acerca dos riscos de desastre;

IX - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNP-DEC- em âmbito local;

X - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

XI - incentivar a incorporação de ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

XII - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

XIII - propor ao chefe do executivo municipal a decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública de acordo com a instrução normativa nacional e estadual vigente;

XIV - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

XV - propor a abertura de pontos de apoio ou abrigos provisórios, para assistência à população em situação de alto risco ou desastre;

XVI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como, sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XVII - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XVIII - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano e ou Protocolo de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XIX - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XX - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XXI - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações de Proteção e Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XXII - Capacitar profissionais para ações específicas em Proteção e Defesa Civil.

XXIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

#### CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa tem como função desenvolver o relacionamento da Prefeitura Municipal como marca junto aos jornalistas e a sociedade.

As atividades do Assessor de Imprensa visam dar maior tranquilidade e transparência na divulgação dos atos e procedimentos da Prefeitura Municipal. Um assessor de imprensa é uma pessoa que trabalha na assessoria de comunicação, uma importante ferramenta de comunicação, que envolve áreas como publicidade, relações públicas, jornalismo e propaganda.

O assessor de imprensa tem uma importante função na organização ou empresa, sendo responsável pelas estratégias de comunicação adotadas e pelas relações estabelecidas com a mídia, além de:

I - desenvolver o relacionamento da Prefeitura, junto aos veículos de comunicação (jornal, revista, site, rádio e emissoras de televisão), o que permite que sejam criadas matérias que vinculem sua marca em veículos especializados ou aos grandes veículos de comunicação;

II - divulgar as atividades da Prefeitura, despertando o interesse da mídia para os assuntos relacionados ao governo;

III - realizar agendamento e acompanhamento de entrevistas coletivas, facilitando o trabalho do entrevistado (prefeito) e do entrevistador, ter contato permanente com a mídia, sugerindo pautas e fazendo esclarecimentos necessários para a eficiência da matéria jornalística a ser publicada;

IV - conhecer muito bem as estruturas de funcionamento de cada um dos veículos de comunicação e o perfil de seus respectivos profissionais dando sustentação aos atos públicos da Prefeitura Municipal;

V - é responsável por realizar a intermediação da comunicação entre a Prefeitura, entidades ou pessoas e os meios de comunicação;

VI - desenvolver estratégia, criar releases, artigos, notas, sugestões

de pautas, contatar jornalistas, agendar entrevistas, convidar jornalistas para eventos, fazer a clippagem das matérias, realizar media training, fazer relatórios de atividades e de resultados;

VI - manter cordial relacionamento com a Imprensa escrita e falada em todos os âmbitos;

VII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades e delegadas pelo Prefeito Municipal.

#### **CARGO: ASSESSOR DE GABINETE**

Ao Assessor de Gabinete do Prefeito caberá cumprir as determinações do Chefe do Poder Executivo, acompanhar as ações do gabinete e outras funções delegadas, cabendo:

I - assessorar nos assuntos relacionados com a administração em geral, tratativas para regular e correto funcionamento do Gabinete;

II - coordenar ações administrativas organizacionais na representação do Prefeito junto a eventos sociais;

III - assessorar, no planejamento, na coordenação, na supervisão, no acompanhamento e na avaliação das atividades da Imprensa;

IV - organizar a presença de autoridades e convidados, recepcionando-os quando da realização de solenidades;

V - articular e coordenar o relacionamento com os organismos públicos e com organizações representativas da comunidade;

VI - organizar a relação institucional do Gabinete do Prefeito junto às entidades sociais, órgãos públicos, clubes de serviço e organizações sociais;

VI - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades e delegadas pelo Prefeito Municipal.

#### **CARGO: COORDENADOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

A iluminação pública é um serviço essencial para a qualidade de vida noturna da população nos centros urbanos e periferias, para a segurança pública, para o tráfego de veículos e pedestres e também contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Cabe ao coordenador de Iluminação Pública a responsabilidade pela manutenção do serviço no Município como um todo, além de:

I - realizar ações de planejamento, coordenação e execução de serviços de operacionalização do sistema de iluminação pública;

II - informar e apresentar relatórios ao Prefeito Municipal de toda a situação da gestão da iluminação pública (como a troca de lâmpadas queimadas ou quebradas, acesas durante o dia ou piscando à noite e etc.);

II - dar suporte ao Prefeito Municipal para tomada de decisões sobre novas ações, tais como: controle de expansão, melhorias, eficiência e reformulação da iluminação no município;

III - propiciar ao Prefeito o conhecimento dos custos, gastos e controles de eficiência e etc., da iluminação pública;

IV - promover programas coletivos e educacionais no sentido de melhorar e diminuir o vandalismo no Sistema de Iluminação Pública;

V - receber e atender reclamações dos usuários e munícipes sobre o sistema de iluminação pública;

VI - fiscalizar a concessionária ou permissionária em relação aos serviços prestados no fornecimento de energia elétrica dentro do município;

VII - acompanhar a execução de obras da rede elétrica que estejam ao encargo da Prefeitura Municipal;

VIII - participar dada fiscalização das posturas urbanísticas, no que se refere à iluminação pública;

IX - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

#### **CARGO: COODENADOR DO PROCON**

O responsável por essa função tem a responsabilidade de cumprir fielmente todas as normas legais em atendimento a proteção do consumidor com o mercado e relações comerciais. Como órgão de assessoria ao Gabinete do Prefeito, além de:

I - apresentar relatórios das fiscalizações, autos sanções administrativas na forma da legislação pertinente que ocorrerem diariamente;

II - levar ao conhecimento do Prefeito todas as ações desenvolvidas no município, principalmente no respeito ao cumprimento

de ordens que possam a vir violar interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

III - auxiliar o Prefeito no planejamento, elaboração, proposição e execução na política municipal de proteção e defesa do consumidor;

IV- controlar o recebimento, análises, avaliações, apurações, consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;

V - auxiliar na representação ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições dentre outras relacionadas à proteção e defesa dos consumidores.

VI - dar toda assessoria e consultoria ao Prefeito no sentido de manter a boa competência no respeito ao consumidor.

VII - orientar no encaminhamento de relatórios mensais das atividades do órgão local, especificando o número de consultas, reclamações, trabalhos técnicos e outras atividades realizadas, especialmente, a celebração de convênios, acordos ou trabalhos realizados junto com outras entidades de defesa do consumidor;

VIII - incentivar e apoiar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor e apoiar as já existentes; desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;

IX - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, e registrando as soluções;

XI - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor;

XIII - prestar assessoria jurídica aos consumidores naqueles casos que não puderem ser resolvidos administrativamente; solicitar a compra de materiais e equipamentos; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

XIV - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

VI - executar outras atribuições afins e que lhe forem delegadas.

#### **2 - GABINETE DO VICE-PREFEITO**

##### **CARGO: ASSESSOR DE GABINETE**

Função de assessoramento especial ao Vice-Prefeito. Cabe desenvolver atividades delegadas pelo seu titular, além de:

I - assistir o Vice-Prefeito no exame dos assuntos políticos e administrativos, no recebimento dos processos e demais documentos submetidos à sua deliberação;

II - preparar e encaminhar a correspondências oficiais e preparar as minutas dos atos administrativos do gabinete do Vice-Prefeito;

III - organizar a presença de autoridades e convidados, recepcionando-os quando da realização de solenidades e/ou reuniões;

IV - planejar, elaborar e organizar a agenda de trabalho do Vice-Prefeito, auxiliando-o no preparo dos documentos, e ainda assim assessorar, no planejamento, na coordenação, na supervisão, no acompanhamento e na avaliação das atividades do Gabinete;

V - organizar e dar andamento às correspondências e aos documentos encaminhados ao Vice-Prefeito;

VI - desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

#### **3 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

##### **CARGO: PROCURADOR GERAL**

A Procuradoria Geral do Município tem por atribuições de coordenar, controlar e delinear a orientação jurídica a ser seguida pelo Poder Executivo. Desenvolvendo atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; representar o Município judicial e extrajudicialmente, recebendo as citações, intimações e notificações judiciais dirigidas contra a Prefeitura ou o Município, além de:



I - elaborar defesas e prestar informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado;

II - defender em juízo os interesses da Administração, promover a representação judicial do Município e, na área de sua atuação, a representação extrajudicial;

III – promover a inscrição da Dívida Ativa;

IV – promover a execução judicial da Dívida Ativa inscrita do Município;

V – assessorar o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais e demais titulares de órgãos do Município, inclusive elaborando as Informações nos Mandados de Segurança em que sejam apontados como coautores;

VI – representar ao Prefeito em medidas de ordem jurídica que lhe pareçam necessárias, tendo em vista o interesse público e a legislação em vigor;

VII – exercer a função de órgão central de Consultoria Jurídica do Município;

VIII - velar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, representando ao Prefeito quando constatar infrações e propondo medidas que visem à correção de ilegalidades eventualmente encontradas, inclusive a anulação ou revogação de atos e a punição dos responsáveis;

IX – requisitar a qualquer órgão da Administração Municipal, fixando prazo, os elementos de informação necessários ao desempenho de suas atribuições, podendo a requisição, em caso de urgência, ser feita verbalmente;

X – elaborar projetos de lei e atos normativos de competência do Prefeito, assessorando os Secretários Municipais e dirigentes de órgãos autônomos no desempenho da competência para expedição de tais atos, que lhe devem ser submetida antes de sua edição;

XI – avocar o exame de qualquer processo, administrativo ou judicial, em que haja interesse de órgão da Administração Municipal;

XII – atender e orientar, com cordialidade, a todos quantos busquem quaisquer informações que possa prestar no interesse da Cidade de Barra Velha, e da imagem de organização, responsabilidade, probidade e zelo para com os direitos do Município e do sujeito passivo de qualquer pretensão a cargo da Procuradoria;

XIII – proceder, no âmbito do seu Órgão, à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com determinações emanadas do Chefe do Poder Executivo;

XIV – prestar informações ao Poder Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Polícia Civil do Estado e Departamento de Polícia Federal.

XV- exercer outras atividades correlatas.

**CARGO: SUB-PROCURADOR**

Função específica de profissional do direito. Membro da procuradoria, subordinado hierarquicamente ao procurador geral.

I – substituir o Procurador-Geral do Município em suas faltas ou impedimentos, ausências temporárias, férias, licenças ou afastamentos ocasionais;

II – Assistir o Procurador-Geral do Município no exercício de suas atribuições, especialmente:

a) Na distribuição, aos órgãos de atividades-fim, dos processos administrativos encaminhados à Procuradoria Geral do Município;

b) Na apreciação dos pareceres emitidos pelos órgãos de atividades-fim;

c) Na representação do Município em juízo ou fora dele;

III – determinar correição de natureza técnica nos órgãos de atividades-fim, de atividade-atividade e de assessoramento;

IV – coordenar os trabalhos dos órgãos de atividade-meio, sugerindo as medidas necessárias à racionalização, à eficiência e ao aperfeiçoamento dos serviços próprios;

V – responder plenamente pelo expediente da Procuradoria Geral do Município durante a vacância do cargo superior;

VI – prover as necessidades de pessoal e de material dos órgãos de atividades-fim e de atividades-meio, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira;

VII – expedir atos de lotação dos servidores da Procuradoria Geral do Município;

VIII – aplicar as leis referentes a direitos e vantagens dos Procuradores do Município e dos servidores da Procuradoria Geral do Município;

IX – adotar as providências necessárias ao pleno desempenho das atividades cometidas à Procuradoria Geral do Município.

X - realizar outras tarefas afins e as delegadas pelo Procurador Geral.

**CARGO: COORDENADOR JURÍDICO**

Tem como escopo a capacidade de contribuir com a elaboração de pareceres que necessitem conhecimento técnico, além de sugerir aos superiores quando necessários ajustes em atos do interesse público do Município, além de:

I - prestar assessoramento ao corpo da Procuradoria Geral do Município - PGM;

II – participar na elaboração pareceres jurídicos diversos;

III - sugerir ao Procurador Geral, alterações na legislação pertinente aos servidores públicos municipais, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município;

IV – examinar previamente a forma dos editais e outros atos convocatórios de licitações, bem como dos contratos, consórcios e convênios;

V – assessorar o corpo jurídico da PGM na elaboração de pareceres em processos administrativos diversos;

VI - assistir o corpo jurídico da PGM em qualquer ato jurídico administrativo;

VII - elaborar, redigir, estudar e examinar minutas de projetos de lei, decretos e regulamentos, contratos, escrituras, convênios e de quaisquer outros atos jurídicos, sob a supervisão do Procurador Geral;

VIII - executar toda e qualquer delegação de atribuição recebida do Procurador Geral, respeitadas as atribuições do cargo;

IX - executar as demais atividades administrativas de atribuição da PGM;

X – realizar o atendimento ao cidadão nas demandas pertinentes a PGM fazendo os devidos encaminhamentos;

X - realizar outras tarefas afins e as delegadas pelo Procurador Geral.

#### CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

A função do Assessor de Gabinete da Procuradoria é prestar serviços diretamente ligados à boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado.

I - assessorar e desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo PGM no âmbito de sua área de atuação.

II – controlar e examinar autos e papéis de posse da PGM;

III - pesquisar e proceder estudos de doutrinas, legislações e jurisprudências;

IV - recepção e atendimento de partes e advogados.

V – desempenhar outras atividades de natureza semelhante e compatível e as que lhes forem delegadas por superior.

#### 4 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO – CGM

##### CARGO: CONTROLADOR GERAL

Cabe ao controlador o domínio das ações públicas no município, buscando sempre a correta aplicação do dinheiro público, é o responsável pelo controle em toda a estrutura organizacional e exercerá o controle operacional da Prefeitura Municipal de Barra Velha. Devem estar em seus conceitos promover o aperfeiçoamento e a transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e controles contínuos das Políticas Públicas e da qualidade dos gastos, ou seja:

I – manter relacionamento técnico e profissional das atividades desenvolvidas pelo Corregedor e Ouvidor municipais;

II - analisar as solicitações de compras e empenhos, o controle da execução financeira e orçamentária, da receita tributária, dívida ativa e receita de transferência;

III - promover a correta aplicação dos recursos públicos, aprimorando transparência e qualidade dos serviços, bem como disseminação de atividades que possibilitem orientação e correção de possíveis equívocos ou falhas na Administração Pública;

IV - analisar as atividades desenvolvidas pela Controladoria Geral;

V - coordenar auditorias periódicas nas áreas: Financeira, Patrimonial, Material, Contratos e Convênios, Pessoal e outras da estrutura municipal;

VI - produzir a capacitação dos servidores, visando otimizar e aperfeiçoar os resultados;

VII – coordenar a elaboração de normas e instruções, definir procedimentos necessários à execução, acompanhar e controlar as atividades referentes aos Sistemas de responsabilidades da CGM;

VIII – coordenar a realização de auditoria em projetos de investimentos do Município;

IX – coordenar a emissão de relatórios técnicos conclusivos de auditoria e controladoria para o Prefeito Municipal, Secretários ou órgãos interessados;

X – coordenar o acompanhamento da elaboração da proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos inerentes aos sistemas de responsabilidade da CGM, constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Município;

XI – coordenar a contratação, quando julgar necessário, estudos e pesquisas para subsidiar as atividades referentes aos sistemas administrados pela CGM;

XI – coordenar e compartilhar quando da instituição de convênios e contratos com empresas prestadoras de serviços e consultorias relacionadas com os sistemas administrados pela CGM;

XII - acompanhar e controlar a qualidade das informações constantes no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Barra Velha;

XIII - avaliar periodicamente os resultados obtidos pela implementação de políticas nos sistemas a cargo da Prefeitura Municipal;

XIV- apoiar tecnicamente, orientar estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal e realização de auditorias nos órgãos da administração pública municipal;

XV - coordenar e proceder outras ações pertinentes ao perfeito controle e ações dos gestores públicos;

XVI - dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde;

XVII - sempre que constatar omissão da autoridade competente, cumpre requisitar a instauração de sindicância, procedimentos e processos administrativos outros, e avocar aqueles já em curso em órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, para corrigir-lhes o andamento, inclusive promovendo a aplicação da penalidade administrativa cabível;

XIII - manter e fortalecer a boa qualidade e a integridade da administração, fornecendo ao Administrador dados que o capacitem a acompanhar com segurança todos os atos administrativos, a tomar decisões que se coadunem com os objetivos da política administrativa traçada;

XIX - auxiliar no desenvolvimento e no cumprimento de todas as normas e regulamentos internos e externos, visando à legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa;

XX - envolver todos os servidores, criando uma consciência a respeito da boa e correta gestão pública e motivando-os para a prática de uma ação conjunta de controle em cada célula da Administração.

XXI - estabelecer controles e promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei N.º 4.320 e demais legislação aplicável, que dispõem sobre a responsabilidade na gestão fiscal e realização de auditorias nos órgãos da administração pública municipal.

XXII – coordenar a programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de atos de pessoal, de gestão e de sistemas informatizados;



XXIII – propor a edição de normas ou a alteração de procedimentos que visem à melhoria dos serviços e controles, tornando-os mais eficazes por meio da eliminação de retrabalhos e de outras tarefas que não contribuem para a segurança das informações;

XXIV - recomendar a inscrição em responsabilidade nos casos em que constatado, em Relatório de Auditoria, que determinado ato tenha dado causa a prejuízo ou lesão ao erário;

XXV- Implementar normas através da edição de instruções normativas com o intuito de se obter organização no sistema de gestão e controle interno

XXVI - desempenhar outras atividades de natureza semelhante e compatível.

#### CARGO: OUVIDOR

A assessoria e consultoria do ouvidor são diretas ao Controlador Geral. Tem como ação fim dar todo suporte a boa gestão pública, entre os quais:

I - ouvir o cidadão e prover com informações os órgãos da Administração Direta e Indireta, objetivando a criação de políticas públicas de atendimento ao Cidadão;

II - viabilizar um canal direto entre o Prefeito e o cidadão, a fim de possibilitar respostas a problemas no tempo mais rápido possível;

III – compilar o recebimento e examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos relativos aos serviços e ao atendimento prestados pelos diversos órgãos da Prefeitura, ofertando ao Prefeito a tomada de decisão quando do encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas apontados, possibilitando o retorno aos interessados;

IV - encaminhar aos diversos órgãos da Prefeitura as manifestações dos cidadãos, acompanhando as providências adotadas e garantindo o retorno aos interessados.

V – prover o Prefeito de informações, pesquisas de satisfação dos usuários dos diversos serviços prestados pelos Órgãos da Prefeitura;

VI - apoiar tecnicamente e atuar com os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, visando à solução dos problemas apontados pelos cidadãos;

VII - produzir relatórios ao Prefeito, que expressem expectativas, demandas e nível de satisfação da sociedade e sugerir as mudanças necessárias, a partir da análise e interpretação das manifestações recebidas;

VIII - recomendar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso;

IX - contribuir para a disseminação de formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Prefeitura;

X - resguardar o sigilo referente às informações levadas ao seu conhecimento, no exercício de suas funções;

XII - divulgar, através dos diversos canais de comunicação da Prefeitura, o trabalho realizado pela Ouvidoria, assim como informações e orientações que considerar necessárias ao desenvolvimento de suas ações;

XIII - desempenhar outras atividades de natureza semelhante e compatível, determinadas pelo Controlador Geral do Município.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

No âmbito da Controladoria o Assessor Administrativo tem funções delegadas pelo Controlador Geral - CGM de desenvolver trabalhos nas diversas áreas de atividades da CGM, elaborar estudos e normas de procedimentos e prestar assessoramento ao superior, tais como:

I - examinar os documentos e autorização que identifiquem e comprovem as transações, conforme as normas e legislação vigente;

II - verificar se existe realização de despesas sem prévio empenho;

III - verificar a existência de fracionamento da despesa para fugir do processo licitatório;

IV - verificar as quantidades de materiais recebidos, observando a unidade de medida, especificação, valor unitário e quantidade, confrontando as notas de empenho com as notas fiscais;

V - verificar a adequação do espaço físico para movimentação do material e se este está em local seguro, contra furto e protegido contra ação do clima, bem como animais daninhos;

VI - verificar a existência de controles sistemáticos;

VII - analisar o quantitativo de Pessoal, provimento e movimentação;

IX - verificar a frequência dos servidores e o quantitativo de faltas descontadas, em observância ao Estatuto de Servidores do Município;

X - verificar documentação dos servidores à disposição;

XI - verificar licenças e afastamentos dos servidores e as alterações financeiras dos servidores;

XII - verificar documentação comprobatória dos direitos e vantagens dos servidores e a concessão de férias;

XXI – verificar e analisar outros procedimentos dentro da gestão pública municipal preservando a correta e perfeita aplicação dos recursos públicos;

XXII - participar da elaboração do orçamento geral da CGM;

XIII - acompanhar processos diversos;

XIV - desempenhar outras atividades de natureza semelhante e compatível determinadas pelo Controlador Geral do Município.

#### 5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

##### CARGO: DIRETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

O Diretor de Licitações e Compras cabe planejar, organizar e supervisionar a área todas as compras efetuadas pela Prefeitura Municipal, obedecendo restritamente às normas e preceitos legais aplicáveis.

Busca assegurar que todos os atos sejam feitos de acordo com os princípios e normas contábeis, financeiras e jurídicas, sejam realizadas dentro dos prazos e das normas estabelecidas pela legislação pertinente, além de:

Atribuições:

I – coordenar, organizar e executar as licitações nas modalidades que estabelece a legislação, com desempenho e zelo, dentro da legislação aplicável;

II – receber os processos de solicitação de compras e elaborar os editais de licitação, e encaminhar os mesmos para emissão de parecer jurídico, efetuando após aprovação, a publicidade dos mesmos;

III – acolher, julgar responder às impugnações (ou delegá-las) de edital nos termos da legislação vigente;

IV - efetuar o controle dos processos licitatórios de compras, propiciando transparência, eficiência e eficácia nos atos administrativos aplicáveis;

V – praticar todos os atos pertinentes à correta gestão das compras, cumprindo todas as etapas e na forma da legislação;

VI – promover e providenciar sempre que necessário o saneamento de processos de compras e licitatórios decorrentes de vícios e/ou procedimentos errôneos, providenciando se necessárias diligências por comissão especial para a análise processual, antes que ocorra sua homologação;

VII - preservar o cumprimento legal e administrativo de todos os atos pertinentes à perfeita e cabal composição e efetivação dos processos de compras;

VIII - manter o cadastro de fornecedores e prestadores de serviços e expedir os Certificados de Registro Cadastral;

IX - prestar apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitação;

X - atuar com gestão de equipe, sendo responsável, pela análise e definição das compras;

XI – elaborar pesquisas de preços para a instauração de processos de licitação;

XII - elaborar processos de licitação de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

XIII - elaborar contratos administrativos e convênios e elaborar processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

XIV - publicar extratos de contratos, convênios, resultados de licitação, dispensa e inexigibilidades;

XV - cadastrar fornecedores;

XVI. providenciar documentação de acordo com solicitação do Tribunal de Contas

XVII - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas delegadas pela Secretaria Municipal da Pasta.

#### CARGO: DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

Trata-se de profissional responsável por toda organização de todos os funcionários da estrutura organizacional administrativa e, se relaciona com todas as áreas dentro da Prefeitura Municipal.

I - delegar funções e monitorar os servidores, zelando pelo correto cumprimento de suas melhores práticas, garantindo a qualidade de seus colaboradores dentro da legislação em vigor;

II - atuar com foco no planejamento, gestão de carreira e de cargos e salários, estruturação de programas de desenvolvimento e treinamento e planos de avaliação de desempenho;

III - estabelecer diretrizes para implantação e desenvolvimento de programas de administração de salários e benefícios, treinamento, desenvolvimento, avaliação de desenvolvimento, planos de carreiras e sucessões;

IV - planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de recursos humanos, através da definição de normas e políticas, que visem dotar a Prefeitura de uma força de trabalho qualificada e eficaz;

V – delegar atribuições e procedimentos administrativos, visando sempre o correto cumprimento da legislação e o alcance de bons resultados;

VI - realizar outras tarefas afins e outras atividades de natureza semelhante e compatível.

VII - indicar, quando necessário, a possibilidade de simplificação e aperfeiçoamento de processos e métodos de trabalho, buscando maior eficiência e qualidade dos serviços públicos.

VIII - desenvolver e executar a política de profissionalização e capacitação continuada dos(as) servidores(as) municipais dos órgãos da Administração Direta e Entidades Autárquicas e Fundacional.

#### CARGO: DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Compete ao Diretor de Patrimônio gerenciar os bens patrimoniais imobiliários e mobiliários e dos materiais de consumo, bem como atestar, isolada ou com outros órgãos da administração, as notas fiscais dos bens entregues pelos fornecedores da Prefeitura Municipal, além de:

I - dirigir, orientar, supervisionar e avaliar a execução dos trabalhos de seus setores;

II – realizar os Processos de cessão, doação, permuta e baixa de materiais permanentes;

III - promover estudos, reuniões e apresentar sugestões para aperfeiçoamento do sistema;

IV - apresentar os relatórios solicitados pelo Prefeito, Secretários e Controladoria Geral;

V - fazer cumprir as normas e orientações dos órgãos superiores da Prefeitura;

VI - delegar atribuições e procedimentos administrativos, visando sempre o correto cumprimento da legislação e o alcance de bons resultados;

VII - realizar o registro e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis

VIII - gerar relatório estatístico sobre a demanda anual dos

materiais de consumo para orientar a elaboração do planejamento para o exercício financeiro seguinte;

IX - atestar, isolada ou com outros órgãos da administração, as notas fiscais dos bens patrimoniáveis e materiais de consumo entregues pelos fornecedores da Prefeitura Municipal;

X - manter organizados e atualizados os registros bens móveis e imóveis patrimônio do município;

XI - realizar inspeções e levantamentos periódicos dos bens patrimoniais;

XII - Encaminhar equipamentos para vistoria e aceite;

XIII - Classificar, para alienação, materiais em desuso.

XIV - executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO

É o profissional que coordena as rotinas administrativas, o planejamento estratégico e a gestão dos recursos organizacionais, sejam estes: materiais, patrimoniais, financeiros, tecnológicos ou humanos além de:

I - coordenar à equipe e as atividades, o controle, a análise e o planejamento do fluxo de atividades e processos da área, desenhar as políticas e processos criando os fluxos da área;

II - elaborar e implantar procedimentos e políticas administrativas da Prefeitura, garantir a realização de todas as atividades e operações da área acompanhando os recebimentos e pagamentos;

III - realizar reunião mensal com a equipe para acompanhamento das tarefas e desempenho dos indicadores;

IV - tomar decisões com base em relatórios setoriais;

V – colaborar na elaborar o orçamento anual da área;

VI - desenhar as políticas e processos criando os fluxos da área, elaborar e implantar procedimentos e políticas administrativas;

VII – acompanhar a execução de serviços gerais e acompanhar o atendimento aos chamados referentes a demandas direcionadas à área, através do sistema interno dos órgãos da Prefeitura;

VIII- prestar assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos, no acompanhamento de convênios em execução, na assessoria nos programas SIGEF do governo do estado e no Sistema de Convênios – SICONV do governo federal;

IX - executar outras funções que lhe forem delegados por superior da sua área.

#### CARGO: COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS

Tem por procedimento cooperar no assessoramento do Diretor de Recursos Humanos. É o profissional responsável pela coordenação dos processos de contratação e demissão, como pagamentos relativos à lei trabalhista, renovação de contratos e desligamento, programa de estagiários, e processos de aposentadoria, além de:

I - coordenar as atividades relacionadas à observação das leis trabalhistas, contrato coletivo de trabalho e acordos coletivos com o sindicato das entidades de classe e regras internas;

II - supervisionar os analistas de folha de pagamento;

III - coordenar o pagamento das atividades relacionadas ao departamento de pessoal, incluindo salários, comissões, empréstimos, benefícios, etc.;

IV – supervisionar o preparo da folha de pagamento, verificando que todos os dados foram colocados corretamente, se responsabilizar pelas atividades de descrição, análise e valoração dos postos de trabalho;

V - preparar de estudos de estrutura organizacional e pela preparação da revisão salarial;

VI - realizar análise e valoração dos postos de trabalho, preparação de estudos de estrutura organizacional, preparação da revisão salarial, fazer vários cálculos, estudos e análises sobre compensações e benefícios;

VII - preparar relatórios administrativos sobre a revisão de resultados para auxiliar nas decisões;

VIII - acompanhar auditorias externas e internas com o objetivo de garantir que as normas governamentais e organizacionais sejam de conhecimento de todos;

IX - supervisionar o trabalho dos técnicos e engenheiros da segurança do trabalho, coordenar as atividades relacionadas à observação das leis trabalhistas, contrato coletivo de trabalho e acordos coletivos com o sindicato das entidades de classe e regras internas, adotarem soluções com o Sindicato representante e advogados especializados, com relação a problemas trabalhistas;

X - executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: COORDENADOR DE LICITAÇÕES

Ao Coordenador de Licitações compete, através do Setor de Licitações e da Comissão Permanente de Licitação, planejar, organizar, coordenar, controlar e executar as atividades inerentes aos processos licitatórios em todas as modalidades, observando sempre a legislação vigente, além de:

I - dirigir os atos que integram os processos licitatórios, nas diversas modalidades para aquisição de bens e contratação de serviços, supervisionando todas as etapas;

II - supervisionar a correta organização e arquivamento dos processos correspondentes às licitações; assessorar a comissão de licitações, com o objetivo do efetivo cumprimento da legislação pertinente;

III - coordenar os serviços de manutenção dos registros cadastrais dos fornecedores, bem como a emissão dos respectivos certificados;

IV - coordenar a manutenção, de forma regular, dos registros e relatórios instituídos pela Administração;

V - assessorar os titulares das diversas Secretarias e Departamentos que compõem a Administração, na tomada de decisões sobre a aquisição de bens e serviços, bem como na escolha da modalidade de licitação;

VI - desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Secretário Municipal, no âmbito de sua área de atuação.

#### CARGO: COORDENADOR DE CONTROLE FROTA

O Coordenador de Controle de Frotas é a pessoa responsável pelo

controle, suprimentos e gerenciamento administrativo dos serviços da frota de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal, a qual compete:

I – fiscalizar e controlar a frota e o sistema de combustíveis do órgão, bem como responder pela manutenção da frota;

II - gerenciar os serviços do setor da Oficina, Frota e Transportes;

III – controlar todos os serviços efetuados em veículos e máquinas, se responsabilizado pela substituição, controle e guarda de peças, serviços de mecânica, borracharia, abastecimentos e lataria;

IV - controlar os gastos de pneus e óleos lubrificantes;

V - encarregar-se do controle de oficinas mecânicas externas contratadas;

VI - registrar entradas e saídas de todos os veículos da oficina e controle através de sistema informatizado (chip);

VII - controlar os arquivos de manutenção da frota de veículos e elaborar requisições e documentos;

VIII - manter permanentemente organizado os arquivos de quaisquer documentos, separando-os em pastas, por assuntos, visando facilitar e agilizar consultas e efetuar relatórios diários, mensais e anuais;

IX - Promover a avaliação de desempenho dos servidores subordinados, avaliando e informando conteúdos pertinentes, para atendimento de procedimentos e normas administrativas;

X - levar ao conhecimento de sua chefia imediata as irregularidades ocorridas no âmbito do serviço público;

XII - coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos órgãos e servidores subordinados.

XIII - executar outras atribuições correlatas ao cargo, de igual nível de complexidade e responsabilidade;

XIV - manter sempre atualizados e organizados dados, informações, documentos dos veículos e máquinas;

XV - zelar pela segurança, manutenção e limpeza do seu local de trabalho;

XVI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos órgãos e servidores subordinados;

XVII – controlar a frota e Manutenção e acompanhar os veículos, motoristas e rotas estabelecidas e realizadas.

XVIII - executar outras atribuições correlatas ao cargo, de igual nível de complexidade e responsabilidade.

#### CARGO: COORDENADOR DE COMPRAS

É o profissional responsável que vai gerenciar o setor de compras, efetuar contato com fornecedores, ter facilidade em relacionamento interpessoal, dinamismo e capacidade de negociação. Cabe:

I - assegurar o cumprimento dos prazos, verificar a demanda das áreas para efetuar os processos de compras;

II - atuar com planejamento, gestão e controle de todos os processos de compras, realizar o desenvolvimento e homologação de novos fornecedores de forma a obter melhores preços, condições de pagamento e prazos de entrega;

III - fazer a realização de visitas técnicas e resolução de conflitos;

IV – fazer a gestão de equipe de compradores, planejar, dirigir e controlar as compras de materiais e equipamentos, de acordo com as políticas e necessidades da Prefeitura Municipal;

VI - orientar e participar no desenvolvimento de novos fornecedores e das elaborações de forma a obter melhores preços, condições de pagamento e prazo de entrega;

VII - atuar com negociação de preços com os fornecedores, prazo de entrega e formas pagamento e gestão de estoque para a tomada de ações específicas;

VIII - atuar com manutenção e acompanhamento da solicitação de pedidos de entrega de pedidos, com acompanhamento das entregas;

IX - ajustar o planejamento de compras e as necessidades das da Prefeitura Municipal;

XI - elaborar cronograma financeiro de desembolso anual, bem como seus ajustamentos periódicos de acordo com a proposta orçamentária e disponibilidade financeira;

XII - organizar demonstrativos e relatórios de comportamentos das dotações orçamentárias, sugerindo procedimentos necessários, preparando as documentações comprobatórias;

XIII - promover o credenciamento dos licitantes interessados em participar de processos de compras da Prefeitura e manter o registro dos mesmos;

XIV – organizar, a regulamentação e a gestão centralizada do cadastro de fornecedores do Município de Barra Velha;

XV - executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor Administrativo é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado.

I - auxiliar na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos;

II - acompanhar a execução de tarefas a serem operacionalizadas em outras áreas para garantir o resultado esperado;

III - recepcionar pessoas internas e externas à Secretaria Municipal;

IV - organizar eventos e viagens e prestar serviços como organização de agenda pessoal, quando solicitado;

V - emitir informações, analisar dados, controlar e analisar processos, com vistas a assegurar o eficiente funcionamento da área de atuação;

VI - executar outras atribuições afins e que lhe forem delegadas.

#### 6 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FINANÇAS - SMF

#### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar

auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

O Secretário possui uma ampla relação de atribuições, administrar os recursos públicos municipais com eficácia e transparência e controlar as finanças do Município. Compete a ele gerir e manter o equilíbrio financeiro de todos os órgãos da Administração Municipal, além de:

I - programar, elaborar e executar a política financeira e tributária do Município, bem como as relações com os contribuintes;

II – planejar, coordenar e controlar a administração contábil, financeira, tributária e fiscal do Município;

III – planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Finanças;

IV– assessorar as unidades do Município em assuntos de finanças;

V - exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

#### CARGO: DIRETOR DE TRIBUTOS

O Diretor de Tributos que tem por objetivo dirigir as atividades de fiscalização dos tributos que competem ao Município arrecadar, além de:

I - coordenar a análise dos dados sobre o comportamento fiscal dos contribuintes, com o fim de dirigir a fiscalização e orientar ações contra incorreção, sonegação, evasão e fraude no recolhimento dos tributos municipais;

II - orientar a execução das atividades fiscais, avaliando e controlando seus resultados;

III - supervisionar ações de verificação da declaração do ICMS, para fins de apurar a participação do Município na arrecadação daquele tributo;

IV - emitir ou revisar pareceres ou informações nos processos fiscais de sua competência, submetendo-os quando for o caso, à apreciação do Secretário Municipal;

V - promover estudos objetivando o aumento da arrecadação tributária;

VI - determinar e coordenar a realização de diligências, exames periciais e fiscalização, com o objetivo de salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;

VII - autorizar os estabelecimentos a imprimirem documentos fiscais para uso dos contribuintes do ISS, previstos na legislação tributária;

VIII- supervisionar ações da coordenadoria de arrecadação e fiscalização;

IX - promover as articulações necessárias à revisão, elaboração e implantação da legislação municipal que regula o incentivo e apoio ao Microempreendedor, a Empresa de Pequeno Porte e o Empreendedor Individual;

X - dirigir as discussões envolvendo a constante atualização e aperfeiçoamento da legislação municipal que regula o comércio eventual e ambulante exercidos no Município, integrando todos os órgãos correlatos;

XI - planejar e executar as atividades referentes à fiscalização dos impostos, taxas, multas, contribuições, direitos e, em geral, de todas as receitas ou rendas pertencentes ou confiadas à Fazenda Municipal;

XI - executar outras atribuições afins.

#### CARGO: DIRETOR DE FINANÇAS

O Diretor de Finanças é o profissional responsável por gerenciar as coordenadorias contábeis, financeiras, desenvolvendo normas internas, processos e procedimentos de finanças. Além de:

I - planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da Prefeitura;

II - fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, realizar o gerenciamento completo da área financeira;

III – executar as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e conta a receber, cobrança, gestão do patrimônio da empresa, compras administrativas, gerenciamento das atividades de recursos humanos, gerenciamento das atividades de tecnologia da informação, coordenar as atividades da tesouraria e da controladoria;

IV - planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custo e estudos econômico-financeiros;

V - gerir as áreas contábil e financeira, realizar análise e apuração de impostos, acompanhar rotinas fiscais, contábil, obrigações trabalhistas e previdenciárias;

VI - manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras,

VII - executar outras atribuições afins e outras que lhe forem delegadas.

#### CARGO: DIRETOR DE CADASTRO

É o profissional que controla e coordena os procedimentos administrativos e organizacionais de todo o cadastro imobiliário do Município, além de:

I - auxiliar e orientar nos serviços de cadastro imobiliário do município;

II - supervisionar a efetivação do recadastramento contínuo nos imóveis de finalidades residenciais, comerciais, industriais dentre outros;

III - gerenciar a efetivação de levantamentos em geral, tanto de existência de imóvel com características modificadas, quanto para efeito de revisão ou atualização cadastral;

IV - manter intercâmbio com os demais órgãos que atuem no Município para obtenção de informações de interesse fiscal, que possam suplementar os dados necessários à instrução dos processos relativos às propriedades imobiliárias urbanas do Município, com finalidades comerciais ou residenciais;

V - supervisionar a Coordenação dos Cadastros Imobiliário e Mobiliário na articulação com os órgãos afins, para atualização de informações cadastrais de terrenos e edificações lançados com base na propriedade ou ocupação de imóveis, sujeitos a tributação;

VI - supervisionar a coordenação no controle e atualização do



arquivo de Boletins de Cadastro Imobiliário, de Atualização Cadastral e de Logradouros, de Face de Quadra e de Planta de Quadra, dentre outros;

VII - gerenciar o procedimento de anotações de alterações verificadas nos imóveis tributados, que influam em seu valor venal, para fins de revisão e/ou lançamento;

VIII - gerenciar a inscrição dos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano, mantendo atualizado o cadastro imobiliário em todos os aspectos que resultem na concretização do lançamento;

IX - elaborar pesquisa de elementos relativos às transferências imobiliárias sujeitas a tributos municipais;

X - gerenciar a efetivação de registro das transferências de propriedades imóveis;

XI - Gerenciar a fiscalização nos cartórios de registro de imóveis no sentido de assegurar que não sejam registrados instrumentos, escrituras, contratos ou termos judiciais referentes à transmissão inter vivos de imóveis sem que tenha sido pago o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis de competência do Município;

XII - gerenciar a elaboração e manutenção dos cadastros técnicos específicos;

XIII - gerenciar o desenvolvimento das atividades de interligação do Sistema de Tributação Municipal, com a base cadastral, inclusive com as informações georreferenciadas;

XIV - garantir o estabelecimento de padrões de qualidade quanto à execução das atividades e a guarda de informações;

XV - gerenciar diligências realizadas com finalidade dirimir dúvidas quanto a lançamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano;

XVII - gerenciar a coleta periódica de dados para atualização da Planta Genérica de Valores;

XVII - gerenciar a emissão de Certidões de Tempo de Cadastro Imobiliário e as Certidões Negativas relativas a imóveis, dentre elas as Certidões para fins de Inventários e/ou Escritura de Compra de Venda;

XVIII - garantir o Georreferenciamento dos elementos espaciais do Cadastro Imobiliário, isto é, inserir no banco de dados espaciais o atributo chave do banco de dados corporativo que identifica o elemento do mapa;

XIX - garantir a geração de mapas temáticos com as informações do Cadastro Imobiliário a que venham subsidiar a Administração Municipal em suas atividades de planejamento e gestão;

XX - garantir e gerenciar a manutenção de registro de todos os imóveis separados por zonas fiscais ou outra divisão que vier a ser dada, anotando todas as informações ocorridas;

XXI - homologar as autuações e determinar a aplicação de multas, inclusive de ofício, aos contribuintes infratores em conformidade com a legislação em vigor;

XXII - manter a Coordenação de Gestão da Informação, Dados e Georreferenciamento atualizada com as informações cadastrais;

XXIII - prestar informações ao Secretário de Fazenda/Finanças, por meio de relatórios mensais de atividades concernentes;

XXIV - garantir a comunicação adequada, a fim de dar conhecimento

ao Secretário, sobre o quantitativo de tributos imobiliários pagos em Dívida Ativa;

XXV - Implantar o cadastro multifinalitário;

XXVI - gerenciar a certidão de tempo de cadastro e também para fins de inventário;

XXVII - outras atribuições que lhe forem delegadas.

CARGO: COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Cabe cooperar no assessoramento do Diretor de Contabilidade. Realizando trabalhos na área da contabilidade, elaborando cronogramas, documentos, realizando cálculos complexos, organizando demonstrativos além de:

I - registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar as modificações do patrimônio em virtude da atividade econômica ou social que a empresa exerce no contexto econômico e preparar dados financeiros, a fim de fornecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária;

II - registrar todos os fatos que ocorrem e podem ser representados em valor monetário;

III - contribuir para a organização do sistema de controle contábil adequado à Prefeitura Municipal;

IV - demonstrar com base nos registros realizados, expor periodicamente por meio de demonstrativos, a situação econômica, patrimonial e financeira da Prefeitura Municipal;

V - analisar os demonstrativos podem ser analisados com a finalidade de apuração dos resultados;

VI - acompanhar a execução dos planos orçamentário e financeiro da Prefeitura, prevendo os pagamentos a serem realizados, levantamento de receitas a serem recebidas de terceiros, e alertando para eventuais problemas;

VII - executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

CARGOS: COORDENADOR DE FINANÇAS

Ao Coordenador de Finanças compreendem a coordenação de suas respectivas áreas. É responsável pela coordenação, implantação, execução, desenvolvimento, planejamento, acompanhamento e avaliação dos atos técnicos e administrativos ligados à área de sua competência, onde lhe cabe:

I - coordenar, orientar e controlar os trabalhos dos servidores lotados na unidade administrativa sob sua coordenação, relativamente de caráter permanente;

II - coordenar grupos de trabalho, quanto a atividades temporárias;

III - realiza pesquisas e estudos relacionados às atividades de sua área;

IV - levantar as necessidades e define os objetivos relativos à sua área de sua atuação, visando o cumprimento de normas estabelecidas;

V - desempenhar outras tarefas correlatas determinadas pelo Secretário Municipal

CARGOS: COORDENADOR DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA,



Ao Coordenador de Arrecadação Tributária compreendem a coordenação de suas respectivas áreas. É responsável pela coordenação, implantação, execução, desenvolvimento, planejamento, acompanhamento e avaliação dos atos técnicos e administrativos ligados à área de sua competência, onde lhe cabe:

I - coordenar, orientar e controlar os trabalhos dos servidores lotados na unidade administrativa sob sua coordenação, relativamente de caráter permanente;

II - coordenar grupos de trabalho, quanto a atividades temporárias;

III - realizar pesquisas e estudos relacionados às atividades de sua área;

IV - levantar as necessidades e define os objetivos relativos à sua área de sua atuação, visando o cumprimento de normas estabelecidas;

V - desempenhar outras tarefas correlatas determinadas pelo Secretário Municipal;

VI - fiscalizar e supervisionar o cadastro imobiliário municipal;

VII - emitir licenças de funcionamento estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço.

VIII - desempenhar outras tarefas correlatas determinadas pelo Secretário Municipal e pelo Diretor de Tributos.

IX - Controlar o cadastro comercial Municipal das empresas, dos profissionais autônomos, dos ambulantes e dos comerciantes eventuais;

X - desempenhar outras tarefas afins.

#### CARGOS: COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ao Coordenador compreendem a coordenação de suas respectivas áreas. É responsável pela coordenação, implantação, execução, desenvolvimento, planejamento, acompanhamento e avaliação dos atos técnicos e administrativos ligados à área de sua competência, onde lhe cabe:

I - coordenar, orientar e controlar os trabalhos dos servidores lotados na unidade administrativa sob sua coordenação, relativamente de caráter permanente;

II - formular, executar e avaliar as políticas e diretrizes para a modernização e a operação do sistema de fiscalização da arrecadação tributária do Município;

III – coordenar e realizar pesquisas e estudos relacionados às atividades de sua área;

IV - levantar as necessidades e define os objetivos relativos à sua área de sua atuação, visando o cumprimento de normas estabelecidas;

V - desempenhar outras tarefas correlatas determinadas pelo Secretário Municipal e pelo Diretor de Tributos;

VI - Desenvolver, implantar e manter atualizado permanentemente o sistema de fiscalização tributária do Município;

VII - Planejar e executar as atividades referentes à fiscalização das transferências constitucionais recebidas pelo Município

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V – atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

##### CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

##### CARGO: DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL

I - Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência;

II - dirigir, planejar, coordenar e avaliar a programação e execução de programas, projetos, atividades e atribuições de responsabilidade da respectiva secretaria municipal e órgãos afins, dentro das orientações gerais de seu chefe imediato e demais normas superiores de delegações de competências e prestar contas por resultados sobre o cumprimento das metas e objetivos do Plano de Governo sob sua responsabilidade;

III - colaborar com os órgãos afins na esfera estadual e federal;

IV - coordenar, orientar, executar e fiscalizar o planejamento da política, da administração municipal, mantendo estudos estatísticos sobre ações de assistência social;

V - coordenar o sistema único de assistência social no município em conformidade com a política nacional de assistência social vigente;

VI - promover um conjunto integrado de ações sócio assistenciais básicos e especial de iniciativa pública e da sociedade civil organizada, para atendimento das necessidades sociais do público alvo da assistência social, conforme preconiza a lei orgânica da assistência social e a política nacional de assistência social;

VII - definir de bases de financiamento da política municipal de assistência social, considerando as determinações do sistema único de assistência social, compreendendo os níveis de complexidade, territorialização e contrapartida;

VIII - colaborar no orçamento da política municipal de assistência social;

IX - acompanhar as atividades referentes aos Conselhos vinculados à sua área de atuação da Secretaria Municipal;

X - desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Secretário Municipal, no âmbito de sua área de atuação.

#### CARGO: DIRETOR DE HABITAÇÃO

Cabe ao diretor de habitação a condução da política habitacional do Município, tendo como meta principal a redução do déficit habitacional. Cabe também para o desenvolvimento de políticas proativas voltadas para o setor habitacional, além de:

I – formular, executar e acompanhar a Política Municipal de Habitação e de regularização fundiária de forma integrada mediante programas de acesso da população à habitação, bem como à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade como elemento essencial no atendimento do princípio da função social do município;

II – promover programas de habitação popular em articulação com os órgãos federais, regionais e estaduais e demais organizações da sociedade civil;

III – promover a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, passíveis de implantação de programas habitacionais;

IV – promover a captação de recursos para projetos e programas específicos junto aos órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais de habitação;

V – promover o desenvolvimento institucional, incluindo a realização de estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento da política de habitação;

VI – articular a Política Municipal de Habitação com a política de desenvolvimento urbano e com as demais políticas públicas do Município;

VII – estimular a participação da iniciativa privada em projetos compatíveis com as diretrizes e objetivos das Políticas Municipal de Habitação;

VIII – priorizar planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual e municipal;

IX – adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação, com indicadores de impacto social, das políticas, planos e programas;

X – promover o reassentamento das famílias residentes em áreas insalubres, de risco ou de preservação ambiental;

XI – coordenar as ações do Conselho Municipal de Habitação e gerenciar o Fundo Municipal de Habitação de interesse social;

XII – exercer outras atividades correlatas.

#### CARGO: COORDENADOR DE ASSISTENCIA SOCIAL

Cabe ao coordenador de assistência social:

I - prestar assistência a seu chefe imediato na coordenação e gerenciamento de programas, projetos e atividades afins a sua área de competência;

II - administrar os recursos materiais, humanos, técnicos e financeiros dos Programas e Projetos de Assistência Social;

III - coordenar, organizar, controlar e normatizar as atividades

inerentes aos programas e ações do planejamento da Assistencial Social do Município;

IV - executar outras atividades inerentes à sua área de competência delegada pelo Secretário Municipal.

#### CARGO: COORDENADOR DA CASA DE PASSAGEM

Cabe ao coordenador de Coordenador da Casa de Passagem:

I – administrar o bom andamento do serviço, bem como da higiene, segurança alimentar e dignidade dos usuários;

II - participar da vida escolar e comunitária de cada criança ou adolescente institucionalizado, integrando a rede de atendimento para o bom desenvolvimento dos usuários;

II - acompanhar o acolhimento ou desacolhimento de cada criança ou adolescentes;

IV - elaborar, em conjunto com os técnicos, plano de atendimento de cada indivíduo institucionalizado, remetendo para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para inserção em programas sócio-assistencial e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares;

V - promover a reinserção familiar de cada usuário;

VI - coordenar a equipe de trabalho da Casa de Acolhimento e propiciar condições de trabalho para os técnicos e servidores que atenderem diretamente as demandas;

VII - ser guardião, para todos os efeitos de direito, de cada criança ou adolescente institucionalizado;

VIII - possibilitar atendimento médico, psicológico e outros especializados, necessários para habilitação ou reabilitação de cada indivíduo institucionalizado;

IX - remeter à autoridade judiciária relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins de reavaliação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente;

X - produzir relatório anual de atendimento, devendo ser remetido para o Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social de Guaporé,;

XI - acompanhar o andamento dos processos de cada criança ou adolescente junto à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Guaporé;

XII - zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XIII – desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Secretário Municipal, no âmbito de sua área de atuação.

#### CARGO: COORDENADOR DO SINE

Cabe ao coordenador do SINE:

I - administrar os recursos materiais, humanos, técnicos e financeiros do Programa;

II - assegurar a permanente articulação com a Matriz Nacional do SINE;

III - dar cumprimento às diretrizes emanadas da Secretaria de Emprego e Salário para o Programa;

IV - assessorar os órgãos do Governo do Estado, em assuntos relativos ao mercado de trabalho em Barra Velha;

V - coordenar e orientar as atividades do Programa na elaboração de suas diretrizes de trabalho;

VI - estabelecer programação e definir prioridades de trabalho;

VII - acompanhar junto a órgãos, entidades e instituições, assuntos que envolver interesse do SINE/Barra Velha;

VIII - manter contatos com órgãos, empresas ou entidades que operem no mercado de trabalho;

IX - elaborar com apoio de seus vários escalões subordinados, os trabalhos técnicos e/ou de rotinas, desenvolvidos pelo SINE/Barra Velha;

X - sugerir aos órgãos competentes, medidas e procedimentos, visando adequar à problemática do Mercado de Trabalho no Estado;

XI - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições;

**CARGO: COORDENADOR DO CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)**

Cabe ao coordenador do CRAS:

I - articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação e implementação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica;

II - coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas e projetos;

III - participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;

IV - coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;

V - coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS;

VI - promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;

VII - definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;

VIII - contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;

IX - efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;

X - planejar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);

XI - coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Assistência Social;

XII - participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS;

XIII - averiguar as necessidades de capacitação da equipe de

referência e informar a Secretaria de Assistência Social;

XIV - planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município);

XV - participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;

XVI - participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador(es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial);

XVII - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

**CARGO: COORDENADOR DO CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)**

Cabe ao coordenador do CREAS:

I - articular, acompanhar e avaliar o processo de implementação do CREAS e seu (s) serviço (s), quando for o caso;

II - participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;

III - subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;

IV - coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas no seu território de abrangência;

V - coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente os CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência;

VI - coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;

VII - discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;

VIII - definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;

IX - coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;

X - coordenar a oferta e o acompanhamento do (s) serviço (s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;

XI - coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;

XII - contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo CREAS;

XIII - participar das reuniões de planejamento promovidas pelo

órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;

XIV - coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento;

XV - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### CARGO: COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA AO MORADOR DE RUA

Ao coordenador de rua cabe seguir as diretrizes da Secretaria de Assistência Social, empreendendo normas e procedimentos de assistência social a esses indivíduos, tais como:

I – prestar serviço especializado em abordagem social, identificar as demandas dos moradores de rua e colocá-los em contato com serviços que possibilitem sua identificação e a inserção familiar e comunitária;

II - identificar demandas dos moradores de ruas e se houver problemas de saúde ou dependência química e etc fará o encaminhamento aos serviços públicos competentes;

III - orientar na os moradores de rua, criando meios de garantir a convivência familiar e comunitária e condições de inserções social;

IV - monitorar diariamente as ruas de Barra Velha, identificando e abordando adultos, crianças e adolescentes em situação de rua;

V – encaminhar as pessoas em situação de rua para os espaços de acolhida e outros serviços da rede de assistência social da Prefeitura, onde recebem atendimento de prevenção;

VI - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V – atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas e será responsável pelo planejamento e implementação das Políticas Educacionais, no Município de Barra

Velha.

##### CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO

O Secretário Adjunto tem como principais atribuições auxiliar o Secretário na organização, orientação, coordenação e controle de atividades e ainda exercer atividades delegadas pelo Secretário, além de:

I - despachar com o Secretário referente a assuntos da Secretaria;

II - substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais;

III - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.

##### CARGO: COORDENADOR TÉCNICO

Ao Coordenador cabe assessorar diretamente o Secretário, Secretário Adjunto e Diretores na criação e implantação de políticas públicas da rede pública municipal. Cabendo:

I - prestar assistência ao titular da Pasta em suas tarefas técnicas e administrativas;

II - coordenar e controlar o fluxo de informações e as relações públicas de interesse da Secretaria;

III - coordenar as ações relativas ao planejamento estratégico e orçamentário da Secretaria, junto à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças;

IV - acompanhar a execução dos projetos e programas da Secretaria;

V - coordenar a elaboração de convênios, ajustes, acordos e atos similares, no âmbito da Secretaria e acompanhar sua execução, junto à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças;

VI - processar os despachos e elaborar as sínteses dos assuntos a serem submetidos à determinação do Secretário;

VII - promover a divulgação das informações de interesse público relativas à Secretaria;

VIII - assistir ao Secretário em sua representação e contatos com organismos dos setores públicos e privados e com o público em geral;

IX - supervisionar, coordenar e controlar as atividades pertinentes a Secretaria Municipal nas funções de orçamento e ao acompanhamento da administração financeira;

X - assistir ao Secretário no despacho do expediente;

XI - auxiliar o Secretário no exame e encaminhamento dos assuntos de sua atribuição;

XII - transmitir às unidades da Secretaria as determinações, ordens e instruções do titular da Pasta;

XIII - coordenar e orientar as equipes de trabalho e condução de reuniões técnicas;

XIV - supervisionar procedimentos para a formação da Rede de Instituições locais Parceiras;

XV - supervisionar a elaboração dos relatórios parciais previstos na Secretaria;



XVI - exercer encargos especiais que lhe forem atribuídos pelo Secretário.

#### CARGO: COORDENADOR DE BIBLIOTECA

Ao Coordenador cabe acompanhar e coordenar todas as atividades relacionadas com o atendimento da população junto a Biblioteca Municipal e/ou centros de documentação; acompanhar a implantação dos serviços de documentação, informação e pesquisa junto a Biblioteca Municipal e/ou centros de documentação, além de:

I - viabilizar e administrar o acesso à informação para a comunidade;

II - implementar e acompanhar o cumprimento de procedimentos administrativos nos setores da biblioteca do Município;

III - administrar e responsabilizar-se pela infraestrutura e acervo da biblioteca do Município;

IV - alimentar os sistemas de informação relacionados à biblioteca do Município;

V - administrar fontes de informação externas;

VI - coordenar atividades culturais voltadas à comunidade acadêmica;

VII - promover condições técnicas de pesquisa ao acervo;

VIII - promover campanhas educativas para o bom uso do acervo e dos ambientes que compõem a biblioteca do Município;

IX - prover, catalogar, classificar e cadastrar os itens informacionais e divulgá-los à comunidade;

X - planejar, estabelecer e orientar a aplicação de técnicas de trabalho, visando à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários na sua área de atuação;

XI - Controlar o funcionamento geral da biblioteca;

X - desempenhar outras atividades de cunho governamental, determinadas por superior hierárquico .

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria que esteja vinculada em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - elaborar relatórios, formulários e planilhas para subsidiar a tomada de decisão na área da saúde;

V - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

##### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar

auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

##### CARGO: DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Diretor de obras e serviços públicos é o maior responsável para que as obras e os serviços públicos executadas no município tenham não só o desenvolvimento planejado, mas que também garanta a plena execução das obras e serviços, preservando o bom andamento dentro dos padrões de qualidade, produtividade, prazos e custos estabelecidos. Além de:

I - dirigir os expedientes bem como acompanhar os programas e projetos voltados aos serviços urbanos municipais;

II - dirigir os serviços de conservação, manutenção, recuperação e melhoramento de vias de rodagem, bem como de seus respectivos passeios;

III - dirigir os serviços de construção, limpeza e desobstrução de valas, tubulações e sistema de drenagem pluvial;

IV - dirigir todos os trabalhos de conservação e manutenção dos prédios públicos;

V - dirigir a execução da exploração de pedreiras, britagem de matéria, dos trabalhos de asfaltamento de vias e pátios, incluindo o preparo de misturas asfálticas e seus compostos;

VI - Elaborar normas e documentos técnicos;

VII - Manter atualizado o orçamento e o planejamento das obras. Aprimorar os métodos de planejamento e controle da obra.

VIII- desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: COORDENADOR DE OBRAS

I - coordenar os expedientes e acompanhar os programas e projetos voltados às obras, bem como aos relacionados às praças, jardins e aos cemitérios municipais;

II - coordenar, concorrentemente com o órgão competente, os serviços de manutenção de parques, praças e jardins;

III - IV - executar o acompanhamento de obras, planejar, orçar e contratar empreendimentos, coordenar a operação e a manutenção dos mesmos;

V - controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executar;

VI - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: COORDENADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

I - executar a coordenação da conservação e manutenção das obras municipais de qualquer espécie;

II - conservar e manter ruas, estradas e logradouros públicos, serviços de esgoto e saneamento e asfaltamento de estradas vicinais; controlar o sistema de transportes e o complexo da oficina da municipalidade;



III - executar a coordenação da conservação e manutenção dos serviços públicos municipais de qualquer espécie;

IV - conservar e manter ruas, estradas e logradouros públicos, serviços de esgoto e saneamento e asfaltamento de estradas vicinais;

V - coordenar a execução dos serviços de arborização, paisagismo de ruas, a conservação e manutenção de parques, praças e jardins públicos do Município;

VI - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V - atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO,

##### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

##### CARGO: DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO

O profissional do Planejamento Urbano tem a responsabilidade de prover o desenvolvimento de programas e serviços que visam a melhorar a qualidade de vida da população de áreas urbanas existentes ou a serem planejadas. Lida basicamente com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano, além de:

I - dirigir, coordenar, supervisionar todos os expedientes relativos aos estudos e projetos de espaços públicos, assim como dirigir ou acompanhar os programas, projetos e atividades que se realizam no âmbito dessa unidade;

II - coordenar a discussão e planejamento do Plano Diretor do Município;

III - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SOCIAL)

Cabe ao diretor de desenvolvimento urbano:

I - dirigir todos os expedientes, bem como dirigir ou acompanhar os programas e projetos voltados às obras de infraestrutura viária;

II - dirigir a programação e execução, direta ou indiretamente, de estudos para construção de obras de infraestrutura viária, bem como reforma, melhoria, ampliação, reparos ou reconstrução dos logradouros e vias urbanas, em ação conjunta com o órgão competente;

III - dirigir o levantamento sistemático do custo das obras de infraestrutura viária e dos seus elementos constituintes, bem como as pesquisas necessárias à composição de preços unitários para a quantificação orçamentária dos estudos e projetos a serem desenvolvidos;

IV- Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: DIRETOR DE TRÂNSITO

Cabe ao Diretor de Trânsito:

I - Planejar, coordenar, organizar, controlar, executar e normatizar as atividades inerentes engenharia de trânsito do Município;

II - dirigir os processos e procedimentos relativos à engenharia de trânsito;

III - Dirigir e acompanhar os programas, projetos e atividades referentes à engenharia de trânsito;

IV - Dirigir todos os expedientes relativos à normatização e autorização para a circulação de veículos e transporte público no município;

V - Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: COORDENADOR DE PROJETOS, TOPOGRAFIA E ENGENHARIA

Cabe ao Diretor de Projetos, Topografia e Engenharia:

I - analisar os projetos de construções particulares que estejam de acordo com as normas técnicas exigidas;

II - Supervisionar os cálculos de avaliação dos imóveis que devam ser desapropriados pelo Município;

III - aprovar projetos referentes a loteamentos e subdivisão, verificando sua conformidade com a legislação vigente;

IV- gerenciar as atividades relativas à concessão de alvarás de licença para construção, habite-se, revalidação de alvarás, certidões para fins de averbação e certidões de infraestrutura;

V - Coordenação, gestão, execução e análises técnicas de projetos de topografia elaborados e/ou submetidos à análise do setor;

VI - Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

##### CARGO: COORDENADOR DE URBANISMO

O coordenador de Urbanismo é o profissional responsável pela gestão dos trabalhos de avaliação do sistema urbanístico do Município, no que lhe cabe opinar sobre a execução urbanista, planejar uma região, a cidade ou bairro, criando o plano diretor e o de zoneamento, além de:

I - executar todas as políticas de desenvolvimento urbano, como

o controle urbano, o planejamento de tráfego, de uso do solo, de espaços públicos no Município;

II - coordenar as atividades relativas à elaboração e à atualização de planos de desenvolvimento integrado do Município;

III - coordenar a elaboração do Plano Diretor do Município, bem como o planejamento, a aprovação e fiscalização referente às obras públicas e parcelamento do solo;

IV - aprovar e fiscalizar a instalação de estabelecimentos particulares destinados a atividades secundárias ou terciárias, bem como a estética urbana e atuar normativamente no setor de tráfego urbano;

V - Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V - atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SEDES

##### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

#### CARGO: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Cabe ao Diretor de Desenvolvimento Econômico e Sustentável:

I - chefiar a execução e avaliação da política municipal de desenvolvimento, em consonância com o Plano Diretor do Município, promovendo ações voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial e de geração de emprego e renda;

II - supervisionar o andamento dos processos administrativos referentes à concessão de incentivos à instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do Município;

III - assessorar o titular da respectiva Secretaria nas articulações

junto a organismos federais e estaduais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de aumentar a oferta de emprego no Município;

IV - promover e realizar os contatos com os industriais e comerciantes que desejam criar atividade no município;

V - dar assistência e acompanhamento aos projetos de instalação de indústrias e unidades comerciais.

VI - orientar o desenvolvimento industrial e comercial no sentido de atingir os objetivos estabelecidos pela prefeitura.

VII - manter os contatos necessários com entidades das esferas estadual e federal no sentido da obtenção de recursos e orientação para o plano e para os projetos de desenvolvimento industrial e comercial;

VIII - propor ao prefeito medidas de proteção, apoio e incentivo à instalação de indústrias e comércio, como isenção de impostos, realizados de obras de infraestrutura e outras;

IX - zelar pela observância de normas e leis de proteção ao meio ambiente por parte de indústrias e estabelecimentos comerciais, dando as instruções necessárias e propondo as medidas cabíveis;

X - verificar a obediência de normas na instalação de indústrias e comércio, fornecendo instruções e dando prazos de adaptação, de acordo com o que a lei permitir;

XI - estudar e propor normas e sistemas de trabalho que venham a aperfeiçoar as atividades do setor;

XII - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições e aquelas que lhe forem delegadas.

#### CARGO: COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Cabe ao Coordenador de Desenvolvimento Econômico e Sustentável:

I - realizar acompanhamento de vistorias destinadas ao cumprimento da obediência de normas na instalação de indústrias e comércio no município;

II - fornecer instruções e orientações ao cumprimento de normas na forma da legislação municipal permitir para a de indústrias e comércio no município;

III - Coordenar a realização de programas e eventos em articulação com empresas comerciais e indústrias do Município;

IV - Coordenar as funções de concessão e fiscalização do funcionamento do Comércio e da Indústria;

V - Supervisionar e controlar o cadastro e registro de alvarás e licenças de Funcionamentos; Participar de comissões, grupos de trabalho ou de estudos, quando designado por seu superior hierárquico;

VI - Analisar e elaborar pareceres técnicos emitidos pela Secretaria;

VII - Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata;

VIII - Analisar estudos, pesquisas, dados estatísticos e informações que colaborem para a criação de diagnósticos de situação para a

estruturação do planejamento, elaborando relatórios técnicos;

IX - Analisar, elaborar e revisar as diretrizes, participando tecnicamente em assuntos relacionados ao planejamento institucional para o desenvolvimento econômico sustentável do Município;

X - Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V – atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

#### 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO - SEMUS

##### CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

##### CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO

Cabe ao Secretario adjunto assessorar e substituir imediatamente o Secretário da pasta que está vinculado, em eventuais impedimentos ou afastamentos, assumindo integralmente todas as atribuições do respectivo cargo e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo titular da pasta.

##### CARGO: DIRETOR DE GESTÃO EM SAÚDE

Cabe ao Diretor de Gestão em Saúde:

I - coordenar as ações e atividades administrativas e financeiras relacionadas com a Secretaria Municipal de Saúde;

II - coordenar a elaboração dos Instrumentos de Gestão em Saúde (Plano Municipal de Saúde, Programações Anuais de Saúde, Relatórios de Gestão);

III - monitorar os repasses financeiros federais e estaduais destinados à saúde e orientar a correta aplicação;

IV - coordenar o setor de Recursos Humanos na área da saúde;

V - coordenar o Setor de Controle, Avaliação, Auditoria e Regulação e exercer as atribuições de acordo com normas vigentes.

VI - exportar informações do Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde sob gestão municipal de acordo com as

atualizações informadas pelos responsáveis por cada estabelecimento;

VII - Definir programação físico-orçamentária de cada estabelecimento de saúde;

VIII - Processar e monitorar a produção ambulatorial dos estabelecimentos de saúde públicos e privados conveniados;

IX - Elaborar e monitorar os contratos e convênios com os prestadores públicos e privados;

X - Supervisionar a execução físico-financeira dos contratos, convênios e acordos;

XI - Realizar auditoria da produção ambulatorial dos estabelecimentos públicos ou privados conveniados;

XII - Autorizar pagamentos aos prestadores de serviços;

XIII - Elaborar normas técnicas para o município;

XIV - Orientar quanto ao correto funcionamento do SUS (Sistema Único de Saúde) na área pública e privada conveniada;

XV - Receber denúncias na área da saúde e dar os devidos encaminhamentos;

XVI – Desempenhar outras atividades de cunho governamental, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário de sua pasta.

##### CARGO: DIRETOR DA ATENÇÃO BÁSICA

Cabe ao Diretor de Atenção Básica:

I – garantir a composição mínima das Equipes de Atenção Básica;

II – alimentar e monitorar a qualidade e a consistência dos dados inseridos nos sistemas de informações;

III – manter atualizado o cadastro no sistema de cadastro nacional dos profissionais, serviços e de estabelecimentos ambulatoriais;

IV – monitorar e orientar a correta destinação/aplicação dos recursos da Atenção Básica;

V – coordenar o mapeamento e definição de áreas prioritárias para implantação da Estratégia Saúde da Família;

VI – garantir o Apoio Institucional e Matricial às equipes;

VII – estimular a educação permanente em saúde aos profissionais;

VIII – Participar na elaboração e execução de processos seletivos e concursos públicos na área;

VIX – Garantir a estrutura física, recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;

X – assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais que compõem as equipes, de acordo com as jornadas de trabalho especificadas no SCNES;

XI – manter atualizada a documentação dos funcionários sob sua responsabilidade técnica junto ao órgão de fiscalização o exercício profissional;

XII – realizar avaliação e supervisão técnica dos profissionais;

XIII – subsidiar a elaboração dos instrumentos de gestão na área da Atenção Básica (Plano Municipal de Saúde, Programações Anuais de Saúde, Relatórios de Gestão);

XIV – planejar escalas de férias, folgas e dispensas de servidores;

XV – coordenar reuniões multidisciplinares da Estratégia Saúde da Família;

XVI – planejar a manutenção preventiva dos equipamentos da Atenção Básica;

XVII – contribuir para a implementação de diretrizes e protocolos na Atenção Básica;

XVIII – planejar, apoiar, monitorar e avaliar a Atenção Básica;

XIV – executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: DIRETOR DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

O Diretor de Atenção Especializada referencia-se as atividades do Pronto Atendimento, da Policlínica Barra Velha, do Centro de Atenção Psicossocial, do Centro de Reabilitação e do Laboratório de Próteses.

I – Planejar, coordenar, supervisionar, normatizar e orientar as atividades inerentes às ações de atenção especializada à saúde;

II – Coordenar e supervisionar as escalas de plantão do Pronto Atendimento;

III – Alimentar e monitorar a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas de produção ambulatorial e divulgar os resultados obtidos;

IV – Monitorar e orientar a correta destinação/aplicação dos recursos da Atenção Especializada;

V – Garantir a educação permanente dos profissionais de saúde da área;

VI – Participar na elaboração e execução de processos seletivos e concursos públicos na área;

VII – Garantir a estrutura física, recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para a Atenção Especializada;

VIII – Informar atualizações no sistema de cadastro nacional vigente dos profissionais, de serviços e de estabelecimentos ambulatoriais da Atenção Especializada;

IX - Assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais a Atenção Especializada;

X – Subsidiar a elaboração dos instrumentos de gestão no que compete a Atenção Especializada (Plano Municipal de Saúde, Programações Anuais de Saúde, Relatórios de Gestão);

XI - planejar com demais coordenadores as escalas de férias, folgas e dispensas de servidores;

XII – Planejar a manutenção preventiva dos equipamentos e providenciar reparos necessários das estruturas físicas da Atenção Especializada;

XIII - Contribuir para a implementação de diretrizes e protocolos na Atenção Especializada;

XIV – Executar outras atividades inerentes à sua área de competência;

XV - Supervisionar e avaliar os profissionais da Atenção Especializada;

XVI - Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: DIRETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Cabe ao Diretor de Vigilância Sanitária:

I - Planejar, coordenar e executar a análise da situação de saúde, incluindo análise de tendência, fatores condicionantes e determinantes, situações de vulnerabilidade e suscetibilidade de grupos populacionais e do meio ambiente;

II - Integrar as Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador, Zoonoses, para o desenvolvimento de uma nova prática sanitária na gestão do Sistema Único de Saúde, fomentando a intersetorialidade e a integração destas atividades com todo o sistema de saúde municipal;

III - Participar no financiamento das ações de Vigilância em Saúde, conforme disposições legais;

IV - Participar na elaboração do Plano Municipal de Saúde, a partir da análise da situação de saúde da população;

V - Garantir a integração do planejamento das ações de Vigilância em Saúde com o planejamento da atenção à saúde, em especial com a Atenção Básica;

VI - Coordenar o processo de elaboração das programações das Ações de Vigilância em Saúde;

VII - Definir o processo de planejamento e monitoramento das ações de Vigilância em Saúde;

VIII - Coordenar as ações de resposta às emergências de saúde pública de importância municipal;

IX - Reestruturar os processos de trabalho com a utilização de dispositivos e metodologias que favoreçam a integração da vigilância, prevenção, proteção, promoção e atenção à saúde, tais como linhas de cuidado, clínica ampliada, apoio matricial, projetos terapêuticos e protocolos, entre outros;

X - Planejar e executar a educação permanente dos profissionais de saúde, com abordagem integrada nos eixos da clínica, vigilância, promoção e gestão;

XI - Participar da elaboração e execução dos instrumentos administrativos e de gestão da Secretaria Municipal de Saúde como o Plano Municipal de Saúde, as Programações Anuais de Saúde, os Relatórios de Gestão;

XII – Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

#### CARGO: COORDENADOR TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO PA

Cabe ao Coordenador de Enfermagem do PA:



I - Manter atualizada a relação de profissionais cadastrados no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

II - Assegurar o cumprimento da carga horária integral de todos os profissionais que compõem as equipes;

III - Realizar o dimensionamento de pessoal de enfermagem;

IV - Monitorar, avaliar e orientar o preenchimento da ata de cada plantão;

V - Informar situações de infração à legislação da enfermagem ou médica;

VI - Manter a CRT (Certidão de Responsabilidade Técnica de Enfermagem) em local visível ao público, observando o prazo de validade;

VII - Organizar o Serviço de Enfermagem utilizando-se de instrumentos administrativos como regimento interno, manual de normas e rotinas, protocolos, procedimentos operacionais padrão e outros;

VIII - Garantir e colaborar com o processo de seleção de pessoal e avaliação periódica da equipe de Enfermagem e demais profissionais vinculados ao estabelecimento;

IX - Participar no planejamento, execução e avaliação das ações de saúde no Pronto Atendimento;

X - Planejar, avaliar e executar as atividades de Educação Permanente;

XI – Manter atualizada relação patrimonial do Pronto Atendimento;

XII – Planejar manutenção preventiva de equipamentos e de ambulâncias;

XIII - Elaborar escala mensal de forma que os plantões tenham número adequado de profissionais, levando em consideração situações previstas (licença prêmio, licença maternidade e férias), as necessidades do serviço e assegurando o dia de descanso do profissional;

XIV - Realizar reuniões periódicas com a equipe com a finalidade de melhorar o processo de trabalho;

XV - Supervisionar e avaliar a assistência de prestada no Pronto Atendimento;

XVI - Fazer a previsão de materiais e insumos;

XVII – Participar nos projetos de construção e reforma da Unidade;

XVIII - providenciar reparação ou substituição de equipamentos;

XVIX - Participar da elaboração e execução dos instrumentos administrativos e de gestão da Secretaria Municipal de Saúde como o Plano Municipal de Saúde, as Programações Anuais de Saúde, os Relatórios de Gestão;

XIX – Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

**CARGO: COORDENADOR DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

Cabe ao Coordenador de Atenção Especializada:

I. Estabelecer as diretrizes municipais da Atenção Especializada subsidiando o planejamento para a implantação, desenvolvimento

e gestão do cotidiano das ações em saúde de atenção especializada;

II. Elaborar e instituir documentos técnicos/protocolos observando os princípios e diretrizes do SUS na Secretaria Municipal de Saúde objetivando organizar, desenvolver, monitorar e avaliar as ações de atenção especializada;

III. Proceder à análise técnica e emitir pareceres técnicos sobre os projetos apresentados por outras áreas da Secretaria Municipal de Saúde ou mesmo outras instituições que tenham por objeto ações e atividades voltadas para atenção especializada;

IV. Produzir, processar e difundir conhecimentos e relatórios gerenciais referentes às ações de atenção especializada;

V. Fomentar pesquisas relacionadas às ações de atenção especializada;

VI. Promover cooperação técnica com instituições de pesquisa e ensino para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras de gestão e de atenção à saúde nas ações de atenção especializada;

VII. Prestar cooperação técnica aos níveis regionais e locais na organização de ações de atenção especializada;

VIII. Atuar junto às instâncias de participação popular e controle social entre outras atribuições inerentes à sua área de competência;

**CARGO: COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Cabe ao coordenador de Vigilância Sanitária:

I – manter atualizada a relação de profissionais da Vigilância Sanitária (VISA) no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos;

II - realizar o Plano de Ações de VISA de acordo com as recomendações legais vigentes;

III - monitorar e garantir a alimentação mensal das ações de VISA nos sistemas de informações ambulatoriais e de vigilância da qualidade da água;

IV - garantir a manutenção de serviço de protocolo responsável pela abertura e controle dos processos de licenciamento (Alvará Sanitário), manual ou eletrônico, com comprovação de rastreabilidade dos processos (entrada e saída);

V - requerer cobrança de taxa para liberação do Alvará Sanitário quando devidamente tiver concluído o processo de pactuação;

VI - garantir o que o licenciamento sanitário ocorra somente para os estabelecimentos sujeitos a vigilância sanitária;

VII - estruturar a equipe de VISA, nas áreas administrativas e técnicas garantindo o número mínimo de fiscais efetivos capacitados/habilitados;

VIII - Manter atualizada a estrutura administrativa legal, com estabelecimento de competências e atribuições da Vigilância Sanitária municipal, incluindo protocolo próprio para a área;

IX - capacitar e atualizar os técnicos municipais nas diversas áreas específicas de atuação da vigilância sanitária, garantindo o aperfeiçoamento e a qualificação permanente dos mesmos;

X - realizar o cadastramento dos estabelecimentos garantindo a identificação e registro dos dados de interesse da Vigilância Sanitária, relacionados aos estabelecimentos, serviços e atividades de



interesse da Saúde, instalados em Barra Velha;

XI - realizar a provisão de impressos de Vigilância Sanitária – Autos de Intimação, Infração, Coleta de Amostras e Imposição de Penalidades;

XII - garantir espaço físico adequado e de meios de comunicação suficientes para o desenvolvimento das atividades de VISA;

XIII - garantir equipamentos e materiais necessários e específicos para a fiscalização;

XIV - atualizar o Sistema Estadual de Informação em Vigilância Sanitária – PHAROS;

XV - manter atualizadas bases legais da normatização sanitária municipal;

XVI - garantir o correto funcionamento do Órgão Arrecadador para recolhimento de taxas tributárias e multas;

XVII - organizar o Banco de Dados com a legislação sanitária vigente – Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, bem como a disponibilização de assessoria jurídica, para embasamento legal e atuação das equipes;

XVIII - garantir a correta aplicação dos recursos da VISA e a sua prestação de contas;

XIX - participar da elaboração e execução dos instrumentos administrativos e de gestão da Secretaria Municipal de Saúde como o Plano Municipal de Saúde, as Programações Anuais de Saúde e os Relatórios de Gestão;

XX – executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

Cargo: COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Cabe ao Coordenador de Vigilância Epidemiológica:

I – coordenar os sistemas de informação de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo: coleta, processamento, consolidação, avaliação da qualidade dos dados, transferência; retroalimentação; análise dos dados e análise epidemiológica;

II – identificar fatores etiológicos na gênese das enfermidades;

III – Elaborar material educativo e boletins epidemiológicos;

IV – planejar, coordenar e orientar a operacionalizar campanhas de imunização;

V – coordenar e orientar o atendimento às demandas da população relacionadas às zoonoses e aos agravos humanos relacionados;

VI – incorporar os Agentes de Combate às Endemias junto a Atenção Básica através das ações de controle ambiental, endemias, zoonoses e controle de riscos e danos à saúde;

VII – notificar doenças de notificação compulsória, surtos e agravos inusitados e outras emergências de saúde pública, conforme normas vigentes;

VIII – realizar investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos, conforme normas vigentes;

IX – realizar busca ativa de casos de notificação compulsória em seu território;

X – realizar vigilância epidemiológica e monitoramento da violência doméstica, sexual e outras violências;

XI – Participar da elaboração e execução dos Instrumentos de Gestão em Saúde (Plano Municipal de Saúde, as Programações Anuais de Saúde, Relatórios de Gestão);

XII - Desempenhar outras atribuições de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

CARGO: COORDENADOR DE VIGILÂNCIA DOS ÓBITOS

Cabe ao Coordenador de Vigilância de óbitos:

I - implantar ou implementar a investigação dos óbitos maternos, infantis, fetais e com causa mal definida;

II - promover a análise estatística, epidemiológica e sociodemográfica das informações de mortalidade;

III - propor medidas de prevenção e controle de mortalidade;

IV – capacitar e assessorar os profissionais de saúde para investigação dos óbitos;

V – monitorar, analisar e divulgar os dados epidemiológicos sobre nascidos vivos e mortalidade;

VI – monitorar a regularidade dos envios de dados do SIM/SINASC;

VII – monitorar e avaliar os indicadores de investigação de mortalidade pactuados junto ao Ministério da Saúde;

VIII - realizar busca ativa de Declarações de Óbito e de Nascidos Vivos nas unidades de saúde, cartórios e cemitérios existentes em seu território;

IX – participar na elaboração do Plano Municipal de Saúde, Programações Anuais de Saúde e Relatórios de Gestão;

X – elaborar e disponibilizar de material educativo para as ações de promoção da saúde;

XI – elaborar e implantar procedimentos e políticas administrativas no controle e registro dos óbitos;

XII - Desempenhar outras atribuições de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

CARGO: COORDENADOR DE VIGILÂNCIA DE SANEAMENTO

Cabe ao Coordenador de Vigilância de Saneamento:

I - proporcionar o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana;

II - identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde;

III - realizar procedimentos de vigilância epidemiológica das doenças e agravos à saúde humana, associados a contaminantes ambientais, especialmente os relacionados com a exposição a agrotóxicos, amianto, mercúrio, benzeno e chumbo.

IV - coordenar a atuação na vigilância da qualidade da água para consumo humano, de populações expostas a poluentes atmosféricos e a contaminantes químicos ou vigilância relacionada aos riscos

decorrentes de desastres e aos fatores físicos;

V - intervir com ações diretas de responsabilidade do setor ou demandando para outros setores, com vistas a eliminar os principais fatores ambientais de riscos à saúde humana;

VI - promover, junto aos órgãos afins ações de proteção da saúde humana relacionadas ao controle e recuperação do meio ambiente;

VII - conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento, visando ao fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida;

VIII – monitorar os Planos de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde- PGRSS;

IX - participar em discussões intersetoriais de projetos propostas e problemas relacionados às questões ambientais;

X - participar da elaboração e execução dos instrumentos administrativos e de gestão da Secretaria Municipal de Saúde como o Plano Municipal de Saúde, as Programações Anuais de Saúde, os Relatórios de Gestão.

XI - desempenhar outras atribuições de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

**CARGO: COORDENADOR DE PROJETOS E PROGRAMAS.**

Cabe ao Coordenador de Projetos e Programas:

I - promover a integração das diversas instâncias intra e intersetoriais, visando à consolidação das diretrizes emanadas pela secretaria da saúde;

II - organizar e planejar ações de forma sistêmica, contribuindo com o fortalecimento da rede de atenção e proteção à saúde;

III - participar dos colegiados de gestão distritais de saúde e colegiados de gestão intramunicipais;

IV - gerenciar a implementação das políticas de saúde, contribuindo com a promoção, o planejamento estratégico ascendente, de forma integrada e articulada;

V - estudar e estabelecer mecanismos de captação de cooperação técnica e financeira junto às esferas federal, estadual e outros;

VI - elaborar e submeter à aprovação do superior imediato, os programas, projetos e atividades a serem desenvolvidas sob sua responsabilidade;

VII - desempenhar outras atribuições de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

**CARGO: COORDENADOR DE TFD (TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO)**

Cabe ao Coordenador de TFD:

I - garantir o acesso de pacientes a serviços assistenciais em outros municípios ou estados, com base nos códigos da Tabela Unificada dos Procedimentos/SUS;

II - certificar-se da não existência do serviço no município ou estado;

III - prover os recursos orçamentários necessários para funcionamento do programa do TFD nos deslocamentos intraestaduais,

garantido ao usuário (paciente e acompanhante, se for o caso) o transporte e a ajuda de custo;

IV - realizar e manter atualizado o cadastro de usuários no CADWEB;

V - analisar os processos de TFD com base na PPI e em conformidade com as rotinas explicitadas no Manual do TFD de Santa Catarina;

VI - inserir as solicitações de TFD no SISREG (Sistema Nacional de Regulação);

VII - manter arquivo dos processos de TFD;

VIII - programar a FPO (Ficha de Programação Orçamentária);

IX - preencher o BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial) e encaminhar para o processamento;

XI - subsidiar a elaboração dos Relatórios de Gestão;

XII - participar da elaboração e revisão periódica da programação pactuada e integrada intermunicipal e interestadual;

XIII - buscar prestadores de serviços para atendimento das necessidades do município;

XIV - contratar com prestadores de serviços de saúde SUS para o TFD;

XV - desempenhar outras atribuições de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

**CARGO: COORDENADOR OPERACIONAL**

Cabe ao Coordenador Operacional:

I - organizar e administrar tarefas relativas à área da saúde, em consonância com os demais órgãos da estrutura organizacional;

II- operacionalizar o controle e encaminhamento das contratações, admissões de servidores nos cargos inerentes à Secretaria de Saúde, mantendo o equilíbrio do quadro de pessoal;

III - planejar e coordenar as ações relativas a área da saúde, com a colaboração de outros órgãos municipais;

IV - executar demais atividades que lhe sejam determinadas pelo Secretário Municipal da Saúde;

V- coordenar e avaliar eventos institucionais da Secretaria;

VI - orientar e controlar as atividades de áreas da saúde, especialmente relativas a assuntos administrativos;

VII - assessorar todo o trabalho da Secretaria Municipal da Saúde, no que se refere a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade;

VIII - outras atividades inerentes ao cargo, que lhe forem atribuídas.

**CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO**

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar a área a qual esteja vinculado em todas as suas

atribuições e competências;

II - assessorar gestores, coordenadores e diretores dando suporte na coordenação e operacionalização das ações relacionadas à saúde;

III - apoiar o planejamento e organização de reuniões e eventos relacionados à pasta;

IV - atender usuários do SUS e dar os devidos encaminhamentos para solicitações;

V - avaliar chamados da ouvidoria do SUS e encaminhar a área responsável;

VI - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

VII - elaborar e copilar planilhas para subsidiar a tomada de decisão na área da saúde;

IX - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

X - desempenhar outras atividades de cunho governamental, determinadas pelo Secretário de sua pasta e chefes imediatos.

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAJUBA

CARGO: DIRETOR REGIONAL

Ao diretor regional cabe efetuar a gestão administrativa e organizacional com o objetivo de induzir e motivar o engajamento, a integração e a participação da comunidade organizada para planejar implementar, e executar políticas públicas locais e viabilizar instrumentos de desenvolvimento da região.

CARGO: COORDENADOR DE OPERAÇÕES

Cabe ao Coordenador de Operações:

I - responsável pela coordenação, implantação, execução, desenvolvimento, planejamento, acompanhamento e avaliação de programa e projetos especiais, ligados à área de sua competência;

II - Coordenar, orientar e controlar os trabalhos dos servidores lotados na unidade administrativa sob sua coordenação, relativamente de caráter permanente;

III - Coordenar grupos de trabalho, quanto a atividades temporárias;

IV - Realiza pesquisas e estudos relacionados às atividades de sua área;

V- Levanta as necessidades e define os objetivos relativos à sua área de sua atuação, visando o cumprimento de normas estabelecidas;

VI - Desempenhar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das

competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V - atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

De forma geral as atribuições de um Secretário Municipal é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua secretaria.

Cabe ao Secretário orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

CARGO: DIRETOR DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Ao Diretor de Agricultura, Pecuária e Piscicultura (Pesca) compete desenvolver atividades relacionadas com:

I - gerenciar, planejar, e controlar, as políticas relacionadas ao setor agropecuário e pesqueiro, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização e de armazenamento da produção;

II - coordenar os projetos desenvolvidos pela secretaria de agricultura e pecuária, emitindo relatórios;

III - supervisionar a oferta de assistência técnica e extensão rural e pesqueira;

IV - organizar e implementar as feiras livres e feiras do peixe, com a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;

V - manter atualizado os dados referentes à agropecuária desenvolvida no Município, suas perspectivas e prioridades;

VI - implementar políticas de controle, orientação e fiscalização sobre o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas;

VII - incentivar a industrialização, a conservação e a comercialização de produtos agropecuários;

VIII - promover ações de apoio à eletrificação e telefonia rurais, articuladamente com os órgãos governamentais estaduais e federais;

IX - incentivar a execução de açudagens, irrigação e demais práticas visando o desenvolvimento da piscicultura;

X - coordenar os trabalhos referentes à área de microbacias;

XI- desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Piscicultura;

XII – delegar outras atividades específicas da Secretaria.

**CARGO: COORDENADOR DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**

Ao Coordenador da Agricultura, Pecuária e Pesca compete desenvolver atividades relacionadas com:

I - coordenar as políticas de defesa sanitária animal;

II - prestar assistência técnica necessária;

III - desenvolver ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;

IV - promover medidas visando à educação e a defesa sanitária;  
V- desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Piscicultura e pelo Diretor de Departamento;

VI - incentivar a implantação de hortas comunitárias nos bairros e comunidades do interior, onde elas não existem;

VII - orientar as comunidades que já possuem as suas hortas, no sentido de aumentar a qualidade, produtividade e variedade de produtos cultivados, bem como na sua adequada comercialização e consumo;

VIII - organizar e implementar as feiras livres e feiras do peixe, com a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;

IX - organizar, ao nível municipal, feiras e exposições agropecuárias;

X - participar de eventos e promoções relacionadas com o setor agropecuario e demais atividades de produção primária;

XI - organizar e implementar, ao nível municipal, um centro de abastecimento de hortifrutigranjeiros, com a finalidade de agilizar a comercialização e o consumo destes produtos;

XII - desenvolver e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento, da agricultura no Município;

XIII - promover medidas, visando à aplicação correta de defensivos e fertilizantes, incentivando a proteção do solo;

XIV - promover ações visando à preservação do meio ambiente;

XV - incentivar o ensino agrícola formal e informal, articuladamente com as demais Secretarias Municipais;

XVI - promover e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento da pecuária no Município;

XVII - desenvolver ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;

XVIII - promover medidas visando à educação e a defesa sanitária animal e vegetal;

XIX - promover a execução de açudagens, irrigação e demais práticas visando o desenvolvimento da piscicultura;

XX - coordenar os trabalhos referentes à área de microbacias;

XXI - apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, a extensão rural, a integração agroindustrial e outras formas de organização do produtor e da produção;

XXII - promover medidas visando o desenvolvimento de atividades de estímulo à economia doméstica;

XXIII - apoiar e incentivar o desenvolvimento da apicultura e demais práticas do setor primário, no Município;

XXIV - incentivar o armazenamento e silagens, visando à formação de estoques regulares;

XXV- promover medidas visando auxiliar o abastecimento por meio da produção de hortifrutigranjeiros;

XXVI - incentivar a industrialização, a conservação e a comercialização de produtos agropecuários;

XXVII - orientar os produtores relativamente à abertura de crédito rural junto aos órgãos financeiros públicos e privados;

XXVIII- desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Piscicultura e pelo Diretor de Departamento.

**CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO**

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V – atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas;

VII - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições.

**15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO, ESPORTES E CULTURA**

**CARGO: DIRETOR PRESIDENTE**

De forma geral as atribuições do Presidente é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua Fundação. Cabendo-lhe:

I - representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal, nas funções políticas do turismo e cultura;

II - superintender o turismo e a cultura no Município, e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;

III - atender os interesses dos municípios nos assuntos de turismo, esporte e cultura;

IV - Manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;

V - acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;

VI - exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições;

VII - promover a execução de projetos turísticos que tenham como finalidade a integração da comunidade local com a comunidade turística;

VIII - promover a articulação com entidades públicas ou privadas, internas ou externas, objetivando executar projetos para desenvolver o turismo e a cultura municipal;

IX - representar e divulgar o Município, em eventos de natureza diversa, no âmbito interno e externo;

X - promover a elaboração e execução do calendário anual de atividades turísticas e desportivas;

XI - dirigir a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos bens utilizados ou à disposição do órgão;

XII - promover a proteção do patrimônio turístico, artístico e histórico do Município;

XII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

#### CARGO: DIRETOR DE TURISMO

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - organizar, administrar e dirigir a unidade organizativa sob sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração Municipal;

II - dirigir, planejar, coordenar e avaliar a programação e execução de programas, projetos, atividades e atribuições de responsabilidade das respectivas secretarias municipais e órgãos afins, dentro das orientações gerais de seu chefe imediato e demais normas superiores de delegações de competências e prestar contas por resultados sobre o cumprimento das metas e objetivos do Plano de Governo sob sua responsabilidade.

III - promover a estruturação e organização da cadeia produtivas do turismo, a fim de focalizar e articular os esforços públicos e privados no desenvolvimento e diversificação do turismo no Município, em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo do Município;

IV - desenvolver estudos de cenários futuros e contextualização do turismo da Cidade;

V - formular, executar e avaliar a Política Municipal de Turismo, visando sua diversificação e integrando suas potencialidades e oportunidades à melhoria da qualidade de vida de sua população, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

VI - promover a estruturação e organização da cadeia produtivas do turismo, a fim de focalizar e articular os esforços públicos e privados no desenvolvimento e diversificação do turismo no Município, em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo do Município;

VII - administrar o funcionamento, manutenção e aprimoramento da infraestrutura física de apoio e orientação ao turista;

VIII - fomentar programas destinados à formação e qualificação de força de trabalho no setor turístico, a fim de melhorar a

produtividade e competitividade do turismo do Município e promover a inserção produtiva da população economicamente ativa;

IX - fomentar e coordenar a identificação, formulação, avaliação e promoção de projetos e empreendimentos que objetivem o aproveitamento das oportunidades do turismo receptivo e de negócios de Pederneiras, visando o respeito das normas ambientais vigentes e a integração social e produtiva da população economicamente ativa do Município;

X - zelar pela inclusão do Município nos programas estaduais e federais de promoção e marketing do turismo, nos âmbitos nacional e internacional, a fim de consolidar a imagem de Pederneiras como um destino turístico de alta qualidade para os visitantes e com potencialidades para a realização de novos negócios;

X - definir, promover e divulgar o calendário turístico do Município, de forma articulada e participativa com as organizações empresariais, culturais, e as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude;

XI - acompanhar e apoiar as atividades dos órgãos colegiados afins com vistas a colher subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento turístico do Município;

XII - dar apoio na organização da Fundação de Turismo, Esporte e Cultura do Município;

XIII - Dar apoio no planejamento de eventos Turísticos do Município;

XIV - Dar suporte técnico aos projetos turísticos do Município;

XV - Assessorar o Presidente em demandas gerais da Fundação;

XVI - Realizar estudos e organizar projetos turísticos do Município;

XVII - acompanhar e apoio dos Projetos desenvolvidos na Fundação Municipal de Turismo;

XVIII – prestar informações Turísticas no Centro de Atendimento ao Turista (CAT);

IXX– Apoiar aos processos internos de recebimento de emails, encaminhamento de ofícios, certificados e convites;

XX- Participar e apoiar nos procedimentos de operação de fiscalização;

XXI - Apoiar na elaboração de materiais de divulgação;

XXII - Organizar de materiais de expediente atualizar de Banco de Dados;

XXIII - Apoiar na elaboração de realises para imprensa e acompanhamento de visitantes oficiais da imprensa;

XXIV – Apoiar na elaboração de textos promocionais e de material de e cooperar na elaboração do Boletim Informativo;

XXV - Executar outras funções que lhe forem delegadas.

#### CARGO: DIRETOR DE ESPORTES.

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - promover a prática de esporte para pessoas portadoras de necessidades especiais;

II - fomentar e incentivar a prática desportiva no Município;



III - criar escolas de esportes nas suas diversas modalidades;

IV - verificar e indicar os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos projetos esportivos;

V - proporcionar condições para o desenvolvimento do potencial desportivo da população;

VI - garantir o acesso da população a atividades físicas e práticas esportivas e aprimorar a gestão da política pública de esportes;

VII - fomentar a prática e eventos de esporte social na cidade;

VIII - ampliar e apoiar a recuperação e a modernização das estruturas destinadas à prática de atividades físicas e de esportes no Município, observados os objetivos dos programas governamentais e as demandas locais;

IX - promover ações que visem à preservação e à recuperação da memória esportiva no Município;

X - fomentar os esportes de contato através de projetos e escolas no âmbito do Município;

XI - coordenar a realização de eventos para a divulgação das diversas artes marciais no Município;

XII - promover a participação de esportistas que representem o Município em torneios e campeonatos realizados por Federações, Ligas e/ou Associações, na esfera regional, estadual, nacional e internacional;

XIII - promover a prática de esporte de alto rendimento;

XIV - fomentar e incentivar a prática desportiva no Município;

XV - participar efetivamente dos campeonatos e torneios promovidos pela FUMTEC nos âmbitos estadual, nacional e internacional, bem como por federações, ligas e confederações;

XVI - coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;

XVII - promover o desenvolvimento de atividades esportivas através de definição e implantação de programas especiais abordando atividades do segmento esportivo;

XVIII - zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XIX - desempenhar outras atividades afins.

#### CARGO: DIRETOR DE CULTURA

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

##### Atribuições:

I - dar apoio na organização da Fundação de Turismo, Esporte e Cultura do Município;

II - gerir convênios de parcerias com instituições públicas ou privadas para realização de eventos e programas culturais;

III - formular e avaliar os planos, programas e projetos atinentes ao desenvolvimento da cultura no âmbito do Município;

IV - promover programas e ações, relativos ao desenvolvimento da economia cultural do Município, visando a integração social e

produtiva das comunidades;

V - promover o intercâmbio cultural, artístico e literário com entidades públicas e particulares regionais, estaduais, nacionais e internacionais;

VI - participar e apoiar nos procedimentos de operação de fiscalização;

VII - formular e executar programas e ações que visem o tombamento, registro e preservação dos bens materiais e imateriais com valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para população;

VIII - formular e executar programas e ações que visem a promoção da produção cultural nas suas diversas manifestações como música, teatro, dança, pintura, gravura, fotografia, audiovisual, cinema, literatura, artesanato, entre outras, visando o fortalecimento da identidade local e a valorização da diversidade cultural do município;

IX - executar outras funções que lhe forem delegadas.

#### CARGO: COORDENADOR DE EVENTOS TURISTICOS

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - organizar e coordenar o programa de atividades turísticas, em colaboração com os demais membros da Diretoria, que autorizará a execução do mesmo;

II - assinar convites para reuniões sociais e recreativas da FUNDAÇÃO;

III - promover cursos, conferências, reuniões e atividades turísticas;

IV - apresentar à Diretoria, relatórios mensais e anuais das atividades que lhe são afetas;

V - exercer atividades de suporte e coordenação dos órgãos colegiados afins às áreas da cultura e turismo;

VI - promover a estruturação e organização da cadeia produtivas do turismo, a fim de focalizar e articular os esforços públicos e privados no desenvolvimento e diversificação do turismo no Município, em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo do Município;

VII - administrar o funcionamento, manutenção e aprimoramento da infraestrutura física de apoio e orientação ao turista;

VIII - zelar pela inclusão do Município nos programas estaduais e federais de promoção e marketing do turismo, nos âmbitos nacional e internacional, a fim de consolidar a imagem de Pederneiras como um destino turístico de alta qualidade para os visitantes e com potencialidades para a realização de novos negócios;

IX - definir, promover e divulgar o calendário turístico do Município, de forma articulada e participativa com as organizações empresariais, culturais, e as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude;

X - acompanhar e apoiar as atividades dos órgãos colegiados afins com vistas a colher subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento turístico do Município;

XI - realizar ações de captação de recursos que permitam a viabilização do financiamento dos programas e ações dentro de sua

competência;

XII - desempenhar outras atividades afins, sempre por determinação do Chefe do Executivo Municipal;

#### CARGO: COORDENADOR DE EVENTOS CULTURAIS

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - organizar e coordenar o Programa Social Recreativo e Cultural, em colaboração com os demais membros da Diretoria, que autorizará a sua execução;

II - planejar e elaborar o calendário turístico, de eventos esportivos, recreativos e de lazer do Município;

III - apoiar e estimular as instituições locais que necessitam de suporte para realização dos referidos eventos;

IV - apresentar à Diretoria, relatórios mensais e anuais das atividades que lhe são afetas;

V - organizar materiais de expediente e atualizar Banco de Dados;

Vi - exercer outras atividades peculiares ao cargo, não expressas neste Estatuto.

#### CARGO: COORDENADOR DE EVENTOS ESPORTIVOS

Prestar assistência a seu chefe imediato na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - organizar e coordenar o programa de atividades desportivas, em colaboração com os demais membros da Diretoria, que autorizará a execução do mesmo;

II - coordenar e organizar as representações oficiais da FUNDAÇÃO, nas competições externas;

III - apresentar à Diretoria, relatórios mensais e anuais das atividades que lhe são afetas;

IV - articular-se com as políticas legais da Assistência Social, por meio da SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como com o segmento da terceira idade;

V - coordenar e promover a participação de eventos realizados por órgãos da esfera estadual e Federal no desenvolvimento do desporto;

VI - promover o lazer, a recreação e a atividade física no Município;

VII - realizar Torneios de Bairros com jogos de salão e atividades recreativas;

VIII - realizar atividades intersecretarias, objetivando o lazer, a recreação e a atividade física da população;

IX - promover a inclusão social nas atividades física, de recreação e de lazer;

X - fomentar o movimento e atividade laboral;

XI - administrar os centros esportivos;

XII - zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XIII - desempenhar outras atividades afins.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V - atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

#### 16 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - (FUNDEMA)

##### CARGO: DIRETOR PRESIDENTE

De forma geral as atribuições do Presidente é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua Fundação.

Responsável por fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais relativos ao Meio Ambiente, além de também formular as Leis Municipais que priorizem a preservação. Além de:

I - dirigir as atividades gerais da Fundação, com orientação, controle e supervisão;

II - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária e da programação de trabalho da Fundação;

IV - movimentar as contas bancárias da Fundação;

V - firmar acordos, contratos e convênios ou termos de compromissos com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, obedecendo as formalidades legais;

VI - nomear, exonerar, suspender, lotar e distribuir os servidores da Fundação, bem como praticar os demais atos administrativos a ele relativos;

VII - encaminhar ao Conselho Deliberativo, a cada ano, a proposta orçamentária;

VIII - delegar atribuições especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

IX - julgar em grau de recurso os processos administrativos interpostos;

X - submeter, anualmente, ao Conselho Deliberativo, os balancetes acompanhados de relatórios dos trabalhos e atividades da Fundação e, após aprovação, ao Prefeito Municipal;

XI - a abertura de créditos adicionais e a transferência de verbas ou dotações orçamentárias;

XII - exercer outras atribuições, definidas em lei ou no regimento interno da Fundação.

#### CARGO: DIRETOR TÉCNICO

Prestar assessoria ao Secretário e Prefeito Municipal na tomada de decisões e na formulação de programas, projetos relacionados com a área de sua competência, cabendo-lhe:

I - planejar, dirigir, orientar, coordenar, fazer executar as atividades de fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e a utilização dos recursos naturais renováveis, da flora e da fauna;

II - supervisionar e promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais, e da degradação ambiental do Município;

III - elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com os demais setores da Fundação e da Prefeitura Municipal de Barra Velha;

IV - zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação;

V - dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre, com vistas à manutenção da biodiversidade;

VI - demais atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas;

VII - promover a Educação Ambiental no Município de Barra Velha, em todos os seus níveis de ensino formal, bem como, através da educação popular não formal;

VIII - coordenar e executar programas e ações educativas orientadas para promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

IX - articular, colaborar e dar suporte de Educação Ambiental aos projetos técnicos desenvolvidos na Rede Municipal de Ensino, através das Escolas Municipais e Estaduais, e na Rede Particular de Ensino, bem como, os demais órgãos públicos e organizações não governamentais;

X - elaborar planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação, buscando promover a conscientização pública;

XI - manter atualizados os dados e informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e mundiais, elaborando e divulgando conteúdos informações;

XII - capacitar recursos humanos de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, e assemelhados;

XIII - desenvolver outras atividades relacionadas, especificamente, ao processo pedagógico da Educação Ambiental;

XIV - supervisionar e coordenar a área técnica da Fundação;

XV - assessorar, estudar e propor às instâncias do Governo Municipal diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos ambientais;

XVI - deliberar sobre os padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

XVII - garantir dispositivos de informação (audiências públicas) à comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas e regulamentos ambientais;

XVIII - propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentações referentes à proteção e conservação ambiental no Município;

XIX - manter intercâmbio, apreciar, apresentar sugestões e proceder, quando julgar necessário, à realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais associadas a projetos públicos e/ou privados;

XX - apreciar os Estudos Prévios de Impacto Ambiental e seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), no caso de obras ou atividades com efetiva ou significativa degradação ambiental local, emitindo parecer que servirá de subsídio ao órgão competente, em especial nas áreas consideradas patrimônio histórico, cultural e ambiental local;

XXI - sugerir aos órgãos competentes, através da Fundação, a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, visando à melhoria da qualidade ambiental; e/ou determinar, mediante apresentação do CMMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

XXII - exigir dos órgãos competentes o poder de polícia relacionado com a política municipal do meio ambiente;

XXIII - definir parâmetros e dar pareceres sobre manutenção a projetos de jardinagem e arborização das vias e logradouros públicos;

XXIV - sugerir prioridades para o atendimento de projetos a serem executados pelo Executivo Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, bem como exercer a fiscalização, o controle e o fomento à proteção dos recursos ambientais;

XXV - promover à integração na gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas;

XXVI - promover a articulação e a integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), de iniciativas nacionais e regionais, promovendo a participação de todas as instituições e segmentos da comunidade para propor políticas públicas ambientais de estudos, monitoramento, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para Barra Velha, com vistas a garantir a conservação e a proteção dos recursos ambientais;

XXVII - acompanhar a implementação e administração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

XXVIII - apreciar e decidir a respeito das infrações ambientais, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em legislação ambiental municipal;

XXIX - encaminhar aos órgãos competentes (Polícia Ambiental / Procon - Defesa do Consumidor / Ministérios Público Estadual e Federal) as denúncias de danos ao patrimônio histórico, cultural e ambiental de que tomar conhecimento;

XXX - incentivar o uso de mecanismos de desenvolvimentos limpos (MDLs) no âmbito do município;

XXXI – avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do município, estabelecendo sistemas de indicadores;

XXXII - estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao Turismo Ecológico no Município, em conjunto com outros Órgãos;

XXXIII - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes, em conjunto com outros Órgãos;

XXXIV - apoiar com os recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXXV - exercer outras atividades peculiares ao cargo.

#### CARGO: COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Cabe ao Coordenador de Fiscalização Ambiental

I - compete a programação, a organização, a coordenação, a execução e o controle das atividades relativas à fiscalização do meio ambiente;

II - fiscalizar os Licenciamentos de atividades locais efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedidos pela União, pelos Estados, e/ou Município, visando o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

III - efetuar vistorias permanentes ou periódicas com a finalidade de garantir a preservação e defesa do meio ambiente, notificando e aplicando penalidades previstas em lei ou regulamento;

IV - fiscalizar e administrar as unidades de conservação e áreas protegidas do município, visando à proteção dos mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

V - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de área de vegetação declarada de preservação permanente, assim como, incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

VI - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento e balneabilidade das águas costeiras e de interiores;

VII - propor normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critério para a colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos, em conjunto com outros Órgãos;

VIII - contribuir na definição das políticas de limpeza urbana, em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo, em conjunto com outros Órgãos;

IX - participar na fiscalização das substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e

destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

X - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XI - executar projetos específicos de defesa, preservação, e recuperação do meio ambiente. Incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XII - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades previstas em Lei;

XIII - Assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos do meio ambiente;

XIV - Exercer outras atividades peculiares ao cargo.

#### CARGO: PROCURADOR JURIDICO

Cabe ao Procurador Jurídico:

I - articular-se com o órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos, com vistas ao cumprimento de instruções e diretrizes dele emanados;

II - analisar e lavrar os instrumentos relativos a contratos, convênios, ajustes e acordos;

III - analisar e elaborar minutas de anteprojetos de leis, decretos, portarias, regulamentos e demais atos normativos;

IV - examinar, emitir ou aprovar parecer jurídico sobre os assuntos ou documentos de interesse da FUNDEMA, submetidos à sua apreciação;

V - assistir a FUNDAMA nas discussões, elaboração, assinatura e registros de termos, contratos e convênios e na redação de expedientes que estejam afetos à matéria jurídica;

VI - acompanhar as publicações de natureza jurídica e manter atualizado o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas às atividades da FUNDEMA;

VII - organizar e manter atualizada coletânea de leis, decretos e outros documentos de natureza jurídica de interesse da Fundação;

VIII - assistir ao Presidente da FUNDEMA no encaminhamento de matérias e questões que envolvam aspectos jurídicos e legais;

IX - elaborar pareceres jurídicos fundamentados;

X- sugerir ao Diretor Presidente, alterações na legislação pertinente aos servidores públicos municipais, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município;

;

XI - opinar, previamente, sobre a legalidade e a forma dos editais e outros atos convocatórios de licitações, bem como dos contratos, consórcios e convênios;

XII - opinar previamente às decisões do Prefeito nos processos que tratem de direitos, deveres, disciplina, vantagens e prerrogativas dos servidores públicos municipais;

XIII - elaborar, redigir, estudar e examinar anteprojetos de lei, decretos e regulamentos, convênios e de quaisquer outros atos jurídicos atinentes a FUNDEMA;



XIV - coordenar programas, atividades e trabalhos especiais na área jurídica de que for incumbida pelo Diretor Presidente da FUNDEMA;

XV - exercer outras atribuições determinadas pelo Diretor Geral, afetas ao seu âmbito de atuação, ou estabelecidas pelo órgão central do Sistema ao qual se vincula.

#### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III - realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V - atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas;

VII - desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições, e as que lhe forem delegadas.

17 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

#### CARGO: DIRETOR PRESIDENTE:

Ao Diretor Presidente do IPREVE é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas ao Instituto.

I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo;

III - movimentar as contas bancárias do Instituto em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

IV - gerenciar os recursos humanos do Instituto;

V - autorizar licitações e contratações;

VI - prestar contas de sua administração;

VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;

VIII - encaminhar ao órgão competente a proposta orçamentária;

IX - apresentar ao Conselho Deliberativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

§ 1º O Diretor Presidente poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e atuários do IPREVE.

§ 2º Para melhor desenvolvimento das funções do IPREVE poderá ser feito desdobramento de órgãos por deliberação do Conselho Administrativo;

§ 3º A emissão de cheques para pagamento de qualquer despesa do IPREVE deverá sempre conter as assinaturas do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo e Financeiro.

#### CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

Cabe ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I - dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do IPREVE, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

II - assistir o Diretor Presidente no desempenho de suas atribuições;

III - referendar os atos do Diretor Presidente relativos à sua área de atuação;

IV - praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do IPREVE;

V - cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais e disciplinadoras da atividade do IPREVE;

VI - encaminhar ao Diretor Presidente, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta orçamentária da Autarquia;

VII - estudar e propor, ao Diretor Presidente, reajustamento de elementos da receita e da despesa e quaisquer atos administrativos, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do IPREVE;

VIII - emitir cheques, movimentar contas bancárias e aplicações financeiras em conjunto com o Diretor Presidente;

IX - elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registros e controle;

X - substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos;

XI - Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições, e as que lhe forem delegadas.

#### CARGO: DIRETOR DE BENEFÍCIOS:

Cabe ao Diretor de Benefícios:

I - proceder à inscrição dos segurados para fins de benefícios;

II - organizar, coordenar, processar e controlar todas as atividades referentes a benefícios concedidos pelo IPREVE;

III - manter registros e cadastros atualizados de todos os benefícios do IPREVE;

IV - emitir requisições de empenho de despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;

V - promover exame, cálculo e partilha para pagamento de pensão mensal;

VI - expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamentos;

VII - receber e conferir as declarações de família, prestando os



esclarecimentos e orientando os servidores interessados;

VIII - orientar beneficiários de segurados falecidos e realizar investigações sócias econômicas para a comprovação de vínculo de dependência;

IX - referendar os atos do Diretor Presidente, relativos à sua área de atuação;

X – Desempenhar outras atividades de cunho governamental, relacionadas às suas atribuições, e as que lhe forem delegadas.

## 18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA SAÚDE

### CARGO: DIRETOR PRESIDENTE

De forma geral as atribuições do Presidente é prestar auxílio ao Prefeito e demais órgãos nos assuntos relacionados à formulação, coordenação e acompanhamento do cumprimento das metas de governo relacionadas à sua Fundação.

É o responsável por fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais relativos ao Meio Ambiente, além de também formular as Leis Municipais que priorizem a preservação. Além de:

I - exercer o controle administrativo, operacional, patrimonial, financeiro e de recursos;

II - exercer o controle administrativo, operacional, patrimonial financeiro e de recurso humanos de outras unidades de saúde, bem como programas e projetos na área de saúde, pertencentes ao Município de Barra Velha, que lhe sejam transferidas, por ato do Prefeito;

III - permitir que as unidades de saúde, programas e projetos a ela vinculados, estendam as ações de saúde à população, por meio da aplicação de medidas de promoção, proteção e recuperação da saúde, integrando-se ao Sistema Único de Saúde - SUS e atuando como polo de atração e irradiação de programas e projetos, que visem à saúde enquanto um direito de cidadania;

IV - oferecer condições e contribuir para que as unidades de saúde a ela vinculadas sirvam de campo de ensino, de pesquisa e de integração ao trabalho pelo ensino a todos os profissionais e estudantes da área de saúde e de outras áreas afins;

V - contribuir para o desenvolvimento dos profissionais de saúde, através de programas de educação continuada;

VI - oferecer condições para que as unidades de saúde a ela vinculadas atuem como unidades de referência, associadas às instituições e serviços existentes no Município, em conformidade com o preconizado no Sistema Único de Saúde – SUS;

VII - implementar atividades de pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos tecnológicos apropriados para a melhoria dos padrões assistências e do aperfeiçoamento do trabalho em saúde;

VIII - incentivar o desenvolvimento de modelos de ações integradas de organização e administração de serviços de saúde (hospitais, ambulatórios e comunitários), fundamentado na competência interdisciplinar e na corresponsabilidade e das gestões interinstitucionais;

IX - realização de outras atividades correlatas

### CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO

Cabe ao Coordenador Administrativo:

I - coordenar as rotinas administrativas, o planejamento estratégico e a gestão dos recursos organizacionais: materiais, patrimoniais, financeiros, tecnológicos e humanos;

II - elaborar e implantar procedimentos e políticas administrativas;

III - coordenar a realização de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação de metas e objetivos pactuados;

IV - elaborar relatórios, formulários e planilhas para subsidiar a tomada de decisão na área da saúde;

IV - acompanhar processos administrativos e planejar o cumprimento de prazos estabelecidos;

V - participar na elaboração de instrumentos administrativos de gestão em saúde como a Programação, Orçamento e Plano de Saúde.

### CARGO: ASSESSOR ADMINISTRATIVO

A função do Assessor é restrita a serviços diretamente ligados a boa e perfeita funcionalidade e onde está vinculado, além de:

I - assessorar diretamente a Secretaria, Diretores onde esteja vinculado em todas as suas atribuições e competências, objetivando sua atuação em nível governamental, atuando na esfera das competências políticas da pasta;

II - desempenhar outras atividades de cunho administrativo, relacionadas às suas atribuições;

III – realizar levantamento das necessidades de aquisições e alienações de materiais e equipamentos;

IV - contribuir na elaboração de descritivos de materiais e equipamentos;

V – atuar no atendimento e prestar informações aos usuários de Secretaria;

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de competência e aquelas que lhe forem delegadas.

## ANEXO III

### DEFINIÇÕES DE CARGOS COMISSIONADOS

#### CARGOS COMISSIONADOS:

São aqueles de livre escolha, nomeação e exoneração, de caráter provisório, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo recair ou não em servidor efetivo do município.

Cargo público criado por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, que compreende o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional atribuídas a um servidor, cuja investidura não depende de aprovação em concurso público para provimento em comissão, sendo de livre nomeação e exoneração.

O cargo pode ser ocupado por servidor detentor de cargo efetivo ou não. O servidor que ocupa apenas cargo comissionado é segurado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, o inciso V, do art. 37 da Carta Constitucional traz a seguinte redação:

“V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;”

O cargo em comissão ocupa um espaço na sua estrutura municipal, uma vez que se nomeia uma pessoa qualquer para exercê-lo

(nomeação esta baseada na simples confiança da autoridade nomeante em relação à pessoa nomeada) reservado o limite mínimo exigido por lei, atribuindo-lhe um conjunto de atribuições e responsabilidades, a função de confiança é atribuída a um servidor efetivo, que já pertence aos quadros da Administração.

De acordo com a disposição constitucional expressa no inciso II, do art. 37, os cargos comissionados são declarados de livre nomeação e exoneração, ou seja, a autoridade competente para nomear poderá também exonerar os ocupantes de tais cargos através de ato discricionário. Todavia, a Emenda Constitucional nº 19/98, introduziu, como regra, que os cargos comissionados deverão ser preenchidos por servidores de carreira, isto é, concursados (efetivos), nos casos, condições e percentuais mínimos exigidos por lei.

**DIRETOR:**

Trata-se de Cargo Comissionado (descrição anterior), exercido por profissional que organiza, planeja, com amplos conhecimentos de gerenciamento e comando e orienta o uso dos recursos financeiros, físicos, tecnológicos e humanos das empresas, buscando soluções para todo tipo de problema dentro da gestão pública e que está no exercício.

Um Diretor tem a capacidade de criar métodos, planejar atividades, organizar o funcionamento dos vários setores dentro da estrutura organizacional da Prefeitura.

Está sob as responsabilidades a norma de planejar, organizar e controlar as atividades e traçar estratégias e métodos de trabalho dentro da sua área de atuação.

Exige-se ter boa capacidade de análise, raciocínio, espírito de liderança e ser sociável, ter autoconfiança, capacidade de adaptação a novas situações, capacidade de decisão, negociação, organização, planejamento, capacidade de resolver problemas práticos, dinamismo, espírito empreendedor, habilidade para mediar conflitos, para trabalhar em equipe, noção de prioridades, objetividade, senso de oportunidade e responsabilidade.

**COORDENADOR:**

O Coordenador é o profissional que coordena as rotinas administrativas, o planejamento estratégico e a gestão dos recursos organizacionais, sejam estes: materiais, patrimoniais, financeiros, tecnológicos ou humanos, colaborar para a ação de uma Prefeitura mais forte, organizada, e transparente em suas ações públicas, dentro da sua área de atuação.

Cabe a um Coordenador: coordenar à equipe e as atividades, o controle, a análise e o planejamento do fluxo de atividades e processos da área, desenhar as políticas e processos criando os fluxos da área, elaborar e implantar procedimentos e políticas administrativas, garantir a realização de todas as atividades e operações dentro da área de sua atuação.

Deve acompanhar e analisar todos os indicadores da área e criação de plano de ação de forma a garantir o alcance das metas, realizar reunião mensal com a equipe para acompanhamento das tarefas e desempenho dos indicadores através do painel de bordo, tomar decisões com base em relatórios gerenciais.

**ASSESSOR:**

Assessor é que auxilia, aconselha, que assessora uma pessoa ou organização em uma determinada área ou tarefa.

Um assessor tem como função conceder o seu conhecimento, orientando e esclarecendo alguém em questões relacionadas com a sua área de especialização.

Tem como escopo a capacidade de contribuir com a elaboração de pareceres que necessitem conhecimento técnico, além de sugerir aos superiores quando necessários ajustes em atos do interesse público do Município.

Barra Velha, 15 de dezembro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 79/2017**

Publicação Nº 1460411

PORTARIA Nº 79/2017

Revoga Portaria nº 74/2017 e dá outras providências

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 47, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1580 de 08 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho, a qual será responsável pela avaliação de desempenho dos servidores em regime de estágio probatório da Câmara de Vereadores de Barra Velha, a qual fica assim composta:

Presidente: Camila Bittencourt

Secretário: Claudionir Arbighaus

Membro: Paulo Roberto Leite

Membro: José Alfredo da Silva

Membro: Maria da Conceição Freitas

Art. 2º O Presidente da Comissão perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) e os demais membros integrantes perceberão gratificação de 9% (nove) por cento sobre o valor dos respectivos salários de contribuição, como retribuição por integrar a

Comissão.

Art. 3º Fica revogada a portaria n. 37/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, gerando efeitos desde 1º de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 13 de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 13 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
--------------------------------

Presidente da Câmara Municipal
--------------------------------

**PORTARIA Nº 80/2017**

Publicação Nº 1460414

PORTARIA Nº 80/2017

Revoga Portaria nº 73/2017 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 47, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1580 de 08 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários aos processos de compra de materiais e/ou serviços do Poder Legislativo, nos termos da Lei nº 8666/93, e suas respectivas funções:

Presidente: Luan Cesar Raulino  
Secretário: Jonas Nestor da Silva  
Membro: Maike Cristiane Schulze da Cunha  
Membro: Eliane Maria Mello  
Membro: Adriana Aparecida Penso Dias  
Membro: Letícia Daudt

Art. 2º O Presidente da Comissão perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) e os demais membros integrantes perceberão gratificação de 9% (nove) por cento sobre o valor dos respectivos salários de contribuição, como retribuição por integrar a Comissão.

Art. 3º Os servidores integrantes da Comissão que já participem de outra Comissão, ou que já recebam adicional por exercerem outras funções definidas em Portaria em percentual superior, conforme preceitua o art. 40 da Lei Complementar nº 122/2011, não farão jus a retribuição por seu caráter inacumulável.

Art. 4º Fica revogada a portaria nº 73/2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos desde 1º de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 13 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 81/2017**

Publicação Nº 1460417

PORTARIA Nº 81/2017

**"REVOGA PORTARIA Nº 38/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 47, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1580 de 08 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Patrimônio, a qual será responsável pelo levantamento, avaliação e atualização dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores de Barra Velha, a qual fica assim composta:

Presidente: Rubens Tives  
Secretário: Juvan de Souza Neto  
Membro: Eunildo Avelino dos Santos  
Membro: Cristiano André Zonta  
Membro: Peter Gudoski

Art. 2º O Presidente da Comissão perceberá gratificação de 50% (cinquenta por cento) e os demais membros integrantes perceberão gratificação de 9% (nove) por cento sobre o valor dos respectivos salários de contribuição, como retribuição por integrar a Comissão.

Art. 3º Fica revogada a portaria n. 38/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos desde 1º de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 13 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 84/2017**

Publicação Nº 1459330

PORTARIA Nº 84/2017

Nomeia servidor efetivo para exercer função gratificada.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a Lei Complementar nº 217/2017, em seu art. 54 criou Funções Gratificadas em razão de atribuições que não justificam por economicidade a criação de cargo público, as quais serão exercidas por servidores efetivos de acordo com a necessidade e conveniência da administração;

Considerando a necessidade administrativa de Chefia do Setor de Assistência Administrativa Legislativa, a qual está especificada no art. 57 da Lei Complementar nº 217/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o servidor efetivo Charles Saint-Clair Heil para exercer a função gratificada de Chefe do Setor de Assistência Administrativa Legislativa, nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 217/2017.

Art. 2º A gratificação para o exercício da função gratificada será no percentual de 25% sobre seus vencimentos, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 122/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a partir de 1 de dezembro de 2017.

Sala da Presidência, 14 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO TP223/2017-PMB

Publicação Nº 1460271

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

COMUNICADO REFERENTE A À TP223/2017-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas participantes da TP223/2017-PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação, sendo que analisado o Recurso da Empresa AZZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA ME pela Procuradoria Geral do Município o mesmo foi DEFERIDO.

Diante do exposto ficam habilitadas para a próxima etapa do certame as empresas: AZZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA ME, VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP e PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

Sendo assim, a abertura da proposta das empresas habilitadas dar-se-á no dia 19/12/2017 às 14:00 horas.

Nada mais a expor.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS  
Presidente da Comissão de Licitação

### COMUNICADO TP233/2017-PMB

Publicação Nº 1460272

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

COMUNICADO REFERENTE A À TP233/2017-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas participantes da TP233/2017-PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas conforme Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação, sendo que o recurso da Empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP foi dado provimento parcial ao recurso para:

DEFERIR a correção da Ata, estando a mesma habilitada para o lote 01 e INDEFERINDO sua habilitação para o Lote II.

Diante do exposto ficam habilitadas para a próxima etapa do certame as empresas: LOTE 01: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, PROPAV PROJETOS, VINICIUS GOEDERT ME E FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP.

LOTE 02: RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Sendo assim, a abertura da proposta das empresas habilitadas dar-se-á no dia 19/12/2017 às 16:00 horas.

Nada mais a expor.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS  
Presidente da Comissão de Licitação

### DL257/2017=PMB

Publicação Nº 1460738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 257/2017-PMB

OBJETO: Aquisição e plantio de grama esmeralda para uso na Lagoa do Amilton.

EMPRESA CONTRATADA: Joel Francisco de Oliveira ME

VALOR: R\$ 5.900,00 (cinco mil, novecentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2017

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

253 13/1 2051 333903099000000

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade do ajardinamento da Lagoa do Amilton, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2017 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 14 de dezembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz  
Secretário de Administração



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107 DO PP 245/2017 FMS.**

Publicação Nº 1460704

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107 DO PP 245/2017 FMS.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, DIVISÓRIAS DE VIDRO, PRATELEIRAS E PERSIANAS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.  
VENCEDOR: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 493.000,00  
VIGÊNCIA: 18/12/2017 A 18/12/2018.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108 DO PP 245/2017 FMS.**

Publicação Nº 1460708

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108 DO PP 245/2017 FMS.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, DIVISÓRIAS DE VIDRO, PRATELEIRAS E PERSIANAS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.  
VENCEDOR: DELDUQUE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 196.995,50  
VIGÊNCIA: 18/12/2017 A 18/12/2018.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109 DO PP 245/2017 FMS.**

Publicação Nº 1460714

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109 DO PP 245/2017 FMS.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, DIVISÓRIAS DE VIDRO, PRATELEIRAS E PERSIANAS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.  
VENCEDOR: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 155.694,50  
VIGÊNCIA: 18/12/2017 A 18/12/2018.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 3662/2017**

Publicação Nº 1460772

PORTARIA Nº 3662/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSILANE CAPISTRANO NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 12003/2017 em anexo no período de 11/12/2017 a 15/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3663/2017**

Publicação Nº 1460773

PORTARIA Nº 3663/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 12031/2017 em anexo nos períodos de 07/12/2017 a 15/12/2017 e de 12/12/2017 a 13/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3664/2017**

Publicação Nº 1460774

PORTARIA Nº 3664/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA KAROLINE DE SOUZA GARCIA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11947/2017 em anexo nos períodos de 11/12/2017 a 20/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 3665/2017**

Publicação Nº 1460775

PORTARIA Nº 3665/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIELLA GOULART ROSA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11952/2017 em anexo nos períodos de 11/12/2017 a 25/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3666/2017**

Publicação Nº 1460776

PORTARIA Nº 3666/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DAIANE COELHO DE AGUIAR, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11938/2017 em anexo nos períodos de 07/12/2017 a 21/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3667/2017**

Publicação Nº 1460777

PORTARIA Nº 3667/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RAQUEL MAURINA CORREIA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11973/2017 em anexo nos períodos de 12/12/2017 a 15/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3668/2017**

Publicação Nº 1460778

PORTARIA Nº 3668/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ISABELA DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11948/2017 em anexo nos períodos de 07/12/2017 a 13/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3670/2017**

Publicação Nº 1460779

PORTARIA Nº 3670/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREIA LUCIA GOULARTE ROSA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11951/2017 em anexo nos períodos de 11/12/2017 a 25/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3671/2017**

Publicação Nº 1460780

PORTARIA Nº 3671/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARINE RODRIGUES VIEIRA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11934/2017 em anexo nos períodos de 08/12/2017 a 22/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3672/2017**

Publicação Nº 1460781

PORTARIA Nº 3672/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA MARTINS DE CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11846/2017 em anexo nos períodos de 07/12/2017 a 03/02/2018.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3673/2017**

Publicação Nº 1460782

PORTARIA Nº 3673/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 15639/2017 em anexo nos períodos de 07/12/2017 a 11/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3674/2017**

Publicação Nº 1460783

PORTARIA Nº 3674/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), AIDE PRISCILA TELES DA CUNHA SOUZA, ocupante do cargo efetivo de RECEPCIONISTA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11755/2017 em anexo nos períodos de 01/12/2017 a 05/12/2017.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PP256-2017-PMB**

Publicação Nº 1459184

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 256/2017 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUMA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL E JORNAL LOCAL, COM PUBLICAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO A PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO ATOS ADMINISTRATIVOS, CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 10:00 horas, do dia 05 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:10 horas, do dia 05 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PP58-2017-FMS**

Publicação Nº 1459191

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 58/2017 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS SUPERIORES E INFERIORES E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS SUPERIORES E INFERIORES, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 10:00 horas, do dia 08 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:10 horas, do dia 08 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## CÂMARA MUNICIPAL

### 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459900

Reunião Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2017.  
Terça-Feira - 18:15 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.577, 7.581 e 7.591. Destino: à sanção do Executivo.

### 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459905

Reunião Extraordinária do dia 14 de dezembro de 2017.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.489, 7.524, 7.561, 7.578, 7.579, 7.582, 7.583, 7.584, 7.585, 7.586, 7.587, 7.588, 7.589, 7.590, 7.595 e 7.596; e dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.742 e 1.745. Destino: à sanção do Executivo.

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459916

Reunião Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2017.  
Terça-Feira - 18:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente

José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15 e 16 ao Projeto de Lei nº 7.489. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovado, em 1ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.489. Destino: ao 2º turno de discussão e votação.

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459923

Reunião Extraordinária do dia 14 de dezembro de 2017.  
Quinta-Feira - 18:50 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei nº 7.489 (ficando prejudicado o projeto). Destino: à Comissão de Redação Final.

### REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459926

Reunião Ordinária do dia 12 de dezembro de 2017.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza

Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

## ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.753 e dos Projetos de Lei nºs 7.498, 7.562, 7.564, 7.567 e 7.575. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovado, em única discussão e votação, o relatório final da Comissão Temporária Especial de Análise de Questões Referentes à Região Metropolitana de Blumenau. Destino: ao arquivo.

Retirada a Indicação nº 11937/2017 e o Requerimento nº 1671/17. Destino: ao arquivo.

Retirada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.489. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1683, 1684 e 1685/2017; e da Moção nº 170/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.577, 7.581, 7.591

Promulgada a Resolução MD nº 2911. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 7.571.

Determinado trâmite urgentíssimo aos Projetos de Lei nºs 7.581 (Mensagem nº 143/2017), 7.591 (Mensagem nº 155/2017) e 7.577.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.581 (Mensagem nº 143/2017), que "DISPÕE SOBRE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU OBJETO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA ATÉ 31.12.2014 OU DE LITÍGIO JUDICIAL, NAS HIPÓTESES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.756 (Mensagem nº 144/2017), que "DISPÕE SOBRE SISTEMAS, MECANISMOS E INCENTIVOS À ATIVIDADE TECNOLÓGICA DE INOVAÇÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.582 (Mensagem nº 145/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BLUMENAU – ASBLU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.583 (Mensagem nº 146/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE BLUMENAU – ANB".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.584 (Mensagem nº 147/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO ANA CRISTINA E ADJACÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.585 (Mensagem nº 148/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO ALFA PARK E ADJACÊNCIAS – AMOLAPA".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.586 (Mensagem nº 149/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA INÁ – AMOVI".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.587 (Mensagem nº 150/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DO GRUPO ASSISTENCIAL DE APOIO – CVV".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.588 (Mensagem nº 151/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES GARCIA JORDÃO – AMOGAJ".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.589 (Mensagem nº 152/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM QUIOSQUE INTEGRANTE DA PRAÇA AGNELO PAULO LANSER EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.757 (Mensagem nº 153/2017), que "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU, REVOGA AS LEIS Nº 1.625/69, 1.682/70 E 3.574/89, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.590 (Mensagem nº 154/2017), que "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO GRATUITA DE USO DE UM TERRENO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES NOVA ESPERANÇA – AMONESP".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.591 (Mensagem nº 155/2017), que "SUBSTITUI O ANEXO I DA LEI Nº 8.438 DE 16 DE JUNHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.592 (Mensagem nº 156/2017), que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO PÓLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU – BLUSOFT".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.593 (Mensagem nº 157/2017), que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.594 (Mensagem nº 158/2017), que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.597 (Mensagem nº 160/2017), que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.595, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO GIGANTES DA ECOLOGIA".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.596, que "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 8.416, DE 03 DE MAIO DE 2017".

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo que "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 961, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017".



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459929

Reunião Ordinária do dia 14 de dezembro de 2017.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à União Blumenauense das Associações dos Moradores – UNIBLAM. Destino: comunique-se.

Aprovado, em única discussão e votação, o Relatório Final da Comissão Temporária Especial para Acompanhar Cronograma de Manutenção de Comportas, Diques de Contenção e Estações de Bombeamento. Destino: comunique-se.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1721, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727 e 1728/2017; e da Moção nº 171/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.585; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.524; as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 7.561. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.524, 7.561, 7.578, 7.579, 7.582, 7.583, 7.584, 7.585, 7.586, 7.587, 7.588, 7.589, 7.590, 7.595 e 7.596; o Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.742; e o Projeto de Lei Complementar nº 1.755. Destino: à Comissão de Redação Final.

Determinado trâmite urgentíssimo aos Projetos de Lei nºs 7.582, 7.583, 7.584, 7.585, 7.586, 7.587, 7.588, 7.589 e 7.590.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.585.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.758 (Mensagem nº 163/2017), que "CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, QUE CONSTITUI O ANEXO VII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.759 (Mensagem nº 168/2017), que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 509, DE 17 DE MARÇO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.760 (Mensagem nº 169/2017), que "REVOGA OS ARTIGOS 70 E 71 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.761 (Mensagem nº

170/2017), que "DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA - FMAC, INSTITUI O PRÊMIO HERBERT HOLETZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.602 (Mensagem nº 166/2017), que "DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.603 (Mensagem nº 167/2017), que "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DO NÚMERO DO DISQUE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS SITES OFICIAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NA INTERNET".



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### LEI Nº 1296/2017

Publicação Nº 1459298

LEI Nº 1296/2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Bom Jardim da Serra, para o quadriênio 2.018/2.021, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nos anexos integrantes da presente Lei.

Art. 2º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos referidos no Art. 1º desta lei, serão estruturadas em programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos e ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo Único - Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º - Os valores constantes das planilhas estão orçados a preços de Agosto de 2.017, e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, mediante Lei autorizativa aprovada pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica votada na Câmara.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal, poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 7º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 14 de Dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 1297/2017

Publicação Nº 1459306

LEI Nº 1297/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04.05.00, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à arrecadação e da alteração da legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - dos repasses para a Câmara Municipal;

VII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas nas Metas Fiscais do Plano Plurianual, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para o exercício de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O Município define como Meta Fiscal ao montante do valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e em cada quadrimestre correspondente, a título de receita, despesa e resultado nominal, este entendido como a diferença entre a receita total e despesa total (incluindo juros).

§ 2º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 3º. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurada conforme legislação específica, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município aplicará, no mínimo 15% da receita resultante de impostos, apurada conforme definido na Emenda Constitucional 29, nas ações e serviços públicos de saúde.

#### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta

um produto necessário à manutenção da ação de governo;  
III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e  
IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhadas por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminadas, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por classificação econômica a nível de elemento, conforme definidos na legislação vigente:

- 1 – pessoal e encargos sociais;
- 2 – outras despesas correntes;
- 3 – juros e encargos da dívida;
- 4 – investimentos;
- 5 – amortização da dívida;

Art. 5º - As metas físicas serão agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo a que se refere o art. 8º, § 1º, inciso XIII, desta Lei.

Art. 6º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município e do Hospital Américo Caetano do Amaral, que dele recebam recursos Municipais assim identificados:

I – Poderes do Município:

1 – Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra;

II – Fundos Municipais:

2 - Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra.

3 – Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim da Serra.

Art. 7º - Desta forma continuam extintas as contabilidades independentes do FIA – Fundo da Infância e da Adolescência e Hospital Américo Caetano do Amaral, ambos incorporados aos Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, respectivamente.

Art. 8º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – às ações relativas à saúde e assistência social;
- II – ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III – ao atendimento às ações de alimentação escolar;
- IV – às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
- V – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- VI – à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
- VII – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
- VIII – às despesas relativas à terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores públicos, a serem contabilizadas como "Outras Despesas de Pessoal".

Art. 9º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores e a respectiva lei serão

constituídos de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexos do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº. 4.320, 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;

II – evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – resumo das despesas do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – receita e despesa, do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº. 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI – receitas do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº. 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII – despesas do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, segundo Poder e unidades, por categoria econômica de despesa e fonte de recursos;

VIII – despesas do orçamento fiscal, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e categoria econômica de despesa;

IX – recursos diretamente arrecadados, por órgão;

X – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI – resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XII – fontes de recursos por categoria econômica de despesa; e

XIII – despesas do orçamento fiscal segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhados por atividades, projetos e operações especiais, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º - O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais com sua despesa discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 3º - Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2017-2021, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 12. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes do orçamento fiscal.

Parágrafo único. Desde que observadas as vedações contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição, fica facultada a descentralização

de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 13. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14. Na estimativa da receita poderá ser especificado (e deduzido) um valor destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº. 101/00.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2018, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição; e

III – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência.

Art. 16. Na determinação do montante da despesa, deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado. As quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III – tratando-se de projetos e obras com duração superior a um exercício financeiro, estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos:

I – por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II – que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito desde que já contratadas e aprovadas por Lei Municipal;

Art. 20. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e desporto;

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2018 por autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Não poderá ser concedido auxílio financeiro a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º - Os recursos a serem consignados no Orçamento, destinados à concessão de auxílios financeiros a entidades privadas sem fins

lucrativos, nos termos deste artigo, não poderão ultrapassar o limite de 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida projetada.

§ 4º - As entidades para se habilitarem ao recebimentos de subvenções sociais deverão apresentar além dos documentos já citados, as certidões Negativas de Débito da Receita Federal, Estadual, Municipal e Previdenciária.

Art. 21. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, bem como o desenvolvimento da cultura e desporto.

II – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – atendimento às normas na concessão de auxílios, estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente; com reversão no caso de desvio de finalidade; e

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 22. A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 23. A lei orçamentária conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, 02% (dois por cento) da receita corrente líquida.

Parágrafo único. A reserva de contingência será utilizada para fazer frente ao pagamento dos valores decorrentes de situações consignadas como riscos fiscais, no atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 24. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º. Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária dispensam o acompanhamento de exposição de motivos.

§ 2º. A publicação dos decretos e leis do Município serão efetuado no Mural da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra e no site do Município, no seguinte endereço: [bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://bomjardimdaserra.sc.gov.br)

§ 3º. Os créditos adicionais aprovados pela Câmara de Vereadores serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 4º. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 5º. Quando a abertura de créditos adicionais implicar a alteração das metas constantes do demonstrativo referido no art. 8º, § 1º, inciso XIII, desta Lei, este deverá ser objeto de atualização com aprovação pelo Legislativo Municipal.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I – atualização do cadastro e lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II – reestruturação da atividade de fiscalização tributária;



III – aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos.

Art. 26 – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder desconto de até 20% ( vinte por cento) para pagamento em cota única e no prazo, sendo que o benefício fiscal concedido servirá como incentivo para o incremento na arrecadação, não se constituindo o valor de desconto como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 27 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após a promulgação desta Lei.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28. O Poder Executivo poderá realizar Concurso Público, e terá como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 71 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a média mensal de despesa da folha de pagamento dos meses de janeiro a dezembro de 2017, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos municipais.

Art. 29. O valor a ser consignado em dotação específica para os contratos relativos à terceirização de mão-de-obra, sob o título “Outras Despesas com Pessoal”, em 2018, deverá observar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Bom Jardim da Serra, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30 – O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo primeiro - Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a realizar concurso público, para provimento de cargos efetivos na administração Municipal

Parágrafo segundo – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação da Secretaria de Administração, em suas respectivas áreas de competência.

§ 1º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2º. Os recursos necessários ao atendimento de aumento real do salário, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício de 2018.

Art. 32. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratação de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 33. Nas situações em que a despesa total com pessoal tiver extrapolado a noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 29 desta Lei, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 34 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

#### CAPÍTULO VI

#### DOS REPASSES DO DUODECIMO PARA A CAMARA MUNICIPAL

Art. 35 – Os repasses do duodécimo a Câmara Municipal obedecerão os limites estabelecido de até 7% ( sete por cento), sobre a receita corrente líquida efetivamente realizada no exercício anterior, conforme estabelece o art. 29-A da constituição Federal de 1988, já deduzidos os valores relativos as receitas do FUNDEB e SAÚDE. Parágrafo Único – Os repasses deverão ser efetuados obrigatoriamente até o dia 30 de cada mês.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 - Até o final do exercício de 2018, obrigatoriamente, implantar sistema de controle de custos e avaliação de resultados; (ART. 4º, I, “e” da LRF)

Ar. 37 – A Administração Municipal, tanto quanto possível , até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 38. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes e Investimentos de cada Poder, excetuando aquelas relativas às obrigações constitucionais ou legal de execução.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada Secretaria terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 39. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por Antecipação de Receitas Orçamentárias – ARO, deverão destinar-se exclusivamente a atender a insuficiência de caixa e adicionalmente às exigências relativas às demais operações de crédito, ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e devem observar as seguintes:

I – poderão ser realizadas somente no período compreendido entre 10 de janeiro a 10 de dezembro;

II – não serão autorizadas se forem cobrados encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira (TBF), ou a que vier a esta substituir;

III – ficam proibidas enquanto existir operação anterior da mesma natureza.

Art. 40 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º,

aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 41 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma anual de desembolso mensal, por Secretaria, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 44 - Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento do serviço da dívida; e

III – transferências constitucionais e legais para os fundos e fundações municipais legalmente constituídos.

Art. 45. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 14 de Dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 1298/2017

Publicação Nº 1459308

LEI Nº 1298/2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º - O orçamento fiscal do município de BOM JARDIM DA SERRA, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2018, estimada a Receita em R\$ 19.632.649,00 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos e quarenta e nove reais) e fixa a Despesa em R\$ 19.632.649,00 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos e quarenta e nove reais), discriminados anexos integrantes desta Lei.

Da estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	16.933.749,00
2.	Receitas de Capital	2.698.900,00
TOTAL		19.632.649,00

Art. 3º - A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 – Legislativa .....	R\$ 900.000,00
04 – Administração .....	R\$ 1.714.000,00
06 - Segurança Pública .....	R\$ 180.000,00
08 – Assistência Social .....	R\$ 790.000,00
10 – Saúde .....	R\$ 3.449.094,00
12 – Educação .....	R\$ 5.512.675,00
13 – Cultura .....	R\$ 280.000,00
15 – Urbanismo .....	R\$ 4.721.129,00
16 – Habitação .....	R\$ 472.000,00
20 – Agricultura .....	R\$ 738.251,00
22 – Indústria .....	R\$ 30.000,00
23 – Comércio e Serviços .....	R\$ 235.000,00
27 - Desporto e Lazer .....	R\$ 140.500,00
28 – Encargos Especiais .....	R\$ 470.000,00
TOTAL GERAL .....	R\$ 19.632.649,00



## Da Fixação da Despesa

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

## I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	900.000,00	
04	Administração	1.714.000,00	
06	Segurança Pública	180.000,00	
08	Assistência Social	790.000,00	
10	Saúde	3.449.094,00	
12	Educação	5.512.675,00	
13	Cultura	280.000,00	
15	Urbanismo	4.721.129,00	
16	Habitação	472.000,00	
20	Agricultura	728.251,00	
22	Indústria	30.000,00	
23	Comércio e Serviços	235.000,00	
27	Desporto e Lazer	140.500,00	
28	Encargos Especiais	470.000,00	
99	Reserva de Contingência	60.000,00	
	TOTAL	19.632.649,00	

## II – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31	Ação Legislativa	900.000,00	
122	Administração Geral	610.000,00	
123	Administração Financeira	1.054.000,00	
124	Controle Interno	50.000,00	
181	Policimento	150.000,00	
182	Defesa Civil	30.000,00	
241	Assistência ao Idoso	20.000,00	
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	129.000,00	
244	Assistência Comunitária	648.000,00	
301	Atenção Básica	2.425.594,00	
304	Vigilância Sanitária	16.500,00	
302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	579.000,00	
306	Alimentação e Nutrição	421.000,00	
361	Ensino Fundamental	4.042.675,00	
365	Educação Infantil	1.292.000,00	
366	Educação de Jovens e Adultos	78.000,00	
367	Educação Especial	100.000,00	
392	Difusão Cultural	280.000,00	
451	Infra-Estrutura Urbana	4.413.129,00	
452	Serviços Urbanos	308.000,00	
482	Habitação Urbana	472.000,00	
606	Extensão Rural	738.251,00	
662	Produção Industrial	30.000,00	
695	Turismo	235.000,00	
812	Desporto Comunitário	140.500,00	
843	Serviço da Dívida Interna	180.000,00	
846	Outros Encargos Especiais	290.000,00	
	TOTAL GERAL .....	19.632.649,00	

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1	Câmara Municipal de Vereadores	900.000,00	
10	Gestão Administrativa Superior	840.000,00	
11	Administração Geral	620.000,00	
12	Administração Fazendária	434.000,00	
13	Criança na Escola	5.933.675,00	
14	Esporte	140.500,00	
15	Saúde	3.021.094,00	

16	Assistência Social	797.000,00	
17	Habitação	472.000,00	
2	Serviços de Utilidade Pública	308.000,00	
3	Obras e Instalações	1.839.500,00	
4	Estradas, Ruas e Avenidas	2.573.629,00	
5	Apoio ao Produtor Rural	738.251,00	
6	Desenvolvimento da Indústria e Comércio	30.000,00	
7	Bom Jardim da Serra Turismo	235.000,00	
8	Espaço Cultural	280.000,00	
9	Encargos Especiais	470.000,00	
	TOTAL GERAL .....	19.632.649,00	

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPEAS CORRENTES	14.572.475,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.523.260,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	190.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.859.215,00	
	DESPEAS DE CAPITAL	5.000.174,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	4.900.174,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida	100.000,00	
	RESERVA DE CONTINGENCIA.	60.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	
	TOTAL GERAL	19.632.649,00	

## Da Distribuição da Despesa por Entidade

## Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

Art. 4º - O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 18.483.500,00 ( Dezoito milhões quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos reais), e fixa as Despesas em R\$ 14.442.555,00 ( Quatorze Milhões quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	15.960.500,00
2.	Receitas de Capital	2.523.000,00
TOTAL		18.483.500,00

§ 2º - A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Bom jardim da Serra será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	1.714.000,00
06	Segurança Pública	180.000,00
10	Saúde	421.000,00
12	Educação	5.512.675,00
13	Cultura	280.000,00
15	Urbanismo	4.721.129,00
20	Agricultura	728.251,00
22	Indústria	30.000,00
23	Comércio e Serviços	235.000,00
27	Desporto e Lazer	140.500,00
28	Encargos Especiais	470.000,00
	TOTAL	14.442.555,00

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	9.914.881,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	4.605.415,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	190.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	5.119.466,00
Despesas de Capital	4.467.674,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	4.367.674,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	100.000,00

Reserva de Contingência	60.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.442.555,00</b>

## Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra, para o exercício de 2018, estima a Receita em 662.249,00 ( seiscientos e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e nove reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.358.845,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.021.094,00 ( três milhões vinte e um mil e noventa e quatro reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	662.249,00
<b>TOTAL</b>		<b>662.249,00</b>

1.	Receitas Correntes	662.249,00
<b>TOTAL</b>		<b>662.249,00</b>

§ 2º - A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	3.021.094,00
	<b>TOTAL</b>	<b>3.021.094,00</b>

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	2.873.594,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.981.845,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	891.749,00
Despesas de Capital	147.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	147.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.021.094,00</b>

## Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim da Serra

Art. 6º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim da Serra para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 486.900,00 ( quatrocentos e oitenta e seis mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 782.100,00 ( setecentos e oitenta e dois mil e cem reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.269.000,00 ( um milhão duzentos e sessenta e nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	311.000,00
2.	Receitas de Capital	175.900,00
<b>TOTAL</b>		<b>486.900,00</b>

Transferências Financeiras Recebidas	782.100,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.269.000,00</b>

§ 2º - A despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	Assistência Social	790.000,00
10	Saúde	7.000,00
16	Habitação	472.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.269.000,00</b>

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	964.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	286.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	678.000,00
Despesas de Capital	305.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	305.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.269.000,00</b>

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra

Art. 7º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra para o exercício de 2018 fixa as Despesas em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	900.000,00	
TOTAL GERAL	900.000,00	

§ 2º - A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	900.000,00
	TOTAL	900.000,00

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	770.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	600.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	170.000,00
Despesas de Capital	130.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	130.000,00
TOTAL	900.000,00

#### Da Reserva de Contingência

Art. 8º – Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### Das Disposições Gerais

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 100% (cem por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsto nos Incisos I, II e III do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1º - Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, não serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço exercício anterior.

§ 2º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município observado o preceito legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, mediante Lei Específica a ser aprovado pelo legislativo municipal, em que ficarão estabelecidos os valores da antecipação, as condições de pagamento, juros e prazos para amortização.

Art. 12 - Durante o exercício de 2018 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### Das Disposições Finais

Art. 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, sempre mediante Lei específica aprovada pelo legislativo municipal.

Art. 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta ou indireta.

Art. 16 - Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II – Receitas por Categorias Econômicas;

III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV – Funções e Sub funções de Governo;

V – Programa de Trabalho de Governo;

VI – Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vinculo com os Recursos;

VIII – Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

IX – Demonstrativo da Evolução da Receita;

X – Demonstrativo da Evolução da Despesa;

XI – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais;

Art. 17 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018 a partir de 1º de janeiro.

Bom Jardim da Serra - SC, 14 de Dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1299/2017**

Publicação Nº 1459312

**LEI Nº 1299/2017**

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal e dá outras providências.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Bom Jardim da Serra – SC, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Bom Jardim da Serra – SC, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º - O SIC funcionará junto à Secretaria de Administração, localizado na sede administrativa do Município com endereço na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º - A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º - Fica criada Comissão de Avaliação de Informações, CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo único. A CAI será nomeada por instrumento próprio.

Art. 4º - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 5º - Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º - É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º - Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º - O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento

de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º - Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10 - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11 - Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12 - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13 - Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
  - II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e
- Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.



Art. 14. - A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas, independente de requerimento, no órgão de informação do município.

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15 - No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º - Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º - Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16 - A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Assessor Jurídico do Município ou por pessoa elegida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17 - A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 18 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º - Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19 - A pessoa física ou entidade privada que detiver informações

em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º - A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra – SC, 14 de Dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 1300/2017

Publicação Nº 1459315

LEI Nº 1300/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.280.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil reais) para atender a suplementação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

20.00 – GABINETE DO PREFEITO

20.01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenções do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL - .....R\$ 50.000,00

21.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

21.05 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

TOTAL - .....R\$ 120.000,00

2.009 – Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL - .....R\$ 60.000,00

23.00 – SEC. DE EDUCAÇÃO. CULTURA. DESPORTO E TURISMO  
 23.01 – DEPART. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 2.012 – Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 50.000,00

2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental.  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 150.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0018 – Aplicações diretas ..... R\$  
 290.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 440.000,00

2.011 – Manutenção do Ensino Infantil.  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 100.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0018 – Aplicações diretas ..... R\$  
 100.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 200.000,00

2.026 – Manutenção do Departamento de Cultura.  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 10.000,00

23.00 – SEC. DE EDUCAÇÃO. CULTURA. DESPORTO E TURISMO  
 23.03 – COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 2.021 – Manutenção da Comissão Municipal de Esportes.  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 30.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 30.000,00

25.00 – SEC. DA INFRAESTRUTURA. AGRIC. E MEIO AMBIENTE  
 25.01 – DEPTO AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE  
 2.027 – Apoio ao Produtor Rural da Agricultura Familiar  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 50.000,00

25.00 – SEC. DA INFRAESTRUTURA. AGRIC. E MEIO AMBIENTE  
 25.02 – DEPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM  
 2.026 – Manutenção das Atividades do DMER  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 200.000,00  
 TOTAL ..... R\$  
 200.000,00

25.03 – DEPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 2.023 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 50.000,00

27.00 – SECRETARIA DE TURISMO E DESENV ECONOMIC  
 27.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO  
 2.022 – Manutenção de Secretaria de Turismo  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 20.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 20.000,00  
 TOTAL GERAL ..... R\$ 1.280.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

25.00 – SEC. DE INFRA-ESTRUTURA. AGRIC. E MEIO AMBIENTE

25.03 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 1.018 – Aquisição de Veículos/Maquinas e Equipamentos  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 1.000.000,00  
 TOTAL - .....R\$  
 1.000.000,00

1.026 – Construção da Rede de Esgoto Sanitário  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0034 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 80.000,00  
 TOTAL - .....R\$  
 80.000,00

1.027 – Implantação e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 – Aplicações Diretas ..... R\$  
 200.000,00  
 TOTAL - .....R\$  
 200.000,00  
 TOTAL GERAL ..... R\$ 1.280.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra – SC, 14 de Dezembro de 2017.  
 SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
 PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 1301/2017

Publicação Nº 1459319

LEI Nº 1301/2017  
 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PARCELAMENTO DE DÉBITO JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DÁ OUTRAS.

Eu, SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Bom Jardim da Serra, autorizado a contratar parcelamento de Débito da contribuição para PASEP junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 105.585,00 (cento e cinco mil quinhentos e oitenta e cinco reais), relativo aos débitos do processo nº 13984-720.851/2017-44.

Art. 2º - O prazo de parcelamento do referido débito será de até 60 (sessenta meses) consecutivos no valor de R\$ 1.759,75 (um mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos) mensal, ressaltando que o presente débito surgiu de um erro na base de cálculo para apuração da contribuição acima citada.

Art. 3º - Fica o poder executivo municipal autorizado a consignar dotação em orçamento para fazer face ao cumprimento do presente parcelamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 14 de Dezembro de 2017.  
 SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
 PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 567/2017

Publicação Nº 1459343

PORTARIA Nº 567/2017  
 De 11 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

CONCEDER LICENÇA PREMIO à Sra. LUCINETE APARECIDA PEREIRA, Agente Comunitária de Saúde, portadora do CPF 018.225.919-61, no período de 11/12/2017 à 08/02/2018

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 11 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 568/2017**

Publicação Nº 1459360

PORTARIA Nº 568/2017

De 11 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal na Secretaria Municipal de Obras, o Sr. PEDRO ESPINDOLA, portador do RG 2.158.430 e do CPF 642.607.049-15, filho de Antonio Espindola e de Maria Evoly Miranda Espindolano, nascido em 17/03/1968, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 11 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 569/2017**

Publicação Nº 1459367

PORTARIA Nº 569/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal II na Secretaria Municipal de Esportes, o Sr. AGUINALDO RAELE PEREIRA, portador do RG 3043550 e do CPF 022.519.619-09, filho de Divo Pereira e de Rosa Pereira, nascido em 07/10/1975, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 570/2017**

Publicação Nº 1459376

PORTARIA Nº 570/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. ALICE RODRIGUES, nascida em 10/10/1991, portadora do RG 5.266.243 e do CPF 073.611.879-94, filha de Genivaldo Rodrigues e de Claudete de Souza Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 571/2017**

Publicação Nº 1459381

PORTARIA Nº 571/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20hs. Nível Salarial – B, a Sra. ALMERI MACEDO RIBEIRO, nascida em 17/05/1975, filha de Milton Valoar Ribeiro e de Almerinda Macedo Ribeiro, portadora do CPF. 032.594.099-12 e do RG. 3314779, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 572/2017**

Publicação Nº 1459385

PORTARIA Nº 572/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor de Informática, o Sr. ALMIR RICARDO PEREIRA DA COSTA, portador do CPF 064.821.059-63, nascido em 06/03/1992, filho de Ivone Aparecida Pereira e de Valdemir Manoel da Costa, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 573/2017**

Publicação Nº 1459390

PORTARIA Nº 573/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20hs a Sra. ANA PAULA DA SILVA, nascida em 20/01/2017, Filha de Luis Carlos da Silva e de Dalva Aparecida Borges da Silva, portadora do CPF 088.313.739-94 e do RG 4.955.809, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 574/2017**

Publicação Nº 1459394

PORTARIA Nº 574/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor de Filosofia com 20 horas, nível salarial B o Sr. ANDRÉ FELIPPE FUSTHER BARTH, nascido em 18/04/1991, filho de Zildomar José Barth e de Rosimeri Fusther Barth, portador do CPF. 072.910.679-95 e do RG 4.419.373, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 575/2017**

Publicação Nº 1459397

PORTARIA Nº 575/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor de Jogos Educativos 20 horas, nível salarial B, o Sr. ANDRÉ FELIPPE FUSTHER BARTH, nascido em 18/04/1991, Filho de Zildomar José Barth e de Rosimeri Fusther Barth, portador do CPF. 072.910.679-95 e do RG 4.419.373, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 576/2017**

Publicação Nº 1459401

PORTARIA Nº 576/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 40hs, a Sra. ANDREIA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA, portadora do RG 4.419.364 e do CPF 055.122.959-42, filha de Antonio Machado Rodrigues e de Izabel Pereira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.



SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 577/2017**

Publicação Nº 1459402

PORTARIA Nº 577/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II - 20hs, a Sra. AN-DRÉIA SOUZA ALANO, portadora do RG. 4.099.265.904 e do CPF. 013.304.920-56, filha de Antonio Alano e de Marlete de Fátima Souza Alano, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 578/2017**

Publicação Nº 1459572

PORTARIA Nº 578/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I 20 horas, a Sta. BRUNA DA SILVA, nascida em 22/02/1993, Filha de João Edilson da Silva e Roseli de Fátima Fernandes da Silva, portadora do CPF 092.076.399-55 e do RG 4955196, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 579/2017**

Publicação Nº 1459573

PORTARIA Nº 579/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20 horas, nível salarial X, a Srta. BRUNA DA SILVA RODRIGUES, portadora do RG 5.682.999 e do CPF 108.275.589-37, nascida em 22/10/1997, filha de Divani Rodrigues e de Marinei da Silva, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 580/2017**

Publicação Nº 1459576

PORTARIA Nº 580/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20hs, a Sra. CAMILA DE MATOS VIEIRA, portadora do RG 4.306.837 e do CPF 081.831.599-74, nascida em 02/11/1991, filha de Soli Sebastião Domingues Vieira e de Odinezia de Matos Vieira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 581/2017**

Publicação Nº 1459577

PORTARIA Nº 581/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**



Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20 horas, a Sta. CARLA MANUELA GUIZONI, nascida em 01/04/1998 portadora do RG 6.948.049 e do CPF 102.871.099-25, filha de José Bertolino Guizoni e de Julia Selvina Batista Guizoni, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 582/2017**

Publicação Nº 1459579

PORTARIA Nº 582/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino, a Sra. CRISTIANE APARECIDA CUSTÓDIO portadora do RG. 5499132-3 e do CPF. 077.960.879-85, filha de João Adenir Custódio e de Maria de Lourdes Ribeiro Custódio, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 583/2017**

Publicação Nº 1459581

PORTARIA Nº 583/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Professora Municipal I a Sra. DAIANA SOUZA AMARAL, portadora do RG 411.769.9 e do CPF 038.244.269-51, filha de Clidenor de Souza e de Rosa Valdeci de Souza, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 584/2017**

Publicação Nº 1459583

PORTARIA Nº 584/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Professora Municipal I a Sra. DAIANA SOUZA AMARAL, portadora do RG 411.769.9 e do CPF 038.244.269-51, filha de Clidenor de Souza e de Rosa Valdeci de Souza, Admitida pela Portaria 137/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 585/2017**

Publicação Nº 1459584

PORTARIA Nº 585/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar prazo de admissão até dia 15/02/2018 no cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino a Sra. DAIANE MATOS HENRIQUE, portadora do RG. 5409361 e do CPF. 085.307.689-81, filha de Sebastião Nunes Henrique e de Alcenir Rodrigues Matos, admitida conforme Portaria 123/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017, devendo a mesma exercer sua função no Hospital Municipal, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 586/2017**

Publicação Nº 1459587

PORTARIA Nº 586/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II- 20 horas, a Sra. DEBORA LETÍCIA PEREIRA, nascida em 27/07/1984, portadora do RG 3926569 e do CPF 051.583.859-47, filha de Laerte Fastino Pereira e de Maria Gorete Machado Pereira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 587/2017**

Publicação Nº 1459590

PORTARIA Nº 587/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal, o Sr. DIMAS ALCEDO-NIO BATISTA DE ASSUNÇÃO, portador do RG 968.749-1 e do CPF 342.012.209-82, filho de Djalma Pereira de Assunção e de Vilda Batista de Assunção, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 588/2017**

Publicação Nº 1459625

PORTARIA Nº 588/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal, o Sr. EDELMAR TADEU ALANO VALIN, portador do RG 1010995114 e do CPF 207.811.130-91, filho de Otavio Valin e de Edvirges Alano Valin, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 589/2017**

Publicação Nº 1459629

PORTARIA Nº 589/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, com carga horária de 10hs semanais a Sra. EDILAMAR MARIA CABRAL portadora do RG 8/R.2.590.951 e do CPF 715.997.039-04, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 590/2017**

Publicação Nº 1459632

PORTARIA Nº 590/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, com carga horária de 20hs semanais a Sra. EDMARA DE LIMA, portadora do RG 851273-4 e do CPF 777.191., 669-49, filha de Geoleth Ribeiro de Lima e de Adenor Lourenço de Lima, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 591/2017**

Publicação Nº 1459635

PORTARIA Nº 591/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20 horas, a Sra. EDNARA ANASTACIO RODRIGUES, nascida em 17/11/1977 portadora do RG 3662832 e do CPF 023.171.299-55, filha de Edson Pedro Anastácio e de Ondina Barbosa Anastácio, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 592/2017**

Publicação Nº 1459646

PORTARIA Nº 592/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. FRANCOISE TESKE VELHO, nascida em 01/03/1986, portadora do RG 4669388 e do CPF 077.335.579-09, filha de Francisco de Assis Velho e Alzira Teske Velho e de Alzira Teske Velho, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 593/2017**

Publicação Nº 1459650

PORTARIA Nº 593/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo Professor Municipal II, o Sr. GABRIEL EDMUNDO MADEIRA BADIALE, portador do RG. 5.682.632 e do CPF. 106.260.869-06, filho de Luiz Jorge Badiale e de Regina Aparecida Madeira, nascido em 10/08/1996, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 594/2017**

Publicação Nº 1459656

PORTARIA Nº 594/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20 horas, nível salarial X a Sra. GEISEBEL DE SOUZA, nascida em 27/05/1984, portadora do RG 4.300.662 e do CPF 008.681.729-95, filha de Claudete de Souza, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 595/2017**

Publicação Nº 1459659

PORTARIA Nº 595/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20hs. Nível Salarial – X. a Sra. GISLAINE DE ALMEIDA, solteira, residente nesse município, nascida em 29/10/1996, filha de Gilson Luiz de Almeida e Ivanilda das Graças de Almeida, portadora do CPF. 072.860.789-17 e do RG. 5.042.998, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 596/2017**

Publicação Nº 1459663

PORTARIA Nº 596/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, nível salarial C, a Sra. GISLAINE MACEDO, portadora do RG 6077941984, nascida em 17/02/1983, filha de Dimas de Souza Macedo e de Adelina Rodrigues Macedo, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 597/2017**

Publicação Nº 1459666

PORTARIA Nº 597/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais com 40 horas semanais, nível salarial TSA 2, a Sra. IVALDETE DA SILVA PEREIRA, portadora do RG. 3.047.405 e do CPF 833.964.709-15, filha de Valdemar Fernandes da Silva e de Maria Antonio, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 598/2017**

Publicação Nº 1459671

PORTARIA Nº 598/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal II – 20hs. Nível Salarial – X, o Sr. IVAN CARLOS DIAS JUNIOR, portador do RG 5.903.322 e do CPF 105.444.559-16, nascido em 18/07/1997, filho de Ivan Carlos Dias e de Nilzabel Terezinha Lúcio Dias, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 599/2017**

Publicação Nº 1459688

PORTARIA Nº 599/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor de Artesanato – 20hs. Nível Salarial – X, o Sr. IVAN CARLOS DIAS JUNIOR, portador do RG 5.903.322 e do CPF 105.444.559-16, nascido em 18/07/1997, filho de Ivan Carlos Dias e de Nilzabel Terezinha Lúcio Dias, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 600/2017**

Publicação Nº 1459700

PORTARIA Nº 600/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino - 40hs, a Srª, JANAINA APARECIDA DE OLIVEIRA, portadora do RG. 4669825 e do CPF. 039.372.319-43, filha de José Adenir de Oliveira e de Maria Helena de Oliveira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 601/2017**

Publicação Nº 1459705

PORTARIA Nº 601/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20hs. Nível Salarial – C, a Sra. JANE DE FATIMA BIANQUINI DAMACENA, portadora do RG 8/R 1 624 090 e do CPF 377 396 709-87, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 602/2017**

Publicação Nº 1459709

PORTARIA Nº 602/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, com carga horária de 20hs, a Sra. JAQUELINE ANASTÁCIO DE ASSUNÇÃO, portadora do RG. 4955293 e do CPF. 025.835.320-14, filha de José Anastácio de Assunção e de Eva Saulita de Assunção, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e  
Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 603/2017**

Publicação Nº 1459713

PORTARIA Nº 603/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Professor Municipal II – 20hs. Nível Salarial – X, o Sr. JOÃO CRISTIANO PEREIRA RODRIGUES, nascido em 20/08/1980, Filho de Antonio Machado Rodrigues e de Izabel Pereira, portador do CPF. 025.734.609-08 e do RG. 3.783.236, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 604/2017**

Publicação Nº 1459717

PORTARIA Nº 604/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Nutricionista – 40hs, nível salarial ANS – 2, a Sra. JORDANA BENTO SCUSSEL, portadora do RG 50998867 e do CPF 066 683 079-73, filha de Nivaldo Scussel e de Vilma Mari Bento, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se



**PORTARIA Nº 605/2017**

Publicação Nº 1459722

PORTARIA Nº 605/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Prorrogar prazo de admissão até o dia 15/02/2018, no cargo de Motorista Municipal, com carga horária de 40hs o Sr. JOSE LUCIANO RIBEIRO, portador do RG 3.483.895 e do CPF 014.833.349-45, filho de José Carlos Ribeiro e de Maria Aparecida Ribeiro, nascido em 09/07/1977, admitido conforme Portaria 130/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 606/2017**

Publicação Nº 1459725

PORTARIA Nº 606/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 20 horas semanais, nível salarial X, a Sra. JOZI CARLA RODRIGUES, portadora do CPF 079.788.269-37 e do RG 4300423, filha de Luiz Carlos Rodrigues e de Tania Maria Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 607/2017**

Publicação Nº 1459730

PORTARIA Nº 607/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora de Informática - 20 horas semanais, nível salarial X, a Sra. JOZI CARLA RODRIGUES, portadora do CPF 079.788.269-37 e do RG 4300423, filha de Luiz Carlos Rodrigues e de Tania Maria Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 608/2017**

Publicação Nº 1459732

PORTARIA Nº 608/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal II - 10hs. Nível Salarial - C, o Sr. JULIANO CORREA BALDESSAR, portador do RG. 4175008 e do CPF. 045.237.979-27, filho de Magda Santiago Correa Baldessar e de Zenóbio Baldessar, conforme admissão pela Portaria 127/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 609/2017**

Publicação Nº 1459734

PORTARIA Nº 609/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal I - 10hs. Nível Salarial - C, o Sr. JULIANO CORREA BALDESSAR, portador do RG. 4175008 e do CPF. 045.237.979-27, filho de Magda Santiago Correa Baldessar e de Zenóbio Baldessar, conforme admissão pela Portaria 438/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 610/2017**

Publicação Nº 1459735

PORTARIA Nº 610/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal I, com carga horária de 20hs, nível salarial – C, a Sra. LAIANE APARECIDA PADILHA MACHADO MELO, portadora do RG 43003664 e do CPF 051.643.459-43, filha de Norival Machado e de Janice Padilha Machado admitida conforme Portaria 357/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 611/2017**

Publicação Nº 1459737

PORTARIA Nº 611/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 20hs, nível salarial - C, a Sra. LAIANE APARECIDA PADILHA MACHADO MELO, portadora do RG. 43003664 e do CPF. 051.643.459-43, admitida conforme Portaria 138/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 612/2017**

Publicação Nº 1459739

PORTARIA Nº 612/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino, a Sra. LETICIA DA SILVA, portador do RG. 5266951 e do CPF. 101.657.059-73, filha de Luiza Carlos da Silva e de Dalva Aparecida Borges da Silva, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 613/2017**

Publicação Nº 1459741

PORTARIA Nº 613/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20 horas, nível salarial C, a Sra. LORENA APARECIDA VIEIRA MACHADO, nascida em 08/10/1966 portadora do RG 8/R 1757505 e do CPF 594.062.599-15, filha de Manoel Ribeiro Machado e de Luzia dos Martyres Vieira Machado, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 614/2017**

Publicação Nº 1459743

PORTARIA Nº 614/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal II - 20hs. Nível Salarial – X, o Sr. LUAN RODRIGUES ZAPELLINI, portador do RG 4300956 e do CPF 072 860 969-07, filho de Antonio Mendes Zapellini e de Zenilda de Fátima Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 615/2017**

Publicação Nº 1459746

PORTARIA Nº 615/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar prazo de admissão até o dia 15/02/2018 da Sra. LUANA RODRIGUES, portadora do RG 4955288 e do CPF 072.860.949-55, filha de Olavo Rodrigues e de Joselane Aparecida Rodrigues, no cargo de Professora de Música com 20hs. Nível Salarial – B, admitida conforme Portaria 364/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 616/2017**

Publicação Nº 1459749

PORTARIA Nº 616/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar prazo de admissão até o dia 15/02/2018 da Sra. LUANA RODRIGUES, portadora do RG 4955288 e do CPF 072.860.949-55, filha de Olavo Rodrigues e de Joselane Aparecida Rodrigues, no cargo de Professora de Municipal I- 20hs. Nível Salarial – B, admitida conforme Portaria 307/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 617/2017**

Publicação Nº 1459752

PORTARIA Nº 617/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar prazo de admissão até o dia 15/02/2018 do Sr. LUCAS BIANQUINI DAMACENA, nascido em 12/08/1984, filho de Jorge Tadeu Damacena e de Jane de Fátima Bianquini Damacena, portador do CPF. 049.914.469-45 e do RG. 4300260, no cargo de Motorista Municipal, nível salarial TSA 5, admitido conforme Portaria 153/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 618/2017**

Publicação Nº 1459754

PORTARIA Nº 618/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. LUCIANA APARECIDA DA ROSA, portadora do RG 430.644.34 e do CPF 061.285.969-08, filha de Dornelio Jose Schaschisky da Rosa e de Maria de Lourdes da Rosa, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 619/2017**

Publicação Nº 1459756

PORTARIA Nº 619/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I com carga horária 20 horas semanais, a Sra. LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES portadora do RG 3582348 e do CPF 031 693 739-86, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 620/2017**

Publicação Nº 1459759

PORTARIA Nº 620/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. LUCIANA RIBEIRO, nascida em 14/11/1991, portadora do RG 4.472.288 e do CPF 088.086.229-75, filha de Ademar Sebastiao Ribeiro e de Maria Leonir Ribeiro, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 621/2017**

Publicação Nº 1459762

PORTARIA Nº 621/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Prorrogar prazo de admissão até o dia 15/02/2018, no cargo de Motorista Municipal, com carga horária de 40hs o Sr. ADRIANO DAMACENO, portador do RG 3794804 e do CPF 032.149.789.93, filho de Onirza Pereira Damaceno e de Sebastião Damaceno, admitido conforme Portaria 193/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 622/2017**

Publicação Nº 1459779

PORTARIA Nº 622/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 20h, nível salarial - C, a Sra. LUCIANA RODRIGUES PADILHA, portadora do RG. 4419876 e do CPF. 053.728.949-62, filha de Olavo Rodrigues e Joselane Aparecida Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 623/2017**

Publicação Nº 1459782

PORTARIA Nº 623/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 20h, nível salarial - C, a Sra. LUCIANA RODRIGUES PADILHA, portadora do RG. 4419876 e do CPF. 053.728.949-62, filha de Olavo Rodrigues e Joselane Aparecida Rodrigues, admitida conforme Portaria 358/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,

em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 624/2017**

Publicação Nº 1459785

PORTARIA Nº 624/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II – 20h, nível salarial – X, a Sra. LUDIMILA DAMACENA VELHO, portadora do RG 4955084 e do CPF 097037549-29, nascida em 22/03/2012, filha de Luis Candido Velho e de Ludimar Damacena Velho, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 625/2017**

Publicação Nº 1459790

PORTARIA Nº 625/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora do AEE – 20h, nível salarial – X, a Sra. LUDIMILA DAMACENA VELHO, portadora do RG 4955084 e do CPF 097037549-29, nascida em 22/03/2012, filha de Luis Candido Velho e de Ludimar Damacena Velho, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 626/2017**

Publicação Nº 1459792

PORTARIA Nº 626/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerias, nível salarial TSA 2, a Sra. LUZIMAR SELMA ARTISMO COSTA BELCAMINO, nascida em 03/12/1966 portadora do RG 5.042.917 e do CPF 777.190.859-49, filha de Oliveira Francisco Artismo Costa e de Maria Velho Costa, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 627/2017**

Publicação Nº 1459795

PORTARIA Nº 627/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II- 20horas , nível salarial X, a Srta MAQUIELI ANTUNES BORGES, nascida em 24/10/1995, filha de Nilda Clair da Silva Córdova Nunes Borges e de Antonio Carlos Antunes Borges , portadora do CPF. 086.713.049-06 e do RG.5792727, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 628/2017**

Publicação Nº 1459796

PORTARIA Nº 628/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.



**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20h, nível salarial – X, a Sra. MARCIA PACHECO DA SILVA DE OLIVEIRA, nascida em 28/02/1981, filha de Rogerio Pacheco da Silva e de Dalma Velho da Silva, portadora do CPF. 114.247.169-18 e do RG. 7.275.411, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 629/2017**

Publicação Nº 1459799

PORTARIA Nº 629/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, com carga horária de 20h, a Sra. MARIA DE LOURDES PEREIRA VELHO BORGES portadora do RG 2598356 e do CPF 024 447 669-11, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 630/2017**

Publicação Nº 1459840

PORTARIA Nº 630/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 10 horas semanais, nível salarial C, a Sra. MARIA ROSANGELA DA SILVA, nascida em 07/04/1969, portadora do CPF 824.517.379-72, filha de Nelson A. da Silva e de Eloar Pereira da Silva, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 631/2017**

Publicação Nº 1459878

PORTARIA Nº 631/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino - 40hs a Sra MARIA ROSIMARA DA SILVA, portadora do RG. 2896276 e do CPF. 777.192.639-87, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 632/2017**

Publicação Nº 1459883

PORTARIA Nº 632/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. MIRIAM GUEDES MENDES, portadora do RG 3926250 e do CPF 030.645.769-50, filha de João Maria de Souza e de Maria Terezinha Ribeiro Mendes, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 633/2017**

Publicação Nº 1459886

PORTARIA Nº 633/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, com carga horária de 20hs, nível salarial – C a Sra. NADIR DE CASSIA RODRIGUES, portadora do RG 2598362 e do CPF 898 367 829-15, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 634/2017**

Publicação Nº 1459890

PORTARIA Nº 634/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I 20h, nível salarial – B, a Sra. NAIANA APARECIDA BIBIANA, portadora do RG. 4.300.991 e do CPF. 056.545.709-86, filha de Manoel Alfredo Bibiana e de Terezinha Velho Bibiana, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 635/2017**

Publicação Nº 1459896

PORTARIA Nº 635/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I 20h, nível salarial – B, a Sra. NAIANA APARECIDA BIBIANA, portadora do RG. 4.300.991 e do CPF. 056.545.709-86, filha de Manoel Alfredo Bibiana e de Terezinha Velho Bibiana, admitida conforme Portaria 113/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 636/2017**

Publicação Nº 1459899

PORTARIA Nº 636/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 20 horas, a Sra. NEUSA NAIR VIEIRA RODRIGUES, portadora do RG 2.592.174 e do CPF 633.305.049-00, filha de Elisandro Vieira Sobrinho e de Eva Silveira Leite Vieira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 637/2017**

Publicação Nº 1459907

PORTARIA Nº 637/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I, nível salarial X, a Sra. PATRICIA KULMANN BRANCO, portadora do RG 4.099.175 e do CPF 006.288.359-30, nascida em 07/11/1983, filha de Carlos Sergio Bohr Branco e de Silma Kuhlmann Branco, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.

Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 638/2017**

Publicação Nº 1459909

PORTARIA Nº 638/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal II - 40h, nível salarial - X, a Sra. PRISCILA COSTA, portadora do RG. 4300369 e do CPF. 051.698.549-35, no cargo de Professora Municipal II - 40hs, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 639/2017**

Publicação Nº 1459913

PORTARIA Nº 639/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professor Municipal II, com carga horária de 20hs, nível salarial - X, a Sra. PRISCILA BATISTA RODRIGUES, portadora do RG. 4300973 e do CPF. 072.861.349-22, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 640/2017**

Publicação Nº 1459920

PORTARIA Nº 640/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso

de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I 20h nível salarial - B, a Sra. REGINA APARECIDA RODRIGUES, portadora do RG 3.926.500 e do CPF 040.711.369-01, admitida pela portaria 112/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 641/2017**

Publicação Nº 1459927

PORTARIA Nº 641/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I 20h nível salarial - B, a Sra. REGINA APARECIDA RODRIGUES, portadora do RG 3.926.500 e do CPF 040.711.369-01, filha de Nelson Rodrigues e de Amelia Zoraide Rodrigues, admitida pela portaria 361/2017, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 642/2017**

Publicação Nº 1460036

PORTARIA Nº 642/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista - 40 h, o Sr. REGINALDO RODRIGUES, portador do RG 3534479 e do CPF 898 371 429-87, filho de Nelson Rodrigues e de Amelia Zoraide Rodrigues, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 643/2017**

Publicação Nº 1460043

PORTARIA Nº 643/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20h, nível salarial – C, a Sra. ROSIANE MACHADO VIEIRA, portadora do RG. 3.198.657 e do CPF 898.368.479-87, filha de Boaventura de Alcântara Machado e de Zulmira Macedo Machado, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 644/2017**

Publicação Nº 1460092

PORTARIA Nº 644/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora de Diversidade Cultural – 20h, nível salarial – C, a Sra. ROSILENE BORGES PEREIRA, portadora do RG. 2.786.066 e do CPF. 818.627.419-72, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 645/2017**

Publicação Nº 1460094

PORTARIA Nº 645/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de, Professora Municipal I, com carga horária de 20h, nível salarial – B, a Sra. ROSIMERE APARECIDA DE LIMA, portadora do RG 8/R-1439570 e do CPF 494.883.099-20, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 646/2017**

Publicação Nº 1460097

PORTARIA Nº 646/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 40h, nível salarial X, a Sra. SAMANTA RODRIGUES LIMA, portadora do RG. 4140847 e do CPF 010.199.209-20, filha de Cesar de Souza Lima e de Rosane Rodrigues de Andrade Lima, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### **PORTARIA Nº 647/2017**

Publicação Nº 1460101

PORTARIA Nº 647/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20 horas, nível salarial X a Sra. MIRIANE DE SOUZA MELO, nascida em 21/06/1986 portadora do RG 5.409.255 e do CPF 063.864.359-74, filha de Otacilio Borges de Melo e de Maria Benta de Souza Melo, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 648/2017**

Publicação Nº 1460171

PORTARIA Nº 648/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I – 20h, nível salarial X, a Sra. SIRNEI MARY DOS SANTOS, portadora do RG. 4.300.136 e do CPF 067.657.049-65, filha de Lenoir Emilio dos Santos e de Sirney Maria dos Santos, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 649/2017**

Publicação Nº 1460181

PORTARIA Nº 649/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino - 40h, a Sra. TAIANA FERNANDES MACEDO, portadora do RG 5.266.411 e do CPF 072.861.289-57, filha de Nazareno Macedo e de Janete de Fátima Fernandes, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 650/2017**

Publicação Nº 1460194

PORTARIA Nº 650/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Prorrogar prazo de contratação até o dia 15/02/2018, no cargo de Agente de Serviços Gerais- 40 horas, nível salarial TSA5, a Sta. TAILA DA SILVA, nascida em 28/07/1995, filha de João Edilson da Silva e Roseli de Fátima Fernandes da Silva, portadora do CPF. 101.947.719-97 e do RG 5862406, admitida conforme Portaria 156/2017 pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2017. a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 651/2017**

Publicação Nº 1460199

PORTARIA Nº 651/2017

De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Técnico para a Diretoria de Esportes, nível salarial AOG – 3, a Sra. TAINA VIEIRA DOS SANTOS, portadora do RG 5.409.343 e CPF 102.056.979-41, nascida em 31/05/1995, filha de Gelson José dos Santos e de Nédia Maria Vieira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 652/2017**

Publicação Nº 1460201

PORTARIA Nº 652/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sta. TAINÉ MORAES GONÇALVES, nascida em 17/11/1996, portadora do RG 5.349.583-7 e do CPF 114.492.36-79, filha de Pedro Gonçalves de Jesus e de Maria das Graças Moraes, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 653/2017**

Publicação Nº 1460205

PORTARIA Nº 653/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Professora Municipal I - 10h, nível salarial - C, a Sra. TUANY NEZI DOS SANTOS, portadora do RG. 4419866 e do CPF. 009.761.779-27, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 654/2017**

Publicação Nº 1460207

PORTARIA Nº 654/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais Feminino - 40hs a Sra. VERÔNICA BERNARDINO VELHO, portadora do RG. 4300941 e do CPF. 073.550.449-07, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 655/2017**

Publicação Nº 1460211

PORTARIA Nº 655/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Tratorista Agrícola na Secretaria Municipal de Agricultura, nível salarial TSA-4, o Sr. ALESSANDRO DELFINO, portador do RG. 3.783.238 e do CPF. 028.467.049-96, nascido em 26/09/1977, filho de José Antunes Delfino e de Belmira Neuomar Delfino, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 656/2017**

Publicação Nº 1460214

PORTARIA Nº 656/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, na Secretaria Municipal de Obras o Sr. ANTONIO FERNANDES, brasileiro, nascido em 07/07/1966, filho de Manoel Lica Fernandes e de Maria de Jesus Moreira Fernandes, portador do RG 2.261.109 e do CPF 665.000.289-53, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 657/2017**

Publicação Nº 1460215

PORTARIA Nº 657/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. BERTA ANALIA GOLDENBERG VAZQUEZ, portadora do CPF 010.662.659-09, nascida em 01/12/1972, filha de Natalio Goldenberg e de Eulogia Vazquez de Goldenberg, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 658/2017**

Publicação Nº 1460219

PORTARIA Nº 658/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Técnica Administrativa na Secretaria de Agricultura, nível salarial AOG-4, a Sra. CAMILA APARECIDA MACHADO, portadora do RG 4.300.361 e do CPF 070.072.959-32, nasceu em 24/06/1991, filha de José Pinto Machado e de Margarete Terezinha Machado, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 659/2017**

Publicação Nº 1460221

PORTARIA Nº 659/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Inspetor Sanitário Municipal, nível salarial AOG-8, o Sr. JOSEMAR FERNANDO DAMACENO, portador do RG 1108791441 do CPF 067 838 339-17, nascido em 04/02/1987, filho de Antonio Sidinei Damaceno e de Marluze Aparecida Damaceno, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 660/2017**

Publicação Nº 1460222

PORTARIA Nº 660/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal na Secretaria Municipal de Educação, o Sr. JOSIEL ARAUJO DOS SANTOS, portador do RG 4.300.027 e do CPF 028.596.579-40, filho de Elizeu Araujo dos Santos e de Zenilda Elias Rocha dos Santos, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 661/2017**

Publicação Nº 1460223

PORTARIA Nº 661/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal na Secretaria Municipal da Educação, nível salarial TSA-5, o Sr. MARIO BORGES DE MACEDO, nascido em 24/05/1954, filho de Valdevino Francisco de Macedo e de Almira Borges de Macedo, portador do RG 2702783 e do CPF 646.969.879-49, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 662/2017**

Publicação Nº 1460228

PORTARIA Nº 662/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Administração, nível salarial TSA-2, a Sra. REGINA PEREIRA, portadora do RG. 3.734.513 e do CPF 024.451.729-00, nascida em 28/06/1978, filha de Divo Pereira e de Maria Salete Pereira, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 663/2017**

Publicação Nº 1460230

PORTARIA Nº 663/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais na Secretaria de Promoção e Assistência Social, nível salarial TSA - 2, o Sr. RODRIGO ALVES DA COSTA, portador do RG 360.273.0 e do CPF 015.856.839-73, filho de Nazareno Alves da Costa e de Maria Ide dos Santos Costas, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 664/2017**

Publicação Nº 1460233

PORTARIA Nº 664/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível Salarial – TSA – 2, a Sra. TAYZE GAMBA, portadora do RG 4.955.301 e do CPF 073.512.949-50, nascida em 06/11/1994, filha de Nivaldo Gamba e de Marli Angelo Gamba, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 665/2017**

Publicação Nº 1460240

PORTARIA Nº 665/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Administração, nível salarial TSA-2, a Sra. ZILMAR APARECIDA DE MEDEIROS, portadora do RG 53493575 e do CPF 058935639-99, nascida em 27/02/1989, filha de Rogério Francisco de Jesus e de Margarida de Assunção Medeiros, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 666/2017**

Publicação Nº 1460244

PORTARIA Nº 666/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Coordenadora de Programas Educacionais, nível salarial DCA 3, designada pela Secretaria Municipal de Educação, a Sra. CAMILA RODRIGUES PIVA, brasileira, nascida em 17/07/1989, filha de Ronaldo Piva e de Nilce Aparecida Rodrigues Piva, portadora do RG 4.300.755 e do CPF 061.451.279-45, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 667/2017**

Publicação Nº 1460247

PORTARIA Nº 667/2017  
De 15 de dezembro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar por Aposentadoria a Sra. Nanci Aparecida Padilha, portadora do CPF 594.062.919-91, nascida em 13/06/1966, filha de Nelson da Silva e de Eloar Pereira da Silva, cargo de Técnica em Enfermagem a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de dezembro de 2017.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

# Bom Jesus do Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 158/2017HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1459566

DECRETO LEGISLATIVO Nº158 DE 15DE DEZEMBRO DE 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DE PROCESSO SELETIVO REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento e CONSIDERANDO a publicação do resultado final referente ao Edital de Concurso Público 01/2017 nos sítios [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.camarabomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.camarabomjesusdooeste.sc.gov.br)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, concernente ao Edital 01/2017, à vista da publicação, do mesmo, no sítio da empresa responsável pela realização do Processo Seletivo, bem como no sítio da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, para Admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, para ocupar vaga de Auxiliar Serviços Gerais do Legislativo Municipal e para formação cadastro de reserva consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens ali publicadas.

Art. 2º. O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme determinações constantes do Edital.

Art. 3º. Os aprovados serão convocados, dentro do limite das vagas oferecidas no Edital, de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores e para atender o interesse público, no prazo de validade do Processo Seletivo.

Art. 4 - Este Decreto Legislativo entrar em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 15 de dezembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann

1º Secretário da Mesa Diretora



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS 02/2017

Publicação Nº 1459769

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preços 02/2017 para Contratação de empresa para serviço de disposição final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, em aterro sanitário licenciado. A abertura dos envelopes será dia 03/01/18 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal. Bom Retiro, 18 de dezembro de 2017.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.125-2017 - PROVÁVEL EXCESSO**

Publicação Nº 1460384

=====

D E C R E T O Nº 2.125/2017

=====

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 5.625,00 (Cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais), conforme abaixo especificado:

2000	Gabinete do Prefeito
2001	Gabinete do Prefeito
04-122-005-2.2	Manutenção E Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (359)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 3.200,00
6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração De Rodovias Municipais E Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (441)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 844,63
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (433)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 1.580,37

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.122/2017**

Publicação Nº 1458679

DECRETO Nº 2.122/2017

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 126.676,46 (Cento e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

2000	Gabinete do Prefeito
2001	Gabinete do Prefeito
04-122-005-2.2	Manut. E Funcionamento do Gabinete do Prefeito e Assessoria Geral
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(596)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 30.147,98
2000	Gabinete do Prefeito
2001	Assessoria Jurídica
04-122-005-2.3	Manutenção da Assessoria Jurídica

3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(602)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 491,55
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(582)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 51,00
3000	Secretaria de Administração e Finanças	
3001	Divisão de Administração	
09-272-205-2.6	Encargos com Inativos	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(603)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 2.021,02
5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação	
5001	Fundo Municipal de Assistência Social	
14-422-100-2.55	Manutenção e da Casa da Cidadania	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(595)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 26,60
6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração De Rodovias Municipais E Logradouros Públicos	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00 (604)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 59.915,77
7000	Secretaria de Transportes	
7001	Divisão de Transportes	
26-782-135-2.65	Manutenção da Secretaria de Transportes	
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00 (589)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 160,00
8000	Secretaria De Agricultura	
8001	Divisão de Agricultura	
20-606-155-2.43	Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00 (590)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 18.367,02
10000	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude	
10001	Divisão de Cultura	
04-122-170-2.54	- Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude	
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(597)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 15.495,52

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Botuverá, de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2.123/2017

Publicação Nº 1458723

### DECRETO Nº 2.123/2017

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2017”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 12.424,91 (Doze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos), conforme abaixo especificado:

03.00	-Secretaria de Administração e Finanças	
03.02	- Divisão de Finanças	
04-123-0010-2.8	- Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e C.I	
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(371)	- Recursos Ordinários .....	R\$ 3.846,00

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-122-130-2.38	Manutenção Do Setor de Projetos e Estudos
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (308)	Recursos Ordinários ..... R\$ 5.200,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(344)	Transferências do FNS .....R\$ 3.394,91

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

03.00	-Secretaria de Administração e Finanças
03.02	- Divisão de Finanças
04-123-0010-2.8	- Manutenção da Secretaria Geral e Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e C.I
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(373)	- Recursos Ordinários ..... R\$ 3.846,00
6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-122-130-2.38	Manutenção Do Setor de Projetos e Estudos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (302)	Recursos Ordinários ..... R\$ 1.800,00
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (309)	Recursos Ordinários ..... R\$ 3.400,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(340)	Transferências do FNS .....R\$ 3.394,91

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2.124/2017

Publicação Nº 1458799

DECRETO Nº 2.124/2017

“Abre Crédito Suplementar Por Excesso de Arrecadação No Exercício De 2017”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I, da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 45.383,36(Quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

4000	Secretaria de Educação
4001	Divisão de Educação
12-361-030-2.16	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.62(434)	Transporte Escolar - Estado ..... R\$ 14.000,00
11000	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(341)	Transferências do FNS .....R\$ 14.260,00
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas

0.2.38(320)	Transferências do FNS .....	R\$ 9.558,36
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.2.38(321)	Transferências do FNS .....	R\$ 2.130,00
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.2.38(322)	Transferências do FNS .....	R\$ 5.435,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 14 de dezembro de 2017.

Botuverá, 14 de dezembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 07/2017 - INTELLIBR**

Publicação Nº 1459558

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 07/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: IntelliBR Sistemas LTDA- ME

Objeto: O presente aditivo tem como objeto a renovação do contrato administrativo nº 07/2016, com início no dia 01/01/2018, e fim o dia 31/12/2018, conforme menciona a cláusula quinta, item 5.1 do contrato original

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 30/2013 - IVANDRO JOSE MARIANI**

Publicação Nº 1459560

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 30/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Ivandro Jose Mariani Me

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 30/2013, com início no dia 01/01/2018, e fim o dia 10/04/2018, conforme menciona a cláusula quinta, parágrafo único do contrato original

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 31/2013- BOTUVERÁ TRANSPORTES E TALHAÇÃO**

Publicação Nº 1459563

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 31/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Botuverá Transportes e Talhação LTDA

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 31/2013, com início no dia 01/01/2018, e fim o dia 10/04/2018, conforme menciona a cláusula quinta, parágrafo único do contrato original

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 34/2014- PÚBLICA INFORMÁTICA**

Publicação Nº 1459565

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 34/2014, com início no dia 01/01/2018, e fim o dia 31/12/2018, conforme previsto na clausula sexta do contrato original.



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 43/2016 - SONA**

Publicação Nº 1459568

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Sona Construtora Ltda Me

Objeto: O presente aditivo tem como objeto prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 43/2016, com início no dia 01/01/2018, e fim o dia 30/04/2018, conforme menciona a cláusula décima, item 10.4 do contrato original.

**LEI 1415 2017 (BOLSA\_ATLETA)**

Publicação Nº 1460408

LEI Nº 1.415/2017

"Institui os Programas Bolsa-Atleta Municipal e Bolsa-Técnico Municipal e das outras providencias."

José Luiz Colombi, Prefeito de Botuverá-SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídos no âmbito do Município de Botuverá os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal com os objetivos de:

I - Valorizar e apoiar atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos, participantes do desporto amador, educacional e do desporto de alto rendimento;

II - Auxiliar na manutenção da carreira dos atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos buscando proporcionar condições para que os mesmos possam se dedicar ao treinamento esportivo e participar de competições, objetivando o desenvolvimento pleno da carreira esportiva e a constante renovação das gerações de atletas e técnicos com potencial nas mais diversas competições municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

III - Incentivar jovens valores;

IV - Desenvolver a prática do esporte como meio de promoção social, mediante concessão de bolsas remuneradas e incentivos técnicos e materiais.

Parágrafo Único - Os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal atenderão às modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas constantes ou não dos programas da Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude.

Art. 2º Os Programas de que tratam esta Lei consistirão em apoio financeiro, técnico, material e equipamentos a atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos.

Capítulo II

BOLSA-ATLETA MUNICIPAL

Art. 3º Poderá pleitear a Bolsa-Atleta Municipal o interessado que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou paradesportiva, ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

II - Ter participado de competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa;

III - Apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional;

IV - Apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 4º Com o deferimento da concessão da Bolsa o beneficiário deverá representar o Município de Botuverá e a Secretaria de Esportes nas competições do calendário FESPORTE ou do calendário estadual e federal da modalidade, nas competições em que o município de Botuverá estiver inscrito, durante o período de vigência da Bolsa, sob pena de não renovação.

Parágrafo Único - A situação descrita no caput poderá ser reconsiderada pela Comissão Técnica dos programas quando não forem realizadas competições regionais para a modalidade ou caso algum motivo de força maior impeçam à participação no evento.

Art. 5º O atleta beneficiado com a Bolsa oferecerá, como contrapartida autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido

esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e da Secretaria de Esportes além de usar a marca oficial destes últimos e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

Art. 6º A concessão da Bolsa-Atleta Municipal fica limitada a uma por atleta ou paratleta

Art. 7º O atleta contemplado com a Bolsa-Atleta Municipal poderá acumular o benefício com outro eventualmente recebido de outras instituições de fomento ao esporte.

Art. 8º Os valores e demais condições concernentes ao auxílio financeiro de que trata o

Art. 2º desta Lei serão definidos em Decreto do Chefe do Poder Executivo e deverão considerar as diferentes categorias de desempenho.

Art. 9º A concessão de Bolsa-Atleta Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

### Capítulo III

#### BOLSA-TÉCNICO MUNICIPAL

Art. 10 Poderá pleitear a concessão da Bolsa-Técnico Municipal o interessado que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Estar em atividade profissional ou ter atuado na função de Técnico ou Auxiliar Técnico há pelo menos três anos;

II - Estar registrado no Conselho Regional de Educação Física;

III - Ter sido Técnico ou Auxiliar Técnico de atleta, time ou delegação em competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa;

IV - Apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria e de preparação ou treinamento para competições de âmbito municipal, regional, estadual, nacional ou internacional, salvo quando se tratar de atividades do desporto escolar, situação na qual deverá ser apresentado plano de trabalho para a modalidade.

Art. 11 Com o deferimento da concessão da Bolsa-Técnico Municipal, o beneficiário deverá representar o Município de Botuverá em pelo menos uma competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual e federal da modalidade em que o município estiver inscrito, durante o período de vigência da Bolsa, sob pena de não renovação.

Parágrafo Único - A situação anteriormente descrita poderá ser reconsiderada pela

Comissão Técnica dos programas quando não forem realizadas competições regionais para a modalidade ou caso algum motivo de força maior impeça à participação no evento.

Art. 12 O Técnico ou Auxiliar Técnico beneficiado com a Bolsa-Técnico Municipal oferecerá como contrapartida a autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e Fundação Municipal de Esportes, além de usar a marca oficial destes últimos e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

Art. 13 A concessão da Bolsa-Técnico Municipal fica limitada a uma por técnico ou auxiliar técnico.

Art. 14 O Técnico ou Auxiliar-Técnico contemplado com a Bolsa-Técnico Municipal poderá acumular o benefício com outro eventualmente recebido de outras instituições de fomento ao esporte, bem como com a Bolsa-Atleta Municipal.

Art. 15 A concessão de Bolsa-Técnico Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

### Capítulo IV

#### REPASSES

Art. 16 Após concedidas as Bolsas-Atleta e Bolsas-Técnico Municipais serão repassadas dentro do exercício fiscal, mediante pagamentos mensais, a serem realizados até o vigésimo dia de cada mês.

Parágrafo Único - Os pagamentos serão efetuados através de 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira paga no mês de março e a última no mês de dezembro de cada ano.

### Capítulo V

#### PENALIDADES

Art. 17 Dentre outras penas definidas pela legislação atinente a espécie, será automaticamente desligado dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal e deverá proceder à restituição aos cofres públicos dos valores recebidos a título de auxílio financeiro previsto no art. 2º desta Lei, o atleta, paratleta, técnico ou auxiliar técnico que:

I - não apresentar relatório de atividades ao término da concessão da respectiva bolsa;

II - quando convocado deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado;

III - for transferido para representação de outro Município, Estado ou País sem anuência da Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude;

IV - Descumprir qualquer dispositivo desta Lei, Decreto de Regulamentação, Edital de Chamamento Público ou Termo de Adesão do respectivo Programa.

#### Capítulo VI COMISSÃO TÉCNICA

Art. 18 A verificação do atendimento dos requisitos previstos nesta Lei e respectivo regulamento será realizada por Comissão Técnica formada por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) representantes governamentais e 02 (dois) representantes não-governamentais.

§ 1º As entidades que comporão a Comissão Técnica serão definidas através Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os representantes dos órgãos não-governamentais que comporão a referida Comissão serão indicados por suas respectivas entidades, sendo nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 São atribuições da Comissão Técnica dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico:

I - Auxiliar o Poder Executivo e a Secretaria de Turismo Cultura Esporte e Juventude na elaboração do Edital de Chamamento para inscrição nos Programas;

II - Receber as inscrições dos Programas e emitir Parecer quanto à admissibilidade das mesmas, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e respectivo regulamento;

III - Analisar e julgar em primeira instância os recursos relativos à admissibilidade das inscrições para os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico;

IV - Aprovar o respectivo regimento interno;

V - Emitir parecer quanto à prestação de contas final dos beneficiados pelos Programas, cabendo recurso de suas decisões ao Secretário de Turismo Cultura Esporte e Juventude;

VI - Propor à Presidência da Secretaria de Turismo Cultura Esporte e Juventude alterações nos documentos legais de forma a aprimorar todo o processo dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal.

Parágrafo Único - Os recursos das decisões da Comissão Técnica dos Programas serão apreciados pelo Secretário de Turismo Cultura Esporte e Juventude ou por uma pessoa designada, sendo esta a última instância recursal.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 A concessão da Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiado atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 21 Os atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos beneficiados prestarão contas relativas ao plano de trabalho através de relatório das atividades desenvolvidas na forma e nos prazos fixados em regulamento.

Art. 22 As despesas decorrentes da concessão das Bolsas-Atleta e Bolsas-Técnico Municipal correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria de Turismo Cultura Esporte e Juventude.

Art. 23 Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 15 de Dezembro de 2017.

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 124 2017

Publicação Nº 1459095

DECRETO Nº. 0124/2017.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.280,16 (Três mil e duzentos e oitenta reais e dezesseis centavos.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental  
(141) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0022.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.280,16

TOTAL .....  
..... R\$ 3.280,16

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0022 – Transferências de Convênios Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 14 de dezembro de 2017.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 125 2017

Publicação Nº 1459103

DECRETO Nº. 0125/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(2) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0141.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0141 – Atenção Básica – Emenda Parlamentar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 14 de dezembro de 2017.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 126 2017

Publicação Nº 1459122

DECRETO Nº. 0126/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde  
(5) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0140.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0140 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 14 de dezembro de 2017.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 127 2017**

Publicação Nº 1459134

Decreto nº 0127 / 2017. 14/12/2017

**"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"**

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.52, V e VII da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art.1º - Fica homologada a Resolução nº 013/2017, de 13 de dezembro de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social, parte integrante deste Decreto, bem como seu anexo.

Art.2º - Trata-se da aprovação do Plano Municipal de Assistência Social – 2018 a 2021.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, em 14 de dezembro 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41 2017 - SRP**

Publicação Nº 1460224

PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2017

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 41/2017 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 02/01/2018, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 15de dezembro de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 42/2017 - SRP**

Publicação Nº 1460361

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2017

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 42/2017 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 02/01/2018, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 15de dezembro de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.



## ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PERGÃO 39 2017

Publicação Nº 1458800

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2017 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.952.230/0001-67 <b>PRACA DA INDEPENDENCIA,25</b> <b>C.E.P.:</b> 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 51/2017 <b>Processo de Licitação:</b> 51/2017 <b>Data do Processo:</b> 04/12/2017
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores do Município de Braço do Trombudo, de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo VII.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 61/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 15 de Dezembro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 51/2017, Licitação nº 39/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Não houve lances verbais. No item 20 a quantidade é 4.000,00 e o preço máximo é 1,00 no anexo I do edital. A empresa não manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

**LOTE: 1****Participante:** 9663 - Betha Sistemas Ltda.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Compras e Licitações - Fundo Municipal de Assistência Social com 03 (três) usuários.	MES	12,00	4111BETHA	0,0000	187,84	2.254,08
2	Contabilidade Pública - Fundo Municipal de Assistência Social com 03 (três) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	495,71	5.948,52
3	Contabilidade Pública - Fundo Municipal Rotativo Habitacional com 01 (um) usuário	MES	12,00	BETHA	0,0000	166,97	2.003,64
4	Compras e Licitações - Fundo Municipal de Saúde com 03 (três) usuários	MES	12,00	BETHA	0,0000	187,84	2.254,08
5	Contabilidade Pública - Fundo Municipal da Saúde com 03 (três) usuários	MES	12,00	BETHA	0,0000	521,79	6.261,48
6	Folha de Pagamento - Fundo Municipal de Saúde com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	161,77	1.941,24
7	Compras e Licitações - Prefeitura Municipal com 03 (três) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	626,15	7.513,80
8	Contabilidade Pública - Prefeitura Municipal com 05 (cinco) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	1.930,65	23.167,80
9	Almoxarifado - Prefeitura Municipal com 02 (dois) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	483,16	5.797,92
10	Fatura - Prefeitura Municipal Prefeitura Municipal com 02 (dois) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	834,88	10.018,56
11	Folha de Pagamento - Prefeitura Municipal com 02 (dois) usuários	MES	12,00	BETHA	0,0000	1.132,27	13.587,24
12	Gestão de Patrimônio e Frotas - Prefeitura Municipal com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	540,14	6.481,68
13	Planejamento Municipal - Prefeitura Municipal com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	313,07	3.756,84
14	Protocolo via Internet - Prefeitura Municipal com 09 (nove) usuários.	MES	12,00	BETHA	0,0000	407,01	4.884,12
15	Recursos Humanos - Prefeitura Municipal com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	365,26	4.383,12
16	Portal da Transparência - Prefeitura Municipal	MES	12,00	BETHA	0,0000	313,07	3.756,84
17	Gestão Tributária - Prefeitura Municipal com 03 (três) usuários	MES	12,00	BETHA	0,0000	2.268,14	27.217,68
18	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários - Prefeitura Municipal.	Serv	1,00	BETHA	0,0000	10.850,00	10.850,00
19	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado - Prefeitura Municipal.	HORA	150,00	BETHA	0,0000	80,00	12.000,00
20	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco - Prefeitura Municipal.	KM	4.000,00	BETHA	0,0000	0,80	3.200,00
21	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	Diári	15,00	BETHA	0,0000	151,00	2.265,00
22	Compras e Licitações - Câmara Municipal de Vereadores com 01(um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	260,00	3.120,00
23	Contabilidade Pública - Câmara Municipal de Vereadores com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	331,61	3.979,32
24	Folha de Pagamento - Câmara Municipal de Vereadores com 02 (dois) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	331,61	3.979,32
25	Portal da Transparência - Câmara Municipal de Vereadores com 01 (um) usuário.	MES	12,00	BETHA	0,0000	233,35	2.800,20
26	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários - Câmara Municipal de Vereadores.	Serv	1,00	BETHA	0,0000	1.335,50	1.335,50
27	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado - Câmara Municipal de Vereadores.	HORA	50,00	BETHA	0,0000	80,00	4.000,00
28	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco - Câmara Municipal de Vereadores.	KM	400,00	BETHA	0,0000	0,80	320,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67  
PRACA DA INDEPENDENCIA,25  
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 39/2017 - PR**

Processo Administrativo: 51/2017  
Processo de Licitação: 51/2017  
Data do Processo: 04/12/2017

Folha: 2/2

**LOTE: 1****Participante: 9663 - Betha Sistemas Ltda.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
29	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco - Câmara municipal de Vereadores.	Diári	5,00	BETHA	0,0000	151,00	755,00

**Total do Participante ----->** 179.832,98**Total Geral ----->** 179.832,98

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 15 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
Jean Carlos Correa da Costa Sharf - ..... - membro  
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

GEAN CARLOS OMIZZOLLO - ..... - REP. BETHA SISTEMAS LTDA

**Brunópolis****PREFEITURA****REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017**

Publicação Nº 1459283

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**CNPJ: 01.613.853/0001-61  
Rua Arnindo Leobet  
C.E.P.: 89634-000 - Brunópolis - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 23/2017 - PR**Processo Administrativo: 30/2017  
Processo de Licitação: 30/2017  
Data do Processo: 04/12/2017**Objeto:** Contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos.**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2017****Motivo:** Fica revogado o presente processo por razões de interesse público.

Brunópolis, 15 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8071 -2017

Publicação Nº 1460549

DECRETO Nº. 8.071, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 5.211,47 (Cinco Mil, Duzentos e Onze Reais e Quarenta e Sete Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

008.0244.0255.2326 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.35.09 SUAS/União – PSB

VALOR R\$ 5.211,47

I – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.35.09	SUAS/União – PSB
Valor Orçado	R\$ 180.000,00
Valor arrecadado até a data de 13/12/2017.	R\$ 185.211,47
Excesso de arrecadação até a data de 13/12/2017.	R\$ 5.211,47
Valor a Utilizar	R\$ 5.211,47

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Dr. EDSON RISTOW

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8073-2017

Publicação Nº 1460553

DECRETO Nº. 8.073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 1.318.715,00 (um milhão, trezentos e dezoito mil, setecentos e quinze reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 508.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 90.000,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 530.000,00

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 90.715,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 47.000,00

3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 1.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 100.000,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.01.00	Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
Valor Orçado	26.193.575,34
Valor arrecadado até a data de 13/12/2017.	32.270.864,18
Excesso de arrecadação até a data de 13/12/2017.	6.077.288,84
Valor Utilizado Decreto nº 8062/2017	3.105.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8067/2017	95.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8070/2017	878.000,00
Valor a Utilizar	1.999.288,84

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de dezembro de 2017

JONAS OSCAR PAEGLE

Dr. EDSON RISTOW

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8075-2017

Publicação Nº 1460554

DECRETO Nº. 8.075, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de





28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 28.600,00 (Vinte e Oito Mil e Seiscentos Reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

008.0244.0255.2326 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.35.0801 SUAS/União – PFMC II

VALOR R\$ 17.000,00

0.1.35.09 SUAS/União – PSB

VALOR R\$ 8.200,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

0.3.35.0801 SUAS/União – PFMC II

VALOR R\$ 1.600,00

0.1.35.09 SUAS/União – PSB

VALOR R\$ 1.800,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2016
74197-3	B.B. F.M.A.S. PSE Média Complexidade – 74197-3	0.1.35.0801 0.3.35.0801	79.323,28 385,17
74198-1	B.B. F.M.A.S. Proteção Básica	0.1.35.0801 0.3.35.0801	4,69 136,87
TOTAL GERAL			79.850,01

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	522,04
TOTAL	0.1.35.0801/0.3.35.0801	522,04

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0801	79.327,97
Valor Utilizado no Decreto 8015	0.3.35.0801	23.700,00
Valor a Utilizar	0.3.35.0801	55.627,97

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.35.09	SUAS/União – PSB
Valor Orçado	R\$ 180.000,00
Valor arrecadado até a data de 15/12/2017.	R\$ 245.961,47
Excesso de arrecadação até a data de 15/12/2017.	R\$ 65.961,47
Valor Utilizado no Decreto 8071	R\$ 5.211,47
Valor a Utilizar	R\$ 60.750,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Dr. EDSON RISTOW

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL Nº 013- 2017- RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 1460558

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 013/2017

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 013/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL em ordem de Classificação do Processo Seletivo para o cargo de Motorista de Ambulância, conforme segue:

Motorista de Ambulância

Classificação	Nome	Pontos
1	Robson Cesar de Andrade Almeida	53,30
2	Rafael da Silva	49,00
3	Ewerton Newon Rodrigues Gois	23,00
4	Claudio Vill	11,00
5	Osnildo Rosa	10,00
Não classificado	Cristiano Giraldi	0
Não classificado	Lucky Wilk Feitosa	0
Não classificado	Emilson Jose Cezar Melo	*
Não classificado	Jorge Victor Fontana	*
Não classificado	Mathusalém Garcia de Souza	*
Não classificado	Samuel de Oliveira da Silva	*

\* Candidatos que não atenderam aos requisitos específicos para o desempenho da função conforme item 2 do edital, c/c Lei Complementar 218/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo.

Brusque, 15 de DEZEMBRO de 2017.  
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 067-2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1460546

EXTRATO DO CONTRATO 067/2017

ESPÉCIE: aquisição de motocicletas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 036/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.34490525200.60000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 15/12/2017; VALOR: R\$ 115.080,00. CONTRATADA: Mega Motos Comercio Importação e Exportação Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 15 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189-2017**

Publicação Nº 1460723

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 189/2017  
CONCORRÊNCIA nº 007/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA ABRAÃO DE SOUZA E SILVA (TRECHO LOCALIDADE DA RUA DA FAZENDA), NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE,.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Nona (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação das empresas TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE AUGUSTO LTDA, BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA em razão do pleno cumprimento das exigências contidas em edital. Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

15/12/2017

Christiane dos Santos da Silva  
Presidente da Comissão de Licitação

**PORTARIA Nº 12212-2017 - ERRATA**

Publicação Nº 1460570

ERRATA

Em razão de equívoco contido na Portaria n. 12.212, de 26 de outubro de 2017, publicada em 27 de outubro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se a retificação da referida Portaria, de acordo com o que segue:

1. Onde se lê:

“Art. 1º Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, para a gestão 2017/2019, conforme segue:

(…)

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

(…)

Suplente: Catharina Obeidi Dias Amarcio

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

(…)

Suplente: Patrícia Peireira

(…)”.

Leia-se:

“Art. 1º Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, para a gestão 2017/2019, conforme segue:

(…)

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

(...)

Suplente: Rita Adriana Lara Becker

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

(...)

Suplente: Patrícia Pereira

(...)"

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 4196-2017**

Publicação Nº 1460572

PORTARIA Nº 4.196/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº7.056/2013, e Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora NORENE FELSKY ODAWARA, matrícula nº 624829, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, lotado na Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Obras.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no § 1º do Art. 45, c/c Art. 50 e 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de recursos Humanos

RICARDO JOSE DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

## **PORTARIA Nº 12262-2017**

Publicação Nº 1460609

PORTARIA N. 12.262, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Substitui membros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.243/09, c/c a Portaria n. 12.046/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nomeados pelas Portarias ns. 12.046/2017 e 12.210/2017, conforme segue:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

(...)

Suplente: Fátima Ziane Oliveira Machado

II – Representantes Não-Governamentais:

a) Grupo Escoteiro de Brusque:

Titular: Marcia Barbosa Nobrega

Suplente: Sandra Regina Barbeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 12263-2017**

Publicação Nº 1460610

PORTARIA N. 12.263, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Substitui membro no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nomeado pela Portaria n. 11.990/2017, conforme segue:

(...)

II – Trabalhadores de Política de Assistência Social:

a) Representantes do NUCRESS/Brusque:

Titular: Vanessa Coelho Reis

(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA N° 3988-2017**

Publicação N° 1460575

**PORTARIA N° 3988/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**  
Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Wanderson Jose Cunha dos Santos	4116704-01	Agente de Obras	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de novembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA N° 4234-2017**

Publicação N° 1460577

**PORTARIA N° 4234/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**  
Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Diego Augusto Martins Siqueira	4129415-01	Técnico em Edificações	Horizontal	A I	B I

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4244-2017**

Publicação Nº 1460579

**PORTARIA Nº 4244/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Jose da Veiga	726478-02	Agente de Obras	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4245-2017**

Publicação Nº 1460580

**PORTARIA Nº 4245/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Jose Lindolfo Schmitt	706396-01	Agente de Obras	Horizontal	B I	C I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos



**PORTARIA Nº 4246-2017**

Publicação Nº 1460583

**PORTARIA Nº 4246/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Juliano Breier Friedrich	946125-02	Agente de Obras	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4258-2017**

Publicação Nº 1460584

**PORTARIA Nº 4258/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Marco Aurelio Santos	877964-03	Agente de Obras	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4267-2017**

Publicação Nº 1460586

**PORTARIA Nº 4267/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Vilson Cesar Bernardinelli	4129199-01	Agente Administrativo	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4268-2017**

Publicação Nº 1460588

**PORTARIA Nº 4268/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Vilson João Comandolli	4019466-03	Agente de Obras	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4277-2017**

Publicação Nº 1460591

**PORTARIA Nº 4277/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Jailson Geremias da Silva Rosa	946745-01	Agente de Obras	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4278-2017**

Publicação Nº 1460594

**PORTARIA Nº 4278/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício nº 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Marco Aurelio da Rosa Castro	4116747-01	Agente Serviços Especiais	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA N° 4279-2017**

Publicação N° 1460595

## PORTARIA N° 4279/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Martinho Carlos Kohler	509353-05	Agente de Obras	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA N° 4280-2017**

Publicação N° 1460597

## PORTARIA N° 4280/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Morgana Vicentini Pereira	490636-01	Agente Administrativo	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA N° 4281-2017**

Publicação N° 1460599

**PORTARIA N° 4281/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Nilton Ribeiro de Lima	852007-01	Agente de Obras	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA N° 4282-2017**

Publicação N° 1460602

**PORTARIA N° 4282/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 13/11/2017,  
Considerando o Ofício n° 39/2017, emitido em 13/11/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Pedro Celestino dos Santos Silva	4116712-01	Agente de Obras	Horizontal e Vertical	AI	B II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos



**PORTARIA Nº 4294-2017**

Publicação Nº 1460603

**PORTARIA Nº 4294/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 18/10/2017,  
Considerando o Ofício nº 38/2017, emitido em 18/10/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Renato Hames	725323-01	Motorista Veículos Pesados	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4296-2017**

Publicação Nº 1460605

**PORTARIA Nº 4296/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 18/10/2017,  
Considerando o Ofício nº 38/2017, emitido em 18/10/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Gustavo Jacomo	4124227-01	Motorista Veículos Pesados	Horizontal e Vertical	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 4297-2017**

Publicação Nº 1460607

**PORTARIA Nº 4297/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 18/10/2017,  
Considerando o Ofício nº 38/2017, emitido em 18/10/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Leandro Paulo Furtado de Aragão	877050-01	Motorista Veículos Pesados	Horizontal e Vertical	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº12261-2017**

Publicação Nº 1460722

**PORTARIA N. 12.261, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Designa servidor para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 111/2017, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Mauro Sergio Fernandes, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC 136.618-1, para exercer as funções de fiscal das obras de drenagem e pavimentação da Rua Padre Antônio Eising, a ser desenvolvida pela empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 111/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 169-2017 - REVOGAÇÃO**

Publicação Nº 1460724

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 169/2017. Pregão n. 109/2017. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 15/12/2017. Signatário: Christiane dos Santos da Silva. Diretora Licitação.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1460562

Brusque, 15 de dezembro de 2017.

**ATO DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA PL 026/2017**

Considerando que as empresas optantes do simples, deixaram de apresentar nova proposta, declinando do direito a eles conferidas pela LC 123/2006.

Face ao empate nos preços propostos em relação aos itens 16 e 19. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, torna público que fará realizar no dia 19 de dezembro de 2017, às 08:30 horas, na Rua Doutor Penido, 297, neste Município, sessão pública para definição dos vencedores dos itens acima mencionados através de sorteio, conforme determina o § 2º do artigo 45 da Lei 8666/93; relativos ao Processo Licitatório 026/2017, modalidade de Tomada de Preços.

Publique-se

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

## RESOLUÇÃO Nº 07-2017 - CMDCA

Publicação Nº 1460615

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Torna público a instauração das Comissões Temáticas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2017, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

### CONSIDERANDO:

A Lei nº 3243/2009 Art. 17 As Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho são órgãos da estrutura funcional do CMDCA e auxiliares da Assembléia Geral, aos quais compete estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matéria que lhes for distribuída.

A Lei nº 3243/2009 Art. 23 As Comissões Temáticas são órgãos de natureza técnica, nas áreas de:

I - Políticas Públicas, Capacitação e Formação;

II - Comunicação;

III - Orçamento e Finanças Públicas;

IV - Normas, legislação e regulamentação.

Parágrafo Único - As comissões temáticas serão convocadas sempre que o CMDCA receber encaminhamento de matéria técnica para avaliação e deliberação.

A Lei nº 3243/2009 Art. 24 Os pareceres emitidos pelas Comissões Temáticas serão deliberados em Assembléia.

Resolve:

Art. 1º - Substituir membros comissão especial para monitoramento dos projetos do FIA 2017, nomeados pela Resolução 06 de 30/08/2017, composta pelos conselheiros mencionados abaixo:

Sônia Maria Machado – Lar Menino Deus;

Marcia Barbosa Nobrega – Grupo Escoteiro;

Aline Fernanda Maestri – Secretaria de Educação;

Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação (titular ou suplente):

Art. 2º - As comissões temáticas serão compostas pelos conselheiros conforme segue abaixo:

Comissão para Normas, Legislação e Regulamentação – (CRICS)

Bruna Pereira – Gabinete do Prefeito;

Valdete Battisti Archer – APAE;

Aloiz Alex Diegoli – Secretaria de desenvolvimento, trabalho e renda;

Marcia Barbosa Nobrega – Grupo Escoteiro;

Comissão Orçamento e Finanças Públicas:

Bruna Pereira – Gabinete do Prefeito

Rosiclet Comandoli – Centro de Direitos Humanos – CDH

Gleusa Luci Fischer – AciBr;

Aline Fernanda Maestri – Secretaria de Educação.

Comissão Políticas Públicas, Capacitação e Formação:

Ana Beatriz Baron Ludvig – Centro de Direitos Humanos – CDH

Rafael Scheibel de Andrade – Gabinete do Prefeito

Monica Soares – Secretaria de Educação

Ademir Bernardino da Silva - UNIFEBE

Comissão Comunicação:

Sandra Regina Barbeiro – Grupo Escoteiro de Brusque;

Marcos Uendel Fumagalli – Fundação Cultural;

Rafael Scheibel de Andrade – Gabinete

Rosecler Ceratti Foletto – APAE.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia 14 de novembro de 2017.

Valdete Battisti Archer

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA Nº 04-2017

Publicação Nº 1460567

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA n. 04/2017

Pelo presente termo de autorização, o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, com Prefeitura Municipal estabelecida na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, na cidade e Comarca de Brusque, neste ato representada pelo Prefeito Municipal JONAS OSCAR PAEGLE e ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 21.957.457/0001-69, com sede na Rua Henrique Rosin, n. 205, Centro II, CEP 88352-010, Brusque, Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente IRINEU BENTO, RG n. 2.179.881, CPF n. 597.083.529-34, denominada AUTORIZATÁRIA, celebram o presente TERMO mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: o termo tem por objeto a autorização de uso, a título precário e gratuito, de imóvel público, consistente em uma sala localizada na Praça Barão de Schreeburg, Centro, CEP 88350-345, para a realização de feiras artesanais, bem como o depósito de materiais e mercadorias;

CLÁUSULA SEGUNDA: o prazo de vigência do presente termo refere-se ao período de 08/01/2018 a 22/12/2018, data em que a AUTORIZATÁRIA deverá desocupar a área independente de aviso ou notificação, e sem qualquer direito a eventual indenização;

Parágrafo único: a presente autorização poderá ser prorrogada mediante requerimento escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, justificativa e deferimento pelo Município de Brusque, mediante a celebração de TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA TERCEIRA: a AUTORIZATÁRIA somente poderá utilizar a área objeto deste instrumento para o fim específico estabelecido na CLÁUSULA PRIMEIRA;

CLÁUSULA QUARTA: a AUTORIZATÁRIA obriga-se a manter a área objeto deste instrumento em perfeito estado de conservação, assim a devolvendo ao Município de Brusque, findo o prazo estabelecido na CLÁUSULA SEGUNDA;

Parágrafo único: a AUTORIZATÁRIA não poderá efetuar qualquer outra construção ou executar benfeitorias na área objeto da presente autorização.

CLÁUSULA QUINTA: ficará a cargo da AUTORIZATÁRIA o pagamento das despesas de água e luz, bem como qualquer despesa relativa à limpeza, manutenção e conservação, além dos tributos eventualmente incidentes sobre a atividade que irá desenvolver na área;

CLÁUSULA SEXTA: é vedado e expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel objeto da presente autorização, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes desta;

CLÁUSULA SÉTIMA: a AUTORIZATÁRIA é exclusivamente responsável por qualquer dano que venha a acarretar a terceiros em virtude do mau uso do bem público, motivos de força maior ou caso fortuito, excluindo-se toda e qualquer responsabilidade do Município de Brusque;

CLÁUSULA OITAVA: a rescisão unilateral poderá ocorrer a qualquer tempo, a interesse do Município de Brusque, mediante revogação do presente termo, sem que assista a AUTORIZATÁRIA direito à indenização de qualquer espécie, inclusive por benfeitorias ou acessões;

CLÁUSULA NONA: findo o prazo da autorização e não tendo a AUTORIZATÁRIA efetuado a retirada das instalações realizadas na área, poderá o Município de Brusque fazê-lo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sem que caiba a AUTORIZATÁRIA qualquer indenização;

Fica eleito o foro da comarca de Brusque para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente termo. E, por estarem as partes ajustadas, assinam o termo de autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

JONAS OSCAR PAEGLE – Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE BRUSQUE

IRINEU BENTO – Presidente

TESTEMUNHA TESTEMUNHA

CPF CPF

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO -DISPENSA 14-2017 - PROCESSO 26 - 2017 - AMAR - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO

Publicação Nº 1460762

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura de Caçador/SC

DISPENSA Nº 14 – 2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 26/2017 - O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa nº 14/2017 – Dispensa de Chamamento Público- Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS - Parceiro – ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR - CNPJ – 04.003.020/0001-77, Com sede no Município de Caçador, valor total R\$ 264.600,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) com vigência até 31 de janeiro de 2018, de conformidade com a Lei 13019 de 31 de dezembro de 2018. A Justificativa da inexigibilidade encontra-se na íntegra junto a página eletrônica do município.

15 de dezembro de 2017  
SAULO SPEROTTO  
Prefeito

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017

Publicação Nº 1459491

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 130/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 79/2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017  
TIPO: MENOR PREÇO ITEM  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLOS COMPACTADORES, CAMINHÃO E ESPARGIDOR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/01/2018 às 14hrs00min.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/01/2018 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.  
Caçador, 14 de dezembro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2017

Publicação Nº 1459497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 149/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 89/2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2017

TIPO: MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS E MOTOCICLETAS, ZERO QUILOMETRO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/01/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/01/2018 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 14 de dezembro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 7.364

Publicação Nº 1459789

DECRETO Nº 7.364, de 15 de dezembro de 2017.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.402, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) na seguinte modalidade de aplicação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
6.181.4.2.17 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador	
3.3.50.00.00-01.00(82) -Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 210.000,00	
Total	..... R\$ 210.000,00

Art. 2º Em atendimento ao art. 1º, ficam ainda anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	
17.512.24.2.40 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário	
3.3.90.00.00-01.00 (372) Aplicações Diretas.....	
..... R\$ 150.000,00	
17.512.24.2.42 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais	
3.3.90.00.00-01.00	(378) Aplicações



Diretas..... R\$ 55.000,00  
 18.541.24.2.172 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos  
 3.3.90.00.00-01.00 (364) Aplicações Diretas.....R\$ 5.000,00  
 Total .....  
 .....R\$ 210.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
 em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 7.366

Publicação Nº 1460340

DECRETO Nº 7.366, de 15 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, na importância de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), conforme segue:

9000 – IPASC – INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR  
 9001 – IPASC – INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR  
 4.122.7.2.35 – MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGU-  
 RADOS  
 3.1.90.00.00 – 0.6.03 (312) – Aplicações Diretas.....  
 .....R\$ 1.800.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de superavit financeiro do exercício anterior apurado na fonte de recursos 0.2.03 – Contribuição Fundo Previdenciário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
 em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

## DECRETO Nº 7.367

Publicação Nº 1460590

DECRETO Nº 7.367, de 15 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor da

Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 336.012,00 (trezentos e trinta e seis mil e doze reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 12.361.11.2.45 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 3.3.90.00.00 – 0.1.62 (148) – Aplicações Diretas.....  
 .....R\$ 336.012,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 0.1.62 – Transferências de Convênios – Estado/Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
 em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

## DISPENSA Nº11- 2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 23/2017

Publicação Nº 1460769

Estado de Santa Catarina  
 Prefeitura de Caçador/SC  
 Secretaria Municipal de Assistência Social

DISPENSA Nº11- 2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 23/2017 - A Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa nº11/2017 – Dispensa de Chamamento Público- Objeto: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME PLANO DE TRABALHO - Parceiro – ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS - CNPJ – 04.774.643/0001-43 , Com sede no Município de Caçador, valor total R\$ 314.015,76 (trezentos e quatorze mil quinze reais e setenta e seis centavos) com vigência até 31 de dezembro de 2018, de conformidade com a Lei 13019 de 31 de julho de 2014. A Justificativa da inexigibilidade encontra-se na íntegra junto a página eletrônica do município.

18 de dezembro de 2017  
 SANDRA SPAUTZ GRANEMANN  
 Secretária da Assistência Social

**DISPENSA Nº13- 2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 25/2017**

Publicação Nº 1460768

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura de Caçador/SC  
Secretaria Municipal de Assistência Social

DISPENSA Nº13- 2017 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 25/2017 - A Secretaria Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa nº13/2017 – Dispensa de Chamamento Público- Objeto: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA MODALIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASA LAR - Parceiro – ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR - CNPJ – 04.003.020/0001-77, Com sede no Município de Caçador, valor total R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte mil reais) com vigência até 31 de dezembro de 2018, de conformidade com a Lei 13019 de 31 de julho de 2014. A Justificativa da inexigibilidade encontra-se na íntegra junto a página eletrônica do município.

18 de dezembro de 2017  
SANDRA SPAUTZ GRANEMANN  
Secretária da Assistência Social

**LEI Nº 3.398**

Publicação Nº 1459745

LEI Nº 3.398, de 15 de dezembro de 2017.

Reestrutura o Horto Florestal do Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º O Horto Florestal do Município de Caçador, localizado em terreno pertencente ao patrimônio público municipal, com área de 561.392,00m² (quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e dois metros quadrados), possui como objetivos a promoção da cultura de preservação ambiental e no ensino, pesquisa, extensão e assistência técnica na área ambiental, agronômica, farmacêutica, biológica e tecnológica, auxiliando o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º O Horto Florestal destina-se também a promover o cultivo de sementes e mudas de plantas frutíferas, nativas e exóticas, as quais podem ser utilizadas da seguinte forma:

I - abastecer as vias públicas, praças, parques, jardins e outros equipamentos urbanos mantidos pelo Município, de forma a preservar a paisagem e o embelezamento natural da cidade;

II - auxiliar, além daquelas descritas no art. 1º, no desenvolvimento de programas educativos, de lazer e recreação junto às escolas e à comunidade;

III - outras finalidades de caráter público e benéfico.

Art. 3º A Administração do Horto Florestal fica vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Município de Caçador poderá firmar convênios ou parcerias com Instituições de Ensino, para dar efetividade aos ditames do art. 1º, podendo inclusive, através de convênio ou modalidade similar, compartilhar a operacionalização do Horto

Florestal, desde que presente o interesse público.

Art. 4º Em caso de comercialização dos produtos mencionados no art. 2º, o produto da arrecadação será destinado exclusivamente ao Município de Caçador, podendo ser aplicado parcial ou integralmente na manutenção do Horto Florestal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 693, de 18 de agosto de 1993.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**LEI Nº 3.399**

Publicação Nº 1459798

LEI Nº 3.399, de 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Plano Plurianual do Município de Caçador, para o período de 2018 a 2021, será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual, ficando constituído pelos seguintes Anexos, integrantes desta Lei:

I - resumo das receitas por fonte de recurso;

II - programas de governo;

III - resumo dos programas detalhado por fonte de recurso;

IV - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos;

V - quadro comparativo do planejamento plurianual;

VI - relação agrupada das receitas planejadas.

Art. 2º As Planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas por Anexos, relacionam os programas que serão utilizados neste quadriênio como base ao orçamento municipal e apresentam as ações que serão utilizadas no quadriênio como projetos e atividades a serem programadas nos orçamentos anuais de 2018 a 2021.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a

execução do programa, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executadas no decorrer da vigência deste plano.

Art. 3º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes das planilhas do Plano Plurianual, que estão orçados a preços de 2017, poderão ser atualizados pelo Chefe do Poder Executivo em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Art. 5º O levantamento das necessidades foi feito em audiência pública com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e as prioridades de cada exercício serão estabelecidas também em audiência pública, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Os investimentos em obras e instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 7º As ações, constantes nos anexos deste Plano, a serem executadas através de recursos de convênios, terão seus valores fixados pelo valor da contrapartida.

Art. 8º Os projetos de obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## LEI Nº 3.400

Publicação Nº 1459802

LEI Nº 3.400, de 15 de dezembro de 2017.

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Caçador, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita em R\$ 202.899.212,00 (duzentos e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e doze reais) e fixa a Despesa em R\$ 202.899.212,00 (duzentos e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e doze reais), discriminados nos anexos

integrantes desta Lei.

## DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA, CÂMARA MUNICIPAL, FUNDOS E FUNDAÇÕES

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2018 fixa a despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 108.805.760,00, fixa a Despesa da Câmara Municipal em R\$ 8.940.000,00, fixa as Despesas do Fundo Municipal de Saúde em R\$ 39.735.244,00, fixa as despesas para o Fundo da Criança e Adolescente em R\$ 152.334,00, fixa as despesas para o Fundo de Assistência Social em R\$ 6.379.431,00, fixa as despesas para a Fundação Municipal de Esportes em R\$ 2.047.175,00, fixa as despesas para a Fundação Municipal de Cultura e Turismo em R\$ 2.009.116,00, fixa as despesas para a Fundo Municipal de Habitação em R\$ 706.850,00, fixa as despesas para a Fundo Municipal de Saneamento Ambiental em R\$ 9.044,00, fixa as despesas para Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador IPPUC em R\$ 2.351.651,00, fixa as despesas para o Fundo de Assistência Médica dos Servidores Públicos de Caçador em R\$ 1.961.297,00, fixa as despesas para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador - IPASC em R\$ 29.801.310,00 e as transferências financeiras concedidas à Câmara Municipal, Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social, Fundo da Infância e Adolescência, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador IPPUC, em R\$ 49.421.043,00.

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 158.226.753,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	158.226.753,00
Receitas Correntes	156.219.373,00
Receitas de Capital	3.690,00
Total Geral:	158.226.753,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Pessoal e Encargos Sociais	38.117.880,00
Juros e Encargos da Dívida	225.000,00
Outras Despesas Correntes	45.801.139,00
Investimentos	6.548.790,00
Inversões Financeiras	350.551,00
Amortização da Dívida	6.200.000,00
Reserva de Contingência	124.751,00
Pessoal e Encargos Sociais - Intra - Orçamentárias Correntes	11.437.649,00
Transferências Financeiras Concedidas (Fundos, Fundações e Câmara Municipal)	49.420.993,00
Total Geral:	158.226.753,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 11.400.462,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 28.334.782,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	11.400.462,00
Receitas Correntes	11.375.885,00
Receitas de Capital	24.577,00
Total:	11.400.462,00
Transferências Financeiras Recebidas	28.334.782,00
Total Geral:	39.735.244,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	35.198.047,00
Pessoal e Encargos Sociais	21.967.646,00
Outras Despesas Correntes	13.230.401,00
Despesas de Capital	866.478,00
Investimentos	866.478,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	3.670.719,00
Total Geral:	39.735.244,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.448.616,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 4.930.815,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	1.448.616,00
Receitas Correntes	1.438.116,00
Receitas de Capital	10.500,00
Transferências Financeiras Recebidas	4.930.815,00
Total Geral:	6.379.431,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	5.609.310,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.819.423,00
Outras Despesas Correntes	2.789.887,00
Despesas de Capital	316.971,00
Investimentos	316.971,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	453.150,00
Total Geral:	6.379.431,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para o exercício de 2018 estima a

Receita em R\$ 33.474,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 118.860,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	33.474,00
Receitas Correntes	33.474,00
Transferências Financeiras Recebidas	118.860,00
Total Geral:	152.334,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	141.834,00
Outras Despesas Correntes	141.834,00
Despesas de Capital	10.500,00
Investimentos	10.500,00
Total Geral:	152.334,00

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 7º O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 11.550,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 2.035.625,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	11.550,00
Receitas Correntes	11.550,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.035.625,00
Total Geral	2.047.175,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.879.175,00
Pessoal e Encargos Sociais	536.424,00
Outras Despesas Correntes	1.342.751,00
Despesas de Capital	31.500,00
Investimentos	31.500,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	136.500,00
Total Geral:	2.047.175,00

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Art. 8º O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Cultura e Turismo, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 11.550,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 1.997.566,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras



do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	11.550,00
Receitas Correntes	11.550,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.997.566,00
Total Geral	2.009.116,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Cultura e Turismo, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.605.151,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.185.781,00
Outras Despesas Correntes	419.370,00
Despesas de Capital	107.520,00
Investimentos	107.520,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	296.445,00
Total Geral:	2.009.116,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Habitação para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 2.100,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 704.750,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	2.100,00
Receitas Correntes	1.050,00
Receitas Capital	1.050,00
Transferências Financeiras Recebidas	704.750,00
Total Geral	706.850,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Habitação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	637.550,00
Outras Despesas Correntes	637.550,00
Despesas de Capital	69.300,00
Investimentos	69.300,00
Total Geral:	706.850,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 10. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Ambiental para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.050,00 e as Transferências Financeiras em R\$ 7.994,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	1.050,00
Receitas Capital	1.050,00
Transferências Financeiras Recebidas	7.994,00
Total Geral	9.044,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saneamento Ambiental será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	4.522,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.372,00
Outras Despesas Correntes	3.150,00
Despesas de Capital	3.150,00
Investimentos	3.150,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	1.372,00
Total Geral:	9.044,00

#### DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

Art. 11. O Orçamento da entidade Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.050,00 e as transferências financeiras em R\$ 2.350.651,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	1.050,00
Receitas Capital	1.050,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.350.601,00
Total Geral	2.350.651,00

§ 2º A Despesa da entidade Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.174.021,00
Pessoal e Encargos Sociais	974.521,00
Outras Despesas Correntes	470.500,00
Despesas de Capital	84.000,00
Investimentos	663.000,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentarias Correntes	243.630,00
Total Geral:	2.351.651,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAÇADOR

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.961.297,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.



Receitas	1.961.297,00
Receitas Capital	1.961.297,00
Total Geral	1.961.297,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.961.297,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.961.297,00
Total Geral:	1.961.297,00

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Art. 13. Orçamento da entidade Câmara Municipal de Caçador para o exercício de 2018 fixa as Despesas em R\$ 8.940.000,00 e as transferências financeiras em R\$ 8.940.000,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Transferências Financeiras Recebidas	8.940.000,00
Total Geral:	8.940.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Caçador será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	7.100.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.860.000,00
Outras Despesas Correntes	2.240.000,00
Despesas de Capital	1.500.000,00
Investimentos	1.500.000,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentárias Correntes	340.000,00
Total Geral:	8.940.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Art. 14. O Orçamento da entidade Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador para o exercício de 2018 fixa as Despesas em R\$ 29.801.310,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	29.801.310,00
Receitas Correntes	16.187.210,00
Receitas Correntes – Intra - Orçamentária	13.614.100,00
Total Geral	29.801.310,00

§ 2º A Despesa da entidade Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	18.910.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.360.000,00
Outras Despesas Correntes	550.000,00
Despesas de Capital	650.000,00
Investimentos	650.000,00
Pessoal e Encargos Sociais – Intra – Orçamentárias Correntes	189.200,00
Total Geral:	19.749.200,00

Art. 15. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme a seguir:

Reserva de Contingência	10.052.110,00
9.9.00.00 - Reserva de Contingência	10.052.110,00
Total:	10.052.110,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo. § 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, antecedido de autorização legislativa.

Art. 17. Fica o Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis municipais específicas aprovadas no exercício e os recursos oriundos de convênios.

Art. 18. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 19. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 21. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 22. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## LEI Nº 3.401

Publicação Nº 1459760

LEI Nº 3.401, de 15 de dezembro de 2017.

Autoriza a cessão de uso de bem móvel à Polícia Militar de Santa Catarina, para uso do 15º Batalhão de Polícia Militar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a cessão de uso à Polícia Militar de Santa Catarina, para uso do 15º Batalhão de Polícia Militar, nos termos do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, a Polícia Militar de Santa Catarina e o Município de Caçador, objetivando estabelecer condições para ação conjunta, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização do trânsito, na conformidade do Código de Trânsito Brasileiro, do bem móvel abaixo discriminado:

I - veículo Ford/KA SE 1.5, 5 portas, 110 cv, ano/modelo 2017/2018, cor branca, placas QIF4649, código RENAVAN 1134139168, chassi nº 9BFZH54J4J8034998.

Parágrafo único. O veículo acima identificado, ficará sob a responsabilidade do 15º Batalhão de Polícia Militar.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do 15º Batalhão de Polícia Militar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Aos ..... dias do mês de ... ..... de ....., o Município de Caçador, doravante denominado - Cedente, situado à Av. Santa Catarina, nº 195, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Exmo Sr SAULO SPEROTTO, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 561.293.009-72, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da DALF (Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro), Coronel PM ... .., amparados na Lei Municipal nº 3.401 de 15 de dezembro de 2017, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva no 15º Batalhão da Polícia Militar, sediado no Município de Caçador, o seguinte bem:

· um veículo Ford/KA SE 1.5, 5 portas, 110 cv, ano/modelo 2017/2018, cor branca, placas QIF4649, código RENAVAN 1134139168, nº chassi 9BFZH54J4J8034998.

O bem objeto do presente termo está com todos os equipamentos obrigatórios, e foram adquiridos através do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, a Polícia Militar de Santa Catarina e o Município de Caçador/SC.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Caçador, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso dos veículos, obrigar-se-á:

- usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- a OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de Fundos Municipais;
- arcar com os custos de manutenção dos veículos que correrão por conta, no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de Caçador e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

## CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passará a integrar a frota da Cessionária, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO DO BEM

Ao findar o prazo de vigência desta Cessão de Uso ou sendo rescindida por qualquer motivo, o Cedente poderá providenciar leilão para venda do bem objeto desta cessão, depositando o montante arrecadado na conta nº 34.0392-0, da agência 0375-1 do Banco do Brasil, denominada conta "Convênio Trânsito de Caçador – SC".

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC, de de .

SAULO SPEROTTO, ... ,  
Prefeito Municipal Cel PM Diretor da DALF/PMSC

Testemunhas:

Nome: Nome:  
Cmt do .... CPF:  
CPF:

#### LEI Nº 3.402

Publicação Nº 1459765

LEI Nº 3.402, de 15 de dezembro de 2017.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) na seguinte modalidade de aplicação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.181.4.2.17 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.00-01.00(82) -Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 210.000,00

Total .....  
..... R\$ 210.000,00

Art. 2º Em atendimento ao art. 1º, ficam ainda anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

17.512.24.2.40 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.00-01.00 (372) Aplicações Diretas.....  
.....R\$ 150.000,00

17.512.24.2.42 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais

3.3.90.00.00-01.00 (378) Aplicações Diretas.....  
..... R\$ 55.000,00

18.541.24.2.172 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos

3.3.90.00.00-01.00 (364) Aplicações Diretas.....  
.....R\$ 5.000,00

Total .....  
.....R\$ 210.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### LEI Nº 3.403

Publicação Nº 1459780

L e i nº 3.403, de 15 de dezembro de 2017.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 44, de 28 de dezembro de 1966, que denomina várias ruas da cidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 44, de 28 de dezembro de 1966, que denomina várias ruas da cidade, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam denominadas as vias públicas abaixo relacionadas:

I - Rua Dr. Gualberto Ramalho: que tem início na Avenida Aristiliano Ramos e término na Rua Luiz Simas;

II - Rua Luiz Simas: que tem início na Rua Fernando Machado e término na Rua Pedro Deboni;

III - Rua Pedro Deboni: que tem início na margem direita do Rio do Peixe e término na Rua Pasqual Cassol;

IV - Francisco Schneider: que tem início na Rua Pedro Deboni e término na Rua Profª. Josefina Conti;

V - Rua Pedro Busatto: que tem início na Rua Profª. Josefina Conti e término na margem do Rio do Peixe;

VI - Rua Fernando Badotti: que tem início ao lado do Estádio Municipal Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, atravessando as ruas Profª. Josefina Conti e Pedro Deboni e término na margem do Rio do Peixe;

VII - Rua Profª. Josefina Conti: que tem início na Avenida Aristiliano Ramos e término na margem do Rio do Peixe;

VIII - Rua Princesa Izabel: que tem início na Rua Fernando Badotti e término na margem do Rio do Peixe;

IX - Rua Humberto Busatto: que tem início na Avenida Aristiliano Ramos e término na Rua Roraima;

X - Rua Miguel Cury: que tem início na Rua Lages e término na Rua Senador Salgado Filho;

XI - Rua Ângelo Paganelli: que tem início na Rua Dr. Moacir Sampaio e término na Rua Ângelo Caovilla;

XII - Rua Ângelo Caovilla: que tem início na Rua Elias Biasi e término na Rua Teresina;

XIII - Rua Estefano Kimak: que tem início na Rua Ângelo Caovilla e término na Rua Elias Biasi;

XIV - Rua Elias Biasi: que tem início no entroncamento das ruas Dr. Moacir Sampaio e Henriqueta Tedesco e término na Rua Raimundo José Pierdoná;

XV - Rua João Antônio Zanchi: que tem início na Rua Henrique Júlio Berger e término na Rua Egídio Carpes;

XVI - Rua Egídio Carpes: que tem início na Rua João Antonio Zanchi e término na Rua Dr. Moacir Sampaio;

XVII - Rua Hugo Torres Cruz: que tem início na Rua Dr. Moacir Sampaio e término na Rua Sebastião Gonçalves do Nascimento;

XVIII - Rua Basílio Ciffro: tem início na Rua Hugo Torres Cruz e término no terreno da empresa Viposa S/A;

XIX - Rua Aristides Malfatti: que tem início na Rua Hugo Torres Cruz e término na Rua Timbó;

XX - Rua João Bordignon: que tem início na Rua Hugo Torres Cruz e término na Rua Rio das Antas;

XXI - Rua Hermínio Maffessoni: que tem início na Rua Hugo Torres Cruz e término na Rua Francisco Driessen;

XXII - Rua Aquiles de Paula Linhares: que tem início na Rua Dr. Moacir Sampaio e terminando novamente na Rua Dr. Moacir Sampaio;

XXIII - Travessa Francisco Pizzaro: que tem início na Rua Senador Salgado Filho e término na Rua Dr. Moacir Sampaio;

XXIV - Rua Padre Feijó: que tem início na Praça Vereador Rodolfo Nickel e término na Rua Alcides Tombini;

XXV - Rua José Bonifácio: que tem início na Rua Paulo Castelli e término na Rua Olavo Bilac;

XXVI - Rua Pinheiro Machado: que tem início na Rua Padre Feijó e término na margem do Rio do Peixe;

XXVII - Rua Olavo Bilac: que tem início na Rua Padre Feijó e término na Rua José Bonifácio;

XXVIII - Rua Marechal Hermes: que tem início na Rua Pinheiro Machado e término na Rua Hilário Baú;

XXIX - Rua Paulino Leão: que tem início na Rua José Bonifácio e término na Rua Hugo Torres Cruz;

XXX - Rua Cruz e Souza: que tem início na Rua Paulino Leão e término na Rua Paulo Castelli;

XXXI - Rua Tiradentes: que tem início na Rua Paulino Leão e término na Rua Martinho Inácio Trindade;

XXXII - Rua Victor Konder: que tem início na Rua Pinheiro Machado e término na Rua Olavo Bilac." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## LEI Nº 3.404

Publicação Nº 1459784

L e i nº 3.404, de 15 de dezembro de 2017.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 20, de 27 de maio de 1970, que denomina via pública do perímetro urbano da cidade de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 20, de 27 de maio de 1970, que denomina via pública do perímetro urbano da cidade de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de Rua Dr. Moacir Sampaio, que tem início na Rua Prefeito Carlos Sperança e término no entroncamento com a Rua Henriqueta Tedesco, no Bairro Berger." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.711

Publicação Nº 1459848

PORTARIA Nº 28.711, de 14 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº



56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar denúncia encaminhada pela Câmara Municipal, a pedido do vereador Marcio José Farrapo, através do Protocolo nº. 21.692/2017, acompanhado de um vídeo, sendo que o Sr. Vereador flagrou o médico Thiago Muniz de Lima, servidor público municipal concursado 40 horas, com data de nomeação e posse em 10 de fevereiro de 2016, Portaria nº. 26.500/2016, que no dia 30/10/2017 saiu do Posto de Saúde de Nossa Senhora Salete às 9h40, foi treinar em uma academia, sendo filmado com quimono próprio ao desempenho de artes marciais, e, após um tempo, foi filmado retornando a unidade de saúde do Bairro Nossa Senhora Salete às 11h45, lá ficando até 11h55, quando sai. O citado médico estaria em horário de trabalho, e teria registrado o ponto como se estivesse trabalhando normalmente, no início e no final do trabalho.

Parágrafo Único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, se o servidor Thiago Muniz de Lima deixou de cumprir o horário regulamentar junto ao Posto de Saúde do Bairro Nossa Senhora Salete, apreciando inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração aos artigos 185 incisos I, II, III, V, XIV, X e art. 186 inciso I, VI, IX, XIII, XIV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), podendo ser aplicadas quaisquer das penalidades previstas no art. 197 da Lei Complementar nº. 56/2004, em conformidade com a infração e a responsabilidade apurada de cada servidor.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de Professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, com formação em terceiro grau Licenciatura em Educação Artística e Bacharelado em Direito, JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER, concursada no cargo de Fiscal Tributaria, lotada junto à Secretaria de Fazenda, com formação de terceiro grau Bacharelado em Administração, Letras e História, e JOSIANE BURGUER DA SILVA CRIMINÁCIO DE LIMA, concursado no cargo de assistente administrativo, lotada junto à Secretaria de Administração, com formação de terceiro grau em Ciências Contábeis, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 05/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros Jaqueline Carneiro Pinzenger e Josiane Burguer da Silva Criminácio de Lima, no Processo Administrativo nº. 05/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, no valor de R\$ 150,00, a ser pago uma vez ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 236 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias

para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório aos indiciados, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Processante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## RESOLUÇÃO 01 - COMSEA

Publicação Nº 1459828

Resolução 01/2017 de 13 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a composição da Câmara Temática do COMSEA Gestão 2017/2019.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.114, de 2004, e suas alterações.

CONSIDERANDO o (Art. 5º, item c) do Regimento Interno do COMSEA;

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária e ato de posse realizado no dia 13 de dezembro de 2017, Ata nº 94.

Resolve:

Art. 1º Compor a Câmara Temática do COMSEA, conforme segue:

I. TEMA: PRODUÇÃO ORGÂNICA

- Orlei Torres Garcia,
- Jean Carlo Ribeiro,
- Alexandre Maicon de Lima,
- Gilmar Prestes de Oliveira,
- Jucenei Aparecida Scapinelli Parizotto.

II. MONITORAR AS PROPOSTAS APROVADAS NAS CONFERÊNCIAS

- Silvia Linhares Martello,
- Selma Kaul, Vitor Czerniak,
- Andreia Teresinha de Almeida,
- Maria Inês Morona Ramos,
- Zilá Meireles Garcia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Caçador, 13 de dezembro de 2017.

Valmir Alves da Cruz

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA

## RESOLUÇÃO 02 - CMPCD

Publicação Nº 1459814

Resolução 02/2017 de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a composição das Comissões do CMPCD, Gestão 2015/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMPCD no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.246, de 21 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária e ato de posse realizada no dia treze de dezembro de 2017, Ata nº 24.

Resolve:

Art. 1º. Compor as Comissões do CMPCD, conforme segue:



## I – Legislação:

- Isolete Renon Farias
- Lais Suellen Nascimento dos Santos

## II- Fiscalização e Finanças:

- Beatriz Terezinha Coscodai
- Paulo Assis Crasnhak Filho

## III- Monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipais:

- Laís Souza de Moraes
- Luiz Eduardo Ruppel

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Caçador, 13 de dezembro de 2017.

Sandra Elisa Muncinelli

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMPCD


## LEI Nº 3.399 - ANEXOS

Publicação Nº 1459860

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:00 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1106-3856-739	<b>Página</b> 1 / 2
---	--	------------------------

## Relação de Programas

Código	Denominação Tipo	Horizonte Temporal	Início	Fim
0	ENCARGOS ESPECIAIS Operações Especiais	Contínuo		
1	PROCESSO LEGISLATIVO Apoio Administrativo	Contínuo		
2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Apoio Administrativo	Contínuo		
3	CONTROLE INTERNO Apoio Administrativo	Contínuo		
4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA Apoio Administrativo	Contínuo		
5	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA Apoio Administrativo	Contínuo		
6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS Apoio Administrativo	Contínuo		
7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS Apoio Administrativo	Contínuo		
8	SAÚDE BÁSICA Apoio Administrativo	Contínuo		
9	VIGILANCIA EM SAÚDE Apoio Administrativo	Contínuo		
10	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE Apoio Administrativo	Contínuo		
11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Apoio Administrativo	Contínuo		
12	ESGOTAMENTO SANITÁRIO Apoio Administrativo	Contínuo		
13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA Apoio Administrativo	Contínuo		
14	DRENAGEM PLUVIAL Apoio Administrativo	Contínuo		
15	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS Apoio Administrativo	Contínuo		
16	LIMPEZA PÚBLICA Apoio Administrativo	Contínuo		
17	INFRA ESTRUTURA URBANA Apoio Administrativo	Contínuo		
18	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA Apoio Administrativo	Contínuo		
19	ACERVO CULTURAL Apoio Administrativo	Contínuo		
20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS Apoio Administrativo	Contínuo		
21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA Apoio Administrativo	Contínuo		
22	HABITAÇÃO Apoio Administrativo	Contínuo		
23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Finalístico	Contínuo		
24	MEIO AMBIENTE Apoio Administrativo	Contínuo		
25	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE Finalístico	Contínuo		
26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Apoio Administrativo	Contínuo		
27	INDÚSTRIA E COMÉRCIO Apoio Administrativo	Contínuo		
28	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL Finalístico	Contínuo		
29	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE Finalístico	Contínuo		
30	GESTÃO MUNICIPAL Finalístico	Contínuo		
31	DESPORTO AMADOR			

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:00 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1106-3856-739	<b>Página</b> 2 / 2
--	--	--	------------------------


### Relação de Programas

Código	Denominação	Tipo	Horizonte Temporal	Início	Fim
	Apoyo Administrativo		Contínuo		
33	CONTRIBUIÇÕES	Apoyo Administrativo	Contínuo		
34	PLANEJAMENTO URBANO	Apoyo Administrativo	Contínuo		
35	SANEAMENTO BASICO	Apoyo Administrativo	Contínuo		
36	CEMITÉRIO MUNICIPAL	Apoyo Administrativo	Contínuo		
37	TERMINAL RODOVÁRIO MUNICIPAL	Apoyo Administrativo	Contínuo		
38	PARQUE CENTRAL	Apoyo Administrativo	Contínuo		
39	MANUTENÇÃO DO FAMPEC	Apoyo Administrativo	Contínuo		
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Apoyo Administrativo	Contínuo		


**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:20			Página						
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio			1 / 3						
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 1293-0003-263									
http://www.cacador.sc.gov.br			tesouraria@cacador.sc.gov.br									
Receitas e Despesas Previstas no PPA por Fonte de Recursos												
Valores Previstos no PPA												
Fonte de Recurso	Valor Global		2018		2019		2020		2021		Total	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
20 - Recursos do Fappec - 02.06			1.961.297,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.162.330,00	2.270.446,00	2.270.446,00	8.453.435,00	8.453.435,00
Diferença:												
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação			249.501,00	249.501,00	261.976,00	261.976,00	275.075,00	275.075,00	288.829,00	288.829,00	1.075.381,00	1.075.381,00
Diferença:												
100 - Recursos Ordinários			76.304.415,00	76.304.415,00	80.058.924,00	80.058.924,00	83.873.787,00	83.873.787,00	88.298.521,50	88.298.521,50	328.535.647,50	328.535.647,50
Diferença:												
101 - Recursos Próprios - Educação			13.103.940,00	13.103.940,00	13.758.759,00	13.758.759,00	14.446.699,00	14.446.699,00	15.169.031,00	15.169.031,00	56.478.429,00	56.478.429,00
Diferença:												
102 - Recursos Próprios - Saúde			28.576.796,00	28.576.796,00	30.200.637,00	30.200.637,00	31.918.920,00	31.918.920,00	33.711.714,00	33.711.714,00	124.408.067,00	124.408.067,00
Diferença:												
107 - Contribuição para a CIDE			65.071,00	65.071,00	68.325,00	68.325,00	71.742,00	71.742,00	75.329,00	75.329,00	280.467,00	280.467,00
Diferença:												
108 - Contribuição para a COSIP			2.439.025,00	2.439.025,00	2.560.977,00	2.560.977,00	2.689.025,00	2.689.025,00	2.823.477,00	2.823.477,00	10.512.504,00	10.512.504,00
Diferença:												
109 - FIA Imposto de Renda			12.474,00	12.474,00	13.098,00	13.098,00	13.753,00	13.753,00	14.440,00	14.440,00	53.765,00	53.765,00
Diferença:												
110 - Convênio de Transfê - Militar			240.198,00	240.198,00	252.207,00	252.207,00	264.818,00	264.818,00	278.059,00	278.059,00	1.035.282,00	1.035.282,00
Diferença:												
111 - Convênio de Transfê - Civil			240.198,00	240.198,00	252.207,00	252.207,00	264.818,00	264.818,00	278.059,00	278.059,00	1.035.282,00	1.035.282,00
Diferença:												
112 - Convênio de Transfê - Prefeitura			274.450,00	274.450,00	288.171,00	288.171,00	302.580,00	302.580,00	317.709,00	317.709,00	1.182.910,00	1.182.910,00
Diferença:												
118 - Transferências do FUNDEB - 60 %			20.843.668,00	20.843.668,00	21.882.852,00	21.882.852,00	22.980.144,00	22.980.144,00	24.129.152,00	24.129.152,00	89.835.816,00	89.835.816,00
Diferença:												
119 - Transferências do FUNDEB - 40 %			10.671.632,00	10.671.632,00	11.205.214,00	11.205.214,00	11.765.476,00	11.765.476,00	12.353.748,00	12.353.748,00	45.996.070,00	45.996.070,00
Diferença:												
131 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social			1.260,00	1.260,00	1.323,00	1.323,00	1.389,00	1.389,00	1.459,00	1.459,00	5.431,00	5.431,00
Diferença:												
132 - Transferências de Convênios – União/Educação			448.701,00	448.701,00	471.136,00	471.136,00	494.693,00	494.693,00	519.428,00	519.428,00	1.933.958,00	1.933.958,00
Diferença:												
133 - Transferências de Convênios – União/Saúde			21.000,00	21.000,00	22.050,00	22.050,00	23.153,00	23.153,00	24.310,00	24.310,00	90.513,00	90.513,00
Diferença:												
134 - Transferências de Convênios União - Outros			54.726,00	54.726,00	57.475,00	57.475,00	60.346,00	60.346,00	63.364,00	63.364,00	235.911,00	235.911,00
Diferença:												

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>			<div>Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1293-0003-263</div>			<div>Página 2 / 3</div>						
Resouraida@cacador.sc.gov.br												
Receitas e Despesas Previstas no PPA por Fonte de Recursos												
Valores Previstos no PPA												
Fonte de Recurso	Valor Global		2018		2019		2020		2021		Total	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
135 - Transferências SUAS/União Diferença:			1.292.331,00	1.292.331,00	1.356.949,00	1.356.949,00	1.424.796,00	1.424.796,00	1.496.036,00	1.496.036,00	5.570.112,00	5.570.112,00
136 - Salário-Educação Diferença:			3.430.628,00	3.430.628,00	3.575.500,00	3.575.500,00	3.727.534,00	3.727.534,00	3.887.092,00	3.887.092,00	14.620.754,00	14.620.754,00
137 - Outras Transferências do FNDE Diferença:			1.513.847,00	1.513.847,00	1.589.539,00	1.589.539,00	1.669.016,00	1.669.016,00	1.752.468,00	1.752.468,00	6.524.870,00	6.524.870,00
138 - Transferências do SUS - União Diferença:			9.683.483,00	9.683.483,00	10.188.657,00	10.188.657,00	10.698.090,00	10.698.090,00	11.232.993,00	11.232.993,00	41.803.223,00	41.803.223,00
139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais. Diferença:			452.220,00	452.220,00	474.831,00	474.831,00	498.573,00	498.573,00	523.502,00	523.502,00	1.949.126,00	1.949.126,00
140 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013 Diferença:			18.713,00	18.713,00	19.648,00	19.648,00	20.631,00	20.631,00	21.662,00	21.662,00	80.654,00	80.654,00
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União Diferença:			22.670,00	22.670,00	23.804,00	23.804,00	24.998,00	24.998,00	26.242,00	26.242,00	97.714,00	97.714,00
161 - Transferências de Convênios Estado – C o n v ê n i o s – Estado/Assistência Social Diferença:			6.822,00	6.822,00	7.163,00	7.163,00	7.521,00	7.521,00	7.899,00	7.899,00	29.405,00	29.405,00
164 - Transferências de Convênios Estado - Outros Diferença:			2.100,00	2.100,00	2.206,00	2.206,00	2.316,00	2.316,00	2.432,00	2.432,00	9.054,00	9.054,00
165 - Transferências do SUAS - Estado Diferença:			123.717,00	123.717,00	131.443,00	131.443,00	138.015,00	138.015,00	144.916,00	144.916,00	538.091,00	538.091,00
167 - Transferências do SUS - Estado Diferença:			997.523,00	997.523,00	1.047.399,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.099.769,00	1.154.756,00	1.154.756,00	4.299.447,00	4.299.447,00
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas Diferença:			2.310,00	2.310,00	2.426,00	2.426,00	2.547,00	2.547,00	2.675,00	2.675,00	9.958,00	9.958,00
188 - Alienações de Bens - Saúde Diferença:			24.577,00	24.577,00	25.806,00	25.806,00	27.097,00	27.097,00	28.451,00	28.451,00	105.931,00	105.931,00
189 - Alienações de Bens - Outros Diferença:			18.609,00	18.609,00	19.539,00	19.539,00	20.516,00	20.516,00	21.542,00	21.542,00	80.206,00	80.206,00
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa Diferença:			2.249.200,00	2.249.200,00	2.441.104,00	2.441.104,00	2.206.036,00	2.206.036,00	2.446.760,00	2.446.760,00	9.343.100,00	9.343.100,00
203 - Contribuição Fundo Previdenciário Diferença:			27.552.110,00	27.552.110,00	28.850.272,00	28.850.272,00	30.649.908,00	30.649.908,00	32.051.981,00	32.051.981,00	119.104.271,00	119.104.271,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>				<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:20 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1293-0003-263				<b>Página</b> 3 / 3				
<b>Receitas e Despesas Previstas no PPA por Fonte de Recursos</b>												
<b>Valores Previstos no PPA</b>												
<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>		<b>Total</b>	
	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
<b>Total</b>			202.899.212,00	202.899.212,00	213.170.979,00	213.170.979,00	213.170.979,00	223.826.111,00	223.826.111,00	235.418.482,50	235.418.482,50	875.314.784,50
<b>Diferença:</b>												
<hr/>												
<div><div><b>SAULO SPEROTTO</b> Prefeito Municipal</div><div><b>SERGIO INHAIA</b> Contador CRC-SC 028.242/O-2</div></div>												

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Metas Físicas e Financeiras</b> <b>Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>Metas Físicas</b> <b>Metas Financeiras</b>	<b>Valor global</b> <b>Total</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>	<b>2018</b> <b>2019</b> <b>2020</b> <b>2021</b>
---	---	--	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS**

**Unidade orçamentária**

**Ação**

**3001-ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

0.1 - PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

0.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

0.3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

0.4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

0.5 - PAGAMENTO AO PASEP

**Total do programa**


	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	2018	2019	2020	2021	Total
0.1 - PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00					
0.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00					
0.3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		425.000,00	446.250,00	468.563,00	491.991,00	1.831.804,00					
0.4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00					
0.5 - PAGAMENTO AO PASEP	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00					
<b>Total do programa</b>	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00		8.560.000,00	8.896.750,00	9.343.838,00	9.831.530,00	36.632.118,00					

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 2 / 33
--	---	------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Unidade orçamentária	Ação	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor global	Total	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	Total
1001-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL	1,00	1,00	4,00	4,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1.950.000,00	2.047.500,00	2.149.875,00	2.257.368,75	8.404.743,75
	2.7 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1,00	1,00	4,00	4,00	1,00	1,00	1,00	1,00	650.000,00	682.500,00	716.625,00	752.456,25	2.801.581,25
	2.8 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	1,00	1,00	4,00	4,00	1,00	1,00	1,00	1,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.473,75	1.680.948,75
	Total do programa	4,00	4,00	16,00	16,00	4,00	4,00	4,00	4,00	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50	38.550.367,50

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665</div>		<div>resourcelab@cacador.sc.gov.br</div>		<div>3 / 33</div>					
Metas Físicas e Financeiras											
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
Unidade orçamentária		Metas Físicas			Metas Financeiras						
Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2001-GABINETE DO PREFEITO											
1.4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00	214.430,00
2.2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	3.552.160,00	3.767.396,00	3.955.743,00	4.153.550,00	15.428.849,00
2.3 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	35.700,00	37.485,00	39.360,00	41.330,00	153.875,00
2.4 - MANUTENÇÃO DO PROCON	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	189.000,00	198.455,00	208.380,00	218.800,00	814.635,00
2.6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	968.000,00	1.016.400,00	1.067.218,00	1.120.580,00	4.172.198,00
2.9 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	63.000,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00	271.537,00
2.10 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	17.850,00	18.742,00	19.679,00	20.663,00	76.934,00
2.87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	397.013,00	416.863,00	437.707,00	459.592,00	1.711.175,00
2.88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	225.477,00	236.751,00	248.589,00	261.018,00	971.835,00
2.91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	99.800,00	104.790,00	110.030,00	115.531,00	430.151,00
2002-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											
2.5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	6.248.485,00	6.560.908,00	6.888.950,00	7.233.411,00	26.931.754,00
2.83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	312.000,00	330.000,00	345.000,00	360.000,00	1.347.000,00
2008-GABINETE DO VICE-PREFEITO											
2.11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00	1.330.534,00
2009-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO											
1.26 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
1.35 - PROJETO MÃO DADAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
2011-SECRETARIA DA FAZENDA											
2.15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.110.367,00	3.265.885,00	12.159.702,00
Total do programa	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	64,00	15.329.430,00	16.134.933,00	16.938.629,00	17.782.347,00	66.185.339,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665		Página 4 / 33
resourathia@cacador.sc.gov.br				

Metas Físicas e Financeiras

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA												
Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
Ação		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2004-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA												
1.36 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		15.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	75.000,00
2.13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		2.612.100,00	2.739.455,00	2.876.379,00	3.020.196,00	11.248.130,00
2.14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		895.104,00	939.857,00	986.851,00	1.036.193,00	3.858.005,00
2.16 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00	5.430.758,00
Total do programa		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00		4.782.204,00	5.021.312,00	5.272.380,00	5.535.997,00	20.611.893,00



 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 5 / 33
---	--	---	------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade orçamentária	Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
	5001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
	2.100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00
	Total do programa	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 6 / 33
---	--	---	------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS


Unidade orçamentária	Ação	Metas Físicas	Metas Financeiras	Valor global	Total	2018	2019	2020	2021	Total	2018	2019	2020	2021	Total
	8001-FAMPEC - CAÇADOR														
	2.20 - MANUTENÇÃO DO FAMPEC														
	Total do programa														


## Metas Físicas e Financeiras

## Metas Físicas e Financeiras

**Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

<div><div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div>										Emissão:15/12/2017 10:20 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1391-3870-665		Página 8 / 33	
Metas Físicas e Financeiras													
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA													
Unidade orçamentária													
Ação		Metas Físicas					Metas Financeiras					Total	
		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021		
4001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
1.11 - BLOCO DE INVESTIMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00		1.818.163,00
2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		27.877.790,00	29.466.680,00	31.148.267,00	32.902.526,00		121.395.263,00
2.58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		906.991,00	952.340,00	999.956,00	1.049.955,00		3.909.242,00
2.59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.362.284,00	1.430.398,00	1.501.918,00	1.577.014,00		5.871.614,00
2.60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.962.488,00	2.060.612,00	2.163.643,00	2.271.825,00		8.458.568,00
2.61 - MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		227.451,00	238.824,00	250.765,00	263.303,00		980.343,00
2.62 - MANUTENÇÃO DO PMAQ		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		611.890,00	663.485,00	696.659,00	731.491,00		2.703.525,00
Total do programa		7,00	7,00	7,00	7,00	28,00		33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00		145.136.718,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665		Página 9 / 33
---	--	---	--	------------------

resourciana@cacador.sc.gov.br

## Metas Físicas e Financeiras

Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE

Unidade orçamentária	Metas Físicas					Metas Financeiras					
	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação											
4001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE											
2.39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00
2.40 - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00
Total do programa	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00		1.066.237,00	1.119.549,00	1.175.527,00	1.234.303,00	4.595.616,00




 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 10 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE

Unidade orçamentária	Metas Físicas				Metas Financeiras			
	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019
4001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
2.63 - MANUTENÇÃO DO MAC	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		3.722.665,00	3.908.798,00
<b>Total do programa</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		3.722.665,00	3.908.798,00


Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:20		Página						
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio								
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 1391-3870-665		11 / 33						
http://www.cacador.sc.gov.br			resourcatia@cacador.sc.gov.br								
Metas Físicas e Financeiras											
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE											
Unidade orçamentária		Metas Físicas			Metas Financeiras						
Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2005-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO											
1.2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00
1.3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	60.609,00	63.639,00	66.821,00	70.162,00	261.231,00
1.12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	1.332.536,00	1.399.163,00	1.469.120,00	1.542.576,00	5.743.395,00
1.13 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	321.961,00	338.059,00	354.962,00	372.710,00	1.387.692,00
1.15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
1.30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	182.012,00	191.113,00	200.669,00	210.701,00	784.495,00
2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	9.025.132,00	9.476.010,00	9.949.812,00	10.447.301,00	38.898.255,00
2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	20.843.668,00	21.882.852,00	22.980.144,00	24.129.152,00	89.835.816,00
2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	6.182.154,00	6.491.261,00	6.815.825,00	7.156.616,00	26.645.856,00
2.32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	1.284.345,00	1.348.562,00	1.415.990,00	1.486.790,00	5.535.687,00
2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00	5.208.077,00
2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
2.36 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
2.37 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00
2.41 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
2.42 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00	8.303.443,00
2.54 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00	388.962,00	1.448.202,00
2.56 - MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
2.68 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00
Total do programa	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	76,00	51.183.545,00	53.712.685,00	56.374.731,00	59.166.647,00	220.437.608,00

<div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div>						<div>Emissão:15/12/2017 10:20</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:1391-3870-665</div> <div><div>Página</div><div>12 / 33</div></div>					
Metas Físicas e Financeiras											
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA											
Unidade orçamentária		Metas Físicas				Metas Financeiras					
Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA											
1.16 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
1.21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUÍOS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		137.550,00	144.428,00	151.650,00	159.232,00	592.860,00
1.22 - CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
1.23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
1.24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		150.000,00	157.500,00	165.376,00	173.644,00	646.520,00
2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		12.863.728,00	13.506.915,00	14.182.261,00	14.891.375,00	55.444.279,00
2.46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.294.103,00	1.358.807,00	1.426.749,00	1.498.086,00	5.577.745,00
2.48 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
2.49 - MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		615.500,00	646.275,00	678.589,00	712.518,00	2.652.882,00
2.50 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		34.528,00	36.255,00	38.067,00	39.971,00	148.821,00
2.51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		3.076.858,00	3.230.702,00	3.392.237,00	3.561.848,00	13.261.645,00
2.80 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	11,00	11,00	11,00	12,00	45,00		316.050,00	331.853,00	348.446,00	365.868,00	1.362.217,00
Total do programa	11,00	11,00	11,00	12,00	45,00		18.801.868,00	19.741.964,00	20.729.065,00	21.765.517,00	81.038.414,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 13 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA													
Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras						
		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	
Ação													
4001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE													
2.64 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA								1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00	
Total do programa								1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665		Página 14 / 33
resourattalia@caçador.sc.gov.br				

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL												
Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
Ação		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>13001-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</b>												
1.14 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		22.260,00	23.373,00	24.542,00	25.769,00	95.944,00
1.18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		53.760,00	56.448,00	59.270,00	62.234,00	231.712,00
1.33 - PROGRAMA PAM E PAI		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
2.44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.733.596,00	1.820.276,00	1.911.290,00	2.006.853,00	7.472.015,00
<b>Total do programa</b>		4,00	4,00	4,00	4,00	16,00		2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00



 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 15 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS

Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação												
2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA												
1.20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00	134.690,00	136.426,00	138.247,00	140.159,00	549.522,00
Total do programa		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00	134.690,00	136.426,00	138.247,00	140.159,00	549.522,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 16 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação												
2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA												
2.66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00
Total do programa		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 17 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 22 - HABITAÇÃO


Unidade orçamentária	Ação	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	Total
6001-FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES	25,00	100,00	25,00	25,00	25,00	25,00	169.300,00	177.765,00	186.653,00	195.986,00	729.704,00
	2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	1,00	4,00	1,00	1,00	1,00	1,00	137.550,00	144.428,00	151.649,00	159.232,00	592.859,00
	2.69 - ALUGUEL SOCIAL	120,00	480,00	120,00	120,00	120,00	120,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
	<b>Total do programa</b>	146,00	584,00	146,00	146,00	146,00	146,00	706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00	3.046.613,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 18 / 33
---	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Unidade orçamentária	Ação	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	Metas Físicas	Metas Financeiras	Total
7001-FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		132.389,00	145.958,00
	2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		27.563,00	30.388,00
	<b>Total do programa</b>			2,00	2,00	2,00	2,00	8,00		159.952,00	176.346,00
										167.949,00	176.346,00
										28.941,00	30.388,00
										139.008,00	145.958,00
										543.439,00	543.439,00

<div><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665</div>		<div>resouralia@cacador.sc.gov.br</div>		<div>Página 19 / 33</div>						
Metas Físicas e Financeiras												
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE		Metas Físicas			Metas Financeiras							
Unidade orçamentária		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação												
2007-SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE PERMANENTE												
1.5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		16.800,00	17.641,00	18.522,00	19.449,00	72.412,00
1.7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		43.050,00	45.203,00	47.463,00	49.836,00	185.552,00
1.9 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		32.550,00	34.178,00	35.887,00	37.681,00	140.296,00
1.19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00		3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00	3.612.667,00	13.450.855,00
2.18 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		91.718,00	96.304,00	101.118,00	106.175,00	395.315,00
2.19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		166.950,00	175.298,00	184.063,00	193.265,00	719.576,00
2.23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		381.885,00	400.979,00	421.028,00	442.080,00	1.645.972,00
2.25 - VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	267.013,00
2.26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		419.059,00	440.013,00	462.013,00	485.113,00	1.806.198,00
2.28 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		516.011,00	541.812,00	568.902,00	597.348,00	2.224.073,00
2.29 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00						
Total do programa	1.010,00	1.010,00	1.010,00	1.010,00	1.010,00	4.040,00		4.850.731,00	5.093.271,00	5.347.931,00	5.615.329,00	20.907.262,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 20 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Unidade orçamentária	Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	Metas Financeiras			Total
								2018	2019	2020	
	5001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	2.101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		502.022,00	527.124,00	553.479,00	581.155,00
	<b>Total do programa</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		502.022,00	527.124,00	553.479,00	581.155,00
											2.163.780,00
											2.163.780,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
Ação		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2007-SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	1.27 - IMPLANTACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE INSPECAO MUNICIPAL - SIM	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		57.750,00	60.638,00	63.669,00	66.853,00	248.910,00
	1.28 - AMPLIACAO E REVITALIZACAO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		46.800,00	49.141,00	51.597,00	54.178,00	201.716,00
	1.31 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		31.550,00	33.128,00	34.784,00	36.524,00	135.986,00
	2.70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		2.875.950,00	3.019.748,00	3.170.736,00	3.329.272,00	12.395.706,00
	2.71 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
	2.73 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00	1.131.408,00
	2.74 - SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	215.506,00
	2.75 - SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00	263.135,00
	2.77 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00
	Total do programa		9,00	9,00	9,00	9,00	36,00		3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00	3.986.460,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 22 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO												
Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
Ação		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
2009-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO												
1.29 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		380.050,00	400.053,00	421.056,00	443.108,00	1.644.267,00
1.32 - APOIO AO EMPREENDEDOR		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
2.12 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00
2.76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		337.452,00	354.324,00	372.040,00	390.642,00	1.454.458,00
2.78 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		108.150,00	113.559,00	119.237,00	125.199,00	466.145,00
2.79 - APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		52.739,00	55.377,00	58.145,00	61.053,00	227.314,00
Total do programa		6,00	6,00	6,00	6,00	24,00		984.691,00	1.034.929,00	1.087.674,00	1.143.058,00	4.250.352,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 23 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL												
Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras					
Ação		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
0001-GABINETE DO PREFEITO		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00						
1.34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL								180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00
Total do programa		10,00	10,00	10,00	10,00	40,00		180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391.3870-665		Página 24 / 33
tesouraria@cacador.sc.gov.br				

Metas Físicas e Financeiras

## Metas Físicas e Financeiras

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras				
Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
5001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL											
2.52 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00
2.53 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
2.55 - SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLOHEDORA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
2.56 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
2.102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		291.780,00	306.371,00	321.688,00	337.773,00	1.257.612,00
Total do programa	5,00	5,00	5,00	5,00	20,00		1.312.080,00	1.377.686,00	1.256.569,00	1.518.899,00	5.465.234,00



 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 25 / 33
--	--	---	-------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Metas Físicas e Financeiras

Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL


Unidade orçamentária	Metas Físicas				Metas Financeiras				Valor global	Total
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021		
<b>Ação</b>										
<b>5001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>										
2.103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	1,00	1,00	1,00	1,00	3.756.501,00	3.944.326,00	4.141.542,00	4.348.619,00		16.190.988,00
2.104 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS	1,00	1,00	1,00	1,00	24.420,00	25.641,00	26.923,00	28.269,00		105.253,00
2.105 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	1,00	1,00	1,00	1,00	146.986,00	154.334,00	162.051,00	170.154,00		633.525,00
<b>Total do programa</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>3.927.907,00</b>	<b>4.124.301,00</b>	<b>4.330.516,00</b>	<b>4.547.042,00</b>		<b>16.929.766,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:resourciah@cacador.sc.gov.br">resourciah@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 26 / 33
--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Unidade orçamentária	Ação	Metas Físicas	Metas Financeiras	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	2018	2019	2020	2021	Total
12001-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	2.81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	1,00	1,00	1,00	4,00	1.565.424,00	1.643.695,00	1.725.880,00	1.812.174,00	6.747.173,00	1.565.424,00	1.643.695,00	1.725.880,00	1.812.174,00	6.747.173,00
	2.84 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	20,00	20,00	20,00	80,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	2.98 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	21,00	21,00	21,00	85,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00
	<b>Total do programa</b>	21,00	21,00	21,00	85,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665		Página 27 / 33
resouratila@cacador.sc.gov.br				

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO		Metas Físicas					Metas Financeiras				
Unidade orçamentária	Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	Total
<b>2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>											
<b>16001-TPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR</b>											
2.27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		200.000,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00
2.47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		121.000,00	127.050,00	133.403,00	140.073,00
2.82 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		365.500,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00
2.93 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00
2.106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		1.365.151,00	1.433.409,00	1.505.080,00	1.580.334,00
<b>Total do programa</b>		5,00	5,00	5,00	5,00	20,00		2.551.651,00	2.679.234,00	2.813.197,00	2.953.857,00
											10.997.939,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 28 / 33
---	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO

Unidade orçamentária		Metas Físicas					Metas Financeiras				
Ação	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
11001-FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL											
2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00	4.844,00	5.088,00	5.342,00	5.610,00	20.884,00
2.96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
2.97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	4,00	3.150,00	3.309,00	3.474,00	3.648,00	13.581,00
Total do programa	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00		9.044,00	9.500,00	9.974,00	10.474,00	38.992,00


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 29 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL

Unidade orçamentária	Metas Físicas				Valor global	Metas Financeiras			
	2018	2019	2020	2021	Total	2018	2019	2020	2021
<b>Ação</b> <b>2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b> 2.108 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00
<b>Total do programa</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00



 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	<b>Página</b> 30 / 33
---	---	--------------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 38 - PARQUE CENTRAL

Unidade orçamentária	Metas Físicas					Metas Financeiras					
	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Ação</b>											
<b>2003-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>											
1.17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		101.050,00	106.103,00	111.408,00	116.979,00	435.540,00
2.109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		22.050,00	23.153,00	24.311,00	25.526,00	95.040,00
<b>Total do programa</b>	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00		123.100,00	129.256,00	135.719,00	142.505,00	530.580,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	Página 31 / 33
---	--	---	-------------------

### Metas Físicas e Financeiras

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		Metas Físicas					Metas Financeiras				
		2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	Total
Unidade orçamentária	Ação										
10099- RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00
<b>Total do programa</b>		1,00	1,00	1,00	1,00	4,00		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00
											537.690,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:20 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1391-3870-665	
	tesouraria@cacador.sc.gov.br 32 / 33	

### Metas Físicas e Financeiras

#### Resumo por Programa


Programa:	Metas Físicas					Metas Financeiras						
	2018	2019	2020	2021	Total	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	
0 - ENCARGOS ESPECIAIS 1 - PROCESSO LEGISLATIVO 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS 8 - SAÚDE BÁSICA 9 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE 10 - MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA 19 - ACERVO CULTURAL 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA 22 - HABITAÇÃO 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 24 - MEIO AMBIENTE 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÍDIA COMPLEXIDADE 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE 30 - GESTÃO MUNICIPAL 31 - DESPORTO AMADOR 34 - PLANEJAMENTO URBANO 35 - SANEAMENTO BÁSICO 37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL 38 - PARQUE CENTRAL 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5,00 4,00 16,00 4,00 1,00 3,00 7,00 2,00 1,00 19,00 11,00 4,00 1,00 146,00 2,00 1,010,00 1,00 9,00 6,00 10,00 5,00 3,00 21,00 5,00 3,00 1,00 2,00 1,00	5,00 4,00 16,00 4,00 1,00 3,00 7,00 2,00 1,00 19,00 11,00 4,00 1,00 146,00 2,00 1,010,00 1,00 9,00 6,00 10,00 5,00 3,00 21,00 5,00 3,00 1,00 2,00 1,00	5,00 4,00 16,00 4,00 1,00 3,00 7,00 2,00 1,00 19,00 11,00 4,00 1,00 146,00 2,00 1,010,00 1,00 9,00 6,00 10,00 5,00 3,00 21,00 5,00 3,00 1,00 2,00 1,00	5,00 4,00 16,00 4,00 1,00 3,00 7,00 2,00 1,00 19,00 12,00 4,00 1,00 146,00 2,00 1,010,00 1,00 9,00 6,00 10,00 5,00 3,00 22,00 5,00 3,00 1,00 2,00 1,00	20,00 16,00 64,00 16,00 4,00 12,00 28,00 8,00 4,00 76,00 45,00 16,00 4,00 584,00 8,00 4,040,00 4,00 36,00 24,00 40,00 20,00 12,00 85,00 20,00 12,00 4,00 8,00 4,00		8.560.000,00 8.940.000,00 15.329.430,00 4.782.204,00 637.422,00 1.961.297,00 29.801.310,00 33.370.729,00 1.066.237,00 3.722.665,00 51.183.545,00 18.801.868,00 1.575.613,00 2.009.116,00 134.690,00 706.850,00 152.334,00 4.850.731,00 502.022,00 3.443.650,00 984.691,00 180.000,00 1.312.080,00 3.927.907,00 2.047.175,00 2.551.651,00 9.044,00 105.000,00 123.100,00 124.751,00 202.899.212,00	8.896.750,00 9.382.500,00 16.134.933,00 5.021.312,00 670.833,00 2.059.362,00 31.291.376,00 35.255.266,00 1.119.549,00 3.908.798,00 53.712.685,00 19.741.964,00 1.654.394,00 2.109.572,00 136.426,00 742.193,00 159.952,00 5.093.271,00 527.124,00 3.615.836,00 1.034.929,00 189.000,00 1.377.686,00 4.124.301,00 2.149.533,00 2.679.234,00 9.500,00 110.250,00 129.256,00 130.988,00 213.170.979,00	9.343.838,00 9.858.350,00 16.938.629,00 5.272.380,00 704.375,00 2.162.330,00 32.855.944,00 37.226.282,00 1.175.527,00 4.104.237,00 56.374.731,00 20.729.065,00 1.737.114,00 2.215.051,00 138.247,00 779.302,00 167.949,00 5.347.931,00 553.479,00 3.796.625,00 1.087.674,00 198.450,00 1.256.569,00 4.330.516,00 2.257.010,00 2.813.197,00 9.974,00 115.763,00 135.719,00 137.537,00 223.826.111,00	9.831.530,00 10.369.517,50 17.782.347,00 5.535.997,00 739.594,00 2.270.446,00 34.498.741,00 39.284.441,00 1.234.303,00 4.309.450,00 59.166.647,00 21.765.517,00 1.823.968,00 2.325.802,00 140.159,00 818.268,00 176.346,00 5.615.329,00 581.155,00 3.986.460,00 1.143.058,00 208.373,00 1.518.899,00 4.547.042,00 2.369.860,00 2.953.857,00 10.474,00 121.551,00 142.505,00 144.414,00 235.418.482,50	36.632.118,00 38.550.367,50 66.185.339,00 20.611.893,00 2.752.224,00 8.453.435,00 128.447.371,00 145.136.718,00 4.595.616,00 16.045.150,00 220.437.608,00 81.038.414,00 6.791.089,00 8.659.541,00 549.522,00 3.046.613,00 656.581,00 20.907.262,00 2.163.780,00 14.842.571,00 4.250.352,00 775.823,00 5.465.234,00 16.929.766,00 8.823.578,00 10.997.939,00 38.992,00 452.564,00 530.580,00 537.690,00 875.314.784,50	
	TOTAL	1.304,00	1.304,00	1.304,00	1.306,00	5.218,00		202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50	875.314.784,50


 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:20 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1391.3870-665	<b>Página</b> 33 / 33
--	--	--	--------------------------

**Metas Físicas e Financeiras**


**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 1 / 139																																																																																																																																																																																																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																												
<b>0 - ENCARGOS ESPECIAIS</b> Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais. Dividas referente parcelamentos com Dividas junto ao BADESC, PRECATORIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos. Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais. Credores 0 - Operações Especiais 2 - SAULO SPEROTTO Contínuo () Seguridade Social () Fiscal Fonte de financiamento: Macro objetivo:																																																																																																																																																																																																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																												
<b>Ação:</b>																																																																																																																																																																																																												
<b>0.1 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA</b> Tipo: 0 - Operação Especial Objetivo: Pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. Os juros referem - se a encargos de renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais. Produto: Pagamento de juros da dívida interna. Sigla: PJDI <b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Método de cálculo: Método de avaliação: <b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual																																																																																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Quantidade:</th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Índice Desagregado:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">235 - 1. 3001. 28. 843. 0. 0.1. 0. 329000</td> <td>100,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td colspan="2">4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Despesa PPA:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Estrutura Organizacional</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Unidade gestora:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Órgão orçamentário:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Unidade orçamentária:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Classificação Funcional</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Função:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Subfunção:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Estrutura Programática</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Programa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Natureza da Despesa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Categoria econômica:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Grupo de despesas:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Modalidade de aplicação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Fonte de recurso</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Global</td> <td>2018</td> <td>2019</td> <td>2020</td> <td>2021</td> <td colspan="2">Total</td> </tr> <tr> <td colspan="2">0,00</td> <td>225.000,00</td> <td>235.000,00</td> <td>250.000,00</td> <td>260.000,00</td> <td colspan="2">970.000,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total:</td> <td>0,00</td> <td>235.000,00</td> <td>250.000,00</td> <td>260.000,00</td> <td colspan="2">970.000,00</td> </tr> </tbody> </table>					Quantidade:		No período do PPA				Total		Índice Desagregado:		2018	2019	2020	2021			235 - 1. 3001. 28. 843. 0. 0.1. 0. 329000		100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		Despesa PPA:								Estrutura Organizacional								Unidade gestora:								Órgão orçamentário:								Unidade orçamentária:								Classificação Funcional								Função:								Subfunção:								Estrutura Programática								Programa:								Ação:								Subação:								Natureza da Despesa								Categoria econômica:								Grupo de despesas:								Modalidade de aplicação:								Elemento de despesa:								Fonte de recurso								100 - Recursos Ordinários								Global		2018	2019	2020	2021	Total		0,00		225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00		Total:		0,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00	
Quantidade:		No período do PPA				Total																																																																																																																																																																																																						
Índice Desagregado:		2018	2019	2020	2021																																																																																																																																																																																																							
235 - 1. 3001. 28. 843. 0. 0.1. 0. 329000		100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																																																						
Despesa PPA:																																																																																																																																																																																																												
Estrutura Organizacional																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:																																																																																																																																																																																																												
Órgão orçamentário:																																																																																																																																																																																																												
Unidade orçamentária:																																																																																																																																																																																																												
Classificação Funcional																																																																																																																																																																																																												
Função:																																																																																																																																																																																																												
Subfunção:																																																																																																																																																																																																												
Estrutura Programática																																																																																																																																																																																																												
Programa:																																																																																																																																																																																																												
Ação:																																																																																																																																																																																																												
Subação:																																																																																																																																																																																																												
Natureza da Despesa																																																																																																																																																																																																												
Categoria econômica:																																																																																																																																																																																																												
Grupo de despesas:																																																																																																																																																																																																												
Modalidade de aplicação:																																																																																																																																																																																																												
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																												
Fonte de recurso																																																																																																																																																																																																												
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																												
Global		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																						
0,00		225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00																																																																																																																																																																																																						
Total:		0,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00																																																																																																																																																																																																						
<b>Ação:</b>																																																																																																																																																																																																												
<b>0.2 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b> Tipo: 0 - Operação Especial Objetivo: Amortização da dívida através de pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. A dívidas referem - se a renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais. Produto: Amortização da dívida interna. Sigla: ADI <b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																												

<div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div></div><div>Página</div><div>2 / 139</div></div></div>									
Despesa PPA por Programa e Ação									
<div><div><div><div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida): 72 - Amortização da Dívida</div><div>Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)</div><div>Anual</div></div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado:</div></div><div><div>No período do PPA</div><div>2018201920202021Total</div><div>1,000001,000001,000001,000004,00000</div><div>25,0000025,0000025,0000025,0000025,00000</div></div></div></div></div>									
<div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão organotário:</div><div>Unidade organotária:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div><div>100 - Recursos Ordinários</div></div><div><div>236 - 1. 3001. 28. 843. 0. 0.2. 0. 459000</div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div><div>3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div><div>28 - Encargos Especiais</div><div>843 - Serviço da Dívida Interna</div><div>0 - ENCARGOS ESPECIAIS</div><div>2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</div><div>4 - Despesas de Capital</div><div>6 - Amortização da Dívida</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>Global</div><div>0,00</div><div>6.200.000,00</div><div>6.420.000,00</div><div>6.740.000,00</div><div>7.100.000,00</div><div>26.460.000,00</div></div></div></div></div>									
<div><div><div><div><div>Ação:</div><div>0.3 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</div><div>Tipo:</div><div>0 - Operação Especial</div><div>Objetivo:</div><div>Ação decorrentes de acordos e sentenças judiciais, que devem ser efetuados, naquilo que couberem, assim que o crédito esteja disponível, ocasião em que se configura o fato gerador, haja vista o caráter de ordem pública contido em aludidas normas.</div><div>Produto:</div><div>Pagamento de sentenças judiciais.</div><div>Sigla:</div><div>PGSJ</div><div>Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)</div><div>Método de cálculo:</div><div>Método de avaliação:</div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida): 73 - Pagamento de Sentenças Judiciais</div><div>Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)</div><div>Anual</div></div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado:</div></div><div><div>No período do PPA</div><div>2018201920202021Total</div><div>1,000001,000001,000001,000004,00000</div><div>25,0000025,0000025,0000025,0000025,00000</div></div></div></div></div>									
<div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão organotário:</div><div>Unidade organotária:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div><div>100 - Recursos Ordinários</div></div><div><div>238 - 1. 3001. 4. 122. 0. 0.3. 0. 319000</div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div><div>3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div><div>4 - Administração</div><div>122 - Administração Geral</div><div>0 - ENCARGOS ESPECIAIS</div><div>3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</div><div>3 - Despesas Correntes</div><div>1 - Pessoal e Encargos Sociais</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>Global</div><div>0,00</div><div>25.000,00</div><div>26.250,00</div><div>27.563,00</div><div>28.941,00</div><div>107.754,00</div></div></div></div></div>									



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 3 / 139
	http://www.caçador.sc.gov.br		
	tesouraria@caçador.sc.gov.br		

### Despesa PPA por Programa e Ação

**Despesa PPA:** 239 - 1. 3001. 4. 122. 0. 0. 3. 0. 339000

**Estrutura Organizacional**  
 Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Órgão orçamentário: 3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
**Classificação Funcional**  
 Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral  
**Estrutura Programática**  
 Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Ação: 3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS  
**Natureza da Despesa**  
 Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
 Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
 Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
 Elemento de despesa:

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>463.050,00</b>	<b>1.724.050,00</b>

#### Ação: 0.4 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

**Tipo:** 0 - Operação Especial  
**Objetivo:** Indenizações e Restituições, transação que consiste no ressarcimento de valores, cobrados indevidamente ou devolução de valores não utilizados.  
**Produto:** Indenizações e restituições.  
**Sigla:** INDRST

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:** 74 - Indenizações e Restituições

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desajustado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 237 - 1. 3001. 4. 122. 0. 0. 4. 0. 339000

**Estrutura Organizacional**  
 Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Órgão orçamentário: 3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
**Classificação Funcional**  
 Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral  
**Estrutura Programática**  
 Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Ação: 4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES  
**Natureza da Despesa**  
 Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
 Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
 Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
 Elemento de despesa:

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>409.500,00</b>	<b>429.975,00</b>	<b>451.474,00</b>	<b>1.680.949,00</b>

#### Ação: 0.5 PAGAMENTO AO PASEP

**Tipo:** 0 - Operação Especial  
**Objetivo:** Pagamento mensal referente a 1% da arrecadação municipal, para Programa de Formação do Servidor Público - PASEP, criado pela Lei Complementar nº 8, de 03.12.1970.  
**Produto:** Pagamento ao PASEP  
**Sigla:** PGPASEP

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)


Método de cálculo:


Método de avaliação:

**Despesa PPA por Programa e Ação**

### **Despesa PPA por Programa e Ação**

Elemento de despesa.		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fuente de recurso</b>	<b>Valores previstos:</b>					
100 - Recursos Ordinarios	Global	1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>1.320.000,00</b>	<b>1.386.000,00</b>	<b>1.455.300,00</b>	<b>1.528.065,00</b>	<b>5.689.365,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 5 / 139																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>1 - PROCESSO LEGISLATIVO</b> Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas. O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria. A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Público alvo: Tipo: Responsável: Horizonte temporal: Fonte de financiamento: Macro objetivo:	CAMARA LEGISLATIVA 2 - Apoio Administrativo 2 - SAULO SPEROTTO Contínuo ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Ação:</b> <b>1.1 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Tipo: 1 - Projetos Objetivo: MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL Produto: MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL Sigla: EST PATRIM																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$) ( )																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Meta física:</b> 99 - Modernização Estrutura Patrimonial Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desagregado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>12 - Câmara Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>1000 - PODER LEGISLATIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>1 - Legislativa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>31 - Ação Legislativa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>1 - PROCESSO LEGISLATIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>3 - Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesa:</td> <td>3 - Outras Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td><b>Global</b></td> <td><b>2018</b></td> <td><b>2019</b></td> <td><b>2020</b></td> <td><b>2021</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>450.000,00</td> <td>472.500,00</td> <td>496.125,00</td> <td>520.931,25</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>450.000,00</b></td> <td><b>472.500,00</b></td> <td><b>496.125,00</b></td> <td><b>520.931,25</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1.939.556,25</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>12 - Câmara Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>1000 - PODER LEGISLATIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>1 - Legislativa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>31 - Ação Legislativa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>1 - PROCESSO LEGISLATIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA							2018	2019	2020	2021	Total	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desagregado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA:</b>							<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:	12 - Câmara Municipal de Caçador						Órgão organotário:	1000 - PODER LEGISLATIVO						Unidade organotária:	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						<b>Classificação Funcional</b>							Função:	1 - Legislativa						Subfunção:	31 - Ação Legislativa						<b>Estrutura Programática</b>							Programa:	1 - PROCESSO LEGISLATIVO						Ação:	1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL						Subação:							<b>Natureza da Despesa</b>							Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes						Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes						Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas						Elemento de despesa:							<b>Fonte de recurso</b>							100 - Recursos Ordinários							<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>			0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,25			<b>0,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>472.500,00</b>	<b>496.125,00</b>	<b>520.931,25</b>							<b>Total</b>							1.939.556,25	<b>Despesa PPA:</b>							<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:	12 - Câmara Municipal de Caçador						Órgão organotário:	1000 - PODER LEGISLATIVO						Unidade organotária:	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						<b>Classificação Funcional</b>							Função:	1 - Legislativa						Subfunção:	31 - Ação Legislativa						<b>Estrutura Programática</b>							Programa:	1 - PROCESSO LEGISLATIVO						Ação:	1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL						Subação:						
		No período do PPA																																																																																																																																																																																																																																																																																										
		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<b>Índice Desagregado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<b>Despesa PPA:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:	12 - Câmara Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Órgão organotário:	1000 - PODER LEGISLATIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Unidade organotária:	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Função:	1 - Legislativa																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Subfunção:	31 - Ação Legislativa																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Programa:	1 - PROCESSO LEGISLATIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Ação:	1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,25																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		<b>0,00</b>	<b>450.000,00</b>	<b>472.500,00</b>	<b>496.125,00</b>	<b>520.931,25</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																						
						<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																						
						1.939.556,25																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<b>Despesa PPA:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:	12 - Câmara Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Órgão organotário:	1000 - PODER LEGISLATIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Unidade organotária:	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Função:	1 - Legislativa																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Subfunção:	31 - Ação Legislativa																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Programa:	1 - PROCESSO LEGISLATIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Ação:	1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																																												

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 6 / 139
	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		

<b>Natureza da Despesa</b>		<b>Valores previstos:</b>			
4 - Despesas de Capital		2018		2019	
4 - Investimentos		1.500.000,00		1.575.000,00	
90 - Aplicações Diretas		1.500.000,00		1.575.000,00	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.736.437,50	
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>		<b>1.736.437,50</b>	
<b>Ação:</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
2 - Atividades		1.500.000,00		1.653.750,00	
<b>Total:</b>		<b>1.500.000,00</b>		<b>1.653.750,00</b>	
<b>Ação:</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
2 - Atividades		1.500.000,00		1.736.437,50	
<b>Total:</b>		<b>1.500.000,00</b>		<b>1.736.437,50</b>	

<b>2.1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS</b>		<b>Valores previstos:</b>			
2 - Atividades		1.500.000,00		1.575.000,00	
<b>Total:</b>		<b>1.500.000,00</b>		<b>1.575.000,00</b>	
<b>Ação:</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
2 - Atividades		1.500.000,00		1.736.437,50	
<b>Total:</b>		<b>1.500.000,00</b>		<b>1.736.437,50</b>	

<b>Objetivo:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		1.500.000,00		1.575.000,00	
<b>Produto:</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		1.500.000,00		1.653.750,00	
<b>Sigla:</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
AT ADM OPER		1.500.000,00		1.736.437,50	


<b>Indicador (unidade de medida):</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
2 - Valor (R\$ - R\$ )		1.500.000,00		1.575.000,00	
<b>Método de cálculo:</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
Método de avaliação:		1.500.000,00		1.653.750,00	
<b>Meta física:</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
100 - Manutenção das Atividades Administrativas		1.500.000,00		1.736.437,50	
<b>Indicador (unidade de medida):</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)		1.500.000,00		1.653.750,00	
<b>Periodicidade de avaliação:</b>		<b>Global</b>		<b>2021</b>	
Atual		1.500.000,00		1.736.437,50	

<b>Quantidade:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
100.0000		1.00000		1.00000	
<b>Índice Desejado:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
208 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 21 - 0 - 319000		25,00000		25,00000	

<b>Despesa PPA:</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>Total</b>	
Estrutura Organizacional		100.00000		4.00000	
Unidade gestora:		100.00000		1.00000	
Órgão organotário:		100.00000		1.00000	
Unidade organotária:		100.00000		1.00000	
<b>Classificação Funcional</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Função:		1.00000		1.00000	
Subfunção:		31 - Ação Legislativa		25,00000	
<b>Estrutura Programática</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Programa:		1 - PROCESSO LEGISLATIVO		1.00000	
Ação:		1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		25,00000	
<b>Natureza da Despesa</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Categoria econômica:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Grupo de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Modalidade de aplicação:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Elemento de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		5.650.000,00	
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>		<b>5.650.000,00</b>	

<b>Despesa PPA:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Estrutura Organizacional		4.860.000,00		5.100.500,00	
Unidade gestora:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Órgão organotário:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Unidade organotária:		4.860.000,00		5.100.500,00	
<b>Classificação Funcional</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Função:		1.00000		1.00000	
Subfunção:		31 - Ação Legislativa		25,00000	
<b>Estrutura Programática</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Programa:		1 - PROCESSO LEGISLATIVO		1.00000	
Ação:		1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		25,00000	
<b>Natureza da Despesa</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Categoria econômica:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Grupo de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Modalidade de aplicação:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Elemento de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		5.650.000,00	
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>		<b>5.650.000,00</b>	

<b>Despesa PPA:</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Estrutura Organizacional		4.860.000,00		5.100.500,00	
Unidade gestora:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Órgão organotário:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Unidade organotária:		4.860.000,00		5.100.500,00	
<b>Classificação Funcional</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Função:		1.00000		1.00000	
Subfunção:		31 - Ação Legislativa		25,00000	
<b>Estrutura Programática</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Programa:		1 - PROCESSO LEGISLATIVO		1.00000	
Ação:		1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		25,00000	
<b>Natureza da Despesa</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>	
Categoria econômica:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Grupo de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Modalidade de aplicação:		4.860.000,00		5.100.500,00	
Elemento de despesa:		4.860.000,00		5.100.500,00	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>		<b>2020</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		5.650.000,00	
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>		<b>5.650.000,00</b>	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 77 / 139	
http://www.caçador.sc.gov.br      tesouraria@caçador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Despesa PPA:</b> 210 - 12 - 1001.1.31.1.2.1.0.339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 1000 - PODER LEGISLATIVO Unidade orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 1 - Legislativa Subfunção: 31 - Ação Legislativa					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO Ação: 1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários					
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 750.000,00 2019 787.500,00 2020 826.875,00 2021 868.218,75 Total 3.232.593,75					
<b>Ação: 2.7 ATUAÇÃO LEGISLATIVA</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR Produto: PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR Sigla: PATPAR					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$)					
Método de cálculo: Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b> 142 - Manutenção das Atividades Parlamentares Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual					
<b>Quantidade:</b> No período do PPA 2018 2019 2020 2021 Total 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000					
<b>Despesa PPA:</b> 211 - 12 - 1001.1.31.1.2.7.0.339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 1000 - PODER LEGISLATIVO Unidade orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 1 - Legislativa Subfunção: 31 - Ação Legislativa					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO Ação: 7 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários					
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 650.000,00 2019 682.500,00 2020 716.625,00 2021 752.456,25 Total 2.801.581,25					
<b>Ação: 2.8 MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO Produto: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO Sigla: MODERN GEST					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$)					
Método de cálculo: Método de avaliação:					





 <p><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</p>	<p>Resolução: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667</p>	<p>Página 9 / 139</p>
---	--	---------------------------

resolurafia@caçador.sc.gov.br

## Despesa PPA por Programa e Ação

### 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Programa:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

**Tipo:** 2 - Apoio Administrativo

**Responsável:** 2 - SAULO SPEROTTO

**Horizonte temporal:** Contínuo

**Fonte de financiamento:** ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal

**Macro objetivo:** ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal

**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

### Ação: 2.2 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Ação que visa assistir diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, coordenar as relações com as entidades da sociedade civil estabelecidas. Coordenar a manutenção e atualização de coletânea de leis municipais, bem como das legislações federal e estadual, de interesse do Município. Propiciar a unificação de pareceres sobre questões jurídicas, sugerindo revisões na legislação e formulando, independentemente de designação específica, arguição de inconstitucionalidade, quando for o caso. Propor o encaminhamento de representação de quaisquer normas municipais, ou sobre as consultas que devam ser formuladas pelos órgãos da Prefeitura.

**Produto:** Gabinete do prefeito.

**Sigla:** GAB PREF

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (68 - R\$, R\$ )

**Método de cálculo:** Método de avaliação:

**Meta física:** 19 - Manutenção das Atividades (Ano)

**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Quantidade:** No período do PPA

**Índice desejado:** 1 - 1. 2001 . 4. 122. 2. 2.2. 0. 319000

**Despesa PPA:** 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

**Estrutura Organizacional:** 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

**Órgão gestor:** 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional:** 4 - Administração

**Função:** 122 - Administração Geral

**Estrutura Programática:** 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Programa:** 2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

**Ação:** 3 - Despesas Correntes

**Subação:** 1 - Pessoal e Encargos Sociais

**Natureza da Despesa:** 90 - Aplicações Diretas

**Grupo de despesa:** 1 - Pessoal e Encargos Sociais

**Modalidade de aplicação:** 90 - Aplicações Diretas

**Elemento de despesa:** 90 - Aplicações Diretas

**Fonte de recursos:** 100 - Recursos Ordinários

**Total:** 100 - Recursos Ordinários

**Valores previstos:** Global 0,00

**2 - 1. 2001 . 4. 122. 2. 2.2. 0. 339000**

**Despesa PPA:** 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

**Estrutura Organizacional:** 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

**Órgão gestor:** 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional:** 4 - Administração

**Função:** 122 - Administração Geral

**Subfunção:** 122 - Administração Geral

**Total:** 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Global 2018 2019 2020 2021 Total**

2.084.040,00 2.188.242,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

0,00 0,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

2.084.040,00 2.188.242,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

2.084.040,00 2.188.242,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

2.084.040,00 2.188.242,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

2.084.040,00 2.188.242,00 2.297.654,00 2.412.537,00 8.982.473,00

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caxador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div><div>tesouraria@caxador.sc.gov.br</div><div></div></div>		<div><div>Emissão:15/12/2017 10:21</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1938-8627-667</div></div>		<div><div>Página</div><div>10 / 139</div></div>	
Despesa PPA por Programa e Ação							
Estrutura Programática							
Programa: <div>2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div>							
Ação: <div>2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO</div>							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica: <div>3 - Despesas Correntes</div>							
Grupo de despesa: <div>3 - Outras Despesas Correntes</div>							
Modalidade de aplicação: <div>90 - Aplicações Diretas</div>							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
Global							
2018							
2019							
2020							
2021							
Total							
100 - Recursos Ordinários							
1.050,00							
1.103,00							
1.160,00							
1.215,00							
4.528,00							
1.075.000,00							
1.166.375,00							
1.224.694,00							
1.285.928,00							
4.751.997,00							
1.076.050,00							
1.167.478,00							
1.225.854,00							
1.287.143,00							
4.756.525,00							
Despesa PPA:							
3 - 1. 2001 . 4. 122. 2. 2.2. 0. 319100							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora: <div>1 - Prefeitura Municipal de Caxador</div>							
Órgão organotário: <div>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div>							
Unidade organotária: <div>2001 - GABINETE DO PREFEITO</div>							
Classificação Funcional							
Função: <div>4 - Administração</div>							
Subfunção: <div>122 - Administração Geral</div>							
Estrutura Programática							
Programa: <div>2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div>							
Ação: <div>2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO</div>							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica: <div>3 - Despesas Correntes</div>							
Grupo de despesa: <div>1 - Pessoal e Encargos Sociais</div>							
Modalidade de aplicação: <div>91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div>							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
Global							
2018							
2019							
2020							
2021							
Total							
100 - Recursos Ordinários							
179.970,00							
188.970,00							
198.415,00							
208.340,00							
775.695,00							
4 - 1. 2001 . 4. 122. 2. 2.2. 0. 449000							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora: <div>1 - Prefeitura Municipal de Caxador</div>							
Órgão organotário: <div>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div>							
Unidade organotária: <div>2001 - GABINETE DO PREFEITO</div>							
Classificação Funcional							
Função: <div>4 - Administração</div>							
Subfunção: <div>122 - Administração Geral</div>							
Estrutura Programática							
Programa: <div>2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div>							
Ação: <div>2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO</div>							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica: <div>4 - Despesas de Capital</div>							
Grupo de despesa: <div>4 - Investimentos</div>							
Modalidade de aplicação: <div>90 - Aplicações Diretas</div>							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
Global							
2018							
2019							
2020							
2021							
Total							
100 - Recursos Ordinários							
210.000,00							
220.500,00							
231.500,00							
243.100,00							
905.100,00							
1.050,00							
1.103,00							
1.160,00							
1.215,00							
4.528,00							
1.050.000,00							
1.166.375,00							
1.224.694,00							
1.285.928,00							
4.751.997,00							
212.100,00							
222.706,00							
233.820,00							
245.530,00							
914.156,00							
2.3 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA							
Ação:							
2 - Atividades							
Tipo:							
Objetivo:							
Ação que envolve o cultivo de contatos jornalísticos, sugestões de pautas, agendamento e preparação de entrevistas, divulgação de serviços, garantindo a população a divulgação dos atos e fatos administrativos.							
Produto:							
Assessoria de imprensa.							
Sigla:							
ASSES IMPREN							
Indicador (unidade de medida):							
2 - Valor (R\$ - R\$ )							
Método de cálculo:							
Método de avaliação:							

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 85.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Resourathia@caçador.sc.gov.br</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 12 / 139
---	--------------------------------------	--	---------------------------

## Despesa PPA por Programa e Ação

**Despesa PPA:**  
**6 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.4. 0. 449000**

<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organentário: Unidade organentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>	1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2001 - GABINETE DO PREFEITO 4 - Administração 122 - Administração Geral 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 4 - MANUTENÇÃO DO PROCON 4 - Despesas de Capital 4 - Investimentos 90 - Aplicações Diretas 100 - Recursos Ordinários <b>Global</b> 0,00 <b>0,00</b>	<b>Valores previstos:</b> <b>2018</b> 10.500,00 <b>2019</b> 11.025,00 <b>2020</b> 11.580,00 <b>2021</b> 12.160,00 <b>Total</b> 45.265,00 <b>45.265,00</b>
---	--	--

**Despesa PPA:**  
**86 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.4. 0. 339000**

<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organentário: Unidade organentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>	1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2001 - GABINETE DO PREFEITO 4 - Administração 122 - Administração Geral 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 4 - MANUTENÇÃO DO PROCON 3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas 100 - Recursos Ordinários <b>Global</b> 0,00 <b>0,00</b>	<b>Valores previstos:</b> <b>2018</b> 178.500,00 <b>2019</b> 187.430,00 <b>2020</b> 196.800,00 <b>2021</b> 206.640,00 <b>Total</b> 769.370,00 <b>769.370,00</b>
---	---	--

**Ação:** **1.4 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON**

**Tipo:** 1 - Projetos  
**Objetivo:** Construção da sede administrativa do Procon, com finalidade de garantir a mediação de casos conflituosos entre os clientes e consumidores insatisfeitos com os serviços ou produtos disponibilizados por determinada empresa ou estabelecimento.

**Produto:** Sede do PROCON

**Sigla:** PROCON

**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:** 18 - Obra (Un)


Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN )

Periodicidade de avaliação:

<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desagregado:</b> <b>126 - 1. 2001. 4. 122. 2. 1.4. 0. 449000</b>	<b>No período do PPA</b> 2018 1,00000 25,00000	<b>2019</b> 1,00000 25,00000 <b>2020</b> 1,00000 25,00000 <b>2021</b> 1,00000 25,00000 <b>Total</b> 4,00000
---	---	---

**Despesa PPA:**  
**126 - 1. 2001. 4. 122. 2. 1.4. 0. 449000**

<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organentário: Unidade organentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2001 - GABINETE DO PREFEITO 4 - Administração 122 - Administração Geral	<b>2018</b> 1,00000 25,00000 <b>2019</b> 1,00000 25,00000 <b>2020</b> 1,00000 25,00000 <b>2021</b> 1,00000 25,00000 <b>Total</b> 4,00000
--	--	---

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesoraria@cacador.sc.gov.br <b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 13 / 139
--	--	---	--	---	--------------------

<b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 2018 50.000,00 2019 52.500,00 2020 54.600,00 2021 57.330,00 <b>Total</b> 214.430,00	
--	--	---	--

<b>Ação: 2.5 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Ação que visa centralizar, coordenar, analisar, estudar, dar parecer e propor diretrizes na área de Administração Municipal. Planejar, coordenar e executar os sistemas de administração da Prefeitura de Caçador. Administração centralizada de pessoal, material, patrimônio e manutenção de bens móveis. Produto: Secretaria de administração. Sigla: MAN SEC ADM <b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$)		<b>Meta física:</b> 29 - Manutenção das Atividades (Ano) Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual	
--	--	---	--

<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Subação:		<b>No período do PPA</b> Global 100,00000 2018 1,00000 2019 25,00000 2020 25,00000 2021 25,00000 <b>Total</b> 4,00000	
--	--	---	--


<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 2018 794.325,00 2019 834.040,00 2020 875.740,00 2021 919.530,00 <b>Total</b> 3.423.635,00	
--	--	---	--

<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Subação:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 2018 794.325,00 2019 834.040,00 2020 875.740,00 2021 919.530,00 <b>Total</b> 3.423.635,00	
--	--	---	--


  

<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 2018 794.325,00 2019 834.040,00 2020 875.740,00 2021 919.530,00 <b>Total</b> 3.423.635,00	
--	--	---	--

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		resourcelia@cacador.sc.gov.br <b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		Página 147 / 139	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		2018	2019	2020	2021
<b>Total:</b>		Global		0,00	2.819.135,00	2.960.091,00	3.108.096,00
<b>Despesa PPA:</b> 16 - 1. 2002. 4. 123. 2. 2.5. 0. 449000		Global		0,00	2.684.890,00	2.960.091,00	3.108.096,00
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		2018	2019	2020	2021
<b>Total:</b>		Global		0,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		0,00	21.000,00	23.152,00	24.310,00
<b>Total:</b>		Global		0,00	21.000,00	23.152,00	24.310,00
<b>Despesa PPA:</b> 17 - 1. 2002. 4. 123. 2. 2.5. 0. 339300		Global		0,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Outras Despesas Correntes Grupo de despesa: 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe Modalidade de aplicação: 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe Elemento de despesa: 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		2018	2019	2020	2021
<b>Total:</b>		Global		0,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		0,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00
<b>Total:</b>		Global		0,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00
<b>Despesa PPA:</b> 93 - 1. 2002. 4. 123. 2. 2.5. 0. 319000		Global		0,00	31.500,00	34.730,00	36.465,00
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		2018	2019	2020	2021
<b>Total:</b>		Global		0,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global		0,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00
<b>Total:</b>		Global		0,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00




<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caxador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>tesouraria@caxador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>15 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação							
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
Órgão orçamentário:							
Unidade orçamentária:							
Classificação Funcional							
Função:							
Subfunção:							
Estrutura Programática							
Programa:							
Ação:							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
Grupo de despesa:							
Modalidade de aplicação:							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
Órgão orçamentário:							
Unidade orçamentária:							
Classificação Funcional							
Função:							
Subfunção:							
Estrutura Programática							
Programa:							
Ação:							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
Grupo de despesa:							
Modalidade de aplicação:							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
Órgão orçamentário:							
Unidade orçamentária:							
Classificação Funcional							
Função:							
Subfunção:							
Estrutura Programática							
Programa:							
Ação:							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
Grupo de despesa:							
Modalidade de aplicação:							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
Órgão orçamentário:							
Unidade orçamentária:							
Classificação Funcional							
Função:							
Subfunção:							
Estrutura Programática							
Programa:							
Ação:							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
Grupo de despesa:							
Modalidade de aplicação:							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
Órgão orçamentário:							
Unidade orçamentária:							
Classificação Funcional							
Função:							
Subfunção:							
Estrutura Programática							
Programa:							
Ação:							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
Grupo de despesa:							
Modalidade de aplicação:							
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesoraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 16 / 139
--	--	--	--	---	--------------------

### Despesa PPA por Programa e Ação

Classificação Funcional		4 - Administração		2018		2019		2020		2021		Total	
Subfunção:		123 - Administração Financeira											
Estrutura Programática		2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
Programa:		5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											
Ação:													
Subação:													
Natureza da Despesa		3 - Despesas Correntes											
Categoria econômica:		3 - Outras Despesas Correntes											
Grupo de despesa:													
Modalidade de aplicação:		72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos											
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso		100 - Recursos Ordinários											
Global		0,00		31.500,00		33.075,00		34.728,00		36.465,00		135.768,00	
Total:		0,00		31.500,00		33.075,00		34.728,00		36.465,00		135.768,00	
Ação:		2.6 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO											
Tipo:		2 - Atividades											
Objetivo:		Ação permanente e essencial ao exercício da função administrativa e da atuação na defesa judicial do Município. Responsável, em toda a sua plenitude, pela defesa de interesses da municipalidade em juízo e fora dele.											
Produto:		Procuradoria geral do município.											
Sigla:		PROGEM											
Indicador (unidade de medida):		2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )											
Método de cálculo:													
Método de avaliação:													
Meta física:		22 - Manutenção das Atividades (Ano)											
Indicador (unidade de medida):		11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)											
Periodicidade de avaliação:		Anual											
Quantidade:													
Índice Desajustado:		7 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.6. 0. 319100											
Despesa PPA:													
Estrutura Organizacional													
Unidade gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Órgão orçamentário:		2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO											
Unidade orçamentária:		2001 - GABINETE DO PREFEITO											
Classificação Funcional													
Função:		4 - Administração											
Subfunção:		122 - Administração Geral											
Estrutura Programática													
Programa:		2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
Ação:		6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO											
Subação:													
Natureza da Despesa													
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes											
Grupo de despesa:		1 - Pessoal e Encargos Sociais											
Modalidade de aplicação:		91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social											
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso		100 - Recursos Ordinários											
Global		0,00		105.000,00		110.250,00		115.762,00		121.550,00		452.562,00	
Total:		0,00		105.000,00		110.250,00		115.762,00		121.550,00		452.562,00	
Despesa PPA:		8 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.6. 0. 449000											
Estrutura Organizacional													
Unidade gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Órgão orçamentário:		2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO											
Unidade orçamentária:		2001 - GABINETE DO PREFEITO											
Classificação Funcional													
Função:		4 - Administração											
Subfunção:		122 - Administração Geral											
Estrutura Programática													
Programa:		2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO											
Ação:		6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO											
Subação:													

No período do PPA					Total
	2018	2019	2020	2021	
Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
	100,00000				

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	http://www.cacador.sc.gov.br tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio	Página 18 / 139
	Chave de autenticação: 1938-8627-667			

## Despesa PPA por Programa e Ação

89 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.9. 0. 335000

Despesa PPA:

Estrutura Organizacional

Unidade gestora:

Órgão gestor:

Unidade orçamentária:

Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

Estrutura Programática

Programa:

Ação:

Subação:

Natureza da Despesa

Categoria econômica:

Grupo de despesa:

Modalidade de aplicação:

Elemento de despesa:

Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

Total:

Global

0,00

2018

63.000,00

2019

66.150,00

2020

69.457,00

2021

72.930,00

Total

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

271.537,00

Ação: 2.10 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Conjunto de ações, interligadas, buscando o controle global, envolvendo aspectos patrimonial, orçamentário, financeiro, econômico, etc.

Produto: Controle interno.

Sigla: CONT INTER

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física:

Indicador (unidade de medida):

Periodicidade de avaliação:

24 - Manutenção das Atividades (Ano)

11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Quantidade:

Índice desejado:

9 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.10. 0. 335000

Despesa PPA:

Estrutura Organizacional

Unidade gestora:

Órgão gestor:

Unidade orçamentária:

Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

Estrutura Programática

Programa:

Ação:

Subação:

Natureza da Despesa

Categoria econômica:

Grupo de despesa:

Modalidade de aplicação:

Elemento de despesa:

Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

Total:

Global

0,00

2018

12.600,00

2019

13.230,00

2020

13.891,00

2021

14.586,00

Total

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00

54.307,00


54.307,00

54.307,00


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 19 / 139
	tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	

### Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 10 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b>		<b>2018</b> 5.250,00	<b>2019</b> 5.512,00
<b>Total:</b>		<b>Global</b> 0,00		<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Ação: 2.11 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		<b>Global</b> 0,00		<b>2018</b> 5.250,00	<b>2019</b> 5.512,00
<b>Objetivo:</b> Manutenção das atividades do gabinete do vice-prefeito.				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Produto:</b> Gabinete do Vice - Prefeito				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Sigla:</b> GAB VP				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$)				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Método de cálculo:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Método de avaliação:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Meta física:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Indicador (unidade de medida):</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Periodicidade de avaliação:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Quantidade:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Índice desejado:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Despesa PPA:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Estrutura Organizacional</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Unidade orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Classificação Funcional</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Função: 4 - Administração				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Subfunção: 122 - Administração Geral				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Estrutura Programática</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Ação: 11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Natureza da Despesa</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Elemento de despesa:				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Fonte de recurso</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
100 - Recursos Ordinários				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Total:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Despesa PPA:</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Estrutura Organizacional</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Unidade orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Classificação Funcional</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Função: 4 - Administração				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Subfunção: 122 - Administração Geral				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Estrutura Programática</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Ação: 11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
<b>Natureza da Despesa</b>				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00
Elemento de despesa:				<b>2020</b> 5.788,00	<b>2021</b> 6.077,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 20 / 139		
tesouraria@caçador.sc.gov.br						
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>						
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários	<b>Valores previstos:</b> Global 0,00	2018 10.500,00	2019 11.025,00	2020 11.576,00	2021 12.155,00	Total 45.256,00
<b>Total:</b>	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
<b>Ação: 2.15 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA</b>						
Tipo: 2 - Atividades						
Objetivo: Ação que visa planejar, coordenar, normatizar e executar os sistemas de administração da Prefeitura de Caçador, abrangendo os setores contábil, financeiro e tributário.						
Produto: Secretaria da fazenda						
Sigla: SECEFAZ						
Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)						
Método de cálculo: Método de avaliação:						
Meta física: Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:						
156 - Manutenção da Secretaria da Fazenda 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Anual						
Quantidade: Índice Desajustado:						
38 - 1. 2011. 4. 123. 2. 2.15. 0. 319100						
<b>Despesa PPA:</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						
Unidade organotária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA						
<b>Classificação Funcional</b>						
Função: 4 - Administração						
Subfunção: 123 - Administração Financeira						
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
Ação: 15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes						
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais						
Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>						
100 - Recursos Ordinários						
<b>Total:</b>						
Global 0,00						
2018 530.880,00						
2019 557.424,00						
2020 585.295,00						
2021 614.560,00						
Total 2.288.159,00						
<b>Despesa PPA:</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						
Unidade organotária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA						
<b>Classificação Funcional</b>						
Função: 4 - Administração						
Subfunção: 123 - Administração Financeira						
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
Ação: 15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital						
Grupo de despesa: 4 - Investimentos						
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas						
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>						
100 - Recursos Ordinários						
<b>Total:</b>						
Global 0,00						
2018 52.500,00						
2019 55.125,00						
2020 57.881,00						
2021 60.775,00						
Total 226.281,00						
<b>Despesa PPA:</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						
Unidade organotária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA						



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 21 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
<b>Ação:</b>				
<b>1.26 CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL</b>				
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos				
<b>Objetivo:</b> Formação de grupos de estudos empresariais comprometidos com o crescimento econômico do município. O Centro Empresarial poderá fortalecer e dar mais expressividade a região.				
<b>Produto:</b> Centro empresarial.				
<b>Sigla:</b> CEMP				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
<b>Método de cálculo:</b>				
<b>Método de avaliação:</b>				
<b>Meta física:</b>				
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
Periodicidade de avaliação: Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desagregado:</b>				
<b>29 - 1.2009 - 22.662.2.1.26.0.449000</b>				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO <b>Classificação Funcional</b> Função: 22 - Indústria Subfunção: 662 - Produção Industrial <b>Estrutura Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Ação: 26 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL Subação:				
<b>Global</b>				
<b>2018</b>				
<b>2019</b>				
<b>2020</b>				
<b>2021</b>				
<b>Total</b>				
<b>0,00</b>				
<b>1.681.315,00</b>				
<b>1.765.381,00</b>				
<b>1.853.650,00</b>				
<b>1.946.332,00</b>				
<b>7.246.678,00</b>				
<b>Global</b>				
<b>0,00</b>				
<b>556.500,00</b>				
<b>584.325,00</b>				
<b>613.541,00</b>				
<b>644.218,00</b>				
<b>2.398.584,00</b>				
<b>Global</b>				
<b>0,00</b>				
<b>100,00000</b>				
<b>1,00000</b>				
<b>25,00000</b>				
<b>1,00000</b>				
<b>25,00000</b>				
<b>4,00000</b>				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 22 / 139
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>				


### Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global: 0,00 2018: 21.050,00 2019: 21.103,00 2020: 21.158,00 2021: 21.216,00 <b>Total: 84.527,00</b>	
<b>Ação: 1.35 PROJETO MÃO DADAS</b> Tipo: 1 - Projetos Objetivo: O projeto De Mãos Dadas - Artesanato Sustentável, que tem como objetivo agregar identidade e mais valor a produtos artesanais. Valorizando a mão de obra e a cultura local. Produto: Artesanato Sustentável, para agregar identidade e mais valor a produtos artesanais. Sigla: PMD			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Método de cálculo: Meta física: Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:			
162 - PROJETO MÃO DADAS 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Anual		<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 278 - 1. 2009 - 4. 122 - 2. 1.35 - 0 - 339000 1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2009 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 4 - Administração 122 - Administração Geral 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 35 - PROJETO MÃO DADAS 3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade orçamentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valores previstos:</b> Global: 0,00 2018: 20.000,00 2019: 21.000,00 2020: 22.050,00 2021: 23.153,00 <b>Total: 86.203,00</b>	
<b>Ação: 2.83 CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Contribuição financeira a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, e a Confederação Nacional dos Municípios - CNM. Produto: Contribuição para AMARP, FECAM e CNM. Sigla: CONT ASSOC			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (68 - R\$, R\$) Método de cálculo: Meta física: Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:			
132 - Contribuição para AMARP, FECAM, CNM 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Anual		<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 241 - 1. 2002 - 4. 122 - 2. 2.83 - 0 - 335000 1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade orçamentária:		<b>Valores previstos:</b> Global: 0,00 2018: 1,00000 2019: 1,00000 2020: 1,00000 2021: 1,00000 <b>Total: 4,00000</b>	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 237 / 139
	tesouraria@cacador.sc.gov.br		
	http://www.cacador.sc.gov.br		


## Despesa PPA por Programa e Ação

Classificação Funcional		Valores previstos:					Total	
Função:		Global	2018	2019	2020	2021		
122 - Administração Geral		0,00	312.000,00	330.000,00	345.000,00	360.000,00	1.347.000,00	
<b>Estrutura Programática</b>								
Programa:	2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Ação:	83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM							
Subação:								
<b>Natureza da Despesa</b>								
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes							
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes							
Modalidade de aplicação:	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos							
Elemento de despesa:								
<b>Fonte de recurso</b>								
100 - Recursos Ordinários								
<b>Total:</b>	<b>2.87 MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>312.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>345.000,00</b>	<b>360.000,00</b>	<b>1.347.000,00</b>	
<b>Ação:</b>								
<b>Tipo:</b>	2 - Atividades							
<b>Objetivo:</b>	Promover a proteção do cidadão, articulando e integrando com os demais organismos governamentais em seus diversos níveis juntamente com a sociedade civil, visa ainda organizar e ampliar a capacidade de defesa ágil, eficiente e solidária da comunidade, além de estabelecer um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.							
<b>Produto:</b>	Defesa civil.							
<b>Sigla:</b>	FDCVIL							
<b>Indicador (unidade de medida):</b>	2 - Valor (R\$, R\$, R\$)							
<b>Método de cálculo:</b>								
<b>Método de avaliação:</b>								
<b>Meta física:</b>	25 - Manutenção das Atividades (Ano)							
<b>Indicador (unidade de medida):</b>	11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
<b>Periodicidade de avaliação:</b>	Atual							
<b>Quantidade:</b>								
<b>Indice Desejado:</b>								
<b>No período do PPA</b>								
<b>Despesa PPA:</b>								
<b>Estrutura Organizacional</b>								
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							
Unidade organotária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO							
<b>Classificação Funcional</b>								
Função:	6 - Segurança Pública							
Subfunção:	182 - Defesa Civil							
<b>Estrutura Programática</b>								
Programa:	2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Ação:	87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL							
Subação:								
<b>Natureza da Despesa</b>								
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes							
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais							
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas							
Elemento de despesa:								
<b>Fonte de recurso</b>								
100 - Recursos Ordinários								
<b>Total:</b>	<b>11 - 1 . 2001 . 6 . 182 . 2 . 2.87 . 0 . 339000</b>	<b>0,00</b>	<b>80.963,00</b>	<b>85.010,00</b>	<b>89.261,00</b>	<b>93.724,00</b>	<b>348.958,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b>								
<b>Estrutura Organizacional</b>								
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							
Unidade organotária:	2001 - GABINETE DO PREFEITO							
<b>Classificação Funcional</b>								
Função:	6 - Segurança Pública							
Subfunção:	182 - Defesa Civil							
<b>Estrutura Programática</b>								
Programa:	2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Ação:	87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL							
Subação:								

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 24 / 139
	tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		

### Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Outras Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																							
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros			<b>Valores previstos:</b>			<b>Global</b>																	
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>			<b>2018</b> 315.000,00 1.050,00 <b>316.050,00</b>			<b>2019</b> 330.750,00 1.103,00 <b>331.853,00</b>			<b>2020</b> 347.288,00 1.158,00 <b>348.446,00</b>			<b>2021</b> 364.652,00 1.216,00 <b>365.868,00</b>			<b>Total</b> 1.357.690,00 4.527,00 <b>1.362.217,00</b>					
<b>Ação:</b> <b>2.88 MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE</b>																							
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																							
<b>Objetivo:</b> Manutenção das atividades para munintenção da intendência de Taquara Verde																							
<b>Produto:</b> Intendência de Taquara Verde																							
<b>Sigla:</b> INTTV																							
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )																							
Método de cálculo:																							
Método de avaliação:																							
<b>Meta física:</b>																							
Indicador (unidade de medida):																							
Periodicidade de avaliação:																							
			<b>No período do PPA</b>																				
<b>Quantidade:</b>																							
<b>Índice Desagregado:</b>																							
<b>12 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.88. 0. 339000</b>																							
<b>Despesa PPA:</b>																							
<b>Estrutura Organizacional</b>																							
Unidade gestora:																							
Órgão orçamentário:																							
Unidade orçamentária:																							
<b>Classificação Funcional</b>																							
Função:																							
Subfunção:																							
<b>Estrutura Programática</b>																							
Programa:																							
Ação:																							
Subação:																							
<b>Natureza da Despesa</b>																							
Categoria econômica:																							
Grupo de despesa:																							
Modalidade de aplicação:																							
Elemento de despesa:																							
<b>Fonte de recurso</b>			<b>Valores previstos:</b>			<b>Global</b>			<b>2018</b>			<b>2019</b>			<b>2020</b>			<b>2021</b>			<b>Total</b>		
100 - Recursos Ordinários						0,00			157.500,00			165.375,00			173.644,00			182.326,00			678.845,00		
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>			<b>157.500,00</b>			<b>165.375,00</b>			<b>173.644,00</b>			<b>182.326,00</b>			<b>678.845,00</b>					
<b>Despesa PPA:</b> <b>2.88 1. 2001. 4. 122. 2. 2.88. 0. 319000</b>																							
<b>Estrutura Organizacional</b>																							
Unidade gestora:																							
Órgão orçamentário:																							
Unidade orçamentária:																							
<b>Classificação Funcional</b>																							
Função:																							
Subfunção:																							
<b>Estrutura Programática</b>																							
Programa:																							
Ação:																							
Subação:																							
<b>Natureza da Despesa</b>																							
Categoria econômica:																							
Grupo de despesa:																							
Modalidade de aplicação:																							
Elemento de despesa:																							
<b>Fonte de recurso</b>			<b>Valores previstos:</b>			<b>Global</b>			<b>2018</b>			<b>2019</b>			<b>2020</b>			<b>2021</b>			<b>Total</b>		
100 - Recursos Ordinários						0,00			48.027,00			50.428,00			52.950,00			55.597,00			207.002,00		
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>			<b>48.027,00</b>			<b>50.428,00</b>			<b>52.950,00</b>			<b>55.597,00</b>			<b>207.002,00</b>					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 03.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 25 / 139
	resourcatalia@cacador.sc.gov.br	

## Despesa PPA por Programa e Ação

Despesa PPA: 92 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.88. 0. 449000

### Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão organotário:  
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade organotária:  
2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função:  
4 - Administração  
Subfunção:  
122 - Administração Geral

### Estrutura Programática

Programa:  
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Ação:  
88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE

### Natureza da Despesa

Categoria econômica:  
4 - Despesas de Capital  
Grupo de despesas:  
4 - Investimentos  
Modalidade de aplicação:  
90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:

Fonte de recurso	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	19.950,00	20.948,00	21.995,00	23.095,00	85.988,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>19.950,00</b>	<b>20.948,00</b>	<b>21.995,00</b>	<b>23.095,00</b>	<b>85.988,00</b>

### Ação: 2.91 CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Ação destinada a conceder recursos financeiros a centros comunitários formados por moradores da periferia da cidade ou interior, que desenvolvam atividades de cunho socioeducativo.

Produto: Contribuição financeira a centros comunitários.

Sigla: CONT CENT COM

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física: 27 - Entidade Beneficiada (Un)

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Quantidade:	2018	2019	2020	2021	Total
11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Total:</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>1,00000</b>	<b>4,00000</b>

### Despesa PPA: 13 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.91. 0. 335000

### Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão organotário:  
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade organotária:  
2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função:  
4 - Administração  
Subfunção:  
122 - Administração Geral

### Estrutura Programática

Programa:  
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Ação:  
91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS

### Natureza da Despesa

Categoria econômica:  
3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesas:  
3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação:  
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Elemento de despesa:

Fonte de recurso	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	99.800,00	104.790,00	110.030,00	115.531,00	430.151,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>99.800,00</b>	<b>104.790,00</b>	<b>110.030,00</b>	<b>115.531,00</b>	<b>430.151,00</b>

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>http://www.caçador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>28 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação							
Despesa PPA: 25 - 1 . 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.14 . 0 . 339000							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
2000 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Órgão organotário:							
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							
Unidade organotária:							
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Classificação Funcional							
Função:							
6 - Segurança Pública							
Subfunção:							
181 - Policiamento							
Estrutura Programática							
Programa:							
14 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Ação:							
14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
3 - Despesas Correntes							
Grupo de despesa:							
3 - Outras Despesas Correntes							
Modalidade de aplicação:							
90 - Aplicações Diretas							
Elemento de despesa:							
Fontes de recursos							
111 - Convênio de Trânsito - Civil							
110 - Convênio de Trânsito - Militar							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
25 - 1 . 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.14 . 0 . 449000							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:							
2000 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Órgão organotário:							
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							
Unidade organotária:							
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Classificação Funcional							
Função:							
6 - Segurança Pública							
Subfunção:							
181 - Policiamento							
Estrutura Programática							
Programa:							
14 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Ação:							
14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA							
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:							
4 - Despesas de Capital							
Grupo de despesa:							
4 - Investimentos							
Modalidade de aplicação:							
90 - Aplicações Diretas							
Elemento de despesa:							
Fontes de recursos							
111 - Convênio de Trânsito - Civil							
110 - Convênio de Trânsito - Militar							
100 - Recursos Ordinários							
Total:							
2.16 AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.							
Ação:							
Tipo:							
2 - Atividades							
Objetivo:							
A ação será destinados a custear despesas advindas da manutenção, aquisição de equipamentos e ampliação de estações da corporação. Tem como objetivos a proteção e o salvamento dos bens materiais e, principalmente, da vida dos habitantes no município de Caçador, em casos de calamidades públicas, incêndios e acidentes em geral, bem como, desenvolver atividades que visam à prática da prevenção de sinistros.							
Produto:							
Auxílio financeiro a bombeiros voluntários.							
Sigla:							
AUX FIN BOMB VOL							
Indicador (unidade de medida):							
2 - Valor (R\$, R\$ )							
Método de cálculo:							
Método de avaliação:							
Meta física:							
38 - Manutenção das Atividades (Ano)							
Indicador (unidade de medida):							
11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
Periodicidade de avaliação:							
Anual							
No período do PPA							
Quantidade:							
Índice Desejado:							
2018							
2019							
2020							
2021							
Total							
1,00000							
1,00000							
25,00000							
1,00000							
4,00000							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 29 / 139
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

### Despesa PPA por Programa e Ação

Despesa PPA: 49 - 1. 2004 . 6. 181 . 4 . 2.16 . 0 . 335000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora:  
1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário:  
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária:  
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Classificação Funcional**

Função:  
6 - Segurança Pública  
Subfunção:  
181 - Policiamento

**Estrutura Programática**

Programa:  
4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Ação:  
16 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica:  
3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa:  
3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação:  
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Elemento de despesa:

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>						
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00	5.430.758,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>1.260.000,00</b>	<b>1.323.000,00</b>	<b>1.389.150,00</b>	<b>1.458.608,00</b>	<b>5.430.758,00</b>

**Ação: 1.36 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO**

Tipo:  
1 - Projetos

Objetivo:  
A iniciativa tem por objetivo contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior. A educação no trânsito nas escolas auxiliar, ainda, na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

Produto:  
Campanhas e projetos para a educação no trânsito.

Sigla:  
EDTR

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física:  
176 - Educação no Trânsito

Indicador (unidade de medida):  
11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:  
Anual

	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Quantidade:</b>						
<b>Índice Desajustado:</b>						
283 - 1. 2004 . 6. 181 . 4 . 1.36 . 0 . 335000	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000

**Despesa PPA:**

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora:  
1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário:  
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária:  
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Classificação Funcional**

Função:  
6 - Segurança Pública  
Subfunção:  
181 - Policiamento


**Estrutura Programática**

Programa:  
4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Ação:  
36 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

**Natureza da Despesa**


Categoria econômica:  
3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa:  
3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação:  
90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>						
100 - Recursos Ordinários	0,00	15.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	75.000,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>75.000,00</b>


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 88.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 30 / 139																																																																																											
tesouraria@cacador.sc.gov.br																																																																																															
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																															
<b>Programa:</b> 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
<b>Objetivo:</b> Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.																																																																																															
<b>Problema:</b> Proteção Social Básica																																																																																															
<b>Justificativa:</b> As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento prevê a superação de situação de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de caráter protetivo, proativo e preventivo.																																																																																															
<b>Público alvo:</b> Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em áreas de risco social.																																																																																															
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																																																																																															
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																																																																																															
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																																																																																															
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																															
<b>Macro objetivo:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																															
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																															
<b>Ação:</b> 2.100 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																															
<b>Objetivo:</b> Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.																																																																																															
<b>Produto:</b> Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social a população, promovendo proteção social conforme previsto pelo Sistema Único de Assistência Social.																																																																																															
<b>Sigla:</b> BPSB																																																																																															
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																															
Método de cálculo: Indicador (unidade de medida): 151 - Manutenção da Proteção Social Básica 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																															
Periodicidade de avaliação: Anual																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Quantidade:</th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Índice</th> <th>Desejado:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>164 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 339000</td> <td></td> <td>100,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>6 - Fundo Municipal de Assistência Social</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>8 - Assistência Social</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>244 - Assistência Comunitária</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3 - Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3 - Outras Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Quantidade:		No período do PPA				Total	Índice	Desejado:	2018	2019	2020	2021		164 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 339000		100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	6 - Fundo Municipal de Assistência Social							5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							8 - Assistência Social							244 - Assistência Comunitária							5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							3 - Despesas Correntes							3 - Outras Despesas Correntes							90 - Aplicações Diretas						
Quantidade:		No período do PPA				Total																																																																																									
Índice	Desejado:	2018	2019	2020	2021																																																																																										
164 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 339000		100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																									
6 - Fundo Municipal de Assistência Social																																																																																															
5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																																																																																															
5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																																																															
8 - Assistência Social																																																																																															
244 - Assistência Comunitária																																																																																															
5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
3 - Despesas Correntes																																																																																															
3 - Outras Despesas Correntes																																																																																															
90 - Aplicações Diretas																																																																																															
<b>Despesa PPA:</b> 164 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 339000																																																																																															
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																															
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																																																																																															
Órgão organotário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																																																																																															
Unidade organotária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																																																															
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																															
Função: 8 - Assistência Social																																																																																															
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																																																																															
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																															
Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
Ação: 100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA																																																																																															
Subação:																																																																																															
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																															
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes																																																																																															
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes																																																																																															
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																																																																																															
Elemento de despesa:																																																																																															
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																															
135 - Transferências SUAS/União																																																																																															
131 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social																																																																																															
100 - Recursos Ordinários																																																																																															
<b>Total:</b> 165 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 449000																																																																																															
<b>Despesa PPA:</b> 165 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 449000																																																																																															
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																															
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																																																																																															
Órgão organotário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																																																																																															
Unidade organotária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																																																															
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																															
Função: 8 - Assistência Social																																																																																															
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valores previstos:</th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Global</th> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td></td> <td>432,60000</td> <td>454,23000</td> <td>476,94200</td> <td>500,78900</td> <td>1.864.561,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td></td> <td>1,26000</td> <td>1,32300</td> <td>1,38900</td> <td>1,45900</td> <td>5,431,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td></td> <td>52,50000</td> <td>55,12500</td> <td>57,88100</td> <td>60,77500</td> <td>226,281,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td></td> <td>486,36000</td> <td>510,67800</td> <td>536,21200</td> <td>563,02300</td> <td>2.096.273,00</td> </tr> </tbody> </table>					Valores previstos:		No período do PPA				Total	Global		2018	2019	2020	2021		0,00		432,60000	454,23000	476,94200	500,78900	1.864.561,00	0,00		1,26000	1,32300	1,38900	1,45900	5,431,00	0,00		52,50000	55,12500	57,88100	60,77500	226,281,00	0,00		486,36000	510,67800	536,21200	563,02300	2.096.273,00																																																	
Valores previstos:		No período do PPA				Total																																																																																									
Global		2018	2019	2020	2021																																																																																										
0,00		432,60000	454,23000	476,94200	500,78900	1.864.561,00																																																																																									
0,00		1,26000	1,32300	1,38900	1,45900	5,431,00																																																																																									
0,00		52,50000	55,12500	57,88100	60,77500	226,281,00																																																																																									
0,00		486,36000	510,67800	536,21200	563,02300	2.096.273,00																																																																																									


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 31 / 139
---	--	--	---------------------------


Estrutura Programática		Valores previstos:				
Programa:	5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Global	2018	2019	2020	2021
Ação:	100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	14.207,00	14.917,00	15.663,00	16.446,00
Subação:						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
Grupo de despesa:	4 - Investimentos	0,00	1.782,00	1.871,00	1.965,00	2.063,00
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas	0,00	44.000,00	47.740,00	50.127,00	52.633,00
Elemento de despesa:		0,00	70.489,00	75.553,00	79.331,00	83.297,00
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>				
135 - Transferências SUAS/União		0,00				
100 - Recursos Ordinários						
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social						
165 - Transferências do SUAS - Estado						
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>70.489,00</b>	<b>75.553,00</b>	<b>79.331,00</b>	<b>83.297,00</b>
<b>Despesa PPA:</b>	<b>227 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 5 - 2.100 - 0 - 319000</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora:	6 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Órgão orçamentário:	5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade orçamentária:	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
<b>Classificação Funcional</b>						
Função:	8 - Assistência Social					
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária					
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa:	5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Ação:	100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Subação:						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais					
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
135 - Transferências SUAS/União		0,00	79.523,00	83.499,00	87.674,00	92.058,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>79.523,00</b>	<b>83.499,00</b>	<b>87.674,00</b>	<b>92.058,00</b>
<b>Despesa PPA:</b>	<b>228 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 5 - 2.100 - 0 - 319100</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora:	6 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Órgão orçamentário:	5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade orçamentária:	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
<b>Classificação Funcional</b>						
Função:	8 - Assistência Social					
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária					
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa:	5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Ação:	100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Subação:						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais					
Modalidade de aplicação:	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
135 - Transferências SUAS/União		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.300-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 32 / 139																		
tesouraria@cacador.sc.gov.br																						
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																						
<b>Programa:</b>																						
<b>Objetivo:</b>																						
<b>Problema:</b>																						
<b>Justificativa:</b>																						
<b>Público alvo:</b>																						
<b>Tipo:</b>																						
<b>Responsável:</b>																						
<b>Horizonte temporal:</b>																						
<b>Fonte de financiamento:</b>																						
<b>Macro objetivo:</b>																						
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																						
<b>Ação:</b>																						
<b>Tipo:</b>																						
<b>Objetivo:</b>																						
<b>Produto:</b>																						
<b>Sigla:</b>																						
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																						
Método de cálculo:																						
Método de avaliação:																						
<b>Despesa PPA:</b>																						
<b>Estrutura Organizacional</b>																						
Unidade gestora:																						
Órgão orçamentário:																						
Unidade orçamentária:																						
<b>Classificação Funcional</b>																						
Função:																						
Subfunção:																						
<b>Estrutura Programática</b>																						
Programa:																						
Ação:																						
Subação:																						
<b>Natureza da Despesa</b>																						
Categoria econômica:																						
Grupo de despesa:																						
Modalidade de aplicação:																						
Elemento de despesa:																						
<b>Fonte de recurso</b>																						
20 - Recursos do FPMPEC - 02.06																						
<b>Total:</b>																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>1.961.297,00</td> <td>2.059.362,00</td> <td>2.270.446,00</td> <td>8.453.435,00</td> </tr> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>1.961.297,00</td> <td>2.162.330,00</td> <td>2.270.446,00</td> <td>8.453.435,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.270.446,00	8.453.435,00	Global	0,00	1.961.297,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.270.446,00	8.453.435,00																	
Global	0,00	1.961.297,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00																	



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 33 / 139																																																																																																																																																																																																																									
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																													
<b>7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS</b> Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão. Problema: Previdência dos Servidores Municipais. Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão. Público alvo: Servidores públicos municipais Tipo: 2 - Apoio Administrativo Responsável: 2 - SAULO SPEROTTO Horizonte temporal: Contínuo Fonte de financiamento: ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal Macro objetivo: ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																													
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																													
<b>Ação: 2.21 MANUTENÇÃO DO IPASC</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador. Produto: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador. Sigla: IPASC																																																																																																																																																																																																																													
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )																																																																																																																																																																																																																													
Método de cálculo: Método de avaliação: <b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual																																																																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> <th>1,00000</th> <th>1,00000</th> <th>1,00000</th> <th>1,00000</th> <th>4,00000</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> <th>25,00000</th> <th>25,00000</th> <th>25,00000</th> <th>25,00000</th> <th>100,00000</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td><b>Índice Desagregado:</b></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td><b>214 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 221 - 0 - 319000</b></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão orçamentário:</td> <td>9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade orçamentária:</td> <td>9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>4 - Administração</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>122 - Administração Geral</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>21 - MANUTENÇÃO DO IPASC</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>3 - Despesas Correntes</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesas:</td> <td>1 - Pessoal e Encargos Sociais</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa</td> <td></td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>Valores previstos:</b></td> <td><b>Global</b></td> <td><b>2018</b></td> <td><b>2019</b></td> <td><b>2020</b></td> <td><b>2021</b></td> <td><b>Total</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>860.000,00</td> <td>963.200,00</td> <td>1.078.784,00</td> <td>1.208.238,00</td> <td>4.110.222,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>860.000,00</td> <td>963.200,00</td> <td>1.078.784,00</td> <td>1.208.238,00</td> <td>4.110.222,00</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>								No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total					1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000					25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA:</b>	<b>Índice Desagregado:</b>								<b>Estrutura Organizacional</b>	<b>214 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 221 - 0 - 319000</b>								Unidade gestora:	13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador								Órgão orçamentário:	9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR								Unidade orçamentária:	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR								<b>Classificação Funcional</b>									Função:	4 - Administração								Subfunção:	122 - Administração Geral								<b>Estrutura Programática</b>									Programa:	7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS								Ação:	21 - MANUTENÇÃO DO IPASC								<b>Natureza da Despesa</b>									Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes								Grupo de despesas:	1 - Pessoal e Encargos Sociais								Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas								Elemento de despesa:									<b>Fonte de recurso</b>									200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa									<b>Total:</b>	<b>Valores previstos:</b>	<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>				0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00				0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00	
		No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																																					
				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																																																																					
				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																																					
<b>Despesa PPA:</b>	<b>Índice Desagregado:</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Estrutura Organizacional</b>	<b>214 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 221 - 0 - 319000</b>																																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:	13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador																																																																																																																																																																																																																												
Órgão orçamentário:	9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR																																																																																																																																																																																																																												
Unidade orçamentária:	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR																																																																																																																																																																																																																												
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																													
Função:	4 - Administração																																																																																																																																																																																																																												
Subfunção:	122 - Administração Geral																																																																																																																																																																																																																												
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																													
Programa:	7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS																																																																																																																																																																																																																												
Ação:	21 - MANUTENÇÃO DO IPASC																																																																																																																																																																																																																												
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																													
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																												
Grupo de despesas:	1 - Pessoal e Encargos Sociais																																																																																																																																																																																																																												
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																												
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																													
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																													
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa																																																																																																																																																																																																																													
<b>Total:</b>	<b>Valores previstos:</b>	<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																																						
		0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00																																																																																																																																																																																																																						
		0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00																																																																																																																																																																																																																						
<b>Despesa PPA:</b> <b>215 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 221 - 0 - 319100</b> Unidade gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador Órgão orçamentário: 9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR Unidade orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR <b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 122 - Administração Geral <b>Estrutura Programática</b> Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS Ação: 21 - MANUTENÇÃO DO IPASC <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesas: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																													

<div><div><div><div><div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div></div><div>Página 34 / 139</div></div></div></div>		<div>Despesa PPA por Programa e Ação</div>											
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2020		2021		Total	
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00		189.200,00		211.904,00		237.332,00		265.812,00		904.248,00	
Total:		0,00		189.200,00		211.904,00		237.332,00		265.812,00		904.248,00	
Despesa PPA:		216 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 2.21 - 0 - 339000											
Estrutura Organizacional		13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador											
Unidade gestora:		9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Órgão orçamentário:		9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Unidade organizatária:													
Classificação Funcional													
Função:		4 - Administração											
Subfunção:		122 - Administração Geral											
Estrutura Programática		7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS											
Programa:		21 - MANUTENÇÃO DO IPASC											
Ação:													
Subação:													
Natureza da Despesa													
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes											
Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes											
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas											
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2020		2021		Total	
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00		550.000,00		616.000,00		689.920,00		772.710,00		2.628.630,00	
Total:		0,00		550.000,00		616.000,00		689.920,00		772.710,00		2.628.630,00	
Despesa PPA:		217 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 2.21 - 0 - 449000											
Estrutura Organizacional		13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador											
Unidade gestora:		9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Órgão orçamentário:		9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Unidade organizatária:													
Classificação Funcional													
Função:		4 - Administração											
Subfunção:		122 - Administração Geral											
Estrutura Programática		7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS											
Programa:		21 - MANUTENÇÃO DO IPASC											
Ação:													
Subação:													
Natureza da Despesa													
Categoria econômica:		4 - Despesas de Capital											
Grupo de despesa:		4 - Investimentos											
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas											
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2020		2021		Total	
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00		650.000,00		650.000,00		200.000,00		200.000,00		1.700.000,00	
Total:		0,00		650.000,00		650.000,00		200.000,00		200.000,00		1.700.000,00	
Ação:		2.22 MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA											
Tipo:		2 - Atividades											
Objetivo:		Manutenção da previdência social a segurados.											
Produto:		Previdência Social dos Segurados.											
Sigla:		PREV SOC SEG											
Indicador (unidade de medida):		2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )											
Método de cálculo:													
Método de avaliação:													
Meta física:		109 - Manutenção da Previdência Social a Segurados											
Indicador (unidade de medida):		11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)											
Periodicidade de avaliação:		Atual											
		No período do PPA											
				2018		2019		2020		2021		Total	
				1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		4,00000	
				25,00000		25,00000		25,00000		25,00000			
Despesa PPA:		218 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 2.22 - 0 - 319000											
Estrutura Organizacional		13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador											
Unidade gestora:		9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Órgão orçamentário:		9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR											
Unidade organizatária:													


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 35 / 139																		
tesouraria@cacador.sc.gov.br																						
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:																						
4 - Administração 122 - Administração Geral 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS 22 - MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA 3 - Despesas Correntes 1 - Pessoal e Encargos Sociais 90 - Aplicações Diretas																						
<b>Fonte de recurso</b> 203 - Contribuição Fundo Previdenciário																						
<b>Valores previstos:</b>																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>17.500.000,00</td> <td>19.600.000,00</td> <td>21.952.000,00</td> <td>24.586.240,00</td> <td>83.638.240,00</td> </tr> <tr> <td>Total:</td> <td>17.500.000,00</td> <td>19.600.000,00</td> <td>21.952.000,00</td> <td>24.586.240,00</td> <td>83.638.240,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	17.500.000,00	19.600.000,00	21.952.000,00	24.586.240,00	83.638.240,00	Total:	17.500.000,00	19.600.000,00	21.952.000,00	24.586.240,00	83.638.240,00
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	17.500.000,00	19.600.000,00	21.952.000,00	24.586.240,00	83.638.240,00																	
Total:	17.500.000,00	19.600.000,00	21.952.000,00	24.586.240,00	83.638.240,00																	
<b>Ação: 2.999 RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Reserva de Contingencia do Regime Próprio de Previdência Social. Produto: Reserva de Contingência. Sigla: RL-RPPS <b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Método de cálculo: Método de avaliação:																						
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Anual Periodicidade de avaliação:																						
155 - Manutenção da Reserva Legião - RPPS 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																						
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>																						
219 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 2.999 - 0 - 999000																						
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade orçamentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:																						
13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador 9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR 4 - Administração 122 - Administração Geral 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS 9 - Reserva de Contingência 9 - Reserva de Contingência 90 - Aplicações Diretas																						
<b>Valores previstos:</b>																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>10.052.110,00</td> <td>9.250.272,00</td> <td>8.697.908,00</td> <td>7.465.741,00</td> <td>35.466.031,00</td> </tr> <tr> <td>Total:</td> <td>10.052.110,00</td> <td>9.250.272,00</td> <td>8.697.908,00</td> <td>7.465.741,00</td> <td>35.466.031,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00	Total:	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00																	
Total:	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00																	


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 36 / 139
<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>8 - SAÚDE BÁSICA</b>				
<b>Programa:</b> Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.				
<b>Objetivo:</b> Manutenção da Saúde Básica				
<b>Problema:</b> O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.				
<b>Justificativa:</b> População				
<b>Público alvo:</b> 2 - Apoio Administrativo				
<b>Tipo:</b> 2 - SAULO SPEROTTO				
<b>Responsável:</b> Continuo				
<b>Horizonte temporal:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal				
<b>Fonte de financiamento:</b>				
<b>Macro objetivo:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b>				
<b>1.11 BLOCO DE INVESTIMENTOS</b>				
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos				
<b>Objetivo:</b> Bloco de investimentos, financiados com recursos tripartite, dos governos municipal, estadual e federal.				
<b>Produto:</b> Investimentos de capital, tais como construções de unidades de saúde, equipamentos e veículos.				
<b>Sigla:</b> INVEST				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Método de cálculo: 82 - Investimentos				
Método de avaliação: 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
<b>Meta física:</b>				
Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Periodicidade de avaliação: Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desagregado:</b>				
<b>Despesa PPA:</b> 130 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 1.11 - 0 - 4490000				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde				
Órgão orçamentário: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA				
Ação: 11 - BLOCO DE INVESTIMENTOS				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital				
Grupo de despesas: 4 - Investimentos				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
138 - Transferências do SUS - União				
167 - Transferências do SUS - Estado				
<b>Total:</b>				
<b>Ação:</b>				
<b>2.24 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades				
<b>Objetivo:</b> Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Caçador.				
<b>Produto:</b> Fundo Municipal de Saúde de Caçador.				
<b>Sigla:</b> BL ATB				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM)				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				







 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 39 / 139																																																																																																																														
http://www.cacador.sc.gov.br      tesouraria@cacador.sc.gov.br																																																																																																																																		
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																		
<b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 - Atenção Básica <b>Estrutura Programática</b> Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA Ação: 24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																																																																																																																																		
<b>Fonte de recurso</b> 102 - Recursos Próprios - Saúde 138 - Transferências do SUS - União <b>Total:</b>																																																																																																																																		
<b>Despesa PPA:</b> 251 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 224 - 0 - 4490000																																																																																																																																		
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Órgão organotário: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade organotária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE <b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 - Atenção Básica <b>Estrutura Programática</b> Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA Ação: 24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Subação:																																																																																																																																		
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																																																																																																																																		
<b>Fonte de recurso</b> 102 - Recursos Próprios - Saúde 188 - Alienação de Bens - Saúde 133 - Transferências de Convênios - União/Saúde <b>Total:</b>																																																																																																																																		
<b>Ação:</b> 2.58 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF																																																																																																																																		
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																		
<b>Objetivo:</b> Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família - ESF																																																																																																																																		
<b>Produto:</b> Estratégia Saúde da Família - ESF																																																																																																																																		
<b>Sigla:</b> ESF																																																																																																																																		
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM)																																																																																																																																		
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																		
<b>Meta física:</b> 169 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA																																																																																																																																		
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																		
Periodicidade de avaliação:																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Índice Desejado:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>255 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 258 - 0 - 3190000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>301 - Atenção Básica</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:							Índice Desejado:							255 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 258 - 0 - 3190000							<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:							Órgão organotário:							Unidade organotária:							Unidade organotária:							<b>Classificação Funcional</b>							Função:							Subfunção:							301 - Atenção Básica							<b>Estrutura Programática</b>							Programa:							Ação:							58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF							Subação:						
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																												
Quantidade:																																																																																																																																		
Índice Desejado:																																																																																																																																		
255 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 258 - 0 - 3190000																																																																																																																																		
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																		
Unidade gestora:																																																																																																																																		
Órgão organotário:																																																																																																																																		
Unidade organotária:																																																																																																																																		
Unidade organotária:																																																																																																																																		
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																		
Função:																																																																																																																																		
Subfunção:																																																																																																																																		
301 - Atenção Básica																																																																																																																																		
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																		
Programa:																																																																																																																																		
Ação:																																																																																																																																		
58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF																																																																																																																																		
Subação:																																																																																																																																		

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesoraria@cacador.sc.gov.br <b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 40 / 139
---	--	---	--	---	--------------------

<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
138 - Transferências do SUS - União					
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	680.243,00	714.255,00	749.967,00
		<b>0,00</b>	<b>680.243,00</b>	<b>714.255,00</b>	<b>749.967,00</b>
					<b>2.931.931,00</b>

<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:	5 - Fundo Municipal de Saúde				
Órgão organogramático:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade organogramática:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:	10 - Saúde				
Subfunção:	301 - Atenção Básica				
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:	8 - SAÚDE BÁSICA				
Ação:	58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF				
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de aplicação:	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
138 - Transferências do SUS - União					
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00
		<b>0,00</b>	<b>226.748,00</b>	<b>238.085,00</b>	<b>249.989,00</b>
					<b>977.311,00</b>

**Ação:** 2.59 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS

**Produto:** Agentes Comunitários de Saúde - ACS

**Sigla:** ACS

**Indicador (unidade de medida):** 8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM)

Método de cálculo:

Método de avaliação:


**Meta física:**

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

		<b>No período do PPA</b>			
		<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>
		1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		25,00000	25,00000	25,00000	

<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:	5 - Fundo Municipal de Saúde				
Órgão organogramático:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade organogramática:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:	10 - Saúde				
Subfunção:	301 - Atenção Básica				
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:	8 - SAÚDE BÁSICA				
Ação:	59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
138 - Transferências do SUS - União					
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	1.021.713,00	1.072.799,00	1.126.439,00
		<b>0,00</b>	<b>1.021.713,00</b>	<b>1.072.799,00</b>	<b>1.126.439,00</b>
					<b>4.403.712,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	http://www.caxador.sc.gov.br tesouraria@caxador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 41 / 139
	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		

**Despesa PPA:** 258 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 2.59 - 0 - 319100

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão organograma: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade organograma: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Estrutura Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Ação: 59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica:

Grupo de despesa: 3 - Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de despesa: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

**Fonte de recurso**

138 - Transferências do SUS - União

Global: 0,00

2018: 340.571,00

2019: 357.599,00

2020: 375.479,00

2021: 394.253,00

Total: 1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

1.467.902,00

**Meta física:** 171 - PAB FIXO

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação: Anual

Quantidade: 1,00000

Índice desejado: 25,00000

No período do PPA: 2018: 1,00000

2019: 1,00000

2020: 1,00000

2021: 1,00000

Total: 4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

**Despesa PPA:** 259 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 2.60 - 0 - 339000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão organograma: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade organograma: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Estrutura Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Ação: 60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica:

Grupo de despesa: 3 - Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas

**Fonte de recurso**

138 - Transferências do SUS - União

Global: 0,00

2018: 1.890.000,00

2019: 1.984.500,00

2020: 2.083.725,00

2021: 2.187.911,00

Total: 8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

8.146.136,00

**Meta física:** 171 - PAB FIXO

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação: Anual

Quantidade: 1,00000

Índice desejado: 25,00000

No período do PPA: 2018: 1,00000

2019: 1,00000

2020: 1,00000

2021: 1,00000

Total: 4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

4,00000

**Despesa PPA:** 260 - 5 - 4001 - 10 - 301 - 8 - 2.60 - 0 - 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Órgão organograma: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade organograma: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Estrutura Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Ação: 60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica:

Grupo de despesa: 3 - Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 3 - Outras Despesas Correntes

Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas

**Fonte de recurso**

138 - Transferências do SUS - União

Global: 0,00

2018: 1.890.000,00

2019: 1.984.500,00

2020: 2.083.725,00

2021: 2.187.911,00

Total: 8.146.136,00


### Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Ação:</b>	<b>2.61 MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL</b>
<b>Tipo:</b>	2 - Atividades
<b>Objetivo:</b>	Manutenção das Atividades de Saúde Bucal.
<b>Produto:</b>	Saúde Bucal.
<b>Sigla:</b>	MSB

No período do PPA					Total
	2018	2019	2020	2021	
Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
	100,00000				

<b>Despesa PPA:</b>	<b>262 - 5. 4001. 10. 301. 8. 261. 0. 449000</b>
<b>Estrutura Organizacional</b>	
Unidade gestora:	5 - Fundo Municipal de Saúde
Órgão orçamentário:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade orgânica:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>Classificação Funcional</b>	
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	301 - Atenção Básica

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div></div>	
---	--



**Prefeitura Municipal de Caxador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resouralia@caxador.sc.gov.br  
http://www.caxador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:21  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1938-8627-667

Página  
44 / 139

## Despesa PPA por Programa e Ação

**Programa:**

**Objetivo:**

**Problema:**

**Justificativa:**

**Público alvo:**

**Tipo:**

**Responsável:**

**Horizonte temporal:**

**Fonte de financiamento:**

**Macro objetivo:**

**Indicador (unidade de medida):**

**9 - VIGILANCIA EM SAUDE**

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

A vigilância em Saúde.

A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.

POPULAÇÃO EM GERAL

2 - Apoio Administrativo

2 - SAULO SPEROTTO

Contínuo

( ) Seguridade Social

( ) Fiscal

11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

**Ação:**

**Tipo:**

**Objetivo:**

**Produto:**

**Sigla:**

**Indicador (unidade de medida):**

**Método de cálculo:**

**Método de avaliação:**

**2.39 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA**

2 - Atividades

As ações de vigilância sanitária dirigem-se, geralmente, ao controle de bens, produtos e serviços que oferecem riscos à saúde da população, como alimentos, produtos de limpeza, cosméticos e medicamentos. Realizam também a fiscalização de serviços de interesse da saúde, como escolas, hospitais, clubes, academias, parques e centros comerciais, e ainda inspecionam os processos produtivos que podem pôr em riscos e causar danos ao trabalhador e ao meio ambiente.

Vigilância Sanitária.

VIG SANIT


8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM)


Meio físico:	174 - VIGILANCIA SANITÁRIA
Indicador (unidade de medida):	11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)
Periodicidade de avaliação:	Anual
Quantidade:	2018 2019 2020 2021 Total
Índice Desajuste:	100,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000
Despesa PPA:	253 - 5 - 4001 - 10 - 304 - 9 - 2.39 - 0 - 3390000

Despesa PPA:	253 - 5 - 4001 - 10 - 304 - 9 - 2.39 - 0 - 3390000
Estrutura Organizacional	5 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade gestora:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Órgão orçamentário:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade orçamentária:	
Classificação Funcional	10 - Saúde
Função:	304 - Vigilância Sanitária
Subfunção:	
Estrutura Programática	9 - VIGILANCIA EM SAUDE
Programa:	39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA
Ação:	
Subação:	
Natureza da Despesa	
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas
Elemento de despesa:	
Fonte de recurso	
100 - Recursos Ordinários	
138 - Transferências do SUS - União	
Total:	254 - 5 - 4001 - 10 - 304 - 9 - 2.39 - 0 - 4490000
Despesa PPA:	
Estrutura Organizacional	5 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade gestora:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Órgão orçamentário:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade orçamentária:	
Classificação Funcional	10 - Saúde
Função:	304 - Vigilância Sanitária
Subfunção:	

Global	2018	2019	2020	2021	Total
0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
0,00	48.640,00	51.072,00	53.626,00	56.307,00	209.645,00
0,00	468.640,00	492.072,00	516.676,00	542.510,00	2.019.898,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.590-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 45 / 139																					
tesouraria@cacador.sc.gov.br																									
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																									
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE Ação: 39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesas: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>11.865,00</td> <td>12.458,00</td> <td>13.081,00</td> <td>13.735,00</td> <td>51.139,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>11.865,00</td> <td>12.458,00</td> <td>13.081,00</td> <td>13.735,00</td> <td>51.139,00</td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00	0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00			
Global	2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00																				
0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00																				
<b>Ação: 2.40 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas. Produto: Vigilância Epidemiológica em Saúde. Sigla: VIG EPID SAÚDE Indicador (unidade de medida): 8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM) Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Dessejo:</td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Dessejo:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Dessejo:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																			
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Órgão organmatário: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Unidade organmatária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE <b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica <b>Estrutura Programática</b> Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE Ação: 40 - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesas: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>525.000,00</td> <td>551.250,00</td> <td>578.813,00</td> <td>607.753,00</td> <td>2.262.816,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>525.000,00</td> <td>551.250,00</td> <td>578.813,00</td> <td>607.753,00</td> <td>2.262.816,00</td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00			
Global	2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00																				
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00																				
<b>Fonte de recurso</b> 138 - Transferências do SUS - União <b>Total:</b>																									
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Órgão organmatário: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Unidade organmatária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE <b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica <b>Estrutura Programática</b> Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE Ação: 40 - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE Subação:																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>525.000,00</td> <td>551.250,00</td> <td>578.813,00</td> <td>607.753,00</td> <td>2.262.816,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>525.000,00</td> <td>551.250,00</td> <td>578.813,00</td> <td>607.753,00</td> <td>2.262.816,00</td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00			
Global	2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00																				
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00																				
<b>Fonte de recurso</b> 138 - Transferências do SUS - União <b>Total:</b>																									


<div><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div> <div>http://www.cacador.sc.gov.br</div>					<div>Emissão:15/12/2017 10:21 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1938-8627-667</div>		<div>Página 46 / 139</div>				
tesouraria@cacador.sc.gov.br											
Despesa PPA por Programa e Ação											
Natureza da Despesa											
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital											
Grupo de despesa: 4 - Investimentos											
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas											
Elemento de despesa:											
Fonte de recurso											
138 - Transferências do SUS - União											
Total:											
Global		2018		2019		2020		2021		Total	
0,00		60.732,00		63.769,00		66.957,00		70.305,00		261.763,00	
0,00		60.732,00		63.769,00		66.957,00		70.305,00		261.763,00	



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE
 
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 48 / 139
	resourcatalia@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		

### Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:	10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE								
Ação:	63 - MANUTENÇÃO DO MAC								
Subação:									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital								
Grupo de despesa:	4 - Investimentos								
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas								
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>	138 - Transferências do SUS - União								
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	84.336,00	88.553,00	92.980,00	97.629,00	363.498,00		
		<b>0,00</b>	<b>84.336,00</b>	<b>88.553,00</b>	<b>92.980,00</b>	<b>97.629,00</b>	<b>363.498,00</b>		
<b>Despesa PPA:</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>									
Unidade gestora:	5 - Fundo Municipal de Saúde								
Órgão orçamentário:	4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
Unidade orçamentária:	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
<b>Classificação Funcional</b>									
Função:	10 - Saúde								
Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial								
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:	10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE								
Ação:	63 - MANUTENÇÃO DO MAC								
Subação:									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes								
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes								
Modalidade de aplicação:	93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe								
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>	102 - Recursos Próprios - Saúde								
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00		
		<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>463.050,00</b>	<b>486.203,00</b>	<b>1.810.253,00</b>		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 49 / 139																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																												
<b>Programa:</b> 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																												
<b>Objetivo:</b> Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.																												
<b>Problema:</b> Educação com qualidade.																												
<b>Justificativa:</b> A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.																												
<b>Público alvo:</b> Alunos da rede municipal de ensino.																												
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																												
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																												
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																												
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																												
<b>Macro objetivo:</b> ( )																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																												
<b>Ação:</b> 1.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE																												
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos																												
<b>Objetivo:</b> Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços ofertados pela administração municipal.																												
<b>Produto:</b> Equipamentos e material permanente.																												
<b>Sigla:</b> EQUIP MP																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )																												
Método de cálculo: Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:																												
Meta física: 40 - Bens Adquiridos (Un) 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Anual																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Quantidade:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>41 - 1. 2005. 12. 361. 11. 1.2. 0. 449000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Desagido:</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> </tr> <tr> <td>No período do PPA</td> <td>100,00000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Quantidade:	2018	2019	2020	2021	Total	41 - 1. 2005. 12. 361. 11. 1.2. 0. 449000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desagido:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	No período do PPA	100,00000				
Quantidade:	2018	2019	2020	2021	Total																							
41 - 1. 2005. 12. 361. 11. 1.2. 0. 449000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																							
Índice Desagido:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																							
No período do PPA	100,00000																											
<b>Despesa PPA:</b>																												
<b>Estrutura Organizacional</b>																												
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador																												
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFE DO EXECUTIVO																												
Unidade orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																												
<b>Classificação Funcional</b>																												
Função: 12 - Educação																												
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental																												
<b>Estrutura Programática</b>																												
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																												
Ação: 2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE																												
Subação:																												
<b>Natureza da Despesa</b>																												
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital																												
Grupo de despesas: 4 - Investimentos																												
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																												
Elemento de despesa:																												
<b>Fonte de recurso</b>																												
136 - Salário-Educação																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>567.232,00</td> <td>568.934,00</td> <td>570.641,00</td> <td>572.353,00</td> <td>2.279.160,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>567.232,00</td> <td>568.934,00</td> <td>570.641,00</td> <td>572.353,00</td> <td>2.279.160,00</td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00						
Global	2018	2019	2020	2021	Total																							
0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00																							
0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00																							
<b>Total:</b>																												
<b>Ação:</b> 1.3 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS																												
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos																												
<b>Objetivo:</b> Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços ofertados, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.																												
<b>Produto:</b> Aquisição de veículos.																												
<b>Sigla:</b> AQ MAQ																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )																												
Método de cálculo: Método de avaliação:																												

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesoraria@cacador.sc.gov.br 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 50 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 41 - Veículo / Máquina (Un) Período de avaliação: 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Anual				
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
2018 2019 2020 2021 Total 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orientário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orientadora: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental <b>Estrutura Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Ação: 3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesas: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 101 - Recursos Próprios - Educação 189 - Alienação de Bens - Outros <b>Total:</b>				
<b>Ação:</b> 1.12 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS <b>Tipo:</b> 1 - Projetos <b>Objetivo:</b> Construção, ampliação e reformas de escolas municipais, como forma de melhoramento das condições estruturais das edificações, melhorando o ambiente escolar, bem como gerar aumento da oferta de vagas de ensino. <b>Produto:</b> Construção, ampliação e reformas de escolas municipais <b>Sigla:</b> ESC MUN <b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 ) Método de cálculo: Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 42 - Obra (m2) Período de avaliação: 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 ) Anual				
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
2018 2019 2020 2021 Total 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orientário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orientadora: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental <b>Estrutura Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Ação: 12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesas: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 101 - Recursos Próprios - Educação <b>Total:</b>				
<b>Valores previstos:</b> Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 55,125,00 57,881,00 60,775,00 226,281,00 0,00 8,109,00 8,940,00 9,387,00 34,950,00 <b>60.609,00 63.639,00 66.821,00 70.162,00 261.231,00</b>				
<b>Valores previstos:</b> Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 55,125,00 57,881,00 60,775,00 226,281,00 0,00 55,125,00 57,881,00 60,775,00 226,281,00 <b>52.500,00 55.125,00 57.881,00 60.775,00 226.281,00</b>				



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>	
	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	

<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21
<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio
<b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667

<b>Página</b> 52 / 139
---------------------------

### Ação: 1.15 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**Tipo:** 1 - Projetos  
**Objetivo:** Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil, fornecendo melhor estrutura física para acomodação dos alunos, proporcionando ensino com qualidade.  
**Produto:** Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil.  
**Sigla:** CEI

**Indicador (unidade de medida):** 4 - Metro Quadrado (M2, M2 )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:** 84 - Construção, Ampliação e Reforma de CEI

**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )

**Periodicidade de avaliação:** Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Dessejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 46 - 1. 2005. 12. 365. 11. 1.15. 0. 4490000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

**Estrutura Programática**

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Ação: 15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital

Grupo de despesas: 4 - Investimentos

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>	<b>Global</b>	0,00	70.692,00	77.938,00	81.835,00	304.692,00
136 - Salário-Educação		0,00	448.701,00	494.693,00	519.428,00	1.933.958,00
132 - Transferências de Convênios - União/Educação		0,00	104.042,00	114.706,00	120.442,00	448.434,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	728.435,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
<b>Total:</b>		0,00	764.857,00	883.100,00	943.256,00	3.139.648,00

### Ação: 2.29 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Apoio administrativo no âmbito do ensino municipal, responsável pelo gerenciamento e a execução dos recursos para Manutenção e desenvolvimento do Ensino. Realizar manutenção nas unidades escolares do município, com o objetivo de oferecer as melhores condições aos alunos, incluindo Ensino Fundamental e Educação Infantil.

**Produto:** Secretaria de Educação

**Sigla:** MAN SEMEC

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$, R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:** 45 - Manutenção das Atividades (Ano)

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

**Periodicidade de avaliação:** Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Dessejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 102 - 1. 2005. 12. 361. 11. 2.29. 0. 3190000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO


Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>http://www.caçador.sc.gov.br</div> <div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>53 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação							
Estrutura Programática							
Programa:		11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:		29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:		1 - Pessoal e Encargos Sociais					
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso		Valores previstos:					
101 - Recursos Próprios - Educação		Global	2018	2019	2020	2021	
		0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00	
Total:		0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	10.378.014,00	
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Órgão organentário:		2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO					
Unidade organentária:		2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Classificação Funcional							
Função:		12 - Educação					
Subfunção:		361 - Ensino Fundamental					
Estrutura Programática							
Programa:		11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:		29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:		1 - Pessoal e Encargos Sociais					
Modalidade de aplicação:		91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso		Valores previstos:					
101 - Recursos Próprios - Educação		Global	2018	2019	2020	2021	
		0,00	411.677,00	432.260,00	453.874,00	476.567,00	
Total:		0,00	411.677,00	432.260,00	453.874,00	1.774.378,00	
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Órgão organentário:		2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO					
Unidade organentária:		2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Classificação Funcional							
Função:		12 - Educação					
Subfunção:		361 - Ensino Fundamental					
Estrutura Programática							
Programa:		11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:		29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					
Subação:							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso		Valores previstos:					
62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		Global	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00	
		0,00	5.373.022,00	5.641.673,00	5.923.757,00	6.219.945,00	
Total:		0,00	5.626.792,00	5.908.131,00	6.203.538,00	24.252.176,00	
Despesa PPA:							
Estrutura Organizacional							
Unidade gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Órgão organentário:		2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO					
Unidade organentária:		2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Classificação Funcional							
Função:		12 - Educação					
Subfunção:		361 - Ensino Fundamental					
Estrutura Programática							
Programa:		11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:		29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					
Subação:							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 54 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Natureza da Despesa</b> 4 - Despesas de Capital 4 - Investimentos 90 - Aplicações Diretas				
<b>Fonte de recurso</b> 101 - Recursos Próprios - Educação				
<b>Total:</b>				
<b>Ação:</b> 1.30 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES				
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos				
<b>Objetivo:</b> Construção e reforma de ginásios de esportes, para melhor atender a população nas praticas esportivas, do desporto amador e de rendimento, contribuindo para uma população saudável.				
<b>Produto:</b> Ginásios de esportes.				
<b>Sigla:</b> GIN ESP				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Método de cálculo: Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> 44 - Obra (m2)				
Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Periodicidade de avaliação: Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desejado:</b> 47 - 1. 2005 . 12. 361. 11. 1.30 . 0. 3390000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				
Unidade organotária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				
Ação: 30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
101 - Recursos Próprios - Educação				
<b>Total:</b>				
<b>Despesa PPA:</b> 48 - 1. 2005 . 12. 361. 11. 1.30 . 0. 4490000				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				
Unidade organotária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				
Ação: 30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital				
Grupo de despesa: 4 - Investimentos				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
136 - Salário-Educação				
<b>Total:</b>				

Global		2018	2019	2020	2021	Total
0,00		578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00
0,00		578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00

Global		2018	2019	2020	2021	Total
100,00000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
25,00000		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

Global		2018	2019	2020	2021	Total
0,00		63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
0,00		63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00

Global		2018	2019	2020	2021	Total
0,00		119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00
0,00		119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	tesouraria@cacador.sc.gov.br	
	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 55 / 139

## Despesa PPA por Programa e Ação

### Ação: 2.30 APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Aplicação dos Recursos do Fundeb 60% - Manutenção do Fundo de Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais do Magisterio, do Município de Caçador.

Produto: FUNDEB 60%

Sigla: FUNDEB 60%

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física:

Indicador (unidade de medida):

Periodicidade de avaliação:

46 - Manutenção das Atividades (Ano)

6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
Índice Desejado:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Quantidade:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
Índice Desejado:		100,00000	100,00000	100,00000	100,00000	400,00000

Despesa PPA: 106 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.30 . 0 . 319000

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organograma: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Estrutura Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Ação: 30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%

Subação:

Natureza da Despesa

Categoria econômica:

Grupo de despesa: 3 - Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso

118 - Transferências do FUNDEB - 60%

Total: 107 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.30 . 0 . 319100

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organograma: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Estrutura Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Ação: 30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%

Subação:

Natureza da Despesa

Categoria econômica:

Grupo de despesa: 3 - Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de despesa: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Fonte de recurso

118 - Transferências do FUNDEB - 60%

Total: 245 - 1. 2005 . 12. 365 . 11. 2.30 . 0 . 319000

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organograma: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total
Global		0,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00	43.276.242,00
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00	43.276.242,00

Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total
Global		0,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00	7.904.292,00
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00	7.904.292,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 56 / 139
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

### Despesa PPA por Programa e Ação

Estrutura Programática									
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE									
Ação: 30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%									
Subação:									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									
Fonte de recurso									
118 - Transferências do FUNDEB - 60%									
Valores previstos:									
Global 0,00 2018 4.383.155,00 2019 4.602.313,00 2020 4.832.428,00 2021 5.074.050,00 Total 18.891.946,00									
Total: 246 - 1 . 2005 . 12 . 365 . 11 . 2.30 . 0 . 319100									
Despesa PPA:									
Estrutura Organizacional									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO									
Unidade orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
Classificação Funcional									
Função: 12 - Educação									
Subfunção: 365 - Educação Infantil									
Estrutura Programática									
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE									
Ação: 30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%									
Subação:									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
Elemento de despesa:									
Fonte de recurso									
118 - Transferências do FUNDEB - 60%									
Valores previstos:									
Global 0,00 2018 4.586.024,00 2019 4.812.325,00 2020 5.056.091,00 2021 5.308.896,00 Total 19.763.336,00									
Total: 231 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.31 . 0 . 319000									
2.31 APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%									
Ação: 2 - Atividades									
Tipo: Aplicação dos Recursos do Fundeb 40% - Outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.									
Objetivo: Fundeb 40%									
Produto: FUNDEB 40%									
Sigla:									
Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )									
Método de cálculo: Método de avaliação:									
Meta física:									
Indicador (unidade de medida): 47 - Manutenção das Atividades (Ano)									
Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)									
Anual									
No período do PPA									
2018 2019 2020 2021 Total									
Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000									
Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000									
Total: 108 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.31 . 0 . 319000									
Despesa PPA:									
Estrutura Organizacional									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO									
Unidade orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
Classificação Funcional									
Função: 12 - Educação									
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental									
Estrutura Programática									
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE									
Ação: 31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%									
Subação:									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									



<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div></div><div><div>Página</div><div>57 / 139</div></div></div>			<div>Despesa PPA por Programa e Ação</div>																		
Fonte de recurso			Valores previstos:				Total														
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			Global				2018			2019			2020			Total					
Total:			0,00				3.397.471,00			3.567.345,00			3.745.712,00			14.643.526,00					
Despesa PPA:			109 - 1. 2005. 12. 361. 11. 2.31. 0. 319100				3.397.471,00			3.567.345,00			3.745.712,00			14.643.526,00					
Estrutura Organizacional			1 - Prefeitura Municipal de Caçador																		
Unidade gestora:			2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																		
Órgão organomatório:			2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																		
Unidade organomatória:																					
Classificação Funcional			12 - Educação																		
Função:			361 - Ensino Fundamental																		
Subfunção:																					
Estrutura Programática			11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																		
Programa:			31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%																		
Ação:																					
Subação:																					
Natureza da Despesa			3 - Despesas Correntes																		
Categoria econômica:			1 - Pessoal e Encargos Sociais																		
Grupo de despesa:			91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																		
Modalidade de aplicação:																					
Elemento de despesa:																					
Fonte de recurso			119 - Transferências do FUNDEB - 40%				Global			2018			2019			2020			Total		
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00				611.220,00			641.781,00			673.871,00			2.634.436,00					
Total:			0,00				611.220,00			641.781,00			673.871,00			2.634.436,00					
Despesa PPA:			111 - 1. 2005. 12. 361. 11. 2.31. 0. 449000																		
Estrutura Organizacional			1 - Prefeitura Municipal de Caçador																		
Unidade gestora:			2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																		
Órgão organomatório:			2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																		
Unidade organomatória:																					
Classificação Funcional			12 - Educação																		
Função:			361 - Ensino Fundamental																		
Subfunção:																					
Estrutura Programática			11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																		
Programa:			31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%																		
Ação:																					
Subação:																					
Natureza da Despesa			4 - Despesas de Capital																		
Categoria econômica:			4 - Investimentos																		
Grupo de despesa:			90 - Aplicações Diretas																		
Modalidade de aplicação:																					
Elemento de despesa:																					
Fonte de recurso			119 - Transferências do FUNDEB - 40%				Global			2018			2019			2020			Total		
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00				124.751,00			130.988,00			137.537,00			537.690,00					
Total:			0,00				124.751,00			130.988,00			137.537,00			537.690,00					
Despesa PPA:			247 - 1. 2005. 12. 365. 11. 2.31. 0. 319000																		
Estrutura Organizacional			1 - Prefeitura Municipal de Caçador																		
Unidade gestora:			2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																		
Órgão organomatório:			2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																		
Unidade organomatória:																					
Classificação Funcional			12 - Educação																		
Função:			365 - Educação Infantil																		
Subfunção:																					
Estrutura Programática			11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																		
Programa:			31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%																		
Ação:																					
Subação:																					
Natureza da Despesa			3 - Despesas Correntes																		
Categoria econômica:			1 - Pessoal e Encargos Sociais																		
Grupo de despesa:			90 - Aplicações Diretas																		
Modalidade de aplicação:																					
Elemento de despesa:																					
Fonte de recurso			119 - Transferências do FUNDEB - 40%				Global			2018			2019			2020			Total		
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00				1.456.059,00			1.528.862,00			1.605.305,00			6.275.796,00					
Total:			0,00				1.456.059,00			1.528.862,00			1.605.305,00			6.275.796,00					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 85.074.302/0001-31	<a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 58 / 139
--	---	---	--------------------

## Despesa PPA por Programa e Ação

**Despesa PPA:** 248 - 1. 2005 . 12 . 365 . 11 . 2.31 . 0 . 319100

**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora:  
Órgão organmatário:  
Unidade organmatária:  
**Classificação Funcional**  
Função:  
Subfunção:  
**Estrutura Programática**  
Programa:  
Ação:  
Subação:

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica:  
Grupo de despesa:  
Modalidade de aplicação:  
Elemento de despesa:

**Fonte de recurso**  
119 - Transferências do FUNDEB - 40%

**Valores previstos:**

**Total:**

**Despesa PPA:** 275 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.31 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora:  
Órgão organmatário:  
Unidade organmatária:  
**Classificação Funcional**  
Função:  
Subfunção:  
**Estrutura Programática**  
Programa:  
Ação:  
Subação:

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica:  
Grupo de despesa:  
Modalidade de aplicação:  
Elemento de despesa:

**Fonte de recurso**  
119 - Transferências do FUNDEB - 40%

**Valores previstos:**

**Total:**

### Ação: 2.32 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

**Tipo:** 2 - Atividades  
**Objetivo:** A contribuição social do salário-educação é fonte adicional da educação básica pública e será destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para essa finalidade, no entanto, atenderá somente o ensino fundamental público quando instituir programas suplementares de alimentação e no caso da educação especial.

**Produto:** Salário Educação

**Sigla:** SAL EDUC

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

**Método de cálculo:**

**Método de avaliação:**

**Meta física:**

**Indicador (unidade de medida):**

**Periodicidade de avaliação:**

**Quantidade:**

**Índice Desagregado:**


**Despesa PPA:** 112 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.32 . 0 . 335000


**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora:  
Órgão organmatário:  
Unidade organmatária:  
**Classificação Funcional**  
Função:  
Subfunção:


No período do PPA			
2018	2019	2020	2021
1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Total</b>			
<b>4,00000</b>			

No período do PPA			
2018	2019	2020	2021
1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Total</b>			
<b>4,00000</b>			




 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 60 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Períodicidade de avaliação:					
49 - Manutenção das Atividades (Ano) 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Anual					
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>					
No período do PPA					
2018 2019 2020 2021 Total 25,00000 25,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 100,00000					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Índice Desejado:</b>					
115 - 1. 2005 - 12. 361. 11. 2.33. 0. 339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade organizatária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação:					
1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12 - Educação 361 - Ensino Fundamental 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE 33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:					
3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas					
<b>Fonte de recurso</b> 136 - Salário-Educação 137 - Outras Transferências do FNDE 119 - Transferências do FUNDEB - 40% 101 - Recursos Próprios - Educação <b>Total:</b>					
Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 249.501,00 261.976,00 288.829,00 1.075.381,00 0,00 162.799,00 170.939,00 188.461,00 701.685,00 0,00 670.035,00 703.537,00 775.649,00 2.887.935,00 0,00 126.000,00 132.300,00 145.861,00 543.076,00 0,00 1.208.335,00 1.268.752,00 1.398.800,00 5.208.077,00					
<b>Ação:</b> 2.35 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <b>Tipo:</b> 2 - Atividades <b>Objetivo:</b> Manutenção da educação de jovens e adultos, para possibilitar o acesso a educação, a pessoas que não tiveram acesso ao ensino, mas que almejam o conhecimento tanto para sua vida social, quanto para o profissional. <b>Produto:</b> Manutenção da educação de jovens e adultos. <b>Sigla:</b> EJA <b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (68 - R\$, R\$ ) Método de cálculo: Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Períodicidade de avaliação:					
50 - Manutenção das Atividades (Ano) 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Anual					
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>					
No período do PPA					
2018 2019 2020 2021 Total 25,00000 25,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 100,00000					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Índice Desejado:</b>					
116 - 1. 2005 - 12. 366. 11. 2.35. 0. 339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade organizatária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação:					
1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12 - Educação 366 - Educação de Jovens e Adultos 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE 35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:					
3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas					
<b>Fonte de recurso</b> 119 - Transferências do FUNDEB - 40% 100 - Recursos Ordinários					
Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 152.000,00 159.600,00 175.959,00 655.139,00 0,00 20.000,00 21.000,00 23.153,00 86.203,00 0,00 20.000,00 21.000,00 23.153,00 86.203,00					


 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 61 / 139	
tesouraria@caxador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>		<b>189.630,00</b>	
<b>Ação:</b>		<b>2.36 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>		<b>199.112,00</b>	
<b>Tipo:</b>		<b>2 - Atividades</b>		<b>741.342,00</b>	
<b>Objetivo:</b>		<b>Desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o físico e o socioemocional. Primeira etapa da educação básica, única que está vinculada a uma idade própria, que atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico.</b>			
<b>Produto:</b>		<b>Educação infantil.</b>			
<b>Sigla:</b>		<b>EDU INF</b>			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )					
Método de cálculo:					
Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b>					
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
51 - Manutenção das Atividades (Ano)					
6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
Anual					
<b>Quantidade:</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>2019</b>	
<b>Índice Desejado:</b>		<b>100,00000</b>		<b>2020</b>	
				<b>2021</b>	
				<b>Total</b>	
				<b>4,00000</b>	
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:					
Subfunção:					
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso:</b>					
101 - Recursos Próprios - Educação					
<b>Total:</b>		<b>Global</b>		<b>2019</b>	
				<b>2020</b>	
				<b>2021</b>	
				<b>Total</b>	
				<b>452.564,00</b>	
<b>Ação:</b>					
<b>2.37 MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO</b>					
<b>Tipo:</b>					
<b>2 - Atividades</b>					
<b>Objetivo:</b>					
<b>Entidades mantenedoras que trabalham em parceria com o poder público, que colocam à disposição o espaço físico e os professores, com manutenção regular, especialmente de ensino primário.</b>					
<b>Produto:</b>					
<b>Parcerias com entidades de apoio ao ensino.</b>					
<b>Sigla:</b>					
<b>PEAE</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )					
Método de cálculo:					
Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b>					
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
52 - Manutenção das Atividades (Ano)					
6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
Anual					
<b>Quantidade:</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>2019</b>	
<b>Índice Desejado:</b>		<b>100,00000</b>		<b>2020</b>	
				<b>2021</b>	
				<b>Total</b>	
				<b>4,00000</b>	
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:					
Subfunção:					
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:					
Ação:					
Subação:					


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 62 / 139
resourcatalia@caçador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 119 - Transferências do FUNDEB - 40% 101 - Recursos Próprios - Educação				
<b>Total:</b>				
<b>Ação:</b> 2.41 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades				
<b>Objetivo:</b> Bolsas de estudos a alunos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para custear despesas escolares.				
<b>Produto:</b> Bolsas de estudos.				
<b>Sigla:</b> BOLSAS				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Método de cálculo: Período de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Período de avaliação:				
53 - Manutenção das Atividades (Ano) 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
2018 2019 2020 2021 Total				
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000				
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
100,00000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 364 - Ensino Superior				
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Ação: 41 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO				
<b>Subação:</b>				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
<b>Valores previstos:</b>				
Global 2018 2019 2020 2021 Total				
0,00 89.250,00 93.713,00 98.398,00 384.679,00				
0,00 93.713,00 98.398,00 103.318,00 384.679,00				
<b>Ação:</b> 2.42 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades				
<b>Objetivo:</b> Despesas com aquisição de gêneros alimentícios, a serem utilizados na merenda escolar. Subsidiar a alimentação básica de escolas públicas. A escola fornece a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações capazes de introduzir novos alimentos promovendo uma reeducação alimentar.				
<b>Produto:</b> Merenda escolar				
<b>Sigla:</b> MERENDA				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 8 - ATENDIMENTOS (164 - ATENDIMENTOS, ATM)				
Método de cálculo: Período de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Período de avaliação:				
54 - Manutenção das Atividades (Ano) 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
2018 2019 2020 2021 Total				
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000				
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
100,00000				





 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 64 / 139																					
resourciahia@cacador.sc.gov.br																									
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																									
<b>Ação: 2.56 MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS</b>																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																									
<b>Objetivo:</b> Parceria com entidades de apoio aos excepcionais, com atuação em diversas áreas, educação física, educação profissional, arte, defesa dos direitos, promoção da autonomia da pessoa com deficiência, orientação às famílias, entre outros.																									
<b>Produto:</b> Parceria com entidades de apoio aos excepcionais																									
<b>Sigla:</b> APAE																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> 168 - Parceria com entidades de apoio aos excepcionais																									
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Periodicidade de avaliação: Anual																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Desejado:</td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>252,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desejado:		25,00000	252,00000	25,00000	25,00000	4,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Desejado:		25,00000	252,00000	25,00000	25,00000	4,00000																			
<b>Despesa PPA:</b>																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador																									
Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																									
Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 12 - Educação																									
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																									
Ação: 56 - MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS																									
Subação:																									
<b>Natureza da Despesa</b>																									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes																									
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes																									
Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos																									
Elemento de despesa:																									
<b>Fonte de recurso</b>																									
101 - Recursos Próprios - Educação																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valores previstos:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td></td> <td>500,078,00</td> <td>525,082,00</td> <td>551,336,00</td> <td>578,903,00</td> <td>2.155.399,00</td> </tr> <tr> <td>Total:</td> <td></td> <td>500,078,00</td> <td>525,082,00</td> <td>551,336,00</td> <td>578,903,00</td> <td>2.155.399,00</td> </tr> </tbody> </table>					Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	Global		500,078,00	525,082,00	551,336,00	578,903,00	2.155.399,00	Total:		500,078,00	525,082,00	551,336,00	578,903,00	2.155.399,00
Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total																			
Global		500,078,00	525,082,00	551,336,00	578,903,00	2.155.399,00																			
Total:		500,078,00	525,082,00	551,336,00	578,903,00	2.155.399,00																			
<b>Ação: 2.68 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE</b>																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																									
<b>Objetivo:</b> Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular.																									
<b>Produto:</b> Atendimento Educacional Especializado																									
<b>Sigla:</b> AEE																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> 56 - Manutenção das Atividades (Ano)																									
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Periodicidade de avaliação: Anual																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Desejado:</td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	4,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	4,00000																			
<b>Despesa PPA:</b>																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador																									
Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																									
Unidade organograma: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 12 - Educação																									
Subfunção: 367 - Educação Especial																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE																									
Ação: 68 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE																									
Subação:																									

<div><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div> <div><a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 65 / 139	
Despesa PPA por Programa e Ação							
Natureza da Despesa							
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:							
Fonte de recurso		Valores previstos:		Global		2018	
137 - Outras Transferências do FNDE				0,00		235.778,00	
Total:				0,00		224.551,00	
						2019	
						235.778,00	
						2020	
						247.567,00	
						259.946,00	
						Total	
						967.842,00	
						967.842,00	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 66 / 139																					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																									
<b>Programa:</b> 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA																									
<b>Objetivo:</b> Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .																									
<b>Problema:</b> Infraestrutura Urbana.																									
<b>Justificativa:</b> Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.																									
<b>Público alvo:</b> População.																									
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																									
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																									
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																									
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																									
<b>Macro objetivo:</b> ( )																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																									
<b>Ação:</b> 1.16 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE																									
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos																									
<b>Objetivo:</b> Dispor de diversos instrumentos e ferramentas, que visam integrar os diferentes modos de transporte, além de promover a mobilidade e a acessibilidade de pessoas e cargas para o Município. A ação consiste em práticas envolvendo os conceitos de mobilidade urbana e acessibilidade associados à qualidade ambiental, sustentabilidade e aspectos econômicos que envolvem a sociedade.																									
<b>Produto:</b> Acessibilidade e mobilidade.																									
<b>Sigla:</b> ACES MOB																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 )																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> 85 - Acessibilidade e Mobilidade																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Periodicidade de avaliação:																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Desajustado:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desajustado:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Desajustado:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
<b>Despesa PPA:</b> 98 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 1.16 . 0 . 449000																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador																									
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																									
Unidade organizacional: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 15 - Urbanismo																									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA																									
Ação: 16 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE																									
Subação:																									
<b>Natureza da Despesa</b>																									
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital																									
Grupo de despesa: 4 - Investimentos																									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																									
Elemento de despesa:																									
<b>Fonte de recurso</b>																									
134 - Transferências de Convênios União - Outros																									
<b>Total:</b> 0,00																									
<b>Ação:</b> 1.21 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUELOS																									
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos																									
<b>Objetivo:</b> Construção e reformas de pontes, pontilhões e bueiros, melhorando a trafegabilidade, tanto em vias urbanas quanto em vias rurais, proporcionando segurança e também garantindo o escoamento da produção agrícola.																									
<b>Produto:</b> Pontes, pontilhões e boeios																									
<b>Sigla:</b> PPB																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 )																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	<a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 67 / 139

## Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:		90 - Construção e Reforma de Pontes 4 - Metro Quadrado (S1 - M2, M2 ) Anual	
		<b>No período do PPA</b>	
		2018	2019
		1,00000	1,00000
		25,00000	25,00000

<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>		2020	2021	<b>Total</b> 4,00000
62 - 1 . 2003 . 15 . 452 . 17 . 1.21 . 0 . 449000		1,00000	1,00000	
		25,00000	25,00000	4,00000


<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organotário: Unidade organotária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA 21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUELOS 4 - Despesas de Capital 4 - Investimentos 90 - Aplicações Diretas		<b>Valores previstos:</b> <b>Global</b> 0,00 0,00 0,00		<b>2018</b> 1,00000 105,00000 105,00000		<b>2019</b> 1,103,00 110,250,00 111,353,00		<b>2020</b> 1,138,00 115,763,00 116,921,00		<b>2021</b> 1,216,00 121,551,00 122,767,00		<b>Total</b> 4,527,00 452,564,00 457,091,00	
<b>Fonte de recurso</b> 134 - Transferências de Convênios União - Outros 100 - Recursos Ordinários															
<b>Total:</b>		99 - 1 . 2003 . 15 . 452 . 17 . 1.21 . 0 . 339000													

<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organotário: Unidade organotária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA 21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUELOS 3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas		<b>Valores previstos:</b> <b>Global</b> 0,00 0,00		<b>2018</b> 31,500,00 31,500,00		<b>2019</b> 33,075,00 33,075,00		<b>2020</b> 34,729,00 34,729,00		<b>2021</b> 36,465,00 36,465,00		<b>Total</b> 135,769,00 135,769,00	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários															
<b>Total:</b>		<b>Global</b> 0,00 0,00													

<b>Ação:</b>		<b>1.22 CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS</b>													
<b>Tipo:</b>		1 - Projetos													
<b>Objetivo:</b>		Canalização de córregos, como medida para evitar assoreamento, evitando alagamentos ou enchentes.													
<b>Produto:</b>		Canalização de córregos													
<b>Sigla:</b>		CAN COR													

<b>Indicador (unidade de medida):</b> 5 - Metro (151 - METRO, MTR ) Método de cálculo: Método de avaliação:		91 - Canalização de Córregos 5 - Metro (151 - METRO, MTR ) Anual		<b>No período do PPA</b>		2018	2019	2020	2021	<b>Total</b> 4,00000	
						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000		
						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000		

<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>		2020	2021	<b>Total</b> 4,00000	
62 - 1 . 2003 . 15 . 452 . 17 . 1.21 . 0 . 449000		1,00000	1,00000		
		25,00000	25,00000		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 68 / 139
http://www.cacador.sc.gov.br      tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Despesa PPA:</b> 63 - 1. 2003 - 17 - 512 - 17 - 1.22 - 0 - 449000				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA <b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano <b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA Ação: 22 - CANALIZAÇÃO DE CORREGOS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 52.500,00 2019 55.125,00 2020 57.881,00 2021 60.775,00 Total 226.281,00				
<b>Ação:</b> 1.23 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS Tipo: 1 - Projetos Objetivo: Aquisição de imóveis, tais como terrenos para futuras edificações e também para loteamentos para habitação urbana, como também para construção de parques e praças. Produto: Imóveis. Sigla: IMOVEIS				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Método de cálculo: Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Periodicidade de avaliação: Anual				
No período do PPA 2018 1,00000 2019 1,00000 2020 1,00000 2021 1,00000 Total 4,00000				
<b>Quantidade:</b> 100 - 1. 2003 - 15 - 452 - 17 - 1.23 - 0 - 459000 <b>Índice Desajustado:</b>				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA <b>Classificação Funcional</b> Função: 15 - Urbanismo Subfunção: 452 - Serviços Urbanos <b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA Ação: 23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 5 - Investimentos Financeiros Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 249.501,00 2019 261.976,00 2020 275.075,00 2021 288.829,00 Total 1.075.381,00				
<b>Ação:</b> 1.24 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS Tipo: 1 - Projetos Objetivo: Construção e manutenção de abrigos para passageiros, destinados a proteger e abrigar pessoas, como sendo parte da mobilidade urbana. Produto: Abrigos para passageiros. Sigla: ABR PASS				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Método de cálculo: Método de avaliação:				



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 69 / 139
---	--	--	---------------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Despesa PPA por Programa e Ação

**Meta física:**  
Indicador (unidade de medida):  
Periodicidade de avaliação:

93 - Construção e Manutenção de Abrigos de Passageiros  
3 - Unidade (63 - UN, UN )  
Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA:**  
64 - 1. 2003 - 15. 451. 17. 1.24. 0. 3390000

## Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
Órgão organotário:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

## Classificação Funcional

Função:

15 - Urbanismo  
451 - Infra-Estrutura Urbana

## Estrutura Programática

Programa:

17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS

## Subação:

Ação:

3 - Despesas Correntes  
3 - Outras Despesas Correntes

90 - Aplicações Diretas

Modalidade de aplicação:

Elemento de despesa:

Fonte de recurso:

100 - Recursos Ordinários

Total:

Global

2018

2019

2020

2021

Total

0,00

37,800,00

39,690,00

41,675,00

43,758,00

162,923,00

Valores previstos:

65 - 1. 2003 - 15. 451. 17. 1.24. 0. 4490000

## Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
Órgão organotário:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

## Classificação Funcional

Função:

15 - Urbanismo  
451 - Infra-Estrutura Urbana

## Estrutura Programática

Programa:

17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS

## Subação:

Ação:

4 - Despesas de Capital  
4 - Investimentos

90 - Aplicações Diretas

Modalidade de aplicação:

Elemento de despesa:

Fonte de recurso:

100 - Recursos Ordinários

Total:

Global

2018

2019

2020

2021

Total

0,00

111,150,00

116,707,00

122,543,00

128,670,00

479,070,00

Valores previstos:

2.45 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Ação:

2 - Atividades

Objetivo:

Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Produto:

Infraestrutura Urbana.

Sigla:

INFRA

Indicador (unidade de medida):

2 - Valor (68 - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física:

Indicador (unidade de medida):

11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Anual

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

100,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

483,597,00

Quantidade:

Índice Desejado:

31 - Manutenção das Atividades (Ano)

11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Anual

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

100,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000

Quantidade:

Índice Desejado:

31 - Manutenção das Atividades (Ano)

11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Anual

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

100,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>		<div><div>Emissão:15/12/2017 10:21</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1938-8627-667</div></div>		<div><div>Página</div><div>70 / 139</div></div>	
<div>Despesa PPA por Programa e Ação</div>							
<div><div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão organomatório:</div><div>Unidade organomatória:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div><div>100 - Recursos Ordinários</div><div>Total:</div></div></div><div><div><div>66 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.45 . 0 . 319100</div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</div><div>15 - Urbanismo</div><div>451 - Infra-Estrutura Urbana</div><div>17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</div><div>45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA</div><div>3 - Despesas Correntes</div><div>1 - Pessoal e Encargos Sociais</div><div>91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>2018</div><div>2019</div><div>2020</div><div>2021</div><div>Total</div></div></div><div><div>0,00</div><div>1.577.688,00</div><div>1.656.572,00</div><div>1.739.401,00</div><div>1.826.371,00</div><div>6.800.032,00</div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão organomatório:</div><div>Unidade organomatória:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div><div>107 - Contribuição para a CIDE</div><div>100 - Recursos Ordinários</div><div>Total:</div></div></div><div><div><div>67 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.45 . 0 . 339000</div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</div><div>15 - Urbanismo</div><div>451 - Infra-Estrutura Urbana</div><div>17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</div><div>45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA</div><div>3 - Despesas Correntes</div><div>3 - Outras Despesas Correntes</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>2018</div><div>2019</div><div>2020</div><div>2021</div><div>Total</div></div></div><div><div>0,00</div><div>65.071,00</div><div>68.323,00</div><div>71.742,00</div><div>75.239,00</div><div>280.467,00</div></div><div><div>0,00</div><div>6.062.977,00</div><div>6.366.126,00</div><div>6.684.432,00</div><div>7.018.655,00</div><div>26.132.189,00</div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão organomatório:</div><div>Unidade organomatória:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div><div>183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas</div><div>100 - Recursos Ordinários</div><div>Total:</div></div></div><div><div><div>68 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.45 . 0 . 449000</div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</div><div>15 - Urbanismo</div><div>451 - Infra-Estrutura Urbana</div><div>17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</div><div>45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA</div><div>4 - Despesas de Capital</div><div>4 - Investimentos</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>2018</div><div>2019</div><div>2020</div><div>2021</div><div>Total</div></div></div><div><div>0,00</div><div>1.260,00</div><div>1.323,00</div><div>1.389,00</div><div>1.459,00</div><div>5.431,00</div></div><div><div>0,00</div><div>103.950,00</div><div>109.148,00</div><div>114.605,00</div><div>120.335,00</div><div>446.038,00</div></div></div></div></div>							
<div><div>110.210,00</div><div>110.471,00</div><div>115.994,00</div><div>121.794,00</div><div>453.469,00</div></div>							



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

15/12/2017 10:21

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1938-8627-667

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Despesa PPA por Programa e Ação**

<b>Despesa PPA:</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO									
Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
<b>Classificação Funcional</b>									
Função: 15 - Urbanismo									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana									
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA									
Ação: 45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
100 - Recursos Ordinários									
<b>Total:</b>									
Global		Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	
0,00		0,00		5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00	21.778.122,00	
0,00		0,00		5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00	21.778.122,00	

**Ação: 2.46 MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS**

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Manutenção das Atividades de Manutenção de Vias Urbanas.

**Produto:** Vias Urbanas.

**Sigla:** VIAS

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:**

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação: Anual

**No período do PPA**

<b>Quantidade:</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desagregado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

<b>Despesa PPA:</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO									
Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
<b>Classificação Funcional</b>									
Função: 15 - Urbanismo									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana									
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA									
Ação: 46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura									
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União									
139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recurs									
134 - Transferências de Convênios União - Outros									
100 - Recursos Ordinários									
140 - Royalties de Petróleo - Lei nº 12.858/2013									
<b>Total:</b>									
Global		Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	
0,00		0,00		149.699,00	157.183,00	165.043,00	173.295,00	645.220,00	
0,00		0,00		20.570,00	21.598,00	22.678,00	23.812,00	88.658,00	
0,00		0,00		452.220,00	474.831,00	498.573,00	523.502,00	1.949.126,00	
0,00		0,00		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
0,00		0,00		525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00	
0,00		0,00		18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00	80.654,00	
0,00		0,00		1.167.252,00	1.225.613,00	1.266.896,00	1.351.240,00	5.031.001,00	

**Despesa PPA:**

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Estrutura Programática**

Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Ação: 46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes

Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

**Fonte de recurso**

112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União

139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recurs

134 - Transferências de Convênios União - Outros

100 - Recursos Ordinários

140 - Royalties de Petróleo - Lei nº 12.858/2013

**Total:**

69 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.46. 0. 449000

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

<b>Despesa PPA:</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>									
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO									
Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
<b>Classificação Funcional</b>									
Função: 15 - Urbanismo									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana									
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA									
Ação: 46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes									
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura									
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União									
139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recurs									
134 - Transferências de Convênios União - Outros									
100 - Recursos Ordinários									
140 - Royalties de Petróleo - Lei nº 12.858/2013									
<b>Total:</b>									
Global		Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	
0,00		0,00		149.699,00	157.183,00	165.043,00	173.295,00	645.220,00	
0,00		0,00		20.570,00	21.598,00	22.678,00	23.812,00	88.658,00	
0,00		0,00		452.220,00	474.831,00	498.573,00	523.502,00	1.949.126,00	
0,00		0,00		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
0,00		0,00		525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00	
0,00		0,00		18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00	80.654,00	
0,00		0,00		1.167.252,00	1.225.613,00	1.266.896,00	1.351.240,00	5.031.001,00	

**Despesa PPA:**

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador


Órgão organomantário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organomantária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 72 / 139																														
tesouraria@cacador.sc.gov.br																																		
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																		
<b>Classificação Funcional</b> Função: 15 - Urbanismo Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana <b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA Ação: 46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesas: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																																		
<b>Fonte de recurso</b> 112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura 134 - Transferências de Convênios União - Outros 164 - Transferências de Convênios Estado - Outros <b>Total:</b>																																		
<b>Valores previstos:</b>																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>124.751,00</td> <td>130.988,00</td> <td>137.537,00</td> <td>144.414,00</td> <td>537.690,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td><b>0,00</b></td> <td><b>126.851,00</b></td> <td><b>133.194,00</b></td> <td><b>139.695,00</b></td> <td><b>146.846,00</b></td> <td><b>546.744,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>0,00</b>	<b>126.851,00</b>	<b>133.194,00</b>	<b>139.695,00</b>	<b>146.846,00</b>	<b>546.744,00</b>
Global	2018	2019	2020	2021	Total																													
0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00																													
0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																													
0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																													
<b>0,00</b>	<b>126.851,00</b>	<b>133.194,00</b>	<b>139.695,00</b>	<b>146.846,00</b>	<b>546.744,00</b>																													
<b>Ação: 2.48 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Manutenção e conservação do Cemitério Municipal. Produto: Cemitério Municipal. Sigla: CEMIT MUN <b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ ) Método de cálculo: Método de avaliação:																																		
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:																																		
120 - Manutenção do Cemitério Municipal 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																		
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desagregado:</b>																																		
20 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.48 . 0 . 3390000																																		
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão orçamentário: Unidade orçamentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesas: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:																																		
1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 15 - Urbanismo 451 - Infra-Estrutura Urbana 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA 48 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL 3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas																																		
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários																																		
<b>Valores previstos:</b>																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>10.500,00</td> <td>11.025,00</td> <td>11.576,00</td> <td>12.155,00</td> <td>45.256,00</td> </tr> <tr> <td><b>0,00</b></td> <td><b>10.500,00</b></td> <td><b>11.025,00</b></td> <td><b>11.576,00</b></td> <td><b>12.155,00</b></td> <td><b>45.256,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					Global	2018	2019	2020	2021	Total	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00	<b>0,00</b>	<b>10.500,00</b>	<b>11.025,00</b>	<b>11.576,00</b>	<b>12.155,00</b>	<b>45.256,00</b>												
Global	2018	2019	2020	2021	Total																													
0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00																													
<b>0,00</b>	<b>10.500,00</b>	<b>11.025,00</b>	<b>11.576,00</b>	<b>12.155,00</b>	<b>45.256,00</b>																													
<b>Ação: 2.49 MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: manutenção, revitalização e limpeza de praças e ruas. Produto: Praças e ruas Sigla: PRAÇAS/RUAS <b>Indicador (unidade de medida):</b> 5 - Metro (151 - METRO, MTR ) Método de cálculo: Método de avaliação:																																		

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><div>&lt;</div></div></div>		
--	--	--

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:21	Página 74 / 139
		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Despesa PPA por Programa e Ação

**Ação:** 2.51 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno.

**Produto:** Iluminação pública.

**Sigla:** ILUMIPUB

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 35 - Manutenção das Atividades (Ano)  
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
Periodicidade de avaliação: Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
Índice Desejado:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 22 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.51. 0. 3390000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Órgão organentário: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Estrutura Programática**

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Ação: 51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes

Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

**Fonte de recurso**

108 - Contribuição para a COSIP

**Total:** 23 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.51. 0. 317100

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Órgão organentário: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Estrutura Programática**

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Ação: 51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Subação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes

Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Modalidade de aplicação: 71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Elemento de despesa:

**Fonte de recurso**

100 - Recursos Ordinários

**Total:** 71 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.51. 0. 337100

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Órgão organentário: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO

Unidade organentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA


**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total
Global		67.158,00	70.516,00	74.042,00	77.744,00	289.460,00
0,00		67.158,00	70.516,00	74.042,00	77.744,00	289.460,00




 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 75 / 139
resolutaria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA Ação: 51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>				
<b>Valores previstos:</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00
0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00
<b>Total</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00
0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00
<b>Total</b>				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA <b>Classificação Funcional</b> Função: 15 - Urbanismo Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana <b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA Ação: 51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>				
<b>Valores previstos:</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00
0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00
<b>Total</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00
0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00
<b>Total</b>				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA <b>Classificação Funcional</b> Função: 15 - Urbanismo Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana <b>Estrutura Programática</b> Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA Ação: 51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>				
<b>Valores previstos:</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
<b>Total</b>				
Global	2018	2019	2020	2021
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
<b>Total</b>				
<b>Ação: 2.80 MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Manutenção da malha viária municipal. Produto: Malha viária municipal. Sigla: MALHA VIÁRIA Indicador (unidade de medida): 10 - KILOMETROS (46 - KM, KM ) Método de cálculo: Método de avaliação:				

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Despesa PPA por Programa e Ação

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 79 / 139
resourciah@cacador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Programa:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Problema:</b>				
<b>Justificativa:</b>				
<b>Público alvo:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Responsável:</b>				
<b>Horizonte temporal:</b>				
<b>Fonte de financiamento:</b>				
<b>Macro objetivo:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Produto:</b>				
<b>Sigla:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 )				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b>				
Indicador (unidade de medida):				
Periodicidade de avaliação:				
83 - Reforma e manutenção da Estação Ferroviária 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desajustado:</b>				
193 - 3 - 13001 - 13 - 392 - 19 - 1.14 - 0 - 449000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora:				
Órgão orientador:				
Unidade organizacional:				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função:				
Subfunção:				
Programa:				
Ação:				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica:				
Grupo de despesas:				
Modalidade de aplicação:				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
100 - Recursos Ordinários				
134 - Transferências de Convênios União - Outros				
<b>Total:</b>				
2018 2019 2020 2021 Total				
Global 0,00 22.050,00 23.153,00 24.310,00 90.513,00				
0,00 1.323,00 1.389,00 1.459,00 5.431,00				
0,00 22.260,00 24.542,00 25.769,00 95.944,00				
<b>Ação:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Produto:</b>				
<b>Sigla:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div> <div>http://www.cacador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>80 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação							
<div><div><div><div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida):</div><div>Período de avaliação:</div></div><div>87 - Aquisição de Veículos</div><div>3 - Unidade (83 - UN, UN )</div><div>Anual</div></div><div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado:</div></div><div><div>No período do PPA</div><div>100,00000</div></div><div><div>2018</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2019</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2020</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2021</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>Total</div><div>4,00000</div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão orientatário:</div><div>Unidade orientatária:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div></div><div>3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo</div><div>13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</div><div>13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</div><div>13 - Cultura</div><div>392 - Difusão Cultural</div><div>19 - ACERVO CULTURAL</div><div>18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS</div><div>4 - Despesas de Capital</div><div>4 - Investimentos</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>100 - Recursos Ordinários</div><div>134 - Transferências de Convênios União - Outros</div></div><div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>2018</div><div>2019</div><div>2020</div><div>2021</div><div>Total</div></div><div><div>0,00</div><div>52,500,00</div><div>55,125,00</div><div>60,775,00</div><div>57,881,00</div><div>226,281,00</div></div><div><div>0,00</div><div>1,260,00</div><div>1,323,00</div><div>1,389,00</div><div>1,459,00</div><div>5,431,00</div></div><div><div>0,00</div><div>53,760,00</div><div>56,448,00</div><div>59,270,00</div><div>62,234,00</div><div>231,712,00</div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div>Ação:</div><div>1 - Projetos</div><div>Objetivo:</div><div>Produto:</div><div>Sigla:</div><div>Indicador (unidade de medida):</div><div>Método de cálculo:</div><div>Método de avaliação:</div></div><div>Atividades do programa atenção a mulher e programa de atenção ao idoso, proporcionando sociabilidade, integração e apoio, aos grupos de mulheres e de idosos, com atividades voltadas ao conhecimento e a qualidade de vida.</div><div>Atividades do programa atenção a mulher e ao idoso</div><div>PAM E PAI</div><div>11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)</div><div></div><div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida):</div><div>Período de avaliação:</div></div><div>159 - PROGRAMA PAM E PAI/NE</div><div>11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)</div><div>Anual</div></div><div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado:</div></div><div><div>No período do PPA</div><div>100,00000</div></div><div><div>2018</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2019</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2020</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>2021</div><div>1,00000</div><div>25,00000</div></div><div><div>Total</div><div>4,00000</div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora:</div><div>Órgão orientatário:</div><div>Unidade orientatária:</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica:</div><div>Grupo de despesa:</div><div>Modalidade de aplicação:</div><div>Elemento de despesa:</div><div>Fonte de recurso</div></div><div>3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo</div><div>13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</div><div>13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</div><div>13 - Cultura</div><div>392 - Difusão Cultural</div><div>19 - ACERVO CULTURAL</div><div>33 - PROGRAMA PAM E PAI</div><div>3 - Despesas Correntes</div><div>3 - Outras Despesas Correntes</div><div>90 - Aplicações Diretas</div><div>100 - Recursos Ordinários</div></div><div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>2018</div><div>2019</div><div>2020</div><div>2021</div><div>Total</div></div><div><div>0,00</div><div>199,500,00</div><div>209,475,00</div><div>219,949,00</div><div>230,946,00</div><div>859,870,00</div></div><div><div>0,00</div><div>199,500,00</div><div>209,475,00</div><div>219,949,00</div><div>230,946,00</div><div>859,870,00</div></div></div></div>							



 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caxador.sc.gov.br">http://www.caxador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caxador.sc.gov.br">tesouraria@caxador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 81 / 139
---	--	--	---------------------------

## Despesa PPA por Programa e Ação

### Ação: 2.44 MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura e Turismo.

**Produto:** Fundo Municipal de Cultura e Turismo

**Sigla:** MAN CULT

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 118 - Manutenção das Atividades da Cultura  
**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
**Periodicidade de avaliação:** Anual

No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
Índice Dessejado:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Dessejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 195 - 3 - 13001. 13 - 392 - 19 - 2.44 - 0 - 319000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Órgão orçamentário: 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO  
Unidade orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

**Classificação Funcional**

Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

**Estrutura Programática**

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL  
Ação: 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais  
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas

**Fonte de recurso**

100 - Recursos Ordinários

**Valores previstos:**

Global	2018	2019	2020	2021	Total
0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00

**Despesa PPA:** 196 - 3 - 13001. 13 - 392 - 19 - 2.44 - 0 - 319100

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Órgão orçamentário: 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO  
Unidade orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

**Classificação Funcional**

Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

**Estrutura Programática**

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL  
Ação: 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais  
Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Elemento de despesa: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

**Fonte de recurso**

100 - Recursos Ordinários

**Valores previstos:**

Global	2018	2019	2020	2021	Total
0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00

**Despesa PPA:** 197 - 3 - 13001. 13 - 392 - 19 - 2.44 - 0 - 335000


**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Órgão orçamentário: 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO  
Unidade orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

**Classificação Funcional**

Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>tasouralia@cacador.sc.gov.br</div><div>15/12/2017 10:21</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div></div></div><div><div>82 / 139</div></div></div></div>				
Despesa PPA por Programa e Ação				
Estrutura Programática				
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL				
Ação: 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO				
Subação:				
Natureza da Despesa				
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de despesa:				
Fonte de recurso				
100 - Recursos Ordinários				
Total:				
Global 2018 2019 2021 Total				
0,00 62.370,00 65.489,00 72.201,00 268.823,00				
0,00 62.370,00 68.763,00 72.201,00 268.823,00				
Despesa PPA:				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo				
Órgão organotário: 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Unidade organotária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Estrutura Programática				
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL				
Ação: 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO				
Subação:				
Natureza da Despesa				
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
Fonte de recurso				
100 - Recursos Ordinários				
Total:				
Global 2018 2019 2021 Total				
0,00 157.500,00 165.375,00 182.326,00 678.845,00				
0,00 157.500,00 173.644,00 182.326,00 678.845,00				
Despesa PPA:				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo				
Órgão organotário: 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Unidade organotária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Estrutura Programática				
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL				
Ação: 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO				
Subação:				
Natureza da Despesa				
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital				
Grupo de despesa: 4 - Investimentos				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
Fonte de recurso				
100 - Recursos Ordinários				
Total:				
Global 2018 2019 2021 Total				
0,00 31.500,00 33.075,00 36.465,00 135.769,00				
0,00 31.500,00 34.729,00 36.465,00 135.769,00				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 83 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Programa:</b> 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				
<b>Objetivo:</b> Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.				
<b>Problema:</b> Vias urbanas				
<b>Justificativa:</b> O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.				
<b>Público alvo:</b> População				
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo				
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO				
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo				
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal				
<b>Macro objetivo:</b> ( )				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b> 1.20 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS				
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos				
<b>Objetivo:</b> Pavimentação de vias públicas e passeios públicos, melhorando assim as condições de segurança do tráfego de veículos e pedestres.				
<b>Produto:</b> Vias públicas e passeios				
<b>Sigla:</b> Vias públicas				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (S1 - M2, M2 )				
<b>Método de cálculo:</b> 89 - Pavimentações de Vias Públicas				
<b>Método de avaliação:</b> 4 - Metro Quadrado (S1 - M2, M2 )				
<b>Meta física:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> Anual				
<b>Periodicidade de avaliação:</b>				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desagregado:</b>				
<b>Despesa PPA:</b> 40 - 1.2003 - 15 - 452 - 20 - 1.20 - 0 - 449000				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				
Unidade organograma: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				
Ação: 20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital				
Grupo de despesa: 4 - Investimentos				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
100 - Recursos Ordinários				
134 - Transferências de Convênios União - Outros				
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas				
<b>Total:</b>				
Global 2018 2019 2020 2021 Total				
0,00 133.117,00 134.773,00 136.511,00 535.941,00				
0,00 1.103,00 1.158,00 1.216,00 4.527,00				
0,00 1.103,00 1.158,00 1.216,00 4.527,00				
0,00 135.323,00 137.089,00 138.943,00 544.995,00				
<b>Despesa PPA:</b> 222 - 1.2003 - 15 - 452 - 20 - 1.20 - 0 - 339000				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				
Unidade organograma: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				
Ação: 20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS				
Subação:				


 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 84 / 139
--	--	---	--------------------


tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br


## Despesa PPA por Programa e Ação


Natureza da Despesa		2018	2019	2020	2021	Total
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 85 / 139																																																																																																																																																																																																																																																																																	
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Programa:</b> 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Objetivo:</b> Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissãoários).																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Problema:</b> Serviços públicos.																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Justificativa:</b> Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade.																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Público alvo:</b> População.																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Macro objetivo:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Ação:</b> 2.66 URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Objetivo:</b> Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários tem por objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos.																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Produto:</b> Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Sigla:</b> URASP																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Método de cálculo:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Método de avaliação:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Meta física:</b> 62 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desajustado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td>220 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 339000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>15 - Urbanismo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>452 - Serviços Urbanos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>3 - Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesa:</td> <td>3 - Outras Despesas Correntes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Valores previstos:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Global</b></td> <td>0,00</td> <td>2018</td> <td>2019</td> <td>2020</td> <td>2021</td> <td>Total</td> </tr> <tr> <td></td> <td>0,00</td> <td>1,050,00</td> <td>1,103,00</td> <td>1,158,00</td> <td>1,216,00</td> <td>4,527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td>1,050,00</td> <td>1,103,00</td> <td>1,158,00</td> <td>1,216,00</td> <td>4,527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td>221 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 449000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>15 - Urbanismo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>452 - Serviços Urbanos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA							2018	2019	2020	2021	Total	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desajustado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA:</b>	220 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 339000						<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador						Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						<b>Classificação Funcional</b>							Função:	15 - Urbanismo						Subfunção:	452 - Serviços Urbanos						<b>Estrutura Programática</b>							Programa:	21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						Ação:	66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS						Subação:							<b>Natureza da Despesa</b>							Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes						Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes						Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas						Elemento de despesa:							<b>Fonte de recurso</b>							134 - Transferências de Convênios União - Outros							<b>Valores previstos:</b>							<b>Global</b>	0,00	2018	2019	2020	2021	Total		0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00	<b>Total:</b>		1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00	<b>Despesa PPA:</b>	221 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 449000						<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador						Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						<b>Classificação Funcional</b>							Função:	15 - Urbanismo						Subfunção:	452 - Serviços Urbanos						<b>Estrutura Programática</b>							Programa:	21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						Ação:	66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS						Subação:						
		No período do PPA																																																																																																																																																																																																																																																																																			
		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Índice Desajustado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Despesa PPA:</b>	220 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 339000																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Função:	15 - Urbanismo																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Programa:	21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ação:	66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
134 - Transferências de Convênios União - Outros																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Valores previstos:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
<b>Global</b>	0,00	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																																																																																															
	0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Total:</b>		1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Despesa PPA:</b>	221 - 1 - 2003 - 15 - 452 - 21 - 2.66 - 0 - 449000																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Função:	15 - Urbanismo																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Programa:	21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ação:	66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																																					

<div><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 - <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:21 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1938-8627-667</div>		<div>Página 86 / 139</div>	
<div>Despesa PPA por Programa e Ação</div>							
<div>Natureza da Despesa</div>							
<div>Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital</div>							
<div>Grupo de despesa: 4 - Investimentos</div>							
<div>Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas</div>							
<div>Elemento de despesa:</div>							
<div>Fonte de recurso</div>		<div>Valores previstos:</div>		<div>Global</div>		<div>2018201920202021</div>	
<div>134 - Transferências de Convênios União - Outros</div>		<div>0,00</div>		<div>0,001.050,001.103,001.216,00</div>		<div>1.050,001.158,001.216,00</div>	
<div>Total:</div>		<div>0,00</div>		<div>0,001.103,001.158,001.216,00</div>		<div>1.103,001.158,001.216,004.527,00</div>	




 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 87 / 139																																																																																																																																																																																																															
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Programa:</b> 22 - HABITAÇÃO																																																																																																																																																																																																																			
<b>Objetivo:</b> Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentam situações de vulnerabilidade social.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Problema:</b> HABITAÇÃO POPULAR																																																																																																																																																																																																																			
<b>Justificativa:</b> O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Público alvo:</b> Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social																																																																																																																																																																																																																			
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																																																																																																																																																																																																																			
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																																																																																																																																																																																																																			
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																																																																																																																																																																																																																			
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																			
<b>Macro objetivo:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																			
<b>Ação:</b> 1.25 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES																																																																																																																																																																																																																			
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos																																																																																																																																																																																																																			
<b>Objetivo:</b> Propiciar a construção, manutenção, reforma e adequação de unidades habitacionais para indivíduos e ou famílias em situação de vulnerabilidade social.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Produto:</b> Unidades Habitacionais.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Sigla:</b> CPOP																																																																																																																																																																																																																			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )																																																																																																																																																																																																																			
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																																			
<b>Meta física:</b> 94 - Construção de Casas Populares																																																																																																																																																																																																																			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN )																																																																																																																																																																																																																			
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desejado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td></td> <td>175 - 8 - 6001 - 16 - 482 - 22 - 1.25 - 0 - 449000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td>8 - Fundo Municipal de Habitação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Unidade gestora:</b></td> <td></td> <td>6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Órgão orçamentário:</b></td> <td></td> <td>6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Unidade orçamentária:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td>16 - Habitação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Função:</b></td> <td></td> <td>482 - Habitação Urbana</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Subfunção:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td>22 - HABITAÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Programa:</b></td> <td></td> <td>25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Ação:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Subação:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Categoria econômica:</b></td> <td></td> <td>4 - Despesas de Capital</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Grupo de despesas:</b></td> <td></td> <td>4 - Investimentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Modalidade de aplicação:</b></td> <td></td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Elemento de despesa:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>100 - Recursos Ordinários</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>134 - Transferências de Convênios União - Outros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Global</td> <td>2018</td> <td>2019</td> <td>2020</td> <td>2021</td> <td>Total</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>167.855,00</td> <td>176.248,00</td> <td>185.060,00</td> <td>194.313,00</td> <td>723.476,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>1.445,00</td> <td>1.517,00</td> <td>1.593,00</td> <td>1.673,00</td> <td>6.228,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>169.300,00</td> <td>177.765,00</td> <td>186.653,00</td> <td>195.986,00</td> <td>729.704,00</td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA							2018	2019	2020	2021	Total	<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA:</b>		175 - 8 - 6001 - 16 - 482 - 22 - 1.25 - 0 - 449000					<b>Estrutura Organizacional</b>		8 - Fundo Municipal de Habitação					<b>Unidade gestora:</b>		6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO					<b>Órgão orçamentário:</b>		6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO					<b>Unidade orçamentária:</b>							<b>Classificação Funcional</b>		16 - Habitação					<b>Função:</b>		482 - Habitação Urbana					<b>Subfunção:</b>							<b>Estrutura Programática</b>		22 - HABITAÇÃO					<b>Programa:</b>		25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES					<b>Ação:</b>							<b>Subação:</b>							<b>Natureza da Despesa</b>							<b>Categoria econômica:</b>		4 - Despesas de Capital					<b>Grupo de despesas:</b>		4 - Investimentos					<b>Modalidade de aplicação:</b>		90 - Aplicações Diretas					<b>Elemento de despesa:</b>							<b>Fonte de recurso</b>							<b>100 - Recursos Ordinários</b>							<b>134 - Transferências de Convênios União - Outros</b>							<b>Total:</b>									Global	2018	2019	2020	2021	Total			0,00	167.855,00	176.248,00	185.060,00	194.313,00	723.476,00			0,00	1.445,00	1.517,00	1.593,00	1.673,00	6.228,00			0,00	169.300,00	177.765,00	186.653,00	195.986,00	729.704,00
		No período do PPA																																																																																																																																																																																																																	
		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																													
<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																													
<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																													
<b>Despesa PPA:</b>		175 - 8 - 6001 - 16 - 482 - 22 - 1.25 - 0 - 449000																																																																																																																																																																																																																	
<b>Estrutura Organizacional</b>		8 - Fundo Municipal de Habitação																																																																																																																																																																																																																	
<b>Unidade gestora:</b>		6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO																																																																																																																																																																																																																	
<b>Órgão orçamentário:</b>		6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO																																																																																																																																																																																																																	
<b>Unidade orçamentária:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Classificação Funcional</b>		16 - Habitação																																																																																																																																																																																																																	
<b>Função:</b>		482 - Habitação Urbana																																																																																																																																																																																																																	
<b>Subfunção:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Estrutura Programática</b>		22 - HABITAÇÃO																																																																																																																																																																																																																	
<b>Programa:</b>		25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES																																																																																																																																																																																																																	
<b>Ação:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Subação:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Categoria econômica:</b>		4 - Despesas de Capital																																																																																																																																																																																																																	
<b>Grupo de despesas:</b>		4 - Investimentos																																																																																																																																																																																																																	
<b>Modalidade de aplicação:</b>		90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																	
<b>Elemento de despesa:</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>100 - Recursos Ordinários</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>134 - Transferências de Convênios União - Outros</b>																																																																																																																																																																																																																			
<b>Total:</b>																																																																																																																																																																																																																			
		Global	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																												
		0,00	167.855,00	176.248,00	185.060,00	194.313,00	723.476,00																																																																																																																																																																																																												
		0,00	1.445,00	1.517,00	1.593,00	1.673,00	6.228,00																																																																																																																																																																																																												
		0,00	169.300,00	177.765,00	186.653,00	195.986,00	729.704,00																																																																																																																																																																																																												
<b>Ação:</b> 2.67 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO																																																																																																																																																																																																																			
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																																																																																																			
<b>Objetivo:</b> Manutenção do Fundo Municipal da Habitação.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Produto:</b> Habitação.																																																																																																																																																																																																																			
<b>Sigla:</b> HABIT																																																																																																																																																																																																																			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (68 - R\$, R\$ )																																																																																																																																																																																																																			
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																																			

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		tesouraria@cacador.sc.gov.br Página 88 / 139	
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 121 - Manutenção do Fundo da Habitação Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)					
No período do PPA 2018 2019 2020 2021 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 <b>Total</b> 4,00000					
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 176 - 8 . 6001 . 16 . 482 . 22 . 2.67 . 0 . 339000					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação Órgão organotário: 6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Unidade organotária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 16 - Habitação Subfunção: 482 - Habitação Urbana <b>Estrutura Programática</b> Programa: 22 - HABITAÇÃO Ação: 67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b> 592.859,00					
<b>Ação:</b> 2.69 ALUGUEL SOCIAL Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Conceder a título de benefício eventual, 120 quotas do aluguel social, para custeio das despesas de aluguel para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Produto: Quotas do aluguel social Sigla: ALSOC					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Método de cálculo: Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 158 - Aluguel Social Periodicidade de avaliação: 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Anual					
No período do PPA 2018 2019 2020 2021 120,00000 120,00000 120,00000 120,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 <b>Total</b> 480,00000					
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 242 - 8 . 6001 . 16 . 482 . 22 . 2.69 . 0 . 339000					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação Órgão organotário: 6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Unidade organotária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <b>Classificação Funcional</b> Função: 16 - Habitação Subfunção: 482 - Habitação Urbana <b>Estrutura Programática</b> Programa: 22 - HABITAÇÃO Ação: 69 - ALUGUEL SOCIAL Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b> 1.724.050,00					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 89 / 139																																																																																																																																																																																																																																																																
Resolucão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Programa:</b> 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Objetivo:</b> Ações voltadas para crianças e adolescentes.																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Problema:</b> Ações voltadas para crianças e adolescentes.																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Justificativa:</b> O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, promove ações para a manutenção de serviços, programas e projetos voltados para criança e adolescentes.																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Público alvo:</b> Crianças e Adolescentes																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Tipo:</b> 1 - Finalístico																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Macro objetivo:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Indicador (unidade de medida):</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Ação:</b> 2.17 SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Objetivo:</b> Manutenção dos serviços, programas e projetos voltados para a criança e o adolescente.																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Produto:</b> Ações voltadas para crianças e adolescentes.																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Sigla:</b> FIA																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Método de cálculo:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Método de avaliação:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Meta física:</b> 104 - Manutenção das atividades do FIA																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"><b>Quantidade:</b></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Índice Desiderado:</b></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Despesa PPA:</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Unidade gestora:</td> <td colspan="6">7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Órgão organograma:</td> <td colspan="6">7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Unidade organograma:</td> <td colspan="6">7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Classificação Funcional</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Função:</td> <td colspan="6">8 - Assistência Social</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Subfunção:</td> <td colspan="6">243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Estrutura Programática</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Programa:</td> <td colspan="6">23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ação:</td> <td colspan="6">17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Subação:</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Natureza da Despesa</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Categoria econômica:</td> <td colspan="6">3 - Despesas Correntes</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Grupo de despesa:</td> <td colspan="6">3 - Outras Despesas Correntes</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Modalidade de aplicação:</td> <td colspan="6">90 - Aplicações Diretas</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Elemento de despesa:</td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Fonte de recurso</b></td> <td colspan="6"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td colspan="6">Global</td> </tr> <tr> <td colspan="2">109 - FIA Imposto de Renda</td> <td colspan="6">0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total:</td> <td colspan="6">0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">115.584,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">121.364,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">127.432,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">133.803,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">444.418,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">53.765,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="6">498.183,00</td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA				Total				2018	2019	2020	2021	2020	2021	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	<b>Índice Desiderado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	<b>Despesa PPA:</b>								<b>Estrutura Organizacional</b>								Unidade gestora:		7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA						Órgão organograma:		7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE						Unidade organograma:		7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE						<b>Classificação Funcional</b>								Função:		8 - Assistência Social						Subfunção:		243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						<b>Estrutura Programática</b>								Programa:		23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						Ação:		17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES						Subação:								<b>Natureza da Despesa</b>								Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes						Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes						Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas						Elemento de despesa:								<b>Fonte de recurso</b>								100 - Recursos Ordinários		Global						109 - FIA Imposto de Renda		0,00						Total:		0,00								115.584,00								121.364,00								127.432,00								133.803,00								444.418,00								53.765,00								498.183,00					
		No período do PPA				Total																																																																																																																																																																																																																																																														
		2018	2019	2020	2021	2020	2021																																																																																																																																																																																																																																																													
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000																																																																																																																																																																																																																																																													
<b>Índice Desiderado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																																																																																																																																																																																																																													
<b>Despesa PPA:</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Unidade gestora:		7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA																																																																																																																																																																																																																																																																		
Órgão organograma:		7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE																																																																																																																																																																																																																																																																		
Unidade organograma:		7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Função:		8 - Assistência Social																																																																																																																																																																																																																																																																		
Subfunção:		243 - Assistência à Criança e ao Adolescente																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Programa:		23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE																																																																																																																																																																																																																																																																		
Ação:		17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES																																																																																																																																																																																																																																																																		
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																		
Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes																																																																																																																																																																																																																																																																		
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																																																																		
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
100 - Recursos Ordinários		Global																																																																																																																																																																																																																																																																		
109 - FIA Imposto de Renda		0,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
Total:		0,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		115.584,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		121.364,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		127.432,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		133.803,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		444.418,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		53.765,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
		498.183,00																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Despesa PPA:</b> 178 - 7 - 7001 - 8 - 243 - 23 - 2.17 - 0 - 449000																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Unidade gestora:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Órgão organograma:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Unidade organograma:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Função:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subfunção:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Programa:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ação:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Subação:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
Categoria econômica:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Grupo de despesa:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Modalidade de aplicação:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																																																																				
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																																																																																				
109 - FIA Imposto de Renda																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total:																																																																																																																																																																																																																																																																				
Global																																																																																																																																																																																																																																																																				
0,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
0,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
0,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
115.584,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
121.364,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
127.432,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
133.803,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
444.418,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
53.765,00																																																																																																																																																																																																																																																																				
498.183,00																																																																																																																																																																																																																																																																				

<div><div><div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Clara, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div> <div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div> <div><div>Emissão:15/12/2017 10:21</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div></div> <div><div>Página</div><div>90 / 139</div></div>													
Despesa PPA por Programa e Ação													
Natureza da Despesa													
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital													
Grupo de despesa: 4 - Investimentos													
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas													
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso													
100 - Recursos Ordinários													
Total:		Global	2018	2019	2020	2021	Total						
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00						
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00						
Ação: 2.57 CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES													
Tipo: 2 - Atividades													
Objetivo: Capacitação para adolescentes.													
Produto: Adolescentes.													
Sigla: ADOL													
Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)													
Método de cálculo:													
Método de avaliação:													
Meta física:													
Indicador (unidade de medida): 157 - CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES													
Periodicidade de avaliação: 6 - Ano (161 - Ano, Ano)													
Atual													
		No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total					
Quantidade:				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000					
Índice Desejado:				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000					
Despesa PPA:													
Estrutura Organizacional													
Unidade gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA													
Órgão orçamentário: 7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE													
Unidade orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE													
Classificação Funcional													
Função: 8 - Assistência Social													
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente													
Estrutura Programática													
Programa: 23 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE													
Ação: 57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES													
Natureza da Despesa													
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes													
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes													
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas													
Elemento de despesa:													
Fonte de recurso													
100 - Recursos Ordinários													
Total:		Global	2018	2019	2020	2021	Total						
		0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00						
		0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00						



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:21

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1938-8627-667

resourcatalia@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Despesa PPA por Programa e Ação

**Programa:**

**Objetivo:**

**Problema:**

**Justificativa:**

**Público alvo:**

**Tipo:**

**Responsável:**

**Horizonte temporal:**

**Fonte de financiamento:**

**Macro objetivo:**

**24 - MEIO AMBIENTE**

Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Degradação ambiental: solo, água e ar.

É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

População urbana e rural.

2 - Apoio Administrativo

2 - SAULO SPEROTTO

Contínuo

( ) Seguridade Social

( ) Fiscal

**Indicador (unidade de medida):**

6 - Ano (161 - Ano, Ano)

**Ação:**

**Tipo:**

**Objetivo:**

**Produto:**

**Sigla:**

**1.5 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**

1 - Projetos

Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços ofertados pela administração municipal.

Equipamentos em geral, destinados a melhoria dos serviços ofertados.

EQ MAT PER

**Indicador (unidade de medida):**

3 - Unidade (83 - UN, UN )

**Método de cálculo:**

Método de avaliação:

**Meta física:**

Indicador (unidade de medida):

Periodicidade de avaliação:

76 - Equipamentos e Material Permanente

3 - Unidade (83 - UN, UN )

Atual

**Quantidade:**

**Índice Desagregado:**

**No período do PPA**

2018

2019

2020

2021

Total

1,00000

1,00000

1,00000

1,00000

4,00000

25,00000

25,00000

25,00000

25,00000

25,00000

**Despesa PPA:**

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora:

Órgão orçamentário:

Unidade orgânica:

**Classificação Funcional**

Função:

**Estrutura Programática**

Programa:

Ação:

Situação:

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica:

Grupo de despesas:

Modalidade de aplicação:

Elemento de despesa:

1 - Prefeitura Municipal de Caçador

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

18 - Gestão Ambiental

541 - Preservação e Conservação Ambiental

24 - MEIO AMBIENTE

5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

4 - Despesas de Capital

4 - Investimentos

90 - Aplicações Diretas

134 - Transferências de Convênios União - Outros

100 - Recursos Ordinários

**Fonte de recurso**

**Global**

**Valores previstos:**

**2018**

**2019**

**2020**

**2021**

**Total**

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

1,050,00

1,103,00

1,158,00

1,216,00

4,527,00

15,750,00

16,538,00

17,364,00

18,233,00

67,885,00

16,800,00

17,641,00

18,522,00

19,449,00

72,412,00

**Ação:**

**Tipo:**

**Objetivo:**

**Produto:**

**Sigla:**

**1.7 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

1 - Projetos

Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços ofertados, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.

Aquisição de Veículos leves, médios e pesados.

AQ VEIC

**Indicador (unidade de medida):**

3 - Unidade (83 - UN, UN )

**Método de cálculo:**

Método de avaliação:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	tesouraria@caçador.sc.gov.br	
	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 92 / 139

## Despesa PPA por Programa e Ação

77 - Aquisição de Veículos												
3 - Unidade (83 - UN, UN )												
Anual												
No período do PPA												
2018												
1,00000												
25,00000												
2019												
1,00000												
25,00000												
2020												
1,00000												
25,00000												
2021												
1,00000												
25,00000												
Total												
4,00000												

146 - 1. 2007 . 18 . 541 . 24 . 1.7 . 0 . 449000												
Despesa PPA:												
Estrutura Organizacional												
Unidade gestora:												
1 - Prefeitura Municipal de Caçador												
Órgão organogramático:												
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO												
Unidade organogramática:												
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE												
Classificação Funcional												
Função:												
18 - Gestão Ambiental												
Subfunção:												
541 - Preservação e Conservação Ambiental												
Programa:												
24 - MEIO AMBIENTE												
Ação:												
7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS												
Natureza da Despesa												
Categoria econômica:												
4 - Despesas de Capital												
Grupo de despesa:												
4 - Investimentos												
Modalidade de aplicação:												
90 - Aplicações Diretas												
Elemento de despesa:												
100 - Recursos Ordinários												
134 - Transferências de Convênios União - Outros												
Valores previstos:												
Global												
0,00												
0,00												
0,00												
2018												
42,000,00												
44,100,00												
1,103,00												
45,203,00												
47,463,00												
49,836,00												
Total												
181,025,00												
4,527,00												
185,552,00												

1.9 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS												
Ação:												
1 - Projetos												
Tipo:												
Aquisição de máquinas e implementos agrícolas, objetivando dar a comunidade agrícola respaldo, tanto na produção quanto no escoamento da sua produção.												
Objetivo:												
Máquinas e implementos agrícolas.												
Produto:												
MAC. IMPL.												
Sigla:												
Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN )												
Método de cálculo:												
Método de avaliação:												
80 - Equipamentos e Veículos												
3 - Unidade (83 - UN, UN )												
Anual												
No período do PPA												
2018												
1,00000												
25,00000												
2019												
1,00000												
25,00000												
2020												
1,00000												
25,00000												
2021												
1,00000												
25,00000												
Total												
4,00000												

152 - 1. 2007 . 18 . 541 . 24 . 1.9 . 0 . 449000												
Despesa PPA:												
Estrutura Organizacional												
Unidade gestora:												
1 - Prefeitura Municipal de Caçador												
Órgão organogramático:												
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO												
Unidade organogramática:												
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE												
Classificação Funcional												
Função:												
18 - Gestão Ambiental												
Subfunção:												
541 - Preservação e Conservação Ambiental												
Programa:												
24 - MEIO AMBIENTE												
Ação:												
9 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS												
Natureza da Despesa												
Categoria econômica:												
4 - Despesas de Capital												
Grupo de despesa:												
4 - Investimentos												
Modalidade de aplicação:												
90 - Aplicações Diretas												
Elemento de despesa:												
100 - Recursos Ordinários												
134 - Transferências de Convênios União - Outros												
Valores previstos:												
Global												
0,00												
0,00												
0,00												
2018												
31,500,00												
33,075,00												
1,103,00												
34,178,00												
35,887,00												
37,681,00												
Total												
135,769,00												
4,527,00												
140,296,00												



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>
<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 93 / 139

**Ação:** 2.18 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL  
**Objetivo:** O Horto Municipal de Caçador produz mudas nativas e ornamentais para atender as demandas de diversos projetos, entre eles a Recuperação Florestal, Jardinagem e Paisagismo do Município, Educação Ambiental e Doação para os Municípios.  
**Produto:** Horto Florestal  
**Sigla:** HORTFLOR

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )  
Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 105 - Manutenção das Atividades do Horto Florestal  
**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Quantidade:**  
**Índice Desajustado:** 153 - 1. 2007. 18. 541. 24. 2.18. 0. 339000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000  
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA:**  
**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
**Estrutura Programática**  
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Ação: 18 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL  
Subação:

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:  
**Fonte de recurso**  
100 - Recursos Ordinários  
**Total:** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
0,00 96.304,00 101.118,00 106.175,00 395.315,00  
0,00 96.304,00 101.118,00 106.175,00

**Ação:** 2.19 PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
**Objetivo:** Produção e aquisição de mudas ornamentais, frutíferas, comerciais e nativas, destinadas a revitalização de parques e praças do Município, bem como a recuperação de ambientes degradados.  
**Produto:** Mudas ornamentais, frutíferas e nativas.  
**Sigla:** PROD ORN FRUT NAT

**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )  
Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 106 - Produção e Aquisição de Mudas  
**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Quantidade:**  
**Índice Desajustado:** 154 - 1. 2007. 18. 541. 24. 2.19. 0. 339000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000  
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA:**  
**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
**Estrutura Programática**  
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Ação: 19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
Subação:

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:  
**Fonte de recurso**  
100 - Recursos Ordinários  
**Total:** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
0,00 91.718,00 101.118,00 106.175,00 395.315,00  
0,00 91.718,00 101.118,00 106.175,00

**Ação:** 2.19 PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
**Objetivo:** Produção e aquisição de mudas ornamentais, frutíferas, comerciais e nativas, destinadas a revitalização de parques e praças do Município, bem como a recuperação de ambientes degradados.  
**Produto:** Mudas ornamentais, frutíferas e nativas.  
**Sigla:** PROD ORN FRUT NAT

**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )  
Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 106 - Produção e Aquisição de Mudas  
**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Quantidade:**  
**Índice Desajustado:** 154 - 1. 2007. 18. 541. 24. 2.19. 0. 339000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000  
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA:**  
**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
**Estrutura Programática**  
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Ação: 19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
Subação:

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:  
**Fonte de recurso**  
100 - Recursos Ordinários  
**Total:** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
0,00 91.718,00 101.118,00 106.175,00 395.315,00  
0,00 91.718,00 101.118,00 106.175,00

**Ação:** 2.19 PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
**Objetivo:** Produção e aquisição de mudas ornamentais, frutíferas, comerciais e nativas, destinadas a revitalização de parques e praças do Município, bem como a recuperação de ambientes degradados.  
**Produto:** Mudas ornamentais, frutíferas e nativas.  
**Sigla:** PROD ORN FRUT NAT

**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )  
Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 106 - Produção e Aquisição de Mudas  
**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Quantidade:**  
**Índice Desajustado:** 154 - 1. 2007. 18. 541. 24. 2.19. 0. 339000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021 **Total**  
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000  
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA:**  
**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
**Estrutura Programática**  
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Ação: 19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS  
Subação:

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21		Página 94 / 139
	Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		
tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			

## Despesa PPA por Programa e Ação


Natureza da Despesa									
3 - Despesas Correntes									
3 - Outras Despesas Correntes									
90 - Aplicações Diretas									
Fonte de recurso									
100 - Recursos Ordinários									
Global									
0,00									
Valores previstos:									
2018									
166.950,00									
166.950,00									
2019									
175.298,00									
175.298,00									
2020									
184.063,00									
184.063,00									
2021									
193.265,00									
193.265,00									
Total									
719.576,00									
719.576,00									
Total									
4.000,00000									
4.000,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									
25,00000									


**Despesa PPA por Programa e Ação**


## Despesa PPA por Programa e Ação

**Objetivo:** O serviço de coleta e tratamento de esgotos sanitários, que contribui para o equilíbrio ecológico, recupera a qualidade das águas, recupera a qualidade das águas servidas e diminui o comprometimento do meio ambiente. Implantação, ampliação e/ou melhorias em sistemas de esgotamento sanitário no município.

**Produto:** Sistema de esgotamento sanitário.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 96 / 139	
http://www.cacador.sc.gov.br      tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 113 - Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)					
No período do PPA					
Quantidade: 158 - 1. 2007. 17. 512. 24. 2.26 - 0. 339000					
Índice Desejado: 100,00000					
Total 2018 2019 2020 2021 Total 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 24 - MEIO AMBIENTE Ação: 26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários					
Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 186.658,00 195.991,00 205.790,00 766.208,00 0,00 186.658,00 195.991,00 205.790,00 766.208,00					
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 24 - MEIO AMBIENTE Ação: 26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros					
Global 2018 2019 2020 2021 Total 0,00 242.330,00 254.446,00 267.168,00 994.734,00 0,00 242.330,00 254.446,00 267.168,00 994.734,00 0,00 253.355,00 266.022,00 279.323,00 1.039.990,00					
<b>Ação:</b> 2.28 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS					
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades					
<b>Objetivo:</b> Serviço adequado de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, para que a população não sofra efeitos negativos das chuvas, tais como alagamentos, inundações, deslizamentos e perda de rios e lagos. Sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas com conjunto de obras, equipamentos e serviços projetados para receber o escoamento superficial das águas de chuva que caem nas áreas urbanas, fazendo sua coleta nas ruas, estacionamentos e áreas verdes, encaminhado para o escoamento através dos rios.					
<b>Produto:</b> Captação e manejo de águas pluviais					
<b>Sigla:</b> CAP MAN AG PLUV					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$)					
Método de cálculo: Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 115 - Ampliação e Manutenção de Captação de Águas Pluviais Periodicidade de avaliação: 5 - Metro (151 - METRO, MTR)					
No período do PPA					
Quantidade: 100,00000					
Índice Desejado: 1,00000					
Total 2018 2019 2020 2021 Total 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000					


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 97 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Despesa PPA:</b> 162 - 1. 2007. 17. 512. 24. 2.28 - 0. 339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 24 - MEIO AMBIENTE Ação: 28 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários					
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 260.000,00 2019 273.000,00 2020 286.650,00 2021 300.983,00 Total 1.120.633,00					
<b>Despesa PPA:</b> 163 - 1. 2007. 17. 512. 24. 2.28 - 0. 449000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 24 - MEIO AMBIENTE Ação: 28 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS					
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros					
<b>Total:</b> Global 0,00 2018 252.000,00 2019 264.600,00 2020 277.830,00 2021 291.722,00 Total 1.086.152,00					
<b>Ação:</b> 2.94 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS					
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades					
<b>Objetivo:</b> A capacitação dos profissionais, têm adquirido atualmente grande importância, em uma realidade cada vez mais automatizada e requer das pessoas novas abordagens profissionais, exigindo-se novas competências, desenvolver ações necessárias para que os colaboradores tenham acesso a cursos de formação continuada e capacitação.					
<b>Produto:</b> Profissionais e agentes públicos.					
<b>Sigla:</b> PROF AG PUB					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
Método de cálculo: Método de avaliação:					
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual					
No período do PPA					
<b>Quantidade:</b> 100,00000 2018 1,00000 2019 1,00000 2020 1,00000 2021 1,00000 Total 4,00000					
<b>Índice Desajustado:</b> 25,00000					
<b>Despesa PPA:</b> 151 - 1. 2007. 18. 541. 24. 2.94 - 0. 339000					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 18 - Gestão Ambiental Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental					

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	<a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 98 / 139
--	---	---	--------------------


### Despesa PPA por Programa e Ação


<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:	24 - MEIO AMBIENTE								
Ação:	94 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS								
Subação:									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes								
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes								
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas								
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
	<b>Valores previstos:</b>	<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>			<b>Total</b>
<b>Total:</b>									




 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 99 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Programa:</b> 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
<b>Objetivo:</b> Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciam situação de violência e ou violação de direitos.					
<b>Problema:</b> Proteção Social Especial de Média Complexidade.					
<b>Justificativa:</b> As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.					
<b>Público alvo:</b> Famílias e indivíduos que vivenciam violência e ou violação de direitos.					
<b>Tipo:</b> 1 - Finalístico					
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO					
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo					
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal					
<b>Macro objetivo:</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)					
<b>Ação:</b> 2.101 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades					
<b>Objetivo:</b> Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciam situação de violência e ou violação de direitos.					
<b>Produto:</b> Oferta do atendimento a familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.					
<b>Sigla:</b> BPSEMC					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
Método de cálculo:					
Meta física: 152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade					
Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)					
Periodicidade de avaliação:					
Quantidade:					
Índice Desejado: 166 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 25 . 2.101 . 0 . 339000					
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Órgão orientário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade organizatária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária					
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Ação: 101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
135 - Transferências SUAS/União					
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social					
100 - Recursos Ordinários					
165 - Transferências do SUAS - Estado					
<b>Total:</b>					
167 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 25 . 2.101 . 0 . 449000					
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Órgão orientário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade organizatária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária					
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Ação: 101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Subação:					

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>100 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital					
Grupo de despesa: 4 - Investimentos					
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:					
Valores previstos:					
Fonte de recurso					
135 - Transferências SUAS/União					
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social					
100 - Recursos Ordinários					
165 - Transferências do SUAS - Estado					
Total:					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
Classificação Funcional					
Função:					
Subfunção:					
Estrutura Programática					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
Valores previstos:					
Fonte de recurso					
135 - Transferências SUAS/União					
Total:					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
Classificação Funcional					
Função:					
Subfunção:					
Estrutura Programática					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
Valores previstos:					
Fonte de recurso					
135 - Transferências SUAS/União					
Total:					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
Classificação Funcional					
Função:					
Subfunção:					
Estrutura Programática					
Programa:					
Ação:					
Subação:					

<div><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div> <div><a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:21 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1938-8627-667</div>		Página 101 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
Despesa PPA por Programa e Ação					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
Elemento de despesa:					
Fonte de recurso					
135 - Transferências SUAS/União					
Total:	Global	2018	2019	2020	Total
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 102 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Programa:</b>					
<b>Objetivo:</b>					
<b>Problema:</b>					
<b>Justificativa:</b>					
<b>Público alvo:</b>					
<b>Tipo:</b>					
<b>Responsável:</b>					
<b>Horizonte temporal:</b>					
<b>Fonte de financiamento:</b>					
<b>Macro objetivo:</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
<b>Ação:</b>					
<b>Tipo:</b>					
<b>Objetivo:</b>					
<b>Justificativa:</b>					
<b>Produto:</b>					
<b>Sigla:</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$, R\$)					
<b>Método de cálculo:</b>					
<b>Método de avaliação:</b>					
<b>Meta física:</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b>					
<b>Periodicidade de avaliação:</b>					
<b>Quantidade:</b>					
<b>Indice desejado:</b>					
<b>No período do PPA</b>					
<b>2018</b>					
<b>2019</b>					
<b>2020</b>					
<b>2021</b>					
<b>Total</b>					
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:					
Origem orçamentária:					
Unidade orçamentária:					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:					
Subfunção:					
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recursos</b>					
100 - Recursos Ordinários					
<b>Total:</b>					
<b>Ação:</b>					
<b>Tipo:</b>					
<b>Objetivo:</b>					
<b>Justificativa:</b>					
<b>Produto:</b>					
<b>Sigla:</b>					
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$, R\$)					
<b>Método de cálculo:</b>					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:21 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1938-8627-667	<b>Página</b> 103 / 139
		<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>	

Método de avaliação:  
**Meta física:** 59 - Obra (m2)  
 Indicador (unidade de medida): 4 - Metro Quadrado (51 - M2, M2 )  
 Periodicidade de avaliação: Anual

**Quantidade:** 73 - 1. 2007. 20. 606. 26. 1.28. 0. 339000  
**Índice Desejado:** 100,00000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021  
 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000  
 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000  
**Total** 4,00000


**Despesa PPA:** 73 - 1. 2007. 20. 606. 26. 1.28. 0. 339000  
**Estrutura Organizacional**  
 Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Órgão orientador: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade orientadora: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
 Função: 20 - Agricultura  
 Subfunção: 606 - Extensão Rural  
**Estrutura Programática**  
 Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
 Ação: 28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL  
 Subação:  
**Natureza da Despesa**  
 Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
 Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
 Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
 Elemento de despesa:  
**Fonte de recurso**  
 100 - Recursos Ordinários  
 134 - Transferências de Convênios União - Outros  
**Valores previstos:**  
**Global** 2018 2019 2020 2021  
 0,00 16,538,00 17,364,00 18,233,00  
 0,00 1,103,00 1,158,00 1,216,00  
**Total:** 16,800,00 17,641,00 18,522,00 19,449,00  
**Despesa PPA:** 277 - 1. 2007. 20. 606. 26. 1.28. 0. 449000


**Estrutura Organizacional**  
 Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Órgão orientador: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Unidade orientadora: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
**Classificação Funcional**  
 Função: 20 - Agricultura  
 Subfunção: 606 - Extensão Rural  
**Estrutura Programática**  
 Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
 Ação: 28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL  
 Subação:  
**Natureza da Despesa**  
 Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital  
 Grupo de despesa: 4 - Investimentos  
 Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
 Elemento de despesa:  
**Fonte de recurso**  
 100 - Recursos Ordinários  
**Valores previstos:**  
**Global** 2018 2019 2020 2021  
 0,00 31,500,00 33,075,00 34,725,00  
 0,00 30,000,00 33,075,00 34,725,00  
**Total:** 30,000,00 31,500,00 33,075,00 34,725,00  
**Ação:** 1.31 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.  
**Tipo:** 1 - Projetos  
**Objetivo:** Com a finalidade de levar água potável e de qualidade aos produtores rurais, a ação contribui significativamente no aumento da produção e, conseqüentemente, na geração de emprego e renda.  
**Produto:** Poços artesanais nas áreas rurais.  
**Sigla:** POC ART RUR  
**Indicador (unidade de medida):** 3 - Unidade (83 - UN, UN )  
 Método de cálculo:  
 Método de avaliação:


**Meta física:** 98 - Construção de Poços Artesianos  
 Indicador (unidade de medida): 3 - Unidade (83 - UN, UN )  
 Periodicidade de avaliação: Anual  
**Quantidade:** 100,00000  
**Índice Desejado:** 1,00000  
**No período do PPA** 2018 2019 2020 2021  
 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000  
 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000  
**Total** 4,00000





 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 105 / 139			
http://www.cacador.sc.gov.br      tesouraria@cacador.sc.gov.br							
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>							
<b>Classificação Funcional</b> Função: 20 - Agricultura Subfunção: 606 - Extensão Rural <b>Estrutura Programática</b> Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Ação: 70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>						<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00	<b>2018</b> 1.852.200,00 <b>2019</b> 1.944.810,00 <b>2020</b> 2.042.051,00 <b>2021</b> 2.144.153,00 <b>Total</b> 7.983.214,00
<b>Despesa PPA:</b> 81 - 1. 2007 - 20 - 606 - 26 - 2.70 - 0 - 3390000 <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador Órgão organogramático: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organogramática: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE <b>Classificação Funcional</b> Função: 20 - Agricultura Subfunção: 606 - Extensão Rural <b>Estrutura Programática</b> Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Ação: 70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>						<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00	<b>2018</b> 525.000,00 <b>2019</b> 551.250,00 <b>2020</b> 578.813,00 <b>2021</b> 607.753,00 <b>Total</b> 2.262.816,00
<b>Despesa PPA:</b> 243 - 1. 2007 - 20 - 606 - 26 - 2.70 - 0 - 449000 <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador Órgão organogramático: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organogramática: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE <b>Classificação Funcional</b> Função: 20 - Agricultura Subfunção: 606 - Extensão Rural <b>Estrutura Programática</b> Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Ação: 70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: <b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários <b>Total:</b>						<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00	<b>2018</b> 105.000,00 <b>2019</b> 110.250,00 <b>2020</b> 115.763,00 <b>2021</b> 121.551,00 <b>Total</b> 452.564,00
<b>Ação:</b> 2.71 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL <b>Tipo:</b> 2 - Atividades <b>Objetivo:</b> Orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, etc.) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção agrícola. <b>Produto:</b> Assistência técnica ao produtor rural. <b>Sigla:</b> PRODUT RURAL <b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ ) Método de cálculo: Método de avaliação:							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 106 / 139
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 123 - Assistência Técnica ao Produtor Rural Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
No período do PPA				
Quantidade: 2018 2019 2020 2021 Total Índice Desajustado: 58 - 1. 2007 . 20 . 606 . 26 . 273 . 0 . 3390000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 20 - Agricultura Subfunção: 606 - Extensão Rural				
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Ação: 71 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b> Global 0,00 30.500,00 32.025,00 33.626,00 35.308,00 131.459,00				
<b>Ação:</b> 2.73 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO				
<b>Objetivo:</b> 2 - Atividades O sistema garante aos produtores rurais e moradores da área urbana, mais tranquilidade quanto a queda de granizo. Toda a extensão territorial de Caçador está protegida por queimadores, que serão acionados sempre que existe ameaça de chuva de pedras. Medidas essas, que garantem especialmente aos produtores ganhos ao invés de perdas nas produções.				
<b>Produto:</b> Antigranizo				
<b>Sigla:</b> ANTIGRAN				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )				
Método de cálculo: Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 125 - Manutenção do Programa Antigranizo Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
No período do PPA				
Quantidade: 2018 2019 2020 2021 Total Índice Desajustado: 59 - 1. 2007 . 20 . 606 . 26 . 273 . 0 . 3390000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade organotária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 20 - Agricultura Subfunção: 606 - Extensão Rural				
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL Ação: 73 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b> Global 0,00 262.500,00 275.625,00 289.406,00 303.877,00 1.131.408,00				


 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		tesouraria@cacador.sc.gov.br 107 / 139	
---	--	---	--	---	--


  

Despesa PPA por Programa e Ação					
Ação: 2.74 SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL					
Tipo: 2 - Atividades					
Objetivo: Auxílio com horas máquinas, a todo aquele que desenvolve ou vier a desenvolver atividade econômica rural no município, sendo considerados de interesse público, que importem em incremento à economia local, tais como, piscicultura, suinocultura, avicultura, produção leiteira, produção agrícola, agroindústria e outros similares.					
Produto: Melhoria dos acessos que servem para escoamento da produção, bem como os acessos de propriedades rurais, causadas por fatores climáticos adversos.					
Sigla: HORA MAQ					
Indicador (unidade de medida): 9 - HORAS (41 - HR, HR )					
Método de cálculo:					
Método de avaliação:					
Meta física:					
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
Anual					
No período do PPA					
Quantidade:					
Índice Desejado:					
83 - 1. 2007 - 20. 606. 26. 274. 0. 339000					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
Classificação Funcional					
Função:					
Subfunção:					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
Fonte de recurso					
100 - Recursos Ordinários					
Total:					
Global					
0,00					
0,00					
Valores previstos:					
2018					
50.000,00					
2019					
52.500,00					
2020					
55.125,00					
2021					
57.881,00					
Total					
215.506,00					

2.75 SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS					
Tipo: 2 - Atividades					
Objetivo: Apoio a estruturação de rede de agroindústrias, ao cadastro de agroindústrias existentes, disponibilização e manutenção dos técnicos que deverão compor a equipe técnica para a concepção do projeto e do estudo de mercado e para a assistência técnica após a implantação.					
Produto: Subsídios para agroindústrias.					
Sigla: AGROIND					
Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (68 - R\$, R\$ )					
Método de cálculo:					
Método de avaliação:					
Meta física:					
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
Anual					
No período do PPA					
Quantidade:					
Índice Desejado:					
60 - 1. 2007 - 20. 606. 26. 275. 0. 339000					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora:					
Órgão organotário:					
Unidade organotária:					
Classificação Funcional					
Função:					
Subfunção:					
Programa:					
Ação:					
Subação:					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica:					
Grupo de despesa:					
Modalidade de aplicação:					
Elemento de despesa:					
Fonte de recurso					
100 - Recursos Ordinários					
Total:					
Global					
0,00					
0,00					
Valores previstos:					
2018					
50.000,00					
2019					
52.500,00					
2020					
55.125,00					
2021					
57.881,00					
Total					
215.506,00					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 108 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros				
<b>Total:</b>				
<b>Ação: 2.77 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS</b>				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades				
<b>Objetivo:</b> Exposições organizadas de forma a que as empresas possam expor e demonstrar os seus novos produtos e serviços. Planejamento de festivais, cerimônias, competições, festas ou convenções.				
<b>Produto:</b> Feiras e eventos.				
<b>Sigla:</b> FEI EVENT				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )				
Método de cálculo: Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): Periodicidade de avaliação:				
1 - Manutenção das Atividades (Ano) 11 - Manutenção das Atividades - Ano (L61 - Ano, Ano) Anual				
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
84 - 1. 2007 . 20 . 606 . 26 . 2.77 . 0 . 3390000				
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organomentário: Unidade organomentária: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação:				
1 - Prefeitura Municipal de Caçador 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE 20 - Agricultura 606 - Extensão Rural 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL 77 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS				
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:				
3 - Despesas Correntes 3 - Outras Despesas Correntes 90 - Aplicações Diretas				
<b>Fonte de recurso</b> 134 - Transferências de Convênios União - Outros 100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
Valores previstos:				
Global				
2018				
2019				
2020				
2021				
Total				
258.608,00				
69.458,00				
1.216,00				
4.527,00				
263.135,00				
67.308,00				
70.674,00				
64.103,00				
61.050,00				
60.000,00				
63.000,00				
1.103,00				
1.158,00				
1.158,00				
29.216,00				
30.677,00				
31.893,00				
30.374,00				
28.928,00				
27.550,00				
26.500,00				
1.050,00				
1.158,00				
1.216,00				
4.527,00				
114.218,00				
118.745,00				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 109 / 139
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Programa:</b> 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
<b>Objetivo:</b> Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.				
<b>Problema:</b> Indústria e comércio				
<b>Justificativa:</b> A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.				
<b>Público alvo:</b> Empresas e trabalhadores				
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo				
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO				
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo				
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal				
<b>Macro objetivo:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b> 2.12 QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.				
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades				
<b>Objetivo:</b> Realizar cursos de qualificação e requalificação profissional que podem ser ministrados por empresas, entidades de ensino ou entidades, priorizando as tendências de sua área de atuação.				
<b>Produto:</b> Qualificação profissional				
<b>Sigla:</b> QUALPROF				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$)				
Método de cálculo:				
Indicador (unidade de medida): 102 - Qualificação e Requalificação Profissional				
Periodicidade de avaliação: 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desagregado:</b>				
52 - 1. 2009 - 22. 662. 27 - 2.12 - 0 - 339000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão organograma: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO				
Unidade organograma: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 22 - Indústria				
Subfunção: 662 - Produção Industrial				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Ação: 12 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
Global 0,00				
2018 2019 2020 2021 Total				
55.250,00 58.013,00 60.913,00 63.959,00 238.135,00				
<b>Ação:</b> 1.29 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.				
<b>Tipo:</b> 1 - Projetos				
<b>Objetivo:</b> Exposições organizadas de forma a que as empresas possam expor e demonstrar os seus serviços. Planejamento de festivais, cerimônias, competições, festas ou convenções.				
<b>Produto:</b> Feiras e eventos				
<b>Sigla:</b> FEEVE				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$)				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>110 / 139</div>	
<div>Despesa PPA por Programa e Ação</div>							
<div><div><div><div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida): 96 - Realização de Feiras e Eventos</div><div>Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)</div></div></div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado: 30 - 1. 2009 . 22 . 661 . 27 . 1.29 . 0 . 339000</div></div></div><div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função: 22 - Indústria</div><div>Subfunção: 661 - Promoção Industrial</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO</div><div>Ação: 29 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes</div><div>Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes</div><div>Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas</div><div>Elemento de despesa:</div></div><div><div>Fonte de recurso</div><div>100 - Recursos Ordinários</div><div>134 - Transferências de Convênios União - Outros</div></div><div><div>Total:</div><div>0,00</div></div></div><div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>0,00</div><div>379,000,00</div><div>398,950,00</div><div>419,898,00</div><div>441,892,00</div><div>1,050,00</div><div>1,103,00</div><div>1,158,00</div><div>1,216,00</div><div>380,050,00</div><div>400,053,00</div><div>421,056,00</div><div>443,108,00</div><div>1,644,267,00</div></div></div></div></div>							
<div><div><div><div><div>Ação:</div><div>1.32 APOIO AO EMPREENDEDOR</div></div><div><div>Tipo:</div><div>1 - Projetos</div></div><div><div>Objetivo:</div><div>Apoio financeiro ao investimento, à criação do próprio emprego e apoio técnico na área do empreendedorismo para reforçar competências inerentes à estruturação de projetos.</div></div><div><div>Produto:</div><div>Apoio ao empreendedorismo.</div></div><div><div>Sigla:</div><div>PPEMPREND</div></div><div><div>Indicador (unidade de medida):</div><div>2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )</div></div><div><div>Método de cálculo:</div><div></div></div><div><div>Método de avaliação:</div><div></div></div></div><div><div><div>Meta física:</div><div>Indicador (unidade de medida): 138 - Programa Força do Empreendedor</div><div>Periodicidade de avaliação: 6 - Ano (161 - Ano, Ano)</div></div><div>Anual</div></div><div><div>Quantidade:</div><div>Índice Desejado:</div><div>36 - 1. 2009 . 22 . 661 . 27 . 1.32 . 0 . 339000</div></div></div><div><div><div><div><div>Despesa PPA:</div><div>Estrutura Organizacional</div><div>Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</div><div>Classificação Funcional</div><div>Função:</div><div>Subfunção:</div><div>Estrutura Programática</div><div>Programa:</div><div>Ação:</div><div>Subação:</div><div>Natureza da Despesa</div><div>Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes</div><div>Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes</div><div>Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas</div><div>Elemento de despesa:</div></div><div><div>Fonte de recurso</div><div>100 - Recursos Ordinários</div></div><div><div>Total:</div><div>0,00</div></div></div><div><div>Valores previstos:</div><div>Global</div><div>0,00</div><div>51,050,00</div><div>53,603,00</div><div>56,283,00</div><div>59,097,00</div><div>51,050,00</div><div>53,603,00</div><div>56,283,00</div><div>59,097,00</div><div>1,644,267,00</div></div></div></div></div>							



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Emissão:15/12/2017 10:21	<b>Página</b> 111 / 139
	Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1938-8627-667  tesouraria@cacador.sc.gov.br	

## Despesa PPA por Programa e Ação

### Ação: 2.76 MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Ações econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico do Município, tais como o aumento da capacidade produtiva da economia, acompanhado de variações positivas, viáveis através de estudos e parcerias com a comunidade empresarial.

Produto: Desenvolvimento econômico.

Sigla: DES ECO TUR

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$, R\$, R\$)

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física: 128 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

		No período do PPA				Total
		2018	2019	2020	2021	
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 31 - 1. 2009. 22. 662. 27. 2.76. 0. 319000

#### Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

#### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

#### Estrutura Programática

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ação: 76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

#### Natureza da Despesa

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes

Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

		Valores previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso		0,00	273,764,00	287,452,00	301,825,00	1,123,769,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	273,764,00	287,452,00	301,825,00	1,123,769,00

Total: 32 - 1. 2009. 22. 662. 27. 2.76. 0. 319000

#### Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

#### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

#### Estrutura Programática

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ação: 76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

#### Natureza da Despesa

Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes

Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

		Valores previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso		0,00	66,150,00	69,458,00	72,930,00	271,538,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	66,150,00	69,458,00	72,930,00	271,538,00

Total: 53 - 1. 2009. 22. 662. 27. 2.76. 0. 319100

#### Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador


Órgão organotário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO


Unidade organotária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO


#### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 112 / 139																									
http://www.caxador.sc.gov.br      tesouraria@caxador.sc.gov.br																													
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																													
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO Ação: 76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais Modalidade de aplicação: 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Elemento de despesa:																													
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários																													
<b>Valores previstos:</b>																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>13.724,00</td> <td>15.130,00</td> <td>15.887,00</td> <td>59.151,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>13.724,00</b></td> <td><b>15.130,00</b></td> <td><b>15.887,00</b></td> <td><b>59.151,00</b></td> </tr> </tbody> </table>							2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	13.724,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>13.724,00</b>	<b>15.130,00</b>	<b>15.887,00</b>	<b>59.151,00</b>						
	2018	2019	2020	2021	Total																								
Global	0,00	13.724,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00																								
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>13.724,00</b>	<b>15.130,00</b>	<b>15.887,00</b>	<b>59.151,00</b>																								
<b>Ação: 2.78 MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO</b> Tipo: 2 - Atividades Objetivo: Manutenção das atividades e da estrutura do Parque de Exposições, fornecendo espaços adequados para os expositores, bem como segurança para a população que participa dos eventos ali realizados. Produto: Parque de Exposições. Sigla: PARQ EXPO																													
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$, R\$, R\$)																													
Método de cálculo: Método de avaliação:																													
<b>Meta física:</b> Indicador (unidade de medida): 129 - Manutenção do Parque de Exposições Periodicidade de avaliação: 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																													
<b>Quantidade:</b>																													
<b>Índice Desejado:</b>																													
<b>33 - 1 . 2009 . 22 . 661 . 27 . 2.78 . 0 . 339000</b>																													
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caxador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO <b>Classificação Funcional</b> Função: 22 - Indústria Subfunção: 661 - Promoção Industrial <b>Estrutura Programática</b> Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO Ação: 76 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO Subação:																													
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																													
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros																													
<b>Valores previstos:</b>																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>110.250,00</td> <td>115.763,00</td> <td>121.551,00</td> <td>452.564,00</td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>111.353,00</b></td> <td><b>116.921,00</b></td> <td><b>122.767,00</b></td> <td><b>457.091,00</b></td> </tr> </tbody> </table>							2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>111.353,00</b>	<b>116.921,00</b>	<b>122.767,00</b>	<b>457.091,00</b>
	2018	2019	2020	2021	Total																								
Global	0,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00																								
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																								
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>111.353,00</b>	<b>116.921,00</b>	<b>122.767,00</b>	<b>457.091,00</b>																								
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caxador Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO Unidade orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO <b>Classificação Funcional</b> Função: 22 - Indústria Subfunção: 661 - Promoção Industrial <b>Estrutura Programática</b> Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO Ação: 76 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO Subação:																													
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesa: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																													

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 113 / 139	
tesouraria@cacador.sc.gov.br					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2018 1.050,00 1.050,00 <b>2.100,00</b>	
<b>Ação:</b> 2.79 APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA <b>Tipo:</b> 2 - Atividades <b>Objetivo:</b> Apoio da Administração Municipal em ações que visem, inovações de processos e de produtos, implantada pelo o setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos, e que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica um novo ou aprimorado produto. <b>Produto:</b> Implantação e manutenção da inovação tecnológica. <b>Sigla:</b> INC INOV/TEC		<b>Indicador (unidade de medida):</b> 3 - Unidade (83 - UN, UN ) Método de cálculo: Método de avaliação: <b>Meta física:</b> 130 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual		2019 1.103,00 1.103,00 <b>2.206,00</b>	
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 35 - 1. 2009 - 22. 661. 27. 2.79 - 0. 3390000		<b>No período do PPA</b> 100,00000 1,00000 25,00000		2020 1.158,00 1.158,00 <b>2.316,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organogramático: Unidade organogramática: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		2018 1.050,00 1.050,00 <b>2.100,00</b>		2021 1.216,00 1.216,00 <b>2.432,00</b>	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2019 1.103,00 1.103,00 <b>2.206,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organogramático: Unidade organogramática: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2020 1.158,00 1.158,00 <b>2.316,00</b>	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2021 1.216,00 1.216,00 <b>2.432,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organogramático: Unidade organogramática: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2019 1.103,00 1.103,00 <b>2.206,00</b>	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2020 1.158,00 1.158,00 <b>2.316,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organogramático: Unidade organogramática: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2021 1.216,00 1.216,00 <b>2.432,00</b>	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2019 1.103,00 1.103,00 <b>2.206,00</b>	
<b>Despesa PPA:</b> <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: Órgão organogramático: Unidade organogramática: <b>Classificação Funcional</b> Função: Subfunção: <b>Estrutura Programática</b> Programa: Ação: Subação: <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: Grupo de despesa: Modalidade de aplicação: Elemento de despesa:		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2020 1.158,00 1.158,00 <b>2.316,00</b>	
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 134 - Transferências de Convênios União - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> Global 0,00 0,00 <b>0,00</b>		2021 1.216,00 1.216,00 <b>2.432,00</b>	



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

resourciahia@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:21  
 Usuário: Contador - Sérgio  
 Chave de autenticação: 1938-8627-667

Página 114 / 139

### Despesa PPA por Programa e Ação

**Programa:** 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

**Objetivo:** Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde acontecerão as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário.

**Problema:** Falta de espaços adequados para a população desenvolver atividades.

**Justificativa:** Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporcione qualidade de vida.

**Público alvo:** População

**Tipo:** 1 - Finalístico

**Responsável:** 2 - SAULO SPEROTTO

**Horizonte temporal:** Contínuo

**Fonte de financiamento:** ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal

**Macro objetivo:** ( )

**Indicador (unidade de medida):**

**Ação:** 1.34 PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

**Tipo:** 1 - Projetos

**Objetivo:** Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde aconteceram as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário. Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporcione qualidade de vida.

**Produto:** Programa Quintal Social

**Sigla:** PQS

**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)

**Método de cálculo:**


**Método de avaliação:**


**Meta física:** 161 - Quintal Social

**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)


**Periodicidade de avaliação:** Anual

		No período do PPA				Total	
		2018	2019	2020	2021		
<b>Quantidade:</b>		10,00000	10,00000	10,00000	10,00000		
<b>Índice Desiderado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000		
<b>Despesa PPA:</b>		100,00000					
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Cacador						
Órgão organograma:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						
Unidade organograma:	2001 - GABINETE DO PREFEITO						
<b>Classificação Funcional</b>							
Função:	4 - Administração						
Subfunção:	122 - Administração Geral						
<b>Estrutura Programática</b>							
Programa:	28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL						
Ação:	34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL						
<b>Natureza da Despesa</b>							
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital						
Grupo de despesas:	4 - Investimentos						
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas						
Elemento de despesa:							
<b>Fonte de recurso</b>							
100 - Recursos Ordinários							
<b>Total:</b>		180,000,00	189,000,00	198,450,00	208,373,00	775,823,00	
<b>Global</b>		0,00					
<b>Valores previstos:</b>							
<b>Total</b>		0,00					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.300-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 115 / 139
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>Programa:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Problema:</b>				
<b>Justificativa:</b>				
<b>Público alvo:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Responsável:</b>				
<b>Horizonte temporal:</b>				
<b>Fonte de financiamento:</b>				
<b>Macro objetivo:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Produto:</b>				
<b>Sigla:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b>				
Indicador (unidade de medida):				
Periodicidade de avaliação:				
No período do PPA				
Quantidade:				
Índice Desajustado:				
269 - 6.5001.8.244.29.252.0.335000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora:				
Órgão orçamentário:				
Unidade organizacional:				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função:				
Subfunção:				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa:				
Ação:				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica:				
Grupo de despesa:				
Modalidade de aplicação:				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
Valores previstos:				
Global				
0,00				
0,00				
2018				
264.600,00				
2019				
277.830,00				
2020				
291.722,00				
2021				
306.308,00				
Total				
1.140.460,00				
<b>2.53 SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>				
<b>Ação:</b>				
<b>Tipo:</b>				
<b>Objetivo:</b>				
<b>Produto:</b>				
<b>Sigla:</b>				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b>				
Indicador (unidade de medida):				
Periodicidade de avaliação:				
No período do PPA				
Quantidade:				
Índice Desajustado:				
164 - ACOLOHIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
Anual				
2018				
1,00000				
2019				
1,00000				
2020				
1,00000				
2021				
1,00000				
Total				
4,00000				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 116 / 139			
http://www.cacador.sc.gov.br      tesouraria@cacador.sc.gov.br							
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>							
<b>Despesa PPA:</b> 268 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.53 . 0 . 335000							
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Órgão orçamentário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <b>Classificação Funcional</b> Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária <b>Estrutura Programática</b> Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE Ação: 53 - SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Elemento de despesa:							
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários							
<b>Valores previstos:</b>							
		Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
		0,00	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
<b>Ação: 2.55 SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOPLHEDORA</b>							
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades							
<b>Objetivo:</b> Prestar os serviços de alta complexidade de acolhimento em família acolhedora.							
<b>Produto:</b> Serviços de acolhimento em alta complexidade, de crianças e adolescentes em família acolhedora, em decorrência de afastamento por medida de proteção.							
<b>Sigla:</b> FAM ACOPLHEDORA							
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
Método de cálculo: Método de avaliação:							
<b>Méto físico:</b> 166 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOPLHEDORA							
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual							
<b>No período do PPA</b>							
		2018	2019	2020	2021	Total	
		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	
<b>Quantidade:</b>							
<b>Índice Desajuste:</b> 270 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.55 . 0 . 335000							
<b>Despesa PPA:</b> 270 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.55 . 0 . 335000							
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Órgão orçamentário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <b>Classificação Funcional</b> Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária <b>Estrutura Programática</b> Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE Ação: 55 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOPLHEDORA <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Elemento de despesa:							
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários							
<b>Valores previstos:</b>							
		Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
		0,00	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
<b>Ação: 2.89 SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>							
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades							
<b>Objetivo:</b> Acolhimento institucional de idosos e pessoas com deficiência							
<b>Produto:</b> Acolhimento de idosos e pessoas com deficiência							
<b>Sigla:</b> AIPD							
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
Método de cálculo: Método de avaliação:							



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 117 / 139
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>				

**Meta física:** 160 - ACOLOCAMENTO DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
 Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)  
 Período de avaliação: Anual

**Quantidade:** 2018 2019 2020 2021  
 No período do PPA 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000  
 Índice desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000  
**Total** 4,00000

<b>Despesa PPA:</b>	<b>276 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.89 . 0 . 3350000</b>
<b>Estrutura Organizacional</b>	
Unidade gestora:	6 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão organotário:	5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade organotária:	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>Classificação Funcional</b>	
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
<b>Estrutura Programática</b>	
Programa:	29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Ação:	89 - SERVIÇOS DE ACOLOCAMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Subação:	
<b>Natureza da Despesa</b>	
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade de aplicação:	50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Elemento de despesa:	
<b>Fonte de recurso</b>	
100 - Recursos Ordinários	
<b>Total:</b>	<b>Global 2018 2019 2020 2021</b>
	<b>0,00 240.000,00 252.000,00 277.830,00</b>
	<b>Valores previstos: 264.600,00 277.830,00</b>
<b>Total:</b>	<b>1.034.430,00</b>

#### Ação: 2.102 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.

**Produto:** Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.

**Sigla:** BPSEAC

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

**Método de cálculo:**

**Método de avaliação:**


**Meta física:** 153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade

Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)


Período de avaliação: Anual

**Quantidade:** 2018 2019 2020 2021  
 No período do PPA 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000  
 Índice desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000  
**Total** 4,00000

<b>Despesa PPA:</b>	<b>168 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 339000</b>
<b>Estrutura Organizacional</b>	
Unidade gestora:	6 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão organotário:	5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade organotária:	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
<b>Classificação Funcional</b>	
Função:	8 - Assistência Social
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária
<b>Estrutura Programática</b>	
Programa:	29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Ação:	102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
Subação:	
<b>Natureza da Despesa</b>	
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas
Elemento de despesa:	
<b>Fonte de recurso</b>	
135 - Transferências SUAS/União	
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
100 - Recursos Ordinários	
<b>Total:</b>	<b>Global 2018 2019 2020 2021</b>
	<b>0,00 95.600,00 100.380,00 110.665,00</b>
	<b>Valores previstos: 105.399,00 1.389,00 1.459,00</b>
	<b>164.669,00 172.903,00</b>
	<b>643.760,00</b>


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b> Resourcraia@caçador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 118 / 139
---	---	---	---------------------

<b>Despesa PPA:</b>		<b>169 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 449000</b>							
<b>Estrutura Organizacional</b>		6 - Fundo Municipal de Assistência Social							
Unidade gestora:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Órgão organotário:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<b>Classificação Funcional</b>									
Função:		8 - Assistência Social							
Subfunção:		244 - Assistência Comunitária							
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:		29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
Ação:		102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:		4 - Despesas de Capital							
Grupo de despesa:		4 - Investimentos							
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas							
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
135 - Transferências SUAS/União									
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social									
<b>Total:</b>									
		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00		
		<b>0,00</b>	<b>2.310,00</b>	<b>2.426,00</b>	<b>2.547,00</b>	<b>2.675,00</b>	<b>9.958,00</b>		
<b>Despesa PPA:</b>		<b>231 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 319000</b>							
<b>Estrutura Organizacional</b>		6 - Fundo Municipal de Assistência Social							
Unidade gestora:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Órgão organotário:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<b>Classificação Funcional</b>									
Função:		8 - Assistência Social							
Subfunção:		244 - Assistência Comunitária							
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:		29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
Ação:		102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes							
Grupo de despesa:		1 - Pessoal e Encargos Sociais							
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas							
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
135 - Transferências SUAS/União									
<b>Total:</b>									
		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>		
<b>Despesa PPA:</b>		<b>232 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 319100</b>							
<b>Estrutura Organizacional</b>		6 - Fundo Municipal de Assistência Social							
Unidade gestora:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Órgão organotário:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<b>Classificação Funcional</b>									
Função:		8 - Assistência Social							
Subfunção:		244 - Assistência Comunitária							
<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:		29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
Ação:		102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes							
Grupo de despesa:		1 - Pessoal e Encargos Sociais							
Modalidade de aplicação:		91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
135 - Transferências SUAS/União									
<b>Total:</b>									
		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>		
<b>Despesa PPA:</b>		<b>267 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 335000</b>							
<b>Estrutura Organizacional</b>		6 - Fundo Municipal de Assistência Social							
Unidade gestora:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Órgão organotário:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
<b>Total:</b>									
		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>		
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>		


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 119 / 139
		resourcatalia@cacador.sc.gov.br		

## Despesa PPA por Programa e Ação

<b>Classificação Funcional</b>		<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
Função:						
Subfunção:						
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa:						
Ação:						
Subação:						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica:						
Grupo de despesas:						
Modalidade de aplicação:						
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
135 - Transferências SUAS/União		0,00	138.010,00	144.911,00	152.156,00	594.840,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>138.010,00</b>	<b>144.911,00</b>	<b>152.156,00</b>	<b>594.840,00</b>
<b>Valores previstos:</b>						

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 120 / 139																					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																									
<b>Programa:</b> 30 - GESTÃO MUNICIPAL																									
<b>Objetivo:</b> Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.																									
<b>Problema:</b> Gestão Municipal do SUAS.																									
<b>Justificativa:</b> As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.																									
<b>Público alvo:</b> Famílias e indivíduos que necessitarem da Política de Assistência Social no Município.																									
<b>Tipo:</b> 1 - Finalístico																									
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																									
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																									
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																									
<b>Macro objetivo:</b> ( )																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b>																									
<b>Ação:</b> 2.103 BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																									
<b>Objetivo:</b> Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.																									
<b>Produto:</b> As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.																									
<b>Sigla:</b> BGM																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> 154 - Manutenção do Bloco da Gestão Municipal																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Quantidade:</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Índice Desagregado:</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desagregado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Desagregado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																			
<b>Despesa PPA:</b> 170 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 30 - 2.103 - 0 - 319100																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																									
Órgão orçamentário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																									
Unidade orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 8 - Assistência Social																									
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL																									
Ação: 103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL																									
<b>Natureza da Despesa</b>																									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes																									
Grupo de despesas: 1 - Pessoal e Encargos Sociais																									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																									
Elemento de despesa:																									
<b>Fonte de recurso</b>																									
100 - Recursos Ordinários																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valores previstos:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Global</td> <td>2.700.000,00</td> <td>2.835.000,00</td> <td>2.976.750,00</td> <td>3.125.588,00</td> <td>11.637.338,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total:</td> <td>0,00</td> <td>2.835.000,00</td> <td>2.976.750,00</td> <td>3.125.588,00</td> <td>11.637.338,00</td> </tr> </tbody> </table>					Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	Global		2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00	Total:		0,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00
Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total																			
Global		2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00																			
Total:		0,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00																			
<b>Despesa PPA:</b> 171 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 30 - 2.103 - 0 - 319100																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																									
Órgão orçamentário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																									
Unidade orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 8 - Assistência Social																									
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL																									
Ação: 103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL																									
Subação:																									

<div><div><div><div><div><div></div></div><div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div><div></div></div>&lt;</div></div>	
---	--

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 122 / 139																				
tesouraria@cacador.sc.gov.br																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																								
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários 189 - Alienação de Bens - Outros <b>Total:</b>		<b>Valores previstos:</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>55.125,00</td> <td>57.881,00</td> <td>60.775,00</td> <td>226.281,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>11.025,00</td> <td>11.576,00</td> <td>12.155,00</td> <td>45.256,00</td> </tr> <tr> <td><b>0,00</b></td> <td><b>66.150,00</b></td> <td><b>69.457,00</b></td> <td><b>72.930,00</b></td> <td><b>271.537,00</b></td> </tr> </tbody> </table>			2018	2019	2020	2021	Total	0,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00	0,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00	<b>0,00</b>	<b>66.150,00</b>	<b>69.457,00</b>	<b>72.930,00</b>	<b>271.537,00</b>
2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00																				
0,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00																				
<b>0,00</b>	<b>66.150,00</b>	<b>69.457,00</b>	<b>72.930,00</b>	<b>271.537,00</b>																				
<b>Ação:</b> 2.104 GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS <b>Tipo:</b> 2 - Atividades <b>Objetivo:</b> Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS. <b>Produto:</b> Gestão da política do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no âmbito do Município de Caçador. As ações existentes serão desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. <b>Sigla:</b> GSUAS <b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ ) Método de cálculo: Método de avaliação:																								
<b>Meta física:</b> 64 - ATENDIMENTOS Indicador (unidade de medida): 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) Periodicidade de avaliação: Anual																								
<b>Quantidade:</b> <b>Índice Desejado:</b> 223 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.104 . 0 . 339000 <b>No período do PPA</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>					2018	2019	2020	2021	Total	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000					
2018	2019	2020	2021	Total																				
100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																				
25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																				
<b>Despesa PPA:</b> 224 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.104 . 0 . 449000 <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Órgão orientatário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade orientatária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <b>Classificação Funcional</b> Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária <b>Estrutura Programática</b> Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL Ação: 104 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesas: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas																								
<b>Fonte de recurso</b> 135 - Transferências SUAS/União <b>Valores previstos:</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>13.920,00</td> <td>14.616,00</td> <td>16.114,00</td> <td>59.997,00</td> </tr> <tr> <td><b>0,00</b></td> <td><b>13.920,00</b></td> <td><b>15.347,00</b></td> <td><b>16.114,00</b></td> <td><b>59.997,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					2018	2019	2020	2021	Total	0,00	13.920,00	14.616,00	16.114,00	59.997,00	<b>0,00</b>	<b>13.920,00</b>	<b>15.347,00</b>	<b>16.114,00</b>	<b>59.997,00</b>					
2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	13.920,00	14.616,00	16.114,00	59.997,00																				
<b>0,00</b>	<b>13.920,00</b>	<b>15.347,00</b>	<b>16.114,00</b>	<b>59.997,00</b>																				
<b>Total:</b> 224 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.104 . 0 . 449000 <b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Órgão orientatário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade orientatária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <b>Classificação Funcional</b> Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária <b>Estrutura Programática</b> Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL Ação: 104 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS <b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital Grupo de despesas: 4 - Investimentos Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa: 90 - Aplicações Diretas																								
<b>Fonte de recurso</b> 135 - Transferências SUAS/União <b>Valores previstos:</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>11.025,00</td> <td>11.576,00</td> <td>12.155,00</td> <td>45.256,00</td> </tr> <tr> <td><b>0,00</b></td> <td><b>11.025,00</b></td> <td><b>11.576,00</b></td> <td><b>12.155,00</b></td> <td><b>45.256,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					2018	2019	2020	2021	Total	0,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00	<b>0,00</b>	<b>11.025,00</b>	<b>11.576,00</b>	<b>12.155,00</b>	<b>45.256,00</b>					
2018	2019	2020	2021	Total																				
0,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00																				
<b>0,00</b>	<b>11.025,00</b>	<b>11.576,00</b>	<b>12.155,00</b>	<b>45.256,00</b>																				
<b>Total:</b>																								

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 08.074.302/0001-31	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	
	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 123 / 139

## Despesa PPA por Programa e Ação

### Ação: 2.105 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO

**Tipo:** 2 - Atividades  
**Objetivo:** Gestão do Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador, bem como do Programa Bolsa Família.  
**Produto:** Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador e Programa Bolsa Família.  
**Sigla:** BGFECAD

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )

Método de cálculo:  
Método de avaliação:

**Meta física:** 65 - ATENDIMENTOS

**Indicador (unidade de medida):** 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)


**Periodicidade de avaliação:** Anual


		No período do PPA			
		2018	2019	2020	2021
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
Índice Desajustado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Total					4,00000

<b>Despesa PPA:</b>		<b>225 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 30 - 2.105 - 0 - 339000</b>	
<b>Estrutura Organizacional</b>			
Unidade gestora:		6 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Órgão orçamentário:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade orçamentária:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<b>Classificação Funcional</b>			
Função:		8 - Assistência Social	
Subfunção:		244 - Assistência Comunitária	
<b>Estrutura Programática</b>			
Programa:		30 - GESTÃO MUNICIPAL	
Ação:		105 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	
Subação:			
<b>Natureza da Despesa</b>			
Categoria econômica:		3 - Despesas Correntes	
Grupo de despesa:		3 - Outras Despesas Correntes	
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas	
Elemento de despesa:			
<b>Fonte de recurso</b>			
135 - Transferências SUAS/União			
<b>Global</b>		<b>2018</b>	
0,00		80.551,00	
<b>Valores previstos:</b>		<b>2019</b>	
		84.578,00	
<b>2020</b>		88.807,00	
<b>2021</b>		93.248,00	
<b>Total</b>		<b>347.184,00</b>	

<b>Despesa PPA:</b>		<b>226 - 6 - 5001 - 8 - 244 - 30 - 2.105 - 0 - 449000</b>	
<b>Estrutura Organizacional</b>			
Unidade gestora:		6 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Órgão orçamentário:		5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade orçamentária:		5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<b>Classificação Funcional</b>			
Função:		8 - Assistência Social	
Subfunção:		244 - Assistência Comunitária	
<b>Estrutura Programática</b>			
Programa:		30 - GESTÃO MUNICIPAL	
Ação:		105 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	
Subação:			
<b>Natureza da Despesa</b>			
Categoria econômica:		4 - Despesas de Capital	
Grupo de despesa:		4 - Investimentos	
Modalidade de aplicação:		90 - Aplicações Diretas	
Elemento de despesa:			
<b>Fonte de recurso</b>			
135 - Transferências SUAS/União			
<b>Global</b>		<b>2018</b>	
0,00		66.435,00	
<b>Valores previstos:</b>		<b>2019</b>	
		69.756,00	
<b>2020</b>		73.244,00	
<b>2021</b>		76.906,00	
<b>Total</b>		<b>286.341,00</b>	



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 124 / 139																					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																									
<b>Programa:</b> 31 - DESPORTO AMADOR																									
<b>Objetivo:</b> Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.																									
<b>Problema:</b> Desporto Amador																									
<b>Justificativa:</b> As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolhinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.																									
<b>Público alvo:</b> Jovens e atletas amadores.																									
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																									
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																									
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																									
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																									
<b>Macro objetivo:</b> ( )																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
<b>Ação:</b> 2.81 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																									
<b>Objetivo:</b> Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes de Caçador.																									
<b>Produto:</b> Fundação Municipal de Esportes de Caçador.																									
<b>Sigla:</b> FME																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$ )																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																									
<b>Meta física:</b> 131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																									
Periodicidade de avaliação:																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td>Índice Desejado:</td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>					No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total																			
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																			
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																			
<b>Despesa PPA:</b> 180 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.81 - 0 - 319000																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte																									
Órgão orçamentário: 12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE																									
Unidade orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 27 - Desporto e Lazer																									
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 31 - DESPORTO AMADOR																									
Ação: 81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES																									
Subação:																									
<b>Natureza da Despesa</b>																									
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes																									
Grupo de despesas: 1 - Pessoal e Encargos Sociais																									
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																									
Elemento de despesa:																									
<b>Fonte de recurso</b>																									
100 - Recursos Ordinários																									
<b>Total:</b>																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valores previstos:</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td></td> <td>536.424,00</td> <td>563.245,00</td> <td>591.407,00</td> <td>620.978,00</td> <td>2.312.054,00</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td></td> <td>536.424,00</td> <td>563.245,00</td> <td>591.407,00</td> <td>620.978,00</td> <td>2.312.054,00</td> </tr> </tbody> </table>					Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total	Global		536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00	0,00		536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00
Valores previstos:		2018	2019	2020	2021	Total																			
Global		536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00																			
0,00		536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00																			
<b>Despesa PPA:</b> 181 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.81 - 0 - 319100																									
<b>Estrutura Organizacional</b>																									
Unidade gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte																									
Órgão orçamentário: 12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE																									
Unidade orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE																									
<b>Classificação Funcional</b>																									
Função: 27 - Desporto e Lazer																									
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário																									
<b>Estrutura Programática</b>																									
Programa: 31 - DESPORTO AMADOR																									
Ação: 81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES																									
Subação:																									

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesoraria@cacador.sc.gov.br <b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 125 / 139
---	--	---	--	---	---------------------

<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa:	1 - Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de aplicação:	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
100 - Recursos Ordinários		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>136.500,00</b>	<b>143.325,00</b>	<b>150.491,00</b>
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:	2 - Fundação Municipal de Esporte				
Órgão orçamentário:	12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
Unidade orçamentária:	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:	27 - Desporto e Lazer				
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário				
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:	31 - DESPORTO AMADOR				
Ação:	81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
100 - Recursos Ordinários		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	861.000,00	904.050,00	949.253,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>861.000,00</b>	<b>904.050,00</b>	<b>949.253,00</b>
<b>Despesa PPA:</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade gestora:	2 - Fundação Municipal de Esporte				
Órgão orçamentário:	12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
Unidade orçamentária:	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
<b>Classificação Funcional</b>					
Função:	27 - Desporto e Lazer				
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário				
<b>Estrutura Programática</b>					
Programa:	31 - DESPORTO AMADOR				
Ação:	81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
Subação:					
<b>Natureza da Despesa</b>					
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital				
Grupo de despesa:	4 - Investimentos				
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:					
<b>Fonte de recurso</b>					
100 - Recursos Ordinários		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>31.500,00</b>	<b>33.075,00</b>	<b>34.729,00</b>

#### Ação: 2.84 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Contribuição financeira para entidades desportivas e organizações do Município.

Produto: Contribuição financeira para entidades desportivas.

Sigla: CONT ENT DESP

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (R\$, R\$)

Método de cálculo:


Método de avaliação:

Meta física: 136 - Contribuição a Entidades do Município

Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

		No período do PPA			
		2018	2019	2020	2021
<b>Quantidade:</b>		0,00000	0,00000	0,00000	1,00000
<b>Índice Desejado:</b>		0,00000	0,00000	0,00000	100,00000
					<b>Total</b>
					1,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 03.074.302/0001-31	Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 126 / 139
	resolutaria@caçador.sc.gov.br	

### Despesa PPA por Programa e Ação

**Despesa PPA:** 184 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.84 - 0 - 335000

#### Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
 2 - Fundação Municipal de Esporte  
 12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
 Unidade orçamentária:  
 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

#### Classificação Funcional

Função:  
 27 - Desporto e Lazer  
 812 - Desporto Comunitário

#### Estrutura Programática

Programa:  
 31 - DESPORTO AMADOR  
 Ação:  
 84 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.

#### Natureza da Despesa

Categoria econômica:  
 3 - Despesas Correntes  
 Grupo de despesa:  
 3 - Outras Despesas Correntes  
 Modalidade de aplicação:  
 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 Elemento de despesa:

#### Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total:</b>	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00

#### Ação: 2.98 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA

Tipo: 2 - Atividades

Objetivo: Manutenção do programa bolsa atleta.

Produto: Programa bolsa atleta.

Sigla: BOLSA ATLETA

Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Método de cálculo:

Método de avaliação:

Meta física:

Indicador (unidade de medida):

6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Anual

No período do PPA

Quantidade:

Índice Desagregado:

185 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.98 - 0 - 339000

#### Despesa PPA:

#### Estrutura Organizacional

Unidade gestora:  
 2 - Fundação Municipal de Esporte  
 12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
 Unidade orçamentária:  
 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

#### Classificação Funcional

Função:  
 27 - Desporto e Lazer  
 812 - Desporto Comunitário

#### Estrutura Programática

Programa:  
 31 - DESPORTO AMADOR  
 Ação:  
 98 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA


#### Natureza da Despesa

Categoria econômica:  
 3 - Despesas Correntes  
 Grupo de despesa:  
 3 - Outras Despesas Correntes  
 Modalidade de aplicação:  
 90 - Aplicações Diretas  
 Elemento de despesa:

#### Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

	Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Total:</b>	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caxador.sc.gov.br">http://www.caxador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 127 / 139																																																																																																																																																																																																					
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																									
<b>34 - PLANEJAMENTO URBANO</b>																																																																																																																																																																																																									
<b>Programa:</b> Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.																																																																																																																																																																																																									
<b>Objetivo:</b> PLANEJAMENTO URBANO																																																																																																																																																																																																									
<b>Problema:</b> Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.																																																																																																																																																																																																									
<b>Justificativa:</b> POPULAÇÃO EM GERAL																																																																																																																																																																																																									
<b>Público alvo:</b> 2 - Apoio Administrativo																																																																																																																																																																																																									
<b>Tipo:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																																																																																																																																																																																																									
<b>Responsável:</b> Contínuo																																																																																																																																																																																																									
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																																																																																																																																																																																																									
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																																																																																																																																																																																																									
<b>Macro objetivo:</b> ( )																																																																																																																																																																																																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																									
<b>Ação:</b> 2.27 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES																																																																																																																																																																																																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																																																																																									
<b>Objetivo:</b> Melhoria da circulação das pessoas nas cidades, melhoria da qualidade do transporte público coletivo. Pavimentação de itinerários de transporte público coletivo urbano ou pavimentação de bairros/polygonais de vias, vinculadas obrigatoriamente à execução de calçadas com acessibilidade, microdrenagem e sinalização viária. Podem ser vinculados à pavimentação: infraestrutura cicloviária, medidas de moderação de tráfego, iluminação pública, arborização, redes de abastecimento de água e redes de coleta de esgoto sanitário.																																																																																																																																																																																																									
<b>Produto:</b> Programa Avançar Cidades.																																																																																																																																																																																																									
<b>Sigla:</b> AVANÇAR CIDADES																																																																																																																																																																																																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$)																																																																																																																																																																																																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																									
<b>Meta física:</b> 114 - Manutenção do Programa Avançar Cidades																																																																																																																																																																																																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																									
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desagregado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td><b>160 - 1 - 2003 - 15 - 451 - 34 - 2.27 - 0 - 449000</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>1 - Prefeitura Municipal de Caxador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Órgão organograma:</td> <td>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Unidade organograma:</td> <td>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>15 - Urbanismo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>451 - Infra-Estrutura Urbana</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>34 - PLANEJAMENTO URBANO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subação:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>4 - Despesas de Capital</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesas:</td> <td>4 - Investimentos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td><b>Global</b></td> <td><b>2018</b></td> <td><b>2019</b></td> <td><b>2020</b></td> <td><b>2021</b></td> <td><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>199.500,00</td> <td>209.475,00</td> <td>219.949,00</td> <td>818.924,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>10.500,00</td> <td>11.025,00</td> <td>11.576,00</td> <td>43.101,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>210.000,00</b></td> <td><b>220.500,00</b></td> <td><b>231.525,00</b></td> <td><b>862.025,00</b></td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA							2018	2019	2020	2021	Total	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desagregado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA:</b>	<b>160 - 1 - 2003 - 15 - 451 - 34 - 2.27 - 0 - 449000</b>						<b>Estrutura Organizacional</b>							Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caxador						Órgão organograma:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO						Unidade organograma:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						<b>Classificação Funcional</b>							Função:	15 - Urbanismo						Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana						<b>Estrutura Programática</b>							Programa:	34 - PLANEJAMENTO URBANO						Ação:	27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES						Subação:							<b>Natureza da Despesa</b>							Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital						Grupo de despesas:	4 - Investimentos						Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas						Elemento de despesa:							<b>Fonte de recurso</b>							100 - Recursos Ordinários							134 - Transferências de Convênios União - Outros							<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>			0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	818.924,00			0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00			<b>0,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>220.500,00</b>	<b>231.525,00</b>	<b>862.025,00</b>
		No período do PPA																																																																																																																																																																																																							
		2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																																																			
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																																																			
<b>Índice Desagregado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																																																			
<b>Despesa PPA:</b>	<b>160 - 1 - 2003 - 15 - 451 - 34 - 2.27 - 0 - 449000</b>																																																																																																																																																																																																								
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																									
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caxador																																																																																																																																																																																																								
Órgão organograma:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																																																																																																																																																																																																								
Unidade organograma:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																																																																																																																																																																																								
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																									
Função:	15 - Urbanismo																																																																																																																																																																																																								
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana																																																																																																																																																																																																								
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																									
Programa:	34 - PLANEJAMENTO URBANO																																																																																																																																																																																																								
Ação:	27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES																																																																																																																																																																																																								
Subação:																																																																																																																																																																																																									
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																									
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital																																																																																																																																																																																																								
Grupo de despesas:	4 - Investimentos																																																																																																																																																																																																								
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																								
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																									
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																									
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																									
134 - Transferências de Convênios União - Outros																																																																																																																																																																																																									
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																		
		0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	818.924,00																																																																																																																																																																																																			
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00																																																																																																																																																																																																			
		<b>0,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>220.500,00</b>	<b>231.525,00</b>	<b>862.025,00</b>																																																																																																																																																																																																			
<b>Ação:</b> 2.47 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.																																																																																																																																																																																																									
<b>Tipo:</b> 2 - Atividades																																																																																																																																																																																																									
<b>Objetivo:</b> Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano.																																																																																																																																																																																																									
<b>Produto:</b> Geoprocessamento Urbano.																																																																																																																																																																																																									
<b>Sigla:</b> GEO PRO URB																																																																																																																																																																																																									
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 2 - Valor (R\$ - R\$, R\$)																																																																																																																																																																																																									
Método de cálculo: Método de avaliação:																																																																																																																																																																																																									

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 128 / 139
--	--	---	--	---------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Despesa PPA por Programa e Ação

119 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano

Meta física:	2018	2019	2020	2021	Total
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
Atual					

Quantidade:	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Índice Desejado:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
205 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.47 - 0 - 449000		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

<b>Despesa PPA:</b>	
<b>Estrutura Organizacional</b>	
Unidade gestora:	10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
Órgão organotário:	16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR
Unidade organotária:	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR
<b>Classificação Funcional</b>	
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
<b>Estrutura Programática</b>	
Programa:	34 - PLANEJAMENTO URBANO
Ação:	47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.
Subação:	
<b>Natureza da Despesa</b>	
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital
Grupo de despesa:	4 - Investimentos
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas
Elemento de despesa:	
<b>Fonte de recurso</b>	
100 - Recursos Ordinários	
<b>Total:</b>	<b>Global 0,00 2018 100,000,00 2019 105,000,00 2020 110,250,00 2021 115,763,00 Total 431,013,00</b>

<b>Despesa PPA:</b>	
<b>Estrutura Organizacional</b>	
Unidade gestora:	10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
Órgão organotário:	16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR
Unidade organotária:	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR
<b>Classificação Funcional</b>	
Função:	15 - Urbanismo
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana
<b>Estrutura Programática</b>	
Programa:	34 - PLANEJAMENTO URBANO
Ação:	47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.
Subação:	
<b>Natureza da Despesa</b>	
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes
Grupo de despesa:	3 - Outras Despesas Correntes
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas
Elemento de despesa:	
<b>Fonte de recurso</b>	
100 - Recursos Ordinários	
<b>Total:</b>	<b>Global 0,00 2018 21,000,00 2019 22,050,00 2020 23,153,00 2021 24,310,00 Total 90,513,00</b>

## Ação: 2.82 MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR

**Tipo:** 2 - Atividades

**Objetivo:** Plano Diretor Municipal, comumente referido pela sigla PDM, é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base por um lado interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e de outro os interesses particulares de seus moradores.

**Produto:** Plano diretor urbano.

**Sigla:** MAN PLAN DIRET

Indicador (unidade de medida): 2 - Valor (68 - R\$, R\$ )

Método de cálculo:

Método de avaliação:

101 - Manutenção do Plano Diretor

6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Meta física:	2018	2019	2020	2021	Total
Indicador (unidade de medida):					
Periodicidade de avaliação:					
Atual					

Quantidade:	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Índice Desejado:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
101 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.47 - 0 - 449000		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resouratla@cacador.sc.gov.br  
http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:21  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1938-8627-667

Página  
129 / 139

Despesa PPA por Programa e Ação

Despesa PPA: 200 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.82 - 0 - 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
Órgão - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR  
Unidade orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Estrutura Programática**  
Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
Ação: 82 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR

**Natureza da Despesa**  
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes  
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes  
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas  
Elemento de despesa:

Fonte de recurso	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	365.500,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>365.500,00</b>	<b>383.775,00</b>	<b>402.964,00</b>	<b>423.112,00</b>	<b>1.575.351,00</b>

**Ação: 2.93 PLANO DE MOBILIDADE URBANA**

**Tipo: 2 - Atividades**

**Objetivo:** A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico das cidades. O termo é geralmente empregado para referir-se ao trânsito de veículos e também de pedestres, seja através do transporte individual (carros, motos, etc.), seja através do uso de transportes coletivos (ônibus, metrô, etc.)

**Produto:** Mobilidade Urbana

**Sigla:** MOB URBANA

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Método de cálculo:

Método de avaliação:

**Meta física:** 144 - MOBILIDADE URBANA

**Indicador (unidade de medida):** 6 - Ano (161 - Ano, Ano)

Periodicidade de avaliação:

Quantidade:	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Índice Desejado:</b>						
280 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.93 - 0 - 449000	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 280 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.93 - 0 - 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
Órgão - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR  
Unidade orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Estrutura Programática**  
Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
Ação: 93 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA

**Natureza da Despesa**

Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital

Grupo de despesa: 4 - Investimentos

Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Elemento de despesa:

Fonte de recurso	Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>551.250,00</b>	<b>578.813,00</b>	<b>2.155.063,00</b>

**Ação: 2.106 MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR**

**Tipo: 2 - Atividades**

**Objetivo:** Manutenção das atividades do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador

**Produto:** Manutenção do IPPUC

**Sigla:** MAN IPPUC

**Indicador (unidade de medida):** 2 - Valor (68 - R\$, R\$ )


Método de cálculo:

Método de avaliação:

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:21				Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio				130 / 139	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				Chave de autenticação: 1938-8627-667					
Despesa PPA por Programa e Ação									
Meta física:									
Indicador (unidade de medida):		103 - Manutenção do IPPUC							
Período de avaliação:		11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)							
		Atual							
				No período do PPA					
				2018		2019		2021	
				1,00000		1,00000		1,00000	
				25,00000		25,00000		25,00000	
								Total	
								4,00000	
Quantidade:									
Índice Desagregado:		100,00000							
202 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.106 - 0 - 319000									
Despesa PPA:									
Estrutura Organizacional									
Unidade gestora:									
16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Órgão orçamentário:									
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Unidade orçamentária:									
Classificação Funcional									
Função:									
15 - Urbanismo									
Subfunção:									
451 - Infra-Estrutura Urbana									
Estrutura Programática									
Programa:									
34 - PLANEJAMENTO URBANO									
Ação:									
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR									
Subação:									
3 - Despesas Correntes									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica:									
1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Grupo de despesa:									
Modalidade de aplicação:									
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
Elemento de despesa:									
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00		974.521,00		1.023.247,00		1.128.130,00	
Total:		0,00		974.521,00		1.023.247,00		1.128.130,00	
								4.200.307,00	
								4.200.307,00	
Despesa PPA:									
Estrutura Organizacional									
Unidade gestora:									
16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Órgão orçamentário:									
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Unidade orçamentária:									
Classificação Funcional									
Função:									
15 - Urbanismo									
Subfunção:									
451 - Infra-Estrutura Urbana									
Estrutura Programática									
Programa:									
34 - PLANEJAMENTO URBANO									
Ação:									
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR									
Subação:									
3 - Despesas Correntes									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica:									
1 - Pessoal e Encargos Sociais									
Grupo de despesa:									
Modalidade de aplicação:									
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
Elemento de despesa:									
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00		243.630,00		255.812,00		282.033,00	
Total:		0,00		243.630,00		255.812,00		282.033,00	
								1.050.078,00	
								1.050.078,00	
Despesa PPA:									
Estrutura Organizacional									
Unidade gestora:									
16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Órgão orçamentário:									
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Unidade orçamentária:									
Classificação Funcional									
Função:									
15 - Urbanismo									
Subfunção:									
451 - Infra-Estrutura Urbana									
Estrutura Programática									
Programa:									
34 - PLANEJAMENTO URBANO									
Ação:									
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR									
Subação:									
3 - Despesas Correntes									
Natureza da Despesa									
Categoria econômica:									
3 - Outras Despesas Correntes									
Grupo de despesa:									
Modalidade de aplicação:									
90 - Aplicações Diretas									
Elemento de despesa:									
Fonte de recurso		Global		2018		2019		2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00		84.000,00		88.200,00		97.241,00	
Total:		0,00		84.000,00		88.200,00		97.241,00	
								362.051,00	
								362.051,00	



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		tesoraria@caçador.sc.gov.br 132 / 139	
Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667			


  

### Despesa PPA por Programa e Ação

35 - SANEAMENTO BASICO		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Programa:</b>	Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.					
<b>Objetivo:</b>	Carência no saneamento básico na área urbana e rural.					
<b>Problema:</b>	O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.					
<b>Justificativa:</b>	População urbana e rural.					
<b>Público alvo:</b>	2 - Apoio Administrativo					
<b>Tipo:</b>	2 - SAULO SPEROTTO					
<b>Responsável:</b>	Contínuo					
<b>Horizonte temporal:</b>	( ) Seguridade Social ( ) Fiscal					
<b>Fonte de financiamento:</b>						
<b>Macro objetivo:</b>						
<b>Indicador (unidade de medida):</b>	6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
<b>Ação:</b>	<b>2.95 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</b>					
<b>Tipo:</b>	2 - Atividades					
<b>Objetivo:</b>	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador.					
<b>Produto:</b>	Fundo de Saneamento Ambiental					
<b>Sigla:</b>	FUNSAM					
<b>Indicador (unidade de medida):</b>	6 - Ano (161 - Ano, Ano)					
<b>Método de cálculo:</b>						
<b>Método de avaliação:</b>						
<b>Meta física:</b>	146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental					
<b>Indicador (unidade de medida):</b>	11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)					
<b>Periodicidade de avaliação:</b>	Anual					
	<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
<b>Quantidade:</b>						
<b>Índice desejado:</b>	186 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.95 . 0 . 319000					
<b>Despesa PPA:</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora:	9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador					
Órgão orçamentário:	11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
Unidade orçamentária:	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
<b>Classificação Funcional</b>						
Função:	17 - Saneamento					
Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa:	35 - SANEAMENTO BASICO					
Ação:	95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
Subação:						
<b>Natureza da Despesa</b>						
Categoria econômica:	3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesas:	1 - Pessoal e Encargos Sociais					
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:						
<b>Fonte de recurso</b>						
100 - Recursos Ordinários						
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
		0,00	1.372,00	1.441,00	1.513,00	5.915,00
		0,00	1.372,00	1.441,00	1.513,00	5.915,00
<b>Despesa PPA:</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade gestora:	9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador					
Órgão orçamentário:	11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
Unidade orçamentária:	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
<b>Classificação Funcional</b>						
Função:	17 - Saneamento					
Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano					
<b>Estrutura Programática</b>						
Programa:	35 - SANEAMENTO BASICO					
Ação:	95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
Subação:						





 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 88.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 134 / 139																		
tesouraria@cacador.sc.gov.br																						
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																						
<b>Despesa PPA:</b> 190 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.96 . 0 . 339000																						
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador Órgão organmatário: 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL Unidade organmatária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano																						
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 35 - SANEAMENTO BÁSICO Ação: 96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS																						
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																						
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários																						
<b>Valores previstos:</b>																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																	
	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																	
<b>Ação:</b> 2.97 AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO																						
<b>Objetivo:</b> 2 - Atividades																						
Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.																						
<b>Produto:</b> Sistemas de águas e esgoto.																						
<b>Sigla:</b> SISAGE																						
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																						
Método de cálculo:																						
Método de avaliação:																						
<b>Meta física:</b> 148 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto																						
Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																						
Periodicidade de avaliação:																						
<b>Quantidade:</b>																						
<b>Índice Desejado:</b>																						
No período do PPA																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																	
	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																	
<b>Despesa PPA:</b> 191 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.97 . 0 . 339000																						
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador Órgão organmatário: 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL Unidade organmatária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano																						
<b>Estrutura Programática</b> Programa: 35 - SANEAMENTO BÁSICO Ação: 97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO																						
<b>Natureza da Despesa</b> Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas Elemento de despesa:																						
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários																						
<b>Valores previstos:</b>																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																	
	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																	
<b>Ação:</b> 192 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.97 . 0 . 449000																						
<b>Objetivo:</b> 2 - Atividades																						
Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.																						
<b>Produto:</b> Sistemas de águas e esgoto.																						
<b>Sigla:</b> SISAGE																						
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																						
Método de cálculo:																						
Método de avaliação:																						
<b>Meta física:</b> 148 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto																						
Indicador (unidade de medida): 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																						
Periodicidade de avaliação:																						
<b>Quantidade:</b>																						
<b>Índice Desejado:</b>																						
No período do PPA																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
	2018	2019	2020	2021	Total																	
Global	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																	
	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																	
<b>Despesa PPA:</b> 192 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.97 . 0 . 449000																						
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador Órgão organmatário: 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL Unidade organmatária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano																						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Resourcatala@cacador.sc.gov.br Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667	Página 135 / 139
---	---	---------------------


### Despesa PPA por Programa e Ação


<b>Estrutura Programática</b>									
Programa:	35 - SANEAMENTO BASICO								
Ação:	97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO								
Subação:									
<b>Natureza da Despesa</b>									
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital								
Grupo de despesa:	4 - Investimentos								
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas								
Elemento de despesa:									
<b>Fonte de recurso</b>									
100 - Recursos Ordinários									
134 - Transferências de Convênios União - Outros									
<b>Total:</b>									
	<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>			
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00			
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00			
	<b>0,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.206,00</b>	<b>2.316,00</b>	<b>2.432,00</b>	<b>9.054,00</b>			


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 136 / 139
tesouraria@caçador.sc.gov.br				
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>				
<b>37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL</b>				
Programa:	Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal.			
Objetivo:	Terminal rodoviário			
Problema:	Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal, proporcionando a população a continuidade dos serviços prestados.			
Justificativa:	POPULAÇÃO EM GERAL			
Público alvo:	2 - Apoio Administrativo			
Tipo:	2 - SAULO SPEROTTO			
Responsável:	Contínuo			
Horizonte temporal:	Contínuo			
Fonte de financiamento:	( ) Seguridade Social ( ) Fiscal			
Macro objetivo:				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
<b>Ação:</b> 2.108 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL				
Tipo:	2 - Atividades			
Objetivo:	Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal.			
Produto:	Terminal Rodoviário Municipal.			
Sigla:	TERM ROD			
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)				
Método de cálculo:				
Método de avaliação:				
<b>Meta física:</b> 133 - Manutenção do Terminal Rodoviário				
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)				
Período de avaliação: Anual				
<b>Quantidade:</b>				
<b>Índice Desejado:</b>				
No período do PPA				
2018 2019 2020 2021 Total				
1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000				
25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA:</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador				
Órgão gerenciador: 2000 - CHEFEIA DO EXECUTIVO				
Unidade organizacional: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
<b>Estrutura Programática</b>				
Programa: 37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL				
Ação: 108 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL				
Subação:				
<b>Natureza da Despesa</b>				
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes				
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes				
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas				
Elemento de despesa:				
<b>Fonte de recurso</b>				
100 - Recursos Ordinários				
<b>Total:</b>				
Global 2018 2019 2020 2021 Total				
0,00 110.250,00 115.763,00 121.551,00 452.564,00				
0,00 105.000,00 115.763,00 121.551,00 452.564,00				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 137 / 139																																																																																																																																																																																																																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Programa:</b> 38 - PARQUE CENTRAL <b>Objetivo:</b> MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL <b>Problema:</b> PARQUE CENTRAL <b>Justificativa:</b> MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL <b>Público alvo:</b> POPULAÇÃO EM GERAL <b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo <b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO <b>Horizonte temporal:</b> Contínuo <b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal <b>Macro objetivo:</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																																																																																																																																																																																																																												
<b>Ação:</b> 1.17 DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE <b>Tipo:</b> 1 - Projetos <b>Objetivo:</b> Desapropriação das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tornando - as em áreas propícias ao lazer coletivo. <b>Produto:</b> Desapropriação de áreas em torno do parque. <b>Sigla:</b> DESAP ATP																																																																																																																																																																																																																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (S1 - M2, M2 ) <b>Método de cálculo:</b> <b>Método de avaliação:</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Meta física:</b> 30 - Terreno (m2) <b>Indicador (unidade de medida):</b> 4 - Metro Quadrado (S1 - M2, M2 ) <b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desejado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td></td> <td>100,00000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>15 - Urbanismo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>451 - Infra-Estrutura Urbana</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>38 - PARQUE CENTRAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>4 - Despesas de Capital</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesa:</td> <td>5 - Inversões Financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td><b>Global</b></td> <td><b>2018</b></td> <td><b>2019</b></td> <td><b>2020</b></td> <td><b>2021</b></td> <td><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>1,050,00</td> <td>1,103,00</td> <td>1,158,00</td> <td>1,216,00</td> <td>4,527,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>100,000,00</td> <td>105,000,00</td> <td>110,250,00</td> <td>115,763,00</td> <td>431,013,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>101,050,00</b></td> <td><b>106,103,00</b></td> <td><b>111,405,00</b></td> <td><b>116,979,00</b></td> <td><b>435,540,00</b></td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA				Total				2018	2019	2020	2021			<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000			<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			<b>Despesa PPA:</b>		100,00000						<b>Estrutura Organizacional</b>								Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador							Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA							<b>Classificação Funcional</b>								Função:	15 - Urbanismo							Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana							<b>Estrutura Programática</b>								Programa:	38 - PARQUE CENTRAL							Ação:	17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE							<b>Natureza da Despesa</b>								Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital							Grupo de despesa:	5 - Inversões Financeiras							Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas							Elemento de despesa:								<b>Fonte de recurso</b>								134 - Transferências de Convênios União - Outros								100 - Recursos Ordinários								<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>			0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00			0,00	100,000,00	105,000,00	110,250,00	115,763,00	431,013,00			<b>0,00</b>	<b>101,050,00</b>	<b>106,103,00</b>	<b>111,405,00</b>	<b>116,979,00</b>	<b>435,540,00</b>
		No período do PPA				Total																																																																																																																																																																																																																						
		2018	2019	2020	2021																																																																																																																																																																																																																							
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000																																																																																																																																																																																																																							
<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																																																																																																																																																																																							
<b>Despesa PPA:</b>		100,00000																																																																																																																																																																																																																										
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																											
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																																																																																																																																																																																																																											
Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																																																																																																																																																																																																											
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																												
Função:	15 - Urbanismo																																																																																																																																																																																																																											
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana																																																																																																																																																																																																																											
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																												
Programa:	38 - PARQUE CENTRAL																																																																																																																																																																																																																											
Ação:	17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE																																																																																																																																																																																																																											
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																												
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital																																																																																																																																																																																																																											
Grupo de despesa:	5 - Inversões Financeiras																																																																																																																																																																																																																											
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																											
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																												
134 - Transferências de Convênios União - Outros																																																																																																																																																																																																																												
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																																												
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																																					
		0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00																																																																																																																																																																																																																					
		0,00	100,000,00	105,000,00	110,250,00	115,763,00	431,013,00																																																																																																																																																																																																																					
		<b>0,00</b>	<b>101,050,00</b>	<b>106,103,00</b>	<b>111,405,00</b>	<b>116,979,00</b>	<b>435,540,00</b>																																																																																																																																																																																																																					
<b>Ação:</b> 2.109 MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL <b>Tipo:</b> 2 - Atividades <b>Objetivo:</b> Manutenção das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tornando - as em áreas propícias ao lazer coletivo. <b>Produto:</b> Parque central <b>Sigla:</b> PARCENT																																																																																																																																																																																																																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano) <b>Método de cálculo:</b> <b>Método de avaliação:</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Meta física:</b> 134 - Manutenção do Parque Central <b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano) <b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																																																																																																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desejado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Despesa PPA:</b></td> <td></td> <td>100,00000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Organizacional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Unidade gestora:</td> <td>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Órgão organotário:</td> <td>2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Unidade organotária:</td> <td>2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Classificação Funcional</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Função:</td> <td>15 - Urbanismo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Subfunção:</td> <td>451 - Infra-Estrutura Urbana</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Estrutura Programática</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Programa:</td> <td>38 - PARQUE CENTRAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Ação:</td> <td>17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Natureza da Despesa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Categoria econômica:</td> <td>4 - Despesas de Capital</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Grupo de despesa:</td> <td>5 - Inversões Financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Modalidade de aplicação:</td> <td>90 - Aplicações Diretas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>Elemento de despesa:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td></td> <td><b>Global</b></td> <td><b>2018</b></td> <td><b>2019</b></td> <td><b>2020</b></td> <td><b>2021</b></td> <td><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>1,050,00</td> <td>1,103,00</td> <td>1,158,00</td> <td>1,216,00</td> <td>4,527,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>0,00</td> <td>100,000,00</td> <td>105,000,00</td> <td>110,250,00</td> <td>115,763,00</td> <td>431,013,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>0,00</b></td> <td><b>101,050,00</b></td> <td><b>106,103,00</b></td> <td><b>111,405,00</b></td> <td><b>116,979,00</b></td> <td><b>435,540,00</b></td> </tr> </tbody> </table>							No período do PPA				Total				2018	2019	2020	2021			<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000			<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			<b>Despesa PPA:</b>		100,00000						<b>Estrutura Organizacional</b>								Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador							Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO							Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA							<b>Classificação Funcional</b>								Função:	15 - Urbanismo							Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana							<b>Estrutura Programática</b>								Programa:	38 - PARQUE CENTRAL							Ação:	17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE							<b>Natureza da Despesa</b>								Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital							Grupo de despesa:	5 - Inversões Financeiras							Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas							Elemento de despesa:								<b>Fonte de recurso</b>								134 - Transferências de Convênios União - Outros								100 - Recursos Ordinários								<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>			0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00			0,00	100,000,00	105,000,00	110,250,00	115,763,00	431,013,00			<b>0,00</b>	<b>101,050,00</b>	<b>106,103,00</b>	<b>111,405,00</b>	<b>116,979,00</b>	<b>435,540,00</b>
		No período do PPA				Total																																																																																																																																																																																																																						
		2018	2019	2020	2021																																																																																																																																																																																																																							
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000																																																																																																																																																																																																																							
<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																																																																																																																																																																																							
<b>Despesa PPA:</b>		100,00000																																																																																																																																																																																																																										
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																																																																																																																																																																												
Unidade gestora:	1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																																																																																																																																																																																																											
Órgão organotário:	2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO																																																																																																																																																																																																																											
Unidade organotária:	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																																																																																																																																																																																																											
<b>Classificação Funcional</b>																																																																																																																																																																																																																												
Função:	15 - Urbanismo																																																																																																																																																																																																																											
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana																																																																																																																																																																																																																											
<b>Estrutura Programática</b>																																																																																																																																																																																																																												
Programa:	38 - PARQUE CENTRAL																																																																																																																																																																																																																											
Ação:	17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE																																																																																																																																																																																																																											
<b>Natureza da Despesa</b>																																																																																																																																																																																																																												
Categoria econômica:	4 - Despesas de Capital																																																																																																																																																																																																																											
Grupo de despesa:	5 - Inversões Financeiras																																																																																																																																																																																																																											
Modalidade de aplicação:	90 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																																																											
Elemento de despesa:																																																																																																																																																																																																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																																																																																																																																																																																												
134 - Transferências de Convênios União - Outros																																																																																																																																																																																																																												
100 - Recursos Ordinários																																																																																																																																																																																																																												
<b>Total:</b>		<b>Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																																					
		0,00	1,050,00	1,103,00	1,158,00	1,216,00	4,527,00																																																																																																																																																																																																																					
		0,00	100,000,00	105,000,00	110,250,00	115,763,00	431,013,00																																																																																																																																																																																																																					
		<b>0,00</b>	<b>101,050,00</b>	<b>106,103,00</b>	<b>111,405,00</b>	<b>116,979,00</b>	<b>435,540,00</b>																																																																																																																																																																																																																					




<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div> <div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:21</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1938-8627-667</div>		<div>Página</div> <div>138 / 139</div>	
Despesa PPA por Programa e Ação					
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO					
Unidade orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					
Classificação Funcional					
Função: 15 - Urbanismo					
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana					
Estrutura Programática					
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL					
Ação: 109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica: 3 - Despesas Correntes					
Grupo de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes					
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:					
Fonte de recurso					
100 - Recursos Ordinários					
Global		2018		2019	
0,00		21.000,00		22.050,00	
0,00		21.000,00		22.050,00	
Valores previstos:					
Total:					
90.513,00		23.153,00		24.310,00	
90.513,00		23.153,00		24.310,00	
Despesa PPA:					
Estrutura Organizacional					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Órgão orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO					
Unidade orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					
Classificação Funcional					
Função: 15 - Urbanismo					
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana					
Estrutura Programática					
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL					
Ação: 109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL					
Natureza da Despesa					
Categoria econômica: 4 - Despesas de Capital					
Grupo de despesa: 4 - Investimentos					
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas					
Elemento de despesa:					
Fonte de recurso					
134 - Transferências de Convênios União - Outros					
Global		2018		2019	
0,00		1.050,00		1.103,00	
0,00		1.050,00		1.103,00	
Valores previstos:					
Total:					
4.527,00		1.216,00		1.158,00	
4.527,00		1.216,00		1.158,00	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:21 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1938-8627-667		Página 139 / 139																								
<b>Despesa PPA por Programa e Ação</b>																												
<b>Programa:</b> 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
<b>Objetivo:</b> Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.																												
<b>Problema:</b> Riscos fiscais, passivos contingentes e intemperies																												
<b>Justificativa:</b> Atendimento a casos de calamidade pública e riscos fiscais.																												
<b>Público alvo:</b> População																												
<b>Tipo:</b> 2 - Apoio Administrativo																												
<b>Responsável:</b> 2 - SAULO SPEROTTO																												
<b>Horizonte temporal:</b> Contínuo																												
<b>Fonte de financiamento:</b> ( ) Seguridade Social ( ) Fiscal																												
<b>Macro objetivo:</b>																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																												
<b>Ação:</b> 9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
<b>Tipo:</b> 9 - Não Orçamentária																												
<b>Objetivo:</b> Reserva de Contingência																												
<b>Produto:</b> Passivos contingentes, intemperies, catástrofes, perdas patrimoniais																												
<b>Sigla:</b> RESCONT																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 6 - Ano (161 - Ano, Ano)																												
<b>Método de cálculo:</b>																												
<b>Método de avaliação:</b>																												
<b>Meta física:</b> 135 - Reserva de Contingência																												
<b>Indicador (unidade de medida):</b> 11 - Manutenção das Atividades - Ano (161 - Ano, Ano)																												
<b>Periodicidade de avaliação:</b> Anual																												
<b>No período do PPA</b>																												
<b>Quantidade:</b>																												
<b>Índice Desagregado:</b>																												
<b>125 - 1. 10099. 99. 999. 9999. 9.999. 0. 999000</b>																												
<b>Despesa PPA:</b>																												
<b>Estrutura Organizacional</b>																												
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador																												
Órgão orçamentário: 10000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
Unidade orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
<b>Classificação Funcional</b>																												
Função: 99 - Reserva de Contingência																												
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência																												
<b>Estrutura Programática</b>																												
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
Ação: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA																												
Subação:																												
<b>Natureza da Despesa</b>																												
Categoria econômica: 9 - Reserva de Contingência																												
Grupo de despesa: 9 - Reserva de Contingência																												
Modalidade de aplicação: 90 - Aplicações Diretas																												
Elemento de despesa:																												
<b>Fonte de recurso</b>																												
100 - Recursos Ordinários																												
<b>Total:</b>																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Global</td> <td>0,00</td> <td>130.988,00</td> <td>137.537,00</td> <td>144.414,00</td> <td>537.690,00</td> </tr> <tr> <td>Valores previstos:</td> <td>0,00</td> <td>130.988,00</td> <td>137.537,00</td> <td>144.414,00</td> <td>537.690,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>124.751,00</td> <td>130.988,00</td> <td>137.537,00</td> <td>144.414,00</td> <td>537.690,00</td> </tr> </tbody> </table>						2018	2019	2020	2021	Total	Global	0,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00	Valores previstos:	0,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	2018	2019	2020	2021	Total																							
Global	0,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00																							
Valores previstos:	0,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00																							
	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00																							
<b>SAULO SPEROTTO</b> Prefeito Municipal																												
<b>SERGIO INHAIA</b> Contador CRC-SC 028.242/O-2																												

<div><div><div><div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resourarati@caçador.sc.gov.br</div><div>15/12/2017 10:22</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1877-9758-353</div></div><div><div>1 / 13</div><div>Página</div></div></div></div></div>			Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos					
RECEITAS					Valores em R\$			
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020	2021
Prefeitura Municipal de Caçador								
1	1	Receitas Correntes			158.223.063,00	166.238.478,00	174.546.987,00	183.675.403,50
1.1	1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			29.374.526,00	30.843.283,00	32.385.214,00	34.004.687,00
1.1.1	1.1.1	Impostos			23.772.336,00	24.960.983,00	26.208.800,00	27.519.451,00
1.1.1.1	1.1.1.1	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			5.251.703,00	5.514.318,00	5.790.002,00	6.079.502,00
1.1.1.1.3	1.1.1.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			5.251.703,00	5.514.318,00	5.790.002,00	6.079.502,00
1.1.1.1.3.03	1.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho			4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	5.183.101,00
1.1.1.1.3.03.1	1.1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	5.183.101,00
2	2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	5.183.101,00
100	100	Recursos Ordinários			4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	5.183.101,00
1.1.1.1.3.03.4	1.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos			774.345,00	813.062,00	853.715,00	896.401,00
1.1.1.1.3.03.4.1	1.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal			774.345,00	813.062,00	853.715,00	896.401,00
3	3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal			774.345,00	813.062,00	853.715,00	896.401,00
100	100	Recursos Ordinários			774.345,00	813.062,00	853.715,00	896.401,00
1.1.1.1.8	1.1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios			17.949.579,00	18.847.058,00	19.789.211,00	20.778.882,00
1.1.1.1.8.01	1.1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios			9.783.269,00	10.272.432,00	10.785.854,00	11.325.356,00
1.1.1.1.8.01.1	1.1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			7.386.874,00	7.756.217,00	8.143.828,00	8.551.229,00
1	1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			6.255.662,00	6.568.445,00	6.896.667,00	7.241.710,00
100	100	Recursos Ordinários			6.255.662,00	6.568.445,00	6.896.667,00	7.241.710,00
1.1.1.1.8.01.1.2	1.1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			147.850,00	155.242,00	163.004,00	171.155,00
54	54	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			147.850,00	155.242,00	163.004,00	171.155,00
100	100	Recursos Ordinários			147.850,00	155.242,00	163.004,00	171.155,00
1.1.1.1.8.01.1.3	1.1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			698.287,00	733.201,00	769.861,00	808.354,00
64	64	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			698.287,00	733.201,00	769.861,00	808.354,00
100	100	Recursos Ordinários			698.287,00	733.201,00	769.861,00	808.354,00
1.1.1.1.8.01.1.4	1.1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			285.075,00	299.329,00	314.296,00	330.010,00
57	57	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			285.075,00	299.329,00	314.296,00	330.010,00
100	100	Recursos Ordinários			285.075,00	299.329,00	314.296,00	330.010,00
1.1.1.1.8.01.4	1.1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis			2.396.395,00	2.516.215,00	2.642.026,00	2.774.127,00
4	4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis			2.396.395,00	2.516.215,00	2.642.026,00	2.774.127,00
100	100	Recursos Ordinários			2.396.395,00	2.516.215,00	2.642.026,00	2.774.127,00
1.1.1.1.8.02	1.1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços			8.166.310,00	8.574.626,00	9.003.357,00	9.453.526,00
1.1.1.1.8.02.3	1.1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			8.166.310,00	8.574.626,00	9.003.357,00	9.453.526,00
1.1.1.1.8.02.3.1	1.1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			7.894.116,00	8.288.822,00	8.703.263,00	9.138.426,00
5	5	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			7.894.116,00	8.288.822,00	8.703.263,00	9.138.426,00
100	100	Recursos Ordinários			7.894.116,00	8.288.822,00	8.703.263,00	9.138.426,00
1.1.1.1.8.02.3.2	1.1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros			63.756,00	66.944,00	70.292,00	73.806,00
55	55	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros			63.756,00	66.944,00	70.292,00	73.806,00
100	100	Recursos Ordinários			63.756,00	66.944,00	70.292,00	73.806,00
1.1.1.1.8.02.3.3	1.1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			161.921,00	170.017,00	178.517,00	187.444,00
65	65	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			161.921,00	170.017,00	178.517,00	187.444,00
100	100	Recursos Ordinários			161.921,00	170.017,00	178.517,00	187.444,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		2 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353	
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos							
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020
							Valores em R\$
							2021

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>Inscrição:15/12/2017 10:22</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1877-9798-353</div></div><div><div>Página</div><div>3 / 13</div></div></div>							
Insouramida@cacador.sc.gov.br							
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos							
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Valor Global	2018	2019	2020	2021
		Fonte de Recursos					
	15	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
	100	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
		Recursos Ordinários		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
		Outras Receitas Imobiliárias		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
		Outras Receitas Imobiliárias		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
		Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
	16	Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
	100	Recursos Ordinários		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
		Valores Mobiliários		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
		Juros e Correções Monetárias		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
		Remuneração de Depósitos Bancários		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
	17	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
	100	Recursos Ordinários		344.472,00	361.696,00	379.780,00	398.769,00
	132	Transferências de Convênios – União/Educação		26.322,00	27.638,00	29.020,00	30.471,00
	134	Transferências de Convênios União - Outros		26.940,00	27.878,00	29.270,00	30.734,00
	136	Salário-Educação		52.977,00	55.626,00	58.407,00	61.328,00
	137	Outras Transferências do FNDE		7.200,00	7.560,00	7.938,00	8.335,00
	107	Contribuição para a CIDE		1.328,00	1.395,00	1.465,00	1.538,00
	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.		3.513,00	3.688,00	3.873,00	4.066,00
	108	Contribuição para a COSIP		2.553,00	2.681,00	2.815,00	2.956,00
	110	Convênio de Trânsito - Militar		4.117,00	4.322,00	4.539,00	4.765,00
	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União		932,00	979,00	1.028,00	1.079,00
	111	Convênio de Trânsito - Civil		10.582,00	11.111,00	11.667,00	12.250,00
	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura		5.373,00	5.642,00	5.924,00	6.220,00
	118	Transferências do FUNDEB - 60%		13.473,00	14.147,00	14.854,00	15.597,00
	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
	119	Transferências do FUNDEB - 40%		79.872,00	88.059,00	92.462,00	97.462,00
	189	Alienações de Bens - Outros		5.679,00	5.963,00	6.261,00	6.575,00
		Transferências Correntes		121.166.001,00	127.445.054,00	133.956.660,00	141.047.565,50
		Transferências da União e de suas Entidades		41.249.953,00	43.286.191,00	45.423.344,00	47.667.686,00
		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		41.249.953,00	43.286.191,00	45.423.344,00	47.667.686,00
		Participação na Receita da União		35.014.808,00	36.765.949,00	38.603.826,00	40.534.015,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal		32.945.378,00	34.592.648,00	36.322.279,00	38.138.392,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		32.945.378,00	34.592.648,00	36.322.279,00	38.138.392,00
	35	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		38.958.666,00	40.906.600,00	42.951.929,00	45.099.525,00
	100	Recursos Ordinários		15.629.331,00	16.410.798,00	17.231.337,00	18.092.904,00
	101	Recursos Próprios - Educação		23.329.335,00	24.495.802,00	25.720.592,00	27.006.621,00
	69	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		-6.013.288,00	-6.313.952,00	-6.629.650,00	-6.961.133,00
	101	Recursos Próprios - Educação		-6.013.288,00	-6.313.952,00	-6.629.650,00	-6.961.133,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro		1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal		1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
	37	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal		1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
	100	Recursos Ordinários		1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho		452.451,00	475.473,00	498.827,00	523.768,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho		452.451,00	475.473,00	498.827,00	523.768,00

<div>  <div> <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> </div> </div>			<div> <div> Emissão: 15/12/2017 10:22  Usuário: Contador - Sérgio  Chave de autenticação: 1877-9758-353 </div> </div>		<div> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> </div>
---	--	--	---	--	---

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		5 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353	
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos						
RECEITAS						
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019
					2020	2021
			da Educação – FNDE			
			Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento		376.552,00	395.379,00
			da Educação – FNDE - Principal			415.148,00
	44		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento		376.552,00	395.379,00
			da Educação – FNDE - Principal			
			137 Outras Transferências do FNDE		376.552,00	395.379,00
			Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96		163.096,00	171.250,00
			Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96		163.096,00	171.250,00
			Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal		163.096,00	171.250,00
			Principal			
	46		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal		203.870,00	214.063,00
			Principal			
			100 Recursos Ordinários		203.870,00	214.063,00
	154		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal		-40.774,00	-42.813,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-40.774,00	-42.813,00
			Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		431.329,00	452.895,00
			Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação		422.379,00	443.498,00
			Educação			
			Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal		422.379,00	443.498,00
			Educação - Principal			
	53		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal		443.498,00	465.673,00
			Educação - Principal			
			132 Transferências de Convênios – União/Educação		422.379,00	443.498,00
			Outras Transferências de Convênios da União		8.950,00	9.397,00
			Outras Transferências de Convênios da União - Principal		8.950,00	9.397,00
	170		Outras Transferências de Convênios da União - Principal		8.950,00	9.397,00
			134 Transferências de Convênios União - Outros		8.950,00	9.397,00
			Outras Transferências da União			
			Outras Transferências da União		289.002,00	303.453,00
			Outras Transferências da União		289.002,00	303.453,00
			Outras Transferências da União - Principal		289.002,00	303.453,00
			Principal			
	47		Outras Transferências da União - Principal		289.002,00	303.453,00
			100 Recursos Ordinários		267.264,00	294.659,00
			142 Outras Transferências Legais e Constitucionais – União		21.738,00	23.970,00
			Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		48.494.093,00	53.890.609,00
			Participação na Receita dos Estados - Especificas de Estados, DF e Municípios		48.494.093,00	53.890.609,00
			Cota-Parte do ICMS		48.242.492,00	50.904.627,00
			Cota-Parte do ICMS - Principal		38.448.547,00	40.565.976,00
			Cota-Parte do ICMS - Principal		38.448.547,00	40.565.976,00
			Cota-Parte do ICMS - Principal			
	48		Cota-Parte do ICMS - Principal		46.594.312,00	51.783.231,00
			100 Recursos Ordinários		18.017.516,00	19.864.311,00
			102 Recursos Próprios - Saúde		28.576.796,00	30.200.637,00
	155		Cota-Parte do ICMS - Principal		-8.145.765,00	-8.553.053,00
			101 Recursos Próprios - Educação		-8.145.765,00	-8.553.053,00
			Cota-Parte do IPVA			
			Cota-Parte do IPVA - Principal		9.258.460,00	9.776.392,00
	49		Cota-Parte do IPVA - Principal		9.258.460,00	9.776.392,00
			Cota-Parte do IPVA - Principal			
			100 Recursos Ordinários		11.111.822,00	12.263.653,00
			101 Recursos Próprios - Educação		5.098.534,00	5.408.848,00
	156		Cota-Parte do IPVA - Principal		6.013.288,00	6.313.574,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			
			101 Recursos Próprios - Educação		-1.853.362,00	-2.043.332,00
			Principal			



Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		6 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353	
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos							Valores em R\$
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020
			Cota-Parte do IPI - Municípios		535.485,00	562.259,00	590.372,00
			Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		535.485,00	562.259,00	590.372,00
50			Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		669.356,00	702.824,00	737.965,00
			100 Recursos Ordinários		669.356,00	702.824,00	737.965,00
157			Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		-133.871,00	-140.565,00	-147.593,00
			101 Recursos Próprios - Educação		-133.871,00	-140.565,00	-147.593,00
			Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades		251.601,00	264.182,00	277.391,00
			Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação		249.501,00	261.976,00	275.075,00
			Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal		249.501,00	261.976,00	275.075,00
161			Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal		249.501,00	261.976,00	275.075,00
			62 Transferências de Convênios - Estado/Educação		249.501,00	261.976,00	275.075,00
			Outras Transferências de Convênio dos Estados		2.206,00	2.206,00	2.316,00
			Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		2.100,00	2.206,00	2.316,00
169			Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		2.100,00	2.206,00	2.316,00
			164 Transferências de Convênios Estado - Outros		2.100,00	2.206,00	2.316,00
			Transferências de Outras Instituições Públicas		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
			Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
			Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
			Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
			Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
51			Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal		31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00
			118 Transferências do FUNDEB - 60%		20.830.195,00	21.868.705,00	22.965.290,00
			119 Transferências do FUNDEB - 40%		10.591.760,00	11.121.349,00	11.677.417,00
			Outras Receitas Correntes		4.626.809,00	4.741.615,00	4.836.162,00
			Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		734.774,00	771.510,00	810.086,00
			Multas Previstas em Legislação Específica		734.774,00	771.510,00	810.086,00
			Multas Previstas em Legislação Específica		734.774,00	771.510,00	810.086,00
			Multas Previstas em Legislação Específica - Principal		734.774,00	771.510,00	810.086,00
164			Multas Previstas em Legislação Específica - Principal		734.774,00	771.510,00	810.086,00
			112 Convênio de Trânsito - Prefeitura		269.077,00	282.529,00	296.556,00
			110 Convênio de Trânsito - Militar		236.081,00	247.885,00	260.275,00
			111 Convênio de Trânsito - CMI		229.616,00	241.096,00	253.151,00
			Demais Receitas Correntes		3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00
			Outras Receitas		3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00
67			Outras Receitas		3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00
			100 Recursos Ordinários		3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00
			Receitas de Capital		3.690,00	3.874,00	4.068,00
			Operações de Crédito		1.260,00	1.323,00	1.389,00



Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:22		Página			
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		8 / 13			
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353			
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos									
RECEITAS									
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Valores em R\$
Fundo Municipal de Saúde									
1		Receitas Correntes			11.375.885,00	11.965.679,00	12.563.964,00		13.192.159,00
1.1		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1		Taxas			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1.1		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1.1.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1.1.1.01		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1.1.1.01.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.1.1.1.1.01.1.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
70		Recursos Ordinários			431.865,00	453.458,00	476.131,00		499.938,00
1.3		Receita Patrimonial			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
1.3.2		Valores Mobiliários			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
1.3.2.1		Juros e Correções Monetárias			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
1.3.2.1.00.1		Remuneração de Depósitos Bancários			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
1.3.2.1.00.1.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
71		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			173.237,00	181.898,00	190.992,00		200.543,00
133		Transferências de Convênios - União/Saúde			2.356,00	2.473,00	2.596,00		2.727,00
138		Transferências do SUS - União			170.881,00	179.425,00	188.396,00		197.816,00
1.7		Transferências Correntes			10.528.769,00	11.076.208,00	11.630.020,00		12.211.516,00
1.7.1		Transferências da União e de suas Entidades			9.531.246,00	10.028.809,00	10.530.251,00		11.056.760,00
1.7.1.8		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			9.531.246,00	10.028.809,00	10.530.251,00		11.056.760,00
1.7.1.8.03		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00		11.035.177,00
1.7.1.8.03.1		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00		11.035.177,00
1.7.1.8.03.1.1		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Principal			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00		11.035.177,00
166		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Principal			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00		11.035.177,00
138		Transferências do SUS - União			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00		11.035.177,00
1.7.1.8.10		Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			18.644,00	19.577,00	20.557,00		21.583,00
1.7.1.8.10.1		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS			18.644,00	19.577,00	20.557,00		21.583,00
1.7.1.8.10.1.1		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal			18.644,00	19.577,00	20.557,00		21.583,00
77		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal			18.644,00	19.577,00	20.557,00		21.583,00
133		Transferências de Convênios - União/Saúde			18.644,00	19.577,00	20.557,00		21.583,00
1.7.2		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
1.7.2.8		Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
1.7.2.8.03		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
1.7.2.8.03.1		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
1.7.2.8.03.1.1		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
167		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
167		Transferências do SUS - Estado			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00		1.154.756,00
1.9		Outras Receitas Correntes			242.014,00	254.115,00	266.821,00		280.162,00

Prefeitura Municipal de Caçador					Emissão: 15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC					Usuário: Contador - Sérgio		9 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31					http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353	
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos								
RECETAS								
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020	2021
	</							

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		11 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353	
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos							
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Valor Global	2018	2019	2020	2021
Fonte de Recursos							
107	134	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Recultas de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Transferências de Convênios da União		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Total da Unidade Gestora			2.100,00	2.206,00	2.316,00
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador							
2	136	Recultas de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Total da Unidade Gestora			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano							
1	168	Recultas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Demais Recultas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Outras Recultas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Total da Unidade Gestora			1.050,00	1.103,00	1.158,00
Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador							
1	114	Recultas Correntes		1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00
		Contribuições		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuições Sociais		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para os Fundos de Assistência Médica		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
		Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal		1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
Total da Unidade Gestora			1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	
Recursos do Fampac - 02.06							

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:22		Página			
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		12 / 13			
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1877-9758-353			
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos									
RECEITAS									
Natureza	Código	Especificação	Fonte de Recursos	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Valores em R\$
1.3	1.3.1	Receita Patrimonial			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	1.3.2	Valores Mobiliários			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	116	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00	615.947,00
	20	Recursos do Fampac - 02.06			31.188,00	32.747,00	34.384,00	36.104,00	36.104,00
	1.9	Outras Receitas Correntes			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	1.9.2.2	Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
1.9.2.2.99	1.9.2.2.99	Outras Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	1.9.2.2.99.1	Outras Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	117	Outras Restituições - Principal			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	20	Recursos do Fampac - 02.06			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00	7.221,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00	28.883,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00	28.883,00
	118	Outras Receitas			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00	28.883,00
	20	Recursos do Fampac - 02.06			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00	28.883,00
	Total da Unidade Gestora					1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00
IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador									
1		Receitas Correntes			16.187.210,00	17.000.770,00	17.850.808,00	18.743.349,00	18.743.349,00
1.2		Contribuições			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00	6.046.171,00
1.2.1		Contribuições Sociais			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00	6.046.171,00
1.2.1.0.04		Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00	6.046.171,00
1.2.1.0.04.1		Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00	3.647,00
1.2.1.0.04.1.1		Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00	3.647,00
119		Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00	3.647,00
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa			63,00	66,00	69,00	73,00	73,00
203		Contribuição Fundo Previdenciário			3.087,00	3.241,00	3.403,00	3.574,00	3.574,00
1.2.1.0.04.2		Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00	5.928.266,00
1.2.1.0.04.2.1		Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00	5.928.266,00
120		Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00	5.928.266,00
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa			1.676.121,00	1.843.571,00	1.978.627,00	2.129.980,00	2.129.980,00
203		Contribuição Fundo Previdenciário			3.440.939,00	3.533.542,00	3.667.341,00	3.808.286,00	3.808.286,00
1.2.1.0.04.3		Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	114.258,00
1.2.1.0.04.3.1		Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	114.258,00
121		Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	114.258,00
203		Contribuição Fundo Previdenciário			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	114.258,00
1.3		Receita Patrimonial			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
1.3.2		Valores Mobiliários			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
1.3.2.1		Juros e Correções Monetárias			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
1.3.2.1.00.1		Remuneração de Depósitos Bancários			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
1.3.2.1.00.1.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
124		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00	12.106.442,00
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa			313.740,00	329.427,00	345.898,00	363.193,00	363.193,00
203		Contribuição Fundo Previdenciário			10.144.260,00	10.651.473,00	11.184.047,00	11.743.249,00	11.743.249,00
1.9		Outras Receitas Correntes			510.300,00	535.815,00	562.606,00	590.736,00	590.736,00



Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:22		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		13 / 13	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 1877-9758-353			
http://www.cacador.sc.gov.br			tesouraria@cacador.sc.gov.br			
Valores Previstos na Receita PPA e Fonte de Recursos						
RECEITAS						
		Valor Global			Valores em R\$	
Natureza	Código	Especificação	2018	2019	2020	2021
		Fonte de Recursos				
1.9.9		Demais Receitas Correntes	510.300,00	535.815,00	562.606,00	590.736,00
	1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
		Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
	1.9.9.0.03.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
		Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
	1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
		Contribuição Fundo Previdenciário	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00
		Outras Receitas	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00
	7	125	Contribuição Fundo Previdenciário	37.800,00	39.690,00	41.675,00
Receitas Correntes Intraorçamentárias			13.614.100,00	14.290.606,00	15.005.136,00	15.755.392,00
126		Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00	14.290.606,00	15.005.136,00	15.755.392,00
		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	259.276,00	268.040,00	281.442,00	295.514,00
203		Contribuição Fundo Previdenciário	13.354.824,00	14.022.566,00	14.723.694,00	15.459.878,00
Total da Unidade Gestora			29.801.310,00	31.291.376,00	32.855.944,00	34.498.741,00
Total Geral			202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50

**SERGIO INHAIA**  
Contador

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal


CRC-SC 028.242/O-2

<div><div><div><div><div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Cacador</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div>			<div><div>Emissão:15/12/2017 10:23</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1601.9473-264</div></div>			<div><div>Página</div><div>1 / 11</div></div>	
Balancete da Receita PPA							
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Valor Global	2018	2019	2020	
Prefeitura Municipal de Cacador							
1	1	Receitas Correntes		158.223.063,00	166.238.478,00	174.546.987,00	
1.1	1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.374.526,00	30.843.283,00	32.385.214,00	
1.1.1	1.1.1	Impostos		23.772.336,00	24.960.983,00	26.208.800,00	
1.1.1.1.1	1.1.1.1.1	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		5.251.703,00	5.514.318,00	5.790.002,00	
1.1.1.1.1.1.3	1.1.1.1.1.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte		5.251.703,00	5.514.318,00	5.790.002,00	
1.1.1.1.1.3.03	1.1.1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho		4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	
1.1.1.1.1.3.03.1.1	1.1.1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	
2	2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	
1.1.1.1.1.3.03.4	1.1.1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos		4.477.358,00	4.701.256,00	4.936.287,00	
1.1.1.1.1.3.03.4.1	1.1.1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal		774.345,00	813.062,00	853.715,00	
3	3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal		774.345,00	813.062,00	853.715,00	
1.1.1.1.1.8	1.1.1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios		17.949.579,00	18.847.058,00	19.789.211,00	
1.1.1.1.1.8.01	1.1.1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios		9.783.269,00	10.272.432,00	10.785.854,00	
1.1.1.1.8.01.1	1.1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana		7.386.874,00	7.756.217,00	8.143.828,00	
1.1.1.1.8.01.1.2	1.1.1.1.8.01.1.2	1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Juros		6.255.662,00	6.568.445,00	6.896.667,00	
54	54	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros		147.850,00	155.242,00	163.004,00	
1.1.1.1.8.01.1.3	1.1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros		147.850,00	155.242,00	163.004,00	
1.1.1.1.8.01.1.4	1.1.1.1.8.01.1.4	64 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa		698.287,00	733.201,00	769.861,00	
57	57	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros		698.287,00	733.201,00	769.861,00	
1.1.1.1.8.01.4	1.1.1.1.8.01.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros		285.075,00	299.329,00	314.296,00	
4	4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis		2.396.395,00	2.516.215,00	2.642.026,00	
1.1.1.1.8.02	1.1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços		2.396.395,00	2.516.215,00	2.642.026,00	
1.1.1.1.8.02.3	1.1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		8.166.310,00	8.574.626,00	9.003.357,00	
1.1.1.1.8.02.3.1	1.1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		8.166.310,00	8.574.626,00	9.003.357,00	
1.1.1.1.8.02.3.2	1.1.1.1.8.02.3.2	5 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		7.894.116,00	8.288.822,00	8.703.263,00	
1.1.1.1.8.02.3.3	1.1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		7.894.116,00	8.288.822,00	8.703.263,00	
1.1.1.1.8.02.3.4	1.1.1.1.8.02.3.4	55 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		63.756,00	66.944,00	70.292,00	
65	65	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		63.756,00	66.944,00	70.292,00	
1.1.1.1.8.02.3.4	1.1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		161.921,00	170.017,00	178.517,00	
58	58	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros		161.921,00	170.017,00	178.517,00	
1.1.1.1.9	1.1.1.1.9	Outros Impostos		46.517,00	48.843,00	51.285,00	
1.1.1.1.9.01	1.1.1.1.9.01	Outros Impostos		46.517,00	48.843,00	51.285,00	
1.1.1.1.9.01.1	1.1.1.1.9.01.1	Outros Impostos - Multas e Juros		571.054,00	599.607,00	629.587,00	
56	56	Outros Impostos - Multas e Juros		571.054,00	599.607,00	629.587,00	
1.1.1.1.9.01.1.2	1.1.1.1.9.01.1.2	Outros Impostos - Multas e Juros		571.054,00	599.607,00	629.587,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00	53.850,00	53.850,00	
				53.850,00</			

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:23		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		2 / 11	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1601-8473-264	
Balancete da Receita PPA							Valores em R\$
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Valor Global	2018	2019	2020	2021
1.1.1.9.01.1.3		Outros Impostos - Dívida Ativa		392.846,00	412.489,00	433.113,00	454.769,00
59		Outros Impostos - Dívida Ativa		392.846,00	412.489,00	433.113,00	454.769,00
1.1.1.9.01.1.4		Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros		124.552,00	130.780,00	137.319,00	144.185,00
151		Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros		124.552,00	130.780,00	137.319,00	144.185,00
1.1.1.2		Taxas		5.107.098,00	5.362.453,00	5.630.575,00	5.912.105,00
1.1.1.2.1		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		1.731.433,00	1.818.004,00	1.908.904,00	2.004.350,00
1.1.1.2.1.01		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		1.731.433,00	1.818.004,00	1.908.904,00	2.004.350,00
1.1.1.2.1.01.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		1.731.433,00	1.818.004,00	1.908.904,00	2.004.350,00
1.1.1.2.1.01.1.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal		1.731.433,00	1.818.004,00	1.908.904,00	2.004.350,00
6		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal		1.731.433,00	1.818.004,00	1.908.904,00	2.004.350,00
1.1.1.2.2		Taxas pela Prestação de Serviços		3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00
1.1.1.2.2.01		Taxas pela Prestação de Serviços		3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00
1.1.1.2.2.01.1		Taxas pela Prestação de Serviços - Principal		3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00
1.1.1.2.2.01.1.1		Taxas pela Prestação de Serviços - Principal		3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00
8		Taxas pela Prestação de Serviços - Principal		3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00
1.1.1.3		Contribuição de Melhoria		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
1.1.1.3.8		Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
1.1.1.3.8.04		Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
1.1.1.3.8.04.1		Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
1.1.1.3.8.04.1.1		Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
13		Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal		495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00
1.2		Contribuições		2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00
1.2.4		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00
1.2.4.0.0.1		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00
1.2.4.0.0.1.1		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00
14		Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00
1.3		Receita Patrimonial		619.255,00	650.230,00	682.741,00	716.878,00
1.3.1		Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		33.272,00	34.936,00	36.683,00	38.517,00
1.3.1.0.01		Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
1.3.1.0.01.1		Aluguéis e Arrendamentos		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
1.3.1.0.01.1.1		Aluguéis e Arrendamentos - Principal		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
15		Aluguéis e Arrendamentos - Principal		20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00
1.3.1.0.99		Outras Receitas Imobiliárias		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
1.3.1.0.99.1		Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
1.3.1.0.99.1.1		Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
16		Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
1.3.2		Valores Mobiliários		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
1.3.2.1		Juros e Correções Monetárias		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
1.3.2.1.00.1		Remuneração de Depósitos Bancários		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
1.3.2.1.00.1.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
17		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		585.983,00	615.294,00	646.058,00	678.361,00
1.7		Transferências Correntes		121.166.001,00	127.445.054,00	133.956.660,00	141.047.565,50
1.7.1		Transferências da União e de suas Entidades		41.249.953,00	43.286.191,00	45.423.344,00	47.667.686,00
1.7.1.8		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		41.249.953,00	43.286.191,00	45.423.344,00	47.667.686,00
1.7.1.8.01		Participação na Receita da União		35.014.808,00	36.765.949,00	38.603.826,00	40.534.015,00

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:23		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		3 / 11	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1601.8473-264	
Res: 00						

Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			Emissão: 15/12/2017 10:23 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1601.8473.264		Página 4 / 11
Balancete da Receita PPA					
RECEITAS					
		Valor Global			
Natureza	Código	Especificação	2018	2019	2021
1.7.1.8.05.4		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	144.929,00	152.176,00	159.785,00
1.7.1.8.05.4.1		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	144.929,00	152.176,00	159.785,00
43		Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	144.929,00	152.176,00	159.785,00
1.7.1.8.05.9		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	376.552,00	395.379,00	415.148,00
1.7.1.8.05.9.1		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	376.552,00	395.379,00	415.148,00
44		Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	376.552,00	395.379,00	415.148,00
1.7.1.8.06		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00	171.250,00	179.813,00
1.7.1.8.06.1		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00	171.250,00	179.813,00
1.7.1.8.06.1.1		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	163.096,00	171.250,00	179.813,00
46		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	203.870,00	214.063,00	224.766,00
154		Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-40.774,00	-42.813,00	-44.953,00
1.7.1.8.10		Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	431.329,00	452.895,00	475.540,00
1.7.1.8.10.2		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	422.379,00	443.498,00	465.673,00
1.7.1.8.10.2.1		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	422.379,00	443.498,00	465.673,00
53		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	422.379,00	443.498,00	465.673,00
1.7.1.8.10.9		Outras Transferências de Convênios da União	8.950,00	9.397,00	9.867,00
1.7.1.8.10.9.1		Outras Transferências de Convênios da União - Principal	8.950,00	9.397,00	9.867,00
170		Outras Transferências de Convênios da União - Principal	8.950,00	9.397,00	9.867,00
1.7.1.8.99		Outras Transferências da União	289.002,00	303.453,00	318.629,00
1.7.1.8.99.1		Outras Transferências da União	289.002,00	303.453,00	318.629,00
1.7.1.8.99.1.1		Outras Transferências da União - Principal	289.002,00	303.453,00	318.629,00
47		Outras Transferências da União - Principal	289.002,00	303.453,00	318.629,00
1.7.2		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	48.494.093,00	51.168.809,00	53.890.609,00
1.7.2.8		Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	48.494.093,00	51.168.809,00	53.890.609,00
1.7.2.8.01		Participação na Receita dos Estados	48.242.492,00	50.904.627,00	53.613.218,00
1.7.2.8.01.1		Cota-Parte do ICMS	38.448.547,00	40.565.976,00	42.802.525,00
1.7.2.8.01.1.1		Cota-Parte do ICMS - Principal	38.448.547,00	40.565.976,00	42.802.525,00
48		Cota-Parte do ICMS - Principal	46.594.312,00	49.119.029,00	51.783.231,00
155		Cota-Parte do ICMS - Principal	-8.145.765,00	-8.553.053,00	-8.980.706,00
1.7.2.8.01.2		Cota-Parte do ICMS - Principal	9.258.460,00	9.776.392,00	10.220.321,00
1.7.2.8.01.2.1		Cota-Parte do ICMS - Principal	9.258.460,00	9.776.392,00	10.220.321,00
49		Cota-Parte do ICMS - Principal	11.111.822,00	11.722.422,00	12.263.653,00
156		Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.853.362,00	-1.946.030,00	-2.043.332,00
1.7.2.8.01.3		Cota-Parte do ICMS - Principal	535.485,00	562.259,00	590.372,00
1.7.2.8.01.3.1		Cota-Parte do ICMS - Principal	535.485,00	562.259,00	590.372,00
50		Cota-Parte do ICMS - Principal	669.356,00	702.824,00	737.965,00
157		Cota-Parte do ICMS - Principal	-133.871,00	-140.565,00	-147.593,00
1.7.2.8.10		Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas	251.601,00	264.182,00	277.391,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			Emissão: 15/12/2017 10:23 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1601-8473-264		Página	
<b>Balancete da Receita PPA</b> RECEITAS			Valor Global		Valores em R\$	
Natureza	Código	Especificação	2018	2019	2020	2021
Entidades						
1.7.2.8.10.2		Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00
1.7.2.8.10.2.1		Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00
161		Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00
1.7.2.8.10.9		Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
1.7.2.8.10.9.1		Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
169		Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
1.7.5		Transferências de Outras Instituições Públicas	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.7.5.8		Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.7.5.8.01		Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.7.5.8.01.1		Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.7.5.8.01.1.1		Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
51		Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.9		Outras Receitas Correntes	4.626.809,00	4.741.615,00	4.836.162,00	5.085.752,00
1.9.1		Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01		Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01.1		Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01.1.1		Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
164		Demais Receitas Correntes	3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00	4.235.160,00
1.9.9		Outras Receitas	3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00	4.235.160,00
1.9.9.0.99		Outras Receitas	3.892.035,00	3.970.105,00	4.026.076,00	4.235.160,00
2		Receitas de Capital	3.690,00	3.874,00	4.068,00	4.271,00
2.1		Operações de Crédito	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1		Operações de Crédito - Mercado Interno	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2.00.1		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2.00.1.1		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
68		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.2		Alienação de Bens	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
2.2.1		Alienação de Bens Móveis	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
2.2.1.3		Alienação de Bens Móveis e Semoventes	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
2.2.1.3.00.1		Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
2.2.1.3.00.1.1		Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
159		Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.430,00	2.551,00	2.679,00	2.812,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>			<b>158.226.753,00</b>	<b>166.242.352,00</b>	<b>174.551.055,00</b>	<b>183.679.674,50</b>

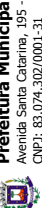
[illegible]




Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:23		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		7 / 11	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação:1601-8473-264			
http://www.cacador.sc.gov.br			tesouraria@cacador.sc.gov.br			
Balancete da Receita PPA						
RECEITAS						
			Valor Global		Valores em R\$	
Natureza	Código	Especificação	2018	2019	2020	2021
		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
166		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
		Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
77		Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
		Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
167		Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
		Outras Receitas Correntes	242.014,00	254.115,00	266.821,00	280.162,00
		Demais Receitas Correntes	242.014,00	254.115,00	266.821,00	280.162,00
		Outras Receitas	242.014,00	254.115,00	266.821,00	280.162,00
90		Outras Receitas	242.014,00	254.115,00	266.821,00	280.162,00
		Receitas de Capital	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
		Alienação de Bens	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
		Alienação de Bens Móveis	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
		Alienação de Bens Móveis e Semovientes	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
		Alienação de Bens Móveis e Semovientes	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
		Alienação de Bens Móveis e Semovientes - Principal	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
160		Alienação de Bens Móveis e Semovientes - Principal	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
Total da Unidade Gestora			11.400.462,00	11.991.485,00	12.591.061,00	13.220.610,00
Fundo Municipal de Assistência Social						
		Receitas Correntes	1.438.116,00	1.511.563,00	1.587.140,00	1.666.500,00
1		Receita Patrimonial	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
1.3		Valores Mobiliários	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
1.3.2		Juros e Correções Monetárias	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
1.3.2.1		Remuneração de Depósitos Bancários	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
1.3.2.1.00.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
1.3.2.1.00.1.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.943,00	26.240,00	27.601,00	29.031,00
91		Transferências Correntes	1.413.173,00	1.485.323,00	1.559.539,00	1.637.469,00
		Transferências da União e de suas Entidades	1.283.351,00	1.347.520,00	1.414.896,00	1.485.641,00
1.7		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.283.351,00	1.347.520,00	1.414.896,00	1.485.641,00
1.7.1		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social –	1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00	1.484.182,00

Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			Emissão: 15/12/2017 10:23 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1601-8473-264		Página 8 / 11
Balancete da Receita PPA					
RECEITAS			Valores em R\$		
Valor Global			2018	2019	2020
Natureza	Código	Especificação	2018	2019	2020
		FNAS			
	1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00
		FNAS			
	1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00
		95			
		Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00
	1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	1.260,00	1.323,00	1.389,00
	1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.260,00	1.323,00	1.389,00
		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00
	1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00
		163			
		Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	1.260,00	1.323,00	1.389,00
	1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	129.822,00	137.803,00	144.643,00
	1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	129.822,00	137.803,00	144.643,00
	1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados	123.000,00	130.640,00	143.929,00
	1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados	123.000,00	130.640,00	143.929,00
	1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00	130.640,00	143.929,00
		103			
		Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00	130.640,00	143.929,00
	1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	6.822,00	7.163,00	7.521,00
	1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados	6.822,00	7.163,00	7.521,00
	1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	6.822,00	7.163,00	7.521,00
		105			
		Receitas de Capital	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2	Alienação de Bens	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2.2	Alienação de Bens Móveis	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2.2.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.500,00	11.025,00	11.576,00
	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.500,00	11.025,00	11.576,00
		165			
		Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.500,00	11.025,00	11.576,00
Total da Unidade Gestora			1.448.616,00	1.522.588,00	1.598.716,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA					
1		Receitas Correntes			
1.1		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.474,00	35.148,00	38.750,00
1.1.1		Impostos	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.1.1.1		Impostos	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.1.1.1.3		Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.1.1.1.3.02		Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.1.1.1.3.02.1		Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.1.1.1.3.02.1.1		Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00	13.098,00	14.440,00
		162			
		Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00	13.098,00	14.440,00
1.7		Transferências Correntes			
1.7.7		Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00	11.025,00	12.155,00
1.7.7.0.00.1		Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00	11.025,00	12.155,00
1.7.7.0.00.1.1		Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00	11.025,00	12.155,00
		111			
		Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00	11.025,00	12.155,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:23		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		9 / 11	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1601-8473-264	
tesouraria@caçador.sc.gov.br							
Balancete da Receita PPA							
RECEITAS							
Natureza	Código	Especificação	Valor Global	2018	2019	2020	2021
		Outras Receitas Correntes		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
		Demais Receitas Correntes		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
		Outras Receitas		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
113		Outras Receitas		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
Total da Unidade Gestora			33.474,00	35.148,00	36.905,00	38.750,00	
Fundo Municipal de Habitação							
1		Receitas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.3		Receita Patrimonial		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.3.2		Valores Mobiliários		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.3.2.1		Juros e Correções Monetárias		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.3.2.1.00.1		Remuneração de Depósitos Bancários		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.3.2.1.00.1.1		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
107		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2		Receitas de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4		Transferências de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1		Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10		Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.9		Outras Transferências de Convênios da União		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.9.1		Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
109		Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Total da Unidade Gestora			2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador							
2		Receitas de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4		Transferências de Capital		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1		Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10		Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.6		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.6.1		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
136		Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Total da Unidade Gestora			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano							
1		Receitas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9		Outras Receitas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9.9		Demais Receitas Correntes		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9.9.0.99		Outras Receitas		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9.9.0.99.1		Outras Receitas - Primárias		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9.9.0.99.1.1		Outras Receitas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
168		Outras Receitas - Primárias - Principal		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Total da Unidade Gestora			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	
Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador							
1		Receitas Correntes		1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.300-124 CNPJ: 83.074.302/0001-31		Caçador/ SC 89.300-124 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Resouraria@caçador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:23 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1601-8473-264		Página 10 / 11	
Balancete da Receita PPA									
RECEITAS									
Natureza		Código	Especificação	Valor Global		2018	2019	2020	2021
1.1.2			Contribuições			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
1.1.2.1			Contribuições Sociais			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
1.1.2.1.0.06			Contribuição para os Fundos de Assistência Médica			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
1.1.2.1.0.06.3			Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cívis			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
1.1.2.1.0.06.3.1			Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cívis - Principal			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
114			Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cívis - Principal			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00
1.1.3			Recetta Patrimonial			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00
1.1.3.2			Valores Mobiliários			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00
1.1.3.2.1			Juros e Correções Monetárias			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00
1.1.3.2.1.00.1			Remuneração de Depósitos Bancários			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00
1.1.3.2.1.00.1.1			Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			531.992,00	558.592,00	586.521,00	615.947,00
1.9			Outras Receitas Correntes			31.188,00	32.747,00	34.384,00	36.104,00
1.9.2			Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2			Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99			Outras Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99.1			Outras Restituições - Principal			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99.1.1			Outras Restituições - Principal			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.9			Demais Receitas Correntes			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00
1.9.9.0.99			Outras Receitas			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00
118			Outras Receitas			24.950,00	26.198,00	27.507,00	28.883,00
Total da Unidade Gestora						1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00
PPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador									
1			Receitas Correntes			16.187.210,00	17.000.770,00	17.850.808,00	18.743.349,00
1.1.2			Contribuições			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00
1.1.2.1			Contribuições Sociais			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00
1.1.2.1.0.04			Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00
1.1.2.1.0.04.1			Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00
1.1.2.1.0.04.1.1			Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00
119			Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00
1.1.2.1.0.04.2			Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00
1.1.2.1.0.04.2.1			Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00
120			Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00
1.1.2.1.0.04.3			Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00
1.1.2.1.0.04.3.1			Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00
121			Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00
1.3			Recetta Patrimonial			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
1.1.3.2			Valores Mobiliários			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
1.1.3.2.1			Juros e Correções Monetárias			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
1.1.3.2.1.00.1			Remuneração de Depósitos Bancários			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
1.1.3.2.1.00.1.1			Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
124			Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			10.458.000,00	10.980.900,00	11.529.945,00	12.106.442,00
1.9			Outras Receitas Correntes			510.300,00	535.815,00	562.606,00	590.736,00
1.9.9			Demais Receitas Correntes			510.300,00	535.815,00	562.606,00	590.736,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão:15/12/2017 10:23 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1601-8473-264		Página 11 / 11	
<b>Balancete da Receita PPA</b>							
<b>RECEITAS</b>							
			<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Natureza</b>	<b>Código</b>	<b>Especificação</b>					
1.9.9.0.03		Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00	
1.9.9.0.03.1		Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00	
1.9.9.0.03.1.1		Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00	
1.9.9.0.99	158	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00	
		Outras Receitas	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00	
	125	Outras Receitas	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00	
7		Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00	14.290.606,00	15.005.136,00	15.755.392,00	
	126	Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00	14.290.606,00	15.005.136,00	15.755.392,00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>			<b>29.801.310,00</b>	<b>31.291.376,00</b>	<b>32.855.944,00</b>	<b>34.498.741,00</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>202.899.212,00</b>	<b>213.170.979,00</b>	<b>223.826.111,00</b>	<b>235.418.482,50</b>	

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2



<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a></div></div></div>			<div>Emissão:15/12/2017 10:27</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1366-4302-061</div>		<div>Página</div> <div>2 / 7</div>			
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado								
RECEITAS								
Natureza	Especificação	Tipo redutora	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Valores em R\$
1.1.1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			2.163.298,00	2.271.462,00	2.385.035,00	2.504.288,00	
1.1.1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			2.163.298,00	2.271.462,00	2.385.035,00	2.504.288,00	
1.1.1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			2.163.298,00	2.271.462,00	2.385.035,00	2.504.288,00	
1.1.1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços			3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00	
1.1.1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços			3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00	
1.1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal			3.375.665,00	3.544.449,00	3.721.671,00	3.907.755,00	
1.1.1.1.3	Contribuição de Melhoria			495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00	
1.1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios			495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00	
1.1.1.1.3.8.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares			495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00	
1.1.1.1.3.8.04.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares			495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00	
1.1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal			495.092,00	519.847,00	545.839,00	573.131,00	
1.2	Contribuições Sociais			9.053.499,00	9.510.374,00	9.985.892,00	10.485.087,00	
1.2.1	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS			6.617.027,00	6.952.078,00	7.299.682,00	7.664.566,00	
1.2.1.0.04	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			5.218.910,00	5.484.055,00	5.758.257,00	6.046.171,00	
1.2.1.0.04.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00	
1.2.1.0.04.1.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS			3.150,00	3.307,00	3.472,00	3.647,00	
1.2.1.0.04.2	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00	
1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS			5.117.060,00	5.377.113,00	5.645.968,00	5.928.266,00	
1.2.1.0.04.3	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	
1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal			98.700,00	103.635,00	108.817,00	114.258,00	
1.2.1.0.06	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cívis			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00	
1.2.1.0.06.3	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cívis - Principal			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00	
1.2.2.1.0.06.3.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			1.398.117,00	1.468.023,00	1.541.425,00	1.618.395,00	
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00	
1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal			2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00	
1.2.4.0.00.1.1	Receita Patrimonial			2.436.472,00	2.558.296,00	2.686.210,00	2.820.521,00	
1.3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			11.808.477,00	12.398.963,00	13.018.958,00	13.670.057,00	
1.3.1	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			33.272,00	34.936,00	36.683,00	38.517,00	
1.3.1.0.01	Aluguéis e Arrendamentos			20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00	
1.3.1.0.01.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal			20.797,00	21.837,00	22.929,00	24.076,00	
1.3.1.0.01.1.1	Outras Receitas Imobiliárias			12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00	
1.3.1.0.99	Outras Receitas Imobiliárias			12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00	
1.3.1.0.99.1				12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00	




Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão:15/12/2017 10:27		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		3 / 7	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1366-4302-061	
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado							
Natureza	Especificação	Tipo redutora	RECEITAS			2021	
			Valor Global	2018	2019		
						PPA 2018 - 2021	Valores em R\$
1.1.3.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal			12.475,00	13.099,00	13.754,00	14.441,00
1.3.2	Valores Mobiliários			11.775.205,00	12.364.027,00	12.982.275,00	13.631.540,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias			11.775.205,00	12.364.027,00	12.982.275,00	13.631.540,00
1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários			11.775.205,00	12.364.027,00	12.982.275,00	13.631.540,00
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			11.775.205,00	12.364.027,00	12.982.275,00	13.631.540,00
1.7	Transferências Correntes			133.120.543,00	140.019.816,00	147.160.111,00	154.911.137,50
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades			52.066.650,00	54.664.726,00	57.370.807,00	60.212.519,00
1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			52.066.650,00	54.664.726,00	57.370.807,00	60.212.519,00
1.7.1.8.01	Participação na Receita da União			35.014.808,00	36.765.949,00	38.603.826,00	40.534.015,00
1.7.1.8.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal			32.945.378,00	34.592.648,00	36.322.279,00	38.138.392,00
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal			32.945.378,00	34.592.648,00	36.322.279,00	38.138.392,00
	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal			38.958.666,00	40.906.600,00	42.951.929,00	45.099.525,00
	(-) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	FUNDEB		-6.013.288,00	-6.313.952,00	-6.629.650,00	-6.961.133,00
1.7.1.8.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro			1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal			1.346.745,00	1.414.082,00	1.484.786,00	1.559.025,00
1.7.1.8.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho			452.451,00	475.473,00	498.827,00	523.768,00
1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal			452.451,00	475.473,00	498.827,00	523.768,00
1.7.1.8.01.5	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural			206.491,00	216.816,00	227.657,00	239.039,00
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal			206.491,00	216.816,00	227.657,00	239.039,00
	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal			258.114,00	271.020,00	284.571,00	298.799,00
1.7.1.8.01.7	(-) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	FUNDEB		-51.623,00	-54.204,00	-56.914,00	-59.760,00
	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico			63.743,00	66.930,00	70.277,00	73.791,00
1.7.1.8.01.7.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal			63.743,00	66.930,00	70.277,00	73.791,00
1.7.1.8.02	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais			467.420,00	490.791,00	515.331,00	541.098,00
1.7.1.8.02.2	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM			18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00
1.7.1.8.02.2.1	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal			18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00
1.7.1.8.02.4	Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II			448.707,00	471.143,00	494.700,00	519.436,00
1.7.1.8.02.4.1	Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal			448.707,00	471.143,00	494.700,00	519.436,00
1.7.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:27		Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		4 / 7		
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1366-4302-061		
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado			PPA 2018 - 2021 Valores em R\$				
RECEITAS							
Natureza	Especificação	Tipo redutora	Valor Global	2018	2019	2020	2021
1.7.1.8.03.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo – Principal			9.512.602,00	10.009.232,00	10.509.694,00	11.035.177,00
1.7.1.8.04	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS			1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00	1.484.182,00
1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS			1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00	1.484.182,00
1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal			1.282.091,00	1.346.197,00	1.413.507,00	1.484.182,00
1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE			4.884.298,00	5.101.853,00	5.330.205,00	5.569.897,00
1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação – Principal			3.377.651,00	3.519.874,00	3.669.127,00	3.825.764,00
1.7.1.8.05.1.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE			3.377.651,00	3.519.874,00	3.669.127,00	3.825.764,00
1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE			985.166,00	1.034.424,00	1.086.145,00	1.140.453,00
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal			985.166,00	1.034.424,00	1.086.145,00	1.140.453,00
1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE			144.929,00	152.176,00	159.785,00	167.774,00
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal			144.929,00	152.176,00	159.785,00	167.774,00
1.7.1.8.05.9	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE			376.552,00	395.379,00	415.148,00	435.906,00
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal			376.552,00	395.379,00	415.148,00	435.906,00
1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96			163.096,00	171.250,00	179.813,00	188.804,00
1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96			163.096,00	171.250,00	179.813,00	188.804,00
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal			163.096,00	171.250,00	179.813,00	188.804,00
	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal			203.870,00	214.063,00	224.766,00	236.005,00
	(-) Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal			-40.774,00	-42.813,00	-44.953,00	-47.201,00
1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			453.333,00	476.001,00	499.802,00	524.791,00
1.7.1.8.10.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS			18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal			18.644,00	19.577,00	20.557,00	21.583,00
1.7.1.8.10.2	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação			422.379,00	443.498,00	465.673,00	488.957,00
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal			422.379,00	443.498,00	465.673,00	488.957,00
1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00


Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:27		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		5 / 7	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1366-4302-061	
Resouraria@cacador.sc.gov.br							
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado							
RECEITAS				PPA 2018 - 2021 Valores em R\$			
Natureza	Especificação	Tipo redutora	Valor Global	2018	2019	2020	2021
1.1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União			11.050,00	11.603,00	12.183,00	12.792,00
1.1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal			11.050,00	11.603,00	12.183,00	12.792,00
1.1.7.1.8.99	Outras Transferências da União			289.002,00	303.453,00	318.629,00	334.555,00
1.1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União			289.002,00	303.453,00	318.629,00	334.555,00
1.1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal			289.002,00	303.453,00	318.629,00	334.555,00
1.1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			49.621.438,00	52.354.011,00	55.135.021,00	58.311.622,50
1.1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios			49.621.438,00	52.354.011,00	55.135.021,00	58.311.622,50
1.1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados			48.365.492,00	51.035.267,00	53.750.340,00	56.857.706,50
1.1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS			38.448.547,00	40.565.976,00	42.802.525,00	45.410.173,00
1.1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal			38.448.547,00	40.565.976,00	42.802.525,00	45.410.173,00
	Cota-Parte do ICMS - Principal			46.594.312,00	49.119.029,00	51.783.231,00	54.569.241,00
	(-) Cota-Parte do ICMS - Principal	FUNDEB		-8.145.765,00	-8.553.053,00	-8.980.706,00	-9.159.068,00
1.1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA			9.258.460,00	9.776.392,00	10.220.321,00	10.683.713,50
1.1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal			9.258.460,00	9.776.392,00	10.220.321,00	10.683.713,50
	Cota-Parte do IPVA - Principal			11.111.822,00	11.722.422,00	12.263.653,00	12.829.212,50
	(-) Cota-Parte do IPVA - Principal	FUNDEB		-1.853.362,00	-1.946.030,00	-2.043.332,00	-2.145.499,00
1.1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPT - Municípios			535.485,00	562.259,00	590.372,00	619.891,00
1.1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPT - Municípios - Principal			535.485,00	562.259,00	590.372,00	619.891,00
	Cota-Parte do IPT - Municípios - Principal			669.356,00	702.824,00	737.965,00	774.864,00
	(-) Cota-Parte do IPT - Municípios - Principal	FUNDEB		-133.871,00	-140.565,00	-147.593,00	-154.973,00
1.1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados			123.000,00	130.640,00	137.122,00	143.929,00
1.1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal			123.000,00	130.640,00	137.122,00	143.929,00
1.1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
1.1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
1.1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal			997.523,00	1.047.399,00	1.099.769,00	1.154.756,00
1.1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades			258.423,00	271.345,00	284.912,00	299.160,00
1.1.7.2.8.10.2	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação			249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00
1.1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal			249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00
1.1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados			8.922,00	9.369,00	9.837,00	10.331,00
1.1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal			8.922,00	9.369,00	9.837,00	10.331,00
1.1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas			31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios			31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB			31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
1.1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos			31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00

Prefeitura Municipal de Caxador				Emissão: 15/12/2017 10:27		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		6 / 7	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caxador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1366-4302-061	
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado				PPA 2018 - 2021 Valores em R\$			
RECEITAS							
Natureza	Especificação	Tipo redutora	Valor Global	2018	2019	2020	2021
1.1.1.7.5.8.01.1.1	Profissionais da Educação – FUNDEB			31.421.955,00	32.990.054,00	34.642.707,00	36.374.841,00
	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e						
	Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos						
	Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal						
1.1.7.7	Transferências de Pessoas Físicas			10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
1.1.7.7.0.00.1	Transferências de Pessoas Físicas			10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
1.1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal			10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
1.9	Outras Receitas Correntes			5.442.861,00	5.598.470,00	5.735.859,00	6.030.435,00
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01	Multas Previstas em Legislação Específica			734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01.1	Multas Previstas em Legislação Específica			734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal			734.774,00	771.510,00	810.086,00	850.592,00
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2	Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99	Outras Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99.1	Outras Restituições			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal			6.238,00	6.549,00	6.877,00	7.221,00
1.9.9	Demais Receitas Correntes			4.701.849,00	4.820.411,00	4.918.896,00	5.172.622,00
1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.03.1	Regimes Próprios de Previdência dos Servidores			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.03.1.1.1	Regimes Próprios de Previdência dos Servidores			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.03.1.1.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.03.1.1.1.1.1	Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal			472.500,00	496.125,00	520.931,00	546.978,00
1.9.9.0.99	Outras Receitas			4.229.349,00	4.324.286,00	4.397.965,00	4.625.644,00
1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2	Receitas de Capital			40.867,00	42.911,00	45.057,00	47.309,00
2.1	Operações de Crédito			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2.00.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal			1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00
2.2	Alienação de Bens			37.507,00	39.382,00	41.352,00	43.418,00
2.2.1	Alienação de Bens Móveis			37.507,00	39.382,00	41.352,00	43.418,00
2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			37.507,00	39.382,00	41.352,00	43.418,00
2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			37.507,00	39.382,00	41.352,00	43.418,00
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal			37.507,00	39.382,00	41.352,00	43.418,00
2.2.4	Transferências de Capital			2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
2.2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades			2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
2.2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00
2.4.1.8.10	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades			2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>			<div><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:27 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1366-4302-061</div>			<div><b>Página</b> 7 / 7</div>	
Resouralia@cacador.sc.gov.br							
Valores Previstos na Receita PPA Consolidado							
RECEITAS							
Natureza	Especificação	Tipo redutora	Valor Global	2018	2019	2020	2021
				PPA 2018 - 2021 Valores em R\$			
2.4.1.8.10.6	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal			1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias			13.614.100,00	14.290.606,00	15.005.136,00	15.755.392,00
Total Geral				202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal


**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div> <div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>Resumida@cacador.sc.gov.br</div></div>		Emissão: 15/12/2017 10:28		Usuário: Contador - Sérgio		Chave de autenticação: 1705-2885-559		Página	
								1 / 6	
Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária									
Unidade Gestora		Valor global		2018		2019		2020	
Unidade Orçamentária									
Ação									
1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
2001 - GABINETE DO PREFEITO									
1.4 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON		50.000,00		52.500,00		54.600,00		57.330,00	
1.34 PROGRAMA QUINTAL SOCIAL		180.000,00		189.000,00		198.450,00		208.373,00	
2.2 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		3.552.160,00		3.767.396,00		3.955.743,00		4.153.550,00	
2.3 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		35.700,00		37.485,00		39.360,00		41.330,00	
2.4 MANUTENÇÃO DO PROCON		189.000,00		198.455,00		208.380,00		218.800,00	
2.6 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		968.000,00		1.016.400,00		1.067.218,00		1.120.580,00	
2.9 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.		63.000,00		66.150,00		69.457,00		72.930,00	
2.10 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		17.850,00		18.742,00		19.679,00		20.663,00	
2.87 MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL		397.013,00		416.863,00		437.707,00		459.592,00	
2.88 MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		225.477,00		236.751,00		248.589,00		261.018,00	
2.91 CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS		99.800,00		104.790,00		110.030,00		115.531,00	
Total Unidade Orçamentária		5.778.000,00		6.104.532,00		6.409.213,00		6.729.697,00	
2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
2.5 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		6.248.485,00		6.560.908,00		6.888.950,00		7.233.411,00	
2.83 CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM		312.000,00		330.000,00		345.000,00		360.000,00	
Total Unidade Orçamentária		6.560.485,00		6.890.908,00		7.233.950,00		7.593.411,00	
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
1.16 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE		1.050,00		1.103,00		1.158,00		1.216,00	
1.17 DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE		101.050,00		106.103,00		111.408,00		116.979,00	
1.20 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS		134.690,00		136.426,00		138.247,00		140.159,00	
1.21 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		137.550,00		144.428,00		151.650,00		159.232,00	
1.22 CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS		52.500,00		55.125,00		57.881,00		60.775,00	
1.23 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		249.501,00		261.976,00		275.075,00		288.829,00	
1.24 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS		150.000,00		157.500,00		165.376,00		173.644,00	
2.27 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES		200.000,00		210.000,00		220.500,00		231.525,00	
2.45 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		12.863.728,00		13.506.915,00		14.182.261,00		14.891.375,00	
2.46 MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		1.294.103,00		1.358.807,00		1.426.749,00		1.498.086,00	
2.48 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		10.500,00		11.025,00		11.576,00		12.155,00	
2.49 MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		615.500,00		646.275,00		678.589,00		712.518,00	
2.50 MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL		34.528,00		36.255,00		38.067,00		39.971,00	
2.51 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.		3.076.858,00		3.230.702,00		3.392.237,00		3.561.848,00	
2.66 URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		2.100,00		2.206,00		2.316,00		2.432,00	
2.80 MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		316.050,00		331.853,00		348.446,00		365.868,00	
2.108 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		105.000,00		110.250,00		115.763,00		121.551,00	
2.109 MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		22.050,00		23.153,00		24.311,00		25.526,00	
Total Unidade Orçamentária		19.366.758,00		20.330.102,00		21.341.610,00		22.403.689,00	
2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA									
1.36 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO		15.000,00		19.000,00		20.000,00		21.000,00	
2.13 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		2.612.100,00		2.739.455,00		2.876.379,00		3.020.196,00	
2.14 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		895.104,00		939.857,00		986.851,00		1.036.193,00	
2.16 AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		1.260.000,00		1.323.000,00		1.389.150,00		1.458.608,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.021.312,00		5.272.380,00		5.535.997,00	
Total Unidade Orçamentária		4.782.204,00		5.					

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:28		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		2 / 6	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação:1705-2885-559	
Resourathia@cacador.sc.gov.br						
Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária						
Unidade Gestora		Valor global		2018	2019	2020
Unidade Orçamentária						
Ação						
1.2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00
1.3	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	60.609,00	63.639,00	66.821,00	70.162,00	261.231,00
1.12	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	1.332.536,00	1.399.163,00	1.469.120,00	1.542.576,00	5.743.395,00
1.13	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	321.961,00	338.059,00	354.962,00	372.710,00	1.387.692,00
1.15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
1.30	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	182.012,00	191.113,00	200.669,00	210.701,00	784.495,00
2.29	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	9.025.132,00	9.476.010,00	9.949.812,00	10.447.301,00	38.898.255,00
2.30	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	20.843.668,00	21.882.852,00	22.980.144,00	24.129.152,00	89.835.816,00
2.31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	6.182.154,00	6.491.261,00	6.815.825,00	7.156.616,00	26.645.856,00
2.32	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	1.284.345,00	1.348.562,00	1.415.990,00	1.486.790,00	5.535.687,00
2.33	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00	5.208.077,00
2.35	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
2.36	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
2.37	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00
2.41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
2.42	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00	8.303.443,00
2.54	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS	336.000,00	352.800,00	370.440,00	388.962,00	1.448.202,00
2.56	MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
2.68	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00
Total Unidade Orçamentária		51.183.545,00	53.712.685,00	56.374.731,00	59.166.647,00	220.437.608,00
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE						
1.5	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	16.800,00	17.641,00	18.522,00	19.449,00	72.412,00
1.7	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	43.050,00	45.203,00	47.463,00	49.836,00	185.552,00
1.9	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	32.550,00	34.178,00	35.887,00	37.681,00	140.296,00
1.19	SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00	3.612.667,00	13.450.855,00
1.27	IMPLANTACÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	57.750,00	60.638,00	63.669,00	66.853,00	248.910,00
1.28	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	46.800,00	49.141,00	51.597,00	54.178,00	201.716,00
1.31	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	31.550,00	33.128,00	34.784,00	36.524,00	135.986,00
2.18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	91.718,00	96.304,00	101.118,00	106.175,00	395.315,00
2.19	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS	166.950,00	175.298,00	184.063,00	193.265,00	719.576,00
2.23	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO	381.885,00	400.979,00	421.028,00	442.080,00	1.645.972,00
2.25	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	267.013,00
2.26	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	419.059,00	440.013,00	462.013,00	485.113,00	1.806.198,00
2.28	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	516.011,00	541.812,00	568.902,00	597.348,00	2.224.073,00
2.70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.875.950,00	3.019.748,00	3.170.736,00	3.329.272,00	12.395.706,00
2.71	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
2.73	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00	1.131.408,00
2.74	SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	215.506,00
2.75	SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00	263.135,00



<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 10:28</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1705-2885-559</div></div><div><div>Página</div><div>3 / 6</div></div></div>			Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária							
Unidade Gestora	Unidade Orçamentária	Ação	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total		
2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.77 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	Total Unidade Orçamentária		27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00		
			8.294.381,00	8.709.107,00	9.144.556,00	9.601.789,00	35.749.833,00			
		2.11 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO		308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00	1.330.534,00		
2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1.26 CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	Total Unidade Orçamentária		308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00	1.330.534,00		
			308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00	1.330.534,00			
		1.29 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.		21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00		
		1.32 APOIO AO EMPREENDEDOR		380.050,00	400.053,00	421.056,00	443.108,00	1.644.267,00		
		1.35 PROJETO MÃO DADAS		51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00		
		2.12 QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00		
		2.76 MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00		
		2.78 MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		337.452,00	354.324,00	372.040,00	390.642,00	1.454.458,00		
		2.79 APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		108.150,00	113.559,00	119.237,00	125.199,00	466.145,00		
				52.739,00	58.145,00	61.053,00	62.734,00	227.314,00		
2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.15 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	Total Unidade Orçamentária		1.025.741,00	1.077.032,00	1.130.882,00	1.187.427,00	4.421.082,00		
			1.025.741,00	1.077.032,00	1.130.882,00	1.187.427,00	4.421.082,00			
3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.1 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA	Total Unidade Orçamentária		2.821.195,00	2.962.255,00	3.110.367,00	3.265.885,00	12.159.702,00		
			2.821.195,00	2.962.255,00	3.110.367,00	3.265.885,00	12.159.702,00			
		0.2 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00		
		0.3 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00		
		0.4 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		425.000,00	446.250,00	468.563,00	491.991,00	1.831.804,00		
		0.5 PAGAMENTO AO PASEP		390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00		
			1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00			
			8.560.000,00	8.896.750,00	9.343.838,00	9.831.530,00	36.632.118,00			
		10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Total Unidade Orçamentária		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
					124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00	
2 - Fundação Municipal de Esporte	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	Total Unidade Gestora		108.805.760,00	114.159.806,00	119.839.405,00	125.817.844,00	468.622.815,00		
			108.805.760,00	114.159.806,00	119.839.405,00	125.817.844,00	468.622.815,00			
		2.81 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		1.565.424,00	1.643.695,00	1.725.880,00	1.812.174,00	6.747.173,00		
		2.84 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00		
		2.98 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA		357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00		
3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Total Unidade Orçamentária		2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00		
			2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00			
4 - Fundo Municipal de Educação	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Total Unidade Gestora		2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00		
			2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00			
		1.14 REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA		22.260,00	23.373,00	24.542,00	25.769,00	95.944,00		
		1.18 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		53.760,00	56.448,00	59.270,00	62.234,00	231.712,00		
		1.33 PROGRAMA PAM E PAI		199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00		
5 - Fundo Municipal de Saúde	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.44 MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO		1.733.596,00	1.820.276,00	1.911.290,00	2.006.853,00	7.472.015,00		
		Total Unidade Orçamentária		2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00		
			2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00			
		1.11 BLOCO DE INVESTIMENTOS		421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00	1.818.163,00		
		Total Unidade Gestora		421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00	1.818.163,00		

<div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div>			<div>Emissão: 15/12/2017 10:28</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1705-2885-559</div>		<div>Página</div> <div>4 / 6</div>	
Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária						
Unidade Gestora	Unidade Orçamentária	Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$ Total
Ação						
2.24	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	27.877.790,00	29.466.680,00	31.148.267,00	32.902.526,00	121.395.263,00
2.39	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00
2.40	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE	585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00
2.58	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	906.991,00	952.340,00	999.956,00	1.049.955,00	3.909.242,00
2.59	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE - ACS	1.362.284,00	1.430.398,00	1.501.918,00	1.577.014,00	5.871.614,00
2.60	MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO	1.962.488,00	2.060.612,00	2.163.643,00	2.271.825,00	8.458.568,00
2.61	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	227.451,00	238.824,00	250.765,00	263.303,00	980.343,00
2.62	MANUTENÇÃO DO PMAQ	611.890,00	663.485,00	696.659,00	731.491,00	2.703.525,00
2.63	MANUTENÇÃO DO MAC	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00	16.045.150,00
2.64	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÉUTICA	1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00
Total Unidade Orçamentária		39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
Total Unidade Gestora		39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
6 - Fundo Municipal de Assistência Social						
5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
2.52	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS	264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00
2.53	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
2.55	SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLEHORA	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
2.89	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
2.100	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00
2.101	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	502.022,00	527.124,00	553.479,00	581.155,00	2.163.780,00
2.102	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	291.780,00	306.371,00	321.688,00	337.773,00	1.257.612,00
2.103	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	3.756.501,00	3.944.326,00	4.141.542,00	4.348.619,00	16.190.988,00
2.104	GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS	24.420,00	25.641,00	26.923,00	28.269,00	105.253,00
2.105	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	146.986,00	154.334,00	162.051,00	170.154,00	633.525,00
Total Unidade Orçamentária		6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00	27.311.004,00
Total Unidade Gestora		6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00	27.311.004,00
7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA						
7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE						
2.17	SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES	126.084,00	132.389,00	139.008,00	145.958,00	543.439,00
2.57	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00
Total Unidade Orçamentária		152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00	656.581,00
Total Unidade Gestora		152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00	656.581,00
8 - Fundo Municipal de Habitação						
6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
1.25	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES	169.300,00	177.765,00	186.653,00	195.986,00	729.704,00
2.67	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	137.550,00	144.428,00	151.649,00	159.232,00	592.859,00
2.69	ALUGUEL SOCIAL	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
Total Unidade Orçamentária		706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00	3.046.613,00
Total Unidade Gestora		706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00	3.046.613,00
9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador						
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL						


Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31			Emissão: 15/12/2017 10:28 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1705-2885-559			Página 5 / 6									
Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária															
Unidade Gestora		Unidade Orçamentária		Valor global		2018		2019		2020		2021		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$ Total	
Ação															
2.95		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		4.844,00		5.088,00		5.342,00		5.610,00		20.884,00			
2.96		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		1.050,00		1.103,00		1.158,00		1.216,00		4.527,00			
2.97		AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		3.150,00		3.309,00		3.474,00		3.648,00		13.581,00			
		Total Unidade Orçamentária		9.044,00		9.500,00		9.974,00		10.474,00		38.992,00			
		Total Unidade Gestora		9.044,00		9.500,00		9.974,00		10.474,00		38.992,00			
10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano															
16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR															
2.47		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		121.000,00		127.050,00		133.403,00		140.073,00		521.526,00			
2.82		MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		365.500,00		383.775,00		402.964,00		423.112,00		1.575.351,00			
2.93		PLANO DE MOBILIDADE URBANA		500.000,00		525.000,00		551.250,00		578.813,00		2.155.063,00			
2.106		MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR		1.365.151,00		1.433.409,00		1.505.080,00		1.580.334,00		5.883.974,00			
		Total Unidade Orçamentária		2.351.651,00		2.469.234,00		2.592.697,00		2.722.332,00		10.135.914,00			
		Total Unidade Gestora		2.351.651,00		2.469.234,00		2.592.697,00		2.722.332,00		10.135.914,00			
11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador															
8001 - FAMPEC - CAÇADOR															
2.20		MANUTENÇÃO DO FAMPEC		1.961.297,00		2.059.362,00		2.162.330,00		2.270.446,00		8.453.435,00			
		Total Unidade Orçamentária		1.961.297,00		2.059.362,00		2.162.330,00		2.270.446,00		8.453.435,00			
		Total Unidade Gestora		1.961.297,00		2.059.362,00		2.162.330,00		2.270.446,00		8.453.435,00			
12 - Câmara Municipal de Caçador															
1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES															
1.1		MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL		1.950.000,00		2.047.500,00		2.149.875,00		2.257.368,75		8.404.743,75			
2.1		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		5.950.000,00		6.243.000,00		6.561.875,00		6.908.218,75		25.663.093,75			
2.7		ATUAÇÃO LEGISLATIVA		650.000,00		682.500,00		716.625,00		752.456,25		2.801.581,25			
2.8		MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO		390.000,00		409.500,00		429.975,00		451.473,75		1.680.948,75			
		Total Unidade Orçamentária		8.940.000,00		9.382.500,00		9.858.350,00		10.369.517,50		38.550.367,50			
		Total Unidade Gestora		8.940.000,00		9.382.500,00		9.858.350,00		10.369.517,50		38.550.367,50			
13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador															
9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR															
2.21		MANUTENÇÃO DO IPASC		2.249.200,00		2.441.104,00		2.206.036,00		2.446.760,00		9.343.100,00			
2.22		MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA		17.500.000,00		19.600.000,00		21.952.000,00		24.586.240,00		83.638.240,00			
2.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS		10.052.110,00		9.250.272,00		8.697.908,00		7.465.741,00		35.466.031,00			
		Total Unidade Orçamentária		29.801.310,00		31.291.376,00		32.855.944,00		34.498.741,00		128.447.371,00			
		Total Unidade Gestora		29.801.310,00		31.291.376,00		32.855.944,00		34.498.741,00		128.447.371,00			
		Total Geral		202.899.212,00		213.170.979,00		223.826.111,00		235.418.482,50		875.314.784,50			

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:28 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1705-2885-559	<b>Página</b> 6 / 6
---	--	------------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Valores Previstos na Despesa PPA por Ações/Unidade Orçamentária****SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

<b>SAULO SPEROTTO</b> Prefeito Municipal	<b>SERGIO INHAIA</b> Contador CRC-SC 028.242/O-2
---	--

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:32 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1969-8848-034		Página 1 / 1	
resouratalla@caçador.sc.gov.br					
Resumo dos Valores Previstos na Despesa PPA por Unidade Gestora					
Unidade Gestora	Valor global	2018	2019	2020	2021
1 - Prefeitura Municipal de Caçador	108.805.760,00	114.159.806,00	119.839.405,00	125.817.844,00	468.622.815,00
2 - Fundação Municipal de Esporte	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
5 - Fundo Municipal de Saúde	39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
6 - Fundo Municipal de Assistência Social	6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00	27.311.004,00
7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00	656.581,00
8 - Fundo Municipal de Habitação	706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00	3.046.613,00
9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador	9.044,00	9.500,00	9.974,00	10.474,00	38.992,00
10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	2.351.651,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00
12 - Câmara Municipal de Caçador	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50	38.550.367,50
13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador	29.801.310,00	31.291.376,00	32.855.944,00	34.498.741,00	128.447.371,00
Total	202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50	875.314.784,50

**SAULO SPEROTTO**  
 Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
 Contador  
 CRC-SC 028.242/O-2

Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31			Emissão: 15/12/2017 10:33 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1602-8943-553		Página 1 / 1
Valores Previstos na Despesa PPA por Natureza da Despesa Consolidado					
Natureza da Despesa	Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$ Total
3.1.71.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		93.408,00	98.079,00	102.982,00	402.606,00
3.1.90.00 Aplicações Diretas					
3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		88.729.639,00	94.598.820,00	100.922.659,00	392.004.071,00
3.2.90.00 Aplicações Diretas		16.768.665,00	17.660.343,00	18.621.839,00	72.663.498,00
3.3.20.00 Transferências à União		225.000,00	235.000,00	250.000,00	970.000,00
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	5.689.365,00
3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		12.226.159,00	12.839.869,00	13.290.361,00	52.508.517,00
3.3.72.00 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos		63.000,00	66.150,00	69.457,00	271.537,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas		556.500,00	584.325,00	613.541,00	2.398.584,00
3.3.93.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe		54.849.720,00	57.690.346,00	60.618.984,00	236.858.272,00
4.4.71.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		472.500,00	496.125,00	520.933,00	2.036.536,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas		4.935,00	5.182,00	5.441,00	21.272,00
4.5.90.00 Aplicações Diretas		10.862.274,00	11.341.401,00	11.392.686,00	45.515.884,50
4.6.90.00 Aplicações Diretas		350.551,00	368.079,00	386.483,00	1.510.921,00
9.9.90.00 Aplicações Diretas		6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	26.460.000,00
Total Geral	202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50	875.314.784,50

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2



	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:02 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1379-8671-265	<b>Página</b> 1 / 5
---	---	--	------------------------

### Relação de Ações

Código	Denominação	Indicador	Início	Fim
1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
1	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA			
0 - Operação Especial		Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
1	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL			
1 - Projetos		Valor	01/01/2018	31/12/2021
2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
2	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA			
0 - Operação Especial		Ano	01/01/2018	31/12/2021
2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
3	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
0 - Operação Especial		Ano	01/01/2018	31/12/2021
3	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
3	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
4	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
4	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
0 - Operação Especial		Ano	01/01/2018	31/12/2021
4	MANUTENÇÃO DO PROCON			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
5	PAGAMENTO AO PASEP			
0 - Operação Especial		Ano	01/01/2018	31/12/2021
5	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
5	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
6	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			
1 - Projetos		Ano	01/01/2018	31/12/2021
6	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
7	ATUAÇÃO LEGISLATIVA			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
7	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
8	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
8	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA			
1 - Projetos		Ano	01/01/2018	31/12/2018
9	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
9	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
10	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
10	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS			
1 - Projetos		Metro	01/01/2018	31/12/2021
11	BLOCO DE INVESTIMENTOS			
1 - Projetos		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
11	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
12	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS			
1 - Projetos		Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
12	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
13	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES			
1 - Projetos		Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
13	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:02 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1379-8671-265	<b>Página</b> 2 / 5
--	--	------------------------

### Relação de Ações

Código	Denominação Tipo	Indicador	Início	Fim
14	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
14	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2010	31/12/2021
15	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA			
	2 - Atividades	Ano	01/01/2018	31/12/2021
15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
16	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
16	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
17	SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
17	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
18	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
19	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS			
	2 - Atividades	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
19	SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO			
	1 - Projetos	TONELADAS	01/01/2018	31/12/2021
20	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
20	MANUTENÇÃO DO FAMPEC			
	2 - Atividades	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
21	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS			
	1 - Projetos	Metro Quadrado	01/01/2018	31/12/2021
21	MANUTENÇÃO DO IPASC			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
22	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
22	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS			
	1 - Projetos	Metro	01/01/2018	31/12/2021
23	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
23	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
24	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
	2 - Atividades	ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
24	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
25	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
25	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL			
	2 - Atividades	ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
26	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
26	criação do centro empresarial			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
27	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM			
	1 - Projetos	Valor	01/01/2018	31/12/2021
27	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
28	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
28	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL			
	1 - Projetos	Valor	01/01/2018	31/12/2021
29	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.			
	1 - Projetos	Valor	01/01/2018	31/12/2021

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:02 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1379-8671-265	<b>Página</b> 3 / 5
Relação de Ações				
Código	Denominação Tipo	Indicador	Início	Fim
29	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
30	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
30	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
31	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.			
	1 - Projetos	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
32	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
32	APOIO AO EMPREENDEDOR			
	1 - Projetos	Valor	01/01/2018	31/12/2021
33	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
33	PROGRAMA PAM E PAI			
	1 - Projetos	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
34	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC			
	2 - Atividades	Importação		
34	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL			
	1 - Projetos	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
35	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
35	PROJETO MÃO DADAS			
	1 - Projetos	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
36	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
36	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO			
	1 - Projetos	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
37	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
39	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA			
	2 - Atividades	ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
40	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE			
	2 - Atividades	ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO			
	2 - Atividades	Unidade	01/01/2018	31/12/2021
42	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
	2 - Atividades	ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
43	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
44	MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
45	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
46	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
47	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
48	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
49	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS			
	2 - Atividades	Metro	01/01/2018	31/12/2021
50	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
51	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.			
	2 - Atividades	Valor	01/01/2018	31/12/2021
52	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS			
	2 - Atividades	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
53	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
	2 - Atividades	Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:02 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1379-8671-265	<b>Página</b> 4 / 5
--	--	------------------------

**Relação de Ações**

<b>Código</b>	<b>Denominação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
54	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS			
2 - Atividades		Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
55	SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLhedORA			
2 - Atividades		Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
56	MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS			
2 - Atividades		Manutenção das Atividades - Ano	01/01/2018	31/12/2021
57	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES			
2 - Atividades		Ano	01/01/2018	31/12/2021
58	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
59	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
60	MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
61	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
62	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
63	MANUTENÇÃO DO MAC			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
64	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
65	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
2 - Atividades		ATENDIMENTOS	01/01/2018	31/12/2021
66	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
67	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
68	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE			
2 - Atividades		Ano	01/01/2018	31/12/2021
69	ALUGUEL SOCIAL			
2 - Atividades		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
71	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
72	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS			
2 - Atividades		Importação		
73	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
74	SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL			
2 - Atividades		HORAS	01/01/2018	31/12/2021
75	SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
76	MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
77	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
78	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
79	APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA			
2 - Atividades		Unidade	01/01/2018	31/12/2021
80	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL			
2 - Atividades		KILOMETROS	01/01/2018	31/12/2021
81	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
82	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
83	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021
84	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.			
2 - Atividades		Valor	01/01/2018	31/12/2021

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>

[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:02

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1379-8671-265

Página

5 / 5

### Relação de Ações

Código	Denominação	Indicador	Início	Fim
85	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
2 - Atividades	ATENDIMENTOS		01/01/2018	31/12/2021
87	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
88	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
89	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
2 - Atividades	Manutenção das Atividades - Ano		01/01/2018	31/12/2021
91	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
92	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL			
2 - Atividades	Importação			
93	PLANO DE MOBILIDADE URBANA			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
94	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
95	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
96	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
97	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
98	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
99	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
100	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
101	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
102	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
103	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
104	GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
105	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
106	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR			
2 - Atividades	Valor		01/01/2018	31/12/2021
108	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
109	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
9 - Não Orçamentária	Ano		01/01/2018	31/12/2021
999	RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS			
2 - Atividades	Ano		01/01/2018	31/12/2021

**SAULO SPEROTTO**

Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**


Contador

CRC-SC 028.242/O-2

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:34		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		1 / 3	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 1665-6691-364	
tesouraria@cacador.sc.gov.br						
Relatório da Despesa PPA por Funcional Programática Consolidado						
Função			Valores em R\$ - PPA 2018 - 2021			
Subfunção	Programa		2018	2019	2020	2021
1		Ação Legislativa	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50
1	31	Ação Legislativa	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50
1	31	PROCESSO LEGISLATIVO	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50
4		Administração Geral	48.988.974,00	51.478.455,00	54.050.326,00	56.750.629,00
4	122	Administração Geral	39.919.294,00	41.955.292,00	44.051.009,00	46.251.333,00
4	122	ENCARGOS ESPECIAIS	2.135.000,00	2.241.750,00	2.353.838,00	2.471.530,00
4	122	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	5.841.687,00	6.173.804,00	6.480.447,00	6.802.243,00
4	122	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00
4	122	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	29.801.310,00	31.291.376,00	32.855.944,00	34.498.741,00
4	122	PROGRAMA QUINENTAL SOCIAL	180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00
4	123	Administração Financeira	9.069.680,00	9.523.163,00	9.999.317,00	10.499.296,00
4	123	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	9.069.680,00	9.523.163,00	9.999.317,00	10.499.296,00
6		Policimento	5.179.217,00	5.438.175,00	5.710.087,00	5.995.589,00
6	181	Policimento	4.782.204,00	5.021.312,00	5.272.380,00	5.535.997,00
6	181	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	4.782.204,00	5.021.312,00	5.272.380,00	5.535.997,00
6	182	Defesa Civil	397.013,00	416.863,00	437.707,00	459.592,00
6	182	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	397.013,00	416.863,00	437.707,00	459.592,00
8		Assistência à Criança e ao Adolescente	6.531.765,00	6.859.896,00	7.012.888,00	7.563.036,00
8	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00
8	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00
8	244	Assistência Comunitária	6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00
8	244	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00
8	244	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	502.022,00	527.124,00	553.479,00	581.155,00
8	244	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	1.312.080,00	1.377.686,00	1.256.569,00	1.518.899,00
8	244	GESTÃO MUNICIPAL	3.927.907,00	4.124.301,00	4.330.516,00	4.547.042,00
10		Atenção Básica	39.797.194,00	42.003.055,00	44.311.460,00	46.723.877,00
10	301	Atenção Básica	33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00
10	301	SAUDE BASICA	33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00
10	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00
10	302	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00
10	303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00
10	303	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BASICA	1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00
10	304	Vigilância Sanitária	480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00
10	304	VIGILANCIA EM SAUDE	480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00
10	305	Vigilância Epidemiológica	647.682,00	680.067,00	714.070,00	749.773,00
10	305	VIGILANCIA EM SAUDE	585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00
10	305	MEIO AMBIENTE	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00
12		Alimentação e Nutrição	51.183.545,00	53.712.685,00	56.374.731,00	59.166.647,00
12	306	Alimentação e Nutrição	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
12	306	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
12	361	Ensino Fundamental	30.820.872,00	32.334.878,00	33.924.884,00	35.594.306,00
12	361	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	30.820.872,00	32.334.878,00	33.924.884,00	35.594.306,00
12	364	Ensino Superior	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00
12	364	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00
12	365	Educação Infantil	17.614.375,00	18.492.094,00	19.419.849,00	20.390.842,00
12	365	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	17.614.375,00	18.492.094,00	19.419.849,00	20.390.842,00
12	366	Educação de Jovens e Adultos	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00
12	366	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00
12	367	Educação Especial	560.551,00	588.578,00	618.007,00	648.908,00

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)




 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:34 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1665-6691-364	<b>Página</b> 3 / 3

**Relatório da Despesa PPA por Funcional Programática Consolidado**


**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:35 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1318-2211-234</div>		<div>Página 1 / 1</div>
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
Relatório da Despesa PPA por Função Consolidado				
Função	2018	2019	2020	2021
1 Legislativa	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50
4 Administração	48.988.974,00	51.478.455,00	54.050.326,00	56.750.629,00
6 Segurança Pública	5.179.217,00	5.438.175,00	5.710.087,00	5.995.589,00
8 Assistência Social	6.531.765,00	6.859.896,00	7.012.888,00	7.563.036,00
10 Saúde	39.797.194,00	42.003.055,00	44.311.460,00	46.723.877,00
12 Educação	51.183.545,00	53.712.685,00	56.374.731,00	59.166.647,00
13 Cultura	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00
15 Urbanismo	21.665.909,00	22.744.211,00	23.876.426,00	25.065.246,00
16 Habitação	706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00
17 Saneamento	4.117.372,00	4.323.245,00	4.539.405,00	4.766.377,00
18 Gestão Ambiental	732.953,00	769.603,00	808.081,00	848.486,00
20 Agricultura	3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00	3.986.460,00
22 Indústria	1.005.741,00	1.056.032,00	1.108.832,00	1.164.274,00
27 Desporto e Lazer	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00
28 Encargos Especiais	6.425.000,00	6.655.000,00	6.990.000,00	7.360.000,00
99 Reserva de Contingência	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00
Total Geral	202.899.212,00	213.170.979,00	223.826.111,00	235.418.482,50
				875.314.784,50

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:37 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2319-5646-905		Página 1 / 1
Relatório da Despesa PPA por Subfunção Consolidado				
Subfunção	2018	2019	2020	PPA 2018-2021- Valores em R\$ 2021 Total
31 Ação Legislativa	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50
122 Administração Geral	39.919.294,00	41.955.292,00	44.051.009,00	46.251.333,00
123 Administração Financeira	9.069.680,00	9.523.163,00	9.999.317,00	10.499.296,00
181 Policiamento	4.782.204,00	5.021.312,00	5.272.380,00	5.535.997,00
182 Defesa Civil	397.013,00	416.863,00	437.707,00	459.592,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	152.334,00	159.952,00	167.949,00	176.346,00
244 Assistência Comunitária	6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00
301 Atenção Básica	33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00
303 Suporte Profilático e Terapêutico	1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00
304 Vigilância Sanitária	480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00
305 Vigilância Epidemiológica	647.682,00	680.067,00	714.070,00	749.773,00
306 Alimentação e Nutrição	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
361 Ensino Fundamental	30.820.872,00	32.334.878,00	33.924.884,00	35.594.306,00
364 Ensino Superior	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00
365 Educação Infantil	17.614.375,00	18.492.094,00	19.419.849,00	20.390.842,00
366 Educação de Jovens e Adultos	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00
367 Educação Especial	560.551,00	588.578,00	618.007,00	648.908,00
392 Difusão Cultural	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00
451 Infra-Estrutura Urbana	21.037.068,00	22.088.925,00	23.193.375,00	24.353.043,00
452 Serviços Urbanos	628.841,00	655.286,00	683.051,00	712.203,00
482 Habitação Urbana	706.850,00	742.193,00	779.302,00	818.268,00
512 Saneamento Básico Urbano	4.117.372,00	4.323.245,00	4.539.405,00	4.766.377,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	732.953,00	769.603,00	808.081,00	848.486,00
606 Extensão Rural	3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00	3.986.460,00
661 Promoção Industrial	591.989,00	622.592,00	654.721,00	688.457,00
662 Produção Industrial	413.752,00	433.440,00	454.111,00	475.817,00
812 Desporto Comunitário	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00
843 Serviço da Dívida Interna	6.425.000,00	6.655.000,00	6.990.000,00	7.360.000,00
999 Reserva de Contingência	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00
<b>Total Geral</b>	<b>202.899.212,00</b>	<b>213.170.979,00</b>	<b>223.826.111,00</b>	<b>235.418.482,50</b>
				<b>875.314.784,50</b>

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:04 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1987-6496-371	<b>Página</b> 1 / 4
--	--	------------------------

### Relação de Receitas PPA

Código	Natureza	Denominação
Fonte de Recursos		
<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>		
1	1.1.1.8.01.1.0.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
	100	Recursos Ordinários
2	1.1.1.3.03.1.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal
	100	Recursos Ordinários
3	1.1.1.3.03.4.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal
	100	Recursos Ordinários
4	1.1.1.8.01.4.0.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
	100	Recursos Ordinários
5	1.1.1.8.02.3.1.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal
	100	Recursos Ordinários
6	1.1.2.1.01.1.1.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
	100	Recursos Ordinários
8	1.1.2.2.01.1.1.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
	100	Recursos Ordinários
13	1.1.3.8.04.1.1.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal
	100	Recursos Ordinários
14	1.2.4.0.00.1.1.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal
	108	Contribuição para a COSIP
15	1.3.1.0.01.1.1.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal
	100	Recursos Ordinários
16	1.3.1.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal
	100	Recursos Ordinários
17	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
	100	Recursos Ordinários
	107	Contribuição para a CIDE
	108	Contribuição para a COSIP
	110	Convênio de Trânsito - Militar
	111	Convênio de Trânsito - Civil
	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura
	132	Transferências de Convênios - União/Educação
	134	Transferências de Convênios União - Outros
	136	Salário-Educação
	137	Outras Transferências do FNDE
	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.
	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União
	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas
	189	Alienações de Bens - Outros
	118	Transferências do FUNDEB - 60%
	119	Transferências do FUNDEB - 40%
34	1.7.1.8.01.4.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal
	100	Recursos Ordinários
35	1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal
	100	Recursos Ordinários
	101	Recursos Próprios - Educação
37	1.7.1.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal
	100	Recursos Ordinários
38	1.7.1.8.01.7.1.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal
	107	Contribuição para a CIDE
39	1.7.1.8.02.2.1.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal
	140	Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013
40	1.7.1.8.02.4.1.00.00	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal
	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.
41	1.7.1.8.05.1.1.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal
	136	Salário-Educação
42	1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal
	137	Outras Transferências do FNDE
43	1.7.1.8.05.4.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:04 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1987-6496-371	<b>Página</b> 2 / 4
---	--	--	------------------------

### Relação de Receitas PPA

Código	Natureza Fonte de Recursos	Denominação
	137	Outras Transferências do FNDE
44	1.7.1.8.05.9.1.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal
	137	Outras Transferências do FNDE
46	1.7.1.8.06.1.1.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal
	100	Recursos Ordinários
47	1.7.1.8.99.1.1.00.00	Outras Transferências da União - Principal
	100	Recursos Ordinários
	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União
48	1.7.2.8.01.1.1.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal
	100	Recursos Ordinários
	102	Recursos Próprios - Saúde
49	1.7.2.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal
	100	Recursos Ordinários
	101	Recursos Próprios - Educação
50	1.7.2.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal
	100	Recursos Ordinários
51	1.7.5.8.01.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal
	118	Transferências do FUNDEB - 60%
	119	Transferências do FUNDEB - 40%
53	1.7.1.8.10.2.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal
	132	Transferências de Convênios – União/Educação
54	1.1.1.8.01.1.2.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
55	1.1.1.8.02.3.2.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
56	1.1.1.9.01.1.2.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
57	1.1.1.8.01.1.4.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
58	1.1.1.8.02.3.4.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
59	1.1.1.9.01.1.3.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa
	100	Recursos Ordinários
60	1.9.9.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal
63	1.9.2.2.99.1.1.00.00	Outras Restituições - Principal
64	1.1.1.8.01.1.3.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa
	100	Recursos Ordinários
65	1.1.1.8.02.3.3.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa
	100	Recursos Ordinários
67	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
	100	Recursos Ordinários
68	2.1.1.2.00.1.1.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal
	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas
69	1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação
151	1.1.1.9.01.1.4.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros
	100	Recursos Ordinários
152	1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal
	100	Recursos Ordinários
153	1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação
154	1.7.1.8.06.1.1.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação
155	1.7.2.8.01.1.1.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação
156	1.7.2.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:04 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1987-6496-371	<b>Página</b> 3 / 4
---	--	--	------------------------

### Relação de Receitas PPA

Código	Natureza Fonte de Recursos	Denominação
157	1.7.2.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal
	101	Recursos Próprios - Educação
159	2.2.1.3.00.1.1.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
	189	Alienações de Bens - Outros
161	1.7.2.8.10.2.1.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal
	62	Transferências de Convênios - Estado/Educação
164	1.9.1.0.01.1.1.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
	110	Convênio de Trânsito - Militar
	111	Convênio de Trânsito - Civil
	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura
169	1.7.2.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal
	164	Transferências de Convênios Estado - Outros
170	1.7.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
	134	Transferências de Convênios União - Outros
<b>Fundação Municipal de Esporte</b>		
134	1.7.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
	134	Transferências de Convênios União - Outros
135	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
	100	Recursos Ordinários
<b>Fundação Municipal de Cultura e Turismo</b>		
137	1.7.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
	134	Transferências de Convênios União - Outros
139	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
	100	Recursos Ordinários
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>		
70	1.1.2.1.01.1.1.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
	100	Recursos Ordinários
71	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
	133	Transferências de Convênios - União/Saúde
	138	Transferências do SUS - União
77	1.7.1.8.10.1.1.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal
	133	Transferências de Convênios - União/Saúde
88	1.7.2.8.10.1.1.00.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal
90	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
	100	Recursos Ordinários
160	2.2.1.3.00.1.1.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
	188	Alienações de Bens - Saúde
166	1.7.1.8.03.1.1.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Principal
	138	Transferências do SUS - União
167	1.7.2.8.03.1.1.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal
	167	Transferências do SUS - Estado
<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>		
91	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
	135	Transferências SUAS/União
	165	Transferências do SUAS - Estado
	134	Transferências de Convênios União - Outros
95	1.7.1.8.04.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal
	135	Transferências SUAS/União
103	1.7.2.8.01.9.1.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal
	165	Transferências do SUAS - Estado
104	1.7.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
105	1.7.2.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal
	161	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
106	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
163	1.7.1.8.10.3.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal
	131	Transferências de Convênios - União/Assistência Social
165	2.2.1.3.00.1.1.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:04 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1987-6496-371	<b>Página</b> 4 / 4
--	--	------------------------

### Relação de Receitas PPA

Código	Natureza Fonte de Recursos	Denominação
189		Alienações de Bens - Outros
<b>Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>		
110	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
111	1.7.7.0.00.1.1.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal
100		Recursos Ordinários
113	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
100		Recursos Ordinários
162	1.1.1.3.02.1.1.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal
109		FIA Imposto de Renda
<b>Fundo Municipal de Habitação</b>		
107	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
134		Transferências de Convênios União - Outros
109	2.4.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
134		Transferências de Convênios União - Outros
<b>Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b>		
136	2.4.1.8.10.6.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal
134		Transferências de Convênios União - Outros
<b>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>		
168	1.9.9.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal
100		Recursos Ordinários
<b>Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador</b>		
114	1.2.1.0.06.3.1.00.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Civis - Principal
20		Recursos do Fampec - 02.06
116	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
20		Recursos do Fampec - 02.06
117	1.9.2.2.99.1.1.00.00	Outras Restituições - Principal
20		Recursos do Fampec - 02.06
118	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
20		Recursos do Fampec - 02.06
<b>IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</b>		
119	1.2.1.0.04.1.1.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal
203		Contribuição Fundo Previdenciário
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa
120	1.2.1.0.04.2.1.00.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal
203		Contribuição Fundo Previdenciário
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa
121	1.2.1.0.04.3.1.00.00	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal
203		Contribuição Fundo Previdenciário
122	1.2.1.0.04.4.1.00.00	Contribuição do Pensionista para o RPPS - Principal
124	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa
203		Contribuição Fundo Previdenciário
125	1.9.9.0.99.0.0.00.00	Outras Receitas
203		Contribuição Fundo Previdenciário
126	7.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias
200		Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa
203		Contribuição Fundo Previdenciário
133	8.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias
158	1.9.9.0.03.1.1.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal
203		Contribuição Fundo Previdenciário

SAULO SPEROTTO


Prefeito Municipal


SÉRGIO INHAIA

Contador

CRC-SC 028.242/O-2



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:08 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2160-3349-690	<b>Página</b> 1 / 6
Relação de Fonte de Recursos				
Código	Denominação da Fonte		Tipo	
	Ano	Id-uso		
9	Recursos de Alienação de Bens		Próprio	
	2016	0.1.89	ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS	
16	Convênio de Trânsito - Prefeitura		Vinculado	
	2016	0.1.12	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA	
	2017	0.1.12	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA	
20	Recursos do Fampec - 02.06		Vinculado	
	2016	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS	
	2018	0.2.06	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS	
24	Outras Transferências da União		Vinculado	
	2016	0.1.42	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - UNIÃO	
	2017	0.1.42	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - UNIÃO	
34	Convênio de Trânsito - Civil		Vinculado	
	2016	0.1.11	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL	
	2017	0.1.11	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL	
35	Assistência Farmaceutica Básica		Vinculado	
	2017	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
36	Assistência Farmacêutica Básica		Vinculado	
	2016	0.1.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	
	2017	0.1.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	
37	Convênio de Trânsito - Militar		Vinculado	
	2016	0.1.10	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	
	2017	0.1.10	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	
38	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		Vinculado	
	2016	0.1.37	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (	
	2017	0.1.37	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (	
39	Outras Transf. Decor. Compes. Financ. Expl. Rec. N		Vinculado	
	2016	0.1.39	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI	
	2017	0.1.39	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI	
40	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo		Vinculado	
	2016	0.1.39	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI	
	2017	0.1.39	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI	
43	Transferências de Convênios - Saúde		Vinculado	
	2016	0.1.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	
	2017	0.1.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	
44	Atenção Basica		Vinculado	
	2016	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
	2017	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
45	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		Vinculado	
	2016	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
	2017	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
46	Vigilância em Saúde		Vinculado	
	2016	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
	2017	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
47	Salário Educação		Vinculado	
	2016	0.1.36	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
	2017	0.1.36	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
51	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		Vinculado	
	2016	0.1.37	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (	
	2017	0.1.37	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (	
54	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi		Vinculado	
	2016	0.1.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
	2017	0.1.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
55	Bolsa Família		Vinculado	
	2016	0.1.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
	2017	0.1.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
56	Transferências de Convênios - Outros - União		Vinculado	
	2016	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS	
	2017	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS	
57	Transferências de Convênios - Educação 0.1.32		Vinculado	
	2016	0.1.32	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	
	2017	0.1.32	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:08 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2160-3349-690	<b>Página</b> 2 / 6
Relação de Fonte de Recursos				
Código	Denominação da Fonte		Tipo	
Ano	Id-uso			
58	Transferências do FUNDEB - 40%		Vinculado	
2016	0.1.19	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
2017	0.1.19	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
59	Transferências do FUNDEB - 60%		Vinculado	
2016	0.1.18	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉ		
2017	0.1.18	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉ		
60	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -		Vinculado	
2016	0.1.08	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		
2017	0.1.08	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		
61	Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C		Vinculado	
2016	0.1.07	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		
2017	0.1.07	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		
62	Transferências de Convênios – Estado/Educação		Vinculado	
2017	0.1.62	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO		
64	Remuneração de Depósitos Bancários		Vinculado	
2016	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
65	Contribuição ao RPPS		Vinculado	
2016	0.1.03	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - R		
2017	0.1.03	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - R		
67	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI		Vinculado	
2016	0.1.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2017	0.1.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
97	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde		Vinculado	
2016	0.1.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
98	Transferências de Convênios - Assistência Social		Vinculado	
2016	0.1.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2017	0.1.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
99	FUNSAN		Vinculado	
2016	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
2017	0.1.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
100	Recursos Ordinários		Próprio	
2016	0.1.00	RECURSOS ORDINÁRIOS		
2017	0.1.00	RECURSOS ORDINÁRIOS		
101	Recursos Próprios - Educação		Próprio	
2016	0.1.01	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		
2017	0.1.01	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		
102	Recursos Próprios - Saúde		Próprio	
2016	0.1.02	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		
2017	0.1.02	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		
107	Contribuição para a CIDE		Vinculado	
2017	0.1.07	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		
108	Contribuição para a COSIP		Vinculado	
2017	0.1.08	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		
109	FIA Imposto de Renda		Vinculado	
2017	0.1.09	FIA IMPOSTO DE RENDA		
110	Convênio de Trânsito - Militar		Vinculado	
2017	0.1.10	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR		
111	Convênio de Trânsito - Civil		Vinculado	
2017	0.1.11	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL		
112	Convênio de Trânsito - Prefeitura		Vinculado	
2017	0.1.12	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA		
118	Transferências do FUNDEB - 60%		Vinculado	
2017	0.1.18	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉ		
119	Transferências do FUNDEB - 40%		Vinculado	
2017	0.1.19	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
131	Transferências de Convênios – União/Assistência Social		Vinculado	
2017	0.1.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
132	Transferências de Convênios – União/Educação		Vinculado	
2017	0.1.32	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		
133	Transferências de Convênios – União/Saúde		Vinculado	
2017	0.1.33	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:08 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2160-3349-690	<b>Página</b> 3 / 6
<b>Relação de Fonte de Recursos</b>				
<b>Código</b>	<b>Denominação da Fonte</b>	<b>Tipo</b>		
<b>Ano</b>	<b>Id-uso</b>			
134	Transferências de Convênios União - Outros	Vinculado		
2017	0.1.34 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS			
135	Transferências SUAS/União	Vinculado		
2017	0.1.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO			
136	Salário-Educação	Vinculado		
2017	0.1.36 SALÁRIO-EDUCAÇÃO			
137	Outras Transferências do FNDE	Vinculado		
2017	0.1.37 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (			
138	Transferências do SUS - União	Vinculado		
2016	0.1.38 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO			
2017	0.1.38 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO			
139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.	Vinculado		
2017	0.1.39 FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI			
140	Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013	Vinculado		
2017	0.1.40 ROYALTIES DE PETRÓLEO - EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013			
141	Royalties de Petróleo - Saúde - Lei nº 12.858/2013	Vinculado		
2017	0.1.41 ROYALTIES DE PETRÓLEO - SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013			
142	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	Vinculado		
2017	0.1.42 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - UNIÃO			
144	Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor.	Vinculado		
2016	0.1.39 FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI			
2017	0.1.42 ROYALTIES DE PETRÓLEO			
161	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	Vinculado		
2016	0.1.61 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL			
2017	0.1.61 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL			
162	Outras Transferências do Fundo Nacional de Educação - FNDE	Vinculado		
2016	0.1.37 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (			
2017	0.1.37 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (			
163	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	Vinculado		
2017	0.1.63 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE			
164	Transferências de Convênios Estado - Outros	Vinculado		
2016	0.1.64 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/			
2017	0.1.64 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/			
165	Transferências do SUAS - Estado	Vinculado		
2017	0.1.65 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/ESTADO			
166	Transferências do Estado Educação	Vinculado		
2017	0.1.66 TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUC			
167	Transferências do SUS - Estado	Vinculado		
2017	0.1.67 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO			
168	Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	Vinculado		
2017	0.1.68 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO			
170	Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor.	Vinculado		
2016	0.1.38 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO			
2017	0.1.38 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO			
173	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	Vinculado		
2016	0.1.05 APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL AO RPPS			
183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	Vinculado		
2016	0.1.83 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS			
2017	0.1.83 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS			
187	Alienações de Bens - Educação	Vinculado		
2017	0.1.87 ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
188	Alienações de Bens - Saúde	Próprio		
2016	0.1.88 ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE			
2017	0.1.88 ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE			
189	Alienações de Bens - Outros	Próprio		
2016	0.1.89 ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS			
2017	0.1.89 ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS			
196	SOS Nascentes	Vinculado		
2016	0.1.34 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS			
2017	0.1.34 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS			

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:08 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2160-3349-690	<b>Página</b> 4 / 6
Relação de Fonte de Recursos				
Código	Denominação da Fonte		Tipo	
Ano	Id-uso			
200	Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		Próprio	
2017	0.2.00	RECURSOS ORDINÁRIOS		
203	Contribuição Fundo Previdenciário		Próprio	
2017	0.2.03	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - R		
204	Contribuição para o RPPS		Próprio	
2017	0.2.04	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (		
205	Aporte para Cobertura de Déficit do RPPS		Próprio	
2017	0.2.05	APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL AO RPPS		
300	Superávit de Recursos Ordinários		Próprio	
2017	0.3.00	RECURSOS ORDINÁRIOS		
301	Superávit de Recursos Proprios - Educação		Vinculado	
2017	0.3.01	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		
302	Superávit de Recursos Proprios - Saúde		Vinculado	
2017	0.3.02	RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		
303	Superávit Contribuição Fundo Previdenciário		Vinculado	
2016	0.3.03	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - R		
2017	0.3.03	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - R		
305	Superávit do Aporte para Cobertura de Déficit do RPPS		Vinculado	
2017	0.3.05	APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL AO RPPS		
307	Superávit da Contribuição para a CIDE		Vinculado	
2017	0.3.07	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		
308	Superávit da Contribuição para a COSIP		Vinculado	
2017	0.3.08	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		
309	FIA Imposto de Renda		Vinculado	
2017	0.3.09	FIA IMPOSTO DE RENDA		
310	Superávit Convênio de Trânsito - Militar		Vinculado	
2017	0.3.10	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR		
311	Superávit Convênio de Trânsito - Civil		Vinculado	
2017	0.3.11	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL		
312	Superávit Convênio de Trânsito - Prefeitura		Vinculado	
2017	0.3.12	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA		
318	Superávit FUNDEB 60%		Vinculado	
2017	0.3.18	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉ		
319	Superávit FUNDEB 40%		Vinculado	
2016	0.3.19	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		
322	Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.32	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		
323	Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.33	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		
324	Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
2017	0.3.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
331	Superávit Transferências de Convênios - União/Assistência Social		Vinculado	
2017	0.3.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
332	Superávit Transferências de Convênios - União/Educação		Vinculado	
2017	0.3.32	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		
333	Superávit Transferências de Convênios - União/Saúde		Vinculado	
2017	0.3.33	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		
334	Transferências de Convênios União - Outros		Vinculado	
2017	0.3.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
335	Superávit Transferências SUAS/União		Vinculado	
2017	0.3.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO		
336	Superávit Salário-Educação		Vinculado	
2017	0.3.36	SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
337	Superávit Outras Transferências do FNDE		Vinculado	
2017	0.3.37	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (		
338	Superávit Transferências do SUS - União		Vinculado	
2017	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
339	Superávit Fundo Especial do Petróleo - FEP		Vinculado	
2017	0.3.39	FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEI		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:08 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2160-3349-690	<b>Página</b> 5 / 6
Relação de Fonte de Recursos				
Código	Denominação da Fonte		Tipo	
Ano	Id-uso			
340	Superávit Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013		Vinculado	
2017	0.3.40	ROYALTIES DE PETRÓLEO - EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013		
341	Superávit Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013		Vinculado	
2017	0.3.41	ROYALTIES DE PETRÓLEO - SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013		
342	Superávit Outras Transferências Legais e Constitucionais – União		Vinculado	
2017	0.3.42	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - UNIÃO		
352	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social ? FNAS - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.35	TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO		
353	Transferências de Convênios ? Assistência Social - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
354	Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.10	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR		
355	Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.11	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL		
358	Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant.		Vinculado	
2016	0.3.36	SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
2017	0.1.36	SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
361	Superávit Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social		Vinculado	
2017	0.3.61	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
362	Superávit Transferências de Convênios – Estado/Educação		Vinculado	
2017	0.3.62	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO		
363	Superávit Transferências de Convênios – Estado/Saúde		Vinculado	
2017	0.3.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE		
364	Superávit Transferências de Convênios Estado - Outros		Vinculado	
2016	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
2017	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
365	Superávit Transferências do SUAS - Estado		Vinculado	
2016	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
2017	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
366	Superávit Transferências do Estado Educação		Vinculado	
2016	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
2017	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
367	Superávit Transferências do SUS - Estado		Vinculado	
2017	0.3.67	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO		
368	Superávit Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado		Vinculado	
2017	0.3.68	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO		
383	Superávit Operações de Crédito Internas - Outros Programas		Vinculado	
2017	0.3.83	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS		
387	Superávit Alienações de Bens - Educação		Vinculado	
2017	0.3.87	ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
388	Superávit Alienações de Bens - Saúde		Vinculado	
2017	0.3.88	ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE		
389	Superávit Alienações de Bens - Outros		Vinculado	
2017	0.3.89	ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS		
399	FUNSAN		Vinculado	
2016	0.3.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
2017	0.3.34	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS		
600	RECURSOS ORDINARIOS		Próprio	
1043	Superávit - Transferências de Convênio da Saúde		Vinculado	
2016	0.3.33	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		
2017	0.3.33	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		
1119	Transferências do FUNDEB - 40% - Manutenção Convênio ACEIAS		Vinculado	
3371	Atenção Básica - Superávit		Vinculado	
2016	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
2017	0.3.38	TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		
3375	Superávit Financeiro Recurso Convenio		Vinculado	
2016	0.3.31	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3376	Superávit - Farmácia Básica Estado		Vinculado	
2016	0.3.63	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE		

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:08

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2160-3349-690

Página

6 / 6

**Relação de Fonte de Recursos**

<b>Código</b>	<b>Denominação da Fonte</b>		<b>Tipo</b>
	<b>Ano</b>	<b>Id-uso</b>	
3377	Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.		Vinculado
	2016	0.1.33 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	
	2017	0.1.33 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	
3378	Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.		Vinculado
	2016	0.1.38 TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	
3379	Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor.		Vinculado
	2016	0.1.12 CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA	
3380	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-Ex.Cor.		Vinculado
	2016	0.1.31 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3381	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		Vinculado
	2016	0.1.37 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (	
3382	FUNDO DE EXPORTAÇÃO - FEX		Vinculado
	2016	0.1.34 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/AS	
3383	Outras Transferências Saúde		Vinculado
	2016	0.1.33 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	
	2017	0.1.33 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	
3384	Outras Transferências de Convênio do Estado		Vinculado
	2016	0.3.64 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/	
	2017	0.3.64 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/	
3385	Bolsa Família - Conselho		Vinculado
	2016	0.1.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3386	Gestão do SUAS - Conselho		Vinculado
	2016	0.1.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3387	Superávit Bolsa Família - Recurso 63		Vinculado
	2016	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
	2017	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3388	Superávit Bolsa Família Conselho - Recurso 63		Vinculado
	2016	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3389	Superávit SUAS - Recurso 54		Vinculado
	2016	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3390	Superávit SUAS Conselho - Recurso 54		Vinculado
	2016	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3391	Superávit Recurso Uniao Ass. Social		Vinculado
	2016	0.3.35 TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	
3392	Superávit - FIA		Vinculado
	2016	0.3.00 RECURSOS ORDINÁRIOS	
	2017	0.3.00 RECURSOS ORDINÁRIOS	
3393	Transferências de Convênios - Educação - Superávit		Vinculado
	2016	0.3.32 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	
	2017	0.3.32 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO	


**SAULO SPEROTTO**

Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**

Contador


CRC-SC 028.242/O-2


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:17 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1189-6821-554	<b>Página</b> 1 / 1
<b>Relação de Unidades Orçamentárias</b>			
<b>Órgão</b>			<b>Sigla</b>
<b>Unidade</b>			
<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>			
2000	CHEFIA DO EXECUTIVO		
2001	GABINETE DO PREFEITO		
2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		
2004	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		
2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
2007	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE		
2008	GABINETE DO VICE-PREFEITO		
2009	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
2011	SECRETARIA DA FAZENDA		
2012	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO		
3000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
3001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
10000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
10099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
<b>Fundação Municipal de Esporte</b>			
12000	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		
12001	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		
<b>Fundação Municipal de Cultura e Turismo</b>			
13000	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
13001	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>			
4000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
4001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>			
5000	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
5001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
<b>Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>			
7000	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		
7001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		
<b>Fundo Municipal de Habitação</b>			
6000	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
6001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
<b>Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b>			
11000	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		
11001	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		
<b>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>			
16000	IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		
16001	IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		
<b>Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador</b>			
8000	FAMPEC - CAÇADOR		
8001	FAMPEC - CAÇADOR		
<b>Câmara Municipal de Caçador</b>			
1000	PODER LEGISLATIVO		
1001	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
<b>IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</b>			
9000	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		
9001	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO INHAIA  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2



		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		<a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:12 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2019-1170-056		<b>Página</b> 1 / 25
<b>Relação de Programas PPA e Ações</b>										
<b>Classificação Programática</b>										
<b>0 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>										
Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.										
Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.										
Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.										
Credores										
Indicadores: 6 - Ano										
<b>Valores Previstos:</b>										
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>Total</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00		8.560.000,00		8.896.750,00		9.343.838,00		36.632.118,00
<b>Ação</b>										
<b>1 - PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA</b>		<b>Tipo</b>		<b>Unidade de Medida</b>		<b>Produto</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>Total</b>
71 - Pagamento de Juros da Dívida		0 - Operação Especial		Ano		Pagamento de juros da dívida interna.				
						<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000
						<b>Índice desejado:</b>		25,00000		25,00000
<b>2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>		0 - Operação Especial		Ano		Amortização da dívida interna.		1,00000		1,00000
72 - Amortização da Dívida						<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000
						<b>Índice desejado:</b>		25,00000		25,00000
<b>3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>		0 - Operação Especial		Ano		Pagamento de sentenças judiciais.		1,00000		1,00000
73 - Pagamento de Sentenças Judiciais						<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000
						<b>Índice desejado:</b>		25,00000		25,00000
<b>4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>		0 - Operação Especial		Ano		Indenizações e restituições.		1,00000		1,00000
74 - Indenizações e Restituições						<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000
						<b>Índice desejado:</b>		25,00000		25,00000
<b>5 - PAGAMENTO AO PASEP</b>		0 - Operação Especial		Ano		Pagamento ao PASEP		1,00000		1,00000
75 - Recolhimento do Pasep						<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000
						<b>Índice desejado:</b>		25,00000		25,00000
<b>Classificação Programática</b>										
<b>1 - PROCESSO LEGISLATIVO</b>										
<b>Programa:</b> Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas										
<b>Objetivo:</b> O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.										
<b>Problema:</b> A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislação e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.										
<b>Justificativa:</b> CAMARA LEGISLATIVA										
<b>Público alvo:</b> Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano										
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>Total</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056		Página 2 / 25			
Relação de Programas PPA e Ações							
100 - Recursos Ordinários		0,00	8.940.000,00	9.382.500,00	9.858.350,00	10.369.517,50	38.550.367,50

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL									
99 - Modernização Estrutura Patrimonial		1 - Projetos	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL						
		Ano	Quantidade:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS									
100 - Manutenção das Atividades Administrativas		2 - Atividades	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS						
		Ano	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
7 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA									
142 - Manutenção das Atividades Parlamentares		2 - Atividades	PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR						
		Ano	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
8 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO									
143 - Modernização da Gestão		2 - Atividades	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO						
		Ano	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

#### Classificação Programática

##### 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Programa:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.


**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta


Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

		Valores Previstos:					Total
Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021		
100 - Recursos Ordinários	0,00	15.325.230,00	16.130.521,00	16.933.991,00	17.777.486,00		66.167.228,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	2.100,00	2.206,00	2.318,00	2.431,00		9.055,00
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	2.100,00	2.206,00	2.320,00	2.430,00		9.056,00

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO									
19 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Gabinete do prefeito.		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Ano	Quantidade:						
			Índice desejado:						
				100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
3 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA									
		2 - Atividades	Assessoria de Imprensa.						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			<b>Relação de Programas PPA e Ações</b> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:12 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2019-1170-056	<b>Página</b> 3 / 25
20 - Manutenção das Atividades (Un)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>4 - MANUTENÇÃO DO PROCON</b>			2 - Atividades	Manutenção do PROCON			
21 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON</b>			1 - Projetos	Sede do PROCON			
18 - Obra (Un)			UN	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			2 - Atividades	Secretaria de administração.			
29 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>			2 - Atividades	Procuradoria geral do município.			
22 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>9 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.</b>			2 - Atividades	Contribuição financeira a entidades.			
23 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>10 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO</b>			2 - Atividades	Controle interno.			
24 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>			2 - Atividades	Gabinete do Vice - Prefeito			
139 - Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA</b>			2 - Atividades	Secretaria da fazenda			
156 - Manutenção da Secretaria da Fazenda			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>26 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL</b>			1 - Projetos	Centro empresarial.			
95 - Criação do Centro Empresarial			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000
<b>35 - PROJETO MÃO DADAS</b>			1 - Projetos	Artesanato Sustentável para agregar identidade e mais valor a produtos artesanais.			
162 - PROJETO MÃO DADAS			Ano	Quantidade:	1,0000	1,0000	4,0000
				Índice desejado:	100,0000	25,0000	25,0000

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:12</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:2019-1170-056</div>		<div>Página</div> <div>4 / 25</div>
Relação de Programas PPA e Ações				
83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM				
2 - Atividades		Contribuição para AMARP, FECAM e CNM.		
132 - Contribuição para AMARP, FECAM, CNM		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL				
2 - Atividades		Defesa civil.		
25 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE				
2 - Atividades		Intendência de Taquara Verde		
26 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS				
2 - Atividades		Contribuição financeira a centros comunitários.		
27 - Entidade Beneficiada (Un)		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
Classificação Programática				
4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Programa: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.				
Objetivo: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Problema: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.				
Justificativa: POPULAÇÃO EM GERAL				
Público alvo: Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano				
Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019
100 - Recursos Ordinários		0,00	4.301.808,00	4.516.898,00
110 - Convênio de Trânsito - Militar		0,00	240.198,00	252.207,00
111 - Convênio de Trânsito - Civil		0,00	240.198,00	252.207,00
			4.742.744,00	4.979.879,00
			264.818,00	278.059,00
			264.818,00	278.059,00
				1.035.282,00
Ação				
Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Total
13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR				
2 - Atividades		Manutenção da Guarda Municipal de Caçador		
39 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA				
2 - Atividades		Segurança pública.		
37 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000
16 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.				
2 - Atividades		Auxílio financeiro a bombeiros voluntários.		
		Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		<a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056		Página 5 / 25	
<b>Relação de Programas PPA e Ações</b>											
38 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<hr/>											
36 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO		1 - Projetos	Campanhas e projetos para a educação no trânsito.								
176 - Educação no Trânsito		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<hr/>											
<b>Classificação Programática</b>											
<b>5 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA</b>											
Programa: Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.											
Problema: Proteção Social Basica											
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento preve a superação de situação de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de caráter protetivo, proativo e preventivo.											
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em áreas de risco social.											
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano											
<hr/>											
<b>Valores Previstos:</b>											
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total				
100 - Recursos Ordinários		0,00	63.000,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00	271.537,00				
131 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00				
135 - Transferências SUAS/União		0,00	527.380,00	553.749,00	581.437,00	610.509,00	2.273.075,00				
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social		0,00	1.782,00	1.871,00	1.965,00	2.063,00	7.681,00				
165 - Transferências do SUAS - Estado		0,00	44.000,00	47.740,00	50.127,00	52.633,00	194.500,00				
<hr/>											
Ação		Tipo	Produto	No período de PPA		2018	2019	2020	2021	Total	
100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		2 - Atividades	Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social a população, promovendo proteção social conforme previsto pelo Sistema Único de Assistência Social.			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
151 - Manutenção da Proteção Social Basica		Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
			Quantidade:			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
			Índice desejado:	100,00000		25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	100,00000	
<hr/>											
<b>Classificação Programática</b>											
<b>6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS</b>											
Programa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros ao atendimento à saúde dos servidores.											
Objetivo: Assistência a Servidores Públicos Municipais.											
Problema: Os servidores mantêm um sistema de atendimento à saúde com contribuição mensal e controle feito pelo Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Municipais FAMPEC, através de contabilidade própria, com prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Camara Municipal.											
Justificativa: Os servidores mantêm um sistema de atendimento à saúde com contribuição mensal e controle feito pelo Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Municipais FAMPEC, através de contabilidade própria, com prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Camara Municipal.											
Público alvo: Servidores Públicos Municipais.											
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano											
<hr/>											
<b>Valores Previstos:</b>											
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total				
20 - Recursos do Fampec - 02.06		0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00				
<hr/>											
Ação		Tipo	Produto	No período de PPA		2018	2019	2020	2021	Total	
20 - MANUTENÇÃO DO FAMPEC		2 - Atividades	Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador.			1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00	
<hr/>											

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>		Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 6 / 25
	Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			
		<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Programas PPA e Ações

### Classificação Programática

#### 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

**Objetivo:** Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.

**Problema:** Previdência dos Servidores Municipais.

**Justificativa:** Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.

**Público alvo:** Servidores públicos municipais

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	2.249.200,00	2.441.104,00	2.206.036,00	2.446.760,00
203 - Contribuição Fundo Previdenciário	0,00	27.552.110,00	28.850.272,00	30.649.908,00	32.051.981,00
<b>Total</b>					

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
<b>21 - MANUTENÇÃO DO IPASC</b>										
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.										
2 - Atividades										
Ano										
108 - Manutenção das Atividades do IPASC					100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Quantidade:</b>										
<b>Índice desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>22 - MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA</b>										
Previdência Social dos Segurados.										
2 - Atividades										
Ano										
109 - Manutenção da Previdência Social a Segurados					100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Quantidade:</b>										
<b>Índice desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>999 - RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS</b>										
Reserva de Contingência.										
2 - Atividades										
Ano										
155 - Manutenção da Reserva Legião - RPPS					100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Quantidade:</b>										
<b>Índice desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

### Classificação Programática

#### 8 - SAÚDE BÁSICA

**Objetivo:** Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

**Problema:** Manutenção da Saúde Básica

**Justificativa:** O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

**Público alvo:** População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021
102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	27.806.096,00	29.391.402,00	31.069.223,00	32.819.532,00
133 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00
138 - Transferências de SUS - União	0,00	5.369.116,00	5.658.571,00	5.941.500,00	6.238.574,00
167 - Transferências de SUS - Estado	0,00	149.940,00	157.437,00	165.309,00	173.574,00
188 - Alienações de Bens - Saúde	0,00	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00
<b>Total</b>					

Ação	Tipo	Produto
------	------	---------

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.cacador.sc.gov.br

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:12

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2019-1170-056

Página 8 / 25

Relação de Programas PPA e Ações

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	174 - VIGILANCIA SANITÁRIA	2 - Atividades	Ano	Vigilância Sanitária.	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Quantidade:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
				Índice desejado:						
40 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE	117 - Vigilância em Saúde	2 - Atividades	Ano	Vigilância Epidemiológica em Saúde.	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Quantidade:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
				Índice desejado:						

Classificação Programática

10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE

**Programa:** Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

**Objetivo:** Média e Alta Complexidade em Saúde.

**Problema:** Os serviços de média complexidade que realizam consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, citopatológico e anatomopatológico, ultrassonografias, órteses e próteses e materiais especiais, fisioterapia, endoscopia e radiologia. Os serviços de alta complexidade que realizam hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, cateterismo cardíaco, medicina nuclear, ressonância magnética, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, atenção à saúde auditiva, busca de órgãos e acompanhamento a transplantados.

**Justificativa:** População em geral.

**Público alvo:** Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Valores Previstos:

Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
138 - Transferências do SUS - União	0,00	3.234.336,00	3.396.053,00	3.565.855,00	3.744.148,00	13.940.392,00
167 - Transferências do SUS - Estado	0,00	68.329,00	71.745,00	75.332,00	79.099,00	294.505,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
63 - MANUTENÇÃO DO MAC	175 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	2 - Atividades	Ano	Média e Alta Complexidade em Saúde Pública.	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Quantidade:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
				Índice desejado:						

Classificação Programática

11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

**Programa:** Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

**Objetivo:** Educação com qualidade.

**Problema:** A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.


**Justificativa:** Alunos da rede municipal de ensino.

**Público alvo:** Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Valores Previstos:

Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:12		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		9 / 25	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 2019-1170-056			
tesouraria@caçador.sc.gov.br						
http://www.caçador.sc.gov.br						
Relação de Programas PPA e Ações						
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	Total
2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE						
40 - Bens Adquiridos (Un)		1 - Projetos	Equipamentos e material permanente.			
		UN	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS						
41 - Veículo / Máquina (Un)		1 - Projetos	Aquisição de veículos.			
		UN	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS						
42 - Obra (m2)		1 - Projetos	Construção, ampliação e reformas de escolas municipais			
		M2	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
13 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES						
43 - Obra (m2)		1 - Projetos	Contrução e reformas de quadras de esportes.			
		M2	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL						
84 - Construção, Ampliação e Reforma de CEI		1 - Projetos	Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil.			
		UN	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO						
45 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Secretaria de Educação			
		Ano	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES						
44 - Obra (m2)		1 - Projetos	Ginásios de esportes.			
		UN	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%						
46 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	FUNDEB 60%			
		Ano	Quantidade:		1,0000	1,0000
			Índice desejado:		25,0000	25,0000
					</	

<div><div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 10:12</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2019-1170-056</div></div><div><div>Página</div><div>10 / 25</div></div></div></div>			Relação de Programas PPA e Ações									
31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%			2 - Atividades		Fundeb 40%							
47 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO			2 - Atividades		Salário Educação							
48 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			2 - Atividades		Transporte escolar.							
49 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			2 - Atividades		Manutenção da educação de jovens e adultos.							
50 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
36 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			2 - Atividades		Educação infantil.							
51 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
37 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO			2 - Atividades		Parcerias com entidades de apoio ao ensino.							
52 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
38 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO			2 - Atividades		Bolsas de estudos.							
53 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
42 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			2 - Atividades		Merenda escolar							
54 - Manutenção das Atividades (Ano)			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
54 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS			2 - Atividades		Manutenção de parcerias com entidades de apoio a pessoas com deficiência auditiva e da fala							
165 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APO			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		25,00000		25,00000			
56 - MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS			2 - Atividades		Parceria com entidades de apoio aos excepcionais							
168 - Parceria com entidades de apoio aos excepcionais			Ano		Quantidade: 1,00000		1,00000		1,00000			
					Índice desejado: 100,00000		252,00000		25,00000			
58 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE			2 - Atividades		Atendimento Educacional Especializado							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 11 / 25
---	--	------------------------------	---	-------------------

## Relação de Programas PPA e Ações

56 - Manutenção das Atividades (Ano)	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

### Classificação Programática

#### Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

		Valores Previstos:					Total
Fonte de recurso	Valor global	2018	2019	2020	2021		
100 - Recursos Ordinários	0,00	15.523.209,00	16.299.370,00	17.114.341,00	17.970.055,00		66.906.975,00
107 - Contribuição para a CIDE	0,00	65.071,00	68.325,00	71.742,00	75.329,00		280.467,00
108 - Contribuição para a COSIP	0,00	2.439.025,00	2.560.977,00	2.689.025,00	2.823.477,00		10.512.504,00
112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	274.450,00	288.171,00	302.580,00	317.709,00		1.182.910,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	6.300,00	6.618,00	6.948,00	7.296,00		27.162,00
139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.	0,00	452.220,00	474.831,00	498.573,00	523.502,00		1.948.126,00
140 - Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00		80.654,00
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	20.570,00	21.598,00	22.678,00	23.812,00		88.658,00
164 - Transferências de Convênios Estado - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00		4.527,00
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00		5.431,00

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
16 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE									
85 - Acessibilidade e Mobilidade	Ano	1 - Projetos	Acessibilidade e mobilidade.		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Quantidade:						
			Índice desejado:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	
21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS									
90 - Construção e Reforma de Pontes	M2	1 - Projetos	Pontes, pontilhões e bueiros		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Quantidade:						
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
22 - CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS									
91 - Canalização de Córregos	MTR	1 - Projetos	Canalização de córregos		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Quantidade:						
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS									
92 - Aquisição de Imóveis	UN	1 - Projetos	Imóveis.		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Quantidade:						
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS									
		1 - Projetos	Abrigos para passageiros.						

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caxador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.caxador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caxador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:12</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2019-1170-056</div></div><div><div>Página</div><div>12 / 25</div></div></div></div>			Relação de Programas PPA e Ações									
93 - Construção e Manutenção de Abrigos de Passageiros		UN	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA												
31 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS												
32 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
48 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL												
120 - Manutenção do Cemitério Municipal		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
49 - MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS												
33 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
50 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL												
34 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA												
35 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000			
80 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL												
36 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades	Quantidade:	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	1,00000		
		Ano	Índice desejado:	100,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	100,00000			
Classificação Programática												
18 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA												
Programa: Adquirir medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME, promovendo o acesso da população aos medicamentos básicos do SUS.												
Objetivo: Atenção Básica												
Problema: Usar os recursos destinados para atenção farmacêutica das três esferas de governo para aquisição de medicamentos básicos essenciais, auxiliando no cuidado com a saúde e no tratamento terapêutico.												
Justificativa: População em geral do município.												
Público alvo: Indicadores: 6 - Ano												
				Valores Previstos:								
				Valor global	2018	2019	2020	2021	Total			
Fonte de recurso				0,00	350.700,00	368.235,00	386.647,00	405.979,00	1.511.561,00			
102 - Recursos Próprios - Saúde				0,00	445.659,00	467.942,00	491.339,00	515.906,00	1.920.846,00			
138 - Transferências do SUS - União												

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	tesouraria@caçador.sc.gov.br <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão:15/12/2017 10:12 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 13 / 25
	Relação de Programas PPA e Ações			

167 - Transferências do SUS - Estado		0,00	779.254,00	818.217,00	859.128,00	902.083,00	3.358.682,00
<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>	<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Meta Física</b>	<b>Unidade de Medida</b>						<b>Total</b>

<b>64 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA</b>	2 - Atividades	Usar os recursos destinados para atenção farmacêutica das três esferas de governo para aquisição de medicamentos básicos essenciais, auxiliando no cuidado com a saúde e no tratamento terapêutico.					
--	----------------	---	--	--	--	--	--

#### Classificação Programática

##### 19 - ACERVO CULTURAL

**Programa:** Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

**Problema:** ACERVO CULTURAL

**Justificativa:** A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopro, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 6 - Ano

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total	
		Valor global	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00	2.006.596,00	2.106.926,00	2.212.273,00	2.322.884,00	8.648.679,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	2.520,00	2.646,00	2.778,00	2.918,00	10.862,00

<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Produto</b>	<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>14 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA</b>	1 - Projetos		Reforma e manutenção de estação ferroviária.						
83 - Reforma e manutenção da Estação Ferroviária	Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
			<b>Índice desejado:</b>						

<b>18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS</b>	1 - Projetos		VEÍCULOS						
87 - Aquisição de Veículos	UN				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
			<b>Índice desejado:</b>						

<b>33 - PROGRAMA PAM E PAI</b>	1 - Projetos		Atividades do programa atenção a mulher e ao idoso						
159 - PROGRAMA PAM E PAI/IF	Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
			<b>Índice desejado:</b>						

<b>44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO</b>	2 - Atividades		Fundo Municipal de Cultura e Turismo						
118 - Manutenção das Atividades da Cultura	Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			<b>Quantidade:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
			<b>Índice desejado:</b>						

#### Classificação Programática

##### 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS

**Programa:** Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

**Objetivo:** Vias urbanas

**Problema:** O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

**Justificativa:** População

**Público alvo:**



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tasouralia@caçador.sc.gov.br

http://www.caçador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:12  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:2019-1170-056

Página  
14 / 25

**Relação de Programas PPA e Ações**

Indicadores: 6 - Ano									
Valores Previstos:									
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total		
100 - Recursos Ordinários		0,00	132.590,00	134.220,00	135.931,00	137.727,00	540.468,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00		
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA			Total	
20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS									
		1 - Projetos	Vias públicas e passeios						
89 - Pavimentações de Vias Públicas		M2	Quantidade:						
			1.00000	1.00000	1.00000	1.00000	4.00000		
		Índice desejado:	25.00000	25.00000	25.00000	25.00000	25.00000		

**Classificação Programática**

**Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**  
Objetivo: Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários).  
Problema: Serviços públicos.  
Justificativa: Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade.  
Público alvo: População.  
Indicadores: 6 - Ano

Valores Previstos:								
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA			Total
66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	62 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	2 - Atividades		Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários				
		Ano		Quantidade:	1.00000	1.00000	1.00000	4.00000
				Índice desejado:	25.00000	25.00000	25.00000	25.00000

**Classificação Programática**

**Programa: 22 - HABITAÇÃO**  
Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.  
Problema: HABITAÇÃO POPULAR  
Justificativa: O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.  
Público alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social  
Indicadores: 6 - Ano

Valores Previstos:									
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total		
100 - Recursos Ordinários		0,00	704.355,00	739.573,00	776.551,00	815.379,00	3.035.858,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	2.495,00	2.620,00	2.751,00	2.889,00	10.755,00		
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto					



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 15 / 25

## Relação de Programas PPA e Ações

Meta Física	Unidade de Medida	No período do PPA				Total
25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES	1 - Projetos	Unidades Habitacionais.				
	94 - Construção de Casas Populares					
	UN	Quantidade:	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	
-----						
67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	2 - Atividades	Habitação.				
	121 - Manutenção do Fundo da Habitação					
	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	
-----						
69 - ALUGUEL SOCIAL	2 - Atividades	Quotas do aluguel social				
	158 - Aluguel Social					
	UN	Quantidade:	120,00000	120,00000	120,00000	480,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	

### Classificação Programática

#### Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Objetivo: Ações voltadas para crianças e adolescentes.

Problema: Ações voltadas para crianças e adolescentes.

Justificativa: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, promove ações para a manutenção de serviços, programas e projetos voltados para criança e adolescentes.

Público alvo: Crianças e Adolescentes

Fonte de recurso	Valor global	Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	0,00	139.860,00	146.854,00	154.196,00	161.906,00	602.816,00
109 - FIA Imposto de Renda	0,00	12.474,00	13.098,00	13.753,00	14.440,00	53.765,00

Ação	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA				Total
				2018	2019	2020	2021	
17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES								
104 - Manutenção das atividades do FIA	2 - Atividades	Ano	Ações voltadas para crianças e adolescentes.					
			Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
			Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES	2 - Atividades	Ano	Adolescentes.					
			Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

### Classificação Programática

#### Programa: 24 - MEIO AMBIENTE


Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.

Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

Público alvo: População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão:15/12/2017 10:12 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:2019-1170-056		Página 16 / 25
tesouraria@cacador.sc.gov.br				


Relatório de Programas PPA e Ações

### Relação de Programas PPA e Ações

Fonte de recurso			Valor global		Valores Previstos:				Total
					2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários			0,00		4.833.070,00	5.074.725,00	5.328.459,00	5.594.883,00	20.831.137,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros			0,00		17.661,00	18.546,00	19.472,00	20.446,00	76.125,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE											
1 - Projetos				Equipamentos em geral, destinados a melhoria dos serviços ofertados.							
UN				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS											
1 - Projetos				Aquisição de Veículos leves, médios e pesados.							
UN				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
9 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS											
1 - Projetos				Máquinas e implementos agrícolas.							
UN				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
18 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL											
2 - Atividades				Horto Florestal							
Ano				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS											
2 - Atividades				Mudas ornamentais, frutíferas e nativas.							
Ano				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDO											
1 - Projetos				Resíduos sólido, compostos por lixos residenciais e hospitalares e detritos.							
TON				Quantidade:	100.0000		1,000,00000	1,000,00000	1,000,00000	1,000,00000	4,000,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO											
2 - Atividades				Preservação ambiental.							
Ano				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
25 - VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL											
2 - Atividades				Controle da população animal.							
Ano				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO											
2 - Atividades				Sistema de esgotamento sanitário.							
Ano				Quantidade:	100.0000		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div> <div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div>			<div>Emissão: 15/12/2017 10:12</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 2019-1170-056</div>		<div>Página</div> <div>18 / 25</div>				
Relação de Programas PPA e Ações									
Meta Física		Unidade de Medida	No período do PPA		2018	2019	2020	2021	Total
27 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM		1 - Projetos	Sistema de Inspeção Municipal.						
58 - Obra (m2)		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL		1 - Projetos	Feira do produtor rural.						
59 - Obra (m2)		M2	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
31 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL		1 - Projetos	Poços artesanais nas áreas rurais.						
98 - Construção de Poços Artesianos		UN	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2 - Atividades	Agricultura e Meio Ambiente.						
122 - manutenção da Secretaria da Agricultura		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
71 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL		2 - Atividades	Assistência técnica ao produtor rural.						
123 - Assistência Técnica ao Produtor Rural		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
73 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO		2 - Atividades	Antigranizo						
125 - Manutenção do Programa Antigranizo		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
74 - SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL		2 - Atividades	Melhoria dos acessos que servem para escoamento da produção, bem como os acessos de propriedades rurais, causadas por fatores climáticos adversos.						
126 - Programa Subsidio de Horas Máquinas ao Produtor Rural		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
75 - SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS		2 - Atividades	Subsídios para agroindústrias.						
127 - Subsídio Para Implantação de Agro Industrias		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
77 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS		2 - Atividades	Feiras e eventos.						
1 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:12	
	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	
	<b>Chave de autenticação:</b> 2019-1170-056	

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Programas PPA e Ações

### Classificação Programática

#### Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Indicadores: 6 - Ano

		Valores Previstos:								
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total			
100 - Recursos Ordinários		0,00	980.491,00	1.030.517,00	1.083.042,00	1.138.194,00	4.232.244,00			
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	4.200,00	4.412,00	4.632,00	4.864,00	18.108,00			
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
12 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.										
102 - Qualificação e Requalificação Profissional		2 - Atividades		Qualificação profissional						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
29 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.										
96 - Realização de Feiras e Eventos		1 - Projetos		Feiras e eventos						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
32 - APOIO AO EMPREENDEDOR										
138 - Programa Força do Empreendedor		1 - Projetos		Apoio ao empreendedorismo.						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO										
128 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		2 - Atividades		Desenvolvimento econômico.						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
78 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO										
129 - Manutenção do Parque de Exposições		2 - Atividades		Parque de Exposições.						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
79 - APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA										
130 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica		2 - Atividades		Implantação e manutenção da inovação tecnológica.						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 20 / 25
	Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>				

## Relação de Programas PPA e Ações

### Classificação Programática

#### Programa: 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

Objetivo: Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde acontecem as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário.

Problema: Falta de espaços adequados para a população desenvolver atividades.

Justificativa: Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporcione qualidade de vida.

Público alvo: População

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	180.000,00	189.000,00	775.823,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA				Total
					2018	2019	2020	2021	
34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL	161 - Quintal Social	1 - Projetos		Programa Quintal Social					
		Ano		Quantidade:	10,00000	10,00000	10,00000	10,00000	40,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

### Classificação Programática

#### Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.

Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.

Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.072.800,00	1.126.440,00	4.433.903,00
135 - Transferências SUAS/União		0,00	236.760,00	248.600,00	1.020.469,00
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00	2.520,00	2.646,00	10.862,00

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA				Total
		Unidade de Medida		2018	2019	2020	2021	
52 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS	163 - ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES E SE	2 - Atividades	Acolhimento institucional para mulheres e seus filhos vítimas de violência.					
		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
53 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	164 - ACOLOHIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	2 - Atividades	Acolhimentos de crianças e adolescentes.					
		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
55 - SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLOHEDORA		2 - Atividades	Serviços de acolhimento em alta complexidade, de crianças e adolescentes em família acolhedora, em decorrência de afastamento por medida de proteção.					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	
	tesouraria@caçador.sc.gov.br	

### Relação de Programas PPA e Ações

166 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOHEDORA	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice desejado:</b>			100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Acolhimento de idosos e pessoas com deficiência							
89 - SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice desejado:</b>			100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Acolhimento de idosos e pessoas com deficiência							
102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	2 - Atividades	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice desejado:</b>			100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sob os assistenciais a que se refere a política de assistência social.							
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice desejado:</b>			100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

### Classificação Programática

#### 30 - GESTÃO MUNICIPAL

**Programa:** Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

**Problema:** Gestão Municipal do SUAS.

**Justificativa:** As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

**Público alvo:** Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.

Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	3.746.001,00	3.933.301,00	4.129.966,00	4.336.464,00	16.145.732,00
135 - Transferências SUAS/União		0,00	171.406,00	179.975,00	188.974,00	198.423,00	738.778,00
189 - Alienações de Bens - Outros		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00

### Valores Previstos:

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA				2021	Total
03 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	154 - Manutenção do Bloco da Gestão Municipal	2 - Atividades		As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da						
		Ano		Quantidade:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
04 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS	64 - ATENDIMENTOS	2 - Atividades		Gestão da política do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL no âmbito do Município de Caçador. As ações existentes serão desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendi						
		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
05 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	65 - ATENDIMENTOS	2 - Atividades		Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador e Programa Bolsa Família.						
		Ano		Quantidade:	100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31			tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	Página 22 / 25
	http://www.cacador.sc.gov.br				

## Relação de Programas PPA e Ações

### Classificação Programática

#### Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total	
100 - Recursos Ordinários		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total	
		0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	2 - Atividades		Fundação Municipal de Esportes de Caçador.				
		Ano			1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Quantidade:				
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000
84 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	136 - Contribuição a Entidades do Município	2 - Atividades		Contribuição financeira para entidades desportivas.				
		Ano			0,00000	0,00000	1,00000	1,00000
				Quantidade:				
				Índice desejado:	100,00000	0,00000	0,00000	100,00000
98 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	149 - Programa Bolsa Atleta	2 - Atividades		Programa bolsa atleta.				
		Ano			20,00000	20,00000	20,00000	80,00000
				Quantidade:				
				Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

### Classificação Programática

#### Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.


Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

		Valores Previstos:							
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total		
100 – Recursos Ordinários		0,00	2.541.651,00	2.668.734,00	2.802.172,00	2.942.281,00	10.954.838,00		
134 – Transferências de Convênios União - Outros		0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00		
Ação		Tipo	Produto						
Meta Física		Unidade de Medida		No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES		2 - Atividades	Programa Avançar Cidades.						

<div><div><div><div><div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 10:12</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:2019-1170-056</div></div><div><div>Página</div><div>23 / 25</div></div></div></div></div>						
Relação de Programas PPA e Ações						
114 - Manutenção do Programa Avançar Cidades		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000
					25,00000	
17 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.						
119 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessam		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000
					25,00000	
32 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR						
101 - Manutenção do Plano Diretor		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000
					25,00000	
93 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA						
144 - MOBILIDADE URBANA		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000
					25,00000	
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR						
103 - Manutenção do IPPUC		Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice desejado:	100,00000	25,00000	25,00000
					25,00000	
Classificação Programática						
35 - SANEAMENTO BASICO						
Programa: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.						
Objetivo: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.						
Problema: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.						
Justificativa: População urbana e rural.						
Público alvo: Indicadores: 6 - Ano						
Indicadores: 6 - Ano						
Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor global	2018	2019	2020	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	7.994,00	8.397,00	8.816,00	34.465,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
Ação						
Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020
95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL						
2 - Atividades		Fundo de Saneamento Ambiental				
146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS						
2 - Atividades		Sistemas de captação de águas pluviais				
147 - Manutenção do Sistema de Captação de Águas Pluviais		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO						
2 - Atividades		Sistemas de águas e esgoto.				

#### Classificação Programática

##### Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO

Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.

Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.

Público alvo: População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

#### Valores Previstos:

Fonte de recurso		Valor global					Total			
100 - Recursos Ordinários		0,00					34.465,00			
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00					4.527,00			
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental	2 - Atividades	Ano	Fundo de Saneamento Ambiental						
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000				
96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	147 - Manutenção do Sistema de Captação de Águas Pluviais	2 - Atividades	Ano	Sistemas de captação de águas pluviais						
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
		Índice desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000				
97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		2 - Atividades		Sistemas de águas e esgoto.						



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:12 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2019-1170-056	<b>Página</b> 25 / 25
--	---	--------------------------

## Relação de Programas PPA e Ações

### **Classificação Programática**

**Programa:** 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivo:** Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Problema:** Riscos fiscais, passivos contingentes e intemperies

Justificativa:  
Atendimento a casos de calamidade pública e riscos fiscais.

**Público alvo:**

Indicadores: 6 - Ano

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
	Valor global	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários						
	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
<b>Ação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>				
<b>Meta Física</b>	<b>Unidade de Medida</b>					
<b>999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	9 - Não Orçamentária	No período do PPA	2018	2019	2020	<b>Total</b>
		Passivos contingentes, intempéries, catástrofes, perdas patrimoniais				
135 - Reserva de Contingenda	Ano	<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		<b>Índice desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 1 / 167
<b>Relação de Despesas PPA</b>			

**Despesa PPA:** 1 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2. 2. 0. 319000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

#### Classificação Programática

2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Programa: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00	2.084.040,00	2.188.242,00	2.297.654,00	2.412.537,00	8.982.473,00
							Total
Ação	Meta Física	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021
		Unidade de Medida					
2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	19 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	Gabinete do prefeito.				
		R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
				Total		Total	
				</			

**Despesa PPA:** 2 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2. 2. 0. 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

#### Classificação Programática

2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Programa: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 2 / 167
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>				

## Relação de Despesas PPA

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>					
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.075.000,00	1.166.375,00	1.224.694,00	1.285.928,00	4.751.997,00
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Unidade de Medida					
19 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades					
	R\$					
	Gabinete do prefeito.					
	<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
	<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 3 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.2. 0. 319100

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>					
100 - Recursos Ordinários	0,00	179.970,00	188.970,00	198.415,00	208.340,00	775.695,00
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Unidade de Medida					
19 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades					
	R\$					
	Gabinete do prefeito.					
	<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
	<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 4 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.2. 0. 449000



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

**Página**  
3 / 167

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.490.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
		2018	2019	2020	2021	Total		
Fonte de recurso		Valor Global						
100 - Recurso Ordinários		210.000,00	220.500,00	231.900,00	243.100,00	905.500,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00		
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União		1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00		
Total								
Ação		No período do PPA						
Meta Física		Unidade de Medida						
2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		2 - Atividades						
19 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$						
		Gabinete do prefeito.						
		Quantidade:						
		Índice Desejado:						
		100,00000	25,00000	1,00000	1,00000	4,00000		

**Despesa PPA:** 5 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.3. 0. 449000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 08.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 4 / 167
tesouraria@caçador.sc.gov.br				

Relatório de Despesas PPA

## Relação de Despesas PPA

desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	10.500,00	11.025,00	11.980,00	12.160,00	45.265,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
3 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	20 - Manutenção das Atividades (Un)		2 - Atividades	Assessoria de imprensa.				
			R\$					
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 6 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.4. 0. 449000								

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.980,00	12.160,00	45.265,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total
4 - MANUTENÇÃO DO PROCON		2 - Atividades		Manutenção do PROCON			
21 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$					
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 7 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.6. 0. 319100							

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>tesouraria@caçador.sc.gov.br</b>  <b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 5 / 167
--	---	--------------------------

### Relação de Despesas PPA

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas a execução do Plano de Governo e as prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total		
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total		
		0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00		
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
22 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		2 - Atividades		Procuradoria geral do município.					
22 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA:		8 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2. 6. 0.		4490000					

Despesa PPA: 8 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.6. 0. 449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas a execução do Plano de Governo e as prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao estabelecido no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

## Relação de Despesas PPA

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa PPA: 9 - 1. 2001. 4. 122. 2. 2.10. 0. 339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas à capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37. X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:**  
Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa PPA: 10 - 1.2001.6.182.2.2.87.0.319000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 7 / 167
<b>Relação de Despesas PPA</b>			

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública  
 Subfunção: 182 - Defesa Civil

#### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:				Total				
						2018	2019	2020	2021					
Fonte de recurso														
100 - Recursos Ordinários					0,00	80.963,00	85.010,00	89.261,00	93.724,00	348.958,00				
					No período do PPA					Total				
					2018					2019	2020	2021		
37 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL														
2 - Atividades					Defesa civil									
R\$					Quantidade:									
					1.00000						1.00000	1.00000	1.00000	4.00000
25 - Manutenção das Atividades (Ano)														

**Despesa PPA:** 11 - 1. 2001 . 6 . 182 . 2 . 2.87 . 0 . 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 182 - Defesa Civil

#### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Prefeitura Municipal de Caçador					
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31					
<a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>					
tesouraria@caçador.sc.gov.br					
Emissão:15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991					
Página 8 / 167					
Relação de Despesas PPA					
Valores Previstos:					
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	Total
	Unidade de Medida				
37 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	2 - Atividades		Defesa civil.		
25 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 12 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.88 . 0 . 339000					
Estrutura Organizacional					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO					
Classificação Funcional					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Classificação Programática					
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.					
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.					
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretaria da Fazenda.					
Público alvo: Administração direta					
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano					
Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
Valores Previstos:					
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	678.845,00
Total					
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	Total
	Unidade de Medida				
38 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	2 - Atividades		Intendência de Taquara Verde		
26 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 13 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.91 . 0 . 335000					
Estrutura Organizacional					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	tesouraria@caçador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 9 / 167

## Relação de Despesas PPA

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:			Total
						2018	2019	2020	
Fonte de recurso									
100 - Recursos Ordinários					0,00	99.800,00	104.790,00	110.090,00	430.151,00
No período do PPA									
91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS									
27 - Entidade Beneficiada (Un)									
2 - Atividades									
Contribuição financeira a centros comunitários.									
R\$						1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Quantidade:									

**Despesa PPA:** 14 - 1. 2002 . 4 . 123 . 2 . 2.5 . 0 . 319100

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 123 - Administração Financeira

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta


Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano


**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


Valores Previstos:

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div> <div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>Emissão:15/12/2017 10:15</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:13827384-991</div></div> <div>Página11 / 167</div>																																																						
Relação de Despesas PPA																																																						
Subfunção: 123 - Administração Financeira																																																						
Classificação Programática																																																						
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO																																																						
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37. X da Constituição Federal.																																																						
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.																																																						
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.																																																						
Público alvo: Administração direta																																																						
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																						
Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																						
<table><tr><th colspan="2">Fonte de recurso</th><th colspan="4">Valores Previstos:</th><th>Total</th></tr><tr><th colspan="2"></th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>2021</th><th></th></tr><tr><td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td><td>0,00</td><td>22.050,00</td><td>23.152,00</td><td>24.310,00</td><td>90.512,00</td><td></td></tr></table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021	2021		100 - Recursos Ordinários		0,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00																												
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																																
		2018	2019	2020	2021	2021																																																
100 - Recursos Ordinários		0,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00																																																
<table><tr><th>Ação</th><th>Meta Física</th><th>Tipo</th><th>Produto</th><th>No período do PPA</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>Total</th></tr><tr><td colspan="2">5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</td><td>2 - Atividades</td><td>Secretaria de administração.</td><td></td><td>21.000,00</td><td>22.050,00</td><td>23.152,00</td><td>24.310,00</td><td>90.512,00</td></tr><tr><td colspan="2">29 - Manutenção das Atividades (Ano)</td><td>R\$</td><td></td><td></td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>4,00000</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td>Quantidade:</td><td></td><td></td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td>100,00000</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td>Índice Desejado:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		2 - Atividades	Secretaria de administração.		21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00	29 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000			Quantidade:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000			Índice Desejado:							
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																													
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		2 - Atividades	Secretaria de administração.		21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00																																													
29 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																													
		Quantidade:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																													
		Índice Desejado:																																																				
Despesa PPA: 17 - 1. 2002 . 4. 123 . 2. 2.5 . 0. 339300																																																						
Estrutura Organizacional																																																						
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																																						
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO																																																						
Classificação Funcional																																																						
Função: 4 - Administração																																																						
Subfunção: 123 - Administração Financeira																																																						
Classificação Programática																																																						
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO																																																						
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37. X da Constituição Federal.																																																						
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.																																																						
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.																																																						
Público alvo: Administração direta																																																						
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																						
Natureza da despesa: 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe																																																						
<table><tr><th colspan="2">Fonte de recurso</th><th colspan="4">Valores Previstos:</th><th>Total</th></tr><tr><th colspan="2"></th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>2021</th><th></th></tr><tr><td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td><td>31.500,00</td><td>33.075,00</td><td>34.730,00</td><td>36.465,00</td><td>135.770,00</td><td></td></tr></table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021	2021		100 - Recursos Ordinários		31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00	135.770,00																												
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																																
		2018	2019	2020	2021	2021																																																
100 - Recursos Ordinários		31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00	135.770,00																																																

<div><div><div><div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>tsouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 10:15</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 13827384-991</div></div><div><div>Página</div><div>12 / 167</div></div></div></div>									
Relação de Despesas PPA									
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO									
		2 - Atividades	Secretaria de administração.						
		R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	4,00000
Despesa PPA: 18 - 1. 2003 . 15 . 451 . 38 . 1.17 . 0 . 459000									
Estrutura Organizacional									
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
Classificação Funcional									
Função: 15 - Urbanismo									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana									
Classificação Programática									
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL									
Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL									
Problema: PARQUE CENTRAL									
Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL									
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL									
Indicadores: 6 - Ano									
Natureza da despesa: 4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas									
Valores Previstos:									
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total			
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00			
100 - Recursos Ordinários	0,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00			
Total									
Ação									
Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	
17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE									
		1 - Projetos	Desapropriação de áreas em torno do parque.						
		M2	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
		30 - Terreno (m2)	Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	4,00000	
Despesa PPA: 19 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.46 . 0 . 339000									
Estrutura Organizacional									
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA									
Classificação Funcional									
Função: 15 - Urbanismo									
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana									
Classificação Programática									
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA									



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1382-7384-991

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Relação de Despesas PPA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	149.699,00	157.183,00	165.043,00	173.295,00	645.220,00
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	20.570,00	21.598,00	22.678,00	23.812,00	88.658,00
139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos	0,00	452.220,00	474.831,00	498.573,00	523.502,00	1.949.126,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
140 - Royalties de Petróleo - Lei nº 12.858/2013	0,00	18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00	80.654,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		2 - Atividades		Vias Urbanas						
32 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 20 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.48 . 0 . 3390000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.


Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
14 / 167

Relação de Despesas PPA								
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total		
48 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	120 - Manutenção do Cemitério Municipal	2 - Atividades	R\$	Cemitério Municipal	2018	2019		
					1,00000	1,00000		
					25,00000	25,00000		
					Quantidade:		1,00000	1,00000
					Índice Desejado:		25,00000	25,00000
					100,00000	4,00000		

**Despesa PPA:** 21 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.50 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.  
Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020
100 - Recursos Ordinários	0,00	34.528,00	36.255,00	38.067,00
Total				

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
50 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	34 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	R\$	Aeroporto Municipal.						
				Quantidade:						
				Índice Desejado:						
				100,00000						
				25,00000						
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										
25,00000										
1,00000										
1,00000										

**Despesa PPA:** 22 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.51 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 15 / 167
	Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>				

## Relação de Despesas PPA

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
108 - Contribuição para a COSIP		2.439.025,00	2.560.977,00	2.689.025,00	2.823.477,00
<b>Total</b>					10.512.504,00
Ação		No período do PPA			
Meta Física	Tipo	2018	2019	2020	2021
Unidade de Medida	Produto				
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2 - Atividades				
35 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$				
Iluminação pública					
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA: 23 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.51 . 0 . 317100</b>					

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		67.158,00	70.516,00	74.042,00	77.744,00
<b>Total</b>					289.460,00
Ação		No período do PPA			
Meta Física	Tipo	2018	2019	2020	2021
Unidade de Medida	Produto				
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2 - Atividades				
35 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$				
Iluminação pública					
Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA: 24 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.80 . 0 . 339000</b>					

 <p><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31  <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a></p>	<p><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15  <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio  <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991</p>	<p><b>Página</b>  16 / 167</p>
---	---	------------------------------------

## Relação de Despesas PPA

## Estrutura Organizacional

**Unidade Gestora:** 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

### Classificação Programática

Programa:

17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

Problema: Infraestructura Urbana.

**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

**Público alvo:** População.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:			Total
		2018	2019	2020	
100 - Recursos Ordinários	0,00	315.000,00	330.750,00	347.288,00	1.357.690,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00

Despesa PPA: 25 - 1. 2004. 6. 181. 4. 2.14. 0. 339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANCA PÚBLICA

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 181 - Policiamento

## Classificação Programática

Programa: 4 - SERVICOS DE SEGURANCA PÚBLICA

**Objetivo:** Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Problema: SERVICIOS DE SEGURANCA PÚBLICA

**Justificativa:**  
A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Cacador.

**público alvo:**

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 17 / 167
tesouraria@cacador.sc.gov.br <b>Relação de Despesas PPA</b>				

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	
						2018	2019	2020	2021		
Fonte de recurso											
14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	37 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$	2 - Atividades	Segurança pública.		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
						0,00	150.948,00	158.495,00	166.420,00	174.741,00	650.604,00
						0,00	150.948,00	158.495,00	166.420,00	174.741,00	650.604,00
						0,00	309.708,00	325.193,00	341.463,00	398.525,00	1.334.879,00
Total											
Despesa PPA: 26 - 1. 2004 . 6. 181 . 4. 2.14. 0. 449000											
Quantidade:						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
Índice Desejado:						100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

#### Classificação Programática

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.


Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total
						2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso										
					Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
					0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00	384.678,00
					0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00	384.678,00
					0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
						2018	2019	2020	2021	Total



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 18 / 167																																																							
tesouraria@cacador.sc.gov.br																																																											
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																											
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA																																																											
<b>Classificação Funcional</b> Função: 6 - Segurança Pública Subfunção: 181 - Policiamento																																																											
<b>Classificação Programática</b> Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio. Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																											
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td>1.508.850,00</td> <td>1.584.292,00</td> <td>1.663.507,00</td> <td>1.746.682,00</td> <td>6.503.331,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		100 - Recursos Ordinários		1.508.850,00	1.584.292,00	1.663.507,00	1.746.682,00	6.503.331,00	Total																																	
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																																					
		2018	2019	2020	2021																																																						
100 - Recursos Ordinários		1.508.850,00	1.584.292,00	1.663.507,00	1.746.682,00	6.503.331,00																																																					
Total																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Produto</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR</td> <td></td> <td>2 - Atividades</td> <td></td> <td>Manutenção da Guarda Municipal de Caçador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>39 - Manutenção das Atividades (Ano)</td> <td></td> <td>R\$</td> <td></td> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Índice Desejado:</td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <b>Despesa PPA:</b> 28 - 1. 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.13 . 0 . 3390000         </td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		2 - Atividades		Manutenção da Guarda Municipal de Caçador							39 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000					Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000		<b>Despesa PPA:</b> 28 - 1. 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.13 . 0 . 3390000										
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																	
13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		2 - Atividades		Manutenção da Guarda Municipal de Caçador																																																							
39 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																	
				Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																		
<b>Despesa PPA:</b> 28 - 1. 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.13 . 0 . 3390000																																																											
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA																																																											
<b>Classificação Funcional</b> Função: 6 - Segurança Pública Subfunção: 181 - Policiamento																																																											
<b>Classificação Programática</b> Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio. Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																											
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																											
Valores Previstos:																																																											



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 88.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	Valor Global	860.700,00	900.485,00	945.460,00	992.732,00	3.699.377,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
------	-------------	------	-------------------	---------	-------------------	------	------	------	------	-------

13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		2 - Atividades		Manutenção da Guarda Municipal de Caçador						
39 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 29 - 1 . 2009 . 22 . 662 . 2 . 1.26 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria  
Subfunção: 662 - Produção Industrial

Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	Valor Global	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
26 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL		1 - Projetos		Centro empresarial.						
95 - Criação do Centro Empresarial		UN		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 30 - 1 . 2009 . 22 . 661 . 27 . 1.29 . 0 . 339000


Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 20 / 167																																															
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																			
Subfunção: 661 - Promoção Industrial																																																			
<b>Classificação Programática</b> Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico. Problema: Indústria e comércio Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população. Público alvo: Empresas e trabalhadores Indicadores: 6 - Ano																																																			
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>379.000,00</td> <td>398.950,00</td> <td>419.898,00</td> <td>441.892,00</td> <td>1.639.740,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td>0,00</td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:							Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total</b>							
		Valores Previstos:																																																	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																			
100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00																																												
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																												
<b>Total</b>																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>379.000,00</td> <td>398.950,00</td> <td>419.898,00</td> <td>441.892,00</td> <td>1.639.740,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td>0,00</td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:							Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total</b>							
		Valores Previstos:																																																	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																			
100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00																																												
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																												
<b>Total</b>																																																			
<b>Despesa PPA: 31 - 1 . 2009 . 22 . 662 . 27 . 2.76 . 0 . 319000</b>																																																			
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO																																																			
<b>Classificação Funcional</b> Função: 22 - Indústria Subfunção: 662 - Produção Industrial																																																			
<b>Classificação Programática</b> Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico. Problema: Indústria e comércio Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população. Público alvo: Empresas e trabalhadores Indicadores: 6 - Ano																																																			
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>260.728,00</td> <td>273.764,00</td> <td>287.462,00</td> <td>301.825,00</td> <td>1.123.769,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:							Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								100 - Recursos Ordinários		0,00	260.728,00	273.764,00	287.462,00	301.825,00	1.123.769,00	<b>Total</b>															
		Valores Previstos:																																																	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																												
<b>Fonte de recurso</b>																																																			
100 - Recursos Ordinários		0,00	260.728,00	273.764,00	287.462,00	301.825,00	1.123.769,00																																												
<b>Total</b>																																																			

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> </	
--	--

**Objetivo:** Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.


Problema:

**Público alvo:** Empresas e trabalhadores

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Ação**



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

23 / 167

**Relação de Despesas PPA**

78 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO

129 - Manutenção do Parque de Exposições

2 - Atividades

R\$

Parque de Exposições.

**Quantidade:** 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000

**Índice Desejado:** 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA:** 35 - 1 . 2009 . 22 . 661 . 27 . 2.79 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 661 - Promoção Industrial

**Classificação Programática**

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total</b>		<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>

**Ação**

Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
79 - APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	2 - Atividades	Implantação e manutenção da inovação tecnológica.						
130 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica	UN			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Despesa PPA:</b> 36 - 1 . 2009 . 22 . 661 . 27 . 1.32 . 0 . 339000				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**


Função: 22 - Indústria

Subfunção: 661 - Promoção Industrial

**Classificação Programática**

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	Resolução: 15/12/2017 10:15		Página 24 / 167
	Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991 tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		

resolucao@caçador.sc.gov.br

http://www.caçador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

**Problema:** Indústria e comércio

**Justificativa:** A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

**Público alvo:** Empresas e trabalhadores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

						Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total			
100 - Recursos Ordinários		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00			
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
32 - APOIO AO EMPREENDEDOR										
138 - Programa Força do Empreendedor										
1 - Projetos										
R\$										
Apelo ao empreendedorismo.										
Quantidade:										
Índice Desejado:										
						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 38 - 1. 2011 . 4 . 123 . 2 . 2.15 . 0 . 319100

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	530.880,00	557.424,00	585.295,00	2.288.159,00
Ação						
Meta Física						



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 25 / 167
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>				

### Relação de Despesas PPA

156 - Manutenção da Secretaria da Fazenda	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 39 - 1 . 2011 . 4 . 123 . 2 . 2.15 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 123 - Administração Financeira

#### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
		Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
		100 - Recursos Ordinários	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
		Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
		15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2 - Atividades		Secretaria da fazenda		
		156 - Manutenção da Secretaria da Fazenda		Ano				
						Quantidade:	1,00000	1,00000
						Índice Desejado:	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 40 - 1 . 2003 . 15 . 452 . 20 . 1.20 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

#### Classificação Programática

Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS

Objetivo: Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Problema: Vias urbanas



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tasourania@caçador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:15  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:1382-7384-991

26 / 167

Relação de Despesas PPA

Justificativa: O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Público alvo: População  
Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários	0,00	131.540,00	133.117,00	134.773,00	136.511,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
<b>Total</b>					

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS		1 - Projetos								
89 - Pavimentações de Vias Públicas		M2	Vias públicas e passeios			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Quantidade:						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Índice Desejado:						100,00000				

Despesa PPA: 41 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 1.2 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática


Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021
136 - Salário-Educação	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00
<b>Total</b>					

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE		1 - Projetos								
40 - Bens Adquiridos (Un)		UN	Equipamentos e material permanente.			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Quantidade:						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Índice Desejado:						100,00000				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 27 / 167						
Resouraria@cacador.sc.gov.br										
<b>Relação de Despesas PPA</b>										
<b>Despesa PPA: 42 - 1. 2005 . 12. 361 . 11 . 1.3 . 0 . 449000</b>										
<b>Estrutura Organizacional</b>										
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador										
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO										
<b>Classificação Funcional</b>										
Função: 12 - Educação										
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental										
<b>Classificação Programática</b>										
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE										
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.										
Problema: Educação com qualidade.										
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.										
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.										
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano										
<b>Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>										
<b>Valores Previstos:</b>										
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total					
101 - Recursos Próprios - Educação	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00					
189 - Alienações de Bens - Outros	8.109,00	8.514,00	8.940,00	9.387,00	34.950,00					
<b>Total</b>										
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS										
41 - Veículo / Máquina (Un)										
1 - Projetos										
UN										
Aquisição de veículos										
Quantidade:						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 28 / 167
<b>Relação de Despesas PPA</b>				

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:			Total	
						2018	2019	2020		
Fonte de recurso										
101 - Recursos Próprios - Educação						0,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
No período do PPA										
12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS										
42 - Obra (m2)										
1 - Projetos										
M2										
Quantidade:						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 44 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 1.12 . 0 . 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

**Classificação Programática**

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Tipo	Produto	Valor Global	Valores Previstos:				Total
						2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso										
136 - Salário-Educação					0,00	942.740,00	989.877,00	1.039.370,00	1.091.339,00	4.063.326,00
101 - Recursos Próprios - Educação					0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%					0,00	284.796,00	299.036,00	313.986,00	329.687,00	1.227.507,00
Total										

**Despesa PPA:** 45 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 1.13 . 0 . 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 29 / 167
	tesouraria@cacador.sc.gov.br		

## Relação de Despesas PPA

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	72.355,00	75.973,00	79.772,00	83.760,00
136 - Salário-Educação		0,00	197.106,00	206.961,00	217.309,00	228.175,00
<b>Total</b>						

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
					2018	2019	2020	2021
13 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES		1 - Projetos		Construção e reformas de quadras de esportes.				
43 - Obra (m2)		M2		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 46 - 1. 2005 . 12 . 365 . 11 . 1.15 . 0 . 4490000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Resaurata@cacador.sc.gov.br</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 30 / 167
---	--	------------------------------------	--	---------------------------

## Relação de Despesas PPA

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
136 - Salário-Educação	0,00	70.692,00	74.227,00	77.938,00	81.835,00	304.692,00
132 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	448.701,00	471.136,00	494.693,00	519.428,00	1.933.958,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	104.042,00	109.244,00	114.706,00	120.442,00	448.434,00
101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		<b>Unidade de Medida</b>	<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO		1 - Projetos	Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil.			
84 - Construção, Ampliação e Reforma de CEI		M2		1,00000	1,00000	1,00000
			<b>Quantidade:</b>			
			<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 47 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 1.30 . 0 . 339000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
		<b>Unidade de Medida</b>	<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES		1 - Projetos	Ginásios de esportes.			
44 - Obra (m2)		UN		1,00000	1,00000	1,00000
			<b>Quantidade:</b>			
			<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 48 - 1. 2005 . 12 . 361 . 11 . 1.30 . 0 . 449000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.cacador.sc.gov.br

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 13827384-991

Página

31 / 167

Relação de Despesas PPA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
Fonte de recurso						Total
136 - Salário-Educação		0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00
						512.957,00

		Valores Previstos:				
		No período do PPA	2018	2019	2020	2021
Ação		Produto				Total
Meta Física		Unidade de Medida				
30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES		1 - Projetos				
44 - Obra (m2)		UN				
		Ginásios de esportes.	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		Quantidade:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
		Índice Desejado:	100,00000			

Despesa PPA: 49 - 1 . 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.16 . 0 . 335000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.


Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:				
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
Fonte de recurso						Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00
						5.430.758,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 32 / 167							
<b>Relação de Despesas PPA</b>											
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	
16 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.	38 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	R\$	Auxílio financeiro a bombeiros voluntários.	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>Despesa PPA: 50 - 1. 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.13 . 0 . 319100</b>											
<b>Estrutura Organizacional</b>											
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA											
<b>Classificação Funcional</b>											
Função: 6 - Segurança Pública											
Subfunção: 181 - Policiamento											
<b>Classificação Programática</b>											
Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA											
Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.											
Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA											
Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.											
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL											
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano											
<b>Natureza da despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>											
<b>Valores Previstos:</b>											
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		137.550,00		144.428,00		151.650,00		159.232,00	
										592.860,00	
<b>Total</b>											
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	
13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR	39 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	R\$	Manutenção da Guarda Municipal de Caçador	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>Despesa PPA: 51 - 1. 2004 . 6 . 181 . 4 . 2.13 . 0 . 449000</b>											
<b>Estrutura Organizacional</b>											
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA											
<b>Classificação Funcional</b>											
Função: 6 - Segurança Pública											
Subfunção: 181 - Policiamento											
<b>Classificação Programática</b>											
Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA											
Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.											

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 185 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

**Relatório de Despesas PPA**  
Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

tesouraria@cacador.sc.gov.br

337 / 167

**Problema:** SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
**Justificativa:** A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.  
**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR			2 - Atividades					
39 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$						
				Manutenção da Guarda Municipal de Caçador				
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA:</b> 52 - 1. 2009 . 22 . 662 . 27 . 2.12 . 0 . 339000								

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Organizacional: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

**Classificação Programática**

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
12 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.			2 - Atividades					
102 - Qualificação e Requalificação Profissional		R\$						
				Qualificação profissional				
				Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 34 / 167
---	--	---------------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

**Despesa PPA:** 53 - 1. 2009 . 22 . 662 . 27 . 2.76 . 0 . 319100

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

### Classificação Programática

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	13.724,00	14.410,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00
Ação	Meta Física	Produto	2018	2019	2020	2021	Total
						</	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 88.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 35 / 167
		tesouraria@caçador.sc.gov.br		

## Relação de Despesas PPA

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	50.639,00	53.171,00	55.829,00	218.260,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
79 - APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		2 - Atividades		Implantação e manutenção da inovação tecnológica.		
130 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica		UN				
				Quantidade:	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000
					100,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	
					25,00000	
					1,00000	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resourcia@caçador.sc.gov.br

18/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

36 / 167

Relação de Despesas PPA

Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA

Classificação Funcional

- Função: 4 - Administração
- Subfunção: 123 - Administração Financeira

Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Fonte de recurso	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:			Total
							2018	2019	2020	
15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		100 - Recursos Ordinários					556.500,00	584.325,00	613.541,00	2.398.584,00
156 - Manutenção da Secretaria da Fazenda			2 - Atividades		Secretaria da Fazenda					
			Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					Índice Desejado:		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 58 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 2.71 . 0 . 339000

Estrutura Organizacional

- Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador
- Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

- Função: 20 - Agricultura
- Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo: População rural.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Enissão:15/12/2017 10:15  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:1382-7394-991

Página  
37 / 167

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
		2018	2019	2020	2021		
100 - Recursos Ordinários		30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00		131.459,00

 <p><b>Prefeitura Municipal de Cacador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31  <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></p>	<p><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15  <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio  <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991</p>	<p><b>Página</b>  38 / 167</p>
	<p><b>Relação de Despesas PPA</b></p>	

Subfunção: 606 - Extensão Rural

## Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

**Justificativa:** O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

**Público alvo:** População rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	60.000,00	63.000,00	66.150,00	69.498,00	258.608,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
Ação	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Meta Física	Unidade de Medida							
75 - SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	2 - Atividades	Subsídios para agroindústrias						
127 - Subsídio Para Implantação de Agro Industrias	R\$	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000

Despesa PPA: 62 - 1. 2003. 15. 452. 17. 1.21. 0. 449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Unidade Orcamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

Problema: Infraestructura Urbana.

Projeto de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos

devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.


**Público alvo:**

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
	Valor Global	2018	2019	2020	2021	
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 39 / 167	
---	--	---	--	--------------------	--

Relação de Despesas PPA						
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	90 - Construção e Reforma de Pontes	1 - Projetos	M2	Pontes, pontilhões e bueiros	1,00000	4,00000
					Quantidade:	1,00000
					Índice Desejado:	25,00000
<b>Despesa PPA: 63 - 1 . 2003 . 17 . 512 . 17 . 1.22 . 0 . 449000</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						
<b>Classificação Funcional</b>						
Função: 17 - Saneamento						
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano						
<b>Classificação Programática</b>						
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA						
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .						
Problema: Infraestrutura Urbana.						
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.						
Público alvo: População.						
Indicadores: 6 - Ano						
<b>Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>						

Valores Previstos:						
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
<b>Total</b>						

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
22 - CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	91 - Canalização de Córregos	1 - Projetos	MTR	Canalização de córregos	1,00000	4,00000
					Quantidade:	1,00000
					Índice Desejado:	25,00000
<b>Despesa PPA: 64 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 1.24 . 0 . 339000</b>						
<b>Estrutura Organizacional</b>						
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						
<b>Classificação Funcional</b>						
Função: 15 - Urbanismo						
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana						
<b>Classificação Programática</b>						
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA						
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .						



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7394-991

Página 40 / 167

**Problema:** Infraestrutura Urbana.  
**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
**Público alvo:** População.  
Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		Valor Global	2018	2019	2020
<b>Fonte de recurso</b>					<b>Total</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	37.800,00	39.690,00	41.675,00
					162.923,00
		No período do PPA	2018	2019	2020
					<b>Total</b>
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	
24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS					
93 - Construção e Manutenção de Abrigos de Passageiros					
		1 - Projetos			
		UN			
		Abrigos para passageiros:			
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 65 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 1.24 . 0 . 449000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA  
**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.  
Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		Valor Global	2018	2019	2020
<b>Fonte de recurso</b>					<b>Total</b>
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	111.150,00	116.707,00	122.543,00
					479.070,00
		No período do PPA	2018	2019	2020
					<b>Total</b>
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	
24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS					
93 - Construção e Manutenção de Abrigos de Passageiros					
		1 - Projetos			
		UN			
		Abrigos para passageiros:			
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991 tesouraria@caçador.sc.gov.br	Página 41 / 167
--	---	--------------------

### **Relação de Despesas PPA**

Despesa PPA: 66 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.45. 0. 319100

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Unidade Orcamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

Problema: Infraestructura Urbana.

**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

**Público alvo:**

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.191.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		1.577.688,00	1.656.572,00	1.739.401,00	1.826.371,00	6.800.032,00
Meta Física	Unidade de Medida	No período do PPA				Total
31 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	Infraestrutura Urbana.				
	R\$	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
	Quantidade:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
Índice Desejado:		100,00000	100,00000	100,00000	100,00000	4,00000
Despesa PPA:		67 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.45 . 0 . 3390000				

Despesa PPA: 67 - 1.2003.15.451.17.2.45.0.339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção:

### Classificação Programática

Programa:  
17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

Problema: Infraestructura Urbana.

**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

**Público alvo:**

Indicadores: 6 - Ano



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão:15/12/2017 10:15  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:1382-7384-991

Página  
42 / 167

Resolutaria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>							
107 - Contribuição para a CIDE		0,00	65.071,00	68.325,00	71.742,00	75.325,00	280.463,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	6.062.977,00	6.366.126,00	6.684.432,00	7.018.654,00	26.132.189,00
<b>Total</b>							
		No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto			
45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		2 - Atividades		Infraestrutura Urbana.			
31 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	4,00000
					Quantidade:	1,00000	1,00000
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 68 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.45 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano


Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas


		Valores Previstos:					
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>							
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	103.950,00	109.148,00	114.605,00	120.335,00	448.038,00
<b>Total</b>							
		No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto			
45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		2 - Atividades		Infraestrutura Urbana.			
31 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	4,00000
					Quantidade:	1,00000	1,00000
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 69 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.46 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 43 / 167																																										
Resolurafia@cacador.sc.gov.br																																														
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																														
<b>Classificação Funcional</b>																																														
Função: 15 - Urbanismo																																														
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana																																														
<b>Classificação Programática</b>																																														
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA																																														
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .																																														
Problema: Infraestrutura Urbana.																																														
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.																																														
Público alvo: População.																																														
Indicadores: 6 - Ano																																														
<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura</td> <td>Valor Global</td> <td>124.751,00</td> <td>130.988,00</td> <td>137.537,00</td> <td>144.414,00</td> <td>537.690,00</td> </tr> <tr> <td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td> <td></td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td>164 - Transferências de Convênios Estado - Outros</td> <td></td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:							2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>							112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	Valor Global	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	164 - Transferências de Convênios Estado - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
		Valores Previstos:																																												
		2018	2019	2020	2021	Total																																								
<b>Fonte de recurso</b>																																														
112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	Valor Global	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00																																								
134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																								
164 - Transferências de Convênios Estado - Outros		1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																								
<b>Ação</b>																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Meta Física</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Produto</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS</td> <td>2 - Atividades</td> <td>Vias Urbanas.</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>32 - Manutenção das Atividades (Ano)</td> <td>R\$</td> <td>Quantidade:</td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Índice Desejado:</td> <td>100,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	2 - Atividades	Vias Urbanas.							32 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000			Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000							
Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																						
46 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	2 - Atividades	Vias Urbanas.																																												
32 - Manutenção das Atividades (Ano)	R\$	Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																						
		Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																							
<b>Despesa PPA: 70 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.49 . 0 . 339000</b>																																														
<b>Estrutura Organizacional</b>																																														
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador																																														
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA																																														
<b>Classificação Funcional</b>																																														
Função: 15 - Urbanismo																																														
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana																																														
<b>Classificação Programática</b>																																														
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA																																														
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .																																														
Problema: Infraestrutura Urbana.																																														
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.																																														
Público alvo: População.																																														
Indicadores: 6 - Ano																																														
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																														
Valores Previstos:																																														

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		tesouraria@caçador.sc.gov.br Página 44 / 167	
--	--	---	--	---	--

Relação de Despesas PPA						
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		615.500,00	646.275,00	678.399,00	712.518,00	2.652.882,00
<b>Total</b>						

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
49 - MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		2 - Atividades		Praças e ruas						
33 - Manutenção das Atividades (Ano)		MTR								
<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA: 71 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.51 . 0 . 337100**

**Estrutura Organizacional**  
 Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
 Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
 Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
 Problema: Infraestrutura Urbana.  
 Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
 Público alvo: População.  
 Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		42.000,00	44.100,00	46.395,00	48.620,00	181.025,00
<b>Total</b>						

Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		42.000,00	44.100,00	46.395,00	48.620,00	181.025,00
<b>Total</b>						


Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.		2 - Atividades		Iluminação pública.						
35 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$								
<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA: 72 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.51 . 0 . 447100**

**Estrutura Organizacional**  
 Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
 Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.caçador.sc.gov.br

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

Página  
457 / 167

Relação de Despesas PPA

Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total	
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	15.840,00	
		0,00	3.675,00	3.859,00	4.062,00	4.254,00		
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA			Total
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	35 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades		Iluminação pública.				
		R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA: 73 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 1.28 . 0 . 3390000								

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.  
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.  
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.  
Público alvo: População rural.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação	Meta Física	Produto	Total				
	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	



 <p><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31  <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></p>	<p>tesouraria@cacador.sc.gov.br</p>	<p><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15  <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio  <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991</p>	<p><b>Página</b>  46 / 167</p>
---	-------------------------------------	---	------------------------------------

28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	
1 - Projetos	Feira do produtor rural.
R\$	Quantidade:
59 - Obra (m2)	1,00000
	1,00000
	4,00000

Despesa PPA: 75 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 1.31 . 0 . 449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

### Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

**Objetivo:** Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

**Problema:** Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

**Justificativa:** O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

**Público alvo:** População rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso	Valores Previstos:				Total
	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
164 - Transferências de Convênios Estado - Outros	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA				Total
		Unidade de Medida		2018	2019	2020	2021	
31 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL:								
		1 - Projetos	Poços artesanais nas áreas rurais.					
	98 - Construção de Poços Artesianos	UN	<b>Quantidade:</b>	1.00000	1.00000	1.00000	1.00000	4.00000

Despesa PPA: 77 - 1. 2007. 20. 606. 26. 2.70. 0. 319100

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

### Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Prefeitura Municipal de Caçador  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
47 / 167

Relação de Despesas PPA

Problema:

Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa:

O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo:

População rural.

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação

Meta Física

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

0,00

393.750,00

413.438,00

434.109,00

455.815,00

1.697.112,00

Produto

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

Tipo

Unidade de Medida

2 - Atividades

R\$

Quantidade:

Índice Desejado:

100,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000

Despesa PPA:

78 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 1.27 . 0 . 339000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora:

1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária:

2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

Função:

20 - Agricultura

Subfunção:

606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa:

26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo:

Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Problema:

Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa:

O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo:

População rural.

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação

Meta Física

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

Fonte de recurso

100 - Recursos Ordinários

0,00

57.750,00

60.638,00

63.669,00

66.853,00

248.910,00

Produto

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

Tipo

Unidade de Medida

1 - Projetos

Sistema de Inspeção Municipal.

R\$

Quantidade:

Índice Desejado:

100,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000

27 - IMPLANTATION E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL -

SR - Obra (m2)

1 - Projetos

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7394-991

**Relação de Despesas PPA**

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>			
100 - Recursos Ordinários		525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
<b>Total</b>					2.262.816,00
		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
<b>Meta Física</b>		<b>No período do PPA</b>			
		<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>		
		<b>Unidade de Medida</b>			
70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2 - Atividades	Agricultura e Meio Ambiente.		
122 - manutenção da Secretaria da Agricultura		R\$			
		<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000
		<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA:</b> 83 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 2.74 . 0 . 339000					

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

**Classificação Funcional**  
Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 606 - Extensão Rural

**Classificação Programática**  
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.  
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.  
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.  
Público alvo: População rural.

Indicadores: 6 - Ano

		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>			
100 - Recursos Ordinários		50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00
<b>Total</b>					215.506,00
		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
<b>Meta Física</b>		<b>No período do PPA</b>			
		<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>		
		<b>Unidade de Medida</b>			
74 - SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL		2 - Atividades	Melhoria dos acessos que servem para escoamento da produção, bem como os acessos de propriedades rurais, causadas por fatores climáticos adversos.		
126 - Programa Subsidio de Horas Máquinas ao Produtor Rural		HR			
		<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000
		<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA:</b> 84 - 1 . 2007 . 20 . 606 . 26 . 2.77 . 0 . 339000					

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 50 / 167
---	--	---	--	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

### Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura  
 Subfunção: 606 - Extensão Rural

### Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo: População rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	26.500,00	27.825,00	29.216,00	30.677,00
<b>Total</b>						

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA				2020	2021	Total
		Unidade de Medida								
		2 - Atividades								
		R\$	Feiras e eventos.							
			<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			<b>Índice Desejado:</b>		100,00000		25,00000	25,00000	25,00000	
<b>Despesa PPA: 85 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 0 . 339000</b>										

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

Página  
51 / 167

Resolutaria@caçador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	108.610,00
		0,00	25.200,00	26.460,00	27.780,00	29.170,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA			Total
		Unidade de Medida					
		2 - Atividades	Assessoria de imprensa,				
		R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
20 - Manutenção das Atividades (Un)			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA: 86 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.4 . 0 . 339000							

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta


Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valor Global		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		0,00		2018	2019	2020	2021	Total	
				178.500,00	187.430,00	196.800,00	206.640,00	769.370,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto		No período do PPA		Total	
4 - MANUTENÇÃO DO PROCON	21 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades		Manutenção do PROCON					
				R\$		Quantidade:			
						Índice Desejado:			
						1,00000	1,00000	4,00000	
						25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA: 87 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.6 . 0 . 319000									

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 52 / 167																																																			
tesouraria@caçador.sc.gov.br																																																							
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																							
Função: 4 - Administração Subfunção: 122 - Administração Geral																																																							
<b>Classificação Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal. Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda. Público alvo: Administração direta Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																							
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ação</th> <th rowspan="2">Meta Física</th> <th rowspan="2">Tipo</th> <th rowspan="2">Unidade de Medida</th> <th rowspan="2">Produto</th> <th rowspan="2">Valor Global</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="6">Fonte de recurso</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="6">100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>840.000,00</td> <td>882.000,00</td> <td>926.100,00</td> <td>926.100,00</td> <td>3.448.100,00</td> </tr> <tr> <td colspan="6">Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:				Total	2018	2019	2020	2021	Fonte de recurso												100 - Recursos Ordinários						0,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	926.100,00	3.448.100,00	Total											
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto							Valor Global	Valores Previstos:				Total																																							
					2018	2019	2020	2021																																															
Fonte de recurso																																																							
100 - Recursos Ordinários						0,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	926.100,00	3.448.100,00																																												
Total																																																							
6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 22 - Manutenção das Atividades (Ano) Quantidade: 1,00000 Índice Desejado: 25,00000																																																							
<b>Despesa PPA: 88 - 1. 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.6 . 0 . 339000</b>																																																							
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO																																																							
<b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 122 - Administração Geral																																																							
<b>Classificação Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal. Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda. Público alvo: Administração direta Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																							
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="6">Valor Global</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="6"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="6">Fonte de recurso</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="6"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Valor Global						Valores Previstos:				Total							2018	2019	2020	2021	Fonte de recurso																													
Valor Global						Valores Previstos:				Total																																													
						2018	2019	2020	2021																																														
Fonte de recurso																																																							



[illegible]



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br  
http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
54 / 167

### Relação de Despesas PPA

**Classificação Programática**  
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:**  
Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:**  
Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:**  
Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		0,00	5.250,00	5.512,00	5.788,00	6.077,00
<b>Total</b>						<b>22.627,00</b>

Meta Física		Tipo		Unidade de Medida		Produto		No período do PPA		2018		2019		2020		2021		Total	
1.0 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		2 - Atividades		R\$		Controle Interno				1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		4,00000	
24 - Manutenção das Atividades (Ano)						Quantidade:				1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		4,00000	
						Índice Desejado:		100,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000	

**Despesa PPA:** 91 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.88 . 0 . 319000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:**  
Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.


**Justificativa:**  
Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:**  
Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		0,00	48.027,00	50.428,00	52.950,00	55.597,00
<b>Total</b>						<b>207.002,00</b>

Ação		Tipo		Produto		Total	

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 55 / 167					
<b>Relação de Despesas PPA</b>													
<b>Meta Física</b>		<b>Unidade de Medida</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>	
88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		2 - Atividades		Intendência de Taquara Verde									
26 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$											
		<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000	
		<b>Índice Desejado:</b>		100,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000	
<b>Despesa PPA:</b>		<b>92 - 1. 2001 . 4. 122 . 2. 2.88 . 0. 449000</b>											
<b>Estrutura Organizacional</b>													
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador													
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO													
<b>Classificação Funcional</b>													
Função: 4 - Administração													
Subfunção: 122 - Administração Geral													
<b>Classificação Programática</b>													
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO													
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.													
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.													
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.													
Público alvo: Administração direta													
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano													
<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas													
<b>Valores Previstos:</b>													
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>		<b>Total</b>	
100 - Recursos Ordinários		0,00		19.950,00		20.948,00		21.995,00		23.095,00		85.988,00	
<b>Total</b>													
<b>Ação</b>													
<b>Meta Física</b>		<b>Unidade de Medida</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>	
88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		2 - Atividades		Intendência de Taquara Verde									
26 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$											
		<b>Quantidade:</b>		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000	
		<b>Índice Desejado:</b>		100,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000	
<b>Despesa PPA:</b>		<b>93 - 1. 2002 . 4. 123 . 2. 2.5 . 0. 319000</b>											
<b>Estrutura Organizacional</b>													
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador													
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO													
<b>Classificação Funcional</b>													
Função: 4 - Administração													
Subfunção: 123 - Administração Financeira													
<b>Classificação Programática</b>													

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15		Página 56 / 167
	Usuário: Contador - Sérgio		
	Chave de autenticação: 13827384-991		

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

### Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	
						Valor Global	2018	2019	2020		2021
Fonte de recurso											
100 - Recursos Ordinários						0,00	2.663.010,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00	11.477.908,00
Total											
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											
29 - Manutenção das Atividades (Ano)											
R\$											
2 - Atividades											
Secretaria de administração.											
Quantidade:						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:						100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 94 - 1. 2002. 4. 123. 2. 2.5. 0. 337100

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.


**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Meta Física	Ação	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valores Previstos:					Total
					No período do PPA				Total	
					2018	2019	2020	2021		Total
					Valor Global	2018	2019	2020	2021	
					100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 57 / 167
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Relação de Despesas PPA</b>				
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 29 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades R\$		
		Secretaria de administração. Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000		
<b>Despesa PPA: 95 - 1. 2002 . 4 . 123 . 2 . 2.5 . 0 . 447100</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira				
<b>Classificação Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.				
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.				
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.				
Público alvo: Administração direta				
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano				
<b>Natureza da despesa: 4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</b>				

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.460,00	5.432,00
<b>Total</b>						

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO										
29 - Manutenção das Atividades (Ano)										
2 - Atividades										
R\$										
Secretaria de administração.										
Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000										
Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000										
<b>Despesa PPA: 96 - 1. 2002 . 4 . 123 . 2 . 2.5 . 0 . 317100</b>										
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO										
<b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 123 - Administração Financeira										
<b>Classificação Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao										

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Página 58 / 167	
--	--	--	--	------------------------------	--	--------------------	--

## Relação de Despesas PPA

disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

		Valores Previstos:					
		2018	2019	2020	2021	Total	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>				<b>Total</b>	
100 - Recursos Ordinários		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.160,00	45.261,00	
<b>Ação</b>		<b>Produto</b>				<b>Total</b>	
<b>Meta Física</b>		<b>No período do PPA</b>				<b>Total</b>	
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		2 - Atividades					
29 - Manutenção das Atividades (Ano)		Secretaria de administração.					
		R\$					
		<b>Quantidade:</b>					
		1,00000				1,00000	
		<b>Índice Desejado:</b>					
		25,00000				25,00000	
<b>Despesa PPA:</b>		<b>97 - 1. 2002 . 4. 123 . 2. 2.5 . 0. 337200</b>				4,00000	

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos

		Valores Previstos:					
		2018	2019	2020	2021	Total	
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>				<b>Total</b>	
100 - Recursos Ordinários		31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00	
<b>Ação</b>		<b>Produto</b>				<b>Total</b>	
<b>Meta Física</b>		<b>No período do PPA</b>				<b>Total</b>	
5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		2 - Atividades					
		Secretaria de administração.					





 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 60 / 167
<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a> <b>Relação de Despesas PPA</b>				

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		1 - Projetos		Pontes, pontilhões e bueiros						
90 - Construção e Reforma de Pontes		M2				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 100 - 1. 2003 . 15. 452 . 17. 1.23 . 0. 459000

Despesa PPA: 100 - 1. 2003 . 15. 452 . 17. 1.23 . 0. 459000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

**Classificação Programática**

Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		1 - Projetos		Imóveis						
92 - Aquisição de Imóveis		UN		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 101 - 1. 2003. 15. 451. 17. 2.45. 0. 319000

Despesa PPA: 101 - 1. 2003 . 15. 451 . 17. 2.45 . 0. 319000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 88.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 13827384-991

Página 61 / 167

Relação de Despesas PPA

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.  
Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00	21.778.122,00
Ação	Meta Física	Tipo		Produto	No período do PPA		Total
		Unidade de Medida					
45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		2 - Atividades		Infraestrutura Urbana.			
31 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$					
				Quantidade:			4,00000
				Índice Desejado:			25,00000
							25,00000

Despesa PPA: 102 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 319000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental


Classificação Programática


Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.


Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano


Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 62 / 167	
tesouraria@caçador.sc.gov.br					
<b>Relação de Despesas PPA</b>					
101 - Recursos Próprios - Educação					
Ação		Tipo		Produto	
Meta Física		Unidade de Medida		No período do PPA	
29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		2 - Atividades		2018	
45 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		2019	
		Secretaria de Educação		2020	
		Quantidade:		2021	
		Índice Desejado:		Total	
		100,00000		2,407,822,00	
				2,528,213,00	
				2,654,624,00	
				2,787,355,00	
				10,378,014,00	
<b>Despesa PPA: 103 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 319100</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
<b>Classificação Programática</b>					
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.					
Problema: Educação com qualidade.					
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.					
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.					
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano					
<b>Natureza da despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>					
<b>Valores Previstos:</b>					
Fonte de recurso		Valor Global		2018	
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00		2019	
		411,677,00		2020	
		432,260,00		2021	
		453,874,00		1,774,378,00	
Total		No período do PPA		Total	
29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		2 - Atividades		2018	
45 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		2019	
		Secretaria de Educação		2020	
		Quantidade:		2021	
		Índice Desejado:		Total	
		100,00000		2,407,822,00	
				2,528,213,00	
				2,654,624,00	
				2,787,355,00	
				10,378,014,00	
<b>Despesa PPA: 104 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 339000</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
<b>Classificação Programática</b>					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 63 / 167																																																																																																																																																																																		
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																																																																																																																																																						
<b>Programa:</b> 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE <b>Objetivo:</b> Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. <b>Problema:</b> Educação com qualidade. <b>Justificativa:</b> A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. <b>Público alvo:</b> Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																																																																																																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>249.501,00</td> <td>261.976,00</td> <td>275.075,00</td> <td>288.825,00</td> <td>1.075.381,00</td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>4.269,00</td> <td>4.482,00</td> <td>4.706,00</td> <td>4.941,00</td> <td>18.398,00</td> </tr> <tr> <td>101 - Recursos Próprios - Educação</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>5.373.022,00</td> <td>5.641.673,00</td> <td>5.923.757,00</td> <td>6.219.945,00</td> <td>23.158.397,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.825,00	1.075.381,00	100 - Recursos Ordinários		0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00	18.398,00	101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	5.373.022,00	5.641.673,00	5.923.757,00	6.219.945,00	23.158.397,00	<b>Total</b>																																																																																																																																																	
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																															
62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.825,00	1.075.381,00																																																																																																																																																																															
100 - Recursos Ordinários		0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00	18.398,00																																																																																																																																																																															
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	5.373.022,00	5.641.673,00	5.923.757,00	6.219.945,00	23.158.397,00																																																																																																																																																																															
<b>Total</b>																																																																																																																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Produto</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>45 - Manutenção das Atividades (Ano)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2 - Atividades</td> <td>Secretaria de Educação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>R\$</td> <td>Quantidade:</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Índice Desejado:</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Despesa PPA: 105 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 449000</b> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Estrutura Organizacional</b>            Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador            Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Classificação Funcional</b>            Função: 12 - Educação            Subfunção: 361 - Ensino Fundamental         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Classificação Programática</b>            Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE            Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.            Problema: Educação com qualidade.            Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.            Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.            Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas       </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>101 - Recursos Próprios - Educação</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>578.841,00</td> <td>607.406,00</td> <td>637.776,00</td> <td>669.664,00</td> <td>2.493.687,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Produto</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody></table>					Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO											45 - Manutenção das Atividades (Ano)				2 - Atividades	Secretaria de Educação										R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000						Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA: 105 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 449000</b>											<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO											<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental											<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano											<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas											<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>101 - Recursos Próprios - Educação</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>578.841,00</td> <td>607.406,00</td> <td>637.776,00</td> <td>669.664,00</td> <td>2.493.687,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00	<b>Total</b>								<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Produto</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total											
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																												
29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO																																																																																																																																																																																						
45 - Manutenção das Atividades (Ano)				2 - Atividades	Secretaria de Educação																																																																																																																																																																																	
				R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																																																												
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																																																												
<b>Despesa PPA: 105 - 1 . 2005 . 12 . 361 . 11 . 2.29 . 0 . 449000</b>																																																																																																																																																																																						
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																																																																																																																																																																																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental																																																																																																																																																																																						
<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																																																																																																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																																																																																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>101 - Recursos Próprios - Educação</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>578.841,00</td> <td>607.406,00</td> <td>637.776,00</td> <td>669.664,00</td> <td>2.493.687,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00	<b>Total</b>																																																																																																																																																											
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																															
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00																																																																																																																																																																															
<b>Total</b>																																																																																																																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Produto</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																	
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																																																												

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 64 / 167
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Relação de Despesas PPA</b>				
29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 45 - Manutenção das Atividades (Ano)		2 - Atividades R\$		
Quantidade: Índice Desejado:		1,00000 25,00000		
Despesa PPA: 106 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.30 . 0. 319000				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
<b>Classificação Programática</b>				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano				
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas				
<b>Valores Previstos:</b>				
<b>Fonte de recurso</b> 118 - Transferências do FUNDEB - 60%		<b>Valor Global</b> 0,00		
		2018 10.040.600,00		
		2019 10.542.630,00		
		2020 11.069.762,00		
		2021 11.623.250,00		
<b>Total</b> 43.276.242,00				
<b>Ação</b>				
<b>Meta Física</b> 30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60% 46 - Manutenção das Atividades (Ano)		<b>Produto</b> FUNDEB 60%		
Quantidade: Índice Desejado:		1,00000 25,00000		
Despesa PPA: 107 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.30 . 0. 319100				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
<b>Classificação Programática</b>				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade.				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 65 / 167
---	--	---	--	--------------------

Relação de Despesas PPA									
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.									
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.									
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano									
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									

Valores Previstos:									
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total		
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00	7.904.292,00		

Meta Física		Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		2 - Atividades		FUNDEB 60%						
46 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 108 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.31 . 0. 319000**

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

**Classificação Programática**

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:									
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total		
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00	14.643.526,00		


Meta Física		Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		2 - Atividades		Fundeb 40%						
47 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000


**Despesa PPA: 109 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.31 . 0. 319100**

**Estrutura Organizacional**

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382.7384.991		Página 66 / 167					
<b>Relação de Despesas PPA</b>									
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental									
<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano									
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
<b>Valores Previstos:</b>									
<b>Fonte de recurso</b> 119 - Transferências do FUNDEB - 40%		<b>Valor Global</b> 0,00	<b>2018</b> 611.220,00	<b>2019</b> 641.781,00	<b>2020</b> 673.871,00	<b>2021</b> 707.564,00	<b>Total</b> 2.634.436,00		
<b>Ação</b> 31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40% 47 - Manutenção das Atividades (Ano)	<b>Meta Física</b> 40%	<b>Tipo</b> 2 - Atividades R\$	<b>Unidade de Medida</b> Função 40% Quantidade: 1,00000 Índice Desejado: 25,00000	<b>Produto</b> No período do PPA 100,00000	<b>2018</b> 1,00000 25,00000	<b>2019</b> 1,00000 25,00000	<b>2020</b> 1,00000 25,00000	<b>2021</b> 1,00000 25,00000	<b>Total</b> 4,00000
<b>Despesa PPA: 110 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.56 . 0 . 335000</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 361 - Ensino Fundamental									
<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano									
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos									
<b>Valores Previstos:</b>									



<div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>Emissão: 15/12/2017 10:15</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1382-7384-991</div></div><div><div>Página</div><div>67 / 167</div></div></div></div></div>		<div>Relação de Despesas PPA</div>					
Fonte de recurso		Valor Global				Total	
101 - Recursos Próprios - Educação		500.078,00				578.903,00	
		551.336,00				2.155.399,00	
		525.082,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00	
		551.336,00				578.903,00</	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Resolução: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página 68 / 167

**Relação de Despesas PPA**

**Classificação Programática**  
11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Programa: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Objetivo: Educação com qualidade.  
Problema: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Justificativa: Alunos da rede municipal de ensino.  
Público alvo: Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
136 - Salário-Educação		0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00	1.715.232,00

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA		Total
32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO		Unidade de Medida				
		2 - Atividades	Salário Educação			
48 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$	Quantidade:	1,00000		1,00000
			Índice Desejado:	25,00000		25,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000
				1,00000		1,00000
				25,00000		25,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 69 / 167		
<b>Relação de Despesas PPA</b>						
48 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 114 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.32 . 0. 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.  
 Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.490.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
136 - Salário-Educação		0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00
						698.998,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total
					2018	2019	
32 - APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO			2 - Atividades	Salário Educação			
48 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$			1,00000	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 115 - 1. 2005 . 12. 361 . 11. 2.33 . 0. 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 70 / 167
--	--	---	--------------------

**Público alvo:** Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Valores Previstos:					Total
				2018	2019	2020	2021		
Unidade de Medida				Valor Global					
33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		2 - Atividades	Transporte escolar.	No período do PPA					Total
49 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$	Quantidade:	1.00000	1.00000	1.00000	1.00000	4.00000	

Despesa PPA: 116 - 1. 2005. 12. 366. 11. 2.35. 0. 339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

**Objetivo:** Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte

escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

**Público alvo:** Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Meta Física		Valores Previstos:					Total
Ação	Produto	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021	Total
35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2 - Atividades	Manutenção de educação de jovens e adultos					
	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
50 - Manutenção das Atividades (Ano)		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 71 / 167
---	--	---	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

**Despesa PPA:** 117 - 1. 2005 . 12. 365 . 11. 2.36 . 0. 339000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>							
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
		No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto			
36 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		2 - Atividades		Educação Infantil.			
51 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$					
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
			100,00000				
<b>Despesa PPA:</b> 118 - 1. 2005 . 12. 365 . 11. 2.37 . 0. 335000							

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
 Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil

### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
 Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
 Problema: Educação com qualidade.  
 Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
 Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	
	tesouraria@cacador.sc.gov.br <b>Relação de Despesas PPA</b>	

Natureza da despesa: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	
						Valor Global	2018	2019	2020		
Fonte de recurso											
119 - Transferências do FUNDEB - 40%						0,00	3.206.250,00	3.366.563,00	3.534.891,00	3.711.635,00	13.813.339,00
101 - Recursos Próprios - Educação						0,00	2.887.500,00	3.031.875,00	3.183.469,00	3.342.642,00	12.445.486,00
Total											
37 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO											
52 - Manutenção das Atividades (Ano)											
2 - Atividades											
R\$											
Parcerias com entidades de apoio ao ensino.											
Quantidade:						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:						100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 119 - 1. 2005 . 12. 364 . 11. 2.41 . 0. 339000**

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas**

Valores Previstos:						
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00

									<b>Total</b>
41 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO									
53 - Manutenção das Atividades (Ano)									
2 - Atividades									
UN									
Bolsas de estudos.									
<b>Quantidade:</b>							1,00000	1,00000	1,00000
<b>Índice Desejado:</b>						100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 120 - 1. 2005 . 12. 306 . 11. 2.42 . 0. 339000**

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382.7384-991

Página  
73 / 167

resourc@caçador.sc.gov.br

http://www.caçador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

**Classificação Funcional**  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

**Classificação Programática**  
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
137 - Outras Transferências do FNDE	0,00	1.126.497,00	1.182.822,00	1.241.963,00	1.304.061,00	4.855.343,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	3.448.100,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
42 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		2 - Atividades		Merenda escolar						
54 - Manutenção das Atividades (Ano)		ATM		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

Despesa PPA: 121 - 1. 2005 . 12. 367 . 11. 2. 68 . 0 . 339000


**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 367 - Educação Especial

**Classificação Programática**  
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total



<div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 88.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resouratna@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div> <div><div>Emissão: 15/12/2017 10:15</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1382-7384-991</div></div> <div><div>Página</div><div>74 / 167</div></div>								
Relação de Despesas PPA								
137 - Outras Transferências do FNDE		0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA		2020	2021	Total
68 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE		2 - Atividades	Atendimento Educacional Especializado					
56 - Manutenção das Atividades (Ano)		Ano						
			Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 122 - 1. 2008 . 4. 122 . 2. 2.11 . 0 . 319000								
Estrutura Organizacional								
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador								
Unidade Orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO								
Classificação Funcional								
Função: 4 - Administração								
Subfunção: 122 - Administração Geral								
Classificação Programática								
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO								
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.								
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.								
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.								
Público alvo: Administração direta								
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano								
Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas								
Valores Previstos:								
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	298.200,00	313.110,00	328.765,00	345.203,00	1.285.278,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA		2020	2021	Total
11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO		2 - Atividades	Gabinete do Vice - Prefeito					
139 - Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito		R\$						
			Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Despesa PPA: 123 - 1. 2008 . 4. 122 . 2. 2.11 . 0 . 339000								
Estrutura Organizacional								
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador								
Unidade Orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO								
Classificação Funcional								
Função: 4 - Administração								
Subfunção: 122 - Administração Geral								



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
75 / 167

**Classificação Programática**

**Programa:** 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo:** Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

**Problema:** Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

**Justificativa:** Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Público alvo:** Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
<b>Total</b>						<b>45.256,00</b>

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
1.1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO		2 - Atividades		Gabinete do Vice - Prefeito						
		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
	139 - Manutenção do Gabinete do Vice - Prefeito			Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 125 - 1.10099 . 99 . 999 . 9999 . 9.999 . 0 . 999000

**Estrutura Organizacional**

**Unidade Gestora:** 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

**Unidade Orçamentária:** 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Classificação Funcional**

**Função:** 99 - Reserva de Contingência

**Subfunção:** 999 - Reserva de Contingência

**Classificação Programática**

**Programa:** 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivo:** Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Problema:** Riscos fiscais, passivos contingentes e intemperies


**Justificativa:** Atendimento a casos de calamidade pública e riscos fiscais.

**Público alvo:** População

Indicadores: 6 - Ano

<b>Natureza da despesa:</b> 9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas		Valores Previstos:				
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00
<b>Total</b>						<b>537.690,00</b>

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
------	-------------	------	-------------------	---------	-------------------	------	------	------	------	-------

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 76 / 167	
<b>Relação de Despesas PPA</b> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>					
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 135 - Reserva de Contingenda		9 - Não Orçamentária Ano		Passivos contingentes, intemperies, catástrofes, perdas patrimoniais Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000 Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000	
<b>Despesa PPA: 126 - 1. 2001 . 4 . 122 . 2 . 1.4 . 0 . 449000</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 4 - Administração Subfunção: 122 - Administração Geral					
<b>Classificação Programática</b> Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal. Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda. Público alvo: Administração direta Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano					
<b>Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>					
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valor Global</b> 0,00		<b>Valores Previstos:</b> 2018 2019 2020 2021 50.000,00 52.500,00 54.600,00 57.330,00 <b>Total</b> 214.430,00	
<b>Ação</b> 4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON 18 - Obra (Un)		<b>Tipo</b> Unidade de Medida 1 - Projetos UN		<b>Produto</b> No período do PPA 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 <b>Quantidade:</b> Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000 <b>Total</b> 4,00000	
<b>Despesa PPA: 128 - 1. 2003 . 15 . 451 . 17 . 2.51 . 0 . 337200</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 15 - Urbanismo Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana					
<b>Classificação Programática</b> Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .					



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Emissão:15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:1382-7384-991

Página  
77 / 167

**Problema:** Infraestrutura Urbana.  
**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
**Público alvo:** População.  
**Indicadores:** 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos

		Valores Previstos:				
		Valor Global		2018	2019	Total
Fonte de recurso		100 - Recurso Ordinários		578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	35 - Manutenção das Atividades (Ano)	2 - Atividades	R\$	Iluminação pública.		
				Quantidade:	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 129 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 339300

**Estrutura Organizacional**  
**Unidade Gestora:** 5 - Fundo Municipal de Saúde  
**Unidade Orçamentária:** 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
**Classificação Funcional**  
**Função:** 10 - Saúde  
**Subfunção:** 301 - Atenção Básica

**Classificação Programática**  
**Programa:** 8 - SAÚDE BÁSICA  
**Objetivo:** Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
**Problema:** Manutenção da Saúde Basica  
**Justificativa:** O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
**Público alvo:** População  
**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe

		Valores Previstos:				
		Valor Global		2018	2019	Total
Fonte de recurso		102 - Recurso Próprios - Saúde		21.000,00	23.153,00	90.513,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	111 - Manutenção da Atenção Basica	2 - Atividades	ATM	Fundo Municipal de Saúde de Caçador		
				Quantidade:	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 78 / 167
	tesouraria@cacador.sc.gov.br		

## Relação de Despesas PPA

**Despesa PPA:** 130 - 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 1.11 . 0 . 449000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
 Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
 Problema: Manutenção da Saúde Básica  
 Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
 Público alvo: População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
Fonte de recurso	Valor Global				Total
138 - Transferências do SUS - União	0,00	271.895,00	285.490,00	299.765,00	314.753,00
167 - Transferências do SUS - Estado	0,00	149.940,00	157.437,00	165.309,00	173.574,00
					646.260,00
Ação	Meta Física	No período do PPA			
	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021
1.1 - BLOCO DE INVESTIMENTOS	1 - Projetos				
82 - Investimentos	UN				
		Investimentos de capital, tais como contruições de unidades de saúde, equipamentos e veículos			
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000
					4,00000

**Despesa PPA:** 131 - 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 317100

### Estrutura Organizacional


Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
 Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
 Problema: Manutenção da Saúde Básica  
 Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Relatório de Despesas PPA

proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo:

População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa:

3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

102 - Recurso Próprios - Saúde

15.750,00

16.538,00

17.364,00

18.233,00

67.885,00

Meta Física

Unidade de Medida

Produto

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2 - Atividades

Fundo Municipal de Saúde de Caçador

Quantidade:

1,00000

1,00000

1,00000

1,00000

4,00000

111 - Manutenção da Atenção Básica

ATM

Índice Desejado:

25,00000

25,00000

25,00000

25,00000

25,00000

Despesa PPA:

132 - 5.4001.10.301.8.2.24.0.319000

Estrutura Organizacional

5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Gestora:

4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

10 - Saúde

Subfunção:

301 - Atenção Básica

Classificação Programática

8 - SAÚDE BÁSICA

Programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Objetivo:

Manutenção da Saúde Básica

Problema:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Justificativa:

População

Público alvo:

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa:

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

102 - Recurso Próprios - Saúde

20.249.940,00

21.412.437,00

22.633.059,00

23.914.712,00

88.210.148,00

Meta Física

Unidade de Medida

Produto

No período do PPA

2018

2019

2020

2021

Total

24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2 - Atividades

Fundo Municipal de Saúde de Caçador

Quantidade:

1,00000

1,00000

1,00000

1,00000

4,00000

111 - Manutenção da Atenção Básica

ATM

Índice Desejado:

25,00000

25,00000


25,00000

25,00000

25,00000

Despesa PPA:

133 - 5.4001.10.301.8.2.24.0.319100



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
80 / 167

Relação de Despesas PPA

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Manutenção da Saúde Básica  
Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
Público alvo: População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
102 - Recursos Próprios - Saúde		3.103.400,00	3.303.570,00	3.526.999,00	3.750.198,00	13.684.167,00
Meta Física		No período do PPA				Total
Ação	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021	
24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Fundo Municipal de Saúde de Caçador				
111 - Manutenção da Atenção Básica		Quantidade:				4,00000
		Índice Desejado:				25,00000

Despesa PPA: 134 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 335000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Manutenção da Saúde Básica  
Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
Público alvo: População



<div><b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 08.074.302/0001-31 <a href="http://www.caxador.sc.gov.br">http://www.caxador.sc.gov.br</a></div>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 81 / 167
tesouraria@caxador.sc.gov.br		<b>Relação de Despesas PPA</b>		

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
102 - Recurso Próprios - Saúde		1.813.304,00	1.999.167,00	1.999.167,00	7.443.397,00
Valor Global		0,00			
Ação		No período do PPA			
Meta Física	Tipo Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021
24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
2 - Atividades					
111 - Manutenção da Atenção Básica					
ATM		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
Fundo Municipal de Saúde de Caxador.		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Quantidade:					4,00000
Índice Desejado:		100,00000			

**Despesa PPA:** 135 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 337100

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

#### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Mutuação da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
102 - Recurso Próprios - Saúde		10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
Valor Global		0,00			
Ação		No período do PPA			
Meta Física	Tipo Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021
24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
2 - Atividades					
111 - Manutenção da Atenção Básica					
ATM		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
Fundo Municipal de Saúde de Caxador.		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Quantidade:					4,00000
Índice Desejado:		100,00000			

**Despesa PPA:** 136 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resouratla@cacador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
83 / 167

**Relação de Despesas PPA**

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
138 - Transferências do SUS - União		525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00
Total					2.262.816,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA
40 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE					
117 - Vigilância em Saúde					
2 - Atividades					
ATM					
Vigilância Epidemiológica em Saúde.					
Quantidade:					
Índice Desejado:					
		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
		100,00000			4,00000

Despesa PPA: 143 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 38 . 2.109 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL  
Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Problema: PARQUE CENTRAL  
Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL  
Indicadores: 6 - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00
Total					90.513,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA
109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL					
134 - Manutenção do Parque Central					
2 - Atividades					
Ano					
Parque central					
Quantidade:					
Índice Desejado:					
		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
		100,00000			4,00000

Despesa PPA: 144 - 1 . 2003 . 15 . 452 . 37 . 2.108 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo

[illegible]

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>	<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>	<div>Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991</div>	<div>Página 86 / 167</div>
---	---	--	--------------------------------

## Relação de Despesas PPA

### Classificação Programática

24 - MEIO AMBIENTE

Programa: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Objetivo: Degradação ambiental: solo, água e ar.

Problema: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

Justificativa: População urbana e rural.

Público alvo: Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA			Total
		Unidade de Medida					
94 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS	145 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos	2 - Atividades		Profissionais e agentes públicos.			
		Ano		Quantidade:			4,00000
				Índice Desejado:			25,00000
				100,00000			25,00000
Despesa PPA:		152 - 1. 2007 . 18 . 541 . 24 . 1.9.0. 449000					

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

### Classificação Programática

24 - MEIO AMBIENTE

Programa: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Objetivo: Degradação ambiental: solo, água e ar.

Problema: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

Justificativa: População urbana e rural.

Público alvo: Indicadores: 6 - Ano


**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00





[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesouraria@cacador.sc.gov.br http://www.cacador.sc.gov.br		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991		<b>Página</b> 89 / 167			
<b>Relação de Despesas PPA</b>											
23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO		2 - Atividades		Preservação ambiental.							
110 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação Ambiental		R\$		Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000							
				Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000							
<b>Despesa PPA:</b>		<b>156 - 1 . 2007 . 10 . 305 . 24 . 2.25 . 0 . 339000</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>											
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária:		2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE									
<b>Classificação Funcional</b>											
Função:		10 - Saúde									
Subfunção:		305 - Vigilância Epidemiológica									
<b>Classificação Programática</b>											
Programa:		24 - MEIO AMBIENTE									
Objetivo:		Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.									
Problema:		Degradação ambiental: solo, água e ar.									
Justificativa:		É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.									
Público alvo:		População urbana e rural.									
		Indicadores: 6 - Ano									
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas											
<b>Valores Previstos:</b>											
Fonte de recurso		Valor Global		2018		2019		2020		Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00		61.950,00		65.048,00		68.300,00		267.013,00	
Ação		Produto		2018		2019		2020		Total	
Meta Física		Unidade de Medida		2018		2019		2020		Total	
25 - VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL		2 - Atividades		Controle da população animal.							
112 - Vacinação e Controle Animal		ATM		Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000							
				Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000							
<b>Despesa PPA:</b>		<b>157 - 1 . 2007 . 17 . 512 . 24 . 1.19 . 0 . 339000</b>									
<b>Estrutura Organizacional</b>											
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária:		2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE									
<b>Classificação Funcional</b>											
Função:		17 - Saneamento									
Subfunção:		512 - Saneamento Básico Urbano									
<b>Classificação Programática</b>											
Programa:		24 - MEIO AMBIENTE									
Objetivo:		Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.									



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
90 / 167

resolurafia@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

**Problema:** Degradação ambiental: solo, água e ar.

**Justificativa:** É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

**Público alvo:** População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					Total	
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00	3.612.667,00	13.450.855,00	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total	
19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SÓLIDO	88 - Serviços de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	1 - Projetos		Resíduos sólido, compostos por lixos residenciais e hospitalares e detritos.				
		TON		Quantidade:	1.000,00000	1.000,00000	1.000,00000	4.000,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 158 - 1. 2007 . 17 . 512 . 24 . 2.26 . 0 . 3390000

**Estrutura Organizacional**

**Unidade Gestora:** 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

**Unidade Orçamentária:** 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

**Classificação Funcional**

**Função:** 17 - Saneamento

**Subfunção:** 512 - Saneamento Básico Urbano

**Classificação Programática**

**Programa:** 24 - MEIO AMBIENTE

**Objetivo:** Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

**Problema:** Degradação ambiental: solo, água e ar.

**Justificativa:** É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

**Público alvo:** População urbana e rural.

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Natureza da despesa:		Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.777.769,00	186.658,00	195.991,00	205.790,00	766.208,00
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA		Total	
		Unidade de Medida		2018	2019	2020	2021
26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	2 - Atividades		Sistema de esgotamento sanitário.				



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

**tesouraria@caçador.sc.gov.br**

**Emissão:** 15/12/2017 10:15  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 1382-7384-991

**Página**  
91 / 167

Relação de Despesas PPA				
1.13 - Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 159 - 1. 2007 . 17 . 512 . 24 . 2.26 . 0. 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

#### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

#### Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE

Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.

Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

Público alvo: População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:				
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020
100 - Recursos Ordinários	0,00	230.790,00	242.330,00	254.446,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00
<b>Total</b>				

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	2 - Atividades	Sistema de esgotamento sanitário.							
113 - Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário	R\$								
		Quantidade:			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA:** 160 - 1. 2003 . 15 . 451 . 34 . 2.27 . 0. 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resouratania@caçador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

http://www.caçador.sc.gov.br

Página  
92 / 167

**Relação de Despesas PPA**

**Problema:** PLANEJAMENTO URBANO

**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	190.000,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	818.924,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00

**Despesa PPA:** 161 - 1. 2007 . 4. 122 . 28 . 1.34 . 0 . 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

Objetivo: Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde acontecerão as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário.

**Problema:** Falta de espaços adequados para a população desenvolver atividades.

**Justificativa:** Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporciona qualidade de vida.

**Público alvo:** População

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		0,00	180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total
34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL	161 - Quintal Social	1 - Projetos		Programa Quintal Social			
		Ano					
				Quantidade:	10,00000	10,00000	40,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 162 - 1. 2007 . 17 . 512 . 24 . 2.28 . 0 . 339000


**Prefeitura Municipal de Cacador**  
 Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

## Relação de Despesas PPA

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

### Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE

**Objetivo:** Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.

**Justificativa:** É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

**Público alvo:** População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00	260.000,00	273.000,00	286.650,00	300.983,00	1.120.633,00
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Produto</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
	Unidade de Medida	No período do PPA					
118 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE	2 - Atividades						
115 - Ampliação e Manutenção de Captação de Águas Pluviais	R\$						
	Captação e manejo de águas pluviais						
	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
	<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>Despesa PPA:</b>			<b>163 - 1. 2007 - 17. 512 - 24 - 2.28 - 0 - 449000</b>				

Despesa PPA: 163 - 1. 2007. 17. 512. 24. 2.28. 0. 449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

### Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE

**Objetivo:** Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.

**Justificativa:** É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

**Público alvo:** População urbana e rural.

### Relação de Despesas PPA

**Natureza da despesa:** 4.490.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 164 - 6.5001.8.244.5.2.100.0.339000

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orcamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Função:

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**Objetivo:** Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.

Problema:

**Justificativa:** As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento prevê a superação de situação de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de caráter protetivo, proativo e preventivo.

**Público alvo:** Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em áreas de risco social.

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 165 - 6.5001.8.244.5.2.100.0.449000



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 95 / 167
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

## Relação de Despesas PPA

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

### Classificação Programática

Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivo: Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.

Problema: Proteção Social Básica

Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento prevê a superação de situação de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de caráter protetivo, proativo e preventivo.

Público alvo: Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em áreas de risco social.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
		2018	2019	2020	2021	Total	
Fonte de recurso	Valor Global						
135 - Transferências SUAS/União	0,00	14.207,00	14.917,00	15.663,00	16.446,00	61.233,00	
100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00	
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	1.782,00	1.871,00	1.965,00	2.063,00	7.681,00	
165 - Transferências do SUAS - Estado	0,00	44.000,00	47.740,00	50.127,00	52.633,00	194.500,00	

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		2 - Atividades		Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social a população, promovendo proteção social conforme previsto pelo Sistema Único de Assistência Social.						
151 - Manutenção da Proteção Social Básica		Ano		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	

Despesa PPA: 166 - 6. 5001 . 8. 244 . 25 . 2.101 . 0 . 339000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária


### Classificação Programática

Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE

Objetivo: Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciaram situação de violência e ou violação de direitos.

Problema: Proteção Social Especial de Media Complexidade.

Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Página 96 / 167										
<b>Relação de Despesas PPA</b>																		
Público alvo:		Famílias e indivíduos que vivenciam violência e ou violação de direitos.																
Indicadores:		11 - Manutenção das Atividades - Ano																
Natureza da despesa:		3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																
<b>Valores Previstos:</b>																		
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>Total</b>								
135 - Transferências SUAS/União		0,00		277.958,00		291.856,00		306.449,00		1.198.034,00								
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00		1.260,00		1.323,00		1.389,00		5.431,00								
100 - Recursos Ordinários		0,00		52.500,00		55.125,00		57.881,00		226.281,00								
165 - Transferências do SUAS - Estado		0,00		25.117,00		26.373,00		27.691,00		108.257,00								
<b>Total</b>																		
<b>Ação</b>		<b>Meta Física</b>		<b>Tipo</b>		<b>Produto</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>Total</b>								
				<b>Unidade de Medida</b>														
1.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE				2 - Atividades		Oferta do atendimento a familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.												
152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade				Ano		Quantidade:		1,00000		4,00000								
						Índice Desejado:		25,00000		25,00000								
<b>Despesa PPA: 167 - 6.5001.8.244.25.2.101.0.449000</b>																		
<b>Estrutura Organizacional</b>																		
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																		
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																		
<b>Classificação Funcional</b>																		
Função: 8 - Assistência Social																		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																		
<b>Classificação Programática</b>																		
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE																		
Objetivo: Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciaram situação de violência e ou violação de direitos.																		
Problema: Proteção Social Especial de Média Complexidade.																		
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.																		
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivenciam violência e ou violação de direitos.																		
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																		
<b>Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>																		
<b>Valores Previstos:</b>										<b>Total</b>								
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>Total</b>								
135 - Transferências SUAS/União		0,00		37.877,00		39.770,00		41.759,00		163.253,00								
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00		1.260,00		1.323,00		1.389,00		5.431,00								
100 - Recursos Ordinários		0,00		10.500,00		11.025,00		11.576,00		45.256,00								
165 - Transferências do SUAS - Estado		0,00		54.600,00		57.330,00		60.197,00		235.334,00								
<b>Total</b>																		
<b>Ação</b>		<b>Meta Física</b>		<b>Tipo</b>		<b>Produto</b>		<b>No período do PPA</b>		<b>Total</b>								
				<b>Unidade de Medida</b>														
1.01 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE				2 - Atividades		Oferta do atendimento a familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.												

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

**tesouraria@caçador.sc.gov.br**

**Emissão:** 15/12/2017 10:15  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 1382-7384-991

**Página**  
97 / 167

### Relação de Despesas PPA

152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desejado:</b>		100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 168 - 6. 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

#### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

#### Classificação Programática

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.  
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.  
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				Total
		Valor Global	2018	2019	2020	
<b>Fonte de recurso</b>						
135 - Transferências SUAS/União		0,00	95.600,00	100.380,00	105.399,00	412.048,00
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	5.431,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	226.281,00
<b>Total</b>						

		No período do PPA				Total
		Produto	2018	2019	2020	
<b>Ação</b>						
<b>Meta Física</b>						
102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE						
2 - Atividades						
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade						
<b>Quantidade:</b>			1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desejado:</b>		100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 169 - 6. 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional


Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL


#### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

#### Classificação Programática

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.  
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caxador.sc.gov.br">http://www.caxador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 98 / 167																																																
tesoraria@caxador.sc.gov.br																																																				
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																				
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.																																																				
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.																																																				
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																				
<b>Natureza da despesa:</b> 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="5">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>135 - Transferências SUAS/União</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>1.050,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td>161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>1.260,00</td> <td>1.323,00</td> <td>1.389,00</td> <td>1.459,00</td> <td>5.431,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:								Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								135 - Transferências SUAS/União		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00	<b>Total</b>							
		Valores Previstos:																																																		
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																													
<b>Fonte de recurso</b>																																																				
135 - Transferências SUAS/União		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																													
161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00																																													
<b>Total</b>																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="5">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:								Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE								153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade								<b>Total</b>							
		Valores Previstos:																																																		
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																													
<b>Fonte de recurso</b>																																																				
102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																																																				
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade																																																				
<b>Total</b>																																																				
<b>Despesa PPA: 170 - 6. 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.103 . 0 . 319000</b>																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																				
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social																																																				
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																				
<b>Classificação Funcional</b>																																																				
Função: 8 - Assistência Social																																																				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																																				
<b>Classificação Programática</b>																																																				
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL																																																				
Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.																																																				
Problema: Gestão Municipal do SUAS.																																																				
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.																																																				
Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.																																																				
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="5">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>0,00</td> <td>2.700.000,00</td> <td>2.835.000,00</td> <td>2.976.750,00</td> <td>3.125.586,00</td> <td>11.637.336,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:								Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								100 - Recursos Ordinários		0,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.586,00	11.637.336,00	<b>Total</b>															
		Valores Previstos:																																																		
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																													
<b>Fonte de recurso</b>																																																				
100 - Recursos Ordinários		0,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.586,00	11.637.336,00																																													
<b>Total</b>																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="5">Valores Previstos:</th> <th></th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Fonte de recurso</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>154 - Manutenção do Bloco de Gestão Municipal</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Valores Previstos:								Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>Fonte de recurso</b>								103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL								154 - Manutenção do Bloco de Gestão Municipal								<b>Total</b>							
		Valores Previstos:																																																		
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																													
<b>Fonte de recurso</b>																																																				
103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL																																																				
154 - Manutenção do Bloco de Gestão Municipal																																																				
<b>Total</b>																																																				
<b>Despesa PPA: 171 - 6. 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.103 . 0 . 319100</b>																																																				
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 99 / 167																																																																		
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																																						
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																																						
<b>Classificação Funcional</b>																																																																						
Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																																																						
<b>Classificação Programática</b>																																																																						
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS. Problema: Gestão Municipal do SUAS. Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="3">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>450.000,00</td> <td>472.500,00</td> <td>496.125,00</td> <td>520.931,00</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Global</b></td> <td><b>0,00</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>1.939.556,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:			Total			2018	2019	2020	2021	100 - Recursos Ordinários		450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,00	<b>Valor Global</b>	<b>0,00</b>				<b>1.939.556,00</b>																																										
Fonte de recurso		Valores Previstos:			Total																																																																	
		2018	2019	2020	2021																																																																	
100 - Recursos Ordinários		450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,00																																																																	
<b>Valor Global</b>	<b>0,00</b>				<b>1.939.556,00</b>																																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Produto</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>154 - Manutenção do Bloco da Gestão Municipal</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5">           As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.         </td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <b>Quantidade:</b> </td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <b>Índice Desejado:</b> </td> <td>100,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL											154 - Manutenção do Bloco da Gestão Municipal											As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desejado:</b>					100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																												
103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL																																																																						
154 - Manutenção do Bloco da Gestão Municipal																																																																						
As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																												
<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																												
<b>Índice Desejado:</b>					100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																													
<b>Despesa PPA: 172 - 6. 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.103 . 0 . 335000</b>																																																																						
<b>Estrutura Organizacional</b>																																																																						
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																																																						
<b>Classificação Funcional</b>																																																																						
Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																																																						
<b>Classificação Programática</b>																																																																						
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS. Problema: Gestão Municipal do SUAS. Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="3">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>39.501,00</td> <td>41.476,00</td> <td>43.550,00</td> <td>45.727,00</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Global</b></td> <td><b>0,00</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>170.254,00</b></td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:			Total			2018	2019	2020	2021	100 - Recursos Ordinários		39.501,00	41.476,00	43.550,00	45.727,00	<b>Valor Global</b>	<b>0,00</b>				<b>170.254,00</b>																																										
Fonte de recurso		Valores Previstos:			Total																																																																	
		2018	2019	2020	2021																																																																	
100 - Recursos Ordinários		39.501,00	41.476,00	43.550,00	45.727,00																																																																	
<b>Valor Global</b>	<b>0,00</b>				<b>170.254,00</b>																																																																	



## Relação de Despesas PPA

Problema: Gestão Municipal do SUAS.

Famílias e indivíduos que necessitam da Política de Assistência Social no Município.

Famílias e indivíduos que necessitam da Política de Assistência Social no Município.

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 175 - 8.6001.16.482.22.1.25.0.449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação

Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

### Classificação Programática

Programa: 22 - HABITAÇÃO

**Objetivo:** Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.

Problema: HABITAÇÃO POPULAR

**Justificativa:**  
O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.

**Público alvo:** Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social

Indicadores:  
6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>tesouraria@caçador.sc.gov.br</b>  <b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 104 / 167
--	---	----------------------------

## **Relação de Despesas PPA**

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

### Classificação Programática

Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

**Objetivo:** Ações voltadas para crianças e adolescentes.

Problema: Ações voltadas para crianças e adolescentes

1. **Objetivo:** Avaliar a eficácia da intervenção educacional em relação à redução de comportamentos de risco e ao aumento da adesão ao tratamento.

Justificativa: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, promove ações para a manutenção de serviços, programas e projetos voltados para criança e adolescentes.

**Público alvo:** Crianças e Adolescentes

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00
						113.142,00

Meta Física		No período do PPA		Total	
Ação	Tipo	Produto	2018	2019	2020
Meta Física		Unidade de Medida			
17 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		2 - Atividades			
		Adolescentes.			
157 - CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES		Ano			
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
					4,00000

Despesa PPA: 180 - 2.12001.27.812.31.281.0.319000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orcamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

### Classificação Programática

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

**Objetivo:** Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Desporto Amador

Atividade

possibilitam a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

**Público alvo:** Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Descrição	Meta Física	Tipo	Produto	Valor Global	Valores Previstos:			Total
					2018	2019	2020	
100 - Recursos Ordinários				0,00	536.424,00	563.245,00	591.407,00	2.312.054,00
<b>2 - Atividades</b> Fundação Municipal de Esportes de Cagador.								
				<b>No período do PPA</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>

1.1 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 105 / 167
---	--	---	--	---------------------

Relação de Despesas PPA				
	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000
131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes			1,00000	1,00000
<b>Despesa PPA: 181 - 2. 12001. 27. 812. 31. 2.81. 0. 319100</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Índice Desejado:</b>				

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

**Classificação Funcional**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários	0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00
<b>Total</b>					588.332,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021
81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		2 - Atividades		Fundação Municipal de Esportes de Caçador.		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		R\$				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA: 182 - 2. 12001. 27. 812. 31. 2.81. 0. 339000</b>				<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

**Classificação Funcional**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que

 <b>Prefeitura Municipal de Caxador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caxador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caxador.sc.gov.br">http://www.caxador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 106 / 167
--	--	--	--	---------------------

tesouraria@caxador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação		Meta Física		Tipo		Unidade de Medida		Produto		No período do PPA		Valores Previstos:				Total
												2018	2019	2020	2021	
81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		100 - Recursos Ordinários		2 - Atividades		Fundação Municipal de Esportes de Caxador.						861.000,00	904.050,00	949.253,00	996.715,00	3.711.018,00
131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes				R\$								1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
												25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
												100,00000				

**Despesa PPA:** 183 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.81 - 0 - 449000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

### Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

### Classificação Programática

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação		Meta Física		Tipo		Unidade de Medida		Produto		No período do PPA		Valores Previstos:				Total
												2018	2019	2020	2021	
81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		100 - Recursos Ordinários		2 - Atividades		Fundação Municipal de Esportes de Caxador.						31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
131 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes				R\$								1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
												25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
												100,00000				

**Despesa PPA:** 184 - 2 - 12001 - 27 - 812 - 31 - 2.84 - 0 - 335000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 107 / 167
<b>Relação de Despesas PPA</b>			

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

**Classificação Funcional**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>				
100 - Recursos Ordinários		124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
		2018	2019	2020	2021	Total
Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		
84 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	2 - Atividades					
136 - Contribuição a Entidades do Município	R\$					
		Contribuição financeira para entidades desportivas:				
		<b>Quantidade:</b>		0,00000	1,00000	1,00000
		<b>Índice Desejado:</b>		0,00000	100,00000	100,00000

**Despesa PPA: 185 - 2. 12001. 27. 812. 31. 2.98. 0. 339000**

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

**Classificação Funcional**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

## Relação de Despesas PPA

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 186 - 9.11001.17.512.35.295.0.319000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador  
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento  
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

### Classificação Programática

**35 - SANEAMENTO BASICO**  
Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.  
Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

**Justificativa:** O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.

**Público alvo:** População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 187 - 9.11001.17.512.35.2.95.0.319100

## Estrutura Organizacional


Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador  
Unidade Orcamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

### Classificação Funcional



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 109 / 167																																																																																																																																											
tesouraria@cacador.sc.gov.br																																																																																																																																															
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																																																																																																															
Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano																																																																																																																																															
<b>Classificação Programática</b> 35 - SANEAMENTO BASICO Programa: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social. Objetivo: Carência no saneamento básico na área urbana e rural. Problema: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades. Justificativa: População urbana e rural. Público alvo: Indicadores: 6 - Ano																																																																																																																																															
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																																																																																																																																															
<b>Valores Previstos:</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de recurso</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>1.441,00</td> <td>1.513,00</td> <td>1.589,00</td> <td>5.915,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.441,00	1.513,00	1.589,00	5.915,00	<b>Total</b>																																																																																																																														
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																										
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.441,00	1.513,00	1.589,00	5.915,00																																																																																																																																										
<b>Total</b>																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Produto</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</td> <td></td> <td>2 - Atividades</td> <td></td> <td>Fundo de Saneamento Ambiental</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental</td> <td></td> <td>Ano</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <b>Quantidade:</b> </td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <b>Índice Desejado:</b> </td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>100,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Despesa PPA: 188 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.95 . 0 . 339000</b> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Estrutura Organizacional</b>            Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador            Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Classificação Funcional</b>            Função: 17 - Saneamento            Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Classificação Programática</b>            35 - SANEAMENTO BASICO            Programa: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.            Objetivo: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.            Problema: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.            Justificativa: População urbana e rural.            Público alvo: Indicadores: 6 - Ano         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas         </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de recurso</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody></table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		2 - Atividades		Fundo de Saneamento Ambiental							146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental		Ano									<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000	<b>Despesa PPA: 188 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.95 . 0 . 339000</b>											<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL											<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano											<b>Classificação Programática</b> 35 - SANEAMENTO BASICO Programa: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social. Objetivo: Carência no saneamento básico na área urbana e rural. Problema: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades. Justificativa: População urbana e rural. Público alvo: Indicadores: 6 - Ano											<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas											<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de recurso</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total</b>					
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																					
95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		2 - Atividades		Fundo de Saneamento Ambiental																																																																																																																																											
146 - Manutenção do Fundo de Saneamento Ambiental		Ano																																																																																																																																													
<b>Quantidade:</b>						1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																																																																																																					
<b>Índice Desejado:</b>						25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000																																																																																																																																					
<b>Despesa PPA: 188 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.95 . 0 . 339000</b>																																																																																																																																															
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL																																																																																																																																															
<b>Classificação Funcional</b> Função: 17 - Saneamento Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano																																																																																																																																															
<b>Classificação Programática</b> 35 - SANEAMENTO BASICO Programa: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social. Objetivo: Carência no saneamento básico na área urbana e rural. Problema: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades. Justificativa: População urbana e rural. Público alvo: Indicadores: 6 - Ano																																																																																																																																															
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de recurso</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>1.103,00</td> <td>1.158,00</td> <td>1.216,00</td> <td>4.527,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total</b>																																																																																																																								
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total																																																																																																																																										
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																																																																																																																										
<b>Total</b>																																																																																																																																															

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div><div><div></div></div>&lt;/</div>			
--	--	--	--



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1382-7384-991

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Página 111 / 167

Relação de Despesas PPA

Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.

Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.


Público alvo: População urbana e rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:			Total				
						2018	2019	2020					
<b>Fonte de recurso</b>													
100 - Recursos Ordinários					0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00				
<b>Total</b>													
<b>No período do PPA</b>													
<b>96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>													
147 - Manutenção do Sistema de Captação de Águas Pluviais				2 - Atividades	Sistemas de captação de águas pluviais								
				Ano									
					Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000				
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000				
<b>Despesa PPA: 191 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 2.97 . 0 . 339000</b>													
<b>Estrutura Organizacional</b>													
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador													
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL													
<b>Classificação Funcional</b>													
Função: 17 - Saneamento													
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano													
<b>Classificação Programática</b>													
Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO													
Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.													
Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.													
Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.													
Público alvo: População urbana e rural.													
Indicadores: 6 - Ano													
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas													

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Valor Global	Valores Previstos:			Total				
						2018	2019	2020					
<b>Fonte de recurso</b>													
100 - Recursos Ordinários					0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00				
<b>Total</b>													
<b>No período do PPA</b>													
<b>97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO</b>													
				2 - Atividades	Sistemas de água e esgoto.								

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>tesouraria@cacador.sc.gov.br</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 112 / 167
--	--	-------------------------------------	--	----------------------------

### **Relação de Despesas PPA**

Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
148 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto	Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 192 - 9 . 11001 . 17 . 512 . 35 . 297 . 0 . 449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador  
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento  
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

### Classificação Programática

**35 - SANEAMENTO BASICO**

**Programa:** Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.

**Objetivo:** Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

**Problema:** O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.

**Justificativa:** População urbana e rural.

**Público alvo:**

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Meta Física	Ação	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	Valores Previstos:					Total	
						Valor Global	2018	2019	2020	2021		
17 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		2 - Atividades	Sistemas de águas e esgoto.	Ano	Quantidade:							
						100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
						134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
148 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto		Ano										

Despesa PPA: 193 - 3.13001.13.392.19.114.0.449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

### Classificação Funcional


Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

### Classificação Programática

**Programa:** 19 - ACERVO CULTURAL  
**Objetivo:** Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 114 / 167														
resourcatalia@caçador.sc.gov.br																		
<b>Relação de Despesas PPA</b>																		
18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS																		
87 - Aquisição de Veículos																		
1 - Projetos																		
UN																		
VÉCULOS																		
Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000																		
Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000																		
<b>Despesa PPA: 195 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 2.44 . 0 . 319000</b>																		
<b>Estrutura Organizacional</b>																		
Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo																		
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO																		
<b>Classificação Funcional</b>																		
Função: 13 - Cultura																		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural																		
<b>Classificação Programática</b>																		
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL																		
Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.																		
Problema: ACERVO CULTURAL																		
Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.																		
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL																		
Indicadores: 6 - Ano																		
<b>Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>																		
Valores Previstos:																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fonte de recurso</th> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td>0,00</td> <td>1.185.781,00</td> <td>1.245.070,00</td> <td>1.307.323,00</td> <td>1.372.689,00</td> <td>5.110.863,00</td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total												
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00												
<b>Ação</b>																		
Meta Física																		
44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO																		
118 - Manutenção das Atividades de Cultura																		
2 - Atividades																		
R\$																		
Fundo Municipal de Cultura e Turismo																		
Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000																		
Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000																		
<b>Despesa PPA: 196 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 2.44 . 0 . 319100</b>																		
<b>Estrutura Organizacional</b>																		
Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo																		
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO																		
<b>Classificação Funcional</b>																		
Função: 13 - Cultura																		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural																		
<b>Classificação Programática</b>																		
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL																		
Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico -																		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Despesas PPA</b> <p>paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.</p> <p>ACERVO CULTURAL</p> <p>A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.</p> <p>Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL</p> <p>Indicadores: 6 - Ano</p>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 115 / 167
	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>			

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
Ação		No período do PPA				Total
Meta Física	Tipo	Produto				
		Unidade de Medida				
44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO		2 - Atividades				
118 - Manutenção das Atividades de Cultura		Fundo Municipal de Cultura e Turismo				
		R\$				
		Quantidade:				
		Índice Desejado:				
<b>Despesa PPA:</b>		<b>197 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 2.44 . 0 . 335000</b>				

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

#### Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

#### Classificação Programática

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL

Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Problema: ACERVO CULTURAL

Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:				
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários		62.370,00	65.489,00	68.763,00	72.201,00	268.823,00
Ação		No período do PPA				Total
Meta Física	Tipo	Produto				
		Unidade de Medida				



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382.7384-991		Página 116 / 167
<b>Relação de Despesas PPA</b> tesouraria@caçador.sc.gov.br				
44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO 118 - Manutenção das Atividades da Cultura R\$				
2 - Atividades Fundo Municipal de Cultura e Turismo Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA: 198 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 2.44 . 0 . 339000</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 13 - Cultura Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
<b>Classificação Programática</b> Programa: 19 - ACERVO CULTURAL Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.				
Problema: ACERVO CULTURAL Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopro, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.				
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL Indicadores: 6 - Ano				
<b>Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>				
<b>Valores Previstos:</b>				
<b>Fonte de recurso</b> 100 - Recursos Ordinários		<b>Valor Global</b> 0,00		
		<b>2018</b> 157.500,00		
		<b>2019</b> 165.375,00		
		<b>2020</b> 173.644,00		
		<b>2021</b> 182.326,00		
<b>Total</b> 678.845,00				
<b>Ação</b> Meta Física 44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO 118 - Manutenção das Atividades da Cultura R\$				
2 - Atividades Fundo Municipal de Cultura e Turismo Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 Índice Desejado: 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000				
<b>Despesa PPA: 199 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 2.44 . 0 . 449000</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
<b>Classificação Funcional</b> Função: 13 - Cultura Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
<b>Classificação Programática</b> Programa: 19 - ACERVO CULTURAL Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico -				



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

Página  
117 / 167

paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

**Problema:** ACERVO CULTURAL  
**Justificativa:** A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.  
**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 6 - Ano  
**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso		Valor Global				
100 - Recursos Ordinários		31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
Total						
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO		2 - Atividades		Fundo Municipal de Cultura e Turismo		
118 - Manutenção das Atividades da Cultura		R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA:</b> 200 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.82 - 0 - 339000						4,00000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
Unidade Organizatória: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR  
**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.  
**Problema:** PLANEJAMENTO URBANO  
**Justificativa:** Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.  
**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso		Valor Global				
100 - Recursos Ordinários		365.500,00	383.775,00	402.864,00	423.112,00	1.575.351,00
Total						
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
82 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		2 - Atividades		Plano diretor urbano.		

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

**Relação de Despesas PPA**

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página 118 / 167

101 - Manutenção do Plano Diretor	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 201 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.106 - 0 - 319000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - JPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	Valor Global	974.521,00	1.023.247,00	1.074.409,00	1.128.130,00	4.200.307,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		Total
					2018	2019	
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO	2 - Atividades			Manutenção do JPPUC			
		R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 202 - 10 - 16001 - 15 - 451 - 34 - 2.106 - 0 - 319100

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - JPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 88.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991 <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>		<b>Página</b> 119 / 167

resourcraia@caxador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Valores Previstos:

Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	243.630,00	255.812,00	268.403,00	282.035,00	1.050.078,00
<b>Valor Global</b>	<b>243.630,00</b>	<b>255.812,00</b>	<b>268.403,00</b>	<b>282.035,00</b>	<b>1.050.078,00</b>

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO		2 - Atividades		Manutenção do IPPUC						
103 - Manutenção do IPPUC		R\$				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 203 - 10 - 160001 - 15 - 451 - 34 - 2.106 - 0 - 339000****Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 160001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAXADOR

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:

Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	84.000,00	88.200,00	92.610,00	97.241,00	362.051,00
<b>Valor Global</b>	<b>84.000,00</b>	<b>88.200,00</b>	<b>92.610,00</b>	<b>97.241,00</b>	<b>362.051,00</b>

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO		2 - Atividades		Manutenção do IPPUC						
103 - Manutenção do IPPUC		R\$				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 204 - 10 - 160001 - 15 - 451 - 34 - 2.106 - 0 - 449000****Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
120 / 167

Relação de Despesas PPA

Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.  
Problema: PLANEJAMENTO URBANO  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	2021
		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
<hr/>							
Ação	Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA			Total
		Unidade de Medida					
106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO	2 - Atividades	Manutenção do IPPUC					
103 - Manutenção do IPPUC		R\$					
			Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<hr/>							
Despesa PPA: 205 - 10 . 16001 . 15 . 451 . 34 . 2.47 . 0 . 449000							

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana


Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.  
Problema: PLANEJAMENTO URBANO  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021
Total						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 13827384-991		Página 121 / 167	
tesouraria@caçador.sc.gov.br					
<b>Relação de Despesas PPA</b>					
100 - Recursos Ordinários					
Ação		Tipo		Total	
Meta Física		Unidade de Medida		No período do PPA	
47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		2 - Atividades		2018	
119 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessamento		R\$		2019	
Quantidade:		1,00000		2020	
Índice Desejado:		25,00000		2021	
		100,00000		431.013,00	
<b>Despesa PPA: 206 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 1.1 - 0 - 339000</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 1 - Legislativa					
Subfunção: 31 - Ação Legislativa					
<b>Classificação Programática</b>					
Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO					
Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas					
Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.					
Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislação e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.					
Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA					
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano					
<b>Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>					
<b>Valores Previstos:</b>					
Fonte de recurso		Valor Global		Total	
100 - Recursos Ordinários		0,00		2018	
		472.500,00		2019	
		496.125,00		2020	
		520.931,25		2021	
				1.939.556,25	
<b>Ação</b>					
Meta Física		Tipo		Total	
1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL		1 - Projetos		2018	
99 - Modernização Estrutura Patrimonial		R\$		2019	
Quantidade:		1,00000		2020	
Índice Desejado:		25,00000		2021	
		100,00000		4,00000	
<b>Despesa PPA: 207 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 1.1 - 0 - 449000</b>					
<b>Estrutura Organizacional</b>					
Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
<b>Classificação Funcional</b>					
Função: 1 - Legislativa					
Subfunção: 31 - Ação Legislativa					
<b>Classificação Programática</b>					



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Página  
122 / 167

### Relação de Despesas PPA

**Programa:** 1 - PROCESSO LEGISLATIVO  
**Objetivo:** Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas  
**Problema:** O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.  
**Justificativa:** A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.  
**Público alvo:** CAMARA LEGISLATIVA  
**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		Valor Global		2018	2019	Total
Fonte de recurso				2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.500.000,00	1.736.437,50	6.465.187,50
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL		1 - Projetos				
99 - Modernização Estrutura Patrimonial		R\$				
				MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL		
				Quantidade:	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000
					1,000000	4,00000

**Despesa PPA:** 208 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 2.1 - 0 - 319000

**Estrutura Organizacional**  
**Unidade Gestora:** 12 - Câmara Municipal de Caçador  
**Unidade Orçamentária:** 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
**Classificação Funcional**  
**Função:** 1 - Legislativa  
**Subfunção:** 31 - Ação Legislativa

**Classificação Programática**  
**Programa:** 1 - PROCESSO LEGISLATIVO  
**Objetivo:** Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas  
**Problema:** O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.  
**Justificativa:** A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.  
**Público alvo:** CAMARA LEGISLATIVA  
**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		Valor Global		2018	2019	Total
Fonte de recurso				2020	2021	
100 - Recursos Ordinários		0,00		4.860.000,00	5.100.500,00	20.970.500,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		2 - Atividades				
				ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 123 / 167
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

### Relação de Despesas PPA

100 - Manutenção das Atividades Administrativas	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 209 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 2.1 - 0 - 319100

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

#### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Fonte de recurso	Valores Previstos:				Total
	2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	340.000,00	355.000,00	375.000,00	390.000,00	1.460.000,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA				Total
					2018	2019	2020	2021	
1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS					ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS				4,00000
100 - Manutenção das Atividades Administrativas					R\$				
					Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	
					Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA:** 210 - 12 - 1001 - 1 - 31 - 1 - 2.1 - 0 - 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

#### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 124 / 167
--	---	---------------------

resourcatalia@caçador.sc.gov.br

## Relação de Despesas PPA

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	750.000,00	787.500,00	826.875,00	868.218,75	3.232.593,75

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		2 - Atividades		ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS						
100 - Manutenção das Atividades Administrativas		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 211 - 12 - 1001 - 1.31 - 1.2.7 - 0.339000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas


Valores Previstos:					
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	650.000,00	682.500,00	716.825,00	752.456,25	2.801.581,25

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
7 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA		2 - Atividades		PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR						
142 - Manutenção das Atividades Parlamentares		R\$		Quantidade:		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 212 - 12 - 1001 - 1.31 - 1.2.8 - 0.339000

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 125 / 167			
tesouraria@cacador.sc.gov.br							
<b>Relação de Despesas PPA</b>							
Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 1 - Legislativa							
Subfunção: 31 - Ação Legislativa							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO							
Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas							
Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.							
Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.							
Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA							
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano							
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
Valores Previstos:							
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.473,75	1.680.948,75
<b>Ação</b>		<b>Produto</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Meta Física</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>No período do PPA</b>					
8 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	2 - Atividades	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO					
143 - Modernização da Gestão	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desajado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
<b>Despesa PPA: 214 - 13 . 9001 . 4 . 122 . 7 . 2.21 . 0 . 319000</b>							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador							
Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 4 - Administração							
Subfunção: 122 - Administração Geral							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS							
Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.							
Problema: Previdência dos Servidores Municipais.							
Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.							
Público alvo: Servidores publicos municipais							
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano							
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas							
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 126 / 167
---	--	---	--	---------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br		<b>Relação de Despesas PPA</b>		
------------------------------	--	--------------------------------	--	--

200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00
---	--	------	------------	------------	--------------	--------------	--------------

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
------	-------------	-------------------	---------	-------------------	------	------	------	------	-------

21 - MANUTENÇÃO DO IPASC	108 - Manutenção das Atividades do IPASC	R\$	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
						100,00000	100,00000	100,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 215 - 13 . 9001 . 4 . 122 . 7 . 2.21 . 0 . 319100

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.

Problema: Previdência dos Servidores Municipais.

Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.

Público alvo: Servidores públicos municipais

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

**Valores Previstos:**

Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	189.200,00	211.904,00	237.332,00	265.812,00	904.248,00

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
------	-------------	-------------------	---------	-------------------	------	------	------	------	-------

21 - MANUTENÇÃO DO IPASC	108 - Manutenção das Atividades do IPASC	R\$	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
						100,00000	100,00000	100,00000	100,00000

**Despesa PPA:** 216 - 13 . 9001 . 4 . 122 . 7 . 2.21 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Resolução: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
127 / 167

Relação de Despesas PPA

Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.

Problema: Previdência dos Servidores Municipais.

Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.

Público alvo: Servidores publicos municipais

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	Total
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00	550.000,00	616.000,00	2.628.630,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA
21 - MANUTENÇÃO DO IPASC			2 - Atividades	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.	
108 - Manutenção das Atividades do IPASC		R\$		Quantidade:	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000

Despesa PPA: 217 - 13 . 9001 . 4 . 122 . 7 . 2.21 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.

Problema: Previdência dos Servidores Municipais.

Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.

Público alvo: Servidores publicos municipais

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	Total
200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		0,00	650.000,00	650.000,00	1.700.000,00
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA
21 - MANUTENÇÃO DO IPASC			2 - Atividades	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.	
108 - Manutenção das Atividades do IPASC		R\$		Quantidade:	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991 <b>Página</b> 128 / 167
--	--

## **Relação de Despesas PPA**

Despesa PPA: 218 - 13.9001.4.122.7.2.22.0.319000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

Unidade Orcamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR

## Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa:	7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
Objetivo:	Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.
Problema:	Previdência dos Servidores Municipais.
Justificativa:	Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.
Público alvo:	Servidores públicos municipais
Indicadores:	11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
203 - Contribuição Fundo Previdenciário		0,00	17.500.000,00	19.600.000,00	21.952.000,00	24.586.240,00
Total						83.538.240,00

Meta Física		No período do PPA		Total	
Tipo	Produto	2018	2019	2020	2021
2 - Atividades		Previdência Social dos Segurados.			
R\$		Quantidade:			
		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:			
		100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 219 - 13 - 9001 - 4 - 122 - 7 - 2.999 - 0 - 9990000

Despesa PPA: 219 - 13.9001.4.122.7.2.999.0.999000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

Unidade Orcamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

## Classificação Programática

Programa:	7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
Objetivo:	Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.
Problema:	Previdência dos Servidores Municipais.
Justificativa:	Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.
Projeto Público Alvo:	Servidores públicos municipais

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas

## Relação de Despesas PPA

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 220 - 1.2003.15.452.21.2.66.0.339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

## Classificação Programática

Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

**Objetivo:** Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários).

Problema: Serviços públicos.

Justificativa: Serviços de utilidade pública são os que a Administração reconhece para os membros da coletividade

[illegible]

Populaceau.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Valores Previstos:**

Despesa PPA: 221 - 1.2003.15.452.21.2.66.0.449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orcamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 130 / 167
---	--	--	----------------------------

### Classificação Programática

Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Objetivo: Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou adquirem em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários).

Problema: Serviços públicos.

Justificativa: Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade,

**Público alvo:** População.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	Total
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Meta Física	Produto	No período do PPA				Total
	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021	Total
66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2 - Atividades	Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários				
62 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 222 - 1. 2003. 15. 452. 20. 1.20. 0. 339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

### Classificação Programática

Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS

**Objetivo:** Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Problema:  
Vias urbanas

**Justificativa:**

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

**Público alvo:** População

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
		Total				
Ação	Meta Física	Produto	No período do PPA			
	Unidade de Medida		2018	2019	2020	2021
1 - Projetos		Vias públicas e passeios				
10 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS						

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31http://www.caçador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:15

Usuário:Contador - Sérgio

Chave de autenticação:1382-7384-991

Página

131 / 167

resourciana@caçador.sc.gov.br

Relação de Despesas PPA

89 - Pavimentações de Vias PúblicasM42

Quantidade:  
Índice Desejado:

1,00000  
25,00000  
100,00000

1,00000  
25,00000  
25,00000

1,00000  
25,00000  
25,00000

4,00000

Despesa PPA: 223 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.104 . 0 . 339000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Classificação Funcional

8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

Problema: Gestão Municipal do SUAS.

Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Publica da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitarem da Política de Assistência Social no Município.

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação

Meta Física

Unidade de Medida

Tipo

Produto

No período do PPA

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

Fonte de recurso

135 - Transferências SUAS/União

0,00

13.920,00

14.616,00

15.347,00

16.114,00

59.997,00

Gestão da política do SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL no âmbito do Município de Caçador - As ações existentes serão desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social.

2 - Atividades

R\$

1,00000

1,00000

1,00000

1,00000

4,00000

64 - ATENDIMENTOS

Quantidade:

Índice Desejado:

100,00000

25,00000

25,00000

25,00000

25,00000

Despesa PPA: 224 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 30 . 2.104 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Classificação Funcional

8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

Problema: Gestão Municipal do SUAS.


Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Publica da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitarem da Política de Assistência Social no Município.



<div><div><div><div><div><div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 10:15</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1382-7384-991</div></div><div><div>Página</div><div>133 / 167</div></div></div>															
Relação de Despesas PPA															
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária															
Classificação Programática															
Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL															
Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.															
Problema: Gestão Municipal do SUAS.															
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.															
Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.															
Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas															
Valores Previstos:															
<table><tr><th>Fonte de recurso</th><th>Valor Global</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>Total</th></tr><tr><td>135 - Transferências SUAS/União</td><td>0,00</td><td>66.435,00</td><td>69.756,00</td><td>73.244,00</td><td>76.906,00</td><td>286.341,00</td></tr></table>		Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	135 - Transferências SUAS/União	0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total									
135 - Transferências SUAS/União	0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00									
Ação															
Meta Física	Tipo														
Unidade de Medida	Produto														
2 - Atividades															
Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador e Programa Bolsa Família.															
65 - ATENDIMENTOS	R\$														
Quantidade:	1,00000														
Índice Desejado:	25,00000														
Despesa PPA: 227 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 5 . 2.100 . 0 . 319000															
Estrutura Organizacional															
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social															
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL															
Classificação Funcional															
Função: 8 - Assistência Social															
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária															
Classificação Programática															
Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA															
Objetivo: Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.															
Problema: Proteção Social Basica															
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento preve a superação de situacao de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de carater protetivo, proativo e preventivo.															
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em areas de risco social.															
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano															
Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas															
Valores Previstos:															
<table><tr><th>Fonte de recurso</th><th>Valor Global</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>Total</th></tr><tr><td>135 - Transferências SUAS/União</td><td>0,00</td><td>79.523,00</td><td>83.499,00</td><td>87.674,00</td><td>92.058,00</td><td>342.754,00</td></tr></table>		Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	135 - Transferências SUAS/União	0,00	79.523,00	83.499,00	87.674,00	92.058,00	342.754,00
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total									
135 - Transferências SUAS/União	0,00	79.523,00	83.499,00	87.674,00	92.058,00	342.754,00									
Ação															
Meta Física	Tipo														
Unidade de Medida	Produto														
No período do PPA															
2018															
2019															
2020															
2021															
Total															


[illegible]

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 135 / 167						
<b>Relação de Despesas PPA</b>										
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.										
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivenciam violência e ou violação de direitos.										
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano										
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas										
<b>Valores Previstos:</b>										
Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total				
135 - Transferências SUAS/União	0,00	38.850,00	40.793,00	42.832,00	44.974,00	167.449,00				
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		2 - Atividades		Oferta do atendimento a familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.						
152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade		Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total			
135 - Transferências SUAS/União		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00			

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		2 - Atividades		Oferta do atendimento a familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.						
152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade		Ano				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

  
**Despesa PPA: 231 - 6.5001.8.244.29.2.102.0.319000**
  
**Estrutura Organizacional**

<div><div><div><div><div></div><div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b></div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.590-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.ccadador.sc.gov.br</div><div>Emissão: 15/12/2017 10:15</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1382-7384-991</div></div><div><div>Página</div><div>136 / 167</div></div></div></div></div>		<div>Relação de Despesas PPA</div>																																											
<div>Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social</div> <div>Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</div>																																													
<div>Classificação Funcional</div> <div>Função: 8 - Assistência Social</div> <div>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</div>																																													
<div>Classificação Programática</div> <div>Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE</div> <div>Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.</div> <div>Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade</div> <div>Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a politica de assistência social.</div> <div>Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.</div> <div>Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano</div>																																													
<div>Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</div>																																													
<table><tr><th colspan="2">Fonte de recurso</th><th colspan="4">Valores Previstos:</th><th>Total</th></tr><tr><th></th><th></th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th></th></tr><tr><td>135 - Transferências SUAS/União</td><td>0,00</td><td>1.050,00</td><td>1.103,00</td><td>1.158,00</td><td>1.216,00</td><td>4.527,00</td></tr></table>											Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00														
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																							
		2018	2019	2020	2021																																								
135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																							
<div>Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano</div>																																													
<div>Despesa PPA: 232 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 319100</div>																																													
<div>Estrutura Organizacional</div> <div>Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social</div> <div>Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</div>																																													
<div>Classificação Funcional</div> <div>Função: 8 - Assistência Social</div> <div>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</div>																																													
<div>Classificação Programática</div> <div>Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE</div> <div>Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.</div> <div>Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade</div> <div>Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a politica de assistência social.</div> <div>Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.</div> <div>Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano</div>																																													
<div>Natureza da despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div>																																													
<table><tr><th colspan="2">Fonte de recurso</th><th colspan="4">Valores Previstos:</th><th>Total</th></tr><tr><th></th><th></th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th></th></tr><tr><td>153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade</td><td>Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a politica de assistência social.</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>4,00000</td></tr><tr><td></td><td>Quantidade:</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td>1,00000</td><td></td></tr><tr><td></td><td>Índice Desejado:</td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td>25,00000</td><td></td></tr></table>											Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade	Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a politica de assistência social.	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000			Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																							
		2018	2019	2020	2021																																								
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade	Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a politica de assistência social.	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																							
	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000																																								
	Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																								



<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div><div>Emissão:15/12/2017 10:15</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:13827384-991</div></div>		<div>Página</div> <div>137 / 167</div>																	
<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>																					
<div>Relação de Despesas PPA</div>																					
<div>135 - Transferências SUAS/União</div>																					
0,00		1.103,00		1.158,00		1.216,00		4.527,00													
Ação		Meta Física		Tipo		Unidade de Medida		Produto		No período do PPA		2018		2019		2020		2021		Total	
102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		2 - Atividades		Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socio assistenciais a que se refere a política de assistência social.		Ano		Quantidade:		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		4,00000	
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade		Índice Desejado:		100,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000			
<div>Despesa PPA: 233 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 25 . 2.101 . 0 . 335000</div>																					
<div>Estrutura Organizacional</div>																					
<div>Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social</div>																					
<div>Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</div>																					
<div>Classificação Funcional</div>																					
<div>Função: 8 - Assistência Social</div>																					
<div>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</div>																					
<div>Classificação Programática</div>																					
<div>Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE</div>																					
<div>Objetivo: Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciaram situação de violencia e ou violação de direitos.</div>																					
<div>Problema: Proteção Social Especial de Media Complexidade.</div>																					
<div>Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas atraves do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitarios em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.</div>																					
<div>Famílias e indivíduos que vivenciam violencia e ou violação de direitos.</div>																					
<div>Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano</div>																					
<div>Natureza da despesa: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>																					
<div>Valores Previstos:</div>																					
Fonte de recurso		Valor Global		2018		2019		2020		2021		Total									
135 - Transferências SUAS/União		0,00		1.050,00		1.103,00		1.158,00		1.216,00		4.527,00									
Ação		Meta Física		Tipo		Unidade de Medida		Produto		No período do PPA		Total									
101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		2 - Atividades		Oferta do atendimento a familiares e comunitarios em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.		Ano		Quantidade:		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		1,00000		4,00000	
152 - Manutenção da Proteção Social Especial de Média Complexidade		Índice Desejado:		100,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000		25,00000			
<div>Despesa PPA: 235 - 1 . 3001 . 28 . 843 . 0 . 0.1 . 0 . 329000</div>																					
<div>Estrutura Organizacional</div>																					
<div>Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div>																					
<div>Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div>																					
<div>Classificação Funcional</div>																					
<div>Função: 28 - Encargos Especiais</div>																					
<div>Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna</div>																					
<div>Classificação Programática</div>																					

### **Relação de Despesas PPA**

**Natureza da despesa:** 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa PPA: 236 - 1.3001.28.843.0.0.2.0.469000

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Cacador

## Classificação Funcional

## Classificação Programática

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas

772 - Amortização da Dívida



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resumo de Informações

**Relação de Despesas PPA**

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

**Despesa PPA:** 237 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 0 . 0 . 4 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Público alvo: Credores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:					
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00
Total							
Ação							
Meta Física							
4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES							
74 - Indenizações e Restituições							
Indenizações e restituições.							
Ano							
Quantidade:			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
Índice Desejado:		100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA:** 238 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 0 . 0 . 3 . 0 . 319000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Público alvo: Credores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 140 / 167
---	--	--	--	---	---------------------

## Relação de Despesas PPA

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		25.000,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00
<b>Total</b>					<b>107.754,00</b>

Ação		Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			0 - Operação Especial		Pagamento de sentenças judiciais.						
73 - Pagamento de Sentenças Judiciais			Ano								
					<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA: 239 - 1. 3001 . 4 . 122 . 0 . 0 . 3 . 0 . 339000**

### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Público alvo: Credores

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas**

		Valores Previstos:			
Fonte de recurso		2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários		400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00
<b>Total</b>					<b>1.724.050,00</b>

Ação		Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			0 - Operação Especial		Pagamento de sentenças judiciais.						
73 - Pagamento de Sentenças Judiciais			Ano								
					<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA: 240 - 1. 3001 . 4 . 122 . 0 . 0 . 5 . 0 . 332000**

### Estrutura Organizacional


Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador


Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

<div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:15</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1382-7384-991</div>		<div>Página</div> <div>141 / 167</div>			
Relação de Despesas PPA							
Classificação Programática							
Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS							
Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.							
Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.							
Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.							
Público alvo: Credores							
Indicadores: 6 - Ano							
Natureza da despesa: 3.3.20.00.00 - Transferências à União							
Fonte de recurso		Valores Previstos:					
100 - Recursos Ordinários		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00
Total			2018	2019	2020	2021	Total
Ação		Tipo		Produto		No período do PPA	
Meta Física		Unidade de Medida					
5 - PAGAMENTO AO PASEP		0 - Operação Especial		Pagamento ao PASEP			
75 - Recolhimento do Pasp		Ano		Quantidade:		4,000000	
				Índice Desejado:		25,00000	
				100,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	
				25,00000		25,00000	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br  
http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7394-991

**Relação de Despesas PPA**

83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	2 - Atividades	Contribuição para AMARP, FECAM e CNM			
132 - Contribuição para AMARP, FECAM, CNM	R\$	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA: 242 - 8. 6001 . 16 . 482 . 22 . 2.69 . 0 . 339000**

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação  
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 16 - Habitação  
Subfunção: 482 - Habitação Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 22 - HABITAÇÃO  
Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.  
Problema: HABITAÇÃO POPULAR  
Justificativa: O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.  
Público alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social  
Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas**

		Valores Previstos:					
		2018	2019	2020	2021	Total	
Fonte de recurso		Valor Global					
100 - Recursos Ordinários		400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00	


		No período do PPA					
		2018	2019	2020	2021	Total	
Meta Física		Produto					
69 - ALUGUEL SOCIAL		Quotas do aluguel social					
158 - Aluguel Social		120,00000	120,00000	120,00000	120,00000	480,00000	
		Quantidade:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
		Índice Desejado:	100,00000				

**Despesa PPA: 243 - 1. 2007 . 20 . 606 . 26 . 2.70 . 0 . 449000**

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

**Classificação Funcional**  
Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 606 - Extensão Rural

**Classificação Programática**  
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.  
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

http://www.caçador.sc.gov.br

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:15

Usuário:Contador - Sérgio

Chave de autenticação:1382-7384-991

Página

143 / 167

Relação de Despesas PPA

Justificativa:

O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção na extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo:

População rural.

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa PPA:

244 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 38 . 2.109 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 38 - PARQUE CENTRAL

Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL

Problema: PARQUE CENTRAL

Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários	0,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
<b>Total</b>					

No período do PPA					
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Total
70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2 - Atividades		Agricultura e Meio Ambiente.	
122 - manutenção da Secretaria da Agricultura		R\$		Quantidade:	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000
					25,00000

Despesa PPA:

244 - 1 . 2003 . 15 . 451 . 38 . 2.109 . 0 . 449000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 38 - PARQUE CENTRAL

Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL

Problema: PARQUE CENTRAL

Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:					
Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
134 - Transferências de Convênios União - Outros	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total</b>					

No período do PPA					
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	Total
109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		2 - Atividades		Parque central	
134 - Manutenção do Parque Central		Ano		Quantidade:	4,00000
				Índice Desejado:	25,00000
					25,00000

Despesa PPA:

245 - 1 . 2005 . 12 . 365 . 11 . 2.30 . 0 . 319000

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 38 - PARQUE CENTRAL

Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL

Problema: PARQUE CENTRAL

Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL


Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores:

6 - Ano

Natureza da despesa:

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas




DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 144 / 167																																																																		
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																																						
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																																																																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 365 - Educação Infantil																																																																						
<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">118 - Transferências do FUNDEB - 60%</td> <td>4.383.155,00</td> <td>4.602.313,00</td> <td>4.832.428,00</td> <td>5.074.050,00</td> <td>18.891.946,00</td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		118 - Transferências do FUNDEB - 60%		4.383.155,00	4.602.313,00	4.832.428,00	5.074.050,00	18.891.946,00																																													
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																																																
		2018	2019	2020	2021																																																																	
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		4.383.155,00	4.602.313,00	4.832.428,00	5.074.050,00	18.891.946,00																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ação</th> <th>Meta Física</th> <th>Tipo</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>Produto</th> <th>No período do PPA</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%</td> <td></td> <td>2 - Atividades</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>46 - Manutenção das Atividades (Ano)</td> <td></td> <td>R\$</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5"></td> <td>FUNDEB 60%</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5"></td> <td>Quantidade:</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td colspan="5"></td> <td>Índice Desejado:</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total	30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		2 - Atividades									46 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$														FUNDEB 60%											Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000						Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total																																																												
30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		2 - Atividades																																																																				
46 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$																																																																				
					FUNDEB 60%																																																																	
					Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																																												
					Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																																													
<b>Despesa PPA: 246 - 1. 2005 . 12. 365 . 11. 2.30 . 0. 319100</b>																																																																						
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO																																																																						
<b>Classificação Funcional</b> Função: 12 - Educação Subfunção: 365 - Educação Infantil																																																																						
<b>Classificação Programática</b> Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Problema: Educação com qualidade. Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados. Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																																						
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social																																																																						
Valores Previstos:																																																																						



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página 145 / 167

Relação de Despesas PPA

Fonte de recurso		Valor Global				Total	
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00				19.763.336,00	
2 - Atividades		4.812.325,00				5.308.896,00	
46 - Manutenção das Atividades (Ano)		1,00000				1,00000	
R\$		25,00000				25,00000	
FUNDEB 60%		1,00000				1,00000	
Quantidade:		1,00000				1,00000	
Indice Desejado:		25,00000				25,00000	
Total		25,00000				25,00000	

Despesa PPA: 247 - 1 . 2005 . 12 . 365 . 11 . 2.31 . 0 . 319000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 365 - Educação Infantil

**Classificação Programática**  
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valores Previstos:

Fonte de recurso		Valor Global				Total	
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00				6.275.796,00	
2 - Atividades		1.528.862,00				1.685.570,00	
47 - Manutenção das Atividades (Ano)		1,00000				1,00000	
R\$		25,00000				25,00000	
FUNDEB 40%		1,00000				1,00000	
Quantidade:		1,00000				1,00000	
Indice Desejado:		25,00000				25,00000	
Total		25,00000				25,00000	

Despesa PPA: 248 - 1 . 2005 . 12 . 365 . 11 . 2.31 . 0 . 319100

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 365 - Educação Infantil



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Resolução: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991


Página  
146 / 167

**Relação de Despesas PPA**

**Classificação Programática**  
11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Programa: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Objetivo: Educação com qualidade.  
Problema: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Justificativa: Alunos da rede municipal de ensino.  
Público alvo: Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

		Valores Previstos:					
		2018	2019	2020	2021		Total
Fonte de recurso		Valor Global					
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	261.952,00	275.049,00	288.802,00	303.242,00	1.129.045,00
Ação							Total
Meta Física							
		Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA		
31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		2 - Atividades		Fundeb 40%			
47 - Manutenção das Atividades (Ano)		R\$		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000
				Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
					25,00000	25,00000	25,00000
					1,00000	1,00000	1,00000
		</					

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 147 / 167
---	--	---	---------------------

tesouraria@caçador.sc.gov.br

### Relação de Despesas PPA

165 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Índice Desejado:</b>		100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 251 - 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.24 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

#### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso	Valores Previstos:				Total
	2018	2019	2020	2021	
102 - Recursos Próprios - Saúde	53.550,00	56.228,00	59.039,00	61.991,00	230.808,00
188 - Alienações de Bens - Saúde	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00	105.931,00
133 - Transferências de Convênios - União/Saúde	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA			Total
24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	111 - Manutenção da Atenção Básica	2 - Atividades	ATM	Fundo Municipal de Saúde de Caçador.				
				<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 252 - 5 . 4001 . 10 . 305 . 9 . 2.40 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

#### Classificação Programática

Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>tesouraria@cacador.sc.gov.br</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 148 / 167
--	-------------------------------------	--	----------------------------

equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade oportunos e humanizados.

Problema: Vigilância em Saúde.

A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga doenças que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.

**público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
138 - Transferências do SUS - União		0,00	60.732,00	63.769,00	66.957,00	70.305,00	261.763,00
Ação	Meta Física	Produto	2018	2019	2020	2021	Total
	Unidade de Medida	No período do PPA					
	2 - Atividades	Vigilância Epidemiológica em Saúde.					
117 - Vigilância em Saúde		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA:		253 . 5 . 4001 . 10 . 304 . 9 . 2.39 . 0 . 339000					

Despesa PPA: 253 - 5.4001.10.304.9.2.39.0.339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

### Classificação Programática

Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Vigilância em Saúde.


**Justificativa:** A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga doenças que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.


**População alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

			Valores Previstos:				
			Valor Global	2018	2019	2020	Total
Fonte de recurso							
100 - Recursos Ordinários			0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.810.253,00
138 - Transferências do SUS - União			0,00	48.640,00	51.072,00	53.826,00	209.645,00
Ação							
Meta Física	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	Total
	Unidade de Medida						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 149 / 167
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Relação de Despesas PPA</b>				
39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA 174 - VIGILANCIA SANITÁRIA		2 - Atividades ATM		
		Vigilancia Sanitária.		
		Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000		
		Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000		
<b>Despesa PPA: 254 - 5 . 4001 . 10 . 304 . 9 . 2.39 . 0 . 449000</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária				
<b>Classificação Programática</b>				
Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE				
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.				
Problema: Vigilância em Saúde.				
Justificativa: A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.				
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL				
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano				
<b>Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>				
Valores Previstos:				
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		
100 - Recursos Ordinários		11.865,00 12.458,00 13.081,00 13.735,00 51.139,00		
<b>Ação</b>		<b>Total</b>		
<b>Meta Física</b>		<b>No período do PPA</b>		
<b>Unidade de Medida</b>		<b>Produto</b>		
39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA 174 - VIGILANCIA SANITÁRIA		2 - Atividades ATM		
		Vigilancia Sanitária.		
		Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000		
		Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000 25,00000		
<b>Despesa PPA: 255 - 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.58 . 0 . 319000</b>				
<b>Estrutura Organizacional</b>				
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde				
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
<b>Classificação Funcional</b>				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 301 - Atenção Básica				
<b>Classificação Programática</b>				
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA				
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 150 / 167				
<b>Relação de Despesas PPA</b>								
<b>Problema:</b> Manutenção da Saúde Básica <b>Justificativa:</b> O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde. <b>Público alvo:</b> População Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano								
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas								
<b>Valores Previstos:</b>								
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>	
138 - Transferências do SUS - União		0,00	680.243,00	714.255,00	749.987,00	787.466,00	2.931.931,00	
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Tipo</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Produto</b>	<b>No período do PPA</b>			<b>Total</b>
58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	169 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	2 - Atividades ATM		Estratégia Saúde da Família - ESF				4,00000
				<b>Quantidade:</b>	1,00000	1,00000	1,00000	
				<b>Índice Desejado:</b>	25,00000	25,00000	25,00000	
<b>Despesa PPA: 256 - 5.4001 - 10.301 - 8.2.58 - 0.319100</b>								
<b>Estrutura Organizacional</b>								
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde								
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
<b>Classificação Funcional</b>								
Função: 10 - Saúde								
Subfunção: 301 - Atenção Básica								
<b>Classificação Programática</b>								
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA								
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.								
<b>Problema:</b> Manutenção da Saúde Básica								
<b>Justificativa:</b> O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.								
<b>Público alvo:</b> População								
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano								
<b>Natureza da despesa:</b> 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social								
					<b>Valores Previstos:</b>			
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>	
138 - Transferências do SUS - União		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00	262.489,00	977.311,00	
<b>Ação</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Tipo</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Produto</b>	<b>No período do PPA</b>			<b>Total</b>
58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		2 - Atividades		Estratégia Saúde da Família - ESF				





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

**Emissão:** 15/12/2017 10:15  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 1382-7384-991

**Página**  
151 / 167

169 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Quantidade: 1,00000 1,00000 1,00000 4,00000

Índice Desejado: 100,00000 25,00000 25,00000 25,00000

**Despesa PPA: 257 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.59 . 0 . 319000**

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Classificação Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas**

**Valores Previstos:**

Fonte de recurso	2018	2019	2020	2021	Total
138 - Transferências do SUS - União	1.021.713,00	1.072.799,00	1.126.489,00	1.182.761,00	4.403.762,00

**Meta Física**

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	2 - Atividades	Agentes Comunitários de Saúde - ACS			1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
170 - AGENTES COMUNITARIOS	ATM				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	100,00000
			<b>Quantidade:</b>						
			<b>Índice Desejado:</b>						

**Despesa PPA: 258 - 5. 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.59 . 0 . 319100**

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Classificação Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
10 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO			2 - Atividades		Piso da Atenção Básica- PAB FIXO					
171 - PAB FIXO			ATM				1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
					<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	
					<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
							100,00000	100,00000	100,00000	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Despesas PPA</b>
---	--------------------------------

<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:15 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1382-7384-991	<b>Página</b> 153 / 167
--	----------------------------

**Despesa PPA:** 260 - 5. 4001 . 10. 301 . 8 . 2.60 . 0 . 449000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica

#### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Manutenção da Saúde Básica  
Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
Público alvo: População  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
138 - Transferências do SUS - União		Valor Global	2018	2019	2020	2021
		0,00	72.488,00	76.112,00	79.918,00	83.914,00
		312.432,00				
Ação	Meta Física	Produto	2018	2019	2020	2021
		Unidade de Medida				
		2 - Atividades				
		ATM				
		Piso da Atenção Básica- PAB FIXO				
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Despesa PPA:** 261 - 5. 4001 . 10. 301 . 8 . 2.61 . 0 . 339000

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica

#### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Manutenção da Saúde Básica  
Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991	Página 154 / 167
--	---	---------------------

População alvo:

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total		
138 - Transferências do SUS - União		Valor Global	2018	2019	2020	2021	905.126,00		
		0,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	243.101,00			
							905.126,00		
Ação	Meta Física	Produto	Unidade de Medida	Tipo	2018	2019	2020	2021	Total
11 - MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL		Saúde Bucal		2 - Atividades					
172 - SAÚDE BUCAL		Quantidade:		ATM	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:			25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA:		262 . 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.61 . 0 . 449000							

Despesa PPA: 262 - 5.4001.10.301.8.2.61.0.449000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orcamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção:

### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

**Objetivo:** Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

**Justificativa:** O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

**Público alvo:** População


Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:					Total			
138 - Transferências do SUS - União		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total			
		0,00	17.451,00	18.324,00	19.240,00	20.202,00	75.217,00			
Ação	Meta Física	Produto	Unidade de Medida	Tipo	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
1-1- MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL				2 - Atividades						
				ATM						
	172 - SAÚDE BUCAL									
		Quantidade:				1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
		Índice Desejado:			100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA:		263 - 5.4001 - 10.301.8 - 2.62 - 0.339000								

Despesa PPA: 263 - 5.4001.10.301.8.2.62.0.339000

## Estrutura Organizacional

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 155 / 167																																																	
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																																					
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE																																																					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 - Atenção Básica																																																					
<b>Classificação Programática</b> Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados. Problema: Manutenção da Saúde Básica Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde. Público alvo: População Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																					
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ação</th> <th rowspan="2">Meta Física</th> <th rowspan="2">Tipo</th> <th rowspan="2">Unidade de Medida</th> <th rowspan="2">Produto</th> <th rowspan="2">No período do PPA</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Fonte de recurso</td> <td colspan="9"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">138 - Transferências do SUS - União</td> <td colspan="2"></td> <td>0,00</td> <td></td> <td>557.500,00</td> <td>606.375,00</td> <td>636.694,00</td> <td>668.528,00</td> <td>2.469.097,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Fonte de recurso											138 - Transferências do SUS - União				0,00		557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00	Total										
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto							No período do PPA	Valores Previstos:				Total																																					
					Valor Global	2018	2019	2020	2021																																												
Fonte de recurso																																																					
138 - Transferências do SUS - União				0,00		557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00																																											
Total																																																					
62 - MANUTENÇÃO DO PMAQ 173 - PMAQ																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ação</th> <th rowspan="2">Meta Física</th> <th rowspan="2">Tipo</th> <th rowspan="2">Unidade de Medida</th> <th rowspan="2">Produto</th> <th rowspan="2">No período do PPA</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Valor Global</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Fonte de recurso</td> <td colspan="9"></td> </tr> <tr> <td colspan="2">138 - Transferências do SUS - União</td> <td colspan="2"></td> <td>0,00</td> <td></td> <td>557.500,00</td> <td>606.375,00</td> <td>636.694,00</td> <td>668.528,00</td> <td>2.469.097,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Fonte de recurso											138 - Transferências do SUS - União				0,00		557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00	Total										
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto							No período do PPA	Valores Previstos:				Total																																					
					Valor Global	2018	2019	2020	2021																																												
Fonte de recurso																																																					
138 - Transferências do SUS - União				0,00		557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00																																											
Total																																																					
<b>Despesa PPA:</b> 264 - 5 . 4001 . 10 . 301 . 8 . 2.62 . 0 . 449000																																																					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE																																																					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 - Atenção Básica																																																					
<b>Classificação Programática</b> Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados. Problema: Manutenção da Saúde Básica Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde. Público alvo: População Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																																					



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Relação de Despesas PPA

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020
138 - Transferências do SUS - União		0,00	54.390,00	57.110,00	59.965,00
Total					234.428,00
Ação		No período do PPA			
Meta Física		Unidade de Medida	Produto	2018	2019
62 - MANUTENÇÃO DO PMAQ		2 - Atividades	Programa de Melhorias e do Acesso e Qualidade em Saúde		
173 - PMAQ		ATM	Quantidade:	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000
Total					4,00000

Despesa PPA: 265 - 5 . 4001 . 10 . 302 . 10 . 2.63 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial


**Classificação Programática**  
10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE  
Programa: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Objetivo: Média e Alta Complexidade em Saúde.  
Problema: Os serviços de média complexidade que realizam consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, citopatológico e anatomopatológico, ultrassonografias, fisioterapia, endoscopia e radiologia. Os serviços de alta complexidade que realizam hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, cateterismo cardíaco, medicina nuclear, ressonância magnética, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, atenção à saúde auditiva, busca de órgãos e acompanhamento a transplantes.  
Justificativa: Público alvo: População em geral.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:			
		2018	2019	2020	2021
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020
138 - Transferências do SUS - União		0,00	3.150.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00	68.329,00	71.745,00	75.332,00
Total					294.505,00
Ação		No período do PPA			
Meta Física		Unidade de Medida	Produto	2018	2019
63 - MANUTENÇÃO DO MAC		2 - Atividades	Média e Alta Complexidade em Saúde Pública.		
175 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		ATM	Quantidade:	1,00000	1,00000
			Índice Desejado:	25,00000	25,00000
Total					4,00000

Despesa PPA: 266 - 5 . 4001 . 10 . 303 . 18 . 2.64 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 185 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 13827384-991

Página  
157 / 167

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

**Classificação Programática**  
Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA  
Objetivo: Adquirir medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME, promovendo o acesso da população aos medicamentos básicos do SUS.  
Problema: Atenção Básica  
Justificativa: Usar os recursos destinados para atenção farmacêutica das três esferas de governo para aquisição de medicamentos básicos essenciais, auxiliando no cuidado com a saúde e no tratamento terapêutico.  
Público alvo: População em geral do município.  
Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso	138 - Transferências do SUS - União	445.659,00	467.942,00	491.339,00	515.906,00	1.920.846,00
	167 - Transferências do SUS - Estado	735.000,00	771.750,00	810.338,00	850.854,00	3.167.942,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	350.700,00	368.235,00	386.647,00	405.979,00	1.511.561,00
Total						

**Ação**

Meta Física

No período do PPA

**Despesa PPA:** 267 - 6. 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.102 . 0 . 335000

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

**Classificação Funcional**  
Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária


**Classificação Programática**  
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.  
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.  
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

		Valores Previstos:				
		2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso	135 - Transferências SUAS/União	138.010,00	144.911,00	152.156,00	159.763,00	594.840,00
		0,00				



<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div>			<div><div>15/12/2017 10:15</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1382-7384-991</div></div>		<div><div>Página</div><div>158 / 167</div></div>	
Relação de Despesas PPA						
Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Total
102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompido		4,00000
2 - Atividades				a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.		
Ano				1,00000		
153 - Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade				25,00000		
Quantidade:				1,00000		1,00000
Índice Desejado:				25,00000		25,00000
Despesa PPA: 268 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.53 . 0 . 335000						
Estrutura Organizacional						
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Classificação Funcional						
Função: 8 - Assistência Social						
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						
Classificação Programática						
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE						
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompido						
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade						
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompido						
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompido						
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano						
Natureza da despesa: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos						
Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global		2018		2019
100 - Recursos Ordinários		0,00		191.940,00		201.537,00
				21.614,00		222.195,00
						637.286,00
Total						
Produto				2018		2019
				25,00000		25,00000
Quantidade:				1,00000		1,00000
Índice Desejado:				25,00000		25,00000
Despesa PPA: 269 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.52 . 0 . 335000						
Estrutura Organizacional						
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Classificação Funcional						
Função: 8 - Assistência Social						
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária						
Classificação Programática						
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE						
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompido						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:15 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1382-7384-991		Página 159 / 167																																										
<b>Relação de Despesas PPA</b>																																														
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socio assistenciais a que se refere a política de assistência social. Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																														
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>264.600,00</td> <td>277.830,00</td> <td>291.722,00</td> <td>306.308,00</td> <td>1.140.460,00</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Global</b></td> <td></td> <td>264.600,00</td> <td>277.830,00</td> <td>291.722,00</td> <td>306.308,00</td> <td>1.140.460,00</td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		100 - Recursos Ordinários		264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00	<b>Valor Global</b>		264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00														
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																								
		2018	2019	2020	2021																																									
100 - Recursos Ordinários		264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00																																								
<b>Valor Global</b>		264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Meta Física</th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Ação</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>52 - SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE</td> <td>2 - Atividades</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>163 - ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES E SEUS FILHOS</td> <td>Ano</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desejado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> </tr> </tbody> </table>					Meta Física		No período do PPA				Total	Ação	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021		52 - SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE	2 - Atividades						163 - ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES E SEUS FILHOS	Ano	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Meta Física		No período do PPA				Total																																								
Ação	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021																																									
52 - SERVIÇOS DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE	2 - Atividades																																													
163 - ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES E SEUS FILHOS	Ano	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																								
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																								
<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																								
<b>Despesa PPA:</b> 270 - 6 . 5001 . 8 . 244 . 29 . 2.55 . 0 . 335000																																														
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL																																														
<b>Classificação Funcional</b> Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária																																														
<b>Classificação Programática</b> Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral. Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socio assistenciais a que se refere a política de assistência social. Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos. Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano																																														
<b>Natureza da despesa:</b> 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Fonte de recurso</th> <th colspan="4">Valores Previstos:</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100 - Recursos Ordinários</td> <td></td> <td>323.760,00</td> <td>339.948,00</td> <td>356.945,00</td> <td>374.793,00</td> <td>1.395.446,00</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Global</b></td> <td></td> <td>323.760,00</td> <td>339.948,00</td> <td>356.945,00</td> <td>374.793,00</td> <td>1.395.446,00</td> </tr> </tbody> </table>					Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total			2018	2019	2020	2021		100 - Recursos Ordinários		323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00	<b>Valor Global</b>		323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00														
Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total																																								
		2018	2019	2020	2021																																									
100 - Recursos Ordinários		323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00																																								
<b>Valor Global</b>		323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Meta Física</th> <th colspan="4">No período do PPA</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <th>Ação</th> <th>Unidade de Medida</th> <th>2018</th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>55 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMILIA ACOPLHEDORA</td> <td>2 - Atividades</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>166 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO EM FAMILIA ACOPLHEDORA</td> <td>Ano</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Quantidade:</b></td> <td></td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>1,00000</td> <td>4,00000</td> </tr> <tr> <td><b>Índice Desejado:</b></td> <td></td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> <td>25,00000</td> </tr> </tbody> </table>					Meta Física		No período do PPA				Total	Ação	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021		55 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMILIA ACOPLHEDORA	2 - Atividades						166 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO EM FAMILIA ACOPLHEDORA	Ano	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
Meta Física		No período do PPA				Total																																								
Ação	Unidade de Medida	2018	2019	2020	2021																																									
55 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMILIA ACOPLHEDORA	2 - Atividades																																													
166 - SERVIÇO DE ACOPLHIMENTO EM FAMILIA ACOPLHEDORA	Ano	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																								
<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000																																								
<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000																																								
<b>Despesa PPA:</b> 271 - 5 . 4001 . 10 . 302 . 10 . 2.63 . 0 . 449000																																														



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resauratia@cacador.sc.gov.br

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382.7384-991

Página  
160 / 167

**Relação de Despesas PPA**

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

**Classificação Programática**  
Programa: 10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Média e Alta Complexidade em Saúde.  
Justificativa: Os serviços de média complexidade que realizam consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, citopatológico e anatomopatológico, ultrassonografias, órteses e próteses e materiais especiais, fisioterapia, endoscopia e radiologia. Os serviços de alta complexidade que realizam hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, cateterismo cardíaco, medicina nuclear, ressonância magnética, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, atenção à saúde auditiva, busca de órgãos e acompanhamento a transplantados.  
Público alvo: População em geral.  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

		Valores Previstos:						
Fonte de recurso		Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	
138 - Transferências do SUS - União		0,00	84.336,00	88.553,00	92.980,00	97.629,00	363.498,00	
Ação	Meta Física	Produto	2018	2019	2020	2021	Total	
63 - MANUTENÇÃO DO MAC	175 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Unidade de Medida	No período do PPA					
		2 - Atividades	Média e Alta Complexidade em Saúde Pública.					
		ATM						
		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000	
		Índice Desejado:	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	
Despesa PPA:		272 - 5 . 4001 . 10 . 303 . 18 . 2.64 . 0 . 449000						

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

**Classificação Programática**  
Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA  
Objetivo: Adquirir medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME, promovendo o acesso da população aos medicamentos básicos do SUS.  
Problema: Atenção Básica  
Justificativa: Usar os recursos destinados para atenção farmacêutica das três esferas de governo para aquisição de medicamentos básicos essenciais, auxiliando no cuidado com a saúde e no tratamento terapêutico.  
Público alvo: População em geral do município.  
Indicadores: 6 - Ano





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1382-7384-991

Página  
161 / 167

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Despesas PPA**

Natureza da despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Produto	Unidade de Medida	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	
						Valor Global	2018	2019	2020		
						2021					
Fonte de recurso											
167 - Transferências do SUS - Estado						0,00	44.254,00	46.467,00	48.790,00	51.229,00	190.740,00
Total											

Despesa PPA: 273 - 5 . 4001 . 10 . 302 . 10 . 2.63 . 0 . 339300

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Média e Alta Complexidade em Saúde.

Justificativa: Os serviços de média complexidade que realizam consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, citopatológico e anatomopatológico, ultrassonografias, órteses e próteses e materiais especiais, fisioterapia, endoscopia e radiologia. Os serviços de alta complexidade que realizam hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, cateterismo cardíaco, medicina nuclear, ressonância magnética, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, atenção à saúde auditiva, busca de órgãos e acompanhamento a transplantes.

Público alvo: População em geral.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

Natureza da despesa: 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Tipo	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:				Total	
						Valor Global	2018	2019	2020		
Fonte de recurso						0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
102 - Recursos Próprios - Saúde											

63 - MANUTENÇÃO DO MAC	175 - MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	2 - Atividades	ATM	Média e Alta Complexidade em Saúde Pública.				
				Quantidade:				
				Índice Desejado:				
				100,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000

Despesa PPA: 274 - 3 . 13001 . 13 . 392 . 19 . 1.33 . 0 . 339000

Estrutura Organizacional


Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span>&lt;/</div></div>	
--	--



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resumo de Informações

15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 13827384-991

Resumo de Informações

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Relatório de Despesas PPA

aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

População rural.

Indicadores: 6 - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:			Total	
						2018	2019	2020		
<b>Fonte de recurso</b>										
100 - Recursos Ordinários						0,00	31.500,00	33.075,00	34.725,00	129.304,00
<b>Total</b>										

28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL

39 - Outra (m2)

1 - Projetos

R\$

Feira do produtor rural.

Quantidade: 1,00000

Índice Desejado: 25,00000

1,00000

25,00000

1,00000

25,00000

4,00000

**Despesa PPA:** 278 - 1. 2009 . 4. 122 . 2. 1.35 . 0 . 339000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano


**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Tipo	Unidade de Medida	Produto	No período do PPA	Valores Previstos:			Total	
						2018	2019	2020		
<b>Fonte de recurso</b>										
100 - Recursos Ordinários						0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
<b>Total</b>										

35 - PROJETO MÃO DADAS

1 - Projetos

Artisanato Sustentável, para agregar identidade e mais valor a produtos artesanais.

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
 Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>  
 Emissão: 15/12/2017 10:15  
 Usuário: Contador - Sérgio  
 Chave de autenticação: 1382-7384-991

**Relação de Despesas PPA**

162 - PROJETO MÃO DADAS	Ano	Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
<b>Despesa PPA:</b> 279 - 10 . 16001 . 15 . 451 . 34 . 2.47 . 0 . 339000		<b>Índice Desejado:</b>	100,00000	25,00000	25,00000	25,00000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
 Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
 Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano,social,cultura e econômico.  
 Problema: PLANEJAMENTO URBANO  
 Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.  
 Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		2018	2019	2020	2021	
100 - Recursos Ordinários	Valor Global	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Tipo	Produto	No período do PPA	2018	2019	2020	2021	Total
47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		2 - Atividades		Geoprocessamento Urbano.						
119 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessamento		R\$								
				<b>Quantidade:</b>		1,00000	1,00000	1,00000	1,00000	4,00000
				<b>Índice Desejado:</b>		25,00000	25,00000	25,00000	25,00000	

**Despesa PPA:** 280 - 10 . 16001 . 15 . 451 . 34 . 2.93 . 0 . 449000

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
 Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
 Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano,social,cultura e econômico.  
 Problema: PLANEJAMENTO URBANO  
 Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	emissão:15/12/2017 10:15 Usuário:Contador - Sérgio Chave de autenticação:1382-7384-991 tesouraria@caçador.sc.gov.br	Página 166 / 167
---	--	---------------------

### Relação de Despesas PPA

**Público alvo:** POPULAÇÃO EM GERAL

**Indicadores:** 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de recurso		Valores Previstos:				Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021
100 - Recursos Ordinários						
		0,00	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00
2.155.063,00						
Ação	Tipo	Produto	2018	2019	2020	2021
Total						
Meta Física	Unidade de Medida	No período do PPA	2018	2019	2020	2021
33 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA						
2 - Atividades		Mobilidade Urbana				
Ano		Quantidade:	1,00000	1,00000	1,00000	1,00000
		Índice Desejado:	25,00000	25,00000	25,00000	25,00000
144 - MOBILIDADE URBANA						
						4,00000

Despesa PPA: 281 - 11.8001.4.122.6.2.20.0.339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador

Unidade Orçamentária: 8001 - FAMPEC - CAÇADOR

### Classificação Funcional

Função:

Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**Objetivo:** Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros ao atendimento à saúde dos servidores.

**Problema:** Assistência a Servidores Públicos Municipais.

**Justificativa:** Os servidores mantêm um sistema de atendimento à saúde com contribuição mensal e controle feito pelo Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Municipais FAMPEC, através de contabilidade própria, com prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

**Público alvo:** Servidores Públicos Municipais.

Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Ação	Meta Física	Unidade de Medida	Tipo	Valores Previstos:					Total
				Valor Global	2018	2019	2020	2021	
Fonte de recurso									
20 - Recursos do Fampac - 02.06				0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00
				Produto	2018	2019	2020	2021	Total
				No período do PPA					


Despesa PPA: 283 - 1. 2004. 6. 181. 4. 1.36. 0. 339000

## Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### Classificação Funcional



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:15

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1382-7384-991

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Página**  
167 / 167

**Relação de Despesas PPA**

Função:  
Subfunção:

6 - Segurança Pública  
181 - Policiamento

**Classificação Programática**

4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.  
SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.  
POPULAÇÃO EM GERAL  
Indicadores: 11 - Manutenção das Atividades - Ano

**Natureza da despesa:** 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

0,00

15.000,00

19.000,00

20.000,00

21.000,00

75.000,00

**Valores Previstos:**

Valor Global

2018

2019

2020

2021

Total

0,00

15.000,00

19.000,00

20.000,00

21.000,00

75.000,00

**Valores Previstos:**

Meta Física

36 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

176 - Educação no Trânsito

1 - Projetos

Ano

Campanhas e projetos para a educação no trânsito.

Quantidade:

Índice Desejado:

100,00000

25,00000

1,00000

1,00000

1,00000

25,00000

25,00000

4,00000


SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

SERGIO INHAIA

Contador

CRC-SC 028.242/O-2



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 1 / 138
--	--	---	-------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 0.1 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

Objetivo: Pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. Os juros referem - se a encargos de renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

#### Classificação Funcional

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna

#### Classificação Programática

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.

Público alvo: Credores

#### Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	225.000,00	235.000,00	250.000,00	260.000,00	970.000,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>235.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>970.000,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página 2 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 0.2 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Objetivo: Amortização da dívida através de pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. A dívidas referem - se a renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 28 - Encargos Especiais
- Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna

Classificação Programática

- Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS
- Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.
- Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas Junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.
- Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.
- Público alvo: Credores

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00
		0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00
Total:		0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Página  
3 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 0.3 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Objetivo: Ação decorrentes de acordos e sentenças judiciais, que devem ser efetuados, naquilo que couberem, assim que o crédito esteja disponível, ocasião em que se configura o fato gerador, haja vista o caráter de ordem pública contido em aludidas normas.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 4 - Administração
- Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

- Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS
- Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.
- Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.
- Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.
- Público alvo: Credores

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	25.000,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	107.754,00
		0,00	25.000,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	107.754,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
		0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
Total:			425.000,00	446.250,00	468.563,00	491.991,00	1.831.804,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

Resumo de Informações

**Ação: 0.4 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**  
Objetivo: Indenizações e Restituições; transação que consiste no ressarcimento de valores; cobrados indevidamente ou devolução de valores não utilizados.

**Estrutura Organizacional**  
**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS  
Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.  
Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.  
Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.  
Público alvo: Credores

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00
		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00
Total:		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.474,00	1.680.949,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 5 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 0.5 PAGAMENTO AO PASEP

Objetivo: Pagamento mensal referente a 1% da arrecadação municipal, para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, criado pela Lei Complementar nº 8, de 03.12.1970.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
 Subfunção: 122 - Administração Geral

##### Classificação Programática

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS  
 Objetivo: Amortização da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.  
 Problema: Dívidas referente parcelamentos com Dívidas junto ao BADESC, PRECATÓRIOS, COHAB, IPASC, Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.  
 Justificativa: Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais.  
 Público alvo: Credores

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.20.00.00 - Transferências à União	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00
		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00
Total:		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.455.300,00	1.528.065,00	5.689.365,00

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 6 / 138
---	---	---	-------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 1.1 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL

Objetivo: MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

#### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas  
Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,25	1.939.556,25
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00	1.736.437,50	6.465.187,50
		0,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00	1.736.437,50	6.465.187,50
		0,00	1.950.000,00	2.047.500,00	2.149.875,00	2.257.368,75	8.404.743,75
		0,00	1.950.000,00	2.047.500,00	2.149.875,00	2.257.368,75	8.404.743,75

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 105 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 03.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 7 / 138
--	--	---	-------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Objetivo: Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços ofertados pela administração municipal.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00
	136 - Salário-Educação	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00
	Total:	0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00	2.279.160,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 8 / 138
---	--	------------------------------	---	-------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.3 AQUISIÇÃO DE VEICULOS

Objetivo: Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços ofertados, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>4.4.90.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>60.609,00</b>	<b>63.639,00</b>	<b>66.821,00</b>	<b>70.162,00</b>	<b>261.231,00</b>
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
	189 - Alienações de Bens - Outros	0,00	8.109,00	8.514,00	8.940,00	9.387,00	34.950,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>60.609,00</b>	<b>63.639,00</b>	<b>66.821,00</b>	<b>70.162,00</b>	<b>261.231,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resourc...@cacador.sc.gov.br

Resourc...@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
9 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA


**Ação: 1.4 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON**  
**Objetivo:** Construção da sede administrativa do Procon, com finalidade de garantir a mediação de casos conflituosos entre os clientes e consumidores insatisfeitos com os serviços ou produtos disponibilizados por determinada empresa ou estabelecimento.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Natureza	Valores Previstos:						
	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00	214.430,00	
100 - Recursos Ordinários	0,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00	214.430,00	
Total:	0,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00	214.430,00	

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 185 - Centro - 89.500-124 - Cacador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-51 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 10 / 138			
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>							
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.5 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE</b>							
Objetivo: Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços ofertados pela administração municipal.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 18 - Gestão Ambiental							
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE							
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.							
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.							
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.							
Público alvo: População urbana e rural.							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	16.800,00	17.641,00	18.522,00	19.449,00	72.412,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>16.800,00</b>	<b>17.641,00</b>	<b>18.522,00</b>	<b>19.449,00</b>	<b>72.412,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resaurantia@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 22715442282

Página 11 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 1.7 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Objetivo: Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços ofertados, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 18 - Gestão Ambiental
- Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

- Programa: 24 - MEIO AMBIENTE
- Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.
- Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.
- Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.
- Público alvo: População urbana e rural.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	43.050,00	45.203,00	47.463,00	49.836,00	185.552,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00	181.025,00
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:		0,00	43.050,00	45.203,00	47.463,00	49.836,00	185.552,00





 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 12 / 138
---	--	---	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 1.9 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Objetivo: Aquisição de máquinas e implementos agrícolas, objetivando dar a comunidade agrícola respaldo, tanto na produção quanto no escoamento da sua produção.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

##### Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE

Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.

Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.

Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

Público alvo: População urbana e rural.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>32.550,00</b>	<b>34.178,00</b>	<b>35.887,00</b>	<b>37.681,00</b>	<b>140.296,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>32.550,00</b>	<b>34.178,00</b>	<b>35.887,00</b>	<b>37.681,00</b>	<b>140.296,00</b>

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 13 / 138
---	---	---	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 1.11 BLOCO DE INVESTIMENTOS

Objetivo: Bloco de investimentos, financiados com recursos tripartite, dos governos municipal, estadual e federal.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

#### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00	1.818.163,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	271.895,00	285.490,00	299.765,00	314.753,00	1.171.903,00
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00	149.940,00	157.437,00	165.309,00	173.574,00	646.260,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>421.835,00</b>	<b>442.927,00</b>	<b>465.074,00</b>	<b>488.327,00</b>	<b>1.818.163,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 14 / 138
---	--	--	---------------------------

### Ação: 1.12 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

Objetivo: Construção, ampliação e reformas de escolas municipais, como forma de melhoramento das condições estruturais das edificações, melhorando o ambiente escolar, bem como gerar aumento da oferta de vagas de ensino.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.125,00</b>	<b>57.881,00</b>	<b>60.775,00</b>	<b>226.281,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>1.280.036,00</b>	<b>1.344.038,00</b>	<b>1.411.239,00</b>	<b>1.481.801,00</b>	<b>5.517.114,00</b>
136 - Salário-Educação		0,00	942.740,00	989.877,00	1.039.370,00	1.091.339,00	4.063.326,00
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	284.796,00	299.036,00	313.988,00	329.687,00	1.227.507,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.332.536,00</b>	<b>1.399.163,00</b>	<b>1.469.120,00</b>	<b>1.542.576,00</b>	<b>5.743.395,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 157 / 138
--	--	---	--	---------------------

tesouraria@caçador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.13 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES

Objetivo: Construção de quadras esportivas, alambrados, iluminação, acessórios esportivos e na reforma de quadras esportivas, melhorando a estrutura física e proporcionando incentivos a práticas esportivas com qualidade.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.


Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>321.961,00</b>	<b>338.059,00</b>	<b>354.962,00</b>	<b>372.710,00</b>	<b>1.387.692,00</b>
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	72.355,00	75.973,00	79.772,00	83.760,00	311.860,00
	136 - Salário-Educação	0,00	197.106,00	206.961,00	217.309,00	228.175,00	849.551,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>321.961,00</b>	<b>338.059,00</b>	<b>354.962,00</b>	<b>372.710,00</b>	<b>1.387.692,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 16 / 138			
tesouraria@cacador.sc.gov.br							
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.14 REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA</b>							
Objetivo: Manutenção e reformas da estação ferroviária, com intervenção mínima na edificação (respeito aos valores estéticos e históricos do monumento).							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo							
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 13 - Cultura							
Subfunção: 392 - Difusão Cultural							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 19 - ACERVO CULTURAL							
Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.							
Problema: ACERVO CULTURAL							
Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Dança, Oficina de Teatro, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.							
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>22.260,00</b>	<b>23.373,00</b>	<b>24.542,00</b>	<b>25.769,00</b>	<b>95.944,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>22.260,00</b>	<b>23.373,00</b>	<b>24.542,00</b>	<b>25.769,00</b>	<b>95.944,00</b>

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Emissão:**15/12/2017 10:18  
**Usuário:**Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:**2271-5442-282

**Página**  
17 / 138

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 1.15 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Objetivo: Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil, fornecendo melhor estrutura física para acomodação dos alunos, proporcionando ensino com qualidade.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**Classificação Funcional**

Função: 12 - Educação  
Subfunção: 365 - Educação Infantil

**Classificação Programática**

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
	136 - Salário-Educação	0,00	70.692,00	74.227,00	77.938,00	81.835,00	304.692,00
	132 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	448.701,00	471.136,00	494.693,00	519.428,00	1.933.958,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	104.042,00	109.244,00	114.706,00	120.442,00	448.434,00
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
Total:		0,00	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Res: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
18 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 1.16 ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE**

Objetivo: Dispor de diversos instrumentos e ferramentas, que visam integrar os diferentes modos de transporte, além de promover a mobilidade e a acessibilidade de pessoas e cargas para o Município. A ação consiste em práticas envolvendo os conceitos de mobilidade urbana e acessibilidade associados à qualidade ambiental, sustentabilidade e aspectos econômicos que envolvem a sociedade.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
Total:	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Emissão:** 15/12/2017 10:18  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 2271-5442-282

**Página**  
19 / 138

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 1.17 DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE**  
Objetivo: Desapropriação das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tomando - as em areas propicias ao lazer coletivo.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL  
Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Problema: PARQUE CENTRAL  
Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:		2019	2020	2021	Total
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2020	2021
	4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	101.050,00	111.408,00	116.979,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.158,00	1.216,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
Total:		0,00	101.050,00	111.408,00	116.979,00
					435.540,00

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 20 / 138
---	---	--	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.18 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A RENOVACÃO DA FROTA, COM INTUITO DE REDUZIR CUSTOS, MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS, E TAMBÉM MELHORAR A SEGURANÇA DAS PESSOAS QUE FAZEM USO DESTES VEÍCULOS.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
 Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

#### Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura  
 Subfunção: 392 - Difusão Cultural

#### Classificação Programática

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL

Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.


Problema: ACERVO CULTURAL


Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	53.760,00	56.448,00	59.270,00	62.234,00	231.712,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>53.760,00</b>	<b>56.448,00</b>	<b>59.270,00</b>	<b>62.234,00</b>	<b>231.712,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-51 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 21 / 138			
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>							
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.19 SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO</b>							
Objetivo: Serviço de coleta e disposição resíduos sólido, tais como lixos produzidos residenciais e hospitalares, objetivando a manutenção da limpeza pública por todo o perímetro urbano, evitando proliferação de pestes e doenças.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 17 - Saneamento							
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE							
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.							
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.							
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.							
Público alvo: População urbana e rural.							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00	3.612.667,00	13.450.855,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00	3.612.667,00	13.450.855,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>3.120.758,00</b>	<b>3.276.795,00</b>	<b>3.440.635,00</b>	<b>3.612.667,00</b>	<b>13.450.855,00</b>

		<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 22 / 138	
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.20 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS</b>							
Objetivo: Pavimentação de vias públicas e passeios públicos, melhorando assim as condições de segurança do tráfegos de veículos e pedestres.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 15 - Urbanismo							
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS							
Objetivo: Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.							
Problema: Vias urbanas							
Justificativa: O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.							
Público alvo: População							
<b>Valores Previstos:</b>							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	133.640,00	135.323,00	137.089,00	138.943,00	544.995,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	131.540,00	133.117,00	134.773,00	136.511,00	535.941,00
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>134.690,00</b>	<b>136.426,00</b>	<b>138.247,00</b>	<b>140.159,00</b>	<b>549.522,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 23 / 138
---	--	---	--	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.21 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

Objetivo: Construção e reformas de pontes, pontilhões e bueiros, melhorando a trafegabilidade, tanto em vias urbanas quanto em vias rurais, proporcionando segurança e também garantindo o escoamento da produção agrícola.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

##### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>31.500,00</b>	<b>33.075,00</b>	<b>34.729,00</b>	<b>36.465,00</b>	<b>135.769,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>106.050,00</b>	<b>111.353,00</b>	<b>116.921,00</b>	<b>122.767,00</b>	<b>457.091,00</b>
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>137.550,00</b>	<b>144.428,00</b>	<b>151.650,00</b>	<b>159.232,00</b>	<b>592.860,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 24 / 138
---	--	------------------------------	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.22 CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS

Objetivo: Canalização de córregos, como medida para evitar assoreamento, evitando alagamentos ou enchentes.

#### Estrutura Organizacional

#### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

#### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.125,00</b>	<b>57.881,00</b>	<b>60.775,00</b>	<b>226.281,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.125,00</b>	<b>57.881,00</b>	<b>60.775,00</b>	<b>226.281,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 25 / 138
---	--	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.23 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Objetivo: Aquisição de imóveis, tais como terrenos para futuras edificações e também para loteamentos para habitação urbana, como também para construção de parques e praças.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos


##### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.

#### Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>249.501,00</b>	<b>261.976,00</b>	<b>275.075,00</b>	<b>288.829,00</b>	<b>1.075.381,00</b>



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282		<b>Página</b> 26 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.24 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS</b>							
Objetivo: Construção e manutenção de abrigos para passageiros, destinados a proteger e abrigar pessoas, como sendo parte da mobilidade urbana.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 15 - Urbanismo							
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA							
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .							
Problema: Infraestrutura Urbana.							
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.							
Público alvo: População.							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>37.800,00</b>	<b>39.690,00</b>	<b>41.675,00</b>	<b>43.758,00</b>	<b>162.923,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00	162.923,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>112.200,00</b>	<b>117.810,00</b>	<b>123.701,00</b>	<b>129.886,00</b>	<b>483.597,00</b>
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	111.150,00	116.707,00	122.543,00	128.670,00	479.070,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>157.500,00</b>	<b>165.376,00</b>	<b>173.644,00</b>	<b>646.520,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-542-282	Página 27 / 138
---	--	--	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.25 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES

Objetivo: Propiciar a construção, manutenção, reforma e adequação de unidades habitacionais para indivíduos e ou famílias em situação de vulnerabilidade social.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação

Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 22 - HABITAÇÃO

Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.


Problema: HABITAÇÃO POPULAR


Justificativa: O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.

Público alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>	<b>0,00</b>	<b>169.300,00</b>	<b>177.765,00</b>	<b>186.653,00</b>	<b>195.986,00</b>	<b>729.704,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	167.855,00	176.248,00	185.060,00	194.313,00	723.476,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.445,00	1.517,00	1.593,00	1.673,00	6.228,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>169.300,00</b>	<b>177.765,00</b>	<b>186.653,00</b>	<b>195.986,00</b>	<b>729.704,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-51 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 28 / 138			
<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>							
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.26 CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL</b>							
Objetivo: Formação de grupos de estudos empresariais comprometidos com o crescimento econômico do município. O Centro Empresarial poderá fortalecer e dar mais expressividade a região.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador							
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 22 - Indústria							
Subfunção: 662 - Produção Industrial							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.							
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.							
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.							
Público alvo: Administração direta							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>21.050,00</b>	<b>21.103,00</b>	<b>21.158,00</b>	<b>21.216,00</b>	<b>84.527,00</b>

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		tesouraria@cacador.sc.gov.br		<div><b>Emissão:</b>15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b>Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b>2271-5442-282</div>		<div>Página 29 / 138</div>	
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.27 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM</b>							
Objetivo: Criação de um banco de dados da produção rural e da sanidade animal para a gestão do meio rural, e, quando integrado às demais áreas no Município, auxilia no planejamento de desenvolvimento rural, no combate à clandestinidade e à sonegação fiscal. Ações de combate à clandestinidade, atividades de educação sanitária, programas de treinamento, atendendo às exigências básicas para a inspeção e certificação dos produtos, de modo que estes podem ser comercializados intermunicipios ou interessados. Essa medida incentivará o crescimento da produção dos estabelecimentos, gerando mais renda no meio rural.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 20 - Agricultura							
Subfunção: 606 - Extensão Rural							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL							
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.							
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.							
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.							
Público alvo: População rural.							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Fonte de recurso</b>							
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	57.750,00	60.638,00	63.669,00	66.853,00	248.910,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	57.750,00	60.638,00	63.669,00	66.853,00	248.910,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>57.750,00</b>	<b>60.638,00</b>	<b>63.669,00</b>	<b>66.853,00</b>	<b>248.910,00</b>

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Objetivo:** Ações de mobilização e diagnóstico socioeconômico referente todas as atividades rurais e urbana, com o propósito de aumentar o fluxo de pessoas e clientes na feira e comércio local. Assistência técnica especializada e qualidade aos produtores, acompanhando o processo produtivo, visando melhorar a oferta e qualidade dos alimentos, disseminar novas tecnologias que reduzirão custos de produção, e apoiar os agricultores familiares na comercialização e acesso a crédito e fomento agrícola.


### Classificação Funcional


### Classificação Programática

Executar ações visando proporcionar o


Justificativa:

**Total:**

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 31 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.29 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.</b>							
Objetivo: Exposições organizadas de forma a que as empresas possam expor e demonstrar os seus serviços. Planejamento de festivais, cerimônias, competições, festas ou convenções.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 22 - Indústria							
Subfunção: 661 - Promoção Industrial							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.							
Problema: Indústria e comércio							
Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.							
Público alvo: Empresas e trabalhadores							
<b>Valores Previstos:</b>							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	380.050,00	400.053,00	421.056,00	443.108,00	1.644.267,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>380.050,00</b>	<b>400.053,00</b>	<b>421.056,00</b>	<b>443.108,00</b>	<b>1.644.267,00</b>

<div> <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282</div>		<div>Página 32 / 138</div>																																															
<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>																																																			
<div>Relação de Valores da Despesa PPA</div>																																																			
<div>Ação: 1.30 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES</div>																																																			
<div>Objetivo: Construção e reforma de ginásios de esportes, para melhor atender a população nas praticas esportivas, do desporto amador e de rendimento, contribuindo para uma população saudável.</div>																																																			
<div>Estrutura Organizacional</div>																																																			
<div>Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</div>																																																			
<div>Classificação Funcional</div>																																																			
<div>12 - Educação</div>																																																			
<div>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</div>																																																			
<div>Classificação Programática</div>																																																			
<div>11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE</div>																																																			
<div>Programa: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.</div>																																																			
<div>Objetivo: Educação com qualidade.</div>																																																			
<div>Problema: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.</div>																																																			
<div>Justificativa: Alunos da rede municipal de ensino.</div>																																																			
<div>Público alvo:</div>																																																			
<div>Valores Previstos:</div>																																																			
<table><tr><td>Natureza</td><td>Fonte de recurso</td><td>Valor Global</td><td>2018</td><td>2019</td><td>2020</td><td>2021</td><td>Total</td></tr><tr><td rowspan="2">3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>63.000,00</td><td>66.150,00</td><td>69.458,00</td><td>72.930,00</td><td>271.538,00</td></tr><tr><td></td><td>0,00</td><td>63.000,00</td><td>66.150,00</td><td>69.458,00</td><td>72.930,00</td><td>271.538,00</td></tr><tr><td rowspan="2">4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</td><td>136 - Salário-Educação</td><td>0,00</td><td>119.012,00</td><td>124.963,00</td><td>131.211,00</td><td>137.771,00</td><td>512.957,00</td></tr><tr><td></td><td>0,00</td><td>119.012,00</td><td>124.963,00</td><td>131.211,00</td><td>137.771,00</td><td>512.957,00</td></tr><tr><td colspan="2">Total:</td><td>0,00</td><td>182.012,00</td><td>191.113,00</td><td>200.669,00</td><td>210.701,00</td><td>784.495,00</td></tr></table>						Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	136 - Salário-Educação	0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00		0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00	Total:		0,00	182.012,00	191.113,00	200.669,00	210.701,00	784.495,00
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																												
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00																																												
		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00																																												
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	136 - Salário-Educação	0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00																																												
		0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00	512.957,00																																												
Total:		0,00	182.012,00	191.113,00	200.669,00	210.701,00	784.495,00																																												



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 33 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 1.31 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.</b>							
Objetivo: Com a finalidade de levar água potável e de qualidade aos produtores rurais, a ação contribui significativamente no aumento da produção e, consequentemente, na geração de emprego e renda.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 20 - Agricultura							
Subfunção: 606 - Extensão Rural							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL							
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.							
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.							
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.							
Público alvo: População rural.							
<b>Valores Previstos:</b>							
<b>Natureza</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.550,00	33.128,00	34.784,00	36.524,00	135.986,00
	164 - Transferências de Convênios Estado - Outros	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>31.550,00</b>	<b>33.128,00</b>	<b>34.784,00</b>	<b>36.524,00</b>	<b>135.986,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

**Página**  
34 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 1.32 APOIO AO EMPREENDEDOR**

Objetivo: Apoio financeiro ao investimento, à criação do próprio emprego e apoio técnico na área do empreendedorismo para reforçar competências inerentes à estruturação de projetos.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

Função: 22 - Indústria  
Subfunção: 661 - Promoção Industrial

**Classificação Programática**

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.  
Problema: Indústria e comércio  
Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.  
Público alvo: Empresas e trabalhadores

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 100 - Recursos Ordinários		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
		Total:	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282
---	---

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.33 PROGRAMA PAM E PAI

Objetivo: Atividades do programa atenção a mulher e programa de atenção ao idoso, proporcionando sociabilidade, integração e apoio, aos grupos de mulheres e de idosos, com atividades voltadas ao conhecimento e a qualidade de vida.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

#### Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

#### Classificação Programática

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL

Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Problema: ACERVO CULTURAL

Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopro, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecedado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
		0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
	Total:	0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 36 / 138
---	---	--	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 1.34 PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

Objetivo: Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde aconteceram as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário. Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporciona qualidade de vida.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

#### Classificação Programática

Programa: 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL

Objetivo: Os moradores serão contemplados com a revitalização e humanização de estruturas onde acontecerão as ações, do projeto, que tem intenção de transformar os locais em um centro de lazer, social e comunitário.

Problema: Falta de espaços adequados para a população desenvolver atividades.

Justificativa: Estes centros serão utilizados para prática de esportes, atividades culturais, laborais, artesanais e até mesmo para festejar. Os cidadãos terão estrutura, com a preocupação de ser funcional, e que proporciona qualidade de vida.

Público alvo: População

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas 100 - Recursos Ordinários		0,00	180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00
		0,00	180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00
	Total:	0,00	180.000,00	189.000,00	198.450,00	208.373,00	775.823,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 37 / 138
---	--	---	--------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 1.35 PROJETO MÃO DADAS

Objetivo: O projeto De Mãos Dadas - Artesanato Sustentável, que tem como objetivo agregar identidade e mais valor a produtos artesanais. Valorizando a mão de obra e a cultura local.

### Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>22.050,00</b>	<b>23.153,00</b>	<b>86.203,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resauralia@cacador.sc.gov.br

2271-5442-282

15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página 38 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 1.36 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO

Objetivo: A iniciativa tem por objetivo contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior. A educação no trânsito nas escolas auxiliar, ainda, na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública  
Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	15.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	75.000,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00	15.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	75.000,00	
Total:		0,00	15.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00	75.000,00	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Resumo de Valores da Despesa PPA

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
39 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	4.860.000,00	5.100.500,00	5.360.000,00	5.650.000,00	20.970.500,00
		0,00	4.860.000,00	5.100.500,00	5.360.000,00	5.650.000,00	20.970.500,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen	100 - Recursos Ordinários	0,00	340.000,00	355.000,00	375.000,00	390.000,00	1.460.000,00
		0,00	340.000,00	355.000,00	375.000,00	390.000,00	1.460.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	750.000,00	787.500,00	826.875,00	868.218,75	3.232.593,75
		0,00	750.000,00	787.500,00	826.875,00	868.218,75	3.232.593,75
Total:		0,00	5.950.000,00	6.243.000,00	6.561.875,00	6.908.218,75	25.663.093,75



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282 tesouraria@caçador.sc.gov.br	<b>Página</b> 40 / 138
---	--	---------------------------

tesouraria@caçador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.2 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Objetivo: Ação que visa assistir diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, coordenar as relações com as entidades da sociedade civil estabelecidas. Coordenar a manutenção e atualização de coletânea de leis municipais, bem como das legislações federal e estadual, de interesse do Município. Propiciar a unificação de pareceres sobre questões jurídicas, sugerindo revisões na legislação e formulando, independentemente de designação específica, arguição de inconstitucionalidade, quando for o caso. Propor o encaminhamento de representação de quaisquer normas municipais, ou sobre as consultas que devam ser formuladas pelos órgãos da Prefeitura.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

#### Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.


Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>2.084.040,00</b>	<b>2.188.242,00</b>	<b>2.297.654,00</b>	<b>2.412.537,00</b>	<b>8.982.473,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	2.084.040,00	2.188.242,00	2.297.654,00	2.412.537,00	8.982.473,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>		<b>0,00</b>	<b>179.970,00</b>	<b>188.970,00</b>	<b>198.415,00</b>	<b>208.340,00</b>	<b>775.695,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	179.970,00	188.970,00	198.415,00	208.340,00	775.695,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>1.076.050,00</b>	<b>1.167.478,00</b>	<b>1.225.854,00</b>	<b>1.287.143,00</b>	<b>4.756.525,00</b>
	142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.075.000,00	1.166.375,00	1.224.694,00	1.285.928,00	4.751.997,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>212.100,00</b>	<b>222.706,00</b>	<b>233.820,00</b>	<b>245.530,00</b>	<b>914.156,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	210.000,00	220.500,00	231.500,00	243.100,00	905.100,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00
	142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00	4.528,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>3.552.160,00</b>	<b>3.767.396,00</b>	<b>3.955.743,00</b>	<b>4.153.550,00</b>	<b>15.428.849,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 08.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 22715442-282

Página  
41 / 138

resolutaria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**


**Ação: 2.3 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA**  
Objetivo: Ação que envolve o cultivo de contatos jornalísticos, sugestões de pautas, agendamento e preparação de entrevistas, divulgação de serviços, garantindo a população a divulgação dos atos e fatos administrativos.

**Estrutura Organizacional**  
**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

**Valores Previstos:**

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	25.200,00	26.460,00	27.780,00	29.170,00	108.610,00
			25.200,00	26.460,00	27.780,00	29.170,00	108.610,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00	45.265,00
			10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00	45.265,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>35.700,00</b>	<b>37.485,00</b>	<b>39.360,00</b>	<b>41.330,00</b>	<b>153.875,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resouratila@cacador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
42 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.4 MANUTENÇÃO DO PROCON**  
Objetivo: Ação de serviços administrativos, com finalidade de garantir a mediação de casos conflituosos entre os clientes e consumidores insatisfeitos com os serviços ou produtos disponibilizados por determinada empresa ou estabelecimento.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Programa: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Objetivo: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Problema: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.  
Justificativa: Administração direta  
Público alvo:

Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	178.500,00	187.430,00	196.800,00	206.640,00	769.370,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	178.500,00	187.430,00	196.800,00	206.640,00	769.370,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00	45.265,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00	45.265,00
Total:		0,00	189.000,00	198.455,00	208.380,00	218.800,00	814.635,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
43 / 138

resolurafia@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.5 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Objetivo: Ação que visa centralizar, coordenar, analisar, estudar, dar parecer e propor diretrizes na área de Administração Municipal. Planejar, coordenar, normalizar e executar os sistemas de administração da Prefeitura de Caçador. Administração centralizada de pessoal, material, patrimônio e manutenção de bens móveis.


**Estrutura Organizacional**  
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 123 - Administração Financeira

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.160,00	45.261,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.160,00	45.261,00
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	2.663.010,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00	11.477.908,00
		0,00	2.663.010,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00	11.477.908,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen	100 - Recursos Ordinários	0,00	794.325,00	834.040,00	875.740,00	919.530,00	3.423.635,00
		0,00	794.325,00	834.040,00	875.740,00	919.530,00	3.423.635,00
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	2.684.890,00	2.819.135,00	2.960.091,00	3.108.096,00	11.572.212,00
		0,00	2.684.890,00	2.819.135,00	2.960.091,00	3.108.096,00	11.572.212,00
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçam	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00	135.770,00
		0,00	31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00	135.770,00
4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.460,00	5.432,00
		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.460,00	5.432,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00
		0,00	21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00	90.512,00
Total:		0,00	6.248.485,00	6.560.908,00	6.888.950,00	7.233.411,00	26.931.754,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 44 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 2.6 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>							
Objetivo: Ação permanente e essencial ao exercício da função administrativa e da atuação na defesa judicial do Município. Responsável, em toda a sua plenitude, pela defesa de interesses da municipalidade em juízo e fora dele.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 4 - Administração							
Subfunção: 122 - Administração Geral							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.							
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.							
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.							
Público alvo: Administração direta							
<b>Valores Previstos:</b>							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	3.448.100,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	3.448.100,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos		0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00	135.768,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>968.000,00</b>	<b>1.016.400,00</b>	<b>1.067.218,00</b>	<b>1.120.580,00</b>	<b>4.172.198,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 185 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282
---	---

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.7 ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Objetivo: MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

#### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

#### Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	650.000,00	682.500,00	716.625,00	752.456,25	2.801.581,25
100 - Recursos Ordinários	0,00	650.000,00	682.500,00	716.625,00	752.456,25	2.801.581,25
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>650.000,00</b>	<b>682.500,00</b>	<b>716.625,00</b>	<b>752.456,25</b>	<b>2.801.581,25</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 46 / 138
--	--	------------------------------	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.8 MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO

Objetivo: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

#### Estrutura Organizacional

#### Classificação Funcional

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

#### Classificação Programática

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Problema: O Legislativo Municipal, é composto por treze Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.


Justificativa: A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Público alvo: CAMARA LEGISLATIVA

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.473,75	1.680.948,75
	100 - Recursos Ordinários	0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.473,75	1.680.948,75
Total:		0,00	390.000,00	409.500,00	429.975,00	451.473,75	1.680.948,75





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-51 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.9 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.**  
Objetivo: Entidades abrangidas que recebem aportes financeiros de qualquer natureza, como subvenções, contribuições, auxílios, para realizar atividade de cunho socioeducativo ou desportivo.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		2018	2019	2020	2021		
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00		271.537,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00		271.537,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>66.150,00</b>	<b>69.457,00</b>	<b>72.930,00</b>		<b>271.537,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolutaria@cacador.sc.gov.br

Resolutaria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 22715442-282

Página  
48 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.10 MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Objetivo: Conjunto de ações, interligadas, buscando o controle global, envolvendo aspectos patrimonial, orçamentário, financeiro, econômico, etc.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 4 - Administração
- Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	12.600,00	13.230,00	13.891,00	14.586,00	54.307,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	12.600,00	13.230,00	13.891,00	14.586,00	54.307,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	5.250,00	5.512,00	5.788,00	6.077,00	22.627,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	5.250,00	5.512,00	5.788,00	6.077,00	22.627,00
Total:		0,00	17.850,00	18.742,00	19.679,00	20.663,00	76.934,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.11 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

Objetivo: Manutenção das atividades do gabinete do vice-prefeito.

Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.

Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

Público alvo: Administração direta

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	298.200,00	313.110,00	328.765,00	345.203,00	1.285.278,00
		0,00	298.200,00	313.110,00	328.765,00	345.203,00	1.285.278,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
Total:		0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00	1.330.534,00

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 50 / 138
---	---	--	---------------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.12 QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Objetivo: Realizar cursos de qualificação e requalificação profissional que podem ser ministrados por empresas, entidades de ensino ou entidades, priorizando as tendências de sua área de atuação.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

#### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 662 - Produção Industrial

#### Classificação Programática

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.


Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>	<b>0,00</b>	<b>55.250,00</b>	<b>58.013,00</b>	<b>60.913,00</b>	<b>63.959,00</b>	<b>238.135,00</b>
100 - Recursos Ordinários	0,00	55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>55.250,00</b>	<b>58.013,00</b>	<b>60.913,00</b>	<b>63.959,00</b>	<b>238.135,00</b>

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282</div>		<div>Página 51 / 138</div>			
resourciana@cacador.sc.gov.br							
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.13 MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR							
Objetivo: A ação tem objetivo de garantir a segurança e a fiscalização dentro do Perímetro Urbano, e també cobrar de proprietários e condutores dos veículos que as exigências, regulamentadas por lei, sejam cumpridas.							
Estrutura Organizacional							
Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Classificação Funcional							
Função: 6 - Segurança Pública							
Subfunção: 181 - Policiamento							
Classificação Programática							
Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.							
Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA							
Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.							
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	1.508.850,00	1.584.292,00	1.663.507,00	1.746.682,00	6.503.331,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.508.850,00	1.584.292,00	1.663.507,00	1.746.682,00	6.503.331,00
	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen	0,00	137.550,00	144.428,00	151.650,00	159.232,00	592.860,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	137.550,00	144.428,00	151.650,00	159.232,00	592.860,00
	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	860.700,00	900.485,00	945.460,00	992.732,00	3.699.377,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	860.700,00	900.485,00	945.460,00	992.732,00	3.699.377,00
	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
Total:		0,00	2.612.100,00	2.739.455,00	2.876.379,00	3.020.196,00	11.248.130,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 52 / 138

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.14 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Manutenção das ações de segurança pública, para permitir o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres, constituindo sua alteração ilegítima uma violação de direitos básicos, geralmente acompanhada de violência, que produz eventos de insegurança e criminalidade. Cursos para profissionais da segurança pública, que serão capacitados em políticas de segurança, planejamento, técnicas operacionais e de gestão.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública  
 Subfunção: 181 - Policiamento

##### Classificação Programática

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.


Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	111 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	611.604,00	642.183,00	674.293,00	708.007,00	2.636.087,00
	110 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	150.948,00	158.495,00	166.420,00	174.741,00	650.604,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	150.948,00	158.495,00	166.420,00	174.741,00	650.604,00
		0,00	309.708,00	325.193,00	341.483,00	358.525,00	1.334.879,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	111 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	283.500,00	297.674,00	312.558,00	328.186,00	1.221.918,00
	110 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00	384.678,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00	384.678,00
		0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00	452.562,00
<b>Total:</b>			<b>895.104,00</b>	<b>939.857,00</b>	<b>986.851,00</b>	<b>1.036.193,00</b>	<b>3.858.005,00</b>

<div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div><a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div></div></div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:18</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2271-5442-282</div></div></div>		<div>Página</div> <div>53 / 138</div>					
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.15 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA							
Objetivo: Ação que visa planejar, coordenar, normatizar e executar os sistemas de administração da Prefeitura de Caçador, abrangendo os setores contábil, financeiro e tributário.							
Estrutura Organizacional							
Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA							
Classificação Funcional							
Função: 4 - Administração							
Subfunção: 123 - Administração Financeira							
Classificação Programática							
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.							
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.							
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.							
Público alvo: Administração direta							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.681.315,00	1.765.381,00	1.853.650,00	1.946.332,00	7.246.678,00
		0,00	1.681.315,00	1.765.381,00	1.853.650,00	1.946.332,00	7.246.678,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen	100 - Recursos Ordinários	0,00	530.880,00	557.424,00	585.295,00	614.560,00	2.288.159,00
		0,00	530.880,00	557.424,00	585.295,00	614.560,00	2.288.159,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	556.500,00	584.325,00	613.541,00	644.218,00	2.398.584,00
		0,00	556.500,00	584.325,00	613.541,00	644.218,00	2.398.584,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
Total:		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.110.367,00	3.265.885,00	12.159.702,00





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resouratla@cacador.sc.gov.br

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página

54 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.16 AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.**  
Objetivo: A ação será destinados a custear despesas advindas da manutenção, aquisição de equipamento e ampliação de estações da corporação. Tem como objetivos a proteção e o salvamento dos bens materiais e, principalmente, da vida dos habitantes no município de Caçador, em casos de calamidades públicas, incêndios e acidentes em geral, bem como, desenvolver atividades que visam à prática da prevenção de sinistros.

Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Funcional

Função: 6 - Segurança Pública  
Subfunção: 181 - Policiamento

Classificação Programática

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Objetivo: Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.  
Problema: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Justificativa: A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00	5.430.758,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00	5.430.758,00
Total:		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00	5.430.758,00

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 55 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.17 SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES**

Objetivo: Manutenção dos serviços, programas e projetos voltados para a criança e o adolescente.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

#### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

#### Classificação Programática

Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Objetivo: Ações voltadas para crianças e adolescentes.


Problema: Ações voltadas para crianças e adolescentes.

Justificativa: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, promove ações para a manutenção de serviços, programas e projetos voltados para criança e adolescentes.

Público alvo: Crianças e Adolescentes

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>115.584,00</b>	<b>121.364,00</b>	<b>127.432,00</b>	<b>133.803,00</b>	<b>498.183,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	103.110,00	108.266,00	113.679,00	119.363,00	444.418,00
	109 - FIA Imposto de Renda	0,00	12.474,00	13.098,00	13.753,00	14.440,00	53.765,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>10.500,00</b>	<b>11.025,00</b>	<b>11.576,00</b>	<b>12.155,00</b>	<b>45.256,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>126.084,00</b>	<b>132.389,00</b>	<b>139.008,00</b>	<b>145.958,00</b>	<b>543.439,00</b>

		Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 56 / 138					
Relação de Valores da Despesa PPA													
Ação: 2.18 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL													
Objetivo: O Horto Municipal de Caçador produz mudas nativas e ornamentais para atender as demandas de diversos projetos, entre eles a Recuperação Florestal, Jardinagem e Paisagismo do Município, Educação Ambiental e Doação para os Municípios.													
Estrutura Organizacional													
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Unidade Orçamentária:		2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE											
Classificação Funcional													
Função:		18 - Gestão Ambiental											
Subfunção:		541 - Preservação e Conservação Ambiental											
Classificação Programática													
Programa:		24 - MEIO AMBIENTE											
Objetivo:		Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.											
Problema:		Degradação ambiental: solo, água e ar.											
Justificativa:		É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.											
Público alvo:		População urbana e rural.											
Natureza		Valores Previstos:											
Fonte de recurso		Valor Global		2018		2019		2020		2021		Total	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00		91.718,00		96.304,00		101.118,00		106.175,00		395.315,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		91.718,00		96.304,00		101.118,00		106.175,00		395.315,00	
Total:		0,00		91.718,00		96.304,00		101.118,00		106.175,00		395.315,00	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
57 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.19 PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS

Objetivo: Produção e aquisição de mudas ornamentais, frutíferas, comerciais e nativas, destinadas a revitalização de parques e praças do Município, bem como a recuperação de ambientes degradados.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

- Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.  
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.  
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.  
Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total	
		Valor Global	2018	2019	2020	2021		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	166.950,00	175.298,00	184.063,00	193.265,00	719.576,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00	166.950,00	175.298,00	184.063,00	193.265,00	719.576,00	
Total:		0,00	166.950,00	175.298,00	184.063,00	193.265,00	719.576,00	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 58 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.20 MANUTENÇÃO DO FAMPEC

Objetivo: Manutenção do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador

Unidade Orçamentária: 8001 - FAMPEC - CAÇADOR

#### Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

#### Classificação Programática

Programa: 6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Objetivo: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros ao atendimento à saúde dos servidores.


Problema: Assistência a Servidores Públicos Municipais.


Justificativa: Os servidores mantêm um sistema de atendimento à saúde com contribuição mensal e controle feito pelo Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Municipais FAMPEC, através de contabilidade própria, com prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

Público alvo: Servidores Públicos Municipais.


#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	20 - Recursos do Fampec - 02.06	0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00
		0,00	1.961.297,00	2.059.362,00	2.162.330,00	2.270.446,00	8.453.435,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.961.297,00</b>	<b>2.059.362,00</b>	<b>2.162.330,00</b>	<b>2.270.446,00</b>	<b>8.453.435,00</b>

		Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.300-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 59 / 138
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.21 MANUTENÇÃO DO IPASC							
Objetivo: Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.							
Estrutura Organizacional							
Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador							
Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR							
Classificação Funcional							
Função: 4 - Administração							
Subfunção: 122 - Administração Geral							
Classificação Programática							
Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS							
Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.							
Problema: Previdência dos Servidores Municipais.							
Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.							
Público alvo: Servidores publicos municipais							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00
		0,00	860.000,00	963.200,00	1.078.784,00	1.208.238,00	4.110.222,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen							
	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	189.200,00	211.904,00	237.332,00	265.812,00	904.248,00
		0,00	189.200,00	211.904,00	237.332,00	265.812,00	904.248,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	550.000,00	616.000,00	689.920,00	772.710,00	2.628.630,00
		0,00	550.000,00	616.000,00	689.920,00	772.710,00	2.628.630,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	0,00	650.000,00	650.000,00	200.000,00	200.000,00	1.700.000,00
		0,00	650.000,00	650.000,00	200.000,00	200.000,00	1.700.000,00
Total:		0,00	2.249.200,00	2.441.104,00	2.206.036,00	2.446.760,00	9.343.100,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 60 / 138									
Relação de Valores da Despesa PPA															
Ação: 2.22 MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA															
Objetivo: Manutenção da previdência social a segurados.															
Estrutura Organizacional															
Classificação Funcional															
Função: 4 - Administração															
Subfunção: 122 - Administração Geral															
Classificação Programática															
Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS															
Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.															
Problema: Previdência dos Servidores Municipais.															
Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.															
Público alvo: Servidores publicos municipais															
Valores Previstos:															
Natureza		Fonte de recurso		Valor Global		2018		2019		2020		2021		Total	
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas 203 - Contribuição Fundo Previdenciário				0,00		17.500.000,00		19.600.000,00		21.952.000,00		24.586.240,00		83.638.240,00	
				0,00		17.500.000,00		19.600.000,00		21.952.000,00		24.586.240,00		83.638.240,00	
		Total:		0,00		17.500.000,00		19.600.000,00		21.952.000,00		24.586.240,00		83.638.240,00	



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão:15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 61 / 138							
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>													
<b>Ação: 2.23 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO</b>													
Objetivo: Desenvolvimento de ações que contribuam a promoção de informações com ênfase em projetos de desenvolvimento sustentável, a inserção da comunidade em projetos voltados à proteção do meio ambiente e o adequado manejo de resíduos sólidos.													
<b>Estrutura Organizacional</b>													
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador											
Unidade Orçamentária:		2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE											
<b>Classificação Funcional</b>													
Função:		18 - Gestão Ambiental											
Subfunção:		541 - Preservação e Conservação Ambiental											
<b>Classificação Programática</b>													
Programa:		24 - MEIO AMBIENTE											
Objetivo:		Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.											
Problema:		Degradação ambiental: solo, água e ar.											
Justificativa:		É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.											
Público alvo:		População urbana e rural.											
<b>Natureza</b>		<b>Valores Previstos:</b>											
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>		<b>2018</b>		<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>2021</b>		<b>Total</b>	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00		381.885,00		400.979,00		421.028,00		442.080,00		1.645.972,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		381.885,00		400.979,00		421.028,00		442.080,00		1.645.972,00	
<b>Total:</b>		0,00		381.885,00		400.979,00		421.028,00		442.080,00		1.645.972,00	

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Emissão:** 15/12/2017 10:18  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 2271-5442-282

**Página**  
62 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.24 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Objetivo: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Classificação Programática**

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	20.249.940,00	21.412.437,00	22.633.059,00	23.914.712,00	88.210.148,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	20.249.940,00	21.412.437,00	22.633.059,00	23.914.712,00	88.210.148,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen		0,00	3.103.400,00	3.303.570,00	3.526.999,00	3.750.198,00	13.684.167,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	3.103.400,00	3.303.570,00	3.526.999,00	3.750.198,00	13.684.167,00
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	1.726.956,00	1.813.304,00	1.903.970,00	1.999.167,00	7.443.397,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	1.726.956,00	1.813.304,00	1.903.970,00	1.999.167,00	7.443.397,00
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	2.651.117,00	2.783.672,00	2.922.857,00	3.068.999,00	11.426.645,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	2.625.000,00	2.756.250,00	2.894.063,00	3.038.766,00	11.314.079,00
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	26.117,00	27.422,00	28.794,00	30.233,00	112.566,00
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçam		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	99.127,00	104.084,00	109.289,00	114.752,00	427.252,00
	102 - Recursos Próprios - Saúde	0,00	53.550,00	56.228,00	59.039,00	61.991,00	230.808,00
	188 - Alienações de Bens - Saúde	0,00	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00	105.931,00
	133 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
Total:		0,00	27.877.790,00	29.466.680,00	31.148.267,00	32.902.526,00	121.395.263,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
63 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.25 VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL**

Objetivo: Desenvolvimento e execução de ações, atividades e estratégias de controle da população de animais, que devam ser executadas em situações excepcionais, em áreas determinadas, por tempo definido, para o controle da propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

**Classificação Funcional**

Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

**Classificação Programática**

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.  
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.  
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.  
Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
		0,00	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	
		0,00	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	
		0,00	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							267.013,00
100 - Recursos Ordinários							267.013,00
Total:		0,00	61.950,00	65.048,00	68.300,00	71.715,00	267.013,00





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página 64 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.26 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**  
**Objetivo:** O serviço de coleta e tratamento de esgotos sanitários, que contribui para o equilíbrio ecológico, resultando em controle da poluição das águas, recupera a qualidade das águas servidas e diminui o comprometimento do meio ambiente. Implantação, ampliação e/ou melhorias em sistemas de esgotamento sanitário no município.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 17 - Saneamento
- Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

- Programa: 24 - MEIO AMBIENTE
- Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.
- Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.
- Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.
- Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	177.769,00	186.658,00	195.991,00	205.790,00	766.208,00
		0,00	177.769,00	186.658,00	195.991,00	205.790,00	766.208,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	241.290,00	253.355,00	266.022,00	279.323,00	1.039.990,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	230.790,00	242.330,00	254.446,00	267.168,00	994.734,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
Total:			419.059,00	440.013,00	462.013,00	485.113,00	1.806.198,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-51 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 65 / 138
---	--	---	--	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.27 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES

Objetivo: Melhoria da circulação das pessoas nas cidades, melhoria da qualidade do transporte público coletivo. Pavimentação de itinerários de transporte público coletivo urbano ou pavimentação de bairros/polygonais de vias, vinculadas obrigatoriamente à execução de calçadas com acessibilidade, microdrenagem e sinalização viária. Podem ser vinculados à pavimentação: infraestrutura cicloviária, medidas de moderação de tráfego, iluminação pública, arborização, redes de abastecimento de água e redes de coleta de esgoto sanitário.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Organizacional: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO  
 Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.  
 Problema: PLANEJAMENTO URBANO  
 Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.  
 Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>220.500,00</b>	<b>231.525,00</b>	<b>862.025,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	190.000,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	818.924,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>220.500,00</b>	<b>231.525,00</b>	<b>862.025,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Página 66 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.28 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**  
Objetivo: Serviço adequado de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, para que a população não sofra efeitos negativos das chuvas, tais como alagamentos, inundações, deslizamentos e perda de rios e lagos. Sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas com conjunto de obras, equipamentos e serviços projetados para receber o escoamento superficial das águas de chuva que caem nas áreas urbanas, fazendo sua coleta nas ruas, estacionamentos e áreas verdes, encaminhado para o escoamento através dos rios.

Estrutura Organizacional

Unidade Organizacional: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento  
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.  
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.  
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.  
Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	260.000,00	273.000,00	286.650,00	300.983,00	1.120.633,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	260.000,00	273.000,00	286.650,00	300.983,00	1.120.633,00
	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	256.011,00	268.812,00	282.252,00	296.365,00	1.103.440,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	291.722,00	1.086.152,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	4.011,00	4.212,00	4.422,00	4.643,00	17.288,00
	Total:	0,00	516.011,00	541.812,00	568.902,00	597.348,00	2.224.073,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página 67 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.29 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Objetivo: Apoio administrativo no âmbito do ensino municipal, responsável pelo gerenciamento e a execução dos recursos para Manutenção e desenvolvimento do Ensino. Realizar manutenção nas unidades escolares do município, com o objetivo de oferecer as melhores condições aos alunos, incluindo Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo. Educação com qualidade.

Problema: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Justificativa: Alunos da rede municipal de ensino.

Público alvo:

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00	10.378.014,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>							
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	411.677,00	432.260,00	453.874,00	476.567,00	1.774.378,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	5.626.792,00	5.908.131,00	6.203.536,00	6.513.715,00	24.252.176,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00	18.398,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	2.493.687,00
<b>Total:</b>							
		0,00	9.025.132,00	9.476.010,00	9.949.812,00	10.447.301,00	38.898.255,00



<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>	tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 68 / 138
---	------------------------------	---	--------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.30 APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%

Objetivo: Aplicação dos Recursos do Fundeb 60% - Manutenção do Fundo de Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais do Magisterio, do Município de Caçador.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>10.040.600,00</b>	<b>10.542.630,00</b>	<b>11.069.762,00</b>	<b>11.623.250,00</b>	<b>43.276.242,00</b>
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	10.040.600,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00	43.276.242,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>		<b>0,00</b>	<b>1.833.889,00</b>	<b>1.925.584,00</b>	<b>2.021.863,00</b>	<b>2.122.956,00</b>	<b>7.904.292,00</b>
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00	7.904.292,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>11.874.489,00</b>	<b>12.468.214,00</b>	<b>13.091.625,00</b>	<b>13.746.206,00</b>	<b>51.180.534,00</b>

Subfunção: 365 - Educação Infantil

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>4.383.155,00</b>	<b>4.602.313,00</b>	<b>4.832.428,00</b>	<b>5.074.050,00</b>	<b>18.891.946,00</b>
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	4.383.155,00	4.602.313,00	4.832.428,00	5.074.050,00	18.891.946,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>		<b>0,00</b>	<b>4.586.024,00</b>	<b>4.812.325,00</b>	<b>5.056.091,00</b>	<b>5.308.896,00</b>	<b>19.763.336,00</b>
118 - Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	4.586.024,00	4.812.325,00	5.056.091,00	5.308.896,00	19.763.336,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>8.969.179,00</b>	<b>9.414.638,00</b>	<b>9.888.519,00</b>	<b>10.382.946,00</b>	<b>38.655.282,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resumo de Informações

Emissão: 15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Página

69 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.31 APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%

Objetivo: Aplicação dos Recursos do Fundeb 40% - Outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

Função:

12 - Educação

Subfunção:

361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa:

11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema:

Educação com qualidade.

Justificativa:

A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo:

Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00	14.643.526,00
		0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00	14.643.526,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen		0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00	2.634.436,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00	2.634.436,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00	1.425.363,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00	1.425.363,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Total:		0,00	4.464.143,00	4.687.350,00	4.921.718,00	5.167.804,00	19.241.015,00

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa:

11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema:

Educação com qualidade.

Justificativa:

A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo:

Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	1.456.059,00	1.528.862,00	1.605.305,00	1.685.570,00	6.275.796,00
		0,00	1.456.059,00	1.528.862,00	1.605.305,00	1.685.570,00	6.275.796,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen		0,00	261.952,00	275.049,00	288.802,00	303.242,00	1.129.045,00
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	261.952,00	275.049,00	288.802,00	303.242,00	1.129.045,00
Total:		0,00	1.718.011,00	1.803.911,00	1.894.107,00	1.988.812,00	7.404.841,00





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Emissão:** 15/12/2017 10:18  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 2271-5442-282

**Página**  
70 / 138

**Ação: 2.32 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO**

Objetivo: A contribuição social do salário-educação é fonte adicional da educação básica pública e será destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para essa finalidade, no entanto, atenderá somente o ensino fundamental público quando instituir programas suplementares de alimentação e no caso da educação especial.

**Estrutura Organizacional**


**Classificação Funcional**

- Função: 12 - Educação
- Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

**Classificação Programática**

- Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE
- Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.
- Problema: Educação com qualidade.
- Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.
- Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos							
	136 - Salário-Educação	0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00	1.715.232,00
		0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00	1.715.232,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	136 - Salário-Educação	0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00	3.121.457,00
		0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00	3.121.457,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	136 - Salário-Educação	0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00	698.998,00
		0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00	698.998,00
Total:			1.284.345,00	1.348.562,00	1.415.990,00	1.486.790,00	5.535.687,00

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282</div>		<div>Página 71 / 138</div>	
tesouraria@caçador.sc.gov.br					
Relação de Valores da Despesa PPA					
Ação: 2.33 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR					
Objetivo: Ação para custear despesas com manutenção de transporte escolar de alunos do município, como parte importante no apoio a educação fundamental e infantil, proporcionando que crianças regiões mais retiradas, possam se deslocar com segurança, até os estabelecimentos de ensino.					
Estrutura Organizacional					
Classificação Funcional					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Classificação Programática					
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.					
Problema: Educação com qualidade.					
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.					
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.					
Valores Previstos:					
Total:					
Natureza					
Fonte de recurso					
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
136 - Salário-Educação					
137 - Outras Transferências do FNDE					
119 - Transferências do FUNDEB - 40%					
101 - Recursos Próprios - Educação					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					
Total:					

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 72 / 138
---	--	---	--------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.35 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Objetivo: Manutenção da educação de jovens e adultos, para possibilitar o acesso a educação, a pessoas que não tiveram acesso ao ensino, mas que almejam o conhecimento tanto para sua vida social, quanto para o profissional.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>172.000,00</b>	<b>180.600,00</b>	<b>189.630,00</b>	<b>199.112,00</b>	<b>741.342,00</b>
	119 - Transferências de FUNDEB - 40%	0,00	152.000,00	159.600,00	167.580,00	175.959,00	655.139,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>172.000,00</b>	<b>180.600,00</b>	<b>189.630,00</b>	<b>199.112,00</b>	<b>741.342,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 73 / 138
---	--	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.36 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: Desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional. Primeira etapa da educação básica, única que está vinculada a uma idade própria, que atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil

##### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Eretua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>110.250,00</b>	<b>115.763,00</b>	<b>121.551,00</b>	<b>452.564,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>110.250,00</b>	<b>115.763,00</b>	<b>121.551,00</b>	<b>452.564,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
74 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.37 MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO

Objetivo: Entidades mantenedoras que trabalham em parceria com o poder público, que colocam à disposição o espaço físico e os professores, com manutenção regular, especialmente de ensino primário.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional


- Função: 12 - Educação
- Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

- Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE
- Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.
- Problema: Educação com qualidade.
- Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.
- Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos							
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00
		0,00	3.206.250,00	3.366.563,00	3.534.891,00	3.711.635,00	13.819.339,00
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	2.887.500,00	3.031.875,00	3.183.469,00	3.342.642,00	12.445.486,00
Total:		0,00	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 75 / 138
---	--	---	--------------------

Relação de Valores da Despesa PPA					
<b>Ação: 2.39 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA</b> Objetivo: As ações de vigilância sanitária dirigem-se, geralmente, ao controle de bens, produtos e serviços que oferecem riscos à saúde da população, como alimentos, produtos de limpeza, cosméticos e medicamentos. Realizam também a fiscalização de serviços de interesse da saúde, como escolas, hospitais, clubes, academias, parques e centros comerciais, e ainda inspecionam os processos produtivos que podem pôr em riscos e causar danos ao trabalhador e ao meio ambiente.					
<b>Estrutura Organizacional</b> Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
<b>Classificação Funcional</b> Função: 10 - Saúde Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária					
<b>Classificação Programática</b> Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados. Problema: Vigilância em Saúde. Justificativa: A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas. Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL					

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	468.640,00	492.072,00	516.676,00	542.510,00	2.019.898,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	48.640,00	51.072,00	53.626,00	56.307,00	209.645,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00
<b>Total:</b>		0,00	480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-542-282	Página 76 / 138
--	--	--	--------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.40 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE

Objetivo: A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

##### Classificação Programática

Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Vigilância em Saúde.

Justificativa: A vigilância está relacionada às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. A vigilância epidemiológica reconhece as principais doenças de notificação compulsória e investiga epidemias que ocorrem em territórios específicos. Além disso, age no controle dessas doenças específicas.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	138 - Transferências do SUS - União	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
		0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	138 - Transferências do SUS - União	0,00	60.732,00	63.769,00	66.957,00	70.305,00	261.763,00
		0,00	60.732,00	63.769,00	66.957,00	70.305,00	261.763,00
Total:		0,00	585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 105 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 777 / 138
--	--	---	---------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.41 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO

Objetivo: Bolsas de estudos a alunos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para custear despesas escolares.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
		0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
	Total:	0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Resouratla@cacador.sc.gov.br

Emissão:15/12/2017 10:18  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:2271-5442-282

Página  
78 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.42 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR**  
Objetivo: Despesas com aquisição de gêneros alimentícios: a serem utilizados na merenda escolar. Subsidiar a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica de escolas públicas. A escola fornece a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações capazes de introduzir novos alimentos promovendo uma reeducação alimentar.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

**Classificação Programática**  
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE  
Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.  
Problema: Educação com qualidade.  
Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.  
Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	137 - Outras Transferências do FNDE	0,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00	8.303.443,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.126.497,00	1.182.822,00	1.241.963,00	1.304.061,00	4.855.343,00
		0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00	3.448.100,00
Total:		0,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00	8.303.443,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 79 / 138

#### Ação: 2.44 MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO

Objetivo: Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura e Turismo.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

#### Classificação Funcional

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

#### Classificação Programática

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL

Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.


Problema: ACERVO CULTURAL

Justificativa: A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Tecido. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
		0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	100 - Recursos Ordinários	0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
		0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	100 - Recursos Ordinários	0,00	62.370,00	65.489,00	68.763,00	72.201,00	268.823,00
		0,00	62.370,00	65.489,00	68.763,00	72.201,00	268.823,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
		0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
Total:		0,00	1.733.596,00	1.820.276,00	1.911.290,00	2.006.853,00	7.472.015,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-51

<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
80 / 138

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.45 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA**  
Objetivo: Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**  
Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>5.052.782,00</b>	<b>5.305.421,00</b>	<b>5.570.692,00</b>	<b>5.849.227,00</b>	<b>21.778.122,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00	21.778.122,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.688,00</b>	<b>1.656.572,00</b>	<b>1.739.401,00</b>	<b>1.826.371,00</b>	<b>6.800.032,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.577.688,00	1.656.572,00	1.739.401,00	1.826.371,00	6.800.032,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>6.128.048,00</b>	<b>6.434.451,00</b>	<b>6.756.174,00</b>	<b>7.093.983,00</b>	<b>26.412.656,00</b>
107 - Contribuição para a CIDE		0,00	65.071,00	68.325,00	71.742,00	75.329,00	280.467,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	6.062.977,00	6.366.126,00	6.684.432,00	7.018.654,00	26.132.189,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>105.210,00</b>	<b>110.471,00</b>	<b>115.994,00</b>	<b>121.794,00</b>	<b>453.469,00</b>
183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	103.950,00	109.148,00	114.605,00	120.335,00	448.038,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>12.863.728,00</b>	<b>13.506.915,00</b>	<b>14.182.261,00</b>	<b>14.891.375,00</b>	<b>55.444.279,00</b>

**Ação: 2.46 MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS**

**Ação: 2.46 MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS**

**Objetivo:** Manutenção das Atividades de Manutenção de Vias Urbanas.

## Estrutura Organizacional

Função:

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

**Problema:** Infraestructura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos

devem estar

## População.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				
			2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	1.167.252,00	1.225.613,00	1.286.896,00	1.351.240,00	5.031.001,00
	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	149.699,00	157.183,00	165.043,00	173.295,00	645.220,00
	142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	20.570,00	21.598,00	22.678,00	23.812,00	88.658,00
	139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.	0,00	452.220,00	474.831,00	498.573,00	523.502,00	1.949.126,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
	140 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	18.713,00	19.648,00	20.631,00	21.662,00	80.654,00
<b>3.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	126.851,00	133.194,00	139.853,00	146.846,00	546.744,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	164 - Transferências de Convênios Estado - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:		0,00	1.294.103,00	1.358.807,00	1.426.749,00	1.498.086,00	5.577.745,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 82 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.47 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.**

Objetivo: Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

**Classificação Funcional**

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

**Classificação Programática**

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00
		0,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>121.000,00</b>	<b>127.050,00</b>	<b>133.403,00</b>	<b>140.073,00</b>	<b>521.526,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 105 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 83 / 138
--	--	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.48 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Objetivo: Manutenção e conservação do Cemitério Municipal.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno.

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
	Total:	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 84 / 138
---	--	------------------------------	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.49 MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS

Objetivo: manutenção, revitalização e limpeza de praças e ruas.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

##### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema: Infraestrutura Urbana.

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Público alvo: População.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	615.500,00	646.275,00	678.589,00	712.518,00	2.652.882,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	615.500,00	646.275,00	678.589,00	712.518,00	2.652.882,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>615.500,00</b>	<b>646.275,00</b>	<b>678.589,00</b>	<b>712.518,00</b>	<b>2.652.882,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 85 / 138
---	--	------------------------------	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.50 MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

Objetivo: Manutenção do aeroporto municipal, investimentos em melhorias das áreas para melhor ofertas de serviços tanto para empresas regionais, quanto a população.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
 Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

##### Classificação Programática

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
 Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
 Problema: Infraestrutura Urbana.  
 Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
 Público alvo: População.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	34.528,00	36.255,00	38.067,00	39.971,00	148.821,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	34.528,00	36.255,00	38.067,00	39.971,00	148.821,00
Total:		0,00	34.528,00	36.255,00	38.067,00	39.971,00	148.821,00

**Ação: 2.51 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

estrutura Organizacional

Environ Biol Fish (2015) 98:1111–1121

15 - Urbanismo

451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA

**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Problema:  
Infrastruttura Urbana.

Projetos de melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos

devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

**Úbico alvo:** População.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		0,00	67.158,00	70.516,00	74.042,00	77.744,00	289.460,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	67.158,00	70.516,00	74.042,00	77.744,00	289.460,00
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00	181.025,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00	48.620,00	181.025,00
3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos		0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	2.439.025,00	2.560.977,00	2.689.025,00	2.823.477,00	10.512.504,00
108 - Contribuição para a COSIP		0,00	2.439.025,00	2.560.977,00	2.689.025,00	2.823.477,00	10.512.504,00
4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00	15.840,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.254,00	15.840,00
Total:		0,00	3.076.858,00	3.230.702,00	3.392.237,00	3.561.848,00	13.261.645,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271.5442.282

Página  
87 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.52 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS**  
Objetivo: Acolhimento institucional para mulheres e seus filhos vítimas de violência domestica e seus filhos, e ou violação de direitos.

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.  
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a política de assistência social.  
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00
Total:		0,00	264.600,00	277.830,00	291.722,00	306.308,00	1.140.460,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página 88 / 138

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.53 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo: Manutenção dos serviços de acolhimento institucional, de crianças e adolescentes e serviços de acolhimento de família acolhedora.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

- Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.  
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.  
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 100 - Recursos Ordinários		0,00	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
		0,00	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
		0,00	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00
		Total:	191.940,00	201.537,00	21.614,00	222.195,00	637.286,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Resaurantia@cacador.sc.gov.br</b> <b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 89 / 138
---	--	---------------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.54 MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Objetivo: Manutenção de parcerias com entidades de apoio a pessoas com deficiência auditiva e da fala. Manutenção das parcerias institucionais, para o atendimento de pessoas com deficiência (surdez/deficiência auditiva) em Instituição Especializada de Educação Especial mantida por associação, voltada para o desenvolvimento e fortalecimento de vínculos com a comunidade, num processo de efetivação de seus direitos a cidadania.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00	388.962,00	1.448.202,00
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00	388.962,00	1.448.202,00
	Total:	0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00	388.962,00	1.448.202,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 90 / 138
---	--	---	--------------------

#### Ação: 2.55 SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Objetivo: Prestar os serviços de alta complexidade de acolhimento em família acolhedora.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

#### Classificação Programática

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.


Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.

Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	100 - Recursos Ordinários	0,00	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
		0,00	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00
	Total:	0,00	323.760,00	339.948,00	356.945,00	374.793,00	1.395.446,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 91 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 2.56 MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS</b>							
Objetivo: Parceria com entidades de apoio aos excepcionais, com atuação em diversas áreas, educação, saúde, assistência social, educação física, educação profissional, arte, defesa dos direitos, promoção da autonomia da pessoa com deficiência, orientação às famílias, entre outros.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária:		2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
<b>Classificação Funcional</b>							
Função:		12 - Educação					
Subfunção:		361 - Ensino Fundamental					
<b>Classificação Programática</b>							
Programa:		11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Objetivo:		Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.					
Problema:		Educação com qualidade.					
Justificativa:		A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.					
Público alvo:		Alunos da rede municipal de ensino.					
<b>Natureza</b>		<b>Valores Previstos:</b>					
<b>Fonte de recurso</b>		<b>Valor Global</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>500.078,00</b>	<b>525.082,00</b>	<b>551.336,00</b>	<b>578.903,00</b>	<b>2.155.399,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
92 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.57 CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES

Objetivo: Capacitação para adolescentes.

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA  
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Classificação Programática

Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Objetivo: Ações voltadas para crianças e adolescentes.  
Problema: Ações voltadas para crianças e adolescentes.  
Justificativa: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, promove ações para a manutenção de serviços, programas e projetos voltados para criança e adolescentes.  
Público alvo: Crianças e Adolescentes

Natureza	Valores Previstos:						
	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00	
100 - Recursos Ordinários	0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00	
Total:	0,00	26.250,00	27.563,00	28.941,00	30.388,00	113.142,00	



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Página 93 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.58 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF**  
Objetivo: Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família - ESF

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Classificação Funcional**  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica

**Classificação Programática**  
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
Problema: Manutenção da Saúde Básica  
Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
Público alvo: População

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:					Total
			2018	2019	2020	2021		
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>								
138 - Transferências do SUS - União		0,00	680.243,00	714.255,00	749.967,00	787.466,00	2.931.931,00	
		0,00	680.243,00	714.255,00	749.967,00	787.466,00	2.931.931,00	
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen</b>								
138 - Transferências do SUS - União		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00	262.489,00	977.311,00	
		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00	262.489,00	977.311,00	
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>952.340,00</b>	<b>999.956,00</b>	<b>1.049.955,00</b>	<b>3.909.242,00</b>	

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 94 / 138
---	---	---	--------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.59 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

Objetivo: Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

##### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA  
 Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.  
 Problema: Manutenção da Saúde Básica  
 Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.  
 Público alvo: População

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>1.021.713,00</b>	<b>1.072.799,00</b>	<b>1.126.439,00</b>	<b>1.182.761,00</b>	<b>4.403.712,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	1.021.713,00	1.072.799,00	1.126.439,00	1.182.761,00	4.403.712,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>		<b>0,00</b>	<b>340.571,00</b>	<b>357.599,00</b>	<b>375.479,00</b>	<b>394.253,00</b>	<b>1.467.902,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	340.571,00	357.599,00	375.479,00	394.253,00	1.467.902,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.362.284,00</b>	<b>1.430.398,00</b>	<b>1.501.918,00</b>	<b>1.577.014,00</b>	<b>5.871.614,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 95 / 138
---	--	---	--	--------------------

resourceta@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.60 MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO

Objetivo: Manutenção das Atividades do Piso da Atenção Básica em Saúde- PAB FIXO

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

##### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>1.890.000,00</b>	<b>1.984.500,00</b>	<b>2.083.725,00</b>	<b>2.187.911,00</b>	<b>8.146.136,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	1.890.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00	2.187.911,00	8.146.136,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>72.488,00</b>	<b>76.112,00</b>	<b>79.918,00</b>	<b>83.914,00</b>	<b>312.432,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	72.488,00	76.112,00	79.918,00	83.914,00	312.432,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.962.488,00</b>	<b>2.060.612,00</b>	<b>2.163.643,00</b>	<b>2.271.825,00</b>	<b>8.458.568,00</b>



 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 96 / 138
---	--	---	--	--------------------

resourceta@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.61 MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL

Objetivo: Manutenção das Atividades de Saúde Bucal.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

##### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Problema: Manutenção da Saúde Básica

Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Público alvo: População

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	138 - Transferências do SUS - União	0,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	243.101,00	905.126,00
		0,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	243.101,00	905.126,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	138 - Transferências do SUS - União	0,00	17.451,00	18.324,00	19.240,00	20.202,00	75.217,00
		0,00	17.451,00	18.324,00	19.240,00	20.202,00	75.217,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>227.451,00</b>	<b>238.824,00</b>	<b>250.765,00</b>	<b>263.303,00</b>	<b>980.343,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Cacador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 97 / 138
---	--	---	--	--------------------

resourceta@cacador.sc.gov.br

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.62 MANUTENÇÃO DO PMAQ

Objetivo: Manutenção do Programa de Melhorias e do Acesso e Qualidade em Saúde.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde  
 Subfunção: 301 - Atenção Básica

##### Classificação Programática

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.


Problema: Manutenção da Saúde Básica


Justificativa: O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.


Público alvo: População


Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>557.500,00</b>	<b>606.375,00</b>	<b>636.694,00</b>	<b>668.528,00</b>	<b>2.469.097,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>54.390,00</b>	<b>57.110,00</b>	<b>59.965,00</b>	<b>62.963,00</b>	<b>234.428,00</b>
	138 - Transferências do SUS - União	0,00	54.390,00	57.110,00	59.965,00	62.963,00	234.428,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>611.890,00</b>	<b>663.485,00</b>	<b>696.659,00</b>	<b>731.491,00</b>	<b>2.703.525,00</b>

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>		tesouraria@cacador.sc.gov.br <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282</div>		<div>Página 98 / 138</div>		
Relação de Valores da Despesa PPA								
Ação: 2.63 MANUTENÇÃO DO MAC								
Objetivo: Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade em Saude Pública.								
Estrutura Organizacional								
Classificação Funcional								
Função: 10 - Saúde								
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial								
Classificação Programática								
Programa: 10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE								
Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.								
Problema: Média e Alta Complexidade em Saúde.								
Justificativa: Os serviços de média complexidade que realizam consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, citopatológico e anatomopatológico, ultrassonografias, órteses e próteses e materiais especiais, fisioterapia, endoscopia e radiologia. Os serviços de alta complexidade que realizam hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, cateterismo cardíaco, medicina nuclear, ressonância magnética, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, atenção à saúde auditiva, busca de órgãos e acompanhamento a transplantados.								
Público alvo: População em geral.								
Valores Previstos:								
Total								
Natureza		Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas			0,00	3.218.329,00	3.379.245,00	3.548.207,00	3.725.618,00	13.871.399,00
138 - Transferências do SUS - União			0,00	3.150.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00	3.646.519,00	13.576.894,00
167 - Transferências do SUS - Estado			0,00	68.329,00	71.745,00	75.332,00	79.099,00	294.505,00
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçam			0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
102 - Recursos Próprios - Saúde			0,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas			0,00	84.336,00	88.553,00	92.980,00	97.629,00	363.498,00
138 - Transferências do SUS - União			0,00	84.336,00	88.553,00	92.980,00	97.629,00	363.498,00
Total:			0,00	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00	16.045.150,00

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div>		tesouraria@cacador.sc.gov.br		Emissão:15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 99 / 138		
Relação de Valores da Despesa PPA								
Ação: 2.64 MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA								
Objetivo: Adquirir medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME, promovendo o acesso da população aos medicamentos básicos do SUS.								
Estrutura Organizacional								
Classificação Funcional								
Função: 10 - Saúde								
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico								
Classificação Programática								
Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA								
Objetivo: Adquirir medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME, promovendo o acesso da população aos medicamentos básicos do SUS.								
Problema: Atenção Básica								
Justificativa: Usar os recursos destinados para atenção farmacêutica das três esferas de governo para aquisição de medicamentos básicos essenciais, auxiliando no cuidado com a saúde e no tratamento terapêutico.								
Público alvo: População em geral do município.								
Valores Previstos:								
Natureza		Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas			0,00	1.531.359,00	1.607.927,00	1.688.324,00	1.772.739,00	6.600.349,00
138 - Transferências do SUS - União			0,00	445.659,00	467.942,00	515.906,00	1.920.846,00	
167 - Transferências do SUS - Estado			0,00	735.000,00	771.750,00	810.338,00	850.854,00	3.167.942,00
102 - Recursos Próprios - Saúde			0,00	350.700,00	368.235,00	386.647,00	405.979,00	1.511.561,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas			0,00	44.254,00	46.467,00	48.790,00	51.229,00	190.740,00
167 - Transferências do SUS - Estado			0,00	44.254,00	46.467,00	48.790,00	51.229,00	190.740,00
Total:			0,00	1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00

		Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 100 / 138
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.66 URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS							
Objetivo: Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários tem por objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos.							
Estrutura Organizacional							
Unidade Gestora:		1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária:		2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					
Classificação Funcional							
Função:		15 - Urbanismo					
Subfunção:		452 - Serviços Urbanos					
Classificação Programática							
Programa:		21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
Objetivo:		Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários).					
Problema:		Serviços públicos.					
Justificativa:		Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade.					
Público alvo:		População.					
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:		0,00	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 101 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 2.67 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>							
Objetivo: Manutenção do Fundo Municipal da Habitação.							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação							
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 16 - Habitação							
Subfunção: 482 - Habitação Urbana							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 22 - HABITAÇÃO							
Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.							
Problema: HABITAÇÃO POPULAR							
Justificativa: O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.							
Público alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social							
<b>Valores Previstos:</b>							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	137.550,00	144.428,00	151.649,00	159.232,00	592.859,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00	588.332,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>137.550,00</b>	<b>144.428,00</b>	<b>151.649,00</b>	<b>159.232,00</b>	<b>592.859,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Resaurantia@cacador.sc.gov.br</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 102 / 138
---	--------------------------------------	--	----------------------------

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.68 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE

Objetivo: Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 367 - Educação Especial

#### Classificação Programática

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE

Objetivo: Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Problema: Educação com qualidade.

Justificativa: A Educação atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetua o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Público alvo: Alunos da rede municipal de ensino.

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	137 - Outras Transferências do FNDE	0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00
		0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00
	Total:	0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00	259.946,00	967.842,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	
	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 103 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.69 ALUGUEL SOCIAL

Objetivo: Conceder a título de benefício eventual, 120 quotas do aluguel social, para custeio das despesas de aluguel para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação

Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

#### Classificação Funcional

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 22 - HABITAÇÃO

Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a famílias e indivíduos que apresentem situações de vulnerabilidade social.

Problema: HABITAÇÃO POPULAR

Justificativa: O Município de Caçador possui grande necessidade de investimento para área de habitação social em virtude do déficit habitacional de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social que possibilitará a melhor qualidade de vida desta população.

Público alvo: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social

#### Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	400.000,00	420.000,00	441.000,00	463.050,00	1.724.050,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>463.050,00</b>	<b>1.724.050,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b> Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 104 / 138
---	---	---------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.70 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Objetivo: Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Meio Ambiente. Promover a manutenção dos equipamentos da Secretaria. Prestar assistência técnica aos agricultores, promover medidas visando a defesa sanitária vegetal, incentivar o ensino agropecuário formal e informal. Criar mecanismos de apoio à mecanização e infraestrutura da propriedade rural. Apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, extensão rural, integração agroindustrial e outras formas de organização de produtor e da produção.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

#### Classificação Funcional

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

#### Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.


Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo: População rural.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>1.852.200,00</b>	<b>1.944.810,00</b>	<b>2.042.051,00</b>	<b>2.144.153,00</b>	<b>7.983.214,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.852.200,00	1.944.810,00	2.042.051,00	2.144.153,00	7.983.214,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos</b>		<b>0,00</b>	<b>393.750,00</b>	<b>413.438,00</b>	<b>434.109,00</b>	<b>455.815,00</b>	<b>1.697.112,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	393.750,00	413.438,00	434.109,00	455.815,00	1.697.112,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>551.250,00</b>	<b>578.813,00</b>	<b>607.753,00</b>	<b>2.262.816,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>110.250,00</b>	<b>115.763,00</b>	<b>121.551,00</b>	<b>452.564,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.875.950,00</b>	<b>3.019.748,00</b>	<b>3.170.736,00</b>	<b>3.329.272,00</b>	<b>12.395.706,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
105 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.71 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL**

Objetivo: Orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, etc.) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção agrícola.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**

Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 606 - Extensão Rural

**Classificação Programática**

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.  
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.  
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.  
Público alvo: População rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00	131.459,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>30.500,00</b>	<b>32.025,00</b>	<b>33.626,00</b>	<b>35.308,00</b>	<b>131.459,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resourcia@cacador.sc.gov.br

2271-5442-282

15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

106 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.73 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO

Objetivo: O sistema garante aos produtores rurais e moradores da área urbana, mais tranquilidade quanto a queda de granizo. Toda a extensão territorial de Cacador está protegida por queimadores, que serão acionados sempre que existe ameaça de chuva de pedras. Medidas essas, que garantem especialmente aos produtores ganhos ao invés de perdas nas produções.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 20 - Agricultura
- Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

- Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
- Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.
- Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.
- Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.
- Público alvo: População rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global					Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00	1.131.408,00	
100 - Recursos Ordinários	0,00	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00	1.131.408,00	
						</	



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resourciao@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
107 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.74 SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL

Objetivo: Auxílio com horas máquinas, a todo aquele que desenvolver atividade econômica rural no município, sendo considerados de interesse público, que importem em incremento à economia local, tais como, piscicultura, suinocultura, avicultura, produção leiteira, produção agrícola, agroindústria e outros similares.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 20 - Agricultura
- Subfunção: 606 - Extensão Rural

Classificação Programática

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.

Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.

Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.

Público alvo: População rural.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	215.506,00
		0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	215.506,00
	Total:	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	215.506,00





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89130-124 - Caçador/SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resuratelia@cacador.sc.gov.br

Resuratelia@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
108 / 138

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.75 SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS**  
Objetivo: Apoio a estruturação de rede de agroindústrias, ao cadastro de agroindústrias existentes, disponibilização e manutenção dos técnicos que deverão compor a equipe técnica para a concepção do projeto e do estudo de mercado e para a assistência técnica após a implantação.

**Estrutura Organizacional**  
**Classificação Funcional**

- Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 606 - Extensão Rural

**Classificação Programática**  
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.  
Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.  
Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.  
Público alvo: População rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global					Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00	263.135,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	60.000,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	258.608,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:		0,00	61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00	263.135,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
109 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.76 MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Objetivo: Ações econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico do Município, tais como o aumento da capacidade produtiva da economia, acompanhado de variações positivas, viáveis através de estudos e parcerias com a comunidade empresarial.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

Função: 22 - Indústria  
Subfunção: 662 - Produção Industrial

**Classificação Programática**

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.


Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	260.728,00	273.764,00	287.452,00	301.825,00	1.123.769,00
		0,00	260.728,00	273.764,00	287.452,00	301.825,00	1.123.769,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	13.724,00	14.410,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00
		0,00	13.724,00	14.410,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
100 - Recursos Ordinários		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
<b>Total:</b>		0,00	337.452,00	354.324,00	372.040,00	390.642,00	1.454.458,00



<div> <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282</div>		<div><b>Página</b> 110 / 138</div>																																									
<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>																																													
<div>Relação de Valores da Despesa PPA</div>																																													
<div>Ação: 2.77 REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS</div>																																													
<div>Objetivo: Exposições organizadas de forma a que as empresas possam expor e demonstrar os seus novos produtos e serviços. Planejamento de festivais, cerimônias, competições, festas ou convenções.</div>																																													
<div>Estrutura Organizacional</div>																																													
<div>Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE</div>																																													
<div>Classificação Funcional</div>																																													
<div>Função: 20 - Agricultura</div>																																													
<div>Subfunção: 606 - Extensão Rural</div>																																													
<div>Classificação Programática</div>																																													
<div>Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL</div>																																													
<div>Objetivo: Executar ações visando proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade, gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo.</div>																																													
<div>Problema: Desenvolvimento limitado pelo acesso ao capital e às tecnologias.</div>																																													
<div>Justificativa: O atendimento a este programa busca alternativas para a diversificação da produção nas propriedades rurais, promovendo a extensão rural com qualidade, eficiência e eficácia, visando o benefício dos produtores rurais, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais.</div>																																													
<div>Público alvo: População rural.</div>																																													
<div>Valores Previstos:</div>																																													
<table><tr><td>Natureza</td><td>Fonte de recurso</td><td>Valor Global</td><td>2018</td><td>2019</td><td>2020</td><td>2021</td><td>Total</td></tr><tr><td>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</td><td></td><td>0,00</td><td>27.550,00</td><td>28.928,00</td><td>30.374,00</td><td>31.893,00</td><td>118.745,00</td></tr><tr><td>134 - Transferências de Convênios União - Outros</td><td></td><td>0,00</td><td>1.050,00</td><td>1.103,00</td><td>1.158,00</td><td>1.216,00</td><td>4.527,00</td></tr><tr><td>100 - Recursos Ordinários</td><td></td><td>0,00</td><td>26.500,00</td><td>27.825,00</td><td>29.216,00</td><td>30.677,00</td><td>114.218,00</td></tr><tr><td></td><td></td><td>0,00</td><td>27.550,00</td><td>28.928,00</td><td>30.374,00</td><td>31.893,00</td><td>118.745,00</td></tr></table>						Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	100 - Recursos Ordinários		0,00	26.500,00	27.825,00	29.216,00	30.677,00	114.218,00			0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																						
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00																																						
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																						
100 - Recursos Ordinários		0,00	26.500,00	27.825,00	29.216,00	30.677,00	114.218,00																																						
		0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00	118.745,00																																						

	<b>Prefeitura Municipal de Cacador</b>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 111 / 138
	Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> tesouraria@cacador.sc.gov.br			

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.78 MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO**

Objetivo: Manutenção das atividades e da estrutura do Parque de Exposições, fornecendo espaços adequados para os expositores, bem como segurança para a população que participa dos eventos ali realizados.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Classificação Funcional**

22 - Indústria

661 - Promoção Industrial

**Classificação Programática**

27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>106.050,00</b>	<b>111.353,00</b>	<b>116.921,00</b>	<b>122.767,00</b>	<b>457.091,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.206,00</b>	<b>2.316,00</b>	<b>2.432,00</b>	<b>9.054,00</b>
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>108.150,00</b>	<b>113.559,00</b>	<b>119.237,00</b>	<b>125.199,00</b>	<b>466.145,00</b>

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18	
	Usuário: Contador - Sérgio	Página 112 / 138

tesouraria@cacador.sc.gov.br

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.79 APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Objetivo: Apoio da Administração Municipal em ações que visem, inovações de processos e de produtos, implantada pelo o setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos, e que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica um novo ou aprimorado produto.

#### Estrutura Organizacional

##### Classificação Funcional

Função: 22 - Indústria  
 Subfunção: 661 - Promoção Industrial

##### Classificação Programática

Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Objetivo: Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Problema: Indústria e comércio

Justificativa: A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, constituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, únicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Público alvo: Empresas e trabalhadores

Valores Previstos:

Natureza	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Fonte de recurso</b>						
<b>3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</b>	<b>0,00</b>	<b>50.639,00</b>	<b>53.171,00</b>	<b>55.829,00</b>	<b>58.621,00</b>	<b>218.260,00</b>
100 - Recursos Ordinários	0,00	50.639,00	53.171,00	55.829,00	58.621,00	218.260,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>	<b>0,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>2.206,00</b>	<b>2.316,00</b>	<b>2.432,00</b>	<b>9.054,00</b>
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>52.739,00</b>	<b>55.377,00</b>	<b>58.145,00</b>	<b>61.053,00</b>	<b>227.314,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

resourcraia@cacador.sc.gov.br

15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.80 MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL

Objetivo: Manutenção da malha viária municipal.

Estrutura Organizacional

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Classificação Funcional

- Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

- Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA  
Objetivo: Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .  
Problema: Infraestrutura Urbana.  
Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade. Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.  
Público alvo: População.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	316.050,00	331.853,00	348.446,00	365.868,00	1.362.217,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	315.000,00	330.750,00	347.288,00	364.652,00	1.357.690,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	Total:	0,00	316.050,00	331.853,00	348.446,00	365.868,00	1.362.217,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	
	tesouraria@cacador.sc.gov.br	

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.81 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Objetivo: Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes de Caçador.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

#### Classificação Funcional

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

#### Classificação Programática

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.

Problema: Desporto Amador

Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	100 - Recursos Ordinários	0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00	588.332,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00	588.332,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	861.000,00	904.050,00	949.253,00	996.715,00	3.711.018,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	861.000,00	904.050,00	949.253,00	996.715,00	3.711.018,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
Total:		0,00	1.565.424,00	1.643.695,00	1.725.880,00	1.812.174,00	6.747.173,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 115 / 138
---	--	---	---------------------

[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

### Relação de Valores da Despesa PPA

#### Ação: 2.82 MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR

Objetivo: Plano Diretor Municipal, comumente referido pela sigla PDM, é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base por um lado interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e de outro os interesses particulares de seus moradores.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.


Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	365.500,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
		0,00	365.500,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>365.500,00</b>	<b>383.775,00</b>	<b>402.964,00</b>	<b>423.112,00</b>	<b>1.575.351,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-51  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

**Emissão:** 15/12/2017 10:18  
**Usuário:** Contador - Sérgio  
**Chave de autenticação:** 2271-5442-282

**Página**  
116 / 138

[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.83 CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM**  
Objetivo: Contribuição financeira a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a Federação Catarinense de Municípios - FECAM, e a Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	312.000,00	330.000,00	345.000,00	360.000,00	1.347.000,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	312.000,00	330.000,00	345.000,00	360.000,00	1.347.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>312.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>345.000,00</b>	<b>360.000,00</b>	<b>1.347.000,00</b>





**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Página  
117 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.84 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.**  
Objetivo: Contribuição financeira para entidades desportivas e organizações do Município.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte  
Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE


**Classificação Funcional**


Função: 27 - Desporto e Lazer  
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR  
Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.  
Problema: Desporto Amador  
Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.  
Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	
		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	
		Total:	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos							537.690,00
100 - Recursos Ordinários							537.690,00

<div><div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resolução: 15/12/2017 10:18</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2271-5442-282</div></div><div><div>118 / 138</div><div>Página</div></div></div></div>																																																									
<div>Resolurafia@cacador.sc.gov.br</div> <div>http://www.cacador.sc.gov.br</div>																																																									
<div>Relação de Valores da Despesa PPA</div>																																																									
<div><div><div><b>Ação: 2.87 MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL</b></div><div><b>Objetivo:</b> Promover a proteção do cidadão, articulando e integrando com os demais organismos governamentais em seus diversos níveis juntamente com a sociedade civil, visa ainda organizar e ampliar a capacidade de defesa civil, eficiente e solidária da comunidade, além de estabelecer um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.</div></div></div>																																																									
<div><div><div><b>Estrutura Organizacional</b></div><div><div>Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO</div></div></div></div>																																																									
<div><div><div><b>Classificação Funcional</b></div><div><div>Função: 6 - Segurança Pública</div><div>Subfunção: 182 - Defesa Civil</div></div></div></div>																																																									
<div><div><div><b>Classificação Programática</b></div><div><div>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div><div>Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.</div><div>Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.</div><div>Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.</div><div>Público alvo: Administração direta</div></div></div></div>																																																									
<div>Valores Previstos:</div>																																																									
<table><tr><th>Natureza</th><th>Fonte de recurso</th><th>Valor Global</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>Total</th></tr><tr><td colspan="2"><b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b></td><td><b>0,00</b></td><td><b>80.963,00</b></td><td><b>85.010,00</b></td><td><b>89.261,00</b></td><td><b>93.724,00</b></td><td><b>348.958,00</b></td></tr><tr><td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td><td>0,00</td><td>80.963,00</td><td>85.010,00</td><td>89.261,00</td><td>93.724,00</td><td>348.958,00</td></tr><tr><td colspan="2"><b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b></td><td><b>0,00</b></td><td><b>316.050,00</b></td><td><b>331.853,00</b></td><td><b>348.446,00</b></td><td><b>365.866,00</b></td><td><b>1.362.217,00</b></td></tr><tr><td colspan="2">100 - Recursos Ordinários</td><td>0,00</td><td>315.000,00</td><td>330.750,00</td><td>347.288,00</td><td>364.652,00</td><td>1.357.690,00</td></tr><tr><td colspan="2">134 - Transferências de Convênios União - Outros</td><td>0,00</td><td>1.050,00</td><td>1.103,00</td><td>1.158,00</td><td>1.216,00</td><td>4.527,00</td></tr><tr><td colspan="2"><b>Total:</b></td><td><b>0,00</b></td><td><b>397.013,00</b></td><td><b>416.863,00</b></td><td><b>437.707,00</b></td><td><b>459.592,00</b></td><td><b>1.711.175,00</b></td></tr></table>		Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total	<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>80.963,00</b>	<b>85.010,00</b>	<b>89.261,00</b>	<b>93.724,00</b>	<b>348.958,00</b>	100 - Recursos Ordinários		0,00	80.963,00	85.010,00	89.261,00	93.724,00	348.958,00	<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>316.050,00</b>	<b>331.853,00</b>	<b>348.446,00</b>	<b>365.866,00</b>	<b>1.362.217,00</b>	100 - Recursos Ordinários		0,00	315.000,00	330.750,00	347.288,00	364.652,00	1.357.690,00	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>397.013,00</b>	<b>416.863,00</b>	<b>437.707,00</b>	<b>459.592,00</b>	<b>1.711.175,00</b>
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total																																																		
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>80.963,00</b>	<b>85.010,00</b>	<b>89.261,00</b>	<b>93.724,00</b>	<b>348.958,00</b>																																																		
100 - Recursos Ordinários		0,00	80.963,00	85.010,00	89.261,00	93.724,00	348.958,00																																																		
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>		<b>0,00</b>	<b>316.050,00</b>	<b>331.853,00</b>	<b>348.446,00</b>	<b>365.866,00</b>	<b>1.362.217,00</b>																																																		
100 - Recursos Ordinários		0,00	315.000,00	330.750,00	347.288,00	364.652,00	1.357.690,00																																																		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00																																																		
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>397.013,00</b>	<b>416.863,00</b>	<b>437.707,00</b>	<b>459.592,00</b>	<b>1.711.175,00</b>																																																		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282		Página 119 / 138			
<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>							
<b>Ação: 2.88 MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE</b>							
Objetivo: Manutenção das atividades para manutenção da intendência de Taquara Verde							
<b>Estrutura Organizacional</b>							
<b>Classificação Funcional</b>							
Função: 4 - Administração							
Subfunção: 122 - Administração Geral							
<b>Classificação Programática</b>							
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO							
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal.							
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.							
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretária de Administração e Secretária da Fazenda.							
Público alvo: Administração direta							
<b>Valores Previstos:</b>							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	48.027,00	50.428,00	52.950,00	55.597,00	207.002,00
		0,00	48.027,00	50.428,00	52.950,00	55.597,00	207.002,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
		0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	19.950,00	20.948,00	21.995,00	23.095,00	85.988,00
		0,00	19.950,00	20.948,00	21.995,00	23.095,00	85.988,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>225.477,00</b>	<b>236.751,00</b>	<b>248.589,00</b>	<b>261.018,00</b>	<b>971.835,00</b>

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 120 / 138
---	---	---	---------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.89 SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Objetivo: Acolhimento institucional de idosos e pessoas com deficiência

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

#### Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

#### Classificação Programática

Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.


Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos sociais assistenciais a que se refere a política de assistência social.

Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
Total:		0,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-51  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
121 / 138

Resolucao@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.91 CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS**  
Objetivo: Ação destinada a conceder recursos financeiros a centros comunitários formados por moradores da periferia da cidade ou interior, que desenvolvam atividades de cunho socioeducativo.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.  
Problema: Ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados.  
Justificativa: Desenvolver todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à Elaboração, programação, execução orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Secretária da Fazenda.  
Público alvo: Administração direta

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		2018	2019	2020	2021		
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00	104.790,00	110.030,00	115.531,00	430.151,00	
	100 - Recursos Ordinários	0,00	104.790,00	110.030,00	115.531,00	430.151,00	
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>104.790,00</b>	<b>110.030,00</b>	<b>115.531,00</b>	<b>430.151,00</b>	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Relação de Valores da Despesa PPA</b>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:18 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2271-5442-282	<b>Página</b> 122 / 138
---	--	--	----------------------------

#### Ação: 2.93 PLANO DE MOBILIDADE URBANA

Objetivo: A mobilidade urbana refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico das cidades. O termo é geralmente empregado para referir-se ao trânsito de veículos e também de pedestres, seja através do transporte individual (carros, motos, etc.), seja através do uso de transportes coletivos (ônibus, metrô, etc.)

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

#### Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

#### Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

#### Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
	4.4-90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	500.000,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>551.250,00</b>	<b>578.813,00</b>	<b>2.155.063,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

15/12/2017 10:18

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página

123 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.94 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS

Objetivo: A capacitação dos profissionais, têm adquirido atualmente grande importância, em uma realidade cada vez mais automatizada e requer das pessoas novas abordagens profissionais, exigindo-se novas competências. desenvolver ações necessárias para que os colaboradores tenham acesso a cursos de formação continuada e capacitação.

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Classificação Programática

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE  
Objetivo: Incentivo aos Programas de Preservação, Recuperação e Conservação Ambiental. Conscientizar a população através da Educação Ambiental nas escolas, comunidades rurais e ambiente urbano. Produção, plantio e distribuição de árvores nativas e ornamentais. Exercer o papel de fiscalização ambiental nas áreas de competência.  
Problema: Degradação ambiental: solo, água e ar.  
Justificativa: É de responsabilidade não só do poder público, mas também de todos os cidadãos, a mudança de postura em relação ao meio ambiente com vistas à mitigação e controle da poluição ambiental. Economia e meio-ambiente devem coexistir, sem que um prejudique o outro. Sendo assim, deve-se desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.  
Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							

Total:



	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 124 / 138
---	---	---	---------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 2.95 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Objetivo: Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador.

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador

Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

#### Classificação Funcional

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

#### Classificação Programática

Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO

Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos munícipes, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.


Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.

Público alvo: População urbana e rural.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.372,00	1.441,00	1.513,00	1.589,00	5.915,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.372,00	1.441,00	1.513,00	1.589,00	5.915,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:	0,00	0,00	4.844,00	5.088,00	5.342,00	5.610,00	20.884,00



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador / SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resourcia@cacador.sc.gov.br

Emisao:15/12/2017 10:18  
Usuario:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação:22715442282

Página  
125 / 138

### Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.96 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

Objetivo: Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias (sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

**Classificação Programática**

Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO

Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.

Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.

Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.

Público alvo: População urbana e rural.

Valores Previstos:

Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

Enissão:15/12/2017 10:18  
Usuário:Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@caçador.sc.gov.br

**Página**  
126 / 138

**Relação de Valores da Despesa PPA**

**Ação: 2.97 AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO**  
Objetivo: Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**

- Função: 17 - Saneamento  
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

**Classificação Programática**

Programa: 35 - SANEAMENTO BÁSICO  
Objetivo: Adotar medidas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição do lixo, para melhorar a vida e a saúde dos municípios, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, mental e social.  
Problema: Carência no saneamento básico na área urbana e rural.  
Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito humano essencial. Onde se prioriza o saneamento básico seus habitantes ganham em saúde e qualidade de vida, uma vez que os recursos destinados para conter as doenças causadas pela falta de tratamento de esgoto, água tratada e coleta de lixo serão economizados e alocados para outras prioridades.  
Público alvo: População urbana e rural.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:		0,00	3.150,00	3.309,00	3.474,00	3.648,00	13.581,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

Resolução: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Página  
127 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.98 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA**

Objetivo: Manutenção do programa bolsa atleta.

**Estrutura Organizacional**

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

**Classificação Funcional**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

**Classificação Programática**

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR


Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional, Estadual e Federal.


Problema: Desporto Amador


Justificativa: As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade, da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal, Estadual e Federal. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Público alvo: Jovens e atletas amadores.

Natureza	Valores Previstos:						
	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00	
100 - Recursos Ordinários	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00	
Total:	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00	

<div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div>		<div><div>Emissão: 15/12/2017 10:18</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2271-5442-282</div></div>		<div>Página</div> <div>128 / 138</div>			
tesouraria@cacador.sc.gov.br							
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.100 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
Objetivo: Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.							
Estrutura Organizacional							
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social							
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
Classificação Funcional							
Função: 8 - Assistência Social							
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária							
Classificação Programática							
Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA							
Objetivo: Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.							
Problema: Proteção Social Basica							
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A oferta do atendimento preve a superação de situação de vulnerabilidade social que afetam famílias e indivíduos, através de ações de carater protetivo, proativo e preventivo.							
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, e ou residem em áreas de risco social.							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
<div>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</div>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	79.523,00	83.499,00	87.674,00	92.058,00	342.754,00
<div>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen</div>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
<div>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	486.360,00	510.678,00	536.212,00	563.023,00	2.096.273,00
131 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social		0,00	432.600,00	454.230,00	476.942,00	500.789,00	1.864.561,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
<div>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</div>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	70.489,00	75.553,00	79.331,00	83.297,00	308.670,00
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social		0,00	14.207,00	14.917,00	15.663,00	16.446,00	61.233,00
165 - Transferências do SUAS - Estado		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
<div>Total:</div>							
		0,00	637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282</div>		<div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>		<div>Página 129 / 138</div>	
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.101 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE							
Objetivo: Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciaram situação de violência e ou violação de direitos.							
Estrutura Organizacional							
Classificação Funcional							
Função: 8 - Assistência Social							
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária							
Classificação Programática							
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE							
Objetivo: Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciaram situação de violência e ou violação de direitos.							
Problema: Proteção Social Especial de Media Complexidade.							
Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social. A Oferta do atendimento se dá em situações de fragilidade de vínculos familiares e comunitários em decorrência de violações de direitos, sendo a intervenção pautada na restauração do direito.							
Público alvo: Famílias e indivíduos que vivenciam violência e ou violação de direitos.							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	38.850,00	40.793,00	42.832,00	44.974,00	167.449,00	
	0,00	38.850,00	40.793,00	42.832,00	44.974,00	167.449,00	
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00	
	0,00	356.835,00	374.677,00	393.410,00	413.081,00	1.538.003,00	
	0,00	277.958,00	291.856,00	306.449,00	321.771,00	1.198.034,00	
	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00	
	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00	
	0,00	25.117,00	26.373,00	27.691,00	29.076,00	108.257,00	
	0,00	104.237,00	109.448,00	114.921,00	120.668,00	449.274,00	
	0,00	37.877,00	39.770,00	41.759,00	43.847,00	163.253,00	
	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00	
	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00	
0,00	54.600,00	57.330,00	60.197,00	63.207,00	235.334,00		
Total:		0,00	502.022,00	527.124,00	553.479,00	581.155,00	2.163.780,00

<div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div><div>Emissão: 15/12/2017 10:18</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2271-5442-282</div></div>		<div>Página</div> <div>130 / 138</div>			
tesouraria@cacador.sc.gov.br							
Relação de Valores da Despesa PPA							
Ação: 2.102 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.							
Estrutura Organizacional							
Classificação Funcional							
Função: 8 - Assistência Social							
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária							
Classificação Programática							
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE							
Objetivo: Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, afim de garantir proteção integral.							
Problema: Proteção Social Especial de Alta Complexidade							
Justificativa: Acolher indivíduos e famílias que tiveram vínculos rompidos ou fragilizados a fim de garantir - lhes os direitos socios assistenciais a que se refere a política de assistência social.							
Público alvo: Indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos, em decorrência de violência ou de violação de direitos.							
Valores Previstos:							
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen							
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos							
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	138.010,00	144.911,00	152.156,00	159.763,00	594.840,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	149.360,00	156.828,00	164.669,00	172.903,00	643.760,00
	161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	95.600,00	100.380,00	105.399,00	110.669,00	412.048,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas							
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	2.310,00	2.426,00	2.547,00	2.675,00	9.958,00
	161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Total:			291.780,00	306.371,00	321.688,00	337.773,00	1.257.612,00





**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Relação de Valores da Despesa PPA**

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
131 / 138

**Ação: 2.103 BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL**

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

**Estrutura Organizacional**

**Classificação Funcional**

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

**Classificação Programática**

Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.  
Problema: Gestão Municipal do SUAS.

Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitam da Política de Assistência Social no Município.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
<b>3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	100 - Recursos Ordinários	0,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00
<b>3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamen</b>							
	100 - Recursos Ordinários	0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,00	1.939.556,00
<b>3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</b>							
	100 - Recursos Ordinários	0,00	39.501,00	41.476,00	43.550,00	45.727,00	170.254,00
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	100 - Recursos Ordinários	0,00	504.000,00	529.200,00	555.660,00	583.443,00	2.172.303,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
	100 - Recursos Ordinários	0,00	63.000,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00	271.537,00
	189 - Alienações de Bens - Outros	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
<b>Total:</b>			<b>3.756.501,00</b>	<b>3.944.326,00</b>	<b>4.141.542,00</b>	<b>4.348.619,00</b>	<b>16.190.988,00</b>



**Prefeitura Municipal de Cacador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 22715442-282

Página  
132 / 138

resourciana@cacador.sc.gov.br

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.104 GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL

Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.

Problema: Gestão Municipal do SUAS.

Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitem da Política de Assistência Social no Município.

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	135 - Transferências SUAS/União	0,00	13.920,00	14.616,00	15.347,00	16.114,00	59.997,00
		0,00	13.920,00	14.616,00	15.347,00	16.114,00	59.997,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	135 - Transferências SUAS/União	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
Total:		0,00	24.420,00	25.641,00	26.923,00	28.269,00	105.253,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 22715442-282

**resourciana@caçador.sc.gov.br**

**Página**  
133 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.105 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO

Objetivo: Gestão do Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador, bem como do Programa Bolsa Família.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

- Função: 8 - Assistência Social
- Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

- Programa: 30 - GESTÃO MUNICIPAL
- Objetivo: Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.
- Problema: Gestão Municipal do SUAS.
- Justificativa: As ações existentes são desenvolvidas através do Fundo Municipal de Assistência Social, prestando atendimento que compete à Política Pública da Assistência Social, nos diversos níveis de proteção, através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.
- Público alvo: Famílias e indivíduos que necessitarem da Política de Assistência Social no Município.

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	Valores Previstos:				Total
			2018	2019	2020	2021	
<b>3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	80.551,00	84.578,00	88.807,00	93.248,00	347.184,00
		0,00	80.551,00	84.578,00	88.807,00	93.248,00	347.184,00
<b>4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</b>							
135 - Transferências SUAS/União		0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00
		0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>154.334,00</b>	<b>162.051,00</b>	<b>170.154,00</b>	<b>633.525,00</b>



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
134 / 138

Relação de Valores da Despesa PPA

Ação: 2.106 MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

Objetivo: Manutenção das atividades do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador

Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Problema: PLANEJAMENTO URBANO

Justificativa: Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Valores Previstos:

Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	974.521,00	1.023.247,00	1.074.409,00	1.128.130,00	4.200.307,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	974.521,00	1.023.247,00	1.074.409,00	1.128.130,00	4.200.307,00
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos		0,00	243.630,00	255.812,00	268.603,00	282.033,00	1.050.078,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	243.630,00	255.812,00	268.603,00	282.033,00	1.050.078,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	84.000,00	88.200,00	92.610,00	97.241,00	362.051,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	84.000,00	88.200,00	92.610,00	97.241,00	362.051,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
Total:		0,00	1.365.151,00	1.433.409,00	1.505.080,00	1.580.334,00	5.883.974,00

**Ação: 2.108 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL**  
Objetivo: Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

**Classificação Funcional**  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

**Classificação Programática**  
Programa: 37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
Objetivo: Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal.  
Problema: Terminal rodoviário  
Justificativa: Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal, proporcionando a população a continuidade dos serviços prestados.  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

Natureza	Valores Previstos:					
	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
Fonte de recurso						
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
Total:	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00



**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:18  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 2271-5442-282

Página  
136 / 138

[tesouraria@caçador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br)

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.109 MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL**  
Objetivo: Manutenção das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tomando - as em areas propicias ao lazer coletivo.

Estrutura Organizacional

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 38 - PARQUE CENTRAL  
Objetivo: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Problema: PARQUE CENTRAL  
Justificativa: MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL  
Público alvo: POPULAÇÃO EM GERAL

		Valores Previstos:				
Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00
		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Total:		0,00	22.050,00	23.153,00	24.311,00	25.526,00
						95.040,00

Relação de Valores da Despesa PPA

**Ação: 2.999 RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS**  
Objetivo: Reserva de Contingencia do Regime Próprio de Previdência Social.

**Estrutura Organizacional**  
Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador  
Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

**Classificação Funcional**  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

**Classificação Programática**  
Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
Objetivo: Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas , os benefícios de aposentadoria e pensão.  
Problema: Previdência dos Servidores Municipais.  
Justificativa: Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros e os benefícios de aposentadoria e pensão.  
Público alvo: Servidores publicos municipais

Natureza	Fonte de recurso	Valores Previstos:					Total
		Valor Global	2018	2019	2020	2021	
9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas		0,00	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00
203 - Contribuição Fundo Previdenciário		0,00	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00
Total:		0,00	10.052.110,00	9.250.272,00	8.697.908,00	7.465.741,00	35.466.031,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 185 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 10:18 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2271-5442-282	Página 138 / 138
---	--	---	---------------------

## Relação de Valores da Despesa PPA

### Ação: 9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: Reserva de Contingência

#### Estrutura Organizacional

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

#### Classificação Funcional

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

#### Classificação Programática

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo: Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Problema: Riscos fiscais, passivos contingentes e intemperies

Justificativa: Atendimento a casos de calamidade pública e riscos fiscais.

Público alvo: População

Valores Previstos:


Natureza	Fonte de recurso	Valor Global	2018	2019	2020	2021	Total
9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas	100 - Recursos Ordinários	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>124.751,00</b>	<b>130.988,00</b>	<b>137.537,00</b>	<b>144.414,00</b>	<b>537.690,00</b>

**SAULO SPEROTTO**  
 Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
 Contador  
 CRC-SC 028.242/O-2

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		1 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		Valor global		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$			
				2018	2019	2020	2021
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador		0,00		108.805.760,00	114.159.806,00	119.839.405,00	125.817.844,00
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO		0,00		5.778.000,00	6.104.532,00	6.409.213,00	6.729.697,00
Subfunção: 4 - Administração		0,00	0,00	5.380.987,00	5.687.669,00	5.971.506,00	6.270.105,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	5.380.987,00	5.687.669,00	5.971.506,00	6.270.105,00
Ação: 1.4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON		0,00	0,00	5.200.987,00	5.498.669,00	5.773.056,00	6.061.732,00
126 - 4.4.90.00.00		0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	50.000,00	52.500,00	54.600,00	57.330,00
214.430,00				214.430,00			
Ação: 2.2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	3.552.160,00	3.767.396,00	3.955.743,00	4.153.550,00
1 - 3.1.90.00.00		0,00	0,00	2.084.040,00	2.188.242,00	2.297.654,00	2.412.537,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	2.084.040,00	2.188.242,00	2.297.654,00	2.412.537,00
8.982.473,00				8.982.473,00			
3 - 3.1.91.00.00		0,00	0,00	179.970,00	188.970,00	198.415,00	208.340,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	179.970,00	188.970,00	198.415,00	208.340,00
775.695,00				775.695,00			
2 - 3.3.90.00.00		0,00	0,00	1.076.050,00	1.167.478,00	1.225.854,00	1.287.143,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	1.075.000,00	1.166.375,00	1.224.694,00	1.285.928,00
4.751.997,00				4.751.997,00			
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União		0,00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00
4.528,00				4.528,00			
4 - 4.4.90.00.00		0,00	0,00	212.100,00	222.706,00	233.820,00	245.530,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	210.000,00	220.500,00	231.500,00	243.100,00
914.156,00				914.156,00			
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00
4.528,00				4.528,00			
142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - União		0,00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.160,00	1.215,00
4.528,00				4.528,00			
Ação: 2.3 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		0,00	0,00	35.700,00	37.485,00	39.360,00	41.330,00
85 - 3.3.90.00.00		0,00	0,00	25.200,00	26.460,00	27.780,00	29.170,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	25.200,00	26.460,00	27.780,00	29.170,00
108.610,00				108.610,00			
5 - 4.4.90.00.00		0,00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00
45.265,00				45.265,00			
Ação: 2.4 - MANUTENÇÃO DO PROCON		0,00	0,00	189.000,00	198.455,00	208.380,00	218.800,00
86 - 3.3.90.00.00		0,00	0,00	178.500,00	187.430,00	196.800,00	206.640,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	178.500,00	187.430,00	196.800,00	206.640,00
769.370,00				769.370,00			
6 - 4.4.90.00.00		0,00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.580,00	12.160,00
45.265,00				45.265,00			
Ação: 2.6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	968.000,00	1.016.400,00	1.067.218,00	1.120.580,00
87 - 3.1.90.00.00		0,00	0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.100,00
3.448.100,00				3.448.100,00			
7 - 3.1.91.00.00		0,00	0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	105.000,00	110.250,00	115.762,00	121.550,00
452.562,00				452.562,00			
88 - 3.3.90.00.00		0,00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
135.768,00				135.768,00			
8 - 4.4.90.00.00		0,00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
135.768,00				135.768,00			
Ação: 2.7 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
135.768,00				135.768,00			

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		2 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.ccadador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
			PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$			
			Valor global	2018	2019	2020
Ação:						Total
2.9 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.			0,00	63.000,00	66.150,00	72.930,00
89 - 3.3.50.00.00			0,00	63.000,00	66.150,00	72.930,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	63.000,00	66.150,00	72.930,00
Ação:						
2.10 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO			0,00	17.850,00	18.742,00	20.663,00
9 - 3.3.90.00.00			0,00	12.600,00	13.230,00	14.586,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	12.600,00	13.230,00	14.586,00
90 - 4.4.90.00.00			0,00	5.250,00	5.512,00	6.077,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	5.250,00	5.512,00	6.077,00
Ação:						
2.88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE			0,00	225.477,00	236.751,00	261.018,00
91 - 3.1.90.00.00			0,00	48.027,00	50.428,00	55.597,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	48.027,00	50.428,00	55.597,00
12 - 3.3.90.00.00			0,00	157.500,00	165.375,00	182.326,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	157.500,00	165.375,00	182.326,00
92 - 4.4.90.00.00			0,00	19.950,00	20.948,00	23.095,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	19.950,00	20.948,00	23.095,00
Ação:						
2.91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS			0,00	99.800,00	104.790,00	115.531,00
13 - 3.3.50.00.00			0,00	99.800,00	104.790,00	115.531,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	99.800,00	104.790,00	115.531,00
Programa:						
28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL			0,00	180.000,00	189.000,00	208.373,00
Ação:						
1.34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL			0,00	180.000,00	189.000,00	208.373,00
161 - 4.4.90.00.00			0,00	180.000,00	189.000,00	208.373,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	180.000,00	189.000,00	208.373,00
Função:						
6 - Segurança Pública			0,00	397.013,00	416.863,00	459.592,00
Subfunção:						
182 - Defesa Civil			0,00	397.013,00	416.863,00	459.592,00
Programa:						
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			0,00	397.013,00	416.863,00	459.592,00
Ação:						
2.87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL			0,00	397.013,00	416.863,00	459.592,00
10 - 3.1.90.00.00			0,00	80.963,00	85.010,00	93.724,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	80.963,00	85.010,00	93.724,00
11 - 3.3.90.00.00			0,00	316.050,00	331.853,00	365.868,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	316.050,00	331.853,00	365.868,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros			0,00	315.000,00	330.750,00	364.652,00
Unidade Orçamentária:						
2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			0,00	6.560.485,00	6.890.908,00	7.593.411,00
Função:						
4 - Administração			0,00	6.560.485,00	6.890.908,00	7.593.411,00
Subfunção:						
122 - Administração Geral			0,00	312.000,00	330.000,00	360.000,00
Programa:						
2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			0,00	312.000,00	330.000,00	360.000,00
Ação:						
2.83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM			0,00	312.000,00	330.000,00	360.000,00
241 - 3.3.50.00.00			0,00	312.000,00	330.000,00	360.000,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	312.000,00	330.000,00	360.000,00

<div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:19</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2009-9591-458</div></div><div>Página3 / 24</div></div></div>						
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
		Valor global	2018	2019	2020	2021
Subfunção: 123 - Administração Financeira		0,00	6.248.485,00	6.560.908,00	6.888.950,00	7.233.411,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	6.248.485,00	6.560.908,00	6.888.950,00	7.233.411,00
Ação: 2.5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	6.248.485,00	6.560.908,00	6.888.950,00	7.233.411,00
96 - 3.1.71.00.00		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.160,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.160,00
93 - 3.1.90.00.00		0,00	2.663.010,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	2.663.010,00	2.796.160,00	2.935.968,00	3.082.770,00
14 - 3.1.91.00.00		0,00	794.325,00	834.040,00	875.740,00	919.530,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	794.325,00	834.040,00	875.740,00	919.530,00
94 - 3.3.71.00.00		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00
97 - 3.3.72.00.00		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.728,00	36.465,00
15 - 3.3.90.00.00		0,00	2.684.890,00	2.819.135,00	2.960.091,00	3.108.096,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	2.684.890,00	2.819.135,00	2.960.091,00	3.108.096,00
17 - 3.3.93.00.00		0,00	31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.730,00	36.465,00
95 - 4.4.71.00.00		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.460,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.460,00
16 - 4.4.90.00.00		0,00	21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	21.000,00	22.050,00	23.152,00	24.310,00
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		0,00	19.366.758,00	20.330.102,00	21.341.610,00	22.403.689,00
Função: 15 - Urbanismo		0,00	19.314.258,00	20.274.977,00	21.283.729,00	22.342.914,00
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		0,00	18.685.417,00	19.619.691,00	20.600.678,00	21.630.711,00
Programa: 17 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		0,00	18.362.317,00	19.280.435,00	20.244.459,00	21.256.681,00
Ação: 1.16 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
98 - 4.4.90.00.00		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Ação: 1.24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS		0,00	150.000,00	157.500,00	165.376,00	173.644,00
64 - 3.3.90.00.00		0,00	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	37.800,00	39.690,00	41.675,00	43.758,00
65 - 4.4.90.00.00		0,00	112.200,00	117.810,00	123.701,00	129.886,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	111.150,00	116.707,00	122.543,00	128.670,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00
Ação: 2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		0,00	12.863.728,00	13.506.915,00	14.182.261,00	14.891.375,00
101 - 3.1.90.00.00		0,00	5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	5.052.782,00	5.305.421,00	5.570.692,00	5.849.227,00
66 - 3.1.91.00.00		0,00	1.577.688,00	1.656.572,00	1.739.401,00	1.826.371,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.577.688,00	1.656.572,00	1.739.401,00	1.826.371,00

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19		Página			
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		5 / 24			
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458			
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática								
			PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$					
			Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação:	2.80 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		0,00	316.050,00	331.853,00	348.446,00	365.868,00	1.362.217,00
	<b>24 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>316.050,00</b>	<b>331.853,00</b>	<b>348.446,00</b>	<b>365.868,00</b>	<b>1.362.217,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	315.000,00	330.750,00	347.288,00	364.652,00	1.357.690,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Programa:	34 - PLANEJAMENTO URBANO		0,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	862.025,00
Ação:	2.27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES		0,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	862.025,00
	<b>160 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>220.500,00</b>	<b>231.525,00</b>	<b>862.025,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	190.000,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	818.924,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	43.101,00
Programa:	38 - PARQUE CENTRAL		0,00	123.100,00	129.256,00	135.719,00	142.505,00	530.580,00
Ação:	1.17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE		0,00	101.050,00	106.103,00	111.408,00	116.979,00	435.540,00
	<b>18 - 4.5.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>101.050,00</b>	<b>106.103,00</b>	<b>111.408,00</b>	<b>116.979,00</b>	<b>435.540,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação:	2.109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		0,00	22.050,00	23.153,00	24.311,00	25.526,00	95.040,00
	<b>143 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>22.050,00</b>	<b>23.153,00</b>	<b>24.310,00</b>	<b>90.513,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
	<b>244 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos		0,00	628.841,00	655.286,00	683.051,00	712.203,00	2.679.381,00
Programa:	17 - INFRA ESTRUTURA URBANA		0,00	387.051,00	406.404,00	426.725,00	448.061,00	1.668.241,00
Ação:	1.21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		0,00	137.550,00	144.428,00	151.650,00	159.232,00	592.860,00
	<b>99 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>31.500,00</b>	<b>33.075,00</b>	<b>34.729,00</b>	<b>36.465,00</b>	<b>135.769,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
	<b>62 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>106.050,00</b>	<b>111.353,00</b>	<b>116.921,00</b>	<b>122.767,00</b>	<b>457.091,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação:	1.23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
	<b>100 - 4.5.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>249.501,00</b>	<b>261.976,00</b>	<b>275.075,00</b>	<b>288.829,00</b>	<b>1.075.381,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00	1.075.381,00
Programa:	20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		0,00	134.690,00	136.426,00	138.247,00	140.159,00	549.522,00
Ação:	1.20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS		0,00	134.690,00	136.426,00	138.247,00	140.159,00	549.522,00
	<b>222 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	<b>40 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>133.640,00</b>	<b>135.323,00</b>	<b>137.089,00</b>	<b>138.943,00</b>	<b>544.995,00</b>
	100 - Recursos Ordinários		0,00	131.540,00	133.117,00	134.773,00	136.511,00	535.941,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)




Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão:15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		7 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.ccaçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
		Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$
						2021
110 - Convênio de Trânsito - Militar		0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00
111 - Convênio de Trânsito - Civil		0,00	89.250,00	93.712,00	98.398,00	103.318,00
Ação: 2.16 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00
<b>49 - 3.3.50.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>1.260.000,00</b>	<b>1.323.000,00</b>	<b>1.389.150,00</b>	<b>1.458.608,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00	1.458.608,00
<b>Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>51.183.545,00</b>	<b>53.712.685,00</b>	<b>56.374.731,00</b>	<b>59.166.647,00</b>
Função: 12 - Educação		0,00	51.183.545,00	53.712.685,00	56.374.731,00	59.166.647,00
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição		0,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		0,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		0,00	1.926.497,00	2.022.822,00	2.123.963,00	2.230.161,00
<b>120 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>1.926.497,00</b>	<b>2.022.822,00</b>	<b>2.123.963,00</b>	<b>2.230.161,00</b>
100 - Recursos Ordinários		0,00	800.000,00	840.000,00	882.000,00	926.000,00
137 - Outras Transferências do FNDE		0,00	1.126.497,00	1.182.822,00	1.241.963,00	1.304.061,00
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental		0,00	30.820.872,00	32.334.878,00	33.924.884,00	35.594.306,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		0,00	30.820.872,00	32.334.878,00	33.924.884,00	35.594.306,00
Ação: 1.2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE		0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00
<b>41 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>567.232,00</b>	<b>568.934,00</b>	<b>570.641,00</b>	<b>572.353,00</b>
136 - Salário-Educação		0,00	567.232,00	568.934,00	570.641,00	572.353,00
Ação: 1.3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		0,00	60.609,00	63.639,00	66.821,00	70.162,00
<b>42 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>60.609,00</b>	<b>63.639,00</b>	<b>66.821,00</b>	<b>70.162,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00
189 - Alienações de Bens - Outros		0,00	8.109,00	8.514,00	8.940,00	9.387,00
Ação: 1.12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS		0,00	1.332.536,00	1.399.163,00	1.469.120,00	1.542.576,00
<b>43 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.125,00</b>	<b>57.881,00</b>	<b>60.775,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00
<b>44 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>1.280.036,00</b>	<b>1.344.038,00</b>	<b>1.411.239,00</b>	<b>1.481.801,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	284.796,00	299.036,00	313.988,00	329.687,00
136 - Salário-Educação		0,00	942.740,00	989.877,00	1.039.370,00	1.091.339,00
Ação: 1.13 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES		0,00	321.961,00	338.059,00	354.962,00	372.710,00
<b>45 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>321.961,00</b>	<b>338.059,00</b>	<b>354.962,00</b>	<b>372.710,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	72.355,00	75.973,00	79.772,00	83.760,00
136 - Salário-Educação		0,00	197.106,00	206.961,00	217.309,00	228.175,00
Ação: 1.30 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES		0,00	182.012,00	191.113,00	200.669,00	210.701,00
<b>47 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>63.000,00</b>	<b>66.150,00</b>	<b>69.458,00</b>	<b>72.930,00</b>
101 - Recursos Próprios - Educação		0,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00
<b>48 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>119.012,00</b>	<b>124.963,00</b>	<b>131.211,00</b>	<b>137.771,00</b>

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:19</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2009-9591-458</div></div><div><div>Página</div><div>8 / 24</div></div></div><tr><td colspan="7">resourcatalia@cacador.sc.gov.br</td></tr><tr><td colspan="7">Despesa PPA por Classificação Funcional Programática</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td>Valor global</td><td>2018</td><td>2019</td><td>2020</td><td>PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>2021</td></tr><tr><td colspan="2"></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Total</td></tr><tr><td colspan="7">136 - Salário-Educação</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</td><td>0,00</td><td>119.012,00</td><td>124.963,00</td><td>131.211,00</td><td>137.771,00</td></tr><tr><td></td><td>102 - 3.1.90.00.00</td><td>0,00</td><td>9.025.132,00</td><td>9.476.010,00</td><td>9.949.812,00</td><td>10.447.301,00</td></tr><tr><td></td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>2.407.822,00</td><td>2.528.213,00</td><td>2.654.624,00</td><td>2.787.355,00</td></tr><tr><td></td><td>103 - 3.1.91.00.00</td><td>0,00</td><td>2.407.822,00</td><td>2.528.213,00</td><td>2.654.624,00</td><td>2.787.355,00</td></tr><tr><td></td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>411.677,00</td><td>432.260,00</td><td>453.874,00</td><td>476.567,00</td></tr><tr><td></td><td>104 - 3.3.90.00.00</td><td>0,00</td><td>5.626.792,00</td><td>5.908.131,00</td><td>6.203.538,00</td><td>6.513.715,00</td></tr><tr><td></td><td>62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação</td><td>0,00</td><td>249.501,00</td><td>261.976,00</td><td>275.075,00</td><td>288.829,00</td></tr><tr><td></td><td>100 - Recursos Ordinários</td><td>0,00</td><td>4.269,00</td><td>4.482,00</td><td>4.706,00</td><td>4.941,00</td></tr><tr><td></td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>5.373.022,00</td><td>5.641.673,00</td><td>5.923.757,00</td><td>6.219.945,00</td></tr><tr><td></td><td>105 - 4.4.90.00.00</td><td>0,00</td><td>578.841,00</td><td>607.406,00</td><td>637.776,00</td><td>669.664,00</td></tr><tr><td></td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>578.841,00</td><td>607.406,00</td><td>637.776,00</td><td>669.664,00</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%</td><td>0,00</td><td>11.874.489,00</td><td>12.468.214,00</td><td>13.091.625,00</td><td>13.746.206,00</td></tr><tr><td></td><td>106 - 3.1.90.00.00</td><td>0,00</td><td>10.040.600,00</td><td>10.542.630,00</td><td>11.069.762,00</td><td>11.623.250,00</td></tr><tr><td></td><td>118 - Transferências do FUNDEB - 60%</td><td>0,00</td><td>10.040.600,00</td><td>10.542.630,00</td><td>11.069.762,00</td><td>11.623.250,00</td></tr><tr><td></td><td>107 - 3.1.91.00.00</td><td>0,00</td><td>1.833.889,00</td><td>1.925.584,00</td><td>2.021.863,00</td><td>2.122.956,00</td></tr><tr><td></td><td>118 - Transferências do FUNDEB - 60%</td><td>0,00</td><td>1.833.889,00</td><td>1.925.584,00</td><td>2.021.863,00</td><td>2.122.956,00</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%</td><td>0,00</td><td>4.464.143,00</td><td>4.687.350,00</td><td>4.921.718,00</td><td>5.167.804,00</td></tr><tr><td></td><td>108 - 3.1.90.00.00</td><td>0,00</td><td>3.397.471,00</td><td>3.567.345,00</td><td>3.745.712,00</td><td>3.932.998,00</td></tr><tr><td></td><td>119 - Transferências do FUNDEB - 40%</td><td>0,00</td><td>3.397.471,00</td><td>3.567.345,00</td><td>3.745.712,00</td><td>3.932.998,00</td></tr><tr><td></td><td>109 - 3.1.91.00.00</td><td>0,00</td><td>611.220,00</td><td>641.781,00</td><td>673.871,00</td><td>707.564,00</td></tr><tr><td></td><td>119 - Transferências do FUNDEB - 40%</td><td>0,00</td><td>611.220,00</td><td>641.781,00</td><td>673.871,00</td><td>707.564,00</td></tr><tr><td></td><td>275 - 3.3.90.00.00</td><td>0,00</td><td>330.701,00</td><td>347.236,00</td><td>364.598,00</td><td>382.828,00</td></tr><tr><td></td><td>119 - Transferências do FUNDEB - 40%</td><td>0,00</td><td>330.701,00</td><td>347.236,00</td><td>364.598,00</td><td>382.828,00</td></tr><tr><td></td><td>111 - 4.4.90.00.00</td><td>0,00</td><td>124.751,00</td><td>130.988,00</td><td>137.537,00</td><td>144.414,00</td></tr><tr><td></td><td>119 - Transferências do FUNDEB - 40%</td><td>0,00</td><td>124.751,00</td><td>130.988,00</td><td>137.537,00</td><td>144.414,00</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2.32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO</td><td>0,00</td><td>1.284.345,00</td><td>1.348.562,00</td><td>1.415.990,00</td><td>1.486.790,00</td></tr><tr><td></td><td>112 - 3.3.50.00.00</td><td>0,00</td><td>397.954,00</td><td>417.852,00</td><td>438.744,00</td><td>460.682,00</td></tr><tr><td></td><td>136 - Salário-Educação</td><td>0,00</td><td>397.954,00</td><td>417.852,00</td><td>438.744,00</td><td>460.682,00</td></tr><tr><td></td><td>113 - 3.3.90.00.00</td><td>0,00</td><td>724.215,00</td><td>760.426,00</td><td>798.447,00</td><td>838.369,00</td></tr><tr><td></td><td>136 - Salário-Educação</td><td>0,00</td><td>724.215,00</td><td>760.426,00</td><td>798.447,00</td><td>838.369,00</td></tr><tr><td></td><td>114 - 4.4.90.00.00</td><td>0,00</td><td>162.176,00</td><td>170.284,00</td><td>178.799,00</td><td>187.739,00</td></tr><tr><td></td><td>136 - Salário-Educação</td><td>0,00</td><td>162.176,00</td><td>170.284,00</td><td>178.799,00</td><td>187.739,00</td></tr><tr><td>Ação:</td><td>2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR</td><td>0,00</td><td>1.208.335,00</td><td>1.268.752,00</td><td>1.332.190,00</td><td>1.398.800,00</td></tr><tr><td></td><td>115 - 3.3.90.00.00</td><td>0,00</td><td>1.208.335,00</td><td>1.268.752,00</td><td>1.332.190,00</td><td>1.398.800,00</td></tr><tr><td></td><td>101 - Recursos Próprios - Educação</td><td>0,00</td><td>126.000,00</td><td>132.300,00</td><td>138.915,00</td><td>145.861,00</td></tr><tr><td></td><td>119 - Transferências do FUNDEB - 40%</td><td>0,00</td><td>670.035,00</td><td>703.537,00</td><td>738.714,00</td><td>775.649,00</td></tr><tr><td></td><td>136 - Salário-Educação</td><td>0,00</td><td>249.501,00</td><td>261.976,00</td><td>275.075,00</td><td>288.829,00</td></tr><tr><td></td><td>137 - Outras Transferências do FNDE</td><td>0,00</td><td>162.799,00</td><td>170.939,00</td><td>179.486,00</td><td>188.461,00</td></tr></div>			resourcatalia@cacador.sc.gov.br							Despesa PPA por Classificação Funcional Programática									Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$							2021							Total	136 - Salário-Educação							Ação:	2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00		102 - 3.1.90.00.00	0,00	9.025.132,00	9.476.010,00	9.949.812,00	10.447.301,00		101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00		103 - 3.1.91.00.00	0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00		101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	411.677,00	432.260,00	453.874,00	476.567,00		104 - 3.3.90.00.00	0,00	5.626.792,00	5.908.131,00	6.203.538,00	6.513.715,00		62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00		100 - Recursos Ordinários	0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00		101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	5.373.022,00	5.641.673,00	5.923.757,00	6.219.945,00		105 - 4.4.90.00.00	0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00		101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00	Ação:	2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	0,00	11.874.489,00	12.468.214,00	13.091.625,00	13.746.206,00		106 - 3.1.90.00.00	0,00	10.040.600,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00		118 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	10.040.600,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00		107 - 3.1.91.00.00	0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00		118 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00	Ação:	2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	0,00	4.464.143,00	4.687.350,00	4.921.718,00	5.167.804,00		108 - 3.1.90.00.00	0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00		119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00		109 - 3.1.91.00.00	0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00		119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00		275 - 3.3.90.00.00	0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00		119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00		111 - 4.4.90.00.00	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00		119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	Ação:	2.32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	0,00	1.284.345,00	1.348.562,00	1.415.990,00	1.486.790,00		112 - 3.3.50.00.00	0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00		136 - Salário-Educação	0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00		113 - 3.3.90.00.00	0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00		136 - Salário-Educação	0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00		114 - 4.4.90.00.00	0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00		136 - Salário-Educação	0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00	Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00		115 - 3.3.90.00.00	0,00	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00		101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	126.000,00	132.300,00	138.915,00	145.861,00		119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	670.035,00	703.537,00	738.714,00	775.649,00		136 - Salário-Educação	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00		137 - Outras Transferências do FNDE	0,00	162.799,00	170.939,00	179.486,00	188.461,00
resourcatalia@cacador.sc.gov.br																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
						2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
						Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
136 - Salário-Educação																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Ação:	2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	119.012,00	124.963,00	131.211,00	137.771,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	102 - 3.1.90.00.00	0,00	9.025.132,00	9.476.010,00	9.949.812,00	10.447.301,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	103 - 3.1.91.00.00	0,00	2.407.822,00	2.528.213,00	2.654.624,00	2.787.355,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	411.677,00	432.260,00	453.874,00	476.567,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	104 - 3.3.90.00.00	0,00	5.626.792,00	5.908.131,00	6.203.538,00	6.513.715,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	100 - Recursos Ordinários	0,00	4.269,00	4.482,00	4.706,00	4.941,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	5.373.022,00	5.641.673,00	5.923.757,00	6.219.945,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	105 - 4.4.90.00.00	0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	578.841,00	607.406,00	637.776,00	669.664,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ação:	2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	0,00	11.874.489,00	12.468.214,00	13.091.625,00	13.746.206,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	106 - 3.1.90.00.00	0,00	10.040.600,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	10.040.600,00	10.542.630,00	11.069.762,00	11.623.250,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	107 - 3.1.91.00.00	0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	1.833.889,00	1.925.584,00	2.021.863,00	2.122.956,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ação:	2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	0,00	4.464.143,00	4.687.350,00	4.921.718,00	5.167.804,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	108 - 3.1.90.00.00	0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	3.397.471,00	3.567.345,00	3.745.712,00	3.932.998,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	109 - 3.1.91.00.00	0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	611.220,00	641.781,00	673.871,00	707.564,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	275 - 3.3.90.00.00	0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	330.701,00	347.236,00	364.598,00	382.828,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	111 - 4.4.90.00.00	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ação:	2.32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	0,00	1.284.345,00	1.348.562,00	1.415.990,00	1.486.790,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	112 - 3.3.50.00.00	0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	136 - Salário-Educação	0,00	397.954,00	417.852,00	438.744,00	460.682,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	113 - 3.3.90.00.00	0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	136 - Salário-Educação	0,00	724.215,00	760.426,00	798.447,00	838.369,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	114 - 4.4.90.00.00	0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	136 - Salário-Educação	0,00	162.176,00	170.284,00	178.799,00	187.739,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ação:	2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	115 - 3.3.90.00.00	0,00	1.208.335,00	1.268.752,00	1.332.190,00	1.398.800,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	101 - Recursos Próprios - Educação	0,00	126.000,00	132.300,00	138.915,00	145.861,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	670.035,00	703.537,00	738.714,00	775.649,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	136 - Salário-Educação	0,00	249.501,00	261.976,00	275.075,00	288.829,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	137 - Outras Transferências do FNDE	0,00	162.799,00	170.939,00	179.486,00	188.461,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19		Página			
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		9 / 24			
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458			
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática								
			Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação:								
2.56 - MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS			0,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
110 - 3.3.50.00.00			0,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
101 - Recursos Próprios - Educação			0,00	500.078,00	525.082,00	551.336,00	578.903,00	2.155.399,00
Subfunção: 364 - Ensino Superior			0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
Ação:								
2.41 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO			0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
119 - 3.3.90.00.00			0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	89.250,00	93.713,00	98.398,00	103.318,00	384.679,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil			0,00	17.614.375,00	18.492.094,00	19.419.849,00	20.390.842,00	75.917.160,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			0,00	17.614.375,00	18.492.094,00	19.419.849,00	20.390.842,00	75.917.160,00
Ação:								
1.15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			0,00	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
46 - 4.4.90.00.00			0,00	728.435,00	764.857,00	803.100,00	843.256,00	3.139.648,00
101 - Recursos Próprios - Educação			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00	104.042,00	109.244,00	114.706,00	120.442,00	448.434,00
132 - Transferências de Convênios - União/Educação			0,00	448.701,00	471.136,00	494.693,00	519.428,00	1.933.958,00
136 - Salário-Educação			0,00	70.692,00	74.227,00	77.938,00	81.835,00	304.692,00
Ação:								
2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%			0,00	8.969.179,00	9.414.638,00	9.888.519,00	10.382.946,00	38.655.282,00
245 - 3.1.90.00.00			0,00	4.383.155,00	4.602.313,00	4.832.428,00	5.074.050,00	18.891.946,00
118 - Transferências do FUNDEB - 60%			0,00	4.383.155,00	4.602.313,00	4.832.428,00	5.074.050,00	18.891.946,00
246 - 3.1.91.00.00			0,00	4.586.024,00	4.812.325,00	5.056.091,00	5.308.896,00	19.763.336,00
118 - Transferências do FUNDEB - 60%			0,00	4.586.024,00	4.812.325,00	5.056.091,00	5.308.896,00	19.763.336,00
Ação:								
2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%			0,00	1.718.011,00	1.803.911,00	1.894.107,00	1.988.812,00	7.404.841,00
247 - 3.1.90.00.00			0,00	1.456.059,00	1.528.862,00	1.605.305,00	1.685.570,00	6.275.796,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00	1.456.059,00	1.528.862,00	1.605.305,00	1.685.570,00	6.275.796,00
248 - 3.1.91.00.00			0,00	261.952,00	275.049,00	288.802,00	303.242,00	1.129.045,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00	261.952,00	275.049,00	288.802,00	303.242,00	1.129.045,00
Ação:								
2.36 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
117 - 3.3.90.00.00			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
101 - Recursos Próprios - Educação			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
Ação:								
2.37 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO			0,00	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00
118 - 3.3.50.00.00			0,00	6.093.750,00	6.398.438,00	6.718.360,00	7.054.277,00	26.264.825,00
101 - Recursos Próprios - Educação			0,00	2.887.500,00	3.031.875,00	3.183.469,00	3.342.642,00	12.445.486,00
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00	3.206.250,00	3.366.563,00	3.534.891,00	3.711.635,00	13.819.339,00
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos			0,00	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			0,00	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
Ação:								
2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			0,00	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
116 - 3.3.90.00.00			0,00	172.000,00	180.600,00	189.630,00	199.112,00	741.342,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00


Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		10 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
			Valor global	2018	2019	2020
119 - Transferências do FUNDEB - 40%			0,00	152.000,00	159.600,00	167.580,00
Subfunção: 367 - Educação Especial			0,00	560.551,00	588.578,00	618.007,00
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			0,00	560.551,00	588.578,00	618.007,00
Ação: 2.54 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES			0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00
250 - 3.3.50.00.00			0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00
101 - Recursos Próprios - Educação			0,00	336.000,00	352.800,00	388.962,00
Ação: 2.68 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE			0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00
121 - 3.3.90.00.00			0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00
137 - Outras Transferências do FUNDEB			0,00	224.551,00	235.778,00	259.946,00
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			0,00	8.294.381,00	8.709.107,00	9.144.556,00
Função: 10 - Saúde			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
Ação: 2.25 - VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
156 - 3.3.90.00.00			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
Função: 17 - Saneamento			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
Ação: 1.19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO			0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00
157 - 3.3.90.00.00			0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.612.667,00
Ação: 2.26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			0,00	419.059,00	440.013,00	485.113,00
158 - 3.3.90.00.00			0,00	177.769,00	186.658,00	205.790,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	177.769,00	186.658,00	205.790,00
Ação: 1.19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO			0,00	241.290,00	253.355,00	279.323,00
159 - 4.4.90.00.00			0,00	241.290,00	253.355,00	279.323,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	230.790,00	242.330,00	267.168,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros			0,00	10.500,00	11.025,00	12.155,00
Ação: 2.28 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS			0,00	516.011,00	541.812,00	597.348,00
162 - 3.3.90.00.00			0,00	260.000,00	273.000,00	300.983,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	260.000,00	273.000,00	300.983,00
Ação: 1.5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			0,00	256.011,00	268.812,00	296.365,00
163 - 4.4.90.00.00			0,00	256.011,00	268.812,00	296.365,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	252.000,00	264.600,00	291.722,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros			0,00	4.011,00	4.212,00	4.643,00
Função: 18 - Gestão Ambiental			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
Programa: 24 - MEIO AMBIENTE			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
Ação: 1.5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$			Valor global	2018	2019	2020
Total			0,00	152.000,00	159.600,00	167.580,00
			0,00	560.551,00	588.578,00	618.007,00
			0,00	560.551,00	588.578,00	618.007,00
			0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00
			0,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00
			0,00	336.000,00	352.800,00	388.962,00
			0,00	224.551,00	235.778,00	247.567,00
			0,00	224.551,00	235.778,00	259.946,00
			0,00	8.294.381,00	8.709.107,00	9.144.556,00
			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
			0,00	61.950,00	65.048,00	71.715,00
			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
			0,00	4.055.828,00	4.258.620,00	4.471.550,00
			0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00
			0,00	3.120.758,00	3.276.795,00	3.440.635,00
			0,00	419.059,00	440.013,00	485.113,00
			0,00	177.769,00	186.658,00	205.790,00
			0,00	177.769,00	186.658,00	205.790,00
			0,00	241.290,00	253.355,00	279.323,00
			0,00	241.290,00	253.355,00	279.323,00
			0,00	10.500,00	11.025,00	12.155,00
			0,00	516.011,00	541.812,00	597.348,00
			0,00	260.000,00	273.000,00	300.983,00
			0,00	260.000,00	273.000,00	300.983,00
			0,00	256.011,00	268.812,00	296.365,00
			0,00	252.000,00	264.600,00	291.722,00
			0,00	4.011,00	4.212,00	4.643,00
			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
			0,00	732.953,00	769.603,00	808.081,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,00	19.449,00
			0,00	16.800,00	17.641,0	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:19 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2009-9591-458		Página			
		Resaurantia@cacador.sc.gov.br		11 / 24			
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$					
		Valor global	2018	2019	2020		
					2021		
					Total		
<b>145 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>16.800,00</b>	<b>17.641,00</b>	<b>18.522,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00		
<b>Ação: 1.7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS</b>		<b>0,00</b>	<b>43.050,00</b>	<b>45.203,00</b>	<b>47.463,00</b>		
<b>146 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>43.050,00</b>	<b>45.203,00</b>	<b>47.463,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	42.000,00	44.100,00	46.305,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00		
<b>Ação: 1.9 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS</b>		<b>0,00</b>	<b>32.550,00</b>	<b>34.178,00</b>	<b>35.887,00</b>		
<b>152 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>32.550,00</b>	<b>34.178,00</b>	<b>35.887,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00		
<b>Ação: 2.18 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>91.718,00</b>	<b>96.304,00</b>	<b>101.118,00</b>		
<b>153 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>91.718,00</b>	<b>96.304,00</b>	<b>101.118,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	91.718,00	96.304,00	101.118,00		
<b>Ação: 2.19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS</b>		<b>0,00</b>	<b>166.950,00</b>	<b>175.298,00</b>	<b>184.063,00</b>		
<b>154 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>166.950,00</b>	<b>175.298,00</b>	<b>184.063,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	166.950,00	175.298,00	184.063,00		
<b>Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>381.885,00</b>	<b>400.979,00</b>	<b>421.028,00</b>		
<b>155 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>381.885,00</b>	<b>400.979,00</b>	<b>421.028,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	381.885,00	400.979,00	421.028,00		
<b>Ação: 2.94 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>151 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Função: 20 - Agricultura		0,00	3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00		
Subfunção: 606 - Extensão Rural		0,00	3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00		
Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		0,00	3.443.650,00	3.615.836,00	3.796.625,00		
<b>Ação: 1.27 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM</b>		<b>0,00</b>	<b>57.750,00</b>	<b>60.638,00</b>	<b>63.669,00</b>		
<b>78 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>57.750,00</b>	<b>60.638,00</b>	<b>63.669,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	57.750,00	60.638,00	63.669,00		
<b>Ação: 1.28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL</b>		<b>0,00</b>	<b>46.800,00</b>	<b>49.141,00</b>	<b>51.597,00</b>		
<b>73 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>46.800,00</b>	<b>49.141,00</b>	<b>51.597,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00		
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00		
<b>Ação: 1.31 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL</b>		<b>0,00</b>	<b>31.550,00</b>	<b>33.128,00</b>	<b>34.784,00</b>		
<b>75 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>	<b>31.550,00</b>	<b>33.128,00</b>	<b>34.784,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00		
164 - Transferências de Convênios Estado - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00		


Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		12 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
		Valor global	2018	2019	2020	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$ 2021 Total
Ação:	2.70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	2.875.950,00	3.019.748,00	3.170.736,00	3.329.272,00 12.395.706,00
	80 - 3.1.90.00.00	0,00	1.852.200,00	1.944.810,00	2.042.051,00	2.144.153,00 7.983.214,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	1.852.200,00	1.944.810,00	2.042.051,00	2.144.153,00 7.983.214,00
	77 - 3.1.91.00.00	0,00	393.750,00	413.438,00	434.109,00	455.815,00 1.697.112,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	393.750,00	413.438,00	434.109,00	455.815,00 1.697.112,00
	81 - 3.3.90.00.00	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00 2.262.816,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00 2.262.816,00
	243 - 4.4.90.00.00	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00 452.564,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00 452.564,00
Ação:	2.71 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00 131.459,00
	58 - 3.3.90.00.00	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00 131.459,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	30.500,00	32.025,00	33.626,00	35.308,00 131.459,00
Ação:	2.73 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	0,00	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00 1.131.408,00
	59 - 3.3.90.00.00	0,00	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00 1.131.408,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	262.500,00	275.625,00	289.406,00	303.877,00 1.131.408,00
Ação:	2.74 - SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00 215.506,00
	83 - 3.3.90.00.00	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00 215.506,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00 215.506,00
Ação:	2.75 - SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	0,00	61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00 263.135,00
	60 - 3.3.90.00.00	0,00	61.050,00	64.103,00	67.308,00	70.674,00 263.135,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	60.000,00	63.000,00	66.150,00	69.458,00 258.608,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00 4.527,00
Ação:	2.77 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00 118.745,00
	84 - 3.3.90.00.00	0,00	27.550,00	28.928,00	30.374,00	31.893,00 118.745,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	26.500,00	27.825,00	29.216,00	30.677,00 114.218,00
	134 - Transferências de Convênios União - Outros	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00 4.527,00
Unidade Orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00 1.330.534,00
Função:	4 - Administração	0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00 1.330.534,00
Subfunção:	122 - Administração Geral	0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00 1.330.534,00
Programa:	2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00 1.330.534,00
Ação:	2.11 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	308.700,00	324.135,00	340.341,00	357.358,00 1.330.534,00
	122 - 3.1.90.00.00	0,00	298.200,00	313.110,00	328.765,00	345.203,00 1.285.278,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	298.200,00	313.110,00	328.765,00	345.203,00 1.285.278,00
	123 - 3.3.90.00.00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00 45.256,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00 45.256,00
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLV		0,00	1.025.741,00	1.077.032,00	1.130.882,00	1.187.427,00 4.421.082,00
Função:	4 - Administração	0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00 86.203,00
Subfunção:	122 - Administração Geral	0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00 86.203,00

Emissão: 15/12/2017 10:19 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2009-9591-458				Página 13 / 24			
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
Ação: 1.35 - PROJETO NÃO DADAS		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
278 - 3.3.90.00.00		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	86.203,00
Função: 22 - Indústria		0,00	1.005.741,00	1.056.032,00	1.108.832,00	1.164.274,00	4.334.879,00
Subfunção: 661 - Promoção Industrial		0,00	591.989,00	622.592,00	654.721,00	688.457,00	2.557.759,00
Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO		0,00	591.989,00	622.592,00	654.721,00	688.457,00	2.557.759,00
Ação: 1.29 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.		0,00	380.050,00	400.053,00	421.056,00	443.108,00	1.644.267,00
30 - 3.3.90.00.00		0,00	380.050,00	400.053,00	421.056,00	443.108,00	1.644.267,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	379.000,00	398.950,00	419.898,00	441.892,00	1.639.740,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação: 1.32 - APOIO AO EMPREENDEDOR		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
36 - 3.3.90.00.00		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	51.050,00	53.603,00	56.283,00	59.097,00	220.033,00
Ação: 2.78 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		0,00	108.150,00	113.559,00	119.237,00	125.199,00	466.145,00
33 - 3.3.90.00.00		0,00	106.050,00	111.353,00	116.921,00	122.767,00	457.091,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	121.551,00	452.564,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
34 - 4.4.90.00.00		0,00	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação: 2.79 - APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		0,00	52.739,00	55.377,00	58.145,00	61.053,00	227.314,00
54 - 3.3.50.00.00		0,00	50.639,00	53.171,00	55.829,00	58.621,00	218.260,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	50.639,00	53.171,00	55.829,00	58.621,00	218.260,00
35 - 3.3.90.00.00		0,00	2.100,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Subfunção: 662 - Produção Industrial		0,00	413.752,00	433.440,00	454.111,00	475.817,00	1.777.120,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
Ação: 1.26 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
29 - 4.4.90.00.00		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	21.050,00	21.103,00	21.158,00	21.216,00	84.527,00
Programa: 27 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO		0,00	392.702,00	412.337,00	432.953,00	454.601,00	1.692.593,00
Ação: 2.12 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		0,00	55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00
52 - 3.3.90.00.00		0,00	55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	55.250,00	58.013,00	60.913,00	63.959,00	238.135,00
Ação: 2.76 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	337.452,00	354.324,00	372.040,00	390.642,00	1.454.458,00
31 - 3.1.90.00.00		0,00	260.728,00	273.764,00	287.452,00	301.825,00	1.123.769,00




<div><div><div><div><div></div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resumida@caçador.sc.gov.br</div><div>15/12/2017 10:19</div></div><div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2009-9591-458</div></div><div>Página 14 / 24</div></div></div>		Despesa PPA por Classificação Funcional Programática				
Valor global		2018	2019	2020	2021	PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$
Total						
100 - Recursos Ordinários		260.728,00	273.764,00	287.452,00	301.825,00	1.123.769,00
53 - 3.1.91.00.00		0,00	13.724,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	13.724,00	15.130,00	15.887,00	59.151,00
32 - 3.3.90.00.00		0,00	63.000,00	66.150,00	72.930,00	271.538,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	63.000,00	66.150,00	72.930,00	271.538,00
Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.265.885,00	12.159.702,00
Função: 4 - Administração		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.265.885,00	12.159.702,00
Subfunção: 123 - Administração Financeira		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.265.885,00	12.159.702,00
Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.265.885,00	12.159.702,00
Ação: 2.15 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	2.821.195,00	2.962.255,00	3.265.885,00	12.159.702,00
56 - 3.1.90.00.00		0,00	1.681.315,00	1.765.381,00	1.946.332,00	7.246.678,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.681.315,00	1.765.381,00	1.946.332,00	7.246.678,00
38 - 3.1.91.00.00		0,00	530.880,00	557.424,00	614.560,00	2.288.159,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	530.880,00	557.424,00	614.560,00	2.288.159,00
57 - 3.3.90.00.00		0,00	556.500,00	584.325,00	644.218,00	2.398.584,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	556.500,00	584.325,00	644.218,00	2.398.584,00
39 - 4.4.90.00.00		0,00	52.500,00	55.125,00	60.775,00	226.281,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	52.500,00	55.125,00	60.775,00	226.281,00
Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	8.560.000,00	8.896.750,00	9.831.530,00	36.632.118,00
Função: 4 - Administração		0,00	2.135.000,00	2.241.750,00	2.471.530,00	9.202.118,00
Subfunção: 122 - Administração Geral		0,00	2.135.000,00	2.241.750,00	2.471.530,00	9.202.118,00
Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	2.135.000,00	2.241.750,00	2.471.530,00	9.202.118,00
Ação: 0.3 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		0,00	425.000,00	446.250,00	491.991,00	1.831.804,00
238 - 3.1.90.00.00		0,00	25.000,00	26.250,00	28.941,00	107.754,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	25.000,00	26.250,00	28.941,00	107.754,00
239 - 3.3.90.00.00		0,00	400.000,00	420.000,00	463.050,00	1.724.050,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	400.000,00	420.000,00	463.050,00	1.724.050,00
Ação: 0.4 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	390.000,00	409.500,00	451.474,00	1.680.949,00
237 - 3.3.90.00.00		0,00	390.000,00	409.500,00	451.474,00	1.680.949,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	390.000,00	409.500,00	451.474,00	1.680.949,00
Ação: 0.5 - PAGAMENTO AO PASEP		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.528.065,00	5.689.365,00
240 - 3.3.20.00.00		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.528.065,00	5.689.365,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.320.000,00	1.386.000,00	1.528.065,00	5.689.365,00
Função: 28 - Encargos Especiais		0,00	6.425.000,00	6.655.000,00	7.360.000,00	27.430.000,00
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna		0,00	6.425.000,00	6.655.000,00	7.360.000,00	27.430.000,00
Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	6.425.000,00	6.655.000,00	7.360.000,00	27.430.000,00
Ação: 0.1 - PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA		0,00	225.000,00	235.000,00	260.000,00	970.000,00
235 - 3.2.90.00.00		0,00	225.000,00	235.000,00	260.000,00	970.000,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	225.000,00	235.000,00	260.000,00	970.000,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		157 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$							
Ação:	0.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00
	236 - 4.6.90.00.00	0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	6.200.000,00	6.420.000,00	6.740.000,00	7.100.000,00	26.460.000,00
Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Função:	99 - Reserva de Contingência	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Subfunção:	999 - Reserva de Contingência	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Programa:	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Ação:	9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	125 - 9.9.90.00.00	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte		0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
Função:	27 - Desporto e Lazer	0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário	0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
Programa:	31 - DESPORTO AMADOR	0,00	2.047.175,00	2.149.533,00	2.257.010,00	2.369.860,00	8.823.578,00
Ação:	2.81 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.565.424,00	1.643.695,00	1.725.880,00	1.812.174,00	6.747.173,00
	180 - 3.1.90.00.00	0,00	536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	536.424,00	563.245,00	591.407,00	620.978,00	2.312.054,00
	181 - 3.1.91.00.00	0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00	588.332,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	136.500,00	143.325,00	150.491,00	158.016,00	588.332,00
	182 - 3.3.90.00.00	0,00	861.000,00	904.050,00	949.253,00	996.715,00	3.711.018,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	861.000,00	904.050,00	949.253,00	996.715,00	3.711.018,00
	183 - 4.4.90.00.00	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
Ação:	2.84 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	184 - 3.3.50.00.00	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	124.751,00	130.988,00	137.537,00	144.414,00	537.690,00
Ação:	2.98 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00
	185 - 3.3.90.00.00	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	357.000,00	374.850,00	393.593,00	413.272,00	1.538.715,00
Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo		0,00	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		0,00	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
Função:	13 - Cultura	0,00	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
Subfunção:	392 - Difusão Cultural	0,00	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
Programa:	19 - ACERVO CULTURAL	0,00	2.009.116,00	2.109.572,00	2.215.051,00	2.325.802,00	8.659.541,00
Ação:	1.14 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	0,00	22.260,00	23.373,00	24.542,00	25.769,00	95.944,00
	193 - 4.4.90.00.00	0,00	22.260,00	23.373,00	24.542,00	25.769,00	95.944,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00

<div>  <div> <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> </div> </div>		<div> <div> Emissão: 15/12/2017 10:19  Usuário: Contador - Sérgio  Chave de autenticação: 2009-9591-458 </div> </div>		<div> <div> resourcatalia@cacador.sc.gov.br </div> </div>		<div> <div> Página 16 / 24 </div> </div>	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$					
		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
Ação: 1.18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	53.760,00	56.448,00	59.270,00	62.234,00	231.712,00
194 - 4.4.90.00.00		0,00	53.760,00	56.448,00	59.270,00	62.234,00	231.712,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
Ação: 1.33 - PROGRAMA PAM E PAI		0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
274 - 3.3.90.00.00		0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	199.500,00	209.475,00	219.949,00	230.946,00	859.870,00
Ação: 2.44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO		0,00	1.733.596,00	1.820.276,00	1.911.290,00	2.006.853,00	7.472.015,00
195 - 3.1.90.00.00		0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	1.185.781,00	1.245.070,00	1.307.323,00	1.372.689,00	5.110.863,00
196 - 3.1.91.00.00		0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	296.445,00	311.267,00	326.831,00	343.172,00	1.277.715,00
197 - 3.3.50.00.00		0,00	62.370,00	65.489,00	68.763,00	72.201,00	268.823,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	62.370,00	65.489,00	68.763,00	72.201,00	268.823,00
198 - 3.3.90.00.00		0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	157.500,00	165.375,00	173.644,00	182.326,00	678.845,00
199 - 4.4.90.00.00		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00	36.465,00	135.769,00
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
Função: 10 - Saúde		0,00	39.735.244,00	41.938.007,00	44.243.160,00	46.652.162,00	172.568.573,00
Subfunção: 301 - Atenção Básica		0,00	33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00	145.136.718,00
Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA		0,00	33.370.729,00	35.255.266,00	37.226.282,00	39.284.441,00	145.136.718,00
Ação: 1.11 - BLOCO DE INVESTIMENTOS		0,00	421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00	1.818.163,00
130 - 4.4.90.00.00		0,00	421.835,00	442.927,00	465.074,00	488.327,00	1.818.163,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	271.895,00	285.490,00	299.765,00	314.753,00	1.171.903,00
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00	149.940,00	157.437,00	165.309,00	173.574,00	646.260,00
Ação: 2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	27.877.790,00	29.466.680,00	31.148.267,00	32.902.526,00	121.395.263,00
131 - 3.1.71.00.00		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	15.750,00	16.538,00	17.364,00	18.233,00	67.885,00
132 - 3.1.90.00.00		0,00	20.249.940,00	21.412.437,00	22.633.059,00	23.914.712,00	88.210.148,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	20.249.940,00	21.412.437,00	22.633.059,00	23.914.712,00	88.210.148,00
133 - 3.1.91.00.00		0,00	3.103.400,00	3.303.570,00	3.526.999,00	3.750.198,00	13.684.167,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	3.103.400,00	3.303.570,00	3.526.999,00	3.750.198,00	13.684.167,00
134 - 3.3.50.00.00		0,00	1.726.956,00	1.813.304,00	1.903.970,00	1.999.167,00	7.443.397,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	1.726.956,00	1.813.304,00	1.903.970,00	1.999.167,00	7.443.397,00
135 - 3.3.71.00.00		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00


<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:19</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 2009-9591-458</div>		<div>Página</div> <div>17 / 24</div>			
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$					
		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
136 - 3.3.90.00.00		0,00	2.651.117,00	2.783.672,00	2.922.857,00	3.068.999,00	11.426.645,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	2.625.000,00	2.756.250,00	2.894.063,00	3.038.766,00	11.314.079,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	26.117,00	27.422,00	28.794,00	30.233,00	112.566,00
129 - 3.3.93.00.00		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
251 - 4.4.90.00.00		0,00	99.127,00	104.084,00	109.289,00	114.752,00	427.252,00
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00	53.550,00	56.228,00	59.039,00	61.991,00	230.808,00
133 - Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	21.000,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
188 - Alienações de Bens - Saúde		0,00	24.577,00	25.806,00	27.097,00	28.451,00	105.931,00
Ação:	2.58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	0,00	906.991,00	952.340,00	999.956,00	1.049.955,00	3.909.242,00
255 - 3.1.90.00.00		0,00	680.243,00	714.255,00	749.967,00	787.466,00	2.931.931,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	680.243,00	714.255,00	749.967,00	787.466,00	2.931.931,00
256 - 3.1.91.00.00		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00	262.489,00	977.311,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	226.748,00	238.085,00	249.989,00	262.489,00	977.311,00
Ação:	2.59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	0,00	1.362.284,00	1.430.398,00	1.501.918,00	1.577.014,00	5.871.614,00
257 - 3.1.90.00.00		0,00	1.021.713,00	1.072.799,00	1.126.439,00	1.182.761,00	4.403.712,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	1.021.713,00	1.072.799,00	1.126.439,00	1.182.761,00	4.403.712,00
258 - 3.1.91.00.00		0,00	340.571,00	357.599,00	375.479,00	394.253,00	1.467.902,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	340.571,00	357.599,00	375.479,00	394.253,00	1.467.902,00
Ação:	2.60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO	0,00	1.962.488,00	2.060.612,00	2.163.643,00	2.271.825,00	8.458.568,00
259 - 3.3.90.00.00		0,00	1.890.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00	2.187.911,00	8.146.136,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	1.890.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00	2.187.911,00	8.146.136,00
260 - 4.4.90.00.00		0,00	72.488,00	76.112,00	79.918,00	83.914,00	312.432,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	72.488,00	76.112,00	79.918,00	83.914,00	312.432,00
Ação:	2.61 - MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	0,00	227.451,00	238.824,00	250.765,00	263.303,00	980.343,00
261 - 3.3.90.00.00		0,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	243.101,00	905.126,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	210.000,00	220.500,00	231.525,00	243.101,00	905.126,00
262 - 4.4.90.00.00		0,00	17.451,00	18.324,00	19.240,00	20.202,00	75.217,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	17.451,00	18.324,00	19.240,00	20.202,00	75.217,00
Ação:	2.62 - MANUTENÇÃO DO PMAQ	0,00	611.890,00	663.485,00	696.659,00	731.491,00	2.703.525,00
263 - 3.3.90.00.00		0,00	557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	557.500,00	606.375,00	636.694,00	668.528,00	2.469.097,00
264 - 4.4.90.00.00		0,00	54.390,00	57.110,00	59.965,00	62.963,00	234.428,00
138 - Transferências do SUS - União		0,00	54.390,00	57.110,00	59.965,00	62.963,00	234.428,00
Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00	16.045.150,00
Programa:	10 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE	0,00	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00	16.045.150,00
Ação:	2.63 - MANUTENÇÃO DO MAC	0,00	3.722.665,00	3.908.798,00	4.104.237,00	4.309.450,00	16.045.150,00
265 - 3.3.90.00.00		0,00	3.218.329,00	3.379.245,00	3.548.207,00	3.725.618,00	13.871.399,00

<div> <div>  <div> <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>  Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> </div> <div> <div> Emissão: 15/12/2017 10:19  Usuário: Contador - Sérgio  Chave de autenticação: 2009-9591-468 </div> <div> <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>  <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> </div> </div> </div>		Despesa PPA por Classificação Funcional Programática					PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$		Página	
		Valor global		2018	2019	2020	2021	Total		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		3.150.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00	3.646.519,00	13.576.894,00		
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00		68.329,00	71.745,00	75.332,00	79.099,00	294.505,00		
<b>273 - 3.3.93.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>420.000,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>463.050,00</b>	<b>486.203,00</b>	<b>1.810.253,00</b>		
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00		420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00		
<b>271 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>84.336,00</b>	<b>88.553,00</b>	<b>92.980,00</b>	<b>97.629,00</b>	<b>363.498,00</b>		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		84.336,00	88.553,00	92.980,00	97.629,00	363.498,00		
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico		0,00		1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00		
Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA		0,00		1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00		
Ação: 2.64 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA		0,00		1.575.613,00	1.654.394,00	1.737.114,00	1.823.968,00	6.791.089,00		
<b>266 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>1.531.359,00</b>	<b>1.607.927,00</b>	<b>1.688.324,00</b>	<b>1.772.739,00</b>	<b>6.600.349,00</b>		
102 - Recursos Próprios - Saúde		0,00		350.700,00	368.235,00	386.647,00	405.979,00	1.511.561,00		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		445.659,00	467.942,00	491.339,00	515.906,00	1.920.846,00		
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00		735.000,00	771.750,00	810.338,00	850.854,00	3.167.942,00		
<b>272 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>44.254,00</b>	<b>46.467,00</b>	<b>48.790,00</b>	<b>51.229,00</b>	<b>190.740,00</b>		
167 - Transferências do SUS - Estado		0,00		44.254,00	46.467,00	48.790,00	51.229,00	190.740,00		
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		0,00		480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00		
Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE		0,00		480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00		
Ação: 2.39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA		0,00		480.505,00	504.530,00	529.757,00	556.245,00	2.071.037,00		
<b>253 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>468.640,00</b>	<b>492.072,00</b>	<b>516.676,00</b>	<b>542.510,00</b>	<b>2.019.898,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00		420.000,00	441.000,00	463.050,00	486.203,00	1.810.253,00		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		48.640,00	51.072,00	53.626,00	56.307,00	209.645,00		
<b>254 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>11.865,00</b>	<b>12.458,00</b>	<b>13.081,00</b>	<b>13.735,00</b>	<b>51.139,00</b>		
100 - Recursos Ordinários		0,00		11.865,00	12.458,00	13.081,00	13.735,00	51.139,00		
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		0,00		585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00		
Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE		0,00		585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00		
Ação: 2.40 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE		0,00		585.732,00	615.019,00	645.770,00	678.058,00	2.524.579,00		
<b>138 - 3.3.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>525.000,00</b>	<b>551.250,00</b>	<b>578.813,00</b>	<b>607.753,00</b>	<b>2.262.816,00</b>		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		525.000,00	551.250,00	578.813,00	607.753,00	2.262.816,00		
<b>252 - 4.4.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>60.732,00</b>	<b>63.769,00</b>	<b>66.957,00</b>	<b>70.305,00</b>	<b>261.763,00</b>		
138 - Transferências do SUS - União		0,00		60.732,00	63.769,00	66.957,00	70.305,00	261.763,00		
<b>Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>0,00</b>		<b>6.379.431,00</b>	<b>6.699.944,00</b>	<b>6.844.939,00</b>	<b>7.386.690,00</b>	<b>27.311.004,00</b>		
<b>Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>0,00</b>		<b>6.379.431,00</b>	<b>6.699.944,00</b>	<b>6.844.939,00</b>	<b>7.386.690,00</b>	<b>27.311.004,00</b>		
Função: 8 - Assistência Social		0,00		6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00	27.311.004,00		
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		0,00		6.379.431,00	6.699.944,00	6.844.939,00	7.386.690,00	27.311.004,00		
Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA		0,00		637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00		
Ação: 2.100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		0,00		637.422,00	670.833,00	704.375,00	739.594,00	2.752.224,00		
<b>227 - 3.1.90.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>79.523,00</b>	<b>83.499,00</b>	<b>87.674,00</b>	<b>92.058,00</b>	<b>342.754,00</b>		
135 - Transferências SUAS/União		0,00		79.523,00	83.499,00	87.674,00	92.058,00	342.754,00		
<b>228 - 3.1.91.00.00</b>		<b>0,00</b>		<b>1.050,00</b>	<b>1.103,00</b>	<b>1.158,00</b>	<b>1.216,00</b>	<b>4.527,00</b>		

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		19 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
			Valor global		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$	
			2018	2019	2020	Total
135 - Transferências SUAS/União			1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
164 - 3.3.90.00.00			486.360,00	510.678,00	536.212,00	2.096.273,00
100 - Recursos Ordinários			52.500,00	55.125,00	57.881,00	226.281,00
131 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social			1.260,00	1.323,00	1.389,00	5.431,00
135 - Transferências SUAS/União			432.600,00	454.230,00	476.942,00	1.864.561,00
165 - 4.4.90.00.00			70.489,00	75.553,00	79.331,00	308.670,00
100 - Recursos Ordinários			10.500,00	11.025,00	11.576,00	45.256,00
135 - Transferências SUAS/União			14.207,00	14.917,00	15.663,00	61.233,00
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social			1.782,00	1.871,00	1.965,00	7.681,00
165 - Transferências do SUAS - Estado			44.000,00	47.740,00	50.127,00	194.500,00
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			502.022,00	527.124,00	553.479,00	2.163.780,00
Ação: 2.101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			502.022,00	527.124,00	553.479,00	2.163.780,00
229 - 3.1.90.00.00			38.850,00	40.793,00	42.832,00	167.449,00
135 - Transferências SUAS/União			38.850,00	40.793,00	42.832,00	167.449,00
230 - 3.1.91.00.00			1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
135 - Transferências SUAS/União			1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
233 - 3.3.50.00.00			1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
135 - Transferências SUAS/União			1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
166 - 3.3.90.00.00			356.835,00	374.677,00	393.410,00	1.538.003,00
100 - Recursos Ordinários			52.500,00	55.125,00	57.881,00	226.281,00
135 - Transferências SUAS/União			277.958,00	291.856,00	306.449,00	1.198.034,00
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social			1.260,00	1.323,00	1.389,00	5.431,00
165 - Transferências do SUAS - Estado			25.117,00	26.373,00	27.691,00	108.257,00
167 - 4.4.90.00.00			104.237,00	109.448,00	114.921,00	449.274,00
100 - Recursos Ordinários			10.500,00	11.025,00	11.576,00	45.256,00
135 - Transferências SUAS/União			37.877,00	39.770,00	41.759,00	163.253,00
161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social			1.260,00	1.323,00	1.389,00	5.431,00
165 - Transferências do SUAS - Estado			54.600,00	57.330,00	60.197,00	235.334,00
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			1.312.080,00	1.377.686,00	1.256.569,00	5.465.234,00
Ação: 2.52 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE			264.600,00	277.830,00	291.722,00	1.140.460,00
269 - 3.3.50.00.00			264.600,00	277.830,00	291.722,00	1.140.460,00
100 - Recursos Ordinários			264.600,00	277.830,00	291.722,00	1.140.460,00
Ação: 2.53 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			191.940,00	201.537,00	21.614,00	637.286,00
268 - 3.3.50.00.00			191.940,00	201.537,00	21.614,00	637.286,00
100 - Recursos Ordinários			191.940,00	201.537,00	21.614,00	637.286,00
Ação: 2.55 - SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLHEDORA			323.760,00	339.948,00	356.945,00	1.395.446,00
270 - 3.3.50.00.00			323.760,00	339.948,00	356.945,00	1.395.446,00
100 - Recursos Ordinários			323.760,00	339.948,00	356.945,00	1.395.446,00
Ação: 2.89 - SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM			240.000,00	252.000,00	264.600,00	1.034.430,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Emissão: 15/12/2017 10:19		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Usuário: Contador - Sérgio		20 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.caçador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		Valor global	2018	2019	2020	2021	Total
276 - 3.3.50.00.00		0,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
100 - Recursos Ordinários		0,00	240.000,00	252.000,00	264.600,00	277.830,00	1.034.430,00
Ação:	2.102 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	0,00	291.780,00	306.371,00	321.688,00	337.773,00	1.257.612,00
	231 - 3.1.90.00.00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	232 - 3.1.91.00.00	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	267 - 3.3.50.00.00	0,00	138.010,00	144.911,00	152.156,00	159.763,00	594.840,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	138.010,00	144.911,00	152.156,00	159.763,00	594.840,00
	168 - 3.3.90.00.00	0,00	149.360,00	156.828,00	164.669,00	172.903,00	643.760,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	95.600,00	100.380,00	105.399,00	110.669,00	412.048,00
	161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
	169 - 4.4.90.00.00	0,00	2.310,00	2.426,00	2.547,00	2.675,00	9.958,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.459,00	5.431,00
Programa:	30 - GESTÃO MUNICIPAL	0,00	3.927.907,00	4.124.301,00	4.330.516,00	4.547.042,00	16.929.766,00
Ação:	2.103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	0,00	3.756.501,00	3.944.326,00	4.141.542,00	4.348.619,00	16.190.988,00
	170 - 3.1.90.00.00	0,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	2.700.000,00	2.835.000,00	2.976.750,00	3.125.588,00	11.637.338,00
	171 - 3.1.91.00.00	0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,00	1.939.556,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	450.000,00	472.500,00	496.125,00	520.931,00	1.939.556,00
	172 - 3.3.50.00.00	0,00	39.501,00	41.476,00	43.550,00	45.727,00	170.254,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	39.501,00	41.476,00	43.550,00	45.727,00	170.254,00
	173 - 3.3.90.00.00	0,00	504.000,00	529.200,00	555.660,00	583.443,00	2.172.303,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	504.000,00	529.200,00	555.660,00	583.443,00	2.172.303,00
	174 - 4.4.90.00.00	0,00	63.000,00	66.150,00	69.457,00	72.930,00	271.537,00
	100 - Recursos Ordinários	0,00	52.500,00	55.125,00	57.881,00	60.775,00	226.281,00
	189 - Aliações de Bens - Outros	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
Ação:	2.104 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS	0,00	24.420,00	25.641,00	26.923,00	28.269,00	105.253,00
	223 - 3.3.90.00.00	0,00	13.920,00	14.616,00	15.347,00	16.114,00	59.997,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	13.920,00	14.616,00	15.347,00	16.114,00	59.997,00
	224 - 4.4.90.00.00	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	45.256,00
Ação:	2.105 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	0,00	146.986,00	154.334,00	162.051,00	170.154,00	633.525,00
	225 - 3.3.90.00.00	0,00	80.551,00	84.578,00	88.807,00	93.248,00	347.184,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	80.551,00	84.578,00	88.807,00	93.248,00	347.184,00
	226 - 4.4.90.00.00	0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00
	135 - Transferências SUAS/União	0,00	66.435,00	69.756,00	73.244,00	76.906,00	286.341,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		<a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 10:19 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2009-9591-458		Página 21 / 24	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
		Valor global		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$		Total	
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		0,00		2018		2020	
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Função: 8 - Assistência Social		0,00		152.334,00		167.949,00	
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		0,00		152.334,00		167.949,00	
Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Ação: 2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES		0,00		126.084,00		139.008,00	
177 - 3.3.90.00.00		0,00		115.584,00		121.364,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		103.110,00		113.679,00	
109 - FIA Imposto de Renda		0,00		12.474,00		13.753,00	
178 - 4.4.90.00.00		0,00		10.500,00		11.025,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		10.500,00		11.576,00	
Ação: 2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		0,00		26.250,00		28.941,00	
179 - 3.3.90.00.00		0,00		26.250,00		28.941,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		26.250,00		30.388,00	
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Função: 16 - Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		0,00		706.850,00		779.302,00	
Programa: 22 - HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Ação: 1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES		0,00		169.300,00		186.653,00	
175 - 4.4.90.00.00		0,00		169.300,00		186.653,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		167.855,00		185.060,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.445,00		1.593,00	
Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00		137.550,00		151.649,00	
176 - 3.3.90.00.00		0,00		137.550,00		151.649,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		136.500,00		150.491,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.050,00		1.158,00	
Ação: 2.69 - ALUGUEL SOCIAL		0,00		400.000,00		441.000,00	
242 - 3.3.90.00.00		0,00		400.000,00		441.000,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		400.000,00		463.050,00	
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador		0,00		9.044,00		9.974,00	
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		9.044,00		9.974,00	
Função: 17 - Saneamento		0,00		9.044,00		9.974,00	
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		0,00		9.044,00		9.974,00	
Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO		0,00		9.044,00		9.974,00	
Ação: 2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		4.844,00		5.342,00	
186 - 3.1.90.00.00		0,00		1.372,00		1.513,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		1.589,00	
187 - 3.1.91.00.00		0,00		1.372,00		1.589,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		5.915,00	
Total		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Função: 8 - Assistência Social		0,00		152.334,00		167.949,00	
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		0,00		152.334,00		167.949,00	
Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Ação: 2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES		0,00		126.084,00		139.008,00	
177 - 3.3.90.00.00		0,00		115.584,00		121.364,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		103.110,00		113.679,00	
109 - FIA Imposto de Renda		0,00		12.474,00		13.753,00	
178 - 4.4.90.00.00		0,00		10.500,00		11.025,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		10.500,00		11.576,00	
Ação: 2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		0,00		26.250,00		28.941,00	
179 - 3.3.90.00.00		0,00		26.250,00		28.941,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		26.250,00		30.388,00	
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Função: 16 - Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		0,00		706.850,00		779.302,00	
Programa: 22 - HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Ação: 1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES		0,00		169.300,00		186.653,00	
175 - 4.4.90.00.00		0,00		169.300,00		186.653,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		167.855,00		185.060,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.445,00		1.593,00	
Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00		137.550,00		151.649,00	
176 - 3.3.90.00.00		0,00		137.550,00		151.649,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		136.500,00		150.491,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.050,00		1.158,00	
Ação: 2.69 - ALUGUEL SOCIAL		0,00		400.000,00		441.000,00	
242 - 3.3.90.00.00		0,00		400.000,00		441.000,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		400.000,00		463.050,00	
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador		0,00		9.044,00		9.974,00	
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		9.044,00		9.974,00	
Função: 17 - Saneamento		0,00		9.044,00		9.974,00	
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		0,00		9.044,00		9.974,00	
Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO		0,00		9.044,00		9.974,00	
Ação: 2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		4.844,00		5.342,00	
186 - 3.1.90.00.00		0,00		1.372,00		1.513,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		1.589,00	
187 - 3.1.91.00.00		0,00		1.372,00		1.589,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		5.915,00	
Total		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Função: 8 - Assistência Social		0,00		152.334,00		167.949,00	
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		0,00		152.334,00		167.949,00	
Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Ação: 2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES		0,00		126.084,00		139.008,00	
177 - 3.3.90.00.00		0,00		115.584,00		121.364,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		103.110,00		113.679,00	
109 - FIA Imposto de Renda		0,00		12.474,00		13.753,00	
178 - 4.4.90.00.00		0,00		10.500,00		11.025,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		10.500,00		11.576,00	
Ação: 2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		0,00		26.250,00		28.941,00	
179 - 3.3.90.00.00		0,00		26.250,00		28.941,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		26.250,00		30.388,00	
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Função: 16 - Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		0,00		706.850,00		779.302,00	
Programa: 22 - HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Ação: 1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES		0,00		169.300,00		186.653,00	
175 - 4.4.90.00.00		0,00		169.300,00		186.653,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		167.855,00		185.060,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.445,00		1.593,00	
Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00		137.550,00		151.649,00	
176 - 3.3.90.00.00		0,00		137.550,00		151.649,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		136.500,00		150.491,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.050,00		1.158,00	
Ação: 2.69 - ALUGUEL SOCIAL		0,00		400.000,00		441.000,00	
242 - 3.3.90.00.00		0,00		400.000,00		441.000,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		400.000,00		463.050,00	
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador		0,00		9.044,00		9.974,00	
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		9.044,00		9.974,00	
Função: 17 - Saneamento		0,00		9.044,00		9.974,00	
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		0,00		9.044,00		9.974,00	
Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO		0,00		9.044,00		9.974,00	
Ação: 2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		4.844,00		5.342,00	
186 - 3.1.90.00.00		0,00		1.372,00		1.513,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		1.589,00	
187 - 3.1.91.00.00		0,00		1.372,00		1.589,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		1.372,00		5.915,00	
Total		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		0,00		152.334,00		167.949,00	
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Função: 8 - Assistência Social		0,00		152.334,00		167.949,00	
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		0,00		152.334,00		167.949,00	
Programa: 23 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		0,00		152.334,00		167.949,00	
Ação: 2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES		0,00		126.084,00		139.008,00	
177 - 3.3.90.00.00		0,00		115.584,00		121.364,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		103.110,00		113.679,00	
109 - FIA Imposto de Renda		0,00		12.474,00		13.753,00	
178 - 4.4.90.00.00		0,00		10.500,00		11.025,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		10.500,00		11.576,00	
Ação: 2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		0,00		26.250,00		28.941,00	
179 - 3.3.90.00.00		0,00		26.250,00		28.941,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		26.250,00		30.388,00	
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Função: 16 - Habitação		0,00		706.850,00		779.302,00	
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		0,00		706.850,00		779.302,00	
Programa: 22 - HABITAÇÃO		0,00		706.850,00		779.302,00	
Ação: 1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES		0,00		169.300,00		186.653,00	
175 - 4.4.90.00.00		0,00		169.300,00		186.653,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		167.855,00		185.060,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.445,00		1.593,00	
Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		0,00		137.550,00		151.649,00	
176 - 3.3.90.00.00		0,00		137.550,00		151.649,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		136.500,00		150.491,00	
134 - Transferências de Convênios União - Outros		0,00		1.050,00		1.158,00	
Ação: 2.69 - ALUGUEL SOCIAL		0,00		400.000,00		441.000,00	
242 - 3.3.90.00.00		0,00		400.000,00		441.000,00	
100 - Recursos Ordinários		0,00		400.000,00		463.050,00	
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador		0,00		9.044,00		9.974,00	
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		9.044,00		9.974,00	
Função: 17 - Saneamento		0,00		9.044,00		9.974,00	
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		0,00		9.044,00		9.974,00	
Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO		0,00		9.044,00		9.974,00	
Ação: 2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00		4.844,00		5.342,00	
186 - 3.1.90.00.00		0,00		1.372,00			

Prefeitura Municipal de Caçador			Emissão: 15/12/2017 10:19			Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio			22 / 24	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			http://www.cacador.sc.gov.br			Chave de autenticação: 2009-9591-458	
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática							
			Valor global		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$		
			2018	2019	2020	2021	Total
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.441,00	1.513,00	1.589,00	5.915,00
188 - 3.3.90.00.00			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	4.527,00
189 - 4.4.90.00.00			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação:	2.96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	190 - 3.3.90.00.00		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Ação:	2.97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		0,00	3.309,00	3.474,00	3.648,00	13.581,00
	191 - 3.3.90.00.00		0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
	192 - 4.4.90.00.00		0,00	2.206,00	2.316,00	2.432,00	9.054,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
134 - Transferências de Convênios União - Outros			0,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	4.527,00
Unidade Gestora:			0,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
Unidade Orçamentária:			0,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
Função:			0,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
Subfunção:			0,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
Programa:			0,00	2.469.234,00	2.592.697,00	2.722.332,00	10.135.914,00
Ação:			0,00	127.050,00	133.403,00	140.073,00	521.526,00
279 - 3.3.90.00.00			0,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	22.050,00	23.153,00	24.310,00	90.513,00
205 - 4.4.90.00.00			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00	431.013,00
Ação:	2.82 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		0,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
	200 - 3.3.90.00.00		0,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	383.775,00	402.964,00	423.112,00	1.575.351,00
Ação:	2.93 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA		0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
	280 - 4.4.90.00.00		0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	525.000,00	551.250,00	578.813,00	2.155.063,00
Ação:	2.106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR		0,00	1.433.409,00	1.505.080,00	1.580.334,00	5.883.974,00
	201 - 3.1.90.00.00		0,00	1.023.247,00	1.074.409,00	1.128.130,00	4.200.307,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	1.023.247,00	1.074.409,00	1.128.130,00	4.200.307,00
	202 - 3.1.91.00.00		0,00	255.812,00	268.603,00	282.033,00	1.050.078,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	255.812,00	268.603,00	282.033,00	1.050.078,00
	203 - 3.3.90.00.00		0,00	88.200,00	92.610,00	97.241,00	362.051,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	88.200,00	92.610,00	97.241,00	362.051,00
	204 - 4.4.90.00.00		0,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00
100 - Recursos Ordinários			0,00	66.150,00	69.458,00	72.930,00	271.538,00

Prefeitura Municipal de Caçador		Emissão: 15/12/2017 10:19		Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC		Usuário: Contador - Sérgio		23 / 24		
CNPJ: 83.074.302/0001-31		Chave de autenticação: 2009-9591-458				
http://www.cacador.sc.gov.br		resourc@cacador.sc.gov.br				
Despesa PPA por Classificação Funcional Programática						
		Valor global		PPA 2018 - 2021 - Valores em R\$		
				2018	2019	2020
100 - Recursos Ordinários		0,00		63.000,00	66.150,00	72.930,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						271.538,00
						27

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 3.400 - ANEXOS

Publicação Nº 1459869

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 1 / 18
---	--	--	-------------------------

## Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Órgão: 1000 PODER LEGISLATIVO


Unidade: 1001 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função:	1	Legislativa
Subfunção:	31	Ação Legislativa
Programa:	1	PROCESSO LEGISLATIVO
Ação:	1.1	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	263	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 723 Despesa PPA: 206
Despesa LOA:	264	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 724 Despesa PPA: 207
Despesa LOA:	265	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 725 Despesa PPA: 208
Despesa LOA:	266	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 726 Despesa PPA: 209
Despesa LOA:	267	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 727 Despesa PPA: 210
Ação:	2.7	ATUAÇÃO LEGISLATIVA
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	268	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 728 Despesa PPA: 211
Ação:	2.8	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	269	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 729 Despesa PPA: 212

Órgão: 2000 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 2001 GABINETE DO PREFEITO

Função:	4	Administração
Subfunção:	122	Administração Geral
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Ação:	2.2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	1	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 536 Despesa PPA: 1
Despesa LOA:	3	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 537 Despesa PPA: 2
Despesa LOA:	4	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 538 Despesa PPA: 3
Despesa LOA:	5	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 539 Despesa PPA: 4
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	6	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 539 Despesa PPA: 4
Fonte de recurso:	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União
Despesa LOA:	2	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 537 Despesa PPA: 2
Despesa LOA:	7	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 539 Despesa PPA: 4
Ação:	2.3	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	8	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 540 Despesa PPA: 5
Despesa LOA:	117	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 613 Despesa PPA: 85
Ação:	2.4	MANUTENÇÃO DO PROCON
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	9	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 541 Despesa PPA: 6
Despesa LOA:	118	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 614 Despesa PPA: 86
Despesa LOA:	165	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 653 Despesa PPA: 126
Ação:	2.6	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	10	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 542 Despesa PPA: 7
Despesa LOA:	11	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 543 Despesa PPA: 8

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 2 / 18
--	--	-------------------------

### Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Despesa LOA:	119	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 615	Despesa PPA: 87
Despesa LOA:	120	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 616	Despesa PPA: 88
Ação:	2.9	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	121	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 617	Despesa PPA: 89
Ação:	2.10	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	12	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 544	Despesa PPA: 9
Despesa LOA:	122	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 618	Despesa PPA: 90
Ação:	2.88	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	16	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 547	Despesa PPA: 12
Despesa LOA:	123	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 619	Despesa PPA: 91
Despesa LOA:	124	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 620	Despesa PPA: 92
Ação:	2.91	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	17	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 548	Despesa PPA: 13
Programa:	28	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL	
Ação:	1.34	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	196	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 678	Despesa PPA: 161
Função:	6	Segurança Pública	
Subfunção:	182	Defesa Civil	
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Ação:	2.87	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	13	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 545	Despesa PPA: 10
Despesa LOA:	14	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 546	Despesa PPA: 11
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	15	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 546	Despesa PPA: 11
<b>Unidade: 2002</b>		<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Função:	4	Administração	
Subfunção:	122	Administração Geral	
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Ação:	2.83	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	296	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 756	Despesa PPA: 241
Subfunção:	123	Administração Financeira	
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Ação:	2.5	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	18	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 549	Despesa PPA: 14
Despesa LOA:	19	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 550	Despesa PPA: 15
Despesa LOA:	20	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 551	Despesa PPA: 16
Despesa LOA:	21	3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com	
		Despesa LDO: 552	Despesa PPA: 17
Despesa LOA:	125	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 621	Despesa PPA: 93
Despesa LOA:	126	3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	
		Despesa LDO: 622	Despesa PPA: 94
Despesa LOA:	127	4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	
		Despesa LDO: 623	Despesa PPA: 95

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:51

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1450-3418-699

Página


3 / 18


**Relação das Despesas LOA**


Período: Orçamento/2018


Despesa LOA:	128	3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
		Despesa LDO: 624 Despesa PPA: 96
Despesa LOA:	129	3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
		Despesa LDO: 625 Despesa PPA: 97
<b>Unidade: 2003 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>		
Função:	15	Urbanismo
Subfunção:	451	Infra-Estrutura Urbana
Programa:	17	INFRA ESTRUTURA URBANA
Ação:	1.16	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	130	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 626 Despesa PPA: 98
Ação:	1.24	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	92	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 596 Despesa PPA: 64
Despesa LOA:	94	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 597 Despesa PPA: 65
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	93	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 597 Despesa PPA: 65
Ação:	2.45	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	95	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 598 Despesa PPA: 66
Despesa LOA:	97	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 599 Despesa PPA: 67
Despesa LOA:	100	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 600 Despesa PPA: 68
Despesa LOA:	133	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 629 Despesa PPA: 101
Fonte de recurso:	107	Contribuição para a CIDE
Despesa LOA:	96	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 599 Despesa PPA: 67
Fonte de recurso:	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas
Despesa LOA:	98	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 600 Despesa PPA: 68
Ação:	2.46	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	28	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Fonte de recurso:	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura
Despesa LOA:	24	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Despesa LOA:	101	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 601 Despesa PPA: 69
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	27	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Despesa LOA:	102	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 601 Despesa PPA: 69
Fonte de recurso:	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.
Despesa LOA:	26	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Fonte de recurso:	140	Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013
Despesa LOA:	29	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Fonte de recurso:	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União
Despesa LOA:	25	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 554 Despesa PPA: 19
Fonte de recurso:	164	Transferências de Convênios Estado - Outros
Despesa LOA:	99	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 601 Despesa PPA: 69
Ação:	2.48	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	30	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 555 Despesa PPA: 20
Ação:	2.49	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>				<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699		<b>Página</b> 4 / 18	
<b>Relação das Despesas LOA</b>							
Período: Orçamento/2018							
Despesa LOA:		103	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 602		Despesa PPA: 70		
Ação:		2.50	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		31	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 556		Despesa PPA: 21		
Ação:		2.51	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		33	3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
			Despesa LDO: 558		Despesa PPA: 23		
Despesa LOA:		104	3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
			Despesa LDO: 603		Despesa PPA: 71		
Despesa LOA:		105	4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				
			Despesa LDO: 604		Despesa PPA: 72		
Despesa LOA:		166	3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos				
			Despesa LDO: 654		Despesa PPA: 128		
Fonte de recurso:		108	Contribuição para a COSIP				
Despesa LOA:		32	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 557		Despesa PPA: 22		
Ação:		2.80	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		34	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 559		Despesa PPA: 24		
Fonte de recurso:		134	Transferências de Convênios União - Outros				
Despesa LOA:		35	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 559		Despesa PPA: 24		
Programa:		34	PLANEJAMENTO URBANO				
Ação:		2.27	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		194	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 677		Despesa PPA: 160		
Fonte de recurso:		134	Transferências de Convênios União - Outros				
Despesa LOA:		195	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 677		Despesa PPA: 160		
Programa:		38	PARQUE CENTRAL				
Ação:		1.17	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		23	4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 553		Despesa PPA: 18		
Fonte de recurso:		134	Transferências de Convênios União - Outros				
Despesa LOA:		22	4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 553		Despesa PPA: 18		
Ação:		2.109	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		178	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 664		Despesa PPA: 143		
Fonte de recurso:		134	Transferências de Convênios União - Outros				
Despesa LOA:		299	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 759		Despesa PPA: 244		
Subfunção:		452	Serviços Urbanos				
Programa:		17	INFRA ESTRUTURA URBANA				
Ação:		1.21	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		90	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 594		Despesa PPA: 62		
Despesa LOA:		131	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 627		Despesa PPA: 99		
Fonte de recurso:		134	Transferências de Convênios União - Outros				
Despesa LOA:		89	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 594		Despesa PPA: 62		
Ação:		1.23	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		132	4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 628		Despesa PPA: 100		
Programa:		20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				
Ação:		1.20	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS				
Fonte de recurso:		100	Recursos Ordinários				
Despesa LOA:		58	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas				
			Despesa LDO: 574		Despesa PPA: 40		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 5 / 18
Relação das Despesas LOA				
				Período: Orçamento/2018
Despesa LOA:	278	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 738	Despesa PPA: 222	
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros		
Despesa LOA:	59	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 574	Despesa PPA: 40	
Fonte de recurso:	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas		
Despesa LOA:	60	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 574	Despesa PPA: 40	
Programa:	21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
Ação:	2.66	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros		
Despesa LOA:	276	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 736	Despesa PPA: 220	
Despesa LOA:	277	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 737	Despesa PPA: 221	
Programa:	37	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
Ação:	2.108	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	179	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 665	Despesa PPA: 144	
Função:	17	Saneamento		
Subfunção:	512	Saneamento Básico Urbano		
Programa:	17	INFRA ESTRUTURA URBANA		
Ação:	1.22	CANALIZAÇÃO DE Córregos		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	91	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 595	Despesa PPA: 63	
<b>Unidade: 2004 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>				
Função:	6	Segurança Pública		
Subfunção:	181	Policimento		
Programa:	4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		
Ação:	2.13	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	42	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 562	Despesa PPA: 27	
Despesa LOA:	43	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 563	Despesa PPA: 28	
Despesa LOA:	78	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
		Despesa LDO: 584	Despesa PPA: 50	
Despesa LOA:	79	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 585	Despesa PPA: 51	
Ação:	2.14	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	38	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 560	Despesa PPA: 25	
Despesa LOA:	41	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 561	Despesa PPA: 26	
Fonte de recurso:	110	Convênio de Trânsito - Militar		
Despesa LOA:	37	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 560	Despesa PPA: 25	
Despesa LOA:	40	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 561	Despesa PPA: 26	
Fonte de recurso:	111	Convênio de Trânsito - Civil		
Despesa LOA:	36	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 560	Despesa PPA: 25	
Despesa LOA:	39	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 561	Despesa PPA: 26	
Ação:	2.16	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	77	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
		Despesa LDO: 583	Despesa PPA: 49	
Ação:	1.36	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO		
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários		
Despesa LOA:	342	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
		Despesa LDO: 796	Despesa PPA: 283	
<b>Unidade: 2005 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>				
Função:	12	Educação		
Subfunção:	306	Alimentação e Nutrição		

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 6 / 18
Relação das Despesas LOA			
			Período: Orçamento/2018
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	
Ação:	2.42	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	160	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 648	Despesa PPA: 120
Fonte de recurso:	137	Outras Transferências do FNDE	
Despesa LOA:	159	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 648	Despesa PPA: 120
Subfunção:	361	Ensino Fundamental	
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	
Ação:	1.2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação	
Despesa LOA:	61	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 575	Despesa PPA: 41
Ação:	1.3	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação	
Despesa LOA:	62	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 576	Despesa PPA: 42
Fonte de recurso:	189	Alienações de Bens - Outros	
Despesa LOA:	63	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 576	Despesa PPA: 42
Ação:	1.12	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação	
Despesa LOA:	64	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 577	Despesa PPA: 43
Despesa LOA:	66	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 578	Despesa PPA: 44
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%	
Despesa LOA:	67	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 578	Despesa PPA: 44
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação	
Despesa LOA:	65	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 578	Despesa PPA: 44
Ação:	1.13	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação	
Despesa LOA:	68	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 579	Despesa PPA: 45
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%	
Despesa LOA:	69	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 579	Despesa PPA: 45
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação	
Despesa LOA:	70	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 579	Despesa PPA: 45
Ação:	2.29	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
Fonte de recurso:	62	Transferências de Convênios – Estado/Educação	
Despesa LOA:	136	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 632	Despesa PPA: 104
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	137	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 632	Despesa PPA: 104
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação	
Despesa LOA:	134	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 630	Despesa PPA: 102
Despesa LOA:	135	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 631	Despesa PPA: 103
Despesa LOA:	138	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 632	Despesa PPA: 104
Despesa LOA:	139	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 633	Despesa PPA: 105
Ação:	1.30	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação	
Despesa LOA:	75	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 581	Despesa PPA: 47
Fonte de recurso:	118	Transferências do FUNDEB - 60%	
Despesa LOA:	140	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 634	Despesa PPA: 106
Despesa LOA:	141	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 635	Despesa PPA: 107
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação	


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699			<b>Página</b> 7 / 18	
<b>Relação das Despesas LOA</b>						<b>Período: Orçamento/2018</b>	
Despesa LOA:	76	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 582	Despesa PPA: 48				
Ação:	2.31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%					
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%					
Despesa LOA:	142	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 636	Despesa PPA: 108				
Despesa LOA:	143	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
		Despesa LDO: 637	Despesa PPA: 109				
Despesa LOA:	145	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 639	Despesa PPA: 111				
Despesa LOA:	335	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 789	Despesa PPA: 275				
Ação:	2.32	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO					
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação					
Despesa LOA:	146	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
		Despesa LDO: 640	Despesa PPA: 112				
Despesa LOA:	147	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 641	Despesa PPA: 113				
Despesa LOA:	148	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 642	Despesa PPA: 114				
Ação:	2.33	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR					
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação					
Despesa LOA:	152	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 643	Despesa PPA: 115				
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%					
Despesa LOA:	151	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 643	Despesa PPA: 115				
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação					
Despesa LOA:	149	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 643	Despesa PPA: 115				
Fonte de recurso:	137	Outras Transferências do FNDE					
Despesa LOA:	150	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 643	Despesa PPA: 115				
Ação:	2.56	MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS					
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação					
Despesa LOA:	144	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
		Despesa LDO: 638	Despesa PPA: 110				
Subfunção:	364	Ensino Superior					
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:	2.41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO					
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários					
Despesa LOA:	158	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 647	Despesa PPA: 119				
Subfunção:	365	Educação Infantil					
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE					
Ação:	1.15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação					
Despesa LOA:	74	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 580	Despesa PPA: 46				
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%					
Despesa LOA:	73	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 580	Despesa PPA: 46				
Fonte de recurso:	132	Transferências de Convênios – União/Educação					
Despesa LOA:	72	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 580	Despesa PPA: 46				
Fonte de recurso:	136	Salário-Educação					
Despesa LOA:	71	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 580	Despesa PPA: 46				
Ação:	2.30	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%					
Fonte de recurso:	118	Transferências do FUNDEB - 60%					
Despesa LOA:	300	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 760	Despesa PPA: 245				
Despesa LOA:	301	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
		Despesa LDO: 761	Despesa PPA: 246				
Ação:	2.31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%					
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%					
Despesa LOA:	302	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas					
		Despesa LDO: 762	Despesa PPA: 247				

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 8 / 18
--	--	-------------------------

### Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Despesa LOA:	303	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 763 Despesa PPA: 248
Ação:	2.36	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação
Despesa LOA:	155	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 645 Despesa PPA: 117
Ação:	2.37	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação
Despesa LOA:	157	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
		Despesa LDO: 646 Despesa PPA: 118
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%
Despesa LOA:	156	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
		Despesa LDO: 646 Despesa PPA: 118
Subfunção:	366	Educação de Jovens e Adultos
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE
Ação:	2.35	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	154	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 644 Despesa PPA: 116
Fonte de recurso:	119	Transferências do FUNDEB - 40%
Despesa LOA:	153	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 644 Despesa PPA: 116
Subfunção:	367	Educação Especial
Programa:	11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE
Ação:	2.54	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS
Fonte de recurso:	101	Recursos Próprios - Educação
Despesa LOA:	304	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
		Despesa LDO: 764 Despesa PPA: 250
Ação:	2.68	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE
Fonte de recurso:	137	Outras Transferências do FNDE
Despesa LOA:	161	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 649 Despesa PPA: 121
<b>Unidade: 2007 SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE</b>		
Função:	10	Saúde
Subfunção:	305	Vigilância Epidemiológica
Programa:	24	MEIO AMBIENTE
Ação:	2.25	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	189	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 673 Despesa PPA: 156
Função:	17	Saneamento
Subfunção:	512	Saneamento Básico Urbano
Programa:	24	MEIO AMBIENTE
Ação:	1.19	SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	190	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 674 Despesa PPA: 157
Ação:	2.26	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	191	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 675 Despesa PPA: 158
Despesa LOA:	192	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 676 Despesa PPA: 159
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	193	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 676 Despesa PPA: 159
Ação:	2.28	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	197	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 679 Despesa PPA: 162
Despesa LOA:	198	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 680 Despesa PPA: 163
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	199	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 680 Despesa PPA: 163
Função:	18	Gestão Ambiental
Subfunção:	541	Preservação e Conservação Ambiental

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 9 / 18
Relação das Despesas LOA			
Período: Orçamento/2018			
Programa:	24	MEIO AMBIENTE	
Ação:	1.5	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	181	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 666	Despesa PPA: 145
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	180	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 666	Despesa PPA: 145
Ação:	1.7	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	182	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 667	Despesa PPA: 146
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	183	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 667	Despesa PPA: 146
Ação:	1.9	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	184	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 669	Despesa PPA: 152
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	185	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 669	Despesa PPA: 152
Ação:	2.18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	186	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 670	Despesa PPA: 153
Ação:	2.19	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	187	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 671	Despesa PPA: 154
Ação:	2.23	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	188	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 672	Despesa PPA: 155
Função:	20	Agricultura	
Subfunção:	606	Extensão Rural	
Programa:	26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	
Ação:	1.27	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	111	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 608	Despesa PPA: 78
Ação:	1.28	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	106	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 605	Despesa PPA: 73
Despesa LOA:	337	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 791	Despesa PPA: 277
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	107	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 605	Despesa PPA: 73
Ação:	1.31	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	108	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 606	Despesa PPA: 75
Fonte de recurso:	164	Transferências de Convênios Estado - Outros	
Despesa LOA:	109	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 606	Despesa PPA: 75
Ação:	2.70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	110	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 607	Despesa PPA: 77
Despesa LOA:	112	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 609	Despesa PPA: 80
Despesa LOA:	113	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 610	Despesa PPA: 81
Despesa LOA:	298	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 758	Despesa PPA: 243
Ação:	2.71	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 10 / 18
---	--	--	--------------------------

## Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	85	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 591 Despesa PPA: 58
Ação:	2.73	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	86	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 592 Despesa PPA: 59
Ação:	2.74	SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	114	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 611 Despesa PPA: 83
Ação:	2.75	SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	87	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 593 Despesa PPA: 60
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	88	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 593 Despesa PPA: 60
Ação:	2.77	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	116	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 612 Despesa PPA: 84
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	115	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 612 Despesa PPA: 84

### Unidade: 2008 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Função:	4	Administração
Subfunção:	122	Administração Geral
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Ação:	2.11	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	162	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 650 Despesa PPA: 122
Despesa LOA:	163	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 651 Despesa PPA: 123

### Unidade: 2009 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Função:	4	Administração
Subfunção:	122	Administração Geral
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Ação:	1.35	PROJETO MÃO DADAS
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	338	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 792 Despesa PPA: 278
Função:	22	Indústria
Subfunção:	661	Promoção Industrial
Programa:	27	INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Ação:	1.29	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	45	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 565 Despesa PPA: 30
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	46	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 565 Despesa PPA: 30
Ação:	1.32	APOIO AO EMPREENDEDOR
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	55	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 571 Despesa PPA: 36
Ação:	2.78	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	49	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 568 Despesa PPA: 33
Despesa LOA:	51	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 569 Despesa PPA: 34
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	50	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 568 Despesa PPA: 33



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 11 / 18
--	--	--------------------------

## Relação das Despesas LOA


Período: Orçamento/2018

Despesa LOA:	52	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 569	Despesa PPA: 34
Ação:	2.79	APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	53	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 570	Despesa PPA: 35
Despesa LOA:	82	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 588	Despesa PPA: 54
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	54	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 570	Despesa PPA: 35
Subfunção:	662	Produção Industrial	
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Ação:	1.26	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	44	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 564	Despesa PPA: 29
Programa:	27	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Ação:	2.12	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	80	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 586	Despesa PPA: 52
Ação:	2.76	MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	47	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 566	Despesa PPA: 31
Despesa LOA:	48	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 567	Despesa PPA: 32
Despesa LOA:	81	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 587	Despesa PPA: 53
<b>Unidade: 2011 SECRETARIA DA FAZENDA</b>			
Função:	4	Administração	
Subfunção:	123	Administração Financeira	
Programa:	2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Ação:	2.15	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	56	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 572	Despesa PPA: 38
Despesa LOA:	57	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 573	Despesa PPA: 39
Despesa LOA:	83	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 589	Despesa PPA: 56
Despesa LOA:	84	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 590	Despesa PPA: 57

### Órgão: 3000 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

#### Unidade: 3001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Função:	4	Administração	
Subfunção:	122	Administração Geral	
Programa:	0	ENCARGOS ESPECIAIS	
Ação:	0.3	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	293	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 753	Despesa PPA: 238
Despesa LOA:	294	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 754	Despesa PPA: 239
Ação:	0.4	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	292	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 752	Despesa PPA: 237
Ação:	0.5	PAGAMENTO AO PASEP	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	295	3.3.20.00.00 - Transferências à União	
		Despesa LDO: 755	Despesa PPA: 240
Função:	28	Encargos Especiais	
Subfunção:	843	Serviço da Dívida Interna	
Programa:	0	ENCARGOS ESPECIAIS	
Ação:	0.1	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 12 / 18
<b>Relação das Despesas LOA</b>		

Período: Orçamento/2018

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários  
Despesa LOA: 290 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 750 Despesa PPA: 235  
Ação: 0.2 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA  
Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários  
Despesa LOA: 291 4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 751 Despesa PPA: 236

**Órgão: 4000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****Unidade: 4001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Função: 10 Saúde  
Subfunção: 301 Atenção Básica  
Programa: 8 SAÚDE BÁSICA  
Ação: 1.11 BLOCO DE INVESTIMENTOS  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 168 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 656 Despesa PPA: 130  
Fonte de recurso: 167 Transferências do SUS - Estado  
Despesa LOA: 169 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 656 Despesa PPA: 130  
Ação: 2.24 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Fonte de recurso: 102 Recursos Próprios - Saúde  
Despesa LOA: 167 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com  
Despesa LDO: 655 Despesa PPA: 129  
Despesa LOA: 170 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio  
Despesa LDO: 657 Despesa PPA: 131  
Despesa LOA: 171 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 658 Despesa PPA: 132  
Despesa LOA: 172 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Despesa LDO: 659 Despesa PPA: 133  
Despesa LOA: 173 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Despesa LDO: 660 Despesa PPA: 134  
Despesa LOA: 174 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio  
Despesa LDO: 661 Despesa PPA: 135  
Despesa LOA: 175 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 662 Despesa PPA: 136  
Despesa LOA: 305 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 765 Despesa PPA: 251  
Fonte de recurso: 133 Transferências de Convênios - União/Saúde  
Despesa LOA: 307 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 765 Despesa PPA: 251  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 176 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 662 Despesa PPA: 136  
Fonte de recurso: 188 Alienações de Bens - Saúde  
Despesa LOA: 306 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 765 Despesa PPA: 251  
Ação: 2.58 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 312 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 769 Despesa PPA: 255  
Despesa LOA: 313 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Despesa LDO: 770 Despesa PPA: 256  
Ação: 2.59 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 314 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 771 Despesa PPA: 257  
Despesa LOA: 315 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Despesa LDO: 772 Despesa PPA: 258  
Ação: 2.60 MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 316 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 773 Despesa PPA: 259  
Despesa LOA: 317 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 774 Despesa PPA: 260  
Ação: 2.61 MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL  
Fonte de recurso: 138 Transferências do SUS - União  
Despesa LOA: 318 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 775 Despesa PPA: 261  
Despesa LOA: 319 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Despesa LDO: 776 Despesa PPA: 262

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 13 / 18
---	--	--	--------------------------


### Relação das Despesas LOA


Período: Orçamento/2018

Ação:	2.62	MANUTENÇÃO DO PMAQ
Fonte de recurso:	138	Transferências do SUS - União
Despesa LOA:	320	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 777 Despesa PPA: 263
Despesa LOA:	321	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 778 Despesa PPA: 264
Subfunção:	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa:	10	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE
Ação:	2.63	MANUTENÇÃO DO MAC
Fonte de recurso:	102	Recursos Próprios - Saúde
Despesa LOA:	333	3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com
		Despesa LDO: 787 Despesa PPA: 273
Fonte de recurso:	138	Transferências do SUS - União
Despesa LOA:	322	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 779 Despesa PPA: 265
Despesa LOA:	331	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 785 Despesa PPA: 271
Fonte de recurso:	167	Transferências do SUS - Estado
Despesa LOA:	323	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 779 Despesa PPA: 265
Subfunção:	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa:	18	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA
Ação:	2.64	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA
Fonte de recurso:	102	Recursos Próprios - Saúde
Despesa LOA:	326	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 780 Despesa PPA: 266
Fonte de recurso:	138	Transferências do SUS - União
Despesa LOA:	324	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 780 Despesa PPA: 266
Fonte de recurso:	167	Transferências do SUS - Estado
Despesa LOA:	325	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 780 Despesa PPA: 266
Despesa LOA:	332	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 786 Despesa PPA: 272
Subfunção:	304	Vigilância Sanitária
Programa:	9	VIGILANCIA EM SAÚDE
Ação:	2.39	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	309	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 767 Despesa PPA: 253
Despesa LOA:	311	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 768 Despesa PPA: 254
Fonte de recurso:	138	Transferências do SUS - União
Despesa LOA:	310	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 767 Despesa PPA: 253
Subfunção:	305	Vigilância Epidemiológica
Programa:	9	VIGILANCIA EM SAÚDE
Ação:	2.40	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE
Fonte de recurso:	138	Transferências do SUS - União
Despesa LOA:	177	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 663 Despesa PPA: 138
Despesa LOA:	308	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 766 Despesa PPA: 252

**Órgão: 5000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**Unidade: 5001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Função:	8	Assistência Social
Subfunção:	244	Assistência Comunitária
Programa:	5	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
Ação:	2.100	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	202	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 681 Despesa PPA: 164
Despesa LOA:	204	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 682 Despesa PPA: 165
Fonte de recurso:	131	Transferências de Convênios – União/Assistência Social
Despesa LOA:	201	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 681 Despesa PPA: 164

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 14 / 18
Relação das Despesas LOA			
			Período: Orçamento/2018
Fonte de recurso:	135	Transferências SUAS/União	
Despesa LOA:	200	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 681	Despesa PPA: 164
Despesa LOA:	203	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 682	Despesa PPA: 165
Despesa LOA:	283	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 743	Despesa PPA: 227
Despesa LOA:	284	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 744	Despesa PPA: 228
Fonte de recurso:	161	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	
Despesa LOA:	205	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 682	Despesa PPA: 165
Fonte de recurso:	165	Transferências do SUAS - Estado	
Despesa LOA:	206	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 682	Despesa PPA: 165
Programa:	25	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	
Ação:	2.101	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	209	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 683	Despesa PPA: 166
Despesa LOA:	213	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 684	Despesa PPA: 167
Fonte de recurso:	135	Transferências SUAS/União	
Despesa LOA:	207	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 683	Despesa PPA: 166
Despesa LOA:	211	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 684	Despesa PPA: 167
Despesa LOA:	285	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 745	Despesa PPA: 229
Despesa LOA:	286	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 746	Despesa PPA: 230
Despesa LOA:	289	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 749	Despesa PPA: 233
Fonte de recurso:	161	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	
Despesa LOA:	208	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 683	Despesa PPA: 166
Despesa LOA:	212	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 684	Despesa PPA: 167
Fonte de recurso:	165	Transferências do SUAS - Estado	
Despesa LOA:	210	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 683	Despesa PPA: 166
Despesa LOA:	214	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 684	Despesa PPA: 167
Programa:	29	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Ação:	2.52	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	329	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 783	Despesa PPA: 269
Ação:	2.53	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	328	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 782	Despesa PPA: 268
Ação:	2.55	SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMILIA ACOLHEDORA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	330	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 784	Despesa PPA: 270
Ação:	2.89	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	336	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 790	Despesa PPA: 276
Ação:	2.102	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	217	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 685	Despesa PPA: 168
Fonte de recurso:	135	Transferências SUAS/União	
Despesa LOA:	215	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 685	Despesa PPA: 168
Despesa LOA:	218	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 686	Despesa PPA: 169
Despesa LOA:	287	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 747	Despesa PPA: 231

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 15 / 18
---	--	--	--------------------------

### Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Despesa LOA:	288	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 748 Despesa PPA: 232
Despesa LOA:	327	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
		Despesa LDO: 781 Despesa PPA: 267
Fonte de recurso:	161	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social
Despesa LOA:	216	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 685 Despesa PPA: 168
Despesa LOA:	219	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 686 Despesa PPA: 169
Programa:	30	GESTÃO MUNICIPAL
Ação:	2.103	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	220	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 687 Despesa PPA: 170
Despesa LOA:	221	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
		Despesa LDO: 688 Despesa PPA: 171
Despesa LOA:	222	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
		Despesa LDO: 689 Despesa PPA: 172
Despesa LOA:	223	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 690 Despesa PPA: 173
Despesa LOA:	224	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 691 Despesa PPA: 174
Fonte de recurso:	189	Alienações de Bens - Outros
Despesa LOA:	225	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 691 Despesa PPA: 174
Ação:	2.104	GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS
Fonte de recurso:	135	Transferências SUAS/União
Despesa LOA:	279	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 739 Despesa PPA: 223
Despesa LOA:	280	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 740 Despesa PPA: 224
Ação:	2.105	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO
Fonte de recurso:	135	Transferências SUAS/União
Despesa LOA:	281	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 741 Despesa PPA: 225
Despesa LOA:	282	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 742 Despesa PPA: 226

#### Órgão: 6000 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO


##### Unidade: 6001 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO


Função:	16	Habitação
Subfunção:	482	Habitação Urbana
Programa:	22	HABITAÇÃO
Ação:	1.25	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	226	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 692 Despesa PPA: 175
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	227	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 692 Despesa PPA: 175
Ação:	2.67	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	228	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 693 Despesa PPA: 176
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros
Despesa LOA:	229	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 693 Despesa PPA: 176
Ação:	2.69	ALUGUEL SOCIAL
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários
Despesa LOA:	297	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
		Despesa LDO: 757 Despesa PPA: 242

#### Órgão: 7000 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

##### Unidade: 7001 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE

Função:	8	Assistência Social
Subfunção:	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Ação:	2.17	SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários

<div><b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>			<div><b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699</div>			<div><b>Página</b> 16 / 18</div>
<div><b>Relação das Despesas LOA</b></div>						
<div>Período: Orçamento/2018</div>						
<div><div>Despesa LOA: 230 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div><div>Despesa LDO: 694 Despesa PPA: 177</div><div>Despesa LOA: 232 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</div><div>Despesa LDO: 695 Despesa PPA: 178</div><div>Fonte de recurso: 109 FIA Imposto de Renda</div><div>Despesa LOA: 231 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div><div>Despesa LDO: 694 Despesa PPA: 177</div><div>Ação: 2.57 CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES</div><div>Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários</div><div>Despesa LOA: 233 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div><div>Despesa LDO: 696 Despesa PPA: 179</div></div>						
<div>Órgão: 8000 FAMPEC - CAÇADOR</div>						
<div>Unidade: 8001 FAMPEC - CAÇADOR</div>						
<div>Função: 4 Administração</div> <div>Subfunção: 122 Administração Geral</div> <div>Programa: 6 ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS</div> <div>Ação: 2.20 MANUTENÇÃO DO FAMPEC</div> <div>Fonte de recurso: 20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06</div> <div>Despesa LOA: 341 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 795 Despesa PPA: 281</div>						
<div>Órgão: 9000 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR</div>						
<div>Unidade: 9001 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR</div>						
<div>Função: 4 Administração</div> <div>Subfunção: 122 Administração Geral</div> <div>Programa: 7 PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS</div> <div>Ação: 2.21 MANUTENÇÃO DO IPASC</div> <div>Fonte de recurso: 200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa</div> <div>Despesa LOA: 270 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 730 Despesa PPA: 214</div> <div>Despesa LOA: 271 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>Despesa LDO: 731 Despesa PPA: 215</div> <div>Despesa LOA: 272 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 732 Despesa PPA: 216</div> <div>Despesa LOA: 273 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 733 Despesa PPA: 217</div> <div>Ação: 2.22 MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA</div> <div>Fonte de recurso: 203 Contribuição Fundo Previdenciário</div> <div>Despesa LOA: 274 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 734 Despesa PPA: 218</div> <div>Ação: 2.999 RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS</div> <div>Fonte de recurso: 203 Contribuição Fundo Previdenciário</div> <div>Despesa LOA: 275 9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 735 Despesa PPA: 219</div>						
<div>Órgão: 10000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div>						
<div>Unidade: 10099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div>						
<div>Função: 99 Reserva de Contingência</div> <div>Subfunção: 999 Reserva de Contingência</div> <div>Programa: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div> <div>Ação: 9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div> <div>Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários</div> <div>Despesa LOA: 164 9.9.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 652 Despesa PPA: 125</div>						
<div>Órgão: 11000 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</div>						
<div>Unidade: 11001 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</div>						
<div>Função: 17 Saneamento</div> <div>Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano</div> <div>Programa: 35 SANEAMENTO BASICO</div> <div>Ação: 2.95 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</div> <div>Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários</div> <div>Despesa LOA: 240 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 703 Despesa PPA: 186</div> <div>Despesa LOA: 241 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>Despesa LDO: 704 Despesa PPA: 187</div> <div>Despesa LOA: 242 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas</div> <div>Despesa LDO: 705 Despesa PPA: 188</div>						

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:51 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1450-3418-699	<b>Página</b> 17 / 18
--	--	--------------------------

### Relação das Despesas LOA

Período: Orçamento/2018

Despesa LOA:	243	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 706	Despesa PPA: 189
Ação:	2.96	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	244	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 707	Despesa PPA: 190
Ação:	2.97	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	245	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 708	Despesa PPA: 191
Despesa LOA:	246	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 709	Despesa PPA: 192
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	247	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 709	Despesa PPA: 192

**Órgão: 12000 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE**
**Unidade: 12001 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE**

Função:	27	Desporto e Lazer	
Subfunção:	812	Desporto Comunitário	
Programa:	31	DESPORTO AMADOR	
Ação:	2.81	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	234	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 697	Despesa PPA: 180
Despesa LOA:	235	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 698	Despesa PPA: 181
Despesa LOA:	236	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 699	Despesa PPA: 182
Despesa LOA:	237	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 700	Despesa PPA: 183
Ação:	2.84	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	238	3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
		Despesa LDO: 701	Despesa PPA: 184
Ação:	2.98	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	239	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 702	Despesa PPA: 185

**Órgão: 13000 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**
**Unidade: 13001 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**

Função:	13	Cultura	
Subfunção:	392	Difusão Cultural	
Programa:	19	ACERVO CULTURAL	
Ação:	1.14	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	248	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 710	Despesa PPA: 193
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	249	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 710	Despesa PPA: 193
Ação:	1.18	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	250	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 711	Despesa PPA: 194
Fonte de recurso:	134	Transferências de Convênios União - Outros	
Despesa LOA:	251	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 711	Despesa PPA: 194
Ação:	1.33	PROGRAMA PAM E PAI	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	334	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 788	Despesa PPA: 274
Ação:	2.44	MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO	
Fonte de recurso:	100	Recursos Ordinários	
Despesa LOA:	252	3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
		Despesa LDO: 712	Despesa PPA: 195
Despesa LOA:	253	3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		Despesa LDO: 713	Despesa PPA: 196



**Prefeitura Municipal de Caçador**Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

Emissão: 15/12/2017 10:51

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1450-3418-699

Página

18 / 18

**Relação das Despesas LOA**

Período: Orçamento/2018

Despesa LOA: 254 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Despesa LDO: 714 Despesa PPA: 197

Despesa LOA: 255 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 715 Despesa PPA: 198

Despesa LOA: 256 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 716 Despesa PPA: 199

**Órgão: 16000 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR****Unidade: 16001 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR**

Função: 15 Urbanismo

Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana

Programa: 34 PLANEJAMENTO URBANO

Ação: 2.47 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários

Despesa LOA: 262 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 722 Despesa PPA: 205

Despesa LOA: 339 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 793 Despesa PPA: 279

Ação: 2.82 MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários

Despesa LOA: 257 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 717 Despesa PPA: 200

Ação: 2.93 PLANO DE MOBILIDADE URBANA

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários

Despesa LOA: 340 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 794 Despesa PPA: 280

Ação: 2.106 MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinários

Despesa LOA: 258 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 718 Despesa PPA: 201

Despesa LOA: 259 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesa LDO: 719 Despesa PPA: 202

Despesa LOA: 260 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 720 Despesa PPA: 203

Despesa LOA: 261 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Despesa LDO: 721 Despesa PPA: 204


**SAULO SPEROTTO**

Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**

Contador

CRC-SC 028.242/O-2


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:52 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1378-2629-039	<b>Página</b> 1 / 5
Relação de Receitas LOA				
Código	Natureza	Denominação	Período: Orçamento/2018	Percentual
Fonte de Recursos - Id-Use				
<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>				
1	1.1.1.3.03.1.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
2	1.1.1.3.03.4.1.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
3	1.1.1.8.02.3.1.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
4	1.1.2.1.01.1.1.01.00	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços		
	100	Recursos Ordinários		100,00
5	1.1.2.2.01.1.1.01.00	Taxas de Expediente		
	100	Recursos Ordinários		100,00
6	1.1.3.8.04.1.1.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
7	1.2.4.0.00.1.1.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		
	108	Contribuição para a COSIP		100,00
8	1.3.1.0.01.1.1.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
9	1.3.1.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
10	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		
	100	Recursos Ordinários		58,79
	107	Contribuição para a CIDE		0,23
	108	Contribuição para a COSIP		0,44
	110	Convênio de Trânsito - Militar		0,70
	111	Convênio de Trânsito - Civil		1,81
	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura		0,90
	118	Transferências do FUNDEB - 60%		2,30
	119	Transferências do FUNDEB - 40%		13,63
	132	Transferências de Convênios - União/Educação		4,49
	134	Transferências de Convênios União - Outros		4,53
	136	Salário-Educação		9,04
	137	Outras Transferências do FNDE		1,23
	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.		0,60
	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União		0,16
	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,18
	189	Alienações de Bens - Outros		0,97
11	1.7.1.8.01.4.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
12	1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		
	100	Recursos Ordinários		40,12
	101	Recursos Próprios - Educação		59,88
13	1.7.1.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
14	1.7.1.8.01.7.1.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal		
	107	Contribuição para a CIDE		100,00
15	1.7.1.8.02.2.1.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal		
	140	Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013		100,00
16	1.7.1.8.02.4.1.00.00	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal		
	139	Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.		100,00
17	1.7.1.8.05.1.1.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal		
	136	Salário-Educação		100,00
18	1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal		
	137	Outras Transferências do FNDE		100,00
19	1.7.1.8.05.4.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal		
	137	Outras Transferências do FNDE		100,00
20	1.7.1.8.05.9.1.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal		
	137	Outras Transferências do FNDE		100,00
21	1.7.1.8.06.1.1.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
22	1.7.1.8.99.1.1.00.00	Outras Transferências da União - Principal		
	100	Recursos Ordinários		92,48


 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:52 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1378-2629-039	<b>Página</b> 2 / 5
Relação de Receitas LOA				
Código	Natureza	Denominação	Período: Orçamento/2018	Percentual
	Fonte de Recursos - Id-Use			
	142	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União		7,52
23	1.7.2.8.01.1.1.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal		
	100	Recursos Ordinários		38,67
	102	Recursos Próprios - Saúde		61,33
24	1.7.2.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal		
	100	Recursos Ordinários		45,88
	101	Recursos Próprios - Educação		54,12
25	1.7.2.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
26	1.7.5.8.01.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal		
	118	Transferências do FUNDEB - 60%		67,26
	119	Transferências do FUNDEB - 40%		32,74
27	1.7.1.8.10.2.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal		
	132	Transferências de Convênios - União/Educação		100,00
28	1.1.1.8.01.1.2.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
29	1.1.1.8.02.3.2.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
30	1.1.1.9.01.1.2.00.00	Outros Impostos - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
31	1.1.1.8.01.1.4.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
32	1.1.1.8.02.3.4.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
33	1.1.1.9.01.1.3.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa		
	100	Recursos Ordinários		100,00
34	1.1.1.8.01.1.3.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa		
	100	Recursos Ordinários		100,00
35	1.1.1.8.02.3.3.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		
	100	Recursos Ordinários		100,00
36	2.1.1.2.00.1.1.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal		
	183	Operações de Crédito Internas - Outros Programas		100,00
58	1.1.1.9.01.1.4.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros		
	100	Recursos Ordinários		100,00
59	1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
61	2.2.1.3.00.1.1.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		
	189	Alienações de Bens - Outros		100,00
63	1.7.2.8.10.2.1.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal		
	62	Transferências de Convênios - Estado/Educação		100,00
66	1.9.1.0.01.1.1.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal		
	110	Convênio de Trânsito - Militar		32,13
	111	Convênio de Trânsito - Civil		31,25
	112	Convênio de Trânsito - Prefeitura		36,62
71	1.7.2.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		
	164	Transferências de Convênios Estado - Outros		100,00
72	1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
73	1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
74	1.7.1.8.06.1.1.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
75	1.7.2.8.01.1.1.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
76	1.7.2.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
77	1.7.2.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		
	101	Recursos Próprios - Educação		100,00
78	1.1.1.8.01.1.1.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00

	<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:52 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1378-2629-039	<b>Página</b> 3 / 5
---	---	--	------------------------

### Relação de Receitas LOA

Código	Natureza	Denominação	Período: Orçamento/2018
	Fonte de Recursos - Id-Use		Percentual
79	1.1.1.8.01.4.1.00.00 100	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal Recursos Ordinários	100,00
80	1.9.9.0.99.1.1.00.00 100	Outras Receitas - Primárias - Principal Recursos Ordinários	100,00
109	1.1.2.1.01.1.1.02.00 100	Taxas de Apreensão e Depósito Recursos Ordinários	100,00
110	1.1.2.1.01.1.1.03.00 100	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros Recursos Ordinários	100,00
111	1.1.2.2.01.1.1.02.00 100	Taxas de Coleta de Lixo Recursos Ordinários	100,00
113	1.7.1.8.10.9.1.00.00 134	Outras Transferências de Convênios da União - Principal Transferências de Convênios União - Outros	100,00
<b>Fundação Municipal de Esporte</b>			
55	1.7.1.8.10.9.1.00.00 134	Outras Transferências de Convênios da União - Principal Transferências de Convênios União - Outros	100,00
81	1.9.9.0.99.1.1.00.00 100	Outras Receitas - Primárias - Principal Recursos Ordinários	100,00
<b>Fundação Municipal de Cultura e Turismo</b>			
57	1.7.1.8.10.9.1.00.00 134	Outras Transferências de Convênios da União - Principal Transferências de Convênios União - Outros	100,00
82	1.9.9.0.99.1.1.00.00 100	Outras Receitas - Primárias - Principal Recursos Ordinários	100,00
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>			
37	1.1.2.1.01.1.1.10.00 100	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária Recursos Ordinários	100,00
38	1.3.2.1.00.1.1.00.00 133 138	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Transferências de Convênios - União/Saúde Transferências do SUS - União	1,36 98,64
39	1.7.1.8.10.1.1.00.00 133	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal Transferências de Convênios - União/Saúde	100,00
62	2.2.1.3.00.1.1.00.00 188	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal Alienagções de Bens - Saúde	100,00
68	1.7.1.8.03.1.1.01.00 138	Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO Transferências do SUS - União	100,00
69	1.7.2.8.03.1.1.01.00 167	Ações da Farmácia Básica - Estado Transferências do SUS - Estado	100,00
83	1.9.9.0.99.1.1.00.00 102	Outras Receitas - Primárias - Principal Recursos Próprios - Saúde	100,00
87	1.7.1.8.03.1.1.02.00 138	Estratégia Saúde da Família - ESF Transferências do SUS - União	100,00
88	1.7.1.8.03.1.1.03.00 138	Agentes Comunitários de Saúde - ACS Transferências do SUS - União	100,00
89	1.7.1.8.03.1.1.04.00 138	Saúde Bucal - SB Transferências do SUS - União	100,00
90	1.7.1.8.03.1.1.06.00 138	MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Financeiro Transferências do SUS - União	100,00
91	1.7.1.8.03.1.1.05.00 138	Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ Transferências do SUS - União	100,00
92	1.7.1.8.03.1.1.07.00 138	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças Transferências do SUS - União	100,00
93	1.7.1.8.03.1.1.08.00 138	Ações da Farmácia Básica Transferências do SUS - União	100,00
94	1.7.1.8.03.1.1.09.00 138	Vigilância Sanitária Transferências do SUS - União	100,00
95	1.7.1.8.03.1.1.99.00 138	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo Transferências do SUS - União	100,00
96	1.7.2.8.03.1.1.02.00 167	Média e Alta Complexidade - MAC Transferências do SUS - Estado	100,00
97	1.7.2.8.03.1.1.03.00 167	Co-Financiamento da Atenção Básica Transferências do SUS - Estado	100,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>			<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:52 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1378-2629-039	<b>Página</b> 4 / 5
Relação de Receitas LOA				
Código	Natureza	Denominação	Período: Orçamento/2018	Percentual
	Fonte de Recursos - Id-Use			
98	1.7.2.8.03.1.1.99.00	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo		
	167	Transferências do SUS - Estado		100,00
<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
40	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		
	134	Transferências de Convênios União - Outros		56,07
	135	Transferências SUAS/União		41,06
	165	Transferências do SUAS - Estado		2,87
41	1.7.1.8.04.1.1.01.00	BPC na Escola		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
42	1.7.2.8.01.9.1.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal		
	165	Transferências do SUAS - Estado		100,00
43	1.7.2.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		
	161	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		100,00
65	1.7.1.8.10.3.1.00.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal		
	131	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		100,00
67	2.2.1.3.00.1.1.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		
	189	Alienções de Bens - Outros		100,00
99	1.7.1.8.04.1.1.02.00	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
100	1.7.1.8.04.1.1.03.00	Piso Básico Fixo		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
101	1.7.1.8.04.1.1.05.00	Gestão Descentralizada do SUAS		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
102	1.7.1.8.04.1.1.06.00	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
103	1.7.1.8.04.1.1.07.00	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
104	1.7.1.8.04.1.1.08.00	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
105	1.7.1.8.04.1.1.09.00	Piso de Transição de Média Complexidade		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
106	1.7.1.8.04.1.1.10.00	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
107	1.7.1.8.04.1.1.04.00	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
108	1.7.1.8.04.1.1.99.00	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo		
	135	Transferências SUAS/União		100,00
<b>Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>				
46	1.7.7.0.00.1.1.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
64	1.1.1.3.02.1.1.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal		
	109	FIA Imposto de Renda		100,00
84	1.9.9.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
<b>Fundo Municipal de Habitação</b>				
44	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		
	134	Transferências de Convênios União - Outros		100,00
45	2.4.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		
	134	Transferências de Convênios União - Outros		100,00
<b>Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b>				
56	2.4.1.8.10.6.1.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal		
	134	Transferências de Convênios União - Outros		100,00
<b>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>				
70	1.9.9.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal		
	100	Recursos Ordinários		100,00
<b>Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador</b>				
47	1.2.1.0.06.3.1.00.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Civis - Principal		
	20	Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06		100,00
48	1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		
	20	Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06		100,00

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:52 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1378-2629-039  <a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>	<b>Página</b> 5 / 5
---	--	------------------------

## Relação de Receitas LOA

Código		Natureza	Denominação	Período: Orçamento/2018	Percentual
		Fonte de Recursos - Id-Use			
49	1.9.2.2.99.1.1.00.00	20	Outras Restituições - Principal		100,00
			Recursos do Fampac - 02.06 - 0.2.06		
85	1.9.9.0.99.1.1.00.00	20	Outras Receitas - Primárias - Principal		100,00
			Recursos do Fampac - 02.06 - 0.2.06		
<b>IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</b>					
50	1.2.1.0.04.1.1.00.00	200	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal		2,00
			Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		
		203	Contribuição Fundo Previdenciário		98,00
51	1.2.1.0.04.2.1.00.00	200	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal		32,76
			Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		
		203	Contribuição Fundo Previdenciário		67,24
52	1.2.1.0.04.3.1.00.00	203	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal		100,00
			Contribuição Fundo Previdenciário		
53	1.3.2.1.00.1.1.00.00	200	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		3,00
			Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		
		203	Contribuição Fundo Previdenciário		97,00
54	7.0.0.0.00.0.0.00.00	200	Receitas Correntes Intraorçamentárias		1,90
			Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		
		203	Contribuição Fundo Previdenciário		98,10
60	1.9.9.0.03.1.1.00.00	203	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal		100,00
			Contribuição Fundo Previdenciário		
86	1.9.9.0.99.1.1.00.00	200	Outras Receitas - Primárias - Principal		100,00
			Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa		

**SAULO SPEROTTO**

Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**

 Contador  
 CRC-SC 028.242/O-2



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101

Página  
1 / 9

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Usó	Tipo Redutora Percentual	Previsto
<b>Prefeitura Municipal de Caçador</b>				
1		Receitas Correntes		158.223.063,00
1.1		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.374.526,00
1.1.1		Impostos		23.772.336,00
1.1.1.3		Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		5.251.703,00
1.1.1.3.03		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte		5.251.703,00
1.1.1.3.03.1		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho		4.477.358,00
1	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal		4.477.358,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.1.3.03.4		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos		774.345,00
2	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - P		774.345,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.1.8		Impostos Específicos de Estados/DF Municípios		17.949.579,00
1.1.1.8.01		Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios		9.783.269,00
1.1.1.8.01.1		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana		7.386.874,00
78	1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal		6.255.662,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
28	1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e		147.850,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
34	1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida At		698.287,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
31	1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida At		285.075,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		2.396.395,00
79	1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		2.396.395,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.1.8.02		Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços		8.166.310,00
1.1.1.8.02.3		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		8.166.310,00
3	1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		7.894.116,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
29	1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		63.756,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
35	1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		161.921,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
32	1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multa		46.517,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.1.9		Outros Impostos		571.054,00
1.1.1.9.01		Outros Impostos		571.054,00
1.1.1.9.01.1		Outros Impostos		571.054,00
30	1.1.1.9.01.1.2	Outros Impostos - Multas e Juros		53.656,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
33	1.1.1.9.01.1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa		392.846,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
58	1.1.1.9.01.1.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros		124.552,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.2		Taxas		5.107.098,00
1.1.2.1		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		1.731.433,00
1.1.2.1.01		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		1.731.433,00
1.1.2.1.01.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		1.731.433,00
1.1.2.1.01.1.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal		1.731.433,00
4	1.1.2.1.01.1.1.01	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Pres		1.331.000,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
109	1.1.2.1.01.1.1.02	Taxas de Apreensão e Depósito		40.000,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
110	1.1.2.1.01.1.1.03	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros		360.433,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
1.1.2.2		Taxas pela Prestação de Serviços		3.375.665,00
1.1.2.2.01		Taxas pela Prestação de Serviços		3.375.665,00
1.1.2.2.01.1		Taxas pela Prestação de Serviços		3.375.665,00
1.1.2.2.01.1.1		Taxas pela Prestação de Serviços - Principal		3.375.665,00



 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a> <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação Digital</b> 2319-1662-101	<b>Página</b> 2 / 9
---	--	--	-----------------------------------	---	------------------------

**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Use	Tipo Redutora Percentual	Previsto
5	1.1.2.2.01.1.1.01	Taxas de Expediente		175.665,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
111	1.1.2.2.01.1.1.02	Taxas de Coleta de Lixo		3.200.000,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.1.3	Contribuição de Melhoria		495.092,00
	1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios		495.092,00
	1.1.3.8.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementa		495.092,00
	1.1.3.8.04.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementa		495.092,00
6	1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementa		495.092,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.2	Contribuições		2.436.472,00
	1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.436.472,00
	1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.436.472,00
7	1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Prin		2.436.472,00
		108 Contribuição para a COSIP	100.00	
	1.3	Receita Patrimonial		619.255,00
	1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		33.272,00
	1.3.1.0.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação		20.797,00
	1.3.1.0.01.1	Aluguéis e Arrendamentos		20.797,00
8	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		20.797,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.3.1.0.99	Outras Receitas Imobiliárias		12.475,00
	1.3.1.0.99.1	Outras Receitas Imobiliárias		12.475,00
9	1.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal		12.475,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.3.2	Valores Mobiliários		585.983,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias		585.983,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários		585.983,00
10	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		585.983,00
		100 Recursos Ordinários	58.79	
		107 Contribuição para a CIDE	0.23	
		108 Contribuição para a COSIP	0.44	
		110 Convênio de Trânsito - Militar	0.70	
		111 Convênio de Trânsito - Civil	1.81	
		112 Convênio de Trânsito - Prefeitura	0.90	
		118 Transferências do FUNDEB - 60%	2.30	
		119 Transferências do FUNDEB - 40%	13.63	
		132 Transferências de Convênios - União/Educação	4.49	
		134 Transferências de Convênios União - Outros	4.53	
		136 Salário-Educação	9.04	
		137 Outras Transferências do FNDE	1.23	
		139 Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Natur	0.60	
		142 Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0.16	
		183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0.18	
		189 Alienações de Bens - Outros	0.97	
	1.7	Transferências Correntes		121.166.001,00
	1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades		41.249.953,00
	1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		41.249.953,00
	1.7.1.8.01	Participação na Receita da União		35.014.808,00
	1.7.1.8.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal		32.945.378,00
12	1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal -		38.958.666,00
		100 Recursos Ordinários	40.12	
		101 Recursos Próprios - Educação	59.88	
72	1.7.1.8.01.2.1	(-) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mens FUNDEB		-6.013.288,00
		101 Recursos Próprios - Educação	100.00	
	1.7.1.8.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr		1.346.745,00
13	1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr		1.346.745,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.7.1.8.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr		452.451,00

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Usuário: Contador - Sérgio

 Chave de Autenticação Digital  
 2319-1662-101

 Página  
 3 / 9
**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Use	Tipo Redutora Percentual	Previsto
11	1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr		452.451,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.7.1.8.01.5	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural		206.491,00
59	1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Princi		258.114,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
73	1.7.1.8.01.5.1	(-) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Pr FUNDEB		-51.623,00
		101 Recursos Próprios - Educação	100.00	
	1.7.1.8.01.7	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		63.743,00
14	1.7.1.8.01.7.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico -		63.743,00
		107 Contribuição para a CIDE	100.00	
	1.7.1.8.02	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recu		467.420,00
	1.7.1.8.02.2	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFE		18.713,00
15	1.7.1.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFE		18.713,00
		140 Royalties de Petróleo - Educação - Lei nº 12.858/2013	100.00	
	1.7.1.8.02.4	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei		448.707,00
16	1.7.1.8.02.4.1	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei		448.707,00
		139 Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Natur	100.00	
	1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento		4.884.298,00
	1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação		3.377.651,00
17	1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal		3.377.651,00
		136 Salário-Educação	100.00	
	1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d		985.166,00
18	1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d		985.166,00
		137 Outras Transferências do FNDE	100.00	
	1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d		144.929,00
19	1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d		144.929,00
		137 Outras Transferências do FNDE	100.00	
	1.7.1.8.05.9	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimen		376.552,00
20	1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimen		376.552,00
		137 Outras Transferências do FNDE	100.00	
	1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		163.096,00
	1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		163.096,00
21	1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 -		203.870,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
74	1.7.1.8.06.1.1	(-) Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/9 FUNDEB		-40.774,00
		101 Recursos Próprios - Educação	100.00	
	1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		431.329,00
	1.7.1.8.10.2	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de		422.379,00
27	1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de		422.379,00
		132 Transferências de Convênios - União/Educação	100.00	
	1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União		8.950,00
113	1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		8.950,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	100.00	
	1.7.1.8.99	Outras Transferências da União		289.002,00
	1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União		289.002,00
22	1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal		289.002,00
		100 Recursos Ordinários	92.48	
		142 Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	7.52	
	1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade		48.494.093,00
	1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Município		48.494.093,00
	1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados		48.242.492,00
	1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS		38.448.547,00
23	1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal		46.594.312,00
		100 Recursos Ordinários	38.67	
		102 Recursos Próprios - Saúde	61.33	
75	1.7.2.8.01.1.1	(-) Cota-Parte do ICMS - Principal	FUNDEB	-8.145.765,00
		101 Recursos Próprios - Educação	100.00	
	1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA		9.258.460,00
24	1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal		11.111.822,00
		100 Recursos Ordinários	45.88	



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101

Página  
4 / 9

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Use	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		101 Recursos Próprios - Educação		54.12	
76	1.7.2.8.01.2.1	(-) Cota-Parte do IPVA - Principal	FUNDEB		-1.853.362,00
		101 Recursos Próprios - Educação		100.00	
	1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPI - Municípios			535.485,00
25	1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal			669.356,00
		100 Recursos Ordinários		100.00	
77	1.7.2.8.01.3.1	(-) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	FUNDEB		-133.871,00
		101 Recursos Próprios - Educação		100.00	
	1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de			251.601,00
	1.7.2.8.10.2	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas d			249.501,00
63	1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas d			249.501,00
		62 Transferências de Convênios - Estado/Educação		100.00	
	1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados			2.100,00
71	1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal			2.100,00
		164 Transferências de Convênios Estado - Outros		100.00	
	1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas			31.421.955,00
	1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Esta			31.421.955,00
	1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			31.421.955,00
	1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			31.421.955,00
26	1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			31.421.955,00
		118 Transferências do FUNDEB - 60%		67.26	
		119 Transferências do FUNDEB - 40%		32.74	
	1.9	Outras Receitas Correntes			4.626.809,00
	1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			734.774,00
	1.9.1.0.01	Multas Previstas em Legislação Específica			734.774,00
	1.9.1.0.01.1	Multas Previstas em Legislação Específica			734.774,00
66	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal			734.774,00
		110 Convênio de Trânsito - Militar		32.13	
		111 Convênio de Trânsito - Civil		31.25	
		112 Convênio de Trânsito - Prefeitura		36.62	
	1.9.9	Demais Receitas Correntes			3.892.035,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas			3.892.035,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias			3.892.035,00
80	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal			3.892.035,00
		100 Recursos Ordinários		100.00	
2		Receitas de Capital			3.690,00
2.1		Operações de Crédito			1.260,00
2.1.1		Operações de Crédito - Mercado Interno			1.260,00
2.1.1.1.2		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno			1.260,00
2.1.1.2.00.1		Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno			1.260,00
36	2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal			1.260,00
		183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas		100.00	
2.2		Alienação de Bens			2.430,00
2.2.1		Alienação de Bens Móveis			2.430,00
2.2.1.3		Alienação de Bens Móveis e Semoventes			2.430,00
2.2.1.3.00.1		Alienação de Bens Móveis e Semoventes			2.430,00
61	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal			2.430,00
		189 Alienações de Bens - Outros		100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>					<b>158.226.753,00</b>
<b>Fundação Municipal de Esporte</b>					
1		Receitas Correntes			11.550,00
1.7		Transferências Correntes			1.050,00
1.7.1		Transferências da União e de suas Entidades			1.050,00
1.7.1.8		Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			1.050,00
1.7.1.8.10		Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			1.050,00
1.7.1.8.10.9		Outras Transferências de Convênios da União			1.050,00
55	1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal			1.050,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros		100.00	
1.9		Outras Receitas Correntes			10.500,00
1.9.9		Demais Receitas Correntes			10.500,00



# Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador / SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)


Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101Página  
5 / 9

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Use	Tipo Redutora Percentual	Previsto
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		10.500,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		10.500,00
81	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		10.500,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>11.550,00</b>
<b>Fundação Municipal de Cultura e Turismo</b>				
	1	Receitas Correntes		11.550,00
	1.7	Transferências Correntes		1.050,00
	1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00
	1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00
	1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		1.050,00
	1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União		1.050,00
57	1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	100.00	
	1.9	Outras Receitas Correntes		10.500,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes		10.500,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		10.500,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		10.500,00
82	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		10.500,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>11.550,00</b>
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>				
	1	Receitas Correntes		11.375.885,00
	1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		431.865,00
	1.1.2	Taxas		431.865,00
	1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		431.865,00
	1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		431.865,00
	1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização		431.865,00
	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal		431.865,00
37	1.1.2.1.01.1.1.10	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária		431.865,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.3	Receita Patrimonial		173.237,00
	1.3.2	Valores Mobiliários		173.237,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias		173.237,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários		173.237,00
38	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		173.237,00
		133 Transferências de Convênios - União/Saúde	1.36	
		138 Transferências do SUS - União	98.64	
	1.7	Transferências Correntes		10.528.769,00
	1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades		9.531.246,00
	1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		9.531.246,00
	1.7.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Rep		9.512.602,00
	1.7.1.8.03.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Rep		9.512.602,00
	1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Rep		9.512.602,00
68	1.7.1.8.03.1.1.01	Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO		1.962.488,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
87	1.7.1.8.03.1.1.02	Estratégia Saúde da Família - ESF		906.991,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
88	1.7.1.8.03.1.1.03	Agentes Comunitários de Saúde - ACS		1.362.284,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
89	1.7.1.8.03.1.1.04	Saúde Bucal - SB		227.451,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
91	1.7.1.8.03.1.1.05	Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ		611.890,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
90	1.7.1.8.03.1.1.06	MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Financeiro		3.234.336,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
92	1.7.1.8.03.1.1.07	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças		585.732,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	
93	1.7.1.8.03.1.1.08	Ações da Farmácia Básica		445.659,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00	

 <b>Prefeitura Municipal de Caçador</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio		<b>Chave de Autenticação Digital</b> 2319-1662-101	<b>Página</b> 6 / 9
--	--	--	-----------------------------------	--	---	------------------------

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018			
Receita	Natureza	Denominação	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use	
			Percentual
94	1.7.1.8.03.1.1.09	Vigilância Sanitária	48.640,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00
95	1.7.1.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	127.131,00
		138 Transferências do SUS - União	100.00
	1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	18.644,00
	1.7.1.8.10.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saú	18.644,00
39	1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saú	18.644,00
		133 Transferências de Convênios – União/Saúde	100.00
	1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade	997.523,00
	1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Município	997.523,00
	1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R	997.523,00
	1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R	997.523,00
	1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R	997.523,00
69	1.7.2.8.03.1.1.01	Ações da Farmácia Básica - Estado	779.254,00
		167 Transferências do SUS - Estado	100.00
96	1.7.2.8.03.1.1.02	Média e Alta Complexidade - MAC	68.329,00
		167 Transferências do SUS - Estado	100.00
97	1.7.2.8.03.1.1.03	Co-Financiamento da Atenção Basica	140.000,00
		167 Transferências do SUS - Estado	100.00
98	1.7.2.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	9.940,00
		167 Transferências do SUS - Estado	100.00
	1.9	Outras Receitas Correntes	242.014,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes	242.014,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas	242.014,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias	242.014,00
83	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	242.014,00
		102 Recursos Próprios - Saúde	100.00
	2	Receitas de Capital	24.577,00
	2.2	Alienação de Bens	24.577,00
	2.2.1	Alienação de Bens Móveis	24.577,00
	2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	24.577,00
	2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	24.577,00
62	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	24.577,00
		188 Alienações de Bens - Saúde	100.00
Total da Unidade Gestora			11.400.462,00
Fundo Municipal de Assistência Social			
	1	Receitas Correntes	1.438.116,00
	1.3	Receita Patrimonial	24.943,00
	1.3.2	Valores Mobiliários	24.943,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	24.943,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários	24.943,00
40	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.943,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	56.07
		135 Transferências SUAS/União	41.06
		165 Transferências do SUAS - Estado	2.87
	1.7	Transferências Correntes	1.413.173,00
	1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	1.283.351,00
	1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.283.351,00
	1.7.1.8.04	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	1.282.091,00
	1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	1.282.091,00
	1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	1.282.091,00
41	1.7.1.8.04.1.1.01	BPC na Escola	2.040,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00
99	1.7.1.8.04.1.1.02	Serviços de Convivência e Fortaleascimento de Vínculos	173.848,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00
100	1.7.1.8.04.1.1.03	Piso Básico Fixo	288.000,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00
107	1.7.1.8.04.1.1.04	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes	120.000,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101

Página  
7 / 9

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Use	Tipo Redutora Percentual	Previsto
101	1.7.1.8.04.1.1.05	Gestão Descentralizada do SUAS		21.109,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
102	1.7.1.8.04.1.1.06	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF		106.141,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
103	1.7.1.8.04.1.1.07	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI		96.000,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
104	1.7.1.8.04.1.1.08	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE		48.000,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
105	1.7.1.8.04.1.1.09	Piso de Transição de Média Complexidade		20.463,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
106	1.7.1.8.04.1.1.10	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias		78.000,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
108	1.7.1.8.04.1.1.99	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo		328.490,00
		135 Transferências SUAS/União	100.00	
	1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		1.260,00
	1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de		1.260,00
65	1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de		1.260,00
		131 Transferências de Convênios - União/Assistência Social	100.00	
	1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade		129.822,00
	1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Município		129.822,00
	1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados		123.000,00
	1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados		123.000,00
42	1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal		123.000,00
		165 Transferências do SUAS - Estado	100.00	
	1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de		6.822,00
	1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados		6.822,00
43	1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal		6.822,00
		161 Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	100.00	
	2	Receitas de Capital		10.500,00
	2.2	Alienação de Bens		10.500,00
	2.2.1	Alienação de Bens Móveis		10.500,00
	2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes		10.500,00
	2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes		10.500,00
67	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		10.500,00
		189 Alienações de Bens - Outros	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>1.448.616,00</b>
<b>Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>				
	1	Receitas Correntes		33.474,00
	1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.474,00
	1.1.1	Impostos		12.474,00
	1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		12.474,00
	1.1.1.3.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incen		12.474,00
	1.1.1.3.02.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incen		12.474,00
64	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incen		12.474,00
		109 FIA Imposto de Renda	100.00	
	1.7	Transferências Correntes		10.500,00
	1.7.7	Transferências de Pessoas Físicas		10.500,00
	1.7.7.0.00.1	Transferências de Pessoas Físicas		10.500,00
46	1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal		10.500,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
	1.9	Outras Receitas Correntes		10.500,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes		10.500,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		10.500,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		10.500,00
84	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		10.500,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>33.474,00</b>
<b>Fundo Municipal de Habitação</b>				
	1	Receitas Correntes		1.050,00
	1.3	Receita Patrimonial		1.050,00



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101

Página  
8 / 9

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação Fonte de Recursos - Id-Us	Tipo Redutora Percentual	Previsto
	1.3.2	Valores Mobiliários		1.050,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias		1.050,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários		1.050,00
44	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.050,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	100.00	
	2	Receitas de Capital		1.050,00
	2.4	Transferências de Capital		1.050,00
	2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00
	2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00
	2.4.1.8.10	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00
	2.4.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União		1.050,00
45	2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.050,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>2.100,00</b>
<b>Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b>				
	2	Receitas de Capital		1.050,00
	2.4	Transferências de Capital		1.050,00
	2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades		1.050,00
	2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.050,00
	2.4.1.8.10	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades		1.050,00
	2.4.1.8.10.6	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de		1.050,00
56	2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de		1.050,00
		134 Transferências de Convênios União - Outros	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>1.050,00</b>
<b>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>				
	1	Receitas Correntes		1.050,00
	1.9	Outras Receitas Correntes		1.050,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes		1.050,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		1.050,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		1.050,00
70	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		1.050,00
		100 Recursos Ordinários	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>1.050,00</b>
<b>Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador</b>				
	1	Receitas Correntes		1.961.297,00
	1.2	Contribuições		1.398.117,00
	1.2.1	Contribuições Sociais		1.398.117,00
	1.2.1.0.06	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica		1.398.117,00
	1.2.1.0.06.3	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Civi		1.398.117,00
47	1.2.1.0.06.3.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Civ		1.398.117,00
		20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	100.00	
	1.3	Receita Patrimonial		531.992,00
	1.3.2	Valores Mobiliários		531.992,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias		531.992,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários		531.992,00
48	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		531.992,00
		20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	100.00	
	1.9	Outras Receitas Correntes		31.188,00
	1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		6.238,00
	1.9.2.2	Restituições		6.238,00
	1.9.2.2.99	Outras Restituições		6.238,00
	1.9.2.2.99.1	Outras Restituições		6.238,00
49	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal		6.238,00
		20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	100.00	
	1.9.9	Demais Receitas Correntes		24.950,00
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		24.950,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		24.950,00
85	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		24.950,00
		20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	100.00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>1.961.297,00</b>





# Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 [tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
2319-1662-101

Página  
9 / 9

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA POR UNIDADE GESTORA

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use	Percentual	
<b>IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</b>				
	1	Receitas Correntes		16.187.210,00
	1.2	Contribuições		5.218.910,00
	1.2.1	Contribuições Sociais		5.218.910,00
	1.2.1.0.04	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS		5.218.910,00
	1.2.1.0.04.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS		3.150,00
50	1.2.1.0.04.1.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal		3.150,00
		200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	2.00	
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	98.00	
	1.2.1.0.04.2	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS		5.117.060,00
51	1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal		5.117.060,00
		200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	32.76	
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	67.24	
	1.2.1.0.04.3	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS		98.700,00
52	1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal		98.700,00
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	100.00	
	1.3	Receita Patrimonial		10.458.000,00
	1.3.2	Valores Mobiliários		10.458.000,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias		10.458.000,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários		10.458.000,00
53	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		10.458.000,00
		200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	3.00	
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	97.00	
	1.9	Outras Receitas Correntes		510.300,00
	1.9.9	Demais Receitas Correntes		510.300,00
	1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Pró		472.500,00
	1.9.9.0.03.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Pró		472.500,00
60	1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Pró		472.500,00
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	100.00	
	1.9.9.0.99	Outras Receitas		37.800,00
	1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias		37.800,00
86	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal		37.800,00
		200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	100.00	
54	7	Receitas Correntes Intraorçamentárias		13.614.100,00
		200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	1.90	
		203 Contribuição Fundo Previdenciário	98.10	
			<b>Total da Unidade Gestora</b>	<b>29.801.310,00</b>
			<b>Total Geral</b>	<b>202.899.212,00</b>

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2



## Município de Caçador/SC

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:58

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital

1357-6707-783

Página

1 / 6

### PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Natureza	Denominação	Previsto
Fonte de Recursos - Id-Use		
<b>Município de Caçador/SC</b>		
1	Receitas Correntes	189.244.245,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.818.865,00
1.1.1	Impostos	23.784.810,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.264.177,00
1.1.1.3.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00
1.1.1.3.02.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00
1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00
109	FIA Imposto de Renda	
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.251.703,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.477.358,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	4.477.358,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	774.345,00
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	774.345,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	17.949.579,00
1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	9.783.269,00
1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	7.386.874,00
1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	6.255.662,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	147.850,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	698.287,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	285.075,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.396.395,00
1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	2.396.395,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	8.166.310,00
1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.166.310,00
1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	7.894.116,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	63.756,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	161.921,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	46.517,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.9	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01.1	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01.1.2	Outros Impostos - Multas e Juros	53.656,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.9.01.1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa	392.846,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.1.9.01.1.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	124.552,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.2	Taxas	5.538.963,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.163.298,00
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1.1.01	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Industrias e Prestadoras de Serviços	1.331.000,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxas de Apreensão e Depósito	40.000,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros	360.433,00
100	Recursos Ordinários	



# Município de Caçador/SC

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:58  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
 1357-6707-783

Página  
 2 / 6

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Natureza	Denominação	Previsto
	<b>Fonte de Recursos - Id-Us</b>	
1.1.2.1.01.1.1.10	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária	431.865,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1.1.01	Taxas de Expediente	175.665,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.2.2.01.1.1.02	Taxas de Coleta de Lixo	3.200.000,00
100	Recursos Ordinários	
1.1.3	Contribuição de Melhoria	495.092,00
1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	495.092,00
1.1.3.8.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00
1.1.3.8.04.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	495.092,00
100	Recursos Ordinários	
1.2	Contribuições	9.053.499,00
1.2.1	Contribuições Sociais	6.617.027,00
1.2.1.0.04	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	5.218.910,00
1.2.1.0.04.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	3.150,00
1.2.1.0.04.1.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	3.150,00
200	Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	
203	Contribuição Fundo Previdenciário	
1.2.1.0.04.2	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS	5.117.060,00
1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	5.117.060,00
200	Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	
203	Contribuição Fundo Previdenciário	
1.2.1.0.04.3	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS	98.700,00
1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	98.700,00
203	Contribuição Fundo Previdenciário	
1.2.1.0.06	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	1.398.117,00
1.2.1.0.06.3	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis	1.398.117,00
1.2.1.0.06.3.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal	1.398.117,00
20	Recursos do Famp - 02.06 - 0.2.06	
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00
1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00
1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	2.436.472,00
108	Contribuição para a COSIP	
1.3	Receita Patrimonial	11.808.477,00
1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.272,00
1.3.1.0.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	20.797,00
1.3.1.0.01.1	Aluguéis e Arrendamentos	20.797,00
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.797,00
100	Recursos Ordinários	
1.3.1.0.99	Outras Receitas Imobiliárias	12.475,00
1.3.1.0.99.1	Outras Receitas Imobiliárias	12.475,00
1.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	12.475,00
100	Recursos Ordinários	
1.3.2	Valores Mobiliários	11.775.205,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	11.775.205,00
1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários	11.775.205,00
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.775.205,00
100	Recursos Ordinários	
107	Contribuição para a CIDE	
108	Contribuição para a COSIP	
110	Convênio de Trânsito - Militar	
111	Convênio de Trânsito - Civil	
112	Convênio de Trânsito - Prefeitura	
118	Transferências do FUNDEB - 60%	
119	Transferências do FUNDEB - 40%	



# Município de Caçador/SC

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 [tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:58  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
 1357-6707-783

Página  
 3 / 6

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Natureza	Denominação	Previsto
	Fonte de Recursos - Id-Us	
	132 Transferências de Convênios – União/Educação	
	134 Transferências de Convênios União - Outros	
	136 Salário-Educação	
	137 Outras Transferências do FNDE	
	139 Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.	
	142 Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	
	183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	
	189 Alienações de Bens - Outros	
	133 Transferências de Convênios – União/Saúde	
	138 Transferências do SUS - União	
	135 Transferências SUAS/União	
	165 Transferências do SUAS - Estado	
	20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	
	200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	
	203 Contribuição Fundo Previdenciário	
1.7	Transferências Correntes	133.120.543,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	52.066.650,00
1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	52.066.650,00
1.7.1.8.01	Participação na Receita da União	35.014.808,00
1.7.1.8.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	32.945.378,00
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	32.945.378,00
	100 Recursos Ordinários	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.1.8.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.346.745,00
1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	1.346.745,00
	100 Recursos Ordinários	
1.7.1.8.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	452.451,00
1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	452.451,00
	100 Recursos Ordinários	
1.7.1.8.01.5	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	206.491,00
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	206.491,00
	100 Recursos Ordinários	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.1.8.01.7	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	63.743,00
1.7.1.8.01.7.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	63.743,00
	107 Contribuição para a CIDE	
1.7.1.8.02	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	467.420,00
1.7.1.8.02.2	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	18.713,00
1.7.1.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	18.713,00
	140 Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	
1.7.1.8.02.4	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	448.707,00
1.7.1.8.02.4.1	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	448.707,00
	139 Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.	
1.7.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1.1.01	Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO	1.962.488,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.02	Estratégia Saúde da Família - ESF	906.991,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.03	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.362.284,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.04	Saúde Bucal - SB	227.451,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.05	Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ	611.890,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.06	MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Finaceiro	3.234.336,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.07	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças	585.732,00
	138 Transferências do SUS - União	

**Município de Caçador/SC**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:58

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital

1357-6707-783

Página

4 / 6

**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

<b>Natureza</b>	<b>Denominação</b>	<b>Previsto</b>
	<b>Fonte de Recursos - Id-Us</b>	
1.7.1.8.03.1.1.08	Ações da Farmácia Básica	445.659,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.09	Vigilância Sanitária	48.640,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	127.131,00
	138 Transferências do SUS - União	
1.7.1.8.04	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1.1.01	BPC na Escola	2.040,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.02	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	173.848,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.03	Piso Básico Fixo	288.000,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.04	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes	120.000,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.05	Gestão Descentralizada do SUAS	21.109,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.06	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	106.141,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.07	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	96.000,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.08	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	48.000,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.09	Piso de Transição de Média Complexidade	20.463,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.10	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias	78.000,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.04.1.1.99	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo	328.490,00
	135 Transferências SUAS/União	
1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	4.884.298,00
1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação	3.377.651,00
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	3.377.651,00
	136 Salário-Educação	
1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	985.166,00
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Princip	985.166,00
	137 Outras Transferências do FNDE	
1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PN	144.929,00
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PN	144.929,00
	137 Outras Transferências do FNDE	
1.7.1.8.05.9	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	376.552,00
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	376.552,00
	137 Outras Transferências do FNDE	
1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00
1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	163.096,00
	100 Recursos Ordinários	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	453.333,00
1.7.1.8.10.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	18.644,00
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	18.644,00
	133 Transferências de Convênios – União/Saúde	
1.7.1.8.10.2	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	422.379,00
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	422.379,00
	132 Transferências de Convênios – União/Educação	
1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.260,00
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	1.260,00
	131 Transferências de Convênios – União/Assistência Social	
1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União	11.050,00

**Município de Caçador/SC**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 10:58  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
 1357-6707-783

Página  
 5 / 6

**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Natureza	Denominação	Previsto
	<b>Fonte de Recursos - Id-Us</b>	
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	11.050,00
	134 Transferências de Convênios União - Outros	
1.7.1.8.99	Outras Transferências da União	289.002,00
1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União	289.002,00
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal	289.002,00
	100 Recursos Ordinários	
	142 Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	49.621.438,00
1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	49.621.438,00
1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados	48.365.492,00
1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS	38.448.547,00
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	38.448.547,00
	100 Recursos Ordinários	
	102 Recursos Próprios - Saúde	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA	9.258.460,00
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	9.258.460,00
	100 Recursos Ordinários	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPI - Municípios	535.485,00
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	535.485,00
	100 Recursos Ordinários	
	101 Recursos Próprios - Educação	
1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados	123.000,00
1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00
	165 Transferências do SUAS - Estado	
1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	997.523,00
1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	997.523,00
1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal	997.523,00
1.7.2.8.03.1.1.01	Ações da Farmácia Básica - Estado	779.254,00
	167 Transferências do SUS - Estado	
1.7.2.8.03.1.1.02	Média e Alta Complexidade - MAC	68.329,00
	167 Transferências do SUS - Estado	
1.7.2.8.03.1.1.03	Co-Financiamento da Atenção Básica	140.000,00
	167 Transferências do SUS - Estado	
1.7.2.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	9.940,00
	167 Transferências do SUS - Estado	
1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	258.423,00
1.7.2.8.10.2	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	249.501,00
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00
	62 Transferências de Convênios - Estado/Educação	
1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados	8.922,00
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	8.922,00
	161 Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
	164 Transferências de Convênios Estado - Outros	
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	31.421.955,00
1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	31.421.955,00
1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriz	31.421.955,00
1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriz	31.421.955,00
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriz	31.421.955,00
	118 Transferências do FUNDEB - 60%	
	119 Transferências do FUNDEB - 40%	
1.7.7	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00
1.7.7.0.00.1	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00
	100 Recursos Ordinários	
1.9	Outras Receitas Correntes	5.442.861,00
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	734.774,00
1.9.1.0.01	Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00
1.9.1.0.01.1	Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00

**Município de Caçador/SC**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 10:58  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
 1357-6707-783

Página  
 6 / 6

**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA RECEITA CONSOLIDADO**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Natureza	Denominação	Previsto
	<b>Fonte de Recursos - Id-Use</b>	
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00
	110 Convênio de Trânsito - Militar	
	111 Convênio de Trânsito - Civil	
	112 Convênio de Trânsito - Prefeitura	
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.238,00
1.9.2.2	Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99	Outras Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99.1	Outras Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.238,00
	20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	
1.9.9	Demais Receitas Correntes	4.701.849,00
1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00
1.9.9.0.03.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00
1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Pri	472.500,00
	203 Contribuição Fundo Previdenciário	
1.9.9.0.99	Outras Receitas	4.229.349,00
1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias	4.229.349,00
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	4.229.349,00
	100 Recursos Ordinários	
	102 Recursos Próprios - Saúde	
	20 Recursos do Fampec - 02.06 - 0.2.06	
	200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	
2	Receitas de Capital	40.867,00
2.1	Operações de Crédito	1.260,00
2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2.00.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	1.260,00
	183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	
2.2	Alienação de Bens	37.507,00
2.2.1	Alienação de Bens Móveis	37.507,00
2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	37.507,00
2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	37.507,00
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	37.507,00
	189 Aliações de Bens - Outros	
	188 Aliações de Bens - Saúde	
2.4	Transferências de Capital	2.100,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	2.100,00
2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.100,00
2.4.1.8.10	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.100,00
2.4.1.8.10.6	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	1.050,00
2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	1.050,00
	134 Transferências de Convênios União - Outros	
2.4.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União	1.050,00
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	1.050,00
	134 Transferências de Convênios União - Outros	
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00
	200 Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	
	203 Contribuição Fundo Previdenciário	
<b>Total Geral</b>		<b>202.899.212,00</b>

**SAULO SPEROTTO**  
 Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**  
 Contador  
 CRC-SC 028.242/O-2



**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 11:03

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital

1715-5753-564

Página

1 / 5

**Balancete Orçamentário da Receita**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Títulos		Orçada
1	Receitas Correntes	189.244.245,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.818.865,00
1.1.1	Impostos	23.784.810,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.264.177,00
1.1.1.3.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00
1.1.1.3.02.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	12.474,00
1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.251.703,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	4.477.358,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	4.477.358,00
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	774.345,00
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	774.345,00
1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	17.949.579,00
1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	9.783.269,00
1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	7.386.874,00
1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	6.255.662,00
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	147.850,00
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	698.287,00
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	285.075,00
1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.396.395,00
1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princip	2.396.395,00
1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	8.166.310,00
1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.166.310,00
1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	7.894.116,00
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	63.756,00
1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	161.921,00
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	46.517,00
1.1.1.9	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01.1	Outros Impostos	571.054,00
1.1.1.9.01.1.2	Outros Impostos - Multas e Juros	53.656,00
1.1.1.9.01.1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa	392.846,00
1.1.1.9.01.1.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	124.552,00
1.1.2	Taxas	5.538.963,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.163.298,00
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.163.298,00
1.1.2.1.01.1.1.01	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços	1.331.000,00
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxas de Apreensão e Depósito	40.000,00
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros	360.433,00
1.1.2.1.01.1.1.10	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária	431.865,00
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	3.375.665,00
1.1.2.2.01.1.1.01	Taxas de Expediente	175.665,00
1.1.2.2.01.1.1.02	Taxas de Coleta de Lixo	3.200.000,00
1.1.3	Contribuição de Melhoria	495.092,00
1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	495.092,00
1.1.3.8.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00
1.1.3.8.04.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	495.092,00
1.2	Contribuições	9.053.499,00
1.2.1	Contribuições Sociais	6.617.027,00
1.2.1.0.04	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	5.218.910,00

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 11:03

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital

1715-5753-564

Página

2 / 5

**Balancete Orçamentário da Receita**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

<b>Títulos</b>	<b>Orçada</b>
1.2.1.0.04.1 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	3.150,00
1.2.1.0.04.1.1 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	3.150,00
1.2.1.0.04.2 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS	5.117.060,00
1.2.1.0.04.2.1 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	5.117.060,00
1.2.1.0.04.3 Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS	98.700,00
1.2.1.0.04.3.1 Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	98.700,00
1.2.1.0.06 Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	1.398.117,00
1.2.1.0.06.3 Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis	1.398.117,00
1.2.1.0.06.3.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal	1.398.117,00
1.2.4 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00
1.2.4.0.00.1 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00
1.2.4.0.00.1.1 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	2.436.472,00
1.3 Receita Patrimonial	11.808.477,00
1.3.1 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.272,00
1.3.1.0.01 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	20.797,00
1.3.1.0.01.1 Aluguéis e Arrendamentos	20.797,00
1.3.1.0.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.797,00
1.3.1.0.99 Outras Receitas Imobiliárias	12.475,00
1.3.1.0.99.1 Outras Receitas Imobiliárias	12.475,00
1.3.1.0.99.1.1 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	12.475,00
1.3.2 Valores Mobiliários	11.775.205,00
1.3.2.1 Juros e Correções Monetárias	11.775.205,00
1.3.2.1.00.1 Remuneração de Depósitos Bancários	11.775.205,00
1.3.2.1.00.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.775.205,00
1.7 Transferências Correntes	133.120.543,00
1.7.1 Transferências da União e de suas Entidades	52.066.650,00
1.7.1.8 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	52.066.650,00
1.7.1.8.01 Participação na Receita da União	35.014.808,00
1.7.1.8.01.2 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	32.945.378,00
1.7.1.8.01.2.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	32.945.378,00
1.7.1.8.01.3 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.346.745,00
1.7.1.8.01.3.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Princi	1.346.745,00
1.7.1.8.01.4 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	452.451,00
1.7.1.8.01.4.1 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	452.451,00
1.7.1.8.01.5 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	206.491,00
1.7.1.8.01.5.1 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	206.491,00
1.7.1.8.01.7 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	63.743,00
1.7.1.8.01.7.1 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	63.743,00
1.7.1.8.02 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	467.420,00
1.7.1.8.02.2 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	18.713,00
1.7.1.8.02.2.1 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	18.713,00
1.7.1.8.02.4 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	448.707,00
1.7.1.8.02.4.1 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Pri	448.707,00
1.7.1.8.03 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1.1 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.512.602,00
1.7.1.8.03.1.1.01 Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO	1.962.488,00
1.7.1.8.03.1.1.02 Estratégia Saúde da Família - ESF	906.991,00
1.7.1.8.03.1.1.03 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.362.284,00
1.7.1.8.03.1.1.04 Saúde Bucal - SB	227.451,00
1.7.1.8.03.1.1.05 Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ	611.890,00
1.7.1.8.03.1.1.06 MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Finaceiro	3.234.336,00
1.7.1.8.03.1.1.07 Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças	585.732,00
1.7.1.8.03.1.1.08 Ações da Farmácia Básica	445.659,00
1.7.1.8.03.1.1.09 Vigilância Sanitária	48.640,00
1.7.1.8.03.1.1.99 Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	127.131,00

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 11:03

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital

1715-5753-564

Página

3 / 5

**Balancete Orçamentário da Receita**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Títulos		Orçada
1.7.1.8.04	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	1.282.091,00
1.7.1.8.04.1.1.01	BPC na Escola	2.040,00
1.7.1.8.04.1.1.02	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	173.848,00
1.7.1.8.04.1.1.03	Piso Básico Fixo	288.000,00
1.7.1.8.04.1.1.04	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes	120.000,00
1.7.1.8.04.1.1.05	Gestão Descentralizada do SUAS	21.109,00
1.7.1.8.04.1.1.06	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	106.141,00
1.7.1.8.04.1.1.07	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	96.000,00
1.7.1.8.04.1.1.08	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	48.000,00
1.7.1.8.04.1.1.09	Piso de Transição de Média Complexidade	20.463,00
1.7.1.8.04.1.1.10	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias	78.000,00
1.7.1.8.04.1.1.99	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo	328.490,00
1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	4.884.298,00
1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação	3.377.651,00
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	3.377.651,00
1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	985.166,00
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Pr	985.166,00
1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	144.929,00
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	144.929,00
1.7.1.8.05.9	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	376.552,00
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principa	376.552,00
1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00
1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	163.096,00
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	163.096,00
1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	453.333,00
1.7.1.8.10.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	18.644,00
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	18.644,00
1.7.1.8.10.2	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	422.379,00
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	422.379,00
1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.260,00
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	1.260,00
1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União	11.050,00
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	11.050,00
1.7.1.8.99	Outras Transferências da União	289.002,00
1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União	289.002,00
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal	289.002,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	49.621.438,00
1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	49.621.438,00
1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados	48.365.492,00
1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS	38.448.547,00
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	38.448.547,00
1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA	9.258.460,00
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	9.258.460,00
1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPI - Municípios	535.485,00
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	535.485,00
1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados	123.000,00
1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00
1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	997.523,00
1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	997.523,00
1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	997.523,00
1.7.2.8.03.1.1.01	Ações da Farmácia Básica - Estado	779.254,00
1.7.2.8.03.1.1.02	Média e Alta Complexidade - MAC	68.329,00
1.7.2.8.03.1.1.03	Co-Financiamento da Atenção Básica	140.000,00
1.7.2.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	9.940,00



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 [tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Emissão: 15/12/2017 11:03  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
 1715-5753-564

Página  
 4 / 5

### Balancete Orçamentário da Receita

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Títulos	Orçada	
1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	258.423,00
1.7.2.8.10.2	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	249.501,00
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00
1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados	8.922,00
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	8.922,00
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	31.421.955,00
1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	31.421.955,00
1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	31.421.955,00
1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	31.421.955,00
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	31.421.955,00
1.7.7	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00
1.7.7.0.00.1	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00
1.9	Outras Receitas Correntes	5.442.861,00
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	734.774,00
1.9.1.0.01	Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00
1.9.1.0.01.1	Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.238,00
1.9.2.2	Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99	Outras Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99.1	Outras Restituições	6.238,00
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.238,00
1.9.9	Demais Receitas Correntes	4.701.849,00
1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidore	472.500,00
1.9.9.0.03.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidore	472.500,00
1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidore	472.500,00
1.9.9.0.99	Outras Receitas	4.229.349,00
1.9.9.0.99.1	Outras Receitas - Primárias	4.229.349,00
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	4.229.349,00
2	Receitas de Capital	40.867,00
2.1	Operações de Crédito	1.260,00
2.1.1	Operações de Crédito - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2.00.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	1.260,00
2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	1.260,00
2.2	Alienação de Bens	37.507,00
2.2.1	Alienação de Bens Móveis	37.507,00
2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	37.507,00
2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	37.507,00
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	37.507,00
2.4	Transferências de Capital	2.100,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	2.100,00
2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.100,00
2.4.1.8.10	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.100,00
2.4.1.8.10.6	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	1.050,00
2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	1.050,00
2.4.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União	1.050,00
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	1.050,00
7	Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00
Total Geral:		202.899.212,00



## Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>  
[tesouraria@cacador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 11:03  
Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação Digital  
1715-5753-564

Página  
5 / 5

### Balancete Orçamentário da Receita

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

	<b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1291-6035-987	<b>Página</b> 1 / 6
---	---	--	------------------------

### Quadro de Detalhamento da Despesa

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

Unidade Gestora	Fixado:
Despesa	
<b>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</b>	
1 - 3.1.90 Aplicações Diretas	2.084.040,00
2 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
3 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.075.000,00
4 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	179.970,00
5 - 4.4.90 Aplicações Diretas	210.000,00
6 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
7 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
8 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
9 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
10 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	105.000,00
11 - 4.4.90 Aplicações Diretas	31.500,00
12 - 3.3.90 Aplicações Diretas	12.600,00
13 - 3.1.90 Aplicações Diretas	80.963,00
14 - 3.3.90 Aplicações Diretas	315.000,00
15 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
16 - 3.3.90 Aplicações Diretas	157.500,00
17 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	99.800,00
18 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	794.325,00
19 - 3.3.90 Aplicações Diretas	2.684.890,00
20 - 4.4.90 Aplicações Diretas	21.000,00
21 - 3.3.93 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	31.500,00
22 - 4.5.90 Aplicações Diretas	1.050,00
23 - 4.5.90 Aplicações Diretas	100.000,00
24 - 3.3.90 Aplicações Diretas	149.699,00
25 - 3.3.90 Aplicações Diretas	20.570,00
26 - 3.3.90 Aplicações Diretas	452.220,00
27 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
28 - 3.3.90 Aplicações Diretas	525.000,00
29 - 3.3.90 Aplicações Diretas	18.713,00
30 - 3.3.90 Aplicações Diretas	10.500,00
31 - 3.3.90 Aplicações Diretas	34.528,00
32 - 3.3.90 Aplicações Diretas	2.439.025,00
33 - 3.1.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	67.158,00
34 - 3.3.90 Aplicações Diretas	315.000,00
35 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
36 - 3.3.90 Aplicações Diretas	150.948,00
37 - 3.3.90 Aplicações Diretas	150.948,00
38 - 3.3.90 Aplicações Diretas	309.708,00
39 - 4.4.90 Aplicações Diretas	89.250,00
40 - 4.4.90 Aplicações Diretas	89.250,00
41 - 4.4.90 Aplicações Diretas	105.000,00
42 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.508.850,00
43 - 3.3.90 Aplicações Diretas	860.700,00
44 - 4.4.90 Aplicações Diretas	21.050,00
45 - 3.3.90 Aplicações Diretas	379.000,00
46 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
47 - 3.1.90 Aplicações Diretas	260.728,00
48 - 3.3.90 Aplicações Diretas	63.000,00
49 - 3.3.90 Aplicações Diretas	105.000,00
50 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
51 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
52 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
53 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
54 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
55 - 3.3.90 Aplicações Diretas	51.050,00
56 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	530.880,00
57 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
58 - 4.4.90 Aplicações Diretas	131.540,00
59 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
60 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
61 - 4.4.90 Aplicações Diretas	567.232,00
62 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
63 - 4.4.90 Aplicações Diretas	8.109,00
64 - 3.3.90 Aplicações Diretas	52.500,00
65 - 4.4.90 Aplicações Diretas	942.740,00
66 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
67 - 4.4.90 Aplicações Diretas	284.796,00

	<b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1291-6035-987	<b>Página</b> 2 / 6
<b>Quadro de Detalhamento da Despesa</b>			

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

**Unidade Gestora****Despesa****Fixado:**

68 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
69 - 4.4.90 Aplicações Diretas	72.355,00
70 - 4.4.90 Aplicações Diretas	197.106,00
71 - 4.4.90 Aplicações Diretas	70.692,00
72 - 4.4.90 Aplicações Diretas	448.701,00
73 - 4.4.90 Aplicações Diretas	104.042,00
74 - 4.4.90 Aplicações Diretas	105.000,00
75 - 3.3.90 Aplicações Diretas	63.000,00
76 - 4.4.90 Aplicações Diretas	119.012,00
77 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.260.000,00
78 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	137.550,00
79 - 4.4.90 Aplicações Diretas	105.000,00
80 - 3.3.90 Aplicações Diretas	55.250,00
81 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	13.724,00
82 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	50.639,00
83 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.681.315,00
84 - 3.3.90 Aplicações Diretas	556.500,00
85 - 3.3.90 Aplicações Diretas	30.500,00
86 - 3.3.90 Aplicações Diretas	262.500,00
87 - 3.3.90 Aplicações Diretas	60.000,00
88 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
89 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
90 - 4.4.90 Aplicações Diretas	105.000,00
91 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
92 - 3.3.90 Aplicações Diretas	37.800,00
93 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
94 - 4.4.90 Aplicações Diretas	111.150,00
95 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e	1.577.688,00
96 - 3.3.90 Aplicações Diretas	65.071,00
97 - 3.3.90 Aplicações Diretas	6.062.977,00
98 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.260,00
99 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
100 - 4.4.90 Aplicações Diretas	103.950,00
101 - 4.4.90 Aplicações Diretas	124.751,00
102 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
103 - 3.3.90 Aplicações Diretas	615.500,00
104 - 3.3.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	42.000,00
105 - 4.4.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	3.675,00
106 - 3.3.90 Aplicações Diretas	15.750,00
107 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
108 - 4.4.90 Aplicações Diretas	30.500,00
109 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
110 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	393.750,00
111 - 3.3.90 Aplicações Diretas	57.750,00
112 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.852.200,00
113 - 3.3.90 Aplicações Diretas	525.000,00
114 - 3.3.90 Aplicações Diretas	50.000,00
115 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
116 - 3.3.90 Aplicações Diretas	26.500,00
117 - 3.3.90 Aplicações Diretas	25.200,00
118 - 3.3.90 Aplicações Diretas	178.500,00
119 - 3.1.90 Aplicações Diretas	800.000,00
120 - 3.3.90 Aplicações Diretas	31.500,00
121 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	63.000,00
122 - 4.4.90 Aplicações Diretas	5.250,00
123 - 3.1.90 Aplicações Diretas	48.027,00
124 - 4.4.90 Aplicações Diretas	19.950,00
125 - 3.1.90 Aplicações Diretas	2.663.010,00
126 - 3.3.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00
127 - 4.4.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	1.260,00
128 - 3.1.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00
129 - 3.3.72 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	31.500,00
130 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
131 - 3.3.90 Aplicações Diretas	31.500,00
132 - 4.5.90 Aplicações Diretas	249.501,00
133 - 3.1.90 Aplicações Diretas	5.052.782,00
134 - 3.1.90 Aplicações Diretas	2.407.822,00
135 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	411.677,00




	<b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1291-6035-987	<b>Página</b> 3 / 6
<b>Quadro de Detalhamento da Despesa</b>			

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

**Unidade Gestora****Despesa****Fixado:**

136 - 3.3.90 Aplicações Diretas	249.501,00
137 - 3.3.90 Aplicações Diretas	4.269,00
138 - 3.3.90 Aplicações Diretas	5.373.022,00
139 - 4.4.90 Aplicações Diretas	578.841,00
140 - 3.1.90 Aplicações Diretas	10.040.600,00
141 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	1.833.889,00
142 - 3.1.90 Aplicações Diretas	3.397.471,00
143 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	611.220,00
144 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	500.078,00
145 - 4.4.90 Aplicações Diretas	124.751,00
146 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	397.954,00
147 - 3.3.90 Aplicações Diretas	724.215,00
148 - 4.4.90 Aplicações Diretas	162.176,00
149 - 3.3.90 Aplicações Diretas	249.501,00
150 - 3.3.90 Aplicações Diretas	162.799,00
151 - 3.3.90 Aplicações Diretas	670.035,00
152 - 3.3.90 Aplicações Diretas	126.000,00
153 - 3.3.90 Aplicações Diretas	152.000,00
154 - 3.3.90 Aplicações Diretas	20.000,00
155 - 3.3.90 Aplicações Diretas	105.000,00
156 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.206.250,00
157 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.887.500,00
158 - 3.3.90 Aplicações Diretas	89.250,00
159 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.126.497,00
160 - 3.3.90 Aplicações Diretas	800.000,00
161 - 3.3.90 Aplicações Diretas	224.551,00
162 - 3.1.90 Aplicações Diretas	298.200,00
163 - 3.3.90 Aplicações Diretas	10.500,00
164 - 9.9.90 Aplicações Diretas	124.751,00
165 - 4.4.90 Aplicações Diretas	50.000,00
166 - 3.3.72 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	525.000,00
178 - 3.3.90 Aplicações Diretas	21.000,00
179 - 3.3.90 Aplicações Diretas	105.000,00
180 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
181 - 4.4.90 Aplicações Diretas	15.750,00
182 - 4.4.90 Aplicações Diretas	42.000,00
183 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
184 - 4.4.90 Aplicações Diretas	31.500,00
185 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
186 - 3.3.90 Aplicações Diretas	91.718,00
187 - 3.3.90 Aplicações Diretas	166.950,00
188 - 3.3.90 Aplicações Diretas	381.885,00
189 - 3.3.90 Aplicações Diretas	61.950,00
190 - 3.3.90 Aplicações Diretas	3.120.758,00
191 - 3.3.90 Aplicações Diretas	177.769,00
192 - 4.4.90 Aplicações Diretas	230.790,00
193 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
194 - 4.4.90 Aplicações Diretas	190.000,00
195 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.000,00
196 - 4.4.90 Aplicações Diretas	180.000,00
197 - 3.3.90 Aplicações Diretas	260.000,00
198 - 4.4.90 Aplicações Diretas	252.000,00
199 - 4.4.90 Aplicações Diretas	4.011,00
276 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
277 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
278 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
290 - 3.2.90 Aplicações Diretas	225.000,00
291 - 4.6.90 Aplicações Diretas	6.200.000,00
292 - 3.3.90 Aplicações Diretas	390.000,00
293 - 3.1.90 Aplicações Diretas	25.000,00
294 - 3.3.90 Aplicações Diretas	400.000,00
295 - 3.3.20 Transferências à União	1.320.000,00
296 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	312.000,00
298 - 4.4.90 Aplicações Diretas	105.000,00
299 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
300 - 3.1.90 Aplicações Diretas	4.383.155,00
301 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	4.586.024,00
302 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.456.059,00


	<b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1291-6035-987	<b>Página</b> 4 / 6
---	--	--	------------------------

### Quadro de Detalhamento da Despesa

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

#### Unidade Gestora

Despesa	Fixado:
303 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	261.952,00
304 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	336.000,00
335 - 3.3.90 Aplicações Diretas	330.701,00
337 - 4.4.90 Aplicações Diretas	30.000,00
338 - 3.3.90 Aplicações Diretas	20.000,00
342 - 3.3.90 Aplicações Diretas	15.000,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>108.805.760,00</b>
<b>2 - Fundação Municipal de Esporte</b>	
234 - 3.1.90 Aplicações Diretas	536.424,00
235 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	136.500,00
236 - 3.3.90 Aplicações Diretas	861.000,00
237 - 4.4.90 Aplicações Diretas	31.500,00
238 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	124.751,00
239 - 3.3.90 Aplicações Diretas	357.000,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>2.047.175,00</b>
<b>3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo</b>	
248 - 4.4.90 Aplicações Diretas	21.000,00
249 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.260,00
250 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
251 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.260,00
252 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.185.781,00
253 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	296.445,00
254 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	62.370,00
255 - 3.3.90 Aplicações Diretas	157.500,00
256 - 4.4.90 Aplicações Diretas	31.500,00
334 - 3.3.90 Aplicações Diretas	199.500,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>2.009.116,00</b>
<b>5 - Fundo Municipal de Saúde</b>	
167 - 3.3.93 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	21.000,00
168 - 4.4.90 Aplicações Diretas	271.895,00
169 - 4.4.90 Aplicações Diretas	149.940,00
170 - 3.1.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	15.750,00
171 - 3.1.90 Aplicações Diretas	20.249.940,00
172 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	3.103.400,00
173 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.726.956,00
174 - 3.3.71 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00
175 - 3.3.90 Aplicações Diretas	2.625.000,00
176 - 3.3.90 Aplicações Diretas	26.117,00
177 - 3.3.90 Aplicações Diretas	525.000,00
305 - 4.4.90 Aplicações Diretas	53.550,00
306 - 4.4.90 Aplicações Diretas	24.577,00
307 - 4.4.90 Aplicações Diretas	21.000,00
308 - 4.4.90 Aplicações Diretas	60.732,00
309 - 3.3.90 Aplicações Diretas	420.000,00
310 - 3.3.90 Aplicações Diretas	48.640,00
311 - 4.4.90 Aplicações Diretas	11.865,00
312 - 3.1.90 Aplicações Diretas	680.243,00
313 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	226.748,00
314 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.021.713,00
315 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	340.571,00
316 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.890.000,00
317 - 4.4.90 Aplicações Diretas	72.488,00
318 - 3.3.90 Aplicações Diretas	210.000,00
319 - 4.4.90 Aplicações Diretas	17.451,00
320 - 3.3.90 Aplicações Diretas	557.500,00
321 - 4.4.90 Aplicações Diretas	54.390,00
322 - 3.3.90 Aplicações Diretas	3.150.000,00
323 - 3.3.90 Aplicações Diretas	68.329,00
324 - 3.3.90 Aplicações Diretas	445.659,00
325 - 3.3.90 Aplicações Diretas	735.000,00
326 - 3.3.90 Aplicações Diretas	350.700,00
331 - 4.4.90 Aplicações Diretas	84.336,00
332 - 4.4.90 Aplicações Diretas	44.254,00
333 - 3.3.93 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos	420.000,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>39.735.244,00</b>
<b>6 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>	
200 - 3.3.90 Aplicações Diretas	432.600,00
201 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.260,00

	<b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1291-6035-987	<b>Página</b> 5 / 6
---	--	--	------------------------

### Quadro de Detalhamento da Despesa

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

#### Unidade Gestora

Despesa	Fixado:
202 - 3.3.90 Aplicações Diretas	52.500,00
203 - 4.4.90 Aplicações Diretas	14.207,00
204 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
205 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.782,00
206 - 4.4.90 Aplicações Diretas	44.000,00
207 - 3.3.90 Aplicações Diretas	277.958,00
208 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.260,00
209 - 3.3.90 Aplicações Diretas	52.500,00
210 - 3.3.90 Aplicações Diretas	25.117,00
211 - 4.4.90 Aplicações Diretas	37.877,00
212 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.260,00
213 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
214 - 4.4.90 Aplicações Diretas	54.600,00
215 - 3.3.90 Aplicações Diretas	95.600,00
216 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.260,00
217 - 3.3.90 Aplicações Diretas	52.500,00
218 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
219 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.260,00
220 - 3.1.90 Aplicações Diretas	2.700.000,00
221 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	450.000,00
222 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	39.501,00
223 - 3.3.90 Aplicações Diretas	504.000,00
224 - 4.4.90 Aplicações Diretas	52.500,00
225 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
279 - 3.3.90 Aplicações Diretas	13.920,00
280 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
281 - 3.3.90 Aplicações Diretas	80.551,00
282 - 4.4.90 Aplicações Diretas	66.435,00
283 - 3.1.90 Aplicações Diretas	79.523,00
284 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	1.050,00
285 - 3.1.90 Aplicações Diretas	38.850,00
286 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	1.050,00
287 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.050,00
288 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	1.050,00
289 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.050,00
327 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	138.010,00
328 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	191.940,00
329 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	264.600,00
330 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	323.760,00
336 - 3.3.50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	240.000,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>6.379.431,00</b>
<b>7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>	
230 - 3.3.90 Aplicações Diretas	103.110,00
231 - 3.3.90 Aplicações Diretas	12.474,00
232 - 4.4.90 Aplicações Diretas	10.500,00
233 - 3.3.90 Aplicações Diretas	26.250,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>152.334,00</b>
<b>8 - Fundo Municipal de Habitação</b>	
226 - 4.4.90 Aplicações Diretas	167.855,00
227 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.445,00
228 - 3.3.90 Aplicações Diretas	136.500,00
229 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
297 - 3.3.90 Aplicações Diretas	400.000,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>706.850,00</b>
<b>9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b>	
240 - 3.1.90 Aplicações Diretas	1.372,00
241 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	1.372,00
242 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
243 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
244 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
245 - 3.3.90 Aplicações Diretas	1.050,00
246 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
247 - 4.4.90 Aplicações Diretas	1.050,00
<b>Total da Unidade Gestora:</b>	<b>9.044,00</b>
<b>10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>	
257 - 3.3.90 Aplicações Diretas	365.500,00
258 - 3.1.90 Aplicações Diretas	974.521,00
259 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal	243.630,00

**Município de Caçador/SC**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31 <http://www.caçador.sc.gov.br>

tesouraria@caçador.sc.gov.br

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de autenticação: 1291-6035-987

Página

6 / 6

**Quadro de Detalhamento da Despesa**

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

**Unidade Gestora****Despesa**

260 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 261 - 4.4.90 Aplicações Diretas  
 262 - 4.4.90 Aplicações Diretas  
 339 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 340 - 4.4.90 Aplicações Diretas

**Fixado:**

84.000,00  
 63.000,00  
 100.000,00  
 21.000,00  
 500.000,00

**Total da Unidade Gestora: 2.351.651,00**

**11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador**

341 - 3.3.90 Aplicações Diretas

1.961.297,00

**Total da Unidade Gestora: 1.961.297,00**

**12 - Câmara Municipal de Caçador**

263 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 264 - 4.4.90 Aplicações Diretas  
 265 - 3.1.90 Aplicações Diretas  
 266 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal  
 267 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 268 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 269 - 3.3.90 Aplicações Diretas

450.000,00  
 1.500.000,00  
 4.860.000,00  
 340.000,00  
 750.000,00  
 650.000,00  
 390.000,00

**Total da Unidade Gestora: 8.940.000,00**

**13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador**

270 - 3.1.90 Aplicações Diretas  
 271 - 3.1.91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal  
 272 - 3.3.90 Aplicações Diretas  
 273 - 4.4.90 Aplicações Diretas  
 274 - 3.1.90 Aplicações Diretas  
 275 - 9.9.90 Aplicações Diretas

860.000,00  
 189.200,00  
 550.000,00  
 650.000,00  
 17.500.000,00  
 10.052.110,00

**Total da Unidade Gestora: 29.801.310,00**

**Total Geral: 202.899.212,00**

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador


**SAULO SPEROTTO**


Prefeito Municipal

**SÉRGIO INHAIA**

Contador

CRC-SC 028.242/O-2


<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Órgão Orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div><div>Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO</div><div>Função: 4 - Administração</div><div>Subfunção: 122 - Administração Geral</div><div>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div><div>Ação: 1.4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON</div></div></div></div>			<div>Emissão:15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2061-6546-D85</div>		<div>Página</div> <div>1 / 28</div>	
<div>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</div>								
					<div>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</div> <div>Fixado</div>			
<div>Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div> <div>Órgão Orçamentário: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO</div> <div>Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO</div> <div>Função: 4 - Administração</div> <div>Subfunção: 122 - Administração Geral</div> <div>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div> <div>Ação: 1.4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON</div>								
<div>Despesa 165</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>50.000,00</div>			
<div>Ação: 2.2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO</div>								
<div>Despesa 1</div> <div>3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>2.084.040,00</div>			
<div>Despesa 4</div> <div>3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>179.970,00</div>			
<div>Despesa 2</div> <div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>1.050,00</div>			
<div>Despesa 3</div> <div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>1.075.000,00</div>			
<div>Despesa 6</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>1.050,00</div>			
<div>Despesa 7</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 142 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>1.050,00</div>			
<div>Despesa 5</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>210.000,00</div>			
<div>Ação: 2.3 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA</div>								
<div>Despesa 117</div> <div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>25.200,00</div>			
<div>Despesa 8</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>10.500,00</div>			
<div>Ação: 2.4 - MANUTENÇÃO DO PROCON</div>								
<div>Despesa 118</div> <div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>178.500,00</div>			
<div>Despesa 9</div> <div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>10.500,00</div>			
<div>Ação: 2.6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</div>								
<div>Despesa 119</div> <div>3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>					<div>800.000,00</div>			


 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 11:05 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação</b> 2061-6546-085	<b>Página</b> 2 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Despesa 10</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 120</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			31.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 11</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			31.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.9 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.</b>				
<b>Despesa 121</b>	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			63.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.10 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO</b>				
<b>Despesa 12</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			12.600,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 122</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			5.250,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.88 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE</b>				
<b>Despesa 123</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas			48.027,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 16</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			157.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 124</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			19.950,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.91 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS</b>				
<b>Despesa 17</b>	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			99.800,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Programa: 28 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL</b>				
<b>Ação: 1.34 - PROGRAMA QUINTAL SOCIAL</b>				
<b>Despesa 196</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			180.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>				
<b>Subfunção: 182 - Defesa Civil</b>				
<b>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>				
<b>Ação: 2.87 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL</b>				
<b>Despesa 13</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas			80.963,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 14</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			315.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 15</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros			
	Id-Usq:			


<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Cacador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Assinatura do Contador: SC.gov.br</div><div>Assinatura do Contador: SC.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2061-6546-085</div>		<div>Página</div> <div>3 / 28</div>	
<div>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</div>							
						<div>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</div>	
						<div>Fixado</div>	
						<div>5.778.000,00</div>	
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>							
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>							
<div>Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</div>							
<div>Função: 4 - Administração</div>							
<div>Subfunção: 122 - Administração Geral</div>							
<div>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div>							
<div>Ação: 2.83 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM</div>							
<div>Despesa 296 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Subfunção: 123 - Administração Financeira</div>							
<div>Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div>							
<div>Ação: 2.5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</div>							
<div>Despesa 128 3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 125 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 18 3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 126 3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 129 3.3.72.00.00 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 19 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 21 3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 127 4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 20 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>							
<div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>							
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>							
<div>Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</div>							
<div>Função: 15 - Urbanismo</div>							
<div>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</div>							
<div>Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</div>							
<div>Ação: 1.16 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE</div>							
<div>Despesa 130 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>							
<div>Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros</div>							
<div>Id-Usq:</div>							
<div>Ação: 1.24 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS</div>							







<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div><div><div>Resposta: 15/12/2017 11:05</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div></div><div><div>Chave de Autenticação</div><div>2061-6546-085</div></div><div><div>Página</div><div>5 / 28</div></div></div></div></div></div>				Valores em R\$ - Orçamento: 2018		Fixado
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO						
Despesa 101 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			124.751,00			
Fonte de recurso: 112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura						
Id-Usq:						
Despesa 102 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00			
Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros						
Id-Usq:						
Ação: 2.48 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL						
Despesa 30 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			10.500,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Ação: 2.49 - MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS						
Despesa 103 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			615.500,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL						
Despesa 31 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			34.528,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Ação: 2.51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.						
Despesa 33 3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			67.158,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Despesa 104 3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			42.000,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Despesa 166 3.3.72.00.00 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos			525.000,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Despesa 32 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			2.439.025,00			
Fonte de recurso: 108 - Contribuição para a COSIP						
Id-Usq:						
Despesa 105 4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			3.675,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Ação: 2.80 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL						
Despesa 34 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			315.000,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Despesa 35 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00			
Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros						
Id-Usq:						
Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO						
Ação: 2.27 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES						
Despesa 194 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			190.000,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários						
Id-Usq:						
Despesa 195 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			10.000,00			
Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros						
Id-Usq:						
Programa: 38 - PARQUE CENTRAL						
Ação: 1.17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE						

Município de Caçador/SC			
 Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>			
Emissão: 15/12/2017 11:05		Chave de Autenticação	Página
Usuário: Contador - Sérgio		2061-6546-085	6 / 28
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO			
Valores em R\$ - Orçamento: 2018			Fixado
<b>Despesa 23</b>	4.5.90.00.00 Aplicações Diretas		100.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 22</b>	4.5.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
	Id-Usq:		
<b>Ação: 2.109 - MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL</b>			
<b>Despesa 178</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		21.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 299</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
	Id-Usq:		
<b>Subfunção: 452 - Serviços Urbanos</b>			
<b>Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</b>			
<b>Ação: 1.21 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS</b>			
<b>Despesa 131</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		31.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 90</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 89</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
	Id-Usq:		
<b>Ação: 1.23 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS</b>			
<b>Despesa 132</b>	4.5.90.00.00 Aplicações Diretas		249.501,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS</b>			
<b>Ação: 1.20 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS</b>			
<b>Despesa 278</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 60</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		
<b>Despesa 58</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		131.540,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
<b>Despesa 59</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
	Id-Usq:		
<b>Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>			
<b>Ação: 2.66 - URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS</b>			
<b>Despesa 276</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
<b>Despesa 277</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		
	Id-Usq:		
<b>Programa: 37 - TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL</b>			


 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 2061-5546-085	Página 7 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Ação: 2.108 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL</b>				
<b>Despesa 179</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Função: 17 - Saneamento</b>				
<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>				
<b>Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA</b>				
<b>Ação: 1.22 - CANALIZAÇÃO DE CORREGOS</b>				
<b>Despesa 91</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			52.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				
<b>Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>				
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>				
<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>				
<b>Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>				
<b>Ação: 1.36 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO</b>				
<b>Despesa 342</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			15.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Ação: 2.13 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR</b>				
<b>Despesa 42</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas			1.508.850,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 78</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			137.550,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 43</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			860.700,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 79</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Ação: 2.14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA</b>				
<b>Despesa 38</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			309.708,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 36</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			150.948,00
	Fonte de recurso: 111 - Convênio de Trânsito - Civil			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 37</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			150.948,00
	Fonte de recurso: 110 - Convênio de Trânsito - Militar			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 41</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 39</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			89.250,00
	Fonte de recurso: 111 - Convênio de Trânsito - Civil			
	Id-Usr:			


<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div><div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div>			<div>Envio:15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de Autenticação</div> <div>2061-6546-085</div> <div>Página</div> <div>8 / 28</div>	
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO				
			Valores em R\$ - Orçamento: 2018	
Fixado				
Despesa 40			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 110 - Convênio de Trânsito - Militar	
			Id-Usr:	
Ação: 2.16 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.				
Despesa 77			3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
			Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários	
			Id-Usr:	
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			Total da Unidade Orçamentária	
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				
Despesa 159			3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 137 - Outras Transferências do FNDE	
			Id-Usr:	
Despesa 160			3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários	
			Id-Usr:	
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				
Ação: 1.2 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE				
Despesa 61			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 136 - Salário-Educação	
			Id-Usr:	
Ação: 1.3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				
Despesa 63			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 189 - Alienações de Bens - Outros	
			Id-Usr:	
Despesa 62			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação	
			Id-Usr:	
Ação: 1.12 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS				
Despesa 64			3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação	
			Id-Usr:	
Despesa 65			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 136 - Salário-Educação	
			Id-Usr:	
Despesa 66			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação	
			Id-Usr:	
Despesa 67			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 119 - Transferências do FUNDEB - 40%	
			Id-Usr:	
Ação: 1.13 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES				
Despesa 70			4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	
			Fonte de recurso: 136 - Salário-Educação	
			Id-Usr:	




<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div>				<div>Emissão:15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2061-6546-085</div>		<div>Página</div> <div>10 / 28</div>	
<div>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</div>									
						<div>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</div>			
						<div>Fixado</div>			
<div>Ação: 2.32 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO</div>									
<div>Despesa 146</div>		<div>3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>				<div>397.954,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:136 - Salário-Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 147</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>724.215,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:136 - Salário-Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 148</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>162.176,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:136 - Salário-Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Ação: 2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR</div>									
<div>Despesa 151</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>670.035,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:119 - Transferências do FUNDEB - 40%</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 149</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>249.501,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:136 - Salário-Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 152</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>126.000,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:101 - Recursos Próprios - Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 150</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>162.799,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:137 - Outras Transferências do FNDE</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Ação: 2.56 - MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS</div>									
<div>Despesa 144</div>		<div>3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>				<div>500.078,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:101 - Recursos Próprios - Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Subfunção: 364 - Ensino Superior</div>									
<div>Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE</div>									
<div>Ação: 2.41 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO</div>									
<div>Despesa 158</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>89.250,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Subfunção: 365 - Educação Infantil</div>									
<div>Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE</div>									
<div>Ação: 1.15 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL</div>									
<div>Despesa 73</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>104.042,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:119 - Transferências do FUNDEB - 40%</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 71</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>70.692,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:136 - Salário-Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 74</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>105.000,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:101 - Recursos Próprios - Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Despesa 72</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>448.701,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:132 - Transferências de Convênios - União/Educação</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							
<div>Ação: 2.30 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%</div>									
<div>Despesa 300</div>		<div>3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div>				<div>4.383.155,00</div>			
		<div>Fonte de recurso:118 - Transferências do FUNDEB - 60%</div>							
		<div>Id-Usq:</div>							



<div><div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div><a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 11:05</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de Autenticação</div><div>2061-6546-085</div><div>Página</div><div>11 / 28</div></div></div></div>		Balancete Orçamentário da Despesa Consolidado		Valores em R\$ - Orçamento: 2018		Fixado	
Despesa 301		3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		4.586.024,00			
		Fonte de recurso: 118 - Transferências do FUNDEB - 60%					
		Id-Usó:					
Ação: 2.31 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%							
Despesa 302		3.1.90.00.00 Aplicações Diretas		1.456.059,00			
		Fonte de recurso: 119 - Transferências do FUNDEB - 40%					
		Id-Usó:					
Despesa 303		3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		261.952,00			
		Fonte de recurso: 119 - Transferências do FUNDEB - 40%					
		Id-Usó:					
Ação: 2.36 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL							
Despesa 155		3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		105.000,00			
		Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação					
		Id-Usó:					
Ação: 2.37 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO							
Despesa 156		3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		3.206.250,00			
		Fonte de recurso: 119 - Transferências do FUNDEB - 40%					
		Id-Usó:					
Despesa 157		3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		2.887.500,00			
		Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação					
		Id-Usó:					
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos							
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE							
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS							
Despesa 154		3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		20.000,00			
		Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários					
		Id-Usó:					
Despesa 153		3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		152.000,00			
		Fonte de recurso: 119 - Transferências do FUNDEB - 40%					
		Id-Usó:					
Subfunção: 367 - Educação Especial							
Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE							
Ação: 2.54 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS							
Despesa 304		3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		336.000,00			
		Fonte de recurso: 101 - Recursos Próprios - Educação					
		Id-Usó:					
Ação: 2.68 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE							
Despesa 161		3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		224.551,00			
		Fonte de recurso: 137 - Outras Transferências do FUNDEB					
		Id-Usó:					
						51.183.545,00	

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <b>tesouraria@cacador.sc.gov.br</b> CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 11:05 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação</b> 2061-6546-085	<b>Página</b> 12 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Programa: 24 - MEIO AMBIENTE</b>				<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>
<b>Ação: 1.19 - SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO</b>				<b>Fixado</b>
<b>Despesa 190</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		3.120.758,00
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.26 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>				
<b>Despesa 191</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		177.769,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 193</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		10.500,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 192</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		230.790,00
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.28 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>				
<b>Despesa 197</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		260.000,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 198</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		252.000,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 199</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		4.011,00
	Id-Usq:			
<b>Função: 18 - Gestão Ambiental</b>				
<b>Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental</b>				
<b>Programa: 24 - MEIO AMBIENTE</b>				
<b>Ação: 1.5 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE</b>				
<b>Despesa 181</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		15.750,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 180</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00
	Id-Usq:			
<b>Ação: 1.7 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS</b>				
<b>Despesa 183</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 182</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		42.000,00
	Id-Usq:			
<b>Ação: 1.9 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS</b>				
<b>Despesa 184</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		31.500,00
	Id-Usq:			
<b>Despesa 185</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros		1.050,00
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.18 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL</b>				

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC trespant@cacador.sc.gov.br CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 2061-6546-085	Página 13 / 28
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO				
Valores em R\$ - Orçamento: 2018				Fixado
<b>Despesa 186</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			91.718,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.19 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS</b>				
<b>Despesa 187</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			166.950,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO</b>				
<b>Despesa 188</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			381.885,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Função: 20 - Agricultura</b>				
<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>				
<b>Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL</b>				
<b>Ação: 1.27 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM</b>				
<b>Despesa 111</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			57.750,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 1.28 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL</b>				
<b>Despesa 107</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 106</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			15.750,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 337</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			30.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 1.31 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.</b>				
<b>Despesa 109</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 164 - Transferências de Convênios Estado - Outros			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 108</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			30.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE</b>				
<b>Despesa 112</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas			1.852.200,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 110</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			393.750,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 113</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			525.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Despesa 298</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			105.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			
<b>Ação: 2.71 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL</b>				
<b>Despesa 85</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			30.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usq:			







<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div> <div><div><div></div></div></div>			
--	--	--	--







<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Resumão</div><div>Resumão@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div></div>				<div>Emissão:15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2061-6546-085</div>	<div>Página</div> <div>18 / 28</div>
<div>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</div>							
<div>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</div>				<div>Fixado</div>			
<div>Despesa 248 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>21.000,00</div>			
<div>Despesa 249 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>1.260,00</div>			
<div>Ação: 1.18 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS</div>							
<div>Despesa 250 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>52.500,00</div>			
<div>Despesa 251 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>1.260,00</div>			
<div>Ação: 1.33 - PROGRAMA PAM E PAI</div>							
<div>Despesa 334 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>199.500,00</div>			
<div>Ação: 2.44 - MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO</div>							
<div>Despesa 252 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>1.185.781,00</div>			
<div>Despesa 253 3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>296.445,00</div>			
<div>Despesa 254 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>62.370,00</div>			
<div>Despesa 255 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>157.500,00</div>			
<div>Despesa 256 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>31.500,00</div>			
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>				<div>2.009.116,00</div>			
<div>Total do Órgão Orçamentário</div>				<div>2.009.116,00</div>			
<div>Total da Unidade Gestora</div>				<div>2.009.116,00</div>			
<div>Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde</div>							
<div>Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</div>							
<div>Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</div>							
<div>Função: 10 - Saúde</div>							
<div>Subfunção: 301 - Atenção Básica</div>							
<div>Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA</div>							
<div>Ação: 1.11 - BLOCO DE INVESTIMENTOS</div>							
<div>Despesa 169 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 167 - Transferências do SUS - Estado</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>149.940,00</div>			
<div>Despesa 168 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div> <div>Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União</div> <div>Id-Usq:</div>				<div>271.895,00</div>			
<div>Ação: 2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</div>							


Município de Caçador/SC			
	Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC Resaurar@caçador.sc.gov.br CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.caçador.sc.gov.br		
	Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 2061-6546-085	Página 19 / 28
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO			
Valores em R\$ - Orçamento: 2018			Fixado
<b>Despesa 170</b>	3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		15.750,00
<b>Despesa 171</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		20.249.940,00
<b>Despesa 172</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		3.103.400,00
<b>Despesa 173</b>	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		1.726.956,00
<b>Despesa 174</b>	3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		10.500,00
<b>Despesa 176</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		26.117,00
<b>Despesa 175</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		2.625.000,00
<b>Despesa 167</b>	3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		21.000,00
<b>Despesa 306</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 188 - Aliações de Bens - Saúde Id-Usq:		24.577,00
<b>Despesa 307</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 133 - Transferências de Convênios - União/Saúde Id-Usq:		21.000,00
<b>Despesa 305</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usq:		53.550,00
<b>Ação: 2.58 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF</b>			
<b>Despesa 312</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		680.243,00
<b>Despesa 313</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		226.748,00
<b>Ação: 2.59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS</b>			
<b>Despesa 314</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		1.021.713,00
<b>Despesa 315</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		340.571,00
<b>Ação: 2.60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO</b>			
<b>Despesa 316</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:		1.890.000,00

Município de Caçador/SC			
		Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC tesouraria@caçador.sc.gov.br CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	
		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Página 20 / 28
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO			Valores em R\$ - Orçamento: 2018
			Fixado
<b>Despesa 317</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		72.488,00
<b>Ação: 2.61 - MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL</b>			
<b>Despesa 318</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		210.000,00
<b>Despesa 319</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		17.451,00
<b>Ação: 2.62 - MANUTENÇÃO DO PMAQ</b>			
<b>Despesa 320</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		557.500,00
<b>Despesa 321</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		54.390,00
<b>Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial</b>			
<b>Programa: 10 - MEDICA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE</b>			
<b>Ação: 2.63 - MANUTENÇÃO DO MAC</b>			
<b>Despesa 322</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		3.150.000,00
<b>Despesa 323</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 167 - Transferências do SUS - Estado Id-Usr:		68.329,00
<b>Despesa 333</b>	3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usr:		420.000,00
<b>Despesa 331</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		84.336,00
<b>Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico</b>			
<b>Programa: 18 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA</b>			
<b>Ação: 2.64 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA</b>			
<b>Despesa 326</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 102 - Recursos Próprios - Saúde Id-Usr:		350.700,00
<b>Despesa 324</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usr:		445.659,00
<b>Despesa 325</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 167 - Transferências do SUS - Estado Id-Usr:		735.000,00
<b>Despesa 332</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 167 - Transferências do SUS - Estado Id-Usr:		44.254,00
<b>Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária</b>			
<b>Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAUDE</b>			
<b>Ação: 2.39 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA</b>			


 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 206.1-6546-085	Página 21 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Despesa 309</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários Id-Usq:			420.000,00
<b>Despesa 310</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:			48.640,00
<b>Despesa 311</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários Id-Usq:			11.865,00
<b>Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica</b> <b>Programa: 9 - VIGILANCIA EM SAÚDE</b> <b>Ação: 2.40 - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE</b>				
<b>Despesa 177</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:			525.000,00
<b>Despesa 308</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 138 - Transferências do SUS - União Id-Usq:			60.732,00
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				39.735.244,00
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				39.735.244,00
<b>Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social</b> <b>Órgão Orçamentário: 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> <b>Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b> <b>Função: 8 - Assistência Social</b> <b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b> <b>Programa: 5 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b> <b>Ação: 2.100 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>				
<b>Despesa 283</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União Id-Usq:			79.523,00
<b>Despesa 284</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União Id-Usq:			1.050,00
<b>Despesa 201</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 131 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social Id-Usq:			1.260,00
<b>Despesa 202</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários Id-Usq:			52.500,00
<b>Despesa 200</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União Id-Usq:			432.600,00
<b>Despesa 205</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 161 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social Id-Usq:			1.782,00
<b>Despesa 203</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União Id-Usq:			14.207,00


<div><div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>Issuamta@cacador.sc.gov.br</div><div>2061-6546-085</div><div>22 / 28</div></div></div></div>			Emissão:15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio		Chave de Autenticação 2061-6546-085		Página 22 / 28	
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO								
Valores em R\$ - Orçamento: 2018					Fixado			
Despesa 206 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					44.000,00			
Fonte de recurso: 165 - Transferências do SUAS - Estado								
Id-Usq:								
Despesa 204 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					10.500,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários								
Id-Usq:								
Programa: 25 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE								
Ação: 2.101 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE								
Despesa 285 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas					38.850,00			
Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União								
Id-Usq:								
Despesa 286 3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					1.050,00			
Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União								
Id-Usq:								
Despesa 289 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					1.050,00			
Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União								
Id-Usq:								
Despesa 210 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					25.117,00			
Fonte de recurso: 165 - Transferências do SUAS - Estado								
Id-Usq:								
Despesa 208 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					1.260,00			
Fonte de recurso: 161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social								
Id-Usq:								
Despesa 209 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					52.500,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários								
Id-Usq:								
Despesa 207 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas					277.958,00			
Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União								
Id-Usq:								
Despesa 213 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					10.500,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários								
Id-Usq:								
Despesa 211 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					37.877,00			
Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União								
Id-Usq:								
Despesa 214 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					54.600,00			
Fonte de recurso: 165 - Transferências do SUAS - Estado								
Id-Usq:								
Despesa 212 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas					1.260,00			
Fonte de recurso: 161 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social								
Id-Usq:								
Programa: 29 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE								
Ação: 2.52 - SERVIÇOS DE ACOGLIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS								
Despesa 329 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					264.600,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários								
Id-Usq:								
Ação: 2.53 - SERVIÇOS DE ACOGLIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES								
Despesa 328 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					191.940,00			
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários								
Id-Usq:								
Ação: 2.55 - SERVIÇO DE ACOGLIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLHEDORA								





 <b>Município de Cacador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 20614546-085	Página 24 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Ação: 2.104 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS</b>				
<b>Despesa 279</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			13.920,00
	Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 280</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			10.500,00
	Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União			
	Id-Usr:			
<b>Ação: 2.105 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO</b>				
<b>Despesa 281</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			80.551,00
	Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 282</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			66.435,00
	Fonte de recurso: 135 - Transferências SUAS/União			
	Id-Usr:			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>6.379.431,00</b>
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				<b>6.379.431,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>6.379.431,00</b>
<b>7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA</b>				
<b>Órgão Orçamentário: 7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE</b>				
<b>Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE</b>				
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>				
<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>				
<b>Programa: 23 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</b>				
<b>Ação: 2.17 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES</b>				
<b>Despesa 230</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			103.110,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 231</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			12.474,00
	Fonte de recurso: 109 - FIA Imposto de Renda			
	Id-Usr:			
<b>Despesa 232</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			10.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Ação: 2.57 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES</b>				
<b>Despesa 233</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			26.250,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>152.334,00</b>
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				<b>152.334,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>152.334,00</b>
<b>8 - Fundo Municipal de Habitação</b>				
<b>Órgão Orçamentário: 6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</b>				
<b>Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</b>				
<b>Função: 16 - Habitação</b>				
<b>Subfunção: 482 - Habitação Urbana</b>				
<b>Programa: 22 - HABITAÇÃO</b>				
<b>Ação: 1.25 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES</b>				
<b>Despesa 226</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			167.855,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usr:			



 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 11:05 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação</b> 2061-6546-085	<b>Página</b> 25 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Despesa 227</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.445,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros			
	Id-Usa:			
<b>Ação: 2.67 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO</b>				
<b>Despesa 228</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			136.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 229</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros			
	Id-Usa:			
<b>Ação: 2.69 - ALUGUEL SOCIAL</b>				
<b>Despesa 297</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			400.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>706.850,00</b>
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				<b>706.850,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>				<b>706.850,00</b>
<b>Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador</b> <b>Órgão Orçamentário: 11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</b> <b>Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</b> <b>Função: 17 - Saneamento</b> <b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b> <b>Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO</b> <b>Ação: 2.95 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL</b>				
<b>Despesa 240</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas			1.372,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 241</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			1.372,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 242</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 243</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Ação: 2.96 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>				
<b>Despesa 244</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Ação: 2.97 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO</b>				
<b>Despesa 245</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 247</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios União - Outros			
	Id-Usa:			
<b>Despesa 246</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas			1.050,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
	Id-Usa:			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>9.044,00</b>

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 11:05 Usuário: Contador - Sérgio	Página 26 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>			
			<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>
			<b>Fixado</b>
			9.044,00
			9.044,00
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>			
<b>Total da Unidade Gestora</b>			
<b>Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano</b>			
<b>Órgão Orçamentário: 16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR</b>			
<b>Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR</b>			
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>			
<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>			
<b>Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO</b>			
<b>Ação: 2.47 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.</b>			
<b>Despesa 339</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		21.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Despesa 262</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		100.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Ação: 2.82 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR</b>			
<b>Despesa 257</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		365.500,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Ação: 2.93 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA</b>			
<b>Despesa 340</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		500.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Ação: 2.106 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR</b>			
<b>Despesa 258</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas		974.521,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Despesa 259</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		243.630,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Despesa 260</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		84.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Despesa 261</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas		63.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários		
	Id-Usq:		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			2.351.651,00
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>			2.351.651,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>			2.351.651,00
<b>Unidade Gestora: 11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador</b>			
<b>Órgão Orçamentário: 8000 - FAMPEC - CAÇADOR</b>			
<b>Unidade Orçamentária: 8001 - FAMPEC - CAÇADOR</b>			
<b>Função: 4 - Administração Geral</b>			
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>			
<b>Programa: 6 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS</b>			
<b>Ação: 2.20 - MANUTENÇÃO DO FAMPEC</b>			
<b>Despesa 341</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas		1.961.297,00
	Fonte de recurso: 20 - Recursos do Fampec - 02.06		
	Id-Usq: 0.2.06 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			1.961.297,00

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <b>tesouraria@cacador.sc.gov.br</b> CNPJ: 83.074.302/0001-31 <b>http://www.cacador.sc.gov.br</b>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 11:05 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação</b> 2061-6546-085	<b>Página</b> 27 / 28
<b>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</b>				
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</b>				<b>Fixado</b>
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				1.961.297,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>				1.961.297,00
<b>Unidade Gestora:</b> 12 - Câmara Municipal de Caçador <b>Órgão Orçamentário:</b> 1000 - PODER LEGISLATIVO <b>Unidade Orçamentária:</b> 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES <b>Função:</b> 1 - Legislativa <b>Subfunção:</b> 31 - Ação Legislativa <b>Programa:</b> 1 - PROCESSO LEGISLATIVO <b>Ação:</b> 1.1 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL				
<b>Despesa 263</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		450.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 264</b>	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		1.500.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.1 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS</b>				
<b>Despesa 265</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		4.860.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 266</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Id-Usr:		340.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Despesa 267</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		750.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.7 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA</b>				
<b>Despesa 268</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		650.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Ação: 2.8 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO</b>				
<b>Despesa 269</b>	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		390.000,00
	Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários			
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				8.940.000,00
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>				8.940.000,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>				8.940.000,00
<b>Unidade Gestora:</b> 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador <b>Órgão Orçamentário:</b> 9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR <b>Unidade Orçamentária:</b> 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR <b>Função:</b> 4 - Administração <b>Subfunção:</b> 122 - Administração Geral <b>Programa:</b> 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS <b>Ação:</b> 2.21 - MANUTENÇÃO DO IPASC				
<b>Despesa 270</b>	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	Id-Usr:		860.000,00
	Fonte de recurso: 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa			
<b>Despesa 271</b>	3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	Id-Usr:		189.200,00
	Fonte de recurso: 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa			

<div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div>				<div>Emissão: 15/12/2017 11:05</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>20614546-085</div>	<div>Página</div> <div>28 / 28</div>
<div>BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA CONSOLIDADO</div>							
<div>Valores em R\$ - Orçamento: 2018</div>							
<div>Fixado</div>							
<div>Despesa 272</div>		<div>3.3.90.00.00 Aplicações Diretas</div>		<div>Fonte de recurso: 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa</div>		<div>Id-Usu:</div>	
<div>Despesa 273</div>		<div>4.4.90.00.00 Aplicações Diretas</div>		<div>Fonte de recurso: 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa</div>		<div>Id-Usu:</div>	
<div>Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA</div>							
<div>Despesa 274</div>		<div>3.1.90.00.00 Aplicações Diretas</div>		<div>Fonte de recurso: 203 - Contribuição Fundo Previdenciário</div>		<div>Id-Usu:</div>	
<div>Ação: 2.999 - RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS</div>							
<div>Despesa 275</div>		<div>9.9.90.00.00 Aplicações Diretas</div>		<div>Fonte de recurso: 203 - Contribuição Fundo Previdenciário</div>		<div>Id-Usu:</div>	
<div>29.801.310,00</div>							
<div>29.801.310,00</div>							
<div>29.801.310,00</div>							
<div>202.899.212,00</div>							
<div>Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador</div>							
<div>SAULO SPEROTTO</div> <div>Prefeito Municipal</div>				<div>SERGIO INHAIA</div> <div>Contador</div> <div>CRC-SC 028.242/O-2</div>			

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2


<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CEP: 83.074-302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div><div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div>				<div>Emissão:15/12/2017 11:07</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>22618224-947</div>	<div>Página</div> <div>1 / 20</div>		
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO									
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018									
<div><div><div><div><div>Unidade Gestora:</div><div>Unidade Orçamentária:</div></div><div><div>1 - Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>2001 - GABINETE DO PREFEITO</div></div></div><div><div><div>Especificação</div><div>Código</div></div><div><div>Administração</div><div>4</div></div><div><div>Administração Geral</div><div>4 122</div></div><div><div>ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</div><div>4 122 2</div></div><div><div>CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON</div><div>4 122 2 1.4</div></div><div><div>Contribuição da sede administrativa do Procon, com finalidade de garantir a mediação de casos conflituosos entre os clientes e consumidores insatisfeitos com os serviços ou produtos disponibilizados por determinada empresa ou estabelecimento.</div><div>4 122 2 2.2</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.2</div></div><div><div>MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO</div><div>4 122 2 2.2</div></div><div><div>Ação que visa assistir diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, coordenar as relações com as entidades da sociedade civil estabelecidas. Coordenar a manutenção e atualização de coletânea de leis municipais, bem como das legislações federal e estadual, de interesse do Município. Propiciar a unificação de pareceres sobre questões jurídicas, sugerindo revisões na legislação e formulando, independentemente de designação específica, arguição de inconstitucionalidade, quando for o caso. Propor o encaminhamento de representação de quaisquer normas municipais, ou sobre as consultas que devam ser formuladas pelos órgãos da Prefeitura.</div><div>4 122 2 2.3</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.3</div></div><div><div>Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div><div>4 122 2 2.4</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.4</div></div><div><div>MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA</div><div>4 122 2 2.4</div></div><div><div>Ação que envolve o cultivo de contatos jornalísticos; sugestões de pautas, agendamento e preparação de entrevistas, divulgação de serviços, garantindo a população a divulgação dos atos e fatos administrativos.</div><div>4 122 2 2.6</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.6</div></div><div><div>MANUTENÇÃO DO PROCON</div><div>4 122 2 2.6</div></div><div><div>Ação de serviços administrativos, com finalidade de garantir a mediação de casos conflituosos entre os clientes e consumidores insatisfeitos com os serviços ou produtos disponibilizados por determinada empresa ou estabelecimento.</div><div>4 122 2 2.9</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.9</div></div><div><div>CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.</div><div>4 122 2 2.9</div></div><div><div>Entidades abrangidas que recebem aportes financeiros de qualquer natureza, como subvenções, contribuições, auxílios, para realizar atividade de cunho socioeducativo ou desportivo.</div><div>4 122 2 1.0</div></div><div><div>Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div><div>4 122 2 1.0</div></div><div><div>MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO</div><div>4 122 2 1.0</div></div><div><div>Conjunto de ações, interligadas, buscando o controle global, envolvendo aspectos patrimonial, orçamentário, financeiro, econômico, etc.</div><div>4 122 2 2.88</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.88</div></div><div><div>MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE</div><div>4 122 2 2.88</div></div><div><div>Manutenção das atividades para muntenção da Intendência de Taquara Verde</div><div>4 122 2 2.88</div></div><div><div>Aplicações Diretas</div><div>4 122 2 2.88</div></div></div></div></div>					<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>
			230.000,00	5.150.987,00	5.380.987,00				
			230.000,00	5.150.987,00	5.380.987,00				
			50.000,00	5.150.987,00	5.200.987,00				
			50.000,00		50.000,00				
			50.000,00		50.000,00				
				3.552.160,00	3.552.160,00				

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>  
[tesouraria@caçador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br)

**Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018**

**Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO**

**Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <b>tesouraria@cacador.sc.gov.br</b> CNPJ: 83.074.302/0001-31 <b>http://www.cacador.sc.gov.br</b>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 11:07 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	<b>Chave de Autenticação</b> 2261-8234-947	<b>Página</b> 3 / 20
<b>PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO</b>				
<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</b>				
<b>Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>				
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Não Orçamentária</b>	<b>Operação Especial</b>	<b>Projetos</b>
4.4.90.00	Aplicações Diretas			21.000,00
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>6.560.485,00</b>
<b>Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>				
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Não Orçamentária</b>	<b>Operação Especial</b>	<b>Projetos</b>
15	Urbanismo			773.841,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana			18.540.417,00
15 451 17	INFRA ESTRUTURA URBANA			18.433.317,00
15 451 17 1.16	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE			151.050,00
	Dispor de diversos instrumentos e ferramentas, que visam integrar os diferentes modos de transporte, além de promover a mobilidade e a acessibilidade de pessoas e cargas para o Município. A ação consiste em práticas envolvendo os conceitos de mobilidade urbana e acessibilidade associados à qualidade ambiental, sustentabilidade e aspectos econômicos que envolvem a sociedade.			1.050,00
15 451 17 1.24	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS			1.050,00
	Construção e manutenção de abrigos para passageiros, destinados a proteger e abrigar pessoas, como sendo parte da mobilidade urbana.			150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			37.800,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas			112.200,00
15 451 17 2.45	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA			12.863.728,00
	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura.			5.052.782,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas			1.577.688,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			6.128.048,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			105.210,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas			1.294.103,00
15 451 17 2.46	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS			1.167.252,00
	Manutenção das Atividades de Manutenção de Vias Urbanas.			126.851,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			10.500,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas			10.500,00
15 451 17 2.48	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL			10.500,00
	Manutenção e conservação do Cemitério Municipal.			615.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			615.500,00
15 451 17 2.49	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS			34.528,00
	manutenção, revitalização e limpeza de praças e ruas.			34.528,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			615.500,00
15 451 17 2.50	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL			34.528,00
	Manutenção do aeroporto municipal, investimentos em melhorias das áreas para melhor oferta de serviços tanto para empresas regionais, quanto a população.			34.528,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			3.076.858,00
15 451 17 2.51	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			67.158,00
	A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno.			42.000,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			525.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			2.439.025,00
3.3.72.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos			
3.3.90.00	Aplicações Diretas			




 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 11:07 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 2261-8234-947	Página 4 / 20
--	---	--	------------------

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		NÃO ORÇAMENTÁRIA				Atividades		Total
Código	Especificação	Projeto	Operação Especial	Projeto	Operação Especial	Atividades		Total
15 451 17 2.80	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					3.675,00		3.675,00
	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL					316.050,00		316.050,00
	Manutenção da malha viária municipal.							
15 451 34	Aplicações Diretas					316.050,00		316.050,00
15 451 34 2.27	PLANEJAMENTO URBANO					200.000,00		200.000,00
	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES					200.000,00		200.000,00
	Melhoria da circulação das pessoas nas cidades, melhoria da qualidade do transporte público coletivo. Pavimentação de itinerários de transporte público coletivo urbano ou pavimentação de bairros/polygonais de vias, vinculadas obrigatoriamente à execução de calçadas com acessibilidade, microdrenagem e sinalização viária. Podem ser vinculadas à pavimentação, infraestrutura cicloviária, medidas de moderação de tráfego, iluminação pública, arborização, redes de abastecimento de água e redes de coleta de esgoto sanitário.							
15 451 38	Aplicações Diretas					200.000,00		200.000,00
15 451 38 1.17	PARQUE CENTRAL					22.050,00		22.050,00
	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	101.050,00						123.100,00
	Desapropriação das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tornando - as em áreas propícias ao lazer coletivo.	101.050,00						101.050,00
15 451 38 2.109	Aplicações Diretas					101.050,00		101.050,00
	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL					22.050,00		22.050,00
	Manutenção das áreas em torno do parque, com o intuito de revitalizar as áreas degradadas, tornando - as em áreas propícias ao lazer coletivo.							
15 452	Aplicações Diretas					21.000,00		21.000,00
15 452 17	Aplicações Diretas					1.050,00		1.050,00
15 452 17 1.21	Serviços Urbanos					107.100,00		107.100,00
	INFRA ESTRUTURA URBANA	521.741,00						628.841,00
	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	387.051,00						387.051,00
	Construção e reformas de pontes, pontilhões e bueiros, melhorando a trafegabilidade, tanto em vias urbanas quanto em vias rurais, proporcionando segurança e também garantindo o escoamento da produção agrícola.	137.550,00						137.550,00
15 452 17 1.23	Aplicações Diretas					31.500,00		31.500,00
	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					106.050,00		106.050,00
	Aquisição de imóveis, tais como terrenos para futuras edificações e também para loteamentos para habitação urbana, como também para construção de parques e praças.							
15 452 20	Aplicações Diretas					249.501,00		249.501,00
15 452 20 1.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS					134.690,00		134.690,00
	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS	134.690,00						134.690,00
	Pavimentação de vias públicas e passeios públicos, melhorando assim as condições de segurança do tráfego de veículos e pedestres.							
15 452 21	Aplicações Diretas					1.050,00		1.050,00
15 452 21 2.66	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					2.100,00		2.100,00
	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS					2.100,00		2.100,00
	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários tem por objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos.							
15 452 37	Aplicações Diretas					1.050,00		1.050,00
15 452 37 2.108	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL					1.050,00		1.050,00
	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL					105.000,00		105.000,00
	Manutenção e conservação do terminal rodoviário municipal.					105.000,00		105.000,00

<div><b>Município de Caçador/SC</b></div> <div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		<div>Emissão:15/12/2017 11:07</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2261-8234-947</div>		<div>Página</div> <div>5 / 20</div>	
<b>PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO</b>							
<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2018</b>							
<b>Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>							
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Não Orçamentária</b>	<b>Operação Especial</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>	
3.3.90.00	Aplicações Diretas				105.000,00	105.000,00	
17	Saneamento			52.500,00		52.500,00	
17 512	Saneamento Básico Urbano			52.500,00		52.500,00	
17 512 17	INFRA ESTRUTURA URBANA			52.500,00		52.500,00	
17 512 17 1.22	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS			52.500,00		52.500,00	
	Canalização de córregos, como medida para evitar assoreamento, evitando alagamentos ou enchentes.						
4.4.90.00	Aplicações Diretas			52.500,00		52.500,00	
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>826.341,00</b>	<b>18.540.417,00</b>	<b>19.366.758,00</b>	
<b>Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>							
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Não Orçamentária</b>	<b>Operação Especial</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>	
6	Segurança Pública			15.000,00		15.000,00	
6 181	Policimento			15.000,00		15.000,00	
6 181 4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA			15.000,00		15.000,00	
6 181 4 1.36	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO			15.000,00		15.000,00	
	A iniciativa tem por objetivo contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior. A educação no trânsito nas escolas auxilia, ainda, na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.						
3.3.90.00	Aplicações Diretas			15.000,00		15.000,00	
6 181 4 2.13	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR			2.612.100,00		2.612.100,00	
	A ação tem objetivo de garantir a segurança e a fiscalização dentro do Perímetro Urbano, e també cobrar de proprietários e condutores dos veículos que as exigências, regulamentadas por lei, sejam cumpridas.						
3.1.90.00	Aplicações Diretas			1.508.850,00		1.508.850,00	
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			137.550,00		137.550,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas			860.700,00		860.700,00	
4.4.90.00	Aplicações Diretas			105.000,00		105.000,00	
6 181 4 2.14	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			895.104,00		895.104,00	
	Manutenção das ações de segurança pública para permitir o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres, constituindo sua alteração ilegítima uma violação de direitos básicos, geralmente acompanhada de violência, que produz efeitos de insegurança e criminalidade. Cursos para profissionais da segurança pública, que serão capacitados em políticas de segurança, planejamento, técnicas operacionais e de gestão.						
3.3.90.00	Aplicações Diretas						
4.4.90.00	Aplicações Diretas						
6 181 4 2.16	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.			1.260.000,00		1.260.000,00	
	A ação será destinada a custear despesas atividades de manutenção, aquisição de equipamento e ampliação de estações de rádio, como também a proteção e o atendimento dos voluntários em atividades de prevenção de acidentes de trânsito, de prevenção de crimes de violência doméstica e de prevenção de crimes de violência sexual. A escola fornece a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações						
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				1.260.000,00	1.260.000,00	
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				<b>15.000,00</b>	<b>4.767.204,00</b>	<b>4.782.204,00</b>	
<b>Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>							
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Não Orçamentária</b>	<b>Operação Especial</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>	
12	Educação			3.192.785,00		3.192.785,00	
12 306	Alimentação e Nutrição			47.990.760,00		47.990.760,00	
12 306 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			1.926.497,00		1.926.497,00	
12 306 11 2.42	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			1.926.497,00		1.926.497,00	
	Despesas com aquisição de gêneros alimentícios, a serem utilizados na merenda escolar. Subsidiar a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica de escolas públicas. A escola fornece a refeição baseada nas recomendações nutricionais de cada criança, considerando o tempo em que elas estão naquele espaço. E também promover ações						

Município de Caçador/SC			
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>			
Emissão: 15/12/2017 11:07 Usuário: Contador - Sérgio		Chave de Autenticação	Página
		22618224-947	6 / 20
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO			
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018			
Unidade Orçamentária:	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial
	capazes de introduzir novos alimentos promovendo uma reeducação alimentar.		
12 361	3.3.90.00 Aplicações Diretas	1.926.497,00	1.926.497,00
12 361 11	Ensino Fundamental	28.356.522,00	30.820.872,00
12 361 11 1.2	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	28.356.522,00	30.820.872,00
	AQUISICÃO DE MATERIAL PERMANENTE	567.232,00	567.232,00
	Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços ofertados pela administração municipal.		
12 361 11 1.3	4.4.90.00 Aplicações Diretas	567.232,00	567.232,00
	AQUISICÃO DE VEICULOS	60.609,00	60.609,00
	Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços ofertados, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.		
12 361 11 1.1.2	4.4.90.00 Aplicações Diretas	1.332.536,00	1.332.536,00
	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS		
	Construção, ampliação e reformas de escolas municipais, como forma de melhoramento das condições estruturais das edificações, melhorando o ambiente escolar, bem como gerar aumento da oferta de vagas de ensino.		
12 361 11 1.1.3	3.3.90.00 Aplicações Diretas	52.500,00	52.500,00
	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	1.280.036,00	1.280.036,00
	Construção de quadras esportivas, alamedas, iluminação, acessórios esportivos e na reforma de quadras esportivas, melhorando a estrutura física e proporcionando incentivos a praticas esportivas com qualidade.		
12 361 11 1.30	4.4.90.00 Aplicações Diretas	321.961,00	321.961,00
	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	182.012,00	182.012,00
	Construção e reforma de ginásios de esportes, para melhor atender a população nas praticas esportivas, do esporte amador e de rendimento, contribuindo para uma população saudável.		
12 361 11 2.29	3.3.90.00 Aplicações Diretas	63.000,00	63.000,00
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	119.012,00	119.012,00
	Apoio administrativo no âmbito do ensino municipal, responsável pelo planejamento e a execução dos recursos para Manutenção e desenvolvimento do Ensino. Realizar manutenção nas unidades escolares do município, com o objetivo de oferecer as melhores condições aos alunos, incluindo Ensino Fundamental e Educação Infantil.		
12 361 11 2.30	3.1.90.00 Aplicações Diretas	2.407.822,00	2.407.822,00
	Seguridade Social	411.677,00	411.677,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas	5.626.792,00	5.626.792,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas	578.841,00	578.841,00
12 361 11 2.31	3.1.91.00 Aplicações Diretas	11.874.489,00	11.874.489,00
	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		
	Aplicação dos Recursos do Fundeb 60% - Manutenção do Fundo de Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério, do Município de Caçador.		
12 361 11 2.32	3.1.91.00 Aplicações Diretas	10.040.600,00	10.040.600,00
	Seguridade Social	1.833.889,00	1.833.889,00
	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		
	Aplicação dos Recursos do Fundeb 40% - Outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.		
12 361 11 2.33	3.1.90.00 Aplicações Diretas	4.464.143,00	4.464.143,00
	Seguridade Social	3.397.471,00	3.397.471,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas	611.220,00	611.220,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas	330.701,00	330.701,00
	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	124.751,00	124.751,00
	A contribuição social do salário-educação é fonte adicional da educação básica pública e será destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para essa finalidade, no entanto, atenderá somente o ensino fundamental publico quando instituir programas suplementares de alimentação e no caso da educação especial.		
		1.284.345,00	1.284.345,00

# Município de Caçador/SC

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>  
[tesouraria@caçador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 11:07  
 Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação  
 2251-8234-947

Página  
 7 / 20

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		Não Orçamentária				Total	
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operação Especial	Atividades	Atividades	Total
12 361 11 2.33	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		397.954,00		397.954,00	397.954,00	397.954,00
	Aplicações Diretas		724.215,00		724.215,00	724.215,00	724.215,00
	Aplicações Diretas		162.176,00		162.176,00	162.176,00	162.176,00
12 361 11 2.33	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		1.208.335,00		1.208.335,00	1.208.335,00	1.208.335,00
	Ação para custear despesas com manutenção de transporte escolar de alunos do município, como parte importante no apoio à educação infantil e infantil, proporcionando que crianças regiões mais retradas, possam se deslocar com segurança, até os estabelecimentos de ensino.						
12 361 11 2.56	MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS		1.208.335,00		1.208.335,00	1.208.335,00	1.208.335,00
	Parceria com entidades de apoio aos excepcionais, com atuação em diversas áreas, educação, saúde, assistência social, educação física, educação profissional, arte, defesa dos direitos, promoção da autonomia da pessoa com deficiência, orientação às famílias, entre outros.		500.078,00		500.078,00	500.078,00	500.078,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 364	Ensino Superior		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 364 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 364 11 2.41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Bolsas de estudos a alunos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para custear despesas escolares.						
12 365	Educação Infantil		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 365 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 365 11 1.15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Construção, ampliação e reformas de centros de educação infantil, fornecendo melhor estrutura física para acomodação dos alunos, proporcionando ensino com qualidade.						
12 365 11 2.30	APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 60%		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Aplicação dos Recursos do Fundeb 60% - Manutenção do Fundo de Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério, do Município de Caçador.						
	Aplicações Diretas		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Aplicações Diretas		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 365 11 2.31	APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 40%		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Aplicação dos Recursos do Fundeb 40% - Outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.						
	Aplicações Diretas		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Aplicações Diretas		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 365 11 2.36	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional. Primeira etapa da educação básica, única que está vinculada a uma idade própria, que atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico.						
12 365 11 2.37	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Entidades mantenedoras que trabalham em parceria com o poder público, que colocam à disposição o espaço físico e os professores, com manutenção regular, especialmente de ensino primário.						
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 366	Educação de Jovens e Adultos		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 366 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
12 366 11 2.35	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		89.250,00		89.250,00	89.250,00	89.250,00
	Manutenção da educação de jovens e adultos, para possibilitar o acesso a educação, a pessoas que não tiveram acesso ao ensino, mas que almejam o conhecimento tanto para sua vida social, quanto para o profissional.						


**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO**

## **PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO**

**Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018**

<b>Total da Unidade Orçamentária</b>		<b>3.192.785,00</b>	<b>47.990.760,00</b>	<b>51.183.545,00</b>
--------------------------------------	--	---------------------	----------------------	----------------------

Município de Cacador/SC				Emissão:15/12/2017 11:07		Chave de Autenticação		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				tesouraria@cacador.sc.gov.br		226148234-947		9 / 20	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br					
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO									
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018									
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE									
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total			
18 541 24 1.5	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			16.800,00		16.800,00			
	Aquisição de equipamentos e material permanente, destinados a contribuir com a melhoria na prestação de serviços oferecidos pela administração municipal.								
4.4.90.00	Aplicações Diretas			16.800,00		16.800,00			
18 541 24 1.7	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			43.050,00		43.050,00			
	Aquisição de veículos, destinados a renovação da frota, com intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, e também melhorar a segurança das pessoas que fazem uso destes veículos.								
4.4.90.00	Aplicações Diretas			43.050,00		43.050,00			
18 541 24 1.9	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			32.550,00		32.550,00			
	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas, objetivando dar a comunidade agrícola respaldo, tanto na produção quanto no escoamento da sua produção.								
4.4.90.00	Aplicações Diretas			32.550,00		32.550,00			
18 541 24 2.18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL				91.718,00	91.718,00			
	O Horto Municipal de Cacador produz mudas nativas e ornamentais para atender as demandas de diversos projetos, entre eles a Recuperação Florestal, Jardinagem e Paisagismo do Município, Educação Ambiental e Doação para os Municípios.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas				91.718,00	91.718,00			
18 541 24 2.19	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS				166.950,00	166.950,00			
	Produção e aquisição de mudas ornamentais, frutíferas, comerciais e nativas, destinadas a revitalização de parques e praças do Município, bem como a recuperação de ambientes degradados.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas				166.950,00	166.950,00			
18 541 24 2.23	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO				381.885,00	381.885,00			
	Desenvolvimento de ações que contribuam a promoção de informações com ênfase em projetos de desenvolvimento sustentável, a inserção da comunidade em projetos voltados à proteção do meio ambiente e o adequado manejo de resíduos sólidos.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas				381.885,00	381.885,00			
20 606 26 1.27	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL			136.100,00		136.100,00			
	Ações de mobilização e diagnóstico socioeconômico referente todas as atividades rurais e urbanas, com o propósito de aumentar o fluxo de pessoas e clientes na feira e comércio local. Assistência técnica especializada e de qualidade aos produtores, acompanhando o processo produtivo, visando melhorar a oferta e qualidade dos alimentos, disseminar novas tecnologias que reduzirão custos de produção, e apoiar os agricultores familiares na comercialização e acesso a crédito e fomento agrícola.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			136.100,00		136.100,00			
20 606 26 1.28	EXTENSÃO RURAL			57.750,00		57.750,00			
	Criação de um banco de dados da produção rural e da sanidade animal para a gestão do meio rural, e, quando integrado às demais áreas no Município, auxilia no planejamento de desenvolvimento rural, no combate à clandestinidade e à sonegação fiscal. Ações de combate à clandestinidade, atividades de educação sanitária, programas de treinamento, atendendo às exigências básicas para a inspeção e certificação dos produtos, de modo que estes podem ser comercializados intermunicípios ou interestados. Essa medida incentivará o crescimento da produção dos estabelecimentos, gerando mais renda no meio rural.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			57.750,00		57.750,00			
20 606 26 1.31	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			46.800,00		46.800,00			
	Com a finalidade de levar água potável e de qualidade aos produtores rurais, a ação contribui significativamente no aumento da produção e, consequentemente, na geração de emprego e renda.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			46.800,00		46.800,00			
20 606 26 2.70	CONSTRUÇÃO DE POCOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL			16.800,00		16.800,00			
	Com a finalidade de levar água potável e de qualidade aos produtores rurais, a ação contribui significativamente no aumento da produção e, consequentemente, na geração de emprego e renda.								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			16.800,00		16.800,00			
20 606 26 2.70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			30.000,00		30.000,00			
	Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Meio Ambiente. Promover a manutenção dos equipamentos da Secretaria. Prestar assistência técnica aos agricultores, promover medidas visando a defesa sanitária vegetal, incentivar o ensino agropecuário formal e informal. Chiar mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural. Apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, extensão rural, integração agroindustrial e outras formas de organização de produtor e da								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			31.550,00		31.550,00			
20 606 26 2.70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			31.550,00		31.550,00			
	Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Meio Ambiente. Promover a manutenção dos equipamentos da Secretaria. Prestar assistência técnica aos agricultores, promover medidas visando a defesa sanitária vegetal, incentivar o ensino agropecuário formal e informal. Chiar mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural. Apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, extensão rural, integração agroindustrial e outras formas de organização de produtor e da								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			31.550,00		31.550,00			
20 606 26 2.70	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			2.875.950,00		2.875.950,00			
	Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Meio Ambiente. Promover a manutenção dos equipamentos da Secretaria. Prestar assistência técnica aos agricultores, promover medidas visando a defesa sanitária vegetal, incentivar o ensino agropecuário formal e informal. Chiar mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural. Apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, extensão rural, integração agroindustrial e outras formas de organização de produtor e da								
3.3.90.00	Aplicações Diretas			2.875.950,00		2.875.950,00			

<div><div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div></div>				Emissão: 15/12/2017 11:07		Chave de Autenticação	Página		
				Usuário: Contador - Sérgio		2261-8234-947	10 / 20		
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO									
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018									
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE									
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total			
	produção.								
	3.1.90.00 Aplicações Diretas				1.852.200,00	1.852.200,00			
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da				393.750,00	393.750,00			
	Seguridade Social								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				525.000,00	525.000,00			
	4.4.90.00 Aplicações Diretas				105.000,00	105.000,00			
20 606 26 2.71	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL				30.500,00	30.500,00			
	Orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, etc.) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção agrícola.								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				30.500,00	30.500,00			
20 606 26 2.73	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO				262.500,00	262.500,00			
	O sistema garante aos produtores rurais e moradores da área urbana, maior tranquilidade quanto a queda de granizo. Toda a extensão territorial de Caçador está protegida por queimadores, que serão acionados sempre que existe ameaça de chuva de pedras. Medidas essas, que garantem especialmente aos produtores ganhos ao nível de perdas nas produções.								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				262.500,00	262.500,00			
20 606 26 2.74	SUBSÍDIOS AO PRODUTOR RURAL				50.000,00	50.000,00			
	Auxílio com horas máquinas, a todo aquele que desenvolve ou vier a desenvolver atividade econômica rural no município, sendo considerados de interesse público, que importem em incremento à economia local, tais como, piscicultura, suinocultura, avicultura, produção leiteira, produção agrícola, agroindústria e outros similares.								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				50.000,00	50.000,00			
20 606 26 2.75	SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS				61.050,00	61.050,00			
	Apoio a estruturação de rede de agroindústrias, ao cadastro de agroindústrias existentes, disponibilização e manutenção dos técnicos que deverão compor a equipe técnica para a concepção do projeto e do estudo de mercado e para a assistência técnica após a implantação.								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				61.050,00	61.050,00			
20 606 26 2.77	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS				27.550,00	27.550,00			
	Exposições organizadas de forma a que as empresas possam expor e demonstrar os seus novos produtos e serviços. Planejamento de festivais, cerimônias, competições, festas ou convenções.								
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				27.550,00	27.550,00			
Total da Unidade Orçamentária				3.349.258,00	4.945.123,00	8.294.381,00			
Unidade Orçamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO									
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total			
4	Administração				308.700,00	308.700,00			
4 122	Administração Geral				308.700,00	308.700,00			
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				308.700,00	308.700,00			
4 122 2 1.11	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO				308.700,00	308.700,00			
	Manutenção das atividades do gabinete do vice-prefeito.								
	3.1.90.00 Aplicações Diretas				298.200,00	298.200,00			
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00			
Total da Unidade Orçamentária				308.700,00	308.700,00	308.700,00			
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO									
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total			
4	Administração			20.000,00		20.000,00			
4 122	Administração Geral			20.000,00		20.000,00			
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			20.000,00		20.000,00			
4 122 2 1.35	PROJETO MÃO DADAS			20.000,00		20.000,00			
	O projeto De Mãos Dadas - Artesanato Sustentável, que tem como objetivo agregar identidade e mais valor a produtos artesanais. Valorizando a mão de obra e a cultura local.								



**PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO**

# PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO

**Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018**

Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
1	Administração				2.821.195,00	2.821.195,00
1 123	Administração Financeira				2.821.195,00	2.821.195,00
123 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				2.821.195,00	2.821.195,00

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div>				<div>Emissão:15/12/2017 11:07</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div>		<div>Chave de Autenticação</div> <div>2261.6234-947</div>	<div>Página</div> <div>12 / 30</div>
<div>PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO</div> <div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>							
<div>Unidade Orçamentária: 2011- SECRETARIA DA FAZENDA</div>							
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>	
4 123 2 2.15	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA Ação que visa planejar, coordenar, normatizar e executar os sistemas de administração da Prefeitura de Caçador, abrangendo os setores contábil, financeiro e tributário.				2.821.195,00	2.821.195,00	
3.1.90.00	Aplicações Diretas				1.681.315,00	1.681.315,00	
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				530.880,00	530.880,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas				556.500,00	556.500,00	
4.4.90.00	Aplicações Diretas				52.500,00	52.500,00	
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>					<div>2.821.195,00</div>	<div>2.821.195,00</div>	
<div>Unidade Orçamentária: 3001- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</div>							
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>	
4	Administração		2.135.000,00			2.135.000,00	
4 122	Administração Geral		2.135.000,00			2.135.000,00	
4 122 0	ENCARGOS ESPECIAIS		2.135.000,00			2.135.000,00	
4 122 0 0.3	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS Ação decorrente de acordos e sentenças judiciais, que devem ser efetuados, naquilo que couberem, assim que o crédito esteja disponível, ocasião em que se configura o fato gerador, haja vista o caráter de ordem pública contido em aludidas normas.		425.000,00			425.000,00	
3.1.90.00	Aplicações Diretas		25.000,00			25.000,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas		400.000,00			400.000,00	
4 122 0 0.4	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES Indenizações e Restituições, transação que consiste no ressarcimento de valores, cobrados indevidamente ou devolução de valores não utilizados.		390.000,00			390.000,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas		390.000,00			390.000,00	
4 122 0 0.5	PAGAMENTO AO PASEP Pagamento mensal referente a 1% da arrecadação municipal, para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, criado pela Lei Complementar nº 8, de 03.12.1970.		1.320.000,00			1.320.000,00	
3.3.20.00	Transferências à União		1.320.000,00			1.320.000,00	
28	Encargos Especiais		6.425.000,00			6.425.000,00	
28 843	Serviço da Dívida Interna		6.425.000,00			6.425.000,00	
28 843 0	ENCARGOS ESPECIAIS		6.425.000,00			6.425.000,00	
28 843 0 0.1	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA Pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. Os juros referem - se a encargos de renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais.		225.000,00			225.000,00	
3.2.90.00	Aplicações Diretas		225.000,00			225.000,00	
28 843 0 0.2	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA Amortização da dívida através de pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor. A dívidas referem - se a renegociações com a Previdência dos Servidores, amortização de empréstimos e quitação de precatórios judiciais.		6.200.000,00			6.200.000,00	
4.6.90.00	Aplicações Diretas		6.200.000,00			6.200.000,00	
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>					<div>8.560.000,00</div>	<div>8.560.000,00</div>	
<div>Unidade Orçamentária: 10099- RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div>							
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>	
999	Reserva de Contingência	124.751,00				124.751,00	
999 999	Reserva de Contingência	124.751,00				124.751,00	
999 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00				124.751,00	

# Município de Caçador/SC

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
 CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.caçador.sc.gov.br>  
[tesouraria@caçador.sc.gov.br](mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br)

Emissão: 15/12/2017 11:07

Usuário: Contador - Sérgio

Chave de Autenticação

226118234-947

Página

13 / 20

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO


Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
99 999 9999 9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00		124.751,00
	Reserva de Contingência			
9.9.90.00	Aplicações Diretas	124.751,00		124.751,00

<b>Total da Unidade Orçamentária</b>				
		<b>124.751,00</b>		<b>124.751,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>		<b>124.751,00</b>	<b>8.085.534,00</b>	<b>92.035.475,00</b>
				<b>108.805.760,00</b>

Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte				
Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
27	Desporto e Lazer		2.047.175,00	2.047.175,00
27 812	Desporto Comunitário		2.047.175,00	2.047.175,00
27 812 31	DESPORTO AMADOR		2.047.175,00	2.047.175,00
27 812 31 2.81	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		1.565.424,00	1.565.424,00
	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes de Caçador:			
3.1.90.00	Aplicações Diretas		536.424,00	536.424,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		136.500,00	136.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		861.000,00	861.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		31.500,00	31.500,00
27 812 31 2.84	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		124.751,00	124.751,00
	Contribuição financeira para entidades desportivas e organizações do Município.			
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		124.751,00	124.751,00
27 812 31 2.98	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA		357.000,00	357.000,00
	Manutenção do programa bolsa atleta.			
3.3.90.00	Aplicações Diretas		357.000,00	357.000,00
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			<b>2.047.175,00</b>	<b>2.047.175,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>			<b>2.047.175,00</b>	<b>2.047.175,00</b>

Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo				
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
13	Cultura		275.520,00	2.009.116,00
13 392	Difusão Cultural		275.520,00	2.009.116,00
13 392 19	ACERVO CULTURAL		275.520,00	2.009.116,00
13 392 19 1.14	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA		1.733.596,00	2.009.116,00
	Manutenção e reformas da estação ferroviária, com intervenção mínima na edificação (respeito aos valores estéticos e históricos do monumento).		22.260,00	22.260,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		22.260,00	22.260,00
13 392 19 1.18	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		53.760,00	53.760,00
	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A RENOVACÃO DA FROTA, COM INTUITO DE REDUZIR CUSTOS, MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS, E TAMBÉM MELHORAR A SEGURANÇA DAS PESSOAS QUE FAZEM USO DESTES VEÍCULOS.			
4.4.90.00	Aplicações Diretas		53.760,00	53.760,00
13 392 19 1.33	PROGRAMA PAM E PAI		199.500,00	199.500,00
	Atividades do programa atenção a mulher e programa de atenção ao idoso, proporcionando socialidade, integração e apoio aos grupos de mulheres e de idosos, com atividades voltadas ao conhecimento e a qualidade de vida.			
3.3.90.00	Aplicações Diretas		199.500,00	199.500,00

 <b>Município de Cacador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	Emissão: 15/12/2017 11:07 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 226148234-947	Página 14 / 20
--	---	--	-------------------

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

### Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
13 392 19 2.44	MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO				1.733.596,00	1.733.596,00
3.1.90.00	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura e Turismo.				1.185.781,00	1.185.781,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas				296.445,00	296.445,00
3.3.50.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				62.370,00	62.370,00
3.3.90.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				157.500,00	157.500,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				31.500,00	31.500,00
	Total da Unidade Orçamentária	275.520,00			1.733.596,00	2.009.116,00
	Total da Unidade Gestora	275.520,00			1.733.596,00	2.009.116,00

### Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde

### Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
10 301 8 2.44	SAÚDE			421.835,00	39.313.409,00	39.735.244,00
10 301 8 2.44	Atenção Básica			421.835,00	32.948.894,00	33.370.729,00
10 301 8 2.44	SAÚDE BÁSICA			421.835,00	32.948.894,00	33.370.729,00
10 301 8 2.44	BLOCO DE INVESTIMENTOS			421.835,00		421.835,00
4.4.90.00	Bloco de investimentos, financiados com recursos tripartite, dos governos municipal, estadual e federal.			421.835,00		421.835,00
10 301 8 2.58	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			27.877.790,00		27.877.790,00
3.1.71.00	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Cacador.				15.750,00	15.750,00
3.1.90.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				20.249.940,00	20.249.940,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas				3.103.400,00	3.103.400,00
3.3.50.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				1.726.956,00	1.726.956,00
3.3.71.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				10.500,00	10.500,00
3.3.90.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				2.651.117,00	2.651.117,00
3.3.93.00	Aplicações Diretas				21.000,00	21.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe				99.127,00	99.127,00
10 301 8 2.58	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF			906.991,00		906.991,00
3.1.90.00	Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família - ESF				680.243,00	680.243,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas				226.748,00	226.748,00
10 301 8 2.59	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS			1.362.284,00		1.362.284,00
3.1.90.00	Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS				1.021.713,00	1.021.713,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas				340.571,00	340.571,00
10 301 8 2.60	MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO			1.962.488,00		1.962.488,00
3.3.90.00	Manutenção das Atividades do Piso da Atenção Básica em Saúde - PAB FIXO				1.890.000,00	1.890.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				72.488,00	72.488,00

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município de Cacador/SC				Emissão:15/12/2017 11:07		Chave de Autenticação		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				226148234-947		226148234-947		16 / 20	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				Usuário: Contador - Sérgio					
http://www.cacador.sc.gov.br									
PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO									
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018									
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total			
8	Assistência Social				6.379.431,00	6.379.431,00			
8 244	Assistência Comunitária				6.379.431,00	6.379.431,00			
8 244 5	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				637.422,00	637.422,00			
8 244 5 2.100	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				637.422,00	637.422,00			
	Prevenir situação de risco social por meio do atendimento social, socioeducativo com vistas ao desenvolvimento de potencialidades, promoção da autonomia das famílias e fortalecimento de vínculos familiares comunitários.								
3.1.90.00	Aplicações Diretas				79.523,00	79.523,00			
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				1.050,00	1.050,00			
3.3.90.00	Aplicações Diretas				486.360,00	486.360,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas				70.489,00	70.489,00			
8 244 25	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE				502.022,00	502.022,00			
8 244 25 2.101	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE				502.022,00	502.022,00			
	Garantir a proteção social ao indivíduo e famílias que vivenciam situação de violência e ou violação de direitos.								
3.1.90.00	Aplicações Diretas				38.850,00	38.850,00			
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				1.050,00	1.050,00			
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				1.050,00	1.050,00			
3.3.90.00	Aplicações Diretas				356.835,00	356.835,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas				104.237,00	104.237,00			
8 244 29	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				1.312.080,00	1.312.080,00			
8 244 29 2.52	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS				264.600,00	264.600,00			
	Acolhimento institucional para mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica e seus filhos, e ou violação de direitos.								
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				264.600,00	264.600,00			
8 244 29 2.53	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				191.940,00	191.940,00			
	Mantuição dos serviços de acolhimento institucional, de crianças e adolescentes e serviços de acolhimento de família acolhedora.								
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				191.940,00	191.940,00			
8 244 29 2.55	SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLHE DORA				323.760,00	323.760,00			
	Prestar os serviços de alta complexidade de acolhimento em família acolhedora.								
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				323.760,00	323.760,00			
8 244 29 2.89	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				240.000,00	240.000,00			
	Acolhimento institucional de idosos e pessoas com deficiência								
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				240.000,00	240.000,00			
8 244 29 2.102	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				291.780,00	291.780,00			
	Garantir acolhida e proteção social a indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários rompidos e ou fragilizados, além de garantir proteção integral.								
3.1.90.00	Aplicações Diretas				1.050,00	1.050,00			
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				1.050,00	1.050,00			
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				138.010,00	138.010,00			
3.3.90.00	Aplicações Diretas				149.360,00	149.360,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas				2.310,00	2.310,00			
8 244 30	GESTÃO MUNICIPAL				3.927.907,00	3.927.907,00			
8 244 30 2.103	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL				3.756.501,00	3.756.501,00			
	Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.								

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Emissão: 15/12/2017 11:07 Usuário: Contador - Sérgio	Chave de Autenticação 226118234-947	Página 17 / 20
--	--	---	--	-------------------

## PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO

Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

Unidade Gestora: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.700.000,00	2.700.000,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		450.000,00	450.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		39.501,00	39.501,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		504.000,00	504.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		63.000,00	63.000,00
8 244 30 2.104	GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social à população que dela necessitar, promovendo proteção social conforme previsto no SUAS.		24.420,00	24.420,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		13.920,00	13.920,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		10.500,00	10.500,00
8 244 30 2.105	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO Gestão do Cadastro Único do Sistema Municipal de Assistência Social de Caçador, bem como do Programa Bolsa Família.		146.986,00	146.986,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		80.551,00	80.551,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		66.435,00	66.435,00
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			<b>6.379.431,00</b>	<b>6.379.431,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>			<b>6.379.431,00</b>	<b>6.379.431,00</b>

Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA				
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
8	Assistência Social		152.334,00	152.334,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente		152.334,00	152.334,00
8 243 23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		152.334,00	152.334,00
8 243 23 2.17	SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES Manutenção dos serviços, programas e projetos voltados para a criança e o adolescente.		126.084,00	126.084,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		115.584,00	115.584,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		10.500,00	10.500,00
8 243 23 2.57	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES Capacitação para adolescentes.		26.250,00	26.250,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		26.250,00	26.250,00
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			<b>152.334,00</b>	<b>152.334,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>			<b>152.334,00</b>	<b>152.334,00</b>

Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação				
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Total
16	Habitação		169.300,00	169.300,00
16 482	Habitação Urbana		169.300,00	169.300,00
16 482 22	HABITAÇÃO		169.300,00	169.300,00
16 482 22 1.25	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES Propiciar a construção, manutenção, reforma e adequação de unidades habitacionais para indivíduos e ou famílias em situação de vulnerabilidade social.		169.300,00	169.300,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		169.300,00	169.300,00
16 482 22 2.67	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO Manutenção do Fundo Municipal da Habitação.		137.550,00	137.550,00




<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>tel:047/41.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div><div><div>Emissão:15/12/2017 11:07</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div></div><div><div>Chave de Autenticação</div><div>2261-8234-947</div></div><div><div>Página</div><div>18 / 20</div></div></div></div>				<div>PROPOSTA ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA E PROGRAMAS DE TRABALHO</div> <div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>									
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO										Total da Unidade Gestora			
Código	Especificação	Não Orçamentária		Operação Especial		Projetos		Atividades		Total			
3.3.90.00	Aplicações Diretas							137.550,00		137.550,00			
16 482 22 2.69	ALUGUEL SOCIAL							400.000,00		400.000,00			
3.3.90.00	Aplicações Diretas							400.000,00		400.000,00			
Total da Unidade Orçamentária										706.850,00			
Total da Unidade Gestora										706.850,00			
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador													
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL													
Código	Especificação	Não Orçamentária		Operação Especial		Projetos		Atividades		Total			
17	Saneamento							9.044,00		9.044,00			
17 512	Saneamento Básico Urbano							9.044,00		9.044,00			
17 512 35	SANEAMENTO BASICO							9.044,00		9.044,00			
17 512 35 2.95	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL							4.844,00		4.844,00			
Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador.													
3.1.90.00	Aplicações Diretas							1.372,00		1.372,00			
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							1.372,00		1.372,00			
3.3.90.00	Aplicações Diretas							1.050,00		1.050,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas							1.050,00		1.050,00			
17 512 35 2.96	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS							1.050,00		1.050,00			
Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias (sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.													
3.3.90.00	Aplicações Diretas							1.050,00		1.050,00			
17 512 35 2.97	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO							3.150,00		3.150,00			
Sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos d'água, lagos, lagoas.													
3.3.90.00	Aplicações Diretas							1.050,00		1.050,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas							2.100,00		2.100,00			
Total da Unidade Orçamentária										9.044,00			
Total da Unidade Gestora										9.044,00			
Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano													
Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR													
Código	Especificação	Não Orçamentária		Operação Especial		Projetos		Atividades		Total			
15	Urbanismo							2.351.651,00		2.351.651,00			
15 451	Infra-Estrutura Urbana							2.351.651,00		2.351.651,00			
15 451 34	PLANEJAMENTO URBANO							2.351.651,00		2.351.651,00			
15 451 34 2.47	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.							121.000,00		121.000,00			
Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano.													
3.3.90.00	Aplicações Diretas							21.000,00		21.000,00			
4.4.90.00	Aplicações Diretas							100.000,00		100.000,00			
15 451 34 2.82	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR							365.500,00		365.500,00			
Plano Diretor Municipal, comumente referido pela sigla PDM, é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base por um lado interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e de outro os interesses particulares de seus moradores.													



**Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018**

entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a> <a href="mailto:tesouraria@cacador.sc.gov.br">tesouraria@cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:42 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1797-0149-019	<b>Página</b> 1 / 1
--	--	------------------------

### Anexo 1 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018

RECEITA		DESPESA	
<b>Receitas Correntes</b>		<b>Despesas Correntes</b>	
Receita Tributária	29.818.865,00	Pessoal e Encargos Sociais	88.823.047,00
Receita de Contribuições	9.053.499,00	Juros e Encargos da Dívida	225.000,00
Receita Patrimonial	11.808.477,00	Outras Despesas Correntes	69.487.879,00
Transferências Correntes	149.359.226,00		
Outras Receitas Correntes	5.442.861,00		
Total das Receitas Correntes	205.482.928,00	Total de Despesas Correntes	158.535.926,00
Dedução	-16.238.683,00		
Déficit		Superávit	30.708.319,00
<b>Total</b>	<b>189.244.245,00</b>	<b>Total</b>	<b>189.244.245,00</b>
Superávit do Orçamento	30.708.319,00	Déficit do Orçamento	
<b>Receitas de Capital</b>		<b>Despesas de Capital</b>	
Operação de Crédito	1.260,00	Investimentos	10.867.209,00
Alienação de Bens	37.507,00	Inversões Financeiras	350.551,00
Transferência de Capital	2.100,00	Amortização da Dívida	6.200.000,00
Total das Receitas de Capital	40.867,00	Total de Despesas de Capital	17.417.760,00
Déficit		Reserva de Contingência	10.176.861,00
<b>Total</b>	<b>30.749.186,00</b>	Superávit	3.154.565,00
Superávit do Orçamento	3.154.565,00	<b>Total</b>	<b>30.749.186,00</b>
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>		<b>Despesas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Pessoal e Encargos Sociais	16.768.665,00
Déficit	13.614.100,00	Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	16.768.665,00
<b>Total</b>	<b>16.768.665,00</b>	Superávit	
Superávit do Orçamento		<b>Total</b>	<b>16.768.665,00</b>
<b>Receitas de Capital Intra-Orçamentárias</b>		<b>Despesas de Capital Intra-Orçamentárias</b>	
<<7.0.0.0.00.0.0.00.00>>	13.614.100,00	Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	13.614.100,00	Superávit	
Déficit		<b>Total</b>	<b>13.614.100,00</b>
<b>Total</b>	<b>13.614.100,00</b>	Déficit do Orçamento	13.614.100,00
Superávit do Orçamento			
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
Déficit		Superávit	
<b>Total</b>		<b>Total</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.899.212,00</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.899.212,00</b>


#### Resumo


RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	189.244.245,00	Despesas Correntes	158.535.926,00
Receitas de Capital	40.867,00	Despesas de Capital	17.417.760,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	16.768.665,00
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	13.614.100,00	Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Receitas Arrecadadas em Exercícios Anteriores		Reserva de Contingência	10.176.861,00
Transferências Financeiras		Transferências Financeiras	
Déficit		Superávit	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.899.212,00</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.899.212,00</b>


Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal


**SÉRGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2


<div><div><div><div><div><div><div><div><span><strong>Município de Caçador/SC</strong></span><div><div><span><span></span></span></div><div><span>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</span></div></div></div></div><div><div><span>CNPJ: 83.074.302/0001-31</span></div><div><a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a></div></div></div></div><div><div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:44</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1893-6209-056</div>		<div>Página</div> <div>1 / 8</div>	
<div>Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas</div>					
<div>RECEITAS</div>					
<div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>		<div>Categoria Econômica</div>			
<div>189.244.245,00</div>		<div>29.818.865,00</div>			
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Desdobramento</div>	<div>Fonte</div>	<div></div>	
1	Receitas Correntes				
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
1.1.1	Impostos				
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza				
1.1.1.3.02	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	23.784.810,00			
1.1.1.3.02.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	5.264.177,00			
1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00			
1.1.1.3.02.1.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.474,00			
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	12.474,00			
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	5.251.703,00			
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	4.477.358,00			
1.1.1.3.03.1.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	4.477.358,00			
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	774.345,00			
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	774.345,00			
1.1.1.3.03.4.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	774.345,00			
1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	17.949.579,00			
1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	9.783.269,00			
1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	7.386.874,00			
1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	6.255.662,00			
1.1.1.8.01.1.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	6.255.662,00			
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	147.850,00			
1.1.1.8.01.1.2.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	147.850,00			
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	698.287,00			
1.1.1.8.01.1.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	285.075,00			
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	285.075,00			
1.1.1.8.01.1.4.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.396.395,00			
1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	8.166.310,00			
1.1.1.8.01.4.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	7.894.116,00			
1.1.1.8.02	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	63.756,00			
1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	63.756,00			
1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	63.756,00			
1.1.1.8.02.3.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	161.921,00			
1.1.1.8.02.3.1.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	161.921,00			
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	46.517,00			
1.1.1.8.02.3.2.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	46.517,00			
1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	571.054,00			
1.1.1.8.02.3.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	571.054,00			
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	53.656,00			
1.1.1.8.02.3.4.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	392.846,00			
1.1.1.9	Outros Impostos	392.846,00			
1.1.1.9.01	Outros Impostos				
1.1.1.9.01.1	Outros Impostos				
1.1.1.9.01.1.2	Outros Impostos - Multas e Juros				
1.1.1.9.01.1.2.1	Outros Impostos - Multas e Juros				
1.1.1.9.01.1.3	Outros Impostos - Dívida Ativa				
1.1.1.9.01.1.3.1	Outros Impostos - Dívida Ativa				


<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 85.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>Emissão: 15/12/2017 10:44</div></div><div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1893-6209-056</div></div><div>Página</div><div>2 / 8</div></div></div>		Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
RECEITAS					
1.1.1.9.01.1.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	124.552,00			
1.1.1.9.01.1.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	124.552,00			
1.1.2	Taxas	5.538.963,00			
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.163.298,00			
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00			
1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	2.163.298,00			
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.163.298,00			
1.1.2.1.01.1.1.01	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços	1.331.000,00			
1.1.2.1.01.1.1.01	Taxas Licenças para Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços	1.331.000,00			
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxas de Apreensão e Depósito	40.000,00			
1.1.2.1.01.1.1.02	Taxas de Apreensão e Depósito	40.000,00			
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros	360.433,00			
1.1.2.1.01.1.1.03	Taxas de Licença e Fiscalização dos Bombeiros	360.433,00			
1.1.2.1.01.1.1.10	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária	431.865,00			
1.1.2.1.01.1.1.10	Taxas de Fiscalização da Vigilância Sanitária	431.865,00			
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00			
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00			
1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços	3.375.665,00			
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	3.375.665,00			
1.1.2.2.01.1.1.01	Taxas de Expediente	175.665,00			
1.1.2.2.01.1.1.01	Taxas de Expediente	175.665,00			
1.1.2.2.01.1.1.02	Taxas de Coleta de Lixo	3.200.000,00			
1.1.2.2.01.1.1.02	Taxas de Coleta de Lixo	3.200.000,00			
1.1.3	Contribuição de Melhoria	495.092,00			
1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	495.092,00			
1.1.3.8.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00			
1.1.3.8.04.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	495.092,00			
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	495.092,00			
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	495.092,00			
1.2	Contribuições	9.053.499,00			
1.2.1	Contribuições Sociais	6.617.027,00			
1.2.1.0.04	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	5.218.910,00			
1.2.1.0.04.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	3.150,00			
1.2.1.0.04.1.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	3.150,00			
1.2.1.0.04.1.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	3.150,00			
1.2.1.0.04.2	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS	5.117.060,00			
1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	5.117.060,00			
1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	5.117.060,00			
1.2.1.0.04.3	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS	98.700,00			
1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	98.700,00			
1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	98.700,00			
1.2.1.0.06	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	1.398.117,00			
1.2.1.0.06.3	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis	1.398.117,00			
1.2.1.0.06.3.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal	1.398.117,00			
1.2.1.0.06.3.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica dos Servidores Cíveis - Principal	1.398.117,00			
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00			
1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.436.472,00			
1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	2.436.472,00			

<div><div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div>		<div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1893-6209-056</div></div>		<div><div>Emissão: 15/12/2017 10:44</div><div>Página</div><div>3 / 8</div></div>	
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas				Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
RECEITAS					
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal				2.436.472,00	
Receita Patrimonial					
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				33.272,00	
Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação				20.797,00	
Aluguéis e Arrendamentos				20.797,00	
Aluguéis e Arrendamentos - Principal				20.797,00	
Aluguéis e Arrendamentos - Principal				20.797,00	
Outras Receitas Imobiliárias				12.475,00	
Outras Receitas Imobiliárias				12.475,00	
Outras Receitas Imobiliárias - Principal				12.475,00	
Outras Receitas Imobiliárias - Principal				12.475,00	
Valores Mobiliários				11.775.205,00	
Juros e Correções Monetárias				11.775.205,00	
Remuneração de Depósitos Bancários				11.775.205,00	
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal				11.775.205,00	
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal				11.775.205,00	
Transferências Correntes				133.120.543,00	
Transferências da União e de suas Entidades					
Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios					
Participação na Receita da União					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal					
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal					
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural					
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal					
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal					
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal					
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico					
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal					
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal					
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais					
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM					
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal					
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal					
Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II					
Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal					
Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal					
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo					
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo					
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo					
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo					
Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO					



<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div><div>Emissão:15/12/2017 10:44</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1893-6209-056</div></div> <div>Página 4 / 8</div>	
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas			
RECEITAS		Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
1.7.1.8.03.1.1.01	Piso da Atenção Basica Fixo - PAB FIXO	1.962.488,00	
1.7.1.8.03.1.1.02	Estratégia Saude da Família - ESF	906.991,00	
1.7.1.8.03.1.1.02	Estratégia Saude da Família - ESF	906.991,00	
1.7.1.8.03.1.1.03	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.362.284,00	
1.7.1.8.03.1.1.03	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.362.284,00	
1.7.1.8.03.1.1.04	Saúde Bucal - SB	227.451,00	
1.7.1.8.03.1.1.04	Saúde Bucal - SB	227.451,00	
1.7.1.8.03.1.1.05	Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ	611.890,00	
1.7.1.8.03.1.1.05	Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ	611.890,00	
1.7.1.8.03.1.1.06	MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Finaceiro	3.234.336,00	
1.7.1.8.03.1.1.06	MAC Ambulatorial e Hospitalar - Teto Finaceiro	3.234.336,00	
1.7.1.8.03.1.1.07	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças	585.732,00	
1.7.1.8.03.1.1.07	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle de Doenças	585.732,00	
1.7.1.8.03.1.1.08	Ações da Farmácia Básica	445.659,00	
1.7.1.8.03.1.1.08	Ações da Farmácia Básica	445.659,00	
1.7.1.8.03.1.1.09	Vigilância Sanitária	48.640,00	
1.7.1.8.03.1.1.09	Vigilância Sanitária	48.640,00	
1.7.1.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	127.131,00	
1.7.1.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	127.131,00	
1.7.1.8.03.1.1.99	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00	
1.7.1.8.04	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.282.091,00	
1.7.1.8.04.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	1.282.091,00	
1.7.1.8.04.1.1	BPC na Escola	2.040,00	
1.7.1.8.04.1.1.01	BPC na Escola	2.040,00	
1.7.1.8.04.1.1.01	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	173.848,00	
1.7.1.8.04.1.1.02	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	173.848,00	
1.7.1.8.04.1.1.03	Piso Básico Fixo	288.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.03	Piso Básico Fixo	288.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.04	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes	120.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.04	Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes	120.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.05	Gestão Descentralizada do SUAS	21.109,00	
1.7.1.8.04.1.1.05	Gestão Descentralizada do SUAS	21.109,00	
1.7.1.8.04.1.1.06	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	106.141,00	
1.7.1.8.04.1.1.06	Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	106.141,00	
1.7.1.8.04.1.1.07	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	96.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.07	Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	96.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.08	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	48.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.08	Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	48.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.09	Piso de Transição de Média Complexidade	20.463,00	
1.7.1.8.04.1.1.09	Piso de Transição de Média Complexidade	20.463,00	
1.7.1.8.04.1.1.10	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias	78.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.10	Piso de Alta Complexidade II - Acolhimento de Adultos e Famílias	78.000,00	
1.7.1.8.04.1.1.99	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo	328.490,00	
1.7.1.8.04.1.1.99	Outras Transferências do FNAS - Fundo a Fundo	328.490,00	
1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	4.884.298,00	
1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação	3.377.651,00	
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	3.377.651,00	
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	3.377.651,00	

Município de Caçador/SC		Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2018	
 <p>Município de Caçador/SC Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></p>		<p>tesouraria@cacador.sc.gov.br</p>		<p>Emissão: 15/12/2017 10:44 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1893.6209-056</p>	
RECITAS		Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento / 2018	
1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		985.166,00		
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal		985.166,00		
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal		985.166,00		
1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE		144.929,00		
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal		144.929,00		
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal		144.929,00		
1.7.1.8.05.9	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		376.552,00		
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal		376.552,00		
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal		376.552,00		
1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		163.096,00		
1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		163.096,00		
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		163.096,00		
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		203.870,00		
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal		-40.774,00		
1.7.1.8.10	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades		453.333,00		
1.7.1.8.10.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS		18.644,00		
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal		18.644,00		
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal		18.644,00		
1.7.1.8.10.2	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação		422.379,00		
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal		422.379,00		
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal		1.260,00		
1.7.1.8.10.3	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social		1.260,00		
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal		11.050,00		
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal		11.050,00		
1.7.1.8.10.9	Outras Transferências de Convênios da União		11.050,00		
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		289.002,00		
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		289.002,00		
1.7.1.8.99	Outras Transferências da União		289.002,00		
1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União - Principal		289.002,00		
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal		49.621.438,00		
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal		49.621.438,00		
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		48.365.492,00		
1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios		38.448.547,00		
1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados		38.448.547,00		
1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS		46.594.312,00		
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal		-8.145.765,00		
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal		9.258.460,00		
1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA		11.111.822,00		
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal		-1.853.362,00		
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal		535.485,00		
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal		535.485,00		
1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPTU - Municípios		669.356,00		
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPTU - Municípios - Principal		-133.871,00		
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPTU - Municípios - Principal				

Município de Caçador/SC		Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas		Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
 Município de Caçador/SC Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31		http://www.caçador.sc.gov.br tesouraria@caçador.sc.gov.br		Emissão: 15/12/2017 10:44 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1893-6209-056	
RECEITAS		Página		6 / 8	
1.7.2.8.01.9	Outras Transferências dos Estados	123.000,00			
1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00			
1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	123.000,00			
1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	997.523,00			
1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	997.523,00			
1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal	997.523,00			
1.7.2.8.03.1.1.01	Ações da Farmácia Básica - Estado	779.254,00			
1.7.2.8.03.1.1.01	Ações da Farmácia Básica - Estado	779.254,00			
1.7.2.8.03.1.1.02	Média e Alta Complexidade - IMAC	68.329,00			
1.7.2.8.03.1.1.02	Média e Alta Complexidade - IMAC	68.329,00			
1.7.2.8.03.1.1.03	Co-Financiamento da Atenção Básica	140.000,00			
1.7.2.8.03.1.1.03	Co-Financiamento da Atenção Básica	140.000,00			
1.7.2.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	9.940,00			
1.7.2.8.03.1.1.99	Outras Transferências do SUS - Fundo a Fundo	9.940,00			
1.7.2.8.10	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	258.423,00			
1.7.2.8.10.2	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	249.501,00			
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00			
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	249.501,00			
1.7.2.8.10.9	Outras Transferências de Convênio dos Estados	8.922,00			
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	8.922,00			
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	8.922,00			
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	31.421.955,00			
1.7.5.8	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	31.421.955,00			
1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	31.421.955,00			
1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	31.421.955,00			
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	31.421.955,00			
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	31.421.955,00			
1.7.7	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00			
1.7.7.0.00.1	Transferências de Pessoas Físicas	10.500,00			
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00			
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	10.500,00			
1.9	Outras Receitas Correntes	5.442.861,00			
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	734.774,00			
1.9.1.0.01	Multas Previstas em Legislação Específica	734.774,00			
1.9.1.0.01.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00			
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00			
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	734.774,00			
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.238,00			
1.9.2.2	Restituições	6.238,00			
1.9.2.2.99	Outras Restituições	6.238,00			
1.9.2.2.99.1	Outras Restituições - Principal	6.238,00			
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.238,00			
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.238,00			
1.9.9	Demais Receitas Correntes	4.701.849,00			
1.9.9.0.03	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	472.500,00			

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div><div>Emissão: 15/12/2017 10:44</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1893-6209-056</div></div>		<div>Página</div> <div>7 / 8</div>	
<div>http://www.cacador.sc.gov.br</div> <div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div>					
<div>Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas</div>					
<div>RECEITAS</div>					
<div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>					
<div>Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores</div>					
<div>Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal</div>					
<div>Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal</div>					
<div>Outras Receitas</div>					
<div>Outras Receitas - Primárias</div>					
<div>Outras Receitas - Primárias - Principal</div>					
<div>Outras Receitas - Primárias - Principal</div>					
<div>Receitas de Capital</div>					
<div>Operações de Crédito</div>					
<div>Operações de Crédito - Mercado Interno</div>					
<div>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno</div>					
<div>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno</div>					
<div>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal</div>					
<div>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal</div>					
<div>Alienação de Bens</div>					
<div>Alienação de Bens Móveis</div>					
<div>Alienação de Bens Móveis e Semoventes</div>					
<div>Alienação de Bens Móveis e Semoventes</div>					
<div>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</div>					
<div>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</div>					
<div>Transferências de Capital</div>					
<div>Transferências da União e de suas Entidades</div>					
<div>Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios</div>					
<div>Transferência de Convênios da União e de suas Entidades</div>					
<div>Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente</div>					
<div>Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal</div>					
<div>Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal</div>					
<div>Outras Transferências de Convênios da União</div>					
<div>Outras Transferências de Convênios da União - Principal</div>					
<div>Outras Transferências de Convênios da União - Principal</div>					
<div>Receitas Correntes Intraorçamentárias</div>					
<div>Receitas Correntes Intraorçamentárias</div>					
<div>TOTAL GERAL</div>					
<div>13.614.100,00</div>					
<div>13.614.100,00</div>					
<div>216.513.312,00</div>					

Resumo	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.818.865,00
Contribuições	9.053.499,00
Receita Patrimonial	11.808.477,00
Transferências Correntes	133.120.543,00
Outras Receitas Correntes	5.442.861,00
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>189.244.245,00</b>
Operações de Crédito	1.260,00
Alienação de Bens	37.507,00
Transferências de Capital	2.100,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>40.867,00</b>
Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.614.100,00



**Município de Caçador/SC**  
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Resouratla@cacador.sc.gov.br

15/12/2017 10:44  
Usuário: Contador - Sérgio  
Chave de autenticação: 1893-6209-056

Página  
8 / 8

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITAS


Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018


Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	13.614.100,00
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.899.212,00</b>

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, JPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador


SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal

SERGIO INHAIA  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

<div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.900-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>				Emissão: 15/12/2017 10:45		Usuário: Contador - Sérgio		Página	
		Chave de autenticação: 1866-1735-425				1 / 8			
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas									
DESPESAS									
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018									
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica					
Unidade Gestora: 10 - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano									
Unidade Orçamentária: 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR									
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica					
3	Despesas Correntes			1.688.651,00					
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.218.151,00						
3.1.90	Aplicações Diretas	974.521,00							
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	243.630,00							
3.3	Outras Despesas Correntes		470.500,00						
3.3.90	Aplicações Diretas	470.500,00		663.000,00					
4	Despesas de Capital								
4.4	Investimentos		663.000,00						
4.4.90	Aplicações Diretas	663.000,00							
			Total da Unidade Orçamentária:	2.351.651,00					
			Total da Unidade Gestora:	2.351.651,00					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica					
9	Reserva de Contingência			124.751,00					
9.9	Reserva de Contingência		124.751,00						
9.9.90	Aplicações Diretas	124.751,00							
			Total da Unidade Orçamentária:	124.751,00					
			Total da Unidade Gestora:	124.751,00					
Unidade Gestora: 11 - Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador									
Unidade Orçamentária: 8001 - FAMPEC - CAÇADOR									
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica					
3	Despesas Correntes			1.961.297,00					
3.3	Outras Despesas Correntes		1.961.297,00						
3.3.90	Aplicações Diretas	1.961.297,00							
			Total da Unidade Orçamentária:	1.961.297,00					
			Total da Unidade Gestora:	1.961.297,00					
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador									
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO									
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica					
3	Despesas Correntes			5.258.200,00					
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.298.000,00						
3.1.90	Aplicações Diretas	3.013.030,00							
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	284.970,00							
3.3	Outras Despesas Correntes		1.960.200,00						
3.3.30	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	162.800,00		519.800,00					
3.3.90	Aplicações Diretas	1.797.400,00							
4	Despesas de Capital								
4.4	Investimentos		519.800,00						
4.4.90	Aplicações Diretas	519.800,00							
			Total da Unidade Orçamentária:	5.778.000,00					

<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:45</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1866-1735-425</div>		<div>Página</div> <div>2 / 8</div>
<div>Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas</div>				
<div>DESPESAS</div>				
<div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>				
<div>Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</div>				
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Desdobramento</div>	<div>Fonte</div>	<div>Categoria econômica</div>
3	Despesas Correntes			6.538.225,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.467.835,00	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	2.663.010,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	794.325,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		3.070.390,00	
3.3.3	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	312.000,00		
3.3.50	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00		
3.3.71	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	31.500,00		
3.3.72	Aplicações Diretas	2.684.890,00		
3.3.90	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	31.500,00		
3.3.93	Despesas de Capital			22.260,00
4	Investimentos		22.260,00	
4.4	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	1.260,00		
4.4.71	Aplicações Diretas	21.000,00		
4.4.90				
<div>Total da Unidade Orçamentária:</div>				<div>6.560.485,00</div>
<div>Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</div>				
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Desdobramento</div>	<div>Fonte</div>	<div>Categoria econômica</div>
3	Despesas Correntes			18.172.931,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		6.697.628,00	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	67.158,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	5.052.782,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.577.688,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		11.475.303,00	
3.3.3	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	42.000,00		
3.3.71	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	525.000,00		
3.3.72	Aplicações Diretas	10.908.303,00		
3.3.90	Despesas de Capital			1.193.827,00
4	Investimentos		843.276,00	
4.4	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	3.675,00		
4.4.71	Aplicações Diretas	839.601,00		
4.4.90	Inversões Financeiras		350.551,00	
4.5	Aplicações Diretas			
4.5.90				
<div>Total da Unidade Orçamentária:</div>				<div>19.366.758,00</div>
<div>Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA</div>				
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Desdobramento</div>	<div>Fonte</div>	<div>Categoria econômica</div>
3	Despesas Correntes			4.393.704,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.646.400,00	
3.1.71	Aplicações Diretas	1.508.850,00		
3.1.90	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	137.550,00		
3.1.91	Outras Despesas Correntes		2.747.304,00	
3.3	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.260.000,00		
3.3.3				
3.3.50				



<div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resouraria@cacador.sc.gov.br</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div> <div><div>Emissão: 15/12/2017 10:45</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 1866-1735-425</div></div> <div><div>Página</div><div>3 / 8</div></div>				
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas				
DESPESAS				
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018				
3.3.90		Aplicações Diretas	1.487.304,00	
4		Despesas de Capital		388.500,00
4.4		Investimentos		388.500,00
4.4.90		Aplicações Diretas	388.500,00	
			Total da Unidade Orcamentária:	4.782.204,00
Unidade Orcamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes		29.389.869,00	47.240.492,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais			
3.1.90	Aplicações Diretas	21.685.107,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.704.762,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		17.850.623,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	7.327.782,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	10.522.841,00		
4	Despesas de Capital			3.943.053,00
4.4	Investimentos		3.943.053,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	3.943.053,00		
			Total da Unidade Orcamentária:	51.183.545,00
Unidade Orcamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			7.538.130,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.245.950,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.852.200,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	393.750,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		5.292.180,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	5.292.180,00		
4	Despesas de Capital			756.251,00
4.4	Investimentos		756.251,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	756.251,00		
			Total da Unidade Orcamentária:	8.294.381,00
Unidade Orcamentária: 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			308.700,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		298.200,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	298.200,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		10.500,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	10.500,00		
			Total da Unidade Orcamentária:	308.700,00
Unidade Orcamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.002.591,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		274.452,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	260.728,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.724,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		728.139,00	

<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resouraria@caçador.sc.gov.br</div><div>Emissão:15/12/2017 10:45</div><div>Usuário:Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação:1866-1735-425</div></div><div>Página4 / 8</div></div></div>		Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas			
DESPESAS					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018					
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	50.639,00			
	Aplicações Diretas	677.500,00		23.150,00	
	Despesas de Capital		23.150,00		
	Investimentos				
	Aplicações Diretas	23.150,00			
Total da Unidade Orçamentária:				1.025.741,00	
Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes			2.768.695,00	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.212.195,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	1.681.315,00			
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	530.880,00			
3.3	Outras Despesas Correntes		556.500,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	556.500,00			
4	Despesas de Capital			52.500,00	
4.4	Investimentos		52.500,00		
4.4.90	Aplicações Diretas	52.500,00			
Total da Unidade Orçamentária:				2.821.195,00	
Total da Unidade Gestora:				100.121.009,00	
Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes			7.440.000,00	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		5.200.000,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	4.860.000,00			
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	340.000,00			
3.3	Outras Despesas Correntes		2.240.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	2.240.000,00			
4	Despesas de Capital			1.500.000,00	
4.4	Investimentos		1.500.000,00		
4.4.90	Aplicações Diretas	1.500.000,00			
Total da Unidade Orçamentária:				8.940.000,00	
Total da Unidade Gestora:				8.940.000,00	
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador					
Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes			2.360.000,00	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		25.000,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	25.000,00			
3.2	Juros e Encargos da Dívida		225.000,00		
3.2.90	Aplicações Diretas	225.000,00			
3.3	Outras Despesas Correntes		2.110.000,00		
3.3.20	Transferências à União				
3.3.90	Aplicações Diretas	1.320.000,00			
4	Despesas de Capital	790.000,00			
				6.200.000,00	

<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:45</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:1866-1735-425</div>		<div>Página</div> <div>5 / 8</div>
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas				
DESPESAS				
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018				
6.200.000,00		6.200.000,00		
Total da Unidade Orçamentária:		Total da Unidade Gestora:		8.560.000,00
8.560.000,00				
Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador				
Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			19.099.200,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		18.549.200,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	18.360.000,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	189.200,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		550.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	550.000,00		650.000,00
4	Despesas de Capital		650.000,00	
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	650.000,00		
9	Reserva de Contingência			10.052.110,00
9.9	Reserva de Contingência		10.052.110,00	
9.9.90	Aplicações Diretas	10.052.110,00		
Total da Unidade Orçamentária:		Total da Unidade Gestora:		29.801.310,00
29.801.310,00				
Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte				
Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			2.015.675,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		672.924,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	536.424,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	136.500,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		1.342.751,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	124.751,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	1.218.000,00		31.500,00
4	Despesas de Capital		31.500,00	
4.4	Investimentos			
4.4.90	Aplicações Diretas	31.500,00		
Total da Unidade Orçamentária:		Total da Unidade Gestora:		2.047.175,00
2.047.175,00				
Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo				
Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.901.596,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.482.226,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.185.781,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	296.445,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		419.370,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	62.370,00		

<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div><div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>					<div>Emissão: 15/12/2017 10:45</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 1866-1735-425</div>		<div>Página</div> <div>6 / 8</div>	
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas								
DESPESAS								
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018								
		357.000,00		107.520,00				
			107.520,00					
		107.520,00						
Total da Unidade Orçamentária:				2.009.116,00				
Total da Unidade Gestora:				2.009.116,00				
Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saúde								
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica				
3	Despesas Correntes			38.868.766,00				
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		25.638.365,00					
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	15.750,00						
3.1.90	Aplicações Diretas	21.951.896,00						
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.670.719,00						
3.3	Outras Despesas Correntes		13.230.401,00					
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.726.956,00						
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.500,00						
3.3.90	Aplicações Diretas	11.051.945,00						
3.3.93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	441.000,00						
4	Despesas de Capital		866.478,00	866.478,00				
4.4	Investimentos							
4.4.90	Aplicações Diretas	866.478,00						
Total da Unidade Orçamentária:				39.735.244,00				
Total da Unidade Gestora:				39.735.244,00				
Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social								
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL								
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica				
3	Despesas Correntes			6.062.460,00				
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		3.272.573,00					
3.1.90	Aplicações Diretas	2.819.423,00						
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	453.150,00						
3.3	Outras Despesas Correntes		2.789.887,00					
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.198.861,00						
3.3.90	Aplicações Diretas	1.591.026,00						
4	Despesas de Capital			316.971,00				
4.4	Investimentos		316.971,00					
4.4.90	Aplicações Diretas	316.971,00						
Total da Unidade Orçamentária:				6.379.431,00				
Total da Unidade Gestora:				6.379.431,00				
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA								
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE								
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica				
3	Despesas Correntes			141.834,00				
3.3	Outras Despesas Correntes		141.834,00					
3.3.90	Aplicações Diretas	141.834,00						


<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>Resourcinda@cacador.sc.gov.br</div><div>1866-1735-425</div></div></div></div>		Emissão:15/12/2017 10:45		Página	
		Usuário: Contador - Sérgio		7 / 8	
		Chave de autenticação: 1866-1735-425			
Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas					
DESPESAS					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018				10.500,00	
				10.500,00	
Total da Unidade Orçamentária:				152.334,00	
Total da Unidade Gestora:				152.334,00	
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação					
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes			537.550,00	
3.3	Outras Despesas Correntes		537.550,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	537.550,00			
4	Despesas de Capital			169.300,00	
4.4	Investimentos		169.300,00		
4.4.90	Aplicações Diretas	169.300,00			
Total da Unidade Orçamentária:				706.850,00	
Total da Unidade Gestora:				706.850,00	
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador					
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica	
3	Despesas Correntes			5.894,00	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		2.744,00		
3.1.90	Aplicações Diretas	1.372,00			
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.372,00			
3.3	Outras Despesas Correntes		3.150,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	3.150,00			
4	Despesas de Capital			3.150,00	
4.4	Investimentos		3.150,00		
4.4.90	Aplicações Diretas	3.150,00			
Total da Unidade Orçamentária:				9.044,00	
Total da Unidade Gestora:				9.044,00	
Total Geral:				202.899.212,00	
Resumo					
Pessoal e Encargos Sociais		88.823.047,00			
Juros e Encargos da Dívida		225.000,00			
Outras Despesas Correntes		69.487.879,00			
Total das Despesas Correntes		158.535.926,00			
Investimentos		10.867.209,00			
Inversões Financeiras		350.551,00			
Amortização da Dívida		6.200.000,00			
Total das Despesas de Capital		17.417.760,00			
Reserva de Contingência		10.176.861,00			
Pessoal e Encargos Sociais		16.768.665,00			
Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias		16.768.665,00			
Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias					

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	resourciahia@caçador.sc.gov.br	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:45	<b>Página</b> 8 / 8
		<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1866-1735-425	
<b>Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas</b>			
<b>DESPESAS</b>			
			<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018</b>


Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador


**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal


**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2


<div> <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a></div>		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1900-5530-293		Página 1 / 7		
tesouraria@cacador.sc.gov.br						
<b>Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções</b>						
<b>Órgão</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Legislativa</b>	<b>Judiciária</b>	<b>Essencial à Justiça</b>	<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018</b>	
					<b>Administração</b>	<b>Defesa Nacional</b>
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	2001 - GABINETE DO PREFEITO				15.091.367,00	
	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				5.380.987,00	
	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO				6.560.485,00	
	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				308.700,00	
	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA				20.000,00	
	3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				2.821.195,00	
	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				2.135.000,00	
	3000 - FAMPEC - CAÇADOR				2.135.000,00	
	8001 - FAMPEC - CAÇADOR				1.961.297,00	
	1000 - PODER LEGISLATIVO				1.961.297,00	
9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	8.940.000,00				
		8.940.000,00				
	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR				29.801.310,00	
<b>Total</b>		<b>8.940.000,00</b>			<b>29.801.310,00</b>	<b>48.988.974,00</b>



<div><b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31</div> <div><a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a></div>		<div><a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a></div>		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1900-5530-293	Página 2 / 7		
Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções							
Órgão	Unidade Orçamentária	Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018					
		Segurança Pública	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2001 - GABINETE DO PREFEITO 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		5.179.217,00 397.013,00 4.782.204,00					
						61.950,00 39.735.244,00 39.735.244,00	
					6.379.431,00 6.379.431,00 152.334,00 152.334,00		
					6.531.765,00		
Total		5.179.217,00				39.797.194,00	

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1900-5530-293		Página 3 / 7		
<b>Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções</b>						
<b>Órgão</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</b>				
		<b>Trabalho</b>	<b>Educação</b>	<b>Cultura</b>	<b>Direitos da Cidadania</b>	<b>Urbanismo</b>
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR			51.183.545,00	2.009.116,00 2.009.116,00	19.314.258,00 19.314.258,00	
<b>Total</b>			<b>51.183.545,00</b>	<b>2.009.116,00</b>		<b>21.665.909,00</b>

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		tesouraria@cacador.sc.gov.br <b>Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções</b>		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1900-5530-293	Página 4 / 7
Orgão		Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018			
Unidade Orçamentária		Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental	Ciência e Tecnologia
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO			4.108.328,00		
2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA			52.500,00		
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE			4.055.828,00	732.953,00	
6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		706.850,00			
6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		706.850,00			
11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			9.044,00		
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			9.044,00		
<b>Total</b>		<b>706.850,00</b>	<b>4.117.372,00</b>	<b>732.953,00</b>	
					<b>3.443.650,00</b>

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>		Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 1900-5530-293		Página 5 / 7
tesouraria@cacador.sc.gov.br				
<b>Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções</b>				
<b>Órgão</b>  2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</b>		
		<b>Organização Agrária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Comércio e Serviços</b>
		<b>Energia</b>		
		1.005.741,00		
		1.005.741,00		
	<b>Total</b>	<b>1.005.741,00</b>		

Município de Caçador/SC		Usuário: Contador - Sérgio		Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC		Chave de autenticação: 1900-5530-293		6 / 7		
CNPJ: 83.074.302/0001-31		tesouraria@cacador.sc.gov.br				
Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções						
Órgão	Unidade Orçamentária	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO	2001 - GABINETE DO PREFEITO					100.121.009,00
	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					5.778.000,00
	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA					6.560.485,00
	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA					19.366.758,00
	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					4.782.204,00
	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					51.183.545,00
	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO					8.294.381,00
	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO					308.700,00
	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA					1.025.741,00
3000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			6.425.000,00		2.821.195,00
10000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			6.425.000,00		8.560.000,00
12000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		2.047.175,00		124.751,00	2.047.175,00
13000 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		2.047.175,00		124.751,00	2.047.175,00
4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					2.009.116,00
5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					39.735.244,00
7000 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE					6.379.431,00
6000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO					152.334,00
11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL					152.334,00
16000 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR					706.850,00
8000 - FAMPEC - CAÇADOR	8001 - FAMPEC - CAÇADOR					706.850,00
1000 - PODER LEGISLATIVO	1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					9.044,00
9000 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR					2.351.651,00
						2.351.651,00
						1.961.297,00
						1.961.297,00
						8.940.000,00
						8.940.000,00
						29.801.310,00
						29.801.310,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.212,00
						202.899.2

## Resumo

**Total das Funções**  
**TOTAL GERAL**

**202.899.212,00**  
**202.899.212,00**

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1900-5530-293	<b>Página</b> 7 / 7
---	--	------------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

http://www.cacador.sc.gov.br

**Anexo 9 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções****SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

Município de Caçador/SC			Emissão: 15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		1 / 15	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 2226-0719-644			
http://www.cacador.sc.gov.br			tesouraria@cacador.sc.gov.br			
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho						
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018						
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador						
Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração			230.000,00	5.150.987,00	5.380.987,00
4 122	Administração Geral			230.000,00	5.150.987,00	5.380.987,00
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			50.000,00	5.150.987,00	5.200.987,00
4 122 2 1.4	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON			50.000,00		50.000,00
	Aplicações Diretas			50.000,00		50.000,00
4 122 2 2.2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO				3.552.160,00	3.552.160,00
	Aplicações Diretas				2.084.040,00	2.084.040,00
3.1.90.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				179.970,00	179.970,00
3.1.91.00	Organismos Fiscais e da Seguridade Social				1.076.050,00	1.076.050,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				212.100,00	212.100,00
4 122 2 2.3	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA				35.700,00	35.700,00
	Aplicações Diretas				25.200,00	25.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00
4 122 2 2.4	MANUTENÇÃO DO PROCON				189.000,00	189.000,00
	Aplicações Diretas				178.500,00	178.500,00
4 122 2 2.6	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				10.500,00	10.500,00
	Aplicações Diretas				968.000,00	968.000,00
3.1.90.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				800.000,00	800.000,00
3.1.91.00	Organismos Fiscais e da Seguridade Social				105.000,00	105.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				31.500,00	31.500,00
4 122 2 2.9	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.				31.500,00	31.500,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				63.000,00	63.000,00
4 122 2 2.10	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO				63.000,00	63.000,00
	Aplicações Diretas				17.850,00	17.850,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				12.600,00	12.600,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				5.250,00	5.250,00
4 122 2 2.88	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE				225.477,00	225.477,00
	Aplicações Diretas				48.027,00	48.027,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas				157.500,00	157.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				19.950,00	19.950,00
4 122 2 2.91	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS				99.800,00	99.800,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				99.800,00	99.800,00
4 122 28	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL			180.000,00		180.000,00
4 122 28 1.34	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL			180.000,00		180.000,00
	Aplicações Diretas			180.000,00		180.000,00
5	Segurança Pública				397.013,00	397.013,00
5 182	Defesa Civil				397.013,00	397.013,00
5 182 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				397.013,00	397.013,00
5 182 2 2.87	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL				397.013,00	397.013,00
	Aplicações Diretas				80.963,00	80.963,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas				316.050,00	316.050,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas					
Total da Unidade Orçamentária			230.000,00	5.548.000,00	5.778.000,00	



Município de Caçador/SC			Emissão: 15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		2 / 15	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 2226-0719-644			
http://www.caçador.sc.gov.br			tesouraria@caçador.sc.gov.br			
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho						
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018						
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
4	Administração				6.560.485,00	6.560.485,00
4 122	Administração Geral				312.000,00	312.000,00
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				312.000,00	312.000,00
4 122 2 2.83	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM				312.000,00	312.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				312.000,00	312.000,00
4 123	Administração Financeira				6.248.485,00	6.248.485,00
4 123 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				6.248.485,00	6.248.485,00
4 123 2 2.5	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				6.248.485,00	6.248.485,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				10.500,00	10.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas				2.663.010,00	2.663.010,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				794.325,00	794.325,00
3.3.71.00	Organismos Fiscal e da Seguridade Social				10.500,00	10.500,00
3.3.72.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				31.500,00	31.500,00
3.3.90.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos				2.684.890,00	2.684.890,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				31.500,00	31.500,00
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				31.500,00	31.500,00
4.4.71.00	Organismos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe				1.260,00	1.260,00
4.4.90.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				21.000,00	21.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				21.000,00	21.000,00
Total da Unidade Orçamentária						6.560.485,00
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo			773.841,00	18.540.417,00	19.314.258,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana			252.100,00	18.433.317,00	18.685.417,00
15 451 17	INFRA-ESTRUTURA URBANA			151.050,00	18.211.267,00	18.362.317,00
15 451 17 1.16	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE			1.050,00		1.050,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas			1.050,00		1.050,00
15 451 17 1.24	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS			150.000,00		150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			37.800,00		37.800,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas			112.200,00		112.200,00
15 451 17 2.45	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				12.863.728,00	12.863.728,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas				5.052.782,00	5.052.782,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				1.577.688,00	1.577.688,00
3.3.90.00	Organismos Fiscal e da Seguridade Social				6.128.048,00	6.128.048,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				105.210,00	105.210,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				1.294.103,00	1.294.103,00
15 451 17 2.46	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS				1.167.252,00	1.167.252,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				126.851,00	126.851,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00
15 451 17 2.48	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL				10.500,00	10.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00
15 451 17 2.49	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS				615.500,00	615.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				615.500,00	615.500,00
15 451 17 2.50	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL				34.528,00	34.528,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas				34.528,00	34.528,00
15 451 17 2.51	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA				3.076.858,00	3.076.858,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio				67.158,00	67.158,00

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:47 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2226-0719-644
---	--


### Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho

Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		Não Orçamentária		Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
Código	Especificação						
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					42.000,00	42.000,00
3.3.72.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					525.000,00	525.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas					2.439.025,00	2.439.025,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					3.675,00	3.675,00
15 451 17 2.80	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL					316.050,00	316.050,00
	Aplicações Diretas					316.050,00	316.050,00
15 451 34	PLANEJAMENTO URBANO					200.000,00	200.000,00
15 451 34 2.27	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES					200.000,00	200.000,00
	Aplicações Diretas					200.000,00	200.000,00
15 451 38	PARQUE CENTRAL				101.050,00	22.050,00	123.100,00
15 451 38 1.17	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE				101.050,00		101.050,00
	Aplicações Diretas				101.050,00		101.050,00
15 451 38 2.109	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL					22.050,00	22.050,00
	Aplicações Diretas					21.000,00	21.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas					1.050,00	1.050,00
15 452	Serviços Urbanos				521.741,00	107.100,00	628.841,00
15 452 17	INFRA ESTRUTURA URBANA				387.051,00		387.051,00
15 452 17 1.21	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS				137.550,00		137.550,00
	Aplicações Diretas				31.500,00		31.500,00
	Aplicações Diretas				106.050,00		106.050,00
15 452 17 1.23	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				249.501,00		249.501,00
	Aplicações Diretas				249.501,00		249.501,00
15 452 20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				134.690,00		134.690,00
15 452 20 1.20	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS				134.690,00		134.690,00
	Aplicações Diretas				1.050,00		1.050,00
	Aplicações Diretas				133.640,00		133.640,00
15 452 21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA					2.100,00	2.100,00
15 452 21 2.66	URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS					2.100,00	2.100,00
	Aplicações Diretas					1.050,00	1.050,00
	Aplicações Diretas					1.050,00	1.050,00
15 452 37	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL					105.000,00	105.000,00
15 452 37 2.108	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL					105.000,00	105.000,00
	Aplicações Diretas					105.000,00	105.000,00
17	Saneamento				52.500,00		52.500,00
17 512	Saneamento Básico Urbano				52.500,00		52.500,00
17 512 17	INFRA ESTRUTURA URBANA				52.500,00		52.500,00
17 512 17 1.22	CANALIZAÇÃO DE CORREGOS				52.500,00		52.500,00
	Aplicações Diretas				52.500,00		52.500,00
	Aplicações Diretas						
Total da Unidade Orçamentária					826.341,00	18.540.417,00	19.366.758,00

Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		Não Orçamentária		Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
Código	Especificação						
6	Segurança Pública				15.000,00	4.767.204,00	4.782.204,00
6 181	Policimento				15.000,00	4.767.204,00	4.782.204,00
6 181 4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				15.000,00	4.767.204,00	4.782.204,00
6 181 4 1.36	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRANSITO				15.000,00		15.000,00

<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.900-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@cacador.sc.gov.br</div></div></div></div>			Emissão: 15/12/2017 10:47 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2226-0719-644		Página 4 / 15	
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho						
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018						
Unidade Orçamentária: 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
6 181 4 2.13	3.3.90.00 Aplicações Diretas MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR			15.000,00	2.612.100,00	15.000,00 2.612.100,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas				1.508.850,00	1.508.850,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				137.550,00	137.550,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				860.700,00	860.700,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas				105.000,00	105.000,00
6 181 4 2.14	3.3.90.00 Aplicações Diretas MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA				895.104,00	895.104,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas				611.604,00	611.604,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				283.500,00	283.500,00
6 181 4 2.16	4.4.90.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.				1.260.000,00	1.260.000,00 1.260.000,00
	3.3.50.00				1.260.000,00	1.260.000,00
Total da Unidade Orçamentária		15.000,00			4.767.204,00	4.782.204,00
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
12	Educação			3.192.785,00	47.990.760,00	51.183.545,00
12 306	Alimentação e Nutrição				1.926.497,00	1.926.497,00
12 306 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				1.926.497,00	1.926.497,00
12 306 11 2.42	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR				1.926.497,00	1.926.497,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas				1.926.497,00	1.926.497,00
12 361	Ensino Fundamental			2.464.350,00	28.356.522,00	30.820.872,00
12 361 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			2.464.350,00	28.356.522,00	30.820.872,00
12 361 11 1.2	AQUISICÃO DE MATERIAL PERMANENTE			567.232,00	567.232,00	567.232,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			567.232,00	567.232,00	567.232,00
12 361 11 1.3	AQUISICÃO DE VEÍCULOS			60.609,00	60.609,00	60.609,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			60.609,00	60.609,00	60.609,00
12 361 11 1.12	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS			1.332.536,00	1.332.536,00	1.332.536,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			52.500,00	52.500,00	52.500,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			1.280.036,00	1.280.036,00	1.280.036,00
12 361 11 1.13	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES			321.961,00	321.961,00	321.961,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			321.961,00	321.961,00	321.961,00
12 361 11 1.30	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES			182.012,00	182.012,00	182.012,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			63.000,00	63.000,00	63.000,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			119.012,00	119.012,00	119.012,00
12 361 11 2.29	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			9.025.132,00	9.025.132,00	9.025.132,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas			2.407.822,00	2.407.822,00	2.407.822,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			411.677,00	411.677,00	411.677,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			5.626.792,00	5.626.792,00	5.626.792,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			578.841,00	578.841,00	578.841,00
12 361 11 2.30	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%			11.874.489,00	11.874.489,00	11.874.489,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas			10.040.600,00	10.040.600,00	10.040.600,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			1.833.889,00	1.833.889,00	1.833.889,00
12 361 11 2.31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%			4.464.143,00	4.464.143,00	4.464.143,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas			3.397.471,00	3.397.471,00	3.397.471,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			611.220,00	611.220,00	611.220,00

<div><div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div> <div><div><div>Emissão: 15/12/2017 10:47</div><div>Usuário: Contador - Sérgio</div><div>Chave de autenticação: 2226-0719-644</div></div><div>Página 5 / 15</div></div>					
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018					
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Total
12 361 11 2.32	3.3.90.00 Aplicações Diretas			330.701,00	330.701,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			124.751,00	124.751,00
	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO			1.284.345,00	1.284.345,00
	3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			397.954,00	397.954,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			724.215,00	724.215,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			162.176,00	162.176,00
12 361 11 2.33	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			1.208.335,00	1.208.335,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			1.208.335,00	1.208.335,00
12 361 11 2.56	MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM ENTIDADES DE APOIO AOS EXCEPCIONAIS			500.078,00	500.078,00
	3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			500.078,00	500.078,00
12 364	Ensino Superior			89.250,00	89.250,00
12 364 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			89.250,00	89.250,00
12 364 11 2.41	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO			89.250,00	89.250,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			89.250,00	89.250,00
12 365	Educação Infantil			17.614.375,00	17.614.375,00
12 365 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			17.614.375,00	17.614.375,00
12 365 11 1.15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			728.435,00	728.435,00
	4.4.90.00 Aplicações Diretas			728.435,00	728.435,00
12 365 11 2.30	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%			8.969.179,00	8.969.179,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas			4.383.155,00	4.383.155,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			4.586.024,00	4.586.024,00
12 365 11 2.31	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%			1.718.011,00	1.718.011,00
	3.1.90.00 Aplicações Diretas			1.456.059,00	1.456.059,00
	3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			261.952,00	261.952,00
12 365 11 2.36	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			105.000,00	105.000,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			105.000,00	105.000,00
12 365 11 2.37	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AO ENSINO			6.093.750,00	6.093.750,00
	3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			6.093.750,00	6.093.750,00
12 366	Educação de Jovens e Adultos			172.000,00	172.000,00
12 366 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			172.000,00	172.000,00
12 366 11 2.35	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			172.000,00	172.000,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			172.000,00	172.000,00
12 367	Educação Especial			560.551,00	560.551,00
12 367 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			560.551,00	560.551,00
12 367 11 2.54	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS			336.000,00	336.000,00
	3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			336.000,00	336.000,00
12 367 11 2.68	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE			224.551,00	224.551,00
	3.3.90.00 Aplicações Diretas			224.551,00	224.551,00
Total da Unidade Orçamentária				3.192.785,00	51.183.545,00
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE					
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Total
10	Saúde			61.950,00	61.950,00
10 305	Vigilância Epidemiológica			61.950,00	61.950,00
10 305 24	MEIO AMBIENTE			61.950,00	61.950,00

Município de Caçador/SC			Emissão: 15/12/2017 10:47		Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		6 / 15		
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 2226-0719-644				
http://www.caçador.sc.gov.br			tesouraria@caçador.sc.gov.br				
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho							
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018							
Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE							
Código		Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
10 305 24 2.25		VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL				61.950,00	61.950,00
		Aplicações Diretas				61.950,00	61.950,00
17		Saneamento			3.120.758,00	935.070,00	4.055.828,00
17 512		Saneamento Básico Urbano			3.120.758,00	935.070,00	4.055.828,00
17 512 24		MEIO AMBIENTE			3.120.758,00	935.070,00	4.055.828,00
17 512 24 1.19		SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO			3.120.758,00		3.120.758,00
		Aplicações Diretas			3.120.758,00		3.120.758,00
17 512 24 2.26		AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				419.059,00	419.059,00
		Aplicações Diretas				177.769,00	177.769,00
		Aplicações Diretas				241.290,00	241.290,00
17 512 24 2.28		AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS				516.011,00	516.011,00
		Aplicações Diretas				260.000,00	260.000,00
		Aplicações Diretas				256.011,00	256.011,00
18		Gestão Ambiental			92.400,00	640.553,00	732.953,00
18 541		Preservação e Conservação Ambiental			92.400,00	640.553,00	732.953,00
18 541 24		MEIO AMBIENTE			92.400,00	640.553,00	732.953,00
18 541 24 1.5		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE			16.800,00		16.800,00
		Aplicações Diretas			16.800,00		16.800,00
18 541 24 1.7		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			43.050,00		43.050,00
		Aplicações Diretas			43.050,00		43.050,00
18 541 24 1.9		AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS			32.550,00		32.550,00
		Aplicações Diretas			32.550,00		32.550,00
18 541 24 2.18		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL				91.718,00	91.718,00
		Aplicações Diretas				91.718,00	91.718,00
18 541 24 2.19		PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS				166.950,00	166.950,00
		Aplicações Diretas				166.950,00	166.950,00
18 541 24 2.23		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO				381.885,00	381.885,00
		Aplicações Diretas				381.885,00	381.885,00
20		Agricultura			136.100,00	3.307.550,00	3.443.650,00
20 606		Extensão Rural			136.100,00	3.307.550,00	3.443.650,00
20 606 26		PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			136.100,00	3.307.550,00	3.443.650,00
20 606 26 1.27		IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM			57.750,00		57.750,00
		Aplicações Diretas			57.750,00		57.750,00
20 606 26 1.28		AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL			46.800,00		46.800,00
		Aplicações Diretas			16.800,00		16.800,00
		Aplicações Diretas			30.000,00		30.000,00
20 606 26 1.31		CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL			31.550,00		31.550,00
		Aplicações Diretas			31.550,00		31.550,00
20 606 26 2.70		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			2.875.950,00		2.875.950,00
		Aplicações Diretas			1.852.200,00		1.852.200,00
		Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			393.750,00		393.750,00
		Aplicações Diretas			525.000,00		525.000,00
		Aplicações Diretas			105.000,00		105.000,00
20 606 26 2.71		ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL			30.500,00		30.500,00
		Aplicações Diretas			30.500,00		30.500,00

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div> <div><div><span></span></div><div><span></span></div></div>	
---	--

Município de Caçador/SC					Emissão: 15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC					Usuário: Contador - Sérgio		8 / 15	
CNPJ: 83.074.302/0001-31					http://www.cacador.sc.gov.br		Chave de autenticação: 2226-0719-644	
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho								
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018								
Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO								
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total		
3.3.90.00	Aplicações Diretas				55.250,00	55.250,00		
22 662 27 2.76	MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				337.452,00	337.452,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas				260.728,00	260.728,00		
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				13.724,00	13.724,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas				63.000,00	63.000,00		
Total da Unidade Orçamentária						472.150,00	553.591,00	1.025.741,00
Unidade Orçamentária: 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA								
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total		
4	Administração				2.821.195,00	2.821.195,00		
4 123	Administração Financeira				2.821.195,00	2.821.195,00		
4 123 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				2.821.195,00	2.821.195,00		
4 123 2 2.15	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA				2.821.195,00	2.821.195,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas				1.681.315,00	1.681.315,00		
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				530.880,00	530.880,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas				556.500,00	556.500,00		
4.4.90.00	Aplicações Diretas				52.500,00	52.500,00		
Total da Unidade Orçamentária						2.821.195,00	2.821.195,00	
Unidade Orçamentária: 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO								
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total		
4	Administração		2.135.000,00			2.135.000,00		
4 122	Administração Geral		2.135.000,00			2.135.000,00		
4 122 0	ENCARGOS ESPECIAIS		2.135.000,00			2.135.000,00		
4 122 0 0.3	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		425.000,00			425.000,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		25.000,00			25.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		400.000,00			400.000,00		
4 122 0 0.4	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		390.000,00			390.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		390.000,00			390.000,00		
4 122 0 0.5	PAGAMENTO AO PASEP		1.320.000,00			1.320.000,00		
3.3.20.00	Transferências à União		1.320.000,00			1.320.000,00		
28	Encargos Especiais		6.425.000,00			6.425.000,00		
28 843	Serviço da Dívida Interna		6.425.000,00			6.425.000,00		
28 843 0	ENCARGOS ESPECIAIS		6.425.000,00			6.425.000,00		
28 843 0 0.1	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA		225.000,00			225.000,00		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		225.000,00			225.000,00		
28 843 0 0.2	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		6.200.000,00			6.200.000,00		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		6.200.000,00			6.200.000,00		
Total da Unidade Orçamentária						8.560.000,00	8.560.000,00	
Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total		
99	Reserva de Contingência	124.751,00				124.751,00		
99 999	Reserva de Contingência	124.751,00				124.751,00		
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00				124.751,00		
99 999 9999 9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00				124.751,00		
9.9.90.00	Aplicações Diretas	124.751,00				124.751,00		




<div><div><div><div><div></div><div>Município de Caçador/SC</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div><div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div><div>tesouraria@caçador.sc.gov.br</div></div></div></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:47</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 2226-0719-644</div>		<div>Página</div> <div>9 / 15</div>		
<div>Anexo 6 da Lei Nº 4.320/ 64 - Programa de Trabalho</div>						
<div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>						
<div>Unidade Orçamentária: 10099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</div>						
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>		<div>124.751,00</div>				<div>124.751,00</div>
<div>Total da Unidade Gestora</div>		<div>124.751,00</div>	<div>8.560.000,00</div>	<div>8.085.534,00</div>	<div>92.035.475,00</div>	<div>108.805.760,00</div>
<div>Unidade Gestora: 2 - Fundação Municipal de Esporte</div>						
<div>Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE</div>						
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>
<div>27</div>	<div>Desporto e Lazer</div>				<div>2.047.175,00</div>	<div>2.047.175,00</div>
<div>27 812</div>	<div>Desporto Comunitário</div>				<div>2.047.175,00</div>	<div>2.047.175,00</div>
<div>27 812 31</div>	<div>DESPORTO AMADOR</div>				<div>2.047.175,00</div>	<div>2.047.175,00</div>
<div>27 812 31 2.81</div>	<div>MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES</div>				<div>1.565.424,00</div>	<div>1.565.424,00</div>
	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>536.424,00</div>	<div>536.424,00</div>
<div>3.1.90.00</div>	<div>Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos</div>				<div>136.500,00</div>	<div>136.500,00</div>
<div>3.1.91.00</div>	<div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div>				<div>861.000,00</div>	<div>861.000,00</div>
<div>3.3.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>31.500,00</div>	<div>31.500,00</div>
<div>4.4.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>124.751,00</div>	<div>124.751,00</div>
<div>27 812 31 2.84</div>	<div>CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.</div>				<div>357.000,00</div>	<div>357.000,00</div>
<div>3.3.50.00</div>	<div>Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>				<div>357.000,00</div>	<div>357.000,00</div>
<div>27 812 31 2.98</div>	<div>MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA</div>				<div>357.000,00</div>	<div>357.000,00</div>
<div>3.3.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>357.000,00</div>	<div>357.000,00</div>
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>		<div>2.047.175,00</div>			<div>2.047.175,00</div>	<div>2.047.175,00</div>
<div>Total da Unidade Gestora</div>		<div>2.047.175,00</div>			<div>2.047.175,00</div>	<div>2.047.175,00</div>
<div>Unidade Gestora: 3 - Fundação Municipal de Cultura e Turismo</div>						
<div>Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</div>						
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>
<div>13</div>	<div>Cultura</div>			<div>275.520,00</div>	<div>1.733.596,00</div>	<div>2.009.116,00</div>
<div>13 392</div>	<div>Difusão Cultural</div>			<div>275.520,00</div>	<div>1.733.596,00</div>	<div>2.009.116,00</div>
<div>13 392 19</div>	<div>ACERVO CULTURAL</div>			<div>275.520,00</div>	<div>1.733.596,00</div>	<div>2.009.116,00</div>
<div>13 392 19 1.14</div>	<div>REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA</div>			<div>22.260,00</div>		<div>22.260,00</div>
	<div>Aplicações Diretas</div>			<div>22.260,00</div>		<div>22.260,00</div>
<div>13 392 19 1.18</div>	<div>AQUISICÃO DE VEÍCULOS</div>			<div>53.760,00</div>		<div>53.760,00</div>
<div>4.4.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>			<div>53.760,00</div>		<div>53.760,00</div>
<div>13 392 19 1.33</div>	<div>PROGRAMA PAM E PAI</div>			<div>199.500,00</div>		<div>199.500,00</div>
	<div>Aplicações Diretas</div>			<div>199.500,00</div>		<div>199.500,00</div>
<div>3.3.90.00</div>	<div>MANUTENÇÃO DA CULTURA E TURISMO</div>				<div>1.733.596,00</div>	<div>1.733.596,00</div>
<div>3.1.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>1.185.781,00</div>	<div>1.185.781,00</div>
<div>3.1.91.00</div>	<div>Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos</div>				<div>296.445,00</div>	<div>296.445,00</div>
<div>3.3.50.00</div>	<div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div>				<div>62.370,00</div>	<div>62.370,00</div>
<div>3.3.90.00</div>	<div>Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos</div>				<div>157.500,00</div>	<div>157.500,00</div>
<div>3.3.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>31.500,00</div>	<div>31.500,00</div>
<div>4.4.90.00</div>	<div>Aplicações Diretas</div>				<div>31.500,00</div>	<div>31.500,00</div>
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>		<div>275.520,00</div>		<div>275.520,00</div>	<div>1.733.596,00</div>	<div>2.009.116,00</div>
<div>Total da Unidade Gestora</div>		<div>275.520,00</div>		<div>275.520,00</div>	<div>1.733.596,00</div>	<div>2.009.116,00</div>
<div>Unidade Gestora: 5 - Fundo Municipal de Saude</div>						
<div>Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</div>						
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Atividades</div>	<div>Total</div>
	<div>Saúde</div>			<div>421.835,00</div>	<div>39.313.409,00</div>	<div>39.735.244,00</div>

Município de Caçador/SC		Emissão:15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC		Usuário: Contador - Sérgio		10 / 15	
CNPJ: 83.074.302/0001-31		Chave de autenticação: 2226-0719-644			
tesouraria@caçador.sc.gov.br					
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018					
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Total
10 301	Atenção Básica			421.835,00	33.370.729,00
10 301 8	SAUDE BÁSICA			421.835,00	33.370.729,00
10 301 8 1.11	BLOCO DE INVESTIMENTOS			421.835,00	421.835,00
	Aplicações Diretas			421.835,00	421.835,00
10 301 8 2.24	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			27.877.790,00	27.877.790,00
	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			15.750,00	15.750,00
	Aplicações Diretas			20.249.940,00	20.249.940,00
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			3.103.400,00	3.103.400,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			1.726.956,00	1.726.956,00
	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio			10.500,00	10.500,00
	Aplicações Diretas			2.651.117,00	2.651.117,00
	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe			21.000,00	21.000,00
	Aplicações Diretas			99.127,00	99.127,00
10 301 8 2.58	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF			906.991,00	906.991,00
	Aplicações Diretas			680.243,00	680.243,00
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			226.748,00	226.748,00
10 301 8 2.59	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE - ACS			1.362.284,00	1.362.284,00
	Aplicações Diretas			1.021.713,00	1.021.713,00
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			340.571,00	340.571,00
10 301 8 2.60	MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO			1.962.488,00	1.962.488,00
	Aplicações Diretas			1.890.000,00	1.890.000,00
	Aplicações Diretas			72.488,00	72.488,00
10 301 8 2.61	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL			227.451,00	227.451,00
	Aplicações Diretas			210.000,00	210.000,00
	Aplicações Diretas			17.451,00	17.451,00
10 301 8 2.62	MANUTENÇÃO DO PMAQ			611.890,00	611.890,00
	Aplicações Diretas			557.500,00	557.500,00
	Aplicações Diretas			54.390,00	54.390,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			3.722.665,00	3.722.665,00
10 302 10	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE			3.722.665,00	3.722.665,00
10 302 10 2.63	MANUTENÇÃO DO MAC			3.722.665,00	3.722.665,00
	Aplicações Diretas			3.218.329,00	3.218.329,00
	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe			420.000,00	420.000,00
	Aplicações Diretas			84.336,00	84.336,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico			1.575.613,00	1.575.613,00
10 303 18	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA			1.575.613,00	1.575.613,00
10 303 18 2.64	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA			1.575.613,00	1.575.613,00
	Aplicações Diretas			1.531.359,00	1.531.359,00
	Aplicações Diretas			44.254,00	44.254,00
10 304	Vigilância Sanitária			480.505,00	480.505,00
10 304 9	VIGILANCIA EM SAÚDE			480.505,00	480.505,00
10 304 9 2.39	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA			480.505,00	480.505,00
	Aplicações Diretas			468.640,00	468.640,00
	Aplicações Diretas			11.865,00	11.865,00

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>Emissão: 15/12/2017 10:47</div> <div>Usuário: Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação: 2226-0719-644</div>		<div>Página</div> <div>11 / 15</div>	
<div>Resouraria@cacador.sc.gov.br</div> <div>http://www.cacador.sc.gov.br</div>					
<div>Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho</div>					
<div>Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018</div>					
<div>Unidade Orçamentária: 4001- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</div>					
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Total</div>
10 305	Vigilância Epidemiológica			585.732,00	585.732,00
10 305 9	VIGILANCIA EM SAÚDE			585.732,00	585.732,00
10 305 9 2.40	VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE			585.732,00	585.732,00
	Aplicações Diretas			525.000,00	525.000,00
3.3.90.00					
	Aplicações Diretas			60.732,00	60.732,00
4.4.90.00					
<div>Total da Unidade Orçamentária</div>		<div>421.835,00</div>	<div>39.313.409,00</div>	<div>421.835,00</div>	<div>39.735.244,00</div>
<div>Total da Unidade Gestora</div>		<div>421.835,00</div>	<div>39.313.409,00</div>	<div>421.835,00</div>	<div>39.735.244,00</div>
<div>Unidade Gestora: 6- Fundo Municipal de Assistência Social</div>					
<div>Unidade Orçamentária: 5001- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</div>					
<div>Código</div>	<div>Especificação</div>	<div>Não Orçamentária</div>	<div>Operação Especial</div>	<div>Projetos</div>	<div>Total</div>
8	Assistência Social			6.379.431,00	6.379.431,00
8 244	Assistência Comunitária			6.379.431,00	6.379.431,00
8 244 5	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA			637.422,00	637.422,00
8 244 5 2.100	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			637.422,00	637.422,00
	Aplicações Diretas			79.523,00	79.523,00
3.1.90.00					
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos			1.050,00	1.050,00
3.1.91.00	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			486.360,00	486.360,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			70.489,00	70.489,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				
<div>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE</div>				502.022,00	502.022,00
8 244 25	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE			502.022,00	502.022,00
8 244 25 2.101	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE			502.022,00	502.022,00
	Aplicações Diretas			38.850,00	38.850,00
3.1.90.00					
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos			1.050,00	1.050,00
3.1.91.00	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			1.050,00	1.050,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			356.835,00	356.835,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas			104.237,00	104.237,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				
<div>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE</div>				1.312.080,00	1.312.080,00
8 244 29	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA E SEUS FILHOS			264.600,00	264.600,00
8 244 29 2.52	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			264.600,00	264.600,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			264.600,00	264.600,00
3.3.50.00					
8 244 29 2.53	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			191.940,00	191.940,00
8 244 29 2.55	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			191.940,00	191.940,00
8 244 29 2.55	SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA ACOLHEDORA			323.760,00	323.760,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			323.760,00	323.760,00
3.3.50.00					
8 244 29 2.89	SERVIÇOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			240.000,00	240.000,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			240.000,00	240.000,00
3.3.50.00					
8 244 29 2.102	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			291.780,00	291.780,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			1.050,00	1.050,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas			1.050,00	1.050,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos			138.010,00	138.010,00
3.3.50.00	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			149.360,00	149.360,00
3.3.90.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
3.3.90.00	Aplicações Diretas			2.310,00	2.310,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas				
<div>GESTÃO MUNICIPAL</div>				3.927.907,00	3.927.907,00
8 244 30	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL			3.756.501,00	3.756.501,00
8 244 30 2.103	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL			2.700.000,00	2.700.000,00
	Aplicações Diretas				
3.1.90.00					

Município de Caçador/SC			Emissão: 15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário: Contador - Sérgio		12 / 15	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 2226-0719-644			
http://www.cacador.sc.gov.br			resouralia@cacador.sc.gov.br			
Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho						
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018						
Unidade Orçamentária: 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				450.000,00	450.000,00
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				39.501,00	39.501,00
	Aplicações Diretas				504.000,00	504.000,00
	Aplicações Diretas				63.000,00	63.000,00
8 244 30 2.104	GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO SUAS				24.420,00	24.420,00
	Aplicações Diretas				13.920,00	13.920,00
	Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00
8 244 30 2.105	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO				146.986,00	146.986,00
	Aplicações Diretas				80.551,00	80.551,00
	Aplicações Diretas				66.435,00	66.435,00
Total da Unidade Orçamentária		6.379.431,00			6.379.431,00	6.379.431,00
Total da Unidade Gestora		6.379.431,00			6.379.431,00	6.379.431,00
Unidade Gestora: 7 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA						
Unidade Orçamentária: 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				152.334,00	152.334,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				152.334,00	152.334,00
8 243 23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				152.334,00	152.334,00
8 243 23 2.17	SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA CRIANÇAS E O ADOLESCENTES				126.084,00	126.084,00
	Aplicações Diretas				115.584,00	115.584,00
	Aplicações Diretas				10.500,00	10.500,00
8 243 23 2.57	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES				26.250,00	26.250,00
	Aplicações Diretas				26.250,00	26.250,00
3.3.90.00						
Total da Unidade Orçamentária		152.334,00			152.334,00	152.334,00
Total da Unidade Gestora		152.334,00			152.334,00	152.334,00
Unidade Gestora: 8 - Fundo Municipal de Habitação						
Unidade Orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação			169.300,00	537.550,00	706.850,00
16 482	Habitação Urbana			169.300,00	537.550,00	706.850,00
16 482 22	HABITAÇÃO			169.300,00	537.550,00	706.850,00
16 482 22 1.25	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE MORADIAS POPULARES			169.300,00		169.300,00
	Aplicações Diretas			169.300,00		169.300,00
16 482 22 2.67	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO				137.550,00	137.550,00
	Aplicações Diretas				137.550,00	137.550,00
16 482 22 2.69	ALUGUEL SOCIAL				400.000,00	400.000,00
	Aplicações Diretas				400.000,00	400.000,00
3.3.90.00						
Total da Unidade Orçamentária		169.300,00			537.550,00	706.850,00
Total da Unidade Gestora		169.300,00			537.550,00	706.850,00
Unidade Gestora: 9 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador						
Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL						
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento				9.044,00	9.044,00

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)


 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>	<a href="mailto:tesouraria@caçador.sc.gov.br">tesouraria@caçador.sc.gov.br</a>		<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:47	<b>Página</b> 14 / 15
			<b>Usuário:</b> Contador - Sérgio	
			<b>Chave de autenticação:</b> 2226-0719-644	

### Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho

Total da Unidade Gestora						Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
Unidade Gestora: 12 - Câmara Municipal de Caçador						1.961.297,00	1.961.297,00
Unidade Orçamentária: 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total	
1	Legislativa			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00	
1 31	Ação Legislativa			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00	
1 31 1	PROCESSO LEGISLATIVO			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00	
1 31 1 1.1	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL			1.950.000,00		1.950.000,00	
	Aplicações Diretas			450.000,00		450.000,00	
	Aplicações Diretas			1.500.000,00		1.500.000,00	
1 31 1 2.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS				5.950.000,00	5.950.000,00	
	Aplicações Diretas				4.860.000,00	4.860.000,00	
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				340.000,00	340.000,00	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Aplicações Diretas				750.000,00	750.000,00	
1 31 1 2.7	ATUAÇÃO LEGISLATIVA				650.000,00	650.000,00	
	Aplicações Diretas				650.000,00	650.000,00	
1 31 1 2.8	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO				390.000,00	390.000,00	
	Aplicações Diretas				390.000,00	390.000,00	
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>						<b>1.950.000,00</b>	<b>6.990.000,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>						<b>1.950.000,00</b>	<b>8.940.000,00</b>

Unidade Gestora: 13 - IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador						Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018	
Unidade Orçamentária: 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR							
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total	
4	Administração				29.801.310,00	29.801.310,00	
4 122	Administração Geral				29.801.310,00	29.801.310,00	
4 122 7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS				29.801.310,00	29.801.310,00	
4 122 7 2.21	MANUTENÇÃO DO IPASC				2.249.200,00	2.249.200,00	
	Aplicações Diretas				860.000,00	860.000,00	
	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos				189.200,00	189.200,00	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Aplicações Diretas				550.000,00	550.000,00	
	Aplicações Diretas				650.000,00	650.000,00	
4 122 7 2.22	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA				17.500.000,00	17.500.000,00	
	Aplicações Diretas				17.500.000,00	17.500.000,00	
4 122 7 2.999	RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS				10.052.110,00	10.052.110,00	
	Aplicações Diretas				10.052.110,00	10.052.110,00	
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>						<b>29.801.310,00</b>	<b>29.801.310,00</b>
<b>Total da Unidade Gestora</b>						<b>29.801.310,00</b>	<b>29.801.310,00</b>

TOTAL GERAL						183.312.272,00	202.899.212,00
Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador							

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:47 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2226-0719-644	<b>Página</b> 15 / 15
--	--	--------------------------

tesouraria@cacador.sc.gov.br

**Anexo 6 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho****SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.caçador.sc.gov.br">http://www.caçador.sc.gov.br</a>			Emissão: 15/12/2017 10:47 Usuário: Contador - Sérgio Chave de autenticação: 2045-0500-343		Página 1 / 3	
Anexo 7 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades						
		Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018				
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00
1 31	Ação Legislativa			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00
1 31 1	PROCESSO LEGISLATIVO			1.950.000,00	6.990.000,00	8.940.000,00
4	Administração		2.135.000,00	250.000,00	46.603.974,00	48.988.974,00
4 122	Administração Geral		2.135.000,00	250.000,00	37.534.294,00	39.919.294,00
4 122 0	ENCARGOS ESPECIAIS		2.135.000,00			2.135.000,00
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			70.000,00	5.771.687,00	5.841.687,00
4 122 6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS				1.961.297,00	1.961.297,00
4 122 7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS				29.801.310,00	29.801.310,00
4 122 28	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL					180.000,00
4 123	Administração Financeira			180.000,00		180.000,00
4 123 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				9.069.680,00	9.069.680,00
5	Segurança Pública			15.000,00	9.069.680,00	9.069.680,00
5 181	Policimento			15.000,00	5.179.217,00	5.179.217,00
5 181 4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA			15.000,00	4.767.204,00	4.782.204,00
5 182	Defesa Civil			15.000,00	4.767.204,00	4.782.204,00
5 182 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				397.013,00	397.013,00
8	Assistência Social				397.013,00	397.013,00
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente				6.531.765,00	6.531.765,00
8 243 23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				152.334,00	152.334,00
8 244	Assistência Comunitária				152.334,00	152.334,00
8 244 5	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				6.379.431,00	6.379.431,00
8 244 25	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				637.422,00	637.422,00
8 244 29	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				502.022,00	502.022,00
8 244 30	GESTÃO MUNICIPAL				1.312.080,00	1.312.080,00
10	Saúde				3.927.907,00	3.927.907,00
10 301	Atenção Básica			421.835,00	39.375.359,00	39.797.194,00
10 301 8	SAUDE BÁSICA			421.835,00	32.948.894,00	33.370.729,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			421.835,00	32.948.894,00	33.370.729,00
10 302 10	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE				3.722.665,00	3.722.665,00
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico				3.722.665,00	3.722.665,00
10 303 18	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				1.575.613,00	1.575.613,00
10 304	Vigilância Sanitária				1.575.613,00	1.575.613,00
10 304 9	VIGILANCIA EM SAUDE				480.505,00	480.505,00
10 305	Vigilância Epidemiológica				480.505,00	480.505,00
10 305 9	VIGILANCIA EM SAUDE				647.682,00	647.682,00
10 305 24	MEIO AMBIENTE				585.732,00	585.732,00
12	Educação				61.950,00	61.950,00
12 306	Alimentação e Nutrição			3.192.785,00	47.990.760,00	51.183.545,00
12 306 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				1.926.497,00	1.926.497,00
12 361	Ensino Fundamental			2.464.350,00	1.926.497,00	1.926.497,00
12 361 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			2.464.350,00	28.356.522,00	30.820.872,00
12 364	Ensino Superior				28.356.522,00	30.820.872,00
12 364 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				89.250,00	89.250,00
12 365	Educação Infantil				89.250,00	89.250,00
12 365 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE			728.435,00	16.885.940,00	17.614.375,00
12 366	Educação de Jovens e Adultos			728.435,00	16.885.940,00	17.614.375,00
12 366 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				172.000,00	172.000,00
12 367	Educação Especial				172.000,00	172.000,00
12 367 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE				560.551,00	560.551,00
13	Cultura			275.520,00	560.551,00	560.551,00
					1.733.596,00	2.009.116,00

Município de Caçador/SC		Emissão: 15/12/2017 10:47		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC		Usuário: Contador - Sérgio		2 / 3	
CNPJ: 83.074.302/0001-31		Chave de autenticação: 2045-0500-343			
http://www.caçador.sc.gov.br		tesouraria@caçador.sc.gov.br			
Anexo 7 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018					
Código	Especificação	Não Orçamentária	Operação Especial	Projetos	Atividades
13.392.13.392.19	Difusão Cultural			275.520,00	1.733.596,00
15.451.15.451.17	ACERVO CULTURAL			275.520,00	2.009.116,00
15.451.15.451.34	Urbanismo			773.841,00	21.665.909,00
15.451.15.451.38	Infra-Estrutura Urbana			252.100,00	20.784.968,00
15.452.15.452.20	INFRA ESTRUTURA URBANA			151.050,00	18.211.267,00
15.452.15.452.21	PLANEJAMENTO URBANO			101.050,00	2.551.651,00
15.452.15.452.37	PARQUE CENTRAL			521.741,00	123.100,00
16.482.16.482.22	Serviços Urbanos			387.051,00	22.050,00
17.512.17.512.17	INFRA ESTRUTURA URBANA			134.690,00	107.100,00
17.512.17.512.24	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS				387.051,00
17.512.17.512.35	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA				2.100,00
18.541.18.541.24	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL				105.000,00
20.606.20.606.26	Habituação			169.300,00	706.850,00
22.661.22.661.27	Habituação Urbana			169.300,00	706.850,00
22.662.22.662.2	HABITAÇÃO			169.300,00	706.850,00
27.812.27.812.31	Saneamento			3.173.258,00	4.117.372,00
28.843.28.843.0	Saneamento Básico Urbano			3.173.258,00	4.117.372,00
99.999.99.999.9999	INFRA ESTRUTURA URBANA			52.500,00	52.500,00
	MEIO AMBIENTE			3.120.758,00	4.055.828,00
	SAANEAMENTO BASICO			9.044,00	9.044,00
	Gestão Ambiental			92.400,00	732.953,00
	Preservação e Conservação Ambiental			92.400,00	732.953,00
	MEIO AMBIENTE			92.400,00	732.953,00
	Agricultura			136.100,00	3.443.650,00
	Extensão Rural			136.100,00	3.443.650,00
	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			136.100,00	3.443.650,00
	Indústria			452.150,00	1.005.741,00
	Promoção Industrial			431.100,00	591.989,00
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO			431.100,00	591.989,00
	Produção Industrial			21.050,00	413.752,00
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			21.050,00	21.050,00
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO			392.702,00	392.702,00
	Desporto e Lazer			2.047.175,00	2.047.175,00
	Desporto Comunitário			2.047.175,00	2.047.175,00
	DESPORTO AMADOR			2.047.175,00	2.047.175,00
	Encargos Especiais		6.425.000,00		6.425.000,00
	Serviço da Dívida Interna		6.425.000,00		6.425.000,00
	ENCARGOS ESPECIAIS		6.425.000,00		6.425.000,00
	Reserva de Contingência	124.751,00			124.751,00
	Reserva de Contingência	124.751,00			124.751,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00			124.751,00
Total		124.751,00	8.560.000,00	10.902.189,00	183.312.272,00
TOTAL GERAL		124.751,00	8.560.000,00	10.902.189,00	183.312.272,00
					202.899.212,00

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social,

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundação Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:47 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 2045-0500-343	<b>Página</b> 3 / 3
--	--	------------------------

**Anexo 7 da Lei Nº 4.320/64 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades**

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

Município de Caçador/SC			Emissão:15/12/2017 10:48		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Usuário:Contador - Sérgio		1 / 3	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			Chave de autenticação: 1154-8180-813			
http://www.caçador.sc.gov.br			resourcaur@caçador.sc.gov.br			
Anexo 8 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos						
Valores em R\$ - Período: Orçamento/ 2018						
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total		
1	Legislativa	8.940.000,00		8.940.000,00		
1 31	Ação Legislativa	8.940.000,00		8.940.000,00		
1 31 1	PROCESSO LEGISLATIVO	8.940.000,00		8.940.000,00		
4	Administração	47.024.527,00	1.964.447,00	48.988.974,00		
4 122	Administração Geral	37.954.847,00	1.964.447,00	39.919.294,00		
4 122 0	ENCARGOS ESPECIAIS	2.135.000,00		2.135.000,00		
4 122 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.150,00	5.841.687,00		
4 122 6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS			1.961.297,00		
4 122 7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	5.838.537,00				
4 122 28	PROGRAMA QUINTAL SOCIAL	29.801.310,00		29.801.310,00		
4 123	Administração Financeira	180.000,00		180.000,00		
4 123 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	9.069.680,00		9.069.680,00		
5	Segurança Pública	4.697.771,00	481.446,00	5.179.217,00		
5 181	Policimento	4.301.808,00	480.396,00	4.782.204,00		
5 181 4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	4.301.808,00	480.396,00	4.782.204,00		
5 182	Defesa Civil	395.963,00	1.050,00	397.013,00		
5 182 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	395.963,00	1.050,00	397.013,00		
8	Assistência Social	5.095.161,00	1.436.604,00	6.531.765,00		
8 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	139.860,00	12.474,00	152.334,00		
8 243 23	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	139.860,00	12.474,00	152.334,00		
8 244	Assistência Comunitária	4.955.301,00	1.424.130,00	6.379.431,00		
8 244 5	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	63.000,00	574.422,00	637.422,00		
8 244 25	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	63.000,00	439.022,00	502.022,00		
8 244 29	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	1.072.800,00	239.280,00	1.312.080,00		
8 244 30	GESTÃO MUNICIPAL	3.756.501,00	171.406,00	3.927.907,00		
10	Saúde	29.095.188,00	10.702.006,00	39.797.194,00		
10 301	Atenção Básica	27.830.673,00	5.540.056,00	33.370.729,00		
10 301 8	SAUDE BÁSICA	27.830.673,00	5.540.056,00	33.370.729,00		
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	420.000,00	3.302.665,00	3.722.665,00		
10 302 10	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAUDE	420.000,00	3.302.665,00	3.722.665,00		
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico	350.700,00	1.224.913,00	1.575.613,00		
10 303 18	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	350.700,00	1.224.913,00	1.575.613,00		
10 304	Vigilância Sanitária	431.865,00	48.640,00	480.505,00		
10 304 9	VIGILANCIA EM SAUDE	431.865,00	48.640,00	480.505,00		
10 305	Vigilância Epidemiológica	61.950,00	585.732,00	647.682,00		
10 305 9	VIGILANCIA EM SAUDE	61.950,00	585.732,00	647.682,00		
10 305 24	MEIO AMBIENTE	61.950,00		61.950,00		
12	Educação	14.025.568,00	37.157.977,00	51.183.545,00		
12 306	Alimentação e Nutrição	800.000,00	1.126.497,00	1.926.497,00		
12 306 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	800.000,00	1.126.497,00	1.926.497,00		
12 361	Ensino Fundamental	9.682.818,00	21.138.054,00	30.820.872,00		
12 361 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	9.682.818,00	21.138.054,00	30.820.872,00		
12 364	Ensino Superior	89.250,00		89.250,00		
12 364 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	89.250,00		89.250,00		
12 365	Educação Infantil	3.097.500,00	14.516.875,00	17.614.375,00		
12 365 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	3.097.500,00	14.516.875,00	17.614.375,00		
12 366	Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	152.000,00	172.000,00		
12 366 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	20.000,00	152.000,00	172.000,00		
12 367	Educação Especial	336.000,00	224.551,00	560.551,00		
12 367 11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	336.000,00	224.551,00	560.551,00		

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>Município de Caçador/SC</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div>		<div>Emissão:15/12/2017 10:48</div> <div>Usuário:Contador - Sérgio</div> <div>Chave de autenticação:1154-8180-813</div>		<div>Página</div> <div>2 / 3</div>
Anexo 8 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos				
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2018				
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	2.006.596,00	2.520,00	2.009.116,00
13 392	Difusão Cultural	2.006.596,00	2.520,00	2.009.116,00
13 392 19	ACERVO CULTURAL	2.006.596,00	2.520,00	2.009.116,00
15	Urbanismo	18.370.950,00	3.294.959,00	21.665.909,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana	17.747.359,00	3.289.709,00	21.037.068,00
15 451 17	INFRA ESTRUTURA URBANA	15.084.708,00	3.277.609,00	18.362.317,00
15 451 34	PLANEJAMENTO URBANO	2.541.651,00	10.000,00	2.551.651,00
15 451 38	PARQUE CENTRAL	121.000,00	2.100,00	123.100,00
15 452	Serviços Urbanos	623.591,00	5.250,00	628.841,00
15 452 17	INFRA ESTRUTURA URBANA	386.001,00	1.050,00	387.051,00
15 452 20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	132.590,00	2.100,00	134.690,00
15 452 21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
15 452 37	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	105.000,00	2.100,00	105.000,00
16	Habitação	704.355,00	2.495,00	706.850,00
16 482	Habitação Urbana	704.355,00	2.495,00	706.850,00
16 482 22	HABITAÇÃO	704.355,00	2.495,00	706.850,00
17	Saneamento	4.101.811,00	15.561,00	4.117.372,00
17 512	Saneamento Básico Urbano	4.101.811,00	15.561,00	4.117.372,00
17 512 17	INFRA ESTRUTURA URBANA	52.500,00		52.500,00
17 512 24	MEIO AMBIENTE	4.041.317,00	14.511,00	4.055.828,00
17 512 35	SAANEAMENTO BASICO	7.994,00	1.050,00	9.044,00
18	Gestão Ambiental	729.803,00	3.150,00	732.953,00
18 541	Preservação e Conservação Ambiental	729.803,00	3.150,00	732.953,00
18 541 24	MEIO AMBIENTE	729.803,00	3.150,00	732.953,00
20	Agricultura	3.439.450,00	4.200,00	3.443.650,00
20 606	Extensão Rural	3.439.450,00	4.200,00	3.443.650,00
20 606 26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	3.439.450,00	4.200,00	3.443.650,00
22	Indústria	1.001.541,00	4.200,00	1.005.741,00
22 661	Promoção Industrial	587.789,00	4.200,00	591.989,00
22 661 27	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	587.789,00	4.200,00	591.989,00
22 662	Produção Industrial	413.752,00		413.752,00
22 662 2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	21.050,00		21.050,00
22 662 27	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	392.702,00		392.702,00
27	Desporto e Lazer	2.047.175,00		2.047.175,00
27 812	Desporto Comunitário	2.047.175,00		2.047.175,00
27 812 31	DESPORTO AMADOR	2.047.175,00		2.047.175,00
28	Encargos Especiais	6.425.000,00		6.425.000,00
28 843	Serviço da Dívida Interna	6.425.000,00		6.425.000,00
28 843 0	ENCARGOS ESPECIAIS	6.425.000,00		6.425.000,00
99	Reserva de Contingência	124.751,00		124.751,00
99 999	Reserva de Contingência	124.751,00		124.751,00
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00		124.751,00
Total		147.829.647,00	55.069.565,00	202.899.212,00
TOTAL GERAL		147.829.647,00	55.069.565,00	202.899.212,00
Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Desenvolvimento, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, JPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador				

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esporte, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Fundação Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador, Câmara Municipal de Caçador, JPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

 <b>Município de Caçador/SC</b> Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 <a href="http://www.cacador.sc.gov.br">http://www.cacador.sc.gov.br</a>	<b>Emissão:</b> 15/12/2017 10:48 <b>Usuário:</b> Contador - Sérgio <b>Chave de autenticação:</b> 1154-8180-813	<b>Página</b> 3 / 3
--	--	------------------------

**Anexo 8 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos**

**SAULO SPEROTTO**  
Prefeito Municipal

**SERGIO INHAIA**  
Contador  
CRC-SC 028.242/O-2

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA N.º1156, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459213

PORTARIA n.º1156, de 15 de dezembro de 2017.

Encerra o pagamento de pensão de LEONARDO ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 4º, II,

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Cessar o pagamento de pensão do dependente, LEONARDO ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula nº, 5961 cuja pensão foi concedida pela Portaria nº 744/2014, por atingir a maioridade. A presente portaria tem efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

Fábio Deniz Casagrande – DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 1.150, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459208

PORTARIA nº 1.150, de 07 de dezembro de 2017.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal IRACI FURTADO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 539 ( quinhentos e trinta e nove) dias, ou 01 (um) ano, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00034/17-9 fornecida pelo INSS, datada de 29/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande- DIRETOR PRESIDENTE DO IPASC

**PORTARIA Nº 1.152, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459210

PORTARIA nº 1.152, de 14 de dezembro de 2017.

Aposenta a Servidora Pública Municipal ILZA WITTE ROSSA

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º e art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal ILZA WITTE ROSSA, Matrícula nº 1007 na atividade, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Nível/Referência 4/B, com carga horária de 20 horas semanais, a contar de 14 de dezembro de 2017, passando à Matrícula nº 3470, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2017, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.155,43 (Dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos) e adicional de triênio de R\$ 387,98 (Trezentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos), totalizando R\$ 2.543,41 (Dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 14 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 1.154, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459211

PORTARIA nº 1.154, de 14 de dezembro de 2017.

Encerra o benefício de aposentadoria de OSVINO DA SILVA AZEVEDO

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais a redação do art. 12, inciso I, do mesmo diploma legal,

**RESOLVE:**



Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria concedido a OSVINO DA SILVA AZEVEDO, matrícula IPASC nº 3030, por motivo de seu falecimento, ocorrido no dia 09/12/2017, com efeitos a contar da data do óbito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 14 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

#### **PORTARIA Nº 1.155, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459212

PORTARIA nº 1.155, de 14 de dezembro de 2017.

Concede licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA.

O Diretor Presidente em exercício do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, mais o previsto no inciso I, do art. 98, art. 107 e §1º, do art. 108, todos da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA, ocupante do cargo de Diretora Presidente do IPASC, pelo período de 60 (sessenta) dias, compreendidos entre 11/12/2017 até 08/02/2018, conforme atestado médico apresentado e perícia médica realizada.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 14 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

#### **PORTARIA Nº 1.157, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459418

PORTARIA nº 1.157, de 15 de dezembro de 2017.

Concede Pensão por Morte a NADIR ALVES.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §7º e §8º, do art. 40, da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a NADIR ALVES, Matrícula nº 5979, na condição de companheira do Servidor Público Municipal Inativo OSVINO DA SILVA AZEVEDO, falecido em 09/12/2017, na espécie sem paridade, correspondendo a 100% do valor original do último provento de aposentadoria do servidor, no montante de R\$ 1.157,00 (um mil, cento e cinquenta e sete reais), a serem pagos pelo IPASC a contar de 10 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 15 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

#### **PORTARIA Nº 1.158, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459421

PORTARIA nº 1.158, de 15 de dezembro de 2017.

Concede férias à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, ocupante do cargo de Advogada do IPASC, referentes ao período aquisitivo de 25/03/2016 a 24/03/2017, a serem gozadas a contar do dia 04/01/2018 até 23/01/2018.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 15 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.



# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 224/2017

Publicação Nº 1458818

DECRETO Nº. 224/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.452,24 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 07 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
UNIDADE 01 – SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
061810005.2.036 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO FUNREBOM  
3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
(1116) Fonte: 0343 Superávit Recursos FUNREBOM .....  
..... R\$ 5.452,24

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016 da fontes 0343 Superávit Recursos do FUNREBOM no valor de R\$ 5.452,24.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 225/2017

Publicação Nº 1460560

DECRETO Nº. 225/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 872,00 (oitocentos e setenta e dois reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CULTURA E

#### ESPORTES

UNIDADE 01 – SETOR DE EDUCAÇÃO

123640011.2.024 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1119) Fonte: 0300 Superávit Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 872,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016 da fontes 0300 Superávit Recursos Ordinários no valor de R\$ 872,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 226/2017

Publicação Nº 1460642

DECRETO Nº. 226/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2523/2017 de 23 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e dois centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Caibi SC, para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I:

#### QUADRO I

Órgão - 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

041230004.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(169) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 66.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(68) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 22.719,12

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 (963) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 48.002,50  
 4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
 (115) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.053,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
 123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 163.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade – 02 SETOR DE CULTURA  
 133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (341) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.200,00  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 (346) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 21.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade – 03 SETOR DE ESPORTES  
 278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (381) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 19.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
 Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 082440006.2.008 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (419) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 (429) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 154520015.2.029 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (601) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 200,00  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 (605) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Órgão - 08 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
 Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
 267820022.2.035 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DMER  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

(649) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 73.000,00  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 (653) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 25.000,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
 Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
 206060019.1.011 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS  
 4.4.90.00.00.0000 – Investimentos – Aplicações Diretas  
 (701) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 174.150,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
 Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
 206060019.2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
 (704) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 73.300,00

Art. 2º - Para fazer face as suplementações de que trata o artigo anterior, serão anuladas dotações orçamentárias do Orçamento para o exercício de 2017 no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e dois centavos), demonstradas no Quadro II:

#### QUADRO II

Órgão - 02 GABINETE DO PREFEITO  
 Unidade – 01 GABINETE DO PREFEITO  
 041220002.2.002 – MANUT. ATIVIDADE GAB.PREFEITO E VICE PREFEITO  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (33) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 3.200,00  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 (37) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00  
 4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
 (54) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 041220003.1.018 – REFORMA E AMPL.DO CENTRO ADMINIST.MUNICIPAL  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 (56) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
 (57) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
 3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 (58) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 59.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
041220003.2.042 – AUXÍLIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS  
3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(123) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
082430007.2.039 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(146) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(168) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123060009.2.020 – PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(187) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 19.569,69  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(978) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 38.002,50

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
(194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
..... R\$ 212.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(208) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
..... R\$ 165.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(253) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 3.322,00  
4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações Diretas  
(260) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
..... R\$ 13.973,49

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123610011.2.022 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(266) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
..... R\$ 18.182,61

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 02 SETOR DE CULTURA  
236950021.2.034 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS

AO TURISMO  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(1006) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 10.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
082440006.2.008 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(536) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.771,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
Unidade – 02 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
082430007.2.011 – MANUT.ATIV.FUNDO MUNIC.DA INFANCIA E ADOLESC.  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
(544) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00  
3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(545) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(546) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 4.100,00  
4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(547) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
Unidade – 03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
164820016.1.009 – APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL  
3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(548) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(549) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(550) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
061810005.2.005 – MANUT. CONVÊNIO SECRET. DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(551) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
154510013.1.008 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(599) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 17.163,33

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

157820014.2.028 – SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(634) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 9.340,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
175120017.1.010 – SANEAMENTO GERAL  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(642) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 1.000,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
185410018.2.030 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(691) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 10.000,00

Órgão - 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade – 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
288460024.0.001 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
3.2.90.00.00.0000 – Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas  
(750) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(752) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 24.000,00  
4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações Diretas  
(757) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103010008.2.012 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
(760) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 69.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103030008.2.040 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
(867) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 18.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103050008.2.016 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
(887) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. – Fica transferido da fonte 0101 para a fonte 0100 o valor de R\$ 249.478,10 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dez centavos) e da fonte 0102 para a fonte 0100 o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais).

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de dezembro de 2017.  
ELÓI JOSÉ LIBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes De Almeida  
Secretário Municipal de Administração

## DECRETO Nº 223/2017

Publicação Nº 1460673

DECRETO Nº. 223/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o desmembramento de Lote Urbano, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2285/2011, de 23 de setembro de 2011. DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado o DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descrito, Mapa e ART., anexo. Ficando a área conforme descrição abaixo:

Desmembramento de Parte maior norte do lote urbano nº 231, da Quadra nº 27 do Loteamento Primitivo, (Quadra nº 66, do controle cadastral da Prefeitura Municipal de Caibi – SC), com área de 720 m² (setecentos e vinte metros quadrados) de uma área total de 1.470 m² (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), situado na Rua do Triunfo, nesta cidade de Caibi/SC, de propriedade do Senhor Altemir Grando e Soneide Rosa Travessini Grando, conforme matrícula nº 13.086 do CRI da Comarca de Palmitos/SC.

## MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: MAPA PARA DESMEMBRAMENTO DA PARTE MAIOR NORTE DO LOTE URBANO N 231 SEM BENFEITORIAS

Proprietário: ALTEMIR GRANDO  
Município: CAIBI  
Comarca: PALMITOS  
UF: SANTA CATARINA  
Matrícula: 13.086  
Área Total: 1.470,00m²  
Área Desmembrada: 720,00m²  
Área Remanescente: 750,00m²

## ÁREA SER DESMEMBRADA

PARTE MAIOR NORTE DO LOTE URBANO N 231 COM A ÁREA DE 720,00M² SEM BENFEITORIAS

## CONFRONTAÇÕES

### AO SUDESTE

Segue com azimute de 180º00'00" e distância de 13,00 m., confrontando neste trecho com parte do lote urbano n 230 de LISETA INES BIANCHINI com a área de 260,00m².

### AO SUDOESTE

Segue com azimute de 270º00'00" e distância de 1,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 e 230 de ALTEMIR GRANDO com a área de 750,00m².

### AO SUDESTE



Segue com azimute de 180°00'00" e distância de 10,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 e 230 de ALTEMIR GRANDO com a área de 750,00m2.

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 9,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de NEIVALDO SPEZIA com a área de 270,00m2.

AO SUDESTE

Segue com azimute de 180°00'00" e distância de 27,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de NEIVALDO SPEZIA com a área de 270,00m2.

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 10,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO TRIUNFO com uma área de 220,00m2.

AO NOROESTE

Segue com azimute de 0°00'00" e distância de 27,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 232 de ISAIR FURLANETO com uma área de 1000,00m2.

AO NORDESTE

Segue com azimute de 90°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 198 de GILBERTO FERNANDO ZANCHETT com uma área de 500,00m2.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE SUDOESTE DO LOTE URBANO N 230 COM A ÁREA DE 740,00M2 E PEQUENA PARTE DO LOTE URBANO N 231 COM A ÁREA DE 10,00m2 COM AS BENFEITORIAS CONFRONTAÇÕES

AO SUDESTE

Segue com azimute de 180°00'00" e distância de 37,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO COMERCIO com a área de 777,00m2.

AO SUDOESTE

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO TRIUNFO com a área de 440,00m2.

AO NOROESTE

Segue com azimute de 0°00'00" e distância de 27,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de NEIVALDO SPEZIA com a área de 270,00m2.

AO NORDESTE

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 1,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de NEIVALDO SPEZIA com a área de 270,00m2.

AO NOROESTE

Segue com azimute de 0°00'00" e distância de 10,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de ALTEMIR GRANDO com a área de 720,00m2

AO NORDESTE

Segue com azimute de 90°00'00" e distância de 1,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 231 de ALTEMIR GRANDO com a área de 720,00m2 e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 230 de LISETA INES BIANCHINI com a área de 260,00m2.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 15 de Dezembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

## LEI 2523/2017

Publicação Nº 1460469

LEI Nº. 2523/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e dois centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Caibi SC, para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I:

### QUADRO I

Órgão - 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

041230004.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(169) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 66.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(68) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 22.719,12

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(963) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 48.002,50

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(115) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.053,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO

123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 163.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 02 SETOR DE CULTURA

133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(341) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.200,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(346) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....

..... R\$ 21.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 03 SETOR DE ESPORTES

278120023.2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(381) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 19.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Unidade - 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440006.2.008 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(419) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 29.000,00

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(429) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 10.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade - 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154520015.2.029 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(601) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 200,00

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(605) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 20.000,00

Órgão - 08 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

267820022.2.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DMER

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(649) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 73.000,00

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(653) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 25.000,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

206060019.1.011 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90.00.00.0000 - Investimentos - Aplicações Diretas

(701) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 174.150,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

206060019.2.033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(704) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 73.300,00

Art. 2º - Para fazer face as suplementações de que trata o artigo anterior, serão anuladas dotações orçamentárias do Orçamento para o exercício de 2017 no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e

dois centavos), demonstradas no Quadro II:

QUADRO II

Órgão - 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade - 01 GABINETE DO PREFEITO

041220002.2.002 - MANUT. ATIVIDADE GAB.PREFEITO E VICE PREFEITO

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(33) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 3.200,00

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(37) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.0000 - Investimentos - Aplicações Diretas

(54) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 5.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.1.018 - REFORMA E AMPL.DO CENTRO ADMINIST.MUNICIPAL

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(56) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.0000 - Investimentos - Aplicações Diretas

(57) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(58) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 59.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.042 - AUXÍLIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

3.3.50.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(123) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

082430007.2.039 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(146) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.0000 - Investimentos - Aplicações Diretas

(168) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 5.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 SETOR DE EDUCAÇÃO

123060009.2.020 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(187) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 19.569,69  
 3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 (978) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 38.002,50

**Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO**

123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
 ..... R\$ 212.000,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(208) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
 ..... R\$ 165.000,00

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(253) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 3.322,00

4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações Diretas

(260) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
 ..... R\$ 13.973,49

**Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO**

123610011.2.022 – MANUT.DO TRANSP.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(266) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ .....  
 ..... R\$ 18.182,61

**Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**Unidade – 02 SETOR DE CULTURA**

236950021.2.034 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(1006) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 10.000,00

**Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

**Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

082440006.2.008 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(536) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.771,00

**Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

**Unidade – 02 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**  
 082430007.2.011 – MANUT.ATIV.FUNDO MUNIC.DA INFANCIA E ADOLESC.

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(544) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(545) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(546) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 4.100,00

4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(547) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

**Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

**Unidade – 03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

164820016.1.009 – APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL

3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(548) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(549) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(550) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

**Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

061810005.2.005 – MANUT. CONVÊNIO SECRET. DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(551) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 5.000,00

**Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

154510013.1.008 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(599) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 17.163,33

**Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

157820014.2.028 – SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(634) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 9.340,00

**Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

175120017.1.010 – SANEAMENTO GERAL

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(642) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 1.000,00

**Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

**Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

185410018.2.030 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(691) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
 ..... R\$ 10.000,00

**Órgão - 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

**Unidade – 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

288460024.0.001 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

3.2.90.00.00.0000 – Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

(750) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Di-  
retas  
(752) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 24.000,00  
4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações  
Diretas  
(757) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 5.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103010008.2.012 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Di-  
retas  
(760) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 69.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103030008.2.040 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Di-  
retas  
(867) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 18.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
103050008.2.016 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDE-  
MIOLÓGICA  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Di-  
retas  
(887) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. – Fica transferido da fonte 0101 para a fonte 0100 o valor  
de R\$ 249.478,10 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos  
e setenta e oito reais e dez centavos) e da fonte 0102 para a fonte  
0100 o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de dezembro de 2017.  
ELÓI JOSÉ LIBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes De Almeida  
Secretário Municipal de Administração

## LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2017

Publicação Nº 1460645

LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2017, de 15 de Dezembro de 2017.

Cria e altera o número de vagas no quadro de cargos em comi-  
ssão do Município, constante do anexo II da Lei Complementar nº  
031/13, de 01 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito municipal de Caibi Estado de Santa  
Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber  
a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de  
Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam pela presente Lei criadas na estrutura dos Cargos  
em Comissão do Município, 05 (cinco) vagas de Diretor II, CC-3-1;  
e reduzidas 02 (duas) vagas de Diretor I CC-3; 01 (uma) vaga de  
Sub diretor CC-4 e duas vagas de chefe de departamento CC-5, nos  
termos do (anexos II, da Lei Complementar nº 031/13, de 01 de  
Novembro de 2013).

Art. 2º - O anexo II da Lei Complementar nº 031/13, de 01 de  
Novembro de 2013, passam a vigorar com as alterações, conforme  
quadro em anexo.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei,  
ficarão a cargo das dotações do Orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de Dezembro de 2017.  
ELÓI JOSÉ LÍBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa  
Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida  
Secretário de Administração

## LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2017

Publicação Nº 1460659

Sumário  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 5  
TÍTULO I 5  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL 5  
TÍTULO II 6  
DOS IMPOSTOS 6  
CAPÍTULO I 6  
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA 6  
SEÇÃO I 6  
DA INCIDÊNCIA, FATO GERADOR E CONTRIBUINTE 6  
SEÇÃO II 7  
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 7  
SEÇÃO III 7  
DA INSCRIÇÃO, LANÇAMENTO E PAGAMENTO 7  
SEÇÃO IV 9



DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS E PROGRESSIVIDADE NO TEMPO DO IPTU 9  
SEÇÃO V 10  
DA ISENÇÃO 10  
CAPÍTULO II 11  
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" - ITBI 11  
CAPÍTULO III 14  
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS 14  
SEÇÃO I 14  
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR 14  
SEÇÃO II 17  
DO SUJEITO PASSIVO E RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS 17  
SEÇÃO III 19  
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 19  
SEÇÃO IV 20  
ARBITRAMENTO E ESTIMATIVA 20  
SEÇÃO V 22  
DO LANÇAMENTO 22  
SEÇÃO VI 23  
DO PAGAMENTO 23  
TÍTULO III 24  
DAS TAXAS 24  
CAPÍTULO I 24  
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA 24  
CAPÍTULO II 26  
TAXAS SOBRE SERVIÇOS 26  
TÍTULO IV 27  
DAS CONTRIBUIÇÕES 27  
CAPÍTULO I 27  
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 27  
CAPÍTULO II 29  
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 29  
TÍTULO V 30  
DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL 30  
TÍTULO VI 32  
DA ARRECADAÇÃO, PENALIDADES, RESPONSABILIDADESE COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS 32  
CAPÍTULO I 32  
DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS 32  
CAPÍTULO II 33  
DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS 33  
CAPÍTULO III 33  
DAS PENALIDADES 33  
SEÇÃO I 33  
DAS MULTAS PUNITIVAS 33  
SEÇÃO II 34  
DOS IMPEDIMENTOS 34  
CAPÍTULO IV 34  
DO PARCELAMENTO 34  
CAPÍTULO V 36  
DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS 36  
CAPÍTULO VI 36  
DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS 36  
SEÇÃO I 36  
DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA 36  
SEÇÃO II 37  
DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA 37  
SEÇÃO III 37  
DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL 37  
SEÇÃO IV 37  
DA COBRANÇA JUDICIAL 37  
CAPÍTULO VII 38  
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS E SUCESSORES 38  
TÍTULO VII 39  
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL 39  
CAPÍTULO I 39  
DO CADASTRO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL 39  
CAPÍTULO II 39  
DO LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS 39  
CAPÍTULO III 41  
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS 41

SEÇÃO I 41
DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA 41
SEÇÃO II 42
DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO AO LANÇAMENTO 42
SEÇÃO III 43
DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO 43
SEÇÃO IV 44
DA CONSULTA 44
SEÇÃO V 44
DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA 44
CAPÍTULO IV 45
DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL 45
TÍTULO VIII 46
DAS QUESTÕES GERAIS 46
CAPÍTULO I 46
DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO 46
CAPÍTULO II 46
DOS PREÇOS PÚBLICOS 46
CAPÍTULO III 46
DAS IMUNIDADES 46
CAPÍTULO IV 46
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS 46
CAPÍTULO V 47
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 47
ANEXO I – PLANTA GENÉRICA DE VALORES 49
Item 01 – Valores venais dos terrenos em área urbana 49
Subitem 1.1 – Valor dos terrenos por metro quadrado 49
Subitem 1.2 – Enquadramento dos terrenos por tipo 49
Subitem 1.3 – Redutores dos valores venais dos terrenos 49
Item 02 – Valores venais das construções e benfeitorias 50
Subitem 2.1 – Valor venal por metro quadrado por tipo de construção 50
Subitem 2.2 – Redutores do valor venal da benfeitoria por tempo de construção 50
Item 03 – Alíquotas de IPTU a serem aplicadas sobre o valor venal 51
Item 04 – Valores venais das áreas rurais, para base de cálculo padrão do ITBI 51
ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS 52
ANEXO III –DAS TAXAS SOBRE O PODER DE POLÍCIA 68
ITEM 01 – DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO (TLL) E DA TAXA DE FUNCIONAMENTO ANUAL (TFA) 68
Subitem 1.1 – Valor da taxa de licença e localização (TLC) e da Taxa de funcionamento anual (TFA), conforme o grupo de CNAE, para estabelecimentos fixos. 68
Subitem 1.2 – Definição de ME, EPP e Demais 69
Subitem 1.3 - Adicional da TLL e da TFA 69
Subitem 1.4 – Valor da taxa de licença e localização (TLL) para atividades temporárias 69
Item 02 – Valor da taxa de vistoria sanitária (TVS) 70
ITEM 03 – VALOR TAXA PARA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO (TLC) 70
ANEXO IV – VALORES DAS TAXAS SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS 72
Item 01 – Valor da taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de lixo (TCL 72
ANEXO V – VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA –COSIP 73
ANEXO VI – PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS 74

LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE OS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL E DEFINE AS REGRAS PARA ARRECADAÇÃO.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei Complementar institui, nos termos do art. 30, III, da Constituição e conforme o art. 59 da Lei Orgânica Municipal, os tributos de competência municipal e define sua arrecadação, conforme os ditames da Constituição, da Lei Orgânica do Município, do Código Tributário Nacional e demais leis complementares previstas no art. 146 da Constituição Federal.

Art. 2º A legislação tributária municipal é composta pelas normas deste diploma, por outras leis que lhe complementam e pelos regulamentos administrativos tributários.

#### TÍTULO I

##### DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 3º Nos termos do Código Tributário Nacional, o tributo é toda a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º Os tributos municipais são:

I –Impostos:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
  - b) Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título por ato oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais Sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como a Cessão de Direito à sua Aquisição - ITBI;
  - c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- II – Taxas:
- a) Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
  - b) Taxas de Serviços Públicos
- III – Contribuição de Melhoria
- IV – Contribuição para o custeio da iluminação pública

## TÍTULO II DOS IMPOSTOS

### CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA, FATO GERADOR E CONTRIBUINTE

Art. 5º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acesso física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana aquela definida por lei municipal, desde que existam, pelo menos, dois dos melhoramentos abaixo indicados, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgoto sanitário;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º Consideram-se urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela administração municipal, destinados à habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

§3º Os imóveis utilizados em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, ainda que localizados em zonas urbanas, são contribuintes do imposto territorial rural – ITR e as áreas integrantes destes imóveis que tenham as características urbanas previstas no §1º são sujeitas ao IPTU e não ao ITR.

Art. 6º O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno vago ou construído.

§1º Considera-se terreno vago o bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) em que houver edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada;
- c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição.

§2º Considera-se construído o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 7º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. A condição de possuidor para lançamento do imposto independe de registro público, contrato ou outro documento especial, bastando para configurar esta condição declaração do contribuinte, documento que ateste a posse ou o cadastramento de ofício pelo Município quando tiver conhecimento da situação de posse.

Art. 8º Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia primeiro de janeiro de cada ano.

### SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 9º A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 10. O valor venal do imóvel será determinado com a aplicação dos parâmetros constantes na Planta Genérica de Valores anexa a esta lei.

Art. 11. A base de cálculo é composta pela soma de dois fatores: o valor venal do terreno e o valor da construção existente no imóvel.

§1º O valor venal dos terrenos será estabelecido conforme os critérios definidos no Anexo I desta Lei.

§2º O valor das construções será determinado com base na área construída, conforme os critérios definidos no Anexo I desta Lei.

Art. 12. As alíquotas a serem aplicadas sobre os valores venais dos imóveis urbanos do Município, para cálculo do IPTU, são as determinadas no Anexo I da presente Lei.

### SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO, LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 13. A inscrição dos bens imóveis passíveis de lançamento de IPTU no Cadastro Tributário Municipal será promovida de ofício pelo órgão competente, com ou sem declaração do contribuinte de que é proprietário, possuidor ou tem o domínio útil.

Art. 14. O contribuinte é obrigado a informar eventuais atualizações dos dados relativos ao imóvel, bem como alterações que nele houver. Parágrafo único. O contribuinte terá 30 (trinta) dias da ocorrência do fato para promover a informação de atualização.

Art. 15. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado anualmente, de ofício, considerando-se as circunstâncias objetivas e subjetivas existentes no Cadastro Tributário Municipal em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Art. 16. O imposto será lançado em nome do contribuinte responsável pelo imóvel, conforme o Cadastro Tributário Municipal, através de guia, carnê de pagamento ou aviso de lançamento, que conterá informações básicas essenciais para a compreensão do valor lançado.

§1º Com finalidade de economia de recursos públicos, podem ser incluídos no carnê ou guia de pagamento do IPTU valores referentes a taxas de serviços e/ou poder de polícia, desde que devidamente discriminadas.

§2º As taxas e contribuições com lançamento anual podem, também, ser apenas lançadas no mesmo carnê ou guia do IPTU, em guia

específica para pagamento.

Art. 17. O lançamento do imposto independe da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou do imóvel edificado, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas relacionadas ao uso do imóvel, bastando constar no Cadastro Tributário Municipal as informações para lançamento conforme a realidade fática do imóvel em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 18. Considerar-se-á regularmente notificado do lançamento o sujeito passivo nas seguintes situações:

I – quando postado ou enviado por qualquer outro meio a guia ou carnê de pagamento do IPTU para o endereço do próprio imóvel ou ao domicílio fiscal do sujeito passivo constante no Cadastro Tributário Municipal;

II – quando retirado, pelo próprio sujeito passivo ou por quem o represente, o carnê, guia de pagamento ou o aviso de lançamento na administração tributária municipal ou na repartição por ela indicada;

III – Quando disponibilizado ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, a possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê.

Art. 19. As datas para pagamento e prazos para apresentação de recurso administrativo do IPTU serão determinadas no calendário fiscal, respeitando as determinações constantes nesta lei.

Parágrafo único. O prazo para apresentar recurso não pode acabar antes da data de vencimento da primeira parcela ou cota única do IPTU.

Art. 20. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU pode ter seu pagamento dividido em até seis parcelas e a concessão de desconto de no máximo vinte por cento sobre o valor total no pagamento integral do imposto em cota única até a data de vencimento da primeira parcela, conforme definido no calendário fiscal.

Parágrafo único. O valor da parcela de IPTU não poderá ser menor que quinze unidades fiscais de referência Municipal.

#### SEÇÃO IV

##### DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS E PROGRESSIVIDADE NO TEMPO DO IPTU

Art. 21. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

§1º Considera-se subutilizado o imóvel cujo adequado aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.

§2º O proprietário será notificado pelo Poder Executivo para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§3º A notificação far-se-á:

I - por funcionário do órgão tributante ao proprietário do imóvel ou no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II - por edital, quando frustrada por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§4º Os prazos a que se referem este artigo não poderão ser inferiores a:

I - um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no Município.

II - dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras de empreendimento.

§5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, será elaborada lei específica estabelecendo prazo e prevendo a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

Art. 22. A transmissão do imóvel por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização prevista no artigo anterior, sem interrupção de qualquer prazo.

Art. 23. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na Lei que determinar o uso compulsório, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota, pelo prazo de cinco anos consecutivos.

§1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica prevista nesta seção e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

§2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima até que se cumpra a referida obrigação.

§3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 24. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§1º O valor real da indenização:

I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação;

II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§2º Os títulos tratados neste artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§3º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§4º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§5º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do §5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização.

Art. 25. As determinações constantes nesta seção somente terão vigência se publicadas no Plano Diretor do Município e na ocorrência de lei específica que estabeleça o IPTU progressivo sobre determinada área prevista no Plano Diretor.

#### SEÇÃO V

##### DA ISENÇÃO

Art. 26. São isentos do IPTU os imóveis em que o contribuinte faça a requisição de isenção e comprove que o imóvel é cedido gratuitamente para o uso do Município ou uma de suas autarquias, enquanto perdurar a cedência, no todo ou em relação a fração cedida.

Parágrafo único. Os prazos para solicitação, as regras para análise e demais questões pertinentes a concessão da isenção são os definidos na legislação tributária.

#### CAPÍTULO II

##### IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" - ITBI

Art. 27. O Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos em lei civil;

II - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia, res-salvado quanto ao usufruto, e as hipóteses de não incidência abordadas nesta lei;

III - a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos itens anteriores;

Parágrafo único. Estão compreendidos na incidência do imposto todos os atos translativos "inter vivos" a título oneroso, de imóveis, por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre imóveis, como cessão de direitos hereditários, cessão de meação, cessão de cota de condomínio, dação de pagamento, arrematação, adjudicação e demais atos.

Art. 28. O imposto é devido quando os bens transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos cedidos, se situarem no território do Mu-nicípio, ainda que a mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora do Município.

Art. 29. Consideram-se bens imóveis, para efeito do imposto:

I - o solo, com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo; e

II - tudo quanto o homem incorpora permanentemente ao solo, como os edifícios e as construções, a semente lançada à terra, de modo que não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Art. 30. O imposto não incide:

I - sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;

II - sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência da desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

III - sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

§1º Não se aplica o disposto no caput quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§2º Considera-se preponderante a atividade quando esta constar no contrato social e/ou na relação de atividades da pessoa jurídica, exceto se a empresa comprovar que a sua renda principal deriva de outra atividade; ou quando o fisco comprovar que a atividade principal é a compra e venda de imóveis, mesmo se esta não constar no contrato social da empresa.

Art. 31. A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito transmitido.

§1º Não serão abatidas do valor quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

§2º Nas cessões de direitos à aquisição, o valor ainda não pago pelo cedente será deduzido da base de cálculo.

§3º O valor venal sempre será calculado com base na realidade fática do imóvel no ato da transmissão ou cessão de direito.

Art. 32. O valor venal, para fins de ITBI, é o valor de mercado do imóvel ou direito transmitido, que será identificado com base nos seguintes critérios:

I - Em relação aos imóveis rurais e direitos reais a eles vinculados, o valor venal será aquele declarado pelo contribuinte ou informado pelo cartorário, tabelião ou oficial do Registro de Imóveis, desde que não seja menor que o valor mínimo fundiário estabelecido por órgão agropecuário do governo federal ou estadual ou definidos na legislação tributária municipal.

II - Em relação aos imóveis urbanos e direitos reais a eles vinculados, o valor venal será aquele declarado pelo contribuinte ou informado pelo cartorário, tabelião ou oficial do Registro de Imóveis, desde que não seja menor que os valores mínimos definidos pela legislação tributária municipal.

Art. 33. Nos casos abaixo especificados a base de cálculo é:

I - na arrematação e na adjudicação de bens penhorados, o valor da avaliação judicial de bens penhorados, o valor da avaliação judicial para a primeira praça ou única praça, ou o preço pago, se este for maior;

II - nas transmissões por sentença judicial, o valor da avaliação judicial.

Art. 34. O imposto será calculado mediante a aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) sobre a base de cálculo.

Parágrafo único. Nas transmissões relacionadas a programas habitacionais de cunho social, conforme definido pelo Município, será concedida isenção de 50% (cinquenta por cento) no imposto incidente sobre o valor efetivamente financiado via programa habitacional.

Art. 35. São contribuintes do imposto:

I - os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

II - os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

Parágrafo Único. Nas permutas cada contratante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

Art. 36. O imposto será pago mediante documento próprio de arrecadação:

I - até a data da lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública;

II - na data da prática do ato ou da celebração do contrato sobre o qual incide;

III - no prazo de quinze dias da assinatura do auto, nas hipóteses de arrematação e adjudicação;

IV - no prazo de quinze dias, contados da data do depósito, na hipótese de remição;

V - no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado da sentença que:

a) rejeitar embargos oferecidos à arrematação ou adjudicação;

b) declarar a transmissão por meio de usucapião;

VI - no prazo de trinta dias, contados do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo, na hipótese de cessão de direitos he-reditários.

§1º Nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no ato da transmissão.

§2º Mesmo nos casos de isenção ou imunidade serão expedidas guias com todas as especificações e com a citação do dispositivo legal que as ampare.

Art. 37. Na falta ou no atraso de pagamento do imposto o valor devido será reajustado conforme as regras estipuladas nesta Lei.

Art. 38. Comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, o imposto ou sua diferença serão exigidos com os acréscimos das multas determinadas na lei, calculadas sobre o montante do valor apurado, respondendo solidariamente pela infração o alienante ou cessionário.

Art. 39. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos



e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.

Art. 40. Os notários, oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos ficam obrigados:

I - a permitir aos encarregados da fiscalização tributária municipal o exame em cartório dos livros, autos, guias de recolhimento e papéis que interessem à arrecadação do imposto;

II - a fornecer aos encarregados da fiscalização, quando solicitada, certidão dos atos lavrados ou registrados, concernente a bens imóveis ou direitos a eles relativos.

### CAPÍTULO III

#### IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

##### SEÇÃO I

##### DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 41. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na Lista do Anexo II desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º O imposto de que trata o caput deste artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§3º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 42. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 43. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses a seguir previstas, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, se o serviço é proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista do Anexo II;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista do Anexo II;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista do Anexo II;

V - das edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista do Anexo II;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista do Anexo II;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista do Anexo II;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista do Anexo II;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista do Anexo II;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista do Anexo II;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista do Anexo II;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista do Anexo II;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do Anexo II;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviço anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista do Anexo II;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista do Anexo II;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista do Anexo II;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista do Anexo II;

XX - do terminal rodoviário ou similar, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista do Anexo II.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da Lista do Anexo II;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da Lista do Anexo II;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da Lista do Anexo II.

§1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município havendo extensão de rodovia, ferrovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no

Município se houver extensão da rodovia explorada.

§3º Na hipótese de aplicação de alíquota inferior ao limite previsto nesta Lei ou de concessão de isenção ou benefício fiscal que reduza alíquota a percentual menor que o definido nesta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§4º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da Lista do Anexo II, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§5º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da Lista do Anexo II, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 44. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º. Considera-se unidade econômica a existência de equipamentos, materiais ou objetos que pertençam ao prestador do serviço e que se destinem a viabilizar a execução do serviço, especialmente se os mesmos forem fundamentais para a prestação do serviço.

§2º. Considera-se unidade profissional a existência de equipe técnica, mesmo que temporária, que esteja vinculada a execução do serviço e relacionada ao prestador.

§3º. O estabelecimento prestador não precisa pertencer ou estar sob a posse do prestador do serviço, basta que no local se desenvolva o serviço e haja unidade econômica ou profissional do prestador.

Art. 45. A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo.

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço.

III - do recebimento do valor pelo prestador ou do resultado econômico da prestação de serviços.

Art. 46. Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - mensalmente, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade de profissionais, desde que o imposto seja calculado mediante fatores que independem do respectivo preço;

II - no momento da prestação do serviço nos demais casos.

## SEÇÃO II

### DO SUJEITO PASSIVO E RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 47. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§1º Para os efeitos de identificação do prestador do serviço no que concerne ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, entende-se:

I - por profissional autônomo a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem vínculo empregatício e sem registro de empresário;

II - por sociedade profissional, a pessoa jurídica constituída como sociedade simples, nos termos da legislação civil, inscrita no cartório de registro civil;

III - por empresa:

a) toda e qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, que tenha caráter empresarial nos termos da legislação civil e que efetue seu registro em Junta Comercial ou equivalente legal.

b) a pessoa física que exerça sua atividade profissional de forma empresarial, com o devido registro em Junta Comercial ou equivalente legal.

c) Demais pessoas jurídicas estabelecidas na forma de associação, cooperativa, condomínio ou outras definições, que prestem serviços a terceiros ou que sejam equiparadas a empresa por definição legal.

§2º Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 48. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na Lista do Anexo II ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Art. 49. São responsáveis solidários pelo ISSQN:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica ou física, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da Lista do Anexo II;

III - os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central nos serviços que contratam;

IV - os órgãos da administração direta ou indireta do Estado e da União e suas autarquias, as concessionárias de serviços públicos, as empresas públicas e sociedades de economia mista pelos serviços que contratam;

V - as pessoas jurídicas estabelecidas no Município que contratam serviços de empresas de outros Municípios, desde que o ISSQN seja devido em Caibi.

Art. 50. Além dos casos estabelecidos no artigo anterior, o tomador do serviço sempre responderá solidariamente pelo recolhimento do ISSQN quando o prestador do serviço deixar de emitir nota fiscal.

Parágrafo único. A apresentação da nota fiscal de prestação de serviço afasta a responsabilidade solidária do tomador definida no caput.

Art. 51. O proprietário ou dono da obra ou edificação, seja pessoa física ou jurídica, é substituto tributário do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre a realização de obras de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referidas nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista do Anexo II, sendo responsável pelo pagamento do imposto.

§1º O ISSQN previsto no caput pode ser exigido do substituto tributário antes da ocorrência do fato gerador, no ato de solicitação da licença de construção, através do cálculo por estimativa do tributo, considerando como base de cálculo o valor da obra informado pelo proprietário ou dono da obra ou através de estimativa, que levará em conta os preços mínimos (custo unitário básico - CUB) determinados pelo CREA ou sindicatos da construção civil e os padrões definidos nesta Lei.

§2º O recolhimento antecipado não impede o lançamento pelo fisco de eventual diferença do imposto, que venha a ser identificada quando ocorrido o fato gerador, assim como o contribuinte possui o direito de requerer a restituição de eventual recolhimento antecipado feito em valor maior que o identificado na ocorrência do fato gerador.

§3º O recolhimento antecipado do imposto pode ser pago em parcela única ou em até cinco parcelas, respeitado o valor mínimo de vinte unidades fiscais de referência por parcela.

§4º A metodologia de estimativa dos valores e forma de lançamento seguirá o definido na legislação tributária municipal.



**SEÇÃO III****DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS**

Art. 52. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da Lista do Anexo II forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

§2º As deduções de valores da base de cálculo do imposto, autorizadas por leis complementares que regulamentam o ISSQN no âmbito nacional, ficam condicionadas ao cumprimento de critérios previstos na legislação tributária municipal;

§3º O imposto será calculado em função de fatores que independem do respectivo preço quando se tratar de serviços prestados por profissional autônomo ou sociedades profissionais.

Art. 53. O ISSQN a ser pago por ano pelos profissionais autônomos consta na Lista do Anexo II anexa a esta Lei, expressos em unidades fiscais de referência.

§1º Para os profissionais autônomos que exercem qualquer atividade cujo valor estimado não conste na Lista do Anexo II, o imposto será determinado da seguinte forma:

I – para profissionais de nível superior, o valor corresponderá ao previsto de ISSQN estimado no item 7.01 da Lista do Anexo II;

II - demais profissionais, o valor corresponderá ao previsto de ISSQN estimado no item 7.02 da Lista do Anexo II.

§2º No caso de sociedades profissionais, o imposto devido será calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços assumindo responsabilidade pessoal.

§3º No caso de profissionais autônomos que não atuem no Município por doze meses consecutivos, o ISSQN a ser recolhido deve corresponder aos meses em que prestaram serviços no Município, de forma proporcional ao previsto anualmente.

Art. 54. Considera-se preço do serviço o total do valor cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros, assim como taxas, licenças e demais gastos acrescidos no preço do serviço contratado.

§1º Na falta do preço previsto no caput deste artigo ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado através de arbitramento ou mediante estimativa, de maneira tal que reflita o preço habitual do serviço.

§2º A prestação de serviço, quando implicar concessão de crédito, sob qualquer modalidade, resultará na inclusão, em sua base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

§3º Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condição futura.

§4º Os valores de repasses, direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviço, a título de participação, coparticipação ou outras formas, constituem parte integrante do valor do serviço, sem afetar fato gerador seguinte incidente sobre os repasses.

Art. 55. O valor do ISSQN é parte integrante e indissociável do preço do serviço e, por isso, constitui sua base de cálculo.

Parágrafo único. O prestador não pode cobrar o tributo separadamente do preço do serviço, sendo que a menção do valor na nota fiscal é mera informação.

Art. 56. As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza estão indicadas, para cada serviço, na coluna alíquota na Lista do Anexo II desta Lei.

Art. 57. O ISSQN não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

**SEÇÃO IV****ARBITRAMENTO E ESTIMATIVA**

Art. 58. O valor do imposto será lançado a partir de base de cálculo arbitrada, sempre que se verificarem e enquanto perdurarem quaisquer das seguintes hipóteses:

I - não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

II - forem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;

III - existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

IV - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;

V - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Tributário Municipal;

VI - prática de subfaturamento;

VII - flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;

VIII - serviços prestados sem a determinação do preço;

IX - situações que autorizem a exigência antecipada do tributo, antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 59. O arbitramento será fixado pela autoridade fiscal competente, considerando os seguintes elementos:

I - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes;

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor à época da apuração;

III - as condições próprias do contribuinte e os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor dos materiais consumidos;

b) as despesas fixas e variáveis;

c) aluguel do imóvel, das máquinas e equipamentos utilizados.

§1º Serão deduzidos do imposto resultante do arbitramento os pagamentos realizados no período.

§2º O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.

§3º No caso de obras e serviços de construção civil, o fisco utilizará como critério de estimativa o valor do custo unitário básico da construção

(CUB) vigente na época da obra ou da estimativa, seguindo o seguinte padrão:

I – Para construções de alvenaria, a base de cálculo do ISSQN pode chegar a até quarenta por cento do valor do CUB por metro quadrado construído, conforme condições da obra;

II – Para construções de madeira, a base de cálculo do ISSQN pode chegar a até vinte por cento do valor do CUB por metro quadrado construído, conforme avaliação das condições da obra.

Art. 60. Na hipótese de prestação de serviços enquadráveis em mais de uma atividade prevista na Lista do Anexo II a esta Lei Complementar, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, o contribuinte deverá manter escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

## SEÇÃO V

### DO LANÇAMENTO

Art. 61. A administração tributária manterá no Cadastro Tributário Municipal os dados referentes aos prestadores de serviço.

Art. 62. A inscrição no Cadastro Tributário Municipal deverá ser requerida pelo próprio contribuinte, na forma definida na legislação tributária municipal, e nela constarão os dados necessários à sua identificação, localização e caracterização dos serviços prestados, assim que iniciar as suas atividades.

Art. 63. Os dados apresentados na inscrição deverão ser atualizados pelo contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

Art. 64. A inscrição no Cadastro Tributário Municipal poderá ser feita, também, de ofício, caso a autoridade tributária tenha conhecimento da existência de contribuinte não cadastrado, seja por diligência própria ou informação de outros órgãos tributários e de registro.

Art. 65. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para os profissionais autônomos, profissionais liberais e sociedades profissionais será feito de ofício pela autoridade tributária, anualmente, no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades de prestação de serviços.

§1º O lançamento será efetuado de forma individualizada, por contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Tributário Municipal.

§2º Verificada a falta ou incorreção de dados no cadastro, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados pela diligência fiscal.

Art. 66. Os profissionais autônomos, profissionais liberais e sociedades profissionais serão notificados do lançamento do imposto:

I – quando postado ou enviado por qualquer outro meio a guia ou carnê de pagamento do imposto para o endereço do próprio imóvel ou ao domicílio fiscal do sujeito passivo constante no Cadastro Tributário Municipal;

II – quando retirado, pelo próprio sujeito passivo ou por quem o represente, o carnê, guia de pagamento ou o aviso de lançamento na administração tributária municipal ou na repartição por ela indicada;

III – Quando disponibilizado ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, a possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê.

Art. 67. Os demais contribuintes, não enquadrados no artigo anterior, recolherão o ISSQN através de declaração, sendo o lançamento procedido por homologação, e, por isso, devem:

I - manter, em uso, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que isentos ou não tributáveis, exceto aqueles desobrigados pela legislação tributária municipal;

II - emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento exigido pela Administração, no momento da prestação do serviço;

III - comunicar à Administração o extravio, a perda ou a inutilização de livros e documentos fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, comprovando-o através da apresentação de Boletim de Ocorrência e da prova da publicação do ocorrido em jornal de circulação local.

Art. 68. Compete a legislação tributária regular a escrita fiscal e a forma de emissão de nota fiscal, assim como estabelecer outras obrigações acessórias destinadas a identificação correta da base de cálculo e fatos geradores do ISSQN.

Art. 69. Os valores declarados como de prestação de serviço na escrita fiscal (livros, notas, declarações e demais documentos) constituem confissão de dívida e cabe ao fisco exigir o pagamento, a qualquer momento, do tributo incidente sobre a prestação de serviço declarada que não fora recolhido.

Art. 70. Os livros fiscais, balanços contábeis, contratos, anotações, enfim, quaisquer documentos que integrem a gestão empresarial do contribuinte são de livre acesso aos integrantes da administração tributária, não podendo ser criados impedimentos para análise destes.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço.

## SEÇÃO VI

### DO PAGAMENTO

Art. 71. O imposto anual devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais será recolhido em cota única ou em prestações, mensais e sucessivas, conforme dispor a legislação tributária municipal.

Art. 72. Os demais contribuintes deverão declarar o imposto por meio da escrita fiscal e efetuar o recolhimento mensalmente, sempre no mês seguinte a ocorrência dos fatos geradores, nas formas e prazos estabelecidos na legislação tributária municipal.

Art. 73. A falta de pagamento ou o pagamento fora dos prazos estabelecidos implicará em multas e penalidades, nos termos previstos nesta lei.

Art. 74.

## TÍTULO III

### DAS TAXAS

Art. 75. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 76. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições municipais aquelas que, segundo a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e a legislação com elas compatível, competem ao Município.

Art. 77. Para efeito de incidência das taxas, consideram-se como estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

**CAPÍTULO I****TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA**

Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 79. A incidência das taxas sobre o poder de polícia ocorre na ação de órgão municipal competente para permitir, autorizar, fiscalizar ou conceder autorização para realização de ato ou atividade, a fim de preservar o interesse público.

Art. 80. As taxas municipais sobre o poder de polícia e seus respectivos fatos geradores são as seguintes:

I – Taxa para licença e localização (TLL), cujo fato gerador é o desempenho pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento ou atividade permanente e ou eventual, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas, com o intuito de conceder alvará ou licença de funcionamento, seja por meio de requerimento ou de forma oficiosa.

II - Taxa de funcionamento anual (TFA), cujo fato gerador é o desempenho pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, do acompanhamento da situação anual do funcionamento dos estabelecimentos, com base nas regras de localização e licenciamento pertinentes ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas, com o intuito de verificar se estão mantidas as condições estipuladas no alvará ou licença de funcionamento, sendo o fato gerador da taxa o dia do lançamento da mesma nos exercícios seguintes a emissão do alvará ou licença de funcionamento.

III - Taxa para vistoria sanitária (TVS), cujo fato gerador é o desempenho de vistoria, pelo órgão competente, em estabelecimentos ou atividades temporárias de cunho comercial, industrial ou de prestação de serviços, mediante requerimento do interessado e/ou por diligência da Vigilância Sanitária, desde que a natureza da atividade, em conformidade com a legislação vigente, exija fiscalização sanitária e a consequente concessão de Alvará Sanitário.

IV - Taxa para a licença de construção e habitação (TLC), cujo fato gerador é a solicitação, ou a execução por ofício da autoridade, de avaliação das condições para concessão de licenciamento para execução de obras de construção civil em geral, que incluem reformas, melhorias, adaptações ou novas obras, inclusive loteamentos e desmembramentos, segundo a legislação de posturas vigente, mediante a apresentação de projeto técnico básico e executivo pelo interessado, assim como autorização para uso e aproveitamento residencial de imóveis (habite-se) e avaliação de condições de regularização de imóveis já construídos.

Art. 81. O valor das taxas instituídas no artigo anterior será determinado no Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. A taxa de licença e localização e taxa de funcionamento anual terão o mesmo valor e o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE servirá de base para diferenciar os contribuintes.

Art. 82. São isentos da taxa de licenciamento e localização e da taxa de funcionamento anual:

I - as associações de assistência social sem fins lucrativos;

II – as escolas e estabelecimentos de ensino público municipais, estaduais e federais.

Art. 83. O contribuinte das taxas deste capítulo é aquele que requereu e/ou recebeu a fiscalização, vistoria, avaliação, alvará ou licença, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 84. O pagamento das taxas sobre o poder de polícia deve ocorrer antes do desempenho do poder de polícia pelo órgão competente, nos prazos determinados pelo fisco municipal ou previstos no calendário fiscal.

Art. 85. O pagamento das taxas independe da concessão ou aprovação dos alvarás ou licenças requeridas, assim como o lançamento ou o pagamento das taxas não importa no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

Art. 86. A forma de requerimento, prazos para pagamento, obrigações acessórias e demais questões complementares sobre as taxas abordadas nesta seção seguem as regras da legislação tributária municipal.

**CAPÍTULO II****TAXAS SOBRE SERVIÇOS**

Art. 87. As taxas sobre serviços cobradas pelo Município têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 88. Para determinação das taxas sobre os serviços públicos consideram-se os serviços públicos:

I- utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 89. As taxas municipais sobre os serviços públicos e seus respectivos fatos geradores são as seguintes:

I – Taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de lixo (TCL). Fato gerador: a execução dos serviços de coleta de lixo nos imóveis residenciais e comerciais do Município, e a consequente destinação e tratamento dos resíduos sólidos recolhidos.

II – Taxa sobre os serviços gerais e de expediente (TEX). Fato gerador: a impressão, cópia ou gravação em mídia digital de documentos, processos ou dados requisitados aos órgãos competentes, assim como diligências ou serviços requeridos ao órgão competente dentro de processos administrativos em geral.

Art. 90. As taxas definidas no artigo anterior terão seu valor determinados no Anexo IV da presente Lei.

Art. 91. O contribuinte das taxas definidas neste capítulo é aquele que teve o serviço colocado à sua disposição ou que o utilizou efetivamente, seja pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. O contribuinte da taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de lixo é o proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor de imóvel atendido pela coleta.

Art. 92. O fato gerador das taxas ocorre quando da requisição ou início da colocação à disposição dos serviços públicos, e o lançamento

ocorrerá:

I – No caso de serviços contínuos, como a coleta e destinação de lixo, anualmente, até o mês de março de cada ano, cujo valor será pago em cota única ou em até doze parcelas mensais, conforme determinará o calendário fiscal.

II – No caso de serviços não contínuos, o lançamento e o pagamento devem ocorrer antes da realização do serviço.

§1º O Município pode celebrar convênio com concessionárias de serviços públicos para poder efetuar a cobrança das parcelas das taxas sobre a coleta de lixo conjuntamente na fatura de serviços destas concessionárias.

§2º Se a distribuição de água é realizada por órgão, departamento ou autarquia vinculada a administração pública, a cobrança da taxa de coleta e destinação de lixo pode ser feita juntamente na fatura de pagamento mensal da água.

Art. 93. As datas para pagamento, formas de cadastramento, obrigações acessórias e outras questões seguem o definido na legislação tributária municipal.

#### TÍTULO IV DAS CONTRIBUIÇÕES

##### CAPÍTULO I CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 94. O fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária, na zona beneficiada, direta ou indiretamente, decorrente de obra pública municipal.

Parágrafo Único. A exigência deste tributo terá como limite global o custo total da obra e como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiado pela obra.

Art. 95. A contribuição não pode ser exigida em quantia superior ao acréscimo de valorização imobiliária que da obra resultar para o imóvel beneficiado.

Art. 96. Será devida a contribuição de melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, de saneamento de drenagem em geral, desobstrução de barras e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção de pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 97. Autorizado o lançamento de contribuição de melhoria sobre obra pública prevista no artigo anterior, deverá ser criada, por meio de Decreto, comissão técnica responsável pela elaboração de uma relação com o valor comercial de venda de cada imóvel afetado pela construção antes do início das obras.

Parágrafo único. O valor de venda de cada imóvel pode ser determinado com base na planta genérica de valores do Município, realidade do mercado imobiliário e outros fatores pertinentes, como tamanho do imóvel, materiais utilizados, benfeitorias, entre outras.

Art. 98. Deverá o Município, de posse da relação que se refere o artigo anterior, notificar os proprietários dos imóveis avaliados, para que apresentem, no prazo máximo de trinta dias, contestação aos valores constantes na relação elaborada pela comissão de avaliação.

Art. 99. Analisadas pela comissão as contestações apresentadas, será publicado no Diário Oficial do Município valores comerciais de venda de cada imóvel possivelmente beneficiado pela obra pública, antes da execução da obra, sendo também notificados os titulares dos imóveis.

Art. 100. Concluída parcial ou totalmente a obra pública, a comissão que promoveu a avaliação inicial dos imóveis realizará nova vistoria, em que apontará o valor comercial de venda de cada imóvel, considerando agora, além dos fatores do levantamento inicial, o impacto da obra pública no valor dos bens.

Art. 101. Deverá a administração, de posse da relação que se refere o artigo anterior, notificar os proprietários dos imóveis avaliados, para que apresentem, no prazo máximo de trinta dias, contestação aos valores constantes na relação.

Art. 102. Analisadas pela comissão de avaliação as contestações apresentadas ao valor dos imóveis após a obra pública, deverá o Município publicar no Diário Oficial do Município a relação com os valores finais e notificar os proprietários dos imóveis afetados.

Art. 103. Com base na avaliação dos imóveis antes da obra pública e após a sua conclusão total ou parcial, o fisco municipal identificará a ocorrência ou não do fato gerador da contribuição de melhoria, que é a efetiva valorização imobiliária em razão da obra pública, e calculará o valor da contribuição de melhoria, quando for o caso.

Art. 104. O valor da contribuição de melhoria será determinado da seguinte forma:

I – se a soma da valorização individual de cada imóvel for menor que o gasto total para execução da obra pública, o valor a ser lançado para cada contribuinte é igual a valorização imobiliária de seu imóvel.

II – se a soma da valorização individual de cada imóvel for maior que o gasto total para execução da obra pública, o valor a ser lançado para cada contribuinte será obtido multiplicando a valorização imobiliária do imóvel pelo resultado da divisão entre o valor total da obra pública e a soma da valorização individual de todos os imóveis beneficiados.

Parágrafo único. O gasto total da obra inclui as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos, exceto se houver previsão do valor a ser considerado no cálculo da contribuição de melhoria em lei específica.

Art. 105. Identificado o fato gerador e calculado o tributo nos termos da lei, o fisco municipal efetuará o lançamento da contribuição de melhoria para pagamento.

§1º Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§2º O lançamento poderá ser impugnado nos prazos e termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 106. O pagamento da contribuição de melhoria se dará em parcela única, com possibilidade de desconto de até dez por cento, ou poderá ser parcelado em no máximo seis parcelas mensais, com o acréscimo de juros de mora.



Art. 107. Os créditos tributários referentes a contribuição de melhoria ficarão vinculados ao proprietário na época do lançamento e ao imóvel.

## CAPÍTULO II

### CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 108. A contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP visa a manutenção da iluminação em vias, parques, espaços abertos, enfim, nos bens de uso comum do povo.

Parágrafo único. A manutenção da iluminação pública abrange os gastos com a energia elétrica consumida, com reparos, consertos, substituição de equipamentos, aumento do espaço atendido e demais custos pertinentes ao correto funcionamento da iluminação.

Art. 109. O fato gerador da COSIP é a efetiva iluminação pública nos bens de uso comum, como indicados no artigo anterior.

Art. 110. Os contribuintes da COSIP são todos aqueles beneficiados pela iluminação pública, independentemente se usufruem efetivamente ou não da iluminação, e de forma mais específica são contribuintes:

I – os proprietários ou possuidores de imóveis na área urbana ou urbanizável, conforme o Cadastro Tributário Municipal.

II – os proprietários ou possuidores de imóveis na área rural, desde que haja iluminação custeada pelo Poder Público nas vias de acesso aos imóveis.

Art. 111. O valor da COSIP está detalhado no Anexo V da presente Lei.

Art. 112. O lançamento da COSIP é feito mensalmente, no ato de emissão da fatura de energia elétrica ou por meio de outro ato definido na legislação tributária municipal.

Parágrafo único. O Município pode celebrar ou manter convênio já vigente com concessionárias de energia elétrica para efetuar a cobrança da COSIP diretamente na fatura de energia elétrica, sendo que nestes casos a mesma considera-se lançada no ato de emissão da fatura e deve ser paga em conjunto com a energia elétrica.

Art. 113. As datas para pagamento, formas de cadastramento, obrigações acessórias e outras questões pertinentes a COSIP seguem o definido na legislação tributária municipal.

## TÍTULO V

### DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 114. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN conforme a sistemática especial prevista na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, de caráter nacional, ou por outra norma que venha a lhe substituir.

Art. 115. O processo de registro das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais seguirá o rito integrado entre Junta Comercial, Receita Federal, Estado de Santa Catarina e Município, devendo a empresa:

I – Realizar a consulta de viabilidade prévia, sob pena de não concessão ou cassação do alvará;

II – Prestar informações corretas e manter atualizado o seu cadastro, especialmente para informar a suspensão ou encerramento de suas atividades.

§1º Cumpridos os requisitos deste artigo e sendo permitida a atividade nos locais informados, o Município deve, no prazo máximo de sessenta dias após o pedido de alvará, emitir a licença para funcionamento.

§2º O Município pode emitir para as microempresas e empresas de pequeno porte alvará provisório com prazo de seis meses, no ato de solicitação, para as atividades definidas de baixo grau de risco pela legislação tributária municipal.

Art. 116. O Executivo poderá estabelecer, por meio de Decreto, nos termos da permitidos na legislação do Simples Nacional e na forma definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISS devido por microempresa optante pelo Simples Nacional que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto para segunda faixa de receitas brutas.

Art. 117. O Município fica autorizado a firmar convênio integral com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do Art. 41, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, para cobrar e realizar a inscrição em dívida ativa dos débitos de ISSQN dos optantes do Simples Nacional, e, havendo o convênio, as empresas optantes pelo Simples Nacional recolherão os débitos de ISSQN em fase de cobrança junto ao Município.

Art. 118. As multas por descumprimento de obrigação acessória previstas nesta Lei, quando aplicáveis a optantes pelo Simples Nacional ou Microempreendedores Individuais serão reduzidas em:

I – Quinze por cento para empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional;

II – Trinta por cento para microempresas optantes pelo Simples Nacional;

III – Cinquenta por cento para microempreendedores individuais.

Art. 119. Para usufruir dos benefícios fiscais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, o Microempreendedor Individual deve:

I – Realizar os registros contábeis simplificados exigidos pela legislação federal;

II – Estar em dia com os pagamentos mensais previstos na legislação federal;

III – Não possuir débito em aberto com o fisco municipal em nome do empreendedor individual (pessoa física);

IV – Estar estabelecido no Município de Caibi e em conformidade com todas as normas sanitárias, de segurança e ambientais pertinentes a suas atividades.

§1º No ato de abertura do MEI é necessário apenas o cumprimento do inciso IV do caput e os demais requisitos são necessários para a concessão dos benefícios nos exercícios seguintes a abertura.

§2º O MEI sediado em outra cidade e que venha realizar atividades temporárias no Município deve recolher, normalmente, as taxas previstas nesta Lei referentes aos serviços temporários.

## TÍTULO VI

### DA ARRECADAÇÃO, PENALIDADES, RESPONSABILIDADE E COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 120. A arrecadação, parcelamento, acréscimos e aplicação de penalidades sobre os tributos municipais seguirá o disposto neste Título.

## CAPÍTULO I

### DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS

Art. 121. Os tributos municipais serão arrecadados por meio de guia ou carnê municipal, cujo modelo e prazos para pagamento seguirão o definido na legislação tributária.

§1º Exceção-se do disposto no caput os tributos municipais recolhidos de forma diferenciada pelos optantes do Simples Nacional, ou outro

sistema de arrecadação que venha a regular a arrecadação de tributo das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§2º A legislação tributária municipal pode determinar valor mínimo para emissão de guia ou boleto para pagamento, mantendo suspenso o crédito tributário até que possa ser acumulado com outro tributo em nome do mesmo contribuinte.

§3º Havendo possibilidade técnica, o Município pode adotar outros mecanismos para arrecadação de tributos, como pagamento por cartão de crédito, cartão de débito ou qualquer outra forma que converta o valor pago em recursos pecuniários ao Município.

Art. 122. O crédito tributário inscrito em dívida ativa poderá ser extinto mediante dação em pagamento de bens imóveis, a critério do Município, desde que atendidas as seguintes condições:

I - a dação seja precedida de avaliação do bem ou dos bens ofertados, que devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, nos termos previstos na legislação tributária municipal;

II - a dação abranja a totalidade do crédito ou créditos que se pretende liquidar com atualização, juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em dinheiro de eventual diferença entre os valores da totalidade da dívida e o valor do bem ou dos bens ofertados em dação.

Parágrafo único. Caso o crédito que se pretenda extinguir seja objeto de discussão judicial, a dação em pagamento somente produzirá efeitos após a desistência da referida ação pelo devedor ou corresponsável e a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação, devendo o devedor ou o corresponsável arcar com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios.

## CAPÍTULO II

### DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS

Art. 123. O não pagamento do tributo dentro do prazo previsto ou o seu recolhimento a menor acarretará a aplicação, logo depois de expirado o prazo legal para pagamento, de multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo não recolhido, que será aumentada em 2% (dois por cento) a cada mês de atraso até o efetivo pagamento, limitada a 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. A multa de mora é calculada sobre o valor original do tributo.

Art. 124. Todo crédito tributário não pago no prazo legal será acrescido de juros de mora calculados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ou outra que venha a substituí-la na forma de atualização dos tributos federais, entre a data em que deveria ser pago até a data do efetivo pagamento.

§1º Aplica-se os juros de mora sobre o valor original do tributo e sobre a multa moratória prevista no artigo anterior, a partir do momento que ela alcançar o limite de vinte por cento.

§2º O Município pode definir na legislação tributária municipal como percentual diário fixo de juros de mora, por todo o exercício fiscal, o percentual diário da SELIC no primeiro dia útil do ano.

Art. 125. Não havendo lei em sentido contrário, aplicam-se aos débitos não tributários os juros e multa de mora definidos neste Capítulo.

## CAPÍTULO III

### DAS PENALIDADES

Art. 126. O não pagamento dos tributos, o pagamento em atraso e o não cumprimento de obrigações acessórias acarretará a aplicação de penalidades ao contribuinte, que incluem multas e impedimentos.

#### SEÇÃO I

##### DAS MULTAS PUNITIVAS

Art. 127. Quando o tributo for apurado por meio de ação fiscal, nos casos em que o contribuinte deixou de declarar, atualizar seu cadastro ou informar alterações, além dos acréscimos legais previstos nesta Lei, aplicar-se-á multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor original não recolhido do tributo.

§1º A multa prevista no parágrafo anterior será reduzida para 20% (vinte por cento) quando o contribuinte recolher o tributo dentro do prazo estipulado pelo fisco no auto de infração e/ou lançamento.

§2º Nos casos de denúncia espontânea, desde que antes de qualquer ação do fisco, não se aplica a multa prevista no caput.

§3º No caso sonegação fiscal, a multa será de 100% (cem por cento) do valor do tributo, sem a possibilidade de redução prevista no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 128. O não cumprimento de obrigação acessória estipulada na legislação tributária acarretará as seguintes multas:

I – Descumprimento de obrigação acessória que acarrete falta de pagamento ou recolhimento a menor de tributo, que dificulte ou impeça o lançamento de tributo ou que afete as informações dos cadastros municipais: 70 (setenta) unidades fiscais de referência.

II - Descumprimento de obrigação acessória que não acarrete falta de pagamento ou recolhimento a menor de tributo e nem afete o lançamento ou os cadastros municipais: 30 (trinta) unidades fiscais de referência.

III – Não cumprir intimação do fisco, não apresentar documentação requisitada, impedir ou dificultar o acesso do fisco municipal a dados necessários a fiscalização: 140 (cento e quarenta) unidades fiscais de referência.

§ 1º Se o pagamento das multas do caput ocorrer dentro do prazo de pagamento estipulado pelo fisco, o valor final da multa será reduzido em 20% (vinte por cento).

§ 2º A legislação tributária pode definir as condutas específicas enquadráveis em cada tipo de multa previstas neste artigo.

Art. 129. Os notários, oficiais de Registros de Imóveis ou seus prepostos, que infringirem as regras referentes ao cálculo do ITBI, conforme disposto nesta Lei, ficam sujeitos à multa de 50 (cinquenta) unidades fiscais de referência por item descumprido.

#### SEÇÃO II

##### DOS IMPEDIMENTOS

Art. 130. A pessoa física ou jurídica que estiver com débito e/ou com irregularidade tributária pendente no Município não poderá:

I – participar de licitações no Município;

II – emitir certidão negativa de débito em seu nome;

III – usufruir de qualquer benefício fiscal, referente a qualquer um dos tributos municipais;

IV – participar de qualquer programa de incentivo promovido pelo Município, seja na área social, comercial, industrial ou outras.

## CAPÍTULO IV

### DO PARCELAMENTO

Art. 131. O contribuinte, mediante requisição, poderá solicitar o parcelamento dos créditos tributários vencidos, inclusos ou não em dívida

ativa, em até doze parcelas mensais.

§1º Os contribuintes com débitos inscritos em dívida ativa em fase de cobrança, seja administrativa, extrajudicial ou judicial, cuja soma dos débitos seja superior a quatro mil unidades fiscais de referência, podem efetuar o parcelamento do débito em até vinte e quatro vezes.

§2º O parcelamento abrangerá, obrigatoriamente, a totalidade de créditos vencidos em nome do requerente, atualizados com juros e multas incidentes, sendo a requisição do parcelamento pleno reconhecimento do débito pelo contribuinte.

§3º O valor da parcela nunca será menor que vinte unidades fiscais de referência.

§4º O contribuinte com parcelamento em andamento não poderá efetuar outro parcelamento.

§5º Não havendo lei em sentido contrário, os débitos não tributários também podem ser parcelados na forma prevista neste Capítulo.

Art. 132. Nos parcelamentos previstos neste Capítulo, o montante a ser parcelado será consolidado da seguinte forma:

I – O montante a parcelar será o valor do débito ou débitos no ato de solicitação do parcelamento, incluídas as multas e juros de mora até a data da requisição;

II – A atualização estimada do valor a parcelar será obtida multiplicando o valor diário percentual da SELIC no primeiro dia útil do ano do parcelamento pela quantidade de dias entre a solicitação do parcelamento e a última parcela;

III – O valor consolidado a ser parcelado será o montante a parcelar indicado no inciso I, acrescido do percentual de atualização obtido na forma do inciso II.

IV – O valor consolidado será dividido em parcelas iguais, conforme o pedido do contribuinte.

§1º O parcelamento será efetivado somente com o pagamento da primeira parcela, cujo vencimento deverá ocorrer em até trinta dias após a solicitação.

§2º No ato de parcelamento serão emitidas todas as guias para o pagamento pelo contribuinte, independente do número de parcelas e do término do exercício, pois os valores são consolidados com a aplicação de estimativa de atualização por todo o período do parcelamento.

Art. 133. O não pagamento de qualquer parcela no prazo acarretará o acréscimo de juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) no valor da parcela por dia de atraso.

Parágrafo único. Se do total de parcelas apenas uma não for paga, esta será incluída em dívida ativa, acrescida dos juros do caput, passando a sofrer a incidência das multas e juros previstos nesta Lei a partir da inclusão em dívida ativa.

Art. 134. O não pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, determinará o cancelamento de ofício do parcelamento, cujos efeitos são os seguintes:

I – O valor total do débito no ato de parcelamento será atualizado, com a aplicação de juros e multas previstas nesta Lei, até a data do inadimplemento da segunda parcela;

II – O valor eventualmente pago pelo contribuinte no parcelamento será deduzido do total apurado no inciso anterior, restando o valor remanescente do parcelamento;

III – O valor remanescente indicado no inciso anterior será incluso em dívida ativa e passará a ser atualizado na forma prevista nesta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte que tiver o parcelamento cancelado de ofício por não pagamento, na forma do caput, não poderá realizar outro parcelamento nos termos desta Lei no prazo de doze meses, contados da data de cancelamento do parcelamento.

## CAPÍTULO V

### DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 135. Os tributos, multas e juros, e qualquer crédito oriundo da legislação tributária municipal é denominado de crédito tributário municipal.

Art. 136. O crédito tributário municipal tem as prerrogativas determinadas no Código Tributário Nacional e em outras leis federais que regulam o crédito tributário.

Parágrafo único. As prerrogativas citadas no caput compreendem as regras de prescrição, decadência, extinção, suspensão, prioridade de recebimento e todas as demais que regulam o crédito tributário a nível nacional.

## CAPÍTULO VI

### DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 137. O não pagamento dos tributos nos prazos estipulados ensejará a inscrição dos valores em dívida ativa e a consequente cobrança administrativa, extrajudicial e judicial dos créditos tributários.

#### SEÇÃO I

##### DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 138. Os tributos não pagos nos prazos legais podem ser inscritos em dívida ativa tributária.

§1º A dívida ativa tributária constitui a relação dos créditos tributários não pagos no prazo legal e pode ser organizada em livros físicos ou cadastros digitais.

§2º A data de inscrição do débito em dívida ativa será definida pelo fisco, conforme a rotina adotada ou definição da legislação tributária municipal.

Art. 139. Para cobrança administrativa, extrajudicial ou judicial, o Município expedirá certidão de dívida ativa – CDA, que conterá as informações necessárias previstas na legislação federal.

Art. 140. Poderá o Município realizar, de ofício ou por requerimento do contribuinte, a extinção de créditos tributários que cumpram todos os requisitos abaixo listados:

I – A soma de todos os créditos tributários em aberto vinculados ao contribuinte e/ou ao imóvel é menor que o custo judicial para cobrança;

II – Já foram tentadas, no mínimo uma vez, a cobrança administrativa ou extrajudicial do crédito tributário que será extinto;

III – O crédito tributário a ser extinto está inscrito em dívida ativa há mais de cinco anos.

Parágrafo único. O custo judicial para a cobrança previsto no inciso I do caput será definido pela legislação tributária municipal, com base nas informações do Poder Judiciário.

Art. 141. A dívida ativa tributária municipal seguirá as demais prerrogativas da dívida ativa estabelecidas no Código Tributário Nacional ou legislação federal que o venha substituir.

Art. 142. O Município deverá manter dívida ativa não tributária, que relacionará os créditos não fiscais.

#### SEÇÃO II

##### DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Art. 143. O Município poderá utilizar-se de meios administrativos para exigir o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa.



§1º Entende-se por meios administrativos o envio de notificações ou contato telefônico com os devedores, assim como a publicação em jornais oficiais ou de circulação local dos créditos inscritos em dívida ativa, sempre respeitados os preceitos do sigilo fiscal.

§2º A legislação tributária municipal pode definir outras formas de cobrança administrativa, respeitando as regras desta lei e do sigilo fiscal.

### SEÇÃO III

#### DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL

Art. 144. O Município poderá utilizar meios extrajudiciais para cobrança da certidão de dívida ativa, em especial o protesto dos valores nos termos da Lei nº 9.492/1997 ou outra que venha a lhe substituir, assim como outras formas de cobrança extrajudicial possíveis.

### SEÇÃO IV

#### DA COBRANÇA JUDICIAL

Art. 145. O Município promoverá, por meio de sua procuradoria, assessoria jurídica ou advogado(a), a execução fiscal dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, que tem como base a certidão de dívida ativa regularmente emitida.

Art. 146. A execução fiscal segue as normas processuais estabelecidas em lei federal.

Art. 147. Os créditos não fiscais inscritos na dívida ativa não tributária serão cobrados por execução fiscal ou ação comum, quando for o caso, e seguirão as regras gerais do direito civil.

## CAPÍTULO VII

### DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS E SUCESSORES

Art. 148. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste, prova de quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública ao montante do respectivo preço;

II - o espólio pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação;

IV - a pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos débitos das sociedades fusionadas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos.

Parágrafo Único. O disposto no inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 149. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 150. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedades de pessoas, pelos débitos destas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

## TÍTULO VII

### DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 151. A administração tributária municipal é composta pelos servidores responsáveis pela gestão, apoio e lançamento dos tributos municipais e tem sua atuação regulada pelos princípios do direito tributário, pelas regras do Código Tributário Nacional e legislação correlata, assim com as determinações desta Lei.

## CAPÍTULO I

### DO CADASTRO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 152. A administração tributária manterá cadastro com a relação de todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, do Município, que deverá incluir os imóveis em zona urbana e seus responsáveis, os imóveis atendidos pelos serviços públicos e seus responsáveis, todos os estabelecimentos empresariais, fixos ou temporários, todos os prestadores de serviços, inclusive os sediados em outras cidades que prestem ou prestaram serviços na cidade, entre outros dados de contribuintes pertinentes a atuação do fisco municipal.

Art. 153. Cabe aos contribuintes manter atualizados seus dados no Cadastro Tributário Municipal e o fisco deve incluir ou alterar os cadastros quando tomar ciência de novas informações.

Parágrafo único. A falta de comunicação do contribuinte sobre alteração nas condições de seu cadastro constitui descumprimento de obrigação acessória, passível de multa nos termos desta lei.

Art. 154. O cadastro constitui o meio legal pelo qual o fisco gerencia, lança e cobra os tributos municipais, sendo que as informações do cadastro possuem presunção de veracidade para fins tributários.

Parágrafo único. O Município pode instituir o domicílio tributário eletrônico, sendo que os contribuintes optantes por este tipo de domicílio usufruirão do sistema para receber notificações, intimações e informações, além de efetuar requerimentos e abertura de processos administrativos e demais atividades, nos termos da legislação tributária municipal.

**CAPÍTULO II****DO LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Art. 155. O lançamento do tributo é o ato que constitui o crédito tributário.

Art. 156. No Município o lançamento é feito pelos agentes públicos que possuam, entre as suas funções estabelecidas em lei, a de lançar tributos, independente do nome de seu cargo e de seu nível hierárquico.

Art. 157. Os tributos municipais são lançados da seguinte forma:

I – O ITBI é lançado por declaração, ou seja, com base em informação do próprio contribuinte ou de outro responsável o fisco calcula e lança o tributo.

II – O ISS é lançado por homologação, isto é, cabe ao contribuinte enviar os dados e pagar o tributo, sem a participação direta do fisco, que somente irá homologar ou complementar o lançamento feito pelo contribuinte.

III – O IPTU, as taxas, as contribuições e outros tributos são lançados por ofício, ou seja, por ato unilateral do fisco municipal, mesmo que na composição da base de cálculo haja a participação do contribuinte.

Art. 158. O contribuinte será intimado do lançamento do tributo e este passa ser considerado devidamente efetivado:

I – No caso de tributos lançados por ofício, por qualquer um dos meios abaixo:

a) Com a disponibilização ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, da possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê para pagamento;

b) Com a intimação pessoal do contribuinte, devendo assinar termo de recebimento;

c) Com a intimação por data e hora certa do contribuinte;

d) Com a postagem nos Correios do carnê, guia ou notificação de lançamento para o endereço do contribuinte constante no Cadastro Tributário Municipal;

e) Com a entrega do carnê, guia ou notificação de lançamento no endereço do contribuinte constante no Cadastro Tributário Municipal ou no endereço de seu contador;

f) Com envio, por e-mail cadastrado e de contato do contribuinte, inclusive o de seu contador, do lançamento ou guia de pagamento;

g) Tentada no mínimo duas das possibilidades anteriores, por meio de edital publicado em jornal de grande circulação.

II – No caso de tributos lançados por declaração, logo que informado ao fisco os dados necessários ao lançamento, cabendo ao contribuinte, que já é considerado devidamente intimado, requerer do fisco, nos prazos estipulados, as guias para pagamento.

III – No caso de lançamento por homologação, quando declarado, em qualquer meio, ou pago o tributo pelo contribuinte, podendo o fisco complementar o lançamento a qualquer momento, com o simples envio de guia para pagamento ao contribuinte.

Parágrafo único. Na existência de sistemas digitais, em que o contribuinte usufrua de meios eletrônicos para declarar, emitir ou pagar os tributos, como nos casos de domicílio tributário eletrônico, é plenamente válida, e representa intimação ao contribuinte, qualquer notificação enviada via mensagem eletrônica, seja por e-mail ou ambiente específico, inclusive para lançamento de tributo.

Art. 159. O lançamento de tributos, assim como de eventuais multas, pode ser feito ainda em ação fiscal, com a elaboração de auto de infração e lançamento, conforme determinações desta Lei.

**CAPÍTULO III****DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS**

Art. 160. Os processos administrativos fiscais constituem meio pelo qual o fisco fiscaliza os contribuintes e também asseguram ao contribuinte o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 161. Este Capítulo aborda os principais processos administrativos fiscais, mas a legislação tributária pode definir novas regras e procedimentos, respeitando os princípios gerais estabelecidos nesta Lei.

**SEÇÃO I****DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 162. A administração tributária municipal, por intermédio de qualquer de seus agentes, pode abrir procedimento para averiguação da regularidade fiscal dos contribuintes, em relação a qualquer tributo municipal, ou requerer informações que estejam na posse do fiscalizado.

Art. 163. O fisco municipal deve notificar o contribuinte da abertura da ação fiscal, intimando-o, quando for o caso, a enviar documentos, informações ou dados ao fisco.

Art. 164. Concluída a auditoria dos dados do contribuinte na ação fiscal, o fisco deve:

I – Caso não encontre irregularidade no cumprimento das obrigações principais ou acessórias, promover ou aguardar o encerramento da ação fiscal.

II – Caso encontre irregularidades no cumprimento de obrigação acessória ou principal, lançar os tributos e penalidades cabíveis, por meio de auto de infração e/ou lançamento, que apontará os tributos e multas incidentes.

§1º O auto de infração e lançamento não necessariamente encerra a ação fiscal, que pode se manter aberta caso o fisco verifique a necessidade de mais análises sobre outros itens, eventualmente não abordados em um único auto de infração e lançamento.

§2º O auto de infração e lançamento constitui o crédito tributário em definitivo trinta dias após a notificação do contribuinte, respeitado os prazos de impugnação e recurso, casos em que a constituição efetiva se dará depois de finalizada a análise da impugnação e recurso.

Art. 165. O auto de infração e lançamento deve conter, obrigatoriamente:

I – a qualificação do autuado;

II – o local, a data e a hora da lavratura;

III – a descrição do fato e da ação fiscal correspondente;

IV – a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V – a guia ou forma de pagamento;

VI – o prazo para impugnação.

Art. 166. Na notificação de abertura da ação fiscal, no auto de infração e lançamento e nas demais notificações feitas no decorrer da ação fiscal, considera-se devidamente intimado o contribuinte e efetivado o lançamento com:

I - a intimação pessoal, mediante assinatura de recebimento da notificação ou do auto de infração e lançamento;

II - o recebimento, comprovado por meio de Aviso de Recebimento (AR), da notificação ou do auto de infração e lançamento no endereço constante no Cadastro Tributário Municipal ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III – a intimação por meio de sistemas digitais, nos casos de domicílio tributário eletrônico;

IV - a publicação de edital, desde que tentadas, por no mínimo uma vez, as alternativas dos incisos anteriores.

Parágrafo único. É plenamente válida e constitui intimação de notificação ou de lançamento, o envio de mensagem eletrônica (e-mail) para endereço eletrônico utilizado pelo contribuinte no decorrer da ação fiscal para requerer informações ou enviar documentos ao fisco.

## SEÇÃO II

### DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO AO LANÇAMENTO

Art. 167. No prazo de trinta dias, contados da efetivação do lançamento, poderá o contribuinte propor impugnação, apresentando, de forma clara e objetiva, os fundamentos legais ou fáticos que embasam o pedido.

Parágrafo único. O lançamento referido no caput abrange tanto o oriundo de ação fiscal, que é feito por meio do auto de infração e lançamento, quanto aos lançamentos de ofício ou por declaração regularmente feitos.

Art. 168. A impugnação deve ser dirigida ao agente responsável pelo lançamento do tributo e/ou das penalidades, que corresponderá a primeira instância administrativa tributária.

Art. 169. O agente responsável a quem se dirigiu a impugnação, nos termos do artigo anterior, pode requerer a emissão de parecer jurídico sobre a questão para a procuradoria, assessoria ou advogado(a) do Município e, com suporte no parecer, emitir sua decisão mantendo, corrigindo, alterando ou cancelando o lançamento.

Art. 170. O contribuinte, discordando da decisão da primeira instância administrativa, poderá apresentar Recurso para a segunda instância administrativa, no prazo de quinze dias.

Art. 171. A intimação ao contribuinte das decisões sobre a impugnação e ao recurso seguem as mesmas regras da ação fiscal previstas nesta Lei.

## SEÇÃO III

### DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO

Art. 172. O contribuinte pode requerer a restituição de tributo pago indevidamente, devendo para isso encaminhar pedido por escrito a administração tributária municipal.

Art. 173. O pedido de restituição deve ser protocolado diretamente na administração tributária municipal e deve conter obrigatoriamente:

I – os fundamentos e argumentos, fáticos e jurídicos, do pedido;

II – o endereço físico para envio da resposta e/ou o endereço eletrônico (e-mail) para envio da decisão;

III – a assinatura do responsável legal pela empresa, com a consequente prova de sua condição, por meio de cópia autenticada do contrato ou estatuto social, assim como eventuais procurações.

Art. 174. O julgamento em primeira instância do pedido de restituição será feito por integrante da administração tributária municipal, na forma definida pela legislação tributária municipal, podendo solicitar parecer da procuradoria ou assessoria jurídica do Município.

Art. 175. O agente julgador da administração tributária deverá emitir sua decisão, atentando que:

I – no caso de decisão contrária a restituição, intimará o contribuinte, através de envio da decisão ao endereço ou ao e-mail informado no pedido, concedendo prazo de quinze dias, contados do recebimento, para que, querendo, seja apresentado recurso segunda instância administrativa.

II – no caso de decisão favorável a restituição, deverá o agente julgador anexar seus argumentos ao processo e encaminhá-lo, de ofício, para a segunda instância administrativa, para que dará a decisão final.

Art. 176. A segunda instância administrativa deverá emitir decisão, tanto nos recursos de ofício ou nos propostos pelo contribuinte, concedendo ou não o direito a restituição, com as devidas fundamentações.

Art. 177. A restituição, obrigatoriamente, será concedida na forma de compensação nos pagamentos futuros de tributos municipais ou preços públicos pelo contribuinte.

§1º Caso nos dozes meses seguintes a concessão da restituição não tenha ocorrido qualquer lançamento de tributo em nome do contribuinte que viabilizasse a compensação, poderá o Município autorizar a devolução dos tributos diretamente para conta bancária indicada pelo contribuinte, em até doze parcelas mensais.

§2º A restituição dos tributos será feita com a devida atualização, utilizando-se os índices de definidos nesta Lei para os tributos municipais.

## SEÇÃO IV

### DA CONSULTA

Art. 178. É assegurado o direito de consulta do contribuinte sobre questão que tange a interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.

Art. 179. A consulta será instruída com a documentação que o consulente entender oportuna e apreciada pela administração tributária municipal.

Art. 180. A consulta deve versar sobre questão geral, que abranja a interpretação da legislação tributária, não sendo permitida a elaboração de consultas por contribuintes que estejam sob ação fiscal e da consulta não cabe recurso para a segunda instância administrativa.

## SEÇÃO V

### DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 181. A segunda instância administrativa tributária é representada pela Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município – JARF ou por Consórcio Público Intermunicipal criado para este fim.

Art. 182. Se houver Consórcio Público responsável pela segunda instância, as regras e trâmites para julgamento seguirão o definido neste órgão.

Art. 183. Se não houver Consórcio Público responsável pela segunda instância administrativa, os julgamentos caberão a Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município - JARF, que será composta, no mínimo, por três integrantes dentre os seguintes:

I – Secretário municipal responsável pela administração tributária (Secretário da Fazenda, Finanças, Receita, Administração ou outra denominação adotada);

II – Procurador, Advogado ou Assessor Jurídico do Município, diferente daquele que tenha se manifestado em primeira instância;

III – Servidor municipal efetivo da área tributária ou contábil, desde que não seja o mesmo agente responsável pelo julgamento em primeira instância;

IV – Cidadãos do Município com experiência ou conhecimento na área tributária, jurídica ou contábil.

§1º A junta indicada neste artigo precisará se reunir unicamente para avaliar os recursos propostos, não havendo necessidade de publicação, convocação ou outro ato prévio a reunião, e também não precisará ser composta sempre pelos mesmos nomes, cabendo ao Prefeito Municipal indicar os integrantes da junta por meio de portaria ou decreto.

§2º Os recursos serão direcionados para o julgador da primeira instância, que remeterá o processo para a JARF e, se a junta não estiver instalada, o julgador da primeira instância remeterá o processo ao Prefeito Municipal, que instalará a junta indicando os componentes nos termos deste artigo.

§3º A legislação tributária municipal pode determinar outras regras e diretrizes para organização da Junta Administrativa de Recursos Fiscais, nos limites desta Lei.

Art. 184. As decisões da segunda instância administrativa devem ser devidamente fundamentadas e, sempre que necessário, podem ser solicitadas diligências ou novas informações do fisco ou dos contribuintes.

Art. 185. A decisão emitida pela segunda instância administrativa é definitiva e dela não cabe recurso ou reconsideração.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 186. O Executivo Municipal poderá elaborar regulamentos para disciplinar, definir e especificar regras para a administração tributária municipal, sempre obedecendo aos princípios gerais do direito tributário e as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 187. Em toda sua atuação a administração tributária municipal manterá o sigilo das informações econômicas, cadastrais e pessoais dos contribuintes.

Parágrafo único. Além da divulgação dos dados constantes em dívida ativa, o Município seguirá as normas do Código Tributário Nacional ou outra lei que o substitua para divulgar informações fiscais não abrangidas pelo sigilo tributário.

Art. 188. A administração tributária mantém autonomia em relação a arrecadação dos tributos municipais, com possibilidade de criar instruções normativas e outros atos necessários a regulação interna das atividades.

Art. 189. Sempre que notificados, devem prestar informações ao fisco os:

I – Sindicatos;

II – Conselhos profissionais;

III – Instituições financeiras;

IV – Empresas concessionárias de serviços públicos;

V – Empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI – Tabeliães, cartorários e notários;

VII – Demais pessoas jurídicas ou físicas que possam ter em sua posse informações de caráter tributário.

Art. 190. Para propiciar a atuação integrada e o compartilhamento de ações, conforme estabelece o Art. 37, XXII da Constituição Federal, o Município de Caibi fica autorizado a associar-se a Associação das Administrações Tributárias Municipais, entidade sem finalidade econômica, que engloba as administrações tributárias dos Municípios brasileiros e que tem como objetivo social a defesa da autonomia tributária municipal.

§1º O ato de associação e a manutenção da condição de associado não terá qualquer custo para o Município, seja de taxas sociais, mensalidades sociais ou rateio de despesa, sendo vedado o repasse de qualquer recurso público para a entidade descrita no caput.

§2º A representação do Município na associação será feita por secretário municipal da área tributária ou integrante da administração tributária municipal, a ser indicado pelo Prefeito Municipal.

#### TÍTULO VIII

##### DAS QUESTÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 191. Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência do Município– UFRM, que é atualizada de forma automática em cada exercício, com base na variação inflacionária.

§1º O valor da UFRM para o exercício subsequente a aprovação desta Lei é de R\$ 3,00 (três Reais).

§ 2º A atualização anual prevista no caput será calculada sempre no mês de dezembro e aplicada no exercício seguinte, de forma automática, bastando para formalizar a atualização decreto do Executivo ou qualquer ato da administração tributária municipal publicada no sítio oficial ou no próprio setor de tributos.

§ 3º O índice de correção a ser utilizado para atualizar a unidade fiscal é o índice nacional de preços ao consumidor – INPC, ou outro que venha a lhe substituir, considerando a variação acumulada entre 1º de dezembro do exercício anterior ao cálculo da atualização e 30 de novembro do exercício em que ocorre o cálculo da atualização, nos termos do parágrafo anterior.

#### CAPÍTULO II

##### DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 192. Os serviços prestados pelo Município em regime de direito privado, que incluem locação de máquinas, ginásios, espaços para eventos, entre outros, serão custeados por meio de preço público, a serem estabelecidos por lei ou decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Anexo VI desta Lei contém lista de preços públicos municipais, que se somam aos demais preços públicos definidos por outras leis ou decretos.

#### CAPÍTULO III

##### DAS IMUNIDADES

Art. 193. A análise do cabimento ou não de imunidades constitucionais em cada caso caberá a administração tributária municipal.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 194. A fim de respeitar a capacidade contributiva dos cidadãos, para o exercício de 2018 o aumento no valor a ser lançado de IPTU por imóvel fica limitado a 15% (quinze por cento) a mais do que o valor lançado em 2017, exceto para:

I – Os imóveis novos, que não tiveram lançamento de IPTU em 2017;

II – Os imóveis que perderam, por algum motivo, a condição de isento ou imune para 2018;

III – Aos imóveis em que o aumento tenha sido derivado de recadastramento, atualização ou ampliação da área construída ou da área do



terreno.

Art. 195. Com o mesmo objetivo de respeitar a capacidade contributiva dos contribuintes e assegurar a viabilidade do pagamento do tributo no futuro, os imóveis que forem afetados pelo limite do artigo anterior no ano de 2018 terão nos exercícios seguintes aumento de no máximo quinze por cento no IPTU quando comparado ao exercício anterior, acrescido da variação inflacionária do período, até que seja alcançado o valor definido nesta Lei.

Parágrafo único. Não se aplica o limite do caput sobre os valores acrescidos ao IPTU oriundos do aumento de área construída, atualização de medições ou recadastramento e nem sobre terrenos ou construções posteriores a aprovação desta Lei.

Art. 196. Com o objetivo de impedir a redução da receita no próximo exercício, os imóveis em que o IPTU a ser lançado em 2018, conforme a sistemática desta Lei, seja menor que o valor lançado em 2017, terão o valor de lançamento igual ao lançado em 2017.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 197. Utiliza-se supletivamente a esta Lei o Código Tributário Nacional e demais leis federais que regulam as regras gerais de Direito Tributário, em especial as que normatizam os créditos tributários, as prerrogativas dos fiscos, a forma de cobrança e demais questões pertinentes ao Direito Tributário.

Art. 198. Deve o Poder Executivo regulamentar esta lei no que for necessário.

Art. 199. Lei nº 1.282, de 04 de junho de 1991; a Lei nº 1.385, de 15 de dezembro de 1992; a Lei nº 1.662, de 16 de dezembro de 1997; a Lei nº 1.721, de 20 de maio de 1999; a Lei nº 1.872, de 26 de maio de 2003; a Lei Complementar nº 09, de 11 de dezembro de 2003; a Lei Complementar nº 10, de 18 de dezembro de 2003; a Lei Complementar nº 14, de 25 de outubro de 2005; a Lei nº 2.167, de 10 de dezembro de 2008; a Lei nº 2.213, de 21 de dezembro de 2009; a Lei nº 2.326, de 12 de dezembro de 2012; demais leis que alteraram ou modificaram as normas aqui previstas e demais disposições em contrário a esta Lei.

Art. 200. Ficam revogados os artigos 28, 29 e o anexo único da Lei nº 1.464, de 15 de dezembro de 1993; o artigo 1º e o anexo único da Lei nº 1.898, de 18 de dezembro de 2003; o inciso I do artigo 5º da Lei nº 2.078, de 22 de março de 2007; o artigo 14 da Lei nº 2.436, de 30 de outubro de 2015 e demais dispositivos que alteraram ou modificaram os citados neste artigo.

Art. 201. Fica revogada, a partir da publicação desta Lei, toda e qualquer isenção de ISSQN concedida, prevista em Lei ou em fase de concessão pelo Município.

Art. 202. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitada as regras do art. 150, III da Constituição Federal no que concerne a cobrança dos tributos.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 30 de Novembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração

## ANEXO I – PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Item 01 – Valores venais dos terrenos em área urbana

Subitem 1.1 – Valor dos terrenos por metro quadrado

Zonas	Valor do metro quadro do terreno em UFRM
Zona 01	83,30
Zona 02	58,30
Zona 03	33,30
Zona 04	20,00
Chácaras urbanas (área tributável pelo IPTU)	10,00

Subitem 1.2 – Enquadramento dos terrenos por tipo

Conforme mapa e divisão dos setores aprovada pela Comissão Municipal para reavaliação da Planta Genérica de Valores dos imóveis urbanos e rurais, bem como das edificações, criada pelo Decreto nº 179, de 20 de outubro de 2017, sendo que o mapa dos setores é parte integrante e indissociável desta Lei.

Subitem 1.3 – Redutores dos valores venais dos terrenos

Sobre o valor venal do terreno serão aplicados coeficientes corretivos em razão da situação ou condição do terreno, multiplicando o valor venal total do terreno pelo índice apontado nas tabelas a seguir, seguindo-se as ordens das tabelas para realização do cálculo (sobre o resultado da tabela anterior se aplica o índice da tabela seguinte):

Tabela 1	
Esquinas no terreno	Índice
Possui uma esquina	1,10
Possui duas ou mais esquinas	1,20
Sem esquina	1,00
Tabela 2	
Topografia do terreno	Índice
Active em relação a via	0,90
Declive em relação a via	0,80
Plano	1,00

Tabela 3	
Suscetível de alagamento	Índice
Sim	0,80
Não	1,00
Tabela 4	
Pavimentação das vias públicas vizinhas ao terreno	Índice
Uma ou mais vias asfaltadas	1,10
Uma ou mais vias com pedras irregulares	1,00
Vias sem pavimentação (terra nua)	0,90
Sem vias abertas vizinhas ao terreno	0,80
Tabela 5	
Condição do passeio público	Índice
Passeio público construído e dentro dos padrões de acessibilidade	1,00
Passeio público construído e fora dos padrões de acessibilidade	1,10
Sem passeio público construído	1,20

## Item 02 – Valores venais das construções e benfeitorias

## Subitem 2.1 – Valor venal por metro quadrado por tipo de construção

Tipo de construção	Valor venal por metro quadrado em UFRM
Casa ou qualquer outra benfeitoria de alvenaria utilizada para fins residenciais ou comerciais.	266,30
Casa ou qualquer outra benfeitoria mista, de madeira e alvenaria, utilizada para fins comerciais ou residenciais, com no mínimo trinta por cento da área construída de madeira.	200,00
Casa ou qualquer outra benfeitoria de madeira para fins comerciais ou residenciais.	133,30
Galpões, garagens, containers, estruturas pré-moldadas, prédios industriais, fábricas, e outras estruturas alvenaria destinadas a produção industrial.	100,00
Galpões, prédios industriais, fábricas, e outras estruturas mistas entre madeira e alvenaria, com no mínimo trinta por cento da área construída de madeira.	66,60
Galpões, prédios industriais, fábricas, e outras estruturas de madeira.	50,00
Construções de alvenaria ou de estrutura metálicas utilizadas para a guarda de animais e/ou grãos (silos, aviários, chiqueiros e outros).	50,00

## Subitem 2.2 – Redutores do valor venal da benfeitoria por tempo de construção

Idade da construção ou da última reforma ou ampliação	Índice de multiplicação
Menos de seis anos	1,00
Mais de seis anos e menos de dez anos	0,93
Mais de dez anos e menos de quinze anos	0,86
Mais de quinze anos e menos de vinte anos	0,79
Mais de vinte anos e menos de vinte e cinco anos	0,72
Mais de vinte e cinco anos e menos de trinta anos	0,65
Mais de trinta anos e menos de trinta e cinco anos	0,58
Mais de trinta e cinco anos e menos de quarenta anos	0,51
Mais de quarenta anos e menos de quarenta e cinco anos	0,44
Mais de quarenta e cinco anos e menos de cinquenta anos	0,37
Mais de cinquenta anos	0,30

## Item 03 – Alíquotas de IPTU a serem aplicadas sobre o valor venal

Tipo de imóvel	Alíquota (em percentual)
Terreno vago, sem construção.	0,40
Imóvel com construção ou benfeitoria.	Alíquota efetiva por contribuinte obtida da seguinte forma: Soma-se o valor venal da construção multiplicado por 0,19% com o valor venal do terreno multiplicado por 0,07%. O resultado deve ser dividido pelo valor venal total do imóvel, obtendo-se, assim, a alíquota efetiva.

## Item 04 – Valores venais das áreas rurais, para base de cálculo padrão do ITBI

Tipo de terra	Valor por m² em UFRM
Terra de primeira: mais de setenta por cento mecanizável, de boa fertilidade ou terra de várzea.	0,70
Terra de segunda: entre trinta e setenta por cento mecanizável ou com média fertilidade.	0,50
Terra de terceira: menos de trinta por cento mecanizável, com declividade média ou imprópria para lavouras temporárias.	0,30
Terra de quarta: baixa produtividade, não mecanizada, de alta declividade, pedregosa, própria para reflorestamento, de reserva legal ou de preservação permanente.	0,20

## ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS

Fatos geradores do ISSQN	Alíquotas	Estimado por ano(em UFRM)
--------------------------	-----------	---------------------------

1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%	
1.02 – Programação.	3%	
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3%	
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3%	
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%	
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3%	
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%	
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%	
1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%	
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%	
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%	
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%	
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	3%	300
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	300
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%	300
4.05 – Acupuntura.	3%	
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	150
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%	
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	150
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	
4.10 – Nutrição.	3%	150
4.11 – Obstetrícia.	3%	300
4.12 – Odontologia.	3%	200
4.13 – Ortopedia.	3%	200
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%	200
4.15 – Psicanálise.	3%	300
4.16 – Psicologia.	3%	200
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	300
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	



4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%	
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%	200
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%	
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%	
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%	75
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%	75
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%	
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%	
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres	3%	
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	200
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%	75
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	200
7.04 – Demolição.	4%	
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%	75
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%	75
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustre de pisos e congêneres.	3%	
7.08 – Calafetação.	3%	
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	
7.16 – Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%	
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	240
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%	
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%	100
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%	
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	
9.03 – Guias de turismo.	3%	100
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%	
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	250
10.06 – Agenciamento de qualquer tipo não previsto em outros itens.	3%	
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%	

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%	
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%	
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de embarcações e demais veículos.	5%	
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%	
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	3%	
12.02 – Exibições cinematográficas.	3%	
12.03 – Espetáculos circenses.	3%	
12.04 – Programas de auditório.	3%	
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%	
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	
12.12 – Execução de música.	3%	150
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%	
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%	
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%	
13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3%	
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	75
14.02 – Assistência técnica.	3%	
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	75
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%	
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3%	
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%	
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	3%	
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%	
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%	
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	3%	
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%	
14.12 – Funilaria e lanternagem.	3%	
14.13 – Carpintaria e serralheria.	3%	
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%	
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal de passageiros, por qualquer meio.	3%	150
16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	150
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%	
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%	
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	
17.08 – Franquia (franchising).	3%	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	
17.13 – Leilão e congêneres.	3%	200
17.14 – Advocacia.	3%	200
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	200
17.16 – Auditoria.	3%	200
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%	200
17.18 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	200
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%	200
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%	200
17.21 – Estatística.	3%	
17.22 – Cobrança em geral.	3%	
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	200
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%	200
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3%	
20 – Serviços de terminais rodoviários e relacionados.		
20.01 – Serviços de movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, movimentação de mercadorias, logística, operações de terminais de qualquer tipo, inclusive rodoviários, e congêneres.	3%	
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2%	

22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%	
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%	
25 - Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3%	
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas;courrier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas;courrier e congêneres.	3%	
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	3%	100
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%	200
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3%	
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	150
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%	150
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	150
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	200
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	100
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%	
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		



37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%	150
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	3%	
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%	200
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%	200

## ANEXO III –DAS TAXAS SOBRE O PODER DE POLÍCIA

## ITEM 01 – DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO (TLL) E DA TAXA DE FUNCIONAMENTO ANUAL (TFA)

Subitem 1.1 – Valor da taxa de licença e localização (TLC) e da Taxa de funcionamento anual (TFA), conforme o grupo de CNAE, para estabelecimentos fixos.

Valor da taxa sobre as seções CNAE					
Seção	Divisões	Descrição	Valor da taxa (em UFRM)		
			ME	EPP	Demais
A	01 .. 03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	70	90	120
B	05 .. 09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	80	100	130
C	10 .. 33	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	70	90	150
D	35 .. 35	ELETRICIDADE E GÁS	90	100	150
E	36 .. 39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	90	100	150
F	41 .. 43	CONSTRUÇÃO	80	100	150
G	45 .. 47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	70	105	150
H	49 .. 53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	80	110	170
I	55 .. 56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	80	100	150
J	58 .. 63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	80	110	150
K	64 .. 66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	100	200	400
L	68 .. 68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	90	125	150
M	69 .. 75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	70	110	130
N	77 .. 82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	70	100	130
O	84 .. 84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	80	110	150
P	85 .. 85	EDUCAÇÃO	70	90	150
Q	86 .. 88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	80	120	140
R	90 .. 93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	70	90	150
S	94 .. 96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	70	100	150
T	97 .. 97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	60	90	120
U	99 .. 99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	90	100	120
Outras atividades, não enquadradas nas divisões anteriores:			70	100	130

## Subitem 1.2 – Definição de ME, EPP e Demais

O valor da taxa será determinado com base na atividade principal da empresa informado no seu Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ ou conforme identificado pelo fisco, e o enquadramento pelo porte usará os seguintes critérios:

I –ME: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que faturem, anualmente, até o limite definido pela legislação federal para enquadramento como microempresa.

II – EPP: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que faturem, anualmente, até o limite definido pela legislação federal para enquadramento como empresa de pequeno porte.

III – Demais: Empresas, empresários individuais, associações, produtores rurais e pessoas físicas que não se enquadrem nos casos acima destacados.

## Subitem 1.3 - Adicional da TLL e da TFA

Se o contribuinte informar atividade secundária diferente da Seção CNAE de sua atividade principal, será acrescido o percentual de 5% (cinco por cento) no valor da taxa por cada atividade secundária incluída fora da seção da atividade principal.

## Subitem 1.4 – Valor da taxa de licença e localização (TLL) para atividades temporárias

Atividade	Valor da taxa em UFRM		
	Por dia	Por mês	Por ano
Comércio ambulante de qualquer tipo de produto ou prestação de serviço sem uso de veículos automotores, por contribuinte não estabelecido no Município.	15	100	250

Comércio ambulante de qualquer tipo de produto ou prestação de serviço utilizando-se de veículos automotores, utilitários ou pequeno porte, por contribuinte não estabelecido no Município.	30	150	450
Comércio ambulante de qualquer tipo de produto ou prestação de serviço utilizando-se de veículos automotores de grande porte, como caminhões, por contribuinte não estabelecido no Município.	50	200	500
Comércio eventual de qualquer tipo de produtos ou prestação de serviço mediante o uso de espaço físico ou edificação temporária, por contribuinte não estabelecido no Município.	50	250	500
Realização de atividades artísticas ou de diversão pública, como parques e circos.	60	200	500
Comércio eventual ou prestação de serviços, de qualquer tipo de produto, por contribuinte não estabelecido no Município, que atue em feiras, eventos, festividades, atividades culturais e/ou esportivas realizadas por empresas, associações ou entidades estabelecidas no Município.	20 UFRM para atuação durante todo o evento para o qual requereu a licença, independente da quantidade de dias.		
Realização de feiras ou exposições pela iniciativa privada, em que não haja a participação do Poder Público e que não sejam organizadas por associações ou empresas do Município.	1700 UFRM por dia para o evento, mais 170 UFRM por dia por expositor (stand).		

**Item 02 – Valor da taxa de vistoria sanitária (TVS)**  
**TAXA PARA VISTORIA SANITÁRIA - TVS**

Os valores da taxa são os definidos na Tabela II da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, e suas modificações posteriores, seguindo a atualização e correção monetária definidas na Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988 ou, na falta de atualização pela lei estadual, seguindo a atualização prevista para a unidade fiscal de referência do Município, devendo ser considerada como valor da taxa somente a atividade da empresa com maior valor de taxa dentre todas as informadas pela empresa.

**ITEM 03 – VALOR TAXA PARA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO (TLC)**

Fato gerador	Valor da taxa por UFRM	Descrição
Averiguação das condições do projeto para concessão de alvará de construção.	0,20	Por m² construído.
Averiguação das condições para aprovação de loteamento, desdobramento, desmembramento, arruamento ou afins.	0,03	Por m² da área a ser loteada, desdobrada, desmembrada ou afim.
Averiguação das condições para regularização de imóvel já construído.	0,30	Por m² construído.
Averiguação das condições do imóvel para concessão de habite-se.	0,20	Por m² construído.
Demais avaliações, análises ou perícias realizadas pelo setor de engenharia não enquadráveis nas condições anteriores.	0,20	Por m² envolvido na análise.
	20	Quando não houver área envolvida na análise ou quando o valor acima for menor.

**ANEXO IV – VALORES DAS TAXAS SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Item 01 – Valor da taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de lixo (TCL)**

Tipo de contribuinte	Valor da taxa por ano em UFRM
Estabelecimentos comerciais enquadrados nas seções G e I da tabela CNAE (restaurantes, hotéis, comércios e afins).	33,00
Contribuintes residenciais e comerciais não previstos nas linhas acima.	27,00

**Item 02 – Valor da taxa sobre os serviços gerais e de expediente (TEX)**

Serviço	Valor da taxa em UFRM
Cópias ou impressões (por página).	0,20
Expedição de segunda via de boletos ou guias de pagamento em que haja custo ao Município para emissão.	2,00
Diligências em geral.	10,00

**ANEXO V – VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA –COSIP**

CONTRIBUINTES RESIDENCIAIS	
Faixa de consumo	Valor da COSIP por mês em UFRM
0 a 30,00 kWh	0,53
30,01 a 50,00 kWh	0,80
50,01 a 100,00 kWh	0,93
100,01 a 200,00 kWh	1,46
200,01 a 500,00 kWh	2,53
500,01 a 1000,00 kWh	4,00
Acima de 1.000,00 kWh	6,26
CONTRIBUINTES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPRESAS DE SERVIÇO PÚBLICO	
Faixa de consumo	Valor da COSIP por mês em UFRM
0 a 30,00 kWh	2,13
30,01 a 50,00 kWh	2,66
50,01 a 100,00 kWh	3,46
100,01 a 200,00 kWh	4,26

200,01 a 500,00 kWh	6,40
500,01 a 1000,00 kWh	10,66
Acima de 1.000,00 kWh	16,00
<b>CONTRIBUINTES PODER PÚBLICO</b>	
Faixa de consumo	Valor da COSIP por mês em UFRM
0 a 30,00 kWh	2,66
30,01 a 50,00 kWh	4,26
50,01 a 100,00 kWh	5,33
100,01 a 200,00 kWh	6,40
200,01 a 500,00 kWh	8,00
500,01 a 1000,00 kWh	9,60
Acima de 1.000,00 kWh	10,66
<b>CONTRIBUINTES PRIMÁRIOS</b>	
Faixa de consumo	Valor da COSIP por mês em UFRM
0 a 2.000,00 kWh	16,00
2.000,01 a 5.000,00 kWh	73,00
5.000,01 a 10.000,00 kWh	93,33
10.000,01 a 50.000,00 kWh	120,00
Acima de 50.000,00 kWh	146,66

**ANEXO VI – PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Linhas	Tipo de serviço ou produto	Valor em UFRM
01	Locação de espaço para realização de eventos ou atividades por entidade privada, que não seja beneficiada pela gratuidade, conforme dispor decreto ou lei específica municipal.	10 a hora 100 por dia
02	Locação de salão municipal dos idosos para festas por pessoas físicas ou jurídicas de natureza privada.	150 por dia
03	Cessão de espaço em cemitério municipal no prazo e forma disposta em decreto ou lei específica municipal.	10 para cessão do espaço pelo período definido na legislação municipal
04	Remoção e transporte de entulhos provenientes de obras de construção civil ou de limpeza de terrenos.	15 por remoção
05	Transporte de água por caminhão pipa.	10 por carga

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 30 de Novembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração

**LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2017**

Publicação Nº 1460665

LEI COMPLEMENTAR Nº 055/2017, de 15 de Dezembro de 2017.

Altera o Art. 6º da Lei Complementar nº 052/2017, de 30 de outubro de 2017 - Que Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Caibi/SC - REFIC 2017, e dá outras providências

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O artigo 6º de Lei Complementar nº 052/201, de 30 de outubro de 2017 - Que Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Caibi/SC - REFIC 2017 e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O prazo para adesão ao REFIC 2017 inicia-se na data da publicação da presente lei e encerra-se em 28 de Fevereiro de 2018.”

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de Dezembro de 2017

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2.522/2017

Publicação Nº 1460651

LEI Nº 2.522/2017, de 15 de Dezembro de 2017.

Dispõem sobre a Revisão Geral e anual da Remuneração dos Servidores públicos Municipais, do Poder Executivo e Legislativo do Município de Caibi/SC, dos agentes comunitários de saúde, bem como o Subsídio dos Agentes políticos e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica pela presente lei, concedida revisão geral e anual dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais ativos, inativos, pensionistas, dos agentes comunitários de Saúde, bem como dos agentes políticos no percentual de 1,83% (um vírgula oitenta e três por cento).

§ 1º - A revisão de que trata o caput deste artigo corresponde a variação do INPC de 1º de Novembro de 2016 a 31 de Outubro de 2017, de acordo com o que determina o artigo 18 da Lei Complementar nº 031/2013, de 22 de Outubro de 2013.

§ 2º - O índice de que trata o caput deste artigo se refere as perdas do poder aquisitivo e será calculado sobre o respectivo vencimento base do mês de Dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de Dezembro de 2017

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2.523/2017

Publicação Nº 1460652

LEI Nº. 2523/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e dois centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Caibi SC, para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I:

### QUADRO I

Órgão - 04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

041230004.2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

3.1.90.00.00.0000 - Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(169) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários ..... R\$ 66.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(68) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários ..... R\$ 22.719,12

3.3.90.00.00.0000 - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(963) Fonte: 0300 - Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 48.002,50

4.4.90.00.00.0000 - Investimentos - Aplicações Diretas

(115) Fonte: 0100 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.053,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 SETOR DE EDUCAÇÃO

## 123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 163.000,00

## Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 02 SETOR DE CULTURA

## 133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(341) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.200,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(346) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 21.000,00

## Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade – 03 SETOR DE ESPORTES

## 278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(381) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 19.000,00

## Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 082440006.2.008 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(419) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(429) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

## Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

## 154520015.2.029 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(601) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 200,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(605) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

## Órgão - 08 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## 267820022.2.035 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DMER

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

(649) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 73.000,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(653) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 25.000,00

## Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

## 206060019.1.011 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos – Aplicações Diretas

(701) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 174.150,00

## Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

## 206060019.2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

(704) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 73.300,00

Art. 2º - Para fazer face as suplementações de que trata o artigo anterior, serão anuladas dotações orçamentárias do Orçamento para o exercício de 2017 no valor de R\$ 747.624,62 (setecentos e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e quatro mil e sessenta e dois centavos), demonstradas no Quadro II:

## QUADRO II

Órgão - 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade – 01 GABINETE DO PREFEITO

## 041220002.2.002 – MANUT. ATIVIDADE GAB.PREFEITO E VICE PREFEITO

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

(33) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 3.200,00

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

(37) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas

(54) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
041220003.1.018 – REFORMA E AMPL.DO CENTRO ADMINIST.MUNICIPAL  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(56) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(57) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
(58) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 59.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
041220003.2.042 – AUXÍLIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS  
3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(123) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
082430007.2.039 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(146) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(168) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123060009.2.020 – PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(187) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 19.569,69  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(978) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 38.002,50

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVID.DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
(194) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 212.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(208) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 165.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(253) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 3.322,00  
4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações Diretas  
(260) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 13.973,49

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 01 SETOR DE EDUCAÇÃO  
123610011.2.022 – MANUT.DO TRANSP.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(266) Fonte: 0101 – Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.25% Educ ..... R\$ 18.182,61

Órgão - 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade – 02 SETOR DE CULTURA  
236950021.2.034 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(1006) Fonte: 0300 – Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
082440006.2.008 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(536) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.771,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
Unidade – 02 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
082430007.2.011 – MANUT.ATIV.FUNDO MUNIC.DA INFANCIA E ADOLESC.



3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
(544) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(545) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(546) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 4.100,00  
4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(547) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 06 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Unidade – 03 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

164820016.1.009 – APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL

3.3.50.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
(548) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(549) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
4.4.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(550) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

061810005.2.005 – MANUT. CONVÊNIO SECRET. DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(551) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154510013.1.008 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(599) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 17.163,33

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

157820014.2.028 – SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(634) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 9.340,00

Órgão - 07 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade – 01 SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

175120017.1.010 – SANEAMENTO GERAL

4.4.90.00.00.0000 – Investimentos - Aplicações Diretas  
(642) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

Órgão - 09 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

185410018.2.030 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(691) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Órgão - 10 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade – 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

288460024.0.001 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

3.2.90.00.00.0000 – Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas  
(750) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
(752) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 24.000,00  
4.6.90.00.00.0000 – Amortização da Dívida Interna - Aplicações Diretas  
(757) Fonte: 0100 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103010008.2.012 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

3.1.90.00.00.0000 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
(760) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde ..... R\$ 69.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103030008.2.040 – MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas



(867) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde ..... R\$ 18.000,00

Órgão - 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103050008.2.016 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.00.00.0000 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(887) Fonte: 0102 – Rec.de Imp.e de Transf.de Imp.15% Saúde ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. – Fica transferido da fonte 0101 para a fonte 0100 o valor de R\$ 249.478,10 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dez centavos) e da fonte 0102 para a fonte 0100 o valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 15 de dezembro de 2017.

ELÓI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário Municipal de Administração

## LEI Nº 2.524/2017

Publicação Nº 1460662

LEI Nº 2.524/2017, De 15 de Dezembro de 2017.

Autoriza o Município de Caibi firmar Termo de Colaboração com Associação que especifica, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar termo de colaboração para repasse de recursos financeiros com a Associação da Casa familiar Rural "São Domingos" de Caibi/SC, inscrita no CNPJ nº 73.232.944/0001-68, com sede na Linha São Domingos, neste Município de Caibi/SC, no valor de até R\$ 160.860,00 (cento e sessenta mil oitocentos e sessenta reais) que destinar-se-ão, para custeio de despesas decorrentes das atividades da Associação.

Art. 2º - A transferência financeira, a aplicação dos recursos, a prestação de contas e demais procedimentos referente a execução do convênio deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 027/2014, de 20 de Fevereiro de 2014 bem como as disposições da Lei nº 13.019/2014, de 31 de Julho de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caibi Em 15 de Dezembro de 2017

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração

## PORTARIA 350/17

Publicação Nº 1458672

PORTARIA nº 350/17, de 15 de dezembro de 2017.

Concede Complementação de aposentadoria ao servidor aposentada ALBENIZ FERNANDES VARELAL, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO o Requerimento da Sr. Albeniz Fernandes Varella, datado de 30 de novembro de 2017, que requereu complementação de sua aposentadoria concedida pelo INSS em 13 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO, que o Sr. Albeniz Fernandes Varella, foi exonerada do cargo público em função de sua aposentadoria em 13 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO, que para a complementação deve ser considerado como parâmetro a última remuneração de referência que deuse em 31 de Novembro de 2017;

CONSIDERANDO, o que determina o Art. 40 da Constituição Federal e Art. 163, da Lei Complementar nº 027/2013, de 26 de Julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a complementação de aposentadoria ao Sr. Albeniz Fernandes Varella, servidora pública municipal aposentada, no valor mensal de R\$ 5.108,79 (cinco mil, cento e oito reais e setenta e nove centavos) a contar da data do requerimento, 30 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Será concedida revisão da referida complementação da aposentadoria conforme determina o art. 18, da Lei Complementar nº 031/2013, de 22 de outubro de 2013.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, serão consignadas no Orçamento Municipal, em rubrica apropriada para tal fim.

Art. 4º - Comunique-se o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma da legislação vigente, para fins de registro e conhecimento.

Art. 5º - Esta portaria tem efeito retroativo à 01 de dezembro de 2017.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário

ELOI JOSÉ LIBANO

Prefeito Municipal de Caibi

# Camboriú

## PREFEITURA

### 1922/2017

Publicação Nº 1459832

PORTARIA Nº 1.922/2017  
EXONERA CARGO COMISSONADO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, VICTOR HUGO BRANCO PICCOLI, matrícula nº 22.606, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMERCIO, da SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 20/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

### 1924/2017

Publicação Nº 1459836

PORTARIA Nº 1.924/2017  
NOMEIA ASSESSOR DE AGRICULTURA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, TANALU GARCIA SIMÕES, no cargo de ASSESSOR DE AGRICULTURA, da SECRETARIA DA AGRICULTURA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

### 1925/2017

Publicação Nº 1459841

PORTARIA Nº 1.925/2017  
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO  
DE SAÚDE ANIMAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JONAS ISMAEL PEREIRA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE ANIMAL, da SECRETARIA DA AGRICULTURA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

### 1926/2017

Publicação Nº 1459844

PORTARIA Nº 1.926/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº750/2017 de 10/04/2017, firmado entre DAIANE PEREIRA BICUDO PRATES, matrícula nº 22.202, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de RECEPCIONISTA-ESF, a partir de 23/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1927/2017

Publicação Nº 1459850

PORTARIA Nº 1.927/2017

NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANDREZA MICHELE REBELO MACHADO, no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 20/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1928/2017

Publicação Nº 1459853

PORTARIA Nº 1.928/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a servidora SONIA MARIA CARVALHO, portadora do CPF Nº 775.615.549-15, matrícula nº 2.450, a contar de 13/09/2017.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 13/09/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

## 1929/2017

Publicação Nº 1459855

PORTARIA Nº 1.929/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a servidora NADIA NARA DE SOUZA, portadora do CPF Nº 057.568.409-74, matrícula nº 15.205, a contar de 03/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 13/10/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 18 de outubro 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1930/2017

Publicação Nº 1459856

PORTARIA Nº 1.930/2017

Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

CONSIDERANDO a decisão proferida pela Comarca de Camboriú, 2ª Vara Cível, nos Autos nº.0300455-05.2017.8.24.0113;

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 150 (cento e cinquenta) dias, a funcionária JOCELAINE DE QUEVEDO, matrícula nº. 7, servidora COMISSIONADA no cargo de ASSESSOR DE CULTURA, a partir de 13/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 13/07/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1931/2017**

Publicação Nº 1459858

## PORTARIA Nº 1.931/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 22/09/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
MIRIAN CORDEIRO	SERVENTE	906/2017	1283/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1932/2017**

Publicação Nº 1459862

## PORTARIA Nº 1.932/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 27/09/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELIANE FRAGOSO DE RAMOS	MONITOR 40 HORAS	301/2017	1284/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1933/2017**

Publicação Nº 1459865

## PORTARIA Nº.1.933/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/09/2017 á 31/10/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
NEUCENIR SUELI RICCIO GARRIDO	PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	938/2017	1285/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1934/2017**

Publicação Nº 1459867

## PORTARIA Nº.1.934/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 07/10/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
DENISE LOPES DUARTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	889/2017	1286/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1935/2017**

Publicação Nº 1459871

## PORTARIA Nº.1.935/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/09/2017 á 11/11/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ELENIR RIBEIRO DA SILVA MADEIRA	MERENDEIRA	911/2017	1287/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 18 de outubro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1936/2017**

Publicação Nº 1459873

## PORTARIA Nº.1.936/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 02/10/2017 á 08/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
GIOVANA CRISTINA OSELAME	PROFESSORA ANOS INICIAIS 20HORAS	768/2017	1288/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,



Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1937/2017**

Publicação Nº 1459875

## PORTARIA Nº.1.937/2017

Prorroga contrato de funcionário

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/09/2017 á 01/11/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
JULIANA MAGARI DE SOUSA	MONITOR 40 HORAS	147/2017	1289/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1938/2017**

Publicação Nº 1459879

## PORTARIA Nº1.938/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos dos servidores abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/10/2017 á 31/12/2017;



NOME  
CARGO  
CONT.  
T. A.

ADRIANA GRAZIELA DOS SANTOS  
AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE  
950/2017  
1290/2017

ANA PAULA DA SILVA LINDNER  
CIRURGIÃO DESNTISTA-ESF  
954/2017  
1291/2017

MARIANA MORENO ARGUS CASAS  
CIRURGIÃO DESNTISTA-ESF  
955/2017  
1292/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1939/2017

Publicação Nº 1459881

PORTARIA Nº.1.939/2017

RETIFICA PORTARIA Nº. 1.301/2017

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº. 1.301/2017 de 01/06/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em que Designa á servidora SIMONE MOSER, enfermeira, da Secretaria da Saúde, onde se lê, "01/06/2017 á 31/08/2017 leia-se 01/06/2017 á 31/08/2018".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1940/2017**

Publicação Nº 1459884

PORTARIA Nº.1.940/2017

RETIFICA PORTARIA Nº. 1.857/2017

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art.1º.RETIFICAR a Portaria nº.1857/2017 de 15/09/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em que prorroga contratos temporários de servidores da Secretaria da Saúde, onde se lê:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALESSANDRA LOUISIANA DE SOUZA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	770/2017	1149/2017
ANGELA GIOVANA METZGER CRUZ	AUX. DE CONSULTORIO DENTÁRIO-ESF	103/2016	1150/2017
JOSE ROBERTO FENNER	MEDICO ESF	820/2017	1151/2017
RENATA LEAL	TEC. DE ENFERMAGEM – ESF	771/2017	1152/2017
SIMONE MOSER	ENFERMEIRA-ESF	817/2017	1153/2017
THAIS GRADOWSKI DE FIGUEIREDO	ENFERMEIRA ESF	774/2017	1154/2017
VANDA EIKO KOGUTI VIANA	ENFERMEIRA-ESF	818/2017	1155/2017
VITOR MACHADO	MOTORISTA ESF	819/2017	1156/2017

**Leia-se:**

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALESSANDRA LOUISIANA DE SOUZA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	770/2017	1149/2017
ANGELA GIOVANA METZGER CRUZ	AUX. DE CONSULTORIO DENTÁRIO-ESF	103/2016	1150/2017
JOSE ROBERTO FENNER	MEDICO ESF	820/2017	1151/2017
RENATA LEAL	TEC. DE ENFERMAGEM – ESF	771/2017	1152/2017
THAIS GRADOWSKI DE FIGUEIREDO	ENFERMEIRA ESF	774/2017	1154/2017
VANDA EIKO KOGUTI VIANA	ENFERMEIRA-ESF	818/2017	1155/2017
VITOR MACHADO	MOTORISTA ESF	819/2017	1156/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1941/2017**

Publicação Nº 1459889

PORTARIA nº.1.941/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria do Planejamento Urbano, necessita de mão de obra para dar andamento em seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 30/09/2017 á 31/10/2017;

NOME  
CARGO  
CONT.  
T. AD.

RODRIGO GODOY  
ZELADOR  
317/2015  
1239/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 18 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1942/2017

Publicação N° 1459893

PORTARIA N° 1.942/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação no processo seletivo 002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 24/10/2017 á 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
REGINA MARIA MANICA	TECNICO DE ENFERMAGEM	1.019/2017	018

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 24 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1943/2017**

Publicação Nº 1459897

PORTARIA Nº 1.943/2017  
Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária CRISTIANE FERNANDES DA SILVA CARNEIRO, matrícula nº 21.441, servidora COMISSIONADA no cargo de ASSESSOR ADJUNTA DE DEPARTAMENTO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 25 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1944/2017**

Publicação Nº 1459961

PORTARIA Nº 1.944/2017  
Concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária ROSA KAROLINE NUNES, matrícula nº. 19.097, servidora EFETIVA no cargo de MONITORA, a partir de 04/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/10/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 02 de Outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1945/2017**

Publicação Nº 1459964

PORTARIA Nº 1.945/2017  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária CLEONICE KILIAM DE PAULA, matrícula nº. 21.648, servidora contratada no cargo de PROFESSORA 40 HORAS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 25 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1946/2017**

Publicação Nº 1460096

PORTARIA Nº 1.946/2017  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora EDNA AMORIM, portador do CPF Nº 439.133.189-68, matrícula nº 12.326, a partir de 23/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 23/10/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 25 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1947/2017**

Publicação Nº 1460099

PORTARIA Nº 1.947/2017  
CONCEDE LICENÇA PARA ATENDIMENTO  
A CRIANÇA OU ADOLESCENTE ADOTADO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei nº019/2008, artigo 70, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO a decisão proferida pela Comarca de Camboriú, 1º vara civil, nos autos nº 0003783-16.2017.8.24.0113;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença para atendimento a criança ou adolescente adotado de 30 (trinta) dias, a funcionária SONIA ADRIANA FREITAS, matrícula nº12.718, servidora EFETIVA no cargo de PROFESSORA 40 HORAS, a partir de 16/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos á 16/10/2017, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 25 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1948/2017**

Publicação Nº 1460103

PORTARIA Nº 1.948/2017

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.893/2016, de 27/01/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/10/2017 á 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NIVALDO CAMPOS	VIGIA	882/2017	1551/2017
OZAILDO SOARES DE SOUZA	VIGIA	880/2017	1550/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1949/2017**

Publicação Nº 1460105

PORTARIA Nº.1.949/2017  
EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO  
DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, EDUARDO KRZISCH JUNIOR, matrícula nº 22.406, no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, da Secretaria da Defesa Civil, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1950/2017**

Publicação Nº 1460108

PORTARIA Nº 1.950/2017  
EXONERA CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, KAITA HELEN TESTONI, matrícula nº 10.991, no cargo em comissão de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1951/2017

Publicação Nº 1460115

PORTARIA Nº 1.951/2017  
EXONERA CHEFE DE DIVISÃO  
ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, Lei 033/2011, Lei 065/2013 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, ESTELA CRISTINA PEREES DE OLIVEIRA, matrícula nº 18.893, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, da CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1952/2017

Publicação Nº 1460119

PORTARIA Nº.1.952 /2017  
EXONERA PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 047/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, JUDITE DA SILVA PIZA, matrícula nº 012, no cargo em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina

## 1953/2017

Publicação Nº 1460124

PORTARIA Nº.1.953 /2017  
EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, RODRIGO VINICIUS FIDENCIO, matrícula nº 21.202, no cargo em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1954/2017

Publicação Nº 1460147

PORTARIA Nº 1.954/2017  
EXONERA COORDENADOR DO PROCON

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, ERICA JANAINA DE SOUZA, matrícula nº 22.188, no cargo em comissão de COORDENADOR DO PROCON, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração



RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1955/2017**

Publicação Nº 1460151

PORTARIA Nº.1.955/2017

Exonera Servidor (a) Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo;

MATRICULA	NOME	CARGO
21.244	JANETE HELENA WILLRICH LULIER	CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO
20.945	JAQUELINE APARECIDA GANCHEIRO	ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO
19.623	MATEUS FONTOURA PASSOS CABRAL	ASSESSOR DE DEPARTAMENTO
21.454	PATRICIA FREITAS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO
21.457	PAULO DE LARA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1956/2017**

Publicação Nº 1460155

PORTARIA Nº.1.956/2017

Exonera Servidor (a) Nomeado em Cargo Comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo;

MAT.	NOME	CARGO
22.535	ALINE DE FAVERI	COORDENADOR ADMINISTRATIVO
22.525	ANTONIO DEOLINDO	COORDENADOR DE SAÚDE DO CAIC
21.198	DALNI LEONTINA PEREIRA	COORDENADOR DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
21.311	VALMOR ALEXANDRE GONÇALVES	CHEFE DE DIVISÃO DE VILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 31 de outubro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1958/2017**

Publicação Nº 1460159

PORTARIA Nº.1.958/2017

exclui função gratificada a servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

JUCELINO KAZMIERZAK	FG2
---------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1959/2017**

Publicação Nº 1460162

PORTARIA Nº 1.959/2017

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;



**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder função gratificada aos servidores que relaciona;

Servidor: Função Gratificada:

13395	ALTAIR ARGENTINO PEREIRA JUNIOR	FG3
1785	BONIFACIO SCHMITT NETO	FG2
11616	CARLOS ALBERTO GHIORZI	FG3
18718	CASSIANO CESARIO MAFRA	FG3
20584	CATIUSSA MICHELI DE LIMA DE SAIBRO MARTELLO	FG3
14271	CLAUDIA REGINA VIEIRA DOLBERTH	FG3
18643	CRISTIANE MARIA DOS SANTOS ALVAREZ	FG3
13450	EDSON CARNEIRO	FG3
12	ELIAS DE SOUZA MELO	FG2
20532	ELISABETE MACHADO DE OLIVEIRA	FG3
21141	EMERSON CESARIO	FG3
17518	FABIANA DE SOUZA	FG2
13289	FABIOLA RIGO DA CRUZ	FG3
13459	FERNANDA SCHROEDER	FG3
12115	FRANCIELE MUELLER	FG2
13203	GENESIO HENRIQUE DE CAMPOS JUN	FG2
17151	GISELE GIANA CARDOSO	FG3
14442	GRAZIELLE BECKER GERENT PEREIRA	FG2
17196	ISABELA CORREA	FG2
19705	IVANA CHAGAS	FG4
12177	JOSE GAYA NETO	FG2
5316	JOSE SANTOS FILHO	FG2
5373	JOSIANO EVERTON BORBA	FG2
19476	JOYCE DE ALMEIDA CRUZ	FG3
12389	JULIANO MARCIO OLIVEIRA	FG3
5928	KARINA DE SOUZA	FG3
19290	KENIA ZAPELINI	FG3
20154	LAURA HILGENBERG IJAILLE ALVES ZENCKNER	FG3
16608	LEANDRO AUGUSTO AGOSTINI DOS SANTOS	FG3
2927	LUIZ ARMANDO DECEZARO	FG2
3302	MARCELO MARQUES COSTA	FG2
18799	MARCELO VINICIUS DA SILVA	FG3
19017	MARCIA MACHADO	FG4
14587	MARIA THEODORA WALTRICK DE BEM	FG3
14266	MARILI INES NORONHA	FG3
5158	NANIAS BENEVENUTTI	FG2
894	NELISETTE DE BORBA CARVALHO DE LIMA	FG3
3307	PAULA BUSATO DE ATHAYDE GARCIA	FG2
3573	RICARDO ALEXANDRE ARAGÃO	FG3
18803	ROBERTO RICARDO DOS SANTOS	FG3
962	ROMUALDO ANTONIO RIBAS	FG2
2206	ROSE NEIDE PAGLIOSA	FG3
4882	RUBERLEI SILVEIRA	FG2
19029	SANDRO LUCHTENBERG	FG3
5157	TANIA REGINA KALNIN	FG2
4981	VIVIANE ZIMMERMANN	FG2

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1961/2017**

Publicação Nº 1460600

PORTARIA Nº1.961/2017  
EXONERA CHEFE DE TRANSITO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, JAIR GRINGS, matrícula nº 21.251, no cargo em comissão de CHEFE DE TRÂNSITO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1962/2017**

Publicação Nº 1460604

PORTARIA Nº1.962/2017  
EXONERA COORDENADOR DE PROGRAMAS CULTURAIS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.047/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, VERA MARIA ROBERTO, matrícula nº 8, no cargo em comissão de COORDENADOR DE PROGRAMAS CULTURAIS, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1963/2017

Publicação Nº 1460606

PORTARIA Nº 1.963/2017  
EXONERA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18.09.2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, JULIA DJANYNE TOIGO, matrícula nº 21.203, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, da Secretaria da SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1965/2017

Publicação Nº 1460608

PORTARIA Nº 1.965/2017

Rescinde contrato

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº427/2016 de 11/03/2016, firmado entre CARLA REGINA SARTORIO REIS, matrícula nº 20.724, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRA-ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1967/2017

Publicação Nº 1460612

PORTARIA Nº.1.967/2017  
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO  
DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JAIME GALITZKI, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, da SECRETARIA DE DEFESA CIVIL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1968/2017

Publicação Nº 1460614

PORTARIA Nº 1.968/2017  
EXONERA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18.09.2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, SABRINA MOREIRA GARCIA, matrícula nº 19.661, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 18/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações  
RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1969/2017**

Publicação Nº 1460617

PORTARIA Nº 1.969/2017  
NOMEIA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18.09.2009 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, CARLA CHRISTIAN BACKS MANSUR, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1970/2017**

Publicação Nº 1460619

PORTARIA Nº 1.970/2017

Rescinde contrato

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 322/2016 de 29/02/2016, firmado entre THAILISE DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 20.600, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de RECEPCIONISTA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1971/2017**

Publicação Nº 1460622

PORTARIA Nº 1.971/2017

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 1019/2017 de 24/10/2017, firmado entre REGINA MARIA MANICA, matrícula nº 22.660, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 02/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

**1972/2017**

Publicação N° 1460624

**PORTARIA N° 1.972/2017**

Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação no processo seletivo 002/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/11/2017 á 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
TATIANA RICARDO	ENFERMEIRA	1.020/2017	05

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

**1973/2017**

Publicação N° 1460626

**PORTARIA N° 1.973/2017**

Designa funcionários (as)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo

dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação no processo seletivo 002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/11/2017 á 31/12/2017:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
REJANE VIANA SOUZA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.021/2017	07

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

## 1974/2017

Publicação Nº 1460628

PORTARIA Nº 1.974/2017

NOMEIA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18.09.2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOANA DARCK TESTONI PINEIRO, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 06/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

## 1975/2017

Publicação Nº 1460630

PORTARIA Nº 1.975/2017

NOMEIA COORDENADOR DE PROGRAMAS CULTURAIS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.047/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, UMBERTO DOS SANTOS, no cargo em comissão de COORDENADOR DE PROGRAMAS CULTURAIS, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1976/2017

Publicação Nº 1460632

### PORTARIA Nº 1.976/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) JOCIELMA MALTA MOREIRA DA COSTA, portador do CPF Nº.033.669.929-80, matrícula Nº19.750, do cargo efetivo de MERENDEIRA, do Concurso Público Edital nº 025/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.  
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

## 1977/2017

Publicação Nº 1460634

### PORTARIA Nº 1.977/2017

#### EXONERA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18.09.2009 e posteriores alterações;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, CAROLINE ZAMPIERI DINIZ, matrícula nº 19.962, no cargo em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DE FINANÇAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1978/2017**

Publicação Nº 1460636

PORTARIA Nº 1.978/2017  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária DAIANE VIRGINIA RIBEIRO NOVAIS, matrícula nº22.098, servidora contratada no cargo de INTERPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração

**1979/2017**

Publicação Nº 1460638

PORTARIA Nº 1.979/2017

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº010/2017 de 18/01/2017, firmado entre GREICE SCHRAEDER, matrícula nº 21.280, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRA-ESF, a partir de 14/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.  
ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB  
Secretário da Administração



**1980/2017**

Publicação Nº 1460640

**PORTARIA Nº 1.980/2017**

Rescinde contrato a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 699/2017 de 27/03/2017, firmado entre BRUNA LUIZA WINKLER, matrícula nº 22.146, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, a partir de 22/11/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de novembro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

**PREGÃO 126/2017 - PMC**

Publicação Nº 1459317

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/2017

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 11 (Onze) de Janeiro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 15 de Dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**RESUMO DE CONTRATO 11/12/17 A 15/12/17**

Publicação Nº 1460633

**RESUMO DE CONTRATO**

PMC

Contrato Nº060/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 118/2017

Contratado: EMBRACORE INFORMATICA LTDA - EPP

Data: 12/12/2017

Prazo: 12 meses

Valor:R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais)

Objeto:AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE REDE LOCAL SEM FIO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PONTOS DE ACESSO (ACCESS POINTS), CONTROLADOR WLAN, DISPOSITIVOS DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA POE, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, COM AUTENTICAÇÃO VIA PORTAL, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS E O TREINAMENTO PARA GESTÃO TÉCNICA DA

## SOLUÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato Nº061/2017

Processo:Tomada De Preço Nº 010/2017

Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP

Data: 12/12/2017

Prazo: 05 meses

Valor:R\$ 110.706,91 (cento e dez mil setecentos e seis reais e noventa e um centavos)

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTE MUNICIPAL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Contrato Nº062/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 119/2017

Contratado: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Data: 13/12/2017

Prazo: 03 meses

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 2018 DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, VISANDO EXITO NA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS INERENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE SAÚDE PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE PESSOAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato Nº063/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 122/2017

Contratado: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor:R\$ 997,50 (novecentos e noventa e sete e cinquenta)

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE REQUISIÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS NAS SOLICITAÇÕES DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS QUE ESTA SECRETARIA NECESSITAR, NAS EMPRESAS VENCEDORAS E AUTORIZADAS A FORNECEREM PARA ESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

## FMAS

Contrato Nº005/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 018/2017

Contratado: COMPTON COMERCIAL LTDA - ME

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor:R\$ 2.230,00 (dois mil duzentos e trinta reais)

Objeto:AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS E APARELHOS DOMÉSTICOS PARA ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato Nº006/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 018/2017

Contratado: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor:R\$ 2.788,00 (dois mil setecentos e setenta e oito reais)

Objeto:AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS E APARELHOS DOMÉSTICOS PARA ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato Nº007/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 018/2017

Contratado: COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor:R\$ 1.785,00 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Objeto:AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS E APARELHOS DOMÉSTICOS PARA ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato Nº008/2017

Processo:Pregão Presencial Nº. 018/2017

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor:R\$ 6.254,00 (seis mil duzentos e cinquenta e quatro reais)

Objeto:AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS E APARELHOS DOMÉSTICOS PARA ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato Nº009/2017

Processo: Pregão Presencial Nº. 018/2017

Contratado: SUPRIMOVEIS LTDA ME

Data: 14/12/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 13.808,40 (treze mil oitocentos e oito reais e quarenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS E APARELHOS DOMÉSTICOS PARA ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRÁS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

ADITIVOS

FUNDESB

Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 001/2016

Processo: Concorrência Pública nº 002/2015

Contratado: CONSÓRCIO ECO-CAMBORIÚ

Data: 13/12/2017

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO DAS ÁREAS URBANA E RURAL GERADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), referente ao item 1.1.3 – Operação da estação de transbordo, transporte e destino final, em local e por processo ou tecnologia universalmente aceitos e licenciados ambientalmente, dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição, que teve como vencedora a Empresa Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda, para o término dos trabalhos do ano de 2017, conforme requisição da Secretaria de Saneamento Básico.

PMC

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 004/2017

Processo: Pregão Presencial Nº. 001/2017

Contratado: NC COMUNICACOES SA

Data: 14/12/2017

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E NÍVEL ESTADUAL, PARA PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÕES ATENDENDO A LEI Nº 8.666/93.

Objeto do aditivo: DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade de serviços de publicação, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 e o valor contratual em R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais).

Décimo Sexto Termo Aditivo

Contrato: 018/2017

Processo: Pregão Presencial 051/2016

Contratado: ESCRIMATE COM. MAT. ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI

Data: 14/12/2017

Fundamento: artigo 57, I "II" e 65, I "b" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO O PAPEL, CILINDRO E TONER), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), conforme a requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PMC

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 043/2016

Processo: Chamada Pública 006/2016

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CMB LTDA ME

Data: 15/12/2017

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), conforme requisição da Secretaria da Saúde.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE ERRATA TP 11/17 - PMC**

Publicação Nº 1459526

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS 011/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital da Tomada de Preços 011/2017 - PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o item 5.5.7 do edital:

- onde lê-se: - EDIFICAÇÃO DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS/ESPECIAIS: 184,90M2

-ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO – ÁREA MÍNIMA: 184,90M2

- ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA – ÁREA MINIMA: 240,90M2

- FACHADA DE EDIFICAÇÕES, CONTENDO ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, FECHAMENTO COM TELHAS METÁLICAS E PINTURA: AREA 1.907,86M2

-SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO – SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA, SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE ABANDONO DE LOCAL, SISTEMA DE SAÍDAS DE EMERGENCIA, SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCENDIO, DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DE CABOS E SISTEMA DE GÁS CANALIZADO;ÁREA MINIMA DE: 1.472,89M2

- leia –se: - EDIFICAÇÃO DE ALVENARIA PARA FINS DIVERSOS/ESPECIAIS: 184,90M2

-ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO – ÁREA MÍNIMA: 184,90M2

- ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA – ÁREA MINIMA: 240,90M2

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 22/01/2018 as 14h30min  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 15 de dezembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECISÃO Nº 002-2017-SECAD DO PAD Nº 918/2017

Publicação Nº 1460058

DECISÃO Nº 002/2017/SECAD do PAD nº 918/2017

(Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 918/2017)

#### SÍNTESE DOS AUTOS

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar autuado no dia 16 de agosto de 2017, aberto após análise da Secretaria Municipal de Administração diante dos fatos narrados no Ofício nº 073/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social (fl. 11), que narra episódio de insubordinação injustificada do servidor S.D.M., matrícula funcional 000524, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e diante o histórico funcional de insubordinação do servidor.

Que no dia 11.08.2017 teria o servidor negado realizar viagem (função ora exercida de motorista), para buscar interno na Comunidade Terapêutica Vale da Luz, para realizar perícia médica no dia 14.08.2017, visto que o interno possuía perícia agendada junto ao INSS.

Que pelo descumprimento de ordem de sua superior hierárquica injustificada, houve prejuízos a terceiros, pois estava interno por 30 (trinta) dias na Sociedade Hospitalar Comunitária Pe. Clemente Kampmann, e necessitava realizar a perícia junto ao INSS, sendo que o mesmo não possui auxílio de nenhum parente, sendo necessário o acompanhamento de Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Chefe do Poder Executivo determinou a instauração de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar através da Portaria nº 14.595, de 16 de agosto de 2017 (fl. 37), composta pelos servidores públicos municipais efetivos: Marco Aurélio Beckhauser (presidente), Cristiano Slominsky e Rita Zezotko Scholze.

A finalidade da comissão conforme se depreende da leitura da portaria supracitada seria apurar os fatos narrados no ofício nº 073/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social (insubordinação injustificada), sua gravidade, com olhos no histórico de insubordinação do servidor público municipal.

Deu-se início aos trabalhos, com a citação/intimação do servidor, dando conhecimento ao servidor da decisão administrativa nº 001/2017/SECAD do presente PAD, contudo com recusa do servidor, sendo esta suprimida através de 02 (duas) testemunhas (fl. 39), realizada ata de instalação e início dos trabalhos (fls. 45/46), com mandado de citação/intimação ao servidor (fls. 47/48), possibilitando o oferecimento de defesa preliminar e arrolamento de testemunhas, sendo este oferecido pela parte (fls. 50/56), e designação de audiência (fl. 57), com a intimação deste último ato ao servidor (fl. 58).

O servidor por fim requereu redesignação da audiência (fl. 62/68), sendo o pedido deferido (fl. 69), e intimado os interessados da nova data designada (fls. 70/71).

Na data designada para audiência, foram realizadas as oitivas das testemunhas e colhido depoimento pessoal (fls. 73/90), e posteriormente intimado o servidor para apresentação de defesa escrita (fl. 91), devidamente oferecida pela parte (fls. 93/98). Concluso, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar emitiu relatório final (fls. 99/105).

#### DO RELATÓRIO FINAL

Após a instrução do PAD, a comissão concluiu seus trabalhos, concluindo que o servidor no dia 14.08.2017, descumpriu ordens de sua superior sem justificativa, não atendendo aos deveres prescritos nos incisos I, II e IV do art. 207 do Estatuto dos Servidores

Municipais, e sugeriu a aplicação de penalidade de suspensão de 30 (trinta) dias ao servidor.

Todavia, analisando todo o contexto apontado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a Comissão deixou de analisar e considerar duas situações essenciais.

A primeira relacionada a graduação da insubordinação, visto que no caso narrado, a recusa injustificada do servidor em cumprir suas obrigações funcionais inerentes ao cargo gerou prejuízo a terceiro. E a segunda seria o histórico de insubordinação injustificado do servidor, como demonstrado no relatório de penalidade descrito na decisão de abertura do presente PAD (fl. 04).

Ora, a Comissão Processante desconsiderou fato comprovado nos autos.

As provas constituídas nos autos são duas, o prejuízo a terceiro (fls. 12/14), visto que a ausência de transporte fez com que o interno F.C.C. não realizasse a perícia ora agendada junto ao INSS, e a segunda seria o histórico de insubordinação injustificada do servidor para com sua superior hierárquica (fls. 15/35).

A conduta do servidor é grave, sendo que a Comissão Processante desconsiderou prova constituída nos autos, bem como deixou de observar a amplitude da inobservância das regras (deveres e proibições) previstas pelo Estatuto de Servidores Municipal, muito menos levou em consideração para fins de agravamento da penalidade o seu histórico funcional.

Tanto que opinou apenas pela suspensão de 30 (trinta) dias, ao considerar apenas a conduta narrada do dia 14.08.2017, ou seja, o descumprimento de ordem superior hierárquica.

Ademais, a testemunha E.T.F.F. declarou (fls. 77/78) que o tratamento da Secretaria (Superior Hierárquica do servidor) tratou de forma normal o servidor, e que na presença da testemunha no dia 11.08.2017, houve de fato a recusa na assinatura da entrega da nova portaria.

Já a testemunha J.T.A.C. (fls. 79/80), relatou que quando houve a necessidade de alteração de lotação do servidor a Secretaria Municipal de Assistência Social o Sr. S.D.M. afirmou que não se reportaria a Sra. M. (Secretária de Assistência Social).

Cabe ainda ressaltar o depoimento da testemunha M.R.S.F., onde relata que desde o início do exercício das suas funções como Secretária de Assistência Social, solicitou que o servidor se dirigisse até sua sala, sendo o pedido recusado. Que no segundo pedido realizada por sua superior hierárquica junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, novamente houve nova recusa de cumprir ordens simples.

De outro norte, o depoimento do servidor S.D.M. (fls. 87/88), relata que no episódio do dia 14.08.2017 o mesmo não cumpriu as ordens estabelecidas e informadas pela Secretaria no dia 11.08.2017 (sexta-feira), pois teria suposto compromisso agendado.

Porém, como devidamente apontado pela comissão processante (fl. 104), o "indiciado argumentou que teria compromisso pré-agendado, porém não especificou" e que o "indiciado vem descumprindo constantemente ordens da sua chefia imediata".

Por fim, como verificado e confirmado pelo depoimento (fls. 81/82) da Sra. R.A.S., chefe do Setor de Pessoal do Município, a alteração da Portaria nº 14.128, de 15 de fevereiro de 2017 visava esclarecer ao servidor (que supostamente não entendia) que o mesmo não deveria prestar os serviços de motorista ao Conselho Tutelar de forma exclusiva, e sim estaria a disposição daquele Conselho.

Diante disto, concluímos que a sugestão de aplicação da penalidade de suspensão de apenas 30 (trinta) dias é branda, ante todos os episódios envolvendo o servidor indiciado.



## PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

As defesas apresentadas pelo servidor mencionam que o servidor sofre perseguição política com a abertura de processos administrativos em seu desfavor.

Contudo eventual alegação não deve prosperar senão vejamos os motivos:

Em 2012 o servidor já havia sido advertido ante a sua insubordinação, e a época a gestão da administração era de partido político oposto ao atual.

O seu histórico funcional demonstram claramente que o servidor tem resistência a atender ordens de seus superiores hierárquicos, independente de partido político.

Ademais, é de conhecimento desta administração que o servidor S.D.M. vive em união estável com a servidora pública municipal de Campo Alegre Sra. M.A.R.C., matrícula funcional 000756, exercendo cargo efetivo de PROFESSOR I, mas exercendo atualmente função gratificada como coordenadora pedagógica, ou seja, se de fato houvesse perseguição política, esta seria extensiva a sua atual companheira.

Pelo contrário, visto a sua competência, a servidora ora mencionada foi nomeada pela atual administração em função gratificada. Diante disto, afasta-se qualquer alegação de perseguição política contra o servidor ora indiciado.

## DO DIREITO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar entendeu que a conduta do servidor S.D.M. poderiam ser enquadradas/tipificadas como inobservância aos deveres do servidor público municipal, previstas nos incisos I, II e IV do Estatuto dos Servidores Municipais. Os incisos supracitados assim descrevem:

Art. 207 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

[...]

VI - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

[...]

Para tanto opinou a Comissão Processante pela aplicação de suspensão de 30 (trinta) dias ao servidor.

Contudo, como já demonstrado e mencionado, a conduta do servidor ao descumprir ordem de sua chefia superior hierárquica, gerou prejuízo tanto para a Administração Pública Municipal, como para terceiro, que necessitava do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Além do mais, o servidor apresenta histórico de insubordinação, e apesar de mencionado no relatório final, não foi considerado para fins de circunstâncias agravantes (fl. 105), pois está comprovado nos autos que o servidor agiu de forma incompatível com os deveres inerentes ao seu cargo.

As provas constituídas nos autos são: o prejuízo a Administração e a terceiro (fls. 12/14), pois pela oposição injustificada de realizar suas funções inerentes ao cargo de motorista, o interno F.C.C. não pode realizar a perícia agendada junto ao INSS, bem como o histórico de insubordinação injustificada para com sua chefia/superior hierárquica (fls. 15/35).

Nosso Estatuto dos Servidores Públicos Municipais dita quais são os deveres que todo servidor deve atender, em especial:

Art. 207 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

[...]

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;  
X - ser assíduo e pontual ao serviço; [grifei]

Neste sentido, nosso Estatuto prevê algumas situações de proibições a serem observadas por todos os servidores públicos municipais, em especial:

Art. 208 Ao servidor, efetivo ou comissionado, é proibido:

[...]

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas e aos superiores hierárquicos, mediante manifestação escrita ou oral;

[...]

XI - proceder de forma desidiosa; [grifei]

Frisamos ainda outra previsão legal do nosso Estatuto, vejamos:

Art. 209. O exercício irregular de suas atribuições sujeita o servidor à responsabilidade nas instâncias administrativa, civil e criminal.

§ 1º A responsabilidade administrativa resulta da violação das normas estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, ou quaisquer outras leis ou regulamentos administrativos, e dá ensejo à aplicação de penalidades disciplinares; [grifei]

E ainda:

Art. 216. Constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro do cargo e da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Pública.

Parágrafo Único. A infração disciplinar será punida conforme os antecedentes, o grau de culpa do agente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ilícito. [grifei]

Ora, mesmo havendo provas constituídas nos autos, a Comissão não as observou, e desconsiderou a gravidade dos fatos narrados no ofício nº 073, de 14.08.2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, confirmado pelas testemunhas no presente PAD.

Deixou ainda de considerar para sua decisão o histórico funcional, ou seja, seus antecedentes funcionais, como disciplinado nos arts. 218 e 219, ambos do Estatuto dos Servidores Municipais:

Art. 218 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 219 São circunstâncias agravantes da pena:

I - a premeditação;

II - a reincidência;

III - o conluio;

IV - a continuação;

V - o cometimento do ilícito:

a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;

b) com abuso de autoridade;

c) durante o cumprimento da pena;

d) em público.

Parágrafo Único. Caracteriza-se a reincidência quando o servidor comete nova infração ao regime disciplinar, depois de punido pela infração anterior. [grifei]

Como visto, a conclusão da Comissão Processante foi pela aplicação de penalidade de suspensão de apenas 30 (trinta) dias, considerando apenas o episódio de insubordinação do servidor a ordem de sua chefia imediata.

Mas a gravidade da situação deixou de ser considerada ao caso em tela, e se tivesse sido, a penalidade poderia ser superior. Tanto que no art. 228 do nosso Estatuto assim prevê:

Art. 228 A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

VI - insubordinação grave em serviço ou recusa injustificada do cumprimento das atribuições funcionais;

[...]

XIV - conduta desidiosa que cause prejuízo à Administração ou que exponha à risco os usuários do serviço público; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 59/2008) [grifei]

Sabe-se ainda que no processo administrativo disciplinar, quando o relatório da comissão processante for contrário às provas dos autos, pode a autoridade julgadora decidir em sentido diverso daquele apontado nas conclusões da referida comissão, desde que o faça motivadamente.

É a situação apresentada nos autos, pois a comissão ignorou as provas constituídas, estas relacionadas aos deveres e proibições, estes inerente ao servidor público municipal.

Neste sentido nosso Estatuto prevê que:

Art. 269 O julgamento acatará o relatório da Comissão, culminando com a demissão ou não do servidor, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo Único. Quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade. [grifei]

Neste compasso é o julgado abaixo transcrito:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO. IMPUTAÇÃO DE VALIMENTO DO CARGO EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA. 1. O mandado de segurança investe contra ato administrativo que aplicou a pena de destituição de cargo em comissão por intermédio de procedimento administrativo disciplinar. 2. Ao impetrante foi imputado o valimento do cargo público para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, nos termos do art. 117, IX, da Lei nº 8.112/90, porque, exercendo o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Apoio Técnico, indicou para contratação irmão, nora, genro e sobrinhos. 3. O valimento do cargo público foi constatado pela Controladoria-Geral da União, quando da investigação preliminar, e pela Comissão que conduziu o procedimento administrativo disciplinar. 4. O art. 168 da Lei n. 8.112/90 permite que a autoridade julgadora contrarie as conclusões da comissão processante, desde que o faça com a devida motivação, para retificação do julgamento em atenção aos fatos e provas. Precedentes: MS 15.826/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 22/05/2013, DJe 31/05/2013; MS 16.174/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 17.2.2012. 5. A existência de dano ao erário é desinfluyente para a caracterização do valimento do cargo para obtenção de vantagem pessoal ou de outrem (MS 14.621/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 30.6.2010). 6. Os antecedentes funcionais do impetrante não são suficientes para impedir a aplicação da penalidade porque "A Administração Pública, quando se depara com situações em que a conduta do investigado se amolda nas hipóteses de demissão ou cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por tratar-se de ato vinculado" (MS 15.517/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 18.2.2011). Segurança denegada. (STJ - MS: 17811 DF 2011/0274288-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/06/2013, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/08/2013) [grifei]

No julgamento do mandado de segurança supracitado, o Superior

Tribunal de Justiça ratificou o entendimento de que "no processo administrativo disciplinar, quando o relatório da comissão processante for contrário às provas dos autos, admite-se que a autoridade julgadora decida em sentido diverso daquele apontado nas conclusões da referida comissão, desde que o faça motivadamente". O Estatuto prevê no Capítulo IX quais são as possíveis penalidades disciplinares a serem aplicadas:

Art. 217 São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função de confiança. [grifei]

Como mencionado, a comissão processante opinou pela aplicação da penalidade de suspensão de apenas 30 (trinta) dias, ante a inobservância (do servidor indiciado) dos incisos I, II e IV do art. 207 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Contudo, como a Comissão deixou de considerar a gravidade da situação, pois atingiu terceiro, bem como o histórico de insubordinação do servidor, necessária a aplicação de penalidade mais grave. Está comprovado nos autos que o servidor indiciado:

- Deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo (inciso I do art. 207)
- Deixou de observar as normas legais e regulamentares inerentes a Administração Pública Municipal (inciso III do art. 207);
- Deixou de cumprir as ordens superiores sem justificativa (inciso VI do art. 207)
- Não manteve a conduta compatível com a moralidade administrativa (inciso IX do art. 207);
- Deixou de ser assíduo ao serviço público que exerce como motorista (inciso X do art. 207)
- Opôs resistência injustificada a execução de serviço público inerente ao seu cargo (inciso IV do art. 208);
- Dirigiu-se de forma desrespeitosa a sua superior hierárquica de forma oral (inciso V do art. 208); e
- Procedeu de forma desidiosa ao exercício de seu cargo público (inciso XI do art. 208)

Desta forma, com a comprovação da violação das normas estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em especial, pela gravidade da conduta (inciso VI do art. 228) e do histórico funcional (inciso II do art. 219), entendo que a penalidade deverá ser agravada, com a decretação da demissão do servidor, com fulcro nos dispositivos supracitados.

DISPOSITIVO

Assim, com fundamento no inciso III do artigo 217 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 (Estatuto do Servidor Público Municipal), DETERMINO A DEMISSÃO DO SERVIDOR S.D.M., em conformidade ao exposto supra, em especial, pelas provas trazidas e colhidas no presente PAD.

Solicito o encaminhamento urgente do presente ao Serviço de Pessoal para intimação do servidor, devendo fornecer cópia do parecer da Comissão, bem como cópia da presente decisão.

Campo Alegre/SC., 15 de dezembro de 2017.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração



**DECRETO Nº 10.958 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459036

DECRETO Nº 10.958 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 70.000,12 (setenta mil reais e doze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Amortização da Dívida		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
469071.00.0896 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 0,12		
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública.		
300000.00.0168 -	Despesas Correntes		
330000.00.0168 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0168 -	Aplicações Direta		
339039.00.0168 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 70.000,00	
	Total	R\$ 70.000,12	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.0896 -	Despesas de Correntes		
320000.00.0896 -	Juros e Encargos da Dívida		
329000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
329021.00.0896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato R\$ 0,12		
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública.		
400000.00.0168 -	Despesas de Capital		
440000.00.0168 -	Investimentos		
449000.00.0168 -	Aplicações Direta		
449051.00.0168 -	Obras e Instalações	R\$ 70.000,00	
	Total	R\$ 70.000,12	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.959 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460270

DECRETO Nº 10.959 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.504,27 (treze mil, quinhentos e quatro reais, vinte e sete centavos), nos seguintes Elementos Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas de Capital		
330000.00.0519 -	Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 5.756,92	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas de Capital		
330000.00.0519 -	Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0519 -	Material de Consumo	R\$ 7.747,35	
	Total	R\$ 13.504,27	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339036.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.357,76	
400000.00.0519 -	Despesas de Capital		
440000.00.0519 -	Investimentos		
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 299,16	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339036.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.784,17	
400000.00.0519 -	Despesas de Capital		
440000.00.0519 -	Investimentos		
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.963,18	
Total		R\$ 13.504,27	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.960 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460680

DECRETO Nº 10.960 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração				
03.01 -	Serviço de Administração				
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração				
300000.00.0896 -	Despesas Correntes				
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 400,00			

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração				
03.01 -	Serviço de Administração				
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração				
300000.00.0896 -	Despesas Correntes				
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas				
339093.00.0896 -	Indenizações e Restituições	R\$ 400,00			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.126 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459050

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.126 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, DAVID ROGÉRIO MARIANO, Matrícula Funcional nº 000886, Registro no Sistema sob nº 955620, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.127 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459051

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.127 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, Matrícula funcional nº 000649, Registro no Sistema sob nº 955078, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.128 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459065

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.128 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FRANCISCO OSNI DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000021, Registro no Sistema sob nº 546000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, na Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 13 de outubro de 2016 a 12 de outubro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 13 de outubro de 2016 a 12 de outubro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.129 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459066

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.129 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000837, Registro no Sistema sob nº 955519, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.130 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459077

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.130 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo IV do artigo 12 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, JOÃO SAMUEL CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955392, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Secretário gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.131 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459098

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.131 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 0266, Registro no Sistema sob nº 314960, ocupante do Cargo Público de ao Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 20 de junho de 2016 a 19 de junho de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 20 de junho de 2016 a 19 de junho de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 15.132 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459153

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.132 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LAÉRCIO BORGES, Matrícula Funcional nº 000620, Registro no Sistema sob nº 955012, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.133 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459199

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.133 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LEANDRO CASSIO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000675, Registro no Sistema sob nº 955106, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao

período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.134 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459200

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.134 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LOURIVAL IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2016 a 02 de outubro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2016 a 02 de outubro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.135 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459214

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.135 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema sob nº 954680, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2016 a 02 de julho de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.136 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460681

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.136 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 14.861 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Incluir Parágrafo único no artigo 1º da Portaria nº 14.861 de

01 de dezembro de 2017, o qual terá a seguinte redação:

"Parágrafo único. A lotação de que trata o caput deste artigo se dá em razão dos motivos expostos no ofício nº 023/2017 de 06 de novembro de 2017, expedido pelo Secretário Municipal de Saneamento Ambiental o encontra-se devidamente arquivado na pasta funcional do Servido Publico Municipal FÁBIO LUIS KOBUS".

Art. 2º As demais disposições previstas na Portaria nº 14.861 de 01 de dezembro de 2017 permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.137 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460684

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.137 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Um Terço de Férias, ao Servidor Público Municipal, ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Processamento de Dados, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a disposição do Foro da Comarca do Município de São Bento do Sul/SC., pela Portaria nº 13.938 de 09 de janeiro de 2017, 01 de janeiro de 2017.

Parágrafo único. O Terço de Férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 10 de maio de 2013 a 09 de maio de 2014, pago em moeda corrente oficial no mês de dezembro de 2014, informação esta prestada pelo Serviço de Pessoal deste Poder Executivo Municipal, ofício nº 086/2017 de 15 de dezembro de 2017, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal na data supra sob nº 15182.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do mês de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.138 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460727

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.138 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, LUIZ ANTONIO CANDIDO, Matrícula funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2016 a 14 de abril de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2016 a 14 de abril de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.139 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460728

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.139 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público

Municipal, LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA, Matrícula funcional nº 000776, Registro no Sistema sob nº 955397, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.140 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460729

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.140 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, MARCELO LUCAS MACHADO, Registro no Sistema sob nº 955733, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Diretor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de dezembro de 2017 sob nº 14767.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,15 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 09/2017**

Publicação Nº 1460753

Portaria nº 09, de 15 de Dezembro de 2017.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional do Legislativo, Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, referente período aquisitivo de 04 de Abril de 2017 a 03 de Abril de 2018 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2018 a 21 de Janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de Dezembro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 10/2017**

Publicação Nº 1460755

Portaria nº 10, de 15 de Dezembro de 2017.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Administrativa 2, Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2017 a 02 de Janeiro de 2018 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2018 a 21 de Janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de Dezembro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 11/2017**

Publicação Nº 1460756

Portaria nº 11, de 15 de Dezembro de 2017.

**CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Contador, Sr.

FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2016 a 02 de Janeiro de 2017 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O servidor gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2018 a 11 de Janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, ao Contador Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2016 a 02 de Janeiro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de Dezembro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 12/2017**

Publicação Nº 1460757

Portaria nº 12, de 15 de Dezembro de 2017.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DA CÂMARA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Assessor Parlamentar, Sr. ALEXANDRE CESAR DE CARVALHO, referente período aquisitivo de 24 de Janeiro de 2017 a 23 de Janeiro de 2018 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2018 a 21 de Janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de Dezembro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 13/2017**

Publicação Nº 1460759

Portaria nº 13, de 15 de Dezembro de 2017.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Assessor Jurídico, Sr. ANTONIO DREVEK, referente período aquisitivo de 17 de Janeiro de 2017 a 22 de Janeiro de 2018 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 15 de Dezembro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 74/2017

Publicação Nº 1459070

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 74/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD, CNPJ 07.242.972/0001-31. OBJETO: objeto do presente Contrato de Rateio é o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/POA. FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, XXVI, da lei 8.666/93, c/atual. VALOR: R\$ 32.068,92. DOTAÇÃO: 06.01 – 2.020 – 3.1.71.00.00.00.00 – 3773 e 06.01 – 2.020 - 3.3.71.00.00.00.00. VIGÊNCIA: 02/01/2018 até 31/12/18, Campo Erê/SC, em 15/12/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Marco Aurélio Zandoná pela Contratada.

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISP. JUST. N. 2033/2017

Publicação Nº 1459236

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 2138/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 2033/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 2033/2017

b) Objeto: aquisição de massa asfáltica CBUQ.

c) Contratadas: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA LTDA – ME

Valor: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais).

Publique-se.

Campo Erê, SC, 23 de novembro de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal



# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 7.911/17 DE 15/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.395/17**

Publicação Nº 1460635

DECRETO Nº 7.911/17 DE 15/12/2017

REGULAMENTA LEI Nº 4.395/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.395/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
15 de dezembro de 2017.

Gilmar marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 7.912/17 DE 15/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.396/17**

Publicação Nº 1460639

DECRETO Nº 7.912/17 DE 15/12/2017

REGULAMENTA LEI Nº 4.396/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.396/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
15 de dezembro de 2017.

Gilmar marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 7.913/17 DE 15/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.397/17**

Publicação Nº 1460641

DECRETO Nº 7.913/17 DE 15/12/2017

REGULAMENTA LEI Nº 4.397/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 2.429.752,71 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.397/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
15 de dezembro de 2017.

Gilmar marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 7.914/17 DE 15/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.398/17**

Publicação Nº 1460644

DECRETO Nº 7.914/17 DE 15/12/2017

REGULAMENTA LEI Nº 4.398/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 85.874,30 (Oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.398/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
15 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 7.915/17 DE 15/12/2017 REGULAMENTA LEI Nº 4.399/17**

Publicação Nº 1460647

DECRETO Nº 7.915/17 DE 15/12/2017

REGULAMENTA LEI Nº 4.399/17

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais ) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.399/17.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
15 de dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

**LEI Nº 4.393 DE 14/12/2017 AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1459863

LEI Nº 4.393 DE 14/12/2017

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a realização do projeto "Cuidadores de Idosos", aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

Elemento de despesa: 03 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.00 0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas, no prazo de 60 (trinta) dias, contatos da execução do projeto e aplicação dos recursos.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

**MINUTA DE TERMO DE FOMENTO**

Pelo presente Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.815.072, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, residente na Rua Santa Efigênia, nº. 479, Bairro Centro, nesta cidade de Campos Novos/SC, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar

nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e INSTITUTO HUMANIZA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, com sede a \_\_\_\_\_, representado pela sua Presidente \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em Campos Novos - SC, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO TERMO DE FOMENTO**

O presente Termo de Fomento tem por objetivo o repasse no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, para a realização de projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

A entidade beneficiada necessita dos recursos pleiteados para realização do projeto "Cuidadores de Idosos". Referido projeto destina-se ao oferecimento de cursos de formação de cuidadores de idosos, destinado, especialmente, para técnicos em enfermagem, enfermeiros e fisioterapeutas, conforme plano de trabalho apresentado.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Caberá ao MUNICÍPIO:

I – Conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, para a realização de projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

II – fiscalizar a aplicação do auxílio financeiro no objeto do Termo de Fomento;

Parágrafo único - A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Assistência Social, através do gestor designado, com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO**

I – receber auxílio financeiro do MUNICÍPIO creditado em conta bancária vinculada ao presente Termo de Fomento, em nome da Associação, e aplicá-lo especificamente no objeto do convênio.

II – responsabilizar-se por toda e qualquer despesa oriunda do desenvolvimento do Termo de Fomento, seja de ordem administrativa, taxas, tarifas, manutenção, reposição entre outras, eximindo o MUNICÍPIO neste tocante.

III – prestar contas do auxílio financeiro recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, na forma estabelecida neste instrumento.

§ 1.º. A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item I, desta cláusula, deverá ser constituída pelas seguintes peças, sendo encaminhada pela Associação, a via original ao Município de Campos Novos, e uma cópia para Câmara Municipal de Vereadores.

- a) Cópia do Termo de Fomento;
- b) Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: a) fornecedor; b) nº. do documento fiscal; c) data da expedição do documento; d) valor do pagamento; e) nº do cheque; e) data da



expedição do cheque; f) nº. da conta bancária; g) valor do cheque; h) assinatura do responsável pela Associação.

c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante da Associação. ;

d) Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;

e) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo MUNICÍPIO.

f) Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do Termo de Fomento;

§ 2.º. A falta de prestação de contas por parte da Associação, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento é firmado da data de sua assinatura é firmado da data de sua assinatura, tendo sua vigência limitada ao esgotamento do seu objeto, descrito na cláusula primeira, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

Parágrafo único – considerar-se-á extinto o presente convênio, tão logo seja concluído o seu objeto, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

#### CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste Termo de Fomento, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes na forma avençada através do presente Termo de Fomento correrão por conta do orçamento do Município, da seguinte forma:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do

Idoso

Elemento de despesa: 03 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.00 0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, \_\_\_\_ de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS ASSOCIAÇÃO

#### TESTEMUNHAS:

1 .....

2 .....

### **LEI Nº 4.395/17 DE 15/12/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1460611

LEI Nº 4.395/17 de 15/12/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei... FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente da Secretaria de Educação de Campos Novos:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 13 DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR – GERÊNCIA TRANSPORTE

Proj./Ativ.: 2.014 Manutenção do Departamento de Transporte Escolar – Gerência Transporte

64 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer frente ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj./Ativ. 1.019 Reequipamento do Ensino Fundamental

38 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 15 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

### **LEI Nº. 4.392/17 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1459544

LEI Nº 4.392/17 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício, de Campos Novos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a realização de projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária:

**ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO**

**UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**

**PROJETO ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso**

**Elemento de despesa: 03 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.00 0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.**

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas, no prazo de 60 (trinta) dias, contatos da execução do projeto e aplicação dos recursos.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

#### **MINUTA DE TERMO DE FOMENTO**

Pelo presente Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.815.072, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, residente na Rua Santa Efigênia, nº. 479, Bairro Centro, nesta cidade de Campos Novos/SC, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e INSTITUTO HUMANIZA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, com sede a \_\_\_\_\_, representado pela sua Presidente \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em Campos Novos - SC, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO TERMO DE FOMENTO**

O presente Termo de Fomento tem por objetivo o repasse no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, para a realização de projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

A entidade beneficiada necessita dos recursos pleiteados para realização do projeto "Perfil do Idoso – 3º Idade de Campos Novos". Referido projeto destina-se ao levantamento de um diagnóstico da situação dos idosos a partir de uma pesquisa por amostragem, visando identificar a real situação de vida dos idosos do município de Campos Novos, conforme plano de trabalho apresentado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Caberá ao MUNICÍPIO:

I – Conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao INSTITUTO HUMANIZA, inscrito no CNPJ sob nº 14.164.259/0001-82, para a realização de projeto aprovado pelo

Conselho Municipal de Direitos do Idoso, com verbas do Fundo Municipal do Idoso.

II – fiscalizar a aplicação do auxílio financeiro no objeto do Termo de Fomento;

Parágrafo único - A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Assistência Social, através do gestor designado, com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO**

I – receber auxílio financeiro do MUNICÍPIO creditado em conta bancária vinculada ao presente Termo de Fomento, em nome da Associação, e aplicá-lo especificamente no objeto do convênio.

II – responsabilizar-se por toda e qualquer despesa oriunda do desenvolvimento do Termo de Fomento, seja de ordem administrativa, taxas, tarifas, manutenção, reposição entre outras, eximindo o MUNICÍPIO neste tocante.

III – prestar contas do auxílio financeiro recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, na forma estabelecida neste instrumento.

§ 1.º. A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item I, desta cláusula, deverá ser constituída pelas seguintes peças, sendo encaminhada pela Associação, a via original ao Município de Campos Novos, e uma cópia para Câmara Municipal de Vereadores.

a) Cópia do Termo de Fomento;

b) Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: a) fornecedor; b) nº. do documento fiscal; c) data da expedição do documento; d) valor do pagamento; e) nº do cheque; e) data da expedição do cheque; f) nº. da conta bancária; g) valor do cheque; h) assinatura do responsável pela Associação.

c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante da Associação. ;

d) Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;

e) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo MUNICÍPIO.

f) Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do Termo de Fomento;

§ 2.º. A falta de prestação de contas por parte da Associação, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO**

O presente Termo de Fomento é firmado da data de sua assinatura é firmado da data de sua assinatura, tendo sua vigência limitada ao esgotamento do seu objeto, descrito na cláusula primeira, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

Parágrafo único – considerar-se-á extinto o presente convênio, tão logo seja concluído o seu objeto, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO**

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações

assumidas neste Termo de Fomento, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes na forma avençada através do presente Termo de Fomento correrão por conta do orçamento do Município, da seguinte forma:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO ATIVIDADE: 2.088 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do

Idoso

Elemento de despesa: 03 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.00 0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, \_\_\_\_ de dezembro de 2017  
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS ASSOCIAÇÃO

#### TESTEMUNHAS:

1 .....

2 .....

### **LEI Nº4.396/17 DE 15/12/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1460613

LEI Nº4.396/17 de 15/12/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei... FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente da Secretaria de Saúde de Campos Novos:

Órgão: 19 / SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: 02 / MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

5 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0115.000000 Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer frente ao

presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 / SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: 02 / MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.074 – Manutenção do programa de Assistência Farmacêutica

18 – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0602 Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 15 de dezembro de 2017.

Marco Gilmar Pereira

Prefeito Municipal em exercício

### **LEI Nº4.397/17 DE 15/12/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1460623

LEI Nº4.397/17 de 15/12/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei... FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento Geral do Município:

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 04 DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.004 Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

16 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 25.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 04 DEPARTAMENTO PESSOAL

Proj./Ativ.: 2.006 Manutenção do Departamento de Pessoal

20 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 72.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Ativ.: 0.002 Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

29 – 4.6.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 190.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 12 DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ.: 2.013 Manutenção do Dep. de Ensino Fundamental

56 – 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000 R\$ 1.500.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 05 SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

Unidade: 14 DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA



**GERENCIAIS**

Proj./Ativ.: 2.022 Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família - Gerenciais

67 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 260.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 05 SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

Unidade: 15 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

Proj./Ativ.: 2.023 Manutenção Departamento de Assistência Comunitária e Trabalho

69 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 33.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 05 SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

Unidade: 17 DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Proj./Ativ.: 2.025 Manutenção Departamento de Projetos para Geração de Emprego e Renda

74 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 15.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 19 DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

Proj./Ativ.: 2.028 Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência

81 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 10.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

Proj./Ativ.: 2.037 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

116 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 224.752,71

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 09 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 27 DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Proj./Ativ.: 2.039 Manutenção do Departamento de Esportes

128 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 2.429.752,71

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer frente ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade 1 / CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 20 / PODER LEGISLATIVO

Unidade: 01 / CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Proj./Ativ.: 1.046 Obras, Reformas e Ampliações do Poder Legislativo

2 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0602 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 01 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Proj. /Ativ.: 2.000 Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

2 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 80.000,00

3 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 4.500,00

4 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 25.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 02 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

**GERAL**

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CORRDENAÇÃO GERAL

Proj. /Ativ.: 2.001 Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e

Coordenação Geral

6 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 15.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 02 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Unidade: 03 DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

Proj. /Ativ.: 2.080 CIGA – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

14 – 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 32.073,38

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 05 DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Proj. /Ativ.: 2.005 Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município

19 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 63.700,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 06 DEPARTAMENTO PESSOAL

Proj. /Ativ.: 0.001 Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura

22 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 330.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 07 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Proj. /Ativ.: 2.007 Manutenção do Departamento de Compras

24 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 80.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj. /Ativ.: 0.004 Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

30 – 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 300.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 03 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 08 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj. /Ativ.: 2.002 Manutenção da Secretaria de Administração

26 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 45.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj. /Ativ.: 2.016 Manutenção da Educação para Alunos Especiais

39 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 8.879,83

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj. /Ativ.: 2.020 Manutenção do Ensino – Escolas Itinerantes

33 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 6.211,48

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj. /Ativ.: 2.027 Manutenção do Programa COMAD

40 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 14.297,23

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 10 DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR  
Proj. /Ativ.: 1.016 Reequipamento das Creches  
135 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 2.700,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 10 DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR  
Proj. /Ativ.: 2.015 Manutenção de Creches  
50 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 R\$ 44.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 11 GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR  
Proj. /Ativ.: 2.012 Manutenção da Gerência de Merenda Escolar  
51 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 R\$ 166.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 13 DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR – GERÊNCIA TRANSPORTE  
Proj. /Ativ.: 2.014 Manutenção do Departamento de Transporte Escolar – Gerência Transporte  
63 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 R\$ 325.000,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 13 DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR – GERÊNCIA TRANSPORTE  
Proj. /Ativ.: 2.089 Manutenção do Ensino Superior  
65 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 8.338,76

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
Unidade: 22 DEPARTAMENTO DE TURISMO  
Proj. /Ativ.: 2.081 Realização da Festa do Município  
93 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.770,00

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
Unidade: 23 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
Proj. /Ativ.: 2.033 Manutenção do Departamento de Engenharia  
98 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 35.000,00  
99 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 9.464,07

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
Proj. /Ativ.: 2.038 Manutenção da Iluminação Pública  
114 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 34.379,60

Entidade: 02 FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 32 FUNDO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Unidade: 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Proj. /Ativ.: 2.041 Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
8 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 70.000,00

Entidade: 02 FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 32 FUNDO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Unidade: 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Proj. /Ativ.: 2.073 Manutenção do Horto Florestal Municipal  
1 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 5.369,47

Entidade: 02 FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 32 FUNDO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Unidade: 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
Proj. /Ativ.: 4.042 Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários  
9 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 4.537,81

Entidade: 03 FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 33 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
Unidade: 01 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
Proj. /Ativ.: 2.043 Manutenção das Atividades da Fundação Cultural  
3 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 20.000,00

Entidade: 03 FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 33 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
Unidade: 02 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA  
Proj. /Ativ.: 2.044 Manutenção das Atividades da Biblioteca Pública  
5 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 15.405,24

Entidade: 03 FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 33 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
Unidade: 03 MANUTENÇÃO DO MUSEU  
Proj. /Ativ.: 2.045 Manutenção das Atividades do Museu  
7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 14.041,94

Entidade: 05 FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 35 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj. /Ativ.: 2.048 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
11 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 45.759,37  
12 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 145.000,00

Entidade: 6 – FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 37 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Unidade: 01 MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Proj. /Ativ.: 0.005 Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna – Fdo Habitacional  
1 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 6.211,48

Entidade: 6 – FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 37 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Unidade: 01 MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Proj. /Ativ.: 0.006 Amortização da Dívida Fundada Interna – Fdo Habitacional  
2 – 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 60.000,00

Entidade: 6 – FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 37 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Unidade: 01 MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Proj. /Ativ.: 1.032 Reequipamento do Fundo Rotativo Habitacional  
3 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 5.000,00

Entidade: 6 – FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS  
Órgão: 37 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Unidade: 01 MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
Proj. /Ativ.: 2.057 Manutenção das Atividades do Fundo Rotativo Habitacional  
4 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 8.000,00

Entidade: 8 – FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão: 34 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Unidade: 01 FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Proj. /Ativ.: 1.034 Reequipamento do Fundo Mun. Da Infância e do Adolescente

1 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 13.000,00  
 10 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 R\$ 98.000,00

Entidade: 8 – FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão: 34 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Unidade: 01 FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Proj. /Ativ.: 2.046 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

2 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.000,00  
 4 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 3.000,00

Entidade: 8 – FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Órgão: 34 – FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Unidade: 01 FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
 Proj. /Ativ.: 2.047 Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.242,30

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 42 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Proj. /Ativ.: 1.067 OBRAS NO PARQUE AMBIENTAL

1 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.000,00

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 42 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Proj. /Ativ.: 2.083 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

3 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 10.000,00

4 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 13.000,00

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 42 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Proj. /Ativ.: 2.084 MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

5 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.659,27

6 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 1.000,00

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 42 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Proj. /Ativ.: 2.085 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 R\$ 6.211,48

TOTAL R\$ 2.429.752,71

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 15 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

## LEI Nº4.398/17 DE 15/12/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1460625

LEI Nº4.398/17 de 15/12/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei... FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente da Fundação Hospitalar de Campos Novos:

Entidade: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Órgão: 40 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Unidade: 01 ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Proj./Ativ. 2.062 – Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio – Recursos Próprios

8 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.000000 Aplicações Diretas R\$ 85.874,30

TOTAL R\$ 85.874,30

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Órgão: 40 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Unidade: 01 ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Proj./Ativ. 1.042 Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio

2 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0115.000000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Entidade: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Órgão: 40 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Unidade: 01 ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Proj./Ativ. 1.043 Reequipamentos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio

5 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 15.874,30

TOTAL R\$ 85.874,30

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 15 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

**LEI Nº4.399/17 DE 15/12/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1460629

LEI Nº4.399/17 de 15/12/2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei... FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente da Secretaria de Saúde de Campos Novos:

Órgão: 19 / SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: 02 / MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

5 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.000000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 1 / CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Órgão: 20 / PODER LEGISLATIVO

Unidade: 01 / CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Proj./Ativ. 1.046 Obras, Reformas e Ampliações do Poder Legislativo

2 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0602 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 15 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 1991/17**

Publicação Nº 1459411

PORTARIA Nº 1991/17 de 23/11/17

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUIZ RICARDO RAYZEL DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por termino de contrato o (a) servidor (a) LUIZ RICARDO RAYZEL DE SOUZA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
23 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1993/17**

Publicação Nº 1459351

PORTARIA Nº 1993/17 de 23/11/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) RITA DE CASSIA COELHO CANALI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) RITA DE CASSIA COELHO CANALI, do cargo de GERENTE EXECUTIVO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,

23 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1995/17**

Publicação Nº 1459333

PORTARIA Nº 1995/17 de 24/11/2017

DISPENSA O (A) SERVIDOR (A) ILANIR CATARINA NERES DO CARGO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar o (a) servidor (a) ILANIR CATARINA NERES, da função de AUXILIAR DE DIREÇÃO, da escola C.E.I.M PE . ARMANDO DA COSTA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 27 de Outubro de 2017,

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,

24 de Novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1997/17**

Publicação Nº 1459335

PORTARIA Nº 1997/17 de 24/11/2017  
DISPENSA O (A) SERVIDOR (A) ROSANE APARECIDA SAMPAIO DO CARGO DE SECRETÁRIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar o (a) servidor (a) ROSANE APARECIDA SAMPAIO, da função de SECRETARIA, da escola C.E.I.M MUNDO ENCANTADO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 20 de Novembro de 2017,

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
24 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1998/17**

Publicação Nº 1459372

PORTARIA Nº 1998/17 de 24/11/17  
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) GELSON RIBEIRO DA SILVA, portador da CNH nº 4984070, categoria B, ocupante do cargo de PROFESSOR, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
24 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2002/17**

Publicação Nº 1459457

PORTARIA Nº 2002/17 de 27/11/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) THAIS ANGELICA MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) THAIS ANGELICA MOREIRA, do cargo de PROFESSOR, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2003/17**

Publicação Nº 1459456

PORTARIA Nº 2003/17 de 27/11/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LAURO ANTONIO DA ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LAURO ANTONIO DA ROSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2004/17**

Publicação Nº 1459887

PORTARIA Nº 2004/17 de 27/11/17  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA LIZIANE DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora LIZIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO, gratificação por titulação, referente à conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2005/17**

Publicação Nº 1459882

PORTARIA Nº 2005/17 de 27/11/17  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, gratificação por titulação, referente à conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2006/17**

Publicação Nº 1459885

PORTARIA Nº 2006/17 de 27/11/17  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA SONEIDE DE FATIMA MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora SONEIDE DE FATIMA MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, gratificação por titulação, referente à conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2007/17**

Publicação Nº 1459891

PORTARIA Nº 2007/17 de 27/11/17  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA CLÁUDIA VELOSO MILANI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora CLÁUDIA VELOSO MILAN, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO, gratificação por titulação, referente à conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA FAMÍLIA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2008/17**

Publicação Nº 1459892

PORTARIA Nº 2008/17 de 27/11/17  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR JORGE ALEX MORAES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora JORGE ALEX MORAES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, gratificação por titulação, referente à conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, LICENCIAMENTO E AUDITORIA AMBIENTAL;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2009/17**

Publicação Nº 1459898

PORTARIA Nº 2009/17 de 28/11/17  
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E/  
OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA ANDREIA ZANOTO FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 35 da Lei Complementar nº 10 de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento e/ou Capacitação a servidora efetiva que menciona: ANDREIA ZANOTO FAGUNDES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2010/17**

Publicação Nº 1459895

PORTARIA Nº 2010/17 de 28/11/17  
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E/  
OU CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR GESIEL RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 35 da Lei Complementar nº 10 de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento e/ou Capacitação a servidora efetiva que menciona: GESIEL RIBEIRO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2014/17**

Publicação Nº 1459904

PORTARIA Nº 2014/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA GRAZIELE DO NASCIMENTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora MARIA GRAZIELE DO NASCIMENTO, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2015/17**

Publicação Nº 1459901

PORTARIA Nº 2015/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARILENE BRISOLA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora MARILENE BRISOLA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2016/17**

Publicação Nº 1459365

PORTARIA Nº 2016/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR SIDNEI CARLOS FRIGERI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença ao servidor SIDNEI CARLOS FRIGERI, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2017/17**

Publicação Nº 1459371

PORTARIA Nº 2017/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA  
ELZA CARLOS NASCIMENTO OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora ELZA CARLOS NASCIMENTO OLIVEIRA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2018/17**

Publicação Nº 1459369

PORTARIA Nº 2018/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA  
ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2019/17**

Publicação Nº 1459368

PORTARIA Nº 2019/17 DE 27/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR  
RAFAEL XAVIER DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença ao servidor RAFAEL XAVIER DA SILVA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo

seus efeitos a 24 de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2021/17**

Publicação Nº 1459356

PORTARIA Nº 2021/17 de 27/11/17  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO  
MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR, referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 23/11/17 a 22/12/17.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2024/17**

Publicação Nº 1459352

PORTARIA Nº 2024/17 DE 28/11/17  
CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, referente a GFDE –PREGÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2015 a 30/08/2015 – 6 meses e 24 dias e 01/06/2017 a 06/11/2017 – 5 meses e 6 dias, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2026/17**

Publicação Nº 1459364

PORTARIA Nº 2026/17 DE 28/11/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR  
JOARES AGOSTINHO DOS PASSOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) JOARES AGOSTINHO DOS PASSOS, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01de Novembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2028/17**

Publicação Nº 1459355

PORTARIA Nº 2028/17 de 28/11/17  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao servidor CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 17/01/15 a 16/01/16 a serem gozadas no período de 20/11/17 a 19/12/17.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2029/17**

Publicação Nº 1459358

PORTARIA Nº 2029/17 de 28/11/17  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO, referente ao período aquisitivo de 06/02/16 a 05/02/17 a serem gozadas no período de 07/11/17

a 06/12/17.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2030/17**

Publicação Nº 1459361

PORTARIA Nº 2030/17 de 28/11/17  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO AMADEU BORGES DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO AMADEU BORGES DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 26/11/16 a 25/12/17 a serem gozadas no período de 11/12/17 a 09/01/18.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de Novembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2031/17**

Publicação Nº 1459474

PORTARIA Nº 2031/17 de 29/11/17  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAUDICEIA BERNARDI GEWEHR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário LAUDICEIA BERNARDI GEWEHR para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
29 de Novembro de 2017  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2033/17**

Publicação Nº 1459425

PORTARIA Nº 2033/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 04 Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2035/17**

Publicação Nº 1459448

PORTARIA Nº 2035/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ARTEMIO GREEF JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ARTEMIO GREEF JUNIOR do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2036/17**

Publicação Nº 1459430

PORTARIA Nº 2036/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELISON ANTUNES KUNEN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELISON ANTUNES KUNEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2037/17**

Publicação Nº 1459449

PORTARIA Nº 2037/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELITON MARCIO ZANONI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELITON MARCIO ZANONI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2039/17**

Publicação Nº 1459447

PORTARIA Nº 2039/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CRISTIANO FORTES

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CRISTIANO FORTES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2041/17**

Publicação Nº 1460054

PORTARIA Nº 2041/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
ARIOVALDO RODRIGUES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ARIOVALDO RODRIGUES DA SILVA do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2042/17**

Publicação Nº 1459375

PORTARIA Nº 2042/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) RONALDO LUIZ MAZUCHINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) RONALDO LUIZ MAZUCHINI do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2044/17**

Publicação Nº 1459985

PORTARIA Nº 2044/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROBERTO RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROBERTO

RIBEIRO do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2048/17**

Publicação Nº 1459451

PORTARIA Nº 2048/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA KRAUS DOS PASSOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREIA KRAUS DOS PASSOS do cargo de ASSISTENTE SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2050/17**

Publicação Nº 1459951

PORTARIA Nº 2050/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISCA LEONOR MENEGAZZO VARELA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISCA LEONOR MENEGAZZO VARELA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2051/17**

Publicação Nº 1459431

PORTARIA Nº 2051/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) INES VARELA DA LUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) INES VARELA DA LUZ do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2053/17**

Publicação Nº 1460051

PORTARIA Nº 2053/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI do cargo de INSTRUTOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2055/17**

Publicação Nº 1459450

PORTARIA Nº 2055/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDUARDO SOARES BORGES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDUARDO

SOARES BORGES do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2056/17**

Publicação Nº 1460048

PORTARIA Nº 2056/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JORGE LUIZ ALVES MACIEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JORGE LUIZ ALVES MACIEL do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2057/17**

Publicação Nº 1460053

PORTARIA Nº 2057/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2058/17**

Publicação Nº 1459374

PORTARIA Nº 2058/17 de 01/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA JULIA CHIOCHETTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA JULIA CHIOCHETTA do cargo de PSICOLOGA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2059/17**

Publicação Nº 1459339

PORTARIA Nº 2059/17 de 01/12/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) JOSEFINA GONGOLESKI DO AMARAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) JOSEFINA GONGOLESKI DO AMARAL, do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2060/17**

Publicação Nº 1459342

PORTARIA Nº 2060/17 de 01/12/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) SILVIA SCHWINGEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) SILVIA SCHWINGEL, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2061/17**

Publicação Nº 1459336

PORTARIA Nº 2061/17 de 01/12/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) PATRICIA JACANA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) PATRICIA JACANA DE OLIVEIRA, do cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2062/17**

Publicação Nº 1459340

PORTARIA Nº 2062/17 de 01/12/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Dezembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2063/17**

Publicação Nº 1460031

PORTARIA Nº 2063/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
MARGARETE SANTOS DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARGARETE SANTOS DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2064/17**

Publicação Nº 1460029

PORTARIA Nº 2064/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MAISA APARECIDA PEIXOTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MAISA APARECIDA PEIXOTO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2065/17**

Publicação Nº 1459948

PORTARIA Nº 2065/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIANA DE FATIMA OLIVEIRA CONTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JULIANA DE FATIMA OLIVEIRA CONTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2066/17**

Publicação Nº 1459452

PORTARIA Nº 2066/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZETE SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZETE SANTOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2067/17**

Publicação Nº 1460040

PORTARIA Nº 2067/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA HELENA LOPES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA HELENA LOPES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2068/17**

Publicação Nº 1460046

PORTARIA Nº 2068/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSELY DE FÁTIMA DONATTI STRADIOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSELY DE FÁTIMA DONATTI STRADIOTTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017, com efeitos a partir de 8 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2070/17**

Publicação Nº 1459455

PORTARIA Nº 2070/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIA IZABEL VALENTE CARVALHO MENEGAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JULIA IZABEL VALENTE CARVALHO MENEGAS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2071/17**

Publicação Nº 1459362

PORTARIA Nº 2071/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARGARET APARECIDA MEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARGARET APARECIDA MEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2073/17**

Publicação Nº 1459950

PORTARIA Nº 2073/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DAIANE APARECIDA DE CORDOVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DAIANE APARECIDA DE CORDOVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2074/17**

Publicação Nº 1460041

PORTARIA Nº 2074/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILENE DE FATIMA DE OLIVEIRA CEREGATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILENE DE FATIMA DE OLIVEIRA CEREGATTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2075/17**

Publicação Nº 1459454

PORTARIA Nº 2075/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIA MARA PUCCI CEREGATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIA MARA PUCCI CEREGATTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2076/17**

Publicação Nº 1460044

PORTARIA Nº 2076/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILSE ALVES FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILSE ALVES FRANÇA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2077/17**

Publicação Nº 1460004

PORTARIA Nº 2077/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDICLEIA BARBOSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDICLEIA BARBOSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2078/17**

Publicação Nº 1460037

PORTARIA Nº 2078/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA ENEDIR ORTIZ CARBONI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA ENEDIR ORTIZ CARBONI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2079/17**

Publicação Nº 1460001

PORTARIA Nº 2079/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINE MAZOCCO MEDEIROS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINE MAZOCCO MEDEIROS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2081/17**

Publicação Nº 1460008

PORTARIA Nº 2081/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2083/17**

Publicação Nº 1460020

PORTARIA Nº 2083/17 de 01/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIZETE ANTUNES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIZETE ANTUNES DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 27 de Novembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2084/17**

Publicação Nº 1459346

PORTARIA Nº 2084/17 de 01/12/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) LEANDRO VARELA ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) LEANDRO VARELA ANTUNES, do cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2086/17**

Publicação Nº 1459851

PORTARIA Nº 2086/17 de 01/12/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) FERNANDA DI DOMENICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) FERNANDA DI DOMENICO, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2088/17**

Publicação Nº 1459348

PORTARIA Nº 2088/17 de 01/12/17  
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) MIGUEL AUGUSTO FERNANDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) MIGUEL AUGUSTO FERNANDES, do cargo de GERENTE EXECUTIVO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2089/17**

Publicação Nº 1459409

PORTARIA Nº 2089/17 de 04/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIANA RAFAELA ANVES DE CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JULIANA RAFAELA ANVES DE CARVALHO do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
04 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2090/17**

Publicação Nº 1459477

PORTARIA Nº 2090/17 de 05/12/2017  
NOMEIA A SERVIDORA JULIANA RAFAELA ALVES DE CARVALHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO,

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Nomear a servidora JULIANA RAFAELA ALVES DE CARVALHO, para o cargo em comissão de GERENTE EXECUTIVO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2091/17**

Publicação Nº 1459475

PORTARIA Nº 2091/17 de 05/12/17  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZETTE ANTUNES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário MARIZETTE ANTUNES DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO com carga horária de 10 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2092/17**

Publicação Nº 1459434

PORTARIA Nº 2092/17 de 05/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VINÍCIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VINÍCIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2093/17**

Publicação Nº 1459435

PORTARIA Nº 2093/17 de 05/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSELENE DALLAMICO GODEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSELENE DALLAMICO GODEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2094/17**

Publicação Nº 1459436

PORTARIA Nº 2094/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MATEUS ARDENIL LOPES CORDEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MATEUS ARDENIL LOPES CORDEIRO do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2095/17**

Publicação Nº 1459441

PORTARIA Nº 2095/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PAULA CAROLINA OLIVEIRA ARAUJO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PAULA CAROLINA OLIVEIRA ARAUJO do cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2096/17**

Publicação Nº 1459442

PORTARIA Nº 2096/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO GILBERTO DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISCO GILBERTO DA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2097/17**

Publicação Nº 1459444

PORTARIA Nº 2097/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CHEILA DOARTE CORONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CHEILA DOARTE CORONA do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2099/17**

Publicação Nº 1459408

PORTARIA Nº 2099/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIANO BUFFON COELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIANO BUFFON COELLI, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2101/17**

Publicação Nº 1459432

PORTARIA Nº 2101/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) THAIS FERNANDA DEBASTIANI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) THAIS FERNANDA DEBASTIANI do cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2102/17**

Publicação Nº 1459458

PORTARIA Nº 2102/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NERI PEREIRA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NERI PEREIRA DE OLIVEIRA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2104/17**

Publicação Nº 1460021

PORTARIA Nº 2104/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MIRIAN BORGES DE AZAMBUJA VIEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MIRIAN BORGES DE AZAMBUJA VIEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2105/17**

Publicação Nº 1460023

PORTARIA Nº 2105/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOSIANE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOSIANE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2106/17**

Publicação Nº 1459459

PORTARIA Nº 2106/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSANA DE FATIMA BOM BERNABE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSANA DE FATIMA BOM BERNABE, do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2107/17**

Publicação Nº 1459460

PORTARIA Nº 2107/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO, do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2108/17**

Publicação Nº 1459461

PORTARIA Nº 2108/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DANIEL DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DANIEL DA SILVA, do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2109/17**

Publicação Nº 1459462

PORTARIA Nº 2109/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) BRUNA BOSI TREVISOL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) BRUNA BOSI TREVISOL, do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2110/17**

Publicação Nº 1459463

PORTARIA Nº 2110/17 de 05/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CARISE APARECIDA ALVES SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CARISE APARECIDA ALVES SOUZA, do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 04 de Dezembro 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
05 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2112/17**

Publicação Nº 1459429

PORTARIA Nº 2112/17 de 07/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) STEFANI LUANA VENTURA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) STEFANI LUANA VENTURA do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
07 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2113/17**

Publicação Nº 1459427

PORTARIA Nº 2113/17 de 07/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MORGANA SOARES BORGES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MORGANA SOARES BORGES do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
07 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2114/17**

Publicação Nº 1460026

PORTARIA Nº 2114/17 de 07/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CRISTINA APARECIDA COELHO DE AVILA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CRISTINA APARECIDA COELHO DE AVILA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
07 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2115/17**

Publicação Nº 1459426

PORTARIA Nº 2115/17 de 07/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON JULIANO DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROBSON JULIANO DA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
07 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2117/17**

Publicação Nº 1459331

PORTARIA Nº 2117/17 de 07/12/17

DISPENSA A SERVIDORA DILSE BORTOLI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora DILSE BORTOLI, das funções de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de novembro 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
07 de dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2122/17**

Publicação Nº 1460672

PORTARIA Nº 2122/17 de 08/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) HAILMA APARECIDA DA COSTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) HAILMA APARECIDA DA COSTA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2127/17**

Publicação Nº 1459420

PORTARIA Nº 2127/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
CLAUDIA ANGELICA SA BRITO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLAUDIA ANGELICA SA BRITO do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2138/17**

Publicação Nº 1460677

PORTARIA Nº 2138/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
ADAYANE RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADAYANE RIBEIRO do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2140/17**

Publicação Nº 1460676

PORTARIA Nº 2140/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
MARIA DE LOURDES GOMES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA DE

LOURDES GOMES do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2145/17**

Publicação Nº 1460674

PORTARIA Nº 2145/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
LIVIA DE PAULA BATISTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LIVIA DE PAULA BATISTA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2152/17**

Publicação Nº 1460675

PORTARIA Nº 2152/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
MARIA GORETE FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA GORETE FAGUNDES do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2159/17**

Publicação Nº 1460668

PORTARIA Nº 2159/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MICHELI DA COSTA DA ROSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MICHELI DA COSTA DA ROSA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2171/17**

Publicação Nº 1459877

PORTARIA Nº 2171/17 DE 08/12/17  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA LILIAN CAROLINI SCARABOTTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora LILIAN CAROLINI SCARABOTTO no período de 08/11/17 a 07/03/18.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2173/17**

Publicação Nº 1460013

PORTARIA Nº 2173/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON ANDREY GRANEMANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROBSON ANDREY GRANEMANN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2174/17**

Publicação Nº 1460014

PORTARIA Nº 2174/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2175/17**

Publicação Nº 1459422

PORTARIA Nº 2175/17 de 08/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIANE APARECIDA VENTURIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIANE APARECIDA VENTURIN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2176/17**

Publicação Nº 1460009

PORTARIA Nº 2176/17 de 08/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA MELLO AMALCABURIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA MELLO AMALCABURIO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
08 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2177/17**

Publicação Nº 1459419

PORTARIA Nº 2177/17 de 11/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANIA MARIA DE OLIVEIRA BECKER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANIA MARIA DE OLIVEIRA BECKER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
11 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2179/17**

Publicação Nº 1460025

PORTARIA Nº 2179/17 de 11/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA GORETE LOPES CORDEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA GORETE LOPES CORDEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
11 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2180/17**

Publicação Nº 1459413

PORTARIA Nº 2180/17 de 11/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VALDEISI DE LIMA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VALDEISI DE LIMA ALVES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
11 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2181/17**

Publicação Nº 1459412

PORTARIA Nº 2181/17 de 11/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDINA CRISTINA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDINA CRISTINA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
11 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2183/17**

Publicação Nº 1459410

PORTARIA Nº 2183/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2185/17**

Publicação Nº 1459423

PORTARIA Nº 2185/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADELITA TEREZINHA SERPA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADELITA TEREZINHA SERPA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2186/17**

Publicação Nº 1459417

PORTARIA Nº 2186/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA ALBUQUERQUE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADRIANA ALBUQUERQUE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em

vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2188/17**

Publicação Nº 1459424

PORTARIA Nº 2188/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA PAULA SERENA

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADRIANA PAULA SERENA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2190/17**

Publicação Nº 1459416

PORTARIA Nº 2190/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANE MUTERLE DA LUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADRIANE MUTERLE DA LUZ do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2191/17**

Publicação Nº 1459414

PORTARIA Nº 2191/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANE RIETTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADRIANE RIETTA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2197/17**

Publicação Nº 1460132

PORTARIA Nº 2197/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2198/17**

Publicação Nº 1460130

PORTARIA Nº 2198/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA THIBES KEMER SPILMANN

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA CAROLINA

THIBES KEMER SPILMANN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2199/17**

Publicação Nº 1460126

PORTARIA Nº 2199/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA GRASSI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA MARIA GRASSI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2201/17**

Publicação Nº 1460121

PORTARIA Nº 2201/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA QUEZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA QUEZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2203/17**

Publicação Nº 1460120

PORTARIA Nº 2203/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA ROSELY AMARAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA ROSELY AMARAL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2204/17**

Publicação Nº 1460118

PORTARIA Nº 2204/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA APARECIDA BOM

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREIA APARECIDA BOM do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2205/17**

Publicação Nº 1460117

PORTARIA Nº 2205/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA DE AZEREDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREIA DE AZEREDO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2206/17**

Publicação Nº 1460114

PORTARIA Nº 2206/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA LUCHETTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREIA LUCHETTA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2207/17**

Publicação Nº 1459464

PORTARIA Nº 2207/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDRESSA FATIMA BAGNARA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDRESSA FATIMA BAGNARA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2209/17**

Publicação Nº 1460142

PORTARIA Nº 2209/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELA ROBERTA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELA ROBERTA DOS SANTOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2210/17**

Publicação Nº 1460138

PORTARIA Nº 2210/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2211/17**

Publicação Nº 1460136

PORTARIA Nº 2211/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA PRISCILA GERHARDT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA

PRISCILA GERHARDT do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2212/17**

Publicação Nº 1460134

PORTARIA Nº 2212/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELICA TRAMONTIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELICA TRAMONTIN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2213/17**

Publicação Nº 1460145

PORTARIA Nº 2213/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) BRUNA PINHEIRO LOPES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) BRUNA PINHEIRO LOPES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2215/17**

Publicação Nº 1459378

PORTARIA Nº 2215/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAMILA NAZARIO CRUS DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAMILA NAZARIO CRUS DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2216/17**

Publicação Nº 1459395

PORTARIA Nº 2216/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2218/17**

Publicação Nº 1459393

PORTARIA Nº 2218/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CARLANJA APARECIDA DE AZEREDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CARLANJA

APARECIDA DE AZEREDO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2220/17**

Publicação Nº 1459391

PORTARIA Nº 2220/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINA APARECIDA FERREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINA APARECIDA FERREIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2223/17**

Publicação Nº 1459392

PORTARIA Nº 2223/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLEIDE DUARTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLEIDE DUARTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2226/17**

Publicação Nº 1459389

PORTARIA Nº 2226/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
CRISTIANE CORDEIRO ROSSA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CRISTIANE CORDEIRO ROSSA ALVES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2229/17**

Publicação Nº 1459993

PORTARIA Nº 2229/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
DAIANE CRISTINA CESTONARO TESSER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DAIANE CRISTINA CESTONARO TESSER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2232/17**

Publicação Nº 1459379

PORTARIA Nº 2232/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
DANIELA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DANIELA ALVES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2233/17**

Publicação Nº 1459382

PORTARIA Nº 2233/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
DANIELLI SIQUEIRA BRANDAO MEYER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DANIELLI SIQUEIRA BRANDAO MEYER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2234/17**

Publicação Nº 1459384

PORTARIA Nº 2234/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
DENIZ BORNAGUI MORO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DENIZ BORNAGUI MORO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2235/17**

Publicação Nº 1459386

PORTARIA Nº 2235/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DIANA MARINA DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DIANA MARINA DE SOUZA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2236/17**

Publicação Nº 1459388

PORTARIA Nº 2236/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2239/17**

Publicação Nº 1459396

PORTARIA Nº 2239/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDIMARA ALVES CASSIANO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDIMARA ALVES CASSIANO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2240/17**

Publicação Nº 1459398

PORTARIA Nº 2240/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELENICE APARECIDA MERFORT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELENICE APARECIDA MERFORT do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2242/17**

Publicação Nº 1459399

PORTARIA Nº 2242/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIANA DE MENECH GUARDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIANA DE MENECH GUARDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2251/17**

Publicação Nº 1459991

PORTARIA Nº 2251/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELISIANE OSORIO FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELISIANE OSORIO FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2252/17**

Publicação Nº 1459988

PORTARIA Nº 2252/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZA CATARINA TORMEN DE BARROS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZA CATARINA TORMEN DE BARROS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2254/17**

Publicação Nº 1459407

PORTARIA Nº 2254/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZANGELA

CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2255/17**

Publicação Nº 1459406

PORTARIA Nº 2255/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EMANUELA FERREIRA ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EMANUELA FERREIRA ANTUNES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2257/17**

Publicação Nº 1459983

PORTARIA Nº 2257/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2259/17**

Publicação Nº 1459979

PORTARIA Nº 2259/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIA MARTENDAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIA MARTENDAL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2260/17**

Publicação Nº 1459972

PORTARIA Nº 2260/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIANA DE FATIMA ROSSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIANA DE FATIMA ROSSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2261/17**

Publicação Nº 1459970

PORTARIA Nº 2261/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FATIMA MARIA LESSE GARCIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FATIMA MARIA

LESSE GARCIA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2262/17**

Publicação Nº 1459967

PORTARIA Nº 2262/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FERNANDA GARCIA AROMI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FERNANDA GARCIA AROMI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2263/17**

Publicação Nº 1459965

PORTARIA Nº 2263/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELI APARECIDA TORIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELI APARECIDA TORIN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2264/17**

Publicação Nº 1459925

PORTARIA Nº 2264/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELI CALAI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELI CALAI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2268/17**

Publicação Nº 1459918

PORTARIA Nº 2268/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GISELE APARECIDA MECABO MOCELIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GISELE APARECIDA MECABO MOCELIN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2269/17**

Publicação Nº 1459915

PORTARIA Nº 2269/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GRACILIANA CORDEIRO CORREIA PACHECO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GRACILIANA CORDEIRO CORREIA PACHECO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2270/17**

Publicação Nº 1459912

PORTARIA Nº 2270/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GRAZIELA DAIANE RUPP ONEDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GRAZIELA DAIANE RUPP ONEDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2270/17**

Publicação Nº 1459908

PORTARIA Nº 2270/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GRAZIELA DAIANE RUPP ONEDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GRAZIELA DAIANE RUPP ONEDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2271/17**

Publicação Nº 1459906

PORTARIA Nº 2271/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2272/17**

Publicação Nº 1459468

PORTARIA Nº 2272/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2278/17**

Publicação Nº 1460017

PORTARIA Nº 2278/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVONETE MACHADO VICENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVONETE MACHADO VICENTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2283/17**

Publicação Nº 1459999

PORTARIA Nº 2283/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2295/17**

Publicação Nº 1459942

PORTARIA Nº 2295/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) KARIZE FACIN MARCHEZAN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) KARIZE FACIN MARCHEZAN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2296/17**

Publicação Nº 1459940

PORTARIA Nº 2296/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) KARIZE VICENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) KARIZE VICENTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2297/17**

Publicação Nº 1459938

PORTARIA Nº 2297/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) KELINE MARIA DE MATTOS VARELA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) KELINE MARIA DE MATTOS VARELA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2298/17**

Publicação Nº 1459935

PORTARIA Nº 2298/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) KELLY TAYNARA GIUSTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) KELLY TAYNARA GIUSTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2299/17**

Publicação Nº 1459932

PORTARIA Nº 2299/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LEIDIMARA MARTINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LEIDIMARA MARTINS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2300/17**

Publicação Nº 1459933

PORTARIA Nº 2300/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LEONICE PADILHA DA COSTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LEONICE PADILHA DA COSTA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2302/17**

Publicação Nº 1459928

PORTARIA Nº 2302/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIAN NAIR ZANELATTO MICHELIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIAN NAIR ZANELATTO MICHELIN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2303/17**

Publicação Nº 1459922

PORTARIA Nº 2303/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2304/17**

Publicação Nº 1460112

PORTARIA Nº 2304/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE CRISTINA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIANE CRISTINA SUTIL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2305/17**

Publicação Nº 1459930

PORTARIA Nº 2305/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANE CRISTINA DE SILVA CALDEROLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIANE CRISTINA DE SILVA CALDEROLI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2306/17**

Publicação Nº 1460111

PORTARIA Nº 2306/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANE MOREIRA ZANAO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIANE MOREIRA ZANAO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2307/17**

Publicação Nº 1460109

PORTARIA Nº 2307/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIMAR DOS SANTOS MORAES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIMAR DOS SANTOS MORAES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2308/17**

Publicação Nº 1460057

PORTARIA Nº 2308/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIMARA DE OLIVEIRA AGOSTINI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2309/17**

Publicação Nº 1459945

PORTARIA Nº 2309/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIMARI APARECIDA VICENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIMARI APARECIDA VICENTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2310/17**

Publicação Nº 1460113

PORTARIA Nº 2310/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCINEIA MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCINEIA MACHADO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2318/17**

Publicação Nº 1459473

PORTARIA Nº 2318/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA DE FATIMA VARELLA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA DE FATIMA VARELLA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2329/17**

Publicação Nº 1459465

PORTARIA Nº 2329/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A)  
NAIR MANOELA GOMES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NAIR MANOELA GOMES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2331/17**

Publicação Nº 1459466

PORTARIA Nº 2331/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NICIANI BORTOLI DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NICIANI BORTOLI DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2332/17**

Publicação Nº 1459467

PORTARIA Nº 2332/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NILCEIA APARECIDA PEREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NILCEIA

APARECIDA PEREIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2333/17**

Publicação Nº 1459470

PORTARIA Nº 2333/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NOELI TEREZINHA PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NOELI TEREZINHA PADILHA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2334/17**

Publicação Nº 1459471

PORTARIA Nº 2334/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PALOMA SANTIN DUARTE DE LUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PALOMA SANTIN DUARTE DE LUZ do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2335/17**

Publicação Nº 1459472

PORTARIA Nº 2335/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PAMELA APARECIDA ALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PAMELA APARECIDA ALVES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2357/17**

Publicação Nº 1459995

PORTARIA Nº 2357/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2358/17**

Publicação Nº 1459997

PORTARIA Nº 2358/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SILVANA APARECIDA MORO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SILVANA APARECIDA MORO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2360/17**

Publicação Nº 1459953

PORTARIA Nº 2360/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SILVIA SIMA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SILVIA SIMA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2361/17**

Publicação Nº 1459956

PORTARIA Nº 2361/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SIMONE DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SIMONE DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2362/17**

Publicação Nº 1459959

PORTARIA Nº 2362/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2363/17**

Publicação Nº 1459962

PORTARIA Nº 2363/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SOLANGE ALVES MACIEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SOLANGE ALVES MACIEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2370/17**

Publicação Nº 1459405

PORTARIA Nº 2370/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SONIA DE FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SONIA DE

FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2381/17**

Publicação Nº 1459404

PORTARIA Nº 2381/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) THAIS APARECIDA BECKER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) THAIS APARECIDA BECKER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2389/17**

Publicação Nº 1459400

PORTARIA Nº 2389/17 de 12/12/17  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VILMAIR FLORES JUNHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VILMAIR FLORES JUNHO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2391/17**

Publicação Nº 1459403

PORTARIA Nº 2391/17 de 12/12/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VIVIANI VICENTE BERNABE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VIVIANI VICENTE BERNABE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
12 de Dezembro de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

17.512.0036.1.038 – Obras, Ampliações e Reformas no Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água  
4.4.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 278.618,70  
17.512.0036.1.041 - Transferências de Recursos para o CISAM – Obras, Instalações e Reequipamentos  
4.1.71.00.00.00.00.00.0603 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.381,30  
4.4.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
17.512.0036.2.061 – Manutenção das Transferências ao Consórcio CISAM  
3.1.71.00.00.00.00.00.0603 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 2.290,38  
3.3.71.00.00.00.00.00.0603 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 5.095,10  
TOTAL R\$ 292.385,48

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de dezembro de 2017.  
Gilmar Marco Pereira  
Prefeito Municipal em exercício

**REPUBLICADA LEI Nº 4.394 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1460678

**REPUBLICADA**

LEI Nº 4.394 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do SAMAE:

Órgão: 17 / SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 01 / SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO  
17.512.0036.2.058 – Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

3.1.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
17.512.0036.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto  
3.1.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 135.000,00  
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
28.846.0036.0.007 – Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE  
3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas R\$ 7.385,48  
TOTAL R\$ 292.385,48

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 / SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE ÁGUA E ESGOTO  
Unidade: 01 / SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAIS 123/PMC/2017 - 020/FHMC/2017 - 039/FMS/2017 - 018/SEMAIS/2017

Publicação N° 1458704

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

Pregão Presencial nº123/PMC/2017 - RETIFICADO  
Pregão Presencial nº 039/FMS/2017 - RETIFICADO  
Pregão Presencial nº 020/FMHC/2017 - RETIFICADO  
Pregão Presencial nº 018/SEMAIS/2017 - RETIFICADO

OBJETO: Aquisição de Óleo Diesel S10 e Gasolina Comum Tipo C, com instalação de tanques para armazenamento de combustível com capacidade para 10 mil litros, (Óleo Diesel S10) com bomba abastecedora, com contador de litros parcial e acumulativa e filtro de linha (produtos estes adquiridos em cargas) e instalação de tanque para armazenamento de combustível Gasolina Comum Tipo C, com capacidade para 4 mil litros, com bomba abastecedora, com contador de litros parcial e acumulativa e filtro de linha (produtos estes adquiridos em cargas), conforme descrição do anexo do presente edital, para a frota pública do município de canelinha – SC. DATA DE ABERTURA: 04 de janeiro de 2018, às 09h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 14 de dezembro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### LEI Nº 6.140/2017

Publicação Nº 1458711

LEI Nº. 6.140, DE 28/11/2017

#### "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Proj./Ativ. 3.007: Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 41.700,00  
Recursos 63400 – Conv. União – Outros – (Invest.) - Superávit

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Proj./Ativ. 3.007: Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 41.700,00  
Recursos 63400 – Conv. União – Outros – (Invest.) - Superávit

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### LEI Nº 6.141/2017

Publicação Nº 1458709

LEI Nº. 6.141, DE 28/11/2017

#### "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Função 23: Comércio e Serviços  
Subfunção 691: Promoção Comercial  
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
Proj./Ativ. 2.017 – Realização do Natal da Paz  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 10.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Função 23: Comércio e Serviços  
Subfunção 691: Promoção Comercial  
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
Proj./Ativ. 2.026 – Ações em Iluminação Natalina  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 10.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 6.142/2017

Publicação Nº 1458706

LEI Nº. 6.142, DE 28/11/2017

INSTITUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS O MÊS "NOVEMBRO AZUL"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído no Município de Canoinhas o mês "Novembro Azul", dedicado à realização de ações de prevenção ao câncer de próstata e de promoção da saúde do homem.

Art. 2º - O Mês "Novembro Azul" passará a integrar o calendário oficial de eventos do Município e realizar-se-á anualmente no referido mês.

Art. 3º - Nos meses de novembro de cada ano a critério dos gestores, em cooperação com a iniciativa privada, com entidades civis e organizações profissionais e científicas, realizará campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando ao esclarecimento e incentivo à realização de exames preventivos para a detecção do câncer de próstata, assim como para outras doenças que acometem primordialmente a população masculina.

Art. - 4º Dentre as ações previstas, o Governo Federal deverá proceder à iluminação de locais públicos na cor azul.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art.6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PORTARIA Nº 1197/2017

Publicação Nº 1458772

PORTARIA Nº. 1197/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 285/2017, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA;
2. DANIELE LUDKA;
3. SIMONE MARIA WENDT.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna nº 465/SEMAS/2017 em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PORTARIA Nº 1213/2017

Publicação Nº 1460012

PORTARIA Nº. 1213/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.197/2017, resolve:

AFASTAR PREVENTIVAMENTE

Art. 1º - Fica a servidora SANDRA MATHIAS, nos termos do artigo



167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastado do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 15/12/2017, sem prejuízo da remuneração, conforme Comunicado da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria nº 1.197/2017.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de dezembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/12/2017.

JOSÉ CARLOS HERBST

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FIA 1-01/2017**

Publicação Nº 1460085

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FIA 1-01/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PMC 24/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 15/2017

O Município de Canoinhas, torna público o termo aditivo de contrato n.º Fia 1-01/2017. Data de assinatura: 28/11/2017. Contratada: NC COMUNICAÇÕES SA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79.227.963/0013-16. Objeto Contratado: CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM/COL (CENTÍMETRO COLUMA) EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Contratante: O Município de Canoinhas, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais), em razão de prorrogação de prazo conforme Clausula Quarta. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS: Parágrafo Segundo – A vigência do presente contrato quer era até 31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-05/2017**

Publicação Nº 1460213

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-05/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo de Licitação nº 01/2017  
Pregão Presencial nº 01/2017  
O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo

aditivo n.º PMC 1-05/2017, referente ao contrato n.º PMC 05/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS. Contratada: NEOFIBRA INFORMATICA EIRELI-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.884.317/0001-91. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I □ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Fica através do presente termo aditivo, em virtude da PRORROGAÇÃO DO PRAZO abaixo descrita, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$12.833,26 (doze mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos), passará a ser R\$ 26.833,26 (vinte e seis mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS. Parágrafo primeiro – A vigência do presente contrato que era até 31/12/2017 passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-117/2017**

Publicação Nº 1459480

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-117/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 173/2017  
Pregão Presencial nº PMC 116/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-117/2017, referente ao contrato n.º PMC 117/2017. Data do Aditivo: 04/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO, 32,25 METROS QUADRADOS DE GRADES DE SEGURANÇA, DESTINADOS A UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UADAF. Contratada: GALVANOSUL ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79384046000101. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I □ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 835,43 (oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos), referente ao fornecimento e colocação de 7,05m² de grades de segurança destinadas a UADAF. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 3.821,63 (três mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos), passará a ser de R\$ 4.657,06 (quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-119/2017**

Publicação Nº 1459481

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-119/2017  
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 149/2017  
Concorrência Pública nº PMC 19/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-119/2017, referente ao contrato n.º PMC 119/2017. Data do Aditivo: 04/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE 8000 M3

(METRO CÚBICO) IN NATURA DE ROCHA E CASCALHO, NA PEDREIRA DA LOCALIDADE DE RIO DO PINHO. Contratada: KNAPP & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76376375000112. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica acrescido através do presente termo aditivo, o valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), referente a 2.000m³ de detonação e perfuração de rocha, conforme solicitado na C.I. 156/2017, da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano. Portanto o valor do presente contrato que era R\$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais) passará a ser R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais). CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL): A vigência do presente contrato que era até 30/11/2017 passará a ser 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-19/2017**

Publicação Nº 1460191

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-19/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 24/2017

Pregão Presencial nº PMC 15/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-19/2017, referente ao contrato n.º PMC 19/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM/COL (CENTÍMETRO COLUNA) EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Contratada: NC COMUNICAÇÕES SA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79.227.963/0013-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 44.265,00 (quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais), em razão da prorrogação prevista na Clausula Quarta. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 44.265,00 (quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 88.530,00 (oitenta e oito mil quinhentos e trinta reais). CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS). A vigência que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-229/2016**

Publicação Nº 1459482

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-229/2016  
ADITIVO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 131/2016

Tomada de Preços nº PMC 15/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-229/2016, referente ao contrato n.º PMC 229/2016. Data do Aditivo: 12/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO ESPECIALISADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV, NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA I, COM 328 FAMILIAS E NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA II, COM 64 FAMILIAS, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL. Contratada: PLANA – SERVIÇOS TECNICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.856.659/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS: Parágrafo Segundo - O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2017 passa a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-26/2017**

Publicação Nº 1460217

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-26/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº 17/2017

Pregão Presencial nº 12/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-26/2017, referente ao contrato n.º PMC 26/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APREENSÃO, TRANSPORTE, RECOLHIMENTO E HOSPEDAGEM EM DEPENDÊNCIAS PRÓPRIAS, DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (EQUINOS, CAPRINOS, OVINOS, MUARES, ASININOS, SUINOS, ETC) ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, LOCAIS DE ACESSO PÚBLICO OU EM LOCAL INDEVIDO, OU AINDA, ENCONTRADOS EM PROPRIEDADES PARTICULARES SEM CONDIÇÕES MÍNIMAS DE MANTÊ-LOS. Contratada: Luiziomar Gonçalves Fernandes, brasileiro, casado, agropecuarista, identidade nº. 1.099.619 SSP/SC, CPF 399.523.209-49. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da PRORROGAÇÃO DO PRAZO abaixo descrita, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 23.938,68 (vinte e três mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos). Sendo o valor mensal de R\$ 1.994,89 (um mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos), conforme C.I. nº 152/2017. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 16.823,62 (dezesseis mil oitocentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos) passará a ser de R\$ 40.762,30 (quarenta setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGENCIA DO CONTRATO. Parágrafo primeiro - A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2017 passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-30/2017**

Publicação Nº 1460198

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-30/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-30/2017, referente ao contrato n.º PMC 30/2017. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE RECORTE (CLIPPING) ELETRÔNICO DE DIÁRIOS OFICIAIS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E TRIBUNAIS SUPERIORES, COM RECORTE PESQUISANDO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (PESSOA JURÍDICA). Contratada: BONNJUR DISTRIBUIÇÃO DE BOLETINS JURÍDICOS EIRELI – EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 77.961.142/0001-40. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 1.166,40 (mil cento e sessenta e seis reais e quarenta centavos), em razão da PRORROGAÇÃO prevista na Clausula Terceira. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 777,60 (setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), somado com o valor deste termo aditivo de prazo, passará a ser de R\$ 1.944,00 (mil novecentos e quarenta e quatro reais). CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS): A vigência que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-32/2017**

Publicação Nº 1460227

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-32/2017 ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo de Licitação nº 67/2017  
Pregão Presencial nº 50/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-32/2017, referente ao contrato n.º PMC 32/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO PARA GERAÇÃO E PREENCHIMENTO AUTOMATIZADO DAS INFORMAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS SISTEMAS SICONFI (SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO), SIOPE (SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO), BEM COMO A RESPECTIVA IMPLANTAÇÃO DOS SOFTWARES LOCADOS. Contratada: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09.209.146/0001-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica através do presente termo aditivo, em virtude da PRORROGAÇÃO DO PRAZO abaixo descrita, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sendo o valor mensal de cada sistema R\$ 300,00. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), passará a ser R\$ 13.000,00 (treze mil reais). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS: Parágrafo primeiro – A vigência do presente contrato que era até 31/12/2017 passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-33/2017**

Publicação Nº 1460220

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-33/2017 ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº 16/2017

Concorrência Pública nº 03/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-33/2017, referente ao contrato n.º PMC 33/2017. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NUM PERÍODO DE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017. Contratada: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.531.769/0001-48. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR. Em virtude da PRORROGAÇÃO DE PRAZO, abaixo descrita, fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de prorrogação 3.656.422,00 (três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte e dois reais). O valor total do presente contrato que era de R\$ 2.509.236,40 (dois milhões quinhentos e nove mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), passará a ser de R\$ 6.165.658,40 (seis milhões cento e sessenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos). O prazo que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-64/2017**

Publicação Nº 1460203

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-64/2017 ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº 114/2017

Tomada de Preços nº PMC 09/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-64/2017, referente ao contrato n.º PMC 64/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL COMERCIAL OU RESIDENCIAL COM NO MÍNIMO 230 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA E PÁTIO DE NO MÍNIMO 680 M², NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO – DETRACAN DE CANOINHAS. Contratada: ROSELI SCHLUKAT BUENO – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 81.629.172/0001-20. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em razão da prorrogação do prazo descrita na Clausula terceira. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passará a ser de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS). A vigência que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-81/2017**

Publicação Nº 1459476

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-81/2017  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 139/2017  
Tomada de Preços nº PMC 14/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-81/2017, referente ao contrato n.º PMC 81/2017. Data do Aditivo: 1º/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DE 27,92m2 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE SALA COM BANHEIRO DESTINADA AOS PROFESSORES E UM BANHEIRO ANEXO A SALA DA MATERNIDADE, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRO BANDEIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM PROJETOS EM ANEXO. Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.261/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR: Fica suprimido do presente contrato o valor de R\$ 1.777,27 (um mil setecentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), conforme solicitação nº 642/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 31.978,82 (trinta e um mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), passará a ser de R\$ 30.201,55 (trinta e um mil duzentos e um reais e cinquenta e cinco centavos). Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-83/2017**

Publicação Nº 1459478

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-83/2017  
ADITIVO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 142/2017  
Tomada de Preços nº PMC 16/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-83/2017, referente ao contrato n.º PMC 83/2017. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATO RELATIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, COM O FIM DE REALIZAR OS LEVANTAMENTOS TÉCNICOS DOS AGENTES NOCIVOS DE FORMA QUANTITATIVA E OU QUALITATIVA: AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, ERGONÔMICOS E/OU ASSOCIAÇÃO DE AGENTES, COMPOSTOS PELOS DOCUMENTOS PPRA/LTCAT/PCMSO E LAUDOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO DE SALUBRIDADE, INSALUBRIDADE E OU DE PERICULOSIDADE, PARA ENQUADRAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE ADICIONAIS. Contratada: CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 24.066.112/0001-03. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS: A vigência do presente contrato que era até 10/12/2017 passará a ser 25/12/2017, conforme C.I. nº 60/2017, enviada pelo Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-85/2017**

Publicação Nº 1460206

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-85/2017  
ADITIVO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo de Licitação nº 127/2017  
Pregão Eletrônico nº 88/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-85/2017, referente ao contrato n.º PMC 85/2017. Data do Aditivo: 29/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS TAIS COMO: 03 QUADROS ESCOLAR; 2 JOGOS EDUCATIVOS SUPER PINBOL; 20 MESAS EDUCATIVA COM PEÇAS ENCAIXAVEIS, DESTINADOS A EXTENSÃO DO C.E.I FERNANDO PESSOA QUE SERÁ INSTALADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 17353208000197. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 30/11/2017 passará a ser 30/01/2018, conforme C.I. 152/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Educação.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-86/2017**

Publicação Nº 1460210

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-86/2017  
ADITIVO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo de Licitação nº 127/2017  
Pregão Eletrônico nº PMC 88/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-86/2017, referente ao contrato n.º PMC 86/2017. Data do Aditivo: 29/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 01 PLAYGROUND MODULAR, DESTINADO A EXTENSÃO DO C.E.I FERNANDO PESSOA QUE SERÁ INSTALADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS,. Contratada: ALCI NILO BECKER, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.779/0001-38. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 30/11/2017 passará a ser 30/01/2018, conforme C.I. 152/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Educação.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-97/2017**

Publicação Nº 1459479

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-97/2017  
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 149/2017  
Concorrência Publica nº PMC 19/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo

aditivo n.º PMC 1-97/2017, referente ao contrato n.º PMC 97/2017. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA E CASCALHO, (12.000M<sup>3</sup>) EM PEDREIRAS E CASCALHEIRAS QUE VENHAM A SER OBJETO DE EXPLORAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: KNAPP & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76376375000112. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica acrescido através do presente termo aditivo, o valor de R\$ 38.700,00, referente a 3.000m<sup>3</sup> de detonação e perfuração de rocha, conforme solicitado na C.I. 151/2017, da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano. Portanto o valor do presente contrato que era R\$ 154.800,00 (cento e cinquenta e quatro mil oitocentos reais) passará a ser R\$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais). CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL): A vigência do presente contrato que era até 30/11/2017 passará a ser 31/12/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 10-214/2015**

Publicação Nº 1459521

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 10-214/2015

ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 234/2015

Pregão Presencial n.º 145/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 10-214/2015, referente ao contrato n.º PMC 214/2015. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME NAS ESCOLAS, CEI's, PREDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES. Contratada: INVIO LVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Fica SUPRIMIDO do presente contrato o monitoramento no Centro de Especialidade Odontológica – CEO e Laboratório Municipal, conforme C.I. nº 93/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-115/2016**

Publicação Nº 1460243

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-115/2016  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 123/2016

Dispensa de Licitação nº PMC 09/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-115/2016 referente ao contrato n.º PMC 115/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ATENDER CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS NA LOCALIDADE DE FELIPE SCHMIDT. Contratada: Rosi Aparecida Piotrowski Crestani, portadora no RG n. 1.458.634 SSP/SC E CPF 529.733.369-53. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da PRORROGAÇÃO DO PRAZO acima descrita, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Sendo o valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 18.333,00 (dezoito mil trezentos e trinta e três reais) passará a ser de R\$ 30.333,00 (trinta mil trezentos e trinta e três reais).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-19/2016**

Publicação Nº 1460235

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-19/2016  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº 02/2016

Pregão Presencial nº PMC 02/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-19/2016, referente ao contrato n.º PMC 19/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL. Contratada: EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 00.513.783/0001-07. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica, através do presente termo aditivo, em razão de prorrogação de prazo conforme Clausula Quarta, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 127.150,00 (cento e vinte e sete mil cento e cinquenta reais), conforme distribuído abaixo: Lote 01: Publicação de atos oficiais (leis, decretos, portarias, extratos de editais, aditivos, extratos de contratos em jornal de circulação no município, ao valor de R\$ 1,49 cm<sup>2</sup>, totalizando para o ano de 2018 R\$ 119.200,00; Lote 02: Publicação de publicidade institucional dos atos do poder executivo municipal em jornal com circulação no município, ao valor de R\$ 1,59 cm<sup>2</sup>, totalizando para o ano de 2018 R\$ 7.950,00. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 254.300,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil trezentos reais), passará a ser de R\$ 381.450,00 (trezentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais). CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS): a) A vigência deste contrato que era até 31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-205/2015**

Publicação Nº 1460238

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-205/2015  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-205/2015, referente ao contrato n.º PMC 205/2015. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELA CONTRATADA. Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO: O prazo da vigência que era até 31/12/2017 passará a ser até 31/12/2018. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 39.375,00 (trinta e nove mil trezentos e setentas e cinco reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 14.280,00; 2. Gestão de Obras - R\$ 14.280,00; 3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 6.600,00; 5. Gestão de Cadastro Integrado Municipal – GCIM - R\$ 4.215,00; Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 89.415,00 (oitenta e nove mil quatrocentos e quinze reais), passará a ser de R\$ 128.790,00 (cento e vinte e oito mil setecentos e noventa reais).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-28/2016**

Publicação Nº 1460241

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-28/2016  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 34/2016

Dispensa de Licitação nº PMC 04/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-28/2016 referente ao contrato n.º PMC 28/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO. Contratada: RITA DE CASSIA ORTES, portadora do RG nº 2750.220 e inscrito no CPF 02021265951. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da PRORROGAÇÃO DO PRAZO acima descrita, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 21.360,00 (vinte e um mil trezentos e sessenta reais). Sendo o valor mensal de R\$ 1.780,00 (mil setecentos e oitenta reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 39.160,00 (trinta e nove mil cento e sessenta reais) passará a ser de R\$ 60.520,00 (sessenta mil quinhentos e vinte reais).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-73/2016**

Publicação Nº 1460237

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-73/2016  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de Licitação nº 61/2016

Pregão Presencial nº PMC 39/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-73/2016, referente ao contrato n.º PMC 73/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME NO PRÉDIO DO ALMOXARIFADO, TERMINAL RODOVIÁRIO, PORTAL, PROCON BARRACÃO DE RECICLAGEM E E.B.M AROLD CARNEIRO DE CARVALHO, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES. Contratada: INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14689898000161. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. O Contrato que tinha a vigência até 31/12/2017, passará a ser 31/12/2018. CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO) – Fica ACRESCIDO ao presente contrato R\$ 20.385,89 (vinte mil trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), em razão da prorrogação do prazo descrito na Cláusula Segunda, e conforme descrito abaixo. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 34.825,89 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), passará a ser de R\$ 55.211,78 (cinquenta e cinco mil duzentos e onze reais e setenta e oito centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-79/2017**

Publicação Nº 1459485

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-79/2017  
ADITIVO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 126/2017

Tomada de Preços nº PMC 13/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-79/2017, referente ao contrato n.º PMC 79/2017. Data do Aditivo: 12/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR LEVANTAMENTO DO FLUXO VIÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM EMISSÃO DE DIAGNOSTICO DE SENTIDO DE FLUXO DE VEÍCULOS, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.261/0001-88. Contratante: INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 20.365.339/0001-07. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL): A vigência do presente contrato que era até 31/12/2017 passará a ser 30/06/2018, conforme C.I. nº 673/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-81/2017**

Publicação Nº 1459488

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-81/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 139/2017  
Tomada de Preços nº PMC 14/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-81/2017, referente ao contrato n.º PMC 81/2017. Data do Aditivo: 1º/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DE 27,92m2 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE SALA COM BANHEIRO DESTINADA AOS PROFESSORES E UM BANHEIRO ANEXO A SALA DA MATERNIDADE, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRO BANDEIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM PROJETOS EM ANEXO. Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.261/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 1.487,98 (um mil quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos), conforme solicitação nº 642/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 30.201,55 (trinta mil duzentos e um reais e cinquenta e cinco centavos), passará a ser de R\$ 31.689,53 (trinta e um mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-14/2016**

Publicação Nº 1460248

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-14/2016  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 239/2015  
Concorrência Pública nº 10/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-14/2016 referente ao contrato n.º PMC 14/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: LINDOMAR BRANDL 98813811934, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 22480178000110. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II – DO VALOR: Em virtude da PRORROGAÇÃO DE PRAZO, abaixo descrita, fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de prorrogação de R\$ 48.072,50 (quarenta e oito mil trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao transporte escolar de difícil acesso do trajeto descrito no item 10, E.B.M. Presidente Castelo Branco – Cachoeira = Sereia – Santa Haudê, para o ano de 2018, sendo realizado diariamente 134 km ao valor de R\$ 1,75/km, totalizando R\$ 234,50 diários. IV – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O Contrato que tinha a vigência até 31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-175/2016**

Publicação Nº 1460256

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-175/2016  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 145/2016  
Tomada de Preços nº PMC 17/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-175/2016 referente ao contrato n.º PMC 175/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: GERALDO GALESKI 30993547915, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.228.253/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II – DO VALOR: Em virtude da PRORROGAÇÃO DE PRAZO, abaixo descrita, fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de prorrogação de R\$ 13.837,50 (treze mil oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao transporte escolar de difícil acesso do trajeto nas localidades de Matão e Papuã, com destino ao G.E.M. Reinaldo Kruger, para o ano de 2018, sendo realizado diariamente 27 km ao valor de R\$ 2,50/km, totalizando R\$ 67,50 diários. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 19.570,50 (dezenove mil quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos), passará a ser de R\$ 33.345,00 (trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco reais). IV – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O Contrato que tinha a vigência até 31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-20/2016**

Publicação Nº 1460251

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-20/2016  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 239/2015  
Concorrência Pública nº 10/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-20/2016 referente ao contrato n.º PMC 20/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: ELIZEU DRANCA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10243124000151. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II – DO VALOR: Em virtude da PRORROGAÇÃO DE PRAZO, abaixo descrita, fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de prorrogação de R\$ 71.545,00 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e cinco reais), referente ao transporte escolar de difícil acesso do trajeto descrito no item 02, Localidade do Salto D'Água Verde e Alto da Forquilha, para o ano de 2018, sendo realizado diariamente 148 km ao valor de R\$ 2,3581/km, totalizando R\$ 349 diários. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 142.391,75 (cento e quarenta e dois mil trezentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) passará a ser de R\$ 213.936,75 (duzentos e treze mil novecentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos). IV – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O Contrato que tinha a vigência até



31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-22/2016**

Publicação Nº 1460252

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-22/2016  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 239/2015

Concorrência Pública nº 10/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-22/2016 referente ao contrato n.º PMC 22/2016. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFICIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: IDEJAIME FERREIRA DOS SANTOS 51986353915, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 17.221.970/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II – DO VALOR: Em virtude da PRORROGAÇÃO DE PRAZO, abaixo descrita, fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de prorrogação de R\$ 69.082,95 (sessenta e nove mil oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos), referente ao transporte escolar de difícil acesso do trajeto descrito no item 08, Localidades de Forquilha, Serrinha e São Lourenço, para o ano de 2018, sendo realizado diariamente 140 km ao valor de R\$ 2,40/km, totalizando R\$ 234,50 diários. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 137.492,74 (cento e trinta e sete mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos), passará a ser de R\$ 206.575,69 (duzentos e seis mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). IV – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O Contrato que tinha a vigência até 31/12/2017 passará a ser 31/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-81/2017**

Publicação Nº 1459492

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-81/2017  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 139/2017

Tomada de Preços nº PMC 14/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-81/2017, referente ao contrato n.º PMC 81/2017. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DE 27,92m2 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE SALA COM BANHEIRO DESTINADA AOS PROFESSORES E UM BANHEIRO ANEXO A SALA DA MATERNIDADE, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRO BANDEIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM PROJETOS EM ANEXO. Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.261/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR: Fica SUPRIMIDO do presente contrato o valor de R\$ 387,86 (trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos),

conforme solicitação nº 659/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 31.689,53 (trinta e um mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos), passará a ser de R\$ 31.301,67 (trinta e um mil trezentos e um reais e sessenta e sete centavos). Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-14/2016**

Publicação Nº 1459506

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-14/2016  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 239/2015

Concorrência Pública nº 10/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-14/2016, referente ao contrato n.º PMC 14/2016. Data do Aditivo: 14/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFICIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: LINDOMAR BRANDL 98813811934, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 22480178000110. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II – DO VALOR: Fica ACRESCIDO ao presente contrato valor de R\$ 938,00 (novecentos e trinta e oito reais), referente ao acréscimo de 4 dias letivos, conforme solicitado e justificado através da CI. N. 154/2017. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 144.217,50 (cento e quarenta e quatro mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos) passará a ser de R\$ 145.155,50 (cento e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-43/2015**

Publicação Nº 1460259

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-43/2015  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 44/2015

Pregão Presencial nº PMC 26/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-43/2015 referente ao contrato n.º PMC 43/2015. Data do Aditivo: 12/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES. Contratada: INVOLÁVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.689.898/0001-61. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2017, passará a ser até 31/12/2018. CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica, através do presente termo aditivo, em razão de prorrogação de

prazo conforme Clausula Quarta, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 24.681,00 (vinte e quatro mil seiscientos e oitentas e um real), sendo o valor mensal distribuído da seguinte forma: -- R\$ 1.700,50 (hum mil setecentos reais e cinquenta centavos) referente ao Serviço de Vigilância no Prédio da Prefeitura; -- R\$ 118,75 (cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos) referente ao Serviço de Vigilância no Setor de Transportes; -- R\$ 118,75 (cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos) referente ao Serviço de Vigilância na sede do Conselho Tutelar e; -- R\$ 118,75 (cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos) referente ao Serviço de Vigilância na sede do DETRACAN. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 67.160,25 (sessenta e sete mil cento e sessenta reais e vinte e cinco centavos), passará a ser de R\$ 91.841,00 (noventa e um mil oitocentos e quarentas e um real).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-81/2017**

Publicação Nº 1459511

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-81/2017  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 139/2017

Tomada de Preços nº PMC 14/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-81/2017, referente ao contrato n.º PMC 81/2017. Data do Aditivo: 08/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DE 27,92m2 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DE SALA COM BANHEIRO DESTINADA AOS PROFESSORES E UM BANHEIRO ANEXO A SALA DA MATERNIDADE, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRO BANDEIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM PROJETOS EM ANEXO. Contratada: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.261/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 21,12 (vinte e um reais e doze centavos), conforme solicitação nº 659/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 31.301,67 (trinta e um mil trezentos e um reais e sessenta e sete centavos), passará a ser de R\$ 31.322,79 (trinta e um mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-101/2016**

Publicação Nº 1459513

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-101/2016  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 87/2016

Pregão Presencial nº PMC 61/2016

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-101/2016, referente ao contrato n.º PMC 101/2016. Data do Aditivo: 7/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., Pessoa Jurídica

de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 1.452,25 (mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), em razão da inclusão do veículo Fiat Uno Mille Flex, Placa MBU 6524, ano 2006. Portanto, o valor do presente contrato que era de 132.755,31 (cento e trinta e dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), passará a ser de R\$ 134.207,56 (cento e trinta e quatro mil duzentos e sete reais e cinquenta e seis centavos). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS: Parágrafo Primeiro - As apólices de seguro referente aos veículos citados acima, terão vigência das 00h00min do dia 07/12/2017 às 00h00min até o dia 02/06/2018. Parágrafo Segundo - O Contrato com a empresa vencedora terá vigência até 02/06/2018.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-94/2015**

Publicação Nº 1459516

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 6-94/2015  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 131/2015

Dispensa de licitação nº 04/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-94/2015, referente ao contrato n.º PMC 94/2015. Data do Aditivo: 06/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. EVALDO DRANKA, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE BARRA MANSA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: J. LOPES CONTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.912.255/0001-84. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: II - DO VALOR: Fica acrescido do presente contrato o valor de R\$ 52.550,43 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos). Conforme solicitação nº 648/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 1.061.676,85 (um milhão sessenta e um mil seiscientos e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), passará a ser de R\$ 1.114.227,28 (um milhão cento e quatorze mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 9-214/2015**

Publicação Nº 1459520

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 9-214/2015  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 234/2015

Pregão Presencial nº 145/2015

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 9-214/2015, referente ao contrato n.º PMC 214/2015. Data do Aditivo: 28/11/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME

NAS ESCOLAS, CEI's, PREDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES. Contratada: INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Fica SUPRIMIDO do presente contrato o valor de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais), em razão da remoção do monitoramento na C.E.I. Jacob Bernard Fuck Junior. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ \$ 142.216,80 (cento e quarenta e dois mil duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos), passará a ser de R\$ 141.622,80 (cento e quarenta e um mil seiscentos e vinte e dois reais e oitenta centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 9-57/2013**

Publicação Nº 1459518

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 9-57/2013  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Administrativo nº PMC 38/2013  
Concorrência Pública n.º PMC 04/2013

O Prefeito do Município de Canoinhas-SC, torna público o termo aditivo n.º PMC 9-57/2013, referente ao contrato n.º PMC 57/2013. Data do Aditivo: 09/11/2017. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA INTERNA (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS) DO PAÇO MUNICIPAL, TERMINAL RODOVIÁRIO, E.B.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, E.B.M. DR. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO E E.B.M. SEVERO DE ANDRADE, BENEDITO T. DE CARVALHO, EVALDO DRANKA, MARIA ISABEL DE LIMA CUBAS E PORTAL TURÍSTICO, TOTALIZANDO 14.449,00 M², (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS), COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ANEXO III DO EDITAL. Contratada: Adeplan Prestadora de Serviços Indústria e Comércio Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.639.608/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. I ☐ DA ALTERAÇÃO: Fica ACRESCIDO ao contrato o valor R\$ 4.299,95, conforme descrito abaixo: -- Limpeza no Setor de transporte, com área de 191,5 m², no valor de R\$ 976,59; -- Limpeza na G.E.M. Ney Pacheco de Miranda Lima, com área de 689,95 m², no valor de R\$ 3323,36. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 2.240.452,72 (dois milhões duzentos e quarenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), passará a ser de R\$ 2.244.752,67 (dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### CONVÊNIO 001/2017

Publicação Nº 1458819

CONVÊNIO Nº 001 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONVENIADO: Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC.

OBJETO: Estabelecer as relações entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o Município de CAPINZAL - SC, para realização dos serviços e bombeiros estabelecidos no Art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens.

LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Lei Municipal nº 3.276, de 13 de dezembro de 2017.

VIGÊNCIA: Pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

VALOR: Correspondente à arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Sinistros -TPCS

Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C128 - Contrato Nº: 0128/2017 M  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada....: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 128,00 (cento e vinte e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 15/12/2017 Término: 24/04/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0028/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo\_Licitatório....: 0037 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o ACRÉSCIMO em 25% do item 80 do contrato original de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor total dos referidos itens em: R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais).  
Capinzal, 15 de Dezembro de 2017

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0187/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0125/2017

Publicação Nº 1460364

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0187/2017

Pregão Presencial Nº 0125/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de mão-de-obra especializada para execução de serviços civis, a serem executados em diversos locais do Município. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção às 08:30 horas do dia 29/12/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 18 de Novembro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças

### FMS CONTRATO 0070/2017

Publicação Nº 1458869

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0070/2017	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME	
Valor ..... : 151,00 (cento e cinquenta e um reais)	
Vigência ..... : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2017	
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0013/2017 Processo_Licitatório....: 0029 / 2017	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação da empresa KIADAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 17.689.256/0001-50, via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/63 conforme Edital de Credenciamento nº 002/2017, cujo objeto refere-se ao credenciamento de Clínicas de Fisioterapia. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 15 de Dezembro de 2017	

### FMS TERMO ADITIVO 001/2017 C128

Publicação Nº 1458696

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	

**PMC TERMO ADITIVO 001/2017 C173**

Publicação Nº 1459014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C173 - Contrato Nº: 0173/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

Valor ..... : 17.500,00 (dezesete mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0063/2017 Processo\_Licitatório.....: 0085 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018, bem como de valor R\$ 17.500,00 (Dezesete mil e quinhentos reais) relativo aos itens 01, 02, 03 e 04.

Capinzal, 15 de Dezembro de 2017

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/55/2017**

Publicação Nº 1460293

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/55/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 09.234.560/0001-85

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO NA SUB-BACIA A3 EM OURO/SC, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, (COM FORNECIMENTO DE ART E/OU RRT DE EXECUÇÃO).

VALOR: R\$ R\$ 121.217,14 (CENTO E VINTE E UM MIL, DUZENTOS E DEZESSETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS) PARA EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017

VIGÊNCIA: 18/12/2017 A 18/12/2018

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: JUNIOR DE MATOS - SÓCIO ADMINISTRADOR



# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2017 - PREGÃO Nº 0093/2017

Publicação Nº 1458957

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2017  
PREGÃO Nº 0093/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem para os veículos da frota oficial visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias do Município de Catanduvas para o ano de 2018.

#### Dotação Orçamentária:

2.020.3390.00 - 101 - 27/2017 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL 2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 18 de janeiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de dezembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 15 de dezembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0119/2017 - PREGÃO Nº 0094/2017

Publicação Nº 1458960

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0119/2017  
PREGÃO Nº 0094/2017  
REGISTRO DE PREÇO Nº 0018/2017

Objeto: Aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de iluminação pública no município, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura para 2018.

#### Dotação Orçamentária:

1.058.4490.00 - 308 - 142/2017 - INFRAESTRUTURA EM AREAS DE DISTRITO INDUSTRIAL

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 18 de janeiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de dezembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 15 de dezembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.329, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460278

DECRETO nº 2.329/2017, de 20 de novembro de 2017.

“SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a troca do Executivo Municipal ocorrida em 1º de janeiro de 2017 e o consequente desligamento de alguns membros indicados por órgãos da Administração Pública na composição do Conselho Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o desligamento de alguns membros indicados por entidades não governamentais na composição do Conselho Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de inclusão de novas entidades criadas após a publicação do Decreto nº 2.183, de 04 de agosto de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 2.183, de 04 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. ....

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Titular: Elenir Fátima Chinato

Suplente: Maria Helena Macedo Knebel

II – .....

III – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

a) Escola Municipal de Educação Básica Alfredo Gomes

Titular: Fernanda Martelo Hermes

Suplente: Thaiana Moreira Nora

b) Escola Municipal de Educação Básica Augustinho Marcon

Titular: Daniela Garbin

Suplente: Massao Yasuda

c) Escola Municipal de Educação Básica Professor Vitoldo Alexandre Czech

Titular: Valéria Ribeiro Rodrigues de Oliveira

Suplente: Alcimeri Maria Cavalheiro

d) .....

e) .....

f) Escola de Educação Especial Estrela Guia

Titular: Ivonete Flores

Suplente: Terezinha Cardozo

IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: Claire Regina Haro Zuqui

Suplente: Ângela Maria Cassiano de Moraes da Cruz

V – UNIDADES ESCOLARES

a) Escola Municipal de Educação Básica Alfredo Gomes

Titular: Simone Carl

Suplente: Rosane Eva Bucco

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) Escola de Educação Especial Estrela Guia

Titular: Josiane Brun Masson

Suplente: Ironita Bucco Tieppo

g) CEJA – UD de Catanduvas

Titular: Susana Bergamo Casagrande

Suplente: Eloni Salete Magnabosco

h) .....

i) Colégio Águas Claras

Titular: Elis Regina Bernardi

Suplente: Carlos Alberto Nunes da Silva

VI – .....

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Janice Makowski Spassini

Suplente: Lunalva Lenita Cassiano Rossoni

VIII – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Rosane de Oliveira

Suplente: Ângela Putton

IX – .....

X – .....

XI – .....

Art. 2º. As demais disposições do Decreto nº 2.183, de 04 de agosto de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 20 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 2.330, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460284

DECRETO Nº 2.330, de 22 de novembro de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei nº 909/92, de 16 de setembro de 1992, alterada pela Lei nº 2.585/2017, de 26 de julho de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE CATANDUVAS/SC, conforme previsto no artigo 8º da Lei nº 909/92, de 16 de setembro de 1992, alterado pela Lei nº 2.585/2017, de 26 de julho de 2017:

I. REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO:

1) Gabinete do Prefeito:

Titular: MARCIA PASQUALI

Suplente: LUCIMARI SPADER

2) Assessoria Jurídica:

Titular: DANIELA LUIZA MIOTTO

Suplente: VALMIR DE RÓS

3) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: VALÉRIA APARECIDA DE OLIVEIRA MAROLI

Suplente: TAIANE GOMES DE ALMEIDA

4) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: NILTON PERLIN

Suplente: LUNALVA CASSIANO

5) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: ALICE CARVALHO

Suplente: SILVANA MENEGAZZO

6) Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: ÂNGELA MARIA CASSIANO DE MORAIS DA CRUZ

Suplente: CRISTIANO BEGNINI

II. REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas/SC (APAE):

Titular: JOSIANE BRUN MASSON

Suplente: JENNIFER AMALCABÚRIO

2) Associação Patronato Anjo da Guarda de Catanduvas/SC:

Titular: ADRIANE SIGNORI

Suplente: MARILETE CHILANTTI

3) Pastoral da Criança de Catanduvas/SC:

Titular: CARMEM RODRIGUES RIBEIRO

Suplente: ODITE TROES

4) Rotary Club de Catanduvas/SC:

Titular: LEANDRO GUERRA

Suplente: LAURI NORA

5) Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Irmã Wienfrida:

Titular: JONAS RIBEIRO DOS SANTOS



Suplente: VÂNIA SALETE MOREIRA MIOTTO

6) Associações de Pais e Professores das Escolas Municipais de Catanduvas/SC:

Titular: ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS

Suplente: MASSAO YASUDA

Art. 2º Em conformidade com o §2º do artigo 8º da Lei nº 909/92, de 16 de setembro de 1992, alterado pela Lei nº 2.585/2017, de 26 de julho de 2017, são membros natos deste Conselho: o Prefeito Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, o Juiz de Direito Sr. JOSÉ ADILSON BITTENCOURT JÚNIOR, e o Representante do Ministério Público Sr. FLÁVIO FONSECA HOFF.

Art. 3º Os membros ora nomeados terão mandato de 2 (dois) anos, facultada a recondução ou reeleição, nos termos do artigo 11 da Lei nº 909/1992, de 16 de setembro de 1992.

Art. 4º Pela participação, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 22 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.332, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460287

DECRETO nº 2.332/2017, de 30 de novembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do Superavit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte que especifica.

Órgão: 04 – EDUCAÇÃO CULTURA TURISMO
Unidade Orçamentária: 04.03 DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR
Projeto Atividade: 04.03.12.364.0018.2.024 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (138)3.3.90.00.00.00 0.0.0300 Aplicações Diretas
R\$ ..... 50.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes DE Superavit Financeiro do exercício 2016 na fonte que especifica:

Fonte de Recursos: 300 – Superavit Financeiro

Fonte Financiadora: Superavit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários

Valor do Excesso: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de Novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.334, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460290

DECRETO nº 2.334/2017, de 07 de Dezembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), por conta do excesso de arrecadação do Exercício corrente na fonte que especifica.

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 06.01 SERVIÇOS URBANOS
Projeto Atividade: 06.01.15.452.0046.2.038 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (62)3.3.90.00.00.00 0.0.000108 Aplicações Diretas
R\$ ..... 30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício corrente das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 00108 – Excesso de Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Vinculados

Valor do Superavit: R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 07 de dezembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 2.335, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460296

DECRETO Nº 2335, de 07 dezembro de 2017.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que tradicionalmente a demanda de serviços públicos é reduzida no final do ano;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar condições para que o servidor público municipal possa reavivar a espiritualidade natalina junto a seus familiares;

CONSIDERANDO a intenção de valorizar o servidor público municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal, nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2017, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 02 de janeiro de 2018.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças e a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento estabelecerão escala entre os funcionários para atividades internas e outros serviços de urgência.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social fixarão escala de trabalho e regime de atendimento de modo a garantir o atendimento mínimo aos usuários.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, mediante ato interno, disciplinará a forma de atendimento para casos de emergência, além de manter as atividades essenciais da Secretaria.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 07 de dezembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2017**

Publicação Nº 1460767

Edital nº 001/2017, de 06 de dezembro de 2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA – IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS, PRESTAÇÕES DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS DEMAIS RECEITAS.

· Considerando que a Lei 4.320/64 exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias prestação de imóveis populares e todas as demais receitas);

· Considerando que a Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial à responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;

· Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Catanduvas - SC;

· Considerando que a Administração de Catanduvas busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;

O Exmo. Senhor Prefeito Municipal faz publicar o presente EDITAL:

Dos contribuintes em débito com os Tributos Municipais "Impostos (IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), Taxas (relativas: Emissão de Alvará de Licença Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, Taxas relativas ao poder de polícia, Taxas de serviços da infraestrutura prestados a população, Taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços cobradas pela municipalidade), Contribuições de Melhorias (pavimentação asfáltica, ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias)", do Município de Catanduvas, para recolherem a referida dívida, em até 30 dias após a publicação deste. (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS, PRESTAÇÕES DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS RECEITAS), do exercício 2017.

Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, situado na Rua Felipe Schmidt, nº. 1435, Centro, Catanduvas- SC, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.

Caso os débitos já tenham sido quitados e conste pendência em seu nome, apresentar os comprovantes na repartição competente.

Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos ou através do telefone 49 3525-6500, ramal 225, 227 e 211.

Catanduvas – SC, 06 de dezembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Márcia Pasqualli

Secretária de Gestão e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 001/2017,  
de 06 de dezembro de 2017.

Pelo presente Edital, ficam notificados os contribuintes em débito com os TRIBUTOS MUNICIPAIS: "Impostos - (IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), Taxas (relativas: Emissão de Alvarás de Licença Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços), Contribuições de Melhorias (pavimentação asfáltica ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias)", do Município de Catanduvas-SC, a recolherem o referido tributo em débito, em até 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme o disposto na Lei Complementar Municipal nº 17/2001 de 17 de dezembro de 2001, "Código Tributário Municipal". (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS, PRESTAÇÕES DE IMÓVEIS POPULARES E TODAS AS DEMAIS RECEITAS), do exercício 2017. Caso os Contribuintes tenham recolhidos seus débitos e conste pendência em seu nome, favor comparecer ao Setor de Tributos desta Prefeitura na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, Catanduvas- SC, com os comprovantes de pagamento. Se o Contribuinte estiver em débito com a Fazenda Municipal poderá comparecer ao

Setor de Tributação para renegociar seus débitos.

Catanduvas – SC, 06 de dezembro de 2017 .

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Márcia Pasqualli  
Secretária de Gestão e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 7404 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460543

PORTARIA P/7404/17, de 01.11.2017

“Exonera de Cargo em Comissão,  
ANGELA DENISE KRAVICE”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

#### **RESOLVE**

EXONERAR, mediante solicitação da interessada, ANGELA DENISE KRAVICE, das funções do Cargo em Comissão de Gestor de Programas de Saúde, Nível CC-08, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos retroativos a data de 31 de outubro, quando a(o) nominada(o) funcionária(o) deixou de exercer suas funções.

Catanduvas, 01 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7342/17.

#### **PORTARIA Nº 7405 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460547

PORTARIA P/ 7405/17 de 06.11.2017,

“Admite temporariamente,  
RAFAELE GARCIA SONAGLIO”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 001/2017 e Decreto nº 2.246, de 17 de março de 2017.

#### **RESOLVE:**

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, RAFAELE GARCIA SONAGLIO, para o Cargo de Enfermeiro, Nível CE-96-1A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Enfermeiro: 5 (cinco) vagas + CR – Artigo 2º, incisos IV e VII, da Lei nº 2.255/2010. Para que os serviços prestados no Hospital Municipal não sofram alterações e/ou paralizações, até a realização de Concurso Público, se for o caso, é que se disponibilizam vagas para Enfermeiros. Também, de acordo com os documentos juntados

adiante, alguns servidores foram exonerados, e outros ainda foram admitidos temporariamente até 31 de dezembro de 2016.

Período de contratação: 06 de novembro de 2017 a 07 de fevereiro de 2018.

Catanduvas, 06 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

#### **PORTARIA Nº 7406 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460551

PORTARIA P/7406/17, de 07.11.2017

“Demite, antes do termo final de contratação temporária,  
MAIELY APARECIDA ZUCCHETTI DRUN”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

#### **RESOLVE:**

DEMITIR, no interesse da Administração Pública Municipal, MAIELY APARECIDA ZUCCHETTI DRUN, ocupante do Cargo de Agente de Saúde e Combate a Endemias, CE 06-A, 40 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/7363/17.

Catanduvas, 07 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7363/17.

#### **PORTARIA Nº 7407 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460559

PORTARIA P/7407/17 de 07.11.2017

“Nomeia para Cargo em Comissão,  
VALMIR DE RÓS”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar 34/05, de 19 de Janeiro de 2005.

#### **RESOLVE**

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, VALMIR DE RÓS, para as funções do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, Nível CC-02, no Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passa a exercer essas funções,

Catanduvas, 07 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

#### **PORTARIA Nº 7408 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460561

PORTARIA P/7408/17, de 10.11.2017

“Concede Licença-Prêmio a  
ALINE ROMANINI DAHMER”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) ALINE ROMANINI DAHMER, com Efetividade, no Cargo de Enfermeira, Nível- CE100-1E, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:  
01 de fevereiro 2011 a 30 de janeiro de 2016

Período de gozo:  
10 de novembro 2017 a 07 de fevereiro de 2018

Catanduvas, 10 de novembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ao Anterior: P/6577/15.

#### **PORTARIA Nº 7409 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460565

PORTARIA P/7409/17, de 10.11.2017

“Exonera a pedido,  
JOÃO DEMARTINI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), JOÃO DEMARTINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível-06 A, 40 horas semanais do Infraestrutura.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 10 de novembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/5091/11

#### **PORTARIA Nº 7410 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460573

PORTARIA P/7410/17 de 13.11.2017

“Nomeia por concurso,  
JOÃO DEMARTINI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 003/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016  
RESOLVE

NOMEAR, por concurso JOÃO DEMARTINI, para o Cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias – Retroescavadeira, Nível CE-56A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 003/2016 e Decreto 2.144/2016, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 13 de novembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7406/17.

#### **PORTARIA Nº 7411 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460621

PORTARIA P/7411/17, de 14.11.2017

“Revoga Portaria anterior de Servidor”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7405/17, que nomeou o(a) Servidor(a) RAFAELE GARCIA SONAGLIO, para o Cargo de Enfermeiro, Nível CE-96-1A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 06 de novembro de 2017, quando a nominada servidora deixou de exercer suas funções.

Catanduvas, 14 de novembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7405/17.



**PORTARIA Nº 7412 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460637

PORTARIA P/7412/17, de 01.12.2017.

“Designa para Cargo em Comissão,  
DAMARES DE ANDRADE”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 19, e Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

DESIGNA, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a Servidora DAMARES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível-CE-51B, passando-a para o Cargo em Comissão de Gestor de Programas de Saúde, Nível CC-08, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos deste cargo.

O presente ato altera em partes os termos da Portaria P/5499/12, e tem seus efeitos a partir da presente data, quando a Servidora passa a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 01 de dezembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7393/17

**PORTARIA Nº 7413 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460653

PORTARIA P/ 7413/17, de 01.12.2017.

“Altera nomeação de  
ALMIR JOSE VICENTINE”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, cap. III, anexo III, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação do funcionário ALMIR JOSE VICENTINE, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Transportes e Obras, Nível CC-03, passando-o para as funções do Cargo em Comissão de Diretor de Urbanismo, Nível CC-03, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com alteração em seus vencimentos.

Este ato altera a Portaria P/7328/17, e tem seus efeitos a partir da presente data, quando o servidor passa a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 01 de dezembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7328/17

**PORTARIA Nº 7414 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460657

PORTARIA P/7414/17, de 01.12.2017.

“Altera a designação do Servidor,  
GILDO JOSE SALVADEGO”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 19, da Lei Complementar nº 16/01 de 17 de dezembro de 2001, e Lei Complementar nº 120/15, de 17 de novembro de 2015,

**RESOLVE**

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, as funções do Servidor GILDO JOSE SALVADEGO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Construção e Manutenção, Nível CE 46A, designado para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Urbanismo, Nível CC-03, passando-o para o Cargo em Comissão de Diretor de Transporte e Obras, Nível CC-03, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos deste cargo.

O presente ato altera em partes os termos da Portaria P/4300/07, e tem seus efeitos a partir da presente data, quando o Servidor passa a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 01 de dezembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7096/17

**PORTARIA Nº 7415 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460660

PORTARIA P/7415/17, de 05.12.2017

“Exonera de Cargo em Comissão,  
NOEVO JOSE OSMARINI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

**RESOLVE**

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, NOEVO JOSE OSMARINI, das funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a(o) nomeada(o) funcionária(o) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 05 de dezembro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7084/17

**RESOLUÇÃO Nº 02/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO**

Publicação Nº 1460766

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO  
CATANDUVAS – SANTA CATARINA**RESOLUÇÃO nº 02/2017**

Dispõe sobre a organização, inscrição e seleção de crianças para a Colônia de Férias 2018/01, e dá outras providências.

Elenir Chinato, Secretária de Educação, Cultura e Desporto, no uso de suas atribuições legais, torna público as orientações sobre a colônia de Férias na Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald para ano de 2018:

Considerando os recessos escolares;

Considerando a necessidade de atendimento suplementar às crianças no período de férias;

Considerando a necessidade de tratamento isonômico entre os munícipes;

**DETERMINA:**

Art. 1º Fica instituído o período de colônia de férias entre os dias 15 de janeiro e 31 de janeiro de 2018, nas dependências da Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald;

Art. 2º As inscrições deverão ser realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social do dia 15 a 19 de dezembro de 2017:

Inciso I: Para comprovar a necessidade de atendimento no período citado no artigo acima, deverão os pais e responsáveis comparecer no ato da inscrição munidos dos seguintes documentos:

- a) Cópia da certidão de nascimento da criança;
- b) Comprovante de residência em nome dos responsáveis legais;
- c) Laudo médico da criança, caso necessite de atendimento especial.
- d) Declaração de trabalho dos responsáveis.
- e) Carteirinha de vacinação atualizada.
- f) Cartão do SUS.

Parágrafo Único: Poderão ser inscritas crianças de 4 meses a 3 anos.

Art. 3º A Assistência Social fará um estudo socioeconômico para viabilizar o preenchimento das vagas, utilizando como critério principal a vulnerabilidade econômica e social das famílias.

Art. 4º - Os alunos inscritos receberão atendimento no período matutino das 08h00min às 12h00min e em período vespertino das 13h30min às 17h30min, de 15 de janeiro até 31 de janeiro de 2018.

Art. 5º - Para o bom atendimento das crianças serão servidas duas refeições no período matutino e duas refeições no período vespertino, cujo cardápio será elaborado por nutricionista.

Art. 6º - A Secretaria de Educação cederá professores, cuidadores infantis, estagiários e agentes de copa e higienização, para exercer o trabalho com as crianças.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto conjuntamente com a Secretaria de Assistência Social.

Art. 9º A Colônia de Férias na EMEI Pato Donald terá a seguinte organização no mês de janeiro de 2018.

a) Do dia 02 a 12/01/2017: Contração de pessoal caso haja demanda, elaboração de cardápio, compra de alimentos e materiais de higiene e limpeza e planejamento pedagógico para as atividades de recreação e lazer.

b) Dia 15/01/2017, respeitando um mês do direito de férias das crianças, terá o início das atividades da Colônia de Férias.

Art. 10 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás, 13 de dezembro.

Elenir Chinato

Secretária Municipal de Educação

# Caxambu do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017

Publicação Nº 1460884

#### TERMO ADITIVO N.º 01/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 02/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, como CONTRATADA, e a Câmara Municipal de CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.527.861/0001-10, com sede Rua Albano Gilioli, 26, CEP 89.880-000, na cidade de CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Osvaldo Hunteman, Presidente, inscrito no CPF sob o n.º 946.607.789-91, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 02/2017, celebrado em 2017, originário do Processo Licitatório n.º 1/2017, Dispensa de Licitação n.º 1/2017, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Décima Quarta (DA DURAÇÃO), Oitava (DO VALOR DO CONTRATO), Nona (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sétima (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima segunda (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 02/2017, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 123, de 18 de setembro de 2017, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2018, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2018
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 3.024,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00(três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 30/04/2018.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara

Municipal para o exercício de 2018.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 02/2017.

#### CLÁUSULA SETIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Caxambu do Sul – SC, 11 de dezembro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM Presidente da Câmara Municipal de CAXAMBU DO SUL CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

#### TESTEMUNHAS:

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO Secretario Geral	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
---	---



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - SMECE

Publicação Nº 1459207

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - SMECE

MARLI GORETTI KAMMERS, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do Edital 004/2017- SMECE, conforme segue:

#### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000140	NATHARA KÜHL STEINMETZ	5301973

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000071	ALINE DE FREITAS RODRIGUES	5872058
000147	CARLA MILENA SCHMIDT'	5670719
000096	CATIA DAPONT LORENZI	6246794
000133	DENISE PEREIRA	5009688
000111	KELI REGINA RENGEL	5.354.424-2
000075	KRUISTEN PASSIG	5872552
000073	SABRINA CABRAL	45752966
000022	TALITA KEROLIN LAURETH	5456811

##### ORIENTADOR SOCIAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000143	ALISSON BORGES DOS SANTOS	5670467
000148	CARLA MILENA SCHMIDT'	5670719
000114	DANIELA DA CRUZ	5081198
000130	EVELASIO ESPINDULA	4097994
000146	FERNANDA FRANZ	5279854
000018	JANI MARA RAMOS	4725925
000070	KEITY SEBOLD DA SILVA MONTEIRO	4725959
000030	KÉSIA SILVIA DEMETRIO	5.670.707
000122	LAIS CRISTINE PEREIRA MACHADO	5.670.731
000024	NAYARA SCHNEIDER	5670760
000138	RAFAELA PAUL	5872815

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000061	ADRIANE WAMBOMEL FRANÇA	6.257.070
000041	ANDREIA DOERNER SENS	4724957
000019	ANDRESSA OTILIA MANRICH	5670143
000125	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	3.674.166
000087	DANIARA CRISTINA LUCHTENBERG	5232551
000043	DENISE MACHADO KLETTENBERG	4.011.444
000026	DJESSICA MANRICH	5670145
000127	EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT	4236131
000104	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	5142831
000131	EVILANEA DE OLIVEIRA	4390872
000003	FERNANDA CRISTINA MEDEIROS	47247711
000152	GENARA DIAS FELETI ERN	4575183
000065	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	5009786
000054	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4725876
000063	LUCIANA ESPINDOLA BITTENCOURT	4.390432
000100	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	22554297
000052	MARINELMA RAYMUNDO	36742872

000058	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	35339535
000039	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	5670794
000049	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	5354296
000033	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2253770
000085	PATRÍCIA MACHADO HINCKEL	4932155
000106	PATRICIA PEREIRA	5009671
000120	RITA DE CASSIA PEREIRA	3.890.917
000150	ROSENILDA HOBUS	3693417
000126	TAINARA FERNANDA GONCALVES	5.670.611
000090	TAINE RODE SCHRÖDER	5670442

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000134	DENISE PEREIRA	5009688
000112	KELI REGINA RENGEL	5.354.424-2

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO 3ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000031	FLAVIA INACIO THIVES BRANCO	5009710
000141	ISAIAS STEINMETZ	4151873
000124	JANDERSON MACHADO	5471963

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000129	EVELASIO ESPINDULA	4097994
000123	JANDERSON MACHADO	5471963
000098	JOANES MONTIBELLER	4.317649

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000158	CARLOS CAPRESTANO FERREIRA	5670275

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – CIÊNCIAS - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000001	MICHELE EIFLER	6050746

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – HISTÓRIA - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000051	JOÃO VENÂNCIO PAIVA FIGUEIREDO DOS SANTOS	7100759567

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – HISTÓRIA - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000029	KÉSIA SILVIA DEMETRIO	5.670.707
000151	LUÍS GUSTAVO DOERNER	5.009.431
000008	VIVIANE HERDT	5670721

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000082	PRISCILA JOSIANE ZVETZCH	47249862

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000056	JEAN RICARDO ALVES SENS	3741980

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – MATEMÁTICA - HABILITADO 1ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000099	JOANES MONTIBELLER	4.317649

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000067	CRISLAINI JAQUELINI MACHADO	5670807
000103	EDIVAN ROBERTO ROLING	4390895
000084	LUCAS CRISTIANO SCHUHMACHER	5589489
000023	NAYARA SCHNEIDER	5670760

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS - HABILITADO 1ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000060	ADRIANE WAMBOMEL FRANÇA	6.257.070
000088	DANIARA CRISTINA LUCHTENBERG	5232551
000044	DENISE MACHADO KLETTENBERG	4.011.444
000025	DJESSICA MANRICH	5670145
000105	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	5142831
000064	LUCIANA ESPINDOLA BITTENCOURT	4.390432
000053	MARINELMA RAYMUNDO	36742872
000059	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	35339535
000040	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	5670794
000050	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	5354296
000086	PATRÍCIA MACHADO HINCKEL	4932155
000121	RITA DE CASSIA PEREIRA	3.890.917
000091	TAINE RODE SCHRÖDER	5670442

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - ARTES - HABILITADO 1ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000045	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	4011946

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - ARTES - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000032	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY PEREIRA	5748985

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - INGLÊS - HABILITADO 1ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000066	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	5009786
000017	JULIANA MARIA LONGEN	3741607
000055	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4725876

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - INGLÊS - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000057	JEAN RICARDO ALVES SENS	3741980

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - INGLÊS - NÃO HABILITADO 3ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000157	RÚBIA NAIARA KRAUSE	5872548

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO 1ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000068	DEIVID DIONI MONTEIRO	4573880

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000074	MAIARA LAIS ATANAZIO	6050887
000156	RAFAEL SCHAFFER JOHSE	51421216
000037	RAFAEL SERAFIM	05131403817
000113	SINARA BORGES PEREIRA LEHMKUHL	4724931

**PSICOPEDAGOGO**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000021	BIANCA CAROLINE STEIN MARTINS	5.279.956
000128	EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT	4236131

**SEGUNDO PROFESSOR - HABILITADO 1ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000102	ALDO JEREMIAS	2121809
000145	DORCELI GORETE SOUZA MARTINS	2253857
000153	GENARA DIAS FELETI ERN	4575183
000101	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	22554297
000108	PATRICIA PEREIRA	5009671

**SEGUNDO PROFESSOR - NÃO HABILITADO 2ª LISTAGEM**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000020	ANDRESSA OTILIA MANRICH	5670143

000132	EVILANEA DE OLIVEIRA	4390872
000110	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2253770

## SEGUNDO PROFESSOR - NÃO HABILITADO 3ª LISTAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000137	CAMILA MOMM CHIQUIO	5142657
000093	CAROLINE WEBER	6257549

Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 7/17

Publicação Nº 1460598

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos da Resolução nº 8, de 14 de agosto de 2014.

A Mesa da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam revogados o Inciso I, do Art. 4º e o Inciso I, do Art. 9º, da Resolução nº 8 de 14 de agosto de 2014.

Art. 2º Adite-se o Parágrafo único ao art. 5º da Resolução nº 8 de 14 de agosto de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

Parágrafo único. O Requerimento para a Concessão de Título de Cidadão Chapecoense deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os Vereadores."

Art. 3º Fica revogado o Inciso III, do Art. 3º, da Resolução nº 8, de 14 de agosto de 2014.

Art. 4º "Adite-se no artigo 7º o inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 7º

.....

IV - que seja observado o cumprimento da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 4 de Junho de 2010);"

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2017

VALMOR JUNIOR SCOLARI

Presidente

MARCILEI ANDREA P. VIGNATTI	VALDEMIR ANTONIO STOBE
1º Secretário	2º Secretário

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 05/FMAS/2017

Publicação Nº 1458658

CONTRATO Nº: 05/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 04/FMAS/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 02/FMAS/2017.

Objeto: Proporcionar a organização da sociedade civil, o repasse de valores financeiros por parte do município, para custear despesas para execução de capacitação de profissionais da saúde, educação, assistência social e usuários, sobre prevenção de deficiência em todos os níveis.

Assinatura: 01/12/2017.

Vigência: Início: 01/12/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

Dotação Orçamentária: 33.3.3.50.43.02. (58).

As demais cláusulas do Convênio nº. 08/15, de 07 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de dezembro de 2017.  
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas: \_\_\_\_\_;

\_\_\_\_\_.

### TERMO ADITIVO 03.17

Publicação Nº 1459190

TERMO ADITIVO Nº 03/2017, de 06 de dezembro de 2017.  
(Merenda)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 08/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCALDO SUL.

Pelo Terceiro Termo Aditivo ao Convênio de repasse de recursos financeiros, nós abaixo assinados, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como ENTIDADE BENEFICIADA, a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Ambrósio Dalló, n. 1.464, bairro União, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.086.376/0001-60, neste ato representada pela Presidente Sra. Ivany Búrigio Issa, temos justo e conveniado o que a seguir se descreve.

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2018, o prazo de vigência do Convênio nº. 08/15, de 07 de outubro de 2015, referente repasse de recursos financeiros a APAE – Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul, na aquisição de merenda aos alunos da referida entidade.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

O Município repassará à Entidade o valor de R\$ 3.061,95(três mil sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), em 12(doze) parcelas mensais, totalizando R\$ 36.743,40(trinta e seis mil setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), a partir de 01 de janeiro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

# Concórdia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.222

Publicação Nº 1459080

#### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.222, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.015, de 27 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... ..... R\$ 500.000,00
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Modernização Urbanística – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos ..... R\$ 230.000,00
Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... ..... R\$ 8.568,45
Projeto/Atividade	10.0122.0065.2106	Modernização e Organização do FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... ..... R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... ..... R\$ 307.112,00
Projeto/Atividade	10.0304.0063.2104	Ações de Vigilância Sanitária – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	02.000000	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	10.0305.0063.2615	Ações de Vigilância em Saúde – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... ..... R\$ 50.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0075.2451	Manutenção das Atividades – FMEC
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 55.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO .....		R\$ 1.215.680,45



Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... R\$ 300.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... R\$ 200.000,00
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0452.0039.2029	Ações de Serviços Urbanos – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Com-pensação Financeira – Hídricos ..... R\$ 230.000,00
Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 18.568,45
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 110.112,00
Fonte de Recursos	02.000000	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 247.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0079.1453	Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência – FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 1.215.680,45

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 6.223**

Publicação Nº 1459149

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 6.223, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.934, de 19 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até outubro de 2017, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – FMEC
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		
..... R\$ 10.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 962/2017**

Publicação Nº 1459083

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 962/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dá nova redação à alínea “b” do inciso I do art. 2º do Decreto nº 728/2017, de 2 de agosto de 2017, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º A alínea “b” do inciso I do art. 2º do Decreto nº 728/2017,

de 2 de agosto de 2017, que designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

b) KATLIN CARINA FELISBERTO ROSSI, representante do Clube Concordeense de Xadrez;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 963/2017**

Publicação Nº 1459085

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 963/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANIA MARIA COLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora VANIA MARIA COLLA, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 38555-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de setembro de 2003 a 7 de setembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 964/2017**

Publicação Nº 1459086

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 964/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora KARINE MIOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora KARINE MIOTTO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 101079-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de outubro de 2004 a 17 de outubro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 965/2017**

Publicação Nº 1459088

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 965/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CLAUDINEI SAIBEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, ao servidor CLAUDINEI SAIBEL, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JOÃO VALMOR REITEL  
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 966/2017**

Publicação Nº 1459089

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 966/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora FABIANA ROMAN BISON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, a partir de 11 de dezembro de 2017, à servidora FABIANA ROMAN BISON, ocupante do cargo de Professor, matrícula 99201-00, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 967/2017**

Publicação Nº 1459091

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 967/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 900/2017, de 17 de outubro de 2017, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIZIA SALETE AZEREDO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando a solicitação da Diretoria de

Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007" para: "18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012", constante no inciso I do art. 1º do Decreto nº 900/2017, de 17 de outubro de 2017, que concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIZIA SALETE AZEREDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 968/2017

Publicação Nº 1459092

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 968/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor LUCIO FLAVIO KESSLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, ao servidor LUCIO FLAVIO KESSLER, ocupante do cargo de Professor, matrícula 95605-01, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 969/2017

Publicação Nº 1459099

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 969/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSELIA DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora ROSELIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 11 de outubro de 2012 a 10 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 970/2017

Publicação Nº 1459104

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 970/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SOLANGE DAHMER RODRIGUES DE CASTRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora SOLANGE DAHMER RODRIGUES DE CASTRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2012 a 3 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 971/2017

Publicação Nº 1459105

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 971/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARGARETE MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2012 a 5 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 972/2017

Publicação Nº 1459106

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 972/2017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.809, de 9 de março de 2007 e alteração e no Decreto nº 5.215, de 12 de julho

de 2007 e alteração.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos órgãos ou entidades que representam, pelo período de dois anos, a partir de 23 de novembro de 2017:

I – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: MARCIA DE BONA LAZZARI;

b) suplente: MARTA CORRADI;

II – representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

a) titular: FABIELE MAIER DUARTE;

b) suplente: PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI;

III – representantes dos professores da educação básica pública municipal:

a) titular: ZOLEIDE EMA HEEMANN DIERSMANN;

b) suplente: VANIA ANGELINA BIESUS;

IV – representantes dos diretores das escolas públicas municipais:

a) titular: IEDA SALETE PAGLIOCHI;

b) suplente: CLARICE PICHETTI GASPARETTO;

V – representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

a) titular: SUSANE SAVOLDI SIEGA;

b) suplente: NEIVA DALLA ROSA SULENTA;

VI – representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

a) titulares:

1. DORIS MARCON;

2. MARLENE LUISA LANZARIN;

b) suplentes:

1. LILIAN TATIANE GUZZO NUNES PEREIRA;

2. SIMONE DA CUNHA MARCON;

VII – representantes dos estudantes da educação básica pública:

a) titular: JANDELINO POZZO;

b) suplente: MARCIA LIVINSKI;

VIII – representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) titular: VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI;

b) suplente: LIANE VIZZOTTO;



IX – representantes do Conselho Tutelar:

a) titular: SANDRA GUGEL;

b) suplente: JAQUELINE MENEGETTI;

X – representantes dos estudantes da educação básica pública secundarista:

a) titular: ADRIEL SOARES;

b) suplente: PEDRO HENRIQUE LAZZARIN RIGO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 381/2017, de 3 de abril de 2017; 559/2017, de 31 de maio de 2017; 713/2017, de 20 de julho de 2017 e 771/2017, de 18 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 973/2017

Publicação Nº 1459108

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 973/2017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora FABIELE DE AGOSTINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2017, à servidora FABIELE DE AGOSTINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de março de 2012 a 4 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 974/2017

Publicação Nº 1459109

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 974/2017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 592 dias, ou seja: 1 (um) ano, 7 (sete) meses e 17 (dezessete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 93840-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 29 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 975/2017

Publicação Nº 1459111

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 975/2017, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DORIS MARCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora DORIS MARCON, ocupante do cargo de Psicólogo, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio

– período aquisitivo de 15 de janeiro de 2007 a 14 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 976/2017

Publicação Nº 1459112

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 976/2017, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor AMARILDO REGINATO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, ao servidor AMARILDO REGINATO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de novembro de 2012 a 17 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 977/2017

Publicação Nº 1459114

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 977/2017, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao item 2 da alínea “b” do inciso VI do art. 2º

do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

#### DECRETA:

Art. 1º O item 2 da alínea “b” do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

#### 2. MARLEI ALBIERO;” (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora MARLEI ALBIERO, ocupante do cargo de Orientador de Informática, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, enquanto perdurar os trabalhos na referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 978/2017

Publicação Nº 1459118

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 978/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera agente político, a pedido.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.



**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, CARLOS ERNANI BOMM, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 28 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 979/2017**

Publicação Nº 1459119

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 979/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia WAGNER ISIDORO SIMIONI – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor WAGNER ISIDORO SIMIONI, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 28 de novembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o senhor WAGNER ISIDORO SIMIONI, do cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, a partir de 28 de novembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 980/2017**

Publicação Nº 1459121

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 980/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia DANIEL FAGANELLO – Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o senhor DANIEL FAGANELLO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 28 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 981/2017**

Publicação Nº 1459123

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 981/2017, DE 28 DE NOVEMBRO 2017.

Dispõe sobre o expediente das repartições públicas municipais, em virtude das comemorações natalinas e de ano novo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

**DECRETA:**

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais, nos dias 22 e 29 de dezembro de 2017, será realizado no período matutino, ficando os servidores municipais dispensados das atividades no período vespertino.

Parágrafo único. Os Agentes da Autoridade de Trânsito também ficam dispensados das atividades nos dias 23 e 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º O horário de expediente fixado no caput do art. 1º deste Decreto, não se aplica:

I – ao Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II – ao Terminal Rodoviário;

III – à Vigilância Sanitária, cujo atendimento será mediante planejamento, conforme escala de sobreaviso.

Parágrafo único. O atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 982/2017

Publicação Nº 1459126

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 982/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso XV do art. 1º do Decreto nº 554/2017, de 29 de maio de 2017, que designa servidores responsáveis pela execução do Programa Permanente de Auditorias.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 6.185, de 20 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º O inciso XV do art. 1º do Decreto nº 554/2017, de 29 de maio de 2017, que designa servidores responsáveis pela execução do Programa Permanente de Auditorias, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

XV – ISAIAS MARTINS DA SILVA, Assessoria Jurídica;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 983/2017

Publicação Nº 1459127

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 983/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ADEMIR GONÇALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, ao servidor ADEMIR GONÇALVES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 984/2017

Publicação Nº 1459129

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 984/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora KATIA GERUSA BASEGGIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora KATIA GERUSA BASEGGIO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 81639-02, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de setembro de 2012 a 3 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 985/2017

Publicação Nº 1459130

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 985/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Acresce incisos VIII e IX ao art. 1º do Decreto nº 724/2016, de 20 de setembro de 2016 e alteração, que designam membros para integrar a Comissão Municipal de Trânsito – C.M.T.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 0549/97, de 4 de março de 1997 e alteração.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescidos incisos VIII e IX ao art. 1º do Decreto nº 724/2016, de 20 de setembro de 2016 e alteração, que designam membros para integrar a Comissão Municipal de Trânsito – C.M.T, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VIII – representantes da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários:

a) efetivo: JULIANO ANDREI CAMILLO;

b) suplente: FILIPE VARGAS;

IX – representantes da Comissão Técnica de Acessibilidade, do Município:

a) efetivo: DANIELA STRINGHINI;

b) suplente: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 986/2017

Publicação Nº 1459151

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 986/2017, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia NATAN FILIPE STRINGHINI no cargo de Chefe do Departamento de Execução Fiscal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor NATAN FILIPE STRINGHINI, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Execução Fiscal – Assessoria Jurídica, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerao do servidor NATAN FILIPE STRINGHINI, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção Legislativa, a partir de 4 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 987/2017

Publicação Nº 1459152

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 987/2017, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia CLAUDIA CRISTINA RAUBER no cargo de Encarregada da Seção Legislativa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, no período de 4 de dezembro de 2017 a 1º de janeiro de 2018, a servidora CLAUDIA CRISTINA RAUBER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Encarregada da Seção Legislativa – Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por

cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa no mesmo período, a gratificação concedida à servidora CLAUDIA CRISTINA RAUBER, pelo Decreto nº 373/2016, de 2 de maio de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 988/2017

Publicação Nº 1459154

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 988/2017, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora NADIA DIRLEI REDECKER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica averbado, nos assentamentos funcionais da servidora NADIA DIRLEI REDECKER, ocupante dos cargos de Professor, tempo de contribuição, na forma abaixo:

I – matrícula 21970-01: 719 dias, ou seja: 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 11 de maio de 2017;

II – matrícula 21970-00: 450 dias, ou seja: 1 (um) ano, 2 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, em 4 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 989/2017

Publicação Nº 1459155

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 989/2017, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor GILSON WIGGERS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 730 dias, ou seja: 2 (dois) anos de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor GILSON WIGGERS, ocupante do cargo de Professor, matrícula 2682-00, conforme Certidão de Tempo de Serviço Militar expedida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 62º Batalhão de Infantaria – Batalhão Francisco de Lima e Silva, em 4 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 990/2017

Publicação Nº 1459156

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 990/2017, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao item 1 da alínea “a” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 60/2016, de 27 de janeiro de 2016 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea “a” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 60/2016, de 27 de janeiro de 2016 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)



1. WAGNER ISIDORO SIMIONI, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Presidente;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 991/2017

Publicação Nº 1459157

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 991/2017, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARTA CORRADI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 2.042 dias, ou seja: 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses e 7 (sete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARTA CORRADI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 8 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 992/2017

Publicação Nº 1459158

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 992/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN no cargo de Diretora Pedagógica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN, para exercer o cargo de Diretora Pedagógica – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 5 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN, do cargo de provimento em comissão de Diretora Administrativa, a partir de 5 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 993/2017

Publicação Nº 1459159

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 993/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia o servidor FERNANDO SVILLEN no cargo de Diretor Administrativo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor FERNANDO SVILLEN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão,

percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 5 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto art. 1º deste Decreto, fica revogado, a partir de 5 de dezembro de 2017, o Decreto nº 104/2017, de 26 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDE- ROLLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 994/2017

Publicação Nº 1459160

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 994/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Decreta luto oficial no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI e considerando:

- o passamento do cidadão Victor Fontana, ocorrido em 5 de dezembro de 2017;

- os relevantes cargos assumidos em sua vida pública, dentre outros, tendo atuado como:

I – presidente do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC;

II – presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC;

III – Secretário de Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina;

IV – Conselheiro da República;

V – Deputado Federal;

VI – Vice-Governador do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial no território do Município de Concórdia, por 3 (três) dias, a partir de 5 de dezembro de 2017, em decorrência do passamento do cidadão VICTOR FONTANA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

## DECRETO Nº 995/2017

Publicação Nº 1459161

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 995/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ROSIMERI DALLAGNOL DAL BELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ROSIMERI DALLAGNOL DAL BELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Dr. Zoé Silveira D'Ávila, com dedicação exclusiva, no período de 18 a 30 de dezembro de 2017, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDE- ROLLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 996/2017

Publicação Nº 1459163

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 996/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio à servidora LAURILEI SALETE GHIDORSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2017, à servidora LAURILEI SALETE GHIDORSI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 5436-00, licença-prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, para gozo, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012;

II – um mês, convertido em pecúnia, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 31 de julho de 2012 a 30 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 997/2017

Publicação Nº 1459164

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 997/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa SANDRA GUGEL para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração, e considerando o Of. 77/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora SANDRA GUGEL, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheira Efetiva, no período de 1º de dezembro de 2017 a 25 de janeiro de 2018, em face do afastamento da conselheira tutelar, senhora Priscila Grigol Silva, em licença médica, nomeada pelo Decreto nº 14/2016, de 8 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 998/2017

Publicação Nº 1459166

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 998/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora FERNANDA KRUGER para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora FERNANDA KRUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano, no período de 11 a 30 de dezembro de 2017, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO  
Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DANIEL FAGANELLO Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 999/2017

Publicação Nº 1459167

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 999/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora MIRNA GAUGER como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.193, de 18 de maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MIRNA GAUGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações, no período de 1º a 30 de dezembro 2017, em face do afastamento do servidor Carlos Alberto Broch, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO BF Nº 11/2017**

Publicação Nº 1459540

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO BF nº 11/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 4.094,71 (quatro mil, noventa e quatro reais e setenta e um centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 08 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB Nº 11/12/2016**

Publicação Nº 1460568

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB nº 11/12/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/PSB/FNAS/BASICA, repasse no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), referente PSB Básica FNAS.

Concórdia SC, 15 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB Nº 9/10/11/2017**

Publicação Nº 1459538

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB nº 9/10/11/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março

de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/PSB/FNAS/BASICA, repasse no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), referente PSB Básica FNAS.

Concórdia SC, 08 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC Nº 7/2016**

Publicação Nº 1459541

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC nº 7/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/FNAS/PSEAC-Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Concórdia SC, 08 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC Nº 8/2016**

Publicação Nº 1460566

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC nº 8/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/FNAS/PSEAC-Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Concórdia SC, 15 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMC Nº 8/9/10/2016**

Publicação Nº 1460564

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMC nº 8/9/10/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PSEMC, R\$ 17.295,60 no valor de (Dezessete mil duzentos e noventa e cinco

reais e sessenta centavos).

Concórdia SC, 15 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 4/2017 – FMS**

Publicação Nº 1460351

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2017 – FMS**

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde da Média e Alta Complexidade, destinado para execução de atividades destinadas ao atendimento da população do Município de Concórdia, mediante prestação de serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e demais ações voltadas a defesa civil do Município, bem como auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior

VALOR: R\$ 1.100.000,00 (Hum Milhão e Cem Mil Reais) ano.

PRAZO: Até 31 de outubro de 2018, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

#### **EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2017 – FMEC**

Publicação Nº 1460552

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Fundação Municipal de Esportes

#### **EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2017 – FMEC**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC, com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alteração, torna público, pelo Edital, as normas de CHAMAMENTO PÚBLICO objetivando a seleção de propostas para a celebração de parceria com a Fundação Municipal de Esportes - FMEC, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco com a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil – OSC, conforme condições estabelecidas no Edital.

OBJETO: O Termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da Fundação Municipal de Esportes – FMEC para a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia.

O prazo para envio das propostas pelas OSCs, é de 22 de dezembro de 2017 a 22 de janeiro de 2018.

Demais informações constam no Edital de Chamamento Público nº 1/2017, que encontra-se publicado no mural interno da Prefeitura Municipal e no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br).

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Concórdia – FMEC

#### **EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 19/2017**

Publicação Nº 1459535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### **EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 19/2017**

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TERRA VERMELHA, inscrita no CNPJ sob nº 00.258.091/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor ADILOR ANTÔNIO ZUCHI.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.

PRAZO: Até 31.12.2020.

DATA DA ASSINATURA: 15 de dezembro de 2017.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO Nº 4/2017**

Publicação Nº 1459171

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO Nº 4/2017**

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO.

OBJETO: Cessão de uso gratuito de um veículo novo, marca Renault, modelo Master Extra Furgão L3H2, 16V, ano de fabricação/modelo 2017/2018, chassi nº 93YMAF4XEJ871760, código patrimonial nº 65093, para ser utilizado como ambulância.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2020, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 19/2017**

Publicação Nº 1459536

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 19/2017

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – FUMDEAGRO representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor MAURO MARTINI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES TERRA VERMELHA, inscrita no CNPJ sob nº 00.258.091/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor ADILOR ANTÔNIO ZUCHI.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a conjugação de esforços visando à manutenção da entidade, proporcionando auxílio no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições sócio econômicas dos agricultores.

VALOR: R\$ 44.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 15 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2017**

Publicação Nº 1459170

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2017

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 2/2017, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, os senhores ADERICO ROSSETT, inscrito no CPF sob nº 182.933.449-20, e sua esposa, senhora IRIS ROSSETT, inscrita no CPF sob nº 058.083.529-40.

OBJETO: Aquisição da área de terras de 189,00m<sup>2</sup>, necessária para regularização e ampliação do Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira, do imóvel caracterizado como: parte do lote urbano nº 5, da Quadra "G", com área de 549,00m<sup>2</sup>, situado na Rua 29 de Julho, neste Município, de propriedade de ADERICO ROSSETT e sua esposa, senhora IRIS ROSSETT, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 949, Livro nº 2 – "C".

VALOR: R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 23 de novembro de 2017.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 742/2017**

Publicação Nº 1459136

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 742, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui e disciplina a concessão de incentivos a propriedades produtivas e produtores rurais do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei institui e disciplina a concessão de incentivos a propriedades produtivas e produtores rurais do Município de Concórdia.

Art. 2º Todo e qualquer programa estabelecido nesta Lei deverá ser avaliado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA, observando sempre a disponibilidade de recursos, programação, planejamento, viabilidade técnica e amparo legal.

Art. 3º Com vistas a campanhas de conscientizações, a SEMADRA poderá:

I – promover e incentivar cursos, treinamentos, seminários, reuniões de recomendações técnicas e consultivas voltadas a atividades afins e Prevenção de Acidentes no Meio Rural, gratuitos ou subsidiados, inclusive com fornecimento de alimentação, elaborar, contratar, distribuir materiais explicativos e divulgação em mídias locais, fornecer transporte gratuito para grupo de produtores e técnicos em eventos, feiras, exposições e/ou visitas técnicas;

II – efetuar a contratação ou firmar termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação para obter assessoria técnica e/ou administrativa para a Secretaria ou entidades afins, e para elaboração e execução de projetos, consultoria e planejamentos.

Art. 4º No controle e monitoramento da qualidade das águas, poderá ser efetuada ou contratada coleta de amostras de água de poços tubulares profundos, de rios e de fontes, para análise, sem custos para os produtores.

Art. 5º Na construção de cisternas de captação de águas pluviais nas propriedades, e abertura de valas, a SEMADRA poderá subsidiar até 50% (cinquenta por cento) de horas-máquina para construção de reservatórios para água e cisternas, abertura de valas para rede de água potável, rede de irrigação para utilização na produção agropecuária, mediante apresentação de projeto técnico, limitadas a 20 (vinte) horas-máquina.

Art. 6º Na prestação de serviços nas propriedades rurais produtivas e agroindústrias rurais, individuais ou coletivas, a SEMADRA poderá:

I – efetuar terraplenagem, para fins de construção de residências, aviários, pocilgas, estábulos, estufas, construção e manutenção de tanques escavados para piscicultura, abertura e manutenção de estradas e acesso a pomares, hortas, esterqueiras, valas para fertirrigação e saneamento básico rural, com subsídio em horas-máquina de até 50% (cinquenta por cento), limitadas a 40 (quarenta) horas-máquina;

II – subsidiar até 50% (cinquenta por cento) em horas-máquina para execução de terraplenagem e infraestrutura para associações, cooperativas, agroindústria familiar rural, microempresas voltadas ao meio rural, mediante apresentação de projeto de viabilidade financeira e técnica, limitadas a 20 (vinte) horas-máquina;

III – conceder até 4 (quatro) horas-máquina gratuitas para serviços gerais, sendo que, ultrapassando este limite, será subsidiado em 50% (cinquenta por cento) do valor total das horas efetuadas, limitadas a 7 (sete) horas-máquina;

IV – fornecer, gratuitamente, até 8m<sup>3</sup> (oito metros cúbicos) de brita, para uso exclusivo na melhoria de acesso às instalações

agropecuárias, por propriedade rural;

V – disponibilizar, gratuitamente, médico veterinário do Município para realizar serviço de:

- a) Inspeção Municipal – SIM;
- b) Serviço de Inspeção Estadual – SIE;
- c) Serviço de Inspeção Federal – SIF e SISBI/SUASA.

VI – disponibilizar suporte técnico as agroindústrias familiares rurais para formalização ou legalização da unidade e dos produtos a serem registrados, através de equipe técnica própria ou de entidades parceiras.

§ 1º O produtor beneficiado com serviços de que tratam os incisos III e IV deste artigo, poderá acessar somente a um dos incentivos bialmente.

§ 2º Para disponibilização do médico veterinário para os serviços de que tratam as letras “b” e “c” do inciso V deste artigo, o Município deverá firmar convênio com a respectiva esfera de Governo.

Art. 7º Na diversificação da produção nas propriedades rurais, a SEMADRA poderá:

I – distribuir até 100 (cem) mudas frutíferas por produtor inscrito, anualmente, conforme parecer técnico efetuado pela SEMADRA;

II – adquirir isca formicida para distribuição aos agricultores, sendo que os interessados deverão apresentar nota fiscal de compra, recebendo assim, a mesma quantidade adquirida, até o limite de 5 (cinco) kg por produtor, anualmente;

III – fornecer caixas de abelhas e equipamentos apícolas necessários à produção de mel, sendo que cada produtor rural poderá receber até 10 (dez) caixas de forma gratuita, mediante apresentação da nota fiscal de compra, recebendo assim, a mesma quantidade adquirida, por propriedade e bloco de produtor;

IV – fornecer, gratuitamente, análise de solo de macro e micro nutrientes e física, até 2 (duas) análises de solo por produtor, anualmente, a critério do departamento técnico;

V – distribuir, até o limite máximo de 400 kg de sementes de pastagens, anuais ou perenes, mediante inscrição na SEMADRA, sendo beneficiado apenas uma vez ao ano, tendo o prazo de pagamento, até último dia útil do mês de março do ano subsequente, junto ao Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDE-AGRO;

VI – transportar, gratuitamente, máquinas, calcário, brita para pátio, cascalho, insumos agrícolas, tubos e material para melhoria na infraestrutura de acesso às propriedades até a propriedade rural, mediante nota fiscal de compra;

VII – fornecer 50% (cinquenta por cento) da quantidade de tubos de concreto adquiridos pelo produtor, para utilização nas propriedades rurais, mediante apresentação de nota fiscal de compra, até o limite de 20 (vinte) tubos por produtor, bialmente, sendo as dimensões dos tubos, as disponíveis no momento.

Parágrafo único. Em casos excepcionais a SEMADRA poderá efetuar ou disponibilizar o transporte de materiais de que trata o inciso VI deste artigo, ou outros produtos adquiridos fora do Município até a propriedade rural, desde que previstos em programa específico e justificada a necessidade.

Art. 8º Para a inseminação artificial de bovinos, a SEMADRA poderá:

I – disponibilizar material genético para inseminação artificial, a custo subsidiado, fornecer luvas, bainhas e nitrogênio de forma gratuita, sendo que a cada dose de sêmen repassada aos inseminadores, devidamente certificados e indicados pelas associações, organizados em grupos ou associações rurais, deverá ser restituído ao FUMDEAGRO, o valor de até 50% (cinquenta por cento) do valor do custo adquirido pelo Município, cuja cobrança será realizada por boleto bancário;

§ 1º Os inseminadores deverão, obrigatoriamente, estarem vinculados à associação rural a qual presta os serviços e residir no Município de Concórdia.

§ 2º As associações têm autonomia para indicar, substituir e desligar o inseminador por critérios técnicos ou por sua própria vontade.

§ 3º O valor pago ao inseminador, pela mão de obra e deslocamento dos serviços prestados será determinado por cada associação a qual está vinculado e deverá estar registrado em ata por decisão da maioria.

II – disponibilizar a grupos organizados de produtores rurais e a produtores rurais individuais, de forma subsidiada, até 50% (cinquenta por cento), que deverá ser restituído ao FUMDEAGRO, o material genético e nitrogênio, conforme disponibilidade e avaliação do departamento técnico, mediante cadastro obrigatório na SEMADRA e o inseminador ser devidamente capacitado.

Art. 9º A SEMADRA poderá formar parcerias para incentivar a formação de viveiros, hortas, inclusive medicinais, escolares, comunitárias, demonstrativas, bem como experimentos, exposições, feiras, evento, serviços, atendimentos ao saneamento básico e tecnologia da informação, mediante:

I – aquisição e doação de mudas, sementes, adubos, insumos, equipamentos, utensílios, brita, cascalho, tubos e material para melhoria na infraestrutura, ferramentas, canos, sistema de bombeamento, caixas, reservatórios, equipamentos de Tecnologia de Informação – TI e demais itens necessários para o desenvolvimento dos projetos e a realização dos eventos;

II – fornecimento de serviços gratuitos com máquinas, para adequação e desenvolvimento dos projetos, realizações das feiras, exposições e eventos com parceria do Município.

Art. 10. A SEMADRA poderá, mediante termo próprio, efetuar cedência de máquinas e equipamentos, repassar recursos financeiros, para grupos de agricultores organizados, cooperativas, associações, produtores e entidades afins sem fins lucrativos, após avaliação efetuada pela equipe técnica, observando sempre a disponibilidade de recursos, programação, planejamento e viabilidade técnica, ficando por conta do grupo a manutenção, conservação, operacionalização, despesas com licenciamento, seguro, capacitação de operadores, respeitarem a legislação trabalhista vigente, despesas legais e observação das legislações pertinentes.

Parágrafo único. A SEMADRA poderá disponibilizar, gratuitamente, operadores de máquinas e equipamentos para execução das tarefas diárias e rotineiras, através de empresa prestadora de serviços ou cooperativas, contratados para tais finalidades, aos grupos de agricultores beneficiados com o Termo de Cessão de Uso de Máquinas e Equipamentos.

Art. 11. Fica o Município autorizado:



I – a prestar serviços com máquinas próprias ou terceirizadas, mediante o pagamento dos preços públicos definidos em tabela a ser publicada por ato do Poder Executivo, cujos valores deverão ser condizentes com os definidos por pesquisas e/ou levantados em processos licitatórios;

II – a prestar serviços com a frota de máquinas nas comunidades rurais, de forma gratuita, para benefícios coletivos, mediante apresentação da cópia da ata da comunidade, contendo a solicitação.

Art. 12. Somente poderá ser beneficiado com os programas que trata esta Lei, o produtor que:

I – estiver adimplente com a Municipalidade e com o FUMDEAGRO, e mantiver as estradas existentes em sua propriedade com suas testadas devidamente roçadas, bueiros, escoadouros de águas pluviais e vertentes limpos;

II – efetuar a comercialização de sua produção através da nota fiscal do Produtor Rural ou nota fiscal eletrônica de produtor, cumprir os prazos de acerto das notas emitidas, ser proprietário de imóvel rural ou apresentar contrato de parceria, registrado em cartório;

III – mantiver em sua propriedade atividade agropecuária, agroindustrial e silviculturas, efetivamente produtiva, comprovada através de venda com notas de produtor.

Art. 13. Os limites a serem executados de horas máquinas do Município ou terceirizadas, previstas nesta Lei, serão avaliados e definidos pela equipe técnica da SEMADRA, observando sempre a disponibilidade de recursos, programação, planejamento, viabilidade técnica, equipamentos disponíveis, amparo legal, produção, melhor produtividade, viabilidade técnica e financeira.

Parágrafo único. A SEMADRA poderá emitir Instrução Normativa para disciplinar esta Lei e os programas estabelecidos.

Art. 14. As ações para execução da presente Lei correrão a cargo da SEMADRA e do FUMDEAGRO.

Art. 15. A presente Lei poderá ser regulamentada, no que couber.

Art. 16. Ficam revogadas as Leis nºs. 3.616, de 7 de março de 2005 e 3.718, de 27 de março de 2006.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

MAURO MARTINI  
Secretário Municipal de Agricultura,  
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 743/2017

Publicação Nº 1459138

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 743, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao art. 2º da Lei Complementar nº 738, de 11 de agosto de 2017, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia – PREFIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 738, de 11 de agosto de 2017, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia – PREFIC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A adesão ao PREFIC dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, por meio de requerimento, formulado nos períodos de 11 a 25 de setembro e de 27 de novembro a 12 de dezembro de 2017.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 744/2017

Publicação Nº 1460585

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 744, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de taxas de serviços urbanos incidentes sobre os imóveis afetados pelo desastre ocorrido no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a conceder a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de taxas de serviços urbanos, referentes ao exercício de 2018, incidentes sobre os imóveis afetados pelo desastre ocorrido no Município de Concórdia no ano de 2017, que foram interditados pelo órgão de Defesa Civil Municipal, e desocupados pelos moradores, em decorrência da declaração de situação de emergência no Município de Concórdia, pelo Decreto nº 6.195, de 1º de junho de 2017 e alteração.

Art. 2º A isenção prevista nesta Lei deverá ser requerida pelo proprietário do imóvel, por escrito, à Secretaria Municipal de Finanças,

até o dia 20 de dezembro de 2017, instruído com documento que ateste a interdição do imóvel, emitido por órgão de Defesa Civil Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 746/2017

Publicação Nº 1460589

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 746, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera o número de vagas de cargos constantes no Anexo IV da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, instituem novos Padrões de Vencimento e estabelecem normas gerais de enquadramento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ampliado de “1” para “2” o número de vagas para o cargo de Agente Administrativo, constante no Anexo IV – Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Cultura, da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, instituem novos Padrões de Vencimento e estabelecem normas gerais de enquadramento.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI COMPLEMENTAR Nº 747/2017

Publicação Nº 1460593

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 747, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, no Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal para o exercício de 2018, para o recolhimento dos tributos municipais abaixo:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

III – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF;

IV – Taxas de Limpeza Pública e de Coleta de Lixo;

V – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em seis parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 do Código Tributário Municipal e no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.998, de 23 de outubro de 2017.

Art. 3º As taxas referidas no inciso IV e a Contribuição prevista no inciso V do art. 1º serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal – DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a COSIP dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no Convênio firmado com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.

Art. 4º A TLLF será lançada em três parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Art. 5º Os tributos não constantes neste calendário fiscal vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

Art. 6º Em caso de celebração de convênios e/ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## ANEXO ÚNICO

### CALENDÁRIO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2018

IPTU	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	15.3.2018
	1ª	15.3.2018
	2ª	16.4.2018
	3ª	15.5.2018
	4ª	15.6. 2018
	5ª	16.7.2018
	6ª	15.8.2018
ISSQN	MÊS DE COMPETÊNCIA	VENCIMENTO
	Janeiro	15.2.2018
	Fevereiro	15.3.2018
	Março	16.4.2018
	Abril	15.5.2018
	Maio	15.6.2018
	Junho	16.7.2018
	Julho	15.8.2018
	Agosto	17.9.2018
	Setembro	15.10.2018
	Outubro	16.11.2018
	Novembro	17.12.2018
	Dezembro	15.1.2019
TLLF	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	15.3.2018
	1ª	15.3.2018
	2ª	16.4.2018
	3ª	15.5.2018

## LEI Nº 5.015

Publicação Nº 1459139

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... R\$ 500.000,00
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Modernização Urbanística – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos ..... R\$ 230.000,00
Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 8.568,45
Projeto/Atividade	10.0122.0065.2106	Modernização e Organização do FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 307.112,00
Projeto/Atividade	10.0304.0063.2104	Ações de Vigilância Sanitária – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	02.000000	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	10.0305.0063.2615	Ações de Vigilância em Saúde – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 50.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES



Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0075.2451	Manutenção das Atividades – FMEC
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 55.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO ..... R\$ 1.215.680,45		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... R\$ 300.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação ..... R\$ 200.000,00

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0452.0039.2029	Ações de Serviços Urbanos – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira – Hídricos ..... R\$ 230.000,00

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 18.568,45

Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 110.112,00
Fonte de Recursos	02.000000	Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos e Transferência de Impostos de Saúde ..... R\$ 247.000,00

Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0079.1453	Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência – FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 1.215.680,45		

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013, 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.016

Publicação Nº 1459172

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.016, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui a Semana Municipal do Serviço Voluntário no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal do Serviço Voluntário, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de setembro, no Município de Concórdia.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se voluntariado:

I – a atividade não remunerada prestada por pessoa física, conforme os termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;

II – a atividade não remunerada prestada por pessoa jurídica, conforme os termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.019

Publicação Nº 1459543

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.019, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui, pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, o Projeto “Destaque da Turma”.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o instituído, pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, o Projeto “Destaque da Turma”, que visa premiar financeiramente os alunos do 3º ano do Ensino Médio, que possuírem as melhores notas na decorrer do ano de 2017.

§ 1º O valor do prêmio de que trata o caput deste artigo, será na ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais) por aluno.

§ 2º Entre as escolas que aderirem ao Projeto, serão premiados 36 (trinta e seis) alunos.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do FIA.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.021

Publicação Nº 1459547

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.021, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza doação de bens pertencentes ao patrimônio do Município, à Polícia Militar de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar doação dos bens abaixo descritos, pertencentes ao patrimônio do Município, à Polícia Militar de Concórdia:

I – 1 (um) automóvel marca Fiat, modelo Pálio Weekend Adventure, motor 1.8, flex, chassi 9BD37417DJ5100824, Renavan 1132898282, ano de fabricação 2017, modelo 2018, cor branca, capacidade para cinco pessoas, quatro cilindros, quatro portas, placa QIQ 4368, código patrimonial 65142;

II – 1 (um) automóvel marca Fiat, modelo Pálio Weekend Adventure, motor 1.8, flex, chassi 9BD37417DJ5100814, Renavan 1132898690, ano de fabricação 2017, modelo 2018, cor branca, capacidade para cinco pessoas, quatro cilindros, quatro portas, placa QIQ 3038, código patrimonial 65143.

Parágrafo único. Os bens são de uso exclusivo da Polícia Militar de Concórdia, devendo os mesmos permanecer neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**LEI Nº 5.022**

Publicação Nº 1459548

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 5.022, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0041.2031	Ações de Sinalização Urbana – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.100000	Convênio Trânsito – Militar ..... R\$ 60.000,00
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade	26.0122.0054.2040	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 35.000,00
TOTAL ANULADO .....		R\$ 95.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade	26.0122.0054.2040	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 35.000,00
Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.30.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências a Estados e ao Distrito Federal
Fonte de Recursos	01.100000	Convênio Trânsito – Militar ..... R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 95.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até outubro de 2017, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% ..... R\$ 450.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% ..... R\$ 180.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 60.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 690.000,00

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.023

Publicação Nº 1459549

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	03	GABINETE DO VICE-PREFEITO
Unidade Orçamentária	03.01	Gabinete do Vice-Prefeito
Projeto/Atividade	04.0122.0007.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 40.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 70.000,00
TOTAL ANULADO .....		R\$ 110.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária	09.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade	08.0244.0046.2035	Ações de Assistência Comunitária – SEDES
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 65.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – FMEC
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 45.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 110.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recurso do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2017, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade	26.0782.0055.2041	Ações do Transporte Rodoviário – SEMUT
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.6400001	Transferências de Convênio – Estado..R\$ 120.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 120.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recurso do excesso de arrecadação verificado até outubro de 2017, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária	09.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade	08.0244.0046.2035	Ações de Assistência Comunitária – SEDES
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 40.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – FMEC
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 40.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 80.000,00

Art. 5º Fica alterada a expressão: “01.8000000”, para: “03.8000000”, da Fonte de Recursos constante no art. 3º da Lei nº 5.005, de 27 de outubro de 2017.

Art. 6º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

## LEI Nº 5.024

Publicação Nº 1459550

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.024, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, até o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, nos termos da Instrução Normativa nº 28, de 11 de julho de 2017 e alterações, do Ministério das Cidades, destinados à qualificação viária urbana, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

## LEI Nº 5.025

Publicação Nº 1460578

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.025, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui a cobrança da Contribuição de Melhoria sobre imóveis localizados no perímetro urbano, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a cobrança da Contribuição de Melhoria no âmbito do Município de Concórdia, para fazer face ao custo de obras públicas que resultem em valorização imobiliária, observado o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no Código Tributário Nacional; no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967 e na Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações – Código Tributário Municipal.

Art. 2º Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóvel de propriedade privada, em virtude de quaisquer das seguintes obras públicas:

I – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V – proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, desobstrução de barras e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI – construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII – construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria será cobrada, adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado pelos índices cadastrais das respectivas zonas de influência, tendo como limite total, a despesa realizada, e como limite individual, a valorização que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º A apuração, dependendo da natureza das obras, levará em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

§ 3º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra.

Art. 4º A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras e demais despesas necessárias para sua execução, e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, utilizando-se como coeficientes para correção monetária, a Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º A percentagem do custo da obra a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada conforme a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, o nível de desenvolvimento da região, o interesse público e os princípios



constitucionais que regem a Administração Pública.

§ 3º Fica o Município autorizado a subsidiar parte do custo da obra, limitado a 50%, sendo que o valor remanescente será rateado entre os imóveis beneficiados diretamente.

Art. 5º Para cobrança da Contribuição de Melhoria será publicado, previamente, pelo Executivo Municipal, Edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II – memorial descritivo do projeto;

III – orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição e da parcela a ser subsidiada pelo Município, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, em função dos respectivos fatores individuais de valorização;

V – forma de pagamento;

VI – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas;

VII – prazos para impugnação.

Art. 6º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do Edital referido no art. 5º desta Lei, para impugnar qualquer elemento dele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal, por petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

Art. 7º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria, o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais, as parcelas que lhe couber.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, a Contribuição de Melhoria será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

§ 3º Nos demais casos, prevalecerá(o) o(s) proprietário(s) constantes no Cadastro Imobiliário Urbano.

Art. 8º Após a execução da obra, antes do respectivo lançamento, será realizada avaliação dos imóveis beneficiados, a fim de definir a valorização decorrente, sendo publicado o demonstrativo de custos e as valorizações de cada imóvel.

Art. 9º Cumprido o disposto no art. 8º desta Lei, serão emitidos carnês de contribuição, cujos proprietários serão cientificados pela Unidade Administrativa encarregada do lançamento, que deverá escriturar o débito da Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, notificando o proprietário diretamente ou por edital, do:

I – valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III – prazo para a impugnação;

IV – local do pagamento.

Parágrafo único. No prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá reclamar contra:

I – erro na localização e dimensões do imóvel;

II – o cálculo dos índices atribuídos;

III – o valor da contribuição;

IV – o número de prestações.

Art. 10. Os requerimentos de impugnação, reclamações ou quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou prosseguimento das obras, tampouco terão efeito de obstar o Município, dos procedimentos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.



Art. 11. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I – imóvel de propriedade de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal e seja utilizado para sede própria;

II – imóvel pertencente à União e ao Estado, bem como suas autarquias e fundações públicas;

III – imóvel único, residencial, unifamiliar, de propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove ser a única renda e que no mês anterior ao requerimento de isenção, o valor do rendimento do titular do imóvel tenha sido igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, vigente nesse mês;

IV – imóvel rural ou considerado rural, enquanto a propriedade for destinada à produção agrícola e/ou pecuária devidamente comprovada, desde que situado em área não parcelada.

Art. 12. A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte, na forma estabelecida na Lei nº 1.766/1981.

Art. 13. Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

## LEI Nº 5.027

Publicação Nº 1459552

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.027, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 3.170.000,00 (três milhões, cento e setenta mil reais), no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, nos termos da Instrução Normativa nº 28, de 11 de julho de 2017 e alterações, do Ministério das Cidades, observada a legislação vigente, em especial às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, destinados à qualificação viária urbana.

Art. 2º Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Concórdia, SC, para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e quotas do Fundo de Participação dos

Municípios – FPM a que se refere o art. 159, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 1º O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos no inciso I do art. 159 da Constituição Federal e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à Caixa Econômica Federal, com poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, e esta, à conta do Fundo de Garantia por Temo de Serviço – FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos em caso de vinculação.

§ 3º Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal, na hipótese de o Município de Concórdia, SC, não ter efetuado no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito, celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de Concórdia, SC, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes,

inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município de Concórdia, SC no Projeto financiado pela Caixa Econômica Federal, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer frente aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º O Poder Executivo, se necessário, baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.028

Publicação Nº 1459553

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.028, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, até o valor de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais), no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, nos termos da Instrução Normativa nº 28, de 11 de julho de 2017 e alterações, do Ministério das Cidades, destinados à qualificação viária urbana, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

## LEI Nº 5.029

Publicação Nº 1460582

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.029, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui a Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica; cria o Conselho e o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica, cria o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, observando o disposto no art. 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos arts. 3º-A, 3º-B, 3º-C e 3º-D, da Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e no art. 4º, IV, da Lei Estadual nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008 e nos incisos I e II do art. 5º da Lei Orgânica do Município de Concórdia.

Art. 2º Esta Lei estabelece medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no Município de Concórdia, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais de forma específica.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – Inovação: resultado da introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente produtivo ou social, na forma de novos processos, bens e serviços;

II – Tecnologia: conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços, integrando conhecimentos científicos, provenientes das ciências naturais, sociais e humanas, e conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrito);

III – Ciência: conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e

comportamentais;

IV – Processo de Inovação Tecnológica: conjunto de atividades práticas para transformar uma ideia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço ou sistema com características diferenciadas;

V – Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICTI: pessoa jurídica, pública ou privada, que tem como finalidade o ensino superior e/ou profissionalizante, a pesquisa e o desenvolvimento e/ou outra atividade de cunho científico, tecnológico ou de inovação;

VI – Incubadora de Empresas: ambiente que estimula e apoia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade, dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

VII – Centro de Inovação – CI: comunidade física ou virtual, que promove cultura inovadora e empreendedora, capacitando pessoas para negócios e conectando agentes de inovação. Acomoda empreendedores inovadores, profissionais liberais, startups e laboratórios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I por tempos limitados, oferecendo espaço físico, infraestrutura tecnológica e um leque de serviços compartilhados para o empreendedor, a fim de qualificar, facilitar e acelerar o desenvolvimento de negócios inovadores.

VIII – Arranjo Promotor de Inovação (Cluster) – API: ação programada e cooperada envolvendo ICTIs, empresas e outras organizações, em determinado setor econômico especializado, visando ampliar sua capacidade de inovação, seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, dotada de uma entidade gestora pública ou privada, que atua como facilitadora das atividades cooperativas;

IX – Parque Tecnológico/Condomínio: ambiente sinérgico que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas e de ensino, estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e sua interação com Células de Competência em Ciência, Tecnologia e Inovação, dotadas de uma organização gestora e entidades empresariais privadas, instituições de ensino e pesquisa, e governo;

X – Empreendedorismo Inovador: iniciativa e capacidade de promover a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

XI – Empresa de Base Tecnológica ou Empresa Inovadora: pessoa jurídica que tem seus negócios pautados por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos;

XII – Economia Verde: atividade econômica que, por meio da inovação, promove a redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica, resultando na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social.

Art. 4º Para consecução desta Lei, ficam constituídos:

I – o Programa de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação;

II – o Conselho Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI;

III – o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FUMCTI;

IV – a Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

V – o Prêmio “Inovação Concórdia”.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 5º A Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica em Concórdia, visa fomentar e estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, no âmbito do Município, objetivando a capacitação em ciência, tecnologia e inovação, à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Município.

#### Seção I

Do Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação

Art. 6º Fica criado o Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, que visa fomentar ações para o desenvolvimento da inovação tecnológica e científica.

Art. 7º O Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, dar-se-á mediante a concessão de incentivos fiscais, estímulos materiais, implantação de Incubadoras, Centros de Inovação, Parques e Condomínios Tecnológicos e, incentivo à iniciativa privada envolvendo os preceitos da Política Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º A Administração Municipal poderá conceder incentivos econômicos e fiscais, por meio do Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, para empresas que se estabeleçam no Município, ou aumentarem sua capacidade de produção e comercialização, bem como, estimularem e apoiarem a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais e estrangeiras, instituições de ciência, tecnologia e inovação e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores, de acordo com a Lei Federal nº 13.243/2016.

§ 2º A concessão de incentivos fiscais e estímulos materiais será analisada pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI, podendo ser pleiteada por pessoas jurídicas, constituídas sob qualquer forma, que desenvolvam atividade econômica de ciência, tecnologia e inovação, exceto empresas que desenvolvam atividade de venda de produtos de origem desconhecida, que sejam fruto de contrabando ou descaminho, ou que tenham a utilização de tecnologia com procedência desconhecida, com ou sem fins lucrativos, que venham instalar-se, realizar a sua expansão ou reativação no Município de Concórdia.

§ 3º Para efeito de concessão e quantificação de incentivos fiscais e estímulos materiais, poderão ser observados critérios diferenciadores para interessados que venham a instalar-se no Município de Concórdia, com a matriz do estabelecimento ou suas filiais.

§ 4º Os critérios diferenciadores serão fixados pelo COMCITI e formalizados por Resolução.

§ 5º A apreciação de pedidos de concessão de incentivos pelo COMCITI dependerá da observância dos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros que venham a ser estabelecidos pelo próprio Conselho:

I – no caso de pessoas jurídicas novas, estas deverão comprovar

que sua constituição formal ocorreu em, no mínimo, seis meses antes da data do requerimento;

II – em qualquer caso, a solicitação dos incentivos, seja para instalação, expansão, ampliação ou reativação, deverá ser feita antes de iniciados os investimentos ou atividades, conforme o caso.

Art. 8º Os incentivos fiscais poderão ser concedidos, mediante análise do COMCITI, e de comprovação de enquadramento nesta Lei, priorizando-se a quantidade de empregos oferecidos, e a tecnologia aplicada, compreendendo:

I – isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, incidente sobre o imóvel destinado ao empreendimento da pessoa jurídica, pelo prazo de até 10 (dez) anos, a contar da data a ser fixada pelo COMCITI;

II – redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, até a alíquota mínima de 2% (dois por cento), pelo prazo de até 10 (dez) anos, a contar da data a ser fixada pelo COMCITI;

III – isenção das taxas municipais relativas a Alvará de Localização e Funcionamento e Alvará Sanitário, pelo prazo de até 10 (dez) anos, a contar do início das atividades específicas da empresa ou do início das atividades do estabelecimento ampliado ou reativado;

IV – isenção da contribuição de melhoria, até o limite de 100% (cem por cento) do valor lançado, nas condições definidas pelo COMCITI;

V – isenção das taxas municipais relativas a Alvará de Construção e Alvará de Habite-se, nas condições definidas pelo COMCITI.

§ 1º Na forma da Lei, poderão ser concedidas outras isenções de tributos municipais, caracterizados no respectivo enquadramento.

§ 2º Os incentivos previstos nos incisos I e V deste artigo, quando deferidos às empresas já instaladas no Município, serão concedidos em relação ao acréscimo das instalações efetivamente realizadas, em concordância com o projeto específico, nas condições desta Lei e da Resolução do COMCITI.

Art. 9º Os estímulos materiais se constituem pela ajuda ou participação do Município, mediante:

I – doação de bens imóveis, nos termos da Lei;

II – permuta de bens imóveis por outros bens imóveis, ou por serviços de infraestrutura de implantação de loteamentos industriais, mediante leis específicas;

III – a venda de bens imóveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor;

IV – cessão de uso ou concessão de direito real de uso de áreas de terra próprias para instalação de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, pelo prazo de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos;

V – prestação de serviços de terraplanagem a ser utilizado para implantação ou ampliação da empresa, sendo necessária a apresentação, pelo pretendente, de levantamento planialtimétrico da área, com volume de aterro e corte;

VI – construção ou pavimentação de acessos, pátios e estacionamento ao local destinado à implantação da empresa;

VII – coparticipação nas linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, da rede de água e telefonia, inclusive em

loteamentos industriais a serem implantados, autorizada, neste caso, a permuta de tal coparticipação por imóveis;

VIII – coparticipação em programas de desenvolvimento de recursos humanos de interesse do Município;

IX – redução, total ou parcial, das áreas institucionais a serem doadas ao Poder Público Municipal em decorrência de desmembramentos, quando realizados para fins de implantação de estabelecimentos comerciais ou industriais.

§ 1º As empresas beneficiadas com concessão de uso ou com a concessão de direito real de uso de área de terras, após decorrido o prazo estabelecido, poderão adquiri-la, mediante o pagamento do valor estipulado pela Comissão de Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis Integrantes do Patrimônio do Município, em até 60 (sessenta) prestações mensais, sucessivas e a contar do término do período de concessão, corrigidas monetariamente, por índices definidos em Resolução do COMCITI.

§ 2º Na venda de imóveis, destinados ao fomento empresarial, na forma preconizada na presente Lei poderá, por deliberação do COMCITI, ser concedido prazo de carência para pagamento do imóvel, com ou sem estipulação de juros e correção monetária no mesmo período.

§ 3º As condições de pagamento para aquisição de imóveis, garantias, encargos e outras que poderão ser fixadas pelo COMCITI, constarão do edital de licitação específico.

§ 4º Uma vez concluída a indenização do imóvel, a que se refere o § 1º deste artigo, o Município transmitirá ao concessionário, em Cartório competente, a propriedade do imóvel.

§ 5º Os percentuais e limites para a concessão dos estímulos materiais previstos nos incisos V, VI e VII deste artigo, serão fixados pelo COMCITI nos atos que apreciarem os requerimentos dos citados estímulos, cabendo ao pretendente a responsabilidade pelo pagamento da parcela de custos não abrangida pelos estímulos efetivamente concedidos.

§ 6º A concessão do estímulo de que trata o inciso IX deste artigo observará regulamentação específica, a ser editada pelo COMCITI.

§ 7º No caso de implantação de loteamentos industriais, o empreendedor poderá pleitear a concessão de estímulo material consistente na execução, pelo Município, dos serviços e obras de infraestrutura, mediante permuta por lotes situados nestes loteamentos, que não aqueles que devam ser transferidos ao Município por força de Lei, observados os valores de avaliação apurados pela Comissão de Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis integrantes do patrimônio do Município.

Art. 10. O Município poderá adquirir ou receber em doação, áreas de terras para implantação de incubadoras, centros de inovação e parques tecnológicos, para utilização na forma da presente Lei.

Art. 11. O Município poderá ceder espaço físico, mobiliário e equipamentos, por meio de Termo de Cessão de Uso, por tempo determinado, através de Edital ou demanda dirigida em ambiente específico denominado Incubadora Tecnológica Municipal de Concordia – ITC.

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 12. Fica criado o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e



Inovação – COMCITI, de caráter consultivo e deliberativo, que tem por objetivo incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação com vistas ao desenvolvimento sustentável da cidade e em apoio ao Planejamento e à gestão da Administração Pública do Município de Concórdia.

Art. 13. Compete ao COMCITI:

I – analisar as solicitações de empresas interessadas em incentivos e estímulos previstos nesta Lei, aprová-las ou rejeitá-las;

II – aprovar o regulamento de Incubadoras, Centros de Inovação, Parques e Condomínios Tecnológicos;

III – acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica;

IV – analisar e pronunciar-se sobre os planos gerais e específicos que estejam relacionados com o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Município e sua aplicação na Administração Pública;

V – diagnosticar as necessidades e interesses concernentes à Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito municipal;

VI – indicar, ao Poder Executivo Municipal, temas específicos da área de Ciência, Tecnologia e Inovação que requeiram tratamento planejado;

VII – contribuir com as políticas públicas por meio de programas e instrumentos que promovam a transferência de tecnologias incrementais ou inovadoras ao setor produtivo, com ênfase em médias, pequenas e microempresas e ao empreendedorismo social, para geração de postos de trabalho e renda;

VIII – colaborar com a Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica em Concórdia a ser implementada pela Administração Pública Municipal, visando à qualificação dos produtos e serviços municipais;

IX – cooperar na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir de iniciativas governamentais, ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

X – sugerir políticas de captação e alocação de recursos para a consecução das finalidades da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica;

XI – cooperar na fiscalização e avaliação do correto uso destes recursos;

XII – incentivar a geração, difusão, popularização do conhecimento, bem como informações e novas técnicas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação;

XIII – elaborar seu regimento interno e sua forma de organização;

XIV – atuar em sinergia com os demais Conselhos existentes no Município, com vistas à execução da presente Lei;

XV – incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a Economia Verde;

XVI – organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;

XVII – fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FUMCTI e da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica, nos termos estabelecidos na presente Lei;

XVIII – promover ações de combate à pirataria;

XIX – propor critérios para a elaboração do orçamento anual dos planos e programas que promovam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Art. 14. No prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Lei, o COMCITI, elaborará proposta ao Poder Executivo Municipal, com vistas à criação do Plano de Incentivo à Inovação.

Art. 15. O COMCITI será composto por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, na forma abaixo:

I – 7 (sete) representantes do Poder Público, sendo:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

d) 1 (um) representante do Governo do Estado de Santa Catarina, pela Agência de Desenvolvimento Regional – ADR Concórdia;

e) 1 (um) representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

f) 1 (um) representante do Instituto Federal Catarinense – IFC;

g) 1 (um) representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;

II – 7 (sete) representantes da Iniciativa Privada, sendo:

a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;

b) 1 (um) representante da Universidade do Contestado – UnC Concórdia;

c) 1 (um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, de Concórdia;

d) 1 (um) representante da Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, de Concórdia;

e) 1 (um) representante da Faculdade Concórdia – FACC;

f) 2 (dois) representantes de empresas do segmento.

Parágrafo único. O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, será membro nato do presente conselho, na qualidade de Presidente.

Art. 16. Os Conselheiros representantes serão indicados e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo que para os demais, as indicações caberão a cada entidade e a nomeação também se dará por ato do poder executivo, em até 10 (dez) dias após o recebimento de todas as indicações, sendo de 2 (dois) anos o mandato dos Conselheiros, permitida recondução, a critério do órgão ou entidade representada.

§ 1º A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada implicará na extinção concomitante de seu mandato.

§ 2º Os membros titulares serão substituídos no caso de impedimentos e sucedidos pelos respectivos suplentes.

§ 3º Os representantes indicados exercerão suas atividades no Conselho de forma gratuita, sem nada auferir dos cofres públicos, quer direta ou indiretamente, sendo seus serviços considerados relevantes para o Município.

Art. 17. O COMCITI terá uma Diretoria, eleita por mandato de dois anos dentre seus membros titulares, que será composta por:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário, eleito entre os membros titulares.

Parágrafo único. Deverão ser constituídas, na forma do Regimento Interno, Comissões Técnicas necessárias, podendo ser auxiliadas por assessores independentes, assim como o próprio COMCITI.

Art. 18. O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as condições do exercício da representação no mesmo, inclusive sobre a destituição e substituição de representantes.

Parágrafo único. O Regimento Interno do COMCITI será aprovado por votos da maioria absoluta dos membros e referendado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual será editado em até 90 (noventa) dias após a data da publicação da presente Lei.

Art. 19. O Conselho manterá registro próprio e sistemático de seu funcionamento e atos.

Art. 20. O Poder Executivo Municipal assegurará a organização e funcionamento do Conselho, fornecendo os meios necessários para a sua instalação e funcionamento.

Art. 21. O COMCITI fica vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – FUMCTI

Art. 22. Fica criado o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FUMCTI, o qual tem o objetivo de apoiar, mediante incentivo financeiro, a implantação, expansão e a reativação de projetos industriais, comerciais e de prestação de serviços de microempresas, empresas de pequeno porte, médio e grande porte, visando o desenvolvimento tecnológico do Município.

Art. 23. Constituem receitas do FUMCTI:

I – as transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;

II – dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pelo Município;

III – os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

IV – devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V – os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI – doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII – receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;

VIII – outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira que mantenha contrato com o Município de Concórdia.

§ 2º A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que a mesma não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§ 3º Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 4º A percepção de recursos adicionais, previstos nos incisos III a VIII deste artigo, não substitui, complementa ou altera o valor mínimo destinado ao Fundo, no orçamento municipal.

§ 5º A Lei Orçamentária do Município de Concórdia consignará, anualmente, dotação específica para cumprimento do inciso II deste artigo.

§ 6º No caso de exercício em curso, quando da entrada em vigor desta Lei, deverá o Poder Executivo Municipal proceder a dotação proporcional, por meio da transferência de rubricas já constantes do orçamento.

Art. 24. Os recursos do FUMCTI destinam-se a:

I – aquisição de imóveis destinados a implantação de incubadoras, centros de inovação, parques e condomínios tecnológicos, expansão, implantação e reativação de empreendimentos destinados a ciência, tecnologia e inovação;

II – contribuir com Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que atuem na área da ciência, tecnologia e inovação, de acordo com critérios definidos em Lei;

III – participar da constituição de fundo de aval, de empréstimos destinados a fomentar a criação e o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos tecnológicos, a partir de critérios definidos em Lei.

§ 1º Os critérios para concessão de incentivos, através do FUMCTI, serão definidos pelo COMCITI, obedecida a legislação pertinente e será objeto de regulamento próprio, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 2º O COMCITI fica obrigado à prestação de contas na forma da Lei, das normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Contadoria Geral do Município.

Art. 25. O orçamento e a contabilidade do Fundo deverão obedecer às normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4

de maio de 2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 26. Serão aplicadas ao Fundo as normas legais de controle, prestação e tomada de contas estabelecidas pelo órgão de controle interno do Município, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 27. O FUMCTI terá como Gestor Executivo o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

## CAPÍTULO V

### DA SEMANA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 28. Fica instituída no Município de Concórdia, a "Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação", a ser comemorada, anualmente, no mês de outubro, em consonância com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. Fica incluído no calendário Oficial do Município o evento referendado.

## CAPÍTULO VI

### DO PRÊMIO "INOVAÇÃO CONCÓRDIA"

Art. 29. Fica instituído, no âmbito do Municipal, o prêmio "INOVAÇÃO CONCÓRDIA", para homenagear pessoas e instituições públicas ou privadas que, com suas ações, se destacarem na promoção do conhecimento e prática da inovação, na geração de processos, bens e serviços inovadores em benefício do Município.

Parágrafo único. Fica atribuída ao COMCITI a responsabilidade de definir critérios e propor a regulamentação a ser adotada na concessão do Prêmio.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. As empresas e seus sócios, quando integrantes de outra pessoa jurídica, que não cumprir as exigências desta Lei, ficam impedidas de se habilitar a novos incentivos, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 31. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.

Art. 32. Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Desenvolvimento  
Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## LEI Nº 5.031

Publicação Nº 1459554

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.031, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no âmbito do Programa FINISA – Modalidade Apoio Financeiro, nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31 de março de 2017, destinados à aplicação em despesas de capital na cidade de Concórdia, SC, objetivando ampliações, reformas e/ou adequações de acessibilidade de Unidades Escolares do Município, observada a legislação vigente, em especial às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Concórdia, SC, observada a finalidade indicada no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e quotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM a que se refere o art. 159, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.



**LEI Nº 5.032**

Publicação Nº 1459556

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 5.032, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o reconhecimento de Déficit Atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer Déficit Atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, no valor de R\$ 20.506.801,94 (vinte milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e um reais e noventa e quatro centavos), posicionado em 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O reconhecimento do presente Déficit Atuarial não revoga o Déficit Atuarial reconhecido através da Lei nº 4.700, de 21 de outubro de 2014.

Art. 2º O déficit de que trata o art. 1º desta Lei e o déficit reconhecido através da Lei nº 4.700/2014, passam a ser amortizados na forma abaixo, conforme tabela constante no Anexo Único desta Lei:

I – no ano de 2018, parcelas mensais fixas de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais);

II – no ano de 2019, parcelas mensais fixas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III – no ano de 2020, parcelas mensais fixas de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais);

IV – no ano de 2021, parcelas mensais fixas de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

V – a partir do ano de 2022, as parcelas mensais serão apuradas em conformidade com o Sistema Francês de Amortização – método PRICE, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano, observado o prazo remanescente, nos mesmos termos da Lei nº 4.700/2014 e conforme Anexo Único desta Lei.

§ 1º As parcelas terão vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência.

§ 2º Para fins de cálculo de atualização e juros, em caso de atraso no pagamento das parcelas, será considerado o prazo decorrido entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento.

§ 3º O saldo devedor será atualizado pelo mesmo índice (INPC/IBGE), considerando juros e amortização.

§ 4º Em caso de extinção ou inaplicabilidade do INPC/IBGE, ou mudança da metodologia de cálculo dos juros, será adotado indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPRECON.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGERIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

Obs. O anexo encontra-se à disposição, na Secretaria Municipal de Administração – protocolo nº 1942/1999.

**LEI Nº 5.033**

Publicação Nº 1459557

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 5.033, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município firmar Acordo de Cooperação com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a firmar Acordo de Cooperação com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 12.079.319/0001-33, objetivando o credenciamento para envio de títulos e documentos de dívida a protesto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**LEI Nº 5.037**

Publicação Nº 1459559

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 5.037, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza baixa de bens sucateados, integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de bens sucateados, na forma abaixo:

I – pertencentes ao patrimônio do Município, constantes no Anexo I;

II – pertencente ao patrimônio do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, constantes no Anexo II;

III – pertencentes ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, constantes no Anexo III;

IV – pertencentes ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde – FMS, constantes no Anexo IV;

V – pertencentes ao patrimônio da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, constantes no Anexo V;

VI – pertencentes ao patrimônio da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, constantes no Anexo VI;

VII – pertencentes ao patrimônio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, constantes no Anexo VII.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**ANEXO I****RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO**

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	10	Aparelho de DVD Player	36805, 33349, 51485, 59817, 54322, 48131, 47308, 33325, 33350, 44673
2	3	Aparelho de Fax	47442, 35246, 35246
3	7	Aparelho de Telefone	24955, 58011, 54291, 24970, 21894, 21894, 60012
4	4	Aparelho de Videocassete	33305, 23261, 33290, 33292
5	13	Aquecedor	44622, 44624, 51215, 44625, 54634, 54635, 54636, 51459, 51462, 51463, 51452, 51454, 51449,
6	26	Armário	524, 11491, 17582, 31298, 31406, 0779, 34660, 35300, 5027, 46818, 46817, 31274, 31444, 42134, 42683, 14877, 12866, 18739, 18735, 35441, 18730, 18736, 31287, 32862, 42112, 42109, 51581
7	6	Arquivo de aço	1147, 1403, 1428, 12076, 34089, 46998
8	1	Autolabor	22038
9	1	Balcao	17581
10	1	Bancada	51582,
11	14	Banco	51564, 51563, 34003, 51570, 50157, 50229, 50156, 24794, 52306, 52305, 50210, 28795, 28799, 50150
12	2	Batedeira	47247, 48442

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
13	2	Berço	50939, 50938
14	2	Bomba D'Água	4196, 4215
15	435	Cadeira	95, 175, 179, 181, 185, 196, 468, 534, 836, 11526, 11866, 32056, 44035, 29031, 28963, 29267, 32109, 32111, 26575, 29410, 29707, 34820, 29110, 29018, 51040, 29049, 29161, 29407, 39541, 51856, 51852, 41108, 38266, 29076, 29430, 29116, 29080, 29032, 29029, 29355, 29472, 29341, 29387, 29084, 29604, 14413, 26547, 27411, 38233, 29143, 26540, 27423, 29679, 14151, 26582, 3320, 26555, 41128, 14178, 29292, 41629, 29353, 34821, 14340, 27407, 29211, 29447, 27412, 14401, 28978, 14410, 29611, 29542, 29717, 29451, 28973, 29495, 29093, 29043, 41117, 34828, 29281, 29394, 29420, 29208, 32027, 29348, 29192, 29342, 29395, 25785, 14396, 29414, 29095, 29129, 29255, 29386, 28986, 29286, 29457, 29056, 29312, 41113, 36665, 29350, 29390, 29381, 32036, 26578, 29450, 38241, 29426, 29503, 29431, 26566, 14399, 29453, 29017, 41627, 41090, 23916, 41122, 10820, 41118, 28994, 29352, 28996, 36369, 35939, 29289, 29002, 29454, 28991, 25787, 29214, 29172, 29012, 32033, 29111, 28987, 51059, 51825, 36340, 41078, 14395, 29125, 51821, 29118, 41120, 29367, 29034, 29065, 29131, 29445, 29081, 32078, 21335, 29335, 51834, 29075, 29567, 23955, 41116, 29074, 39527, 29104, 29392, 29141, 29345, 29530, 19110, 29142, 29383, 29328, 27420, 29422, 29294, 36368, 29193, 29087, 27403, 29362, 29409, 41174, 29044, 19636, 51864, 14392, 41136, 29014, 29257, 29516, 29448, 29051, 29230, 29179, 28984, 29484, 29548, 26538, 29458, 29238, 1679, 29048, 29133, 33086, 29436, 29096, 29404, 14155, 27430, 27414, 38228, 29340, 29273, 29122, 18833, 34837, 26570, 28975, 29202, 28976, 28999, 29536, 34839, 34829, 41086, 26543, 29556, 51861, 29482, 29537, 14180, 29030, 29180, 26554, 30989, 29174, 32068, 14177, 32090, 29518, 26565, 32050, 38216, 51817, 25793, 28982, 29058, 51857, 39538, 28969, 29529, 29309, 29481, 51819, 29224, 29370, 41103, 34826, 14403, 29022, 41085, 28983, 29440, 29201, 29446, 28992, 28980, 36543, 29134, 21343, 29502, 29520, 12811, 1678, 29003, 29506, 29291, 29020, 29438, 14415, 41130, 29248, 29463, 29218, 29375, 29064, 29209, 29406, 29357, 29382, 29371, 14409, 29169, 29702, 29000, 29239, 29501, 34833, 34830, 26552, 28988, 29336, 38225, 29008, 29091, 29443, 32102, 36494, 49966, 35344, 17865, 58551, 15186, 5854, 51120, 1054, 17251, 487, 486, 30595, 53625, 19359, 27871, 16645, 16644, 23519, 23566, 56321, 48936, 51987, 23565, 25423, 29088, 29687, 29690, 29709, 28966, 39424, 29243, 36379, 29094, 25861, 25974, 31986, 31928, 31906, 40957, 40972, 40973, 40974, 41005, 42669, 38508, 38521, 32852, 31812, 47772, 31770, 31753, 41201, 23444, 31784, 31720, 30624, 43316, 43422, 43441, 43300, 43440, 43311, 43417, 26712, 43313, 26708, 43310, 26705, 43431, 53642, 35378, 44033, 18940, 18933, 16065, 9009, 23805, 23731, 41182, 51136, 39403, 39398, 39242, 39193, 44041, 44025, 44021, 26519, 26508, 26442, 26423, 26522, 41158, 41205, 41437, 41443, 41451, 41405, 41475, 41468, 41167, 41188, 41162, 41184, 41430, 41429, 41444, 41176, 41479, 41274, 42650, 42652, 14995, 11206, 54250, 54254, 41537, 43888, 43891, 43897, 43900, 37453, 34085, 26387
16	1	Cafeteira	47054
17	1	Caixa acústica	27449
18	1	Caixa de areia	46915
19	2	Calculadora	29, 1040
20	2	Câmera de vídeo	35251, 59986
21	1	Carreta agrícola	20243
22	16	Carrinho de bebê	50961, 53772, 53776, 53773, 53778, 53774, 50310, 50279, 50263, 50276, 50319, 50316, 53782, 53780, 53783, 50257, 51014, 50267
23	1	Carrinho de mão	21759, 25470, 25471
24	1	Carrinho de limpeza	35798
25	1	Carroceria de Tanque	9777

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
26	143	Carteira	19701, 39732, 36155, 36226, 36027, 36153, 19633, 31847, 35961, 12328, 36005, 36018, 19631, 36026, 19711, 36144, 36098, 36025, 35984, 19949, 36222, 31877, 36014, 31873, 36126, 35937, 35922, 19703, 36013, 36044, 39786, 19780, 36173, 38079, 36265, 31875, 35971, 36007, 35931, 36159, 12551, 36094, 19648, 19903, 36125, 35977, 36156, 36093, 36143, 35917, 19772, 36234, 36008, 35920, 36235, 36017, 36223, 36128, 36127, 36130, 36033, 36055, 35982, 35941, 35919, 19660, 36053, 36250, 19645, 36174, 35972, 36266, 35938, 35959, 39589, 19635, 36043, 35980, 35935, 39790, 35933, 36054, 35918, 14157, 36263, 35979, 35978, 36097, 39690, 36066, 36264, 19630, 36160, 17764, 36755, 2627, 40187, 40229, 21741, 6495, 21709, 21731, 21673, 21675, 21666, 41452, 21703, 17700, 36034, 29947, 30039, 29813, 29990, 29936, 36101, 29822, 11119, 37964, 39675, 39681, 39713, 39723, 39725, 39728, 39759, 39762, 39765, 39772, 40316, 41285, 41423, 39821, 39817, 39813, 39810, 39798, 39797, 39794, 39781, 36746, 36762, 36739, 36723
27	1	Centrífuga	48085
28	1	Central Telefônica	17011
29	1	Cilindro	25803
30	1	Compactador de placa	25242
31	5	Cortador de grama	58294, 36988, 47295, 50721, 35830
32	1	Espelho com moldura	32261
33	1	Espremedor de suco	32325
34	5	Estabilizador	33510, 25079, 22001, 21054, 25103
35	2	Estante	25825, 54179
36	1	Extintor	28322
37	1	Fragmentadora de Papel	35264
38	2	Freezer	5368, 19140
39	8	Fogão	14417, 19167, 34711, 14482, 34715, 38619, 47187, 32121
40	3	Forno elétrico	48181, 22188, 30575
41	2	Furadeira	4205, 10138
42	1	Gangorra	44217
43	1	Hub	40822
44	24	Impressora	13100, 38801, 38879, 38613, 34213, 48601, 59914, 15328, 36985, 51640, 47410, 34219, 13782, 50338, 50652, 34233, 50652, 50338, 34233, 46850, 53430, 42699, 25044, 50323
45	1	Jogo de Xadrez	45078
46	1	Laboratório didático	25240
47	6	Lavadora	51474, 33715, 33705, 35675, 54490, 51912
48	1	Linha telefônica	58027
49	3	Liquidificador	23297, 47244, 54404
50	1	Lixadeira	10142
51	5	Máquina fotográfica	50804, 35655, 32322, 35669, 33833
52	63	Mesa	451, 1436, 1437, 1440, 1460, 15316, 41573, 24105, 15956, 21999, 51625, 27190, 31532, 33993, 24424, 0027, 47692, 35573, 31130, 50382, 24269, 50473, 51306, 24563, 24019, 24463, 24566, 30238, 41572, 24401, 24594, 24596, 24592, 31737, 24400, 24447, 24288, 24595, 24397, 24593, 24591, 49142, 49336, 49329, 49333, 49336, 24468, 24421, 24374, 24233, 24069, 50365, 16261, 30823, 31165, 43762, 31613, 31614, 30349, 27458, 17417, 18044, 21052
53	34	Microcomputador	39054, 38871, 34591, 33414, 34469, 34475, 48587, 42761, 31561, 34473, 34476, 44292, 44304, 44289, 44297, 46854, 47166, 28679, 39029, 39024, 35059, 38867, 40806, 32943, 34599, 43282, 43282, 32943, 34599, 32395, 35082, 42759, 38325, 37376
54	1	Micro-ondas	37880
55	2	Modem	33539, 33540
56	23	Monitor de Vídeo	42161, 39047, 47084, 44451, 34433, 34148, 34140, 34444, 44457, 44459, 44460, 44461, 34407, 39016, 34391, 34396, 27656, 34437, 39075, 46882, 39071, 42726, 38315
57	18	Nobreak	28714, 39123, 58187, 44518, 44498, 47274, 34173, 39119, 42851, 42851, 50514, 47272, 47284, 44539, 44571, 41578, 48269, 46832
58	3	Notebook	32382, 53416, 54006
59	1	Painel	27590
60	1	Persiana	53376

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
61	1	Prensa	4212
62	3	Propulsor de Graxa	4191, 14739, 14824
63	16	Purificador	50730, 32368, 44692, 34729, 41588, 32364, 5233, 32337, 44690, 44695, 34724, 33641, 33804, 48130, 44696, 50732
64	21	Quadro	35624, 30768, 53516, 53515, 35618, 53497, 53549, 53548, 32252, 26527, 26530, 26527, 26530, 23146, 23145, 23144, 23143, 23121, 23107, 51152, 51153
65	26	Rádio	34979, 34980, 44746, 44745, 44744, 44755, 44766, 51202, 51188, 511998, 51200, 25780, 47051, 25778, 25779, 35756, 32971, 47055, 25780, 51195, 51187, 47396, 47397, 47398, 59987, 34100
66	9	Relógio	27036, 26922, 26917, 26918, 26917, 26918, 27006, 27011, 27013
67	6	Retroprojektor	30428, 40821, 40821, 35182, 25377, 35601
68	1	Ripa	32243
69	1	Roteador	60455
70	3	Sistema de registro de funcionário	33578, 48264, 48286
71	4	Suporte para Televisor	15648, 51307, 51308, 23210
72	1	Tabela de Basquete	46997
73	10	Televisores	15661, 33378, 15660, 21421, 33371, 32126, 25221, 23239, 33375, 35849
74	10	Unidades de terminal	43579, 43570, 43529, 43563, 43527, 43577, 43538, 43568, 44842, 44843
75	15	Ventilador	15782, 15783, 28547, 42222, 30520, 33178, 44058, 47070, 47073, 54524, 44071, 33175, 33176, 33177, 17099

## ANEXO II

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	1	Mesa	108

## ANEXO III

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	1	Armário	45
2	1	Batedeira	88
3	1	Bebedouro	112
4	1	Lavadora	12
5	2	Sofá	271, 272
6	1	Televisor	826

## ANEXO IV

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	2	Aquecedor	800, 1847
2	3	Armário	3280, 2359, 3434
3	9	Arquivo de aço	6919, 6921, 6929, 6917, 6918, 6930, 2502, 6922, 3290
4	1	Balança	2732
5	2	Balcão	3393, 4237
6	1	Banco	3339
7	1	Bisturi	6465
7	48	Cadeira	657, 3298, 3299, 3300, 3301, 3302, 3303, 3304, 3305, 3306, 3307, 3558, 7021, 6955, 7004, 7016, 7015, 7020, 7019, 7009, 1907, 1908, 7012, 7022, 7018, 1443, 1421, 1422, 1423, 2624, 2631, 2741, 2742, 2744, 3045, 3885, 3887, 3897, 329, 2853, 1987, 327, 5430, 1431, 3470, 3473, 4261, 4507

8	1	Compressor	1331
9	2	Detector fetal	4870, 6681
10	1	Dispensador	7030
11	1	Escada	786
11	2	Estante de aço	6441, 6423
12	1	Fogão	189
13	2	Guichê	6996, 7001
14	1	Impressora	1129
15	1	Lanterna	4876
16	9	Mesa	3014, 4349, 7026, 7057, 3855, 2353, 4218, 4350, 1150
17	1	Monitor	5935
18	1	Nobreak	7054
19	1	Painel eletrônico	7053
20	1	Persianas	4329
20	1	Poltronas	3625
21	1	Porta Copos	7042
22	1	Purificador	4035
23	1	Quadro	1635
24	1	Sofá	596
25	1	Turbo Calefador	2348
26	2	Ventilador	1653, 743

## ANEXO V

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO  
PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	1	Balcão	392
2	2	Cadeira	433, 430
3	1	Impressora	481
4	1	Microcomputador	489
5	1	Soprador de folhas	57
6	1	Ventilador	559, 560

## ANEXO VI

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	2	Microcomputador	61, 112
2	1	Nobreak	104

## ANEXO VII

RELAÇÃO DE BENS SUCATEADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

Nº de ordem	Quantidade	Descrição do Bem	Código Patrimonial
1	1	Aparelho telefônico	216
2	1	Central telefônica	41
3	2	Impressora	157, 201
4	1	Microcomputador	124



**PORTARIA FMEC Nº 35/2017**

Publicação Nº 1460556

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 35/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aprovado pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, para compor a Comissão de Seleção com a incumbência de processar e julgar o Chamamento Público nº 1/2017, que objetiva a execução de projeto/programa/atividades voltados a fomentar o esporte amador nas comunidades localizadas no interior do Município de Concórdia, os servidores abaixo relacionados:

I – presidente: CLODIMAR ANTONIO THOMÉ;

II – membros:

a) EMILIANO FERRARI;

b) FÁBIO JOSÉ PELLISER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 15 de dezembro de 2017.

Igor Augusto Bolognest  
Fundação Municipal de Esportes

**PORTARIA Nº 194/2017**

Publicação Nº 1459142

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 194/2017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 2º da Portaria nº 172/2016, de 22 de setembro de 2016 e alteração, que instauram Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor A. L. C., ocupante do cargo de Tesoureiro, matrícula 433225-00, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – secretária: CLAUDINEIA SAIBEL, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 195/2017**

Publicação Nº 1459144

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 195/2017, 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 18597/2017, em 27 de setembro de 2017, do qual se extrai que a servidora K. C. A. S., matrícula 98620-00, ocupante do cargo de Secretário Escolar, exercendo suas funções junto ao Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira, teria, em tese, alterado horários de chegada ao trabalho, manualmente, nos registros do ponto eletrônico, para que não apresentassem atrasos ocorridos nos dias 21, 24 e 25 de julho de 2017.

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra os deveres funcionais previstos no art. 151, II e X da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, poderá sujeitá-la à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE :**

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora K. C. A. S., matrícula 98620-00, ocupante do cargo de Secretário Escolar, Grupo Ocupacional Funcional – GF.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da presente Sindicância:

I – presidente: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: FERNANDA KRÜGER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) MARIANA ZOLET RIGO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;



b) ELISABETE FALKOSKI, ocupante do cargo de Orientador de Informática.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 196/2017**

Publicação Nº 1459147

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 196/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 2º da Portaria nº 149/2017, de 24 de agosto de 2017 e alteração, que instauram Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor R. L., matrícula 80667-01, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional – GO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I – presidente: ELAINE ROMAN, servidora estável, ocupante do cargo de Analista de Gestão Humana, Grupo Ocupacional Especialista – GE;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 197/2017**

Publicação Nº 1459173

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 197/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CI SEMED 1532, de 6 de novembro de 2017; CI SEMURB 639/2017, 23 de novembro de 2017 e CI SEMURB 627/2017, de 17 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ANA LOURDES FUHR, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 1º a 10 de dezembro de 2017;

II – ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 27 de novembro de 2017;

III – CHARLES KOPSEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 8 a 17 de dezembro de 2017;

IV – DIRCEU DALLA CORT, ocupante do cargo de Escriturário, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

V – GILNEI ANTONIO JUNG, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano, no período de 1º a 10 de dezembro de 2017;

VI – JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 198/2017**

Publicação Nº 1459174

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 198/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEDS 736/2017, de 27 de novembro de 2017; CI SEMUT 120/2017, de 27 de novembro de 2017 e CI SEMADRA 184/2017, de 23 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – JOÃO NICOLAU ZWIRTES, ocupante do cargo de Agente de Obras, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

II – ROBERTO GIRARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

III – ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 18 de dezembro de 2017;

IV – ROZANA ORSOLIN, ocupante do cargo de Psicólogo, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

V – TALITA CARINA BOGONI, ocupante do cargo de Médico Veterinário, no período de 1º a 7 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 199/2017**

Publicação Nº 1459176

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 199/2017, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 17972/2017, em 19 de setembro de 2017, do qual se extrai que o servidor A. G. da S., ocupante do cargo de Servente Braçal, matrícula 93343-00, no dia 13 de setembro de 2017, teria, em tese, discutido agressivamente com chefias, por não ter percebido valores relativos à Promoção Horizontal, sendo que após, teria se ausentado do serviço sem autorização;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra o disposto nos arts. 151, XI, e 152, V, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, poderá sujeitá-lo à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE :**

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor A. G. da S., ocupante do cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da presente Sindicância:

I – presidente: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: RODRIGO DAL ZOT RITTER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) GLADIS KIRSTEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca;

b) EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 200/2017**

Publicação Nº 1459179

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 200/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CI SEMUS 784/2017, de 28 de novembro de 2017; CI SEMED 1600, de 29 novembro de 2017 e CI SEMURB 651/2017, de 29 de novembro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ALDO ADRIANO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Médico, matrícula 59218-05, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

II – CLAUDIA RUECKERT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 18 de dezembro de 2017;

III – ELIANDRO LUIS KOPSEL, ocupante do cargo de Motorista, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

IV – LEANDRO BOEIRA ZORZAN, ocupante do cargo de Contador, a partir de 11 de dezembro de 2017;

V – LETICIA FARINA PUNTEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

VI – JUDITE SALETE GASPARIN ROSSI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 18 de dezembro de 2017;

VII – JULIANA GUARESE DALBELLO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, no período de 1º a 10 de dezembro de 2017;

VIII – KATIA DELAI ROSSINI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 19283-00, no período de 1º a 10 de dezembro de 2017;

IX – MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 99813-00, no período de 1º a 15 de dezembro de 2017;

X – MARILU MATIELLO, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 21 de dezembro de 2017;

XI – SILVANA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 22 de dezembro de 2017;

XII – TANIA MARIA TURCATTEL, ocupante do cargo de Escriturário, no período de 1º a 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 201/2017**

Publicação Nº 1459180

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 201/2017, 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 21926/2017, de 9 de novembro de 2017, do qual se extrai que a servidora E. de C. F., ocupante do cargo de Professor, matrícula 101940-00, em tese, teria:

1. agido de forma agressiva com crianças do CMEI Antônio Carlos Galeazzi, especialmente em relação à criança "Isabelle do Grupo III", repreendendo-a e levando-a de castigo para um quarto escuro;

2. ameaçado colocar fraldas em crianças maiores, no intento de envergonhá-las perante as demais, bem como de "passar fita" em suas bocas para silenciarem;

3. desacatado orientações e determinações da chefia, notadamente em relação à prática de ameaças psicológicas contra crianças, ao tom de voz utilizado e ao uso celular em horário de expediente.

- o Parecer n. 1.314/2017, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que tais fatos, se comprovados, importam no descumprimento do disposto no art. 151, I, IV, XI, bem como na infringência do art. 168, VII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, poderá sujeitá-la à penalidade de demissão, nos termos do art. 168 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE :**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora E. d. C. F., ocupante do cargo de Professor, matrícula 101940-00.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA, servidora estável, ocupante do cargo de Professor, matrícula 114227-00, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

**II – membros:**

a) LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, servidora estável, ocupante do cargo de Tesoureiro;

b) GIOVANA MAIRA PRIAMO, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 202/2017**

Publicação Nº 1459182

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 202/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SE-MED 1608 e 1612, de 1º de dezembro de 2017 e CI DRH 514/2017, de 4 de dezembro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, no período de 1º a 30 de dezembro de 2017;

II – EDI MARIA RAVANELLI, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 90271-00 e 90271-01, a partir de 18 de dezembro de 2017;

III – MARCIA DEVENSE BACH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 4 a 12 de dezembro de 2017;

IV – MARIANA ZOLET RIGO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 203/2017**

Publicação Nº 1459183

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 203/2017, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor JADERSON MORETTO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 105392-03, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o vencimento-base, correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 11/2017**

Publicação Nº 1459503

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>133.347,15</b>	<b>57.794,87</b>
Ordinária		45.019,17	57.794,87
Vinculada		88.327,98	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.411.300,00</b>	<b>1.549.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.411.300,00	1.549.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>297.103,87</b>	<b>198.065,18</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		149.658,97	13.268,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.629,60	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		145.815,30	184.796,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>101.677,35</b>	<b>213.122,27</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		101.677,35	213.122,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.943.428,37</b>	<b>2.018.482,32</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.383.220,87</b>	<b>1.627.281,82</b>
Ordinária		1.232.870,06	1.536.692,08
Vinculada		150.350,81	90.589,74
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>157.253,17</b>	<b>289.523,15</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		11.437,87	104.726,49
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		145.815,30	184.796,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>402.954,33</b>	<b>101.677,35</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-INJT-250872970 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:56

Pág 2 / 2

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		402.964,33	101.677,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.943.428,37</b>	<b>2.018.482,32</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:56:17

Notas:

JÚLIO GOMES  
Diretor Superintendente da FMC

MARLON DE LAI DENECA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-INJT-250872970 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:56

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 11/2017**

Publicação Nº 1459493

Pág 1 / 2

**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Novembro / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>14.602,30</b>	<b>31.262,00</b>
Ordinária		14.004,05	30.308,39
Vinculada		598,25	953,61
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>900.000,00</b>	<b>930.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		900.000,00	930.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>257.938,32</b>	<b>111.800,96</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		144.145,67	718,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		113.792,65	111.082,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>108.437,93</b>	<b>286.349,36</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		108.437,93	286.349,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.280.978,55</b>	<b>1.359.412,32</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>943.066,57</b>	<b>1.126.711,25</b>
Ordinária		943.066,57	1.126.711,25
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>114.253,54</b>	<b>124.263,14</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		460,89	13.180,83
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		113.792,65	111.082,31
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>223.658,44</b>	<b>108.437,93</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-TJZX-250872950 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:55





# FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		223.658,44	108.437,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.280.978,55</b>	<b>1.359.412,32</b>

## Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:55:56

Notas:

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO  
Tesorero  
CPF: 712.696.229-00

GILBERTO ANTONIO ROMANI  
Diretor Superintendente  
CPF: 692.593.809-87

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-TJZX-250872950 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:55



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 11/2017**

Publicação Nº 1459509

Pág 1 / 2

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>148.466,53</b>	<b>109.363,71</b>
Ordinária		148.466,53	109.363,71
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>3.597.000,00</b>	<b>4.084.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		3.597.000,00	4.084.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>546.001,85</b>	<b>329.422,34</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		344.346,78	51.729,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados		790,13	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		200.864,94	277.692,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>88.162,27</b>	<b>77.936,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		88.162,27	77.936,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>4.379.630,65</b>	<b>4.601.222,90</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>3.617.383,51</b>	<b>4.116.582,02</b>
Ordinária		3.336.783,51	3.832.082,02
Vinculada		280.600,00	284.500,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	85.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>223.430,13</b>	<b>311.478,61</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.565,19	31.285,99
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	2.500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		200.864,94	277.692,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>538.817,01</b>	<b>88.162,27</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-KSVC-250872990 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

13/12/2017 14:56

**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		538.817,01	88.162,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>4.379.630,65</b>	<b>4.601.222,90</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:56:37

Notas:

GIL ARTIFON  
Ordenador de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-KSVC-250872990 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

13/12/2017 14:56

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 11/2017**

Publicação Nº 1459500

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>430.884,92</b>	<b>784.540,00</b>
Ordinária		46.719,66	30.561,81
Vinculada		384.165,26	753.978,19
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>2.026.400,00</b>	<b>1.551.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		2.026.400,00	1.551.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>687.505,77</b>	<b>98.157,16</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		606.578,00	26.198,41
Inscrição de Restos a Pagar Processados		8.643,98	6.523,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.283,79	65.435,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>542.994,64</b>	<b>361.041,95</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		542.994,64	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.687.785,33</b>	<b>2.794.739,11</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.628.227,96</b>	<b>2.151.545,41</b>
Ordinária		2.026.845,94	1.545.220,99
Vinculada		601.382,02	606.324,42
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>107.889,02</b>	<b>100.199,06</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.251,12	34.763,50
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		13.354,11	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		72.283,79	65.435,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>951.668,35</b>	<b>542.994,64</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-XACV-250873063 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

13/12/2017 14:57

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		951.668,35	542.994,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.687.785,33</b>	<b>2.794.739,11</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:58:03

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-XACV-250873063 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

13/12/2017 14:57

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 11/2017**

Publicação Nº 1459496

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017

Pág 1 / 2



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>204.462,93</b>	<b>119.551,77</b>
Ordinária		14.894,69	20.591,31
Vinculada		189.568,24	98.960,46
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>100.090,00</b>	<b>190.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		100.090,00	190.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>157.170,42</b>	<b>438,90</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		135.054,16	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		21.699,41	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		416,85	438,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>413.196,34</b>	<b>183.925,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		413.196,34	183.925,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>874.919,69</b>	<b>493.916,25</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>338.968,52</b>	<b>80.281,01</b>
Ordinária		222.062,57	75.209,57
Vinculada		116.905,95	5.071,44
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>416,85</b>	<b>438,90</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		416,85	438,90
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>535.534,32</b>	<b>413.196,34</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-ORGC-250873028 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:57

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		535.534,32	413.196,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>874.919,69</b>	<b>493.916,25</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:57:14

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-QRGC-250873028 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:57

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 11/2017**

Publicação Nº 1459512

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>33.153.373,74</b>	<b>36.560.270,18</b>
Ordinária		808.165,27	669.792,38
Vinculada		32.345.208,47	35.890.477,80
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>22.758.000,00</b>	<b>35.550.164,32</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		22.758.000,00	35.550.164,32
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>9.027.180,53</b>	<b>5.930.178,44</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		4.793.148,83	1.145.329,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados		88.017,17	282.870,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.146.014,53	4.501.978,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>10.436.802,73</b>	<b>3.996.111,50</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.436.802,73	3.996.111,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>75.375.357,00</b>	<b>82.036.724,44</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>61.854.104,67</b>	<b>65.634.572,80</b>
Ordinária		27.933.808,02	27.631.250,76
Vinculada		33.920.296,65	38.003.322,04
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>5.092.627,54</b>	<b>5.965.348,91</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		663.742,78	1.216.063,21
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		282.870,23	247.307,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.146.014,53	4.501.978,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>8.428.624,79</b>	<b>10.436.802,73</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-EFRI-250872928 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:55



**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.428.624,79	10.436.802,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>75.375.357,00</b>	<b>82.036.724,44</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:55:47

Notas:

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-EFRI-250872928 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

13/12/2017 14:55

**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 11/2017**

Publicação Nº 1459514

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017

Pág 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>173.981.679,63</b>	<b>178.140.453,83</b>
Ordinária		109.659.604,12	110.385.572,63
Vinculada		64.322.075,51	67.754.881,20
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>753.819,19</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	753.819,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>28.414.373,58</b>	<b>25.033.375,83</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		10.815.928,29	7.187.814,12
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.631.930,81	355.811,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.966.514,48	17.489.750,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>21.673.030,02</b>	<b>23.053.793,28</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.673.030,02	23.053.793,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>224.069.083,23</b>	<b>226.981.442,13</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>122.297.552,11</b>	<b>131.792.733,70</b>
Ordinária		57.454.147,79	58.637.915,94
Vinculada		64.843.404,32	73.154.817,76
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>34.218.374,00</b>	<b>47.592.164,32</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		34.218.374,00	47.592.164,32
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>21.537.134,37</b>	<b>25.923.514,09</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.834.987,07	7.608.887,01
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		368.006,20	331.839,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.334.141,10	17.982.787,13
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>46.016.022,75</b>	<b>21.673.030,02</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-SKKC-250872856 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

13/12/2017 14:54

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		46.016.022,75	21.673.030,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>224.069.083,23</b>	<b>226.981.442,13</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 13/12/2017, Hora emissão 14:54:57

Notas:

JACIR HERMINIO MAZOCO  
Secretário Municipal de Finanças

ROGERIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito

MARLON DE LAI DENECA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-SKKC-250872856 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

13/12/2017 14:54

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 876/2017

Publicação Nº 1460857

DECRETO Nº 876/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro de sua família a Servidora Municipal, Sra. DAIANE DOS REIS, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental - Inglês, com carga horária de 20h (vinte horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 12/12/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 877/2017

Publicação Nº 1460859

DECRETO Nº 877/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. LUCIMAR DE LOURDES BOFF PEDERSSETTI ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, matrícula nº 27903, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 878/2017

Publicação Nº 1460861

DECRETO Nº 878/2017

“DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL NA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 697/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o inciso VII ao artigo 1º do Decreto nº 697/2017, de 11/10/2017, para incluir a servidora abaixo discriminada na Comissão Responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social do Município de Cordilheira Alta, conforme segue:

VII - Ivanete Lourdes Pederssetti.

Art. 2º Fica prorrogado até o mês de março de 2018 o prazo contido no artigo 4º do Decreto nº 697/2017, de 11/10/2017, para finalização do Plano Municipal de Assistência Social do Município de Cordilheira Alta.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam todas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 13 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 879/2017

Publicação Nº 1460863

DECRETO Nº 879/2017

“ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 870/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 870/2017 de 07 de dezembro de 2017 no seguinte termo:

**ONDE SE LÊ:**

Art. 1º Conceder o Servidor municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de médico Especialista Geriatria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 28/12/2017.

**LEIA-SE:**

Art. 1º Conceder o Servidor municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de médico Especialista Geriatria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 27/12/2017.

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 13 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 880/2017**

Publicação Nº 1460864

**DECRETO Nº 880/2017**

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde a Servidor Municipal, Sra. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº489001, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 881/2017**

Publicação Nº 1460865

**DECRETO Nº 881/2017**

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dias de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro da Família, da Servidora Municipal, Sra. ONEIDE APARECIDA BIANCHET PEREIRA, ocupante do cargo de Professor, Matrícula nº1348302, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 13/12/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO Nº 882/2017**

Publicação Nº 1460867

**DECRETO Nº 882/2017**

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DECRETO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto n. 726/2017, de 30 de Outubro de 2017, que altera o horário da Servidora Municipal SUSANA Guarni Belleboni, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n. 1354901, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 12/12/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 14 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

## DECRETO Nº 883/2017

Publicação Nº 1460869

DECRETO Nº 883/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. ROSANE MARAGA ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº610703, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 14 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

## DECRETO Nº 884/2017

Publicação Nº 1460885

DECRETO Nº 884/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. IVANETE LOURDES PEDERSSETI ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, matrícula nº 627204, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 14 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

## EXTRATO EDITAL PROC. 140/2017 PPR 70/2017

Publicação Nº 1459075

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através de seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 140/2017

Pregão Presencial RP n. 70/2017

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E DE RE-CREACÃO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE CULTURA E ESPORTE, DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações constantes no anexo “A” deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 29/12/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29/12/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 15 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 69/2017

Publicação N° 1460815

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 69/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LIMPEZA COM ROÇADA E LIMPEZA DE SARGETA DE TRECHO DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega dos envelopes: Até às 08h00min do dia 29/12/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 29/12/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 49 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 15 de dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 060/2017

Publicação Nº 1458700

#### CONTRATO Nº 060/2017

MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.093/0001-09, com endereço na Rua Porto Alegre nº. 47 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ademir Madella, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Nova Prata, Centro, deste município, portador do CPF nº 422.871.629-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE. A. J. SCHNEIDER & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.966.828/0001-12, e Insc. Estadual sob o nº 256.777.071 com sede na Rua Adair G. Zilio, 396, Bairro N.S. Lourdes, na cidade de Joaçaba, SC, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Sr. Antonio Julio Schneider, portador da Cédula de Identidade nº 6040009786 expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF-MF sob o nº 452.826.250-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório nº. 040/2017, Dispensa de Licitação nº. 007/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a realização de um curso que visa oferecer a Motoristas e Operadores, um conjunto de ferramentas técnicas, teóricas e práticas de fácil entendimento, para aplicações em Veículos, Máquinas Agrícolas e industriais automotrizes, propondo alternativas econômicas de organização e de segurança, bem como de autotécnicas de manutenção, regulagem e operação, para elevar o nível de eficiência da produção da administração pública municipal de Coronel Martins - SC.

1.2. O curso deverá ser ministrado para um grupo de até 30 operadores e motoristas, ter duração mínima de 16 (dezesesseis) horas, e abordar os seguintes assuntos técnico-práticos: Tecnologias de novos veículos; Segurança na Operação; Uso correto dos instrumentos de comando; Manutenção diária; Manutenção periódica; Regulagens; Práticas de campo com revisão do Sistema de Refrigeração, Lubrificação, alimentação e elétrico das máquinas e veículos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. O curso deverá ser realizado em dois dias, o primeiro a ocorrer em 19/12/2017, em local a ser disponibilizado pela CONTRATANTE, e o segundo em 20/12/2017.

2.2 – O Curso deverá ser desenvolvido em uma reunião teórica com duração mínima de 08(oito) horas, e em uma reunião prática, a ser realizada na garagem de máquinas da CONTRATANTE, com duração mínima de 08(oito) horas.

2.3 – Durante a reunião prática, a CONTRATANTE deverá disponibilizar as máquinas de sua frota, juntamente com seus respectivos jogos de chaves. Havendo a necessidade de fazer substituição de líquidos lubrificantes ou de peças, esses devem ser adquiridos pela CONTRATANTE no comércio ou na CONTRATADA e podem ser substituídos pelos operadores participantes do curso.

2.4 - As despesas de deslocamento, refeições, pernoites e outras, com os profissionais da Contratada, serão de responsabilidade exclusiva desta.

2.5. O curso deverá ser ministrado pelo profissional Prof. Antonio Julio Schneider, com formação específica na área em questão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela prestação dos serviços citados na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

4.2. A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá à Conta da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2017.

4.3. Nos preços ora contratados já estão incluídas todas as vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados, e qualquer outra despesa que eventualmente incidam sobre a execução do objeto do presente contrato, não incluída despesas com alimentação dos operadores participantes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Prefeitura Municipal de Coronel Martins – SC efetuará o pagamento dos serviços deste contrato, a CONTRATADA no prazo de até 10 dias após a prestação dos serviços e apresentação das respectivas notas fiscais, por parte da CONTRATADA, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização dos serviços prestados.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido na Cláusula Quinta, desde que a execução do objeto deste Contrato tenha sido devidamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.1.2. Fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, objeto do presente termo.

7.1.3. Material instrucional como óleo lubrificante, filtros, aditivos de radiador, etc.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Executar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados neste Instrumento.

8.1.2. Responsabilizar-se integralmente por qualquer acidente do qual possam ser vítimas as pessoas, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

8.1.3. Aceitar, integralmente, a fiscalização a ser adotada pela CONTRATANTE.

8.1.3.1. A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

8.1.4. Cumprir todos os horários e cronogramas estabelecidos sob pena de multa e, conforme o caso, rescisão contratual.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATANTE executará a fiscalização dos serviços prestados, objeto deste Contrato, através da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

10.2. A rescisão contratual poderá ser:

10.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, e também quando comprovadas denúncias contra a CONTRATADA por maus tratos, discriminação de participantes, ou ainda de cobrança de tarifas;

10.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

11.2. Pelo atraso injustificado na execução deste Contrato:

11.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a ser descontada no valor a ser pago após a execução do objeto limitada ao total de 20% (vinte por cento), cumulável com as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93;

11.3. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato:

11.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, cumulável com as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93;

11.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial deste Contrato, constante da Cláusula Quarta.

11.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte sem autorização da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão, conforme preceitua o inciso IX, do Art. 55, combinando com o Art. 77, ambos da lei nº 8.666/93.

14.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que tudo assistiram.

Coronel Martins, SC, em 08 de dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Contratante

ANTONIO JULIO SCHNEIDER

A. J. SCHNEIDER & CIA LTDA

Contratado

Visto pelo Assessor Jurídico: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916 \_\_\_\_\_

Testemunhas:

Lucas Cuchi

Mat. PMCM nº 1093

Daniela Smaniotto

Mat. PMCM nº 1092

## LEI COMPLEMENTAR Nº 049/2017

Publicação Nº 1458694

LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 045 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 94, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Os incisos I, II, III, IV e V do Art. 2º da Lei Complementar nº 045, de 17 de dezembro de 2015, passam a ter a seguinte redação:



I – 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de Artes Marciais, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais;

II – 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de Canto Coral, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais;

III - 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de instrumentos (violão, acordeom, teclado entre outros, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais;

IV - 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de Dança, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais;

V - 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de Teatro, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas semanais;

Art. 2º Fica incluído o inciso VI no 2º da Lei Complementar nº 045, de 17 de dezembro de 2015:

VI – 01 (um) cargo de Facilitador de Oficina de artesanato, com carga horário de 16 (dezesesseis) horas semanais.

Art. 3º A tabela do Art. 4º da Lei Complementar nº 045, de 17 de dezembro de 2015, passa a ter a seguinte composição:

CARGO	CÓD.	C.H	VAG.	OCUP.	LIVR.	VENC. R\$
Facilitador de Oficina de Artes Marciais	60041	16	01	00	01	800,00
Facilitador de Oficina de Canto Coral	60042	16	01	00	01	800,00
Facilitador de Oficina de instrumentos	60043	16	01	00	01	800,00
Facilitador de Oficina de Dança	60044	16	01	00	01	800,00
Facilitador de Oficina de artesanato	60045	16	01	00	01	800,00

Art. 4º Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 045, de 17 de dezembro de 2015, nos moldes ora proposto.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,

24 de novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

#### ANEXO I – Atribuições dos Cargos

##### 1. FACILITADOR DE OFICINA DE ARTES MARCIAIS (Habilitação: ensino médio e cursos específicos na área)

###### Atribuições:

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos de qualquer modalidade de artes marciais, lutas, esportes de contato e esportes de combate;
- Elaborar planos, programas e projetos educacionais;
- Participar das atividades promovidas pelas instituições de ensino, com apresentações dos alunos;
- Realizar treinamentos na área de esportes e atividades físicas, assim como desenvolver as práticas complementares de cidadania, ética e moral;
- Planejar cursos, aulas e atividades escolares;
- Avaliar o processo de ensino e aprendizagem e seus resultados;
- Registrar práticas escolares de caráter pedagógico e desenvolver atividades de estudo;
- Transmitir todos os passos e técnicas da arte que ensina;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais, representando o Município;
- Zelar pela conservação e guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais, bem como do espaço físico a ser utilizado.

##### 2. FACILITADOR DE OFICINA DE CANTO/CORAL (Habilitação: ensino médio e cursos específicos na área)

###### Atribuições:

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos sobre a história da música e teoria musical;
- Acompanhar e supervisionar o trabalho de cada aluno, apontando e corrigindo falhas, para assegurar a eficiência da aprendizagem;
- Avaliar os resultados obtidos para verificar o aproveitamento e o grau de qualificação dos alunos;
- Compreender e aplicar os fundamentos do canto: saúde vocal, relaxamento corporal e de postura, respiração, dicção, articulação, exercícios de técnica vocal, projeção vocal, impostação, preparação de palco, divisão e classificação vocal;
- Preparar o repertório para ensaios e apresentações;
- Estimular o desenvolvimento de atitudes positivas, entre elas o respeito, a cidadania, solidariedade e civismo;
- Elaborar planos, programas e projetos educacionais;
- Participar das atividades promovidas pelas instituições de ensino, com apresentações dos alunos;
- Transmitir todos os passos e técnicas da arte que ensina;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais, representando o Município;
- Zelar pela conservação e guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais, bem como do espaço físico a ser utilizado.

**3. FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTOS (violão, acordeom, teclado entre outros - Habilitação: ensino médio e cursos específicos na área)****Atribuições:**

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos sobre a história da música e teoria musical;
- Realizar afinações de instrumentos;
- Desenvolver a concentração e a percepção musical dos alunos;
- Repassar noções de leitura de partituras, conhecimento do instrumento, técnicas de treinamento que proporcione o desenvolvimento musical e a capacidade de executar música com o violão, teclado, acordeon ou outros;
- Preparar repertório para ensaios e apresentações;
- Estimular o desenvolvimento de atitudes positivas, entre elas o respeito, a cidadania, solidariedade e civismo;
- Elaborar planos, programas e projetos educacionais;
- Participar das atividades promovidas pelas instituições de ensino, com apresentações dos alunos;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais, representando o Município;
- Zelar pela conservação e guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais, bem como do espaço físico a ser utilizado.

**4. FACILITADOR DE OFICINA DE MONITOR DE TEATRO****Atribuições:**

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos sobre a arte do teatro seus sentimentos, seus sonhos, além de proporcionar integração aprendizagem do trabalho em grupo;
- Montar e apresentar esquetes e peças teatrais com os participantes;
- Elaborar cenários;
- Seguir etapas como: formação do grupo, escolha do texto, ensaio, criação do figurino e dos cenários;
- Elaborar planos, programas e projetos educacionais e participar das atividades promovidas pelas instituições de ensino, com apresentações dos alunos;
- Transmitir todos os passos e técnicas da arte;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais, representando o Município;
- Zelar pela conservação e guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais, bem como do espaço físico a ser utilizado.

**5. FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA****Atribuições:**

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos sobre a arte da dança;
- Motivar e promover o espírito de grupo;
- Ensinar técnicas de dança, improvisação, criação, composição e análise do movimento, executando-a por meio de movimentos, optando pela dança clássica, moderna, contemporânea, folclórica ou popular;
- Transportar as ideias e imagens para a linguagem coreográfica, imprimindo intenções, sensações e emoções, dando qualidade interpretativa ao movimento através do corpo;
- Iniciar e incentivar os alunos na prática da dança visando o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção de boas condições físicas e mentais;
- Orientar a escolha musical e debater suas repercussões sociais;
- Transmitir todos os passos e técnicas da arte;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais, representando o Município;
- Zelar pela conservação e guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais, bem como do espaço físico a ser utilizado.

**6. FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO (Habilitação: ensino médio e cursos específicos na área)****Atribuições:**

- Ministrar atividades de conhecimentos teóricos e práticos sobre o artesanato;
- Motivar e promover o espírito de grupo;
- Ter habilidade e ensinar técnicas de artesanato (como: bordado, bordado em patchcolagem, crochê, macramê, tricô, ponto cruz, pintura em tecidos e em emborrachados, artesanato em jornal e experiência com recicláveis dentre outras tipos de artesanatos);
- Incentivar os alunos a prática da criatividade visando o desenvolvimento pessoal e psicossocial;
- Viabilizar a participação dos aprendizes em eventos locais e/ou regionais, apresentando os artesanatos realizados;
- Zelar pela conservação e guarda dos materiais utilizados, bem como do espaço físico a ser utilizado.

**PORTARIA Nº 180/2017**

Publicação Nº 1458683

PORTARIA Nº. 180, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 03/01/2018 á 17/01/2018.

Nome Cargo Referência

Lodacir Spricigo Motorista 01/08/2016 á 31/07/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 181/2017**

Publicação Nº 1458685

PORTARIA Nº. 181, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias a partir do dia 03/01/2018 á 01/02/2018.

Nome Cargo Referência

Talita Scheffer Gitrone Enfermeiro 02/06/2016 á 01/06/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 182/2017**

Publicação Nº 1458686

PORTARIA Nº. 182, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias a partir do dia 03/01/2018 á 01/02/2018.

Nome Cargo Referência

Luciana Peruzzo Basi Servente 13/04/2016 á 12/04/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de Dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.



**PORTARIA Nº 183/2017**

Publicação Nº 1458688

PORTARIA Nº. 183 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ  
 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2018 Á 01/02/2018

NOME	CARGO	REFERENCIA
Adriana Salette Madella Buratto	Professor	05/07/2016 á 04/07/2017 (15 dias)
Loreci Maria Garbin Pozzer	Professor	03/01/2017 á 02/01/2018
Lucimara Bolzan May	Professor	02/01/2017 á 01/01/2018
Raquel Adriana Souza	Professor	01/08/2016 á 31/07/2017
Maria Lucia Marchetti Picetti	Professor	01/08/2016 á 31/07/2017
Neiva Teresinha Ghidini	Professor/ Diretor Geral	02/01/2017 á 01/01/2018

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
 em 13 de Dezembro de 2017.  
**ADEMIR MADELLA**  
 Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

**GIUVANI SCHUSTER**  
 Secretario de Administração Planejamento e Finanças

**PORTARIA Nº 184/2017**

Publicação Nº 1458691

PORTARIA Nº. 184 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ  
 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

/

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2018 Á 01/02/2018

NOME	CARGO	REFERENCIA
Gilmar Belatto	Motorista	18/07/2016 á 17/07/2017
Josimar Beker	Motorista	02/06/2016 á 01/06/2017
Josuel de Oliveira	Motorista	02/06/2016 á 01/06/2017
Paulo Roberto da Silva	Motorista	04/05/2016 á 03/05/2017
Karina Pinheiro	Servente	02/06/2016 á 01/06/2017
Rafaela Picchi Moreira	Servente	27/03/2016 á 26/03/2017
Sidineia Biazin	Servente	01/09/2016 á 31/08/2017
Silvana Basi Karacek	Servente	02/06/2016 á 01/06/2017
Simone Zeviescki	Servente	02/06/2016 á 01/06/2017
Loreni Castro dos Santos	Servente	24/03/2016 á 23/03/2017
Marizete do Prado	Servente	01/09/2016 á 31/08/2017

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
 em 13 de Dezembro de 2017.  
**ADEMIR MADELLA**  
 Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

**GIUVANI SCHUSTER**  
 Secretario de Administração Planejamento e Finanças

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1460466

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018  
 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Para o cumprimento do disposto no art. 47 e 48 da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, este processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de Micro empresa e empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº123/06 e nº147/14).

O Município de Coronel Martins – SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, no dia 29 de Dezembro de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, com base nas Leis nº. 123/06, 147/14, 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL, referente à contratação de empresa especializada para recuperação e fornecimento de peças originais de trator sob esteiras FIATALLIS FD9, ano de fabricação 1989, de uso da Secretaria Municipal de Transportes e obras do município de Coronel Martins, SC, com garantia mínima das peças e serviços prestados de 01 ano, com montagem obrigatoriamente na Garagem Municipal de Coronel Martins, de acordo com as especificações contidas no Anexo “D” do presente Edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 15 de dezembro de 2017.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1460496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Coronel Martins – SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nº. 123/06, 147/14, 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 29 de Dezembro de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para prestação de serviços de horas maquina de trator de pneus com potência mínima de 75CV com ensiladeira e carretão acoplados para produção de silagem de milho e horas maquina de trator de pneus com potência mínima de 75CV para transporte de silagem produzida para os agricultores do município, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 13:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 15 de dezembro de 2017.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 035/2017**

Publicação Nº 1458837

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 035/2017 REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 2016TR1371.

MÊS/ANO:2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O Objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do Prazo de Vigência do Convênio nº 2016TR1371 para até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC nº 21.916

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 05.593.175/0001-73

CONTRATADA: AGENCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADR –  
SÃO LOURENÇO DO OESTE



# Correia Pinto

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 13/2017 - CMDCA

Publicação Nº 1460648

#### RESOLUÇÃO 13/2017- CMDCA

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre projetos apresentados na forma da resolução 10/2017 que regulamentou o chamamento público através do Edital 003/2017 – FIA destinado a seleção de projetos para realização de evento NATALINO para crianças do município. O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere em especial os dispositivos do Edital 003/2017,

Considerando a necessidade de designar membros para integrar a comissão de avaliação e planejamento de projetos para avaliar projetos que sejam eventualmente apresentados no atendimento as previsões do Edital 003/2017 devidamente publicado:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre projetos a serem apresentados por organizações buscando a captação de recursos através da formalização de parcerias atendendo ao Edital 003/2017 os conselheiros:

#### Governamentais:

- Silvia Cardoso dos Santos;
- Joelma Neto de Liz;
- Edenize de Fátima Rosa Nascimento;

#### Não-governamentais

- Luzia Duarte;
- Rosimere da Silva Madruga Martins;
- Dercedes Biazibetti.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do projeto.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Correia Pinto, 06 de dezembro de 2017.

Eder Mesquita  
Coordenador do CMDCA

# Corupá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2017

Publicação Nº 1459028

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/17  
REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS A SEREM DESTINADAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUPÁ – SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Anexo I.  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 18/12/2017 às 09h00min do dia 10/01/2018.  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 10/01/2018.  
APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS – 15/01/2018 – A PARTIR DAS 09h00min NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ SITUADA NA AV. GETÚLIO VARGAS, 443, CENTRO, CORUPÁ – SC.  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).  
HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min  
Telefone (47) 3375-6500  
Corupá, 15 de Dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 1413/17

Publicação Nº 1460236

#### DECRETO Nº 1413/17

FIXA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 529 da Lei Complementar nº 10 de 29 de Setembro de 2009,

CONSIDERANDO o Art. 529 da Lei Complementar Municipal nº 010, de 29/09/09, alterado pelo artigo 24 da Lei Complementar nº 58 de 15 de maio de 2015; que estabelece o reajuste anual para o exercício, aplicando-se no mês de janeiro a atualização monetária;

CONSIDERANDO que o IBGE divulgou o índice definitivo do INPC acumulado de novembro de 2016 a outubro de 2017 como sendo de 1,8300%;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, para o Exercício Fiscal de 2018 em R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de dezembro 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº 1414/17

Publicação Nº 1460261

#### DECRETO Nº 1414/17

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ A REALIZAR PEDÁGIO BENEFICENTE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ a realizar PEDÁGIO BENEFICENTE no dia 16 de dezembro de 2017, com início às 8:00min e término às 13:00min, tendo como responsável o Sr. Christian Herrmann.

Art. 2º - O Pedágio Beneficente será realizado na Avenida Getúlio Vargas (defronte Praça Central); Rua Roberto Seidel (defronte Zehnder Materiais de Construção); Rua Ada Schilomer esquina com a Rua Prefeito Willy Germano Gessner).

Parágrafo único: A realização do Pedágio Beneficente fica condicionada para que o responsável do evento preste informações junto aos órgãos de polícia competentes.

Art. 3º - A autorização para o Pedágio Beneficente não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Trânsito Brasileiro, vedação ao embarço, a fluidez regular do trânsito e demais Leis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

**ERRATA DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017**

Publicação Nº 1458697

**ERRATA DE EDITAL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 263/17  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 114/17, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I, ficando assim determinado:

Onde se lê:

Pg. 15

**16. DA VIGÊNCIA**

16.1 O objeto da licitação tem vigência até 31/12/2018, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

Pg. 38

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

Pg. 43

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1. O presente instrumento contratual entra em vigor no ato de sua homologação, com prazo de vigência até 31/12/2018 ou rescindindo automaticamente se os objetos contratados esgotarem-se antes do prazo previsto que vigora o presente termo contratual.

Leia-se:

Pg. 15

**16. DA VIGÊNCIA**

16.1 O objeto da licitação terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

Pg. 38

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da ata, computados neste prazo, as eventuais prorrogações.

Pg. 43

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1. O presente instrumento contratual entra em vigor no ato de sua homologação, com prazo de vigência de 06 (seis) meses ou rescindindo automaticamente se os objetos contratados esgotarem-se antes do prazo previsto que vigora o presente termo contratual.

Corupá, 15 de Dezembro de 2017.

LÍDIA ROSA VEECK

Pregoeira

**RESOLUÇÃO 007/2017 - CMDCA**

Publicação Nº 1460275

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Lei Municipal n.º 2.178/2015

**RESOLUÇÃO 007/2017**

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão e ou renovação do registro de entidades não-governamentais e inscrição de programas e/ou serviços de atendimento à Criança e ao Adolescente de entidades governamentais e não-governamentais, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.178 de 31 de março de 2015, em conformidade com as deliberações da terceira Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de Novembro de 2017,

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e suas alterações;

Considerando que, consoante o caput do art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990, cabe ao Conselho proceder ao registro das entidades não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente;

Considerando que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho manter a inscrição dos programas de proteção e socioeducativos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não-governamentais, bem como suas alterações, e deles dar ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

Considerando o estabelecido pelo CONANDA através das Resoluções nº 71 e 74, ambas de 2001 e pela Resolução nº 164, de 09 de Abril de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Estabelecer critérios e procedimentos para o Registro de Entidades Não-Governamentais, que executam Programas e Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Corupá, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu Artigo 91.

Art. 2º – Estabelecer critérios e procedimentos para Inscrição de Programas e/ou Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente, desenvolvidos por Organizações Governamentais e Não-Governamentais, no município de Corupá, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu Artigo 90.

## CAPÍTULO I

### DO REGISTRO DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Art. 3º – As Entidades não-governamentais deverão proceder seu registro e inscrever seus programas e/ou serviços no CMDCA de Corupá.

Art. 4º - A entidade não-governamental para obter seu registro no CMDCA, deverá, obrigatoriamente, atender os pressupostos estabelecidos pelo ECA, em seu Artigo 91, devendo planejar e executar programas de proteção destinados a crianças e adolescentes e Socioeducativos, destinados a adolescentes.

§ 1º As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas e/ou serviços, especificando os regimes de atendimento, nos termos do Artigo 90, incisos I a VII e § 1º, da Lei nº 8.069/90, alterado pela Lei 12.010/09, quais sejam:

I - Orientação e Apoio Sociofamiliar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas e/ou serviços que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com oferecimento de tratamento, orientação jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar.

II - Apoio Socioeducativo em Meio Aberto - Entende-se por regime de apoio socioeducativo em meio aberto os programas e serviços que atendem diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e/ou tratamento, acompanhamento ou orientação para crianças ou adolescentes, inclusive as vítimas de ameaças ou violação aos seus direitos.

III - Colocação Familiar - Entende-se por regime de Colocação Familiar os programas e /ou serviços dirigidos às crianças e adolescentes privados da convivência familiar, visando sua inserção em família substituta através do incentivo e apoio a guarda, tutela ou adoção, compreendendo as atividades de cadastramento e preparo das famílias, estudos sociais, campanhas de sensibilização e/ou divulgação e, ainda, a orientação, encaminhamento e acompanhamento dos devidos procedimentos legais.

IV - Acolhimento Institucional - Entende-se por regime de Acolhimento Institucional os programas e/ou serviços que atendem crianças e adolescentes privados de convivência familiar, através do acolhimento provisório e provimento integral das necessidades básicas, observados os critérios dispostos nos artigos 92, 93 e 94 da Lei nº 8.069/90, alterada pela Lei nº 12.010/09 e Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de fevereiro de 2008.

V - Liberdade Assistida - Entende-se por regime de liberdade assistida os programas e/ou serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de "liberdade assistida" ou "prestação de serviços à comunidade" determinada pela autoridade judiciária, observando o disposto no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI - Semiliberdade - Entende-se por regime de semiliberdade os programas e/ou serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de "semiliberdade" determinada pela autoridade judiciária, observando o disposto no artigo 120 da Lei nº 8.069/90.

VII - Internação - Entende-se por regime de internação, medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 2º Estes regimes são compostos por um conjunto de ações especiais com vistas ao acesso ou complementação de políticas públicas na área de proteção, tais como: atividades de acompanhamento e complementação escolar, escolarização alternativa, grupos terapêuticos, psicossociais, de apoio e orientação, atividades lúdicas – pedagógicas, atividades formativas e preparatórias para inserção no mundo do trabalho, atendimento protetivo em abrigo, encaminhamento e acompanhamento em família substituta.

§ 3º As atividades formativas e preparatórias para inserção no mundo do trabalho referem-se ao trabalho protegido, ou seja, trabalhador a partir dos 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade.

Art. 5º - As organizações não-governamentais, com sede em outros municípios, deverão apresentar ao CMDCA seu registro no município de origem, e solicitar a inscrição da entidade, programas e/ou serviços executados pelas mesmas, no município de Corupá.

Art. 6º - A solicitação de registro deverá ser feita através de requerimento dirigido ao presidente do CMDCA, conforme anexo I e demais documentos elencados na seção I, artigo 7º desta Resolução.

#### Seção I

Dos Documentos para Registro das Entidades Não-Governamentais

Art. 7º - As entidades não-governamentais deverão apresentar no ato do protocolo da solicitação de registro junto ao CMDCA, os seguintes documentos:

I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade não-governamental, conforme anexo I desta Resolução;

II - cópia do Estatuto Social da entidade não-governamental, registrado no cartório competente, que estabeleça, entre seus objetivos institucionais, o atendimento à criança e ao adolescente;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente, e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;

IV - declaração de idoneidade do presidente ou representante legal da entidade não-Governamental, com firma reconhecida em cartório competente, conforme anexo II desta Resolução;

V - declaração de antecedentes criminais do presidente ou representante legal da entidade;

VI - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, em situação ativa e atualizada;

VII - cópia autenticada de CPF e RG do Presidente ou Responsável Legal da entidade não-governamental, ou cópia simples dos documentos mediante apresentação do documento original;

VIII - plano de trabalho compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme anexo III desta Resolução;

IX - comprovante de endereço, contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso de imóvel, em caso de utilização de espaços terceirizados.

§ 1º Caso expire o prazo de validade de qualquer um dos documentos mencionados, durante o processo de análise pelo CMDCA, as entidades não-governamentais deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo

de renovação ou do documento atualizado.

§ 2º Os dados bancários serão solicitados após aprovação da entidade, programa e/ou serviço no CMDCA, para os casos que solicitarem recursos financeiros, e obrigatoriamente a conta bancária deverá estar articulada com o CNPJ da entidade, programa e/ou serviço.

## CAPÍTULO II

### DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E/OU SERVIÇOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

Art. 8º - As entidades governamentais e não-governamentais, para a obtenção de inscrição de programas e/ou serviços, deverão atender as disposições estabelecidas nos itens I a VIII do Parágrafo Único, do art. 4º desta Resolução.

Art. 9º - As entidades governamentais ou não-governamentais deverão solicitar a inscrição de seus programas e/ou serviços de atendimento à criança e ao adolescente, após a publicação desta Resolução, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal, conforme Anexo I;

II - cópia do documento, contendo a descrição do Programa e/ou Serviço, a ser inscrito no CMDCA, conforme anexo IV;

III - relatório de atividades desenvolvidas no último exercício, conforme anexo V desta Resolução;

IV - contrato de aluguel ou declaração de cessão de uso, em caso de utilização de espaços terceirizados.

Art. 10º - No que se refere às disposições contidas nos itens V, VI e VII, do Parágrafo Único, do Art. 4º desta Resolução, as entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas e/ou serviços atendendo ao disposto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

#### Seção I

##### Da Análise dos Documentos

Art. 11º - Após análise e aprovação da documentação apresentada, o CMDCA solicitará do Órgão Gestor, responsável pela Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente um parecer que discorrerá sobre as entidades não-governamentais e sua capacidade de desenvolver o programa e/ou serviço apresentado no Plano de Trabalho.

§ 1º Fica estabelecido que o mesmo procedimento será aplicado em relação à inscrição de programas e/ou serviços, desenvolvidos pelas entidades governamentais.

§ 2º O Órgão Gestor da Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento das solicitações, para emitir o parecer.

Art. 12º - Deferidas as solicitações, o CMDCA emitirá o Registro da Entidade não-governamental com validade de 4 (quatro) anos e a inscrição de Programa e/ou Serviços das entidades governamentais e não-governamentais será feita anualmente.

Art. 13º - O registro e a inscrição, referidas no art. 12º desta Resolução, serão submetidos à reavaliação a cada 4 (quatro) anos, mediante solicitação de renovação acompanhada da documentação elencada nos artigos 7º e 9º desta Resolução, que deverá ser apresentada ao CMDCA, no prazo de 90 (noventa) dias antes da data de término da sua vigência.

Parágrafo Único: Caso o CMDCA não conclua a avaliação da documentação protocolada pela entidade governamental ou não-governamental, a validade dos registros e de inscrição ficará automaticamente prorrogada, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 14º - O registro e/ou inscrição poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 15º - Indeferidas as solicitações, as entidades governamentais e não-governamentais poderão interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do indeferimento, mediante notificação pessoal devidamente protocolada ou através de correspondência com Aviso de Recebimento - AR.

Parágrafo Único: Os recursos interpostos serão julgados pelo CMDCA, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento dos mesmos.

Art. 16º - Todas as decisões do CMDCA, referentes ao registro de entidades não-governamentais e a inscrição de programas e/ou serviços das entidades governamentais e não-governamentais, serão comunicadas à autoridade judiciária da comarca de Jaraguá do Sul, Ministério Público e ao Conselho Tutelar de Corupá.

Art. 17º - As entidades não-governamentais registradas, bem como os programas e/ou serviços inscritos no CMDCA, executados por entidades governamentais e não-governamentais, serão submetidas a monitoramento, a cada 06 (seis) meses, constituindo-se critério para continuidade dos mesmos.

Art. 18º - As entidades não-governamentais registradas deverão encaminhar ao CMDCA, até 30 de abril de cada ano, para fins de acompanhamento, o relatório das suas atividades desenvolvidas no ano anterior.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será aplicado às entidades governamentais com programas e/ou serviços inscritos no CMDCA.

#### Seção II

##### Disposições Finais

Art. 19º - Compete ao CMDCA comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar de Corupá, quaisquer irregularidades de que tenha conhecimento, relacionadas às entidades não-governamentais registradas e aos programas e/ou serviços das organizações governamentais e não-governamentais inscritos no referido Conselho.

Parágrafo Único: Após os devidos procedimentos para a verificação de eventuais irregularidades, o CMDCA procederá, se necessário, a suspensão ou cassação do respectivo registro e da inscrição.

Art. 20º - Compete ao CMDCA dar ciência à autoridade judiciária, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar de Corupá, caso tenha conhecimento do funcionamento de entidades governamentais e não-governamentais, em regimes previstos no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem o devido registro e/ou inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corupá.

Art. 21º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Corupá, por meio de resolução própria criará uma comissão paritária, com conselheiros representantes do segmento governamental e da sociedade civil para fiscalizar, avaliar e monitorar as entidades governamentais e não-governamentais, programas e/ou serviços inscritas no CMDCA.

Art. 22º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Corupá, 28 de Novembro de 2017.

Gilberto Kaszubowski

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA



**ANEXO I  
REQUERIMENTO**

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Corupá, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, representante legal da Entidade \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, vem REQUERER, com base na Resolução Normativa nº 007/2017 de 28 de Novembro de 2017:

**1.1 - Informações sobre o Requerimento**

Entidade Governamental - A entidade abaixo qualificada, por meio de seu representante legal, vem requerer/renovar a inscrição dos programas governamentais de atendimento nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos.

( ) 1º Requerimento para inscrição do(s) programa(s)

( ) Renovação da inscrição do(s) programa(s)

Entidade Não-Governamental - A entidade abaixo qualificada, por meio de seu representante legal, vem requerer/renovar registro da entidade e inscrição de programas de atendimento nesse Conselho, conforme os dados abaixo descritos.

( ) 1º Requerimento para registro da entidade e inscrição de programas

( ) Renovação de registro da entidade

( ) Renovação da inscrição do(s) programa(s)

**2 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE****2.1 Informações Gerais**

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Data da Inscrição do CNPJ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Entidade com sede/atuação em outros município? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual(is): \_\_\_\_\_

**2.2 - Inscrição e/ou Certificação**

A entidade possui registro/inscrição nas respectivas esferas dos Conselhos:

Municipal - ( ) Assistência Social ( ) Saúde ( ) Educação ( ) Criança e Adolescente ( ) Idosos ( ) Outros, quais: \_\_\_\_\_

Estadual - Quais? \_\_\_\_\_

Certificações Federais

( ) Ministério de Desenvolvimento Social ( ) Ministério da Saúde

( ) Ministério da Educação

( ) Outros: Quais? \_\_\_\_\_

**2.3 - Dados do Representante Legal**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Formação:

( ) Ensino Fundamental

( ) Ensino Médio

( ) Superior Completo - Curso \_\_\_\_\_

( ) Superior Incompleto - Curso \_\_\_\_\_

( ) Especialização - Curso \_\_\_\_\_

( ) Mestrado - Curso \_\_\_\_\_

( ) Doutorado - Curso \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**3 - CARACTERIZAÇÃO DOS REGIMES DE ATENDIMENTO**

3.1 - Especificar o(s) Regime(s) de Atendimento do(s) programa(s) e/ou serviço(s), nos termos do Art. 90, incisos I a VII e § 1º, da Lei nº 8.069/90, alterado pela Lei nº 12.010/09, quais sejam:

( ) Orientação e Apoio Sociofamiliar - Entende-se por regime de orientação e apoio sociofamiliar os programas e/ou serviços que atendam diretamente as famílias, inclusive as gestantes, com oferecimento de tratamento, assistência jurídica, acompanhamento social ou fornecimento de bens e serviços voltados ao resgate e/ou fortalecimento de vínculos afetivos, superação de situações de conflito familiar e/ou violência, provimento de necessidades básicas ou alternativas de geração de renda familiar.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Apoio Socioeducativo em Meio Aberto - Entende-se por regime de apoio sócioeducativo em meio aberto os programas e serviços que atendem diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura, em período oposto ao escolar e/ou tratamento, acompanhamento ou orientação para crianças ou adolescentes, inclusive as vítimas de ameaças ou violação aos seus direitos.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Colocação Familiar - Entende-se por regime de Colocação Familiar os programas e /ou serviços dirigidos às crianças e adolescentes privados da convivência familiar, visando sua inserção em família substituta através do incentivo e apoio a guarda, tutela ou adoção, compreendendo as atividades de cadastramento e preparo das famílias, estudos sociais, campanhas de sensibilização e/ou divulgação e, ainda, a orientação, encaminhamento e acompanhamento dos devida procedimentos legais.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Acolhimento Institucional - Entende-se por regime de Acolhimento Institucional os programas e/ou serviços que atendem crianças e adolescentes privados de convivência familiar, através do acolhimento provisório e provimento integral das necessidades básicas, observados os critérios dispostos nos artigos 92, 93 e 94 da Lei nº 8.069/90, alterada pela Lei nº 12.010/09 e Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de fevereiro de 2008.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Liberdade Assistida - Entende-se por regime de liberdade assistida os programas e/ou serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de "liberdade assistida" ou "prestação de serviços à comunidade" determinada pela autoridade judiciária, observando o disposto no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Semiliberdade - Entende-se por regime de semiliberdade os programas e/ou serviços que atendem adolescentes autores de ato infracional sob medida socioeducativa de "semiliberdade" determinada pela autoridade judiciária, observando o disposto no artigo 120 da Lei nº 8.069/90.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

( ) Internação - Entende-se por regime de internação, medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Nome do(s) programa(s) vinculado(s) a este regime: \_\_\_\_\_

## 5 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS


Declaro estar ciente das normas e exigências fixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao pedido acima formulado, e peço deferimento.

Corupá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura e Carimbo do representante legal da entidade

USO EXCLUSIVO DO CMDCA	
Recebido: ____/____/____	Parecer da Comissão: _____
Assinatura	Assinatura dos membros: _____
Aprovado em reunião do CMDCA em: ____/____/____.	



**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE****PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome), \_\_\_\_\_ (nacionalidade),  
\_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (cidade), na qualidade de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (função) da Entidade \_\_\_\_\_ (nome da entidade), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
estabelecida na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (cidade), declaro conforme preconiza o art. 91, § 1º, alínea "d", do Estatuto  
da Criança e do Adolescente - ECA, que não possuo antecedentes civis e criminais, comprovado na forma do art. 7º, IV, alíneas "a" a "d".  
Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Corupá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Nome legível do Responsável Legal da Entidade

Assinatura do Responsável Legal da Entidade

**ANEXO III**  
**PLANO DE TRABALHO/AÇÃO**

O Plano de Trabalho/Ação é um planejamento global da entidade e deve ser apresentado ao CMDCA de Corupá anualmente.

**1- DADOS GERAIS DA ENTIDADE****1.1 Caracterização da entidade:**

Nome da entidade:
Dados da Sede: ( ) Própria ( ) Cedida ( ) Alugada
Horário de Funcionamento:
Dias da semana:

1.2 Abrangência territorial: especificar o território de abrangência (bairros de Corupá e/ou municípios vizinhos).

1.3 Infraestrutura: Informar aspectos gerais dos espaços físicos da sede da entidade, assim como das filiais/subsedes (salas, recepção, quartos, etc).

1.4 Recursos financeiros previstos: Informar a origem e valores dos recursos financeiros previstos para manutenção da entidade, anualmente:

Origem	Valor
Promoções Próprias	R\$
Doações Diversas	R\$
Mensalidade/anuidades dos associados	R\$
Repasse Municipal (Convênios, subvenção social)	R\$
Repasse Estadual (Convênios, subvenção social)	R\$
Repasse da União (Convênios, subvenção social)	R\$
Outros (Discriminar)	R\$

**2 - DADOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS OU PROGRAMAS**

(Para cada serviço ou programa, preencher os dados relacionados a parte II deste anexo)

Nome do serviço ou programa:
Endereço de onde é executado o serviço ou programa:
Bairro:
Dias da Semana que é executado o serviço ou programa:
Horário em que é executado o serviço ou programa:

**2.1 Objetivo Geral:**

Descrever qual a finalidade geral do programa, levando em consideração os resultados junto ao público-alvo que se pretende alcançar.

**2.2 Público-Alvo:**

Citar quem é o público-alvo do serviço ou programa, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como idade, fases da vida.

**2.3 Forma de acesso da criança/adolescente ao programa:**

(Assinalar a forma de acesso das crianças/adolescentes ao Programa)

( ) Por procura espontânea

( ) Por busca ativa

- ( ) Por encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS  
( ) Por encaminhamento do Centro Especializado da Assistência Social - CREAS  
( ) Por encaminhamento de outra (s) entidade (s) da rede socioassistencial  
( ) Por encaminhamento de outra política pública e/ou Sistema de Garantia de Direitos

**2.4 Capacidade de atendimento:**

Indicar o número total de vagas que podem ser disponibilizadas as crianças ou adolescentes e famílias atendidas no município.

**2.5 Metas e Ações (Descrever o que se pretende realizar no ano)**

Meta (s)	Ação (ões)

**3- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES**

Descrever de que forma se dará o monitoramento e avaliação do trabalho, que possibilite observar se os objetivos foram alcançados junto as crianças/adolescentes e/ou rede de serviços.

Corupá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo do Representante Legal da Entidade

**ANEXO IV****MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E/OU SERVIÇOS  
PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE****1 - Identificação****1.1 - Nome do Programa e/ou Serviço:**

Citar o nome do programa desenvolvido com crianças ou adolescentes.

**1.2 - Nome da Entidade:**

Citar o nome da entidade responsável pela coordenação do programa.

**1.3 - Endereço:**

Citar o endereço e horários onde o programa é executado. Caso no local não haja telefone e endereço eletrônico, colocar o mesmo da entidade.

**1.4 - Responsável pelo Programa e/ou Serviço:**

Citar o nome da pessoa responsável pela coordenação do programa e/ou serviço e sua função no mesmo.

**1.5 - Situação do Imóvel:**

Citar a situação do imóvel onde o programa e/ou serviço é executado e o espaço total construído que o programa e/ou serviço utiliza.

**2 - Programas de Atendimento:****2.1 - Regime de Atendimento:**

Especificar o regime de atendimento, conforme especificado no artigo 90 do ECA.

**2.2 - Objetivo do programa e/ou Serviço:**

Citar o objetivo geral.

**2.2.1 - Objetivo Específicos do Programa:**

Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

**2.3 - Critérios usados para ingresso no programa e/ou serviço:**

Citar quais as formas de ingresso de crianças e adolescentes, no programa e/ou serviço.

**2.4 - Fundamentação/proposta pedagógica (poderá ser anexada):**

Fazer uma síntese da concepção do atendimento desenvolvido. O importante é expressar com clareza a concepção adotada.

**2.5 - Metodologia de Atendimento:**

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para a realização das ações planejadas.

**2.6 - Crianças e Adolescentes atendidos:**

Especificar o número de crianças e/ou adolescentes atendidos e sua faixa etária, sexo e período (matutino e vespertino) em que os grupos

são atendidos. Nas observações acresça o que considerar relevante.

**2.7 - Capacidade de atendimento:**

Especificar a capacidade total de atendimento do programa e/ou serviço, sua faixa etária, sexo, período (matutino e vespertino) em que os grupos são atendidos. Nas observações acresça o que considerar relevante.

**3 - Atividades desenvolvidas pelo programa e/ou serviço:**

Citar as estratégias, quais atividades são desenvolvidas e com que regularidade (diária, semanal, mensal, etc), tanto com as famílias quanto com as crianças e adolescentes.

**4 - Política de formação:**

Descrever qual a proposta do programa para qualificar seus profissionais. Se há ou não previsão de atividades formativas (cursos, seminários, encontros, palestras, etc), se houve participação do programa e/ou serviço neste tipo de atividade nos últimos 06 (seis) meses.

**5 - Recursos Humanos:**

Preencher o quadro citando o número de profissionais que existem, a função que exercem, a formação escolar (até que série ou ano cursou e o curso em que se formou), a carga horária semanal de trabalho e o vínculo da pessoa com a entidade (voluntário, estagiário, bolsista, funcionário, cedido, etc.).

Nome	Formação	Função	Carga Horária Semanal	Vínculo empregatício

**6 - Relações externas estabelecidas:**

**6.1 - Existem parcerias/articulações nas atividades propostas:**

Deve-se assinalar "sim" ou "não" e, em caso afirmativo, se estas parcerias ou articulações são sistemáticas, isto é, sempre realizadas, previstas no planejamento ou assistemáticas, quando elas ocorrem eventualmente, sem terem sido previstas no plano de ação da entidade.

**6.1.1 - Com quem:**

Descrever todas as entidades, grupos, instituições ou órgãos públicos que são parceiros/articulados com o programa.

**6.1.2 - Que tipo de atividades:**

Devem-se registrar as ações desenvolvidas em conjunto, como reuniões, eventos formativos, denúncias, manifestações, passeios, publicações e troca de informações sobre casos.

**7 - Convênios:**

Especificar os convênios que mantém o programa e/ou serviço com o valor dispendido de cada um deles.

**8 - Outras informações:**

Preencher conforme a necessidade.

Corupá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo programa e/ou serviço

ANEXO V  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PROGRAMA E/OU SERVIÇO

Nome: \_\_\_\_\_

**1 - Principais Atividades realizadas**

**2 - Atividades previstas e não realizadas com justificativa**

**3 - Avaliações (qualitativa e quantitativa)**

a) Alcance dos objetivos - indicadores de resultado

b) Impacto

c) Efetividade do processo

d) Dados Estatísticos / gráficos

Assinatura e nome legível do responsável pela entidade, programa e/ou serviço

Local e data, \_\_\_\_\_

ANEXO VI

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº \_\_\_\_\_

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corupá, no uso de suas atribuições, concede o registro da Entidade, Programa e/ou Serviço abaixo descrita, conforme estabelece a Resolução Normativa nº 007/2017 de 28 de Novembro de 2017:

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		
Denominação:		
Endereço:		
Número:	Bairro:	Município:
Estado:	CEP:	
E-mail:	Telefone:	
CNPJ:		

Corupá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Presidente do Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e Adolescente de Corupá**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 099/2017**

Publicação Nº 1458916

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 259/2017

Dispensa de Licitação nº 099/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 259/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 099/2017, da pessoa jurídica denominada ALCENI KLODZISKI 05173023902 - HERMANN SONORIZAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 23.524.933/0001-83, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA "PROGRAMAÇÃO DE NATAL DE CORUPÁ", NAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 15 de Dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 098/2017**

Publicação Nº 1458990

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº 252/2017

Dispensa de Licitação nº 098/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 252/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 098/2017, da pessoa jurídica denominada EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, inscrita no CNPJ sob nº 83.052.191/0010-53, para o cumprimento do objeto, qual seja, a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA AMBIENTAL, NOTADAMENTE PARA A ELABORAÇÃO DE "LAUDO DE INTERPRETAÇÃO DE ANÁLISE DE SOLO", NAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELO SETOR REQUISITANTE", tendo como valor total para contratação, a monta de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: "A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93".

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 14 de Dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO Nº 110/2017.

Publicação Nº 1460333

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 2133/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 110/2017, com julgamento por item, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA TREINAMENTO DE ATLETAS NAS CATEGORIAS FEMININO E MASCULINO DE FUTEBOL DE SALÃO. Os envelopes serão recebidos até dia 29/12/2017, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 119/2017

Publicação Nº 1460877

DECRETO N.º 119/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 98.000,00(Noventa e Oito Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	01
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura	2.053
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.34.000000- (180)
		Valor
		98.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 10.34 – Transferências de Convênios – União/Outros no valor de R\$ - 98.000,00(Noventa e Oito Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Registre-se

Cunhataí – SC, 15 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

Publicação Nº 1460725

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/01/2018, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 09/01/2018, será realizada sessão pública para classificação das propostas e fase de lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 15 de Dezembro de 2017.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 270/2017

Publicação Nº 1460522

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 270/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ESPORTES. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 08/01/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 15 de Dezembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1460242

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

#### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, conforme segue:

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE BOM JESUS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772929	23/08/1991	Camila Dos Santos Pereira
777471	29/12/1999	Carla Aparecida Dos Santos

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIZ





Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772332	26/07/1996	Bruna Rodrigues De Anhaia

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE EXPOCENTRO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777221	13/05/1980	Cleide Luchtenberg
773755	30/06/1985	Gardenia Correia Costa

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774293	22/12/1990	Eliane Fernandes Zanini

## ASSISTENTE SOCIAL - SEC/ ASSISTÊNCIA SOCIAL/SAÚDE

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777695	16/04/1995	Aline Closs
770662	18/09/1982	Ana Paula De Souza
776887	18/04/1980	Fabiana Ribeiro de Souza
777467	11/05/1982	Fernanda Telles Lima Magagnin
769104	03/03/1994	Jamylle Christine De Alencar
774897	21/05/1985	Janaina Varela Mafra
779106	13/08/1971	Jussara Ortiz
773114	05/09/1995	Leticia Ramos
770513	09/03/1976	Luciana Fernandes Neves De Souza
777702	22/02/1995	Rubia Cristina Stanck
777309	02/03/1982	Sharlene Halla
769256	23/03/1966	Suzana De Lima

## ASSISTENTE SOCIAL - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777330	09/06/1993	Crislayne De Moura Ventura
776825	10/03/1995	Elaine Daubermann
774599	03/06/1971	Jeanie Ribeiro Isphair Wendt
774071	20/03/1966	Marcia Aaprecida Donizete Campos De Oliveira
770709	12/12/1986	Patricia Piovesam
774771	09/04/1996	Valeria Elvira Opautchak

## AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772011	18/02/1998	Aline Paloma Da Silva
779039	07/10/1998	Anne Caroline Chaves
776528	07/05/1990	Daiane Aparecida Miguel
772462	24/09/1992	Hellen Carla Ribeiro
774037	23/01/1993	Karoline Bogo Delfes
774933	15/01/2000	Kelli Leite Franca

## COZINHEIRA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
773880	11/08/1981	Ana Paula Dos Santos
770503	18/09/1976	Andreia Maria Bandrlor De Oliveira
773443	16/02/1959	Eronide Fatima Prado
769181	17/01/1965	Ide De Fatima De Avila
774987	29/11/1983	Madalena Alves Da Silva Antunes
770964	03/11/1987	Mari Aparecida Monteiro Ribeiro
769022	01/07/1954	Maria Luisa Banderlof
776696	18/12/1963	Marileia Melo Pereira

769108	25/04/1967	Marlene Aparecida Correa Dos Santos
767485	07/10/1961	Resenilda De Fatima Granemann
770383	05/11/1954	Salete Teresinha Ferreira

## EDUCADOR/CUIDADOR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778459	19/02/1988	Adilson Dias Alves
775422	17/09/1995	Amanda Carolina Santos Scheffer
779320	21/11/1993	Ana Karina Ferreira Machado
776319	29/07/1992	Ana Paula Correa De Souza
774323	15/09/1999	Cristina Palhano De Oliveira
777010	14/06/1993	Danielle Cristina Ortiz
776138	26/03/1996	Fabiana Rocha Carvalho
769869	22/03/1989	Franciane De Lima Camargo
773304	07/01/1980	Juliana De Souza Cruz
776529	21/05/1984	Lilian Fritsche Buss
777768	18/02/1995	Marielle Fruhauf De Moraes
774661	13/06/1998	Renata Antunes Goetten
775453	05/05/1986	Rodolfo Januario Ribeiro Sobrinho
777686	28/03/1986	Tatiana Francielle Dos Santos
778702	17/12/1988	Tatielle Duarte E Duarte
773681	15/09/1982	Viviane Ribeiro Dias
770560	18/05/1998	Willian Da Silva Marques Dos Santos

## ENFERMEIRO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774761	20/10/1994	Aline Karine Weber Dos Santos
769912	19/07/1985	Ana Cintia Alves Meireles Oliveira
768530	05/11/1978	Ana Paula Frigeri
770760	13/12/1983	Cristiane Regina Bachmann Bohn
774374	10/08/1983	Daniela Redante
777292	30/12/1978	Gilmar Pereira Da Costa
766731	06/04/1980	Joao Ricardo Palhano
775228	07/07/1996	Julia Heidemann Pedrao
772207	21/01/1994	Leticia Da Silveira Muniz
777672	25/08/1967	Luiz Francisco De Souza
773253	30/11/1994	Rafaela Aparecida Vargas
767506	26/08/1976	Rejeane De Andrade Bones

## ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
771546	19/07/1992	Ana Caroline Abreu
769018	15/09/1984	Angelica Da Silva Carvalho
777048	18/08/1990	Juliana Aparecida Felipe
770418	01/05/1967	Neiva Rech

## FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770391	03/06/1990	Aline Savian Conci
776772	27/06/1990	Caroline Neitzke Tambozi
774949	19/01/1989	Joseane Mocelin
778916	12/07/1993	Kathleen Cawanna Rezer
770433	30/04/1976	Leisa Stela Valliatti Faria

## FONOAUDIÓLOGO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
779307	25/09/1988	Anna Laura Freire Gabellini
778595	02/09/1987	Josiane De Araujo Domingos
775007	19/08/1995	Larissa Goncalves Turcatto
768856	30/05/1993	Micheli Machado

## MÉDICO CLINICO GERAL - 40 H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778154	13/11/1974	Dirceu Amilton Muller

## MÉDICO CLINICO GERAL - 20H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
779257	06/12/1992	Athaid David

## MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
779088	11/02/1988	Adriana Fogaca De Almeida
774606	03/04/1985	Alessandra Fernandes Corrêa Da Silva
773412	12/05/1986	Alexandra Batista Ferreira Camargo
777234	29/08/1985	Aline De Oliveira Maziero
777338	03/02/1990	Aline Steise Ribeiro
769377	07/12/1998	Amanda De Almeida Alonso
773776	12/02/1997	Ana Carolina Do Nascimento
767369	19/10/1989	Anderleia Antunes Pasinato Leandro
772978	20/05/1984	Andreia Aparecida Da Luz Goetten
777401	06/06/1986	Andreia De Souza Goullart
768810	01/08/1989	Angela Aparecida Oliveira
775480	16/03/2000	Angelica Waltrick Couto
772882	18/10/1996	Anna Kerolin De Oliveira Moreira
778885	28/06/1999	Anny Caroliny Ferreira
775248	26/06/1992	Ariana Aparecida Camargo
777335	14/05/1978	Arlete Oliveira Muniz De Carvalho
768589	06/06/1992	Bruna Gabriela Da Silva Costa
769679	19/07/1996	Bruna Huerla De Almeida
772775	12/11/1990	Carine Carvalho Do Amaral
778248	28/02/1981	Carla Grazielli Cardoso
777791	24/11/1997	Chaiane De Oliveira Da Silva
778193	16/01/1987	Christiane Rodrigues De Anhaia
771539	14/12/1969	Claucimara Aparecida Surdi
778023	27/03/1998	Daiane Ferreira Alves
775830	16/07/1994	Daiane Leandra Stockmann
773744	24/04/1993	Daniela Naggila Alves Pereira Borges
776638	17/03/1986	Danielle De Jesus Dos Santos
778685	29/03/1996	Danielle Stockmann
774434	01/07/1981	Denise Aparecida Froner Ferreira
771421	09/01/1971	Dinamar Ribeiro Da Silva
776044	16/06/1989	Elaine Albano Pereira Righes
776055	12/01/1986	Elaine Cristina Rodrigues
768286	24/10/1990	Elaine Roberta Correa
766886	17/11/1984	Elineia Alcantara
778882	05/09/1983	Elisiane Da Silva Vaz
778776	01/09/1999	Eliton Ullirsch De Oliveira
778663	27/01/1997	Emanuelle Felctrosssck Da Silva
768050	12/05/1999	Emanuelle Simoes Ronsani

773750	01/03/1996	Fernanda De Jesus
772269	04/09/1995	Francielle Aparecida Braulo
779131	03/01/1994	Francielle Pires De Jesus
778560	04/10/1999	Gabrielle Guedes Dos Santos
778962	12/02/1999	Gabrielly Juvita Ribeiro
778525	18/05/1991	Giselle Aparecida Proencio Guedes
770948	17/07/1984	Iris Ribas Ferreira
769259	30/03/1989	Jamile Scheffer
778659	13/03/1991	Jaqueline Krieger
778848	15/02/1996	Jayne De C;assia Bastos Maciel
773088	30/01/1994	Jessica Aparecida Vaz
773123	06/04/1999	Josielle Siqueira
774352	01/07/1986	Karine Grazielle Damasio
776029	27/04/1998	Kauana Stephannie Santos Santiago
776604	26/04/1991	Kelly Dos Santos
769830	27/09/1997	Larissa Souza De Oliveira
778639	14/05/1996	Leda Maria De Souza Correia De Oliveira
779189	09/09/1998	Leslie Kostin Lima
771442	09/11/1999	Luana Ferreira
778500	09/10/1987	Luana Pontes Tortato
778540	22/12/1998	Luana Proencio De Souza
767726	06/10/1998	Lucas Carvalho Da Silva
776616	01/02/1983	Lucimar Carvalho Dos Santos
770490	14/05/1999	Marciele Bandrlof De Oliveira
770294	10/09/1971	Maria Madalena Da Silva
776491	24/07/1986	Maricleia Aparecida Belotto
777814	17/11/1999	Mayara Scheffer
776117	25/10/1998	Milena Aparecida Dos Santos Gomes
778003	18/02/1994	Neridiane Felipe Laureano
767713	07/06/1997	Noellenn Mayara Carvalho Maia
773229	21/11/1998	Pabline Da Silva Leite
770427	11/01/1984	Patricia Ferreira
771008	01/06/1988	Patricia Ribeiro Da Silva
769572	24/06/1985	Rita Dos Santos
772798	27/09/1971	Roseclei Alves Ferreira
776683	07/11/1973	Roseli Rodrigues Da Costa
774258	19/03/1977	Rubia Martins Petrowichi
774524	18/03/1991	Sabrina Borges Dos Santos
771228	11/04/1989	Sandra Goncalves De Paula
778777	17/01/1980	Simone Antunes De Almeida Peleorini
768456	27/03/1985	Simone Lopes Ichikawa
775743	22/05/1996	Suellen Aparecida Franca
772465	22/07/1997	Suellen Caroline Ribeiro
777333	30/03/1999	Suellen Padilha Dos Santos
778865	06/02/1971	Tania Alves Do Amaral
779018	09/10/1992	Tatiane Dos Santos Gomes
776634	04/03/1993	Thais Dos Santos Pereira
777410	04/07/1988	Vanessa Fritsche
776275	05/12/1977	Vanusa Aparecida Gomes De Jesus

## MOTORISTA III

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778712	02/01/1956	Abrao Maria Do Prado

770973	22/12/1982	Adilson Gomes Da Silva
777190	01/02/1977	Carlos Francisco Alves Pires
776198	28/03/1976	Derli Gomes
779310	13/03/1978	Edson Carlos Varela
771068	26/04/1968	Jolnei Fucks
773734	16/11/1977	Lori Ribeiro
776308	14/03/1967	Marcos Smentkoski
770544	12/05/1978	Odair Jose Dos Santos

## MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
773775	21/10/1979	Alexandre Sousa
772071	18/11/1982	Claudemir Douglas Dos Santos
778323	10/11/1988	Fernando Censi

## ODONTÓLOGO - 20H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774325	20/07/1980	Ana Cristina Sordi
775946	30/11/1987	Bruno Guiselli Neves
772038	05/03/1992	Caio Cessar Della Giustina
770250	02/04/1994	Mariana Fontana Maciel
778684	19/04/1990	Ricardo Bernardi

## ODONTÓLOGO - 40H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777703	26/04/1989	Ana Claudia Freitas
768924	21/12/1994	Ana Paula Rodrigues Da Silva
773627	01/04/1989	Camila Bernardi
767632	20/02/1993	Caroline Cristine Varela
772705	23/02/1992	Caroline Martarello
774243	21/04/1994	Débora Scharf
769913	28/10/1994	Eliza Flesch
773226	18/08/1993	Estela Regina Zimpel
769301	21/12/1990	Ewandro Carlos Berretta Filho
770718	19/10/1994	Fernando Stockmann Ribeiro
771647	02/03/1991	Flavia Santiago De Sousa Rosa
775370	26/05/1992	Halime Adel Saleh
778503	15/11/1992	Jaini Dalpra
778136	19/03/1993	Jessica Bethania Machado
775637	28/05/1995	Jessica Cristina De Barros
768204	10/10/1992	Jessica Jardim Dias
775712	19/12/1990	Joao Paulo Da Cruz Lemos
778152	28/03/1978	Juliana Cologni Muller
778046	08/01/1995	Kaliane Grechoviaski
775722	01/01/1994	Karolina Stella Mikilita
768903	12/02/1991	Kelty Marize Dos Santos Guedes
777359	06/02/1996	Larissa Branco Dos Santos
779137	09/06/1982	Luciana G. F. Henkes
775053	05/04/1995	Maila Campregheer
769561	09/09/1993	Maira Tonelli
778050	03/10/1993	Priscila Ribeiro De Mattos
773273	18/03/1990	Rosane Rech
775143	27/12/1990	Thamara Fracaro Caleffi

## OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776874	25/07/1968	Flavio Fernanades
777305	30/01/1996	Gabriel Das Neves Goncalves

**PROFESSOR DE ARTES HABILITADO NÍVEL II**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776456	18/05/1992	Amanda Stephannye Leao
776321	26/09/1985	Karissa Ramos Scheffer
775362	12/12/1989	Vanessa Veselosk Neves

**PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO NÍVEL I**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774564	11/11/1974	Angelica Pires De Lima Kohler
778166	15/07/1984	Camila Veronica Franca
775687	24/05/1991	Dariane Weber Rodrigues Dos Santos

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS HABILITADO NÍVEL II**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775340	06/10/1987	Allison Cesar Da Rocha Sartor
775405	04/03/1986	Camila Goetten Almeida Do Valle
777291	17/03/1982	Kelli Lemos De Oliveira
778094	05/10/1986	Larissa Cristhiane Montovani
777118	15/03/1990	Luziane Ramos Sales
774833	04/10/1977	Marli Terezinha Antonello Welter

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO NÍVEL I**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774431	09/08/1994	Carla Veloso Ortiz
778055	12/01/1990	Cinthya Fabrine Da Cunha
777336	28/11/1989	Daiane Tamisa Bezutti Saleh
775482	08/07/1996	Joice Sbardella
774841	20/11/1995	Mayara De Lima

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO NÍVEL II**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775162	24/02/1978	Analice Varela
772935	03/05/1985	Andre Luis Nogueira Da Silva
779116	31/01/1985	Dyane Paes Pereira
776349	06/04/1989	Ederson Ullirsch De Oliveira
775894	25/07/1995	Filipe Da Silva Borges
776733	24/05/1980	Giovanni Solano
772790	27/05/1991	Jessica Aparecida Camargo
771788	05/12/1984	Marizete Silvana Fantin
774656	10/07/1976	Nilceia Rodrigues Das Neves
769581	15/06/1987	Roberta Pellizzaro Tagliari Rech
776951	22/01/1976	Silvio Marcelo Varela De Lima
776214	25/06/1977	Simone De Fatima Cavali

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO NÍVEL I**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777674	28/03/1999	Amanda Dos Santos Veronezi
770194	03/01/1995	Anderson Spievakoski
777516	05/05/1989	Andre Luis Mader
769280	13/09/1995	Daniela Aparecida Rodrigues De Souza
769281	13/09/1995	Daniela Aparecida Rodrigues De Souza

778252	07/09/1997	Daniela Cristina Wurzel Ribeiro
773301	25/05/1998	Elisangela Aparecida De Souza Cruz
768291	08/09/1992	Jessica Natalia Ledra Cordeiro
771898	25/02/1998	Lucas Lima Padilha
769331	07/08/1992	Nadine Debora Santos
769330	07/08/1992	Nadine Debora Santos
773748	23/08/1996	Nathan Felipe Souza Dos Passos
775688	01/05/1998	Patricia Trevisol
776660	25/01/1996	Rafael Menon Rozental

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO COM MAGISTÉRIO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774179	18/05/1979	Adriana Mendes Ribeiro
778424	18/05/1991	Aline Leandro De Souza
777227	28/11/1980	Ana Paula Da Silva Martins
769436	01/03/1984	Anne Caroline Menon
775210	12/08/1988	Barbara Andreia Palauro
777939	26/01/1979	Charles Carlos Da Silva
773808	07/03/1983	Cristiane Aparecida Kilin
774219	19/04/1986	Dariana Aparecida Dos Santos Teixeira
778468	07/01/1990	Dieiny Padilha Oliveira
769941	26/10/1981	Edinalva Dolberto Costa Dos Santos
779224	07/02/1990	Edna Solange Da Silva
777918	17/12/1978	Edna Suzi Da Silva
771234	25/03/1991	Elizane De Moraes Coppini
775502	07/11/1980	Evanize Sbardella
776128	26/03/1996	Fabiana Rocha Carvalho
777069	08/08/1993	Fernanda Pires Galliza
777131	07/02/1985	Janete Borba
770027	27/03/1984	Jaqueline Gisele Nunes
769509	16/06/1995	Jennyffer Da Silva
776486	14/01/1993	Jessica Nayaracoser
773670	25/02/1995	Jessica Ribeiro
778306	08/05/1973	Jucelia Padilha
773490	24/07/1984	Juliana Rodrigues
769768	13/07/1976	Juniana.felctrossck
777992	04/11/1997	Laiz Fernanda Fontana Primon
776231	10/12/1985	Lisiane Aparecida De Souza
773745	27/05/1981	Luciana Evaristo
776304	01/10/1979	Luciane Rodrigues
768687	06/09/1994	Manuela De Lima
776839	12/12/1984	Maria Andrea
777646	01/12/1957	Maria Rozelan Aguiar De Almeida
767037	26/08/1957	Maria Teresa Petris
776087	19/03/1996	Mariana Ortiz Franca
774765	18/08/1984	Marineide Dos Santos Simao
769448	15/09/1995	Michaelle Aldina Antunes
774789	23/03/1983	Nayane De Jesus Teixeira
775499	14/01/1985	Neila Aparecida Batista De Souza
777789	18/08/1997	Raiane Kauize Pereira
772129	16/11/1999	Rubia Pereira Dos Passos
772128	16/11/1999	Rubia Pereira Dos Passos
772278	08/06/1987	Scheila Beatriz Prado



777055	11/05/1977	Silmara Franca Da Rocha
770288	23/04/1970	Soni Franca Albino
777986	09/07/1985	Sueli Bento
772457	16/09/1999	Tailana Piana Pereira
777459	11/05/1981	Tatiana Lucas De Paula
773615	16/04/1997	Thais De Lima Hornes
767818	27/02/1997	Thayna De Mello Ferreira

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO COM PEDAGOGIA NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
771855	11/03/1982	Adriana De Oliveira Palhano
777146	20/03/1979	Alessandra Claudia Mantovani
778580	15/07/1992	Aline Ferreira
776353	14/05/1976	Andreia De Fatima Lins
778567	08/04/1980	Andreia Medeiros De Souza
771467	01/03/1986	Angela Do Carmo Santiago
769019	15/09/1984	Angelica Da Silva Carvalho
776003	02/06/1983	Antoniela Aparecida Rodrigues Pereira
775462	29/10/1991	Bruna Da Costa Farias
770402	02/08/1991	Camila Fernanda De Oliveira Drissen
778601	18/04/1991	Camila Talamini Da Silva Goncalves
775613	07/02/1988	Carine Zulian
767680	04/09/1981	Cimara Dias Ferreira
779261	24/08/1967	Claudete Terezinha Da Silva
776670	03/02/1968	Claudia Aparecida Dotti De Souza
776821	04/02/1991	Cristiane Palhano De Oliveira
777788	24/07/1993	Daiane Fatima Paim
774295	23/02/1989	Daiane Pereira
776773	24/08/1970	Dilce Goulart
777685	06/04/1973	Dirlene Aparecida Da Rosa Alves
774644	03/10/1988	Edilce Becker De Souza
774313	26/04/1973	Edineia De Fatima Milome
778008	07/07/1970	Eleide Duarte Lemos Dos Santos
772611	29/01/1979	Eliane Albano Pereira De Souza
776652	01/01/1984	Eliane Cruz
777850	26/10/1966	Eronita Santos Da Silva
769636	22/08/1991	Evelyn Penteado
775674	02/08/1988	Francelise Hubner
770773	14/05/1992	Francielle Batista
776013	15/05/1980	Gisele Hindioara Ortiz Da Silva
775409	20/04/1979	Izionete Soares Laureano Dos Santos
776414	10/05/1974	Joceli Aparecida Pereira Santos Veber
779002	21/10/1989	Josiane Borges Tives
771545	18/06/1986	Josiane Dolberth Ribeiro
777845	26/12/1990	Juliana Karine Oliveira
769725	19/06/1980	Katia Regina De Lima Ferraz Francioni
773741	18/11/1981	Kelli Aparecida Ribeiro Gomes Werner
768182	11/08/1986	Kelli De Souza Ribeiro
776745	16/08/1976	Kristina Beatriz Calomeno Fujiwara
771724	04/03/1971	Leni Da Silva
769703	14/07/1992	Leticia Ferreira Lemos
771599	12/11/1960	Lili Marlene Bittencourt
768886	07/05/1988	Liliane Do Prado Machado

777215	09/01/1980	Lucelia Correa
772395	02/11/1973	Luciana Da Costa Oliveira
769658	18/08/1991	Madelayne Cristine Zanatta Pereira
775445	10/04/1971	Margarete Rodrigues Da Costa
774670	01/03/1967	Maria Jucelia Niles De Lima
772994	30/03/1966	Maria Nicielia Goncalves De Godoy
768226	24/01/1967	Marines Savaris Koch
773645	25/09/1988	Michele Aparecida Heinz
773897	19/03/1987	Michelle Cristiane Dias De Freitas
770063	17/02/1989	Michelle Pereira Farias
778918	06/06/1994	Milena Dos Santos Pereira
773498	25/12/1953	Natalina Aurora Lovatel Prestes
769732	24/10/1964	Neuza Maria De Souza Surdi
770254	11/04/1994	Nicolle Almeida
775441	15/04/1989	Priscila Silveira Ortiz
768744	22/07/1978	Rosangela Cristiane Palhano
769199	03/04/1961	Rossana Kasper
769835	26/01/1985	Sabrina Ribeiro
774277	29/12/1989	Schayanne Farias Dos Santos
773675	11/11/1993	Simone Rodrigues Chaves
776482	09/01/1974	Sirlei Moraes A Cunha
773989	17/12/1968	Sirlene Aparecida Gatner
779289	29/04/1980	Sirlene Santos Domingues
773663	28/06/1963	Soeli Maria Cassul
773752	14/05/1986	Suellen Regina Ribeiro Gomes
767579	07/09/1988	Suellen Schaefer Rossa
777153	17/12/1987	Susana Fatima De Souza
773662	19/01/1984	Tania Carmen Ribeiro
771993	06/05/1974	Terezinha De Souza Abreu
771125	06/12/1982	Thania Aparecida Fernandes
767949	30/07/1991	Vanessa Magnante De Moraes
777713	22/11/1979	Vania Perla Alves Cozer
769289	02/03/1988	Vilciane De Lima Camargo Alves

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770260	11/12/1990	Ariane De Liz
773068	05/10/1991	Bruna De Oliveira Lopes
777054	05/10/1981	Cristiane Moraes Lima De Souza
775273	31/05/1989	Denise Santos
776428	10/07/1989	Francielli Moraes Vieira
769862	03/06/1998	Giovanna Prudencio Da Luz
776229	17/02/1990	Josiane Sales
774943	24/04/1986	Jucelene Maciel Pereira Neves
770158	21/01/1999	Larissa Ayres Macaneiro
772875	23/01/1965	Marlene Franca Nogueira Da Silva
777903	20/08/1991	Renata Pinheiro
770769	19/01/1992	Roberta Aparecida De Oliveira
769582	15/06/1987	Roberta Pellizzaro Tagliari Rech
779074	01/08/1975	Roselaine Aparecida De Anhaia
776162	20/02/1984	Simone Söett
773309	12/11/1998	Talita Dos Santos Antonio

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS HABILITADO COM MAGISTÉRIO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775664	18/05/1979	Adriana Mendes Ribeiro
774956	04/02/1975	Alessandra Maria Figueiredo Da Silva
777228	28/11/1980	Ana Paula Da Silva Martins
774573	11/11/1974	Angelica Pires De Lima Kohler
777016	12/08/1988	Barbara Andreia Palauro
769285	13/11/1988	Caroline Franca
773815	07/03/1983	Cristiane Aparecida Kilin
773502	17/11/1986	Dayane Cristina Marques
777445	07/01/1990	Dieiny Padilha Oliveira
778590	17/12/1978	Edna Suzi Da Silva
772740	25/03/1991	Elizane De Moraes Coppini
775503	07/11/1980	Evanize Sbardella
776487	14/01/1993	Jessica Nayaracoser
773671	25/02/1995	Jessica Ribeiro
775483	08/07/1996	Joice Sbardella
776027	24/07/1984	Juliana Rodrigues
770159	21/01/1999	Larissa Ayres Macaneiro
776234	10/12/1985	Lisiane Aparecida De Souza
776305	01/10/1979	Luciane Rodrigues
776844	12/12/1984	Maria Andrea
772917	01/12/1957	Maria Rozelan Aguiar De Almeida
776088	19/03/1996	Mariana Ortiz Franca
775715	23/02/1980	Valmira Aparecida Barcelos

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS HABILITADO COM PEDAGOGIA NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775627	13/06/1991	Aline Dos Santos Ortiz
770860	06/10/1987	Allison Cesar Da Rocha Sartor
771547	19/07/1992	Ana Caroline Abreu
776357	14/05/1976	Andreia De Fatima Lins
778578	02/06/1983	Antoniela Aparecida Rodrigues Pereira
772909	02/08/1991	Camila Fernanda De Oliveira Drissen
777956	07/02/1988	Carine Zulian
774296	23/02/1989	Daiane Pereira
777188	05/03/1992	Daniela Alessandra Anastacio De Lima
779331	07/07/1970	Eleide Duarte Lemos Dos Santos
777104	03/04/1974	Eliane Rodrigues De Souza Alves
778662	29/12/1984	Eliane Ullirsch De Oliveira Passos
776626	23/06/1978	Fabiana Lucia Ziero
775679	02/08/1988	Francelise Hubner
775410	20/04/1979	Izionete Soares Laureano Dos Santos
776401	10/05/1974	Joceli Aparecida Pereira Santos Veber
772681	18/08/1990	Juliana Aparecida Felipe
774139	13/04/1988	Julie Tatiane De Lima
769726	19/06/1980	Katia Regina De Lima Ferraz Francioni
768183	11/08/1986	Kelli De Souza Ribeiro
775430	02/09/1968	Leila Aparecida Da Silva Cruz
771725	04/03/1971	Leni Da Silva
769704	14/07/1992	Leticia Ferreira Lemos
771610	12/11/1960	Lili Marlene Bittencourt
774921	18/08/1991	Madelayne Cristine Zanatta Pereira
773058	15/06/1978	Maria Luiza Goeten

772995	30/03/1966	Maria Nicielia Goncalves De Godoy
776218	21/05/1970	Marli Aparecida Ribeiro Niles
773646	25/09/1988	Michele Aparecida Heinz
779058	19/03/1987	Michelle Cristiane Dias De Freitas
772014	17/02/1989	Michelle Pereira Farias
772403	05/12/1984	Neusa Vaz Ribeiro Da Silva
770255	11/04/1994	Nicolle Almeida
776550	28/11/1971	Nilsa Alves Dos Santos Manerich
776752	07/10/1981	Raquel Wolinger Neves
774362	23/09/1959	Regina Celia De Quadros
776371	22/07/1978	Rosangela Cristiane Palhano
778007	01/06/1976	Sandra Fontana Becker De Gois
774580	19/01/1987	Sarita Musskopf Baldin
773676	11/11/1993	Simone Rodrigues Chaves
776483	09/01/1974	Sirlei Moraes A Cunha
773995	17/12/1968	Sirlene Aparecida Gatner
772550	11/03/1976	Soriene Ferreira Ortiz
777009	06/05/1974	Terezinha De Souza Abreu
775245	06/12/1982	Thania Aparecida Fernandes
772872	10/12/1984	Thayse Adriana Dias Da Cunha
767950	30/07/1991	Vanessa Magnante De Moraes
770529	18/03/1989	Vania Cristina Fernandes De Chaves
778647	22/11/1979	Vania Perla Alves Cozer
769290	02/03/1988	Vilciane De Lima Camargo Alves

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770261	11/12/1990	Ariane De Liz
777062	05/10/1981	Cristiane Moraes Lima De Souza
777357	28/11/1989	Daiane Tamisa Bezutti Saleh
776429	10/07/1989	Francielli Moraes Vieira
777904	20/08/1991	Renata Pinheiro

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
773193	31/03/1966	Lealis Denise Cambrussi
769757	08/05/1978	Solange Aparecida Krieger Do Prado

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776141	20/03/1970	Marcia Rodrigues De Azevedo
774824	04/10/1977	Marli Terezinha Antonello Welter

## PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777711	16/09/1975	Jeferson Franca Pereira
774187	19/01/1985	Josiane Fatima Da Silva
776558	06/09/1990	Mateus Candido Do Rosario

## PROFESSOR DE HISTÓRIA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
773399	07/07/1970	Elias Alves
769239	24/02/1989	Ismael Antonello Pereira
778858	20/03/1970	Marcia Rodrigues De Azevedo

## PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777278	15/06/1987	Aline Beber De Souza
778371	16/02/1971	Amelia Aparecida Pereira Piola
778355	13/10/1968	Joao Carlos Salvador
778490	11/07/1959	Wilfrelena Maria Martins Leme Marques Pallone

## PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776433	10/11/1969	Cynthia Carreta
773315	05/02/1999	Felipe Matheus Pedrao

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA HABILITADO NÍVEL II - 40H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778259	13/10/1968	Joao Carlos Salvador
772035	03/08/1989	Leticia Pereira
778102	11/07/1959	Wilfrelena Maria Martins Leme Marques Pallone

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778056	12/01/1990	Cinthy Fabrine Da Cunha
776510	10/11/1969	Cynthia Carreta
767519	12/09/1984	Elizangela De Lima Ramos
778217	25/03/1995	Flaviane Padilha Fogaca De Almeida
774205	24/01/1988	Meriluci Da Silva Guedes Siebeneichler
770558	28/08/1957	Nei De Souza

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772526	12/09/1984	Andreia Franca Albino
773178	25/12/1960	Elza Segundo
772208	10/02/1994	Flavia Bastos Prates
778670	31/12/1988	Johnny Tessari Da Cunha
773072	15/06/1978	Maria Luiza Goeten
769392	11/06/1989	Mauricio Do Prado Pereira

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766363	20/11/1989	Diego Sebem Wordell
775524	21/11/1984	Edilson Rodrigues Almeida
769498	08/11/1995	Jorge Henrique Ribeiro

## PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONALEINFORMÁTICA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775172	12/04/1988	Gabriel Trautmann Tosi
777766	08/06/1977	Janaina Boechat Peisino

## PSICÓLOGO - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEMAIS SECRETARIAS - 40 H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
779160	12/11/1992	Bruna Menon
776753	29/03/1981	Joslei Luis Martins
774377	13/04/1986	Kelli Taise Da Silva De Oliveira
778904	10/01/1982	Kiliane Hames
772693	28/06/1989	Leticia Danuza Frantz
770940	04/07/1996	Renata Amazonas
777264	11/11/1981	Rosangela Da Silva
770003	26/01/1987	Vanderson De Souza

## PSICÓLOGO - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACESSUAS - 40H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
769945	13/08/1979	Joseane Monteiro Mauricio
768592	19/08/1993	Laurita Vilma Spricigo
771923	24/04/1975	Mariza Andreia Padilha Kantoviski
775496	19/08/1989	Sabrina Beppler

## PSICÓLOGO - SEC/SAÚDE - 20H

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772265	13/05/1993	Camila Muniz Fugazza
774130	02/03/1990	Carolina Francielle Tonin
777515	18/02/1994	Graziela Granemann Sebem
779087	16/09/1994	Mariana Alves Rodrigues

## SEGUNDO PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTERIO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777195	03/01/1981	Carlita Dos Santos Veronezi
769286	13/11/1988	Caroline Franca
777057	09/05/1990	Chaiana Almeida Xavier Stokmann
774214	19/04/1986	Dariana Aparecida Dos Santos Teixeira
779327	15/10/1995	Kathlenn Karine Ribeiro Couto
778135	24/06/1987	Leticia Batista Do Prado
773799	29/12/1995	Patricia Prado Santos

## SEGUNDO PROFESSOR HABILITADO NÍVEL II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775643	13/06/1991	Aline Dos Santos Ortiz
778581	15/07/1992	Aline Ferreira
773733	05/09/1994	Ana Paula Ferreira Cordeiro
775163	24/02/1978	Analice Varela
778626	08/04/1980	Andreia Medeiros De Souza
778689	03/02/1968	Claudia Aparecida Dotti De Souza
774499	05/03/1992	Daniela Alessandra Anastacio De Lima
774314	26/04/1973	Edineia De Fatima Milome
776627	23/06/1978	Fabiana Lucia Ziero
777441	13/04/1988	Julie Tatiane De Lima
777235	09/01/1980	Lucelia Correa
777835	21/08/1989	Paulo Ricardo Pereira
774581	19/01/1987	Sarita Musskopf Baldin
774278	29/12/1989	Schayanne Farias Dos Santos
777028	28/06/1963	Soeli Maria Cassul
772551	11/03/1976	Soriene Ferreira Ortiz
767580	07/09/1988	Suellen Schaefer Rossa
777163	17/12/1987	Susana Fatima De Souza
773667	19/01/1984	Tania Carmen Ribeiro
775781	10/12/1984	Thayse Adriana Dias Da Cunha

## SEGUNDO PROFESSOR NÃO HABILITADO NÍVEL I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774957	04/02/1975	Alessandra Maria Figueiredo Da Silva
777675	01/03/1984	Anne Caroline Menon
773052	05/10/1991	Bruna De Oliveira Lopes
778499	11/03/1992	Francieli Ribeiro Dos Santos
777671	23/01/1965	Marlene Franca Nogueira Da Silva
772404	05/12/1984	Neusa Vaz Ribeiro Da Silva

769206	13/04/1966	Suzanete Aparecida Gresele
--------	------------	----------------------------

**SERVENTE DE LIMPEZA - SEC/ADMINISTRAÇÃO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770893	11/03/1979	Jucelia Dolberth Belizario Franca Pereira
768650	30/11/1975	Marilza Aparecida Alves
776174	25/09/1981	Maristela Batista
777299	27/02/1972	Rosane Marilu Alves Dos Santos
778093	22/01/1987	Solange Aparecida Fogaca
775261	26/09/1999	Taina De Araujo Chagas

**SERVENTE I**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776257	04/10/1994	Andreia Aparecida Dos Santos
776818	08/05/1996	Antonio Valdecir Santos De Lima
772903	27/03/1989	Ariana Maciel Dos Santos
770489	23/04/1983	Delma Franca
772883	25/07/1974	Jane Maria Varella

**SERVENTE/LIMPEZA - SEC/EDUCAÇÃO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775204	30/01/1974	Adriana Fatima De Araujo
775024	30/07/1979	Adriana Goetten
777233	23/12/1993	Aline Da Silva
773869	31/05/1995	Andreia Da Silva Rodrigues
771694	24/09/1989	Angelina Carine Lima Barboza
768731	02/05/1979	Cleia Cindelandia Leandro
770730	11/06/1987	Clenir De Fatima Correa
776215	11/08/1964	Edith Aparecida De Souza Franca Kocian
769523	14/08/1994	Emilie Clara Dos Santos
772016	27/12/1988	Francielle Camila De Moraes
771699	22/07/1986	Gislaine Dos Santos
777484	21/06/1962	Ivonete Correa
769135	02/01/1993	Jessica Aparecida Marcondes De Lima Souza
773208	30/06/1986	Joice Carneiro
778168	20/08/1974	Lucilene Leandro
777909	19/12/1987	Marines Cristina Moraes Teske
776451	31/07/1993	Milena Cristina Do Rosario
776202	12/07/1982	Monica Aparecida Da Luz Da Luz
773890	27/09/1980	Patricia Maciel Dos Santos
779117	29/10/1994	Patricia Pereira De Moraes
776338	16/09/1969	Roseli De Oliveira Correa
777105	14/02/1979	Roseli Teresinha Dos Santos
768390	08/05/1984	Simone Antonio Domingues Spricigo
773015	18/09/1983	Sonia Aprecida Dos Santos
775194	03/11/1974	Sueli Terezinha De Moraes
776969	25/02/1981	Vivian Maria Varella Fernandes

**SERVENTE/MERENDEIRA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
772521	04/11/1990	Aline Bruna Rodrigues
778853	10/02/1976	Ana Rute Correa
778077	25/11/1978	Claudia Cruz Sobrinho
773625	22/07/1975	Cristiani Sauthier



776098	11/06/1984	Elisete Franca Leite
773867	08/08/1994	Lais Maciel Dos Santos
772656	24/04/1991	Leticia Anita Do Prado
771800	03/08/1968	Nelci De Fatima Lima Pedrão
775764	15/07/1978	Noemi De Oliveira Correa
770562	22/06/1977	Patricia Eloisa Silveira Da Silva
776835	01/11/1974	Rosangela Aparecida Ribeiro
770878	23/06/1987	Silvana Cezar Da Rossa
770910	05/09/1989	Silvia Da Rosa
769171	05/02/1976	Teresinha Correia Dos Santos

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
773282	22/12/1981	Alessandra Dos Santos Ribeiro De Souza
769700	19/04/1990	Aline Garcia
773283	19/01/1980	Ana Claudia De Paula Dos Santos
778344	22/09/1990	Ana Maria Beloto
778738	20/09/1976	Angela Maria De Souza
769824	06/02/1990	Anna Paula Ortiz
778871	07/06/1984	Camila Ramos
778850	06/08/1988	Catiane Aparecida Goncalves
771076	19/07/1990	Daniela Franca
772518	12/02/1973	Ednilce Aparecida Dos Santos Prandi
774491	24/01/1982	Elizabete De Oliveira Gemra
777611	01/12/1976	Elza Aparecida Scheffer Moreira
769688	23/06/1998	Emylie Scolari
768738	20/06/1981	Juliana Aparecida Fernandes
769786	26/01/1989	Karine De Mello Souza
774408	13/03/1987	Kelli Suchara
778579	02/01/1979	Lilian Cristina Righes Magagnin
776314	11/07/1977	Lindamar Couto De Oliveira
778921	05/07/1973	Maristela Ribeiro
770108	19/04/1977	Naumar Fernandes
769580	14/08/1978	Rosa Aparecida Fidelis
778709	05/04/1971	Rosemeri Dos Santos Ferneda
778030	04/11/1977	Suzana Terezinha Halupp
770514	08/09/1982	Teresinha Fatima De Souza Ferreira
778287	13/10/1976	Verginia Wollinger Stefen
771588	16/11/1990	Viviane Ferreira Da Cruz

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SAMU)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777512	26/12/1992	Adriangela Ayres Macaneiro Almeida
770761	10/03/1993	Daiane Pereira Da Silva
769823	05/03/1993	Elaine Das Neves Amaral
778673	07/10/1987	Sabrina Simoes De Oliveira

## TERAPEUTA OCUPACIONAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
771356	19/02/1988	Anderson Antonio Rodrigues

## VIGIA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777245	22/03/1972	Alcioni Vicente De Souza

776423	08/02/1973	Jorman Francisco Castilho
--------	------------	---------------------------

Prefeitura Municipal de Curitibaanos, 15 de dezembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

## **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 271/2017**

Publicação Nº 1460771

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 271/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibaanos e a empresa PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com o valor total de R\$ 4.148,00 (Quatro mil cento e quarenta e oito reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DE 500 HORAS DA RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406 ADVANCED, EM USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibaanos, 15 de dezembro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva Paula Juliana Lima Martins

Membro Membro

Roberto Carlos da Silva

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibaanos, 15 de dezembro de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibaanos, 15 de dezembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 24/2017**

Publicação Nº 1460438

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 36/2017 - CC</b>
	Processo Administrativo: 36/2017 Processo de Licitação: 36/2017 Data do Processo: 08/11/2017

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI BOM JESUS -, TIPO CONSTRUÇÃO NOVA, NA RUA CAPITÃO POTIGUARA, ÁREA DO TERRENO 3.957,00 M², ÁREA TOTAL DA NOVA EDIFICAÇÃO 1.754,50 M², CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 24/2017 (Sequência: 3)**

Ao(s) 15 de Dezembro de 2017, às 16:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 00000, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 36/2017, Licitação nº. 36/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão sem a presença das empresas participantes da licitação. CONFORME DATA E HORA APRAZADA NA ATA Nº 23 SEQUENCIA DE JULGAMENTO Nº 02. FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS, E VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - EPP APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA CLASSIFICADA, COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.757.050,87; A EMPRESA NCM CONSTRUÇÕES EIRELI - ME APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA CLASSIFICADA, COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.734.380,75. HAVENDO ASSIM, EMPATE FICTO ENTRE A PRIMEIRA COLOCADA E A SEGUNDA COLOCADA, TENDO EM VISTA A LC 123/2006 E 147/2014, PORTANTO, FICA APRAZADO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ÚTEIS PARA A EMPRESA CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - EPP PARA APRESENTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA,

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 15 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- ..... - SECRETARIA
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- ..... - 1º MEMBRO

# Descanso

## PREFEITURA

### **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS A MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE (PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), PARA O EXERCÍCIO DE 2018**

Publicação Nº 1460435

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2017

Objeto: Aquisição de combustíveis destinados a máquinas, veículos e equipamentos da Municipalidade (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o exercício de 2018, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 29/12/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de Dezembro de 2017.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 03.257.777/0001-24, COM SEDE A RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 626, SALA 101, CENTRO, MUNICÍPIO DE MARAVILHA/SC, PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA "CAUQ" FAIXA "C" A QUENTE**

Publicação Nº 1460262

MUNICÍPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Dispensa de Licitação Nº 21/2017

Objeto: Contratação da empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777/0001-24, com sede a Rua Duque de Caxias, nº 626, sala 101, centro, município de Maravilha/SC, para fornecimento de massa asfáltica "CAUQ" faixa "C" a quente para utilização em restauração e manutenção de vias públicas do Município de Descanso/SC, para o fechamento de vala da rede adutora da CASAN no trecho de 750 mts da SC 386, Saída para Linha Campinas, no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) a tonelada, totalizando R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), em caráter emergencial, com recursos próprios, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, IV e V, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161

Descanso/SC, 18 de Dezembro de 2017.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1460433

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 02/2017

A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Descanso/SC, inscrita no CNPJ nº 78.483.732.0001/77, com sede Rua José Wronski, 299, Centro, Descanso/SC, por meio de formalização de Termo de Fomento, autorizado pela Lei Municipal 1.571/2017, para consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a referida organização da sociedade civil – OSC, conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

#### **DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:**

Considerando que a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de Descanso é a única organização de natureza singular, que trabalha com o atendimento de pessoas com deficiência no Município; é uma entidade civil, fundada em 26/06/1986, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho e profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins econômicos, com duração indeterminada; constatada a capacidade técnica e operacional considerando a capacidade técnica e operacional da Instituição, demonstrada com a identificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executados na: área Educacional; Assistência Social; Psicologia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; Projeto de Prevenção as Deficiências; verificada a necessidade de contornar as falhas e preencher as lacunas que eventualmente inviabilizam o correto atendimento dos anseios sociais pela Administração Pública; considerando o cumprimento aos requisitos da Lei n.º 13.019/2014 quanto à Inexigibilidade do chamamento público, artigo 31, II, bem como no Decreto Municipal n.º 10.070/2017; considerando a documentação juntada, atendidos os preceitos legais, caracteriza-se a viabilidade da Parceria e assinatura do Termo de Fomento, por Inexigibilidade do Chamamento Público.

#### **Parecer Comissão de Seleção e Julgamento**

THAIS REGINA DURIGON Presidente	JUCIMIR FRIGO Membro	TAMARA SILVESTRE Membro
------------------------------------	-------------------------	----------------------------

#### **ASSESSORIA JURÍDICA:**

A presente Inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

ROGÉRIO DE LEMES  
OAB/SC-21.018  
Assessor Jurídico  
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO os procedimentos legais para à celebração da Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ nº 00.680.364/0001-60. Tome-se as providências para a formalização do Termo de Fomento.

SADI INÁCIO BONAMIGO  
Prefeito Municipal Descanso/SC, 11 de Dezembro de 2017.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 76/2017 - PMDC

Publicação Nº 1458894

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 76/2017, Edital de Pregão Nº 76/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA SER UTILIZADO EM TODOS OS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 29/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO 77/2017 - PMDC

Publicação Nº 1460872

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 77/2017, Edital de Pregão Nº 77/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAURA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Recebimento, abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 29/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL



# Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1458884

Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Segundo Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em doze de dezembro de dois mil e dezessete (12/12/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus Vereadores, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópias das atas das Sessões Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 05/12/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizadas na própria sede e publicadas no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), colocando-as em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo as mesmas aprovadas pelos Vereadores presentes, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Comunicado recebido do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; b) Convite recebido da E.E.B Frei Lucínio Korte para a formatura do 3º ano do Ensino Médio, que acontecerá no dia 15 de dezembro, às 20h nas dependências de Igreja Evangélica de Confissão Luterana – Salto Donner; c) Projeto de Lei Complementar nº 06/2017, que Altera a Lei Complementar nº 32/2004, e dá outras providências; O Senhor Presidente encaminha o Projeto de Lei Complementar nº 06/2017 para as Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Economia e Finanças para que convoquem seus membros e assim apreciem o Projeto; d) Ofício recebido da Câmara Municipal de Timbó, sugerindo que este Poder Legislativo promova apoio quanto ao envio de Moção de Apelo, solicitando o aumento de efetivos para a Guarnição Especial da Polícia Militar de Indaial –SC; O Senhor Presidente coloca a sugestão de encaminhamento de moção de apelo em discussão, onde: 1) o Vereador Américo Nones questiona se essa moção trará algum benefício ao Município de Doutor Pedrinho ou apenas beneficiará a Cidade de Indaial; 2) o Vereador Luiz Henrique Stollmeier comenta que devemos inicialmente olharmos para a segurança do Município, pois aqui também faltam efetivos, deixando os moradores a mercê da criminalidade; 3) o Vereador Valmir Farias comenta que mesmo sendo um Município pequeno, faz falta ter uma equipe completa, pois o reduzido número de policiais acaba dificultando a realização de uma boa segurança para a Comunidade, e que diante disso deveríamos buscar sanar nossos problemas antes de mais nada; O Senhor Presidente apresenta uma relação com o número de policiais efetivos de todas as Cidades da região, onde consta também número de habitantes e uma estimativa de quantos policiais cada cidade deveria ter; Por consenso, os Vereadores, em virtude de dúvidas quanto a finalidade da Moção, decidem aguardar mais informações a respeito, para, na próxima Sessão Ordinária, decidirem quanto ao encaminhamento da moção. Aberto o grande expediente em tema livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para “Comunicação de Lideranças”, sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Adentrando a Ordem

do dia, com proposições pautadas, como seguem: a) Projeto de Lei Complementar nº 04/2017 – “Altera a Lei Complementar nº 122, de 2014, e dá outras providências”; O Senhor Presidente coloca o Projeto de Lei nº 04 em segunda votação nominal, sendo aprovada pelo voto favorável de todos os Parlamentares; b) Projeto de Lei Complementar nº 05/2017 – “Altera a Lei Complementar nº 134/2016, que dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município e dá outras providências”; O Senhor Presidente solicita a leitura de parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, verificando ser a Comissão de parecer favorável a apreciação e deliberação do Projeto; Da mesma forma, solicita a leitura de parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças, que também apresenta parecer favorável a discussão e votação da proposição; Prosseguindo, o Senhor Presidente solicita então a leitura da Emenda de Redação nº 01/2017, e após leitura feita pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, passou-se para a discussão da Emenda e, não havendo manifestações, passou-se para a primeira votação nominal, ficando a emenda aprovada por unanimidade pelos Parlamentares; Passando-se para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 05/2017 com a redação corrigida pela Emenda, não se registrou manifestações, razão pela qual seguiu-se para a votação nominal da proposição com a emenda aprovada, com proclamação de resultado pela aprovação por unanimidade do Projeto de Lei nº 05/2017 alterado pela Emenda de redação; Apresentando questão de ordem, o Vereador Luiz Henrique Stollmeier solicita a dispensa de segunda votação ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2017, visto tratar-se de matéria com pedido de prazo ou em regime de urgência; O senhor Presidente coloca o requerimento de dispensa da segunda votação em apreciação pelo plenário, sendo aprovado pela totalidade dos Parlamentares presentes. Sem mais proposições pautadas para Ordem do dia, passou-se para a “Palavra Livre” pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Valmir Farias parabeniza a Fanfarra do Município pela belíssima apresentação realizada na Cidade de Timbó; O Vereador aproveita a presença do diretor da E.E.B Frei Lucínio Korte para lhe apresentar alguns questionamentos sobre a reforma do telhado, registrando que, sendo membro da APP da Escola, acaba por receber questionamentos da Comunidade; O Vereador comenta que verificou que foram recebidas as telhas que seriam usadas para o novo telhado da escola, e que faltavam os outros materiais para dar-se inícios as obras, mas questiona qual foi o problema com as telhas que resultou na paralisação da obra; Em esclarecimento, o Senhor Nilton Bruno Tomelin, Diretor da Escola, comenta que os primeiros materiais a serem recebidos da empresa que ganhou a licitação foram as telhas, e que ele, preocupado com a qualidade dos materiais que seriam usados foi analisar a qualidade dessas telhas, e acabou por verificar que as telhas por dentro apresentavam variadas cores na sua composição, e isso lhe causou um certo receio, pois mesmo sem nenhum conhecimento técnico, o Diretor disse que era visível que eram telhas inferiores das que se encontram no mercado; Comenta também que visitou algumas lojas de materiais de construção para comparar as telhas, e verificou que a coloração de todas eram uniformes, concluindo que nas telhas recebidas não haviam sido realizado todo o processo de queima, o que poderia resultar em problemas futuros, o que lhe levou a solicitar um laudo técnico para que seja verificado a qualidade dessas telhas, pois sendo inferior irá se pedir a troca desses materiais; O Vereador Valmir parabeniza a atitude do Diretor, e se coloca à disposição para ajudar no que lhe couber; b) o Vereador Luizinho Pereira da Silva lembrar aos colegas Vereadores para participarem ou prestigiarem o evento crioulo que acontecerá no próximo

sábado e domingo, evento ao qual o colega Vereador Jackson faz parte da organização; O Vereador Jackson Rodrigo de Castilho reforça o convite aos colegas, e aproveita para agradecer todo o apoio recebido na sua realização; Sem mais Vereadores inscritos, o Senhor Presidente convida a Senhora Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita de Doutor Pedrinho, para fazer uso da palavra: c) a Prefeita Simoni agradece aos Vereadores pela votação do Projeto de Lei Complementar nº 05/2017, registrando que era de extrema necessidade que esse projeto fosse votado ainda neste ano, pois todos os Municípios consorciados com o CIMVI alteraram e adequaram suas taxas ambientais para que os procedimentos e valores sejam unificados entre esses Municípios, incluindo Doutor Pedrinho; A seguir, a Prefeita se põe a explicar das necessidades da criação do cargo de Engenheiro Civil, que se dá em virtude do Município não ter nenhum profissional qualificado para realizar esses trabalhos, seja de avaliar condições para obras, estudar projetos e terrenos para futuras construções, dirigir a execução de projeto, análises de projetos de loteamentos, desmembramento, construções, realizar medições, entre tantas funções que poderão ser desempenhadas pelo engenheiro; Registra que, com a inauguração da SC-477, o Município necessitará de mudanças, inclusive de uma reformulação de Plano Diretor; Comenta também da economia que entende haver com a criação desse cargo, reiterando que seria oportuno sua apreciação ainda neste ano para que seja incluso no Processo Seletivo que acontecerá no primeiro semestre de 2018. Concluída a "Palavra Livre", o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 19 de dezembro do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

## **PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Publicação Nº 1458824

### **COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2017**

Altera a Lei Complementar nº 134/ 2016, que dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo Órgão Ambiental do Município e dá outras providências.

Segundo o artigo 47 do Regimento Interno, compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional em todas as proposições que tramitem nesta Casa Legislativa, bem como sobre o mérito do Projeto, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade.

Pois bem, quanto ao primeiro aspecto, temos que a proposição tem amparo nos artigos 30, I, II e III, e 145, II, da Constituição Federal, estando contemplada em normas gerais pelo Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172/66 – artigos 77 a 80).

Também incide na hipótese as limitações estabelecidas pelo artigo 150 da Constituição Federal, motivando apelo na mensagem pelo regime de urgência, pois, para vigorar no próximo ano, a proposição precisa ser aprovada e sancionada neste exercício.

Ademais, a proposição busca alterar dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 34, de 2016, incorporando sugestões trazidas pelo Consórcio Público CIMVI, na tentativa de unificar valores e procedimentos entre todos os Municípios que participam da gestão associada dos serviços de licenciamento ambiental.

Por outro lado, embora destacado que se trata de uma padronização de procedimentos e valores das taxas, não se demonstrou quais foram os valores arrecadados no exercício, o custo dos serviços, se está ocorrendo eventual reajuste das taxas, etc., remanesecendo dúvidas sobre a conveniência, utilidade e oportunidade, em especial neste momento muito delicado da economia nacional/regional.

Desta forma, diante dos apontamentos acima, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de parecer favorável (quanto a constitucionalidade e juridicidade), com ressalvas (quanto a conveniência, utilidade e oportunidade), encaminhando-se a proposição à Mesa Diretora para que seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Submete-se ao Plenário.

Doutor Pedrinho - SC, 12 de Dezembro de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho

Presidente

Américo Nones

Vice-Presidente

Joel Mazzi

Membro

## **PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**

Publicação Nº 1458825

### **COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2017**

Altera a Lei Complementar nº 134/ 2016, que dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo Órgão Ambiental do Município e dá outras providências.

Distribuída para manifestação desta Comissão Permanente por tratar-se de matéria tributária e contribuir para aumento ou diminuição da receita pública, conforme art. 48, I e V, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

De igual modo, se registra que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2017 (Lei nº 869, de 2016) e de 2018 (Lei nº 885, de 2017), trata nos artigos 34,35 e 36 sobre disposições relativas as alterações na legislação tributária, sem opor óbice a proposição em análise.

Por outro, embora destacado que se trata de uma padronização de procedimentos e valores das taxas, não se demonstrou quais foram os valores arrecadados com esta taxa neste primeiro exercício de sua vigência, qual foi o custo dos serviços, se está ocorrendo eventual reajuste das taxas, etc., remanesecendo dúvidas importantes sobre a conveniência, utilidade e oportunidade, em especial neste momento muito delicado da economia nacional/regional.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão e no alcance de sua competência, referendamos as informações contidas no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei Complementar pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se.

Registre-se.



Doutor Pedrinho - SC, 12 de dezembro de 2017.

Luiz Henrique Stollmeier

Presidente

Valmir Farias

Vice-Presidente

Jackson Rodrigo de Castilho

Membro

# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460538

DECRETO N.º 073, de 15 de Dezembro de 2017.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 410, de 06/10/2016 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ermo no valor de R\$ 22.020,20 (Vinte e dois mil, vinte reais e vinte centavos), a saber:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.470,20

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 17.550,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 22.020,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de Dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 035/2017

Publicação Nº 1460464

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 035/2017.

Institui o Piso Salarial para os Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo do Município de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Fica instituído, para todos os efeitos legais, o Piso Salarial para os Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo no valor de R\$ 938,00 (novecentos e trinta e oito reais).

Art. 2º O valor do Piso será corrigido anualmente de acordo com a Lei que fixa o índice de revisão geral das remunerações e subsídios

dos servidores.

Art. 3º Fica revogada a Lei Complementar nº 014/2011, de 11 de agosto de 2017.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 036/2017

Publicação Nº 1460471

LEI COMPLEMENTAR PE Nº. 036/2017.

Institui os Cargos de Provimento em Comissão na Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º Ficam Instituídos na organização administrativa do Poder Executivo Municipal de Ermo, os cargos de Secretários Municipais e demais cargos em comissão, na forma do Anexo I, parte integrante desta Lei.

§ 1º Os cargos sancionados no Caput deste artigo são regidos pelo critério de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Aos ocupantes dos cargos em comissão, será aplicado o Regime Estatutário.

Art. 2º Os vencimentos dos cargos em comissão, são fixados consoante ao Anexo I.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação de até 50% (cinquenta por cento) sobre os vencimentos dos ocupantes de cargos comissionados classificados nos cargos de Direção e Chefia.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os ajustes necessários à adequação dos Orçamentos à alteração desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 003/1997 de 03 de Janeiro de 1997 e suas alterações.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

#### ANEXO I

GRUPO: DASU – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

NOMINATA DOS CARGOS EM COMISSÃO

Nº. Vagas Denominação Nível  
GABINETE DO PREFEITO

01 Chefe de gabinete DASU-3 3.123,60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 Secretário de Administração e Finanças DASU-3 4.558,64  
01 Diretor de Administração DASU-2 1.757,02  
01 Chefe de Divisão de Pessoal DASU-1 1.132,30  
01 Chefe de Divisão de Expediente e Serv. Gerais DASU-1 1.132,30  
01 Diretor de Finanças DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Contabilidade DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Tributação DASU-2 1.757,02

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 Secretário de Educ. Cultura, Esp. e Turismo DASU-3 4.558,64  
01 Diretor de Educação Infantil DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Educação Fundamental DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Cultura, Esporte e Turismo DASU-2 1.757,02  
01 Chefe de Divisão Esporte Amador DASU-1 1.132,30  
01 Chefe de Divisão Esporte Estudantil DASU-1 1.132,30

SECRETARIA DE SAÚDE

01 Secretário de Saúde DASU-3 4.558,64  
01 Diretor de Saúde DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Administração e Planejamento de Saúde DASU-2 1.757,02  
01 Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária DASU-1 1.132,30  
01 Chefe de Divisão de Saúde DASU-1 1.132,30

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 Secretário de Assistência Social DASU-3 4.558,64  
01 Diretor de Assistência Social DASU-2 1.757,02

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 Secretário de Infraestrutura, Agric. e Meio Ambiente DASU-3 4.558,64  
01 Diretor de Serviços Urbanos DASU-2 1.757,02  
01 Diretor de Infraestrutura DASU-2 1.757,02  
01 Chefe de Divisão de Infraestrutura DASU-1 1.132,30  
01 Chefe de Transportes e Viação DASU-1 1.132,30  
01 Chefe de Garagem e Almoxarifado DASU-1 1.132,30  
01 Diretor de Agricultura DASU-2 1.757,02  
01 Chefe de Divisão de Agricultura DASU-1 1.132,30  
01 Diretor de Meio Ambiente DASU-2 1.757,02

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 436, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460850

LEI Nº 436, de 13 de dezembro de 2017.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o Exercício Financeiro de 2018.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ermo para o exercício financeiro de 2018, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos, em R\$ 9.700.000,00 (Nove milhões e setecentos mil reais).

Art. 2º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente discriminadas em anexo a esta lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 9.548.000,00
Receita Tributária	R\$ 460.200,00
Receitas de Contribuições	R\$ 25.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 60.000,00
Receita de Serviços	R\$ 100.000,00
Transferências Correntes	R\$ 11.121.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 73.000,00
Fundeb (-)	R\$ -2.291.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 152.000,00
Alienação de Bens	R\$ 100.000,00
Transferências de Capital	R\$ 51.000,00
Operacao de Credito	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 9.700.000,00

Art. 3º A despesas fixadas, detalhadas em anexo a esta Lei conforme determina a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, esta assim distribuída por Órgãos:

#### I – DESPESAS POR ÓRGÃOS

##### 1- PREFEITURA MUNICIPAL

01 – Gabinete do Prefeito R\$ 262.000,00  
02 – Secretaria de Administração e Finanças R\$ 711.000,00  
03 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente R\$ 346.000,00  
04 – Secretaria de Educação, Cultura, Espo e Tur. R\$ 3.732.500,00  
05 – Secretaria de Obras, Viação, Transp. Serv. Urb R\$ 1.499.000,00  
06 – Secretaria de Saúde e Promoção Social R\$ 470.000,00  
99 – Reserva de Contingência R\$ 10.000,00

2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 1.829.500,00  
3 – FUNDO MUNIC. DE ASSIST. E PREVID R\$ 160.650,00  
4 – CÂMARA DE VEREADORES R\$ 679.000,00  
TOTAL: R\$ 9.700.000,00

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, somente com a autorização do Poder Legislativo.

Art. 7º As alterações ocorridas na Lei Orçamentária (LOA), com repercussão de remanejamento e/ou alterações de receitas e despesas no Plano Plurianual (PPA) de 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018 serão regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, com a autorização do Poder Legislativo Municipal.

Art. 8º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, desde que obtenha a anuência do Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº 437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460855

LEI Nº 437, de 15 de dezembro de 2017.

Altera Dispositivos da Lei Nº 276, de 28 de maio de 2010 que Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Ermo regulamentando as normas edilícias no município e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 105 da Lei nº 276, de 28 de maio de 2010, passa a vigorar com as seguintes Alterações:

“Art. 105 .....

§ 1º. O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

§ 2º. Todos os aterros realizados dentro dos perímetros urbanos do Município não poderão exceder a altura de 50cm (cinquenta

centímetros) a partir do nível da caixa de rolagem da estrada.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº 438, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460862

LEI Nº 438, de 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a Organização da Política e do Sistema Único de Assistência Social do Município de Ermo/SC e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Ermo tem por objetivos:

I- A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) O amparo às crianças e aos adolescentes;
- c) A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V. Primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e

VI. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

### Seção I Dos Princípios

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I. universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II. gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III. integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV. intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V. equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social;

VI. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### Seção II Das Diretrizes

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II. descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III. cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV. matricialidade sócio familiar;

V. territorialização;

VI. fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII. participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das

ações em todos os níveis;

## CAPÍTULO III

### DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO DE ERMO

#### Seção I Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União, executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

III - estabelecer as responsabilidades do município na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

V - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VI - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1º. As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.

Art. 6º O Município de Ermo atuará de forma articulada com as esferas Federal e Estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Ermo é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Assistência Social é constituída pela seguinte estrutura, no que se refere as funções inerentes a Assistência Social:

§ 1º. Diretamente vinculados a Assistência Social – Gestão Direta:

I. Secretário Municipal de Assistência Social;  
II. Diretor de Assistência Social.

§ 2º. Órgãos Colegiados vinculados a Secretaria Municipal Assistência Social;

I – Conselho Municipal de Assistência Social;

II – Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

III – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

IV – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;



**VII – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação.****Seção II  
Da Organização**

Art. 9º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Ermo organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I. Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II. Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 10. A Proteção Social Básica compõe-se essencialmente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

- I. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- II. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- III. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;
- IV. Serviço de Proteção Social Básica executado por Equipe Volante.

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

Art. 11. A Proteção Social Especial ofertará principalmente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

- I. Proteção Social Especial de Média Complexidade:
  - a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
  - b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
  - c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
  - d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
  - e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- II. Proteção Social Especial de Alta Complexidade:
  - a) Serviço de Acolhimento Institucional;
  - b) Serviço de Acolhimento em República;
  - c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
  - d) Serviço de Acolhimento em Família Subsidiada;
  - e) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

§1º. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

§2º. A oferta da proteção social especial se orientará pelo porte dos municípios e a responsabilidade dos Estados e Municípios pactuadas na CIT e deliberados no CNAS.

§3º. A execução dos serviços de PSE de média e alta complexidade serão de responsabilidade da equipe de referência da gestão do SUAS.

Art. 12. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, exceto o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, os quais devem ser executados exclusivamente pelo município.

§ 1º. A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela Secretaria Municipal que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§ 2º. Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social na forma do art. 9º;

II - integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades, de que trata o inciso XI do art. 19.

§ 3º. As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar Termos de Colaboração ou de Fomento com o poder público, por meio de chamamento público, para a execução dos serviços, garantindo financiamento nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º. As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão definidas em resolução do CMAS, conforme normativas e resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§5º. Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

Art. 13. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social de que trata o Art. 3º desta Lei.

§ 1º. O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º. O CREAS é a unidade pública de abrangência e Gestão Estadual ou Regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais

políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14. As instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 15. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I. territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II. universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III. regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 16. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Ermo, quais sejam:

- I. CRAS;
- II. CREAS/GESTÃO;

Parágrafo único. Conforme orientação do MDSA, os municípios deverão seguir a um parâmetro de referência para implantação de Unidades CREAS, considerando o porte do Município e número de habitantes.

Art. 17. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado as famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas ou com deficiência.

Art. 18. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº17, de 20 de junho de 2011; e nº 9.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da Proteção Social Básica e Especial.

Art. 19. São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I. acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II. renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para

cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III. convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV. desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V. apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

### Seção III Das Responsabilidades

Art. 20. Compete ao Município de Ermo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I. destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o Art. 22, da Lei Federal nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, mediante critérios estabelecidos pela Administração Municipal e referendados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II. efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III. executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV. atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V. prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI. implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;

VII. regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal



de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

#### VIII. cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera Federal e Estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

#### IX. realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

#### X. gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

#### XI. organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando-os; e

c) coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

#### XII. elaborar:

a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;

d) executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o

em âmbito municipal;

e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas na instância de pactuação e negociação do SUAS;

g) expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho Municipal de Assistência Social;

XIII. aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

#### XIV. alimentar e manter atualizado:

a) o Censo SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

#### XV. garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) garantir que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

#### XVI. definir:

a) os fluxos de referência e contra referência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado as suas competências.

#### XVII. implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente;

XVIII. promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XIX. assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX. participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XXI. prestar informações que subsidiem o acompanhamento Estadual e Federal da Gestão Municipal;

XXII. zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXIII. assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.

XXIV. acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXV. normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XXVI. aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXVII. encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXVIII. compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS; XXIX. estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXX. instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXI. dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXXII. criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

## Seção IV

### Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 21. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Ermo:

§ 1º. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I. diagnóstico socioterritorial;

II. objetivos gerais e específicos;

III. diretrizes e prioridades deliberadas;

IV. ações estratégicas para sua implementação;

V. metas estabelecidas;

VI. resultados e impactos esperados;

VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII. mecanismos e fontes de financiamento;

IX. indicadores de monitoramento e avaliação; e

X. tempo de execução.

§ 2º. O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

I. as deliberações das conferências de assistência social;

II. metas Nacionais e Estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III. ações articuladas e intersetoriais.

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social da Natureza e Finalidade

Art. 22. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Ermo, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 23. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º. As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos benefícios, programas, projetos e serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social inscritas no CMAS, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 2º. O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do

Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

## CAPÍTULO V

### DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 24. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento e constituir a comissão organizadora;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano municipal de capacitação permanente de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em consonância com o Plano Nacional e Estadual de capacitação;

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do município e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

IX – aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social – FMAS, conforme decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012.

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XIII - informar ao gestor municipal da Assistência Social sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as Esferas Nacional, Estadual e Municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no respectivo meio oficial do município todas as suas deliberações;

XVIII – exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS conforme prescrito na NOBSUAS/RH;

XIX - Eleger entre seus membros, a mesa diretora do conselho;

XX - Fiscalizar e acompanhar o benefício de prestação continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF;

XXI - Acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais.

Art. 25. Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) o plano municipal de assistência social;  
b) o plano de ação;  
c) a proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;  
b) o plano de trabalho;  
c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente

as atas e resoluções;

b) o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

## CAPÍTULO VI

### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

#### Seção I

##### Da Composição

Art. 26. O Conselho de Assistência Social deverá ser composto por 50% de representantes do governo e 50% representantes da sociedade civil, com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice- presidência em cada mandato, sendo permitindo uma única recondução.

§ 1º. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

§ 2º. Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 3º. Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto por 06 (seis) membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I – Três representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública e que sejam efetivos da seguinte forma:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- c) um representante da Secretaria de Administração e Finanças,

II – 03 (três) Representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um representante dos usuários ou organizações da assistência social;
- b) um representante de entidades e organizações de assistência social devidamente inscrita no CMAS;
- c) um representante de entidade de trabalhadores do setor.

§ 5º. Caso o município não contar com um dos segmentos conforme

alíneas a, b ou c, poderão compor as vagas disponíveis com um dos demais segmentos e na ausência dos demais segmentos poderá ser ocupada por um representante da sociedade comprometido com política pública municipal e tenha pleno conhecimento de sua responsabilidade e sendo aceito através de audiência pública, reunião com a presença da sociedade e usuários do SUAS.

§ 6º. A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público, tendo como candidatos e eleitores os segmentos descritos no parágrafo anterior, inciso II.

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a relação para a respectiva nomeação em forma de Decreto;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

§ 7º. A nomeação é de responsabilidade do respectivo Chefe do Poder Executivo, e a posse dos conselheiros ocorrerá em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do conselho.

§ 8º. Serão consideradas organizações de usuários, aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 27. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º. As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei



nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS.

§ 2º. As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º. Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 28. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS, conforme Resolução 14 do CNAS, de 2014.

Art. 29. Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 30. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

#### Seção II Do Funcionamento

Art. 31. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato.

Art. 32. Os Conselhos têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 33. O Conselho de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ter conhecimento sobre a política de assistência social, indicada pelo Secretário Municipal Assistencial Social.

§ 1º. A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º. A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 34. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de

usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- II - de Financiamento e Orçamento;
- III - de Políticas;
- IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 35. No início de cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 36. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo Governo Municipal, Estadual e Federal.

Art. 37. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

- I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;
- II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;
- III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;
- IV - racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;
- V - garantia da construção de uma política pública efetiva.

#### Seção III Do Desempenho

Art. 38. Para o bom desempenho do Conselho é fundamental que os conselheiros:

- I - sejam assíduos às reuniões;
- II - participem ativamente das atividades do Conselho;
- III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;
- IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;
- V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;
- VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, Estado e Município, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as suas especificidades;
- VII - colaborem com o Conselho no exercício do controle social;
- VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;

XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XII- mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços socioassistenciais;

XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social no município;

XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

#### Seção IV Da Organização

Art. 39. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I – da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
- II – da Mesa Diretora;
- III – das Comissões;
- IV – da Secretaria Executiva.

§ 1º. A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário.

§ 3º. Serão criados Grupos Temáticos, de caráter temporário, sempre que o conselho avaliar necessário.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 41. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 42. As Assembleias Gerais do CMAS e as reuniões das Comissões são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 43. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação pelo CMAS.

#### Seção II Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 44. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 45. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I. divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II. garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III. estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV. publicidade de seus resultados;

V. determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI. articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 46. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 02 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

#### Seção III

##### Participação dos Usuários

Art. 47. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 48. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

#### Seção IV

##### DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 49. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS,

respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§1º. O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º. O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

## CAPÍTULO V

### DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

#### Seção I Dos Benefícios Eventuais

Art. 50. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias dos SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

§1º. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

§2º. A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo CMAS e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pela Administração Municipal e referendado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§3º. Os benefícios eventuais serão concedidos articulados com a execução dos serviços socioassistenciais e são complementares ao atendimento das famílias.

§4º. Os benefícios serão concedidos, conforme a Lei Municipal específica, mediante parecer social.

Art. 51. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I. não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;  
II. desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III. garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;  
IV. garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V. ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;  
VI. integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 52. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 53. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações

disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

#### Seção II Da Prestação de Benefícios Eventuais

Art. 54. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 55. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I. à genitora que comprove residir no Município;

II. à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III. à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV. à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS no Município.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 56. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 57. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Art. 58. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I. riscos: ameaça de sérios padecimentos;  
II. perdas: privação de bens e de segurança material;  
III. danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I. ausência de documentação;  
II. necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;



III. necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV. ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V. perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI. processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII. ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 59º O benefício descrito no artigo 58 poderá ser concedido na forma de:

I – Cestas Básicas;

II – Passagem de Transporte Intermunicipal e Interestadual;

III – Documentação Civil (fotos e segunda via);

IV – Material de construção e lonas;

V – Prestação de serviços para a construção de banheiro e perfuração de fossa;

VI – Pagamentos diversos de faturas de água ou energia;

VII – Auxílio Moradia;

VIII – Bens materiais (alimentação, vestuário de cama, mesa e banho, utensílios para cozinha).

§1º. O Auxílio Moradia será concedido em valor de até 70% (setenta por cento) do salário mínimo vigente, entendido como ajuda de custo para pagamento de aluguel), sendo destinado a atender idoso em situação de risco e/ou vulnerabilidade e/ou desabrigado, mulheres chefe de família com filhos menores de 18 (dezoito) anos, famílias com deficientes, determinações judiciais, moradores de áreas de risco ou de preservação.

§2º. Em relação ao pagamento de materiais de construção, lonas e prestação de serviços para construção de banheiros e perfuração de fossas, esses serão limitados ao valor máximo de 70% do salário mínimo vigente, bem como, em relação ao pagamento de faturas de água e energia, se dará no limite de duas faturas anuais.

Art. 60. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 61. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 62. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

### Seção III

Dos Recursos Orçamentários para oferta de Benefícios Eventuais

Art. 63. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

### Seção IV

Dos Serviços

Art. 64. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

### Seção V

Dos Programas de Assistência Social

Art. 65. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§1. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º. Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742, de 1993.

### Seção VI

Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Art. 66. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

### Seção VII

Da Relação com as Entidades de Assistência Social

Art. 67. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º. São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos de proteção social básica ou especial, e concedem benefícios, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social, bem como do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§ 2º. São de assessoramento aquelas que, de forma continuada,

permanente e planejada, executam ações voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§ 3º. São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

Art. 68. As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 69. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

I. executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II. assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III. garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV. garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 70. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I. ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;  
II. aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III. elaborar plano de ação anual;

IV. ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I. análise documental;

II. visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III. elaboração do parecer da Comissão;

IV. pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V. publicação da decisão plenária;

VI. emissão do comprovante;

VII. notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

## CAPÍTULO VI

## DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 72. O financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecidos nesta lei far-se-ão com os recursos da União, do Estado e do Município de Ermo, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 73. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

### Seção I

#### Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 74. Fica Instituído o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 75. Constituem receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I. recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II. dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III. doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV. receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V. as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI. produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII. doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII. outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º. A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo

Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 3º. As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento Federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 76. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 77. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

I. financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II. em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III. aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV. construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V. desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI. pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII. pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 78. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art.79. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 80. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 81. Ficam revogadas as Leis nº 012, de 22 de abril de 1997 e nº 013, de 22 de abril de 1997.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº 439, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460871

LEI Nº 439, de 15 de dezembro de 2017.

Altera Dispositivos da Lei nº 001, de 03 de Janeiro de 1997 que Dispõe sobre a Organização Administrativa do Município de Ermo e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 001, de 03 de Janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

I - .....

II - Órgãos de atividades auxiliares e específicas:

a) Secretaria de Administração e Finanças.

- Departamento de Administração;
- Divisão de Pessoal;
- Divisão de Expediente e Serviços Gerais;
- Departamento de Finanças;
- Departamento de Contabilidade;
- Departamento de Tributação;

b) Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

- Departamento de Educação Infantil;
- Departamento de Educação Fundamental;
- Departamento de Cultura, Esporte e Turismo;
- Divisão de Esporte Amador;
- Divisão de Esporte Estudantil;

c) Secretaria de Saúde.

- Departamento de Saúde;
- Divisão da Vigilância Sanitária;
- Divisão da Saúde;
- Departamento de Administração e Planejamento de Saúde;

d) Secretaria de Assistência Social.

- Departamento de Assistência Social;

e) Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente.

- Departamento de Serviços Urbanos;
- Departamento de Infraestrutura;
- Divisão de Infraestrutura;
- Divisão de Transportes e Viação;
- Divisão de Garagem e Almoxarifado;
- Departamento de Agricultura;
- Divisão de Agricultura;
- Departamento de Meio Ambiente.

“Art. 15. À Secretaria de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- a) Educação em saúde;
- b) Saúde da mulher e da criança;

- c) Saúde do escolar;
- d) Saúde oral;
- e) Saúde do trabalhador;
- f) Vigilância epidemiológica;
- h) Vigilância sanitária;
- i) Atendimento de urgência e emergência;
- k) Saúde pública;
- l) Alimentação e nutrição;"

Art. 2º A Seção IV da Lei nº 001, de 03 de Janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Seção IV**

**Da Secretaria de Assistência Social**

Art. 16. A Secretaria de Assistência Social compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- a) Assistência ao menor e ao idoso;
- b) Saneamento;
- c) Organização comunitária;
- d) Orientação e recuperação social."

Art. 3º A Seção V da Lei nº 001, de 03 de Janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Seção V**

**Da Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente**

Art. 17. A Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- a) Sistema viário;
- b) Construção e conservação de obras públicas;
- c) Execução da política de desenvolvimento urbano;
- d) Construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
- e) Administração dos serviços públicos em geral;
- f) Desenvolvimento e aprimoramento da agricultura e da pecuária;
- g) Fiscalização de disposições normativas de defesa vegetal e animal;
- h) Assistência Técnica rural;
- i) Promoção de medidas relacionadas a agropecuária, em articulação com as esferas estadual e federal;

j) Promoção de medidas que visem proteger a boa qualidade de vida e do meio ambiente."

Art. 4º As despesas da organização administrativa de que trata esta lei correrão a conta do orçamento do município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 221, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460481

PORTARIA Nº 221, de 11 de dezembro de 2017.

Prorroga Portarias de Admissão de Servidores em Caráter Temporário – ACT e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I e III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade da continuidade dos serviços junto as Secretarias Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam prorrogadas as Admissões em Caráter Temporário (ACT), para ocupar funções junto às Secretarias Municipais, dos servidores conforme abaixo relacionados:

Função: Recepcionista

Servidor: ALEXANDRA PIVA DE SOUZA, Matrícula nº 865, nomeado(a) pela Portaria nº 052, de 03 de abril de 2017;

Função: Auxiliar Administrativo

Servidor: EDUARDO SIMÃO LEONARDO, Matrícula nº 897, nomeado(a) pela Portaria nº 143, de 12 de junho de 2017;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II

Servidor: EMERSON DAMINELLI, Matrícula nº 840, nomeado(a) pela Portaria nº 050, de 03 de abril de 2017;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II

Servidor: WILLIAN DA SILVA MOTA, Matrícula nº 890, nomeado(a) pela Portaria nº 133, de 01 de junho de 2017;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II

Servidor: MARCOS DONATO ROCHA, Matrícula nº 891, nomeado(a) pela Portaria nº 136, de 01 de junho de 2017;

Função: Operador de Equipamentos I

Servidor: VENICIO ROCHA PAULINO, Matrícula nº 901, nomeado(a) pela Portaria nº 164, de 01 de agosto de 2017;

Função: Motorista I

Servidor: SAMUEL DE VARGAS MACHADO, Matrícula nº 836, nomeado(a) pela Portaria nº 077, de 05 de abril de 2017;

Função: Recepcionista

Servidor: MARI STELLA TRICHÊS, Matrícula nº 841, nomeado(a) pela Portaria nº 051, de 03 de abril de 2017;

Função: Agente Comunitário de Saúde

Servidor: CLEMAR BORBA, Matrícula nº 848, nomeado(a) pela Portaria nº 078, de 10 de abril de 2017;

Função: Agente Comunitário de Saúde

Servidor: SANTINA RODRIGUES LEOPOLD, Matrícula nº 892, nomeado(a) pela Portaria nº 125, de 22 de maio de 2017;

Função: Agente Comunitário de Saúde

Servidor: ELENIR QUADROS, Matrícula nº 894, nomeado(a) pela Portaria nº 146, de 19 de junho de 2017.

Função: Agente de Combate a Endemias

Servidor: MAURÍCIO DE OLIVEIRA FERREIRA, Matrícula nº 849, nomeado(a) pela Portaria nº 081, de 10 de abril de 2017.

Art. 2º As admissões de que trata o Art. 1º, encerram-se no dia 30 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 11 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 222, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460490

PORTARIA Nº 222, de 15 de dezembro de 2017.

Reduz Carga Horária de Professores que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o termino da vaga excedente de Professor; Considerando que não há mais a necessidade de servidores para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo neste ano letivo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir a Carga Horária dos Professores, ampliada através da Portaria nº 033, de 20 de fevereiro de 2017, conforme abaixo especificados:

Servidor: ALINE MARQUES, matrícula nº 827;

Servidor: EDNA MARIA DOS REIS SIMÃO, matrícula nº 828;

Servidor: EDNÉIA MACHADO SIMÃO, matrícula nº 822;

Servidor: ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA, matrícula nº 824;

Servidor: IVONETE DOMINGOS GABRIEL, matrícula nº 825;

Servidor: MARISTELA POSSAMAI LEONARDO, matrícula nº 826;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 224, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460525

PORTARIA Nº 224, de 15 de dezembro de 2017.

Exonera Servidores Admitidos em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura

Municipal, Admitidos em Caráter Temporário (ACT) conforme abaixo especificados:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: MARCIA REJANE NAZARI PIASSOLLI, matrícula nº 847 nomeado(a) pela Portaria nº 049, de 03 de abril de 2017;

Função: Monitor de Transporte Escolar

Servidor: ROSELI PRIEBE FERREIRA matrícula nº 861, nomeado(a) pela Portaria nº 086, de 10 de abril de 2017;

Função: Monitor de Transporte Escolar

Servidor: MAYCON BATISTA MATEUS, matrícula nº 868, nomeado(a) pela Portaria nº 084, de 10 de abril de 2017;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: ALINE URBANO PIECATOSKI, matrícula nº 882, nomeado(a) pela Portaria nº 117, de 03 de maio de 2017;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II.

Servidor: VILMA LAURINDO JOÃO, matrícula nº 895, nomeado(a) pela Portaria nº 141, de 06 de junho de 2017;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: CLEONICE BORBA, matrícula nº 900, nomeado(a) pela Portaria nº 149, de 03 de junho de 2017;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: DYEIME MORAES CIDADE, matrícula nº 902, nomeado(a) pela Portaria nº 156, de 01 de agosto de 2017;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: PRISCILA PEREIRA IGNESE, matrícula nº 863, nomeado(a) pela Portaria nº 058, de 03 de abril de 2017;

Função: Professora.

Servidor: BIANCA BATISTA LODETTI, matrícula nº 881, nomeado(a) pela Portaria nº 109, de 02 de maio de 2017;

Função: Professora.

Servidor: CINTIA REGINA GABRIEL, matrícula nº 896, nomeado(a) pela Portaria nº 144, de 12 de junho de 2017;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: DIANA ALBINO MORGEROT, matrícula nº 866, nomeado(a) pela Portaria nº 062, de 03 de abril de 2017;

Função: Motorista II.

Servidor: ARMANDO RICARDO GROSS, matrícula nº 903, nomeado(a) pela Portaria nº 152, de 25 de julho de 2017;

Função: Borracheiro.

Servidor: ADEVALDO IGNESE, matrícula nº 871, nomeado(a) pela Portaria nº 096, de 17 de abril de 2017;

Função: Veterinária.

Servidor: GABRIELA FERREIRA CLEZAR, matrícula nº 907, nomeado(a) pela Portaria nº 175, de 21 de agosto de 2017;

Função: Técnico em Enfermagem.

Servidor: IRENE BATISTA, matrícula nº 860, nomeado(a) pela Portaria nº 091, de 12 de abril de 2017;

Função: Técnico em Enfermagem.

Servidor: STELA SANTOS DE SOUZA, matrícula nº 854, nomeado(a) pela Portaria nº 090, de 12 de abril de 2017;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: ALINE INÁCIO ROCHA, matrícula nº 883, nomeado(a)

pela Portaria nº 110, de 02 de maio de 2017;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 226, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460528

PORTARIA Nº 226, de 15 de dezembro de 2017.

Prorroga Portaria de Admissão de Servidor em Caráter Temporário – ACT e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I e III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o período gestacional em que se encontra a servidora Renata Tristão Possamai;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam prorrogadas até 30 de novembro de 2018 as Portarias nº 065, de 03 de abril de 2017 e nº 100, de 17 de abril de 2017, que Admitiu a servidora RENATA TRISTÃO POSSAMAI em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, I da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 228, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460532

PORTARIA Nº 228, de 18 de dezembro de 2017.

Concede Licença Prêmio aos Servidores que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89-B, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997 e alteração pela Lei Complementar PE nº. 024/2014;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 15 (quinze) dias aos servidores, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2016, a serem gozadas de 18 de dezembro de 2017 a 01 de janeiro de 2018, conforme abaixo especificados:

Jerusa Alexandre Pereira – matrícula nº 333;  
Marta Pezente – matrícula nº 529;  
Agenor Antonio Simon – matrícula nº 86;  
Karina Daniela Costa Cândido Simão – matrícula nº 383;  
Cínara Mateus Réus Cledes – matrícula nº 543;  
Maria Bernardete Marques Borges – matrícula nº 330;  
Dalva de Oliveira Dal Pont – matrícula nº 341;  
Josiane Inácio dos Santos – matrícula nº 367;  
José Adriano de Vargas Machado – matrícula nº 519;  
Diorgenes Simão – matrícula nº 524;  
Thiago Gomes Nunes – matrícula nº 551;  
Elizandro Bauer de Jesus – matrícula nº 530;  
Giane Pires Leonardo – matrícula nº 363;  
Márcia Maria da Silva – matrícula nº 147;  
Edna Maria dos Reis Simão – matrícula nº 171;  
Edneia Machado Simão – matrícula nº 822;  
Elisangela Manarim de Oliveira – matrícula nº 824;  
Ivone de Domingos Gabriel – matrícula nº 169;  
Leda Tramontim Zanatta – matrícula nº 182;  
Maristela Possamai Leonardo – matrícula nº 172;  
Varcilene Zanatta – matrícula nº 173;  
Valcirlene Silva da Rosa – matrícula nº 170;  
Cristiani Possamai Furlanetto – matrícula nº 346;  
Aline Mezzari Serafim – matrícula nº 342;  
Aline Marques – matrícula nº 351;  
Ana Lúcia Mezzari Serafim – matrícula nº 343;  
Alice Mezzari Serafim – matrícula nº 344;  
Rivelino de Oliveira Scarpari – matrícula nº 28;  
Sandra Carla Dal Pont – matrícula nº 566;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 223, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460520

PORTARIA Nº. 223, de 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Servidores ocupantes de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ocupantes de Cargo em Comissão conforme abaixo especificados:

Função: Chefe Divisão Esporte Amador, Nível DASU 1.  
Servidor: ANDREI FRASSETTO DE SOUZA, Matrícula nº 873, nomeado(a) pela Portaria nº. 097, de 17 de abril de 2017;

Função: Chefe Divisão Vigilância Sanitária, Nível DASU 1.  
Servidor: ANTÔNIA DE FÁTIMA REINALDI, Matrícula nº 835, nomeado(a) pela Portaria nº. 044, de 06 de março de 2017;

Função: Chefe de Transportes e Viação, Nível DASU-1.

Servidor: JOICE DA SILVA ACORDI, Matrícula nº 898, nomeado(a) pela Portaria nº. 162, de 01 de agosto de 2017;

Função: Diretor de Administração, Nível DASU-2

Servidor: ODIRLEI COSTA DAL PONT, Matrícula nº 833, nomeado(a) pela Portaria nº 040, de 01 de março de 2017.

Função: Diretor de Meio Ambiente, Nível DASU-2

Servidor: JOSÉ VALSIR DA SILVA, Matrícula nº 853, nomeado(a) pela Portaria nº 158, de 01 de agosto de 2017;

Função: Diretor de Educação e Cultura, Nível DASU-2

Servidor: GIANE PIRES LEONARDO, nomeado(a) pela Portaria nº 041, de 01 de março de 2017;

Função: Diretor de Esporte e Turismo, Nível DASU-2

Servidor: JOSÉ FERNANDO LOPES CARDOSO, Matrícula nº 879, nomeado(a) pela Portaria nº 108, de 02 de maio de 2017;

Função: Diretor de Serviços Urbanos, Nível DASU-2

Servidor: LEVI MARCOS DARABAS, Matrícula nº 831, nomeado(a) pela Portaria nº 039, de 01 de março de 2017;

Função: Diretor de Promoção Social, Nível DASU-2

Servidor: RONILDO DOS SANTOS SOARES, Matrícula nº 830, nomeado(a) pela Portaria nº 038, de 01 de março de 2017.

Função: Diretor de Obras, Transportes e Viação, Nível DASU-2

Servidor: SERGIO NAZARENO INACIO, Matrícula nº 856, nomeado(a) pela Portaria nº 119, de 03 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 225, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460526

PORTARIA Nº. 225, de 15 de dezembro de 2017.

Prorroga Portaria de Admissão de Servidor em Caráter Temporário – ACT e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a Licença da Servidora Ana Paula Nola Biz, ocupante do cargo de Contadora;

Considerando a urgente necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve e não havendo servidor Efetivo disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada até 12 de abril de 2018 a Portaria nº 120, de 14 de abril de 2016, que Admitiu a servidora VANESSA JORDÃO DE OLIVEIRA em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Contadora do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de

Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 227, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460530

PORTARIA Nº. 227, de 15 de dezembro de 2017.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Professor que Especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

Considerando o período gestacional em que se encontra a servidora Cristiani Possamai Furlanetto;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Ampliação da carga horária da servidora Cristiani Possamai Furlanetto, Matrícula nº 829, conforme Portaria nº 033, de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de dezembro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças



## LOA 2018 - ANEXO 8

Publicação Nº 1460844

Página: 1/2  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	679.000,00		679.000,00
01.031	Ação Legislativa	679.000,00		679.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	679.000,00		679.000,00
04	Administração	799.000,00		799.000,00
04.122	Administração Geral	799.000,00		799.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	262.000,00		262.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	537.000,00		537.000,00
06	Segurança Pública	20.000,00	12.000,00	32.000,00
06.181	Policimento	20.000,00	12.000,00	32.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	8.000,00	12.000,00	20.000,00
08	Assistência Social	223.000,00	247.000,00	470.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	203.000,00	247.000,00	450.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	143.000,00	247.000,00	390.000,00
10	Saúde	1.730.500,00	260.000,00	1.990.500,00
10.301	Atenção Básica	1.569.850,00	260.000,00	1.829.850,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.569.850,00	260.000,00	1.829.850,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	160.650,00		160.650,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	160.650,00		160.650,00
12	Educação	2.393.500,00	1.228.000,00	3.621.500,00
12.306	Alimentação e Nutrição	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.753.500,00	1.053.000,00	2.806.500,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	10.000,00	10.000,00	20.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	80.000,00	165.000,00	245.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.663.500,00	878.000,00	2.541.500,00
12.365	Educação Infantil	400.000,00	140.000,00	540.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	400.000,00	140.000,00	540.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	20.000,00	85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	65.000,00	20.000,00	85.000,00
12.367	Educação Especial	65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	65.000,00		65.000,00

Página: 2/2  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	31.000,00		31.000,00
13.392	Difusão Cultural	31.000,00		31.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	31.000,00		31.000,00
15	Urbanismo	245.000,00	81.000,00	326.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	95.000,00	56.000,00	151.000,00
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	80.000,00	5.000,00	85.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	15.000,00	51.000,00	66.000,00
15.452	Serviços Urbanos	150.000,00	25.000,00	175.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000,00	25.000,00	175.000,00
20	Agricultura	340.000,00	5.000,00	345.000,00
20.605	Abastecimento	340.000,00	5.000,00	345.000,00
20.605.0022	MANUTENÇÃO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	340.000,00	5.000,00	345.000,00
22	Indústria		1.000,00	1.000,00
22.661	Promoção Industrial		1.000,00	1.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000,00	1.000,00
26	Transporte	1.011.000,00	162.000,00	1.173.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	1.011.000,00	162.000,00	1.173.000,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	1.011.000,00	162.000,00	1.173.000,00
27	Desporto e Lazer	80.000,00		80.000,00
27.812	Desporto Comunitário	80.000,00		80.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	80.000,00		80.000,00
28	Encargos Especiais	142.000,00		142.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	142.000,00		142.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	142.000,00		142.000,00
99	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			10.000,00
<b>Total:</b>		<b>7.704.000,00</b>	<b>1.996.000,00</b>	<b>9.700.000,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>7.704.000,00</b>	<b>1.996.000,00</b>	<b>9.700.000,00</b>

## LOA 2018 - ANEXO 2 DESPESAS

Publicação Nº 1460838

Página: 1/2  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.304.000,00	6.040.750,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		28.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.276.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		2.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.734.750,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		165.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		17.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.552.750,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			979.750,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		949.750,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		944.750,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		30.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		30.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		879.850,00	1.759.850,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		30.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		849.850,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		880.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		400.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		480.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		70.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
<b>Total das despesas:</b>			<b>7.030.500,00</b>	<b>7.030.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>			<b>7.030.500,00</b>	<b>7.030.500,00</b>

Página: 2/2  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO</b>				
4.4.90.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	Aplicacoes Diretas	70.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.829.850,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.829.850,00</b>
<b>Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	DESPESAS CORRENTES			150.650,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.650,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.650,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>160.650,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>160.650,00</b>
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	DESPESAS CORRENTES			629.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	540.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	540.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	89.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>679.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>679.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>9.700.000,00</b>



Página: 2/6  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.3.0.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		60.200,00	
4.1.1.3.8.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	60.200,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuições		25.000,00	
4.1.2.0.0.00.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		25.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	25.000,00		
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	25.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial		60.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.00.00.00	Valores Mobiliários		60.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	60.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	60.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	60.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.00.00.00	Receita de Serviços		100.000,00	
4.1.6.9.0.00.0.00.00.00	Outros Serviços		100.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.00.00.00	Outros Serviços		100.000,00	
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços - Principal		100.000,00	
4.1.7.0.0.00.0.00.00.00	Transferências Correntes		11.121.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		6.416.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	5.566.000,00		
4.1.7.1.8.01.0.00.00.00	Participação na Receita da União		5.000.000,00	
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	5.000.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	5.000.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec. Ordinários	1.299.750,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec. Educação	979.600,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Rec. Saúde	2.720.650,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	229.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Pri	229.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principa	300.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Rec. Ordinários	1.250,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Rec. Educação	750,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Rec. Saúde	3.000,00		
4.1.7.1.8.01.7.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	32.000,00		

Página: 3/6  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	190.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	15.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	15.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Natur	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Nat	70.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	230.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	230.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - PSF Repasses Fundo a Fundo - Principal	230.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.01	Transferência de Recursos do SUS - PAB FIXO Repasses Fundo a Fundo - Principal	27.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.02	Transferência de Recursos do SUS - PSF Repasses Fundo a Fundo - Principal	110.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.03	Transferência de Recursos do SUS - VIG SAN Repasses Fundo a Fundo - Principal	10.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.04	Transferência de Recursos do SUS - FARM, BASICA Repasses Fundo a Fundo - Principal	9.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.05	Transferência de Recursos do SUS - EPIDEMIOLOGIA Repasses Fundo a Fundo - Principal	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.06	Transferência de Recursos do SUS - PACS Repasses Fundo a Fundo - Principal	60.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.09	Transferência de Recursos do SUS - SAUDE BUCAL Repasses Fundo a Fundo - Principal	7.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.01	Transferências de Recursos do FNAS - API - Principal	3.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.02	Transferências de Recursos do FNAS - PAC - Principal	22.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.03	Transferências de Recursos do FNAS - PETI - Principal	90.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.04	Transferências de Recursos do FNAS - IGD BOLSA - Principal	12.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.05	Transferências de Recursos do FNAS - CRAS PISO BASICO - Principal	120.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Princ	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escole	80.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Esco	80.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	50.000,00		



Página: 4/6  
Data: 15/12/2017

# Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Ordinários	12.500,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Educação	7.500,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal - Rec. Saúde	30.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		3.705.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M			
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	3.705.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.600.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Ordinários	3.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Educação	750.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Rec. Saúde	450.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.800.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	500.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Ordinários	500.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Educação	125.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Rec. Saúde	75.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	300.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	100.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Ordinários	100.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Educação	25.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Rec. Saúde	15.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	60.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Princ	20.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	85.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.000.000,00	
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M			
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.40	Transferências de Recursos do FUNDEB 40% - Principal	400.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.60	Transferências de Recursos do FUNDEB 60% - Principal	600.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		73.000,00	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		20.000,00	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica			
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.54	Multas Previstas em Legislação Polícia Militar		6.000,00	

Página: 5/6  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.55	Multas Previstas em Legislação Polícia Civil	6.000,00		
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.56	Multas Previstas em Legislação Prefeitura	8.000,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		48.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	48.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	38.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			152.000,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		1.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		1.000,00	
4.2.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno		1.000,00	
4.2.1.1.9.00.1.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal			
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Bens		100.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		50.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal			
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis		50.000,00	
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis			
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal			
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Capital		51.000,00	
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		20.000,00	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União			
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	20.000,00		
4.2.4.1.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	10.000,00		
4.2.4.1.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	10.000,00		
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		31.000,00	
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	31.000,00		
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	31.000,00		
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.000,00		
4.2.4.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação			

Página: 6/6  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	10.000,00		
4.2.4.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	21.000,00		
4.2.4.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	21.000,00		
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.291.200,00	-2.291.200,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-1.371.200,00	
9.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.1.8.0.0.0.0.0.00.00	Dedução das Transferências da União - Específica E/M			
9.1.7.1.8.01.0.0.0.0.00.00	Dedução Participação na Receita da União	-1.371.200,00		
9.1.7.1.8.01.1.0.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	-1.361.200,00		
9.1.7.1.8.01.1.1.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	-1.360.200,00		
9.1.7.1.8.01.5.0.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.360.200,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.000,00		
9.1.7.1.8.06.0.0.0.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-1.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.0.0.0.00.00	Dedução Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-10.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.0.0.00.00	Dedução Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	-10.000,00		
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Dedução Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-10.000,00		
9.1.7.2.8.0.0.0.0.0.00.00	Dedução Transferências dos Estados - Específica E/M		-920.000,00	
9.1.7.2.8.01.0.0.0.0.00.00	Dedução Participação na Receita dos Estados	-920.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.0.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do ICMS	-920.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-800.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.0.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do IPVA	-800.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-100.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.0.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios	-100.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.1.0.0.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-20.000,00		
		-20.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>9.700.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>9.700.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>9.700.000,00</b>

**LOA 2018 - ANEXO 5**

Publicação Nº 1460841

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
**Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Página: 1/1  
 Data: 15/12/2017

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
	392 Difusão Cultural
13 Cultura	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
	605 Abastecimento
20 Agricultura	661 Promoção Industrial
22 Indústria	782 Transporte Rodoviário
26 Transporte	812 Desporto Comunitário
27 Desporto e Lazer	846 Outros Encargos Especiais
28 Encargos Especiais	999 Reserva de Contingência
99 Reserva de Contingência	

Publicação Nº 1460842

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 2/4  
Data: 15/12/2017

## Estado de Santa Catarina

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO</b>					
<b>Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO</b>					
12	Educação				
12.306	Alimentação e Nutrição	20.000,00	3.601.500,00		3.621.500,00
12.306.0030	AQUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.306.0030.2.012	Aquisição de Merenda Escolar		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental		125.000,00		125.000,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	20.000,00	2.786.500,00		2.806.500,00
12.361.0001.1.010	Construção de Núcleo Escolar	20.000,00			20.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	20.000,00			20.000,00
12.361.0026.2.009	Manutenção do Transporte Escolar		245.000,00		245.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		245.000,00		245.000,00
12.361.0035.2.008	Manutenção do Ensino Fundamental		2.541.500,00		2.541.500,00
12.365	Educação Infantil		2.541.500,00		2.541.500,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		540.000,00		540.000,00
12.365.0025.2.007	Manutenção do Ensino Infantil		540.000,00		540.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		540.000,00		540.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		85.000,00		85.000,00
12.366.0027.2.010	Manutenção do Ensino Supletivo		85.000,00		85.000,00
12.367	Educação Especial		65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		65.000,00		65.000,00
12.367.0031.2.014	Manutenção do Ensino Especial		65.000,00		65.000,00
13	Cultura		31.000,00		31.000,00
13.392	Difusão Cultural		31.000,00		31.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		31.000,00		31.000,00
13.392.0029.2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		31.000,00		31.000,00
27	Desporto e Lazer		80.000,00		80.000,00
27.812	Desporto Comunitário		80.000,00		80.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		80.000,00		80.000,00
27.812.0028.2.011	Manutenção do Desporto Amador		80.000,00		80.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS</b>					
<b>Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS</b>					
15	Urbanismo	151.000,00	175.000,00		326.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	151.000,00			151.000,00
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	85.000,00			85.000,00
15.451.0012.1.002	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	85.000,00			85.000,00
		<b>151.000,00</b>	<b>1.348.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.499.000,00</b>
		<b>151.000,00</b>	<b>1.348.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.499.000,00</b>

Página: 3/4  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS</b>					
<b>Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS</b>					
15	Urbanismo				326.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	151.000,00	175.000,00		151.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS				66.000,00
15.451.0005.1.001	Construção de Pontes e similares	60.000,00			60.000,00
15.451.0005.1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	6.000,00			6.000,00
15.452	Serviços Urbanos		175.000,00		175.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		175.000,00		175.000,00
15.452.0032.2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública		175.000,00		175.000,00
26	Transporte		1.173.000,00		1.173.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.173.000,00		1.173.000,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS		1.173.000,00		1.173.000,00
26.782.0033.2.021	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos		1.173.000,00		1.173.000,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 07.01 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>					
08	Assistência Social	0,00	470.000,00	0,00	470.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	470.000,00	0,00	470.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		20.000,00		20.000,00
08.243.0041.2.022	Manutenção do FIA e Conselho Tutelar		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		450.000,00		450.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		60.000,00		60.000,00
08.244.0002.2.053	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		390.000,00		390.000,00
08.244.0039.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		390.000,00		390.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
<b>Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
99	Reserva de Contingência	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de Contingência	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
99.999.0999.2.019	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00



Página: 4/4  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO</b>					
Órgão: 09.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	1.829.850,00	0,00	1.829.850,00
Unidade: 09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	1.829.850,00	0,00	1.829.850,00
10	Saúde		1.829.850,00		1.829.850,00
10.301	Atenção Básica		1.829.850,00		1.829.850,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		1.829.850,00		1.829.850,00
10.301.0037.2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		1.829.850,00		1.829.850,00
<b>Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO</b>					
Órgão: 10.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0,00	160.650,00	0,00	160.650,00
Unidade: 10.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0,00	160.650,00	0,00	160.650,00
10	Saúde		160.650,00		160.650,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		160.650,00		160.650,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		160.650,00		160.650,00
10.302.0040.2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		160.650,00		160.650,00
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO</b>					
Órgão: 01.00	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	0,00	679.000,00	0,00	679.000,00
Unidade: 01.01	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	0,00	679.000,00	0,00	679.000,00
01	Legislativa		679.000,00		679.000,00
01.031	Ação Legislativa		679.000,00		679.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		679.000,00		679.000,00
01.031.0018.2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		679.000,00		679.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>9.700.000,00</b>

## LOA 2018 - ANEXO 7

Publicação Nº 1460843

Página: 1/3  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		679.000,00		679.000,00
01.031	Ação Legislativa		679.000,00		679.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		679.000,00		679.000,00
04	Administração		799.000,00		799.000,00
04.122	Administração Geral		799.000,00		799.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		262.000,00		262.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		537.000,00		537.000,00
06	Segurança Pública		32.000,00		32.000,00
06.181	Policimento		32.000,00		32.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		20.000,00		20.000,00
08	Assistência Social		470.000,00		470.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		450.000,00		450.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		390.000,00		390.000,00
10	Saúde		1.990.500,00		1.990.500,00
10.301	Atenção Básica		1.829.850,00		1.829.850,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		1.829.850,00		1.829.850,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		160.650,00		160.650,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		160.650,00		160.650,00
12	Educação		3.621.500,00		3.621.500,00
12.306	Alimentação e Nutrição	20.000,00	125.000,00		125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	20.000,00	2.786.500,00		2.806.500,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	20.000,00			20.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		245.000,00		245.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.541.500,00		2.541.500,00
12.365	Educação Infantil		540.000,00		540.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		540.000,00		540.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		85.000,00		85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		85.000,00		85.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
 Data: 15/12/2017

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	20.000,00	3.601.500,00		3.621.500,00
12.367	Educação Especial		65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		65.000,00		65.000,00
13	Cultura		31.000,00		31.000,00
13.392	Difusão Cultural		31.000,00		31.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		31.000,00		31.000,00
15	Urbanismo	151.000,00	175.000,00		326.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	151.000,00			151.000,00
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	85.000,00			85.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	66.000,00			66.000,00
15.452	Serviços Urbanos		175.000,00		175.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA		175.000,00		175.000,00
20	Agricultura		345.000,00		345.000,00
20.605	Abastecimento		345.000,00		345.000,00
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		345.000,00		345.000,00
22	Indústria		1.000,00		1.000,00
22.661	Promoção Industrial		1.000,00		1.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000,00		1.000,00
26	Transporte		1.173.000,00		1.173.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.173.000,00		1.173.000,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP E SERVICOS URBANOS		1.173.000,00		1.173.000,00
27	Desporto e Lazer		80.000,00		80.000,00
27.812	Desporto Comunitário		80.000,00		80.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		80.000,00		80.000,00
28	Encargos Especiais			142.000,00	142.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			142.000,00	142.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			142.000,00	142.000,00

Página: 3/3  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
	<b>Total:</b>	<b>171.000,00</b>	<b>9.387.000,00</b>	<b>142.000,00</b>	<b>9.700.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>171.000,00</b>	<b>9.387.000,00</b>	<b>142.000,00</b>	<b>9.700.000,00</b>

## LOA 2018 - ANEXO 9

Publicação Nº 1460846

Página: 1/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	537.000,00	0,00	32.000,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>799.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.000,00</b>

Página: 2/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.621.500,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>470.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.621.500,00</b>

Página: 3/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	326.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>31.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>326.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 4/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	345.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>345.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 5/20

Data: 15/12/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
TOTAL						
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	142.000,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	1.173.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Total:		0,00	1.173.000,00	80.000,00	142.000,00	10.000,00
						7.030.500,00

Página: 6/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 7/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	1.829.850,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.829.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 8/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						1.829.850,00
						1.829.850,00



Página: 11/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 12/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	160.650,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 13/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 14/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 15/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.650,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.650,00</b>

Página: 16/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		679.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		679.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 18/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 19/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 20/20  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	679.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>679.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>9.700.000,00</b>

## LOA 2018 - ANEXO I

Publicação Nº 1460837

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**

Página: 1/1  
 Data: 15/12/2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas		Valor	Despesas	Valor		
Receitas Correntes		11.839.200,00	DESPESAS CORRENTES	8.580.250,00		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		460.200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.723.850,00		
Contribuições		25.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.000,00		
Receita Patrimonial		60.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.854.400,00		
Receita de Serviços		100.000,00				
Transferências Correntes		11.121.000,00				
Outras Receitas Correntes		73.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.291.200,00				
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE		-2.291.200,00				
Total		9.548.000,00	Superavit	967.750,00		
Superavit do orçamento corrente		967.750,00	Total	9.548.000,00		
Receitas de Capital		152.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.109.750,00		
Operações de Crédito		1.000,00	INVESTIMENTOS	1.079.750,00		
Alienação de Bens		100.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	30.000,00		
Transferências de Capital		51.000,00				
Deficit		957.750,00				
Total		1.109.750,00	Total	1.109.750,00		
Resumo						
Receitas Correntes		11.839.200,00	122,05 %	DESPESAS CORRENTES	8.580.250,00	88,46 %
Receitas de Capital		152.000,00	1,57 %	DESPESAS DE CAPITAL	1.109.750,00	11,44 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.291.200,00	-23,62 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,10 %
Total		9.700.000,00	100,00 %	Total	9.700.000,00	100,00 %

LOA 2018 - ANEXO PALNILHA DAS SESPESAS

Publicação Nº 1460849

Página: 1/29  
Data: 15/12/2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0018

Objetivo do programa:  
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:  
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	2	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESSOES LEGISLATIVAS (CAMARA MUNICIPAL DE ERMO)	45,000	679,000,00

II - Descrição das Ações  
Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	540.000,00	0,00	540.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	89.000,00	0,00	89.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			679.000,00	0,00	679.000,00

Legenda:  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 2/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	2	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (GABINETE DO PREFEITO)	2000,000	262.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Gabinete do Prefeito

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	12.000,00	0,00	12.000,00
<b>Total:</b>			<b>262.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>262.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 3/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0020

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5	2	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	25,000	537.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	3.000,00	0,00	3.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	210.000,00	0,00	210.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>537.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>537.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 4/29

Data: 15/12/2017

I - Classificação									
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS								03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS								03.01
Função:	Segurança Pública								6
Subfunção:	Policciamento								181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR								0021
Objetivo do programa: Manutenção do Convênio Policia Militar									
Justificativa do programa: Manutenção do Convênio Policia Militar									
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)				Física	Financeira
2.004	5	2	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)				365,000	12.000,00
II - Descrição das Ações									
Manutenção do Convênio Policia Militar									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detailhamento			Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.000000			12.000,00	0,00	12.000,00
Total:							12.000,00	0,00	12.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:  
CONVENIO SSP- TRANSITO

Justificativa do programa:  
Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5	2	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	40,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0054.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0055.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056.0000000	8.000,00	0,00	8.000,00
Total:			8.000,00	12.000,00	20.000,00

Legenda:

0.1.0054 - Convenio SSP Transito Militar

0.1.0055 - Convenio SSP Transito Civil

0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura

Página: 6/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5	3	Pasep	PARCELAS MENSAIS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	12.000	142.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pasep

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	110.000,00	0,00	110.000,00
4.6.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>142.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 7/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0022

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6	2	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	600,000	345.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	140.000,00	0,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>340.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>345.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 8/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Justificativa do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	6	2	Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	1,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0027.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0027 - Operação de Crédito

Página: 9/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7	2	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCACÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	250,000	125.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de Merenda Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060.000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	110.000,00	0,00	110.000,00
<b>Total:</b>			<b>110.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>125.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 10/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE	0001

Objetivo do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Justificativa do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7	1	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	1,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de Núcleo Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação  
0.1.0022 - Transferências de Convenios Dest Educação



Página: 11/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7	2	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	400,000	245.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Transporte Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010.0000000	0,00	85.000,00	85.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061.0000000	0,00	80.000,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>165.000,00</b>	<b>245.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação  
0.1.0010 - RECURSOS DO TESOURO - TRANSPORTE ESCOLAR  
0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp Escolar PNATE

Página: 12/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7	2	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	200.000	2.541.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.000000	0,00	440.000,00	440.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019.000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	1.148.750,00	0,00	1.148.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058.000000	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059.000000	0,00	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	414.750,00	0,00	414.750,00
<b>Total:</b>			<b>1.663.500,00</b>	<b>878.000,00</b>	<b>2.541.500,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação  
0.1.0018 - Fundef 60%  
0.1.0019 - Fundef 40%  
0.1.0058 - Salario Educação  
0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola PDDE

Página: 13/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7	2	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	100,000	540.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Ensino Infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.000000	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.000000	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>400.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>540.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação  
0.1.0018 - Funder 60%

Página: 14/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7	2	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	50,000	85.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Ensino Supletivo

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	55.000,00	0,00	55.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>65.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>85.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação  
0.1.0018 - Funder 60%

Página: 15/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7	2	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	10,000	65.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Ensino Especial

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001.0000000	65.000,00	0,00	65.000,00
<b>Total:</b>			<b>65.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>65.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 16/29

Data: 15/12/2017

I - Classificação									
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO								05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO								05.01
Função:	Cultura								13
Subfunção:	Difusão Cultural								392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA								0029
Objetivo do programa: Manutenção e divulgação da Cultura									
Justificativa do programa: Manutenção e divulgação da Cultura									
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)			Física	Financeira	
2.013	7	2	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)			150,000	31.000,00	
II - Descrição das Ações									
Manutenção e divulgação da Cultura									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detalhamento		Ordinários	Vinculados	Total	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.0000000		25.000,00	0,00	25.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.0000000		6.000,00	0,00	6.000,00	
Total:						31.000,00	0,00	31.000,00	

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 17/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7	2	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	7,000	80.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Desporto Amador

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 18/29

Data: 15/12/2017

I - Classificação						
Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS					06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS					06.01
Função:	Urbanismo					15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana					451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS					0005
Objetivo do programa:						
Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros						
Justificativa do programa:						
Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8	1	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS)	5,000	6.000,00
II - Descrição das Ações						
Construção de Abrigos de Passageiros						
III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0024.000000	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.000000	5.000,00	0,00
Total:					5.000,00	1.000,00
						6.000,00

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 19/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	8	1	Construção de Pontes e similares	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS)	60,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de Pontes e similares

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 20/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	0012

Objetivo do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8	1	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS)	5000,000	85.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	80.000,00	0,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>85.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 21/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS
Função:	Urbanismo
Subfunção:	Serviços Urbanos
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
	06.00
	06.01
	15
	452
	0032

II - Descrição das Ações					
Manutenção e Ampliação da Iluminação Publica					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	25.000,00	175.000,00

**Legenda:**  
0.1.0017 - Contrib p/ Custo do Serviço de Iluminação Públic  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 22/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP E SERVICOS URBANOS	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8	2	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS)	80.000	1.173.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	461.000,00	0,00	461.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016.000000	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044.000000	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045.000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	500.000,00	0,00	500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.011.000,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>1.173.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Dom Econ - CIDE  
0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros  
0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo  
0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de recursos minerais  
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 23/29

Data: 15/12/2017

I - Classificação									
Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL								07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL								07.01
Função:	Assistência Social								8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente								243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR								0041
Objetivo do programa:									
Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar									
Justificativa do programa:									
Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar									
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)			Física	Financeira	
2.022	9	2	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)			20,000	20.000,00	
II - Descrição das Ações									
Manutencao do FIA e Conselho Tutelar									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detalhamento			Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			0.1.0080.0000000			20.000,00	0,00	20.000,00
Total:							20.000,00	0,00	20.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

Página: 24/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9	2	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	10,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 25/29  
 Data: 15/12/2017

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9	2	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	500,000	390.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047.000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048.000000	0,00	22.000,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050.000000	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052.000000	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063.000000	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.000000	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>143.000,00</b>	<b>247.000,00</b>	<b>390.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API  
 0.1.0048 - Programa de Atencao a Crianca PAC  
 0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho Infantil PEI  
 0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Munc de Assist Social

Página: 26/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

U.1.1.0022 - Outras Trans de Rec do Fundo Mac de Assist Social  
0.1.1.0063 - Bolsa Família  
0.1.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Página: 27/29  
 Data: 15/12/2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11	2	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	2058,000	1.829.850,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0002.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000	679.850,00	0,00	679.850,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008	0,00	170.000,00	170.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0043.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.569.850,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>1.829.850,00</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de Imp Saude  
 0.1.0023 - Transferencias de Convenios Dest Saude  
 0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Saude - Farmacia Basica  
 0.1.0064 - Atenção Basica

Página: 28/29  
Data: 15/12/2017

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12	2	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VINCULADOS AO SIMAS (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA)	100,000	160.650,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo de Assistência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	150.650,00	0,00	150.650,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>160.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>160.650,00</b>

**Legenda:**

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 29/29

Data: 15/12/2017

I - Classificação									
Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA							99.00	
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA							99.99	
Função:	Reserva de Contingência							99	
Subfunção:	Reserva de Contingência							999	
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							0999	
Objetivo do programa: Reserva de Contingência									
Justificativa do programa: Reserva de Contingência									
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)			Física	Financeira	
2.019	10	2	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (RESERVA DE CONTINGENCIA)			1,000	10.000,00	
II - Descrição das Ações Reserva de Contingência									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa			Recurso/Detalhamento			Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			0.1.0080.000000			10.000,00		10.000,00
Total:							10.000,00		10.000,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

Publicação Nº 1460154

#### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária nº. 003/2017

As 13:30 horas do dia 15 de Dezembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº. 289/2017, para realizar a abertura dos envelopes e proceder à classificação dos candidatos inscrito no referido processo que tem por objeto: a contratação temporária e de excepcional interesse público ao cargo de Operador de Máquinas. Não teve candidatos interessados em participar do presente processo.

Como não houve inscritos no processo seletivo a comissão declarou o referido processo fracassado. Encerada a presente ata, que após lida e assinada, será publicada e encaminhada ao chefe do poder executivo para realização de decreto de finalização do referido processo.

Flor do Sertão, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIRCIANE F. NEUHAUS	ROGERIO PERIN
Presidente da Comissão	Membro	Membro
RUDIMAR JAIR ROTT		
Membro		

### DECRETO Nº 120/2017

Publicação Nº 1458736

DECRETO Nº 120/2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE CMS, DO MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO.

RENATO PERIN. Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 04/2017 do CMS (Conselho Municipal de Saúde) que aprova o Plano Municipal de Saúde (anexa a este decreto), aprovada pelo referido conselho em reunião Ordinária realizada no dia 20 de Novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do Mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 121/2017

Publicação Nº 1458739

DECRETO nº. 121/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PERIN, Prefeito Municipal Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas do Município de Flor do Sertão, nos dias 22 e 29 de Dezembro de 2017 (Sextas-Feira), pela parte da tarde.

Art. 2º Este decreto se estende também aos Conselheiros Tutelares do Município, que deverão trabalhar em forma de plantão nesse período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 292/2017

Publicação Nº 1459347

	PORTARIA Nº 292/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal DANIELA PIZZATTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/12/2017 a 01/01/2018, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 08/16 a 08/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA Nº 293/2017

Publicação Nº 1459350

	PORTARIA Nº 293/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal JAQUELINE IVANES FALKOSKI MARTINS DA ROSA, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 18/12/2017 a 01/01/2018, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 01/16 a 01/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/ PMF/2017

Publicação Nº 1458657

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 118/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 63/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Civil do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/09/2018  
2ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/ PMF/2017

Publicação Nº 1458744

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/PMF/2017  
(Referente Pregão Presencial nº. 171/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa JCV DIESEL, PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME., CNPJ/MF nº 27.905.294/0001-51 estabelecida na Rua Hildebrando Marcelino Floriano, 78, sala 01, Bairro Mato Alto, em Araranguá/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI nº. 1.324.778, CPF nº. 458.244.019-34, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 171/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças

diversas para reposição e serviços de mão de obra da frota de ônibus do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do município, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

Para os serviços

1.6 Os serviços, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, nas instalações da empresa contratada.

1.7 A sede da contratada não poderá ultrapassar a distância máxima de 50 km até o Pátio de Obras do Município de Forquilha.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de

responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos e/ou execução dos serviços determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será

autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e/ou execução dos serviços.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a

correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto e/ou execução dos serviços não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.  
Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 171/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Eduardo Wesller será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar os produtos e serviços, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilhinha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilhinha/SC, 14 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

JCV DIESEL, PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sergio José Carminatti  
CPF: 458.244.019-34

Eduardo Wesller  
Mecânico  
Gestor/Fiscal da Ata

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

Publicação Nº 1458828

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BRAÇAS DE COLETA DE LIXO URBANO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Às oito horas do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilhinha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilhinha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/



PMF/2017. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas RADAR SERVIÇOS LTDA e SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. A empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME apresentou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação e certificou-se que a empresa RADAR SERVIÇOS LTDA apresentou sua documentação em conformidade com o disposto do edital. A empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME não apresentou a comprovação da boa situação financeira da empresa (item 3.1.9 letra c). E o documento apresentado para cumprir com o item 3.1.6 do edital, não demonstra que a responsável técnica faz parte do seu quadro permanente de funcionários. Portanto a empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME foi inabilitada. Diante do exposto foi habilitada a empresa RADAR SERVIÇOS LTDA para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 15 de dezembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA FRITZEN  
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

RADAR SERVIÇOS LTDA SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME

Everson Marostica Luís Carlos Ferreira

## **DISTRATO DO CONTRATO Nº. 133/PMF/2014**

Publicação Nº 1460886

### **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

DISTRATO DO CONTRATO Nº. 133/PMF/2014

Termo de Rescisão Contratual, unilateralmente, com base nos incisos I, II, III e V do art. 78, da Lei Nº 8.666/93, que celebraram entre si, o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, com CNPJ sob o número 81.531.162/0001-58, neste instrumento representado pelo Senhor VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME, estabelecida na Rua das Acerolas, nº 36 em Palhoça/SC inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 09.056.644/0001-76, neste ato representado pelo Senhor Everton João de Souza, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.636.935-0 e inscrito no CPF sob o nº 047.766.499-77, doravante denominado de CONTRATADO.

Ambos qualificadas no Contrato Nº. 133/PMF/2014, que tem como objeto contratação de empresa especializada para construção do Centro Cultural de Forquilha, com área de 514,53 m², localizado na Avenida Professor Eurico Back, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, por meio do Processo nº. 01400.030780/2014-14, Proposta Siconv 001026/2013 e Convênio nº. 782460/2013 celebrado entre esta municipalidade e o Ministério da Cultura.

CONSIDERANDO o processo administrativo julgado procedente onde a Gerência de Obras apresentou denúncia dispondo que a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME não está cumprindo o cronograma da obra, visto que nos termos da Cláusula Décima

Primeira do contrato, o prazo máximo para sua conclusão era de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço e que passados 898 dias, apenas 92,59% da obra foi executada, agravando-se pela situação de que, segundo o Setor de Fiscalização, a contratada paralisou as obras, retirando equipamentos e ferramentas necessários ao andamento do serviço.

### **Cláusula Primeira**

1. Fica, a partir desta data, rescindido o referido contrato com base nos incisos I, II, III e V do art. 78 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, face decisão administrativa.

2. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a pena de MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste contrato disposta no item 17.1.4 do contrato no valor de R\$ 4.374,27 (quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos);

3. O CONTRATANTE sofrerá a pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos.

### **Cláusula Segunda**

3. Satisfeita a obrigação da Cláusula Primeira do presente Distrato, as partes ficam cientes que nada mais poderão reclamar, sob qualquer título, no presente e no futuro, referente Ao Contrato Nº. 133/PMF/2014 e respectivo processo de TOMADA DE PREÇO 133/PMF/2014, dando mútua, total, irrevogável e plena quitação ao CONTRATADO e ao CONTRATANTE, os quais ficam extintos para fins de direito.

Forquilha/SC, 17 de fevereiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE CONTRATO PMF 104/2017**

Publicação Nº 1458728

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 104/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ARX COM. DE ALIMENTOS LTDA ME

OBJETO – aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 52.431,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2018 á 30/07/2018

DOTAÇÃO – 0501.1213.3390; 0501.1214.3390; 0501.1215.3390.  
Fonte de recurso: 60, 80, 695.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 168/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF 109/2017**

Publicação Nº 1458730

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 109/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO – aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 46.587,50 (quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2018 á 30/07/2018

DOTAÇÃO – 0501.1213.3390; 0501.1214.3390; 0501.1215.3390.  
Fonte de recurso: 60, 80, 695.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 168/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 104/2017**

Publicação Nº 1459217

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 76/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cadastramento das unidades imobiliárias, não inscritas no cadastro municipal e atualização da base cartográfica, na área urbana do Município de Forquilha/SC

DO PRAZO – Em razão dos motivos supracitados, fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução dos serviços objeto do Contrato nº. 76/PMF/2017 passando de 25/12/2017 para 23/02/2018 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/03/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0055-2017-PMF

Publicação Nº 1460682

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0287/2017 – PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0055/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0055/2017, nos seguintes termos: Objeto: Contratação de empresa especializada para apresentação de projeto de eficiência energética com apresentação de diagnóstico energético do sistema de iluminação pública a ser encaminhado a CELESC. Prazo de Vigência: dezembro de 2017 a janeiro de 2018. Valor Total do Contrato: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Fundamento Legal: Art. 24,I, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 15 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DE FRACASSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022- RP 0016 - FMS

Publicação Nº 1459585

AVISO DE FRACASSO

Pregão Presencial nº 0022/2017 – FMS

Registro de preço nº 0016/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Secretária Municipal de Saúde de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é a aquisições em contratações futuras, de materiais para o aparelho ABX PENTRA 60, para realização de exames laboratoriais (Hemograma), para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde restou FRACASSADA em razão de que o valor proposto pela única proponente interessada não ter alcançado o valor médio da pré-cotação.

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

### Decreto nº 314-2017

Publicação Nº 1460478

DECRETO Nº 314, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (5)	R\$	50.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (8)	R\$	20.000,00
10.303.011.2.030 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (52)	R\$	20.000,00
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (65)	R\$	5.000,00
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0407 (66)	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	101.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de

arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas:

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	95.000,00
41721330500 – Transferência de Recursos do SUS – Vig. Epidemiológica	R\$	6.000,00
TOTAL	R\$	101.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 315-2017

Publicação Nº 1460493

DECRETO Nº 315, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2393 de 14 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional especial e suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
18.541.0016.2.037 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
4.4.93.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos 0.1.0900 (308)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, na rubrica abaixo relacionada:

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 316-2017

Publicação Nº 1460505

DECRETO Nº 316, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:



08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0407 (66)	R\$	8.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0202 (137)	R\$	10.000,00
13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (4)	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	68.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0407 (68)	R\$	4.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0407 (71)	R\$	4.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0204 (144)	R\$	10.000,00
13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	68.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO DA AT17PMF171**

Publicação Nº 1460513

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF171  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços com escavadeira hidráulica equipada com rompedor de rochas, para atender a demanda do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo).

Data da Ata: 15.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 15.12.2017 a 30.11.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0274/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0131/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0092/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	200	Hora	Escavadeira hidráulica com peso operacional igual ou superior a 18 toneladas, equipada com rompedor de rochas.	335,00

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

**PORTARIA Nº 33282017**

Publicação Nº 1459594

PORTARIA Nº 3328, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Determina Abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Especial Processante

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2010; e em conformidade com o Despacho contido no Processo Administrativo 4908/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor pública OSMAR ALVES DOS SANTOS, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, para integrarem a Comissão Especial Processante, os servidores públicos abaixo relacionados:

I – SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI – Presidente;  
II – ANDREA APARECIDA REZZADORI – Secretária;  
III – CAROLINE CARDOSO PEREIRA – Membro;

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33292017**

Publicação Nº 1459595

PORTARIA Nº 3329, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 103/2017, da Secretaria de Finanças;

Considerando que está substituindo o servidor Moisés Amadeu Patrício, que está licenciado de seu cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RODRIGO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 009.881.179-75, contratado em caráter temporário na função de CONTADOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de dezembro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33302017**

Publicação Nº 1459596

PORTARIA Nº 3330, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JULIANA MOREIRA VALTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 059.998.899-10, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33312017**

Publicação Nº 1459597

PORTARIA Nº 3331, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 065.363.859-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33322017**

Publicação Nº 1459598

PORTARIA Nº 3333, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JUCIMARA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 045.672.369-20, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33332017**

Publicação Nº 1459601

PORTARIA Nº 3334, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear AMANDA ALEXANDRE CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 107.667.729-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33342017**

Publicação Nº 1459603

PORTARIA Nº 3334, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear AMANDA ALEXANDRE CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 107.667.729-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33352017**

Publicação Nº 1459605

PORTARIA Nº 3335, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LANIE CRISTINI CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.294.309-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33362017**

Publicação Nº 1459607

PORTARIA Nº 3336, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARCIA TEREZINHA HUNING, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.071.629-07, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33372017**

Publicação Nº 1459609

PORTARIA Nº 3337, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANIELLA CATANEO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.519.449-01, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33382017**

Publicação Nº 1459610

PORTARIA Nº 3338, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LIA ANI CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.785.899-71, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33392017**

Publicação Nº 1459611

PORTARIA Nº 3339, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653-17, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33402017**

Publicação Nº 1459614

PORTARIA Nº 3340, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOICE APARECIDA ALVES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.339.150-06, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33412017**

Publicação Nº 1459616

PORTARIA Nº 3341, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GREICE MARTINS GONÇALVES KLEINÜBING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.339.150-06, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 33422017**

Publicação Nº 1459617

PORTARIA Nº 3342, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RICARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.230.299-96, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33432017**

Publicação Nº 1459619

PORTARIA Nº 3343, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DENISE CORREIA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 041.072.459-93, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33442017**

Publicação Nº 1459620

PORTARIA Nº 3344, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear IVETE APARECIDA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.479.359-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33452017**

Publicação Nº 1459621

PORTARIA Nº 3345, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DAYANA CARLA VELASCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.117.039-40, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33462017**

Publicação Nº 1459623

PORTARIA Nº 3346, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELAINE TEREZINHA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.957.099-70, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33472017**

Publicação Nº 1459624

PORTARIA Nº 3347, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JUCELENE MENDES DE BORBA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.377.509-55, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33482017**

Publicação Nº 1459626

PORTARIA Nº 3348, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SAMARA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.517.509-67, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33492017**

Publicação Nº 1459627

PORTARIA Nº 3349, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FRANCIANA DE JESUS DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.023.179-24, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 33502017**

Publicação Nº 1459630

PORTARIA Nº 3350, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RAFAELA FIDELIS RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.293.519-51, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33512017**

Publicação Nº 1459631

PORTARIA Nº 3351, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33522017**

Publicação Nº 1459633

PORTARIA Nº 3352, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FERNANDA DIAS PINHEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 084.003.819-47, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33532017**

Publicação Nº 1459634

PORTARIA Nº 3353, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOSEANE DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.087.819-22, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33542017**

Publicação Nº 1459636

PORTARIA Nº 3354, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear WANUSA ZAGO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.351.609-45, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33552017**

Publicação Nº 1459638

PORTARIA Nº 3355, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELISIANE PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.077.189-17, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33562017**

Publicação Nº 1459640

PORTARIA Nº 3356, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EVELIN CRISTINE DALAZEM DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.339.329-73, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33572017**

Publicação Nº 1459642

PORTARIA Nº 3357, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALINE JORDANA GOETTEN KOCION, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 111.478.679-92, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33582017**

Publicação Nº 1459645

PORTARIA Nº 3358, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CAROLINE LEMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.434.239-70, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33592017**

Publicação Nº 1459647

PORTARIA Nº 3359, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33602017**

Publicação Nº 1459649

PORTARIA Nº 3360, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.080.879-75, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33612017**

Publicação Nº 1459651

PORTARIA Nº 3361, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear REGINA CELIA SIQUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.053.149-01, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33622017**

Publicação Nº 1459652

PORTARIA Nº 3362, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JÉSSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33632017**

Publicação Nº 1459653

PORTARIA Nº 3363, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANIELE DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.150.599-10, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33642017**

Publicação Nº 1459654

PORTARIA Nº 3364, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear KARINE CAMARGO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.014.529-41, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33652017**

Publicação Nº 1459655

PORTARIA Nº 3365, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 010.058.099-84, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33662017**

Publicação Nº 1459658

PORTARIA Nº 3366, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANA PAULA CAMPOS ZAMPIERI PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 080.716.049-09, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33672017**

Publicação Nº 1459660

PORTARIA Nº 3367, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FRANCIELE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.614.039-05, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33682017**

Publicação Nº 1459661

PORTARIA Nº 3368, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELAINE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.478.679-54, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33692017**

Publicação Nº 1459662

PORTARIA Nº 3369, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCIANE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.552.589-60, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 33702017**

Publicação Nº 1459664

PORTARIA Nº 3370, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GRAZIELLI CAZARIN RAYZER, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 071.971.889-97, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33712017**

Publicação Nº 1459665

PORTARIA Nº 3371, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRICIA TEREZINHA DA ROCHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.699.429-05, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33722017**

Publicação Nº 1459668

PORTARIA Nº 3372, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUANA MOREIRA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 108.958.029-02, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33732017**

Publicação Nº 1459669

PORTARIA Nº 3373, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FABIANE FERREIRA DE DEUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.302.569-77, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33742017**

Publicação Nº 1459670

PORTARIA Nº 3374, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear AMANDA OZÓRIO FERREIRA DAVI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.272.499-36, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33752017**

Publicação Nº 1459673

PORTARIA Nº 3375, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VALERIA CLARA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.923.429-02, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33762017**

Publicação Nº 1459678

PORTARIA Nº 3376, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear BRUNA LEOBET, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.094.199-52, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33772017**

Publicação Nº 1459679

PORTARIA Nº 3377, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JAQUELYNE MARIA GUIMARÃES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.694.729-71, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 33782017**

Publicação Nº 1459680

PORTARIA Nº 3378, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VANUZA APARECIDA ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.624.829-28, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33792017**

Publicação Nº 1459681

PORTARIA Nº 3379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear IVONE BORGES DE MATTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 551.153.909-06, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33802017**

Publicação Nº 1459682

PORTARIA Nº 3380, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALEXIA SILVANA MAINARD DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.073.159-03, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33812017**

Publicação Nº 1459684

PORTARIA Nº 3381, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JANAINA APARECIDA MATOS FERREIRA GALVÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 048.066.219-35, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33822017**

Publicação Nº 1459686

PORTARIA Nº 3382, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SANDRA MARIA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.582.509-00, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33832017**

Publicação Nº 1459687

PORTARIA Nº 3383, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DAIANE APARECIDA BORGES DE BRITO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.428.049-07, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33842017**

Publicação Nº 1459689

PORTARIA Nº 3384, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELIANE TEREZINHA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.119.319-16, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33852017**

Publicação Nº 1459693

PORTARIA Nº 3385, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS JAPPE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.311.139-86, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33862017**

Publicação Nº 1459694

PORTARIA Nº 3386, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SOLANGE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.707.849-94, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33872017**

Publicação Nº 1459696

PORTARIA Nº 3387, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CAROLINE MARQUES TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 111.819.119-66, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33892017**

Publicação Nº 1459698

PORTARIA Nº 3389, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FATIMA APARECIDA CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.657.989-86, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 33902017**

Publicação Nº 1459701

PORTARIA Nº 3390, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear TAÍS REGINA GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.426.969-80, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33912017**

Publicação Nº 1459702

PORTARIA Nº 3391, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MEIRIANE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.757.699-30, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33922017**

Publicação Nº 1459703

PORTARIA Nº 3392, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.611.039-03, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33932017**

Publicação Nº 1459704

PORTARIA Nº 3393, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ARIANA LARISSA VALDAMERI SPOHN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 074.161.469-33, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33942017**

Publicação Nº 1459706

PORTARIA Nº 3394, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.509-25, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33952017**

Publicação Nº 1459708

PORTARIA Nº 3395, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JESSICA KAROLINE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.845.359-26, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33962017**

Publicação Nº 1459710

PORTARIA Nº 3396, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.565.349-54, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33972017**

Publicação Nº 1459711

PORTARIA Nº 3397, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SOLANGE DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.739.349-25, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 33982017**

Publicação Nº 1459714

PORTARIA Nº 3398, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear TAINARA SOUZA PORTELLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.644.819-98, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 33992017**

Publicação Nº 1459715

PORTARIA Nº 3399, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANA CLÁUDIA MUMBERGER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.055.489-07, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 34002017**

Publicação Nº 1459720

PORTARIA Nº 3400, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 111/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CLAUDIA ALINE PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.389.839-41, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 34012017**

Publicação Nº 1459721

PORTARIA Nº 3401, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 681/2017 da Secretaria da Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RAQUEL MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 100.452.839-66, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 34022017**

Publicação Nº 1459723

PORTARIA Nº 3402, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 3222/2017

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 3222 de 11 de dezembro de 2017, que prorrogou o contrato da servidora MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 613.497.049-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, sendo que a carga horária correta da prorrogação são 20 horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 3222 de 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCELO ALVES DA SILVA 2017**

Publicação Nº 1459726

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): MARCELO ALVES DA SILVA

Endereço: Rua Otto Behling, 298

Testo Rega – Pomerode/SC - CEP: 89107-000

(47) 99192-2116 (47) 9333-4602

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 101º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;

- III – Creatinina,
- IV – Parcial de Urina;
- V – TGO e TGP;
- VI – Triglicerídio;
- VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
- VIII – TSH (acima de 45 anos);
- IX – PSA (homens acima de 45 anos);
- X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
- XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
- XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
- XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
- XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
- XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
- XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
- XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 15 de dezembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MARCELO ALVES DA SILVA

**TERMO DE RENÚNCIA ANA CARLA DE OLIVEIRA 2017**

Publicação Nº 1459728

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente Comunitário de Saúde – 10 de Novembro para preenchimento da vaga disponibilizada através do (Edital de Contratação do Regime Especial n. 003/2017) Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:



Candidato: ANA CARLA DE OLIVEIRA  
Cargo: 16 – Agente Comunitário de Saúde – 10 de Novembro  
Classificação: 2º Lugar  
Data da Convocação: 23/10/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 07/11/2017

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2017.

ANA CARLA DE OLIVEIRA

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 948/2017 DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO**

Publicação Nº 1460080

DECRETO Nº 948/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o sistema de cadastramento das organizações da sociedade civil no Município de Frei Rogério-SC, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada, quando as atividades destas forem voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo único – O Cadastramento será de entidades que prestem serviços nas referidas áreas de educação, saúde ou assistência social, independentemente de sua sede ser ou não no Município.

Art. 2º - Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Frei Rogério:

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão Negativa de:

a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;

b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

e) Certidão de Débito Trabalhista;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos que são dirigentes da entidade, na forma da lei, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VIII – cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IX - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

X – comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto de interesse de parceria ou de natureza semelhante;

XI – demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

XII – apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XIII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIV - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014;

Art. 3º -A experiência prévia solicitada no inciso X, do art. 2º, poderá ser comprovada por meio de quaisquer dos seguintes documentos:

I – instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II – relatório de atividades desenvolvidas;

III – notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V – currículo de profissional ou equipe responsável;

VI – declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII – prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII – atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Art. 4º - A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 5º - A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Administração do Município, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Administração, deverá previamente ter parecer de aprovação do órgão gestor da respectiva política no Município.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério(SC), 15 de dezembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto, ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

GILMAR CARLOS FERTIG

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 947/2017 REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Publicação Nº 1460070

DECRETO Nº 947/2017 DE 15 DE DEZEMBRO 2017

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério-SC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal de Frei Rogério e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepciona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria Municipal de Administração publicará em Mural público e no sítio eletrônico oficial do Município, informações que

contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

Art. 4º É facultada a exigência justificada de contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no termo de fomento ou de colaboração, não podendo ser exigido o depósito do valor correspondente.

Parágrafo único. É facultada a possibilidade de contrapartida independente do valor da parceria.

CAPÍTULO II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 5º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta

um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de

custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida. § 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

### CAPÍTULO IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, 3por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente,

conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal promoverá reuniões com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Frei Rogério, 15 de dezembro de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto, ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

GILMAR CARLOS FERTIG

Secretário de Administração



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CV011/2017

Publicação Nº 1460521

#### AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 011/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade CARTA CONVITE, por execução indireta sob regime de preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para Contratação de empresa para executar obra de reforme a ampliação de salas de aula na escola Municipal do bairro da Ressacada com fornecimento de material e mão de obra conforme projeto básico. As propostas deverão ser entregues até as 16h55min do dia 27/12/2017. A sessão pública será realizada a partir das 17h00min do dia 27/12/2017, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba – SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 15 de Dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 276/2017

Publicação Nº 1460661

DECRETO N.º 276, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.182,61 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.182,61 (quatro mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos) no Orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.182,61
02-FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS		4.182,61
06.182.00092.009 - Func. e Manutenção do Funrebom		4.182,61
3.3.90.0.3.24.001070 Aplicações Diretas		4.182,61

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 4.182,61 (quatro mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.182,61
02-FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS		4.182,61
06.182.00092.009 - Func. e Manutenção do Funrebom		4.182,61
4.4.90.0.3.24.001070 Aplicações Diretas		4.182,61

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 277/2017**

Publicação Nº 1460664

DECRETO N.º 277, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	20.000,00
4.4.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 278/2017**

Publicação Nº 1460793

DECRETO N.º 278, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 261, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE "DISPÕE SOBRE RECESSO E HORARIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº 261, de 12 de dezembro de 2017, que "dispõe sobre recesso e horário especial de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica decretado recesso nas seguintes repetições públicas municipais, durante as festividades de natal e fim de ano:

- a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- b) Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único: O recesso de que trata o caput deste artigo abrangerá os dias 26 a 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º. No período de que trata o artigo 1º, deste Decreto, o atendimento dos serviços essenciais de urgência e emergências serão realizados pelas seguintes repartições públicas da Secretaria Municipal de Saúde, que funcionarão em regime especial:

- a) Pronto atendimento: Policlínica Municipal (Atendimento 24 horas)
- b) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: SAMU (Atendimento 24 horas)

Parágrafo único: Sem prejuízo do disposto neste artigo, no período de recesso de que trata este Decreto, funcionarão em regime de plantão as seguintes repartições públicas vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Vigilância Epidemiológica (para testes rápidos)
- b) Vigilância Sanitária (denúncias)



c)Almoxarifado (atendimento interno)  
d) Deverão ser acionados na recepção da Policlínica Municipal.  
[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## **ERRATA: PORTARIA N.º 086/2012.**

Publicação Nº 1460157

ERRATA nº 01: Portaria n.º 086/2012, de 26 de janeiro de 2012.

A Prefeitura Municipal de Garopaba, por sua Secretaria de Administração e Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte alteração na publicação da Portaria Municipal n.º 086/2012, publicada no DOM/SC, Edição 923, página 95, em 03 de fevereiro de 2012:

No artigo 1º, onde se lê:

“Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PATRICIA SCHNEIDER DA SILVA, Contrato n.º 301/2010, em 01/02/2011.”

Leia-se:

“Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PATRICIA SCHNEIDER DA SILVA, Contrato n.º 301/2010, em 01/02/2012.”

Garopaba, 15 de dezembro de 2017.

LORENA BERNARDO DE ABREU

Diretora Administrativa de Gestão de Pessoas

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário Municipal de Administração

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 18/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1403/2017.**

Publicação Nº 1460373

PORTARIA N.º 1403, DE 15 DE DEZEMBRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA, CPF n.º 051.437.469-14, aprovada e classificada como 3ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUDITOR FISCAL DA FAZENDA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições para constituir, mediante lançamento, o crédito tributário; elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em relação a processos de restituição de tributos e de reconhecimento de benefícios fiscais; executar procedimentos de fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de livros, documentos e assemelhados; proceder a orientação do sujeito

passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas; e supervisionar as atividades de orientação do sujeito passivo efetuadas por intermédio de mídia eletrônica, telefone e plantão fiscal; estudar o sistema tributário municipal; em caráter geral, as demais atividades inerentes à competência da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **TERMO DE REVOGAÇÃO PR006/2017**

Publicação Nº 1460794

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA

Processo: 147/2017

Pregão Presencial nº 006/2017

Objeto: Contratação de serviços de consultoria previdenciária, a ser realizado por pessoa jurídica, ao instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Garopaba – IPREGOBA.

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba torna publico para conhecimento dos interessados que REVOGOU o processo de compra nº 147/2017, Pregão Presencial nº 006/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 13/12/2017. A revogação se deu por ilegalidade de ofício constatada por falha de integração de sistema de gestão com o portal da transparência do município, que acabou por prejudicar a disponibilização do respectivo edital no portal da transparência. A referida contratação será realizada através de novo processo de compra a ser publicado em data posterior.

Garopaba – SC, 15 de dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.812, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460876

DECRETO Nº 7.812, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.835, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1189 Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 8	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 23	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$12.000,00
Despesa: 24	
Modalidade: 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação dentre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	R\$500,00
Despesa: 25	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$500,00
Ação: 2168 Gestão de Benefícios Eventuais	
Despesa: 30	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$3.000,00
Ação: 2180 Convênios com Entidades	
Despesa: 32	
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$5.000,00
Despesa: 33	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2188 Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	
Despesa: 34	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$5.000,00
Ação: 2192 Manter Proteção Social Básica	
Despesa: 39	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2194 Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	
Despesa: 50	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	
Despesa: 52	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$46.605,40

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	
Despesa: 4	
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$55.000,00
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 22	
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$21.605,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90/2017**

Publicação Nº 1460366

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 254/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 90/2017

OBJETO: Contratação de "Serviços Hospitalares" - prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares ao usuário do Sistema Único de Saúde. CONTRATADO: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO. (84.045.830/0001-25). Valor Total Julgado: R\$ 3.014.258,12 (três milhões quatorze nove mil duzentos e cinquenta e oito reais e doze centavos). BASE LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 15 de dezembro de 2017.

MARIA BERNADETE TOMAZINI

Secretária Municipal de Saúde

### **LEI Nº 3.831, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458776

LEI Nº 3.831, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.616, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei nº 3.616, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção social à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 83.794.982/0001-68, no valor anual de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) com a finalidade de custear a manutenção de suas atividades.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

### **LEI Nº 3.835, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460874

LEI Nº 3.835, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 132.800,00 (cento e trinta e dois mil e oitocentos reais), dos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1189 Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 8	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	

Despesa: 23	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$20.000,00
Despesa: 24	
Modalidade: 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação dentre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	R\$500,00
Despesa: 25	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$500,00
Despesa: 70	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$17.000,00
Ação: 2168 Gestão de Benefícios Eventuais	
Despesa: 30	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$3.000,00
Ação: 2180 Convênios com Entidades	
Despesa: 32	
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$5.000,00
Despesa: 33	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2188 Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	
Despesa: 34	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$5.000,00
Ação: 2192 Manter Proteção Social Básica	
Despesa: 39	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2194 Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	
Despesa: 50	
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	
Despesa: 52	
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$77.800,00
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 1 - Projeto	
Ação: 1305 Construir Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Despesa: 1	

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$1.000,00
--	-------------

Art. 2º Fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar as seguintes dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 132.800,00 (cento e trinta e dois mil e oitocentos reais), com recursos oriundos das anulações do artigo 1º desta Lei:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade
Despesa: 4
Modalidade: 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
R\$111.194,60
Subfunção: 244 Assistência Comunitária
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Destino: 2- Atividade
Ação: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social
Despesa: 22
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$21.605,40

Art. 3º Os valores das despesas previstas para o ano de 2017, constantes na Lei nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO – RESOLUÇÃO Nº 07/2017 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

Publicação Nº 1460100

ATA DE REUNIÃO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO – RESOLUÇÃO Nº 07/2017  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

No dia 27/04/2017, às 14h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 21/2017, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME, protocolado no dia 20/04/2017. Dando início aos trabalhos, o requerimento e documentos apresentados pela empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME. foram lidos, examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. Após a análise constatou-se que a documentação apresentada está de acordo com as exigências apresentadas no edital. Por fim, foi declarado habilitado e credenciado a executar o objeto descrito do edital de Inexigibilidade nº 01/2017. Nada

mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública, a qual deverá ser publicada no DOM – Diário Municipal dos Municípios.

	Jorge Luiz Matos de Oliveira
	Presidente da Comissão de Licitação

Wilson Pereira Junior Pedro Paulo Schramm  
Membro da Comissão de Licitação Membro da Comissão de Licitação

Marcelo Peterson Pereira  
Membro da Comissão de Licitação



**EXTRATO DE CONTRATO = Nº CM-009/2017.**

Publicação Nº 1460069

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CM-009/2017.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, através do credenciamento de empresa jornalística que possua jornal com circulação no Município de Gaspar, o que se dará por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados ao prestador de serviço pela própria Edilidade, observados os valores e condições constantes do Edital de Credenciamento nº 001/2017 e seus Anexos.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar .

Procedimento: Processo de Inexigibilidade nº 001/2017, Credenciamento nº 001/2017.

Fundamentação: O objeto a ser contratado será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme prevê o disposto no art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob n. 27.217.563/0001-92.

Valor Total do Contrato: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para todos os legais e jurídicos efeitos.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar - Unidade: 01 – Câmara Municipal de Gaspar - Função: 01 – Legislativa - Subfunção: 031 – Ação Legislativa - Programa: 0001 – Manutenção do Legislativo - Ação: 2012 – Publicidade do Legislativo - Dotação: 3.3.90.39.88 – Serviços de Publicidade e Propaganda.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 28 de abril de 2017.

Gaspar-SC, 28 de abril de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017**

Publicação Nº 1460088

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017, Edital de Credenciamento nº 001/2017, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, realizada na reunião datada de 27/04/2017.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME, CNPJ nº 27.217.563/0001-92, proprietária do Cruzeiro do Vale, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto

Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 11,49 (onze reais e quarenta e nove centavos) por centímetro por coluna publicado, eis que o citado Jornal enquadra-se nas exigências do Edital de Credenciamento nº 001/2017, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017.

Sigam-se os ulteriores termos.

Publique-se.

Câmara Municipal de Gaspar, em 27 de abril de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**RESOLUÇÃO Nº 96/2017**

Publicação Nº 1459494

RESOLUÇÃO Nº 96/2017.

DISCIPLINA O REGISTRO DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E A COMPENSAÇÃO DE HORAS TRABALHAS ALÉM DA JORNADA NORMAL DE TRABALHO.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que o horário de atendimento ao público na Câmara Municipal de Gaspar tem início às 13h00min e término às 19h00min;

CONSIDERANDO que os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo registram, há anos, suas entradas e saídas ao expediente em equipamento eletrônico de cartão-ponto;

CONSIDERANDO ser direito do servidor a compensação pelas horas trabalhadas além de sua jornada normal de trabalho;

CONSIDERANDO os reiterados precedentes das cortes pátrias, os quais, amparados no princípio da economicidade, apontam que a compensação deverá ocorrer preferencialmente através da concessão de folgas equivalentes às horas trabalhadas além da jornada, sendo o pagamento de horas extras medida excepcional;

CONSIDERANDO que a compensação das horas trabalhadas além da jornada deve ser pautada pelas regras e pelos princípios que norteiam as atividades da Administração Pública, notadamente pelos princípios da continuidade do serviço público e da eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidação dos atos normativos que regem a matéria no âmbito desta Casa de Leis, posto que o tema já foi abarcado pelas Resoluções números 04/2003; 17/2004; 07/2005; 08/2005 e 28/2005;

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo desta Câmara Municipal deverão registrar em cartão-ponto eletrônico o horário de entrada e saída do seu expediente.

§ 1º Serão consideradas horas trabalhadas aquelas referentes à participação em cursos ou eventos assemelhados, desde que a participação tenha sido autorizada pela Presidência e se revele de interesse da Câmara Municipal.

§ 2º Eventual necessidade de início da jornada de trabalho antes das 12h00min deverá ser comunicada à Presidência e ao responsável pelos Recursos Humanos, podendo a comunicação se dar através de correio eletrônico destinado aos endereços eletrônicos oficiais.

Art. 2º Ficarão sob guarda do responsável pelos Recursos Humanos os relatórios emitidos pelo equipamento eletrônico de registro do ponto.

§ 1º O responsável analisará mensalmente os relatórios dispostos no caput deste artigo, apurando, mediante rubrica do respectivo servidor, as horas que este realizou.

§ 2º Os relatórios dispostos neste artigo serão levados mensalmente ao conhecimento da Presidência desta Casa de Leis.

§ 3º Será levado ao conhecimento da Presidência, também mensalmente, relatório que demonstre o total de horas acumuladas e/

ou devidas pelos servidores.

Art. 3º Mediante conhecimento e autorização da Presidência, o servidor poderá utilizar para descanso as horas apuradas além da sua carga horária, devendo, por sua vez, repor eventuais horas executadas em quantidade inferior.

§ 1º Fica estabelecido o limite de acúmulo de 18 [dezoito] horas além da carga horária normal.

§ 2º Caso as horas acumuladas pelo servidor eventualmente ultrapassem o limite disposto no parágrafo anterior, este deverá obrigatoriamente usufruir aquelas excedentes ao limite, em descanso, em período que não ultrapasse a apuração mensal subsequente.

§ 3º Caso a apuração mensal das horas trabalhadas revele déficit em relação à carga horária normal do servidor, este deverá repor as horas faltantes igualmente em período que não ultrapasse a apuração mensal subsequente.

§ 4º Os servidores que, por ocasião do início da vigência desta Resolução, eventualmente apresentarem acúmulo de horas superior ao limite disposto no parágrafo primeiro deste artigo, deverão obrigatoriamente usufruí-las em descanso até a apuração mensal da carga horária a ser realizada no mês de março de 2018.

§ 5º Para fazer uso das horas excedentes ausentando-se do expediente, o servidor apresentará ofício endereçado à Presidência, solicitando autorização prévia com antecedência de no mínimo um dia.

§ 6º Em caso de urgência ou excepcionalidade que impossibilite a

observância do disposto no parágrafo anterior, o servidor deverá apresentar, no dia imediato do seu retorno aos trabalhos, ofício à Presidência justificando o ocorrido.

§ 7º O servidor que, eventualmente e mediante autorização da Presidência, sair desta Câmara Municipal durante o seu horário de expediente para tratar de assuntos particulares, deverá registrar no equipamento de cartão-ponto a sua saída e o respectivo retorno, de modo que o período de ausência será computado como não trabalhado.

Art. 4º A presente Resolução não se aplica ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, quando este for solicitado a trabalhar nos termos da Resolução nº 05/2003, ou quando for convocado pela Presidência para a execução de serviços externos.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções números 07/2005, 08/2005 e 28/2005.

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor em 2 de janeiro de 2018.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 14 de dezembro de 2017.

#### MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

## SAMAE - GASPAR

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1460286

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

===== Número do contrato: 22/2017

Data vigência: 15/12/2017

Data vencimento: 15/05/2018

Número da Licitação: 19/2017 - Modalidade: Tomada de Preços

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. EPP (08.628.996/0001-96)

Objeto: Revitalização da Antiga Área de Captação do SAMAE.

Valor de R\$ 81.985,69 (oitenta e um mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

=====

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº. 136 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458982

PORTARIA N. 136 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR WALDIRI PASSOLD

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor WALDIRI PASSOLD, ocupante do cargo efetivo de Almojarife, referente ao período aquisitivo de 03/06/2011 à 02/06/2016, que será gozada a partir de 15/01/2018 à 14/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº. 137 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458986

PORTARIA N. 137 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR CARLOS RAFAEL SEIBEL LESSA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor CARLOS RAFAEL SEIBEL LESSA, ocupante do cargo efetivo de Leiturista, referente ao período aquisitivo de 06/04/2009 à 05/06/2014, que será gozada a partir de 15/01/2018 à 14/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº. 138 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458992

PORTARIA N. 138 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR CLEOMAR CARDOSO DOS SANTOS

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor CLEOMAR CARDOZO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serv. Gerais, referente ao período aquisitivo de 07/04/2010 à 06/04/2015, que será gozada a partir de 22/01/2018 à 21/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº. 139 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458995

PORTARIA N. 139 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor IVANIR CARDOSO DE SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de Encanador, referente ao período aquisitivo de 09/07/2012 à 08/07/2017, que será gozada a partir de 22/01/2018 à 21/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº. 140 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459011

PORTARIA N. 140 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DÁRIO SANSÃO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor DÁRIO SANSÃO, ocupante do cargo efetivo de Encanador, referente ao período aquisitivo de 29/04/2010 à 28/04/2015, que será

gozada a partir de 22/01/2018 à 21/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº. 141 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460412

PORTARIA N. 141 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR SERLAU ANTUNES

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor SERLAU ANTUNES, ocupante do cargo efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 03/10/2011 à 02/10/2016, que será gozada a partir de 15/01/2018 à 14/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 15 de dezembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇO 122/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DAS REDES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**

Publicação Nº 1460347

#### AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO PRESENCIAL 122/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DAS REDES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

SUSPENSÃO DO EDITAL DEVIDO A IMPUGNAÇÕES QUE CARECEM DE RESPOSTA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PARA RETIFICAÇÃO.

Demais informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: [licitacao-governadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacao-governadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 15 de dezembro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 078/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1460079

DECRETO DF N. 078, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.061, de 20 de dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0323	Aplicações Diretas	R\$	2,62

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

Cód.	Descrição do Recurso	Valor
0323	Transferências de Convênios - Saúde - União - Superávit Financeiro	R\$ 2,62

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
15 de dezembro de 2017.  
MÁRCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito de Grão-Pará

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 58/2017

Publicação Nº 1460671

DECRETO N. 58, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"NOMEIA O EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/

extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, inscrito CNPJ sob o nº 01.860.914/0001-95.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
15 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIIUS  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

---

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**

---

### **RESOLUÇÃO 08/2017 FMS**

Publicação Nº 1459787

RESOLUÇÃO Nº 008 CMS/2017

APROVA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMUREL

A Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará (CMS/GP), durante a sua 12ª Assembleia Ordinária, realizada no dia 15 de dezembro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 1.960, de 08 de julho de 2014, considerando:

1º - A defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;

2º - O preconizado pela Constituição Federal, e Leis 8.142/1990, 8.080/1990 e Resolução do CNS nº. 333/2003 e 453/2012;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS-AMUREL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará (SC), 15 de dezembro de 2017.

Denize Redivo Bussolo  
Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Elizete Orben Macieski Blasius  
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo em 15/12/2017  
Márcio Borba Blasius  
Prefeito Municipal de Grão-Pará

# Gravatal

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1459252

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPAL DE GRAVATAL E A ASSEG – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE GRAVATAL, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.833/2017.

O MUNICÍPIO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Engenheiro Annes Gualberto, 121, Centro, Gravatal – SC, inscrita no CNPJ sob n.º 82.926.569/0001-47, doravante denominada CONVENIENTE neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE GRAVATAL – ASSEG, entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Ordinária Municipal nº 1.835/2017, inscrita no CNPJ Nº 07.389.097/0001-15, ora CONVENIADA, neste ato representado por sua presidente, a Srª. AMARAIA DE SOUZA BELTRAME, inscrita no CPF sob nº 030.779.909-38, com endereço na Rodovia SC 370, KM 198, Termas do Gravatal, Gravatal/SC, na forma de seu estatuto social, e na condição de emissora e administradora do cartão UTIL ALIMENTAÇÃO fica vinculada a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA, adiante denominada FACISC, inscrita no CNPJ Nº 78.354.363/0001-29, ora INTERMEDIÁRIA, neste ato representado por seu presidente o Sr. Jonny Zulauf, portador do CPF Nº 193.729.819-15, com sede na Rua Crispim Mira, 319, Centro, Florianópolis/SC, firmam nos termos da autorização contida na Lei Municipal n.º 1.833 de 03 de julho de 2017, conforme as cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do convênio nº 04/2017, encerrando em 31 de dezembro de 2018, coincidindo com os créditos orçamentários do presente exercício conforme autoriza a cláusula décima segunda do referido convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

As demais disposições do convênio permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Armazém/SC, para dirimir as questões decorrentes do presente convênio.

Assim, por estarem justas certas e acordadas, assinam o presente em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo:

Gravatal (SC), 15 de dezembro de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito de Gravatal

JONNY ZULAUF  
Presidente da FACISC

AMARAIA DE SOUZA BELTRAME  
Presidente da ASSEG

Testemunhas:

NOME COMPLETO CPF

NOME COMPLETO CPF

NOME COMPLETO CPF

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 129 E 130.2017. DOCX

Publicação Nº 1458693

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 129/2017  
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP  
Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA OBRA DE 1 PAVIMENTO, DIMENSIONADA EM 10,20X15M, COM PÉ DIREITO DE 5,00M, ENGASTAMENTO MÉDIO DE 1,30M NO SOLO E COBERTURA COM TELHAS ALUZI 0,43MM E TERÇAS METÁLICAS, A SER EDIFICADO SOBRE OS LOTES RURAIS 99 E 100 (LOTE DE TERRA 9 COM ÁREA DE 676,76 M², MATRÍCULA 36.812, SEM CONSTRUÇÃO), LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL ALFREDO GABRIEL ROSSETI NA Lª ENCANTADO, INCLUINDO FABRICAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL, COM PROJETOS E ARTs de PROJETO E EXECUÇÃO,

Contrato Nº.: 130/2017  
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada.: ALEX CONSTRUTORA LTDA - ME  
Valor ..... : 90.622,82 (noventa mil seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/12/2017 Término: 15/03/2018  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO THEOBALDO RITTER, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA TEREZINHA SENDO 18,65M² DE REFORMA E 30,90M² DE AMPLIAÇÃO, CALÇADAS EXTERNAS - ÁREA DE 84M² PARA ACESSIBILIDADE. COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA", CONFORME MEMORIAL, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E PROJETO BÁSICO, ANEXO

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 137.2017. DOCX

Publicação Nº 1458690

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017  
PROCESSO Nº 137/2017 HOMOLOGAÇÃO: 15/12/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA OBRA DE 1 PAVIMENTO, DIMENSIONADA EM 10,20X15M, COM PÉ DIREITO DE 5,00M, ENGASTAMENTO MÉDIO DE 1,30M NO SOLO E COBERTURA COM TELHAS ALUZI

0,43MM E TERÇAS METÁLICAS, A SER EDIFICADO SOBRE OS LOTES RURAIS 99 E 100 (LOTE DE TERRA 9 COM ÁREA DE 676,76 M², MATRÍCULA 36.812, SEM CONSTRUÇÃO), LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL ALFREDO GABRIEL ROSSETI NA Lª ENCANTADO, INCLUINDO FABRICAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL, COM PROJETOS E ARTs de PROJETO E EXECUÇÃO,

CONTRATADO: LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

=====

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 143.2017. DOCX

Publicação Nº 1458692

TOMADA DE PREÇO Nº 8/2017  
PROCESSO Nº 143/2017 HOMOLOGAÇÃO: 15/12/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO THEOBALDO RITTER, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA TEREZINHA SENDO 18,65M² DE REFORMA E 30,90M² DE AMPLIAÇÃO, CALÇADAS EXTERNAS - ÁREA DE 84M² PARA ACESSIBILIDADE. COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA", CONFORME MEMORIAL, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E PROJETO BÁSICO, ANEXO

CONTRATADO: ALEX CONSTRUTORA LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 90.622,82 (noventa mil seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)

=====

### MINUTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA 07.17 CONCESSÃO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL.DOC

Publicação Nº 1458702

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº07/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Leis Municipais 1.490/99, e alterações, promove Processo Licitatório nº 146/17, Edital de Concorrência Nº 07/17, Objeto: Concessão de Uso com ônus de materiais com fornecimento de mão de obra para ampliação de galpão industrial para empresa do ramo de fabricação de móveis com predominância em madeira a ser construído em terreno Próprio; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 22/01/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 22/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)  
Guaraciaba em 15 de dezembro de 2017.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 114.17 LOCAÇÃO DE SOFTWARE .DOC**

Publicação Nº 1460834

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº114/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 147/17, Edital de Pregão Nº 114/17, Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE INFORMÁTICA, SISTEMAS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO PÚBLICA; recebimento de propostas até às 08 horas do dia 29/12/17; a abertura do Edital será às 08 horas do dia 29/12/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 18 de dezembro 2017.

ROQUE MENEGHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 115.17 HORA MAQUINA TRATOR COM ENSILADEIRA .DOC**

Publicação Nº 1460836

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº115/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 148/17, Edital de Pregão Nº 115/17, Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORA/MÁQUINA COM TRATOR AGRÍCOLA, ENSILADEIRA E CARRETÃO para confecção de silagem no ano de 2018; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 29/12/17; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 29/12/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 18 de dezembro 2017.

ROQUE LUIZ MENEGHINI,  
PREFEITO MUNICIPAL



# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 173/2017 PMG - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1460281

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO**

Edital: Pregão Presencial 173/2017 - PMG

Processo Licitatório: 173/2017 - PMG

Tipo: Maior Oferta

Objeto: PERMISSÃO DE DIREITO DE USO REMUNERADA, PARA USO DE ÁREA PÚBLICA, ATRAVÉS DE OUTORGA A TÍTULO ONEROSO, PARA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO FOOD TRUCK DO ESPAÇO FAMÍLIA FELIZ, PRAÇA SITUADA NA RUA 28 DE AGOSTO, BAIRRO CENTRO, GUARAMIRIM/SC

Entrega dos Envelopes: 26/02/2018 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 26/02/2018 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 211/2017 PMG

Publicação Nº 1460328

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 211/2017

Processo Licitatório: 211/2017

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REDES DE DADOS E TELEFONIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 01/02/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 01/02/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

### CONVENIO 002/2017/SMDSH

Publicação Nº 1459048

CONVÊNIO Nº. 002/2017/SMDSH.

CONVÊNIO INTERMUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM E O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA PARA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – SERVIÇO DE ACOLHIMENTO LAR DA CRIANÇA MARCOS VALDIR MOROSO.

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº. 83.102.475-0001/16, com sede administrativa na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim – Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LUIS ANTONIO CHIODINI, brasileiro, casado, inscrito no RG 1986692, CPF 860.275.659-34, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação Senhor VALERIO VERBINEM, brasileiro, casado, inscrito no RG nº. 1.581.851, CPF nº. 546.859.239-87, Diretora do Serviço de Acolhimento Institucional MARILEIA FREITAG, brasileira, união estável, inscrita no RG nº. 1.981.600, CPF nº. 599.503.669-68, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 83.102.483/0001-62 com sede administrativa na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Massaranduba – Santa Catarina,, CEP 89108-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ARMINDO SESAR TASSI, brasileiro, casado, portador do RG 1.589.858 e inscrito no cadastro de pessoas físicas, CPF sob o nº 664.790.539-15, e; Secretária Municipal de Assistência Social, SUZANE ELISA F. REINKE, brasileira casada, portadora do RG 1.131.963, inscrita no cadastro de pessoas físicas, CPF sob nº 468.882.339-87, doravante denominado CONVENIENTE, ajustam entre si, com base no artigo 8º da Lei Municipal n. 3.723/2010, o presente CONVÊNIO, o qual será regido pelas cláusulas a seguir:

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio tem por objetivo a instituição e prestação, por parte do CONCEDENTE, de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta, necessitando de proteção temporária, nos termos da Lei nº 8.069/90, bem como a cooperação financeira, por parte do CONVENIENTE em favor do CONCEDENTE.

**DAS VAGAS**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O CONVENIENTE terá direito de usufruir 04 (quatro) vagas regulares para atender crianças de zero (0) à treze (13) anos e onze (11) meses de ambos os sexos.

§ 1º O acolhimento institucional não contemplará o atendimento especializado de crianças e adolescentes envolvidos com dependência química.

§ 2º Existindo vagas disponíveis, o CONVENIENTE poderá requerer a utilização de vaga adicional, cabendo à Equipe Técnica do Serviço de Atendimento Institucional avaliar e viabilizar ou não a vaga solicitada.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Não estando todas as vagas ocupadas por crianças poderá ser disponibilizadas até 02 (duas) vagas para meninas adolescentes de até dezessete (17) anos e onze (11) meses, que estejam em situação de abandono temporário com os vínculos familiares rompidos e/ou fragilizados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Cabe a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Institucional, avaliar o perfil da adolescente a ser acolhida, para viabilizar ou não a vaga solicitada, considerando o nível de vulnerabilidade acometido e as possíveis interferências que essas podem acarretar as crianças e adolescentes em acolhimento.

**DOS RECURSOS E FORMAS DE REPASSE**

**CLÁUSULA QUARTA:** O CONVENIENTE repassará 12 (nove) parcelas fixas do valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais referente ao custo fixo de manutenção do acolhimento institucional, independentemente da efetiva utilização de vagas.

§ 1º O repasse financeiro será efetuado no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, até o dia 10 de cada mês, através de depósito bancário: agência nº. 2095-8, conta corrente nº. 24.477-5, Banco do Brasil, conta específica do Fundo Municipal de Assistência Social, que será gerenciado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e o Gestor titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, responsável pelo Serviço de Proteção Social Especial.

**CLÁUSULA QUINTA:** O valor elencado nas cláusulas anteriores poderá ser majorado de acordo com as necessidades e atribuições do CONCEDENTE, com prévia concordância do CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SEXTA:** Os recursos destinados ao presente Convênio serão designados ao pagamento de despesas com a manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional, tais como: produtos diversos, alimentação, mão de obra, pessoal e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições desse instrumento, bem como, arcar de forma única exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As responsabilidades, ônus e obrigações para execução do presente Convênio competem única e exclusivamente ao CONCEDENTE.

**DAS ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** São obrigações do CONCEDENTE, Gestor do Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade:

I - Oferecer atendimento psicossocial para as crianças acolhidas institucionalmente e seus familiares, ficando responsável pelo

envio bimestral de Relatórios Informativos, Plano Individual de Atendimento, Plano Familiar, Estudos Psicossociais e Pareceres a serem encaminhados ao Judiciário e ao Ministério Público;

II - Delegar um responsável como Guardião Legal das crianças acolhidas institucionalmente conforme prevê a lei;

III - Providenciar vaga em unidade escolar e fazer o deslocamento das crianças acolhidas institucionalmente até as respectivas Unidades de Ensino localizadas no município de Guaramirim;

IV - Promover a convivência comunitária das crianças acolhidas institucionalmente através da inclusão das mesmas nas Políticas Públicas do município através de atividades sócioeducativas, culturais e artísticas, respeitando as aptidões e os limites de cada uma;

V - Seguir as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional, recomendadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria Especial de Direitos Humanos, Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e de Assistência Social (CNAS);

VI - Providenciar o encaminhamento médico, odontológico e exames especializados traslado e acompanhamento das crianças acolhidas institucionalmente, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos pelos conveniados para tal finalidade;

**CLÁUSULA OITAVA:** São obrigações do CONVENIENTE: Providenciar medicamento, leite especial, óculos, próteses e orteses e outros artigos que se fizerem necessários, sendo de total responsabilidade;

I - Em caso de necessidade de internação hospitalar, o CONCEDENTE deverá comunicar ao CONVENIENTE, para que estes designem um técnico responsável para acompanhar durante todo o período de internamento, inclusive e principalmente nos períodos noturnos;

II - Contribuir financeiramente para a manutenção das despesas previstas no presente Convênio.

III - Deverão ser realizadas reuniões de equipes sempre que houver acolhimento de criança/adolescente, para troca de informações sendo que partir do acolhimento, a equipe do município definirá, juntamente com a equipe da unidade de acolhimento, elaborar um cronograma de reuniões para acompanhamento dos casos e devidos encaminhamentos. Estas reuniões ocorrerão na sede da unidade de acolhimento e/ou no CREAS de Massaranduba, alternadamente.

**DO DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL**

**CLÁUSULA NONA:** A criança em situação de acolhimento institucional só poderá ser desligada institucionalmente mediante deliberação por escrito do Ministério Público ou Judiciário com antecedência mínima de 03 (três) dias, para o devido desligamento, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, art.92, VIII, sendo responsabilidade do Município conveniado de origem, realizar o traslado e acompanhamento da criança para o local que for determinado pelo Poder Judiciário, com profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

**DAS VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O presente Convênio terá vigência a partir da assinatura até o dia 30 de novembro de 2018, sendo renovado a cada exercício financeiro, enquanto subsistir a demanda prevista no objeto deste Convênio, sendo os valores atualizados, anualmente, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor/INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice

Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas/ FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Convênio somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável ou ainda por mútuo acordo entra as partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considerar-se-ão extintas as obrigações do presente CONVÊNIO, por manifestação expressa de qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. No caso do CONVENIENTE rescindir voluntariamente o presente Convênio ou se a rescisão for decorrente de seu inadimplemento, a este caberá o ressarcimento e indenização dos custos de manutenção do acolhimento institucional por período necessário aos ajustes orçamentários e financeiros ao CONCEDENTE.

#### DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas desse Convênio, as partes elegem o FORO da

Comarca de Guaramirim – Santa Catarina, renunciando a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

E por estarem assim justos e acertados, firmam as partes o presente CONVÊNIO em quatro (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que dele produzam seus devidos efeitos legais.

Guaramirim, 01 de Dezembro de 2017.

LUIS ANTONIO CHIODINI Prefeito de Guaramirim	ARMINDO SESAR TASSI Prefeito de Massaranduba
VALERIO VERBINEM Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim	SUZANE ELISA F. REINKE Secretária Municipal de Assistência Social
MARILEIA FREITAG Diretora do Serviço de Acolhimento Institucional	

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017 – FMAS

Publicação Nº 1458719

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017 – FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 – FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER OFICINAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 25/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68.

Fornecedor: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Anita Garibaldi, nº 2097, Sala 01, Bairro Anita Garibaldi, em Joinville-SC, CEP: 89.203-301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.475/0001-16.

Vigência: Início: 08/12/2017 Término: 07/12/2018.

Fornecedor: 244384 - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
33	50	UN	BARBANTE CRU 4/8, ROLO COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS.	VEZEZA	12,15	607,50
34	50	UN	BARBANTE CRU Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS..	VEZEZA	12,15	607,50
35	50	UN	BARBANTE CRU Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS.	VEZEZA	12,15	607,50
36	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR AMARELO	VEZEZA	12,85	642,50
37	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR AZUL	VEZEZA	12,85	642,50
38	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA: 4/6 COR MARROM	VEZEZA	12,85	642,50

39	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR MESCLADO AZUL	ENEZA	12,85	642,50
40	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR MESCLADO ROSA	ENEZA	12,85	642,50
41	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR PRETO	ENEZA	12,85	642,50
42	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR ROSA	ENEZA	12,85	642,50
43	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR ROXO	ENEZA	12,85	642,50
44	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR SALMÃO	ENEZA	12,85	642,50
45	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR VERDE CLARO	ENEZA	12,85	642,50
46	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR VERDE ESCURO	ENEZA	12,85	642,50
47	50	UN	BARBANTE Nº 06 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/6 COR VERMELHO	ENEZA	12,85	642,50
48	50	UN	BARBANTE Nº 08 600 GRAMAS ESPESSURA 4/8 COR LARANJA	ENEZA	13,85	692,50
49	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR MESCLADO ROSA	ENEZA	13,85	692,50
50	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR MESCLADO ROXO	ENEZA	13,85	692,50
51	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR MESCLADO VERMELHO	ENEZA	13,85	692,50
52	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR PINK	ENEZA	13,85	692,50
53	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS . ESPESSURA 4/8 COR ROSA	ENEZA	13,85	692,50
54	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR VERDE CLARO	ENEZA	13,85	692,50
55	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR VERMELHO	ENEZA	13,85	692,50
56	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR AMARELO	ENEZA	13,85	692,50
57	50	UN	BARBANTE Nº 08COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR ROXO	ENEZA	13,85	692,50
58	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR VERDE ESCURO	ENEZA	13,85	692,50
59	50	UN	BARBANTE Nº 08 COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS. ESPESSURA 4/8 COR AZUL	ENEZA	13,85	692,50
176	50	UN	JUTA FINA PARA ARTESANATO. DIMENSÃO: 1 X 1 MT. COR ABOBORA	VT	8,93	446,50
177	50	UN	JUTA FINA 1 X 1 MT. COR CRUA( SEM COR, NATURAL)	VT	8,93	446,50

178	50	UN	JUTA FINA 1 X 1 MT. COR LILAS	VT	8,93	446,50
179	50	UN	JUTA FINA 1 X 1 MT. LARGURA COR PINK	VT	8,93	446,50
180	50	UN	JUTA FINA 1 X 1 MT. COR ROSA	VT	8,93	446,50
181	50	UN	JUTA FINA 1 X 1 MT. LARGURA COR VERDE	VT	8,93	446,50
188	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR AMARELO	CIRCULO	6,00	300,00
189	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. NA COR AZUL BEBE	CIRCULO	6,00	300,00
190	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR AZUL MARINHO	CIRCULO	6,00	300,00
191	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR AZUL ROYAL	CIRCULO	6,00	300,00
193	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR BRANCO	CIRCULO	6,00	300,00
194	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR CINZA	CIRCULO	6,00	300,00
195	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR CREME	CIRCULO	6,00	300,00
196	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR DOURADO	CIRCULO	6,00	300,00
197	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS 100% ALGODÃO. COR LARANJA	CIRCULO	6,00	300,00
198	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR MARROM	CIRCULO	6,00	300,00
199	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR MESCLADO COM AZUL	CIRCULO	6,00	300,00
200	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR MESCLADO COM PRETO	CIRCULO	6,00	300,00
201	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR MESCLADO COM ROSA	CIRCULO	6,00	300,00
202	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR MESCLADO COM VERMELHO	CIRCULO	6,00	300,00
203	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR PINK	CIRCULO	6,00	300,00
204	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR PRETO	CIRCULO	6,00	300,00



205	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR ROSA	CIRCULO	6,00	300,00
206	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR ROSA ENVELHECIDO	CIRCULO	6,00	300,00
207	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR SALMÃO	CIRCULO	6,00	300,00
208	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM 42 METROS 100% ALGODÃO NA COR VERDE CLARO	CIRCULO	6,00	300,00
209	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR VERDE ESCURO	CIRCULO	6,00	300,00
210	50	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE FINA GRAMATURA 236 GRAMAS COM NO MÍNIMO 42 METROS. 100% ALGODÃO. COR VERMELHO	CIRCULO	6,00	300,00
211	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR AMARELO	CIRCULO	12,40	496,00
212	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR AZUL BEBE	CIRCULO	12,40	496,00
213	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR AZUL ESCURO	CIRCULO	12,40	496,00
214	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR AZUL ROYAL MÉDIO	CIRCULO	12,40	496,00
215	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR AZUL TURQUESA	CIRCULO	12,40	496,00
216	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. BEGE MÉDIO	CIRCULO	12,40	496,00
217	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR BORDÔ	CIRCULO	12,40	496,00
218	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR BRANCO	CIRCULO	12,40	496,00
219	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR CINZA	CIRCULO	12,40	496,00
220	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR CREME	CIRCULO	12,40	496,00
221	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR DOURADO	CIRCULO	12,40	496,00
222	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR LARANJA	CIRCULO	12,40	496,00
223	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR LILÁS	CIRCULO	12,40	496,00
224	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR MARROM	CIRCULO	12,40	496,00

225	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR PINK	CIRCULO	12,40	496,00
226	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR PRETO	CIRCULO	12,40	496,00
227	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR ROSA	CIRCULO	12,40	496,00
228	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR ROXO	CIRCULO	12,40	496,00
229	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR SALMÃO	CIRCULO	12,40	496,00
230	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. VERDE CLARO	CIRCULO	12,40	496,00
231	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. VERDE ESCURO	CIRCULO	12,40	496,00
232	40	UN	LINHA DE ALGODÃO PARA CROCHE GROSA. 1000 METROS 100% ALGODÃO. COR VERMELHO	CIRCULO	12,40	496,00
233	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR AMARELO	CIRCULO	3,38	135,20
234	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR AMARELO OURO	CIRCULO	3,38	135,20
235	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR AZUL CELESTE	CIRCULO	3,38	135,20
236	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR AZUL MARINHO	CIRCULO	3,38	135,20
237	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR AZUL ROYAL	CIRCULO	3,38	135,20
238	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR BEGE	CIRCULO	3,38	135,20
239	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR BORDÔ	CIRCULO	3,38	135,20
240	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR BRANCO	CIRCULO	3,38	135,20
241	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR CINZA	CIRCULO	3,38	135,20
242	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR CREME	CIRCULO	3,38	135,20
243	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR DE ROSA	CIRCULO	3,38	135,20
244	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR DOURADO	CIRCULO	3,38	135,20



245	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR LARANJA	CIRCULO	3,38	135,20
246	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR LILÁS	CIRCULO	3,38	135,20
247	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR MARROM	CIRCULO	3,38	135,20
248	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR PINK	CIRCULO	3,38	135,20
249	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR PRETO	CIRCULO	3,38	135,20
250	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR ROXO	CIRCULO	3,38	135,20
251	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR SALMÃO	CIRCULO	3,38	135,20
252	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR VERDE BANDEIRA	CIRCULO	3,38	135,20
253	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR VERDE FOLHA	CIRCULO	3,38	135,20
254	40	UN	LINHA DE COSTURA RETA UNIVERSAL; 100% POLIESTER CONE COM 1828 M COR VERMELHO	CIRCULO	3,38	135,20
278	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR AMARELO	CIRCULO	7,64	305,60
279	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR AZUL BEBE	CIRCULO	7,64	305,60
280	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR AZUL CELESTE	CIRCULO	7,64	305,60
281	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR AZUL MARINHO	CIRCULO	7,64	305,60
282	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR AZUL ROYAL	CIRCULO	7,64	305,60
283	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR BORDÔ	CIRCULO	7,64	305,60
284	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR CINZA	CIRCULO	7,64	305,60
285	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR CREME	CIRCULO	7,64	305,60
286	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR LARANJA	CIRCULO	7,64	305,60
287	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MARROM	CIRCULO	7,64	305,60

288	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MESCLADO AZUL	CIRCULO	7,64	305,60
289	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MESCLADO MARROM	CIRCULO	7,64	305,60
290	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MESCLADO ROSA	CIRCULO	7,64	305,60
291	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MESCLADO VERDE	CIRCULO	7,64	305,60
292	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR MESCLADO VERMELHO	CIRCULO	7,64	305,60
293	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR PINK	CIRCULO	7,64	305,60
294	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR PRETO	CIRCULO	7,64	305,60
295	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR ROSA	CIRCULO	7,64	305,60
296	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR VERDE CLARO	CIRCULO	7,64	305,60
297	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR VERDE ESCURO	CIRCULO	7,64	305,60
298	40	UN	NOVELO DE LÃ DE 100 GRS COM 200 MTS COR VERMELHO	CIRCULO	7,64	305,60
328	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 10	ROMA	5,15	154,50
329	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 12	ROMA	5,15	154,50
330	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 14	ROMA	5,15	154,50
331	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 16	ROMA	5,15	154,50
338	15	UN	ROLOS DE PINTURA EM POLIESTER 5 CM COM CABO	ROMA	12,00	180,00
339	15	UN	ROLOS DE PINTURA EM POLIESTER 9 CM COM CABO	ROMA	15,00	225,00
Total					R\$48.448,50	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.  
 LUIZ ANTONIO CHIODINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 – FMAS**

Publicação Nº 1458720

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 – FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 – FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER OFICINAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM/SC.  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 25/2017.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68.  
Fornecedor: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, com sede na Rua dos Escoteiros, nº 30, Bairro Chico de Paula, em Jaraguá do Sul-SC, CEP: 89.254-730, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.912.788/0001-62.  
Vigência: Início: 08/12/2017 Término: 07/12/2018.

Fornecedor: 258032 - REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 1.0 MM	TELANIPO	4,00	120,00
02	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 1.25 MM	TELANIPO	4,00	120,00
03	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 1.5 MM	TELANIPO	4,00	120,00
04	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 1.75 MM	TELANIPO	4,00	120,00
05	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 2.0 MM	TELANIPO	3,98	119,40
06	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 2.5 MM	TELANIPO	4,30	129,00
07	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 3.0 MM	TELANIPO	4,30	129,00
08	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 3.5 MM	TELANIPO	4,30	129,00
09	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 4.0 MM	TELANIPO	4,30	129,00
10	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 4.5 MM	TELANIPO	4,30	129,00
11	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 5.0 MM	TELANIPO	4,30	129,00
12	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 5.5 MM	TELANIPO	4,30	129,00
13	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 6.0 MM	TELANIPO	4,10	123,00
14	30	UN	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX 7.0 MM	TELANIPO	4,10	123,00
15	30	UN	AGULHA DE MÃO PARA COSTURA EM AÇO NIQUELADO NÚMERO 24	COATS CORRENTE	1,08	32,40
16	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM ALUMINIO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 2,00 MM	CIRCULO	5,00	150,00
17	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM ALUMINIO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 2,50MM	CIRCULO	5,45	163,50
18	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM ALUMINIO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 3,75 MM	CIRCULO	5,45	163,50
19	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM ALUMINIO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 4,50 MM	CIRCULO	5,95	178,50
20	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM PLÁSTICO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 2,00 MM	CIRCULO	5,45	163,50
21	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM PLÁSTICO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 3,00 MM	CIRCULO	5,45	163,50
22	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM PLÁSTICO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 5,00 MM	CIRCULO	5,50	165,00
23	30	UN	AGULHA DE TRICÔ, COMPRIMENTO DE 35 CM, FABRICADAS EM PLÁSTICO, PRÁTICAS E LEVES ESPESSURA DE 8,00 MM	CIRCULO	6,45	193,50
25	30	UN	AGULHA PARA BORDAR Nº 24	COATS CORRENTE	1,39	41,70
26	30	UN	AGULHA PARA BORDAR SEM PONTA Nº 22	COATS CORRENTE	1,33	39,90
27	30	UN	AGULHA SEM PONTAS DE Nº 24	COATS CORRENTE	1,39	41,70
32	200	UN	ARGOLA PARA CHAVEIRO CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: METAL NIQUELADO 25 MM	LULI	0,16	32,00

74	100	UN	CONE LINHA COM 1.500 METROS. DISPONIVEIS NAS CORES: BRANCO/ VERME-LHO/ PRETO/ AMARELO/ AZUL MARINHO	COATS	3,74	374,00
155	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO. COR LARANJADO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
156	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR MARRON 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
157	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR ROSA 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
158	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR SALMÃO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
159	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR VERDE 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
160	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR VIOLETA 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
161	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR AMARELO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
162	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR AZUL 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
163	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR BRANCO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
164	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR ESTAMPADO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
165	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR LILAS 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
166	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR PRETO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
167	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR ROSA BEBE 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
168	20	MT	FELTRO PARA ARTESANATO COR VERMELHO 1,40 LARGURA	SANTA FE	15,95	319,00
169	30	KG	FIBRA SILICONADA EXTRA VIRGEM PARA ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER 50 X 60 COM 1KG ÁTOXICA COR BRANCO	MSR	26,80	804,00
183	20	UN	LACINHO PRONTO DE CETIM PEQUENO LARGURA 1,5 CM; COMPRIMENTO 2,5 CM; COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER; PACOTE COM 100 COR AZUL	LULI	6,24	124,80
184	20	UN	LACINHO PRONTO DE CETIM PEQUENO LARGURA 1,5 CM; COMPRIMENTO 2,5 CM; COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER; PACOTE COM 100 COR PRETO	LULI	6,24	124,80
185	20	UN	LACINHO PRONTO DE CETIM PEQUENO LARGURA 1,5 CM; COMPRIMENTO 2,5 CM; COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER; PACOTE COM 100 COR ROSA	LULI	6,24	124,80
186	20	UN	LACINHO PRONTO DE CETIM PEQUENO LARGURA 1,5 CM; COMPRIMENTO 2,5 CM; COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER; PACOTE COM 100 COR ROXO	LULI	6,24	124,80
187	20	UN	LACINHO PRONTO DE CETIM PEQUENO LARGURA 1,5 CM; COMPRIMENTO 2,5 CM; COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER; PACOTE COM 100 COR VERMELHO	CIRCULO	6,24	124,80
255	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR AMARELO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
256	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR AZUL CLARO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
257	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR AZUL ESCURO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
258	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR CINZA	COATS CORRENTE	2,47	98,80
259	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR DE ROSA	COATS CORRENTE	2,47	98,80
260	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR DOURADO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
261	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR LARANJA	COATS CORRENTE	2,47	98,80
262	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR MARROM	COATS CORRENTE	2,47	98,80
263	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR PRETO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
264	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR ROXO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
265	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR VERDE CLARO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
266	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR VERDE ESCURO	COATS CORRENTE	2,47	98,80
267	40	UN	LINHA PARA BORDAR PONTO CRUZ - MEADAS COM 8 METROS COR VERMELHO	COATS CORRENTE	2,47	98,80

268	30	MT	MANTA ACRÍLICA 100% POLIESTER GRAMATURA 100 M/G² TAMANHO 1,40 M DE LARGURA	altemburg	9,30	279,00
299	50	UN	PANO DE ALGODÃO DE BOA QUALIDADE PANO ABERTO 100% ALGODÃO, IDEAL PARA APLIQUE E PINTURA COM 1M COMPRIMENTO E 75CM DE LARGURA.	MARTINS	6,74	337,00
310	30	UN	PEÇA EM MADEIRA CRUA DE ALTA QUALIDADE. PORTA BÍBLIA. TAMANHO MÍNIMO: 26X21,5X36.	fat art	12,80	384,00
311	30	UN	PEÇA EM MADEIRA CRUA DE ALTA QUALIDADE, PORTA CONDIMENTOS. TAMANHO MÍNIMO: 9.5-a X 9.2-l X 27-c.	fat art	13,15	394,50
312	30	UN	PORTA OBJETOS COM DIVISÓRIAS. PEÇA EM MADEIRA CRUA DE ALTA QUALIDADE, SEXTAVADA TAMANHO MÍNIMO: ALTURA: 12 CM. LARGURA: 19 CM. COMPRIMENTO: 19 CM.	fat art	12,66	379,80
313	30	UN	PEÇA EM MADEIRA CRUA, ALTA QUALIDADE, TIPO LIXEIRO MÉDIO, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE: TAMANHO 19 CM DE COMPRIMENTO. LARGURA: 19 CM. ALTURA: 27 CM.	fat art	16,98	509,40
314	50	UN	PEÇA EM MADEIRA MDF CRUA, ALTA QUALIDADE, CAIXA QUADRADA COM TAMPA TIPO CAIXA DE SAPATO. TAMANHO MÍNIMO: COMPRIMENTO: 14 CM. LARGURA: 14 CM. ALTURA: 5 CM.	fat art	5,53	276,50
315	30	UN	PEÇA EM MADEIRA MDF CRUA, ALTA QUALIDADE, PORTA JÓIA COM DIVISÓRIAS. TAMANHO MÍNIMO: ALTURA: 5CM. LARGURA: 15CM. COMPRIMENTO: 10 CM.	fat art	17,60	528,00
316	30	UN	PEÇA EM MADEIRA MDF CRUA, ALTA QUALIDADE, PORTA BATOM. COM DIVISÓRIAS INTERNAS E TAMPA. TAMANHO MÍNIMO: ALTURA: 8 CM. LARGURA: 12 CM. COMPRIMENTO: 12 CM.	fat art	12,40	372,00
317	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 24	CONDOR	3,70	111,00
318	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 14	CONDOR	3,80	114,00
319	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 2	CONDOR	3,70	111,00
320	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 4	CONDOR	3,49	104,70
321	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 6	CONDOR	3,49	104,70
322	30	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 8	CONDOR	3,49	104,70
323	30	UN	PINCEL Nº 0. CABO DE MADEIRA, VIROLA DE ALUMÍNIO, PELO DE CERDA SINTÉTICA, CHATO.	CONDOR	5,10	153,00
324	30	UN	PINCEL Nº 15 - TIPO CHATO, CABO DE MADEIRA, VIROLA DE ALUMÍNIO, CERDA SINTÉTICA.	CONDOR	5,10	153,00
325	30	UN	PINCEL Nº 6 - TIPO CHATO, CABO DE MADEIRA, VIROLA DE ALUMÍNIO, CERDA SINTÉTICA	CONDOR	5,10	153,00
326	30	UN	PINCEL Nº 8 - TIPO CHATO, CABO DE MADEIRA, VIROLA DE ALUMÍNIO, CERDA SINTÉTICA	CONDOR	5,10	153,00
340	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR AMARELO	SANTA FE	68,50	685,00
341	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR AZUL	SANTA FE	68,50	685,00
342	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR LARANJA	SANTA FE	68,50	685,00
343	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR PINK	SANTA FE	68,50	685,00
344	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR ROSA	SANTA FE	68,50	685,00
345	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR VERDE	SANTA FE	68,50	685,00
346	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR VERMELHO	SANTA FE	68,50	685,00
347	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR BRANCO	SANTA FE	68,50	685,00
348	10	UN	T.N.T. GRAMATURA 40G - 100% POLIPROPILENO DIMENSÕES 1,40 DE ALTURA X 50 METROS COR PRETO	SANTA FE	68,50	685,00
349	60	UN	TECIDO ETAMINE 28 FIOS PARA BORDADO PONTO CRUZ, DE PRIMEIRA QUALIDADE. CORES DIVERSAS. TAMANHO: 0,50 x 1,40mt.	CIRCULO	19,90	1.194,00
350	10	UN	TECIDO PANO DE PRATO BRANCO. ROLO COM 10 MT. TAMANHO: 70 CM X 10 MT. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO.	MARTINS	47,80	478,00

352	40	UN	TECIDO PARA PATCHWORK LISO 100% ALGODÃO. TAMANHO: 30 X 70 CM. CORES DIVERSAS.	CIRCULO	17,00	680,00
353	40	MT	TECIDO PARA VAGONITE EM METRO. CORES DIVERSAS.	CIRCULO	20,50	820,00
354	40	MT	TECIDO TIPO CHITAO EM METRO. FLORIDO CORES E ESTAMPAS DIVERSAS	ESTILOTEX	8,70	348,00
355	30	MT	TECIDO TRICOLINE EM METRO. FLORAIS MIÚDOS.	CIRCULO	18,30	549,00
356	30	MT	TECIDO XADREZ (MEDIO) ALGODÃO - VERDE E BRANCO/PRETO E BRANCO/VERMELHO E BRANCO/ AZUL E BRANCO 1,40 M	mascrenh as	26,20	786,00
357	20	UN	TERMOLINA LEITOSA 500 ML	ACRILEX	10,40	208,00
362	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR AMARELO OCRE - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
363	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR AMARELO OURO - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
364	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR AZUL - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
365	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR CAFÉ - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
366	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR CORAL - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
367	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR DOURADA - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
368	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR MARROM - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
369	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR PRATA - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
370	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR PRETO - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
371	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR ROXO- EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
372	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR VERDE FOLHA - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
373	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR VERDE MUSGO - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
374	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR VERDE PISTACHE - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
375	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR VERMELHO - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
376	30	UN	TINTA ACRÍLICA DECORATIVA PARA ARTESANATO, COR: BRANCA - EMBALAGEM 250ML	ACRILEX	19,00	570,00
377	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: AMARELO LIMÃO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
378	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: AMARELO OURO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
379	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: AMARELO PELE. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
380	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: AZUL CELESTE. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
381	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: AZUL TURQUESA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
382	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: BRANCO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
383	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: CARAMELO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
384	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: LARANJA CAIXA COM 12 CORES	ACRILEX	13,45	403,50
385	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: MAGENTA. EMBALAGEM COM 250 ML	ACRILEX	13,45	403,50
386	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: PRETO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
387	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: PÚRPURA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
388	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: ROSA CHÁ.	ACRILEX	13,45	403,50
389	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: SÉPIA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
390	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: SIENA NATURAL. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
391	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE BANDEIRA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
392	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE FOLHA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50



393	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE GLACIAL. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
394	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE MAÇA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
395	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE MUSGO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
396	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERDE OLIVA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
397	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VERMELHO ESCARLATE. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
398	30	UN	TINTA ACRÍLICA PARA TECIDO. COR: VIOLETA. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	13,45	403,50
414	08	UN	TRIÂNGULO 20 CM	JOG VIBRATOM	32,16	257,28
415	08	UN	SURDO 12CM DE ALTURA X 8 POLEGAS - DIAMETRO EM PVC ACOMPANHA BAQUETA E TALABARTE	JOG VIBRATOM	192,30	1.538,40
416	08	UN	PANDEIRO SEM PELE 15 CM	JOG VIBRATOM	35,60	284,80
420	08	UN	CHOCALHO INFANTIL EM MADEIRA COLORIDO	ARTESAO	24,93	199,44
Total					R\$46.486,72	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 – FMAS

Publicação Nº 1458722

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 – FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 – FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER OFICINAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 25/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68.

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, Bairro Água Verde, CEP: 89.254-525, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.138.763/0001-69.

Vigência: Início: 08/12/2017 Término: 07/12/2018.

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
24	30	UN	AGULHA MAGICA PARA PONTO RUSSO Nº 10	CIRCULO	9,50	285,00
28	30	UN	AGULHAS PARA BORDAR SEM PONTA, MATERIAL AÇO NIQUELADO TAMANHO 18.	COATS CORRENTE	1,74	52,20
29	20	CX	ALFINETE CAIXAS COM 50 UNIDADES COMPOSIÇÃO: AÇO NIQUELADO	ACC	6,40	128,00
61	20	UN	BETUME DA JUDÉIA COM 500 ML, PARA DAR ACABAMENTO ENVELHECIDO EM TRABALHOS FEITOS COM QUALQUER TIPO DE TINTA E SUPERFÍCIES POROSAS.	ACRILEX	29,52	590,40
62	10	UN	BOBINA DE PAPEL KRAFT NATURAL 80 G. DIMENSÃO MINIMA: 60 CM X 100 MT.	SCRITY	57,20	572,00
63	500	UN	BOLA DE ISOPOR 40MM	styrocorte	0,79	395,00
64	300	UN	BOLA DE ISOPOR Nº100	styrocorte	1,75	525,00
65	200	UN	CACHEPO EM MDF LISO MÉDIO 14 x14x12 CM DE ALTURA.	Casa da Arte	3,30	660,00
66	10	UN	CANETAS MARCADOR P/ TECIDO COR MARRON	ACRILEX	8,70	87,00
67	10	UN	CANETAS MARCADOR P/ TECIDO COR VERDE	ACRILEX	8,70	87,00
68	10	UN	CANETAS MARCADOR P/ TECIDO CORES PRETO	ACRILEX	8,70	87,00
69	10	UN	CANETAS MARCADOR P/ TECIDO CORES VERMELHO.	ACRILEX	8,70	87,00
70	20	UN	COLA DE SILICONE LIQUIDA 100ML	tek bond	8,60	172,00
71	20	UN	COLA INSTÂNTANEA ADESIVO MULTIUSO 20 GRAMAS	tek bond	12,00	240,00
72	40	UN	COLA PANO PARA TECIDO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 35GR.	ACRILEX	4,55	182,00



134	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR AZUL	LEONORA	3,75	112,50
135	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR DOURADO	LEONORA	3,75	112,50
136	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR PRATEADO	LEONORA	3,75	112,50
137	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR ROSA	LEONORA	3,75	112,50
138	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR VERDE	LEONORA	3,75	112,50
139	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COM BRILHO COR VERMELHO	LEONORA	3,75	112,50
140	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR AMARELO	LEONORA	3,75	112,50
141	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR AZUL CLARO	LEONORA	3,75	112,50
142	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR AZUL ESCURO	LEONORA	3,75	112,50
143	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR BEGE	LEONORA	3,75	112,50
144	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR BRANCO	LEONORA	3,75	112,50
145	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR CINZA	LEONORA	3,75	112,50
146	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR DOURADO	LEONORA	3,75	112,50
147	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR LARANJA	LEONORA	3,75	112,50
148	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR MARROM	LEONORA	3,75	112,50
149	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR PRETO	LEONORA	3,75	112,50
150	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR ROSA	LEONORA	3,75	112,50
151	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR ROXO	LEONORA	3,75	112,50
152	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR VERDE CLARO	LEONORA	3,75	112,50
153	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR VERDE ESCURO	LEONORA	3,75	112,50
154	30	UN	EVA EM FOLHAS TAMANHO 40X60 CM. 2 MM DE ESPESSURA COR VERMELHO	LEONORA	3,75	112,50
170	40	UN	FITA DECORATIVA PARA PRESENTE LARGURA MÍNIMA: 10mm. ROLO COM 50 METROS.	LANTECOR	7,60	304,00
171	30	UN	FITA FLORAL. ROLO COM NO MÍNIMO 30 METROS.	LANTECOR	5,80	174,00
172	200	UN	FOLHA DE PAPEL PRESENTE COUCHE, SORTIDO. FOLHA 50 X 60 CM.	VMP	0,75	150,00
173	40	UN	GOMA LACA INCOLOR BRILHANTE. FRASCO COM 100ML.	ACRILEX	5,43	217,20
174	30	UN	GOMA LACA INDIANA. FRASCO COM 100 ML.	ACRILEX	15,84	475,20
175	200	UN	GUARDANAPO COM VARIAS ESTAMPAS PARA DECOUPAGE MEDINDO 33 X 33 CM ABERTO	TOKCRIE	1,65	330,00
182	30	UN	KIT DE TEAR DE PREGOS CONTENDO: UM TEAR REGULÁVEL DE 50 PREGOS CADA LADO COM ABERTURA DE 8 CM (TOTAL 100 PREGOS) 55 CM DE COMPRIMENTO; UM TEAR REGULÁVEL DE 25 PREGOS CADA LADO COM ABERTURA DE 8 CM (TOTAL 50 PREGOS) 30 CM DE COMPRIMENTO; UM TEAR CIRCULAR DE 34 PREGOS COM 24 CM DE DIÂMETRO; UM TEAR CIRCULAR DE 24 PREGOS COM 17,5 CM DE DIÂMETRO; UM TEAR CIRCULAR DE 8 PREGOS COM 9,5 CM DE DIÂMETRO; UM TEAR CIRCULAR DE 4 PREGOS COM 1,5 CM DE DIÂMETRO E UM TEAR ROSETA DE 36 PREGOS COM 14 CM.	Tear KML	101,40	3.042,00
277	30	UN	MEIA PÉROLA Nº4 PCT 500 GR	Prochwnilk	47,50	1.425,00
300	100	UN	PAPEL GRAVURA PARA DECOUPAGE PARA ARTESANATO. ESTAMPAS VARIAS TAMANHO 48 X 34 CM	Tokecrie	3,90	390,00
302	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFECÇÃO DE CAIXAS COR AZUL	VMP	2,30	115,00
303	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFECÇÃO DE CAIXAS COR ESTAMPADO DE ÁRVORE	VMP	2,30	115,00

304	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFEÇÃO DE CAIXAS COR ESTAMPADO DE FLORES	VMP	2,30	115,00
305	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFEÇÃO DE CAIXAS COR PRETO	VMP	2,30	115,00
306	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFEÇÃO DE CAIXAS COR ROSA	VMP	2,30	115,00
307	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFEÇÃO DE CAIXAS COR VERDE	VMP	2,30	115,00
308	50	UN	PAPEL MICROONDULADO FOLHAS 50 X 80 CM PARA CONFEÇÃO DE CAIXAS COR VERMELHO	VMP	2,30	115,00
327	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 0	TIGRE	5,13	153,90
332	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 2	TIGRE	5,10	153,00
333	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 4	TIGRE	5,10	153,00
334	30	UN	PINCEL SINTÉTICO PARA PINTURA CHATO CABO VERMELHO Nº 6	TIGRE	5,10	153,00
335	06	UN	PIROGRÁFO EM 1 STANDART COM UMA TEMPERATURA; VOLTAGEM 110/220V BIVOLT; ACOMPANHA 01 PONTA PARA VAZAR EPS (ISOPOR), 01 PONTA PARA CAVAR EPS E 01 PONTA PARA BICO FINO PARA GRAVAÇÃO EM DIVERSOS MATERIAIS	Pet Toy	168,00	1.008,00
336	20	UN	PISTOLA GRANDE PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS, GATILHO ANATÓMICO, UTILIZA REFIS DE COLA GROSSO: 1,12CM DE DIÂMETRO	LEONORA	28,50	570,00
337	20	UN	PISTOLA GRANDE PARA COLA QUENTE 40W, 220 VOLTS, GATILHO ANATÓMICO, UTILIZA REFIS DE COLA COM DIÂMETRO DE 1,00CM	LEONORA	20,00	400,00
351	10	UN	TESOURA PEQUENA DE PONTA FINA. TAMANHO: 12 X 6 CM.	MUNDIAL	16,50	165,00
358	20	UN	TESOURA COM CABO EM POLIPROPILENO. TAMANHO: 18 CM.	MUNDIAL	32,00	640,00
359	20	UN	TESOURA ARTESANAL GARÇA. TESOURA QUE PERMITE FAZER CORTES ARTÍSTICOS EM PAPEL, EVA E MASSA DE BISCUIT. CONFORTÁVEL PARA DESTROS E CANHOTOS. INDICADO PARA PAPEL DE CARTA, FOTOGRAFIAS, ÁLBUNS, CARTÕES E PROJETOS ARTESANAL.	MUNDIAL	16,54	330,80
360	20	UN	TESOURA DE COSTURA 7 ½" 19 CM.	MUNDIAL	16,50	330,00
361	20	UN	TESOURA DE PICOTAR, LARGURA : 8 CM COMPRIMENTO: 24 CM COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL E RESINA TERMOPLÁSTICA TESOURA COM CABO EMBORRACHADO DE 9,5"	WESTERN	50,28	1.005,60
399	30	UN	BASE ACRÍLICA PARA ARTESANATO. EMBALAGEM COM 250 ML.	ACRILEX	11,48	344,40
400	20	KG	TUBO DE COLA SILICONE BASTÃO TRANSPARENTE PARA RECARREGAR PISTOLA DE COLA QUENTE TAMANHO: FINA PACOTE COM 1 QUILO	RENDICOLA	36,00	720,00
401	20	KG	TUBO DE COLA SILICONE BASTÃO TRANSPARENTE PARA RECARREGAR PISTOLA DE COLA QUENTE TAMANHO: GROSSA PACOTE COM 1 QUILO	RENDICOLA	39,00	780,00
402	03	UN	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW), COM TECNOLOGIA LCD, RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1024 X 768, COM ENTRADA DE VGA A FULL HD, LUMINOSIDADE DE NO MÍNIMO DE 2500 LÚMENS, CONECTIVIDADE COM ENTRADA/SAÍDA RGB 15 PINOS E HDMI. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.	EPSON	1.884,00	5.652,00
403	03	UN	MICROFONE COM FIO RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 50 HZ - 12 KHZ IMPEDÂNCIA: 600 OHMS SENSIBILIDADE - 50 DB BIVOLT	Kadosch	142,00	426,00
404	03	UN	MICROFONE SEM FIO DUPLO VHF PROFISSIONAL VOKAL VWS - 20 PLUS CANAL INDIVIDUAL BIVOLT - ALIMENTAÇÃO 4 PILHAS AA BIVOLT	Vokal	346,50	1.039,50
405	03	UN	CAIXA AMPLIFICADA DE SOM COM ENTRADA USB, ENTRADA PARA 2 MICROFONES 200 W BIVOLT	Flex	1.048,50	3.145,50
408	03	UN	VIOLÃO CLÁSSICO EM MADEIRA. COM FUNÇÕES DE CONTROLE DE VOLUME, CORDAS DE NYLON, AFINADOR EMBUTIDO	Memphis	740,00	2.220,00
409	02	UN	KIT COM 100 PALHETAS PARA VIOLÃO/GUITARRA, ESPESSURA: 0,71 MM, DIVERSAS CORES, PALHETAS SUPER RESISTENTES	Memphis	78,00	156,00

411	33	UN	CAPA PARA VIOLÃO COM ALÇA, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: ACABAMENTO EXTERNO EM KORINO, ALÇA DE MÃO E TIRACOLO (MOCHILA), COR PRETA.	Phoemix	36,50	1.204,50
426	100	UN	TELA PARA PINTURA. TAMANHO: 30 CM X 30 CM. TECIDO: 100% ALGODÃO, COM APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA DE ALTA QUALIDADE E GRAMPEADA NA LATERAL.	SOUZA	11,50	1.150,00
427	100	UN	TELA PARA PINTURA. TAMANHO: 20 CM X 40 CM. TECIDO: 100% ALGODÃO, COM APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA DE ALTA QUALIDADE E GRAMPEADA NA LATERAL.	SOUZA	11,00	1.100,00
428	100	UN	TELA PARA PINTURA. TAMANHO: 50 CM X 70 CM. TECIDO: 100% ALGODÃO, COM APLICAÇÃO DE RESINA ACRÍLICA DE ALTA QUALIDADE E GRAMPEADA NA LATERAL.	SOUZA	26,80	2.680,00
429	100	UN	LÁPIS 6B SEXTAVADO. GRAFITE COM QUALIDADE SUPERIOR. IDEAL PARA USO TÉCNICO, ARTÍSTICO, ESBOÇOS E ESCRITA EM GERAL. PRODUZIDO COM MADEIRA 100% REFLORESTADA, CERTIFICADA PELO FSC. PESO APROXIMADO: 0,015 KG. COR: GRAFITE.	SERTIC	3,00	300,00
431	30	UN	PRANCHETA ACRÍLICA A3. MEDIDAS MÍNIMAS: 44 X 30 CM. TRANSPARENTE, HORIZONTAL. PARA DESENHO TÉCNICO PROFISSIONAL, ESCOLAR, COM PRENDEDOR ACRÍLICO.	Trident	64,00	1.920,00
432	10	UN	PAPEL A3. PACOTE COM 500 FOLHAS. GRAMATURA: 75/M². COR: BRANCO. DIMENSÕES: 420X297.	SUZANO	56,00	560,00
Total					R\$42.284,70	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2017 – PMG

Publicação Nº 1458687

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2017 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2017 – PMG

Objeto: PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 202/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: NC COMUNICAÇÕES S.A, com sede na Rua Caçador, nº 112, Bairro Atiradores, CEP: 89.203-610, em Joinville-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.227.963/0013-16.

Vigência: Início: 06/12/2017 Término: 05/12/2018.

Fornecedor: 3021114 - NC COMUNICAÇÕES S/A						
Item	Qtd	Und	Descrição		Valor Unitário	Valor Total
01	1000	CM/CL	Publicação de atos oficiais do Município de Guaramirim (SC), em jornal de circulação estadual, com circulação diária com abrangência no Estado de Santa Catarina e, no mínimo, 05 edições semanais.		84,00	84.000,00
Total					R\$84.000,00	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458917

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

Órgão Gestor:A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,

Fornecedor:ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, n.º 2320, bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.802.002/0001-02.

Vigência: Início:01/12/2017Término:30/11/2018

Fornecedor: 234060 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	100	UN	ÁLCOOL ETÍLICO 70°, PARA USO EXTERNO, HOSPITALAR. ANTISSÉPTICO. ALMOTOLIA DESCARTÁVEL CONTENDO 100 ML, COMPOSTO POR ÁLCOOL ETÍLICO E ÁGUA PURIFICADA Q.S.P. PRODUTO LÍQUIDO, INCOLOR E ISENTO DE PARTÍCULAS VISÍVEIS A OLHO NU, VOLÁTEIL-INFLAMÁVEL. VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	Cinord Sudeste	2,06	206,00
16	10	CX	ATADURA GESSADA TAMANHO: 08 CM X 2 M. INDICADA PARA QUALQUER TIPO E TAMANHO DE IMOBILIZAÇÃO, ONDE A FIXAÇÃO RÁPIDA É FUNDAMENTAL, COMO POR EXEMPLO: FRATURAS ÓSSEAS, LESÕES MUSCULARES, CORREÇÕES, TERAPIAS E OUTROS USOS. ELABORADA UTILIZANDO UMA FORMULAÇÃO ESPECIAL E MINUCIOSO CONTROLE DE QUALIDADE, E UM RIGOROSO PROCEDIMENTO QUE CONSISTE EM IMPREGNAR UNIFORMEMENTE O GESSO SOBRE UM TECIDO TIPO TELA 100% ALGODÃO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	POLAR FIX	14,00	140,00

29	20	UN	CLOREXIDINA AQUOSA 2%. SOLUÇÃO AQUOSA DE DIGLU- CONATO DE CLOREXIDINA 2%. ANTISSÉPTICO DE USO TÓPICO. REGISTRO NA ANVISA E MS. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 1000 ML.	RIOQUIMICA	13,90	278,00
31	200	UN	COLETOR DE URINA TIPO SACO, COM CORDÃO DESCARTÁVEL, SISTEMA ABERTO, COM BOLSA PLÁSTICA TIPO SACO, CONFEC- CIONADO EM POLIETILENO, COM MARCAÇÃO DE VOLUME GRA- DUADA A CADA 100 ML E LOCAL PARA ANOTAÇÃO DE DADOS DO PACIENTE, ALÇA FLEXÍVEL TIPO CORDÃO PARA SUSTENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DO COLETOR. EMBALADO EM INVÓLUCRO PLÁSTICO TOTALMENTE SELADO, CONTENDO TODAS AS INFORMA- ÇÕES NECESSÁRIAS AO USUÁ- RIO. EMBALAGEM COM IMPRES- SÃO DA MARCA E FABRICANTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÇÕES DE USO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, DE ACOR- DO COM AS NORMAS INSTITUÍ- DAS PELA ANVISA. CAPACIDADE MÁXIMA DE 2000 ML.	MARKMED	0,44	88,00
37	1	UN	DERMATOSCÓPIO COM CARÇA METÁLICA, DISCO DE CONTA- TO, LENTE COM AUMENTO 10X, ILUMINAÇÃO HALÓGENA, CABO A PILHAS, ERGONÔMICO COM RANHURAS VERTICAIS, CLIPE SUPORTE COM INTERRUPTOR INTEGRADO PROPORCIONA DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, CONEXÃO SUPERIOR E TAMPA INFERIOR COM ROSCA METÁLI- CA, SEM DESGASTE E REPOSI- ÇÃO FÁCIL DAS PILHAS, DEVE CONTER EMBALAGEM BLISTER E MANUAL DE INSTRUÇÕES.	MD	920,90	920,90
38	10	UN	DESTILADOR DE ÁGUA PARA USO LABORATORIAL, COM CAPACIDADE DE RESERVATÓ- RIO DE ÁGUA DESTILADA DE 3,8 LITROS, RESERVATÓRIO DE ÁGUA COMUM DE 04 LITROS, COM DURAÇÃO DE CICLO COMPLETA DE ATÉ 06 HORAS E PESO BRUTO DE 04KF. DEVE CONTER CHAVE LIGA/DESLIGA, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 27 CM X 33 CM X 27,6 CM. VOLTAGEM DE 220V COM POTÊNCIA DE 600 W. COR BRANCA. APRESENTAR REGISTRO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO E GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	CRISTOFOLI	773,00	7.730,00

41	15	PCT	ELETRODO EMBORRACHADO E AUTO-ADESIVO 5 CM X 5 CM PARA ELETROTERAPIA, REUTILIZÁVEL, MALEÁVEL, INDICADO PARA ELETROESTIMULAÇÃO DE SUPERFÍCIE. PACOTE COM NO MÍNIMO 04 (QUATRO) UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES.	VALUTRODE	19,24	288,60
42	15	PCT	ELETRODO EMBORRACHADO E AUTO-ADESIVO 9 CM X 5 CM PARA ELETROTERAPIA, REUTILIZÁVEL, MALEÁVEL, INDICADO PARA ELETROESTIMULAÇÃO DE SUPERFÍCIE. PACOTE COM NO MÍNIMO 04 (QUATRO) UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES.	VALUTRODE	24,70	370,50
59	20	UN	GELO REUTILIZÁVEL RÍGIDO, NÃO TÓXICO, COM EMBALAGEM DE POLIETILENO RÍGIDO PARA SER CONSERVADO EM FREEZER, CONTER GEL A BASE DE POLÍMERO ACRÍLICO, RESISTENTE A IMPACTOS, QUEBRAS E DEFORMAÇÕES, EVITANDO VAZAMENTOS. SER INODORO, COR PREFERENCIALMENTE BRANCA. TAMANHO MÍNIMO DE 17 X 10 X 03 CM (C X L X A) E PELO MENOS 400 ML.	GELOTECH	2,06	41,20
72	20	PCT	LUVA PLÁSTICA ESTÉRIL, TAMANHO ÚNICO, DESCARTÁVEL, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE COM ESPESURA 0,03 MICRAS, ACONDICIONADAS EM PACOTES COM 100 UNIDADES. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO.	LUPLAST	6,32	126,40
101	10	UN	SONDA FOLEY 02 (DUAS) VIAS Nº 22 EM BORRACHA NATURAL, PONTA ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 02 (DUAS) VIAS, 02 (DOIS) ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA, BALÃO DE TEXTURA REFORÇADA E UNIFORME COM CAPACIDADE DE 30 ML E VÁLVULA LUER LOCK. EMBALAGEM ESTÉRIL INDIVIDUAL, CONTENDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	Lamedid-Solidor-Procure	2,69	26,90

104	500	UN	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, FRASCO DE 500 ML. SOLUÇÃO ISOTÔNICA ESTÉRIL COMPOSTA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%, INDICADA PARA ASSEPSIA, INALAÇÕES, LIMPEZA DE FERIMENTOS E INFUSÃO ENDOVENOSA. FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM ML NA EMBALAGEM, RÍGIDO COM SISTEMA FECHADO, TAMPA PERFURANTE E CICATRIZANTE DE PROCEDÊNCIA NACIONAL. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Segmenta-Euro-farma	2,96	1.480,00
106	50	UN	TERMÔMETRO TERMO-HIGRÔMETRO, DIGITAL, SENSOR INTERNO E EXTERNO DIGITAL E UMIDADE, POSSUIR FUNÇÃO DE MÁXIMA E MÍNIMA °C/°F. ESCALA DE TEMPERATURA DE MEDIÇÃO INTERNO PELO MENOS ENTRE -50 E +70°C, ESCALA DE MEDIÇÃO DE UMIDADE PELO MENOS ENTRE 20 A 90°C, RESET. DEVE POSSUIR UM CABO ENTRE 02 (DOIS) A 03 (TRÊS) METROS COM SENSOR NA PONTA, PILHAS AAA. POSSUIR SUPORTE DE MESA E DISPOSITIVO PARA SER INSTALADO EM PAREDES. VISOR EM CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO. BOTÃO LIGA/DESLIGA. REGISTRO NA ANVISA E APROVADO PELO INMETRO.	INCOTERM	61,87	3.093,50
Total					R\$14.790,00	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2017 – FMS

Publicação Nº 1458918

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

Órgão Gestor:A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,

Fornecedor:BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Rua Dorval Marcatto, n.º 1285, bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 13.365.644/0001-25.

Vigência: Início:01/12/2017Término:30/11/2018



Fornecedor: 381934 - BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
18	10	CX	ATADURA GESSADA TAMANHO: 15 CM X 3 M. INDICADA PARA QUALQUER TIPO E TAMANHO DE IMOBILIZAÇÃO, ONDE A FIXAÇÃO RÁPIDA É FUNDAMENTAL, COMO POR EXEMPLO: FRATURAS ÓSSEAS, LESÕES MUSCULARES, CORREÇÕES, TERAPIAS E OUTROS USOS. ELABORADA UTILIZANDO UMA FORMULAÇÃO ESPECIAL E MINUCIOSO CONTROLE DE QUALIDADE, E UM RIGOROSO PROCEDIMENTO QUE CONSISTE EM IMPREGNAR UNIFORMEMENTE O GESSO SOBRE UM TECIDO TIPO TELA 100% ALGODÃO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	POLAR FIX	39,00	390,00
19	10	CX	ATADURA GESSADA TAMANHO: 20 CM X 4 M. INDICADA PARA QUALQUER TIPO E TAMANHO DE IMOBILIZAÇÃO, ONDE A FIXAÇÃO RÁPIDA É FUNDAMENTAL, COMO POR EXEMPLO: FRATURAS ÓSSEAS, LESÕES MUSCULARES, CORREÇÕES, TERAPIAS E OUTROS USOS. ELABORADA UTILIZANDO UMA FORMULAÇÃO ESPECIAL E MINUCIOSO CONTROLE DE QUALIDADE, E UM RIGOROSO PROCEDIMENTO QUE CONSISTE EM IMPREGNAR UNIFORMEMENTE O GESSO SOBRE UM TECIDO TIPO TELA 100% ALGODÃO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	POLAR FIX	66,50	665,00
Total				R\$1.055,00		

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458919

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2017 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

Órgão Gestor:A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,  
Fornecedor:BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP, com sede na Rua Colibri, n.º 425, bloco 2, bairro Salto Weisbach, em Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º.01.470.743/0001-98.

Vigência: Início:01/12/2017Término:30/11/2018

Fornecedor: 425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	50	PCT	ABAIXADOR DE LÍNGUA TIPO ESPÁTULA EM MADEIRA, DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESURA E LARGURA UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 14 CM DE COMPRIMENTO, 1,4 CM DE LARGURA X 0,5 MM DE ESPESURA. EMBALADO EM PACOTES COM 100 PEÇAS. EMBALAGEM APRESENTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE VALIDADE, PROCEDÊNCIA, APRESENTAR REGISTRO NO MS E ANVISA.	ESTILO	2,89	144,50
3	100	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 4,5, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGÜÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 26G 1/2" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,45MM E COMPRIMENTO: 13MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SOLMILLENIUM	34,90	3.490,00

5	100	CX	<p>AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGUÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 22G 1" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,70 MM E COMPRIMENTO: 25 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.</p>	SOLMILLENIUM	33,89	3.389,00
---	-----	----	--	--------------	-------	----------

6	100	CX	<p>AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 8, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGUÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 21G 1" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,80 MM E COMPRIMENTO: 25 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.</p>	SOLMILLENIUM	34,57	3.457,00
---	-----	----	--	--------------	-------	----------

8	100	CX	<p>AGULHA DESCARTÁVEL 30 X 7, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGUÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 22G 1 1/4" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,70 MM E COMPRIMENTO: 30 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.</p>	SOLMILLENIUM	34,90	3.490,00
---	-----	----	--	--------------	-------	----------

9	100	CX	<p>AGULHA DESCARTÁVEL 30 X 8, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGUÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 21G 1 1/4" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,80 MM E COMPRIMENTO: 30 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.</p>	SOLMILLENIUM	34,49	3.449,00
---	-----	----	--	--------------	-------	----------

10	150	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 40 X 12, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGUÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 18G 1 1/2" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 1,20 MM E COMPRIMENTO: 40 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SOLMILLENIUM	34,90	5.235,00
----	-----	----	--	--------------	-------	----------



13	20	PCT	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM X 1,0 M H02010. ALGODÃO ORTOPÉDICO É ELABORADO A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, TRANSFORMADAS EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES COM LARGURAS E COMPRIMENTOS VARIADOS. A MANTA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO POSSUI CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES. INDICAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É UTILIZADO EM IMOBILIZAÇÕES NA CONFECÇÃO DE APARELHOS GESSADOS; PARA ACOLCHOAMENTO E PROTEÇÃO DE PROEMINÊNCIAS ÓSSEAS. NO AQUECIMENTO DAS EXTREMIDADES DE PACIENTES ACAMADOS, OBJETIVANDO RETER O CALOR LOCAL PARA EVITAR PERDA DE LÍQUIDOS QUE PODEM CAUSAR HIPOTERMIA. APRESENTAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É ENROLADO SOBRE SI E ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM 12 UNIDADES NA FORMA "NÃO ESTÉRIL", PODENDO SER ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA.	POLAR FIX	4,70	94,00
14	20	PCT	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15 CM X 1,0 M H02010. ALGODÃO ORTOPÉDICO É ELABORADO A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, TRANSFORMADAS EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES COM LARGURAS E COMPRIMENTOS VARIADOS. A MANTA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO POSSUI CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES. INDICAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É UTILIZADO EM IMOBILIZAÇÕES NA CONFECÇÃO DE APARELHOS GESSADOS; PARA ACOLCHOAMENTO E PROTEÇÃO DE PROEMINÊNCIAS ÓSSEAS. NO AQUECIMENTO DAS EXTREMIDADES DE PACIENTES ACAMADOS, OBJETIVANDO RETER O CALOR LOCAL PARA EVITAR PERDA DE LÍQUIDOS QUE PODEM CAUSAR HIPOTERMIA. APRESENTAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É ENROLADO SOBRE SI E ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM 12 UNIDADES NA FORMA "NÃO ESTÉRIL", PODENDO SER ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA.	POLAR FIX	7,80	156,00

15	20	PCT	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20 CM X 1,0 M H02010. ALGODÃO ORTOPÉDICO É ELABORADO A PARTIR DE FIBRAS 100% ALGODÃO CRU, TRANSFORMADAS EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES COM LARGURAS E COMPRIMENTOS VARIADOS. A MANTA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO POSSUI CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES. INDICAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É UTILIZADO EM IMOBILIZAÇÕES NA CONFECÇÃO DE APARELHOS GESSADOS; PARA ACOLCHOAMENTO E PROTEÇÃO DE PROEMINÊNCIAS ÓSSEAS. NO AQUECIMENTO DAS EXTREMIDADES DE PACIENTES ACAMADOS, OBJETIVANDO RETER O CALOR LOCAL PARA EVITAR PERDA DE LÍQUIDOS QUE PODEM CAUSAR HIPOTERMIA. APRESENTAÇÃO: O ALGODÃO ORTOPÉDICO É ENROLADO SOBRE SI E ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO COM 12 UNIDADES NA FORMA "NÃO ESTÉRIL", PODENDO SER ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA.	POLAR FIX	10,34	206,80
17	10	CX	ATADURA GESSADA TAMANHO: 10 CM X 3 M. INDICADA PARA QUALQUER TIPO E TAMANHO DE IMOBILIZAÇÃO, ONDE A FIXAÇÃO RÁPIDA É FUNDAMENTAL, COMO POR EXEMPLO: FRATURAS ÓSSEAS, LESÕES MUSCULARES, CORREÇÕES, TERAPIAS E OUTROS USOS. ELABORADA UTILIZANDO UMA FORMULAÇÃO ESPECIAL E MINUCIOSO CONTROLE DE QUALIDADE, E UM RIGOROSO PROCEDIMENTO QUE CONSISTE EM IMPREGNAR UNIFORMEMENTE O GESSO SOBRE UM TECIDO TIPO TELA 100% ALGODÃO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	POLAR FIX	26,00	260,00

27	5	CX	CATETER VENOSO PERIFERICO DE SEGURANÇA 16G. CATÉTER DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DE ACORDO COM NR 32, CONFECCIONADO EM POLIURETANO, COM AGULHA EM AÇO CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, COM BISEL TRIANGULADO E PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO COM TIRAS RADIOPAICAS, APIROGÊNICO, FLEXÍVEL. CÂMARA DE REFLUXO PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. COM SISTEMA DE SEGURANÇA PASSIVO, QUE MINIMIZA ACIDENTES COM PERFUROCORTANTES, FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO, PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE DE 05 (CINCO) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	198,90	994,50
28	20	UN	CLOREXIDINA ALCOÓLICA 0,5%. SOLUÇÃO ALCOÓLICA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,5%. ANTISSEPTICO DE USO TÓPICO. REGISTRO NA ANVISA E MS. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 1000 ML.	CINORD	13,13	262,60
32	1500	UN	COLETOR UNIVERSAL PARA EXAMES. COLETOR UNIVERSAL (POTE) PARA COLETA DE MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES (URINA, FEZES, ESCARRO), CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO, CAPACIDADES PARA 60 ML. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. ESTÉRIL. SEM ETIQUETAS.	CRAL	0,31	465,00
62	60	UN	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%. DESINFETANTE DE SUPERFÍCIE, A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE CLOROATIVO ESTABILIZADO (10.000 PPM), COM AÇÃO BACTERICIDA, INDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. DEVE CONSTAR NO RÓTULO ESPECIFICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE E REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. EMBALAGEM CONTENDO 01 (UM) LITRO.	CINORD	3,30	198,00

68	400	UN	LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR 70 X 50 M, NA COR BRANCA, ROLOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO TERMO-AJUSTADO, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO. O PAPEL É PRODUZIDO COM 100% FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM, A VANTAGEM DESTA PUREZA É A AUSÊNCIA DE CONTAMINANTES NORMALMENTE ENCONTRADOS NOS PAPÉIS RECICLADOS. O PAPEL NÃO DEVE CONTER INTERRUPÇÕES, DEVE SER UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDIR 70 CM X 50 M, COR BRANCA GRAMATURA 30 G, COM REGISTRO NA ANVISA E/ OU MS.	FLEXPEL	9,38	3.752,00
82	20	UN	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO. ULTRA MACIA DE SILICONE, COR CLARA, QUE SEJA COMPATÍVEL PARA USO COM O APARELHO DE NEBULIZAÇÃO G-TECH COMPACT ULTRASONIC MODELO ULTRANEB. REGISTRO NA ANVISA.	DARU	8,02	160,40
83	20	UN	MASCARA PARA NEBULIZAÇÃO MODELO INFANTIL, ULTRA MACIA DE SILICONE, COR CLARA, QUE SEJA COMPATÍVEL PARA USO COM O APARELHO DE NEBULIZAÇÃO G-TECH COMPACT ULTRASONIC MODELO ULTRANEB. REGISTRO NA ANVISA.	DARU	8,02	160,40
93	10	UN	ROLO EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO 10 CM X 100 M. BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO, GRAMATURA 60, ISENTO DE FUROS, INODORO, REPELENTE A LÍQUIDOS, RESISTENTE A RASGOS. FILME LAMINADO DE POLIPROPILENO COM TINTA INDICATIVA PARA OS SEGUINTE PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO: VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO, E RADIAÇÃO, UTILIZADO PARA O EMPACOTAMENTO DE ARTIGOS MÉDICO-ODONTO-HOSPITALARES E ESTERILIZAÇÃO. CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE NA BORDA DO PRODUTO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA: REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA E AFE DO FABRICANTE. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	HOSPFLEX	37,60	376,00

100	10	UN	SONDA FOLEY 02 (DUAS) VIAS Nº 20 EM BORRACHA NATURAL, PONTA ATRAUMÁTICA, SILICONIZADA, COM 02 (DUAS) VIAS, 02 (DOIS) ORIFÍCIOS LATERAIS EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA, BALÃO DE TEXTURA REFORÇADA E UNIFORME COM CAPACIDADE DE 30 ML E VÁLVULA LUER LOCK. EMBALAGEM ESTÉRIL INDIVIDUAL, CONTENDO NA EMBALAGEM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA.	LABOR IMPORT	2,84	28,40
108	10	BANDEJA	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO, TUBO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ESTÉRIL COM APROXIMADAMENTE 13 X 75 MM, VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 ML COM ANTICOAGULANTE EDTA K2 OU K3. TUBO NÃO SILICONIZADO, ROLHA DE BORRACHA SILICONIZADA COM TAMPA PLÁSTICA PROTETORA TIPO HEMOGARD NA COR ROXA. ESTERILIZADO NA RADIAÇÃO GAMA. TUBOS ETIQUETADOS CONTENDO Nº LOTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DE CATÁLOGO E VOLUME ASPIRAÇÃO. BANDEJA DE ISOPOR REVESTIDO EM PLÁSTICO COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	50,73	507,30
109	6	BANDEJA	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO. TUBO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ESTÉRIL COM APROXIMADAMENTE 13 X 75 MM, VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 ML. TUBO NÃO SILICONIZADO, ROLHA DE BORRACHA SILICONIZADA COM TAMPA PROTETORA TIPO HEMOGARD NA COR AMARELA. ESTERILIZADO NA RADIAÇÃO GAMA. TUBOS ETIQUETADOS CONTENDO Nº LOTE, PRAZO DE VALIDADE, Nº DE CATÁLOGO E VOLUME ASPIRAÇÃO. BANDEJA DE ISOPOR REVESTIDO EM PLÁSTICO COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	70,87	425,22
110	10	FRASCO	VASELINA LÍQUIDA, PRODUTO DE ORIGEM MINERAL. FRASCO CONTENDO 01 (UM) LITRO. DEVE CONSTAR NO FRASCO DATA DE VALIDADE, LOTE, RÓTULO INFORMATIVO E IDENTIFICATIVO, PROCEDÊNCIA. REGISTRO NA ANVISA.	LABOR IMPORT	20,68	206,80
Total				R\$30.907,92		

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2017 – FMS

Publicação Nº 1458920

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

Órgão Gestor:A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,

Fornecedor:COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Rua Tupy, n.º1723, bairro Nova Brasília, em Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 03.800.317/0001-09.

Vigência: Início:01/12/2017Término:30/11/2018

Fornecedor: 203920 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
64	20	CX	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL EM 03 (TRÊS) HORAS, POR MÉTODO DE FLUORESCÊNCIA, PARA MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO. TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E CALIBRADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA) PADRONIZADOS, A REFERIDA TIRA SERÁ ARMAZENADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA FECHADA, TERMORRESISTENTE, CONTENDO UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA O CULTIVO DOS MICRO-ORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE E A DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO COM O PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO EXTERNO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. COMPATÍVEL COM INCUBADORA 3M. CAIXA COM 100 UNIDADES, COM VALIDADE DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	3M	2.500,00	50.000,00
Total					R\$50.000,00	

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458923

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

Órgão Gestor:A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,

Fornecedor:DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Américo Vespúcio, n.º 995, bairro Nova Brasília, em Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.306.465/0001-38.

Vigência: Início:01/12/2017Término:30/11/2018

Fornecedor: 218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	240	PCT	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO, SEM MANGAS, COM ABERTURA FRONTAL E TIRAS EXTERNAS PARA FECHAMENTO, PREFERENCIALMENTE NA COR ROSA OU BRANCO, PACOTE COM 10 UNIDADES, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, QUALIDADE SUPERIOR, GRAMATURA 30 OU 40, TAMANHO ADULTO, PROCEDÊNCIA NACIONAL. DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E NÚMERO DO LOTE.	SKY	12,85	3.084,00
24	2	UN	CAIXA TÉRMICA COM TERMÔMETRO E RODINHAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 80 LITROS. ISOLAMENTO E TAMPA EM POLIURETANO, MATERIAL EXTERNO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. TAMPA ARTICULÁVEL, FECHOS EM AÇO INOX E POSSUIR UMA ALÇA EXTRADIMENSIONADA EM CADA LADO. RODINHAS DE BORRACHA MACIÇA. POSSUIR TERMÔMETRO DIGITAL ACOPLADO COM MEDIÇÃO DE MÁXIMA E MÍNIMA VARIANDO ENTRE -50 +70°C, DE FÁCIL LEITURA, FUNÇÃO °C / °F E ALIMENTAÇÃO POR 01 (UMA) PILHA AA. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 70 X 39 X 40 CM (COMP. X LARG. X ALT.). GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RASTREADO RBC/INMETRO.	easycooler	964,00	1.928,00



25	200	PCT	CAMPO CIRÚRGICO 45 CM X 50 CM, CAMPO OPERATÓRIO NÃO ESTÉRIL COM 04 (QUATRO) CAMADAS ENTRELAÇADAS E COM AMARRAÇÕES PARA EVITAR QUE UMA CAMADA DESLIZE SOBRE A OUTRA. BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, COM CADARÇO DUPLO, UTILIZADO EM PRIMEIROS SOCORROS PARA ASSEPSIAS E CURATIVOS, E EM CIRURGIAS COM ALTA ABSORÇÃO DE SANGUE E SECREÇÕES LÍQUIDAS. CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE, PODENDO SER ESTERILIZADO. COR BRANCA. LATERAIS COM COSTURA PARA EVITAR QUE DESFIE, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS GORDURO-SAS, AMIDO E ALVEJANTES. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. PACOTE COM 50 UNIDADES.		76,00	15.200,00
45	400	PCT	ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, RESISTENTE, UTILIZADA PARA COLETA DE EXAMES GINECOLÓGICOS, PONTAS ARREDONDADAS, SEM SALIÊNCIAS OU IMPERFEIÇÕES, DESCARTÁVEL, MEDINDO 18 CM DE COMPRIMENTO, PACOTE COM 100 UNIDADES, PROCEDÊNCIA NACIONAL, DEVE CONTER NA EMBALAGEM NÚMERO DO LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	THEOTO	5,50	2.200,00
94	50	UN	SABONETE INFANTIL EM BARRA DE 80 GRAMAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, PERFUME SUAVE, QUE NÃO IRRITAM OS OLHOS, CONTER NÚMERO DE LOTE E DATA DE VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	ANJINHO	2,50	125,00
Total				R\$22.537,00		

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458925

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2017 – FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS****Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).**Modalidade de Licitação:** Pregão Presencial nº49/2017 FMS.**Órgão Gestor:**A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,**Fornecedor:**INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI, com sede na Rua OttokarDoerffel, n.º 1112, bloco A – Galpão A13, bairro Atiradores em Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 23.240.000/0001-64.**Vigência:** Início:01/12/2017Término:30/11/2018**Fornecedor: 3006484 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP**

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	200	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 20 X 5,5, HIPODÉRMICA UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS OU AMBULATORIAIS. DESTINA-SE À INJEÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MEDICAMENTOSAS OU À COLETA SANGÜÍNEA COM FINALIDADE DE DIAGNÓSTICO IN VITRO. TAMANHO 24G 3/4" (POLEGADAS); DIMENSÕES (MILÍMETROS): DIÂMETRO (Ø): 0,55 MM E COMPRIMENTO: 20 MM. IDENTIFICAÇÃO DOS CALIBRES CONFORME PADRÃO UNIVERSAL DE CORES DO CANHÃO. COMPOSTA DE CÂNULA COM BISEL TRIFACETADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E ATRAUMÁTICA. O CANHÃO PERMITE ACOPLAMENTO PERFEITO À SERINGA LUER SLIP E LUER LOCK. CAPA PROTETORA EM FORMATO CILÍNDRICO. CAPA E CANHÃO DE POLÍMEROS ATÓXICOS. APIROGÊNICO. ATÓXICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. FABRICADA DE ACORDO COM AS BOAS NORMAS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO DE USO ÚNICO. DESCARTAR APÓS O USO. PROIBIDO REPROCESSAR. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SR	37,24	7.448,00
43	50	UN	EQUIPO MACROGOTAS PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA, CONFECCIONADO EM PVC, PRODUTO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL EM ÓXIDO DE ETILENO, DEVE CONTER PONTA PERFURANTE E COM PROTEÇÃO, FILTRO RESPIRO ENTRE A PONTA E A CÂMARA DE GOTEJAMENTO, CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, SER LIVRE DE PIROGÊNIO, TUBO EXTENSOR TRANSPARENTE MEDINDO 150 CM COM INJETOR LATERAL PRÓXIMO A EXTREMIDADE DO ENCAIXE LUER E O ENCAIXE LUER DEVE POSSUIR TAMPA PROTETORA, POSSUIR SISTEMA ABRE FECHA EM ROLDANA. POSSUIR PROTETOR DE DEDO CONFORME NR 32. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NORMA TÉCNICA BRASILEIRA NBR ISO 8536-4 E NR 32.	TKL	1,84	92,00

57	200	UN	GEL HIDROATIVO VISCOSO 30 G, COMPOSTO POR PECTINA, CARBOXIMETILCELULOSE-SÓDICA E PROPILENOGLICOL EM VEÍCULO AQUOSO. APRESENTAÇÃO EM TUBOS DE ALUMÍNIO QUE PERMITEM TOTAL APROVEITAMENTO DO CONTEÚDO, COM TAMPA PERFURANTE E ANEL DE PROTEÇÃO. APRESENTAÇÃO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, QUANTIDADE, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO MS. APRESENTAR ANEXO A PROPOSTA DE PREÇOS, A BULA DO PRODUTO. REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL POR PESSOA CAPACITADA QUANDO SOLICITADO.	CONVATEC	58,50	11.700,00
61	600	UN	HIDROGEL COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO - GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL, AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ÁCIDO BÓRICO, PROPILENOGLICOL, IDANTOINA, SORBATO DE POTÁSSIO E TRIETANOLAMINA. COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM MÍNIMO 85 G. O PRODUTO DEVE MANTER AS PROPRIEDADES, PELO MENOS 28 DIAS APÓS ABERTO. APRESENTAR A BULA DO PRODUTO JUNTO A PROPOSTA. REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL POR PESSOA CAPACITADA QUANDO SOLICITADO.	CONVATEC	56,50	33.900,00
65	5	KIT	KIT DE OTOSCÓPIO E OFTALMOSCÓPIO. O KIT DEVE ACOMPANHAR ESPELHO NASAL, ESPELHO DE BOCA, ABAIXA LÍNGUA E SUPORTE DE LÂMINA. NO KIT DEVE CONTER UM OTOSCÓPIO E UM OFTALMOSCÓPIO EM LÂMPADA DE LED E FIBRA ÓPTICA. COMPATÍVEL PARA ATENDIMENTO ADULTO E INFANTIL. CONEXÃO SUPERIOR E TAMPA INFERIOR COM ROSCA METÁLICA, SEM DESGASTE E REPOSIÇÃO FÁCIL DAS PILHAS. OFTALMOSCÓPIO DE DIAGNÓSTICO COMPACTO E LEVE, COM ALTO RENDIMENTO. ILUMINAÇÃO HALÓGENA 2.5 V DE LONGA DURAÇÃO QUE PROPORCIONA LUZ MAIS BRILHANTE, BRANCA E DURÁVEL SISTEMA ÓPTICO VEDADO DISCO DE ABERTURA COM SEIS POSIÇÕES LENTE CONVERGENTE DE VIDRO FILTROS AZUL COBALTO, LIVRE DE VERMELHO E POLARIZADOR. ABERTURA COM FIXADOR PARA LOCALIZAR LESÕES. ABERTURA EM FENDA PARA VERIFICAR DIFERENTES NÍVEIS DE LESÕES E TUMORES. TEM 48 LENTES PARA AJUSTES DE DIOPTRIA (-25 A +22). CABO METÁLICO COM ACABAMENTO LISO, COR PRETA, ALIMENTADO POR DUAS PILHAS ALCALINAS AA. UTILIZA LÂMPADA HALÓGENA DE 2,5V, ILUMINAÇÃO: HALÓGENA PILHAS: 2 AA LENTE DE FOCALIZAÇÃO: LENTE CONVERGENTE DE VIDRO. FAIXA DE DIOPTRIA: -25 A +22 MATERIAL DO CABO: INTEIRAMENTE METÁLICO POSIÇÕES DE ABERTURA: 6, INCLUINDO FENDA E FIXAÇÃO VEDAÇÃO: SIM FILTROS: AZUL COBALTO E ELIMINAÇÃO DE VERMELHO OTOSCÓPIO: ILUMINAÇÃO HALÓGENA 2.5 V DE LONGA DURAÇÃO. ILUMINAÇÃO 30% MAIS BRILHANTE, MOSTRANDO A COR VERDADEIRA DO TECIDO. FIBRA ÓPTICA PARA TRANSMISSÃO DE LUZ FRIA, GARANTE CAMPO DE TRABALHO LIVRE DE SOMBRA E AQUECIMENTO. LENTE DE VISÃO AMPLA PARA VISUALIZAÇÃO COM MAGNIFICAÇÃO. ÓTIMO PARA VISÃO DETALHADA. (LENTE REMOVÍVEL PARA INSTRUMENTAÇÃO.) SISTEMA VEDADO PARA OTOSCOPIA PNEUMÁTICA COM ENTRADA PARA PERA DE INSUFLAÇÃO (PERA PARA INSUFLAÇÃO NÃO INCLUSA). CABO	WELCH ALLYN	2.274,00	11.370,00

			METÁLICO COM ACABAMENTO LISO, PRETO, ALIMENTADO POR DUAS PILHAS ALCALINAS AA. ACOMPANHA 5 ESPÉCULOS SENDO: UM JOGO COM 4 ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS NOS TAMANHOS 2,5 - 3 - 4 E 5MM (ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE OU SOLUÇÃO PARA ESTERILIZAÇÃO) + 1 ESPECULO STANDART 4MM. ACOMPANHA ESTOJO E DUAS PILHAS AA ALCALINAS. UTILIZA LÂMPADA HALÓGENA DE 2,5V.			
95	100	CX	SERINGA 01 ML COM AGULHA 13 X 0,38 MM PARA APLICAÇÃO DE VACINA BCG, GRADUADA COM INTERVALO DE 10 EM 10 U.I COM SUBDIVISÃO DE 02 (DUAS ) EM 02 (DUAS) UNIDADES. ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO, CORPO TRANSPARENTE, ATÓXICA, APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, SELADAS TERMICAMENTE. CAIXA COM 100 UNIDADES, CONTENDO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS. PROCEDÊNCIA NACIONAL. REGISTRO NA ANVISA.	SR	16,62	1.662,00
96	25	CX	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03 ML SEM AGULHA. CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, GRADUADA EM 03 ML, ENCAIXE LUER SLIP E/OU LUER LOCK. USO ÚNICO, COM BORRACHA NO ÊMBOLO PARA PROTEÇÃO. ROLHA DE BORRACHA DE COR PRETA. SILICONIZAÇÃO INTERNA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTO, CONFORME NR 32 E PORTARIA 1748 DE 30/08/2011. DEVE POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PROCEDÊNCIA NACIONAL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SR	38,50	962,50
97	60	CX	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML SEM AGULHA. CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, GRADUADA EM 20 ML, ENCAIXE LUER SLIP E/OU LUER LOCK. USO ÚNICO, COM BORRACHA NO ÊMBOLO PARA PROTEÇÃO. ROLHA DE BORRACHA DE COR PRETA. SILICONIZAÇÃO INTERNA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTO, CONFORME NR 32 E PORTARIA 1748 DE 30/08/2011. POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PROCEDÊNCIA NACIONAL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA. CAIXA COM 50 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	SR	31,47	1.888,20
<b>Total</b>						<b>R\$69.022,70</b>

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

**LUIZ ANTONIO CHIODINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458928

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017 – FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS**

**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

**Modalidade de Licitação:** Pregão Presencial nº49/2017 FMS.

**Órgão Gestor:**A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,

**Fornecedor:**METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, n.º 1918, bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 83.157.032/0001-22.

**Vigência:** Início:01/12/2017Término:30/11/2018

**Fornecedor: 249203 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
51	3500	UN	EXTENSOR INTERMEDIÁRIO DE DUAS VIAS INFANTIL, PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAÇÕESPARENTERAIS. COM TUBO EM Y TRANSPARENTE EM PVC, LÁTEX-FREE, CONECTOR LUER SLIP COM O PACIENTE E CONECTOR DISTAL LUER FÊMEA COM PROTETORES DE CONE LUER. PINÇAS TIPO CLAMP (CORTA-FLUXO). TAMPAS PROTETORAS RESERVA, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRAU NA PARTE POSTERIOR E POLIURETANO NA PARTE ANTERIOR. CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	LABOR IMPORT	0,76	2.660,00
58	20	UN	GELO REUTILIZÁVEL RÍGIDO, NÃO TÓXICO, COM EMBALAGEM DE POLIETILENO RÍGIDO PARA SER CONSERVADO EM FREEZER, CONTER GEL A BASE DE POLÍMERO ACRÍLICO, RESISTENTE A IMPACTOS, QUEBRAS E DEFORMAÇÕES, EVITANDO VAZAMENTOS. SER INODORO, COR PREFERENCIALMENTE BRANCA. TAMANHO MÍNIMO DE 24 X 19 X 04 CM (C X L X A) E PELO MENOS 1750 ML.	GELOTECH	21,20	424,00
60	20	UN	GELO REUTILIZÁVEL RÍGIDO, NÃO TÓXICO, COM EMBALAGEM DE POLIETILENO RÍGIDO PARA SER CONSERVADO EM FREEZER, CONTER GEL A BASE DE POLÍMERO ACRÍLICO, RESISTENTE A IMPACTOS, QUEBRAS E DEFORMAÇÕES, EVITANDO VAZAMENTOS. SER INODORO, COR PREFERENCIALMENTE BRANCA. TAMANHO MÍNIMO DE 21 X 14 X 03 CM (C X L X A) E PELO MENOS 750 ML.	GELOTECH	10,40	208,00
63	10	UN	HISTERÔMETRO DE COLLIN. INDICADO PARA MEDIÇÃO ENTRE O ORIFÍCIO EXTERNO DO COLO DO ÚTERO AO FUNDO DA CAVIDADE UTERINA. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. TAMANHO APROXIMADO DE 28 CM. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. GARANTIA DE 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	ABC	45,00	450,00
84	10	UN	MASCARA PARA OXIGÊNIO COM RESERVATÓRIO PARA ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO. MASCARA TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL. COMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO DE APROXIMADAMENTE 2,10 M. PRESILHA AJUSTÁVEL DE NARIZ	MD	9,45	94,50

			QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL. RESERVATÓRIO EM PVC, TRANSPARENTE. DEVE CONTER NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº LOTE E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
85	10	UN	MASCARA PARA OXIGÊNIO COM RESERVATÓRIO PARA ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL. MASCARA TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL. COMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO DE APROXIMADAMENTE 2,10 M. PRESILHA AJUSTÁVEL DE NARIZ QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL. RESERVATÓRIO EM PVC, TRANSPARENTE. DEVE CONTER NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, Nº LOTE E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MD	9,90	99,00
86	10	UN	PINÇA CHERON. PINÇA CHERON TAMANHO 25 CM. UTILIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA ANTI-SEPSIA DO PACIENTE. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. COM SERRILHA. GARANTIA DE 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE PEÇAS E FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS.	Richards	29,00	290,00
88	5	UN	PINÇA MATHIEU 17 CM, SERRILHADA. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. GARANTIA DE 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. REGISTRO NO MS E/OU ANVISA.	Richards	42,70	213,50
90	30	FRASCO	POVIDINE DEGERMANTE. APLICAÇÃO: USO HOSPITALAR, FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 100 ML. PRINCÍPIO ATIVO: POLIVINILPIRROLIDONA IODATO (IODO ATIVO A 1%). COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICO SOLUBILIZANTE, ESTABILIZANTE, CORRETOR DE PH. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO SOLICITADO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL.	RIOQUIMICA	3,85	115,50
91	30	FRASCO	POVIDINE TÓPICO. APLICAÇÃO: USO HOSPITALAR. FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 100 ML. COMPOSIÇÃO: CADA ML DA SOLUÇÃO CONTÉM IODOPOVIDONA (PVPI) 100 MG E ÁGUA PURIFICADA QSP. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO SOLICITADO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL.	RIOQUIMICA	3,75	112,50
102	20	UN	SONDA URETRAL Nº 16 DESCARTÁVEL, ATRAUMÁTICA, FLEXÍVEL, SILICONADA, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICA, TRANSPARENTE COM ORIFÍCIOS (CENTRAL E LATERAIS SENDO OS LATERAIS DISPOSTOS EM ALTURAS DIFERENTES). ESTERILIZADA A RAIOS GAMA OU COBALTO 60. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM FILME POLIETILENO CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. CALIBRE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	BIOSANI	0,51	10,20
103	1600	UN	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, FRASCO DE 250 ML. SOLUÇÃO ISOTÔNICA ESTÉRIL COMPOSTA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%, INDICADA PARA ASSEPSIA, INALAÇÕES, LIMPEZA DE FERIMENTOS E INFUSÃO ENDOVENOSA. FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO EM ML NA EMBALAGEM, RÍGIDO COM SISTEMA FECHADO, TAMPA PERFURANTE E CICATRIZANTE DE PROCEDÊNCIA NACIONAL. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	EQUIPLEX	2,48	3.968,00

107	40	CX	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ. TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO DE ETAPA ÚNICA, PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DA GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG), NA URINA. SENSIBILIDADE DE 25 UL/ML. DIAGNÓSTICO DE USO IN VITRO COM MAIS DE 99% DE CONFIABILIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. REGISTRO NA ANVISA.	LABOR IMPORT	68,10	2.724,00
				<b>Total</b>		<b>R\$11.369,20</b>

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

**LUIZ ANTONIO CHIODINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2017 – FMS**

Publicação Nº 1458930

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS– SETOR DE LICITAÇÕES****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2017 – FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017 - FMS****Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO AMBULATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).**Modalidade de Licitação:** Pregão Presencial nº49/2017 FMS.**Órgão Gestor:**A Prefeitura Municipal deGuaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o no 11.293.409/0001-60, com sede na rua Henrique Friedmann, 155, centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina,**Fornecedor:**SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, com sede na Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, n.º 1541, bairro Itoupava Norte, em Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 24.537.945/0001-05.**Vigência:** Início:01/12/2017Término:30/11/2018**Fornecedor: 3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP**

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	2	PR	AFASTADOR FARABEUFE PEQUENO (DELICADO) (PAR) 07 MM X 10 CM. UTILIZADO PARA AFASTAR PELE, SUBCUTÂNEO E MÚSCULOS SUPERFICIAIS. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE. GARANTIA DE 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. REGISTRO NO MS E/OU ANVISA.	ABC	11,27	22,54
66	30	CX	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11. INDICADA PARA INCISÕES DE PELE, TECIDO E RETIRADA DE PONTOS. CONFECCIONADO EM CARBONO A PARTIR DE FITA CIRÚRGICA SF100 COM 0,015 DE ESPESSURA (0,40MM). A COMPOSIÇÃO DO AÇO SEGUE AS NORMAS ISO 7153, ISO 7740, RIGIDEZ DE LÂMINA MAIOR QUE 700 H.V (ESCALA VICKERS). ESTERILIZADO POR RAO GAMA (COBALTO 60). ISENTA DE REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. CAIXA COM 100 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL COM PELÍCULA LAMINADA DE FÁCIL ABERTURA. REGISTRO NA ANVISA. DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	ADVANTIVE	22,23	666,90
67	2000	CX	LÂMINA PARA EXAME PREVENTIVO COM PONTA FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS, INTERCALADAS UMA A UMA COM FOLHAS DE PAPEL, SELADAS A VÁCUO, CAIXA COM 50 LÂMINAS, REGISTRO NA ANVISA, VALIDADE MINIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	ADLIN	3,59	7.180,00
<b>Total</b>						<b>R\$7.869,44</b>

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

**LUIZ ANTONIO CHIODINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL****EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2017 - FMS**

Publicação Nº 1460266

Estado de Santa Catarina

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2017 – FMS  
Processo Licitatório nº 82/2017 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: credenciamento de laboratórios de análises clínicas interessados em participar, de forma complementar, no Sistema Único de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Laborsad – Laboratório de Análises Clínicas Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 81.372.641/0001-79, estabelecida na Rua João Butschard, nº 414, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 15/12/2017 Vigência: 31/12/2018

Guaramirim (SC), 15 de dezembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**196/2017**

Publicação Nº 1458754

DECRETO Nº 196/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que encaminho a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 219.753,90 (Duzentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Função 12 – Educação  
Subfunção 361 – Ensino Fundamental  
Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil  
Projeto: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 219.753,90

Soma ..... R\$ 219.753,90

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Função 12 – Educação  
Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa 17 – Merenda Escolar  
Atividade: 2.008 – Merenda Escolar/Fundamental  
3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 16.649,20

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Função 12 – Educação  
Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa 17 – Merenda Escolar  
Atividade: 2.073 – Merenda Escolar/Creche  
3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 37.419,95

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:  
Função 12 – Educação  
Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição  
Programa 17 – Merenda Escolar  
Atividade: 2.074 – Merenda Escolar/Pré  
3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.184,75

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:  
Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:

Função 27 – Desporto e Esporte

Subfunção 812 – Desporto Comunitário

Programa 32 – Desporto Amador

Atividade: 2.018 – Manutenção do Depto. Municipal de Esportes

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 511 – Saneamento Básico

Programa 8 – Abastecimento de Água

Projeto: 1.015 – Ampliação Sistemas de Distribuição de Água

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 13.500,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 511 – Saneamento Básico

Programa 8 – Abastecimento de Água

Atividade: 2.022 – Manutenção Sistemas de Distribuição de Água

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 22 – Meio Ambiente

Atividade: 2.025 – Manutenção do Viveiro de Mudanças

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 26 – Promoção e Extensão Rural

Projeto: 1.025 – Ampliação da Frota Agrícola

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 26 – Promoção e Extensão Rural

Atividade: 2.026 – Manutenção do Depto de Agricultura

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
 Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
 Função 15 – Urbanismo  
 Subfunção 451 – Infra Estrutura Urbano  
 Programa 19 – Vias Urbanas  
 Projeto: 1.010 – Construção de Passeios  
 4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
 Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
 Função 17 – Saneamento  
 Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano  
 Programa 21 – Saneamento Urbano  
 Projeto: 1.043 – Projeto de Saneamento Básico  
 4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
 Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
 Função 17 – Saneamento  
 Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano  
 Programa 21 – Saneamento Urbano  
 Atividade: 2.092 – Manutenção de Saneamento Básico  
 3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00

Órgão 09- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA:  
 Unidade 01- Departamento de Infância e Adolescência:  
 Função 8 – Assistência Social  
 Subfunção 243 – Assistência a criança e adolescente  
 Programa 38 – Manutenção dos Serviços de Assistência ao Menor  
 Atividade: 2.058 – Projeto de Saneamento Básico  
 3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00  
 4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00  
 -----  
 Soma ..... R\$ 219.753,90  
 -----

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 15 DE  
 DEZEMBRO DE 2017.  
 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta  
 data.

Júlio Cesar Della Flora  
 Secretário Administração e Fazenda

## 197/2017

Publicação Nº 1458755

DECRETO Nº 197/2017  
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
 ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
 SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do  
 Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes  
 deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu  
 sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Cré-  
 dito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil  
 reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do

Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item  
 orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
 Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:  
 Função 10 – Saúde  
 Subfunção 301 – Atenção Básica  
 Programa 10 – Saúde Básica  
 Atividade: 2.099 – Contribuição ao Hospital  
 3.3.50.00-00.00.002- Aplicações Diretas ..... R\$  
 17.000,00 Soma ..... R\$ 17.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que  
 trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Mu-  
 nicipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens  
 orçamentários:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR.  
 E TRAB:  
 Unidade 01- Departamento de Assistência Social:  
 Função 08 – Assistência Social  
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária  
 Programa 06 – Assistência Social Geral  
 Atividade: 2.054 – Manutenção do Depto de Assistência Social  
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas ..... R\$  
 7.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR.  
 E TRAB:  
 Unidade 02- Coordenação de Programas:  
 Função 08 – Assistência Social  
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária  
 Programa 06 – Assistência Social Geral  
 Atividade: 2.055 – Manutenção do CRAS  
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas ..... R\$  
 10.000,00 Soma ..... R\$ 17.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 15 DE  
 DEZEMBRO DE 2017.  
 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
 Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta  
 Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora  
 Secretário Administração e Fazenda

## 198/2017

Publicação Nº 1459215

DECRETO Nº 198/2017  
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
 ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
 SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atri-  
 buições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA  
 DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18  
 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Cré-  
 dito Adicional Suplementar no valor de R\$ 115.000,00 (cento e  
 quinze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de  
 Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do se-  
 guinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
 01- Departamento Administrativo:  
 Atividade: 1101.10.301.0010.2.042  
 3.1.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas ..... R\$  
 40.000,00

**11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.093

3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 55.000,00

3.3.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Soma ..... R\$ 115.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, referente aos recursos do próprios o valor de R\$ 40.000,00; e o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017, referente aos recursos do PAB o valor de R\$ 75.000,00.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
15 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

**199/2017**

Publicação Nº 1459216

DECRETO Nº 199/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

06- Departamento Municipal de Trânsito:

Atividade: 0406.06.181.0019.2.037

4.4.90.00-00.00.364- Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.365.0015.2.102

3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.365.0015.2.103

3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

Soma ..... R\$ 15.500,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

06- Departamento Municipal de Trânsito:

Atividade: 0406.06.181.0019.2.037

3.3.90.00-00.00.364- Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.365.0015.2.102

3.3.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.365.0015.2.103

4.4.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500,00

Soma ..... R\$ 15.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
15 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

**2566/2017**

Publicação Nº 1458753

LEI Nº 2.566/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que encaminho a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 219.753,90 (Duzentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Função 12 – Educação

Subfunção 361 – Ensino Fundamental

Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil

Projeto: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas ..... R\$ 219.753,90

Soma ..... R\$ 219.753,90

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Função 12 – Educação

Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição

Programa 17 – Merenda Escolar



Atividade: 2.008 – Merenda Escolar/Fundamental  
3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
16.649,20

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Função 12 – Educação

Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição

Programa 17 – Merenda Escolar

Atividade: 2.073 – Merenda Escolar/Creche

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
37.419,95

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Função 12 – Educação

Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição

Programa 17 – Merenda Escolar

Atividade: 2.074 – Merenda Escolar/Pré

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.184,75

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:

Função 27 – Desporto e Esporte

Subfunção 812 – Desporto Comunitário

Programa 32 – Desporto Amador

Atividade: 2.018 – Manutenção do Depto. Municipal de Esportes

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
12.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 511 – Saneamento Básico

Programa 8 – Abastecimento de Água

Projeto: 1.015 – Ampliação Sistemas de Distribuição de Água

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
13.500,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 511 – Saneamento Básico

Programa 8 – Abastecimento de Água

Atividade: 2.022 – Manutenção Sistemas de Distribuição de Água

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 22 – Meio Ambiente

Atividade: 2.025 – Manutenção do Viveiro de Mudas

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 26 – Promoção e Extensão Rural

Projeto: 1.025 – Ampliação da Frota Agrícola

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
20.000,00

Órgão 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

Unidade 01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Função 20 – Agricultura

Subfunção 606 – Extensão Rural

Programa 26 – Promoção e Extensão Rural

Atividade: 2.026 – Manutenção do Depto de Agricultura

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
40.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Função 15 – Urbanismo

Subfunção 451 – Infra Estrutura Urbano

Programa 19 – Vias Urbanas

Projeto: 1.010 – Construção de Passeios

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa 21 – Saneamento Urbano

Projeto: 1.043 – Projeto de Saneamento Básico

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

Unidade 01- Departamento de Urbanismo:

Função 17 – Saneamento

Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa 21 – Saneamento Urbano

Atividade: 2.092 – Manutenção de Saneamento Básico

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

Órgão 09- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA:

Unidade 01- Departamento de Infância e Adolescência:

Função 8 – Assistência Social

Subfunção 243 – Assistência a criança e adolescente

Programa 38 – Manutenção dos Serviços de Assistência ao Menor

Atividade: 2.058 – Projeto de Saneamento Básico

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00

-----  
Soma ..... R\$ 219.753,90  
-----

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

**2567/2017**

Publicação Nº 1458751

LEI Nº 2.567/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:

Função 10 – Saúde

Subfunção 301 – Atenção Básica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade: 2.099 – Contribuição ao Hospital

3.3.50.00-00.00.002- Aplicações Diretas ..... R\$  
17.000,00 Soma ..... R\$ 17.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.054 – Manutenção do Depto de Assistência Social

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas ..... R\$  
7.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.055 – Manutenção do CRAS

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas ..... R\$  
10.000,00 Soma ..... R\$ 17.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora  
Secretário Administração e Fazenda

**ALTERAÇÃO DE EDITAL - FMS CRENC 01/2017**

Publicação Nº 1459068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017

1.1. O Município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, tornam público, para conhecimento dos interessados que o Edital de Credenciamento nº. 01/2017 para aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul para o ano de 2017, terá a vigência para credenciamento prorrogada de 01 de janeiro de 2018 ate 31 de dezembro de 2018.

0.2. Os demais itens do Edital permanecem em vigor.

Guarujá do Sul, 15 de dezembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,  
Secretaria Municipal de Saúde.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 77/2017 - TA 01**

Publicação Nº 1459024

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 71/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 77/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO EIRELI

OBJETO: O valor estipulado do contrato ora aditado de R\$ R\$ 7.985,80, será acrescido de R\$ 966,01, ficando então o valor contratado em R\$ 8.951,81 ( Execução de lombadas )

Guarujá do Sul, SC, 15 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelde,  
Prefeito Municipal



# Guatambú

## PREFEITURA

### DECRETO 221/2017

Publicação Nº 1460541

DECRETO N. 221/2017

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizado remanejamento de dotação orçamentária por anulação de dotação orçamentária no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) conforme a seguir especificado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.122 – Manutenção da Unidade De Saúde Sede

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Receita de impostos e transferências DR 102, com o valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Vigente do Município, conforme a seguir especificado no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.122 – Manutenção da Unidade De Saúde Sede

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Receita de impostos e transferências DR 102, com o valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 11 de dezembro de 2017.

Luiz Clovis Dal Piva

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO 222/2017

Publicação Nº 1460548

DECRETO N. 222/2017

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizado remanejamento de dotação orçamentária por anulação de dotação orçamentária no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) conforme a seguir especificado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.123 – Manutenção da Unidade De Saúde Fazenda Zandavalli

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Receita de impostos e transferências DR 102, com o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Vigente do Município, conforme a seguir especificado no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.123 – Manutenção da Unidade De Saúde Fazenda Zandavalli

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Receita de impostos e transferências DR 102, com o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 11 de dezembro de 2017.

Luiz Clovis Dal Piva

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### EXTRATO DE CONTRATO 85/2017

Publicação Nº 1460527

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	85/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	EDSON ADRIANO DOS SANTOS 05748782979.

Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA, ROÇADA, CORTE DE GRAMA E LIMPEZA DE ÁREAS VERDES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, CONFORME MAPAS E FOTOS EM ANEXO, BEM COMO PLANTIO DE ÁRVORES NATIVAS NAS REFERIDAS ÁREAS.
-------------------	--

Valor .....	R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
:	
Vigência....:	Início: 11/12/2017 Término: 30/03/2018.
Licitação....:	Dispensa nº 39/2017.
Guatambu/SC, 11/12/2017.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA 130/2017**

Publicação Nº 1460534

## PORTARIA 130/2017

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias aos servidores relacionados abaixo, conforme segue:

Nome	Função	Período Aquisitivo	Período de Concessão	Retorno
Alderí Zanette da Rosa	Motorista	11/04/2016 a 10/04/2017	11/12/2017 a 30/12/2017	31/12/2017
Jandir Francisco Alves	Vigia	07/03/2017 a 06/03/2018	11/12/2017 a 09/01/2018	10/01/2018
Juliana S.Souares dos Santos	Agente Comunitário da Saúde	17/08/ 2015 a16/08/2016	11/12/2017 a 09/01/2018	10/01/2018

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - Santa Catarina, 11 de dezembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 131/2017**

Publicação Nº 1460536

## PORTARIA 131/2017

“CONCEDE ADICIONAL DE 2º GRAU A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade a Lei Complementar 005/2001.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder adicional de 2º grau no montante de 10% (dez) sobre o vencimento básico, a servidora abaixo relacionada:

Nome	Função
Neli Zilioto Rilozi	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - Santa Catarina, 13 de dezembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 132/2017**

Publicação Nº 1460539

PORTARIA 132/2017

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001;

Considerando, atestado médico em anexo:

Resolve:

Art.1º - Concede Licença Maternidade à servidora ADRIANE ZANROSSO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretária Municipal de Educação cultura e esporte, por um período de 120 (cento e vinte ) dias, iniciando em 11 de dezembro de 2017, com término em 09 de abril de 2017.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 11 de dezembro 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.788/2017.

Publicação Nº 1460397

DECRETO Nº 3.788/ 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso I da Lei Municipal 3.171 de 27/12/2016 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 2

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 15 de dezembro de 2017.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1478/2017

Publicação Nº 1460341

PORTARIA Nº 1478/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 759/2017, a Servidora DELMA APARECIDA DA SILVA (Matr. 3347), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de julho de 2015 e 16 de julho de 2016, para serem gozadas a partir de 15 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1479/2017

Publicação Nº 1460345

PORTARIA Nº 1479/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ESTELA MARA MARQUEZE LOCATELLI (Matr. 4385), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Recepcionista, Nível – 4/3, Referência "A", artigo 10 da LC Nº. 320/2014, 44 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de dezembro de 2016 e 13 de dezembro de 2017, para serem gozadas a partir de 15 de dezembro de 2017 a 13 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 036 - DL - LUCAS VIECELI

Publicação Nº 1459040

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 036/2017

Termo de Contrato, REFERENTE PEÇAS UTILIZADAS PARA CONCLUSÃO DE MELHORIAS NAS MAQUINAS NO POSTO DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e LUCAS VIECELI EIRELI - ME, autorizado através do Processo nº 030/2017, Dispensa de Licitação nº 14/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: LUCAS VIECELI EIRELI - ME

CNPJ: 27.137.152/0001-97

Endereço: Rua Florentino Neis, 227 – sala 02 – Centro – Pinheiro Preto - SC

CEP 89570-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE PEÇAS UTILIZADAS PARA CONCLUSÃO DE MELHORIAS NAS MAQUINAS NO POSTO DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 3.147,85 (três mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a prestação de serviço.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 13

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE SAÚDE.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme decreto municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ dia 14/06/2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou



apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 14 de dezembro de 2017.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

LUCAS VIECELI EIRELI - ME

TESTEMUNHAS:

Luciane Renata Baseggio Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 049.256.219-98 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 037 - DL - CARBONI VEÍCULOS

Publicação Nº 1459039

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 037/2017

Termo de Contrato, REFERENTE CONCERTO DO AR CONDICIONADO E SERVIÇOS DE MECÂNICA, NO VEICULO DOBLO PLACA MKB6773, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CARBONI VEÍCULOS LTDA, autorizado através do Processo nº 031/2017, Dispensa de Licitação nº 15/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM - FMS

CNPJ: 11.250.761/0001-18

Endereço: Rua Henrique Bennertz, 164

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: CARBONI VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 83.525.386/0001-82

Endereço: Rod SC 453 km 56 sn, Distrito I – Videira - SC  
CEP 89560-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE CONCERTO DO AR CONDICIONADO E SERVIÇOS DE MECÂNICA, NO VEICULO DOBLO PLACA MKB6773, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e prestação de serviço no valor TOTAL de R\$ 4.187,44 (quatro mil, cento e oitenta

e sete reais e quarenta e quatro centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a prestação de serviço.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 10

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE SAÚDE.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme decreto municipal 2989/2017, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ dia 30/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e  
h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 14 de dezembro de 2017.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CARBONI VEÍCULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

Luciane Renata Baseggio    Carmelita Chiesa Tragancin

CPF – 049.256.219-98    CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184



# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 33/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO RODEIO COUNTRY

Publicação Nº 1459125

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Processo Licitatório nº 47/2017

Pregão Presencial nº 33/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de um Rodeio Country, compreendendo toda infraestrutura (arquibancadas, camarotes, arena, sonorização para rodeio, locução, show piro musical e pirotécnico, por ocasião da realização do Rodeio Fest a ser realizado de 16 a 18 de março de 2018 no Centro Integrado de Desporto e Lazer do município Ibicaré-SC, conforme descrição constante no Anexo I (especificações do objeto), Anexo II (Termo de Referência) e demais dispositivos constantes no presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 29/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Licitações da Prefeitura de Ibicaré, situada na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré, 15 de dezembro de 2017.

Gianfranco Volpato

Prefeito

### PORTARIA 241/2017

Publicação Nº 1460389

PORTARIA Nº 241 de 14 de dezembro de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 1.230, de 15 de março de 2000, com base no Decreto nº 085 de 23 de novembro de 2017 referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor TERESINHA DE FÁTIMA MORAIS, brasileira, solteira, nascida no dia quatro do mês de junho de 1.972, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente, nível I, classe "A", Anexo II do Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 14 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

Publicação Nº 1459054

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Aos 24 dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 07/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 07/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

EMPRESA: DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA-EPP Rua General Vitorino 29. CNPJ 91.083.212/0001-55 representante Elias Climus

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	CANETA ALTA ROTAÇÃO (ROTAÇÃO 380.000 RPM / RUÍDO 64 DBS / PESO APROXIMADO 180G) PUSH BUTTON, AUTOCLAVÁVEL	UN	CALU	1,00000	R\$390,0000	R\$390,0000
10	ANESTÉSICO INJETÁVEL ARTICAÍNA 4% COM EPINEFRINA (1:100.000) COM 50 TUBETES DE VIDRO	CX	DFL	10,00000	R\$87,0000	R\$870,0000
11	ANESTESICO INJETAVEL LIDOCAINA 2% COM EPINEFRINA (1:100.000) CAIXA COM 50 TUBETES CRISTAL	CX	DFL	5,00000	R\$60,5000	R\$302,5000
25	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6	UN	MKLIFE	20,00000	R\$8,0000	R\$160,0000
33	CIMENTO FORRADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO KIT COM 1 TUBO DE PASTA DE 13g E 1 TUBO DE PASTA CATALIZADORA DE 11g E 1 BLOCO DE MISTURA	UN	VIGODENT	5,00000	R\$17,7000	R\$88,5000
38	EUGENOL - FRASCO COM 20ML	UN	SOUZA	10,00000	R\$10,1000	R\$101,0000
44	FIO DENTAL - 100 METROS	UN	MED FIO	50,00000	R\$1,9900	R\$99,5000

58	OLEO ALTA / BAIXA ROTAÇÃO SPRAY 200ML	UN	PREVEN	10,00000	R\$21,5000	R\$215,0000
67	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR 90 GRAMAS	UN	MAQUIRA	20,00000	R\$6,0000	R\$120,0000
75	DAPPEN VIDRO	UN	MAQUIRA	20,00000	R\$2,1500	R\$43,0000
76	PRIMER+ADESIVO FRASCO ÚNICO 6ML COM INGREDIENTES ATIVOS (MONÔMEROS METACRÍLICOS, FOTOINICIADORES, COINICIADORES, ESTABILIZANTE) E INATIVOS [CARGA INERENTE(NANO-PARTÍCULAS DE SÍLICA) E VEÍCULO (ETANOL)]	UN	AMBAR DENTSCARE	20,00000	R\$66,0000	R\$1.320,0000
79	Resina nanohíbrida (microhíbrida com partículas nano) com tamanho médio das partículas de 0,5 micrômetros, para restauração de dentes anteriores e posteriores, cor D A3 seringa 4g.	UN	DENTSCARE	20,00000	R\$30,6500	R\$613,0000
88	TESTE DE VITALIDADE ENDO ICE -50°C FRASCO COM 200ml (100g).	FRA	MAQUIRA	20,00000	R\$22,0000	R\$440,0000
89	TIRAS ABRASIVAS ELETROLÍTICAS DE AÇO INOXIDÁVEL 150X4MM COM 12 PEÇAS	UN	PREVEN	5,00000	R\$6,0000	R\$30,0000
91	VERNIZ DE SECAGEM RÁPIDA COM UMA COMBINAÇÃO DE 6% DE FLUORETO DE SÓDIO E DE 6% DE FLUORETO DE CÁLCIO EMBALAGEM COM UM FRASCO DE 10ml DE VERNIZ E UM FRASCO DE 10ml DE SOLVENTE.	UN	DENTSCARE	2,00000	R\$19,0000	R\$38,0000
95	LIMA PROTAPER MANUAL 25MM - DENTSPLY / MAILLEFER P/ USO MANUAL C/ 6 UNIDADES.	UN	DENTSPLY	12,00000	R\$150,0000	R\$1.800,0000
115	Resina composta nanohíbrida(microhíbrida com partículas nano) para dentes anteriores e posteriores, cor D A3,5 seringa 4g.	UN	DENTSCARE	10,00000	R\$30,6500	R\$306,5000
117	Broca HL nº 702	UN	MKLIFE	20,00000	R\$12,0000	R\$240,0000
127	Broca Carbide nº5	UN	MKLIFE	20,00000	R\$6,7000	R\$134,0000
128	BROCA CARBIDE Nº 3	UN	MKLIFE	20,00000	R\$6,7000	R\$134,0000
129	Broca Carbide nº33,5	UN	MKLIFE	20,00000	R\$6,7000	R\$134,0000
130	Broca Carbide nº37	UN	MKLIFE	20,00000	R\$6,7000	R\$134,0000
131	Broca Carbide nº35	UN	MKLIFE	20,00000	R\$6,7000	R\$134,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.847,0000
Total Geral dos Itens:						R\$7.847,0000

## CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;

- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal

nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]	
	Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.**

Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 24 de maio de 2017.

..... ADRIANO POFFO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA	..... ELIAS CLIMUS DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR

**TESTEMUNHAS:**

Rony Marcio Paul  
CPF 826.868..749-53

Renato Alves de Borba  
CPF 692.458.949.91

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017**

Publicação Nº 1459056

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos 24 dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 07/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 07/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

**EMPRESA:** PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS ODONTOLOGICOS EIRELI-EPP endereço Rua Tuiuti 165 sala 04 CNPJ 05.077.346/0001-01 representante Carlos Andre dos Santos

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	CANETA MICROUN MOTOR BAIXA ROTAÇÃO (ROTAÇÃO 5000 A 2000 RPM) COM REVERSÃO DO SENTIDO DE ROTAÇÃO, RUÍDO 64 DBS, AUTOCLAVÁVEL	UN	DENT FLEX	1,00000	R\$375,0000	R\$375,0000
5	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1000 ML	FRA	ASFER	20,00000	R\$5,2500	R\$105,0000
8	ALGODÃO HIDROFILO	ROLO	FAROL	2,00000	R\$10,0000	R\$20,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



# Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



## Fundo Municipal de Saúde de Ibirama

	ROLO COM 500GR CONSTITUIDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500GR, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL AZUL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22CM DE LARGURA					
9	ALGODÃO ROLETE C/PCT 100 UNIDADES 32g		SOFT PLUS	200,00000	R\$1,9300	R\$386,0000
15	APLICADOR DESCARTÁVEL REGULAR 2.0mm ¼ de GOTA C/ 100 UNIDADES.	UN	KG	10,00000	R\$11,6000	R\$116,0000
16	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA Nº 1190FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
17	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA Nº 2135FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
18	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA Nº 2200FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
19	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA Nº 3118FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
20	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA Nº 3168FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
26	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1011	UN	FAVA	10,00000	R\$1,6000	R\$16,0000
27	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012	UN	FAVA	10,00000	R\$1,6000	R\$16,0000
28	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013	UN	FAVA	10,00000	R\$1,6000	R\$16,0000
29	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014	UN	FAVA	40,00000	R\$1,6000	R\$64,0000
30	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1015	UN	FAVA	40,00000	R\$1,6000	R\$64,0000
31	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº	UN	FAVA	40,00000	R\$1,6000	R\$64,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO

IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

# Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



## Fundo Municipal de Saúde de Ibirama

	1016					
35	CURATIVO ALVEOLAR UN COM PRÓPOLIS (10%); IODOFÓRMIO (5%) E CERA DE ABELHA E ESPESSANTE; FRASCO 10 G		IODONTOSUL	3,00000	R\$18,0000	R\$54,0000
36	DIGLUCONATO DE UN CLOREXIDINA 2% FRASCO C/ 100ML		MAQUIRA	30,00000	R\$9,6000	R\$288,0000
37	ESCOVA DE ROBSON UN BAIXA ROTAÇÃO		PREVEN	100,00000	R\$1,2000	R\$120,0000
39	FICHA P/ RAO-X 01 PCT FURO C/ 100 UNIDADES		PREVEN	10,00000	R\$8,9500	R\$89,5000
41	Filme radiográfico infantil com velocidade rápida, com 150 unidades	CX	CARESTREAM	10,00000	R\$182,0000	R\$1.820,0000
42	FIO DE SUTURA CX AGULHADO NYLON MONOFILAMNETO 4.0 COM AGULHA 3/8 DE CIRCULO CORTANTE 2cm CAIXA COM 24 UNIDADES		PROCARE	20,00000	R\$27,0000	R\$540,0000
43	FIO DE SUTURA CX AGULHADO SEDA 3.0 AGULHA 17mm 1/2 DE CIRCULO TIPO TRIANGULAR 45cm DE COMPRIMENTO CAIXA COM 24 UNIDADES		PROCARE	20,00000	R\$27,0000	R\$540,0000
45	TIRA DE ACO P/ UN MATRIZ 0,05X7		PREVEN	25,00000	R\$1,1000	R\$27,5000
48	FIXADOR PARA UN RADIOGRAFIA 475 ML, INCOLOR, LÍQUIDO, CONTENDO: ÁGUA, TIOSSULFATO DE AMÔNIO E TIOCIANATO DE AMÔNIO		CAITHEC	150,00000	R\$7,1500	R\$1.072,5000
53	LENCOL DE CX BORRACHA AROMATIZADO 13X13CM COM 26 UNIDADES		ANGELUS	20,00000	R\$8,3900	R\$167,8000
59	LUVA CIRURGICA Nº CX 7,5, ESTÉRIL, LÁTEX NATURAL, ( TAM. NACIONAL ) ANATÔMICA, ATÓXICA, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS; LÁTEX UNIFORME, HOMOGÊNEO E RESISTENTE. LUBRIFICAÇÃO BIOABSORVÍVEL, HIPOALÉRGICA; TODO MATERIAL DEVE PROPORCIONAR MANUSEIO ASSÉPTICO SEGURO. CAIXA COM 100 UNIDADES		MAXITEX	5,00000	R\$1,1000	R\$5,5000
61	LUVA DE CX		NUGARD	50,00000	R\$15,5000	R\$775,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO

IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

# Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



## Fundo Municipal de Saúde de Ibirama

	PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES					
62	LUVA DE CX PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	DECX	NUGARD	50,00000	R\$15,5000	R\$775,0000
63	MASCARA CIRÚRGICA TRIPLA C/ ELÁSTICO, COM 50 UNIDADES	CX	OLIMED	150,00000	R\$5,0000	R\$750,0000
72	PONTA DE PAPEL UN ABSORVENTE 2ª SERIE EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	UN	VDW	50,00000	R\$14,5000	R\$725,0000
77	Resina nanohíbrida(microhíbrida com partículas nano) com tamanho médio das partículas de 0,5 micrômetros ,para restauração de dentes posteriores e anteriores cor D A1 seringa 4g.	UN	FGM	20,00000	R\$30,6500	R\$613,0000
81	REVELADOR PARA UN RADIOGRAFIA 475 ML, LÍQUIDO COR VERMELHO, CONTENDO: ÁGUA, SULFITO DE SÓDIO, DIETILENO GLYCOL E HIDROQUINONA	UN	CAITHEC	100,00000	R\$7,1400	R\$714,0000
82	ROLO PARA UN ESTERILIZAÇÃO	UN	VEDAMAX	50,00000	R\$55,8500	R\$2.792,5000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO

IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

# Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



## Fundo Municipal de Saúde de Ibirama

	20cmx100m EMBALAGEM COM 1 ROLO					
87	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA - BAIXA ROTAÇÃO	UN	PREVEN	50,00000	R\$1,1000	R\$55,0000
92	FORRADOR DENTINÁRIO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. FRASCO COM 10g	FRA	IODONTOSUL	20,00000	R\$3,5000	R\$70,0000
93	AGULHA HIPODÉRMICA 20X0,55 C/ 100 UNIDADES	CX	SOLIDOR	10,00000	R\$6,7000	R\$67,0000
94	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ML, BICO COM ADAPTAÇÃO COM ROSCA, ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTA DE IMPUREZAS E RESÍDUOS; CILINDRO TRANSPARENTE RESISTENTE; ANEL DE RETENÇÃO SEGURO; ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM NO MÁXIMO 0,2 ML E NUMERADA NO MÁXIMO DE 2 EM 2 ML. ÊMBOLLO RESISTENTE, COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO AO CILINDRO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	UN	SOLIDOR	1.000,00000	R\$0,1800	R\$180,0000
96	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 1190F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
97	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 2134F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
98	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 2135F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
99	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 3118F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
100	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 3195F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
101	BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA 1093FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
102	BROCA DIAMANTADA N.º 2134 FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
103	BROCA ACABAMENTO ULTRA FINA N.º 3195FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO

IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

# Prefeitura Municipal de Ibirama

Estado de Santa Catarina



## Fundo Municipal de Saúde de Ibirama

105	COMPRESSA DE GAZE UN HIDROFILA - 8 CAMADA - 5 DOBRAS - 11 FIOS POR CM2 - 20 X 40 CM (ABERTA) - 7,5 X 7,5 CM (FECHADA) - EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	UN	MEDI HOUSE	100,00000	R\$19,9000	R\$1.990,0000
108	Aguilha gengival estéril descartável tamanho longa 27 g. caixa com 100 unidades	CX	PROCARE	3,00000	R\$26,3300	R\$78,9900
110	Broca acabamento ultra- fina n°1111 F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
111	Broca acabamento ultra- fina n°1111 FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
112	Luva cirúrgica n° 8,0 UN estéril, látex natural (tamanho nacional) anatômica atóxica, isenta de resíduos e impurezas, látex uniforme, homogêneo resistente. Lubrificação bioabsorvível, hipoalérgica; todo material deve proporcionar manuseio asséptico seguro.	UN	MAXITEX	100,00000	R\$1,1000	R\$110,0000
113	Luva cirúrgica n°7,0 UN estéril, látex natural(tamanho nacional) anatômica atóxica, isenta de resíduos e impurezas, látex uniforme, homogêneo resistente. Lubrificação bioabsorvível, hipoalérgica ;todo material deve proporcionar manuseio asséptico seguro.	UN	MAXITEX	100,00000	R\$1,1000	R\$110,0000
118	Broca cone invertida n°1047	UN	FAVA	20,00000	R\$1,6000	R\$32,0000
119	Broca cone invertida n°1032	UN	FAVA	20,00000	R\$1,6000	R\$32,0000
120	Broca Cone invertida n°1033	UN	FAVA	20,00000	R\$1,6000	R\$32,0000
122	Broca de acabamento- 3118F	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
123	Broca de acabamento- 1093FF	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
124	Broca de acabamento- 3083	UN	FAVA	30,00000	R\$1,6000	R\$48,0000
143	Bomba de Vácuo com capacidade para até 02 consultórios odontológicos simultaneamente.	UN	DELTRAMED	1,00000	R\$2.500,0000	R\$2.500,0000
Total do Fornecedor:					R\$19.232,2900	R\$19.232,2900
Total Geral dos Itens:					R\$19.232,2900	R\$19.232,2900

### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e



## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**Órgão:** 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

**Unidade:** 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 24 de maio de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**

.....  
**Carlos Andre dos santos**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

***Prefeitura Municipal de Ibirama***  
*Estado de Santa Catarina*



***Fundo Municipal de Saúde de Ibirama***

Prefeito Municipal

Prohospital Sul Comercio de Materiais Medicos  
e Odontologicos

**TESTEMUNHAS:**

**Rony Marcio Paul**

**CPF 82686874953**

**Renato Alves de Borba**

**CPF 692.458.949-91**

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017**

Publicação Nº 1459060

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Aos 24 dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 07/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 07/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

EMPRESA: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA-EPP endereço AVENIDA OSCAR BARCELOS CNPJ 04989294/0001-87 representante JULIA WAGNER JUMES

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	CANETA CONTRA ÂNGULO 1:1 BAIXA ROTAÇÃO (ROTAÇÃO MÁXIMA 25000 RPM, RUÍDO 64 DBS, AUTOCLAVÁVEL	UN	DENT FLEX	1,00000	R\$329,4000	R\$329,4000
4	CANETA BAIXA ROTAÇÃO, PEÇA RETA, 1:1, (ROTAÇÃO MÁXIMA 25000 RPM / RUÍDO 64 DBS	UN	DENT FLEX	1,00000	R\$297,0000	R\$297,0000
6	AGULHA GENGIVAL G-30 CURTA, COM 100 UNIDADES	CX	PROCARE	20,00000	R\$29,5000	R\$590,0000
7	ALCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70%, FRASCO DE 1000 ML, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INANIMADAS, ANTI-SEPSIA DA PELE EM PROCEDIMENTOS DE MÉDIO E BAIXO RISCO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	FRA	FLOPS	100,00000	R\$4,3900	R\$439,0000
12	ANESTÉSICO INJETÁVEL COM VASO CONSTRITOR MEPIVACAÍNA COM EPINEFRINA A 2% (1:100.000) C/ 50 TUBETES DE VIDRO	CX	DFL	20,00000	R\$83,7000	R\$1.674,0000
13	ANESTÉSICO INJETÁVEL SEM VASO CONSTRITOR A BASE DE MEPIVACAÍNA 3% COM 50 TUBETES DE VIDRO	CX	DFL	20,00000	R\$83,0000	R\$1.660,0000

14	ANESTESICO TOPICO COM 20% DE BENZOCAINA POTE COM 12G, SABOR PINA COLADA	POE	DFL	5,00000	R\$5,6000	R\$28,0000
21	BROCA BATT CÔNICA 28MM Nº 12 (P/ CA)	UN	MAILEFER	20,00000	R\$5,9900	R\$119,8000
22	BROCA BATT CÔNICA 28MM Nº 16 (P/ CA)	UN	MAILEFER	20,00000	R\$5,9900	R\$119,8000
23	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 2	UN	MEDIN	10,00000	R\$6,7400	R\$67,4000
24	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 4	UN	MEDIN	20,00000	R\$6,7400	R\$134,8000
32	GATTES GLIDEN Nº3 32MM	UN	INJECTA	40,00000	R\$8,1000	R\$324,0000
34	CONDICIONADOR ACIDO FOSFÓRICO 37%, SERINGA 2,5 ML	UN	ALLPLAN	60,00000	R\$1,2600	R\$75,6000
40	Filme radiográfico adulto com velocidade rápida, com 150 unidades	CX	CARESTREAM	10,00000	R\$107,0000	R\$1.070,0000
46	TIRA DE ACO P/ MATRIZ 0,05X5	UN	AAF	15,00000	R\$1,1700	R\$17,5500
47	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - 1,9 CM X NO MÍNIMO 30M, À BASE DE FIBRA DE CELULOSE, COM PRINTABILIDADE SEGURA, TERMOREATIVA À 121° C, ADESIVIDADE SEGURA, RESISTENTE E SEM RESÍDUOS. BALAGEM INDIVIDUALIZADA E SEGURA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	UN	HOSPFLEX	30,00000	R\$3,9700	R\$119,1000
49	FORMOCRESOL - FRASCO COM 10 ML	FRA	MAQUIRA	10,00000	R\$5,4000	R\$54,0000
50	GORRO DESCARTÁVEL DE TNT COM ELÁSTICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	MEDIX	20,00000	R\$6,2800	R\$125,6000
51	hidróxido de cálcio calen 2 tubetes com 2,7g cada de pasta de hidróxido de cálcio e 2 tubetes com 2,2g de glicerina.	UN	SS WHITE	10,00000	R\$41,5000	R\$415,0000
52	LÂMINA BISTURI Nº 15, DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, AFIADO CIRURGICAMENTE, ESTÉRIL; EMBALAGEM SEGURA E INDIVIDUALIZADA; ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	SOLIDOR	5,00000	R\$25,3400	R\$126,7000
54	LIMA FLEXOFIL 1º SÉRIE 21MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	CX	ASSUS	50,00000	R\$14,7200	R\$736,0000
55	LIMA FLEXOFIL 1º SÉRIE 25MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	CX	ASSUS	50,00000	R\$14,7200	R\$736,0000
56	LIMA FLEXOFIL 2º SÉRIE 21MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	CX	ASSUS	50,00000	R\$14,7200	R\$736,0000

57	LIMA FLEXOFIL 2° SÉRIE 25MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	CX	ASSUS	50,00000	R\$14,7200	R\$736,0000
60	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA PEQUENO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPO-ALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	TALGE	50,00000	R\$15,5500	R\$777,5000
64	OTOSPORIN (HIDRO-CORTISONA 10 MG / ML, SULFATO DE NEOMICINA 5 MG / ML, SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UL / ML) 10 ML	UN	FQM	10,00000	R\$9,1000	R\$91,0000
65	ÓXIDO DE ZINCO - POTE COM 50 G.	POE	IODONTOSUL	15,00000	R\$3,5900	R\$53,8500
66	PAPEL CARBONO PAR ARTICULACAO DUPLA FACE (AZUL E VERMELHO) embalagem contendo 1 bloco com 12 unidades	UN	IODONTOSUL	10,00000	R\$2,5700	R\$25,7000
69	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULACAO CONFECIONADO EM VIDRO POLIDO, CANTOS ARREDONDADOS, FORMATO RETANGULAR, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE DE 10mm	UN	LM	4,00000	R\$8,1000	R\$32,4000
70	PO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO PEDRA POMES FRASCO COM 100g	FRA	IODONTOSUL	2,00000	R\$3,5400	R\$7,0800
71	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SERIE EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	UN	INJECTA	50,00000	R\$14,5000	R\$725,0000
73	POSICIONADOR RADIOGRÁFIO CONE INDICADOR ADULTO KIT COM 1 POSICIONADOR LATERAL DIREITO, 1 POSICIONADOR LATERAL ESQUERDO, 1 POSICIONADOR ANTERIOR, 3 DISPOSITIVOS PARA MORDIDA, 1 POSICIONADOR PARA INTERPROXIMAL BITE WINGS E 1 POTE PARA ESTERELIZAÇÃO	KIT	MAQUIRA	10,00000	R\$45,7700	R\$457,7000

74	POSICIONADOR RADIO-GRÁFIO CONE INDICADOR INFANTIL KIT COM 1 POSICIONADOR LATERAL DIREITO, 1 POSICIONADOR LATERAL ESQUERDO, 1 POSICIONADOR ANTERIOR, 3 DISPOSITIVOS PARA MORDIDA, 1 POSICIONADOR PARA INTERPROXIMAL BITE WINGS E 1 POTE PARA ESTERELIZAÇÃO	KIT	MAQUIRA	10,00000	R\$45,7700	R\$457,7000
78	Resina composta nanohíbrida ( microhíbrida com partículas nano) com tamanho médio das partículas de 0,5 micrômetros, para restauração de dentes anteriores e posteriores, cor D A2 seringa de 4 g.	UN	FGM,	20,00000	R\$30,6700	R\$613,4000
80	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO 25 GRAMAS	POE	ALLPLAN	40,00000	R\$9,1800	R\$367,2000
83	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL POR LUZES VISÍVEL - COR BRANCO 2MG	UN	FGM	10,00000	R\$17,7000	R\$177,0000
84	TIRA DE POLIÉSTER TAMANHO 120 x 10 x 0,5 mm EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	UN	K DENT	5,00000	R\$1,0500	R\$5,2500
86	SUGADOR DESCARTAVEL ODONTOLOGICO - C/ 40 UNIDADES	PCT	SS PLUS	100,00000	R\$4,0600	R\$406,0000
90	TRICRESOL FORMALINA - 10 ML.	UN	MAQUIRA	15,00000	R\$5,1000	R\$76,5000
104	adesivo fotopolimerizável 4ml	UN	FGM	10,00000	R\$24,9600	R\$249,6000
106	Lâmina de bisturi nº12 descartável em aço inox, afiado cirurgicamente, estéril, embalagem segura individualizada, abertura asséptica, contendo identificação, validade e lote. Caixa com 100 un	CX	SOLIDOR	4,00000	R\$25,3400	R\$101,3600
107	Lâmina de bisturi nº15 C descartável em aço inox, afiado cirurgicamente, estéril, embalagem segura individual, abertura asséptica, contendo identificação, validade e lote. Caixa com 100un	CX	SOLIDOR	5,00000	R\$25,3400	R\$126,7000
109	Fio de sutura agulhado vicryl 4.0 , 45 cm poliglactina, incolor, absorvível. Caixa com 12 unidades	CX	TECHNEW	10,00000	R\$117,0000	R\$1.170,0000
114	Cunha anatômica de madeira colorida, sortida com 100unidades	UN	IODONTOSUL	2,00000	R\$7,8700	R\$15,7400
116	FLÚOR GEL SABOR 2% - 200 ML	UN	IODONTOSUL	10,00000	R\$2,7000	R\$27,0000
121	Solução de Milton 1% 1 litro	UN	CICLO FARMA	10,00000	R\$2,5700	R\$25,7000



125	EDTA - FRASCO COM 20 ML	FRA	MAQUIRA	2,00000	R\$4,7100	R\$9,4200
126	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML SEM ROSCA	UN	PROCARE	30,00000	R\$0,2800	R\$8,4000
132	FILME RADIOGRÁFICO OCLUSAL	CX	CARESTREAM	2,00000	R\$202,5000	R\$405,0000
133	Brocas Gates de baixa Rotação 28mm nº 2	UN	INJECTA	20,00000	R\$8,1000	R\$162,0000
134	Brocas Gates de baixa Rotação 28mm nº 3	UN	INJECTA	20,00000	R\$8,1000	R\$162,0000
135	Brocas Gates de baixa Rotação 28mm nº 4	UN	INJECTA	20,00000	R\$8,1000	R\$162,0000
136	CONE DE GUTTA PERCHA B8 ACESSÓRIO	UN	INJECTA	20,00000	R\$15,9700	R\$319,4000
137	CONE DE GUTTA PERCHA 2º SÉRIE	UN	INJECTA	10,00000	R\$15,9700	R\$159,7000
138	SOLUÇÃO DE MILTON 1% - GALÃO DE 1 LITRO	UN	CICLO FARMA	10,00000	R\$2,5700	R\$25,7000
139	LUVA DE VINIL (SILICONE) TAMANHO P SEM PÓ CX C/100 PÇS	CX	TALGE	20,00000	R\$12,9000	R\$258,0000
140	LUVA DE VINIL (SILICONE) TAMANHO M SEM PÓ CX C/100 PÇS	CX	TALGE	20,00000	R\$12,9000	R\$258,0000
141	LUVA DE VINIL (SILICONE) TAMANHO GRD SEM PÓ CX C/100 PÇS	CX	TALGE	20,00000	R\$12,9000	R\$258,0000
Total do Fornecedor:						R\$18.907,7500
Total Geral dos Itens:						R\$18.907,7500

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:  
I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]	
	Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 24 de maio de 2017.

Adriano Poffo Prefeito Municipal	..... Silmes Comercio de Produtos Odontologicos Ltda-EPP

#### TESTEMUNHAS:

Rony Marcio Paul  
CPF828.868.749-53

Renato Alves de Borba  
CPF692.458.949-91

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017**

Publicação Nº 1459084

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CENTERMEDI COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 03.652.030/0001-70 neste ato representado por DOUGLAS MARTIN, Procurador, CPF 014.887.280-89
--

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 68675 - CENTERMEDI COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Aciclovir 50 mg/g, creme, bisnaga com 10 g, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	PRATI D.	250,00000	R\$2,6899	R\$672,4750
15	Azitromicina 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 15 ml, com dosador graduado, embalagem	FRA	PHARLAB	300,00000	R\$3,6900	R\$1.107,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.					
16	Benzoato de benzila 25%, emulsão tópica, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	IFAL	100,00000	R\$2,9200	R\$292,0000
24	Carbonato de Cálcio associado com vitamina D3 1250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio) + 400 UI, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos, com registro no MS como medicamento.	COMPR	BIONATUS	35.000,00000	R\$0,1749	R\$6.121,5000
27	Cetoconazol 2%, xampu, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	NATIVITA	120,00000	R\$4,4000	R\$528,0000
29	Ciprofloxacina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	BRAINFARMA	100.000,00000	R\$0,3749	R\$37.490,0000
30	CLARITROMICINA 500MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 600 COMPRIMIDOS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DE ACORDO COM A PUBLICAÇÃO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. - COMPRIMIDO	UN	EMS	1.000,00000	R\$4,1000	R\$4.100,0000
39	Dimeticona 75 mg/ml, emulsão oral-gotas, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	NATULAB	400,00000	R\$0,9000	R\$360,0000
78	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	VITAMED	25.000,00000	R\$0,0340	R\$850,0000
Total do Fornecedor:					R\$51.520,9750	
Total Geral dos Itens:					R\$51.520,9750	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057	333903202000000
2017	226	9	1	2057	333903202000000
2017	230	9	1	2057	333903202000000
2017	306	9	1	2057	333903202000000

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Douglas Martin**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017**

Publicação Nº 1459087

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, neste CNPJ 94.894.169/0001-86  
ato representado por CRISTIANO GARCIA DE FREITAS, Procurador, CPF 940.402.140-72..

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 69531 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	Betametasona dipropionato associada a betametasona fosfato dissódico 2 mg + 5 mg/ml +, suspensão injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	COSMED/HYPER	1.000,00000	R\$2,8700	R\$2.870,0000
32	Clonazepam 2 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária	COMPR	SUN	90.000,00000	R\$0,0430	R\$3.870,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	com no máximo 600 comprimidos.					
42	Doxazosina mesilato 2 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	APSEN	70.000,00000	R\$0,1180	R\$8.260,0000
63	Metronidazol 400 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	teuto	2.500,00000	R\$0,3500	R\$875,0000
66	Nortriptilina cloridrato 25 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	RANBAXY	7.000,00000	R\$0,2800	R\$1.960,0000
72	Propatilnitrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	DAICHI SANKYO	85.000,00000	R\$0,2980	R\$25.330,0000
75	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga com 30 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	NATIVITA	150,00000	R\$3,5900	R\$538,5000
97	Bamifilina 300mg, drácea, embalagem primária e secundária com no máximo 60 dráças.	COMPR	CHIESI	400,00000	R\$1,0200	R\$408,0000
Total do Fornecedor:					R\$44.111,5000	
Total Geral dos Itens:					R\$44.111,5000	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Cristiano Garcia de Freitas**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Aginaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017**

Publicação Nº 1459090

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA, neste ato CNPJ 02.520.829/0001-40 representado por JAYSON SILVEIRA DE MOURA, procurador, CPF 892.477.449-20
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 69728 - DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Aminofilina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	HIPOLABOR	35.000,00000	R\$0,0545	R\$1.907,5000
10	Ampicilina 500 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COMPR	PRATI DONADUZZI	3.000,00000	R\$0,1890	R\$567,0000
11	Atenolol 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com	COMPR	PRATI DONADUZZI	140.000,00000	R\$0,0270	R\$3.780,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	no máximo 600 comprimidos.					
13	Atenolol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	24.000,00000	R\$0,0520	R\$1.248,0000
26	Cefalexina 500 mg, acondicionado de forma unitarizada constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade.	COMPR	ABL	30.000,00000	R\$0,4200	R\$12.600,0000
36	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml maleato, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	NATULAB	250,00000	R\$1,0900	R\$272,5000
44	Fluconazol 150 mg, acondicionado de forma unitarizada constando em cada unidade de cápsula, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade.	CAP	PRATI DONADUZZI	5.000,00000	R\$0,3200	R\$1.600,0000
49	LevomEPROMAZINA 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	CRISTALIA	7.000,00000	R\$0,3200	R\$2.240,0000
50	Levonorgestrel associado a Etinilestradiol 0,15mg +0,03 mg, comprimido, em embalagem primária blister calendário com 21 comprimidos e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	MABRA	15.000,00000	R\$0,0280	R\$420,0000
79	Valproato de sódio 50 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	HIPOLABOR	300,00000	R\$2,6500	R\$795,0000
82	Verapamil cloridrato 80 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	SANVALL	10.000,00000	R\$0,0700	R\$700,0000
Total do Fornecedor:						R\$26.130,0000
Total Geral dos Itens:						R\$26.130,0000

RUA DR. GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Jayson Silveira de Moura**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017**

Publicação Nº 1459096

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (DIMACI) neste ato representado por SABRINA TEREZINHA NUNES, procuradora, CPF 047.924.009-45	CNPJ 05.531.725/0001-20
--	-------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 71285 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Alopurinol 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	15.000,00000	R\$0,1200	R\$1.800,0000
25	Carbonato de Lítio 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	ACTAVIS	38.000,00000	R\$0,1500	R\$5.700,0000
41	Dipirona sódica 500 mg/ml, solução oral	FRA	FARMACE	1.500,00000	R\$0,9700	R\$1.455,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.					
81	Varfarina 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	teuto	18.000,00000	R\$0,1050	R\$1.890,0000
Total do Fornecedor:						R\$10.845,0000
Total Geral dos Itens:						R\$10.845,0000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Sabrina Terezinha Nunes**  
Procuradora

*Testemunhas:*

*Aginaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017**

Publicação Nº 1459097

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina

**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, neste ato representado por JULIANO LACERDA, procurador, CPF 026.937.659-35	1.706.251/0001-98
---	-------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 81582 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Ácido Fólico 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	NATULAB	25.000,00000	R\$0,0390	R\$975,0000
18	Bromazepam 3 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	UNIAO QUIMICA	40.000,00000	R\$0,0650	R\$2.600,0000
20	Escopolamina	COMPR	UNIAO QUIMICA	6.000,00000	R\$0,4190	R\$2.514,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	butilbrometo 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.					
40	Dipirona sódica 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	GREENPHARMA	55.000,00000	R\$0,0640	R\$3.520,0000
69	Paracetamol 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	HIPOLABOR	60.000,00000	R\$0,0400	R\$2.400,0000
Total do Fornecedor:						R\$12.009,0000
Total Geral dos Itens:						R\$12.009,0000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
**Prefeito Municipal**

.....  
**Juliano Lacerda**  
**Procurador**

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017**

Publicação Nº 1459101

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE CARGAS DE GÁS EM BOTIJÕES PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Aos três de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o **Município de Ibirama**, inscrito no CNPJ sob n. 83.402.418/0001-37, por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n.º 44/2017, Ata de julgamento de preços, homologado pelo Exmo. Sr. Adriano Poffo, RESOLVE registrar os preços para a aquisição do objeto conforme consta no Anexo I do Edital supracitado, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

**EMPRESA**

COMPANHIA ULTRAGAZ S/A, neste ato representado por JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA -61.602.199/0232-44 Procurador – CPF 490.821.910-91
---

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto **EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE CARGAS DE GAS EM BOTIJÕES PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE**, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 44/2017, a contar após a assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 620599 - COMPANHIA ULTRAGAZ S/A						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	GÁS LIQUEFEITO DO PETRÓLEO ACONDICIONADO EM BOTIJAS DE 45 KG, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 47 DE 24/03/99 ANP, NPR 14024 DA ABNT	CARG	ULTRAGAZ	200,00000	R\$218,0000	R\$43.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$43.600,0000
Total Geral dos Itens:						R\$43.600,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8500  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, cumprindo o que estabelece o Termo de Referência – Anexo I, ao Edital que a esta deu origem. .

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratados têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

RUA DR. GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8500  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) a execução dos serviços, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8500  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pelo Município de Ibirama, nos endereços das unidades públicas deste município, estando estes, especificados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”.

9.2 - Os pedidos serão realizados, através de telefone ou por correio eletrônico, diretamente pelas Secretarias / unidades administrativas na Praça de Ibirama, em especial nas Escolas e Centros de Educação Infantil sendo que estas deverão ser feitas de imediato, nestes locais, mediante substituição dos botijões vazios de propriedade do município, nas condições usuais de mercado.

9.3 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas de entrega e quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

### **Estado de Santa Catarina**



- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme parecer contábil.

As dotações que serão utilizadas quando da aquisição dos itens propostos no edital de licitação, ressaltando que os competentes bloqueios orçamentários deverão ser efetivados antes das aquisições, conforme preconiza a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores:

Órgão: 01 - [ FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ]
Unidade: 001 - [ Manutencao das Acoes do Fdo Mun. Crianca e Adolesc ]
Órgão: 03 - [ GABINETE DO PREFEITO E VICE ]
Unidade: 001 - [ Gabinete do Prefeito e Vice ]
Órgão: 04 - [ SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS ]
Unidade: 001 - [ Departamento de Administracao ]
Unidade: 002 - [ Departamento de Financas ]
Órgão: 05 - [ SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS ]
Unidade: 001 - [ Departamento de Obras e Servicos Urbanos ]
Órgão: 06 - [ SECRETARIA DE DESENV. ECON. E MEIO-AMB. ]
Unidade: 001 - [ Departamento Agropecuario ]
Unidade: 002 - [ Departamento de Industria, Comercio e Turismo ]
Órgão: 07 - [ SECRETARIA DE EDUCACAO, CULT. ESPORTES ]
Unidade: 001 - [ Departamento de SupervisaoPedagogica ]

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8500  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



Unidade: 002 - [ Departamento de Esportes ]
Unidade: 003 - [ Departamento de Cultura ]
Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]
Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]
Órgão: 10 - [ FUNDO MUN. DE ASSIT. SOCIAL ]
Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fdo Mun. Assist. Social ]

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 03 julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
**Prefeito Municipal**

**José Vilmar de Oliveira**  
**Procurador**

### **Testemunhas:**

**Agnaldo Luis Bona**  
**753.648.839-49**

**Rony Márcio Paul**  
**826.868.749-53**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017**

Publicação Nº 1459110

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina

**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, neste ato CNPJ 67.729.178/0004-91 representado por HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO, procurador, CPF 061.648.339-22
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 81809 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
5	Alopurinol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	15.000,00000	R\$0,0450	R\$675,0000	
12	Atenolol 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	60.000,00000	R\$0,0340	R\$2.040,0000	
21	Captopril 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	38.000,00000	R\$0,0440	R\$1.672,0000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	comprimido sulcado, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos					
33	Clorpromazina 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	CRISTALIA	4.000,00000	R\$0,1990	R\$796,0000
34	Clortalidona 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	VITAMEDIC	20.000,00000	R\$0,0800	R\$1.600,0000
43	Fenobarbital sódico 40 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	CRISTALIA	60,00000	R\$2,8900	R\$173,4000
46	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml, solução injetável para uso subcutâneo, ampola de 0,25ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	AMPO	CRISTALIA	500,00000	R\$4,4500	R\$2.225,0000
62	Metronidazol 250 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	8.000,00000	R\$0,1000	R\$800,0000
64	Nistatina 100000 UI/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml, frasco com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	PRATI DONADUZZI	300,00000	R\$2,6000	R\$780,0000
70	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRA	HIPOLABOR	400,00000	R\$3,0000	R\$1.200,0000
83	Epinefrina 1 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 20 ampolas, preferencialmente unitário.	AMPO	HIPOLABOR	200,00000	R\$2,9000	R\$580,0000
89	Metilfenidato cloridrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	NOVARTIS	12.000,00000	R\$1,0999	R\$13.198,8000
90	Clonidina cloridrato 0,2 mg, comprimido, em	COMPR	BOEHRINGER	19.000,00000	R\$0,3089	R\$5.869,1000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.					
Total do Fornecedor:					R\$31.609,3000
Total Geral dos Itens:					R\$31.609,3000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Heitor de Oliveira Sampaio**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017**

Publicação Nº 1459113

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina

**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA., neste ato representado por SERGIO JOSE DOS SANTOS, procurador, CPF 620.222.889-04.	CNPJ 76.386.283/0001-13
--	-------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 88951 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA..						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
47	Pratrópio brometo associado com fenoterol bromidrato 0,040 mg + 0,100 mg/dose, aerossol oral, frasco dosificador 200 doses, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	BOEHRINGER	500,00000	R\$14,9500	R\$7.475,0000
51	Levotiroxina 75 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600	COMPR	MERCK	37.000,00000	R\$0,1860	R\$6.882,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	comprimidos.					
52	Levotiroxina 88 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	MERCK	20.000,00000	R\$0,2300	R\$4.600,0000
86	hemifumarato de bisoprolol 1,25mg, comprimido revestido, embalagem primária e secundária com no máximo 30 comprimidos	COMPR	EMS	400,00000	R\$0,9500	R\$380,0000
91	Tartarato de toltetodina, cápsulas de liberação prolongada de 4 mg em embalagens primária contendo 7 ou 30 cápsulas.	CAP	WYETH	400,00000	R\$12,0000	R\$4.800,0000
93	Fosfato de sitagliptina 50mg associado a cloridrato de metformina 1000mg, comprimidos revestidos de liberação prolongada em embalagem primária e secundária contendo no máximo 60 comprimidos	COMPR	SUPERA	400,00000	R\$3,3500	R\$1.340,0000
96	Ácido Acetilsalicílico tamponado 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COMPR	EMS	400,00000	R\$0,6600	R\$264,0000
99	Brometo de tiotropio 2,5 mcg/dose, solução p/ inalação frasco com 4mL correspondentes a 60 doses. Acompanhado de inalador.	FRA	BOEHRINGER	50,00000	R\$270,0000	R\$13.500,0000
100	Vildagliptina 50 mg associada com cloridrato de metformina 1000mg, comprimido, embalagem primária e secundária com no máximo 56 comprimidos	COMPR	NOVARTIS	800,00000	R\$3,3000	R\$2.640,0000
101	Paroxetina 12,5mg, comprimidos de liberação prolongada, embalagem primária e secundária contendo no máximo 30 comprimidos.	COMPR	GLAXO	400,00000	R\$2,2590	R\$903,6000
102	Insulina, glargina 100 ui/ml, injetável subcutânea, frasco com 10 ml, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 6 frascos.	FRA	SANOFI	80,00000	R\$370,0000	R\$29.600,0000
105	Insulina humana derivada de ácido ribonucleico recombinante (ADN), solução aquosa contendo 100-U (cem	REF	ELI LILLY	400,00000	R\$67,0000	R\$26.800,0000

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

unidades) por ml, embalagem contendo 2 refis de vidro tipo I com 3 mL de suspensão, para uso em canetas compatíveis para administração de insulina."					
Total do Fornecedor:					R\$99.184,6000
Total Geral dos Itens:					R\$99.184,6000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Sérgio Jose dos Santos**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017**

Publicação Nº 1459115

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, neste ato representado por TATIANI GONÇALVES HIDELEBRANDO, procuradora, CPF 003.335.799-41	CNPJ 12.889.035/0001-02
--	-------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 88960 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Acebrofilina 5 mg/ml, xarope infantil, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRA	PRATI DONADUZZI	150,00000	R\$2,7500	R\$412,5000
2	Aciclovir 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	CIMED	5.000,00000	R\$0,2550	R\$1.275,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

9	Amoxicilina 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	PRATI DONADUZZI	1.500,00000	R\$3,7390	R\$5.608,5000
38	Digoxina 0,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PHARLAB	23.000,00000	R\$0,0430	R\$989,0000
54	Loratadina 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	CIMED	15.000,00000	R\$0,0449	R\$673,5000
56	Metformina cloridrato 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	PRATI DONADUZZI	130.000,00000	R\$0,0650	R\$8.450,0000
68	Óxido de Zinco associado com retinol e colecalciferol 150 mg + 5000 UI + 900 UI/g, pomada, bisnaga 45 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	CIMED	600,00000	R\$2,8390	R\$1.703,4000
Total do Fornecedor:					R\$19.111,9000	
Total Geral dos Itens:					R\$19.111,9000	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	
2017	226	9	1	2057333903202000000	
2017	230	9	1	2057333903202000000	
2017	306	9	1	2057333903202000000	

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Tatiane Gonçalves Hildebrando**  
Procuradora

*Testemunhas:*

*Aginaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017**

Publicação Nº 1459116

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 11/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de combustíveis, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato CNPJ 00.802.002/0001-02 representado por DOUGLAS BECKER PISKE, procurador, CPF 066.129.249-50
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 610178 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
7	Alprazolam 1 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	E.M.S	23.000,00000	R\$0,1005	R\$2.311,5000	
28	Cetoconazol 20 mg/g, creme tópico, bisnaga com	BISN	SOBRAL	800,00000	R\$1,5850	R\$1.268,0000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	20 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.					
35	Dexametasona 4 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 200 comprimidos.	COMPR	teuto	2.000,00000	R\$0,1790	R\$358,0000
37	Diclofenaco Sódico 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 3 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	FARMACE	150,00000	R\$0,5155	R\$77,3250
45	Flunarizina dicloridrato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	NEOQUIMICA-BRAINFARMA	10.000,00000	R\$0,0732	R\$732,0000
53	Lidocaína cloridrato 2%, geleia, bisnaga com 20 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	HIPOLABOR	200,00000	R\$1,8041	R\$360,8200
55	Medroxiprogesterona acetato 150 mg, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou em 50 ampolas.	AMPO	UNIAO QUIMICA	500,00000	R\$10,4500	R\$5.225,0000
57	Metildopa 250 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	Sanval	20.000,00000	R\$0,2390	R\$4.780,0000
58	Metildopa 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	Sanval	25.000,00000	R\$0,4700	R\$11.750,0000
59	Metoclopramida cloridrato 4 mg/ml, solução oral, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	MARIOL	250,00000	R\$0,5360	R\$134,0000
61	Metronidazol 100 mg/g, geleia vaginal, bisnaga com 40 g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	teuto	300,00000	R\$3,7400	R\$1.122,0000
65	Noretisterona enantato associada com estradiol valerato 50 mg + 5 mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	CIFARMA-MABRA	3.000,00000	R\$6,7900	R\$20.370,0000
67	Omeprazol 20 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	CAP	PHARLAB	250.000,00000	R\$0,0500	R\$12.500,0000
71	Prednisona, 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	NEOQUIMICA-	15.000,00000	R\$0,1894	R\$2.841,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	acondicionado de forma unitarizada constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade.		BRAINFARMA			
74	Soro fisiológico, cloreto de sódio 0,9%, solução, frasco 100ml, em embalagem primária tipo garrafa em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRA	Farmax-Amaral	150.000,00000	R\$1,1237	R\$168.555,0000
76	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 40 mg + 8 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	teuto	200,00000	R\$1,6800	R\$336,0000
77	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COMPR	teuto	10.000,00000	R\$0,0841	R\$841,0000
84	Escopolamina butilbrometo 20 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	teuto	100,00000	R\$0,9400	R\$94,0000
85	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	teuto	100,00000	R\$0,4500	R\$45,0000
87	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 2ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM CARTUCHO COM NO MÁXIMO 50 AMPOLAS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, DE ACORDO COM A PUBLICAÇÃO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	AMPO	HIPOLABOR	400,00000	R\$1,8041	R\$721,6400
94	Nitrazepan 5mg comprimidos, em embalagem primária e secundária contendo no máximo 60 comprimidos.	COMPR	GERMED	400,00000	R\$0,6970	R\$278,8000
Total do Fornecedor:					R\$234.701,0850	
Total Geral dos Itens:					R\$234.701,0850	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento
2017	225	9	1	2057333903202000000	2057333903202000000
2017	226	9	1	2057333903202000000	2057333903202000000
2017	230	9	1	2057333903202000000	2057333903202000000
2017	306	9	1	2057333903202000000	2057333903202000000

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

Ibirama /SC, 28 de junho de 2017.

.....  
**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

.....  
**Douglas Becker Piske**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017**

Publicação Nº 1459063

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>METROMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.,</b> neste ato representado por <b>ROBSON TACIANO DA SILVA</b>	CNPJ83.157.032/0001-22
--	------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 66664 - METROMED COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 7,0, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK,	UN	DESCARPACK	4.000,00000	R\$0,0600	R\$240,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.					
2	ALCOOL GEL 70% - 1000 GR	FRA	CINORD	40,00000	R\$8,0600	R\$322,4000
5	ESFIGMOMANÔMETRO UNIMEDIDOR DE PRESSÃO CLÍNICO PARA BRAÇO ADULTO BRAÇADEIRA ANTIALÉRGICA, FECHO VELCRO, FORMATO ERGONÔMICO; VÁLVULA DE DEFLAÇÃO RÁPIDA.	UN	ACCUMED	30,00000	R\$60,2200	R\$1.806,6000
6	CLOREXIDINA 2% UN DEGERMANTE 1LT	UN	RIOQUIMICA	20,00000	R\$12,8200	R\$256,4000
11	LÂMINA BISTURI Nº 15, CX DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, AFIADO CIRURGICAMENTE, ESTÉRIL; EMBALAGEM SEGURA E INDIVIDUALIZADA; ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	MAXICOR	20,00000	R\$20,3500	R\$407,0000
12	CLOREXIDINA 2% UN SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO COM CAPACIDADE DE 1.000ML, CONTENDO DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE	UN	RIOQUIMICA	15,00000	R\$12,8200	R\$192,3000
17	ÓLEO CICATRIZANTE PARA FERIDAS ABERTAS COMPOSTO POR: ÁCIDO LINOLÉICO, ÁCIDO CAPRÍLICO E ÁCIDO CAPRÍCO, VITAMINAS A, E e LECITINA DE	FRA	DERMAEX	400,00000	R\$2,3000	R\$920,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	SOJA. COMPOSTOS DE HIDROGÊNIO, CARBONO E OXIGÊNIO - FRASCO COM 100 ML.					
21	PAPEL CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 150MM X 100M.	ROLO	PACK GC	50,00000	R\$42,9000	R\$2.145,0000
30	SONDA ASPIRACAO UN TRAQEAL NR 12	UN	BIOSANI	3.000,00000	R\$0,4500	R\$1.350,0000
32	SONDA DE FOLEY 02 UN VIAS NR 12	UN	SOLIDOR	30,00000	R\$2,4900	R\$74,7000
33	SONDA DE FOLEY 02 UN VIAS NR 14	UN	SOLIDOR	60,00000	R\$2,5200	R\$151,2000
36	SONDA DE FOLEY 2 UN VIAS NR 20	UN	CIRUFOLLEY	200,00000	R\$2,9700	R\$594,0000
39	VASELINA LÍQUIDA CONCENTRADA, TERMORESISTENTE, LÍMPIDA, INCOLOR, NÃO FLUORESCENTE, INODORA E INSÍPIDA; ISENTA DE IMPUREZAS; FRASCO COM 1000 ML, RESISTENTE, SEGURO E DE FÁCIL MANUSEIO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	FRA	CINORD	10,00000	R\$18,8400	R\$188,4000
40	PAPEL CREPADO 30X30, CAIXA COM 500 UNIDADES	CX	HOSPFLEX	80,00000	R\$49,9900	R\$3.999,2000
41	SONDA NASOGASTRICA CURTA 6	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,4200	R\$21,0000
42	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 08	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,4300	R\$21,5000
43	ESPÉCULO DESCARTÁVEL, CONTORNOS LISOS E REGULARES SEM REENTRÂNCIAS E/OU PROTUBERÂNCIAS, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO	UN	KOLPLAST	2.000,00000	R\$0,6700	R\$1.340,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	CRISTAL, TAMANHO P					
44	ESPÉCULO VAGINAL UN NÃO LUBRIFICADO N.º 03 - "G"	UN	CRAL	2.000,00000	R\$0,7800	R\$1.560,0000
50	CATETER NASAL Nº 6, UN DESCARTÁVEL, PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO EM NARINAS DE MATERIAL MACIO E MALEÁVEL, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA NO FLUXO DE O2. DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO E REGULAGEM DO CATETER MACIO E CONFORTÁVEL, PONTO DISTAL COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO. TODO CONJUNTO DEVE SER RESISTENTE, SEGURO E DE FÁCIL MANUSEIO. EMBALAGEM SEGURA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	UN	BIOSANI	100,00000	R\$0,4600	R\$46,0000
51	CATETER NASAL Nº 8, UN DESCARTÁVEL, PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO EM NARINAS DE MATERIAL MACIO E MALEÁVEL, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA NO FLUXO DE O2. DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO E REGULAGEM DO CATETER MACIO E CONFORTÁVEL, PONTO DISTAL COM DISPOSITIVO PARA ADAPTAÇÃO DE INTERMEDIÁRIO. TODO CONJUNTO DEVE SER RESISTENTE, SEGURO E DE FÁCIL MANUSEIO. EMBALAGEM SEGURA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	UN	BIOSANI	100,00000	R\$0,4600	R\$46,0000
52	CLOREXIDINA SOLUÇÃO	4% FRA	RIOQUIMICA	40,00000	R\$20,1500	R\$806,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	DEGERMANTE, COM FRASCO DE CAPACIDADE DE 1.000ML, CONTENDO DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE					
61	TUBO PARA UN ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL Nº 6,0		SOLIDOR	12,00000	R\$2,9200	R\$35,0400
62	TUBO PARA UN ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL Nº 7,0		SOLIDOR	12,00000	R\$2,9200	R\$35,0400
63	TUBO PARA UN ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL Nº 8,0		SOLIDOR	12,00000	R\$2,9200	R\$35,0400
72	ABOCATH Nº 16, UN ESTÉRIL, TEFLON RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)		SOLIDOR	750,00000	R\$0,6900	R\$517,5000
74	Lancetas caixa com 100 unidades	UN	G-TECH	100,00000	R\$6,7300	R\$673,0000
75	ESPÁTULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) TOTALMENTE PLANA, SEM IRREGULARIDADES NA SUPERFÍCIE, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ATÓXICA, INODORA E RESISTENTE; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 14 cm. E LARGURA 1,5 cm. EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE À UMIDADE, CONTENDO DATA DE FABRIC. VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	THEOTO	100,00000	R\$2,8400	R\$284,0000
76	AGULHA DESCARTÁVEL 40 x 12, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE,	UN	DESCARPACK	3.000,00000	R\$0,0700	R\$210,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.					
79	ALCOOL ETÍLICO FRASCO LÍQUIDO 70%, FRASCO DE 1000 ML, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES INANIMADAS, ANTI-SEPSIA DA PELE EM PROCEDIMENTOS DE MÉDIO E BAIXO RISCO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1.000 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	FRA	TUPI	1.500,00000	R\$4,3700	R\$6.555,0000
86	COMPRESSA DE GAZE PCT 7,5 X 7,5: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, 15 CM X 30 CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 X 7,5 CM QUANDO DOBRADA, 500 G POR PACOTE NO MÍNIMO COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES, ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTES COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM	PCT	MDA	6.500,00000	R\$13,5500	R\$88.075,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	TÉCNICA ASSÉPTICA, ABNT NBR 13843 E POSSUIR REGISTRO MS E RDC 59.					
89	EQUIPO P/INFUSÃO UN POR GRAVIDADE, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, RESPIRO DE AR COM FILTRO 0,2 MICRONS, TUBO FLEXÍVEL, TRANSPARENTE 1,5M REGULADOR DE FLUXO DE PRECISÃO CONECTOR LUER SLIP	UN	CIRUSET	3.000,00000	R\$0,8200	R\$2.460,0000
94	FIXADOR CITOLOGICO FRA SPRAY 100ML	FRA	VAGISPEC	40,00000	R\$5,7900	R\$231,6000
95	FRASCO P/ NUTRIÇÃO UN ENTERAL 300 ML	UN	EQUIPLEX	10,00000	R\$0,7500	R\$7,5000
101	OLEO CICATRIZANTE FRA PARA FERIDAS ABERTAS COMPOSTO POR: ACIDO LINOLÉICO, ACIDO CAPRÍLICO E ACIDO CAPRICO, VITAMINAS A, E e LECITINA DE SOJA. COMPOSTOS DE HIDROGÊNIO, CARBONO E OXIGÊNIO. FRASCO COM 200 ML.	FRA	DERMAEX	500,00000	R\$3,9000	R\$1.950,0000
105	POLIFIX CONEXÃO UN COM 2 VIAS	UN	VITALGOLD	800,00000	R\$0,6800	R\$544,0000
106	SONDA ASPIRACÃO UN TRAQUEAL NR 14	UN	BIOSANI	5.000,00000	R\$0,4700	R\$2.350,0000
109	SONDA URETRAL DE UN ALÍVIO Nº 6	UN	BIOSANI	2.000,00000	R\$0,4200	R\$840,0000
111	SONDA URETRAL DE UN ALÍVIO Nº 12	UN	BIOSANI	1.500,00000	R\$0,4600	R\$690,0000
113	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 06	UN	BIOSANI	100,00000	R\$0,5200	R\$52,0000
114	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA 08	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,5700	R\$28,5000
115	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NR 10	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,4600	R\$23,0000
116	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA NR 16	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,5100	R\$25,5000
119	SORO GLICOSADO - UNI FRASCO DE 500 ML, SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% , CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MS.	UNI	EQUIPLEX	240,00000	R\$2,8400	R\$681,6000
124	PINÇA ANATÔMICA UN DENTE DE RATO 14	UN	RICHARDS	100,00000	R\$6,1900	R\$619,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	CM EM AÇO INOX					
125	BANDEJA DE INOX 24 X 18 X 1,5 CM	UN	FAMITA	10,00000	R\$29,2000	R\$292,0000
126	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 12	UN	BIOSANI	100,00000	R\$0,4700	R\$47,0000
127	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 14	UN	BIOSANI	100,00000	R\$0,4900	R\$49,0000
128	ABOCATH N° 14, ESTÉRIL, TEFLON, RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)	UN	SOLIDOR	500,00000	R\$0,6500	R\$325,0000
130	SCALP Nº 19	UNI	SOLIDOR	300,00000	R\$0,1700	R\$51,0000
136	FRALDA DESCARTÁVEL PARA ADULTO, TAMANHO P, COMPOSTA DE: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, ELASTANO, COBERTURA INTERNA DE POLIPROPILENO E GEL SUPERABSORVENTE.	UN	DESCARPACK	1.001,00000	R\$0,7500	R\$750,7500
139	PRESERVATIVO LUBRIFICADO TESTADO ELETRONICAMENTE, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO CX C / 144 UNIDADES	CX	MADEITEX	100,00000	R\$25,0000	R\$2.500,0000
140	AGULHA DESCARTÁVEL 13 x 4,5, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA,	UN	DESCARPACK	6.000,00000	R\$0,0600	R\$360,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.					
142	AGULHA DESCARTÁVEL 30 x 7,0, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.	UN	DESCARPACK	500,00000	R\$0,0600	R\$30,0000
160	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA U-100, COM AGULHA ACOPLAD A DE 8 x 0,30 mm ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. BICO COM ADAPTAÇÃO SEGURA. CILINDRO RESISTENTE TRANSPARENTE COM ANEL DE RETENÇÃO SEGURO. ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM 1 UN. E NUMERADA NO MÁXIMO DE 5 EM 5 UM, QUE PROPORCIONE DOSAGEM PRECISA SEM DISPERDÍCIO. ÊMBOLO RESISTENTE COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO	UN	VACUPLAST	40.000,00000	R\$0,2550	R\$10.200,0000

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	PRODUTO, LOTE E VALIDADE.					
172	COLETOR DE URINA UN SISTEMA FECHADO, ESTERIL, DESCARTAVEL, FLEXIVEL, COM DUPLA FACE, SENDO A ANTERIOR TRANSPARENTE E A POSTERIOR BRANCA, CAPACIDADE PARA 2000 ML GRADUADA EM ESCALA PARA LEITURA DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES, CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA, TUBO EXTENSOR DE PVC, COM NO MINIMO 01 METRO DE COMP. TRANSPARENTE, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO, TIRA PARA TRANSPORTE, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, FILTRO HIDROFOTO/BACTERIOLOGICO, VALVULA ANTI-REFLUXO, TUBO DE ESVAZIAMENTO (SAIDA) COM PINÇA OU CLAMP, PONTO DE COLETA PARA AMOSTRA, EMBALAGEM UNITARIA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA VAL/FAB., LOTE E REGISTRO NO M.S	UN	PHARMATEX	300,00000	R\$2,6600	R\$798,0000
175	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS	UN	CLEAN UP	25,00000	R\$4,2100	R\$105,2500

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICRORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPÃO MARROM PERFORADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO, QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS					
177	LÂMINA BISTURI Nº 11, CX DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, AFIADO CIRURGICAMENTE, ESTÉRIL; EMBALAGEM SEGURA E INDIVIDUALIZADA; ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	MAXICOR	20,00000	R\$20,3500	R\$407,0000
179	POMADA SAFGEL - GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA NUM EXCIPIENTE AQUOSO, TRANSPARENTE E	Tub	CASEX	100,00000	R\$44,0000	R\$4.400,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	VISCOSO- EMBALAGEM DE 85G.					
180	SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO- DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS - 1000 ML	FRA	CINORD	400,00000	R\$7,4300	R\$2.972,0000
183	SONDA NASOGASTRICA CURTA NR 18	UN	BIOSANI	50,00000	R\$0,5600	R\$28,0000
207	TESOURA CIRURGICA RETA 15CM	UN	RICHARDS	10,00000	R\$11,4000	R\$114,0000
211	CUBA REDONDA INOX 10 X 5CM	UN	FAMITA	10,00000	R\$11,9900	R\$119,9000
Total do Fornecedor:						R\$146.958,9200
Total Geral dos Itens:						R\$146.958,9200

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:  
I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**Robson Taciano da Silva**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Aginaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017**

Publicação Nº 1459067

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.,</b> neste ato representado por <b>DEISE EVANI PEREIRA WANDALL</b> – Sócia. CPF 775.898-829-68	CNPJ 03.033.589/0001-12
--	-------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 67571 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
14	AVENTAL DESCARTAVEL PARA PACIENTE MANGA LONGA	UN	ANADONA	200,00000	R\$1,2500	R\$250,0000	
55	PORTA ALGODÃO COM MOLA-INOX MEDIDAS APROXIMADAS 8 X 8 CM	UN	FAMI	10,00000	R\$38,6500	R\$386,5000	
56	ESTETOSCÓPIO COM RECEPTOR DUPLO.	UN	PREMIUM	30,00000	R\$15,0000	R\$450,0000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	CAMPÂNULA DIAFRAGMA HIPOALERGÊNICO COM OLIVAS SUBSTITUÍVEIS, HASTE EM METAL, SELAMENTO ACÚSTICO EM VEDAÇÃO. DIÂMETRO APROXIMADO DO RECEPTOR 20MM - CAMPÂNULA E 35MM - DIAFRAGMA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA HASTE: 180X120MM	E				
69	MÁSCARA PARA AMBÚ- DE SILICONE ADULTO	UN	MD	10,00000	R\$29,6500	R\$296,5000
88	CURATIVO PARA ACX PELE POS COLETA DE SANGUE - CURATIVO ABSORVENTE ADESIVO HIPO- ALERGICO. TAM. 2,2 CM X 2,2 - (QUADRADO OU REDONDO). APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 500 UNIDADES	ACX	CIEX	50,00000	R\$10,9300	R\$546,5000
100	MICROPORE - FITA HIPOALERGÊNICA INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS, POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 2,5CM X 10M.	FI	MISSNER	300,00000	R\$1,8900	R\$567,0000
132	CURATIVO ESTERIL (STOPPER) CX C/ 500 UND	CX	CIEX	10,00000	R\$10,9500	R\$109,5000
147	TUBO DE LÁTEX PARA USO INTERMEDIÁRIO DE OXIGENAÇÃO, GROSSO E SILICONADO, DIÂMETRO EXTERNO DE 11,5 mm E INTERNO DE 8 mm, CONFECCIONADO EM LÁTEX FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, RESISTENTE, COR NATURAL, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS, RESISTENTES AOS PROCESSOS USUAIS DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO POR MEIO DE AUTOCLAVE; ISENTO DE EMENDAS EM SUAS	PCT	KINNER	10,00000	R\$5,9500	R\$59,5000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ESPESSURAS EMBALAGEM PACOTE COM 15 METROS.					
148	LUVA ESTERILIZADA TAMANHO 6,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS; TAMANHO 6,0. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UN	MAXITEX	30,00000	R\$0,9200	R\$27,6000
149	LUVA ESTERILIZADA TAMANHO 6,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS; TAMANHO 6,5. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UN	MAXITEX	200,00000	R\$0,9200	R\$184,0000
150	LUVA ESTERILIZADA TAMANHO 7,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,0. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UN	MAXITEX	300,00000	R\$0,9200	R\$276,0000
151	LUVA ESTERILIZADA TAMANHO 7,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,5. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UN	MAXITEX	1.200,00000	R\$0,9200	R\$1.104,0000
152	LUVA ESTERILIZADA TAMANHO 7,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,5. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UN	MAXITEX	600,00000	R\$0,9200	R\$552,0000

RUA DR. GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	TAMANHO 8,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,0. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.				
153	LUVA ESTERILUN TAMANHO 8,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,5. - EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXITEX	50,00000	R\$0,9200	R\$46,0000
154	LUVA DECX PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA PEQUENO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	NUGARD	150,00000	R\$13,8000	R\$2.070,0000
155	LUVA DECX PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE	NUGARD	1.000,00000	R\$13,1900	R\$13.190,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES					
156	LUVA DECAIXA PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	DECAIXA	NUGARD	500,00000	R\$13,2500	R\$6.625,0000
157	LUVA DECAIXA PROCEDIMENTO TAMANHO GRANDE, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALÉRGICA, RESISTENTE, FORMA AMBIDESTRA; LUBRIFICANTE BIOABSORVÍVEL, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE ABERTURA PICOTADA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	DECAIXA	NUGARD	400,00000	R\$13,9000	R\$5.560,0000
158	MASCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL, ATÓXICO 100% POLIPROPILENO, NÃO ESTÉRIL, ANTIALÉRGICA, C/ RETENÇÃO BACTERIOLÓGICA, TRIPLA CAMADA, BRANCA, TAMANHO ÚNICO, REGISTRO NA ANVISA. CAIXA 50 UNIDADES	CX	OLIMED	30,00000	R\$4,5900	R\$137,7000
162	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 01	UN	MADEITEX	50,00000	R\$1,3400	R\$67,0000
163	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 02	UN	MADEITEX	50,00000	R\$1,5300	R\$76,5000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

164	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 03	UN	MADEITEX	50,00000	R\$1,7200	R\$86,0000
Total do Fornecedor:						R\$32.667,3000
Total Geral dos Itens:						R\$32.667,3000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

***Prefeitura Municipal de Ibirama***  
*Estado de Santa Catarina*



***Fundo Municipal de Saúde de Ibirama***

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
**Prefeito Municipal**

**Deise Evani Pereira Wandall**  
**Sócia**

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
*753.648.839-49*

*Rony Márcio Paul*  
*826.868.749-53*

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017**

Publicação Nº 1459069

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>PROHOSPITAL SUL LTDA</b> , neste ato representado por CARLOS CNPJ 05.077.346/0001-01 ANDRE DOS SANTOS –Sócio – CPF 004.584.799-18
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 69264 - PROHOSPITAL SUL LTDA							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
8	FIO DE NYLON 3-0 CX AGULHA MONOFILAMENTO PRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, CAIXAS COM 24 UNIDADES	3-0CX 3	SUPERMEDY	40,00000	R\$25,0000	R\$1.000,0000	
37	SONDA ALIM. UN ENTERAL C/ GUIA 12 FR 120 CM ADULTO	UN	SOLUMED	40,00000	R\$9,4000	R\$376,0000	
67	LIXEIRA COM PEDAL UN INOX 100 LITROS	UN	ARTINOX	3,00000	R\$650,0000	R\$1.950,0000	
77	AGULHA	UN	LABORIMPORT	8.000,00000	R\$0,0670	R\$536,0000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	DESCARTÁVEL 20 x 5,5, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.					
78	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 6,0, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE.	UN	LABORIMPORT	5.000,00000	R\$0,0670	R\$335,0000
81	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML BICO RETO	UN	J.PROLAB	20,00000	R\$2,6000	R\$52,0000
82	ALMOTOLIA ESCURA 500ML BICO RETO	UN	J.PROLAB	10,00000	R\$2,6000	R\$26,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

83	MANTA TERMICA ALUMINIZADA 2,10 X 1,40 CM - ADULTO	UN	ORTOFEX	60,00000	R\$5,0000	R\$300,0000
85	COLETOR PERFUROCORTANTE 13LT	UN	DESCARPACK	200,00000	R\$3,1500	R\$630,0000
87	CURATIVO AUTO ADESIVO, COMPOSTO POR UM FILME PLÁSTICO COM IMPRESSÃO MARROM, EM UMA DAS SUPERFÍCIES RECEBE UM ADESIVO ACRÍLICO SENSÍVEL À PRESSÃO. POSSUI UMA ALMOFADA ABSORVENTE, IMPREGNADA COM BACTERICIDA. A SUPERFÍCIE, INCLUINDO A ALMOFADA, PROTEGIDA EM SUA TOTALIDADE POR DUAS LÂMINAS DE PAPEL ANTI-ADERENTE, 76x19mm.CAIXA COM 35 UNIDADES.	CX	CREMER	20,00000	R\$3,0000	R\$60,0000
90	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, 10 cm x 4,5 m., RESISTENTE, ATÓXICO, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, DE FÁCIL MANUSEIO, ALTO PODER DE ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE SEGURA. ROLO COM CAPA PROTETORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	ROLO	MISSNER	120,00000	R\$5,0000	R\$600,0000
91	FIO DE NYLON 4-0 AGULHA 2,5 MONOFILAMENTO PRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, CAIXAS COM 24 UNIDADES	CX	SUPERMEDY	30,00000	R\$25,0000	R\$750,0000
92	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 C/ AG. 2,5 CM - CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, MONOFILAMENTO PRETO - ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	CX	SUPERMEDY	20,00000	R\$25,0000	R\$500,0000
93	FIO DE SUTURACX	CX	SUPERMEDY	20,00000	R\$25,0000	R\$500,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	NYLON 6.0 C/ AG. 2,5 CM - CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, MONOFILAMENTO PRETO - ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.					
98	LÂMINA BISTURI Nº 10, DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, AFIADO CIRURGICAMENTE, ESTÉRIL; EMBALAGEM SEGURA E INDIVIDUALIZADA; ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	LABORIMPORT	10,00000	R\$21,0000	R\$210,0000
99	MICROPORE - FITA HIPOALERGÊNICA INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS, POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE A PELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 5,0 X 10.	ROLO	MISSNER	600,00000	R\$2,7300	R\$1.638,0000
131	SCALP Nº 21	UN	LABORIMPORT	350,00000	R\$0,1700	R\$59,5000
134	LUVA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE TAMANHO PEQUENO, CONFECCIONADA EM VINIL COM AMIDO, ANTIALÉRGICA INDICADA PARA A PREPARAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (50 PARES)	CX	DESCARPACK	400,00000	R\$11,8000	R\$4.720,0000
141	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 8, ESTÉRIL, CÂNULA DE AÇO INOX, RETA SILICONIZADA, COM PROTETOR BISEL CURTO, TRIFACETADO E AFIADO PERMITINDO PENETRAÇÃO SUAVE, UNIFORME E PRECISA. CANHÃO TRANSLÚCIDO, CONE FÊMEA LUER LOK, ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. TODO	CX	LABORIMPORT	30,00000	R\$0,0690	R\$2,0700

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	SISTEMA DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. OFERECER TOTAL SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, MANUSEIO FÁCIL E SEGURO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, SEGURA, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE, CAIXA C/ 100 UNIDADES.					
167	ATADURA DE CREPON, 13 FIOS CM², MEDINDO 20 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 42,8 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS.	UN	CREMER	4.000,00000	R\$0,6800	R\$2.720,0000
168	ATADURA DE CREPON, 13 FIOS CM², MEDINDO 15 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO	UN	CREMER	6.000,00000	R\$0,5500	R\$3.300,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000

FONE: 47 3357 8523

CNPJ: 83.102.418/0001-37

[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	MASSA POR UNIDADE DE 32,7 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS.					
169	ATADURA DE CREPON, 13 FIOS CM², MEDINDO 12 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 26GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE	JUN	CREMER	7.000,00000	R\$0,4400	R\$3.080,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS.					
170	ATADURA DE CREPON, UN 13 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 21,8 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS.	UN	CREMER	4.000,00000	R\$0,3800	R\$1.520,0000
173	CAMPO OPERATORIO PCT MEDINDO 45 CM X 50 CM, ELABORADO A PARTIR DE TECIDO HIDROFILO 100% ALGODÃO, EM QUATRO CAMADAS DE GAZE TIPO TELA, FIXADAS ENTRE SI, COM AS BORDAS EMBAINHADAS TIPO "OVER LOK", ALVEJADAS (INSETOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO), COM DISPOSITIVO	PCT	CREMER	200,00000	R\$44,0000	R\$8.800,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	PARA FIXAÇÃO, NA FORMA DE ALÇA, FIRMEMENTE UNIDO AO SEU CORPO. SEU TECIDO É NEUTRO, MACIO E ALTAMENTE ABSORVENTE E SEU EXCLUSIVO PROCESSO DE FABRICAÇÃO, NÃO PERMITE QUE UMA CAMADA DESLISE SOBRE A OUTRA. SUAS COSTURAS NAS BORDAS EVITAM O DESFIAMENTO. COM ELEMENTO RADIOPACO, QUE É UM MATERIAL INÓCO, IMPREGNADO COM NO MÍNIMO 55% DE SULFATO DE BARIO, QUE APRESENTA RADIOPACIDADE AO RAIO X. O PRODUTO É COMERCIALIZADO NÃO ESTERIL E DEVE SER ESTERILIZADO POR VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA. PACOTE COM 50 UNIDADES. O PRODUTO É COMERCIALIZADO NÃO ESTÉRIL E DEVE SER ESTERELIZADO.					
178	AVENTAL DESCARTÁVEL PARA PACIENTE SEM MANGA	UN	CLEAN	200,00000	R\$0,8000	R\$160,0000
181	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 04	UN	WALTEX	50,00000	R\$45,0000	R\$2.250,0000
184	PAPEL KRAFT GRAMATURA 80 ALTURA 60 CM, BOBINA COM 13 KG	ROLO	KLABIN	30,00000	R\$25,0000	R\$750,0000
185	OTOSCÓPIO CONVENCIONAL LÂMPADA 2.5V DE ALTA QUALIDADE DE ILUMINAÇÃO CONEXÃO PARA OTOSCOPIA PNEUMÁTICA LENTE GIRATÓRIA COM AUMENTO DE 4 VEZES CONTROLE DE INTENSIDADE DA LUZ E LIGA/DESLIGA ESPÉCULOS DE OUVIDO AUTOCLAVÁVEIS - CABO EM METAL RECARTEILHADO, MELHOR ERGONOMIA E SEGURANÇA	UN	MIKATOS	8,00000	R\$210,0000	R\$1.680,0000

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ACOMPANHA PRÁTICO ESTOJO COM COMPARTIMENTOS TRANSMISSÃO DA LUZ DE FORMA DIRETA.					
186	OCULOS DE UN PROTECAO EM		SUPERMEDY	10,00000	R\$3,0000	R\$30,0000
189	SCALP Nº 23	UN	LABORIMPORT	3.000,00000	R\$0,1900	R\$570,0000
191	LENÇOL DESCARTAVEL 0,90 X 2,20 C/ ELASTICO	UN	CLEAN	1.000,00000	R\$0,9000	R\$900,0000
193	BACIA EM INOX, UN MEDINDO 35 CM COM CAPACIDADE PARA 4,5 LITROS	UN	INCI	5,00000	R\$35,0000	R\$175,0000
195	COLETOR DE UN MATERIAL PERFURO		DESCARBOX	300,00000	R\$4,6100	R\$1.383,0000
206	CORTANTE 20LT					
206	TESOURA IRIS RETA UN 9CM	UN	RICHARDS	50,00000	R\$9,9000	R\$495,0000
212	FIODE SUTURACX NYLON 2.0 C/ AG. 2,5 CM - CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, MONOFILAMENTO PRETO - ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.		SUPERMEDY	30,00000	R\$25,0000	R\$750,0000
Total do Fornecedor:					R\$42.807,5700	
Total Geral dos Itens:					R\$42.807,5700	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:  
I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**Carlos André dos Santos**  
Sócio

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2017**

Publicação Nº 1459072

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, neste ato CNPJ 03.505.263/0001-40 representado por MARCOS ANTONIO LOBO – Procurador. CPF 043.585.139-085.
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 82511 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
18	PAPEL CIRÚRGICO BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EMPAPEL, GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO	ROLO	HOSPFLEX	50,00000	R\$34,2400	R\$1.712,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 120MM X 100M.					
19	PAPEL CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRO-ORGANISMO, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 100MM X 100M.	ROLO	HOSPFLEX	50,00000	R\$28,8700	R\$1.443,5000
20	PAPEL CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 50MM X 100M.	ROLO	HOSPFLEX	50,00000	R\$15,0100	R\$750,5000
84	ESCOVA CERVICAL, UNID. ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, CORDÃO EM NYLON, MACIA E RESISTENTE; CABO RESISTENTE; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 17 cm. EMBALAGEM	UN	KOLPLAST	2.000,00000	R\$0,1600	R\$320,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	INDIVIDUAL E SEGURO COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.					
96	HIPOCLORITO SÓDIO 1% 1000 ML	DEFRA	DGL	10,00000	R\$3,5100	R\$35,1000
104	EQUIPO MACROUN GOTAS COM RESPIRO E SÍTIO DE INSERÇÃO DE AGULHA DO EXTENSOR (TUBO)		LABORIMPORT	2.000,00000	R\$0,8300	R\$1.660,0000
199	MICROPOROS - FITA UN HIPOALERGÊNICA INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS, POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE APELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 10 X 10.		MISSNER	500,00000	R\$4,4300	R\$2.215,0000
Total do Fornecedor:						R\$8.136,1000
Total Geral dos Itens:						R\$8.136,1000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**Marcos Antônio Lobo**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017**

Publicação Nº 1459073

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSP. LTDA</b> , neste CNPJ 10.944.321/0001-06
ato representado por EVERSON JOSE DA SILVA – Procurador – CPF 901.882.259-00

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 85383 - MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSP. LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
27	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML, BICO COM ADAPTAÇÃO COM ROSCA, ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTA DE IMPUREZAS E RESÍDUOS; CILINDRO TRANSPARENTE RESISTENTE; ANEL DE RETENÇÃO SEGURO;	UN	LABORIMPORT	1.000,00000	R\$0,2400	R\$240,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM NO MÁXIMO 0,2 ML E NUMERADA NO MÁXIMO DE 2 EM 2 ML. ÊMBOLO RESISTENTE, COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO AO CILINDRO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.					
31	SONDA DE FOLEY 02UN VIAS NR 10	LAMEDID	30,00000	R\$3,1400	R\$94,2000	
35	SONDA DE FOLEY 02UN VIAS NR 18	LAMEDID	200,00000	R\$3,0400	R\$608,0000	
70	REANIMADOR MANUAL ADULTO, EM SILICONE TRANSLÚCIDO DE ALTA QUALIDADE. BALÃO DE SILICONE AUTOCLAVÁVEL COM VÁLVULA TIPO POP OFF. VÁLVULA UNIDIRECIONAL TRANSPARENTE, COM MEMBRANA DE SEGURANÇA. ALÇA INTEGRADA PARA FIXAR O REANIMADOR NA MÃO DO OPERADOR. RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO 2700ML COM VÁLVULA. MÁSCARA FACIAL ADULTO DE SILICONE TRANSLÚCIDO, AUTOCLAVÁVEL, COM FORMATO ANATÔMICO E EXCELENTE VEDAÇÃO.	PHARMATEX	10,00000	R\$134,8300	R\$1.348,3000	
71	REANIMADOR MANUAL UN PEDIÁTRICO, EM SILICONE TRANSLÚCIDO DE ALTA QUALIDADE. BALÃO DE SILICONE AUTOCLAVÁVEL COM VÁLVULA TIPO POP OFF. VÁLVULA UNIDIRECIONAL TRANSPARENTE, COM MEMBRANA DE SEGURANÇA. ALÇA INTEGRADA PARA FIXAR O REANIMADOR NA MÃO DO OPERADOR.	PHARMATEX	10,00000	R\$134,8300	R\$1.348,3000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO 900ML COM VÁLVULA. MÁSCARA FACIAL PEDIÁTRICA DE SILICONE TRANSLÚCIDO, AUTOCLAVÁVEL, COM FORMATO ANATÔMICO E EXCELENTE VEDAÇÃO.					
73	CARDIO CLIP PARA ECG ELETRODO PARA MEMBROS TIPO CLIP	UN	FUSIBRAS	10,00000	R\$50,0000	R\$500,0000
112	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 14	UN	SOLIDOR	2.000,00000	R\$0,4800	R\$960,0000
159	LÂMINA DE VIDRO COM FOSCA, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 1,0 A 1,2 mm, MEDINDO APROXIMADAMENTE 26 mm x 76 mm, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	CRAL	700,00000	R\$2,9900	R\$2.093,0000
166	ALGODÃO HIDROFILO, ROLO COM 500GR CONSTITUIDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500GR, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESSURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL AZUL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22CM DE LARGURA	ROLO	MEDI HOUSE	150,00000	R\$9,0500	R\$1.357,5000
197	COLETOR PERFUROCORTANTE 7LT	UN	DESCARBOX	50,00000	R\$2,5300	R\$126,5000
198	COLETOR PERFUROCORTANTE 3LT	UN	DESCARBOX	50,00000	R\$1,8400	R\$92,0000
Total do Fornecedor:					R\$8.767,8000	
Total Geral dos Itens:					R\$8.767,8000	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

***Prefeitura Municipal de Ibirama***  
*Estado de Santa Catarina*



***Fundo Municipal de Saúde de Ibirama***

**Adriano Poffo**  
**Prefeito Municipal**

**Everson Jose da Silva**  
**Procurador**

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
*753.648.839-49*

*Rony Márcio Paul*  
*826.868.749-53*

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017**

Publicação Nº 1459074

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b> , neste ato representado por Cristiano Altair Mattana Giordani, sócio – CPF 076.332.029-39	CNPJ 85.247.385/0001-49
---	-------------------------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 160156 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
38	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 250 ML, SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE,	UNI	EQUIPLEX	4.000,00000	R\$1,9400	R\$7.760,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REG. NO MS.					
45	AGUA BI-DESTILADA 10 ML - AMP	AMPO	EQUIPLEX	3.000,00000	R\$0,1200	R\$360,0000
47	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 1000 ML, SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REG. NO MS.	UNI	EQUIPLEX	300,00000	R\$3,8100	R\$1.143,0000
107	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 125 ML, SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REG. NO MS.	UNI	EQUIPLEX	5.000,00000	R\$1,6200	R\$8.100,0000
108	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% 500 ML, SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REG. NO MS.	UNI	EQUIPLEX	800,00000	R\$2,4000	R\$1.920,0000
Total do Fornecedor:					R\$19.283,0000	
Total Geral dos Itens:					R\$19.283,0000	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**Cristiano Altair Mattana Giordani**  
Sócio

*Testemunhas:*

*Aginaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017**

Publicação Nº 1459076

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

<b>ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b> , neste ato CNPJ 00.802.002/0001-02 representado por JOSE CARLOS MALKOWSKI, procurador, CPF 534.467.989-00
--

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 610178 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
3	LIDOCAINA 2% S/ VASO 20 ML	FRA	HIPOLABOR	100,00000	R\$2,2000	R\$220,0000	
7	DETERGENTE MULTIENTZIMÁTICO DETERGENTE MULTIENTZIMÁTICO POTENTE LIMPADOR QUE ASSOCIA A EFICIÊNCIA DE 5 ENZIMAS REDIZINDO 98% DA MATÉRIA ORGÂNICA. COMPOSIÇÃO:	GL	KELDRIN	40,00000	R\$83,3000	R\$3.332,0000	

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	TENSOATIVOS ÁLCOOL ALCOXILADO E XILENO SULFONADO DE SÓDIO, ENZIMAS PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, LIPASE E CELULASE, ESTABILIZANTES, CONSERVANTE E ÁGUA. APRESENTAÇÃO: GALÃO CONTENDO 5 LITROS. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARIR DA DATA DE ENTREGA.					
9	APARELHO PRESSAO UN ESFIGNOMAMOMETRO INFANTIL BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO, RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM FECHO EM METAL; CAIXA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM PRESILHAS DE METAL CONTENDO O Nº DA PORTARIA DO INMETRO NO VISOR E O RESPECTIVO SELO DE VISTORIA NO CERTIFICADO QUE ACOMPANHA O PRODUTO. PERA INSULFLADORA: BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE.		Glicomed-Accumed- Premium	10,00000	R\$67,3500	R\$673,5000
10	ETER ETILICO 01 LT	UN	RIOQUIMICA	5,00000	R\$25,0000	R\$125,0000
13	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML, BICO COM ADAPTAÇÃO COM ROSCA, ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTE DE IMPUREZAS E RESÍDUOS; CILINDRO TRANSPARENTE RESISTENTE; ANEL DE RETENÇÃO SEGURO; ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM NO MÁXIMO 0,2 ML E NUMERADA NO MÁXIMO DE 2 EM 2 ML. ÊMBOLO RESISTENTE, COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO AO CILINDRO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	UN	SR	5,000,00000	R\$0,2000	R\$1.000,0000
15	ESPÁTULA DE AYRES, PCT COM SUPERFÍCIE SEM IRREGULARIDADES,	PCT	THEOTO	100,00000	R\$4,8500	R\$485,0000

RUA DR. GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	TOTALMENTE PLANA, RESISTENTE, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ATÓXICA. EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE À UMIDADE, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. PACOTE COM 100 UNIDADES.					
16	LANCETA ESTÉRIL PARA CX TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, CAIXA COM 50 UNIDADES	SG	TECNOLOGIA	100,00000	R\$3,5000	R\$350,0000
23	SACO DE LIXO PCT HOSPITALAR BRANCO 30 LITROS COM 100 UNIDADES	RAVA		30,00000	R\$12,6300	R\$378,9000
25	SACO DE LIXO PCT HOSPITALAR BRANCO 50 LITROS COM 100 UNIDADES	RAVA		50,00000	R\$17,4700	R\$873,5000
28	SERINGA DESCARTÁVEL UN 03 ML, BICO COM ADAPTAÇÃO COM ROSCA, ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTE DE IMPUREZAS E RESÍDUOS; CILINDRO TRANSPARENTE RESISTENTE; ANEL DE RETENÇÃO SEGURO; ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM NO MÁXIMO 0,2 ML E NUMERADA NO MÁXIMO DE 2 EM 2 ML. ÊMBOLO RESISTENTE, COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO AO CILINDRO. EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	SR		1.000,00000	R\$0,0999	R\$99,9000
29	SERINGA DESCARTÁVEL UN 05 ML, BICO COM ADAPTAÇÃO COM ROSCA, ATÓXICA, ESTÉRIL, ISENTE DE IMPUREZAS E RESÍDUOS; CILINDRO TRANSPARENTE RESISTENTE; ANEL DE RETENÇÃO SEGURO; ESCALA NÍTIDA, RESISTENTE, PRECISA, SUBDIVIDIDA EM NO MÁXIMO 0,2 ML E NUMERADA NO MÁXIMO DE 2 EM 2 ML. ÊMBOLO RESISTENTE, COM BORRACHA DE VEDAÇÃO, AJUSTE QUE PROPORCIONE DESLIZE PRECISO AO CILINDRO.	SR		2.000,00000	R\$0,1100	R\$220,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	EMBALAGEM SEGURA COM ABERTURA ASSÉPTICA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.					
34	SONDA DE FOLEY 02 VIAS NR 16	UN	Lamedid-Solidor-Procure	200,00000	R\$3,0600	R\$612,0000
48	SORO RINGER COMUN LACTATO, 500 ML	UN	Segmenta-Eurofarma	50,00000	R\$3,7700	R\$188,5000
49	RIFAMICINA SPRAY - 20FRA ML	UN	NATULAB	100,00000	R\$2,8500	R\$285,0000
53	TESOURA RETA PEQUENA CIRURGICA 15 CM EM AÇO INOX	UN	Weldon	20,00000	R\$11,5800	R\$231,6000
57	COLAR CERVICAL INFANTIL	UN	RESGATE SP	5,00000	R\$15,2100	R\$76,0500
58	COLAR CERVICAL TAMANHO PP	UN	RESGATE SP	5,00000	R\$15,2100	R\$76,0500
59	COLAR CERVICAL NEONATAL	UN	RESGATE SP	2,00000	R\$15,3300	R\$30,6600
60	CADARÇO PARA FIXAÇÃO DE TUBO ENDOTRAQUEAL	UN	TECENIL	10,00000	R\$2,7500	R\$27,5000
64	ABOCATH Nº 20, ESTÉRIL, TEFLON, RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)	UN	Lamedid-Solidor-Procure	2.500,00000	R\$0,6900	R\$1.725,0000
65	ABOCATH Nº 24, ESTÉRIL, TEFLON, RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)	UN	Lamedid-Solidor-Procure	400,00000	R\$0,7890	R\$315,6000
80	PONTEIRA PARA BISTURI TIPO ALCA GR (9,0MM)	UN	EMAI	15,00000	R\$32,0000	R\$480,0000
97	INDICADOR QUÍMICO INTERNO, DO TIPO MULTIPARAMÉTRICO (CLASSE IV), QUE EFETUA A MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO NO INTERIOR DAS EMBALAGENS (CONTROLE DE PACOTE). CHECA TEMPERATURA, TEMPO E QUANTIDADE DE VAPOR, CERTIFICANDO QUE O AGENTE ESTERILIZADOR PENETROU NESSES PACOTES ATINGINDO OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS PARA EFETIVA ESTERILIZAÇÃO. FITA DE PAPEL COBERTO COM SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COLORAÇÃO QUANDO EXPOSTAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TEMPO E TEMPERATURA NECESSÁRIAS AO	CX	CLEAN-UP	10,00000	R\$72,7190	R\$727,1900

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	PROCESSO. DE FÁCIL LEITURA E OBJETIVO CAIXA COM NO MÍNIMO 240 TIRAS					
102	PAPEL TOALHA, FOLHA PCT INTERCALADA, GRAMATURA MINIMA 32 G/M2, ALTA ALVURA, 100% CELULOSE VIRGEM, SEM PIGMENTAÇÃO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGENEA DAS FIBRAS AO LONGO DO PAPEL, MACIO SEM MANCHAS OU FUIROS, SEM REBARBAS NO CORTE LATERAL, MEDINDO 23 X 23CM (1xa) PODENDO ALTURA VARIAR EM 2CM, PARA MAIS OU P/MENOIS, COM 1000 FOLHAS.		QUALILUX	2.500,00000	R\$5,7700	R\$14.425,0000
103	PROTETOR OFTÁLMICO CX TAMANHO ADULTO, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA - CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	CRAL	5,00000	R\$17,0000	R\$85,0000
110	SONDA URETRAL DE UN ALÍVIO Nº 10	UN	BIOSANI	1.000,00000	R\$0,4400	R\$440,0000
117	ESPELHO DESCARTÁVEL, CONTORNOS LISOS E REGULARES SEM REENTRÂNCIAS E/OU PROTUBERÂNCIAS, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, TAMANHO M	UN	CRAL	600,00000	R\$0,7400	R\$444,0000
120	SORO RINGER C/FRA LACTATO 1000 ML	C/FRA	Fresenius Kabi Brasil	250,00000	R\$5,3600	R\$1.340,0000
121	SABONETE LIQUIDO, 1000 ML, TIPO REFIL, AGRADÁVEL AO USO, FRAGRÂNCIA LEVE, NÃO RESSEQUE A PELE, COMPROVAÇÃO DE REGISTRO NA ANVISA	UN	COSMODERMA	100,00000	R\$8,7400	R\$874,0000
123	PINÇA KELLY CURVA 14 UN CM EM AÇO INOX	UN	Weldon	100,00000	R\$11,6800	R\$1.168,0000
129	ABOCATH Nº 18, UN ESTÉRIL, TEFLON RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)	UN	Lamedid-Solidor- Procure	750,00000	R\$0,6500	R\$487,5000
133	LIXEIRA COM PEDAL INOX UN 30 LITROS	UN	MOR	7,00000	R\$144,3300	R\$1.010,3100
143	HASTES FLEXÍVEIS COM CX PONTA DE ALGODÃO - CX C/75 UN	CX	HIGIETOPP	1.000,00000	R\$0,8800	R\$880,0000
144	FITA PARA AUTOCLAVE UN COM INDICADOR QUÍMICO TERMOSSENSÍVEL A ALTAS TEMPERATURAS PRÓPRIO PARA USO EM	UN	POLI TAPE	400,00000	R\$2,6700	R\$1.068,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	AUTOCLAVES TAMANHO 16 MM X 50 M					
176	APARELHO PRESSÃO UNESFIGNOMAMOMETRO OBESO BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO, RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM FECHO EM METAL, CAIXA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM PRESILHAS DE METAL CONTENDO O Nº DA PORTARIA DO INMETRO NO VISOR E O RESPECTIVO SELO DE VISTORIA NO CERTIFICADO QUE ACOMPANHA O PRODUTO, PERA INSULFLADORA BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE.		Glicomed-Accumed-Premium	10,00000	R\$71,4800	R\$714,8000
187	ABOCATH Nº 22, UN ESTÉRIL, TEFLON RADIOPACO, APIROGÊNICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 ANOS. (CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL)		Lamedid-Solidor-Procare	2.000,00000	R\$0,6990	R\$1.398,0000
188	DETECTOR FETAL UN PORTÁTIL, CLASSE DE ENQUADRAMENTO (ANVISA) CLASSE II - MÉDIO RISCO, FAIXA DE MEDIDA DO BCF: 50-210 BATIMENTOS POR MINUTO - TENSÃO APROXIMADA (VOLTS) 9VDC. TIPO DE CORRENTE CC (CONTÍNUA), PROTEÇÃO CONTRA PENETRAÇÃO NOCIVA DE ÁGUA, ALIMENTAÇÃO: BATERIA 9V, POTÊNCIA MÁXIMA DE CONSUMO (MW) 288. FREQUÊNCIA MÉDIA ULTRA-SOM 2,25 MHZ. DIMENSÕES APROXIMADAS: 73X173X36, CONTROLE LIGA/DESLIGA, VOLUME. INDICADORES LIGA/DESLIGA		MD	7,00000	R\$375,0000	R\$2.625,0000
190	VALVULA REGULADORA UN PARA OXIGENIO COM FLUXOMETRO E MANOMETRO E CONJUNTO DE UMIDIFICACAO		UNITEC	10,00000	R\$254,1200	R\$2.541,2000
192	OXIMETRO DE PULSO UN COM VISOR DE LCD, INDICANDO A SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO, A FREQUÊNCIA CARDÍACA,		Alfamed	3,00000	R\$1.443,3000	R\$4.329,9000

RUA DR. GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	A BARRA GRÁFICA, O HORÁRIO E O STATUS DA BATERIA. A FREQUÊNCIA CARDÍACA DEVE ESTAR NA FAIXA DE 30 - 250 BATIMENTOS POR MINUTOS E A SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NA FAIXA DE MEDIÇÃO DE 35 A 100%. O MONITOR DEVE SER PORTÁTIL, COM PESO APROXIMADO DE 200G. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE PILHA AA. RECARREGÁVEIS. ALARMES DE ÁUDIO E TOM DE PULSO AUDÍVEL. ALARMES CONFIGURÁVEIS DOS VALORES LIMITES DA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAMENTO DOS DADOS E COMUNICAÇÃO COM PC ATRAVÉS DA PORTA USB. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL ADULTO, 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL INFANTIL E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.					
194	LUVA DESCARTÁVEL CX TRANSPARENTE TAMANHO MEDIO, CONFECCIONADA EM VINIL COM AMIDO, ANTIALÉRGICA INDICADA PARA A PREPARAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (50 PARES)	LX	TALGE	600,00000	R\$10,9900	R\$6.594,0000
200	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE 14 CM EM AÇO INOX	UN	Weldon	100,00000	R\$4,8100	R\$481,0000
201	PINÇA CHERON PLÁSTICA	UN	ADLIN	300,00000	R\$0,9700	R\$291,0000
202	PINÇA KELLY RETA 14CM	UN	Weldon	50,00000	R\$11,6500	R\$582,5000
203	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 12CM	UN	Weldon	50,00000	R\$11,1200	R\$556,0000
204	PINÇA CRILE 12CM	UN	Weldon	50,00000	R\$11,3400	R\$567,0000
205	PINÇA CRILE 14CM	UN	Weldon	50,00000	R\$11,3400	R\$567,0000
208	PORTA AGULHA MAYO 14CM	UN	Weldon	50,00000	R\$11,0000	R\$550,0000
209	PORTA AGULHA MAYO 16CM	UN	Weldon	50,00000	R\$14,8000	R\$740,0000
213	LUVA DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UN	LUPLAST	5.000,00000	R\$0,0700	R\$350,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

EMBALAGEM COM 01 PAR TIPO GINECOLÓGICA	LUVA					
Total do Fornecedor:						R\$57.642,1600
Total Geral dos Itens:						R\$57.642,1600

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a “ORDEM DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**José Carlos Malkowski**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2017**

Publicação Nº 1459078

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

LA DALLA PORTA JUNIOR, neste ato representado por <b>JULIO</b> CNPJ 11.145.401/0001-56
<b>CEZAR TONDOLO</b> , procurador – CPF 541.837.900-34

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 62414020 - LA DALLA PORTA JUNIOR						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
46	AGUABI-DESTILADA 5ML	AMPO	SAMTEC	100,00000	R\$0,1600	R\$16,0000
66	SCALP Nº 25	UNI	CRAL	500,00000	R\$0,1800	R\$90,0000
146	GEL CONDUTOR UTILIZADO PARA ULTRASSONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA E SONAR, INCOLOR 1000 GR	FRA	MULTIGEL	40,00000	R\$4,6800	R\$187,2000
Total do Fornecedor:						R\$293,2000
Total Geral dos Itens:						R\$293,2000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

***Prefeitura Municipal de Ibirama***  
*Estado de Santa Catarina*



***Fundo Municipal de Saúde de Ibirama***

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
**Prefeito Municipal**

**Júlio Cezar Tondolo**  
**Procurador**

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

---

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017**

Publicação Nº 1459081

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017, PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Paço Municipal, o Município de IBIRAMA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA, inscrito no CNPJ sob nº 11.420.709/0001-62, por seus representantes legais nomeados, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preço nº 10/2017, homologado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adriano Poffo, inscrito no CPF sob nº 056.499.899-07, RESOLVE registrar os preços para fornecimento de materiais, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado e conforme Anexo I, que acompanha o Edital que a este deu origem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA** conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 10/2017, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item e proposta da(s) empresa(s) que passam a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO CNPJ 12.069.550/0001-46 MEDICO EIRELI - EPP, neste ato representado por DIEGO GILI, procurador – CPF 059.488.669-47.
---

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 62425560 - TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
22	ÁGUA OXIGENADA VOLUMES - 1000 ML	10FRA	DESYDRATER	300,00000	R\$3,4800	R\$1.044,0000
24	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO 100 LITROS COM 100 UNIDADES	PCT	EREPLAST	50,00000	R\$25,0000	R\$1.250,0000
26	SERINGA DE 1 ML SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA.	CX	DESCARPACK	50,00000	R\$15,9300	R\$796,5000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM AGULHA 13 X 4,5. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO - CAIXA COM 100 UNIDADES.				
68	COMPRESSA DE GAZEPCT CIRURGICA GRANDE, 100% ALGODÃO, 08 DOBRAS, 13 FIOS 7,5 x 7,50 cm, ISENTA DE IMPUREZAS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 FOLHAS DISPOSTAS REGULARMENTE PARA FACILITAR O MANUSEIO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. PACOTE COM 500 UNIDADES.	GAZETEX	1.000,00000	R\$9,3500	R\$9.350,0000
118	SORO GLICOSADO-UNI FRASCO DE 250 ML, SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% , CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VOLUME, NR DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MS.	EUROFARMA	480,00000	R\$2,6000	R\$1.248,0000
135	LUVA DESCARTÁVELCX TRANSPARENTE TAMANHO GRANDE, CONFECCIONADA EM VINIL COM AMIDO, ANTIALÉRGICA INDICADA PARA A PREPARAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (50 PARES)	DESCARPACK	800,00000	R\$12,0000	R\$9.600,0000
137	FRALDA DESCARTÁVELUN PARA ADULTO, TAMANHO G, COMPOSTA DE: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, ELASTANO, COBERTURA INTERNA DE POLIPROPILENO E GEL SUPERABSORVENTE.	CONFIANÇA	1.946,00000	R\$0,9000	R\$1.751,4000
138	FRALDA DESCARTÁVELUN PARA ADULTO, TAMANHO GG, COMPOSTA DE: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, ELASTANO, COBERTURA INTERNA DE POLIPROPILENO E GEL SUPERABSORVENTE.	CONFIANÇA	2.272,00000	R\$0,9000	R\$2.044,8000
145	FITA ADESIVAROLO	CIEX	400,00000	R\$2,0000	R\$800,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	HOSPITALAR 16 MM X 50 MTS					
161	GAZE HIDROFILA, TIPO PCT QUEIJO, 100% ALGODÃO, 08 DOBRAS, 11 OU 13 FIOS, 91 mm x 91 m, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL; EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.		HOSPITEX	500,00000	R\$23,0000	R\$11.500,0000
165	GORRO DESCARTÁVEL DE TNT COM ELÁSTICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES		TALGE	50,00000	R\$6,0000	R\$300,0000
171	ATADURA DE CREPON, 13 UN FIOS CM², MEDINDO 06 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 13,3 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, RDC 59 E REGISTRO MS.		POLAR FIX	6.000,00000	R\$0,2600	R\$1.560,0000
174	COMPRESSA DE GAZE 10 X 10: CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², 20 CM X 40 CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 10 X 10 CM QUANDO DOBRADA, 500 G POR PACOTE NO MÍNIMO COM AS BORDAS		HOSPITEX	800,00000	R\$29,0000	R\$23.200,0000

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

	VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTES COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. ABNT NBR 13843 E POSSUIR REGISTRO MS E RDC 59					
196	FRALDA DESCARTÁVEL UNIPAR PARA ADULTO, TAMANHO M, COMPOSTA DE: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, ELASTANO, COBERTURA INTERNA DE POLIPROPILENO E GEL SUPERABSORVENTE.		CONFIANÇA	5.000,00000	R\$0,8800	R\$4.400,0000
					Total do Fornecedor:	R\$68.844,7000
					Total Geral dos Itens:	R\$68.844,7000

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento dos materiais cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente que serão emitidas dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados, dos materiais adquiridos em até 30 dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

## **Prefeitura Municipal de Ibirama**

**Estado de Santa Catarina**



### **Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 A(s) empresa(s) têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A(s) empresa(s), quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a EMPRESA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a EMPRESA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades objetivadas no atendimento das necessidades do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento dos produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor (es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor (es) que tiver (em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A EMPRESA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar a EMPRESA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

RUA DR GETÚLIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega dos materiais ocorrerá por conta de Autorização Expressa emitida pela Secretaria de Administração, em até 05 (cinco) dias após ciência desta, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, diretamente nos órgãos requisitantes, estando estes, especificados a "ORDEM DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor quaisquer outras despesas, para fornecimento dos materiais.

9.3 Não será permitida a estipulação de quantidades mínimas para as possíveis aquisições.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Ibirama**  
Estado de Santa Catarina



**Fundo Municipal de Saúde de Ibirama**

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações vigentes nos exercícios de 2017 e 2018, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Órgão: 09 - [ FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE ]

Unidade: 001 - [ Funcionamento e Manut. do Fundo Munic.daSaude ]

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ibirama, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A EMPRESA obriga-se a manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no órgão oficial de publicações do município de Ibirama.

Ibirama /SC, 06 de julho de 2017.

**Adriano Poffo**  
Prefeito Municipal

**Diego Gili**  
Procurador

*Testemunhas:*

*Agnaldo Luis Bona*  
753.648.839-49

*Rony Márcio Paul*  
826.868.749-53

RUA DR GETULIO VARGAS, 70 - CENTRO  
IBIRAMA - SC - CEP: 89.140-000  
FONE: 47 3357 8523  
CNPJ: 83.102.418/0001-37  
[compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

**CONTRATO Nº : 05/2017 ADITIVO Nº : 02/2017**

Publicação Nº 1459132

Contrato Nº : 05/2017  
 Aditivo Nº : 02/2017  
 Tipo Aditivo : Objeto/Valor  
 Contratante : Fundo Municipal de Saúde  
 Contratada : CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP  
 Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2017  
 Objeto : EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CLINICA DE FISIOTERAPIA, COM ÁREA DE 112,31 M2, NA ÁREA CENTRAL DESTE MUNICÍPIO, CONFORME RESPECTIVO PROJETO DE ENGENHARIA.  
 Vigência : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2017  
 Assinatura : 15/12/2017  
 Valor R\$: 1.126,40 (Um Mil, Cento e Vinte e Seis Reais e Quarenta Centavos )  
 Dotação : 204 - 09.001.1038.344905198000000.01020000  
 Dotação : 208 - 09.001.1038.344905198000000.01630000  
 Dotação : 232 - 09.001.2057.344905198000000.01020000

**CONTRATO Nº : 103/2017 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1459137

Contrato Nº : 103/2017  
 Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
 Contratada : Construtora e Transportes MV Ltda ME  
 Licitação : Convite para Obras e Serviços de Engenharia 100/2017  
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) COM AREA A REFORMAR DE 49,48 M2 - 02 (DUAS) SALAS MULTIUSO, R GETULIO VARGAS, CENTRO - IBIRAMA.  
 Vigência : Início: 06/12/2017 Término: 06/03/2018  
 Assinatura : 06/12/2017  
 Valor R\$: 19.149,56 (Dezenove Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Seis Centavos )  
 Dotação : 295 - 10.001.2055.344905198000000.01350000  
 Dotação : 323 - 10.001.2055.344905198000000.03640000

**CONTRATO Nº : 104/2017 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1459140

Contrato Nº : 104/2017  
 Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
 Contratada : CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA  
 Licitação :  
 Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas: 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, 2. Gestão de Obras - G-Obras, 3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples. 4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-Nota, 5. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM, 6. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - SINFAT: Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - G-DEC.  
 Vigência : Início: 11/12/2017 Término: 31/12/2018  
 Assinatura : 11/12/2017  
 Valor R\$: 11.610,00 (Onze Mil e Seiscentos e Dez Reais )

**CONTRATO Nº : 105/2017 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1459146

Contrato Nº : 105/2017  
 Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
 Contratada : MADMAIS COMERCIO DE MADEIRAS LTDA  
 Licitação : Convite para Aquisição de Bens 104/2017  
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIOS REFERENTES ÀS SEDES DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTE JOÃO MORETTI, CANCHA, GALPÃO DE EVENTOS E APAE, LOCALIZADOS NA RUA 25 DE JULHO, CENTRO, NESTE MUNICIPIO  
 Vigência : Início: 13/12/2017 Término: 31/12/2017  
 Assinatura : 13/12/2017  
 Valor R\$: 16.779,84 (Dezesseis Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos )  
 Dotação : 22 - 04.001.2004.333903028000000.01000000  
 Dotação : 22 - 04.001.2004.333903916000000.01000000

**CONTRATO Nº : 106/2017 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1459148

Contrato Nº : 106/2017  
 Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA  
 Contratada : Zana Imóveis e Turismo Ltda Me  
 Licitação : Inexigibilidade 105/2017  
 Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA, CONFORME LEGISLAÇÃO PERTINENTE.  
 Vigência : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2017  
 Assinatura : 15/12/2017  
 Valor R\$: 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais )

**DECRETO Nº 4.168, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1458817

DECRETO nº 4.168, de 12 de dezembro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal de Ibirama, no uso de suas atribuições legais e fundamentados no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2017 na fonte de recursos 01380900 – TETO MUNICIPAL - MAC fica suplementado na importância de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) o elemento de despesa a seguir especificada.

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
 001 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
 0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde 01380900 – TETO MUNICIPAL - MAC  
 3339000 – Aplicações Diretas .....  
 . R\$ 16.000,00  
 TOTAL .....  
 .... R\$ 16.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.169, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 -  
ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE  
REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA  
PROGRAMAÇÃO DE DESPESA**

Publicação Nº 1459289

DECRETO nº 4.169, de 12 de dezembro de 2017.

“ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA.”

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), anulando parcialmente os Elemento do Projeto Atividade á saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar  
01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
331900 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 78.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 78.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º suplementa os Elemento do Projeto Atividade á saber:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar  
01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
333900 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 78.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 78.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.170, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1460419

**DECRETO nº 4.170, de 15 de dezembro de 2017.**

**“HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Torna-se público para o conhecimento dos interessados a Homologação da Classificação Final do Processo Seletivo N.º 001/2017, conforme ANEXO I desde Decreto, informando o Cargo, a posição na classificação, nome e número de inscrição dos candidatos, notas finais e a situação final.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de dezembro de 2017.

**ADRIANO POFFO**  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

**FÁBIO LUIZ FUSINATO**  
Secretário de Administração e Finanças

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

**ANEXO I – DECRETO Nº 4.170/2017  
PROCESSO SELETIVO 001/2017  
CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**ASSISTENTE SOCIAL**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	762751	Antoniela Cristina Ferreira	4	0,800	4	0,800	4	0,400	9	4,500	21	6,500	6,500	Aprovado
2	729210	Jenifer De Lima Willrich	4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	6,400	Aprovado
3	761853	Elisa Maciel Andre	5	1,000	4	0,800	3	0,300	6	3,000	18	5,100	5,100	Aprovado
4	742618	Daniela Ester Gonçalves Dos Santos	5	1,000	4	0,800	2	0,200	6	3,000	17	5,000	5,000	Aprovado
-	759341	Juliana SemannRudolfo	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	Reprovado

**PROFESSOR DE ACORDEON | NÃO HABILITADO**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	734538	Gregori Mathias Soares	3	0,600	4	0,800	2	0,200	6	3,000	15	4,600	3,220	Aprovado

**PROFESSOR DE ARTES | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	755986	Solange Vanderlinde	3	0,600	4	0,800	3	0,300	9	4,500	19	6,200	8,000	Aprovado
2	737855	JuceleneKoprowski	5	1,000	3	0,600	4	0,400	10	5,000	22	7,000	4,800	Aprovado
3	759172	Agatha Kissner	3	0,600	3	0,600	2	0,200	7	3,500	15	4,900	3,430	Aprovado
-	720771	Rafael Rengel	3	0,600	3	0,600	3	0,300	4	2,000	13	3,500	2,450	Reprovado

**PROFESSOR DE ARTES | NÃO HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	721938	Alice Kriek	4	0,800	4	0,800	2	0,200	11	5,500	21	7,300	5,110	Aprovado
2	726446	Bruna Rescarolli De Andrade	3	0,600	3	0,600	2	0,200	12	6,000	20	7,400	5,180	Aprovado
3	743706	Gretchen Meri Becker	3	0,600	4	0,800	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	Aprovado
4	756589	AdrieliMarilhaDolsanSteffen	4	0,800	3	0,600	2	0,200	10	5,000	19	6,600	4,620	Aprovado
5	762535	Viviane Wagner	3	0,600	4	0,800	2	0,200	7	3,500	16	5,100	3,570	Aprovado
6	733684	Keteli Cristina Bianchatti	5	1,000	4	0,800	3	0,300	8	4,000	20	6,100	4,270	Aprovado
7	737950	Lissandrakrenkel Da Silva	4	0,800	3	0,600	3	0,300	5	2,500	15	4,200	2,940	Aprovado
8	738124	Jeniffer MariseBraatz	2	0,400	4	0,800	3	0,300	8	4,000	17	5,500	3,850	Aprovado
9	755700	Jociane Aparecida Fagundes	3	0,600	3	0,600	2	0,200	6	3,000	14	4,400	3,080	Aprovado
10	738139	MarenMohr	4	0,800	4	0,800	3	0,300	7	3,500	18	5,400	3,780	Aprovado
11	724220	Vanessa aparecida Moraes BruderAndini	3	0,600	4	0,800	3	0,300	7	3,500	17	5,200	3,640	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

## PROFESSOR DE ARTES MARCIAIS KARATÊ | NÃO HABILITADOS

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
1	745131	Napoleão Moreira De Castilho Neto	3	0,600	3	0,600	3	0,300	12	6,000	21	7,500	0,000	0,000	Aprovado
-	761988	AdrioneyHowe	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	Reprovado

## PROFESSOR DE ARTES MARCIAIS TAE-KWON-DO | HABILITADO

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
-	755070	Melye Milena Felizardo	4	0,800	3	0,600	1	0,100	7	3,500	15	5,000	8,000	2,400	Em análise

## PROFESSOR DE ARTESANATO HABILITADO

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
1	755987	Solange Vanderlinde	3	0,600	4	0,800	3	0,300	6	3,000	16	4,700	8,000	2,400	Aprovado
PROFESSOR DE ARTESANATO   NÃO HABILITADOS															
1	743707	Gretchen Mieri Becker	3	0,600	4	0,800	4	0,400	8	4,000	19	5,800	3,800	1,140	Aprovado
2	721939	Alice Kriek	4	0,800	4	0,800	2	0,200	8	4,000	18	5,800	3,800	1,140	Aprovado
3	726448	Bruna Rescarolli De Andrade	3	0,600	3	0,600	2	0,200	9	4,500	17	5,900	2,470	0,741	Aprovado

## PROFESSOR DE BATERIA/BANDA MARCIAL | NÃO HABILITADO

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
1	720772	Rafael Rengel	4	0,800	3	0,600	3	0,300	10	5,000	20	6,700	0,000	0,000	Aprovado

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS | HABILITADO

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
1	722971	Carlos Eduardo Neves De Nazare	3	0,600	2	0,400	4	0,400	8	4,000	17	5,400	6,000	1,800	Aprovado

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS | NÃO HABILITADOS

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	
1	761812	William Paul	5	1,000	4	0,800	4	0,400	7	3,500	20	5,700	4,100	1,230	Aprovado
2	730477	Djessica Morgana De Aviz	4	0,800	3	0,600	4	0,400	5	2,500	16	4,300	2,560	0,768	Aprovado
3	751841	Sergio Foss	5	1,000	2	0,400	2	0,200	5	2,500	14	4,100	0,000	0,000	Aprovado
-	762678	Juliana Bielefeldt Bush Xavier	1	0,200	3	0,600	4	0,400	5	2,500	13	3,700	0,000	0,000	Reprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

**PROFESSOR DE DANÇA | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	751036	Josiane Cristina Silva Reiner	4	0,800	4	0,800	4	0,400	10	5,000	22	7,000	6,560	1,968	6,868	Aprovado
2	751145	Caroline KravetchRatico	4	0,800	5	1,000	2	0,200	8	4,000	19	6,000	6,000	1,800	6,000	Aprovado
3	756130	Thais Durda	2	0,400	4	0,800	2	0,200	9	4,500	17	5,900	6,000	1,800	5,930	Aprovado

**PROFESSOR DE DANÇA | NÃO HABILITADO**

1	728508	Barbara Heloisa Marques	2	0,400	4	0,800	2	0,200	10	5,000	18	6,400	1,800	0,540	5,020	Aprovado
---	--------	-------------------------	---	-------	---	-------	---	-------	----	-------	----	-------	-------	-------	-------	----------

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	724314	Thais Pitol Da Silva	5	1,000	4	0,800	4	0,400	11	5,500	24	7,700	6,000	1,800	7,190	Aprovado
2	745933	Ivan Petersen	5	1,000	3	0,600	3	0,300	9	4,500	20	6,400	4,480	2,400	6,880	Aprovado
3	730829	Jolison Santos Morais	3	0,600	4	0,800	1	0,100	10	5,000	18	6,500	4,550	2,160	6,710	Aprovado
4	733536	Mirila Arícia Trainotti	4	0,800	4	0,800	4	0,400	8	4,000	20	6,000	4,200	2,370	6,570	Aprovado
5	759476	Riva Malcon Rosemann	5	1,000	4	0,800	5	0,500	7	3,500	21	5,800	4,060	2,280	6,340	Aprovado
6	724995	Diego Klettemberg	5	1,000	3	0,600	2	0,200	11	5,500	21	7,300	5,110	1,200	6,310	Aprovado
7	736281	Ricardo Tambosi	4	0,800	3	0,600	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	1,515	6,205	Aprovado
8	722384	Oseas Sehnem	4	0,800	3	0,600	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	1,272	6,032	Aprovado
9	740694	Regis Sievers	5	1,000	4	0,800	1	0,100	8	4,000	18	5,900	4,130	1,800	5,930	Aprovado
10	722730	Leonice De Melo	3	0,600	3	0,600	3	0,300	9	4,500	18	6,000	4,200	1,578	5,778	Aprovado
11	721852	Josiane Geisler	4	0,800	3	0,600	3	0,300	6	3,000	16	4,700	3,290	2,400	5,690	Aprovado
12	751146	Caroline KravetchRatico	4	0,800	5	1,000	2	0,200	7	3,500	18	5,500	3,850	1,800	5,650	Aprovado
13	737849	Valmor David Cunha	2	0,400	4	0,800	3	0,300	9	4,500	18	6,000	4,200	1,356	5,556	Aprovado
14	722652	Monica Aparecida ManentiBennert	3	0,600	3	0,600	4	0,400	7	3,500	17	5,100	3,570	1,800	5,370	Aprovado
15	756131	Thais Durda	2	0,400	4	0,800	2	0,200	7	3,500	15	4,900	3,430	1,800	5,230	Aprovado
-	755071	Melye Milena Felizardo	4	0,800	3	0,600	1	0,100	5	2,500	13	4,000	2,800	2,400	5,200	Em análise
17	730038	Robson Lauro Da Silva	5	1,000	4	0,800	2	0,200	7	3,500	18	5,500	3,850	1,248	5,098	Aprovado
18	731669	Romeu Klemz	4	0,800	2	0,400	2	0,200	8	4,000	16	5,400	3,780	1,230	5,010	Aprovado
19	741048	RosaniaBranger	1	0,200	3	0,600	2	0,200	7	3,500	13	4,500	3,150	1,800	4,950	Aprovado
20	721805	Jaqueline Scherer	4	0,800	4	0,800	3	0,300	5	2,500	16	4,400	3,080	1,800	4,880	Aprovado
21	744121	TuaneCristovao Da Silva	1	0,200	3	0,600	1	0,100	8	4,000	13	4,900	3,430	1,344	4,774	Aprovado
22	722398	Rafael Pereira	5	1,000	2	0,400	1	0,100	6	3,000	14	4,500	3,150	1,200	4,350	Aprovado
23	724952	CrisleneGeizichterWarming	3	0,600	3	0,600	4	0,400	5	2,500	15	4,100	2,870	1,356	4,226	Aprovado
-	740360	Anderson Schaff	2	0,400	3	0,600	2	0,200	4	2,000	11	3,200	2,240	1,725	3,965	Reprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500

adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br



**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO HABILITADOS**

1	724492	Ira IvanorZermiani	5	1,000	4	0,800	4	0,400	12	6,000	25	8,200	5,740	2,500	0,750	6,490	Aprovado
2	732249	Anderson MikaelSardagna	5	1,000	4	0,800	4	0,400	11	5,500	24	7,700	5,390	3,200	0,960	6,350	Aprovado
3	737009	SaraelesSpancerski De Moura	4	0,800	4	0,800	4	0,400	12	6,000	24	8,000	5,600	1,800	0,540	6,140	Aprovado
4	730612	Paulo Ricardo Scapin	4	0,800	3	0,600	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	4,100	1,230	5,990	Aprovado
5	744627	Djavan Dave	5	1,000	4	0,800	3	0,300	9	4,500	21	6,600	4,620	3,300	0,990	5,610	Aprovado
6	757557	Gabriel Felipe Roedel	5	1,000	4	0,800	2	0,200	12	6,000	23	8,000	5,600	0,000	0,000	5,600	Aprovado
7	724340	MalenaRebin De Andrade	3	0,600	4	0,800	3	0,300	9	4,500	19	6,200	4,340	4,100	1,230	5,570	Aprovado
8	723681	Jonathan Martin Koch	4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	4,480	3,200	0,960	5,440	Aprovado
9	735886	Bruna LeitzkeMorlo	5	1,000	4	0,800	4	0,400	9	4,500	22	6,700	4,690	2,480	0,744	5,434	Aprovado
10	744052	Alex Kreusch	4	0,800	3	0,600	3	0,300	11	5,500	21	7,200	5,040	1,280	0,384	5,424	Aprovado
11	758935	Marlon Tenfen	4	0,800	5	1,000	3	0,300	9	4,500	21	6,600	4,620	2,520	0,756	5,376	Aprovado
12	762700	AldolinoBayersdorfer	4	0,800	2	0,400	3	0,300	10	5,000	19	6,500	4,550	2,500	0,750	5,300	Aprovado
13	722696	InacioHames	4	0,800	3	0,600	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	2,000	0,600	5,290	Aprovado
14	735708	Ana Paula Quisinski	5	1,000	4	0,800	3	0,300	9	4,500	21	6,600	4,620	1,800	0,540	5,160	Aprovado
15	760180	Alisson Marques Dos Santos	4	0,800	3	0,600	2	0,200	8	4,000	17	5,600	3,920	4,100	1,230	5,150	Aprovado
16	721160	Talita Luana Schlup	2	0,400	3	0,600	1	0,100	10	5,000	16	6,100	4,270	2,680	0,804	5,074	Aprovado
17	732875	Giovani Machado	4	0,800	4	0,800	3	0,300	10	5,000	21	6,900	4,830	0,600	0,180	5,010	Aprovado
18	731672	Juliana Ribeiro Da Silva	5	1,000	4	0,800	2	0,200	9	4,500	20	6,500	4,550	1,500	0,450	5,000	Aprovado
19	747689	Angela Carla Baucelli	2	0,400	4	0,800	2	0,200	8	4,000	16	5,400	3,780	3,800	1,140	4,920	Aprovado
20	732620	Michael TizonCristovao	5	1,000	4	0,800	4	0,400	8	4,000	21	6,200	4,340	1,800	0,540	4,880	Aprovado
21	732989	Jaqueline De Lourdes Pereira	4	0,800	3	0,600	4	0,400	8	4,000	19	5,800	4,060	2,700	0,810	4,870	Aprovado
22	750622	Jardel Fernandes	5	1,000	4	0,800	5	0,500	6	3,000	20	5,300	3,710	3,800	1,140	4,850	Aprovado
23	722247	CarinOksanaBogo	5	1,000	4	0,800	3	0,300	9	4,500	21	6,600	4,620	0,000	0,000	4,620	Aprovado
24	745494	JulianyGiovanela Rocha	3	0,600	3	0,600	1	0,100	7	3,500	14	4,800	3,360	4,100	1,230	4,590	Aprovado
25	748381	Rodrigo Da Rosa	2	0,400	4	0,800	2	0,200	7	3,500	15	4,900	3,430	3,800	1,140	4,570	Aprovado
26	737613	Fernando Kissner	3	0,600	2	0,400	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,640	3,080	0,924	4,564	Aprovado
27	722422	Paloma Jacinto	3	0,600	4	0,800	3	0,300	6	3,000	16	4,700	3,290	4,100	1,230	4,520	Aprovado
28	753259	Mayara Andrade Odorizzi	4	0,800	3	0,600	1	0,100	6	3,000	14	4,500	3,150	3,540	1,062	4,212	Aprovado
29	749272	LuelenHoller	4	0,800	4	0,800	3	0,300	7	3,500	18	5,400	3,780	1,200	0,360	4,140	Aprovado
30	746000	Cristian Rengel	4	0,800	3	0,600	5	0,500	7	3,500	19	5,400	3,780	1,200	0,360	4,140	Aprovado
31	733054	IohannaHoppe	5	1,000	3	0,600	3	0,300	8	4,000	19	5,900	4,130	0,000	0,000	4,130	Aprovado
32	744040	Luiz Otavio De Oliveira Viana	4	0,800	3	0,600	3	0,300	5	2,500	15	4,200	2,940	3,800	1,140	4,080	Aprovado
33	722431	Regiane Schroeder Barth	4	0,800	3	0,600	3	0,300	6	3,000	16	4,700	3,290	2,450	0,735	4,025	Aprovado
34	759308	KaueDolsan	2	0,400	4	0,800	2	0,200	6	3,000	14	4,400	3,080	2,700	0,810	3,890	Aprovado
35	758874	Marciano Cirico	1	0,200	4	0,800	4	0,400	8	4,000	17	5,400	3,780	0,000	0,000	3,780	Aprovado
36	751267	Patricia Iana Avancini	3	0,600	2	0,400	3	0,300	8	4,000	16	5,300	3,710	0,000	0,000	3,710	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

37	728597	Aline De Oliveira Duarte	2	0,400	3	0,600	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,640	0,000	0,000	3,640	Aprovado
38	755021	Alex Sandro Santos De Araujo	3	0,600	4	0,800	3	0,300	7	3,500	17	5,200	3,640	0,000	0,000	3,640	Aprovado
-	744822	Rafaela De Souza	4	0,800	3	0,600	2	0,200	4	2,000	13	3,600	2,520	1,800	0,540	3,060	Reprovado
-	745517	Simone Bahr	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	737293	Sandra VanieleBahr	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO | NÃO HABILITADO

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota	Nota(C/ peso)				
1	755748	TuaniTaisa Fausto	3	0,600	3	0,600	3	0,300	9	4,500	18	6,000	4,200	0,000	4,200	Aprovado	
2	755925	Ricardo De Assis	5	1,000	3	0,600	2	0,200	8	4,000	18	5,800	4,060	0,000	4,060	Aprovado	
3	758875	Marciano Cirico	2	0,400	4	0,800	4	0,400	5	2,500	15	4,100	2,870	0,000	2,870	Aprovado	
-	724755	Isabel Knopf Gabriel	4	0,800	3	0,600	4	0,400	4	2,000	15	3,800	2,660	2,000	0,600	3,260	Reprovado

PROFESSOR DE GEOGRAFIA | HABILITADOS

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)			
1	751874	Maurício Loreno De Borba	3	0,600	2	0,400	4	0,400	10	5,000	19	6,400	4,480	4,000	1,200	5,680	Aprovado
2	749055	Maurício Silveira	3	0,600	4	0,800	3	0,300	6	3,000	16	4,700	3,290	4,000	1,200	4,490	Aprovado
PROFESSOR DE GEOGRAFIA   NÃO HABILITADO																	
1	762971	David Carvalho Costa Da Silva	5	1,000	3	0,600	2	0,200	7	3,500	17	5,300	3,710	0,000	0,000	3,710	Aprovado

PROFESSOR DE HISTÓRIA | HABILITADOS

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota		
1	742480	MarileiaFrech	5	1,000	2	0,400	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	5,620	1,686	Aprovado
2	760693	Marcio Jussier	3	0,600	2	0,400	3	0,300	9	4,500	17	5,800	4,060	6,000	1,800	Aprovado
3	745132	Napoleao Moreira De Castilho Neto	3	0,600	4	0,800	3	0,300	7	3,500	17	5,200	3,640	5,760	1,728	Aprovado

PROFESSOR DE HISTÓRIA | NÃO HABILITADOS

1	742386	Rosangela Do Pinho	5	1,000	4	0,800	1	0,100	11	5,500	21	7,400	5,180	0,000	0,000	5,180	Aprovado
2	738665	Cesar Luiz De Oliveira	4	0,800	4	0,800	2	0,200	8	4,000	18	5,800	4,060	0,000	0,000	4,060	Aprovado
3	725851	Douglas Muriel Cani	4	0,800	3	0,600	2	0,200	7	3,500	16	5,100	3,570	1,400	0,420	3,990	Aprovado
-	749363	Antonio Marcos Morlo	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	4,390	1,317	1,317	Reprovado
-	752145	Elias Jacinto Alberto	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – ALEMÃO | NÃO HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	738143	Luciane Monica Braatzledlicka	2	0,400	2	0,400	4	0,400	9	4,500	17	5,700	1,800	0,540	4,530	Aprovado

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLESA | NÃO HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	732346	Bruno Leno Moser	5	1,000	4	0,800	3	0,300	7	3,500	19	5,600	2,400	0,720	4,640	Aprovado
2	751114	Daiane Fischer	2	0,400	3	0,600	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,200	0,960	4,600	Aprovado
3	738644	Giovanna Felix Lopes Correia	4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	0,000	0,000	4,480	Aprovado
4	760587	AndriellBechtold	4	0,800	4	0,800	3	0,300	8	4,000	19	5,900	0,000	0,000	4,130	Aprovado

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	760868	Cristina Constança Cavalcanti Vieira	5	1,000	5	1,000	1	0,100	6	3,000	17	5,100	7,960	2,388	5,958	Aprovado
2	733952	Luciana De Souza Dos Santos	4	0,800	5	1,000	5	0,500	6	3,000	20	5,300	4,000	1,200	4,910	Aprovado

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA | NÃO HABILITADOS**

1	726500	Leontina Avancini	5	1,000	3	0,600	2	0,200	6	3,000	16	4,800	3,440	1,032	4,392	Aprovado
2	732347	Bruno Leno Moser	5	1,000	4	0,800	3	0,300	5	2,500	17	4,600	2,400	0,720	3,940	Aprovado
3	745589	Bruna Paula Zimmermann	5	1,000	5	1,000	3	0,300	5	2,500	18	4,800	1,800	0,540	3,900	Aprovado
4	747422	Alexandre De Souza	4	0,800	4	0,800	3	0,300	5	2,500	16	4,400	2,600	0,780	3,860	Aprovado
5	761386	Nilza Pieritz	5	1,000	3	0,600	3	0,300	7	3,500	18	5,400	0,000	0,000	3,780	Aprovado
-	752214	Glaucia Miranda Gonçalves	0	0,000	4	0,800	1	0,100	3	1,500	8	2,400	0,000	0,000	1,680	Reprovado

**PROFESSOR DE MAESTRO DE CORAIS | NÃO HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	722770	Mariluce Bianca Koepsel	5	1,000	4	0,800	3	0,300	12	6,000	24	8,100	2,800	0,840	6,510	Aprovado
2	738140	MarenMohr	4	0,800	4	0,800	3	0,300	8	4,000	19	5,900	0,300	0,090	4,220	Aprovado

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA | HABILITADO**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	748565	Marcelo Medeiros	5	1,000	5	1,000	3	0,300	6	3,000	19	5,300	4,760	1,428	5,138	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA | NÃO HABILITADOS**

1	741044	Andressa Konell	4	0,800	3	0,600	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	1,800	0,540	5,230	Aprovado
2	753450	Eduardo Kruger	4	0,800	3	0,600	3	0,300	9	4,500	19	6,200	4,340	2,500	0,750	5,090	Aprovado
3	751842	Sergio Foss	5	1,000	2	0,400	2	0,200	11	5,500	20	7,100	4,970	0,300	0,090	5,060	Aprovado
4	760373	Ronaldo Tambosi	4	0,800	5	1,000	1	0,100	9	4,500	19	6,400	4,480	1,800	0,540	5,020	Aprovado
-	745495	Aline Cristina De Sant Anna	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado

**PROFESSOR DE PATINHAÇÃO | HABILITADO**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica			Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota	Nota(C/ peso)		
1	751037	Josiane Cristina Silva Reiner	4	0,800	4	0,800	4	0,400	10	5,000	22	7,000	4,900	6,560	1,968	6,868	Aprovado

**PROFESSOR DE TEATRO | NÃO HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota	Nota(C/ peso)			
1	732516	Silvana Mara Cristovao Da Silva	3	0,600	4	0,800	3	0,300	11	5,500	21	7,200	5,040	0,000	0,000	Aprovado
2	762536	Viviane Wagner	3	0,600	4	0,800	2	0,200	11	5,500	20	7,100	4,970	0,000	0,000	Aprovado
3	722879	Joaquim Eduardo Lopes	1	0,200	4	0,800	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,640	2,000	0,600	Aprovado

**PROFESSOR DE TECLADO | HABILITADO**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota(C/ peso)		
1	734580	Camila Queiroz Alves De Arruda	4	0,800	5	1,000	5	0,500	13	6,500	27	8,800	6,160	4,940	1,482	Aprovado
PROFESSOR DE TECLADO   NÃO HABILITADO																
1	730899	Roberto Ramos Ferreira Jr	5	1,000	4	0,800	3	0,300	8	4,000	20	6,100	4,270	0,000	0,000	Aprovado

**PROFESSOR DE VIOLÃO | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)	Nota	Nota(C/ peso)		
1	734581	Camila Queiroz Alves De Arruda	4	0,800	5	1,000	5	0,500	13	6,500	27	8,800	6,160	4,940	1,482	Aprovado
2	754585	Gilberto Francisco Magalhaes Capeletto	5	1,000	5	1,000	3	0,300	11	5,500	24	7,800	5,460	6,000	1,800	Aprovado
3	762027	Elvis Karpoviz Maciel	4	0,800	5	1,000	3	0,300	11	5,500	23	7,600	5,320	6,000	1,800	Aprovado

**PROFESSOR DE VIOLÃO | NÃO HABILITADOS**

1	722771	Mariluce Bianca Koepsel	5	1,000	4	0,800	3	0,300	12	6,000	24	8,100	5,670	2,800	0,840	6,510	Aprovado
2	741049	Lucas Vanelli	5	1,000	4	0,800	4	0,400	10	5,000	23	7,200	5,040	2,000	0,600	5,640	Aprovado
3	730900	Roberto Ramos Ferreira Jr	5	1,000	4	0,800	3	0,300	8	4,000	20	6,100	4,270	0,000	0,000	4,270	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

-	720866	Eliei Deitos	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	761725	Jefferson Loos	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado

**PROFESSOR DE VIOLINO/VIOLONCELO | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)			
1	760361	Patrícia Alzira Da Veiga	3	0,600	3	0,600	2	0,200	10	5,000	18	6,400	6,120	1.836	6,316	Aprovado	
2	760398	Adriana Paulina Da Veiga	3	0,600	2	0,400	3	0,300	10	5,000	18	6,300	4,410	1.200	5,610	Aprovado	
PROFESSOR DE VIOLINO/VIOLONCELO   NÃO HABILITADO																	
-	735468	Natanael Elias Da Costa	4	0,800	2	0,400	2	0,200	4	2,000	12	3,400	2,380	2,000	0,600	2,980	Reprovado

**PROFESSOR DE XADREZ | HABILITADO**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1	759477	Riva Maicon Rosemann	5	1,000	4	0,800	5	0,500	8	4,000	22	6,300	4,410	7,600	6,690	Aprovado
<b>PROFESSOR DE XADREZ   NÃO HABILITADO</b>																
1	748382	Rodrigo Da Rosa	1	0,200	4	0,800	2	0,200	9	4,500	16	5,700	3,990	1,140	5,130	Aprovado
2	730613	Paulo Ricardo Scapin	4	0,800	3	0,600	4	0,400	6	3,000	17	4,800	3,360	0,000	3,360	Aprovado

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota	Nota(C/ peso)		
1.	723352	Josilene Matias Gonçalves De Araujo	5	1,000	4	0,800	3	0,300	15	7,500	27	9,600	6,720	8,000	9,120	Aprovado
2.	739527	Sandra Adriana Koslowski	5	1,000	4	0,800	1	0,100	13	6,500	23	8,400	5,880	8,000	8,280	Aprovado
3.	734060	Vanessa Gramkow	4	0,800	4	0,800	3	0,300	12	6,000	23	7,900	5,530	8,000	7,930	Aprovado
4.	761740	Thaiselvania Poffo	5	1,000	3	0,600	2	0,200	12	6,000	22	7,800	5,460	8,000	7,860	Aprovado
5.	720711	Leticia Kreusch	2	0,400	3	0,600	4	0,400	12	6,000	21	7,400	5,180	8,000	7,580	Aprovado
6.	725836	Izabel Cristina CaniCarniel	3	0,600	3	0,600	2	0,200	12	6,000	20	7,400	5,180	8,000	7,580	Aprovado
7.	723629	Sinaia Bosse	4	0,800	4	0,800	3	0,300	11	5,500	22	7,400	5,180	8,000	7,580	Aprovado
8.	720759	Aline Gonçalves	4	0,800	4	0,800	3	0,300	13	6,500	24	8,400	5,880	5,360	7,488	Aprovado
9.	735425	Andreia Bertelli	3	0,600	3	0,600	4	0,400	13	6,500	23	8,100	5,670	6,000	7,470	Aprovado
10.	761257	Marina Aparecida Felício Bernardi	5	1,000	4	0,800	2	0,200	12	6,000	23	8,000	5,600	6,000	7,400	Aprovado
11.	730530	Mayhure Andressa Witte Wagner Gramkow	4	0,800	4	0,800	2	0,200	11	5,500	21	7,300	5,110	7,500	7,360	Aprovado
12.	761137	Sueli Alves	4	0,800	4	0,800	3	0,300	12	6,000	23	7,900	5,530	6,000	7,330	Aprovado
13.	726339	Janaina Koch Deringer	3	0,600	4	0,800	1	0,100	11	5,500	19	7,000	4,900	8,000	7,300	Aprovado
14.	740097	Simoni Barth	4	0,800	4	0,800	2	0,200	12	6,000	22	7,800	5,460	6,000	7,260	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

15.	736159	Naiana Caroline dos Santos	3	0,600	3	0,600	2	0,200	11	5,500	19	6,900	4,830	8,000	2,400	7,230	Aprovado
16.	759981	Jaqueline Selbmann Adam	4	0,800	2	0,400	2	0,200	11	5,500	19	6,900	4,830	8,000	2,400	7,230	Aprovado
17.	761032	Scheila Schroeder Dagostin	4	0,800	4	0,800	3	0,300	10	5,000	21	6,900	4,830	8,000	2,400	7,230	Aprovado
18.	751115	Dalane Fischer	2	0,400	3	0,600	2	0,200	13	6,500	20	7,700	5,390	6,000	1,800	7,190	Aprovado
19.	761126	Glaucia Michele Wilhelm Krug	4	0,800	3	0,600	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	8,000	2,400	7,160	Aprovado
20.	723470	Vanessa Bertelli	2	0,400	3	0,600	2	0,200	11	5,500	18	6,700	4,690	8,000	2,400	7,090	Aprovado
21.	725729	Tania KlenzRistow	3	0,600	4	0,800	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	8,000	2,400	7,090	Aprovado
22.	724315	Aline Sprenger	3	0,600	3	0,600	3	0,300	11	5,500	20	7,000	4,900	7,180	2,154	7,054	Aprovado
23.	723753	Vanessa Mattos Alexandre	3	0,600	4	0,800	4	0,400	11	5,500	22	7,300	5,110	6,000	1,800	6,910	Aprovado
24.	725655	IasmynKaillyandraFrare	4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	4,480	8,000	2,400	6,880	Aprovado
25.	752595	Carla Correa da Silva Grassmann	5	1,000	4	0,800	4	0,400	10	5,000	23	7,200	5,040	6,000	1,800	6,840	Aprovado
26.	726638	Ivani Dos Santos	2	0,400	3	0,600	3	0,300	10	5,000	18	6,300	4,410	8,000	2,400	6,810	Aprovado
27.	750199	Djovana Bartira AviDebatin	4	0,800	3	0,600	4	0,400	9	4,500	20	6,300	4,410	8,000	2,400	6,810	Aprovado
28.	733073	Alessandra Denzer	4	0,800	3	0,600	4	0,400	9	4,500	20	6,300	4,410	8,000	2,400	6,810	Aprovado
29.	753170	Sirlene ArneliniSenci	3	0,600	5	1,000	2	0,200	9	4,500	19	6,300	4,410	7,740	2,322	6,732	Aprovado
30.	741414	CrislaineSchade	4	0,800	3	0,600	2	0,200	9	4,500	18	6,100	4,270	8,000	2,400	6,670	Aprovado
31.	760917	Paula Mariane Morais Guimaraes	4	0,800	4	0,800	3	0,300	10	5,000	21	6,900	4,830	6,000	1,800	6,630	Aprovado
32.	755487	Eliane Pereira Da Silva	4	0,800	4	0,800	2	0,200	10	5,000	20	6,800	4,760	6,000	1,800	6,560	Aprovado
33.	737919	Raissa Noeli Dave	4	0,800	4	0,800	2	0,200	10	5,000	20	6,800	4,760	6,000	1,800	6,560	Aprovado
34.	729479	Isabel Knopf Gabriel	4	0,800	3	0,600	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	6,000	1,800	6,560	Aprovado
35.	721896	Raquel KunzerPrzygoda	4	0,800	3	0,600	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	6,000	1,800	6,560	Aprovado
36.	729254	Eliane Da Silva Barbosa Botzan	5	1,000	2	0,400	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	6,000	1,800	6,560	Aprovado
37.	723505	Camila Wirth	2	0,400	5	1,000	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	5,900	1,770	6,530	Aprovado
38.	753374	Thais Maristela Petersen	4	0,800	5	1,000	4	0,400	9	4,500	22	6,700	4,690	6,000	1,800	6,490	Aprovado
39.	732729	Maria Madalena Hülse	4	0,800	3	0,600	2	0,200	10	5,000	19	6,600	4,620	6,000	1,800	6,420	Aprovado
40.	747392	Marcia Quesinski	0	0,000	4	0,800	4	0,400	9	4,500	17	5,700	3,990	8,000	2,400	6,390	Aprovado
41.	731723	Graciela ElysAncini (PCD)*	2	0,400	2	0,400	4	0,400	9	4,500	17	5,700	3,990	8,000	2,400	6,390	Aprovado
42.	740252	Ana Cristina De Borba Hoppe	4	0,800	4	0,800	4	0,400	9	4,500	21	6,500	4,550	6,000	1,800	6,350	Aprovado
43.	722121	Catia Back Ramos	1	0,200	4	0,800	1	0,100	9	4,500	15	5,600	3,920	8,000	2,400	6,320	Aprovado
44.	737736	Ellen Schluter da Silva	4	0,800	2	0,400	4	0,400	8	4,000	18	5,600	3,920	8,000	2,400	6,320	Aprovado
45.	741651	MaikelenrichKruger	4	0,800	3	0,600	4	0,400	11	5,500	22	7,300	5,110	4,000	1,200	6,310	Aprovado
46.	758179	Marciana Kleinschmidt	4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	4,480	6,000	1,800	6,280	Aprovado
47.	742579	Jaine Casas	2	0,400	3	0,600	2	0,200	9	4,500	16	5,700	3,990	7,500	2,250	6,240	Aprovado
48.	745797	Flavia Manenti	4	0,800	4	0,800	2	0,200	9	4,500	19	6,300	4,410	6,000	1,800	6,210	Aprovado
49.	724330	Lucilene Kleinschmidt	1	0,200	3	0,600	4	0,400	10	5,000	18	6,200	4,340	6,000	1,800	6,140	Aprovado
50.	752155	JarleneSardagna	3	0,600	4	0,800	4	0,400	7	3,500	18	5,300	3,710	8,000	2,400	6,110	Aprovado
51.	743465	FrancieliGriboski	2	0,400	3	0,600	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,640	8,000	2,400	6,040	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

52.	729547	Iraci Ancini	2	0,400	2	0,400	0,400	1	0,100	10	5,000	15	5,900	4,130	6,000	1,800	5,930	Aprovado
53.	738304	Laiz Pereira	4	0,800	3	0,800	0,600	1	0,100	7	3,500	15	5,000	3,500	8,000	2,400	5,900	Aprovado
54.	730854	Patricia Cristina Hoppe	4	0,800	4	0,800	0,800	2	0,200	8	4,000	18	5,800	4,060	6,000	1,800	5,860	Aprovado
55.	726280	Darlane Moraes Vahldick	5	1,000	4	0,800	0,800	5	0,500	7	3,500	21	5,800	4,060	6,000	1,800	5,860	Aprovado
56.	734771	Marli Ancini	2	0,400	4	0,800	0,800	2	0,200	7	3,500	15	4,900	3,430	8,000	2,400	5,830	Aprovado
57.	752560	MagalyHaertel Arns	4	0,800	4	0,800	0,800	4	0,400	9	4,500	21	6,500	4,550	4,000	1,200	5,750	Aprovado
58.	728407	Elenice De Souza	4	0,800	5	1,000	1,000	3	0,300	7	3,500	19	5,600	3,920	6,000	1,800	5,720	Aprovado
59.	732614	Janaina Zimmermann	3	0,600	4	0,800	0,800	3	0,300	6	3,000	16	4,700	3,290	8,000	2,400	5,690	Aprovado
60.	725642	DorishaideKutterFrare	3	0,600	3	0,600	0,600	2	0,200	8	4,000	16	5,400	3,780	6,000	1,800	5,580	Aprovado
61.	761127	TarciaMalaneAntonio	3	0,600	3	0,600	0,600	2	0,200	8	4,000	16	5,400	3,780	6,000	1,800	5,580	Aprovado
62.	743663	Jessica Kloth	4	0,800	3	0,600	0,600	3	0,300	7	3,500	17	5,200	3,640	6,000	1,800	5,440	Aprovado
63.	725366	Juliana De Gracia	5	1,000	4	0,800	0,800	3	0,300	6	3,000	18	5,100	3,570	6,000	1,800	5,370	Aprovado
64.	739184	Fernanda da Silva Ferreira	4	0,800	4	0,800	0,800	2	0,200	7	3,500	17	5,300	3,710	5,500	1,650	5,360	Aprovado
65.	723485	Rozane Garcia	0	0,000	3	0,600	0,600	3	0,300	10	5,000	16	5,900	4,130	4,000	1,200	5,330	Aprovado
66.	723855	Camili Diniz Da Silva	1	0,200	3	0,600	0,600	2	0,200	8	4,000	14	5,000	3,500	6,000	1,800	5,300	Aprovado
67.	761995	Solange Jacinto Hoppe	2	0,400	2	0,400	0,400	2	0,200	8	4,000	14	5,000	3,500	6,000	1,800	5,300	Aprovado
68.	725330	Gislene Vanderlinde Back	2	0,400	4	0,800	0,800	3	0,300	7	3,500	16	5,000	3,500	6,000	1,800	5,300	Aprovado
69.	741023	Franciele Gonçalves	3	0,600	3	0,600	0,600	3	0,300	7	3,500	17	5,000	3,500	6,000	1,800	5,300	Aprovado
70.	728924	Joice Da Silva	5	1,000	4	0,800	0,800	2	0,200	6	3,000	17	5,000	3,500	6,000	1,800	5,300	Aprovado
71.	762982	Luciana Dos Santos Persuhn	2	0,400	4	0,800	0,800	2	0,200	7	3,500	15	4,900	3,430	6,000	1,800	5,230	Aprovado
72.	737954	Daniele Day	3	0,600	2	0,400	0,400	2	0,200	8	4,000	15	5,200	3,640	5,160	1,548	5,188	Aprovado
73.	759883	Karina Vissovati	4	0,800	3	0,600	0,600	2	0,200	8	4,000	17	5,600	3,920	4,000	1,200	5,120	Aprovado
74.	735363	Eliciane Lourenco De Souza	2	0,400	3	0,600	0,600	1	0,100	8	4,000	14	5,100	3,570	5,150	1,545	5,115	Aprovado
75.	760996	Michele Fachini	3	0,600	4	0,800	0,800	2	0,200	6	3,000	15	4,600	3,220	6,000	1,800	5,020	Aprovado
76.	729298	Tauana Regina Koprowski Da Silva	4	0,800	4	0,800	0,800	3	0,300	7	3,500	18	5,400	3,780	4,000	1,200	4,980	Aprovado
77.	730147	Cristiane Gomes Santos	3	0,600	3	0,600	0,600	1	0,100	6	3,000	13	4,300	3,010	6,000	1,800	4,810	Aprovado
78.	731705	Ivonirde Oliveira	2	0,400	3	0,600	0,600	1	0,100	8	4,000	14	5,100	3,570	3,900	1,170	4,740	Aprovado
79.	733409	Catia Regina De Oliveira	1	0,200	3	0,600	0,600	4	0,400	6	3,000	14	4,200	2,940	6,000	1,800	4,740	Aprovado
80.	735234	Cristiane Brehmer	3	0,600	4	0,800	0,800	2	0,200	6	3,000	15	4,600	3,220	4,980	1,494	4,714	Aprovado
81.	761929	Rubia Morgana Manes	4	0,800	2	0,400	0,400	3	0,300	8	4,000	17	5,500	3,850	2,630	0,789	4,639	Aprovado
82.	721348	Lucilene DeBroski	2	0,400	2	0,400	0,400	2	0,200	6	3,000	12	4,000	2,800	6,000	1,800	4,600	Aprovado
83.	727665	Tatiana Ferreira Sardagna	0	0,000	3	0,600	0,600	3	0,300	7	3,500	13	4,400	3,080	4,000	1,200	4,280	Aprovado
84.	752705	Franciele Gonçalves	4	0,800	3	0,600	0,600	3	0,300	5	2,500	15	4,200	2,940	4,400	1,320	4,260	Aprovado
85.	738144	Luciane Monica BraatzJedlicka	2	0,400	2	0,400	0,400	4	0,400	6	3,000	14	4,200	2,940	4,000	1,200	4,140	Aprovado
-	738125	Jeniffer MariseBraatz	2	0,400	4	0,800	0,800	3	0,300	2	1,000	11	2,500	1,750	4,000	1,200	2,950	Reprovado

PCD\* - Pessoa com Deficiência - Observar percentual na hora da contratação.

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br



**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | NÃO HABILITADOS**

1.	761755	Silvia Zils Andrade		5	1,000	4	0,800	4	0,400	10	5,000	23	7,200	5,040	4,400	1,320	6,360	Aprovado
2.	752122	GrazieleSebold		5	1,000	5	1,000	3	0,300	8	4,000	21	6,300	4,410	4,400	1,320	5,730	Aprovado
3.	723622	Elisangela Dos Santos Batista		3	0,600	4	0,800	3	0,300	10	5,000	20	6,700	4,690	3,200	0,960	5,650	Aprovado
4.	761920	Sandra Iara Amorim Pinto		3	0,600	4	0,800	3	0,300	10	5,000	21	6,700	4,690	3,000	0,900	5,590	Aprovado
5.	757379	FrancieliHeinzen Krueger		2	0,400	4	0,800	5	0,500	10	5,000	21	6,700	4,690	2,400	0,720	5,410	Aprovado
6.	739576	Ana Paula Borges Rotta		3	0,600	3	0,600	2	0,200	10	5,000	18	6,400	4,480	3,100	0,930	5,410	Aprovado
7.	733370	Cilene Schneider		3	0,600	4	0,800	3	0,300	11	5,500	21	7,200	5,040	1,200	0,360	5,400	Aprovado
8.	722724	Lizandra Rafaela Da Silva		4	0,800	3	0,600	4	0,400	9	4,500	20	6,300	4,410	3,170	0,951	5,361	Aprovado
9.	720801	Dayane Felicio		3	0,600	4	0,800	4	0,400	10	5,000	21	6,800	4,760	2,000	0,600	5,360	Aprovado
10.	741272	Aline Cristina Pereira Meneghelli		4	0,800	3	0,600	3	0,300	8	4,000	18	5,700	3,990	4,400	1,320	5,310	Aprovado
11.	744982	Joice Maria Loos		3	0,600	4	0,800	2	0,200	9	4,500	18	6,100	4,270	3,100	0,930	5,200	Aprovado
12.	734969	Edson Lima Moraes		4	0,800	4	0,800	3	0,300	11	5,500	22	7,400	5,180	0,000	0,000	5,180	Aprovado
13.	735384	Jaqueline Gonçalves		4	0,800	3	0,600	4	0,400	11	5,500	22	7,300	5,110	0,000	0,000	5,110	Aprovado
14.	746499	Paulo Moacir Oliani		5	1,000	4	0,800	4	0,400	10	5,000	23	7,200	5,040	0,000	0,000	5,040	Aprovado
15.	727799	Solange KurthNasatto		4	0,800	2	0,400	1	0,100	8	4,000	15	5,300	3,710	4,400	1,320	5,030	Aprovado
16.	729369	Rafaela Aparecida De Briti		4	0,800	3	0,600	3	0,300	7	3,500	17	5,200	3,640	4,400	1,320	4,960	Aprovado
17.	755381	Maiara Suelen Schneider		2	0,400	3	0,600	3	0,300	10	5,000	18	6,300	4,410	1,800	0,540	4,950	Aprovado
18.	725935	Quella Ribeiro Pinto Quintino		1	0,200	4	0,800	3	0,300	9	4,500	17	5,800	4,060	2,700	0,810	4,870	Aprovado
19.	724069	Bianca Vieira		3	0,600	4	0,800	2	0,200	8	4,000	17	5,600	3,920	3,040	0,912	4,832	Aprovado
20.	743876	JanaineAlfonsoCipriani		4	0,800	2	0,400	2	0,200	9	4,500	17	5,900	4,130	2,100	0,630	4,760	Aprovado
21.	762659	Mercedes Silva Rocha		1	0,200	4	0,800	2	0,200	11	5,500	18	6,700	4,690	0,000	0,000	4,690	Aprovado
22.	760588	AndrielliBechtold		4	0,800	4	0,800	3	0,300	9	4,500	20	6,400	4,480	0,000	0,000	4,480	Aprovado
23.	735333	Taina Lichtenfelz Ferreira		3	0,600	5	1,000	3	0,300	6	3,000	17	4,900	3,430	3,300	0,990	4,420	Aprovado
24.	763149	Diana Nunes		3	0,600	4	0,800	3	0,300	9	4,500	19	6,200	4,340	0,000	0,000	4,340	Aprovado
25.	760751	Bianca Aparecida Pereira		1	0,200	2	0,400	2	0,200	9	4,500	14	5,300	3,710	2,100	0,630	4,340	Aprovado
26.	752705	Franciele Gonçalves		4	0,800	3	0,600	3	0,300	5	2,500	15	4,200	2,940	4,400	1,320	4,260	Aprovado
27.	755749	TuaniTalisa Fausto		3	0,600	3	0,600	3	0,300	9	4,500	18	6,000	4,200	0,000	0,000	4,200	Aprovado
28.	750576	Ivanilde Hafemann		3	0,600	3	0,600	1	0,100	9	4,500	16	5,800	4,060	0,000	0,000	4,060	Aprovado
29.	721538	Tatiane Tobias Nicolletti		2	0,400	3	0,600	1	0,100	6	3,000	12	4,100	2,870	3,800	1,140	4,010	Aprovado
30.	725826	Allonara Becker		4	0,800	3	0,600	2	0,200	7	3,500	16	5,100	3,570	1,200	0,360	3,930	Aprovado
31.	762048	MariceliGorgik		0	0,000	4	0,800	2	0,200	8	4,000	14	5,000	3,500	1,000	0,300	3,800	Aprovado
32.	722532	Cleomar De Sousa Lima		2	0,400	4	0,800	2	0,200	8	4,000	16	5,400	3,780	0,000	0,000	3,780	Aprovado
33.	762102	Mareli Wagner		5	1,000	3	0,600	2	0,200	6	3,000	16	4,800	3,360	1,200	0,360	3,720	Aprovado
34.	745766	Indira Carolina Claudino Dos Santos		3	0,600	3	0,600	2	0,200	6	3,000	14	4,400	3,080	1,800	0,540	3,620	Aprovado
35.	744628	Keroline Nicole Da Silva Machado		3	0,600	4	0,800	2	0,200	7	3,500	16	5,100	3,570	0,000	0,000	3,570	Aprovado
36.	747342	Elyse Fernanda Kietzer		2	0,400	2	0,400	3	0,300	6	3,000	13	4,100	2,870	2,200	0,660	3,530	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500

adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

37.	725198	Zuleide Raquel Araujo	0	0,000	4	0,800	2	0,200	8	4,000	14	5,000	3,500	0,000	0,000	3,500	Aprovado
38.	724158	Sandra Cristina Machado	4	0,800	4	0,800	1	0,100	6	3,000	15	4,700	3,290	0,000	0,000	3,290	Aprovado
39.	756235	Tais Marinho De Mello	2	0,400	4	0,800	2	0,200	6	3,000	14	4,400	3,080	0,000	0,000	3,080	Aprovado
-	753060	Juliana Fatima Sikorski	0	0,000	4	0,800	2	0,200	4	2,000	10	3,000	2,100	2,600	0,780	2,880	Reprovado
-	743598	Camila Tobia	4	0,800	2	0,400	2	0,200	5	2,500	13	3,900	2,730	0,000	0,000	2,730	Reprovado
-	722427	Joana Da Silva Conzatti	0	0,000	3	0,600	2	0,200	5	2,500	10	3,300	2,310	0,000	0,000	2,310	Reprovado
-	741276	Adair Jose Nascimento	1	0,200	3	0,600	4	0,400	3	1,500	11	2,700	1,890	0,000	0,000	1,890	Reprovado
-	723494	Daiane Dreger	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	3,500	1,050	1,050	Reprovado
-	762960	Elaine Cristina Rocha Klabunde De Andrade	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	749914	Ana Paula Vanelli	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	730579	Kellin Petersen	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	763208	Zilda Lessa	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	721401	Luana Morgenroth	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	Reprovado

## SERVENTE/MERENDEIRA(O) | ENSINO FUNDAMENTAL

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica			Nota final	Situação final	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)			
1.	741113	Luciane Costa	4	0,800	3	0,600	2	0,200	14	7,000	23	8,600	8,600	Aprovado		
2.	742495	Franciele Sebold	5	1,000	3	0,600	4	0,400	13	6,500	25	8,500	8,500	Aprovado		
3.	754561	Onorio Dos Santos	0	0,000	3	0,600	3	0,300	14	7,000	20	7,900	7,900	Aprovado		
4.	754546	Romilda RojanskiReblin	2	0,400	3	0,600	3	0,600	3	0,300	13	6,500	21	7,800	7,800	Aprovado
5.	725764	Helen Cristina Cardoso Monteiro	4	0,800	3	0,600	3	0,600	3	0,300	12	6,000	22	7,700	7,700	Aprovado
6.	754392	Estandislau Silva Lira	4	0,800	1	0,200	1	0,200	1	0,100	13	6,500	19	7,600	7,600	Aprovado
7.	762809	Suelen Uhlmann	3	0,600	2	0,400	4	0,400	4	0,400	12	6,000	21	7,400	7,400	Aprovado
8.	742527	Sonia Vinci Meneghelli	3	0,600	4	0,800	5	0,500	11	5,500	23	7,400	7,400	7,400	Aprovado	
9.	737998	Viviane Farias	1	0,200	4	0,800	3	0,300	12	6,000	20	7,300	7,300	7,300	Aprovado	
10.	727307	Tatiana FachinLemkeMinusculi	3	0,600	2	0,400	2	0,400	2	0,200	12	6,000	19	7,200	7,200	Aprovado
11.	731794	Lucinea Pereira	1	0,200	1	0,200	2	0,200	2	0,200	13	6,500	17	7,100	7,100	Aprovado
12.	721112	Clarice Pimenta	1	0,200	3	0,600	3	0,600	3	0,300	12	6,000	19	7,100	7,100	Aprovado
13.	752873	Beatrice EstivalletCastelani Da Silva	4	0,800	2	0,400	4	0,400	4	0,400	11	5,500	21	7,100	7,100	Aprovado
14.	734361	Debora Diogo	2	0,400	2	0,400	2	0,400	2	0,200	12	6,000	18	7,000	7,000	Aprovado
15.	729998	Juliana Anastacio Nunes	2	0,400	2	0,400	2	0,400	2	0,200	12	6,000	18	7,000	7,000	Aprovado
16.	743019	Tainara Boll	2	0,400	2	0,400	2	0,400	1	0,100	12	6,000	17	6,900	6,900	Aprovado
17.	727327	Eronice Terezinha Oliveira	1	0,200	1	0,200	1	0,200	5	0,500	12	6,000	19	6,900	6,900	Aprovado
18.	756649	GerdadDrager	1	0,200	0	0,000	1	0,000	1	0,100	13	6,500	15	6,800	6,800	Aprovado
19.	750697	Lorena FelisbinoKlaumann	1	0,200	2	0,400	2	0,400	2	0,200	12	6,000	17	6,800	6,800	Aprovado
20.	731150	Andreia TankLehmkuhl	2	0,400	1	0,200	2	0,200	2	0,200	12	6,000	17	6,800	6,800	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

21.	750940	Liane Bones Bilha		2	0,400	1	0,200	1	0,100	12	6,000	16	6,700	6,700	6,700	Aprovado
22.	750451	Julio Duarte		2	0,400	0	0,000	2	0,200	12	6,000	16	6,600	6,600	6,600	Aprovado
23.	732385	Enedina Da Silva		2	0,400	2	0,400	2	0,200	11	5,500	17	6,500	6,500	6,500	Aprovado
24.	749165	Leticia Lunelli		1	0,200	3	0,600	2	0,200	11	5,500	17	6,500	6,500	6,500	Aprovado
25.	748942	Ironete De Andrade		1	0,200	3	0,600	2	0,200	11	5,500	17	6,500	6,500	6,500	Aprovado
26.	748986	Cristiane Antonio		0	0,000	1	0,200	2	0,200	12	6,000	15	6,400	6,400	6,400	Aprovado
27.	761356	Barbara Trombottobighetti		1	0,200	2	0,400	2	0,200	11	5,500	16	6,300	6,300	6,300	Aprovado
28.	749177	Rosicleia Schroeder		0	0,000	0	0,000	2	0,200	12	6,000	14	6,200	6,200	6,200	Aprovado
29.	720822	Mileide Aparecida Ventura Felicio		0	0,000	3	0,600	1	0,100	11	5,500	15	6,200	6,200	6,200	Aprovado
30.	743433	Mateus Leite		2	0,400	3	0,600	2	0,200	10	5,000	17	6,200	6,200	6,200	Aprovado
31.	732297	Nalaira Roeder		1	0,200	1	0,200	2	0,200	11	5,500	15	6,100	6,100	6,100	Aprovado
32.	763116	Monica De Souza		0	0,000	1	0,200	3	0,300	11	5,500	15	6,000	6,000	6,000	Aprovado
33.	722464	Lucimara Cipra		0	0,000	1	0,200	3	0,300	11	5,500	15	6,000	6,000	6,000	Aprovado
34.	736482	Anair Vieira		1	0,200	1	0,200	1	0,100	11	5,500	14	6,000	6,000	6,000	Aprovado
35.	732306	Dilma Gomes Vieira		1	0,200	3	0,600	2	0,200	10	5,000	16	6,000	6,000	6,000	Aprovado
36.	743311	Marli Conzatti Machado		1	0,200	3	0,600	2	0,200	10	5,000	16	6,000	6,000	6,000	Aprovado
37.	729052	Catarina Duca		2	0,400	0	0,000	4	0,400	10	5,000	16	5,800	5,800	5,800	Aprovado
38.	727108	Ingridy Nunes Gomes		2	0,400	3	0,600	3	0,300	9	4,500	17	5,800	5,800	5,800	Aprovado
39.	752753	Dalane Padilha		1	0,200	1	0,200	3	0,300	10	5,000	15	5,700	5,700	5,700	Aprovado
40.	754917	Marcia Sueli PersuhnBraatz		3	0,600	2	0,400	2	0,200	9	4,500	16	5,700	5,700	5,700	Aprovado
41.	721408	Margarete Campregher Dias Machado		2	0,400	0	0,000	2	0,200	10	5,000	14	5,600	5,600	5,600	Aprovado
42.	737984	Nalaira Schnitz		2	0,400	0	0,000	2	0,200	10	5,000	14	5,600	5,600	5,600	Aprovado
43.	738688	Rafaela EskelsenKrenkel		2	0,400	1	0,200	4	0,400	9	4,500	16	5,500	5,500	5,500	Aprovado
44.	725132	SidoniaHowe		3	0,600	1	0,200	2	0,200	9	4,500	15	5,500	5,500	5,500	Aprovado
45.	728646	Rosenilda Dos Santos Carlos		2	0,400	1	0,200	2	0,200	9	4,500	14	5,300	5,300	5,300	Aprovado
46.	758600	Marcia Bertoti		0	0,000	1	0,200	2	0,200	9	4,500	12	4,900	4,900	4,900	Aprovado
47.	761553	Aldenir Santana		1	0,200	1	0,200	4	0,400	8	4,000	14	4,800	4,800	4,800	Aprovado
48.	752321	Dalva Bertoti		1	0,200	1	0,200	4	0,400	8	4,000	14	4,800	4,800	4,800	Aprovado
49.	740991	Janaina Schroeder (PCD)*		2	0,400	1	0,200	4	0,400	7	3,500	14	4,500	4,500	4,500	Aprovado
-	733440	Ivanise Barbosa Carlos		1	0,200	0	0,000	2	0,200	7	3,500	10	3,900	3,900	3,900	Reprovado
-	744515	Lucia Degradia		1	0,200	1	0,200	3	0,300	6	3,000	11	3,700	3,700	3,700	Reprovado
-	725135	Zelia Couto		0	0,000	0	0,000	1	0,100	3	1,500	4	1,600	1,600	1,600	Reprovado
-	756156	Marlene Alves Andre		0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	739356	Catia Andreia Correia		0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	726429	Jean Michel Zink Schmitt		0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	Reprovado
-	723650	Paloma Andre		0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000	0,000	Reprovado

PCD\* - Pessoa com Deficiência – Observar percentual na hora da contratação.

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500

adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

**CLASSIFICAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

A publicação do resultado final do processo seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Títulos		Nota final	Situação final
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota(C/ peso)	Nota(C/ peso)		
1.	731723	Graciela ElyAncini	2	0,400	2	0,400	4	0,400	9	4,500	17	5,700	3,990	8,000	6,390	Aprovado

**SERVENTE/MERENDEIRA(O) | ENSINO FUNDAMENTAL**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Matemática		Português		Atualidades		Específicos		Nota teórica		Situação final	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota final	Situação final
1	740991	Janaina Schroeder	2	0,400	1	0,200	4	0,400	7	3,500	14	4,500	4,500	Aprovado

**LISTA PARA PLANTÃO DE FÉRIAS****PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | HABILITADOS**

Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Nota final	Situação final
1.	723352	Josilene Matias Goncalves De Araujo	9,120	Aprovado
2.	739527	Sandra Adriana Koslowski	8,280	Aprovado
3.	734060	Vanessa Gramkow	7,930	Aprovado
4.	761740	ThaiselvaniaPoffo	7,860	Aprovado
5.	720711	Leticia Kreusch	7,580	Aprovado
6.	723629	SinaiaBosse	7,580	Aprovado
7.	720759	Aline Goncalves	7,488	Aprovado
8.	735425	Andreia Bertelli	7,470	Aprovado
9.	730530	Mayhure Andressa Witte Wagner Gramkow	7,360	Aprovado
10.	726339	Janaina Koch Deringer	7,300	Aprovado
11.	740097	Simoni Barth	7,260	Aprovado
12.	736159	Nailana Caroline dos Santos	7,230	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

13.	759981	Jaqueline Selbmann Adam	7,230	Aprovado
14.	761126	Glauca Michele Wilhelm Krug	7,160	Aprovado
15.	723470	Vanessa Bertelli	7,090	Aprovado
16.	725729	Tania KlemzRistow	7,090	Aprovado
17.	724315	Aline Sprenger	7,054	Aprovado
18.	723753	Vanessa Mattos Alexandre	6,910	Aprovado
19.	725655	IasmynKallyandraFrare	6,880	Aprovado
20.	752595	Carla Correa da Silva Grassmann	6,840	Aprovado
21.	726638	Ivani Dos Santos	6,810	Aprovado
22.	750199	Djovana Bartra AviDebatin	6,810	Aprovado
23.	733073	Alessandra Denzer	6,810	Aprovado
24.	741414	CrislaineSchade	6,670	Aprovado
25.	760917	Paula Mariane Morais Guimaraes	6,630	Aprovado
26.	737919	Raissa Noeli Dave	6,560	Aprovado
27.	729479	Isabel Knopf Gabriel	6,560	Aprovado
28.	729254	Eliane Da Silva Barbosa Botzan	6,560	Aprovado
29.	723505	Camila Wirth	6,530	Aprovado
30.	732729	Maria Madalena Hülse	6,420	Aprovado
31.	747392	Marcia Quesinski	6,390	Aprovado
32.	731723	Graciela ElysAncini (PCD)*	6,390	Aprovado
33.	737736	Ellen Schluter da Silva	6,320	Aprovado
34.	742579	Jaine Casas	6,240	Aprovado
35.	745797	Flavia Manenti	6,210	Aprovado
36.	752155	JarleneSardagna	6,110	Aprovado
37.	743465	FrancieliGriboski	6,040	Aprovado
38.	729547	Iraci Ancini	5,930	Aprovado
39.	730854	Patricia Cristina Hoppe	5,860	Aprovado
40.	728407	Elenice De Souza	5,720	Aprovado
41.	732614	Janaina Zimmermann	5,690	Aprovado
42.	761127	TarciaMalaneAntonio	5,580	Aprovado
43.	725366	Juliana De Gracia	5,370	Aprovado
44.	723485	Rozane Garcia	5,330	Aprovado
45.	723855	Camili Diniz Da Silva	5,300	Aprovado
46.	725330	Gislene Vanderlinda Back	5,300	Aprovado
47.	741023	Franciele Goncalves	5,300	Aprovado
48.	728924	Joice Da Silva	5,300	Aprovado
49.	762982	Luciana Dos Santos Persuhn	5,230	Aprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
 Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
 adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br

50.	737954	Daniele Day	5,188	Aprovado
51.	759883	Karina Vissovati	5,120	Aprovado
52.	735363	Eliciane Lourenco De Souza	5,115	Aprovado
53.	730147	Cristiane Gomes Santos	4,810	Aprovado
54.	731705	Ivonir De Oliveira	4,740	Aprovado
55.	733409	Catia Regina De Oliveira	4,740	Aprovado
56.	721348	Lucilene Debroski	4,600	Aprovado
<b>PCD* - pessoa com Deficiência – Observar percentual na hora da contratação.</b>				
<b>PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL   NÃO HABILITADOS</b>				
1.	761755	Silvia Zils Andrade	6,360	Aprovado
2.	752122	Graziele Sebold	5,730	Aprovado
3.	723622	Elisangela Dos Santos Batista	5,650	Aprovado
4.	733370	Cilene Schneider	5,400	Aprovado
5.	722724	Lizandra Rafaela Da Silva	5,361	Aprovado
6.	720801	Dayane Felício	5,360	Aprovado
7.	741272	Aline Cristina Pereira Meneghelli	5,310	Aprovado
8.	744982	Joice Maria Loos	5,200	Aprovado
9.	734969	Edson Lima Moraes	5,180	Aprovado
10.	735384	Jaqueline Gonçalves	5,110	Aprovado
11.	727799	Solange Kurth Nasatto	5,030	Aprovado
12.	729369	Rafaela Aparecida De Briti	4,960	Aprovado
13.	725935	Queila Ribeiro Pinto Quintino	4,870	Aprovado
14.	743876	Janaine Alionso Cipriani	4,760	Aprovado
15.	762659	Mercedes Silva Rocha	4,690	Aprovado
16.	761929	Rubia Morgana Manes	4,639	Aprovado
17.	760588	Andrieli Bechtold	4,480	Aprovado
18.	735333	Taina Lichtenfelz Ferreira	4,420	Aprovado
19.	760751	Bianca Aparecida Pereira	4,340	Aprovado
20.	752705	Franciele Gonçalves	4,260	Aprovado
21.	750576	Ivanilde Hafemann	4,060	Aprovado
22.	725826	Alionara Becker	3,930	Aprovado
23.	762048	Maricell Gorgik	3,800	Aprovado
24.	722532	Cleomar De Sousa Lima	3,780	Aprovado
25.	745766	Indira Carolina Claudino Dos Santos	3,620	Aprovado
26.	747342	Elyse Fernanda Kietzer	3,530	Aprovado
27.	725198	Zuleide Raquel Araujo	3,500	Aprovado

28.	724158	Sandra Cristina Machado	3,290	Aprovado
-	722427	Joana Da Silva Conzatti	2,310	Reprovado
-	741276	Adair Jose Nascimento	1,890	Reprovado
-	723494	Dalane Dreger	1,050	Reprovado
-	762960	Elaine Cristina Rocha Klabunde De Andrade	0,000	Reprovado
-	749914	Ana Paula Vanelli	0,000	Reprovado
-	763208	Zilda Lessa	0,000	Reprovado

Prefeitura Municipal de Ibirama – Estado de Santa Catarina  
Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – Centro – Ibirama – SC – CEP 89140-000 Fone: (47) 3357-8500  
adm@ibirama.sc.gov.br – www.ibirama.sc.gov.br



# Ilhota

## PREFEITURA

### DESPACHO 1 CC 2017-001 - PMI - AGUA

Publicação Nº 1459284

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	CONCORRENCIA Processo Nº: 508/2017 Data: 18/12/2017
---	---

Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

### DESPACHO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Fica os licitantes ATLANTIS SANEAMENTO LTDA E SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA, intimados a apresentarem as contra razões aos recursos interpostos na CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Ilhota 18 de Dezembro de 2017

Assinatura da CPL:

Alvarilda Aparecida de Souza	Presidente	
Daisy Cristiane Pereira	Membro	
Joni Everton de Oliveira Pereira	Membro	

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO MD 22/2017

Publicação Nº 1458675

#### RESOLUÇÃO DE MESA Nº 22/2017

DISPENSA O TRÂMITE PELO RITO REGIMENTAL DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 E 62/2017, POSSIBILITANDO SUA LEITURA E DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA MESMA SESSÃO EXTRA-ORDINÁRIA.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis os Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017;

CONSIDERANDO que os Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017 não necessitam obrigatoriamente tramitarem em sessões ordinárias;

CONSIDERANDO que a tramitação dos Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017, devem por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência das matérias constantes nas proposições apresentadas pelo executivo municipal;

CONSIDERANDO a importância das matérias que se encontram estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam dispensadas do trâmite regimental os Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017.

Art. 2º. Fica autorizada a leitura e inclusão dos Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017 na ordem

do dia da Sessão Extraordinária do dia 20 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar os Projetos de Lei Complementar nº 58/2017, 59/2017, 60/2017, 61/2017 e 62/2017 inclusos na Ordem do dia da Sessão Extraordinária do dia 20 de dezembro de 2017, em um único turno de discussão e votação.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 14 de dezembro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 090, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459221

DECRETO Nº. 090, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE expediente interno e reCESSO FUNCIONAL DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

Considerando as festividades natalinas e de final de ano;

Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

Considerando a necessidade de ajuste financeiro, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço da Administração Pública Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado expediente interno nas Repartições Públicas do Município no período de 18 a 22 de dezembro de 2017.

Paragrafo primeiro. Fica ratificado o feriado nacional alusivo às comemorações de natal em 25 de dezembro de 2017.

Paragrafo segundo. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo o Setor de Tributação, Expedição de Notas do Produtor e Serviços relacionados ao INCRA, vinculados as Secretarias Municipais de Administração e Finanças, e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário, respectivamente.

Art. 2º. Fica decretado recesso administrativo nas repartições Públicas do Município no período de 26 de dezembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018.

Paragrafo único. Fica autorizado o Secretário de Administração e Finanças a convocar os funcionários e/ou servidores vinculados ao Setor de Tesouraria, Contabilidade e Recursos Humanos para fins de confecção de folha de pagamento ou afins, nos dias descritos no caput do presente artigo.

Art. 3º - Excetuam-se ao presente Decreto os serviços que são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Paragrafo único. O Presidente da SAMAE e os Secretários de Saúde, e Transporte, Obras e Serviços Urbanos, devem fixar em local visível um número telefônico para os casos de emergência no âmbito do Município, em suas respectivas Secretarias.

Art. 4º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 5º - Os processos sindicantes e disciplinares, bem como os pretensos recursos licitatórios ficarão suspensos no prazo de recesso mencionado neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 11 de dezembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### 2ª TERMO DE ADITIVO DA ATA Nº 220/2017 PP 28/2017

Publicação Nº 1460795

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2017 DO PP 28/2017 – SEASTH  
OBJETO: O presente termo de aditivo tem por finalidade o reajuste do valor dos itens GASOLINA COMUM, em que foi cotado o preço unitário de R\$ 3,4087, o litro da gasolina, em função do realinhamento de preço do valor do produto, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O preço unitário, que vigorará com reajuste, a partir da assinatura do presente passará a ser o seguinte:

ITEM	PREÇO ACORDADO NO PREGÃO	PREÇO COM REAJUSTE
GASOLINA COMUM	R\$ 3,4087	R\$ 3,9065

EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VIGÊNCIA: 12 meses.  
Imbituba, 15 de dezembro de 2017.  
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

### 2ª TERMO DE ADITIVO DA ATA Nº 221/2017 PP 28/2017

Publicação Nº 1460797

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2017 DO PP 28/2017 – DEMUTRAN  
OBJETO: O presente termo de aditivo tem por finalidade o reajuste do valor dos itens GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL S500, em que foi cotado o preço unitário de R\$ 3,4087, o litro da gasolina, R\$ 2,6472 o litro do óleo diesel S10 e R\$2,5112 óleo diesel S500, em função do realinhamento de preço do valor do produto, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O preço unitário, que vigorará com reajuste, a partir da assinatura do presente passará a ser o seguinte:

ITEM	PREÇO ACORDADO NO PREGÃO	PREÇO COM REAJUSTE
GASOLINA COMUM	R\$ 3,4087	R\$ 3,9065
ÓLEO DIESEL S10	R\$ 2,6472	R\$ 2,9912
ÓLEO DIESEL S500	R\$ 2,5112	R\$ 2,8170

EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses.  
Imbituba, 15 de dezembro de 2017.  
ALEX SANDRO CARPES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

### 2ª TERMO DE ADITIVO DA ATA Nº 307/2017 PP 28/2017

Publicação Nº 1460796

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 307/2017 DO PP 28/2017 – DEMUTRAN  
OBJETO: O presente termo de aditivo tem por finalidade o reajuste do valor dos itens GASOLINA COMUM, em que foi cotado o preço unitário de R\$ 3,4087, o litro da gasolina, em função do realinhamento de preço do valor do produto, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O preço unitário, que vigorará com reajuste, a partir da assinatura do presente passará a ser o seguinte:

ITEM	PREÇO ACORDADO NO PREGÃO	PREÇO COM REAJUSTE
GASOLINA COMUM	R\$ 3,4087	R\$ 3,9065

EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VIGÊNCIA: 12 meses.  
Imbituba, 15 de dezembro de 2017.  
ALEX SANDRO CARPES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

### ATA 211/2017 PP 10/2017 - SEMUSA -POSTO OFICINAS

Publicação Nº 1460810

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2017 DO PP 10/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EMPRESA: POSTO OFICINAS LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 432.510,76  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 30 de agosto de 2017  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 212/2017 PP 10/2017 - REEQUILÍBRIO -SEMUSA -TREVO SUL**

Publicação Nº 1460812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2017 DO PP 10/2017 – SEMUSA  
OBJETO: O presente termo de aditivo tem por finalidade o reajuste do valor dos itens GASOLINA COMUM, em que foi cotado o preço unitário de R\$ 3,235, o litro da gasolina, em função do realinhamento de preço do valor do produto, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O preço unitário, que vigorará com reajuste, a partir da assinatura do presente passará a ser o seguinte:

ITEM	PREÇO ACORDADO NO PREGÃO	PREÇO COM REAJUSTE
GASOLINA COMUM	R\$ 3,235	R\$ 3,9065

EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VIGÊNCIA: 12 meses.  
Imbituba, 15 de dezembro de 2017.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 212/2017 PP 10/2017 - SEMUSA -TREVO SUL**

Publicação Nº 1460811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2017 DO PP 10/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 607.839,52  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 30 de agosto de 2017  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 220/2017 PP 28/2017 - SEASTH**

Publicação Nº 1460801

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2017 DO PP 28/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, (SEASTH)  
EMPRESA TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 68.174,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 05 de setembro de 2017.  
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

**ATA 221/2017 PP 28/2017 - PMI**

Publicação Nº 1460802

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2017 DO PP 28/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH  
EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 979.423,26  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 05 de setembro de 2017.  
ALEX SANDRO CARPES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

**ATA 307/2017 PP 28/2017 - DEMUTRAN**

Publicação Nº 1460803

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 307/2017 DO PP 28/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH  
EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 20.452,20  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 05 de setembro de 2017.  
ALEX SANDRO CARPES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

**ATA 314/2017 PP 28/2017 - PGM**

Publicação Nº 1460804

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 314/2017 DO PP 28/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH  
EMPRESA: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 944,73  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 05 de setembro de 2017.  
GUSTAVO BORBA BENETTI  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

**ATA 336/2017 PP 10/2017 - SEMUSA -POSTO OFICINAS**

Publicação Nº 1460814

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 336/2017 DO PP 10/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EMPRESA: POSTO OFICINAS LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 708.564,52  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 15 de dezembro de 2017  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**DECRETO PMI Nº 179, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459580

DECRETO PMI Nº 179, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a nomeação dos membros da JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações, no âmbito Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei no 2.224, de 6 de dezembro de 2001, alterada pela Lei nº 3.526, de 08, de julho de 2009,

CONSIDERANDO o EDITAL DEMUTRAN/IMB/SC nº 01/2017, de 14 de julho de 2017, que "Dispõe sobre a abertura do PROCESSO SELETIVO dos Membros da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI do município de Imbituba/SC para o biênio 2017/2019 e dá outras providências", e;

CONSIDERANDO a Avaliação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de pessoal – CERSP, exarado no Processo nº 17488/2017.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para a composição da JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações, vinculada a CIRETRAN – Circunscrição Estadual de Trânsito a que o município de Imbituba estiver vinculado, biênio 2017/2018, os abaixo relacionados:

I – Titular: Cristian Amorim, que exercerá a Presidência;

Suplente: Aguinaldo da Silva da Silva Mendonça;

II – Titular: Adriano José de Souza Dalbosco;

Suplente: Luiz Henrique Eller;

III – Titular: Mauricio Mazzoca Pires;

Suplente: Samara Speorin Vieira;

IV – Secretário Executivo: Fillipe Souza Miranda de Oliveira;

Suplente: Jarlex Teixeira.

Art. 2º Os membros da JARI serão remunerados na forma do Art. 1º-A, da Lei no 2.224, de 26 de dezembro de 2001.

§ 1º Os membros e Secretário Executivo da JARI, serão remunerados por sessão, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Salário Mínimo Nacional.

§ 2º Os membros da JARI se reunirão ordinariamente quinzenalmente e extraordinariamente quando houver necessidade de trabalho e por convocação de seu Presidente.

§ 3º O servidor público, quando for designado como membro ou Secretário Executivo da JARI, terá direito à remuneração prevista no caput somente quando a sessão ordinária ou extraordinária for realizada fora do horário normal de expediente.

Art. 3º Revoga-se Decreto PMI nº 161, de 17 de novembro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua edição

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

**DISTRATO ATA 212/2017 PP 10/2017 - TREVO SUL**

Publicação Nº 1460813

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2017 DO PP 10/2017 – SEASTH  
OBJETO: O presente distrato tem como OBJETO, a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2017, PREGÃO Nº 10/2017, celebrado entre as partes supra mencionadas, o qual teve como fundamento, o seguinte: A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DISTRATADO: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
DISTRATANTE: GRACIELA WIEMES RIBEIRO-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

**DISTRATO ATA 220/2017 PP 28/2017 - SEASTH**

Publicação Nº 1460805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2017 DO PP 28/2017 – SEASTH  
OBJETO: O presente distrato tem como OBJETO, a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2017, PREGÃO Nº 28/2017, celebrado entre as partes supra mencionadas, o qual teve como fundamento, o seguinte: A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH.  
DISTRATADO: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI  
DISTRATANTE: EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

**DISTRATO ATA 221/2017 PP 28/2017 - PMI**

Publicação Nº 1460807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2017 DO PP 28/2017 – SEASTH  
OBJETO: O presente distrato tem como OBJETO, a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2017, PREGÃO Nº 28/2017, celebrado entre as partes supra mencionadas, o qual teve como fundamento,



o seguinte: A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH.

DISTRATADO: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

DISTRATANTE: ALEX SANDRO CARPES-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

#### **DISTRATO ATA 307/2017 PP 28/2017 -DEMUTRAN**

Publicação Nº 1460808

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 307/2017 DO PP 28/2017 – SEASTH

OBJETO: O presente distrato tem como OBJETO, a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 307/2017, PREGÃO Nº 28/2017, celebrado entre as partes supra mencionadas, o qual teve como fundamento, o seguinte: A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH.

DISTRATADO: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

DISTRATANTE: ALEX SANDRO CARPES-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

#### **DISTRATO ATA 314/2017 PP 28/2017 - PGM**

Publicação Nº 1460809

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 314/2017 DO PP 28/2017 – SEASTH

OBJETO: O presente distrato tem como OBJETO, a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 314/2017, PREGÃO Nº 28/2017, celebrado entre as partes supra mencionadas, o qual teve como fundamento, o seguinte: A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDUCE, SEASTH.

DISTRATADO: TREVO SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI

DISTRATANTE: GUSTAVO BORBA BENETTI-PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

#### **EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROC 116 2017 PREGÃO 78**

Publicação Nº 1460618

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 116/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 116/2017, Pregão Presencial nº 78/2017, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 15 de dezembro de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 052/2017**

Publicação Nº 1459994

Ato da Presidência nº 052/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 42ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 11 de dezembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
075	PL nº 4.954/2017	11/09/2017	Executivo Municipal	Rosenvaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª





	PL nº 4.898/2017 (Parecer CCJ pela Inconstitucionalidade)	09/02/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Institui o Programa Municipal de Atenção à Pessoa de Deficiência no município de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.957/2017 (Parecer CCJ pela Inconstitucionalidade)	14/09/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Altera a Lei nº 3.736/2010 de 05 de agosto de 2010 que Dispõe sobre a criação do Endereço Social no Município de Imbituba/SC.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.982/2017 (Parecer CCJ pela Inconstitucionalidade)	13/11/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Assegura matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora na escola municipal mais próxima da sua residência.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.983/2017 (Parecer CCJ pela Inconstitucionalidade)	13/11/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Dispõe sobre a divulgação da listagem de medicamentos disponíveis na rede municipal de Saúde e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PDL nº 004/2017	04/12/2017	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a Indicação dos representantes do Poder Legislativo para atuar no Conselho Municipal de Contribuintes – Mandato 2018-2019.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 008/2017	21/11/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação ao Movimento da Comunidade Negra de Imbituba pelo importante trabalho na luta pela igualdade de oportunidades e pela preservação da cultura afrodescendente no município.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 009/2017	07/12/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação à Professora Patrícia Reis de Souza, idealizadora do Projeto Arte por toda Parte, que introduziu um novo conceito em Educação.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 010/2017	04/12/2017	Legislativo Municipal	Antônio Clésio Costa	Moção de Congratulação em reconhecimento ao brilhante desempenho em inúmeras ocorrências, especialmente pelo resgate dos jovens que sofreram afogamento no Canto da Praia da Vila.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 07 de dezembro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 053/2017**

Publicação Nº 1459990

**Ato da Presidência nº 053/2017**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 43ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
075	PL nº 4.954/2017 (Substitutivo Global – Parecer pela Inconstitucionalidade ao Substitutivo Global) (Emendas ao PL nº 4.954)	11/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
103	PL nº 4.985/2017	20/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Institui a Comissão de Seleção para as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
104	PL nº 4.986/2017	30/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Uso de Veículo Público com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
108	PLC nº 414/2017	07/12/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a alteração, atualização e consolidação da legislação básica municipal que dispõe sobre a Política Cultural de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.957/2017 (Parecer CCJ pela Inconstitucionalidade)	14/09/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Altera a Lei nº 3.736/2010 de 05 de agosto de 2010 que Dispõe sobre a criação do Endereço Social no Município de Imbituba/SC.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PDL nº 004/2017	04/12/2017	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a Indicação dos representantes do Poder Legislativo para atuar no Conselho Municipal de Contribuintes – Mandato 2018-2019.	Ordinário	Única	Única

	Moção nº 008/2017	21/11/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação ao Movimento da Comunidade Negra de Imbituba pelo importante trabalho na luta pela igualdade de oportunidades e pela preservação da cultura afrodescendente no município.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 009/2017	07/12/2017	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação à Professora Patrícia Reis de Souza, idealizadora do Projeto Arte por toda Parte, que introduziu um novo conceito em Educação.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 010/2017	04/12/2017	Legislativo Municipal	Antônio Clésio Costa	Moção de Congratulação em reconhecimento ao brilhante desempenho em inúmeras ocorrências, especialmente pelo resgate dos jovens que sofreram afogamento no Canto da Praia da Vila.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 011/2017	11/12/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Moção de Congratulação em reconhecimento ao brilhante desempenho em inúmeras ocorrências, especialmente pelo resgate dos jovens que sofreram afogamento no Canto da Praia da Vila.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 191/2017

Publicação Nº 1458849

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 191/2017  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação para desenvolvimento de diagnóstico amostral de fossa e filtro para atendimento à cláusula nº 3.6 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Município e o Ministério Público.  
VALOR: R\$ 3.000,00  
PRAZO: 20 de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.  
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2017.

### CONTRATO Nº 212/2017

Publicação Nº 1458848

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 212/2017  
CONTRATADA: SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a Concessão à empresa privada de espaço para exploração publicitária do nome da taça do 33º Torneio de Verão de Indaial, acompanhada de exploração de comunicação visual em locais determinados.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 15.001,00  
PRAZO: 11 de dezembro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

### CONTRATO Nº 213/2017

Publicação Nº 1458847

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 213/2017  
CONTRATADA: WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS EIRELI - ME.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a Concessão à empresa privada de espaço para exploração publicitária em locais determinados no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, mediante cessão onerosa financeira.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 10.100,00  
PRAZO: 11 de dezembro de 2017 até 30 de novembro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

### CONTRATO Nº 214/2017

Publicação Nº 1458838

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 214/2017  
CONTRATADA: JOÃO EDUARDO TRISKA DOS SANTOS ME.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação da apresentação do Show: "Rafa Schuler – Christmas Rock".  
VALOR ESTIMADO: R\$ 13.500,00  
PRAZO: 12 de dezembro de 2017 até 10 de fevereiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017.

### CONTRATO Nº 215/2017

Publicação Nº 1458853

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 215/2017  
CONTRATADA: COMPTON COMERCIAL LTDA ME.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de peças de reposição de informática em geral.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 10.830,00  
PRAZO: 13 de dezembro de 2017 até 13 de março de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2017.

### CONTRATO Nº 216/2017

Publicação Nº 1458851

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 216/2017  
CONTRATADA: JS SIMÕES EIRELI ME.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de peças de reposição de informática em geral.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 12.595,00  
PRAZO: 13 de dezembro de 2017 até 13 de março de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2017.

### DECRETO Nº 1022/17

Publicação Nº 1458996

. DECRETO Nº 1022/17  
. De 15 de dezembro de 2017  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 025/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE / JOICE DANIELA PEREIRA NUNES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 025/2017 – CMCDCA - Que nomeia a Conselheira Tutelar Suplente, JOICE DANIELA PEREIRA NUNES, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, a resolução faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Município de Indaial, em 15 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM  
Nº 25/2017  
NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRA

**TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

**CONSIDERANDO:**

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
2. A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
3. O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado
4. "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
5. A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.
6. As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;
7. A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.
8. Orientações do Ministério Público as únicas datas que não poderiam ser modificadas:
9. a) o lançamento do Edital para o processo de escolha dos conselheiros tutelares em data unificada;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Solicita a homologação do Decreto de nomeação da Conselheira Tutelar Suplente de Indaial Gestão 2016/2020 Sra. JOICE DANIELA PEREIRA NUNES.

, o de Aria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Ieb DevelArt. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Dezembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel  
Coordenador do CMDCA/Indaial

**DECRETO Nº 1023/17**

Publicação Nº 1459046

- . DECRETO Nº 1023/17  
. De 15 de dezembro de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES /  
ADRIANA KNOPP TRIDAPALI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 94 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA,**

Art. 1º - Fica delegado a servidora Adriana Knopp Tridapali, sob o CPF nº 788.599.309-44, ocupante do cargo de Assistente Social efetiva, atualmente Coordenadora do CRÁS Tapajós, atribuições como responsável pela Secretaria de Assistência Social, a partir de 02 de janeiro a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 1024/17**

Publicação Nº 1459044

- . DECRETO Nº 1024/17  
. De 15 de dezembro de 2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.750,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.001.0004.0122.0002.1021.3449000000000	03890000	478,20
04.001.0004.0122.0004.1061.3449000000000	03890000	2.271,80

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 1025/17**

Publicação Nº 1459234

- . DECRETO Nº 1025/17  
. De 15 de dezembro de 2017  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 329.151,76 (trezentos e vinte e nove mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.do RH – FOLHA DE PAGTO FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01380905	PAB Incremento 250

Valor: ( 215.657,50 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.do RH – FOLHA DE PAGTO FUNDO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01380905	PAB Incremento 250
	Valor: ( 34.342,50 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.do RH – FOLHA DE PAGTO FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381701	MAC União
	Valor: ( 67.335,05 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.do RH – FOLHA DE PAGTO FUNDO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381701	MAC União
	Valor: ( 4.517,25 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.do RH – FOLHA DE PAGTO FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01001500	Vigilância Sanitária Municipal
	Valor: ( 7.299,46 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**LEI Nº 5504/2017**

Publicação Nº 1458708

. LEI Nº 5504

. de 12 de dezembro de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 1.457.854,92 (HUM MILHÃO E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1101 - Aquisição de Equipamentos - Informática Pedagógica	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	20.000,00
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	3.502,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1102 - Aquisição de Equip Mat Permanente - Ensino Fundamental	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	20.457,80
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	52.252,00
01360000 - Salário-Educação	13.977,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1104 - Constr de Quadras Esport e Cobert - Rede M Ensino	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	21.199,93
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1105 - Contr Ampl de Edificações - Ensino Fundamental	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	566,05
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	936,18
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2103 - Manut do Programa - Informática Pedagógica	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	345,00
01360000 - Salário-Educação	14.038,25
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2105 - Manut do Programa de Transporte Escolar	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	90.719,33
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2106 - Manut e Valorização do Magist - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	91.132,01
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	28.397,85
01360000 - Salário-Educação	28.369,65
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2107 - Manut de Edificações - Escolas do Ensino Fundamental	



3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	150.000,00
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	54.622,17
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2108 - Manut Programa de Aliment Escolar - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	23.049,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.1103 - Aquisição de Equip Mat Per- manente - Educ Infantil	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	3.856,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.1106 - Contr Ampl de Edificações - Educação Infantil	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	585,01
01360000 - Salário-Educação	50.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2110 - Manut e Valorização do Ma- gist - Educação Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	15.486,27
01360000 - Salário-Educação	3.988,14
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2111 - Manut das Edificações - Uni- dades de Educ Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	50.000,00
01190000 - Fundeb - Outras Despesas	61.095,20
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2112 - Manut Programa de Aliment Escolar - Educ Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	59.280,08
23.001 – Fumpav	
0015.0451.0023.1350 - Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
23.001 – Fumpav	
0015.0451.0023.1352 - Pavimentação Asfáltica	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
02.002 - Gabinete do Prefeito	
0002.0062.0002.9001 - Pagamento de Sentenças Judiciais	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
04.001 - Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0128.0004.2061 - Manut do Depto de Recursos Humanos	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	

0012.0361.0005.2101 - Manut do Rh - Folha de Pagto - Ensino Fundamental	
3319000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - Fundeb - Folha	216.636,67
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2102 - Manut do Rh - Folha de Pagto - Educação Infantil	
3319000000000000 - Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	357.796,80
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2107 - Manut de Edificações - Esco- las do Ensino Fundamental	
3339000000000000 -	
01360000 - Salário-Educação	27.594,81
05.001 - Secretaria de Educação	
.0012.0365.0005.2111 - Manut das Edificações - Uni- dades de Educ Infantil	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01360000 - Salário-Educação	255.826,64

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de dezembro de 2017

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA  
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete



# Iomerê

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017

Publicação Nº 1460186

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0024/2017

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303 km 177,5 - Gramados, na cidade de Rio das Antas - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.077.085/0001-80, neste ato representado pela Sra. Elisabete Pegoraro, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0044/2017, Registro de Preços nº 0016/2016. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0062/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
05	Tubos de concreto 60cm	Un	51,00
07	Tubos de concreto 30cm	Un	19,00

Iomerê, 06 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

ELISABETE PEGORARO  
Elimar Artefatos de Cimento Ltda ME

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

Publicação Nº 1460190

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0025/2017

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: DELCIR BOESING - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC303 – Vila Bressan, na cidade de Pinheiro Preto - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.006/0001-40, neste ato representado pela Sr. Sirlei Boesing, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0044/2017, Registro de Preços nº 0016/2016. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0062/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
03	Tubo de concreto 1m com malha de aço dupla	Un	199,90
06	Tubos de concreto 40cm	Un	28,99

Iomerê, 06 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

SIRLEI BOESING  
Delcir Boesing - EPP

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017**

Publicação Nº 1460193

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2017**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Independência, nº 1832 – Centro, na cidade de Água Doce - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.334.470/0001-91, neste ato representado pelo Sr. Josué Ítalo Luchese Piaia, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0044/2017, Registro de Preços nº 0016/2016. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0062/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
02	Tubo de concreto 1.5m com malha de aço dupla	Un	807,00
04	Tubos de concreto 80cm	Un	153,00

Iomerê, 06 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

JOSUÉ PIAIA  
Concretos Água Doce Ltda EPP

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017**

Publicação Nº 1460195

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2017**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa nº 240 – Bairro Frei Bruno, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83, neste ato representado pelo Sr. Luis Antonio Regensburger, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0044/2017, Registro de Preços nº 0016/2016. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0062/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
01	Tubo de concreto 2m com malha de aço dupla	Un	1.495,00

Iomerê, 06 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

LUIS ANTONIO REGENSBURGER  
Concretos Cruzeiro Ind. e Com. Ltda EPP

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017**

Publicação Nº 1460197

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2017**

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: BRITAGEM GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada geral Iomerê/Treze Tílias, Km 02 na cidade de Iomerê, inscrita no CNPJ sob o nº 01.924.996/0003-56, neste ato representado pelo Sr. Daniel Medeiros da Silva, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0042/2017, Registro de Preços nº 0015/2017. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0059/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
01	PEDRA BRITA Nº 01	TN	30,50
02	PEDRA BRITA Nº 02	TN	30,60
03	PEDRA DE MÃO	TN	26,30
04	PEDRA PULMÃO	TN	28,30
05	PEDRISCO	TN	31,00
06	PÓ DE PEDRA	TN	31,65
07	BICA CORRIDA	TN	17,95
08	CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CAPA ASFÁLTICA)	TN	317,00

Iomerê, 08 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

DANIEL MEDEIROS DA SILVA  
BRITAGEM GASPAR LTDA

**CONTRATO Nº 16/2017 - FMS**

Publicação Nº 1460204

CONTRATO PARTICULAR DE LOCAÇÃO DE SISTEMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE IOMERE E A EMPRESA INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA.

CT17FMS/016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 00.867.301/0002-06, com endereço rua Santos Dumont, nº 186, Sala 02, Ed. Idília Moreira, Centro, no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecer a cessão de licença de uso não exclusivo do Sistema de Gestão Municipal de Saúde (G-MUS), incluindo a implantação, treinamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico do sistema.

1.2. Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.

1.3. Os módulos do sistema cobertos por este contrato estão relacionados no ANEXO I. A inclusão ou exclusão de módulos a serem cobertos por este contrato serão feitas através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado, em conformidade com o inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pela execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo:

3.2. R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, correspondente à taxa de manutenção mensal.

3.3. R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por dia, correspondente a diária para atendimento e treinamento na sede da contratante quando solicitado. Inclui-se as despesas de hospedagem, alimentação e locomoção.

3.4. R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora, correspondente a hora trabalhada para atendimento e treinamento a contratante quando solicitado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do treinamento do software será pago gradativamente conforme a realização do treinamento. A CONTRATANTE realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

4.2. O pagamento da taxa de manutenção mensal será feito até o dia 10 do mês subsequente ao dos serviços prestados, através de crédito em conta, no banco indicado pela CONTRATADA.

4.3. A Diária e a Hora técnica serão pagas juntamente com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

4.4. A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no CONTRATO para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

4.5. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

4.5.1. O valor dos encargos moratórios de que trata o item 4.5 desta cláusula será incluída na nota fiscal/Fatura a ser paga

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Na ocorrência de prorrogação contratual, os valores contratados serão reajustados anualmente, com base no IGP-M (IBGE) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cabe a CONTRATADA, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

6.2. Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

6.3. Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

6.4. Esclarecer se consultada por via telefônica, correspondência, email e comunicador interno, etc., dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a CONTRATANTE deverá recorrer a empresa vendedora.

6.5. A responsabilidade da CONTRATADA estará limitada ao complemento das obrigações aqui assumidas com a CONTRATANTE, não lhe cabendo qualquer outra inclusive por perdas e danos ou lucros cessantes cujas causas possam ser atribuídas direta ou indiretamente à utilização do sistema.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar os pagamentos, conforme Cláusulas Terceira e Quarta, Na apresentação, pela CONTRATADA, da nota fiscal de prestação de serviços correspondente e respectiva fatura e duplicata, mais deslocamentos diários e horas trabalhadas.

7.2. Facilitar o acesso dos técnicos ad CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

7.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de qualquer sanção.

7.5. Fornecer informações necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU DO EQUIPAMENTO

8.1. A modificação do equipamento ou de sua configuração não obriga a CONTRATADA a fornecer novo sistema, que poderá ser efetuado mediante prévio acordo.

#### CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

9.1. A CONTRATANTE reconhece estar adquirindo Licença de Uso do Software e que os mesmos são de propriedade exclusiva da CONTRATADA, que detém todos os direitos sobre os mesmos.

9.2. É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

9.3. É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

9.4. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - TREINAMENTO DO SOFTWARE

10.1. O valor do treinamento do software é referido com base ao número de horas pactuadas.

10.2. Caso a CONTRATANTE necessite de horas adicionais de treinamento, excedendo o número de horas estipuladas para Treinamento do Software deste contrato, as mesmas serão calculadas com base nas horas excedidas e multiplicadas pelo valor de Hora-Trabalhada e ainda incluindo despesas da Diária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

11.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

11.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

11.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

11.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

12.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

12.1.3. Em ambos os casos a CONTRATADA fará jus a sua remuneração pelos serviços já realizados.

12.2. O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.3. No caso de rescisão por razões de interesse público, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, aviso prévio, com antecedência de 15 (dez) dias.

12.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

12.5. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.6. Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Este contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, por suas cláusulas e preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 04 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1459004

Município de Iomerê  
Dispensa de Licitação Nº 0002/2018

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de telefonia móvel.

Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense-Cimcatarina.

Valor: 12.000,00 (doze mil reais)

Iomerê, 15 de dezembro de 2017.

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018**

Publicação Nº 1459005

Município de Iomerê  
Dispensa de Licitação Nº 0003/2018

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para rateio mensal de despesas Prolicita.

Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense-Cimcatarina.

Valor: 28.548,00 (vinte e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais)

Iomerê, 15 de dezembro de 2017.

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### **EDITAL CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1459013

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra MELANIA AP. VOLPATO BARI-CHELLO, para o cargo de Faxineiro e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

a)Carteira de Trabalho;

b)PIS/PASEP;

c)1(uma)foto 3x4;

d)Comprovante de Residência

e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda

f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;

g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);

h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)

i) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso)

j) Avaliação Cardiológica;

l) Avaliação Neurológica;

m) RX Tórax;

n) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

o) Hemograma;

p) VDRL;

q) ABO RH;

r) Glicemia

s) Ex. Quat. Urina

t) EPF;

u) Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 15 de dezembro de 2017

Luciano Paganini

Prefeito Municipal



**HOMOLOGAÇÃO PEDRAS**

Publicação Nº 1460167

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 42/2017 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 57/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 21/11/2017
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 59/2017  
b ) Licitação Nr.: 42/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: 12/12/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITAS E CONCRETO BETUMINOSO.

		(em Reais R\$)			
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<b><u>BRITAGEM GASPAR LTDA (4595)</u></b>					
1	PEDRA BRITA N1	TN	5.000,00	0,0000	30,50 152.500,00
2	PEDRA BRITA N 2	TN	2.000,00	0,0000	30,60 61.200,00
3	PEDRA DE MÃO	TN	500,00	0,0000	26,30 13.150,00
4	PEDRA PULMÃO	TN	1.000,00	0,0000	28,30 28.300,00
5	PEDRISCO	TN	2.000,00	0,0000	31,00 62.000,00
6	PÓ DE PEDRA	TN	1.400,00	0,0000	31,65 44.310,00
7	BICA CORRIDA	TN	15.000,00	0,0000	17,95 269.250,00
8	CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, CAPA ASFÁLTICA	TN	100,00	0,0000	317,00 31.700,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>662.410,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>662.410,00</b>

Iomerê, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 42/2017 - PR**

Processo Administrativo: 57/2017  
Processo de Licitação: 59/2017  
Data do Processo: 21/11/2017

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO SISTEMA INFORMATICA**

Publicação Nº 1460179

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 45/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: 61/2017 Processo de Licitação: 63/2017 Data do Processo: 23/11/2017

Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 63/2017
- b ) Licitação Nr.: 45/2017-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 11/12/2017
- e ) Data da Adjudicação: 11/12/2017 Sequência: 0
- f ) Objeto da Licitação LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**BETHA SISTEMAS LTDA - (5223)**

1 SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	MES	12,00	0,0000	266,00	3.192,00
2 SISTEMA CONTABILIDADE PÚBLICA	MES	12,00	0,0000	995,00	11.940,00
3 SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO	MES	12,00	0,0000	780,00	9.360,00
4 SISTEMA DE GESTÃO DE FROTAS	MES	12,00	0,0000	232,00	2.784,00
5 SISTEMA DE PATRIMÔNIO	MES	12,00	0,0000	232,00	2.784,00
6 SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	MES	12,00	0,0000	266,00	3.192,00
7 SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	MES	12,00	0,0000	387,00	4.644,00
8 SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MES	12,00	0,0000	185,00	2.220,00
9 SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO PÚBLICA	MES	12,00	0,0000	915,00	10.980,00
10 SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	MES	12,00	0,0000	470,00	5.640,00
11 SISTEMA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS VIA INTERNET	MES	12,00	0,0000	386,00	4.632,00

Iomerê, 11 de Dezembro de 2017.

---

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  <b>CNPJ: 01.612.744/0001-20</b> <b>Rua João Rech</b> <b>C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 45/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 61/2017</b> <b>Processo de Licitação: 63/2017</b> <b>Data do Processo: 23/11/2017</b>
	Folha: 2/2

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **BETHA SISTEMAS LTDA (5223)**

12	SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA DO ISS VIA INTERNET	MES	12,00	0,0000	262,00	3.144,00
13	SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - FMS	MES	12,00	0,0000	99,00	1.188,00
14	SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA - FMS	MES	12,00	0,0000	285,00	3.420,00
15	SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - FMAS	MES	12,00	0,0000	99,00	1.188,00
16	SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA - FMAS	MES	12,00	0,0000	285,00	3.420,00
17	SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA USUÁRIO	SRV	1,00	0,0000	7.535,55	7.535,55
18	SERVIÇOS TÉCNICOS, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS APLICATIVOS, QUANDO SOLICITADO	HRS	150,00	0,0000	120,00	18.000,00
19	DESLOCAMENTO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENÇA DO TÉCNICO IN LOCO.	KM	4.000,00	0,0000	0,80	3.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>102.463,55</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>102.463,55</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 11 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO TRANSP. ESCOLAR**

Publicação Nº 1460175

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 43/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: 58/2017 Processo de Licitação: 60/2017 Data do Processo: 21/11/2017

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 60/2017  
b ) Licitação Nr.: 43/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: 12/12/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, GRUPO DE IDOSOS E GRUPO DE CORAL MUNICIPAL.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****TRANSPORTADORA CHALÉ LTDA (4241)**

1 SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR	KM	340.000,00	0,0000	3,49	1.186.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.186.600,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>1.186.600,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO TUBOS**

Publicação Nº 1460177

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 44/2017 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 60/2017 Processo de Licitação: 62/2017 Data do Processo: 22/11/2017
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 62/2017  
b ) Licitação Nr.: 44/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: 12/12/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO.

		(em Reais R\$)			
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<b><u>CONCRETOS AGUA DOCE LTDA - ME (5014)</u></b>					
2	TUBO DE CONCRETO DE 1,5 METROS	UN	50,00	0,0000	807,00 40.350,00
4	TUBO DE 80 CM	UN	200,00	0,0000	153,00 30.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>70.950,00</b>
<b><u>CONCRETOS CRUZEIRO IND COM LTDA (1473)</u></b>					
1	TUBO DE CONCRETO DE 2 METROS	UN	50,00	0,0000	1.495,00 74.750,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>74.750,00</b>
<b><u>DEL CIR BOESING ART. DE CIMENTO (2298)</u></b>					
3	TUBO DE CONCRETO DE 1 METRO	UN	200,00	0,0000	199,90 39.980,00
6	TUBO DE 40 CM	UN	250,00	0,0000	28,99 7.247,50
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>47.227,50</b>

Iomerê, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 44/2017 - PR**

Processo Administrativo: 60/2017  
Processo de Licitação: 62/2017  
Data do Processo: 22/11/2017

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME (3068)**

5 TUBO DE 60 CM	UN	300,00	0,0000	51,00	15.300,00
7 TUBO DE 30 CM	UN	350,00	0,0000	19,00	6.650,00
Total do Fornecedor:					21.950,00
Total Geral:					214.877,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 066/2017-PMI

Publicação Nº 1459218

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 066/2017 - PMI

Pregão Presencial nº 046/2017 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preço, para aquisição de combustíveis. Entrega dos envelopes até as 08h45min do dia 28 de Dezembro de 2017. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br

Ipira (SC), 14 de Dezembro de 2017.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

### CONTRATO 152/2017-PMI

Publicação Nº 1459209

15/12/2017 15/12/2018 15/12/2017 2017 63 2136 152/2017 0 1 Aquisição de uma máquina Trator de Esteira para o município de Ipira em atendimento ao Contrato de Repasse nº 846772/2017 - Programa PRONAT/CAIXA, Programa nº 1044301-64 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. 533000,00 8927 Mantomac - Comércio de Peças e Serviços Ltda. J 1 36 2017 0 34 C 0 0 14 PE 3 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

**1802**

Publicação Nº 1460358

LEI Nº 1.802 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO PELA LEI Nº 0787 DE 21 DE MAIO DE 2001 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica majorado para R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, o valor do Auxílio Alimentação, objeto da concessão autorizada pela Lei nº 0787, de 21 de maio de 2001 e alterações posteriores, passando o art. 1º, § 6º da mesma Lei a ter a seguinte redação:

“Art.1º .....

.....

§ 6º. O valor do auxílio-alimentação será efetuado individualmente por servidor, na folha de pagamento, ou através de cartão magnético, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

...”

Art. 2º. Ficam ratificadas as demais disposições da Lei nº 0787, de 21 de maio de 2001.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Iporã do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

**1803**

Publicação Nº 1460360

LEI Nº 1.803 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE ABONO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, devidamente autorizado, a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais, do quadro de carreira, admitidos em caráter temporário e comissionados, até o final do exercício de 2018.

Art. 2º. O valor, de que trata o art. 1º, será de R\$ 70,00 (setenta reais), correspondente a carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, devendo este valor ser reduzido proporcionalmente para as cargas horarias inferiores.

Art. 3º. Excetuam-se das disposições do Art. 2º desta Lei, os servidores que percebem vencimento inferior ao Salário Mínimo Nacional, receberão abono no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo, da mesma forma, este valor ser reduzido proporcionalmente para as cargas horarias inferiores.

Art. 4º. Ficam excluídos do pagamento do Abono Salarial os Profissionais do Magistério Público Municipal, enquadrados na Lei nº 0683, de 07 de dezembro de 1998, os Profissionais da Carreira de Agente Comunitário de Saúde, enquadrados na Lei Complementar nº 096, e os Profissionais da Carreira de Agente de Combate a Endemias - ACE, enquadrados na Lei Complementar nº 107/17.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Iporã do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

**Lei 1804**

Publicação Nº 1460365

LEI Nº 1.804 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

**"AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar pelos meios: amigáveis e ou judiciais, a fração do imóvel da Matrícula nº 14643 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mondaí/SC, de propriedade de ALCEU HENTZ ME, a saber:

I – Fração de 6.000,00 (seis mil) metros quadrados do imóvel rural, matriculado sob nº 14643, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mondaí/SC do imóvel Lote Colonial nº 50-AA, Gleba nº 10 (dez) do Imóvel Pepery, situado na Seção denominada Linha Macucozinho, no Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondaí, SC, sem benfeitorias, com as seguintes confrontações:

NORTE: 1,50m + 63,98m com o Lote Colonial nº 50-AA de propriedade de Alceu Hentz – ME;

LESTE: em 31,23 m com o Lote Colonial nº 50-AA de Alceu Hentz-ME e em 108,64m com o Lote Colonial nº 50-A de Édio Kaiser;

SUDESTE: em 70,78m com a estrada municipal que o separa de parte do Lote Colonial nº 50-AA;

OESTE: em 103,43m com a estrada municipal que o separa do Lote Colonial nº 34.

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º, Declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 191, de 24 de novembro de 2017, terá por finalidade a Construção de Ginásio de Esportes e/ou obras de infraestrutura destinadas ao desporto, cultura e lazer da comunidade.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, conforme Laudo de Avaliação homologado pelo Decreto nº 190 de 24 de novembro de 2017, a pagar pelo imóvel mencionado no artigo 1º, a título de indenização a importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ato da assinatura da escritura pública definitiva.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária vigente para o exercício.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

**Lei 1805**

Publicação Nº 1460369

LEI Nº 1.805 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

**AUTORIZA AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro para a Associação Instituto de Assistência e Educação Iporã, localizado na Rua 07 de Setembro, nº 715, Centro de Iporã do Oeste – SC, CNPJ 85.216.448/0001-08 no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 2º. Os recursos de que trata o art. 1º, deverão ser utilizados para a melhoria da infraestrutura com banheiros, cozinha, churrasqueira e outras melhorias na sede social da entidade, e de acordo com os Planos de Aplicação (requerimentos, orçamentos, quadro resumo de cotações).

Art. 3º. A Associação beneficiada deverá submeter à apreciação do Poder Executivo Municipal a prestação de contas dos recursos recebidos, ao final da realização das obras especificadas no Plano de Aplicação.

Parágrafo Primeiro. Em até 30 (trinta) dias contados da liberação do recurso, as Entidades e Associações beneficiadas deverão encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças do Município, cronograma de atividades contendo as datas previstas para início e término das obras.

Parágrafo Segundo. Em até 30 (trinta) dias contados da data de término da obra, as Entidades e Associações deverão encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças do Município, a prestação de contas do recurso recebido, mediante apresentação de documentos fiscais que comprovem a aplicação do recurso nos termos do art. 2º.

Parágrafo Terceiro. Acaso não haja prestação de contas, ou seja, constatada pela administração que o recurso foi aplicado de forma diversa da prevista nesta Lei, deverão as Entidades ou Associações proceder a restituição do valor recebido, devidamente atualizado monetariamente; após prévio procedimento administrativo de análise e apuração, podendo este ocorrer de forma simplificada.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01- Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 004.0122.0002.2002 – Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

Elemento: 3350000000- Transferência a Instituições Privadas s/fins lucrativos

Valor: 80.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

## Lei 1806

Publicação Nº 1460372

LEI Nº 1.806 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL, (CVC) E DÁ OUTRAS PROVIÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso deste Município de Iporã do Oeste/SC no consórcio público denominado de Consórcio Intermunicipal Velho Coronel (CVC), inscrito no CNPJ sob o nº14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, nos termos da 1ª (Primeira) Alteração do Protocolo de Intenções em anexo, o qual é parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Fica o município autorizado a adimplir com o valor mensal de até R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para despesas de adesão e rateio do referido consórcio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias consignadas em cada exercício, preferencialmente no seguinte Órgão e Unidade Orçamentária:

Órgão: 003– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 001- Departamento de Administração e Finanças

Funcional: 004.0122.0004.2008 – Manutenção das Ações Departamento de Administração e Finanças

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.

LÚCIO MALLMANN

NEREU JOSÉ BARTH

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Finanças

**TERMOS DE CONTRATOS**

Publicação Nº 1460174

**Contrato nº 110/2017**

Partes: Município de Iporã do Oeste e Pavimaquinas Comercio de Peças e serviços Ltda

Objeto: Contratação de empresa fornecedora de peças para manutenção de Trator S/esteiras D41E

Processo Administrativo: 146/2017

Pregão Presencial: 072/2017

Valor R\$ 3.161,00

Vigência: 15.12.2017 a 31.12.2017

Data: 15.12.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

**Contrato nº 111/2017**

Partes: Município de Iporã do Oeste e S.J. Construtora Ltda ME

Finalidade: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento e instalação de impermeabilização de telhado com manta asfáltica aluminizada – Ginasio Arthur Friedrich

Processo Administrativo: 148/2017

Pregão Presencial: 074/2017

Valor Total R\$ 47.976,00

Vigência: 15.12.2017 a 31.12.2017

Data: 15.12.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

**Contrato nº 112/2017**

Partes: Município de Iporã do Oeste – fmas e Gambatto H1 Veiculos Ltda

Objeto: Contratação de empresa para estruturação da rede de serviços de proteção social básica – aquisição de bens – Veiculo - Convenio MDS 826973/2016

Processo Administrativo: 144/2017

Pregão Presencial: 071/2017

Valor R\$ 62.415,00

Vigência: 15.12.2017 a 05.10.2018

Data: 15.12.2017

Mauro C. Barella – Gestor FMAS

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### CT FMS 06.2017

Publicação Nº 1458909

CT FMS 06.2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTRATO DE RATEIO Nº 75/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA

CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa

Catarina, portador do CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.028/0001-83, com sede na Rua Zanella, 818 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a).

CLORI PEROZA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 722.175.709-78, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO:

- a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados;
- b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio;
- c) Despesas com investimentos.

VALORES: O MUNICÍPIO repassará anualmente ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 18.823,56 (Dezoito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), compreendendo o somatório dos valores extraídos das tabelas A e B do Anexo único do presente contrato de rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir de 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

### CT FMS 07.2017

Publicação Nº 1458911

CONTRATO FMS 07/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

De CONTRATO DE RATEIO Nº 126/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA

COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA

CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 126/2017, com sede na Rua Zanella, 818 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr.(a) CLORI PEROZA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 722.175.709-78, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALORES: O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor anual estimado de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir de 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

### Lei nº 870/2017.

Publicação Nº 1459188

LEI Nº 870

DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e na forma do artigo 91, III da Lei Orgânica fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de

Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 527/2008.

Art. 2º. A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico daquele órgão.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 15 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município

Esta Lei foi Registrada e Publicada na data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária da Administração e Fazenda

## **Lei nº 871/2017.**

Publicação Nº 1459206

LEI Nº 871

DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 856/2017 – PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORAS-MÁQUINA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei;

Art. 1º. A tabela constante no artigo 5º da Lei passa a ser assim redigida:

Item	Descrição do equipamento	Valor	% do subsídio
1	Trator de pneu com ou sem implemento	R\$ 100,00	. até 4h/ano: 100% . acima de 4 até 30h/ano: 40%
2	Moto-niveladora	R\$ 200,00	. até 4h/ano: 100% . acima de 4h/ano: 50%
3	Pá carregadeira	R\$ 100,00	100%
4	Retro-escavadeira	R\$ 130,00	. até 4h/ano: 100% . acima de 4h/ano: 50%
5	Escavadeira hidráulica	R\$ 210,00	. até 5h/ano: 100% . acima de 5h: 50%
6	Caçamba basculante	R\$ 25,00 por carga	

Art. 2º. O parágrafo primeiro do artigo 5º da Lei fica assim redigido:

“§ 1º. Os valores previstos na tabela acima serão atualizados monetariamente no mês de janeiro de cada ano, tendo por base a variação acumulada do índice geral de preços de mercado (IGP-M) do exercício financeiro anterior, ou, no caso de extinção deste, por outro índice que venha a substituí-lo, por meio de Decreto.”

Art. 3º. O parágrafo quarto do artigo 5º da Lei fica assim redigido:

“§ 4º. Os serviços de transportes de água em época de secas e estiagens, de abertura de valas para encanamentos de água para propriedades rurais e de abertura de covas para silagem terão subsídios de 100% das horas dos equipamentos necessários à execução das tarefas”.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 15 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município

Esta Lei foi Registrada e Publicada na data supra.



RAQUELI BIASOTTO  
Secretária da Administração e Fazenda

**PL PREF 66 2017 DL PREF 04 2017**

Publicação Nº 1459022

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 66/2017

DIPENSA DE LICITAÇÃO PREF N. 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

VALOR GLOBAL: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais), sendo o menor valor apresentado mediante orçamentos prévios.

CONTRATADA/ EXECUTOR: E.C.P ENGENHARIA LTDA ME CNPJ n.º 22.076.288/0001-10

RAZÃO DA ESCOLHA: menor orçamento apresentado de acordo com cotações prévias.

FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso I do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente".

**OBJETO – TERMO DE REFÊRENCIA:**

O objeto da presente licitação consiste na Contratação de empresa especializada em construção civil para elaboração de Projeto de Estrutura em Concreto, de Projeto de Estrutura Metálica e de Sondagem Geológica do terreno para a construção de um ginásio de esportes no município de Ipuacu.

Faz parte do Projeto de Estrutura em Concreto Armado:

- Planta de locação e cargas nas fundações;
- Planta de formas, fundações e pavimentos;
- Detalhamento dos elementos estruturais (vigas, pilares, lajes, blocos ou sapatas);
- Resumo de materiais;
- Memorial Descritivo;
- ART's.

Faz parte do Projeto de Estrutura Metálica:

- Planta de locação e cargas da estrutura metálica;
- Detalhamento dos elementos da estrutura metálica;
- Resumo de materiais;
- Dimensionamento de uma estrutura metálica em arco atirantada, conforme projeto arquitetônico a ser fornecido (De acordo com as normas NBR-8800 e demais normas vigentes);
- Memorial Descritivo;
- ART's.

Faz parte ainda dos serviços a SONDAGEM GEOLÓGICA À PERCUSSÃO (SPT), para uma área projetada de 766,68 m<sup>2</sup> (setecentos e sessenta e seis vírgula sessenta e oito metros quadrados) de área, a ser realizada no local indicado pela Administração para locação do projeto. De acordo com a NBR 8036, item 4.1.12 alínea b, que estabelece a quantidade mínima de furos, além da NBR 6484/2001 – Sondagem de simples reconhecimento com SPT - método de ensaio, deverá conter no mínimo:

- O projeto com complementares;
- Laudo de Sondagem;
- ART's.

Conforme solicitação para abertura de processo de licitação na modalidade de dispensa emitida pela Sr. <sup>a</sup> Prefeita Municipal Clori Peroza, na data de 11 de dezembro de 2017, justificando a necessidade evidente de melhor atendimento às políticas públicas do esporte e demais atividades desenvolvidas pelo Departamento de Esportes e da Secretaria de Obras e de Infraestrutura, para ampliar a oferta de estrutura esportiva, de modo que a população possa desfrutar de melhores condições de saúde, o que reflete na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

**PL PREF 67.2017 CHAMADA PUBLICA 03.2017**

Publicação Nº 1459033

**EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n. 67/2017, Edital para chamada publica PREF n 03/2017, com vistas a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino "merenda escolar", Fundo Municipal de Saúde e Cras. Período de credenciamento: 15 de dezembro de 2017 a 10 de janeiro de 2018. Na data de 10 de janeiro de 2018 as 13h30min a Comissão de Licitações se reunirá e analisará todos os documentos apresentados, bem como os procedimentos realizados pelo Setor de Licitações, emitindo seu Parecer avaliando de forma individualizada cada fornecedor credenciado. Tudo conforme Lei Federal n. 11.497 de 16 de junho de 2009 e subsidiariamente Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 15 de dezembro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017-CMV

Publicação Nº 1459816

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

OBJETO – Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos pela Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a aquisição de equipamentos de vídeo (câmeras – cabos – gravador de imagem e demais equipamentos) para transmissão das Sessões via internet, juntamente com serviços de mão de obra para instalação.

FORNECEDOR: MS Redes.

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

JUSTIFICATIVA – A Câmara de Vereadores solicitou apresentação de orçamento via email a fornecedores ou revendedores de equipamentos de vídeo, com objetivo de efetuar aquisição de equipamentos para transmissão das sessões através da internet e mão de obra para instalação.

Vencido o prazo estipulado para as empresas interessadas apresentassem seus orçamentos, a Câmara recebeu 3 (três) propostas, com a apresentação de preços, conforme cotação a seguir:

1 –City Tecnologia – I-PC Informática Ltda – Valor apresentado R\$ 4.978,00;

2 – MS Redes – Valor apresentado – 4.295,40;

3 – Elcitec Instaladora – Valor apresentado – R\$ 4.998,50.

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

01.031.0001.1.001 – Estrutura e modernização da Câmara Municipal de Vereadores. – Valor R\$ 3.723,35 (três mil setecentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos).

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação direta (mão de obra) – Valor R\$ 572,05 (quinhentos e setenta e dois reais e cinco centavos).

TOTAL GERAL – R\$ 4.295,40 (quatro mil duzentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)

#### DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, I e II, da Lei de Licitações e Contratos – 8666/93)

A dispensa de licitação com base no artigo 24, incisos I e II, tem seu limite vinculado a 10% do valor do convite, ou seja, R\$ 8 mil para compras e R\$ 15 mil para obras. Toda contratação por dispensa de licitação, sobretudo aquelas consignadas nos incisos I e II, são de caráter excepcional e de pequeno valor. Se a compra revelar-se de maior monta e, ainda, previsível, o procedimento adequado seria o da realização de licitação.

Fonte - <http://licitacao.com.br/apoio-juridico/artigos/525-dispensa-de-licitacao.html>. Acesso em 28 de agosto as 16hs15min. C

Desta forma e considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores, para a aquisição e instalação dos equipamentos será de R\$ 4.295,40. (quatro mil duzentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, face os motivos já expostos.

Diante dos fatos apresentados, a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição e instalação dos equipamentos constantes na proposta apresentada.

Ipumirim – SC, 14 de dezembro de 2017

Kleber Toni Tecchio  
Presidente

Ezequiel Canton  
Vice-Presidente

Mauro Antonio Gabardo  
Primeiro Secretário

Gilson Conte  
Segundo Secretário

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 15, PP Nº 8-2017-FMS**

Publicação Nº 1460456

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 15/2017</b> <b>Data do Processo: 30/11/2017</b>
	Folha: 1/6

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de materiais hospitalares, destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2018, conforme anexo III do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 8/2017 (Sequência: 7)**

Ao(s) 14 de Dezembro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2017, Licitação nº 8/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA, SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez Srº RENATO FRONZA procurador da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, o Srº ARISTORIDES MENDES FILHO procurador credenciado da empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, a Srº LOVAINI LUCIA MOHR procuradora da empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, o Srº ELMO LUIZ BACKES procurador da empresa FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, o Srº JUNIOR RODRIGUES BORGES procurador da empresa BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e o Srº DAISON ANDRE DE MARCH representante credenciado da empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa, as empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA não se credenciam como Microempresa ou empresa de pequeno porte as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Porém as empresas: BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pediu a desclassificação nos lotes 01, 02 e 10, a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI pediu a desclassificação nos lotes 01 e 10, a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pediu a desclassificação nos lotes 02 e 10 todas por não atender os descritivos do anexo III do edital e a empresa FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA foi desclassificada no lote 09, por não atender os descritivos do anexo III e marca. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**LOTE: 1****Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Seringas desc.20 ml s/ ag	UN	3.000,00	SR	0,0000	0,485	1.454,90
2	Seringas 3 ml	UN	3.000,00	SR	0,0000	0,2426	727,80
3	Seringas 10 ml	UN	3.000,00	SR	0,0000	0,3396	1.018,80
7	Seringas 5 ml	UN	5.000,00	SR	0,0000	0,2717	1.358,50

**Total do Participante -----> 4.560,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 8/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 15/2017  
 Data do Processo: 30/11/2017

Folha: 2/6

**LOTE: 2****Participante: 7355 - SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	-Agulha desc.13 x 4,5, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas.	UN	5.000,00	BD	0,0000	0,1901	950,70
5	-Agulha descartáveis.25 x 6, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas.	UN	5.000,00	BD	0,0000	0,3326	1.663,00
6	-Agulha descartáveis 25 x 7, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas.	UN	5.000,00	BD	0,0000	0,19	950,00
8	-Agulha descartáveis 40 x 12, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas.	UN	3.000,00	BD	0,0000	0,2376	712,80
9	-Agulha descartáveis.25 x 8, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas.	UN	5.000,00	BD	0,0000	0,171	855,00
10	seringa insulina 1.0 ml c/agulha ,038 x 13mm	UN	5.000,00	BD	0,0000	0,9977	4.988,50

**Total do Participante** —————→ 10.120,00

**LOTE: 3****Participante: 7492 - Ballke Produtos Hospitalares LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Luvas p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex	CX	200,00	DESCARPACK	0,0000	14,8524	2.970,47
12	Luvas p/ procedimento M - Cx. 100unid.latex	CX	300,00	DESCARPACK	0,0000	14,9723	4.491,69
13	Luvas p/ procedimento P - Cx. 100unid.latex	CX	300,00	DESCARPACK	0,0000	14,9723	4.491,69
14	Luvas p/ procedimento extra P - Cx. 100unid.latex	CX	200,00	DESCARPACK	0,0000	14,9723	2.994,46
15	Touca Sanfonada Elastica cx/100 un.	PCT	50,00	DESCARPACK	0,0000	5,9969	299,85
17	Mascara descartáveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid	CX	50,00	DESCARPACK	0,0000	6,2368	311,84

**Total do Participante** —————→ 15.560,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 15/2017  
 Data do Processo: 30/11/2017

Folha: 3/6

**LOTE: 4**

**Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA , 06CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO , EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS , O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 13,3 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM , APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO.	UN	1.000,00	MDA/Crepon	0,0000	0,68	680,00
32	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA , 10CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO , EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS , O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 21,8 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM , APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO.	UN	2.000,00	MDA/Crepon	0,0000	0,90	1.800,00
33	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA , 15CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO , EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS , O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 32,7 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM , APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO.	UN	2.000,00	MDA/Crepon	0,0000	1,54	3.080,00
34	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA , 20CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO , EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS , O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 42,8 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM , APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO.	UN	2.000,00	MDA/Crepon	0,0000	1,95	3.900,00
35	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM x 2,2 mts	UN	1.000,00	Neve/Elástica	0,0000	1,62	1.620,00
36	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM x 2,2 mts	UN	1.000,00	Neve/Elástica	0,0000	2,62	2.620,00

**Total do Participante -----> 13.700,00**

**LOTE: 5**

**Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	SORO FISIOLÓGICO 100 ML SIST. FECH. FRASCO	FR	800,00	Equipler/SF	0,0000	2,5588	2.047,01
38	SORO FISIOLÓGICO 250 ML SIST.FECH. FRASCO	FR	700,00	Equipler/SF	0,0000	3,0941	2.165,87
39	Soro fisiológico 500 ml sist.fech.frasco	FR	300,00	Equipler/SF	0,0000	3,4904	1.047,12

**Total do Participante -----> 5.260,00**

**LOTE: 6**

**Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500 G 100 % algodão alvejado, inodoro, isento de amido, fibras longas em camadas sobrepostas e uniformes, macio, cor branca. com boa absorvência.	RI	100,00	Melhormed-Min	0,0000	14,9201	1.492,01



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> <b>Data do Processo:</b>	 <b>15/2017</b> <b>30/11/2017</b>
	Folha: 4/6	

**LOTE: 6****Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	Compressa Cirúrgica, Campo Operatório, não descartável . Característica: fios 100% algodão em tecido quádruplo 27 gr, com ou sem fio radiopaco . A compressa com entrelaçamento das quatro camadas do tecido que a compõem para evitar o deslizamento entre as mesmas. Oferecer condição de visibilidade no local da cirurgia com extremidade que possui um cadarço duplo em forma de alça que deve ser deixada, por precaução, do lado externo da cavidade cirúrgica. Não soltar fiapo, com laterais que possuem uma costura que permite maior segurança. Alta capacidade de reter líquido. Branqueadas, purificadas e isentas de impurezas, amido - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação;	PCT	30,00	Melhomed-Min	0,0000	78,669	2.360,07
42	Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1.450 kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofiliada menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação;	RI	150,00	Melhomed-Min	0,0000	79,2803	11.892,05
43	COMPRESSA 13 FIOS 10 X 10 FECHADA E 20X40 ABERTA , PESO aprox.DE 550 GR POR PACOTE , 8 CAMADAS E 5 DOBRAS , BRANCA , SEM FIOS SOLTOS , ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TOXICOS , PACOTE COM 500 UND - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação;	PCT	300,00	Melhomed-Min	0,0000	47,3007	14.190,21
64	COMPRESSA 13 FIOS 7,5 X 7,5 FECHADA E 15X30 ABERTA , PESO DE 500 GR POR PACOTE , 8 CAMADAS E 5 DOBRAS , BRANCA , SEM FIOS SOLTOS , ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TOXICOS , PACOTE COM 500 UND - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação;	UN	200,00	Melhomed-Min	0,0000	43,7283	8.745,66

**Total do Participante -----> 38.680,00****LOTE: 7****Participante: 6887 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
59	Curativo Extra com tecnologia de camada dupla Hidrofiber, unidas por pontos com fio de celulose regenerada Tencel , composto por 100% Carboximetilcelulose sódica e com 1 a 2% de prata iônica. A prata presente no curativo inativa as bactérias retiradas no leito da ferida restando-as dentro da fibra e não entram em contato com o leito da ferida. Curativo resistente a tração, forma um gel coeso que proporciona um meio úmido que auxilia na remoção de tecidos necróticos e favorece a cicatrização. Absorve e retém grandes quantidades de exsudato e bactérias, com absorção vertical, evitando a maceração da borda da ferida. É indicado para o tratamento de feridas planas, agudas, crônicas, cavitárias, queimaduras de 1 e 2 graus, feridas ulcerativas e traumáticas, com ou sem infecção e com grande quantidade de exsudato, tamanho 10x10 cm, Apresentar Bula na Proposta, Apresentar 02 Amostras, Carta de Credenciamento junto a Fabricante.	UN	50,00	Aquacel AG Extra 10x	0,0000	54,83	2.741,50
60	COMPRESSA, de gaze, em rayon, 7,5 x 15 cm, embebida com 5 ml de ácidos graxos essenciais, associado a óleos de melaleuca e copaiba, composto pelos ácidos linoléico e oléico , contendo ainda ácido caprílico, caprílico, láurico, palmítico, mirístico, esteárico, palmitato de retinol, acetato de tocoferol e lecitina de soja. Embalagem caixa com 24 unidades. Registro na ANVISA como correlato classe grau de risco IV, com indicação para prevenção e tratamento de feridas. Na embalagem devesse conter nome e /ou marca do produto, lote e data de fabricação, prazo de validade, modo de usar, restrições de uso (quando necessário) técnico responsável juntamente com a proposta.	UN	30,00	Pielisana Sachet	0,0000	97,6971	2.930,91



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 15/2017  
 Data do Processo: 30/11/2017

Folha: 5/6

**LOTE: 7**

**Participante: 6887 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
61	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoina, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr, com apresentação da bula na proposta, juntamente com 02 amostras e carta de credenciamento junto ao fabricante,	UN	50,00	Saf-Gel	0,0000	54,83	2.741,50
62	Bandagem de algodão e poliéster, 10,2x94,4cm, com pasta composta por glicerina, óxido de zinco, petrolato branco, água, acácia e óleo de ricino, indicada para o tratamento ambulatorial de úlceras venosas de perna e edema linfático, apresentar bula e Laudo IPT na proposta.	UN	100,00	Flexi-Dress	0,0000	44,8609	4.486,09

**Total do Participante ———> 12.900,00**

**LOTE: 8**

**Participante: 6670 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts	RI	100,00	HOSPIFLEX	0,0000	124,5948	12.459,48
18	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m	RI	300,00	ADEPELE	0,0000	9,033	2.709,90
19	Fita adesiva hospitalar 16 mm x 50 mts	RI	300,00	CIEX	0,0000	5,1204	1.536,12
20	Fita Micropore 2,5 cm x 10 mts c/capa	RI	500,00	CIEX	0,0000	3,4735	1.736,75
21	Fita Micropore 05 cm x 10 mts c/capa	RI	500,00	CIEX	0,0000	6,1285	3.064,25
22	Abaixador de língua descartável pct 100 un.	UN	50,00	TEHOTO	0,0000	5,34	267,00
23	Fita para auto clave 19 x 30	RI	100,00	CIEX	0,0000	7,5658	756,58
24	lamina p/ preventivo c/extremidade fosca	CX	100,00	SOLIDOR	0,0000	5,4697	546,97
25	Coletor de urina infantil	UN	1.000,00	MEDSONDA	0,0000	0,8085	808,50
26	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML, transparente	UN	1.000,00	JPROLAB	0,0000	0,509	509,00
27	esparadrapo impermeável 5 x 4,5	RI	400,00	MISSNER	0,0000	5,2202	2.088,08
28	Coletor urina sistema fechado bio-bag	UN	100,00	ADIVANTIVE	0,0000	5,4897	548,97
29	Descarpax 13 litros	UN	250,00	MEDIX	0,0000	5,8789	1.469,73
40	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA + VITAMINAS 100 ML	FR	300,00	MOPHDERMI	0,0000	5,1603	1.548,09
45	Stopper adesivo cx/500	UN	15,00	CIEX	0,0000	16,3193	244,79
46	coletor materias perfurocortantes 20 lts	UN	200,00	DESCARPACK	0,0000	8,1347	1.626,94
47	Sonda uretral em polivinil Nº 12	UN	4.000,00	BIOSANI	0,0000	0,8584	3.433,60
48	frasco p/nutrição enteral 300ml	UN	300,00	BIOSANI	0,0000	1,4373	431,19
51	almotolia plástica transparente 250ml	UN	100,00	JPROLAB	0,0000	2,4753	247,53
52	Escova ginecologica- não esteril cx/100 unidades	CX	100,00	KOLPLAST	0,0000	29,6642	2.966,42
53	Espátula de Ayre p/ 100 unidades	PCT	100,00	TEHOTO	0,0000	9,9313	993,13
54	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P.	UN	700,00	GYNUS	0,0000	2,5652	1.795,64
55	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M.	UN	600,00	GYNUS	0,0000	2,9245	1.754,70
56	Fixador citologico spray 30ml	FR	30,00	ADLIN	0,0000	6,5876	197,63
57	Gel para ecg/ultra som 5000gr	GL	30,00	CARBOGEL	0,0000	32,6386	979,16
58	dispositivo para infusão intravenosa nº 19	UN	300,00	SOLIDOR	0,0000	0,2495	74,85

**Total do Participante ———> 44.795,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 15/2017  
 Data do Processo: 30/11/2017

Folha: 6/6

**LOTE: 9**
**Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades OBS: Somente serão aceitas tiras da marca ON CALL PLUS por motivo que a Secretaria de Saúde possui aparelhos próprios e não serão substituídos.	CX	350,00	Acon/OncallPlus II	0,0000	32,60	11.410,00

**Total do Participante ———>** 11.410,00

**LOTE: 10**
**Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
44	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m -Livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas -Atóxica e apirogênico -Esterilizado a Gás Oxido de Etileno. -Indicado para curativos ou onde necessite de alta absorção e baixa aderência tecidual. Como no caso de curativos para queimaduras.	Pt	100,00	Polar Fix/ Rayon	0,0000	18,90	1.890,00
49	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades 100% algodão. OBS: (cremer).	PCT	50,00	Cremer/Crepon	0,0000	44,70	2.235,00

**Total do Participante ———>** 4.125,00

**LOTE: 11**
**Participante: 7492 - Ballke Produtos Hospitalares LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
63	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL 70 X 50	RI	200,00	VIPP	0,0000	8,93	1.786,00

**Total do Participante ———>** 1.786,00

**Total Geral ———>** 162.896,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 14 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

LAUDECIRO FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - AUXILIAR ADMINISTRATIVO  
 SUZANA GIOMBELLI - ..... - CADASTRISTA  
 MOIRA COMBOSKI - ..... - AUXILIAR ADMINISTRATIVO  
 JULIE REGINATO - ..... - ARQUITETA  
 PAULO ROBERTO DE BORTOLI - ..... - RECURSOS HUMANOS



**RELATÓRIO DE LANCES DO PL N° 15, PP N° 8-2017-FMS**

Publicação N° 1460462

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/10

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Data: 15/12/2017

**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**

Processo/Ano: 15/2017  
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 14/12/2017

**LOTE: 1 - LOTE 01**

Código	Classificados	
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
1	903	Seringas desc.20 ml
2	1050	Seringas 3 ml
3	1052	Seringas 10 ml
7	1051	Seringas 5 ml

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	4.850,0000	14/12/2017 09:16:58
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	4.700,0000	14/12/2017 09:16:58
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	4.590,0000	14/12/2017 09:16:58
2	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	4.589,0000	14/12/2017 09:17:17
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.580,0000	14/12/2017 09:17:23
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	4.579,0000	14/12/2017 09:17:31
3	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	4.575,0000	14/12/2017 09:17:37
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.570,0000	14/12/2017 09:17:42
3	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Desistiu	4.579,00 14/12/2017 09:17:46
4	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	4.569,0000	14/12/2017 09:17:57
4	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.560,0000	14/12/2017 09:18:00
5	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Desistiu	4.569,00 14/12/2017 09:18:02

Foi declarado vencedor do lote 1 deste Pregão o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pelo valor de R\$ 4.560,0000 (quatro mil quinhentos e sessenta reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

- .....

METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

- .....

AMARILDO BASEGGIO &amp; CIA LTDA

- .....

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

- .....

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Página: 2/10  
 Data: 15/12/2017

**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**

Processo/Ano: 15/2017	Data de Abertura: 14/12/2017
Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO	

**LOTE: 2 - LOTE 02**

Código	Classificados
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA CNPJ: 82.291.311/0001-11
7355	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME CNPJ: 21.536.580/0001-06

Item nº	Código	Descrição
4	9268	agulha descartavel 13x4,5 bisel trifacetado -
5	10010	Agulhas descartaveis 25 x6- bisel trifacetado
6	10011	Agulhas descartaveis 25 x7 Bisel Trifacetado
8	9242	Agulha descartaveis 40 x12- bisel trifacetado
9	7640	Agulha descartáveis. 25 x 8- bisel trifacetado
10	10007	seringa insulina 1.0 ml c/agulha ,038 x 13mm, BD

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	20.700,0000	14/12/2017 09:20:27
1	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIREL	10.650,0000	14/12/2017 09:20:27
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	10.140,0000	14/12/2017 09:20:27
2	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Desistiu	20.700,00 14/12/2017 09:20:59
2	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME	10.130,0000	14/12/2017 09:21:06
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	10.125,0000	14/12/2017 09:21:14
3	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME	10.120,0000	14/12/2017 09:21:26
3	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Desistiu	10.125,00 14/12/2017 09:21:31
Foi declarado vencedor do lote 2 deste Pregão o fornecedor SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME pelo valor de R\$ 10.120,0000 (dez mil cento e vinte reais).			

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME

AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA

- .....

- .....

- .....

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017	Data de Abertura: 14/12/2017
Pregoeiro: LAUDECIr FRANCIO	

LOTE: 3 - LOTE 03

Código	Classificados	
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
7492	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	CNPJ: 06.103.122/0002-70

Item nº	Código	Descrição
11	1540	Luvas p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex
12	1541	Luvas p/ procedimento M - Cx. 100unid.latex
13	1542	Luvas p/ procedimento P - Cx. 100unid.latex
14	1543	Luvas p/ procedimento extra P - Cx. 100unid.latex
15	5925	Touca Sanfonada Elastica cx /100 un.
17	1548	Mascara descartaveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	23.932,5000	14/12/2017 09:25:27
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	15.771,0000	14/12/2017 09:25:27
1	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	15.568,0000	14/12/2017 09:25:27
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Desistiu	23.932,50 14/12/2017 09:25:31
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	15.565,0000	14/12/2017 09:25:38
2	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	15.560,0000	14/12/2017 09:25:48
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Desistiu	15.565,00 14/12/2017 09:25:52

Foi declarado vencedor do lote 3 deste Pregão o fornecedor Ballke Produtos Hospitalares LTDA pelo valor de R\$ 15.560,0000 (quinze mil quinhentos e sessenta reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIr FRANCIO

Ballke Produtos Hospitalares LTDA

AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

- .....

- .....

- .....

- .....

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017	Data de Abertura: 14/12/2017
Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO	

LOTE: 4 - LOTE 04

Código	Classificados
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00.802.002/0001-02
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA CNPJ: 83.157.032/0001-22
7355	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME CNPJ: 21.536.580/0001-06

Item nº	Código	Descrição
31	7653	Atadura crepon 06cm x 1,8mts 13F.
32	7655	Atadura crepon 10cm x 1,8mts 13F.
33	7656	Atadura crepon 15cm x 1,8mts 13F.
34	7657	Atadura crepon 20cm x 1,8mts 13F.
35	7662	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM x 2,2 MTS
36	7664	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM X 2,2 MTS

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	15.480,0000	14/12/2017 09:26:00
1	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIREL	15.040,0000	14/12/2017 09:26:00
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	13.700,0000	14/12/2017 09:26:00
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Desistiu	15.480,00 14/12/2017 09:26:16
2	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME	Desistiu	15.040,00 14/12/2017 09:26:19

Foi declarado vencedor do lote 4 deste Pregão o fornecedor METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA pelo valor de R\$ 13.700,0000 (treze mil setecentos reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

- .....

- .....

- .....

- .....

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 5/10  
Data: 15/12/2017

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017	Data de Abertura: 14/12/2017
Pregoeiro: LAUDECIIR FRANCIO	

LOTE: 5 - LOTE 05

Código	Classificados	CNPJ
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
7492	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	CNPJ: 06.103.122/0002-70
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
37	6827	SORO FISIOLÓGICO 100 ML 0,9% SIST. FECH. FRASCO
38	6826	SORO FISIOLÓGICO 250 ML 0,9% SIST.FECH. FRASCO
39	1647	Soro fisiológico 500 ml 0,9% sist.fech.frasco

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	7.734,0000	14/12/2017 09:26:28
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	7.565,0000	14/12/2017 09:26:28
1	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	5.278,0000	14/12/2017 09:26:28
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	5.275,0000	14/12/2017 09:27:02
2	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	5.270,0000	14/12/2017 09:27:08
2	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	5.265,0000	14/12/2017 09:27:14
3	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Desistiu	5.275,00 14/12/2017 09:27:19
3	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	5.260,0000	14/12/2017 09:27:25
3	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	Desistiu	5.265,00 14/12/2017 09:27:30

Foi declarado vencedor do lote 5 deste Pregão o fornecedor METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA pelo valor de R\$ 5.260,0000 (cinco mil duzentos e sessenta reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIIR FRANCIO  
- .....  
METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA  
- .....  
Ballke Produtos Hospitalares LTDA  
- .....  
AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA  
- .....



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Página: 6/10  
 Data: 15/12/2017

**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**

Processo/Ano: 15/2017  
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Data de Abertura: 14/12/2017

**LOTE: 6 - LOTE 06**

Código	Classificados	
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
30	5716	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500 G, 100% algodão alvejado
41	6408	Campo Operatorio comp.Cirurg.G. 45 X 50 PCT C/ 50 UN.
42	5786	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS-91 x91
43	10195	Compressa de gaze 10 x10 13 fios pct/500 unidades
64	9616	Compressa de gaze 7,5 X 7,5 13 fios, pct com 500 un.

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	40.494,8000	14/12/2017 09:27:39
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	39.046,6000	14/12/2017 09:27:39
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	38.740,0000	14/12/2017 09:27:39
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	38.735,0000	14/12/2017 09:28:00
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	38.730,0000	14/12/2017 09:28:06
2	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	38.720,0000	14/12/2017 09:28:12
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	38.715,0000	14/12/2017 09:28:17
3	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	<b>Desistiu</b> 38.730,00	14/12/2017 09:28:22
3	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	38.700,0000	14/12/2017 09:28:28
4	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	38.690,0000	14/12/2017 09:28:34
4	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	38.689,0000	14/12/2017 09:28:42
5	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	38.680,0000	14/12/2017 09:28:48
5	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	<b>Desistiu</b> 38.689,00	14/12/2017 09:28:53

Foi declarado vencedor do lote 6 deste Pregão o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pelo valor de R\$ 38.680,0000 (trinta e oito mil seiscientos e oitenta reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....

METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA - .....

AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - .....

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - .....

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Página: 7/10  
 Data: 15/12/2017

**Histórico do Pregão (Lances/Lote)**

Processo/Ano: 15/2017

Data de Abertura: 14/12/2017

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

**LOTE: 7 - LOTE 07**

Código	Classificados
6887	FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 07.164.711/0001-40	

Item nº	Código	Descrição
59	9978	Curativo Extra com tecnologia de camada dupla Hidrofiber,
60	9979	COMPRESSA, de gaze, em rayon, 7,5 x 15 cm, embebida com 5 ml
61	9980	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio,
62	9981	Bandagem de algodão e poliéster, 10,2x94,4cm, com pasta comp

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LT	12.940,0000	14/12/2017 09:30:10
2	FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	12.900,0000	14/12/2017 09:30:22
Foi declarado vencedor do lote 7 deste Pregão o fornecedor FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA pelo valor de R\$ 12.900,0000 (doze mil novecentos reais).			

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECI FRANCIO

- .....

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

- .....

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Página: 8/10  
 Data: 15/12/2017

### Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017	Data de Abertura: 14/12/2017
Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO	

**LOTE: 8 - LOTE 08**

Código	Classificados	
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
16	7643	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts
18	1007	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m
19	1016	Fita adesiva hospitalar 16 mm x 50 mts
20	6390	Fita Micropore 2,5 cm x 10 mts c/capa
21	6391	Fita Micropore 05 cm x 10 mts c/capa
22	7644	Abaixador de lingua descartável pct 100 un.
23	1017	Fita para auto clave 19 x 30
24	7647	lamina p/ preventivo c/extremidade fosca 26 x76 cx/50
25	1922	Coletor de urina infantil
26	5601	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML- tampa rosca
27	7649	esparadrapo impermeável 05 x 4,5 mts
28	7650	Coletor urina sistema fechado bio-bag
29	1537	Descarpax 13 litros
40	2545	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA
45	7674	Stopper adesivo cx/500
46	7678	coletor materias perfurocortantes 20 lts
47	7809	Sonda uretral em polivinil Nº 12
48	7685	frasco p/nutrição enteral 300ml
51	9266	almotolia plástica transparente 250ml
52	10299	Escova ginecologica- não esteril cx/100 unidades
53	1008	Espátula de AyreS madeira pct/ 100 unidades
54	9618	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P.
55	9619	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M.
56	7673	Fixador citologico spray 30ml
57	5235	Gel para ecg/ultra som 5000gr
58	10300	dispositivo para infusão intravenosa nº 19

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	45.675,7500	14/12/2017 09:30:30
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	45.007,6500	14/12/2017 09:30:30
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	44.879,2500	14/12/2017 09:30:30
2	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	44.870,0000	14/12/2017 09:30:54
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	44.860,0000	14/12/2017 09:31:00
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	44.850,0000	14/12/2017 09:31:05
3	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	44.840,0000	14/12/2017 09:31:11
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	44.830,0000	14/12/2017 09:31:17
3	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	44.810,0000	14/12/2017 09:31:22
4	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	44.800,0000	14/12/2017 09:31:27
4	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Desistiu	44.830,00 14/12/2017 09:31:30
4	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	44.795,0000	14/12/2017 09:31:37
5	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Desistiu	44.800,00 14/12/2017 09:31:42

Foi declarado vencedor do lote 8 deste Pregão o fornecedor AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA pelo valor de R\$ 44.795,0000 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIRO FRANCIO

.....

METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

.....

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

Página: 9/10  
 Data: 15/12/2017

### Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017 Data de Abertura: 14/12/2017  
 Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....  
 AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - .....  
 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - .....

**LOTE: 9 - LOTE 09**

Código	Classificados	
6130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
50	7131	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR L	12.757,5000	14/12/2017 09:33:31
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	11.410,0000	14/12/2017 09:33:31
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	<a href="#">Desistiu</a> 12.757,50	14/12/2017 09:33:46

Foi declarado vencedor do lote 9 deste Pregão o fornecedor METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA pelo valor de R\$ 11.410,0000 (onze mil quatrocentos e dez reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....  
 METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA - .....  
 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - .....

**LOTE: 10 - LOTE 10**

Código	Classificados	
6003	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item nº	Código	Descrição
44	4226	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m
49	7818	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTI	4.125,0000	14/12/2017 09:37:56

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....  
 METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA - .....

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 10/10  
Data: 15/12/2017

Histórico do Pregão (Lances/Lote)

Processo/Ano: 15/2017  
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO  
Data de Abertura: 14/12/2017

LOTE: 11 - LOTE 11

Código	Classificados	CNPJ
6670	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	CNPJ: 82.291.311/0001-11
7492	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	CNPJ: 06.103.122/0002-70
7355	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME	CNPJ: 21.536.580/0001-06

Item nº	Código	Descrição
63	6066	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL BRANCO 70 X 50M

Nº do Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	3.458,0000	14/12/2017 09:38:54
1	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIREL	3.040,0000	14/12/2017 09:38:54
1	Ballke Produtos Hospitalares LTDA	1.786,0000	14/12/2017 09:38:54
2	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA	Desistiu	3.458,00 14/12/2017 09:39:14
2	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME	Desistiu	3.040,00 14/12/2017 09:39:19

Foi declarado vencedor do lote 11 deste Pregão o fornecedor Ballke Produtos Hospitalares LTDA pelo valor de R\$ 1.786,0000 (um mil setecentos e oitenta e seis reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do lote citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

Ballke Produtos Hospitalares LTDA

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME

AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA

- .....  
- .....  
- .....  
- .....

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 15, PP Nº 8-2017-FMS**

Publicação Nº 1460457

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
--	---

Folha: 1/7

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2017  
b) Licitação Nr.: 8/2017-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 15/12/2017  
e) Objeto da Licitação aquisição de materiais hospitalares, destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2018, conforme anexo III do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)**

1	Seringas desc.20 ml s/ ag - Marca: SR	UN	3.000,00	0,0000	0,485	1.454,90
2	Seringas 3 ml - Marca: SR	UN	3.000,00	0,0000	0,2426	727,80
3	Seringas 10 ml - Marca: SR	UN	3.000,00	0,0000	0,3396	1.018,80
7	Seringas 5 ml - Marca: SR	UN	5.000,00	0,0000	0,2717	1.358,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.560,00</b>

**LOTE: 2****SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME (7355)**

4	-Agulha desc.13 x 4,5, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas. - Marca: BD	UN	5.000,00	0,0000	0,1901	950,70
---	---	----	----------	--------	--------	--------

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
	Folha: 2/7

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 2

##### SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI - ME (7355)

5	-Agulha descartáveis.25 x 6, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas. - Marca: BD	UN	5.000,00	0,0000	0,3326	1.663,00
6	-Agulha descartáveis 25 x 7, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas. - Marca: BD	UN	5.000,00	0,0000	0,19	950,00
8	-Agulha descartáveis 40 x 12, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas. - Marca: BD	UN	3.000,00	0,0000	0,2376	712,80
9	-Agulha descartáveis.25 x 8, com as seguintes características Cânula siliconizada que desliza facilmente, diminuindo a dor do paciente; - Bisel trifacetado que torna a aplicação mais fácil e reduz a dor do paciente; - Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha; - Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa; - Código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas. - Marca: BD	UN	5.000,00	0,0000	0,171	855,00
10	seringa insulina 1.0 ml c/agulha ,038 x 13mm, BD - Marca: BD	UN	5.000,00	0,0000	0,9977	4.988,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10.120,00</b>

#### LOTE: 3

##### Ballke Produtos Hospitalares LTDA (7492)

11	Luvas p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex - Marca: DESCARPACK	CX	200,00	0,0000	14,8524	2.970,47
12	Luvas p/ procedimento M - Cx. 100unid.latex - Marca: DESCARPACK	CX	300,00	0,0000	14,9723	4.491,69

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
	Folha: 3/7

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 3

##### Ballke Produtos Hospitalares LTDA (7492)

13	Luvas p/ procedimento P - Cx. 100unid.latex - Marca: DESCARPACK	CX	300,00	0,0000	14,9723	4.491,69
14	Luvas p/ procedimento extra P - Cx. 100unid.latex - Marca: DESCARPACK	CX	200,00	0,0000	14,9723	2.994,46
15	Touca Sanfonada Elastica cx /100 un. - Marca: DESCARPACK	PCT	50,00	0,0000	5,9969	299,85
17	Mascara descartaveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid - Marca: DESCARPACK	CX	50,00	0,0000	6,2368	311,84
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>15.560,00</b>

#### LOTE: 4

##### METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

31	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, 06CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS, O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 13,3 GRAMAS COMFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM, APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO. - Marca: MDA/Crepon	UN	1.000,00	0,0000	0,68	680,00
32	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, 10CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS, O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 21,8 GRAMAS COMFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM, APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO. - Marca: MDA/Crepon	UN	2.000,00	0,0000	0,90	1.800,00
33	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, 15CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS, O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 32,7 GRAMAS COMFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM, APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO. - Marca: MDA/Crepon	UN	2.000,00	0,0000	1,54	3.080,00
34	ATADURA DE CREPON, NÃO ESTÉRIL, 100 % ALGODÃO OU 92% ALGODÃO E 8% POLIAMIDA, 20CM X 1.80MT NO MINIMO DE COMPRIMENTO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE 13 FIOS. BORDAS BEM ACABADAS SEM DESFIAMENTOS, O PRODUTO DEVE SEGUIR AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MINIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 42,8 GRAMAS COMFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO CUJO PESO TEM QUE VIR IMPRESSO NA EMBALAGEM, APRESENTAR AMOSTRA NO ATO DA LICITAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO. - Marca: MDA/Crepon	UN	2.000,00	0,0000	1,95	3.900,00
35	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM x 2,2 mts - Marca: Neve/Elastica	UN	1.000,00	0,0000	1,62	1.620,00

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
OR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
	Folha: 4/7

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 4

##### METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

36	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM x 2,2 mts - Marca: Neve/Elastica	UN	1.000,00	0,0000	2,62	2.620,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>13.700,00</b>

#### LOTE: 5

##### METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

37	SORO FISIOLÓGICO 100 ML 0,9% SIST. FECH. FRASCO - Marca: Equiplex/SF	FR	800,00	0,0000	2,5588	2.047,01
38	SORO FISIOLÓGICO 250 ML 0,9% SIST.FECH. FRASCO - Marca: Equiplex/SF	FR	700,00	0,0000	3,0941	2.165,87
39	Soro fisiológico 500 ml 0,9% sist.fech.frasco - Marca: Equiplex/SF	FR	300,00	0,0000	3,4904	1.047,12
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>5.260,00</b>

#### LOTE: 6

##### ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

30	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500 G 100 % algodão alvejado, inodoro, isento de amido, fibras longas em camadas sobrepostas e uniformes, macio, cor branca, com boa absorvência. - Marca: Melhormed-Minasrey	RI	100,00	0,0000	14,9201	1.492,01
41	Compressa Cirúrgica, Campo Operatório, não descartável. Característica: fios 100% algodão em tecido quádruplo 27 gr, com ou sem fio radiopaco. A compressa com entrelaçamento das quatro camadas do tecido que a compõem para evitar o deslizamento entre as mesmas. Oferecer condição de visibilidade no local da cirurgia com extremidade que possui um cadarço duplo em forma de alça que deve ser deixada, por precaução, do lado externo da cavidade cirúrgica. Não soltar fiapo, com laterais que possuem uma costura que permite maior segurança. Alta capacidade de reter líquido. Branqueadas, purificadas e isentas de impurezas, amido - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação; - Marca: Melhormed-Minasrey	PCT	30,00	0,0000	78,669	2.360,07
42	Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1.450 kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofiliada menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação; - Marca: Melhormed-Minasrey	RI	150,00	0,0000	79,2803	11.892,05
43	COMPRESSA 13 FIOS 10 X 10 FECHADA E 20X40 ABERTA, PESO aprox.DE 550 GR POR PACOTE, 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, BRANCA, SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TOXICOS, PACOTE COM 500 UND - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação; - Marca: Melhormed-Minasrey	PCT	300,00	0,0000	47,3007	14.190,21

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
	Folha: 5/7

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 6

##### ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

64	COMPRESSA 13 FIOS 7,5 X 7,5 FECHADA E 15X30 ABERTA, PESO DE 500 GR POR PACOTE, 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, BRANCA, SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE DEFEITOS E PRODUTOS TOXICOS, PACOTE COM 500 UND - apresentar registro no ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação. apresentar amostra no ato da licitação; - Marca: Melhormed-Minasrey	UN	200,00	0,0000	43,7283	8.745,66
----	--	----	--------	--------	---------	----------

**Total do Fornecedor: 38.680,00**

#### LOTE: 7

##### FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (6887)

59	Curativo Extra com tecnologia de camada dupla Hidrofiber, unidas por pontos com fio de celulose regenerada Tencel, composto por 100% Carboximetilcelulose sódica e com 1 a 2% de prata iônica. A prata presente no curativo inativa as bactérias retiradas no leito da ferida retendo-as dentro da fibra e não entram em contato com o leito da ferida. Curativo resistente a tração, forma um gel coeso que proporciona um meio úmido que auxilia na remoção de tecidos necróticos e favorece a cicatrização. Absorve e retém grandes quantidades de exsudato e bactérias, com absorção vertical, evitando a maceração da borda da ferida. É indicado para o tratamento de feridas planas, agudas, crônicas, cavitárias, queimaduras de 1 e 2 graus, feridas ulcerativas e traumáticas, com ou sem infecção e com grande quantidade de exsudato, tamanho 10x10 cm, Apresentar Bula na Proposta, Apresentar 02 Amostras, Carta de Credenciamento junto a Fabricante. - Marca: Aquacel AG Extra 10x	UN	50,00	0,0000	54,83	2.741,50
60	COMPRESSA, de gaze, em rayon, 7,5 x 15 cm, embebida com 5 ml de ácidos graxos essenciais, associado a óleos de melaleuca e copaiba, composto pelos ácidos linoléico e oléico, contendo ainda ácido capríco, caprílico, láurico, palmítico, mirístico, esteárico, palmitato de retinol, acetato de tocoferol e lecitina de soja. Embalagem caixa com 24 unidades. Registro na ANVISA como correlato classe grau de risco IV, com indicação para prevenção e tratamento de feridas. Na embalagem devesse conter nome e /ou marca do produto, lote e data de fabricação, prazo de validade, modo de usar, restrições de uso (quando necessário) técnico responsável juntamente com a proposta. - Marca: Pielisana Sachet	UN	30,00	0,0000	97,6971	2.930,91
61	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr, com apresentação da bula na proposta, juntamente com 02 amostras e carta de credenciamento junto ao fabricante, - Marca: Saf-Gel	UN	50,00	0,0000	54,83	2.741,50

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> <b>Data do Processo:</b>	 <b>15/2017</b> <b>30/11/2017</b>
	Folha: 6/7	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 7

##### FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (6887)

62	Bandagem de algodão e poliéster, 10,2x94,4cm, com pasta composta por glicerina, óxido de zinco, petrolato branco, água, acácia e óleo de ricino, indicada para o tratamento ambulatorial de úlceras venosas de perna e edema linfático, apresentar bula e Laudo IPT na proposta. - Marca: Flexi-Dress	UN	100,00	0,0000	44,8609	4.486,09
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>12.900,00</b>

#### LOTE: 8

##### AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA (6670)

16	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts - Marca: HOSPIFLEX	RI	100,00	0,0000	124,5948	12.459,48
18	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m - Marca: ADEPELE	RI	300,00	0,0000	9,033	2.709,90
19	Fita adesiva hospitalar 16 mm x 50 mts - Marca: CIEIX	RI	300,00	0,0000	5,1204	1.536,12
20	Fita Micropore 2,5 cm x 10 mts c/capa - Marca: CIEIX	RI	500,00	0,0000	3,4735	1.736,75
21	Fita Micropore 05 cm x 10 mts c/capa - Marca: CIEIX	RI	500,00	0,0000	6,1285	3.064,25
22	Abaixador de lingua descartável pct 100 un. - Marca: TEHOTO	UN	50,00	0,0000	5,34	267,00
23	Fita para auto clave 19 x 30 - Marca: CIEIX	RI	100,00	0,0000	7,5658	756,58
24	lamina p/ preventivo c/extremidade fosca 26 x76 cx/50 - Marca: SOLIDOR	CX	100,00	0,0000	5,4697	546,97
25	Coletor de urina infantil - Marca: MEDSONDA	UN	1.000,00	0,0000	0,8085	808,50
26	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML, transparente - Marca: JPROLAB	UN	1.000,00	0,0000	0,509	509,00
27	esparadrapo impermeável 05 x 4,5 mts - Marca: MISSNER	RI	400,00	0,0000	5,2202	2.088,08
28	Coletor urina sistema fechado bio-bag - Marca: ADIVANTIVE	UN	100,00	0,0000	5,4897	548,97
29	Descarpax 13 litros - Marca: MEDIX	UN	250,00	0,0000	5,8789	1.469,73
40	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA + VITAMINAS 100 ML - Marca: MOPHDERMI	FR	300,00	0,0000	5,1603	1.548,09
45	Stopper adesivo cx/500 - Marca: CIEIX	UN	15,00	0,0000	16,3193	244,79
46	coletor materias perfurocortantes 20 lts - Marca: DESCARPACK	UN	200,00	0,0000	8,1347	1.626,94
47	Sonda uretral em polivinil Nº 12 - Marca: BIOSANI	UN	4.000,00	0,0000	0,8584	3.433,60
48	frasco p/nutrição enteral 300ml - Marca: BIOSANI	UN	300,00	0,0000	1,4373	431,19
51	almotolia plástica trasparente 250ml - Marca: JPROLAB	UN	100,00	0,0000	2,4753	247,53
52	Escova ginecologica- não esteril cx/100 unidades - Marca: KOLPLAST	CX	100,00	0,0000	29,6642	2.966,42
53	Espátula de AyreS madeira pct/ 100 unidades - Marca: TEHOTO	PCT	100,00	0,0000	9,9313	993,13
54	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P. - Marca: GYNUS	UN	700,00	0,0000	2,5652	1.795,64
55	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M. - Marca: GYNUS	UN	600,00	0,0000	2,9245	1.754,70
56	Fixador citologico spray 30ml - Marca: ADLIN	FR	30,00	0,0000	6,5876	197,63
57	Gel para ecg/ultra som 5000gr - Marca: CARBOGEL	GL	30,00	0,0000	32,6386	979,16
58	dispositivo para infusão intravenosa nº 19 - Marca: SOLIDOR	UN	300,00	0,0000	0,2495	74,85
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>44.795,00</b>

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
 VALDIR ZANELLA  
 TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2017 Data do Processo: 30/11/2017
	Folha: 7/7

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 9

##### METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

50	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades OBS: Somente serão aceitas tiras da marca ON CALL PLUS por motivo que a Secretaria de Saúde possui aparelhos próprios e não serão substituídos. - Marca: Acon/OncallPlus II	CX	350,00	0,0000	32,60	11.410,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.410,00</b>

#### LOTE: 10

##### METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

44	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m -Livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas -Atóxica e apirogênico -Esterilizado a Gás Oxido de Etileno. -Indicado para curativos ou onde necessite de alta absorção e baixa aderência tecidual. Como no caso de curativos para queimaduras. - Marca: Polar Fix/ Rayon	Pt	100,00	0,0000	18,90	1.890,00
49	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades 100% algodão. OBS: (cremer). - Marca: Cremer/Crepon	PCT	50,00	0,0000	44,70	2.235,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.125,00</b>

#### LOTE: 11

##### Ballke Produtos Hospitalares LTDA (7492)

63	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL BRANCO 70 X 50M - Marca: VIPP	RI	200,00	0,0000	8,93	1.786,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.786,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>162.896,00</b>

Ipumirim, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
OR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 92, IL Nº 9-2017-PM**

Publicação Nº 1459833

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 9/2017 - IL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 92/2017 Data do Processo: 14/12/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 92/2017  
b) Licitação Nr.: 9/2017-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 14/12/2017  
e) Objeto da Licitação: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ASSOC. COMUNIT. AGUA VIVA (8337)**

1 Subsidio aos serviços de mecanização agrícola.( valor por hora)	H	1,00	0,0000	75,00	75,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>75,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>75,00</b>

Ipumirim, 14 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 93, IL Nº 10-2017-PM**

Publicação Nº 1459835

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 10/2017 - IL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 93/2017 Data do Processo: 14/12/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 93/2017  
b) Licitação Nr.: 10/2017-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 14/12/2017  
e) Objeto da Licitação: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUN. LINHA AUREA (8631)**

1 Subsidio aos serviços de mecanização agrícola.( valor por hora)	H	1,00	0,0000	75,00	75,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>75,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>75,00</b>

Ipumirim, 14 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 94, IL Nº 11-2017-PM**

Publicação Nº 1459837

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 11/2017 - IL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 94/2017 Data do Processo: 14/12/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 94/2017  
b) Licitação Nr.: 11/2017-IL  
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d) Data Homologação: 14/12/2017  
e) Objeto da Licitação: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ASSOCIAÇÃO DE AGRIC. A. FELIZ, L. PROGRESSO, VARANA (8299)**

1 Subsidio aos serviços de mecanização agrícola.( valor por hora)	H	1,00	0,0000	75,00	75,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>75,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>75,00</b>

Ipumirim, 14 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### DECRETO 106/2017

Publicação Nº 1459615

DECRETO Nº. 106/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de 05 de julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 1.319/2016 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES

UNIDADE: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas da Câmara

Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (01) R\$ 25.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica anulada a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES

UNIDADE: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas da Câmara

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (03) R\$ 25.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

**DECRETO 105/2017**

Publicação N° 1459612

**DECRETO N° 000105/17 de 14 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001319/16 de 4 de Novembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 115.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

06.01	-	DEPARTAMENTO	DE	EDUCAÇÃO
06.01.12.365.1003.2.033-3.1.90.00.00.00.00.00	-	Aplicacoes Diretas		35.000,00
06.01.12.361.1003.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00	-	Aplicacoes Diretas		55.000,00
06.01.12.361.1003.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00	-	Aplicacoes Diretas		16.000,00
06.01.12.361.1003.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00	-	Aplicacoes Diretas		1.700,00
06.01.10.306.1003.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00	-	Aplicacoes Diretas		7.300,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	115.000,00
------------------------	------------

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Dezembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**JEAN CARLOS NYLAND**  
Prefeito Municipal

**DECRETO 107/2017**

Publicação Nº 1459622

**DECRETO Nº 000107/17 de 14 de Dezembro de 2017**

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentaria e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA - ESTADO DE SANTA CATARINA no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 90 da Lei Orgânica Municipal de 05 Julho de 1990 e o que determina o Art. 7º da Lei Municipal nº de 001319/16 de (Orçamento Público Municipal)

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica autorizada a Movimentação Orçamentaria no valor de R\$ 159.000,00 conforme discriminado a seguir

**02.00 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

020104.122.10012.002	Manutenção das Atividades da Administração Superior	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	1.000,00

**03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FAZENDA****03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

030104.122.10022.016	Manutenção da Casa da Cidadania	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	1.000,00
030104.122.10022.007	Manutenção das Atividades da Administração Geral	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	5.000,00

**03.06 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**

030604.123.10022.012	Manutenção do Departamento de Finanças	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	5.000,00

**06.00 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****06.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

060112.361.10032.040	Manutenção do transporte escolar	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	18.000,00
060112.365.10032.033	Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	30.000,00
060112.361.10032.034	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	60.000,00

**08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS****08.01 - DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES**

080126.782.10112.051	Manutenção do Parque de Máquinas e Rodovias Municipais	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	36.000,00

**11.00 - SECRETARIA MUN.DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URB.****11.01 - GABINETE DO SECRETARIO**

110115.122.10092.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	3.000,00

**Art. 2º** - Os recursos para atender a movimentação de dotação orçamentaria acima especificado, decorrerá da anulação da seguinte dotação

**02.00 - GABINETE DO PREFEITO**

**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

020104.122.10012.002	Manutenção das Atividades da Administração Superior	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	1.000,00

**03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FAZENDA**

**03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

030104.122.10022.007	Manutenção das Atividades da Administração Geral	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	5.000,00

**03.06 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**

030604.123.10022.012	Manutenção do Departamento de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	5.000,00

**03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

030104.122.10022.016	Manutenção da Casa da Cidadania	
3.3.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	1.000,00

**06.00 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**06.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

060112.361.10032.040	Manutenção do transporte escolar	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	18.000,00

060112.361.10032.034	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	60.000,00

060112.365.10032.033	Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	30.000,00

**08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS**

**08.01 - DPTO DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES**

080126.782.10112.051	Manutenção do Parque de Máquinas e Rodovias Municipais	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	36.000,00

**11.00 - SECRETARIA MUN.DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E URB.**

**11.01 - GABINETE DO SECRETARIO**

110115.122.10092.053	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00.00.00.000000	Aplicacoes Diretas	3.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Iraceminha (SC), 14 de Dezembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**JEAN CARLOS NYLAND**  
Prefeito Municipal

**Registrado e publicado em data supra**

**EVANDRO JOÃO RAUBER**  
Secretário Interino de Adm.e Fazenda

**Irani****PREFEITURA****EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2017**

Publicação Nº 1460889

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2017  
OBJETO: Aquisição de Recipientes (lixeiras) para resíduos sólidos e orgânicos.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI  
CONTRATADO: DISBRAPLAC LTDA EPP.  
VALOR: R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais).  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.  
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.  
Irani, SC, 15 de dezembro de 2017.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

**INSCRIÇÕES PARA ESTAGIÁRIOS DEFERIDAS – EDITAL NO. 04/2017**

Publicação Nº 1459469

**INSCRIÇÕES PARA ESTAGIÁRIOS DEFERIDAS – EDITAL NO. 04/2017**

Ensino Superior	Curso Técnico	Ensino Médio	Outros
Alessandra Kades	Anderson Lucas Biondo	Alice Cristina Guerreiro	Ana Cristina Cursel
Alessandro Pasquali Junior	Charlene Daiane Carvalho	Amábila Aparecida Dias	Dieisson Lucas de Oliveira
Alexandra Zamarki	Daniela Aparecida Vicenzi	Andressa Michelli de Oliveira	Gabriele Maciel Leite
Aline Zenatti	Giseli Aparecida Rodrigues da Silva	Andrielli Maria Varotto de Oliveira	Gabrieli Cristina de Oliveira
Alisson Valandro	Jaine Machado Zimmermann	Beatriz Regina Pedroso Ricci	Joana Lopes Kades
Amanda Varotto de Oliveira	Jhonatan Junior da Rosa Colla	Beatriz Salete da Silva	Jucemara do Prado
Amilton Cesar das Neves Filho	Jovanessa Gabrieli Voss	Bianca Voss Lemos	Pamela Taís da Silva dos Santos
Ariadina Fatima Fiametti	Sabrina Aparecida Kochinski	Camila de Oliveira	
Bárbara de Camargo	Sandra Páscoa Salvador	Carlos Daniel Ribeiro	
Bianca Geovana Zamarki Andreis	Sayonara Boch da Silva Peruzzo	Carolaine Mendes Carvalho	
Carine Mineiro		Cauan Vitor da Maia	
Cauana Johann Corbari		Celso Matheus Stallbaum	
Charline Paula Vicenzi		Christian Schmidt Rodrigues	
Ensino Superior	Curso Técnico	Ensino Médio	Outros
Cleiton Fornari		Daiane Cristine Bertoldi	

Diógenes Francisco Britto		Daiele Tieppo	
Edna Daiane Borges		Darlison Fabio Guimarães	
Franciane Santin		Debora Paloma Almeida	
Gabriel Webber Prior		Diane Caroline Bertoldi	
Greguer Felipe Johann		Emanuel Victor Peres Mendes	
Ingrid Braatz		Érica Isaura Petini	
Jaine Sartori Zenaro		Fátima Maria Souza	
Jaqueline Caciano		Gabriel Fogaça Ferreira	
Jaqueline Loraschi		Gabriela Machado da Silva	
Joana Trombetta		Gilvani Carvalho Fernandes	
Julia Franceschina		Giovana Alves	
Lucivane Jaqueline Bortese		Gustavo Hengen Moraes	
Maiara Batista da Silva		Isabella Mendes Salvinski	
Ensino Superior	Curso Técnico	Ensino Médio	Outros
Maiqueli Fernandes Voss		Jéssica da Silva Camargo	
Marcelo da Luz		João Vitor C. Salvinski	
Maria Eduarda da Luz		Jobson Douglas Backs Junior	
Marina Zimmer Rodrigues		Kalidia Dariff Nunes	
Michael Spricigo		Kamila Maria Cavalli	
Rafaela Castro dos Santos		Letícia Leorato	
Renata Aparecida de Campos		Leticia Pasquali	
Ricardo Bavaresco		Leticia Petini	
Sabrina Santos Lemos		Luana Aguilheira	
Sayonara Tedesco		Lucas Camelo de Oliveira	
Schaiane Sarturi Vidori		Luis Miguel Pedroski	
Sheila Ricci Vargas		Marcelene Walter Sutil	
Simone M. L. dos Santos		Marcio Luiz Rossi Amâncio	
Tuani Letícia De Bastiani		Maria Eduarda Mendes	
Ensino Superior	Curso Técnico	Ensino Médio	Outros



Valci Carpi Rothemann		Maria Eduarda Nunes de Lima	
Vandressa Vidal Gomes		Maria Fernanda de Campos Jabonski	
Vitor Augusto Deitos		Mário Gregório Pegoraro	
Walquiria Tonia Anderson		Mateus Follmann	
		Mateus Guilherme Ribeiro	
		Michael Davi Arend	
		Paola Andressa de Lima	
		Paola Maria Johann Corbari	
		Priscila Piffer Dama	
		Sara Vitória Hoepers	
		Tainá Aparecida Dias	
		Tainá Santos Lemos	
		Tainara Artifon	
		Tainara R. S. Alves	
Ensino Superior	Curso Técnico	Ensino Médio	Outros
		Talia Cristina Schmit	
		Thayane Bruna Inácia dos Santos	
		Thifany Alexandra Alves	
		Tiago Dalla Costa	
		Vandressa Ribeiro Giacomini	
		Vanessa Maziero	
		Vitoria Soares Medeiros França	

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ANALISE DA PROPOSTA PL 071/2017, TP 010/2017

Publicação Nº 1458843

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2017, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann, para o ato de abertura e análise do envelope de proposta de preço da empresa PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME, habilitada no certame licitatório. A empresa não enviou representante. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade do envelope que continha o envelope de proposta da empresa participante do certame, aberto e retirado o envelope de propostas, passando para à abertura do mesmo, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão de licitações. Da análise das propostas restou em classificar: em primeiro lugar a empresa: PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI ME, com o preço mensal de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais); a empresa apresentou na documentação o termo de renúncia de recursos quanto a fase de propostas, possibilitando a homologação do processo licitatório. Intima-se participante da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e pelos membros da Comissão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Delso Minski Silvine Carla Mertins  
Presidente Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

### AVISO DE ANULAÇÃO DO PL 072/2017

Publicação Nº 1460343

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que anulou o Pregão Presencial nº 042/2017, para a possível aquisição de material para a confecção de cabeamento para rede interna de dados e internet, do prédio da prefeitura municipal. O aviso de anulação encontra-se disponível no site [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC, 15 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - REPUBLICADA - PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1458859

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR (Republicada)

Auxiliar de Classe   Ensino Médio (Auxiliares)												
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa e Interpretação		Raciocínio Lógico Matemático		Atualidades		Conhecimentos Específicos		Nota Teórica	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	711120	Andressa Pessoa De Chaves	6	3,00	3	1,50	3	1,50	6	3,00	18	9,00

2	722118	AdrianaPifer	6	3,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	16	8,00
3	723208	GenuirJoseAndrioliJunior	5	2,50	3	1,50	2	1,00	6	3,00	16	8,00
4	725789	E CamilaLilianCaumo	6	3,00	2	1,00	3	1,50	4	2,00	15	7,50
5	714439	EricaTamiresJesusDeCarvalho	6	3,00	2	1,00	2	1,00	5	2,50	15	7,50
6	703510	AguinaldoEliasSchaparin	6	3,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	15	7,50
7	709774	DianaBritoOliveira	5	2,50	2	1,00	1	0,50	7	3,50	15	7,50
8	709585	JustinaInesBresianiTaffarel	5	2,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	15	7,50
9	706158	AlineAlflen	5	2,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	15	7,50

10	705983	LucianeMariaHartmann	7	3,50	0	0,00	1	0,50	6	3,00	14	7,00
11	707443	BrunaCarlaRech	6	3,00	1	0,50	1	0,50	6	3,00	14	7,00
12	716986	NelciMariaStroeherMocellin	5	2,50	0	0,00	2	1,00	7	3,50	14	7,00
13	707756	RoseliFatimaGoloDalleLaste	5	2,50	1	0,50	1	0,50	7	3,50	14	7,00
14	714905	GuiomaraGomesMarcanzoni	5	2,50	2	1,00	2	1,00	5	2,50	14	7,00
15	708899	IvoneT.NossalBevilaqua	5	2,50	2	1,00	1	0,50	6	3,00	14	7,00
16	716166	LucianeFatimaFantinelli	5	2,50	1	0,50	3	1,50	5	2,50	14	7,00
17	703507	LucineiFatimaDeves	5	2,50	2	1,00	0	0,00	7	3,50	14	7,00
18	712385	VanessaPessoaDeChaves	5	2,50	3	1,50	2	1,00	4	2,00	14	7,00
19	705958	FabiolaLombardi	5	2,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	14	7,00
20	703905	SandraMaraDosSantosTaffarel	4	2,00	2	1,00	3	1,50	5	2,50	14	7,00
21	720751	PricilaColpaniDoAmara	4	2,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	14	7,00
22	720130	DianaCarlaDeAraujo	4	2,00	3	1,50	2	1,00	5	2,50	14	7,00
23	706770	DilceVersa	6	3,00	1	0,50	2	1,00	4	2,00	13	6,50
24	724363	LocivaniSaleteFrozzaSignor	6	3,00	0	0,00	3	1,50	4	2,00	13	6,50
25	708804	IvoneteDenisWollmannBurnier	5	2,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	13	6,50
26	711000	RosecleiIlha	5	2,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	13	6,50

27	704012	ArianLuisZeni	5	2,50	2	1,00	1	0,50	5	2,50	13	6,50
28	710860	GisianeSeibel	5	2,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	13	6,50
29	713801	RoseliCeliaJungDecezare	4	2,00	1	0,50	3	1,50	5	2,50	13	6,50
30	709300	SaleteMariaMartinelli	4	2,00	1	0,50	1	0,50	7	3,50	13	6,50
31	712596	DanielaNadiaFerreira	4	2,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	13	6,50
32	706695	DeniseSimon	4	2,00	1	0,50	3	1,50	5	2,50	13	6,50
33	720635	AnaliceMalvinaDosSantosSoares	4	2,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	13	6,50
34	721393	LeilaCristinaKochem Grooders	4	2,00	2	1,00	2	1,00	5	2,50	13	6,50

35	721302	ElisianaPainDosSantos	4	2,00	1	0,50	1	0,50	7	3,50	13	6,50
36	705967	PatriniMarieliBiessek	4	2,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	13	6,50
37	703543	<sup>E</sup> LarissaTaccaValcarenghi	4	2,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	13	6,50
38	703868	AmandaPaulaRoyPereiraDaSilva	4	2,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	13	6,50
39	722456	RosangelaMariaWathierDeOliveira	3	1,50	3	1,50	2	1,00	5	2,50	13	6,50
40	713560	CarlaAparecidaAntunesDeLimaJung	5	2,50	1	0,50	2	1,00	4	2,00	12	6,00
41	709070	AlineRaquelMachry	5	2,50	0	0,00	1	0,50	6	3,00	12	6,00
42	703844	AndressaSandraGross	5	2,50	0	0,00	2	1,00	5	2,50	12	6,00
43	703164	AndressaElisaSchuch	5	2,50	0	0,00	1	0,50	6	3,00	12	6,00

44	724162	SimonePatriciaSalviklein	4	2,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	12	6,00
45	704334	SilizanePadilhaDosSantos	4	2,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	12	6,00
46	716381	CamilaBurin	4	2,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	12	6,00
47	720133	AndressaLuciaLecardelli	4	2,00	0	0,00	3	1,50	5	2,50	12	6,00
48	713876	BrunaFedrizzi	4	2,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	12	6,00
49	711371	RaimundoLopesFalcao	3	1,50	1	0,50	3	1,50	5	2,50	12	6,00
50	707017	ClaudiaMariaDosSantos	3	1,50	1	0,50	3	1,50	5	2,50	12	6,00
51	706463	LilianeFrancieliTrombettaMenin	3	1,50	0	0,00	3	1,50	6	3,00	12	6,00
52	717980	GislaineSeibelMarcanzoni	3	1,50	0	0,00	3	1,50	6	3,00	12	6,00
53	703971	SoniaDaSilva	6	3,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	11	5,50
54	717848	NeusaCapellaroPetry	5	2,50	1	0,50	1	0,50	4	2,00	11	5,50
55	705372	GabrielaCristinaPetry	5	2,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	11	5,50
56	717584	MirianMinella	4	2,00	1	0,50	1	0,50	5	2,50	11	5,50
57	723335	UlianaMariaLermen	4	2,00	1	0,50	2	1,00	4	2,00	11	5,50
58	711725	IvoneLeonildaLorscheitter	3	1,50	0	0,00	2	1,00	6	3,00	11	5,50
59	711414	EleandraAparecidaTonello	3	1,50	2	1,00	2	1,00	4	2,00	11	5,50
60	708996	AnaPaulaRemocri	3	1,50	2	1,00	2	1,00	4	2,00	11	5,50

61	710959	JessicaCarlaTondello	3	1,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	11	5,50
62	709596	SolangeGiarettaFabrini	4	2,00	0	0,00	1	0,50	5	2,50	10	5,00
63	716735	NeucimaraTeixeiraMachado	4	2,00	0	0,00	2	1,00	4	2,00	10	5,00
64	711418	AnaMariaDeMattos	4	2,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00
65	720513	TaniaCarlaFreyer	3	1,50	2	1,00	3	1,50	2	1,00	10	5,00
66	709846	DeborahDaSilva	3	1,50	2	1,00	3	1,50	2	1,00	10	5,00
67	714355	ClariceDrexler	2	1,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	10	5,00

68	716822	CristianeSilviaMertinsMarcanzoni	2	1,00	1	0,50	1	0,50	6	3,00	10	5,00
69	720659	ElisGatti	2	1,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	10	5,00
70	721500	BetemariReginaBianchi	5	2,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	9	4,50
71	706829	KelinCatiaDePicoli	4	2,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50
72	704759	ClariceKochCovatti	3	1,50	0	0,00	1	0,50	5	2,50	9	4,50
73	719742	VaniseMariaKieling	3	1,50	0	0,00	1	0,50	5	2,50	9	4,50
74	718676	EndrianeMiorandoWathier	3	1,50	0	0,00	2	1,00	4	2,00	9	4,50
75	703297	ElianeSaleteSchaparininiBrand	3	1,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	9	4,50
76	710306	MicheliFatimaFurlan	2	1,00	1	0,50	1	0,50	5	2,50	9	4,50
77	722813	MaielenMariaSpagnol	2	1,00	0	0,00	3	1,50	4	2,00	9	4,50

78	724605	AlineValentini	1	0,50	2	1,00	2	1,00	4	2,00	9	4,50
79	721829	SirleiMariaStringui	4	2,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00
80	715783	VanuzaTerezinhaBrandDeFreitas	4	2,00	0	0,00	1	0,50	3	1,50	8	4,00
81	704300	EdianeMaristelaGranna	4	2,00	0	0,00	0	0,00	4	2,00	8	4,00
82	725183	ArkselEullerGoncalves	3	1,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00
83	705028	AdrianaMartiori	2	1,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	8	4,00
84	712644	ClicianeInesDosSantosPereira	3	1,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50
85	721270	FabianaSaatkamp	3	1,50	0	0,00	1	0,50	3	1,50	7	3,50
86	704474	MicheleRibeiroDosSantos	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	7	3,50
87	723888	MarciaMariaRoyBavaresco	2	1,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	5	2,50
88	704421	JoseDanielPertusattiNunesDaSilva	2	1,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	5	2,50

otaTeórica

2	706207	ElisabetheLiberaSomensi	5	2,50	4	2,00	5	2,50	14	7,00
3	719370	RafaelGabrielDaRosa	5	2,50	6	3,00	3	1,50	14	7,00
4	725096	AndreLuizBenderSartoretto	5	2,50	6	3,00	3	1,50	14	7,00
5	710941	MarianaPaulaBevilaqua	5	2,50	4	2,00	4	2,00	13	6,50
6	724859	JessicaAlessandraMocellin	5	2,50	3	1,50	4	2,00	12	6,00
7	725827	BrunaCaumo	5	2,50	2	1,00	5	2,50	12	6,00
8	714431	AlineMartello	5	2,50	0	0,00	5	2,50	10	5,00
9	708949	GiovanaRegisBlankl	4	2,00	2	1,00	4	2,00	10	5,00
10	718257	GuilhermeDeOliveira	2	1,00	2	1,00	6	3,00	10	5,00
11	725961	FabioJuniorAndrioliRibeiro	4	2,00	1	0,50	4	2,00	9	4,50

12	711384	DanieliCristinaHartmann	3	1,50	3	1,50	3	1,50	9	4,50
13	710807	GabrieleGabiatti	5	2,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00
14	716174	NauerGabrielDoPradoReis	5	2,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00
15	721336	JulianaDosSantos	4	2,00	0	0,00	4	2,00	8	4,00
16	724502	MariaCeciliaLazzari	2	1,00	2	1,00	4	2,00	8	4,00
17	720278	AndressaDaSilva	4	2,00	2	1,00	1	0,50	7	3,50
18	724750	LeonardoFilipeBurnier	2	1,00	2	1,00	3	1,50	7	3,50
19	725226	KaliferZeni	1	0,50	2	1,00	3	1,50	6	3,00
20	716711	TaisGollo	4	2,00	0	0,00	1	0,50	5	2,50
21	714026	TaliaPereiraDaSilva	2	1,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00
22	723459	RoseliSandraZamban	1	0,50	1	0,50	2	1,00	4	2,00
23	711603	HellenCarolineTaffarelDeFranca	1	0,50	2	1,00	1	0,50	4	2,00
24	722340	AnnaKarolineReimers	1	0,50	1	0,50	1	0,50	3	1,50

Itá-SC, 12 de Dezembro de 2017.

COMISSÃO ORGANIZADORA

## DECRETO N. 085/2017

Publicação Nº 1460249

Decreto nº 085, de 01 de Dezembro de 2017

“Designa Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde do Município e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o período de férias da Senhora Secretária Municipal de Saúde de 04 a 14 de Dezembro do corrente ano.

Considerando que há necessidade de manter-se um responsável, para responder pela Secretaria de Saúde, bem como assinar todos os documentos necessários, a fim de garantir a continuidade dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor ROMEU DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Diretor de Saúde, para responder pela Secretaria de Saúde do Município quando da ausência da Senhora Secretária, Joice Anita Sartoretto Zotti.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC,  
01 de Dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretaria de Administração e Fazenda

**DECRETO N. 088/2017**

Publicação Nº 1458850

Decreto nº088, de 14 de Dezembro de 2017

“Designa Responsável pela Contabilidade do Município e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando ausências do servidor Elton José Thomas, ocupante do cargo de Contador, seja por período de férias, ou por participação em cursos.

Considerando que há necessidade de manter-se um responsável devidamente qualificado, para responder pela Contadoria do Município, a fim de garantir a continuidade dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora DEISE MARA GUSATTO, Contadora, ocupante do cargo de Gerente de Tributação, para responder pela Contadoria Geral do Município quando da ausência do Contador, Senhor Elton José Thomas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC,  
14 de Dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretaria de Administração e Fazenda

**DECRETO N. 089/2017**

Publicação Nº 1458852

DECRETO Nº089, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Revoga os termos do Decreto 041/2013 de 08 de Março de 2013 e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69 da Lei Orgânica Municipal e,;

Considerando Recomendação emitida pelo Ministério Público desta Comarca de Itá-SC consubstanciada nos autos do SIG 06.2016.00006004-0;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 041/2013 de 08 de Março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC,  
15 de Dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretaria de Administração e Fazenda



**DECRETO N. 090/2017**

Publicação Nº 1460253

DECRETO Nº 090, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Divulga os feriados e decreta os pontos facultativos no exercício de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam divulgados os feriados nacionais e municipais, bem como decretados as datas consideradas ponto facultativo nas repartições municipais para o ano de 2018, a seguir:

I - 1º de janeiro, segunda-feira, Confraternização Universal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

II - 12 de fevereiro, segunda-feira, carnaval, (ponto facultativo);

III - 13 de fevereiro, terça-feira, carnaval, (ponto facultativo);

IV - 14 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, (ponto facultativo pela manhã);

V - 30 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

VI - 21 de abril, sábado, Tiradentes (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

VII - 1º de maio, terça-feira, Dia do Trabalho, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

VIII - 31 de maio, quinta-feira, Corpus Christi, (feriado nacional - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

IX - 29 de junho, sexta-feira, Dia de São Pedro, Padroeiro do Município (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

X - 07 de setembro, sexta-feira, Independência do Brasil, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XI - 12 de outubro, sexta-feira, Nossa Senhora Aparecida, (feriado nacional - Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1.980);

XII - 02 de novembro, sexta-feira, Finados, (feriado nacional - Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XIII - 15 de novembro, quinta-feira, Proclamação da República, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XIV - 13 de dezembro, quinta-feira, Dia do Município, (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

XV - 25 de dezembro, terça-feira, Natal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

Art. 2º Em dias de especial significado poderá o Chefe do poder Executivo Municipal, decretar ponto facultativo nas repartições públicas, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1.955/2008.

Art. 3º O atendimento dos serviços públicos considerados essenciais, nas datas mencionadas nos artigos 1º e 2º, deverão ser garantidos pelos órgãos da administração pública municipal, por intermédio de escalas de serviços ou plantões.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,  
15 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO N. 091/2017**

Publicação Nº 1460274

DECRETO Nº091/2017, de 15 de Dezembro de 2017.

"Homologa o Teste Seletivo nº 002/2017 e dá outras providências."

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a regularidade no decorrer do Teste Seletivo nº 002/2017 para preenchimento de Vagas, no quadro de Pessoal do Município de Itá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Teste Seletivo nº 002/2017 conforme relação contida no anexo único ao presente Decreto:

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,  
em 15 de Dezembro de 2017.JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e FazendaEDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017  
HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Auxiliar de Classe   Ensino Médio (Auxiliares)				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Teórica	
			Acertos	Nota
1	711120	Andressa Pessoa De Chaves	18	9,00
2	722118	Adriana Pifer	16	8,00
3	723208	Genuir Jose Andrioli Junior	16	8,00
4	725789	Camila Lilian Caumo	15	7,50
5	714439	Erica Tamires Jesus De Carvalho	15	7,50
6	703510	Aguinaldo Elias Schaparin	15	7,50
7	709774	Diana Brito Oliveira	15	7,50
8	709585	Justina Ines Bresiani Taffarel	15	7,50
9	706158	Aline Alflen	15	7,50
10	705983	Luciane Maria Hartmann	14	7,00
11	707443	Bruna Carla Rech	14	7,00
12	716986	Nelci Maria Stroeher Mocellin	14	7,00
13	707756	Roseli Fatima Golo Dalle Laste	14	7,00
14	714905	Guimara Gomes Marcanzoni	14	7,00
15	708899	Ivone T. Nossal Bevilaqua	14	7,00
16	716166	Luciane Fatima Fantinelli	14	7,00
17	703507	Lucinei Fatima Deves	14	7,00

18	712385	Vanessa Pessoa De Chaves	14	7,00
19	705958	Fabiola Lombardi	14	7,00
20	703905	Sandra Mara Dos Santos Taffarel	14	7,00
21	720751	Pricila Colpani Do Amara	14	7,00
22	720130	Diana Carla De Araujo	14	7,00
23	706770	Dilce Versa	13	6,50
24	724363	Locivani Salete Frozza Signor	13	6,50
25	708804	Ivonete Denis Wollmann Burnier	13	6,50
26	711000	Roseclei Ilha	13	6,50
27	704012	Arian Luis Zeni	13	6,50
28	710860	Gisiane Seibel	13	6,50
29	713801	Roseli Celia Jung Decezare	13	6,50
30	709300	Salete Maria Martinelli	13	6,50
31	712596	Daniela Nadia Ferreira	13	6,50
32	706695	Denise Simon	13	6,50
33	720635	Analice Malvina Dos Santos Soares	13	6,50
34	721393	Leila Cristina Kochem Grooders	13	6,50
35	721302	Elisiana Pain Dos Santos	13	6,50
36	705967	Patrini Marieli Biessek	13	6,50
37	703543	Larissa Tacca Valcarenghi	13	6,50
38	703868	Amanda Paula Roy Pereira Da Silva	13	6,50
39	722456	Rosangela Maria Wathier De Oliveira	13	6,50
40	713560	Carla Aparecida Antunes De Lima Jung	12	6,00
41	709070	Aline Raquel Machry	12	6,00
42	703844	Andressa Sandra Gross	12	6,00
43	703164	Andressa Elisa Schuch	12	6,00
44	724162	Simone Patricia Salvi Klein	12	6,00
45	704334	Silizane Padilha Dos Santos	12	6,00
46	716381	Camila Burin	12	6,00
47	720133	Andressa Lucia Lecardelli	12	6,00
48	713876	Bruna Fedrizzi	12	6,00
49	711371	Raimundo Lopes Falcao	12	6,00
50	707017	Claudia Maria Dos Santos	12	6,00
51	706463	Liliane Francieli Trombetta Menin	12	6,00
52	717980	Gislaine Seibel Marcanzoni	12	6,00
53	703971	Sonia Da Silva	11	5,50
54	717848	Neusa Capellaro Petry	11	5,50

55	705372	Gabriela Cristina Petry	11	5,50
56	717584	Mirian Minella	11	5,50
57	723335	Uliana Maria Lermen	11	5,50
58	711725	Ivone Leonilda Lorscheitter	11	5,50
59	711414	Eleandra Aparecida Tonello	11	5,50
60	708996	Ana Paula Remocri	11	5,50
61	710959	Jessica Carla Tondello	11	5,50
62	709596	Solange Giaretta Fabrin	10	5,00
63	716735	Neucimara Teixeira Machado	10	5,00
64	711418	Ana Maria De Mattos	10	5,00
65	720513	Tania Carla Freyer	10	5,00
66	709846	Deborah Da Silva	10	5,00
67	714355	Clarice Drexler	10	5,00
68	716822	Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni	10	5,00
69	720659	Elis Gritti	10	5,00
70	721500	Betemari Regina Bianchi	9	4,50
71	706829	Kelin Catia De Picoli	9	4,50
72	704759	Clarice Koch Covatti	9	4,50
73	719742	Vanise Maria Kieling	9	4,50
74	718676	Endriane Miorando Wathier	9	4,50
75	703297	Eliane Salete Schaparini Brand	9	4,50
76	710306	Micheli Fatima Furlan	9	4,50
77	722813	Maielen Maria Spagnol	9	4,50
78	724605	Aline Valentini	9	4,50
79	721829	Sirlei Maria Stringui	8	4,00
80	715783	Vanuza Terezinha Brand De Freitas	8	4,00
81	704300	Ediane Maristela Granna	8	4,00
82	725183	Arksel Euler Goncalves	8	4,00
83	705028	Adriana Martiori	8	4,00
84	712644	Cliciane Ines Dos Santos Pereira	7	3,50
85	721270	Fabiana Saatkamp	7	3,50
86	704474	Michele Ribeiro Dos Santos	7	3,50
87	723888	Marcia Maria Roy Bavaresco	5	2,50
88	704421	Jose Daniel Pertusatti Nunes Da Silva	5	2,50

Estagiário | Ensino Médio (Estagiários)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Teórica	
			Acertos	Nota
1	724851	Giullia Zamboni Figueiro	14	7,00
2	706207	Elisabethe Libera Somensi	14	7,00
3	719370	Rafael Gabriel Da Rosa	14	7,00
4	725096	Andre Luiz Bender Sartoretto	14	7,00
5	710941	Mariana Paula Bevilaqua	13	6,50
6	724859	Jessica Alessandra Mocellin	12	6,00
7	725827	Bruna Caumo	12	6,00
8	714431	Aline Martello	10	5,00
9	708949	Giovana Regis Blankl	10	5,00
10	718257	Guilherme De Oliveira	10	5,00
11	725961	Fabio Junior Andrioli Ribeiro	9	4,50
12	711384	Danieli Cristina Hartmann	9	4,50
13	710807	Gabriele Gabiatti	8	4,00
14	716174	Nauer Gabriel Do Prado Reis	8	4,00
15	721336	Juliana Dos Santos	8	4,00
16	724502	Maria Cecilia Lazzari	8	4,00
17	720278	Andressa Da Silva	7	3,50
18	724750	Leonardo Filipe Burnier	7	3,50
19	725226	Kalifer Zeni	6	3,00
20	716711	Tais Gollo	5	2,50
21	714026	Talia Pereira Da Silva	4	2,00
22	723459	Roseli Sandra Zamban	4	2,00
23	711603	Hellen Caroline Taffarel De Franca	4	2,00
24	722340	Anna Karoline Reimers	3	1,50

Itá – SC, 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

## HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação N° 1459483

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Auxiliar de Classe   Ensino Médio (Auxiliares)				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Teórica	
			Acertos	Nota



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

1	711120	AndressaPessoaDeChaves	18	9,00
2	722118	AdrianaPifer	16	8,00
3	723208	GenuirJoseAndrioliJunior	16	8,00
4	725789	CamilaLilianCaumo	15	7,50
5	714439	EricaTamiresJesusDeCarvalho	15	7,50
6	703510	AguinaldoEliasSchaparini	15	7,50
7	709774	DianaBritoOliveira	15	7,50
8	709585	JustinaInesBresianiTaffarel	15	7,50
9	706158	AlineAlflen	15	7,50
10	705983	LucianeMariaHartmann	14	7,00
11	707443	BrunaCarlaRech	14	7,00
12	716986	NelciMariaStroeherMocellin	14	7,00
13	707756	RoseliFatimaGoloDalleLaste	14	7,00
14	714905	GuiomaraGomesMarcanzoni	14	7,00
15	708899	IvoneT.NossalBevilaqua	14	7,00
16	716166	LucianeFatimaFantinelli	14	7,00
17	703507	LucineiFatimaDeves	14	7,00
18	712385	VanessaPessoaDeChaves	14	7,00
19	705958	FabiolaLombardi	14	7,00
20	703905	SandraMaraDosSantosTaffarel	14	7,00
21	720751	PricilaColpaniDoAmara	14	7,00

22	720130	DianaCarlaDeAraujo	14	7,00
23	706770	DilceVersa	13	6,50
24	724363	LocivaniSaleteFrozzaSignor	13	6,50
25	708804	IvoneteDenisWollmannBurnier	13	6,50
26	711000	RosecleiIlha	13	6,50
27	704012	ArianLuisZeni	13	6,50
28	710860	GisianeSeibel	13	6,50
29	713801	RoseliCeliaJungDecezare	13	6,50
30	709300	SaletteMariaMartinelli	13	6,50
31	712596	DanielaNadiaFerreira	13	6,50
32	706695	DeniseSimon	13	6,50
33	720635	AnaliceMalvinaDosSantosSoares	13	6,50
34	721393	LeilaCristinaKochemGrooders	13	6,50

35	721302	ElisianaPainDosSantos	13	6,50
36	705967	PatriniMarieliBiessek	13	6,50
37	703543	LarissaTaccaValcarenghi	13	6,50
38	703868	AmandaPaulaRoyPereiraDaSilva	13	6,50
39	722456	RosangelaMariaWathierDeOliveira	13	6,50
40	713560	CarlaAparecidaAntunesDeLimaJung	12	6,00
41	709070	AlineRaquelMachry	12	6,00
42	703844	AndressaSandraGross	12	6,00
43	703164	AndressaElisaSchuch	12	6,00
44	724162	SimonePatriciaSalviKlein	12	6,00
45	704334	SilizanePadilhaDosSantos	12	6,00
46	716381	CamilaBurin	12	6,00
47	720133	AndressaLuciaLecardelli	12	6,00
48	713876	BrunaFedrizzi	12	6,00
49	711371	RaimundoLopesFalcao	12	6,00

50	707017	ClaudiaMariaDosSantos	12	6,00
51	706463	LilianeFrancieliTrombettaMenin	12	6,00
52	717980	GislaineSeibelMarcanzoni	12	6,00
53	703971	SoniaDaSilva	11	5,50
54	717848	NeusaCapellaroPetry	11	5,50
55	705372	GabrielaCristinaPetry	11	5,50
56	717584	MirianMinella	11	5,50
57	723335	UlianaMariaLermen	11	5,50
58	711725	IvoneLeonildaLorscheitter	11	5,50
59	711414	EleandraAparecidaTonello	11	5,50
60	708996	AnaPaulaRemocri	11	5,50
61	710959	JessicaCarlaTondello	11	5,50
62	709596	SolangeGiarettaFabrini	10	5,00
63	716735	NeucimaraTeixeiraMachado	10	5,00
64	711418	AnaMariaDeMattos	10	5,00
65	720513	TaniaCarlaFreyer	10	5,00
66	709846	DeborahDaSilva	10	5,00
67	714355	ClariceDrexler	10	5,00
68	716822	CristianeSilviaMertinsMarcanzoni	10	5,00
69	720659	ElisGritti	10	5,00



70	721500	BetemariReginaBianchi	9	4,50
71	706829	KelinCatiaDePicoli	9	4,50
72	704759 <sup>E</sup>	ClariceKochCovatti	9	4,50
73	719742	VaniseMariaKielsing	9	4,50
74	718676	EndrianeMiorandoWathier	9	4,50
75	703297	ElianeSaleteSchapariniBrand	9	4,50
76	710306	MicheliFatimaFurlan	9	4,50
77	722813	MaielenMariaSpagnol	9	4,50

78	724605	AlineValentini	9	4,50
79	721829	SirleiMariaStringui	8	4,00
80	715783	VanuzaTerezinhaBrandDeFreitas	8	4,00
81	704300	EdianeMaristelaGranna	8	4,00
82	725183	ArkselEullerGoncalves	8	4,00
83	705028	AdrianaMartiori	8	4,00
84	712644	ClicianeInesDosSantosPereira	7	3,50
85	721270	FabianaSaatkamp	7	3,50
86	704474	MicheleRibeiroDosSantos	7	3,50
87	723888	MarciaMariaRoyBavaresco	5	2,50
88	704421	JoseDanielPertusattiNunesDaSilva	5	2,50

## Estagiário|EnsinoMédio(Estagiários)

Posição	NºINSC	CANDIDATO	NotaTeórica	
			Acertos	Nota
1	724851	GiulliaZamboniFigueiro	14	7,00
2	706207	ElisabethLiberaSomensi	14	7,00
3	719370	RafaelGabrielDaRosa	14	7,00
4	725096	AndreLuizBenderSartoretto	14	7,00
5	710941	MarianaPaulaBevilaqua	13	6,50
6	724859	JessicaAlessandraMocellin	12	6,00
7	725827	BrunaCaumo	12	6,00
8	714431	AlineMartello	10	5,00
9	708949	GiovanaRegisBlankl	10	5,00
10	718257	GuilhermeDeOliveira	10	5,00
11	725961	FabioJuniorAndrioliRibeiro	9	4,50

12	711384	DanieliCristinaHartmann	9	4,50
13	710807	GabrieleGabiatti	8	4,00
14	716174	NauerGabrielDoPradoReis	8	4,00
15	721336	JulianaDosSantos	8	4,00
16	724502	MariaCeciliaLazzari	8	4,00
17	720278	AndressaDaSilva	7	3,50
18	724750	LeonardoFilipeBurnier	7	3,50
19	725226	KaliferZeni	6	3,00
20	716711	TaisGollo	5	2,50
21	714026	TaliaPereiraDaSilva	4	2,00
22	723459	RoseliSandraZamban	4	2,00
23	711603	HellenCarolineTaffarelDeFranca	4	2,00
24	722340	AnnaKarolineReimers	3	1,50

Itá-SC, 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

## LEI 2529

Publicação Nº 1459437

LEI N.º 2529, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Itá para o Exercício de 2018”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Ita VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte,

### LEI DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Itá para o exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 40.140.000,00 ( quarenta milhões, cento e quarenta mil reais), sendo R\$ 28.659.624,28 do Orçamento Fiscal e R\$ 11.480.375,72 do Orçamento da Seguridade Social, referente aos Poderes do Município, dos seus Órgãos, Fundos e Fundações da Administração direta e indireta, discriminados nos anexos desta lei.

§ 1º A receita orçamentária consolidada da Administração Direta e Indireta é assim estimada:

Especificação	R\$
I – Receita Orçamentária Consolidada	40.140.000,00
- Administração Direta	37.611.243,60
- Fundo Municipal de Saúde	1.818.756,40
- Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Ita – FAPPAM	710.000,00
II – A receita consolidada foi estimada com base na seguinte especificação:	
Receitas Correntes	39.810.000,00
Receita Tributária	3.666.000,00
Receita de Contribuições	650.000,00
Receita Patrimonial	545.000,00
Receita de Serviços	88.676,58
Transferências Correntes	34.624.576,62
Outras Receitas Correntes	235.746,80
Receitas de Capital	330.000,00
Alienação de Bens	250.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00
Transferências de Capital	70.000,00



TOTAL	40.140.000,00
-------	---------------

§ 2º A despesa orçamentária consolidada fixada da Administração Direta e Indireta é:

Especificação	R\$
I – Despesa Fixada Consolidada	40.140.000,00
- Administração Direta	30.270.968,60
- Fundo Municipal de Saúde	9.114.031,40
- Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Público Municipal de Ita – FAPPAM	710.000,00
- Fundação Cultural de Ita	45.000,00
II - A despesa orçamentária municipal consolidada é fixada com as seguintes especificações:	40.140.000,00
a) Despesa Por Categoria Econômica:	
- Despesas Correntes	36.001.704,60
Pessoal e Encargos Sociais	18.534.874,59
Juros e encargos da Dívida	150.000,00
Outras Despesas Correntes	17.316.830,01
- Despesas de Capital	4.038.295,40
Investimentos	2.983.295,40
Inversões Financeiras	55.000,00
Amortização da Dívida	1.000.000,00
- Reserva de Contingência	100.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
b) Despesa Por Órgão:	
1. Administração Direta:	30.270.968,60
1.1 Câmara Municipal de Vereadores	1.873.460,76
1.2 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	1.115.000,00
1.3 Secretaria Mun. Da Administração e Fazenda	5.112.387,62
1.4 Secretaria Municipal de Transportes	669.800,00
1.5 Secretaria Mun. Da Agricultura e Meio Ambiente	3.380.000,00
1.6 Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer	10.203.975,90
1.7 Secretaria Municipal de Assistência Social	100.000,00
1.8 Secretaria Mun Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.605.000,00
1.9 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	2.050.000,00
1.10 Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência	60.000,00
1.11 Fundo Municipal de Assistência Social	1.116.344,32
1.12 Fundo Municipal de Turismo	20.000,00
1.13 Fundo Municipal de Saneamento Básico	1.470.000,00
1.14 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHI	130.000,00
1.15 Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC	60.000,00
1.16 Fundo Municipal de Direito do Idoso	55.000,00
1.17 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Ita	90.000,00
1.18 Fundo Municipal de Meio Ambiente	60.000,00
1.19 Reserva de Contingência	100.000,00
2. Fundo Municipal de Saúde	9.114.031,40
2.1 Fundo Municipal de Saúde	9.114.031,40
3. Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Ita	710.000,00
3.1 Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Ita	710.000,00
4. Fundação Cultura de Ita	45.000,00
4.1 Fundação Cultura de Ita	45.000,00
TOTAL GERAL	40.140.000,00

Art. 2º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como “outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos” as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada um das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar por ato próprio, dotações de um grupo de natureza de despesa/ Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal n.º 4.320/64, a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada, para o orçamento consolidado, utilizando como fonte recursos previstos nos incisos I e II do § 1º do Artigo 43 de Lei Federal N.º 4.320/64.

II – Abrir crédito adicional suplementar à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei.

Art. 5º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º No exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei até o limite previsto na legislação em vigor.

Art. 7º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros Entes da Federação.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos de Administração Direta e Indireta.

Art. 9º A Lei Orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos do Município de Itá, Poder executivo e Legislativo, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Turismo, do Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência, do Fundo Municipal de Saneamento Básico, do Fundo Municipal de habitação de interesse social – FMHI, do Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC, do Fundo Municipal de Direito do Idoso, do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA e do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá, visando facilitar as rotinas contábeis.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa por Destinação de Recursos a eles vinculados, na condição de Unidades Orçamentárias do orçamento geral e contas bancárias específicas aos Fundos, do Município de Ita.

Art. 10. Esta lei orçamentária atende as diretrizes estabelecidas no programa do Governo, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e deve garantir prioridade absoluta à criança e ao adolescente durante a execução orçamentária do corrente exercício.

Art. 11. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itá, em 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2530

Publicação Nº 1459440

LEI Nº 2530 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 1243 de 21 de Agosto de 1997.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itá-SC, em 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**LEI 2531**

Publicação Nº 1459445

LEI Nº 2531, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o repasse de valores para a Liga Independente das Escolas de Samba de Itá para a realização do Carnaval Náutico de Itá – SC, Edição 2018 e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Liga Independente das Escolas de Samba de Itá, CNPJ nº 17.155.248/0001-24, destinados ao pagamento de despesas com a realização do Carnaval Náutico de Itá, edição 2018.

Parágrafo Único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o "caput" deste artigo serão de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a serem repassados conforme definição em ato próprio, até o limite autorizado por esta Lei, nos quais não estão incluídas despesas com mídia e publicidade.

Art. 2º Fica a Liga Independente das Escolas de Samba, autorizada a utilizar o espaço público da Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, realizar a cobrança de ingressos, exploração de praça de alimentação, bebidas, e atividades afins para a realização do evento.

Art. 3º A falta ou irregular prestação de contas acarretará a devolução do valor da respectiva parcela e o não repasse das subseqüentes.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itá, em 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**LEI COMPLEMENTAR 134**

Publicação Nº 1459079

Lei Complementar nº 134 de 14 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE funções gratificadas NO QUADRO de pessoal do poder legislativo municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Mesa Diretora propôs e o Plenário aprovou, e ele, em conformidade com a Lei Orgânica, sanciona a seguinte

Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura organizacional do Poder Legislativo de Itá, Santa Catarina, Funções Gratificadas – FG, de conformidade com o Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Os valores atribuídos a cada FG são aqueles devidos no Anexo Único, devendo ser reajustados na mesma data e pelo mesmo índice estabelecido para os servidores públicos municipais em revisão geral anual.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese será paga função gratificada sem o efetivo desempenho das funções.

Art. 3º As funções gratificadas serão designadas para os servidores públicos efetivos do Poder Legislativo de Itá, SC, mediante Portaria.

§ 1º Excepcionalmente, em casos de vacância de cargos efetivos do Poder Legislativo de Itá, SC, poderão ser concedidas funções gratificadas a servidores efetivos do Poder Executivo, por tempo determinado, até a realização do concurso público específico.

§ 2º É vedada a acumulação de exercício e remuneração das funções gratificadas elencadas no Anexo Único.

Art. 2º Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial o art. 31 e parágrafos da Lei Complementar n. 119/2015 atualizada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 14 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### ANEXO ÚNICO

FG	Descrição das atribuições	Valor R\$
RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle e registro do movimento das contas bancárias da Câmara;</li> <li>- Conciliação bancária dos valores sob a responsabilidade da Câmara;</li> <li>- Execução de tomada de contas dos recursos liberados sob o regime de adiantamento, conferindo a validade dos documentos que integram os respectivos processos;</li> <li>- Efetivação dos meios financeiros necessários à locomoção dos integrantes do Poder legislativo, quando em viagens realizadas a serviço da Casa;</li> <li>- Acompanhamento da execução financeira;</li> <li>- Execução de outros serviços correlatos às atividades da Tesouraria;</li> <li>- Exercer quaisquer atividades afins ou compatíveis com as atribuições do cargo.</li> </ul>	827,00
RESPONSÁVEL PELA CONTADORIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Responsabilidade pela contabilidade geral do Poder Legislativo Municipal;</li> <li>- Cumprir e fazer cumprir as determinações regulamentares emanadas da Mesa Diretora ou de seu Presidente;</li> <li>- Registrar o recebimento, quando autorizado, do duodécimo da Câmara Municipal;</li> <li>- Elaborar, com os elementos fornecidos pelo Presidente, as propostas de leis orçamentárias da Câmara Municipal a ser encaminhada ao Poder Executivo, nos prazos previstos em lei, bem como orientar o Presidente quanto ao cumprimento dessas normas, controlando a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos para tanto;</li> <li>- Efetuar o controle contábil, mediante escrituração dos atos e fatos referentes ao seu patrimônio, variação das dotações orçamentárias, despesas e todos os demais atos sujeitos à contabilização;</li> <li>- Proceder aos lançamentos contábeis da documentação, conformidade com as normas e procedimentos contábeis da administração pública;</li> <li>- Elaborar e assinar, mensalmente, balancetes e demonstrativos de contas e, da mesma forma, o balancete financeiro a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, bem como elaborar o relatório de gestão fiscal;</li> <li>- Elaborar o empenho prévio das despesas e ordens de pagamento, mantendo o registro de procurações e efetuando o pagamento de despesas, quando regulamente processadas e autorizadas;</li> <li>- Elaborar a prestação de contas a ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal para posterior envio ao TCE, anualmente, com todos os documentos exigidos, dentro dos prazos legais;</li> <li>- Manter sobre a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, os saldos das dotações orçamentárias e das contas bancárias, com conferência diária dos estratos bancários;</li> <li>- Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;</li> <li>- Acompanhar os gastos de pessoal do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista o cumprimento dos arts. 11 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;</li> <li>- Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;</li> <li>- Organizar e fiscalizar as prestações de contas, bem como a documentação necessária à comprovação das despesas da Câmara Municipal, Vereadores e servidores;</li> <li>- Fornecer elementos para a abertura de créditos adicionais;</li> <li>- Emitir pareceres, informes técnicos relatórios e declarações legais sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;</li> <li>- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento, de grupos de trabalho e reuniões relacionadas às atividades em sua área de atuação;</li> <li>- Fornecer dados estatísticos ou relatórios de suas atividades;</li> <li>- Desempenhar outras funções correlatas compatíveis com sua especialização profissional.</li> </ul>	2.126,00

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazer com que se efetive o controle interno das atividades da Câmara Municipal, cumprindo e fazendo cumprir a respectiva legislação municipal, estadual e federal aplicável;</li> <li>- Assinar, juntamente com o Presidente da Mesa Diretora, o relatório das contas do Poder Legislativo Municipal a ser enviado ao Tribunal de contas, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal;</li> <li>- Promover a integração dos serviços de controle interno do Poder Legislativo com os serviços de controle interno do Poder Executivo Municipal;</li> <li>- Desenvolver as funções de controle interno na integralidade dos atos da Câmara Municipal seja de responsabilidade da Presidência, de todas as divisões funcionais, sejam de responsabilidade dos integrantes e de seu funcionalismo, efetivos ou comissionados, na forma da lei;</li> <li>- Firmar documentos procedentes ao Presidente, quando for o caso;</li> <li>- Fixar a programação permanente de auditoria e correição interna;</li> <li>- Pronunciar-se sobre os relatórios das atividades de controle interno;</li> <li>- Prestar informações do desenvolvimento dos trabalhos do controle interno ao Presidente, à Mesa Diretora e aos Vereadores, quando solicitado;</li> <li>- Desempenhar outras funções correlatas previstas em regulamento.</li> </ul>	1.162,00
-----------------------------------	--	----------

**LEI COMPLEMENTAR 135**

Publicação Nº 1459082

LEI COMPLEMENTAR Nº135 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o poder Legislativo Municipal discutiu, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 11 e seu § 1º, da Lei Complementar nº 067/2010, de 08 de junho de 2010, alterado pelo artigo 2º, da Lei Complementar nº 125/2015, de 22 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Ao servidor investido em funções de confiança, notadamente para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, os designados para participar de comissões especiais ou temporárias, Coordenar grupos, setores e serviços especiais e/ou realizar serviços que não integrem a relação das atribuições do cargo de origem, poderá ser concedida uma única GRATIFICAÇÃO MENSAL, limitada ao valor fixado no Anexo IV da presente Lei, atualizáveis anualmente pelo mesmo índice de reajuste que for concedido aos servidores na revisão geral de salários".

Art. 2º. Fica criado o quadro de funções de confiança e a respectiva gratificação mensal, de acordo com o Anexo IV que acompanha a presente Lei Complementar, em substituição ao quadro de funções gratificadas constante do Anexo IV da Lei Complementar nº 067/2010, de 08 de junho de 2010.

Art. 3º. Fica criado o Anexo V que acompanha e integra a presente Lei Complementar, contendo o rol de atribuições específico para cada uma das funções de confiança do quadro criado pela presente Lei Complementar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itá/SC, 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

**ANEXO IV - QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2010**

DENOMINAÇÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	NÚMERO DE FUNÇÕES	VALOR DA FG EM R\$
Primeiro Nível			
1.1 - Chefe da Controladoria Interna	FG-01	1	2.800,00
Segundo Nível			
2.1 - Coordenador das atividades do CRAS	FG-02	1	1.800,00
2.2 - Coordenador da Unidade Central de Saúde	FG-02	1	1.800,00
Terceiro Nível			
3.1- Coordenador do Setor de Compras	FG-03	1	1.500,00
3.2 - Coordenador do Setor de Contabilidade	FG-03	1	1.500,00
3.3 - Coordenador do Setor Transportes (Veículos e Motoristas) da Secretaria Municipal da Educação	FG-03	1	1.500,00



3.4 - Coordenador do Setor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde	FG-03	1	1.500,00
3.5 - Coordenador do Setor de Licitações e Contratos	FG-03	1	1.500,00
3.6 - Coordenador da Frota de Veículos do Centro Administrativo Municipal	FG-03	1	1.500,00
Quarto Nível			
4.1 - Coordenador do Setor de Tesouraria	FG-04	1	1.200,00
4.2 - Coordenador do Setor de Turismo e cultura	FG-04	1	1.200,00
Quinto Nível			
5.1 - Coordenador de Eventos - Setor de Turismo	FG-05	1	1.000,00
5.2 - Coordenador do Setor de Estradas de Rodagem	FG-05	1	1.000,00
5.3 - Coordenador do Setor de Tesouraria dos Fundos e Fundações	FG-05	1	1.000,00
5.4 - Coordenador do Setor de Pessoal	FG-05	1	1.000,00
Sexto Nível			
6.1 - Serviço Especial de Pregoeiro	FG-06	1	800,00
6.2 - Coordenador do Setor de Informática	FG-06	1	800,00
6.3 - Coordenador do Setor de Projetos de Engenharia	FG-06	1	800,00
6.4 - Coordenador do Setor de Patrimônio	FG-06	1	800,00
6.5 - Coordenador do Setor de Vigilância Sanitária	FG-06	1	800,00
Sétimo Nível			
7.1 - Coordenador dos Operadores de Máquina	FG-07	1	600,00
7.2 - Responsável pelo Setor de Produção de Pedras Britadas	FG-07	1	600,00
7.3 - Chefe de Cozinha – Escola com mais de 500 alunos	FG-07	1	600,00
7.4 - Suporte Técnico urgência e emergência	FG-07	1	600,00
Oitavo Nível			
8.1 - Chefe de Cozinha – Escola com menos de 500 alunos	FG-08	1	400,00
8.2 - Resp. Controle agendamento e atendimento do NASF	FG-08	1	400,00
8.3 - Responsável pelas artes e atividades de ornamentação	FG-08	1	400,00
8.4 - Resp. p/recebimento e conferência da merenda escolar	FG-08	1	400,00
8.5 - Responsável pelo Setor de Vigilância Epidemiológica	FG-08	1	400,00
8.6 - Resp. Técnico p/ Sala de Vacinas da Unidade de Saúde	FG-08	1	400,00

Itá/SC, 15 de Dezembro de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

#### ANEXO V

#### ROL DE ATRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

##### Primeiro Nível

Chefe da Controladoria Interna

Funções: Chefia da Controladoria Interna do Município, Emissão de Pareceres, Realização de Auditorias, Acompanhamento em Licitações e Contratos, Acompanhamento das contratações de pessoal.

##### Segundo Nível

Coordenador das atividades do CRAS

Funções: Coordenação das atividades realizadas no CRAS, organização, controle e alimentação do Sistema SISC, coordenação das turmas cidade e interior, elaboração de projetos de oficinas, atendimento domiciliar, alimentação do sistema AMA.

Coordenador da Unidade Central de Saúde

Funções: Coordenação Geral da Unidade Central de Saúde, alimentação dos sistemas SUS, PMAQ, AMAQ, PSE, Oxigenoterapia, colostomizados. Projetos e planejamento para captação de recursos, coordenação e gerenciamento dos serviços de urgência e emergência, coordenação das equipes de saúde da família.

##### Terceiro Nível

Coordenador do Setor de Compras

Funções: Formatação e planejamento de todas as atividades e espécies de compras, realização de empenhos e autorizações de fornecimento de todas as Secretarias.

Controlar o orçamento do departamento.

Resolver conflitos com fornecedores ou reclamações.

Elaborar previsões de necessidades de compras.

Revisar cotações de compras.

Dirigir todos os atos inerentes às compras de equipamentos e serviços do Município;

Supervisionar o processo de escolha e organização da compra dos materiais necessários à Administração Municipal;

Assessorar, os servidores responsáveis pelo registro de todos os atos que integram a rotina de compras de materiais e contratação de serviços;

Cooperar, quando necessário, com a equipe de licitações, promovendo a integração das atividades, primando pelo princípio da economicidade, observado o interesse público e a conveniência administrativa;

Executar outras tarefas afins.

**Coordenador do Setor de Contabilidade**

Funções: Realizar e responder pelas informações contábeis consolidadas dos fundos e fundações Municipais e das unidades gestoras, que existirem ou que vierem a ser criadas, da administração direta e indireta desta Administração Municipal;

Executar as atividades da Contadoria dos Fundos e Fundações Municipais, dar pareceres, planejar, participar da elaboração do orçamento público dos fundos e fundações;

Elaborar, revisar e acompanhar as prestações de contas, demonstrativos, balanços, balancetes, referentes a qualquer período, de forma consolidada;

Elaborar, revisar e acompanhar os demonstrativos fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal de forma consolidada;

Exercer e auxiliar em outras competências inerentes à sua área de atuação e do conhecimento.

**Coordenador do Setor Transportes (Veículos e Motoristas) da Secretaria Municipal da Educação**

Funções: Coordenação dos Motoristas e dos veículos da Secretaria Municipal de Educação, com controle de documentação de circulação, manutenção dos ônibus e veículos leves, elaboração e controle dos roteiros e atendimento nos horários extras ao expediente quando há necessidade do motorista, coordenação de todos os veículos de transporte escolar.

**Coordenador do Setor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde**

Funções: Gerenciamento do setor financeiro da Secretaria Municipal da Saúde, realização de empenhos, autorizações de fornecimento, controle de pessoal administrativo da pasta, organização e planejamento das atividades da secretaria, atendimento ao público e responsável pelos roteiros da saúde.

**Coordenador do Setor de Licitações e Contratos**

Funções: Preparação de todas as licitações do Município, elaboração dos editais de licitação, membro da Comissão de Licitações e Equipe de Apoio, elaboração dos contratos administrativos, controle de todas estas operações junto ao sistema Betha.

**Coordenador da Frota de Veículos do Centro Administrativo Municipal**

Funções: Motorista do Gabinete do Prefeito Municipal, gerenciamento da frota de veículos do Centro Administrativo, acompanhamento da documentação dos veículos junto ao Detran, alimenta o sistema Frotas; assessorar os trabalhos inerentes às viagens programadas para o Gabinete do Chefe do Poder Executivo; atender aos chamados do Prefeito Municipal, sempre que solicitado; acompanhar o Prefeito Municipal em congressos, cursos e outros eventos, dirigindo o veículo oficial; coordenar os serviços de manutenção dos veículos que servem ao Centro administrativo municipal; zelar pela conservação desses veículos; comunicar eventuais defeitos constatados no funcionamento dos veículos; programar o abastecimento e revisão geral dos veículos; apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatórios das viagens, quando solicitado; primar pelo sigilo nos assuntos ligados ao Gabinete do Prefeito; eventualmente, quando requerido, coordenar ou supervisionar os serviços de motoristas lotados nas diversas Secretarias do Município.

Quarto Nível

**Coordenador de Eventos - Setor de Turismo e Cultura**

Funções: Participar de todas as feiras e eventos em que a Secretaria determinar; assessorar o titular da Secretaria, nos projetos culturais do município; assessorar as atividades desenvolvidas no departamento tendentes à divulgação da cultura e a arte; eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho das funções de chefia e assessoramento; executar tarefas afins.

**Coordenador do Setor de Pagamentos de Despesas**

Funções: Elaboração e coordenação das atividades desenvolvidas no registro de todos os pagamentos efetuados. Operação do sistema de pagamentos on line. Emissão das respectivas ordens de pagamento das despesas já empenhadas e liquidadas a serem efetivadas através de ordens bancárias.

Quinto Nível

**Coordenador de Eventos - Setor de Turismo**

Funções: Coordenação da Secretaria de Turismo, coordenação e planejamento dos eventos municipais; supervisionar a equipe responsável pela promoção de eventos turísticos e culturais, cívicos e outras atividades artísticas no âmbito do Município e Região; supervisionar a execução dos projetos turísticos e culturais da Secretaria;

**Coordenador do Setor de Estradas de Rodagem**

Funções: Coordenação das atividades junto ao DMER, gerenciamento dos serviços de terraplanagens e melhorias de estradas no interior do Município, coordenação do pessoal, coordenação da manutenção das máquinas.

**Coordenador do Setor de Tesouraria**

Funções: Elaboração e coordenação das atividades desenvolvidas na Tesouraria. Controle e registro do movimento das contas bancárias, conciliação bancária dos valores sob a responsabilidade. Execução de tomada de contas dos recursos liberados sob o regime de adiantamento, conferindo a validade dos documentos que integram os respectivos processos; Execução dos serviços de escrituração dos Caixas.

**Coordenador do Setor de Pessoal**

Funções: Coordenação Departamento Pessoal; supervisionar os atos relativos à vida funcional dos servidores públicos; supervisionar os serviços de elaboração de folha de pagamento e demais rotinas do setor; dirigir a emissão de pareceres sobre os serviços que lhe são inerentes; supervisionar a montagem de processos de aposentadoria e pensão na forma da lei; assessorar a comissão que executa o processo

do estágio probatório dos servidores; chefiar os serviços de informações determinadas por lei aos órgãos de fiscalização internos e externos, bem como aos órgãos de controle do Governo Federal ou Estadual; e executar demais atividades correlatas.

#### Sexto Nível

Serviço Especial de Pregoeiro

Funções: Pregoeiro, Presidente da Comissão de Licitações;

Coordenador do Setor de Informática

Funções: Coordenação dos serviços de informática, manutenção de todos os equipamentos, reparo em equipamentos, elaboração de descrições de equipamentos a serem adquiridos em licitações.

Coordenador do Setor de Projetos de Engenharia

Funções: Coordenação do Departamento de Engenharia, realização de projetos, acompanhamento de obras enquanto fiscal, acompanhamento de licitações.

Coordenador do Setor de Patrimônio

Funções: Coordenação de todo o patrimônio pertencente ao Município, conferência do Patrimônio, levantamentos de itens a serem baixados e posteriormente alienados.

Coordenador do Setor de Vigilância Sanitária

Funções: Coordenação da Vigilância Sanitária do Município, emissão de alvarás, vistorias in loco, alimentação do sistema Lacen, Sisagua, Pharos, GAO, Saúde Plus.

#### Sétimo Nível

Coordenador dos Operadores de Máquina

Funções: Coordenação dos operadores de Máquinas.

Responsável pelo Setor de Produção de Pedras Britadas

Funções: Coordenar e programar a produção de pedras britadas, para atendimento das necessidades do DMER; responsabilizar-se pela correta manutenção preventiva e operação do conjunto de britagem.

Chefe de Cozinha – Escola com mais de 500 alunos

Funções: Chefe de Cozinha mais de 500 alunos, organização e coordenação da preparação das refeições da merenda escolar.

Suporte Técnico urgência e emergência

Funções: Suporte técnico em casos de urgência e emergência durante o dia, noites e finais de semana alternados

#### Oitavo Nível

Chefe de Cozinha – Escola com menos de 500 alunos

Funções: Chefe de Cozinha menos de 500 alunos, organização e coordenação da preparação das refeições.

Resp. Controle agendamento e atendimento do NASF

Funções: Coordenação dos atendimentos e agendamentos do Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Responsável pelas artes e atividades de ornamentação

Funções: Coordenação de artes e atividades de ornamentação.

Resp. p/recebimento e conferência da merenda escolar

Funções: Recebimento de merenda escolar, conferência juntamente com a Nutricionista

Responsável pelo Setor de Vigilância Epidemiológica

Funções: Responsável pela Vigilância Epidemiológica do Município, responsável por encaminhamento de biópsias, DST, sífilis, hepatite, testes rápidos, alimentação do sistema Pasteur, Sinasc, SIM, SINAN.

Resp. Técnico p/ Sala de Vacinas da Unidade de Saúde

Funções: Responsável técnica pela Sala de Vacinas da Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo acompanhamento de exames preventivos do câncer do colo do útero, doenças epidemiológicas, tuberculose, alimentação sistema Lacen, zoonoses, realização de palestras educativas.

Itá-SC, 15 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2013**

Publicação Nº 1459539

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2013

A CAMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: Alteração da vigência do Contrato nº13/2013, pelo período de 01/01/2018 á19/12/2018.

Contratada: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA- CNPJ 09.687.900/001-23, com sede na Rua Deodoro, Nº 181, SL 402, Centro Florianópolis – SC.

Período: 01.01.2018 a 19.12.2017

Data Assinatura: 15.12.2017.

Itá, SC, 15 de Dezembro de 2017.

ALCIR JOSÉ HALL

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

**PORTARIA N. 020/2017 CONCEDE FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1459537

PORTARIA N. 020/2017

concede férias Á servidorES públicoS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALCIR JOSÉ HALL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;

Considerando que foram concedidas férias coletivas aos demais servidores, que atuam diretamente junto dos vereadores nas sessões legislativas com exceção das servidoras Cristina Cassarotto Orlando e Silvane Maria Bergamaschi Prigol, às quais trabalham em funções diversas;

Considerando que as servidoras possuem direito legal á férias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Itá, SC, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Cristina Cassarotto Orlando	Contadora	09/08/2016 à 08/08/2017	15/01/2018 à 13/02/2018 = 30 dias
Silvane Maria Bergamaschi Prigol	Diretora Geral	20/03/2017 à 19/03/2018	15/01/2018 à 13/02/2018 = 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 15 de Dezembro de 2017.

ALCIR JOSÉ HALL

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

SILVANA COLOSSI

Assistente Administrativo

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### TERMO DE REVOGAÇÃO - CC Nº 02/2017

Publicação Nº 1459062

Extrato do Decreto de Revogação do Processo Licitatório – Concorrência Pública nº 02/2017. Objeto: contratação de empresa para execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, na área urbana e rural do Município de Itaiópolis. A íntegra do Decreto nº 1978/2017 encontra-se publicado no Site: [www.itaiopis.sc.gov.br](http://www.itaiopis.sc.gov.br). Itaiópolis, 14 de dezembro de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1459551

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 06/2017. Objeto: Prestação de Serviços de Direção Clínica e Técnica na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Cooperativa de Especialidades Médicas de Trabalho de Santa Catarina. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 15/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1459555

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 16/2017. Objeto: Prestação de Serviços Médicos para atendimentos de Urgência e Emergência e Internamentos na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Cooperativa de Especialidades Médicas de Trabalho de Santa Catarina. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Sexta – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2018. Itaiópolis, 15/12/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DA TP 03/2017

Publicação Nº 1459591

Extrato de Licitação Deserta. Tomada de Preços nº 03/2017. Objeto: Contratação de empresa do ramo para a Recuperação estrutural da Lavanderia do Hospital Santo Antônio de Itaiópolis, situado na Rua Aloys Tyszka, 250, centro. Itaiópolis/SC. A sala a ser recuperada possui 41,94m², o reforço será em estrutura de concreto armado. A estrutura possui 2,35m³ de concreto. A supra-estrutura será em perfil metálico e possui 1.058,11 kilos de perfil "U" 4' x 2' x 4mm e 127,21m de cantoneira em "L" ¾ x ¾ que deverão ser montados "in loco". conforme projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo. Com fornecimento de materiais e serviços de mão-de-obra.. Não houve interessados em participar do pleito licitatório, sendo o Processo declarado DESERTO. Itaiópolis, 15 de dezembro de 2017. Benedito Bento Marques – Administrador Municipal da Saúde.

### RESULTADO DO PR 36/2017

Publicação Nº 1459100

Resultado de Licitação – Pregão Presencial nº 36/2017. Objeto: Aquisição de Aparelhos, Equipamentos e Materiais necessários para a implantação de Academias de Saúde nas localidades de Moema, Distrito de Itaió e Iracema da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. As empresas participantes: Paulo Ziober Equipamentos Metalúrgicos Ltda e Urssus Industria e Comercio de Produtos Eireli – EPP foram Inabilitadas, sendo a Licitação declarada Fracassada. Itaiópolis, 15 de dezembro de 2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### TERMO DE FOMENTO Nº 019/2017

Publicação Nº 1460711

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA-SC  
TERMO DE FOMENTO nº 019/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO da Prefeitura Municipal de Itapema-SC torna público, para conhecimento dos interessados, que firmou TERMO DE FOMENTO nº 019/2017 com a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE ITAPEMA, AMIGOS E FAMILIARES – ADI – CNPJ 12.843.085/0001-59.

Objeto: Transferência de recursos para a execução do plano de trabalho apresentado pela ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE ITAPEMA, AMIGOS E FAMILIARES – Projeto “VIDA NA PRAIA”, 6ª edição, visando oportunizar condições reais às pessoas com deficiência de Itapema e turistas sazonais, ao acesso ao lazer, ao banho de mar e a socialização familiar e comunitária.

Amparo Legal: inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 e inciso II do art. 28 da Lei Municipal nº 3.620/2017.

Valor: R\$ 34.450,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais).

Data assinatura: 15 de dezembro de 2017.

Vigência: 90 dias.

Itapema, SC, em 15 de dezembro de 2017.

RONALDO PAULINO

SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 228/2017

Publicação Nº 1460485

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 228/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE PROPRIEDADE MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 29/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 15 de Dezembro de 2017.

Paulo José Theobald  
Secretário de Transportes e Obras

### DECRETO Nº 213, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460479

DECRETO Nº 213, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

03.03 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 12 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 12 de dezembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 214, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460486

DECRETO Nº 214, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:



Art. 1º Fica o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades as Assistência Social Geral

33.90.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos do dia 13 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 13 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

## DECRETO Nº 215, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460489

DECRETO Nº 215, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 120 – Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 14 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC., 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

## DECRETO Nº 216, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460494

DECRETO Nº 216, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SECRETÁRIA MUNICIPAL COMO ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, DELEGA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 e 74 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designada a Sra. TECLA ROYER SCHOLZ, Secretária de Finanças e Planejamento, matrícula nº 15262/01, com delegação de atribuições para exercer cumulativamente nos dias 15 a 29 de dezembro de 2017, as funções de ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, por motivo férias do Secretário e Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Sr. Davino Rauber, matrícula nº 7806/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017.

Itapiranga, SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário Municipal de Administração.

## EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 316/2017

Publicação Nº 1460218

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 316/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada.: MARCIA ENXOVAIS LTDA - ME

Valor ..... : 34.696,00 (trinta e quatro mil seiscentos e noventa e seis reais)

Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORTINAS DE BLACKOUT E PERSIANAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Itapiranga, 15 de Dezembro de 2017

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 136 E 137/2017

Publicação Nº 1460264

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 136/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada.: VERUM SERVICOS TECNICOS DE ARQUITETURA E INTERIORE

Valor ..... : 12.278,00 (doze mil duzentos e setenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/12/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 196/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (199)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA REFORMA GARAGEM DE MÁQUINAS E CONSTRUÇÃO DO NOVO ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Itapiranga, 15 de Dezembro de 2017

Contrato Nº.: 137/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada.: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME

Valor ..... : 13.000,00 (treze mil reais)

Vigência ..... : Início: 14/12/2017 Término: 14/12/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 196/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.043.3.3.90.00.00.00.00 (199)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA REFORMA GARAGEM DE MÁQUINAS E CONSTRUÇÃO DO NOVO ALMOXARIFADO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Itapiranga, 15 de Dezembro de 2017

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2017/RH**

Publicação Nº 1460277

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FABIANE DEWES.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 27/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 16/02/2018 em 20 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 16/02/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017/RH**

Publicação Nº 1460280

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FERNANDA BOTTEGA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 29/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 30/09/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 30/09/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2017/RH**

Publicação Nº 1460285

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FRANCIELI EYNG.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 31/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 31/12/2018 em 20 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 31/12/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2017/RH**

Publicação Nº 1460292

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e IVANA RAQUEL KRUG.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Terceiro Termo Aditivo do contrato nº 33/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 09/06/2018 em 20 horas

semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 09/06/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2017/RH**

Publicação Nº 1460305

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARCIANE STOFFEL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 119/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 17/03/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 17/03/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2017/RH**

Publicação Nº 1460307

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANEZA MARIA WERLANG GABRIEL

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 45/2017 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2017 para 31/12/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2017 a 31/12/2018.

Itapiranga – SC, 14 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2017/RH**

Publicação Nº 1460314

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ALTAIR DA SILVA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 95/2017 onde altera o prazo de vigência de 31/12/2017 para 28/06/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate a Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 31/12/2017 a 28/06/2018

Itapiranga – SC, 15 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2017/RH**

Publicação Nº 1460318

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARCELO SGARABOTTO.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 09/2017 onde altera o prazo de vigência de 31/12/2017 para 28/06/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate a Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 31/12/2017 a 28/06/2018

Itapiranga – SC, 15 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2017/RH**

Publicação Nº 1460326

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARIA ROSEMERI DA SILVA BARBOSA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 73/2017 onde altera o prazo de vigência de 31/12/2017 para 28/06/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate a Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 31/12/2017 a 28/06/2018

Itapiranga – SC, 15 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2017/RH**

Publicação Nº 1460330

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANESSA BARTZ SILVA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016.

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 128/2016 onde altera o prazo de vigência de 31/12/2017 para 28/06/2018 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate a Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 31/12/2017 a 28/06/2018

Itapiranga – SC, 15 de dezembro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 192/2017

Publicação Nº 1458678

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 192/2017      Licitação: 192/2017 - TP Fornecedor: 144531 - BRAND ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA - ME      Data da Homologação: 21/11/2017									
1	01-01-80507	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE LOTEAMENTO DA ÁREA ESCOLAR EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, LOCALIZADO NA PARTE DO LOTE RURAL URBANIZADO Nº 1, DA LINHA SANTA FÉ, COM ÁREA TOTAL DE 61.824,80m², COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE TODA A ÁREA (INCLUINDO AS EDIFICAÇÕES EXISTENTES), PROJETO URBANÍSTICO, TERRAPLANAGEM E DRENAGEM, REDE DE ÁGUA E REDE DE ESGOTO, CONTENDO TODOS OS MEMORIAIS DESCRITIVOS, ORÇAMENTOS INDIVIDUALIZADOS, BEM COMO TODAS AS LICENÇAS, COM AS RESPECTIVAS APROVAÇÕES NOS ÓRGÃOS CORRESPONDENTES, EM PLENA CONFORMIDADE À LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, CONFORME DESCRITO NO EDITAL.		UND	1,000	0,0000	41.010,2200	41.010,22	Venceu
Total do Fornecedor					→	1,000		41.010,22	

Itapiranga, 1 de Dezembro de 2017.

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 229/2017

Publicação Nº 1458661

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 229/2017      Licitação: 229/2017 - PR      Data da Homologação: 14/12/2017 Fornecedor: 35998 - MARCIA ENXOVAIS LTDA - ME									
1	01-14-00243	CORTINA DE BLACKOUT COM VARAO GROSSO DE 3 METROS, COM ILHOS, DUPLA-FACE, CORTINA DE 2,7 M (ALTURA) X 4,50 M (LARGURA), REDUÇÃO DE ATÉ 70 % DA ILUMINAÇÃO EXTERNA, REDUÇÃO DO NÍVEL DE RUÍDO, REDUÇÃO DA ENTRADA DE POEIRA, COMPOSIÇÃO: TECIDO 100 % POLIESTER, CONTRA O SOL. INSTALADA COM SUPORTES.	CORTTEX	UND	2,000	0,0000	344,0000	688,00	Vencou
2	01-14-00242	CORTINA DE BLACKOUT PARA VARAO GROSSO COM ILHOS, DUPLA-FACE, CORTINA DE 2,7 M (ALTURA) X 8,5 M (LARGURA), REDUÇÃO DE ATÉ 70 % DA ILUMINAÇÃO EXTERNA, REDUÇÃO DO NÍVEL DE RUÍDO, REDUÇÃO DA ENTRADA DE POEIRA, COMPOSIÇÃO: TECIDO 100 % POLIESTER, REVESTIDO COM PELÍCULA 100 % PROTEÇÃO CONTRA O SOL. INSTALADA COM SUPORTES SUFICIENTES.	CORTTEX	UND	2,000	0,0000	659,0000	1,318,00	Vencou
3	01-14-00248	PERSIANA VERTICAL COM BLACKOUT EM PVC, COM TRILHO BRANCO FRISADO COM SUPORTE, BUCHAS, PARAFUSOS, PRESILHA DE ALUMÍNIO, CARRINHO POLIESTIRENO, COM INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DIVERSOS TAMANHOS.	IPE PERSIANAS	M2	325,000	0,0000	90,0000	29,250,00	Vencou
4	01-14-00261	PERSIANA HORIZONTAL 25 MM; 0,21 MM (ESPESURA), EM ALUMÍNIO, COR BRANCA, INSTALADA.	IPE PERSIANAS	M2	40,000	0,0000	86,0000	3,440,00	Vencou
<b>Total do Fornecedor</b> →							369,000	34,696,00	

Itapiranga, 15 de Dezembro de 2017.



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 100/2017 - PROJETO DE NATAL

Publicação Nº 1460770

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 18:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, RODRIGO FERNANDES DE SOUZA e ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 100/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS DE SOM, PALCO E ILUMINAÇÃO PARA O PROJETO TOQUE DE NATAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado o envelope de Proposta de Preço e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
DAVID DE SOUZA - GUARATUBA - ME	DAVID DE SOUZA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Ressalta-se que a empresa vencedora do Lote 1 juntou em seu envelope de habilitação os documentos exigidos no item 12.1. do Edital que se refere à Responsabilidade Técnica da empresa, os quais puderam ser analisados já na sessão pública, sendo encontrados em conformidade com o edital. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
DAVID DE SOUZA - GUARATUBA - ME	1	R\$ 10.500,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 15 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro	ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro

Licitantes:

DAVID DE SOUZA - GUARATUBA - ME  
DAVID DE SOUZA

**ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 112/2017**

Publicação Nº 1460721

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 16h:30 min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI e ELASIO FRISANCO nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 112/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	JOSE LUIZ DA COSTA JUNIOR
COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME	REPRESENTANTE NÃO CREDENCIADO
RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME	RONALDO ITAMAR MOURA MARTIN
P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME	DIONATHAN DA SILVA COMERLATTO
TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	ALDIVAR BAGATOLI
NUVEM BIT INFORMÁTICA EIRELI ME	ALTAIR AGUIAR
E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	REPRESENTANTE NÃO CREDENCIADO

Analisados os documentos foram achados conforme, exceto a Empresa COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME, que não apresentou o Item 5.1.3 do Edital e E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP, não tinha atividade econômica relacionada ao objeto da licitação. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME	1 e 2	R\$ 14.749,00
RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME	3	R\$ 85.250,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 15 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeiro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI Membro	ELASIO FRISANCO Membro
---	---------------------------

## Licitantes:

SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP JOSE LUIZ DA COSTA JUNIOR	RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME RONALDO ITAMAR MOURA MARTIN
P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME DIONATHAN DA SILVA COMERLATTO	TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP ALDIVAR BAGATOLI
NUVEM BIT INFORMÁTICA EIRELI ME ALTAIR AGUIAR	

**ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 93/2017 - MATERIAL DE PROCEDIMENTO**

Publicação Nº 1460367

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017 - ANÁLISE E JULGAMENTO DE QUESTÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE PREÇO.

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 15h:00min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, MARCIANE RECH e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, ISABELA R. DUTRA POHL RISSI nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 93/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CENTRO DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário supramencionado a Pregoeira iniciou a sessão recebendo a Comunicação Interna nº238/2017 com deliberação da Sra. Secretária de Saúde, Sandra Regina Medeiros da Silva, aprovando todas as empresas participantes do pleito nos termos da cláusula 6.5.9.2 Comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU (inclusive para distribuidora), conforme julgamento de equipe técnica. O qual a Pregoeira e respectiva equipe de apoio tomou como suas as decisões apresentadas. Em seguida passou-se a analisar a questão de participação da empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA pelo fato do não enquadramento a Lei complementar nº123/2006, e sua manifestação da participação. Uma vez que o processo em epígrafe contém aos autos impugnações sobre o tema impetradas pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA fls. 328 a 356, o qual no Parecer Jurídico nº161/2017 fls.359 a 366 suas razões foram julgadas improcedentes, nesta toada a Pregoeira resolve por não contrariar as peças processuais e nem o próprio edital de Pregão, tendo em vista que muitas empresas que não se enquadram na Lei complementar nº123/2006 deixaram de comparecer ao certame devido tal vedação, e exclusividade do edital. De modo que o representante da Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, Sr. Cleiton André Wagner, já manifestou pessoalmente sentindo-se prejudicado pela decisão da Pregoeira em considerar a participação da empresa Metromed na sessão anterior. Portanto por todas estas razões a Pregoeira equipe de apoio resolve por desclassificar a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, e sugerir a Secretaria de Saúde que nos próximos editais seja observado previamente à questão do art. 49, II da Lei complementar nº123/2006, tendo em vista que as medidas de exclusividade prejudicam a competitividade, a proposta mais vantajosa, a lisura, a eficiência, pois sendo o Município de Itapoá um Município pequeno, litorâneo, longe dos grandes centros, considerando os poucos participantes nas sessões, e que os objetos oriundos da Saúde, são de extrema relevância pois a falta desses materiais comprometem a vida dos cidadãos Itapoenses, medidas de extrema urgência devem ser tomadas. Assim ficam aptas para fase de lances as seguintes:

Participantes	
Empresa	Representante
DANIELE DAGIOS EPP	LEANDRO SCHLATA
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	MARCOS ANTONIO LOBO
SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	RAFAEL GUSTAVO KOHLER

Assim mantem-se definida a abertura de sessão pública para julgamento dos lances a data de 18/12/2017 às 09h:00min. E que ao final da sessão conforme cláusula 9.1. Dos recursos será aberto prazo de recurso para a desclassificação da empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata às 15h:50min. Itapoá, 15 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
MARCIANE RECH Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

ISABELA R. DUTRA POHL RISSI

MEMBRO

**ATA SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇO N° 14/2017**

Publicação N° 1459987

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

Data	15/12/2017	Horário início: 14h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 14/2017 Nº 152/2017

**OBJETO:**

Contratação de empresa especializada de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de reforma dos banheiros da EMEF Claiton Almir Hermes, compreendendo 42,96m<sup>2</sup>, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3306/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial da União no dia 30/11/2017, e Site Oficial do Município, mural público municipal, no dia 29/11/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
12/12/2017	1699	17h:30m	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME	20.985.955/0001-52
15/12/2017	1706	13h:28m	MEGA EMPREENDIMENTOS LTDA	03.709.443/0001-44
15/12/2017	1707	13h:46m	BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP	76.470.384/0001-78

Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, todos os documentos foram achados conforme e as empresas consideradas HABILITADAS. Passando à fase seguinte foram abertos os envelopes de PROPOSTAS das empresas habilitadas, os quais foram achados conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa

Valor

1º FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME  
R\$ 43.514,18

2º BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP  
R\$ 47.955,45

3º MEGA EMPREENDIMENTOS LTDA  
R\$ 52.732,62

Portanto a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME foi vencedora do certame com o valor R\$ 43.514,18 (quarenta e três mil quinhentos e quatorze reais e dezoito centavos). Observa-se que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 54.239,30 (cinquenta e quatro mil duzentos e trinta e nove reais e trinta centavos). Cientes os licitantes do resultado supra ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA  
MEMBRO  
ELASIO FRINSANCO  
MEMBRO

Licitantes presentes:

BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP  
ANDERSON DE ABREU  
CPF: 017.963.299-08

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3419/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460226

DECRETO MUNICIPAL Nº 3419/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Cria e Nomeia Comissão para análise do Processo Licitatório nº 99/2013 – Concorrência Pública nº 03/2013, Processo Licitatório nº 19/2016 – Pregão nº 16/2016 e Processo Licitatório nº 42/2016 – Concorrência Pública nº 02/2016.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica criada e nomeada comissão para análise do Processo Licitatório nº 99/2013 – Concorrência Pública nº 03/2013, Processo Licitatório nº 19/2016 – Pregão nº 16/2016 e Processo Licitatório nº 42/2016 – Concorrência Pública nº 02/2016, para indicação de alternativas ao contrato e trâmites do novo contrato a ser instaurado, com os seguintes membros:

I – Representante Sec. Finanças PMI - João Garcia de Souza presidente;

II – Representando Sec. Educação PMI - Elasio Frisanco membro;

III – Representante da Sec. de Saúde PMI - Marciane Rech Zagonel membro;

IV – Representante da Sec. de Administração PMI - Mauricio Deonísio Olkoski membro;

V – Representante da Sec. de Obras PMI - Rodrigo Fernandes de Souza membro;

VI – Representante da OAB - Elaine Cristina Alves membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 27 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3426/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460232

DECRETO MUNICIPAL Nº 3426/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso III da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do Art. 6º da Lei Municipal nº 683, de 16 de dezembro de 2016 – LOA 2017,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais) conforme segue:

Anulação:

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2123 Manutenção do Cras

33390 Aplicações Diretas (297) FR 02650300 ..... R\$2.950,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$2.950,00

Suplementação:

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2123 Manutenção do Cras

34490 Aplicações Diretas (358) FR 02650300 ..... R\$2.950,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$2.950,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3431/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460239

DECRETO MUNICIPAL Nº 3431/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Chefe da Divisão de Cartografia e Legislação Urbana, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Reinilda Fiorese no cargo de Chefe da Divisão de Cartografia e Legislação Urbana, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 11 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3436/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460245

DECRETO MUNICIPAL Nº 3436/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Diretora do Departamento de Projetos e Convênios da Secretaria Municipal de Administração.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Monica Harms Soares no cargo de Diretora do Departamento de Projetos e Convênios da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 15 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**LEI MUNICIPAL Nº 755/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460386

LEI MUNICIPAL Nº 755/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina o posto de saúde do Balneário Paese como "Valeria Peres"

LEI

Art. 1º Fica denominado como "Valeria Peres" o Posto de Saúde do Balneário Paese, localizado na Avenida Zilda Arns Neumann, sem número, no Bairro Bom Retiro, Itapoá/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

Itapoá (SC), 11 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

**PREGÃO Nº 115/2017 - MATERIAL ODONTOLOGICO**

Publicação Nº 1460531

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2017

PROCESSO Nº 160/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL,



do tipo Menor Preço por Lote, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 14h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:30min do dia 16 de janeiro de 2018, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração - Setor de Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 14 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRA REGINA DE MEDEIROS DA SILVA  
SECRETARIA DE SAÚDE

## **PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº. 043/2017 - VAGA EXCEDENTE NA SECRETARIA DA FAZENDA COM LOTAÇÃO NA PRÓPRIA SECRETARIA.**

Publicação Nº 1460731

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº. 043/2017  
VAGA EXCEDENTE NA SECRETARIA DA FAZENDA COM LOTAÇÃO NA PRÓPRIA SECRETARIA  
Local de Trabalho: ÓRGÃO TRIBUTÁRIO

A Comissão de processo de Transferência, nomeados através da portaria nº. 1.801/2017, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra.

### **1. DAS INSCRIÇÕES**

As inscrições para transferência deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, do dia 18 de dezembro ao dia 22 de dezembro de 2017, no horário das 13 horas às 19 horas, conforme quadro de vagas no anexo I.

### **2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO**

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. (Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato).

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor;
- Cópia dos Certificados de habilitação (graduação, pós graduação, mestrado e doutorado).
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações dos órgãos públicos.

### **3. DO QUADRO DE VAGAS**

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de transferência perderá o direito sobre a escolha.

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

### **4. DA CLASSIFICAÇÃO**

Os requerimentos dos profissionais efetivos interessados na transferência serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, art. 26 parágrafo segundo, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação;
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na(s) vaga(s).

### **5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no dia 27 de dezembro de 2017.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 29 de dezembro de 2017, das 13 horas às 19:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 03 de JANEIRO de 2018, o servidor será lotado (a) Unidade Administrativa requerida, através do ato correspondente, a ser publicado em Edital e no site da prefeitura e passará a atuar a partir da sua lotação.



5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao servidor uma via original da Portaria de Lotação.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor deverá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de transferência e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 15 de dezembro de 2017

Vandressa Aparecida Chervinski

Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa

Secretária

Sulmária Maria da Silva

Membro

#### ANEXO I

##### QUADRO DE VAGAS PARA TRANSFERENCIA E LOTAÇÃO

Cargo	Vaga	C.H	Unidade Administrativa
Agente Administrativo I ou II	01	40 horas	Secretaria da Fazenda

#### ANEXO II

##### PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº. 043/2017

Eu, \_\_\_\_\_

Matrícula \_\_\_\_\_, lotado (a) e em exercício no (a) \_\_\_\_\_, no cargo de: \_\_\_\_\_ com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de \_\_\_\_\_, no (a) Secretaria de Fazenda, conforme Edital de Processo de transferência de Servidor Público Municipal nº 043/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

#### RESOLUÇÃO Nº 056/2017-CMS.

Publicação Nº 1459763

RESOLUÇÃO CMS Nº 056/2017 de 22 de Novembro de 2017

Aprovação do Plano de Ações Visa 2018-2019

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Sexagésima Quarta Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de Novembro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a exposição das ações programadas nas áreas de produtos para saúde; cosmético; saneantes; vigilância de medicamentos; vigilância de alimentos; serviços de saúde; serviços de interesse da saúde; água; resíduos e riscos ambientais; saúde do trabalhador; projetos arquitetônicos e diversos.

RESOLVE

APROVAR o Plano de Ações de 2018/2019 do setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 22 de Novembro de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua Sandra Regina Medeiros da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

**RESOLUÇÃO Nº 057/2017-CMS.**

Publicação Nº 1459800

RESOLUÇÃO CMS Nº 057/2017 de 22 de Novembro de 2017  
Aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Sexagésima Quarta Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de Novembro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando que o Plano é uma síntese dos esforços empreendidos em alcançar o processo de consolidação do Sistema Único de Saúde em Itapoá, reunindo as mais diversas informações sobre a situação de vida e de saúde dos Itapoenses

Considerando que o Plano apresenta a convergência das ações em direção ao cumprimento dos princípios e diretrizes da política de saúde, que progressivamente se concretizam em intervenções e procedimentos coerentes, com base no planejamento de ações e estabelecimento de metas, prioridades e estratégias para o enfrentamento dos problemas de saúde do município

Considerando que o Plano Municipal de Saúde nos traz um perfil de atendimento de saúde no município e as perspectivas de mudanças na assistência médica, odontológica, farmacêutica, laboratorial, nas ações de vigilância em saúde, que compreendem a vigilância sanitária e epidemiológica, ambiental e dos locais de trabalho e o atendimento básico de enfermagem

**RESOLVE**

APROVAR o Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021 da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 22 de Novembro de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua Sandra Regina Medeiros da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

**RESOLUÇÃO Nº 058/2017-CMS.**

Publicação Nº 1459803

RESOLUÇÃO CMS Nº 058/2017 de 01 de Dezembro de 2017  
Aprovação do Edital de Chamamento – biênio 2018-2019

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Centésima Octogésima Oitava Reunião Ordinária, realizada no dia 01 de Dezembro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a análise do EDITAL Nº 001 / 2017

**EDITAL DE CHAMAMENTO  
( BIENIO 2018 / 2019 )**

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, no uso de suas atribuições regimentais e legais, em conformidade com as disposições estabelecidas pelas Leis Federais nº8.080 de 19 de setembro de 1990 e 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de dezembro de 2016 e Resolução nº453 de 10 de maio de 2012, torna público e comunica aos conselheiros, conselheiras e respectivas instituições e a sociedade em geral, que se encontra aberto o processo de eleição dos membros componentes do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, da sociedade civil para gestão no período de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2019, conforme normas regimentais deliberadas pelo plenário do CMS, a seguir ;

01 – O presente Processo Eleitoral destina-se ao preenchimento de 18 (dezoito) cadeiras de Conselheiros titulares da Saúde do Município de Itapoá e seus respectivos suplentes, uma atividade de cunho voluntário e de grande relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

02 – As cadeiras de que trata este edital serão distribuídas de forma paritária, respeitando a Resolução nº 453/12 , a Lei nº 685/2016 e o

Regimento Interno do CMS de Itapoá sendo assim:

a – 03 (três) Representantes do Governo.

1 – representante da Secretaria Municipal de Saúde.

1 – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

1 – representante da Secretaria Municipal e Educação.

b – 03 (três) Representantes dos Prestadores de Serviços (laboratórios, saneamento básico, transporte de saúde...)

c – 03 (três) Representantes dos Profissionais de Saúde vinculados ao SUS.

d – 09 (nove) Representantes dos Usuários.

1 – representante dos portadores de deficiências;

1 – representante de sindicato urbano/rural;

1 – representante das instituições religiosas;

1 – representante da OAB/SC subseção Joinville; (Lei 500/2013)

5 – representantes de entidades comunitárias e/ou moradores de bairros e/ou associações de proteção de direitos coletivos e individuais.

Parágrafo único: Os membros elencados nos itens "a", "b" e "c", não participarão do processo eleitoral, por ser competência do poder executivo municipal sua indicação.

03 – O Processo realizar-se-á em três etapas dentro do período destinado à inscrição:

a) Inscrição da instituição e dos representantes através de ofício expedido pela instituição e remetido a este CMS;

b) Habilitação da instituição e dos representantes, através da apresentação dos documentos exigidos neste edital;

c) Plenária de Eleição, através do comparecimento dos representantes das entidades e instituições devidamente munidos de comprovante de inscrição no pleito e de ofício de encaminhamento expedido pela entidade ou instituição a que representa.

04 – Poderão participar do Processo Eleitoral para a Composição das 9 (nove) vagas ou cadeiras do Conselho Municipal de Saúde, com candidato único para titular e outro suplente, Entidades, Instituições ou Associações representantes dos portadores de deficiências, sindicato urbano/rural, instituições religiosas, entidades comunitárias e/ou moradores de bairros e/ou associações de proteção de direitos coletivos e individuais, legalmente constituídas, que tenham, no mínimo, dois anos de comprovada existência, e de comprovada atuação de abrangência Municipal, devendo apresentar, no ato de sua inscrição, a seguinte documentação:

a) Cópia da Ata da Fundação da Entidade;

b) Cópia do Estatuto Social.

c) Cópia do cartão CNPJ;

d) Cópia da Ata da Posse da atual Diretoria;

e) Cópia do plano de trabalho e relatório sintético das ações da Entidade nos últimos 2 anos.

f) Cópia da Ata de indicação dos membros titulares e suplentes para o biênio 2018/2019

g) Cópia do RG, CPF e comprovante de endereço dos representantes indicados pelas Entidades.

05 – As organizações de Entidades representantes dos portadores de deficiências, sindicato urbano/rural, instituições religiosas, entidades comunitárias e/ou moradores de bairros e/ou associações de proteção de direitos coletivos e individuais devem apresentar, no ato da inscrição, para arquivamento, OFÍCIO indicando seus representantes – Titular e Suplente – para a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde, devendo, ainda, os candidatos comparecerem das 09:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:00h no período de 04 a 11 de Dezembro de 2017 para efetivar sua inscrição, munidos dos documentos elencados no item 4 deste edital, devendo apresentar na ocasião cópias originais para conferência e autenticação, na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito a Av do Príncipe, 2169 – Perola do Atlântico – Itapoá/SC.

Parágrafo único: Não serão aceitas inscrições de Entidades que não apresentarem todos os documentos exigidos no item 4 deste edital.

06 – Os Órgãos governamentais, os Prestadores de Serviços e os representantes de Profissionais da Saúde vinculados ao SUS e OAB/SC Joinville, encaminharão seus representantes, através de ofício que deverá ser apresentado também no dia da Plenária de Eleição.

07 - A homologação das inscrições ocorrerá no dia 11 de Dezembro, do corrente ano, após as 16:00hs. Os candidatos que tiveram sua inscrição rejeitada poderão apresentar recurso quanto a impugnação até às 16:00h do dia 12 de Dezembro, com resposta no mesmo dia. A homologação será fixada em edital na sede do Conselho Municipal de Saúde e os recursos poderão ser apresentados no mesmo local.

08 – A Plenária Eleitoral será realizada no dia 15 de Dezembro de 2017 na sede do Conselho Municipal de Saúde (Avenida do Príncipe, 2169, Balneário Pérola do Atlântico) as 09:00 Horas.

09 – Todas as Entidades com inscrição deferida, escolherão entre seus segmentos, a Entidade que irá compor as 08 (oito) cadeiras destinadas a sociedade civil. Os membros titular e suplente deverão ser obrigatoriamente da mesma Entidade. Cada Entidade terá direito a somente um voto na Plenária Eleitoral que ficará restrito ao seu segmento.

10 – Em caso de empate, todos os representantes presentes do segmento votarão pelo desempate. Persistindo empate, o critério definido será a data de fundação mais antiga.

11 – A Instituição ou Entidade que não enviar OFÍCIO com os nomes dos seus representantes- Titular e Suplente – dentro do prazo estabelecido, não apresentar os documentos exigidos neste edital dentro do prazo determinado, não encaminhar seus representantes munidos de ofício e documento de identificação para a Plenária Eleitoral ou não participar da Plenária Eleitoral não poderá participar do Processo

Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá.

12 – A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde estará disponível para informações e receber inscrições no período de 04 a 11 de Dezembro de 2017, no horário de 09:00 às 11:30h e das 13:00h às 16:00hs no seguinte endereço: Avenida do Príncipe, 2169, Balneário Pérola do Atlântico. Fone 3443-2686.

13 – A Comissão Eleitoral indicada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde coordenará o processo Eleitoral e decidirá sobre casos não previstos no Edital, baseado no Regimento Interno do Conselho e na Legislação em vigor.

14 – O resultado final da eleição será publicado no dia 15 de Dezembro de 2017 e os eleitos tomarão posse na primeira reunião ordinária de 2018, a ser convocada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Itapoá, 01 de Dezembro de 2017.

LANA ROSELIA QUADROS BEVILAQUA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá

RESOLVE

APROVAR o Edital de Chamamento - Biênio 2018 - 2019 do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 01 de Dezembro de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua Sandra Regina Medeiros da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2017 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

Publicação Nº 1460654

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2017

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata TANIA MARA DELPONTE VIDAL SABATKE para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Certificado do Curso de Técnico de Enfermagem;
- Registro no COREN/SC;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;
- Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.

Itapoá, 15 de Dezembro de 2017.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 146, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458896

DECRETO Nº 146, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Estabelece critérios para lançamento da Taxa de Coleta de Lixo – Lei Complementar nº 070/2017”

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga;

DECRETA

Art. 1º. Não são considerados com unidade edificada os Telheiros e Garagens, para fins de lançamento da Taxa de Coleta de Lixo, nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 070/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de dezembro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS ARNITO SARDÁ FILHO

Prefeito do Município Secretária da Fazenda

### ERRATA DECRETO 289/2017

Publicação Nº 1460895

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 289, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: “DECRETO Nº 289, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.”

Leia-se: “DECRETO Nº 137, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.”

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### ERRATA DECRETO N. 290/2017

Publicação Nº 1460897

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 290, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: “DECRETO Nº 290, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.”

Leia-se: “DECRETO Nº 138, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.”

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

**ERRATA DECRETO N. 291/2017**

Publicação Nº 1460898

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 291, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 291, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017."

Leia-se: "DECRETO Nº 139, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

**ERRATA DECRETO N. 292/2017**

Publicação Nº 1460899

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 292, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 292, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017."

Leia-se: "DECRETO Nº 140, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

**ERRATA DECRETO N. 293/2017**

Publicação Nº 1460901

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 293, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 293, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017."

Leia-se: "DECRETO Nº 141, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

**ERRATA DECRETO N. 295/2017**

Publicação Nº 1460903

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 295, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 295, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017."

Leia-se: "DECRETO Nº 143, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

### **ERRATA DECRETO N. 296/2017**

Publicação Nº 1460904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 296, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 296, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

Leia-se: "DECRETO Nº 144, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

### **ERRATA DECRETO N. 297/2017**

Publicação Nº 1460905

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar o DECRETO Nº 297, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: "DECRETO Nº 297, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Leia-se: "DECRETO Nº 145, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017."

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 18 de dezembro de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município



# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO 1.699/2017

Publicação Nº 1460817

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.572 de 06 de dezembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 137.000,00 (Cem e trinta e sete mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO  
07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO  
12.361.0004.2.017 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0036.000000 (105) – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00  
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0062.000000 (104) – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
  
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
08.02 – COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0009.2.025 – MANUTENÇÃO DO CRAS  
3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0035.000000 (138) – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00  
  
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0005.2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE  
3.1.90.00.00.00.00 - 0.1.0038.000000 (08) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Recursos do Transf. Salário Educação – 0.1.0036.000000 - R\$ 12.000,00  
Recursos do Transf. Estado/Educação – 0.1.0062.000000 - R\$ 10.000,00  
Recursos do Transf. FNAS CRAS – 0.1.0035.000000 - R\$ 15.000,00  
Recursos do Transferências do SUS/PAB – 0.1.0038.000000 - R\$ 100.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 137.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

#### FONTES DE RECURSOS:

Recursos do Transf. Salário Educação – 0.1.0036.000000 - R\$ 12.000,00  
Recursos do Transf. Estado/Educação – 0.1.0062.000000 - R\$ 10.000,00  
Recursos do Transf. FNAS CRAS – 0.1.0035.000000 - R\$ 15.000,00  
Recursos do Transferências do SUS/PAB – 0.1.0038.000000 - R\$ 100.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 137.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,  
em 15/dezembro/2017  
KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/12/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária De Administração

### DECRETO 1.700/2017

Publicação Nº 1460818

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.572 de 06 de dezembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00 - 0.3.0000.000000 (162) – Aplicações Diretas .....R\$ 30.000,00

04.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.123.0002.2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINAN. E DESENV. ECONÔMICO

3.1.90.00.00.00.00 - 0.3.0000.000000 (163) – Aplicações Diretas .....R\$ 35.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

26.782.0008.2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3.1.90.00.00.00.00 - 0.3.0000.000000 (164) – Aplicações Diretas .....R\$ 15.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00 - 0.3.0001.000000 (165) – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

Recursos Ordinários - 0.3.0000.000000 – R\$ 80.000,00

Recursos Educação - 0.3.0001.000000 – R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 180.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Recursos Ordinários - 0.1.0000.000000 – R\$ 80.000,00

Recursos Educação - 0.1.0001.000000 – R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 15/dezembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/12/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

## EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 21/2017

Publicação Nº 1459059

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2016

Contrato Administrativo nº: 21/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum de R\$ 4,17 para R\$ 4,23 ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 15 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 32/2017**

Publicação Nº 1459064

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 23/2016

Contrato Administrativo nº: 32/2017.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Original Comum de R\$ 4,17 para R\$ 4,23 ao litro.

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Fundo Municipal de Saude

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá, SC, 15 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017**

Publicação Nº 1458899

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 04 de Janeiro de 2018, às 14:00 horas, para a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 15 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017**

Publicação Nº 1460273

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 05 de Janeiro de 2018, às 14:30 horas, para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 15 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO 11-2017

Publicação Nº 1458876

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Novembro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JABORA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>46.659,51</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>46.659,51</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.694,09
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.965,42
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>75.000,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>114.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	114.000,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>99.484,81</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>100.806,97</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.403,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.099,29
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	46.659,51	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	48.421,43
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	48.421,43	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	48.286,25
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>156.321,39</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>69.339,72</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	154.354,32	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	64.658,90
BANCO C/ MOVIMENTO	1.967,07	BANCO C/ MOVIMENTO	4.680,82
<b>TOTAL</b>	<b>330.806,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>330.806,20</b>

JABORA, 04/12/2017

ITAMAR TOIGO  
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO  
Contador CRC SC-030442/O-0

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO 89/2017

Publicação Nº 1459415

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 89/2017

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Ageluz Instalações Elétricas Eireli ME

Objeto: prorroga o prazo de vigência do Contrato 89/2017, tendo como nova data o dia 28/02/2018.

Jacinto Machado/SC, 15/12/2017

### AVISO DA LICITAÇÃO 79/2017 PP

Publicação Nº 1459353

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 79/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: aquisição parcelada de gás de cozinha para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, durante o exercício de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 7h45min do dia 29/12/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 8h do dia 29/12/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

### LEI Nº. 862 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458870

LEI Nº. 862 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil Reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (8) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 104.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 104.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (86) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (76) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 244.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 104.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 104.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig. e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (88) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (71) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 90.000,00

SUB-TOTAL ..... R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 244.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## LEI Nº. 863 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458872

LEI Nº. 863 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2017, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade, abaixo discriminado, do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, no valor de R\$ 102.857,00 (Cento e Dois Mil, Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais), por conta do provável excesso de arrecadação, proveniente de Transferências de Convênio do Estado destinados a Programas de Educação – Transporte Escolar.

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (29) – 3.3.90.00.00.00.0095 – Aplicações Diretas ..... R\$ 102.857,00

TOTAL ..... R\$ 102.857,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Estadual (vinculação 0095 – Recursos Vinculados Estaduais) da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados no Banco do Brasil, Conta Corrente nº 53.073-5, Agência 2192-X.

Parágrafo único. A suplementação de que trata o artigo 1º deste Projeto de Lei, fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do



recurso.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## LEI Nº. 864 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458875

LEI Nº. 864 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2017 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades, abaixo discriminados, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 243.000,00 (Duzentos e Quarenta e Três Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (5) – 3.1.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 227.000,00

SUB - TOTAL: ..... R\$ 227.000,00

Modalidade de Aplicação: (7) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.000,00

SUB - TOTAL: ..... R\$ 16.000,00

TOTAL GERAL: ..... R\$ 243.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.022 – Constr. Ampl. Unid.; Aquis. Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: (1) – 4.4.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas ..... R\$ 92.000,00

SUB - TOTAL: ..... R\$ 92.000,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Projeto/Atividade: 2.003: Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalidade de Aplicação: (2) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 85.000,00

SUB - TOTAL: ..... R\$ 85.000,00

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto/Atividade: 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (91) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas. R\$ 66.000,00

SUB - TOTAL: ..... R\$ 66.000,00

TOTAL GERAL: ..... R\$ 243.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 13 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**LEI Nº. 865 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458880

LEI Nº. 865 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária.

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0714(119) -Aplicações Diretas ..... R\$ 0,00  
TOTAL ..... R\$ 0,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 36.509,92 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), como segue:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0714(119) -Aplicações Diretas ..... R\$ 36.509,92  
TOTAL ..... R\$ 36.509,92

Art. 3º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Projeto 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0714(111) -Aplicações Diretas ..... R\$ 36.509,92  
TOTAL ..... R\$ 36.509,92

Art. 4º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2016, no valor de R\$ 36.509,92 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), recursos transferidos pelo Convênio SSP/Trânsito para a Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 28.451-3, Agência 2.192-X do Banco do Brasil (Convênio Polícia Civil).

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO BATISTA MEZZARI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 301/2017 4º ADITIVO AO CONTRATO NO 136/2014

Publicação Nº 1459747

CONTRATO Nº 301/2017  
4º ADITIVO AO CONTRATO No 136/2014  
TOMADA DE PREÇO No 10/2014

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 136/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM, que mantém entre si, o FGM URBANA ARQUITETURA S/S LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de execução do serviço para mais 06 (seis) meses, conforme estabelecido no item 9.1. do contrato 136/2014, podendo ser rescindido a qualquer momento mediante o termo de recebimento definitivo da construção da sede do ISSEM.
- 2) Manter o valor mensal da prestação do serviço em R\$ 3.098,44 (três mil e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos).
- 3) Dotação orçamentária:  
Seguem a dotação orçamentária de 2017, sendo dotação de 2018 será informada oportunamente.

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.5.300.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	08	Próprio
36.02.5.350.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	17	Próprio

- 4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença da testemunha abaixo.

Jaraguá do Sul, 05 de dezembro de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Miguel Felipe Bianchi CONTRATADA
--	-------------------------------------

Rosana Maria de Souza Rosa Superintendente de Previdência TESTEMUNHA	Graziela Bordin CONTRATADA
--	-------------------------------

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1458965

#### CONVOCAÇÃO

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2017 conforme segue:

Nome: SALIM RESK CARONI  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS

Nome: ROSELENE TELMA DEL MÔNACO SENE  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS

Nome: JOSÉ CARLOS BORGES NUNES  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS

Nome: SANDRA LUÍZA FERRI BONMANN  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS

Nome: SANDRO ROBERTO ROMITTI  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS

Nome: EDUARDO BUSSMANN  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS

Nome: JOSÉ RUBENS GONÇALVES JÚNIOR  
Cargo: MÉDICO CARDIOLOGISTA – 20 HORAS

Nome: SYLVANA DO VALE COSTA  
Cargo: MÉDICO CARDIOLOGISTA – 20 HORAS

Nome: SUZANNE MALLMANN VARNIER  
Cargo: MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA – 20 HORAS

Nome: DANIEL BITTENCOURT DE MEDEIROS  
Cargo: MÉDICO PSIQUIATRA – 20 HORAS

## DECRETO Nº 11.740/2017

Publicação Nº 1459761

D E C R E T O Nº 11.740/2017

Altera e Acresce Dispositivos ao Decreto Municipal Nº 11.625/2017, de 25 de Outubro de 2017, que Aprovou o Loteamento Residencial ZURIQUE (1ª Etapa).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 669/2017/Semplu, de 07/12/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Os §§ 3º e 11, do artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 11.625/2017, de 25/10/2017, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido o §12 ao mesmo artigo:

“Art.2º ...

...

§3º Sobre a Área Verde 02 está gravada a Área de Preservação Permanente de 30,00m para ambos os lados do Ribeirão, correspondendo a 2.545,61m².

...

§11. Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial, com exceção para os lotes 01, 56 ao 58 e 93 ao 96, que extremam com o novo alinhamento predial da Rua 918 - José Martins. A área remanescente confronta com o alinhamento predial e o novo alinhamento predial, ambos da Rua 918 - José Martins.

§12. Sobre os lotes 18 ao 28 está gravada a linha de talude.”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 11.741/2017

Publicação Nº 1459764

D E C R E T O Nº 11.741/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

**08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

08.03.12.306.03512.119 - Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

08.03.131 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 216.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados FNDE / Merenda Educação Infantil, no valor de R\$ 216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 11.742/2017**

Publicação Nº 1459766

**D E C R E T O Nº 11.742/2017**

Designa Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 069/2017/Controle Social, de 13/12/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada JUSSANA BEATRIZ LUNELLI BUZZI, como conselheira suplente, em substituição à Taline Luise Behling, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 11.231/2017, de 20/02/2017.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2018.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 11.743/2017**

Publicação Nº 1459767

**D E C R E T O Nº 11.743/2017**

Estabelece Nova Tabela de Preços Públicos.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do inciso II, do artigo 4º, e do artigo 128, da Lei Orgânica do Município (LOM); e

CONSIDERANDO o dever de garantir o acesso ao direito de informações, certidões ou cópias de documentos, na forma da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei Federal Nº 9.051/95;

CONSIDERANDO que poderá ser cobrado preço público para cobrir os custos dispendidos para o seu atendimento, quando for o caso;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o equilíbrio econômico financeiro dos preços públicos praticados pela Administração para cobrir os custos dispendidos para informações, certidões ou cópias de documentos;

**DECRETA :**

Art.1º Para cobrir os custos dispendidos pela Administração para o atendimento das informações, certidões ou cópias de documentos solicitados na forma da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal Nº 9.051/95, e do Decreto Municipal Nº 5.686/2006, de 04/05/2006, serão cobrados os preços públicos constantes no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Ficam isentas de pagamento dos preços públicos constantes do Anexo Único do presente Decreto as microempresas e as empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Jaraguá do Sul, assim definidas em legislação própria e que estejam devidamente registradas no órgão competente.

Art.2º Ficam isentos do recolhimento de preços públicos os requerimentos das seguintes Certidões:

I - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

II - Certidão de Quitação de Tributos Municipais;

III - Certidão de Quitação Específica de Impostos, Contribuições de Melhoria ou Taxas;

IV - Certidão Positiva de Tributos Municipais;

V - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

VI - Certidão de tributos municipais para fins de inventário, transferência de imóvel, desmembramento ou loteamento.

Art.3º Ficam isentos do recolhimento de preços públicos municipais incidentes sobre as licenças para construção em loteamentos populares efetuados pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul os serviços a seguir relacionados:

I - alvará de licença para construção de casas populares/moradias econômicas até 70,00m2 (setenta metros quadrados);

II - vistoria da construção do imóvel e o "habite-se".

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018, revogado o Decreto Municipal Nº 11.028/2016, de 21/09/2016.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 11.743/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1459768

DECRETO MUNICIPAL Nº 11.743/2017

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.743/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único do Decreto Municipal Nº 11.743/2017 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19447>

## DECRETO Nº 11.744/2017

Publicação Nº 1459770

D E C R E T O Nº 11.744/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.522/2017, de 13 de dezembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 2.358.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); da Procuradoria-Geral do Município (PGM); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); da Secretaria Municipal de Educação (Semed); do Fundo Municipal de Saúde (FMS); da Controladoria-Geral do Município (Cogem); e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03012.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

02.01.3 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.04.122.03012.034 - Pagamento dos Servidores da Procuradoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.01.16 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.01.18 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 3.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos Servidores da Fazenda



3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
06.02.04.122.03012.080 - Pagamento de Inativos e Pensionistas  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
06.02.70 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
06.02.71 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 200.000,00  
06.02.04.122.03012.081 - Pagamento dos Servidores Cedidos a Outros Órgãos  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
06.02.72 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL  
08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
08.02.102 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
08.03.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
08.03.138 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
08.05 - EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA  
08.05.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
08.05.164 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 358.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
15.01.10.122.07502.671 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Gestão  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
15.01.20 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00  
15.01.21 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 15.000,00  
15.01.10.302.07532.679 - Pagamento dos Servidores da Saúde - MAC  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
15.01.76 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 570.000,00

29 - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
29.01 - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO  
29.01.04.122.03012.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
29.01.233 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00  
29.01.234 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO  
33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO  
33.01.15.122.03012.209 - Pagamento dos Servidores do Urbanismo  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
33.01.264 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 420.000,00  
TOTAL R\$ 2.358.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); da Secretaria Municipal de Educação (Semed); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
05.01.04.122.03012.062 - Pagamento dos Servidores da Administração  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
05.01.28 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 918.000,00  
05.01.29 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 135.000,00  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
05.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
08.01.12.361.03012.126 - Pagamento dos Servidores das Áreas Administrativas da Educação  
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
08.01.93 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL  
08.02.12.361.03502.117 - Manutenção Patrimonial - Ensino Fundamental  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
08.02.125 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00



**4.4.00 - INVESTIMENTOS**

08.02.127 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

08.02.105 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 100.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

08.02.107 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

**08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

08.03.12.365.03512.121 - Manutenção Patrimonial - Educação Infantil

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

08.03.152 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

09.01.15.122.03012.312 - Pagamento dos Servidores de Obras

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

09.01.178 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

09.01.180 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA****12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA**

12.01.20.122.03012.415 - Pagamento dos Servidores da Agricultura

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

12.01.221 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.01.10.301.07512.672 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Atenção Básica

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

15.01.40 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

15.01.42 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 180.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

15.01.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

15.01.10.301.07542.682 - Pagamento dos Servidores da Saúde - ASSFAR Básica

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

15.01.48 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 2.358.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 11.745/2017**

Publicação Nº 1459771

**D E C R E T O Nº 11.745/2017**

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.523/2017, de 13 de dezembro de 2017,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 502.215,00 (Quinhentos e dois mil, duzentos e quinze reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

**37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

37.01.326 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 111.000,00

**37.03 - HABITAÇÃO**

37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 221.215,00

**39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER****39.01 - CULTURA**

39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

39.01.349 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 502.215,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

**16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

16.01.08.122.08502.804 - Manutenção da Gestão da Política da Assistência Social

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.4 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.215,00

16.01.08.122.08502.806 - Manutenção e Apoio aos Conselhos Vinculados à Assistência Social

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.13 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

16.01.08.244.08502.807 - Gestão de Benefícios Eventuais

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

16.01.08.244.08512.811 - Manutenção das Atividades do Centro de Atendimento à Família

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.29 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

16.01.08.244.08532.815 - Manutenção das Atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para Adulto e Família

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

16.01.08.122.08502.819 - Manutenção Patrimonial - FMAS

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

16.01.17 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER****39.04 - ESPORTE E LAZER**

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

39.04.410 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 502.215,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 11.746/2017**

Publicação Nº 1459772

**D E C R E T O Nº 11.746/2017**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 749.125,23 (Setecentos e quarenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e três centavos), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

**33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO****33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE**

33.02.06.183.04240.251 - Transferência de Recursos Financeiros à Polícia Militar de Santa Catarina

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

33.02.315 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 394.300,00  
33.02.467 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 354.825,23  
TOTAL R\$ 749.125,23

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados Convênio SSP Multas de Trânsito, no valor de R\$ 394.300,00 (Trezentos e noventa e quatro mil e trezentos reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio SSP Multas de Trânsito, no valor de R\$ 354.825,23 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 11.747/2017

Publicação Nº 1459773

D E C R E T O Nº 11.747/2017  
Homologa o Plano Municipal de Saúde 2018/2021.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 71, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Fica homologado o Plano Municipal de Saúde, período 2018/2021, disponível no link <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19058>, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul (CMS), através da Resolução Nº 023/2017/CMS/JS.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 11.748/2017

Publicação Nº 1459774

D E C R E T O Nº 11.748/2017

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 3.207/1995, de 29 de Junho de 1995, Alterado pelos Decretos Municipais Nºs 3.231/1995, de 15 de Agosto de 1995, 3.278/1995, de 31 de Outubro de 1995, 3.518/1997, de 13 de Março de 1997, 3.848/1999, de 18 de Janeiro de 1999, 6.288/2008, de 18 de Fevereiro de 2008, 7.805/2011, de 31 de Março de 2011, 9.876/2014, de 22 de Abril de 2014, 10.671/2015, de 08 de Dezembro de 2015, e 11.071/2016, de 19 de Outubro de 2016, que Dispõem Sobre a Criação e Composição do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 006/2017/CMTE/JS, de 08/12/2017, do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;

DECRETA :

Art.1º O inciso II, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 3.207/1995, de 29/06/1995, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 3.231/1995, de 15/08/1995, 3.278/1995, de 31/10/1995, 3.518/1997, de 13/03/1997, 3.848/1999, de 18/01/1999, 6.288/2008, de 18/02/2008, 7.805/2011, de 31/03/2011, 9.876/2014, de 22/04/2014, 10.671/2015, de 08/12/2015, e 11.071/2016, de 19/10/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

I - ...

II - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

- 01 (um) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico;
- 01 (um) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Fiação, Tecelagem e Artefatos de Couro de Jaraguá do Sul e Região;
- 01 (um) do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Joinville e Região;

- 01 (um) do Sindicato dos Empregados no Comércio; e

- 01 (um) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Jaraguá do Sul e Região.

III - ..."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 11.749/2017

Publicação Nº 1459776

D E C R E T O Nº 11.749/2017

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 11.419/2017, de 05 de Julho de 2017, que Regulamenta o Parágrafo 5º, do Artigo 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 97/2010, de 19 de Abril de 2010, que Dispõe Sobre o Cumprimento às Normas de Acessibilidade nos Estabelecimentos Comerciais.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e com fundamento no artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 96, da Lei Complementar Municipal Nº 97/2010, de 19/04/2010, e em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao SIG Nº 06.2016.00000983-1; e

CONSIDERANDO que o tema acessibilidade foi instituído através de lei como forma de criar a cultura da inclusão social, envolvendo quebra de paradigmas até então existentes no país e que tal mudança sociocultural demanda tempo para ser percebida, compreendida e aplicada na sociedade em que é inserida;

CONSIDERANDO os diferentes entendimentos sobre a forma de condução do tema e o melhor modo de concretizar o cumprimento das normas envolvidas, bem como, sua validação na prática de sua aplicação e sua fiscalização;

CONSIDERANDO que tramitou na 8ª Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul o Inquérito Civil Nº 06.2016.00000983-1, destinado a realizar projeto de conscientização dos comerciantes dos municípios de Jaraguá do Sul e Corupá a fim de promover a adaptação dos seus estabelecimentos às normas de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;

CONSIDERANDO que foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao SIG Nº 06.2016.00000983-1, datado de 24/05/2016, com o Ministério Público de Santa Catarina e a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Jaraguá do Sul, objetivando a conscientização e o cumprimento das legislações e normas técnicas pertinentes à matéria, no que tange à acessibilidade nos estabelecimentos comerciais do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que o mencionado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao SIG Nº 06.2016.00000983-1 prevê, em especial, em sua Cláusula Quinta, a possibilidade de prazo razoável para a realização das adequações de acessibilidade, sem prejuízo da expedição de alvarás de localização, funcionamento e sanitário;

CONSIDERANDO a colaboração conjunta entre o Município e a sociedade organizada, com destaque para o engajamento da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul (ACIJS), Associação das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual do Vale do Itapocu (APEVI), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação de Engenheiros e Arquitetos de Jaraguá do Sul (AEAJS), Sindicato dos Contabilistas (Sindicont), Associação das Imobiliárias de Jaraguá do Sul (AIJS), através de diversas reuniões, para ajustarem a aplicação da legislação pertinente ao tema acessibilidade, por meio da adequada regulamentação;

CONSIDERANDO que o esforço realizado atingiu seus objetivos, engajando a sociedade e alcançando a premissa máxima com empreendedores realizando adequações livremente, indo além daquelas definidas como o mínimo legal, contido no artigo 11, da Lei Federal Nº 10.098/2000;

CONSIDERANDO que, no ano de 2016, foram emitidos 7.785 (sete mil, setecentos e oitenta e cinco) alvarás sanitários em Jaraguá do Sul, e, no ano de 2017, o número de 5.647 (cinco mil, seiscentos e quarenta e sete) alvarás sanitários; tem-se que mais de 61% (sessenta e um por cento) dos estabelecimentos já se declararam isentos, adequados ou se comprometeram a se regularizar, assinando declaração específica com dito compromisso;

CONSIDERANDO que até o momento foram emitidos 5.647 (cinco mil, seiscentos e quarenta e sete) alvarás sanitários, sendo que destes mais de 58% (cinquenta e oito por cento) se encontram isentos ou adequados e os pouco mais de 41% (quarenta e um por cento) já se comprometeram a se regularizar, assinando declaração específica com dito compromisso;

CONSIDERANDO que, apesar do esforço empreendido e dos resultados colhidos, ainda será necessário que mais de 2400 (dois mil e quatrocentos) estabelecimentos se adéquam à questão da acessibilidade ou apresentem estudo de acessibilidade;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 13.460/2017, que "dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública", especificamente no tocante aos direitos básicos e deveres dos usuários, tendo como uma das diretrizes a "...eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido", sendo

perfeitamente possível tal entendimento ser aplicado aos micro e pequenos empreendedores;

CONSIDERANDO que, segundo informações prestadas pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Jaraguá do Sul (AEAJS), por intermédio do Ofício Nº 018/2017, e juntado ao processo administrativo que originou o presente, o Município conta com número limitado de 28 (vinte e oito) profissionais com habilitação (engenheiros e arquitetos) atuando nos casos de adequação à acessibilidade;

CONSIDERANDO que as adequações necessárias exigem tempo, pois demandam a contratação de profissionais, o estudo de cada estabelecimento, a elaboração de projetos, a tomada de orçamentos, a contratação de prestação de serviços e materiais para realização das obras e a obtenção das licenças necessárias junto à municipalidade;

CONSIDERANDO que a obtenção de licença de construção ou reforma necessária para que os estabelecimentos realizem as adequações na questão de acessibilidade demanda, em média, 37 (trinta e sete) dias para ser processada e decidida pela municipalidade, conforme informações da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO que se entende por prazo razoável aquele necessário e suficiente para a tomada de compromisso dos estabelecimentos e a implantação das adaptações relativas à acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;

CONSIDERANDO que o prazo previsto no Decreto Municipal Nº 11.419/2017, de 05/07/2017, não se mostrou razoável nem suficiente para a implementação da acessibilidade dos estabelecimentos no Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado no Inquérito Civil Público Nº 06.2013.00007478-7 AC entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Jaraguá do Sul, tratando da acessibilidade nas calçadas dos imóveis públicos, próprios ou alugados, onde foi concedido o prazo de 02 (dois) anos para conclusão;

CONSIDERANDO o princípio da razoabilidade, por vezes chamado de princípio da proporcionalidade ou princípio da adequação dos meios aos fins, método utilizado no Direito Constitucional Brasileiro para resolver a colisão de princípios, faz-se necessária a ampliação do prazo inicialmente concedido;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 093/2017/Visa-Semsa, de 08/12/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA :

Art.1º O artigo 12, do Decreto Municipal Nº 11.419/2017, de 05/07/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.12. Para emissões de novos alvarás a partir de maio de 2020, a acessibilidade será verificada na consulta de viabilidade (Regin ou outro que o substitua), pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outro órgão ou unidade que venha a substituí-la.

§1º Os estabelecimentos terão prazo até o mês de abril de 2020 para realizarem as adequações necessárias à acessibilidade, quando deverão apresentar a "Declaração de Conformidade de Acessibilidade", prevista no artigo 2º, ou a "Declaração de Isenção de Cumprimento de Acessibilidade", prevista nos artigos 4º e 5º, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe aplicada a sanção do artigo 11.

§2º Os estabelecimentos que apresentaram a "Declaração de Ciência da Obrigatoriedade de Adequação do Estabelecimento às Exigências de Acessibilidade", de que trata o artigo 3º, deste Decreto, e que ainda estão pendentes com as adequações, devem renovar a declaração nos exercícios seguintes, até o prazo final para realizá-las, de abril de 2020, conforme mencionado no §1º, do caput, deste artigo."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 191/2017**

Publicação Nº 1460851

EDITAL  
CONCORRÊNCIA N.º 191/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

### **COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 11.704/2017, comunica aos participantes da Concorrência acima, que a empresa INFRAED ENGENHARIA EIRELI EPP protocolou tempestivamente sob o protocolo nº 39916/2017, RECURSO ADMINISTRATIVO (anexo) ao julgamento da Comissão Especial, que a Inabilitou.

Desta forma, por força do disposto no §3º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar impugnação ao recurso administrativo apresentado (contrarrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a contagem de prazo disposta no artigo 110 da Lei de Licitações.



Jaraguá do Sul (SC), 15 de dezembro de 2017.  
Marcelo Gumboski  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto 11.704/2017

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017**

Publicação Nº 1458961

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: RFM SCHERER LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata de Registro e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao itens constantes na cláusula Primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Aurea Tecilla Scherer

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt  
Gestor do FMS

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 461/2017**

Publicação Nº 1460853

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 461/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: DANIELE DAGIOS EPP

DO OBJETO: A COMODANTE empresta, a título gratuito, na primeira compra das tiras e/ou lancetas, 1200 (hum mil e duzentos) glicosímetros para leitura das tiras de teste de determinação quantitativa de glicose no sangue capilar e venoso, compatíveis com a tira teste cotada, acompanhados de cabos USB com software em português, tantos quanto forem necessários também em regime de comodato, assistência técnica e treinamento em todos os setores onde serão utilizados os glicosímetros, quando solicitados.

DA EMPRESA - A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de tira de teste de determinação quantitativa de glicose no sangue capilar e venoso, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 35/2017. A COMODANTE é titular e legítima possuidora dos equipamentos emprestados, sendo que os mesmos devem ser compatíveis com a tira teste e/ou indicadores biológicos e/ou lancetas ofertados, relacionados no Anexo I do edital; A COMODANTE aceita dar em COMODATO ao COMODATÁRIO os glicosímetros que serão utilizados para leitura das tiras de teste de determinação quantitativa de glicose no sangue capilar e venoso

DO PRAZO: O prazo de execução do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece item 3.3. da Ata de Registro de Preços, porquanto o presente contrato é acessório daquele.

DATA DA ASSINATURA: 22/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Daniele Dagios

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt  
Gestor do FMS

**LEI Nº 7.517/2017**

Publicação Nº 1459295

LEI Nº 7.517/2017  
Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão S-456, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Santa Luzia, passa a denominar-se EDMUNDO RAMTHUM.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**LEI Nº 7.518/2017**

Publicação Nº 1459296

LEI Nº 7.518/2017  
Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão de Nº 518, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Jaraguá 84, passa a denominar-se ELISABETHA GRAF LESCOVICZ.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**LEI Nº 7.519/2017**

Publicação Nº 1459297

LEI Nº 7.519/2017  
Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1410, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Chico de Paulo, passa a denominar-se MARIA NILZA GALVAN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**LEI Nº 7.520/2017**

Publicação Nº 1459300

LEI Nº 7.520/2017  
Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1406, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Chico de Paulo, passa a denominar-se PRÓSPERO SEBASTIÃO GALVAN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**LEI Nº 7.521/2017**

Publicação Nº 1459302

LEI Nº 7.521/2017

Altera e Acresce Dispositivos à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30 de Março de 2012, que Autoriza o Ingresso do Município de Jaraguá do Sul no Consórcio Público Denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 2º, da Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Fica ratificado, na íntegra, o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), parte integrante da presente Lei, nos termos da Lei Federal Nº 11.107/2005.”

Art.2º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 3º:

“Art.3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.”

Art.3º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 4º:

“Art.4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água (TRAA) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,1200 (Doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde:

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.”

Art.4º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 5º:

“Art.5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário (TRES) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0600 (Seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde:

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.”

Art.5º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 6º:

“Art.6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas (TRVL) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0200 (Dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde:

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.”

Art.6º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 7º:

“Art.7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos (TRCR) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0300 (Três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde:

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.”

Art.7º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 8º:

“Art.8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos (TRTR) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0100 (Um centavo), representada pela seguinte fórmula:

TRTR = NH x R\$ 0,0100, onde:

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.”

Art.8º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 9º:

“Art.9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos (TRDR) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0300 (Três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde:

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.”

Art.9º Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 10:

“Art.10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana (TRDP) é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo valor de R\$ 0,0200 (Dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde:

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;

NH - Número de Habitantes no Município;

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.”

Art.10. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 11:

“Art.11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada Município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Art.11. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 12:

“Art.12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.”

Art.12. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 13:

“Art.13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas

diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.”

Art.13. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 14:

“Art.14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.”

Art.14. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 15:

“Art.15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um Município consorciado, será devida uma taxa para cada Município consorciado onde há a referida prestação de serviços.”

Art.15. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 16:

“Art.16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.”

Art.16. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 17:

“Art.17. Nos casos em que o Município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.”

Art.17. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 18:

“Art.18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, §2º; 79, §2º; 80, §2º; 81, §2º; 82, §2º; 83, §2º; e 84, §2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

§1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, §2º; 79, §2º; 80, §2º; 81, §2º; 82, §2º; 83, §2º; e 84, §2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme §1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).”

Art.18. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 19:

“Art.19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.”

Art.19. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 20:

“Art.20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do Município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.”

Art.20. Fica acrescido à Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, o seguinte artigo 21:

“Art.21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio Consórcio Público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.”

Art.21. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, Nº 1885, 12º andar, CEP 88070-800, bairro Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.”

Art.22. O parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.32. ...

...

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, exceto Professor."

Art.23. O §1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal Nº 6.361/2012, de 30/03/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.39. ...

§1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o Consórcio Público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

..."

Art.24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## LEI Nº 7.521/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1459303

ANEXO DA MUNICIPAL Nº 7.521/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo (Protocolo de Intenções da ARIS), da Lei Municipal Nº 7.521/2017 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19438>

## LEI Nº 7.522/2017

Publicação Nº 1459304

LEI Nº 7.522/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 2.358.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); da Procuradoria-Geral do Município (PGM); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); da Secretaria Municipal de Educação (Semed); do Fundo Municipal de Saúde (FMS); da Controladoria-Geral do Município (Cogem); e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03012.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

02.01.3 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.04.122.03012.034 - Pagamento dos Servidores da Procuradoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.01.16 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.01.18 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 3.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos Servidores da Fazenda

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.02.04.122.03012.080 - Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.02.70 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.02.71 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 200.000,00



06.02.04.122.03012.081 - Pagamento dos Servidores Cedidos a Outros Órgãos

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.02.72 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.02.102 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.138 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08.05 - EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA

08.05.12.365.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.05.164 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 358.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.671 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.20 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

15.01.21 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 15.000,00

15.01.10.302.07532.679 - Pagamento dos Servidores da Saúde - MAC

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.76 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 570.000,00

29 - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

29.01 - CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

29.01.04.122.03012.041 - Pagamento dos Servidores da Controladoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

29.01.233 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

29.01.234 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.01.15.122.03012.209 - Pagamento dos Servidores do Urbanismo

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

33.01.264 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 420.000,00

TOTAL R\$ 2.358.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); da Secretaria Municipal de Educação (Semed); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01.04.122.03012.062 - Pagamento dos Servidores da Administração

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

05.01.28 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 918.000,00

05.01.29 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 135.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.01.30 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01.12.361.03012.126 - Pagamento dos Servidores das Áreas Administrativas da Educação

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.01.93 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.117 - Manutenção Patrimonial - Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.125 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.02.127 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos Servidores do Ensino Fundamental

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.02.105 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 100.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.107 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

**08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

08.03.12.365.03512.121 - Manutenção Patrimonial - Educação Infantil

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

08.03.152 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.122.03012.312 - Pagamento dos Servidores de Obras

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

09.01.178 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

09.01.180 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA**

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01.20.122.03012.415 - Pagamento dos Servidores da Agricultura

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

12.01.221 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.672 - Pagamento dos Servidores da Saúde - Atenção Básica

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

15.01.40 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

15.01.42 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 180.000,00

**3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

15.01.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

15.01.10.301.07542.682 - Pagamento dos Servidores da Saúde - ASSFAR Básica

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

15.01.48 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 2.358.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**LEI Nº 7.523/2017**

Publicação Nº 1459305

**LEI Nº 7.523/2017**

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 502.215,00 (Quinhentos e dois mil, duzentos e quinze reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

**37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

37.01.326 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 111.000,00

**37.03 - HABITAÇÃO**

37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 221.215,00

**39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER****39.01 - CULTURA**

39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural

**3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

39.01.349 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 502.215,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); e da Secretaria



Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.122.08502.804 - Manutenção da Gestão da Política da Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.4 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.215,00

16.01.08.122.08502.806 - Manutenção e Apoio aos Conselhos Vinculados à Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.13 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

16.01.08.244.08502.807 - Gestão de Benefícios Eventuais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

16.01.08.244.08512.811 - Manutenção das Atividades do Centro de Atendimento à Família

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.29 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

16.01.08.244.08532.815 - Manutenção das Atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para Adulto e Família

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

16.01.08.122.08502.819 - Manutenção Patrimonial - FMAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.17 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

39.04.410 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 502.215,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 1252/2017

Publicação Nº 1459793

PORTARIANº 1252/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no §1º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 628/2017/DGP, de 12/12/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/12/2017, por 30 (trinta) dias, o prazo para FLÁVIO FREIBERGER, nomeado pela Portaria Nº 1193/2017, de 24/11/2017, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1253/2017**

Publicação Nº 1459794

PORTARIANº 1253/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a alínea "b", do inciso II, do artigo 90-K, da Lei Orgânica do Município; e  
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48 e 49, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Nº 111/2017/Gabpref, constante dos Autos Nº 34212/2017, de 06/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

CONSIDERANDO o interesse público e conveniência administrativa;

RESOLVE :

Art.1º REDISTRIBUIR, a partir de 11/12/2017, ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), o cargo de provimento efetivo de Escrivário, integrante da estrutura administrativa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal ANA PAULA TOMASELLI BAADE KUBOYAMA, matrícula 367-2.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 195/2017/COGEM**

Publicação Nº 1458962

PORTARIANº 195/2017/Cogem

Designa Defensor Dativo no Processo

Administrativo Disciplinar Nº 033/2017.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 1026/2015, de 13/08/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 154/2017/4ªCPAD, de 11/12/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a partir de 14/12/2017, "ad hoc" a servidora pública municipal MORGANA VICENTIN FELIPPI, matrícula 9238-0, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, em Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 033/2017, instaurado pela Portaria Nº 1129/2017, de 22/11/2017, a que responde o servidor público municipal Josinei Cardozo, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 196/2017/COGEM**

Publicação Nº 1458963

PORTARIANº 196/2017/Cogem  
Designa Defensor Dativo no Processo  
Administrativo Disciplinar Nº 029/2017.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 441/2017, de 02/05/2017;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 221/2017/1ªCPAD, de 13/12/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 14/12/2017, "ad hoc" a servidora pública municipal MARIANA CONCEIÇÃO VASCONCELOS, matrícula 8958-3, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Recepcionista, em Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2017, instaurado pela Portaria Nº 1093/2017, de 06/11/2017, a que responde o servidor público municipal Norbert Voight, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 322/2017 A EXTRATO DO CONTRATO 345/2017**

Publicação Nº 1459786

**EXTRATO DO CONTRATO 322/2017**

Processo: Inexigibilidade nº 178/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Secretaria de estado da Administração/Fundo de Materiais e Publicações; Objeto: Aquisição de espaço no Diário Oficial do Estado para publicação de Atos Legais; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais); O pagamento será efetuado até 10 dias após execução do serviço, mediante apresentação da NF; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2018; Data da assinatura: 30/11/2017; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Nelson Castello Branco Nappi Júnior.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 323/2017**

Processo: Pregão 165/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Avanex Indústria e Comércio Ltda.; Objeto: PAC e Ácido Fluossilícico; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 383.196,00 (trezentos e oitenta e três mil, cento e noventa e seis reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do produto solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Data da assinatura: XX/11/2017; Prazo de Entrega: Conforme Necessidade do Samae, até 30/06/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Milena Frassetto da Silva Longhi.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 324/2017**

Processo: Pregão 165/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hidromar Indústria Química Ltda. - Ctba; Objeto: Cloro Liquefeito; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 231.214,50 (duzentos e trinta e um mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do produto solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega

do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Data da assinatura: XX/11/2017; Prazo de Entrega: Conforme Necessidade do Samae, até 30/06/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Vilmar Luiz Cordeiro.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 325/2017

Processo: Pregão 165/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Multicloro Ltda.; Objeto: Hipoclorito de Sódio; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 166.391,28 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do produto solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Data da assinatura: XX/11/2017; Prazo de Entrega: Conforme Necessidade do Samae, até 30/06/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Adelino Serafin.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 326/2017

Processo: Pregão 165/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Projesan Saneamento Ambiental Ltda.; Objeto: Hidróxido de Cálcio e Cloreto Férrico; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 312.245,00 (trezentos e doze mil, duzentos e quarenta e cinco reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do produto solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Data da assinatura: XX/11/2017; Prazo de Entrega: Conforme Necessidade do Samae, até 30/06/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e João Eduardo Vieira.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 314/2017

Processo: Pregão 153/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transpézia Ambiental Ltda. - EPP; Objeto: Serviço de locação de escavadeira hidráulica com martetele hidráulico 2.500 Kg; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 77.800,00 (setenta e sete mil e oitocentos reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.03.3.410.4.4.90.51.99.00.00.00 – 31 – Ampliação de redes coletoras – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Data da assinatura: 21/11/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Délcio Luis Spézia.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 327/2017

Processo: Pregão nº 161/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Selo Mecânico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total do objeto por parte da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37 - Manutenção patrimonial - Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 03/01/2018; Data da assinatura: 01/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 328/2017

Processo: Pregão nº 161/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RD Comércio de Ferragens e Ferramentas - ME; Objeto: Cano Galganzado; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 8.296,49 (oito mil, duzentos e noventa e seis reais quarenta e nove centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total do objeto por parte da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está

de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 52 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 19/12/2017; Data da assinatura: 01/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Alexandre Innocenti Ortiz.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 329/2017

Processo: Pregão nº 167/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: JGM Mangueiras Ltda. Objeto: Aquisição de mangueiras, espigão, abraçadeiras de inox; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 5.437,50 (cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total dos lotes, nos quais a licitante contratada saiu vencedora, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: - 25.02.3.400. 4.4.90.51.91.00.00.00 – 48 – Implantação de ETA - Água Verde – Div. Água; - 25.03.4.412. 3.3.90.30.24.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto; - 25.02.4.406. 3.3.90.30.22.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 24/12/2017; Data da assinatura: 01/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Elaine Cristina Maluta Roberti.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 330/2017

Processo: Tomada de Preços 149/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: TecnoPonta Com de Mat. de Construção e Empreiteira de Mão de Obra Ltda. ME Objeto: Adequação estrutural em tanques de fibra da ETE Água Verde; Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado após a execução total do total do objeto por parte da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que o serviço foi executado de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a execução do objeto; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.00.00.00 – 55 – Manutenção Predial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 10 dias após assinatura do contrato; Data da assinatura: 04/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Celso dos Santos Berlatto.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2017 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 377/2015

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Banco Cooperativo do Brasil S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Gil Marcos Saggiaro e Leonardo Souza Damasceno.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2017 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 321/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Fernando Elias Ribeiro e Alberto Franzmann.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2017 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura:



05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Ivo José Bracht e Márcio Alexandre Obata Queiroz.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2017  
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAENSE – SICOOB - CREDINORTE; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Valcir José Pscheidt e Raul Keine.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2017  
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: ITAÚ UNIBANCO S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Alexandre Ariel dos Santos e José Alexandre Passos Gonçalves.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2017  
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Banco do Brasil S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gilberto Wanderley Gregory.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 337/2017  
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 368/2016

Processo: Pregão nº 175/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: KL Materiais de Construção Ltda.; Objeto: Acrescer em 20,88% (vinte inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) ao valor do contrato, facultado pelo art. 65, inciso I, alínea "b", combinado com o §1º da Lei 8.666/93, bem como no item 6.4 da Cláusula Sexta do contrato original, equivalente a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais); As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 05/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Martinho José Lehnert.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 338/2017

Processo: Pregão nº 144/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Web Rast Ltda. ME; Objeto: Serviço de Monitoramento e Rastreamento de Veículos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 39.097,08 (trinta e nove mil, noventa e sete reais e oito centavos); Para o item 01 o pagamento dar-se-á 10 dias após instalação e perfeito funcionamento do sistema, mediante Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal. Para o item 02 mensalidades, pagamento mensal, dar-se-á 10 dias após o recebimento da Nota Fiscal mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.39.99.00.00.00 – 20 - Manutenção Patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.45.99.00.00.00 - 35- Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2018; Data da assinatura: 06/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Aline Brigato Abreu da Silva.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2017  
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2013

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: BANCO SANTANDER BRASIL S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 06/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ericke Sandro Perim Duarte.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2017  
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015

Edital: Credenciamento nº 123/2013. Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço de Recebimento de Faturas de Serviço emitidas pelo Samae, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 01/01/2018; O presente aditivo é firmado com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e item 3.1 do edital 123/2013; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 08/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ericke Sandro Perim Duarte.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 341/2017

Processo: Pregão 175/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Pavimentação Odeli e Vargas Ltda.; Objeto: Serviço de reposição de lajotas, paver e paralelepípedos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 538.200,00 (quinhentos e trinta e oito mil e duzentos reais);; O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2018; Data da assinatura: 11/12/2017; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcelino Vargas.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 342/2017  
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2017

Processo: Concorrência 210/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Infrasul – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço contratado (Fornecimento e Aplicação de Massa Asfáltica de CBUQ e Serviço de Fresagem em Pavimento Asfáltico) pelo período de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2018, nas mesmas condições pactuadas inicialmente, nos termos do item 7.1 da cláusula 7ª do contrato original, com base no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 11/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jaime Barbosa Soares Filho.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 343/2017  
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

Processo: Pregão 001/2017 Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: NC Comunicações S.A.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço contratado (Publicação de Atos Legais em Jornal de Circulação Estadual) pelo período de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2018, nas mesmas condições pactuadas inicialmente, nos termos do item 7.1 da cláusula 7ª do contrato original, com base no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 11/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Sandro Steuernagel e Altair Braatz.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 344/2017  
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2017

Processo: Pregão 70/2017 Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: MJ Assessoria



e Consultoria Ltda. EPP; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço contratado (Serviço de Abordagem Domiciliar) pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 01/01/2018 até 30/04/2017, nos termos do item 7.1 da cláusula 7ª do contrato original, com base no art. 57, §1º, incisos I e II, da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 11/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcelo Jugend.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente – Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 345/2017

Processo: Pregão 166/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transpézia Ambiental Ltda. - EPP; Objeto: Serviço de caminhão truck; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 102.150,00 (cento e dois mil, cento e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Délcio Luis Spézia.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 346/2017

Processo: Pregão 166/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comércio de Areias Campestrini Ltda. ME; Objeto: Serviço de caminhão toco; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 90.980,00 (noventa mil, novecentos e oitenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Alírio Campestrini.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 347/2017

Processo: Pregão 166/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transpézia Ambiental Ltda. - EPP; Objeto: Serviço de caminhão truck; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 102.150,00 (cento e dois mil, cento e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Délcio Luis Spézia.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 348/2017

Processo: Pregão 166/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Wande Materiais de Construção e Terraplenagem Ltda.; Objeto: Serviço de caminhão toco; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 90.960,00 (noventa mil, novecentos e sessenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Wanderlei Ademar Winter.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 349/2017

Processo: Pregão 166/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Winter Ambiental Ltda. ME; Objeto: Serviço de caminhão toco e truck; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 295.280,00 (duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e oitenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gerson Pedro Winter.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 350/2017

Processo: Inexigibilidade nº 150/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Viação Canarinho Ltda. Objeto: Aquisição de Créditos Vale Transporte. Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais); O pagamento dar-se-á à vista, mediante apresentação da NF e certificação do Samae de que os créditos foram devidamente disponibilizados. O prazo para certificação é de 05 (cinco) dias; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Décio Bogo.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 351/2017 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 240/2017

Processo: Pregão 121/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Imunizadora Jaraguá Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de prestação do serviço contratado (Limpeza de resíduos com caminhão hidrovácuo em Estações de Tratamento de Esgoto) pelo período de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2018, nas mesmas condições pactuadas inicialmente, nos termos do item 7.1 da cláusula 7ª do contrato original, com base no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 13/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fernando Friederich Voigt.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 352/2017

Processo: Pregão 180/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Premix Concreto Ltda.; Objeto: Fornecimento de Concreto Usinado; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 119.875,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais); O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do item solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jayce Adriano Santos.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 353/2017

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Cemar Transportes e Serviços Ltda. - ME; Objeto: Serviço de retroescavadeira com Lança Extensiva; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 118.485,00 (cento e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Aristides Marchetti.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

#### EXTRATO DO CONTRATO 354/2017

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Parisi Britagem e Terraplenagem Ltda.; Objeto: Serviço de retroescavadeira com Lança Extensiva; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 118.410,00 (cento e dezoito mil, quatrocentos e dez reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Moacir Parisi.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 355/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP; Objeto: Serviço de escavação mecânica com mini escavadeira hidráulica; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 65.915,00 (sessenta e cinco mil, novecentos e quinze reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hemerson Hanemann.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 356/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Rogério Andrioli EPP; Objeto: Serviço de escavadeira hidráulica; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 148.065,00 (cento e quarenta e oito mil e sessenta e cinco reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rogério Andrioli.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

**EXTRATO DO CONTRATO 357/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transpézia Ambiental Ltda. - EPP; Objeto: Serviço de escavadeira hidráulica com rompedor hidráulico; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Délcio Luis Spézia.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO 358/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transteb Transportes e Terraplanagem Ltda.; Objeto: Serviço de escavadeira hidráulica; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 147.750,00 (cento e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e João Ricardo Berns.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO 359/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Wande Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda.; Objeto: Serviço de escavadeira hidráulica e Retroescavadeira com Lança extensiva; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 266.580,00 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Wanderlei Ademar Winter.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO 360/2017**

Processo: Pregão 177/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Winter Ambiental Ltda. ME; Objeto: Serviço de escavadeira hidráulica e Retroescavadeira com Lança extensiva; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 266.520,00 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2018 até 31/12/2018; Data da assinatura: 14/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gerson Pedro Winter.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 172/2017**

Publicação Nº 1460095

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 172/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE – EXERCÍCIO 2018

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 18/12/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 08/01/2018 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 179/2017**

Publicação Nº 1459968

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 179/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAL, ARGAMASSA, CIMENTO E AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 18/12/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 05/01/2018 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SEMED - PORTARIA Nº481/2017**

Publicação Nº 1458921

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº481/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 935/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de CARLA PATRICIA DIAS DA MAIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº482/2017**

Publicação Nº 1458922

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº482/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 936/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de MARCIA DA SILVA BARRETO HERMANN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº483/2017**

Publicação Nº 1458924

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 483/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 937/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de PAULO SERGIO PRAXEDES DO MONTE ARAÚJO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Libras, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº484/2017**

Publicação Nº 1458926

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 484/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:



PRORROGAR A PORTARIA Nº 938/2016, de 15.12.2016, que admitiu CRISTIANI COUTINHO PUCCINI , para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº485/2017**

Publicação Nº 1458927

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

#### **PORTARIA Nº485/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 939/2016, de 15.12.2016, que admitiu ROSALBA HELENA CHAVES DIEHL, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº486/2017**

Publicação Nº 1458929

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

#### **PORTARIA Nº486/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 940/2016, de 15.12.2016, que admitiu LEONICE CISZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº487/2017**

Publicação Nº 1458931

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

#### **PORTARIA Nº487/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 941/2016, de 15.12.2016, que prorrogou a portaria de ISABEL CRISTINA DUTRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº488/2017**

Publicação Nº 1458932

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 488/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1020/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MARIA DE LOURDES GERALDO PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº489/2017**

Publicação Nº 1458933

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 489/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1021/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de LIZANE REGINA DOS SANTOS VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº490/2017**

Publicação Nº 1458934

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 490/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1022/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ELIZANE TIBURSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº491/2017**

Publicação Nº 1458935

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 491/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1024/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MARCOS DE JESUS OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº492/2017**

Publicação Nº 1458936

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 492/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1025/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de INES ECCEL HECK, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº493/2017**

Publicação Nº 1458937

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 493/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1026/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de THAMIRES CRISTINA PENA REIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº494/2017**

Publicação Nº 1458938

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 494/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1027/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de RAFAEL ALBERTO GONÇALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de MATEMÁTICA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº495/2017**

Publicação Nº 1458939

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 495/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 310/2017, de 06.06.2017, que prorrogou a portaria de GRAYCE MONDINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº496/2017**

Publicação Nº 1458940

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 496/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1030/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de RAFAELA CZORNEI, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº497/2017**

Publicação Nº 1458941

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 497/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1032/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ROSANE DE FATIMA CORNELSEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº498/2017**

Publicação Nº 1458942

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 498/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1033/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de KELLY JULIANA BARELA, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº499/2017**

Publicação Nº 1458943

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 499/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1034/2016, de 13.12.2016, que prorrogou a portaria de MARILDES FATIMA MERISIO GARCIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº500/2017**

Publicação Nº 1458945

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 500/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1035/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de JANE LUZIA KWIECIEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº501/2017**

Publicação Nº 1458946

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 501/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1038/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de JULIANA DE BORBA, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

RODÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº502/2017**

Publicação Nº 1458947

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 502/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1038/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de IVANICE DIAS FURTADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº503/2017**

Publicação Nº 1458948

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 503/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1040/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de VALDIRENE COELHO DE SOUZA REINSTEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº504/2017**

Publicação Nº 1458949

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 504/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1041/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de GILBERTO JOSÉ MENDONÇA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº505/2017**

Publicação Nº 1458950

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 505/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1043/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de SABRINA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº506/2017**

Publicação Nº 1458953

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 506/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1044/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de LUZIA APARECIDA BORGES OKASAKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº507/2017**

Publicação Nº 1458954

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 507/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1045/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de SILVANA MIRANDA RIGO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº508/2017**

Publicação Nº 1458955

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 508/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1046/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ESTELA MARIS PEREIRA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº509/2017**

Publicação Nº 1458956

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 509/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1047/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MONICA APARECIDA SANTIAGO NUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais , no período de 17.06.2017 a 15.012.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNGO

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº510/2017**

Publicação Nº 1458958

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 510/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1049/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MARLI SALETE DE ARAUJO DAROSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de GEOGRAFIA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 81/2017**

Publicação Nº 1459288

**PORTARIA Nº 81/2017**

Exonera Servidor a Pedido.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade ao disposto no inciso XV do Art. 22 da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR A PEDIDO, do cargo de provimento Efetivo de ASSISTENTE DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, o SR. ANDREAS KULCZYNSKYJ, matrícula 2200, a partir de 15 de dezembro de 2017. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 125/2016, de 18 de novembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 15 de dezembro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

## PORTARIA Nº 82/2017

Publicação Nº 1459357

PORTARIA Nº 82/2017

Concede Férias Coletivas.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e ressalvadas as necessidades de serviço de cada Unidade Administrativa, bem como a prestação dos serviços essenciais do Poder Legislativo,

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam concedidas, no período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal, observadas as informações a seguir:

Servidor	Período Aquisitivo		Período de Férias a Serem Gozadas		Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Alais Olska	06/10/2016	05/10/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Aline Vicente Bories	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Ana Paula Ern	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Anesio Luiz Alexandre	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Daniele de Souza	30/10/2016	29/10/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Edenilson Jose Pasquetti	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Eliezer Antunes	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Elisabete Bertoli	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Francisca Emilia Saraiva Terto	06/10/2016	05/10/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Idianara dos Santos	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Isabel da Silva	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Laudir Dalpiaz	17/10/2016	16/10/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Mariana Schmitz Martins	17/11/2016	16/11/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Mariana S Riedel Fischer	02/01/2016	01/01/2017	02/01/2018	11/01/2018	10	-
	02/01/2017	01/01/2018	12/01/2017	21/01/2018	10	10
Mateus Cidral Machado	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Neri de Souza	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Pietro Di C. Manfrini Galvan	02/01/2016	01/01/2017	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Polyana Carolina de Souza	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Rudimar Bruch	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Sergio Zapella	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Simone Jark	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Sueli Maria Schiochet	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2017	20	-
Tiago Rosario de Santana	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Valmor Zonta Filho	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Venicio Goldacker	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Wagner Leandro Lopes	02/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10

Artigo 2º. Ficam concedidas aos servidores a seguir, a partir de 02 de janeiro de 2018, na forma do artigo 108 da Lei Complementar nº 154/2014, férias coletivas de forma proporcional ao tempo de serviço prestado, em função do primeiro período aquisitivo de férias ser inferior a 12 (doze) meses de exercício:

Servidor	Período Aquisitivo		Período de Férias a Serem Gozadas		Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Almir Giese	12/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10

Ronaldo Wolski	17/01/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	10
Ariane Cristine Correa	01/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Debora Lanznaster Vegini	06/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Francielle Belarmino Boeing	02/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Joel Luis Correa	07/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Josue Kasmirski	06/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Maria do Carmo Souza	03/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Sandra M Kaspchak	01/02/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	7,5
Francieli Alves Theodoro	12/05/2017	01/01/2018	02/01/2018	21/01/2018	20	-
Flavia Meyer	06/06/2017	01/01/2018	02/01/2018	19/01/2018	18	-
Jhony Soares Pereira	01/06/2017	01/01/2018	02/01/2018	19/01/2018	18	-
Maristela Menel Roza	10/08/2017	01/01/2018	02/01/2018	14/01/2018	13	-
Ediclei Baranowski	18/09/2017	01/01/2018	02/01/2018	11/01/2018	10	-
Valdecir Goncalves	24/08/2017	01/01/2018	02/01/2018	11/01/2018	10	-

Parágrafo único. Os servidores que possuem tempo de serviço inferior a 12 (doze) meses terão seus períodos aquisitivos encerrados por ocasião da concessão das férias indicadas, iniciando-se a contagem de novo período aquisitivo de férias a partir de 02 de janeiro de 2018.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em consequência fica revogada a Portaria 78/2017, de 07 de dezembro de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 15 de dezembro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

**06/2017 PMJ TA 01**

Publicação Nº 1460444

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017/PMJ/01 – TA 01

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2017, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador, e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA, estabelecida na Praça Emílio Marconato, N. 1000, Galpão 22 E 27, Park Industrial, Jaguariúna/SP, CEP 13.820-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.729.178/0004-91, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pela Sra. GIOVANNA LUCIRIO BRUNASSO, portador da cédula de identidade nº 42.122.913-5 e inscrito no CPF sob o nº 449.612.838-19, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 06/2017/PMJ/01, firmada em 19/07/2017, proveniente do Processo de Licitação nº 08/2017/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 07/2017/FMS, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é para a aquisição eventual, futura e de forma parcelada, de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da secretaria municipal de saúde de Joaçaba/SC, durante o exercício financeiro de 2017, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 56 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 06 de dezembro de 2017:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN.	MARCA	VALOR UNITÁRIO ORIGINAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
56	Captopril 50 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999	500.000	Cp	PRATI DONADUZZI	0,047	0,052

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 06/2017/PMJ/01.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 07 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CELSO VILMAR BRANCHER

COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA  
GIOVANNA LUCIRIO BRUNASSO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**13/2017 FMS**

Publicação Nº 1459982

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2017/FMS  
PL 27/2017/FMS – PP 18/2017/FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: FARMACIA HERVAL LTDA EPP

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, em caráter excepcional, de medicamentos (referência e genéricos), constantes da Lista AB-CFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2018.

VALOR CONTRATADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO DE REFERÊNCIA DA LISTA ABCFARMA
1	Fornecimento, em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA, constantes da Lista ABC-FARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2018.	13,67%
2	Fornecimento, em caráter excepcional, de MEDICAMENTOS GENÉRICOS, constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2018.	21,70%

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.126 – BLAFB – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE MEDIC. DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

2.122 – BLATB – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.124 – BLMAC – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: DEBORA CESAR LOPES (CAPS) E LUCIANA C.B. SOCCOL (FMS)

DATA DE ASSINATURA: 14/12/2017

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

## CONHECIMENTO PÚBLICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 1459604

### CONHECIMENTO PÚBLICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO

(Em atendimento ao Art. 8º de Decreto Nº5.213, de 25 de setembro de 2017 e Lei nº 5.107/2017)

No dia 08/12/2017, atendendo ao decreto 5.213, de 25 de setembro de 2017, foi protocolado na Prefeitura Municipal de Joaçaba a intenção de adoção de espaço público do programa Eu Curto Eu Cuido de Joaçaba, tendo como Objeto os Pontos de ônibus e Floreiras no entorno do ponto referido na Av. XV de novembro em frete a prefeitura pelo período de 2(DOIS) anos, dando continuidade ao processo de adoção, fica a Secretaria de Desenvolvimento econômica e inovação apta a receber proposta de interessados, podendo ser pessoas Físicas ou Jurídicas, em adotar o mesmo item, a proposta deve ser encaminhada via protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba tendo como prazo 5 dias úteis após a data de publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2017.

Michel Carlesso Avila

Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Inovação

## CONHECIMENTO PÚBLICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 1459606

### CONHECIMENTO PÚBLICO DA PROPOSTA DE COOPERAÇÃO

(Em atendimento ao Art. 8º de Decreto Nº5.213, de 25 de setembro de 2017 e Lei nº 5.107/2017)

No dia 08/12/2017, atendendo ao decreto 5.213, de 25 de setembro de 2017, foi protocolado na Prefeitura Municipal de Joaçaba a intenção de adoção de espaço público do programa Eu Curto Eu Cuido de Joaçaba, tendo como Objeto os Pontos de ônibus situado rua Francisco Lindner em frete Banco Itaú pelo período de 2(DOIS) anos, dando continuidade ao processo de adoção, fica a Secretaria de Desenvolvimento econômica e inovação apta a receber proposta de interessados, podendo ser pessoas Físicas ou Jurídicas, em adotar o mesmo item, a proposta deve ser encaminhada via protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba tendo como prazo 5 dias úteis após a data de publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2017.

Michel Carlesso Avila

Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Inovação

**DECRETO N 5289**

Publicação Nº 1459533

DECRETO Nº 5.289 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS

Proj./Ativ.: 2.008 – ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0301.0 (9)

Valor: R\$ 230.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 15 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.286 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459718

DECRETO Nº 5.286 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 2.000,00 (10)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 2.000,00 (9)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.287 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459712

DECRETO Nº 5.287 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do Alvará Sanitário referente ao exercício 2018, para todos os estabelecimentos, será até dia 02/04/2018.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único. O não pagamento da taxa de Alvará Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## **DECRETO Nº 5.290 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459578

DECRETO Nº 5.290 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5.139/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.121 BLGES: BLOCO DE GESTÃO DO SUS

(1) Modalidade Aplicação: 3.1.90..00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE

(32) Modalidade Aplicação: 3.1.90..00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(17) Modalidade Aplicação: 3.1.90..00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 39.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125 BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO

(26) Modalidade Aplicação: 3.1.90..00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.017 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - FMS

(8) Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 57.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito



**DECRETO Nº 5.291 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459575

DECRETO Nº 5.291 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5.139/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional até a importância de R\$ 439.355,57 (quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

**ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO****UNIDADE 04 Assessoria de Comunicação**

Proj./Atividade: 2.021 Manutenção da gerência de Comunicação

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 -17 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 6.000,00

**UNIDADE 12 Coordenadoria do Controle Interno**

Proj./Atividade: 2.045 Manutenção da Coordenadoria do controle Interno

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-59 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 13.000,00

**Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade 2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 -69 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

**Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-118 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-133 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 78.355,57

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000-134 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-137 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 76.000,00

Proj./Atividade: 2.053 Contribuição Patronal ao RPPS- Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001.000000-121 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 28.000,00

**Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-178 Aplicações Diretas	
---	--

Valor: R\$ 95.000,00

**ÓRGÃO 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****UNIDADE 01 Procuradoria Geral do Município**

Proj./Atividade: 2.067 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-194 Aplic. Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

**UNIDADE 02 Diretoria do Procon**

Proj./Atividade: 2.059 Manutenção da Gerência do Procon

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-20 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 3.000,00

**Órgão: 21 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Unidade orçamentária: 01 Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social

Proj./Atividade: 2.096 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-222 Aplic. Diretas	
---	--

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo 1º esta Lei, será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

**ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO****UNIDADE 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito**

Proj./Atividade:2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-1Aplicação Direta

Valor: R\$ 40.000,00

Proj./Ativ: 2.127 Consorcio Pub. Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

Modalidade Aplicação:3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-5 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 6.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-6 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 18.000,00

Proj./Atividade:2.135 Programa de Licenciamento ambiental Regionalizado (CPIMMOC)

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-8 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 45.196,36

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-9 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 33.280,68

Modalidade Aplicação 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-10Transf Cons.Público

Valor: R\$ 3.697,40

Proj./Atividade:2.136 Prog.Sist Brasileirode Produtos Origem Animal (CPIMMOC)

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-11 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 15.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-12 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 15.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000-13 Transf.Cons.Público

Valor: R\$ 10.000,00

**UNIDADE 02 Coordenadoria de Planejamento**

Proj./Atividade:2.033 Manutenção da Coordenadoria de Planejamento

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-14 Aplicações Direta

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-16 Aplicações Direta

Valor: R\$ 1.000,00

**UNIDADE 04 Assessoria de comunicação**

Proj./Atividade:1.074 Implantação e Manutenção do Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-20 Aplicações Direta

Valor: R\$ 5.000,00

**UNIDADE 05 Assessoria do Meio ambiente**

Proj./Atividade:1.017 Construção do Ecoponto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-22 Aplicações Direta

Valor: R\$ 1.000,00

**UNIDADE 08 Administração do Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal**

Proj./Atividade:2.024 Manutenção do Aeroporto Municipal

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-37 Aplicações Direta

Valor: R\$ 4.000,00

Proj./Atividade:1.084 Aquisição de Terrenos Para Cemitério Municipal

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-42 Aplicações Direta

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade:2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-46 Aplicações Direta

Valor: R\$ 7.000,00

**UNIDADE 12 Coordenadoria do controle Interno**

Proj./Atividade:2.045 Manutenção da Coordenadoria do controle Interno

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-60 Aplicações Direta

Valor: R\$ 32.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-61 Aplicações Direta

Valor: R\$ 1.000,00

**ÓRGÃO 03: GABINETE DO VICE-PREFEITO****UNIDADE 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito**

Proj./Atividade:2.027 Manutenção do Gabinete do Vice- Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-67 Aplicações Direta

Valor: R\$ 15.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-68 Aplicações Direta

Valor: R\$ 1.000,00

**Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.031 Contribuição Patronal ao RPPS-Div.Órgãos

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.000000-77Aplic.diretas

Valor: R\$ 18.000,00

Proj./Atividade 2.057 Contribuição Patronal AO PLASS-Div.Órgãos  
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.000000 –78 Aplic direta  
Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação  
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades Educação Infantil  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000-136 Aplic direta  
Valor: R\$ 20.000,00  
Proj./Atividade: 2.055 Contribuição Patronal ao RPPS- Ensino Infantil  
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001.000000-140 Aplic direta  
Valor: R\$ 15.000,00  
Proj./Atividade: 2.056 Contribuição Patronal ao PLASS- Ensino Fundamental  
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001.000000-141 Aplic direta  
Valor: R\$ 14.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Proj./Atividade: 2.116 Manutenção de Câmaras de Segurança  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-157 Aplic direta  
Valor: R\$ 10.181,13

Órgão: 10 CONSELHO TUTELAR  
Unidade orçamentária: 01 Conselho Tutelar  
Proj./Atividade 2.091 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 –192 Aplic direta  
Valor: R\$ 9.000,00  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 –193 Aplic direta  
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
UNIDADE 02 Diretoria do Procon  
Proj./Atividade:2.059 Manutenção da Gerência do Procon  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-201 Aplic direta  
Valor: R\$ 4.000,00  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-202 Aplic direta  
Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
Unidade orçamentária 02 Secretaria Municipal de Desenv.Ind.Com. e Inovação  
Proj./Atividade:2.044 Manutenção da Diretoria de desenv.Agrícola  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-206 Aplic direta  
Valor: R\$ 50.000,00  
Proj./Atividade: 2.034 Manutenção das Atividades de Turismo

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-216 Aplic direta	
---	--

Valor: R\$ 10.000,00  
Proj./Atividade: 2.097 Manutenção da Diretoria Desenv.Ind.Comercio e Inovação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-214 Aplic direta	
---	--

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-215 Aplic direta	
---	--

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

## EXTRATO TERMO ADITIVO 215/2015/PMJ - TA04

Publicação Nº 1460750

CONTRATO Nº 215/2015/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, doravante



denominada CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e inscrito no CPF sob o nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 215/2015/PMJ, firmado em 26 de janeiro de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2014/PMJ – Edital CC nº 11/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em R\$ 451.478,85 (quatrocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes à variação do INCC-FGV no período de 18/12/2014 a 18/12/2016, sendo utilizado o cronograma físico financeiro de 34 (trinta e quatro) meses para base de cálculo, conforme parecer contábil anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

JOAÇABA (SC), 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - CONTRATANTE  
VILSON SARTORI – Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA  
SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### HOMOLOG PL 27/2017 FMS

Publicação Nº 1459974

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2017/FMS – PP 18/2017/FMS

O Secretário de Saúde Celso Vilmar Brancher, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência e genéricos), exceto os relacionados na lista básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

Empresa Vencedora:

FARMACIA HERVAL LTDA

ITEM 01 – 13,67%

ITEM 02 – 21,70%

FISCAL: DEBORA CESAR LOPES (CAPS) E LUCIANA C.B. SOCCOL (FMS)

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSON VILMAR BRANCHER

**LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459567

LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. "

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Joaçaba para o exercício de 2018 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 147.577.673,68 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 95.444.543,86 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 52.133.129,74 (cinquenta e dois milhões, cento e trinta e três mil, cento e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, conforme demonstrado no quadro:

Órgão	R\$
Fundo de Assistência Social	5.053.902,72
Fundo da Criança e Adolescente	38.820,00
Fundo de Saúde	23.088.862,56
Plano de Saúde e Assistência ao Servidor – PLASS	5.570.880,00
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos – IMPRES	18.380.664,46
TOTAL	52.133.129,74

**DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 147.577.673,68 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	134.892.532,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.580.754,38
Contribuições	9.217.696,00
Receita Patrimonial	6.920.210,52
Receita de Serviços	21.237.166,55
Transferências Correntes	63.115.513,60
Outras Receitas Correntes	3.821.191,89
RECEITAS DE CAPITAL	3.400.500,00
Operações de Crédito	1.500.000,00
Alienação de Bens	31.800,00
Amortização de Empréstimos	58.700,00
Transferências de Capital	1.810.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.284.640,74
TOTAL	147.577.673,68

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Câmara de Vereadores	4.075.117,72
Gabinete do Prefeito	4.121.901,00
Gabinete do Vice-Prefeito	162.100,00

Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira	14.518.962,22
Secretaria de Assistência Social	4.000,00
Secretaria de Educação	30.032.410,00
Secretaria de Infraestrutura e Agricultura	14.640.251,00
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Inovação	1.350.200,00
Fundo de Habitação de Interesse Social	470.000,00
Fundo de Esportes	1.715.000,00
Fundo da Defesa Civil	80.002,00
Fundo do Idoso	510.000,00
Fundo de Assistência Social	5.053.902,72
Fundo de Infância e Adolescência	38.820,00
Fundo de Saúde	23.088.862,56
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	705.100,00
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos	18.380.664,46
Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	22.830.000,00
Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos	5.570.880,00
Conselho Tutelar	209.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00
TOTAL	147.577.673,68

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018 estima a receita em R\$ 79.631.869,06 (setenta e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e seis centavos) e fixa a despesa em R\$ 67.834.326,22 (sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos) proporcionando um superávit de R\$ 20.710.475,64 (vinte milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para cobertura dos déficits orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder e receber Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Câmara de Vereadores	4.075.117,72
Fundo de Assistência Social	3.934.103,36
Fundo de Saúde	12.526.054,56
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	175.200,00
TOTAL	20.710.475,64

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal fixa a despesa orçamentária em R\$ 4.075.117,72 (quatro milhões, setenta e cinco mil, cento e dezessete reais e setenta e dois centavos), que será coberta com a transferência financeira repassada pela Prefeitura.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo de Saúde estima a receita em R\$ 10.562.808,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oito reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 23.088.862,56 (vinte e três milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), proporcionando um déficit de R\$ 12.526.054,56 (doze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo de Assistência Social estima a receita em R\$ 1.119.799,36 (um milhão, cento e dezenove mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 5.053.902,72 (cinco milhões, cinquenta e três mil, novecentos e dois reais e setenta e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 3.934.103,36 (três milhões, novecentos e trinta e quatro mil, cento e três reais e trinta e seis centavos) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo de Infância e Adolescente estima a receita e fixa a despesa em R\$ 38.820,00 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte reais).



**DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

Art. 8º - O Orçamento do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar estima a receita em R\$ 529.900,00 (quinhentos e vinte e nove mil e novecentos reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 705.100,00 (setecentos e cinco mil e cem reais), proporcionando um déficit de R\$ 175.200,00 (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

**DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA****DO ORÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS**

Art. 9º. - O Orçamento do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – PLASS estima a receita e fixa a despesa em R\$ 5.570.880,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e oitenta reais).

**DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS- IMPRES**

Art. 10. - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES estima a receita e fixa a despesa em R\$ 18.380.664,46 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

**DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL SIMAE**

Art. 11. - O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE estima a receita e fixa a despesa em R\$ 22.830.000,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta mil reais).

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os passivos contingentes previstos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 13. - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 14. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no caput do artigo 14.

Art. 16. - Fica o Poder Executivo autorizado através de decreto a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial, não se limitando ao percentual previsto no artigo 14 desta lei.

Art. 17. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender



às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 18. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 19. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 20. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 21. - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal esta autorizado a realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 22. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMMOC e CPMIMMOC.

Art. 24. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo Único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos estão condicionadas a observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2018.

Art. 25 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Joaçaba SC, 14 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## **PORTARIA 218 2017 - NEREIDA DE MELLO**

Publicação Nº 1460745

PORTARIA Nº 218 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta da decisão exarada no Processo nº 0302157-20.2017.8.24.0037, da 2ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba, de 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Restabelecer a aposentadoria por invalidez, conforme decisão judicial nos autos do processo nº 0302157-20.2017.8.24.0037, com proventos proporcionais a NEREIDA DE MELLO, inscrita no CPF sob o nº 516.526.339-87, portadora do RG nº 11/C 1.304.319, inscrita no PASEP sob o nº 120.39280.10-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviço Internos, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 11.334, nos termos do art. 19 c/c art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 19,49% (dezenove vírgula quarenta e nove por cento) da média das remunerações, sendo pago o Piso Municipal, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 099/2005.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), 13 de dezembro de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****COMUNICADO RETOMADA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL 0068/2017- SIMAE**

Publicação Nº 1460107

**COMUNICADO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0079/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0068/2017  
PROTOCOLO JHL 3056/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em medicina e segurança no trabalho, visando à revisão e atualização dos programas de saúde do trabalho – laudo técnico das condições do ambiente do trabalho (LTCAT), programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), nas unidades operacionais e administrativas do Simae, localizadas nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna e das atividades realizadas pelos servidores do Simae.

INFORMAMOS QUE A RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO DIA 22/12/2017, ÀS 09 (NOVE) HORAS, NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, LOCALIZADA NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA-SC.

Desta forma convocamos a empresa participante para participar da Sessão Pública.

Joaçaba/SC, 15 de dezembro de 2017.

Graciela Pratto Bordin da Rosa – Pregoeira do Simae.

**PORTARIA JHL 428/2017**

Publicação Nº 1460894

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 428/2017 DE 15/12/2017

PAULO CESAR LAMIN Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

1º) Nomear os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão de Licitação para a modalidade PREGÃO para o exercício de 2018, com base no artigo 7º do Decreto nº 2879/2006, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 2900/2007.

Pregoeiro Oficial: Graciela Pratto Bordin da Rosa

Equipe de Apoio: Alessandra Marcon Zanchetta

Wilian Sartor Sganzerla

André Luiz Sauer

Valdirene Aparecida Dorini

Susana Rodrigues Barbosa

2º) Na impossibilidade de atuação do pregoeiro oficial, este será substituído pela Servidora Alessandra Marcon Zanchetta.

3º) No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os Instrumentos convocatórios do pregão e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

4º) A Comissão designada é caracterizada por "mínus público".

5º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 15 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 429/2017**

Publicação Nº 1460896

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 429/2017 de 15/12/2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2018, de acordo

com o Art. 51, § 4º da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

Presidente: João Carlos Ungericht  
Vice-Presidente: Cesar Augusto Maciel Ribeiro  
Vogal: Graciela Pratto Bordin da Rosa  
Vogal: Alessandra Marcon Zanchetta  
Suplente: Susana Rodrigues Barbosa  
Suplente: André Francisco Fiorin

Art. 2º A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

Art. 3º No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os instrumentos convocatórios do convite e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Joaçaba-SC, 15 de dezembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 430/2017**

Publicação Nº 1459971

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 430/2017 DE 15.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Suspende a designação do servidor Osmar Antonio Antonelo como condutor de veículo da Autarquia conforme Portaria JHL 421/2017 de 01.12.2017, devido licença para tratamento de saúde.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017, retroagindo seus efeitos ao período de 12.12.2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 15 de dezembro de 2017  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**ATA DESERTA PR 0076/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1458882

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 76/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 88/2017 Processo de Licitação: 88/2017 Data do Processo: 22/11/2017
Folha: 1/1	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA STFC E ACESSO DE DADOS ADSL, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE.

Às nove horas e dez minutos (9h10min) do dia quinze de dezembro de dois mil e dezessete (15/12/2017), na sala de reuniões da sede administrativa do Simae, na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba - SC, reuniram-se em sessão pública, a Pregoeira Substituta Sra. Alessandra Marcon Zanchetta, designada pela Portaria nº 0090/2017 de 23/02/2017, e equipe de apoio: Valdirene Aparecida Dorini e André Luiz Sauer; para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL de nº 0076/2017, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA STFC E ACESSO DE DADOS ADSL, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, NOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA/SC. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 2400, página nº 512, do dia 04 de dezembro de 2017, no mural público da Prefeitura de Joaçaba e disponibilizado no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Às 9h e 10min foi aberta a sessão pública, o qual se encerrou às 9h e 20min, pois nenhuma das licitantes interessadas compareceram à sessão, motivo pelo qual esta licitação foi declarada DESERTA. Nada mais havendo, a Senhora Pregoeira Substituta encerrou a sessão, foi lavrada a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 15 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

Alessandra Marcon Zanchetta	- ..... - Pregoeiro(a)
André Luiz Sauer	- ..... - Equipe de Apoio
Valdirene Aparecida Dorini	- ..... - Equipe de Apoio

# Jupirá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017 DO FMS DE JUPIÁ SC

Publicação Nº 1459815

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ  
ATRAVÉS DO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUPIÁ SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2017 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL nº 7/2017 – FMS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a locação de sistema de informática para a gestão pública na área da saúde, sendo que as propostas serão abertas no dia 04 de janeiro de 2018, às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001.

Jupirá SC, em 15 de dezembro de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 37/2017

Publicação Nº 1460670

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 37/2017  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 01/2017  
DATA DE EMISSÃO: 15/12/2017

O Município de Lacerdópolis, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a obra objeto deste edital, especificada no(s) ato convocatório e seus anexo(s), que fazem parte e integra(m), a presente TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sob o regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL, observadas as condições a seguir:

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Lacerdópolis, dar-se-á até às 14h00min do dia 02 de janeiro de 2018, junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS dar-se-á até às 19h00min do dia 27 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O recebimento do Envelope 02, contendo respectivamente a Proposta de Preços, dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 14h00min do dia 02 de janeiro de 2018, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 14h00min do dia 02 de janeiro de 2018, na Sala de Licitações do Município de Lacerdópolis, situada no endereço supracitado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Os interessados poderão retirar este edital, com seus anexos, junto a Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Rua 31 de Março, n. 1050, Centro, Lacerdópolis, SC.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e amplamente divulgado.

#### SUBORDINAÇÃO

A presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, subordina-se, em seu total teor, à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais inerentes.

#### 01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e construção, a serem feitos no Centro Integrado de Educação Infantil (CIEL) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

#### 02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

#### 03 - DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO

##### 3.1 - Habilitação Jurídica:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado (havendo a obrigação legal em relação ao registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais;

- 3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;
- 3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 3.1.4. Declaração do representante legal da empresa de que a empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar com nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal;
- 3.1.5. Declaração do representante legal da empresa de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;
- 3.1.6. Declaração referente ao art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme modelo contido no ANEXO IV, deste edital;
- 3.1.7. Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados;
- 3.1.8. Declaração de sujeição aos termos deste edital.
- 3.1.9. Exclusivamente para as empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014, a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei.
- 3.1.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014.
- 3.1.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 3.1.10. Certificado de Registro Cadastral – CRC, válido na data de abertura dos envelopes nº 01 da presente licitação, expedido pela Comissão de Registro Cadastral do Município de Lacerdópolis, com data igual ou anterior à prevista para protocolo do envelope de documentação dos proponentes não cadastrados disposto no preâmbulo deste edital.
- 3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 3.2.1 - Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:
- 3.2.3.1 - Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3.2.3.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;
- 3.2.3.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa; e
- 3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).
- 3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.3 - Qualificação Técnica:**
- 3.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente;
- 3.3.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa a obra em questão;
- 3.3.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no item 3.3.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil);



3.3.4. Comprovação de que o profissional habilitado, indicado conforme item 3.3.2 supra, executou serviços em obra de característica semelhante à constante no objeto desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos seguintes serviços: comprovação, através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra com características semelhantes à obra ora licitada;

3.3.5. Declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou o local de execução da obra, objeto desta licitação, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução da mesma.

3.3.5.1. As vistorias referentes ao local da obra objeto desta licitação, caso necessário, poderão ser agendadas junto a Secretaria Municipal de Educação.

3.3.6. Declaração da empresa de que, se vencedora;

a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 3.3.2, supra.

b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

#### 3.4 - Qualificação Econômico-financeira

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);

Observação: O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

3.4.2 - Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes de habilitação.

3.4.3. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação do Contrato Social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembleia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil, ou outro órgão porventura competente.

3.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

3.6. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

3.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

#### 04 - APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de realizar a Sessão Pública do recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Propostas. A Comissão declarará instalada a Sessão na data e horário designado.

4.2. As empresas Licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar no ato da abertura desta Licitação, ENVELOPES SEPARADOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, acondicionadas em invólucros não-transparentes e fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

De:...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 0006/2017.

Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

De: ...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 0006/2017  
Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.2.1. No caso de a empresa enviar representante por meio de credenciamento, este deverá ser entregue de forma separada aos envelopes, previamente ao início dos trabalhos.

4.3. Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via FAX ou Internet, muito menos a substituição de documentos.

4.4. Após o recebimento dos envelopes não serão aceitas juntadas e/ou substituições de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4.5. Qualquer manifestação em relação a presente Licitação fica condicionada a apresentação, pelo preposto da empresa, de documentos de identificação e instrumento Público ou Particular de Procuração ou cópia do Contrato Social, no caso de ser sócio da empresa.

4.6. A inabilitação da Licitante importa preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.7. A seu exclusivo juízo, a Comissão Licitante poderá suspender a Sessão para melhor examinar e avaliar os documentos e/ou propostas apresentadas, a fim de verificar suas conformidades com as exigências editalícias, sendo-lhe facultado designar nova data para divulgação do julgamento.

4.8. A designação da nova data deverá ser consignada em ATA, que deverá ser assinada por todos os presentes que desejarem assiná-la.

## 5 - PROPOSTA

A proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, devendo ser apresentada em envelope fechado e não-transparente, indicando em sua parte externa o nome da empresa licitante, bem como o número desta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, preenchendo os seguintes requisitos:

5.1. Estar datilografada/digitada em língua portuguesa, em papel timbrado ou impresso próprio, sem rasuras, emenda, entrelinhas ou ressalva, contendo o CNPJ, endereço e telefone/fax da licitante, devendo a última folha ser assinada e as demais, apenas rubricadas pelo representante legal da empresa.

5.2. Será considerada vencedora a empresa que cotar o menor preço ao objeto respectivo a este edital, preço esse que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão-de-obra necessária para sua execução, e que deverá ser expresso em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e nele deverão estar computadas todas as despesas de frete, seguro, embalagem, serviços, taxas, impostos e demais encargos incidentes. Bem como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto. Obrigatoriamente a empresa deverá citar na proposta qual o BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas) será praticado para a obra.

5.3. O valor total da proposta, deverá ser expresso em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso, tanto na folha de rosto da proposta como na planilha, se admitindo apenas duas casas após a vírgula.

5.4. Deverá apresentar planilha com o preço unitário e global, seguindo rigorosamente os itens relacionados da planilha orçamentária do projeto, anexo deste edital, identificando na proposta o valor separado de mão de obra e de materiais que compõe o valor total da proposta.

5.4.1. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

5.4.2. Os produtos cotados deverão ser identificados com a marca do fabricante.

5.5. O prazo de validade da proposta deverá ser, de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. Em caso de omissão, este prazo será considerado como se fosse proposto pela licitante.

5.6. Para esta Tomada de Preços, a obra deverá ser executada Conforme Cronograma, a contar da data da Ordem de Serviço. O prazo entre a data da Ordem de Serviço e o início da execução da obra, não deverá ser superior a 10 (dez) dias.

5.7. O(s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) fixo(s) e irrevogável(eis) para o pagamento, até o último dia fixado, conforme art. 28, parágrafo 1º da Lei 9.069/95.

5.8. A proposta deverá especificar prazo mínimo de garantia de cinco anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 56 da Lei 8.666/93.

5.9. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro, com fixação do prazo para execução do objeto, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA REFERIDA OBRA, contados da data da Ordem de Serviço, liberada pela Prefeitura de Lacerdópolis, o qual deverá fixar o valor para cada uma das etapas, observando-se que a última parcela não poderá ser inferior a 20% do valor total da obra.

5.10. Observar a ordem estabelecida no edital e seu(s) anexos.

5.11. Indicar o nome do banco, agência e o número da conta bancária OBRIGATORIAMENTE em nome da empresa licitante para que sejam efetuados os pagamentos.

## 06 - ENTREGA

A obra objeto desta Tomada de Preços deverá ser entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade e/ou utilização, conforme estabelecido neste edital e seu(s) anexos(s), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

## 07 – RECEBIMENTO

7.1. O objeto desta licitação será:

7.1.1. RECEBIDO provisoriamente, por responsável designado pelo Município de Lacerdópolis, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do edital através de “Termo de Recebimento Provisório” (que será fornecido em 03 dias úteis), e definitivamente através de “Termo de Recebimento Definitivo” após comprovação da qualidade, vistoria e consequentemente aceitação, se for o caso, impreterivelmente no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1.2. REJEITADO, quando for fornecido em desacordo com o estabelecido neste edital, proposta e Nota de Empenho.

7.2. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela solidez, qualidade e segurança do material fornecido.

## 08 - PAGAMENTO

8.1. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- 8.1.1. Certidão Federal;
- 8.1.2. Certidão Estadual;
- 8.1.3. Certidão Municipal;
- 8.1.4. Certificado de Regularidade do FGTS
- 8.1.5. Certidão Trabalhista
- 8.1.6. Laudo de Medição da Etapa;
- 8.1.7. ART de Fiscalização;
- 8.1.8. ART de Execução;
- 8.1.9. Guia quitada do INSS;
- 8.1.10. Guia quitada do FGTS;
- 8.1.11. Guia SEFIP;
- 8.1.12. CEI dos Funcionários;
- 8.1.13. Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- 8.1.14. Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- 8.1.15. Livro de registro “Diário de Obra”(cópia).

8.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.3. A contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

## 09 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes de aquisições por intermédio desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos do Orçamento Geral, existentes nas dotações dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

9.2. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária do ano 2018, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 03-SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Proj/At. 12.361.1007.1.018-CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL

Compl.Elem. 4.4.90.51.98.00.00.00 – Obras Contratadas

Recurso 0036-Salário Educação 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. As propostas serão julgadas e classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão de obra necessária para execução da obra considerando-se as demais especificações contidas no(s) ANEXO(s) da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, após parecer técnico da área requisitante.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme determina art. 45 § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. A presente licitação poderá ser revogada, na sua totalidade ou em parte, sem que caiba, aos seus participantes, indenização de qualquer natureza, nas situações que a lei determina, e, os quantitativos poderão ainda ser aumentados ou diminuídos, observando-se os limites previstos no Parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.4. As Propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos na computação ou em seu somatório, sendo que os erros serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total do item, prevalecerá o preço total do item;
- b) no caso de discrepância entre o valor da soma das parcelas constante na proposta e o valor da soma das mesmas parcelas, quando da verificação acima citada, prevalecerá este último valor;
- c) se existir discrepância entre o valor total global expresso na folha de rosto da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá este último; e
- d) verificado qualquer outro tipo de discrepância entre o valor total global constante em qualquer parte da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá o valor total global da planilha obtido através da verificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitação.

## 11 - CONTRATO

11.1. O contrato, ANEXO II, parte integrante deste edital independentemente de transcrição, especificará o prazo e as condições de execução dos serviços, bem como a forma de pagamento e de reajuste do preço pactuado, quando previsto, e na forma da lei.

11.2. O Município de Lacerdópolis convocará por escrito o adjudicatário para assinatura do contrato.

11.3. O contrato será assinado no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da convocação do adjudicatário para esse fim.

11.4. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, será imediatamente convocado na forma do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, o segundo classificado e sucessivamente os demais licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

11.5. O contrato, nos termos do art. 57, caput da Lei nº 8.666/93, terá sua vigência vinculada aos créditos orçamentários referidos neste edital.

## 12 - GARANTIAS

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

12.1. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

12.3. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

12.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

## 13 - PENALIDADES

13.1. A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou proceder de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeita à aplicação da MULTA, a saber:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5. (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### 14 - RECURSOS

14.1. Dos atos do Município de Lacerdópolis, decorrentes da aplicação deste edital, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser dirigida ao Setor de Licitações.

14.2. O prazo para o recurso previsto na letra "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do julgamento da habilitação.

#### 15 - DESCLASSIFICAÇÃO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme previsto no art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. As empresas deverão observar e cumprir as CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, se for o caso, constante(s) do(s) ANEXO(s) que faz(em) parte e integra(m) a presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem valor unitário e global superior ao valor máximo orçado nas planilhas para execução total da obra.

#### 16 - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados, devidamente acompanhado pela fiscalização designada.

16.3. As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, não podendo os valores das parcelas serem inferiores a 5% (cinco por cento) e a fatura final não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal do Município de Lacerdópolis de que os serviços foram executados.

16.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço para execução total da obra.

16.5. Os preços apresentados na proposta serão em reais, FIXOS e IRREAJUSTÁVEIS

16.6. As propostas deverão conter planilha com o preço de cada item em separado, e o preço global em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual se propõe a executar a obra.

16.7. Os quantitativos referidos são para efeito orçamentário e seleção da melhor proposta entendendo-se a execução dos serviços na sua integralidade.

16.8. Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo, por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

16.9. O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente, mediante necessidade e termo aditivo poderá alterar os projetos e/ou especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

16.9.1. Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

16.10. À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais



e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

16.11. A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU, entregando cópia da mesma ao Município de Lacerdópolis e mantendo outra cópia na obra.

16.12. Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da contratada que, como tal, tenham relação com a obra.

16.13. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

16.14. Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

16.15. A impontualidade injustificada na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

16.16. Por inexecução das obrigações estipuladas a contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

16.17. O termo inicial para a incidência da taxa de multa compensatória será a data correspondente ao adimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento da multa.

16.18. Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

16.19. A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra entre outros, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

16.20. A Contratada encaminhará ao Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

16.21. A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas neste edital.

16.22. A empresa deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro; essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, 02 (dois) anos, em obras de construção civil.

16.23. A critério do Município de Lacerdópolis, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

16.24. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.25. A participação nesta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" e na "MINUTA DO TERMO DE CONTRATO", que fazem parte integrante deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

16.26. A empresa contratada deverá manter no decorrer dos serviços, 01 (um) Engenheiro Civil, que atuará como responsável na gerência e execução do objeto; o Profissional em questão deverá ter vínculo empregatício com a empresa contratada de no mínimo 6 (seis) meses anterior a data da Licitação, por CTPS assinada ou por contrato particular de prestação de serviços.

16.27. A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

16.28. Maiores esclarecimentos sobre os projetos, poderão ser obtidos no setor de licitações.

16.29. Fica eleito o foro da Comarca de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

16.30. Qualquer cidadão, devidamente fundamentado, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Artigo 113 da Lei nº 8.666/1993.

16.31. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

16.32. Os pedidos de impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser apresentados no protocolo geral, na Prefeitura Municipal, situado na Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, no horário de funcionamento normal da repartição, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou e-mail.

16.33. Todas as atas e demais documentos emitidos e assinados pela comissão permanente de licitações, será enviado via e-mail para os participantes que não estiverem presentes na seção, mesmo assim estarão publicados no site do município ([www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br)).

16.34. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43 da Lei 8.666/93 § 3º).

16.35. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, art. 43 da Lei 8.666/93 § 5º.

16.36. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.37. Os casos omissos serão submetidos à Comissão Permanente de Licitação do Município de Lacerdópolis.

16.38. Integram o presente edital:

- Anexo I: Especificação sintética e característica do objeto desta licitação;
- Anexo II: Contrato;
- Anexo III: Declaração de Fatos Supervenientes;
- Anexo IV: Declaração art. 27 Lei 8.666/93;
- Anexo V: Termo de Recebimento Provisório;
- Anexo VI: Termo de Recebimento Definitivo;

Lacerdópolis, 15 de dezembro de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e construção, a serem feitos no Centro Integrado de Educação Infantil (CIEL) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

Valor: R\$ 89.426,94 (oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos).

Prazo de execução: 03 (três) meses após a Ordem de Serviço.

Prazo de vigência: 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Local de entrega dos serviços: conforme descrito no item 01.

Condições de pagamento: Mensal, conforme medição e cronograma.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

## ANEXO II

### (MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.



CONTRATADA: empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede à rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo seu \_\_\_\_\_, doravante simplesmente designada contratada.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e construção, a serem feitos no Centro Integrado de Educação Infantil (CIEL) do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada Secretaria Municipal de Educação ou a quem esta designar.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis - pagará à CONTRATADA a importância total de R\$. (...) Sendo R\$.... pela mão de obra e R\$.... pelo material.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1 - A contratada deverá apresentar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

7.2 - Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3 - A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4 - A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5 - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

#### CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS
- Certidão Trabalhista
- Laudo de Medição da Etapa;
- ART de Fiscalização;
- ART de Execução;
- Guia quitada do INSS;
- Guia quitada do FGTS;
- Guia SEFIP;
- CEI dos Funcionários;
- Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- Laudo de Conclusão Provisório (quando for à última medição); e,
- Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do Município de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES  
UNIDADE 03-SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Proj/At. 12.361.1007.1.018-CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL**

Compl.Elem. 4.4.90.51.98.00.00.00 – Obras Contratadas

Recurso 0036-Salário Educação CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O presente contrato terá prazo de execução de..., vigorando a partir da data de sua assinatura até o término do pagamento do valor contratado, estando vinculado aos valores a serem pagos à contratada decorrentes dos créditos orçamentários constantes no item 9.2 da tomada de preços. A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 10 (dez) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução do serviço conforme proposta.

9.2 - O presente Contrato terá vigência de \_\_\_\_ a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o disposto no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

9.3 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO**

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS**

11.1 - A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da Multa, conforme segue:

11.2 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.4 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.5 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.6 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.7 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

12.1 - Compete a Contratante:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;
- c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,
- d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como

anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis - para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 - A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 - A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 - A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 - A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exhibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de

todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita as penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;

b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);

c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);

e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;

f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;

g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e

h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e

b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

a) Número de funcionários na obra;

b) Número de acidentes pessoais e materiais;

c) Número de homens/horas trabalhadas;

d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;

e) Número de inspeções de segurança realizadas;

f) Número de cursos/treinamentos realizados; e

g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS



A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2017.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CONTRATADA
---	------------

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

#### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Empresa, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

.....  
nome completo do declarante

.....  
nº do R.G: do declarante

.....  
Assinatura do declarante

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE MENOR

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

.....  
nome  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO V

#### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito \_\_\_\_\_ (nome completo), declara receber em caráter provisório as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ conforme Nota de Empenho \_\_\_\_\_ contrato n.º \_\_\_\_\_ e seus anexos, que objetivou a empresa \_\_\_\_\_, vencedora do certame licitatório realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

"O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo "contrato". (Lei 8.666/93-Art 73-parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).


Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

Pela Prefeitura: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

#### ANEXO VI

#### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito \_\_\_\_\_ (nome completo), \_\_\_\_\_, declara receber em caráter definitivo as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ conforme Nota de Empenho \_\_\_\_\_ Contrato n.º \_\_\_\_\_ e demais especificações contidas no edital e seus anexos, que objetivou a empresa \_\_\_\_\_, vencedora do certame licitatório realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

"O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo "contrato". (Lei 8.666/93-Art 73-parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).


Lacerdópolis - SC, ....de ..... de .....

Pela Prefeitura: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: \_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura)



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO ARP 40-A/2017 - AGASERV - SMS

Publicação Nº 1458740

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40-A/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017  
PROCESSO Nº 89/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, Utensílios e Eletrodomésticos para uso nas Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 50/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais), sendo:

AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME – CNPJ nº 77.853.083/0001-96 – Rua Henrique Lage, nº 2211, bairro Santa Barbara, CEP 88801-010, Criciúma/SC.

Lages, 07 de dezembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 40-B/2017 - EKOMOB - SMS

Publicação Nº 1458741

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40-B/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017  
PROCESSO Nº 89/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, Utensílios e Eletrodomésticos para uso nas Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 50/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 20.122,00 (vinte mil cento e vinte e dois reais), sendo:

EKOMOB COMÉRCIO EIRELI – EPP – CNPJ nº 15.825.521/0001-55 – Rua Francisco João Tobias, nº 30, bairro Escalvados, CEP 88374-070, Navegantes/SC.

Lages, 07 de dezembro de 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 40-C/2017 - GILMAR - SMS**

Publicação Nº 1458743

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40-C/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017  
PROCESSO Nº 89/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, Utensílios e Eletrodomésticos para uso nas Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 50/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 33.292,08 (trinta e três mil duzentos e noventa e dois reais e oito centavos), sendo:

GILMAR SANI – ME – CNPJ nº 14.588.459/0001-62 – Rua Anitápolis, nº 135, bairro Centro, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 07 de dezembro de 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 40-D/2017 - JHONATAN - SMS**

Publicação Nº 1458745

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40-D/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017  
PROCESSO Nº 89/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, Utensílios e Eletrodomésticos para uso nas Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Do Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado Central da Secretaria, situado à Rua Cruz e Souza, 368, Bairro Brusque, Lages – SC, fone (49) 3251-7959;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 50/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 21.573,00 (vinte um mil e quinhentos e setenta e três reais), sendo:

JHONATAN BAGATOLI – ME – CNPJ nº 22.992.632/0001-11 – Avenida Juscelino K de Oliveira, nº 117, sala 02, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 07 de dezembro de 2017  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 77-A/2017 - BLUMEDICA - PML**

Publicação Nº 1459439

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77-A/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017  
PROCESSO Nº 274/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Atendimento Médico Hospitalar, Materiais de Limpeza e Equipamentos de Proteção Individual para uso do Corpo de Bombeiros na Cidade de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 48(horas) a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pelo 5º Batalhão de Bombeiros Militar, na Rua: Mato Grosso, 171, Bairro: São Cristovão, Lages/SC – Fone: (49) 3289-8334, no horário das 13:00hr as 18:00hr;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 98/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 6.073,72 (seis mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos), sendo:

BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA – EPP – CNPJ nº 01.470.743/0001-98 – Rua Colibri, nº 425, bloco 02, bairro Salto Weissbach, CEP 89032-235, Blumenau/SC.

Lages, 14 de dezembro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 77-B/2017 - CSE - PML**

Publicação Nº 1459443

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77-B/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017  
PROCESSO Nº 274/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Atendimento Médico Hospitalar, Materiais de Limpeza e Equipamentos de Proteção Individual para uso do Corpo de Bombeiros na Cidade de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 48(horas) a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pelo 5º Batalhão de Bombeiros Militar, na Rua: Mato Grosso, 171, Bairro: São Cristovão, Lages/SC – Fone: (49) 3289-8334, no horário das 13:00hr as 18:00hr;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 98/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.595,00 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais), sendo:

CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 02.994.122/00001-76 – Rua Frei Estanislau Schaette, nº 239, sala 01, bairro Água Verde, CEP 89037-001 – Blumenau/SC.

Lages, 14 de dezembro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 77-C/2017 - MF DE ALMEIDA - PML**

Publicação Nº 1459446

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 77-C/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017  
PROCESSO Nº 274/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Atendimento Médico Hospitalar, Materiais de Limpeza e Equipamentos de Proteção Individual para uso do Corpo de Bombeiros na Cidade de Lages.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 48(horas) a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pelo 5º Batalhão de Bombeiros Militar, na Rua: Mato Grosso, 171, Bairro: São Cristovão, Lages/SC – Fone: (49) 3289-8334, no horário das 13:00hr as 18:00hr;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 98/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 11.887,50 (onze mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – EPP – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 14 de dezembro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 42/2017 SMS**

Publicação Nº 1458844

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 42/2017 PML – DL 20/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 78.499.936/0001-4, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.

CONTRATADA: CLINICA REVIVER LTDA., inscrita no CNPJ n.º 01.728.890/0001-15, estabelecida à Rua Albino Alberto Benemann, S/Nº Ibicaré/SC CEP 89.640-000.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1413/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 20/2017, correlato ao processo administrativo nº 102/2017, datada de homologação 15/12/2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de clínica especializada para internação/acolhimento de paciente para tratamento de dependência química por determinação judicial.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1. Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2. Da Execução: 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.3. Do local de atendimento: Clinica Reviver Ltda.

2.4. Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017/2018. Sua vigência será de 90 (noventa) dias ou até cessar a situação emergencial e sem direito a qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, com seu termo antes do prazo contratual de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é no total de R\$ 13.470,00 (treze mil quatrocentos e setenta reais)

Lages, 18 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 43/2017 SMS**

Publicação Nº 1460110

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 43/2017 PML – DL 21/2017

CONTRATANTE/CONSORCIADO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO/CONSÓRCIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES, inscrita no CNPJ: 07.383.800/0001-88 com sede a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, bairro Centro, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1420/2017, decorrente do Processo Administrativo nº 103/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 21/2017, homologado em 18/12/2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36, do Contrato de Consórcio, nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, do Contrato de Consórcio Público e com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim a implantação e efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público firmado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á de 01/01/2018;

2.2 Da Execução: contar-se-á de 01/01/2018;

2.3 Do Contrato: contar-se-á de 01/01/2018 até 31/12/2018, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO RATEIO**

3.1 O valor total das despesas com atividades de manutenção do Consórcio será de R\$ 116.126,16 (cento e dezesseis mil cento e vinte reais e dezesseis centavos) sendo dissolvido em 12 parcelas de R\$ 9.667,18 (nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos)

Lages, 18 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 44/2017 SMS**

Publicação N° 1460161

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 44/2017 PML – DL 22/2017

CONTRATANTE/CONSORCIADO: MUNICÍPIO. DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO/CONSÓRCIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES, inscrita no CNPJ: 07.383.800/0001-88 com sede a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, bairro Centro, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 1420/2017, decorrente do Processo Administrativo nº 103/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 21/2017, homologado em 18/12/2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS/AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início: contar-se-á de 01/01/2018;

2.2 Da Execução: contar-se-á de 01/01/2018;

2.3 Do Contrato: contar-se-á de 01/01/2018 até 31/12/2018, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLAUSULA TERCEIRA – DO RATEIO**

3.1 O valor total das despesas com atividades de manutenção do Consórcio será de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais)

Lages, 18 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4.974/2017

Publicação Nº 1460508

DECRETO Nº 4.974/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das suas atribuições legais, com base no inciso I, do art. 6º, da Lei Municipal nº 1.895/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejada a importância de R\$ 75.690,00 (setenta e cinco mil e seiscentos e noventa reais), dentro da programação de gastos no Orçamento vigente do Poder Legislativo, para a seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

319013000000000100 – Obrigações Patronais R\$ 58.090,00

319094000000000100 – Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 15.600,00

339030000000000100 – Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atender o remanejamento de que trata o art. 1º deste Decreto, fica reduzida em igual valor as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

319011000000000100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 38.600,00

339014000000000100 – Diárias - Civil R\$ 5.800,00

339033000000000100 – Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 100,00

339036000000000100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 6.900,00

339039000000000100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 17.000,00

449052000000000100 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.290,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4.975/2017

Publicação Nº 1460516

DECRETO Nº 4.975/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 1.895/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejada a importância de R\$ 13.309,00 (treze mil e trezentos e nove reais), dentro da programação de gastos no Orçamento vigente do Poder Legislativo, para a seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

319011000000000100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 10.559,00

319013000000000100 – Obrigações Patronais R\$ 2.750,00

Art. 2º Para atender o remanejamento de que trata o art. 1º deste Decreto, fica reduzida em igual valor as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

339014000000000100 – Diárias - Civil R\$ 659,00

339030000000000100 – Material de Consumo R\$ 8.450,00

339039000000000100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 4.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº. 4.976/2017**

Publicação Nº 1460828

DECRETO Nº 4.976/2017, de 15 de dezembro de 2017.

REGULAMENTA A LEI Nº. 1.959/2017, QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e na Lei nº. 1.959/2017;

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 14 – Secretaria de Pesca e Agricultura

Atividade: 2.103 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

246 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 90.000,00

247 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 – Obrigações Patronais – R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 11 – Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação

Projeto/Atividade: 1.082 – Implantação do Parque Temático Pedra do Frade.

208 – 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 – Obras e Instalações – R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 4.977/2017**

Publicação Nº 1460829

DECRETO Nº 4.977/2017, de 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Meio Ambiente dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e no artigo 6º, inciso I da Lei nº. 1.895/2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 23 – Fundação Lagunense de Meio Ambiente

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 4.100 – Manter e preservar o Meio Ambiente

Elemento da Despesa:

10 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000.000000 – Equipamentos e material permanente – R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão: 23 – Fundação Lagunense de Meio Ambiente

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Meio Ambiente

Projeto/Atividade: 4.100 – Manter e preservar o Meio Ambiente

Elemento da Despesa:

1 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000.000000 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil – R\$ 50.000,00

3 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000.000000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas – R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11/2017**

Publicação Nº 1460283

Dispõe sobre a aprovação do Projeto PEDIASUIT- Terapia Intensiva na Reabilitação de Crianças e Adolescentes com Deficiência Intelectual e Múltipla da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laguna.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 23 de Outubro



de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 164, de 18 de Setembro de 2017 que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, e

CONSIDERANDO a Lei nº 8069/1990, Art. 88 que dispõe sobre a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO a Lei municipal nº164/2007, Art. 7º que dispõe sobre as competências do CMDCA e entre essas está a de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº03/2007 que dispõe sobre os critérios para a avaliação/aprovação de projetos a serem apresentados ao CMDCA Laguna;

CONSIDERANDO o Ofício nº164/2017 datado do dia 19 de outubro de 2017 em que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais encaminha o projeto PEDIASUIT para captação de recursos financeiros junto ao Programa Voluntário Banco do Brasil, para análise do CMDCA.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto PEDIASUIT- Terapia Intensiva na Reabilitação de Crianças e Adolescentes com Deficiência Intelectual e Múltipla no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para captação de recursos financeiros junto ao Programa Voluntário Banco do Brasil através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 23 de Outubro de 2017.

Gladys dos Santos Alcântara

Presidente do CMDCA

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 12/2017

Publicação Nº 1460288

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Execução Proerd Laguna 2017 da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Laguna.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 23 de Outubro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 164, de 18 de Setembro de 2017 que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, e

CONSIDERANDO a Lei nº 8069/1990, Art. 88 que dispõe sobre a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO a Lei municipal nº164/2007, Art. 7º que dispõe sobre as competências do CMDCA e entre essas está a de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº03/2007 que dispõe sobre os critérios para a avaliação/aprovação de projetos a serem apresentados ao CMDCA Laguna;

CONSIDERANDO o Ofício s/nº/APBML/2017 datada do dia 14 de setembro de 2017 em que a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses encaminha os projetos do Proerd para análise do CMDCA

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Execução Proerd Laguna 2017 no valor de R\$ 26.937,50 (vinte e seis mil novecentos e trinta e sete reais e oitenta e cinquenta centavos) da Associação de Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses.

I- O Fundo Municipal da Infância e Adolescência financiará 80% desse valor (R\$ 21.550,00 – vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais) para a aquisição de:

Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Data Show projetor	2.920,00	8.760,00
Notebook	2.500,00	7.500,00
Mesa escritório 150x60cm	200,00	600,00
Poltronas giratórias presidente	500,00	2.000,00
Logarina 3 lugares secretária sem braço	540,00	540,00
Gaveteiro 4 gavetas cor cinza	295,00	590,00
Armários 2 portas 160x90x42	450,00	1.350,00
Prateleiras 90cm	70,00	210,00
Sub total		R\$ 21.550,00

II- A Associação dos Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses financiará 20% (R\$ 5.387,50 – Cinco mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) do projeto como forma de contrapartida.

Descrição	Valor R\$	Total R\$
Policiais para as aulas Proerd, combustível para viatura Proerd e alimentação.	1.077,50	5.387,50
Sub total		R\$ 5.387,50

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 23 de Outubro de 2017.

Gladys dos Santos Alcântara

Presidente do CMDCA

## RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2017

Publicação Nº 1460294

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Formatura Proerd Laguna 2017 da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Laguna.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 23 de Outubro de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 164, de 18 de Setembro de 2017 que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, e

CONSIDERANDO a Lei nº 8069/1990, Art. 88 que dispõe sobre a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO a Lei municipal nº164/2007, Art. 7º que dispõe sobre as competências do CMDCA e entre essas está a de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº03/2007 que dispõe sobre os critérios para a avaliação/aprovação de projetos a serem apresentados ao CMDCA Laguna;

CONSIDERANDO o Ofício s/nº/APBML/2017 datada do dia 14 de setembro de 2017 em que a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses encaminha os projetos do Proerd para análise do CMDCA

### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Formatura Proerd Laguna 2017 no valor de R\$ 15.451,83 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos) da Associação de Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses.

I- O Fundo Municipal da Infância e Adolescência financiará 80% desse valor (R\$ 12.361,50 – doze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) para a aquisição de:

Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Leões mascote Proerd 44 cm altura	26,00	1.300,00
Camisas modelo Proerd	11,95	7.767,50
Decoração formatura Proerd	900,00	900,00
Bicicleta	399,00	2.394,00
Sub total		R\$ 12.361,50

II- A Associação dos Policiais e Bombeiros Militares Lagunenses financiará 20% (R\$ 3.090,33 – Três mil e noventa reais e trinta e três centavos) do projeto como forma de contrapartida.

Descrição	Valor R\$	Total R\$
Disponibilização Sargento Maxsuel (Tubarão) para conduzir a formatura; alimentação, combustível de viaturas, 2 policiais de outras cidades e 6 policiais de Laguna para organização de toda estrutura.	343,37	3.090,33
Sub total		R\$ 3.090,33

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 23 de Outubro de 2017.

Gladys dos Santos Alcântara

Presidente do CMDCA

**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 190/2017**

Publicação Nº 1460535

DECRETO Nº 190/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.875,06 (cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e seis centavos), para reforço do seguinte item Orçamentário:

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.012 - Manutenção da Atenção Especial – Serviços de Média Complexidade

3.3.50.00.00.00.1151 – Transf. Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 5.875,06

TOTAL ..... R\$ 5.875,06

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.012 - Manutenção da Atenção Especial – Serviços de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.1151 – Aplicação Direta ..... R\$ 5.875,06

TOTAL ..... R\$ 5.875,06

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 191/2017**

Publicação Nº 1460540

DECRETO Nº 191/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 317.000,00 (Trezentos e dezessete mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACS e PSF

3.1.90.00.00.00.1161...Aplicação Direta ..... R\$ 317.000,00

TOTAL ..... R\$ 317.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 1161 Atenção Básica – PAB Fixo

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 192/2017

Publicação Nº 1460542

DECRETO Nº 192/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02 - Departamento da Cultura

2.026 - Manutenção de Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.0116...Aplicação Direta ..... R\$ 10.000,00

TOTAL .....R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0003 – Recursos de Impostos 15%

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

## RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMLM/2017 - 062/FMS/2017 - 035/HMHL/2017

Publicação Nº 1459205

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMLM/2017 - 062/FMS/2017 - 035/HMHL/2017

Data e horário da sessão de abertura: Ficam mantidos para 12/01/2018 às 09h00min.

Alteração: Fica alterado a numeração do Pregão Presencial.

Onde se lê – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/PMLM/2017

Leia-se – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 172/PMLM/2017

Lauro Muller, 15 de dezembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 52/2014. LICITAÇÃO: PR9/2014.**

Publicação Nº 1459834

**6º TERMO ADITIVO**

Contrato Nº: 52/2014. Licitação: PR9/2014.

Objeto: Fica alterada a cláusula SEXTA do Contrato n. 52/2014 para modificar o prazo de vigência para até 29/05/2018, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME - 11.258.607/0001-92.

Vigência: 14/12/2017. Término: 29/05/2018.

Lebon Régis, 15/12/2017.

DOUGLAS F DE MELLO - Prefeito Municipal

**7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 30/2013. LICITAÇÃO: TP02/2013.**

Publicação Nº 1459830

**7º TERMO ADITIVO**

Contrato Nº: 30/2013. Licitação: TP02/2013.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda, do Contrato n. 30/2013, para aditar o valor contratual em 25%, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, por haver interesse das partes e pela necessidade de manutenção dos serviços até o fim de vigência contratual. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - 01.942.016/0001-86.

Valor: R\$ 55.726,82 (cinquenta e cinco mil setecentos e vinte e seis reais com oitenta e dois centavos). Vigência: 05/12/2017. Término: 28/02/2018. Lebon Régis, 15/12/2017.

DOUGLAS F DE MELLO - Prefeito Municipal

**9º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 04/2013. LICITAÇÃO: TP 04/2013**

Publicação Nº 1459839

**9º TERMO ADITIVO**

Contrato Nº: 04/2013. Licitação: TP 04/2013.

Objeto: Fica alterada a cláusula TERCEIRA do Contrato n. 04/2013 para modificar o prazo de vigência para até 24/02/2018, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: T O S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - 72.332.778/0001-09.

Vigência: 01/01/2018. Término: 24/02/2018.

Lebon Régis, 15/12/2017.

DOUGLAS F DE MELLO - Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 67/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 11/2017.**

Publicação Nº 1460312

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 67/2017 – Processo licitatório nº 77/2017 – Inexigibilidade nº 11/2017..

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de um show artístico musical, a ser realizado no dia 18/12/2017 a partir das 22 horas, em comemoração aos 59 anos de emancipação político administrativo do Município de Lebon Régis..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratado: PRODUSHOW PROPAGANDA PUBLICIDADE E EVENTOS - 03.101.770/0001-19.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Vigência: 13/12/2017. Término: 31/12/2017

Lebon Régis, 13/12/2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### LEI N.º 1.346/2017

Publicação Nº 1460784

LEI N.º 1.346, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Leoberto Leal, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – As metas fiscais;
- II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – A estrutura dos orçamentos;
- IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – As disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – As disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que conterà ainda:

- I - Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2016;
- II - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;
- III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;
- V - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;
- VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- X - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- XI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XIII - Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;
- XIV - Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;
- XV - Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

#### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das



quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)



Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,03% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPRELL será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal da Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,03% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor,

conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 A Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade

Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF) Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras.
- III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Leoberto Leal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da

Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

## VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato da Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais..

Art. 48 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## LEI N.º 1.347/2017

Publicação N° 1460785

LEI N.º 1.347, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

### “ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social no valor de até R\$ 99.500,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	99.500,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	99.500,00
Função	10	Saúde	99.500,00
Sub-função	301	Atenção Básica	99.500,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	99.500,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	38.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.3.0002.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	22.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	16.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.500,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	16.500,00
Projeto/ Atividade	2.057	Funcionamento e Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	20.000,00

Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	3.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			99.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	26.700,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	17.700,00
Função	04	Administração	17.700,00
Sub-Função	122	Administração Geral	17.700,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	17.700,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	17.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.700,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	17.700,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	17.700,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	17.700,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	9.000,00
Função	06	Segurança Pública	9.000,00
Sub-Função	182	Defesa Civil	9.000,00
Programa	0055	Funcionamento e Manutenção do FMPDC	9.000,00
Projeto/ Atividade	2.055	Funcionamento e Manutenção do FMPDC	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	13	Cultura	18.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	18.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	18.000,00
Projeto/Atividade	2.041	Promoções e Eventos	18.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	18.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	18.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	22.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	22.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	22.000,00
Projeto/ Atividade	1.011	Construção de um Ginásio Municipal de Esportes - Esporte	22.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	22.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	22.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	22.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superávit	22.000,00
Órgão	05	SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.800,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.800,00
Função	08	Assistência Social	17.800,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	17.800,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	17.800,00
Atividade	2.021	Funcionamento de Manutenção do FMAS	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.800,00
Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00



Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Função	15	Urbanismo	9.000,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	9.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	9.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	9.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	9.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.000,00
Função	26	Transporte	6.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	6.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	6.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			99.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

## LEI N.º 1.348/2017

Publicação Nº 1460786

LEI N.º 1.348, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de até R\$ 70.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	17.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	17.000,00
Função	04	Administração	15.400,00
Sub-função	122	Administração Geral	15.400,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	15.400,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	15.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	15.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.400,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.400,00
Função	08	Assistência Social	1.600,00
Sub-função	243	Assistência a Criança e Adolescente	1.600,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	1.600,00
Atividade	2.050	Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar	1.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.600,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	53.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	53.000,00
Função	12	Educação	53.000,00

Sub-Função	361	Ensino Fundamental	53.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	53.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	46.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	46.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	46.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	46.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	32.485,70
Fonte de Recursos	0.3.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação - SUPERÁVIT	13.514,30
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			70.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	18.182,40
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	18.182,40
Função	04	Administração	18.182,40
Sub-função	122	Administração Geral	18.182,40
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	12.582,40
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	12.582,40
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	12.582,40
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	12.582,40
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.582,40
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	12.582,40
Programa	0012	Fortalecimento do Municipalismo	5.600,00
Projeto/Atividade	2.032	Contribuição a Entidades Municipalistas	5.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.600,00
Modalidade Aplicação	50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.600,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	13.212,22
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	13.212,22
Função	12	Educação	13.212,22
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	13.212,22
Programa	0004	Educação é Tudo	13.212,22
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	2.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	2.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de quadra Esportiva Escolar Coberta – V. dos Bugres	4.802,36
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.802,36
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.802,36
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.802,36
Fonte de Recursos	0.3.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação - SUPERÁVIT	4.802,36
Projeto/ Atividade	1.018	Construção de quadra Esportiva Escolar Coberta – A. Vargedo	4.809,86
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.809,86
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.809,86
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.809,86
Fonte de Recursos	0.3.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação - SUPERÁVIT	4.809,86
Função	27	Desporto e Lazer	1.600,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	1.600,00



Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	1.600,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	1.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.600,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.600,00
Órgão	05	SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.305,38
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.305,38
Função	08	Assistência Social	9.305,38
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.305,38
Programa	0007	Vivendo com Amor	9.305,38
Atividade	1.058	Construção do Centro de Referência da Assistência Social	5.402,08
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.402,08
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.402,08
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.402,08
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.500,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - SUPERÁVIT	3.902,08
Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	3.903,30
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesa Corrente	3.903,30
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.903,30
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.903,30
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.903,30
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	19.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	19.500,00
Função	26	Transporte	19.500,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	19.500,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	19.500,00
Atividade	1.049	Construção de Ponte de Concreto - Rib. dos Ovos	1.100,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	1.100,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	1.100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.100,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.100,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	18.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	18.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	18.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	18.400,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	9.800,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	9.800,00
Função	20	Agricultura	9.800,00
Sub-função	606	Extensão Rural	9.800,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	9.800,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	1.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.800,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			70.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**LEI N.º 1.349/2017**

Publicação Nº 1460787

LEI N.º 1.349, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

**“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE - FUNDEB.”**

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de até R\$ 29.929,78 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	29.929,78
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	29.929,78
Função	12	Educação	29.929,78
Sub-Função	365	Ensino Infantil	4.100,00
Programa	0004	Educação é Tudo	4.100,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil - 60%	4.100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	100,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).	4.100,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.829,78
Programa	0004	Educação é Tudo	25.829,78
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	25.829,78
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.829,78
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	25.829,78
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.829,78
Fonte de Recurso	0.1.0019.0	Transferências do FUNDEB	25.829,78
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			29.929,78

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	29.929,78
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	29.929,78
Função	12	Educação	29.929,78
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	29.929,78
Programa	0004	Educação é Tudo	29.929,78
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Fundamental	19.929,78
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	19.929,78
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.929,78
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	19.929,78
Fonte de Recurso	0.1.0019.0	Transferências do FUNDEB	19.929,78
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental - 60%	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			29.929,78

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**LEI N.º 1.350/2017**

Publicação Nº 1460788

LEI N.º 1.350, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social, no valor de até R\$ 41.600,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	41.600,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	41.600,00
Função	10	Saúde	41.600,00
Sub-função	301	Atenção Básica	41.600,00
Projeto/ Atividade	2.047	Comp.Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	41.600,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	41.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	41.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	37.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.600,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	01.0064.08	Atenção Básica/Comp.Piso de Aten.Bás.Fixo - PAB Fixo	41.600,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL .....			41.600,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte/ Detalhamento	Código Fonte/ Detalhamento	Valor
Atenção Básica/Comp.Piso de Aten.Bás.Fixo - PAB Fixo	01.0064.08	41.600,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO .....		41.600,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**LEI N.º 1.351/2017**

Publicação Nº 1460789

LEI N.º 1.351, 18 DE DEZEMBRO DE 2017

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

OPREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1o. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPRELL	6.300,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPRELL	6.300,00
Função	9	Previdência Social	6.300,00
Sub-função	122	Administração Geral	6.300,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência Social	6.300,00
Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Administração	6.300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.300,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			6.300,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial de dotação com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPRELL	6.300,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IPRELL	6.300,00
Função	9	Previdência Social	6.300,00
Sub-função	122	Administração Geral	6.300,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência Social	6.300,00
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	6.300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.300,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			6.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### LEI N.º 1.352/2017

Publicação Nº 1460790

LEI N.º 1.352 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o direito à indenização a MÔNIA CIPRIANI, CPF: 013.762.480-85, na forma do Protocolo/Interno 012/2017, anexo e inseparável da presente Lei, bem como autorizado o seu pagamento, através de Instrumento de Transação e Acordo Extrajudicial celebrado entre ambas as partes.

Art. 2º Fica autorizado o Município realizar o pagamento de indenização por acidente de trânsito ao proprietário do veículo ou seu procurador, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente aos danos materiais ocorridos no veículo RENAULT DUSTER, placa IVM-9385, conforme apresentado no mencionado Processo Administrativo.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### LEI N.º 1.353/2017

Publicação Nº 1460791

LEI N.º 1.353 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"REAJUSTA O VALOR DAS PENSÕES MENSIS DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E AJUDA FINANCEIRA."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustado o valor da pensão municipal dos portadores de necessidades especiais e a ajuda financeira da Lei nº 555, de 28 de junho de 2007 da seguinte forma:

I – Em 2018, a partir da vigência desta Lei, para R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

II – Em janeiro de 2019, para R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais);

III – Em janeiro de 2020, para R\$ 800,00 (oitocentos reais);

IV – Em janeiro de 2021, para um salário mínimo vigente.

§ 1º Depois de 2021, os valores dos incisos I,II,III E IV, deste artigo serão reajustados na mesma data e percentual do reajuste concedido aos servidores públicos municipais.

§ 2º A partir de 2019 desta Lei, os valores do caput deste artigo, serão reajustados na forma do § 1º deste artigo.

Art. 2º A despesa desta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**LEI N.º 1.354/2017**

Publicação Nº 1460792

LEI N.º 1.354, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O orçamento geral do Município de Leoberto Leal para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 19.597.000,00 (dezenove milhões quinhentos e noventa e sete reais), sendo R\$ 11.814.400,00 (onze milhões oitocentos e quatorze e quatrocentos reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 7.782.600,00 (sete milhões setecentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

**DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO****DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO****PREFEITURA MUNICIPAL**

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 15.137.100,00 (quinze milhões cento e trinta e sete mil e cem reais) e fixa as Despesas em R\$ 11.556.900,00 (onze milhões quinhentos e cinquenta e seis mil e novecentos reais)

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora, Prefeitura, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.134.700,00
1.1 Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	612.000,00
1.2 Receita de Contribuições	80.000,00
1.3 Receita Patrimonial	62.700,00
1.4 Receita Agropecuária	0,00
1.5 Receita de Serviços	8.000,00
1.6 Transferências Correntes	14.372.000,00
1.7 Outras Receitas Correntes	00,0
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.290.000,00
2.1 Transferências de Capital	2.290.000,00
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	2.269.600,00
(-) Dedução do FUNDEB para pagamento em cota única	18.000,00
TOTAL	15.137.100,00

§ 2º. As Despesas da Unidade Gestora, Prefeitura, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Gabinete do Prefeito	622.000,00
02. Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças	1.411.420,00
03. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	4.882.700,00
04. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	638.500,00
05. Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos	2.608.280,00
06. Secretaria Municipal Agropecuária e Meio Ambiente	1.394.000,00
07. Secretaria da Juventude e Esportes	180.000,00
99. Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	11.746.900,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------



04. ADMINISTRAÇÃO	1.735.500,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	23.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	722.500,00
12. EDUCAÇÃO	4.652.700,00
13. CULTURA	50.000,00
15. URBANISMO	240.700,00
17. SANEAMENTO	10.000,00
20. AGRICULTURA	1.394.000,00
26. TRANSPORTE	2.367.580,00
27. DESPORTO E LAZER	360.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	180.920,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	11.746.900,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	180.920,00
0002. GESTÃO SUPERIOR	599.000,00
0003. PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	23.000,00
0004. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	140.000,00
0005. GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.090.500,00
0006. EDUCAÇÃO	4.882.700,00
0008. ASSISTÊNCIA AO MENOR	15.000,00
0009. ASSISTÊNCIA SOCIAL	613.500,00
0010. SANEAMENTO BÁSICO	10.000,00
0011. URBANIZAÇÃO	240.700,00
0012. TRANSPORTES E OBRAS	2.367.580,00
0013. AGRICULTURA	1.394.000,00
0014. ATENÇÃO À JUVENTUDE	180.000,00
0999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	11.746.900,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	9.302.600,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.154.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.148.600,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.434.300,00
4.4.00.00 – Investimentos	2.434.300,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	0,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	11.746.900,00

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - IPRELL

Art. 3º. O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 3.632.000,00 (três milhões seiscentos e trinta e dois mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) apresentando superávit de R\$ 2.632.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e dois mil reais) alocados a título de Reserva de Contingência.

§ 1º. A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições recebidas, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º. Da receita estimada, R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) correspondem à transferências financeiras do tesouro municipal, para pagamento dos inativos, aposentados antes da instituição do RPPS.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.422.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	494.000,00
1.2. Receita Patrimonial	1.910.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	18.000,00
2. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES	980.000,00



2.1. Receita de Contribuições	980.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	230.000,00
3.1. Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	230.000,00
TOTAL	3.632.000,00

§ 3º. A Despesa do Instituto de Previdência – IPRELL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Instituto de Previdência – IPRELL	1.000.000,00
99. Reserva de Contingência	2.632.000,00
TOTAL	3.632.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.632.000,00
TOTAL	3.632.000,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0016. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.632.000,00
TOTAL	3.632.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	990.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	889.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	101.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	10.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.632.000,00
TOTAL	3.632.000,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.057.900,00 (um milhão cinquenta e sete mil e novecentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.428.100,00 (três milhões quatrocentos e vinte e oito mil e cem reais)

Parágrafo Único – Para suportar o orçamento da despesa a Prefeitura aportará a título de transferências financeiras, o valor de R\$ 2.370.200,00 (dois milhões trezentos e setenta mil e duzentos reais)

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação conforme, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	847.900,00
1.1. Receita Patrimonial	4.900,00
1.2. Transferências Correntes	843.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	210.000,00
2.1. Alienação de Bens	20.000,00
2.1. Transferências de Capital	190.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.370.200,00
3.1. Transferências Financeiras	2.370.200,00
TOTAL	3.428.100,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL



ESPECIFICAÇÃO	VALOR
05.01. Fundo Municipal de Saúde	3.425.100,00
99. Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	3.428.100,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	3.425.100,00
99 – Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	3.428.100,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0015. SAÚDE COM EXCELÊNCIA	3.425.100,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00
TOTAL	3.428.100,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	3.155.100,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.149.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.006.100,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	270.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	270.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00
TOTAL	3.428.100,00

## DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. A Câmara Municipal de Vereadores têm sua despesa fixada para 2018 em R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais)

§ 1º. A despesa de que trata o caput será suportada pela transferência financeira mensal de 1/12 do valor, a ser realizada até o dia 20 de cada mês, pelo Poder Executivo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	790.000,00
1.1. Transferências Financeiras	790.000,00
TOTAL	790.000,00

§ 2º. A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal de Vereadores	790.000,00
TOTAL	790.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	790.000,00
TOTAL	790.000,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	790.000,00
TOTAL	790.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	764.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	640.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	124.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	26.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	26.000,00
TOTAL	790.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais previstos no anexo de Riscos Fiscais previstos na Lei Diretrizes Orçamentárias, conforme discriminado abaixo:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Riscos Fiscais	10.000,00
1.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	10.000,00
TOTAL	10.000,00

## UNIDADE GESTORA: IPRELL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2. Riscos Fiscais	2.632.000,00
2.1 Reserva financeira do Instituto de Previdência para cobertura e pagamento de benefícios futuros.	2.632.000,00
TOTAL	2.632.000,00

## UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3. Riscos Fiscais	3.000,00
3.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	3.000,00
TOTAL	3.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência ocorrerá por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: intempéries climáticas; despesas não orçadas ou orçadas a menor; fatos não previstos em execução de obras; campanha emergencial de saúde e serviços e aposentadorias e pensões precoces, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo fica autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Fica excluído desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10º. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º. A presente lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 004/2017**

Publicação Nº 1460075

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

NOMEIA A GALERIA "VEREADOR ARY HILÁRIO GUCHERT" NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL após regular tramitação, discutiu, aprovou e promulgou a seguinte Resolução:  
Art. 1º Fica nomeada, na Câmara Municipal de Leoberto Leal, a Galeria VEREADOR ARY HILÁRIO GUCHERT, cujo espaço é reservado aos(as) vereadores(as) que compõem e compuseram o parlamento municipal, homenageando assim, a família em memória do Ex Vereador, nestes 100 anos de colonização, via Alto Vargedo, que fez parte da história política da Câmara.

Parágrafo Primeiro. A Galeria Vereador Ary Hilário Guchert é composta de um quadro com a foto de cada Vereador(a) eleito(a), acrescida de uma moldura branca, com as seguintes informações:

I – o nome completo;

II – a Legislatura;

Parágrafo Segundo. Caso um Vereador(a) eleito(a) durante o exercício da função Legislativa, vier a falecer, será acrescentada à Galeria, a foto do(a) suplente de Vereador(a) que assumir a respectiva vaga.

Art. 2º As fotos que compõem e compoem a Galeria Vereador Ary Hilário Guchert não poderão ser retiradas do local a elas destinadas e serão conservadas às expensas do Poder Legislativo.

Art. 3º A Galeria Vereador Ary Hilário Guchert se localizará na parede central do hall de entrada da Câmara Municipal de Leoberto Leal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Tito Truppel Scheidt, 14 de dezembro de 2017.

FABRÍCIA CRISTIANE GUCKERT  
PRESIDENTE DA CÂMARA

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 347/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460472

PORTARIA Nº 347/2017, de 14 de Dezembro de 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Dezembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Igor Frare Grandi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito e Vice, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 12, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 348/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460476

PORTARIA Nº 348/2017, de 14 de Dezembro de 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Gabriela Fernanda Grisa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transportes – Diretoria de Urbanismo, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 12, A, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 349/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460480

PORTARIA Nº 349/2017, de 14 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Edem Luiz Tumelero, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Interno, lotado no Gabinete do prefeito e Vice, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 11 B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 350/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460487

PORTARIA Nº 350/2017, de 14 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Onório Pereira Chaves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 2, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 351/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460492

PORTARIA Nº 351/2017, de 14 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Charles Mateus Kel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento,

do Anexo IV, nível 3, A, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 352/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460498

PORTARIA Nº 352/2017, de 14 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Revelino Damin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 4, G, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 353/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460503

PORTARIA Nº 353/2017, de 14 de Dezembro de 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Gilmar Antonio Milan, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 5, G, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 354/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460509

PORTARIA Nº 354/2017, de 14 de Dezembro de 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Jarbas Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas II, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 4, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 355/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460512

PORTARIA Nº 355/2017, de 14 de Dezembro de 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Alexandre Cavalier, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, A, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 356/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460519

PORTARIA Nº 356/2017, de 14 de Dezembro de 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições dos artigos 41 a 43 e 96, da Lei Complementar nº 50/2003, e artigos 19 a 28, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011 e conclusão da Comissão nomeada pelo Decreto nº 2.982 de 06 de Novembro de 2.017.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Claudiomiro de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria

Municipal de Infra Estrutura e Transportes, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento), sobre o respectivo vencimento, do Anexo IV, nível 3, B, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de Outubro de 2.011, alterada pela Lei Complementar nº 229/2014, de 19 de março de 2.014, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 14 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 184/2017

Publicação Nº 1458763

DECRETO Nº 184/2017

INSTITUI HORÁRIO ÚNICO DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso I, letra "m" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, que o horário de verão adotado pelo Governo Federal implica em mudança dos hábitos e trabalhos, principalmente no que diz respeito a excessiva exposição ao sol;

Considerando a necessidade do equilíbrio e equidade dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura no sentido de evitar ao máximo a exposição excessiva aos raios solares;

Considerando que a maior parte dos servidores que exercem suas atividades junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura exercem suas atividades de forma externa e com exposição aos raios solares;

Considerando que a Administração Municipal deve adotar medidas para conter a exposição solar acima citada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Instituído Horário Único de Expediente para a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, assim definido das 07hs00min às 13hs30min de segundas a sextas-feiras.

Parágrafo 1º – Poderão ser adotados horários diferenciados para setores da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, dentre os quais a Coleta de lixo, no sentido do pleno atendimento a demanda.

Parágrafo 2º - A adoção de serviços e horários diferenciados mencionados no parágrafo anterior serão realizados por meio de instruções normativas internas expedidas pelo Secretario Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito à partir de 01 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 30 de novembro de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 193/2017

Publicação Nº 1458731

DECRETO Nº 193/2017

Dispõe sobre o recesso administrativo no período de 26 a 29 de dezembro de 2017 e da outras providências

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso I, letra "m" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando as tradicionais festividades de final de ano e a necessidade de paralisação dos serviços não essenciais nesses dias comemorativos;

Considerando, ainda, a necessidade da redução do custeio da Administração Pública Municipal

;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido recesso nas Repartições Públicas Municipais no período de 26 a 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Afim de atender serviços de natureza essencial a atividade administrativa os seguintes serviços poderão funcionar sob a forma de plantão:

I – Coleta de lixo;

II – Irrigação de vias públicas

III – Fiscalização;

IV – Contabilidade e Tesouraria;

V – Assistência Social;

VI – Obras e Infraestrutura;

VII – Saúde (atendimento urgência e emergência);

VIII – Departamento Veterinário;

Parágrafo único – As respectivas secretarias municipais dos quais os serviços de natureza essenciais listados no caput deste artigo baixarão instruções normativas fixando o regramento do funcionamento em relação a datas e horários.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 14 de dezembro de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

## LEI Nº 2328/2017

Publicação Nº 1458724

LEI Nº 2328 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM E SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM BEBIDAS E ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL PARA COMERCIALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei fixa normas de inspeção sanitária no Município de Lontras, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e dá outras providências.

Art. 2º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM será prestado de acordo com esta Lei e com os princípios e regras da sanidade agropecuária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei Federal nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, Lei nº 8.078/1990 e outras normas e regulamentos provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

Art. 3º A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final.

Art. 4º A responsabilidade pelas atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, no âmbito de sua jurisdição, caberá a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

§ 1º Para facilitar o desenvolvimento das atividades em consonância com o SUASA, o Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros Municípios através do CIM-AMAVI, com o Estado de Santa Catarina e com a União.

§ 2º O Município e os estabelecimentos interessados deverão promover adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI individualmente, por meios próprios, ou através do CIM-AMAVI, quando então os procedimentos adotados no âmbito local deverão estar em consonância com as deliberações tomadas no âmbito do CIM-AMAVI.

§ 3º Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º São princípios a serem observados nos serviços de inspeção sanitária:

I - promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural familiar de pequeno porte;

II - ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço.

Art. 6º Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

I - carnes e derivados;

II - leite e derivados;

III - produtos de abelhas e derivados;

IV - ovos e derivados;

V - pescado e derivados;

VI - frutas, hortaliças e seus subprodutos;

VII - cereais e seus subprodutos;

VIII - bebidas;

IX - outros produtos de origem animal e vegetal.

Art. 7º A inspeção sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;

II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da

defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

Art. 8º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM poderá ser executado de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

§ 2º Entende-se por espécies de animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiro ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º Nos demais estabelecimentos previstos nesta lei a inspeção será executada de forma periódica.

§ 4º Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por servidor público concursado e devidamente habilitado do quadro da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

§ 1º Os servidores públicos designados para integrar a equipe responsável pela inspeção terão suas funções estabelecidas na forma desta lei, de seu regulamento, de normativas do CIM-AMAVI e da Legislação Federal e Estadual vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas em lei.

§ 2º Nos casos de vacância do cargo efetivo de médico veterinário, em caráter de emergência pelo risco à saúde pública pela falta de responsável pelo serviço de inspeção, poderá ser contratado profissional em caráter temporário para atender o serviço de inspeção, por tempo não superior a 12 (doze) meses, na forma da lei.

Art. 10. Para acesso ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM o estabelecimento interessado deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, solicitando a inspeção e apresentando toda documentação exigida pelo processo de registro, definido em decreto regulamentar.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definidos em decreto regulamentar.

§ 2º Deverá ser submetido à aprovação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

Art. 11. As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

Art. 12. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamentos técnicos de identidade e qualidade, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais especificadas em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

Art. 13. Todas as ações da inspeção e da vigilância sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos, para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM e o trabalho da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

Art. 14. As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, juntamente as sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 15. Serão considerados responsáveis por infrações as pessoas físicas ou jurídicas fornecedores de matérias-primas ou de produtos de origem animal, proprietários/locatários ou arrendatários de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM ou que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.

Parágrafo único. A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias primas.

Art. 16. Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverá adotar isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

I - apreensão do produto;

II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas; e

III coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.

§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

§ 2º A retomada do processo de fabricação ou a liberação do produto sob suspeita será autorizada caso o Serviço de Inspeção Municipal - SIM constata a inexistência ou a cessação da causa que motivou a adoção da medida cautelar.

§ 3º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

Art. 17. Sem prejuízo da responsabilidade cível e penal, a infração à legislação referente ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência escrita, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, nos casos não compreendidos no inciso anterior;

III - apreensão e perda das matérias-primas ou dos produtos de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterado;

IV - suspensão das atividades, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitárias ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento.

§ 1º O valor da multa referida no inciso II do caput será fixado pela autoridade competente para inspecionar e fiscalizar, não podendo ser inferior a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário, sendo que:

I - na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante ardil, simulação, desacato e embaraço à ação fiscal;

II - a multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo;

III - o valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal.

§ 2º As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 3º A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 4º Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

I - 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;

II - 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênico-sanitárias exigidas.

§ 5º As multas não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro do estabelecimento ou da ação cível ou criminal, quando tais medidas couberem.

Art. 18. Caracterizam embaraço à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões desta lei, quando o infrator:

I - embaraçar a ação de servidor no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;

VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações; ou

XII - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 19. Ficam instituídas as taxas de inspeção e fiscalização e de serviços públicos constantes do Anexo Único desta Lei, decorrentes da atuação institucional do Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Parágrafo único. O valor das taxas será reajustado, anual e automaticamente, na primeira quinzena do mês de dezembro, pela variação acumulada do período de 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou na falta deste, por outro índice que o substitua.

Art. 20. As taxas instituídas têm como fato gerador:

I - a prática de atos em razão do exercício do poder de polícia;

II - a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos que compõem o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Art. 21. O valor da taxa deverá ser pago em postos bancários, devidamente autorizados a receber os valores dos tributos e multas pelo órgão ou entidade competente pela inspeção e fiscalização sanitária.

Parágrafo único. A autoridade competente pode, em casos ou situações excepcionais, autorizar o recebimento do valor da taxa em locais ou por estabelecimentos ou pessoas diversas daqueles compreendidos nas disposições do caput.

Art. 22. O contribuinte da obrigação tributária é a pessoa jurídica ou física beneficiária do serviço prestado, e o responsável tributário pelo pagamento a pessoa que o solicitou.

Art. 23. Competem aos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM os atos típicos de lançamento, arrecadação, controle e fiscalização das taxas, sem prejuízo do exercício da competência originária dos fiscais da Tributação Municipal para a prática dos atos de lançamento e fiscalização dos demais tributos de competência do Município.

Parágrafo único. A competência dos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM compreende, inclusive, a aplicação de penalidades pelo inadimplemento da obrigação tributária ou pelo descumprimento desta Lei.

Art. 24. Os recursos financeiros arrecadados em decorrência da cobrança de taxas, preços públicos e multas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM:



I - devem ser aplicados exclusivamente na melhoria, modernização, expansão, realização dos serviços de inspeção e fiscalização e de outras atividades do SIM;

II - podem ser destinados a fundos ou reservas financeiras para a aquisição de infraestrutura para o serviço.

Art. 25. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será a instância local de discussão, sugestão e definição de assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Parágrafo único. No âmbito do CIM-AMAVI será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a participação de representantes das Secretarias de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, da Saúde ou equivalentes, para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 26. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei e do Serviço de Inspeção Municipal - SIM serão fornecidos pelas verbas alocadas Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, constantes no orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CIM-AMAVI, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

Art. 27. Fica autorizado o Município a firmar contrato de programa e de rateio com o CIM-AMAVI para implementação dos serviços de inspeção sanitária em consonância com o SUASA, ficando ainda autorizado a firmar gestão associada com o CIM-AMAVI para a prestação dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária e outras atividades, e exercer outras competências relativas ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107 de 2007 e sua regulamentação vigente.

Art. 28. Os casos omissos ou duvidosos na execução da presente lei, bem como de sua regulamentação, serão resolvidos através de normativas da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e/ou do CIM-AMAVI, desde que estejam de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei e tenham sido discutidas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, mediante decreto.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga a Lei nº 2.006 de 07 de dezembro 2012 e demais leis com disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

"ANEXO ÚNICO"

Taxas do Serviço de Inspeção Municipal - SIM

1 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos e Bufalino:	cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)	cabeça	R\$ 10,00
c) Para leite		
Suínos:	cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)		
Ovinos e Caprinos:	cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)	cabeça	R\$ 10,00
c) Para leite		
Aves:	centena ou fração	R\$ 20,00
a) Para abate	centena ou fração	R\$ 20,00
b) Para cria e recria (confinamento)	centena ou fração	R\$ 20,00
c) Para postura (confinamento)		
Peixes:	centena ou fração	R\$ 20,00
a) Para abate	centena ou fração	R\$ 20,00
b) Para cria e recria (confinamento)	milheiro ou fração	R\$ 20,00
c) Alevinos		
Coelhos:	cabeça	R\$ 5,00
a) Para abate	cabeça	R\$ 5,00
b) Para cria e recria (confinamento)		
Animais exóticos (javali, ema, outros):	cabeça	R\$ 25,00
a) Para abate	cabeça	R\$ 25,00
b) Para cria e recria (confinamento)		
2 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS:		
a) Carnes e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
b) Leite e seus derivados	centena de litros ou fração	R\$ 0,50
c) Mel e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
d) Ovos e seus derivados	centena ou fração	R\$ 0,50



e) Pescado e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
f) Frutas, hortaliças e seus subprodutos	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
g) Cereais e seus subprodutos	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
h) Bebidas	centena de litros ou fração	R\$ 0,50
i) Outros produtos de origem animal e vegetal	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
3- FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO ESTABELECIMENTO		
a) Emissão de certificado de inspeção sanitária	unidade	R\$ 5,00
b) Aprovação de projetos não residenciais, sujeitos à aprovação do SIM	por metro quadrado de área construída	R\$ 0,40
c) Vistoria para encerramento de atividade de estabelecimento registrado ou alteração de registro ou de endereço	unidade	R\$ 80,00
d) Registro do estabelecimento	unidade	R\$ 50,00
e) Registro de produtos, rótulos ou embalagens	unidade	R\$ 140,00

**LEI Nº 2329/2017**

Publicação Nº 1458727

LEI Nº 2329 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES NACIONAL E ESTADUAL DE REPRESENTAÇÃO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e com a Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

Art. 2º A contribuição visa assegurar a representação institucional do Município de Lontras nas esferas administrativas do Estado de Santa Catarina e da União, através das entidades relacionadas no Art. 1º, junto ao Governo Federal e os diversos Ministérios, Congresso Nacional e demais órgãos normativos, de execução e controle, e para:

I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais, defendendo os interesses dos Municípios;

II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos entes públicos municipais e à modernização e instrumentalização de gestão pública;

III - representar os Municípios em eventos oficiais regionais, estaduais e nacionais;

IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com estas entidades em valores mensais a serem estabelecidos nas Assembléias Gerais das mesmas.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data da publicação da presente lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal de Lontras

**LEI Nº 2330/2017**

Publicação Nº 1458729

LEI Nº 2330 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LONTRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de LONTRAS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º – O Orçamento Geral do Município de Lontras, abrangendo a Administração Direta e seus Fundos, para o exercício financeiro de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 34.362.200,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º – O Orçamento da Prefeitura Municipal e seus Fundos para o exercício de 2018 estimam a Receita em R\$ 34.362.200,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) e fixam a despesa para a Prefeitura Municipal de Lontras em R\$ 26.975.520,00 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais); para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Lontras em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); para o Fundo Municipal de Saúde de Lontras em R\$ 5.378.880,00 (cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta reais); para o Fundo Municipal de Assistência Social de Lontras em R\$ 691.800,00 (seiscentos e noventa e um mil e oitocentos reais), e para Câmara Municipal de Lontras em R\$ 1.311.000,00 (um milhão, trezentos e onze mil reais).

§ 1º – A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	34.102.200,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00
TOTAL	34.362.200,00

§ 2º – A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	30.549.756,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	16.485.780,00
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	88.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	13.975.976,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.802.444,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	3.457.444,00
4.5.00.00.00.00 – Inversões Financeiras	15.000,00
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	330.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9.99.99.00.00 – Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	34.362.200,00

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

Art. 3º – O Orçamento da Prefeitura Municipal de Lontras para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 31.770.900,00 (vinte e nove milhões, quarenta e um mil e duzentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 26.975.520,00 (vinte e seis milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais) e as Transferências Financeiras Concedidas em R\$ 4.795.380,00 (Quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta reais) para a Câmara Municipal de Lontras e para os Fundos Municipais.

§ 1º – A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	31.510.900,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00
TOTAL	31.770.900,00

§ 2º – A Despesa da Prefeitura Municipal de Lontras será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	23.517.176,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	12.725.200,00
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	88.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	10.703.976,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.448.344,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	3.103.344,00
4.5.00.00.00.00 – Inversões Financeiras	15.000,00
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	330.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00

9.99.99.99.00.00 – Reserva de Contingência	10.000,00
SUBTOTAL	26.975.520,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.795.380,00
TOTAL	31.770.900,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE LONTRAS

Art. 4º – O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Lontras para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 0,00(zero reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º – A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	0,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
SUBTOTAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.000,00
SUBTOTAL	5.000,00
TOTAL	5.000,00

§ 2º – A Despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Lontras será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	4.500,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	500,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	500,00
TOTAL	5.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

Art. 5º – O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Lontras para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 2.236.100,00(dois milhões, duzentos e trinta e seis mil e cem reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.142.780,00 (três milhões, cento e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 5.378.880,00 (cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta reais).

§ 1º – A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, receitas de serviços e transferência de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	2.236.100,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
SUBTOTAL	2.236.100,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.142.780,00
SUBTOTAL	3.142.780,00
TOTAL	5.378.880,00

§ 2º – A Despesa do Fundo Municipal de Saúde de Lontras será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	5.175.880,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	2.517.980,00

3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	2.657.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	203.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	203.000,00
TOTAL	5.378.880,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONTRAS

Art. 6º – O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lontras para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 355.200,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 336.600,00 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 691.800,00 (seiscentos e noventa e um mil e oitocentos reais).

§ 1º – A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas e transferência de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	355.200,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
SUBTOTAL	355.200,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	336.600,00
SUBTOTAL	336.600,00
TOTAL	691.800,00

§ 2º – A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social de Lontras será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	631.200,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	210.600,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	420.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	60.600,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	60.600,00
TOTAL	691.800,00

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS

Art. 7º – O Orçamento da Câmara Municipal de Lontras para o exercício de 2018 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.311.000,00 (um milhão, trezentos e onze mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.311.000,00 (um milhão, trezentos e onze mil reais).

§ 1º – A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
4. RECEITAS	
4.1. RECEITAS CORRENTES	0,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
SUBTOTAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.311.000,00
SUBTOTAL	1.311.000,00
TOTAL	1.311.000,00

§ 2º – A Despesa da Câmara Municipal de Lontras será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	1.221.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.032.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	189.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	90.000,00

4.4.00.00.00.00 – Investimentos	90.000,00
TOTAL	1.311.000,00

Art. 8º – Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos ocorridos durante a execução orçamentária de 2018.

Art. 9º – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, se realizadas através de Projeto de Lei submetido à apreciação e votação pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 10º – O Poder executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada no art. 1º desta Lei, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos.

Parágrafo Único – A abertura de créditos adicionais suplementares de que trata o caput do presente artigo, deverão ser realizadas através de Projeto de Lei submetido à apreciação e votação do Poder Legislativo Municipal.

Art. 11º – As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, se realizados através de Projeto de Lei submetido à apreciação e votação pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 13º – Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, se realizados através de Projeto de Lei submetido à apreciação e votação pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 14º – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, se realizados através de Projeto de Lei submetido à apreciação e votação pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 15º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, se realizados através de Projeto de Lei à apreciação e votação do Poder Legislativo Municipal.

Art. 16º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**Luis Alves****PREFEITURA****EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2017 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1459107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARROSSÉIS, BALANÇOS, E MÓDULOS DE PARQUE INFANTIL PARA PLAYGROUNDS A SEREM ADQUIRIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.

Em relação ao Termo de Referência (Anexo V) do Edital, na quantidade dos itens a serem licitados, onde se lê: Item 01 (Qtd. 10), Item 02 (Qtd. 10), Item 03 (Qtd. 20) e Item 05 (Qtd. 10), leia-se: Item 01 (Qtd. 05), Item 02 (Qtd. 05), Item 03 (Qtd. 10) e Item 05 (Qtd. 05). Os demais itens (04, 06 e 07) permanecem com as mesmas quantidades. Neste sentido, altera-se a abertura dos envelopes para o dia 17 de janeiro de 2017, às 10h: 00min.

Luiz Alves, 15 de dezembro de 2017.  
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 037/2014

Publicação Nº 1458298

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 037/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 008/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 006/2014

Ao 5º (quinto) dia do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade RG nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, denominado CONTRATANTE e a empresa BIQ BENEFÍCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.878.237/0001-19, com sede na Av. Vergueiro, nº 3.185, Conj. 123, Centro Empresarial Santa Julia, Vila Mariana, em São Paulo/SP (04101-300), neste ato representada por seu sócio diretor ALEXANDRE ARIENZO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 12.973.365, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 142.549.688-17, doravante denominado FORNECEDOR, têm entre si justo e contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1189/2013, AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CADASTRADOS (MERCADOS E PANIFICADORAS), RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 037/2014, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, a concessão da aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro a ARP n. 037/2014, com efeitos para pagamento da competência de dezembro de 2017, passando a vigorar a taxa administrativa para -1,90% (um vírgula noventa por cento negativo).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ALEXANDRE ARIENZO

BIQ BENEFÍCIOS LTDA

FORNECEDOR 1

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

### DECRETO 2502

Publicação Nº 1460116

DECRETO Nº 2502 de 15 de dezembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º e 5º da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,



**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 1.635,79 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e nove reais), à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.27.00.00 - Rendimentos Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

1.7.6.2.01.00.01.00.00 - Custeio de despesas com exames e pagamento de 8 meses do CISMARP

Detalhamento de Recursos: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 151.635,79

Excesso já utilizado: 150.000,00

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.93. Outras despesas correntes - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o Ente participe

Fonte: 67 - Transferências do SUS/Estado

Detalhamento: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Valor: R\$ 1.635,79

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo da receita orçada com a receita arrecada.

Art.2º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 13.001.10.301.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.71. Despesas de Pessoal - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio

Fonte: 67 - Transferências do SUS/Estado

Detalhamento: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Valor: R\$ 1.250,00

Ação: 13.001.10.301.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.71. Outras despesas correntes - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio

Fonte: 67 - Transferências do SUS/Estado

Detalhamento: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Valor: R\$ 6.10,00

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 67 - Transferências do SUS/Estado

Detalhamento: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Valor: R\$ 4.634,25

Art.3º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.93. Outras despesas correntes - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o Ente participe

Fonte: 67 - Transferências do SUS/Estado

Detalhamento: 501 - Exames Lab / CISMARP / Desp. Custeio

Valor: R\$ 6.494,25

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2503**

Publicação Nº 1460144

DECRETO Nº 2503 de 15 de dezembro de 2017.

“REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), A LEI FEDERAL Nº 12.846 DE 1º DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846 de

1º de agosto de 2013,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Luzerna(SC), a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal de Luzerna(SC).

CAPÍTULO II

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições gerais

Art.2º- A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846 de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art.3º- A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Secretário Municipal do órgão em face do qual foi praticada a irregularidade.

Seção II

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art.4º- O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste Decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846 de 2013.

Subseção I

Da instauração, tramitação e julgamento

Art.5º- A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante Portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I. O nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da Comissão;

II. A indicação do membro que presidirá a Comissão;

III. O número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV. O prazo para conclusão do processo.

Art. 6º - O PAR será conduzido por comissão processante composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art.7º- O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

Art.8º- Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Art.9º- As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo Único - Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art.10 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art.11- Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de Programa de Integridade, a Comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do Parágrafo Único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846 de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art.12 - Concluídos os trabalhos de apuração, a Comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§1º- O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§2º- A Comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§3º- Na hipótese de decisão contrária ao relatório da Comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art.13- Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art.14 - Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

Art.15 - A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo Único - Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

### CAPÍTULO III

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

##### Seção I

###### Disposições gerais

Art.16 - As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013: I. Multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e II. Publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

##### Seção II

###### Da Multa

Art.17- A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art.18 - Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846 de 2013.

§1º- A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da Comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§2º- O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art.19 - O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º- Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§2º- Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art.20 - O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

##### Seção III

###### Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art.21 - A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no Município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

### CAPÍTULO IV

#### DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art.22 - Para fins do disposto neste Decreto, Programa de Integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo Único - O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regimento do Poder Executivo Federal, nos termos do Parágrafo Único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846 de 2013.

### CAPÍTULO V

#### DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art.23 - O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846 de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666 de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846 de 2013.

Art.24 - Compete ao Controle Interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846 de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art.25- O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846 de 2013.

§1º- A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846 de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§2º- A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§3º- A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I. A previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II. O resumo da prática supostamente ilícita; e

III. A descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º- Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art.26- Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por 02 (dois) servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art.27 - Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I. Esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II. Avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) Ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) A admissão de sua participação na infração administrativa;

c) O compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) A efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III. Propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV. Proceder à avaliação do Programa De Integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo Federal;

V. Propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) A efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) O comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) A obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar Programa de Integridade; e

d) O acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo Único - O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art.28- Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846 de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art.29 - A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§1º- A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§2º- Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art.30 - A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§1º- A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I. Não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e

II. Implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a Administração Pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§2º- O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art.31 - A celebração do acordo de leniência poderá:

I. Isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846 de 2013;

II. Reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846 de 2013; e

III. Isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§1º- Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§2º- Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art.32 - No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I. A pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela Administração Pública do referido descumprimento;

II. O PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III. Será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo Único - O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, administrado pelo Poder Executivo Federal.

Art.33 - Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

#### CAPÍTULO VI DOS CADASTROS

Art.34- Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública Municipal, entre as quais:

I. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993;

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993;

III. Impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

IV. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal nº 12.462 de 4 de agosto de 2011;

V. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011; e

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527 de 2011.

Art.35 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I. Às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846 de 2013; e

II. Ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal nº 12.846 de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo Único - As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal nº 12.846 de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 097/2017 - PP 072/2017 - MATERIAIS E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA - PML**

Publicação Nº 1459029

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 097/2017 - PML  
Pregão Presencial nº 072/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 097/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a contratação de empresa para fornecimento e implantação de materiais de sinalização viária em diversas ruas do Município de Luzerna/SC, conforme quantitativos estimados no Anexo I do presente edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME

- Valor total: R\$ 58.235,00

Luzerna (SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO PML Nº 007/2017**

Publicação Nº 1460563

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017 – PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017- PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017, Processo Administrativo nº 007/2017- PML, com fulcro no art. 32 da Lei Federal n. 13.019/2014, elenca-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre o Município de Luzerna/SC e a organização da sociedade civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, cujo objeto é o repasse financeiro na ordem de R\$ 52.494,75 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), com vistas a manter a qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento do potencial dos cidadãos atendidos pela Entidade, incluindo o atendimento de 9 (nove) educandos luzernenses com deficiência intelectual e múltipla, e seus familiares de Luzerna, nos diversos programas educacionais, reabilitatório e de assistência social voltados ao atendimento das necessidades dos educandos e seus familiares.

Organizações da Sociedade Civil:

\* ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

Luzerna (SC), 15 de dezembro de 2017.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**PL 103/2017 - DL 019/2017 - CONTRATO DE RATEIO CIMCATARINA (PROLICITA 2018) - PML**

Publicação Nº 1460663

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
Processo Licitatório 103/2017  
Dispensa nº 019/2017

O MUNICÍPIO DE LUZERNA torna pública a Dispensa de Licitação destinada a contratação com CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no que tange ao contrato de rateio objetivando a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo Município ao Consórcio Público para atendimento do objeto do Contrato de Programa relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, para o exercício de 2018.

Valor homologado: R\$ 28.548,00

Fundamento legal: artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 15 de dezembro de 2017.  
Moisés Diersmann  
Prefeito

**PORTARIA 142/17**

Publicação Nº 1459917

PORTARIA Nº 142/17 de 12 de dezembro de 2017.

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR ELSON WILLIAM DE MATOS, para exercer o cargo público efetivo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, Nível 1, Classe "A", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovado no Concurso Público - Edital nº 001/2015 de 04 de dezembro de 2015, homologado em 11 de fevereiro de 2016, a partir de 12 de dezembro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 143/17**

Publicação Nº 1459924

PORTARIA Nº 143/17 de 12 de dezembro de 2017.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR CAROLINE BIAZZOLO ZANCAN, para exercer o cargo público efetivo de Médico Generalista, 40 horas semanais, Nível 06, Classe “A”, do Grupo V - Estratégia Saúde da Família/ESF, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 21 de novembro de 2017, a partir de 12 de dezembro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 144/17**

Publicação Nº 1459931

PORTARIA Nº 144/17 de 15 de dezembro de 2017.

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora ANELIZE SANTANNA SIMON, ocupante do cargo efetivo de Professora III, Classe “M”, 40 horas semanais, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 22 de dezembro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 145/17**

Publicação Nº 1459934

PORTARIA Nº 145/17 de 15 de dezembro de 2017.

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora MARLISE SPIER DEBUS, ocupante do cargo efetivo de Professora III, Classe “E”, 40 horas semanais, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 22 de dezembro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



**PORTARIA 146/17**

Publicação N° 1459937

PORTARIA N° 146/17 de 15 de dezembro de 2017.

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora NADIA REGINA PEROCHINI, ocupante do cargo efetivo de Professora III, Classe “G”, 40 horas semanais, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar n° 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 22 de dezembro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2017.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANA CLAUDIA MIOTTO	LUIS FERNANDO PERUCHINI
CONTADORA - CRC/SC 033105/O-4	GESTOR DO FUNDO MUN. SAÚDE LUZERN

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1681

Publicação Nº 1458944

DECRETO Nº 1681, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia JUNTA MÉDICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira; CRM 18807, Dr. Alexandre Andrade Casagrande, CRM 17751; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt; CRM 13320, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde das Servidoras Liliane Cordeiro e Lucilene Perego, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de dezembro de 2017.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

### decreto 1682

Publicação Nº 1458952

DECRETO I Nº 1682, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 850 de 06 de Dezembro de 2016 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2017. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 890, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.04 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

20.37 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

31.90 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.04 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

20.37 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

33.90 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

### decreto 1683

Publicação Nº 1458959

DECRETO Nº 1683 DE 15 DE DEZEMBRO 2017.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2017 –FUNDEB, conforme Lei nº 890/2017

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 890, de 28/11/2017;

## DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 dos recursos do FUNDEB.

02.01 GABINETE DO PREFEITO  
02.04 Sec. Educação, Cultura e Esportes  
20.37 Manutenção Ensino Fundamental  
33.90.18 Aplicações Diretas  
R\$ 114.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## lei 893

Publicação Nº 1458969

Lei nº 893, de 12 de dezembro de 2017

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Macieira para o Exercício de 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito do Município de Macieira – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Macieira SC, para exercício de 2018, estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 15.186.400,00 (Quinze milhões, cento e oitenta e seis mil e quatrocentos reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 12.516.000,00 (Doze milhões, quinhentos e dezesseis mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 8.910.130,00 (Oito milhões, novecentos e dez mil e cento e trinta reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.605.870,00 (Três milhões, seiscentos e cinco mil e oitocentos e setenta centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.490.000,00
1.1- Receita Tributária	447.800,00
1.2- Receitas de Contribuições	44.000,00
1.3- Receita Patrimonial	133.000,00
1.4- Receita Agropecuária	4.300,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	20.800,00
17-Transferências Correntes	11.803.600,00
1.9- Outras Receitas Correntes	36.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	26.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	26.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.516.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	8.522.630,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.617.050,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.903.580,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	377.500,00
4.4- Investimentos	373.500,00
4.5- Inversões Financeiras	3.000,00
4.6- Amortização da Dívida	1.000,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS A FUNDOS MUNICIPAIS	3.605.870,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.406.870,00
- Fundo M. Assistência Social	426.000,00
- Fundo M. da Criança e adolescente	23.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	750.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.516.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2018 estimam a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	561.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	8.500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	549.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.406.870,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.406.870,00
TOTAL	2.971.870,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	2.880.770,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.980.900,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	899.870,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	91.100,00
4.4- Investimentos	91.100,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.971.870,00

#### II – FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	180.000,000
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	2.100,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00

1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	176.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.900,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00
7.2- Receita de Contribuições	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	426.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	426.000,00
TOTAL	606.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	596.500,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	316.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	280.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.500,00
4.4- Investimentos	9.500,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	606.000,00

## III – FUNDO M. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00
7.2- Receita de Contribuições	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	23.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	23.000,00
TOTAL	24.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	23.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	23.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4- Investimentos	1.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00

9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	24.000,00

## IV – FUNDO M. DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.188.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	340.000,00
1.3- Receita Patrimonial	800.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	48.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	736.400,00
7.2 – Receitas de Contribuições	736.400,00
TOTAL	1.924.400,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	924.400,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	700.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	224.400,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00
9.9- Reserva de Contingência	1.000.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.924.400,00

## V – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	750.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	750.000,00
TOTAL	750.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	738.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	559.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	179.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	12.000,00
4.4- Investimentos	12.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	750.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries conforme demonstração abaixo:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

I – Passivo Contingente	0,00
-------------------------	------



II – Intempéries	10.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	10.000,00

## UNIDADE GESTORA: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

I – Passivo Contingente	0,0
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	1.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, desde que por lei especifica, a abrir créditos adicionais suplementares da Despesa estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, desde que contenha autorização legislativa.

Art. 8º. Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação, sempre com prévia autorização legislativa.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, sempre mediante prévia autorização legislativa.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Macieira – SC, 12 de dezembro de 2017.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 3766**

Publicação Nº 1458827

Portaria n.3766/2017.

“CONVALIDA ATOS DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 55 da Lei Federal n. 9.784/99 e,  
CONSIDERANDO QUE:

Ø Em auditoria de rotina nos atos de pessoal praticados pelo setor de recursos humanos do município de Macieira foi detectado ausência formal de concessão de benefícios de “triênios” aos servidores do quadro efetivo desde o início do exercício de 2003;

Ø Até o início do exercício de 2003 eram formalizadas as concessões de “triênios” aos servidores através de “Portarias”, que mencionavam o nome do servidor beneficiado, período aquisitivo e o percentual devido pelo município;

Ø Os fatos administrativos voluntários se materializam através de condutas administrativas, que representam comportamentos e ações administrativas, precedidos ou não por um ato administrativo formal;

Ø O Lei Complementar n. 002/95 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Macieira), em seu art. 193 disciplinava o direito de adicional

por tempo de serviço (triênio), em 3% (três por cento) à cada 3 (três) anos de serviços prestados;

Ø A Lei Complementar n. 68, de 04 de novembro de 2014 que disciplinou sobre o novo Estatuto do Servidor Público Municipal de Macieira, em seu artigo 170 manteve o mesmo direito aos servidores do quadro efetivo do município de Macieira;

Ø Por simetria, a Lei Federal n. 9.784/99, que disciplina sobre Processo Administrativo na Esfera Federal, em seu art. 55, dispõe que "Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração";

Ø Convalidar é tornar válido, é efetuar correções no ato administrativo existente ou não, de forma que ele fique perfeito, atendendo a todas as exigências legais;

Ø A doutrina mais atual, seguida da jurisprudência e até da legislação vigente, tem abrandado esse rigor, com vistas a melhor atender ao interesse público, evitando que sejam anulados atos com pequenos vícios, sanáveis sem prejuízo das partes;

Ø Com relação à competência, é possível a convalidação dos atos que não sejam exclusivos de uma autoridade, quando não pode haver delegação ou avocação, como no caso em tela;

Ø Por derradeiro, que o direito dos servidores em receberem seus "triênios" era líquido e certo, nos termos da legislação já mencionada e, porque a inexistência de atos formais tempestivos não causou nenhum prejuízo ao Erário Público,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam CONVALIDADAS as concessões dos triênios aos servidores públicos do Município de Macieira, realizadas no período de 03/03/2005 a 30/10/2017, não formalizadas tempestivamente através de Portarias, conforme especifica:

Servidor: VALDIR MORAES		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
11/01/2006	10/01/2009	3%	15%
11/01/2009	10/01/2015	3%	18%

Servidor: IANA SALETE SPANHOLO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
04/01/2003	12/11/2008	3%	12%
13/11/2008	12/11/2011	3%	15%
13/11/2011	12/11/2014	3%	18%
13/11/2014	12/11/2017	3%	21%

Servidor: MARYLUCY BONASSA SETTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
21/02/2004	20/02/2007	3%	18%
21/02/2007	20/02/2010	3%	21%
21/02/2010	20/02/2013	3%	24%
21/02/2013	20/02/2016	3%	27%

Servidor: SEVERINO DE OLIVEIRA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
22/08/2004	21/08/2007	3%	12%
22/08/2007	21/08/2010	3%	15%
20/08/2010	21/08/2013	3%	18%
20/08/2013	21/08/2016	3%	21%

Servidor: TIDE CAMPAGNIN MORAES		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
12/09/2003	11/09/2006	3%	18%
12/09/2006	11/09/2009	3%	21%
12/09/2009	11/09/2012	3%	24%

Servidor: VALMOR ARCONTI		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
03/02/2004	02/02/2007	3%	18%
03/02/2007	02/02/2010	3%	21%
03/02/2010	02/02/2013	3%	24%

Servidor: PEDRINHO RENATO BERNARDINO		Situação: ATIVO	
--------------------------------------	--	-----------------	--

Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
25/01/2006	24/01/2009	3%	15%
25/01/2009	24/01/2012	3%	18%
26/01/2012	25/01/2015	3%	21%

Servidor: IVETE RIBEIRO DE FREITAS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/05/2003	28/10/2009	3%	12%
29/10/2009	28/10/2012	3%	15%
29/10/2012	28/10/2015	3%	18%

Servidor: LOURENA MARIA PALOSCHI RECALCATTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/05/2003	01/05/2006	3%	12%
02/05/2006	01/05/2009	3%	15%
02/05/2009	01/05/2012	3%	18%
02/05/2012	01/05/2015	3%	21%

Servidor: IVO BONASSA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/06/2002	06/06/2005	3%	15%

Servidor: ARLINDO LOCATELLI		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/06/2002	06/06/2005	3%	12%
07/06/2005	06/06/2005	3%	15%
07/06/2008	06/06/2011	3%	18%

Servidor: ANGELO CASTILHO DA SILVA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/06/2005	06/06/2008	3%	15%
07/06/2008	06/06/2011	3%	18%

Servidor: PEDRINHO CAMPAGNIN		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/07/2005	30/06/2008	3%	15%
01/07/2008	30/06/2011	3%	18%
01/07/2011	30/06/2014	3%	21%

Servidor: EDEMAR NICOLAU KUHN		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/10/2002	17/06/2009	3%	12%
18/06/2009	17/06/2012	3%	15%
18/06/2012	17/06/2015	3%	18%

Servidor: GILBERTO CERRY		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/11/2002	01/11/2013	3%	12%
02/11/2013	01/11/2016	3%	15%

Servidor: ADELINO CASAGRANDE GOMES		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/11/2005	31/10/2008	3%	15%
01/11/2008	31/10/2011	3%	18%
01/11/2011	31/10/2014	3%	21%
01/11/2014	31/10/2017	3%	24%

Servidor: CLAIR ARCONTI		Situação: ATIVO	
-------------------------	--	-----------------	--

Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/11/2003	27/05/2014	3%	12%
28/05/2014	27/05/2017	3%	15%

Servidor: ANA APARECIDA WEIZMANN		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2004	31/03/2007	3%	09%
01/04/2007	31/03/2010	3%	12%
01/04/2010	31/03/2013	3%	15%
01/04/2013	31/03/2016	3%	18%

Servidor: ALVAIR ARCONTI		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
12/01/2005	11/01/2008	3%	09%
12/01/2008	11/01/2011	3%	12%

Servidor: BEATRIZ PEREIRA SANTOS		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
06/04/2004	05/04/2007	3%	09%
06/04/2007	05/04/2010	3%	12%
06/04/2010	05/04/2013	3%	15%
06/04/2013	05/04/2016	3%	18%

Servidor: DELCI ANTONIO CAMPAGNIN		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
15/01/2005	15/01/2008	3%	06%
16/01/2008	15/01/2011	3%	09%
16/01/2011	15/01/2014	3%	12%
16/01/2014	15/01/2017	3%	15%

Servidor: AILSON GOMES		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/01/2005	29/12/2009	3%	09%
30/12/2009	29/12/2012	3%	12%
30/12/2012	29/12/2015	3%	15%

Servidor: ALZIRA LOCATELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2004	31/03/2007	3%	09%
01/04/2007	31/03/2010	3%	12%
01/04/2010	31/03/2013	3%	15%
01/04/2013	31/03/2016	3%	18%

Servidor: ADELIR ANTONIO DA SILVA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
03/11/2004	02/11/2007	3%	03%
03/11/2007	02/01/2011	3%	06%
03/01/2011	02/01/2014	3%	09%
03/01/2014	02/01/2017	3%	12%

Servidor: JOSE BORTOLUSSI		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/02/2008	01/02/2011	3%	15%
02/02/2011	01/02/2014	3%	18%

Servidor: JUSSARA APARECIDA DA SILVA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
10/08/2008	09/08/2011	3%	15%
10/08/2011	09/08/2014	3%	18%

Servidor: LEONILDO ANTONIO MAURINA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
17/09/2003	06/09/2006	3%	12%

Servidor: MARLENE APARECIDA DOS SANTOS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/05/2003	30/04/2006	3%	12%
01/05/2006	30/04/2009	3%	15%
01/05/2009	30/04/2012	3%	18%
01/05/2012	30/04/2015	3%	21%

Servidor: CRISTIANE TURMINA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
05/02/2005	05/02/2008	3%	06%
06/02/2008	05/02/2011	3%	09%
06/02/2011	05/02/2014	3%	12%
06/02/2014	05/02/2017	3%	15%

Servidor: SALETE CATARINA LISZKIEVICH		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
20/08/2002	20/12/2012	3%	09%

Servidor: NEIVA TEREZINHA BOSCARI MAFFEISSONI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/05/2002	11/03/2008	3%	03%
12/03/2008	11/03/2011	3%	06%
12/03/2011	12/0/2014	3%	09%

Servidor: RONIVON LUIZ BRIDI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/01/2004	31/12/2006	3%	09%
01/01/2007	31/12/2009	3%	12%
01/01/2010	31/12/2012	3%	15%
01/01/2013	31/12/2015	3%	18%

Servidor: JOSE DE JESUS ANTUNES		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
11/01/2005	11/01/2008	3%	09%
12/01/2011	11/01/2011	3%	12%
12/01/2011	11/01/2014	3%	15%
12/01/2014	11/01/2017	3%	18%

Servidor: ROSILENE ANA ARCONTI		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
03/03/2006	02/03/2009	3%	09%
03/03/2009	02/03/2012	3%	12%

Servidor: ODETE GUARNIERI PINTO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
23/05/2003	22/05/2006	3%	06%
23/05/2006	22/05/2009	3%	09%
23/05/2009	22/05/2012	3%	12%
23/05/2012	22/05/2015	3%	15%

Servidor: CLEIDE MARIA C SERIGHELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
14/07/2003	13/07/2006	3%	06%

14/07/2006	13/07/2009	3%	09%
14/07/2009	15/08/2013	3%	12%
16/08/2013	15/08/2016	3%	15%
Servidor: DONATO BONASSA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
04/01/2005	08/12/2014	3%	06%
Servidor: NILO CAMUZZATO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/01/2005	07/01/2008	3%	06%
08/01/2008	07/01/2011	3%	09%
08/01/2011	07/01/2014	3%	12%
08/01/2014	07/01/2017	3%	15%
Servidor: NELDO ZIMMER		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/09/2006	01/09/2009	3%	06%
02/09/2009	03/09/2014	3%	09%
04/09/2014	03/09/2017	3%	12%
Servidor: CARLOS ALBERTO PEDROZO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
15/02/2005	15/02/2008	3%	06%
16/02/2008	15/02/2011	3%	09%
16/02/2011	15/02/2014	3%	12%
16/02/2014	15/02/2017	3%	15%
Servidor: EDILENE MARIA PIATI BIAVA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
04/03/2002	03/03/2005	3%	03%
04/03/2005	03/03/2008	3%	06%
04/03/2008	03/03/2011	3%	09%
04/03/2011	25/05/2015	3%	12%
Servidor: EDSON LUIZ MAURINA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
16/07/2005	15/07/2008	3%	06%
16/07/2008	15/07/2011	3%	09%
16/07/2011	15/07/2015	3%	12%
Servidor: NOILIR MANENTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/02/2004	06/02/2007	3%	12%
07/02/2007	06/02/2010	3%	15%
07/02/2010	06/02/2013	3%	18%
07/02/2013	06/02/2016	3%	21%
Servidor: LUCILA CARMEN SERIGHELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
10/09/2005	09/09/2008	3%	06%
10/09/2008	09/09/2011	3%	09%
10/09/2011	09/09/2014	3%	12%
10/09/2014	09/09/2017	3%	15%
Servidor: PAULO SERGIO PEDROZO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/09/2003	31/08/2006	3%	03%
01/09/2006	31/08/2009	3%	06%

01/09/2009	31/08/2012	3%	09%
01/09/2012	31/08/2015	3%	12%

Servidor: ALENCAR CASTANHEIRO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/09/2003	31/08/2006	3%	03%
01/09/2006	31/08/2009	3%	06%
01/09/2009	31/08/2012	3%	09%
01/09/2012	31/08/2015	3%	12%

Servidor: AVELINO TASCA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/09/2003	01/09/2006	3%	03%
02/09/2006	01/09/2009	3%	06%
02/09/2009	01/09/2012	3%	09%

Servidor: LUCILENE PEREGO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/05/2003	01/05/2006	3%	12%
02/05/2006	01/05/2009	3%	15%
02/05/2009	01/05/2012	3%	18%
02/05/2012	01/05/2015	3%	21%

Servidor: DELFINO DA SILVA		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
10/09/2003	09/09/2006	3%	03%
10/09/2006	19/03/2013	3%	06%
20/03/2013	19/03/2016	3%	09%

Servidor: NAPOLEAO SANTOS		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/11/2003	31/10/2006	3%	03%
01/11/2006	31/10/2009	3%	06%
01/11/2009	31/10/2012	3%	09%

Servidor: CLODOALDO CARLIN SCHEFFEMACHER		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
20/11/2003	19/11/2006	3%	03%
20/11/2006	19/11/2009	3%	06%
20/11/2009	27/03/2015	3%	09%

Servidor: PEDRO ELEUTERIO		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
15/04/2004	14/04/2007	3%	03%
15/04/2007	14/04/2010	3%	06%
15/04/2010	14/04/2013	3%	09%

Servidor: EVANI DOMINGUES CARDOSO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
28/06/2004	27/06/2007	3%	03%
28/06/2007	27/06/2010	3%	06%
28/06/2010	27/06/2013	3%	09%

Servidor: JANETE TEREZINHA ZANELLA CAMUZZATO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
21/02/2005	21/02/2008	3%	03%
22/02/2008	21/02/2011	3%	06%
22/02/2011	21/02/2014	3%	09%

Servidor: JOSSEMARA ZANELLA CAMUZZATO		Situação: ATIVO	
---------------------------------------	--	-----------------	--



Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
20/04/2005	19/04/2008	3%	03%
20/04/2008	19/04/2011	3%	06%
20/04/2011	19/04/2014	3%	09%
20/04/2014	19/04/2017	3%	12%

Servidor: TEREZINHA DE JESUS ELEUTERIO DOS SANTOS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
16/06/2005	15/06/2008	3%	03%
16/06/2008	15/06/2011	3%	06%
16/06/2011	15/06/2014	3%	09%
16/06/2014	15/06/2017	3%	12%

Servidor: GENI ALEBRANDT		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
17/01/2006	16/01/2009	3%	03%
17/01/2009	17/01/2012	3%	06%
18/01/2012	17/01/2015	3%	09%

Servidor: TEREZA DE JESUS MORAES		Situação: INATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/02/2006	31/01/2009	3%	03%
01/02/2009	01/02/2012	3%	06%
02/02/2012	01/02/2015	3%	09%

Servidor: FERMINO JOSE DE OLIVEIRA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
06/02/2006	05/02/2009	3%	03%
06/02/2009	06/02/2012	3%	06%
07/02/2012	06/02/2015	3%	09%

Servidor: CEZAR AUGUSTO PEDROSO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/05/2006	01/05/2009	3%	03%
02/05/2009	24/01/2013	3%	06%
25/01/2013	25/06/2017	3%	09%

Servidor: ADELIR BERTOTTO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/06/2006	31/05/2009	3%	03%
01/06/2009	31/05/2012	3%	06%
01/06/2012	31/05/2015	3%	09%

Servidor: SERJO DONATO SERIGHELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
15/02/2005	15/02/2008	3%	06%
16/02/2008	18/07/2011	3%	09%
19/07/2011	26/02/2015	3%	12%

Servidor: JAIRO BERNARDINO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/02/2008	31/01/2011	3%	03%
01/02/2011	20/10/2015	3%	06%

Servidor: EDUARDO MIGUEL ZILIO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%

Servidor: LARINI GRAHL		Situação: ATIVO	
------------------------	--	-----------------	--

Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: SIMONE LAZZAROTTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: VERONICA DE ALMEIDA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: ADRIANO LAZZAROTTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: MARINA MORENA SEBA MULLER		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: ALLYNA PAULA SANTOS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: RAFAEL BALBISAN		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: ANADIR RAMPINELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/07/2014	30/06/2017	3%	03%
Servidor: TAISA SCOPEL		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: MAUDINES LOCATELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: CRISTINA LAZZAROTTI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: EDINA DE OLIVEIRA PINTO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/04/2014	01/04/2017	3%	03%
Servidor: BRUNA CESCA BAHIR DE ANDRADE		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/04/2014	01/04/2017	3%	03%
Servidor: FERNANDA ZILIO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/04/2014	01/04/2017	3%	03%
Servidor: ALEXA RAQUEL DI DOMENICO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado

01/08/2014	31/07/2017	3%	03%
Servidor: BRUNA DALMINA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: CLECIANE RODRIGUES DOS SANTOS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/08/2014	31/07/2017	3%	03%
Servidor: JENIFER TOMASI BEGNINI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: EVELIZE ZANELLA DE SOUZA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: NADIR ZIMMER		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/04/2014	06/04/2017	3%	03%
Servidor: FRANCIELI MANENTI COLAÇO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: ROSEMARI GERALDO DA SILVA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
04/04/2014	03/04/2017	3%	03%
Servidor: DAIANE AP GERALDO COUSSEAU		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
02/04/2014	01/04/2017	3%	03%
Servidor: IVAN CARLOS CARNEIRO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/04/2014	31/03/2017	3%	03%
Servidor: CARLA LOCATELLI		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
07/04/2014	06/04/2017	3%	03%
Servidor: JADERSON CANALLE		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
08/04/2014	07/04/2017	3%	03%
Servidor: ROSANE BERTOTTO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/07/2014	30/06/2017	3%	03%
Servidor: JULIANO SILVERIO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/07/2014	30/06/2017	3%	03%
Servidor: PABLO CRISTHIAN PEDROZO		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/08/2014	31/07/2017	3%	03%

Servidor: ROSE MARI LEMOS		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/08/2014	31/07/2017	3%	03%
Servidor: SERGIO LUIZ GROTH		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/08/2014	31/07/2017	3%	03%
Servidor: CARLA MARIANE CERRY		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/09/2014	31/08/2017	3%	03%
Servidor: MIRIAN WESTERLON DE OLIVEIRA		Situação: ATIVO	
Período Aquisitivo		Percentual Concedido	Percentual Acumulado
01/10/2014	30/09/2017	3%	03%

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e, por se tratar de convalidação, produzirá seus efeitos a partir da data de direito de cada servidor (período aquisitivo).

Publique e cumpra-se.

Macieira (SC), em 11 de DEZEMBRO de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 3767

Publicação Nº 1458830

PORTARIA N.º 3767/2017

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),  
RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Adelir Bertotto, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 05/12/2017, por 60 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 11 de dezembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### portaria 3768

Publicação Nº 1458863

PORTARIA N.º 3768/2017

"Designa servidor que especifica para receber e fiscalizar a execução do objeto do processo licitatório nº0049/2017, tomada de preço nº 0003/2017."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Donato Bonassa, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para ser responsável pela fiscalização do objeto do contrato proveniente do processo licitatório nº 0049/2017, tomada de preços nº0003/2017, visando a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final, de resíduos sólidos do município.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 13 de dezembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 3769**

Publicação N° 1458864

## PORTARIA N.º 3769/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Alexa R Di Domenico	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Bruna Dalmina	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Carla Locatelli	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Cleciane R dos Santos	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Cristiane Turmina	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Cristina Lazzarotti	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Evelize Zanella	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Francieli M Colaço	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Ivan C Carneiro	Professor	18/12/17 a 16/01/18
Jenifer T Begnini	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Marlene Ap S Cesca	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Marylucy B. Setti	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Nadir Z Telegen	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Neiva T B Meffessoni	Professora	18/12/17 a 16/01/18
Rose Mari Lemos Zarur	Professora	18/12/17 a 16/01/18

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de dezembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES TESTE SELETIVO Nº 002/2017**

Publicação Nº 1460845

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
MACIEIRA – SANTA CATARINA****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 002/2017, com a realização das Provas no dia **16 de dezembro de 2017**, período da tarde, conforme edital.

**Cargo: NUTRICIONISTA**

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
11	KELY DA SOLER	5927989	05/05/94
01	MARINA WERNER	5304440	22/04/94

**Cargo: AUXILIAR EDUCACIONAL**

Nº Inscr.	Nome	Nº Identidade	Data Nascimento
13	ANA PAULA CORDEIRO	4784791	24/04/82
06	CATIA APARECIDA WOSNIAK	2314537-4	23/07/72
05	EDIONE MARIA LINDER MAYER SANTORO	3535521	02/03/76
02	JANETE BENTO PEREIRA	4942927	17/05/83
07	JULIANA BERTOTTO	3484912	01/06/77
08	LEIDIMARA RECALCATTI	4695476	14/04/83
04	LEONILDA FÁTIMA CARNEIRO	5120735	19/07/93
10	LETICIA RENATA VERONA	5927801	21/06/97
09	MARIVANI APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	4840736	07/09/94
12	SILVANA DE JESUS DOS SANTOS	4487570	21/12/83
03	VALÉRIA DOS SANTOS LAMONATO	6229054	25/08/98

Macieira, 14 de dezembro de 2017.

# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4079 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458695

DECRETO Nº 4079  
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

NOMEA AS EMPRESAS SUBSTITUTAS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 2º, do Decreto nº 4.044, de 03 de Agosto de 2017;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 03/2003, que em seu Artigo 8º, inciso II, alínea b, estabelece os serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 como obrigatórios para a retenção;

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art. 1º As empresas, sediadas no Município de Mafra, relacionadas no Anexo I deste DECRETO, são responsáveis pela retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao contribuinte prestador do serviço, e também por seu recolhimento à Administração Pública Municipal.

Art. 2º A retenção de que trata o presente Decreto deverá iniciar-se a partir da data de sua publicação.

Art. 3º O recolhimento de que trata este Decreto deve ser realizado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação do serviço tomado, conforme art. 8, inciso I do Decreto nº 4.044 de 03 de agosto de 2017.

Art. 4º O tomador responsável pela retenção e recolhimento do ISSQN que não o retiver na fonte ficará responsável solidariamente, junto com o contribuinte prestador do serviço pelo pagamento integral do tributo, inclusive as multas e acréscimos legais, conforme Código Tributário Municipal.

Art. 5º Ficam as empresas relacionadas no anexo I deste Decreto obrigadas a exigir a Declaração de Informação Recebida – DIR, nos moldes do Artigos 14 e 15 do Decreto nº 4.044/2017.

Art. 6º As empresas relacionadas no anexo I deste Decreto que não exigirem a DIR de seus prestadores de serviços ficam sujeitas às penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 13 de dezembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4079 DE 13.12.2017

#### ANEXO I

Empresas eleitas como Substitutas Tributárias do ISSQN no Município de Mafra/SC:

Razão Social Tomador	CNPJ Tomador
CELESC DISTRIBUIÇÃO AS	08.336.783/0011-62
BANCO DO BRASIL S.A.	00.000.000/0206-21
BANCO DO BRASIL S.A	00.000.000/5957-99
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0878-03
IDIMEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	00.373.125/0001-67
JR AGROPASTORIL E CEREAIS LTDA	01.038.222/0001-66
CLINICA DE FRATURAS SAO CAMILO LTDA EPP	01.273.035/0001-67



HSBC BANK BRASIL S/A – BM	01.701.201/0144-81
JB EQUIPAMENTOS LTDA	01.721.742/0002-50
PRE-MOLDADOS KROLPOSTES LTDA EPP	01.752.319/0001-36
VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	03.233.069/0001-53
SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	03.777.341/0107-14
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE MAFRA E RIO NEGRO	03.950.528/0001-10
AUTO POSTO MAFRENSE LTDA	03.989.849/0001-28
WILLNER PLUS LTDA	04.217.643/0001-42
TRANORTE SISTEMAS MECANIZADOS LTDA.	04.308.019/0001-50
MILCOLOR TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA ME	04.418.674/0001-61
BIG SAFRA LTDA	04.834.285/0005-40
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/0012-92
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/0013-73
CURTUME BANNACH LTDA	05.196.606/0001-68
SELUMA SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE MAFRA LTDA	05.666.925/0001-90
FABIANO GIELGEN EPP	07.302.127/0001-04
SIMÃO PEROVANO & CIA LTDA	07.386.844/0001-61
PASTOR AGROPECUARIA LTDA – EPP	07.745.147/0001-50
BELLA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.021.470/0001-43
FOX ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	08.024.813/0001-23
DELLA HOTELARIA LTDA EPP	08.215.601/0001-23
NB GERACAO DE ENERGIA LTDA ME	08.302.031/0001-09
CELESC DISTRIBUIÇÃO AS	08.336.783/0001-90
LABORATÓRIO BIOX DO BRASIL LTDA – ME	08.909.439/0001-43
ARTSOLI MOVEIS LTDA	09.253.961/0001-82
RONI GIRARDI ME	09.453.756/0001-60
GREYLOGIX BRASIL MAQUINAS LTDA	12.218.713/0001-05
MARICLEITE SOARES CARDOSO – ME	13.674.683/0001-04
ESTILO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI	15.340.279/0001-20
MAXIMA ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA	19.278.930/0001-30
LAGO DAS ARAUCARIAS INCORPORADORA LTDA	19.900.416/0001-94
JB INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS MAFRA LTDA	22.068.636/0001-08
GTM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	22.905.052/0001-40
MASTER SOLIDA CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTD	24.386.166/0001-56
POLIMIX CONCRETO LTDA	29.067.113/0237-22
SOUZA CRUZ S.A	33.009.911/0492-27
RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	45.989.050/0005-05
BRIDGESTONE DO BRASIL IND. COM. LTDA	57.497.539/0016-00
ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0714-60
BANCO BRADESCO S.A	60.746.948/0362-22
AGRO COML AFUBRA LTDA	74.072.513/0017-01
AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA	74.072.513/0034-02
MADEIREIRA EK LTDA	75.025.734/0001-24
COLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA	75.335.810/0001-06
EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA	77.310.589/0028-79
RIOMAFRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	78.637.030/0001-09
TRANSPÓSUL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	78.660.651/0001-03
AVANTE SUPERMERCADO LTDA	78.863.230/0001-71
AVANTE SUPERMERCADO LTDA	78.863.230/0002-52
BELAGRICOLA COM E REP DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	79.038.097/0104-97

MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	79.420.873/0001-03
MADEMAFRA MADEIRAS LTDA	79.931.341/0001-30
EDILBERTO GREIN ME	80.137.201/0001-74
FORT FLEX IND COMPONENTES MOBILIARIOS LTDA	80.668.064/0001-02
COOPERATIVA DE CREDITO DO NORTE CATARINENSE E SUL PARANAEN	81.011.686/0001-18
DIGITAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP	81.364.069/0001-04
VEICULOS MALLON LTDA	81.648.115/0005-12
MADECOLO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	81.850.653/0001-61
EDSON JOSÉ GUENTHER & CIA LTDA - EPP	82.281.338/0002-04
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN	82.508.433/0014-31
MADEIREIRA TRÊS ESTADOS LTDA	82.745.332/0006-74
COMERCIAL MALLON LTDA	82.745.738/0001-42
ABI BELEM & CIA LTDA	82.745.886/0001-67
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTOR	82.746.546/0001-50
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE S.C	83.052.191/0039-35
CASAGRANDE REVESTIMENTOS CERAMICOS S/A	83.143.636/0001-10
WITT E CIA LTDA	83.164.335/0001-72
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0119-00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO FUNC	83.395.921/0001-28
ELETROBOX MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA	83.436.998/0001-07
D'VILLA SUPERMERCADO LTDA	83.492.827/0001-97
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0096-56
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0097-37
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA	83.573.212/0098-18
NAGANO KINZI AGROPASTORIL LTDA.	83.613.620/0001-23
DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA	83.740.456/0010-06
SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA	83.845.701/0001-59
MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE	84.708.478/0058-04
C.W. RITZMANN AGROFLORESTAL S/A	85.128.999/0001-01
MOINHO CATARINENSE S/A	85.129.518/0001-82
DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEICULOS S/A	85.131.704/0001-56
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	85.131.829/0001-86
ASSOCIACAO DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO	85.131.993/0001-93
SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA DOS OPERARIOS MAFRENSES	85.134.419/0001-99
PISKE TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA	85.224.491/0001-07
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0001-03
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0009-52
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0014-10
COMERCIO E INDUSTRIA SCHADECK SA	85.378.503/0001-58
FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LIMITADA	90.810.706/0025-89
MOVEIS WIL FAMA LTDA	95.762.852/0001-22
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	03.774.688/0018-01
FUTURAGRO DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA	86.791.928/0003-19
MAFRA MOVEIS LTDA-ME	00.511.123/0001-97
J.H.P COMERCIO DE PECAS E MECANICA LTDA ME	00.906.335/0001-73
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JK LTDA	00.987.292/0001-06
ENGECRETO SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA	01.985.348/0002-29
SUSIN HOTEL LTDA EPP	02.111.303/0001-07
MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECANICA DIESEL EIRELI – EPP	02.734.357/0001-29
VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	03.233.069/0003-15

SILVIO TISOTT GARCIA & CIA LTDA. - ME	03.376.016/0001-91
BRENDA IND. E COM. DE MOVEIS LTDA	03.430.612/0001-02
KROMBERG & SCHUBERT DO BRASIL LTDA	03.574.096/0008-66
IDEAL GUAPO LTDA	03.626.094/0009-54
COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE MAFRA E RIO NEGRO	03.950.528/0003-81
FRILUX INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO – EIRELI	05.730.111/0001-77
CLINICA REITMEYER LTDA	05.869.675/0001-95
COMWAP SERVICE LTDA ME	06.077.057/0001-75
RENATO STOEBERL – EPP	06.129.580/0001-06
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS NEREU CARVALHO LTDA	07.033.298/0001-85
NEIMANN E SILVA LTDA	08.055.125/0001-20
AUTO POSTO RODA SHOP LTDA	09.150.753/0001-58
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.491.693/0001-16
CLINICA NEUROLOGICA DE MAFRA	10.830.618/0001-32
RETIFICA GUIMORVAN LTDA ME	11.888.325/0001-79
PFEFFER & KALISKI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	13.031.005/0001-23
MATHIAS EMPILHADEIRAS LTDA	14.949.236/0001-83
AUTO POSTO GRUBER LTDA	16.862.382/0001-00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA	22.405.608/0001-39
POSTO CAIOBÁ LTDA	23.345.058/0001-72
LABORATORIO DE CITOPATOLOGIA DE ANATOMIA PATOLOGICA ANNALAB	40.426.900/0004-62
FRANCO-BACHOT INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	72.285.844/0001-37
SUPERAUTO MOTOR LTDA	72.297.468/0002-81
CENTRO DE TRATAMENTO DE DOENCAS RENAIIS DE JOINVILLE SC LTDA	78.836.855/0003-06
VIAÇÃO ELO LTDA – EPP	79.267.860/0001-46
NEREU ALTMAYER – EPP	79.286.555/0001-00
OFICINA MECÂNICA AGRICAR LTDA - EPP	79.482.121/0001-77
FRITZ MÓVEIS LTDA	79.809.455/0001-02
FARMACIA ARTEPHARMA LTDA - EPP	80.079.452/0001-40
DELIMA MECÂNICA, COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS, CHAPEAÇÃO E PINTURA	80.478.217/0001-40
SUSIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	80.696.487/0001-28
VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA	80.858.053/0001-87
LABORATORIO ANACLIN LTDA	81.142.994/0001-82
CAPOEIRA CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA ME	81.815.441/0001-43
BREITKOPF CAMINHÕES LTDA	82.713.843/0004-42
COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS WILLNER LTDA	82.876.434/0001-14
FARMACIA NATHANE LTDA	82.886.425/0001-04
DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	83.262.923/0011-10
COMERCIO DE VEICULOS E MOTORES PSCHIEDT LTDA	83.851.311/0001-91
ARTESANATO DE GESSO PEROLA LTDA - EPP	83.948.422/0001-10
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS	84.683.481/0091-23
MADEIREIRA CASSIAS LTDA	85.130.151/0001-17
PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES ME	85.241.693/0001-67
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0011-77
SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	03.777.341/0106-33
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE	07.526.983/0007-39
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	16.867.676/0001-17
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/2032-17
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE	37.115.367/0029-61
COOP DE CRED. LIVRE ADMISSÃO ASSOC. DO LESTE SC E DO PR –UNI	74.114.042/0006-02

FERRAGENS NEGRÃO COMERCIAL LTDA	76.639.285/0004-10
SUL DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA.	76.676.436/0003-29
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/0014-54
REFLORESTA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	05.467.802/0001-20
AGROPECUARIA MAFRA S/A	75.275.511/0001-15
MOVEIS KATZER LTDA	78.854.072/0002-74
PAVILOCHE ALIMENTOS LTDA	00.449.837/0004-65
CORINTO CONFECCOES LTDA	00.568.927/0001-22
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PL	01.389.651/0001-88
KRAMBECK JOALHERIA E OPTICA LTDA EPP	01.552.283/0001-47
MAXI PLACAS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP	01.677.695/0002-94
PAVILOCHE INDUSTRIAL LTDA	01.761.298/0002-04
NORTEL COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES	02.744.536/0006-51
RIOLAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA	03.210.120/0002-92
SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	03.603.739/0029-87
MB MANGUEIRAS COMERCIO LTDA ME	04.572.340/0001-48
CV PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP	04.792.762/0001-29
COOPERATIVA AGROPECUARIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES – C	05.513.750/0001-80
GRAFICA E EDITORA CHOIKOSKI LTDA EPP	06.192.810/0001-73
ERICO LUIZ BENINCA & CIA LTDA - ME	07.108.678/0001-31
ASSOC. ALIANÇA ASS. FINAN. DE PESSOA FÍSICA E JURIDICA	07.556.856/0002-78
DU PNEUS LTDA	09.036.894/0004-97
INSTITUTO DE OLHOS DE MAFRA LTDA - EPP	09.342.917/0001-49
BOTINORTE PERFUMES LTDA EPP	10.841.438/0001-56
BOTINORTE PERFUMES LTDA EPP	10.841.438/0004-07
ANA CLAUDIA DOS SANTOS NIZER WITT & CIA LTDA ME	10.926.593/0001-75
PLASSMA-PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPI	11.821.325/0001-51
SOCIEDADE EDUCACIONAL EXCELÊNCIA LTDA - EPP	12.035.159/0001-20
K2 SOLUÇÕES COMERCIO DE MOTORES E GERADORES DE ENERGIA LTDA	13.178.829/0001-20
AUTO CENTER VILA NOVA LTDA – ME	17.058.509/0001-98
ENZO PETROL COMERCIAL EIRELI - EPP	17.405.372/0001-09
SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA	17.895.893/0001-83
MANN E BARBOSA LTDA	18.038.960/0001-06
STRACK MOTOS LTDA	21.812.194/0002-80
PAULO VINICIUS DA SILVA & CIA LTDA	22.417.518/0001-68
FERREIRA E RODRIGUES TELECOMUNICACOES LTDA - ME	26.383.447/0001-80
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM S	26.989.715/0029-03
CLARICE DO ROCIO KURKIEVICZ SHTOLTZ	317.119.289-68
RITA SHTOLTZ SILVEIRA	421.445.239-91
WMK COMÉRCIO DE CELULARES E PARABÓLICAS LTDA	72.449.168/0003-51
COLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA	75.335.810/0005-21
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS	78.473.360/0029-07
OFICINA MECÂNICA AGRICAR LTDA - EPP	79.482.121/0002-58
WAG COMERCIO DO VESTUARIO LTDA EPP	80.159.981/0001-53
COMERCIAL ELAINE DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EIRELI – EPP	80.478.993/0001-40
CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA	80.709.876/0009-06
NAVE NUCLEO AVANÇADO DE EDUCACAO LTDA - ME	81.596.249/0001-03
TOMASONI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	82.150.418/0001-40
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE MAFRA	82.745.225/0001-31
MOINHO MAFRENSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	82.746.611/0001-48

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE	83.244.954/0001-77
SILVEIRA ALIMENTOS LTDA	83.436.899/0001-17
COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUPT SA	84.429.810/0011-20
MIG ATACADO E VAREJO LTDA	85.244.168/0005-29
LOJAS COLOMBO S/A - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS	89.848.543/0252-42
KR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - EPP	05.080.596/0001-09
VALNI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	44.599.066/0011-97
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0030-53
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA	05.653.136/0001-14

## ERRATA DE PUBLICAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº. 4302

Publicação Nº 1459038

ERRATA DE PUBLICAÇÃO à LEI MUNICIPAL Nº. 4.302, de 22 de NOVEMBRO de 2017. O TEXTO DA REFERIDA LEI, APROVADO PELA CÂMARA DE VEREADORES, É o QUE SEGUE COM ESTA ERRATA. AQUELE PUBLICADO na página 642/643 da Edição nº. 2.397, de 29 de Novembro de 2017 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC POSSUÍA ERROS MATERIAS QUANTO A NUMERAÇÃO DOS ARTIGOS.

LEI Nº. 4.302

DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2017 até o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme descrição abaixo:

10 Secretaria Municipal da Cultura Esporte e Turismo  
01 Secretaria Municipal da Cultura Esporte e Turismo  
133920010.2.191000 Centro de Cultura e Lazer  
(315) 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte: 0.124

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
041220011.2.45000 Ampliação e Manutenção da Frota Mecanizada  
(379) 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte: 0.124

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de outubro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 22 de novembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

## EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2017

Publicação Nº 1460906

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MARCELO KOSMALA-ME

CNPJ Nº 13.844.351/0001-20

Valor Registrado: R\$ 18.149,06 (dezoito mil, cento e quarenta e nove reais e seis centavos).

Objeto: Aquisição de sistemas de alarme e equipamentos da Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, através do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Educação

Origem: Processo nº 337/2017, Pregão Presencial - RP nº 082/2017.

Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

## **EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 036/2017**

Publicação Nº 1460902

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 036/2017

Contrato nº: 036/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DE MAFRA - PLASSMA

Contratada: DINÂMICA IMOBILIÁRIA S/S LTDA - ME

CNPJ nº 11.847.347/0001-90

Modalidade Processo Licitatório nº 186/2017. Dispensa por Justificativa nº 014/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 15 de dezembro de 2017.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº. 051**

Publicação Nº 1459020

LeI COMPLEMENTAR nº. 051

DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 044, DE 03 DE MARÇO DE 2017, CRIANDO O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a alínea ae) no art. 5º, da Lei Complementar número 044, de 03 de março de 2017, com a seguinte redação:

ae) Conselho Municipal de Trânsito – CoNTran.

Art. 2º. O Prefeito Municipal de Mafra regulamentará por Decreto a estrutura do Conselho Municipal de Trânsito – CoNTran.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 14 de dezembro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº. 052**

Publicação Nº 1459026

LeI COMPLEMENTAR nº. 052

DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI N. 3628, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), DELEGA AS ATIVIDADES DE REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO À ARIS, CRIA TAXAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o ingresso do Município de Mafra, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), assim como o Protocolo de Intenções em anexo fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, e delega as atividades de regulamentação e fiscalização e cobrança de tributo à ARIS, cria taxas para execução de serviços.

Art. 2º. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam criadas as taxas abaixo indicadas:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;



- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 3º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 5º. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 6º. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 7º. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município



R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de

Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 10. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 11. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 12. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 13. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 14. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 15. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 16. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 17. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 18. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 19. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.  
Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 20. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 21. O Protocolo de Intenções integrante da Lei n. 3.628, de 22 de dezembro de 2010, permanece mantido com as alterações desta Lei.

Art. 22. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.628, de 22 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 23. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.628, de 22 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 24. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.628, de 22 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, da unidade regional ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada a Lei n. 3.628 de 22 dezembro de 2010 e mantido o Protocolo de Intenções nela inserido.

Mafra/SC, 14 de dezembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº. 053

Publicação Nº 1459030

LeI COMPLEMENTAR nº. 053  
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O ARTigo 71 dA LEI cOMPLEMENTAR Nº 16, DE 28 DE DEZembro DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 71 passa a vigorar acrescido do § 4º, o qual com a seguinte redação:

"Art. 71.

(...)

§ 4º. O Poder Executivo Municipal poderá instituir banco de horas do servidor público mediante lei complementar específica."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 14 de dezembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 4303**

Publicação Nº 1459032

Lei nº. 4.303  
DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 4.293 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017 E INCLUI O ANEXO II, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica alterado o anexo I da Lei nº. 4.293, de 27 de outubro de 2017, que trata do Plano Plurianual do Município de Mafra para o quadriênio 2018/2021 e inclui-se o anexo II, passando a vigorar com os novos valores e programas de governo nele consignados.

Art. 2º. O artigo 2º, da Lei nº. 4.293, de 27 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. As despesas do governo para o quadriênio 2018/2021 serão definidas conforme o Anexo I e a previsão das receitas para o quadriênio 2018/2021 serão definidas conforme o Anexo II da presente Lei.

Art. 3º. Os valores do Plano Plurianual quadriênio 2018/2021 ficam totalizados em R\$ 213.030.000,00 (Duzentos e treze milhões e trinta mil reais) para o exercício de 2018, R\$ 214.112.500,00 (Duzentos e quatorze milhões, cento e doze mil e quinhentos reais) para o exercício de 2019, R\$ 216.395.000,00 (Duzentos e dezesseis milhões e trezentos e noventa e cinco mil reais) para o exercício de 2020 e R\$ 225.368.000,00 (Duzentos e vinte e cinco milhões e trezentos e sessenta e oito mil reais) para o exercício de 2021, totalizando R\$ 868.905.500,00 (Oitocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e cinco mil e quinhentos reais) conforme discriminação do anexo I que acompanha a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 1º de dezembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

\* Anexos disponíveis junto ao site da Prefeitura Municipal de Mafra (<http://www.mafra.sc.gov.br/>), e ao site Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4636/leis-de-mafra/>).

**LEI MUNICIPAL Nº 4304**

Publicação Nº 1459034

Lei nº. 4.304  
DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 4.292, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os anexos I e III da Lei nº. 4.292 de 27 de outubro de 2017, ficam substituídos pelos anexos que acompanham esta Lei, passando a vigorar com os novos valores nele consignados.

Art. 2º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2018 do Município está totalizada em R\$ 213.030.000,00 (Duzentos e treze milhões e trinta mil reais), conforme discriminação dos anexos que acompanham a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 1º de dezembro de 2017.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

\* Anexos disponíveis junto ao site da Prefeitura Municipal de Mafra (<http://www.mafra.sc.gov.br/>), e ao site Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4636/leis-de-mafra/>).

# Major Vieira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 005.2017 FMS

Publicação N° 1458833

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2017 – FMS –  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PINÇAS DE VÍDEO LAPAROSCOPIA, MEDICAMENTOS E MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO NO HOSPITAL SÃO LUCAS DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA. ATRAVÉS DO CONVÊNIO N° 2017TR001930 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CANOINHAS E O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I A ESTE EDITAL.". | Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 29/12/2017 às 13h30. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 15/12/2017.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 690/2017

Publicação Nº 1459523

DECRETO N. 690, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMAR MALDANER, Prefeita de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Art. 77, VI, da Lei Orgânica do Município de Maravilha,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para constituir a Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo, para apuração de responsabilidade da empresa prestadora de serviço de transporte escolar, conforme Processo Licitatório n.4.002/2015 e Contrato Administrativo n. 061/2015.

CATIA AGOSTINI  
ELTON SCHMIDT  
CAROLINE GOBBI

Art. 2º - Compete a Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo:

I – Instrução do processo, juntando aos Autos, diligências, pareceres técnicos, notificações, realizar oitiva de testemunhas, enfim, todos os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

II – Encaminhar os Autos do Processo Administrativo após o contraditório e ampla defesa e parecer jurídico, para decisão final.

Art.3º - Fica designado a Senhora CATIA AGOSTINI, como Presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento e Instrução de Processo Administrativo.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir desta data, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Maravilha - SC, em 07 de dezembro de 2017.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha

CLEITON BORGARO  
Sec. De Planejamento, Administração e Fazenda

### Decreto nº 704/2017

Publicação Nº 1458767

DECRETO Nº 704, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

O gozo de férias dos servidores Elias Casol, Janice Hart e Luciana Zambillo Palma,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 15 de dezembro de 2017 a 1º de fevereiro de 2018, do servidor JUNIO MAGALHÃES REIS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 482.946.246-91, ocupante do cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **Decreto nº 705/2017**

Publicação Nº 1459505

DECRETO Nº 705, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Confere estabilidade decorrente de gravidez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A estabilidade decorrente da gravidez em até 5 (cinco) meses após o parto, conforme o Art. 7º, Inciso XVIII, da Constituição da República e o Art. 10, Inciso II, Alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, em até 5 (cinco) meses após o parto da servidora municipal SHEILA BECKER, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **Decreto nº 706/2017**

Publicação Nº 1459695

DECRETO Nº 706, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa valor da planta dos imóveis do Município de Maravilha/SC, para base de cálculo do ITBI e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Corrigir eventuais distorções existentes no cálculo do ITBI, adequando o valor dos imóveis localizados no perímetro urbano e rural do nosso Município, através de avaliação por profissionais técnicos e do ramo imobiliário, conhecedores da área urbana e rural;

A infraestrutura completa ou semi-completa das vias públicas, maior densidade demográfica e fluxo de pessoas e veículos, e a maior concentração de comércio e serviço, seja no centro ou nos bairros;

A situação do imóvel dentro da quadra, se em meio de quadra ou se localizado em uma ou mais esquinas, se localizado em acentuado declive ou aplaneado, ou se apresenta um formato irregular,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto atualizada a planta de valores dos imóveis urbanos e rurais do Município de Maravilha/SC, para base de

cálculo do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Art. 2º A planta de valores dos imóveis urbanos, referida no art. 1º, é a constante das tabelas do Anexo I do presente Decreto. A tabela das edificações para fins de averbação e ITBI é a constante do Anexo II do presente Decreto.

Art. 3º Os imóveis rurais serão avaliados in loco pelo perito avaliador do Município, designado pelo Decreto nº 159, de 3 de dezembro de 2014.

Art. 4º As áreas destinadas a loteamentos serão avaliadas pela Comissão de avaliação do Município, nomeada pelo Decreto n. 688, de 6 de dezembro de 2017.

Art. 5º Poderá ser aplicada uma redução do valor constante na tabela, observando os seguintes critérios e percentuais, para imóveis:

I - sem pavimentação com pedras irregulares ou asfalto - 20% (vinte por cento);

II - com calçamento - 10% (dez por cento);

III - alagados, em declive, acive ou acidentado - 20% (vinte por cento);

IV - com formato irregular ou com testada desproporcional em relação à metragem quadrada, ou seja, inferior a 1/3 das metragens laterais - 20% (vinte por cento).

§ 1º Além dos critérios estabelecidos nos incisos deste artigo a comissão tem a competência de realizar nova avaliação e atribuir valor de mercado.

§ 2º Nos casos de aplicação de mais de um percentual de desconto, os mesmos serão somados e posteriormente aplicados ao valor resultante do cálculo realizado sobre o valor constante na tabela.

Art. 6º Para fins do cálculo do ITBI as construções poderão sofrer deduções de até 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o valor do metro quadrado de acordo com o estado de conservação. Em áreas não edificantes poderá ser aplicada uma redução de 90% (noventa por cento) no valor da avaliação.

Art. 7º Para terrenos localizados em esquina, a avaliação do ITBI irá considerar o valor da via principal.

Art. 8º Quando o contribuinte contestar o valor da avaliação atribuído ao imóvel, ele poderá solicitar avaliações contraditórias junto ao mercado imobiliário, que deverá ser de no mínimo três profissionais (peritos avaliadores).

Parágrafo único. Para que a avaliação constante do caput deste artigo possa surtir efeito, a mesma deverá ser analisada e aprovada pela Comissão de Avaliação do Município, nomeada pelo Decreto n. 688, de 6 de dezembro de 2017.

Art. 9º As solicitações para emissão de Guias de ITBI deverão conter a informação dos valores da transmissão dos bens.

Art. 10. As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Maravilha – SC, 15 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### ANEXO I

#### TABELA PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INCIDÊNCIA DE ITBI

CENTRO Nº 01	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária	1.227,50
Da Avenida Padre Antônio até a Rua Nidolfo Mattje	945,50
Da Rua Nidolfo Mattje até a Avenida 27 de Julho	
Rua 15 de Novembro	310,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Nidolfo Mattje	235,00
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas	180,00
Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera	290,00
Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Irmã Maria Borja	



Avenida Anita Garibaldi	792,50
Da Avenida Araucária até a Rua General Osório	495,00
Da Rua General Osório até a Rua Abyr Diehl	422,50
Da Rua Abyr Diehl até a Avenida Jorge Lacerda	
Avenida 7 de Setembro	1.127,50
Da Avenida Araucária até a Rua Abyr Diehl	800,00
Da Rua Abyr Diehl até a Rua Princesa Isabel	450,00
Da Rua Princesa Isabel até a Rua Independência	320,00
Da Rua Independência até a Rua Jorge Lacerda	
Avenida Sul Brasil	1.115,00
Da Avenida Araucária até a Rua Abyr Diehl	652,50
Da Rua Abyr Diehl até a Rua Princesa Isabel	448,75
Da Rua Princesa Isabel até Avenida Maravilha	
Avenida Padre Antônio	364,00
Da Avenida Araucária até a Rua José Bonifácio	274,00
Da Rua José Bonifácio até a Rua Princesa Isabel	235,00
Da Rua Princesa Isabel até o seu final	
Avenida Maravilha	480,00
Da Avenida 7 de Setembro até a Rua São Vicente	
Rua Prefeito Albino C. Cella	990,00
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Anita Garibaldi	792,50
Da Avenida Anita Garibaldi até a Rua Santos Dumont	
Rua Duque de Caxias	505,00
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	990,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	792,50
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua General Osório	410,00
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	792,50
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	589,00
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua José Bonifácio	380,50
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	533,50
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	470,00
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua Abyr Diehl	321,75
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	489,25
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	432,00
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua José Leal Filho	285,00
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	464,50
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	391,50
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua Princesa Isabel	390,25
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida 7 de Setembro	347,00
Da Avenida 7 de Setembro até a Avenida Sul Brasil	306,75
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua Independência	249,00
Rua Presidente Juscelino	249,00
Rua São Francisco	249,00
Rua São Vicente	249,00
Rua São Pedro	140,00
Avenida Jorge Lacerda	290,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Maravilha	
Rua Santos Dumont	351,00
Da Avenida Araucária até a Avenida 27 de Julho	
Travessa General Osório	417,75
Travessa Rio Branco	380,00
Travessa Bom Jardim	358,75
Travessa Anna Albrecht	285,00
Travessa Zacarias Kasper	282,00
Travessa José Manfrin	247,00
Travessa Matheus Giusti	268,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Travessa José Manfrin	228,00
Da Travessa José Manfrin até a Avenida 27 de Julho	
Rua Irmã Maria Borja	251,00
Da Avenida Araucária até a Rua 15 de Novembro	
Travessa Eloi Luiz Dadan	407,00

Rua Nidolfo Mattje	314,00
Da Avenida Araucária até a Rua 15 de Novembro	250,00
Da Rua 15 de Novembro até a Rua Santa Catarina	
Rua Silvio Noronha	386,00
Da Avenida Araucária até a Rua 15 de Novembro	235,00
Da Rua 15 de Novembro até a Rua Santa Catarina	
Avenida Euclides da Cunha - lado par	398,00
Da Avenida Araucária até a Rua Santa Catarina	
Avenida Euclides da Cunha - Lado ímpar	356,00
Da Rua Santa Catarina até a Rua Mauá	
Rua Mauá	220,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Avenida 27 de Julho	
Rua Marcílio Dias	283,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Avenida 27 de Julho	
Avenida 27 de Julho	240,00
Da Rua Jorge Lacerda até a Travessa Zacarias Kasper	292,00
Da Travessa Zacarias Kasper até a Travessa Rio Branco	240,00
Da Travessa Rio Branco até a Avenida Araucária	
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Centro.	247,00

<b>BAIRRO PADRE ANTÔNIO Nº 02</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária	417,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta	
Avenida 27 de Julho	218,00
Da Rua Jorge Lacerda até a Travessa Zacarias Kasper	272,00
Da Travessa Zacarias Kasper até a Rua Hercílio Luz	220,00
Da Rua Hercílio Luz até a Avenida Araucária	
Avenida Presidente Kennedy	280,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua Hercílio Luz	320,00
Da Rua Hercílio Luz até a Rua 1º de Maio	260,00
Da Rua 1º de Maio até a Rua Independência	240,00
Da Rua Independência até a Sanga Iporã	
Rua Castelo Branco	220,00
Da Rua Blumenau até a Rua 1º de Maio	240,00
Da Rua 1º de Maio até a Rua Princesa Isabel	190,00
Da Rua Princesa Isabel até o seu final	
Rua Marechal Deodoro	377,00
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Presidente Kennedy	236,00
Da Avenida Presidente Kennedy até a Rua Castelo Branco	
Rua Presidente Dutra	402,00
Rua Hercílio Luz	311,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta	210,00
Da Rua José de Anchieta até a Rua Leomar G. Stumpf	
Rua Prefeito Albino C. Cella	381,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta	194,00
Da Rua José de Anchieta até a Rua Leomar G. Stumpf	
Rua Santos Dumont	351,00
Da Rua Pref. Albino C. Cella até a Rua Hercílio Luz	
Rua Nossa Senhora Aparecida	286,00
Da Rua Prefeito Albino C. Cella até a Rua Hercílio Luz Outros trechos da mesma Rua	220,00
Rua José de Anchieta	
Da Av. Araucária até a Rua Hercílio Luz	286,00
Rua Florianópolis	
Rua Joinville	220,00
Da Avenida Presidente Kennedy até a Rua Castelo Branco	
Rua 1º de Maio	230,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua Castelo Branco	
Loteamento Imperatriz	250,00
Loteamento Giombelli	250,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro Padre Antônio.	190,00

Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO PADRE ANTÔNIO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.

<b>BAIRRO PROGRESSO Nº 03</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$

Avenida Araucária	417,00
Da Rua José de Anchieta até a Rua Inocente Bortolanza	304,00
Da Rua Inocente Bortolanza até o seu final	
Rua Ex Combatente ErvinKrauspenhar	244,00
Loteamento Mirante do Sol	193,00
Rua da Alegria, Rua da Bondade e Rua Olívio Weirich	180,00
Rua da Prosperidade	
Demais trechos de ruas não enquadrado nos itens acima, localizados nos Loteamentos Krauspe- nhar e Progresso, pertencentes ao Bairro Progresso.	193,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO PRO- GRESSO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO JOSÉ DE ANCHIETA Nº 04</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária	417,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua Inocente Bortolanza	
Avenida 27 de Julho	210,00
Da Avenida Araucária até a Rua Mauá	187,00
Da Rua Mauá até o seu final	
Rua José de Anchieta	272,00
Da Avenida Araucária até a Rua Mauá	210,00
Da Rua Mauá até a Rua Nereu Ramos	
Rua Orestes Ranzi	240,00
Da Avenida Araucária até a Rua Mauá	
Rua Marcílio Dias	240,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua Inocente Bortolanza	
Rua Francisco Fontana	240,00
Da Rua José de Anchieta até a Rua Orestes Ranzi	
Loteamento Constrular Maravilha	190,00
Rua José de Anchieta	180,00
Demais ruas do Loteamento Constrular Maravilha	
Demais trechos de Ruas localizados no Bairro José de Anchieta não contemplados nos quadros acima.	204,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO JOSÉ DE ANCHIETA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redu- ção de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO UNIÃO Nº 05</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Euclides da Cunha	363,00
Da Rua Santa Catarina até o seu final	
Avenida 27 de Julho	187,00
Da Rua Mauá até o seu final	
Rua Arnaldo Graf	192,00
Da Rua Santa Catarina até a Rua Victor Meirelles	165,00
Da Rua Victor Meirelles até o seu final	
Rua Silvio Noronha	235,00
Rua Nidolfo Mattje	165,00
Da Rua Santa Catarina até a Rua Nereu Ramos	135,00
Da Rua Nereu Ramos até a Rua Palmitos	
Da Rua Palmitos até o seu final	
Rua Santa Catarina	213,00
Rua Victor Meirelles	
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Nidolfo Mattje	
Rua Nereu Ramos	195,00
Rua BalduinoGehn	195,00
Rua Palmitos	178,00
Rua Rua Iguaçu	165,00
Rua São José	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Euclides da Cunha	
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Arnaldo Graf	
Da Rua Arnaldo Graf até a Rua Silvio Noronha	
Da Rua Silvio Noronha até a Rua Nidolfo Mattje	
Rua 13 de Maio em toda a sua extensão	210,00
Travessa Osvaldo Cruz	186,00
Demais trechos de Ruas localizadas no BAIRRO UNIÃO não contemplados nos quadros acima.	135,00

Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO UNIÃO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.

**BAIRRO BELA VISTA Nº 06**

Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua Nidolfo Mattje Rua Pastor Armando Claas Rua Prefeito Baldissera Rua Eloi Luiz Dadan Da Rua Nereu Ramos até a Rua Palmitos	135,00
Rua Nereu Ramos Rua Balduino Gehn Rua Palmitos Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Eloi Luiz Dadan	135,00
Loteamento Klement	100,00
Loteamento Alvorecer	150,00
Loteamento Seminário (parte pertencente ao Bairro Bela Vista)	300,00
Avenida Araucária	185,00
Demais ruas	90,00
Demais trechos de Ruas localizados no Bairro Bela Vista não contemplados nos quadros acima.	90,00

Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO BELA VISTA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.

**BAIRRO MORADA DO SOL Nº 07**

Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua 15 de Novembro Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Madre Júlia Da Rua Madre Júlia até a Rua Irmã Maria Borja	235,00 180,00 240,00 290,00
Rua Santa Catarina Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera Da Rua Pref. Baldissera até a Rua Madre Julia Rua Madre Julia até a Rua Irmã Maria Borja	235,00 160,00 240,00 290,00
Rua Victor Meirelles Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Prefeito Baldissera Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Armando Weber Da Rua Armando Weber até a Rua Irmã Lucia Linck	154,00 220,00 200,00
Rua Nidolfo Mattje Da Rua 15 de Novembro até a Rua Santa Catarina Da Rua Santa Catarina até a Nereu Ramos	250,00 235,00
Rua Pastor Armando Claas Da Rua 15 de Novembro até a Rua Santa Catarina Da Rua Santa Catarina até a Nereu Ramos	250,00 210,00
Rua Prefeito Baldissera Da Rua 15 de Novembro até a Rua Nereu Ramos	135,00
Rua Madre Julia Da Rua 15 de Novembro até a Rua Victor Meirelles	280,00
Rua Armando Weber	232,00
Rua Irmã Maria Borja Da Avenida Araucária até a Rua 15 de Novembro Da Rua 15 de Novembro até seu final	251,00 235,00
Rua Irmã Lúcia Linck	235,00

Loteamento Seminário (parte pertencente ao B. Morada do Sol)	
- Avenida Araucária	
- Da Av. Pe. Antônio até a Rua Irmã Lucia Link	1.227,50
- Da Rua Irmã Lucia Link até a Rua Olavo Bilac	417,00
- Da Rua Olavo Bilac até o final	300,00
- Rua 15 de Novembro (da Rua Irmã Maria Borja até Ir. Lucia Link)	251,00
- Rua Irmã Lucia Link	
- Rua Clementina Lorenzetti Matana	220,00
- Rua Faustino Manfrin	
- Rua Padre João Berthier	210,00
	185,00
- Rua Porto Alegre	
- Demais ruas	
Demais trechos de ruas localizados no Bairro Morada do Sol não contemplados nos quadros acima.	170,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO MORADA DO SOL" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO SÃO JOSÉ Nº 08	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua Duque de Caxias	
Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza	330,00
- Lado par	260,00
- Lado ímpar - fundos com a Sanga Cambuim	230,00
Da Rua Cruz e Souza até a Rua Curitiba	220,00
Da Rua Curitiba até o final do Loteamento Esplendor	
Rua do Pioneiro	
Rua Monteiro Lobato	
Rua Olavo Bilac	310,00
Rua Cruz e Souza	
Da Sanga Cambuim até a Rua General Eurico	
Rua do Pioneiro	
Rua Monteiro Lobato	
Rua Olavo Bilac	250,00
Rua Cruz e Souza	
Da Rua General Eurico até a Rua José Bonifácio	
Rua do Pioneiro	
Da Rua José Bonifácio até o seu final	210,00
Rua Monteiro Lobato	
Rua Olavo Bilac	210,00
Da Rua José Bonifácio até a Rua Abyr Diehl	
Rua General Eurico	
Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza	230,00
Da Rua Cruz e Souza até a Rua Curitiba	210,00
Da Rua Curitiba até o final do Loteamento Vitória	180,00
Rua José Bonifácio	
Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza	173,00
Loteamentos Esplendor, Esplendor II e Esplendor III	
Rua Porto Alegre	210,00
Rua São Paulo	185,00
Rua Curitiba	
Demais ruas	
Loteamento Vitória I e Vitória II – todas as ruas	180,00
Loteamento Jardim América – todas as ruas	180,00
Loteamento Jardim América II – todas as ruas	171,00
Loteamento Jardim do Lago – todas as ruas	180,00
Loteamento Dom Henrique	180,00
Loteamento Vento Serrano	180,00
Loteamento Dona Carolina	180,00
Loteamento Jardim Mirante	160,00
Loteamento Jardim Colina Verde	140,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro São José.	180,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO SÃO JOSÉ" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO JARDIM Nº 09	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Padre Antônio	364,00
Da Avenida Araucária até a Rua José Bonifácio	274,00
Da Rua José Bonifácio até a Rua Princesa Isabel	235,00
Da Rua Princesa Isabel até a Rua Independência	
Travessa das Rosas	
Travessa das Palmeiras	310,00
Rua das Hortências	
Rua do Imigrante	
Da Rua Duque de Caxias até a Rua General Eurico	310,00
Da Rua General Eurico até a Rua José Bonifácio	250,00
Rua da Criança	
Rua da Árvore	310,00
Rua do Pioneiro	250,00
Da Sanga Cambuim até a Rua General Eurico	
Da Rua General Osório até o final	
Rua Duque de Caxias	
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Pioneiro	330,00
- Lado par	260,00
- Lado ímpar - fundos com a Sanga Cambuim	
Rua General Eurico	292,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Imigrante	250,00
Da Rua do Imigrante até a Rua do Pioneiro	
Rua José Bonifácio	292,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Imigrante	250,00
Da Rua da Árvore até a Rua do Pioneiro	250,00
Da Rua do Imigrante até a Rua da Árvore	
Travessa Otto Schaedler	250,00
Loteamento Girassol (todas as ruas)	320,00
Loteamento Popular "Nosso Sonho" (todas as ruas)	145,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro Jardim.	220,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO JARDIM" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO MADALOZZO Nº 10	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Maravilha	721,00
Da Rua São Vicente até a Sanga Ibicuy	
Rua "13"	191,00
Rua Serafim Bertaso	319,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Giácomo Madalozzo	
Da Rua Giácomo Madalozzo até o encontro com a Avenida Padre Antônio.	290,00
Avenida Padre Antônio	
Da Rua Serafim Bertaso até a Rua Independência	235,00
Rua Independência	
Da Avenida Padre Antônio até a Rua Euclides Mário Canalle	200,00
Rua Euclides Mário Canalle	
Rua Giácomo Madalozzo	
Rua José Madalozzo	200,00
Rua 21 de Abril	
Da Rua Serafim Bertaso até a Rua São Francisco	
Loteamento Colibri	200,00
Loteamento Colibri II	200,00
Todas as Ruas do Loteamento Roverssi, e demais trechos de ruas pertencentes ao Bairro Madalozzo, não contempladas nos quadros acima.	200,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO MADALOZZO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO FREI DAMIÃO Nº 11	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Maravilha	
Da Sanga Ibicuy até o seu final	721,00
Rua do Trabalho	
Da Avenida Maravilha até a Rua Avelino Giehl	270,00

Rua Carlos Antônio Cembranel	290,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Avelino Giehl	200,00
Da Rua Avelino Giehl até a Rua Atílio João Zanotto	
Loteamento Primavera II	180,00
Demais trechos de ruas do Loteamento Frei Damião e outras ruas de loteamentos pertencentes ao Bairro Frei Damião.	200,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO FREI DAMIÃO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO KASPER Nº 12</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Rua Rodolfo Edvino Schlemmer	180,00
Da divisa com o Loteamento Frei Damião até o seu final	
Loteamento Estrela	171,00
Loteamento Jardim Itália	171,00
Loteamento Aurora	185,00
Loteamento Marion	180,00
Rua Rodolfo Edvino Schlemmer	171,00
Demais Ruas do Loteamento Marion	
Loteamento Vilagio	171,00
Demais Ruas do Loteamento Kasper	171,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO KASPER" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO FLORESTA Nº 13</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Avenida Maravilha	721,00
Da Rua "13" até o trevo principal de acesso a BR-282	
Avenida Presidente Vargas	300,00
Da Avenida Maravilha até a Ponte do Rio Iracema	249,00
Da Ponte do Rio Iracema até o seu final	
Ruas "6", "7", "8" e "9"	175,00
Rua "11"	
Rua Tereza C. Comerlatto	220,00
Rua Iracema	
Da Avenida Maravilha até a Rua "10"	
Rua "12"	220,00
Rua "13"	191,00
Rua Tereza C. Comerlatto	175,00
Da Rua 10 até o seu final	
Avenida Marginal	220,00
Em toda a sua extensão	
Avenida Entre Rios	220,00
Em toda a sua extensão	
Loteamento Rigoni	175,00
Loteamento Muller	175,00
Demais trechos de ruas localizados Bairro Floresta não enquadrados nos itens acima.	175,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO FLORESTA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>NOVO BAIRRO Nº 14</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Avenida Sul Brasil	269,00
Da Rua Menegassi até a Rua Pedro Müller	230,00
Da Rua Pedro Müller até a Avenida Presidente Vargas	
"A", "B", "C" e Rua Menegassi	220,00
Ruas "D", "E", "F" (da Rua Menegassi até a R. Pedro Muller)	220,00
Ruas "D", "E", "F" (demais trechos das ruas)	180,00
Avenida Alexandre Kasper	250,00
Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Rua Inácio Rambo	240,00
Da Rua Inácio Rambo até o seu final	
Demais ruas do Loteamento Bairro Universitário	220,00
Loteamento Belo Horizonte	180,00
Loteamento Tomazoni	180,00



Loteamento Luiza	220,00
Loteamento Real Park	200,00
Demais trechos de ruas localizados no Novo Bairro não enquadrados nos itens acima.	180,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "NOVO BAIRRO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO CIVEMARA Nº 15</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Jorge Lacerda	290,00
Da Avenida Maravilha até a Avenida Anita Garibaldi	250,00
Da Avenida Anita Garibaldi até o seu final	
Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki	280,00
Da Avenida Jorge Lacerda até a Rua Foz do Iguaçu	
Avenida Sul Brasil	290,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Menegassi	
Avenida Presidente Kennedy	245,00
Da Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki até a Sanga Iporã	
Demais trechos de Ruas localizados no Bairro Civemara não enquadrados nos itens acima.	240,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO CIVEMARA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO UNIVERSITÁRIO Nº 16</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki	250,00
Da Rua Foz do Iguaçu até Avenida Alexandre Kasper	300,00
Da Avenida Alexandre Kasper até a UNOESC	
Avenida Alexandre Kasper	250,00
Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Sanga Mariporã	
Avenida Presidente Kennedy	245,00
Da Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki até a Sanga Iporã	
Rua Foz do Iguaçu	240,00
Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Sanga Mariporã	
Loteamento Villa Universitária	300,00
Frente para Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki	250,00
Demais trechos da Villa Universitária	
Demais trechos de ruas localizados no Bairro Universitário não enquadrados nos itens acima.	220,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO UNIVERSITÁRIO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO INDUSTRIAL Nº 17</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Loteamento Scapini	140,00
Loteamento Grando	200,00
Todos os imóveis localizados nas Ruas do Bairro Industrial destinados a instalação de empresas	140,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO INDUSTRIAL" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

## ANEXO II

## TABELA DAS EDIFICAÇÕES PARA FINS DE AVERBAÇÃO E ITBI

RESIDENCIAL					
PROJETOS PADRÃO	TIPO	PAVIMENTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO		
			BAIXO	NORMAL	ALTO
Residencial	Unifamiliar	2	R\$ 973,18		
Residencial	Multifamiliar	8	R\$ 980,71	R\$ 1.337,44	R\$ 1.824,01
Residencial	Multifamiliar	20		R\$ 1.249,23	R\$ 1.632,67
Residência Popular Alvenaria / Mista	Unifamiliar	1	R\$ 904,96	R\$ 1.206,93	R\$ 1.746,82
Residência Popular Madeira	Unifamiliar	1	R\$ 589,54		
Projeto interesse social	Multifamiliar	4	R\$ 589,54	R\$ 278,04	R\$ 735,53
Abriço de Veículo	Ed. Multifamiliar		R\$ 198,60		
COMERCIAL					

PROJETOS PADRÃO	PAVIMENTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO	
		NORMAL	ALTO
Comercial, Salas e Lojas	20	R\$ 1.116,48	R\$ 1.518,45
Comercial Andar Térreo	2	R\$ 1.290,54	R\$ 1.713,24
Galpão Industrial Alvenaria	1	R\$ 556,08	R\$ 635,52
Barracão Industrial Misto / Madeira	1	R\$ 397,20	R\$ 556,08

Avaliação conforme visita in loco e fotos anexas.

Maravilha, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

RESIDENCIAL		
BAIXO	NORMAL	ALTO
( ) 1 Dormitório	( ) 2 ou 3 Dormitórios	( ) 4 Dormitórios, sendo 1 suíte
( ) Sem abrigo de veículo	( ) Abrigo de veículo	( ) Abrigo para 2 ou mais veículos
( ) Esquadrias de ferro	( ) Esquadrias de madeira maciça	( ) Esquadrias de alumínio / vidro temperado
( ) Peitoris de concreto	( ) Peitoris de granito	( ) Peitoris e soleiras de granito
( ) Bacia sanitária com caixa de descarga	( ) Bacia sanitária caixa acoplada / válvula hidra	( ) Bacia sanitária caixa acoplada modelo especial
( ) Lavatório de louça com ou sem coluna	( ) Bancada banheiro granito com cuba de louça	( ) Bancada granito, cuba louça modelo especial
( ) Piso cerâmico esmaltado - padrão popular	( ) Piso cerâmico esmaltado - 1ª qualidade	( ) Assoalho de madeira ou porcelanato
( ) Forro madeira ou PVC	( ) Laje regularizada	( ) Forro com placas de gesso
( ) Telhado com telha de barro	( ) Telhado de fibrocimento + laje	( ) Telhado de barro / concreto + laje
( ) Circulação vertical - escadas	( ) Circulação vertical - escadas + elevador	( ) Circulação vertical - escadas + elevador
RESID. POPULAR ALVENARIA/ MISTA	( ) Dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço Área Máx. = 90,00 m²	
RESIDÊNCIA POPULAR MADEIRA	( ) Dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço Área Máx. = 70,00 m²	
PROJETO DE INTERESSE SOCIAL	( ) Térreo + 4 pavimentos tipo - Aptos com 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço	

ABRIGO DE VEÍCULOS (EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR)		
BAIXO	NORMAL	ALTO
( ) Área coberta	( ) Área coberta com vedação	( ) Abrigo integrado à edificação – pavimento próprio para o uso
( ) Piso chão batido / brita	( ) Contrapiso	
( ) Isolada da edificação	( ) Externa a edificação	

COMERCIAL		
COMERCIAL, SALAS E LOJAS	( ) Edifício exclusivamente comercial com até 8 salas comerciais por andar	
COMERCIAL TÉRREO E SOBRELOJA	( ) Edifício com até 2 pavimentos comerciais (térreo e sobreloja)	
GALPÃO INDUSTRIAL ALVENARIA	( ) Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito	
BARRACÃO INDUSTRIAL MISTO / MADEIRA	( ) Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito	
PADRÃO	NORMAL	ALTO
	( ) Peitoris de concreto	( ) Peitoris de granito
	( ) Piso cerâmico esmaltado - 1ª qualidade	( ) Piso cerâmico - porcelanato
CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:	( ) Circulação vertical - escadas	( ) Circulação vertical – escadas + elevador
	R\$/m2 DE ÁREA CONSTRUÍDA:	

AJUSTES APLICÁVEIS AO VALOR DA EDIFICAÇÃO	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Bom ( )	Redução: 5% ( ) 10% ( ) 20% ( ) 25% ( ) 30% ( )
Regular-10% ( ) -20% ( )	Área Rural: 50% ( )
Precário-30% ( ) -40% ( ) -50% ( ) -60% ( ) -70%( )	Valorização: 10% ( ) 20% ( ) 30% ( ) 40% ( ) 50% ( ) 60% ( ) 70% ( ) 80% ( ) 90% ( ) 100% ( )

AVALIAÇÃO DO TERRENO	
VALOR DEFINIDO POR TABELA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS (ANEXO I) R\$/m2 de terreno:	
*Para terrenos localizados em esquina, a avaliação do ITBI irá considerar o valor da via principal	

AJUSTES APLICÁVEIS AO VALOR DO TERRENO	
Imóvel sem pavimentação:-20% ( )	Imóvel alagado, em declive, aclive ou acidentado:-20% ( )
Imóvel com calçamento:-10% ( )	Imóvel com formato irregular ou testada desproporcional (inferior a 1/3 das laterais: -20% ( )

VALOR FINAL DO IMÓVEL: R\$ \_\_\_\_\_

Berlin Marcos Felippin  
Diretor de Planejamento  
CRECI/SC 025932 CNAI012419

Camila Begrow  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A74048-9

## PROCESSO LICITATÓRIO N. 180/2017

Publicação Nº 1460483

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 180/2017 – Modalidade de Concorrência Pública n. 005/2017.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia sanitária e de limpeza pública no perímetro urbano do município, compreendendo: 01) coleta manual e mecanizada e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos;

02) coleta seletiva de materiais recicláveis;

03) disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, através da operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário de responsabilidade da contratada;

04) fornecimento de equipe de apoio/padrão.

Para o município de maravilha, SC, em regime de execução por empreitada por preços unitários, com julgamento pelo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes, contendo a habilitação e propostas no dia 05 de fevereiro, no horário de expediente. A data de abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente propostas será realizada no dia 06/02/2018, com início às 14 horas Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha – SC, 15 de dezembro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CO 51.2017 (FMS) MAICON FERNANDO EGER

Publicação Nº 1458771

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: MAICON FERNANDO EGER

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2017

Publicação Nº 1458765

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2017

Dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município

O Prefeito do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

- I- análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);
- II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;
- III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;
- IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;
- V - averbação de reserva legal;
- VI - licença ambiental para terraplenagem urbana e rural;
- VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;
- VIII - autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação.

Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CIMVI:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos."

§ 2º Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 7º Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e serão atualizados anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior, na forma da legislação municipal de regência".

Parágrafo Único A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 9º As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, revogadas disposições em contrário.

Art. 11 Ficam revogados os artigos 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, e 466 da Lei Complementar nº 045/2011.

Massaranduba, 15 de Dezembro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito de Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Anexo único Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou

de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

## 2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
P	M	G		
	P	P,P	P,M	P,G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

## 2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL						
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G	
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302	
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358	
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604	

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL	EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL	RIMA:
Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental	EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental	RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:
3.1. Custo total das análises		
CT = TT + VT + CE + CA, onde:		
a) Trabalho Técnico		
TT = T x H (UMA 0,6078/hora)		
b) Vistoria Técnica		
VT = T x D (UMA 1,4055/dia) + V x R (UMA0,0083/Km)		
c) Consultoria Externa		
CE = Cc x H		
d) Custo Administrativo		
CA = (TT + VT + CE) x 0,0015UMA		

## Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

## 4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ÁRVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar

## 5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

## 6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

## 7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

## 8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:



POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL					
P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)		
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UMA 0,8357

Conforme consta nas Resoluções do CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

**9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:**

Pr = UMA 1,9374

**10. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:**

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

**11. ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) (QUANDO NÃO LICENCIÁVEL POR AUA, SITUAÇÃO NA QUAL RECOLHERÁ O VALOR CORRESPONDENTE A ESTA)**

UMA's 1,5

**12. LICENÇA DE ADESÃO OU COMPROMISSO**

LAC

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL					
M	Valor (UMA)				
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,M		3,00	
	M	M,M		4,00	
	G	G/M		5,00	

**13. ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL (ALRS)**

UMA's 1,0

**14. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE**

UMA's 1,0

**15. EMISSÃO 2º VIA DO CERTIFICADO DA LICENÇA AMBIENTAL, CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL OU AUA**

UMA 1,0

**16. ANÁLISE DE REVISÃO OU PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE CONDICIONANTE**

UMA 1,0

**17. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE LICENÇA OU AUA**

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

**18. RENOVAÇÃO DA LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**

Remuneração do processo correspondente

**19. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

UMA 01,00 por hora.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

**LEI N° 1846/2017**

Publicação N° 1458716

LEI N° 1846/2017

Altera a Lei 1638/2014, de 02 de dezembro de 2014, que autoriza o Município a ceder servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários a outros órgãos e entidades da Administração Direta e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1638/2014, de 02 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza o Município a ceder servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários a outros órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.”

Art. 2º O caput do artigo 1º, da Lei 1638/2014, de 02 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o Município de Massaranduba, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, a ceder, através de convênio, servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários, a outros órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Massaranduba, 15 de dezembro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**LEI N° 1845/2017**

Publicação N° 1458747

LEI N° 1845/2017

Institui a Unidade Monetária Ambiental (UMA) para efeito de cálculo de atualização monetária e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal e dá outras providências.

ARMINDO SÉSAR TASSI, Prefeito de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 2º A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente

anterior.

§1º Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2 No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 3º As guias, carnês e demais documentos impressos de arrecadação, cujos valores estejam expressos em quantidades de UFM (Unidade Fiscal Municipal), referentes a taxas, penalidades e outros valores ligados à legislação ambiental terão seus valores atualizados, já a partir de 1º de janeiro de 2018, segundo os critérios estabelecidos na presente lei ordinária.

Art. 4º Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 15 de Dezembro de 2017  
ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

## **PROCESSO LICITATÓRIO 169.2017 PP 124.2017 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PADRÃO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Publicação Nº 1458967

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PADRÃO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h00min do dia 23/01/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h30min do dia 23/01/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 12 de dezembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 77.2017 PP 58.2017 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA UBS E HOSPITAL MUNICIPAL**

Publicação Nº 1459570

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO AMBULATORIAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO PRONTO ATENDIMENTO E PARA UTILIZAÇÃO NAS CIRURGIAS REALIZADAS NO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA(SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 24/01/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 24/01/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).  
Massaranduba, 13 de dezembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 108/2017**

Publicação Nº 1458733

DECRETO N.º 108/2017 – de 4 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2148/2016, de 22 de novembro de 2016:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO		
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2.016		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000		Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO		
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2.016		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000		Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**DECRETO 109/2017**

Publicação Nº 1458734

DECRETO N.º 109/2017 – de 4 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002148/2016 de 22 de novembro de 2016:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2.039		MANUT. BL. MAC. AMB. HOSP. E LIM. DE FINAN	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000		Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo provável Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## DECRETO 110/2017

Publicação Nº 1458738

DECRETO N.º 110/2017 – de 04 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2148/2016, de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 451,00 (quatrocentos e cinquenta e um reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
ATIVIDADE	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVI ADMINISTRATIVAS		
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.0000	Transf a Inst Privadas sem Fins Lucrativos		451,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 451,00 (quatrocentos e cinquenta e um reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
ATIVIDADE	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVI ADMINISTRATIVAS		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		451,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## DECRETO 111/2017

Publicação Nº 1458742

DECRETO N.º 111/2017 – de 04 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2148/2016, de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
ATIVIDADE	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVI ADMINISTRATIVAS		
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.0000	Transf a Inst Privadas sem Fins Lucrativos		800,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
ATIVIDADE	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVI ADMINISTRATIVAS		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 04 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## LEI MUNICIPAL 2195/2017

Publicação Nº 1460518

Lei Municipal Nº 2.195/2017 – de 15 de dezembro de 2017.

Altera o art. 4º, caput da Lei 06/2016 e dá outras providencias.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º, caput, da Lei 060/2016 passara a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O subsídio mensal dos vereadores para a Legislatura 2017/2020, fica fixado em parcela única mensal no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e o subsídio mensal do vereador em exercício do cargo de Presidente da Câmara de Vereadores, para a Legislatura 2017/2020, fica fixado no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 15 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 648/2017

Publicação Nº 1460442

PORTARIA Nº 648/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora DAIANA DO NASCIMENTO MARTINS, nomeada no cargo de provimento em Comissão de COORDENADOR DA DIVISAO DE CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.



Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 649/2017

Publicação Nº 1460451

PORTARIA Nº 649/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora JOSIANE RENATA ZAIAS, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR DE ARTES.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 650/2017

Publicação Nº 1460459

PORTARIA Nº 650/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora LUCIANE SCHEFFER GOMES, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 651/2017

Publicação N° 1460468

PORTARIA N° 651/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora AGDA MARTINS FARIAS GRABOVSKI, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 652/2017

Publicação N° 1460474

PORTARIA N° 652/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora MARIA TRINDADE KOBER ALMEIDA, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 653/2017**

Publicação Nº 1460482

PORTARIA Nº 653/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora ROSANI DE CAMARGO LOPES PEROZZO, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 654/2017**

Publicação Nº 1460488

PORTARIA Nº 654/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora SUELY DE JESUS BENDLIN, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 655/2017**

Publicação Nº 1460500

PORTARIA Nº 655/2017 – De 15 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - RESCINDIR o contrato por prazo determinado da servidora MARIANE GOMES, do cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO da categoria funcional de PROFESSOR DE INGLES.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 15 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## **RE\_RATIFICAÇÃO EXTRATO JULGAMENTO TOMADA DE PREÇO 04/2017**

Publicação Nº 1459186

### **RE-RATIFICAÇÃO**

### **EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Matos Costa-SC, nomeada através do Decreto nº 84\2017, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Recurso Administrativo interposto pelas Empresas TEMPERO PROPAGANDA LTDA-ME, OLÉ PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, GOTCHA PUBLICIDADE LTDA-ME, no Processo Licitatório nº 39/2017 Tomada de Preços nº 04\2017, Resolve:

1. Conhecer do Recurso, porque próprio e tempestivo; 2. Desprover o Recurso; 3. Classificar a Empresa GOTCHA PUBLICIDADE LTDA-ME; 4. Retificar o resultado; 5. Determinar a abertura para o dia 18 de dezembro de 2017 as 09:00 hs, dos envelopes "D" 6. Determinar a publicação desta decisão;

Decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações e ratificada pelo Prefeito Municipal de Matos Costa-SC.

O processo estará à disposição para consulta dos interessados acerca da presente decisão no sítio [www.matoscosta.sc.gov.br](http://www.matoscosta.sc.gov.br).

DATA: 14\12\2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO INEXIGIBILIDADE 101-2017

Publicação Nº 1460091

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

AVISO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2017.

EDER MATOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de inexigibilidade de licitação a atração BANDA BONDE LEVADA, para o ENCERRAMENTO DAS FESTIVIDADES DE NATAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Valor Total Contratado: R\$ 1.300,00

Meleiro/SC, 15 de dezembro de 2017.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 391-2017

Publicação Nº 1460077

PORTARIA n.º 391/2017

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a Senhora GILCINÉIA SCHNEIDER BERTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude do término da licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/12/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 392-2017

Publicação Nº 1460083

PORTARIA n.º 392/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal GILCINÉIA SCHNEIDER BERTI – matrícula 10330, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 07/03/2016 a 06/03/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0169/2017

Publicação Nº 1460873

PORTARIA Nº 0169/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUNICE MARIA HOSS SCHUH, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal CLEUNICE MARIA HOSS SCHUH, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde Pública ESF, conforme Decreto de nomeação nº 108/2012 de 24.04.2012, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 04/2012 a 04/2017, a ser usufruída no período de 26.12.2017 a 24.01.2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 18 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 5.060 - EXPEDIENTE DIFERENCIADO

Publicação Nº 1459740

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.060, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece Expediente Diferenciado na Administração Municipal nos dias especificados e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO o Período de Recesso de Final de Ano tendo em vista as festividades de Natal e de Final de Ano;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes financeiros, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço;

CONSIDERANDO necessidade imperiosa do encerramento das atividades administrativas no âmbito do Poder Executivo.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente em horário diferenciado, em jornada única ininterrupta, de 05 (cinco) horas, das 07 (sete) às 12 (doze) horas, para os servidores municipais nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 12 de dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

ELISEU BOHN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2017 - PMM

Publicação Nº 1460679

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2017

Termo de Dispensa Nº 021/2017

O Município de Mondaí – SC, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 134/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso V, da Lei nº. 8.666/1993, conforme a seguir: OBJETO: A aquisição de materiais diversos para ornamentação natalina e materiais elétricos destinados para decoração Natalina do Município de Mondaí, incluindo escolas municipais, Departamento de Cultura e Turismo, Fundo Municipal de Saúde e Fundo de Assistência Social, cuja face inexistência de proponentes em itens do Procedimento Licitatório nº 117/2017, Pregão Presencial nº 077/2017. CONTRATADAS: Cleci Menegassi Cristofoli (CNPJ sob nº. 81.012.007/0001-25), Papelaria E Bazar Bem Com Ltda Me (CNPJ nº. 15.361.632/0001-58), Borck Bruch E Weber Comercio De Materiais De Construção Ltda - Me (CNPJ nº. 07578.359/0001-90), Madeireira Fatima Ltda - Epp (CNPJ sob nº. 15.718.889/0001-14), Norma Schafer 40040941949 (CNPJ nº. 05.029.073/0001-20), Marcia Aparecida Grassi Kretschmer (CNPJ nº. 10.587.658/0001-03), Gabriel Edison Loesch 08988614976 (CNPJ sob nº. 16.923.624/0001-10) e Gisela Dreger Me (CNPJ nº. 83.225.656/0001-30). VALOR: R\$ 54.152,06 (cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais, com seis centavos) a ser pago em parcela única. VIGÊNCIA: 31/12/2017. Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 123.2017

Publicação Nº 1458676

DECRETO Nº 123/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte três mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura  
Unidade Orçamentária 03 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura  
Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura  
Elemento Despesa 106 – 3.3.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 23.000,00 (Vinte três mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura  
Unidade Orçamentária 03 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura  
Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura  
Elemento Despesa 105 – 3.1.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 23.000,00 (Vinte três mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de dezembro de 2017.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 126.2017

Publicação Nº 1458677

DECRETO Nº 0126/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 155.124,01 (Cento e cinquenta e cinco mil cento e vinte quatro reais e um centavo ) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 61 – 3.1.90.00.00.00.00.0019  
Valor: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção do Transporte Escolar

Elemento Despesa 77 – 3.1.90.00.00.00.00.0019  
Valor: R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.010– Manutenção da Educação Pré- Escolar  
Elemento Despesa 55 – 3.3.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 3.090,00 (Três mil e noventa reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 62 – 3.3.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção da Educação - Creches  
Elemento Despesa 50 – 3.3.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 2.034,01 (Dois mil e trinta e quatro reais e um centavo)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, ficam anulados os valores das dotações abaixo discriminadas:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 60 – 3.1.90.00.00.00.00.00018  
Valor: R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.010– Manutenção da Educação Pré- Escolar  
Elemento Despesa 58 – 4.4.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 3.090,00 (Três mil e noventa reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 67 – 4.4.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção da Educação - Creches  
Elemento Despesa 52 – 4.4.90.00.00.00.00.00001  
Valor: R\$ 2.034,01 (Dois mil e trinta e quatro reais e um centavo)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de dezembro de 2017.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 127.2017

Publicação Nº 1458680

DECRETO Nº 0127/2017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 19.920,00 (Dezenove mil novecentos e vinte reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 03 – Departamento de Esportes  
Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção do Desporto Amador  
Elemento Despesa 86 – 3.3.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais)

Órgão 12 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade 2.041 – Manutenção do CRAS  
Elemento Despesa 129 – 3.1.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 17.620,00 (Dezessete mil seiscentos e vinte reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, ficam anulados os valores das dotações abaixo discriminadas:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 03 – Departamento de Esportes  
Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção do Desporto Amador  
Elemento Despesa 85 – 3.1.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais)

Órgão 12 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade 2.041 – Manutenção do CRAS  
Elemento Despesa 130 – 3.3.90.00.00.00.00.0000  
Valor: R\$ 17.620,00 (Dezessete mil seiscentos e vinte reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de dezembro de 2017

## DECRETO Nº 128.2017

Publicação Nº 1458845

DECRETO Nº128/2017 DE13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO DE JORNADA EXTRAORDINÁRIA DOS SERVIDORES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado o banco de horas individual para os servidores sujeitos à realização de jornada extraordinária para registros de horas excedentes e eventual compensação de jornada excedente com expediente diário normal.

§ 1º As horas trabalhadas que excederem o expediente diário serão creditadas à conta do servidor e poderão ser utilizadas para compensações futuras com jornada normal de trabalho.

§ 2º A compensação observará a proporção de uma hora excedente para uma hora normal compensada.

§ 3º As horas excedentes referidas no parágrafo anterior deverão ser autorizadas pelo superior imediato, que deverá convalidá-las em relatório próprio.

§ 4º As horas excedentes apuradas ao final de cada trimestre serão acumuladas devendo ser usufruídas até o trimestre imediatamente posterior.

§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior o ano civil é dividido em quatro trimestres, iniciando o primeiro no mês de janeiro e o último no mês de outubro.

§ 6º As horas excedentes não compensadas durante o trimestre subsequente deverão ser lançadas e pagas na folha de vencimentos dos servidores, respeitados os limites previstos em lei.

§ 7º O banco de horas criado por este decreto não autoriza a realização de horas excedentes sem a observação das demais normas previstas em lei, como prévia e expressa autorização do superior e limite de 60 (sessenta) horas por mês.

§ 8º O servidor que faltar injustificadamente por mais de trinta dias consecutivos ou por sessenta dias intercaladamente, num período de doze meses, fica automaticamente excluídos do banco de horas e sujeitos às penalidades previstas.

Art. 2º. O controle do Banco de Horas dos servidores será de responsabilidade dos Secretários Municipais responsáveis pelos respectivos setores, ou, na falta destes, do superior hierárquico imediato.

Parágrafo único. Caberá ao Departamento de Recursos Humanos a fiscalização do controle e aplicação dos bancos de horas dos servidores.

Art. 3º. A compensação de jornada criada por este decreto deverá ter observância prioritária, evitando-se, sempre que possível, o pagamento de horas excedentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 13 de dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### I ERRATA PREGAO 066/2017

Publicação Nº 1460188

#### I - ERRATA DE EDITAL

##### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/17

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 066/17, ficando assim determinado:

Onde se lê:

#### 1) CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS IMPUGNAÇÕES:

2) 6. Não havendo manifestação na forma do item 1 desse título, se dará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

#### 3) CAPÍTULO XIII. DO CONTRATO

2 O contrato de prestação de serviços terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de termo(s) aditivo(s), caso haja interesse das partes, na forma da lei, até o limite de 60 (sessenta) meses. O contrato poderá ser rescindido pelo descumprimento de suas cláusulas e itens.

9. Em caso de prorrogação da vigência, os preços poderão vir a ser reajustados, anualmente, a partir da data da assinatura do contrato ou termo(s) aditivo(s), de acordo com aumentos determinados pelo Órgão Regulador do Governo Federal - ANATEL, depois de decorridos 12 (doze) meses de vigência contratual, conforme constante na minuta do Contrato.

#### 4) 13. DAS PENALIDADES:

a) Advertência;

b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

#### 5) D) RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

D.1) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos similares ao objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário a ser apresentado em papel timbrado do declarante e com firma reconhecida, no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, ficando reservado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

D.2) Cópia do contrato de concessão ou do termo de autorização para a prestação dos serviços de telecomunicação licitados, outorgada pelo poder concedente (ANATEL), nos termos da legislação em vigor.

Leia-se:

#### CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, DAS IMPUGNAÇÕES e MOMOLOGAÇÃO:

2) 6. Não havendo manifestação na forma do item 1 desse título, se dará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

a) A adjudicação do presente processo licitatório será por 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de sua assinatura, não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial limitada às dotações vigentes do exercício em execução.

b) A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

c) A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os sistemas ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

d) Quando da definição do proponente vencedor, será marcada a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

e) Caberá ao Município designar os técnicos para a avaliação dos sistemas demonstrados.

#### 3) CAPÍTULO XIII. DO CONTRATO

2 O contrato de prestação de serviços terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de termo(s) aditivo(s), caso haja interesse das partes, na forma da lei, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. O contrato poderá ser rescindido pelo descumprimento de suas cláusulas e itens.

9. Em caso de prorrogação da vigência, os preços poderão vir a ser reajustados, anualmente, a partir da data da assinatura do contrato ou termo(s) aditivo(s), de acordo com aumentos determinados pelo Órgão Regulador, depois de decorridos 12 (doze) meses de vigência contratual, conforme constante na minuta do Contrato.

4) 13. DAS PENALIDADES:

a) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

b) Multa de 0,2% do valor anual do contrato por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital do Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

c) Multa de 5% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

d) Multa de 5% sobre o valor da parcela não cumprida do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

e) Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública:

ü Por 06 (seis) meses – quando incidir em atraso na entrega dos produtos/serviços;

ü Por 01 (um) ano – no fornecimento de produtos/serviços em desacordo com o exigido em contrato;

ü Pelo o prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação;

f) As sanções previstas nos subitens 13.2 deste item poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

5) D) RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

D.1) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos similares ao objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário a ser apresentado em papel timbrado do declarante e com firma reconhecida, no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, ficando reservado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

OBS: PERMANECEM INALTERADAS OS OUTROS AUTOS DO EDITAL.

MONTE CASTELO-SC, 15 de DEZEMBRO de 2017.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### ERRATA DECRETO MUNICIPAL Nº 177/2017

Publicação Nº 1458698

#### ERRATA

Fica suprimido o inciso VII do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 177, de 08 de Dezembro de 2017, passando a vigor o dispositivo no Art. 1º.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 14 de Dezembro de 2017.

AGENOR CORAL

PREFEITO MUNICIPAL

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 FUMAN

Publicação Nº 1460720

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 FUMAN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de mudas de quaresmeiras para arborizar as praças públicas, ruas e residências do nosso município, através da FUMAN - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/01/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 05/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 188/2017 PMN

Publicação Nº 1460702

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 188/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na confecção e montagem de kits de materiais escolares, devidamente personalizados, para distribuição gratuita aos alunos da rede municipal de ensino (educação infantil e fundamental), para o ano letivo de 2018, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC.. Entrega/envelopes: 05/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 05/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1460065

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

Ilmo(a) Sr.(a)  
Ceres Tamiozzo Maieran (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Kamila Brustolin  
Gerente de RH

### CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1460073

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

Ilmo(a) Sr.(a)  
Karla Danielle Gabardo (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Kamila Brustolin  
Gerente de RH

## CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1460078

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

Ilmo(a) Sr.(a)  
Thais de Borba (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Kamila Brustolin  
Gerente de RH

## DECRETO Nº 552 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459667

DECRETO Nº 552 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 27.100,00 (vinte e sete mil e cem reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recurso:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

10 – 3.1.71.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 8.500,00

25 – 3.3.91.00.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgão R\$ 1.000,00

27 – 4.4.71.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 600,00

28 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

T O T A L ..... R\$ 27.100,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 27.100,00

T O T A L ..... R\$ 27.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 15 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## DECRETO Nº 553 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459806

DECRETO Nº 553 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3256 de 15/12/2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 2.326.080,00 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil e oitenta reais) das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10.100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
01 – Diretoria Administrativa  
12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF  
58 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 340.000,00  
60 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 12.440,00  
12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI  
61 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 280.000,00  
63 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 34.800,00  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática  
74 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 15.000,00  
03 – Diretoria de Projetos Educacionais  
12.361.00014 – 2.026 – Transporte p/Todos – Município  
102 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 199.990,00  
12.361.0008 – 2.039 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EF  
103 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 198.000,00  
105 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 36.100,00  
12.365.0007 – 2.056 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EI  
120 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 200.000,00  
122 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 46.240,00  
12.366.0010 – 2.048 – Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EF  
112 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 55.540,00  
114 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 42.990,00  
116 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 49.990,00  
117 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 14.990,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação R\$ 1.526.080,00

Fonte de Recursos: Transferências do Fundeb – 60%  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI

85 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 800.000,00

Total Recursos: Transferências do Fundeb – 60% R\$ 800.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10.100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

75 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 388.080,00

76 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 353.000,00

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI

98 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 515.000,00

99 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 270.000,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação R\$ 1.526.080,00

Fonte de Recursos: Transferências do Fundeb – 40%

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.043 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EI

232 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 800.000,00

Total Recursos: Transferências do Fundeb – 40% R\$ 800.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## DECRETO Nº 554 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459808

DECRETO Nº 554 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3257 de 15/12/2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.235.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta e cinco mil reais) das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

02 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 25.000,00

04 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 30.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

14 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 16.390,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Bens Materiais e Serviços

30 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

31 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 25.658,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

237 – 3.2.91.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida – Op. Intra Orç. R\$ 19.990,00

**14 – SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA**

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

129 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.500,00

130 - 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 9.000,00

**16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

148 - 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 9.500,00

**17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

02 – Diretoria de Serviços Públicos

15.452.0019 – 2.062 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Serviços Públicos

159 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 152.670,00

160 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 74.000,00

03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação da Vias Públicas

161 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 250.750,00

26.782.0019 – 2.063 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pavimentações

166 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 371.600,00

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 – 1.042 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Secretaria de Obras

169 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 15.900,00

15.452.0019 – 2.064 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

170 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 55.600,00

26.782.0021 – 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal

171 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

**30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE**

01 – Diretoria de Controle Preventivo

04.125.0061 – 2.135 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle Preventivo

183 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 12.000,00

**31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA**

04 – Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

198 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 6.342,00

199 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.300,00

**33 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

01 – Diretoria de Fisc. Obras/Projetos Públicos e Análise de Projetos

15.451.0015 – 2.0159 – Manut. e Func.da Diretoria de Fisc. Obras/Projetos Públicos e Análise de Projetos

215 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.800,00

Total R\$ 1.235.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

**03 – GABINETE DO VICE PREFEITO**

01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito

04.122.0002 – 2.005 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Vice-Prefeito

06 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 30.000,00

**07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

16 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 65.000,00

**08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.013 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

21 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

27 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 230.000,00

28 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 60.000,00

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

53 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

**17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

152 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 700.000,00

153 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçam. R\$ 90.000,00

Total R\$ 1.235.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de Dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

**DECRETO Nº 555 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459672

DECRETO Nº 555 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3258 de 15/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 716.000,00 (Setecentos e dezesseis mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte

UNIDADE: 01 – Diretoria de Eventos e Marketing

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 – Turismo

Programa: 17 – Incentivar o turismo é obter sucesso

2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

147 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 17 – Secretaria Municipal de Obras

UNIDADE: 03 – Diretoria de Pavimentação

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 19 – Cidade Limpa e Urbanizada

1.039 – Pavimentação de Vias Públicas

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

161 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 416.000,00

T O T A L ..... R\$ 716.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde

15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 716.000,00

T O T A L ..... R\$ 716.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



Navegantes, 15 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

**DECRETO Nº 556 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459674

DECRETO Nº 556 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3259 de 15/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 100 – Assistência à Criança e ao Adolescente/FMAS

2.122 – Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal

Fonte de Recursos – 16500 – Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/Estado

33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 64 – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

2.078 – Piso Básico Fixo - CRAS

Fonte de Recursos – 16500 – Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/Estado

18 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 15 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR 335/2017 CRIA VAGAS DE NUTRICIONISTA**

Publicação Nº 1459049

LEI COMPLEMENTAR Nº 335 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, DE VAGAS DE NUTRICIONISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Navegantes, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criadas no quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Navegantes, 3 (três) vagas do cargo de nutricionista.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar fica condicionado à sua expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária anual, com a respectiva dotação orçamentária, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Navegantes, SC, em 15 de dezembro de 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

KARLILE CUGNIER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**LEI Nº 3256 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459804

LEI Nº 3256 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 2.326.080,00 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil e oitenta reais) das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10.100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
01 – Diretoria Administrativa  
12.361.0008 – 2.037 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EF  
58 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 340.000,00  
60 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 12.440,00  
12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa – EI  
61 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 280.000,00  
63 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 34.800,00  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 1.020 – Aquisição de Equipamentos de Informática  
74 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 15.000,00  
03 – Diretoria de Projetos Educacionais  
12.361.00014 – 2.026 – Transporte p/Todos – Município  
102 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 199.990,00  
12.361.0008 – 2.039 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EF  
103 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 198.000,00  
105 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 36.100,00  
12.365.0007 – 2.056 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais – EI  
120 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 200.000,00  
122 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 46.240,00  
12.366.0010 – 2.048 – Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EF  
112 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 55.540,00  
114 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 42.990,00  
116 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 49.990,00  
117 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 14.990,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação R\$ 1.526.080,00

Fonte de Recursos: Transferências do Fundeb – 60%  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI  
85 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 800.000,00

Total Recursos: Transferências do Fundeb – 60% R\$ 800.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10.100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF  
75 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 388.080,00  
76 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 353.000,00  
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EI  
98 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 515.000,00  
99 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 270.000,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação R\$ 1.526.080,00

Fonte de Recursos: Transferências do Fundeb – 40%

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.043 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EI

232 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 800.000,00

Total Recursos: Transferências do Fundeb – 40% R\$ 800.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

**LEI Nº 3257 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459805

LEI Nº 3257 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.235.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta e cinco mil reais) das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

02 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 25.000,00

04 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 30.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

14 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 16.390,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Bens Materiais e Serviços

30 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

31 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 25.658,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

237 – 3.2.91.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida – Op. Intra Orç. R\$ 19.990,00

14 – SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

129 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.500,00

130 - 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 9.000,00

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

148 - 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 9.500,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02 – Diretoria de Serviços Públicos

15.452.0019 – 2.062 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Serviços Públicos

159 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 152.670,00

160 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 74.000,00

03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação da Vias Públicas

161 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 250.750,00  
26.782.0019 – 2.063 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pavimentações  
166 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 371.600,00  
04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços  
26.782.0021 – 1.042 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Secretaria de Obras  
169 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 15.900,00  
15.452.0019 – 2.064 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle de Materiais e Serviços  
170 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 55.600,00  
26.782.0021 – 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal  
171 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

**30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE**

01 – Diretoria de Controle Preventivo  
04.125.0061 – 2.135 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle Preventivo  
183 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 12.000,00

**31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA**

04 – Diretoria de Indústria e Comércio  
11.334.0056 – 2.141 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio  
198 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 6.342,00  
199 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.300,00

**33 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

01 – Diretoria de Fisc. Obras/Projetos Públicos e Análise de Projetos  
15.451.0015 – 2.0159 – Manut. e Func.da Diretoria de Fisc. Obras/Projetos Públicos e Análise de Projetos  
215 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.800,00

Total R\$ 1.235.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

**03 – GABINETE DO VICE PREFEITO**

01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito  
04.122.0002 – 2.005 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Vice-Prefeito  
06 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 30.000,00

**07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

01 – Diretoria de Projetos  
04.121.0015 – 2.011 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos  
16 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 65.000,00

**08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

01 – Procuradoria Geral do Município  
03.092.0004 – 2.013 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
21 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos  
04.128.0005 – 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos  
27 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 230.000,00  
28 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 60.000,00

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

01 – Diretoria de Programas Sociais  
08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais  
53 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 40.000,00

**17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

01 – Diretoria de Operações  
15.452.0019 – 2.061 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações  
152 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 700.000,00  
153 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçam. R\$ 90.000,00

Total R\$ 1.235.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de Dezembro de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito

**LEI Nº 3258 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459675

LEI Nº 3258 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 716.000,00 (Setecentos e dezesseis mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 16 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte  
UNIDADE: 01 – Diretoria de Eventos e Marketing  
Função: 23 – Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 – Turismo  
Programa: 17 – Incentivar o turismo é obter sucesso  
2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing  
Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
147 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 17 – Secretaria Municipal de Obras  
UNIDADE: 03 – Diretoria de Pavimentação  
Função: 26 – Transporte  
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 19 – Cidade Limpa e Urbanizada  
1.039 – Pavimentação de Vias Públicas  
Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
161 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 416.000,00

T O T A L ..... R\$ 716.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 716.000,00

T O T A L ..... R\$ 716.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de Dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

**LEI Nº 3259 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459676

LEI Nº 3259 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social  
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 100 – Assistência à Criança e ao Adolescente/FMAS  
2.122 – Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal  
Fonte de Recursos – 16500 – Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/Estado  
33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social  
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 64 – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS  
2.078 – Piso Básico Fixo - CRAS  
Fonte de Recursos – 16500 – Transferências do sistema único de Assistência Social – SUAS/Estado  
18 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 15 de Dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## **PORTARIA 3278/2017 PRORROGA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Publicação Nº 1460310

PORTARIA N º 3278 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
PRORROGA CONTRATAÇÃO TEMPORARIA POR MOTIVO DE AUXILIO DOENÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – PRORROGAR a contratação temporária (ACT), o (a) servidor (a) SUZANI MARA BOETTGER , do cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU - ACT, 40 horas, com efeito a partir de 01/12/2017 a 04/12/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Rua João Emílio n º 100 - Centro - CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500 - www.navegantes.sc.gov.br

## **PORTARIA 3409/2017 PROGRIDE POR DESEMPENHO**

Publicação Nº 1460299

PORTARIA N º 3409 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER VALQUIRIA RENGEL PAIM no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "B".



II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.12.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA 3410/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1460295

PORTARIA N º 3410 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR por término de contrato, o (a) servidor (a) SUZANI MARA BOETTGER , do cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU - ACT, a partir de 04/12/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 04/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Rua João Emílio n º 100 - Centro - CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500 - www.navegantes.sc.gov.br  
DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS!

## **PORTARIA 3416/2017 DESIGNA CONTROLADOR SETORIAL**

Publicação Nº 1458904

PORTARIA N º 3416 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA AS ATRIBUIÇÕES DE CONTROLADOR SETORIAL CONFORME ESPECIFICA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA 3076 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por este ato a servidora Daiane Maicá Kastary como controlador setorial da Secretaria de Obras, o qual exercerá suas funções sob a orientação da Controladoria Geral do Município e nos termos do artigo 8º da Lei 1417/2001, possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Exercer o controle, através dos diversos níveis de chefia dos diversos sistemas administrativos, objetivando o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica dos órgãos de cada sistema;

II - Exercer o controle sobre a observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares afetas a cada sistema administrativo;

III - Exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao município, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV - Avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o município seja parte;



V - Manter registro periódico de informações acerca da execução dos controles setoriais, em sistema informatizado, arquivos digitais ou em meio físico, conforme orientações do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, sendo responsável pela veracidade das informações prestadas;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando na íntegra a Portaria nº 3076 de 25/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

KARLILE CUGNIER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 3417/2017 EXONERA

Publicação Nº 1460289

PORTARIA N º 3417 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) MARINICE COELHO DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 14/12/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Emílio Vieira  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## RESULTADO PROGRESSÕES POR CAPACITAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL - REQUERIMENTOS PROTOCOLADOS EM SETEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460276

Resultado do Processo de PROGRESSÃO VERTICAL – Promoção por Titulação e PROGRESSÃO HORIZONTAL - Promoção por Capacitação (Alteração de Nível) conforme Lei Complementar nº 11 de 04 Dezembro de 2003 que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e salários do quadro geral dos servidores públicos municipais de Navegantes protocolados em SETEMBRO/2017.

Matrícula	Nome do Servidor	Progressão requerida	Parecer final	Análise do parecer final
2080204	Adriana Gesser	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6269604	Adriana Liberato Souza	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135.
263702	Adriane Gonçalves Rodrigues Madureira	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6222902	Ana Raquel Rabelo Vieira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
331612	Andréa Gaya Cabido	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6219102	Angela Bastianello Horvath	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6192201	Angela Maria Vieira Passos	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
2023501	Ângela Rech	Progressão Horizontal	Deferido	Estacionando na referência "D"
6223205	Ariane Zilz de Souza	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1974301	Arlete Dalmarco Canuto	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1974301	Arlete Dalmarco Canuto	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135.
6236901	Bruna Heloíse Sedrez Pereira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "B".
6263901	Bruna Heloíse Sedrez Pinheiro	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6296203	Bruna Thais Pinheiro Ferreira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
6296203	Bruna Thais Pinheiro Ferreira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
419003	Carina Alves Lourenço	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.

63282001	Carolina Maria Coimbra Machado	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
1974001	Cirléia Juliana Inácio	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
169002	Creusa Nardielle de Oliveira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "D".
1690002	Creusa Nardielle de Oliveira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6228904	Daili Sirinéia Freitas Zanotto	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6301703	Daniela Cirinéia de Freitas Weidgenand Carlos	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 2º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6318001	Diego Medeiros da Rosa	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 2º e inciso I do do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
2056502	Dilva Santos de Jesus	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6236501	Douglas Lemos	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
1800802	Eliana Bastianello Horvath	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "C".
6292401	Eliane de Souza	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6292401	Eliane de Souza	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para referência "I".
281109	Eliane Doraci Reis Pera	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
348502	Eliane Franco da Silva de Souza	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "C".
224603	Elisandra Pinheiro Vargas	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "G".
6202504	Elizabeth Xavier Franco	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6324802	Elizabeth Cristine Cordeiro	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
2029201	Eric da Fonseca Kenig	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "D".
6311501	Everton Cordeiro Mazzoleni	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
1994501	Fernanda Souza Tomé da Silva	Progressão Horizontal	Deferido	Estacionando na referência "E".
63283101	Fernando Rampazzo	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 7º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6184003	Giliane Prestes da Silva de Barba	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
508502	Gilmara Patrício Maes	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6282504	Gisleine Machado	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63263002	Gizandra Primon	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6319102	Gláucia Andréa Callegarin	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
190602	Gracy Kelly Lucindo	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
434506	Graziela da Silva Pereira	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
434506	Graziela da Silva Pereira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
434506	Graziela da Silva Pereira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
384903	Iraci de Oliveira Pilar das Chagas	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
406502	Isabela Emílio Rebello	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6276102	Jaison Gilleady dos Santos	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6320801	Jaqueline Mourão de Oliveira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
6336601	Joicy Januário Guedes	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
5979605	Josiane Felício Pereira	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
5979605	Josiane Felício Pereira	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
1980502	Josiane Gonçalves	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6251004	Josiane Prestes da Silva Ribeiro	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6251004	Josiane Prestes da Silva Ribeiro	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
5979605	Josiani Felício Pereira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
401405	Josilene Lourenço	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6236701	Juliana de Andrade Santos Soares	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".

6257803	Juliana Ramos da Silva	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o inciso II do parágrafo 2º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
143303	Juliano Nildo de Maria	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "B".
1979401	Julieta Jaurretche	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63274101	Kakline Cristina Gonçalves Delfino	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135.
6325701	Karina Sheyla Carniel	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
6325701	Karina Sheyla Carniel	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63278001	Karla Carolyn Batista dos Santos	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
6191801	Léia Maria Righetto Reganhan	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
5504304	Leandro Amaral	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6299303	Letícia Naldi Rafael	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
6284002	Lilian do Nascimento	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
6211101	Liliane Cristina Farias Dorneles Machado	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
6282003	Lislie da Costa dos Santos	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6315201	Luana Faresin	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
275005	Luciana Mestre	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 2º e 6º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
2058801	Luciane Alles	Progressão Horizontal	Deferido	Estacionando na referência "D".
63279001	Luzia Aparecida Severino	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
6303401	Marceli Pereira de Andrade	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
371206	Márcia Regina Luz Rodrigues	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
359703	Márcia Regina Silvano	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
359703	Márcia Regina Silvano	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
420404	Maria Eli Lourenço	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
1973701	Mariana dos Santos	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "D".
499205	Marilza Alves dos Reis Silva	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1698002	Marilza do Carmo Moschini Delfino	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6238801	Maristela Freitas Mudim	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea (C) do inciso II do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6188601	Michel Kirschner Herbst	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
6258504	Michele Regina Serrano dos Santos	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
446302	Mônica Ferreira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
15501	Nadia Braz Bins	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
1628303	Natália Ferreira Costa	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 2º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
378803	Nelci Maria Vieira Albino	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
378803	Nelci Maria Vieira Albino	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
378803	Nelci Maria Vieira Albino	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o Art. 1º do Decreto Nº 135.
5026103	Nelir Moser	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "C".
5026103	Nelir Moser	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
375005	Neusa Flores Kranenberg	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
1294804	Nivaldo José Kloppel	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1294804	Nivaldo José Kloppel	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Inciso II do parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6250604	Paloma Pereira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6223705	Patrícia Dermina da Silva	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
360805	Pedro José da Silva	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
465307	Priscila Fátima Gomes de Meira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
465307	Priscila Fátima Gomes de Meira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
6205303	Priscilla Cristina dos Santos	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "C".
6269001	Rafael Moreira da Silva	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".

388401	Ranieri Crescêncio de Souza dos Santos	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1640703	Riete dos Santos	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6262801	Rodrigo Torri Vieira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "D".
372405	Rosana da Silva	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6251104	Rosângela dos Santos Oliveira	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1867603	Rosani Smoeller Tobias	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6269804	Rosemeri Bernardes de Souza	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6237101	Sabrina Machado	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6266601	Salette de Fátima dos Santos	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
228303	Sandra Aparecida Becher	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "J".
295801	Sandra Barilli Cipriano	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "II".
6234801	Sheila Marques de Oliveira Xavier	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 3º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
323004	Shirlei Francisco Lisboa	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
19701	Silvia Renata dos Santos Nascimento	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
453103	Simone Aparecida Ames	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
280401	Sonia Mara Correa dos Santos Conde	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o inciso II do parágrafo 12º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
63261602	Sonia Maria da Silva	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o inciso II do parágrafo 2º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6210101	Sueli Mafra	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
	Tadeu Henrique Araújo Silva	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º do Art. 11º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6274604	Tainara Kreff	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63280101	Tatiane Aparecida Cabral Evaristo	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A".
352906	Tatiane da Rosa Miranda	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
218702	Terezinha Aparecida Ferreira Oliveira	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "F".
413102	Terezinha Knak	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
6305302	Thaís Caroline Sobon	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63275101	Valda Lopes Marcial Furlan	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
63279101	Vanessa da Silva Santos Vanhoni	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para referência "A"
63279101	Vanessa da Silva Santos Vanhoni	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
1734605	Vanessa Juraci da Silva	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o Art. 3º do Decreto Nº 135.
6245704	Vanessa Ramos Machado	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
189901	Vania Alves Voltolini	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6319001	Vânia Lourenço de Jesus de Goes	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 6º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
288203	Vera Márcia Gesser	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".
6275802	Viviane Schell	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o inciso II do parágrafo 2º do Art. 7º da Lei Complementar Nº 11/2003.
479004	Zaine Vieira Custódio dos Santos	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível "I".

Navegantes, 15 de dezembro de 2017.

Comissão:

Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_

Juliano de Amorim Busana \_\_\_\_\_

Leonardo Silva Vianna \_\_\_\_\_

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 269/2017 ANULAÇÃO DE ATO

Publicação Nº 1458878

DECRETO Nº 269, de 13 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre anulação de ato administrativo que, efetuou o lançamento de receita de crédito e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, conforme dispõe o artigo nº. 61 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a receita referente a Alvará Sanitário foi lançada indevidamente, já que o contribuinte em questão é fiscalizado pela vigilância estadual e, sendo assim, o imposto é devido ao Estado e não ao Município, de acordo com declaração expedida pelo Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária do Município de Nova Erechim.

Considerando que o responsável pela empresa apresentou o alvará sanitário expedido pela 4ª Gerência da Saúde.

Considerando que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme dispõe Súmula 473 do STF;

Considerando que os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o ato administrativo, lançamento de receita de crédito, em face de:

- Leandro Aparecido de Paula ME - CNPJ nº.19.634.481/0001-15 – R\$ 714,09 (setecentos e quatorze reais e nove centavos).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do lançamento da receita de crédito.

Nova Erechim, 13 de dezembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 131/2017

Publicação Nº 1460820

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 131/2017
Edital: Pregão Nº.: 40/2017
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Contratação de Empresa especializada para coleta, recolhimento, transporte e destinação final do lixo urbano municipal
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27 de dezembro de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27 de dezembro de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 15 de dezembro de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 132/2017

Publicação Nº 1460821

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 132/2017
Edital: Pregão Nº.: 41/2017
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos rurais do município e coleta, transporte e destinação final de materiais (lixo) recicláveis do perímetro urbano municipal.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 27 de dezembro de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 27 de dezembro de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 15 de dezembro de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 311/2017

Publicação Nº 1460822

DECRETO Nº 311/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS "PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,





especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.174/2017, de 22 de dezembro de 2017.  
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais) no Projeto Atividade 2.008 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, na modalidade de aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.01 – Rec. Imp/Transferências Imp. Educação, nos termos da Lei Municipal, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.190 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação

Fonte: 0.1.01 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Des. da Educação

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento de Fonte de Recursos R\$ 82.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais), provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.006 PARCERIAS COM ENTIDADES MUNICIPALISTAS

Modalidade de Aplicação 3.1.71 – Aplicação Direta R\$ 34.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.71 – Aplicação Direta R\$ 8.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 1.006 – CONST.DO CENTRO DE CONV. DO IDOSO/CENTRO DE REF. A.S.

Modalidade de Aplicação 4.4..90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 10.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 512 SANEAMENTO Básico Urbano

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 1.015 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEMANETO BASICO

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 10.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 22 Industria

Sub-Função: 661 Promoção Industrial

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 1.002 INFRAESTRUTURA NA ÁREA INDUSTRIAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Esportes

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 Desporto Municipal

Programa: 0006 DESPORTO MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 1.009 – EDIFICAÇÃO/REFORMAS DE PRAÇAS ESPORTIVAS



Modalidade de Aplicação 4.4..90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 5.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 312/2017

Publicação Nº 1460823

DECRETO Nº 312/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS “PROVIDÊNCIAS “

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.175/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) no Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública, na modalidade de aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.02 – Receita Imp./Transf. Imp. Saúde, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PUBLICA

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.02 Receita Imp./Transf. Imp. Saúde

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 37.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária:01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais

Programa: 0014 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 0.003 PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 19.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 06 Segurança Publica

Sub-Função: 181 Policiamento

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.030 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PUBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 15.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 313/2017

Publicação Nº 1460824

DECRETO Nº 313/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.176/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 276.300,00 (Duzentos e setenta e seis mil e trezentos reais) no Projeto Atividade 2.004 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em Geral, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta, na Fonte 01.02 – Receita Im./ Transf. Saude e no Projeto Atividade 2.008 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, na modalidade de aplicação 3.1.90 e 3.3.90 - Aplicação Direta – na Fonte 01.01 Receita de Imp./Transf.Imp. Educação, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.004 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em Geral

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.02 Receita Imp./Transf. Imp. Saúde

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 170.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3. 90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação

Fonte: 0.1.01 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Des. da Educação

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento de Fonte de Recursos R\$ 56.300,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 276.300,00 (Duzentos e setenta e seis mil e trezentos reais) provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária:03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transportes

Sub-Função: 451 Infra Estrutura Urbana

Programa: 010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 1.011 IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO PARQUE DE MÁQUINAS

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. DE URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária:03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.027 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. CAMINHÕES E MOB. EM GERAL

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 04 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 02 Departamento de Cultura

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão da Cultura

Programa: 0005 CULTURA

Projeto/Atividade: 2.035 Manutenção das Atividades do Centro de Eventos Municipal

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 4.600,00

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.014 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 9.700,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 Secretaria Mun. De Administração e Fazenda

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais

Programa: 014 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 0.004 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 29.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 Secretaria Mun. De Administração e Fazenda

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais

Programa: 014 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 0.001 DIVIDA FUNDADA

Modalidade de Aplicação 3.2.90 – Aplicação Direta R\$ 78.000,00

Modalidade de Aplicação 4.6.90 – Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

**ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017**

Publicação Nº 1460819

**ERRATA AO EDITAL**

A Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, 512, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal – Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção do EDITAL DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2017, assim como segue: Onde no item 2 está disposto:

"A presente licitação tem por objeto a Aquisição de veículo 0 Km tipo van com no mínimo 16 lugares (15 passageiros + motorista), veículo com teto alto, rodado simples, motor a diesel, potência mínima de 146 cv, com no mínimo 3,66 metros de distância entre eixos, transmissão de 6 marchas, pintura em cor sólida, direção hidráulica, ar-condicionado, bancos fixos, air-bag duplo, freios a disco com avs, controle de tração, porta corredeira do lado direito, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento/desembaçador, vidros elétricos, travamento central elétrico com acionamento à distância, tacógrafo eletrônico, triângulo, chave de rodas, macaco, estepe e demais equipamentos obrigatórios, de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens Anexa, a este Edital".

Leia-se:

"A presente licitação tem por objeto a Aquisição de veículo 0 Km tipo van com no mínimo 16 lugares (15 passageiros + motorista), veículo com teto alto, rodado simples, motor a diesel, potência mínima de 130 cv, com no mínimo 3,66 metros de distância entre eixos, transmissão de 6 marchas, pintura em cor sólida, direção hidráulica, ar-condicionado, bancos fixos, air-bag duplo, freios a disco com abs, porta corredeira do lado direito, espelhos retrovisores elétricos, vidros elétricos, travamento central elétrico com acionamento à distância, tacógrafo eletrônico, triângulo, chave de rodas, macaco, estepe e demais equipamentos obrigatórios, de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens Anexa, a este Edital".

As demais disposições edilícias permanecem em vigor.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 101/2017

Publicação Nº 1458966

#### CONTRATO Nº 101/2017

Origem: Processo Licitatório Nº 106/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 080/2017. Contratante: Município de Nova Trento. Endereço: Rua Santo Inácio, 126, Centro, 88270-000, CNPJ Nº 82.925.025/0001-60. Contratada: EDUCOMP INFORMATICA LTDA, estabelecido na Praça Getúlio Vargas, 40, Centro, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.695.181/0001-34, doravante denominado(a) CONTRATADA. Objeto do Contrato: Constitui o objeto a contratação de empresa para a execução do programa ACESSUAS Trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme especificações do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Pregão nº 080/2017 e seus anexos. Valor: R\$39.300,00 (Trinta e nove mil e trezentos reais). Vigência: 29/11/2017 até 29/11/2018.

Nova Trento, 18 de dezembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 516 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460425

DECRETO N.º 516, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 7º, caput, da Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 032/CMS/2017, do Conselho Municipal de Saúde, datada de 24 de novembro de 2017, anexa a este Decreto, que aprova a nomeação, em caráter de interinidade, na Presidência do Conselho Municipal de Saúde, da Secretária MARIS-TELA REGINA VITALI CÚNICO, até que haja eleição e nomeação de um novo Presidente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 12 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 12 de dezembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 186/2017

Publicação Nº 1458822

EDITAL DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 186/2017

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, torna público a todos os interessados que estará realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO para promover a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, para que seja disponibilizado ao Município, os serviços relativos ao DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, G-Obras - Gestão de Obras, G-Simples - Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional, G-Nota - Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, G-CIM - Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal, SINFAT - Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma e G-DEC - Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte, durante o exercício de 2018.

**Contratado:**

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**Valor Global do Contrato:**

R\$ 11.685,00 (onze mil seiscentos e oitenta e cinco reais)

**Recursos orçamentários:**

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias correspondente ao exercício de 2018.

Órgão: 06 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

Unidade: 01 Depto Adm/Cont/Pessoal/Trib. E Fiscalização

Proj./Ativ. 2.008 Manutenção dos Serviços Administrativos

**Base Legal:**

Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações nº 8.666/93

Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição na Secretária Municipal de Administração e Finanças do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 15 de dezembro de 2017.

ROGERIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

## **DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO | EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017**

Publicação N° 1459843

DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO

E.E.B. Abílio César Borges

Auxiliar de Biblioteca

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
751717	19/05/1986	Albegair Crispim Da Cunha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
754557	05/02/2000	Aline Marcelino Da Rocha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
747245	15/10/1970	Andre Lucas	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776989	06/09/1977	Angela Maria Ferraz Romanha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
775436	16/08/1985	Claudia Possamai Colonetti	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
777419	10/12/1977	Daiane Cardosos Dos Santos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
777373	25/11/1986	Denise Medeiros	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
746101	27/12/1975	Edson Pereira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
775363	23/05/1978	Elaine Orben Rinaldi	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
777728	12/03/1986	Fabiana Da Cruz Martins Ronchi	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
751884	17/10/1994	Fabricio Filisbino	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
757046	03/07/1993	Filipe Camargo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
774794	25/01/1994	Gabriel Cretella Carvalhaes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
765986	26/01/1991	JESSICA DA SILVA LIMA	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
762641	25/06/1996	Leticia Cristina Obertier	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
777412	01/04/1998	Lucas Rosa Ferreira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
775879	18/11/1987	Lusmeri Paes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
767514	23/07/1998	Maiara Spilere Minatto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
744072	01/11/1997	Maria Leticia Mazonara Nuernberg	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776045	15/05/1990	Mariane Floriano Porziski	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
741114	19/08/1993	Marielle Darella Lorenzin Fernandes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
769585	16/06/2000	Milliana Spilere Minatto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
770791	12/12/1999	Morgana Alessio Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776862	19/12/1988	Raquel B. Pasini Frasseto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
775776	18/08/1972	Rodrigo Netto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
741847	23/07/1969	Simone Beatriz Guedes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
775078	17/08/1977	Sonia Frigo Brogni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
746292	25/02/1968	Vera Lucia Michels Zanoni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6

Coordenador Pedagógico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
744197	09/12/1957	Ana Elizabeth Rossoni Burigo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
776396	28/08/1976	Ana Keila Guimaraes Ugioni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
745382	03/10/1983	Rosa Maria Crispim Da Cunha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
761445	17/09/1972	Roseli Viola Rodrigues	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
768956	26/12/1971	Silvio Vergulino Euclides	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

Fonoaudiólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
745936	05/01/1995	Thais Terezinha Cardoso	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1



## Motorista I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
776857	13/06/1982	Antonio Carlos Ungaratti Felizardo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
775810	26/02/1977	Eraldo Rodrigues Da Luz	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
774896	19/08/1981	Graziela Laurindo Rabelo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
750607	22/12/1970	Patricia Bratti	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
752807	12/12/1967	Pedro Donizete Artismo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
751063	23/02/1998	Vitor Borges Vitali	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7

## Motorista II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
777400	01/09/1968	Amarildo Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
747370	15/09/1976	Edicarlos Alessio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
776158	27/08/1984	Emerson Pereira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
774356	11/10/1981	Jose Salvador Dias Junior	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
759107	29/09/1979	Lincon Miguel Santana	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
775902	04/12/1976	Moizes Luciano Celane	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
754224	07/06/1962	Narcisio Waterkemper	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
761889	10/09/1978	Nelvio Segatto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
766232	09/01/1976	Rodrigo Kieslarck Moretti	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
776343	26/05/1988	Vagner Costa Mondardo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
766485	15/10/1975	Vagner Dos Santos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7

## Orientador Educacional

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
757153	17/03/1986	Larissa Vicenti Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
747191	19/05/1967	Silvia Albino Custodio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

## Professor Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
762166	12/03/1994	Alice Zanellato Botini	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
769755	09/02/1989	Aline Joaquim Goulart	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776100	03/04/1981	Amanda Luiza Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
767535	12/12/1958	Ana Beatriz Viola Felisberto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
766760	07/01/1988	Ana Claudia Pereira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
769560	25/10/1995	Ana Paula Zeferino Dal Molin	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
765501	22/05/1979	Ana Rita Dias Dornelles	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772091	26/08/1979	Andreia Bortolotto Antunes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776883	19/02/1975	Andreia Prestes De Souza	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
747452	31/12/1983	Andreza Coral Goulart Moro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776131	05/05/1983	Andreza Teixeira Mariano	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
740465	21/11/1983	Andreza Valeriano Venson Nicolau	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
773547	03/01/1978	Barbara Marialete Roman Fontana Mezari	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
760839	14/01/1988	Beatriz Ghellere	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
748898	02/11/1980	Carla Garcia Bortolotto Bonfante	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
740676	29/12/1995	Carolini Zanette Bonfante	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
774783	10/09/1990	Cintia Patricia Nazario Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772839	13/06/1986	Cintia Silveira Borba	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
768859	19/01/1970	Cristiane Frederico Serafim	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
762701	05/06/1983	Daiane Dondossola Da Rosa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
766051	17/11/1979	Daniela Da Silva Reinert Da Costa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
740086	30/01/1992	Daniela Dandolini Colombo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
753679	08/01/1991	Daniela Masiero Vitali	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
758337	25/10/1988	Debora Toigo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

773704	20/03/1958	Dores Borges	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
763572	11/03/1978	Edilaine Cechinel Torquato	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776333	29/12/1977	Elaine Salvador Zeferino	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
757817	14/03/1986	Eliana Claudia Da Silva De Souza	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
766125	23/06/1982	Elisete Panatto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
776135	08/10/1979	Elizangela Vitorino Brunel	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
762705	13/04/1978	Erica Mondardo Morelli Brogni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774291	11/07/1966	Eronilde Texeira Alessio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774250	04/04/1978	Fabiana Dos Santos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
744912	24/03/1980	Fabiana Siste Monteiro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
740713	29/04/1986	Fernanda Miranda Monteiro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
746557	25/08/1983	Flavia Spillere Ronchi	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
761845	03/06/1987	Gabriela Pandini Roque	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774609	24/03/1976	Geci Fatima Da Rosa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
758158	27/07/1970	Gesebel Andreia Mondardo Milanez	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
763091	02/04/1983	Geslane Spilere	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
776115	19/02/1978	Giane Zocche Demo Marangoni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774137	19/12/1972	Glaci Pereira Campos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
767654	11/01/1979	Gracilene Aparecida Morona Bernardino	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
764517	27/09/1967	Isabel Cristina Satorno Sachet	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
766172	17/07/1968	Ivete Panatto Savio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
768607	26/08/1976	Izabel Cristina Maffioletti Jacques	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
764948	11/04/1991	Jessica Arns Sehnem	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
762950	19/01/1992	Jessica Da Luz Beretta	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
745083	20/12/1991	Jessica Moro Marini	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
776918	30/03/1970	Josiana Maria Jacintho De Avila	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
740530	30/01/1970	Josiane Mondardo Milanese	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
743167	23/03/1985	Josiane Silva Hoeller Salles	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
777421	20/07/1986	Josieli Dionizia Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
748316	30/04/1983	Jucilene Regina Mota	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
742059	03/05/1973	Jucileni Marangoni Costa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
769928	21/03/1984	Juliana Ferreira Frello De Lorenzi Cancelier	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
742694	04/09/1977	Juliana Vicente	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
753886	30/03/1986	Karina De Mattia	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743895	04/05/1982	Karine Caetana Felisberto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
762704	16/07/1990	Lais Gava Savio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775159	02/09/1962	Liene Silveira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
769698	19/09/1987	Lorizete Cardoso	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
752678	20/04/1978	Luciana Da Silva Nazario Spricigo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
764161	25/11/1969	Luciana Da Silva Ugioni	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
764816	30/08/1978	Luziete Izaías	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
742865	04/11/1989	Maiane Silva Preis	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
762230	05/01/1986	Maiara Milioli Barbosa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743687	11/05/1981	Manuela Helena Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
765985	14/09/1974	Marcele Matos Pereira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
751579	13/05/1984	Maria Cristina Cararo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
773087	03/09/1962	Maria De Lourdes Hygidio Fernandes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
757149	22/03/1998	Maria Eduarda Pasini	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
756636	07/06/1967	Maria Jadina Siqueira Figueredo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
747288	30/08/1964	Maria Rosa De Lima Dos Santos Dondossola	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
777081	04/10/1965	Maria Terezinha Da Silva Dagostim	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4

771241	01/04/1973	Marileia Rodrigues	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
750306	09/05/1971	Marileia Zanelato Borges	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
746401	28/06/1979	Marilene Dimenes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
772377	22/04/1988	Marilia Tavares Davila	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
774821	23/01/1962	Marisa Spilere Ghislere	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
766611	30/04/1980	Melissa Dos Passos Da Silva Felipe	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
765685	15/01/1987	Morgana Pirola Bagio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
777223	21/12/1993	Paola Cristina Da Silva	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
754610	20/01/1980	Patricia Buzzo Rovida	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
756915	06/12/1981	Patricia De Jesus Crecencio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
763210	10/06/1988	Patricia Felicio Bony Dos Santos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
761991	11/07/1980	Patricia Jose Porfirio Corrêa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
770909	08/07/1976	Patricia Pereira Velho	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
777084	25/05/1987	Raiza Milioli	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
745958	19/05/1979	Renata Sandrini Alberton	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
774919	12/07/1966	Rita Cecilia Souza De Oliveira	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
773603	21/12/1959	Rosangela Irene Dandolini Tiscoski	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775839	29/06/1974	Rosicleia De Souza	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
766025	11/07/1984	Rosineia Ribeiro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
759855	04/09/1981	Sabrina Pereira Pietsch	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
774717	02/04/1986	Samara Borges Da Rocha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
759813	18/08/1983	Samira Savio Ghellere Pavan	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
773438	20/08/1974	Simone De Oliveira Felisbino	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
750023	08/06/1995	Sinara Rampinelli Dordet	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
747640	15/07/1978	Soraia Florentino Martinho	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
754562	30/09/1968	Suzana Spillere	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775999	01/12/1980	Taciani Peritto Batista	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
758989	03/10/1988	Tamiris Dias	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
763080	20/02/1984	Tatiana Bussulo Martins Nunes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
741119	19/06/1984	Tatiani Santiago Costa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775470	14/11/1986	Valeria Daniel Wessler	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
750304	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
754081	04/01/1987	Vanessa Do Canto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
759887	03/04/1985	Vanessa Romao Bongioio	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
761980	30/01/1977	Vanusa Maccarini De Amorim Sprisigo	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
770329	19/06/1968	Vienir Luiza Spillere Viana	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776855	01/08/1983	Vivian Borges Furlanetto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
761894	13/03/1971	Zulma Menger Da Rosa	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

## Professor Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
758804	29/06/1988	Agnes Francisco Monteiro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
769288	24/10/1992	Debora Grassi Manique Barreto	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
765666	18/05/1984	Genaina P. Nascimento De Freitas	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

## Psicólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
761601	18/07/1994	Aline Costa Rocha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777750	20/11/1988	Bruna Goudinho Goncalves Goulart	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
773998	10/11/1994	Carla Sasso Simon	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
762711	15/01/1980	Cristiane Leandro De Lima	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
768048	07/08/1990	Gian Paulo Mazzucco Jung	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
757924	13/05/1982	Heloisa De Fatima Spillere	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
776909	10/09/1993	Luzia Dagostin Saccon	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

748415	24/06/1967	Mara Verlaine Luz	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
743194	14/02/1960	Maria Antunes Ronchi	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
750255	14/04/1992	Maria Fernanda Moura Da Cunha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
765645	12/05/1993	Marina Da Silva De Matos	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
746931	01/09/1977	Mineia Cunha	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
770892	27/01/1985	Rochele Henz Araujo De Lima	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
776506	31/07/1992	Samira Tellecher Riquelme	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
746448	02/07/1976	Silvana De Souza Policarpi	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
776861	31/01/1994	Tassia Mendes Alexandre	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777890	02/01/1992	Thiago Ribeiro	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

#### Psicopedagogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
766854	25/09/1960	Maria Goreti Marcos Deschamps	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
752158	13/02/1968	Raquel Aparecida De Souza Della	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776584	12/05/1972	Rosalva Rocha Dordete	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
740932	10/06/1971	Sandra Luiza Dumer	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

#### Supervisor Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
763197	04/03/1971	Gizele Albino Urnau	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
740128	19/02/1995	Patrik Wiggers Junkes	E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

### DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO | EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

Publicação Nº 1459845

#### DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO

E.E.B. Humberto Hermes Hofmann

#### Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
775305	05/08/1967	Aderna Cristina Paletti Gava	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
764926	06/05/1966	Ana Cacilda Zampolli	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
770919	22/03/1995	Ana Caroline Moro Campos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
761428	23/08/1969	Ana Cristina Goncalves	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774505	21/11/1988	Andressa Manfoleti Vitali	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774221	19/05/1974	Ariane Regina Antony Barbosa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
743082	18/08/1973	Cleuza Tramontin Flor	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
758675	28/11/1992	Daiane Cardoso Paes	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
770963	01/01/1983	Daiane Trombin Duminelli Scarpari	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
773925	15/03/1985	Daniela Zanelato Baldessar	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
773866	23/05/1989	Deise Moises Matos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
745413	01/01/1985	Diego Castelan Guidi	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
748327	01/03/1987	Gilberto De Souza Jeronimo	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
767494	03/10/1983	Gizeli De Souza Gomes Araujo	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3



740722	13/06/1990	Helena Da Silva Stanger	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
769834	05/10/1991	Itibere Domingues Riffel	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
766460	06/05/1978	Jaqueline Souza Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
746157	10/05/1984	Jose Roberto Roque	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
775507	02/10/1985	Juliane Fernandes Alessio	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
756904	24/02/1990	Kenia Bitencourt Goulart	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774762	11/09/1968	Leda Cretella	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
753637	23/06/1993	Lidiane Scarpari Fernandes De Jesus	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
741918	13/08/1992	Mainara Rosso	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
747200	29/01/1969	Maria Margarete Dos Santos Rodrigues	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
741940	18/06/1993	Mariane De Souza Ancelmo Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
752141	12/07/1988	Naysa Menegon Biff	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
752671	16/08/1992	Camila Fernandes Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
776186	18/04/1997	Larissa Savio Daniel	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
770681	27/09/1988	Allan Minatto Collodel	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
774635	03/06/1986	Ana Debora Olivo Panciera	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
771507	18/11/1991	Andressa Warmling Preve	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
761735	27/02/1986	Daniela Felix Ribeiro	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
762545	17/11/1965	Decio Escobar De Oliveira Ladislau	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
775746	08/05/1982	Gilsiane Souza Milanez	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
741903	23/04/1994	Greice Genuino Premoli	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777276	02/11/1992	Ivanenson Da Silva Saraiva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
767483	18/07/1975	Jaqueline Zanandrea Rocha Dias	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
744955	31/07/1976	Karin Cristine Braglia	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
774429	18/07/1979	Micheline Dagostim Dias	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
753728	09/04/1975	Sandra Rodrigues Ribeiro	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
763293	21/02/1983	Alexandra Ranacoski	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
768708	07/09/1989	Aline Gava Nazario	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4

771395	05/09/1987	Ana Carolina Bortolotto Ranacoski	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
742262	28/02/1994	Ana Paula Silva De Costa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
751418	23/07/1989	Anieli Trento	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743769	27/11/1992	Bruna Coelho Vassoler	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
777823	21/02/1989	Camila Joaquim Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
747508	19/06/1994	Carolini Crepaldi Ugioni	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
748699	28/06/1990	Cecilia Ronconi Spilere	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
764914	30/06/1992	Cintia Zanoni Furlan	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
761140	29/03/1990	Daniele Furtado Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
741514	28/03/1983	Diciane Aparecida Barp Pasini	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
741908	22/12/1989	Douglas Ugioni Marques de Souza	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
746757	10/09/1973	Fabiane Cristina Vito Mondardo	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
742274	10/02/1990	Fernanda Cavaler Mezari Goulart	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
741052	21/01/1992	Francieli Cardoso De Oliveira	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775634	12/02/1980	Frederico Cilon Camargo Brites	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
750788	27/12/1991	Guilherme Freitas Goncalves	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
774509	06/02/1990	Guilherme Peterle	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
753427	05/11/1979	Jussara Mondardo	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
770559	09/12/1990	Layon Crescencio De Freitas	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
763048	22/01/1982	Lielson Feltrin Rosa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
745877	15/12/1989	Lucas De Souza Goulart	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
753799	02/05/1991	Luciane Topanotti Moretto	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775900	07/08/1988	Luize Milanez Matos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
748144	30/04/1991	Maicon Anderson Elias Amancio	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
776280	04/05/1978	Marcio Ricken	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743045	20/11/1995	Mariane Rodrigues Albano	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743711	18/01/1990	Mariele Marcineiro Merencio	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
749226	08/04/1991	Mateus Patricio	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
770752	05/02/1982	Morgana Lavezzo Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776830	23/08/1984	Natache Borges Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775519	04/09/1987	Patricia Rodrigues	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
757145	04/04/1994	Pedro Henrique Antunes Biff	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
773987	09/09/1980	Rafael Rosa Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

776407	14/05/1991	Renato Porto	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
777574	26/06/1989	Sheila Vivian Da Rosa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
759373	04/09/1986	Simone Bordignon Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
765500	12/12/1987	Taise Re	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
777752	10/05/1986	Talita Silva De Amorim	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
745932	25/07/1991	Thais Peruchi Scarpari	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
773836	27/03/1994	Thiago Machado Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
770815	07/11/1987	Valter Antunes Junior	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
763220	15/10/1983	Vanessa Carradore Da Silva	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
754193	11/02/1975	Viviane Bortolotto	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
746497	09/06/1992	Afonso Colombo Neto	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
751918	30/08/1995	Thaise Joao De Freitas	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
763211	28/02/1973	Alexandre Urnau	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
751228	09/04/1973	Elis Cristina Ghislandi	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
750824	08/02/1975	Fabricio Maciel Magagnin	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
761832	03/02/1984	Gustavo Zanelatto Schneider	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
744921	06/12/1996	Thales Henrique Marques Marangoni	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
746563	06/08/1989	Victor Damiani Romagna	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
775964	07/02/1980	Adriane Dorner	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
747231	18/01/1982	Diogo Manique	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776605	24/10/1979	Idianara Felisberto Marcelo Felisberto Marcelo	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

## Professor História 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
758967	24/07/1979	Andre Miguel Machado	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
753770	02/12/1977	Fernanda De Souza	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776841	03/10/1979	Fernando Lafuente	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
746238	15/10/1981	Gilmara Duarte Placido	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
769418	03/02/1987	Gilvani Mazzucco Jung	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2



773322	13/12/1986	Glauco Roberto Salvan	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
747311	22/06/1981	Graziela Martinho Mota	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
742566	06/07/1985	Jucilene De Souza Placido Francisco	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
743296	30/07/1991	Lucas Santiago Costa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772899	01/12/1971	Luciana Dos Santos Menezes	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
758998	07/10/1983	Pamela Kurzawa Rizzi	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772639	19/08/1993	Patricia Marcos Paes	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
753879	14/06/1992	Suelen Pacheco Mazzucco	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

## Professor História 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
746544	23/09/1970	Robson Persola	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

## Professor Inglês 1 ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
764981	10/01/1981	Andressa Coronel Ovelar	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
740293	14/06/1983	Edilenia Macarini Frezza Ronchi	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
745355	04/08/1969	Juliana Estela Spillere	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
747718	05/06/1976	Paulo Ricardo Lopes Costa	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
772721	19/09/1985	Pricila Nola Guidarini	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
755379	02/05/1980	Saionara Felisberto Salvadego Topanotti	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

## Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
745167	08/08/1968	Angela Beatriz Fabbro	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

## Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
777630	04/09/1989	Ananias Almeida Goncalves	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777040	22/07/1984	Erica Cividini Scardueli Tramontin	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
752611	08/03/1989	Loren Santiago Pereira	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
755847	04/02/1980	Renata Zapelini Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777452	06/05/1960	Rosangela Antonio	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
746126	03/09/1972	Rosinei Teresinha Margotti D.lorenzini Fernandes	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
747083	18/07/1965	Sandra Tavares	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
743147	03/03/1970	Sonia Soares Pierini Nuernberg	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777595	12/05/1963	Tanea L L Ribeiro	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
777921	09/11/1995	Thainara Teixeira	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

## Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
741592	10/09/1997	Jennifer Demetrio Dos Santos	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
743662	25/03/1996	Thamiris Dondossola De Souza	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
747936	01/02/1983	Claudia Alves Da Silva Joaquim	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
770095	07/11/1990	Erica Merencio Pagnan	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
751118	24/05/1980	Gislaine Tricheis Nazario Gomes	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
773311	09/11/1978	Leoclydes Vinicius Vianna Schraier	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
748931	29/12/1984	Maria Helena Milanez Mastella	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
773680	27/10/1987	Mariana De Oliveira Zuchinalli	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
765541	17/08/1992	Thiago Dagostim Meller	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
762010	29/06/1985	Ana Lucia Nuernberg Bristot	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
773835	25/05/1986	Cidelei Ferreira De Paula Junior	E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

**DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO | EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017**

Publicação Nº 1459842

DIVULGAÇÃO ENSALAMENTO  
E.B.M. Bairro Bortolotto

## Auxiliar de Administração Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
766472	26/06/1976	Adriana De Souza	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
748225	18/09/1989	Aline Da Silva Machado	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
774132	13/07/1987	Andre Vicente Da Siva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
762012	23/06/1995	Barbara Baroni Warmling	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
740426	22/12/1989	Bruna Fernandes Colombo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775968	26/12/1989	Bruna Formigoni Amboni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
768616	07/02/1991	Bruna Warmling Minatto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775031	18/04/1996	Camilla Zanette Toretto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
777005	09/02/1988	Carine Almeida Goncalves Cipriano	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
766582	11/12/1981	Caroline Zanoni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
778040	12/11/1995	Carolini Ferrari Lima	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
749180	17/01/1980	Cristiano Da Roza Francisco	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775548	31/03/1987	Doglas Morelli Arns	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776806	26/06/1982	Elaine Cristina Dos Santos Bitencourt Da Fonseca	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776620	21/08/1999	Erica Virginia Dias Griebeller	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
776002	20/01/1984	Fernanda Silva Guimaraes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
755503	17/06/1987	Gilson Costa Porfirio Correa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
744310	17/02/1996	Helena Dondossola Baldessar	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
756568	01/01/1971	Janine Zanette Bristot	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
778101	27/06/1995	Jaqueline Ribeiro Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5

775220	24/12/1989	Jeisa Damasio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
768944	21/04/1991	Jessica Ronconi Dondossola	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
771753	14/05/1999	Jessica De Oliveira Freitas	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
766390	27/11/1985	Josiel Damiani Gava Alexandre	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
768713	22/08/1998	Leticia Padilha Da Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
777916	14/03/1980	Luciana Dos Santos Luz	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775137	06/03/1981	Luciana Rodrigues Da Luz	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
757374	13/06/1973	Luciana Selau De Moraes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
769364	16/06/1975	Luciana Wronski Netto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
775311	09/06/1976	Maria Vanuza Dos Santos Policarpi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
751571	29/08/2001	Mariana Piazza	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
770556	19/09/1988	Mariane Silveira Arns Baroni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
763810	19/08/1985	Michele Goncalves Fidel	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 5
744286	17/01/1993	Natali Borges Patricio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
752820	25/09/1976	Nelson Casagrande	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
770636	22/02/1992	Patrik Buratti Simiano	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
742022	10/04/2000	Paula Colanetti Borges	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
764965	28/11/1979	Priscila Andreia Silverio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
744159	09/03/1996	Priscila Mezari Puccio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
753182	21/12/1982	Raquel Dos Santos	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776718	09/09/1984	Renan Alexandre Severino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776721	23/04/1990	Renata De Souza Felisberto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
740747	06/09/1989	Renata Menegao Becker	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
761148	21/12/1992	Ricardo Rezin	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
751715	03/11/1983	Rodrigo Marques Cipriano	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
745508	13/05/1983	Rubia Nara Rabello	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776796	13/03/1971	Sandra De Souza Urbano Jacques	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776181	23/05/1980	Sibila Anita Frigo Mondardo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
767433	31/07/1977	Silvani Michels Mondardo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776051	17/03/1997	Stefani Alessio Da Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
770057	29/12/1985	Taize Dos Santos Fernandes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
740364	03/02/1989	Talita Vieira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
755576	26/11/1963	Tania Ize	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6
776713	26/12/1983	Vania Elias Pereira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 6

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
771590	08/12/1997	Aline Bertolina Serafim	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
759846	15/11/1991	Ana Claudia Disner Gava	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
763045	21/10/1975	Andrea Cristina Souza Roldao	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
772652	14/04/1993	Camila Coral Stanger	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
766562	19/03/1991	Camila Pereira Silverio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
756359	21/11/1983	Carina Manique Fernandes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
772671	05/05/1994	Carla Coral Da Costa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
772651	21/06/1980	Carla Crescencio Milanez	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
765382	25/06/1986	Cristiane Regina Viola	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
775710	15/12/1997	Daiana Rosa Tancredo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
763857	08/08/1989	Daniela Teixeira Reus	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
768727	08/02/1979	Daniela De Oliveira Sebastiao	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
746493	16/08/1986	Darlen Dondossola Pasetto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
744975	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
776675	26/11/1977	Edineia Tomasi Junkes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
772231	26/11/1994	Edmara Vitali	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3

758769	21/07/1994	Fernanda Pedro Correia	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
750268	09/07/1996	Fernanda Vitorino Antunes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
775425	13/05/1987	Greiziela Eliege Lopes Manenti Viana	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
773569	08/04/1993	Jaciane Priscila De Sousa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
773258	01/06/1984	Jeissibel Serafim Freitas	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
745013	13/03/1992	Jessica Franciele Borges Duarte Geremias	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
773245	12/08/1989	Josicleia Serafim Freitas	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
756600	12/01/1981	Juliana Alves Dagostim Albano	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
772385	17/04/1972	Lucelia Almeida Da Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
764613	30/05/1976	Luciana Sipriano	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
747983	18/11/1964	Lucimar Teresinha Romagna	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
777346	28/02/1991	Marcela Beatriz Nunes Lima Eufrazio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
748943	15/04/1994	Maria Eduarda Savio Gava	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
765310	08/01/1994	Marina Daminelli Zanette	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
744740	12/12/1991	Monica Lavezzo Waterkemper	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775287	19/08/1962	Nair Barbara Coral Ghislandi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
761089	12/02/1983	Patricia Da Rocha Francelino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 3
774976	31/10/1985	Paula Ferreira Bonassa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
754702	25/06/1992	Priscila Simao Carvalho	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
777138	08/09/1975	Renata Figueiredo Correa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
773654	29/03/1977	Rosangela Chipinski Mendes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
740289	08/04/1982	Silvia Nara Gomes Serafim De Araujo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
772187	16/03/1973	Sinara Americo Schneider	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
747485	10/04/1980	Sonia Somariva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
776827	05/10/1990	Suelen Cipriano Tomaz	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
776410	25/01/1970	Sueli Machado	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
748954	26/10/1990	Vanessa Camilo De Campos	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
758023	10/06/1992	Bruna Bordignon Policarpi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
772286	13/11/1987	Cristina Custodio Figueira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
764537	12/10/1982	Eliana Aparecida Piva Da Rosa Kesting	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
775611	18/04/1981	Ellen Matos Frigo Melo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
743336	15/08/1996	Gabriela De Abreu Ghisleri	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
745054	05/01/1996	Jhenifer Oliveira Da Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
747253	12/05/1995	Juliana Ugioni Daminelli	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
746404	28/03/1983	Raquel Policarpi Da Silva	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4
764891	06/09/1993	Samara Pasini Moretto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 4

## Auxiliar de Serviços Gerais I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
751203	25/07/1978	Alexandra Martins Fernandes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
753150	15/11/1975	Claudete Buss	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
775064	04/11/1978	Dirleia Dos Santos Costa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
750899	21/09/1983	Eliziane Vieira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
745666	25/12/1991	Esmaira De Araujo Moraes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
769305	28/11/1994	Francieli Goncalves	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
748552	11/11/1972	Ines Angelica Somariva Mazzucco	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
763234	10/05/1977	Joelma Dias Coelho	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
745849	10/04/1988	Josimara Da Rosa Alves	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
771978	01/09/1969	Margarida Aparecida Barbosa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
771958	25/07/1970	Marinalva Oliverio	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
745464	02/12/1975	Rodrigo Paredes Silveira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7



768773	21/05/1982	Rosilene Furlaneto Bozello Rodovanski	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
761010	29/04/1962	Sinclair Colombo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7
776948	25/06/1990	Tamires Felisberto Vieira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 7

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
762965	30/11/1979	Adriana Aparecida Gomes De Oliveira Padilha	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
778001	28/01/1973	Adriane Trento	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
775147	02/11/1979	Amanda Prestes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
746457	08/06/1983	Ana Paula Pedroso Fernandes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
747963	24/08/1982	Andreia Cambuzzi Cittadin	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
766468	12/01/1981	Andreia De Souza Pacheco Ramos	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
742586	15/06/1978	Andreza Maria Cunico Mondardo Savi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
750473	21/01/1983	Angela Carradore Coral	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
751985	01/09/1993	Bruna Domingo Bortolotto	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
772665	24/05/1992	Camila Da Silva Mendes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
750065	10/09/1981	Carina Valerio Da Luz	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
761744	18/08/1991	Cintia Dordet	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
744236	13/05/1971	Cleuza Loch Pirola	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
762951	05/05/1982	Cristiane Albano Meister	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
749622	14/07/1987	Daiane Goncalves Pereira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
760823	29/05/1967	Darlene Nascimento Rodrigues	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
770996	22/10/1991	Edicleia Aparecida Florencio Martins	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
770804	05/07/1975	Edineia Leticia Alessio Gava	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
775188	13/07/1963	Eliane Pereira Da Rosa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
742038	16/01/1988	Fernanda Bortolotto De Souza	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
761268	04/04/1980	Fernanda Nogueira De Oliveira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
757005	23/07/1981	Franciele Monteiro Teixeira Garcia	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
744300	15/05/1977	Graziela Amboni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
762174	21/11/1973	Ingrid Roussenq Fortunato Martins	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
771476	08/04/1988	Janaina Waterkemper Lock	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
758399	25/02/1981	Jessica Salgado Vieira Ross	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
744114	22/08/1962	Joana Darc Motta Gomes Mcalister	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
751386	05/03/1976	Jucelia Willemann Albino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
771904	10/09/1976	Jucemara Ladriana Savio Zuchinalli	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
762127	13/05/1977	Kari Daniele Flores Carneiro	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 1
756312	19/12/1979	Lauana Bukaski Rodrigues Machado	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
741775	21/04/1971	Lia Betim Do Prado	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
769616	18/04/1981	Luana Regina Cesconeto Machado	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
777620	29/10/1970	Marcia Beatriz Bernardino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
752142	22/02/1971	Marcia De Oliveira Sabino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
754688	30/10/1962	Margareti Rodrigues Simon	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776687	31/07/1962	Maria Bernardete May Schmitz	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
764151	15/08/1964	Maria De Fatima Silveira Zaroni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
748136	28/04/1992	Marina Ronchi Martinello	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
776888	01/10/1968	Mauren Furukawa De Araujo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
765834	27/07/1986	Michele Milak De Moraes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
740872	23/02/1981	Paula Rejane De Souza Goncalves	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
774353	09/11/1982	Renata Lavezzo Candeu Amboni	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
757223	01/12/1974	Rosilda Marchioli De Bona	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
777534	20/10/1970	Rosinei Meurer	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
762955	14/01/1981	Samira Bristot De Freitas	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
770545	14/09/1961	Senclair Maria Silveira Arns	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

756771	03/12/1972	Silvia Letícia Borges da SilveiraSilveira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
747280	11/05/1977	Silvia Regina Bonfante Ronchi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
768916	09/10/1974	Simone Moro Pereira	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772161	10/09/1971	Sirlene Gomes	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
745450	14/04/1986	Suzana Aparecida De Souza Medeiros	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
772709	03/12/1979	Suzana Velho Rissi	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
742018	28/09/1992	Talyta Felizardo Mendes Mezzari	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

**Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – NÃO HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Endereço	Período	Início	Sala
742325	21/12/1981	Elines Goulart Canani	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
764348	16/05/1991	Kelly Esser Mendonça Colombo	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
767199	09/10/1983	Lilian Pizoni Bonfanti Correa	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2
767244	08/12/1990	Michele Franca Marcolino	E.B.M. BAIRRO BORTOLOTTO	Matutino	17/12/2017 09:15	Sala 2

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2017-FMS**

Publicação Nº 1460463

**EDITAL DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2017-FMS**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rogério José Frigo, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com os laboratórios credenciados no processo de chamamento público nº 04/2017, para que os mesmo forneçam de forma complementar, a realização de exames de análises clínicas ofertados pelos diversos programas da Secretaria Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde em Nova Veneza.

**Contratante:**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

**Contratado:**

Laboratório de Análises Clínicas Lehmkuhl Ltda Me – CNPJ 07.231.433/0001-05

Lab. de Anal. Clínicas N. Senhora do Caravaggio Ltda Me – CNPJ 06.283.781/0001-55

Laboratório de Análises Clínicas MBB Berti Ltda Me – CNPJ 75.343.970/0001-99

**Valor Global do Contrato:**

R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

**Recursos orçamentários:**

Os recursos orçamentários para fazer realizar a presente contratação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: (08) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.0720.

**Base Legal:**

Art. 25, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição na Secretária Municipal de Administração e Finanças do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 15 de dezembro de 2017.

ROGERIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

**LEI N.º 2.603, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460032

LEI N.º 2.603, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESPECIAL SAÚDE DO TRABALHADOR, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores, em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Nova Veneza, Lei Complementar nº 01/2012, para atendimento do PROGRAMA ESPECIAL SAÚDE DO TRABALHADOR, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado abaixo:

N.º de Vagas	Categoria Funcional	Remuneração	Carga Horária
03	Médico Clínico Geral	R\$ 3.082,62	20 horas semanais
03	Odontólogo	R\$ 2.803,02	20 horas semanais
03	Técnico de Enfermagem	R\$ 604,97	20 horas semanais
03	Auxiliar de Odontólogo	R\$ 604,97	20 horas semanais

§ 1º - Os servidores contratados em virtude desta Lei terão seus contratos firmados, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018, sendo este prazo considerado improrrogável.

§ 2º - Os servidores poderão ser novamente contratados em caráter temporário pelo Município de Nova Veneza, durante ou após o término da vigência de seus contratos, ainda que para outra função.

Art. 2º - Os servidores contratados ficarão sujeitos ao Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar nº 01/2012), no que couber para efeito de vínculo empregatício, e ao Regime Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º - São direitos e deveres dos servidores contratados, os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais (Lei Complementar nº 01/2012), desde que, não sejam incompatíveis com o caráter temporário da contratação.

Art. 4º - O horário de expediente dos servidores contratados será fixado por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes no orçamento municipal do exercício de 2018.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrario, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 14 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 14 de dezembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS TRABALHOS LICITÁTORIOS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 (LICITAÇÃO DESERTA) E AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA COM DEFINIÇÃO DE NOVA DATA.**

Publicação Nº 1459486

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS TRABALHOS LICITÁTORIOS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 (LICITAÇÃO DESERTA) E AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA COM DEFINIÇÃO DE NOVA DATA.

Aos 15 (quinze) dias mês de dezembro de dois mil e dezessete a partir das 9:00 horas, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação para na forma estabelecida no edital de Tomada de Preços Nº 003/2017, para o objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICO-ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TODAS AS FASES DO PROCESSO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDER EXCEPCIONAL NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos". No horário estabelecido, constatou-se que não houve empresas interessadas em participar do Certame, diante do acontecido a Comissão Permanente de Licitação DECLARA a Tomada de Preços Nº 003/2017 como DESERTA. Devido a importância da contratação do objeto pela Administração, a Comissão de Permanente de Licitação sugere a prorrogação do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, para o dia 03 de janeiro de 2018 as 09:00 h no mesmo local. Após este ato, a comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação. Esta ata terá publicidade conforme legislação. Os autos seguirão para análise da autoridade competente e assessoria jurídica para a decisão de Prorrogação do prazo, Reabertura de nova licitação ou a aquisição dos serviços através de Dispensa de Licitação, conforme condições estabelecidas na Lei 8.666/93. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a presente ata.

### **EXTRATO DO PL PM Nº 053/17-TP Nº 003/17- NOVA DATA DE ABERTURA**

Publicação Nº 1459499

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 053/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 -Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICO-ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TODAS AS FASES DO PROCESSO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDER EXCEPCIONAL NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Devido a importância da contratação do objeto pela Administração, o Prefeito no uso de suas atribuições determinou a prorrogação do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, para o 03 de janeiro de 2018 as 09:00 h no mesmo local. Entrega dos envelopes até as 08h50min, no dia 03/01/2018 - Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:00h às 17:00 horas e no site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. - Novo Horizonte (SC) em 15 de Dezembro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº 174/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1460523

PROCESSO Nº 174/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 37/2017  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVRO- VIAJANDO COM AS PALAVRAS  
Fundamento legal: Art. 25 Inciso I. da Lei Federal 8.666/93.  
FORNECEDOR: EDINA FURLAN RAMPINELI  
VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00(um mil reais)  
Orleans - SC, 15 de Dezembro de 2017.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVOS

Publicação Nº 1459775

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº0088/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: GLASIANE LARA FERNEDA

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a Farmácia da Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Verde - SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº002/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado(s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº0098/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de Peças para a manutenção de 02 (duas) colhedora de forragens da Secretaria da Agricultura do município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:14.148,00 (quatorze mil cento e quarenta e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº0099/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: MERCADO KA & KA LTDA ME

Objeto: Aquisição de produtos para confraternização entre os servidores públicos Municipais de Ouro Verde. Valor certo e ajustado de R\$:12.497,57 (doze mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 12 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº0100/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: EQUI PEÇAS COMERCIO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO AGRICOLA LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção do trator TI 82 New Hollandn da Secretária de agricultura. Valor certo e ajustado de R\$:14.869,00 (quatorze mil oitocentos e sessenta e nove reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 14 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº003/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO IV DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº0042/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 14 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO V DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0041/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 14 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO V DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0043/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 14 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0064/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, servidores e serviços de instalação e configuração de software, suporte à rede, bem como suporte técnico de microcomputadores. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0065/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, servidores e serviços de instalação e configuração de software, suporte à rede, bem como suporte técnico de microcomputadores. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0066/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, servidores e serviços de instalação e configuração de software, suporte à rede, bem como suporte técnico de microcomputadores. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO VI DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº0096/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Objeto: Contratação de Serviços Médicos especializados na área de Pediatria, a ser prestado junto à Unidade Básica de Saúde 4 ( quatro) horas semanais, visando o atendimento de crianças do Município de Ouro Verde – SC ores. Vigência de:01/01/2018 à 31/12/2018. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### ABERTURA DA PROPOSTA TP 130-2017

Publicação Nº 1459801

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 130/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a ABERTURA DA PROPOSTA para a Tomada de Preços nº 130/2017, no dia 09 de janeiro de 2018, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de revitalização da Orla da Praia do Sonho (deck de madeira elevado) neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 15 de dezembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

### ATA DE AVALIAÇÃO E ESCOLHA DE PROJETO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2017

Publicação Nº 1460690

ATA DA REUNIÃO PARA AVALIAÇÃO E ESCOLHA DO PROJETO QUE TRATA O EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2017, QUE TEM COMO OBJETO A APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA OU OUTRO MODELO ECONOMICAMENTE VIÁVEL, PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h00min, reuniu-se o Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, designada pelo Decreto nº.2.251, de 06 de setembro de 2017. Sob a Coordenação dos trabalhos o Presidente Eduardo Freccia, convocando o servidor André José Silveira para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a análise e avaliação dos estudos apresentados pelas empresas CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A e CONSÓRCIO QUANTUM/SADENCO. Para tanto, utilizou-se o relatório técnico apresentado pela FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE, contratada pelo Município, bem como eventuais manifestações dos membros do Conselho Gestor. As empresas apresentaram seus estudos da seguinte forma: CONSÓRCIO QUANTUM/SADENCO (Projeto 1) – composto por: 1) Caderno de Modelagem Técnica; 2) Caderno Modelagem Econômico Financeira; 3) Caderno Modelagem Jurídica com: Minuta de Edital; Anexo I – memorial técnico; Anexo II – garantia de proposta; Anexo III – credenciamento; Anexo IV – modelos de documentos; Anexo V – proposta técnica; Anexo VI – proposta econômica; Anexo VII – contrato final; Anexo VIII – garantia contratual e Anexo IX – matriz de risco; 4) Modelo Financeiro. CITÉLUZ (Projeto 2) – composto por: 1) Caderno 1 – projeto de engenharia e modelagem operacional; 2) Caderno 2 – viabilidade do projeto; 3) Caderno 3 – avaliação de impacto de risco e análise da fundamentação legal, incluindo: minuta do contrato; minuta do edital; anexos da minuta do contrato e anexos da minuta do edital; 4) Planilha Modelo Financeiro. O CONSÓRCIO PALHOÇA IP já havia apresentado Carta de Declínio, o qual faz parte do processo, portanto, não apresentou estudos. O Sr. Presidente informou que, para avaliação objetiva dos projetos e estudos propostos, a FIPE estabeleceu padrões de avaliação, baseado nos seguintes itens: 1) Requisitos Legais de Admissibilidade da PPP; 2) Requisitos Legais do Edital; 3) Requisitos Legais da Minuta do Contrato; 4) Requisitos Legais dos Estudos Técnicos; 5) Análise Geral dos Estudos Técnicos; 6) Análise das Especificações Técnicas; 7) Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira. E, ainda que, na avaliação dos itens, foram atribuídas notas de acordo com os seguintes critérios: “Zero” – caso o quesito não tenha sido apresentado ou se apresente inadequado; “Um” – caso tenha sido apresentado; “Dois” – caso tenha sido apresentado e considerado satisfatório. Seguiu informando que, além disso, foram atribuídas ponderações de acordo com os seguintes pesos: Projeto de Engenharia e Modelagem Operacional = 55%; Viabilidade do Projeto = 30%; Avaliação de Impacto e Risco e Análise da Fundamentação Legal = 15%. Diante dos padrões de avaliação adotados, o Sr. Presidente apresentou o quadro do resultado final da avaliação realizada pela FIPE, com as respectivas notas nominais atribuídas aos Projetos e a ponderação adotada, de acordo com a transcrição apresentada na sequência:

REQUISITOS	PROJETO 01	PROJETO 02	PESO	PROJETO 01	PROJETO 02
Dos Requisitos dos Estudos Técnicos	5	6	55%	2,75	3,3
Análise dos Estudos Técnicos	14	15		7,7	8,25
Análise Especificações Técnicas	21	17		11,55	9,35
Admissibilidade PPP	6	6	15%	0,9	0,9
Requisitos Edital	34	32		5,1	4,8
Requisitos Contrato	40	41		6	6,15
Avaliação Econômico-Financeira	2	1	30%	0,6	0,3
TOTAL	122	118	100%	34,6	33,05
%	50,83%	49,17%		51,15%	48,85%

O Sr. Presidente juntamente com todo o Conselho Gestor decidiu que o montante, a ser futuramente remunerado, seja calculado de acordo

com a pontuação ponderada atribuída pela FIPE aos estudos e projetos em razão dos valores dos projetos apresentados por cada empresa, ficando o PROJETO 01: 51,15% do total de sua proposta apresentada. PROJETO 02: 48,85% do total de sua proposta apresentada. O Sr. Presidente destacou ainda, que os projetos 01 e 02 atenderam as exigências contidas no Edital de Chamamento Público nº01/2017, bem como as soluções técnicas, econômico-financeiras e jurídicas apresentadas nos projetos foram utilizadas como base e referência pela FIPE para elaboração da sua proposta de modelo de Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato. Em razão disso, ambos projetos são considerados como aprovados e poderão ser aproveitados para efeitos de elaboração dos documentos finais da concessão. Nada mais a consignar em Ata, o Sr. Presidente informou o encerramento da reunião, na qual foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada vai assinada por membros do Conselho abaixo relacionados.

Palhoça, 14 de dezembro de 2017.  
EDUARDO FRECCIA ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA  
Presidente Membro

DENISE DUARTE MORO OSVALDO BOSSOLAN NETO  
Membro Membro

## **ATO Nº. 581/2017**

Publicação Nº 1459817

ATO Nº. 581/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

### **RESOLVE:**

NOMEAR CLAUDIA MAURILIO PIERRI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.262, de 29 de setembro de 2017, com efeitos a contar de 02/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **ATO Nº. 582/2017.**

Publicação Nº 1459820

ATO Nº. 582/2017.

MARCELO FETT ALVES, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARCELO FETT ALVES, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, Nível NC, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.

MARCELO FETT ALVES  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 583/2017**

Publicação Nº 1459823

ATO Nº. 583/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ANA CRISTINA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.213, de 14 de julho de 2017, com efeitos a contar de 03/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 584/2017.**

Publicação Nº 1459824

ATO Nº. 584/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR MARILIA DUARTE CARDOSO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 585/2017.**

Publicação Nº 1459825

ATO Nº. 585/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SANDRA MARA DE PAULA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Carteira de Trabalho e Renda, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**ATO Nº. 586/2017**

Publicação Nº 1459826

ATO Nº. 586/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ACACIO HENRIQUE MANCHINI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.228, de 14 de agosto de 2017, com efeitos a contar de 02/10/2017.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 587/2017**

Publicação Nº 1459827

ATO Nº. 587/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento Econômico, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 09/10/2017 a 13/11/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 588/2017**

Publicação Nº 1459846

ATO Nº. 588/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR KELLY SOUZA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.262, de 29 de setembro de 2017, com efeitos a contar de 02/10/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 589/2017.**

Publicação Nº 1459847

ATO Nº. 589/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ODAIR OSNI SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e decreto nº. 2.254, de 15 de setembro de 2017, com efeitos a contar de 16/10/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA  
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 590/2017.**

Publicação Nº 1459849

ATO Nº. 590/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

**RESOLVE:**

EXONERAR DAVID DE SOUZA FERREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/10/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 591/2017.**

Publicação Nº 1459852

ATO Nº. 591/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário Municipal de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIOMAR PAZIM, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/10/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 592/2017.**

Publicação Nº 1459854

ATO Nº. 592/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO PRIMO BURATTO NETO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 25 de outubro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 593/2017.**

Publicação Nº 1459857

ATO Nº. 593/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO DOMINGOS VANDERLEI SANTANA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 25 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 594/2017.**

Publicação Nº 1459859

ATO Nº. 594/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR AGENOR JOSE DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.213, de 14 de julho de 2017, com efeitos a contar de 06/11/2017.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **ATO Nº. 595/2017.**

Publicação Nº 1459864

ATO Nº. 595/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CIDIANE ROBERTA MARTINHO LOFI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 07/11/2017.

Palhoça, SC, em 31 de outubro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **ATO Nº. 596/2017.**

Publicação Nº 1459866

ATO Nº. 596/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR TAINA SILVA DIONISIO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 08/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **ATO Nº. 597/2017.**

Publicação Nº 1459870

ATO Nº. 597/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR FABIANO LUIZ LAMARQUE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança Pública da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.254, de 15 de setembro de 2017, com efeitos a contar de 10/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CLAUDIO MONTERIO  
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 598/2017**

Publicação Nº 1459872

ATO Nº. 598/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR ANDRE JOSE SILVEIRA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento Econômico, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, pelo período de 14/11/2017 a 27/11/2017.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 599/2017.**

Publicação Nº 1459876

ATO Nº. 599/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR LEANDRO HAEMING TEIXEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Vice-Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Nível VC, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 600/2017.**

Publicação Nº 1459880

ATO Nº. 600/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO, do cargo de Provimento em Comissão de Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Nível PRE, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2017 A**

Publicação Nº 1460737

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 014/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 50.980,00 (cinquenta mil e novecentos e oitenta reais). DATA: 13/09/2017 A 13/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 076/2017 P**

Publicação Nº 1460743

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 076/2017 do PREGÃO Nº 75/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – EPP. OBJETO: Aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). DATA: 04/09/2017 A 04/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 077/2017 P**

Publicação Nº 1460744

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 077/2017 do PREGÃO Nº 75/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI – EPP. OBJETO: Aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 45.100,00 (quarenta e cinco mil e cem reais). DATA: 05/09/2017 A 05/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 79/2017 P**

Publicação Nº 1460747

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 079/2017 do PREGÃO Nº 82/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – EPP. OBJETO: Aquisição de licenças de Pacote Office e Windows 10 para uso do Setor de Informática do Centro Administrativo Municipal de Palhoça. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 101.710,00 (cento e um mil e setecentos e dez reais). DATA: 11/09/2017 A 11/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2017 E**

Publicação Nº 1460733

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 003/2017 do PREGÃO Nº 73/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DA LIGA JOSEFENSE DE FUTEBOL. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de arbitragem para os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte de Palhoça. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais). DATA: 12/09/2017 A 12/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2017 E**

Publicação Nº 1460734

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 004/2017 do PREGÃO Nº 74/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMIN. E COM. DE MAT. ESC. E ESPORT. LTDA ME. OBJETO: Aquisição medalhas e troféus personalizados para premiações em eventos realizados pela Fundação Municipal de Esportes de Palhoça. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). DATA: 12/09/2017 A 12/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2017 A**

Publicação Nº 1460735

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 012/2017 do PREGÃO Nº 62/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME. OBJETO: Contratação de serviços de limpeza de fossas e caixas de água além de desratização, dedetização e desinsetização para a secretaria de Assistência Social e seus Programas (CRAS-CREAS, Centro POP, SCFV, Abrigos, Centro do Idosos – SAS – Conselho Tutelar). Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 20.935,00 (vinte mil e novecentos e trinta e cinco reais). DATA: 04/09/2017 A 04/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2017 A**

Publicação Nº 1460736

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 013/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TECNOLAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 20.976,00 (vinte mil e novecentos e setenta e seis reais). DATA: 06/09/2017 A 06/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2017 A**

Publicação Nº 1460740

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 015/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 6.048,00 (seis mil e quarenta e oito reais). DATA: 13/09/2017 A 13/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2017 A**

Publicação Nº 1460741

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 016/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 28.972,00 (vinte e oito mil e novecentos e setenta e dois reais). DATA: 13/09/2017 A 13/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2017 A**

Publicação Nº 1460742

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 017/2017 do PREGÃO Nº 87/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI. OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis para atender as crianças do Serviço de acolhimento Institucional-Abrigo. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil e novecentos e noventa reais). DATA: 21/09/2017 A 21/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2017 A**

Publicação Nº 1460375

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 7/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa EKOMOB COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 7.960,00 (sete mil e novecentos e sessenta reais). DATA: 29/08/2017 A 29/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2017 P**

Publicação Nº 1460354

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 73/2017 do PREGÃO Nº 70/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis para escritório para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$12.025,00 (doze mil e vinte e cinco reais). DATA: 23/08/2017 A 22/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 075/2017 P**

Publicação N° 1460371

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 75/2017 do PREGÃO N° 71/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA ME. OBJETO: Contratação de Serviços prestados por Agência de Viagens para aquisição de passagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens, no âmbito do território nacional, destinadas a atender todas as Secretarias, Autarquias e Fundações que fazem parte do Município de Palhoça. VALOR: R\$12.025,00 (doze mil e vinte e cinco reais). DATA: 23/08/2017 A 22/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 078/2017 P**

Publicação N° 1460746

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 078/2017 do PREGÃO N° 75/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 51.700,00 (cinquenta e um mil e setecentos reais). DATA: 05/09/2017 A 05/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2017 A**

Publicação N° 1460627

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N° 008/2017 do PREGÃO N° 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 6.270,00 (seis mil e duzentos e setenta reais). DATA: 30/08/2017 A 29/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 080/2017 P**

Publicação N° 1460749

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 080/2017 do PREGÃO N° 75/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MWV WEB SITE COM. DE PROD. ELETROELET. LTDA ME. OBJETO: Aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 20.770,00 (vinte mil e setecentos e setenta reais). DATA: 13/09/2017 A 13/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2017 P**

Publicação N° 1460751

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 081/2017 do PREGÃO N° 83/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de ferramentas para uso diário nos serviços executados pela Secretaria de Serviços Públicos – SESP. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 26.989,00 (vinte e seis mil e novecentos e oitenta e nove reais). DATA: 19/09/2017 A 19/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082/2017 P**

Publicação Nº 1460752

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 082/2017 do PREGÃO Nº 84/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa IMUNIZADORA BELLI LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de dedetização, desinsetização e desratização nas Unidades Educacionais do Município e demais segmentos Administrativos. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais ). DATA: 20/09/2017 A 20/09/2018.

Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 083/2017 P**

Publicação Nº 1460754

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 083/2017 do PREGÃO Nº 83/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE – EPP. OBJETO: Aquisição de ferramentas para uso diário nos serviços executados pela Secretaria de Serviços Públicos – SESP. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 6.545,00 (seis mil e quinhentos e quarenta e cinco reais). DATA: 22/09/2017 A 22/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 084/2017 P**

Publicação Nº 1460758

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 084/2017 do PREGÃO Nº 80/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 121.291,00 (cento e vinte e um mil e duzentos e noventa e um reais). DATA: 26/09/2017 A 26/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 085/2017 P**

Publicação Nº 1460760

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 085/2017 do PREGÃO Nº 882017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de produtos menos perecíveis especiais para os alunos com algum tipo de atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar de Palhoça mediante aos atestados médicos e dos profissionais da área da nutrição. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 30.971,00 (trinta mil e novecentos e setenta e um reais). DATA: 26/09/2017 A 26/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 086/2017 P**

Publicação Nº 1460761

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 086/2017 do PREGÃO Nº 94/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CME CENTRAL DE MANUTENÇÃO DE EQUIP. LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para manutenção de equipamentos de cozinhas das unidades de ensino do município. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 268.025,00 (duzentos e sessenta e oito mil e vinte e cinco reais). DATA: 27/09/2017 A 27/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2017 P**

Publicação N° 1460763

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 087/2017 do PREGÃO N° 83/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER – COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA – ME. OBJETO: Aquisição de ferramentas para uso diário nos serviços executados pela Secretaria de Serviços Públicos – SESP. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 3.035,00 (três mil e trinta e cinco reais). DATA: 28/09/2017 A 28/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 088/2017 P**

Publicação N° 1460764

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 088/2017 do PREGÃO N° 86/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ECS EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de sistema de rastreamento veicular e gestão de frotas de veículos do Município de Palhoça. Registro de Preços, em um prazo de 12 meses a partir da assinatura do contrato. VALOR: R\$ 54.864,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e quatro reais). DATA: 28/09/2017 A 28/09/2018. Mantêm-se os preços inalterados. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 09/2017 A**

Publicação N° 1460646

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N° 009/2017 do PREGÃO N° 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 10.907,50 (dez mil, novecentos e sete reais e cinquenta centavos). DATA: 30/08/2017 A 29/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2017 A**

Publicação N° 1460649

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N° 011/2017 do PREGÃO N° 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SCHEYLLA DE MEDONÇA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 8.720,00 (oito mil, setecentos e vinte reais). DATA: 31/08/2017 A 30/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 11/2017 A**

Publicação N° 1460650

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N° 011/2017 do PREGÃO N° 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SCHEYLLA DE MEDONÇA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 8.720,00 (oito mil, setecentos e vinte reais). DATA: 31/08/2017 A 30/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 119/2017**

Publicação N° 1459955

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 119/2017 do PREGÃO N° 120/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de Abrigo de Passageiro e Instalação do mesmo, em madeira e telhado verde, para colocação

em diversos locais no município de Palhoça. Instalação em pontos novos e substituição onde os abrigos estejam danificados, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 192.119,70 (cento e noventa e dois mil e cento e dezenove reais e setenta centavos). DATA: 14/11/2017 A 14/11/2018.

RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de material e serviço de instalação de Abrigo de Passageiro em madeira e telhado verde.	UN		30	6.403,99	192.119,70
Total Geral dos Itens						R\$ 192.119,70

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 120/2017

Publicação Nº 1459975

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 120/2017 do PREGÃO Nº 125/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotivos, do tipo picape, para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos de Palhoça, como ferramenta de trabalho no auxílio às pequenas manutenções realizadas em diversas ruas do Município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 182.400,00 (cento e oitenta e dois mil e quatrocentos reais). DATA: 21/11/2017 A 21/11/2018.

MARCONI KIRCH EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo automóvel, do tipo picape, cabine estendida ou dupla, com vão de carga (caçamba), mínimo 1.400 cilindradas, com ar condicionado, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, com 02 (duas) portas, com capacidade para transporte de no mínimo, 04 (quatro) passageiros incluindo o condutor, movido à gasolina ou álcool/gasolina, pneus novos, espelhos retrovisores em ambos os lados, limpadores de pára-brisa, direção hidráulica, airbag duplo, veículo limpo, tanque cheio, e documentação em dia e em ordem, com todos os itens do veículo funcionando perfeitamente, todos os itens obrigatórios de segurança.	MES		120	1.520,00	182.400,00
Total Geral dos Itens						R\$ 182.400,00

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 121/2017

Publicação Nº 1460000

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 121/2017 do PREGÃO Nº 121/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI-EPP. OBJETO: Aquisição de notebooks e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 51.544,00 (cinquenta e um mil e quinhentos e quarenta e quatro reais). DATA: 29/11/2017 A 29/11/2018.

PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1	SWITCH 48 PORTAS - uso geral ( QT 20 ) com os seguintes padrões: IEEE 802.1d (Spanning Tree), (Tags Prioridade) IEEE 802.1p, IEEE 802.1Q (VLANs), IEEE 802.1x (Segurança de porta), IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree), (Ethernet) IEEE 802,3, IEEE 802.3ab (Gigabit Ethernet), IEEE 802.3ad (Link Aggregation), (Fast Ethernet) IEEE 802.3u, IEEE 802.3x (Flow Control), IEEE 802.3z (Gigabit Ethernet); Gabinete padrão 19', formato de unidade de rack; 48 portas autosensing 10/100/1000BaseTx/T, auto-sensing, full-duplex, nonbloking; 4 portas 1000BaseX/T, SFP; Priorização de tráfego na camada 2 (802.1p) e na camada 3 (TOS com DSCP); Suporte a IPV4 e IPV6; Capacidade instalada para armazenamento de 8K endereços MAC; Suporte Gerenciamento por endereço IP único de Até 32 dispositivos Base-line; Configuração do sistema com SNMP v1, v2c e v3; Suporte para VLAN implementação de auto-voice com gerenciamento baseado em SNMP, SNOOPING e query IGMP; Implementação de multicast (IGMP); Led indicativo das funções módulo ativa, energia, rede, tráfego / duplex mode, link status e velocidade; Configuração baseada na web e gestão, com suporte e monitoração remota (RMON); Configuração via web (HTTP) e CLI (Console, Telnet e 55Hv2); Permitir associação automática de ACLs e VLANs por porta; Suporte NTP e IMC; Implementação de QoS ( priorização e limitação de tráfego e marcação do campo DSCP/ToS), diffserv(RFC2474), DSCP, WRR; Geração de syslog; Fonte de alimentação interna com chaveamento automático, operando de 100 a 240 VAC de entrada, 50/60Hz, fase/neutro/terra; Acompanhar manual do fabricante em português / inglês, cabo de alimentação, pés de borracha autoadesivos, cabo para console, kit para montagem em rack e cd do produto	UN	HP	20	2.399,00	47.980,00
	2 CAIXA DE CABO PARA REDE (QT 20) com os seguintes padrões: Categoria: CAT.5e; U/UTP - 4 pares trançados compostos de condutores sólidos; Cor padrão azul; Capa externa PVC; Caixa FASTBOX em lance mínimo de 300 metros ou superior; Diâmetro nominal: 4,8mm	CX	MULTITOC	20	178,20	3.564,00
Total Geral dos Itens						R\$ 51.544,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 122/2017**

Publicação Nº 1460006

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 122/2017 do PREGÃO Nº 079/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NEOREDE TELECOUNCAÇÃO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para implantação de internet e telefonia no Centro Administrativo Municipal, Unidades de Ensino, Autarquias, Secretarias e Fundações que fazem parte do Município de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.



NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	LINK DE ACESSO A INTERNET DE VELOCIDADE DE 100Mbps, FULL DUPLEX, TECNOLOGIA DE FIBRA COM NO MÍNIMO 100 MBPS DE DOWNLOAD, 100 MBPS DE UPLOAD E COM 08 IPS FIXOS (VÁLIDOS), TECNOLOGIA FIBRA ÓPTICA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO	MES		48	3.000,00	144.000,00
2	LINK DE ACESSO A INTERNET DE VELOCIDADE DE 50Mbps, FULL DUPLEX, TECNOLOGIA DE FIBRA COM NO MÍNIMO 10 MBPS DE DOWNLOAD, 50 MBPS DE UPLOAD E COM 03 IPS FIXOS (VÁLIDOS), TECNOLOGIA FIBRA ÓPTICA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO	MES		24	1.825,00	43.800,00
3	LINK DE ACESSO A INTERNET DE VELOCIDADE DE 10Mbps, FULL DUPLEX, TECNOLOGIA DE FIBRA COM NO MÍNIMO 10 MBPS DE DOWNLOAD, 10 MBPS DE UPLOAD E COM 01 IPS FIXOS (VÁLIDOS), COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO	MES		1524	300,00	457.200,00
1	LINK DE ACESSO A INTERNET DE VELOCIDADE DE 30 Mbps, FULL DUPLEX, COM NO MÍNIMO 30 MBPS DE DOWNLOAD, 3 MBPS DE UPLOAD E COM 01 IPS FIXOS (VÁLIDOS), PARA NO MÍNIMO DE 125 USUÁRIOS CONECTADOS SIMULTANEAMENTE, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO	MES		120	458,33	55.000,00
Total Geral dos Itens						R\$ 700.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 123/2017**

Publicação Nº 1460018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 123/2017 do PREGÃO Nº 127/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELIEL MARCELINO DIAS. OBJETO: Contratação de empresa especializada em reforma com fornecimentos de peças dos instrumentos musicais de sopro utilizados pelos alunos do Programa de Educação Musical do Município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 32.510,00 (trinta e dois mil e quinhentos e dez reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

ELIEL MARCELINO DIAS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Reforma e troca de sapatilhas, calços, chaves e laqueamento do instrumento musical Sax Alto.	SERV		5	1.030,00	5.150,00
2	Reforma e troca de sapatilhas, calços, chaves e laqueamento do instrumento musical Sax Tenor.	SERV		5	1.065,00	5.325,00
3	Reforma e troca de sapatilhas, calços e chaves do instrumento musical Clarinete.	SERV		17	625,00	10.625,00
4	Reforma e troca de sapatilhas, calços, chaves e niquelamento do instrumento musical Flauta transversal.	SERV		8	565,00	4.520,00
5	Desempenamento e alinhamento da vara, limpeza e polimento do instrumento musical Trombone.	SERV		4	500,00	2.000,00





6	Troca de mola, laqueamento, troca de almofada, alinhamento dos tubos das válvulas do instrumento musical Trompete.	SERV		6	505,00	3.030,00
7	Conserto das válvulas, conserto de amassados e polimento do instrumento musical Tuba.	SERV		2	930,00	1.860,00
Total Geral dos Itens						R\$ 32.510,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 124/2017**

Publicação Nº 1460027

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 124/2017 do PREGÃO Nº 121/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OSMAR ORLANDI JUNIOR M.E. OBJETO: Aquisição de notebooks e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 9.080,00 (nove mil e oitenta reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

OSMAR ORLANDI JUNIOR ME.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	PATCH PANEL - uso geral (QT 20) com os seguintes padrões: Patch Panel de 48 Portas RJ-45; Categoria: CAT.5e; Identificação do número das portas (1 até 48); Painel frontal em material plástico de alto impacto e chapa de aço com porta etiquetas para identificação; Contato IDC em ângulo de 45º para melhoria da performance elétrica; Conectores RJ-45 montados sobre circuitos impressos totalmente protegidos; Compatibilidade com conector RJ11	UN	FURUKAWA	20	454,00	9.080,00
Total Geral dos Itens						R\$ 9.080,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 125/2017**

Publicação Nº 1460034

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 125/2017 do PREGÃO Nº 114/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA. OBJETO: Aquisição de carga e vasilhames de gás P13 e P45 a serem utilizados nas cozinhas das unidades escolares deste município para o ano de 2018, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 877.000,00 oitocentos e setenta e sete mil reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Vasilhame (botijão) para gás GLP, capacidade para 13kg. O vasilhame deverá ser pintado, com protetor inviolável da rosca da válvula, com selo ABNT. Corpo construído em aço carbono. Deve conter no vasilhame as informações em baixo relevo do fabricante: série ou lote da fabricação e a data de fabricação. O vasilhame não poderá apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.	UN	NACIONAL GAS	50	255,80	12.790,00
2	Vasilhame (botijão) para gás GLP, capacidade para 45kg. O vasilhame deverá ser pintado, com protetor inviolável da rosca da válvula, com selo ABNT. Corpo construído em aço carbono. Deve conter no vasilhame as informações em baixo relevo do fabricante: série ou lote da fabricação e a data de fabricação. O vasilhame não poderá apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.	UN	NACIONAL GAS	100	833,30	83.330,00

3	Carga de gás de cozinha - GLP - Botijão de 45 Kg	UN	NACIONAL GAS	1900	345,70	656.830,00
4	Carga de gás de cozinha - GLP - botijão 13 Kg	UN	NACIONAL GAS	1500	82,70	124.050,00
Total Geral dos Itens						R\$ 877.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 126/2017**

Publicação N° 1460042

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 126/2017 do PREGÃO N° 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI – ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 25.947,00 (vinte e cinco mil e novecentos e quarenta e sete reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI-ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Poltrona individual estofada - PO (Modelo Proinfância). revestida em couro sintético, dotada de apóia braços. Características de estabilidade, resistência e durabilidade, conforme NBR 15164:2004 / Móveis estofados - Sofás.	UN	PHOENIX	10	390,00	3.900,00
26	Estante de aço simples para biblioteca arco-íris: estante com 3 prateleiras confeccionada em chapa de aço 24 com as colunas na cor verde e as laterais das prateleiras coloridas, com medidas APROXIMADAS de 1420x330x1020mm.	UN	CELI	30	510,00	15.300,00
27	ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS: Descrição: Fornecimento e montagem de Estante em Aço, todo em chapa 24, contendo 06 (seis) prateleiras, sendo 02 (duas) fixas e 04 (quatro) com regulagem de altura do tipo cremalheira e pintura eletrostática a pó na cor CINZA. Dimensões aproximadas: Altura:198cm, Largura: 90cm, Profundidade: 40cm.	UN	CELI	30	224,90	6.747,00
Total Geral dos Itens						R\$ 25.947,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 127/2017**

Publicação N° 1460050

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 127/2017 do PREGÃO N° 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 46.540,00 (quarenta e seis mil e quinhentos e quarenta reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Mesa de reunião M7 (Modelo Proinfância) - Mesa de reunião oval, com tampo em melamina na cor platina, com 25mm de espessura, bordas arredondadas em perfil de PVC , 180º, sobre estrutura metálica tubular composta por travessas passa-cabos, com garras nas extremidades e furos para a passagem de cabos, em chapa de aço, e laterais com colunas duplas e apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos, com pés horizontais em tubo de aço oblongo com ponteiros em poliestireno injetado na cor preta e sapatas niveladoras. Bandeira central em melamina platina com altura final de 50cm, com bordas arredondadas em perfil de PVC 180º, na curva, e acabamento em fita de PVC, nos demais lados, na cor preta, Estrutura em aço na cor preta, com tratamento anti-ferrugem de decapagem e fosfatização, seguido pelo processo de pintura eletrostática com tinta híbrida de epóxi com poliéster em pó,	UN	MARFI	12	320,00	3.840,00
4	Conjunto para professor CJP (Modelo Proinfância) - composto por uma mesa retangular e uma cadeira. Mesa Descrição: Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, painel forntal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico BP, montado sobre estrutura tubular de aço. Dimensões: Altura da mesa: 76 cm; Tampo da mesa retangular: 120 cm x 60 cm Características: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, I	UN	MARF	40	218,00	8.720,00
16	LONGARINA AUDITÓRIO: Longarina de 03 lugares com as seguintes especificações: estrutura em ferro tubular chapa 1,50mm, com pé central para reforço, suporte de encosto oblongo em chapa 1,90mm, cor preta em pintura epóxi com tratamento fosfotizante, solda MIG, pés em tubo 30x50, com acabamento tipo bota arrebitada niveladora. Assento confeccionado em polipropileno (PP) de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica, medindo 470mm de largura, 400mm de profundidade e espessura de 31mm (na borda). Possui encaixes de garras para fixação. Encosto confeccionado em polipropileno (PP) de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica, medindo 465mm de largura, 320mm de altura e espessura de 20mm (na borda). A fixação é feita através de encaixes retangulares e trava-se de pinotampão também confeccionado em polipropileno (PP) da mesma cor do encosto. Cor a definir.	UN	MARFI	20	229,00	4.580,00

17	CADEIRA: Cadeira com estrutura confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020, com seção circular de 7/8" de diâmetro, chapa #16 (parede 1,50mm de espessura), dotada de 02 (dois) reforços transversais em tubo 3/4 (parede 1,06mm de espessura) soldados na parte inferior do assento e 04 travessas de reforço entre as pernas. Solda MIG e pintura epóxi-pó. Fechamento dos topos dos tubos (inclusive os pés) com ponteiros em polipropileno injetado de alta densidade, fixados na estrutura através de encaixe. Dimensões aproximadas da cadeira: Assento (400x425x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP) com cavidade especial para alojamento adequado do rebite. Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico. A espessura do assento/encosto deve ser de 8mm em toda sua extensão	UN	MARFI	200	78,00	15.600,00
21	ESTANTE PORTA-LIVROS: Corpo composto por: Peças laterais, inferior, prateleira e divisórias em madeira aglomerada (MDP), espessura de 18 mm, revestidas em ambas as faces de laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento texturizado, na cor CINZA	UN	MARFI	10	400,00	4.000,00
29	ESTANTE COM PRATELEIRAS - 9 NICHOS: Corpo composto por: Peças laterais, inferior, prateleira e divisórias em madeira aglomerada - 9 NICHOS (MDP), espessura de 18 mm, revestidas em ambas as faces de laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento texturizado, na cor CINZA.	UN	MARFI	20	490,00	9.800,00
Total Geral dos Itens						R\$ 46.540,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 128/2017**

Publicação N° 1460055

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 128/2017 do PREGÃO N° 121/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI – EPP. OBJETO: Aquisição de notebooks e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais). DATA: 01/12/2017 A 01/12/2018.

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI – EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

4	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) ( QT 20 ) 1. PROCESSADOR a) Clock mínimo de 2.7 GHz com no mínimo 2 Cores, 4 Threads e Cache de 4 MB. b) Fabricado especificamente para equipamento portátil não sendo aceito processadores para desktops; c) Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE3; d) Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard). 2. PLACA PRINCIPAL a) Possuir 2 (dois) slots para memória RAM do tipo DDR4 b) Tecnologia de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 1.2, integrado à placa principal, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento; c) Controladora SATA integrada compatível com os periféricos adiante especificados.	UN	DELL	45	4.140,00	186.300,00
5	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) ( QT 20 ) 1. PROCESSADOR a) Clock mínimo de 2.7 GHz com no mínimo 2 Cores, 4 Threads e Cache de 4 MB. b) Fabricado especificamente para equipamento portátil não sendo aceito processadores para desktops; c) Arquitetura 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE3; d) Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard). 2. PLACA PRINCIPAL a) Possuir 2 (dois) slots para memória RAM do tipo DDR4 b) Tecnologia de segurança TPM (Trusted Platform Module), versão 1.2, integrado à placa principal, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento; c) Controladora SATA integrada compatível com os periféricos adiante especificados.	UN	DELL	5	4.140,00	20.700,00
Total Geral dos Itens						R\$ 207.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129/2017**

Publicação Nº 1460064

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 129/2017 do PREGÃO Nº 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 105.150,00 (cento e cinco mil e cento e cinquenta reais). DATA: 04/12/2017 A 04/12/2018.

UNIMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Conjunto Aluno Tamanho 01 CJA 01(Modelo Proinfância) (Pré-escola) - Conjunto de mesa retangular com uma cadeira para crianças de 4 a 5 anos. Mesa para altura do aluno compreendida entre 0,93m a 1,16m, com tampo em MDP ou MDF, revestido na fase superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre Estrutura tubular de aço.	UN	MOVESCO	200	151,50	30.300,00

19	CONJUNTO COLETIVO BIBLIOTECA: Conjunto Coletivo Biblioteca (1 Mesa + 4 Cadeiras) Mesa (1) Descrição: Tampo em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 25 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA.	UN	MOVESCO	10	569,00	5.690,00
22	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 6 - CJA-06: Tampo em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados.	UN	MOVESCO	200	177,90	35.580,00
23	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 4 - CJA-04: Mesa: Tampo em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA	UN	MOVESCO	200	167,90	33.580,00

Total Geral dos Itens

R\$ 105.150,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130/2017**

Publicação Nº 1460061

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 130/2017 do PREGÃO Nº 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 8.140,00 (oito mil e cento e quarenta reais). DATA: 04/12/2017 A 04/12/2018.

GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	ARMÁRIO ALTO MULTIUSO COLORIDO: Armário alto multiuso colorido: Estrutura em aglomerado 15mm revestido em melamínico branco. Com 9 portas revestidas em melamínico textura colorido clara, com puxadores. Abaixo 2 gavetões com rodízios revestido em melamínico textura. Dimensões aproximadas: 1900mm (A) x 1200mm (L) x 450mm (P).	UN	GRAN MÓVEIS	10	814,00	8.140,00

Total Geral dos Itens

R\$ 8.140,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131/2017**

Publicação Nº 1460066

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 131/2017 do PREGÃO Nº 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA-ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 32.659,50 (trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos). DATA: 05/12/2017 A 05/12/2018.

SCHEYLLA DE MENDONÇA – ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

13	Armário roupeiro em aço com 12 portas AM2 (Modelo Proinfância) - (Creche III e Pré-Escola) Descrição: Roupeiro em aço na cor cristal, confeccionados em chapa de aço "22" (0,75mm), constituído por 12 portas. As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado; Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros; Devem ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial na cor platina com secagem em estufa; Após o processo acima descrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto com 50 micra de espessura de tinta, no mínimo. Possuir dobradiças internas para evitar arrombamentos com abertura de 135°, pés removíveis com sapatas plásticas niveladoras Ø3/8". Dimensões:	UN	CELI	12	687,00	8.244,00
14	Armário Alto em Aço AM4 (Modelo Proinfância) - Descrição: Fornecimento e montagem de armário Alto em Aço, todo em chapa 24, com 02 portas de abrir com reforços internos tipo ômega e puxadores estampados nas portas no sentido vertical, com acabamento em PVC, contendo 04 prateleiras, sendo 01 fixa e 03 com regulagem de altura do tipo cremalheira, com fechadura cilíndrica e pintura eletrostática a pó na cor cinza.	UN	CELI	13	523,50	6.805,50
28	ESTANTE DE AÇO 12 PRATELEIRAS: Descrição: Fornecimento e montagem de Estante em Aço, todo em chapa 24, contendo 12 (DOZE) prateleiras, com pintura eletrostática a pó na cor CINZA. Dimensões aproximadas: Altura: 198cm, Largura: 92cm, Profundidade: 58cm.	UN	CELI	30	587,00	17.610,00
Total Geral dos Itens						R\$ 32.659,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132/2017**

Publicação Nº 1460067

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 132/2017 do PREGÃO Nº 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EKOMOB COMÉRCIO LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 28.054,00 (vinte e oito mil e cinquenta e quatro reais). DATA: 06/12/2017 A 06/12/2018.

EKOMOB COMÉRCIO LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Mesa de Trabalho M6 (Modelo Proinfância) - Descrição: Mesa para professor, em tampo único, em melamina, com 25mm de espessura, com bordas arredondadas em perfil de PVC, e acabamento em fita de PVC, sobre estrutura metálica tubular tripé composta por travessas passacabos, com garras nas extremidades e furos para a passagem de cabos, em chapa de aço, e laterais com coluna e apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos.	UN	EKOMOB	80	209,50	16.760,00



10	MESA SECRETÁRIA COM 2 (DUAS) GAVETAS - M6: Em tampo único, em melamina, com 25mm de espessura, com bordas arredondadas em perfil de PVC, e acabamento em fita de PVC, sobre estrutura metálica tubular tripé composta por travessas passacabos, com garras nas extremidades e furos para a passagem de cabos, em chapa de aço, e laterais com coluna e apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos.	UN	EKOMOB	36	211,50	7.614,00
20	ARMÁRIO BAIXO: Armário baixo com 2 portas e 1 prateleira. Corpo composto por: Peças laterais, inferior e prateleira em madeira aglomerada (MDP), espessura de 18 mm, revestidas em ambas as faces de laminado melamínico de baixa pressão - BP, acabamento texturizado, na cor CINZA. Peça posterior em madeira aglomerada (MDP), espessura de 15 mm,	UN	EKOMOB	16	230,00	3.680,00
Total Geral dos Itens						R\$ 28.054,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133/2017**

Publicação Nº 1460086

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 133/2017 do PREGÃO Nº 126/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal par (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 57.088,50 (cinquenta e sete mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). DATA: 13/12/2017 A 13/12/2018.

SUPRIMOVEIS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	MESA DE REUNIÃO - M7: Descrição: Mesa de reunião oval, com tampo em melamina na cor platina, com 25mm de espessura, bordas arredondadas em perfil de PVC preto, 180º.	UN	SUPRIMÓVEIS	12	328,00	3.936,00
8	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO - TAMANHO 6 - M2B-06 (1 mesa + 2 bancos): Mesa (1 UN.)	UN	SUPRIMÓVEIS	15	725,00	10.875,00
9	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO - TAMANHO 3 - M2B-03: Tampo e assentos em madeira aglomerada (MDP), com espessura de 25 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento frost, na cor BRANCA.	UN	SUPRIMÓVEIS	15	689,50	10.342,50
12	ARMÁRIO 2 PORTAS: Armário com 2 portas, 1 divisória central interna e 3 prateleiras internas. Corpo composto por: Peças laterais, inferior e prateleira em madeira aglomerada (MDP), espessura de 18 mm	UN	SUPRIMÓVEIS	10	348,00	3.480,00
18	ARQUIVO DE MADEIRA: Arquivo de madeira com 04 gavetas, com trilho telescópico zincado, um puxador para cada gaveta, confeccionado em MDF e fórmica na cor bege, com rodízio nos pés, medidas aproximadas: 1300x450x600mm.	UN	SUPRIMÓVEIS	30	318,50	9.555,00

24	ROUPEIRO DE AÇO 6 PORTAS: Descrição: Roupeiro em aço na cor cristal, confeccionados em chapa de aço "22" (0,75mm), constituído por 06 portas. As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado; Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros; Devem ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial na cor platina com secagem em estufa; Após o processo acima descrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto	UN	SUPRIMÓVEIS	12	619,00	7.428,00
25	ROUPEIRO DE AÇO 8 PORTAS: Descrição: Roupeiro em aço na cor cristal, confeccionados em chapa de aço "22" (0,75mm), constituído por 08 portas. As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado; Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros	UN	SUPRIMÓVEIS	16	717,00	11.472,00

Total Geral dos Itens

R\$ 57.088,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134/2017**

Publicação N° 1460089

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 134/2017 do PREGÃO N° 141/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NC COMUNICAÇÕES S/A. OBJETO: Contratação de Jornal de Circulação diária com abrangência Estadual em Santa Catarina, para publicação e divulgação de atos oficiais e administrativos, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações exigidas pela Lei 8.666/93 para dar maior publicidade aos processos contratuais, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 162.750,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais). DATA: 14/12/2017 A 14/12/2018.

NC COMUNICAÇÕES S/A						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de Jornal de Circulação diária com abrangência Estadual em Santa Catarina, para publicação e divulgação de atos oficiais e administrativos, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações, exigidas pela Lei 8.666/93 para dar maior publicidade aos processos contratuais.	cm/co		3500	46,50	162.750,00

Total Geral dos Itens

R\$ 162.750,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 70/2017**

Publicação N° 1460282

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA N° 70/2017 do PREGÃO N° 65/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA - ME. OBJETO: Aquisição do material Bica Corrida para utilização na manutenção periódica de ruas não pavimentadas em diversos locais do município. VALOR: R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). DATA: 07/08/2017 A 07/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 71/2017 P**

Publicação Nº 1460336

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 71/2017 do PREGÃO Nº 70/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SUPRIMOVEIS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de móveis para escritório para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 11.695,00 (onze mil e seiscentos e noventa e cinco reais). DATA: 23/08/2017 A 22/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 72/2017 P**

Publicação Nº 1460344

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 72/2017 do PREGÃO Nº 70/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de móveis para escritório para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ R\$5.529.90 (cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos). DATA: 23/08/2017 A 22/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 74/2017 P**

Publicação Nº 1460356

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 74/2017 do PREGÃO Nº 72/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PALAVRA EDIÇÃO DE JORNAIS EIRELI - ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviços de publicidade em jornal de circulação local (Município de Palhoça), com prioridade semanal e de distribuição gratuita, para publicação de atos institucionais, tais como editais, convocações e informativos. VALOR: R\$12.025,00 (doze mil e vinte e cinco reais). DATA: 23/08/2017 A 22/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 8/2017 A**

Publicação Nº 1460379

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 008/2017 do PREGÃO Nº 69/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 6.270,00 (seis mil e duzentos e setenta reais). DATA: 30/08/2017 A 29/08/2018. Mantêm-se os preços inalterados.

**PORTARIA Nº. 4511/2017**

Publicação Nº 1459888

PORTARIA Nº. 4511/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA RAMOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/11/2017 a 09/11/2018.

Palhoça, SC, em 06 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4512/2017.**

Publicação Nº 1459894

PORTARIA Nº. 4512/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GLADIS ELISA BECKER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Vila Nova da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2017 a 02/11/2018.

Palhoça, SC, em 06 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4513/2017**

Publicação Nº 1459910

PORTARIA Nº. 4513/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de novembro de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
401313-1	Cristiane Azevedo Jordão	R\$ 241,00
3760923-1	Janaina da Silva Vasco	R\$ 215,00
402130-1	Lindalva Maria de Souza Alves	R\$ 95,63
401461-4	Luciani Teresinha Sens	R\$ 246,00
3761505-1	Michele Cristiane Mafra S. Araujo	R\$ 95,63
402156-4	Noemar Narciso B. Cezar Junior	R\$ 215,00
370205-2	Raquel Nunes Cordeiro	R\$ 159,40
3761811-1	Simone Fátima Kostaneski	R\$ 97,46
3761877-1	Vicky Chula Martins	R\$ 215,00

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4514/2017**

Publicação Nº 1459914

PORTARIA Nº. 4514/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELE OLIVEIRA QUEIROZ, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Cabirela da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/11/2017 a 07/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 4515/2017.**

Publicação Nº 1459919

PORTARIA Nº. 4515/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de novembro de 2017.

### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402246-5	Gladis Elisa Becker	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 4516/2017**

Publicação Nº 1459936

PORTARIA Nº. 4516/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 4489 de 18 novembro de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora EDIANE DE OLIVEIRA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/11/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Rosangela Lehmkihl Folster, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4517/2017.**

Publicação Nº 1459939

PORTARIA Nº. 4517/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de novembro de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
402317-5	Zenir dos Santos	10%
401171-1	Kátia Luciane Borges Pinto	10%

Palhoça, SC, em 06 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4518/2017.**

Publicação Nº 1459943

PORTARIA Nº. 4518/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Instituir, com profissionais de formação técnica compatível à avaliação do objeto e pertencente ao quadro de servidores do município, Comissão Técnica de Avaliação, referente ao processo licitatório para contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo para construção de ponte rodoviária sobre o Rio Cubatão.

Artigo 2º. Nomear como membros da referida Comissão:

FABIANO LORENZETT SOUZA – Engº Civil – Mat. 3745975-1

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI – Engº Civil – Mat. 500908

RODOLPHO PAGANI MARTINS – Engº Civil – Mat. 500907

Artigo 3º. Ficam atribuídas à Comissão as atividades pertinentes de avaliação para análise dos documentos técnicos de habilitação, bem como acompanhamento e fiscalização contratual do processo licitatório Concorrência Pública, cujo objetivo é garantir os requisitos de qualificação, através de análise da documentação em conformidade com as exigências constantes no referido edital.

Artigo 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando sua validade condicionada à realização e conclusão do Processo de Concorrência pela Comissão Permanente de Licitações deste Município.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4519/2017.**

Publicação Nº 1459946

PORTARIA Nº. 4519/2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 4888 de 08 de janeiro de 2001, que Retificou Averbação de Tempo de Serviço do servidor EDSON JOÃO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI

Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4520/2017.**

Publicação Nº 1459949

PORTARIA Nº. 4520/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO IRACEMA KLUEW DAMIANI, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 401502-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4521/2017.**

Publicação Nº 1459952

PORTARIA Nº. 4521/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAICON RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2017 a 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 4522/2017.**

Publicação Nº 1459954

PORTARIA Nº. 4522/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSELIS ORIBKA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Passagem do Maciambu da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2017 a 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4523/2017.**

Publicação Nº 1459958

PORTARIA Nº. 4523/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANA COSTA LUIZ DA CUNHA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2017 a 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4524/2017.**

Publicação Nº 1459960

PORTARIA Nº. 4524/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA LUCIA GONZAGA JESUS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2017 a 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4525/2017.**

Publicação Nº 1459963

PORTARIA Nº. 4525/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EVANIR PEDROSO DA SILVA PEREIRA matrícula nº. 801610-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 02/11/2017, de acordo com às folhas 18.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4526/2017.**

Publicação Nº 1459966

PORTARIA Nº. 4526/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DIOGENES MOREIRA HEERDT, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Médio Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/11/2017 a 13/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4528/2017.**

Publicação Nº 1459969

PORTARIA Nº. 4528/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Vila Nova da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/11/2017 a 27/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4529/2017.**

Publicação Nº 1459973

PORTARIA Nº. 4529/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2048 de 03 abril de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GEFERSON JUAREZ SCHAFER ULLIANA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 4530/2017.**

Publicação Nº 1459977

PORTARIA Nº. 4530/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ANTONIO JOSE ALBINO, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3761003-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4531/2017.**

Publicação Nº 1459981

PORTARIA Nº. 4531/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NARA RUBIA DE ESPINDOLA ANTUNES, , titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/11/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4532/2017.**

Publicação Nº 1459984

PORTARIA Nº. 4532/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA SÁ DE CASTRO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2017 a 16/11/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4533/2017.**

Publicação Nº 1459986

PORTARIA Nº. 4533/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2977 de 13 junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GLAUCIR REGINA CRISTIANO MEINEL, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4534/2017.**

Publicação Nº 1459989

PORTARIA Nº. 4534/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2364 de 28 abril de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ACIOLI ISABEL DE JESUS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/11/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4535/2017.**

Publicação Nº 1459992

PORTARIA Nº. 4535/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3356 de 21 julho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LUIZA VIEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/11/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4536/2017**

Publicação Nº 1459996

PORTARIA Nº. 4536/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ENI VALENTE DA SILVA, matrícula nº. 801005-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/11/2017 à 20/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT  
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4537/2017.**

Publicação Nº 1459998

PORTARIA Nº. 4537/2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 801174-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2011 a 22/05/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/11/2017 à 21/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO  
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4538/2017.**

Publicação Nº 1460002

PORTARIA Nº. 4538/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDA GOMES PINTO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4539/2017.**

Publicação Nº 1460007

PORTARIA Nº. 4539/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2017.

## ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761154-1	Ricardo Luiz Wagner	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4540/2017.**

Publicação Nº 1460010

PORTARIA Nº. 4540/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BEATRIZ DA SILVA DE PINHO, matrícula nº. 401815-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/10/2012 a 08/10/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 23/12/2017 à 23/01/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4541/2017**

Publicação Nº 1460016

PORTARIA Nº. 4541/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZANGELA DORVALINA COELHO, matrícula nº. 401568-7, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2011 a 19/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/11/2017 à 15/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 4542/2017**

Publicação Nº 1460019

PORTARIA Nº. 4542/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA PEREIRA, matrícula nº. 401552-1, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 30/01/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/12/2017 à 16/01/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4543/2017.**

Publicação Nº 1460022

PORTARIA Nº. 4543/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIO OSVALDO MOREIRA, matrícula nº. 400977-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/11/2017 à 06/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4544/2017.**

Publicação Nº 1460024

PORTARIA Nº. 4544/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RENATA BATISTA SILVA, matrícula nº. 401162-3, titular do cargo de Auditor Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 02/12/2017 à 02/02/2018.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4545/2017.**

Publicação Nº 1460028

PORTARIA Nº. 4545/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SONIA MARIA DIZS GIACOMINI, matrícula nº. 400103-1, titular do cargo de Bioquímico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2010 a 02/01/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/11/2017 à 22/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4546/2017.**

Publicação Nº 1460030

PORTARIA Nº. 4546/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TALITA SILVA VIEIRA PEREIRA, matrícula nº. 401359-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/11/2017 à 22/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4547/2017.**

Publicação Nº 1460033

PORTARIA Nº. 4547/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ZENILDE PEREIRA, matrícula nº. 400914-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/05/2010 a 17/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/11/2017 à 22/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4548/2017.**

Publicação Nº 1460035

PORTARIA Nº. 4548/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALMIR SANTIAGO VIEIRA, matrícula nº. 500353-3, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/09/1995 a 06/09/2000, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2017 à 16/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4549/2017.**

Publicação Nº 1460039

PORTARIA Nº. 4549/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.  
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
3761320-1	Kelly Cristina Garcia dos Santos	R\$ 1000,00	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4550/2017.**

Publicação Nº 1460049

PORTARIA Nº. 4550/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CLARICE OLIVEIRA RITT SALASARIO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4551/2017.**

Publicação Nº 1460052

PORTARIA Nº. 4551/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCIANA SOARES FREITAS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4553/2017.**

Publicação Nº 1460056

PORTARIA Nº. 4553/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOSE SILVEIRA DA SILVA NETO, matrícula nº. 123557-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 10/11/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4554/2017.**

Publicação Nº 1460059

PORTARIA Nº. 4554/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GISELE MARIA DOS SANTOS SILVEIRA, matrícula nº. 801807-4, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 31/10/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 10 (dez) anos, 05 (cinco) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4555/2017.**

Publicação Nº 1460060

PORTARIA Nº. 4555/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANISIA TRUPPEL, matrícula nº. 802222-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 01/11/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 14 (quatorze) anos, 06 (seis) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Averbar tempo que contribuiu com o IPREV, totalizando 03 (três) anos e 10 (dez) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4556/2017.**

Publicação Nº 1460063

PORTARIA Nº. 4556/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JANDIRA MARIA CAMARGO, matrícula nº. 123623-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 08/11/2017.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4557/2017**

Publicação Nº 1460122

PORTARIA Nº. 4557/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANTONIO VENTURA DA SILVA FILHO, matrícula nº. 500242-1, ocupante da categoria funcional de Motorista, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 08/11/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4558/2017.**

Publicação Nº 1460127

PORTARIA Nº. 4558/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GEDELCI QUADRO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 100067-2, ocupante da categoria funcional de Monitor, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 10/11/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 12 (doze) anos, 01 (um) mês e 20 (vinte) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4559/2017.**

Publicação Nº 1460131

PORTARIA Nº. 4559/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adenira Rodrigues	ACS	30	22/11/17
Adriana Campos	Assistente de Educação	38	08/11/17
Adriana de Souza Moreira	ASO	05	13/11/17
Adriana de Souza Moreira	ASO	15	22/11/17
Aila Cerqueira Barbosa	ASO	09	09/11/17
Alessandra Alzira Martins	ACS	05	20/11/17
Alisandra Tavares Castro	ASO	05	21/11/17
Ana Patrícia Bruno	Professor	30	16/11/17
Ana Paula do Nascimento de Souza	Técnico em Enfermagem	15	16/11/17

Ana Paula Vicente Garcia	Professor	180	13/11/17
Anderson Alcides de Souza	ASO	05	13/11/17
Andreia Vogt Mello de Lima	Monitor	30	22/11/17
Andreson Luiz Pereira	Motorista	08	22/11/17
Anelozi Poletti	Professor	05	13/11/17
Ângela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	02	22/11/17
Ângela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	02	31/10/17
Anisia Truppel	Professor	15	23/11/17
Áurea Alessandra gerlach	Professor	15	23/11/17
Barbara Ramona Silva Schmidt	ACS	07	23/11/17
Bianca Cristina de Souza	Pedagogo	30	13/11/17
Carine Correa	Professor	30	21/11/17
Cínara Ribas Konrad	Pedagogo	05	27/11/17
Cintia Diovana Gunther Bernardo	ASO	04	14/11/17
Cleusa Cristina Romanski	ASO	03	20/11/17
Cleusa Cristina Romanski	ASO	04	22/11/17
Cleusa de Oliveira	Professor	04	21/11/17
Cleusa de Oliveira	Professor	02	07/11/17
Cristiane Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	20/11/17
Daniela Hinkel	ACS	07	17/11/17
Daniela Hinkel	ACS	21	21/11/17
Débora Juliane Plaut Toniazzo	Professor	06	20/11/17
Deise de Lima	Agente Administrativo Auxiliar	15	13/11/17
Delzia Paula do Nascimento	Técnico em Enfermagem	12	16/11/17
Dilane Rodrigues Schmitz	ACS	60	13/11/17
Diogo Passig	Professor	02	13/11/17
Diogo Passig	Professor	02	23/11/17
Eliziane Alves	ASP	12	13/11/17
Fabiana Diniz	ASO	10	06/11/17
Fabiano Vianna Model	Socorrista	02	21/10/17
Fabiano Vianna Model	Socorrista	02	27/10/17
Fabiula C. da Costa Almeida	Professor	02	01/11/17
Fabiula C. da Costa Almeida	Professor	02	20/11/17
Geane Maria de Lima	Professor	03	08/11/17
Gideli C. Garcia de Medeiros	Professor	03	08/11/17
Gideli C. Garcia de Medeiros	Professor	02	20/11/17
Gilberto da Silva	Professor	39	07/11/17
Gislane da Silva Cruz Comelli	Professor	15	20/11/17
Greici Juliane Ribeiro Bessa	Assistente Social	31	22/11/17
Hindianara Marlene da S. da Silva	ACS	03	09/11/17
Iraci da Luz Fernandes	Merendeira	31	22/11/17
Iria Teresinha Piaí	Professor	30	21/11/17
Ivone da Rosa Andrade de Souza	Técnico em Enfermagem	60	20/11/17
Ivone Izabel Gonçalves	Professor	15	08/11/17
Ivonete G. da Rosa Gregoria	Merendeira	04	21/11/17
Janaina Aparecida da Silva	Merendeira	08	11/11/17
Janaina Sarmento dos Santos	Médico	15	17/11/17
Jandira Maria Camargo	Professor	15	24/11/17
Jane Lourdes Ap. dos Santos	ASO	02	08/11/17
Jane Lourdes Ap. dos Santos	ASO	12	20/11/17
Janete Schmitt	ACS	05	20/11/17
Jean Carlos Marques da Silva	ACS	30	22/11/17
Jose Roberto Weingartner	ASO	150	14/11/17
Josias João da Silva	Assistente Administrativo	07	22/11/17
Jucileia Conciliada Silva	Professor	120	24/11/17



Karla Steinmetz Sprigigo	Professor	120	13/11/17
Karolina Linhares Araujo	ACS	02	09/11/17
Karolina Linhares Araujo	ACS	02	20/11/17
Kátia Regina Espindola	Merendeira	20	16/11/17
Laura Cristina Antonio Pedro	ASO	07	10/11/17
Lenita Althoff	ASG	16	10/11/17
Leonardo Campos Gomes	Médico	05	17/11/17
Lia Castello Branco Goulart	Professor	30	10/11/17
Lilian Diniz	Professor	05	20/11/17
Lilian Rose Paulão Aliardi	Merendeira	14	13/11/17
Lucelia Aparecida Postai Barcelos	ASO	30	20/11/17
Luciana Ballmann	Orientador Educacional	60	24/11/17
Luiz Carlos dos Santos	ASO	180	10/11/17
Luzivani Maria Martins de Souza	ASG	04	21/11/17
Luzivani Maria Martins de Souza	ASG	04	13/11/17
Magda dos Santos Maria	Merendeira	30	22/11/17
Marcos Roberto Batista	Professor	03	08/11/17
Marcos Roberto Batista	Professor	05	13/11/17
Margareth Melo Marcos Duarte	ACS	03	27/11/17
Maria Aparecida Garcia	ASG	90	19/11/17
Maria Aparecida Henrique Machado	Técnico de Enfermagem	90	22/11/17
Maria Aparecida Souza	ACE	12	12/11/17
Maria Aparecida Souza	ACE	10	27/11/17
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	30	22/11/17
Maria Tais de Melo	Psicólogo	01	20/11/17
Maria Tais de Melo	Psicólogo	01	17/11/17
Marina Machado Ribeiro Machado	Orientador Educacional	06	16/11/17
Marlove Assing Martins	Professor	03	22/11/17
Matheus Guthia Moraes	Professor	07	27/11/17
Michelle Luisa Teixeira	Assistente Administrativo	07	16/11/17
Michelle Paula Santiago	Merendeira	05	27/11/17
Michelly Lucia Soares de Abreu	Técnico em Enfermagem	07	08/11/17
Monique Jeremias	Professor	07	14/11/17
Patrícia de Melo Pereira	Telefonista	09	23/11/17
Paulo Laudir Machado	Motorista	05	20/11/17
Priscilla Karla Santana Raupp	Enfermeira	05	20/11/17
Priscila Cássia de Jesus	ATP	05	27/11/17
Rafaela Vieira	Enfermeiro	03	06/11/17
Rafaela Vieira	Enfermeiro	10	16/11/17
Raquel Nunes Cordeiro	Técnico em Enfermagem	07	15/11/17
Renata Maria Borba	Fonoaudiólogo	10	13/11/17
Renato Valdecir Kuss	Professor	07	14/11/17
Renato Valdecir Kuss	Professor	25	21/11/17
Ricardo Valci Ramos	ASO	15	16/11/17
Rita de Cassia Bitencourt Fornari	Professor	26	20/11/17
Rita de Cássia da Silva	ASO	15	16/11/17
Roberto Genro de Brum	ASO	01	14/11/17
Roberto Genro de Brum	ASO	01	20/11/17
Roberto Genro de Brum	ASO	01	22/11/17
Rosali H. da Silva	Lavadeira	04	21/11/17
Rosana Ana Vieira	Professor	36	10/11/17
Roseli Aparecida Alves	Merendeira	04	21/11/17
Roseli Aparecida Alves	Merendeira	04	27/11/17
Sabrina Hasse Felisberto	Professor	07	19/11/17
Sabrina Hasse Felisberto	Professor	02	16/11/17

Samara Valdeia Wagner	ASO	03	22/11/17
Sandra Albino Borges	ACD	20	20/11/17
Sandra Lucia Silveira de Souza	Professor	20	18/11/17
Sandra Lucia Silveira de Souza	Professor	05	13/11/17
Sara Comelli Brock	Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária	90	22/11/17
Silvio Luiz Oliveira Mendes	ASO	03	21/11/17
Simone Martins	Assistente Social	08	21/11/17
Simone Martins	Assistente Social	02	06/11/17
Solange da Silva Leme	ASG	18	14/11/17
Tânia Walter	Merendeira	10	20/11/17
Tarsyane Zenilda da Silva Stange	Secretária Adjunta	31	20/11/17
Tatiane Maria da Silva	ASO	29	17/11/17
Tatiane Mariano	ASG	02	16/11/17
Tatiane Mariano	ASG	02	06/11/17
Terezinha Celina Jorge	Professor	30	22/11/17
Terezinha da Silva Sanceverino	ASO	30	16/11/17
Thais Diniz da Silva	Professor	22	24/11/17
Thayse Rosa	Enfermeiro	12	16/11/17
Vanderlei Hermesmeiyer	Técnico em Informática	15	20/11/17
Vanderleia Alves	ASO	07	17/11/17
Vanessa Martins Dahmani	Odontologo	60	23/11/17
Vera Lucia Xavier	ASG	30	20/11/17
Veroni Costa	ASO	30	10/11/17
Vivian Cristina Porto Pierri	Assistente Social	05	20/11/17
Walmira Poluceno Miranda	ASO	30	20/11/17

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 4560/2017.

Publicação Nº 1460135

PORTARIA Nº. 4560/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### RESOLVE:

CONTRATAR VIVIANE SOUZA JIMENEZ LAVIL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/10/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Renato Valdecir Kuss, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4561/2017.**

Publicação Nº 1460139

PORTARIA Nº. 4561/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ZOLEIDE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/10/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Albertina de Souza, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4562/2017**

Publicação Nº 1460148

PORTARIA Nº. 4562/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EMILENA PALMAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/11/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Gilberto da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 4563/2017.**

Publicação Nº 1460156

PORTARIA Nº. 4563/2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3070 de 18 de maio de 1999, que Averbou Tempo de Serviço do servidor EDSON JOÃO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS totalizando 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 18 (dezoito) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI  
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4564/2017.**

Publicação Nº 1460160

PORTARIA Nº. 4564/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 3136/A de 09 de junho de 1999, que Averbou Tempo de Serviço da servidora MARIA APARECIDA CONSTANTE DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV totalizando 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4565/2017.**

Publicação Nº 1460163

PORTARIA Nº. 4565/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 1030 de 23 de fevereiro de 2015, que Concedeu Licença para Capacitação Profissional do servidor FERNANDO MAURICIO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 15 de fevereiro de 2018, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.  
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4566/2017.**

Publicação Nº 1460164

PORTARIA Nº. 4566/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR COMO FISCAL DE CONTRATO, o Senhor RIVELINO DA SILVEIRA, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 057706-3, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Pregão Presencial nº 118/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento e instalação de estruturas de madeira “quiosques” com chuveiro para colocação de banheiro químico em pontos estratégicos considerados turísticos e mais movimentados das Praias do Município.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4567/2017.**

Publicação Nº 1460165

PORTARIA Nº. 4567/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, os Senhores FABIANO LORENZETTI SOUZA, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 136.384-3 e JOAQUIM FELIPE BRANDINI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 133.083-3, para atuarem no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 101/2017. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação em concreto na Estrada Morro do Gato, neste Município.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4568/2017.**

Publicação Nº 1460166

PORTARIA Nº. 4568/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ROSEMAR DE ABREU DA SILVA, matrícula nº. 802221-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/04/2012 a 23/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/11/2017 à 21/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de novembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 4569/2017.**

Publicação Nº 1460169

PORTARIA Nº. 4569/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
100763-1	Amanda Dri Lima	Psicólogo	1-118-2A-A ANS	1-118-2B-A ANS	03/10/2017
3745119-1	Ana Paula Schmidt	Fonoaudiólogo	1-141-1A-A ESF-NASF	1-141-2A-A ESF-NASF	05/09/2017
100352-1	Artur Martinhago Aguiar	Assistente Social	1-118-2A-B ANS	1-118-2B-B ANS	06/10/2017
401460-1	Bruna da Silva	Assistente Administrativo	1-17-2-B ANM	1-17-3-B ANM	10/10/2017
400930-1	Camila Meotti Figueiredo	Enfermeiro	1-136-2A-B ESF-E	1-136-3A-B ESF-E	23/08/2017
401057-1	Carine Sens Hinkel	Cirurgião Dentista	1-139-1A-B ESF-O	1-139-2A-B ESF-O	03/10/2017
401393-1	Carlos Eduardo Siqueira	Técnico em Enfermagem	1-5-1-B ANT	1-5-2-B ANT	26/09/2017
401923-1	Débora May	Assistente Administrativo	1-17-1-A ANM	1-17-2-A ANM	23/08/2017
401952-1	Dolores M. Rodrigues	Farmacêutico	1-141-1A-A ESF-NASF	1-141-2A-A ESF-NASF	26/09/2017
250343-2	Fabiana Cabral Schmitz	ACS	1-143-1-A ACS	1-143-2-A ACS	18/09/2017
400329-1	Fabiane Cecília Sulzbach	Odontologo	1-118-2B-D ANS	1-118-2C-D ANS	25/09/2017
100493-1	Francisca Arcoverde Itamaro	Merendeira	1-9-1-B ANF - B	1-9-2-B ANF - B	24/10/2017
400033-1	Gilberto Fagundes	Odontologo	1-118-3B-F ANS	1-118-3C-F ANS	02/10/2017
700005-1	Jose da Silva Matos	Auditor Fiscal de Obras e Postura	1-171-3-F ANS-AFOP	1-171-4-F ANS-AFOP	15/09/2017
3745055-1	Juliana da Silva Santos	Assistente Social	1-118-2A-A ANS	1-118-2 B-A ANS	03/10/2017
401171-1	Katia Luciane Borges Pinto	Técnico em Enfermagem	1-138-1-B ANMS	1-138-2-B ANMS	04/09/2017
400368-1	Luciano Rodrigues Veiga	Odontologo	1-118-2A-D ANS	1-118-2B-D ANS	01/09/2017
123105-1	Marcio Osmar Tizziani	Auditor Fiscal de Obras e Postura	1-171-3-E ANS-AFOP	1-171-4-E ANS-AFOP	04/09/2017
401033-1	Marcos Antidio de Lima	Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária	1-172-3-B ANS-AFVS	1-172-4-B ANS-AFVS	22/08/2017
402010-2	Maria de Almeida Moreira	ACS	1-143-1-A ACS	1-143-2-A ACS	28/08/2017
400910-1	Mayara Vieira Pereira	Técnico em Enfermagem	1-138-2-B ANMS	1-138-3-B ANMS	01/09/2017
401050-1	Natalia de Medeiros Borjes	Cirurgião Dentista	1-139-1A-B ESF-O	1-139-2A-B ESF-O	20/09/2017
400099-1	Ricardo Kalvelage Philippi	Odontologo	1-118-3C-E ANS	1-118-3D-E ANS	06/10/2017
200336-1	Vinicius Ramos da Cruz	Técnico em Edificações	1-148-1-B ANTP	1-148-2-B ANTP	29/09/2017
402317-5	Zenir dos Santos	Técnico em Enfermagem	1-138-1-A ANMS	1-138-2-A ANMS	05/09/2017

Palhoça, SC, em 17 de novembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## PORTARIA Nº. 4570/2017.

Publicação Nº 1460172

PORTARIA Nº. 4570/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FRANCINE VALENTE FAVORETTO, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/12/2017.

Palhoça, SC, em 16 de novembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**RESULTADO HABILITAÇÃO TP 142-2017**

Publicação Nº 1460529

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO  
Nº 142/2017

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº142/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de recuperação do Complexo Esportivo Arlindo Garcia localizado no bairro Ponte do Imaruim no Município.

**EMPRESA HABILITADAS:**

CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI – EPP  
RODRIGUES E RODRIGUES EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA.  
Palhoça, 15 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

**RESULTADO PREGÃO Nº 115/2017**

Publicação Nº 1460719

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 115/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis – CARNES E FRANGOS para as Unidades de Ensino deste Município.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME ficou classificada em 1º lugar no lote 03, totalizando R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais);  
DUDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 02 e 04, totalizando R\$1.526.370,00 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil trezentos e setenta reais)

Palhoça, 15 de dezembro de 2017.



# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 090/2017

Publicação Nº 1458795

Decreto n. 090, de 15 de Dezembro de 2017.

Homologa Resolução 009/2017, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o PMS Plano Municipal de Saúde 2018/2021, do Município de Palma Sola e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 1965/2017, de 31 de maio de 2017,

Decreta:

Art. 1º - Fica homologada, como homologada está a Resolução CMS 009/2017 que dispõe sobre o PMS Plano Municipal de Saúde 2018/2021 do Município de Palma Sola.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 15 de Dezembro de 2017.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

RESOLUÇÃO CMS Nº 009/2017 de 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (PMS) 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, de acordo com as competências legais e regimentais conferidas pela Lei Municipal de 911 de 03 de dezembro de 1991, revogada pela Lei 1.965/2017 de 31 de maio de 2017. Considerando ainda o disposto na Lei 8.080/90 e 8.142/90 regulamentadas pelo Decreto 7.508/2011 em consonância com a Lei 141/2012, combinada com a Portaria Ministerial 2.135/2013.

Considerando a apresentação, discussão e sanadas as dúvidas, foi submetido à apreciação do Pleno do CMS, que por consenso e à unanimidade dos presentes, deliberou e o presidente do CMS;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (PMS) 2018-2021, do município de Palma Sola, cuja aprovação deu-se por consenso e à unanimidade dos conselheiros presentes.

Art. 2º – O Pleno do CMS deliberou também, que a revisão do PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, dar-se-á pelo menos uma vez ao ano.

Art. 3º – Encaminhar a presente resolução, para que seja dada a publicidade de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor na data de a publicação, após homologação através de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 5º – Revogam-se disposições em contrário.

Palma Sola/SC, 12 de dezembro de 2017.

Juce Mari Appio Berti  
Presidente do CMS  
Palma Sola/SC

# Papanduva

## PREFEITURA

### 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 102/2014

Publicação Nº 1458890

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 102/2014, datado em 26 de Novembro de 2014, vinculada ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 124/2014. Objeto : Considerando a extensão de prazo de 60 dias, devido ao atraso no repasse dos recursos por parte do FNDE, este contrato que passa a vigorar até a data de 04/02/2018. CONTRATANTE: Município de Papanduva CONTRATADA: MAURICIO ELY PUTTKAMMER - ME . Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 15 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 0104/2017

Publicação Nº 1459165

DECRETO Nº 0104/2017, de 15 de dezembro de 2017.  
"APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de aprovação de desmembramento de imóvel urbano realizada por Delcir Dal Bem ;  
Considerando a declaração de viabilidade expedida pelo Engenheiro Civil Municipal Sr. Osmar Bresciani, que atesta que o referido imóvel atende aos requisitos legais para aprovação do desmembramento solicitado;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica APROVADO O DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano de propriedade de Delcir Dal Bem, CPF n. 195.478.549-68, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Serrada sob matrícula n.º 10.373, Livro n.º 2, Fls. 01, com área total de 1.049,85 m² (Um mil e quarenta e nove vírgula oitenta e cinco metros quadrados), denominado Lote 04, localizado na Av. Padre João Botero, esquina com a Rua Pedro Bresciani, Centro deste Município, resultando em duas áreas, sendo: a área remanescente denominada Lote 04 (A), com 596,85 m² (quinhentos e noventa e seis vírgula oitenta e cinco metros quadrados) de área urbanizável, e área remanescente denominada Lote 04 (B), com 453,00 m² (quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados) de área urbanizável com edificação residencial sobre a referida área, conforme mapa e memorial descritivo anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia - SC, 15 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Secretário Executivo

### RECURSO CRAS

Publicação Nº 1458978

RECURSO CRAS  
VALOR: 12.000,00  
DATA: 07/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

### RECURSO IGD BOLSA FAMILIA

Publicação Nº 1458980

RECURSO IGD BOLSA FAMILIA  
VALOR: 1.430,00  
DATA: 07/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PAB**

Publicação Nº 1458983

RECURSO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO COMPONENTE DE CUSTEIO DO PAB

VALOR: 63.500,00

DATA: 11/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO NASF**

Publicação Nº 1458985

RECURSO NASF

VALOR: 8.000,00

DATA: 14/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO PISO FIXO VIGILANCIA SANITÁRIA**

Publicação Nº 1458987

RECURSO PISO FIXO VIGILANCIA SANITÁRIA

VALOR; 247,18

DATA: 13/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE**

Publicação Nº 1458989

RECURSO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE

VALOR: 15.210,00

DATA: 14/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO PROGRAMA SAUDE BUCAL**

Publicação Nº 1458991

RECURSO PROGRAMA SAUDE BUCAL

VALOR: 5.575,00

DATA: 14/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF**

Publicação Nº 1458994

RECURSO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

VALOR: 17.825,00

DATA: 14/12/2017

Leomar Roberto Listoni

Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1458997

RECURSO QUOTA SALARIO EDUCAÇÃO  
VALOR: 21.380,35  
DATA: 13/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO SCFV**

Publicação Nº 1458999

RECURSO SCFV  
VALOR: 13.145,00  
DATA: 07/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO TETO FINANCEIRO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC**

Publicação Nº 1459000

RECURSO TETO FINANCEIRO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC  
VALOR: 5.647,87  
DATA: 12/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO TETO FINANCEIRO REDE CEGONHA**

Publicação Nº 1459002

RECURSO TETO FINANCEIRO REDE CEGONHA  
VALOR: 1.944,54  
DATA: 08/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**RECURSO TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISÉRIA**

Publicação Nº 1459003

RECURSO TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISÉRIA  
VALOR: 5.075,00  
DATA: 12/12/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 15 de dezembro de 2017.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****496/2017**

Publicação Nº 1460856

PORTARIA Nº 496/2017

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir de 07/12/2017, Ana Paula de Abreu Bastos, matrícula nº 11202, contratada pela portaria nº 105/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2017.

Fernanda Rodrigues Leite  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**497/2017**

Publicação Nº 1460860

PORTARIA Nº 497/2017

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir de 07/12/2017, Giselle Dagostim Zilli Ribeiro, matrícula nº 11418, contratada pela portaria nº 300/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2017.

Fernanda Rodrigues Leite  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**498/2017**

Publicação Nº 1460866

PORTARIA Nº 498/2017

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir de 07/12/2017, Otávio Marcos da Silva, matrícula nº 11422, contratado pela portaria nº 319/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2017.

Fernanda Rodrigues Leite  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

## 499/2017

Publicação Nº 1460868

### PORTARIA Nº 499/2017

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente,

#### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir de 07/12/2017, Patrícia Paola Cagol, matrícula nº 11396, contratada pela portaria nº 176/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2017.

Fernanda Rodrigues Leite  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

## 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2017 DE 30/03/2017

Publicação Nº 1459277

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2017 DE 30/03/2017, conforme Processo Licitatório 07/2017 - TP 15/2017. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado FERREIRA AMARAL CONSTRUTORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 23.459.461/0001-22. Objeto: O presente termo aditivo visa reestabelecer o valor pactuado através do contrato administrativo 15/2017, suprimindo R\$ 8.396,45 (oito mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), passando o valor da Cláusula Oitava de R\$ R\$ 209.992,32 (duzentos e nove mil novecentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos) para R\$ 201.595,87 (duzentos e um mil quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), conforme planilha em anexo. Data da assinatura: 15/12/2017.

## 500/2017

Publicação Nº 1460870

### PORTARIA Nº 500/2017

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação vigente,

#### RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a partir de 07/12/2017, Túlio Garcia dos Santos, matrícula nº 11412, contratado pela portaria nº 275/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.



Município de Paulo Lopes, 15 de dezembro de 2017.

Fernanda Rodrigues Leite  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2017-

Publicação Nº 1459433

#### ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2017-

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Penha, situada na Avenida Prefeito Eugênio Krause, número noventa e quatro, centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha e convidados para participarem da 4ª reunião extraordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Presidente, deste Conselho, Sr. Diego, agradeceu a presença de todos e solicitou a presença dos membros titulares e ou suplentes na falta dos titulares, para comporem a mesa receptora, também pediu a substituição, nesta mesa, do membro titular da Ahorepe, Sr. Marcos, pela suplente Sra. Margarete, pelo motivo em que o mesmo será o responsável pela apresentação do Requerimento da Empresa Santa Lídia, que será uma dos temas da pauta desta reunião, sendo acatado pelo mesmo. Após, passou ao secretário Sr. Ângelo, que fez a leitura da ata da 3ª Reunião Extraordinária, deste Conselho, sendo aprovada por unanimidade. Já seguindo a pauta, passou a palavra ao Doutor Janilto, que fez a leitura do Parecer da SEPLAN referente ao requerimento nº465/2017 em nome de Caio, onde o mesmo estava presente e fez a apresentação do mesmo. Iniciando agradeceu pela oportunidade e fez um breve explicativo, sobre o pedido da alteração do Plano Diretor naquele local, pedindo a liberação para que possa construir uma residência para sua família, sendo que no momento a legislação o impede de fazê-la. Falou que de uma imensa área de quase 140.000,00m², irá utilizar aproximadamente 800,00 m², para abertura de Rua e construção da residência, também falou sobre os problemas de invasão que estão ocorrendo no local, os desmatamentos ocorridos pelas invasões, do alto valor de IPTU, e da trilha que se encontra no interior do mesmo. Finalizando a apresentação, novamente pediu a todos os membros pela alteração no Plano Diretor. O sr. Costabile, falou que neste local o Plano Diretor prevê à implantação de uma área de Proteção Ambiental. Que estamos iniciando a revisão do Plano Diretor, e que como membro representante da AMAPG, vota contrário ao pedido, onde já requereu como membro do CONDEMA, o cumprimento do Zoneamento Ecológico Econômico. Perguntou ainda, se à questão da Fatma, seria pela supressão de vegetação, sendo respondido pelo Sr. Caio, que sim, mas que no local de uma área total de quase 140.000,00 m², irá ser suprimida apenas em torno de 800,00 m². O Sr. Everaldo Bodo, falou que temos que fazer o plano de manejo para as áreas que se encontram nesta situação, que ano que vem teremos a revisão do Plano Diretor e com certeza este plano será feito. O Sr. Costabile falou que temos que criar a APA e que o requerente deverá apresentar à poligonal para termos uma base. O Sr. Everaldo, falou que não existe diferenciação entre a morraria da Praia Vermelha e esta, todos estão na mesma situação. O Sr. Gabriel falou que faltou um pouco de dados visuais, mas o que o requerente falou foi o básico para o entendimento do pedido. Falou ainda que preservar uma área não é deixá-la isolada. Que o impacto na Praia Vermelha é diferente a este local e às necessidades são outras. É favorável ao pedido, mas que precisaria saber a demarcação da mesma. O Sr. Diego, falou que seria interessante uma visita no local com o requerente e alguns membros do Conselho. O Sr. Marcos disse que temos exemplos no passado, onde na saída do Rio Gravatá, que o proprietário abriu mão do terreno, esta área foi invadida e hoje traz violência, o local está feio, horroroso, e não podemos deixar chegar à mesma situação com esta área requerida. O sr. Everaldo Bodo, pediu que fossem escolhidos os membros da comissão que irá visitar o terreno, ficando assim definida: com os senhores Everaldo Bodo, Costabile, Dra. Cristina e que será combinada data para esta visita. Finalizando o assunto, o Sr. Caio falou que após esta visita poderá fazer uma nova demonstração com mais dados. Foi passado para o próximo tema, referente ao requerimento da empresa Santa Lídia, onde o Sr. Marcos, fez a apresentação defendendo que a área a ser alterada, se for o caso, que seja em um todo e não só a do empreendimento. Fez um explicativo do Zoneamento no local, alguns questionamentos, sugestões, falando sobre a importância de um empreendimento como este, diferenciado, para que os visitantes do Parque Beto Carrero fiquem em nossa cidade, também pela geração de empregos e receita, um melhor desempenho da concorrência. Queremos transformar, mais com organização e sustentabilidade. O Sr. Diego, falou que temos que ter uma Zona Econômica Exclusiva, devendo ser na beira mar, é uma região prefeita. Abrindo a palavra aos presentes. O Sr. Gabriel, perguntou onde está localizado esta área? Respondido pelo Sr. Everaldo Bodo, que está localizado entre a Rua Itajaí e o Limite do Camping do Flamboyant Amarelo. O Sr. Ângelo pediu ao requerente que se disponibiliza para o grupo do Concidade o material referente a este empreendimento. O Sr. Everaldo falou que o potencial turístico de Penha não está apenas na Praia Alegre, mas estas outras áreas devem exploradas com coerência, pois na época no Plano Diretor de 2007, foi pensado na questão cultural e histórica do local, sendo limitado os dois pavimentos para construções. Temos que ver os impactos que serão causados com esta mudança, vendo que a alteração tem que ser analisada com comissões de estudos, onde uma liberação aumentará o número de pavimentos. O Sr. Diego acredita numa criação de limites para não comprometer o meio ambiente. A Sra. Margarete, não sabe ainda a opinião da AHOREPE, mas tem preocupação com a questão do turismo desordenado, como em Balneário Camboriú. Cita que esta área é um tesouro em cultura, podemos transformar em uma área turística, mas com cuidado. Querer o desenvolvimento, sim, mas um turismo com qualidade. O Sr. Costabile, perguntou aos membros presentes que fazem parte do Projeto Orla, O que o Projeto Orla, prevê para esta área? O Sr. Everaldo, respondeu que, o Plano de Gestão da Orla, buscou o Plano Diretor para não terem conflitos de leis. Falou também que sobre a alteração, corremos o risco em decisões do Conselho por questões ambientais e pela revolta dos moradores, por isso temos que buscar à participação da comunidade para dar segurança jurídica tanto para o empreendedor como para o conselho. O Sr. Gabriel falou que temos que pensar nas questões urbanas, abrangendo o fator cultural e depois ver a questão técnica, analisando e equilibrando estas aplicações ou crescimentos. O Sr. Everaldo Bodo, concorda com todos em suas aplicações, mas nessa situação não seria mudar o zoneamento, mas tratar das exceções dentro da Zona de Ocupação Tradicional. Temos que estudar bem o caso. O Sr. Nicélio, disse que já na criação do Plano Diretor em 2007, defendia a verticalização em algumas áreas do Município. Temos que ter cuidado com o esgoto. Disse ainda, que não podemos fugir da verticalização, que seja incluída na revisão do Plano Diretor, mas com um crescimento sustentável. Seria importante uma criação de uma zona exclusiva para o turismo. O Sr. Everaldo Bodo, acredita que seria importante uma conferência com a população no local, podendo ser na escola do Morro do Ouro ou na Univali, que poderemos ver a disponibilidade dos locais para um pré agendamento. Nesta reunião dos membros do Concidade, não se fizeram presentes, os membros: Poder Público, Representantes da Câmara de Vereadores, Ilustríssimos vereadores Maurício e Maria Juraci, e os representantes do Corpo de Bombeiros Militar, Senhores Subtenente Wancarlos e 2º Tenente Felipe. Já em relação à Sociedade Civil,

não estiveram presentes, os representantes de associações de bairros, Senhores Moacir e Waldemiro. Finalizando o Sr. Diego, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada esta reunião. Eu, Maurílio Pedro Leite, Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Diego Luis Matiello  
Presidente  
Angelo Piazero Junior  
Secretário

## **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2017-**

Publicação Nº 1459428

### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2017-**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Penha, situada na Avenida Prefeito Eugênio Krause, número noventa e quatro, centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha e convidados para participarem da 5ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Presidente, deste Conselho, Sr. Diego, agradeceu a presença de todos e solicitou a presença dos membros titulares e ou suplentes na falta dos titulares, para comporem a mesa receptora. O Sr. Ângelo pediu a palavra onde questionou que os documentos referentes aos requerimentos não haviam sido enviados, pedindo a correção para que fossem enviados com antecedência na próxima reunião. O secretário Sr. Maurílio observou que foram enviados através de e-mail para os membros que talvez poderia ter ocorrido algum erro e por esse motivo não chegou ao Sr. Ângelo. A Sra. Rosiane falou que recebeu todos os documentos referentes a estes assuntos. Após, o Sr. Diego passou para o primeiro tema da pauta: - a leitura da ata anterior; onde pediu a dispensa da leitura da mesma, por ter sido enviada por e-mail. O Sr. Márcio pediu a correção da mesma onde, na discussão do assunto sobre o gabarito, falou, naquela ocasião, que questionou que seria mais interessante aumentar o gabarito nas Avenidas para 17 metros e ruas laterais para 15 metros, e não deu uma sugestão, como constava na mesma. Sendo assim a ata da 4ª Conferência Pública do Conciade, foi aprovada com a ressalva do Sr. Márcio. Em seguida, foi passado para o segundo tema da pauta: - Requerimentos: nº0037.000.2522/2017 de Patrício Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda., nº641/2014 de Pompeu Araújo de Siqueira e nº560/2017 de Charlls Kleber Gonçalves, onde pedem alteração no gabarito (recuo lateral em construção acima de 7 metros). O Sr. Diego falou para termos mais opções de sugestões de gabarito, para chegarmos em uma definição e não alongarmos o tema. A palavra foi aberta para os presentes, onde o Sr. Wancarlos falou em vincularmos à questão da altura do gabarito em relação das larguras das vias. O Sr. Gabriel apresentou o Mapa do Macrozoneamento, fazendo uma breve explicação, onde pensando na mobilidade, recomenda que esta alteração seja feita do início da Avenida Eugênio Krause, no bairro Centro, até à Rua Tiradentes. A Sra. Ana Paula, falou com o secretário da SEPLAN, para que se fizesse um grupo de trabalho para discutirem sobre o assunto e cheguem num regramento. O Sr. Márcio, disse que é consenso que a necessidade do crescimento existe, entende que deveria deixar aberta a alteração para às avenidas principais. O Sr. Marcos, concorda com o Sr. Márcio, onde temos uma avenida de baixo que está morta, devemos estimular a alteração nas vias principais e às duas avenidas. O Sr. Costabile, perguntou ao Sr. Gabriel, sobre a altura e sua sugestão? Respondido que propõe na Avenida Eugênio Krause, 9 metros de gabarito. O Sr. Charlls, um dos requerentes manifestou-se e explicou a situação do pedido da alteração do gabarito. O Dr. Janilto, falou que leu a ata da Conferência e teve contato com os técnicos da SEPLAN, onde o engenheiro Ricardo fala em aumentar o gabarito entre 13 e 15 metros, e o engenheiro Everaldo, entre 12 e 14 metros. Por isto acha importante determinar uma altura para que se evite especulação imobiliária. O Sr. Leandro, falou que às pousadas estão instaladas em locais mais tranquilos e que às avenidas movimentadas estão aquém do desenvolvimento. Concorde em que sejam alterados os gabaritos em outras áreas, existem sim outras ruas com potencial. O Sr. Diego, passou para às discussões finais, deste assunto. Onde o Sr. Márcio, disse não ser técnico, mas concorda com a opinião do engenheiro Ricardo. A arquiteta Ana Paula, falou que na verdade o Sr. Ricardo, na ocasião, quis dizer que alteração do gabarito com 13 a 15 metros com caixa d'água e/ou platibanda. O Sr. Marcos, acha interessante o que a Sra. Ana Paula falou sobre fazer um parecer técnico na SEPLAN. Sr. Diego disse que já existe um parecer técnico da SEPLAN, onde leu o parecer técnico, anexo ao requerimento nº0037.000.2522/2017 de Patrício Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda. Mesmo assim, aceitou o pedido do Sr. Marcos, colocando em votação para pedirmos o parecer e aconselhamento dos técnicos da SEPLAN, sendo aprovado por unanimidade pelos membros, deste Conselho. Neste momento, foi passado para o terceiro tema da pauta: - Requerimento nº470/2017 de Rubens S. Thiago Lentz, que pede a alteração na Legislação Municipal para o aumento da área para implantação de condomínio. A Sra. Ana Paula explicou à solicitação do requerente e à legislação atual. O Sr. Gabriel falou que a legislação federal cita os 30.000,00m² como área máxima para implantação de condomínio. Falou ainda sobre três pontos que à associação em que pertence solicitou que argumentasse, citando assim: 1º) Sobre a mobilidade, 2º) Como será permitido fazer este condomínio, sendo uma área central, e 3º) Que a Sra. Edimara pediu que mostrasse três imagens onde o local se encontra inundado, pois se tem a questão de alagamentos, como permitir. Se for liberar deverá ser de uma forma planejada. O Sr. Márcio, falou que esta área necessita de desenvolvimento, mas tem que ver a questão do alagamento. O Sr. Costabile, fez alguns questionamentos falando que à questão não seria apenas para este condomínio. Que o empreendedor apresente o RIV (relatório de Impacto de Vizinhança). O Sr. Janilto pediu autorização ao Presidente, para se retirar da mesa nesta reunião solicitando que assuma o seu suplente Sr. Sérgio pois o mesmo está mais qualificado para falar sobre o assunto. O Sr. Diego, aceitou a solicitação pedindo ao Senhor Sérgio que assumisse a mesa receptora. Sendo assim, o Sr. Sérgio falou que é morador do local a muitos anos, e que com o condomínio ou sem o mesmo, os problemas com alagamentos vão continuar, que acha interessante que o local tivesse um canal extravasor ou nos fundos do condomínio uma vala. Acha que devemos votar favorável pois não é este condomínio que irá alterar a situação de alagamentos. Também falou que a empresa Schwanke, está localizada próxima deste local e que na época também falaram ser um local alagável. O Sr. Diego convidou o requerente Sr. Efrom, a se pronunciar, onde o mesmo demonstrou em vídeo como ficará o empreendimento, falou que no local haverá a área de doação para prefeitura, farão tubulações internas, rede pluvial, que serão 78 lotes, sendo todos desmembrados e que está esperando a alteração para dar sequência ao empreendimento. O Sr. Gabriel, pede que seja solicitado ao requerente o Relatório de Impacto de Vizinhança. O Sr. Marcio solicitou ao Subtenente Wancarlos que se manifestasse em relação

ao assunto dos alagamentos. O Sr. Wancarlos falou que teve uma experiência particular sobre o assunto, e o que preocupa é o nível de aterro que o terreno terá. Falou sobre no futuro o que será desta vizinhança na periferia do empreendimento. Propõe o alargamento do ribeirão para escoamento da água da chuva. O Sr. Diego, falou que se o empreendedor reduzir a área do condomínio para 30.000,00m<sup>2</sup>, nada o impedirá de fazê-lo. Sr. Costabile, solicitou, que venha o recurso para o FUNDURB. O Sr. Diego acata o pedido dos senhores Gabriel e Costabile, para a apresentação do RIV, após coloca o assunto em votação que é aprovado por unanimidade. Foi passado para o quarto tema: - Requerimento nº457/2017 de Wilson José Rigo, onde pede a alteração de zoneamento. O Sr. Diego explicou a solicitação do empreendedor, demonstrando no mapa de macrozoneamento onde está localizada a área. Neste momento foi aberta a palavra para discussões. Onde o Sr. Marcio, é favorável a mudança, por ter sido aprovada outra mudança em uma área próxima por este mesmo Conselho. O Sr. Sérgio, disse que já estava na hora deste local ter um empreendimento desta grandeza, que é favorável a mudança. O Sr. Costabile, disse que a cidade não possui rede de tratamento de esgoto, gostaria de chamar a atenção para a questão de esgotamento sanitário. O Sr. Diego, falou que breve será criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico. Neste momento foi passada a palavra ao empreendedor Sr. Jean, que falou sobre a responsabilidade que a empresa tem, que tem a intensão de retirar a fábrica de pescado do local. Que irá fazer um empreendimento que irá embelezar a cidade. Que todos ficarão satisfeitos com a padronização do mesmo. O Sr. Max Não vê o empreendimento como um impacto, será moldurado e irá solucionar um problema urbano que é causado pela empresa de pescados. O Sr. Gabriel, perguntou: Quantos apartamentos teria o empreendimento? O Sr. Jean, falou que gostaria de outra reunião, pois faria a apresentação com uma equipe de técnicos, respondeu à pergunta do Sr. Gabriel que o empreendimento terá 336 unidades e em seguida pediu ao Sr. Gabriel que explicasse a diferença dos zoneamentos de Consolidação e Desenvolvimento Turístico. Onde o Sr. Gabriel fez o explicativo dos mesmos, sendo contrário ao requerido, concorda que a mudança fique dentro do Zoneamento de Desenvolvimento Turístico (legislação da Praia Alegre). A Sra. Rosiane leu o anexo do requerimento (Solicitação de aprovação prévia de projeto de construção), onde consta todas as informações e características do empreendimento, falou ainda que o projeto é bem completo. O Sr. Leandro falou que em uma área que é o metro quadrado mais alto do Município de Penha, crê que será feito um empreendimento de alto custo. Complementando, o Sr. Jean, falou que o padrão será top, onde irá fazer este local crescer. O Sr. Diego, passou para a votação para a alteração de zoneamento, passando a Macrozona Urbana de consolidação, onde foi aprovado com os votos contrários dos senhores Gabriel e Costabile. Foi Passado neste momento para o quinto tema: Lei 2896/2017, altera a redação das alíneas "c" e "e" do Inciso II do artigo 5º da Lei nº2201/2008, alteração da representatividade do Concidade. O Sr. Diego, explicou aos presentes que a legislação já foi aprovada, onde agora teremos que marcar na próxima reunião, do Conselho, uma conferência pública para a eleição dos membros destas novas entidades. O Sr. Gabriel perguntou ao Presidente, quando teremos nova reunião para tratarmos da revisão do Plano Diretor? Respondido, pelo mesmo, que foi solicitado orçamento para a licitação de empresa que será responsável pela revisão. Nesta reunião entre os membros do Concidade, Em relação à Sociedade Civil, não estiveram presentes, os representantes de associações de bairros, Senhores Moacir e Waldemiro. Finalizando o Sr. Diego, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada esta reunião. Eu, Maurílio Pedro Leite, Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Diego Luis Matiello  
Presidente  
Maurílio Pedro Leite  
Secretário

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017 - PMP

Publicação Nº 1458667

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa LE COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI- EPP com sede em Ponta Grossa/PR, na Rua Barão de Teffé, n. 295, sala 01, Bairro Centro, CEP 84.010-570, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.350.742/0001-26, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Gabriel José Messias, inscrito no CPF sob nº 032.441.939-27, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
26	FARINHA DE MILHO PRÉ-COZIDA SEM SAL. Descrição: produto 100% natural, sem sal. Sem glúten. Resultante da moagem do milho, processada termicamente a fim de oferecer possibilidade de cozimento instantâneo. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	PCT	1400	R\$ 0,96	R\$ 1.344,00
29	FEIJÃO CARIOCA. Descrição: feijão carioca, classificado como feijão grupo I (comum), classe cores, tipo 1, conforme a portaria nº 161 de 24/07/87. Isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Deve ter registro no Ministério da Agricultura. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, pacotes de polietileno transparentes. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	3000	R\$ 3,42	R\$ 10.260,00
TOTAL GERAL					R\$ 11.604,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior



para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses

previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.



Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

LE COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI- EPP  
Gabriel José Messias  
Contratado

#### TESTEMUNHAS

Nome Completo:                      Nome Completo:  
CPF nº.:                                  CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:  
JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017 - PMP

Publicação Nº 1458668

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA- EPP com sede em São José dos Pinhais/PR, na Rua Tarcílio Zoelner, n. 590, barracão 09, Bairro Cidade Jardim, CEP 83.035-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.685.191/0001-09, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Nivaldir Aparecido Corso, inscrito no CPF sob nº 151.295.439-04, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS. Descrição: Produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Flocos de aspecto fino, cor levemente amarelada. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido, em polietileno. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	KG	1500	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
23	ERVILHA SECA. Descrição: ervilha seca partida. Grãos limpos, de cor verde, sabor e odor característicos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido, em polietileno. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1000	R\$ 5,70	R\$ 5.700,00
TOTAL GERAL					R\$ 13.200,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA- EPP  
Nivaldir Aparecido Corso  
Contratado

## TESTEMUNHAS

Nome Completo:                      Nome Completo:  
CPF nº.:                                  CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:  
JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 - PMP

Publicação Nº 1458669

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.612.312/0001-44, com sede na cidade de São José/SC, Bairro: Distrito Industrial, Rua: Judite Melo dos Santos, s/n, CEP: 88104-765, Telefone: (48) – 3344-4348, neste ato representada pela Senhora Gabriela Saretto, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 059.106.629-70, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
------	---------------------------	-----------------	------	----------------	--------------



33	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA. Descrição: fórmula infantil modificada, em pó, indicada para a alimentação de lactentes de zero aos seis meses de vida, contendo aproximadamente 40% de caseína e aproximadamente 60% de proteínas do soro, carboidratos: lactose e/ou maltodextrina, fonte lipídica: óleos vegetais e/ou de gordura láctea, vitaminas e sais minerais, isenta de sacarose. Com ou sem fibras/prebióticos. Embalagem: contendo 800 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente e atender as normas do codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes - fao/oms. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	400	R\$ 26,40	R\$ 10.560,00
34	FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO. Descrição: fórmula infantil modificada, em pó, indicada para a alimentação de lactentes a partir dos seis meses de vida, contendo aproximadamente 40 a 65% de caseína e aproximadamente 35 a 60% de proteínas do soro, carboidratos: lactose e/ou maltodextrina, fonte lipídica: óleos vegetais e/ou de gordura láctea, vitaminas e sais minerais, isenta de sacarose. Com ou sem fibras/prebióticos. Embalagem: contendo 800 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente e atender as normas do codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes - fao/oms. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	600	R\$ 26,40	R\$ 15.840,00
35	FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO SEM LACTOSE. Descrição: fórmula infantil isenta de lactose, indicada para a alimentação de lactentes menores de um ano de idade com intolerância à lactose. Embalagem: contendo 400 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente e atender as normas do codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes - fao/oms. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	100	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
36	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA. Descrição: fórmula infantil hipolergênica, extensamente hidrolisada, indicada para a alimentação de lactentes e crianças com alergia à proteína do leite de vaca. Embalagem: contendo 400 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente e atender as normas do codex alimentarius para fórmulas destinadas a lactentes - fao/oms. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 34.800,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio



da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA

Gabriela Saretto

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017 - PMP

Publicação Nº 1458670

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 23.040.430/0001-32, com sede na cidade de São José dos Pinhais/PR, na Rua Paulino Siqueira Cortes, nº 2001, no Bairro Centro, CEP:83005-030, Telefone: (41) -3382-4519, neste ato representada pelo Senhor Guilherme Puchetti Polak, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 075.711.589-66, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações

nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
3	AMIDO DE MILHO. Descrição: amido de milho fabricado a partir de grãos de milho são e limpos, isento de umidade, fermentação e ranço. Sob a forma de pó deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido, sacos de polietileno atóxico, resistente, termossoldado. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	2000	R\$ 3,30	R\$ 6.600,00
15	CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL DE ARROZ. Descrição: produto pré-cozido para o preparo de mingau à base de arroz, com baixo teor de umidade. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, no mínimo 07 vitaminas e sais minerais. Não deve conter leite nos ingredientes. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	400	R\$ 12,50	R\$ 5.000,00
16	CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL DE MILHO. Descrição: produto pré-cozido para o preparo de mingau à base de milho, com baixo teor de umidade. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, no mínimo 07 sais minerais e vitaminas. Não deve conter leite nos ingredientes. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	400	R\$ 12,50	R\$ 5.000,00
24	EXTRATO DE TOMATE. Descrição: concentrado de tomate obtido da polpa de tomate, contendo no mínimo 6% de sólidos solúveis naturais do tomate. Ingredientes: polpa de tomate, sal e/ou açúcar. Embalagem: tetra pak com capacidade mínima de 320 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	4600	R\$ 2,00	R\$ 9.200,00
25	FARINHA DE MILHO. Descrição: farinha de milho média, enriquecida com ferro e ácido fólico. O produto não deve conter mistura, sujidades, bolor e odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 1kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	400	R\$ 1,23	R\$ 492,00
28	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. Descrição: farinha de trigo integral, produzida através da moagem de grão de trigo inteiro do qual não se removem o germe e a fibra da casca Teor mínimo de fibras 12%. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1000	R\$ 2,47	R\$ 2.470,00

41	MACARRÃO DE ARROZ SEM GLÚTEN. Descrição: massa alimentícia de arroz, isenta de glúten, para dieta com restrição de glúten (para pessoas com alergia ao glúten). Tipo parafuso, que pode conter ingredientes como farinha de arroz, amido de milho, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, fécula de batata. Com corantes naturais. Isenta de trigo, aveia, cevada ou centeio. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas ou 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	100	R\$ 5,40	R\$ 540,00
43	MACARRÃO MIÚDO PARA SOPA. Descrição: macarrão miúdo para sopa (tipo argola, argolinha, conchinha) com ovos. Contendo sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Ao ser colocado na água não deverá turvar-la antes da cocção e após o cozimento deverão apresentar cortes soltos, de consistência macia, porém não papa ou pegajosa. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas ou 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1400	R\$ 3,20	R\$ 4.480,00
46	MILHO PIPOCA. Descrição: milho pipoca, grãos provenientes da espécie Zea mays L., subespécie mays, com capacidade de estourar, transformando-se em pipoca, quando submetido à temperatura de aproximadamente 180°C. Classificação: Tipo I, Classe I (amarela). Conforme Instrução Normativa 61/2011 - MAPA. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos com lacre rompido ou cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	KG	2000	R\$ 3,25	R\$ 6.500,00
50	POLVILHO AZEDO. Descrição: polvilho azedo, derivado da fécula de mandioca, 100% natural. Sob a forma de pó deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, sacos de polietileno atóxico, resistente. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	3500	R\$ 5,20	R\$ 18.200,00
53	SAL. Descrição: sal marinho iodado e refinado. Não deve apresentar sujidades, umidade e misturas inadequadas. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, pacotes polietileno transparente. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1500	R\$ 0,73	R\$ 1.095,00
54	VINAGRE DE ÁLCOOL. Descrição: vinagre de álcool. Ingredientes: fermentado acético de álcool, água e conservador. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 900 ml de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	1400	R\$ 0,99	R\$ 1.386,00
TOTAL GERAL					R\$ 60.963,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e



cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com

os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir

suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME

Guilherme Puchetti Polak

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 - PMP

Publicação Nº 1458671

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA



**DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI – ME com sede em Navegantes/SC, na Rua Arnaldo Passos, n. 248, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.060.647/0001-50, neste ato representada por sua bastante procuradora Senhora Izabel Cristina Meurer de Souza, inscrita no CPF sob nº 572.768.209-63, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
51	QUEIJO MUÇARELA FATIADO ZERO LACTOSE. Características: queijo para dieta com restrição de lactose (para pessoas com intolerância à lactose), tipo muçarela, fatiado e separado com interfolhador. Ingredientes: Leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, sal e Enzima Lactase. Produto com massa amarelo esbranquiçada, firme, compacta e de sabor ligeiramente ácido. O produto deve ser manipulado em condições higiênicas adequadas e estar de acordo com a legislação vigente. Transportado em caminhão frigorífico, com temperatura igual ou inferior a -18°C. Embalagem: pacote com peso líquido de 150 gramas, com embalagem a vácuo, atóxica, transparente e resistente, termossoldada. Deve estar intacta, sem perfurações. Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto. No rótulo de cada embalagem deve constar identificação completa do produto, marca, identificação da origem, peso líquido, data de processamento e prazo de validade (ou número do lote e data de validade), condições de armazenamento, carimbo oficial do SIF ou SIE. Todas as informações devem ser apresentadas de forma clara e indelével e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 5 meses a partir da data da entrega.	PCT	400	R\$ 6,30	R\$ 2.520,00
TOTAL GERAL					R\$ 2.520,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica

discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo

no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI – ME

Izabel Cristina Meurer de Souza

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017 - PMP

Publicação Nº 1458674

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS,



ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida à Rua. Treze de Junho, nº 795, Bairro Flor de Napolis, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, Telefone de contato (48) 3035-7175, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.196.745/0001-42, representada, neste ato pelo Sr. Luiz Fernando Sebold, CPF sob o nº 051.400.039-29, Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
10	BISCOITO SEM GLÚTEN E SEM LEITE. Descrição: biscoito sem glúten e sem leite. Para dieta com restrição de glúten e leite (para pessoas com alergia ao glúten e/ou alergia à proteína do leite de vaca). Sabores: gergelim, ervas finas, cacau e amendoim. Ingredientes: farinha de arroz, fécula de mandioca, ovos orgânicos, gordura de palma sustentável, vinagre de maçã, bicarbonato de sódio e sal marinho integral iodado.	UN	250	R\$ 7,90	R\$ 1.975,00
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - tradicional. Descrição: Grão beneficiado do fruto maduro de espécies do gênero Coffea, ponto de torra tradicional, moído. Aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas de peso líquido, embalagem em alto vácuo. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	PCT	5200	R\$ 8,53	R\$ 44.356,00
20	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU. Descrição: chocolate em pó 50 % cacau enriquecido com vitaminas e minerais. Para o preparo de leite com chocolate (bebida). Ingredientes: cacau em pó, açúcar orgânico, minerais e vitaminas. Deve conter no mínimo 3 minerais e 6 vitaminas. Não deve conter corantes e nem conservantes. Deve diluir totalmente no leite, sem formar grumos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, sacos de poliéster metalizado / PEBD, atóxico, hermeticamente selados. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1500	R\$ 22,88	R\$ 34.320,00
38	GELATINA SEM SABOR INCOLOR. Descrição: gelatina sem sabor incolor. Ingredientes: gelatina em pó, somente. Não deverá conter açúcar, corantes, conservantes e outros aditivos. Não deverá apresentar formação de grumos (umidade). Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	100	R\$ 62,94	R\$ 6.294,00
47	MISTURA PARA PÃO SEM GLÚTEN. Descrição: mistura pronta para pães e bolos sem glúten, para dieta com restrição de glúten (para pessoas com alergia ao glúten). Ingredientes: farinha de arroz, fécula de mandioca, açúcar mascavo, farinha de linhaça marrom, goma xantana e sal marinho iodado. Embalagem: contendo 250 gramas. Não serão aceitos produtos com lacre rompido ou cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	UN	150	R\$ 11,35	R\$ 1.702,50

TOTAL GERAL					R\$ 88.647,50
-------------	--	--	--	--	---------------

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;



c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;  
d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

Luiz Fernando Sebold

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2017 - PMP

Publicação Nº 1458664

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 73.977.480/0001-19, com sede na cidade de Porto Belo/SC, na Rua Otavio Quinoli, nº180, Sala nº 01, no bairro Perequê, no CEP 88210-000, Telefone (47) – 33933253, neste ato representada pelo Senhor Valter Plácido dos Santos Junior, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº. 612.664.269-49, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UN.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
4	ARROZ INTEGRAL. Descrição: arroz integral, tipo I, longo, fino. O produto não deve apresentar mofo e outras substâncias nocivas. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, em polietileno atóxico e transparente. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Deve conter registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	2000	R\$ 2,28	R\$ 4.560,00
9	BISCOITO SALGADO. Descrição: contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura, leite, açúcar, sal, fermentos químicos. Preferencialmente livre de gordura trans. Aspecto de massa torrada, cor e odor próprios. Deve ser crocante e não apresentar-se quebrado nem queimado. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: pacotes contendo entre 400g e 800g de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1500	R\$ 5,88	R\$ 8.820,00

30	FEIJÃO PRETO. Descrição: feijão preto, classificado como feijão grupo I (comum), classe preto, tipo 1, conforme a portaria nº 161 de 24/07/87. Isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Deve ter registro no Ministério da Agricultura. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, pacotes de polietileno transparentes. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	2000	R\$ 3,21	R\$ 6.420,00
31	FERMENTO BIOLÓGICO. Descrição: fermento biológico seco e instantâneo. Composição: levedura (saccharomyces cerevisias) e agente de reidratação. Não pode conter ingredientes de origem animal. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 125 gramas de peso líquido, embalagem a vácuo. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	1500	R\$ 3,60	R\$ 5.400,00
37	GELATINA. Descrição: gelatina diversos sabores (morango, framboesa, uva, limão e outros). Não deverá apresentar formação de grumos (umidade). Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	300	R\$ 7,18	R\$ 2.154,00
39	LEITE EM PÓ INTEGRAL. Descrição: leite em pó integral, instantâneo, contendo no mínimo 25% de proteína e máximo de 27% de lipídios. Umidade máxima de 3,5%. Produto de origem nacional (in nº 11 de 09/09/1999 - maa). Registro no ministério da agricultura. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido, sacos de poliéster metalizado, termossoldados. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	9000	R\$ 17,98	R\$ 161.820,00
40	LEITE UHT ZERO LACTOSE. Descrição: leite semidesnatado isento de lactose, para dieta com restrição de lactose (para pessoas com intolerância à lactose). Contendo enzima lactase. Registro no ministério da agricultura. Embalagem: contendo 1 litro, embalagem tetra pak. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	L	600	R\$ 2,89	R\$ 1.734,00
48	ÓLEO DE SOJA. Descrição: óleo de soja refinado, 100% natural, não deve apresentar cheiro forte e intenso. Não deve apresentar mistura de outros óleos. Embalagem: contendo 900 ml de peso líquido, embalagem plástica. Não serão aceitos produtos com lacre rompido ou cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	UN	6100	R\$ 2,99	R\$ 18.239,00
TOTAL GERAL					R\$ 209.147,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as



informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo

no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP

Valter Plácido dos Santos Junior

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

Nome Completo:

CPF nº.:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2017 - PMP

Publicação Nº 1458665

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz

Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LT-DA-EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 80.413.479/0001-27, com sede na cidade de Gaspar/SC, na Rua Tiradentes, nº 34, no Bairro Figueira, CEP: 89110-000, Telefone: (47) -3332-2432, neste ato representada pelo Senhor Bento Osvandi de Oliveira, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 218.448.529-20, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
18	CHÁ DE CAMOMILA. Descrição: produtos solúveis resultantes da desidratação do extrato aquoso dos capítulos florais da Camomila ou Mazanilha / Matricaria recutita L. e Chamomilla recutita (L.) Rauscher. Constituído de florais inteiros de espécimes vegetais genuínos dessecados. Cor amarela pardacenta, com aroma e sabor próprios. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: de polietileno contendo no mínimo 100 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	UN	1000	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
19	CHÁ DE ERVA DOCE. Descrição: produtos resultantes da desidratação do extrato aquoso dos frutos de Erva-doce ou anis ou anis doce / Pimpinella anisum L. Constituído de frutos maduros inteiros, de espécimes vegetais genuínos tostados e partidos. Cor verde cinza pardacenta, com aroma e sabor próprios. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: de polietileno contendo no mínimo 100 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	UN	1000	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
21	COLORÍFICO. Descrição: produto constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucu em pó (bixa orellana) ou extrato oleoso de urucu adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. Não deverá apresentar aroma acre ou rançoso. Aspecto de pó homogêneo fino, cor alaranjada; sabor e odor próprios. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas de peso líquido, em polietileno. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	PCT	800	R\$ 3,64	R\$ 2.912,00
22	COMINHO MOÍDO. Descrição: obtido do fruto do Cuminum cyminum, L. Aspecto de pó homogêneo e fino, cor verde-pardacenta, aromático, sabor próprio. Sem pimenta. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 200 gramas de peso líquido, em polietileno. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	PCT	600	R\$ 3,90	R\$ 2.340,00



45	MARGARINA. Descrição: margarina cremosa com sal. Ingredientes: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal, corante natural de urucum e cúrcuma. Deverá conter no mínimo 70% de lipídios. Aspecto de emulsão plástica, homogênea e uniforme, cor amarela homogênea, sabor ligeiramente salgado, odor característico. Embalagem: pote de polietileno resistente, contendo 500g de peso líquido. Não serão aceitos produtos com lacre rompido ou cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Deve conter selo do SIF. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega.	UN	6500	R\$ 4,10	R\$ 26,650,00
TOTAL GERAL					R\$ 39.702,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:**

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA-EPP

Bento Osvandi de Oliveira

Contratado

## TESTEMUNHAS

Nome Completo:                      Nome Completo:  
CPF nº.:                                  CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017 - PMP**

Publicação Nº 1458666

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017 - PMP

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP com sede em Balneário Camboriú/SC, na Rua Edgar Linhares, n. 770, Bairro Nova Esperança, CEP 88.336-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.915.456/0001-68, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ricardo Luiz Alves, inscrito no CPF sob nº 040.202.799-00, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 59/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) do Município Penha/SC, para os anos letivos de 2017/2018, conforme solicitação nº 1144/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ. Descrição: achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas e minerais obtido pela mistura de cacau em pó, açúcar, vitaminas e minerais. Deve ser enriquecido com vitaminas e minerais. Deve diluir totalmente no leite, sem formar grumos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo de 10 meses a contar da data da entrega.	KG	4000	R\$ 6,32	R\$ 25.280,00

2	<p> <b>AÇÚCAR REFINADO.</b> Descrição: Sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar. Aparência de pó branco, fino, não devendo apresentar-se melado ou empedrado. Cor branca; odor próprio e sabor doce. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 05 kg de peso líquido, em polietileno atóxico. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	PCT	2600	R\$ 8,50	R\$ 22.100,00
5	<p> <b>ARROZ PARBOILIZADO.</b> Descrição: arroz parboilizado, tipo I, longo, fino. Apresentar percentual máximo de matérias estranhas e impurezas de 5%. Embalagem: contendo 05 kg de peso líquido, em polietileno atóxico e transparente. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Deve conter registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	PCT	2000	R\$ 8,62	R\$ 17.240,00
6	<p> <b>ATUM RALADO COM CALDO VEGETAL.</b> Descrição: atum ralado, com óleo comestível e caldo de vegetais. Ingredientes: atum, óleo comestível, caldo vegetal e sal. Não deve conter glutamato monossódico, estabilizantes e corantes. Não deve conter glúten. Embalagem: bolsa metálica flexível esterilizável (retort pouch) composta por pet, com fechamento por selagem térmica, com peso líquido de 500 gramas ou 01 kg. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente, deve apresentar, carimbo oficial do SIF ou SIE e indicação da expressão: Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA sob nº-----/----- . Data de fabricação: máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	KG	2000	R\$ 20,18	R\$ 40.360,00
8	<p> <b>BISCOITO DOCE.</b> Descrição: sabores Leite, Maria ou Maisena. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura, sal, leite, fermentos químicos. Preferencialmente livre de gordura trans. Aspecto de massa torrada, cor e odor próprios. Deve ser crocante e não apresentar-se quebrado nem queimado. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: pacotes contendo entre 400g e 800g de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	KG	1500	R\$ 5,70	R\$ 8.550,00
14	<p> <b>CANELA EM PÓ.</b> Descrição: canela em pó, obtida da moagem da casca das espécies: Cinnamomum cassis (Ness), Blume (canela da China), Cinnamomum Zeylanicum Ness (canela do Ceilão). Aspecto de pó fino homogêneo, cor pardo-amarelada escura ou marrom claro, aromático, característico e sabor característico. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: pote de polietileno, com dosador e tampa, contendo no mínimo 30 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	UN	800	R\$ 1,70	R\$ 1.360,00
17	<p> <b>CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL - MULTICEREAIS.</b> Descrição: produto pré-cozido para o preparo de mingau, com baixo teor de umidade. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, açúcar, no mínimo 07 sais minerais e vitaminas. Não deve conter leite nos ingredientes. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	KG	400	R\$ 21,35	R\$ 8.540,00
27	<p> <b>FARINHA DE TRIGO.</b> Descrição: farinha de trigo, tipo I, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deverá ter fabricação a partir de grãos de trigosãos e limpos, isentos de matéria terrosa. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: saco reforçado de polietileno, pacotes com 5 Kg. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.         </p>	PCT	1500	R\$ 7,59	R\$ 11.385,00



32	FERMENTO QUÍMICO. Descrição: fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 250 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	UN	2000	R\$ 3,50	R\$ 7.000,00
42	MACARRÃO INTEGRAL. Descrição: macarrão integral, tipo parafuso. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farelo de trigo e fibra de trigo. Ao ser colocado na água não deverá turvá-la antes da cocção e após o cozimento deverão apresentar cortes soltos, de consistência macia, porém não papa ou pegajosa. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas ou 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	1000	R\$ 4,02	R\$ 4.020,00
44	MACARRÃO TIPO PARAFUSO. Descrição: macarrão tipo parafuso com ovos. Contendo sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Ao ser colocado na água não deverá turvá-la antes da cocção e após o cozimento deverão apresentar cortes soltos, de consistência macia, porém não papa ou pegajosa. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 500 gramas ou 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	KG	4500	R\$ 2,76	R\$ 12.420,00
49	ORÉGANO. Descrição: produto resultante da desidratação da folha do Origanum vulgare, L. acompanhada. Constituído de espécimes vegetais genuínos. Cor verde pardacenta, com aroma e sabor próprios. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: de polietileno contendo 50 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.	PCT	800	R\$ 1,90	R\$ 1.520,00
52	QUEIJO PARMESÃO RALADO. Descrição: queijo parmesão ralado fino. Ingredientes: queijo parmesão e conservador ácido sórbico. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem: contendo 100 gramas de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente e deve apresentar carimbo oficial do SIF ou SIE. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.	PCT	5500	R\$ 6,11	R\$ 33.605,00
TOTAL GERAL					R\$ 193.380,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nas escolas e centros de educação infantil, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV – se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as



informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais

órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP

Ricardo Luiz Alves

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

Nome Completo:

CPF nº.:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

### **DECRETO Nº 3240/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-CONDEMA.**

Publicação Nº 1459519

DECRETO Nº 3240/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-CONDEMA.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA do município de Penha – SC, sendo os seguintes representantes:

I – Poder Executivo Municipal:

- Titular: Everaldo Lourival Francisco

Suplente: Luiz Eduardo Bueno

- Titular: Max Riesemberg Bastos  
Suplente: Rosiane Maria Nascimento

- Titular: Edevilson Nascimento  
- Suplente: Luciana Maria de Souza

- Titular: Fabiano Nunes  
- Suplente: Arnaldo Dias

- Titular: Sérgio de Mello  
- Suplente: Édpo Cristiano Bento

- Titular: Grazziele Moratelli Volpi  
- Suplente: Jean de Miranda

II - Representantes do Segmento Empresarial:

- Titular - Cleber Marciel Neumann (AHOREPE)  
- Suplente - João Eduardo Sensi (ACIPEN)

III - Representantes de Organizações de Classe:

- Titular - Ricardo Matiello (OAB)  
- Suplente - Regiane Waltrick (Contabilistas)

IV - Representantes do Terceiro Setor:

- Titular - Rosiane do Carmo Souza de Souza  
- Suplente - Rosa Maria Pinto de Carvalho (Instituto Beto Carrero);

V - Representantes de Instituição de Ensino:

- Titular - Gilberto Caetano Manzoni (UNIVALLI)  
- Suplente - Rosemeri Marenzi (UNIVALLI)

VI - Representantes das Associações de Moradores:

- Titulares - Cley Anderson da Silva (ASAPG) e Sergio Machado (AMAPG)  
- Suplentes Jailson Blasius Fernandes (APEM) e Luiza Loth (AMAPRA).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2641/2016 e Decreto nº 3233/2017.

Penha/SC, 14 de dezembro de 2017  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário Municipal de Administração

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003 2017 - FMAS**

Publicação Nº 1460349

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – FMAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2017 – FMAS  
Contrato: 019/2017 - FMAS  
Contratado: ROBERTO CARLOS VANZUITA

Objeto: Locação de imóvel com terreno de aproximadamente 330m² e área construída de aproximadamente 128 m², localizado a Avenida Itapocoroy, nº 1930, Bairro Armação, neste Município, Inscrição Imobiliária 01.04.166.0023.001 e Matrícula 23162, para funcionamento da Cozinha Profissional de Arte Culinária, conforme solicitação nº 258/2017 da Secretaria de Assistência Social (documento integrante do Processo de Dispensa).

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Dotação Orçamentária: Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social. Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social. Projeto/Atividade: 2070 - Proteção Social Básica. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00000- (06)

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Penha/SC, 15 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2017**

Publicação Nº 1459530

**TERMO DE JULGAMENTO**

Processo Administrativo nº 08/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurada Processo Administrativo nº 08/2017, por meio da Portaria nº692/2017 para apurar o fato referente a ausência de funcionária sem justificativa no período de 08/06/2017 a 04/07/2017.

Na instrução processual foi a parte ouvida, prestando seus esclarecimentos e ouvidos os servidores do departamento envolvido, não sendo necessário maiores diligências.

Após a análise das oitivas e dos documentos, a comissão julgadora emitiu sua decisão e encaminhou para a consideração deste Chefe do Executivo.

É o relatório.

Na instrução dos autos administrativos verificou-se que a funcionária faltou aos serviços, sem justificar, em razão de que os pais são idosos e doentes e precisam de cuidados médico e acompanhamento, em especial, a mãe que é acometida do mal de parkison, conforme alegação final manuscrita e juntada às fls. 92.

Pelo apurado nos depoimentos e documentos constantes nos autos, a Secretaria de Educação não procedeu à notificação e advertência quanto às ausências reiteradas da funcionária, somente descontando do pagamento as horas não elaboradas.

Neste ínterim, a legislação trabalhista é clara ao dizer que a demissão por justa causa deve decorrer de uma desídia comprovada e penalizada, sendo necessária a gradação de punições para que ocorra sua configuração.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que não cabe a demissão por justa causa em razão da ausência de gradação de punições, deixando, também de proceder aos descontos, posto já ocorridos.

No entanto, encaminhe-se cópia do presente Termo de Julgamento para o Departamento de Recursos Humanos para aplicar a penalidade de advertência por escrito, já que restou comprovada as faltas injustificadas, com o intuito de evitar a reincidência, já que é considerada falta grave sujeita à demissão, prejudicando a Administração Pública na eficiência dos serviços públicos.

Providencie, com urgência, a Notificação da Secretaria de Educação para que observe a assiduidade de seus funcionários e aplique as penalidades cabíveis em tempo, não deixando acumular faltas injustificadas, prejudicando o Município.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 05 de dezembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 12/2017**

Publicação Nº 1459546

**TERMO DE JULGAMENTO**

Sindicância Administrativa nº 12/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurada Sindicância Administrativa nº 12/2017 para apuração dos fatos constantes no Boletim de Ocorrência nº00464-2017-0002011, em razão de acidente ocasionado pela queda de um carrinho de mão da retroescavadeira, ora conduzido pelo servidor Pedro José dos Passos, ocasionando em veículo de terceiro dano material.

Na instrução processual foram as partes envolvidas ouvidas, bem como o secretário de serviços urbanos e seu adjunto, relatando que tanto os materiais quanto as pessoas são transportadas na retroescavadeira, já que não possuía, na ocasião, outro veículo disponível.

No depoimento de fls. 39, o Secretário de Serviços Urbanos relatou o atendimento do Senhor Nivaldo João Pinto Filho e orientação para que fizesse três orçamentos e protocolasse Requerimento, para que, só assim os fatos fossem apurados e analisado possível ressarcimento administrativo, de acordo com a Lei nº 2.463/2011.

É o relatório.

Na instrução dos autos administrativos verificou-se que os fatos ocorreram de acordo com o que foi relatado no Boletim de Ocorrência, ocorrendo o dano material em bem de terceiro, ora ocasionado por culpa e responsabilidade da Administração Pública, tanto que, no Parecer Jurídico nº229/2017-PGM, de fls. 17/23, determinou-se o ressarcimento à título de indenização no valor do menor orçamento apresentado. No que pese a responsabilidade do funcionário que estava conduzindo a retroescavadeira, este apenas cumpre ordens de seu superior, não podendo ser a ele imputado a culpa pela ocorrência do acidente.

O poder/dever de diligência das execuções dos serviços administrativos da Secretaria de Serviços Urbanos é do seu gestor, que deve, de acordo com o que preconiza o inciso I e II, do artigo 26 do Código de Trânsito Brasileiro, agir de forma preventiva a evitar que os usuários das vias possam constituir perigo para o trânsito de veículos, de pessoas ou animais, causarem danos a propriedades públicas ou privadas. Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para que o valor do dano material já pago pelo

Município no Requerimento Administrativo nº00370001323/2017, seja ressarcido pelo Secretário de Serviços Urbanos, posto ser o gestor e responsável pela pasta na execução dos serviços de seus subordinados.

Para tanto, deve esta decisão ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos para que, após autorização do Secretário de Serviços Urbanos, proceda ao desconto do valor já pago pela Administração Pública, podendo o mesmo ocorrer de forma parcelada.

Providencie, com urgência, a Notificação da Secretaria de Serviços Urbanos para que se abstenha de transportar pessoas, materiais e equipamentos na retroescavadeira sob pena de ser responsabilizado civil e administrativamente por possíveis danos que vier a ocorrer em bens públicos e particulares.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial. Cumpra-se. Publica-se.

Penha, 14 de dezembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0331/2017

Publicação Nº 1458662

PORTARIA Nº 0331/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Contratar o Servidor de acordo com a tabela abaixo;

GELSON GOULAR JEREMIAS

TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Dezembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 31 2017 - EVALDO WALTRICH

Publicação Nº 1458467

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e o Senhor EVALDO WALTRICH, inscrito no CPF: 126.537.139-34. Objeto: EXPLO-  
RAÇÃO, EXTRAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME DE PEDREIRA NA LOCALIDADE DE RIO CORRENTE PARA REVESTIMENTO  
DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 15/12/2017. Valor: R\$ 8.000,00. Petrolândia, 18 de dezembro de 2017. Joel  
Longen – Prefeito Municipal.



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 072/2017

Publicação Nº 1458705

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 072/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 09/01/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2017, que visa a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA GLP PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO PARA 2018. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 09/01/2018, até às 09:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 09:30hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º: 411/2017.

Publicação Nº 1458915

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º: 411/2017.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, autorizado através do Processo n.º 335/17, Licitação n. 083/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ-MF nº 07.930.192/0001-84

Endereço: RUA JOAQUIM MOREIRA DOS SANTOS, 855, FLORESTA,

Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 083/2017 datado de 29/11/2017 e homologado em data de 15 de dezembro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Acometer a empresa o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS destinados a Lanche da Noite Natalina.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens e respectivos preços:

Item	Produto	Unid. medida	Qtidade	Marca	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Salsicha do tipo hot dog	Temperatura de conservação -12º. C. Embalagens de 5 kg, apresentando selo do SIF e no máximo 700mg de Sódio e 9g de gorduras totais por porção (50g = 1 unidade de salsicha).	100 KG	Perdigão	8,85	885,00
2	Pacote de Pipocas Doces	Pacote de Pipocas Doces, tamanho 20g, entregues em fardos contendo 50 pacotes cada. Com descrições de rótulo conforme legislação e validade em vigor no mínimo mais 3 meses a partir da data de entrega.	25FARDOS	Explosão de Amor	34,00	850,00

Devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, orçamento 2017:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural  
Programa: 13 - Desenvolvimento Cultural  
Ação: 2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS  
Despesa 233 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.1 O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da entrega, os produtos não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 O contrato vigorará da data da assinatura do contrato até 31/12/2017, ou em data anterior, caso haja a entrega total dos produtos.

3.2 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria da Educação do Município nos seguintes prazos:

Os produtos deverão ser entregues no dia 15/12/2017 no horário de funcionamento da Secretaria de Educação, ou em outra data informada pelo Município

3.3 Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.4 Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos, na forma da legislação em vigor;

3.5 Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

3.6 Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados e etiquetados adequadamente para aferição e controle pelos manipuladores de alimentos;

3.7 Os produtos deverão ser entregues à pessoa designada pela Secretaria de Educação.

#### CLÁUSULA QUARTA – CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento na execução do contrato por meio do Gestor/Fiscal do Contrato (Secretária da Educação), devendo esta fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
- VIII. Entregar produtos/Gêneros de ótima qualidade.

5.2 Os produtos consumíveis não poderão ter prazo de validade inferior a 90 dias, salvo outro prazo estabelecido pelo fabricante.

5.3 Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante a ANVISA, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

#### CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 083/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA: DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A Secretária de Educação atuará como gestora do contrato, devendo a servidora ocupante do cargo de nutricionista, atuar como fiscal do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 15 de dezembro de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

## TESTEMUNHAS:

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

**DECRETO 4722**

Publicação Nº 1459716

DECRETO Nº 4.722, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Município de Pinheiro Preto de Pinheiro Preto no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 97  
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 96  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**DECRETO 4723**

Publicação Nº 1459719

DECRETO Nº 4.723, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA HORÁRIO DE EXPEDIENTE E HORÁRIO DE ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, NO MÊS DE JANEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, DECRETA:

Art. 1.º A partir do dia 03 (três) de janeiro de 2018, inclusive, o horário de expediente e atividades da Administração Pública direta e indireta do Município de Pinheiro Preto será em turno único, das 07:00 hs às 13:00 hs, de segunda-feira à sexta-feira.

§ 1º O horário a que se refere este artigo será somente para o mês de janeiro.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá expediente normal.

Art. 2º Em casos especiais poderá ocorrer convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais à população,

inexistindo em tal caso, qualquer forma de pagamento extraordinário.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## LEI 1980

Publicação N° 1460717

\*repblicado por incorreção

LEI N° 1.980, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA PERÍODO DE RECESSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto – SC, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica decretada a suspensão (recesso) dos serviços no âmbito da Administração Pública Municipal, no período compreendido entre 26 de dezembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017.

§ 1º Os serviços contábeis e correlatos deverão ser executados pelos servidores responsáveis, ficando estes servidores dispensados do ponto e do cumprimento da carga horária fixada em lei.

§ 2º No caso de emergências, os serviços serão executados normalmente, cabendo às secretarias informar aos administrados o número do telefone para contato, através de informativo afixado em local de acesso ao público.

§ 3º A Unidade de Saúde Central deverá funcionar mediante escala de plantões, e se necessário em regime de sobreaviso, aplicando-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º e 2º desta lei

Art. 2º As horas do recesso deverão ser repostas, devendo cada secretaria organizar a compensação, dispensados os servidores que permanecerem em regime de sobreaviso.

Parágrafo único. O retorno às atividades dar-se-á no dia 02 de janeiro de 2018, com turno excepcional neste dia das 12:00 horas às 18:00 horas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 442 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1458888

PORTARIA N° 442 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO N° 083/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 083/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE LANCHE PARA A NOITE NATALINA, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 07.930.192/0001-84, os Itens e respectivos valores totais: nº: 01 (R\$ 885,00), e 02 (R\$ 850,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2017

Publicação Nº 1458871

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referencia, cujo objeto é o credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais, sofreu alteração, aonde lê-se Credenciamento nº 02, lê-se Credenciamento n.º 03, ficando inalteradas as demais descrições do edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará a disposições dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município de Piratuba, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

VANDERLEI WEBER  
Gestor do FMS

### DECRETO 902/2017

Publicação Nº 1460297

DECRETO Nº 902/2017, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Abre crédito especial no orçamento do exercício 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei 1.374, de 27 de outubro de 2016 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 – LDO e da outras providências, inciso I, artigo 41, artigo 42 e inciso II e III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.437/2017, de 13 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial do Orçamento do Município no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 21.00 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE PIRATUBA

Unidade: 21.01 – Fundo Municipal do Idoso de Piratuba

Projeto/Atividade: 2.049 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso

Modalidade: 180 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1265.0 – Outras Despesas Correntes – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor a Suplementar: R\$ 12.500,00

Art. 2º Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado por fonte de recurso na seguinte fonte de recursos:

Excesso de Arrecadação apurado por fonte de recursos

Fonte de Recursos – 0.1.1265 – Engie Brasil Energia – Projeto Bombeiro Idoso

Valor ..... R\$ 12.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 14 de dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei nº 226/93  
Em 14 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Mun. de Administração e Finanças

**DECRETO 903/2017**

Publicação Nº 1460301

DECRETO Nº903/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2.017

HOMOLOGA AVALIAÇÃO TRIENAL DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 17, § 4º do artigo 21 da LC 67/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências e artigo 22, § 4º do artigo 26 da LC 66/2015, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do Município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. 1º Fica homologado o resultado da Avaliação da Progressão Funcional por Desempenho dos Servidores Públicos Municipais Estáveis realizadas pelas comissões estabelecidas pelo Decreto nº 865/2017 de 31 de outubro de 2.017 que nomeia os membros para compor a comissão de avaliação trienal de desempenho dos servidores.

Art. 2º Nos termos do § 6º do artigo 21 da LC 67/2015 e § 6º do artigo 26 da LC 66/2.015, o servidor que não concordar com o conceito constante do Anexo I do presente decreto, no prazo de 30 dias poderá recorrer solicitando reconsideração ao chefe imediato, constante da comissão de avaliação estabelecida pelo decreto nº 865/2017.

**Art. 3º RESULTADO DA AVALIAÇÃO TRIENAL DE DESEMPENHO**

MATR.	NOME DO SERVIDOR	Nº AV.	PONTOS	CONCEITO FINAL
2361	Normelio Eloi Luersen	1ª	1.366	EXCELENTE
967	Vilmar Martins	3ª	1.366	EXCELENTE
53	Wilson Vicente Macena	2ª	1.366	EXCELENTE
2350	Ademar Ubiali	1ª	1.304	EXCELENTE
2348	Edson Alexandre Pooch	2ª	1.300	EXCELENTE
2331	Sady Rosenthal	2ª	1.350	EXCELENTE
2934	Alciane Borges da Silva	1ª	1.338	EXCELENTE
3113	Evandro Carlos Peri	1ª	1.360	EXCELENTE
2242	Andreia Lemes da Silva	2ª	1.366	EXCELENTE
2326	Anildo Teixeira	2ª	1.366	EXCELENTE
2239	Claudia Storch Augsten	2ª	1.388	EXCELENTE
2347	Fernandes Antônio Schaitel	2ª	1.344	EXCELENTE
2241	Gislanda Antônia Machado	2ª	1.360	EXCELENTE
2338	Julio Cesar de Moura	2ª	1.394	EXCELENTE
2329	Katia Leder	1ª	1.360	EXCELENTE
2240	Loire de Souza da Rocha	2ª	1.378	EXCELENTE
2244	Maria Luiza Colpani	2ª	1.394	EXCELENTE
985	Marcia da Silva	4ª	1.366	EXCELENTE
2327	Marilene de Macena	2ª	1.360	EXCELENTE
2243	Rita de Cássia Port	2ª	1.366	EXCELENTE
2328	Sirlei de Fátima dos Santos	2ª	1.360	EXCELENTE
2379	Adaiane de Lima	1ª	1.322	EXCELENTE
2219	Adriana Mari Faé da Silva	2ª	1.344	EXCELENTE
2236	Aline Kelly Borsatti	2ª	1.332	EXCELENTE



2938	Ana Paula da Motta	1ª	1.366	EXCELENTE
2972	Ana Paula da Silveira	1ª	1.366	EXCELENTE
2975	Ana Paula Giequelin	1ª	1.332	EXCELENTE
2221	Andreia Martinazzo Braga	2ª	1.360	EXCELENTE
2966	Cassiane Knebel Macagnan	1ª	1.360	EXCELENTE
2237	Claudete Aparecida Breitenbach	2ª	1.360	EXCELENTE
2941	Cleidimar Fátima Martinazzo Lenhardt	1ª	1.366	EXCELENTE
3090	Cleonice Fátima Rosa da Silva	1ª	1.360	EXCELENTE
2971	Cleves Chaves de Souza	1ª	1.282	EXCELENTE
2225	Cristiane Koch	2ª	1.366	EXCELENTE
2227	Daiana Vieira	2ª	1.366	EXCELENTE
2980	Daiana Vieira	1ª	1.366	EXCELENTE
2948	Daiane Zini	1ª	1.348	EXCELENTE
3071	Daniela Cerutti	1ª	1.366	EXCELENTE
2229	Daniela Marta Machado	2ª	1.276	EXCELENTE
2238	Dilson Jamir Dalfovo	2ª	1.338	EXCELENTE
3012	Edinária Martinazzo	1ª	1.366	EXCELENTE
3024	Elair Machado	1ª	1.276	EXCELENTE
2222	Enetilde Dalmagro Agostini	2ª	1.366	EXCELENTE
2310	Eni Rodrigues da Silva Martinazzo	2ª	1.338	EXCELENTE
2977	Fabiana Walter	1ª	1.366	EXCELENTE
2224	Francielli Hilgert Daneleski	2ª	1.360	EXCELENTE
2967	Giovana Elisabete Roggia Moreira Paz	1ª	1.288	EXCELENTE
3081	Girlaine Weissheimer Pertile	1ª	1.366	EXCELENTE
2968	Jucelir Dendena de Souza	1ª	1.270	EXCELENTE
2991	Juciele Toniello	1ª	1.366	EXCELENTE
3022	Laila Vanessa Rodrigues	1ª	1.282	EXCELENTE
3103	Lidiane Baiolin	1ª	1.366	EXCELENTE
2217	Liamara Andrea Blauth	2ª	1.354	EXCELENTE
2992	Lindomar dos Santos	1ª	1.316	EXCELENTE
2218	Luciana Machado Bertolla	2ª	1.366	EXCELENTE
2311	Luciana Elisa Port	2ª	1.338	EXCELENTE
2228	Mariana Poletto	2ª	1.366	EXCELENTE
3009	Mariana Poletto	1ª	1.366	EXCELENTE
2943	Marielza Beloto Schranck	1ª	1.360	EXCELENTE
2234	Marilei Aparecida Barbieri	2ª	1.366	EXCELENTE
3000	Marilei Aparecida Barbieri	1ª	1.366	EXCELENTE

2235	Marines Maria de Souza	2ª	1.366	EXCELENTE
2969	Marines Maria de Souza	1ª	1.366	EXCELENTE
2946	Mercedes Antônia Luna Juarez	1ª	1.254	EXCELENTE
2970	Roselice Rodrigues de Freitas Longhini	1ª	1.282	EXCELENTE
3092	Rosineide Salete Fritsch	1ª	1.344	EXCELENTE
2231	Sandra da Motta	2ª	1.344	EXCELENTE
2978	Sandra da Veiga	1ª	1.288	EXCELENTE
3039	Sandra Rejane Prestes	1ª	1.366	EXCELENTE
2400	Simara Vieira	2ª	1.360	EXCELENTE
3023	Simone Hachmann	1ª	1.294	EXCELENTE
2220	Simone Aparecida Thomé Regalin	2ª	1.366	EXCELENTE
2993	Simone Carvalho da Silva Alves Mendes	1ª	1.310	EXCELENTE
2939	Sônia Aparecida Thomé	1ª	1.360	EXCELENTE
3093	Suzimar Pires	1ª	1.192	EXCELENTE
2215	Tânia Marcia de Souza	2ª	1.366	EXCELENTE
2216	Zuleide Ramos Ferreira da Rosa	2ª	1.294	EXCELENTE
2065	André Jamir Turra	1ª	1.332	EXCELENTE
2062	Lucio Hert Aviloff	2ª	1.310	EXCELENTE
2178	Marcia Dupont	1ª	1.338	EXCELENTE
2416	Rafael Gotardo	1ª	1.372	EXCELENTE

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Piratuba- SC, 14 de dezembro de 2.017  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 14 de dezembro de 2.017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 904/2017

Publicação Nº 1460303

DECRETO Nº 904/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 4.741,39 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.015 – Transporte Escolar Ensino Médio

Modalidade: 39 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0014 – Aplicações Diretas R\$ 4.741,39

TOTAL: ..... R\$ 4.741,39

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, referente a fonte de recurso abaixo relacionada no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.0014 – Programa Transpor. Escolar - Estado

Valor ..... R\$ 4.741,39

TOTAL: ..... R\$ 4.741,39

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 15 dezembro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 15 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Pomerode

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 009 / 2017

Publicação Nº 1460423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 096 / 2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 009 / 2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM REGIME DE MUTIRÃO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO EDITAL E SEUS ANEXOS E NA LEI MUNICIPAL N.º 2.504, DE 20/04/2012, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL N.º 2.944, DE 07/11/2017.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TABELA DE PREÇOS P/M²
LOTE I – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.	R\$57,13
LOTE II – PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES.	R\$66,15
LOTE III – PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS.	R\$65,65
LOTE IV – PAVIMENTAÇÃO COM PAVER 08CM.	R\$74,80
LOTE V – PAVIMENTAÇÃO COM PAVER 06CM (PASSEIO).	R\$61,45

INSCRIÇÕES: Pelo período de 19/12/2017 a 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: Pelo fone (47) 3387-7229, no site [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br) ou pessoalmente no Setor de Licitações e Contratos do Município de Pomerode, com sede na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC – CEP 89.107-000.

Pomerode / SC, 15 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### LEI ORDINÁRIA Nº 2971/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459001

LEI ORDINÁRIA Nº 2971/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no exercício financeiro de 2018, a título de repasse financeiro, o valor de R\$ 118.800,00 (Cento e Dezoito mil e Oitocentos Reais) para o Centro de Convivência Pommern Heim, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a oferecer o atendimento qualificado às pessoas idosas com idade igual ou acima a sessenta anos, independente e/ou com diversos graus de dependências, encaminhados por medida judicial visando sua proteção com o oferecimento de acolhimento na modalidade de Instituição de Longa Permanência..

Art. 2º - Para receber o repasse financeiro que trata o art. 1º, o Centro de Convivência Pommern Heim, deverá se submeter a Lei Federal 13.019/2014, especialmente no que concerne à prévia celebração de termo de colaboração.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

ANEXO I

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX /2017.**

**PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E O CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. Ademir Henschel, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 419.344.749-91, portador da Cédula de Identidade nº 526371, residente e domiciliado na Rua Alfredo Hoge, 345, Bairro Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1– DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de até R\$ 118.800,00 (Cento e dezoito mil e oitocentos Reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: “Proteção aos idosos – Vagas Judicializadas”.

1.2 – Tem por objetivo oferecer o atendimento qualificado às pessoas idosas com idade igual ou acima a sessenta anos, independente e/ou com diversos graus de dependências, encaminhados por medida judicial visando sua proteção com o oferecimento de acolhimento na modalidade de Instituição de Longa Permanência.

**2. VALOR**

2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor mensal de 9.900,00 (nove mil e novecentos Reais) em 12 parcelas, conforme previsto em plano de trabalho.

**3. FONTE DE RECURSOS**

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
02	Fundo Municipal da Pessoa Idosa
0008.0241.0140.2086	Repasse Financeiro para OSC – Secretaria Desenv. Social e Habitação
3350000000000000	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
01000000	RECURSOS ORDINÁRIO – R\$ 118.800,00

**4 – DAS OBRIGAÇÕES****4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

- Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

**4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:**

- Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do

objeto;

- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## 5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Banco xxxx, Agência nº xxxx, Conta Corrente nº xxxxxxxxxx, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com



a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

## 6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2-Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

## 7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

## 8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem



deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;

c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014;

d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;

f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;

g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;

k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;

l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;

m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;

n) realizar despesas com:

I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;

II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;

V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

#### 10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;

c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;

d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;

e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

#### 11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### 12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

#### 13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de

trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

#### 14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, xx de xxxxxxxx de 2018.

ÉRCIO KRIEK  
MUNICÍPIO DE POMERODE

ADEMIR HENSCHEL  
CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2974/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459019

LEI ORDINÁRIA Nº 2974/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE - SAMAE, A RECEBER DOAÇÃO ESPONTÂNEA EM FAVOR DA R.F.C.C. – REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE POMERODE, ATRAVÉS DA FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, I e III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode - SAMAE autorizado a inserir em campo próprio da fatura de consumo de água, doação espontânea, em quantia fixa, previamente autorizada pelo consumidor, em favor da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode – R.F.C.C., inscrita no CNPJ sob o nº 04.553.661/0001-50 e Inscrição Municipal nº 3399.

Art. 2º Os valores arrecadados com as doações a que se refere o artigo anterior serão repassados a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode até o quinto dia útil do mês seguinte ao recebimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, em 18 de dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2968/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458975

LEI ordinária municipal Nº 2968/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE – APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no exercício financeiro de 2018, a título de subvenção social, o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.788.661/0001-50, com sede à Rua Alberto Spreemann, 200, Centro, Pomerode (SC).

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a atender relevante serviço de interesse público em atividades de educação, assistência social e saúde para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com transtorno de espectro autista, visando à valorização do ser humano.

Art. 2º - Para receber a subvenção social que trata o art. 1º, a Associação Pais Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE, deverá se submeter a Lei Federal 13.019/2014, especialmente no que concerne à prévia celebração de termo de colaboração.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 00X/2018.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525 nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.788.661/0001-50, com sede na Rua Alberto Spreemann, nº 200, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ALMIR ZOBOLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 466.389.629-49, portador da Cédula de Identidade nº 1.398.560-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Augusto Schluter, nº 560, Bairro Jardim Pomerania, nesta cidade de Pomerode - SC, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, e Lei Ordinária Municipal nº 2895, de 23 de fevereiro de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1- DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: "Fomentação para serviço de interesse público em atividade de educação, assistência social e saúde para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e com transtorno de espectro autista, visando a valorização do ser humano".

1.2 - Tem por objetivo promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio às famílias, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo, e à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assegurar o bem estar dos educandos, procurando promover seu desenvolvimento integral, dentro dos limites de sua capacidade, visando a formação de sua personalidade, para melhor convivência com a família, escola, comunidade e integração no mundo social e do trabalho, buscando sua máxima independência. São num total de nove profissionais que compõe a equipe multidisciplinar: 01 assistente social, 01 fisioterapeuta, 02 fonoaudiólogos, 01 psicólogo, 01 psiquiatra, 01 orientadora pedagógica, 01 terapeuta ocupacional e 01 neurologista. São também contratados pela APAE 01 diretora, 01 secretário, 01 assistente administrativo, 01 motorista, 01 merendeira, 01 serviços gerais. As professoras e professor num total de 11 são cedidos pela Fundação Catarinense de Educação especial.

#### 2. VALOR

2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Cooperação, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), subdividido em 10 (dez) parcelas de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) conforme plano de trabalho.

#### 3. FONTE DE RECURSOS

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

07 Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

001 Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

0012.0367.0040.2017 SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE DE POMERODE

3350000000000000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS

1010000 RECURSOS DE IMP. E DE TRANSFERÊNCIAS IMP-EDUC.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES

##### 4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;

b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;

- e) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- f) Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- g) Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- h) Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- i) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- j) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- k) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- l) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

#### 4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Cooperação em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Cooperação;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

#### 5. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Banco do Brasil, Agência nº 2474-0, Conta Corrente nº 204.695-4, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.



5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, § 2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

## 6. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2- Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

## 7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

## 8. DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 29/12/2017, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 9. DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem

deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;

c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII - Lei Federal 13.019/2014 ;

d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;

f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;

g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;

k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;

l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;

m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;

n) realizar despesas com:

I - Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;

II - Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

III - Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

IV - Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;

V - Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

#### 10. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;

c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;

d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;

e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

#### 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### 12. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

#### 13. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

#### 14. DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04

(quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, ... de .... de 201...

MUNICÍPIO DE POMERODE  
ÉRCIO KRIEK

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE  
ALMIR ZOBOLI

Testemunhas:

## **LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2969/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458976

LEI ordinária municipal Nº 2969/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no exercício financeiro de 2018, a título de subvenção social, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.196.552/0001-80, com sede na Rua Hermann Weege, 2121, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a prestar serviços de apoio à Comunidade e em todos os setores da comunidade, de forma voluntária e gratuita, implementando notadamente a segurança do patrimônio, das pessoas, dos animais e da ecologia, com ênfase no atendimento e resgate nas rodovias e vias públicas do Município, assim como, nos atendimentos em casos de incêndios e calamidades públicas.

Art. 2º - Para receber o repasse financeiro que trata o art. 1º, o Corpo de Bombeiros Voluntários, deverá se submeter a Lei Federal 13.019/2014, especialmente no que concerne à prévia celebração de termo de colaboração.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xxx/2017.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E CORPO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIOS DE POMERODE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525 nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro CORPO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIOS DE POMERODE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.196.552/0001-80, com sede na Rua Hermann Weege, 2121, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. MOACIR LUIZ FACHINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 194.459.119-20 portador da Cédula de Identidade nº 372.224-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Curt Brandes, nº 201, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – SC, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **1– DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: “Fomentação das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode”.

1.2 – O Projeto tem como objeto prestar serviços de apoio à Comunidade e em todos os setores da comunidade, de forma voluntária e gratuita, implementando notadamente a segurança do patrimônio, das pessoas, dos animais e da ecologia, com ênfase no atendimento e resgate nas rodovias e vias públicas do Município, assim como, nos atendimentos em casos de incêndios e calamidades públicas.

### **2. VALOR**



2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), subdividido em 8 (oito) parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) conforme plano de trabalho.

### 3. FONTE DE RECURSOS

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

08	Secretaria de Obras
001	Secretaria de Obras
0006.0182.0120.2082	Repasso Financeiro Para OSC – Secretaria de Obras
3350000000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS R\$ 200.000,00

### 4 – DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

#### 4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- Divulgar este Termo de Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento

das metas do objeto deste Termo;

- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## 5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Banco xxxx, Agência nº xxxxx, Conta Corrente nº xxxx, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

## 6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2- Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

## 7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o

andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

## 8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014 ;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;
- f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;
- g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;
- k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;
- l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;
- n) realizar despesas com:

I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;

II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;

V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

## 10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;
- e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

#### 11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### 12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

#### 13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

#### 14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, xx de xxxx de 2018.

MUNICÍPIO DE POMERODE  
ÉRCIO KRIEK

CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE  
MOACIR LUIZ FACHINI

Testemunhas:

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2967/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458972

LEI ORDINÁRIA Nº 2967/2017,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA EFEITO DE CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E UNIDADE DE REFERÊNCIA DE VALORES EXPRESSOS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 2º. – A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.

§1º. – Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2º. – No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º. – A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 3º. – As guias, carnês e demais documentos impressos de arrecadação, cujos valores estejam expressos em quantidades de UFM, referentes a taxas, penalidades e outros valores ligados à legislação ambiental terão seus valores atualizados, já a partir de 1º de janeiro de 2018, segundo os critérios estabelecidos na presente Lei Ordinária.

Art. 4º. – Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 18 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2970/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1458998

LEI ORDINÁRIA Nº 2970/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênio e conceder no exercício financeiro de 2018, a título de repasse financeiro, o valor de até R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil, reais) à Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrita no CNPJ sob nº 85.461.093/0005-38, com sede à Rua Hermann Weege, 2727, Centro, Pomerode (SC).

§ 1º Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a atender relevante serviço de interesse público na área de saúde, através do projeto de "fomentação para sobreaviso médico, consultas ambulatoriais, manutenção de pronto atendimento, ultrassonografia e radiologia, 13º salário, férias e demais encargos"

§ 2º As cláusulas específicas e condições gerais para o processamento e repasse financeiro estão estipuladas no Convênio que faz parte integrante da presente lei, na forma de seu Anexo I.

Art. 2º - Para receber o repasse financeiro que trata o art. 1º, a Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Hospital e Maternidade Rio do Testo, deverá se submeter a legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 13.019/14.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal



# ANEXO I CONVÊNIO Nº .../2017

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POMERODE E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525 nesta cidade, representado pelo SR. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 2.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE – HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, 2727, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. HEINZ GUENTHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 258.640.259-68, portador da Cédula de Identidade n. 522.648-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 2200, bairro Testo Central Alto, nesta cidade de Pomerode – SC, doravante denominada simplesmente BENEFICIÁRIO, com fundamento na Instrução Normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de 13 de junho de 2012 e na Lei Municipal nº 2.798 de 16 de dezembro de 2015, firmam o presente Termo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e FINALIDADE PÚBLICA

1.1) O presente termo de Convênio tem como objeto o repasse de R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais) ao BENEFICIÁRIO, destinados a atender o seguinte projeto: "Fomentação para sobreaviso médico, consultas ambulatoriais, manutenção de pronto atendimento, ultrassonografia e radiologia".

1.2 - Tem por finalidade, disponibilizar equipe técnica especializada para realização dos serviços e atividades de pronto atendimento 24 horas por dia, sobreaviso médico nas especialidades de análises clínicas; anestesiologia, cardiologia e endoscopia (não presencial/via internet); clínica cirúrgica; ginecologia e obstetrícia; pediatria; ortopedia, como forma de auxílio ao médico plantonista quando solicitado por ele, consultas médicas ambulatoriais gerais em média complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral, Ginecologia, Ortopedia e Urologia, serviços de Ultrassonografia e Radiologia via Pronto Atendimento e Secretaria Municipal de Saúde. Cumprir obrigações trabalhistas com décimo terceiro salário, férias e encargos. Viabilizar condições necessárias e adequadas para manter o bom funcionamento das atividades desenvolvidas nos atendimentos de Urgência e Emergência realizadas pelo pronto atendimento, dando garantias à população dentro dos princípios do SUS, de gratuidade, universalidade e integralidade, através da manutenção do quadro profissional, entre outros. Dar condições de resolatividade e acompanhamento médico especializado nas áreas citadas, garantindo a assistência à saúde e oferecer mais uma opção aos pacientes além dos Postos de Saúde da Família existentes no município

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1) O prazo do presente Convênio é de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, sendo que a execução será feita até 31/12/2018.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1) Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio, de que trata a cláusula primeira, a Concedente repassará à Beneficiária, o valor de R\$ 2.200.000,00 (Dois Milhões e Duzentos mil Reais), subdividido em 12 (doze) parcelas, obedecendo o cronograma de pagamento previsto no plano de trabalho.

3.2) O depósito será feito na conta bancária nº xxxxx, Agência xxxxxxxx, Banco xxx, a qual será movimentada exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Convênio.

## CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1) O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

19	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2105	REPASSE FINANCEIRO PARA OSC
3350000000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
0100000	RECURSOS ORDINÁRIOS R\$ 200.000,00
1020000	RECURSOS DE IMP. E DE TRANSFERÊNCIAS IMP-SAÚDE R\$ 2.000.000,00

## CLÁUSULA QUINTA – DA ASSISTÊNCIA

5.1) A prestação de serviços complementares ao plantão do Pronto Atendimento atenderá a toda a comunidade seguindo os princípios do SUS, de forma gratuita, universal e integral na área de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA.

5.2) Para os pacientes portadores de planos de saúde, a Beneficiária terá direito de cobrança pelos serviços prestados.

5.3) Não será admissível qualquer discriminação observada no atendimento aos usuários do SUS, observando o princípio constitucional da igualdade.

## CLÁUSULA SEXTA – DA ORGANIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO E AVALIAÇÃO

6.1) O gerenciamento dos serviços prestados será de competência do Diretor Técnico e do Diretor Executivo do Hospital e Maternidade Rio do Testo.

6.2) A contratação de profissionais visando o objeto deste convênio é de exclusiva responsabilidade da Beneficiária e será administrada pela mesma, obedecendo as normas internas de admissão.

6.3) Os problemas médicos que envolvam aspectos éticos serão avaliados e julgados pela comissão de ética do Hospital e Maternidade Rio do Testo.

6.4) Todo profissional médico contratado obrigatoriamente deverá ser credenciado ao SUS, fazer parte do corpo clínico do Hospital e ser

responsável pelo tratamento do paciente, ou encaminhamento para referência para continuidade do tratamento final.

6.5) Transferência de paciente para hospitais de referência deverá obedecer a legislação vigente do CRM, CFM, SAMU e Portarias Ministeriais.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

7.1) Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio até o último dia útil de cada mês, salvo na última parcela que será paga até o décimo dia útil do mês de Dezembro/2017.

7.2) Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente termo, conforme plano de trabalho.

7.3) Acompanhar a execução física do objeto da seguinte forma: acompanhar os relatórios emitidos pela entidade que constem o número de atendimentos de sobreaviso e do pronto atendimento nas referidas especialidades e acompanhamento de responsável da Secretaria de Saúde, com conhecimento necessário para a verificação do cumprimento do objeto estipulado no Plano de Trabalho.

7.4) Regulamentar através de protocolos específicos como serão executadas as transferências de pacientes a outros serviços de urgência ou para realização de exames e procedimentos quando necessário.

7.5) Publicar o extrato deste convênio no Diário Oficial dos Municípios – DOM após assinatura.

7.6) Examinar a regularidade da prestação de contas conforme IN14/2012 TCE-SC.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

8.1) Prestar contas na forma legal e contábil, em até 60 (sessenta) dias da quantia recebida, na forma do convênio, de acordo com a IN14/2012 do TCE-SC, e ANEXO VII da mesma, cumprindo o plano de trabalho deferido no processo de concessão executando no período de até 30 (trinta) dias ou conforme plano de trabalho aprovado.

8.2) A não observância do item 8.1 sem justificativa implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

8.3) A prestação de Contas deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Pomerode, setor de Protocolo, bem como cópias para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Conselho Municipal de Saúde.

8.4) A entidade e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato.

8.5) A entidade deverá aplicar os recursos quando a execução for superior a trinta dias, sendo que dessa forma os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação podendo ser utilizados no objeto ou devolvidos para a Concedente, assim como os recursos não utilizados.

8.6) Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto referido na cláusula primeira deste Termo de CONVÊNIO, comprometendo-se com a resolutividade e a qualidade do atendimento oferecido aos usuários. Buscando vagas e transferindo os casos de complexidade que ultrapasse os recursos médicos disponíveis do Beneficiário.

8.7) Adequar o espaço para atendimento em local especificamente destinado ao objeto deste convênio, em local único, para as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

8.7.1) Eximir a CONCEDENTE de qualquer responsabilidade concernente a previdência social e encargos trabalhistas, referentes ao pessoal destinado à execução do objeto deste Convênio.

8.8) Disponibilizar os profissionais especializados, recursos físicos, equipamentos médicos, medicamentos, equipe adicional de enfermagem e outros materiais de consumo apropriados para permitir a realização do atendimento médico de Urgência e Emergência de forma organizada e funcional.

8.9) Fornecer sem falta, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação do serviço um relatório de atendimentos no mês, à secretária de saúde do município, contendo as informações necessárias ao pleno convencimento e conhecimento de que o Objeto foi atendido e o serviço foi prestado conforme estipulado no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente termo de ajuste poderá ser:

9.1) Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos;

9.2) Pela paralisação, seja total ou parcial, das atividades.

9.3) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne execução deste convênio formal ou materialmente impraticável.

9.4) Por qualquer das partes, a qualquer tempo, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem que haja qualquer tipo de indenização a ser paga.

9.5) A concedente poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1) O beneficiário está proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria da concedente, sob pena de devolução dos recursos.

10.2) A ausência da prestação de contas ou no caso de irregularidade por parte do BENEFICIÁRIO, implicará na devolução de valores atualizados mencionados na cláusula terceira deste termo e tem por base os capítulos VI E VII da IN14/2012 do TCE-SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Pomerode – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente CONVÊNIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Convênio .../2017 em 04 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Pomerode/SC, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2018.

ÉRCIO KRIEK HEINZ GUENTHER  
Prefeito Municipal

Hospital e Maternidade Rio do Testo



Testemunhas:

**LEI ORDINÁRIA Nº 2972/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459017

LEI ORDINÁRIA Nº 2972/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE REPASSE FINANCEIRO PARA A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no exercício financeiro de 2018, a título de repasse financeiro, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.533.209/0001-71, com sede na Rua XV de Novembro, nº 644, Bairro Centro, na cidade de Pomerode.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a prevenção de câncer de colo de útero, com a realização de palestras, ações preventivas educacionais e exames laboratoriais e clínicos.

Art. 2º - Para receber o repasse financeiro que trata o art. 1º, a Rede Feminina de Combate ao Câncer, deverá se submeter a Lei Federal 13.019/2014, especialmente no que concerne à prévia celebração de termo de colaboração.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xx/2018.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.533.209/0001-71, com sede na Rua XV de Novembro, nº 644, Bairro Centro, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Maria Sulamita Faqueti Amandio, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 343.668.909-25, portador da Cédula de Identidade nº 923782, residente e domiciliado na Rua Fundos Klaus, 131, Bairro Pomerode Fundos, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1- DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: "CASA ROSA".

1.2 – Tem por objetivo a prevenção de câncer de colo de útero, com a realização de palestras, ações preventivas educacionais e exames laboratoriais e clínicos.

**2. VALOR**

2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), subdividido em 8 (oito) parcelas, conforme valores previstos em plano de trabalho.

**3. FONTE DE RECURSOS**

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

19	Fundo Municipal de Saúde
001	Fundo Municipal de Saúde
0010.0301.0060.2102	Repasse Financeiro para OSC
3350000000000000	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
01020000	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF.IMP.SAÚDE- R\$ 35.000,00

**4 – DAS OBRIGAÇÕES**

**4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- e) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- f) Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- g) Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- h) Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- i) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- j) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- k) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- l) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

**4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:**

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## 5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Banco XXXX, Agência nº xxx, Conta Corrente nº xxxxxxxxxx, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

## 6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2- Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

## 7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;

- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

## 8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PRO-PONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;
- f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;
- g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;
- k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;
- l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;
- n) realizar despesas com:

I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;

II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;

V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

## 10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;
- e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

## 11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

## 13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

## 14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

## 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, xx de xxxxx de 2018.

ÉRCIO KRIEK  
MUNICÍPIO DE POMERODE

MARIA SULAMITA FAQUETI AMANDIO  
REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**LEI ORDINÁRIA Nº 2973/17, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459018

LEI ORDINÁRIA Nº 2973/17,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIRMA CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de repasse financeiro no exercício financeiro de 2018, à Fundação Cultural de Pomerode, inscrita no CNPJ sob nº 79.363.511/0001-28, com sede à Rua Hermann Weege, 111, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput visa atender a manutenção do Centro Cultural.

Art. 2º - A Fundação Cultural de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2018.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 18 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO - 1725/2017

Publicação Nº 1459758

DECRETO Nº 1725/2017

Autoriza o Poder Executivo A CONCEDER A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, PARA APP ASSOCiação DE PAIS E PROFESSORES e ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA Frei Rogerio e dá outras providências.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso VIII e Art.141, § 3º da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a permissão de uso de bem público, para APP – Associação de Pais e Professores da Escola Básica Frei Rogério, inscrita sob CNPJ nº 83.675.322/0001-68, situada na Rua: Santa Catarina,414, Bairro São Sebastião, na cidade de Ponte Alta do Norte/SC, para execução do Baile Cultural da dança Gaúcha.

I – A permissão de uso de bem público, a título provisório e gratuito, será somente no dia 16/12/2017, do seguinte imóvel: Barracão Multi Uso, com área de 1000 m², localizado a Rua Luiz Rauen, s/nº, Bairro São Sebastião.

- a) A Permissionária será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.
- b) A Permissionária responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros ou ao Município, e pelos despesas dos encargos fiscais.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente decreto, correrão por conta das dotações orçamentárias competentes.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte SC, 15 de Dezembro de 2017.

Roberto Molin de Almeida  
Prefeito Municipal

Fica publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de Dezembro de 2017, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

DELFA TEREZINHA WOLINGER COSTA  
Secretaria Executiva



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 161/2017 GUMBOWSKI

Publicação Nº 1459047

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº101/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

CONTRATO Nº 161/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA - EPP

CNPJ 21.285.605/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS, COM ACESSIBILIDADE, EM RUAS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. Valor R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil (Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 13 de Dezembro de 2017 até 13 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 14 de Dezembro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017 EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 1458854

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, APARELHOS CONDICIONADORES DE AR E NOTEBOOKS EDUCACIONAIS, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 12226/2014. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM.

INÍCIO DO Recebimento das PROPOSTAS: às 08:00 horas e 00 minutos (horário de Brasília) do dia 19/12/2017.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 08:00 (horário de Brasília) do dia 15/01/2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09 horas (horário de Brasília) do dia 16/01/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00min do dia 16/01/2018.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 3435-0122.

Ponte Serrada, 12 de Dezembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2017 MÓVEIS

Publicação Nº 1458858

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 50071. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM.

INÍCIO DO Recebimento das PROPOSTAS: às 08:00 horas e 00 minutos (horário de Brasília) do dia 20/12/2017.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 08:00 (horário de Brasília) do dia 16/01/2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09 horas (horário de Brasília) do dia 17/01/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00min do dia 17/01/2018.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou

pelo telefone (49) 3435-0122.  
Ponte Serrada, 14 de Dezembro de 2017.  
ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2017 BRINQUEDOS**

Publicação Nº 1458861

AVISO DE PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PRÓ-INFANCIA ATRAVÉS DO COMPROMISSO PAR Nº 201306579. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. INÍCIO DO Recebimento das PROPOSTAS: às 08:00 horas e 00 minutos (horário de Brasília) do dia 20/12/2017.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 08:00 (horário de Brasília) do dia 17/01/2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09 horas (horário de Brasília) do dia 18/01/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00min do dia 18/01/2018.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 3435-0122.

Ponte Serrada, 14 de Dezembro de 2017.  
ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO – Nº 002/2017 - PMPB

Publicação Nº 1460404

Ata de Habilitação Chamamento Público – Credenciamento – nº 002/2017 - PMPB

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para a elaboração, assessoria e realização de leilão On Line e Presencial para alienação de bens móveis inservíveis da Administração Pública Municipal, incluindo todas as etapas, nos termos do Decreto Federal nº 21.981/32 e da Lei nº 8.666/93.

Aos 15 dias do mês de Dezembro de 2017, às 12:00 horas reuniu-se a CPL para análise dos documentos do processo em epígrafe. Ao verificar os documentos de habilitação protocolados, sendo 20 pessoas físicas.

Após a abertura dos envelopes com as documentações das pessoas físicas, foram analisados todos os documentos apresentados pelos participantes. Após as análises de todos os documentos, NÃO foram CREDENCIADOS os participantes:

As seguintes pessoas físicas: JANINE LEDOUX KROBEL LORENZ, VANDERLEI PETRI, CESAR LUIS MORESCO, JULIO RAMOS LUZ, MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR, MARCUS ROGERIO ARAUJO SAMOEL, AGENOR LUIS SILVEIRA, ANDERSON LUCHTENBERG, VALMIR ANTONIO CLAUDINO, ROGER WENNING, SIMONE WENNING, PAULO ROBERTO WORN, EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA, GIOVANO ÁVILA ALVES, ODICLESIO JAISON STORCHIO, LUCIO UBIALI, PAULO PIZZOLATTI NETO, JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI, DANIEL ELIAS GARCIA e RODOLFO DA ROSA SCHOTANG, não apresentaram todos os documentos solicitados no Edital ou em desacordo ao solicitado, portanto NÃO foram CREDENCIADOS. Abaixo segue os motivos para o não credenciamento das pessoas físicas:

1 - JANINE LEDOUX KROBEL LORENZ:

- Não apresentou nenhum documento que conste o número do PIS, conforme item 8.1.C do Edital;
- Não apresentou Cópia do Comprovante de residência, conforme item 8.1.D do Edital;
- Não apresentou nenhuma Certidões Negativas dos distribuidores e das Varas Cíveis e Criminais das Justiças Federal, Estadual e Eleitoral dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, conforme item 8.1.E do Edital;
- Não apresentou Declaração de que não é inidôneo para licitar e contratar com o Poder Judiciário ou suspenso de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo contido no Anexo VII, conforme item 8.1.F do Edital;
- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;
- Não apresentou Certidão emitida pela JUCESC comprovando a situação de regularidade para o exercício da profissão de leiloeiro, conforme legislação vigente, conforme item 8.1.N do Edital;
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;
- Não apresentou Comprovação de realização de pelo menos 03 (três) leilões feitos pelo Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para órgãos públicos, presencial e on line, conforme item 8.1.P do Edital;
- Não apresentou Declaração de que não emprega menor, de acordo como o inciso V, art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, conforme modelo apresentado no Anexo II, conforme item 8.1.Q do Edital;
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;
- Não apresentou a Solicitação de Credenciamento conforme modelo Anexo I do Edital;
- Não apresentou Declaração de Infraestrutura a ser Oferecida, conforme modelo Anexo III do Edital;

2 - VANDERLEI PETRI:

- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;
- Apresentou somente 02 atestados de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial e on line, em desacordo com o item 8.1.P do Edital;
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

3 - CESAR LUIS MORESCO:

- Não apresentou Certidão da Justiça Eleitoral, conforme item 8.1.E do Edital;
- Apresentou Comprovante de Situação Cadastral no CPF, em desacordo com o conforme item 8.1.G;
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;
- Apresentou somente 02 atestados de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial e on line, em desacordo com o item 8.1.P do Edital; e 01 atestado de leilão presencial;
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

4 - JULIO RAMOS LUZ:

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

5 - MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR:

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

6 - MARCUS ROGERIO ARAUJO SAMOEL:

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item

**8.1.K do Edital;****7 - AGENOR LUIS SILVEIRA:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**8 - ANDERSON LUCHTENBERG:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**9 - VALMIR ANTONIO CLAUDINO:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**10 - ROGER WENNING:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**11 - SIMONE WENNING:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**12 - PAULO ROBERTO WORN:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;

**13 - EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA:**

- Não apresentou Certidão da Justiça Eleitoral, conforme item 8.1.E do Edital;  
- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;  
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;  
- Apresentou somente 01 atestado de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial e on line, em desacordo com o item 8.1.P do Edital; e 02 atestado de leilão presencial;  
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**14 - GIOVANO ÁVILA ALVES:**

- Não apresentou Certidão da Justiça Eleitoral, conforme item 8.1.E do Edital;  
- Apresentou Comprovante de Situação Cadastral no CPF, em desacordo com o conforme item 8.1.G;  
- Apresentou somente 02 atestados de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial e on line, em desacordo com o item 8.1.P do Edital; e 01 atestado de leilão presencial;  
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**15 - ODICLESIO JAISON STORCHIO:**

- Apresentou Comprovante de Situação Cadastral no CPF, em desacordo com o conforme item 8.1.G;  
- Apresentou somente 02 atestados de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.P do Edital;  
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**16 - LUCIO UBIALLI:**

- Apresentou cópia da Carteira Profissional de Leiloeiro sem autenticação, conforme item 8.2 do Edital;  
- Apresentou cópia do comprovante de residência sem autenticação, conforme item 8.2 do Edital;  
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;  
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**17 - PAULO PIZZOLATTI NETO:**

- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**18 - JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI:**

- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**19 - DANIEL ELIAS GARCIA:**

- Apresentou somente 02 atestados de capacidade técnica para órgãos públicos de leilão presencial e on line, em desacordo com o item 8.1.P do Edital; e 01 atestado de leilão presencial;  
- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

**20 - RODOLFO DA ROSA SCHOTANG:**

- Não apresentou Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme item 8.1.K do Edital;  
- Apresentou Atestado de Capacidade Técnica de leilão presencial, em desacordo com o item 8.1.O do Edital;

- Não apresentou declarações solicitadas nos itens 14.1 ao 14.8 do Edital, referente a proposta;

Após as análises dos documentos e todas as pessoas interessadas no presente Credenciamento apresentaram erros na documentação e não foram credenciados, o Presidente da Comissão, de acordo com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". O presidente da Comissão abre o prazo de 08 (oito) dias úteis para que os interessados possam apresentar nova documentação, fixando o prazo final o dia 05/01/2018 até as 18:00 hs, no departamento de Compras e Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto Belo, Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, horário das 12:00 às 18:00 hs

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos e encaminhado para homologação.

Rodrigo Truffa da Costa  
Presidente da Comissão

## **CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EDITAL Nº 003/2017**

Publicação Nº 1458842

Classificação FINAL do Processo de Ampliação de Carga Horária  
Edital nº 003/2017

Nº	Educação Infantil
01	Liliani Roslindo Klabunde
02	Cíntia Regina Stein
03	Isabela Silva
04	Viviane Maria dos Santos Barreto
05	Daniela de Fátima Amaral
06	Fernanda Mianes da Cruz
07	Terezinha dos Anjos Pereira
08	Sônia Fagundes
09	Patrícia Regis
10	Cristiane Silva de Oliveira

Nº	Ensino Fundamental
01	Márcia Regina da Silva Pinheiro
02	Neide Nara Guerreiro Cordeiro
03	Roseli Zandonai Lucinda
04	Ângela Maria Domingos Caetano
05	Cátia Regina Gomes Adriano
06	Helena Abraham Becher Machado
07	Débora Regina Bértemes
08	Marise Baukat
09	Juliana Márcia dos Santos
10	Márcia Aparecida Silvino de Souza
11	Adriana Maria Pereira
12	Miriam Conceição Roslindo
13	Anna Michela Tiedmann França
14	Lisandra Lídia Batista da Silva
15	Luciane Souza Loss
16	Gilmara Furtado Stefenon
17	Regina Neves Pires Soares

Nº	Educação Física
1º	Laysa Faria da Rocha
2º	Regis Dimari Barduco Rech
3º	Carlos Henrique Froner
4º	Airton Roberto dos Santos
5º	Edilberto Alves Passos
Nº	Inglês
1º	Karine Reichmann Pereira Marques
2º	Aline Fernanda Félix da Silva

Nº	Ciências
1º	Tiami Eloide Pimentel

Nº	Arte
1º	Madalena Gisoldi

Nº	Orientador Educacional
1º	Gisela Cristini Tomazoni dos Santos
Nº	Ensino Fundamental - LIBRAS
1º	Deyse Cristina Barbosa de Farias

**DECRETO Nº 1720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460545

DECRETO Nº 1720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera e insere os dispositivos que menciona do Decreto Municipal nº 1705/2017, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1705, de 27 de novembro de 2017, passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º .....

§ 3º Os veículos de turismo com capacidade acima de 20 (vinte) passageiros mais o motorista, que transportem passageiros que ficarão hospedados no Município ou visitem equipamentos e pontos turísticos, devidamente comprovados, podem desembarcar e embarcar passageiros no meio de hospedagem destino ou de equipamentos turísticos a qualquer horário, desde que esta operação não ultrapasse 25 (vinte e cinco) minutos, devendo retornar ao estacionamento conveniado, não sendo permitida a permanência e trânsito em vias públicas.

§ 4º Excetuam-se do disposto neste Decreto todos os veículos emplacados no Município de Bombinhas, bem como os veículos de turismo (ônibus, micr-ônibus e vans) que possuam como destino final o Município de Bombinhas.

.....

Art. 2º .....

I - ROTA 01: Os ônibus de turismo com destino ao Município de Porto Belo devem se dirigir e parar obrigatoriamente no Estacionamento Credenciado, sito a Av. Governador Celso Ramos, 628, Vila Nova, Porto Belo, para transbordo de passageiros para Vans de transporte com capacidade máxima de 01 motorista + 17 passageiros, salvo comprovação de hospedagem por meio de "voucher" encaminhada à Fumtur com antecedência de 48 horas, por e-mail e constando nome da operadora/transportadora e placa do veículo.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 1705, de 27 de novembro de 2017, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**DECRETO Nº 1722, DE 15 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460574

DECRETO Nº 1722, DE 15 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso II, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ \$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **DECRETO Nº 1723, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460587

DECRETO Nº 1723, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 13.467,41 (Treze mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.026 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.36 – FNDE PNATE

Valor: R\$ 13.467,41

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior serão cobertos com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta dos Recursos FNDE PNATE no valor de R\$ 13.467,41 (Treze mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **DECRETO Nº 1724, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460601

DECRETO Nº 1724, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2.467/2016".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 71.989,83 (Setenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.36 – SF SALARIO EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 45.000,00

Atividade: 2.026 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.3736 – SF PNATE

Valor: R\$ 1.989,83

Funcional Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.36 - SF SALARIO EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos Salário Educação no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), PNATE no valor de R\$ 1.989,83 (Um mil e novecentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos), Totalizando o valor de R\$ 71.989,83 (Setenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Porto Belo - SC, aos 15 de dezembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**PORTARIA Nº: 489/2017**

Publicação Nº 1460231

PORTARIA Nº: 489/2017

“Retifica os dispositivos que menciona a Portaria nº 2.857/2015, e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 2.857, de 4 de Dezembro de 2015, passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE, aos dependentes do Servidor PEDRO TOMAZ VIEIRA, falecido em 04/09/2015, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em caráter integral, nos termos do Artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, com redação na Emenda Constitucional 41/2003 e em conformidade com o Artigo 24 da Lei Municipal 1.554/2007.

Parágrafo único. O valor total dos proventos de Pensão por Morte será pago na proporção de 25% (vinte cinco por cento) aos dependentes, MARIA TEREZINHA SANTOS VIEIRA, JACIARA MARIA VIEIRA, MARIANA TEREZINHA VIEIRA e TOMAZ PEDRO VIEIRA NETO.

Art. 2º Os demais dispositivos da Portaria nº 2.857, de 04 de Dezembro de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 15 dias do mês de Dezembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 139/2017 de 07/12/2017 Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.**

Publicação Nº 1460140

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 139/2017 de 07/12/2017  
Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental  
(34) 3.3.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental  
(37) 4.4.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 130.329,78

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0018.2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental  
(33) 3.1.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas ..... R\$ 430.329,78

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de dezembro de 2017.  
OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 140/2017 DE 14/12/2017 Determina o valor da Unidade de Referência Fiscal Municipal - U.R.F.M para o exercício de 2018 e dá outras providências.**

Publicação Nº 1460182

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina  
www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 140/2017 DE 14/12/2017

Determina o valor da Unidade de Referência Fiscal Municipal – U.R.F.M para o exercício de 2018 e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o que estabelece o Parágrafo Único, do Artigo 412 da Lei Complementar nº 005/2009, de 08 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo IBGE para o mês de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a Unidade de Referência Fiscal Municipal – U.R.F.M para o exercício de 2018, no valor de R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos).

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 141/2017 de 14/12/2017 Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de Pouso Redondo, para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordo de cooperação entre a administração pública**

Publicação Nº 1460234

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 141/2017 de 14/12/2017.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de Pouso Redondo, para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordo de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepçiona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - O Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - Termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá, ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese em que prescinde prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

CAPÍTULO II

DO CHAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art.24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica. Respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

#### CAPÍTULO IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;b

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração e Fazenda, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto, bem como disponibilizará material técnico para orientação.

Art. 19. Constam em anexo documentos modelos que poderão ser solicitados no processo de chamamento público.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Pouso Redondo, 14 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.685/2017 de 12/12/2017 Institui e inclui no Calendário Oficial do Município de Pouso Redondo o "Setembro Amarelo" - mês de valorização da vida e de prevenção do suicídio e dá outras providências.**

Publicação Nº 1458732

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

LEI Nº 2.685/2017 de 12/12/2017

Institui e inclui no Calendário Oficial do Município de Pouso Redondo o "Setembro Amarelo" - mês de valorização da vida e de prevenção do suicídio e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Pouso Redondo o "SETEMBRO AMARELO" Mês de Valorização da Vida e de Prevenção do Suicídio.

Parágrafo Único. O objetivo do "SETEMBRO AMARELO" é levar conhecimento e informação às pessoas sobre as causas e formas de prevenção do suicídio.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal poderá promover o desenvolvimento de ações do "SETEMBRO AMARELO", nas organizações governamentais e não-governamentais, através da realização de:

I – cursos de capacitação aos profissionais da área da saúde, visando à identificação de possíveis pacientes com comportamento suicida;  
II – palestras em escolas, unidades de saúde e entidades assistenciais, com a finalidade de apresentar informações sobre as causas, sintomas e comportamento das pessoas com pensamentos suicidas, e as formas de prevenção do suicídio;  
III – exposições de cartazes em espaços públicos para alertar as pessoas sobre as causas e formas de prevenção do suicídio, bem como sua divulgação na imprensa.

Art. 3º. A campanha poderá ser realizada anualmente, durante o mês de setembro, com o intuito de informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil a respeito da prevenção ao suicídio, tendo em vista que o dia 10 de setembro é considerado Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Art. 4º. Ao longo do mês de setembro, poderão ser realizados fóruns de debates, palestras, seminários, divulgação de material informativo impresso ou audiovisual, entre outras ações de conscientização em espaços públicos, podendo contar com a participação voluntária de profissionais de medicina, psicologia, psiquiatria, serviço social, segurança comunitária, educação, entre outras áreas do Poder Público, instituições públicas, privadas, religiosas e a população de modo geral.

Art. 5º. A Campanha Municipal de Prevenção ao Suicídio "SETEMBRO AMARELO" terá como símbolo um laço de fita na cor amarela.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias de forma não onerosa com órgãos públicos, universidades, entidades de classes, organizações não governamentais, entidades de interesse público, entidades religiosas, entre outras instituições públicas ou privadas visando à instituição Campanha Municipal de Prevenção ao Suicídio "SETEMBRO AMARELO".

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.684/2017 de 12/12/2017 Proíbe a afixação de placas, standartes, plaquetas, bandeiras, banners, cartazes, panfletos e afins, junto aos postes de iluminação pública, pontos de ônibus, postes com placas de sinalização de trânsito e nas praças, jardins e canteiros pertencentes ao**

Publicação Nº 1458707

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

LEI Nº 2.684/2017 de 12/12/2017.

Proíbe a afixação de placas, standartes, plaquetas, bandeiras, banners, cartazes, panfletos e afins, junto aos postes de iluminação pública, pontos de ônibus, postes com placas de sinalização de trânsito e nas praças, jardins e canteiros pertencentes ao Poder Público no Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica expressamente proibido no âmbito do município de Pouso Redondo, a afixação de placas, standartes, plaquetas, bandeiras, banners, cartazes, panfletos e afins, junto aos postes de iluminação pública, pontos de ônibus, postes com placas de sinalização de trânsito e nas praças, jardins e canteiros pertencentes ao Poder Público do município de Pouso Redondo.



Parágrafo Único: Não se aplica o disposto no presente artigo quando se tratar de parceria entre o Poder Público e a iniciativa Privada para manutenção de Praças, jardins e canteiros pertencentes ao Município de Pouso Redondo.

Art. 2º. A colocação de placas de anúncios, cartazes ou similares que tenham por objetivo campanhas de interesse público, decoração natalina ou outros eventos que o município promova serão permitidos.

Parágrafo Único. Não poderão ser utilizados nas campanhas/eventos de interesse público os postes com placas de sinalização de trânsito.

Art. 3º. A ordenação da publicidade visa à despoluição visual da cidade, e tem em vista:

I - garantir as condições de segurança, fluidez e conforto no trânsito e tráfego de veículos e pedestres;

II - garantir os padrões estéticos da cidade.

Art. 4º. Será aplicada multa de 300 U.F.R.M. (Unidade de Referência Fiscal Municipal) por evento ou estabelecimento que descumprir a presente lei.

Parágrafo Único. Em se tratando de evento a multa será aplicada a pessoa física ou jurídica responsável por este.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogam-se a disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 12 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.687/2017 de 12/12/2017 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.**

Publicação Nº 1458783

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.687/2017 de 12/12/2017

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Pouso Redondo, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e,

VIII - as disposições gerais.

### **I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º - As Metas Fiscais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e o Montante da Dívida Pública para os exercícios de 2018 a 2021, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, serão identificadas nos seguintes anexos:

1) Demonstrativo I – Anexos de Metas Fiscais – Metas Anuais.

I.a – Anexo de Metas Fiscais – Montante da Dívida.

I.b – Anexo de Metas Fiscais – Resultado Nominal.

I.c – Anexo de Metas Fiscais – Resultado Primário.

2) Demonstrativo II – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

3) Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

4) Demonstrativo IV – Anexo de Metas Fiscais – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III);

5) Demonstrativo V – Anexo de Metas Fiscais - Origem e aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art 4, § 2º, inciso III);



- 6) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de receita;
- 7) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- 8) Demonstrativo IX – Anexo de Metas Fiscais - Riscos Fiscais e Providências;
- 9) Demonstrativo X – Receita Corrente Líquida (art. 12, §3º da LRF);
- 10) Demonstrativo XI – Anexo de Metas Fiscais – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
- 11) Demonstrativo XII – Anexo de Metas Fiscais – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- 12) Demonstrativo XIII – Anexo de Metas Fiscais – Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- 13) Demonstrativo XIV – Anexo de Metas Fiscais – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- 14) Demonstrativo da Evolução da Receita (art. 22, III da Lei 4.320/64 e art. 12 da LRF);
- 15) Demonstrativo da Evolução da Despesa (art. 22, III da Lei 4.320/64);
- 16) Relação de Despesas – Priorizadas;
- 17) Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são aquelas definidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, anexo desta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidos nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, incorporados no orçamento geral do Município, será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º - A lei Orçamentária para 2018 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos e a Despesa de cada Unidade Gestora por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64);

II – Receita por Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64);

III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64);

IV - Funções e Subfunções de Governo. (Anexo V da Lei nº 4.320/94);

V - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64);

VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, por projetos, atividades e operações especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64);

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

XI - Relação da Proposta da Receita;

XII - Relação da Proposta da Despesa;

XIII - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas despesas conforme disposto no caput deste artigo.

## IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 6º - O Orçamento para o exercício de 2018 obedecerá, entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativos, Executivos e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito, podendo por ato formal ser delegado à Agente Público.

Art. 8º - As previsões de receita para o exercício de 2018, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa (Artigo 11º Parágrafo 1º, da LRF).

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada, aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotará o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado ainda a fonte de recursos para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - eliminação ou redução de despesas com horas extras;

II - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

III - eliminação ou redução de possíveis vantagens concedidas a servidores;

IV - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

V - zeramento de serviços realizados a terceiros;

VI - exoneração de ocupantes de cargos comissionados; e,

VII - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Art. 10 - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado não excederá, no exercício de 2018, a dez por cento da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2017.

Parágrafo Único - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Artigo 17º da LRF).

Art. 11 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2018 contemplará recursos na Reserva de Contingência em até um por cento da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos do orçamento municipal e seus Fundos (ART. 5º, III "d" da LRF), na seguinte proporção:

1º - Para efeito desta Lei, entende-se como Passivos Contingentes e Outros Riscos e Eventos Fiscais imprevistos:

a) Passivos Contingentes – ações judiciais em que o município possa vir a ser condenado e ou intempéries climáticas: vinte por cento da Reserva de Contingência;

b) Riscos e Eventos Fiscais – situações de emergência, despesas não orçadas ou orçadas a menor, fatos imprevistos no planejar: oitenta por cento da Reserva de Contingência.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a passivos contingentes, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 13 - O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso e o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 14 da LRF)

Art. 14 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer, ou estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa (Art. 8º, § único da LRF).

§ 1º - Os recursos vinculados oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - A renúncia de receita deverá ser objeto de estimativa, quando da elaboração da Lei Orçamentária de 2018, devendo ser deduzida dos valores constantes do orçamento da receita.

Art. 16 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e as voltadas para o fortalecimento do associativismo e desenvolvimento econômico municipal. (ART. 4º, I, "f" da LRF).

Art. 17 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 18 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (Art. 45 da LRF) e os de caráter imprevistos.

Art. 19 - Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 20 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 21 - A lei orçamentária para 2018 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada órgão, saldo das dotações de um elemento para outro.

Art. 22 – Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro, do Excesso de Arrecadação e de Recursos de Convênios ou de Operações de Crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos Fundos.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018.

Art. 24 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica.

Art. 25 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras e dos cargos, corrigir, aumentar a remuneração, conceder reposição salarial das perdas salariais dos servidores, conforme disposto no Art. 37, X, da CF88, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária.

Art. 27 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a noventa e cinco por cento do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art. 28 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação ou redução das despesas com horas extras.

II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Pouso Redondo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre (Art. 63 da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto para atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14 da LRF).

Art. 32 - Toda dívida ativa será remetida à cobrança judicial, exceto:

I – A decorrente de tributo vencido no exercício, cuja remessa é facultada no curso do exercício financeiro seguinte; e,

II – A de valor reduzido, entendendo-se aquela de valor inferior a 0,10 UFM's por contribuinte, que poderão ser cancelados, mediante autorização legislativa, não se constituindo "Renúncia de Receita", para efeito do disposto no Artigo 14 da LRF.

Art. 33 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 - O Executivo Municipal enviará até o dia 10 de dezembro de 2017, a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20 de dezembro de 2017.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 35 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 36 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 37 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 38 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para aquisição de equipamentos, despesas de custeio e realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 39 - O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo Único – O atendimento e avaliação dos dispositivos citados no artigo 63 serão realizados no âmbito interno.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo SC, 12 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.686/2017 de 12/12/2017 Institui no Município de Pouso Redondo o "Agosto Dourado" mês do Aleitamento Materno e dá outras providências"**

Publicação Nº 1458759

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

www.pousoredondo.sc.gov.br

LEI Nº 2.686/2017 de 12/12/2017

Institui no Município de Pouso Redondo o "Agosto Dourado" mês do Aleitamento Materno e dá outras providências"

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Pouso Redondo o "AGOSTO DOURADO" mês do Aleitamento Materno.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal poderá anualmente no mês de agosto promover o desenvolvimento de ações do "AGOSTO DOURADO", visando a conscientização e esclarecimento sobre a importância do aleitamento materno.

Art. 3º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de dezembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**PROCESSO 098 2017 PLACAS - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1460460

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO –PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2017/ PROCESSO Nº098/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a prorrogação do Edital de Pregão Presencial nº 088/2017, DE OBJETO: Registro de preços para aquisição de placas de sinalização de trânsito, identificação de logradouros e outros materiais necessários para fixação das mesmas, de interesse do Setor de Planejamento do Município., Onde retifica-se, ficando descrito da seguinte forma:

- a) AS PLACAS DE LOGRADOURO DEVERÃO SER INSTALADAS EM LOCAL A SER INDICADO PELO MUNICIPIO, INCLUINDO MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO, PARAFUSOS, PORCAS, ARRUELAS, ABRAÇADEIRAS COMPATIVELAS NECESSÁRIAS A INSTALAÇÃO DA MESMA, SENDO INCLUSO MATERIAL PARA A INSTALAÇÃO DOS TUBOS ENTERRADOS 40 CM NO SOLO.
- b) AS PLACAS DE SINALIZAÇÃO DEVERÃO SER INCLUSOS PARAFUSOS, PORCAS, ARRUELAS COMPATIVELAS, NECESSÁRIAS A INSTALAÇÃO DA MESMA, NAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO NÃO ESTA INCLUSO A MÃO DE OBRA, POIS SERÃO INSTALADAS PELO MUNICIPIO.
- c) AS PLACAS DE LOGRADOURO DEVERÃO SER EM CHAPA GALVANIZADA A FOGO, COM ESPESSURA DE 1,25 MM, DIMENSÕES 25CM X 50CM, PINTURA ELETROSTATICA, COR, SÍMBOLOS E TARJAS OU LETRAS DE ACORDO COM IMAGEM EM ANEXO E NAS DUAS FACES, ANTICORROSIVO E ADESIVADO COM PELICULAS REFLETIVAS COM ALTISSIMA VISIBILIDADE APLICADAS FRENTE E VERSO DAS PLACAS PELO PROCESSO DE RECORTE, OS ITENS DEVEM ATENDER A NORMA NBR 14644 DA ABNT E NBR 11904 DA ABNT, GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS. AS DEMAIS PLACAS DEVERÃO SER EM CHAPA GALVANIZADA A FOGO COM ESPESSURA DE 1,25MM, PINTURA ELETROSTATICA COM FUNDO PRETO FOSCO NO VERSO DA CHAPA, ANTICORROSIVO E ADESIVADO COM PELÍCULAS REFLETIVAS COM ALTISSIMA VISIBILIDADE APLICADAS NA FRENTE DAS PLACAS PELO PROCESSO DE RECORTE, OS ITENS DEVERÃO ATENDER A NORMA NBR 14644 DA ABNT E NBR 11904 DA ABNT, GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS. TODAS AS CHAPAS, DEPOIS DE CORTADAS NAS DIMENSÕES FINAIS DEVEM SER LIVRES DE REBARBAS OU BORDAS CORTANTES.
- d) AS PLACAS DE LOGRADOURO DEVERÃO SER CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA ANEXA AO EDITAL.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/ 8737.

Pouso Redondo, 15 de Dezembro de 2017.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

**PROCESSO 099 2017 - HORAS MAQUINAS RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1459534

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 83 /2017/ PROCESSO Nº099/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a prorrogação do Edital de Pregão Presencial nº 83/2017, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FORMA PARCELADA DE PESSOA JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS E OUTROS EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NO ANEXO I DO EDITAL., devido a alterações no valor do edital, devido a alterações no edital, no que diz respeito a qualificação técnica, passando a sua abertura para o dia 01/02/2018, às 09:00hs, na sala de licitações nas dependências da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, Rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Independência, Pouso Redondo/SC. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 15 de Dezembro de 2017.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 015, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. DISPÕE DA APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PARA O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA PARA O ANO DE 2018.**

Publicação Nº 1460405

RESOLUÇÃO Nº 015, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe da aprovação do plano de aplicação para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA para o ano de 2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições e competência estabelecida pela Lei municipal 2589/2015, no cumprimento de seu regimento,

Considerando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgão de deliberação e controle social, conforme Lei 8.069/1990, art. 88, inciso II;

Considerando o que dispõe a Lei 8.069/1990 sobre a garantia de direitos da criança e ao adolescente;

Considerando que a Lei 8.069/1990 em seu art. 88, inciso IV que trata sobre a manutenção do Fundo da Infância e Adolescência, e art. 260 que trata da doação ao Fundo da Infância e Adolescência;

Considerando a disposto na lei 2.459/2013 no art. 11º, que vincula o Fundo da Infância e Adolescência a Secretaria de Finanças do Município;



Considerando que as ações previstas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pouso Redondo podem ser beneficiadas pela execução do FIA;

Considerando que em assembleia é pacificado o entendimento sobre a necessidade da formação continuada dos Conselheiros Tutelares, servidores públicos, bem como o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Resolve:

art. 1º Aprovar na integralidade o parecer emitido pela Comissão do Fundo da Infância e da Adolescência sobre o Plano de Aplicação para 2018.

art. 2º O plano deve ser enviado ao gabinete do prefeito, e a secretaria de finanças;

art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 12 de dezembro de 2017.

Camilo Freitas Machado

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

da Crianças e do Adolescente

Conselheiros	
Governamentais	Sociedade Civil
Secretaria Municipal de Educação e Cultura Camilo Freitas Machado – Titular Eleno Amancio – Suplente	Associação de pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Genoveva dos Santos Sôra – Titular Silvana Peters – Suplente
Secretaria Municipal de Saúde Silvana Cristina Bizolo – Titular Gerulueckmann – Suplente	Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Letícia Possamai Eliane Scoz Schnoeler – Titular Angela Lidia Passing – Suplente
Secretaria Municipal de Promoção Social e Habitação Angélica Cecília Cardoso Lopes – Titular Luiz Nelson Borghesan – Suplente	Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Profº Anair M. Voltolini Sílvia Verdi – Titular Eliane de Campos - Suplente
Secretaria de Finanças Eliziane do Carmo – Titular Maikel Verdi - Suplente	

#### Parecer

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pouso Redondo tem por competência deliberar e regular sobre o Fundo da Infância e Adolescência- FIA. Através da resolução nº 008 de 01 de setembro de 2017 (anexo 1) formou a comissão para estudar e apresentar ao CMDCA parecer sobre ações e a execução do FIA para 2018.

Com objetivo de fortalecer a política de atendimento de crianças e adolescentes no município de Pouso Redondo, este plano trata desde a formação continuada dos Conselheiros Tutelares, servidores públicos e Conselheiros de Direito, até o apoio a projetos.

A comissão do FIA de pouso redondo, reuniu-se em duas oportunidades (dias 22/11 e 7/12 de 2017). Junto da comissão estava presente o presidente do CMDCA que colaborou com os trabalhos. Também contou-se com apoio do setor de contabilidades da prefeitura, que apresentou informações preliminares sobre o valor previsto em orçamento anual para o FIA em 2018, estando orçado em R\$ 74.805,26. A partir deste valor trabalhou-se na formulação da proposta.

Foram discutidas questões como a legislação, apresentando a Lei Municipal 2.459/2013 que trata sobre o FIA, lei 8.069/1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA) que orientam sobre o FIA. Ainda foi considerado o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município. Grande parte das ações dependem de articulação de órgãos como Secretarias Municipais, Conselho Tutelar, CMDCA.

#### Conclusão:

Segue abaixo a tabela descrevendo os valores e as ações, para deliberação do CMDCA. É recomendado ao CMDCA que, após a apreciação deste plano, com eventuais alterações e a aprovação, este seja apresentado ao Executivo Municipal. Na oportunidade tratando sobre a forma de depósito em conta e a melhor maneira de dar transparência sobre as ações advindas do FIA, visto que está dentro dos princípios e normas dos fundos públicos.

Ação:		Valor
1	Incentivar a capacitação e inserção do adolescente no mercado de trabalho e pesquisa relacionada ao assunto;	R\$5.000,00
2	Formação e capacitação do conselho tutelar	R\$4.000,00
3	Apoio com material e formação a equipe coordenadora e as instituições que trabalham com o Plano Municipal de Medida Socioeducativa	R\$3.000,00
4	Edital para projetos e cofinanciamento para potencializar ações na política pública da criança e do adolescente	R\$35.000,00

5	Serviços de consultoria e assessoria ao CDMCA	R\$9.000,00
6	Formação, capacitação de servidores e conselheiros de direito sobre Política das Crianças e Adolescentes e divulgação das atribuições do CMDCA	R\$2.500,00
7	Formulação de protocolo padrão de atendimento da criança e do adolescente conforme o plano decenal dos Direitos da Criança e do adolescente (eixo 1, diretriz 1 do plano)	R\$1.500,00
8	Potencializar campanhas municipais (amamentação, combate ao abuso sexual infantil, método contraceptivo na adolescência ...)	R\$2.750,00
9	Apoio a ações culturais do Município	R\$2.000,00
10	Conferência e fórum municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$4.800,00
11	Campanha e estudo sobre: o FIA, captação de recursos, ampliação da arrecadação (doações e IR);	R\$1.250,00
12	Incentivo ao Acolhimento e situação de guarda de criança e adolescente em situação de risco ou vulnerabilidades sociais (ECA, Art. 206, § 2º)	R\$4.000,00
	Total do fundo	R\$74.800,00

Eliane de Campos Genoveva dos Santos Sôra Luiz Nelson Borghesan

Anexo 1

RESOLUÇÃO N º 008 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a criação de Comissão do Fundo para a Infância e Adolescência- FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal 8069/90 e 2.459/2013 com as devidas alterações:

Considerando a Resolução Nº 137 de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA, em sua Seção II, Artº 9, incisos I a X e parágrafo único.

Considerando a necessidade de nomear comissão para o FIA.

RESOLVE:

Art. 1º nomear, em reunião ordinária ocorrida no dia 29/08/2017 os seguintes conselheiros para compor a Comissão do Fundo para a Infância e Adolescência- FIA: Eliane de Campos, Genoveva dos Santos Sôra e Luiz Nelson Borghesan.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2017.

Camilo Freitas Machado

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 168/2017

Publicação Nº 1460908

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 168/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAICO FABRICIO WELTER
OBJETO:	Contratação de apresentação musical com o "Grupo Etnia" representado pelo Sr. Maico Fabricio Welter, para apresentação artística musical durante a celebração do Natal no Município de Presidente Castello Branco/SC, a se realizar no dia 23 de dezembro de 2017, na Praça Pública Municipal Prefeito Severino Matiolo, localizado na Avenida 17 de Fevereiro, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.817 de 08 de novembro de 2017.
VALOR:	Em pagamento ao previsto na cláusula anterior o MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA:	08/12/2017 à 31/12/2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 169/2017

Publicação Nº 1460909

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 169/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial para segurança do Evento de Festividade para a Celebração do Natal no Município de Presidente Castello Branco/SC, a se realizar no dia 23 de dezembro de 2017, na Praça Pública Municipal Prefeito Severino Matiolo, localizado na Avenida 17 de Fevereiro, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.817 de 08 de novembro de 2017.
VALOR:	Em pagamento ao previsto na cláusula anterior o MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), sendo o pagamento efetuado em até 30 dias, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal.
VIGÊNCIA:	12/12/2017 à 31/12/2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017**

Publicação Nº 1459639

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017

**EXTRA TO**

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 03 (três) de janeiro de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de serviços de transporte escolar intramunicipal para o ano letivo de 2018, conforme previsão de matrícula e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação e Cultura do Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

## Presidente Nereu

## PREFEITURA

## DECRETO 111/2017

Publicação Nº 1458877

Número da Lei:  
1553

Ano da Lei:  
2017

Data da Lei:  
14/12/2017

DECRETO Nº 111, de 14 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 13.610,00( treze mil e seiscentos e dez reais )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.3319000000000000.01000000	13.610,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.2029.3339000000000000.01000000	13.610,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 14 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**DECRETO 112/2017**

Publicação Nº 1458879

Número da Lei:  
1552Ano da Lei:  
2017Data da Lei:  
14/12/2017

DECRETO Nº 112, de 14 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 62.000,00( sessenta e dois mil reais )

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0026.0782.1801.2016.3319000000000000.01000000	10.000,00
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2003.3319000000000000.01000000	52.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto de Educacao	05.001.0012.0306.1501.2034.3339000000000000.01000000	6.000,00
Anulação Dotação	Depto de Educacao	05.001.0012.0306.1501.2017.3339000000000000.01000000	6.000,00
Anulação Dotação	Depto de Cultura	06.001.0013.0392.1503.1016.3449000000000000.01000000	8.000,00
Anulação Dotação	Depto de Cultura	06.001.0013.0392.1503.2013.3319000000000000.01000000	16.000,00
Anulação Dotação	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0027.0812.1502.1010.3449000000000000.01000000	5.000,00
Anulação Dotação	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0023.0695.1503.2014.3339000000000000.01000000	3.000,00
Anulação Dotação	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0023.0695.1503.2014.3449000000000000.01000000	3.000,00
Anulação Dotação	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.1018.3449000000000000.01000000	15.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 14 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**DECRETO 113/2017**

Publicação Nº 1458881

Número da Lei:  
1552

Ano da Lei:  
2017

Data da Lei:  
14/12/2017

DECRETO Nº 113, de 14 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto transposição por incremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 40.000,00( quarenta mil reais )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0026.0782.1801.2016.3319000000000000.01000000	40.000,00

Art. 2 - Fica aberto transposição por decremento, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 40.000,00( quarenta mil reais )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Transp. Decremento	Fundo Municipal de Assistencia Social	12.001.0008.0244.1602.2023.3339000000000000.01000000	40.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 14 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**PORTARIA 386/2017**

Publicação Nº 1458673

PORTARIA Nº 386 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR COMO REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU/SC JUNTO AO MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

**RESOLVE:**

Art. 1º. – Designar a servidora IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, Portadora da Cédula de Identidade RG. Nº 73905413 e CPF. Nº. 027.986.689-56 Secretária de Assistente Social, como representante do Município na "Ação de Equipagem dos Conselhos Tutelares" junto ao Ministério de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Presidente Nereu, 12 de Dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2017-PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017-PM.

Publicação Nº 1459813

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC  
Processo Licitatório 95/2017-PM  
Pregão Presencial 54/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está prorrogando e retificando a licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES e LAVAGENS de veículos e equipamentos que compõem a frota do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 29 de dezembro de 2017, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 15 de dezembro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017-PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017-PM.

Publicação Nº 1460907

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC  
Processo Licitatório 102/2017-PM  
Pregão Presencial 59/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura Contratação de SERVIÇOS BANCÁRIOS de autenticações mecânicas em boletos de pagamentos de tributos e outras receitas de cobranças de IPTU, ISSQN, Taxas e outros serviços". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 29 de dezembro de 2017, às 11h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 18 de dezembro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO Nº 10/2017 CMAS

Publicação Nº 1459249

RESOLUÇÃO Nº 10/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, ANO 2018-2021."

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE PRINCESA, Estado de Santa Catarina, na forma da competência que está conferida no art. 3º da Lei Municipal nº 750, de 01 de julho de 2014, e de acordo com reunião extraordinária realizada em 13 de Dezembro de 2017.

Considerando a necessidade de aprovar procedimentos específicos que são considerados necessários para o fiel cumprimento e aplicação da referida lei.

#### RESOLVE:

Art.1º. – Fica aprovado o Plano Municipal de Assistência Social, ano 2018-2021 do Município de Princesa, através de reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, Ata 08/2017, datada do dia 13 de Dezembro de 2017.

Art.2º -. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º -.Revogam-se as disposições em contrario.

Princesa, 13 de Dezembro de 2017  
ANA PAULA BOGORNÍ  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 138/2017

Publicação Nº 1460300

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 138/2017 – Dispensa de Licitação Nº 138/2017
Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS (bolas) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS ÀS CRIANÇAS NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES NATALINAS/2017.
O Prefeito Municipal de Quilombo – SC, torna pública a Dispensa de Licitação para a aquisição de brinquedos (bolas) e justifica a escolha do fornecedor por ter apresentado o menor preço, conforme pesquisa realizada, e que fornecerá os brinquedos (bolas) de forma imediata, para distribuição às crianças no evento em comemoração às festividades natalinas/2017, no dia 23/12/2017, na Praça Municipal Hélio Antônio Farezin.
Fundamento Legal: Inciso II do Art. 24, da Lei 8.666/93 e alterações.
EMPRESA: PAPELARIA E BAZAR JR LEO LTDA ME
TOTAL: R\$ 5.940,00 (Cinco mil e novecentos e quarenta reais).
QUILOMBO/SC, 12 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### AVISO 139/2017

Publicação Nº 1460327

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 139/2017
Objeto : PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL-CIGA
O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para participação no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal-CIGA, que tem como objetivo a contratação de prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos sistemas: DOM (Diário Oficial dos Municípios); G-Simples (Gestão do Simples Nacional) e G-CIM (Gestão do Cadastro Integrado Municipal), pelo período de janeiro a dezembro/2018, conforme lei municipal nº 2.421/2014 de 13/03/2014, de acordo com o inciso XXVI do Art.24 da lei 8.666/93.
EMPRESA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA.
VALOR: R\$ 8.085,00 (Oito mil e oitenta e cinco reais).
QUILOMBO, 14 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### AVISO 140/2017

Publicação Nº 1460302

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 140/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, PARA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES COM OS ALUNOS DO NEI (Núcleo de Educação Infantil) E CEIM (Centro de Educação Infantil), E APLICAR RECURSOS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO E APOIO À CRECHE, E UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, E APLICAR RECURSOS DO PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) 2016 E 2017.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28/12/2017.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 28/12/2017.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a>

QUILOMBO, 15 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 238/2017 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460655

DECRETO Nº. 238/2017 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE BELMIR RADAELI PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Belmir Radaeli, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento (CC-4), com lotação na Administração da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 18/12/2017.

Lei Municipal nº 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**EXTRATO 181/2017**

Publicação Nº 1458764

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 181/2017.

Contratante.: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO QUILOMBO LTDA EPP

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE OBRA DE EMPREITADA INTEGRAL PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, READEQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS, NA RUA REGINA SPONCHIADO, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 2017TR1657, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE QUILOMBO E O MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

Valor : R\$ 104.929,99 (Cento e quatro mil e novecentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos).

Vigência ..... : Início: 04/12/2017 Término: 31/03/2018.

Licitação ..... : TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 124/2017.

Dotação ..... : 1.061 4.4.90.00 0.3.510

QUILOMBO, 04 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Extrato Contratual

**EXTRATO 182/2017**

Publicação Nº 1458768

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	182/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ARTEFATOS DE CIMENTO QUILOMBO LTDA EPP
Objeto ..... :	Garantia contratual (Caução em dinheiro)
Valor ..... :	R\$ 5.246,50 (Cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).
Vigência ..... :	De 04/12/2017 até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.
Licitação ..... :	TOMADA DE PREÇOS Nº 124/2017
QUILOMBO, 04 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

**EXTRATO 183/2017**

Publicação Nº 1458770

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	183/ 2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO E ILIMITADO DE USUÁRIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.
Valor ..... :	R\$ 171.667,40 (Cento e setenta e um mil e seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
Vigência ..... :	Início: 16/12/2017 Término: 16/12/2018
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2017
Recursos ..... :	2.004 3.3.90.00 - DR:0.1.00 2.037 3.3.90.00 – DR:0.1.02
QUILOMBO, 04 de dezembro de 2017.	
Silvano de Pariz	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**EXTRATO 184/2017**

Publicação Nº 1458773

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI ME
Objeto ..... :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.
Valor :	Supressão: R\$1.771,74 (Um mil e setecentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos).
Vigência ..... :	Início: 05/12/2017 Término: 15/12/2018.
Licitação ..... :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 108/2017.
QUILOMBO, 05 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

Extrato Contratual

**EXTRATO 185/2017**

Publicação Nº 1458780

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI ME
Objeto ..... :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.
Valor :	Acréscimo: R\$1.701,73 (Um mil e setecentos e um reais e setenta e três centavos).
Vigência ..... :	Início: 05/12/2017 Término: 14/01/2018.
Licitação ..... :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 108/2017.
QUILOMBO, 05 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**EXTRATO 186/2017**

Publicação Nº 1458784

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	186/2017.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CESAR ANTÔNIO FOPPA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA COM O GRUPO OS GURIS, QUE SERA NA PRAÇA MUNICIPAL, REALIZADO NO DIA 10/12/2017 EM COMEMORAÇÃO AO NATAL ILUMINADO DE 2017.
Valor ..... :	R\$ 1.500,00 (Mil quinhentos reais).
Vigência ..... :	De 05/12/2017 a 10/01/2018.
Recursos ..... :	2.070 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 05 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**EXTRATO 187/2017**

Publicação Nº 1458786

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	187/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TERRA BRASIL TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, COM CASCALHAMENTO.
Valor ..... :	R\$ 88.550,00 (Oitenta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais).

Vigência ..... :	Início: 05/12/2017 a 03/06/2018.
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017
Recursos ..... :	2.079 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 05 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**EXTRATO 188/2017**

Publicação Nº 1458788

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	188/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TERRA BRASIL TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, COM CASCALHAMENTO.
Valor ..... :	R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).
Vigência ..... :	Início: 05/12/2017 a 03/06/2018.
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017
Recursos ..... :	2.079 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 05 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**EXTRATO 189/2017**

Publicação Nº 1458791

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 189/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT
Objeto ..... :	1º.TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº. 9912419413 QUE ENTRE SI FAZEM MUNICIPIO DE QUILOMBO E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Valor :	R\$ 6.754,50 (Seis mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Vigência ..... :	07/12/2017 A 25/07/2018.
Licitação ..... :	DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS 83/2017.
Dotação ..... :	2.004 3.3.90.00 0.1.00
QUILOMBO, 07 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

**EXTRATO 193/2017**

Publicação Nº 1458804

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.

Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI ME
Objeto ..... :	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 149/2017.
Valor :	Acréscimo: R\$3.371,00 (Três mil e trezentos e setenta e um reais).
Vigência ..... :	Início: 13/12/2017 Término: 14/01/2018.
Licitação ..... :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 108/2017.
QUILOMBO, 13 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

**PORTARIA Nº 1697/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460422

PORTARIA Nº 1697/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 1659/2017 de 08 de dezembro de 2017, à Servidora Pública Municipal Suelen Bigolin Barboza, do dia 15 a 22 de dezembro de 2017, no período vespertino, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 04 (quatro) dias referentes a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1698/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460428

PORTARIA Nº. 1698/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Chaine Kuhl, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, por 15 (quinze) dias, de 14 a 28 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1699/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460431

PORTARIA Nº. 1699/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, João Carlos Zanoni, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, por determinação médica e conforme atestados, por 15(quinze) dias, de 13 a 27 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1700/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460441

PORTARIA Nº. 1700/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Jucelia Aparecida Agnes Prestes, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2031, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h24min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada



**PORTARIA Nº. 1701/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460445

PORTARIA Nº. 1701/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Genelci Piccinin Cella, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 15 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2029, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1702/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460455

PORTARIA Nº. 1702/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Cleci Salete Dall'Agenese ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 18 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2030, de 13 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1703/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460458

PORTARIA Nº. 1703/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ilze Salette Maschio, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 15 de dezembro de 2017, das 12h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2037, de 14 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 20h20min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1704/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460461

PORTARIA Nº. 1704/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Fabieli Rebelatto Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 18 de dezembro de 2017, das 12h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2038, de 14 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 10h31min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1705/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460465

PORTARIA Nº. 1705/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Cátia Regina Backes Dezordi, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, no dia 15 de dezembro de 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2039, de 14 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 01h01min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1706/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460467

PORTARIA Nº. 1706/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, a Servidora Pública Municipal, Ivandra Célia Cima, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 18 de dezembro de 2017, a partir das 15 horas, para acompanhar membro da família em tratamento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2034, de 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 20 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1707/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460470

PORTARIA Nº. 1707/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Roseli Farezin, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 19 de dezembro de 2017, a partir das 15h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2032, de 14 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1708/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460473

PORTARIA Nº. 1708/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosangela Toazza, ocupante do cargo de Enfermeira, no dia 15 de dezembro de 2017, para acompanhar membro da família em procedimento cirúrgico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2036, de 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 19 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1709/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460477

PORTARIA Nº. 1709/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Roseli Farezin, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 18 de dezembro de 2017, a partir das 15h, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2033, de 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 20 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 124/2017**

Publicação Nº 1460306

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato:	124/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada...:	CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA ATRAVES DA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA DETRANNET.
Vigência ..... :	De 23/09/2017 a 23/09/2021
Valor .....:	R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Licitação ..... :	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 106/2017.
Dotações ..... :	2.085 3.3.90.00 0.1.56
QUILOMBO, 21 de setembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
	Extrato Contratual

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PORTARIA 400-2017 NOMEIA MARCOS A LEAL MOTORISTA DE AMBULANCIA

Publicação Nº 1458663

PORTARIANº 400/2017  
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, MARCOS ANTONIO LEAL, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.970.843, inscrito no CPF sob o nº 040.870.259-18, para exercer o Cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA com as atribuições constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.763,20 (um mil setecentos e sessenta e três reais, e vinte centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica o Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido aprovado no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 4ª colocação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 15 de dezembro de 2017.  
CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **509 PORTARIA N° 509 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN**

Publicação N° 1459128

Portaria n°. 509, de 15 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN, matrícula n°. 34197, nomeada pela Portaria n°. 321/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### **510 PORTARIA N° 510 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARIA ROSELINDE TEXEIRA**

Publicação N° 1459131

Portaria n°. 510, de 15 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora MARIA ROSELINDE TEXEIRA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 15 de dezembro de 2017, a servidora MARIA ROSELINDE TEXEIRA, matrícula n°. 34245, nomeada pela Portaria n°. 207/2017, para o cargo temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### **511 PORTARIA N° 511 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ADENILSE LOSI MEURER**

Publicação N° 1459189

Portaria n°. 511, de 15 de dezembro de 2017.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora ADENILSE LOSI MEURER”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:



Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora ADENILSE LOSI MEURER, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 11 de dezembro de 2017 à 01 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 11 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### **TERMO ADITIVO 01 - CONTRATO 31/2017**

Publicação Nº 1459321

Contrato Nº : 31/2017

Aditivo Nº : 01/2017

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2017

Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVER SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS CORRELATOS.

Vigência : Início: 15/12/2017 Término: 17/03/2018

Assinatura : 15/12/2017

Valor R\$ : 1.866,66 (Um Mil, Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos )

### **TERMO ADITIVO 01 - CONTRATO 89/2017**

Publicação Nº 1459323

Contrato Nº : 89/2017

Aditivo Nº : 01/2017/2017

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : SELMA GRIMM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 45/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE TINTAS E MÃO-DE-OBRA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, E DEMAIS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA PEQUENOS REPAROS.

Vigência : Início: 15/12/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 15/12/2017

Valor R\$ : 1.114,00 (Um Mil e Cento e Quatorze Reais )

### **TERMO ADITIVO 03 - CONTRATO 06/2016**

Publicação Nº 1459309

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO ADITIVO NR 03/2017 AO CONTRATO Nº 06/2016

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratado: EXPERTS TELECOM EIRELI-ME

Objeto: – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula sétima do contrato original, decidem prorrogar o prazo para execução do serviço conforme clausula segunda do contrato nr 06/2016 pelo período de 12 (doze) meses com início de vigência de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Rio do Campo (SC), 15/12/2017

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 03 - CONTRATO 07/2016 F**

Publicação Nº 1459316

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO ADITIVO NR 03/2017 AO CONTRATO Nº 07F/2016

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratado: EXPERTS TELECOM EIRELI-ME

Objeto: – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula sétima do contrato original, decidem prorrogar o prazo para execução do serviço conforme clausula segunda do contrato nr 06/2016 pelo período de 12 (doze) meses com inicio de vigência de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Rio do Campo (SC), 15/12/2017

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 6768, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460569

DECRETO Nº 6768, de 14 de dezembro de 2017.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 167.240,00 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	800,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	136.440,00
	TOTAL	R\$	167.240,00

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial até o limite de R\$ 167.240,00 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	160.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.240,00
	TOTAL	R\$	167.240,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 de dezembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6769, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460576

DECRETO Nº 6769, de 14 de dezembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 405.493,39 (quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01380100	Pab Fixo	R\$	17.936,51
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.091	Blmac – FAEC Extra Teto		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381800	FAEC - Federal	R\$	387.557,39
	TOTAL	R\$	405.493,39

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 de dezembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6770, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460581

DECRETO Nº 6770, de 14 de dezembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 167.197,37 (cento e sessenta e sete mil, cento e noventa e sete reais e trinta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5789/2016, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	167.197,37
	TOTAL	R\$	167.197,37

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
14 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **DECRETO Nº 6772, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460439

DECRETO Nº 6772, de 15 de dezembro de 2017.

“INSTITUI TURNO ÚNICO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal e Art. 48, §§ 2º e 3º da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído em regime excepcional o turno único ininterrupto de seis horas diárias nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, no dia 22 de dezembro de 2017.

§ 1º – No período previsto no caput deste artigo, o horário será das 07h30min às 13h30min.

§ 2º – Em função do regime excepcional previsto no caput deste artigo, a hora-extra somente será devida após a oitava hora trabalhada e desde que previamente e expressamente autorizada.

Art. 2º – Excetuam-se do horário previsto no artigo 1º:

I – Os serviços da Guarda Municipal e dos Vigias que observarão a escala de trabalho em vigência, já prevista para esta categoria de servidores.

II – O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a Unidade de Pronto Atendimento – UPA e o Serviço de Transporte TFD/Hemodíalise/Ambulância funcionarão no horário normal de trabalho.

III – As Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação funcionarão no horário normal de trabalho.

IV – Os servidores cedidos observarão a escala de trabalho vigente junto ao órgão ou entidade cessionária.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
15 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **DECRETO Nº 6773, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460448

DECRETO Nº 6773, de 15 de dezembro de 2017.

“FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a alínea “a”, inciso VIII, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o § 2º, do artigo 49, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º- Será facultativo o ponto nas repartições públicas do Município de Rio do Sul, na seguinte data:

I – 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6774, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460454

DECRETO Nº 6774, de 15 de dezembro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016  
DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.000,00
	TOTAL	R\$	2.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.000,00
	TOTAL	R\$	2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6775, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460596

DECRETO Nº 6775, de 15 de dezembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016  
DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 84.366,08 (oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5789/2016, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	Fundo Municipal de Saúde		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	84.366,08
	TOTAL	R\$	84.366,08

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

15 de dezembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## LEI 5879

Publicação N° 1460832

LEI N° 5.879, de 20 de novembro de 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 5.796, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO SISTEMA VIÁRIO.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Altera o inciso II do art. 6º da Lei nº 5.796, de 19 de dezembro de 2016, que consolida a legislação municipal referente ao Sistema Viário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º ...

[...]

II – o valor da tarifa de estacionamento, com valor fracionado a cada 30min;

[...]”

Art. 2º Altera o art. 12 da Lei nº 5.796, de 19 de dezembro de 2016, que consolida a legislação municipal referente ao Sistema Viário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A cobrança pelo uso da Área Azul será realizada de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 18h, e aos sábados das 9h às 12h, não incidindo cobrança aos domingos e feriados.

Parágrafo único. Nos sábados que acontecerem o evento “sábado feliz”, a cobrança pelo uso da Área Azul será realizada das 9h às 12h e das 13h30m às 17h.”

Art. 3º Acrescenta o parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 5.796, de 19 de dezembro de 2016, que consolida a legislação municipal referente ao Sistema Viário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 ...

Parágrafo único. O crédito ativado será rotativo, ou seja, o veículo poderá utilizar mais de uma vaga pelo valor da tarifa paga.”

Art. 4º Altera os incisos I, II e III, do §1º do art. 15, e acresce os §§6º e 7º ao art. 15 da Lei nº 5.796, de 19 de dezembro de 2016, que consolida a legislação municipal referente ao Sistema Viário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. ...

§1º ...

I - em até uma hora, recolhendo tarifa no valor correspondente a 1 crédito para cada trinta minutos de estacionamento;

II - até às 19h do dia útil seguinte, recolhendo tarifa no valor correspondente a 4 créditos, sendo 2 créditos utilizados a título de regularização e 2 créditos disponibilizados ao veículo notificado;

III - no prazo máximo de 15 dias, recolhendo tarifa adicional correspondente a 2 créditos por dia, sendo 1 crédito utilizado a título de regularização e 1 crédito disponibilizado ao veículo notificado, sem prejuízo do pagamento previsto no inciso II do presente parágrafo;

[...]

§6º A notificação de irregularidade, bem como os recibos de comercialização de créditos deverão possuir no verso informações detalhadas sobre os procedimentos de venda online e regularização, bem como acerca do sistema de estacionamento rotativo.



§7º Os veículos que possuírem cadastro no sistema da concessionária poderão, se assim optarem, receber via meio eletrônico o aviso de irregularidade.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

20 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO THAINÁ SIEVERS**

Publicação Nº 1458659

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) THAINÁ SIEVERS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017.

Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 15 de dezembro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### **TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 1459241

#### TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pelo presente termo de Retificação do Edital do Pregão Presencial Nº 020/2017, Processo Licitatório nº 022/2017 do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna, cujo OBJETO é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, o Município de Rio Fortuna, em face de modificações necessárias, vem por meio deste, RETIFICAR O EDITAL, através da correção de um erro formal de redação:

Onde se lê: 02 (DOIS) quilômetros (Km);

Retifica-se para: 04 (QUATRO) quilômetros (Km).

Sendo que a data de abertura passar-se-á de 19 de dezembro de 2017, para 03 de janeiro de 2018, no mesmo local e horário.

Mantêm-se os demais critérios e características do Edital do Pregão Presencial 020/2017, Processo Licitatório 022/2017 do Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna, aqui não modificadas.

Rio Fortuna, 15 de dezembro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.917/2017

Publicação Nº 1460443

DECRETO Nº 3.917/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Decreta:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 272.193,84 (Duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(41) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	46.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
(50) 3.3.71.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(53) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	85.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
(54) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – Sus/União	
Total	185.000,00

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.054000 – Manutenção das Atividades dos Serviços de Plantão Médico	
(52) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.300,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	9.800,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 272.193,84 (Duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação a seguir

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(42) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.589,79
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(43) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	
04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
(49) 3.1.71.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0010.2.011000 – Manutenção das Atividades da Farmácia Básica	
(58) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.410,21
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(66) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	
(71) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.300,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	9.800,00
05.03– Fundo da Criança e do Adolescente	
08.243.0013.2.020000 – Manutenção do Programa de Medidas Socioeducativas	
(92) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
05.03– Fundo da Criança e do Adolescente	
08.243.0013.2.021000 – Contribuição a Casa Lar	
(93) 3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
07.01– Departamento de Agricultura	
20.602.0022.2.034000 – Manutenção do Programa Bacia Leiteira	
(140) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.182,02
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0021.1.050000 – Recuperação de Estradas Vicinais	
(1377) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	9.017,98
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.041000 – Manutenção das Atividades de Iluminação Pública	
(172) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.800,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	

(65) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
(67) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	4.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 200 – Recursos de Outras Fontes, mais especificamente recursos do Alvará Sanitário.

Art. 5º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(112) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	62.000,00
Fonte: 162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação	

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação, mais especificamente recursos do Transporte Escolar.

Art. 7º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.262/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO 3.918/2017

Publicação Nº 1460446

DECRETO Nº 3.918/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Decreta:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na importância de R\$: 27.794,62 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

07.01– Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
20.511.0026.1.012000 – Ampliação da Rede de Distribuição D'Água em Comunidades do Município	
( ) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	27.794,62
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO, do exercício de 2016, da fonte de Recursos: 189 – Alienação de Bens destinados a outros Programas, no valor de R\$ 8.767,96 (Oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos); e o valor de R\$ 19.026,66 (Dezenove mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.1.004000 – Aquisição de Veículo para Transporte de Municípios para Tratamento de Saúde	

(1259) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.125,49
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas	
08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.048000 – Implantação de Lombadas, Faixa Elevada, Redutor de Velocidade e Rótula	
(1200) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.901,17
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas	

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.263/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO 3.919/2017

Publicação Nº 1460450

DECRETO Nº 3.919/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Decreta:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Câmara Municipal de Vereadores, na importância de R\$: 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

01.01– Câmara Municipal de Vereadores	
01.031.0001.2.001000 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	
( 3) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
(5) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
Total	45.000,00

Art. 2º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
(17) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
03.02– Departamento da Fazenda	
04.123.0005.2.006000 – Manutenção das Atividades da Administração Financeira e Contábil	
(25) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
03.03– Encargos Especiais	
28.846.0031.0.003000 – Pagamento de Precatórios	
(35) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00

Fonte: 100 – Recursos Próprios	
--------------------------------	--

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na importância de R\$: 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0012.2.015000 – Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social	
( ) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 165 – Transferências do SUAS / Estado	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

01.01– Camara Municipal de Vereadores	
01.031.0001.1.049000 – Construção da Sede Própria da Camara Municipal de Vereadores	
(2) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0012.2.015000 – Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social	
(77) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 165 – Transferências do SUAS / Estado	

07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0021.2.036000 – Manutenção das Atividades de Assistência aos Agricultores	
(144) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.000,00
(145) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
(146) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

08.01– Dep. de Infra Estrutura, Obras e Urbanismo	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
(148) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.266/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda



**DECRETO 3.920/2017**

Publicação Nº 1460452

DECRETO 3.920/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Decreta:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
( 54) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO da fonte de Recursos: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO, mais especificamente recursos do Componente: Piso Básico de Atenção Básica Fixo – PAB FIXO; e da Ação: Incremento Temporário do Componente de Custeio do PAB (2017).

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Departamento de Administração	
10.301.0008.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(42) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(53) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.267/2017 de 15 de dezembro de 2017.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda

**LEI 2.259/2017**

Publicação Nº 1459495

**LEI MUNICIPAL Nº 2.259/2017**

Dispõe sobre a atribuição de aulas excedentes aos professores da Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino poderão, à critério da Secretaria Municipal de Educação, ministrar aulas excedentes.

Parágrafo único. Entende-se por aulas excedentes aquelas prestadas pelo docente além das fixadas para a sua jornada de trabalho.

Art. 2º O professor com 40 horas semanais poderá ter quatro (4) aulas excedentes e o professor com 20 horas semanais poderá ter duas (2) aulas excedentes acrescidas a sua carga horária de efetivo trabalho em sala de aula.

Art. 3º O professor perceberá, a título de horas excedentes, o valor da hora aula normal, esta calculada sobre o valor do piso nacional vigente.

Art. 4º A duração da hora aula excedente corresponderá:

I – a uma hora relógio para a Educação Infantil.

II – a quarenta e cinco minutos para o Ensino Fundamental.

Art. 5º Esta lei será regulamentada mediante ato do Chefe do Executivo, no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**LEI 2.260/2017**

Publicação Nº 1459501

**LEI MUNICIPAL Nº 2.260/2017**

cria PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA PARA REALIZAÇÃO DE SILAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo a Agricultura no Município de Romelândia para o exercício de 2018, exclusivamente na forma de subsídio, nos termos da presente Lei.

Art. 2º - O Programa tem por objetivo incentivar o desenvolvimento da atividade agropecuária, através da concessão de subsídio, aos agricultores, das despesas provenientes da contratação de máquinas e equipamentos para realização de SILAGEM.

Art. 3º - Para efeitos do benefício de que trata a presente Lei o agricultor interessado deverá inscrever-se junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo também que os agricultores poderão escolher o prestador de serviço observando que o mesmo seja do Município e se caso não haver disponibilidade poderá contratar o prestador de outros municípios.

Art. 4º - A concessão do incentivo será de R\$ 200,00 (duzentos reais) por hectare destinado a silagem, limitada ao valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais), equivalente a 5 (cinco) hectares destinados à silagem.

Art. 5º - O incentivo será proporcional as notas de venda emitidas no ano, tendo como base o ano de 2017, cabendo ao agricultor direito a 10% do valor de direito para cada nota fiscal de venda emitida, limitado a 100%, sendo o pagamento efetuado conforme artigo quarto.

§ 1º - Cada agricultor no ato da solicitação de vistoria da área de silagem deverá passar no setor de exatonia (blocos) e solicitar o relatório de movimentação.

§ 2º - Para agricultores que trabalham com bovinocultura de corte, fica estabelecido o direito de 10% do valor de direito para cada 3 bovinos

comercializados (vendidos) com nota fiscal.

Art. 6º - Não terá direito ao benefício, nem poderá ser contratado para realizar serviços de máquinas quem estiver inadimplente com o Tesouro Municipal ou não tenha se inscrito previamente junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - A realização de serviços através deste Programa deverá receber previa autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em documento especialmente criado para este fim.

Art. 8º - O ressarcimento de despesas a título de incentivo será feito mediante prévio laudo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de que os serviços foram executados devidamente acompanhados com laudo técnico e da Nota Fiscal do prestador de serviços para fins de tributação dos serviços prestados.

Art. 9º - Para fins de realização do Programa de Incentivo de que trata a presente Lei serão aplicados no exercício de 2018, até o valor de R\$ 348.766,00 (trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais) correspondente a 1.743,83 (um mil, setecentos e quarenta e três hectares, oito mil e trezentos metros) destinados para silagem.

Art. 10º - As despesas provenientes da aplicação da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 2.219/2016 de 16 de dezembro de 2016.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.261/2017

Publicação Nº 1459502

LEI MUNICIPAL Nº 2.261/2017	<p>AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO À AUSÊNCIA DE 30 DIAS POR MOTIVO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:</p>
-----------------------------	---

Art. 1º - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, o gozo de Férias pelo período de 30 dias no curso do ano de 2018.

Art. 2º - O chefe do Poder Executivo Municipal, poderá a seu critério reassumir o seu mandato antes do término do período de gozo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia/SC, 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**LEI 2.262/2017**

Publicação Nº 1460311

LEI MUNICIPAL Nº 2.262/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 272.193,84 (Duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(41) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	46.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
(50) 3.3.71.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(53) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	85.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
(54) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 138 –Transferências do Sistema Único de Saúde – Sus/União	
Total	185.000,00

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.054000 – Manutenção das Atividades dos Serviços de Plantão Médico	
(52) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.300,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	9.800,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 272.193,84 (Duzentos e setenta e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação a seguir

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(42) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.589,79
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(43) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	

(49) 3.1.71.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0010.2.011000 – Manutenção das Atividades da Farmácia Básica	
(58) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.410,21
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(66) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	
(71) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.300,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	9.800,00
05.03– Fundo da Criança e do Adolescente	
08.243.0013.2.020000 – Manutenção do Programa de Medidas Socioeducativas	
(92) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	13.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
05.03– Fundo da Criança e do Adolescente	
08.243.0013.2.021000 – Contribuição a Casa Lar	
(93) 3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
07.01– Departamento de Agricultura	
20.602.0022.2.034000 – Manutenção do Programa Bacia Leiteira	
(140) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.182,02
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0021.1.050000 – Recuperação de Estradas Vicinais	
(1377) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	9.017,98
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.041000 – Manutenção das Atividades de Iluminação Pública	
(172) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.800,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.02– Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0009.2.012000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(65) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
(67) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 200 – Recursos de Outras Fontes – Recursos Próprios	
Total	4.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 200 – Recursos de Outras Fontes, mais especificamente recursos do Alvará Sanitário.

Art. 5º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(112) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	62.000,00
Fonte: 162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação	

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação , mais especificamente recursos do Transporte Escolar.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.263/2017

Publicação Nº 1460316

LEI MUNICIPAL 2.263/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na importância de R\$: 27.794,62 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

07.01– Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
20.511.0026.1.012000 – Ampliação da Rede de Distribuição D'Água em Comunidades do Município	
( ) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	27.794,62
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO, do exercício de 2016, da fonte de Recursos: 189 – Alienação de Bens destinados a outros Programas, no valor de R\$ 8.767,96 (Oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos); e o valor de R\$ 19.026,66 (Dezenove mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.1.004000 – Aquisição de Veículo para Transporte de Municípes para Tratamento de Saúde	
(1259) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.125,49
Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.048000 – Implantação de Lombadas, Faixa Elevada, Redutor de Velocidade e Rótula	
(1200) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.901,17

Fonte: 389 – Superávit Alienação de Bens destinados a outros Programas

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.264/2017

Publicação Nº 1460320

LEI MUNICIPAL Nº 2.264/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em Doação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados-Sicoob São Miguel, CNPJ nº 81.607.046/0001-75 um Tanque PE Fortelev 15.000 litros, h2.20.

Art. 2º - A Doação em favor do Município de Romelândia, tem por finalidade a instalação de um sistema de Cisterna na Escola Municipal Milena Schafer.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.265/2017

Publicação Nº 1460325

LEI MUNICIPAL Nº 2.265/2017

Autoriza o repasse de recursos financeiros ao Centro de Tradições Gaúchas Antonio Brum-CTG Antonio Brum mediante a celebração de Termo de Fomento entre a entidade e o Município de Romelândia, reconhece como inexigível o chamamento público, e dá outras providências. VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece a entidade Centro de Tradições Gaúchas Antonio Brum-CTG Antonio Brum inscrita no CNPJ nº 78.487.121/0001-05 como única entidade sem fins lucrativos do Município de Romelândia, em condições de realizar parceria com o Poder Executivo Municipal para fins de realização do evento cultural Rodeio Crioulo de Romelândia.

Art. 2º Autoriza, nos termos do disposto no inciso II do art. 31 da Lei 13.019/2014, a firmar Termo de fomento com a entidade Centro de Tradições Gaúchas Antonio Brum-CTG Antonio Brum para o repasse do valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor do repasse deverá ser aplicado no pagamento do aluguel de animais utilizado nas atividades de tiro de laço no evento denominado "Rodeio Crioulo de Romelândia" que ocorrerá nos dias 02,03 e 04 de fevereiro de 2018 no Município de Romelândia.



Art. 3º O repasse do valor será realizado em parcela única, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos concedidos no prazo máximo de 60 dias após a realização do evento, de acordo com as exigências da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Romelândia.

Art. 6º As despesas decorrente desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.266/2017

Publicação Nº 1460331

LEI MUNICIPAL Nº 2.266 /2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Camara Municipal de Vereadores, na importância de R\$: 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

01.01– Camara Municipal de Vereadores	
01.031.0001.2.001000 – Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores	
( 3) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
(5) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
Total	45.000,00

Art. 2º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
(17) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
03.02– Departamento da Fazenda	
04.123.0005.2.006000 – Manutenção das Atividades da Administração Financeira e Contábil	
(25) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
03.03– Encargos Especiais	
28.846.0031.0.003000 – Pagamento de Precatórios	
(35) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00

Fonte: 100 – Recursos Próprios	
--------------------------------	--

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na importância de R\$: 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0012.2.015000 – Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social	
( ) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 165 – Transferências do SUAS / Estado	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

01.01– Camara Municipal de Vereadores	
01.031.0001.1.049000 – Construção da Sede Própria da Camara Municipal de Vereadores	
(2) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0012.2.015000 – Manutenção das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social	
(77) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 165 – Transferências do SUAS / Estado	

07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0021.2.036000 – Manutenção das Atividades de Assistência aos Agricultores	
(144) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.000,00
(145) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
(146) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

08.01– Dep. de Infra Estrutura, Obras e Urbanismo	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
(148) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.267/2017

Publicação Nº 1460334

LEI MUNICIPAL Nº 2.267/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
( 54) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO da fonte de Recursos: 138 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS / UNIÃO, mais especificamente recursos do Componente: Piso Básico de Atenção Básica Fixo – PAB FIXO; e da Ação: Incremento Temporário do Componente de Custeio do PAB (2017).

Art. 3º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Departamento de Administração	
10.301.0008.2.008000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(42) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
(53) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.268/2017

Publicação Nº 1460338

### LEI MUNICIPAL Nº 2.268/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a demolir prédio público e dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a demolição de prédio público edificado sob o Lote Urbano nº 421, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste sob nº 5.630, que encontra-se desativado há vários anos.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o material aproveitável resultante da demolição de que trata o artigo 1º para realização de melhorias, consertos e reformas de outros prédios públicos municipais.

Art. 3º Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do referido bem do Patrimônio Público Municipal, mediante a efetivação da demolição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR 02/2017

Publicação Nº 1459504

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 02/2017.

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As construções irregulares e clandestinas existentes no município de Romelândia, até a data de 30 de agosto de 2013, poderão ser aprovadas para fins de concessão do habite-se, na forma da presente Lei Complementar.

§ 1º Considera-se irregular a construção, reforma ou ampliação de edificações executadas em desacordo com o projeto aprovado pela Prefeitura.

§ 2º Considera-se clandestina a construção, reforma ou ampliação de edificações executadas sem a aprovação dos setores competentes da Prefeitura.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, será considerada existente, na data prevista no artigo anterior a construção, reforma ou ampliação que esteja concluída e, em condições mínimas de habitabilidade.

Parágrafo Único - Será considerada concluída e com condições mínimas de habitabilidade, a edificação que apresentar estrutura completa: vedação, cobertura, instalação hidráulica, sanitária e elétrica.

Art. 3º - Constituem casos de interesse público, portanto insuscetíveis de legalização, as construções:

I - Apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - Estejam localizadas em logradouros ou em terrenos públicos;

III - Estejam localizadas em faixas non aedificandi, como em áreas de preservação permanente, afastamento de córregos de água entre outras de conformidade com a Lei.

§ 1º - Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas, isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º - As características construtivas de que trata o artigo anterior, serão determinadas por laudo técnico elaborado por profissional engenheiro civil.

Art. 4º - A legitimidade para propor a regularização de construção irregular ou clandestina será:

I - do proprietário ou promissário comprador;

II - do legítimo possuidor; e

III - do representante legal dos legitimados nos itens anteriores deste artigo, desde que devidamente constituído para este fim, mediante procuração com firma reconhecida em Cartório.

Art. 5º - A regularização das construções sobre as quais haja questionamento na Justiça envolvendo direitos de condôminos ou de vizinhança ficará condicionada a decisão final da ação respectiva.

Art. 6º - Para requerer a regularização da construção de que trata esta Lei Complementar, o interessado deverá apresentar:

I - Requerimento do interessado contendo:

a) qualificação do requerente e localização da construção irregular;

b) solicitação de vistoria prévia, para a regularização da obra edificada;

II - Comprovante de que a construção foi concluída anteriormente à vigência da presente Lei Complementar;

III - Declaração do Interessado, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas;

IV - Cópia de documento que indique a titularidade do imóvel;

V - Certidão negativa de tributos municipais relativo ao imóvel objeto da regularização;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - Projeto arquitetônico da edificação, apresentado em quatro (04) vias, constando:

a) - planta de situação;

b) - planta de localização constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

c) - planta baixa de todos os pavimentos da edificação, quando for o caso;

d) - para edificações que não sejam uni familiares, dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

e) - uma via frontal para cada via pública;

f) - no selo de identificação de cada prancha: REGULARIZAÇÃO DE OBRA;

g) - para casas residenciais, apartamentos, não será necessário projeto de preservação contra incêndio, aos demais sendo necessário;

VIII - comprovante dos seguintes recolhimentos:

a) - taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto, no valor de R\$ 0,40 UFRM/m<sup>2</sup> (zero vírgula quarenta Unidade Fiscal de Referência Municipal) por metro quadrado de área a ser regularizada.

b) - comprovante de recolhimento da multa, em valores estabelecidos pela presente Lei Complementar.

X - comprovante de inscrição da edificação no Cadastro de Contribuintes da Prefeitura.

Parágrafo Único – A concessão dos benefícios desta lei fica condicionada à regularidade fiscal junto ao Município do titular do imóvel ou co-responsável ou legitimado.

Art. 7º - A Prefeitura poderá autorizar obras que sejam essenciais para adequar a edificação irregular ou clandestina quanto à acessibilidade, segurança e ao saneamento básico, desde que exigidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 8º - Para obter os benefícios desta Lei Complementar, relacionados com a regularização de construção irregular ou clandestina, o interessado deverá recolher aos cofres públicos multa compensatória, dentro dos seguintes critérios:

I - para regularização de obra com projetos não aprovados pelo município, será devida multa no valor de R\$ 20 (vinte) UFRM;

II - para regularização de recuos ou afastamentos a multa será de 30 (trinta) UFRM;

III - para regularização de obra com ambiente que apresente área inferior à exigida, será devida multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFRM por ambiente, para aprovação de regularização de ocupação de solo além do limite.

IV - Para regularização em virtude de ter havido ampliação o pagamento do IPTU relativo a área ampliada, desde a data de sua construção.

§ 1º Os valores estipulados acima não sofrerão correção durante o prazo de vigência desta Lei Complementar.

§ 2º Fica autorizada aplicação da analogia para os casos não previstos expressamente no caput deste artigo.

§ 3º A aplicação da multa compensatória prevista no caput deste artigo não exclui eventual penalidade anteriormente já aplicada.

§ 4º Fica isento do pagamento da multa compensatória a construção uni familiar de até setenta metros quadrados, desde que comprovado pelo interessado seja seu único bem imóvel.

Art. 9º - As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada à legislação vigente.

Art. 10º - Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos, o proprietário deverá apresentar acordo dos vizinhos lineiros, através de documento com firma reconhecida em cartório.

Art. 11º - A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas na legislação quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 12º - A regularização de que trata esta Lei Complementar, não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 13º- A utilização dos critérios estabelecidos na presente Lei Complementar terá validade até 31 de dezembro de 2020.

Art. 14º - Sempre que necessário, oportuno e conveniente o Prefeito baixará regulamento para a fiel e correta aplicação desta Lei Complementar.

Art. 15º Revoga-se a Lei Municipal Complementar nº 01/2016 de 13 de maio de 2016.

Art. 16º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**LEI COMPLEMENTAR 03/2017**

Publicação Nº 1459507

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 03/2017**

	ALTERA O § 1º, DO Art. 2º DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 01/2017 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-PREFIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica alterada a redação do § 1º, do Art. 2º da Lei Municipal Complementar Nº 01/2017, que passa a ter a seguinte redação:

§ 1º O prazo para adesão ao PREFIR encerra-se impreterivelmente no dia 11 (onze) de março de 2018.

Art.2º -Todas as demais disposições da Lei Complementar nº 01/2017 permanecem inalteradas.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 8625/2017**

Publicação Nº 1460005

PORTARIA Nº 8625/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal, INEZ MARIA HILGERT, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2016 à 01 de setembro de 2017, para serem gozadas de 15 de dezembro de 2017 à 13 de janeiro de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8626/2017**

Publicação Nº 1460011

PORTARIA Nº 8626/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, DANIANI AGNES, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2014 à 04 de julho de 2015, para serem gozadas de 15 de dezembro de 2017 à 13 de janeiro de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8627/2017**

Publicação Nº 1460015

PORTARIA Nº 8627/2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido Servidora Pública Municipal Srª ELIARA LUCIA FARIA, cargo de carreira AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8628/2017**

Publicação Nº 1460667

PORTARIA Nº 8628/2017

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias remanescentes ao Servidor Público Municipal DARIZ GENZ, no período de 15 de dezembro de 2017 à 29 de dezembro de 2017, as quais foram suspensas por conveniência do Município conforme portaria nº 8473/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogando as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 15 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 95/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 77/2017

Publicação N° 1459838

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 95/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 77/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 95/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 77/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa para prestar serviços de conserto e troca de pneus e lavagens da frota de máquinas e veículos do município de Santa Helena-SC. Recebimento dos envelopes até as 09h15min do dia 29 de dezembro de 2017. Abertura das propostas as 09h30min do dia 29 de dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 15 de dezembro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2017

Publicação Nº 1460491

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o a seguinte ata de registro de preços:

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de pintura, aplicação e lixamento de massa látex com o fornecimento de material para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município.

Número da ata: 35/2017.

Empresa vencedora: EDERSON WILLIAN TEIXEIRA ME R\$ 60.550,00 (sessenta mil quinhentos e cinquenta reais).

Amparo legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 88/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, que foi realizado com base na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94; Lei Federal nº. 9.648/98. Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas pertinente, e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso/SC, em 15 de novembro de 2017

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2017

Publicação Nº 1460381

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:15 horas do dia 29 de dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de um circuito empresarial, acesso a internet e plano de telefonia para todas as secretarias e departamentos da administração municipal.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: [compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br](mailto:compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br) ou pelo site [www.staterezhaprogreso.sc.gov.br](http://www.staterezhaprogreso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 18 de Dezembro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2017

Publicação Nº 1460377

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 98/2017

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 10:00 horas do dia 29 de dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Eventual aquisição de mão de obra elétrica e matérias elétricos para manutenção de veículos, máquinas e equipamentos das diversas Secretarias do Município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: [compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br](mailto:compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br) ou pelo site [www.staterezhaprogreso.sc.gov.br](http://www.staterezhaprogreso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 18 de Dezembro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 320/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460183

DECRETO Nº 320/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 321/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460187

DECRETO Nº 321/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal CARLA CRISTINA GENTILINI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora CARLA CRISTINA GENTILINI, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 322/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460192

DECRETO Nº 322/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal CATIANE PIVA VANZIN e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora CATIANE PIVA VANZIN, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 323/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460196

DECRETO Nº 323/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal CLAUDIA NERVO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora CLAUDIA NERVO, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 324/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460200

DECRETO Nº 324/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal ELIEZER TECCHIO BRUNETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora ELIEZER TECCHIO BRUNETTO, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 30 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 325/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460202

DECRETO Nº 325/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal FABIANA DE PARIS PACAZZA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora FABIANA DE PARIS PACAZZA, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 326/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460209

DECRETO Nº 326/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal JANICE LUCI DE MARQUI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora JANICE LUCI DE MARQUI, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 327/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460254

DECRETO Nº 327/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal KASSIA RECKTENWALD TARGA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora KASSIA RECKTENWALD TARGA, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 328/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460258

DECRETO Nº 328/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 15 de dezembro de 2017 a Servidora VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 330/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 330/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera o Servidor Público Municipal GABRIEL KICHEL e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 31 de dezembro de 2017, o Servidor GABRIEL KICHEL, nomeado por meio do Decreto Nº 059/2013 de 01 de fevereiro de 2013, ocupante do Cargo efetivo de PSICÓLOGO, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRÁS, carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015, e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico



**DECRETO Nº 335/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460323

DECRETO Nº 335/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANDREIA POLETTI DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido da servidora, a partir de 26 de dezembro de 2017, a Servidora Pública Municipal ANDREIA POLETTI DOS SANTOS, nomeada pelo do Decreto Nº009/2017 de 02 de janeiro de 2017, ocupante do Cargo em Comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº334/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460322

Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão Especial para a realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos públicos, através do Edital 001/2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído membro da Comissão Especial responsável pela realização de Concurso Público, para contratação de Médico (PSF), Professor de Artes e Professor de Educação Infantil, nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores, Lei 549/2011, de 15 de abril de 2011, e Edital do Concurso Público 001/2017, a ser realizado pelo Município de Santiago do Sul, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

Art. 2º A Comissão de que trata o Artigo 1º compor-se-á:

- I – Vanderlei Paulo Backes - Presidente;
- II – Camila Lazarin - Secretário;
- III – Carmen Fachin Gentilini - Membro

Art. 3º A Comissão do Concurso Público compete acompanhar, apoiar e fiscalizar a execução de todos os atos referentes à realização do Concurso Público, velar pela preservação do sigilo das provas, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do mesmo.

Art. 4º O Presidente do Concurso Público, será responsável em coordenar a comissão, o secretário será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e o membro em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público.

Art. 5º As decisões da Comissão do Concurso Público serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 6º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão Especial não serão remunerados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº357/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460388

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e Lei Complementar nº 005/99, Lei Federal nº 10.08/2000, de 19 de dezembro de 2000,

### **DECRETA:**

Art. 1º O cadastro de pessoas jurídicas e/ou todas as alterações sociais de empresas serão aprovadas pela Municipalidade condicionadas ao atendimento da Lei Federal nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º As adequações previstas na referida Lei deverão ser feitas no prazo de um ano da aprovação do cadastro da empresa ou de sua alteração pelo município sob pena de cassação ou não renovação de alvará.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº358/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460390

DECRETO Nº358/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para transporte de pacientes.

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, o veículo RENAULT MASTER JAEDI TUR, Placas MMJ0646, de propriedade do Município, a partir das 11:00h do dia 12 de dezembro de 2017 até as 19:00h do dia 12 de dezembro de 2017 e a partir das 17:00h do dia 13 de dezembro de 2017 até as 15:00h do dia 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº329/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460263

DECRETO Nº329/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 13 – Cultura  
Sub-Função: 392 – Difusão Cultura  
Programa: 0012 – Resgate e Preservação da Cultura  
Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos  
Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas (226) ..... R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº331/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460308

DECRETO Nº331/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 6.070,00 (Seis mil e setenta reais), conforme discriminação abaixo:

ÓUnidade Gestora: Município de Santiago do Sul  
Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas ..... R\$ 6.070,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº332/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460313

DECRETO Nº332/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe anulação de crédito adicional especial, alteração do Decreto N.239/2017 de 05 de setembro de 2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.869/2017, de 05 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Parte dos recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o Decreto N.239/2017 de 05 de setembro de 2017, autorizado pela Lei Municipal N.869/2017 de 05 de setembro de 2017, no valor parcial de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), serão provenientes da anulação da dotação aberta através de crédito especial, consignada no Orçamento Municipal vigente, conforme a seguir discriminada:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 002 – Gestão Administrativa Superior

Ação: 1.003 – Aquisição de Veículos

Projeto: 1.003 – Aquisição de Veículos

Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.3.00 - Aplicações Diretas (189) ..... R\$ 5.100,00

Art. 2º Fica alterado o Art.2º do Decreto N.239/2017 de 05 de setembro de 2017, suprimindo a anulação de dotação no valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), que passa a valer conforme estabelece o Art.1º do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº333/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460317

DECRETO Nº333/2017 – DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer  
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário  
Programa: 0011 – Esporte é Saúde  
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº336/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460329

DECRETO Nº336/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 – Transporte  
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 – PRÓ VIAS  
Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº337/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460332

DECRETO Nº337/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a revogação do Decreto N.291/2017 de 09 de novembro de 2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto N.291/2017 de 09 de novembro de 2017, tendo em vista a necessidade de adequação da natureza da despesa, para a referida suplementação, sendo esta adequada através do Decreto Nº.310/2017 de 24 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº338/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460335

DECRETO Nº338/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.02 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº339/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460339

DECRETO Nº339/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 13.808,00 (Trez mil e oitocentos e oito reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde



Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes  
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.1.38 – Aplicações Diretas ..... R\$ 13.808,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação verificado até a presente data na Rubrica 4.1.7.2.1.38.01.00.00 FMS -Transferência de Recursos do SUS/UNIÃO – Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais/Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica - PAB, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.807-5 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº340/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460346

DECRETO Nº340/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre suplementação e anulação de crédito adicional especial no orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.869/2017, de 05 de setembro de 2017,

Considerando, que a Lei Municipal Nº.869/2017 de 05 de setembro de 2017, autorizou a abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município, Entidade Câmara Municipal de Vereadores, valendo-se da anulação de créditos do Orçamento Municipal vigente, da Entidade Município (Prefeitura Municipal), cujos créditos foram abertos através do Decreto N.239/2017 de 05 de setembro de 2017;

Considerando, que ao enviar os dados contábeis do Município ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por intermédio do sistema “e-sfinge”, por questões técnicas entre os sistemas utilizados pelo Município para envio e o sistema e-sfinge do TCE/SC, para recebimento das informações e tendo em vista ainda, que, para abertura dos créditos suplementares abertos na Entidade Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, ocorreu a anulação na ação 1.003 – Aquisição de Veículos – Gabinete do Prefeito, no valor de R\$ 5.100,00 cujo valor refere-se à saldo de dotação que foi aberta através de crédito especial, ocorrendo pois inconsistências nos sistemas de informações;

Considerando, que os procedimentos foram feitos corretamente e para que as informações sejam encaminhadas ao TCE/SC sem inconsistências pelos motivos expostos acima, proceder-se-á suplementação de valores e consequente anulação e para tanto:

DECRETA:

Art.1º A anulação de que trata o Art.2º do Decreto N.239/2017 será efetuada na Ação/Atividade 2.002 – Manutenção Atividades Gabinete do Prefeito, Natureza Despesa: 3.1.90.00 D.R.0.1.00, valor R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), procedendo-se a suplementação nesta mesma ação para retornar valor, tendo como anulação do referido valor, na Ação 1.003 - Aquisição de Veículos, Natureza Despesa: 4.4.90.00 D.R.0.3.00 Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico



**DECRETO Nº341/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460350

DECRETO Nº341/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 11.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº342/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460352

DECRETO Nº342/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 8 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0015 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social

Atividade: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social

Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00–D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas.(87)....R\$ 1.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas.(86)....R\$ 1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº343/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460353

DECRETO Nº343/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.02 – Aplicações Diretas ..... R\$ 880,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº344/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460355

DECRETO Nº344/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR

Ação: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Atividade: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas (182)..... R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº345/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460357

DECRETO Nº345/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 4.835,42 (Quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul  
Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 007 – Toda Criança na Escola  
Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.19–Aplicações Diretas .....R\$ 4.835,42

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação na Rubrica da Receita 4.1.7.2.4.01.02.00.00.00 - Transferência de Recursos do FUNDEB 40% – Fonte de Recursos 0.1.19, disponíveis na conta 18.614-7 Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº346/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460359

DECRETO Nº346/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração do Art.1º do Decreto 315/2017 de 24 de novembro de 2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art.1º do Decreto N.315/2017 de 24 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul  
Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 007 – Toda Criança na Escola  
Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.18–Aplicações Diretas ..... R\$ 48.000,00”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 24 de novembro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº347/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460363

DECRETO Nº347/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Da Natureza de Despesa: 3.3.93.00–D.R. 0.1.02 – Aplicações Diretas ..... R\$ 800,00

Da Natureza de Despesa: 4.4.71.00–D.R. 0.1.02 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.1.02 – Aplicações Diretas.....R\$ 1.800,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº348/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460368

DECRETO Nº348/2017 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde

Atividade: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.1.02 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00–D.R. 0.1.02 – Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## DECRETO Nº349/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460374

DECRETO Nº349/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.885/2017 de 11 de dezembro de 2017,

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 110.000,00 (Centro e dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 023 – Pró Vias

Ação: 2.053 – Manutenção Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manutenção Atividades – Estradas Vicinais

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.00 - Aplicações Diretas (144) ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 110.000,00 (Centro e dez mil reais), serão provenientes de anulação de dotações do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária.: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 007 – Toda Criança na Escola

Ação: 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (45) ..... R\$ 20.000,00

Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (47) ..... R\$ 10.000,00

Ação: 2.014 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Atividade: 2.014 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (49) ..... R\$ 30.000,00

Subfunção: 362 – Ensino Médio

Programa: 008 – Apoio ao Ensino Médio

Ação: 2.020 – Transporte Escolar – Ensino Médio

Atividade: 2.020 – Transporte Escolar – Ensino Médio

Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (64) ..... R\$ 40.000,00

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 011 – Esporte É Saúde  
Ação: 1.013 – Reforma e Ampliação do C.R.E.C.  
Projeto: 1.013 – Reforma e Ampliação do C.R.E.C.  
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (36) ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº350/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460376

DECRETO Nº350/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.886/2017 de 11 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (238) ..... R\$ 77.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 27 – Desporto e Lazer  
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário  
Programa: 011 – Esporte é Saúde  
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (239) ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 – Agricultura  
Subfunção: 606 – Extensão Rural  
Programa: 024 – Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2.056 – Manutenção das Atividades da Agricultura  
Atividade: 2.056 – Manutenção das Atividades da Agricultura  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (240) ..... R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Função: 22 – Indústria  
Subfunção: 661 – Promoção Industrial  
Programa: 022 – Pró Emprego  
Ação: 1.033 – Construção, Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais  
Projeto: 1.033 – Construção, Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais  
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (212) ..... R\$ 100.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº351/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460378

DECRETO Nº351/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a revogação do Decreto N.331/2017 de 01 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto N.331/2017 de 01 de dezembro de 2017, tendo em vista a necessidade de adequação da natureza da despesa, para a referida suplementação, sendo esta adequada através do Decreto Nº.352/2017 de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº352/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460380

DECRETO Nº352/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 6.150,00 (Seis mil e cento e cinquenta reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 004 – Administração Geral

Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas ..... R\$ 6.150,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal



Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº353/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460382

DECRETO Nº353/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas.....R\$ 2.500,00  
Para Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas .....R\$ 2.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº354/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460383

DECRETO Nº354/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 007 – Toda Criança na Escola  
Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.18–Aplicações Diretas .....R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação na Rubrica da Receita 4.1.7.2.4.01.01.00.00.00 - Transferência de Recursos do FUNDEB 60% – Fonte de Recursos 0.1.18, disponíveis na conta 18.614-7 Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº355/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460385

DECRETO Nº355/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade/Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 45.877,64 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 3.1.90.00–D.R. 0.1.38 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.281,58

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza de Despesa: 3.1.90.00–D.R. 0.1.38 – Aplicações Diretas ..... R\$ 33.596,06

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação verificado até a presente data na Rubrica 4.1.7.2.1.39.01.00.00 FMS -Transferência de Recursos do SUS/UNIÃO – Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Coletivas/Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica - PAB, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.807-5 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº356/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460387

DECRETO Nº356/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 8 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0015 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social

Atividade: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social

Natureza de Despesa: 4.4.90.00–D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas.(199)....R\$ 1.400,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 11 de dezembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **LEI MUNICIPAL N. 890/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1460168

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 410/2008, de 11 de março de 2008.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 14 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **LEI MUNICIPAL N. 891/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460173

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL À FIRMA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO COM A SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANI BENEFICENTE – SER GUARANI PARA CONSTRUÇÃO DE ÁREA COBERTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem público com a Sociedade Esportiva e Recreativa Guarani Beneficente – SER Guarani para construção de 135m² de área coberta junto ao estádio Vitório Vanzin.

Art. 2º. A construção de que trata o artigo anterior será custeada e mantida pelo SER Guarani e será realizada em parte do imóvel matriculado no Registro de Imóveis de Quilombo sob o nº 7.835 de propriedade do Município de Santiago do Sul/SC.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 14 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**LEI MUNICIPAL N. 892/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460176

ALTERA A TABELA CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº278/2005, DE 16 DE MAIO DE 2005, ALTERADA PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº 514/2010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010 E Nº 867/2017, DE 16 DE AGOSTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a tabela constante do Anexo Único da Lei Municipal nº278/2005, de 16 de maio de 2005, alterada pelas Leis Municipais nº 514/2010, de 29 de setembro de 2010, e nº 867/2017, de 16 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO ÚNICO**

DESCRIÇÃO	VALOR HORA/MÁQUINA EM R\$
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	90,00
TRATOR DE ESTEIRA	90,00
MOTONIVELADORA	90,00
PÁ-CARREGADEIRA	90,00
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X4	70,00
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X2	49,05
ROLO COMPACTADOR	90,00
TRATOR DE PNEUS	60,00
CAÇAMBA – POR KM RODADO	1,66
CULTIVADOR MOTORIZADO COM ROÇADEIRA CENTRAL	24,53
MINICARREGADEIRA	49,05

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de 1º de abril de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**LEI MUNICIPAL N. 893/2017 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460178

Institui o “Programa de Auxílio à Melhorias na Propriedade Agrícola - PDA” e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o “Programa de Auxílio à Melhorias na Propriedade Agrícola - PDA” através da concessão de auxílio financeiro aos agricultores de Santiago do Sul para a realização de melhorias na propriedade rural, com o objetivo de fortalecer as atividades rurais e, conseqüentemente, incrementar o Movimento Econômico agropecuário do Município, nos termos da presente Lei, além de ampliar a renda dos produtores rurais.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor do Município de Santiago do Sul, toda a pessoa física que revestir à condição de proprietário, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro e posseiro de terras agrícolas localizadas no território do Município e que esteja em plena exploração da atividade produtiva, certificada por técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

§ 2º O auxílio de que trata a presente lei destina-se exclusivamente à realização de melhorias na propriedade rural, no custeio das atividades, seja na aquisição de insumos, matéria prima, reflorestamento, materiais de consumo, como em cursos de capacitação, pagamento de despesas com horas-máquina, inseminação artificial, sementes e outros, a serem utilizados na propriedade rural do interessado.

§ 3º Os recursos de que trata a presente lei somente poderão ser utilizados nas ações que melhorem e ou incrementem a produção, sua qualidade e a renda da família dos beneficiados, priorizando aquelas definidas pela política de desenvolvimento rural do Município.

Art. 2º Para obter o benefício de que trata a presente lei, o agricultor deverá:

I - residir no Município de Santiago do Sul;

II - obter 80% (oitenta por cento) da renda proveniente de atividades agropecuárias apresentando extrato da Declaração de aptidão nos moldes do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF. Nos demais casos e/ou permanecendo dúvidas no enquadramento o CMDR emitirá parecer. Para efeito de enquadramento fica excluído do cálculo da renda o valor correspondente a aposentadoria especial de agricultor;

III - apresentar requerimento e projeto identificando as melhorias que serão realizadas com a aplicação dos recursos recebidos;

IV - apresentar notas de vendas de produtos agrícolas expedidas no exercício anterior e no corrente, até a data de requerimento, compatíveis com a sua produção;

V - estar em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal, apresentando certidão negativa de débitos, sem ônus para o produtor beneficiário do programa;

VI - cumprir com a função social da propriedade, conforme determina o art. 186 da Constituição Federal;

VII - apresentar prestação de contas dos recursos recebidos de acordo com o projeto apresentado, justificando eventuais alterações;

VIII - estar com cadastro atualizado junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º Até o dia 31 de janeiro de cada ano o produtor deverá solicitar a adesão ao Programa de que trata a presente lei, através de requerimento encaminhado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente (anexo I), acompanhado dos documentos constantes no Art. 2º, sendo que até o dia 15 de fevereiro a Administração Municipal expedirá a relação dos produtores e o valor do auxílio a ser repassado para cada um. A relação dos beneficiários deverá ser validada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR.

§ 2º O produtor terá até o dia 15 de março de cada ano para apresentar o projeto que trata o inciso III, sendo que tal projeto será simplificado e deverá conter, no mínimo, a identificação do proponente, o objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução contendo a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como o orçamento contemplando todas as despesas a serem realizadas, conforme modelo constante no Anexo II. O beneficiário que não apresentar o referido projeto dentro do prazo estipulado não fará jus ao auxílio de que trata a presente lei.

§ 3º Após o recebimento do projeto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente instruirá o processo e designará um técnico para analisá-lo, bem como acompanhar a sua execução, no caso de aprovação.

Art. 3º O Programa de que trata a presente lei se encerrará na data de 31 de dezembro de 2020, sendo que o auxílio financeiro total a ser repassado será de até 300.000,00 (trezentos mil reais), com destinação de até 100.000,00 (cem mil reais) ao ano.

Art. 4º O auxílio financeiro a ser repassado, de acordo com o artigo anterior, será distribuído anualmente, da seguinte forma:

a) 30% (trinta por cento) do valor total dos recursos anuais serão rateados igualmente a todos os produtores inscritos no Programa;

b) os 70% (setenta por cento) restantes serão divididos de acordo com o índice de participação de cada produtor no movimento econômico agropecuário do Município.

§ 1º O cálculo do índice de participação de cada produtor de que trata a alínea "b" do presente artigo, será apurado após a publicação dos índices definitivos de retorno de ICMS pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) e corresponderá ao resultado da divisão entre a média do Movimento Econômico do produtor inscrito no programa, nos 02 (dois) anos anteriores, pelo Movimento Econômico total de todos os produtores inscritos no Programa.

§ 2º O pagamento do auxílio será efetuado diretamente na conta do produtor, indicada no anexo II de que trata o § 2º, do art. 2º, e se dará em parcela única, até o final do mês de agosto do ano imediatamente posterior ao ano de cálculo.

§ 3º O Município poderá vetar o pagamento do benefício caso os projetos apresentados forem incompatíveis com a melhoria em questão.

Art. 5º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º Compete ao Poder Executivo, na administração e na gerência do Programa:

I - Cadastrar os agricultores e registrar as áreas de produção;

II - controlar a emissão e baixa das notas fiscais de produtor rural;

III - incentivar a produção e a comercialização, bem como o desenvolvimento técnico e econômico do setor agropecuário;

IV - detalhar a forma do repasse dos recursos e a devida prestação de contas;

V - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados.

Parágrafo único. As ações governamentais relativas à implantação do Programa a que se refere esta lei contarão com a participação de representantes dos produtores rurais do Município, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 8º Sendo apurada qualquer irregularidade pelo beneficiário ou entidade na aplicação dos recursos e na prestação de contas a administração municipal poderá a qualquer tempo suspender o auxílio financeiro de que trata a presente.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do Município de Santiago do Sul, ação 2.057 – Programa de Incentivos à Produção.

Art. 10. A presente Lei será regulamentada por Decreto, no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### ANEXO I

EXMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

\_\_\_\_\_, Agricultor, residente e domiciliado na Linha \_\_\_\_\_, Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_-SSP/SC e CPF. \_\_\_\_\_, vem mui respeitosa-mente perante Vossa Excelência REQUERER sua habilitação no Programa de Auxílio à Melhorias na Propriedade Agrícola - PDA, instituído pela Lei Municipal nº \_\_\_\_/2017, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017 e nos Termos do Edital de Chamamento nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

REQUER, outrossim, o Fornecimento da Certidão Negativa de Débito e a isenção da Taxa nos termos do Inciso V do Art. 2º da Lei Municipal Nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Santiago do Sul (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Requerente.

#### ANEXO II IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

PROPONENTE:					CPF
Endereço					Bairro
Cidade SANTIAGO DO SUL	UF SC	CEP 89854-000	DDD/ telefone	Nº Cadastro Produtor Rural	
Conta Corrente		Banco	Agência	Praça de pagamento	

#### DESCRIÇÃO DO PROJETO A SER EXECUTADO

Título do Projeto	Período de Execução	
PDA	Início	Término
Identificação do Objeto		

#### PLANO DE APLICAÇÃO

Meta	Etapas Fase	DESCRIÇÃO	Indicador Físico		Valor	
			Unidade	Qualidade	Unitário	Total




## DEFERIMENTO SOLICITADO

Na Qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao ora solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho.

Santiago do Sul (SC), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
Conveniente

**PORTARIA N° 208/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação N° 1460400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N° 208/2017 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede férias ao Servidor Público Municipal VALCIR NARDI.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALCIR NARDI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de antecipação das férias, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, para Gozo de 28 de dezembro de 2017 até 06 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 1º de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA N° 213/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação N° 1460415

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N° 213/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ODILEI SOTIL DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que



Ihe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ODILEI SOTIL DOS SANTOS, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 06 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 06 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 215/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 215/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, Conselheira Tutelar, Lotada no Gabinete do Prefeito, pelo período de 30 (trinta) dias, ou seja, no período de 05 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 06 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 223/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460436

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 223/2017 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora JUDILE BOLZAN DURANTE e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que

Ihe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora JUDILE BOLZAN DURANTE, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 14 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 224/2017 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460437

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 224/2017 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora TATIANE CHIMELLO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal TATIANE CHIMELLO, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 15 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº209/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460402

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº209/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que

Ihe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 04 de dezembro de 2017 ao dia 10 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº210/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460409

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº210/2017 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor LENOIR FELISBINO e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal LENOIR FELISBINO, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 04 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº211/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº211/2017 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede falta justificada por motivo de Nascimento de filho ao Servidor VALDECIR JOSÉ LORENZETTI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Inciso III, do Artigo 77 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FALTA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO ao servidor público municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 05 (Cinco) Dias Consecutivos, a contar do dia 04 de dezembro de 2017 a 08 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº212/2017 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460413

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº212/2017 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora MONICLEIA DE CESARO GUEDES, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora MONICLEIA DE CESARO GUEDES, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 05 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº214/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460416

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº214/2017 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja,

no dia 04 de dezembro de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 05 de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 06 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº215-A/2017 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460418

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº215-A/2017 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Interromper férias da Servidora Pública Municipal VANESSA CATARINA MACCARI PEREIRA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 e seguintes da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER, a partir do dia 18 de julho de 2017, as férias da Servidora Pública Municipal VANESSA CATARINA MACCARI PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no período de 07 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, para dar andamento aos serviços pertinentes a Secretaria.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar os dias de férias restantes concedidas pela Portaria Nº 195/2017 quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº216/2017 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460421

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº216/2017 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 02 (dois) dias, ou

seja, nos dias 07 e 08 de dezembro de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº217/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460424

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº217/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SADI ANTONIO ORLANDI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 08 de dezembro de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº218/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460426

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº218/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora MONICLEIA DE CESARO GUEDES, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora MONICLEIA DE CESARO GUEDES, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 08 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº219/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460429

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº219/2017 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JURACI PIVA, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 08 de dezembro de 2017 até 22 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº220/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460430

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº220/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Complementa férias do Servidor Público Municipal ODILEI SOTIL DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 e seguintes da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal ODILEI SOTIL DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas II, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 20 de dezembro de 2017 até o dia 29 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº221/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460432

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº221/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 14 (quatorze) dias, ou seja, do dia 11 de dezembro de 2017 até 24 de dezembro de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº222/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1460434

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº222/2017 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor RUDINEI TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal RUDINEI TOAZZA, ocupante do Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS, Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 13 de dezembro de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS NO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 84/2017

Publicação Nº 1460892

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVULGAÇÃO DE HABILITADOS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 084/2017

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 0586/2017, de 07 de dezembro 2017, torna público a relação de prestadores de serviços habilitados no Edital de Chamada Pública nº 084/2017.

Objeto: Habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de atenção às pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, através do modelo psicossocial conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

Serviços: O serviço a ser tomado pela Secretaria Municipal de Saúde será leitos de acolhimento às pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, em Comunidades Terapêuticas

Conforme documentação apresentada no período de vigência do edital segue abaixo relação dos serviços habilitados.

Relação de Prestadores Habilitados:

- Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE
- ACEPRED ☐ ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUIMICOS

Recurso: Poderá o interessado interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após esta divulgação.

Obs.: Passado os prazos legais, os serviços habilitados serão contactados pela SEMUS para a contratualização, conforme necessidade da mesma.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 600/2017

Publicação Nº 1459748

DECRETO Nº 0600, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Édina Glaucia Weber, Edemilson Benedito de Assis, Lisane Kriz Ilg, Gerson Evers Mendes e Sergio Miguel de Matos para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 234/2017, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 5 de fevereiro de 2018, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 601/2017**

Publicação Nº 1459753

DECRETO Nº 0601, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2409/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM e seus respectivos suplentes:

**ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

I – Representantes da Secretaria de Assistência Social

Valdivia da Silva – Titular

Karina Alice Kindler – Suplente

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Danielle Dienis Albertuni – Titular

Noeli Regina Novak dos Santos – Suplente

III – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Juliane Catherine Harms – Titular

Clariane Kerscher – Suplente

IV – Representantes da Fundação Cultural

Vera Lucia Fedalto – Titular

Tatiane Eli Falquevicz – Suplente

V – Representantes da Segurança Pública – Polícia Militar

Capitão PM José Lourival Böge – Titular

Soldado PM Ana Lucia Horst – Suplente

VI – Representantes da Segurança Pública

Sem indicação da DPCAMI

**ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**

VII – Representantes do Clube Soroptimista de São Bento do Sul

Rosane Mokva Blodörn – Titular

Rosa Maria Rossato – Suplente.

VIII – Representantes do Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI

Cristiane Porath – Titular

Liandra Marlize Lopes de Oliveira Nogueira – Suplente

IX – Representantes do JCI São Bento do Sul

Stéfani Vitaczik – Titular

Camila Moreira Bacsfalusi – Suplente

X – Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção São Bento do Sul

Mably Rosalina Fernandes Branco Pio – Titular

Alminda Romalho Siqueira – Suplente

XI – Representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Bento do Sul

Zenaide Fischer – Titular

Maria Angela Campestrini – Suplente

XII – Representantes do Rotary Clube de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis

Marise Margareth Cristofolini Grossl – Titular

Denise Veronica Malschitzky – Suplente

Art. 2º. O mandato do Conselho, nomeado pelo presente, é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 17 de dezembro de 2017 à 17 de dezembro de 2019, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## DECRETO Nº 602/2017

Publicação Nº 1460185

DECRETO Nº 0602, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.750,00(vinte e seis mil, setecentos e cinquenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(815)3.1.90.16.00.00.00 100 – Outras Despesas Variáveis - PC....R\$ 2.000,00

(817)3.1.91.13.00.00.00 100 –Obrigações Patronais Op. Intra Orç R\$ 24.750,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(813)3.1.90.11.00.00.00 100 – Vencimentos e Vant. Fixas - PC ..... R\$ 18.000,00

(827)3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação ..... R\$ 8.750,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 603/2017

Publicação Nº 1460189

DECRETO Nº 0603, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3869, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(239) 3.1.90.11.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 28.000,00

(243) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orç R\$ 35.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças

(279) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 57.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(44) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 500.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura

(467) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(265) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(2) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 70.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

(50) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 500.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.079 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(187) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas R\$ 110.000,00

(190) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orç R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETOS Nº 599/2017

Publicação Nº 1459742

DECRETO Nº 0599, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Luiz Claudio Gayer Schuves, Edemilson Benedito de Assis, Lisane Krisz Ilg, Déborah Cintia de Quadros Pereira e Sergio Miguel de Matos, para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 233/2017, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 22 de janeiro de 2018, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## LEI Nº 3869/2017

Publicação Nº 1459757

LEI Nº 3869, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

#### Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(239) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 28.000,00

(243) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orç R\$ 35.000,00

#### Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças

(279) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 57.000,00

#### Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(44) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 500.000,00

#### Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura

(467) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

#### Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(265) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

#### Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(2) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 70.000,00

#### Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

(50) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 500.000,00

#### Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.079 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(187) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 – Venc. Vant. Fixas R\$ 110.000,00



(190) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçam R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 2812/2017**

Publicação Nº 1459699

PORTARIA Nº 2812, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 15 de dezembro de 2017, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARISE INÊS KOHLBECK BECKERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível II, Classe G, matrícula nº 5610, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 8363/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## **PORTARIA Nº 2813/2017**

Publicação Nº 1459727

PORTARIA Nº 2813, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, a partir de 11 de dezembro de 2017, a servidora pública ANDRESSA CRISTINA BRANDEMBURG, ocupante do cargo de Recepcionista, do quadro de servidores da Fundação Municipal de Desportos para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2814/2017**

Publicação Nº 1459736

PORTARIA Nº 2814, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, a partir de 13 de dezembro de 2017, a servidora pública JOICE RUDNICK LINZMEYER, ocupante do cargo de Telefonista, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2815/2017**

Publicação Nº 1459738

PORTARIA Nº 2815, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a servidora SOLANGE GORETTI NARDELI PECHEBILSKI, CPF n. 827.753.369-68, RG n. 2.376.377 como gestora do CONCEDENTE no Termo de Colaboração nº 002/2017, entabulado entre o Município de São Bento do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme Lei Municipal nº 3864, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO ADITIVO 5/2017**

Publicação Nº 1458900

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 05/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, DE Nº 2/2017 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E SULEIZAN ROBERTO HUSMANN, EM 17 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017. Considerando que a vigência do referido instrumento, consoante previsão da Cláusula 1ª. do Contrato nº 2/2017 expira em 31 de dezembro de 2017, completando ao todo doze meses de

contratação, e prevendo a sua renovação por igual período, e com amparo no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993. Considerando que o Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul situa-se em imóvel de boa localização, em área central, que atende às necessidades de localização e instalação do Arquivo, oferecendo um serviço em local de qualidade e acessibilidade aos seus usuários; Considerando que o prédio da Fundação Cultural de São Bento do Sul possui sala que pode atender às necessidades do Arquivo Histórico Municipal; e considerando que a sala supracitada necessita passar por adaptações para receber as instalações do Arquivo Histórico Municipal, faz-se necessário aditivar o contrato nº 2/2017. O aditivo baseia-se no art. 57, alínea II, da lei nº. 8.666/93, nos seguintes termos: 1º - Fica prorrogado o Contrato Nº 2/2017 por mais 3 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018. 2º – Permanece o valor mensal de R\$ 2.100,02 (dois mil e cem reais e dois centavos), totalizando o período prorrogado em R\$ 6.300,06 (seis mil, trezentos e trinta e nove reais e dez centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original; 3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta dotação orçamentária vigente; 4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 17 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Ass: Márcio Brosowsky, pela Fundação Cultural  
Izan Roberto Husmann, pela contratada.

## **EXTRATO ADITIVO 6/2017**

Publicação Nº 1458903

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL  
Largo Hugo Fischer, 33 – Centro  
Fone/Fax: (47) 3631-6043  
89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 06/2017**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR UMA UNIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL NO BAIRRO OXFORD, DE ACORDO COM A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017. Considerando o Contrato Administrativo nº 8/2017, firmado entre a Fundação Cultural de São Bento do Sul, e Lourival Bueno Oliveira, que tem como objeto: O LOCADOR, aluga ao LOCATÁRIO, parte do imóvel acima descrito (Construído em alvenaria, com piso cerâmico, com frente para a rua Walter Linzmeyer, nº 116, Bairro Oxford, inscrição imobiliária nº 01.16.024.0062.001.00, sendo piso térreo com área total de 106,32 m²) pelo período de 12 (doze) meses, a contar de janeiro de 2017 e o término em 31 de dezembro de 2017. Considerando que a vigência do referido instrumento, consoante previsão da Cláusula 1ª. do Contrato nº 8/2017 expira em 31 de dezembro de 2017, completando ao todo doze meses de contratação, e prevendo a sua renovação por igual período, e com amparo no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993. Considerando que o valor do imóvel não sofrerá reajuste, e considerando que a Biblioteca Pública Municipal – Unidade Oxford situa-se em imóvel de boa localização, em área estratégica no bairro em questão, que atende às necessidades de localização e instalação da biblioteca, oferecendo um serviço em local de qualidade e acessibilidade aos seus usuários, faz-se necessário aditivar o contrato nº 8/2017. O aditivo baseia-se no art. 57, alínea II, da lei nº. 8.666/93, nos seguintes termos: 1º - Fica prorrogado o Contrato Nº 8/2017 por mais 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. 2º – Permanece o valor mensal de R\$ 1.280,00 (hum mil, duzentos e oitenta reais), totalizando o período prorrogado em R\$ 15.360,00 (quinze mil, trezentos e sessenta reais); 3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta dotação orçamentária vigente; 4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Ass: Márcio Brosowsky, pela Fundação Cultural  
Lourival Bueno de Oliveira, pela contratada.

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 120/2017 - ADM

Publicação Nº 1460246

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 120/2017 ADM

Processo ADM. nº 120/2017 - ADM  
Pregão Presencial nº 119/2017  
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NOVOS PARA OS PARQUES DE CRECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:00 horas – dia 28 de dezembro de 2017.  
Abertura dos Envelopes: 10:20 horas – dia 28 de dezembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 15 de dezembro de 2017.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

### DECRETO 154/2017

Publicação Nº 1459692

DECRETO N.º 154 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Municipal n.º 1797/2016 de 06 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 7.910,88 (Sete mil, novecentos e dez reais e oitenta e oito centavos), na seguinte a ser distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Orçamento e Planejamento	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Serviços da Dívida Interna	843
Programa	Encargos Especiais	0
Atividade	Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna	0.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(5)	Aplicação Direta <input type="checkbox"/> 3.2.90	01.0000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		7.910,88

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 01.0000 – Recursos Ordinários no valor de R\$- 7.910,88 (Sete mil, novecentos e dez reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 14 de Dezembro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 117/2017 - ADM**

Publicação Nº 1460799

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO CARLOS**CNPJ: 82.945.718/0001-15  
Rua Demétrio Lorenz, 747  
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 117/2017 - PR**

Processo Administrativo:	117/2017
Processo de Licitação:	117/2017
Data do Processo:	07/12/2017

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, DESTINADOS A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 17 / 2017**

**Motivo:** PROCESSO ANULADO PARA ADEQUAÇÃO DO EDITAL.

São Carlos, 15 de Dezembro de 2017

---

RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO PREFE N. 030 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460592

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

TERMO ADITIVO: PREFE N. 030 DE 24/11/2017 - 2º Termo Aditivo ao CONTRATO PREFE N. 047 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/11/2017

LICITAÇÃO: Processo PREFE n. 140/2016 – Tomada de Preço 004/2016

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos e da Cláusula Quarta - Dos preços do contrato n. 047 de 27/12/2016

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: MOLDASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS SUL AMERICANA LTDA. ME

CNPJ n. 15.987.122/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/05/2018

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.752/2017

Publicação Nº 1459683

DECRETO Nº 2.752, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA OS VALORES DAS TARIFAS DE COLETA DE LIXO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o interesse público,

Considerando o disposto no art. 9º e no art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.987/95; o disposto nos itens 5.8 e 5.9 da Cláusula 5º do Contrato de Concessão nº 057/03, decorrente da C.P. 215/02,

Considerando o art. 97 do Decreto 212/1999, que dispõe expressamente sobre a possibilidade de terceirização da cobrança da Taxa do Lixo,

Considerando a avaliação realizada pela equipe técnica da Prefeitura na documentação e consequente aprovação das planilhas de formação de preços dos serviços apresentadas pela Concessionária para 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º A Concessionária, a partir de primeiro de janeiro de 2018, cobrará Tarifa diretamente dos usuários dos serviços de Coleta de Resíduos (itens 1.1.1, 1.1.4 e 1.1.5 do Contrato), nos valores fixados conforme fórmula e tabela a seguir:

$TCL = VUR \times NCA \times FF$

Onde:

VUR = Valor Unitário de Referência

NCA = Número de Coletas no Ano

FF = Fator de Frequência

Faixa	Frequência da Coleta			Fator de Frequência	TCL	
	Baixa Temporada (março a novembro)	Alta Temporada (dezembro a fevereiro)	Nº de Coletas no Ano		R\$ / Mês	R\$ / Ano
A	3X / Semana	3X / Semana	156	1,20	16,22	194,69
B	3X / Semana	6X / Semana	196	1,10	18,69	224,22
C	3X / Semana	7X / Semana	209	1,10	19,93	239,10
D	6X / Semana	6X / Semana	313	1,00	27,13	325,52

§1º O valor do VUR para o exercício de 2018 é de R\$ 1,040/coleta.

§2º As Tarifas, na relação com o usuário, serão identificadas sob a rubrica: Tarifa de Coleta de Lixo - TCL.

§3º É responsabilidade dos usuários dos serviços de coleta de resíduos manterem atualizadas as informações dos seus imóveis e do endereço para o qual pretendem que sejam enviadas as correspondências, junto ao sistema de Cadastro da Prefeitura, comunicando a eventual transferência do imóvel sobre o qual é prestado o serviço de coleta de resíduos.

§4º Entende-se por usuário dos serviços de Coleta de Resíduos as pessoas físicas ou jurídicas possuidoras de imóveis localizados em logradouros beneficiados pelos serviços.

§5º Os riscos de inadimplência quanto ao pagamento das Tarifas, cobradas diretamente dos Usuários dos serviços pela Concessionária, serão por ela assumidos, a quem caberá, na forma da lei, adotar os meios cabíveis para a cobrança.

§6º A Concessionária, além das sanções legalmente reconhecidas, poderá aplicar ao Usuário inadimplente com as Tarifas, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor principal em atraso, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do vencimento, e ainda, de correção monetária pelo INPC-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 2º A Prefeitura suplementará a remuneração da Concessionária: a) no valor dos serviços de Limpeza Pública (item 1.1.3 do Contrato); b) da diferença entre o valor global dos serviços de Coleta de Resíduos (itens 1.1.1, 1.1.4 e 1.1.5 do Contrato) aprovado conforme Planilha de formação de preços e o valor global autorizado para cobrança desses serviços mediante Tarifa de Coleta de Lixo, e c) dos valores das Tarifas que a Concessionária não puder cobrar exclusivamente em razão de comprovada deficiência das informações cadastrais recebidas da Prefeitura. Esse suplemento, identificado como Tarifa Suplementar, será pago diretamente pela Prefeitura (Concedente) à Concessionária e correrá por conta de dotação própria orçamentária vigente à época do dispêndio.

Parágrafo único. O suplemento visa garantir: a modicidade das Tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços; a plena qualidade na



execução das obras e serviços concedidos, considerados essenciais ao interesse público e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, com fundamento nos itens 5.3 a 5.6 do Contrato.

Art. 3º Nos termos do art. 97 do Decreto 212/1999, fica suspensa a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 88/2017**

Publicação Nº 1459809

LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA OS ARTIGOS 72, 73 E 111 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 72 da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72. Ao servidor público de cargo de provimento efetivo que tiver exercido cargo de provimento em comissão, ou função gratificada, por mais de 3 (três) anos, consecutivos ou não, ficará assegurado o direito à percepção de um adicional, para cada período de 12 (doze) meses, equivalente a 1/5 (um quinto) da diferença entre o vencimento padrão do servidor e da remuneração pertinente ao mencionado cargo ou função, a partir do mês subsequente ao de sua exoneração desse cargo, até o limite de 5/5 (cinco quintos). (NR)

Parágrafo único. Os efeitos deste adicional não serão aplicados de forma retroativa aos servidores que não sejam de provimento efetivo. (NR)”

Art. 2º Fica alterado o art. 73 da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 6% (seis por cento) sobre o vencimento padrão do servidor público de cargo de provimento efetivo, para cada triênio de efetivo serviço prestado ao Município de São Francisco do Sul, suas autarquias e fundações públicas. (NR)

§1º O servidor público de cargo de provimento efetivo fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o triênio. (NR)

§2º Não será computado como adicional por tempo de serviço aquele prestado em cargo comissionado, cargo temporário e qualquer outro vínculo que não seja de servidor público de cargo de provimento efetivo. (NR)

§3º Ao servidor público de cargo de provimento efetivo durante o exercício de cargo em comissão fará jus ao adicional previsto no caput sobre o vencimento do respectivo cargo comissionado. (NR)”

Art. 3º Fica alterado o art. 111 da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 111. Considera-se tempo de serviço todo aquele em que o servidor público de cargo de provimento efetivo tenha estado à disposição do Município, prestando-lhe seus serviços e deste percebendo remuneração. (NR)

Parágrafo único. Não será computado como adicional por tempo de serviço aquele prestado em cargo comissionado, cargo temporário e qualquer outro vínculo que seja anterior ao cargo de provimento efetivo. (NR)”

Art. 4º Fica revogado o art. 114 da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

**PP 119-2017**

Publicação Nº 1458841

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 119/2017**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 13.697 de 11 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 do dia 11 de janeiro de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Aquisição de 01 (um) veículo de transporte de pessoas tipo minivan, novo (zero Km), com capacidade mínima de 07 (sete) lugares, incluindo o lugar do condutor, para a Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 11 de janeiro de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 08h30 do dia 11 de janeiro de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: O Prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias após a homologação do respectivo processo licitatório e o local para entrega é Rua Barão do Rio Branco, nº 217 (Centro Integrado Multiuso).

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura Gerência de Ensino
Projeto Atividade	2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação
Elemento de Despesa	44905252 – Veículos de tração mecânica
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

**4. DOS ANEXOS**

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

**5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o

primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação

em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 3.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 119/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 119/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada das características, marca (quando houver) e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor

preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.



g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.



16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder à assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado por empenho em até 30 (trinta) dias após a certificação da entrega pelo Secretário Municipal de Educação.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme

prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 18 de dezembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL N° 119/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

Aquisição de 01 (um) veículo de transporte de pessoas tipo minivan, novo (zero Km), com capacidade mínima de 07 (sete) lugares, incluindo o lugar do condutor, para a Secretaria Municipal de Educação.

**2. OBJETIVO / FINALIDADE**

A necessidade da inclusão deste veículo para melhor atender as necessidades desta Secretaria.

**3. JUSTIFICATIVA**

A solicitação se faz necessária para atender a demanda de serviços nos setores administrativo, de Ensino e funcionários da Secretaria, a fim de manter um bom fluxo de trabalho dentro da Secretaria Municipal de Educação.

**4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

O objeto a ser adquirido tem suas especificações, unidade, quantidade mínima e valor estimado no escopo da planilha abaixo:

**LOTE ÚNICO**

Item	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	------------	----------------	-------------

	<p>1. CONFIGURAÇÃO</p> <p>a) tipo: minivan;</p> <p>b) destinação: transporte de passageiros;</p> <p>c) ano de fabricação e modelo no mínimo 2017</p> <p>d) cor: branca, pintura sólida;</p> <p>e) veículo novo (Zero Km);</p> <p>f) capacidade para no mínimo 07 (sete) passageiros, incluindo condutor;</p> <p>g) com 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) porta de acesso ao porta-malas.</p> <p>2. MOTOR</p> <p>a) combustível: sistema bicombustível(álcool/Gasolina);</p> <p>b) sistema de ignição eletrônica;</p> <p>c) potência: mínimo de 100 CV/HP (álcool/Gasolina);</p> <p>d) alimentação: Injeção eletrônica de combustível</p> <p>3. FREIOS</p> <p>a) freios dianteiros a disco com ABS com EBD (Distribuição eletrônica da força de frenagem).</p> <p>4. DIREÇÃO</p> <p>a) hidráulica e/ou elétrica.</p> <p>5. DIMENSÕES</p> <p>a) altura: mínimo de 1.650 mm;</p> <p>b) largura: mínimo de 1.700 mm;</p> <p>c) comprimento: mínimo de 4.200 mm;</p> <p>d) entre-eixos: mínimo de 2.500 mm.</p> <p>6. EQUIPAMENTOS</p> <p>a) limpador do para-brisa com velocidade variável;</p> <p>b) air bag duplo frontal(motorista e passageiro), no mínimo;</p> <p>c) cintos de segurança dianteiros, retráteis de 03) (três pontos e traseiros sendo pelo menos dois laterais retráteis de 03 (três) pontos;</p> <p>d) encostos de cabeça no banco dianteiro e traseiro com ajuste de altura;</p> <p>f) acionamento elétrico dos vidros com acionamento por "um toque";</p> <p>g) espelhos retrovisores externos com ajustes elétricos;</p> <p>h) central multimídia c/ rádio AM/FM;</p> <p>i) friso protetor nas laterais da porta na cor do veículo;</p> <p>j) protetor de cárter;</p> <p>k) jogo de tapetes de borracha;</p> <p>l) vidros laminados com película de proteção contra raios solares;</p> <p>m) câmera de ré;</p>			
01	<p>n) rodas de 14a 16 polegadas;</p> <p>o) Pneu Radial de no mínimo 185/60 R15 84R com certificação INMETRO e DOT;</p> <p>p) ar condicionado de fábrica (quente e frio);</p> <p>q) trava elétrica das portas e porta-malas;</p> <p>r) Limpador, lavador e desembaçador elétrico do vidro traseiro;</p> <p>s) sistema de alarme antifurtocom acionamento por controle remoto;</p> <p>t) 01 estepe no padrão dos pneus de rodagem e demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei (01 macaco hidráulico, 01 chave de rodas, 01 triângulo de sinalização, 01 extintor de incêndio veicular tipo ABC (com data de validade de no mínimo 03 anos);</p> <p>u) chave com controle remoto com travamento e fechamento automático dos vidros e destravamento das portas;</p> <p>v) banco do motorista com regulagem em altura;</p> <p>w) coluna de direção com regulagem em altura;</p> <p>x) sensor de estacionamento (traseiro)</p> <p>y) tanque combustível com capacidade de no mínimo 50 litros;</p> <p>z) rack de teto</p> <p>7. CÂMBIO</p> <p>a) mínimo de 06 marchas sincronizadas 05 (cinco) à frente e 01 (uma) a ré.</p>	01	R\$74.245,00	R\$74.245,00

Valor do lote R\$74.245,00 (Setenta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais)

#### 5. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O prazo de garantia deve ser de no mínimo 02 (dois) anos, com quilometragem livre, devendo oferecer assistência técnica em todo território nacional e a manutenção preventiva do veículo estar no máximo 50 quilômetros de São Francisco do Sul.

O veículo deve atender aos preceitos regulamentares emanados dos órgãos nacionais de trânsito.

#### 6. PRAZO DE ENTREGA

Entrega em 30 dias após homologação, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme endereço na Rua Barão do Rio Branco nº 217. (Centro Integrado Multiuso).

#### 7. DO PAGAMENTO

30 dias após emissão da Nota Fiscal

#### 8. CONDIÇÕES DE ENTREGA

O veículo deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Educação com taxas de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório – DPVAT pagos, com o certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV/CRLV), estar devidamente emplacado, e com o pagamento de quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço da proposta (preço CIF) pela empresa vencedora.

Aldair Nascimento Carvalho  
Secretário Municipal de Educação

#### ANEXO II

##### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

#### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 119/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017, cujo objeto é a Aquisição de 01 (um) veículo de transporte de pessoas tipo minivan, novo (zero Km), com capacidade mínima de 07 (sete) lugares, incluindo o lugar do condutor, para a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 119/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 119/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 119/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de ..... Estado \_\_\_\_\_, na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA



# São João Batista

## PREFEITURA

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/SISAM/2015

Publicação Nº 1459822

Extrato do quinto termo aditivo ao Contrato nº 022/SISAM/2015

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Reciclagem NMJW LTDA ME – CNPJ nº 07.291.761/0001-99. Processo Licitatório Pregão Presencial 013/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 30 dias, com término em 04/02/2018”; Data da assinatura: 15/12/2017

### DECRETO 3304/2017

Publicação Nº 1460003

DECRETO 3304/2017

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 115 da Lei Complementar 001/2003, em conformidade com as razões expostas no Parecer da Comissão Disciplinar e considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 2114/2017, resolve:

Art. 1º Aplica a sanção de SUSPENSÃO DE 5 (CINCO) DIAS à servidora JAQUELINE MACHADO, Professora, matrícula funcional nº 8408, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de ter cometido a infração prevista no art. 80, XXVII, de “Tratar alguém em repartição pública ou em razão do serviço com desrespeito ou falta de urbanidade, causando ofensa moral a qualquer pessoa ou desprestígio ao Poder Público”, este, respeitando o que segue no art. 83, IV, da Lei Complementar Municipal 001/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 14 de dezembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 3307/2017

Publicação Nº 1460149

DECRETO 3307/2017

Estabelece como sendo recesso o período compreendido entre as datas de 18/12/2017 e 16/01/2018 aos servidores ocupantes dos cargos descritos.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, decreta:

Art. 1º Fica estabelecido recesso o período compreendido entre as datas de 18/12/2017 e 16/01/2018 aos servidores ocupantes dos seguintes cargos:

- I - Prefeito e Vice-prefeito;
- II - Secretário de Educação;
- III - Secretário de Finanças;
- IV - Secretário de Saúde;
- V - Secretário de Assistência Social;
- VI - Secretário de Infraestrutura;
- VII - Secretário de Desenvolvimento Econômico;
- VIII - Secretário de Agricultura e Intendência Distrital;
- IX - Diretor Executivo do IPRESJB;
- X - Diretor Geral do SISAM;
- XI - Diretor Executivo da FUBE;
- XII - Diretor Executivo da FUMAB;
- XIII - Assessor de Gabinete;
- XIV - Coordenador de Comunicação e Imprensa;
- XV - Coordenador de Planejamento;
- XVI - Coordenador de Controle Interno;
- XVII - Coordenador de Defesa Civil;
- XVIII - Ouvidor;

XIX - Procurador Geral;

XX - Assessor Jurídico de Gabinete;

XXI - Chefe de Gabinete do Vice-prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

Publicação Nº 1458761

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC (CNPJ/MF: 08.361.788/0001-73)

PROPONENTE: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO JOÃO BATISTA/SC (CNPJ: 81.286.635/0001-07)

DO OBJETO: O presente instrumento tem por a colaboração institucional da REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO JOÃO BATISTA, com a finalidade de promover junto à população mais carente, o atendimento humanizado na área de saúde da mulher, contribuindo para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama e de colo de útero; acompanhar as pacientes diagnosticadas, através de grupos de apoio com reuniões e atendimentos particulares de psicóloga e parapsicóloga, conforme Plano de Trabalho, que foi devidamente aprovado pela Secretaria Municipal da Saúde, constituindo parte integrante do Termo, como se nele estivesse transcrito.

DO VALOR DO REPASSE A TÍTULO DE PARCERIA: R\$ 60.000,00 (- SESSENTA MIL REAIS -)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.02

VIGÊNCIA: de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro 2018.

São João Batista/SC, 15 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito de São João Batista

Maria Elizabeth Zunino Booz

Pres. da Rede Feminina de São João Batista/SC

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2017

Publicação Nº 1458757

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC (CNPJ/MF: 08.361.788/0001-73)

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO BATISTENSE PROTETORA DOS ANIMAIS - ABPA (CNPJ: 23.746.525/0001-76)

DO OBJETO: O presente instrumento tem por a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO BATISTENSE PROTETORA DOS ANIMAIS - ABPA, com a finalidade de promover e articular ações de defesa e garantia de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, atendimento e apoio quanto aos animais domésticos e silvestres, priorizando os animais de rua do nosso município, bem como diminuir e controlar a população destes animais resgatados, por meio de esterilização, através de mutirões e à medida que seja necessário já nos resgates, conforme Plano de Trabalho, que foi devidamente aprovado pela Secretaria Municipal da Saúde, constituindo parte integrante do Termo, como se nele estivesse transcrito.

DO VALOR DO REPASSE A TÍTULO DE PARCERIA: R\$ 30.000,00 (- TRINTA MIL REAIS -)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.02

VIGÊNCIA: de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

São João Batista/SC, 15 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito de São João Batista

Jessica Maibe Abelino Ouriques

Presidente da ABPA

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2017**

Publicação Nº 1458769

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2017**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE (FEBE) OBJETIVANDO DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE MEDICINA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Bairro Centro, na cidade de São João Batista, SC, inscrita no CNPJ, sob o nº. 82.925.652/0001-00, neste ato representada por seu titular o Prefeito do Município de São João Batista, Exmo. Sr. DANIEL NETTO CÂNDIDO, brasileiro, portador do RG nº. 3.865.576 SESP/SC, residente e domiciliado em São João Batista/SC, e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE (FEBE), pessoa jurídica de direito privado, mantenedora do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), sediada à Rua Dorval Luz, nº 123, Bairro Santa Terezinha, CEP 88352-400, município de Brusque, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.128.769/0001-17, neste ato representado por seu Presidente Prof. Dr. GÜNTHER LOTHER PERTSCHY, brasileiro, residente e domiciliado no município de Brusque, Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº. 463.509.859-15 e portador do RG de nº. 3.066.221, SSP/PR, residente e domiciliado no município de Brusque, Santa Catarina, resolvem celebrar o presente convênio, com fundamentado na Lei nº 11.788/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Convênio tem por objetivo proporcionar estágio curricular supervisionado obrigatório, aos alunos regularmente matriculados no Curso de Medicina da UNIFEBE, que encontra-se em fase de autorização. Os estágios serão desenvolvidos na Rede Hospitalar Pública de Saúde que encontram sob gestão da Prefeitura Municipal de São João Batista.

§ 1º. As atividades de estágio serão realizadas no Hospital Monsenhor José Locks, que conta com 28 (vinte e oito) leitos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º. A Prefeitura Municipal de São João Batista admitirá os alunos, no Hospital na condição de estagiário, na forma prescrita na Legislação vigente especialmente no que dispõe a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, alunos do Curso de Medicina, mediante sistema de estágio não remunerado, conforme o que ficar estabelecido no Termo de Compromisso, parte integrante deste Convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS**

2.1. O presente Convênio tem por objetivo dotar o estagiário de habilidades práticas na área da saúde, oferecendo capacitação e desenvolvimento de conhecimentos técnicos pertinentes à formação acadêmica do estudante.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES****3.1. Compete ao Hospital e Unidades de Saúde:**

- a) Proporcionar ao Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), o desenvolvimento de atividades de ensino no âmbito de toda a Rede de Saúde do município de São João Batista;
- b) Permitir o uso do espaço físico e do acervo cultural, necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, de acordo com a disponibilidade no momento;
- c) Permitir o acesso aos setores de apoio técnico e logístico disponíveis, para atividade de ensino;
- d) Garantir a guarda de materiais e equipamentos, fornecidos pelo Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE) e destinados às atividades de ensino;
- e) Propiciar aos estagiários participantes deste Convênio, acesso e participação aos métodos propedêuticos disponíveis no Hospital;
- f) Manter total integração docente-assistencial, visando estabelecer efetiva troca de experiência, no processo ensino/serviço;
- g) Permitir o uso do espaço físico necessário às atividades de ensino.

**3.2. Compete ao Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE):**

- a) Desenvolver atividades de ensino aos estagiários do Curso de Medicina, no âmbito das Instalações de Saúde vinculadas a Prefeitura Municipal de São João Batista;
- b) Fazer o contato prévio com as Instituições de Saúde Conveniadas, mencionados no caput da cláusula segunda, e apresentar Convênio, solicitando a abertura dos locais de estágio;
- c) Apresentar o Plano de Ação de todos o período do estágio;
- d) Fazer uso do espaço físico e cultural autorizado pelo Convênio para desenvolvimento das atividades de ensino;
- e) Usar os setores de apoio técnico e logístico dos locais de estágio, disponíveis para as atividades de ensino;
- f) Manter total integração docente-assistencial, visando estabelecer efetiva troca de experiência no processo ensino-serviço;
- g) Fazer uso do espaço físico autorizado pelas Instituições Conveniadas;
- h) Fornecer no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, ao início do período de estágio, a programação contendo o cronograma de atividades e a relação dos estagiários, bem como os nomes dos respectivos docentes supervisores;
- i) Zelar pelos materiais e equipamentos colocados a disposição das atividades de ensino;
- j) Fornecer material de apoio didático-pedagógico necessário ao bom desempenho das atividades exercidas pelos discentes no Hospital;
- k) Apresentar relatório, visando melhor integração, na medida em que os estagiários possam fornecer subsídios que favoreçam o trabalho;
- l) Responsabilizar-se em expedir declaração aos orientadores do campo, referentes à carga horária dispensada aos alunos dos diversos cursos, ao final de cada período letivo;

m) Responsabilizar-se por danos que porventura possam acontecer aos alunos em decorrência das atividades de estágio, através do seguro de acidentes pessoais, conforme a legislação específica.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS:

4.1. Os Recursos Humanos utilizados na execução do presente Convênio pertencem ao quadro de funcionários das Instituições de Saúde Conveniadas e da Fundação Educacional de Brusque (FEBE), não gerando qualquer outra vinculação empregatícia.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

5.1. O presente convênio terá a duração de 5 (cinco) anos a vigorar da data de sua assinatura.

§ 1º. Este instrumento deverá ser revisado a cada 2 (dois) anos e sempre que houver alteração deverá ser feito através de termos aditivos numerados em ordem crescente

§ 2º. Para cada programação que for de interesse mútuo, será celebrado um Termo Aditivo.

5.2. As Instituições de Saúde Conveniadas poderão solicitar, a qualquer tempo, o desligamento e a substituição de estagiário nos casos previstos na legislação vigente e expressos no Termo de Compromisso, dando ciência do fato à Fundação Educacional de Brusque (FEBE).

#### CLÁUSULA SEXTA – DO ESTÁGIO

6.1. A carga horária diária, duração e jornada de estágio serão compatíveis com as atividades escolares do estagiário e regime de trabalho docente, não podendo ser superior a 6 (seis) horas.

6.2. O estágio não será remunerado, nem representará vínculo empregatício, sendo de inteira responsabilidade da Fundação Educacional de Brusque (FEBE) assumir o ônus pelo seguro de vida dos docentes e discentes.

6.3. Os estagiários obrigam-se através do Termo de Compromisso Individual a respeitar as normas estabelecidas pela Instituição, especialmente resguardando o sigilo e não veiculando informações a que tenham acesso em decorrência do estágio.

6.4. Os docentes e discentes deverão se apresentar identificados com crachá e desenvolverão atividades de acordo com as Normas Regimentais de cada Instituição de Saúde Conveniada.

6.5. Os docentes e discentes envolvidos no presente Convênio, participarão da dinâmica das ações desenvolvidas pelos hospitais supra citados, respeitadas suas cargas horárias de trabalho e peculiaridades.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

7.1. Este Convênio será rescindido pela inexecução das obrigações estipuladas na Cláusula terceira.

Parágrafo Único: A extinção deste Convênio poderá ocorrer por mútuo consenso ou mediante denúncia pela parte interessada, com antecedência de 60 (sessenta) dias da data da proposta para o término.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São João Batista, SC, para dirimir toda e qualquer controvérsia do presente Convênio, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e conveniados, formam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

São João Batista (SC), 14 de dezembro de 2017

Daniel Netto Cândido

Prefeito do Município de São João Batista

Prof. Dr. Günther Lothar Pertschy

Presidente da Fundação Educacional de Brusque (FEBE)

Testemunhas:

(1) \_\_\_\_\_ RG:

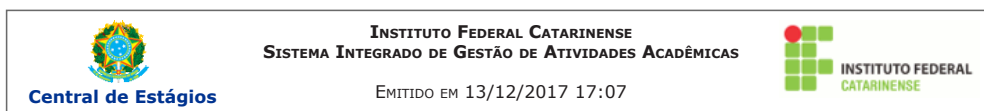
(2) \_\_\_\_\_ RG:

**CONVÊNIO Nº 453/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - REITORIA E O(A) MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO.**

Publicação Nº 1458792

13/12/2017

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

**CONVÊNIO Nº 453/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - REITORIA E O(A) MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO.**

O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, com sede no endereço Rua das Missões, 100 - Ponta Aguda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.635.424/0001-86, doravante denominado **IFC**, tendo como Magnífico(a) Reitor(a), SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES, portador(a) do RG nº 1937476 SSPSC e do CPF nº 691.144.399-72, e o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**, com sede à Praça WALTER VICENTE GOMES, nº 89, CENTRO, SÃO JOÃO BATISTA/SC, CEP: 88240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.652/0001-00, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu(ua) PREFEITO, Sr(a). DANIEL NETTO CANDIDO, portador(a) do RG nº e CPF nº 029.291.659-01, resolvem celebrar o presente Convênio, que será regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, pela Resolução Nº 017/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA CLASSIFICAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

1.1. O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos da Educação Profissional de Nível Médio e de Graduação do IFC, nas dependências da CONCEDENTE.

1.2. Para os fins deste convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao aluno de ensino médio e de graduação com matrícula e frequência regulares pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação no IFC, devendo estar previsto no projeto pedagógico do curso.

1.3. O estágio, tanto obrigatório quanto não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO IFC**

Compete ao IFC:

2.1. Celebrar, através da Coordenadoria de Estágios/Coordenadoria de Graduação dos Cursos, termo de compromisso de estágio com a parte CONCEDENTE e o aluno.

[https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio\\_estagio/view.jsf](https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio_estagio/view.jsf)

1/5

13/12/2017

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

2.2. Avaliar as instalações da parte CONCEDENTE e a sua adequação à formação cultural e profissional do aluno.

2.3. Indicar um professor-orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

2.4. Exigir do concedente, em prazo não superior a um semestre acadêmico, relatório de atividades conforme estabelecido no termo de compromisso e nas normas do curso. O relatório deve ser entregue pelo aluno ao coordenador de estágios do curso devidamente assinado pelas partes envolvidas.

2.5. Disponibilizar à CONCEDENTE, no início de cada período letivo, através do site do IFC, o calendário acadêmico.

2.6. Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas, podendo o estagiário apresentar referidas informações na hipótese de alteração das agendadas.

2.7. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso de estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas.

2.8. Efetuar o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para o aluno em estágio obrigatório e não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

3.1. Conceder estágios ao corpo discente do IFC, observadas a legislação vigente e as disposições deste convênio, podendo a alocação ocorrer na matriz ou ainda nas filiais, o que será objeto de especificação no Termo de Compromisso de Estágio.

3.2. Comunicar ao IFC, quando possível, o número de vagas de estágio disponíveis por curso/ área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de alunos.

3.3. Selecionar os estagiários dentre os alunos encaminhados pelo IFC. 3.4. Celebrar termo de compromisso de estágio com o IFC e com o aluno, zelando pelo seu cumprimento.

3.5. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao aluno atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

3.6. Indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

[https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio\\_estagio/view.jsf](https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio_estagio/view.jsf)

2/5

13/12/2017

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

3.7. Conceder bolsa e auxílio-transporte para o aluno em estágio não obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

3.8. Assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente no período de férias escolares.

3.9. Conceder ao estagiário, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item 3.8, o valor correspondente à bolsa de maneira integral.

3.10. Assegurar que o estagiário encaminhe o relatório de atividades definido no item 2.4, devidamente assinado, ao coordenador de estágios do curso, ao final de cada semestre letivo, com vista do estagiário.

3.11. Encaminhar, por ocasião do desligamento do estagiário, o termo de realização de estágio ao coordenador de estágio/de graduação do curso, com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

3.12. Informar ao IFC sobre a frequência e o desempenho dos estagiários, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso.

3.13. Indicar ao IFC, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONCEDENTE poderá conceder bolsa e auxílio-transporte a que se refere o item 3.7 para o aluno em estágio obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Os dias de recesso a que se refere o item 3.8 serão concedidos de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza qualquer vínculo empregatício do estagiário com a CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

**CLÁUSULA QUARTA - DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES**

4.1. Em decorrência do presente Convênio, firmar-se-á para cada estagiário os seguintes documentos:

[https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio\\_estagio/view.jsf](https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio_estagio/view.jsf)

3/5



13/12/2017

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

4.1.1. Termo de Compromisso de Estágio (TCE), entre o aluno ou com seu representante ou assistente legal, a CONCEDENTE e o IFC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação;

4.1.2. Programa de Atividades de Estágio (PAE), elaborado em comum acordo com o IFC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação, a CONCEDENTE e o aluno.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do aluno e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - As atividades a serem desenvolvidas devem permitir a aprendizagem profissional, social e cultural do estagiário e serem compatíveis com as disciplinas cursadas ou que vierem a ser cursadas pelo aluno.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - À medida que o desempenho do aluno for avaliado progressivamente, o PAE será incorporado ao TCE por meio de aditivos.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - O TCE e o PAE são os documentos que comprovam a inexistência de vínculo empregatício, mediante o atendimento das condições básicas para a realização de estágio.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE**

5.1. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência do termo de compromisso de estágio, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

5.2. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no Plano de Atividades de Estágio (PAE), observado o disposto nos Regulamentos dos Cursos/Áreas e no artigo 10 da Lei 11.788/08.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente termo de convênio poderá ser alterado mediante formalização de termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente convênio vigorará por 05 (cinco) anos, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

[https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio\\_estagio/view.jsf](https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio_estagio/view.jsf)

4/5

13/12/2017

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Blumenau, Seção Judiciária de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

Por assim estarem de acordo, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Blumenau, 13 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
**SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES**  
Reitora - IFC

\_\_\_\_\_  
**DANIEL NETTO CANDIDO**  
PREFEITO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - (47) 3331-7800 | Copyright © 2006-2017 - IFC -  
jboss02.sig.ifc.edu.br.jboss02inst1

[https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio\\_estagio/view.jsf](https://sig.ifc.edu.br/sigaa/estagio/convenio_estagio/view.jsf)

5/5

**DECRETO 3305/2017**

Publicação Nº 1460440

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3305/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003776/17 de 13 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 43.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 43.200,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Fundação Batistense de Esportes.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 14 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 14/12/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO 3306/2017**

Publicação Nº 1460447

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3306/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003778/17 de 13 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica autorizado no corrente exercício o Reforço de Crédito Especial no valor de R\$ 112.700,00, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

**08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.302.0004.2.239 - Manutenção do Hospital

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 92.700,00

10.302.0004.2.239 - Manutenção do Hospital

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 2º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 14 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal em 14/12/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3300/17**

Publicação Nº 1458860

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3300/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

17.512.0006.1.078 - Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas - SISAM

4.4.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO ARRECADAÇÃO.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 13 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 13/12/2017

\_\_\_\_\_  
**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3301/17**

Publicação Nº 1458862

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3301/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 737,72 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.056 - Proteção Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00.0012 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Valor - 737,72

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação da transferência de recursos do FNAS - PPD.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 13 de Dezembro de 2017****DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 13/12/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**DECRETO Nº 3302/17**

Publicação Nº 1459657

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**DECRETO Nº 3302/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003777/17 de 13 de Dezembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 202.540,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicacoes Diretas

Valor - 70.000,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 104.540,00

**06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO****06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO**

23.695.0007.2.086 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 12.000,00

**14 - ENCARGOS GERAIS****14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.122.0000.0.106 - Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.000,00

28.845.0000.0.101 - Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

08.243.0005.2.057 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 1.000,00

08.243.0005.2.057 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 15.000,00

08.243.0005.2.057 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.000,00

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO****03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicacoes Diretas

Valor - 70.000,00

04.122.0001.2.004 - Modernização Administrativa

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 940,00

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO****04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.122.0002.2.018 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

**04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

## 04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.306.0002.2.013 - Merenda escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 32.000,00

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO**

## 06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.661.0007.2.094 - Realização de Eventos Promocionais

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.100,00

**07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

## 07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

**14 - ENCARGOS GERAIS**

## 14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.122.0000.0.102 - Contribuição a Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Valor - 5.000,00

28.843.0000.0.100 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.500,00

28.843.0000.0.100 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 500,00

**17 - FUNJUVE**

## 17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.098 - Funcionamento e Manutenção da FUNJUVE

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.500,00

13.392.0008.2.096 - Fanfarra Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000,00

13.392.0008.2.097 - Manutenção da Diretoria de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 22.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 14 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 14/12/2017

Assessoria de Comunicação

**DECRETO Nº 3303/17**

Publicação Nº 1459903

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3303/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**

16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal

15.452.0006.2.083 - Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos

3.3.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 24.000,00

17.512.0004.2.042 - Manutenção do Setor Administrativo do SISAM

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

17.512.0004.2.042 - Manutenção do Setor Administrativo do SISAM

3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.000,00

17.512.0004.2.043 - Manutenção do Setor Técnico do SISAM

3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 10.000,00

17.512.0004.2.043 - Manutenção do Setor Técnico do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 33.000,00

17.512.0004.2.042 - Manutenção do Setor Administrativo do SISAM

3.3.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO ARRECADAÇÃO.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 14 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 14/12/2017

Assessoria de Comunicação

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 199/2017 E CONTRATO 72/2017

Publicação Nº 1458725

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 199/2017 e CONTRATO 72/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção LTDA- ME

ORIGEM: Tomada de Preços 09/2017

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada para edificação de casa para abrigo de conjunto de filtração e cloração destinado ao tratamento de água na saída do reservatório de Cristo Rei."

VALOR: R\$ 4.123,36

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 13 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

Publicação Nº 1458710

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e A.E.M Oeste Comercial LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 20.120,20

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

Publicação Nº 1458713

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas Secretarias do Município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 14.794,16

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

Publicação Nº 1458712

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Absoluta distribuidora LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 12.495,00

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017**

Publicação Nº 1458715

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Dental Oeste- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 2.853,00

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017**

Publicação Nº 1458726

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Nutri SC Comércio de Alimentos LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 21.599,50

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017**

Publicação Nº 1458718

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Higimix Comércio de Utilidades Eireli- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 141/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de São João do Oeste para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 9.610,20

PRAZO: 14.12.2017 até 31.12.2018

São João do Oeste – 14 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 206/2017**

Publicação Nº 1458721

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 206/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e J.V INFORMÁTICA Tecnol. Impressão- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 143/2017

OBJETO: "Aquisição de sistema de vigilância de vídeo monitoramento para as dependências da Creche Kinder Haus"

VALOR: R\$ 5.900,00

PRAZO: 15.12.2017 até 30.12.2017

São João do Oeste – 15 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 208/2017**

Publicação Nº 1458766

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 208/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Canto do Pescador Artigos de Pesca LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 144/2017

OBJETO: "Aquisição de Fogos de artifício e contratação de empresa especializada em show pirotécnico, para a comemoração ao revellion 2018 junto ao parque poliesportivo do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 9.618,00  
PRAZO: 16.12.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 16 de Dezembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017**

Publicação Nº 1458714

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 140/2017  
OBJETO: "Aquisição de mão de Obra para o conserto dos veículos Gol 1.0 placa MFM-1574 e para o veículo Saveiro Placa MHD-2907, do município de São João do Oeste."  
São João do Oeste – 08 de dezembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### RESULTADO DA ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/SÃO JOÃO DO SUL

Publicação Nº 1460143

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Lei Municipal nº 1.819 de 21 de novembro de 2017.

Rua Anselmo Borba, 574 - centro – São João do Sul/SC  
Fone/Fax: (48) 3539-0230  
email:cmas@saojoaodosul.sc.gov.br.

Resultado da Eleição da Sociedade Civil para composição no Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS/São João do Sul  
Biênio 2017/2019

a) Usuários e/ou organizações de usuários da Assistência social	Titulares: Schirlei Terezinha Gonçalves Bianchini Fernanda Matos dos Santos Janine Ramos Spido  Suplentes: Daniela Cardoso de Oliveira Patrícia Malta Saldivia Luiz Henrique Genuíno da Costa
b) Entidades de Trabalhadores do setor	Titular: Luciane Bitencourt de Souza Suplente: Sandra Alexandre
c) Entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no CMAS	Titular: Luciana Laguna da Rosa Suplente: Edilene dos Santos

#### Observação:

Conforme prevê o Art. 25º da Lei Municipal nº. 1.819, de 21 de novembro de 2017, os representantes da sociedade civil foram eleitos em foro próprio no dia 07 de dezembro de 2017.

A Comissão Eleitoral

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 420/2017

Publicação Nº 1458867

DECRETO Nº 420/2017

"NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB"

O Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 2.791/2007, de 02/08/07; Ficam NOMEADOS novos Membros para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB:

- REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Ana Paula de Lima

Suplente: Terezinha Quintino Bruch

Titular: Cintia Souza Roque

Suplente: Aline Rodrigues

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Rafaela Rodrigues

Suplente: Marinez Garcia Felisbino Ricardo

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Maristela da Silva Lima;

Suplente: Daniela Matos Pereira;

- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Daniela Warmeling Silva;

Suplente: Rita de Cassia Ribeiro;

- REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Elenita Abel Matos Cechinel;

Suplente: Gerlane Goreti de Oliveira;

- REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Rita de Cassia Nunes;

Suplente: Marcelo Zapelini;

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Titular: Savana Ferrari;

Suplente: Renan Delfis;

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EDUCACIONAL EQUIVALENTE:

Titular: Elieli Priscila da Silva;

Suplente: Fabiano PADILHA;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Jadina Padilha Guimarães;

Suplente: Daiane Padilha;

- REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Adriana Porto Lopes;

Suplente: Luciana Zandonadi.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Parágrafo Segundo – As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto 309/2015, de 23 de Novembro de 2015.



Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2017 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1460484

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2017 - REPUBLICAÇÃO - Processo nº 700/2017 – Proc. Adm. 8942/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE "AS BUILT" ESTRUTURAL, SISTEM LIGHT FRAME, E VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DA UNIDADE DO CEI LISBOA, SEGUNDO NORMA ABNT NBR 14762 - DIMENSIONAMENTO DE ESTRUTURAS DE AÇO CONSTITUÍDAS POR PERFIS FORMADOS A FRIO, COM INDICAÇÃO DOS LOCAIS A SEREM EVENTUALMENTE REFORÇADOS COM APRESENTAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO E ORÇAMENTO, DESTINADO A VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DO CEI ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de janeiro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de janeiro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810108.

### DECRETO Nº 9010/2017

Publicação Nº 1460701

DECRETO Nº 9010/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8937/2017 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o decurso do prazo para tomar posse do candidato Gilvani Rocha aprovado no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8937/2017 de 16 de novembro de 2017, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação do candidato GILVANI ROCHA, Motorista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9011/2017

Publicação Nº 1460687

DECRETO Nº 9011/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
JOICY PAULA ALTHOF	Motorista (Categoria B)	Secretaria de Saúde	40 horas/s

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9012/2017

Publicação Nº 1460698

DECRETO Nº 9012/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO Nº 8876/2017 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse do candidato Luciano Roberto da Conceição aprovado no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 8876/2017 de 08 de novembro de 2017, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação do candidato LUCIANO ROBERTO DA CONCEIÇÃO NUNES, Motorista, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9013/2017

Publicação Nº 1460686

DECRETO Nº 9013/2017

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
THEILOR FERNANDES ABREU	Motorista (Categoria B)	Secretaria de Assistência Social	40 horas/s

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9014/2017

Publicação Nº 1460699

DECRETO Nº 9014/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8591/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o decurso do prazo para tomar posse da candidata Caroline Pscheidt aprovada no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8591/2017 de 22 de agosto de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo,

referente à nomeação da candidata CAROLINE PSCHIEDT, Farmacêutico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9015/2017**

Publicação Nº 1460697

DECRETO Nº 9015/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. SAMILLA DRIESSEN SCHROEDER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9016/2017**

Publicação Nº 1460706

DECRETO Nº 9016/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8850/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o decurso do prazo para tomar posse do candidato Filipe De Barros Perini aprovado no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8850/2017 de 31 de outubro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação do candidato FILIPE DE BARROS PERINI, Médico Infectologista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9017/2017**

Publicação Nº 1460707

DECRETO Nº 9017/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8838/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o decurso do prazo para tomar posse da candidata Luisa Boeing Esmeraldino aprovada no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8838/2017 de 30 de outubro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação da candidata LUISA BOEING ESMERALDINO, Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9018/2017**

Publicação Nº 1460710

DECRETO Nº 9018/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8838/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse do candidato Enzo Montresol Faversani aprovado no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8836/2017 de 30 de outubro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação do candidato ENZO MONTRESOL FAVERSANI, Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9019/2017**

Publicação Nº 1460695

DECRETO Nº 9019/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. CHAFIC ESPER KALLAS FILHO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Infectologista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9020/2017**

Publicação Nº 1460691

DECRETO Nº 9020/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. JEFFERSON DAVID PEREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9021/2017**

Publicação Nº 1460692

DECRETO Nº 9021/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. FREDY DE MAMAM para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9022/2017**

Publicação Nº 1460696

DECRETO Nº 9022/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CHRISTIANE ESPINDOLA PEDRO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9023/2017**

Publicação Nº 1460685

DECRETO Nº 9023/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8934/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse da candidata Aline Silva Botelho aprovada no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8934/2017 de 16 de novembro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação da candidata ALINE SILVA BOTELHO, Agente Fazendário, com lotação na Secretaria de Receita.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9025/2017**

Publicação Nº 1460705

DECRETO Nº 9025/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8927/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse da candidata Kelly Terezinha Martins aprovada no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8927/2017 de 16 de novembro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação da candidata KELLY TEREZINHA MARTINS, Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9026/2017**

Publicação Nº 1460693

DECRETO Nº 9026/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. SINARA BOING para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 9027/2017**

Publicação Nº 1460703

DECRETO Nº 9027/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8925/2017 QUE NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse da candidata Fernanda Rosa Social aprovada no concurso público realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014;



**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8925/2017 de 16 de novembro de 2017, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, referente à nomeação da candidata FERNANDA ROSA SOCIAL, Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 9028/2017**

Publicação Nº 1460689

DECRETO Nº 9028/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. DANIELLI STAHELIN BOEING para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 9029/2017**

Publicação Nº 1460688

DECRETO Nº 9029/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ZILDA RIBEIRO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Infectologista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 9030/2017**

Publicação Nº 1460712

DECRETO Nº 9030/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
BRUNA DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	420220	Secretaria de Saúde	ACT	23/10/2017
EDINEIA LEAL MORAIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	420328	Secretaria de Saúde	ACT	23/10/2017
HENRIQUE JOSÉ KONS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	420239	Secretaria de Saúde	ACT	23/10/2017
EVELIZE LUZ LAMIM	TÉCNICO SAÚDE BUCAL	397814	Secretaria de Saúde	ACT	30/10/2017
MÁRCIA LUCIANA DA R. NEVES	TÉCNICO SAÚDE BUCAL	420247	Secretaria de Saúde	ACT	03/11/2017

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9031/2017

Publicação Nº 1460716

DECRETO Nº 9031/2017

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora SILVIA NETTO DE SOUZA do cargo de Assessor Administrativo III – CCM-3, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 9032/2017

Publicação Nº 1460700

DECRETO Nº 9032/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora RAQUEL RENSI BERGER, matrícula: 395420, Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 27 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 9033/2017**

Publicação Nº 1460718

DECRETO Nº 9033/2017  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor RODRIGO DE FREITAS GOES do cargo de Coordenador de Turismo – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**EDITAL 003/2017**

Publicação Nº 1460658

EDITAL 003/2017

EDITAL 003/2017

DELIBERAÇÃO 003/2017

ALTERAÇÃO DA DATA DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, PERÍODO PARA RECURSOS E LOCAL DO SORTEIO

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO EDITAL 003/2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ, designada pela portaria nº 021 de 21 de Novembro de 2017, destinada para sorteio de vagas e lista de espera para a participação em oficinas para a pessoa idosa no Centro de Atenção à Terceira Idade - CATI, ofertadas para o ano de 2018, no uso de suas atribuições,

DECIDE,

Art. 1º Retificar o prazo de homologação das inscrições para o dia 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º Definir o prazo para interposição de recursos para dia 20 de dezembro de 2017 (quarta-feira) até as 12 horas.

Art. 3º Fixar o local do sorteio o Salão de Eventos do CATI, localizado na Av. Acioni de Souza Filho, nº 403. Praia Comprida, CEP: 88.103-790, São José (SC).

Art.4º Registre-se e publique-se no Diário Oficial do Município, nos murais dos CRAS, CATI e Prefeitura.

Vanessa Aparecida da Silva Machado  
Presidente da Comissão

**LEI COMPLEMENTAR N.º 083 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459868

ALTERA OS ANEXOS II, V, X E XIV DA LEI COMPLEMENTAR N.º 068, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os Anexos II, V, X e XIV da Lei Complementar nº. 068, de 02 de dezembro de 2015, passam a vigorar de acordo com a redação estabelecida pelos Anexos I, II, III e IV desta Lei Complementar.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 15 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANEXO I

(Dá nova redação ao Anexo II da Lei Complementar nº. 068, de 02 de dezembro de 2015)

QUANTITATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

CÓDIGO	NOMENCLATURA	QUANTIDADE
Administração da Câmara		
DAS - 1	- Diretor Geral	01
	- Procurador Geral	01
	- Chefe de Gabinete da Presidência	01
	- Diretor de Administração	01
	- Diretor Financeiro	01
	- Assessor para Assuntos Institucionais	01
	- Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01
Subtotal		07
DAS - 2	- Assessor Jurídico	01
Subtotal		01
DAS - 3	- Assessor de Cerimonial	01
	- Assessor da Presidência	01
	- Coordenador da Assessoria Técnica Parlamentar	01
Subtotal		03
DAS - 4	- Coordenador das Comissões	05
	- Assessor do Plenário	01
Subtotal		06
TOTAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA		17
Gabinete Parlamentar*		
CCV - 1	Chefe de Gabinete Parlamentar	19
CCV - 2	Assessor Parlamentar	19
CCV - 3	Secretário Parlamentar	19
TOTAL DE CARGOS DOS GABINETES PARLAMENTARES		57
TOTAL DE CARGOS EM COMISSÃO DA CÂMARA		74

(\*) cargos e quantitativos que serão aplicados a partir do dia 1º de janeiro de 2017, conforme o Parágrafo único do art. 40 desta lei.

## ANEXO II

(Dá nova redação ao Anexo V da Lei Complementar nº. 068, de dezembro de 2015)

### QUADRO COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nomenclatura	Nível	Quantidade	Nomenclatura	Nível	Quantidade
Coordenador-Geral	CCP-01	01	Diretor-Geral	DAS-1	01
Procurador-Geral	CCP-01	01	Procurador-Geral	DAS-1	01
Diretor de Administração	CCP-01	01	Diretor de Administração	DAS-1	01
Diretor Financeiro	CCP-01	01	Diretor Financeiro	DAS-1	01
Chefe de Gabinete da Presidência	CCP-01	01	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-1	01
Procurador Adjunto	CCP-02	01	Assessor Jurídico	DAS-2	01
Assessor da Presidência	CCP-03	01	Assessor da Presidência	DAS-3	01
			Assessor para Assuntos Institucionais	DAS-1	01
			Chefe da Assessoria de Comunicação social	DAS-1	01
			Assessor de Cerimonial	DAS-3	01
			Coordenador das Comissões	DAS-4	05
			Assessor do Plenário	DAS-4	01
			Coordenador da Assessoria Técnica Parlamentar	DAS-3	01
Diretor de Controle Interno	CCP-01	01			
Coordenador de Atividade Legislativa	CCP-04	05			
Secretaria da Presidência	CCP-03	01			
Chefe do Departamento Contábil Financeiro	CCP-03	01			
Chefe do Departamento de Marketing e Comunicação Social	CCP-03	01			
Chefe do Departamento de Infraestrutura	CCP-03	01			

Chefe do Depto de Planejamento e Controle Orçamentário	CCP-03	01		
Chefe do Departamento de Patrimônio	CCP-04	01		
TOTAL		19		17

## ANEXO III

(Dá nova redação ao Anexo X da Lei Complementar nº. 068, de 02 de dezembro de 2015)

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Diretor-Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, organizar e supervisionar os serviços da competência da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de São José, cabendo-lhe:</li> <li>- observar e fazer cumprir as disposições legais e regimentais inerentes à gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal da Câmara;</li> <li>- dispor sobre a organização interna e as competências das unidades que lhe são subordinadas;</li> <li>- promover a adequada distribuição de recursos humanos e materiais nas Diretorias que lhe são subordinadas;</li> <li>- planejar e supervisionar a execução de serviços e obras de conservação, manutenção, reforma restauração e adaptação de instalações físicas ocupadas pela Câmara;</li> <li>- supervisionar as atividades da Ouvidoria, do Serviço de Informações ao Cidadão e da Coordenação da Assessoria Técnica Parlamentar;</li> <li>- praticar os demais atos necessários ao exercício das atribuições de sua unidade.</li> </ul>
Procurador-Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar e controlar os serviços jurídicos da Câmara Municipal de São José, cabendo-lhe:</li> <li>- representar a Câmara em qualquer instância judicial, atuando nos feitos em que a mesma for autora ou ré, assistente ou oponente, ou simplesmente interessada;</li> <li>- acompanhar os processos judiciais, cumprir os prazos processuais e oferecer o suporte jurídico necessário à Procuradoria Geral do Município nas causas em for parte a Câmara Municipal de São José;</li> <li>- coordenar e supervisionar os serviços de assessoria jurídica à Mesa e ao Presidente;</li> <li>- coordenar e supervisionar os serviços de assessoria jurídica aos Vereadores e às Comissões em todas as etapas do processo legislativo;</li> <li>- distribuir os serviços jurídicos aos assessores jurídicos;</li> <li>- coordenar e supervisionar a emissão de parecer sobre assuntos jurídicos relacionados à gestão administrativa;</li> <li>- Orientar juridicamente as unidades administrativas da Câmara Municipal, oferecendo subsídios técnicos ou parecer para motivação dos atos administrativos e tomada de decisão;</li> <li>- Coordenar e supervisionar estudos, pesquisas, relatórios e informações que lhe forem solicitados pelo Presidente;</li> <li>- Ratificar pareceres emitidos pelos assessores jurídicos;</li> <li>- Comparecer às Sessões Ordinárias e Extraordinárias e prestando assessoramento à Mesa Diretora e aos Vereadores quando solicitado;</li> <li>- Executar outras atividades correlatas.</li> </ul>
Assessor Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessorar o Procurador-Geral na elaboração de pareceres jurídicos, estudos, orientações e relatórios da área meio e fim do Poder Legislativo;</li> <li>- organizar e manter em ordem arquivo técnico da legislação, jurisprudência e doutrina sobre matéria de interesse da Câmara e do Município;</li> <li>- prestar apoio jurídico e técnico às Comissões Permanentes, de Inquérito e Especiais da Câmara;</li> <li>- emitir parecer jurídico sobre a legalidade de contratos a serem firmados pela Câmara Municipal;</li> <li>- executar outras atividades que lhe forem repassadas pelo Procurador- Geral.</li> </ul>

Diretor Financeiro

- Planejar, coordenar e supervisionar as atividades contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Câmara;
- coordenar as atividades relativas a atos e fatos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais;
- acompanhar a elaboração dos balancetes, balanços, registros e demais demonstrações contábeis e proceder as devidas análises;
- elaborar estudos, pesquisas e informações sobre matéria contábil e financeira;
- elaborar relatórios e informações em processos administrativos e outros relacionados à contabilidade;
- acompanhar a gestão de contratos e serviços em face da execução orçamentária e financeira;
- orientar os executores de contratos, acordos e atos geradores de obrigações, quanto aos aspectos financeiros, contábeis e orçamentários para assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária e seus anexos, no que se refere ao orçamento da Câmara;
- supervisionar a elaboração dos relatórios contábeis, financeiros e orçamentários para que sejam concluídos e encaminhados nos prazos legais e regulamentares aos órgãos competentes;
- comunicar aos demais órgãos competentes da Câmara as medidas financeiras levadas a efeito para o perfeito entrosamento de ação da ordenação de despesa com o orçamento e limites legais a serem obedecidos referentes às finanças públicas;
- articular-se com a Prefeitura Municipal para recebimentos dos repasses mensais;
- promover pagamentos e o respectivo controle;
- promover a guarda e conservação de valores em caixa, bem como de talonários de cheques e senhas de sistemas bancários;
- responsabilizar-se pela solicitação de cheques junto às instituições financeiras de relacionamento;
- incumbir-se dos contatos com estabelecimentos bancários, em assuntos de sua competência;
- preparar documentos de pagamentos autorizados;
- promover planilhas e relatórios de pagamentos realizados e sua devida publicação no âmbito interno;
- organizar cronograma de desembolso para os devidos pagamentos, seja por emissão de cheques, seja por ordem bancária;
- promover o controle financeiro de valores consignados (empréstimos, IRRF ou INSS retido em folha de pagamento), aos órgãos e instituições de direito;
- promover o controle e fiscalização da utilização de recursos financeiros, comunicando à Coordenação de Controle Interno os casos de pagamentos suspeitos e/ou considerados irregulares;
- observar a apresentação de documentos de regularidade necessários ao pagamento de fornecedores e prestadores de serviços;
- preparar as respectivas folhas de pagamento da Câmara Municipal, remetendo os referidos dados para contabilização e às instituições financeiras para pagamento;
- controlar os limites consignáveis, bem como prestar declaração às instituições financeiras credenciadas;
- manter o Presidente da Câmara informado sobre o saldo atualizado das rubricas;
- conferir documentos fiscais de despesas, bem como folhas de pagamento;
- organizar planilhas de execuções financeiras;
- promover à escrituração de livro de tesouraria, bem como relatórios mensais de execução financeira;
- criar e zelar pelo correto arquivamento das pastas de despesas, a fim de facilitar suas consultas;
- auxiliar a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, em ações de sua competência;
- prestar assistência às Comissões Permanentes ou Temporárias ou isoladamente aos vereadores em temas de sua área de atuação, sempre sob autorização da Presidência;
- promover o arquivamento e documentos de sua área de atuação;
- enviar ao Poder Executivos os relatórios mensais de sua competência;
- coordenar a elaboração do orçamento anual;
- prestar assistência aos serviços de contabilidade na elaboração de balancetes balanços e outros relatórios das áreas contábil e financeira;
- dar suporte ao Coordenador de Controle Interno quanto ao encaminhamento dos relatórios de prestação de contas ao Tribunal de Contas e/ou outros órgãos de fiscalização do Poder Público;
- auxiliar ao Controle Interno e à Presidência na fiscalização das despesas do Legislativo;
- planejar, coordenar e preparar informações e relatórios ao Tribunal de Contas;
- supervisionar a elaboração da prestação de contas anual da Câmara e os prazos para seu encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado;
- Proceder à movimentação dos recursos financeiros da Câmara Municipal, através de conta bancária, assinando cheques e ordens de pagamento em conjunto com o Presidente, ou na sua ausência o Diretor Financeiro;
- executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições constitucionais e legais da Câmara.

Diretor de Administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar, organizar, executar e controlar as atividades específicas de sua área de atuação;</li> <li>- acompanhar, adimplir e verificar a legalidade dos atos de gestão administrativa, de pessoal e patrimonial da Câmara;</li> <li>- planejar, organizar e acompanhar os processos licitatórios, relativos à aquisição e o fornecimento de materiais, equipamentos, serviços e obras, bem como acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos decorrentes;</li> <li>- gerenciar, organizar, registrar e manter atualizadas as informações pessoais e funcionais de vereadores e servidores da Câmara, bem como organizar, examinar e instruir os respectivos processos;</li> <li>- prestar orientação às unidades administrativas da Câmara, bem como acompanhar e prestar informações à instrução de processos de interesse da Câmara;</li> <li>- fazer revisão de documentos e publicações em geral e a produção de textos</li> <li>- prestar assessoria, elaborar estudos, pesquisas, pareceres, relatórios e informações no campo de atuação funcional.</li> <li>- propor, planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades voltadas à gestão documental e do acervo da Câmara;</li> <li>- coordenar a execução dos serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica e de sonorização do Plenário;</li> <li>- coordenar os serviços de transporte e a manutenção, conservação, guarda e controle da frota oficial;</li> <li>- supervisionar e Coordenar os serviços de informática;</li> <li>- coordenar a gestão de recursos humanos;</li> <li>- Supervisionar e coordenar a os processos de aquisição, guarda, utilização de materiais e o respectivo controle;</li> <li>- supervisionar os trabalhos da Comissão de Licitações;</li> <li>- Planejar o processo de capacitação dos servidores;</li> <li>- coordenar o processo de avaliação de desempenho para fins de promoção por merecimento;</li> <li>- coordenar a execução dos serviços de protocolo, da correspondência, a sua distribuição interna e a redação oficial da Câmara;</li> <li>- executar outras atividades correlatas.</li> </ul>
Chefe de Gabinete da Presidência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar, orientar, supervisionar e organizar as atividades administrativas e de representação do Presidente;</li> <li>- prestar assessoramento técnico e apoio administrativo ao Presidente;</li> <li>- receber, selecionar e distribuir a correspondência encaminhada ao Presidente;</li> <li>- representar o Presidente em solenidades quando designado;</li> <li>- organizar, em conjunto com o Assessor de Cerimonial, a agenda de compromissos do Presidente;</li> <li>- conduzir e orientar, em articulação com as demais unidades da Câmara, as reuniões sobre assuntos técnicos e administrativos;</li> <li>- providenciar, em conjunto com a Diretoria Legislativa, a convocação de suplente, na forma estabelecida no Regimento Interno;</li> <li>- coordenar a elaboração da pauta e a realização dos demais atos concernentes às reuniões da Mesa;</li> <li>- atender o público em geral;</li> <li>- organizar o arquivamento dos documentos objeto de deliberação da Mesa;</li> <li>- coordenar a elaboração dos atos normativos de iniciativa do Presidente e da Mesa;</li> <li>- coordenar a elaboração e a emissão de documentos relativos à comunicação oficial do Gabinete da Presidência;</li> <li>- coordenar e acompanhar a execução dos serviços da assessoria de Gabinete;</li> <li>- coordenar a organização dos arquivos de correspondência, documentos e demais atos do Gabinete da Presidência;</li> <li>- colaborar com o planejamento, organização e execução de eventos de interesse da Câmara;</li> <li>- exercer outras atividades determinadas pelo Presidente.</li> </ul>
Assessor para Assuntos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar e supervisionar os serviços de recepção de pessoas;</li> <li>- cooperar para o bom relacionamento da Câmara com o Poder Executivo e o Poder Judiciário;</li> <li>- coordenar o processo de comunicação entre o Gabinete dos Vereadores e a Presidência e entre esta e as autoridades do Município e as entidades representativas da sociedade josefense;</li> <li>- assessorar o Presidente em suas relações internas e externas,</li> <li>- coordenar o processo de comunicação entre o Gabinete e as demais unidades da Câmara;</li> <li>- redigir ofícios e outros documentos de interesse pessoal do Presidente;</li> <li>- Prestar assessoramento direto ao Presidente da Câmara na análise e encaminhamento de demandas do Ministério Público e do Tribunal de Contas.</li> </ul>
Assessor da Presidência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessorar o Presidente no desempenho de suas funções legais e regimentais;</li> <li>- acompanhar as sessões;</li> <li>- Colaborar na redação dos expedientes a serem assinados pelo Presidente;</li> <li>- executar tarefas inerentes à rotina do Gabinete da Presidência no que diz respeito à distribuição e arquivamento da correspondência oficial do Gabinete do Presidente e do Chefe de Gabinete;</li> <li>- assessorar os membros da Mesa Diretora na elaboração de relatórios sobre as atividades do Poder Legislativo</li> <li>- executar outras tarefas que lhe forem repassadas pelo Presidente.</li> </ul>
Assessor do Cerimonial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar as viagens oficiais do Presidente e dos Vereadores;</li> <li>- acompanhar o Presidente e os Vereadores em eventos oficiais, quando determinado;</li> <li>- organizar e coordenar as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais da Câmara, bem como expedir os respectivos convites e as honrarias;</li> <li>- Informar as datas comemorativas e a expedição de votos de congratulações determinados pelos vereadores e pela Mesa Diretora;</li> <li>- recepcionar e acompanhar autoridades e convidados em visita Câmara em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;</li> <li>- elaborar e manter atualizado cadastro de autoridades e demais cidadãos para confecção de etiquetas e envio de correspondências, convites e cartões;</li> <li>- coordenar, agendar e organizar visitas à Câmara Municipal com anuência do Presidente;</li> <li>- propor, coordenar, preservar, estimular e conduzir, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social, o relacionamento da Câmara com o Poder Executivo com referência a assuntos Legislativos e de interesse institucional-administrativo;</li> <li>- exercer outras atividades que lhe forem determinadas.</li> </ul>



Assessor de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e intermediar as relações da Câmara com os meios de comunicação;</li> <li>- propor, promover e coordenar a divulgação de informações jornalísticas e o atendimento das solicitações dos profissionais dos veículos de comunicação;</li> <li>- propor, coordenar e promover as ações relacionadas à política de comunicação institucional;</li> <li>- contribuir para a construção e a defesa da imagem da Câmara perante a sociedade;</li> <li>- assessorar o Presidente e os demais integrantes da Instituição em assuntos relacionados à comunicação institucional, à mídia eletrônica e nos contatos e entrevistas à imprensa;</li> <li>- coordenar, em conjunto com a Chefia de Gabinete, a organização e a divulgação de eventos de interesse da Câmara;</li> <li>- propor, participar e coordenar a reformulação do site da Câmara na rede internet e a utilização de mídia eletrônica;</li> <li>- planejar, coordenar e executar projetos, produtos e atividades jornalísticas, de conteúdo informativo, para distribuição aos meios de comunicação e divulgação no portal da internet e da intranet;</li> <li>- produzir e distribuir matérias jornalísticas aos veículos da mídia;</li> <li>- acompanhar, avaliar e selecionar noticiário divulgado na mídia, de interesse da Câmara, e disponibilizá-lo aos públicos interno e externo;</li> <li>- planejar e coordenar a produção de vídeos institucionais;</li> <li>- responsabilizar-se pela produção, manutenção e guarda de arquivos de fotos, vídeos e demais materiais de interesse da Câmara e que contribuam para a constituição e a preservação da Memória da Instituição;</li> <li>- manter registro do material jornalístico produzido e distribuído aos meios de comunicação e dos atendimentos aos profissionais da imprensa;</li> <li>- manter arquivo do material jornalístico produzido, distribuído à imprensa e do seu aproveitamento pelos veículos de comunicação;</li> <li>- propor, elaborar e difundir notas de esclarecimento a respeito de matérias veiculadas na imprensa relativas a assuntos administrativos, legislativos e de fiscalização de interesse da instituição;</li> <li>- gerenciar as atividades relacionadas com a transmissão de solenidades e das sessões Plenárias da Câmara através de circuitos de televisão e rádio;</li> <li>- propor, coordenar, administrar e executar a difusão das ações e atividades da Câmara por meio da mídia eletrônica;</li> <li>- responsabilizar-se pela aquisição de assinaturas e distribuição de jornais e revistas informativas no âmbito da Câmara;</li> <li>- responsabilizar-se pelos serviços de som destinados ao registro dos fatos e das sessões do Plenário, e pela guarda das gravações por período não inferior a 2 (dois) anos;</li> <li>- executar, propor, coordenar e organizar as atividades de sonorização, garantindo sua qualidade, funcionamento e disponibilidade para atender as necessidades da Câmara, em articulação com as demais unidades;</li> <li>- supervisionar os serviços de Cerimonial;</li> <li>- exercer outras atividades inerentes a sua finalidade.</li> </ul>
Coordenador das Comissões	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recepcionar proposições analisadas pelas comissões para inclusão na pauta;</li> <li>- assessorar as atividades desenvolvidas pelas comissões;</li> <li>- acompanhar o cumprimento dos prazos regimentais para emissão de parecer nas proposições encaminhadas às comissões;</li> <li>- assessorar as reuniões das comissões e executar os serviços de redação, digitação e revisão de atas e outros documentos elaborados no âmbito das comissões;</li> <li>- assessorar os serviços de gravação das reuniões das comissões quando solicitados;</li> <li>- realizar pesquisas e levantamentos necessários ao exame das matérias a serem analisadas nas comissões;</li> <li>- coordenar a gestão das matérias e respectivos pareceres encaminhados à diretoria de Assuntos Legislativos para as devidas providências;</li> <li>- controlar o agendamento, o acompanhamento e a divulgação das audiências Públicas realizadas pelas Comissões Permanentes e Temporárias ou solicitadas pela Administração direta ou indireta do Município e por conselhos Municipais quando o tema for pertinente ou de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias da Câmara;</li> <li>- acompanhar in loco a tramitação de pedidos de informação feitos pelas comissões aos órgãos e entidades da Administração Municipal;</li> <li>- fazer visitas in loco para colher dados e informações destinados a subsidiar encaminhamentos de matérias afetas à área de atuação das comissões, em especial as proposições de denominação de vias, praças, espaços e edificações públicas e declaração de utilidade pública, quando solicitadas;</li> <li>- exercer outras atividades correlatas.</li> </ul>
Coordenador da Assessoria Técnica Parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestar assessoramento à direção geral nos assuntos pertinentes à atividade parlamentar;</li> <li>- acompanhar as reclamações recebidas pela Ouvidoria relativamente à gestão pública municipal, apresentando proposta de encaminhamento e providências cabíveis, quando solicitado.</li> <li>- promover estudos e pesquisas sobre temas relevantes e de repercussão na execução das políticas públicas do Município, para subsidiar a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do Município, quando solicitado;</li> <li>- promover estudos sobre temas relevantes objeto de projetos de lei em tramitação para subsidiar a discussão de matéria e votação em Plenário, quando solicitados;</li> <li>- acompanhar os prazos para encaminhamento ao Poder Legislativo e devolução ao Poder Executivo dos projetos de Lei do Orçamento, das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual de Investimentos, bem como os prazos de apresentação de emendas; orientar os parlamentares na elaboração de emendas aos referidos projetos, quando solicitado;</li> <li>- executar outras atividades correlatas.</li> </ul>
Assessor do Plenário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessorar as atividades de Plenário;</li> <li>- assistir e orientar a Mesa e os demais Vereadores em questões regimentais;</li> <li>- prestar apoio administrativo, técnico e operacional ao Presidente e aos demais vereadores durante as sessões plenárias;</li> <li>- executar outras tarefas inerentes às suas atribuições.</li> </ul>

(Dá nova redação ao Anexo XIV da Lei Complementar nº. 068, de 02 de dezembro de 2015)

### ÍNDICES DE VENCIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

DENOMINAÇÃO	Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento da Câmara Municipal de São José
DAS - 1 Diretor-Geral Procurador-Geral Chefe Gabinete da Presidência Diretor da Administração Diretor Financeiro Assessor Para Assuntos Institucionais Chefe da Assessoria de Comunicação Social	5,94313
DAS – 2 Assessor Jurídico	4,68612
DAS – 3 Assessor da Presidência Coordenador da Assessoria Técnica Parlamentar Assessor de Cerimonial	3,03117
DAS – 4 Coordenador das Comissões Assessor do Plenário	2,48661
CCV – 1 Chefe de Gabinete Parlamentar	4,68612
CCV – 2 Assessor Parlamentar	3,41358
CCV – 3 Secretário Parlamentar	2,43785

### LEI N.º 5.648 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1459861

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos e as prioridades da Administração Pública Municipal, inclusive orientações para a elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2018.

Art. 2º O Orçamento do Município de São José para o exercício de 2018, será elaborado, executado e acompanhado observando as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas, em especial, as estabelecidas nesta lei e as possíveis alterações, compreendendo:

I - os objetivos, as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal, em consonância com o projeto de lei do Plano Plurianual 2018-2021;

II - a estrutura do Orçamento Anual dos Órgãos da Administração Pública Municipal;

III - as diretrizes para elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre a política das despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais e finais.

#### CAPÍTULO I

#### DOS OBJETIVOS, DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º Os objetivos, as prioridades e as metas fiscais de receita, de despesa, de resultado primário e nominal, do montante da dívida pública

e da política de pessoal para o exercício de 2018 estão dispostos nos anexos desta Lei.

§ 1º Os recursos a serem estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para atender as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal poderá incluir e/ou excluir Ações, aumentar e/ou diminuir as metas físicas, financeiras e outras metas de resultados, estabelecidas nesta Lei, com a devida autorização legislativa, a fim de compatibilizar e ajustar as despesas orçadas às receitas arrecadadas; atender as demandas prioritárias da sociedade, de forma a preservar também o equilíbrio das contas públicas.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 4º O Orçamento do Município de São José para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, a Autarquia São José Previdência, as Fundações e os Fundos Especiais e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional vigente e suas possíveis alterações.

Art. 5º Para efeito da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

I - Programa é o instrumento de organização de maior nível da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Função representa o maior nível de agregação das ações do Governo nos diversos setores;

III - Subfunção representa o desdobramento das funções de governo, os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar os objetivos pretendidos e, mais do que isso, servindo de ligação, entre o planejamento de longo e médio prazo e o orçamento anual.

IV - Órgão é o maior nível da classificação institucional;

V - Unidade Orçamentária é o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos;

VI - Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo, objetivando o atendimento aos anseios da população;

VII - Atividade é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto, necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - Operação Especial representa as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais, não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

IX - Receita Pública, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental;

X - Despesa Pública, pelo enfoque orçamentário, são todas as saídas consignadas no orçamento para cobertura das necessidades públicas, em qualquer esfera governamental;

XI - Despesas Correntes, classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação de investimento ou aquisição de um bem de capital;

XII - Despesas de Capital, classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um investimento ou aquisição de bens de capital;

XIII - Concedente é o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

XIV - Conveniente é o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XV - Execução física é a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

XVI - Execução orçamentária representa o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XVII - Execução financeira refere-se ao pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 6º No Orçamento Anual, cada programa governamental identificará as ações necessárias para atingir os objetivos e metas, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, funções e subfunções, inclusive pela natureza da despesa, esta, até o grau de modalidade de aplicação, bem como a identificação dos órgãos e suas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação, detalhando-os posteriormente em elementos de despesas, fontes de recursos e seus respectivos valores, através da aprovação por ato do Executivo Municipal do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 7º A Proposta Orçamentária do Município de São José, relativa ao exercício de 2018, deverá ser elaborada, executada e acompanhada em conformidade com os princípios orçamentários, contábeis, administrativos e financeiros geralmente aceitos e os demais princípios aplicáveis à matéria.

Art. 8º O Orçamento Anual para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobradas, as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir por decreto os necessários elementos de despesas com suas respectivas fontes de recursos e valores, inclusive no decorrer de sua execução, tudo de conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001, de 04/05/2001, Portaria MOG nº 042/1999, de 14/04/1999 e demais legislações pertinentes à matéria e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Resumo Geral da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita por Natureza;

III - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;

IV - Demonstrativo por Programa de Trabalho – Despesa por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo;

VIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário;

IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018;

X - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; e

XI - Demonstrativo da previsão do Resultado Primário para 2018 e posição em 31/07/17 do Resultado Nominal.

§ 1º Os Orçamentos, do Poder Legislativo, da Autarquia São José Previdência, das Fundações e dos Fundos Especiais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 9º A Mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, inciso I da Lei nº 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a nível de Grupo de Natureza, realizada nos exercícios de 2015 e 2016, fixada para 2017 e prevista para 2018;

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu percentual de comprometimento, realizada em 2015 e 2016, fixada para 2017 e a prevista para 2018;

IV - Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo Financeiro, posições em 31/12/2016 e 31/07/2017;

V - Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato posição em 31/12/2016, posição em 31/07/2017 e projetada para 2018;

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A elaboração do Orçamento Anual, sua aprovação, sua execução e seu acompanhamento deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo Único: Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 12 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento.

Art. 13 Na execução e no acompanhamento do orçamento, verificado que o comportamento da receita própria poderá afetar o equilíbrio financeiro e o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde e educação, não incluídas no inciso I deste Artigo.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município de São José, aqueles constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, imprevistos e imprevisíveis, para obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme Portarias MPO nº 42/99 e STN 163/2001.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a riscos fiscais, dispostos no parágrafo anterior deste artigo, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares, em atendimento às dotações insuficientes.

§ 3º Para efeito desta Lei entende-se como eventos fiscais imprevistos, também as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual, se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Programação Financeira das Receitas e Despesas e o Cronograma de Execução Mensal para suas Unidades Gestoras, inclusive do Poder Legislativo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação de empenhos para obtenção das metas fiscais e do equilíbrio financeiro, se necessário.

§ 1º A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação dos diversos Órgãos na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base às ações constantes dos programas definidos no PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios definidos pela Constituição da República.

§ 3º São vedados quaisquer procedimentos que motivem o início e a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os recursos financeiros para a devida liquidação.

Art. 18 Os projetos, as atividades e os encargos especiais, priorizados na Lei Orçamentária para 2018, com dotações vinculadas a recursos de transferências, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros instrumentos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º Os recursos oriundos de transferências, convênios, operações de créditos, alienação de bens, acordos e outros desta natureza, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de



créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 2º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme dispõem o inciso I, parágrafo único dos artigos 8º e 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constante do anexo desta Lei, será expurgada para efeito de cálculo do orçamento da receita para o exercício.

Art. 20 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, de proteção a fauna e flora, de cooperação técnica e aquelas voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21 Os procedimentos administrativos de bloqueio das respectivas dotações orçamentárias, da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador da despesa de que trata os incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, deverão estar inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa para inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no inciso I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos, quando da alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, vinculados a convênios e/ou operações de crédito.

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e os recursos previstos no Orçamento, ou autorizados por créditos adicionais.

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018, a preços correntes.

Art. 25 A Lei Orçamentária para 2018 autorizará o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou encargo especial, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Parágrafo Único: Os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2018 poderão receber reforços de dotações, por créditos adicionais suplementares.

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou encargos especiais, no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades estabelecidas por esta lei.

Art. 27 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde.

Parágrafo Único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 A Lei Orçamentária de 2018 conterá autorização para contratação de operações de crédito no atendimento as Despesas de Capital, observado os limites de endividamento dispostos na legislação vigente.

Art. 30 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31 Ultrapassado o limite de endividamento definido na Resolução nº 43 do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo Municipal obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 33 Ressalvada a hipótese do inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal e encargos sociais em 2018, de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), respectivamente.

Art. 34 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, os Chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo, poderão autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal e encargos não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estabelecidos no inciso III, do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 Se a despesa de pessoal ultrapassar no final de cada quadrimestre o percentual decorrente da aplicação do artigo 34 desta Lei, o Executivo Municipal ficará impedido de:

I – Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentenças judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Provimento de cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de Educação e Saúde.

V – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal e nas hipóteses, ressalvadas no inciso anterior, de falecimento de servidores nas áreas de educação e saúde e na Assistência Social exclusivamente para os serviços de Acolhimento Institucional com 24 horas diárias.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal e encargos, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação das despesas com horas extras, excetuada a hipótese prevista no inciso V, do artigo anterior; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 37 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São José, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outro elemento de despesa, que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”.

§ 2º Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados no elemento de despesa “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização”, e computados como Despesas de Pessoal, na apuração de seu limite, estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 41 O Executivo Municipal enviará a Proposta Orçamentária de 2018 até o dia 30 de outubro de 2017 à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar o orçamento do exercício anterior.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidos e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ter seus saldos reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, acordos e ajustes com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, ONGs e demais entidades privadas, para realização de obras, serviços, eventos ou cooperação técnica de competência do Município ou não.

Art. 44 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos só poderão ser reconhecidas de caráter público, se as dotações consignadas para este fim estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 45 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas Físicas e demais prioridades, sempre que houver necessidade.

Art. 46 É autorizado ao Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2018, a incluir novas Fontes de Recursos e seus elementos de despesas, para execução dos Orçamentos.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 15 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PORTARIA - SA- N.º 1412/2017**

Publicação Nº 1460694

PORTARIA Nº 1412 /17

Em razão de equívoco contido na Portaria nº 1318, de 14 de Novembro de 2017, publicada em 04 de Dezembro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se retificação da referida Portaria, de acordo com o que segue.

1. Onde se lê:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) WILMA ADAS, matrícula n.º 2184-9, lotado (a) na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, no cargo de Fiscal de Obras, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2002/2007 e 2007/2012..

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

(...)

Leia-se:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) WILMA ADAS, matrícula n.º 2184-9, lotado (a) na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, no cargo de Fiscal de Obras, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2002/2007 e 2007/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

(...)

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 1.451/2017**

Publicação Nº 1460666

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.451/2017

DIVULGA O RESULTADO DO ESCALONAMENTO DE USUFRUTO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA O ANO LETIVO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal e,  
CONSIDERANDO os critérios estabelecidos pela Portaria nº 1.275/2017, para o usufruto do benefício da licença-prêmio,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado das licenças-prêmios deferidas para o usufruto no ano letivo de 2018.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE DE ENSINO	MESES	INICIO GOZO
Nilva Bonetti	15139-4	Orientador Educ.	CEM Escola do Mar Flávia S. Leite/ CEM José Nitro	2 meses	02/abril
Giselly Mafra	13812-6	Professor	CEM Escola do Mar Flavia S. Leite	3 meses	05/fevereiro
Ivone Maria Rodrigues da Rosa	1777-9	Professor	CEM Maria Hortência P. Furtado	3 meses	05/fevereiro
Ester Luiza de Araújo e Silva Sosa	13757-0	Professor	CEM São Luiz	3 meses	15/setembro
Marcia Lidia da Silva	13601-8	Professor	CEM Araucária	3 meses	14/setembro
Fernanda dos Santos Fuchs	21644-5	Professor	CEM Araucária/CEM Interativo	3 meses	05/fevereiro
Luciane Paiva de Jesus Schmitt	1602-0	Professor	CEM Santa Ana/CM Maria Luiza de Melo	3 meses	05/fevereiro
Luciana Santos Peixoto	17043-7	Professor	CEM Santa Ana/CM Maria Luiza de Melo	3 meses	15/setembro
Claudia Rejane Lopes	21733-6	Auxiliar de Ensino	EBM Albertina K. Maciel/CEM Maria Iracema M. de Andrade	3 meses	21/setembro



Silvana de Fátima Carneiro	13619-0	Professor	EBM Albertina K. Maciel/CM Maria Luiza de Melo	3 meses	05/fevereiro
Vanice da Rosa Zottis	21662-3	Professor	EBM Albertina K. Maciel/CM Maria Luiza de Melo	3 meses	05/fevereiro
Maria Gorete Livramento	15182-3	Professor	CEM José Nitro/CEM Gov. Vilson Kleinubing	3 meses	14/setembro
Rita Ana Kerich	13611-5	Professor	CMEA Escola do Mar	3 meses	01/agosto
Luciana Santos Peixoto	17043-7	Professor	CM Maria Luiza de Melo/CEM Santa Ana	3 meses	15/setembro
Laurileda Matos Galvão Knoll	10855-3	Professor	CM Maria Luiza de Melo	3 meses	05/fevereiro

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1.451/2017**

Margarida Maria Morelli Matos	2768-5	Professor	CM Maria Luiza de Melo	3 meses	18/setembro
Mario Alexandre Remor Pagani	10899-5	Professor	CM Maria Luiza de Melo/CEM Antônio Francisco Machado	3 meses	30/julho
Myriam Pereira Botelho Ramos	13542-9	Professor	CM Maria Luiza de Melo/CEM Antônio Francisco Machado	3 meses	05/fevereiro
Rosana Machado	1640-3	Professor	CM Maria Luiza de Melo/EEF Potecas	3 meses	05/fevereiro
Silésio dos Santos	1523-7	Professor	CM Maria Luiza de Melo	3 meses	23/abril
Taneli Schweitzer Vieira	2754-5	Professor	CM Maria Luiza de Melo	3 meses	05/fevereiro
Ana Carolina Schaefer	13548-8	Psicopedagogo	CEM Interativo Floresta	3 meses	05/fevereiro
Heloisa Maria Silva do Vale	15180-7	Professor	CEM Interativo Floresta	3 meses	05/fevereiro
Michela Carla de Araujo Radtke	10805-7	Professor	CEM Interativo Floresta/CEM Luar	3 meses	13/setembro
Albina Aparecida Stockmann	13622-0	Professor	CEM Renascer	3 meses	17/setembro
Elisane Etges	13556-9	Supervisor Escolar	CEM Renascer	3 meses	20/setembro
Wilmar Gonçalves Teixeira	10777-8	Professor	CEM Luar	3 meses	19/fevereiro
Maria Odete da Silva Pereira	13709-0	Auxiliar de Ensino	CEM Jardim Solemar/CEM Gov. Vilson Kleinubing	3 meses	05/fevereiro
Zeli Maria Dorcina	3374-0	Professor	CEM Jardim Solemar	3 meses	05/fevereiro
Rosilene Sant'Ana	3358-8	Professor	EBM Altino Corsino da S. Flores	3 meses	01/março
Simone dos Santos Silveira	13650-6	Professor	CEM Antônio Francisco Machado	3 meses	05/fevereiro
Marlene Machado Rafael	10877-4	Professor	CEM Antônio Francisco Machado/CEM Vila Formosa	3 meses	14/setembro
Helaine Cristina Rachadel Milazzo	13838-0	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing/CEM Vila Formosa	3 meses	05/fevereiro
Maria Odete da Silva Pereira	13709-0	Auxiliar de Ensino	CEM Gov. Vilson Kleinubing/CEM Jardim Solemar	3 meses	05/fevereiro
Bruno Jackson Severino	21599-6	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing	3 meses	15/fevereiro
Josy Ramos Machado	21650-0	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	2 meses	20/maio
Tânia Regina Schlichting	1615-2	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	3 meses	18/setembro
Juciane Santos	21745-0	Auxiliar de Ensino	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	3 meses	05/fevereiro
Rosi Elaine Rodrigues Ramos	13646-8	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	3 meses	20/abril
Angélica Albino Medeiros	13687-5	Auxiliar de Ensino	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	3 meses	15/fevereiro
Jurandi Martins	2765-0	Professor	Escola Municipal do Meio Ambiente	3 meses	01/agosto
Deisi Schmitt	13598-4	Professor	CEM Vila Formosa	3 meses	14/setembro
Greyce Monteiro Cabral Jeremias	21705-0	Auxiliar de Sala	CEI Vida Nova	3 meses	14/setembro
Cristiane Jungbluth	21696-8	Auxiliar de Sala	CEI Antônio de Quadros	3 meses	01/agosto
Rosângela Silva Hammes	13730-8	Professor	CEI Flor de Nápolis	1 mês	05/fevereiro
Roseli Helena da Silva Fernandes	10879-0	Professor	CEI Flor de Nápolis	3 meses	15/fevereiro
Érika Mara Caetano Soares	10797-2	Professor	CEI Maria Arlinda C. dos Santos	3 meses	17/setembro
Flávia Regina Hames	13840-1	Auxiliar de Ensino	CEI Manoel Cunha	3 meses	05/fevereiro

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 1.451/2017

Sônia da Silva Gonçalves de Jesus	13748-0	Auxiliar de Sala	CEI Manoel Cunha	2 meses	16/outubro
Lenir Margarida Cardoso de Ávila	25836-9	Auxiliar de Sala	CEI Jardim Pinheiros	3 meses	05/fevereiro
Fabiana Maximiano	10863-4	Professor	CEI Jardim Pinheiros	2 meses	14/outubro
Gisele Matos de Lima Ventura	13605-0	Auxiliar de Sala	CEI Jardim Pinheiros	3 meses	05/fevereiro
Alessandra Lostada	13666-2	Professor	CEI Ana Sperandio Battisti	3 meses	15/fevereiro
Lucinete Ventura da Silva	21619-4	Professor	CEI Ana Sperandio Battisti	3 meses	01/agosto
Luciana Gerardi	10890-1	Professor	CEI Ana Sperandio Battisti	3 meses	16/setembro
Patrícia Eleotero de Souza	13889-4	Auxiliar de Ensino	CEI Eloí Nietzsche	1 mês	14/novembro
Hilda Alfien	10748-4	Professor	CEI Ondina Schmidt Gerlach	3 meses	30/julho
Juciane Santos	10891-0	Professor	CEI Maria Minervina S. Cunha	3 meses	05/fevereiro
Maria Alves do Vale Oliveira	13568-2	Auxiliar de Ensino	CEI Santa Inês	3 meses	05/fevereiro
Marlete Maria Leite	2721-9	Professor	CEI Santa Inês	3 meses	14/setembro
Dorys Elizabeth Olm Francisco	1778-7	Professor	CEI Santa Inês	3 meses	15/março
Maria de Lourdes Gelsleuster Will	15207-2	Professor	CEI Nossa Senhora de Fátima	3 meses	14/setembro
Helena Beatriz de Araújo Dias	2960-2	Professor	CEI Nossa Senhora de Fátima	3 meses	05/fevereiro
Claudia Martins Rauhen Losso	13843-6	Auxiliar de Ensino	CEI São José	3 meses	02/abril
Denise da Silva Moura	21707-7	Auxiliar de Sala	CEI São José	3 meses	05/fevereiro
Juliana Moraes	25843-1	Auxiliar de Sala	CEI São José	3 meses	05/fevereiro
Marlove Assing Martins	13620-4	Auxiliar de Ensino	CEI Maria de Lourdes B. Philippi	2 meses	01/outubro
Janete Rosa Teixeira	10851-0	Professor	CEI Maria de Lourdes B. Philippi	3 meses	01/março
Giselle Ramos Junkes	13615-8	Auxiliar de Sala	CEI Araci Olivia da Silva	3 meses	15/fevereiro
Monique Gevaerd Diniz	13769-3	Professor	CEI Araci Olivia da Silva	1 mês	01/agosto
Gisele Maria Cordeiro	13907-6	Auxiliar de Sala	CEI Araci Olivia da Silva	1 mês	16/novembro
Rosane Terezinha Alves Warmling	21748-4	Auxiliar de Ensino	CEI Araci Olivia da Silva	3 meses	15/fevereiro
Adriana Roldão de Freitas Raimundo	13887-8	Professor	CEI Regina T. de Oliveira Bastos	3 meses	05/fevereiro
Elenir Teresinha Bitencourt de Freitas	21675-5	Auxiliar de Sala	CEI Regina T. de Oliveira Bastos	3 meses	17/setembro
Lúcia Vieira	13639-5	Auxiliar de Sala	CEI Regina T. de Oliveira Bastos	3 meses	17/setembro
Maria Cione Richartz Machado	13768-5	Professor	CEI José Nitro	3 meses	17/setembro
Karla Pereira Carpes	13853-3	Professor	CEI Lício Mauro F. da Silveira	3 meses	16/setembro
Soeli Bolgenhagen Schoninger	13749-9	Professor	CEI Lício Mauro F. da Silveira	3 meses	30/julho
Gianne Weber Sarmento Fernandes	21672-0	Auxiliar de Sala	CEI Lício Mauro F. da Silveira	1 mês	15/novembro
Benta Raulino	2741-3	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	3 meses	14/setembro
Edna Carmelita Martins	2814-2	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	3 meses	14/setembro
Maria Helena da Silva	2740-5	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	3 meses	05/fevereiro
Sandra Mara Lohn da Rocha	2738-3	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	2 meses	01/agosto
Ana Lúcia de Andrade	2785-5	Professor	CEI São Judas Tadeu	3 meses	07/setembro
Edilene Silva do Vale	1808-2	Ag Serviços Gerais	CEI São Judas Tadeu	3 meses	05/fevereiro
Eugenilza Rosa	13722-7	Professor	CEI São Judas Tadeu	3 meses	17/setembro
Syomara Dalva Machado	13914-9	Auxiliar de Ensino	CEI São Judas Tadeu	3 meses	17/setembro
Ana Karla Rech Brand	16507-7	Professor	CEI Santo Antônio	3 meses	15/setembro
Cibele Ribeiro Lobo Domingues	13643-3	Auxiliar de Sala	CEI Santo Antônio	3 meses	05/fevereiro
Celina da Silva	13909-2	Auxiliar de Sala	CEI Santo Antônio	3 meses	15/setembro
Magali Martins	16519-0	Professor	CEI Santo Antônio	3 meses	22/maio
Adriana Guarezi Zaccaron	13571-2	Auxiliar de Sala	CEI APAM	2 meses	06/agosto
Zélia Hoffmann Junckes	13900-9	Auxiliar de Ensino	CEI Zenir Kretzer Borges	3 meses	17/setembro
Guilma Boeng	15198-0	Professor	Escola Profissional de Campinas	3 meses	15/fevereiro
Liete Costa Pereira	13894-0	Professor	Escola Profissional de Campinas/Escola Prof. Barreiros	3 meses	17/setembro
Leontina do Nascimento Heck	1664-0	Professor	Escola Profissional de Campinas	3 meses	15/fevereiro
Marilda Valéria Rios de Souza	18855-7	Professor	Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias	1 mês	05/fevereiro

Estado de Santa Catarina  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
 Secretaria Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 1.451/2017

Maria Regina Leandro	13560-7	Professor	Escola Profissional Santo Antônio	3 meses	03/setembro
Jussara Rafaela Alves	23048-0	Ag Serviços Gerais	Escola Profissional de Barreiros	1 mês	28/fevereiro
Saete Kons	13558-5	Professor	Escola Profissional de Barreiros	3 meses	05/fevereiro

Ferlete Valério Pereira	3121-6	Assistente Adm.	Escola Profissional Cândido Amaro Damásio	1 mês	02/maio
Juliana Clímaco Antunes	13498-8	Professor	Escola Profissional Cândido Amaro Damásio	1 mês	07/maio

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

São José (SC), 15 de dezembro de 2017.

LILIA SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2017

Publicação Nº 1460669

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2017 – Processo nº 684/2017 – Proc. Adm. 9972/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE PICAPE 4X4 DIESEL CABINE DUPLA, COM TRANSFORMAÇÃO PARA VEÍCULO AR (AUTO RESGATE) PARA A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 18 de dezembro de 2017 às 18h00min até dia 08 de janeiro de 2018, às 16h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 08 de janeiro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2017

Publicação Nº 1460683

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2017 – Processo nº 685/2017 – Proc. Adm. 9969/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA A QUADRA DE ATIVIDADES DA 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 18 de dezembro de 2017 às 18h00min até dia 08 de janeiro de 2018, às 16h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 08 de janeiro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

## TABELA DE PONTUAÇÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 2017/011302 – CHAMAMENTO PÚBLICO – CP SAS Nº001/2017

Publicação Nº 1460726

### TABELA DE PONTUAÇÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 2017/011302 – CHAMAMENTO PÚBLICO – CP SAS Nº001/2017

A Comissão Permanente de Seleção, designada pela Portaria Nº 009, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017, reuniu-se para análise e julgamento das Propostas das Entidades, sendo apresentada abaixo a tabela das pontuações:

	CRETA	NURREVI	REDENÇÃO MATRIZ	REDENÇÃO FILIAL I	REDENÇÃO FILIAL II	VOCÊ TEM VALOR *
Fator Grau de Adequação	8	8	8	8	8	-
Fator Experiência	9	8	10	10	10	-
Fator Capacidade Operacional	50	55	55	55	55	-
Fator Preço	20	20	20	20	20	-
Total Pontuação	87	91	93	93	93	-

\* A entidade "VOCÊ TEM VALOR", após análise minuciosa do arcabouço documental encaminhado à comissão para a devida apreciação,

não atende aos requisitos dispostos no edital de chamamento CP-SAS N° 001/2017 para a efetivação do Termo de Parceria. Considerando:

- Inscrição do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica inferior a 1 (um) ano (item 7.1.4 do edital);
- O profissional voluntário indicado para oferecer atendimento psicológico (pág. 25 e 26 dos documentos apresentados) não apresenta registro no conselho profissional da categoria, portanto não é habilitado para a referida designação.
- Não apresenta alvará de funcionamento (item XIX edital);

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos votos de estima e colocamo-nos a disposição para ulteriores esclarecimentos.

São José, 15 de dezembro de 2017.

Renaldo Osvaldo da Silva Tabata Gomes Panozzo  
Membro Membro

Válbia Campos Pereira  
Membro

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2017 - PR Nº 151/2017

Publicação Nº 1460533

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/12/2017, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA AO GABINETE DO PREFEITO E AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, VISANDO À CORRETA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CONSISTINDO NO TREINAMENTO DE PESSOAL MEDIANTE ORIENTAÇÃO E/OU CONFEÇÃO DE MINUTAS REFERENTES: AO PROCESSO LEGISLATIVO, ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PARECERES E ESTUDOS TÉCNICOS, PROCESSO LICITATÓRIO, ÁREA DE PESSOAL E TRIBUTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017 - PR Nº 152/2017

Publicação Nº 1460537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/12/2017, às 10h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LINK DE INTERNET, EQUIPAMENTOS, E SUPORTE À REDE PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, E PARA MANTER E ESTENDER O PROGRAMA “CIDADE DIGITAL” DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.810, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1458815

DECRETO Nº 5.810, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Permite o uso gratuito do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que a empresa Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986 presta relevantes serviços na área de ensino de arte e cultura, proporcionando através da dança o desenvolvimento do senso crítico dos alunos e envolvendo o público com as temáticas apresentadas, havendo interesse do Instituto Cultural de São Lourenço em fomentar a criação e a experiência artística de alunos, produtores culturais e do próprio público;

CONSIDERANDO que pelos motivos acima elencados há interesse público no apoio pelo Instituto Cultural de São Lourenço, autarquia municipal, na realização do espetáculo de dança “A Bela e a Fera”, que ocorrerá sem a cobrança de ingressos, hipótese prevista no caput do artigo 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015, sendo do interesse do Município concretizar sua colaboração, com a permissão da utilização gratuita do Teatro Professor Arno Ignácio Etges;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido o uso gratuito do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização do espetáculo de dança "A Bela e a Fera", a ser promovido na data de 18 de dezembro de 2017, pela empresa Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, inscrita no CNPJ sob o nº 14.855.804/0001-87.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.811, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1458914

**DECRETO Nº 5.811, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e a data limite para pagamento dos servidores públicos municipais no exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de São Lourenço do Oeste, a partir do mês de fevereiro do exercício financeiro de 2018, serão agrupados por período e serão efetuados pela Gerência de Administração Financeira, junto à Contadoria Geral do Município, sendo que, quando se referirem a fornecedores das entidades "Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço", os pagamentos serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo Único deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo Único recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - obrigações relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação;

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Parágrafo único. Os pagamentos das obrigações, previstas nos incisos de I a III, serão levados a efeito nas datas estabelecidas nos respectivos instrumentos, obedecidas as próprias fontes de recursos.

Art. 3º Fica estabelecida, para o exercício financeiro de 2018, a data limite para pagamento da Folha de Pagamento dos servidores públicos municipais e o Vale Alimentação, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único. A remuneração de servidor público admitido após o 15º (décimo quinto) dia do mês, relativamente aos dias trabalhados no mês de admissão, será paga no mês subsequente.

Art. 4º Fica estabelecida, para o exercício financeiro de 2018, a data limite para pagamento do Décimo Terceiro Vencimento dos servidores públicos municipais, até o dia 20 de dezembro de 2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017)

**PAGAMENTOS DE FORNECEDORES**

LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	PREFEITURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COMITÊ DESPORTIVO E INSTITUTO CULTURAL.
De 01/01 a 27/01/2018	14/02/2018	09/02/2018
De 28/01 a 09/02/2018	19/02/2018	16/02/2018
De 10/02 a 16/02/2018	26/02/2018	23/02/2018



De 17/02 a 28/02/2018	12/03/2018	09/03/2018
De 01/03 a 09/03/2018	19/03/2018	16/03/2018
De 10/03 a 16/03/2018	26/03/2018	23/03/2018
De 17/03 a 31/03/2018	12/04/2018	10/04/2018
De 01/04 a 11/04/2018	19/04/2018	17/04/2018
De 12/04 a 20/04/2018	26/04/2018	24/04/2018
De 21/04 a 30/04/2018	14/05/2018	10/05/2018
De 01/05 a 11/05/2018	21/05/2018	17/05/2018
De 12/05 a 22/05/2018	28/05/2018	24/05/2018
De 23/05 a 31/05/2018	13/06/2018	11/06/2018
De 01/06 a 11/06/2018	20/06/2018	18/06/2018
De 12/06 a 20/06/2018	27/06/2018	25/06/2018
De 21/06 a 30/06/2018	12/07/2018	10/07/2018
De 01/07 a 11/07/2018	19/07/2018	17/07/2018
De 12/07 a 20/07/2018	27/07/2018	24/07/2018
De 21/07 a 31/07/2018	13/08/2018	10/08/2018
De 01/08 a 13/08/2018	20/08/2018	17/08/2018
De 14/08 a 22/08/2018	27/08/2018	24/08/2018
De 23/08 a 31/08/2018	14/09/2018	12/09/2018
De 01/09 a 11/09/2018	19/09/2018	17/09/2018
De 12/09 a 20/09/2018	26/09/2018	24/09/2018
De 21/09 a 30/09/2018	11/10/2018	10/10/2018
De 01/10 a 11/10/2018	19/10/2018	17/10/2018
De 12/10 a 22/10/2018	26/10/2018	24/10/2018
De 23/10 a 31/10/2018	14/11/2018	12/11/2018
De 01/11 a 09/11/2018	21/11/2018	19/11/2018
De 10/11 a 20/11/2018	28/11/2018	26/11/2018
De 21/11 a 30/11/2018	13/12/2018	11/12/2018
De 01/12 a 31/12/2018	A partir de 14/12, até último dia útil de dezembro de 2018	A partir de 14/12, até último dia útil de dezembro de 2018

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 5.812, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1459053

DECRETO Nº 5.812, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2018, atualiza o valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base no art. 102 da mesma Lei, considerando o interesse público, com amparo na Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979;

DECRETA:

Art. 1º Os tributos municipais a serem lançados no exercício financeiro de 2018 obedecerão ao Calendário Fiscal constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica atualizada a expressão monetária UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período compreendido entre o mês de dezembro de 2016 e novembro de 2017, no percentual de 2,80% (dois vírgula oitenta por cento), passando o valor real unitário de R\$ 110,62 (cento e dez reais e sessenta e dois centavos) para R\$ 113,72 (cento e treze reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo único. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será utilizada na cobrança de todos os tributos previstos no Sistema Tributário Municipal vigente.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 5.551, de 07 de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO



(Decreto nº 5.812, de 15 de dezembro de 2017)

**CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**

TRIBUTO	VENCIMENTO
1. Taxas:	
0.1. Taxa pelo exercício do Poder de Polícia.	Conforme fiscalização do poder de polícia.
1.2. Taxa de licença para Localização e Funcionamento.	Isento.
1.3. Taxa pela prestação de serviços públicos.	Conforme requerimento do contribuinte (antes da prestação do serviço).
1.4. Taxa de Coleta de Lixo.	1ª parcela e parcela única: 10/03/2018. Demais parcelas: todo dia 10.
2. Impostos:	
2.1. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).	1ª parcela e parcela única: 10/03/2018; Demais parcelas: todo dia 10.
2.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Variável (ISS).	15º dia do mês subsequente.
2.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISS).	30º dia do mês; 28º dia do mês de fevereiro.
2.4. Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.	30 dias após lançamento.
3. Contribuição de Melhoria:	Todo dia 10, após lançamento.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - ICSL**

Publicação Nº 1457559

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 - ICSL**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, Município de São Lourenço do Oeste/SC, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições e define normas para o Processo Seletivo Público de Títulos visando à contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2018, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 85, de 08 de outubro de 2007 e suas alterações posteriores, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital.

**1. DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS**

1.1. Este Processo Seletivo Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital e das que ocorrerem dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

1.2. As funções, escolaridade e requisitos para investidura, vagas, carga horária e vencimentos, objeto deste Processo Seletivo, são descritos nas tabelas de nº 1.3 e 1.5 deste Edital:

**1.3. Funções de Nível Fundamental:**

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Música - 01 instrumento	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violão	01	20 horas	R\$ 670,66

Instrutor de Música - 01 instrumento	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violoncelo	01	20 horas	R\$ 670,66
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Bateria e Percussão	01	20 horas	R\$ 1.056,30
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violino e Viola Clássica	01	10 horas	R\$ 528,15
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Acordeão e Teclado	01	30 horas	R\$ 1.584,46
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Musicalização Infantil e Instrumentalização	01	10 horas	R\$ 528,15
Instrutor de Música - 02 instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Viola Caipira e Guitarra	01	30 horas	R\$ 1.584,46

#### 1.4. Atribuições do cargo de Instrutor de Música - 01 e 02 Instrumentos:

1.4.1. Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Música na modalidade de instrumentos eletrônicos, corda, sopro, percussão, violão e teclado, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.4.2. Realizar um trabalho que desenvolva no aluno a prática da performance musical através de um método prático e dinâmico;

1.4.3. Explorar os recursos que proporcionam ao aluno o desenvolvimento técnico musical erudito e popular do instrumento.

#### 1.5. Funções de Nível Médio:

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na Dança Clássica, compreendendo as atividades para o Baby Class	01	10 horas	R\$ 390,66
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Italiana	01	10 horas	R\$ 390,66
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Alemã	01	10 horas	R\$ 390,66
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Danças Urbanas	01	10 horas	R\$ 390,66
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes Danças: Contemporânea, Clássica e Popular	01	20 horas	R\$ 781,32
Instrutor de Artes Visuais	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Pintura em Tela	01	20 horas	R\$ 781,32
Maestro de Canto e Coral	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de atuação	01	10 horas	R\$ 628,75

#### 1.6. Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas II:

1.6.1. Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de dança com as modalidades: Dança Popular, Danças Étnicas, Dança Contemporânea, Hip-Hop, Dança de Rua, Dança de Salão, Danças Clássicas e Jazz;

1.6.2. Despertar o potencial interpretativo dos alunos;

1.6.3. Estimular a improvisação e o aperfeiçoamento dos movimentos naturais proporcionando na educação, elementos significativos que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

#### 1.7. Atribuições para Instrutor de Artes Visuais:

1.7.1. Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Pintura e Desenho, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.7.2. Proporcionar a experiência com técnicas diversas de pintura, levando o aluno a desenvolver a capacidade de pesquisa e criação através da arte;

1.7.3. Realizar trabalhos de utilização da pintura como forma de expressão da criatividade e da subjetividade;

1.7.4. Permitir que o aluno manifeste, através da arte, seu modo de perceber o mundo, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e criação, proporcionando a experiência com técnicas diversas;

1.7.5. Proporcionar ao aluno a educação do olhar através da observação, permitindo um criar espontâneo e desenvolvendo o pensar crítico

acerca das atividades desenvolvidas;

1.7.6. Proporcionar o aprendizado de diversas técnicas e temáticas sobre desenho.

1.8. Atribuições para Maestro de Canto e Coral:

1.8.1 Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Canto Coral desenvolvendo o potencial interpretativo do aluno, a sua capacidade de apreciação, criação e interpretação musical através da prática da música em conjunto;

1.8.2 Dar uniformidade a um grande contingente instrumental ou vocal para que todos os alunos sigam o tempo, a dinâmica e o andamento indicado na partitura;

1.8.3 impor, sempre que necessário, a sua "interpretação" à obra musical através do cantar coletivo e da expressão corporal, fazendo com que o aluno passe pelo processo de construção da identidade social individual e coletiva;

1.8.4 oportunizar as concepções pessoais fundamentadas no meio, desenvolvendo uma prática saudável e bem orientada do cantar.

1.9 Será acrescido ao valor do vencimento dos servidores admitidos mediante o presente Processo Seletivo, a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de até R\$ 330,52 (trezentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), concedido de forma proporcional, de acordo com a carga horária cumprida, tendo direito ao seu recebimento integral apenas o servidor com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 2.315/2017.

1.10 Dos horários de funcionamento/atendimento das oficinas culturais:

1.10.1 Além dos documentos comprobatórios para inscrição e classificação, o candidato deverá ter disponibilidade de atuação nos horários a seguir relacionados, para atendimento das oficinas do Instituto Cultural de São Lourenço:

1.10.1.2 Oficina de Violão: 20 horas semanais: segundas e terças-feiras, das 08h30min às 11h30min; das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 04 horas de planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.3 Oficina de Violoncelo: 10 horas semanais: nas segundas-feiras das 08h30min às 11h30min; das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência, após a contratação;

1.10.1.4 Oficina de Bateria e Percussão: 20 horas semanais: nas segundas-feiras das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min; terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min; quartas-feiras das 14 às 17 horas. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 04 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência, após a contratação;

1.10.1.5 Oficina de Violino e Viola Clássica: 10 horas semanais: terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência, após a contratação;

1.10.1.6 Oficina de Acordeão e Teclado: 30 horas semanais distribuídas da seguinte forma: segundas e terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min; quartas e quintas-feiras das 08h30min às 11h30min e das 14 às 17 horas. Ainda, o Instrutor terá que cumprir 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência, após a contratação;

1.10.1.7 Oficina de Musicalização/Instrumentalização: 10 horas semanais, distribuídas da seguinte forma: segundas-feiras das 08h30min às 10h30min e das 14 às 16 horas; quartas-feiras das 08h30min às 11h30min e das 14 às 17 horas;

1.10.1.8 Oficina de Viola Caipira e Guitarra: 30 horas semanais, distribuídas da seguinte forma: segundas e terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min; quartas e quintas-feiras das 08h30min às 11h30min e das 14 às 17 horas. Ainda, o Instrutor terá que cumprir 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.9 Oficina de Baby Class: 10 horas semanais: segundas-feiras das 08h30min às 11h30min e das 14 às 17 horas. Ainda, o Instrutor terá que cumprir 04 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.10 Oficina de Dança Típica Italiana: 10 horas semanais, a serem acordadas entre os grupos de dança, Instrutor e Presidência, após a contratação. As oficinas acontecerão na comunidade de São Caetano, no interior do Município;

1.10.1.11 Oficina de Dança Típica Alemã: 10 horas semanais, a serem acordadas entre os grupos de dança, Instrutor e Presidência, após a contratação. As oficinas acontecerão na comunidade de Lajeado Antunes, no interior do Município;

1.10.1.12 Oficina de Danças Urbanas: 10 horas, distribuídas da seguinte forma: quintas-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 04 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.13 Oficinas de Danças Clássicas: 20 horas, distribuídas da seguintes forma: segunda, terças e quartas-feiras das 08h30min às 11h30min e das 14 às 17 horas. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.14 Oficina de Artes Visuais: 20 horas, distribuídas da seguintes forma: segunda e terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18 às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 04 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação;

1.10.1.15 Oficina de Técnica Vocal e Coral: 10 horas semanais, distribuídas da seguinte forma: terças-feiras das 08h30min às 11h30min, das 14 às 17 horas e, das 18h30min às 20h30min. Ainda, o Instrutor terá que cumprir jornada de 02 horas para planejamento e atividades correlacionadas ao andamento da oficina em questão, sendo que as horas-atividades serão decididas entre Instrutor e Presidência após a contratação.

10.11 Os horários de funcionamento/atendimento das oficinas culturais poderão sofrer alterações, de acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A participação no Processo Seletivo Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas

neste Edital.

2.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e eventuais Retificações, bem como de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3. O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, desde que o instrumento procuratório contenha poderes específicos para tanto.

2.4. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- d) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação.

2.5. As inscrições serão efetuadas gratuitamente, mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição padronizado, disponibilizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço, no período compreendido entre os dias 08 a 12 de janeiro de 2018, no horário das 07 às 13 horas (horário oficial de Brasília), na sala do Instituto Cultural de São Lourenço, no endereço: rua Via Parque, s/nº, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.6. São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

2.7. Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;
- b) conferir atentamente os dados informados;
- c) apresentar os seguintes documentos:

2.7.1. Obrigatoriamente:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia do Título de Eleitor e comprovação de quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição ou certidão da Justiça Eleitoral);
- c) Cópia do comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Cópia do CPF;
- e) 01 foto 3x4 recente, tirada de frente;
- f) Para as funções em nível de Ensino Fundamental, apresentar cópia e original do comprovante de escolaridade, que poderá ser: histórico escolar, declaração fornecida pela unidade de ensino que estudou e, no caso de a escola ter sido desativada, declaração do órgão competente;
- g) Para as funções em nível de Ensino Médio, cópia e original de Histórico Escolar do Ensino Médio devidamente registrado.

2.7.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Fundamental:

- a) Cópia e original dos Certificados de Capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação", da tabela do item 1.3 deste Edital;
- b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;
- c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), para a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, direções de escolas onde houve atuação, dentre outros;
- d) Para os candidatos às vagas de Instrutor de Música 1 e 2 Instrumentos: Cópia e original dos Certificados ou Declarações de participação em grupos ou bandas musicais, desde que estes grupos ou bandas possuam inscrição no CNPJ, conforme o item 4.1.1.

2.7.3. Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Médio:

- a) Cópia e original de Certificados de capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação" da tabela do item 1.5 deste Edital;
- b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;
- c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), para a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, direções de escolas onde houve atuação, dentre outros.

2.8. Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado, bem como que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital.

2.9. No caso de cancelamento da inscrição com base no disposto no item 2.8, serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelos Correios, fac-símile ou por qualquer outro meio não descrito neste Edital.

2.11. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.12. Será permitida a inscrição para até 02 (duas) funções, desde que não ultrapassadas a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alterações, a não ser o decorrente de mudança de endereço, que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou correspondência registrada via postal, enviada ao Instituto Cultural de São Lourenço, localizado na rua Via Parque, s/nº, anexo ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.14. Todas as funções descritas neste Edital podem ser exercidas por pessoas de ambos os sexos.

2.15. O inteiro teor deste Edital estará disponível no Instituto Cultural de São Lourenço, no pavimento inferior do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, afixado no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e no site oficial do município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), a partir do dia 18 de dezembro de 2017.

2.16. A validação das inscrições será realizada pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, após analisados os documentos. A publicação de edital de deferimento de inscrições ocorrerá a partir do dia 16 de janeiro de 2018.

2.17. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá entrar com pedido de reconsideração, endereçado à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, por meio de requerimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da publicação da lista, no horário: das 07 às 13 horas.

### 3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. Após a análise dos eventuais pedidos de reconsideração de inscrição, a Comissão de Processo Seletivo homologará as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital, a partir de 22 de janeiro de 2018. Admitir-se-á que, caso não haja inscrições indeferidas, se proceda à homologação das inscrições já a partir do dia 16 de janeiro de 2018, ainda que importe em antecedência das demais fases, motivo pelo qual o candidato deverá estar atento às publicações realizadas.

3.2. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual se inscreveu.

### 4. DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

#### 4.1. Da Pontuação:

##### 4.1.1. Para Instrutor de Música 01 e 02 Instrumentos:

- Serão atribuídos 75 (setenta e cinco) pontos para Diploma de Graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado);
- Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para curso técnico em Música, ou Formação em Conservatório. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- Serão atribuídos 10 (dez) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de música;
- Serão atribuídos 04 (quatro) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso nos instrumentos de inscrição, história e teoria musical ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 200 (duzentas) horas;
- Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo musical, escolas de música ou bandas (com CNPJ), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

##### 4.1.2. Para Instrutor de Artes Cênicas II:

- Serão atribuídos 75 (setenta e cinco) pontos para Diploma de Graduação em Dança e/ou Arte-Educação com habilitação em Dança;
- Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para Curso Técnico em Dança, ou Formação em Ballet Clássico. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Dança (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- Serão atribuídos 10 (dez) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas à Dança e/ou Expressão Corporal, Cenografia ou Direção de Espetáculos;
- Serão atribuídos 04 (quatro) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso de dança, história e teoria da dança, ou em cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 200 (duzentas) horas;
- Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas de atuação na área, Cias de Dança (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.



**4.1.3. Para Instrutor de Artes Visuais:**

- a) Serão atribuídos 75 (setenta e cinco) pontos para Diploma de Graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para Curso Técnico em Desenho Artístico, Pintura em Tela, ou Formação em Artes Visuais por Escola de Artes. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 10 (dez) pontos para portadores de diploma de Pós-Graduação em áreas relativas ao ensino de Artes;
- e) Serão atribuídos 04 (quatro) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de desenho, gravura, pintura, história da arte e/ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 200 (duzentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo das Artes Visuais, Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

**4.1.4. Para Maestro de Canto e Coral:**

- a) Serão atribuídos 75 (Setenta e Cinco) pontos para Diploma de Graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para curso Técnico em Canto ou Formação como Regente em Conservatório. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 25 (vinte e cinco) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 10 (dez) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de Música;
- e) Serão atribuídos 04 (quatro) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que compreve grade de estudos do curso de performance, regência ou técnica vocal, história e teoria musical ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 200 (duzentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo musical, escolas de música ou grupos corais (com CNPJ), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

**4.2. Da Classificação:**

4.2.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, de acordo com o número de pontos obtidos, conforme os critérios estabelecidos no item 4.1.

4.2.2. No caso de empate, a classificação levará em conta a maior pontuação obtida no critério "capacitação comprovada na área de inscrição"; persistindo o empate, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) Nível de Formação;
- b) Parecer da Comissão Julgadora.

**5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

5.1. A classificação preliminar do Processo Seletivo será publicada por Edital, a partir do dia 22 de janeiro de 2018, no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

**6. DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

6.1. Somente haverá revisão dos pontos atribuídos ao candidato, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICSL, situado na Via Parque, s/nº, Pavimento Inferior, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

6.2. O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

6.3. No pedido de reconsideração deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso.

6.4. Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

6.5. Se dos exames de recursos resultar em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

6.6. Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo.

6.7. Após a análise de eventuais recursos, o Presidente do Instituto Cultural homologará o resultado final do Processo Seletivo.

6.8. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)).

**7. DA ADMISSÃO**

7.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Instituto Cultural de São Lourenço preencherá as vagas conforme necessidade.

7.2. Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar Diretoria de Recursos Humanos e Capacitação, do Município de São Lourenço do Oeste/SC, os seguintes documentos, sob pena de perder a vaga, passando ao chamamento do próximo classificado:

## 7.2.1. Cópias:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Certidão de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- e) CPF;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação, conforme detalhado no item 2.7.1, "f", para candidatos a vagas de Nível Fundamental e 2.7.1, "g", para candidatos às vagas de Nível Médio;
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Nº do PIS ou PASEP;
- j) Nº Conta na Caixa Econômica Federal (conta salário);
- k) Tipagem sanguínea.

## 7.2.2. Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental expedido por médico indicado pelo Instituto Cultural de São Lourenço;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de não acumulação de cargo/função;
- d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- f) 01 foto 3x4 recente.

7.3. Os servidores admitidos mediante o presente Processo Seletivo serão submetidos ao Regime Especial previsto na Lei Complementar nº 085, de 08 de outubro de 2007.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2018.

8.2. As contratações de que tratam este Edital terão vigência até 31 de dezembro de 2018, ou, até a conclusão do plano de trabalho do respectivo cargo para a execução de programas específicos, de duração temporária, ou, ainda, até eventual provimento de referidos cargos mediante concurso público, o que ocorrer primeiro.

8.3. O Instituto Cultural de São Lourenço poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, ou, em eventuais casos de não preenchimento de um número mínimo de alunos interessados nas oficinas, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

8.4. O desaparecimento dos motivos ou o atendimento integral das demandas que justificaram as contratações nos termos deste Edital, ocorridos antes do termo final de vigência dos contratos, implicarão na rescisão do contrato pelo Instituto Cultural de São Lourenço.

8.5. De acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço, o pessoal contratado mediante o presente Edital, poderá ter sua carga horária alterada, para mais ou para menos, bem como a contratação poderá se dar para carga horária diversa daquela prevista neste Edital, em qualquer das hipóteses, o vencimento será proporcional à carga horária.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de dezembro de 2017.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

**PORTARIA Nº 032, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 - ICSL**

Publicação Nº 1460180

PORTARIA Nº 032, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Constitui a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 004/2017 - ICSL, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos XV e XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004, de 18 de dezembro de 2017;

## RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 004/2017 - ICSL, responsável pela execução do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 004, de 18 de dezembro de 2017, para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2018:

I - Everton Luiz Lovera, ocupante do cargo de Agente Cultural II, matrícula nº 1203 - Presidente;



II - Lourenço Rômulo Innocêncio Neto, ocupante do cargo de Agente Cultural I, matrícula nº 3001 - Secretário;

III - Daniela Rovaris, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3472/01 - Membro.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão Coordenadora será o responsável pela coordenação dos trabalhos e pela apresentação da classificação dos candidatos do Processo Seletivo nº 004/2017 - ICSL.

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo, nomeada por esta Portaria, somente poderá atuar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 4º Compete à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 004/2017 - ICSL, aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados em relação do Processo Seletivo nº 004/2017, do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de dezembro de 2017.

RENNĂ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### MINUTA DE EDITAL 76/2017

Publicação Nº 1459564

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 76/2017.

MODALIDADE: CHAMADA PUBLICA

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "CHAMADA PUBLICA PARA MENOR PREÇO", por item para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até as 08:45 horas do dia 08/01/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e Lei Nº. 11.947 de 16/06/2009 e resolução nº. 38 do FNDE de 16/07/2009 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 15 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 29/2017

Publicação Nº 1459677

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2017 – PR 62/2017 □ PROCESSO LICITATÓRIO 96/2017 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LAVAGEM DE ROUPAS DO SAMU (USB03) E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER UPA 24 HS, COM A RETIRADA DAS ROUPAS SUJAS E ENTREGA DAS ROUPAS LIMPAS NA UPA 24HS, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

GIEHL E MAZZUTTI LTDA – ME – Lote 01.

Total da Licitação: R\$ 69.950,00

ASSINATURA: 15/12/2017.

VIGÊNCIA: 2018

### CONTRATO 145/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1459453

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 145/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº 266/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ NA RUA FIRMINO DAL BOSCO ENTRE RUAS MARCILIO DIAS E WALDEMAR RANGRAB, BAIRRO JARDIM PEPERI, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADA: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 133.078,72

VIGÊNCIA: 03 meses.

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSE FRIGERI

São Miguel do Oeste, SC., 15 de dezembro de 2017

### DECRETO 8.941 APROVA DESMEMBRAMENTO IMÓVEL MATRÍCULA 37.865

Publicação Nº 1460550

DECRETO N. 8.941/2017

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 116-C, MATRICULADO NO CRISMO SOB N. 37.865, DE PROPRIEDADE DE CATARINA LEDI BATTAGLIN E MILTON WEBER.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso II e artigo 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano),

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de Parte do Lote Rural nº 116-C, com área de 31.067,50m², matriculado no CRISMO sob n. 37.865, localizado no 2º perímetro, Linha Gramadinho, Perímetro Urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Catarina Ledi Battaglin e Milton Weber, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

I – Desmembramento:

a) Parte do Lote Rural nº 116-C-A, com área de 11.390,50m², sendo 2.527,26m² não edificáveis e 8.863,24m² edificáveis, de Catarina Ledi Battaglin, confrontando em conjunto: ao Nordeste, com a faixa de domínio da BR-282, por linha curva, medindo 192,42m; ao Sul, com parte do Lote Rural nº 116-C-B, de Milton Weber, por linha seca, medindo 171,03m; ao Oeste, com Parte do Lote Rural nº 117, de Sidinei Jacob

e João Carlos Weber, por linha seca, medindo 104,50m.

b) Parte do Lote Rural nº 116-C-B, com área de 19.677,00m<sup>2</sup>, sendo 1.352,57m<sup>2</sup> não edificáveis e 18.324,43m<sup>2</sup> edificáveis, de Milton Weber, confrontando em conjunto: ao Norte, com Parte do Lote Rural nº 116-C-A, de Catarina Ledi Battaglin, por linha seca, medindo 171,03m; ao Nordeste, com a faixa de domínio da BR-282, por linha curva, medindo 126,26m; ao Sul, com Parte do Lote Rural nº 116-B, de Carmen Filippini e irmãos, por linha seca, medindo 214,11m; ao Oeste, com Parte do Lote Rural nº 117, de Sidinei Jacob e João Carlos Weber, por linha seca, medindo 86,39m.

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 14 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

## **DECRETO 8.942 APROVA DESDOBRAMENTO IMÓVEL MATRÍCULA 9.592**

Publicação Nº 1460555

DECRETO N. 8.942/2017

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 125 DO LOTEAMENTO RUDOLFO SPIER, MATRICULADO NO CRISMO SOB N. 9.592, DE PROPRIEDADE DE LUCIA MAGRINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso III e artigo 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento lote urbano n. 125, com área de 734,40m<sup>2</sup>, do Loteamento Rudolfo Spier, matriculado no CRISMO sob n. 9.592, localizado na Rua Alberico Azevedo, bairro Sagrado Coração, Perímetro Urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Lucia Magrini, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Desdobramento:

a) Lote urbano nº 125-A, com área de 225,09m<sup>2</sup>, com uma construção de uma casa residencial de alvenaria, mais subsolo de alvenaria medindo 150,00m<sup>2</sup>, confrontando: ao Norte: com o Lote Urbano n. 124 e parte do Lote Urbano n 123, por linha seca de 25,01m; ao Leste: com a Rua Alberico Azevedo, numa extensão de 9,00m; ao Sul: com o Lote Urbano n. 125-B, por linha seca de 25,01m; ao Oeste: com o Lote Urbano n. 125-B, por linha seca de 9,00m;

b) Lote urbano nº 125-B, com área de 509,31m<sup>2</sup>, sendo 401,85m<sup>2</sup> edificáveis e 107,46 não edificáveis (servidão de passagem perpétua), com uma construção de uma casa residencial de alvenaria, 72,00m<sup>2</sup>, confrontando: ao Norte: com parte do Lote Urbano n. 120, com os Lotes Urbanos n. 121 e 122 e parte do Lote Urbano n. 123, por linha seca de 36,19m; ao Leste: com o Lote Urbano n. 125-A, por linha seca de 9,00m; novamente ao Norte: com parte do Lote Urbano n. 125-A, por linha seca de 25,01m; novamente ao Leste: com a Rua Alberico Azevedo, numa extensão de 3,00m; ao sul: com o Lote Urbano n. 127, por linha seca de 61,20m; ao Oeste, com o Lote Urbano n. 126, por linha seca de 12,00m;

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 14 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA  
Secretária de Desenvolvimento Urbano

Nédio Dariva Pires de Lima  
Advogado Assessor Geral  
Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais  
órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess  
Assessoria Especial

## DESPACHO DE ANULAÇÃO

Publicação Nº 1458717

### DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2017  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017

ALFREDO SPIER, no uso de sua competência e tendo como prerrogativa os regramentos estatuídos pela Lei nº 8.666/93, e,  
Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua ins-  
tância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;  
Considerando o Of. TC/SEG nº 16958/2017, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual aportou no Departamento de Com-  
pras em 14 de dezembro de 2017, e aponta irregularidades no Edital da Concorrência Pública nº 04/2017;

#### DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, ANULAR o Processo Licitatório nº 193/2017, Concor-  
rência Pública nº 04/2017, que tem como objeto concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de  
implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado  
das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do Município de São Miguel do Oeste/SC.  
Outrossim, determino que o Setor Solicitante diligencie no sentido de ser realizada abertura de novo processo licitatório.

Publique-se.

Ao fim, archive-se.  
São Miguel do Oeste/SC, 14 de dezembro de 2017.

ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº170/2017

Publicação Nº 1459181

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº170/2017

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERENI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

#### DECRETA:

Art.1º - Ficam cancelados os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

#### 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manut. da Secretaria de água e Saneamento Básico

Empenho nº3436/2015 – MASIEIRO SOLUÇÕES EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA - no valor de R\$1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Motivo: Comunicação interna nº59/2017 (sem prorrogação de contrato e não houve manifestação do contratado).

#### 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.2.093 – Func. e Manut. da Secretaria de água e Saneamento Básico

Empenho nº206/2016 – GEOSUSTENTÁVEL CONSULTORIA AMBIENTAL E GEOPROCESSAMENTO - no valor de R\$3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais).

Motivo: Comunicação interna nº60/2017 (sem prorrogação de contrato).

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº171/2017

Publicação Nº 1459185

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº171/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura

Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos ordinários nas dotações abaixo identificadas:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008-2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10-2.077 – Func. e Manutenção da  
Coordenadoria de Obras R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$10.000,00

07.01.15.452.10-2.078 – Func. e Manutenção da  
Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$6.000,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006-2.027 – Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.11-2.086 – Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**ERRATA Nº 1 AO EDITAL - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1459276

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 –

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**ERRATA Nº 1 AO EDITAL - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, torna publica a seguinte errata:

**6 DA PROVA ESCRITA – item 6.7 Onde se lê:**

O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento de identificação com foto, comprovante de inscrição e caneta esferográfica transparente com tinta na cor azul ou preta LEIA-SE:

O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto, caneta esferográfica transparente com tinta na cor azul ou preta, sendo facultativo apresentar comprovante de inscrição. São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal



**HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO 001/2017**

Publicação Nº 1459143

	ESTADO DE SANTA CATARINA	
	MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	
	Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – São Pedro de Alcântara	
	88125-000 – Fone: 48-32770122 Ramal 223	
	administracao@pmspa.sc.gov.br	

**HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO 001/2017**

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público e homologa a lista dos candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017. As provas escritas serão realizadas às 09:00 horas do dia 17/12/2017, nas dependências da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, Bairro Santa Teresa - São Pedro de Alcântara. As provas praticas serão realizadas as 14:00 hs no dia 20/12/2017, nas dependências da Prefeitura - Centro - São Pedro de Alcântara.

**01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR**

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
7	ANTONIO CARLOS ELIAS	DEFERIDO
8	VILMAR FORSTER	DEFERIDO
10	INACIO SCHMITT	DEFERIDO
15	JAISON SOARES DA SILVA	DEFERIDO
16	MATEUS SOARES DA SILVA	DEFERIDO
17	UESLEI BRAZ BICA	DEFERIDO
27	ALDO ERHARDT	DEFERIDO
75	RODRIGO SCHEIDT DE CASTILHO	DEFERIDO
95	DANIEL COSTA DOS SANTOS	DEFERIDO
135	RUAN STAHELIN	DEFERIDO
158	NILO NASCIMENTO	DEFERIDO

**02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR**

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
9	FRANCIELI VENTURA MARTINS	DEFERIDO
13	ELLEN CRISTERINA POLIDORIO	DEFERIDO
30	ANA CRISTINA DA SILVA DE BORBA	DEFERIDO
49	DEBORA HAMES	DEFERIDO
58	LUCINEIA VIEIRA	DEFERIDO
59	ELIZANDRA SCHAFFER	DEFERIDO
62	DAIANA CARDOSO	DEFERIDO
105	NATALIA LIMA DA SILVA	DEFERIDO
108	GRASIELA JUNKES	DEFERIDO
116	SCHERONN KAROLAENN DOS SANTOS	DEFERIDO
125	SCHAIANE SUZANA GONÇALVES	DEFERIDO
134	RODRIGO ROSA DOS SANTOS	DEFERIDO
153	GISLANE DESCHAMPS	DEFERIDO
159	CLARICE BERNARDO MATHIAS JUNCKES	DEFERIDO
191	CRYSEVERTON OLIVEIRA MEDEIROS	DEFERIDO

18	BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO	DEFERIDO
03 - MOTORISTA II - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
1	DJENIER DA SILVA RODRIGUES	DEFERIDO
6	RAFAEL MEDEIROS	DEFERIDO
11	JOÃO PAULO DOS SANTOS	DEFERIDO
106	DOUGLAS EUFRÁSIO	DEFERIDO
82	WANDERSON SARAIVA NOGUEIRA	DEFERIDO
04 - MOTORISTA II - TRANSPORTE ESCOLAR - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
69	JOSE LINO NAU	DEFERIDO
117	GILSON DA SILVA	DEFERIDO
122	JULIANO DA CUNHA	DEFERIDO
163	LEANDRO DA COSTA	DEFERIDO
05 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
20	JAISON JUNCKES	DEFERIDO
53	MILTON MIDIO EHARDT	DEFERIDO
06 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
193	MARCIO SOLIMAN DA SILVA	DEFERIDO
194	LUIZ CARLOS MENDES DA SILVA	DEFERIDO
07 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
12	LUCAS JOSÉ DE BORBA	DEFERIDO
37	JULIANA SILVA	DEFERIDO
60	SUELEN MACHADO SILVEIRA	DEFERIDO
74	EVELLYN NASCIMENTO DA SILVA	DEFERIDO
89	DENISE EMERENCIANO	DEFERIDO
165	TAMIRES PEREIRA DOS ANJOS	DEFERIDO
08 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
70	FABIANA ROSA	DEFERIDO
174	JOÃO BATISTA PROCÓPIO	DEFERIDO
09 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO

64	MANOELLA KETLIN DA SILVA	DEFERIDO
104	ROSIANE DE JESUS	DEFERIDO
127	LUANA DA CONCEIÇÃO PARADEDA	DEFERIDO
129	DAIANA MACHADO	DEFERIDO
143	CLAUDIANE SOARES RISSI DO NASCIMENTO	DEFERIDO
190	SERGIO ESTEVO	DEFERIDO

## 10 - ENFERMEIRO - ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
22	JULIANA TEREZINHA JUNCKES	DEFERIDO
34	JÉSSICA SOARES CORRÊA	DEFERIDO
45	GABRIELA SCHUCK KERN	DEFERIDO
46	SABRINA DE SOUZA COSTEA	DEFERIDO
47	AMANDA AZEVEDO PERES	DEFERIDO
68	JÉSSICA RODOLFO CAMPOS	DEFERIDO
71	AMANDA DA SILVA	DEFERIDO
78	MICHELE DA SILVA MUNIZ	DEFERIDO
107	HELEN MARIE MORENO JOB	DEFERIDO
147	TATIANE DA SILVA HUERGO	DEFERIDO
154	SUNAMITA HAMMES BRUNO	DEFERIDO
162	MICHELE CRISTINE CLASEN	DEFERIDO
172	FRANCIELLY MAYARA DA SILVA	DEFERIDO
179	GEANI SOUZA	DEFERIDO

## 11 - MEDICO CLINICO GERAL - ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
57	THALYTA INDJA DITERT CABRAL	DEFERIDO
87	RENATA STAHELIN	DEFERIDO
91	TELMA LIBNA RODRIGUES BORBURENA	DEFERIDO
95	MARILIA MEDEIROS ALAMINO	DEFERIDO
137	FILIFE OSNI COELHO	DEFERIDO
148	LUCAS NATALE CARDOSO	DEFERIDO
149	LILIAN PEREIRA DOS SANTOS BORGES	DEFERIDO
150	KLEITON ROSA BORGES	DEFERIDO
182	LEONARDO DA SILVA LIMA	DEFERIDO
188	NATHASHA BRUNO PIRES	DEFERIDO
189	DANIEL CESAR BASTOS DE SOUZA	DEFERIDO

## 12 - MEDICO GINECOLOGISTA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
170	RENATA FORTUNATO ÁVILA POLPETA	INDEFERIDO

## 14 - MEDICO CLINICO GERAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
--------------	-------------------	----------

2	EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO	DEFERIDO
121	UBIRATAN PINTO GONÇALVES	INDEFERIDO
15 - AUXILIAR SAUDE BUCAL - COMPL. PENITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
25	GEANE FELISBINO DE SOUZA	DEFERIDO
88	EDGLEY GLAUBER CARDOSO	DEFERIDO
144	ALINE FERNANDES	DEFERIDO
181	EVELISE BITENCOURT MARTINS	DEFERIDO
16 - TECNICO EM ENFERMAGEM - COMPL. PENITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
184	EMANUELY VENTURA DE SOUZA	DEFERIDO
17 - CIRURGIÃO DENTISTA - COMPL. PENCITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
3	ELAINE GUIMARAES BEZERRA DE BELTRÁN	DEFERIDO
4	JOÃO PAULO SAVI E SILVA	DEFERIDO
26	TAMIRYS PRIM PAULI	DEFERIDO
36	ANA PAULA DE OSÓRIO	DEFERIDO
56	ANDERSON PALUDO	DEFERIDO
97	TAIANY MULLER	DEFERIDO
109	FERNANDO VALENTIM BITENCOURT	DEFERIDO
111	NAYLA REBELO SOUZA LIMA	DEFERIDO
114	CAMILA PRADO DAS NEVES	DEFERIDO
118	SIDHARTHA DOS REIS STEFANOSKY	DEFERIDO
142	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	DEFERIDO
146	DANIEL LONGHI	DEFERIDO
151	ANDERSON FRANÇA DA COSTA	DEFERIDO
156	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	DEFERIDO
159	MARCELO OLEIRO MACHADO	DEFERIDO
160	DALCIRIA DE SOUZA LEMOS	DEFERIDO
173	BIANCA CARLA BIANCO	DEFERIDO
176	JULIANA DA SILVA	DEFERIDO
178	LEANDRO DO NASCIMENTO CARDOSO	DEFERIDO
18 - MEDICO CLINICO GERAL - COMPL. PENITENCIÁRIA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
131	MARCOS ANTÔNIO CAVALCANTE DA FONTOURA	DEFERIDO
19 - PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
115	GISELLY DA SILVEIRA	DEFERIDO

138	DEBORA MULLER FREIRE	DEFERIDO
152	ANA CAROLINA JUNCKES	DEFERIDO
167	FERNANDA LEANDRA CONSTANTE	DEFERIDO
168	MARLANA DE SOUZA LOHN	DEFERIDO
186	SCHARLINE SUZANA GONÇALVES ALBINO	DEFERIDO

## 20 - PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - NÃO HABILITADO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
14	DEBORA CUNHA	DEFERIDO
19	ANA PAULA PELOZO	DEFERIDO
28	BEATRIZ RICHARTZ	DEFERIDO
29	KELLY DE BORBA	DEFERIDO
41	MARINA RECH LOPES	DEFERIDO
42	ISABELA MARTINS SCHABERLE	DEFERIDO
48	ANA CRISTINA DUARTE	DEFERIDO
50	JOYCI CRISTINI DA SILVA	DEFERIDO
52	TUILA MORAIS PEREIRA	DEFERIDO
63	CRISLAINE MARIA DUARTE	DEFERIDO
67	PATRICIA KAMERS	DEFERIDO
80	MARIA LUIZA COELHO	DEFERIDO
81	LEIDIANE DA CUNHA	DEFERIDO
86	GRASELI JUNKES DA CUNHA	DEFERIDO
93	DAIANA SIMONE LOPES	DEFERIDO
94	GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA	DEFERIDO
100	ALINE PFLEGER	DEFERIDO
101	ELAINE CRISTINA ALVES	DEFERIDO
102	MARIA SALETE DE LIMA	DEFERIDO
126	BARBARA RODRIGUES LEMOS VIEIRA FARIAS LOPES	DEFERIDO
133	FRANCSLAINE MARINHO GONÇALVES	DEFERIDO
136	JULIA MARIA SILVEIRA	INDEFERIDO
141	CAMILA DESCHAMPS	DEFERIDO
145	MARIA JOCELINA FERNANDES	DEFERIDO
166	CLEIMAR DUESSMANN REITZ	DEFERIDO
169	SUELEN ROUSSENQ DE SOUZA RODRIGUES	DEFERIDO
187	PATRICIA DE ANDRADE	DEFERIDO
32	JOICE APARECIDA PRIM	DEFERIDO
124	REUMA ALVES	DEFERIDO

## 21 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
5	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA	DEFERIDO
21	LUCIANA MATOS CORDEIRO	DEFERIDO
24	FABIANA LOHN	DEFERIDO
31	SIMONE DREHMER SCHUTZ	DEFERIDO
33	JANAINA MARIA KAMMER	DEFERIDO
35	ANA LUCIA DE SOUZA	DEFERIDO

38	LETICIA DOS SANTOS	DEFERIDO
51	CLEUSA FATIMA MORAIS	DEFERIDO
54	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	DEFERIDO
55	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	DEFERIDO
65	MICHELEM CAREM DA SILVA	DEFERIDO
72	VIVANE JUNCKES DA SILVA	DEFERIDO
77	SHAIANE CRISTINE DA SILVA	DEFERIDO
79	TAMIRIS DOS SANTOS	DEFERIDO
84	DAIANA REGINA DE SOUZA	DEFERIDO
85	CLEIDIMAR CUNRADI BESEN	DEFERIDO
92	CLARICE MARTENDAL FUCK	DEFERIDO
110	STELA MARIS SANTOS DOS SANTOS	DEFERIDO
119	VALDELENA MALZETE SALVADOR	DEFERIDO
123	SANDRA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
139	MARIA CARMELITA DE SOUZA CLAVES	DEFERIDO
161	RAFAELA PAULA FREITAS	DEFERIDO
164	ORISTELA DIAS PEREIRA COPETTI	DEFERIDO
171	LEILANE STEFFENS	DEFERIDO
183	LUCIENNE GARCIA ALVES	DEFERIDO
90	AMÉLIA GUETTEN LOHN	DEFERIDO

## 22 - PROFESSOR II - ANOS INICIAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
23	ADRIANA VIEIRA	DEFERIDO
43	GRACIANE MULLER DE CASTRO	DEFERIDO
73	DEIZE REGINA NASCIMENTO	DEFERIDO
132	BRUNA DE SOUZA SCHMITT	DEFERIDO
175	CRISTIANY DECKER	DEFERIDO
99	EDUARDA STAHELIN	DEFERIDO
112	FABIANA HAMES	DEFERIDO

## 24 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - MATEMÁTICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
185	LUIS FABIANO CELESTRINO	DEFERIDO

## 25 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - GEOGRAFIA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
61	MARCIA JANICE DA SILVA LOPES	DEFERIDO
180	OSVALDO RICARDO DA SILVA	DEFERIDO

## 27 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
39	MARCOS VINICIUS ARAUJO	DEFERIDO
40	ANNA CAROLINE SOARES	DEFERIDO
44	EVANDRO NANDI	DEFERIDO
66	JOÃO PEDRO JUNCKES	DEFERIDO

96	AROLDLO LOPES GOYA	DEFERIDO
103	VANESSA STAHELIN	DEFERIDO
128	LIZETE MARIA KLOH	DEFERIDO
130	RODRIGO DOS SANTOS JESUS	DEFERIDO

## 28 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - ALEMÃO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
157	DANIEL AMARO DE VASCONCELOS	DEFERIDO

## 29 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - INGLES - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
113	ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO	DEFERIDO

## 30 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - MUSICA/BANDAS E FANFARRAS, PERCUSSÃO/SOPRO- CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
30	CLEYTON MEDEIROS	DEFERIDO

## 31 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - MUSICA/MUSICA/BANDAS E FANFARRAS, PERCUSSÃO/SOPRO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
83	FERNANDO PEREIRA SIQUEIRA JUNIOR	DEFERIDO
155	ELVYS BRUNO	DEFERIDO

## 32 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - LINGUA PORTUGUESA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
177	SUÉLY SERAFIM	DEFERIDO

## 36 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIENCIAS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
120	JOACIR LUZ FILHO	DEFERIDO

## 39 - PROFESSOR HORISTA BACHAREL - EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
76	LIDIANE C. DA SILVA JUNCES	DEFERIDO
140	ARTHUR DUTRA DOS SANTOS	DEFERIDO

São Pedro de Alcântara/SC, 15/12/2017.



	ERNEI JOSE ESTACHELIN	
	Prefeito Municipal	

**PORTARIA N.º 407/2017**

Publicação Nº 1458760

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2017  
Concede Férias coletivas aos Servidores da Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STACHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 91, §5º, da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos servidores da Secretaria da Educação, por 30 (trinta) dias a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, aos seguintes servidores:

§ Alina Lopes Goya;  
§ Angela de Almeida e Silva;  
§ Derlane Moura Grimouth;  
§ Dione Terezinha Lohn;  
§ Eroni Schmitt Schell;  
§ Fabiana Hames;  
§ Gino Bona;  
§ Gisele Fátima dos Santos Abreu;  
§ José Mario de Castro;  
§ Karina Schmitt Lohn;  
§ Mariana Stachelin Canossa de Souza;  
§ Paulo Henrique Lohn;  
§ Richard Motta Coelho;  
§ Valdete de Oliveira Cordeiro;  
§ Valéria Lohn Zimmermann;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STACHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 408/2017**

Publicação Nº 1458762

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2017

Exonera ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STACHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 024/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 409/2017**

Publicação Nº 1458774

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 409/2017

Exonera AILSO EGER do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar AILSO EGER do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 070/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 410/2017**

Publicação Nº 1458777

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 410/2017

Exonera ANA CAROLINA JUNCKES do cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINA JUNCKES do cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 008/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 411/2017**

Publicação Nº 1458779

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2017

Exonera ANA LÚCIA DE SOUZA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANA LUCIA DE SOUZA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 027/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 412/2017**

Publicação Nº 1458781

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 412/2017

Exonera ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO do cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 050/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 413/2017**

Publicação Nº 1458785

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 413/2017

Exonera ANDRÉ BORGES SILVA do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANDRÉ BORGES SILVA do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 054/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 414/2017**

Publicação N° 1458787

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 414/2017

Exonera BEATRIZ RICHARTZ do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar BEATRIZ RICHARTZ do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 064/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 415/2017**

Publicação N° 1458789

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 415/2017

Exonera BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 059/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 416/2017**

Publicação Nº 1458790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 416/2017

Exonera BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 030/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 417/2017**

Publicação Nº 1458793

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 417/2017

Exonera CLARICE MARTENDAL FUCK do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CLARICE MARTENDAL FUCK do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 029/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 418/2017**

Publicação N° 1458796

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 418/2017

Exonera CLEIDIMAR CUNRADI BESEN do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar CLEIDIMAR CUNRADI BESEN do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 003/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 419/2017**

Publicação N° 1458798

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 419/2017

Exonera DEIZE REGINA NASCIMENTO do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar DEIZE REGINA NASCIMENTO do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 038/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 420/2017**

Publicação N° 1458801

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 420/2017

Exonera EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 022/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 421/2017**

Publicação N° 1458803

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 421/2017

Exonera ELAINE CRISTINA ALVES do cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ELAINE CRISTINA ALVES do cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 042/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 422/2017**

Publicação N° 1458805

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 422/2017

Exonera FABIANA HAMES do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar FABIANA HAMES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 023/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 423/2017**

Publicação N° 1458806

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 423/2017

Exonera FABIANA LOHN do cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA LOHN do cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 007/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 424/2017**

Publicação N° 1458807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 424/2017

Exonera GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 036/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 425/2017**

Publicação Nº 1458808

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 425/2017

Exonera GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 031/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 426/2017**

Publicação Nº 1458809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 426/2017

Exonera GRACIANE MULLER DE CASTRO do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar GRACIANE MULLER DE CASTRO do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 053/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 427/2017**

Publicação Nº 1458812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 427/2017

Exonera ISABEL FATIMA DUTRA DA SILVA do cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ISABEL FATIMA DUTRA DA SILVA do cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 066/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 428/2017**

Publicação N° 1458813

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 428/2017

Exonera JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 034/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 429/2017**

Publicação N° 1458816

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 429/2017

Exonera JULIANO DA CUNHA do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JULIANO DA CUNHA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 037/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 430/2017**

Publicação Nº 1458821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 430/2017

Exonera LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 041/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 431/2017**

Publicação Nº 1458823

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 431/2017

Exonera LUCINEIA VIEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LUCINEIA VIEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 056/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 432/2017**

Publicação Nº 1458826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 432/2017

Exonera MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 047/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 433/2017**

Publicação Nº 1458829

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 433/2017

Exonera MARIA JOCELINA FERNANDES do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar MARIA JOCELINA FERNANDES do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 032/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 434/2017**

Publicação Nº 1458831

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 434/2017

Exonera MARLANA DE SOUZA LOHN do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar MARLANA DE SOUZA LOHN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 039/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 435/2017**

Publicação N° 1458832

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 435/2017

Exonera PATRÍCIA DE ANDRADE do cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar PATRÍCIA DE ANDRADE do cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 062/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 436/2017**

Publicação N° 1458834

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 436/2017

Exonera PRISCILA NEIS do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar PRISCILA NEIS do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 051/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 437/2017**

Publicação Nº 1458835

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 437/2017

Exonera SIMONE DREHMER SCHUTZ do cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SIMONE DREHMER SCHUTZ do cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 026/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 438/2017**

Publicação Nº 1458836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 438/2017

Exonera THUANY STAHELIN KUHN do cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar THUANY STAHELIN KUHN do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 049/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.



**PORTARIA N.º 439/2017**

Publicação Nº 1458839

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 439/2017

Exonera VANESSA STAHELIN do cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VANESSA STAHELIN do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 048/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 440/2017**

Publicação Nº 1458970

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 440/2017

Exonera VIVIANE KUHN do cargo de Professora II – Educação Infantil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VIVIANE KUHN do cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 025/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 441/2017**

Publicação Nº 1458974

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 441/2017

Exonera ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 012/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 442/2017**

Publicação N° 1458979

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 442/2017

Exonera ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 013/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 443/2017**

Publicação N° 1459219

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 443/2017

Exonera DJENIER DA SILVA RODRIGUES do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar DJENIER DA SILVA RODRIGUES do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 014/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 444/2017**

Publicação Nº 1459220

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 444/2017

Exonera JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 011/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 445/2017**

Publicação Nº 1459222

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 445/2017

Exonera JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 001/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 446/2017**

Publicação Nº 1459223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 446/2017

Exonera MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 016/2017.

Art. 2.º- Revogar a Portaria nº 035/2017.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 447/2017**

Publicação Nº 1459225

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 447/2017

Exonera RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 002/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 448/2017**

Publicação Nº 1459226

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 448/2017

Exonera VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 010/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 449/2017

Publicação Nº 1459229

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 449/2017

Exonera DENISE EMERENCIANO do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DENISE EMERENCIANO do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 057/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 450/2017

Publicação Nº 1459231

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 450/2017

Exonera EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO do cargo de Médico Clínico Geral.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO do cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 015/2017.

Art. 2.º- Revogar a Portaria nº 027/2017.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 451/2017**

Publicação Nº 1459233

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 451/2017

Exonera FABIANA ROSA do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA ROSA do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 052/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 452/2017**

Publicação Nº 1459235

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 452/2017

Exonera FRANCIELI VENTURA MARTINS do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELI VENTURA MARTINS do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 075/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 453/2017**

Publicação Nº 1459238

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 453/2017

Exonera JESSIKA SOARES CORREA do cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JESSIKA SOARES CORREA do cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 019/2017.

Art. 2.º- Revogar a Portaria nº 045/2017.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 454/2017**

Publicação Nº 1459239

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 454/2017

Exonera JOÃO PAULO SAVI E SILVA do cargo de Cirurgião Dentista - PNAISP.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JOÃO PAULO SAVI E SILVA do cargo de Cirurgião Dentista - PNAISP, contrato de trabalho nº. 072/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.



**PORTARIA N.º 455/2017**

Publicação Nº 1459242

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 455/2017

Exonera RENATA STAHELIN do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RENATA STAHELIN para o cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 071/2017.

Art. 2.º- Revogar a Portaria nº 359/2017.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2017.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 456/2017**

Publicação Nº 1459244

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 456/2017

Concede férias a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 457/2017**

Publicação Nº 1459246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 457/2017

Concede férias a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 458/2017

Publicação Nº 1459247

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 458/2017

Concede férias ao servidor ARLINDO EGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 459/2017

Publicação Nº 1459250

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 459/2017

Concede férias ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de

02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 460/2017**

Publicação Nº 1459254

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 460/2017

Concede férias ao servidor CARLINHO SCHMITT.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 461/2017**

Publicação Nº 1459258

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 461/2017

Concede férias a servidora CLARICIA ELIANI KNISS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CLARICIA ELIANI KNISS, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 462/2017**

Publicação Nº 1459259

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 462/2017

Concede férias a servidora DIÉLI HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora DIÉLI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 463/2017**

Publicação Nº 1459261

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 463/2017

Concede férias a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 464/2017**

Publicação Nº 1459264

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 464/2017

Concede férias a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 465/2017

Publicação Nº 1459265

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 465/2017

Concede férias a servidora FABIANA DE ANDRADE.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 466/2017

Publicação Nº 1459266

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 466/2017

Concede férias a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de

02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 467/2017**

Publicação Nº 1459267

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 467/2017

Concede férias a servidora FRANCIELE VIEIRA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCIELE VIEIRA, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 468/2017**

Publicação Nº 1459268

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 468/2017

Concede férias a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 469/2017**

Publicação Nº 1459270

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 469/2017

Concede férias a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 470/2017**

Publicação Nº 1459271

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 470/2017

Concede férias a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 471/2017**

Publicação Nº 1459272

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222



www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 471/2017

Concede férias a servidora JANE JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANE JUNCKES, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 472/2017

Publicação Nº 1459273

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 472/2017

Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 20 dias que gozará a partir de 15/01/2018 a 03/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Parágrafo Único: O saldo de 10 (dez) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 182/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 473/2017

Publicação Nº 1459274

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 473/2017

Concede férias ao servidor JÂNIO DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor JÂNIO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 474/2017**

Publicação N° 1459275

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 474/2017

Concede férias a servidora JOCELIA LOHN HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCELIA LOHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 475/2017**

Publicação N° 1459279

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 475/2017

Concede férias a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 476/2017**

Publicação Nº 1459278

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 476/2017  
Concede férias a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 477/2017**

Publicação Nº 1459280

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 477/2017  
Concede férias a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 478/2017**

Publicação Nº 1459281

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 478/2017

Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 479/2017**

Publicação Nº 1459282

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 479/2017

Concede férias ao servidor JOSÉ SERGIO FLORES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JOSÉ SERGIO FLORES, ocupante do cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/01/2018 a 01/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 480/2017**

Publicação Nº 1459287

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 480/2017

Concede férias a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 481/2017**

Publicação Nº 1459292

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 481/2017

Concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA, ocupante do cargo de Diretora de Escola, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 482/2017**

Publicação Nº 1459294

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 482/2017

Concede férias a servidora NEIVA MARIA HAAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NEIVA MARIA HAAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 483/2017**

Publicação Nº 1459301

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 483/2017  
Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 484/2017**

Publicação Nº 1459307

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 484/2017  
Concede férias a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 485/2017**

Publicação Nº 1459310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 485/2017

Concede férias a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Professor III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 486/2017**

Publicação Nº 1459311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 486/2017

Concede férias a servidora SUELI MARIA STAHELIN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Secretária de Escola, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 487/2017**

Publicação Nº 1459313

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 487/2017



Concede férias ao servidor WAGNER JOSE JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor WAGNER JOSE JUNCKES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 488/2017**

Publicação N° 1459318

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 488/2017

Concede férias ao servidor WALDIR JULIO DE MELO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor WALDIR JULIO DE MELO, ocupante do cargo de Operador de Máquina III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 489/2017**

Publicação N° 1459320

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 489/2017

Concede férias ao servidor SILVIO CESAR DITTER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO CESAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 490/2017**

Publicação Nº 1459322

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 490/2017  
Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 491/2017**

Publicação Nº 1459324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 491/2017  
Concede férias à servidora CAMILA ALBINO SIEGEL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeira - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/12/2017 a 16/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 492/2017**

Publicação Nº 1459325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 492/2017  
Concede férias a servidora FRANCIELLI CZOUPINSKI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCIELLI CZOUPINSKI, ocupante do cargo de Psicóloga, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 493/2017**

Publicação Nº 1459326

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 493/2017  
Concede férias a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, ocupante do cargo de Odontólogo - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/12/2017 a 16/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 494/2017**

Publicação Nº 1459327

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 494/2017

Concede férias ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 495/2017**

Publicação N° 1459328

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 495/2017

Concede férias a servidora NAZARÉ DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NAZARÉ DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 496/2017**

Publicação N° 1459329

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 496/2017

Concede férias a servidora NILZA MARIA JUNCES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NILZA MARIA JUNCES, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 497/2017**

Publicação Nº 1459332

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 497/2017  
Concede férias a servidora NIZIA KNIES KOERICH.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NIZIA KNIES KOERICH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### **PORTARIA N.º 498/2017**

Publicação Nº 1459334

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 498/2017  
Concede férias a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 499/2017**

Publicação Nº 1459337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 499/2017  
Concede férias a servidora ANA CRISTINA DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Odontólogo - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 10/01/2018 a 08/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 500/2017**

Publicação Nº 1459345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 500/2017  
Concede férias ao servidor GUILHERME ALBINO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor GUILHERME ALBINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 17/01/2018 a 15/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 501/2017**

Publicação Nº 1459349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 501/2017

Concede férias ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, férias por 30 dias que gozará a partir de 11/01/2018 a 09/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 502/2017**

Publicação N° 1459354

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 502/2017

Concede férias a servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, férias por 20 dias que gozará a partir de 18/12/2017 a 06/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Parágrafo Único: O saldo de 10 (dez) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n°. 182/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 503/2017**

Publicação N° 1459359

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 503/2017

Concede férias a servidora TATIANA CORDEIRO DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora TATIANA CORDEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social, férias



por 20 dias que gozará a partir de 09/01/2018 a 28/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Parágrafo Único: O saldo de 10 (dez) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 182/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 504/2017**

Publicação N° 1459363

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 504/2017

Concede férias a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 505/2017**

Publicação N° 1459366

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 505/2017

Concede férias a servidora MARIANA NALOVAIKO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIANA NALOVAIKO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, férias por 30 dias que gozará a partir de 10/01/2018 a 08/02/2018, referente ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 506/2017**

Publicação Nº 1459370

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 506/2017

Retira Função Gratificada da Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Retirar da servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30.12.2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA N.º 507/2017**

Publicação Nº 1459373

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 507/2017

Retira Função Gratificada da Servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Retirar da servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30.12.2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 508/2017**

Publicação Nº 1459377

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 508/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 509/2017**

Publicação Nº 1459380

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 509/2017  
Concede férias ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor JEFFERSON MARIO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador do Município, o saldo remanescente de 24 (vinte e quatro) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, que gozará a partir de 03/01/2018 a 26/01/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 510/2017**

Publicação Nº 1459383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 510/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA SCHEILA CRISTINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar n.º. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ SCHEILA CRISTINA SCHMITZ – PROFESSORA III – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## PORTARIA N.º 511/2017

Publicação Nº 1459387

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 511/2017

Concede férias a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCQUES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCQUES, ocupante do cargo de Atendente de Saúde pública, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

## RESOLUÇÃO Nº03/2017

Publicação Nº 1460847

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br – educacao@pmspa.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº03/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVEM:

Art. 1º - Fica instituído, após o período de rematrículas para o ano letivo de 2018 e o período de matrículas de alunos novos (residentes no Município ou de filhos de pais que trabalhem na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara), o período de matrículas para alunos

oriundos de Municípios vizinhos, desde que haja vaga, na Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, conforme orientações do Edital de Matrículas Nº01/2017. O quadro abaixo demonstra as vagas existentes:

Turmas Anos Iniciais	Número de Vagas
1º Ano	–
2º Ano	19
3º Ano	–
4º Ano	02
5º Ano	20

Turmas Anos Finais	Número de Vagas
6º Ano	21
7º Ano	21
8º Ano	06
9º Ano	15

Parágrafo Único – A Escola Reunida Municipal de Santa Filomena Professor Augusto Schnitzler possui vagas em todas as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º - O período de matrículas de novos alunos (residentes em outros municípios) na E.B. M. Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, para o ano letivo de 2018, será realizado nos dias 18 e 19 de dezembro de 2017, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min, nas dependências da Escola, de acordo com o número de vagas estabelecidas e com as normas estabelecidas no Edital de Matrículas Nº01/2017.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2017.

CARLINHO SCHMITT

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

RICHARD MOTTA COELHO

Presidente do Conselho Municipal de Educação

## **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 028/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA SHAIANE CRISTINE DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.**

Publicação Nº 1446474

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 028/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA SHAIANE CRISTINE DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora SHAIANE CRISTINE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 055.463.279-95, residente a Rua Urbano Agostinho, nº 344, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 028/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 028/2017, até a data em que a criança complete cinco meses de idade.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 004/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA MAYARA MAFRA BONDAVALLE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.**

Publicação Nº 1446473

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 004/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA MAYARA MAFRA BONDAVALLE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora MAYARA MAFRA BONDAVALLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 084.848.819-97, residente a Servidão Antônio Weber Junior, s/nº, Centro – Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 004/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 004/2017, até a data em que a criança complete cinco meses de idade.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO  
TESTEMUNHAS:

CONTRATADO\R

**GABARITO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001/2017**

Publicação Nº 1460848



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000  
Fone: (48) 3277-0122 – [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

**Gabarito Provisório****Processo Seletivo – Edital nº 001/2017**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	A	A	C	D	B	B	D	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	B	B	C	A	C	B	A	B
21	22	23	24	25					
B	C	C	D	D					

**Referente a TODOS os cargos**

**CENAD – Centro de Educação a Distância**  
Rua Vanderlei Júnior, 202, Campinas | São José/SC | (48) 3257-7305



# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL

Publicação Nº 1459874

EXTRATO CONTRATUAL Nº 56/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: JM EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA NOVA ZERO HORAS, ANO E MODELO 2017.

VALOR: R\$ 229.000,00

PRAZO: 15/12/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1843/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017.

SAUDADES, SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL KOTHE

PREFEITO MUNICIPAL

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.339/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1460888

DECRETO Nº 4.339/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.326/2017 de 11 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.243.3012.2.433 - Manutenção do Conselhor Tutelar

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.71.70.00.00.00.00 - 00.01.0000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de Dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### PORTARIA Nº 7.323/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1460890

PORTARIA Nº. 7.323/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Alessandro Rosa Gomes, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 14 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NELSON JOÃO ZOZ

Secretário de Obras

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**ANULAÇÃO PR 41/2017-FMS**

Publicação Nº 1458775

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 41/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 67/2017  
Data do Processo: 26/10/2017

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de um motor novo para o veículo Sprinter, placa MEK 7789, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2017**

**Motivo:** Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 15 de Dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 41/2017-FMS (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 1458737

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 41/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 67/2017 Data do Processo: 26/10/2017

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 76/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de um motor novo para o veículo Sprinter, placa MEK 7789, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 15 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO N. 001/2017**

Publicação Nº 1460153

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO n. 001/2017

CONTRATO Nº. 010/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 013/2017

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC, e a empresa ADRIANA LAURA KUSKOWSKI WILPERT ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.312.387/0001-99, estabelecida na Rua Dom Pedro, 969, Município de Schroeder/SC, celebram o presente Termo de Distrato:

Objeto: Fica distratado amigavelmente o Contrato n. 010/2017 firmado entre as partes para a execução da garagem da Câmara Municipal, com fornecimento de mão de obra e material, conforme o disposto na Cláusula Nona, item 9.1.3, do referido contrato ora distratado.

Schroeder, 15 de dezembro de 2017.

Aurino Wudke – Presidente

Primeiro Distratante

Adriana Laura Kuskowski Wilpert

Segundo Distratante

Valor do contrato: R\$ 9.453,50 (nove mil quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 16/10/2017

AURINO WUDKE

Presidente

**PORTARIA N. 060/2017**

Publicação Nº 1460170

PORTARIA N. 060/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Schroeder, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e com base no advento da Lei Complementar n.199/2017, RESOLVE:

Art. 1º Enquadrar a servidora Angélica Sonntag, ocupante do Cargo de Assessora Jurídica, na Função Gratificada FG-4, subnível B (FG-4B), em consonância com a Lei Complementar n. 090/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Schroeder, 15 de dezembro de 2017.

Ver. Aurino Wudke

Presidente

Registrada e publicada nesta data.

Miriã de Freitas Souza Gonçalves – Diretora Geral

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1360

Publicação Nº 1459797

DECRETO Nº 1360, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre readaptação definitiva de Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do art. 26 e seus §§ 1º e 2º da Lei Complementar 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências,

#### DECRETA

Art. 1º Fica concedida a readaptação profissional definitiva à servidora Marileine Fátima Biondo Ramos, ocupante do cargo efetivo de professora, para atuação junto a Casa da Cultura Biágio Aurélio Paludo, com carga horária de 10 (dez horas semanais), a serem cumpridas de segunda a quinta feira das 19 às 21:30 horas, em razão de limitações físicas nos termos de Laudo Médico proferido pelo Dr. Roberto Edson M. Amaral, inscrito no CRM/SC sob o nº 2871, que passa a fazer parte dos assentos da servidora.

§ 1º Nos termos do § 2º do art. 26 da Lei Complementar 18 de 28 de novembro de 2003, fica mantido integralmente a remuneração percebida pelo exercício do cargo de professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1196, de fevereiro de 2017.

Seara-SC, 15 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de dezembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

### PORTARIAS 495/2017 E 496/2017

Publicação Nº 1460315

Portaria nº. 495/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,  
Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 609/2016, que contrata Antonio Luiz Furlanetto, em caráter temporário, para exercer a função de Médico, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no anexo IV, nível 330, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2018.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 496/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Prorrogar, Por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 05 de abril a 02 de junho de 2018, a Licença Maternidade da servidora Lucineia Neodete Patzlaff, matrícula 214401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 15 de dezembro de 2017.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2017

Publicação Nº 1459571

Processo Licitatório nº. 160/2017.  
Edital de Pregão Presencial nº. 087/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 05/01/2018 "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pastas para bloco de produtor destinadas às atividades da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 15 de dezembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2017

Publicação Nº 1460208

Processo Licitatório n. 161/2017  
Edital de Leilão Público nº. 001/2017

O Município de Seara, SC, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Seara/SC, CEP 89.770/000, inscrito no CNPJ sob o nº 830245050001-13, torna público aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10:00 horas do dia 06 de FEVEREIRO, de 2017, tendo como local o AUDITÓRIO MUNICIPAL JOÃO FURLANETTO, sito a Rua Beira Rio, nº 05, Centro, Seara/SC. O leilão será cometido e conduzido ao leiloeiro administrativo designado pelo Decreto Municipal nº 1351, SR. CLAIS-NEI ANDRÉ VANI, Matrícula 2146/03, e assessorado pela empresa Superbid Webservices Ltda, conforme Contrato nº 161/2017. Oriundo do Processo Licitatório nº 111/2017, edital de Tomada de Preços 006/2017, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [www.superbid.net](http://www.superbid.net) e [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), ou ainda os telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327 na Prefeitura.

Seara, SC, 15 de dezembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal



# Serra Alta

## PREFEITURA

### CONTRATO DE RATEIO Nº 150/2017- PROSUASA

Publicação Nº 1460337

#### CONTRATO DE RATEIO Nº 150/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DO PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – CIDEMA E O MUNICÍPIO ABAIXO QUALIFICADO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARIO AFONSO WOITEXEM, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede na Av. Dom Pedro II, 830 - Centro, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, para custear as despesas do PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.000,00 (mil reais), na forma do quadro demonstrativo abaixo:

PARCELA	VALOR	VENCIMENTO
1	1.000,00	31/01/2018
2	1.000,00	28/02/2018
3	1.000,00	30/03/2018
4	1.000,00	30/04/2018
5	1.000,00	31/05/2018
6	1.000,00	29/06/2018
7	1.000,00	31/07/2018
8	1.000,00	31/08/2018
9	1.000,00	28/09/2018
10	1.000,00	31/10/2018
11	1.000,00	30/11/2018
12	1.000,00	31/12/2018

2.2 O MUNICÍPIO autoriza o débito dos valores devidos ao CONSÓRCIO na conta do FPM, no dia 30 de cada mês.

2.3 Poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após prévia suspensão, caso o MUNICÍPIO não consigne, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação: 3.1.71, aprovada para o exercício de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato vigorará do dia 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

5.1 São obrigações do CONSÓRCIO:

- colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços objeto do presente Contrato de Rateio;
- orientar as Secretarias Municipais em relação aos procedimentos adotados;
- encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- elaborar relatório detalhado das atividades desenvolvidas;
- comunicar ao MUNICÍPIO as anormalidades verificadas durante a execução do programa.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- acompanhar os serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos

entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

7.2 A prestação de contas mensal ao MUNICÍPIO será feita na forma exigida pela Lei nº 4.320/1964 e disponibilizada no site do CONSÓRCIO para download do Município.

#### CLÁUSULA OITA – DAS PENALIDADES

8.1 O MUNICÍPIO inadimplente com o CONSÓRCIO será notificado formalmente sobre sua inadimplência para que, no prazo assinalado, regularize a pendência.

8.2 A notificação da inadimplência implica a suspensão dos serviços do CONSÓRCIO até a regularização do débito.

8.3 Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após deliberação da Assembleia Geral, sem prejuízo do adimplemento do débito apurado.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 15 de dezembro de 2017.

MARIO AFONSO WOITEXEM DARCI CERIZOLLI

Presidente do CIDEMA Prefeito de Serra Alta/SC

### CONTRATO RATEIO Nº 108/2017- PROAGUA

Publicação Nº 1460342

#### CONTRATO DE RATEIO Nº 108/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS – PRÓAGUA, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIDEMA E O MUNICÍPIO ABAIXO QUALIFICADO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor MARIO AFONSO WOITEXEM, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede na Av. Dom Pedro II, 830 - Centro, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, para custear as despesas do PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS – PRÓAGUA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor anual de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatro centos reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 700,00 (setecentos reais), na forma do quadro demonstrativo abaixo:

PARCELA	VALOR	VENCIMENTO
1	700,00	31/01/2018
2	700,00	28/02/2018
3	700,00	30/03/2018
4	700,00	30/04/2018
5	700,00	31/05/2018
6	700,00	29/06/2018
7	700,00	31/07/2018
8	700,00	31/08/2018
9	700,00	28/09/2018
10	700,00	31/10/2018
11	700,00	30/11/2018
12	700,00	31/12/2018

2.2 O MUNICÍPIO autoriza o débito dos valores devidos ao CONSÓRCIO na conta do FPM, no dia 30 de cada mês.

2.3 Poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após prévia suspensão, caso o MUNICÍPIO não consigne, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação: 3.1.71, aprovada para o exercício de 2018.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato vigorará do dia 02 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

5.1 São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços objeto do presente Contrato de Rateio;
- b) orientar as Secretarias Municipais em relação aos procedimentos adotados;
- c) encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- d) elaborar relatório detalhado das atividades desenvolvidas;
- e) comunicar ao MUNICÍPIO as anormalidades verificadas durante a execução do programa.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) acompanhar os serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- b) definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

7.2 A prestação de contas mensal ao MUNICÍPIO será feita na forma exigida pela Lei nº 4.320/1964 e disponibilizada no site do CONSÓRCIO para download do Município.

#### CLÁUSULA OITTA – DAS PENALIDADES

8.1 O MUNICÍPIO inadimplente com o CONSÓRCIO será notificado formalmente sobre sua inadimplência para que, no prazo assinalado, regularize a pendência. 8.2 A notificação da inadimplência implica a suspensão dos serviços do CONSÓRCIO até a regularização do débito.

8.3 Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após deliberação da Assembleia Geral, sem prejuízo do adimplemento do débito apurado.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 15 de dezembro de 2017.

MARIO AFONSO WOITEXEM DARCI CERIZOLLI

Presidente do CIDEMA Prefeito de Serra Alta/SC

### DECRETO 202/2017

Publicação Nº 1460709

DECRETO Nº 202/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.368,24 (dezessete mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0009 – Transferências do FUNDEB – 40%

Despesa: 136 ..... R\$ 17.368,24

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 17.368,24 (dezessete mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0009 – Transferências do FUNDEB – 40%

Despesa: 31 ..... R\$ 17.368,24

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 204/2017

Publicação Nº 1459618

DECRETO Nº 204/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais (art. 40, inc. VII, da Lei Orgânica), em especial ao art. 56, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 017/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Alvará Sanitário e Imposto Sobre Serviços - ISS, referente ao Exercício de 2018:

### ALVARÁ VENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/03/2018
-------------------------	------------

### IPTU VENCIMENTO

Pagamento à vista/Parcela Única	12/06/2018
1ª Parcela	12/06/2018
2ª Parcela	12/07/2018
3ª Parcela	12/08/2018

### ISS VENCIMENTO

1ª Parcela	20/02/2018
2ª Parcela	20/03/2018
3ª Parcela	20/04/2018
4ª Parcela	20/05/2018
5ª Parcela	20/06/2018
6ª Parcela	20/07/2018
7ª Parcela	20/08/2018
8ª Parcela	20/09/2018
9ª Parcela	20/10/2018
10ª Parcela	20/11/2018
11ª Parcela	20/12/2018
12ª Parcela	20/01/2019

### ALVARÁ SANITÁRIO VENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/03/2018
-------------------------	------------

Art. 2º. Os pagamentos deverão ser efetuados nas agências Bancárias conveniadas com o Município.

Parágrafo Único. Após o vencimento, os impostos sofrerão acréscimo de multa e juros ocorridos no período, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Ao término do Exercício de 2018, os débitos serão lançados em dívida ativa e os pagamentos somente poderão ser quitados na Tesouraria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 15 de dezembro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## DECRETO 205/2017

Publicação Nº 1459071

DECRETO Nº 205/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GABRIELA CARLA STRAPAZZON, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido férias à Servidora Pública Municipal, admitida em caráter temporário no cargo de Professora de Educação Física, 20 horas semanais, Sra. GABRIELA CARLA STRAPAZZON, conforme descrito abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
06/03/2017 A 31/12/2017	20/12/2017 A 13/01/2018	25 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de dezembro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## DECRETO 206/2017

Publicação Nº 1460713

DECRETO Nº 206/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.284,00 (catorze mil, duzentos e oitenta e quatro reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.540 – Manutenção do Transporte Escolar

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0009 – Transferências do FUNDEB – 40%

Despesa: 135 ..... R\$ 14.284,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 14.284,00 (catorze mil, duzentos e oitenta e quatro reais), são provenientes do excesso de arrecadação verificado na Transferência de Convênios do Estado para o Transporte Escolar com recursos do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 207/2017

Publicação Nº 1460715

DECRETO Nº 207/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA CLAIR FÁTIMA ANDREIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CEREZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias da Servidora CLAIR FÁTIMA ANDREIS, constante no Decreto nº 177/2017, de 16 de outubro de 2017, passando para:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
01/01/2017 A 31/12/2017	19/01/2018 A 17/02/2018	30 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## PORTARIA 126/2017

Publicação Nº 1459574

PORTARIA Nº. 126/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE GABRIELA CARLA STRAPAZZON, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006 e,

CONSIDERANDO que o art. 118 da Lei nº 8.213/91, dispõe que: “o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente”.

CONSIDERANDO, ainda, que o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula nº 378 disciplinando que fica assegurado o direito à estabilidade provisória pelo período de 12 (doze) meses após a cessação do auxílio doença ao empregado acidentado.

CONSIDERANDO, também, que a servidora Gabriela Carla Strapazzon, em 11 de março de 2017, sofreu acidente de trabalho, tendo cessado o auxílio doença em 06 de junho de 2017.

CONSIDERANDO, por fim, que retornou as atividades laborativas em 07 de junho de 2017, desta forma, possui estabilidade pelo período de 12 (doze) meses a contar do retorno (07/06/2017).



**RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº 037/2017, de 06 de março de 2017, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Gabriela Carla Strapazon
CPF:	091.362.069-62
RG:	5.543.353 SSPDC/SC
CARGO:	Professora de Educação Física
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a prorrogação do contrato de trabalho da Servidora em decorrência do acidente de trabalho, o qual lhe concede estabilidade de 12 (doze) meses, após a cessação do benefício previdenciário de auxílio doença, independentemente de percepção de auxílio acidente.
VIGÊNCIA:	15/12/2017 A 06/06/2018

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando a Portaria nº 105/2017, de 14 de dezembro de 2017, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

**RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA Nº 044/2017**

Publicação Nº 1459707

PROCESSO Nº 044/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2017

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA, inscrito no CNPJ nº: 03.455.536/0001-90, para a prestação de serviços técnicos especializados atendendo o Programa PROAGUA E PROSUASA para a população do Município de Serra Alta integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor total de R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais), em favor da Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA, cujo pagamento far-se-á em 12 parcelas mensais de (janeiro a dezembro/2018) com recursos próprios do orçamento vigente Proj/Ativ. 2.300 – Manutenção da Administração Geral – Transferências a Consórcios Públicos 3.3.7.1.00.

Serra Alta, 15 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 044/2017**

Publicação Nº 1459697

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SERRA ALTA</b>  CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 44/2017 - DL</b>  Processo Administrativo: 44/2017 Processo de Licitação: 44/2017 Data do Processo: 15/12/2017
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2017  
b) Licitação Nr.: 44/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 15/12/2017  
e) Data da Adjudicação: 15/12/2017 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação Contratação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, para a prestação de serviços técnicos especializados atendendo aos Programas PROAGUA E PROSUASA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Desclo (%)	Total dos Itens
- 001346 - CIDEMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENV.	2	0,0000	20.400,00
	2		20.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 15 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
EDERSON CEREZOLLI  
Presidente da Comissão de Licitação

\_\_\_\_\_  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 001/2017**

Publicação Nº 1458865

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

"DISPÕE SOBRE ESCALA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2017".

JACI MARIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, conforme escala de períodos, referente ao exercício de 2017, proporcionalmente ao período trabalhado, conforme segue:

**SERVIDORES: DIAS PERÍODO DE FÉRIAS**

ANA CAROLINE S. TOMAZELLI 30 21/12/2017 à 19/01/2018

ARGENOR LUIZ BRESOLIN 30 04/01/2018 à 03/02/2018

HELENA VANZELLA DALL AGNOL 30 21/12/2017 à 19/01/2018

SILVANA DE GREGORI 30 04/01/2018 à 03/02/2018

VERONIKA ALICE R. ZANCHETT 30 04/01/2018 à 03/02/2018

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos termos legais. Revogando-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Serra Alta, 18 de dezembro de 2017

JACI MARIN

Presidente

Registrado e publicado em data supra:

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 85/2017 AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1459027

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO PMS Nº 85/2017

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO PMS Nº 02/2017

1. Objeto: Credenciamento de agricultores e/ou grupos formais e informais de agricultores familiares para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, durante o exercício de 2018.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. 14, §1º, e Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, em seu art. 20, §1º e 2º.

3. Tipo: Menor preço por item.

4. Data da sessão pública: Os documentos de habilitação e a proposta de venda deverão ser entregues em no Setor de Protocolo de licitações, até o dia 08/01/2018 às 09h: 00min.

5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br).

7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 14 de dezembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

### CREDENCIAMENTO FORNECEDORES 2018

Publicação Nº 1459025

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS

EDITAL PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

1. Objeto: O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de atualização dos dados e cadastro de novos fornecedores para o exercício de 2018. Poderão se inscrever jurídicas, desde que atendidas às exigências legais e que tenham interesse em fornecer produtos e/ou serviços ao Município de Siderópolis.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, artigo 34, § 1º

3. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br).

4. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 15 de dezembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 296/17

Publicação Nº 1459055

DECRETO Nº 296, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 13.576,43 (Treze mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e três reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA

2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0085(78) - Aplicações Diretas ..... R\$ 13.576,43

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 85.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 12 de dezembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

**Sul Brasil****PREFEITURA****LEI Nº 1.149-2017- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018**

Publicação Nº 1458906

LEI MUNICIPAL Nº 1.149/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de SUL BRASIL para o Exercício de 2018.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Sr. EDER IVAN MARMITT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de SUL BRASIL para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 19.034.480,00, sendo R\$ 15.269.051,64 do Orçamento Fiscal e R\$ 3.765.428,36 do Orçamento da Seguridade Social.

**DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 19.034.480,00 e fixa a Despesa em R\$ 19.034.480,00.

O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 3.170.128,36 e fixa a Despesa em R\$ 3.170.128,36.

O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 607.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 607.000,00.

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
	MUNICIPIO	FUNDO DE SAÚDE	CONSOLIDADO
1. RECEITAS CORRENTES	17.250.480,00	878.000,00	18.128.480,00
1.1. Receita Tributária	599.305,00		599.305,00
1.1.1. Taxas	8.625,00		8.625,00
1.2. Receita de Contribuições	30.000,00		30.000,00
1.3. Receita Patrimonial	95.850,00	5.600,00	101.450,00
1.4. Receita de Serviços	444.300,00		444.300,00
1.5. Transferências Correntes	16.065.400,00	872.400,00	16.937.800,00
1.6. Outras Receitas Correntes	7.000,00		7.000,00
(-) Deduções da Receita Corrente	2.374.000,00		2.374.000,00
(-) Deduções da Receita Corrente (FUNDEB)	2.374.000,00		2.374.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.175.000,00	105.000,00	3.280.000,00
2.1. Operações de Crédito	2.000.000,00		2.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	170.000,00		170.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	20.000,00		20.000,00
2.4. Transferências de Capital	985.000,00	105.000,00	1.090.000,00
Deduções da receita Corrente e Tributária	2.374.000,00		2.374.000,00

TOTAL DA RCL	20.425.480,00	983.000,00	21.408.480,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	18.051.480,00	983.000,00	19.034.480,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
4. RECEITAS	19.034.480,00
(-) Deduções da Receita Corrente	2.374.000,00
4.1 RECEITAS CORRENTES	18.128.480,00
4.2 RECEITAS DE CAPITAL	3.280.000,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
01.01. Câmara Municipal	607.000,00
02.01. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	710.000,00
03.01. Secretaria de Administração e Fazenda	1.353.662,75
04.01. Secretaria Municipal de Educação	3.036.348,89
04.02. Departamento de Esportes	207.500,00
04.03. Departamento de Cultura	85.000,00
04.04. Departamento de Turismo	150.000,00
05.01. Fundo Municipal de Saúde	3.170.128,36
05.02. Fundo Municipal de Assistência Social	472.300,00
05.03. Fundo Municipal para Infância e Adolescência	20.000,00
05.04. Fundo Municipal do Idoso	93.000,00
06.01. Departamento de Agricultura	406.500,00
06.02. Departamento de Obras e Serviços Urbanos	4.085.590,00
06.03. Departamento Municipal de Estradas e Rodagem	2.434.750,00
06.04. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	2.125.500,00
06.05. Fundo Municipal de Habitação	67.200,00
9 9. Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	19.034.480,00

#### II- CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
01. LEGISLATIVA	607.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	1.894.292,75
06. SEGURANÇA PÚBLICA	42.970,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	595.300,00
10. SAÚDE	3.170.128,36
12. EDUCAÇÃO	3.036.348,89
13. CULTURA	85.000,00
15. URBANISMO	2.291.000,00
16. HABITAÇÃO	67.200,00
17. SANEAMENTO	755.000,00
20. AGRICULTURA	2.532.000,00
22. INDÚSTRIA	597.500,00
24. COMUNICAÇÕES	5.000,00
25. ENERGIA	380.090,00
26. TRANSPORTE	2.481.750,00
27. DESPORTO E LAZER	357.500,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	126.400,00

99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	19.034.480,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
3.3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	13.280.480,00
4.4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.744.000,00
3.9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	19.034.480,00

ESPECIFICAÇÃO/CONSOLIDADO	VALOR R\$
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	13.280.480,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	6.420.937,25
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	6.859.542,75
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.754.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	5.729.000,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	15.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	19.034.480,00

ESPECIFICAÇÃO/MUNICÍPIO	VALOR R\$
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	9.721.351,64
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	4.790.308,89
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	4.931.042,75
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.536.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	5.511.000,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	15.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	15.257.351,64

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.997.128,36
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	1.180.628,36
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	1.816.500,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	173.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	173.000,00
TOTAL	3.170.128,36

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	562.000,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	450.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	112.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	45.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	45.000,00
TOTAL	607.000,00



Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
1. Intempéries	10.000,00
2. Passivos Contingentes diversos de necessidade de suplementação orçamentária.	1.000,00
SOMA	11.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004 e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art.7º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art.10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art.11º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 14 de dezembro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º 648 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017. "DISPÕE SOBRE A CESSAÇÃO DE PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 1460123

PORTARIA N.º 648 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"DISPÕE SOBRE A CESSAÇÃO DE PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o ofício expedido pela Secretária de Saúde;

#### RESOLVE

Art. 1º. Cessar o pagamento de Função Gratificada no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre os vencimentos da Servidora FERNANDA DALMOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO – NÍVEL 07 – CLASSE D, a partir de 01/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARA SC, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017 REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1460184

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº111/2017 REGISTRO DE PREÇO

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 111/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇO DE BORRACHARIA REMOÇÃO, CONSERTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS) NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, GABINETE, SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) BLENON MUGNOL OLIVEIRA 07110565955, representada neste ato por José Adriano de Oliveira;
- 2) RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP, representada neste ato por Roberto Neuhauser;
- 3) FM PNEUS LTDA, representada neste ato por Eloir Clefson Zago;
- 4) NORBERTO PNEUS LTDA ME, representada neste ato por Karyne Weber;
- 5) GRANDO PNEUS LTDA ME, representada neste ato Carlos Alberto Paganella.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos lotes 2, 3 e 5 a empresa BLENON MUGNOL OLIVEIRA 07110565955 com o valor total dos lotes de R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais), sagrou-se vencedor do lote 10 a empresa GRANDO PNEUS LTDA ME com o valor total do lote de R\$ 149.680,00 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta reais), sagrou-se vencedor dos lotes 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 24 a empresa FM PNEUS LTDA com o valor total dos lotes de R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais), sagrou-se vencedor dos lotes 6, 7, 8, 9, 12, 14, 20, 21, e 22 a empresa RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP com o valor total dos lotes de R\$ 92.830,00 (noventa e dois mil oitocentos e trinta reais) e sagrou-se vencedor dos lotes 1, 4 e 23 a empresa NORBERTO PNEUS LTDA ME com o valor total dos lotes de R\$ 83.640,00 (oitenta e três mil seiscentos e quarenta reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 15/12/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 15 de Dezembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter  
Presidente da Comissão de Licitações

Willian José Zen Camila Bruns

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

BLENON MUGNOL OLIVEIRA 07110565955

RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP

FM PNEUS LTDA

NORBERTO PNEUS LTDA ME

GRANDO PNEUS LTDA ME

## **ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017 REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1459177

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017 REGISTRO DE PREÇO

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 116/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME, representada neste ato por Gilberto Sevald;

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou a qual foi habilitada, em seguida passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após tentativa de negociação, a empresa baixou o valor da sua proposta, sagrando-se vencedor a empresa PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME com o valor total de R\$ 44.990,00 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa reais). Após aberto o envelope da documentação foi constatado que estava de acordo com o edital, passando para vistas dos presentes. Não houve manifestação de intensão de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 15/12/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 15 de Dezembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

PANIFICADORA E CONFEITARIA TANGARÁ LTDA ME

## **RETIFICAÇÃO PR 118/2017**

Publicação Nº 1460370

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 187/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Referente a especificação do item 1 onde era "porta livro em madeira aglomerado (MDP)" agora se lê " porta livros em polipropileno, fixado à estrutura por rebites 4,8 x 16. Tampo em madeira aglomerado (MDP)" do objeto pregão nº 118/2017 AQUISIÇÃO DE KIT CARTEIRA E CADEIRA E KIT REFEITÓRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, alterando assim a hora e data do certame do dia 21/12/2017 para dia 12 de Janeiro de 2018 as 14:00 horas. Passando a vigorar com a nova redação.

Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 15 de Dezembro de 2017

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal

## **RETIFICAÇÃO PR 129/2017**

Publicação Nº 1459201

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 197/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017  
RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Referente ao item 1 exclui-se a especificação "bica de saída hidráulica em polietileno" e "sistema quebrador de grãos" do objeto pregão nº 129/2017 AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE FORRAGEM COM AREA TOTAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, alterando assim a data do certame do dia 28/12/2017 para dia 09 de Janeiro de 2018 as 14:00 horas. Passando a vigora com a nova redação. Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 15 de Dezembro de 2017  
Nadir Baú da Silva  
Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 229/2017

Publicação Nº 1459016

PORTARIA Nº. 229/2017.

APLICA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA A AGENTE PÚBLICA SRA. SALETE TERESINHA SAUSEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015, com fundamento no art.117 XV e art. 127 I da Lei Federal 8.112/90, bem como o artigo 147 I da Lei Municipal nº 035/2015, em conformidade com as razões expostas no Relatório Final de autoria da Comissão Processante.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aplicar à penalidade de Advertência a servidora Sra. SALETE TERESINHA SAUSEN, Assistente Social, matrícula funcional nº. 264/01, lotada na Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Tigrinhos/SC, em razão de ter cometido a infração de PROCEDER DE FORMA DESIDIOSA, prevista no art.117 XV da Lei Federal nº 8.112/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quinze de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

### PORTARIA 230/2017

Publicação Nº 1460891

PORTARIA Nº. 230/2017.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. DENISE ROSELI CAMPANA BEVILAQUA, do cargo Temporário de PROFESSOR II, cadastrada sob a matrícula nº. 558/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 18/12/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

**PORTARIA 231/2017**

Publicação Nº 1460893

PORTARIA Nº. 231/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. JANAINA RAQUEL PROVIN LOWIS, Técnica em Enfermagem, Matrícula nº. 257/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 18 de Dezembro de 2017 à 16 de Janeiro de 2018, retornando as atividades normais no dia 17 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.



# Tijucas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1295/2017

Publicação Nº 1459240

DECRETO Nº 1295, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a remuneração do Superintendente da Fundação Municipal de Esportes – FME.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea “a”, do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 21 da Lei Municipal nº 980, 15 de janeiro de 1993 e demais disposições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º A remuneração do superintendente da Fundação Municipal de Esportes – FME será equivalente a 90% (noventa por cento) do subsídio do Secretário Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 13 de dezembro de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

### EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO 176/PMT/17 - PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 136/PMT/17

Publicação Nº 1458846

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 176/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais para uso geral, que serão utilizados em Limpeza de ruas, tubulações de esgoto, obras públicas, manutenção de estradas E vias públicas, rurais e urbanas do município, para os próximos doze meses, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: ARTEFATOS DE CIMENTO CAMPO NOVO LTDA - ME  
foi vencedora dos itens: 22,23,177 e 178, no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALÍCIO DA SILVA - EPP  
foi vencedora dos itens: 3,16,17,18,19,20,21,24,25,26,27,35,37,39,41,44,45,46,47,48,49,50, 53,56,59,62,68,78,79,80,81,82,83,86,87,88,93,94,95,96,97,98,99,100,102,107,108,111,112, 113,114,116,120,121,124,126,130,134,137,138,140,141,146,150,153,158,162,163,166,167, 169,173,174,188,193,194 e 195, no valor de R\$ 28.327,66 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos).

Empresa Vencedora do Processo: COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ZONTA NETO LTDA  
foi vencedora dos itens: 01,38,51,52,55,58,63,64,65,66,90,101,103,109,115,117,119,122,123, 125,129,135,139,143,147,151,152,154,159,165,170,175,189 e 192, no valor de R\$ 11.625,70 (onze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: REIS & FILHOS LTDA  
foi vencedora dos itens: 2,4,5,6,7,31,32,42,43,54,57,70,71,84,128,136,142,145,149,155,164 e 172, no valor de R\$ 34.258,50 (trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI - EPP  
foi vencedora dos itens: 8,9,10,11,12,13,14,15,28,29,30,33,34,36,40,60,61,67,69,72,73,74,75,76,77, 85,91,92,104,105,106,110,118,127,131,132,133,144,148,156,157,160,161,168,171,176,179,180,181, 182,183,184,185,186,187,190 e 191 no valor de R\$ 42.645,80 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO 177/PMT/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO 137/PMT/17**

Publicação Nº 1459135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 177/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/PMT/2017

Objeto: Aquisição de bandeiras para uso nas dependências públicas,  
da Secretaria Municipal, Obras, Transportes e Serviços Públicos,  
do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA - EPP  
foi vencedora dos itens: 1,2,3,4,5,6 e 7 no valor de R\$ 9.350,00  
(nove mil trezentos e cinquenta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO QUARTO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 152/PMT/2015**

Publicação Nº 1459015

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 152/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/PMT/15 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/PMT/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA COM OS USUÁRIOS DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO(PPA-LDO-LOA), LRF, COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, ESTOQUE, FROTAS, FOLHA DE PAGAMENTO, PONTO ELETRÔNICO, RAIS, DIRF, SEFIP, EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROTOCOLO, OUVIDORIA, TRIBUTAÇÃO(FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO, DÍVIDA ATIVA, LANÇAMENTOS CADASTRAIS, PRODUÇÃO PRIMÁRIA), NOTA FISCAL ELETRÔNICA, PROCURADORIA, CONTROLE INTERNO, ESFINGE UNIDADE GESTORA E CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL NAS DETERMINADAS ÁREAS DOS SISTEMAS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE CHAMADOS, SISTEMAS E COMPUTADORES.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR DE 01/01/2018 À 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FCTT/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/FCTT/2017**

Publicação Nº 1460878

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 001/FCTT/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 001/FCTT/17

Objeto: Contratação de show musical do cantor Lipe Machado para o evento "Show da Virada" – Réveillon Popular de Tijucas, que acontecerá no dia 31.12.2017, da Fundação Cultural Tradição de Tijucas – FUNCULTRATI, DO Município de Tijucas/SC.

Contratado: MALU MURICIO ME.

Valor: R\$. 3.980,00 (Três mil, novecentos e oitenta reais).

Amparo Legal: Art. 25, I, II e III da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 374/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/SAMAE/2017 DISPENSA Nº 008/SAMAE/2017**

Publicação Nº 1460910

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito sob o CNPJ nº 02.396.675/0001-27, com sede na Av. Hercílio Luz, 465, Centro, Tijucas SC, CEP 88.200-000 de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 032/SAMAE/2017

Processo de Dispensa nº 008/SAMAE/17

Objeto: Locação de imóvel para servir de sede para o SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC.  
Contratado: MARCINEIA DA SILVA VAILATI.

Valor: R\$: 66.804,00 (Sessenta e seis mil, oitocentos e quatro reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso X e Art. 62 § 3º, incisi da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Parecer Jurídico Favorável nº 372/2017/PGM.

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

PUBLICADO-DOM: 18.12.2017

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ADITIVO DE CONTRATO 14/2017**

Publicação Nº 1459169

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO  
PREGÃO 03/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: A4 DIGITAL PRINT Ltda EPP

CNPJ: 09.285.968/0001-86

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa prestadora de serviço de reprodução xerográfica para uso da Câmara de Vereadores de Tijucas/SC, conforme especificações no anexo I, do Pregão Nº 03/2017 do Processo Licitatório 10/2017.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 01/01/2017 à 31/12/2018

Valor Global: R\$ 5.548,00

(cinco mil e quinhentos e quarenta e oito reais)

**ADITIVO DE CONTRATO 15/2016**

Publicação Nº 1459196

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO  
PREGÃO 08/2016

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

CNPJ: 07.783.609/0001-23

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa prestadora de serviço de fornecimento de internet via fibra óptica para uso da Câmara de Vereadores de Tijucas/SC, conforme especificações no anexo I, do Pregão Nº 08/2016 do Processo Licitatório 13/2016.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 01/01/2017 à 31/12/2018

Valor Global: R\$ 4.440,00

(quatro mil e quatrocentos e quarenta reais)

**ADITIVO DE CONTRATO 19/2017**

Publicação Nº 1459145

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO  
PREGÃO 06/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 08.640.413/0001-42

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria e apoio técnico para com os usuários e sistemas do grupo: administrativo, contabilidade, planejamento (ppa-ldo-loa), lrf, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento, ponto eletrônico, rais, sefip, esfinge, unidade gestora; e, capacitação e treinamento de pessoal nas determinadas áreas dos sistemas, com disponibilização de sistema de controle de chamados para Câmara de Vereadores de Tijucas/SC, conforme especificações no anexo I, do Pregão Nº 06/2017 do Processo Licitatório 14/2017.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 01/01/2017 à 31/12/2018

Valor Global: R\$ 51.750,00

(cinquenta e um mil e setecentos e cinquenta reais)

## EXTRATO DE CONTRATO 59/2017

Publicação Nº 1459093

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2017

DISPENSA 28/2017

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas

CNPJ: 80.669.864/0001-30

Contratado: INSTITUTO DE APOIO AO PODER PÚBLICO – INLEGIS

CNPJ: 08.117.028/0001-15

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo a Contratação de associação sem fins lucrativos para executar capacitação aos Parlamentares e Assessores da Câmara de Vereadores de Tijucas.

Nome: CICLO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ASSESSORAMENTO PARA ENCERRAMENTO, TRANSIÇÃO E PREPARATIVOS PARA ABERTURA EXERCÍCIO 2018 - Sessões Solenes, Eleição da Mesa, Contratações E Exonerações, Ouvidorias e E-Social, conforme especificações no anexo I, da Dispensa Nº 28/2017 do Processo Licitatório 43/2017.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 11/12/2017 à 31/12/2017

Valor Global: R\$ 1.470,00

(um mil e quatrocentos e setenta reais)

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 276/2017 REVOGA DEMISSÃO DE SERVIDORES

Publicação N° 1459168

DECRETO Nº. 276, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA DEMISSÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica REVOGADA a demissão dos servidores abaixo identificados ocorrida através do Decreto 271/2017 de 08/12/2017.

Nome	Cargo	Matrícula
Luciana Dal Ponte	Auxiliar de Serviços gerais I	3404
Lucimar Dal Ponte	Auxiliar de Serviços gerais I	3360
Maria Pelissari Maffiolette	Auxiliar de Serviços gerais I	3331
Tatiane Rocha da Silva	Auxiliar de Serviços gerais I	3361

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de dezembro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA N.º 85 2017 PMT - CIGA**

Publicação Nº 1459243

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2017 – PMT

Às nove horas, do décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete (14/12/2017), na sala do setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação n.º 85/2017 PMT.

Foram analisados os documentos (abaixo relacionados) integrantes deste processo de Dispensa de Licitação apresentados pela Empresa: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CNPJ Nº. 094275503/0001-12:

Certidão Negativa de Débitos do Município de Florianópolis/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (SC)	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial	

Da análise destes documentos observa-se que o CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL apresenta pendência de documentos necessários à contratação, de acordo com o Memorando n.º 44/2014 do setor de Controle Interno, conforme segue:

- orçamento/proposta original do valor a ser contratado;
- ato constitutivo;
- declaração de cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- declaração de que não se encontra inidônea.

Os demais documentos anexados ao processo apresentam regularidade, no entanto, a Comissão entende que, para dar prosseguimento a contratação, faz-se necessário anexar ao procedimento/processo de Dispensa os documentos acima elencados.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	FELIPE RAMOS DOS SANTOS Membro em substituição
-----------------------------	-------------------------	---

**ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE 02 2017 - FUMREPOM**

Publicação Nº 1459245

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - FUMREPOM

Às nove horas, do décimo quinto dia, do mês de dezembro de dois mil e dezessete, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2017 - FUMREPOM.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa ELEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA. – CNPJ nº. 07.791.107/0001-44:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Orçamento detalhado/ Originais das propostas de preços e demais documentos que comprovem justifiquem os preços do fornecedor ou outro documento que comprove que os preços praticados pelo fornecedor são os praticados no mercado	Lei 8.666/93 Art. 38, IV

Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo (Contrato Social – 5ª Alteração)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Documento com foto do representante(Sócio) da Empresa	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó(SC) e do Município Sede da Empresa – Tremembé(SP)	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.	CF art. 7º XXXIII Lei 8.666/93 art. 27 V.
Declaração sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da administração pública Federal, Estadual e do Distrito Federal	Lei 8.666/93

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação da Empresa ELEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA encontra-se regular. Nada mais havendo, a Presidente, encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Timbó, 15 de dezembro de 2017

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

FELIPE RAMOS DOS SANTOS

Membro substituto

## AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86 2017 PMT - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Publicação Nº 1459248

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017 PMT

OBJETO: contratação de serviços de locação de veículos de passeio e utilitários para realização de serviços administrativos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 12 de janeiro de 2018. ABERTURA: dia 12 de janeiro de 2018 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 15/12/2017

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN

Secretária de Articulação Política Institucional

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente Fundação Municipal de Esportes

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

OSVALDO ROBERTO BRODWOLF

Coordenador Geral do Procon

FLÁVIA ELISE CIPRIANI

Diretora de Turismo

## AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 87 2017 PMT - PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1459251

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 87/2017 PMT

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de serviços de publicação legal/institucional, em jornal (is) de circulação local/regional e estadual, de materiais de interesse do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 16 de janeiro de 2018. ABERTURA: dia 16 de janeiro de 2018 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).



Timbó (SC), 15/12/2017  
JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente do SAMAE  
CARMELINDE BRANDT  
Diretor Administrativa Financeira do TIMBOPREV  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social  
MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO  
Assessor Institucional de Comunicação Social

**EXTRATO CONTRATO 164.2017 PMT**

Publicação Nº 1459253

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 164/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) da Rua Augusto Maas, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 5.236,73 m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 78/2017 e Edital de Credenciamento n.º 05/2017.

VALOR: R\$ 322.880,45 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO CONTRATO 165.2017 PMT**

Publicação Nº 1459255

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 165/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) de trecho da Rua Eugen Fouquet, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 415,32 m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 80/2017 e Edital de Credenciamento n.º 05/2017.

VALOR: R\$ 29.994,41 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

**EXTRATO CONTRATO 166.2017 PMT**

Publicação Nº 1459256

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 166/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) de trecho da Rua Emílio Jurk, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 423,36 m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 81/2017 e Edital de Credenciamento n.º 05/2017.

VALOR: R\$ 30.575,06 (trinta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

### EXTRATO CONTRATO 167.2017 PMT

Publicação Nº 1459257

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 167/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) de trecho da Rua Saudades, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 900,08 m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 82/2017 e Edital de Credenciamento n.º 05/2017.

VALOR: R\$ 65.003,78 (sessenta e cinco mil, três reais e setenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

### LEI Nº 2935, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1458748

LEI Nº 2935, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Dia Municipal do Bandoneonista

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Timbó o Dia Municipal do Bandoneonista, a ser comemorado no dia 24 de novembro.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de dezembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### CÂMARA MUNICIPAL

### Parecer da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social ao Projeto de Lei nº 81/2017

Publicação Nº 1460854

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Projeto de Lei n.º 81/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Guilherme Voigt Júnior

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que pretende conceder auxílio financeiro para a manutenção de entidades culturais do Município de Timbó, bem como alterar a Lei n.º 2.886, de 29 de maio de 2017.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 de junho corrente. No dia 03 de julho foi apresentada pelo Poder Executivo Mensagem Substitutiva ao Projeto em questão, que substituiu na íntegra seu texto anterior, tendo sido distribuída a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 06 de julho após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No dia 06 de julho a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

### a) Das Emendas pelas Comissões

Foi apresenta Emenda Modificativa n.º 1 por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, alterando a redação do inciso II do art. 1.º do Projeto em análise, de modo a corrigir o endereço da Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, que está localizada no Bairro São Roque e que, por um equívoco, consta na redação do dispositivo referido como Bairro Pomeranos. Assim, se faz necessária a correção pretendida através da emenda referida, razão pela qual esse Relator se manifesta pela sua aprovação em Plenário.

### b) Do Mérito

Narra a exposição de motivos que a proposição visa ajudar no custeio e manutenção das atividades que se pretende beneficiar, garantindo assim, o engrandecimento do patrimônio intelectual da cidade. Assim, a proposição em tela busca fomentar a cultura e difundir a história do município através do auxílio para a manutenção das atividades de Sociedades e Clubes.

Considerando que estas entidades contribuem para a cultura da cidade, faz-se necessária a concessão de auxílio financeiros para que continuem prestando seus relevantes trabalhos.

A pertinência da aprovação do presente projeto é destacada quando se verifica a participação da comunidade ao prestigiar os eventos realizados pelas entidades supra.

Ressalta-se ser importante que as entidades honrem com seus compromissos perante a sociedade, dando continuidade nos trabalhos que vêm prestando, cumprindo fielmente com suas obrigações.

## III) CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria. Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2017

Guilherme Voigt Júnior

Presidente/Relator

Adilson Mesch Fabricio Dalcastagné

Vice-Presidente Membro

## **Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 88/2017**

Publicação Nº 1459006

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 88/2017 – Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Timbó e dá outras providências.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Martinho de Souza Filho

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende instituir o programa de parecerias público-privadas no âmbito do Município de Timbó e dá outras providências.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no mesmo dia, em Sessão Ordinária, conforme art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Nos dias 13 e 15 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local. No presente caso, a proposição em comento visa criar um programa de parecerias público-privadas, conforme as exigências trazidas pela Lei Federal n.º 13.137/2015, que alterou as normas gerais para a licitação e contratação de tais parecerias no âmbito da administração pública, previstas na Lei Federal n.º 11.079/2004 e tornou obrigatória a criação deste regime para participação de entidades privadas na consecução dos serviços e obras pública, cuja competência originárias seria do Poder Executivo Municipal.

Analizando a proposição, verifica-se que as alterações pretendidas estão em consonância com a legislação federal que trata da matéria, não sendo nada mais do que o atendimento a um comando normativo federal, que determinou aos municípios adotasse as regras trazidas pela Lei Federal n.º 13.137/2016, razão pela qual se faz necessário a adequação da legislação municipal como ora é pretendido.

Deste modo, verificando-se que o respectivo projeto está de acordo com as normas constitucionais, preenchendo os requisitos legais exigidos, não há óbices à sua tramitação nesta Casa Legislativa.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 88/2017.  
Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2017.  
Rubens Borchardt Martinho de Souza Filho  
Presidente Relator

## **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 81/2017**

Publicação Nº 1460852

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 81/2017 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger  
Relator do Parecer: Carlos Adriano Krüger

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que pretende conceder auxílio financeiro para a manutenção de entidades culturais do Município de Timbó.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 12 dezembro, tendo sido distribuída a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 15 de dezembro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

No mesmo de julho a presente Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

#### a) Das Emendas pelas Comissões

Foi apresenta Emenda Modificativa n.º 1 por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, alterando a redação do inciso II do art. 1.º do Projeto em análise, de modo a corrigir o endereço da Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, que está localizada no Bairro São Roque e que, por um equívoco, consta na redação do dispositivo referido como Bairro Pomeranos.

Assim, se faz necessária a correção pretendida através da emenda referida, razão pela qual esse Relator se manifesta pela sua aprovação em Plenário.

#### b) Do Mérito

Limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 69 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, a matéria apresenta-se corretamente proposta por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 81/2017.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador John Adriano Schwartz

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente/Relator

Adilson Mesch John Adriano Schwartz

Membro Vice-Presidente

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017

Publicação Nº 1460880

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ E A EMPRESA THIAGO WALTER VERA - ME.

Por este instrumento a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº., Bairro das Nações, Timbó (SC), representada pelo Presidente, Vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa THIAGO WALTER VERA - ME, CNPJ nº 24.240.825/0001-41, com sede na Rua Geral Poço Grande, nº 06, Bairro Lagoa, Gaspar (SC) – CEP: 89110-000, representada pelo(a) Sr. Thiago Walter Vera, brasileiro, casado, CPF nº. 041.883.199-84, residente e domiciliado na Rua Geral Poço Grande, nº. 06, Bairro Lagoa, Gaspar (SC) doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, ADITAM o contrato acima indicado nas cláusulas seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula 4.3, prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 06/2014, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Os preços serão reajustados de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Quinta do Contrato nº 2/2017

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e adotados, as partes assinam este instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes a cumprir o contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 12 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ THIAGO WALTER VERA - ME

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014

Publicação Nº 1460882

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ E A EMPRESA CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Por este instrumento a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.719.963/0001-77, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 470, Centro, São José (SC), CEP: 88103-400, neste ato representada por sua procuradora Cristiane Longhi Tortelli, inscrita no CPF sob nº 924.808.370-68 e portadora da CI 6.564.264 SESPDC/SC, denominada CONTRATADA, ADITAM o contrato acima indicado nas cláusulas seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula 4.3, prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 06/2014, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Os preços serão reajustados de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Quinta. Item 5.2, do Contrato nº 6/2014

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam este instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes a cumprir o contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 12 de dezembro de 2017.

**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ CASVIG**

Douglas Emanuel Marchetti Cristiane Longhi Tortelli

Presidente Procuradora

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015**

Publicação Nº 1460881

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 7/2015.

Processo Licitatório nº 7/2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, denominada de CONTRATANTE; e, INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA. – ME, CNPJ nº 86.731.494/0001-08, com sede na Rua Ernesto Prada, nº 280, Bairro Vila Nova, Trombudo Central (SC) – CEP: 89176-000, representada pelo sócio Sr. Jean Carlo Damasio, brasileiro, casado, CPF nº. 005.505.889-22, residente e domiciliado na Rua Joinville nº 350, Bairro Vila Nova, Trombudo Central (SC), doravante denominada CONTRATADA, ADITAM o Contrato nº 7/2015, nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quarta, prorroga-se a de vigência do Contrato 7/2015, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

Os preços serão reajustados de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Quinta do Contrato nº 7/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

As partes assinam este instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produza seus efeitos legais, comprometendo-se a cumprir o acordado, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 12 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ Douglas Emanuel Marchetti Presidente	INFO DIGITALLE LTDA Jean Carlo Damasio Sócio

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2342

Publicação Nº 1458654

DECRETO Nº 2.342/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

FIXA PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA COBRANÇA DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Complementar 80/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Definida a Planta Genérica de Valores para cobrança do IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2018, conforme setorização descrita abaixo:

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I – A – R\$ 29,69

#### RUAS:

Tirol A  
Prefeito José Waldomiro Silva  
Monsenhor João Reitmeier  
Av.Antônio Carlos Altenburger A  
Pedro Nelcido Kaffer  
Videira – A  
Oscar Rodrigues da Nova  
Presidente Kennedy  
Av. Afonso Dresch  
Anita Garibaldi- A  
Karl Neuhauser  
Rudolf Rofner  
Notburga Reiter  
Maestro Johan Miterer  
Johann Anrain

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I – B – R\$ 23,56

#### RUAS:

Av.Antônio Carlos Altenurger – B  
Brásilio Celestino de Oliveira  
Dos Pioneiros – A  
Gardina Knolseisen  
Gisela Thaler  
José Bonifácio  
São Vicente de Paulo – A  
Tirol - B

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR I - C – R\$ 21,46

#### RUAS:

Anita Garibaldi – B  
Frei Belmiro Brondani  
Gaspar Coutinho  
Oscar Von Hohenbruch  
Videira B  
Jacob Reiter  
Rua Germano Praxmarer  
Videira - B

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II – A – R\$ 19,39

#### RUAS:





29 de Abril  
Anton Altenburger  
Rua Franz Kandler  
Antônio Concatto  
Caçador  
Caron  
Dos Imigrantes  
Dos Passeios  
Dos Pioneiros B  
Edvino Behrend  
Francisco Lindner  
Franz Pointl  
Frederico Gregório Koroll  
Fredolino Rambo  
Fritz Kafmann  
Gabriela Grander  
Ijair Pessin  
Ivo D'Aquino  
Jacob Käffer  
João Belarmino Grando  
João Constante Piaia  
José Kandler  
Lúcia Klotz  
Rudolf Margreiter  
São Vicente de Paulo- B  
Domingos Perondi  
Hubert Felder  
Rodovia dos Pioneiros  
Pedro Caron  
Agust Felder  
Armando Victor Torri  
Ernst Klotz  
Michael Moser

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II – B – R\$ 14,99

RUAS:

Alpina  
André Pernlochner  
Av.Antônio Carlos Altenburger – D  
Dileto A. Dalla Costa  
Felix Schwertner  
João Schöll  
Margarete Volk  
Ministro Andreas Thaler  
Thomas Kranz  
Da Independência  
Da Liberdade

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR II –C – R\$ 11,00

RUAS:

13 de Outubro  
Berta Schöll  
Dos Pioneiros C  
Ivo D'Aquino- B  
Luiz Grubber  
Johan Rohrer  
Hubert Felder  
Travessa José N. Bohn

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - A – R\$ 10,68

RUAS:

Circular – A

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - B – R\$ 9,41

RUAS :  
Jacob Eberl  
Karl Unterberger Georg Anrain

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR III - C – R\$ 6,78

RUAS:

André Gwiggner  
Circular – B  
Dona Rosina  
Ludwig Brugger  
Peter Gwiggner  
Divino F. Ansiliero  
Josef Unterberger  
Hubert Felder  
Henrique Packer  
Ferdinando Knolseisen  
Severino Caron  
Antônio Pattis  
Maria Hass  
Rua Geraldo Behrend  
Rua Benito Durli  
Rua Victório Verginio Concatto  
Rua Naide Sauthier  
Rua Osvaldo Karloh  
Rua Luiz Carlos Trevisol  
Rua Edson Seibel  
Rua Nelson Angelim Batistella

Valor do metro quadrado dos terrenos urbanos localizados no SETOR IV – R\$ 7,08

I – Terrenos localizados no Loteamento Pôr do Sol  
II – Terrenos localizados no Loteamento Bem Morar  
III – Terrenos do Distrito Industrial

VALOR DO METRO QUADRADO DA ÁREA CONSTRUÍDA:

I – construção residencial/ comercial em alvenaria .....R\$ 86,15  
II – construção residencial/ comercial mista .....R\$ 64,57  
III – Construção residencial/ comercial em, madeira ..... R\$ 43,02  
IV – Galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços ..... R\$ 21,42

Parágrafo único. O valor mínimo para cobrança do IPTU será de R\$ 64,19 (sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
12 de dezembro de 2017.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 157/17

Publicação Nº 1459175

DECRETO 157/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

10 – SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

10.01 – Departamento da Cultura

10.01.13.391.0011.2.039-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.2.003-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

10 – SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

10.01 – Departamento da Cultura

10.01.13.391.0011.2.039-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### DECRETO 158/17

Publicação Nº 1459178

DECRETO 158/17 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 018/2017, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DE CATEGORIAS FUNCIONAIS CONSTANTES NOS QUADROS DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E, PARA A FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA O ANO LETIVO DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado a classificação final do Processo Seletivo 018/2017, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos quadros de pessoal da administração pública municipal e, para a formação de cadastro reserva para o ano letivo de 2018, conforme anexo único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

## Secretária Municipal de Educação e Esporte

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Praça Arthur Siewerdt, 01 - CEP 89176-000

CNPJ 83.102.731/0001-75

Fone/Fax (47) 3544-0271

## ANEXO ÚNICO

Decreto 158/17 de 14 de dezembro de 2017

## NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

## AUXILIAR DE SALA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	739472	Janelize Oliveira Pereira Da Silva	26/05/1993	1,20	2,00	4,40	7,60	10,00	1,50	7,47
2	752451	Silvana Jordina Goedert De Souza	21/12/1987	0,80	2,00	4,40	7,20	10,00	2,00	7,24
3	745690	Marcia Caetano Avi	02/08/1978	1,20	1,60	6,00	8,80	4,00	0,50	7,01
4	729487	Deize Dal Pra May	18/03/1995	0,40	2,00	4,40	6,80	8,60	0,50	6,53
5	736230	Dayana Arndt	22/08/1985	0,80	0,80	4,40	6,00	10,00	2,50	6,45
6	750893	Sandra Mara Matteussi	10/04/1975	1,20	0,80	3,20	5,20	10,00	5,00	6,14
7	733495	Gislaine Schwambach	07/02/1983	1,20	0,40	3,20	4,80	10,00	3,00	5,66
8	743280	Ana Paula Matteussi	02/03/1985	0,40	0,80	3,60	4,80	10,00	1,00	5,46
9	733309	Samara Soares Da Silva	18/08/1994	0,80	1,60	2,80	5,20	8,40	1,00	5,42
10	747351	Daiane De Souza Machado	03/09/1985	0,80	1,20	3,20	5,20	8,00	1,50	5,39
11	728693	Silvana Gorges De Souza	31/12/1983	1,20	1,20	4,80	7,20	1,00	0,00	5,24
12	741093	Leticia Ferreira Dos Santos	16/04/1999	1,20	1,60	4,40	7,20	1,00	0,00	5,24
13	725479	Cristiane Mariano Schulz Dimas	09/05/1988	1,20	1,60	3,60	6,40	3,00	0,00	5,08
14	749567	Jucelia Dos Santos Da Silva	29/06/1971	0,40	0,40	3,60	4,40	10,00	0,00	5,08
15	745080	Hortencia Dela Justina Schroeder	08/07/1996	0,80	1,60	4,40	6,80	1,00	0,50	5,01
16	742052	Larissa Morgana Jandt	03/02/1998	0,80	1,20	4,80	6,80	1,20	0,00	5,00
17	733941	Diandra Momm Schmidt	22/01/1991	1,20	1,20	4,00	6,40	2,00	0,00	4,88
18	750471	Juliana Andiar Maciel	10/12/1996	0,40	0,80	4,80	6,00	3,00	0,50	4,85
19	741251	Marcio De Souza	12/04/1989	0,80	0,40	3,60	4,80	6,00	2,50	4,81
20	730107	Carla Andreia Quirino	07/11/1975	1,60	0,40	4,00	6,00	1,00	3,00	4,70
21	737403	Marcondes Silveira De Souza Carvalho	05/01/1977	040	0,40	3,60	4,40	7,00	1,50	4,63
22	752926	Flavia Roberta Dias	05/09/1984	1,60	1,20	3,20	6,00	1,00	0,00	4,40
23	738080	Andresa Da Silva Prada	09/09/1980	0,80	0,40	4,40	5,60	2,00	0,00	4,32
24	738949	Gessi Luana Koglin	05/08/1992	1,20	0,80	3,60	5,60	1,00	0,50	4,17
25	753574	Rosangela Dias De Quadra	16/02/1977	0,80	0,40	3,60	4,80	4,00	0,00	4,16
26	725534	Patricia Renata Bez	01/06/1995	0,80	1,20	3,60	5,60	1,10	0,00	4,14
27	731244	Bruna Moraes Bilk	03/05/1997	1,20	1,20	3,20	5,60	1,00	0,00	4,12
28	731519	Pamela Caroline Fernandes	19/04/1994	0,80	0,80	3,60	5,20	1,10	1,00	3,96
29	732367	Caio Cesar De Albuquerque	15/01/1995	1,20	0,40	3,60	5,20	1,00	0,00	3,84
30	732671	Patricia Marcirio	24/08/1991	0,00	0,40	3,60	4,00	4,00	1,00	3,70
31	745559	Raquel Luiz	10/04/1987	0,40	0,80	2,40	3,60	4,00	1,00	3,42
32	752206	Taruana Lopes	03/06/1995	0,80	0,40	2,80	4,00	1,00	0,00	3,00
33	733977	Amanda Dias	21/04/1995	0,40	0,80	1,60	2,80	1,00	0,00	2,16

## AUXILIAR DE SALA SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
752472	Suelen Hoffmann	24/07/1990	1,60	1,20	3,60	6,40
747909	Tauane Feder	09/11/1998	1,60	1,20	3,60	6,40
725477	Aline Kuchler	17/11/1990	1,60	0,80	3,60	6,00

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
724696	Maria De Lourdes Miles	05/02/1971	0,80	1,60	3,60	6,00
731008	Amanda Gabriele Da Silva De Oliveira	10/02/1999	0,40	0,80	4,40	5,60
736732	Pamela Andreia Santana	12/09/1998	0,80	0,80	3,20	4,80
742093	Cleusa Schmueller	10/02/1974	0,80	0,40	3,20	4,40
750531	Jessica Gomes	25/02/1998	0,80	0,80	2,80	4,40
734749	Jucilaine Oliveira Scotti	02/10/1995	0,80	0,80	2,80	4,40
731521	Rosana Cordeiro Krieger	07/05/1980	0,40	0,40	3,20	4,00
730668	Ana Paula De Souza Oliveira	17/01/1997	0,00	0,80	2,80	3,60
737492	Angelita Nunes Da Luz	25/10/1994	0,00	0,80	2,80	3,60
731745	Solange Da Silva	27/12/1989	0,40	0,40	2,40	3,20
732330	Gabriela Franz Correa	16/11/1998	0,40	0,00	2,40	2,80

## AUXILIAR DE SALA / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
739811	Schalane Aparecida Rodrigues Da Costa	26/09/1987

## MERENDEIRA/FAXINEIRA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	TS	NF
1	730108	Carla Andreia Quirino	07/11/1975	0,40	1,60	5,60	7,60	0,00	6,08
2	753301	Irani Nicolodelli	25/12/1965	0,80	1,60	5,20	7,60	0,00	6,08
3	745963	Tania Aparecida Ferreira Ribeiro	27/07/1989	0,80	1,60	5,20	7,60	0,00	6,08
4	742638	Cristiani Gomes	02/02/1990	0,40	1,60	5,20	7,20	0,50	5,86
5	739024	Elfi Eliane Voigt Koglin	03/04/1967	0,80	1,60	4,80	7,20	0,50	5,86
6	750627	Margarida Cardoso De Aguiar Mendes	10/08/1966	1,20	1,60	4,40	7,20	0,00	5,76
7	734627	Renata Da Silva Porto	14/08/1993	0,80	1,20	4,40	6,40	0,00	5,12
8	733722	Lucimara Bilk Kroenke	20/07/1985	0,00	1,60	4,40	6,00	0,00	4,80
9	751362	Roseli Xavier	20/06/1982	0,80	1,20	4,00	6,00	0,00	4,80
10	741938	Rosani Bertoldi	30/03/1970	1,20	1,20	3,60	6,00	0,00	4,80
11	748485	Juliana Vogel Gandin	08/08/1988	0,40	0,40	4,80	5,60	0,00	4,48
12	744704	Indianara Correa Da Costa	13/08/1990	0,40	0,40	4,80	5,60	0,00	4,48
13	728694	Silvana Gorges De Souza	31/12/1983	0,40	0,80	4,40	5,60	0,00	4,48
14	753272	Flavia Roberta Dias	05/09/1984	0,80	0,80	4,00	5,60	0,00	4,48
15	743305	Ana Paula De Brito	18/01/1997	0,40	1,20	4,00	5,60	0,00	4,48
16	750465	Rafaella Roczanski	15/09/1987	1,20	0,80	3,60	5,60	0,00	4,48
17	750550	Cleomar Kull	20/03/1971	0,80	0,40	4,00	5,20	0,00	4,16
18	751832	Angelina Sandrini Da Silva	23/04/1967	0,80	0,80	3,60	5,20	0,00	4,16
19	750834	Simone Francisco	25/04/1982	0,40	1,20	3,60	5,20	0,00	4,16
20	728750	Taiza Fernanda M Dos Santos	01/10/1995	0,40	0,40	4,00	4,80	0,00	3,84
21	736216	Guimar Lins De Oliveira Ferreira	14/03/1967	0,00	1,20	3,60	4,80	0,00	3,84
22	730099	Ana Paula Silveira Dias	22/01/1988	0,40	1,20	2,80	4,40	0,00	3,52
23	726849	Chalana Santiago	24/03/1986	0,80	0,40	2,80	4,00	1,50	3,50
24	738759	Dilce Da Silva	16/12/1977	0,80	0,00	3,20	4,00	0,00	3,20
25	740498	Camila Naiara Rohling	23/05/1989	0,80	0,40	2,80	4,00	0,00	3,20
26	750468	Marlene Ribeiro Eissmann	18/06/1967	0,00	0,80	2,40	3,20	1,00	2,76
27	752406	Ivonir Cascais Carvalho	25/05/1961	0,00	0,80	1,20	2,00	0,50	1,70
28	752628	Regina Aparecida Dos Santos Reitz	12/10/1977	0,00	0,00	1,60	1,60	0,00	1,28

## MERENDEIRA/FAXINEIRA / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
744117	Carla Aparecida Steffens Eger	03/07/1990
747137	Marilene Nicolini	28/09/1964
740147	Simone Leodoro Ribeiro Gomes	18/07/1980

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	739444	Gilciara Correa Goulart Cruz	31/10/1975	1,20	2,00	5,60	8,80	6,00	10,00	8,36
2	748641	Marines Steuck	11/02/1974	2,00	1,60	5,60	9,20	8,00	1,50	8,19
3	742666	Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos	08/11/1987	1,20	1,60	5,60	8,40	7,90	3,50	7,81
4	746955	Carla Rosane Henn Tholl	03/08/1973	1,20	1,60	5,60	8,40	8,00	2,00	7,68
5	752452	Silvana Jordina Goedert De Souza	21/12/1987	0,80	2,00	5,60	8,40	7,00	2,00	7,48
6	737271	Elaine Back de Jesus	03/06/1993	2,00	1,20	5,60	8,80	4,50	1,50	7,21
7	741129	Fabiana Hillmann Trentini	20/12/1988	1,60	1,60	4,80	8,00	6,00	1,50	6,95
8	741853	Eliane Dos Santos Souza	22/02/1989	0,80	0,40	5,60	6,80	8,00	2,50	6,61
9	744778	Regiane Neumannn	25/10/1982	0,80	0,80	5,60	7,20	6,00	3,00	6,54
10	743550	Lucimara Nicolodelli Butzke	06/07/1992	1,20	1,20	5,20	7,60	6,00	0,00	6,52
11	752631	Juliete Noihaus	23/05/1989	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	1,00	6,34
12	737369	Adriana De Fatima Lima	08/01/1987	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	0,50	6,29
13	734678	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	07/08/1993	0,80	0,80	4,80	6,40	8,00	2,00	6,28
14	724292	Patricia Francisconi Walzburger	06/03/1985	0,80	1,20	5,20	7,20	6,00	0,00	6,24
15	746419	Rodrigo Borba De Oliveira	29/10/1985	0,40	1,20	4,80	6,40	6,00	4,50	6,13
16	741013	Lais Hübner	17/07/1995	1,20	0,80	5,20	7,20	4,00	0,50	5,89
17	730995	Aline Da Silva	02/10/1990	0,80	2,00	4,40	7,20	4,00	0,00	5,84
18	730124	Luciana Cardoso	05/10/1982	0,40	1,60	3,60	5,60	8,00	1,50	5,67
29	730103	Naiany Caroline Borges	26/04/1995	0,40	0,80	5,20	6,40	5,40	0,00	5,56
20	752038	Deise Hedel	26/03/1985	1,20	0,80	4,80	6,80	4,00	0,00	5,56
21	738718	Ana Paula Bini	22/12/1993	1,20	0,80	4,00	6,00	6,00	0,50	5,45
22	739996	Marlene Da Silva	18/04/1980	0,80	0,40	4,00	5,20	8,00	1,00	5,34
23	744771	Janaina Aparecida Da Cruz	02/01/1978	0,40	0,40	2,80	3,60	8,00	7,50	4,87
24	747352	Daiane De Souza Machado	03/09/1985	0,80	1,20	3,20	5,20	4,00	1,50	4,59

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	725157	Karina Rodrigues	21/03/1987	1,20	2,00	5,60	8,80	2,40	0,50	6,69
2	725480	Cristiane Mariano Schulz Dimas	09/05/1988	1,20	1,60	5,60	8,40	3,20	0,00	6,52
3	742040	Janaina Luiza Jabs	11/02/1994	1,60	2,00	4,40	8,00	3,00	0,00	6,20
4	744965	Adriana Da Silva	04/03/1988	0,80	1,20	5,60	7,60	3,60	0,00	6,04
5	732028	Scheila Stefani Strelow	10/09/1999	1,60	1,20	5,20	8,00	1,90	0,00	5,98
6	750951	Tamires Schell	30/06/1993	1,60	1,60	4,00	7,20	3,20	0,00	5,68
7	738678	Edelita Cardoso Barg	25/02/1973	0,00	1,60	4,80	6,40	3,60	1,50	5,35
8	745754	Luana Cristina Polini Andrade	16/09/1997	1,20	0,40	4,80	6,40	3,20	0,50	5,17
9	729084	Linda Djenifer Canete Beber	24/04/1994	1,20	0,40	5,20	6,80	1,60	0,00	5,08
10	736726	Lucileide Cunha	25/05/1989	1,20	1,20	4,40	6,80	0,60	0,00	4,88
11	738081	Andresa Da Silva Prada	09/09/1980	0,80	0,40	4,40	5,60	3,20	0,00	4,56
12	752727	Juliana De Jesus	05/12/1989	0,80	0,40	4,00	5,20	0,40	0,00	3,72
13	732672	Patricia Marcirio	24/08/1991	0,00	0,40	4,40	4,80	1,00	1,00	3,66
14	751149	Adriana Da Silva	18/03/1993	0,40	1,20	2,00	3,60	3,60	0,00	3,24
15	733942	Diandra Momm Schmidt	22/01/1991	1,20	1,20	0,80	3,20	2,80	0,00	2,80
16	746218	Catia Aparecida Da Luz	26/01/1990	1,20	0,40	1,20	2,80	3,40	0,00	2,64
17	752565	Dj Julie Heike Gomes	27/01/1989	0,80	0,40	1,60	2,80	3,20	0,00	2,60
18	752838	Daniel Nascimento Da Cruz	17/06/1984	0,40	0,40	1,60	2,40	3,60	0,50	2,45

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
732526	Maria Marlete Bini Marcelino	21/03/1963	0,40	1,20	5,60	7,20
738950	Gessi Luana Koglin	05/08/1992	1,20	0,80	4,80	6,80
735475	Marcia Niederhaus Woelcker	22/05/1976	0,80	0,80	3,60	5,20

## PROFESSOR ANOS INICIAIS AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
733435	Debora De Souza Klaumann	25/06/1982
745122	Junia Guedes Da Rocha Vicente	03/10/1983

## PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	748602	Mayte Mittelmann	04/02/1992	0,40	1,20	4,40	6,00	4,00	2,00	5,20

## PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	748486	Bianca Schultz Kantovick	03/06/1980	1,20	1,20	4,40	6,80	2,90	7,50	6,09
2	752081	Alisson Douglas Da Silva	24/04/1991	1,20	0,80	2,80	4,80	0,80	0,50	3,57
3	752839	Daniel Nascimento Da Cruz	17/06/1984	0,40	0,80	1,60	2,80	2,00	0,50	2,41

## PROFESSOR ARTES / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
752112	Rafaela Da Silva	18/10/1999	1,20	1,20	3,60	6,00

## PROFESSOR CIÊNCIAS / HABILITADO



POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	735798	Ademir Antonio Luckmann	17/02/1965	1,20	2,00	4,40	7,60	6,00	10,00	7,52
2	747739	Monique Brandes Da Silveira	06/01/1986	1,60	1,20	5,20	8,00	4,60	0,00	6,52
3	729264	Joice Fernanda Küerten	13/05/1992	1,20	1,20	4,80	7,20	5,70	0,00	6,18
4	752511	Daniela Peters Costa	09/07/1992	0,80	1,60	5,20	7,60	4,00	0,00	6,12

## PROFESSOR CIÊNCIAS / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	725255	Diogo De Oliveira Brod	18/12/1977	1,20	2,00	4,80	8,00	3,60	1,50	6,47

## PROFESSOR CIÊNCIAS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
731895	Adriana Jochem	16/11/1993
732882	Marcelo Goulart Souza	15/04/1987

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	753011	Leila Nara Konell Sereni	28/11/1975	0,80	1,60	2,40	4,80	8,00	0,00	4,96

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	750869	Gabriel Schaeffer	23/12/1994	2,00	1,60	4,00	7,60	1,40	0,00	5,60
2	729668	Guilherme Justino Da Silva	23/12/1998	1,20	1,20	4,40	6,80	0,80	0,00	4,92
3	741560	Wagner Will	12/01/1995	0,80	1,20	4,00	6,00	1,40	0,00	4,48

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
732236	Andre Delino	07/03/1985	2,00	1,20	4,40	7,60
747771	Elena Mara Senen	08/02/1989	1,20	1,60	4,00	6,80
740308	Cedany Lima Neto	24/01/1984	1,60	1,60	3,20	6,40
744476	Diogo Marcos Deitos	14/05/1992	0,40	1,20	3,60	5,20

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / AUSENTES

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
727283	Alexandre Duarte	17/07/1974
750472	Everton Branco Netto	26/05/1981

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	748623	Marines Steuck	11/02/1974	2,00	1,60	6,00	9,60	8,00	1,50	8,47
2	749918	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983	1,20	2,00	6,00	9,20	8,00	1,00	8,14
3	742667	Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos	08/11/1987	1,20	1,60	6,00	8,80	7,90	3,50	8,09
4	740173	Marcia Caetano Avi	02/08/1978	1,20	1,60	6,00	8,80	8,00	0,50	7,81
5	750416	Kelin Pereira	20/02/1989	0,80	1,20	6,00	8,00	8,00	3,50	7,55
6	741130	Fabiana Hillmann Trentini	20/12/1988	1,60	1,60	5,60	8,80	6,00	1,50	7,51

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
7	739473	Janelize Oliveira Pereira Da Silva	26/05/1993	1,20	2,00	5,60	8,80	6,00	1,50	7,51
8	752323	Aline Weiers	28/05/1989	1,60	0,80	6,00	8,40	6,00	1,50	7,23
9	737272	Elaine Back de Jesus	03/06/1993	2,00	1,20	5,60	8,80	4,50	1,50	7,21
10	725391	Julia Hasse Edener	25/08/1995	1,20	0,80	5,60	7,60	8,00	2,00	7,12
11	752632	Juliete Noihaus	23/05/1989	1,20	0,80	6,00	8,00	6,00	1,00	6,90
12	744779	Regiane Neumannn	25/10/1982	0,80	0,80	6,00	7,60	6,00	3,00	6,82
13	746420	Rodrigo Borba De Oliveira	29/10/1985	0,40	1,20	5,60	7,20	6,00	4,50	6,69
14	730996	Aline Da Silva	02/10/1990	0,80	2,00	5,60	8,40	4,00	0,00	6,68
15	729488	Deize Dal Pra May	18/03/1995	0,40	2,00	5,60	8,00	5,00	0,50	6,65
16	732441	Diani Grasieli Galvani	22/11/1989	0,40	1,20	6,00	7,60	6,00	1,00	6,62
17	725472	Eliane Dos Santos Souza	22/02/1989	0,80	0,40	5,60	6,80	8,00	2,50	6,61
18	734679	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	07/08/1993	0,80	0,80	5,20	6,80	8,00	2,00	6,56
19	724293	Patricia Francisconi Walzburger	06/03/1985	0,80	1,20	5,60	7,60	6,00	0,00	6,52
20	743459	Lucimara Nicolodelli Butzke	06/07/1992	1,20	1,20	5,20	7,60	6,00	0,00	6,52
21	739981	Marlene Da Silva	18/04/1980	0,80	0,40	5,60	6,80	8,00	1,00	6,46
22	741014	Lais Hübner	17/07/1995	1,20	0,80	6,00	8,00	4,00	0,50	6,45
23	737370	Adriana De Fatima Lima	08/01/1987	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	0,50	6,29
24	725749	Monica Augusta Lemos Dos Santos	05/11/1986	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	0,00	6,24
25	724958	Dayana Arndt	22/08/1985	0,80	0,80	5,20	6,80	6,00	2,50	6,21
26	730104	Naiany Caroline Borges	26/04/1995	0,40	0,80	6,00	7,20	5,40	0,00	6,12
27	738719	Ana Paula Bini	22/12/1993	1,20	0,80	4,80	6,80	6,00	0,50	6,01
28	741159	Janaina Aparecida Da Cruz	02/01/1978	0,40	0,40	4,40	5,20	8,00	7,50	5,99
29	733310	Samara Soares Da Silva	18/08/1994	0,80	1,60	4,80	7,20	4,40	0,00	5,92
30	752039	Deise Hedel	26/03/1985	1,20	0,80	5,20	7,20	4,00	0,00	5,84
31	735965	Katiani De Brito	21/02/1986	0,40	0,40	5,20	6,00	6,00	2,50	5,65
32	748250	Silvana Aparecida Uessler	31/03/1985	0,40	0,40	5,60	6,40	5,60	0,00	5,60
33	750894	Sandra Mara Matteussi	10/04/1975	1,20	0,80	2,80	4,80	8,00	5,00	5,46
34	730125	Luciana Cardoso	05/10/1982	0,40	1,60	2,80	4,80	8,00	1,50	5,11
35	733496	Gislaine Schwambach	07/02/1983	1,20	0,40	3,20	4,80	6,00	3,00	4,86
36	746242	Rosemery Eger Cachoeira	29/08/1967	0,00	0,00	2,80	2,80	6,00	1,50	3,31

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	742041	Janaina Luiza Jabs	11/02/1994	1,20	1,60	6,00	8,80	3,00	0,00	6,76
2	732029	Scheila Stefani Strelow	10/09/1999	1,60	1,20	5,60	8,40	1,90	0,00	6,26
3	745755	Luana Cristina Polini Andrade	16/09/1997	1,20	0,40	6,00	7,60	3,20	0,50	6,01
4	731245	Bruna Moraes Bilk	03/05/1997	1,20	1,20	6,00	8,40	0,20	0,00	5,92
5	729085	Linda Djenifer Canete Beber	24/04/1994	1,20	0,40	6,00	7,60	1,60	0,00	5,64
6	733242	Lucelene Eger	04/02/1989	2,00	0,80	5,20	8,00	0,20	0,00	5,64
7	745081	Hortencia Dela Justina Schroeder	08/07/1996	0,80	1,60	5,20	7,60	1,60	0,00	5,64
8	744970	Adriana Da Silva	04/03/1988	0,80	1,20	4,80	6,80	3,60	0,00	5,48
9	752728	Juliana De Jesus	05/12/1989	1,20	1,20	5,20	7,60	0,40	0,00	5,40
10	738679	Edelita Cardoso Barg	25/02/1973	0,00	1,60	4,80	6,40	3,60	1,50	5,35
11	747870	Fernanda Verdi Marcelino	07/02/1996	0,80	0,00	6,00	6,80	1,60	0,00	5,08
12	742053	Larissa Morgana Jandt	03/02/1998	0,80	0,80	5,20	6,80	1,00	0,00	4,96

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
13	741252	Marcio De Souza	12/04/1989	0,80	0,40	4,80	6,00	3,60	0,00	4,92
14	729385	Paloma Aparecida Vieira	08/11/1995	0,00	0,40	6,00	6,40	0,20	0,00	4,52
15	737405	Marcondes Silveira De Souza Carvalho	05/01/1977	0,40	0,40	4,80	5,60	3,00	0,00	4,52
16	728234	Adriana Da Silva	18/03/1993	0,40	1,20	3,20	4,80	3,60	0,00	4,08
17	736727	Lucileide Cunha	25/05/1989	1,20	1,20	2,80	5,20	0,60	0,00	3,76
18	746219	Catia Aparecida Da Luz	26/01/1990	0,80	0,80	2,40	4,00	3,40	0,00	3,48
19	745139	Djulia Diana Meurer	15/01/1991	0,80	0,80	2,00	3,60	3,60	0,00	3,24
20	752566	Djulia Heike Gomes	27/01/1989	0,80	0,80	2,00	3,60	3,20	0,00	3,16

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
724697	Maria De Lourdes Miles	05/02/1971	1,20	1,60	5,60	8,40
725478	Aline Kuchler	17/11/1990	1,60	0,80	5,60	8,00
732533	Maria Marlete Bini Marcelino	21/03/1963	0,40	1,20	5,60	7,20
752113	Rafaela Da Silva	18/10/1999	1,20	1,20	4,80	7,20
744270	Micheli Cristina Kisner	18/03/1992	0,40	0,80	4,80	6,00
752473	Suelen Hoffmann	24/07/1990	1,60	1,20	3,20	6,00
725821	Eliane Ribeiro Schumacker	10/01/1994	0,00	0,40	4,80	5,20
735476	Marcia Niederhaus Woelcker	22/05/1976	0,80	0,80	2,40	4,00

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
732843	Andrieli Claudino Alves Paes	09/03/1990
733436	Debora De Souza Klaumann	25/06/1982
753905	Jessica Do Nascimento	30/03/1991

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO (PERÍODO DE FÉRIAS)

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	748623	Marines Steuck	11/02/1974	2,00	1,60	6,00	9,60	8,00	1,50	8,47
2	749918	Roberta Joelma Lofhagen	14/06/1983	1,20	2,00	6,00	9,20	8,00	1,00	8,14
3	742667	Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos	08/11/1987	1,20	1,60	6,00	8,80	7,90	3,50	8,09
4	740173	Marcia Caetano Avi	02/08/1978	1,20	1,60	6,00	8,80	8,00	0,50	7,81
5	750416	Kelin Pereira	20/02/1989	0,80	1,20	6,00	8,00	8,00	3,50	7,55
6	741130	Fabiana Hillmann Trentini	20/12/1988	1,60	1,60	5,60	8,80	6,00	1,50	7,51
7	739473	Janelize Oliveira Pereira Da Silva	26/05/1993	1,20	2,00	5,60	8,80	6,00	1,50	7,51
8	752323	Aline Weiers	28/05/1989	1,60	0,80	6,00	8,40	6,00	1,50	7,23
9	737272	Elaine Back de Jesus	03/06/1993	2,00	1,20	5,60	8,80	4,50	1,50	7,21
10	725391	Julia Hasse Edener	25/08/1995	1,20	0,80	5,60	7,60	8,00	2,00	7,12
11	752632	Juliete Noihaus	23/05/1989	1,20	0,80	6,00	8,00	6,00	1,00	6,90
12	744779	Regiane Neumannn	25/10/1982	0,80	0,80	6,00	7,60	6,00	3,00	6,82
13	746420	Rodrigo Borba De Oliveira	29/10/1985	0,40	1,20	5,60	7,20	6,00	4,50	6,69
14	730996	Aline Da Silva	02/10/1990	0,80	2,00	5,60	8,40	4,00	0,00	6,68
15	729488	Deize Dal Pra May	18/03/1995	0,40	2,00	5,60	8,00	5,00	0,50	6,65
16	732441	Diani Grasieli Galvani	22/11/1989	0,40	1,20	6,00	7,60	6,00	1,00	6,62
17	725472	Eliane Dos Santos Souza	22/02/1989	0,80	0,40	5,60	6,80	8,00	2,50	6,61
18	734679	Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	07/08/1993	0,80	0,80	5,20	6,80	8,00	2,00	6,56

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
19	724293	Patricia Francisoni Walzburger	06/03/1985	0,80	1,20	5,60	7,60	6,00	0,00	6,52
20	743459	Lucimara Nicolodelli Butzke	06/07/1992	1,20	1,20	5,20	7,60	6,00	0,00	6,52
21	739981	Marlene Da Silva	18/04/1980	0,80	0,40	5,60	6,80	8,00	1,00	6,46
22	741014	Lais Hübner	17/07/1995	1,20	0,80	6,00	8,00	4,00	0,50	6,45
23	737370	Adriana De Fatima Lima	08/01/1987	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	0,50	6,29
24	725749	Monica Augusta Lemos Dos Santos	05/11/1986	1,20	0,80	5,20	7,20	6,00	0,00	6,24
25	724958	Dayana Arndt	22/08/1985	0,80	0,80	5,20	6,80	6,00	2,50	6,21
26	730104	Naiany Caroline Borges	26/04/1995	0,40	0,80	6,00	7,20	5,40	0,00	6,12
27	738719	Ana Paula Bini	22/12/1993	1,20	0,80	4,80	6,80	6,00	0,50	6,01
28	741159	Janaina Aparecida Da Cruz	02/01/1978	0,40	0,40	4,40	5,20	8,00	7,50	5,99
29	733310	Samara Soares Da Silva	18/08/1994	0,80	1,60	4,80	7,20	4,40	0,00	5,92
30	752039	Deise Hedel	26/03/1985	1,20	0,80	5,20	7,20	4,00	0,00	5,84
31	735965	Katiani De Brito	21/02/1986	0,40	0,40	5,20	6,00	6,00	2,50	5,65
32	748250	Silvana Aparecida Uessler	31/03/1985	0,40	0,40	5,60	6,40	5,60	0,00	5,60
33	750894	Sandra Mara Matteussi	10/04/1975	1,20	0,80	2,80	4,80	8,00	5,00	5,46
34	730125	Luciana Cardoso	05/10/1982	0,40	1,60	2,80	4,80	8,00	1,50	5,11
35	733496	Gislaine Schwambach	07/02/1983	1,20	0,40	3,20	4,80	6,00	3,00	4,86
36	746242	Rosemery Eger Cachoeira	29/08/1967	0,00	0,00	2,80	2,80	6,00	1,50	3,31

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / NÃO HABILITADO (PERÍODO DE FÉRIAS)

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	742041	Janaina Luiza Jabs	11/02/1994	1,20	1,60	6,00	8,80	3,00	0,00	6,76
2	732029	Scheila Stefani Strelow	10/09/1999	1,60	1,20	5,60	8,40	1,90	0,00	6,26
3	745755	Luana Cristina Polini Andrade	16/09/1997	1,20	0,40	6,00	7,60	3,20	0,50	6,01
4	731245	Bruna Moraes Bilk	03/05/1997	1,20	1,20	6,00	8,40	0,20	0,00	5,92
5	729085	Linda Djenifer Canete Beber	24/04/1994	1,20	0,40	6,00	7,60	1,60	0,00	5,64
6	733242	Lucelene Eger	04/02/1989	2,00	0,80	5,20	8,00	0,20	0,00	5,64
7	745081	Hortencia Dela Justina Schroeder	08/07/1996	0,80	1,60	5,20	7,60	1,60	0,00	5,64
8	744970	Adriana Da Silva	04/03/1988	0,80	1,20	4,80	6,80	3,60	0,00	5,48
9	752728	Juliana De Jesus	05/12/1989	1,20	1,20	5,20	7,60	0,40	0,00	5,40
10	738679	Edelita Cardoso Barg	25/02/1973	0,00	1,60	4,80	6,40	3,60	1,50	5,35
11	747870	Fernanda Verdi Marcelino	07/02/1996	0,80	0,00	6,00	6,80	1,60	0,00	5,08
12	742053	Larissa Morgana Jandt	03/02/1998	0,80	0,80	5,20	6,80	1,00	0,00	4,96
13	741252	Marcio De Souza	12/04/1989	0,80	0,40	4,80	6,00	3,60	0,00	4,92
14	729385	Paloma Aparecida Vieira	08/11/1995	0,00	0,40	6,00	6,40	0,20	0,00	4,52
15	737405	Marcondes Silveira De Souza Carvalho	05/01/1977	0,40	0,40	4,80	5,60	3,00	0,00	4,52
16	728234	Adriana Da Silva	18/03/1993	0,40	1,20	3,20	4,80	3,60	0,00	4,08
17	736727	Lucileide Cunha	25/05/1989	1,20	1,20	2,80	5,20	0,60	0,00	3,76
18	746219	Catia Aparecida Da Luz	26/01/1990	0,80	0,80	2,40	4,00	3,40	0,00	3,48
19	745139	Djulia Diana Meurer	15/01/1991	0,80	0,80	2,00	3,60	3,60	0,00	3,24
20	752566	Djulia Heike Gomes	27/01/1989	0,80	0,80	2,00	3,60	3,20	0,00	3,16

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA (PERÍODO DE FÉRIAS)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
724697	Maria De Lourdes Miles	05/02/1971	1,20	1,60	5,60	8,40
725478	Aline Kuchler	17/11/1990	1,60	0,80	5,60	8,00
732533	Maria Marlete Bini Marcelino	21/03/1963	0,40	1,20	5,60	7,20
752113	Rafaela Da Silva	18/10/1999	1,20	1,20	4,80	7,20
744270	Micheli Cristina Kisner	18/03/1992	0,40	0,80	4,80	6,00
752473	Suelen Hoffmann	24/07/1990	1,60	1,20	3,20	6,00
725821	Eliane Ribeiro Schumacker	10/01/1994	0,00	0,40	4,80	5,20
735476	Marcia Niederhaus Woelcker	22/05/1976	0,80	0,80	2,40	4,00

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTE (PERÍODO DE FÉRIAS)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
732843	Andrieli Claudino Alves Paes	09/03/1990
733436	Debora De Souza Klaumann	25/06/1982
753905	Jessica Do Nascimento	30/03/1991

## PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	729105	Maria Rosilde Ramos Da Cunha Silva	01/09/1971	2,00	1,60	4,40	8,00	1,40	0,50	5,93

## PROFESSOR GEOGRAFIA/ SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
727343	Keny Shcayane Peixer Semann	24/04/1990	1,20	0,40	4,80	6,40

## PROFESSOR GEOGRAFIA / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
725507	Maikol Rudy Reiberg	01/11/1985

## PROFESSOR HISTÓRIA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	748487	Bianca Schultz Kantovick	03/06/1980	1,20	1,20	4,40	6,80	4,90	7,50	6,49
2	736217	Guiomar Lins De Oliveira Ferreira	14/03/1967	0,80	0,40	2,00	3,20	6,00	0,00	3,44

## PROFESSOR HISTÓRIA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
752290	Gilmar Dos Santos	01/07/1996	0,80	1,60	4,40	6,80

## PROFESSOR HISTÓRIA / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
725508	Maikol Rudy Reiberg	01/11/1985

## PROFESSOR LÍNGUA INGLESA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	735860	Joana Gabriela Meurer Tavares	16/08/1996	1,20	0,80	3,20	5,20	0,20	0,00	3,68

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	729106	Maria Rosilde Ramos Da Cunha Silva	01/09/1971	2,00	1,60	4,40	8,00	4,40	0,50	6,53

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
737398	Janara Daiana Machado	02/11/1988	0,80	1,20	2,40	4,40

## PROFESSOR MATEMÁTICA / HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	735799	Ademir Antonio Luckmann	17/02/1965	1,20	2,00	4,40	7,60	6,00	10,00	7,52
2	724389	Aline Finardi	09/01/1995	0,80	2,00	3,60	6,40	6,00	0,00	5,68

## PROFESSOR MATEMÁTICA / NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	742549	Walter Pereira Dos Santos Junior	15/12/1970	0,80	2,00	2,80	5,60	1,20	5,00	4,66

## PROFESSOR MATEMÁTICA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP	MAT	ESP	PE
731641	Larica Frena	10/01/1998	1,20	2,00	4,00	7,20
738781	Yana Cameron Vieira Da Rosa	08/11/1997	1,20	1,60	2,40	5,20

## PROFESSOR MATEMÁTICA / AUSENTE

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC
737495	Douglas Albertoni De Barros	30/04/1984
740953	Mirian Kranz	13/07/1986

- \*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;  
 \*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;  
 \*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;  
 \*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;  
 \*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;  
 \*PT = Nota da Prova de Títulos;  
 \*TS = Nota do Tempo de Serviço;  
 \*NF = Nota Final;

Trombudo Central, 14 de dezembro de 2017.  
 GEOVANA GESSNER  
 Prefeita de Trombudo Central

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
 Secretária da Educação e do Esporte

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 35/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 28/2017 CONTRATO Nº 45/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

Publicação Nº 1458898

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 35/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 28/2017  
CONTRATO nº 45/2017

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ nº. 78,486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE e do outro lado a Empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A, pessoa Jurídica de direito privado estabelecida à avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Município de Monções, São Paulo-SP devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, adiante nomeada CONTRATADA, ajustam entre si o presente termo aditivo, QUE TEM POR OBJETO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES -ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL -SMP EM SISTEMA PÓS PAGO COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 25 (VINTE E CINCO) ACESSOS MÓVEIS E APARELHOS EM COMODATO PARA USO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS:

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 35/2017 e Pregão Presencial nº 28/2017, e Contrato nº 45/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES -ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL -SMP EM SISTEMA PÓS PAGO COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 25 (VINTE E CINCO) ACESSOS MÓVEIS E APARELHOS EM COMODATO PARA USO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência:" A vigência do contrato será de 07 de março de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes." do presente contrato em execução nº 45/2017.

Descrição do serviço	unidade	Quantidade	Marca	Vir. Un. R\$	Vir. Total R\$
Assinatura mensal	Unidade	25	Não há	R\$ 8,00	R\$200,00
Tarifa Zero Intragrupo Local	Unidade	25	Não há	R\$ 8,00	R\$ 200,00
Gestor On-Line	Unidade	25	Não há	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pacote de dados (franquia mensal de 3GB)	Unidade	10	Não há	R\$ 69,90	R\$ 699,00
SMS	Unidade	250	Não há	R\$ 0,40	R\$ 100,00
VC1 Móvel – Móvel (mesma operadora)	Minuto	875	Não há	R\$ 0,20	R\$ 175,00
VC1 Móvel – Móvel (outras operadoras)	Minuto	1.000	Não há	R\$ 0,25	R\$ 250,00
VC1 Móvel – Fixo	Minuto	625	Não há	R\$ 0,25	R\$ 156,25
Caixa Postal de voz	Minuto	125	Não há	R\$ 0,20	R\$ 25,00
VC2 Móvel – Móvel (mesma operadora)	Minuto	125	Não há	R\$ 0,75	R\$ 93,75
VC2 Móvel – Móvel (outras operadoras)	Minuto	125	Não há	R\$ 1,00	R\$ 125,00
VC2 Móvel – Fixo	Minuto	125	Não há	R\$ 0,90	R\$ 112,50



VC3 Móvel – Móvel (mesma operadora)	Minuto	50	Não há	R\$ 0,75	R\$ 37,50
VC3 Móvel – Móvel (outras operadoras)	Minuto	50	Não há	R\$ 1,00	R\$ 50,00
VC3 Móvel – Fixo	Minuto	50	Não há	R\$ 0,90	R\$ 45,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 07 de dezembro de 2017.

Renato Paulata Prefeito Municipal	TELEFÔNICA BRASIL S.A CONTRATADA
--------------------------------------	-------------------------------------

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 CONTRATO Nº 37/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 1458887

Processo licitatório Nº 12/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017  
CONTRATO nº 37/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Carolina n. 286, Centro, no Município de Bom Jesus do Oeste, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.08.546.421/0001-24, neste ato representando pelo Sr. Daniel Pozzer, sócio administrador, considerado doravante CONTRATADO resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 09/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 12/2017 e Pregão Presencial nº 09/2017,e Contrato nº 37/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA– DA VIGÊNCIA. "O presente contrato terá vigência até 31/12/2017, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, mediante ajuste entre as partes interessadas" para Execução do Contrato nº 37/2017. O

presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	12	MÊS	Licença de Uso de Software	440,00	5.280,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 08 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA IMPACTO SIST DE INFO LTDA –ME

Prefeito Municipal CONTRATADA.

CONTRATANTE Daniel Pozzer

Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping

CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger

CPF:020.226.259-60

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2017 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NA RUA JOÃO CASTILHO, Nº 111, CENTRO, NA CIDADE DE TUNÁPOLIS - SC, COM CNPJ SOB Nº 78.486.198.0001-52, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNIC**

Publicação Nº 1460407

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2017**

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE do outro empresa WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, n. 693, sala 01, Centro do Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993-0001-78, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Fernando Gassen, considerado doravante CONTRATADO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 196/2017, Pregão Presencial nº 126/2017e Contrato nº 26/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a aquisição de MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A REFORMA E MELHORIA DA PRAÇA MUNICIPAL WILLY EIDT DESTE MUNICÍPIO, que representam um percentual de 17%(dezessete por cento) sobre o valor do contrato original, de acordo com a justificativa do secretario da Industria e Comércio anexa.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Total Geral
5	11	m²	Revestimento Pastilha azul. MARCA MADOC	80,00	880,00
6	6,5	m²	Impermeabilização. MARCA SELAMIX	38,00	247,00
			TOTAL GERAL		1.127,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC.,15 de dezembro de 2017.

Renato Paulata  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

WEBER MÁQ. E CAM.AGROP.LTDA ME  
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016 CONTRATO Nº 08/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 1458893

Processo licitatório Nº 155/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016  
CONTRATO nº 08/2017

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.954.970/00001-80, estabelecida na Rua Minas Gerais, 533E sala 206, Ed. Daniella, bairro Presidente Médic, no Município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 122/2016, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 155/2016 e Pregão Presencial nº 122/2016,e Contrato nº 08/2017.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA." O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93,

mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 08/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	12	MÊS	Licença de Uso de Software de Gestão da Assistência Social por prazo de determinado.	810,00	9.720,00
02	16	HORAS	Horas técnica para suporte técnico após o período de implantação dos sistema.(esse serviço somente será realizado mediante autorização da Assistente Social do CRAS)	163,00	2.608,00
			TOTAL GERAL		12.328,00

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 12 de dezembro de 2017.

Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda  
Renato Paulata Contratada  
Prefeito Municipal Paulo André Testa.  
Contratante

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 CONTRATO Nº 09/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Publicação Nº 1458897

Processo licitatório Nº 124/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017  
CONTRATO nº 100/2017

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e de outro lado, a empresa QUARK ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.496.490/0001-48, com sede na Rua Gothard Kaesemodel, 732, na cidade Joinville/SC, considerada doravante CONTRATADA resolvem celebrar o TERMO ADITIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 86/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 124/2017, Pregão Presencial nº 86/2017, e contrato nº 100/2017.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, conforme segue abaixo:

SERVIÇOS													
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total								
Manutenção de Rotina e Emergência													
1	Fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, veículos e materiais para a manutenção do parque de iluminação pública composto de aproximadamente 604 pontos e manutenção do cadastro georeferenciado conforme projeto básico. Marca QUARK	Mês	12	R\$ 2.635,6358	R\$ 31.627,63								

2	Fornecimento, implantação e operação de software específico de gestão de iluminação pública, conforme projeto básico. Marca QUARK	Mês	12	R\$ 225,9115	R\$ 2.710,94								
3	Fornecimento, implantação e operação de sistema de tele-atendimento com número telefônico 0800, conforme projeto básico. Marca QUARK	Mês	12	R\$ 301,2153	R\$ 3.614,58								
				R\$ 3.162,7626	R\$ 37.953,15					R\$ 4.385,04			
Inventário de Rede e Cadastro Geo Referenciado informatizado											R\$ 47.894,78		
4	Serviço de cadastramento informatizado e geo-referenciado de pontos de iluminação pública, conforme projeto básico. Marca QUARK	Ponto	604	R\$ 12,5506	R\$ 7.580,56								
5	Identificação de unidade de IP, incluindo fornecimento de materiais (plaquetas, fixações, adesivos), conforme projeto básico. Marca QUARK	Ponto	604	R\$ 10,0405	R\$ 6.064,46								
					R\$ 13.645,02								
Ampliação, Eficientização e Modernização													
6	Instalação de ponto de iluminação pública completo em braço de até 1,5m e altura até 8m, com ART e regularização na concessionária. Marca QUARK	Ponto	18	R\$ 100,4051	R\$ 1.807,29								
7	Remoção de ponto de iluminação pública completo em braço de até 1,5m e altura até 8m, com ART e regularização na concessionária. Marca QUARK	Ponto	14	R\$ 58,5696	R\$ 819,97								

8	Instalação de ponto de iluminação pública completo em braço com mais de 1,5m e altura superior a 8m, com ART e regularização na concessionária. Marca QUARK	Ponto	24	R\$ 167,3418	R\$ 4.016,20								
9	Remoção de ponto de iluminação pública completo em braço com mais de 1,5m e altura superior a 8m, com ART e regularização na concessionária. Marca QUARK	Ponto	19	R\$ 100,4051	R\$ 1.907,70								
10	Projeto Lumínico para iluminação de vias públicas, com elaboração de projeto, memorial descritivo, especificação detalhada de materiais em especial luminárias, orçamento e emissão de ART. Conforme projeto básico. Marca QUARK	Ponto	29	R\$ 125,5064	R\$ 3.639,69								
11	Projeto de extensão de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública com aprovação na concessionária. Marca QUARK	Poste	21	R\$ 167,3418	R\$ 3.514,18								
Total serviços:					R\$ 15.705,03								
Materiais para ampliação, eficientização e modernização													
12	Base para relé fotoelétrico 10A, tipo baquelite ou material equivalente, devendo operar à temperatura de -5°C a +70°C, contatos de encaixe em latão ou material equivalente, que suporte no mínimo a corrente de 10ª. Marca DREIK\BR01	Pç	24	R\$ 4,535	R\$ 108,84								

13	Braço para iluminação pública - 1metro - reto galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo com sapata estampada Diâmetro tubo Ø 25,4mm espessura da chapa # 1,90mm. Marca OLIVIO	Pç	14	R\$ 27,9294	R\$ 391,01						
14	Braço para iluminação pública, galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, com 3.000 mm de comprimento, curvo e espessura da chapa # 3,00mm, diâmetro Ø externo tubo de 46 a 49,0mm, sem sapata de fixação possuir furo para dois parafusos 16, mm. Marca OLIVIO	Pç	19	R\$ 110,5711	R\$ 2.100,85						
15	Cabo de cobre unipolar flexível, tempera mole, encordoamento classe 5, seção 1,5mm2, cobertura em PVC, isolamento 750V. Marca CONDUSPAR	Mt	84	R\$ 0,4937	R\$ 41,47						
16	Cabo de cobre unipolar flexível, tempera mole, encordoamento classe 5, seção 2,5mm2, cobertura em PVC, isolamento 750V. Marca CONDUSPAR	Mt	152	R\$ 0,7698	R\$ 117,01						
17	Cabo de cobre unipolar flexível, tempera mole, encordoamento classe 5, seção 4,0mm2, cobertura em PVC, isolamento 750V. Marca CONDUSPAR	Mt	61	R\$ 1,2049	R\$ 73,50						



18	Cinta metálica para poste circular, D150mm a D200mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. Marca ROMAG-NOLE	Pç	6	R\$ 18,098	R\$ 108,59						
19	Cinta metálica para poste circular, D210mm a D300mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. Marca ROMAG-NOLE	Pç	8	R\$ 24,4905	R\$ 195,92						
20	Cinta metálica para poste circular, D310mm a D400mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. Marca ROMAG-NOLE	Pç	7	R\$ 26,4065	R\$ 184,85						
21	Conector cunha de baixa tensão tipo A. Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	15	R\$ 2,9536	R\$ 44,30						
22	Conector cunha de baixa tensão tipo B Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	12	R\$ 3,146	R\$ 37,37						
23	Conector cunha de baixa tensão tipo I Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	13	R\$ 2,7193	R\$ 35,35						
24	Conector cunha de baixa tensão tipo II Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	16	R\$ 2,3093	R\$ 36,95						
25	Conector cunha de baixa tensão tipo III Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	21	R\$ 1,23	R\$ 25,83						
26	Conector de perfuração para utilização em redes secundárias multiplexadas até 1kV, em material polimérico, conexão principal: 10-95mm², conexão secundária: 1,5-10 mm², contatos em cobre estanhado. Marca INTELLI\ CDC-A	Pç	26	R\$ 2,9954	R\$ 77,88						

27	Fita auto fusão, 19MM x 10m, espessura 0,76mm. Marca PRYS-MIAN-181	Pç	1	R\$ 15,4373	R\$ 15,44						
28	Fita isolante, 19mm x 20m, conforme NBR5037. Marca PRYS-MIAN-181	Pç	10	R\$ 5,4219	R\$ 54,22						
29	Lâmpada vapor de sódio 70W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 6600 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 94 lm/W, vida útil 32.000h, base E-27. Selo PROCEL. Marca EMPALUX-SOT	Pç	14	R\$ 19,8802	R\$ 278,32						
30	Lâmpada vapor de sódio 100W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 10.865 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 108 lm/W, vida útil 27.000h, base E-40. Selo PROCEL. Marca EMPALUX-SOT	Pç	9	R\$ 20,9596	R\$ 188,64						
31	Lâmpada vapor de sódio 150W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 17.290 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 110 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. Marca EMPALUX-SOT	Pç	5	R\$ 21,8381	R\$ 109,19						
32	Lâmpada vapor de sódio 250W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 31.140 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 125 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. Marca EMPALUX-SOT	Pç	17	R\$ 26,3563	R\$ 448,06						

33	Lâmpada vapor de sódio 400W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 55.870 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 139 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. Marca EMPALUX-SOT	Pç	5	R\$ 27,4859	R\$ 137,43						
34	Lâmpada vapor metálico 150W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 14.500 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. Marca EMPALUX-MT2	Pç	4	R\$ 25,5113	R\$ 102,05						
35	Lâmpada vapor metálico 250W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 20.000 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. Marca EMPALUX-MT2	Pç	10	R\$ 26,9755	R\$ 269,76						
36	Lâmpada vapor metálico 400W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 35.000 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. Marca EMPALUX-MT2	Pç	5	R\$ 39,6182	R\$ 198,09						

37	Luminária pública para lâmpadas 250/400W, corpo e aro em alumínio injetado a alta pressão, refrator em vidro policurvo temperado, refletor estampado em chapa de alumínio anodizado e selado, soquete de porcelana esmalhada rosca E-40, abertura através de fecho rápido de pressão em aço inox, cabos de silicone 200° C 750V, c/ base para relé, acabamento com pintura eletrostática, norma NBR IEC 60598-1, NBR 15129. IP 66.Marca ILUMATIC\LP 2540	Pç	24	R\$ 410,8912	R\$ 9.861,39												
38	Luminária pública para lâmpadas 70/150W, corpo e aro em alumínio injetado a alta pressão, refrator em vidro policurvo temperado, refletor estampado em chapa de alumínio anodizado e selado, soquete de porcelana esmalhada rosca E-27, abertura através de fecho rápido de pressão em aço inox, cabos de silicone 200° C 750V, c/ base para relé, acabamento com pintura eletrostática, norma NBR IEC 60598-1, NBR 15129. IP 66.Marca ILUMATIC\ILP 7010	Pç	18	R\$ 216,3061	R\$ 3.893,51												
39	Parafuso de cabeça abaulada D16x45mm c/ porca.Marca ROMAGNOLE	Pç	11	R\$ 2,2256	R\$ 24,48												
40	Parafuso de cabeça abaulada D16x70mm c/ porca Marca ROMAGNOLE	Pç	13	R\$ 2,6273	R\$ 34,15												
41	Parafuso de cabeça quadrada, D16x200mm c/ porca Marca ROMAGNOLE	Pç	15	R\$ 5,2462	R\$ 78,69												

42	Parafuso de cabeça quadrada, D16x250mm c/ porca Marca RO-MAGNOLE	Pç	16	R\$ 5,8988	R\$ 94,38								
43	Parafuso de cabeça quadrada, D16x300mm c/ porca Marca RO-MAGNOLE	Pç	10	R\$ 8,024	R\$ 80,24								
44	Porca quadrada, rosca M16, Marca ROMAGNOLE	Pç	7	R\$ 0,569	R\$ 3,98								
45	Reator interno para lâmpada vapor sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. Marca DEMAPE\9070	Pç	14	R\$ 43,4252	R\$ 607,95								
46	Reator interno para lâmpada vapor sódio 100W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. Marca DEMAPE\90710	Pç	9	R\$ 52,2274	R\$ 470,05								
47	Reator interno para lâmpada vapor sódio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. Marca DEMAPE\90715	Pç	7	R\$ 56,6536	R\$ 396,58								
48	Reator interno para lâmpada vapor sódio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. Marca DEMAPE\90725	Pç	19	R\$ 73,7727	R\$ 1.401,68								
49	Reator interno para lâmpada vapor sódio 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. Marca DEMAPE\90740	Pç	8	R\$ 95,9371	R\$ 767,50								

50	Relé foto eletrônico NF bivolt - (tensão de operação 105 v a 305 v) - com capacidade de comutação de carga resistiva de 1000 W, e 1800VA. IP65. Acionamento na passagem por zero. A durabilidade do contato do relé deve ser maior que 15000 ciclos. A peça deve ter garantia mínima de 5 anos. Marca DREIK\RFR01	Pç	36	R\$ 16,6923	R\$ 600,92						
Total Material:					R\$ 91.000,00						

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "6.3 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações Pertinentes.", mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 86/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 13 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA QUARK ENGENHARIA EIRELI

Prefeito Municipal Contratada Contratante

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

#### TERMO DE REFERENCIA AO CONTRATO Nº 100/2017 E 1º TERMO ADITIVO.

O presente termo de referência tem como objetivo apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para descrever e caracterizar os serviços técnicos especializados para a gestão das atividades relativas a iluminação pública do Município de TUNÁPOLIS - SC, da forma caracterizada no objeto do Edital lançado por este MUNICÍPIO, visando celebração de Termo de Contrato a ser firmado com a empresa vencedora do certame licitatório, aqui denominada simplesmente CONTRATADA.

Os serviços relativos a gestão do parque de iluminação pública a serem contratados pelo município de TUNÁPOLIS contemplam a seguinte relação de atividades:

- Manutenção de rotina e emergencial com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais;
- Fornecimento, implantação e operação de software de gestão específico para Iluminação pública;
- Implantação e operação de sistema de tele atendimento gratuito ao munícipe;
- Serviço de cadastro informatizado e geo-referenciado dos pontos de iluminação pública do município;
- Identificação dos pontos de iluminação pública com fornecimento dos materiais;
- Serviços de projetos, ampliação e modernização do parque de iluminação pública;

#### 1. SITUAÇÃO ATUAL

O sistema de iluminação pública do município de TUNÁPOLIS apresenta as seguintes características:

- Número de lâmpadas instaladas: 604
- Luminárias: predominantemente Abertas sem alojamento para reator.
- Lâmpadas: predominantemente a vapor de Mercúrio.
- Reatores: eletromagnéticos de baixa perda e alto fator de potência uso externo.
- Acionamentos individuais através de rele foto eletrônico

Os tipos, potências e quantidades de lâmpadas existentes no Município constam da tabela a seguir:

Potência	Tipo de Lâmpada	Quantidade
80	Mercúrio	326
250	Mercúrio	19
400	Mercúrio	3
70	Sódio	170
150	Sódio	31
250	Sódio	14
400	Sódio	41
TOTAL DE PONTOS		604

Lista de Pontos de IP (base: FEV/2017)

Cerca de 90% das unidades de iluminação pública estão instaladas em ponta de braços, em postes da concessionária, e as demais estão instaladas em avenidas, praças, monumentos, prédios históricos ou outros logradouros públicos, em postes específicos para iluminação pública, ou ainda em unidades subterrâneas.

Os sistemas de proteção e comando são efetuados por relés fotoelétricos ou foto eletrônicos, chaves magnéticas de iluminação pública e quadros de proteção e comando.

Os circuitos das unidades de iluminação não instalados nos postes da concessionária são subterrâneos ou embutidos em eletrodutos.

Para um atendimento satisfatório de todo o sistema de iluminação pública do Município de TUNÁPOLIS, os serviços serão considerados únicos e interligados, dependentes entre si e executados de forma continuada.

## 2. DEFINIÇÕES E NORMAS A SEREM UTILIZADAS

Por unidade de iluminação pública (IP) entenda-se uma luminária ou projetor, completo com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento. Caso a luminária ou projetor contenham mais de uma lâmpada, o número de unidades equivalerá ao número de lâmpadas, sendo isto necessário para a compatibilização com os procedimentos adotados pela concessionária CELESC, no faturamento da energia consumida pelo sistema.

O número de unidades de iluminação deve ser permanentemente atualizado para suprimir as unidades retiradas e acrescentar as unidades instaladas no mês.

Esta contratação contempla além da execução dos serviços (mão de obra e equipamentos/ferramentas) o gerenciamento completo dos serviços e o fornecimento de todos os materiais necessários para a manutenção.

Aplicam-se a este memorial e a execução do objeto a ser contratado, as prescrições normativas da NBR 5101/92 – Iluminação Pública; NBR 13570/96 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - requisitos específicos; NBR 5460/92 – Sistemas elétricos de potência; NBR 15688/12 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus e NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.

Aplicam-se ainda as normas e disposições da Concessionária de Energia Elétrica – CELESC, bem como os mandames da Resolução Normativa nº 414 da ANEEL.

## 3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

### 4.1. Manutenção de rotina e emergencial com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais.

O conjunto de atividades descritas no item 1 da planilha orçamentária representam as ações de manutenção de rotina e de emergência, corretivas e preventivas de todo o parque de iluminação pública do município.

Devem estar previstos no valor apresentado e inclusa toda a mão de obra, equipamentos, veículos e materiais necessários para a execução dos serviços. O município pagará um valor fixo mensal durante toda a vigência do contrato para os serviços de manutenção, cabendo a contratada a execução completa da manutenção independente dos materiais necessários para se reestabelecer a iluminação original do ponto, não podendo ser alterado as características originais do ponto.

Os serviços serão executados em ruas, avenidas, praças, no centro e nos bairros, bem como em localidades rurais de acordo com as solicitações municipais ou demandas originadas pelo serviço de tele atendimento com os seguintes prazos:

- Pontos centrais ou solicitações de urgência da administração municipal em 48 horas;
- Pontos nos bairros em 72 horas;
- Pontos rurais em 96 horas.

A contratada é responsável pela destinação final de todo o material ou sucata retirada do sistema de Iluminação pública do município, devendo apresentar mensalmente certificado de destinação final das lâmpadas retiradas do parque de iluminação pública sob pena de retenção do pagamento mensal até apresentação do mesmo.

A contratada fica livre para realização de rondas para antecipação das solicitações de manutenção dos municípios, a fim de melhor gerir a taxa de falhas mensal que será monitorada pelo software de gestão. A taxa de reclamações mensal não deve ultrapassar 4% do parque instalado. Caso a taxa de reclamações ultrapasse o valor de 4% dos pontos instalados no parque municipal, a contratada terá glosado do seu valor mensal previsto para manutenção 1% para cada décimo acima do valor estipulado de 4% da taxa de reclamações.

A contratada deverá arcar com a manutenção do cadastro geo referenciado e identificação dos pontos de IP já inventariados, mantendo atualizados os dados cadastrais já inventariados e atualizando as novas implantações e melhorias. São exemplos destes serviços a substituição de plaqueta perdida ou removida por qualquer que seja o motivo; refazer a fixação de plaqueta que encontra-se solta ou frouxa, entre outros.

Todos os serviços de manutenção deverão ser registrados em ficha de serviço, conforme padrão a ser aprovado pelo Município, e lançados



em até 48 horas após a execução no software de gestão.

A Contratada deverá manter as equipes operacionais de campo para atendimento às ocorrências no sistema de IP, de segunda a sexta, em horário diurno e/ou noturno que permita o atendimento das ocorrências nos prazos estabelecidos nesse Termo de referência.

A contratada deverá disponibilizar para a equipe de trabalho um aparelho de telefonia móvel, para que a FISCALIZAÇÃO possa entrar em contato com equipe, com o intuito de manter informada da execução dos serviços, e também para que a equipe possa comunicar-se com a FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL deverá ter acesso total ao software de gestão para verificar o andamento dos serviços e a efetiva eficiência da contratada.

#### 4.2. Fornecimento, implantação e operação de software de gestão específico para Iluminação pública

A realização de todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva deverá ser suportada por um Sistema Informatizado de Gestão (software de gestão), específico para iluminação pública, configurável e adaptável às exigências do Município.

A CONTRATADA deverá implantar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão de ordem de serviço, um sistema informatizado que permita o gerenciamento do sistema de iluminação pública, a nível patrimonial, quantitativo, qualitativo, operacional, vinculando cada ponto luminoso a número de identificação (código), com emprego de sistemas de coordenadas georeferenciadas e base cartográfica, devendo o mesmo contemplar, no mínimo, as funções descritas a seguir:

**Cadastro:** permita alocação dos dados obtidos no cadastro em campo, transferindo-o para uma base de dados contendo todos os equipamentos e materiais do Sistema de Iluminação Pública, tais como lâmpadas, luminárias, reatores, braços, associando-os aos logradouros, vinculando e agrupando o cadastro de equipamentos de iluminação, de acordo com setores (bairros) da cidade, ruas, e codificando cada ponto de iluminação pública com um número exclusivo que identifique cada ponto do sistema de iluminação existente, vinculando-o ao bairro e logradouro da sua instalação;

**Relatórios Gerenciais do Sistema:** o sistema deverá oferecer relatórios gerenciais para facilitar a operação e a manutenção, tanto preventiva quanto corretiva, a inspeção noturna para verificação de lâmpadas apagadas e os aspectos de patrimônio (acervos);

**Gerenciamento da Operação e Manutenção do Sistema:** O sistema deverá possuir um módulo de operação e manutenção que permita emitir e controlar todas as atividades de manutenção, tanto corretiva como preventiva. Deve ainda permitir o registro, acompanhamento e controle de todas as reclamações e intervenções realizadas, devidamente codificadas, relacionando suas causas, medidas corretivas, de tal forma que possam ser emitidos relatórios gerenciais com análise estatística;

**Atendimento ao cidadão:** permitir o registro das solicitações de manutenção e o seu acompanhamento em um módulo "call-center" através de pesquisa por número de protocolo gerado no momento do pedido de manutenção, pelo nome do munícipe ou número de telefone cadastrado.

**Gestão e Controle de Energia Elétrica:** O sistema deve permitir a simulação da conta mensal de energia da Cidade com base no número de pontos cadastrados, emitir/imprimir relatórios da energia consumida (kWh) e da despesa com energia (Reais), de forma a possibilitar ao setor competente da Prefeitura discutir em qualquer momento sobre a conta de consumo de energia elétrica cobrada por estimativa.

A FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL deverá ter acesso em tempo real ao software de gestão para verificar o andamento dos serviços e a efetiva eficiência da contratada.

O software de gestão do parque de iluminação pública deverá apresentar também, OBRIGATORIAMENTE, as seguintes características e funcionalidades:

Item	Características e Funcionalidades
1	O sistema deve possuir uma base de dados confiável visando proteger as informações do sistema de eventuais erros cometidos pelos operadores.
2	O sistema deve permitir o controle dos níveis de acesso ao mesmo (usuário e senha).
3	O sistema deve possuir versão para PDA'S (palm tops, Pocket PC, etc) com a finalidade de utilização na entrada de dados do cadastro patrimonial dos equipamentos de iluminação pública do Município.
4	O sistema deve permitir que o cadastro patrimonial identifique, além da descrição detalhada dos componentes do ponto de luz, as características físicas e a classificação dos logradouros públicos.
5	O sistema deve permitir a entrada de informações de geo-referenciamento, referentes ao cadastro patrimonial, e possui recursos que permitem que o cadastramento seja realizado por procedimento digitalizado (sem necessidade de transcrição via digitação do cadastro patrimonial feito no campo).
6	O sistema deve permitir que os pontos de luz cadastrados sejam visualizados em base de dados de mapas digitalizados e vetorizados.
7	O sistema deve possuir mecanismos de gestão de prioridades (monitoração dos prazos por ocorrências, tipo defeito, etc.) possibilitando ao gestor a monitoração dos indicadores de desempenho.
8	O sistema deve possuir função que permite identificar e rastrear ordens de serviços não executadas.
9	O Sistema deve definir em tempo real os roteiros de inspeção do parque de IP.
10	O sistema deve permitir o estabelecimento de rotinas aleatórias de auditoria de processos (cadastro, qualidade na execução dos serviços, etc.)
11	O sistema deve permitir monitorar o consumo de energia do parque de iluminação pública diferenciando circuitos com existência ou não de medidores.
12	O sistema deve permitir monitorar os indicadores estatísticos de desempenho do gerenciamento do sistema de iluminação pública do Município.
13	O sistema deve permitir à Administração o desenvolvimento de ferramentas e funcionalidades customizadas (relatórios específicos, pesquisas temáticas, novos módulos, etc.) de acordo com as necessidades no município.
14	O sistema deve permitir operação em ambiente WEB com acesso as informações e ocorrências em tempo real.
15	O sistema deve permitir integração "on line" com centrais de tele atendimento

OBS: A licitante deverá apresentar declaração, junto aos documentos habilitatórios, de que possui ou utiliza software que atenda todos estes

requisitos, cuja operação do sistema seja 100% web padrão W3C.

#### 4.3. Implantação e operação de sistema de tele atendimento gratuito ao município

A contratada deverá dimensionar e implantar um sistema de tele atendimento (call-center), para atendimento ao cidadão, com número telefônico gratuito e funcionamento das 6:00 às 24:00h, de segunda à sexta-feira, incluindo o fornecimento de equipamentos e softwares, compatível com o parque de IP do Município, composto de recursos para acompanhamento e resposta adequada ao cidadão de solicitações de manutenção, melhorias e ampliações, do qual possa ser extraídos dados para controle, planejamento, emissão de ordens de serviço e relatórios.

O serviço, compreendendo o atendimento desse subitem, deverá estar em operação em até 15 (quinze) dias contados a partir da data da emissão de ordem de serviço.

Cada atendimento telefônico deverá gerar um protocolo, com todos os dados do solicitante e motivo da ligação.

O sistema de tele atendimento deve interagir com o software de gestão possibilitando a fiscalização municipal efetuar pesquisa da situação de cada solicitação recebida no serviço de tele atendimento através do número do protocolo, do nome do solicitante ou nome do logradouro. Durante o atendimento da reclamação, deverão ser registrados os dados do atendente e também os dados do reclamante, como nome, telefone, endereço, e-mail e os dados da reclamação, tais como: local da ocorrência (bairro, logradouro, número do imóvel mais próximo), descrição da ocorrência, gravidade/urgência ou ainda reincidência de defeito para tratativa diferenciada.

A interface deverá ser de fácil operação e padrão WEB para operação em qualquer computador conectado à internet.

#### 4.4. Serviço de cadastro informatizado e geo-referenciado dos pontos de iluminação pública do município

A CONTRATADA deverá cadastrar e inventariar todos os pontos do Sistema de Iluminação Pública do Município, ou que tenha sua implantação realizada caracterizando ampliação do sistema atual, com as informações complementares que se fizerem necessárias à sua configuração final. As informações devem ser cadastradas em sistema informatizado específico para Sistemas de Iluminação Pública, que permita configurar os parâmetros fundamentais do cadastro, a numeração e a caracterização do ponto luminoso no endereço onde o mesmo está instalado.

O objetivo deste trabalho será a atualização da base de dados dos pontos de iluminação pública municipal para facilitar a localização dos pontos para execução dos serviços, manter históricos de manutenção, controle de garantia de materiais e facilitar o desenvolvimento de projetos de melhoria, modernização e ampliação do parque de iluminação pública, além de possibilitar a comparação com os dados registrados na Concessionária de Energia Elétrica, visando a atualização do cadastro desta para a correta cobrança dos valores de consumo de energia. O cadastro deverá contemplar, no mínimo, os seguintes dados técnicos dos equipamentos que compõem o ponto de iluminação pública:

- Identificação do ponto (número do IP);
- Identificação do Bairro;
- Nome do logradouro (conforme cadastro do Município);
- Tipo de rede de energia (aérea ou subterrânea);
- Tipo de poste: material e dimensões (altura);
- Tipo de braço (dimensões);
- Tipo de luminária (aberta ou fechada, integrada);
- Tipo de lâmpada (potência);
- Comando do ponto (individual ou em grupo);
- Tipo de alimentação (Medição ou estimada e número da UC);
- Coordenada georreferenciada (localização por GPS);

A Contratada deverá dispor de profissionais qualificados para manter atualizado o cadastro, atualizando sempre que ocorrer a instalação de novos pontos de iluminação.

O cadastro poderá ser realizado em sistema próprio de cadastramento, mas deverá ser entregue ao Município de Tunápolis em planilha eletrônica, tipo Excel além de compor e integrar o software de gestão dos serviços de iluminação pública.

Todas as intervenções que visem a melhoria ou ampliação do parque de iluminação pública deverão ser registradas e mantidas atualizadas na planilha de cadastramento.

Os serviços de cadastramento serão realizados gradativamente através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante sua efetiva realização por ponto conforme item 4 da planilha orçamentária.

#### 4.5. Identificação dos pontos de iluminação pública com fornecimento dos materiais

A cada ponto cadastrado, a contratada deverá identificá-lo com plaqueta, utilizando numeração sequencial dotado de dígito verificador compatível com o sistema de gestão de iluminação pública.

Esta plaqueta deverá ser de alumínio, acetinado, liso, 140X50X3mm c/ 2 furos superiores central e dois furos laterais, impressão digital em uma cor, fundo branco, letras verdes, tratamento com verniz PU.

As plaquetas deverão ser instaladas em local apropriado, conforme abaixo:

- Pontos em poste compartilhado: NO BRAÇO DA LUMINÁRIA
- Pontos em poste dedicado: DIRETAMENTE NO POSTE
- Pontos em nível do solo: DIRETAMENTE NA LUMINÁRIA OU PROJETO

Os serviços de identificação serão realizados gradativamente através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante sua efetiva realização por ponto conforme item 5 da planilha orçamentária.

Os dados do inventário devem ser automaticamente importados para o software de gestão e a numeração de identificação dos pontos deverá ser utilizada pelo módulo de tele atendimento para identificação e localização dos pontos a solicitados.

#### 4.6. Serviços de ampliação e modernização do parque de iluminação pública

A execução dos serviços necessários para a ampliação do parque de iluminação se dará através de ordem de serviço específica. A ampliação do sistema se dará através da expansão da iluminação pública, em locais onde exista rede de distribuição de energia elétrica já instalada, naquelas regiões onde o Município esteja crescendo, com instalação de novas moradias ou esteja defasado necessitando de melhorias de forma que todos os munícipes possam dispor do sistema de iluminação pública permitindo o lazer e a segurança noturna. Caso não exista rede de distribuição com posteamento já instalado para atender a solicitação de ampliação, a contratada deverá apresentar mensalmente a relação dos locais e pontos solicitados que necessitam de instalação de postes e rede de distribuição de energia elétrica. Somente após aprovação da administração os projetos deverão ser elaborados.

Após a aprovação e emissão de ordem de serviço específica para a elaboração dos projetos a contratada deverá elaborar os projetos aprovando na concessionária CELESC, entregando ao município após aprovação:

- Pranchas dos projetos;
- Lista de material;
- Memorial descritivo;
- Orçamento executivo;
- ART de elaboração dos projetos e orçamento;
- Cronograma executivo previsto.

Os serviços de elaboração de projetos de rede de distribuição de energia elétrica serão realizados através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante a entrega dos documentos acima elencados com a devida aprovação na concessionária, pagos por ponto conforme item 11 da planilha orçamentária.

Os serviços de ampliação correspondem a todas as atividades de implantação de novos pontos de iluminação pública, podendo ter origem direta pela solicitação do munícipe através do tele atendimento ou solicitação formal pela fiscalização municipal.

TODAS as solicitações de ampliação só poderão ser executadas mediante autorização formal pelo Secretário Municipal responsável pela pasta de Iluminação Pública, assim designado pelo Prefeito Municipal.

Tais autorizações devem ser registradas em formulário aprovado pelo secretário e sua remuneração será por ponto conforme descrito nos itens 6, 7, 8 e 9 da planilha orçamentária.

Os materiais necessários para ampliação ou modernização do parque de iluminação pública do município de Tunápolis devem obedecer e respeitar as especificações contidas na Planilha Orçamentária – Materiais para Ampliação e Modernização, itens 12 a 50. O Município reserva o direito de adquirir materiais específicos e solicitar a contratada a utilização e instalação no parque de iluminação pública para ampliar ou modernizar o sistema sem acréscimo de valores ou ônus qualquer a não ser os previstos nos itens 6 a 9.

Precedendo a execução dos serviços, o Município de Tunápolis emitirá ordem de serviço específica autorizando a execução indicando os locais a serem instalados. A contratada, por sua vez, deverá assumir a responsabilidade de documentar o serviço e regularizá-lo junto a concessionária de energia elétrica. Realizando também cadastro geo referenciado, identificação com plaqueta do ponto e inclusão no software de gestão.

Os materiais deverão obedecer às descrições da planilha orçamentária de materiais, e quando pertinente deverão possuir Certificado de Homologação do Produto ou Certificado de Ensaio de Material emitido pela Concessionária CELESC.

A contratada deverá manter um almoxarifado para guarda e acondicionamento de materiais e equipamentos de iluminação pública. Nesse almoxarifado serão depositados tanto materiais novos quanto aqueles retirados durante os serviços de manutenção.

Os materiais deverão ser armazenados de forma adequada e de maneira a garantir a integridade, a conservação, o controle e a fiscalização dos estoques.

A contratada deverá manter todos os materiais e equipamentos armazenados e sob sua responsabilidade, devidamente identificados e acondicionados.

O estoque dimensionado pela contratada deverá permitir, sem descontinuidade, a realização de intervenções no sistema de IP por um prazo predeterminado, nunca inferior a 30 (trinta) dias.

Os materiais retirados da rede de iluminação pública, considerados inservíveis, deverão ser descartados pela contratada, assim como o descarte final apropriado das lâmpadas, de acordo com as determinações do órgão ambiental competente, devendo ser considerado no custo dos serviços prestado.

Todos os materiais retirados do sistema de IP serão transportados pela contratada para seu almoxarifado. Ali ficarão temporariamente guardados, classificados e posteriormente serão devolvidos ao parque de IP ou ao Município, quando pertinente. Este serviço de almoxarifado poderá ser realizado nas dependências da CONTRATADA e seus custos deverão estar inclusos na prestação do serviço.

A contratada deverá manter o parque de iluminação pública sempre atualizado, informando ao Município e à Concessionária de Energia Elétrica as alterações realizadas, através do registro em planilha de cadastramento ou sistema informatizado.

A empresa licitante deverá apresentar na proposta de preços a MARCA e o MODELO de cada um dos produtos ofertados para serem usados nas ampliações e modernização sob pena de desclassificação da proposta caso não apresente.

A substituição de qualquer material durante a execução do contrato só poderá ser realizada após consulta e aprovação da fiscalização municipal.

Os quantitativos e valores máximos previstos para os materiais constam na Planilha Orçamentária.

#### 4. FISCALIZAÇÃO

Fica a cargo do Município de Tunápolis, definir os critérios de fiscalização da contratada de acordo com a necessidade, devendo esta permitir tais atividades, facilitando o acesso às suas dependências, veículos e pessoal.

A fiscalização acontecerá prioritariamente monitorando o software de gestão e avaliando o desempenho da contratada quanto ao prazo médio de atendimento, taxa de reclamações do sistema e a satisfação geral do munícipe.

A atuação da Administração em nada restringe ou isenta a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e as suas conseqüências e implicações.

O Município de Tunápolis poderá rejeitar os serviços executados pela contratada, no todo ou em parte, em função de inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para ao Município.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá atender aos procedimentos da Concessionária de energia CELESC, bem como estar devidamente autorizada a exercer todas as atividades objetos desta contratação, dentro do prazo de assinatura do contrato, e durante todo o período de execução. A contratada obriga-se a comunicar ao Município de Tunápolis todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

A contratada fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho segundo as normas NR-6, NR-10, NR-35 e NR-12.

A contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos trabalhos.

A contratada assumirá integral responsabilidade pela boa elaboração e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da sua realização incorreta.

A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio público municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

A contratada é responsável em fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene no trabalho.

A contratada deverá efetuar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, perante o CREA-SC, imediatamente após a assinatura da Ordem de Serviço. Empresas de outros Estados da Federação deverão fazer o registro no CREA-SC até a assinatura do contrato apresentando no momento do certame o visto provisório emitido pelo CREA-SC.

Caberá à CONTRATADA comunicar e obter a anuência da FISCALIZAÇÃO, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos como CELESC, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia, TV a cabo, rodovias e demais, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos. A responsabilidade de solicitar os serviços de apoio será da CONTRATADA.

A contratada deverá possuir cadastro junto a Concessionária de Energia Elétrica – CELESC, devendo apresentar um dos seguintes documentos: Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela CELESC autorizando a intervenção na execução dos serviços relativos a Iluminação Pública.

Tal exigência tem fundamento nos requisitos da própria Concessionária de Energia Elétrica, no caso a CELESC, a qual faz o registro das empresas prestadoras de serviços e as autoriza a intervirem no seu sistema elétrico. A Resolução Normativa da ANEEL, em seu Art. 37, § 3º, inciso I, determina que as empresas terceirizadas devam possuir prévia qualificação, sendo o cadastro necessário para tal análise.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Somente será permitida a participação de empresas do ramo pertinente, comprovado em seu contrato social compatibilidade com o objeto licitado que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto.

Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de TUNÁPOLIS. A comprovação desta exigência se dará através de declaração, a ser apresentada no envelope de habilitação sob pena de desclassificação.

Não será permitida a participação de empresas em consórcio. Todos os serviços de que tratam a presente contratação possuem uma única característica: execução dos serviços no sistema de iluminação pública, não existindo serviços de complexidades distintas entre si ou que exijam equipamentos ou pessoal diferenciados, dispensando totalmente a necessidade de formação de consórcios.

## 7. EXIGENCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Será exigido no momento do certame a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e de pessoa física dos responsáveis técnicos da empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da sede da empresa. Sendo inválido o documento que não apresentar rigorosamente a situação cadastral atualizada da empresa, CONFORME O artigo 2ª parágrafo 1º alínea c da Resolução nº 266/79 do CONFEA. As empresas com sede em outros estados deverão apresentar a certidão acima com visto para participação em licitações conforme o artigo 1º inciso II da Resolução nº 413/97 do CONFEA.

Também será exigido no momento do certame a comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, mediante apresentação de atestados ou certidões fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado (devidamente registrados no CREA), acompanhados da(s) certidão(ões) de acervo técnico expedida(s) pelo CREA, demonstrando que tanto a empresa licitante quanto um de seus responsáveis técnicos (Engenheiro Eletricista) tenha executado obras e/ou serviços compatíveis em características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) semelhante ao objeto deste certame licitatório. Quais sejam:

Item	Descrição
1	Fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, veículos e materiais para a manutenção do parque de iluminação pública de no mínimo 604 pontos.
2	Fornecimento e operação de software específico de gestão de iluminação pública.



3	Fornecimento e operação de sistema de tele atendimento para iluminação pública.
4	Serviço de cadastramento informatizado e geo-referenciado de pontos de iluminação pública.
5	Identificação de unidade de IP, incluindo fornecimento de materiais (plaquetas, fixações, adesivos).
6	Serviço de ampliação ou modernização de pontos de iluminação pública com fornecimento de materiais e projeto.

Deverá existir comprovação do profissional detentor dos atestados técnicos apresentados em pertencer ao quadro da empresa licitante. A comprovação do vínculo empregatício do (s) profissional (is), será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.

Quando se tratar de autônomo, a comprovação se dará através de contrato de prestação de serviços devidamente registrado e o profissional deverá contar no quadro técnico junto ao CREA da sede da proponente.

Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

A (s) certidão (ões) e/ou atestado (s) apresentado (s) deverá (ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

A proponente deverá agendar em até 3 (três) dias anteriores a abertura do envelopes, junto ao departamento de iluminação pública, a visita técnica no município de Tunápolis. A visita deverá ser realizada até 1(um) dia antes do certame. O atestado de visita fornecido pelo município deverá ser apresentado no envelope da documentação de habilitação, sob pena de desclassificação e não podendo a vencedora alegar posteriormente desconhecimento das características do parque de iluminação pública, a característica e procedimentos dos serviços a serem realizados.

Deverá ser comprovado no momento da habilitação mediante CERTIFICADO DE PROCESSAMENTO que comprove a destinação final de resíduos decorrentes e previstos no objeto do presente certame em especial os de Iluminação Pública, necessitará acompanhar o certificado acima mencionado o contrato de prestação de serviços que estabeleça as responsabilidades da empresa licitante e a prestadora de serviços contratada que realizada a destinação final dos resíduos, bem como documentação que comprove que a prestadora de serviços atende as normas da Legislação Ambiental vigente mediante Licença Ambiental.

Juntamente com a documentação também deverá ser apresentado declaração de que a empresa licitante possui Programa de Prevenção de Risco Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, assinada pelo representante legal da empresa e pelos profissionais habilitados/responsáveis pela elaboração dos referidos programas.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 CONTRATO Nº 09/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 1458912

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada pela Gestora Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Alcides Luis Hofer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 833.426.649-91, RG nº 2.946.802- SSP-SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO referente a prestação dos serviços, para estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e a Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado no Plano Operativo da Atenção Pactuada, em decorrência da Inexigibilidade de licitação e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo licitatório Nº 03/2017, inexigibilidade de licitação Nº 01/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: ACRESCIMO NOS VALORES:**

Ao presente contrato nº 06/2017 fica acrescido o valor de R\$ 7.280,00(sete mil duzentos e oitenta reais) conforme segue abaixo:

ITEM	Procedimento	QTADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Sutura Pequena	12	20,00	240,00
04	Retirada Corpo Estranho	10	20,00	200,00
05	Curativo Pequeno	43	15,00	645,00
08	Debridamento	8	15,00	120,00
09	Lavagem de Ouvido	5	10,00	50,00
10	Nebulização	75	5,00	375,00
11	Sondagem	6	25,00	150,00
14	Aplicação EV	400	3,00	1.200,00
15	Aplicação IM	200	1,50	300,00
16	Eletrocardiograma	40	60,00	2.400,00
17	Serviço com observação do paciente durante 48h	80	20,00	1.600,00
	TOTAL GERAL			7.280,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 01 de dezembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS  
GESTORA DO FUNDO CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 CONTRATO Nº 30/2017  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.**

Publicação Nº 1458889

Processo licitatório Nº 25/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017  
CONTRATO nº 30/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.**

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a lado a Sra. Liria Gossler, inscrita no CPF nº 000.110.129-35, portadora da cédula de identidade n 13/R-3.457.795, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS:**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 25/2017 e Dispensa de Licitação Nº 04/2017 e Contrato nº 30/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente locação de uma sala comercial de 132 m², existente no Prédio construído na Avenida Cerro Largo, nº 586, neste Município de Tunápolis – SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob a matrícula nº 6.461.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: "O prazo de vigência do presente contrato estende-se até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse da Administração" do presente contrato em execução nº 30/2017.

O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

O valor total do contrato durante o exercício de 2018 será de R\$ 11.241,96(Onze mil duzentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos), pagos em doze parcelas até o dia 12 do mês subsequente, através de depósito bancário, sendo que as despesas da energia elétrica da sala comercial deverão ser transferidas e liquidadas pela Contratante.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, aos 13 de dezembro de 2017

Renato Paulata  
PREFEITO MUNICIPAL

LIRIA GOSSLER RECKTENVALD  
Locadora

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017 CONTRATO Nº 77/2017**

Publicação Nº 1458886

Processo licitatório Nº 87/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017  
CONTRATO Nº 77/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e de outro lado, a empresa HAMMES PAPELARIA E INFORMATICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.248.224/0001-70, estabelecida na Rua São José, 567, Centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio o Sr. Volmir Luis Hammes, brasileiro, portador do CPF nº 034.229.809-70, cédula de identidade nº 4.084.759, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato para a LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOCOPIAS E IMPRESSÃO DE FOLHAS, SEM LIMITES DE IMPRESSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 60/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 87/2017, Pregão Presencial nº 60/2017, e contrato nº 76/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOCOPIAS E IMPRESSÃO DE FOLHAS, SEM LIMITES DE IMPRESSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO conforme segue abaixo:

Item	Unid	Un.	Especificação do material/ Serviço	Valor Mensal
01	07	Unid	Locação de Máquina Multifuncional: Características Mínimas: copiadora/impressora/fax/scanner- Velocidade de Impressão color (ppm): 55ppm - Velocidade de Impressão preto (ppm): até 55- Velocidade da copiadora preto (cpm): até 55 - Velocidade da copiadora color (cpm): 55ppm - Resolução máxima da copiadora (dpi): até 600 - Resolução óptica scanner (dpi): até 1200 - Wi-fi: 1- Captura de entrada padrão (folhas): 550- Ciclo mensal (páginas): 50000 - Digitalização frente e verso- Impressão frente e verso: Automático- Rede: 10/100Mbps - Voltagem (V): 110/220 Obs :Equipamentos novos e Sem limite de impressões	280,00

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "O contrato a ser firmado terá vigência de 12 meses, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente", mediante ajuste entre as partes interessadas da Execução do Contrato nº 76/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 13 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

HAMMES PAPELARIA E INFORMATICA LTDA ME  
CONTRATADA

Volmir Luis Hammes  
SÓCIO ADMINISTRADOR

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:



Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PORTARIA Nº 4683/2017**

Publicação Nº 1460071

PORTARIA Nº. 4.683/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MARCIANE DO NASCIMENTO, Portaria 4.675/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4684/2017**

Publicação Nº 1460082

PORTARIA Nº. 4.684/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) SINARA BIEGER, Portaria 4.369/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 19 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4685/2017**

Publicação Nº 1460084

PORTARIA Nº. 4.685/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) IVANIA OTT, Portaria 4.639/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 19 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4686/2017**

Publicação Nº 1460087

PORTARIA Nº. 4.686/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) CAROLINA HOFER, Portaria 4.606/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 19 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4687/2017**

Publicação Nº 1460090

PORTARIA Nº. 4.687/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) CAMILA LUIZA SCHMIDT, Portaria 4.320/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4688/2017**

Publicação Nº 1460093

PORTARIA Nº. 4.688/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) CRISTIANE WELCHEN, Portaria 4.315/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4689/2017**

Publicação Nº 1460098

PORTARIA Nº. 4.689/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) DAIANE GARBIN, Portaria 4.312/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4690/2017**

Publicação Nº 1460102

PORTARIA Nº. 4.690/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) DANIELA GEREMIA, Portaria 4.354/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4691/2017**

Publicação Nº 1460104

PORTARIA Nº. 4.691/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) ETHEL BAMBERG OLIVEIRA, Portaria 4.320/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4692/2017**

Publicação Nº 1460106

PORTARIA Nº. 4.692/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) KERLI CRISTINA WELCHEN, Portarias 4.314/2017 – 4.316/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4693/2017**

Publicação Nº 1460128

PORTARIA Nº. 4.693/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) LEONI BABICK, Portarias 4.328/2017 – 4.329/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4694/2017**

Publicação Nº 1460133

PORTARIA Nº. 4.694/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) LEONI SCHEREN MOMBACH, Portarias 4.308/2017 – 4.322/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4695/2017**

Publicação Nº 1460137

PORTARIA Nº. 4.695/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MARCIANE ROHDEN TOILLIER, Portarias 4.311/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4696/2017**

Publicação Nº 1460141

PORTARIA Nº. 4.696/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:



Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MARIA ELISABETE SIGOLIN, Portaria 4.324/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4697/2017**

Publicação Nº 1460146

PORTARIA Nº. 4.697/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MICHELE GASSEN, Portaria 4.584/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4698/2017**

Publicação Nº 1460150

PORTARIA Nº. 4.698/2017.

Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) THAISE MÁRCIA GOTZ, Portaria 4.319/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 20 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4699/2017**

Publicação Nº 1460152

PORTARIA Nº. 4.699/2017.  
Em 14 de Dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) JANAINA CAPELARI, Portaria 4.370/2017 do cargo temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 14 de Dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PROCESSO 10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2017**

Publicação Nº 1458885

PROCESSO 10/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2017

Pelo presente instrumento de o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A Sociedade Seguradora de direito privado com Sede em Porto Alegre-RS na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.450, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605.0001-02, representada neste ato pelo Procurador Sr. Eozemar de Souza brasileiro, portador do CPF nº 057.851.429-02 residente e domiciliado na Avenida Manoel Simão, nº 278, sala 01 na cidade de Indaial/SC, e doravante denominada CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para a CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEICULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 07/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente termo aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEICULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência:" O contrato a ser firmado para a prestação dos serviços, terá vigência por doze meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos sendo que a vistoria dos veículos devera ser realizada em ate 30 dias da assinatura do Contrato, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua

essencialidade e necessidade pública permanente" do presente contrato em execução nº 36/2017.

O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço (R\$)
01	02	UN	Renault Logan, Sedan Exp.1.6 Ano 2011-Placa MIH 6696 Exp Flex chassis 93YLS-R7UHB797709.Casco 110% FIPE Franquia maxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia Carro Reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre Corolla 2.0 de 153 CV 2017/17 flex, de quatro portas, com conjunto elétrico nas quatro portas vidros, trava, retrovisores, alarme, fechamento e abertura dos vidros no controle da chave deignição, 05 airbag, dois frontais, dois laterais e, de joelhos para o condutor, rodas de liga. Casco 110% FIPE Franquia maxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia Carro Reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.100,00
02	01	UN	Corsa Chevrolet / Classic LS 2013/14 - Placa MLL 1116 chassis 9BGSU19FOEB194346.Casco 110% FIPE Franquia maxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia Carro Reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	620,00
03	01	UN	Ônibus/15190 48 pass.Placa MLK 2254 Ano 2013 chassis 9532E82W5DR333155. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 7.500,00 danos materiais e corporais a transportados 3.079.608,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros - Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.744,44
04	01	UN	Renault Master Ônibus, 16 pass. Placa MFW 7896 ano 2008/9 chassis 93YCDDUH59J169408. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 1.539.804,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros - Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	1.867,22
05	01	UN	Marcopolo Ônibus 39 pas.Placa MGS 9969 - ano 2009/10 chassis 93PB42G3PAC031917. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 7.000,00 danos materiais e corporais a transportados 3.079.608,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros- Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.744,44
06	01	UN	Marcopolo Ônibus 25 pass. Placa MHW 2540 Ano 2005/6 chassis 93PB37D2M6C017395. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 4.000,00 danos materiais e corporais a transportados 3.079.608,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.744,44
07	01	UN	Mercedes Benz Ônibus 40 pass. Placa MJD 3436 ano 2011 chassis 9532882W7BR169203. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 7.000,00 danos materiais e corporais a transportados 3.079.608,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros/Farol Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.744,44
08	01	UN	Ônibus/Iveco Cityclass 29 pass. Placa MKW 7416 ano 2012/3 chassis 93ZL68C01D8443013. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 7.000,00 danos materiais e corporais a transportados 3.079.608,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 30.000,00 Completo Vidros - Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	2.744,43
14	01	UN	Fiat SIENA Placa MCU 3906 ano 2014/15 chassis 9BD197163F3212248. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	680,00

15	01	UN	Fiat Palio Placa MLM 4860 ano 2013/14 chassis 9BD373121E5050356. Casco 110% FIPE Franquia máxima Reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Lanterna s e Retrovisores - Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km Livre	664,00
17	01	UN	Caminhão VW Placa MBE 3732 Ano 2000 Chassis 9BWY2RST3YRY02175. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 KM	367,00
18	01	UN	Caminhão Volvo 310 Placa MJK 2122 Ano 2011 chassis 93KK0F0D9BE126517. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 KM	366,00
19	01	UN	Caminhão ATRON 2729 Placa OKE 2315 ano 2014 chassis 9BM693388EB962467. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 KM	366,00
20	01	UN	Caminhão Volvo 330 Placa MLY 3254 ano 2014 chasis 93KK0S1D5EE149149. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 KM	366,00
21	01	UN	Caminhão MB 1513 Placa LZU 5016 ano 1986 chassi 9BM345033GB720972. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 Km.	366,00
22	01	UN	Caminhão Cargo 2622 Placa MGA 9864 ano 2008 Chassis 9BFZCE9V98BB12055. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 Km.	366,00
23	01	UN	Ford Prancha 330 Placa QID 1997 ano 2016 chassis 9BFZEB4J0HBS60606. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 Km.	366,00
24	01	UN	VW 26220 Placa MJK 2132 ano 2011 chassis 9533782U6BR130687. Franquia máxima RFC Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/ Sem Cobrança de Franquia Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) 200 Km.	380,00
27	01	UN	VW Saveiro CS ST Placa QHL 7274 ano 2015/16 chassis 9BWKB45U2GP015001. Casco 110% FIPE Franquia máxima reduzida 1.100,00 Danos Materiais a terceiros R\$ 200.000,00 Danos Corporais a terceiros R\$ 400.000,00 Danos Morais R\$ 70.000,00 APO Morte/Invalidez por Ocupante R\$ 30.000,00 Despesas Médicas Hospit. por Ocupante R\$ 10.000,00 Completo Vidros/Farol/lanternas e retrovisores Sem Cobrança de Franquia carro reserva ilimitado Assistência 24 horas (Guincho e Taxi) Km livre.	650,00
			TOTAL GERAL	23.246,41

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 14 de dezembro de 2017.  
RENATO PAULATA GENTE SEGURADORA S.A  
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO  
CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017 CONTRATO Nº 100/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 1458895

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017****CONTRATO nº 100/2017****PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e de outro lado, a empresa **QUARK ENGENHARIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.496.490/0001-48, com sede na Rua Gothard Kaesemodel, 732, na cidade Joinville\SC, considerada doravante **CONTRATADA** resolvem celebrar o **TERMO ADITIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I**, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 86/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 124/2017, Pregão Presencial nº 86/2017, e contrato nº 100/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o **PRAZO** referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I**, conforme segue abaixo:



SERVIÇOS					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
<b>Manutenção de Rotina e Emergência</b>					
1	Fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, veículos e materiais para a manutenção do parque de iluminação pública composto de aproximadamente 604 pontos e manutenção do cadastro georeferenciado conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Mês	12	R\$ 2.635,6358	R\$ 31.627,63
2	Fornecimento, implantação e operação de software específico de gestão de iluminação pública, conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Mês	12	R\$ 225,9115	R\$ 2.710,94
3	Fornecimento, implantação e operação de sistema de tele-atendimento com número telefônico 0800, conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Mês	12	R\$ 301,2153	R\$ 3.614,58
				R\$ 3.162,7626	R\$ 37.953,15
<b>Inventário de Rede e Cadastro Geo Referenciado informatizado</b>					
4	Serviço de cadastramento informatizado e geo-referenciado de pontos de iluminação pública, conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	604	R\$ 12,5506	R\$ 7.580,56
5	Identificação de unidade de IP, incluindo fornecimento de materiais (plaquetas, fixações, adesivos), conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	604	R\$ 10,0405	R\$ 6.064,46
					R\$ 13.645,02
<b>Ampliação, Eficientização e Modernização</b>					
6	Instalação de ponto de iluminação pública completo em braço de até 1,5m e altura até 8m, com ART e regularização na concessionária. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	18	R\$ 100,4051	R\$ 1.807,29
7	Remoção de ponto de iluminação pública completo em braço de até 1,5m e altura até 8m, com ART e regularização na concessionária. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	14	R\$ 58,5696	R\$ 819,97
8	Instalação de ponto de iluminação pública completo em braço com mais de 1,5m e altura superior a 8m, com ART e regularização na concessionária. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	24	R\$ 167,3418	R\$ 4.016,20
9	Remoção de ponto de iluminação pública completo em braço com mais de 1,5m e altura superior a 8m, com ART e regularização na concessionária. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	19	R\$ 100,4051	R\$ 1.907,70
10	Projeto Luminotécnico para iluminação de vias públicas, com elaboração de projeto, memorial descritivo, especificação detalhada de materiais em especial luminárias, orçamento e emissão de ART. Conforme projeto básico. <b>Marca QUARK</b>	Ponto	29	R\$ 125,5064	R\$ 3.639,69
11	Projeto de extensão de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública com aprovação na concessionária. <b>Marca QUARK</b>	Poste	21	R\$ 167,3418	R\$ 3.514,18
<b>Total serviços:</b>					R\$ 15.705,03
<b>Materiais para ampliação, eficientização e modernização</b>					
12	Base para relé fotoelétrico 10A, tipo baquelite ou material equivalente, devendo operar à temperatura de -5°C a +70°C, contatos de encaixe em latão ou material equivalente, que suporte no mínimo a corrente de 10ª. <b>Marca DREIK\BR01</b>	Pç	24	R\$ 4,535	R\$ 108,84



13	Braço para iluminação pública - 1metro - reto galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo com sapata estampada Diâmetro tubo Ø 25,4mm espessura da chapa # 1,90mm. <b>Marca OLIVIO</b>	Pç	14	R\$ 27,9294	R\$ 391,01
14	Braço para iluminação pública, galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, com 3.000 mm de comprimento, curvo e espessura da chapa # 3,00mm, diâmetro Ø externo tubo de 46 a 49,0mm, sem sapata de fixação possuir furo para dois parafusos 16, mm. <b>Marca OLIVIO</b>	Pç	19	R\$ 110,5711	R\$ 2.100,85
15	Cabo de cobre unipolar flexível, têmpera mole, encordoamento classe 5, seção 1,5mm², cobertura em PVC, isolamento 750V. <b>Marca CONDUSPAR</b>	Mt	84	R\$ 0,4937	R\$ 41,47
16	Cabo de cobre unipolar flexível, têmpera mole, encordoamento classe 5, seção 2,5mm², cobertura em PVC, isolamento 750V. <b>Marca CONDUSPAR</b>	Mt	152	R\$ 0,7698	R\$ 117,01
17	Cabo de cobre unipolar flexível, têmpera mole, encordoamento classe 5, seção 4,0mm², cobertura em PVC, isolamento 750V. <b>Marca CONDUSPAR</b>	Mt	61	R\$ 1,2049	R\$ 73,50
18	Cinta metálica para poste circular, D150mm a D200mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	6	R\$ 18,098	R\$ 108,59
19	Cinta metálica para poste circular, D210mm a D300mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	8	R\$ 24,4905	R\$ 195,92
20	Cinta metálica para poste circular, D310mm a D400mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	7	R\$ 26,4065	R\$ 184,85
21	Conector cunha de baixa tensão tipo A. <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	15	R\$ 2,9536	R\$ 44,30
22	Conector cunha de baixa tensão tipo B <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	12	R\$ 3,146	R\$ 37,37
23	Conector cunha de baixa tensão tipo I <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	13	R\$ 2,7193	R\$ 35,35
24	Conector cunha de baixa tensão tipo II <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	16	R\$ 2,3093	R\$ 36,95
25	Conector cunha de baixa tensão tipo III <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	21	R\$ 1,23	R\$ 25,83
26	Conector de perfuração para utilização em redes secundárias multiplexadas até 1kV, em material polimérico, conexão principal: 10-95mm², conexão secundária: 1,5-10 mm², contatos em cobre estanhado. <b>Marca INTELLI/CDC-A</b>	Pç	26	R\$ 2,9954	R\$ 77,88
27	Fita auto fusão, 19MM x 10m, espessura 0,76mm. <b>Marca PRYSMIAN-181</b>	Pç	1	R\$ 15,4373	R\$ 15,44
28	Fita isolante, 19mm x 20m, conforme NBR5037. <b>Marca PRYSMIAN-181</b>	Pç	10	R\$ 5,4219	R\$ 54,22
29	Lâmpada vapor de sódio 70W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 6600 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 94 lm/W, vida útil 32.000h, base E-27. Selo PROCEL. <b>Marca EMPALUX-SOT</b>	Pç	14	R\$ 19,8802	R\$ 278,32
30	Lâmpada vapor de sódio 100W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 10.865 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 108 lm/W, vida útil 27.000h, base E-40. Selo PROCEL <b>Marca EMPALUX-SOT</b>	Pç	9	R\$ 20,9596	R\$ 188,64
31	Lâmpada vapor de sódio 150W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 17.290 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 110 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. <b>Marca EMPALUX-SOT</b>	Pç	5	R\$ 21,8381	R\$ 109,19
32	Lâmpada vapor de sódio 250W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 31.140 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 125 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. <b>Marca EMPALUX-SOT</b>	Pç	17	R\$ 26,3563	R\$ 448,06

33	Lâmpada vapor de sódio 400W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 55.870 lumens, temperatura de cor 2.000K, IRC >= 23%, eficiência luminosa >= 139 lm/W, vida útil 32.000h, base E-40. Selo PROCEL. <b>Marca EMPALUX-SOT</b>	Pç	5	R\$ 27,4859	R\$ 137,43
34	Lâmpada vapor metálico 150W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 14.500 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. <b>Marca EMPALUX-MT2</b>	Pç	4	R\$ 25,5113	R\$ 102,05
35	Lâmpada vapor metálico 250W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 20.000 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. <b>Marca EMPALUX-MT2</b>	Pç	10	R\$ 26,9755	R\$ 269,76
36	Lâmpada vapor metálico 400W, tubular, clara, fluxo luminoso >= 35.000 lumens, temperatura de cor 5.000K, IRC >= 70%, vida útil 15.000h, base E-40. <b>Marca EMPALUX-MT2</b>	Pç	5	R\$ 39,6182	R\$ 198,09
37	Luminária pública para lâmpadas 250/400W, corpo e aro em alumínio injetado a alta pressão, refrator em vidro policurvo temperado, refletor estampado em chapa de alumínio anodizado e selado, soquete de porcelana esmaltada rosca E-40, abertura através de fecho rápido de pressão em aço inox, cabos de silicone 200° C 750V, c/ base para relé, acabamento com pintura eletrostática, norma NBR IEC 60598-1, NBR 15129. IP 66. <b>Marca ILUMATICLP 2540</b>	Pç	24	R\$ 410,8912	R\$ 9.861,39
38	Luminária pública para lâmpadas 70/150W, corpo e aro em alumínio injetado a alta pressão, refrator em vidro policurvo temperado, refletor estampado em chapa de alumínio anodizado e selado, soquete de porcelana esmaltada rosca E-27, abertura através de fecho rápido de pressão em aço inox, cabos de silicone 200° C 750V, c/ base para relé, acabamento com pintura eletrostática, norma NBR IEC 60598-1, NBR 15129. IP 66. <b>Marca ILUMATICILP 7010</b>	Pç	18	R\$ 216,3061	R\$ 3.893,51
39	Parafuso de cabeça abaulada D16x45mm c/ porca. <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	11	R\$ 2,2256	R\$ 24,48
40	Parafuso de cabeça abaulada D16x70mm c/ porca <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	13	R\$ 2,6273	R\$ 34,15
41	Parafuso de cabeça quadrada, D16x200mm c/ porca <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	15	R\$ 5,2462	R\$ 78,69
42	Parafuso de cabeça quadrada, D16x250mm c/ porca <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	16	R\$ 5,8988	R\$ 94,38
43	Parafuso de cabeça quadrada, D16x300mm c/ porca <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	10	R\$ 8,024	R\$ 80,24
44	Porca quadrada, rosca M16, <b>Marca ROMAGNOLE</b>	Pç	7	R\$ 0,569	R\$ 3,98
45	Reator interno para lâmpada vapor sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. <b>Marca DEMAPE\9070</b>	Pç	14	R\$ 43,4252	R\$ 607,95
46	Reator interno para lâmpada vapor sódio 100W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. <b>Marca DEMAPE\90710</b>	Pç	9	R\$ 52,2274	R\$ 470,05
47	Reator interno para lâmpada vapor sódio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. <b>Marca DEMAPE\90715</b>	Pç	7	R\$ 56,6536	R\$ 396,58
48	Reator interno para lâmpada vapor sódio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. <b>Marca DEMAPE\90725</b>	Pç	19	R\$ 73,7727	R\$ 1.401,68
49	Reator interno para lâmpada vapor sódio 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor, conforme NBR 14305 e Selo Procel. <b>Marca DEMAPE\90740</b>	Pç	8	R\$ 95,9371	R\$ 767,50

50	Relé foto eletrônico NF bivolt - (tensão de operação 105 v a 305 v) - com capacidade de comutação de carga resistiva de 1000 W, e 1800VA. IP65. Acionamento na passagem por zero. A durabilidade do contato do relé deve ser maior que 15000 ciclos. A peça deve ter garantia mínima de 5 anos. Marca <b>DREIK\RFR01</b>	Pç	36	R\$ 16,6923	R\$ 600,92
<b>Total Material:</b>					R\$ 91.000,00

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a **CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS** "6.3 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações Pertinentes.", mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 86/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC.,13 de dezembro de 2017.

**RENATO PAULATA**

Prefeito Municipal  
Contratante

**QUARK ENGENHARIA EIRELI**

Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**TERMO DE REFERENCIA AO CONTRATO Nº 100/2017 E 1º TERMO ADITIVO.**

O presente termo de referência tem como objetivo apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para descrever e caracterizar os serviços técnicos especializados para a gestão das atividades relativas a iluminação pública do Município de TUNÁPOLIS - SC, da forma caracterizada no objeto do Edital lançado por este MUNICÍPIO, visando celebração de Termo de Contrato a ser firmado com a empresa vencedora do certame licitatório, aqui denominada simplesmente CONTRATADA.

Os serviços relativos a gestão do parque de iluminação pública a serem contratados pelo município de TUNÁPOLIS contemplam a seguinte relação de atividades:

- Manutenção de rotina e emergencial com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais;
- Fornecimento, implantação e operação de software de gestão específico para Iluminação pública;
- Implantação e operação de sistema de tele atendimento gratuito ao munícipe;
- Serviço de cadastro informatizado e geo-referenciado dos pontos de iluminação pública do município;
- Identificação dos pontos de iluminação pública com fornecimento dos materiais;
- Serviços de projetos, ampliação e modernização do parque de iluminação pública;

**1. SITUAÇÃO ATUAL**

O sistema de iluminação pública do município de TUNÁPOLIS apresenta as seguintes características:

- Número de lâmpadas instaladas: 604
- Luminárias: predominantemente Abertas sem alojamento para reator.
- Lâmpadas: predominantemente a vapor de Mercúrio.
- Reatores: eletromagnéticos de baixa perda e alto fator de potência uso externo.
- Acionamentos individuais através de rele foto eletrônico

Os tipos, potências e quantidades de lâmpadas existentes no Município constam da tabela a seguir:

Potência	Tipo de Lâmpada	Quantidade
80	Mercúrio	326
250	Mercúrio	19
400	Mercúrio	3
70	Sódio	170
150	Sódio	31
250	Sódio	14
400	Sódio	41

<b>TOTAL DE PONTOS</b>
------------------------

604
-----

Lista de Pontos de IP (base: FEV/2017)

Cerca de 90% das unidades de iluminação pública estão instaladas em ponta de braços, em postes da concessionária, e as demais estão instaladas em avenidas, praças, monumentos, prédios históricos ou outros logradouros públicos, em postes específicos para iluminação pública, ou ainda em unidades subterrâneas.

Os sistemas de proteção e comando são efetuados por relés fotoelétricos ou foto eletrônicos, chaves magnéticas de iluminação pública e quadros de proteção e comando.

Os circuitos das unidades de iluminação não instalados nos postes da concessionária são subterrâneos ou embutidos em eletrodutos.

**Para um atendimento satisfatório de todo o sistema de iluminação pública do Município de TUNÁPOLIS, os serviços serão considerados únicos e interligados, dependentes entre si e executados de forma continuada.**

## **2. DEFINIÇÕES E NORMAS A SEREM UTILIZADAS**

Por unidade de iluminação pública (IP) entenda-se uma luminária ou projetor, completo com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento. Caso a luminária ou projetor contenham mais de uma lâmpada, o número de unidades equivalerá ao número de lâmpadas, sendo isto necessário para a compatibilização com os procedimentos adotados pela concessionária CELESC, no faturamento da energia consumida pelo sistema.

O número de unidades de iluminação deve ser permanentemente atualizado para suprimir as unidades retiradas e acrescer as unidades instaladas no mês.

Esta contratação contempla além da execução dos serviços (mão de obra e equipamentos/ferramentas) o gerenciamento completo dos serviços e o fornecimento de todos os materiais necessários para a manutenção.

Aplicam-se a este memorial e a execução do objeto a ser contratado, as prescrições normativas da NBR 5101/92 – Iluminação Pública; NBR 13570/96 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - requisitos específicos; NBR 5460/92 – Sistemas elétricos de potência; NBR 15688/12 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus e NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.

Aplicam-se ainda as normas e disposições da Concessionária de Energia Elétrica – CELESC, bem como os mandames da Resolução Normativa nº 414 da ANEEL.

## **3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

### **4.1. Manutenção de rotina e emergencial com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais.**

O conjunto de atividades descritas no item 1 da planilha orçamentária representam as ações de manutenção de rotina e de emergência, corretivas e preventivas de todo o parque de iluminação pública do município.

Devem estar previstos no valor apresentado e inclusa toda a mão de obra, equipamentos, veículos e materiais necessários para a execução dos serviços. O município pagará um valor fixo mensal durante toda a vigência do contrato para os serviços de manutenção, cabendo a contratada a execução completa da manutenção independente dos materiais necessários para se reestabelecer a iluminação original do ponto, não podendo ser alterado as características originais do ponto.

Os serviços serão executados em ruas, avenidas, praças, no centro e nos bairros, bem como em localidades rurais de acordo com as solicitações municipais ou demandas originadas pelo serviço de tele atendimento com os seguintes prazos:

- Pontos centrais ou solicitações de urgência da administração municipal em 48 horas;
- Pontos nos bairros em 72 horas;
- Pontos rurais em 96 horas.

A contratada é responsável pela destinação final de todo o material ou sucata retirada do sistema de Iluminação pública do município, devendo apresentar mensalmente certificado de destinação final das lâmpadas retiradas do parque de iluminação pública sob pena de retenção do pagamento mensal até apresentação do mesmo.

A contratada fica livre para realização de rondas para antecipação das solicitações de manutenção dos municípios, a fim de melhor gerir a taxa de falhas mensal que será monitorada pelo software de gestão. A taxa de reclamações mensal não deve ultrapassar 4% do parque instalado. Caso a taxa de reclamações ultrapasse o valor de 4% dos pontos instalados no parque municipal, a contratada terá glosado do seu valor mensal previsto para manutenção 1% para cada décimo acima do valor estipulado de 4% da taxa de reclamações.

A contratada deverá arcar com a manutenção do cadastro geo referenciado e identificação dos pontos de IP já inventariados, mantendo atualizados os dados cadastrais já inventariados e atualizando as novas implantações e melhorias. São exemplos destes serviços a substituição de plaqueta perdida ou removida por qualquer que seja o motivo; refazer a fixação de plaqueta que encontra-se solta ou frouxa, entre outros.

Todos os serviços de manutenção deverão ser registrados em ficha de serviço, conforme padrão a ser aprovado pelo Município, e lançados em até 48 horas após a execução no software de gestão.

A Contratada deverá manter as equipes operacionais de campo para atendimento às ocorrências no sistema de IP, de segunda a sexta, em horário diurno e/ou noturno que permita o atendimento das ocorrências nos prazos estabelecidos nesse Termo de referência.

A contratada deverá disponibilizar **para a equipe de trabalho** um aparelho de telefonia móvel, para que a FISCALIZAÇÃO possa entrar em contato com equipe, com o intuito de manter informada da execução dos serviços, e também para que a equipe possa comunicar-se com a FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL deverá ter acesso total ao software de gestão para verificar o andamento dos serviços e a efetiva eficiência da contratada.

#### **4.2. Fornecimento, implantação e operação de software de gestão específico para Iluminação pública**

A realização de todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva deverá ser suportada por um Sistema Informatizado de Gestão (software de gestão), específico para iluminação pública, configurável e adaptável às exigências do Município.



A CONTRATADA deverá implantar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão de ordem de serviço, um sistema informatizado que permita o gerenciamento do sistema de iluminação pública, a nível patrimonial, quantitativo, qualitativo, operacional, vinculando cada ponto luminoso a número de identificação (código), com emprego de sistemas de coordenadas georeferenciadas e base cartográfica, devendo o mesmo contemplar, no mínimo, as funções descritas a seguir:

**Cadastro:** permita alocação dos dados obtidos no cadastro em campo, transferindo-o para uma base de dados contendo todos os equipamentos e materiais do Sistema de Iluminação Pública, tais como lâmpadas, luminárias, reatores, braços, associando-os aos logradouros, vinculando e agrupando o cadastro de equipamentos de iluminação, de acordo com setores (bairros) da cidade, ruas, e codificando cada ponto de iluminação pública com um número exclusivo que identifique cada ponto do sistema de iluminação existente, vinculando-o ao bairro e logradouro da sua instalação;

**Relatórios Gerenciais do Sistema:** o sistema deverá oferecer relatórios gerenciais para facilitar a operação e a manutenção, tanto preventiva quanto corretiva, a inspeção noturna para verificação de lâmpadas apagadas e os aspectos de patrimônio (acervos);

**Gerenciamento da Operação e Manutenção do Sistema:** O sistema deverá possuir um módulo de operação e manutenção que permita emitir e controlar todas as atividades de manutenção, tanto corretiva como preventiva. Deve ainda permitir o registro, acompanhamento e controle de todas as reclamações e intervenções realizadas, devidamente codificadas, relacionando suas causas, medidas corretivas, de tal forma que possam ser emitidos relatórios gerenciais com análise estatística;

**Atendimento ao cidadão:** permitir o registro das solicitações de manutenção e o seu acompanhamento em um módulo “call-center” através de pesquisa por número de protocolo gerado no momento do pedido de manutenção, pelo nome do munícipe ou número de telefone cadastrado.

**Gestão e Controle de Energia Elétrica:** O sistema deve permitir a simulação da conta mensal de energia da Cidade com base no número de pontos cadastrados, emitir/imprimir relatórios da energia consumida (kWh) e da despesa com energia (Reais), de forma a possibilitar ao setor competente da Prefeitura discutir em qualquer momento sobre a conta de consumo de energia elétrica cobrada por estimativa.

A FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL deverá ter acesso em tempo real ao software de gestão para verificar o andamento dos serviços e a efetiva eficiência da contratada.

O software de gestão do parque de iluminação pública deverá apresentar também, OBRIGATORIAMENTE, as seguintes características e funcionalidades:

Item	Características e Funcionalidades
1	O sistema deve possuir uma base de dados confiável visando proteger as informações do sistema de eventuais erros cometidos pelos operadores.
2	O sistema deve permitir o controle dos níveis de acesso ao mesmo (usuário e senha).
3	O sistema deve possuir versão para PDA'S (palm tops, Pocket PC, etc) com a finalidade de utilização na entrada de dados do cadastro patrimonial dos equipamentos de iluminação pública do Município.
4	O sistema deve permitir que o cadastro patrimonial identifique, além da descrição detalhada dos componentes do ponto de luz, as características físicas e a classificação dos logradouros públicos.
5	O sistema deve permitir a entrada de informações de geo-referenciamento, referentes ao cadastro patrimonial, e possui recursos que permitem que o cadastramento seja realizado por procedimento digitalizado (sem necessidade de transcrição via digitação do cadastro patrimonial feito no campo).
6	O sistema deve permitir que os pontos de luz cadastrados sejam visualizados em base de dados de



	mapas digitalizados e vetorizados.
7	O sistema deve possuir mecanismos de gestão de prioridades (monitoração dos prazos por ocorrências, tipo defeito, etc.) possibilitando ao gestor a monitoração dos indicadores de desempenho.
8	O sistema deve possuir função que permite identificar e rastrear ordens de serviços não executadas.
9	O Sistema deve definir em tempo real os roteiros de inspeção do parque de IP.
10	O sistema deve permitir o estabelecimento de rotinas aleatórias de auditoria de processos (cadastro, qualidade na execução dos serviços, etc.)
11	O sistema deve permitir monitorar o consumo de energia do parque de iluminação pública diferenciando circuitos com existência ou não de medidores.
12	O sistema deve permitir monitorar os indicadores estatísticos de desempenho do gerenciamento do sistema de iluminação pública do Município.
13	O sistema deve permitir à Administração o desenvolvimento de ferramentas e funcionalidades customizadas (relatórios específicos, pesquisas temáticas, novos módulos, etc.) de acordo com as necessidades no município.
14	O sistema deve permitir operação em ambiente WEB com acesso as informações e ocorrências em tempo real.
15	O sistema deve permitir integração “on line” com centrais de tele atendimento

**OBS:** A licitante deverá apresentar declaração, junto aos documentos habilitatórios, de que possui ou utiliza software que atenda todos estes requisitos, cuja operação do sistema seja 100% web padrão W3C.

#### **4.3. Implantação e operação de sistema de tele atendimento gratuito ao munícipe**

A contratada deverá dimensionar e implantar um sistema de tele atendimento (call-center), para atendimento ao cidadão, com número telefônico gratuito e funcionamento das 6:00 às 24:00h, de segunda à sexta feira, incluindo o fornecimento de equipamentos e softwares, compatível com o parque de IP do Município, composto de recursos para acompanhamento e resposta adequada ao cidadão de solicitações de manutenção, melhorias e ampliações, do qual possa ser extraídos dados para controle, planejamento, emissão de ordens de serviço e relatórios.

O serviço, compreendendo o atendimento desse subitem, deverá estar em operação em até 15 (quinze) dias contados a partir da data da emissão de ordem de serviço.

Cada atendimento telefônico deverá gerar um protocolo, com todos os dados do solicitante e motivo da ligação.

O sistema do tele atendimento deve interagir com o software de gestão possibilitando a fiscalização municipal efetuar pesquisa da situação de cada solicitação recebida no serviço de tele atendimento através do número do protocolo, do nome do solicitante ou nome do logradouro.

Durante o atendimento da reclamação, deveram ser registrados os dados do atendente e também os dados do reclamante, como nome, telefone, endereço, e-mail e os dados da reclamação, tais como: local da ocorrência (bairro, logradouro, numero do imóvel mais próximo), descrição da ocorrência, gravidade/urgência ou ainda reincidência de defeito para tratativa diferenciada.

**A interface deverá ser de fácil operação e padrão WEB para operação em qualquer computador conectado a internet.**

#### **4.4. Serviço de cadastro informatizado e geo-referenciado dos pontos de iluminação pública do município**

A CONTRATADA deverá cadastrar e inventariar todos os pontos do Sistema de Iluminação Pública do Município, ou que tenha sua implantação realizada caracterizando ampliação do sistema atual, com as informações complementares que se fizerem necessárias à sua configuração final. As informações devem ser cadastradas em sistema informatizado específico para Sistemas de Iluminação Pública, que permita configurar os parâmetros fundamentais do cadastro, a numeração e a caracterização do ponto luminoso no endereço onde o mesmo está instalado.

O objetivo deste trabalho será a atualização da base de dados dos pontos de iluminação pública municipal para facilitar a localização dos pontos para execução dos serviços, manter históricos de manutenção, controle de garantia de materiais e facilitar o desenvolvimento de projetos de melhoria, modernização e ampliação do parque de iluminação pública, além de possibilitar a comparação com os dados registrados na Concessionária de Energia Elétrica, visando a atualização do cadastro desta para a correta cobrança dos valores de consumo de energia.

O cadastro deverá contemplar, no mínimo, os seguintes dados técnicos dos equipamentos que compõem o ponto de iluminação pública:

- Identificação do ponto (número do IP);
- Identificação do Bairro;
- Nome do logradouro (conforme cadastro do Município);
- Tipo de rede de energia (aérea ou subterrânea);
- Tipo de poste: material e dimensões (altura);
- Tipo de braço (dimensões);
- Tipo de luminária (aberta ou fechada, integrada);
- Tipo de lâmpada (potência);
- Comando do ponto (individual ou em grupo);
- Tipo de alimentação (Medição ou estimada e número da UC);
- Coordenada georreferenciada (localização por GPS);

A Contratada deverá dispor de profissionais qualificados para manter atualizado o cadastro, atualizando sempre que ocorrer a instalação de novos pontos de iluminação.

O cadastro poderá ser realizado em sistema próprio de cadastramento, mas deverá ser entregue ao Município de Tunápolis em planilha eletrônica, tipo Excel além de compor e integrar o software de gestão dos serviços de iluminação pública.

**Todas as intervenções que visem a melhoria ou ampliação do parque de iluminação pública deverão ser registradas e mantidas atualizadas na planilha de cadastramento.**

**Os serviços de cadastramento serão realizados gradativamente através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante sua efetiva realização por ponto conforme item 4 da planilha orçamentária.**

#### 4.5. Identificação dos pontos de iluminação pública com fornecimento dos materiais

A cada ponto cadastrado, a contratada deverá identifica-lo com plaqueta, utilizando numeração sequencial dotado de dígito verificador compatível com o sistema de gestão de iluminação pública.

Esta plaqueta deverá ser de alumínio, acetinado, liso, 140X50X3mm c/ 2 furos superiores central e dois furos laterais, impressão digital em uma cor, fundo branco, letras verdes, tratamento com verniz PU.

As plaquetas deverão ser instaladas em local apropriado, conforme abaixo:

- Pontos em poste compartilhado: NO BRAÇO DA LUMINÁRIA
- Pontos em poste dedicado: DIRETAMENTE NO POSTE
- Pontos em nível do solo: DIRETAMENTE NA LUMINÁRIA OU PROJETO

**Os serviços de identificação serão realizados gradativamente através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante sua efetiva realização por ponto conforme item 5 da planilha orçamentária.**

Os dados do inventário devem ser automaticamente importados para o software de gestão e a numeração de identificação dos pontos deverá ser utilizada pelo módulo de tele atendimento para identificação e localização dos pontos a solicitados.

#### 4.6. Serviços de ampliação e modernização do parque de iluminação pública

A execução dos serviços necessários para a ampliação do parque de iluminação se dará através de **ordem de serviço específica**.

A ampliação do sistema se dará através da expansão da iluminação pública, **em locais onde exista rede de distribuição de energia elétrica já instalada**, naquelas regiões onde o Município esteja crescendo, com instalação de novas moradias ou esteja defasado necessitando de melhorias de forma que todos os municípios possam dispor do sistema de iluminação pública permitindo o lazer e a segurança noturna.

Caso não exista rede de distribuição com posteamento já instalado para atender a solicitação de ampliação, a contratada deverá apresentar mensalmente a relação dos locais e pontos solicitados que necessitam de instalação de postes e rede de distribuição de energia elétrica. Somente após aprovação da administração os projetos deverão ser elaborados.

Após a aprovação e emissão de ordem de serviço específica para a elaboração dos projetos a contratada deverá elaborar os projetos aprovando na concessionária CELESC, entregando ao município após aprovação:

- Pranchas dos projetos;
- Lista de material;
- Memorial descritivo;
- Orçamento executivo;
- ART de elaboração dos projetos e orçamento;
- Cronograma executivo previsto.

**Os serviços de elaboração de projetos de rede de distribuição de energia elétrica serão realizados através da emissão de ordem de serviço específica e serão pagos mediante a entrega dos documentos acima elencados com a devida aprovação na concessionária, pagos por ponto conforme item 11 da planilha orçamentária.**

Os serviços de ampliação correspondem a todas as atividades de implantação de novos pontos de iluminação pública, podendo ter origem direta pela solicitação do município através do tele atendimento ou solicitação formal pela fiscalização municipal.

**TODAS** as solicitações de ampliação só poderão ser executadas mediante autorização formal pelo Secretário Municipal responsável pela pasta de Iluminação Pública, assim designado pelo Prefeito Municipal.

Tais autorizações devem ser registradas em formulário aprovado pelo secretário e sua remuneração será por ponto conforme descrito nos itens 6, 7, 8 e 9 da planilha orçamentária.

Os materiais necessários para ampliação ou modernização do parque de iluminação pública do município de Tunápolis devem obedecer e respeitar as especificações contidas na Planilha Orçamentária – Materiais para Ampliação e Modernização, itens 12 a 50. O Município reserva o direito de adquirir materiais específicos e solicitar a contratada a utilização e instalação no parque de iluminação pública para ampliar ou modernizar o sistema sem acréscimo de valores ou ônus qualquer a não ser os previstos nos itens 6 a 9.

Precedendo a execução dos serviços, o Município de Tunápolis emitirá ordem de serviço específica autorizando a execução indicando os locais a serem instalados. A contratada, por sua vez, deverá assumir a responsabilidade de documentar o serviço e regularizá-lo junto a concessionária de energia elétrica. Realizando também cadastro geo referenciado, identificação com plaqueta do ponto e inclusão no software de gestão.

Os materiais deverão obedecer às descrições da planilha orçamentária de materiais, e quando pertinente deverão possuir Certificado de Homologação do Produto ou Certificado de Ensaio de Material emitido pela Concessionária CELESC.

A contratada deverá manter um almoxarifado para guarda e acondicionamento de materiais e equipamentos de iluminação pública. Nesse almoxarifado serão depositados tanto materiais novos quanto aqueles retirados durante os serviços de manutenção.

Os materiais deverão ser armazenados de forma adequada e de maneira a garantir a integridade, a conservação, o controle e a fiscalização dos estoques.

A contratada deverá manter todos os materiais e equipamentos armazenados e sob sua responsabilidade, devidamente identificados e acondicionados.

O estoque dimensionado pela contratada deverá permitir, sem descontinuidade, a realização de intervenções no sistema de IP por um prazo predeterminado, nunca inferior a 30 (trinta) dias.

Os materiais retirados da rede de iluminação pública, considerados inservíveis, deverão ser descartados pela contratada, assim como o descarte final apropriado das lâmpadas, de acordo com as determinações do órgão ambiental competente, **devendo ser considerado no custo dos serviços prestado.**

Todos os materiais retirados do sistema de IP serão transportados pela contratada para seu almoxarifado. Ali ficarão temporariamente guardados, classificados e posteriormente serão devolvidos ao parque de IP ou ao Município, quando pertinente. Este serviço de almoxarifado poderá ser realizado nas dependências da CONTRATADA e seus custos deverão estar inclusos na prestação do serviço.

A contratada deverá manter o parque de iluminação pública sempre atualizado, informando ao Município e à Concessionária de Energia Elétrica as alterações realizadas, através do registro em planilha de cadastramento ou sistema informatizado.

A empresa licitante deverá apresentar na proposta de preços a MARCA e o MODELO de cada um dos produtos ofertados para serem usados nas ampliações e modernização sob pena de desclassificação da proposta caso não apresente.

A substituição de qualquer material durante a execução do contrato só poderá ser realizada após consulta e aprovação da fiscalização municipal.

Os quantitativos e valores máximos previstos para os materiais constam na Planilha Orçamentária.

#### 4. FISCALIZAÇÃO

Fica a cargo do Município de Tunápolis, definir os critérios de fiscalização da contratada de acordo com a necessidade, devendo esta permitir tais atividades, facilitando o acesso às suas dependências, veículos e pessoal.

A fiscalização acontecerá prioritariamente monitorando o software de gestão e avaliando o desempenho da contratada quanto ao prazo médio de atendimento, taxa de reclamações do sistema e a satisfação geral do munícipe.

A atuação da Administração em nada restringe ou isenta a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações.

O Município de Tunápolis poderá rejeitar os serviços executados pela contratada, no todo ou em parte, em função de inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para ao Município.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá atender aos procedimentos da Concessionária de energia CELESC, bem como estar devidamente autorizada a exercer todas as atividades objetos desta contratação, dentro do prazo de assinatura do contrato, e durante todo o período de execução.

A contratada obriga-se a comunicar ao Município de Tunápolis todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitam a correta execução dos serviços.

A contratada fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à **Segurança e Medicina do Trabalho** segundo as normas NR-6, NR-10, NR-35 e NR-12.

A contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da realização incorreta dos referidos trabalhos.

A contratada assumirá integral responsabilidade pela boa elaboração e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente e seus anexos, bem como pelos eventuais danos decorrentes da sua realização incorreta.

A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio público municipal, objeto do presente Termo de Referência, assumindo responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados pelos seus funcionários.

A contratada é responsável em fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene no trabalho.

A contratada deverá efetuar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, perante o CREA-SC, imediatamente após a assinatura da Ordem de Serviço. Empresas de outros Estados da Federação deverão fazer o registro no CREA-SC até a assinatura do contrato apresentando no momento do certame o visto provisório emitido pelo CREA-SC.

Caberá à CONTRATADA comunicar e obter a anuência da FISCALIZAÇÃO, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos como CELESC, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia, TV a cabo, rodovias e demais, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos. A responsabilidade de solicitar os serviços de apoio será da CONTRATADA.

A contratada deverá possuir cadastro junto a Concessionária de Energia Elétrica – CELESC, devendo apresentar um dos seguintes documentos: Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela CELESC autorizando a intervenção na execução dos serviços relativos a Iluminação Pública.

Tal exigência tem fundamento nos requisitos da própria Concessionária de Energia Elétrica, no caso a CELESC, a qual faz o registro das empresas prestadoras de serviços e as autoriza a intervirem no seu sistema elétrico. A Resolução Normativa da ANEEL, em seu Art. 37, § 3º, inciso I, determina que as empresas terceirizadas devam possuir prévia qualificação, sendo o cadastro necessário para tal análise.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Somente será permitida a participação de empresas do ramo pertinente, comprovado em seu contrato social compatibilidade com o objeto licitado que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto.

Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de TUNÁPOLIS. A comprovação desta exigência se dará através de declaração, a ser apresentada no envelope de habilitação sob pena de desclassificação.

Não será permitida a participação de empresas em consórcio. Todos os serviços de que tratam a presente contratação possuem uma única característica: **execução dos serviços no sistema de iluminação pública**, não existindo serviços de complexidades distintas entre si ou que exijam equipamentos ou pessoal diferenciados, dispensando totalmente a necessidade de formação de consórcios.

## 7. EXIGENCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Será exigido no momento do certame a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e de pessoa física dos responsáveis técnicos da empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da sede da empresa. Sendo inválido o documento que não apresentar rigorosamente a situação cadastral atualizada da empresa, CONFORME O artigo 2º parágrafo 1º alínea c da Resolução nº 266/79 do CONFEA. As empresas com sede em outros estados deverão apresentar a certidão acima com visto para participação em licitações conforme o artigo 1º inciso II da Resolução nº 413/97 do CONFEA.

Também será exigido no momento do certame a comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, mediante apresentação de atestados ou certidões fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado (devidamente registrados no CREA), acompanhados da(s) certidão(ões) de acervo técnico expedida(s) pelo CREA, demonstrando que tanto a empresa licitante quanto um de seus responsáveis técnicos (Engenheiro Eletricista) tenha executado obras e/ou serviços compatíveis em características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) semelhante ao objeto deste certame licitatório. Quais sejam:

Item	Descrição
1	Fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, veículos e materiais para a manutenção do parque de iluminação pública de no mínimo 604 pontos.
2	Fornecimento e operação de software específico de gestão de iluminação pública.
3	Fornecimento e operação de sistema de tele atendimento para iluminação pública.
4	Serviço de cadastramento informatizado e geo-referenciado de pontos de iluminação pública.
5	Identificação de unidade de IP, incluindo fornecimento de materiais (plaquetas, fixações, adesivos).
6	Serviço de ampliação ou modernização de pontos de iluminação pública com fornecimento de materiais e projeto.



Deverá existir comprovação do profissional detentor dos atestados técnicos apresentados em pertencer ao quadro da empresa licitante. A comprovação do vínculo empregatício do (s) profissional (is), será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.

Quando se tratar de autônomo, a comprovação se dará através de contrato de prestação de serviços devidamente registrado e o profissional deverá contar no quadro técnico junto ao CREA da sede da proponente.

Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

A (s) certidão (ões) e/ou atestado (s) apresentado (s) deverá (ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

A proponente deverá agendar em até 3 (três) dias anteriores a abertura do envelopes, junto ao departamento de iluminação pública, a visita técnica no município de Tunápolis. A visita deverá ser realizada até 1(um) dia antes do certame. O atestado de visita fornecido pelo município deverá ser apresentado no envelope da documentação de habilitação, sob pena de desclassificação e não podendo a vencedora alegar posteriormente desconhecimento das características do parque de iluminação pública, a característica e procedimentos dos serviços a serem realizados.

Deverá ser comprovado no momento da habilitação mediante CERTIFICADO DE PROCESSAMENTO que comprove a destinação final de resíduos decorrentes e previstos no objeto do presente certame em especial os de Iluminação Pública, necessitará acompanhar o certificado acima mencionado o contrato de prestação de serviços que estabeleça as responsabilidades da empresa licitante e a prestadora de serviços contratada que realizada a destinação final dos resíduos, bem como documentação que comprove que a prestadora de serviços atende as normas da Legislação Ambiental vigente mediante Licença Ambiental.

Juntamente com a documentação também deverá ser apresentado declaração de que a empresa licitante possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, assinada pelo representante legal da empresa e pelos profissionais habilitados/responsáveis pela elaboração dos referidos programas.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016 CONTRATO Nº 05/2017**

Publicação Nº 1458874

Processo licitatório Nº 159/2016  
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016  
CONTRATO nº 05/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.1980001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TRANSPORTES SERNI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.026.402/0001-89, estabelecida a Rua Teotônia Nº 104 na cidade de Iporã do Oeste-SC, representada pelo sócio-gerente Sr. Sérgio Osvino Mallmann, portador do CPF nº 347.581.519-20 e Identidade nº 714.683, residente no endereço anteriormente mencionado, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de prazo para a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 159/2016, Tomada de Preço nº 07/2016, e contrato nº 05/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais conforme segue abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	12,00	MES	8.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CONVENCIONAIS (ORGÂNICOS E SIMILARES) EM TODO O PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.
2	12,00	MES	4.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA DA CIDADE E INTERIOR (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO podendo ser renovado por períodos de 12 meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, posto que tem caráter continuado", mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 05/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 07 de dezembro de 2017.  
Renato Paulata Transportes Serni Ltda  
Prefeito Municipal Sérgio Osvino Mallmann  
Sócio Gerente

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

**Testemunhas:**

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017 CONTRATO Nº 113/2017  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.**

Publicação Nº 1458883

Processo licitatório Nº 166/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017  
CONTRATO nº 113/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.**

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxarê, Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 07.753.029/0001-93 doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS:**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 166/2017 e Pregão Presencial nº 105/2017, e Contrato nº 113/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente contratação de empresa para implantação e treinamento, locação de software e suporte para implementação do controle interno com geração dos anexos do SICONFI e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais para o setor da contabilidade e controle interno.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência: "O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura do mesmo, e expirará em 31 de dezembro de 2017, podendo ser aditivado por mais 12 meses, quantas vezes necessárias e legais" do presente contrato em execução nº 113/2017.

O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período, conforme segue abaixo:

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	12	MÊS	contratação de empresa para implantação e treinamento, locação de software e suporte para implementação do controle interno com geração dos anexos do SICONFI e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais para o setor da contabilidade e controle interno	600,00	7.200,00
			TOTAL GERAL		7.200,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 13 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA  
Empresa Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017 CONTRATO Nº 76/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 1458891

Processo licitatório Nº 87/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017  
 CONTRATO nº 76/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e de outro lado, a empresa MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.956.777/0001-24, estabelecida na Rua Waldemar Rangrab, 915, Bairro São Jorge, no Município de São Miguel do Oeste/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio Sr. Jair Jorge de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 461.108.010-20, cédula de identidade nº 5.3584.606, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o TERMO ADITIVO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOCOPIAS E IMPRESSÃO DE FOLHAS, SEM LIMITES DE IMPRESSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 60/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 87/2017, Pregão Presencial nº 60/2017, e contrato nº 76/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FOTOCOPIAS E IMPRESSÃO DE FOLHAS, SEM LIMITES DE IMPRESSÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO conforme segue abaixo:

02	01	Unid	Locação de copiadora/impressora/scanner de rede colorido/Fax- Características Mínimas: copiadora/impressora/fax/scanner- Velocidade de Impressão /cópia em Preto :ISO 21 ppm/ Rascunho: Até 34 ppm - Velocidade de Impressão/Cópia color: ISO até 16 ppm/rascunho: Até 34 ppm. - Resolução máxima da copiadora (dpi): até 600 - Resolução óptica scanner (dpi): até 1200 - Wi-fi: 1- Captura de entrada padrão (folhas): 250- Ciclo mensal (páginas): 30000 - Digitalização frente e verso- Impressão frente e verso: Automático- Rede: cópia- Placa de rede 10/100/1000 BaseTX - Voltagem (V): 110/220 Obs :Equipamentos novos e Sem limite de impressões	158,00	158,00
03	04	Unid	Locação de Máquina Multifuncional: Características Mínimas: Laser Eletrofotográfico Display LCD (tipo/tamanho) Touchscreen Colorido de 3,7" Velocidade de Impressão (máxima)* Carta: até 42 ppm A4: até 40 ppm Memória (padrão/máxima) 512MB/512MB Duplex Automático Bandeja Padrão: até 250 folhas Bandeja Multiuso: até 50 folhas Velocidade de Cópia Carta: Até 42 cpm A4: Até 40cpm Ciclo de Trabalho Mensal Ate 50.000 páginas/mês Obs :Equipamentos novos e Sem limite de impressões	178,00	890,00

04	1	unid	<p>Locação de Impressora Características Mínimas:</p> <p>Método de impressão: Matricial de impacto com 9 agulhas</p> <p>Quantidade de Colunas</p> <p>80 colunas</p> <p>Direção de impressão: Busca lógica bidirecional para impressão de textos e gráficos.</p> <p>Velocidade de impressão:</p> <p>Rascunho ultra-rápido - 680cps (12cpp) 566 (10cpp) Rascunho em alta velocidade - 559cps (10cpp) Rascunho: 419cps (10cpp) Qualidade quase de carta (NLQ) - 104cps (10cpp). Conjunto de caracteres: 13 conjuntos de caracteres / 13 conjuntos de caracteres internacionais Tipos de letras residentes: Rascunho ultra-rápido - 10, 12cpp / Rascunho de alta velocidade - 10, 12, 15, 17 e 20cpp / Rascunho - 10, 12, 15, 17 e 20cpp / NLQ (Roman, SansSerif) - 10, 12, 15, 17, 20cpp e proporcional.</p> <p>Buffer de alimentação: 128 kb</p> <p>Interface: Bidirecional</p> <p>Voltagem: 120V</p> <p>Obs : Equipamentos novos e Sem limite de impressões</p>	165,00	165,00
----	---	------	--	--------	--------

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "O contrato a ser firmado terá vigência de 12 meses, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente", mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 76/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 08 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA  
CONTRATADA

Jair Jorge de Souza  
SÓCIO ADMINISTRADOR

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 18.2017**

Publicação Nº 1458913

RESOLUÇÃO Nº 18/2017

CONCEDE UM ABONO SALARIAL AOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, NA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder Abono Salarial aos Servidores do Legislativo de Tunápolis, do quadro de carreira e comissionados.

Art. 2º O Abono referido no artigo 1º desta Resolução obedecerá a carga horária e os valores constantes da tabela abaixo:

Carga Horária	10 Horas	20 Horas	30 Horas	40 Horas
Abono Salarial em Reais	45,00	90,00	135,00	180,00

Art. 3º O Abono Salarial previsto nesta Resolução, fica condicionado às condições legais de comprometimento dos limites de gastos com pessoal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis - SC.

Em 14 de Dezembro de 2017.

ARNO MÜLLER

Presidente

# Turvo

## PREFEITURA

### NOTIFICACAO DE REPASSE 18/2017

Publicação Nº 1459031

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES Nº 18/2017

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de repasse nº: 1022797-16/2015

· SICONV: 816341/2015

Objeto: "Revitalização do Parque de Exposições Prefeito Ires Olivo" – etapa 1

Origem dos Recursos: Ministério do Turismo

Valor da parcela: R\$ 243.750,00

Data do repasse da parcela: 15/12/2017

Turvo/SC, 15 de Dezembro de 2017



# União do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL N. 1.099 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1459042

LEI MUNICIPAL Nº. 1.099/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, baseado na Lei 1053/2016 e no ofício de solicitação do Legislativo Municipal nº 60/2017, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

ENTIDADE 03: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

FUNÇÃO: 01 Legislativa - SUBFUNÇÃO: 31 Ação Legislativa

Projeto Atividade: 2.018 – Manutenção das Atividades do Legislativo

04 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

SUBTRAIR DOTAÇÕES

ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 03 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

FUNÇÃO: 04 Administração - SUBFUNÇÃO: 122 Administração geral

Projeto Atividade: 1.001 – Construção da Sede Legislativa

1 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... 15.000,00

TOTAL ANULADO ..... 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

	Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
CELSO MATIELLO						
Prefeito Municipal						

**LEI N. 1.100 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1459043

LEI MUNICIPAL Nº 1.100, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 4º DA LEI Nº 1.059, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O QUADRIÊNIO DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal 962/2016 passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único – O Prefeito Municipal terá direito, anualmente, ao décimo terceiro subsídio, férias e o terço constitucional."

Art. 2º O artigo 2º da Lei Municipal 962/2016 passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único – O Vice-Prefeito Municipal terá direito, anualmente, ao décimo terceiro subsídio, se exercer a função administrativa permanente junto à administração municipal.

Art. 3º O artigo 4º da Lei Municipal 962/2016 passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

Parágrafo único – Os vereadores do Município de União do Oeste terão direito, anualmente, ao décimo terceiro subsídio."

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste,  
em 15 de dezembro de 2017.CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 005/2017**

Publicação Nº 1459641

CONTRATO Nº: 005/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADO: ADELAR JOSÉ BIANCHI 69110387900

CNPJ: 26.893.346/0001-50

OBJETO: Aquisição de mobiliário sob medida para o plenário da nova Sede Legislativa Municipal de União do Oeste, conforme projeto aprovado.

VALOR: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/12/2017 à 11/03/2018

União do Oeste-SC, 11 de Dezembro de 2017.

Oriberto Luiz Giachini  
Presidente

**CONTRATO 006/2017**

Publicação Nº 1459644

CONTRATO Nº: 006/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADO: FELIP LOVATTO 03055589947

CNPJ: 27.620430/0001-62

OBJETO: Aquisição de mobiliário sob medida para a cozinha da nova Sede Legislativa Municipal de União do Oeste, conforme projeto aprovado.

VALOR: R\$ 1.590,00 (Um mil quinhentos e noventa reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/12/2017 à 11/03/2018

União do Oeste-SC, 11 de Dezembro de 2017.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017**

Publicação Nº 1459755

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contratação dos serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação.

VALOR: 3.024,00 (Três mil e vinte e quatro reais)

BASE LEGAL: Dispensa de Licitação, 001/2016, Art. 24, inciso XIII primeira parte, e inciso XVI segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93.

RECURSOS: 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

DATA DA ASSINATURA: 15 de Dezembro de 2017.

VIGÊNCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.

UNIÃO DO OESTE-SC, 15 de dezembro de 2017.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

**RESOLUÇÃO N 20/2017**

Publicação Nº 1458973

RESOLUÇÃO Nº 20/2017, de 15 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que lhe confere o art. 36., Inciso V do Regimento Interno, que o plenário da Câmara decidiu, por votação secreta, os membros da Mesa Diretora abaixo relacionados, e fica sancionada e promulgada a seguinte resolução.

ART. 1º Ficam por esta resolução designada à Mesa Diretora da Câmara Municipal para o exercício de 2018.

MESA DIRETORA:

Presidente: Roberto Carlos Zordan

Vice-Presidente: Carlos Antônio Rover

Primeiro Secretário: Cleonice Américo Ribeiro Colpani

Segundo Secretário: Oriberto Luiz Giachini

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Sala de sessões, União do Oeste SC, 15 de dezembro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

# Urubici

## PREFEITURA

### LEI Nº 1976/2017

Publicação Nº 1459829

LEI Nº 1976/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO A CONCEDER VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Será concedido vale alimentação ao servidor ocupante de cargo efetivo que esteja na ativa.

Parágrafo único - Ao servidor que for admitido com data posterior ao dia 1º de cada mês será concedido o benefício proporcional a data de admissão.

Art. 2º O vale alimentação será no valor de:

I - R\$ 300,00 ao servidor que perceba vencimento base até R\$ 1.600,00;

II - R\$ 220,00 ao servidor que perceba vencimento base entre R\$ 1.600,01 a R\$ 2.500,00;

III - R\$ 150,00 ao servidor que perceba vencimento base acima de R\$ 2.500,01.

Parágrafo único - O vale alimentação, nos valores fixados neste artigo, a título de indenização, não se incorpora ao vencimento, provento, aposentadoria ou para qualquer outro efeito.

Art. 3º Perderá integralmente o benefício do vale alimentação no mês seguinte o servidor que ultrapassar 02 (duas) faltas mensais independente do motivo.

Art. 4º Excluem-se da concessão do vale alimentação:

I – O servidor ocupante de cargo em comissão, exceto quando tratar-se de servidor efetivo ativo nomeado para cargo em comissão;

II – Os profissionais admitidos em caráter temporário (ACT);

III – Servidor em efetivo exercício que estiver em gozo de qualquer tipo de licença prevista no estatuto dos servidores públicos municipais;

IV – Servidor que estiver gozando férias no respectivo mês.

Art. 5º O servidor à disposição de outro órgão, fará jus ao vale alimentação, desde que comprove o não recebimento deste benefício no órgão onde atua.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Dezembro de 2017.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 13 de dezembro de 2017.

# Urussanga

## PREFEITURA

### RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 93/2017

Publicação N° 1459438

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato n° 93/2017 publicado em 13/03/2017, página950, edição n° 2209 – DOM/SC

Data de assinatura: 09/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ 23.083.960/0001-68

Pregão Presencial n° 11/2017

Objeto: fornecimento parcelado de lubrificantes.

# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 93/2017

Publicação N° 1460524

Extrato de EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 93/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 05 de janeiro de 2018 às 08h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item e tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Jurídica, Assessoria Administrativa e Serviços de Advocacia, a serem prestados diretamente na Prefeitura Municipal de Vargeão/SC, por no mínimo 01 (um) profissional da área jurídica, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão Presencial n° 93/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 15 de dezembro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 857/2017

Publicação Nº 1459724

DECRETO MUNICIPAL Nº 857/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 780/2017...

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 02.01 / Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.500,00

Órgão/Unidade: 03.01 / Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.005 – Manutenção da Segurança Pública

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.960,00

Órgão/Unidade: 04.01 / Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Projeto/Atividade 2.008 – Manutenção do Departamento de Educação

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.255,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 04.01 / Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Projeto/Atividade 1.003 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.255,00

Projeto/Atividade 2.006 – Manutenção da Merenda Escolar – Ens Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Órgão/Unidade: 05.01 / Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Urbanos

Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção da Iluminação Pública

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.460,00

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 14 de dezembro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 858/2017

Publicação Nº 1459947

DECRETO MUNICIPAL Nº 858/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 751/2016...

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 07.02 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.021 – Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Modalidade 3.3.50.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 500,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2º. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 07.02 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.021 – Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade



Modalidade 3.3.50.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 2.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 07.02 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.021 – Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0000 ..... R\$ 2.000,00

Art 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 15 de dezembro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

## LEI MUNICIPAL Nº 779/2017

Publicação Nº 1460062

LEI MUNICIPAL Nº 779/2017, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina,

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

### I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Vargem para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.800.000,00 (Quatorze milhões, e oitocentos mil reais).

### II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 14.800.000,00 (Quatorze milhões, e oitocentos mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 855.000,00 (Oitocentos e cinquenta e cinco mil reais) e R\$ 13.945.000,00 (Treze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 2.879.740 (Dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais), e o orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no valor de R\$ 529.200,00 (Quinhentos e vinte e nove mil e duzentos reais), integrarão o orçamento do Poder Executivo como Unidades Gestoras, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Observado o inciso I, § 8º, do artigo 120 da Constituição Estadual, é permitido ao Poder Executivo Municipal recompor dotações orçamentárias, em até o limite de um quarto do montante citado no caput deste artigo, mediante transposição, remanejamento ou transferências de valores entre Unidades Orçamentárias ou Gestoras, projetos, atividades, operações especiais, ou modalidades de aplicação.

§ 4º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	14.800.000,00
Receita Tributária	508.440,00
Receita de Contribuições	120.000,00
Receita Patrimonial	115.540,00
Receita de Serviços	89.200,00
Transferências Correntes	13.944.736,00
Outras Receitas Correntes	22.084,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	14.800.000,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
TOTAL	14.800.000,00

§ 5º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	10.536.060,00	71,2%
Gabinete do Prefeito	920.000,00	6,2%
Secretaria de Administração e Finanças	2.342.800,00	15,8%
Secretaria do Desenvolvimento Social	736.076,00	5,0%
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	4.034.490,00	27,3%
Secretaria da Agricultura	525.000,00	3,5%
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	1.955.694,00	13,2%
Fundo Municipal da Infância e da Adolescência	5.000,00	0,0%
Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil	2.000,00	0,0%
Reserva de Contingência	15.000,00	0,1%
Unidade Gestora – Fundo Municipal da Saúde	2.879.740,00	19,5%
Fundo Municipal da Saúde	2.879.740,00	19,5%
Unidade Gestora – SAMAE	529.200,00	3,6%
SAMAE	529.200,00	3,6%
Unidade Gestora – Câmara	855.000,00	5,8%
Câmara de Vereadores	855.000,00	5,8%
TOTAL	14.800.000,00	100,00%

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 27, parágrafo único da Lei nº 776/2017 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao limite de 25% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portarias STN nº 840/2016 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de

recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portarias STN nº 840/2016 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

IV - Mediante autorização legal específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

V - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - Realizar Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Vargem/SC, em 04 de dezembro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher

Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

Danielly Cavalli,

Secretária Mun. de Administração e Finanças

## LEI MUNICIPAL Nº 780/2017

Publicação Nº 1459729

LEI MUNICIPAL Nº 780/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1st - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 02.01 / Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.500,00

Órgão/Unidade: 03.01 / Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.005 – Manutenção da Segurança Pública

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.960,00

Órgão/Unidade: 04.01 / Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Projeto/Atividade 2.008 – Manutenção do Departamento de Educação

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.255,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 04.01 / Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Projeto/Atividade 1.003 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.255,00

Projeto/Atividade 2.006 – Manutenção da Merenda Escolar – Ens Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Órgão/Unidade: 05.01 / Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Urbanos

Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção da Iluminação Pública

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.460,00

Art. 2nd - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 14 de dezembro de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

Danielly Cavalli, Secretária Mun. de Administração e Finanças

## **LEI MUNICIPAL Nº 781/2017**

Publicação Nº 1459941

LEI MUNICIPAL Nº 781/2017, 14 de dezembro de 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 761/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017, QUE AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE VARGEM A CONCEDER AUXÍLIO À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina. Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º. O Parágrafo Único da Lei Municipal nº 761/2017, de 17 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. O valor do auxílio, no exercício de 2017, será de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), a ser pago em 13 (treze) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e uma parcela no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições trazidas na lei..

Prefeitura Municipal de Vargem (SC)  
Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem/SC, em 15 de dezembro de 2017.  
MILENA ANDERSEN LOPES BECHER  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei no átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

DANIELLY CAVALLI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TP 05/2017-PMV

Publicação Nº 1459094

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017 - PMV

Diante da desistência de todas as empresas participantes do prazo recursal do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações, torna pública a data de 18 de Dezembro de 2017 às 16:00 horas, para a abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.E.B.M. FIDÉLIS ANTONIO FANTIN, LOCALIZADA NA RUA CASTELO BRANCO, S/N, BAIRRO CIBRAZEM, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 419,27M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Videira, 15 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### DECRETO Nº 14.669/17

Publicação Nº 1460074

DECRETO Nº 14.669/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.516/17, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.612,25 (Trinta mil, seiscentos e doze reais e vinte e cinco centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0026 – Aplicações Diretas	30.612,25	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.612,25

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação decorrente do Convênio TR 1621, Processo ADR 09 2678/2017, proposta transferência nº 19776 que tem como objeto Operação e Manutenção do Sistema Antigranizo em Videira/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 14.670/17

Publicação Nº 1460076

DECRETO Nº 14.670/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.517/17, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 595.000,00 (Quinhentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
--	--

01 – Administração	
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	595.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>595.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	595.000,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>	<b>595.000,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 35/2017

Publicação Nº 1458892

SECRETARIA DE FINANÇAS

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 35/2017

Com fundamento nos artigos 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e nos artigos 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, ficam notificados da exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) as pessoas jurídicas abaixo identificadas, em virtude de possuírem débitos com a Fazenda Pública Municipal com exigibilidade não suspensa, nos termos do disposto no inciso V do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na alínea "d" do inciso II do art. 73, combinada com o inciso VI do art. 76, ambos da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e por ausência de inscrição ou possuírem irregularidades junto ao cadastro fiscal com amparo no artigo 17, inciso XVI da LC 123/06 c/c artigo 15, inciso XXVI da Resolução 94/2011.

#### CONTRIBUINTE CNPJ

2208792 - VGM ARTIGOS PARA O LAR LTDA - ME	23.013.703/0001-50
2197758 - VOCE IMPRIME LTDA	22.154.849/0001-52
2083906 - VOLPATO CONSTRUTORA LTDA ME	13.307.158/0001-50
1124030 - RESTAURANTE E PIZZARIA ANGELA E FILHOS LTDA. - ME	83.696.856/0001-70
2184290 - RISSARDI E SCUSSIATO TERRAPLANAGEM LTDA - EPP	20.866.155/0001-12
2153181 - TRANSPORTES FRANCISCA LTDA - ME	18.590.884/0001-47
2152266 - TRANSPORTES E PRESTACAO DE SERVICOS SABRINA LTDA - ME	18.497.926/0001-08
2233410 - VALDINIR BATISTA - ME	25.203.976/0001-92
2232944 - SANTA FE POCOS ARTESIANOS EIRELI - ME	25.210.491/0001-26
2110431 - VILMANIR COLDEBELLA ME	07.658.314/0001-25
2037726 - VIP S AUTOMOVEIS LTDA - ME	08.203.904/0001-26
1963295 - VISUAL PECAS E ACESSORIOS LTDA ME	07.166.774/0001-36
2195577 - WN LAVAÇÃO LTDA - ME	22.048.017/0001-51
2047829 - ZAPIM MATERIAIS E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.796.841/0001-00
1991930 - ROSA MARIA PASCOALI ME	08.041.775/0001-17
2164728 - ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI - ME	19.330.706/0001-40
2165082 - TRANSPORTES PM LTDA - ME	19.353.872/0001-61
2038455 - TRANSPORTES SAMUCA LTDA	10.454.605/0001-06
2138441 - LIDER MECANICA INDUSTRIAL LTDA ME	17.989.560/0001-13
2106833 - LANCHONETE MAZU LTDA - ME	15.149.421/0001-56
1956230 - LUIZ ANTONIO BOCCA ME	80.116.288/0001-01
2332230 - LUCIA APARECIDA FRANCA - ME	27.514.847/0001-40
2165120 - LOPES COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME	19.383.871/0001-60
1701380 - LUIZ ANTONIO DA SILVA ME	03.193.237/0001-24



1203096 - VESA INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCERIAS FRIGORIFICAS LTDA	82.919.911/0001-81
1945246 - VIDE SKY INSTALACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROEL	06.040.664/0001-60
2124459 - VIDENOX MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME	17.279.401/0001-25
2003228 - LINK TELEINFORMATICA LTDA - ME	08.692.376/0001-16
1705814 - KLETTKE & MELO LTDA	03.265.977/0001-29
2048426 - KF COMERCIO DE AQUECEDORES LTDA ME	10.812.192/0001-94
2212900 - JULIANA FURTADO - ME	23.364.194/0001-00
2205190 - SILVIO CHAVES - ME	22.733.577/0001-45
2195402 - JIOVANI TONET - ME	22.017.253/0001-00
2176246 - JP ESTOFADOS E COLCHOES EIRELI - ME	20.267.040/0001-01
2205890 - SPLASH STORE PRESENTES LTDA - ME	22.748.119/0001-80
1928651 - SONO LEVE COLCHOES LTDA	05.428.194/0001-44
1403184 - SILVIA SCUSSIATO-ME	86.966.355/0001-55
2179199 - SONIA TUSKI DE JESUS - ME	20.491.984/0001-68
2168820 - RS SERVICOS EM TECNOLOGIA EIRELI - ME	19.680.952/0001-21
2009030 - RETIFICA VIDEIRA EIRELI - ME	08.777.292/0001-85
1903926 - SIRIUS ARTEFATOS DE FERRO EIRELI - EPP	83.604.322/0001-77
2214911 - TERMAS OASIS PARQUE DAS AGUAS LTDA - ME	23.569.344/0001-11
2105233 - JUVENIL OSCAR MASCARELLO	11.625.189/0001-24
2234203 - M.M. ENGENHARIA LTDA - ME	15.351.824/0001-83
2037777 - MARIA TEREZA NERES CANEI - ME	10.279.663/0001-40
2106264 - SIDNEI ANTONIO COMUNEL ME	15.092.235/0001-28
2095777 - JEFERSON GOTTSSELIG	14.165.178/0001-05
2030977 - MAGGIO TRANSPORTES E EVENTOS LTDA - ME	09.646.617/0001-53
2125900 - TASCHECK PORTAS LTDA - ME	17.383.509/0001-63
2176483 - RESTAURANTE E LANCHONETE SANTA LUCIA LTDA - ME	20.258.946/0001-60
2118483 - SEGURSAT SEGURANCA EIRELI - ME	09.362.169/0001-66
2158841 - SGUERRA LABORATORIO ODONTOLOGICO LTDA - ME	18.979.276/0001-29
2165503 - INVIOVEL MONITORAMENTO VIDEIRA EIRELI - ME	19.435.822/0001-23
2092115 - ICONST CORRESPONDENTE IMOBILIARIO LTDA ME	07.802.934/0001-96
1973711 - IZOLETE LOPES DA SILVA	07.431.855/0001-16
2229161 - FABIANE SOVRANI FERNANDES - ME	24.892.745/0001-70
1286870 - GLAUCIA MARIA PERONDI EIRELI EPP	00.115.728/0001-69
2203774 - IVENS ALESSANDRO PADILHA - ME	22.591.017/0001-01
2016222 - BLACK WHITE GESSO LTDA ME	07.316.069/0001-78
2211041 - AGOSTINI E RAISER ODONTOLOGIA LTDA EPP	21.769.392/0001-28
2151952 - ATHENAS PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME	18.548.349/0001-28
1714155 - AGRIVENDAS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA EPP	03.488.984/0001-90
2025205 - B. RAMPON & SCHAEGLER LTDA	09.426.759/0001-05
2125340 - B. RAMPON E SCHAEGLER INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME	17.349.256/0001-01
2102650 - ANDERSON JOSE DE COSTA - ME	14.887.691/0001-00
2031434 - BOATE ANJOS DA NOITE LTDA ME	09.646.731/0001-83
2213001 - CLINICA ODONTOLOGICA DR RAFAEL ANGHINONI GRAZZIOTIN EIRELI - M	23.316.097/0001-41
2326060 - CHARLES ROBSON DIAS - ME	26.965.835/0001-70
2047489 - BORRACHARIA E LAVACAO TRES AMIGOS LTDA - ME	10.721.875/0001-36
23165570 - E. F. PINTURAS E REVESTIMENTOS LTDA - ME	26.085.542/0001-06
2213559 - ALINE RABUSKE - ME	23.437.975/0001-87
2068710 - ALTO VALE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	12.005.931/0001-61
2152096 - ANA PAULA RODRIGUES MECANICA - ME	18.485.533/0001-76
2090228 - AUTO MECANICA IRMAOS CRACO LTDA - ME	13.731.961/0001-18
2157632 - DYEGO LOPES - ME	18.893.927/0001-63
2211564 - DENTECLIN VIDEIRA - CLINICA ODONTOLOGICA LTDA	21.561.338/0001-92
2205610 - DIRCEU DOS SANTOS RESTAURANTE - ME	22.708.540/0001-67
2225174 - CENTRO OESTE BALANCAS LTDA - ME	24.503.374/0001-98
1641034 - CARINI SERVICOS LTDA	02.798.583/0001-73
2024250 - COMERCIAL DE ALIMENTOS BUENO LTDA-ME	09.412.292/0001-44
2195615 - CHAPEACAO, PINTURA E TRANSPORTES J.M.G EIRELI - ME	21.953.301/0001-00
1645234 - COMERCIO DE CONFECÇÕES MARTINI LTDA	02.917.264/0001-30
1907646 - CELESTINO ESTANISLAU NADAL ME	01.621.667/0001-74
2116600 - COMERCIO DE PAPEIS IPOMEIA LTDA - ME	16.564.822/0001-35
2169223 - DAC SERVICOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - EPP	72.428.691/0001-30
2188813 - DAC SERVICOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - EPP	72.428.691/0002-10
1905910 - CELSO DA APARECIDA RODRIGUES DA LUZ ME	04.818.208/0001-73
2232731 - CNRB - CENTRO NACIONAL DE REABILITACAO BUCAL LTDA	17.116.303/0002-58



2227916 - CONSTRUÇÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	24.719.887/0001-30
1777530 - COMERCIO DE PNEUS VIDEIRA LTDA EPP	04.056.405/0001-00
1528521 - MOINHO CACHOEIRINHA LTDA - ME	01.874.804/0001-82
2127636 - METAFER VIDROS E ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME	17.492.812/0001-02
2167077 - RCC MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - ME	19.572.938/0001-04
1479881 - REFRIGERACAO ELETROMILL LTDA ME	01.290.494/0001-59
2233363 - MG ESCAVACOES LTDA - ME	25.214.884/0001-08
2164574 - METAL TECH EQUIPAMENTOS E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA. - ME	19.363.632/0001-48
1436139 - PIQUETTI - CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES LTDA	01.060.507/0001-01
2169215 - PONTUAL TRANSPORTES LTDA - ME	18.548.226/0001-97
2220032 - PRE-MOLDADOS E CONSTRUÇÕES DONADEL EIRELI - EPP	24.058.641/0001-65
1940309 - PRESTES & CIA LTDA - ME	03.317.410/0001-59
2212048 - ONLINE MEU MUNDO CONFECÇÕES EIRELI - ME	23.299.256/0001-47
2156849 - PAP - ESCAVACOES E DEMOLICOES LTDA - ME	18.025.158/0001-81
745995 - DESINSETIZADORA PRISUL LTDA	80.691.983/0001-99
2209640 - NEILOR PREV CORRETORA DE SEGUROS LTDA	07.028.494/0001-61
1721674 - MUNDO DA AGUA PURIFICADORES LTDA ME	03.564.927/0001-42
1981269 - MINIMERCADO VILA DE CARLI LTDA - ME	07.755.619/0001-55
2041634 - MECANICA SONAGLIO LTDA ME	10.587.300/0001-72
1514512 - MECANICA E AUTO PECAS DEON LTDA - ME	01.685.352/0001-90
2230992 - MERCADO TODO O DIA BANGLADESH LTDA - ME	24.976.007/0001-01
2205963 - NEREU FERREIRA DE PAULA EIRELI - ME	22.748.227/0001-52
2079968 - NILVO BOFF PRATTO - ME	13.032.114/0001-65
1105876 - NIMEK ESTRUTURAS E ESQUADRIAS METALICAS EIRELI - EPP	82.824.939/0001-35
1759396 - MMC SERVICO E COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS LTDA - ME	03.615.282/0001-20
1951998 - POSTO DE LAVACAO CAPRICHIO LTDA	06.141.721/0001-06
2129264 - PP TUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	17.593.222/0001-68
1948563 - POSTO DE LAVACAO E POLIMENTO DO NEI LTDA ME	04.501.779/0001-80
2075660 - MOACYR AROLDI GRACA NETO - ME	11.254.762/0001-30
2225476 - GISELE DA SILVA TOPOGRAFIA - ME	24.540.880/0001-57
187607 - INDUPLASTIC INDUSTRIA DE PLASTICOS - EIRELI	04.526.879/0001-60
1414917 - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS BANIL LTDA - ME	00.310.025/0001-91
1929631 - ESTOFARIA FANTIN LTDA ME	05.441.300/0001-20
1902830 - ESSENCIA CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA E ESTETICA LTDA	04.793.891/0001-31
2206145 - ENERGIE WENDE SOLUCAO ENERGETICA LTDA - ME	22.767.326/0001-81
1592840 - ELTON JOSE PEREIRA DUARTE & CIA LTDA ME	02.367.461/0001-22
2110369 - FRANCISCO ALBINO GOUVEIA ME	15.456.127/0001-97
2212196 - FRANCHESCO BRUNO TOSCAN - ME	23.264.124/0001-80
2183145 - FERRAZ MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA - ME	20.813.398/0001-92
2078805 - ELTON MEZAROBBA - ME	12.851.599/0001-56
1995316 - JANE ZAPF TROMBETA ME	08.210.219/0001-27
2103567 - JANETE FIGUEIREDO DA SILVA EIRELI	14.959.598/0001-55
2092506 - HIDRAULICOS VIDEIRA COMERCIO E SERVICOS PECAS E SERVICOS LT	13.923.397/0001-35
1910213 - J.A SONORIZACAO LTDA-ME	04.954.360/0001-83
2205254 - GUILHERME PASQUALIN - ME	22.714.598/0001-13
2063620 - GUMO TRANSPORTES LTDA - ME	11.556.129/0001-05
2207257 - GELSON FABRIN - ME	22.905.314/0001-76
2011050 - JBA REPRESENTACOES LTDA - ME	08.955.345/0001-00
2318695 - GIOVANO PEDROSO - ME	12.513.914/0001-35
2093669- CONSET PRE MOLDADOS LTDA ME	08.281.254/0001-37
2014254- EMUVI ESCOLA DE MUSICA DE VIDEIRA LTDA ME	08.946.224/0001-00

Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2018, conforme disposto no inciso IV do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Para que produza seus efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente edital.

Videira, 15 de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ENCERRAMENTO PREGÃO 132/2017 - PMV**

Publicação Nº 1458814

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017 - PMV, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO (VIATURA POLICIAL) PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 15 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3.516/17**

Publicação Nº 1460068

LEI Nº 3.516/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.612,25 (Trinta mil, seiscentos e doze reais e vinte e cinco centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente		
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0026 – Aplicações Diretas	30.612,25	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.612,25

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação decorrente do Convênio TR 1621, Processo ADR 09 2678/2017, proposta transferência nº 19776 que tem como objeto Operação e Manutenção do Sistema Antigranizo em Videira/SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**LEI Nº 3.517/17**

Publicação Nº 1460072

LEI Nº 3.517/17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 595.000,00 (Quinhentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração		
01 – Administração		
2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	595.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		595.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	595.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017 - PMV**

Publicação Nº 1459102

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 140/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE PEÇAS E MÃO DE OBRA DE COMPONENTES ELÉTRICOS DAS FROTAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 18/01/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 15 de dezembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1460643

#### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Homologa provisoriamente as inscrições ao Processo Seletivo nº 001/2017 de 01/12/2017, para Contratação de Servidor em Caráter Temporário.

O Presidente da Câmara Municipal de Vitor Meireles, Senhor AIRTON ARI ZONTA, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Processo Seletivo para Contratação de Servidor em Caráter Temporário nº 001/2017, homologa as inscrições dos candidatos:

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME
001	Ruth Milbratz da Silva
002	Sandra Aparecida de Oliveira
003	Paulina Poffo
004	Rosângela dos Santos Joaquim
005	Rosangela Aparecida Vieira Roza

Câmara Municipal de Vitor Meireles, 18 de dezembro de 2017.

AIRTON ARI ZONTA

Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2017

Publicação Nº 1459811

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 054/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: BOA VISTA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME

CNPJ: 24.137.809/0001-28

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

PRAZO VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura, até o final do prazo de garantia e Assistência Técnica do equipamento que é de 12 (doze) meses.

Vitor Meireles – SC, 11 de dezembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 264/2017

Publicação Nº 1459487

#### PORTARIANº 264/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
César Suave	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	11/01/2018
Danilo Deluca	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Greison Pianesser	01/03/2017	a	30/11/2017	28/12/2017	a	19/01/2018
Jevison Barbosa	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018

Luciana Correa Feliciano	07/01/2016	a	06/01/2017	11/12/2017	a	25/12/2017
Odirlei Jeremias	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## PORTARIA Nº 274/2017

Publicação Nº 1459021

PORTARIANº 274/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
André Luis Rinaldi	12/07/2016	a	11/07/2017	28/12/2017	a	16/01/2018
Breno Vilhalba Pamplona	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	06/01/2018
Caroline Aparecida Mazoti Wachholz	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Inezita Wippel	25/09/2016	a	24/09/2017	08/01/2018	a	09/02/2018
Jair Wippel	31/12/2016	a	30/12/2017	02/01/2018	a	31/01/2018
Jeovana Winter	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Joice Batista da Silva Watras	30/10/2016	a	29/10/2017	28/12/2017	a	16/01/2018
Marcio José Pavanello	02/06/2016	a	01/06/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Micheli Scottini	01/12/2016	a	30/11/2017	02/01/2018	a	11/01/2018
Simone Sartor	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## PORTARIA Nº 275/2017

Publicação Nº 1459023

PORTARIANº. 275/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LUIS CARLOS BOING

Cargo: CONTADOR

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 20 (vinte) dias de férias, pelo período de 28/12/2017 a 16/01/2018, e INDENIZAR 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 08/03/2016 a 07/03/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## PORTARIA Nº 276/2017

Publicação Nº 1460047

PORTARIANº 276/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Edgar Borges Vieira	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	11/01/2018
Joice Borghesang	08/10/2016	a	07/10/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
José Watras Sobrinho	03/11/2016	a	02/11/2017	18/12/2017	a	16/01/2018
Juliana Knevitze de Souza Paulo	04/10/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	01/01/2018
Mara Patricia dos Santos Schramm	25/07/2017	a	30/11/2017	28/12/2017	a	06/01/2018
Ryse Alves dos Santos	04/07/2017	a	30/11/2017	28/12/2017	a	09/01/2018
Teilor Petersen	13/10/2016	a	12/10/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Telmo Luiz Koerich	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Terezinha Teles de Abreu da Cruz	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 277/2017**

Publicação Nº 1460406

PORTARIANº 277/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Jorge Gomes Monteiro Neto	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018
Paulo Ricardo Nunes de Mello	01/12/2016	a	30/11/2017	18/12/2017	a	16/01/2018
Edina Milena Loos	05/07/2017	a	30/11/2017	28/12/2017	a	09/01/2018
Ireneu Junior Manzoti	06/07/2017	a	30/11/2017	28/12/2017	a	09/01/2018
Adão Gil Zanelato	01/12/2016	a	30/11/2017	28/12/2017	a	26/01/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0008/2016

Publicação Nº 1459299

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0008/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra em Diversas Ruas do Perímetro Urbano de Xanxerê, totalizando 3.420,45 m de extensão.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, para até 28 de fevereiro de 2018, contados a partir de 21 de Novembro de 2017.

Xanxerê-SC, 20 de Novembro 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2017

Publicação Nº 1459314

Processo nº 0176/2017 – Dispensa de Licitação nº 0019/2017

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Prestação de Serviços Especializados em Saúde de Média e Alta complexidade Ambulatorial a serem prestados para a População do Município de Xanxerê, integrante da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, em conformidade com as diretrizes do SUS, no período 02/01/2018 a 31/12/2018, no valor total de R\$ 869.135,28 (oitocentos e sessenta e nove mil e cento e trinta e cinco reais e vinte oito centavos), com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS AMOSC, CNPJ: 01.336.261/0001-40. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso XXVI.

Xanxerê/SC, 14 de Dezembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0072/2016

Publicação Nº 1458778

Extrato 1º Aditivo de Contrato nº 0072/2016

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LEANDRO TREVIZAN SERVIÇOS MÉDICOS S/S

Objeto: Prestação de Serviços de procedimentos médicos na especialidade de Cirurgia Pediátrica, com o Dr. Leandro Trevizan, CRM-SC nº 6.586, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê

Fica prorrogado prazo de vigência a partir de 16/12/2017 vigorando até 15/12/2018.

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 15 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0084/2015

Publicação Nº 1458758

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0084/2015

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Chiossi e Bieluczyk Ltda – ME (Santa Fé Assessoria Imobiliária).

Objeto: Locação de 01 apartamento mobiliado, para acomodar uma médica do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, contados a partir de 14/12/2017 vigorando ate 13/12/2018.

Xanxerê-SC, 13 de dezembro 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2015

Publicação Nº 1458699

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0045/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Casvig – Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de Vigilância Patrimonial através de Monitoramento Eletrônico, com assistência do sistema de alarme, de segunda a segunda feira, inclusive nos feriados, 24 horas por dia, compreendendo o fornecimento e instalação de todos os equipamentos necessários nos locais públicos.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário e seus aditivos, por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 12 de dezembro de

2017 vigorando até 11 de maio de 2018.  
Xanxerê-SC, 11 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0104/2017

Publicação Nº 1459338

Extrato de Contrato nº 0104/2017

Contrato de Rateio nº 0084/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC.

O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO:

- a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados;
- b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio;
- c) Despesas com investimentos.

Valor total: R\$ 28.235,28 Prazo: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Xanxerê-SC, 14 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0105/2017

Publicação Nº 1459341

Extrato de Contrato nº 0105/2017

Contrato de Rateio nº 0135/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC.

O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Valor total: R\$ 840.900,00 Prazo: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Xanxerê-SC, 14 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0092/2017

Publicação Nº 1459269

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0148/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0092/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que está REVOGADO o Pregão Presencial nº 0092/2017, tendo como objeto a Registro de Preços para Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Xanxerê, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, em conformidade com a PORTARIA Nº AM 024 de 12 de Dezembro de 2017. Informações complementares no Setor de Licitações, através do fone (49) 3441-8542 e no email [licita@xanxere.sc.gov.br](mailto:licita@xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 15 de Dezembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0020/2017

Publicação Nº 1459285

Processo nº 0177/2017 – Dispensa de Licitação nº 0020/2017

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação do SEBRAE (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina) para implantação do projeto Cidade Empreendedora, tendo como objetivo a transformação local pela implantação de políticas de desenvolvimento nos eixos de Desburocratização, Atores do Desenvolvimento, Sala do Empreendedor, Compras Públicas, Educação Empreendedora, Pesquisas e Planejamento Estratégico da Gestão Municipal, Gestão de Projetos e Plano de Desenvolvimento Econômico totalizando R\$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso XIII.

Xanxerê/SC, 15 de dezembro de 2017 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0106/2017

Publicação Nº 1459286

Extrato de Contrato nº 0106/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: SEBRAE – Serviços de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de SC.

Objeto: Contratação do SEBRAE (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina) para implantação do projeto Cidade Empreendedora, tendo como objetivo a transformação local pela implantação de políticas de desenvolvimento nos eixos de Desburocratização, Atores do Desenvolvimento, Sala do Empreendedor, Compras Públicas, Educação Empreendedora, Pesquisas e Planejamento

Estratégico da Gestão Municipal, Gestão de Projetos e Plano de Desenvolvimento Econômico.

Valor: R\$ 128.500,00

Prazo: 31/12/2018.

Xanxerê-SC, 15 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla - Pref. Municipal.

## **LEI Nº AM 3984/2017**

Publicação Nº 1459230

LEI Nº AM 3984/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM 054/2017)

**DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 2.859/2005, de 22 de agosto de 2005.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Dezembro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **LEI Nº AM 3985/2017**

Publicação Nº 1459232

LEI Nº AM 3985/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM 053/2017)

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação da empresa PLANTA E OBRA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.376.908/0001-02, com sede na Avenida Brasil, nº 1.690, Bairro João Batista Tonial, Xanxerê-SC, o bem imóvel constante da matrícula nº 27.567, do Registro de Imóveis de Xanxerê, com a seguinte descrição:

“O lote nº 05-B, da quadra I, com área de 525,25m², do loteamento Feliz Retiro, sem benfeitorias, sito na Rua Beno Molmann (constava à Rua Dirceu Giordani), nesta cidade de Xanxerê-SC, confrontando: NORTE com a Rua Beno Molmann na extensão de 25,62 metros; ao SUL com parte do lote 05-A na extensão de 24,82 metros; a LESTE com parte do lote 01 em 20,85 metros e a OESTE com parte do lote 05-A na extensão de 20,83 metros.”

Parágrafo único – A doação ocorrerá mediante lavratura da competente escritura pública de doação, cujas despesas ficarão ao encargo do Município.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Contabilidade e de registros patrimoniais as providências para inclusão do imóvel no patrimônio público do Município de Xanxerê.

Art. 3º A doação da área especificada no artigo 1º destina-se como área verde, decorrente da aprovação do Condomínio Sete de Setembro, inserido dentro do Loteamento Feliz Retiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
13 de Dezembro de 2017  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº AM 024/2017**

Publicação Nº 1459227

PORTARIA Nº AM 024/2017

REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO 0148/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS 0092/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e Considerando os princípios administrativos da legalidade e da autotutela administrativa, bem como o artigo 49 da Lei de Licitações 8.666/93; Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - "A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; Considerando as restrições impostas pelo Decreto AM 264/2017, bem como pelo opinativo do Assessor Jurídico de que o processo licitatório somente teria emissão de ordem de serviço condicionada a formalização de convênio para a consecução do objeto licitatório; Considerando que o Processo Licitatório 0148/2017, foi aberto na modalidade pregão – registro de preços 0092/2017, gerando ao proponente vencedor apenas a expectativa de direito, não lhe conferindo nenhum direito subjetivo a contratação; Considerando que a municipalidade não expediu nenhuma ordem de fornecimento; Considerando que o convênio proposto pelo município não foi assinado pelo Governo do Estado de Santa Catarina no exercício de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o Processo Licitatório 0148/2017 – Pregão Presencial/Registro de Preços 0092/2017, em razão da falta de celebração de convênio para suprir o objeto proposto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e atos administrativos contrários.

Xanxerê/SC, 12 de dezembro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3982/2017**

Publicação Nº 1460225

LEI Nº 3982 / 2017  
( Origem Projeto de Lei Nº 27/2017 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE AVELINO LUIZ MONTEMEZZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

**LEI**

Art. 1º. Fica denominado de Avelino Luiz Montemezzo, o logradouro "Rua A", do Loteamento Sol Poente II, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 30.399.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
13 de Dezembro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3983/2017**

Publicação Nº 1460229

LEI Nº 3983 / 2017

(Origem Projeto de Lei Nº 30/2017 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE ARLINDO NAVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de Arlindo Nava, o logradouro "Rua D", do Loteamento Sol Poente II, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 30.399.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ADENDO 03.2017 PP 052/2017

Publicação Nº 1459831

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017 PMXV  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de peças para a manutenção preventiva e corretiva de Ensiladeiras do município de Xavantina-SC, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

ADENDO Nº 003 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017

1.1 - O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ENOIR FAZOLO, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 052/2017, na seguinte conformidade:

Onde se lê:

ANEXO "C"

FORMULÁRIO PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 PMXV

Lote: 1 JF			Preço Total do Lote:			175.356,52
Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição e Código da Peça	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	30,00	UN		CONTRA FACA. COD. 2043892.	40,80	1.224,00
2	20,00	UN		JOGO PARAFUSO. COD. 5002276.	138,00	2.760,00
3	20,00	UN		JOGO PARAFUSO E FACA. COD. 5002277.	140,00	2.800,00
4	10,00	UN		SUPORTE AFIADOR. COD. 2014188.	180,10	1.801,00
5	10,00	UN		TAMPA INTERMEDIÁRIA. COD. 2056070.	485,00	4.850,00
6	10,00	UN		ENGRENAGEM DO COMANDO. COD. 2055600.	92,92	929,20
7	3,00	UN		CAIXA ROLAMENTO. COD. 2101086.	158,53	475,59
8	3,00	UN		TAMPA CAIXA ROLAMENTO. COD. 2045162.	31,22	93,66
9	10,00	UN		TUBO ELEVADOR. COD. 21011533.	425,96	4.259,60
10	15,00	UN		REGULADOR DE BICO. COD. 3054602.	85,75	1.286,25
11	5,00	UN		TUBO ALAVANCA. COD. 2064771.	188,23	941,15
12	6,00	UN		BASE DA ARTICULAÇÃO. COD. 2101535.	288,83	1.732,98
13	10,00	UN		BICO DE SAÍDA. COD. 2101140.	554,00	5.540,00
14	30,00	UN		ESPIA QUEBRA JATO. COD. 2101193.	16,48	494,40
15	10,00	UN		QUEBRA JATO. COD. 2101146.	74,77	747,70
16	10,00	UN		MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 3045238.	34,05	340,50
17	10,00	UN		TAMPA MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 30045238.	31,00	310,00
18	4,00	UN		BASE PARA POLIA. COD. 304946704.	365,62	1.462,48
19	4,00	UN		ROTOR. COD. 2105054.	1.625,71	6.502,84
20	30,00	UN		KIT FACAS ROTOR. COD. 2105058.	1.113,67	33.410,10
21	20,00	UN		PARAFUSO DE FIXAÇÃO DO ROTOR. COD. 2044948.	20,00	400,00
22	30,00	UN		PEDRA AFIADOR. COD. 2048715.	168,33	5.049,90
23	50,00	UN		PARAFUSO BRAÇO AFIADOR. COD. 5000303.	2,21	110,50
24	30,00	UN		MOLA ROLO DENTADO MÓVEL. COD. 5001194.	48,87	1.466,10
25	20,00	UN		EIXO PALIO GRANDE. COD. 2049492.	206,67	4.133,40
26	20,00	UN		CHAVETA.	6,44	128,80
27	30,00	UN		CORREIA. COD. 1550.	968,33	29.049,90
28	30,00	UN		CORREIA. COD. 1600.	798,33	23.949,90
29	15,00	UN		DISCO ROTOR. COD. 2105054.	654,00	9.810,00
30	10,00	UN		TAMPA CAIXA. COD. 2101156.	476,95	4.769,50
31	8,00	UN		CAIXA ROLAMENTO COMPLETO. COD. 2101087.	454,39	3.635,12
32	10,00	UN		CAPA DA CORREIA. COD. 2602409.	1.081,00	10.810,00
33	30,00	UN		DISCO DE CORTE. COD. 2075376.	163,00	4.890,00
34	5,00	UN		EIXO ROLO GRANDE. COD. 2044010.	100,50	502,50
35	5,00	UN		ROLO DENTADO. COD. 2013321.	283,00	1.415,00

36	5,00	UN		ROLO LISO. COD. 2043683.	311,67	1.558,35
37	10,00	UN		EIXO ROLO LISO. COD. 2049270.	69,00	690,00
38	10,00	UN		EIXO ROLO DENTADO. COD. 2045253.	86,21	862,10
39	20,00	UN		CHAPA ROLO LISO. COD. 2045253.	8,20	164,00

Leia-se:

ANEXO "C"

FORMULÁRIO PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 PMXV

Lote: 1 JF				Preço Total do Lote:	175.356,52	
Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição e Código da Peça	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	30,00	UN		CONTRA FACA. COD. 2043892.	40,80	1.224,00
2	20,00	UN		JOGO PARAFUSO. COD. 5002276.	138,00	2.760,00
3	20,00	UN		JOGO PARAFUSO E FACA. COD. 5002277.	140,00	2.800,00
4	10,00	UN		SUPORTE AFIADOR. COD. 2014188.	180,10	1.801,00
5	10,00	UN		TAMPA INTERMEDIÁRIA. COD. 2056070.	485,00	4.850,00
6	10,00	UN		ENGRENAGEM DO COMANDO. COD. 2055600.	92,92	929,20
7	3,00	UN		CAIXA ROLAMENTO. COD. 2101086.	158,53	475,59
8	3,00	UN		TAMPA CAIXA ROLAMENTO. COD. 2045162.	31,22	93,66
9	10,00	UN		TUBO ELEVADOR. COD. 21011533.	425,96	4.259,60
10	15,00	UN		REGULADOR DE BICO. COD. 3054602.	85,75	1.286,25
11	5,00	UN		TUBO ALAVANCA. COD. 2064771.	188,23	941,15
12	6,00	UN		BASE DA ARTICULAÇÃO. COD. 2101535.	288,83	1.732,98
13	10,00	UN		BICO DE SAÍDA. COD. 2101140.	554,00	5.540,00
14	30,00	UN		ESPIA QUEBRA JATO. COD. 2101193.	16,48	494,40
15	10,00	UN		QUEBRA JATO. COD. 2101146.	74,77	747,70
16	10,00	UN		MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 3045238.	34,05	340,50
17	10,00	UN		TAMPA MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 30045238.	31,00	310,00
18	4,00	UN		BASE PARA POLIA. COD. 304946704.	365,62	1.462,48
19	4,00	UN		ROTOR. COD. 2105054.	1.625,71	6.502,84
20	30,00	UN		KIT FACAS ROTOR. COD. 2105058.	1.113,67	33.410,10
21	20,00	UN		PARAFUSO DE FIXAÇÃO DO ROTOR. COD. 2044948.	20,00	400,00
22	30,00	UN		PEDRA AFIADOR. COD. 2048715.	168,33	5.049,90
23	50,00	UN		PARAFUSO BRAÇO AFIADOR. COD. 5000303.	2,21	110,50
24	30,00	UN		MOLA ROLO DENTADO MÓVEL. COD. 5001194.	48,87	1.466,10
25	20,00	UN		EIXO PALIO GRANDE. COD. 2049492.	206,67	4.133,40
26	20,00	UN		CHAVETA.	6,44	128,80
27	30,00	UN		CORREIA. COD. 1550.	968,33	29.049,90
28	30,00	UN		CORREIA. COD. 1600.	798,33	23.949,90
29	15,00	UN		DISCO ROTOR. COD. 2105054.	654,00	9.810,00
30	10,00	UN		TAMPA CAIXA. COD. 2101156.	476,95	4.769,50
31	8,00	UN		CAIXA ROLAMENTO COMPLETO. COD. 2101087.	454,39	3.635,12
32	10,00	UN		CAPA DA CORREIA. COD. 2013321.	1.081,00	10.810,00
33	30,00	UN		DISCO DE CORTE. COD. 2075376.	163,00	4.890,00
34	5,00	UN		EIXO ROLO GRANDE. COD. 2044010.	100,50	502,50
35	5,00	UN		ROLO DENTADO. COD. 2013321.	283,00	1.415,00
36	5,00	UN		ROLO LISO. COD. 2043683.	311,67	1.558,35
37	10,00	UN		EIXO ROLO LISO. COD. 2049270.	69,00	690,00
38	10,00	UN		EIXO ROLO DENTADO. COD. 2045253.	86,21	862,10
39	20,00	UN		CHAPA ROLO LISO. COD. 2045253.	8,20	164,00

1. Ficando mantidos os horários para protocolo e abertura dos envelopes.

1.1. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica para o dia 18/12/2017, até às 13h30, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 13h45 da mesma data.

Xavantina, 15 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº044/2017**

Publicação Nº 1460045

Ata da Sessão Ordinária nº044/2017.

Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina – SC.

Aos quatorze dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos e havendo número legal de Vereadores presentes, o Sr. Presidente, Vereador Hélio Domingos Sordi declarou aberta a Quadragésima Quarta Sessão Ordinária deste ano, contando com a presença dos Vereadores: Antoninho Brandelero, Elizandro J. Scalco, Eugênio João Comin, Hélio Domingos Sordi, Irineu Mariani, Ladir dos Santos, Milton A. Triaca, Natalino Moscon, Zaqueli P. Simoni. Colocou a Ata da Sessão Ordinária nº043/2017 em aprovação, e a mesma foi aprovada por unanimidade pelos vereadores. Em seguida, colocou a Ata da Sessão Extraordinária nº016/2017 em aprovação, e a mesma foi aprovada por unanimidade pelos vereadores. Não havendo mensagens para leitura, deram início a Ordem do Dia, em primeira votação tivemos o seguinte projeto de Lei: Projeto de Lei nº 079/2017 que "DISPÕE O PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, ESTADO DE SANTA CATARINA, REVOGA LEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". O Sr. Presidente solicitou ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação qual o parecer da Comissão. O Vereador Eugênio, fez a leitura do Ofício que o Executivo Municipal enviou para a Comissão: "Xavantina, 14 de dezembro de 2017 – Alteração da Redação do artigo nº 55 do Projeto de Lei Complementar nº 079/2017, de 04 de dezembro de 2017; Senhor Presidente, Senhores Vereadores, pelo presente, solicitamos a alteração do artigo nº 55 do Projeto de Lei Complementar nº 079/2017, de 04 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Xavantina, estado de Santa Catarina, revoga Leis e dá outras providências, que passe a ter a seguinte redação: "Artigo 55 – Fica revogada a Lei Complementar número 032/2007 de 27 de dezembro de 2007"; Certos do atendimento da solicitação, apresento meus protestos de estima e consideração, atenciosamente, Enoir Fazolo – Prefeito Municipal." A Comissão é de parecer favorável ao Projeto, com dois votos favoráveis e um voto contrário. O Presidente da Comissão de Finanças, vereador Natalino, informou que a Comissão é de parecer favorável ao Projeto, com dois votos favoráveis e um voto contrário. O Presidente da Comissão de Recursos públicos, Vereador Elizandro, informou que o Projeto continua em estudo na Comissão. Neste momento o presidente solicitou a leitura das chapas para a eleição da Mesa Diretora protocoladas na secretaria da Câmara

Municipal: Chapa 01: Presidente: Natalino Moscon; Vice-Presidente: Irineu Mariani; 1ºSecretário: Hélio Domingos Sordi; 2ºSecretário: Antoninho Brandelero. Chapa 02: Presidente: Milton Triaca; Vice-Presidente: Zaqueli Perondi Simoni; 1ºSecretário: Elizandro Josuel Scalco; 2ºSecretário: Ladir Soares dos Santos. Em seguida dispensou a sessão para que fosse organizada a eleição da Nova Mesa Diretora. Voltando aos trabalhos, deu-se início a votação, sendo que a votação foi secreta e os Vereadores deveriam responder "Em que chapa você vota para a Mesa Diretora – 'Chapa 01' ou 'Chapa 02'". Realizada a votação, foram chamados os vereadores Ladir dos Santos e Eugênio João Comin para fazer a apuração dos votos tendo como resultado 05 (cinco) votos para a "Chapa 01" e 04 (quatro) votos para a "Chapa 02". Sendo eleito Presidente da Mesa Diretora para o ano de 2018 o Vereador Natalino Moscon com 05 (cinco) votos. Neste momento o Presidente Hélio Domingos Sordi declarou eleita a chapa nº01 composta por: Presidente: Natalino Moscon, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha Mosconi, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 841.408-4, e CPF sob o número 438.838.189-68. Vice-Presidente: Irineu Mariani, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha das Palmeiras, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 1.148.441, e CPF sob o número 486.288.839-91. 1ºSecretário: Hélio Domingos Sordi, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 456.634, e CPF sob o número 347.416.079/68. 2ºSecretário: Antoninho Brandelero, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha Divisa das Aguas, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 1.492.865-5 e CPF sob o número 460.303.449/00. Não havendo mais projetos em pauta a palavra está livre. Os Vereadores Antoninho Brandelero, Eugênio João Comin, Irineu Mariani, Ladir dos Santos, Milton A. Triaca, Natalino Moscon, Zaqueli P. Simoni e o Presidente Helio D. Sordi fizeram uso da tribuna, agradeceram o ano de trabalho, desejaram Feliz Natal a todos e um Próspero Ano Novo a todos os munícipes. Retornando aos trabalhos de Presidente e não havendo mais ocupantes para a tribuna, o Presidente convocou os Vereadores a próxima Sessão Ordinária, que será realizada no dia 01 de fevereiro de 2018 às 17h45min na Câmara Municipal de Vereadores, pediu a mim, Lidiamara Buratti, que lavrasse a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, vai ser assinada.

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2017.

# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº. 0212/2013

Publicação Nº 1458971

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0212/2013

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA-ME

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de passeios e meio-fio, sinalizações verticais e horizontais e redutores de velocidade, de acordo com o projeto e memorial descritivo anexo ao processo, através do contrato de repasse 0338825-13/2010/ministério das cidades/caixa, convenio siconv 057278/2010.

Aditivo: Decima Termo Aditivo de Supressão de Valor, fundamentação legal no art. art. 65, I "b" e §1 da lei 8666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado nº 1758 do Egrégio TCE-SC (Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina).

Valor: R\$ 3.066,09 (três mil e sessenta e seis reais com nove centavos) de supressão.

Xaxim/SC, 29 de Junho de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº. 0083/2017

Publicação Nº 1459007

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0083/2017

Contratado: IRMAOS ZANELLA COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Projeto e Obra de reforma e ampliação de uma edificação em alvenaria, para uso do CEIM PROSPERINA FOLLE, com área de 45,34m², situado na Rua Dez de Novembro, nº 559, Centro do Município de Xaxim, com fornecimento de Projeto Executivo, Materiais e Mão de Obra, conforme Projeto e Memorial Descritivo.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo, com fundamentação legal no Art. 57, da Lei 8.666/93, bem como décima sexta clausula do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 17 de Dezembro de 2017 até 17 Fevereiro de 2018.

Licitação: Processo de Licitação nº 092/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 052/2017.

Xaxim/SC, 11 de Dezembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### LEI 4307 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Publicação Nº 1458905

Lei nº 4.307/2017, de 12 de dezembro de 2017.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE XAXIM PARA O EXERCÍCIO DE 2018 – LOA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Xaxim, SC, para exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 77.322.000,00 (Setenta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 71.640.000,00 (setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil reais), e a Despesa orçamentária em R\$ 56.870.000,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e setenta mil reais) e Transferências Financeira de R\$ 14.770.000,00 (quatorze milhões setecentos e setenta mil reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	71.640.000,00
1.1 – Receita Tributária	9.317.600,00

1.2 – Receita e Contribuição	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	182.000,00
1.4 – Receita Agropecuária	0,00
1.5 – Receita Industrial	0,00
1.6 – Receita de Serviços	1.973.000,00
1.7-Transferências Correntes	68.326.800,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	-8.799.400,00
1.9- Outras Receitas Correntes	640.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	71.640.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	52.264.800,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	32.678.284,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	900.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	18.686.516,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.535.200,00
4.4- Investimentos	1.864.200,00
4.5- Inversões Financeiras	471.000,00
4.6- Amortização da Dívida	2.200.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00
9.9- Reserva de Contingência	70.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AOS FUNDOS MUNICIPAIS	14.770.000,00
- Fundo Municipal da Saúde	12.100.000,00
- Câmara de Vereadores	2.670.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	71.640.000,00

Art. 3º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde e do Poder Legislativo para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	5.682.000,00
1.1 – Receita Tributária	280.000,00
1.2 – Receita e Contribuição	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	43.000,00
1.4 – Receita Agropecuária	0,00
1.5 – Receita Industrial	0,00
1.6 – Receita de Serviços	0,00
1.7 –Transferências Correntes	5.359.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	12.100.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	12.100.000,00
TOTAL	17.782.000,00
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	17.413.010,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	10.367.480,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	7.045.530,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	368.990,00
4.4- Investimentos	368.990,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	17.782.000,00

#### II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.670.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.670.000,00

TOTAL	2.670.000,00
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3- DESPESAS CORRENTES	2.590.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.850.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	740.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00
4.4- Investimentos	80.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.670.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO: MUNICÍPIO DE XAXIM

I - Passivo Contingente	0,00
II - Intempéries	70.000,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV - Obtenção de Resultado Primário	0,00
V - Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	70.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 7º - Os Projetos, Atividade ou Operações Especiais nesta lei com recursos vinculados a destinação oriundas das transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o eu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita de Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LR nº 219/2004F e portaria STN.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 8º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2017.  
LIRIO DAGORT  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº450**

Publicação Nº 1459124

**DECRETO Nº 000450/17 de 11 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 85.050,42 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 85.050,42

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

Excesso de arrecadação 85.050,42

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 11 de Dezembro de 2017

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº453**

Publicação Nº 1459542

**DECRETO Nº 000453/17 de 15 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 338,12 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 338,12

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 338,12

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 15 de Dezembro de 2017

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Associações

## AMFRI

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 19 DE 2017.

Publicação Nº 1457370

EXTRATO DO CONTRATO nº 19 de 2017.

CONTRATADO: SETE FEIRAS E EVENTOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.669.178/0001-62;  
DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Organização e Gestão do evento: Abertura da Temporada Náutica em 16 de dezembro de 2017 das 10h às 17h na Marina de Itajaí/SC, contando com as seguintes especificações:

- Licenças para liberação do evento junto aos órgãos responsáveis;
- Liberação junto ao ECAD;
- 400m2 de piso com forração;
- Iluminação para o pavilhão
- Projeção com painel de LED de 4x3 m;
- Sonorização para cerimônia de abertura com 10 caixas externas espalhadas;
- 01 Portal de entrada de 4x1 m com lona;
- 01 backdrop para fotos (imagem a definir);
- Lounge prefeitura de Itajaí, composto por sofá, dois pufs, uma mesa de centro, um tapete, dois totens para ativação (arte a definir);
- Lounge Santur composto por um sofá, dois pufs, uma mesa de centro, um tapete, dois totens para ativação (arte a definir), um backdrop de 3x2 m ao fundo (imagem a definir);
- 90 cadeiras Tiffany;
- 01 púlpito;
- 01 mesa diretiva com toalha branca com capacidade para 10 pessoas;
- 06 pontos de malhas branca em formato de triângulo para cobrir os pés do pavilhão;
- 10 plantas para ambientação;
- 06 recepcionistas uniformizadas com vestido estilo marinheiro;
- 01 ambulância;
- 02 socorristas;
- 02 brigadistas;

Gestão de todos os serviços do evento com equipe de 10 pessoas com rádios comunicadores.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: Pelos serviços acima descritos, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 89.875,00 (oitenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais) que serão pagos da seguinte forma: uma entrada de R\$ 44.875,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais) em 15/12/2017; uma parcela de R\$ 25.125,00 (vinte e cinco mil cento e vinte e cinco reais) em 20/12/2017; e outra parcela de R\$ 19.875,00 (dezenove mil oitocentos e setenta e cinco reais) em 10/01/2018, sempre mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório dos serviços.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando seus efeitos em 16/12/2017 e findando na data de 10/01/2018, podendo ser renovado por necessidade, através de Termo Aditivo mediante a vontade expressa das partes.

Itajaí /SC, 14 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 20 DE 2017.

Publicação Nº 1457371

EXTRATO DO CONTRATO nº 20 de 2017.

CONTRATADO: REINALDO OLIVEIRA NETO EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.259.461/0001-65;

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Produção e Organização do evento: Abertura da Temporada Náutica em 16 de dezembro de 2017 das 12h às 17h na Marina de Itajaí/SC, contando com as seguintes especificações:

1. Serviços de apresentação artística:

- Apresentações artísticas de 05 (cinco) artistas distintos de música eletrônica;
- Cara apresentação será de no mínimo 01 (uma) hora;
- As apresentações artísticas ocorrerão no período de 12h às 17h;

2. Serviços de estruturação de palco:

- O palco será montado usando uma embarcação com tamanho de 60 pés com de seguintes especificações: INTERMARINE 280, 58 pés, registrada na capitania dos portos Itajaí/SC, em perfeito estado de funcionamento, como também seus equipamentos e acessórios (aparelho de som, churrasqueira, geladeira, kit churrasco, kit salvatagem completo entre outros e Marinheiro tripulante responsável).

3. Serviços de sonorização:

- 02 (dois) aparelhos Pioneer CDJ 2000 ou CDJ 2000 Nexus linkados;
- 01 (um) aparelho Pioneer DJM 900 ou DJM 2000;
- 02 (dois) retornos (estéreo em 03 vias com sub – de boa qualidade);



- Aparelho de rádio transmissão o qual possibilitará a transmissão do áudio para as demais embarcações através de rádio frequência FM.
4. Serviços de transporte, montagem e aluguel de Plataforma:
- Aluguel e montagem de um setor flutuante de 80m<sup>2</sup>;
  - Decoração com puff's, mesas e cadeiras;
  - Desmontagem e retirada dos objetos no primeiro dia útil seguinte ao evento;
5. Serviços de promoção do evento;
- Material digital para a divulgação (flyer e vídeo teaser);
  - Envolvimento dos lancheiros, marinheiros e donos de embarcações na região;
  - Equipe de divulgação;

DO VALOR E DO PAGAMENTO: Pelos serviços acima descritos, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que serão pagos em 08/01/2018 mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório dos serviços.

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O presente contrato terá sua vigência por prazo determinado, iniciando seus efeitos em 16/12/2017 e findando na data de 08/01/2018, podendo ser renovado por necessidade, através de Termo Aditivo mediante a vontade expressa das partes..

Itajaí /SC, 14 de dezembro de 2017.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

---

## AMURC

---

### RESOLUÇÃO 0069/2017 - PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 2017 DA AMURC

Publicação Nº 1459484

#### RESOLUÇÃO 0069/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sitio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art. 1º. Faz público o balancete do mês de MAIO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 09 de Junho de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 09 (nove) de Junho de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba, SC, Tel. (49) 3241 0292

CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 17/07/2017 09:00 Pág:0001

CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/05/2017 a 31/05/2017

Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

19 S 1 ATIVO 85.102,37 113.198,28 126.636,42 71.664,23

27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE 39.526,15 110.348,30 124.541,03 25.333,42

35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 12.171,58 65.002,34 61.536,35 15.637,57  
60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO 12.171,58 65.002,34 61.536,35 15.637,57  
25094 1.01.01.02.004 Banco do Brasil 24.256-x 02/05/17 11.313,20 1,57 11.314,77 0,00  
108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal 30/05/17 825,11 64.000,77 49.598,62 15.227,26  
258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal 31/05/17 0,00 1.000,00 589,69 410,31  
25095 1.01.01.02.009 Banco do Brasil 34.256-4 04/05/17 33,27 0,00 33,27 0,00  
183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER 17.914,42 45.345,96 53.564,53 9.695,85  
209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO 450,10 1.495,96 1.314,53 631,53  
210 1.01.02.02.001 Valores em Trânsito 30/05/17 450,10 1.495,96 1.314,53 631,53  
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN 664,32 0,00 0,00 664,32  
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar 366,20 0,00 0,00 366,20  
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar 298,12 0,00 0,00 298,12  
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD 16.800,00 43.850,00 52.250,00 8.400,00  
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba 30/05/17 0,00 12.450,00 12.450,00 0,00  
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog 17/05/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al 08/05/17 0,00 11.500,00 11.500,00 0,00  
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce 11/05/17 16.800,00 8.400,00 16.800,00 8.400,00  
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist 17/05/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES 9.440,15 0,00 9.440,15 0,00  
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS 9.440,15 0,00 9.440,15 0,00  
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais 01/05/17 9.440,15 0,00 9.440,15 0,00  
574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE 45.576,22 2.849,98 2.095,39 46.330,81  
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO 45.576,22 2.849,98 2.095,39 46.330,81  
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO 76.479,74 2.849,98 0,00 79.329,72  
787 1.02.03.01.005 Veículos 50.000,00 0,00 0,00 50.000,00  
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios 6.317,32 0,00 0,00 6.317,32  
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform 11.202,52 0,00 0,00 11.202,52  
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos 15/05/17 8.959,90 2.849,98 0,00 11.809,88  
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZA (39.168,07 ) 0,00 1.943,30 (41.111,37 )  
930 1.02.03.02.005 Veículos 31/05/17 (31.999,99 ) 0,00 1.666,67 (33.666,66 )  
922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios 31/05/17 (3.194,46 ) 0,00 102,78 (3.297,24 )  
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform 31/05/17 (1.566,11 ) 0,00 82,99 (1.649,10 )  
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos 31/05/17 (2.407,51 ) 0,00 90,86 (2.498,37 )  
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201 10.850,00 0,00 0,00 10.850,00  
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios 7.400,00 0,00 0,00 7.400,00  
251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 17/07/2017 09:00 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/05/2017 a 31/05/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete  
Valores expressos Reais (R\$)  
Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIACÃO BENS ADQUIRI (2.585,45 ) 0,00 152,09 (2.737,54 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 31/05/17 (2.096,69 ) 0,00 123,35 (2.220,04 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 31/05/17 (488,76 ) 0,00 28,74 (517,50 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 17/07/2017 09:00 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/05/2017 a 31/05/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete  
Valores expressos Reais (R\$)  
Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 93.181,32 33.407,27 21.356,14 81.130,19  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 60.110,83 33.407,27 21.356,14 48.059,70  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 60.110,83 33.407,27 21.356,14 48.059,70  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 9.440,15 18.880,30 9.440,15 0,00  
1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 31/05/17 9.440,15 18.880,30 9.440,15 0,00  
2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 11.715,94 10.833,02 6.080,13 6.963,05  
1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 31/05/17 8.414,58 8.528,01 4.272,73 4.159,30  
1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 31/05/17 907,61 907,61 907,61 907,61  
1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 31/05/17 232,89 232,89 113,45 113,45  
1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 31/05/17 1.782,69 786,34 786,34 1.782,69  
1805 2.01.01.02.010 Contribuição Sindical à Recolher 15/05/17 378,17 378,17 0,00 0,00  
1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 36.987,86 0,02 4.108,81 41.096,65

1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 31/05/17 5.372,37 0,02 1.343,10 6.715,45  
1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 31/05/17 31.615,49 0,00 2.765,71 34.381,20  
1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 1.861,00 1.861,00 0,00 0,00  
257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 03/05/17 1.861,00 1.861,00 0,00 0,00  
1350 S 2.01.01.12 OUTRAS OBRIGAÇÕES 0,00 1.251,21 1.251,21 0,00  
258151 2.01.01.12.004 Créditos a Ressarcir 25/05/17 0,00 1.251,21 1.251,21 0,00  
1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 105,88 581,72 475,84 0,00  
1746 2.01.01.16.002 Servicos Terceirizados a Pagar 31/05/17 105,88 581,72 475,84 0,00  
1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 17/07/2017 09:00 Pág:0004  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/05/2017 a 31/05/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (8.078,95 ) 45.353,60 43.966,59 (9.465,96 )  
5274 S 3.01 RECEITAS 146.653,15 0,00 43.851,57 190.504,72  
3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 146.633,00 0,00 43.850,00 190.483,00  
3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 146.633,00 0,00 43.850,00 190.483,00  
25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 01/05/17 49.800,00 0,00 12.450,00 62.250,00  
25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 01/05/17 23.000,00 0,00 5.750,00 28.750,00  
25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 01/05/17 17.250,00 0,00 11.500,00 28.750,00  
25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 03/05/17 33.583,00 0,00 8.400,00 41.983,00  
25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 01/05/17 23.000,00 0,00 5.750,00 28.750,00  
3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 20,15 0,00 1,57 21,72  
3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 0,57 0,00 1,57 2,14  
3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 02/05/17 0,00 0,00 1,57 1,57  
3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 0,57 0,00 0,00 0,57  
2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (154.732,10 ) 45.353,60 115,02 (199.970,68 )  
2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (74.534,52 ) 20.054,15 115,02 (94.473,65 )  
3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (56.646,73 ) 14.877,13 1,18 (71.522,68 )  
3034 3.02.01.01.001 Salários 31/05/17 (40.474,86 ) 11.345,24 0,00 (51.820,10 )  
3077 3.02.01.01.002 13º Salário 31/05/17 (3.994,39 ) 998,61 0,02 (4.992,98 )  
3069 3.02.01.01.003 Férias 31/05/17 (11.106,84 ) 2.057,44 1,16 (13.163,12 )  
3038 3.02.01.01.012 Autônomos 31/05/17 (1.070,64 ) 475,84 0,00 (1.546,48 )  
5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (17.887,79 ) 5.177,02 113,84 (22.950,97 )  
3085 3.02.01.03.001 INSS 31/05/17 (13.309,61 ) 3.880,91 113,72 (17.076,80 )  
3093 3.02.01.03.002 FGTS 31/05/17 (4.069,47 ) 1.152,09 0,10 (5.221,46 )  
3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 31/05/17 (508,71 ) 144,02 0,02 (652,71 )  
3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (66.693,25 ) 22.027,98 0,00 (88.721,23 )  
4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (12.474,75 ) 944,20 0,00 (13.418,95 )  
7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (3.645,00 ) 0,00 0,00 (3.645,00 )  
4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes 05/05/17 0,00 50,80 0,00 (50,80 )  
7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet (6.027,00 ) 0,00 0,00 (6.027,00 )  
3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaçõ 15/05/17 (2.802,75 ) 893,40 0,00 (3.696,15 )  
4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (52.404,60 ) 20.281,29 0,00 (72.685,89 )  
8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti 15/05/17 (384,00 ) 95,00 0,00 (479,00 )  
3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 23/05/17 (874,00 ) 294,00 0,00 (1.168,00 )  
4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor 29/05/17 (510,00 ) 627,00 0,00 (1.137,00 )  
3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos 23/05/17 (182,10 ) 151,20 0,00 (333,30 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 17/07/2017 09:00 Pág:0005  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/05/2017 a 31/05/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

## Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 26/05/17 (23.159,62 ) 8.300,00 0,00 (31.459,62 )  
4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (180,00 ) 0,00 0,00 (180,00 )  
3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 23/05/17 (652,15 ) 342,76 0,00 (994,91 )  
4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 15/05/17 (1.371,30 ) 3.045,00 0,00 (4.416,30 )  
4243 3.02.02.03.024 Fretes e Carretos 25/05/17 0,00 96,00 0,00 (96,00 )  
3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 17/05/17 (10.879,00 ) 1.282,42 0,00 (12.161,42 )  
3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 30/05/17 (2.972,60 ) 2.624,19 0,00 (5.596,79 )  
3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp 18/05/17 (135,00 ) 112,00 0,00 (247,00 )  
3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 23/05/17 (553,65 ) 775,30 0,00 (1.328,95 )  
4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene 15/05/17 (602,12 ) 316,69 0,00 (918,81 )  
8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais (4.874,00 ) 0,00 0,00 (4.874,00 )  
8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas (1.195,00 ) 0,00 0,00 (1.195,00 )  
3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 30/05/17 (3.780,26 ) 2.219,73 0,00 (5.999,99 )  
3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (1.813,90 ) 802,49 0,00 (2.616,39 )  
3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,04 ) 0,00 0,00 (7,04 )  
3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 29/05/17 (1.222,15 ) 452,72 0,00 (1.674,87 )  
3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag 19/05/17 (584,71 ) 349,77 0,00 (934,48 )  
6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (13.504,33 ) 3.271,47 0,00 (16.775,80 )  
6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (1.612,80 ) 428,72 0,00 (2.041,52 )  
6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 31/05/17 (279,45 ) 82,99 0,00 (362,44 )  
6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 31/05/17 (1.019,45 ) 254,87 0,00 (1.274,32 )  
6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 31/05/17 (313,90 ) 90,86 0,00 (404,76 )  
6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (11.891,53 ) 2.842,75 0,00 (14.734,28 )  
6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 31/05/17 (2.827,65 ) 932,90 0,00 (3.760,55 )  
6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul 29/05/17 (2.397,22 ) 243,18 0,00 (2.640,40 )  
6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 31/05/17 (6.666,66 ) 1.666,67 0,00 (8.333,33 )

**RESOLUÇÃO 0071-2017 BALANCETE JUNHO 2017 DA AMURC**

Publicação Nº 1459582

## RESOLUÇÃO 0071/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sítio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art. 1º. Faz público o balancete do mês de JUNHO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 10 de Julho de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 10 (dez) de Julho de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba, SC, Tel. (49) 3241 0292

CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 27/07/2017 08:26 Pág:0001

CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/06/2017 a 30/06/2017



## Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

19 S 1 ATIVO 71.664,23 86.796,81 92.191,79 66.269,25  
27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE 25.333,42 86.796,81 90.084,77 22.045,46  
35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 15.637,57 40.076,65 48.405,70 7.308,52  
60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO 15.637,57 40.076,65 48.405,70 7.308,52  
108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal 29/06/17 15.227,26 39.076,65 48.277,52 6.026,39  
258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal 26/06/17 410,31 1.000,00 128,18 1.282,13  
183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER 9.695,85 39.047,54 39.679,07 9.064,32  
209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO 631,53 947,54 1.579,07 0,00  
210 1.01.02.02.001 Valores em Trânsito 26/06/17 631,53 947,54 1.579,07 0,00  
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN 664,32 0,00 0,00 664,32  
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar 366,20 0,00 0,00 366,20  
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar 298,12 0,00 0,00 298,12  
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD 8.400,00 38.100,00 38.100,00 8.400,00  
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba 13/06/17 0,00 12.450,00 12.450,00 0,00  
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog 06/06/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al 13/06/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce 30/06/17 8.400,00 8.400,00 8.400,00 8.400,00  
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist 09/06/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES 0,00 7.672,62 2.000,00 5.672,62  
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS 0,00 7.672,62 2.000,00 5.672,62  
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais 30/06/17 0,00 2.000,00 2.000,00 0,00  
330 1.01.04.01.002 Adiantamento 13º Salário 30/06/17 0,00 5.672,62 0,00 5.672,62  
574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE 46.330,81 0,00 2.107,02 44.223,79  
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO 46.330,81 0,00 2.107,02 44.223,79  
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO 79.329,72 0,00 0,00 79.329,72  
787 1.02.03.01.005 Veículos 50.000,00 0,00 0,00 50.000,00  
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios 6.317,32 0,00 0,00 6.317,32  
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform 11.202,52 0,00 0,00 11.202,52  
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos 11.809,88 0,00 0,00 11.809,88  
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZA (41.111,37 ) 0,00 1.954,93 (43.066,30 )  
930 1.02.03.02.005 Veículos 30/06/17 (33.666,66 ) 0,00 1.666,67 (35.333,33 )  
922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios 30/06/17 (3.297,24 ) 0,00 102,78 (3.400,02 )  
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform 30/06/17 (1.649,10 ) 0,00 83,01 (1.732,11 )  
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos 30/06/17 (2.498,37 ) 0,00 102,47 (2.600,84 )  
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201 10.850,00 0,00 0,00 10.850,00  
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios 7.400,00 0,00 0,00 7.400,00  
251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 27/07/2017 08:26 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/06/2017 a 30/06/2017  
Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIAÇÃO BENS ADQUIRI (2.737,54 ) 0,00 152,09 (2.889,63 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 30/06/17 (2.220,04 ) 0,00 123,35 (2.343,39 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 30/06/17 (517,50 ) 0,00 28,74 (546,24 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 27/07/2017 08:26 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/06/2017 a 30/06/2017  
Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 81.130,19 20.629,53 23.285,52 83.786,18  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 48.059,70 20.629,53 23.285,52 50.715,69  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 48.059,70 20.629,53 23.285,52 50.715,69  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 0,00 13.618,08 13.618,08 0,00

1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 30/06/17 0,00 7.945,46 7.945,46 0,00  
 1318 2.01.01.01.002 13º Salário a Pagar 30/06/17 0,00 5.672,62 5.672,62 0,00  
 2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 6.963,05 6.080,11 6.028,63 6.911,57  
 1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 30/06/17 4.159,30 4.272,71 4.272,73 4.159,32  
 1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 30/06/17 907,61 907,61 1.361,42 1.361,42  
 1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 30/06/17 113,45 113,45 113,45 113,45  
 1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 30/06/17 1.782,69 786,34 281,03 1.277,38  
 1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 41.096,65 455,50 3.162,97 43.804,12  
 1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 30/06/17 6.715,45 453,79 1.343,13 7.604,79  
 1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 30/06/17 34.381,20 1,71 1.819,84 36.199,33  
 1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 0,00 475,84 475,84 0,00  
 1746 2.01.01.16.002 Serviços Terceirizados a Pagar 30/06/17 0,00 475,84 475,84 0,00  
 1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
 1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 27/07/2017 08:26 Pág:0004  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/06/2017 a 30/06/2017  
 Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (9.465,96 ) 46.268,47 38.217,50 (17.516,93 )  
 5274 S 3.01 RECEITAS 190.504,72 0,00 38.102,32 228.607,04  
 3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 190.483,00 0,00 38.100,00 228.583,00  
 3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 190.483,00 0,00 38.100,00 228.583,00  
 25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 01/06/17 62.250,00 0,00 12.450,00 74.700,00  
 25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 01/06/17 28.750,00 0,00 5.750,00 34.500,00  
 25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 01/06/17 28.750,00 0,00 5.750,00 34.500,00  
 25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 30/06/17 41.983,00 0,00 8.400,00 50.383,00  
 25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 01/06/17 28.750,00 0,00 5.750,00 34.500,00  
 3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 21,72 0,00 2,32 24,04  
 3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
 3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
 6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
 6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
 3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 2,14 0,00 2,32 4,46  
 3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57  
 3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 01/06/17 0,57 0,00 2,32 2,89  
 2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (199.970,68 ) 46.268,47 115,18 (246.123,97 )  
 2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (94.473,65 ) 19.106,80 115,18 (113.465,27 )  
 3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (71.522,68 ) 14.172,73 1,28 (85.694,13 )  
 3034 3.02.01.01.001 Salários 30/06/17 (51.820,10 ) 11.345,24 0,00 (63.165,34 )  
 3077 3.02.01.01.002 13º Salário 30/06/17 (4.992,98 ) 998,60 0,00 (5.991,58 )  
 3069 3.02.01.01.003 Férias 30/06/17 (13.163,12 ) 1.353,05 1,28 (14.514,89 )  
 3038 3.02.01.01.012 Autônomos 30/06/17 (1.546,48 ) 475,84 0,00 (2.022,32 )  
 5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (22.950,97 ) 4.934,07 113,90 (27.771,14 )  
 3085 3.02.01.03.001 INSS 30/06/17 (17.076,80 ) 3.701,30 113,78 (20.664,32 )  
 3093 3.02.01.03.002 FGTS 30/06/17 (5.221,46 ) 1.095,78 0,10 (6.317,14 )  
 3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 30/06/17 (652,71 ) 136,99 0,02 (789,68 )  
 3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (88.721,23 ) 24.476,22 0,00 (113.197,45 )  
 4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (13.418,95 ) 4.283,00 0,00 (17.701,95 )  
 7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (3.645,00 ) 0,00 0,00 (3.645,00 )  
 4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
 7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet 12/06/17 (6.027,00 ) 3.100,00 0,00 (9.127,00 )  
 3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaçõ 27/06/17 (3.696,15 ) 1.183,00 0,00 (4.879,15 )  
 4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (72.685,89 ) 19.838,32 0,00 (92.524,21 )  
 8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti (479,00 ) 0,00 0,00 (479,00 )  
 3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 23/06/17 (1.168,00 ) 236,00 0,00 (1.404,00 )  
 4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor 01/06/17 (1.137,00 ) 83,80 0,00 (1.220,80 )  
 5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis 27/06/17 0,00 419,00 0,00 (419,00 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 27/07/2017 08:26 Pág:0005  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/06/2017 a 30/06/2017

## Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos 26/06/17 (333,30 ) 42,80 0,00 (376,10 )  
 4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 27/06/17 (31.459,62 ) 10.200,00 0,00 (41.659,62 )  
 4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação 23/06/17 (180,00 ) 1.338,00 0,00 (1.518,00 )  
 3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 19/06/17 (994,91 ) 462,72 0,00 (1.457,63 )  
 4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 22/06/17 (4.416,30 ) 1.264,15 0,00 (5.680,45 )  
 4243 3.02.02.03.024 Fretes e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
 3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 12/06/17 (12.161,42 ) 1.125,00 0,00 (13.286,42 )  
 3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 27/06/17 (5.596,79 ) 2.054,73 0,00 (7.651,52 )  
 3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp 09/06/17 (247,00 ) 40,00 0,00 (287,00 )  
 3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 22/06/17 (1.328,95 ) 150,05 0,00 (1.479,00 )  
 4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene 22/06/17 (918,81 ) 373,07 0,00 (1.291,88 )  
 8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
 4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais 22/06/17 (4.874,00 ) 100,00 0,00 (4.974,00 )  
 8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas 22/06/17 (1.195,00 ) 680,00 0,00 (1.875,00 )  
 3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 23/06/17 (5.999,99 ) 1.269,00 0,00 (7.268,99 )  
 3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (2.616,39 ) 354,90 0,00 (2.971,29 )  
 3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,04 ) 0,00 0,00 (7,04 )  
 3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 29/06/17 (1.674,87 ) 354,90 0,00 (2.029,77 )  
 3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag (934,48 ) 0,00 0,00 (934,48 )  
 6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (16.775,80 ) 2.685,45 0,00 (19.461,25 )  
 6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (2.041,52 ) 440,35 0,00 (2.481,87 )  
 6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 30/06/17 (362,44 ) 83,01 0,00 (445,45 )  
 6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 30/06/17 (1.274,32 ) 254,87 0,00 (1.529,19 )  
 6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 30/06/17 (404,76 ) 102,47 0,00 (507,23 )  
 6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (14.734,28 ) 2.245,10 0,00 (16.979,38 )  
 6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 06/06/17 (3.760,55 ) 578,43 0,00 (4.338,98 )  
 6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul (2.640,40 ) 0,00 0,00 (2.640,40 )  
 6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 30/06/17 (8.333,33 ) 1.666,67 0,00 (10.000,00 )

**RESOLUÇÃO 0072-2017 BALANCETE JULHO 2017 DA AMURC**

Publicação Nº 1459733

## RESOLUÇÃO 0072/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sítio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art. 1º. Faz público o balancete do mês de JULHO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 21 de Agosto de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 23 (VINTE E TRES) de Agosto de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.



Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba, SC, Tel. (49) 3241 0292  
CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 21/08/2017 14:59 Pág:0001  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/07/2017 a 31/07/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

19 S 1 ATIVO 66.269,25 84.153,00 83.078,00 67.344,25  
27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE 22.045,46 84.153,00 80.971,00 25.227,46  
35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 7.308,52 39.258,65 41.721,00 4.846,17  
60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO 7.308,52 39.258,65 41.721,00 4.846,17  
108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal 31/07/17 6.026,39 39.258,65 40.850,29 4.434,75  
258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal 31/07/17 1.282,13 0,00 870,71 411,42  
183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER 9.064,32 30.850,00 39.250,00 664,32  
209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO 0,00 1.150,00 1.150,00 0,00  
212 1.01.02.02.003 Depósitos em Trânsito 18/07/17 0,00 1.150,00 1.150,00 0,00  
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN 664,32 0,00 0,00 664,32  
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar 366,20 0,00 0,00 366,20  
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar 298,12 0,00 0,00 298,12  
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD 8.400,00 29.700,00 38.100,00 0,00  
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba 14/07/17 0,00 12.450,00 12.450,00 0,00  
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog 12/07/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al 12/07/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce 20/07/17 8.400,00 0,00 8.400,00 0,00  
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist 12/07/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES 5.672,62 14.044,35 0,00 19.716,97  
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS 5.672,62 14.044,35 0,00 19.716,97  
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais 31/07/17 0,00 14.044,35 0,00 14.044,35  
330 1.01.04.01.002 Adiantamento 13º Salário 5.672,62 0,00 0,00 5.672,62  
574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE 44.223,79 0,00 2.107,00 42.116,79  
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO 44.223,79 0,00 2.107,00 42.116,79  
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO 79.329,72 0,00 0,00 79.329,72  
787 1.02.03.01.005 Veículos 50.000,00 0,00 0,00 50.000,00  
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios 6.317,32 0,00 0,00 6.317,32  
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform 11.202,52 0,00 0,00 11.202,52  
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos 11.809,88 0,00 0,00 11.809,88  
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZA (43.066,30 ) 0,00 1.954,93 (45.021,23 )  
930 1.02.03.02.005 Veículos 31/07/17 (35.333,33 ) 0,00 1.666,66 (36.999,99 )  
922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios 31/07/17 (3.400,02 ) 0,00 102,78 (3.502,80 )  
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform 31/07/17 (1.732,11 ) 0,00 83,02 (1.815,13 )  
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos 31/07/17 (2.600,84 ) 0,00 102,47 (2.703,31 )  
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201 10.850,00 0,00 0,00 10.850,00  
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios 7.400,00 0,00 0,00 7.400,00

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 21/08/2017 14:59 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/07/2017 a 31/07/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIACÃO BENS ADQUIRI (2.889,63 ) 0,00 152,07 (3.041,70 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 31/07/17 (2.343,39 ) 0,00 123,30 (2.466,69 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 31/07/17 (546,24 ) 0,00 28,77 (575,01 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 21/08/2017 14:59 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/07/2017 a 31/07/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 83.786,18 9.304,87 31.006,95 105.488,26  
 1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 50.715,69 9.304,87 31.006,95 72.417,77  
 1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 50.715,69 9.304,87 31.006,95 72.417,77  
 1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 0,00 0,00 9.960,06 9.960,06  
 1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 31/07/17 0,00 0,00 9.960,06 9.960,06  
 2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 6.911,57 1.481,66 7.204,39 12.634,30  
 1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 31/07/17 4.159,32 120,24 5.205,55 9.244,63  
 1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 31/07/17 1.361,42 1.361,42 962,06 962,06  
 1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 31/07/17 113,45 0,00 120,26 233,71  
 1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 31/07/17 1.277,38 0,00 916,52 2.193,90  
 1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 43.804,12 3.509,68 6.799,97 47.094,41  
 1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 31/07/17 7.604,79 0,00 1.907,14 9.511,93  
 1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 31/07/17 36.199,33 3.509,68 4.892,83 37.582,48  
 1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 0,00 537,00 3.220,00 2.683,00  
 257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 14/07/17 0,00 537,00 3.220,00 2.683,00  
 1350 S 2.01.01.12 OUTRAS OBRIGAÇÕES 0,00 1.018,14 1.018,14 0,00  
 258151 2.01.01.12.004 Créditos a Ressarcir 18/07/17 0,00 1.018,14 1.018,14 0,00  
 1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 0,00 2.758,39 2.804,39 46,00  
 1746 2.01.01.16.002 Servicos Terceirizados a Pagar 31/07/17 0,00 2.758,39 2.804,39 46,00  
 1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
 1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
 1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 21/08/2017 14:59 Pág:0004  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/07/2017 a 31/07/2017  
 Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (17.516,93 ) 53.965,67 33.338,59 (38.144,01 )  
 5274 S 3.01 RECEITAS 228.607,04 0,00 29.700,00 258.307,04  
 3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 228.583,00 0,00 29.700,00 258.283,00  
 3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 228.583,00 0,00 29.700,00 258.283,00  
 25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 01/07/17 74.700,00 0,00 12.450,00 87.150,00  
 25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 01/07/17 34.500,00 0,00 5.750,00 40.250,00  
 25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 01/07/17 34.500,00 0,00 5.750,00 40.250,00  
 25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 50.383,00 0,00 0,00 50.383,00  
 25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 01/07/17 34.500,00 0,00 5.750,00 40.250,00  
 3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 24,04 0,00 0,00 24,04  
 3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
 3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
 6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
 6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
 3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 4,46 0,00 0,00 4,46  
 3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57  
 3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 2,89 0,00 0,00 2,89  
 2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (246.123,97 ) 53.965,67 3.638,59 (296.451,05 )  
 2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (113.465,27 ) 26.460,35 3.629,94 (136.295,68 )  
 3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (85.694,13 ) 19.886,14 2.609,44 (102.970,83 )  
 3034 3.02.01.01.001 Salários 31/07/17 (63.165,34 ) 12.025,95 0,00 (75.191,29 )  
 3077 3.02.01.01.002 13º Salário 31/07/17 (5.991,58 ) 1.418,00 0,00 (7.409,58 )  
 3069 3.02.01.01.003 Férias 31/07/17 (14.514,89 ) 3.637,80 2.609,44 (15.543,25 )  
 3038 3.02.01.01.012 Autônomos 31/07/17 (2.022,32 ) 2.804,39 0,00 (4.826,71 )  
 5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (27.771,14 ) 6.574,21 1.020,50 (33.324,85 )  
 3085 3.02.01.03.001 INSS 31/07/17 (20.664,32 ) 5.036,89 785,65 (24.915,56 )  
 3093 3.02.01.03.002 FGTS 31/07/17 (6.317,14 ) 1.366,51 208,75 (7.474,90 )  
 3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 31/07/17 (789,68 ) 170,81 26,10 (934,39 )  
 3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (113.197,45 ) 24.920,32 8,65 (138.109,12 )  
 4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (17.701,95 ) 4.767,54 0,00 (22.469,49 )  
 7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (3.645,00 ) 0,00 0,00 (3.645,00 )  
 4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
 7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet 14/07/17 (9.127,00 ) 3.820,00 0,00 (12.947,00 )

3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicação 14/07/17 (4.879,15 ) 947,54 0,00 (5.826,69 )  
 4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (92.524,21 ) 19.780,58 0,00 (112.304,79 )  
 8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informática (479,00 ) 0,00 0,00 (479,00 )  
 3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 24/07/17 (1.404,00 ) 420,77 0,00 (1.824,77 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 21/08/2017 14:59 Pág:0005  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/07/2017 a 31/07/2017  
 Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor (1.220,80 ) 0,00 0,00 (1.220,80 )  
 5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis 26/07/17 (419,00 ) 515,91 0,00 (934,91 )  
 3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos (376,10 ) 0,00 0,00 (376,10 )  
 4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 24/07/17 (41.659,62 ) 8.450,00 0,00 (50.109,62 )  
 4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (1.518,00 ) 0,00 0,00 (1.518,00 )  
 3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 12/07/17 (1.457,63 ) 109,11 0,00 (1.566,74 )  
 3763 3.02.02.03.022 Eventos e Confraternizações 18/07/17 0,00 480,00 0,00 (480,00 )  
 4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 18/07/17 (5.680,45 ) 3.346,30 0,00 (9.026,75 )  
 4243 3.02.02.03.024 Frete e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
 3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 19/07/17 (13.286,42 ) 1.125,00 0,00 (14.411,42 )  
 3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 31/07/17 (7.651,52 ) 3.472,56 0,00 (11.124,08 )  
 3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp 12/07/17 (287,00 ) 254,00 0,00 (541,00 )  
 3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 25/07/17 (1.479,00 ) 137,55 0,00 (1.616,55 )  
 4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene (1.291,88 ) 0,00 0,00 (1.291,88 )  
 8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
 4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais (4.974,00 ) 0,00 0,00 (4.974,00 )  
 8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas (1.875,00 ) 0,00 0,00 (1.875,00 )  
 3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 28/07/17 (7.268,99 ) 1.469,38 0,00 (8.738,37 )  
 3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (2.971,29 ) 372,20 8,65 (3.334,84 )  
 3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,04 ) 0,00 0,00 (7,04 )  
 3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 31/07/17 (2.029,77 ) 372,20 8,65 (2.393,32 )  
 3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag (934,48 ) 0,00 0,00 (934,48 )  
 6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (19.461,25 ) 2.585,00 0,00 (22.046,25 )  
 6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (2.481,87 ) 440,34 0,00 (2.922,21 )  
 6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 31/07/17 (445,45 ) 83,02 0,00 (528,47 )  
 6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 31/07/17 (1.529,19 ) 254,85 0,00 (1.784,04 )  
 6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 31/07/17 (507,23 ) 102,47 0,00 (609,70 )  
 6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (16.979,38 ) 2.144,66 0,00 (19.124,04 )  
 6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 01/07/17 (4.338,98 ) 278,00 0,00 (4.616,98 )  
 6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul 25/07/17 (2.640,40 ) 200,00 0,00 (2.840,40 )  
 6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 31/07/17 (10.000,00 ) 1.666,66 0,00 (11.666,66 )

## RESOLUÇÃO 0073-2017 BALANCETE AGOSTO DE 2017 DA AMURC

Publicação Nº 1459812

### RESOLUÇÃO 0073/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sítio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art.1º. Faz público o balancete do mês de AGOSTO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 26 de Setembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

## Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 27 (VINTE E SETE) de Setembro de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun  
Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.  
Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitibaanos, SC, Tel. (49) 3241 0292  
CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 26/09/2017 14:39 Pág:0001  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/08/2017 a 31/08/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete  
Valores expressos em Reais (R\$)  
Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

19 S 1	ATIVO	67.344,25	92.488,43	108.417,87	51.414,81	
27 S 1.01	ATIVO CIRCULANTE	25.227,46	92.488,43	106.310,84	11.405,05	
35 S 1.01.01	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.846,17	41.974,17	46.216,71	603,63	
60 S 1.01.01.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.846,17	41.974,17	46.216,71	603,63	
108 1.01.01.02.005	Banco Caixa Econômica Federal	31/08/17	4.434,75	39.142,51	43.262,60	314,66
258162 1.01.01.02.007	Banco Caixa Econômica Federal	31/08/17	411,42	2.831,66	2.954,11	288,97
183 S 1.01.02	CRÉDITOS A RECEBER	664,32	39.084,95	39.084,95	664,32	
209 S 1.01.02.02	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	984,95	984,95	0,00	
210 1.01.02.02.001	Valores em Trânsito	25/08/17	0,00	984,95	984,95	0,00
203 S 1.01.02.09	CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN	664,32	0,00	0,00	664,32	
205 1.01.02.09.002	IRF a Recuperar	366,20	0,00	0,00	366,20	
214 1.01.02.09.003	PIS a Recuperar	298,12	0,00	0,00	298,12	
25213 S 1.01.02.11	REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD	0,00	38.100,00	38.100,00	0,00	
252631 1.01.02.11.001	Prefeitura Municipal de Curitiba	31/08/17	0,00	12.450,00	12.450,00	0,00
252623 1.01.02.11.002	Prefeitura Municipal de Frei Rog	31/08/17	0,00	5.750,00	5.750,00	0,00
252607 1.01.02.11.003	Prefeitura Municipal de Ponte Al	31/08/17	0,00	5.750,00	5.750,00	0,00
252593 1.01.02.11.004	Prefeitura Municipal de Santa Ce	31/08/17	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00
252615 1.01.02.11.005	Prefeitura Municipal de São Crist	31/08/17	0,00	5.750,00	5.750,00	0,00
299 S 1.01.04	ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES	19.716,97	11.429,31	21.009,18	10.137,10	
300 S 1.01.04.01	ADIANTAMENTOS DIVERSOS	19.716,97	11.429,31	21.009,18	10.137,10	
329 1.01.04.01.001	Adiantamentos Salariais	31/08/17	14.044,35	4.464,48	14.044,35	4.464,48
330 1.01.04.01.002	Adiantamento 13º Salário	5.672,62	0,00	0,00	5.672,62	
331 1.01.04.01.007	Adiantamento de Férias	31/08/17	0,00	6.964,83	6.964,83	0,00
574 S 1.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	42.116,79	0,00	2.107,03	40.009,76	
701 S 1.02.03	IMOBILIZADO	42.116,79	0,00	2.107,03	40.009,76	
710 S 1.02.03.01	BENS EM OPERAÇÃO	79.329,72	0,00	0,00	79.329,72	
787 1.02.03.01.005	Veículos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	
779 1.02.03.01.006	Móveis e Utensílios	6.317,32	0,00	0,00	6.317,32	
754 1.02.03.01.007	Equip. de Comunicação e Inform	11.202,52	0,00	0,00	11.202,52	
760 1.02.03.01.008	Máquinas e Equipamentos	11.809,88	0,00	0,00	11.809,88	
868 S 1.02.03.02	(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZA	(45.021,23 )	0,00	1.954,94	(46.976,17 )	
930 1.02.03.02.005	Veículos	31/08/17	(36.999,99 )	0,00	1.666,67	(38.666,66 )
922 1.02.03.02.006	Móveis e Utensílios	31/08/17	(3.502,80 )	0,00	102,78	(3.605,58 )
914 1.02.03.02.007	Equip. de Comunicação e Inform	31/08/17	(1.815,13 )	0,00	83,01	(1.898,14 )
906 1.02.03.02.008	Máquinas e Equipamentos	31/08/17	(2.703,31 )	0,00	102,48	(2.805,79 )
258079 S 1.02.03.03	BENS ADQUIRIDOS ATÉ	31/12/201	10.850,00	0,00	0,00	10.850,00

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 26/09/2017 14:39 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/08/2017 a 31/08/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete  
Valores expressos em Reais (R\$)  
Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

251779 1.02.03.03.001	Móveis e Utensílios	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00	
251754 1.02.03.03.002	Equipamentos de Comunicação e	3.450,00	0,00	0,00	3.450,00	
258109 S 1.02.03.04	(-) DEPRECIAÇÃO BENS ADQUIRI	(3.041,70 )	0,00	152,09	(3.193,79 )	



251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 31/08/17 (2.466,69 ) 0,00 123,35 (2.590,04 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 31/08/17 (575,01 ) 0,00 28,74 (603,75 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 26/09/2017 14:39 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/08/2017 a 31/08/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 105.488,26 37.957,94 24.681,94 92.212,26  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 72.417,77 37.957,94 24.681,94 59.141,77  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 72.417,77 37.957,94 24.681,94 59.141,77  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 9.960,06 15.960,06 11.429,31 5.429,31  
1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 31/08/17 9.960,06 9.960,06 4.464,48 4.464,48  
1320 2.01.01.01.003 Ferias a Pagar 31/08/17 0,00 6.000,00 6.964,83 964,83  
2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 12.634,30 6.606,07 9.526,28 15.554,51  
1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 31/08/17 9.244,63 4.342,92 6.355,96 11.257,67  
1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 31/08/17 962,06 962,07 1.469,14 1.469,13  
1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 31/08/17 233,71 233,71 183,64 183,64  
1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 31/08/17 2.193,90 1.067,37 1.517,54 2.644,07  
1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 47.094,41 14.350,42 3.221,96 35.965,95  
1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 31/08/17 9.511,93 0,00 1.423,68 10.935,61  
1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 31/08/17 37.582,48 14.350,42 1.798,28 25.030,34  
1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 2.683,00 537,00 0,00 2.146,00  
257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 15/08/17 2.683,00 537,00 0,00 2.146,00  
1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 46,00 504,39 504,39 46,00  
1746 2.01.01.16.002 Servicos Terceirizados a Pagar 31/08/17 46,00 504,39 504,39 46,00  
1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 26/09/2017 14:39 Pág:0004  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/08/2017 a 31/08/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (38.144,01 ) 45.549,34 42.895,90 (40.797,45 )  
5274 S 3.01 RECEITAS 258.307,04 0,00 38.105,12 296.412,16  
3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 258.283,00 0,00 38.100,00 296.383,00  
3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 258.283,00 0,00 38.100,00 296.383,00  
25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 31/08/17 87.150,00 0,00 12.450,00 99.600,00  
25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 31/08/17 40.250,00 0,00 5.750,00 46.000,00  
25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 31/08/17 40.250,00 0,00 5.750,00 46.000,00  
25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 31/08/17 50.383,00 0,00 8.400,00 58.783,00  
25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 31/08/17 40.250,00 0,00 5.750,00 46.000,00  
3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 24,04 0,00 5,12 29,16  
3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 4,46 0,00 5,12 9,58  
3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57  
3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 17/08/17 2,89 0,00 5,12 8,01  
2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (296.451,05 ) 45.549,34 4.790,78 (337.209,61 )  
2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (136.295,68 ) 18.907,29 4.706,68 (150.496,29 )  
3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (102.970,83 ) 12.248,17 1.653,50 (113.565,50 )  
3034 3.02.01.01.001 Salários 31/08/17 (75.191,29 ) 9.348,25 0,00 (84.539,54 )  
3077 3.02.01.01.002 13º Salário 31/08/17 (7.409,58 ) 1.058,51 0,00 (8.468,09 )  
3069 3.02.01.01.003 Férias 31/08/17 (15.543,25 ) 1.337,02 1.653,50 (15.226,77 )  
3038 3.02.01.01.012 Autônomos 31/08/17 (4.826,71 ) 504,39 0,00 (5.331,10 )

5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (33.324,85 ) 6.659,12 3.053,18 (36.930,79 )  
 3085 3.02.01.03.001 INSS 31/08/17 (24.915,56 ) 5.602,16 2.904,35 (27.613,37 )  
 3093 3.02.01.03.002 FGTS 31/08/17 (7.474,90 ) 939,50 132,28 (8.282,12 )  
 3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 31/08/17 (934,39 ) 117,46 16,55 (1.035,30 )  
 3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (138.109,12 ) 22.143,50 84,10 (160.168,52 )  
 4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (22.469,49 ) 5.321,42 0,00 (27.790,91 )  
 7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio 09/08/17 (3.645,00 ) 1.200,00 0,00 (4.845,00 )  
 4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
 7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet 15/08/17 (12.947,00 ) 3.100,00 0,00 (16.047,00 )  
 3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaçõ 25/08/17 (5.826,69 ) 1.021,42 0,00 (6.848,11 )  
 4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (112.304,79 ) 15.908,91 84,10 (128.129,60 )  
 8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti (479,00 ) 0,00 0,00 (479,00 )  
 3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 25/08/17 (1.824,77 ) 417,53 0,00 (2.242,30 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 26/09/2017 14:39 Pág:0005  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/08/2017 a 31/08/2017  
 Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor (1.220,80 ) 0,00 0,00 (1.220,80 )  
 5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis 15/08/17 (934,91 ) 979,00 84,10 (1.829,81 )  
 3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos 23/08/17 (376,10 ) 550,45 0,00 (926,55 )  
 4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 25/08/17 (50.109,62 ) 5.350,00 0,00 (55.459,62 )  
 4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (1.518,00 ) 0,00 0,00 (1.518,00 )  
 3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 09/08/17 (1.566,74 ) 269,94 0,00 (1.836,68 )  
 3763 3.02.02.03.022 Eventos e Confraternizações (480,00 ) 0,00 0,00 (480,00 )  
 4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 17/08/17 (9.026,75 ) 783,10 0,00 (9.809,85 )  
 4243 3.02.02.03.024 Fretes e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
 3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais (14.411,42 ) 0,00 0,00 (14.411,42 )  
 3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 31/08/17 (11.124,08 ) 2.413,63 0,00 (13.537,71 )  
 3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp (541,00 ) 0,00 0,00 (541,00 )  
 3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 09/08/17 (1.616,55 ) 32,60 0,00 (1.649,15 )  
 4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene (1.291,88 ) 0,00 0,00 (1.291,88 )  
 8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
 4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais 09/08/17 (4.974,00 ) 3.124,00 0,00 (8.098,00 )  
 8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas (1.875,00 ) 0,00 0,00 (1.875,00 )  
 3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 29/08/17 (8.738,37 ) 1.988,66 0,00 (10.727,03 )  
 3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (3.334,84 ) 913,17 0,00 (4.248,01 )  
 3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias 07/08/17 (7,04 ) 0,01 0,00 (7,05 )  
 3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 30/08/17 (2.393,32 ) 372,30 0,00 (2.765,62 )  
 3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag 16/08/17 (934,48 ) 540,86 0,00 (1.475,34 )  
 6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (22.046,25 ) 4.498,55 0,00 (26.544,80 )  
 6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (2.922,21 ) 440,36 0,00 (3.362,57 )  
 6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 31/08/17 (528,47 ) 83,01 0,00 (611,48 )  
 6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 31/08/17 (1.784,04 ) 254,87 0,00 (2.038,91 )  
 6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 31/08/17 (609,70 ) 102,48 0,00 (712,18 )  
 6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (19.124,04 ) 4.058,19 0,00 (23.182,23 )  
 6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 21/08/17 (4.616,98 ) 1.066,12 0,00 (5.683,10 )  
 6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul 23/08/17 (2.840,40 ) 1.041,40 0,00 (3.881,80 )  
 6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 31/08/17 (11.666,66 ) 1.666,67 0,00 (13.333,33 )  
 258156 3.02.08.03.007 Impostos, Taxas e Contribuições 09/08/17 0,00 284,00 0,00 (284,00 )

## RESOLUÇÃO 0074-2017 BALANCETE SETEMBRO DE 2017 DA AMURC

Publicação Nº 1459944

RESOLUÇÃO 0074/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sítio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art.1º. Faz público o balancete do mês de SETEMBRO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, SC, 13 de Outubro de 2017.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Presidente da AMURC  
Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 13 (TREZE) de Outubro De 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun  
Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.  
Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitibanos, SC, Tel. (49) 3241 0292  
CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 13/10/2017 13:53 Pág:0001  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/09/2017 a 30/09/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete  
Valores expressos em Reais (R\$)  
Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

19 S 1 ATIVO	51.414,81	80.833,89	67.432,54	64.816,16
27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE	11.405,05	80.833,89	65.325,52	26.913,42
35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	603,63	40.098,29	20.178,90	20.523,02
60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO	603,63	40.098,29	20.178,90	20.523,02
108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal	26/09/17	314,66	39.598,29	19.583,36 20.329,59
258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal	25/09/17	288,97	500,00	595,54 193,43
183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER	664,32	40.735,60	40.682,14	717,78
209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO	0,00	2.635,60	2.582,14	53,46
210 1.01.02.02.001 Valores em Trânsito	20/09/17	0,00	2.635,60	2.582,14 53,46
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN	664,32	0,00	0,00	664,32
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar	366,20	0,00	0,00	366,20
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar	298,12	0,00	0,00	298,12
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD	0,00	38.100,00	38.100,00	0,00
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba	12/09/17	0,00	12.450,00	12.450,00 0,00
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog	13/09/17	0,00	5.750,00	5.750,00 0,00
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al	12/09/17	0,00	5.750,00	5.750,00 0,00
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce	26/09/17	0,00	8.400,00	8.400,00 0,00
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist	12/09/17	0,00	5.750,00	5.750,00 0,00
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES	10.137,10	0,00	4.464,48	5.672,62
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS	10.137,10	0,00	4.464,48	5.672,62
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais	01/09/17	4.464,48	0,00	4.464,48 0,00
330 1.01.04.01.002 Adiantamento 13º Salário	5.672,62	0,00	0,00	5.672,62
574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE	40.009,76	0,00	2.107,02	37.902,74
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO	40.009,76	0,00	2.107,02	37.902,74
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO	79.329,72	0,00	0,00	79.329,72
787 1.02.03.01.005 Veículos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios	6.317,32	0,00	0,00	6.317,32
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform	11.202,52	0,00	0,00	11.202,52
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos	11.809,88	0,00	0,00	11.809,88
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZA	(46.976,17 )	0,00	1.954,93	(48.931,10 )
930 1.02.03.02.005 Veículos	30/09/17	(38.666,66 )	0,00	1.666,67 (40.333,33 )
922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios	30/09/17	(3.605,58 )	0,00	102,79 (3.708,37 )
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform	30/09/17	(1.898,14 )	0,00	82,99 (1.981,13 )
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos	30/09/17	(2.805,79 )	0,00	102,48 (2.908,27 )
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201	10.850,00	0,00	0,00	10.850,00
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 13/10/2017 13:53 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/09/2017 a 30/09/2017  
Balancete 13 Fiscal



## Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIAÇÃO BENS ADQUIRI (3.193,79 ) 0,00 152,09 (3.345,88 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 30/09/17 (2.590,04 ) 0,00 123,35 (2.713,39 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 30/09/17 (603,75 ) 0,00 28,74 (632,49 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 13/10/2017 13:53 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/09/2017 a 30/09/2017  
Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 92.685,21 9.291,17 25.658,65 109.052,69  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 59.614,72 9.291,17 25.658,65 75.982,20  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 59.614,72 9.291,17 25.658,65 75.982,20  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 5.429,31 5.429,31 10.366,52 10.366,52  
1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 30/09/17 4.464,48 4.464,48 10.366,52 10.366,52  
1320 2.01.01.01.003 Férias a Pagar 13/09/17 964,83 964,83 0,00 0,00  
2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 15.554,51 1.226,02 6.844,52 21.173,01  
1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 30/09/17 11.257,67 125,86 4.641,04 15.772,85  
1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 30/09/17 1.469,13 0,00 1.006,92 2.476,05  
1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 30/09/17 183,64 183,64 125,87 125,87  
1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 30/09/17 2.644,07 916,52 1.070,69 2.798,24  
1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 35.965,95 0,00 4.592,61 40.558,56  
1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 30/09/17 10.935,61 0,00 1.423,70 12.359,31  
1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 30/09/17 25.030,34 0,00 3.168,91 28.199,25  
1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 2.618,95 2.488,40 3.305,00 3.435,55  
257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 13/09/17 2.146,00 537,00 0,00 1.609,00  
258163 2.01.01.04.023 AutoShow GM Comércio de Veíc 13/09/17 472,95 451,40 430,00 451,55  
258164 2.01.01.04.024 Neise Aparecida do Nascimento 19/09/17 0,00 1.500,00 2.875,00 1.375,00  
1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 46,00 147,44 550,00 448,56  
1746 2.01.01.16.002 Serviços Terceirizados a Pagar 30/09/17 46,00 147,44 550,00 448,56  
1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 13/10/2017 13:53 Pág:0004  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/09/2017 a 30/09/2017  
Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

---

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (41.270,40 ) 41.560,60 38.594,47 (44.236,53 )  
5274 S 3.01 RECEITAS 296.412,16 0,00 38.100,00 334.512,16  
3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 296.383,00 0,00 38.100,00 334.483,00  
3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 296.383,00 0,00 38.100,00 334.483,00  
25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 01/09/17 99.600,00 0,00 12.450,00 112.050,00  
25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 01/09/17 46.000,00 0,00 5.750,00 51.750,00  
25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 01/09/17 46.000,00 0,00 5.750,00 51.750,00  
25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 01/09/17 58.783,00 0,00 8.400,00 67.183,00  
25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 01/09/17 46.000,00 0,00 5.750,00 51.750,00  
3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 29,16 0,00 0,00 29,16  
3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 9,58 0,00 0,00 9,58  
3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57

3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 8,01 0,00 0,00 8,01  
 2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (337.682,56 ) 41.560,60 494,47 (378.748,69 )  
 2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (150.496,29 ) 22.612,17 485,82 (172.622,64 )  
 3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (113.565,50 ) 16.772,80 267,62 (130.070,68 )  
 3034 3.02.01.01.001 Salários 30/09/17 (84.539,54 ) 12.586,58 0,00 (97.126,12 )  
 3077 3.02.01.01.002 13º Salário 30/09/17 (8.468,09 ) 1.058,52 0,00 (9.526,61 )  
 3069 3.02.01.01.003 Férias 30/09/17 (15.226,77 ) 2.623,70 267,62 (17.582,85 )  
 3038 3.02.01.01.012 Autônomos 30/09/17 (5.331,10 ) 504,00 0,00 (5.835,10 )  
 5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (36.930,79 ) 5.839,37 218,20 (42.551,96 )  
 3085 3.02.01.03.001 INSS 30/09/17 (27.613,37 ) 4.375,17 194,11 (31.794,43 )  
 3093 3.02.01.03.002 FGTS 30/09/17 (8.282,12 ) 1.301,51 21,41 (9.562,22 )  
 3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 30/09/17 (1.035,30 ) 162,69 2,68 (1.195,31 )  
 3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (160.168,52 ) 15.764,92 8,65 (175.924,79 )  
 4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (27.790,91 ) 218,04 0,00 (28.008,95 )  
 7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (4.845,00 ) 0,00 0,00 (4.845,00 )  
 4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
 7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet (16.047,00 ) 0,00 0,00 (16.047,00 )  
 3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaçõ 13/09/17 (6.848,11 ) 218,04 0,00 (7.066,15 )  
 4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (128.129,60 ) 15.215,07 0,00 (143.344,67 )  
 8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti 13/09/17 (479,00 ) 150,00 0,00 (629,00 )  
 3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades (2.242,30 ) 0,00 0,00 (2.242,30 )  
 0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 13/10/2017 13:53 Pág:0005  
 CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/09/2017 a 30/09/2017  
 Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor (1.220,80 ) 0,00 0,00 (1.220,80 )  
 5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis 13/09/17 (1.829,81 ) 1.139,00 0,00 (2.968,81 )  
 3220 3.02.02.03.009 Brindes, Doações e Presentes 15/09/17 0,00 1.000,00 0,00 (1.000,00 )  
 3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos (926,55 ) 0,00 0,00 (926,55 )  
 4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 15/09/17 (55.459,62 ) 5.225,00 0,00 (60.684,62 )  
 4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (1.518,00 ) 0,00 0,00 (1.518,00 )  
 3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 13/09/17 (1.836,68 ) 242,30 0,00 (2.078,98 )  
 3763 3.02.02.03.022 Eventos e Confraternizações (480,00 ) 0,00 0,00 (480,00 )  
 4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 15/09/17 (9.809,85 ) 1.910,00 0,00 (11.719,85 )  
 4243 3.02.02.03.024 Frete e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
 3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 14/09/17 (14.411,42 ) 1.125,00 0,00 (15.536,42 )  
 3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 20/09/17 (13.537,71 ) 1.975,13 0,00 (15.512,84 )  
 3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp (541,00 ) 0,00 0,00 (541,00 )  
 3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 13/09/17 (1.649,15 ) 254,85 0,00 (1.904,00 )  
 4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene (1.291,88 ) 0,00 0,00 (1.291,88 )  
 8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
 4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais 04/09/17 (8.098,00 ) 46,00 0,00 (8.144,00 )  
 8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas 21/09/17 (1.875,00 ) 1.737,64 0,00 (3.612,64 )  
 3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 14/09/17 (10.727,03 ) 410,15 0,00 (11.137,18 )  
 3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (4.248,01 ) 331,81 8,65 (4.571,17 )  
 3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,05 ) 0,00 0,00 (7,05 )  
 3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 25/09/17 (2.765,62 ) 329,05 8,65 (3.086,02 )  
 3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag 04/09/17 (1.475,34 ) 2,76 0,00 (1.478,10 )  
 6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (27.017,75 ) 3.183,51 0,00 (30.201,26 )  
 6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (3.362,57 ) 440,35 0,00 (3.802,92 )  
 6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 30/09/17 (611,48 ) 82,99 0,00 (694,47 )  
 6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 30/09/17 (2.038,91 ) 254,88 0,00 (2.293,79 )  
 6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 30/09/17 (712,18 ) 102,48 0,00 (814,66 )  
 6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (23.655,18 ) 2.743,16 0,00 (26.398,34 )  
 6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 13/09/17 (5.683,10 ) 360,49 0,00 (6.043,59 )  
 6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veícul 01/09/17 (4.354,75 ) 430,00 0,00 (4.784,75 )  
 6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 30/09/17 (13.333,33 ) 1.666,67 0,00 (15.000,00 )  
 258156 3.02.08.03.007 Impostos, Taxas e Contribuições 15/09/17 (284,00 ) 286,00 0,00 (570,00 )

**RESOLUÇÃO 0075-2017 BALANCETE OUTUBRO DE 2017 DA AMURC**

Publicação Nº 1459957

**RESOLUÇÃO 0075/2017**

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sítio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art. 1º. Faz público o balancete do mês de OUTUBRO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 29 de Novembro 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 29 (vinte e nove) de Novembro de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e posteriormente Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba, SC, Tel. (49) 3241 0292

CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 29/11/2017 09:52 Pág:0001

CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/10/2017 a 31/10/2017

Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

19 S 1 ATIVO	64.816,16	92.358,69	91.938,03	65.236,82
27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE	26.913,42	92.358,69	89.831,02	29.441,09
35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.523,02	39.000,00	50.984,49	8.538,53
60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO	20.523,02	39.000,00	50.984,49	8.538,53
108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal	31/10/17	20.329,59	38.100,00	49.982,32
258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal	31/10/17	193,43	900,00	1.002,17
183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER	717,78	40.412,50	38.100,00	3.030,28
209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO	53,46	2.312,50	0,00	2.365,96
210 1.01.02.02.001 Valores em Trânsito	53,46	0,00	0,00	53,46
212 1.01.02.02.003 Depósitos em Trânsito	19/10/17	0,00	2.312,50	0,00
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN	664,32	0,00	0,00	664,32
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar	366,20	0,00	0,00	366,20
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar	298,12	0,00	0,00	298,12
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD	0,00	38.100,00	38.100,00	0,00
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba	31/10/17	0,00	12.450,00	12.450,00
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog	31/10/17	0,00	5.750,00	5.750,00
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al	31/10/17	0,00	5.750,00	5.750,00
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce	31/10/17	0,00	8.400,00	8.400,00
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist	31/10/17	0,00	5.750,00	5.750,00
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES	5.672,62	9.960,06	0,00	15.632,68
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS	5.672,62	9.960,06	0,00	15.632,68
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais	30/10/17	0,00	9.960,06	0,00
330 1.01.04.01.002 Adiantamento 13º Salário	5.672,62	0,00	0,00	5.672,62
401 S 1.01.05 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	2.986,13	746,53	2.239,60
402 S 1.01.05.01 DESPESAS DIVERSAS DO EXERCÍC	0,00	2.986,13	746,53	2.239,60
408 1.01.05.01.002 Seguros a Apropriar	03/10/17	0,00	2.986,13	746,53

574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE 37.902,74 0,00 2.107,01 35.795,73  
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO 37.902,74 0,00 2.107,01 35.795,73  
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO 79.329,72 0,00 0,00 79.329,72  
787 1.02.03.01.005 Veículos 50.000,00 0,00 0,00 50.000,00  
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios 6.317,32 0,00 0,00 6.317,32  
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform 11.202,52 0,00 0,00 11.202,52  
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos 11.809,88 0,00 0,00 11.809,88  
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZA (48.931,10 ) 0,00 1.954,94 (50.886,04 )  
930 1.02.03.02.005 Veículos 31/10/17 (40.333,33 ) 0,00 1.666,66 (41.999,99 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 29/11/2017 09:52 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/10/2017 a 31/10/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios 31/10/17 (3.708,37 ) 0,00 102,78 (3.811,15 )  
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform 31/10/17 (1.981,13 ) 0,00 83,03 (2.064,16 )  
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos 31/10/17 (2.908,27 ) 0,00 102,47 (3.010,74 )  
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201 10.850,00 0,00 0,00 10.850,00  
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios 7.400,00 0,00 0,00 7.400,00  
251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIACÃO BENS ADQUIRI (3.345,88 ) 0,00 152,07 (3.497,95 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 31/10/17 (2.713,39 ) 0,00 123,30 (2.836,69 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 31/10/17 (632,49 ) 0,00 28,77 (661,26 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 29/11/2017 09:52 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/10/2017 a 31/10/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 109.052,69 16.039,39 24.209,98 117.223,28  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 75.982,20 16.039,39 24.209,98 84.152,79  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 75.982,20 16.039,39 24.209,98 84.152,79  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 10.366,52 10.366,52 9.960,06 9.960,06  
1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 31/10/17 10.366,52 10.366,52 9.960,06 9.960,06  
2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 21.173,01 1.308,42 6.491,31 26.355,90  
1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 31/10/17 15.772,85 120,25 4.492,47 20.145,07  
1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 31/10/17 2.476,05 1.062,30 962,06 2.375,81  
1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 31/10/17 125,87 125,87 120,26 120,26  
1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 31/10/17 2.798,24 0,00 916,52 3.714,76  
1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 40.558,56 0,00 3.966,68 44.525,24  
1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 31/10/17 12.359,31 0,00 1.493,81 13.853,12  
1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 31/10/17 28.199,25 0,00 2.472,87 30.672,12  
1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 3.435,55 2.363,55 0,00 1.072,00  
257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 16/10/17 1.609,00 537,00 0,00 1.072,00  
258163 2.01.01.04.023 AutoShow GM Comércio de Veíc 19/10/17 451,55 451,55 0,00 0,00  
258164 2.01.01.04.024 Neise Aparecida do Nascimento 18/10/17 1.375,00 1.375,00 0,00 0,00  
1350 S 2.01.01.12 OUTRAS OBRIGAÇÕES 0,00 1.048,34 3.287,93 2.239,59  
7943 2.01.01.12.003 Seguros à Pagar 03/10/17 0,00 746,54 2.986,13 2.239,59  
258151 2.01.01.12.004 Créditos a Ressarcir 06/10/17 0,00 301,80 301,80 0,00  
1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 448,56 952,56 504,00 0,00  
1746 2.01.01.16.002 Servicos Terceirizados a Pagar 31/10/17 448,56 952,56 504,00 0,00  
1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 29/11/2017 09:52 Pág:0004  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/10/2017 a 31/10/2017  
Balancete 13 Fiscal



## Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (44.236,53 ) 45.989,56 38.239,63 (51.986,46 )  
5274 S 3.01 RECEITAS 334.512,16 0,00 38.100,00 372.612,16  
3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 334.483,00 0,00 38.100,00 372.583,00  
3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 334.483,00 0,00 38.100,00 372.583,00  
25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 31/10/17 112.050,00 0,00 12.450,00 124.500,00  
25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 31/10/17 51.750,00 0,00 5.750,00 57.500,00  
25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 31/10/17 51.750,00 0,00 5.750,00 57.500,00  
25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 31/10/17 67.183,00 0,00 8.400,00 75.583,00  
25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 31/10/17 51.750,00 0,00 5.750,00 57.500,00  
3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 29,16 0,00 0,00 29,16  
3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 9,58 0,00 0,00 9,58  
3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57  
3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 8,01 0,00 0,00 8,01  
2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (378.748,69 ) 45.989,56 139,63 (424.598,62 )  
2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (172.622,64 ) 20.885,99 139,63 (193.369,00 )  
3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (130.070,68 ) 15.493,52 14,38 (145.549,82 )  
3034 3.02.01.01.001 Salários 31/10/17 (97.126,12 ) 12.025,95 0,00 (109.152,07 )  
3077 3.02.01.01.002 13º Salário 31/10/17 (9.526,61 ) 1.110,61 0,00 (10.637,22 )  
3069 3.02.01.01.003 Férias 31/10/17 (17.582,85 ) 1.852,96 14,38 (19.421,43 )  
3038 3.02.01.01.012 Autônomos 31/10/17 (5.835,10 ) 504,00 0,00 (6.339,10 )  
5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (42.551,96 ) 5.392,47 125,25 (47.819,18 )  
3085 3.02.01.03.001 INSS 31/10/17 (31.794,43 ) 4.043,43 123,93 (35.713,93 )  
3093 3.02.01.03.002 FGTS 31/10/17 (9.562,22 ) 1.199,13 1,17 (10.760,18 )  
3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 31/10/17 (1.195,31 ) 149,91 0,15 (1.345,07 )  
3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (175.924,79 ) 21.229,13 0,00 (197.153,92 )  
4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (28.008,95 ) 1.894,75 0,00 (29.903,70 )  
7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (4.845,00 ) 0,00 0,00 (4.845,00 )  
4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet (16.047,00 ) 0,00 0,00 (16.047,00 )  
3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaçõ 25/10/17 (7.066,15 ) 1.894,75 0,00 (8.960,90 )  
4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (143.344,67 ) 18.866,93 0,00 (162.211,60 )  
8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti 16/10/17 (629,00 ) 65,00 0,00 (694,00 )  
3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 24/10/17 (2.242,30 ) 687,00 0,00 (2.929,30 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 29/11/2017 09:52 Pág:0005  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/10/2017 a 31/10/2017  
Balancete 13 Fiscal

## Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor (1.220,80 ) 0,00 0,00 (1.220,80 )  
5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis (2.968,81 ) 0,00 0,00 (2.968,81 )  
3220 3.02.02.03.009 Brindes, Doações e Presentes 24/10/17 (1.000,00 ) 229,00 0,00 (1.229,00 )  
3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos (926,55 ) 0,00 0,00 (926,55 )  
4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 24/10/17 (60.684,62 ) 5.450,00 0,00 (66.134,62 )  
4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (1.518,00 ) 0,00 0,00 (1.518,00 )  
3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 19/10/17 (2.078,98 ) 204,59 0,00 (2.283,57 )  
3763 3.02.02.03.022 Eventos e Confraternizações 03/10/17 (480,00 ) 350,00 0,00 (830,00 )  
4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 24/10/17 (11.719,85 ) 1.731,35 0,00 (13.451,20 )  
4243 3.02.02.03.024 Fretes e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 18/10/17 (15.536,42 ) 2.250,00 0,00 (17.786,42 )  
3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 31/10/17 (15.512,84 ) 5.708,79 0,00 (21.221,63 )  
3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp (541,00 ) 0,00 0,00 (541,00 )  
3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório 19/10/17 (1.904,00 ) 730,24 0,00 (2.634,24 )  
4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene (1.291,88 ) 0,00 0,00 (1.291,88 )  
8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão (99,80 ) 0,00 0,00 (99,80 )  
4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais 19/10/17 (8.144,00 ) 270,00 0,00 (8.414,00 )  
8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas 03/10/17 (3.612,64 ) 653,11 0,00 (4.265,75 )

3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estádias 30/10/17 (11.137,18 ) 537,85 0,00 (11.675,03 )  
3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (4.571,17 ) 467,45 0,00 (5.038,62 )  
3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,05 ) 0,00 0,00 (7,05 )  
3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 30/10/17 (3.086,02 ) 467,45 0,00 (3.553,47 )  
3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag (1.478,10 ) 0,00 0,00 (1.478,10 )  
6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (30.201,26 ) 3.874,44 0,00 (34.075,70 )  
6068 S 3.02.08.01 DEPRECIACÕES (3.802,92 ) 440,35 0,00 (4.243,27 )  
6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 31/10/17 (694,47 ) 83,03 0,00 (777,50 )  
6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 31/10/17 (2.293,79 ) 254,85 0,00 (2.548,64 )  
6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 31/10/17 (814,66 ) 102,47 0,00 (917,13 )  
6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (26.398,34 ) 3.434,09 0,00 (29.832,43 )  
6165 3.02.08.03.001 Seguros de Veículos 03/10/17 0,00 746,53 0,00 (746,53 )  
6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 24/10/17 (6.043,59 ) 736,90 0,00 (6.780,49 )  
6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul (4.784,75 ) 0,00 0,00 (4.784,75 )  
6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 31/10/17 (15.000,00 ) 1.666,66 0,00 (16.666,66 )  
258156 3.02.08.03.007 Impostos, Taxas e Contribuições 06/10/17 (570,00 ) 284,00 0,00 (854,00 )

## RESOLUÇÃO 0076-2017 BALANCETE NOVEMBRO DE 2017 DA AMURC

Publicação Nº 1459976

### RESOLUÇÃO 0076/2017

PUBLICA O BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, especialmente do Art. 41 do Estatuto da Amurc, determina a publicação, no sitio eletrônico da Amurc ([www.amurc.org.br](http://www.amurc.org.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) as informações referentes financeiras e contábeis da Amurc:

Art.1º. Faz público o balancete do mês de NOVEMBRO de 2017 da Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução.

Art. 2º. Para fins legais, utilizar-se-á o Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e o Sítio de Transparência da Amurc, disponível em: ([www.amurc-sc.org.br](http://www.amurc-sc.org.br) – ACESSO A INFORMAÇÃO), nos termos da Resolução 0014/2013 de 11 de Abril de 2013 e do Art. 41 do Estatuto da Amurc, assegurando publicidade e transparência de atos e informações financeiras.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, SC, 15 de Dezembro de 2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 15 (quinze) de Dezembro de 2017, disponibilizada no Sítio Eletrônico da Amurc e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitibanos, SC, Tel. (49) 3241 0292

CNPJ:11.552.269/0001-05

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 15/12/2017 13:45 Pág:0001

CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/11/2017 a 30/11/2017

Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

19 S 1 ATIVO 65.236,82 90.387,19 96.692,99 58.931,02

27 S 1.01 ATIVO CIRCULANTE 29.441,09 89.087,19 94.575,15 23.953,13

35 S 1.01.01 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 8.538,53 39.900,00 44.641,43 3.797,10

60 S 1.01.01.02 BANCOS CONTA MOVIMENTO 8.538,53 39.900,00 44.641,43 3.797,10

108 1.01.01.02.005 Banco Caixa Econômica Federal 30/11/17 8.447,27 38.100,00 43.558,53 2.988,74

258162 1.01.01.02.007 Banco Caixa Econômica Federal 29/11/17 91,26 1.800,00 1.082,90 808,36

183 S 1.01.02 CRÉDITOS A RECEBER 3.030,28 39.227,13 39.227,13 3.030,28

209 S 1.01.02.02 VALORES EM TRÂNSITO 2.365,96 1.127,13 1.127,13 2.365,96  
210 1.01.02.02.001 Valores em Trânsito 27/11/17 53,46 1.127,13 1.127,13 53,46  
212 1.01.02.02.003 Depósitos em Trânsito 2.312,50 0,00 0,00 2.312,50  
203 S 1.01.02.09 CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPEN 664,32 0,00 0,00 664,32  
205 1.01.02.09.002 IRF a Recuperar 366,20 0,00 0,00 366,20  
214 1.01.02.09.003 PIS a Recuperar 298,12 0,00 0,00 298,12  
25213 S 1.01.02.11 REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIAD 0,00 38.100,00 38.100,00 0,00  
252631 1.01.02.11.001 Prefeitura Municipal de Curitiba 16/11/17 0,00 12.450,00 12.450,00 0,00  
252623 1.01.02.11.002 Prefeitura Municipal de Frei Rog 07/11/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252607 1.01.02.11.003 Prefeitura Municipal de Ponte Al 07/11/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
252593 1.01.02.11.004 Prefeitura Municipal de Santa Ce 24/11/17 0,00 8.400,00 8.400,00 0,00  
252615 1.01.02.11.005 Prefeitura Municipal de São Crist 24/11/17 0,00 5.750,00 5.750,00 0,00  
299 S 1.01.04 ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES 15.632,68 9.960,06 9.960,06 15.632,68  
300 S 1.01.04.01 ADIANTAMENTOS DIVERSOS 15.632,68 9.960,06 9.960,06 15.632,68  
329 1.01.04.01.001 Adiantamentos Salariais 29/11/17 9.960,06 9.960,06 9.960,06 9.960,06  
330 1.01.04.01.002 Adiantamento 13º Salário 5.672,62 0,00 0,00 5.672,62  
401 S 1.01.05 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE 2.239,60 0,00 746,53 1.493,07  
402 S 1.01.05.01 DESPESAS DIVERSAS DO EXERCÍC 2.239,60 0,00 746,53 1.493,07  
408 1.01.05.01.002 Seguros a Apropriar 10/11/17 2.239,60 0,00 746,53 1.493,07  
574 S 1.02 ATIVO NÃO CIRCULANTE 35.795,73 1.300,00 2.117,84 34.977,89  
701 S 1.02.03 IMOBILIZADO 35.795,73 1.300,00 2.117,84 34.977,89  
710 S 1.02.03.01 BENS EM OPERAÇÃO 79.329,72 1.300,00 0,00 80.629,72  
787 1.02.03.01.005 Veículos 50.000,00 0,00 0,00 50.000,00  
779 1.02.03.01.006 Móveis e Utensílios 6.317,32 0,00 0,00 6.317,32  
754 1.02.03.01.007 Equip. de Comunicação e Inform 20/11/17 11.202,52 1.300,00 0,00 12.502,52  
760 1.02.03.01.008 Máquinas e Equipamentos 11.809,88 0,00 0,00 11.809,88  
868 S 1.02.03.02 (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZA (50.886,04 ) 0,00 1.965,75 (52.851,79 )  
930 1.02.03.02.005 Veículos 30/11/17 (41.999,99 ) 0,00 1.666,67 (43.666,66 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 15/12/2017 13:45 Pág:0002  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/11/2017 a 30/11/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

922 1.02.03.02.006 Móveis e Utensílios 30/11/17 (3.811,15 ) 0,00 102,78 (3.913,93 )  
914 1.02.03.02.007 Equip. de Comunicação e Inform 30/11/17 (2.064,16 ) 0,00 82,99 (2.147,15 )  
906 1.02.03.02.008 Máquinas e Equipamentos 30/11/17 (3.010,74 ) 0,00 113,31 (3.124,05 )  
258079 S 1.02.03.03 BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/201 10.850,00 0,00 0,00 10.850,00  
251779 1.02.03.03.001 Móveis e Utensílios 7.400,00 0,00 0,00 7.400,00  
251754 1.02.03.03.002 Equipamentos de Comunicação e 3.450,00 0,00 0,00 3.450,00  
258109 S 1.02.03.04 (-) DEPRECIACÃO BENS ADQUIRI (3.497,95 ) 0,00 152,09 (3.650,04 )  
251922 1.02.03.04.001 Móveis e Utensílios 30/11/17 (2.836,69 ) 0,00 123,35 (2.960,04 )  
251914 1.02.03.04.002 Equipamentos de Comunicação e 30/11/17 (661,26 ) 0,00 28,74 (690,00 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 15/12/2017 13:45 Pág:0003  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/11/2017 a 30/11/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1090 S 2 PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL 117.278,66 26.063,62 25.012,84 116.227,88  
1104 S 2.01 PASSIVO CIRCULANTE 84.208,17 26.063,62 25.012,84 83.157,39  
1112 S 2.01.01 OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 84.208,17 26.063,62 25.012,84 83.157,39  
1155 S 2.01.01.01 OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 9.960,06 9.960,06 9.960,06 9.960,06  
1317 2.01.01.01.001 Salários a Pagar 30/11/17 9.960,06 9.960,06 9.960,06 9.960,06  
2171 S 2.01.01.02 VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRI 26.411,28 11.805,65 6.491,32 21.096,95  
1325 2.01.01.02.001 INSS à Recolher 30/11/17 20.145,07 9.577,80 4.492,47 15.059,74  
1333 2.01.01.02.003 FGTS à Recolher 30/11/17 2.431,19 962,07 962,07 2.431,19  
1252 2.01.01.02.004 Pis à Recolher 30/11/17 120,26 120,26 120,26 120,26  
1236 2.01.01.02.009 IRRF à Recolher 30/11/17 3.714,76 1.145,52 916,52 3.485,76  
1161 S 2.01.01.03 PROVISÕES 44.525,24 571,28 3.363,36 47.317,32  
1406 2.01.01.03.001 Provisão para 13º Salário e Enca 30/11/17 13.853,12 7,46 1.429,95 15.275,61  
1392 2.01.01.03.002 Provisão para Férias e Encargos 30/11/17 30.672,12 563,82 1.933,41 32.041,71  
1125 S 2.01.01.04 FORNECEDORES 1.072,00 2.122,00 4.340,00 3.290,00



251170 2.01.01.04.006 Netdonil Informática e Materiais 20/11/17 0,00 420,00 840,00 420,00  
257889 2.01.01.04.008 Jornal A Semana Editora LTDA 14/11/17 1.072,00 1.702,00 3.500,00 2.870,00  
1350 S 2.01.01.12 OUTRAS OBRIGAÇÕES 2.239,59 1.100,63 354,10 1.493,06  
7943 2.01.01.12.003 Seguros à Pagar 10/11/17 2.239,59 746,53 0,00 1.493,06  
258151 2.01.01.12.004 Créditos a Ressarcir 27/11/17 0,00 354,10 354,10 0,00  
1628 S 2.01.01.16 VINCULADO AO FORNEC. MATE 0,00 504,00 504,00 0,00  
1746 2.01.01.16.002 Serviços Terceirizados a Pagar 30/11/17 0,00 504,00 504,00 0,00  
1597 S 2.03 PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 0,00 0,00 33.070,49  
1600 S 2.03.01 FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1619 S 2.03.01.01 FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1627 2.03.01.01.001 Patrimônio Social 69.430,62 0,00 0,00 69.430,62  
1759 S 2.03.02 SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULA (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1716 S 2.03.02.02 DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
1775 2.03.02.02.002 Déficit do Exercício (36.360,13 ) 0,00 0,00 (36.360,13 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 15/12/2017 13:45 Pág:0004  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/11/2017 a 30/11/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

1848 S 3 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS (52.041,84 ) 44.046,56 38.791,54 (57.296,86 )  
5274 S 3.01 RECEITAS 372.612,16 0,00 38.100,00 410.712,16  
3591 S 3.01.01 RECEITAS ORDINÁRIAS 372.583,00 0,00 38.100,00 410.683,00  
3603 S 3.01.01.01 RECEITAS DE CUSTEIO 372.583,00 0,00 38.100,00 410.683,00  
25631 3.01.01.01.009 Prefeitura Mun. de Curitiba 01/11/17 124.500,00 0,00 12.450,00 136.950,00  
25623 3.01.01.01.010 Prefeitura Mun. de Frei Rogério 01/11/17 57.500,00 0,00 5.750,00 63.250,00  
25607 3.01.01.01.011 Prefeitura Mun. de Ponte Alta do 01/11/17 57.500,00 0,00 5.750,00 63.250,00  
25593 3.01.01.01.012 Prefeitura Mun. de Santa Cecília 01/11/17 75.583,00 0,00 8.400,00 83.983,00  
25615 3.01.01.01.013 Prefeitura Mun. de São Cristóvão 01/11/17 57.500,00 0,00 5.750,00 63.250,00  
3921 S 3.01.02 RECEITAS FINANCEIRAS 29,16 0,00 0,00 29,16  
3930 S 3.01.02.01 RENDAS DE APLICAÇÕES 19,58 0,00 0,00 19,58  
3433 3.01.02.01.001 Rendim. Fundos de Invest. Finan 34,76 0,00 0,00 34,76  
6262 3.01.02.01.003 (-) IR s/ Rendimentos de Aplicaç (14,96 ) 0,00 0,00 (14,96 )  
6363 3.01.02.01.004 (-) IOF s/ Rendimentos de Aplica (0,22 ) 0,00 0,00 (0,22 )  
3972 S 3.01.02.02 JUROS E DESCONTOS RECEBIDOS 9,58 0,00 0,00 9,58  
3980 3.01.02.02.001 Juros de Mora Recebidos 1,57 0,00 0,00 1,57  
3991 3.01.02.02.002 Descontos Obtidos 8,01 0,00 0,00 8,01  
2003 S 3.02 CUSTOS E DESPESAS (424.654,00 ) 44.046,56 691,54 (468.009,02 )  
2185 S 3.02.01 DESPESAS ADMINISTRATIVAS (193.369,00 ) 20.263,31 691,54 (212.940,77 )  
3026 S 3.02.01.01 REMUN DE PESSOAL C/ VÍNCULO (145.549,82 ) 15.030,58 424,74 (160.155,66 )  
3034 3.02.01.01.001 Salários 30/11/17 (109.152,07 ) 12.025,95 0,00 (121.178,02 )  
3077 3.02.01.01.002 13º Salário 30/11/17 (10.637,22 ) 1.063,16 5,55 (11.694,83 )  
3069 3.02.01.01.003 Férias 30/11/17 (19.421,43 ) 1.437,47 419,19 (20.439,71 )  
3038 3.02.01.01.012 Autônomos 30/11/17 (6.339,10 ) 504,00 0,00 (6.843,10 )  
5632 S 3.02.01.03 ENCARGOS SOCIAIS (47.819,18 ) 5.232,73 266,80 (52.785,11 )  
3085 3.02.01.03.001 INSS 30/11/17 (35.713,93 ) 3.925,32 228,55 (39.410,70 )  
3093 3.02.01.03.002 FGTS 30/11/17 (10.760,18 ) 1.162,13 34,05 (11.888,26 )  
3999 3.02.01.03.003 PIS/PASEP 30/11/17 (1.345,07 ) 145,28 4,20 (1.486,15 )  
3018 S 3.02.02 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERA (197.209,30 ) 19.540,17 0,00 (216.749,47 )  
4545 S 3.02.02.02 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (29.903,70 ) 8.474,81 0,00 (38.378,51 )  
7618 3.02.02.02.003 Anúncios em Rádio (4.845,00 ) 0,00 0,00 (4.845,00 )  
4006 3.02.02.02.004 Correios e Malotes (50,80 ) 0,00 0,00 (50,80 )  
7619 3.02.02.02.006 Publicações em Jornais e Internet 14/11/17 (16.047,00 ) 7.370,00 0,00 (23.417,00 )  
3298 3.02.02.02.007 Telefones e Demais Comunicaç 14/11/17 (8.960,90 ) 1.104,81 0,00 (10.065,71 )  
4600 S 3.02.02.03 APOIO ADMINISTRATIVO (162.211,60 ) 9.559,78 0,00 (171.771,38 )  
8320 3.02.02.03.005 Assistência Técnica de Informáti 30/11/17 (694,00 ) 2.557,72 0,00 (3.251,72 )  
3964 3.02.02.03.006 Associações e Entidades 27/11/17 (2.929,30 ) 236,00 0,00 (3.165,30 )  
0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO 15/12/2017 13:45 Pág:0005  
CNPJ: 11.552.269/0001-05 Período: 01/11/2017 a 30/11/2017  
Balancete 13 Fiscal

Balancete

Valores expressos em Reais (R\$)

Conta S Classificação Ult. Mov. Saldo Ant. Débito Crédito Saldo

4758 3.02.02.03.007 Bens de Pequeno Valor (1.220,80 ) 0,00 0,00 (1.220,80 )  
5045 3.02.02.03.008 Bens Não Imobilizáveis 16/11/17 (2.968,81 ) 50,00 0,00 (3.018,81 )  
3220 3.02.02.03.009 Brindes, Doações e Presentes (1.229,00 ) 0,00 0,00 (1.229,00 )  
3320 3.02.02.03.010 Cartório e Emolumentos (926,55 ) 0,00 0,00 (926,55 )  
4375 3.02.02.03.016 Cursos e Treinamentos 27/11/17 (66.134,62 ) 2.000,00 0,00 (68.134,62 )  
4467 3.02.02.03.017 Decoração e Ornamentação (1.518,00 ) 0,00 0,00 (1.518,00 )  
3301 3.02.02.03.020 Energia Elétrica 10/11/17 (2.283,57 ) 189,12 0,00 (2.472,69 )  
3763 3.02.02.03.022 Eventos e Confraternizações 10/11/17 (830,00 ) 100,00 0,00 (930,00 )  
4014 3.02.02.03.023 Fotocópias, Impressões e Confec 14/11/17 (13.451,20 ) 151,00 0,00 (13.602,20 )  
4243 3.02.02.03.024 Fretes e Carretos (96,00 ) 0,00 0,00 (96,00 )  
3247 3.02.02.03.025 Honorários Profissionais 27/11/17 (17.786,42 ) 1.125,00 0,00 (18.911,42 )  
3204 3.02.02.03.029 Lanches e Refeições 27/11/17 (21.221,63 ) 1.420,79 0,00 (22.642,42 )  
3310 3.02.02.03.031 Manutenção e Reparos 27/11/17 0,00 150,00 0,00 (150,00 )  
3311 3.02.02.03.033 Manutenção e Reparos em Comp (541,00 ) 0,00 0,00 (541,00 )  
3182 3.02.02.03.036 Material de Escritório (2.634,24 ) 0,00 0,00 (2.634,24 )  
4430 3.02.02.03.037 Material de Limpeza e Higiene 14/11/17 (1.291,88 ) 142,41 0,00 (1.434,29 )  
8192 3.02.02.03.038 Material Didático e/ou Extensão 27/11/17 (99,80 ) 195,47 0,00 (295,27 )  
1074 3.02.02.03.040 Outras Despesas 01/11/17 0,00 1,50 0,00 (1,50 )  
4693 3.02.02.03.043 Serviços Profissionais (8.414,00 ) 0,00 0,00 (8.414,00 )  
8419 3.02.02.03.044 Softwares, Sistemas e Programas (4.265,75 ) 0,00 0,00 (4.265,75 )  
3174 3.02.02.03.048 Viagens e Estadias 27/11/17 (11.675,03 ) 1.240,77 0,00 (12.915,80 )  
3450 S 3.02.02.09 DESPESAS FINANCEIRAS (5.094,00 ) 1.505,58 0,00 (6.599,58 )  
3362 3.02.02.09.003 Juros e Multas Bancárias (7,05 ) 0,00 0,00 (7,05 )  
3387 3.02.02.09.004 Despesas Bancárias 29/11/17 (3.553,47 ) 363,65 0,00 (3.917,12 )  
3360 3.02.02.09.005 Juros e Multas por Atraso de Pag 27/11/17 (1.533,48 ) 1.141,93 0,00 (2.675,41 )  
6050 S 3.02.08 CUSTOS E DESPESAS GERAIS (34.075,70 ) 4.243,08 0,00 (38.318,78 )  
6068 S 3.02.08.01 DEPRECIAÇÕES (4.243,27 ) 451,17 0,00 (4.694,44 )  
6084 3.02.08.01.002 Depreciação Equipamentos Com 30/11/17 (777,50 ) 82,99 0,00 (860,49 )  
6085 3.02.08.01.003 Depreciação de Móveis e Utensíli 30/11/17 (2.548,64 ) 254,87 0,00 (2.803,51 )  
6086 3.02.08.01.004 Depreciação de Máquinas e Equip 30/11/17 (917,13 ) 113,31 0,00 (1.030,44 )  
6157 S 3.02.08.03 DESPESAS COM VEÍCULOS (29.832,43 ) 3.791,91 0,00 (33.624,34 )  
6165 3.02.08.03.001 Seguros de Veículos 10/11/17 (746,53 ) 746,53 0,00 (1.493,06 )  
6173 3.02.08.03.002 Combustíveis e Lubrificantes 24/11/17 (6.780,49 ) 812,71 0,00 (7.593,20 )  
6190 3.02.08.03.004 Manutenção e Reparos de Veicul 21/11/17 (4.784,75 ) 566,00 0,00 (5.350,75 )  
6203 3.02.08.03.005 Depreciações de Veículos 30/11/17 (16.666,66 ) 1.666,67 0,00 (18.333,33 )  
258156 3.02.08.03.007 Impostos, Taxas e Contribuições (854,00 ) 0,00 0,00 (854,00 )

# Consórcios

## AGIR

### RESOLUÇÃO Nº 069-2017 - AGIR

Publicação Nº 1460392

RESOLUÇÃO Nº 069/2017

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO FINAL DESTE EXERCÍCIO E INÍCIO DO PRÓXIMO ANO, AUTORIZANDO FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES DA AGIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e inciso X da Cláusula 45, c/c a art. 55 do Anexo II – Estatuto dos Servidores Públicos, do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, e demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nos municípios consorciados à AGIR;  
Considerando, a viabilidade de coincidir a concessão de férias regulares fracionadas aos servidores e colaboradores (estagiários) da AGIR, com as férias dos municípios consorciados;  
Considerando assim, não haver prejuízo aos municípios consorciados pela suspensão das atividades da Agência;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AGIR no período de 26/12/2017 à 10/01/2018, autorizando o gozo de férias regulares fracionadas aos servidores e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias coletivas aos servidores e colaboradores (estagiários) da AGIR, com gozo de no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remunerados nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

Art. 2º - Excluem-se do artigo 1º desta Resolução os servidores Daniel Antonio Narzetti e Luciano Gabriel Henning, sendo que o primeiro (Daniel Antonio Narzetti) permanecerá de plantão na sede da Agência, não gozando das férias coletivas e ao segundo (Luciano Gabriel Henning) serão concedidos 30 (trinta) dias de férias, no período de 18/12/2017 à 17/01/2018;

Parágrafo único: Os períodos previstos nos artigos anteriores referem-se ao período aquisitivo de 2016 a 2017.

Art. 3º - Não será computado no cálculo do número de gozo das férias coletivas, o dia 01/01/2017 (Feriado Nacional).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de dezembro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

### RESOLUÇÃO Nº 070-2017 - AGIR

Publicação Nº 1460394

RESOLUÇÃO Nº 070/2017

SUSPENDE OS PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA AGIR NO PERÍODO DE 26/12/2017 À 10/01/2018.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017, e observado o que dispõe o inciso X da Cláusula 26 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO que todos os entes consorciados da AGIR estarão com suas atividades paralisadas em razão de festividades de final de ano;

CONSIDERANDO que as demais entidades abrigadas no prédio onde funciona a Agência entrarão em férias coletivas e os serviços básicos estarão interrompidos;

CONSIDERANDO o número reduzido de servidores à serviço da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender os prazos referentes aos processos administrativos em tramitação na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, sem prejuízo dos atos e ações urgentes e obrigatórios, no período de 26 de dezembro de 2017 até 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de dezembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 071-2017 - AGIR**

Publicação Nº 1460396

RESOLUÇÃO Nº 071/2017  
cONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR DA AGIR ABAIXO RELACIONADO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e inciso X da Cláusula 45, c/c a art. 55 do Anexo II – Estatuto dos Servidores Públicos, do Novo Protocolo de Intenções da AGIR:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regular ao servidor abaixo especificado:

Nome	Admissão	Função	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ricardo Hübner	01/12/2014	Gerente de Controle, Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos.	09 dias – ref. ao P.A. de 2015 a 2016.	11/01/2018 a 19/01/2018

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de dezembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 072-2017 - AGIR**

Publicação Nº 1459510

RESOLUÇÃO Nº 072/2017  
AUTORIZA O PAGAMENTO DA 2ª PARCELA DO 13º SALÁRIO AOS SERVIDORES DA AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Artigo 45, incisos I, X e XII do Novo Protocolo de Intenções do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º - Com fundamento na Lei Federal nº 4.090, de 13 de julho de 1962, modificada pela Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965, com nova regulamentação dada pelo Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965, e observadas as diretrizes contidas nos artigos 44 à 46 do Anexo II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -, fica autorizada a antecipação do pagamento da segunda parcela do 13º salário aos servidores efetivos, eletivos, comissionados ou temporários da AGIR, proporcionalmente ao meses de exercício e será pago aos servidores no dia 15 de dezembro do ano corrente.

Art. 2º - Os recursos para o pagamento desta 2ª parcela do 13º salário ocorrerão por conta das Dotações:

- Projeto atividade 05.001.04.122.2010.2012 – Aplicações diretas 3.1.90.00.00.00.00.00.
- Projeto atividade 05.002.04.122.2010.2013 – Aplicações diretas 3.1.90.00.00.00.00.00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 15 de dezembro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**TERMO DE CONVÊNIO INSTITUCIONAL Nº 005/2017**

Publicação Nº 1460403

TERMO DE CONVÊNIO INSTITUCIONAL nº 005/2017

TERMO DE CONVÊNIO INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI ESTABELECEM A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR E O SENAI/SC

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR, associação pública constituída na forma de consórcio público de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº11.762.843/0001-41, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Alberto Stein, nº 466 - Velha, neste ato representado pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, Sr. Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 043.897.169-80, RG 4.682.051-5, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/nº, na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina , e de outro lado o SERVIÇO SOCIAL NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, entidade

de direito privado nos termos da lei civil, sem fins lucrativos, cuja Direção Regional de Santa Catarina (SENAI/SC), está inscrita no CNPJ sob nº 03.774.688/0001-55, por sua Unidade em Blumenau/SC, na Rua São Paulo, 1147 - Victor Konder - Blumenau - SC - Brasil - CEP 89012-001, doravante denominada SENAI/SC, firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante a adoção das Cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Convênio Institucional, tem por objeto o empréstimo a título gratuito pelo SENAI/SC à AGIR, de 08(oito) equipamentos denominado: dataloger de pressão, marca: Lamon, modelo: DPLogger, nos termos e condições abaixo transcritas:

1.2. Faz parte integrante deste Termo de Convênio, para todos os legais e jurídicos efeitos o Termo de Compromisso com Bem Patrimonial, elaborado em documento padrão do SENAI/SC, subscrito pelo colaborador Bruno Alberto Haas, inscrito no CPF sob nº 067.625679-16, que por sua vez será assinado conjuntamente e integrará este Termo, para os fins e efeitos para o qual são assinados.

1.3. Integra ainda este Termo as reproduções fotográficas inclusas, tiradas dos equipamentos supra descritos, as quais atestam o estado de conservação e funcionalidade dos mesmos.

#### Cláusula Segunda: DA AÇÃO PROMOCIONAL

2.1. Este convênio é celebrado com o fim específico de que os equipamentos cedidos em comodato gratuito pelo SENAI/SC à AGIR, sejam enfim utilizados por esta última para melhor aparelhar os procedimentos técnicos de regulação e fiscalização do serviço de abastecimento de água prestado nos municípios consorciados e regulados pela AGIR, mais especificamente para realizar monitoramento diário na pressão das redes de abastecimento de água, contribuindo enfim para melhorar o abastecimento e regularidade aos usuários e via de consequência minorar as reclamações sobre desabastecimento, falta de pressão, entre outros reclamos próprios deste serviço público.

#### Cláusula Terceira: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

3.1. O presente Termo de Convênio não contempla repasse ou transferência de recursos financeiros entre as partes SIGNATÁRIAS para a execução das ações institucionais deste instrumento, haja vista que a cessão dos equipamentos pelo SENAI/SC à AGIR é feita de forma graciosa (não onerosa), ficando esta última responsável pela guarda, conservação e eventual manutenção dos equipamentos, desde que eventuais avarias decorram do uso normal, excetuados os casos de defeitos de fabricação, entre outros previstos em lei que excluam a responsabilidade da signatária e cessionária AGIR.

#### Cláusula Quarta: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Termo de Convênio e a consequente cessão/comodato gratuito dos equipamentos é celebrado pelo prazo inicial de 01 (um) ano, a contar da celebração deste, findo o qual (v.g. aos 14.12.2018) as partes signatárias resolverão então sobre o seu aditamento por novo prazo de vigência e cessão gratuita dos equipamentos, tudo em face da conveniência e interesse das partes e interesse na utilização pela AGIR.

E por estarem de acordo, as signatárias assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Blumenau(SC), 14 de Dezembro de 2017.

Jean Michel Grundmann Diretor Executivo da AGIR	Bruno Alberto Haas Consultor do Senai/SC
--	---

Testemunhas:

Nome: RG: CPF:	Nome: RG: CPF:
----------------------	----------------------



**CIMCATARINA****ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 15122017 CIMCATARINA**

Publicação Nº 1460826

ATA DA REUNIÃO DA CONTAGEM DE VOTOS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 0003/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA APROVAÇÃO DO PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO PROPOSTO PELA PRESIDÊNCIA, PARA O ANO DE 2018.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, em primeiro turno, no 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos 761, Sala 01, 1º Andar, no Município de Fraiburgo, SC, reuniram-se, o Sr. Elói Rönnau Diretor Executivo do CIMCATARINA, o Sr. Luis Felipe Braga Kronbauer, Diretor Jurídico do CIMCATARINA, a Sra. Nádia de Lorenzi, Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, o Sr. Mauro Marcelo Cizeski, Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, o Sr. Claudinei Marcio Morsoletto, Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, cuja identificação e assinatura estarão ao final desta ata, para realização de reunião para contagem dos votos da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL, que foi realizada de forma virtual, com o uso de métodos que garantiram a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 2395, de 27 de novembro de 2017, obedecidas as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: Aprovação do Programa Anual de Trabalho proposto pela Presidência, para o ano de 2018. Os trabalhos foram presididos pelo Diretor Executivo do CIMCATARINA, Sr. Elói Rönnau, devidamente designado pelo Edital de Convocação nº 0003/2017 da Assembleia Geral Ordinária Virtual, a quem escolheu a mim, Luis Felipe Braga Kronbauer, Diretor Jurídico do CIMCATARINA, para auxiliá-lo. Com a palavra o Diretor Executivo Elói Rönnau, cumprimentando a todos, deu as boas vindas, traçou comentários e explicações acerca desta reunião que de acordo com a pauta da assembleia e a forma prevista, ocorreu a votação; informou que conforme prazo previsto no item “I” foi criada uma cédula para aprovação; uma cédula para reprovação; uma cédula para voto em branco; e uma cédula para voto nulo. Estas cédulas foram enviadas para o e-mail de cada prefeito apto a votar. No período de votação (07 à 13 de dezembro de 2017) os prefeitos aptos a votar escolheram apenas uma cédula e enviaram para o CIMCATARINA no prazo estabelecido; foram recebidos por e-mail 28 (vinte e oito) votos com documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, garantindo a autenticidade da participação. Conforme item “b” inciso III a assinatura digital na cédula escolhida conta como 1 (um) voto. Nesta reunião iniciou-se a contagem dos votos dos prefeitos participantes sendo considerados votos válidos: do Prefeito Lucimar Antonio Salmoria do município de Abdon Batista; do Prefeito Antonio José Bissani do município de Água Doce; do Prefeito Claudio Spricigo do município de Arroio Trinta; do prefeito Ademil Antonio da Rosa do município de Brunópolis; do Prefeito Saulo Sperotto do município de Caçador; do Prefeito Walter Kleber Kucher Junior do município de Erval Velho; da Prefeita Claudete Gheller Mathias do município de Fraiburgo; do Prefeito Jair da Silva Ribeiro do município de Frei Rogério; do Prefeito Américo Lorini do município de Herval d'Oeste; do Prefeito Ivanir Zanin do município de Ibiama; do Prefeito Gianfranco Volpato do município de Ibiracaré; do Prefeito Luciano Paganini do município de Iomerê; do Prefeito Sívio Antonio Lemos Das Neves do município de Irani; do Prefeito Jairo Luiz Sartoretto do município de Itá; do Prefeito Sérgio Luiz Calegari do município de Lacerdópolis; do Prefeito Gilberto Marchi do município de Laurentino; do Prefeito Moises Diersmann do município de Luzerna; do Prefeito Raul Ribas Neto do município de Matos Costa; do Prefeito Pedro Rabuske do município de Pinheiro Preto; do Prefeito Alceu Alberto Wrubel do município de Ponte Serrada; da Prefeita Ana Rosa Zanela do município de Salto Veloso; do Prefeito Renato Gama Lobo do município de São Francisco do Sul; do Prefeito Nadir Baú Da Silva do município de Tangará; do Prefeito Ari Jose Galeski do município de Timbó Grande; do Prefeito Volmir Felipe do município de Vargeão; da Prefeita Milena Andersen Lopes Becher do município de Vargem; da Prefeita Melânia Aparecida Roman Meneghini do município de Vargem Bonita; e do Prefeito Dorival Carlos Borga do município de Videira, totalizando 28 votos válidos. Foi considerado como abstenção do voto do Prefeito Pedro Spautz Netto do município de Calmon; do Prefeito José Antonio Guidi do município de Curitibanos; do Prefeito Marlon Roberto Neuber do município de Itapoá; do Prefeito Kleber Mercio Nora do município de Jaborá; do Prefeito Diocesio Ragnini do município de Joaçaba; do Prefeito Douglas Fernando De Mello do município de Lebon Régis; do Prefeito Zelir Citadin do município de Macieira; da Prefeita Sonia Salete Vedovatto do município de Monte Carlo; do Prefeito Olmir Paulinho Benjamini do município de Piratuba; do Prefeito Ronaldo Domingos Loss do município de Rio das Antas; do Prefeito Julio Ronconi do município de Rio Negrinho; do Prefeito Rafael Caleffi do município de São Lourenço do Oeste, do Prefeito Helio Roberto Cesa do município de Siderópolis; do Prefeito Mauro Dresch do município de Treze Tílias; do Prefeito Lirio Dagort do município de Xaxim; totalizando 15 votos. Após verificou-se que, em primeiro turno, foi recebido o número necessário de votos válidos para ocorrer a votação; assim procedeu-se a apuração na qual a “Cédula para Aprovação” recebeu a totalidade dos votos. O resultado da contagem dos votos foi: Cédula para Aprovação = 28 votos; Não Aprovação = 0 votos; Nulo = 0 voto; Branco = 0 voto; Abstenção = 15 votos; Terminada a contagem a “Cédula para Aprovação” alcançou mais de 2/3 dos votos dos prefeitos participantes, ficando assim aprovado o Programa Anual de Trabalho proposto pela Presidência, para o ano de 2018. Por fim o Sr. Elói deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar, e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, determinou a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações decorrentes da Assembleia, ato contínuo deu por encerrada a sessão, determinando a mim, Luis Felipe Braga Kronbauer, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Luis Felipe Braga Kronbauer e pelos demais presentes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 121 a 122, do livro ata eletrônico n. 01.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER  
Diretor Jurídico do CIMCATARINA

MAURO MARCELO CIZESKI Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA	CLAUDINEI MORSOLETTTO Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
NÁDIA DE LORENZI Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA	

**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0004\_2017 - INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP**

Publicação Nº 1460571

**DECISÃO  
PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pedro Mansur Elias, Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.586.694/000-41, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0004/2017-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0013/2017, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS**

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNID.	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	Marca/Modelo	Código Aprovação Atualização
1	1000-3800	UNIDADE	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR. (CIM3800)	LEO LEO RETANGULAR	3800-2
2	1000-2225	UNIDADE	APONTADOR PLÁSTICO, SEM DEPÓSITO, 01 FURO, RETANGULAR. (CIM2225)	LEO E LEO 6CM	2225-2
8	1000-5507	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 2/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 700 UNIDADES. (CIM5507)	WIRE GALVANIZADO	5507-4
9	1000-5508	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 3/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 400 UNIDADES. (CIM5508)	WIRE GALVANIZADO	5508-4
10	1000-5509	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 4/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 350 UNIDADES. (CIM5509)	WIRE GALVANIZADO	5509-4
11	1000-5510	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 6/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 200 UNIDADES. (CIM5510)	WIRE GALVANIZADO	5510-4
12	1000-5511	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 8/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 130 UNIDADES. (CIM5511)	WIRE GALVANIZADO	5511-4
13	1000-2268	UNIDADE	COLA BASTÃO 40GR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, NÃO ESCORRE, NÃO SUJA. (CIM2268)	LEO LEO 40GR	2268-3
14	1000-5145	UNIDADE	COLA BRANCA LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, COM BICO APLICADOR ECONÔMICO TIPO FUNIL COM ROSCA, QUE FACILITA A APLICAÇÃO FRASCO COM NO MÍNIMO 100G. (CIM5145)	PIRATINGA 110G	5145-2
15	1000-5146	UNIDADE	COLA BRANCA LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, COM BICO APLICADOR ECONÔMICO TIPO FUNIL COM ROSCA, QUE FACILITA A APLICAÇÃO FRASCO COM NO MÍNIMO 35G. (CIM5146)	PIRATINGA 40G	5146-2
19	1000-2337	UNIDADE	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, CAPACIDADE EM AÇO, APOIO DA BASE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, BASE DE FECHAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, UTILIZA GRAMPOS 23/6, 23/8, 23/10 E 23/13, PARA GRAMPEAR ATÉ 100 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2. (CIM2337)	KAZ 100FOLHAS	2337-3
20	1000-2336	UNIDADE	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPO DE FIXAÇÃO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 120MMX38MMX 53MM. (CIM2336)	CAVIA ASA 096	2336-2
24	1000-3157	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 12 CORES GRANDE (CIM3157)	MULTICOLOR SEXTAVADO	3157-5
25	1000-2348	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 24 CORES. (CIM2348)	MULTICOLOR SEXTAVADO	2348-4
29	1000-5059	UNIDADE	LAPISEIRA DIÂMETRO 0,5MM, NA COR PRETA, COM PONTA DE METAL, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL. (CIM5059)	KIT TECH 0,5	5059-5



33	1000-5096	UNIDA-DE	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO 02 FUROS, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 20 FOLHAS, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO E MOLAS EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM. DIMENSÕES MÍNIMAS DA BASE DE 100MMX100MM. (CIM5096)	JOCAR OFFICE 30F	5096-3
36	1000-5105	PACOTE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 38MMX50MM, PACOTE COM 4 UNIDADES, CADA BLOCO CONTENDO 100 FOLHAS, 1 BLOCO DE CADA COR. (CIM5105)	JOCAR COLORIDO	5105-2
37	1000-5104	PACOTE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 38MMX50MM, PACOTE COM 4 UNIDADES, CADA BLOCO CONTENDO 100 FOLHAS, COR AMARELA. (CIM5104)	LYKE 38X50	5104-4
38	1000-5181	UNIDA-DE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS, COR AMARELA. (CIM5181)	LYKE 76X102	5181-3
40	1000-2422	UNIDA-DE	TESOURA 4", DE USO ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO DE POLIPROPILENO, COLORIDA (CIM2422)	LEO E LEO COD 4592	2422-3

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS EM DILIGÊNCIA

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNID.	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	Marca/Modelo
5	1000-5138	CAIXA	CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA, PONTA MÉDIA 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES, DISPONÍVEL NAS CORES AZUL, PRETA E/OU VERMELHA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5138)	COMPACTADOR ECONOMIC
6	1000-5139	UNIDA-DE	CANETA MARCA TEXTO, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIESTER CHANFRADA. DISPONÍVEL NAS CORES VERDE, AMARELA, LARANJA E/OU ROSA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5139)	COMPACTADOR ECONOMIC
7	1000-5506	CAIXA	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 1/0, CAIXA COM NO MÍNIMO 800 UNIDADES. (CIM5506)	WIRE GALVANIZADO
27	1000-2350	CAIXA	LÁPIS GRAFITE RESISTENTE PRETO Nº 02, CAIXA COM 12 UNIDADES. (CIM2350)	PIRILAMPO PRETO
28	1000-2351	CAIXA	LÁPIS PRETO Nº 2, COM BORRACHA REDONDA, CAIXA COM 72 UNIDADES. (CIM2351)	LEO E LEO COM BORRACHA
32	1000-4041	CAIXA	PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANCURA, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M². RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL FSC OU CERFLOR, COM SELO E CÓDIGO DE LICENÇA IMPRESSOS NA EMBALAGEM. CAIXA COM 10 RESMAS. (CIM4041)	ONE A4 75G
				COPIMAX

Justificativa: Será promovida diligência em conformidade com o Art. 14 da resolução 005 de 16 de março de 2015.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNID.	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	Marca/Modelo
3	1000-5136	UNIDA-DE	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM KRAFT 360 GRAMAS COM NO MÍNIMO 3MM DE PAREDE. (CIM5136)	SC KRAFT
26	1000-2349	CAIXA	LÁPIS DE COR SEXTAVADO 36 CORES. (CIM2349)	MULTICOLOR SEXTAVADO
35	1000-2382	UNIDA-DE	PERFURADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO PARA NO MÍNIMO 40 FOLHAS, BASE E CABO EM FERRO FUNDIDO, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM. (CIM2382)	JOCAR 40F
39	1000-5106	UNIDA-DE	RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS, DISPONÍVEL NAS CORES AZUL, VERDE E/OU ROSA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5106)	LEO E LEO COD 4592

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
3	A amostra apresentada não possui 360 gramas
26	Não apresentaram amostra
35	Não apresentaram amostra
39	Não apresentaram amostra

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE JÁ ESTÃO APROVADOS**

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNID.	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	Marca/Modelo	Código Aprovação Atualização
29	1000-5059	UNIDADE	LAPISEIRA DIÂMETRO 0,5MM, NA COR PRETA, COM PONTA DE METAL, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL. (CIM5059)	JOCAR OFFICE 0,5MM	5059-1
30	1000-5060	UNIDADE	LAPISEIRA DIÂMETRO 0,7MM, NA COR AZUL, COM PONTA DE METAL, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL. (CIM5060)	JOCAR OFFICE 0,7MM	5060-1
31	1000-5061	UNIDADE	LAPISEIRA DIÂMETRO 0,9MM, NA COR AMARELA, COM PONTA DE METAL, COM BORRACHA, CLIP REMOVÍVEL. (CIM5061)	JOCAR OFFICE 0,9MM	5061-1

Justificativa: Os itens acima citados já foram aprovados através da Chamada Pública 0008/2016.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Para os bens em diligência, serão submetidos a nova avaliação, caso a empresa comprove o atendimento será efetuada nova decisão.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Os itens que já encontravam-se aprovados, serão renovados os prazos de validade para mais 1 ano, a partir dessa decisão.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Fraiburgo, 15 de dezembro de 2017.  
Claudinei Marcio Morsoleto  
Presidente Comissão Especial  
Resolução Nº 0010/2017

**RESOLUÇÃO 0040\_2017**

Publicação Nº 1460827

Resolução n. 0040/2017  
Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Luciano Paganini, Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 0045 de 28 de novembro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2017, crédito adicional suplementar no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
004.0122.0001.2.002 Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas		
3.3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0301 (13)	R\$	95.000,00
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0301 (14)	R\$	15.000,00
Total	R\$	110.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

417233700040000 – PROLICITA 0.1.00.0301	R\$	110.000,00
---	-----	------------

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito de Iomerê  
Presidente do CIMCATARINA

**CIMVI****ATA 41ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Publicação Nº 1460825

Ata da 41ª Assembleia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Auditório da AMMVI, sito na Rua Alberto Stein, nº 466, Velha, Município de Blumenau, às quatorze horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 41ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição do Presidente e Vice-Presidente para o exercício de 2018. O Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia: Eleição do Presidente e Vice-Presidente para o exercício de 2018 – em conformidade com os artigos 21, IV e 26 do Estatuto do CIMVI, procederam-se as eleições do Presidente e do Vice-Presidente para o exercício de 2018. Eleitos por unanimidade os Prefeitos dos seguintes Municípios: para o cargo de Presidente: Paulo Roberto Weiss - Município de Rodeio; e para o cargo de Vice-Presidente: Jorge Augusto Krüger - Município de Timbó. Dada a palavra ao Presidente eleito, em conformidade com o artigo vinte e sete do Estatuto, este confirmou no cargo de Diretor Executivo o Sr. Fernando Tomaselli, que aceitou a indicação, aprovada por unanimidade pela Assembleia. Os Prefeitos dos Municípios de Rodeio e Timbó, eleitos respectivamente para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI no exercício de 2018 assumirão suas funções no primeiro dia de janeiro de 2018, mediante Termo de Posse e Compromisso, assinado junto à Diretoria Executiva. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Paulo Roberto Weiss  
Presidente

Patricia Barbaresco  
Agente Administrativo

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/03**

Publicação Nº 1460391

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/03**

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GASPAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2018, aprovada na 28ª Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2017, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao turismo.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.303-7, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 582.470,00 (quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e setenta reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	Janeiro a Novembro: 1.755,21 Dezembro: 1.755,14	3190	5.424,10	21.062,45
		3390	12.962,48	
		4490	2.675,87	
Ascurra	Janeiro a Novembro: 1.317,24 Dezembro: 1.317,29	3190	4.070,66	15.806,93
		3390	9.728,07	
		4490	2.008,20	
Benedito Novo	Janeiro a Novembro: 1.900,75 Dezembro: 1.900,65	3190	5.873,84	22.808,90
		3390	14.037,30	
		4490	2.897,76	
Botuverá	Janeiro a Novembro: 844,97 Dezembro: 844,86	3190	2.611,17	10.139,53
		3390	6.240,18	
		4490	1.288,18	
Doutor Pedrinho	Janeiro a Novembro: 671,32 Dezembro: 671,38	3190	2.074,59	8.055,90
		3390	4.957,85	
		4490	1.023,46	
Gaspar	Janeiro a Novembro: 11.140,47 Dezembro: 11.140,41	3190	34.427,24	133.685,58
		3390	82.274,23	
		4490	16.984,11	
Guabiruba	Janeiro a Novembro: 3.730,82 Dezembro: 3.730,80	3190	11.529,30	44.769,82
		3390	27.552,73	
		4490	5.687,79	
Indaial	Janeiro a Novembro: 10.936,37 Dezembro: 10.936,43	3190	33.796,55	131.236,50
		3390	80.766,99	
		4490	16.672,96	

Pomerode	Janeiro a Novembro: 5.343,69	3190	16.513,51	64.124,17
	Dezembro: 5.343,58	3390	39.463,99	
		4490	8.146,67	
Rio dos Cedros	Janeiro a Novembro: 1.900,41	3190	5.872,80	22.804,88
	Dezembro: 1.900,37	3390	14.034,82	
		4490	2.897,26	
Rodeio	Janeiro a Novembro: 1.923,79	3190	5.945,07	23.085,51
	Dezembro: 1.923,82	3390	14.207,54	
		4490	2.932,90	
Timbó	Janeiro a Novembro: 7.074,15	3190	21.861,17	84.889,83
	Dezembro: 7.074,18	3390	52.243,82	
		4490	10.784,84	
Total	R\$ 582.470,00			

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2018.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	Gestão de Turismo
31900000	Aplicações Diretas
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
10001318	Recursos Ordinários 2018 – CIMVI Turismo

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;



- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PAULO ROBERTO WEISS – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GASPAR/SC KLEBER EDSON WAN-DALL – Prefeito
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito	MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO/SC  
PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC  
JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

Testemunhas:

-----  
Fernando Tomaselli  
Diretor Executivo do CIMVI  
CPF nº 016.637.969-71

-----  
Luiz Claudio Kades  
Assessor Jurídico da AMMVI  
CPF nº 693.125.329-87 / OAB/SC 17692

## CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/04

Publicação Nº 1460393

CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/04

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE CULTURA NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GASPAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2018, aprovada na 28ª Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2017, tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Cultura do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2018.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Cultura será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes a cultura.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.306-1, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.



## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	Janeiro a Novembro: R\$ 452,01	3190	0,00	5.424,10
		3390	5.424,10	
	Dezembro: R\$ 451,99	4490	0,00	
Ascurra	Janeiro a Novembro: R\$ 339,22	3190	0,00	4.070,66
		3390	4.070,66	
	Dezembro: R\$ 339,24	4490	0,00	
Benedito Novo	Janeiro a Novembro: R\$ 489,49	3190	0,00	5.873,84
		3390	5.873,84	
	Dezembro: R\$ 489,45	4490	0,00	
Botuverá	Janeiro a Novembro: R\$ 217,61	3190	0,00	2.611,17
		3390	2.611,17	
	Dezembro: R\$ 217,57	4490	0,00	
Doutor Pedrinho	Janeiro a Novembro: R\$ 172,88	3190	0,00	2.074,59
		3390	2.074,59	
	Dezembro: R\$ 172,91	4490	0,00	
Gaspar	Janeiro a Novembro: R\$ 2.868,94	3190	0,00	34.427,24
		3390	34.427,24	
	Dezembro: R\$ 2.868,90	4490	0,00	
Guabiruba	Janeiro a Novembro: R\$ 960,78	3190	0,00	11.529,30
		3390	11.529,30	
	Dezembro: R\$ 960,72	4490	0,00	
Indaial	Janeiro a Novembro: R\$ 2.816,38	3190	0,00	33.796,55
		3390	33.796,55	
	Dezembro: R\$ 2.816,37	4490	0,00	
Pomerode	Janeiro a Novembro: R\$ 1.376,13	3190	0,00	16.513,51
		3390	16.513,51	
	Dezembro: R\$ 1.376,08	4490	0,00	
Rio dos Cedros	Janeiro a Novembro: R\$ 489,40	3190	0,00	5.872,80
		3390	5.872,80	
	Dezembro: R\$ 489,40	4490	0,00	
Rodeio	Janeiro a Novembro: R\$ 495,42	3190	0,00	5.945,07
		3390	5.945,07	
	Dezembro: R\$ 495,45	4490	0,00	

Timbó	Janeiro a Novembro: R\$ 1.821,76	3190	0,00	21.861,17
		3390	21.861,17	
	Dezembro: R\$ 1.821,81	4490	0,00	
Total	R\$ 150.000,00			

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2018.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.006	Gestão de Cultura
2006	Gestão de Cultura
33900000	Aplicações Diretas
10001618	Recursos Ordinários 2018 – CIMVI Cultura

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que

infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PAULO ROBERTO WEISS – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GASPAR/SC KLEBER EDSON WAN-DALL – Prefeito
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito	MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito
MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito	MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Luiz Claudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI CPF nº 693.125.329-87 / OAB/SC 17692
--	---

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/05**

Publicação Nº 1460395

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/05**

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS (EXTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS PARA USO EM OBRAS PÚBLICAS) NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2018, aprovada na 28ª Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2017, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental na promoção do uso racional dos recursos naturais (extração de substâncias minerais para uso em obras públicas) do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental na promoção do uso racional dos recursos naturais (extração de substâncias minerais para uso em obras públicas) será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, autorização, licenciamento, acompanhamento, regularização e execução de atividades para extração de jazidas minerais, potencialmente degradadoras do meio ambiente.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA**

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total

Apiúna	Janeiro a Novembro: R\$ 534,75	3190	0,00	6.416,99
	Dezembro: R\$ 534,74	3390	3.850,19	
		4490	2.566,80	
Ascurra	Janeiro a Novembro: R\$ 401,32	3190	0,00	4.815,82
	Dezembro: R\$ 401,30	3390	2.889,49	
		4490	1.926,33	
Benedito Novo	Janeiro a Novembro: R\$ 579,09	3190	0,00	6.949,08
	Dezembro: R\$ 579,09	3390	4.169,45	
		4490	2.779,63	
Doutor Pedrinho	Janeiro a Novembro: R\$ 204,53	3190	0,00	2.454,34
	Dezembro: R\$ 204,51	3390	1.472,61	
		4490	981,73	
Indaial	Janeiro a Novembro: R\$ 3.331,93	3190	0,00	39.983,20
	Dezembro: R\$ 3.331,97	3390	23.989,92	
		4490	15.993,28	
Pomerode	Janeiro a Novembro: R\$ 1.628,03	3190	0,00	19.536,40
	Dezembro: R\$ 1.628,07	3390	11.721,84	
		4490	7.814,56	
Rio dos Cedros	Janeiro a Novembro: R\$ 578,99	3190	0,00	6.947,85
	Dezembro: R\$ 578,96	3390	4.168,71	
		4490	2.779,14	
Rodeio	Janeiro a Novembro: R\$ 586,12	3190	0,00	7.033,35
	Dezembro: R\$ 586,03	3390	4.220,01	
		4490	2.813,34	
Timbó	Janeiro a Novembro: R\$ 2.155,25	3190	0,00	25.862,97
	Dezembro: R\$ 2.155,22	3390	15.517,78	
		4490	10.345,19	
Total	R\$ 120.000,00			

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2018.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.004	Gestão Ambiental e de Recursos Naturais
2004	Gestão Ambiental e de Recursos Naturais
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
10001418	Recursos Ordinários 2018 – CIMVI Rec. Naturais

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com



as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PAULO ROBERTO WEISS – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita
MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito	MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito
MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito	MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito
MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito	

Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Luiz Claudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI CPF nº 693.125.329-87 / OAB/SC 17692
--	---

## CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/06

Publicação Nº 1460399

### CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/06

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS E RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL E NA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; e RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2018, aprovada na 28ª Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2017, tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e



industrial dos CONSORCIADOS, pelo CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2018.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local e demais atividade estabelecidas no item 1.1 da Cláusula Primeira será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos, pareceres, ações, programas e projetos, com vistas ao assessoramento técnico, planejamento integrado, controle e/ou execução de atividades do órgão ambiental local.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.309-6, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	Janeiro a Novembro: R\$ 1.703,95	3190	12.268,40	20.447,33
		3390	6.952,09	
	Dezembro: R\$ 1.703,88	4490	1.226,84	
Ascurra	Janeiro a Novembro: R\$ 1.480,94	3190	10.662,72	17.771,20
		3390	6.042,21	
	Dezembro: R\$ 1.480,86	4490	1.066,27	
Benedito Novo	Janeiro a Novembro: R\$ 1.778,05	3190	12.801,98	21.336,64
		3390	7.254,46	
	Dezembro: R\$ 1.778,09	4490	1.280,20	
Botuverá	Janeiro a Novembro: R\$ 1.240,45	3190	8.931,20	14.885,33
		3390	5.061,01	
	Dezembro: R\$ 1.240,38	4490	893,12	
Doutor Pedrinho	Janeiro a Novembro: R\$ 1.152,03	3190	8.294,59	13.824,32
		3390	4.700,27	
	Dezembro: R\$ 1.151,99	4490	829,46	
Indaial	Janeiro a Novembro: R\$ 6.379,05	3190	45.929,12	76.548,53
		3390	26.026,50	
	Dezembro: R\$ 6.378,98	4490	4.592,91	
Pomerode	Janeiro a Novembro: R\$ 3.531,21	3190	25.424,75	42.374,59
		3390	14.407,36	
	Dezembro: R\$ 3.351,28	4490	2.542,48	

Rio dos Cedros	Janeiro a Novembro: R\$ 1.777,88	3190	12.800,75	21.334,58
	Dezembro: R\$ 1.777,90	3390	7.253,76	
		4490	1.280,07	
Rodeio	Janeiro a Novembro: R\$ 1.789,79	3190	12.886,49	21.477,48
	Dezembro: R\$ 1.789,79	3390	7.302,34	
		4490	1.288,65	
Total	R\$ 250.000,00			

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2018.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.009	Licenciamento Ambiental
1006	Gestão de Licenciamento Ambiental
31900000	Aplicações Diretas
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
1000918	Rec. Ordinários 2018 - CIMVI Rateio Lic. Municípios

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para

repassse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PAULO ROBERTO WEISS – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito
MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito	

Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Luiz Claudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI CPF nº 693.125.329-87 / OAB/SC 17692
--	---

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/07**

Publicação Nº 1460401

**CONTRATO DE RATEIO Nº 2017/07**

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, RIO DOS CEDROS E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por sua Prefeita; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2018, aprovada na 28ª Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2017, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes dos CONSORCIADOS, em situação de risco e/ou vulnerabilidade, de forma parcial pelo CONSÓRCIO, em unidade de abrigo institucional com abrangência regional para Comarca de Timbó, no exercício fiscal de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, em situação de risco e/ou vulnerabilidade, dos CONSORCIADOS, será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na manutenção da estrutura física de atendimento na Comarca de Timbó, em unidade de abrigo institucional com abrangência regional, operacionalizada por entidade credenciada e/ou contratada pelo mesmo, atendida a regulamentação competente.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério populacional estimado pelo IBGE, a pedido do TCU, para o ano de 2016.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 10 (dez) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.310-X, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA**

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 984.000,00 (novecentos e oitenta e quatro mil reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Benedito Novo	Janeiro a Novembro: 13.498,39	3190	0,00	161.980,68
	Dezembro: 13.498,39	3390	145.782,61	
		4490	16.198,07	

Doutor Pedrinho	Janeiro a Novembro: 4.767,51	3190	0,00	57.210,14
	Dezembro: 4.767,53	3390	51.489,13	
		4490	5.721,01	
Rio dos Cedros	Janeiro a Novembro: 13.496,00	3190	0,00	161.952,00
	Dezembro: 13.496,00	3390	145.756,80	
		4490	16.195,20	
Timbó	Janeiro a Novembro: 50.238,10	3190	0,00	602.857,18
	Dezembro: 50.238,08	3390	542.571,46	
		4490	60.285,72	
Total	R\$ 984.000,00			

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução de 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2018.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.008	Assistência Social
2005	Manutenção do Abrigo Institucional
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
1000718	Rec. Ordinários 2018 - CIMVI Acolhimento Institucional

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
PAULO ROBERTO WEISS - Presidente

JEAN MICHEL GRUNDMANN MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC	Secretário(a) de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo/SC
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC	Secretário(a) de Saúde e Assistência Social de Doutor Pedrinho/SC
MARILDO DOMINGOS FELIPPI MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC	Secretário(a) de Saúde e Assistência Social de Rio dos Cedros/SC
JORGE AUGUSTO KRÜGER MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC	Secretário(a) de Saúde e Assistência Social de Timbó/SC

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades CPF nº 693.125.329-87	Fernando Tomaselli CPF nº 016.637.969-71
---	---



**RESOLUÇÃO Nº 220 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459197

RESOLUÇÃO Nº 220, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza a condução de veículo oficial em serviço por servidor cedido ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, a contar desta data.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI;

Considerando-se o recebimento, por cessão, de servidor público oriundo do Município de Indaial para atuação na gestão de serviços ambientais deste Consórcio Público;

Considerando-se que, quando no exercício das atividades a serviço do CIMVI, o servidor recebido em cessão necessitará constantemente do uso do veículo de propriedade deste Consórcio Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica o servidor abaixo identificado autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, para deslocamentos a serviço no exercício de suas funções públicas, a contar desta data:

NOME	CARGO	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / CATEGORIA
Rafael Paludo	Engenheiro Florestal	02942264608 / AB

Art. 2º - Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó - SC, 12 de Dezembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 221 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1459198

RESOLUÇÃO Nº 221, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI para o exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 28ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de julho de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para o exercício de 2018, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 5.909.910,58 (cinco milhões, novecentos e nove mil e novecentos e dez reais e cinquenta e oito centavos).

§ 1º - A Receita do CIMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes ou de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	4.294.206,38
Transferências Correntes à Consórcios Públicos	4.294.206,38
Transferências dos Municípios Contrato de Rateio	1.851.070,00
Transf. Município Apiúna	46.881,36
Transf. Município Ascurra	37.463,81
Transf. Município Benedito Novo	195.793,48



Transf. Município Botuverá	25.454,73
Transf. Município Doutor Pedrinho	75.063,63
Transf. Município Gaspar	151.128,71
Transf. Município Guabiruba	50.611,33
Transf. Município Indaial	244.305,63
Transf. Município. Pomerode	124.044,96
Transf. Município Rio dos Cedros	195.760,44
Transf. Município Rodeio	50.506,52
Transf. Município Timbó	654.055,40
Outras Transferências à Consórcios Públicos	2.104.736,38
Serviços de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos	2.104.736,38
Taxas pelo exercício do poder de polícia	338.400,00
Taxa de Licenciamento Ambiental	338.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.615.704,20
Transferências de Capital à Consórcios Públicos	1.115.704,20
Transferências dos Municípios Contrato de Rateio	235.400,00
Transf. Município Apiúna	6.469,51
Transf. Município Ascurra	5.000,80
Transf. Município Benedito Novo	23.155,66
Transf. Município Botuverá	2.181,30
Transf. Município Doutor Pedrinho	8.555,66
Transf. Município Gaspar	16.984,11
Transf. Município Guabiruba	5.687,79
Transf. Município Indaial	37.259,15
Transf. Município. Pomerode	18.503,71
Transf. Município Rio dos Cedros	23.151,67
Transf. Município Rodeio	7.034,89
Transf. Município Timbó	81.415,75
Outras Transferências à Consórcios Públicos	858.704,20
Serviços de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos	858.704,20
Taxas pelo exercício do poder de polícia	21.600,00
Taxa de Licenciamento Ambiental	21.600,00
Outras Receitas – Transferências Intergovernamentais	500.000,00
Transferências da União	250.000,00
Transferências do Estado SC	250.000,00
TOTAL	5.909.910,58

§ 2º - As Despesas de custeio do CIMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	4.294.206,38
Pessoal e Encargos	1.026.000,00
Outras Despesas Correntes	3.268.206,38
Despesas de Capital	1.615.704,20
Investimentos	1.615.704,20
TOTAL	5.909.910,58

Art. 2º - A Presidência do CIMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Timbó - SC, 14 de dezembro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIMVI

## CIS NORDESTE

### ADITIVO AO CONTRATO FMS 004/2017

Publicação Nº 1458981

#### ADITIVO AO CONTRATO FMS 004/2017

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Extraordinários que entre si celebram o Município de GARUVA e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC.

MUNICÍPIO DE GARUVA, doravante denominado CONSORCIADO CONTRATANTE, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1614, bairro Centro, município de Garuva/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.848/0001-59, neste ato representado por Prefeito Municipal Sr. (a) Rodrigo Adriany David, inscrito (a) no CPF sob o n.º 033.007.279-01, titular da Carteira de Identidade com RG n.º 764.029.088,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, doravante denominado apenas CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público constituído sob a forma de associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.222.337/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, inscrito no CPF sob o n.º 870.937.589-91, titular da Carteira de Identidade com RG nº 3.203.339; têm entre si ajustado CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS públicos de saúde, o qual se rege pelo art. 12 do Contrato de Consórcio Público no qual as partes são signatárias, pela legislação pertinente, em especial pela Constituição Federal, art. 241, Lei n.º 11.107/05, art. 8º, Decreto federal nº 6.017/07, arts. 13 a 17, e Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. XXVI, ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los, resolvem realizar aditivo àquele Contrato, nos seguintes termos:

Considerando o entabulado no Contrato de Prestação de Serviços Extraordinários celebrado entre as partes em 25/08/2017;

Considerando ainda a necessidade de adequação de dotação orçamentária na destinação dos recursos repassados ao CISONORDESTE/SC;

Altera-se o caput da Cláusula 12, os itens 12.8.1 e 12.9, e se inclui o item 12.8.2, que passam respectivamente a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA DOZE: O CONSORCIADO CONTRATANTE fica obrigado a repassar ao CISNORDESTE/SC, em até 5 (cinco) dias da apresentação do relatório dos procedimentos, exames e consultas realizadas, o valor equivalente aquelas, o qual está estipulado no Credenciamento Universal, adicionados de 3% (três por cento) a título de cota de rateio. O contrato tem um valor total estimado de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), conforme Lei 16/2017 do CONSORCIADO CONTRATANTE.

12.8 – Fica estabelecida a seguinte aplicação dos recursos transferidos pelo CONSORCIADO CONTRATANTE ao CISNORDESTE/SC:

12.8.1 – R\$ 398.000,00 serão aplicados em serviços revertidos exclusivamente ao CONSORCIADO CONTRATANTE;

12.8.2 – R\$ 12.000,00 serão utilizados para manutenção do CISNORDESTE/SC, para despesas correntes com despesas administrativas;

12.9 - As despesas decorrentes do presente contrato de prestação de serviços correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentárias do CONSORCIADO CONTRATANTE:

12.9.1 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.1:

14.001.10.301.1020.2049 – 3.3.71.70

12.9.2 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2:

14.001.10.301.1020.2049 – 3.3.71.70

Permanecem as demais cláusulas inalteradas.

Joinville/SC, 12 de dezembro de 2017.

Clézio José Fortunato Prefeito Municipal São João do Itaperiú/SC Presidente do CISNORDESTE/SC CONSÓRCIO	Rodrigo Adriany David Prefeito Municipal CONSORCIADO CONTRATANTE
--	--

Testemunhas:

Nome: Ana Maria Groff Jansen  
CPF: 345.290.129-72

Nome:  
CPF:

## CIS/AMARP

### PLANO DE EMPREGOS, CARREIRA E SALÁRIOS

Publicação Nº 1459810

PLANO DE EMPREGOS, CARREIRA E SALÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CISA-MARP

"Dispõe sobre a criação do plano de empregos, carreira e salários do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISA-MARP"

Ano – 2017

A Assembléia Geral de Prefeitos do CISA-MARP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 15 item III, V, XV, XVII do Estatuto aprovado pela Ata da Assembleia Geral, realizada no dia 28 de novembro de 2017.

Considerando a necessidade de organizar os empregos em carreiras funcionais, de modo a possibilitar o desenvolvimento do pessoal, a produtividade e satisfação no trabalho;

Considerando a necessidade de implementar uma política de remuneração justa, coerente com o mercado de trabalho e com as responsabilidades e complexidades dos empregos;

Considerando a necessidade de manter um quadro permanente de pessoal capacitado e motivado, estimulando o interesse dos melhores profissionais.

RESOLVE: Aprovar o Plano de Empregos, Carreiras e Salários do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISA-MARP.

Videira, 29 de novembro de 2017.

Luciano Paganini  
Presidente

Douglas Fernando de Mello  
Vice-Presidente

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Empregos, Carreira e Salários do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISA-MARP, aprovado em Assembleia Geral na data de 28 de novembro de 2017.

Art. 2º O Quadro de Pessoal é constituído por todos os empregados do CISA-MARP, e cujo regime é o da Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT).

Art. 3º A composição e forma de vencimento dos empregados do Quadro de Pessoal do CISAMARP, passam a ser as constantes do presente Plano de Empregos, Carreiras e Salários do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP.

#### Seção I

Dos Empregados Públicos - Regime Jurídico

Art. 4º O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Os empregos públicos (em comissão) de Diretor Executivo, Gerente Administrativo I e II, Assessor Jurídico e Gerente de Finanças são de livre admissão e demissão.

§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

#### Seção II

Quadro de Empregados

Art. 5º O quadro de pessoal do consórcio é composto por empregados públicos de livre admissão e demissão e por empregados permanentes, na conformidade do Anexo I deste Plano de Cargos e Salários.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de serviços de saúde pública, com formação de nível superior em Administração e curso na área de gestão de Consórcios Públicos.

§ 2º O emprego público de Gerente Administrativo I deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão de recursos humanos, com formação de nível superior.

§ 3º O emprego público de Gerente Administrativo II deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência na área da Saúde Pública, com formação de nível superior.

§ 4º O emprego público de Controlador Interno do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em administração pública, com formação de nível superior em Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

§ 5º O emprego público de Gerente de Finanças do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência na área, com formação de nível superior em Ciências Contábeis.

§ 6º A qualificação, denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo I e II deste Plano de Cargos e Salários e o disposto neste artigo.

§ 7º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, mediante aprovação da Assembleia Geral.

§ 8º A carga horária semanal dos empregos públicos, por conveniência deste consórcio, poderá ser diminuída com a respectiva redução proporcional da remuneração, em uma ou mais vagas do quadro de empregos, devendo ser considerada a jornada reduzida quando da abertura de concurso público para seleção e contratação de empregados do consórcio.

§ 9º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

Parágrafo único: Fica vedada a admissão de cônjuge, companheiro (a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro da Diretoria eleita e/ou da Diretoria Executiva, para quaisquer dos cargos em comissão.

Art. 6º É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeitando a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas em Regimento Interno.

#### Seção III

Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 7º Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício de emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

Parágrafo Único. A duração do contrato temporário será limitada a um ano, prorrogável por mais um período itens I e II, ou pelo tempo que durar a licença ou afastamento no caso do item III deste artigo.

Art. 8º A seleção de empregado a ser contratado temporariamente, sempre que possível, será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo Único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 9º A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

#### Seção IV

Remuneração

Art. 10 Os valores iniciais dos salários dos empregos são os constantes da tabela do Anexo I deste Plano de Cargos e Salários, assegurada à revisão geral anual. Os valores da referida tabela serão atualizados anualmente no mínimo com o mesmo percentual da revisão geral anual, ou além desse, ainda por reajuste definido em assembleia geral.

Art. 11. Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de fevereiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, outro que vier a substituí-lo.

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio, devendo ser submetida à homologação da Assembleia Geral.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais (anexo III).

Art. 12. A Assembleia Geral poderá, além da revisão geral anual, conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes àquelas previstas no Anexo I, considerando-se a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Art. 13. Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos em função do tempo de serviço e em função de nova titulação, substanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§ 1º A progressão vertical por tempo de serviço, designada de anuênio, será concedida à razão de uma referência salarial a cada ano de efetivo exercício do emprego público, contados da data de admissão.

§ 2º A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, aplicando-se de modo cumulativo, com observância dos seguintes critérios:

I - progressão de uma referência salarial para cada curso de capacitação ou extensão, de nível superior ou médio, com um mínimo de 80 (oitenta) horas/aula, limitados a três progressões e desde que reconhecida à pertinência do curso para o desempenho das atividades do empregado;

II - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de nível superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa e seja pertinente às atribuições desse emprego;

III - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de especialização ou equivalente, correlato com o emprego que ocupa;

IV - progressão de quatro referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa;

V - progressão de cinco referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 3º Para as progressões definidas nos incisos II a V deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos àqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio da expedição do respectivo título, pelo empregado público, da nova titulação auferida, podendo ser averbadas as titulações obtidas antes do ingresso no emprego público, vedado o pagamento retroativo.

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os primeiros 90 dias de exercício do emprego, considerados como de avaliação na função.

§ 6º É vedada nova progressão por titulação no interstício de dois anos.

§ 7º O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço e em função de nova titulação.

§ 8º O presidente do CISAMARP, por deliberação da Assembleia Geral poderá instituir bolsas de estudo aos empregados para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação, limitados a um curso de graduação ou de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu, por empregado, além de um outro curso, de extensão, de até 360 (trezentas e sessenta) horas, hipótese em que o empregado requerente fica obrigado a manter o vínculo trabalhista com o consórcio por tempo mínimo equivalente a 2/3 (dois terços) do tempo gasto para concluir o curso, contado a partir do término deste, admitido, no caso de demissão do empregado, a seu pedido, o reembolso proporcional das despesas realizadas.

Art. 14. Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do consórcio.

a) A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou não será concedida quando o consórcio público custear na forma do inciso III e IV as despesas extraordinárias originalmente cobertas por diárias.

II - a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do consórcio.

III - Pelo regime de adiantamento de despesas, a ser regulamentado por Resolução específica do Presidente deste consórcio, que consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser prestado contas da totalidade dos recursos recebidos no prazo de 30 dias da entrega do numerário.

IV - Pelas despesas efetuadas a serviço custeadas com recursos próprios do empregado a ser regulamentada por resolução do Presidente do consórcio.

V - Auxílio para o custeio de plano de saúde com a participação financeira dos empregados, a ser regulamentado por Resolução expedida pelo Presidente do Consórcio.

Art. 15. Ao empregado público permanente a que tenha sido delegada função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de emprego público diverso, respeitada a qualificação mínima, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário do emprego público correspondente à função delegada.

§ 1º Cessada a função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de outro emprego público, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

§ 2º É vedada a acumulação de gratificação prevista neste artigo.

#### Seção V

##### Avaliação Periódica de Desempenho

Art. 16. A Avaliação Periódica de Desempenho, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão instituída para tal finalidade, para todos os empregados permanentes, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal, e penalidades disciplinares.

#### Seção VI

Da cessão de servidores dos entes consorciados ao consórcio



Art. 17. Os entes consorciados poderão ceder agentes públicos ao consórcio, por interesse deste, na forma e condição da legislação de cada ente consorciado.

§ 1º Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

§ 2º Na hipótese de o ente consorciado assumir o ônus da cessão do agente público, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio, restando vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer outras formas de remuneração pelo consórcio.

§ 3º Na hipótese da cessão do agente público dar-se com ônus para o consórcio, fica instituída gratificação equivalente à remuneração devida ao respectivo emprego público para o qual o agente fora designado, fazendo jus aos adicionais e gratificações aplicáveis aos demais empregados do consórcio, sem que, contudo, tais pagamentos configurem vínculo novo do agente público cedido.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Aos trabalhadores que integram o quadro de empregados do CISAMARP, será aplicada a seguinte regra de enquadramento.

Parágrafo único: Os trabalhadores que se refere o caput deste artigo serão enquadrados na tabela de referências salariais (anexo III) na referência que corresponder exatamente ao valor salarial recebido pelo trabalhador na data da aprovação deste Plano de Cargos e Salários ou na referência imediatamente superior, ficando vedado enquadramento com diminuição de salário.

Art. 19. Revogadas as disposições ao contrário, o presente Plano de Empregos, Carreiras e Salários entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros na folha de pagamento com vigência dezembro 2017.

Videira, 29 de outubro de 2017.

Quadro de Empregos Públicos	Nº de Vagas	Tipo	Sigla	Referência salarial inicial	Salário Inicial	Carga horária semanal	Escolaridade Mínima	Qualificação especial Observar o disposto no Art. 5º
Diretor Executivo	1	Em comissão	DE	113	7.860,00	40 h	Ensino Superior Completo em Administração de Empresas	
Gerente Administrativo I	1	Em comissão	GAI	69	4.147,80	40 h	Ensino Superior Completo	
Gerente Administrativo II	1	Em comissão	GAII	69	4.147,80	40 h	Ensino Superior Completo	
Assessor Jurídico	1	Em comissão	AJ	51	2.729,00	20 h	Bacharel em Direito	Registro no órgão de classe competente
Gerente de Finanças	1	Comissão	GF	69	4.147,80	40h	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Técnico Administrativo	2	Permanente	TA	47	2.488,68	40h	Ensino Médio Completo	
Controlador Interno	1	Permanente	CI	63	3.639,53	40h	Ensino Superior Completo	
Auxiliar Administrativo	2	Permanente	AA	20	1.327,29	40h	Ensino Médio Completo	
Auxiliar de Serviços Gerais	1	Permanente	ASG	22	1.400,00	40h	Ensino Fundamental Completo	

#### ANEXO I QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS

#### ANEXO II

#### ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

DIRETOR EXECUTIVO Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 04/2017.

· Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral.

· Controlar a movimentação de documentos internos e externos;

· Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;

· Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;

· Elaborar as pautas das reuniões da assembléia Geral e do colegiado de secretários de saúde.

· Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiros, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;

· Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;

· Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;

· Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;

· Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e

registrando se necessários os resultados obtidos;

- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

**GERENTE ADMINISTRATIVO I** Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 04/2017.

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Responsabilizar-se por todas as questões afeitas às reuniões, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembléia;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.
- Exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviço.
- Operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados pelos mesmos.
- Operar quando designado formalmente para isso, o sistema bancário para pagamento aos prestadores de serviço, bem como impostos, taxas e demais pagamentos necessários.
- Auxiliar os prestadores de serviço e municípios consorciados no uso do sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMARP, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência.
- Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas, tributos e afins a que ao consórcio for obrigatório o pagamento.
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

**GERENTE ADMINISTRATIVO II** Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 04/2017.

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial os processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.
- Exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviço.
- Responsabilizar-se por todas as questões afeitas às reuniões, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembléia;
- Operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados pelos mesmos.
- Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas, tributos e afins a que ao consórcio for obrigatório o pagamento.
- Operar quando designado formalmente para isso, o sistema bancário para pagamento aos prestadores de serviço, bem como impostos, taxas e demais pagamentos necessários.
- Operar programas de faturamento, prestação de contas, e registro de produção dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais a que ao consórcio for obrigatório o uso, em especial os exigidos pelo SUS.
- Auxiliar os prestadores de serviço e municípios consorciados no uso do sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMARP, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência.
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

**ASSESSOR JURÍDICO**

- Prestar assessoria jurídica extrajudicial;
- Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio;
- Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios demais instrumentos jurídicos, quando solicitados;
- Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos;
- Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio;
- Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da instituição;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

**GERENTE DE FINANÇAS** Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 04/2017.

- supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;
- examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária;
- examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias;
- informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.
- Responsabilizar-se pelo controle e uso dos sistemas informatizados ligados a sua área de atuação principalmente os exigidos pelo Tribunal de Contas e órgãos afins.
- realizar reuniões, orientações e auditorias;
- elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- editar normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;



- autorizar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- elaborar registros de operações contábeis;
- fazer registros da legislação pertinente às atividades do Consórcio;
- executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

CONTROLADOR INTERNO Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 04/2017.

- realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno;
- prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio;
- instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

#### TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Assessorar o Consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
- Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio, na elaboração de estratégias e ações;
- Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com solicitação superior.

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Auxiliar o Gerente e o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
- Participar nos processos de licitação;
- Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
- Demais atividades administrativas do Consórcio.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Auxiliar na execução de atividades genéricas do consórcio, em especial a limpeza e conservação da sede do consórcio;
- Auxiliar nos serviços de entrega de malotes e documentos;
- Demais serviços de apoio às atividades administrativas do consórcio.

· = Os cargos serão providos nos termos da legislação em vigor.

#### Anexo III -

#### Tabela de Referências Salariais

1	700,00	36	2.026,49	71	4.322,92
2	728,00	37	2.067,02	72	4.387,76
3	757,12	38	2.108,36	73	4.453,58
4	787,40	39	2.150,52	74	4.520,38
5	818,90	40	2.193,53	75	4.588,19
6	851,66	41	2.237,40	76	4.657,01
7	885,72	42	2.282,15	77	4.726,87
8	921,15	43	2.327,80	78	4.797,77
9	958,00	44	2.374,35	79	4.869,74
10	996,32	45	2.421,84	80	4.942,78
11	1.026,21	46	2.470,28	81	5.014,45
12	1.056,99	47	2.519,68	82	5.087,16
13	1.088,70	48	2.570,07	83	5.160,93
14	1.121,36	49	2.621,48	84	5.235,76
15	1.155,01	50	2.673,91	85	5.311,68
16	1.189,66	51	2.738,08	86	5.388,70
17	1.225,35	52	2.803,79	87	5.466,84
18	1.262,11	53	2.871,08	88	5.546,10

19	1.299,97		54	2.939,99		89	5.626,52
20	1.338,97		55	3.010,55		90	5.708,11
21	1.379,14		56	3.082,80		91	5.790,88
22	1.420,51		57	3.156,79		92	5.874,84
23	1.463,13		58	3.232,55		93	5.960,03
24	1.507,02		59	3.310,13		94	6.046,45
25	1.552,23		60	3.389,58		95	6.134,12
26	1.598,80		61	3.470,93		96	6.223,07
27	1.646,76		62	3.554,23		97	6.313,30
28	1.696,17		63	3.639,53		98	6.404,84
29	1.747,05		64	3.726,88		99	6.497,71
30	1.799,46		65	3.816,33		100	6.591,93
31	1.835,45		66	3.907,92		101	6.687,51
32	1.872,16		67	4.001,71		102	6.784,48
33	1.909,60		68	4.097,75		103	6.882,86
34	1.947,80		69	4.196,09		104	6.982,66
35	1.986,75		70	4.259,04		105	7.083,91
105	7.083,91		117	8.419,72		129	10.007,42
106	7.186,63		118	8.541,80		130	10.152,53
107	7.290,83		119	8.665,66		131	10.299,74
108	7.396,55		120	8.791,31		132	10.449,09
109	7.503,80		121	8.918,79		133	10.600,60
110	7.612,60		122	9.048,11		134	10.754,31
111	7.722,99		123	9.179,31		135	10.910,24
112	7.834,97		124	9.312,41		136	11.068,44
113	7.948,58		125	9.447,44		137	11.228,94
114	8.063,83		126	9.584,42		138	11.391,76
115	8.180,76		127	9.723,40		139	11.556,94
116	8.299,38		128	9.864,39			

**CIS/AMMVI****AVISO DE CONVOCAÇÃO - 2º COLOCADOS - PE 016/2017**

Publicação Nº 1459150

AVISO DE CONVOCAÇÃO DOS SEGUNDOS COLOCADOS  
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017

Registro de Preços para futura e eventual contratação, de forma parcelada, de medicamentos, para uso dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI

Considerando que o lance vencedor correspondente ao item abaixo relacionado restou cancelado em virtude do pedido de desistência formulado pelo então primeiro colocado, CONVOCA-SE o segundo colocado para que encaminhe a documentação pertinente ao item respectivo, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação deste instrumento, para a sede do CISAMVI, sito na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC.

Destaca-se que tal item encontra-se aberto junto à plataforma do certame para negociação até o dia 15 de dezembro de 2017.

Item	Empresa
38	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Blumenau (SC), 15 de dezembro de 2017.

LÍGIA HOEPFNER  
PREGOEIRA

**CISAM****TERMO DE APOSTILAMENTO 14/2017**

Publicação Nº 1460081

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 14/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 06/2016, celebrado entre o CISAM - MO e a M.A.C. Computação Gráfica LTDA, que tem por objeto a prestação dos serviços necessários para o armazenamento do site acessível pelo domínio <http://www.cisam.sc.gov.br>. O CISAM Meio Oeste, neste ato representado por seu presidente Nilvo Dorini, tendo em vista a Cláusula 20ª e seus parágrafos 1º e 2º do contrato administrativo CISAM-MO 06/2016 e primeira apostila, estabelece:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços constantes do Contrato nº 06/2016 e Primeira Apostila, ficam atualizados monetariamente em 1,94 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2016 à novembro/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal fica fixado em R\$ 38,21 (trinta e oito reais e vinte e um centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços vigorará a partir de 01 de janeiro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2018, com término em 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 11 de dezembro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

**CIAPS****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/005**

Publicação Nº 1458820

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/005 (PROVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA)**

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CIAPS, e de outro lado, a Empresa IPM SISTEMAS LTDA., com endereço na Rua Tuiuti, nº 20, 6º andar, Centro, Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0003-03, representada neste ato pelo diretor Presidente, Sr. Aldo Luiz Mees, denominado CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, com fundamento no art. 24, inciso II e § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de provimento de sistema de gestão pública cloud computing (computação em nuvem), para o CIAPS, referente aos seguintes módulos:

- PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO;
- GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- PATRIMÔNIO;
- FROTA;
- FOLHA DE PAGAMENTO
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço e das Condições de Pagamento**

2.1 - O valor global do contrato pela prestação dos serviços é de R\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais), subdividindo-se em:

- a) R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, referentes ao módulo Planejamento e Orçamento;
- b) R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais, referentes ao módulo Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas;
- c) R\$ 110,00 (cento e dez reais) mensais, referentes ao módulo Compras, Licitações e Contratos;
- d) R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, referentes ao módulo Patrimônio;
- e) R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) mensais, referentes ao módulo Frota;
- f) R\$ 90,00 (noventa reais) mensais, referentes ao módulo Folha de Pagamento;
- g) R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) mensais, referente ao módulo Portal da Transparência.

2.2 – A prestação dos serviços de Provimento de Sistemas e de suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente web serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira parcela com vencimento aos 30 (trinta) dias da instalação do sistema.

2.3 – A prestação dos Serviços sob Demanda Variável, ou seja, os serviços ofertados por hora técnica (sob demanda), serão pagos de acordo com o número de horas técnicas utilizadas no mês anterior ao mês do pagamento, em conjunto com as parcelas mensais.

2.4 - Em caso de atraso nos pagamentos supracitados, incidirão sobre os mesmos, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Serviços Eventuais / Sob Demanda Variável**

3.1 - Eventuais custos para realização de serviços de atendimento técnico local (serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros, treinamentos, atendimento local pós implantação, atendimento in loco) serão cobrados em separado, sendo R\$ 110,00 (cento e dez reais) o valor da hora técnica realizada. O valor da hora técnica para os serviços de customização e/ou personalização é de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais).

3.2 - Os serviços de customização serão prestados nas dependências do CIAPS ou da CONTRATADA.

3.3 - Serão considerados serviços de customização entre outros as alterações diversas no software utilizado pela CONTRATADA que impliquem em mudanças os arquivos, novas funções/rotinas/relatórios, ainda que exigidas pela legislação local e demais alterações que impliquem na adaptação do software da CONTRATADA às especificações e desenvolvimentos personalizados ao CIAPS;

3.4 - Os serviços de customização, atendimento técnico local, intervenções técnicas remotas e outros não abrangidos nos custos da

mensalidade somente poderão ser realizados a partir de solicitação do CIAPS, após conhecimento e aprovação de orçamento específico, apresentável caso a caso.

3.5 - No caso de solicitação de re-implantação e/ou re-treinamento dos módulos contratados, os preços e prazos serão objeto de propostas específicas. Neste caso, o CIAPS deverá comunicar a intenção antecipadamente à CONTRATADA.

3.6 - Pelo deslocamento de técnico da CONTRATADA para atender solicitação de serviço in loco na sede do CIAPS, será cobrado o valor de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por quilômetro rodado e/ou custo de passagem aérea do ponto de partida ao ponto de chegada, que serão faturados mediante apresentação da autorização e/ou Ordem de Serviço devidamente assinada, nas condições especificadas neste contrato relativamente aos serviços eventuais, os quais integrarão o faturamento global do serviço.

3.7 - A CONTRATADA poderá recusar a realização de serviços de customização aos módulos do software sempre que entender que o solicitado possa resultar em problemas funcionais ou de segurança ao aplicativo, devendo apresentar os motivos por escrito.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Responsabilidades do CIAPS

4.1 – Constitui responsabilidade do CIAPS neste instrumento:

a) Publicar o extrato deste contrato na Imprensa Oficial;

b) Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA;

c) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA nas áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, quando for o caso;

d) Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar o andamento dos trabalhos e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa no período da contratação;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas, incluindo:

e.1) Dispor de equipamentos de informática adequados para instalação/rodar o sistema e programas contratados, bem como para manutenção de cópia de segurança do banco de dados, visando satisfazer às necessidades de segurança, assim como "restart" e recuperação no caso de falha de máquina;

e.2) Assegurar a configuração adequada e manutenção das máquinas nas quais os sistemas são utilizados;

e.3) Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento do CIAPS quando da necessidade de visita técnica;

e.4) Usar os sistemas locados exclusivamente na unidade, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título;

e.5) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus servidores ou pessoas as quais venham a ser facilitado o acesso, no sentido de que as informações sejam corretamente manuseadas, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, o CIAPS dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação, sob ônus do CIAPS;

e.6) Não permitir que pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA tenham acesso aos softwares e sistema de informações de sua propriedade, bem como, somente permitir acesso aos softwares, de técnicos com identificação e credencial da CONTRATADA e munidos da respectiva ordem de serviço ou documento que o substitua, emitido pela CONTRATADA;

e.7) Mediante o presente contrato fica o CIAPS responsável integralmente pela proteção e guarda dos softwares aplicativos e dos arquivos de dados, não podendo permitir, em relação aos softwares, a sua modificação, divulgação, reprodução ou uso não autorizado pelos agentes, empregados ou prepostos do CIAPS, respondendo por quaisquer fatos dessa natureza, sendo expressamente vedado ao CIAPS, sem expressa autorização escrita da CONTRATADA, copiar ou reproduzir o softwares ou qualquer parte do material que os integra, transferi-los, fornecê-los ou torná-los disponíveis a terceiros, no todo ou em parte, seja a que título for e sob qualquer modalidade, gratuita ou onerosa, provisória ou permanente;

e.8) No caso de descumprimento por parte do CIAPS e/ou terceiros autorizados, no que tange a "proteção e guarda dos softwares aplicativos e dos arquivos de dados do sistema aplicativo", pode o CIAPS ser penalizado, conforme disposições da Lei nº 9609/98, em seu Capítulo V, artigos e incisos;

f) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

g) Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da operacionalização dos programas.

#### CLÁUSULA QUINTA – Das Responsabilidades da CONTRATADA

5.1 – Sem prejuízo de outras obrigações contempladas neste instrumento ou na legislação, a CONTRATADA obriga-se também a:

- a) Manter as condições funcionais dos sistemas instalados;
- b) Prestar suporte técnico disponibilizado via central de atendimento ao cliente, com o objetivo de orientar, esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema implantado, via telefone, website e outros meios de comunicação que não impliquem deslocamento de equipe técnica ou execução de serviços;
- c) Executar a instalação, configuração, migração de informações e demais atividades necessárias à implantação dos módulos do Sistema;
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CIAPS;
- e) Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- f) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- g) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros.

#### CLÁUSULA SEXTA – Das Penalidades

6.1 – Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial do presente contrato, ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, o CIAPS, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei no 8.666/93.

6.1.1 – A advertência escrita decorre de descumprimento do pactuado.

6.1.2 – Não sendo justificado o motivo do descumprimento, será aplicado multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

6.1.3 – A multa não impede que o CIAPS rescinda unilateralmente este contrato.

6.1.4 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pelo CIAPS ou cobrada judicialmente.

6.1.5 – Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada para o recolhimento no prazo de trinta dias úteis.

6.1.6 – O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o CIAPS terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

6.2 - O CONTRATADO se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando o CIAPS autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Da Dotação Orçamentária

7.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA - Do Reajuste de Preços

8.1 - O valor Contratado, constante das Cláusulas Segunda e Terceira do presente documento, será reajustado após cada 12 (doze) meses de vigência, tendo como marco inicial, a data de assinatura do presente contrato, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

8.2 - Todas as alterações que majorem o valor ajustado dependem da assinatura de Termo Aditivo ao presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA – Da Vigência

9.1 - O período de vigência deste contrato tem início na data de 1º de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado/renovado para exercícios subsequentes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, caso haja interesse das partes e mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão

10.1 - Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante a vigência deste contrato;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CIAPS.
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em prestar o(s) serviço(s) que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Por ato unilateral do CIAPS, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização a CONTRATADA, salvo pelos serviços já prestados até a data da rescisão.

10.2 - Em caso de inadimplemento por parte do CIAPS, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

10.3 - Aplica-se, para fins de rescisão, o disposto no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Caso haja atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CIAPS, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, poderá a CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, inclusive procedendo o trancamento da senha de utilização dos sistemas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

11.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Ascurra (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presente.

Apiúna (SC), 11 de Dezembro de 2017.

CIAPS CONTRATADA

Lairton Antônio Possamai - Presidente Aldo Luiz Mees – Diretor Presidente  
Em Exercício

Testemunhas:

Nome: Camila Alessandra Costa  
CPF nº 090.614.909-60

Nome: Etineia Berkembrock Ceruti  
CPF nº 049.066.219-61

## CIGAMERIOS

### RESOLUÇÃO Nº 013-2017 - CANCELA AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DA EMPRESA TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

Publicação Nº 1460631

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/ CIGAMERIOS

CANCELAR AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FORMALIZADAS COM A EMPRESA TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Cep.: 89874-000, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito de Cunha Porã/SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Contrato de Consórcio Público, Cláusulas 13, IV e XVI, 14, Parágrafo Único, 15 e 45:

- a) Considerando constantes reclamações de atraso na entrega dos produtos solicitados pelos municípios consorciados;
- b) Considerando reiteradas negativas de entrega dos produtos aos municípios consorciados, mesmo com a expedição do documento legal;
- c) Considerando os termos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico n. 03/2017, item 2 – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO, serem



reiteradamente descumpridos;

d) Considerando a negativa no acatamento de novo prazo estabelecido pela Pregoeira Oficial do CIGAMERIOS para a entrega formalizada à empresa compromissada em Ata de Registro de preços;

e) Considerando a falta de justificativa pelo atraso ou falta de entrega conforme pedido realizado pelos municípios consorciados;

f) Considerando a necessidade de evitar ou pelo menos reduzir os impactos negativos causados pela Empresa aos municípios prejudicados pela inexecução parcial ou total das Atas de Registro de Preços;

g) Considerando que a Saúde pública básica da população é um bem essencial, prioritário e necessário que deve estar sempre disponível, principalmente às pessoas mais carentes;

h) Considerando a emergencial e inadiável necessidade pela reposição dos produtos nos centros de saúde pública dos municípios consorciados, de forma que se reestabeleça a normalidade nos fornecimentos e serviços ambulatoriais dos setores de urgência/emergência.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Revogar todas as Atas de Registro de Preços formalizados pelo Órgão Gerenciador Consórcio CIGAMERIOS em favor dos respectivos Municípios Consorciados com a Empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ N. 12.069.550/0001-46, nos termos do item 19.1 do Edital: "O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando: I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços", bem como o descumprimento da Cláusula Nona, item 9.1 da Ata de Registro de Preços: "O fornecedor terá seu registro cancelado quando: a) descumprir com a ata de registro de preços".

Art. 2º - Convocar as empresas com classificação seguinte do resultado do Processo Administrativo de Licitação n. 03/2017, Pregão eletrônico n. 03/2017, para, querendo, formalizar Ata de Registro de Preços dos itens cancelados.

Art. 3º - Tomar demais providências administrativas cabíveis ao caso.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Maravilha/SC, aos 15 de dezembro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Presidente do CIGAMERIOS  
Prefeito de Cunha Porã

## CIS/AMERIOS

### EXTRATO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS N. 094 E 95/2017

Publicação Nº 1459902

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS

#### ATOS ADMINISTRATIVOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 01.201.427/0001-10, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã/SC, em atendimento ao que preceitua o art. 61, Parágrafo único da Lei 8.666/93, torna público os seguintes atos administrativos:

EXTRATO DE CONTRATO n. 094/2017

PARTES: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e TAÍSA BRAMBATTI.

OBJETO: fornecimento de serviços especializadas em FISIOTERAPIA, sendo:

LOTE/ITEM	ESPECIFICAÇÕES DE PROCEDIMENTOS SIA/SUS	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR R\$
04	FISIOTERAPIA (sessão)		
1	Consulta de Profissionais de Nível Superior na Atenção Especializada	03.01.01.004-8	31,25

PRAZO: 1º de novembro a 31 de dezembro de 2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 1º/11/2017.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO ATRAVÉS DO CIGAMERIOS: Processo Administrativo nº 008-2016; inexigibilidade nº 02/2016; Chamada Pública nº 02/2016.

EXTRATO DE CONTRATO n. 095/2017

PARTES: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS-AMERIOS, e ANESTESIOLOGIA SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM ANESTESISTA PARA AS CIRURGIAS, sendo:

LOTE/ITEM	ESPECIFICAÇÕES DE PROCEDIMENTOS SIA/SUS	CÓD. SIA/SUS	VALOR
02	CIRURGIA EM CIRURGIA GERAL		
3	Serviços profissionais em anestesista para as cirurgias	90204	300,00

PRAZO: 21 de novembro a 31 de dezembro de 2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.207/05, Decreto nº 6.017/07.

DATA DE ASSINATURA: 21/11/2017.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO ATRAVÉS DO CIGAMERIOS: Processo Administrativo nº 009-2016; inexigibilidade nº 03/2016; Chamada Pública nº 03/2016.

JAIR RIVELINO EBELING

Presidente do CIGAMERIOS

Presidente do CIS/AMERIOS

## CIASS

### RESOLUCAO 21/2017

Publicação Nº 1458984

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO Nº 021/17, de 14 de Dezembro 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato e a Resolução 20/2016 artigo 5º de 19/12/2016 (Orçamento do CIASS para 2017).

RESOLVE

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do CIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saude de Turvo e Municípios Limítrofes no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), assim classificados:

01.01 – CIASS DE TURVO

08.243.0001.2.001 – MANUT. DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES

3.1.90.00.00.00.00.00.0001 (001) \_ Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação do orçamento vigente, da Fonte de Recursos Próprios no valor de R\$ 20.000.00 (vinte mil reais), conforme classificação:

01.01 – CIASS DE TURVO

08.243.0001.2.001 – MANUT. DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES

4.4.90.00.00.00.00.00.0001 (003) \_ Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 14 de Dezembro de 2017

TIAGO ZILLI

Presidente da CIASS DE TURVO